SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO
MCN Nº 6, DE 2015
EM 1º.06.15

MCN 6/2015

À CMO.
Em 02/06/2015

Mensagem nº 181

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, combinado com o art. 7º, § 1º do Decreto nº 7.866, de 19 de dezembro de 2012, encaminho a Vossas Excelências o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014.

Brasília, 28 de maio de 2015.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
MCN nº 6 / 2015
Fls. 01

SUPAS

00001.001956/2015-11

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE
CONFERE COM O ORIGINAL
Ivan Antônio Alves
Brasília-DF 27/05/15 H 19:33

EM nº 00071/2015 MP

Brasília, 27 de Maio de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano-base 2014, que contribui para a análise dos resultados alcançados pelo Governo Federal no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas temáticos integrantes do referido Plano.

2. O artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012-2015, estabelece que o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional Relatório Anual de avaliação do PPA, que conterá:

a) Avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

b) Situação, por programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas; e

c) Execução financeira das Iniciativas.

3. O Decreto nº 7.866/2012, que regulamenta a Lei nº 12.593/2012, determina em seu art. 7º, § 1º que o Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015 deve ser enviado ao Congresso Nacional até o dia 31 de maio do ano subsequente ao avaliado.

4. Em obediência aos normativos supracitados, o Poder Executivo elaborou o presente Relatório que, além da função de prestação de contas, também auxilia a gestão e o aperfeiçoamento contínuo dos programas do PPA, de forma a proporcionar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade.

5. O Documento está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos Programas Temáticos constantes do Plano.

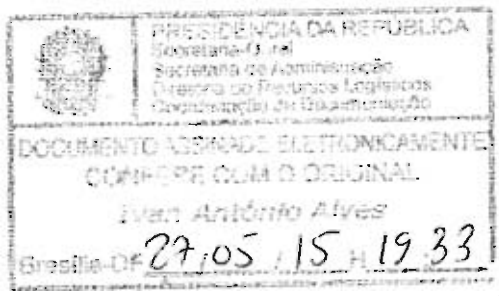
6. A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e mais 6 seções referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

7. A Avaliação dos Programas Temáticos do PPA refere-se à situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
MCN nº 6 / 2015
Fls. 02

8. São essas, Senhora Presidenta, as razões que nos levam a submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o referido Relatório.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho

Senado Federal
Protocolo Legislativo
MCN nº 6 / 2015
Fls. 03

Aviso nº 225 - C. Civil.

Em 28 de maio de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Relatório de avaliação do PPA.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República concernente ao Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012-2015, ano base 2014.

Atenciosamente,

ALOIZIO MERCADANTE
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Recebido em 29/05/15
Hora 14:11
Juliana da Silva Radicchi Mat. 254840
SCLSF-SGM

Senado Federal
Protocolo Legislativo
MCN nº 6 / 2015
Fls. 04

Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA
2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME I

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME I

DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Brasília - DF
2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTROS:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União
Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Kátia Regina de Abreu

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado da Cultura
Juca Ferreira

Ministro de Estado da Defesa
Jacques Wagner

Ministro de Estado da Educação
Renato Janine Ribeiro

Ministro de Estado da Fazenda
Joaquim Levy

Ministro de Estado da Integração Nacional – Interino
Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Helder Barbalho

Ministro de Estado da Previdência Social
Carlos Eduardo Gabas

Ministro de Estado da Saúde
Ademar Arthur Chioro dos Reis

Ministro de Estado das Cidades
Gilberto Kassab

Ministro de Estado das Comunicações
Ricardo Berzoini

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministro de Estado de Minas e Energia
Carlos Eduardo de Souza Braga

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias de Sousa

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Armando Monteiro Neto

Ministro de Estado do Esporte
George Hilton dos Santos Cecílio

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Henrique Eduardo Lyra Alves

Ministro de Estado dos Transportes
Antônio Carlos Rodrigues

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Interino
Roberto Mangabeira Unger

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Eliseu Padilha

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Edinho Araújo

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Edinho Silva

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Miguel Rosseto

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

CC-BY-NC Creative Commons 2015 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são:
http://www.planejamento.gov.br,
http://bibspi.planejamento.gov.br e
http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br.

Impresso no Brasil.

Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Gilson Alceu Bittencourt

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

André Arantes Luciano

Bráulio Santiago Cerqueira

Débora Nogueira Beserra

Jorge Abrahão de Castro

Rodolfo Osorio de Oliveira

Projeto gráfico

Roberto Tavares Walkowicz

B823r

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015: ano-base 2014 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos. -- Brasília: MP, 2015.
2v.: il.

Conteúdo: v.1 – Dimensão estratégica v.2 – Programas Temáticos
1. Plano Plurianual - avaliação 2. Políticas Públicas I. Título

CDU 338.26"2012/2015"(81)

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO(% DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA) 25
GRÁFICO 2 – SALÁRIO MÍNIMO REAL – MÉDIA ANUAL (EM R$ DE 2014) 26
GRÁFICO 3 – RESERVAS INTERNACIONAIS – ESTOQUE, CONCEITO LIQUIDEZ (US$ BILHÕES) 27
GRÁFICO 4 – DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO* (% DO PIB) 29
GRÁFICO 5 – INVESTIMENTO DO GOVERNO CENTRAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS (% PIB) 31
GRÁFICO 6 – INFLAÇÃO AO CONSUMIDOR – IPCA (% A.A) 32
GRÁFICO 7 – TAXA REAL DE JUROS *EX ANTE* (% A.A.) 32
GRÁFICO 8 – SALDO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO, RECURSOS LIVRES E DIRECIONADOS (EM % PIB) 33
GRÁFICO 9 – SALDO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (MÉDIAS DE 2007 = 100) 34
GRÁFICO 10 – CONDIÇÕES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO: *SPREAD* E INADIMPLÊNCIA. VALORES MÉDIOS TOTAIS. 34
GRÁFICO 11 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA E TERMOS DE TROCA. VALORES EM US$ MILHÕES FOB E MÉDIA 2006 = 100 35
GRÁFICO 12 – BALANÇA SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES, INVESTIMENTO DIRETO E INVESTIMENTO EM CARTEIRA (% DO PIB) 36
GRÁFICO 13 – TAXAS NOMINAIS DE CÂMBIO FRENTE AO DÓLAR – PAÍSES SELECIONADOS. MÉDIA MÓVEL 12 MESES. MÉDIA 2007 = 100. 37
GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DO GASTO EM POLÍTICAS SOCIAIS NOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO (R$ DE 2014 E % DO PIB) 39
GRÁFICO 15 – PIB *PER CAPITA* REAL E ÍNDICE DE GINI 42
GRÁFICO 16 – RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* (R$) 43
GRÁFICO 17 – TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA DA RENDA DOMICILIAR REAL *PER CAPITA* POR QUINTIL 2001–2013 (%a.a.) 43
GRÁFICO 18 – RENDA MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* MÉDIA POR REGIÃO 44
GRÁFICO 19 – EXTENSÃO (KM), POR SEGMENTO, DA CARTEIRA SELECIONADA DE SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO ATÉ 2014 53
GRÁFICO 20 – PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM CONDIÇÕES DOMICILIARES SATISFATÓRIAS 55
GRÁFICO 21 – EXPANSÃO DE CAMPI DE UNIVERSIDADES FEDERAIS POR REGIÃO, ENTRE 2010 E 2014 58
GRÁFICO 22 – TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA, POR FAIXAS DE IDADE 59
GRÁFICO 23 – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER 62
GRÁFICO 24 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR REGIÃO (POR MIL NASCIDOS VIVOS) 63
GRÁFICO 25 – OFERTA DE ENERGIA POR FONTE – MATRIZ ENERGÉTICA 69
GRÁFICO 26 – PRODUÇÃO MÉDIA DE PETRÓLEO NO BRASIL – EM MILHARES DE BARRIS POR DIA 72
GRÁFICO 27 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS, DA ÁREA PLANTADA E DA PRODUTIVIDADE (EM MILHÕES DE TONELADAS, MILHÕES DE HECTARES E KG/HA) 87
GRÁFICO 28 – BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO (US$ BILHÕES) 87
GRÁFICO 29 – *COMMODITIES* AGRÍCOLAS SELECIONADAS: MILHO E SOJA COTAÇÕES* NO MERCADO INTERNACIONAL (*CENTS* $/BU) 88
GRÁFICO 30 – CRÉDITO RURAL (VALORES EFETIVAMENTE APLICADOS EM R$ BILHÕES) 89
GRÁFICO 31 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL E EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS MÉDIA MÓVEL DE 12 MESES (2007 = 100) 90
GRÁFICO 32 – DESEMBOLSOS DO BNDES (EM R$ BILHÕES) 92
GRÁFICO 33 – VENDAS DO COMÉRCIO X MASSA SALARIAL 94
GRÁFICO 34 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA MÉDIA MÓVEL DE 12 MESES – ÍNDICE: 2007 = 100 95
GRÁFICO 35 – TAXA DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (EM MIL KM²/ANO) 96
GRÁFICO 36 – EMISSÕES BRASILEIRAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA EM CO_2 EQUIVALENTE 97

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS, E RESULTADOS ESPERADOS DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRA 19
FIGURA 2 – SISTEMA DE DIREITOS DA CF/88 E AGENDAS TRANSVERSAIS 39
FIGURA 3 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DE VÍNCULOS FORMAIS POR MICRORREGIÕES 45
FIGURA 4 – RAZÃO ENTRE ARRECADAÇÃO E BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA POR MICRORREGIÃO – 2014 47
FIGURA 5 – DINÂMICA DOS DESASTRES 54
FIGURA 6 – EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 57
FIGURA 7 – EMPREENDIMENTOS PORTUÁRIOS NO PAC 2 79
FIGURA 8 – INTERVENÇÕES EM AEROPORTOS NO PAC 2 80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DESONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS INSTITUÍDAS DESDE 2012 – IMPACTO ANUAL (EM R$ BI) 30
TABELA 2 – RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS SELECIONADAS (EM % PIB) 31
TABELA 3 – BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS OFERTADOS EM 2002 E 2014 40
TABELA 4 – UTILIZAÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURA 68
TABELA 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PPA 2012–2015, EM 2014 (VALORES EM R$ BILHÕES) 121

LISTA DE SIGLAS

ABC	PROGRAMA DE AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO
ABM	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS
AICE	ACESSO INDIVIDUAL CLASSE ESPECIAL
ALADI	ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO
ANAC	AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
ANATEL	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
ANATER	AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
ANEEL	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA
ANM	AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
ANP	AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO
ANTAQ	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
ANTT	AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
ASEAN	ASSOCIAÇÃO DE NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO
ATER	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
BNDES	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
BRIC	BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA

BSM	PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA
CAF	COMITÊ DE ARTICULAÇÃO FEDERATIVA
CAPS	CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
CAR	CADASTRO AMBIENTAL RURAL
CDIFF	COMISSÃO PERMANENTE PARA INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA FAIXA DE FRONTEIRA
CELAC	COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS
CIDE	CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO
CLA	CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA
CLBI	CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO
CNM	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS
CNPM	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA MINERAL
COMPERJ	COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
COSIPLAN	CONSELHO SUL-AMERICANO DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO DA UNASUL
CPLP	COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LINGUA PORTUGUESA
CRAS	CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
CREAS	CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
CSF	PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS
CTPIN	COMISSÃO TÉCNICA DO PLANO INDÚSTRIA
DNIT	DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES
DPU	DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
DSEI	DISTRITOS SANITÁRIOS ESPECIAIS INDÍGENAS
EILD	EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL DE LINHA DEDICADA
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
ENAFRON	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NAS FRONTEIRAS
END	ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA
EPL	EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA
ESA	AGÊNCIA ESPACIAL EUROPEIA
EVTEA	ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL
FAB	FORÇA AÉREA BRASILEIRA
FGV	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
FIES	FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
FMM	FUNDO DA MARINHA MERCANTE
FNP	FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS
FOCEM	FUNDO PARA A CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL
FUNPRESP	FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IGP-DI	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS
INFRAERO	EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
INPC	ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
IPCA	ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA
LAI	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
LAMIN	LABORATÓRIOS DE ANÁLISES MINERAIS
LBD	LIVRO BRANCO DE DEFESA
LDO	LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MCIDADES	MINISTÉRIO DAS CIDADES
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
MEC	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
MERCOSUL	MERCADO COMUM DO SUL
MINUSTAH	MISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO NO HAITI
MPS	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
MRV	MENSURAÇÃO, RELATO E VERIFICAÇÃO
MS	MINISTÉRIO DA SAÚDE
MTE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
ODM	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO
OEA	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
OMC	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

PAC 2	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO 2ª FASE
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PAISS	PLANO DE APOIO À INOVAÇÃO DOS SETORES SUCROENERGÉTICOS E SUCROQUÍMICOS
PBA	PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO
PBM	PLANO BRASIL MAIOR
PCA	PROGRAMA PARA A AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉNS
PCH	PEQUENAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS
PDE	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
PEMAT	PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DA MALHA DE TRANSPORTE DUTOVIÁRIO
PHE	PLANO HIDROVIÁRIO ESTRATÉGICO
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PIL	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA
PIS/PASEP	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL / PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO
PISF	PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM AS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL
PMAQ-AB	PROGRAMA MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DA ATENÇÃO BÁSICA
PMCMV	PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA
PNAD	PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS
PNAISP	POLÍTICA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO SISTEMA PRISIONAL
PNBL	PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA
PNC	PLANO NACIONAL DE CONTINGÊNCIA PARA INCIDENTES DE POLUIÇÃO POR ÓLEO EM ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO NACIONAL
PND II	PROGRAMA NACIONAL DE DRAGAGEM II
PND	POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA
PNLT	PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTES
PNPB	PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL
PNUD	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
PNUMA	PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE
PPA	PLANO PLURIANUAL
PPCDAM	PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL
PPSA	PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A.
PROCONVE	PROGRAMA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO DO AR POR VEÍCULOS AUTOMOTORES
PROINVESTE	PROGRAMA DE APOIO AO INVESTIMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL
PROMINP	PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL
PRONAF	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
PRONATEC	PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
PROSUPER	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE MEIOS DE SUPERFÍCIE
PROSUB	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE SUBMARINOS
PROUNI	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS
PSE	PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA
PSI	PROGRAMAS DE SUSTENTAÇÃO DO INVESTIMENTO
RAIS	RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS
RDC	REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO
REIF	REGIME ESPECIAL DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES
SAC	SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
SBTVD-T	SISTEMA BRASILEIRO DE TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE
SEP	SECRETARIAS DE PORTOS
SICAR	SISTEMA INTEGRADO DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL
SIN	SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL
SIOP	SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SUS	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
TRBA	TERMINAL DE REGASEIFICAÇÃO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO DA BAHIA
UBS	UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE
UFN	UNIDADE DE FERTILIZANTES NITROGENADOS
UNASUL	UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS
UNFCCC	CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA
UNIFIL	FORÇA INTERINA DAS NAÇÕES UNIDAS NO LÍBANO
UPA	UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
ZOPACAS	ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO DO ATLÂNTICO SUL

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL 13
INTRODUÇÃO 15
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO 16
MACROECONOMIA E DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO 23
SISTEMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL 38
INFRAESTRUTURA 67
PRODUÇÃO COM SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO 86
INSERÇÃO INTERNACIONAL 99
ESTADO, FEDERALISMO, PLANEJAMENTO E GESTÃO 111
CONSIDERAÇÕES FINAIS 119

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012 – 2015**, ano-base 2014, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012–2015, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Com o objetivo de facilitar a leitura, este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA (Volume I) compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende a Avaliação dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2014. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I – Programas Sociais; II – Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV – Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nelas retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas ainda neste último ano de implementação do PPA 2012–2015, bem como extrair aprendizados que orientem a elaboração e implementação do PPA 2016–2019.

Boa leitura!

Nelson Barbosa
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente documento é o Volume I do **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual (PPA)** do Governo Federal para o período 2012–2015, ano-base 2014. Neste Volume avalia-se a consecução, no terceiro ano de vigência do PPA, das orientações anunciadas em sua dimensão estratégica. No Volume 2 é apresentado em mais detalhes o andamento das políticas públicas que operacionalizam essa estratégia, pelo registro de monitoramento dos indicadores, objetivos e metas dos programas temáticos (dimensão tática do PPA), bem como pelo registro da execução financeira das iniciativas com vinculação orçamentária do Governo Federal no exercício de 2014.

Mesmo diante de um cenário internacional em estágio ainda de recuperação, o País continuou a avançar em 2014. Entre as políticas públicas do Governo Federal, catalisadoras das mudanças em curso no País, destacam-se: o Plano Brasil Sem Miséria e a busca pela superação da pobreza extrema, que já foi alcançada entre os beneficiários do Bolsa Família; o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o reforço dos investimentos em infraestrutura; o Programa Minha Casa, Minha Vida e a melhoria das condições habitacionais dos brasileiros mais pobres; os estímulos ao investimento e à produção; a ampliação da oferta de atendimento médico com o programa Mais Médicos e do acesso a equipamentos públicos de saúde, como as Unidades de Pronto Atendimento – UPA e Unidades Básicas de Saúde – UBS; a continuidade das ações de controle do desmatamento; e a manutenção das taxas de desemprego em níveis baixos.

Tais avanços resultam da vitalidade da sociedade brasileira, potencializada pela estratégia de desenvolvimento do Governo Federal anunciada desde o PPA 2004–2007. Essa estratégia enfatiza a convergência entre políticas sociais, econômicas e ambientais, com vistas à promoção da inclusão social e melhoria da distribuição de renda, tendo por objetivo ampliar a universalização e a institucionalização dos direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988. O PPA 2012–2015 reforça esse compromisso com o desenvolvimento inclusivo reafirmando, numa quadra histórica de reordenamento dos polos dinâmicos da economia mundial, a importância do Estado e da democracia, seja na indicação em conjunto com a sociedade do futuro desejado, seja no provimento de meios e coordenação com o setor privado para alcançá-lo.

O presente Volume se subdivide em uma seção sobre a estratégia nacional de desenvolvimento e seis seções referentes aos eixos de políticas públicas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão. Por fim, são apresentadas considerações finais.

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

A estratégia de desenvolvimento inclusivo contida no PPA atual e nos dois planos que o antecederam vem proporcionando, nos últimos anos, materialidade aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme estabelece o artigo 3º da Constituição Federal: construção de uma sociedade livre, justa e solidária; dinamização do desenvolvimento nacional; erradicação da pobreza e da extrema pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais; e promoção de uma sociedade sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O PPA 2004–2007, o primeiro plano a explicitar a atual estratégia inclusiva de desenvolvimento, tomava como base o fortalecimento do mercado interno mediante a conformação de um mercado de massas apoiado em aumentos reais do salário mínimo, políticas de transferência de renda e redução das desigualdades, associados com o controle da inflação. A inclusão de milhares de famílias nos circuitos de produção e consumo proporcionaria (e de fato proporcionou) ganhos de escala que contribuiriam para o aumento da produtividade, que em parte seria transmitido às famílias trabalhadoras, formando um círculo virtuoso de inclusão social.

O PPA 2008–2011 deu sequência a essa estratégia ao reforçar o fortalecimento do mercado interno com redução de desigualdades por meio da aceleração dos investimentos em educação e em infraestrutura econômica e social. Assim, a consolidação da agenda inclusiva, num contexto marcado pela eclosão da crise financeira global de 2008, passou, dentre outras iniciativas: pela implementação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; pela aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE; e pela criação do maior programa popular de habitação do País nas últimas décadas, o Minha Casa, Minha Vida. A implementação da Agenda Social no período também merece destaque, na medida em que agregou e fortaleceu as complementaridades entre as diversas políticas sociais, promovendo ações de cidadania, direitos humanos, esporte, educação e cultura.

O PPA 2012–2015 dá continuidade aos dois planos anteriores, apontando em sua visão de futuro para um país que seja reconhecido:

- Por seu modelo de desenvolvimento sustentável, bem distribuído regionalmente, que busca a igualdade social com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental; e
- Por ser uma Nação democrática, soberana, que defende os direitos humanos e a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo.

Essa visão de futuro se alicerça em um conjunto de valores que servem de guia para os comportamentos, atitudes e decisões, dando uma personalidade ao governo, explicitando uma "ética" para sua atuação. Os valores declarados no PPA 2012-2015 são: Soberania; Democracia; Justiça Social; Sustentabilidade; Diversidade Cultural e Identidade Nacional; Participação Social; e Excelência na Gestão.

Em consonância com a visão de futuro e os valores estabelecidos, foram definidos 11 Macrodesafios que orientam as políticas públicas federais no período do Plano:• Projeto Nacional de Desenvolvimento;

- Erradicação da Pobreza Extrema;
- Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Conhecimento, Educação e Cultura;
- Saúde, Previdência e Assistência Social;
- Cidadania;
- Infraestrutura;
- Democracia e Participação Social;
- Integridade e Soberania Nacional;
- Segurança Pública;
- Gestão Pública.

Esses Macrodesafios, além de reunirem e nortearem o conjunto de políticas públicas que dão continuidade às conquistas observadas ao longo da execução dos últimos dois planos plurianuais, incorporam novas políticas e linhas de ação, que no PPA 2012–2015 se organizam em torno de duas grandes áreas: o Brasil Sem Miséria, promovendo a inclusão social e produtiva da população em situação de extrema pobreza e possibilitando a incorporação de um contingente ainda maior de brasileiros ao mercado interno, elevando as condições de bem-estar da população; e a ampliação dos investimentos em infraestrutura, com o Programa de Investimentos em Logística – PIL e o PAC 2, com mais recursos e maior integração com Estados e municípios nos investimentos em infraestrutura e habitação.

Essa trajetória vem, portanto, consolidando um padrão de transformações estruturais que, em termos analíticos, pode ser apresentado em cinco dimensões, interligadas pela primazia da atenção ao desenvolvimento social:

i. *dimensão social*, cuja estratégia é consolidar a universalização e institucionalização dos direitos da cidadania, melhorar a distribuição de renda e promover a inclusão social das parcelas mais vulneráveis da população, criando condições mais equitativas de acesso às oportunidades oferecidas no mercado de trabalho;

ii. *dimensão econômica*, que se caracteriza por:

a) manter a estabilidade macroeconômica, conciliando crescimento econômico, distribuição de renda e inclusão social;

b) dar curso e velocidade às *três frentes de expansão* que se encontram atuantes na economia brasileira: i) investimentos em produção e consumo de massa; ii) investimentos em infraestrutura econômica e social; e iii) investimentos em atividades intensivas em recursos naturais;

c) potencializar as três frentes de expansão por meio do fortalecimento dos encadeamentos produtivos e de avanços substanciais em educação, ciência, tecnologia e inovação – ampliando a produtividade e a competitividade da economia e criando as condições para que o País ingresse de forma ativa na era do conhecimento.

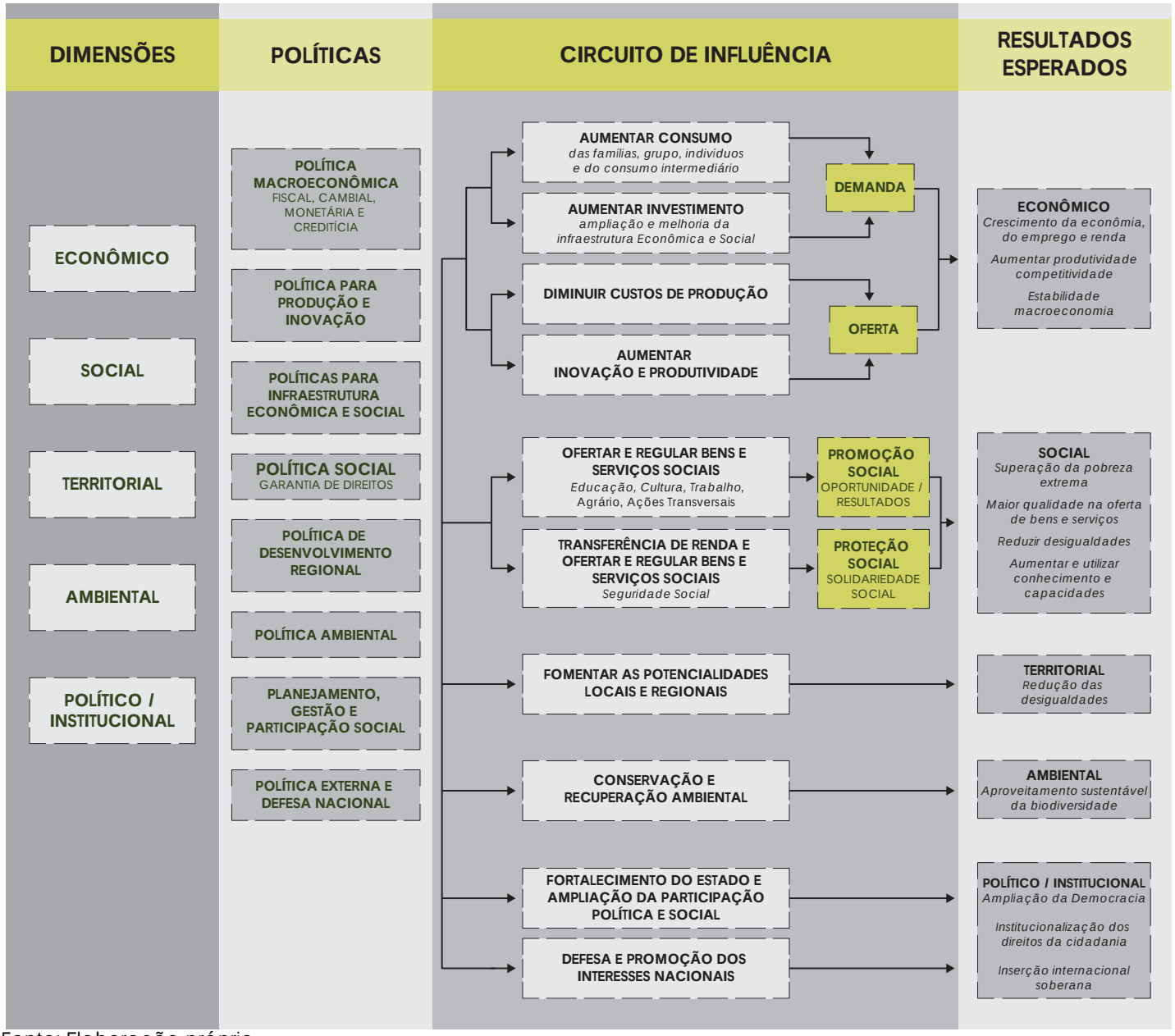
iii. *dimensão ambiental*, que tem como centro a sustentabilidade, associando o desenvolvimento produtivo a um meio ambiente equilibrado e saudável, pelo uso adequado dos recursos naturais, tais como os recursos hídricos, as florestas, o solo e os recursos minerais;

iv. *dimensão territorial*, que busca essencialmente a redistribuição de oportunidades e renda entre regiões do País, fortalecendo e estimulando as potencialidades de cada território; e

v. d*imensão político-institucional*, cuja estratégia passa pela promoção da inserção internacional soberana e pelo contínuo fortalecimento do Estado e das instituições em um regime democrático que estimule a participação e a inclusão social.

A Figura a seguir ilustra como essas dimensões desdobram-se em políticas públicas que buscam, no seu conjunto, gerar resultados transformadores na sociedade e na economia.

FIGURA 1 – DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO, POLÍTICAS PÚBLICAS, E RESULTADOS ESPERADOS DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRA



Fonte: Elaboração própria

A integração e a complementaridade entre essas cinco dimensões são orientadas, portanto, pela priorização da dimensão social. Além de expandir e materializar direitos, as políticas sociais viabilizam a incorporação ao mercado de milhões de brasileiros, mediante, por exemplo, a expansão da cobertura da previdência, as transferências de renda e a oferta de bens e serviços públicos, o que aumenta o bem-estar proporcionando maior justiça social. De outro lado, em sua atribuição reguladora, as políticas sociais agem no sentido da redução das desigualdades no interior do mercado de trabalho via elevação do salário mínimo, o que amplia a renda disponível para o consumo das famílias e o acesso a bens e serviços sociais, também reforçando o bem-estar e a justiça social. Esses dois movimentos se retroalimentam, possibilitando a redução das desigualdades sociais e regionais, o que, além de ser autojustificável, gera como subproduto a ampliação do mercado interno.

No campo econômico trata-se de fomentar a operação dos três motores do investimento que atualmente energizam o desenvolvimento das forças produtivas (produção e consumo de massa; infraestrutura econômica e social; e recursos naturais) e de potencializá-los, tanto por múltiplas ações destinadas ao aumento da taxa de investimento da economia, como por meio de fomento à ampliação de seus encadeamentos produtivos e da incorporação em larga escala do valor agregado por educação, ciência, tecnologia e inovação. Em sua implementação o projeto permitirá que o processo de inovação se transforme numa quarta frente de expansão da economia.

Para que o crescimento associado a essas frentes de expansão ganhe em robustez e se traduza efetivamente em bem-estar para a maioria da população, é fundamental a coordenação das ações de governo de forma a estimular uma dinâmica econômica centrada na inclusão social, ampliando as escalas de produção, o que contribui para o aumento da produtividade. A ampliação do crédito e dos investimentos públicos e privados em infraestrutura, por exemplo, contribui para a redução de custos sistêmicos e o aumento da produtividade. Esse conjunto de forças resulta na possibilidade de direcionar os excedentes para mercados externos, ampliando novamente a escala de produção e a produtividade, o que contribui para o crescimento econômico sustentável.

Embora o modelo de desenvolvimento inclusivo não esteja centrado no mercado externo, os resultados efetivamente alcançados sofrem a influência do contexto internacional. Nesse sentido, a centralidade da inclusão social e do fortalecimento do mercado interno permitiu que o País se recuperasse da crise financeira global de 2008 e, mesmo após 2011, em meio à acentuação da crise europeia, continuasse com níveis baixos de desemprego.

No que se refere à dimensão ambiental, o desenvolvimento significa que o uso dos recursos naturais para geração de riqueza e renda não deve se dissociar da promoção da qualidade de vida e da sustentabilidade. Deve-se promover um desenvolvimento que compatibilize a capacidade de distribuir os benefícios de modo mais equitativo, com o compromisso de abandonar práticas danosas ao meio ambiente, estabelecendo relações equilibradas, mutuamente benéficas e permanentes entre sociedade e natureza, fazendo uso adequado dos recursos sem

comprometer as reservas naturais e a capacidade de desenvolvimento das gerações futuras. Por conseguinte, a responsabilidade pelo uso adequado e sustentável dos bens da natureza transcende a esfera governamental, devendo envolver o setor privado e a sociedade como um todo.

Existe uma preocupação da comunidade internacional com relação a questões de cunho ambiental, e o Brasil tem assumido papel de destaque na proposição e no alcance de metas associadas a essas questões. Assuntos como os relacionados à mudança do clima, em especial as ações para a sua mitigação e adaptação aos seus efeitos, testemunham o aperfeiçoamento constante dos procedimentos de planejamento e de coordenação de políticas, planos e programas refletidos no PPA, mediante a incorporação do valor ambiental na ação governamental.

Na dimensão territorial, deve-se alavancar o desenvolvimento social e econômico, considerando os atores, variantes e potencialidades locais, pois é no território onde os investimentos se materializam e onde os impactos são mais sensíveis. O olhar sobre o território traz nova perspectiva à função de planejar, pois não se trata mais de decidir apenas sobre a alocação dos recursos já existentes. Faz-se necessário compatibilizar estratégias e prioridades em nível nacional com os objetivos, expectativas e potencialidades locais. Isso implica em aproximar a oferta das políticas públicas das demandas territorialmente definidas. É promover o território a sujeito na definição da ação do Estado, orientador da ação programática, considerando suas especificidades na elaboração das políticas, inseridas no contexto mais amplo da estratégia de desenvolvimento.

Além disso, a escolha do território como plataforma de integração entre as políticas públicas, à medida que acontecem em espaço específico, gera efeitos que se multiplicam para a promoção do desenvolvimento local e regional. Devem-se reconhecer os rebatimentos territoriais das políticas setoriais, buscando elementos que apontem para possibilidades de convergência com a ação de outros atores, seja dos outros entes federados, seja da sociedade civil e do setor privado. Dessa forma, a vertente territorial sugere a necessidade de estabelecer uma relação harmoniosa entre os entes federados, estimulando a articulação federativa e a participação social no processo de elaboração e gestão das políticas públicas, no diálogo entre as visões nacional e local de desenvolvimento.

O desafio da política territorial consiste em promover mecanismos que estimulem a elaboração de ações e iniciativas que se concretizem em parcerias de desenvolvimento com o Governo Federal. Nesse sentido, tem-se atuado no fortalecimento dos municípios no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de seus planos plurianuais, conscientizando seus atores da importância desse instrumento de planejamento estratégico, estimulando a participação social, além de buscar conciliar esses planos com os planejamentos de longo prazo estabelecidos nas esferas federal e estadual.

Na perspectiva territorial, portanto, a estratégia do PPA procura se pautar pela redistribuição de renda e oportunidades entre as regiões; pelo fortalecimento e aproveitamento das potencialidades regionais; pela implementação de estratégias de desenvolvimento local, por meio do fomento à constituição de empreendimentos econômicos solidários e a ampliação do acesso a mercados; pela reorientação de

investimentos e recursos diversos destinados à infraestrutura e atividades produtivas; pela gestão integrada de políticas públicas voltadas para espaços rurais e metropolitanos do território nacional; e pela preservação da diversidade ambiental e cultural do País.

A decorrência lógica dessa combinação de tendências econômicas e sociais e esforços governamentais é o fortalecimento da dimensão político-institucional do processo de desenvolvimento, criando condições para uma inserção internacional mais soberana, maior integração com os países vizinhos e o contínuo fortalecimento do Estado e das instituições, no esforço permanente pela ampliação e qualificação dos serviços públicos ofertados, estimulando e criando instâncias para a participação social de forma a atender aos legítimos anseios de uma sociedade cada vez mais exigente e ciente dos seus direitos, o que consolida a democracia.

As cinco dimensões que organizam o modelo de desenvolvimento em curso no Brasil constituem, dessa forma, diretrizes que perpassam de forma transversal o conjunto das políticas públicas que, neste documento, para fins de avaliação, foram agregadas em torno de seis eixos: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

MACROECONOMIA E DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO

A análise dessa seção contempla a Lei que institui o Plano Plurianual da União para o período 2012-2015[1], que estabelece avaliação anual pelo Poder Executivo do "comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados". Na sequência, explicita-se a interconexão entre, de um lado, a administração ao longo do tempo do regime macroeconômico (meta de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante) e, de outro lado, desenvolvimento com inclusão social para, em seguida, analisar-se em perspectiva o comportamento recente da atividade econômica, da política fiscal, da política monetária e do setor externo e da taxa de câmbio.

O PPA 2012–2015 E O COMPORTAMENTO DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS EM 2014

O cenário macroeconômico do PPA 2012–2015, anunciado em meados de 2011, apresenta metas de inflação e de resultado primário do Governo Central definidas, respectivamente, pelo Conselho Monetário Nacional e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

A meta de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, era 4,5% em 2014, com intervalo de tolerância de 2,0 pontos percentuais para cima ou para baixo. Como o IPCA observado em 2014 foi 6,41%, o índice manteve-se dentro do intervalo de tolerância.

A meta oficial de resultado primário do Governo Central para 2014 foi fixada, inicialmente, em R$ 49,1 bilhões[2]. Em razão da revisão para baixo das previsões de crescimento da economia mundial e da economia brasileira em 2014, e da necessidade de preservação de espaço fiscal para a manutenção de investimentos prioritários, o Governo Federal encaminhou ao Congresso Nacional, em novembro de 2014, o Projeto de Lei nº 36/2014, que ampliava a possibilidade de abatimento de despesas do PAC 2 e das desonerações para fins de cumprimento da meta de resultado primário. Com a aprovação do Projeto de Lei (Lei nº 13.053/2014), todas as despesas do PAC 2 e todo o valor das desonerações de 2014 passaram a ser passíveis de desconto da meta de resultado primário. Com essa alteração, o resultado primário do Governo Central de – R$ 20,47 bilhões em 2014 cumpriu a determinação legal[3]. Para 2015, a Lei nº 13.080/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015) prevê recomposição do resultado fiscal do Governo Central, que deve

1 Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, art. 15, inciso I.
2 Considerando a possibilidade inicial de desconto de R$ 67,0 bilhões de despesas do PAC 2 e de desonerações prevista no Anexo IV da Lei nº 12.919/2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2014.
3 Além dos R$ 67 bilhões inicialmente permitidos, foram deduzidos outros R$ 60,5 bilhões de despesas do PAC 2 e das desonerações para fins de cumprimento da meta de resultado primário.

perseguir um superávit primário de R$ 55,3 bilhões[4], além de compensar eventual não cumprimento da meta de Estados e municípios fixada em R$ 11,05 bilhões.

No que se refere aos parâmetros macroeconômicos, utilizados durante a elaboração do PPA, destaca-se que a taxa de câmbio média (R$/US$) verificada em 2014 foi de 2,35, acima da previsão de 1,74, o que é explicado por um cenário internacional mais conturbado e volátil do que o contemplado pelo PPA quando de sua elaboração em 2011.

Quanto à taxa básica de juros (taxa Selic), em dezembro de 2014 o observado foi 11,75% ao ano, acima do valor estimado no momento de elaboração do PPA, 9,50% a.a., uma decorrência do compromisso da autoridade monetária com a estabilidade de preços. A esse respeito, saliente-se que, a despeito do ciclo recente de elevação dos juros nominais, a taxa real de juros *ex ante* entre 2011 e 2014 atingiu a menor média dos últimos anos, 4,0% a.a., contra 10,0 % entre 2003 e 2006 e 6,5% a.a. no período 2007 a 2010[5].

Finalmente, no que tange ao Produto Interno Bruto – PIB, depois de crescer 2,7% em 2013, a variação de 0,1% em 2014 ficou abaixo do valor previsto em 2011 pelo PPA (5,5%). O arrefecimento do crescimento da economia em 2014 se explica pela permanência da instabilidade do quadro econômico global desde a crise financeira de 2008 e, mais especificamente, pelos efeitos de dois choques simultâneos sobre o País: externamente, além da menor taxa de crescimento anual da China em 25 anos, das dificuldades da recuperação nos EUA e da estagnação europeia e japonesa, saliente-se a queda dos preços de *commodities* exportadas e produzidas pelo Brasil, em especial minério de ferro e petróleo; internamente, a pior seca de que se tem registro no Brasil vem pressionando os preços de alimentos e de energia, além de problematizar a oferta de água em regiões específicas. Os impactos da desaceleração econômica sobre a população, contudo, vêm sendo minimizados pela solidez intertemporal dos fundamentos macroeconômicos, pelas medidas de política econômica adotadas e pela preservação da política social, que explicam a manuntenção da taxa de desemprego em patamares historicamente mínimos e a continuidade dos ganhos reais para os salários.

4 O valor já considera deduções programadas do PAC 2 no valor de R$ 28,7 bilhões.

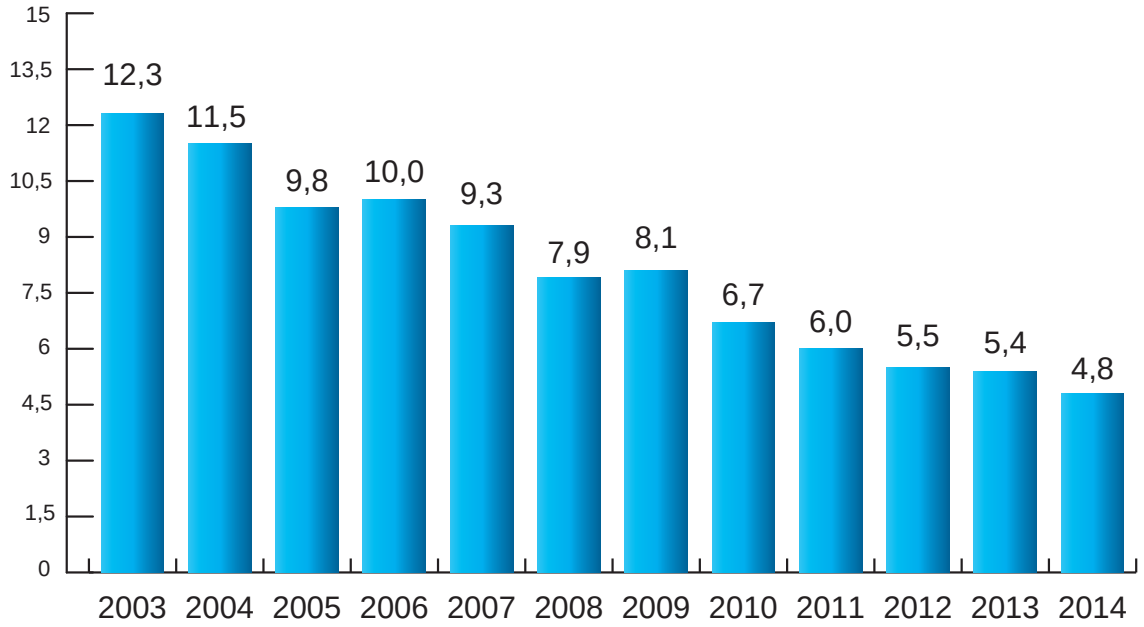
5 A taxa de juros real *ex ante* é dada pela razão entre as taxas dos contratos de swap-DI 360 dias e a mediana das expectativas de inflação acumuladas para os próximos 12 meses. Para cada ano considerou-se o valor de 31 de dezembro. Os dados foram obtidos do Banco Central do Brasil.

OS PILARES DA MACROECONOMIA E O DESENVOLVIMENTO COM INCLUSÃO

Em 2014, a despeito da intensidade do choque de preços de *commodities* e da seca, o compromisso com a solidez macroeconômica intertemporal – expresso no respeito ao intervalo da meta de inflação, no controle do endividamento público e na política de câmbio flutuante – mostrou-se mais uma vez compatível com a trajetória de desenvolvimento inclusivo característica do País na última década e com a estruturação de políticas em prol da competitividade, além de robustecer as defesas da economia nacional contra a crise global.

Entre 2011 e 2014 o País gerou, em termos líquidos, 5 milhões de postos de trabalho com carteira assinada[6]. A taxa de desocupação, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, prosseguiu na trajetória de queda atingindo novo mínimo histórico de 4,8% em 2014 (média do ano). Novamente a redução do desemprego mostrou-se compatível com a valorização do salário mínimo, que teve reajuste real de 2,8% em janeiro de 2014 e acumulou alta real de 0,7% na comparação da média anual do salário mínimo real de 2014 com a de 2013.

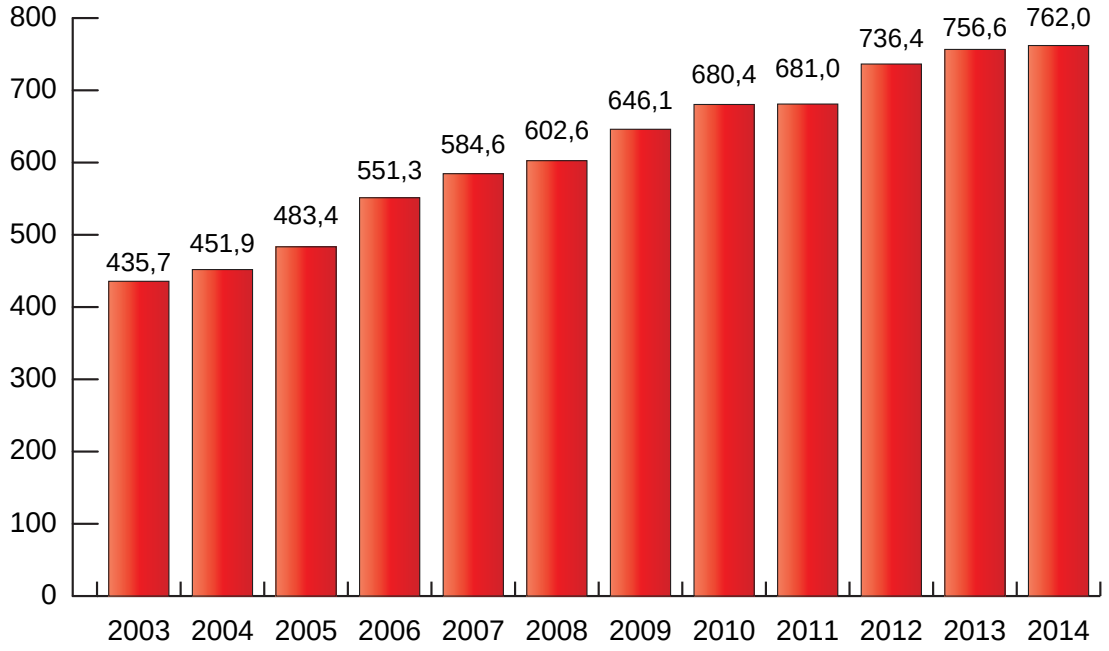
GRÁFICO 1 – TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO (% DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA)



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

6 Cifra de 2014 de acordo com informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego – CAGED/MTE. Para 2011, 2012 e 2013, dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego – RAIS/MTE.

GRÁFICO 2 – SALÁRIO MÍNIMO REAL – MÉDIA ANUAL (EM R$ DE 2014)



Fonte: IPEADATA
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assim, a trajetória brasileira de desenvolvimento inclusivo demonstra a existência de sinergias entre políticas de proteção social, ganhos reais de salários, redução das desigualdades e geração de emprego.

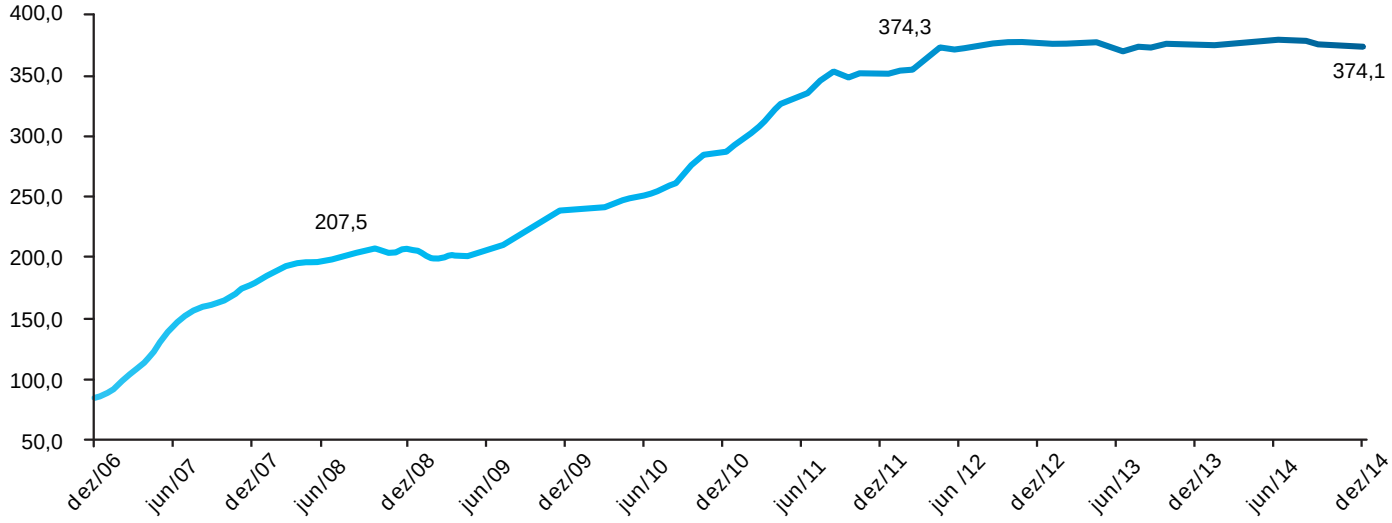
No que tange à competitividade, destaque-se o esforço do Governo Federal na construção de ganhos de produtividade pelo lado real da economia, com redução dos custos tributários, coordenação/planejamento dos investimentos em infraestrutura econômica e social, reforço dos gastos públicos em qualificação da mão de obra e ampliação do crédito à inovação e pesquisa e desenvolvimento nas empresas. Ao final do ano, em conjunto com lideranças industriais, o Governo Federal apontou para o aperfeiçoamento desses esforços.

A estratégia macroeconômica também deve ser compreendida à luz da persistência de elevados riscos para a estabilidade financeira global após mais de seis anos da eclosão da crise de 2008. Em 2014, o regime de flutuação cambial brasileiro constituiu a primeira linha de defesa do País contra turbulências externas. A taxa de câmbio nominal R$/US$, que iniciou o ano em 2,40, fechou o período em 2,66, o que tende a favorecer a competitividade da produção nacional. Ao mesmo tempo, a economia brasileira contou com outros mecanismos de defesa contra a instabilidade internacional, a saber:

- política de acumulação de reservas internacionais – mesmo após a crise de 2008 – responsável pela transformação do País em credor externo líquido (reservas internacionais de US$ 374,1 bilhões em dezembro de 2014);
- entradas líquidas de investimento estrangeiro direto superiores a US$ 60 bilhões anuais desde 2011 (US$ 62,5 bi em 2014);

- baixa participação estrangeira na dívida pública interna: 18,6% em dezembro de 2014, contra 43,4% da Espanha, 34,4% do México, 35,6% da Itália e 32,9% da Turquia[7]; e
- sistema financeiro doméstico sólido e entre os mais capitalizados do mundo.

GRÁFICO 3 – RESERVAS INTERNACIONAIS – ESTOQUE, CONCEITO LIQUIDEZ (US$ BILHÕES)



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

ATIVIDADE ECONÔMICA E POLÍTICA MACROECONÔMICA EM 2014

O atual momento da economia internacional, com persistência de elevados riscos financeiros e reversão do ciclo de alta das *commodities*, e o ciclo econômico doméstico constituem o pano de fundo para a compreensão dos movimentos da economia e da política macroeconômica no País em 2014.

Em 2014 o PIB manteve-se estável em relação a 2013, com variação no ano de 0,1%. Em 2013 o PIB havia crescido 2,7%. Vale destacar que esses valores já seguem a nova metodologia de cálculo do Sistema de Contas Nacionais implementada pelo IBGE em decorrência da mais recente revisão do manual da Organização das Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Banco Mundial.

Pela ótica da oferta, o valor adicionado da Agropecuária apresentou crescimento de 0,4%, amparado nos bons resultados de culturas como a da soja, do algodão, da mandioca e do trigo. A Indústria recuou -1,2%, a despeito do bom

7 Para o Brasil, dado de dezembro de 2014 referente à participação de não residentes na Dívida Pública Mobiliária Federal Interna, de acordo com o Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. Para outros países, último dado disponível conforme Monitor Fiscal do FMI, outubro de 2014.

desempenho dos setores extrativos de petróleo e gás natural, e de minérios ferrosos. Contribuíram para a queda do valor adicionado industrial os setores automotivo e de fabricação de máquinas e equipamentos, aparelhos elétricos e produtos de metal. Já os Serviços cresceram 0,7% em 2014, com destaque para os serviços de informação (4,6%) e atividades imobiliárias (3,3%), mas com recuo registrado no comércio (-1,8%).

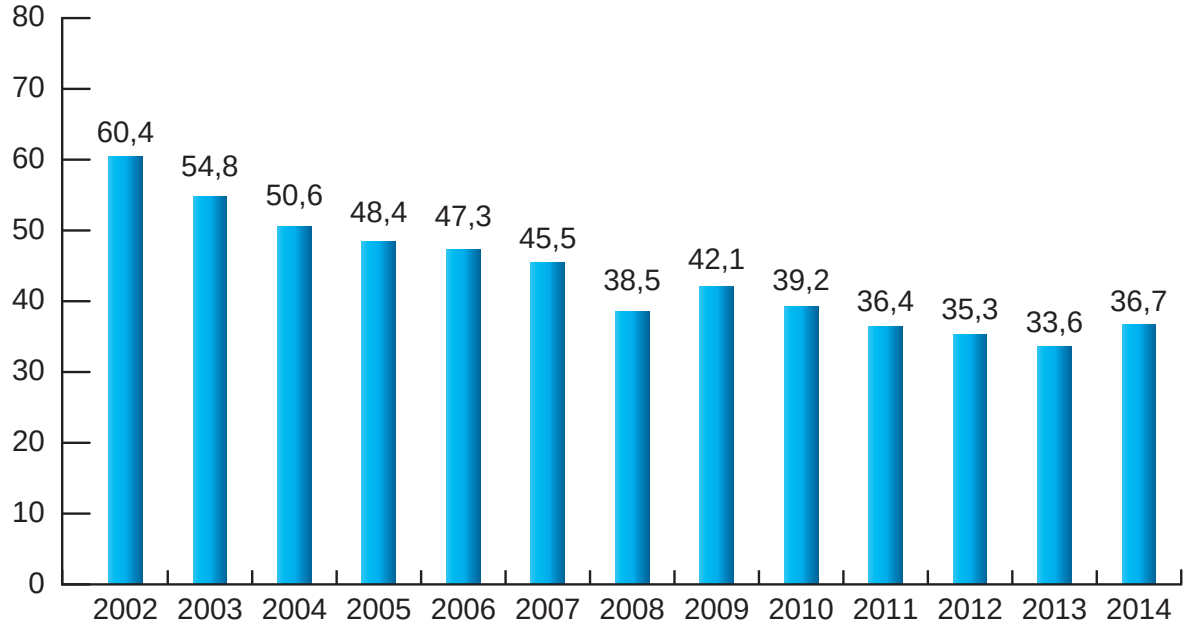
Pela ótica da demanda, no ano o Consumo cresceu 0,9%, desacelerando em relação a 2013 (2,9%), evidenciando interrupção da expansão real do crédito livre às famílias, mas sustentado pelo aumento da massa salarial ampliada disponível. No campo externo, refletindo um cenário menos favorável, Exportações e Importações recuaram, -1,1% e -1,0%, respectivamente. A Formação Bruta de Capital Fixo caiu -4,4% em 2014, resultando em uma taxa de investimento de 19,7% do PIB, inferior à de 2013, de 20,7%.

A política fiscal em 2014, especialmente em razão dos efeitos no tempo das desonerações ampliadas desde 2012, e da preservação do investimento público e das políticas sociais, atuou de forma contracíclica contribuindo para evitar maior desaceleração da demanda agregada. No final do ano, teve início um processo de redução de estímulos fiscais, que deverá se estender por 2015, tendo em vista o compromisso com a responsabilidade fiscal. O ajuste fiscal em curso, no entanto, não deverá descurar da preservação de direitos dos trabalhadores e das políticas sociais exitosas no combate à pobreza e à desigualdade.

Depois de quatro anos consecutivos de queda, a relação dívida líquida/PIB subiu de 33,6% para 36,7% do PIB, o que é explicado pelos juros nominais acumulados no ano, equivalentes a 6,1% do PIB, e pelo déficit primário do setor público consolidado de 0,6% do PIB; em contraposição, o aumento do valor em reais das reservas internacionais, que integram os direitos do setor público consolidado, contribuiu para arrefecer o aumento da dívida líquida em 1,9% do PIB[8]. Em perspectiva, entre 2002 e 2014 a relação dívida líquida/PIB retrocedeu 39 p.p.; além disso, depois de seis anos de crise financeira global, o endividamento público líquido brasileiro é menor em relação ao PIB do que o observado em 2008.

8 Por definição, a relação dívida líquida/PIB, que inclui obrigações e direitos financeiros do setor público consolidado, varia de acordo com o comportamento de três variáveis: juros da dívida pública (quanto maiores, maior a dívida), resultado primário (quanto maior, menor a dívida) e crescimento do PIB (quanto maior, menor a razão dívida/PIB). Além disso, o estoque de dívida é impactado pelos chamados ajustes cambial (decorrente dos efeitos das variações da taxa de câmbio sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira) e patrimonial (privatizações e reconhecimento de dívidas).

GRÁFICO 4 – DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO* (% DO PIB)



* Estoque em dezembro de cada ano.
Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A dívida bruta do governo geral, que não inclui os direitos financeiros do governo, como as reservas internacionais e os empréstimos do Tesouro a bancos oficiais, passou de 53,3% do PIB em dezembro de 2013 para 58,9% do PIB em dezembro de 2014, considerando a revisão recente da série histórica do PIB. Mesmo com o aumento recente, internacionalmente e em perspectiva, a trajetória da dívida bruta brasileira no pós-crise de 2008 evidencia comportamento favorável: os 58,9% do PIB atuais, contra 56% do PIB em 2008, são menores do que os 105,6% do PIB nos EUA (72,8% em 2008), os 75,5% do PIB na Alemanha (66,8% em 2008), os 98,6% do PIB na Espanha (40,2% em 2008), ou os 174,2% do PIB na Grécia (112,9% em 2008)[9].

Com relação às receitas públicas, o Governo Federal, entre o fim de 2011 e 2014, promoveu desonerações tributárias, com o propósito de reduzir custos do setor privado e preservar/estimular a geração de empregos num cenário global e interno de desaquecimento econômico. A alteração da sistemática de tributação da folha de pagamentos, que deixou de ser onerada em vários setores em troca da incidência de alíquota simplificada sobre o faturamento das empresas, a redução do IPI sobre diversos produtos, a redução da CIDE e o aumento das faixas de enquadramento do Simples e de Microempreendedores Individuais constituem exemplos de desonerações recentes. No agregado, estima-se que as desonerações implementadas desde 2011 tenham redundado em renúncia fiscal da ordem de R$46,5 bilhões em 2012, R$ 78,6 bilhões em 2013 e R$ 104,0 bilhões em 2014, cerca de 2,0% do PIB[10]. Considera-se, com isso, que o espaço fiscal para aumento do volume de desonerações tenha se esgotado.

9 Para o Brasil, dados do Banco Central do Brasil. Para outros países, dados do Monitor Fiscal do FMI, outubro de 2014 (para 2014, projeções).
10 Apresentação do Ministro da Fazenda, Brazil – 2015 *outlook*, fev. de 2014. Dados estimados pela Receita Federal do Brasil.

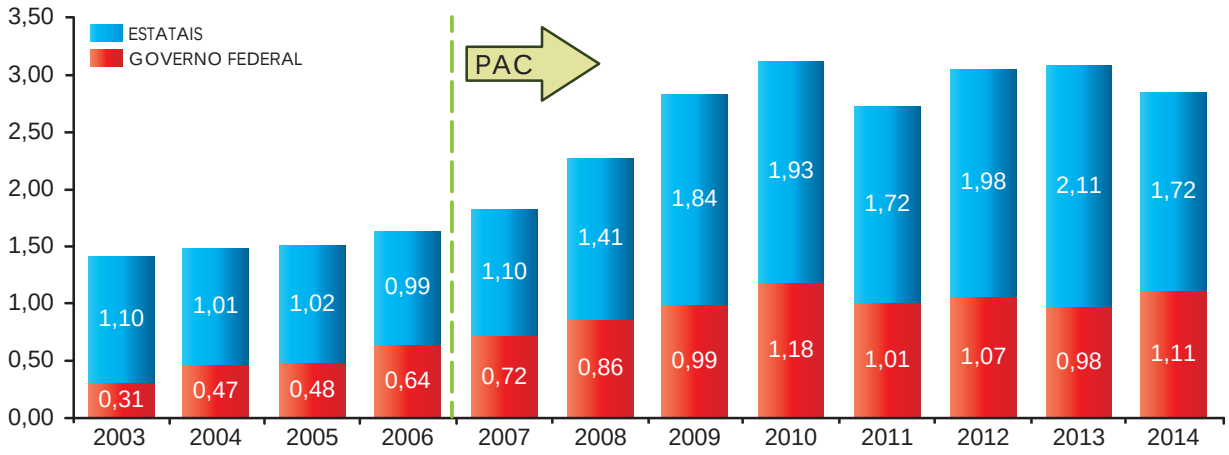
TABELA 1 – DESONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS INSTITUÍDAS DESDE 2012 – IMPACTO ANUAL (EM R$ BI)

	2012	2013	2014
Folha de Salários	3,7	12,3	21,6
CIDE	8,5	11,5	12,7
IPI	9,7	11,8	10,8
Cesta Básica	1,0	6,8	9,3
SIMPLES E MEI	5,7	6,3	7,2
IOF (Crédito ao consumo)	2,3	3,6	4,0
Nafta e Etanol		1,9	3,6
Lucros		1,7	1,8
Transporte Público		0,7	1,4
Banda Larga e Telecom		0,6	1,0
Outras	15,6	21,4	30,6
TOTAL	**46,5**	**78,6**	**104,0**

Fonte: Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Do lado das despesas, o comportamento da formação bruta de capital fixo do Governo Central e das empresas estatais federais em 2014 confirma a mudança de patamar do investimento público federal após o lançamento do PAC em 2007. Antes do PAC, entre 2003 e 2006, a média anual da formação bruta de capital fixo do Governo Central e das estatais era de 1,50% do PIB; entre 2007 e 2014 a média saltou para 2,50% do PIB. Em 2014, o somatório Governo Central e estatais chegou a 2,83% do PIB; em termos de composição, observou-se no ano um crescimento do investimento direto da União acompanhado por queda do investimento estatal. Numa perspectiva de médio/longo prazo, a mudança de patamar do investimento público e estatal promovida pelo PAC é estratégica, pois sinaliza ao setor privado que, a despeito das incertezas internacionais, o País conta com oportunidades de ampliação da infraestrutura econômica e social e irá aproveitá-las. Para tanto, conta-se ainda com a ampliação das concessões ao setor privado e estruturação de parcerias público-privadas.

GRÁFICO 5 – INVESTIMENTO DO GOVERNO CENTRAL E DAS EMPRESAS ESTATAIS (% PIB)



Fonte: Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Quanto às despesas correntes, o aumento observado ao longo do tempo, notadamente das associadas ao robustecimento da política social por meio das transferências de renda às famílias, vem sendo financiado, numa perspectiva de longo prazo, por aumentos de receitas, declínio da conta de juros e redução da conta de pessoal e encargos (sempre em percentual do PIB). A efetividade dessa parcela do gasto social é comprovada pela redução dos índices de pobreza e miséria no País.

TABELA 2 – RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS SELECIONADAS (EM % PIB)

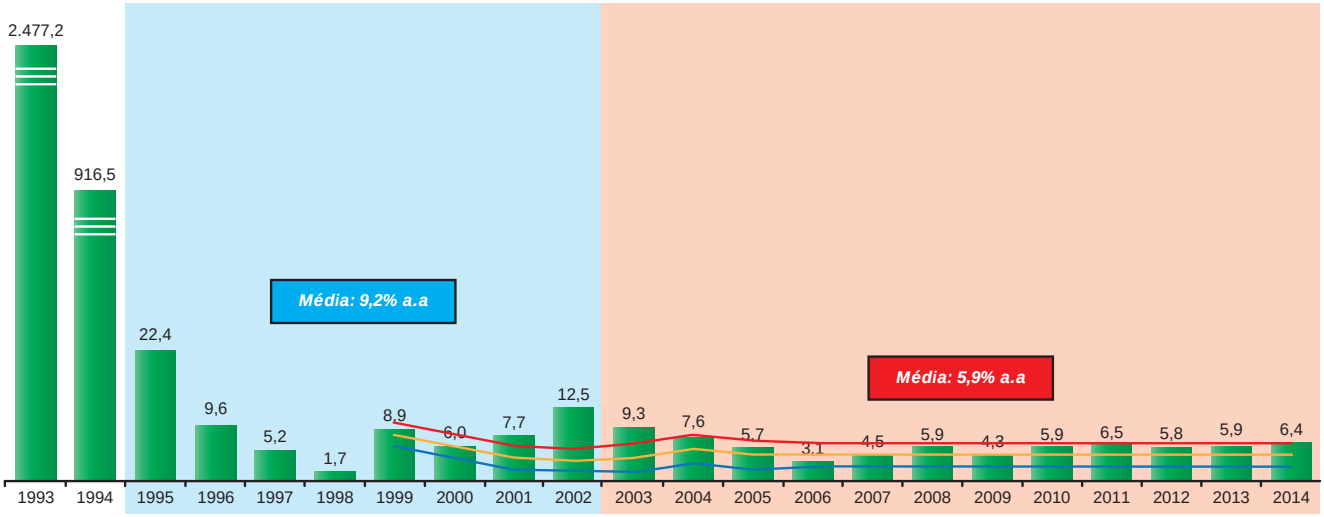
Receita Líquida e Despesas Selecionadas/Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Diferença 2014-2002 (em %PIB)
Receita Líquida*	17,9	17,4	18,1	18,8	19,0	19,3	19,2	18,9	18,7	19,7	20,0	20,3	19,4	**1,5**
Juros Nominais**	7,7	8,5	6,6	7,4	6,8	6,1	5,5	5,3	5,2	5,7	4,9	5,1	6,1	**-1,6**
Pessoal e Encargos*	4,8	4,5	4,3	4,3	4,5	4,4	4,3	4,7	4,4	4,3	4,2	4,2	4,3	**-0,5**
Benefícios Previdenciários – RGPS*	6,0	6,3	6,5	6,8	7,0	7,0	6,6	6,9	6,8	6,8	7,2	7,4	7,7	**1,7**
Benefícios Assistenciais – LOAS/RMV*	0,0	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7	0,8	**0,8**
Bolsa Família*	0,1	0,1	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	**0,4**
Abono e Seguro-Desemprego*	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8	0,9	0,9	1,0	**0,6**

* Governo Federal
** Setor Público Consolidado
Fonte: Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional, Banco Central do Brasil e Senado Federal/Sigla Brasil
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Com o objetivo de aperfeiçoar o seguro-desemprego, abono salarial, pensões por morte, dentre outros benefícios, sem comprometer os direitos dos trabalhadores, o Governo Federal enviou ao Congresso, em dezembro de 2014, as Medidas Provisórias nº 664/2014 e 665/2014 com ajustes nos programas. Estima-se, a partir da aprovação das medidas, economia de R$ 18 bilhões anuais.

Como já observado, a inflação fechou o ano de 2014 em 6,41% pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mantendo-se dentro do intervalo da meta estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional pelo 11° ano consecutivo. Na comparação com 2013, houve aceleração de 0,5 ponto percentual explicada principalmente pelos grupos alimentação e bebidas e habitação, que responderam por metade da variação observada no ano.

GRÁFICO 6 – INFLAÇÃO AO CONSUMIDOR – IPCA (% A.A)

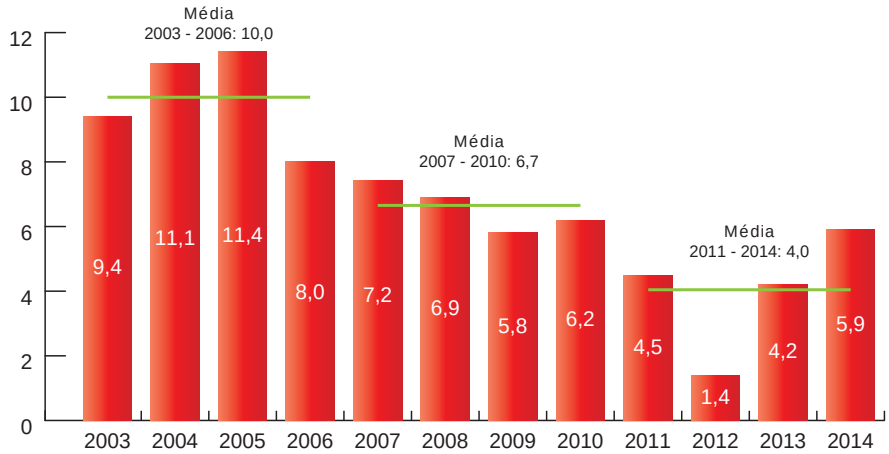


Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Em reação à maior pressão inflacionária, especialmente sobre componentes importantes do custo de vida da população, o Banco Central manteve o ciclo de alta da taxa de juros para assegurar a convergência da inflação para a trajetória da meta. A taxa básica de juros (taxa Selic) encerrou o ano a 11,75%, 1,75 ponto percentual acima do patamar alcançado em 2013. O maior rigor monetário foi motivado também pela permanência de um cenário adverso, decorrente do fim das medidas de estímulo monetário das economias mais desenvolvidas e da maior volatilidade do mercado financeiro internacional.

Nesse contexto, a taxa real de juros manteve a trajetória de elevação, alcançando 5,9% ao fim de 2014, refletindo a consistência da atual política monetária. Numa perspectiva mais ampla, diferentemente de períodos passados, a taxa de juros brasileira vem convergindo para níveis mais próximos dos observados internacionalmente, sinal de maturidade e robustez da política de metas de inflação.

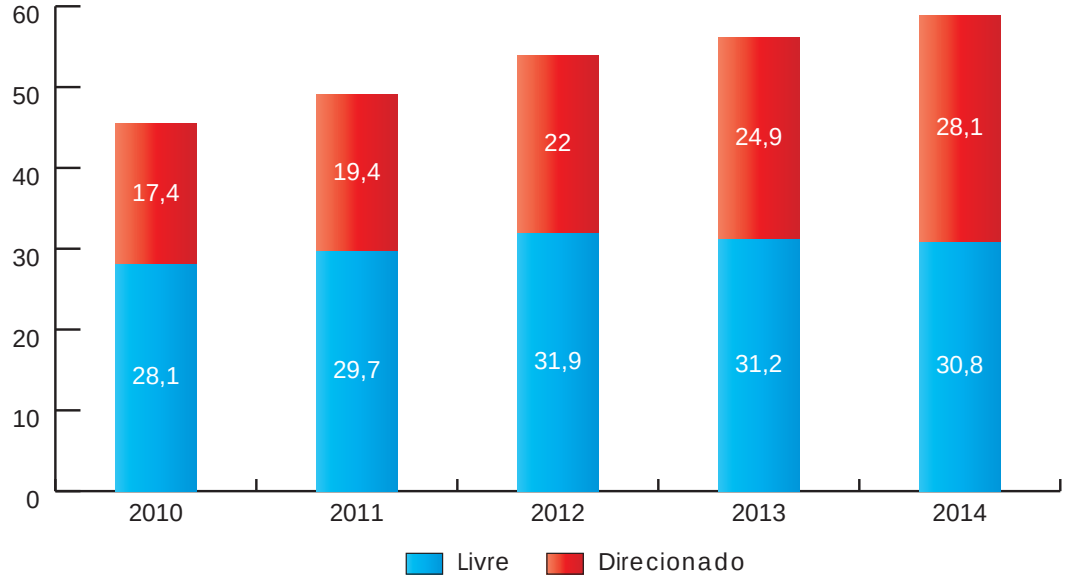
GRÁFICO 7 – TAXA REAL DE JUROS *EX ANTE** (% A.A.)



* Refere-se à razão das taxas dos contratos de swap-DI 360 dias pela mediana das expectativas de inflação acumuladas para os próximos 12 meses em 31 de dezembro de cada ano.
Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O crédito total do sistema financeiro expandiu 11,3% em 2014, ampliando sua importância relativa na economia brasileira, com cerca de 58,9% do PIB ante os 56% de 2013. A carteira de recursos direcionados elevou sua participação no total do crédito, registrando expansão nominal de 19,6% no ano, com destaque para as linhas de financiamento imobiliário (+30,1%) e para as linhas do BNDES de apoio ao investimento (+16,7%) e à agroindústria (+29,7%). Já o crédito com recursos livres observou crescimento nominal de 4,7%, com desempenhos próximos entre as linhas voltadas para pessoas físicas (+5,5%) e para pessoas jurídicas (+3,9%).

GRÁFICO 8 – SALDO* DA CARTEIRA DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO, RECURSOS LIVRES E DIRECIONADOS (EM % PIB)

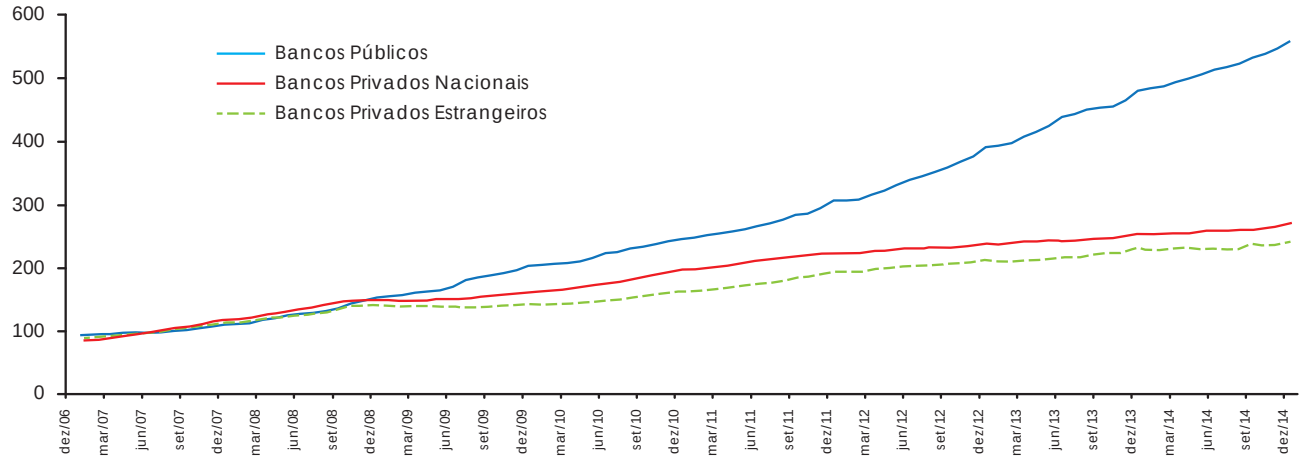


* Em dezembro de cada ano
Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A expansão da carteira de crédito em 2014 se deu em um contexto de ampla solidez do Sistema Financeiro Nacional, que apresenta índices de capitalização adequados, acima dos requeridos pela autoridade regulatória. O Índice de Basileia calculado para o 3° trimestre de 2014, de 16,5, coloca o Brasil em situação mais confortável que economias mais maduras como os EUA, Japão e alguns países europeus, resultado da efetiva atuação do Banco Central na gestão regulatória e prudencial desse mercado.

Os bancos públicos mantiveram o bom desempenho em 2014, com expansão de 16,5% das operações de crédito no ano, ante 6,4% das instituições privadas nacionais e 4,5% das estrangeiras. Nos últimos sete anos, a carteira de crédito dos bancos públicos saltou de 34% do total das instituições financeiras para 54%. Essa destacada atuação contracíclica das instituições financeiras públicas no pós-crise global de 2008 foi de grande importância num contexto de aumento pela preferência por liquidez do setor privado financeiro e não financeiro. O desafio que se recoloca atualmente consiste em fomentar o mercado de capitais doméstico e desenvolver o crédito de longo prazo ao investimento.

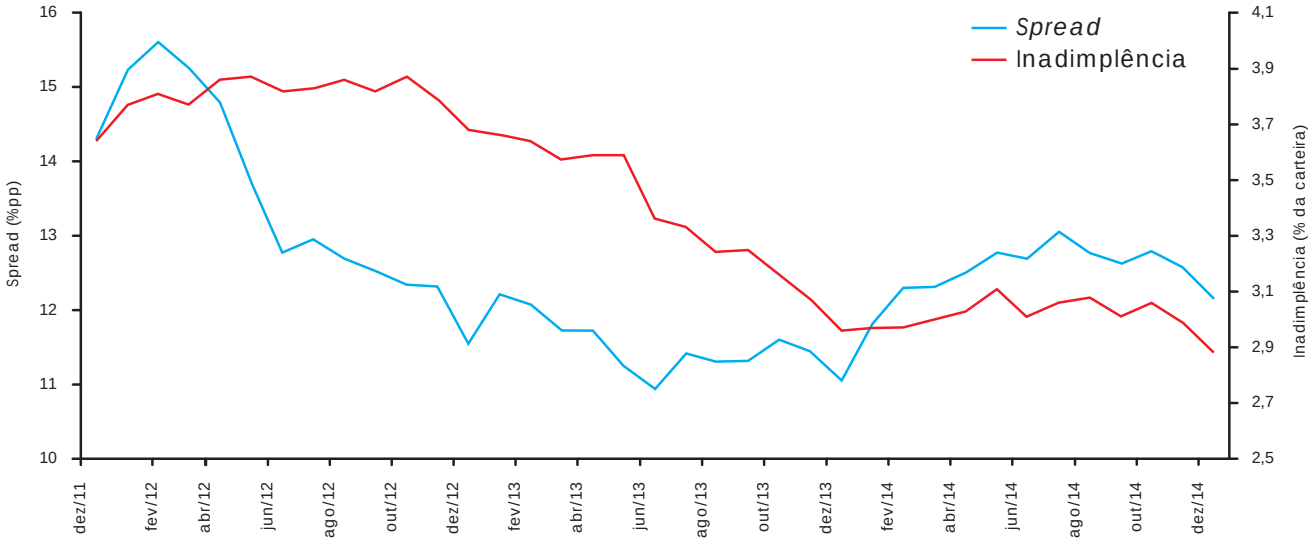
GRÁFICO 9 – SALDO DA CARTEIRA DE CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (MÉDIAS DE 2007 = 100)



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ainda em relação ao crédito, as condições de sua concessão nos últimos anos vêm apresentando melhora, com redução gradual do *spread* médio e da inadimplência. À exceção de um pequeno repique decorrente do recente ciclo de aperto monetário, o *spread* médio saiu de patamares superiores a 15 pontos percentuais em 2011 para 12,15 no fim de 2014. O mesmo ocorreu com a inadimplência que alcançou níveis históricos mínimos. A esse respeito, note-se que o crédito concedido pelos bancos públicos registra menor inadimplência média (2,1%) que o dos bancos privados nacionais (4,0%) e estrangeiros (3,5%).

GRÁFICO 10 – CONDIÇÕES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO: *SPREAD* E INADIMPLÊNCIA. VALORES MÉDIOS TOTAIS.

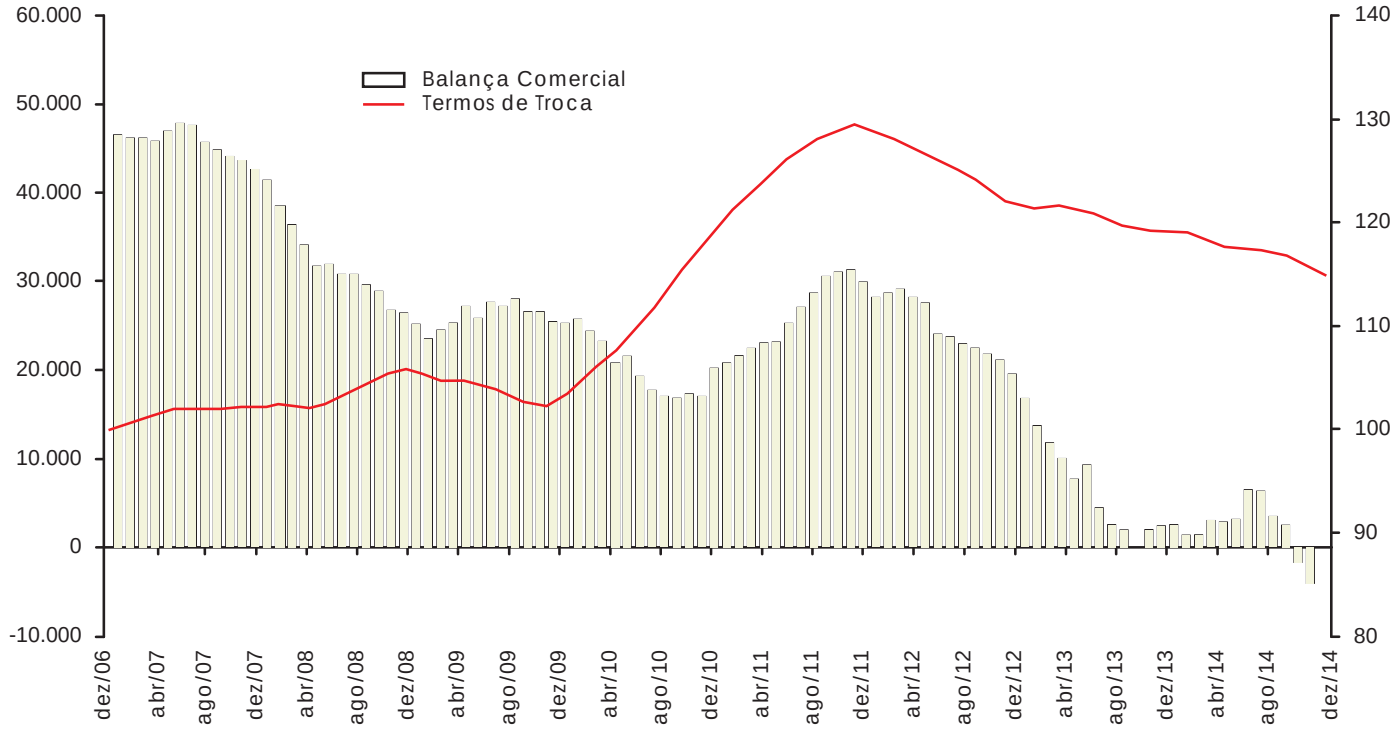


Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

No que tange ao cenário externo, ainda que a pior fase da crise financeira internacional tenha passado, a economia mundial continua a demonstrar dificuldades para alcançar uma recuperação mais vigorosa. Questões geopolíticas,

com implicações sobre a economia russa, tendência de baixa no preço do petróleo, incertezas quanto ao endividamento público de alguns países da Zona do Euro e expectativa de desaceleração da economia chinesa são alguns dos riscos que permanecem afetando o ambiente real e financeiro externo. Ademais, as autoridades monetárias das principais economias mundiais mantiveram sua política de maior rigor monetário no segundo semestre de 2014, como o anúncio pelo *Federal Reserve* norte-americano do término do programa de compras de ativos, com implicações sobre o fluxo de capitais e o mercado de câmbio mundial.

GRÁFICO 11 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA E TERMOS DE TROCA. VALORES EM US$ MILHÕES FOB E MÉDIA 2006 = 100

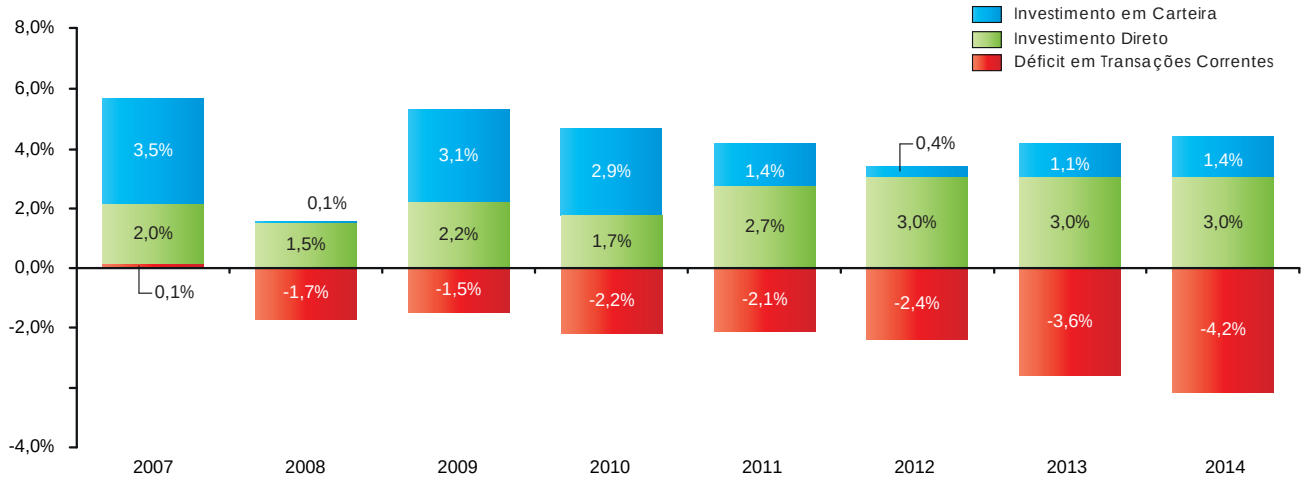


* Termos de Troca é a razão entre o preço médio das exportações e o preço médio das importações
Fonte: Secex/MDIC e Funcex
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

No campo do comércio exterior, a Balança Comercial brasileira encerrou 2014 com déficit de US$ 3,9 bilhões, resultado da redução de 7% do valor exportado e de 4,5% do valor importado. No caso das exportações, ainda que o *quantum* tenha recuado 1,8%, com destaque para -12,9% de manufaturados, especialmente automóveis para a Argentina, o maior impacto deveu-se à manutenção da tendência de queda do preço médio da pauta brasileira, que registrou recuo de 5,3% no ano, em especial de básicos com -8,9%. Já no caso das importações, a redução no ano deve-se especialmente à diminuição do *quantum* de bens de capital e de bens de consumo duráveis, que registraram -11,7% e -12,2%, respectivamente. De maneira geral, o menor ritmo da economia mundial e da absorção doméstica, associado a uma evolução desfavorável do preço internacional das *commodities*, responde pelo resultado da balança comercial em 2014. Em relação às demais contas do Balanço de Pagamentos, 2014 registrou um pequeno aumento do déficit das contas de serviços (3,3%) e rendas (1,2%), decorrente de maior despesa com

aluguel de equipamentos para o setor de minério e petróleo e remessa de lucros e dividendos. Com isso, o déficit em Transações Correntes fechou o ano de 2014 em US$ 90,9 bilhões (4,17% do PIB), ante US$ 81,1 bilhões em 2013 (3,62% do PIB). Essa piora observada, contudo, foi contrabalançada pelo bom desempenho dos fluxos financeiros, em especial dos investimentos diretos e em carteira no País. Em 2014, os movimentos de capitais associados ao investimento direto e ao investimento em carteira totalizaram ingressos líquidos correspondentes a 3,03% e 1,39% do PIB, respectivamente, suficientes para financiar o déficit em transações correntes registrado.

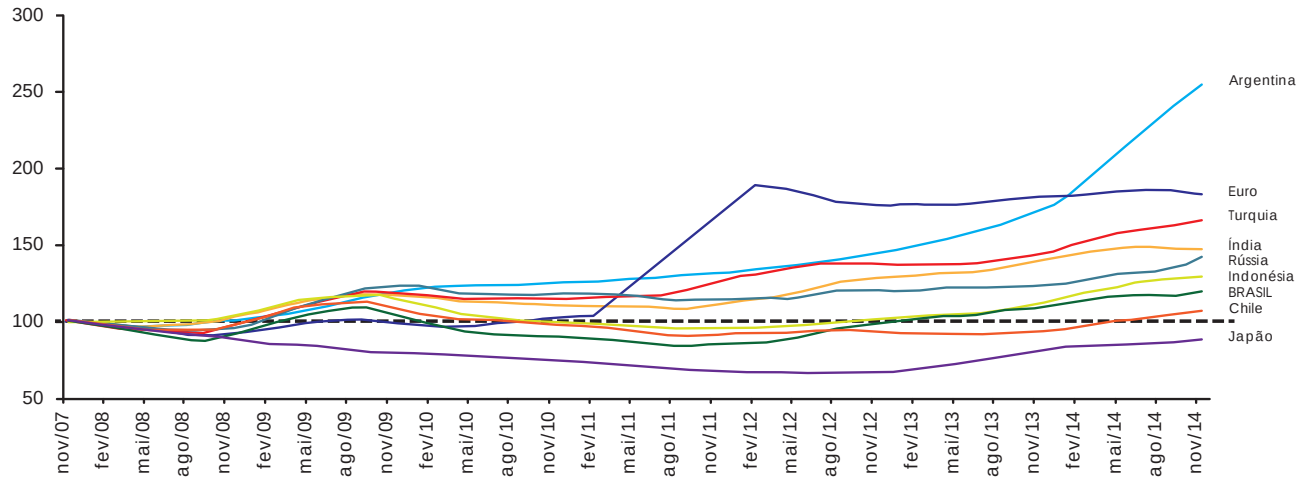
GRÁFICO 12 – BALANÇA SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES, INVESTIMENTO DIRETO E INVESTIMENTO EM CARTEIRA (% DO PIB)



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Um movimento que deverá atuar de maneira positiva sobre as contas externas do País é a taxa de câmbio. Analisando os patamares pré-crise das principais divisas mundiais, percebe-se que o Real encontra-se ainda em processo de ajuste natural, buscando um novo nível mais adequado ao equilíbrio externo de longo prazo. Vale dizer que o Banco Central tem atuado nos últimos anos por meio de leilões de *swap* cambial e de venda de dólares com compromisso de recompra a fim de reduzir a volatilidade excessiva do câmbio, prejudicial às decisões de produção e investimento na economia.

GRÁFICO 13 – TAXAS NOMINAIS DE CÂMBIO FRENTE AO DÓLAR – PAÍSES SELECIONADOS. MÉDIA MÓVEL 12 MESES. MÉDIA 2007 = 100.



Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Conclui-se que 2014 foi um ano de absorção de choques externos e internos pela economia brasileira. O Governo Federal cumpriu seu papel absorvendo a maior parte das mudanças no cenário econômico e climático por meio da redução do resultado fiscal. Isso protegeu o emprego, salários e a população dos efeitos da crise. A atuação contracíclica do governo, no entanto, possui limites. Em função deles, a política macroeconômica no final do ano foi reorientada na direção do ajuste fiscal, não como um fim em si mesmo, mas para criar as condições necessárias à recuperação do crescimento e dar continuidade à geração de emprego, renda e melhoria de bem-estar da população.

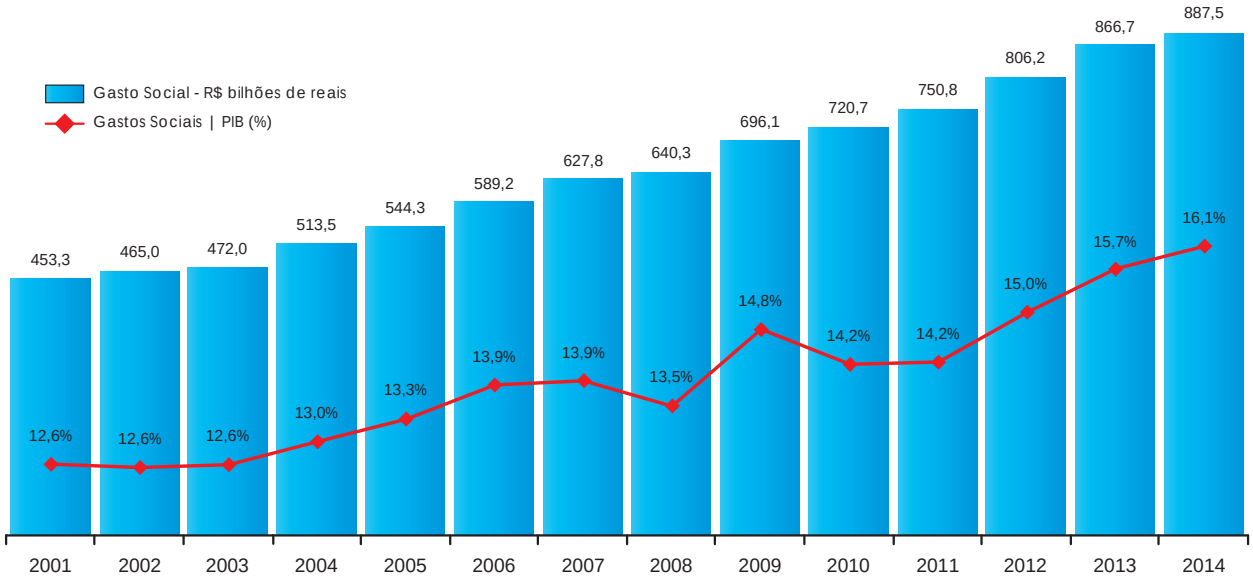
SISTEMA DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

O sistema de proteção e promoção social é um dos eixos estruturantes da estratégia de desenvolvimento em curso desde o PPA 2004–2007, que conjuga crescimento econômico com redução das desigualdades sociais e regionais. Ao mesmo tempo em que o fortalecimento das políticas sociais tem sido determinante para a continuidade do modelo de desenvolvimento inclusivo, promovendo crescimento econômico e aumento do poder aquisitivo da população, notadamente nas classes sociais e regiões mais vulneráveis, incentivando a ampliação da capacidade produtiva, e impulsionando a geração de emprego e renda, também pode ser visto como um movimento de consolidação e expansão do sistema de direitos introduzido pela Constituição Federal de 1988 (CF/88). Esse sistema abrange tanto políticas setoriais (saúde, previdência, assistência social, trabalho e renda, educação, cultura e esporte, desenvolvimento urbano e agrário e segurança pública), como políticas transversais que buscam a garantia de direitos de públicos específicos, por meio de políticas executadas nos diversos setores e de ações afirmativas.

A gestão das políticas públicas transversais perpassa as diversas políticas setoriais e universais com intuito de adequá-las às especificidades de determinados públicos. Com intuito de permitir a gestão e o controle social das políticas transversais foram criadas as Agendas Transversais do PPA (igualdade racial, comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais; povos indígenas; políticas para as mulheres; criança e adolescente; juventude; pessoa idosa; pessoa com deficiência; população em situação de rua; e população LGBT): recortes do Plano que revelam como cada programa temático vem tratando cada público vulnerável, fortalecendo o sistema de proteção social.

FIGURA 2 – SISTEMA DE DIREITOS DA CF/88 E AGENDAS TRANSVERSAIS

A trajetória de crescimento do gasto público federal em políticas sociais ilustra o movimento de fortalecimento do sistema de proteção e promoção social. Orientado por uma estratégia de institucionalização de novos direitos, políticas e programas de governo, e permeado por inovações de planejamento e gestão que aprimoraram a sua efetividade e o seu alcance sobre públicos e territórios mais vulneráveis, o gasto federal em políticas sociais atingiu o patamar de R$ 887,5 bilhões em 2014, o que corresponde a 16,1% do PIB[11]. Esse valor representa um crescimento real de 95,9% com relação a 2001.



Fonte: SIOP/MP e Contas Nacionais/IBGE
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DO GASTO EM POLÍTICAS SOCIAIS NOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO (R$ DE 2014 E % DO PIB)

Essa estratégia tem materializado a expansão da capacidade da política social brasileira em oferecer proteção, oportunidades e bem-estar à população, especialmente às pessoas em situação de maior vulnerabilidade. O quadro a seguir retrata alguns exemplos de oferta de bens e serviços públicos essenciais à cidadania que traduzem esses avanços, destacando-se a grande magnitude dos benefícios providos no âmbito da seguridade social.

11 Para estimar o dispêndio em políticas sociais nos orçamentos da União, foi utilizada a execução orçamentária (valor liquidado) para as funções saúde, trabalho, educação, segurança pública, assistência social, previdência social, cultura, direitos da cidadania, urbanismo, habitação, saneamento, organização agrária e desporto e lazer. Também foram consideradas ações da função encargos especiais relacionadas às políticas sociais, como: repasses da arrecadação de PIS/PASEP ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (para aplicação via BNDES em projetos de desenvolvimento econômico e social), integralização de cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial (financiamento do Minha Casa, Minha Vida), equalização de juros para a agricultura familiar (Pronaf), subvenção econômica destinada à implementação de projetos de interesse social em áreas urbanas e rurais, entre outras.

TABELA 3 – BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS OFERTADOS EM 2002 E 2014

BENEFÍCIOS, BENS E SERVIÇOS	2001[1]	2014[1]
ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Famílias beneficiadas pelo Bolsa Família[2]	3,6 milhões (2003)	14,0 milhões
Beneficiários do BPC e RMV[3]	2,3 milhões	4,3 milhões
PREVIDÊNCIA		
Beneficiários do RGPS[4]	18,9 milhões	27,8 milhões
TRABALHO E RENDA		
Beneficiários do seguro-desemprego	4,8 milhões	8,9 milhões (2013)
Beneficiários do Abono Salarial	6,5 milhões	21,3 milhões (2013)
SAÚDE		
Procedimentos Ambulatoriais	1.883,5 milhões	3.794,2 milhões(2013)
Atendimentos na Atenção Básica	868,0 milhões	1.200,8 milhões(2013)
Atendimentos na Atenção Especializada	146,4 milhões	447,0 milhões(2013)
Internações Eletivas	1,5 milhão	2,2 milhões
Internações de Urgência[5]	10,6 milhões	8,5 milhões
EDUCAÇÃO[6]		
Matrículas na Educação Infantil	4,4 milhões	5,5 milhões
Matrículas no Ensino Fundamental Regular[7]	33,3 milhões	24 milhões
Matr. no Ensino Fundamental em Tempo Integral[8]	1,3 milhão (2010)	4,4 milhões
Matrículas no Ensino Médio Regular	7,6 milhões	7,2 milhões
Pnae – Alunos Beneficiados	36,9 milhões	42,2 milhões
PNLD – Livros Didáticos Adquiridos	96,0 milhões (2005)	135,5 milhões
Pnate – Alunos Beneficiados	3,2 milhões (2004)	4,45 milhões
Caminho da Escola – Ônibus Adquiridos	2.391 (2008)	4.078
Matr. na Educação Profissional de Nível Médio[9]	279.143	1,7 milhão
Matr. no Ensino Superior	1,1 milhão	2,4 milhões
FIES – Contratos Firmados	65.921	732.348
PROUNI -Bolsas Ocupadas	95.612 (2005)	223.493
DESENVOLVIMENTO URBANO		
Moradias do Minha Casa Minha Vida[10]	-	2 milhões
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		
Contratos pelo Pronaf	0, 9 milhão	1,5 milhão

Fonte: MEC, MS, MDS, MPS, MCidades, MDA e MTE

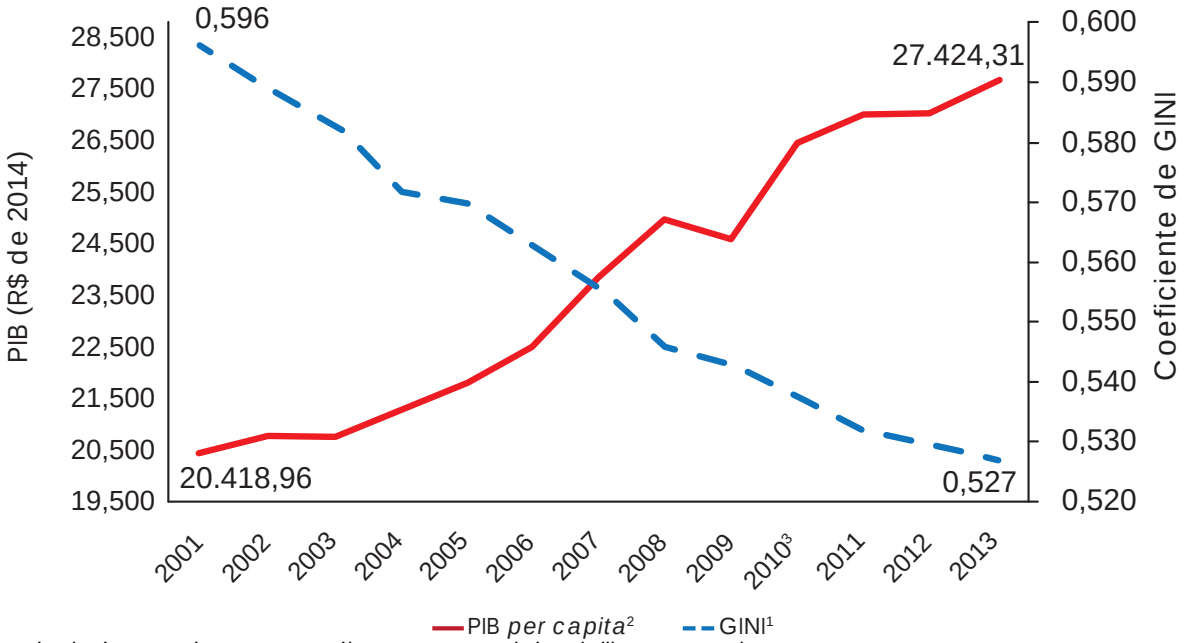
1. Quando os dados de 2002 ou 2014 não estavam disponíveis, utilizou-se o dado do ano indicado entre parênteses.
2. Em 2002, existiam outros programas de transferência de renda (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás). O Programa Bolsa Família foi criado pela Medida Provisória nº 132/2003.
3. Benefício de Prestação Continuada – BPC e da Renda Mensal Vitalícia – RMV.
4. Benefícios emitidos em dezembro de cada ano, no âmbito do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
5. A redução das internações de urgência deve-se a uma mudança de modelo assistencial no SUS, em que a atenção ambulatorial, em especial a da atenção básica, ganha maior importância e resolubilidade.
6. Os números de matrícula citados referem-se à rede pública. Programas da educação citados: Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae; Programa Nacional do Livro Didático – PNLD; Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – Pnate; Fundo de Financiamento Estudantil – Fies; e Programa Universidade para Todos – Prouni.
7. A redução de matrículas deve-se à melhoria do fluxo escolar e à diminuição da quantidade de crianças e adolescentes no período considerado (mudança na base da pirâmide etária brasileira).
8. Essas matrículas são um subgrupo das Matrículas no Ensino Fundamental Regular.
9. Consideradas as modalidades integrada, concomitante e subsequente.
10. O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV só foi instituído em 2009 pela Lei nº 11.977/2009.

O detalhamento desse processo é apresentado a seguir, destacando como a estratégia de desenvolvimento tem reduzido as desigualdades sociais e regionais; e a evolução e as perspectivas de políticas e programas estratégicos para a consolidação do sistema de proteção e promoção social.

A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS E REGIONAIS

Fundada no aprofundamento dos instrumentos de distribuição de renda, de redução da pobreza e quebra da sua transferência entre gerações; de expansão dos investimentos em infraestrutura social; e de qualificação dos serviços públicos, a estratégia de desenvolvimento apresentada pelo PPA 2012–2015 dá continuidade ao modelo de desenvolvimento inclusivo demarcado nos dois PPAs anteriores, que tiveram como característica marcante a confluência entre o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais e regionais. O gráfico a seguir ilustra essa trajetória consistente de crescimento do PIB *per capita* e forte queda da desigualdade social, espelhada pela redução do Índice de Gini do rendimento mensal domiciliar *per capita* nos últimos anos.

GRÁFICO 15 – PIB *PER CAPITA* REAL E ÍNDICE DE GINI

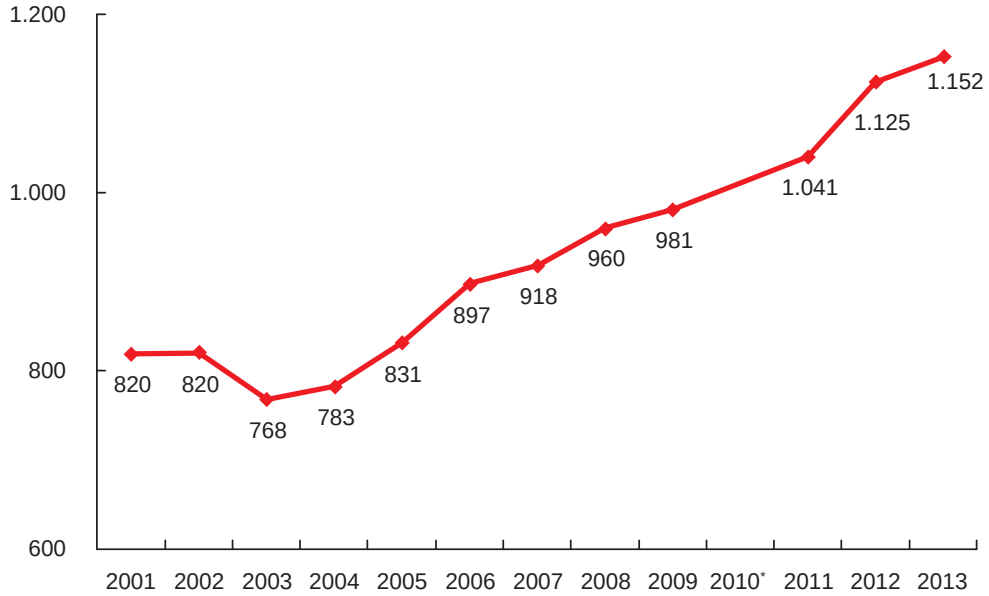


¹GINI calculado com base no rendimento mensal domiciliar per capita
² PIB per capita real (preços R$ de 2014)
³ Pnad não foi coletada em 2010, devido à realização do Censo Demográfico
Fonte: Pnad/IBGE e Contas Nacionais/IBGE
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Obs. Dados harmonizados: Brasil sem Norte Rural

A redução das desigualdades e da pobreza foi resultado da conjugação de melhorias no mercado de trabalho, decorrentes da adoção de um modelo de crescimento com geração de emprego e crescimento da renda; da valorização do salário mínimo; ampliação da seguridade social e de políticas de transferência de renda; investimentos em infraestrutura social e do efeito das demais políticas sociais, que impulsionaram o crescimento da renda das famílias, com maior intensidade nas regiões mais pobres e entre as parcelas menos favorecidas da população. Nesse contexto, ocorreu um significativo crescimento da renda domiciliar *per capita*, que passou de R$ 820 em 2001 para R$ 1.152 em 2013 (em valores atualizados), em função da trajetória consistente de expansão que se verificou no período de 2004

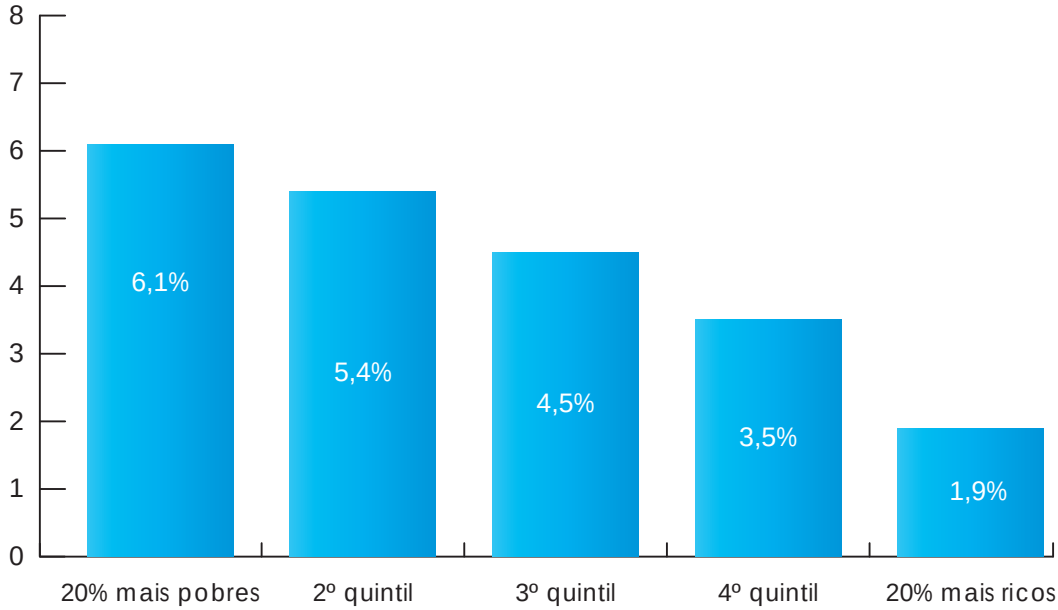
a 2013 (4,4% ao ano). Ao mesmo tempo, entre 2001 e 2013, a renda dos 20% mais pobres cresceu à taxa média de 6,1% ao ano, ritmo três vezes superior ao registrado pela renda dos 20% mais ricos (1,9%).

GRÁFICO 16 – RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* (R$)



* A Pnad não foi coletada em 2010, devido à realização do Censo do IBGE.
Fonte: Pnad/IBGE
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Obs. Dados harmonizados: Brasil sem Norte Rural
Valores atualizados pelo INPC (Setembro/2013)

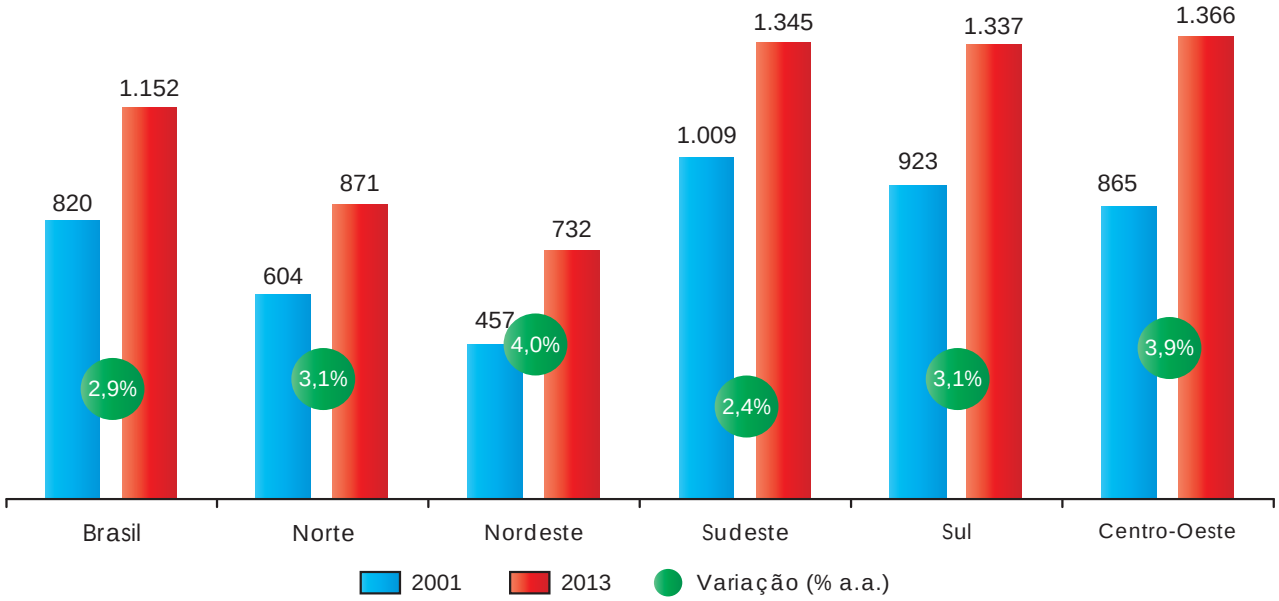
GRÁFICO 17 – TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA DA RENDA DOMICILIAR REAL *PER CAPITA* POR QUINTIL 2001–2013 (%a.a.)



Fonte: Pnad/IBGE
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Obs. Dados harmonizados: Brasil sem Norte Rural
Valores atualizados pelo INPC (Setembro/2013)

Esse modelo de desenvolvimento inclusivo também tem sido permeado pela redução das desigualdades regionais. Vale ressaltar que a expansão da renda domiciliar *per capita* abarcou todas as regiões do País, mas foi mais intensa naquelas de menor renda, com destaque para o Nordeste, conforme indica o gráfico seguinte.

GRÁFICO 18 – RENDA MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* MÉDIA POR REGIÃO



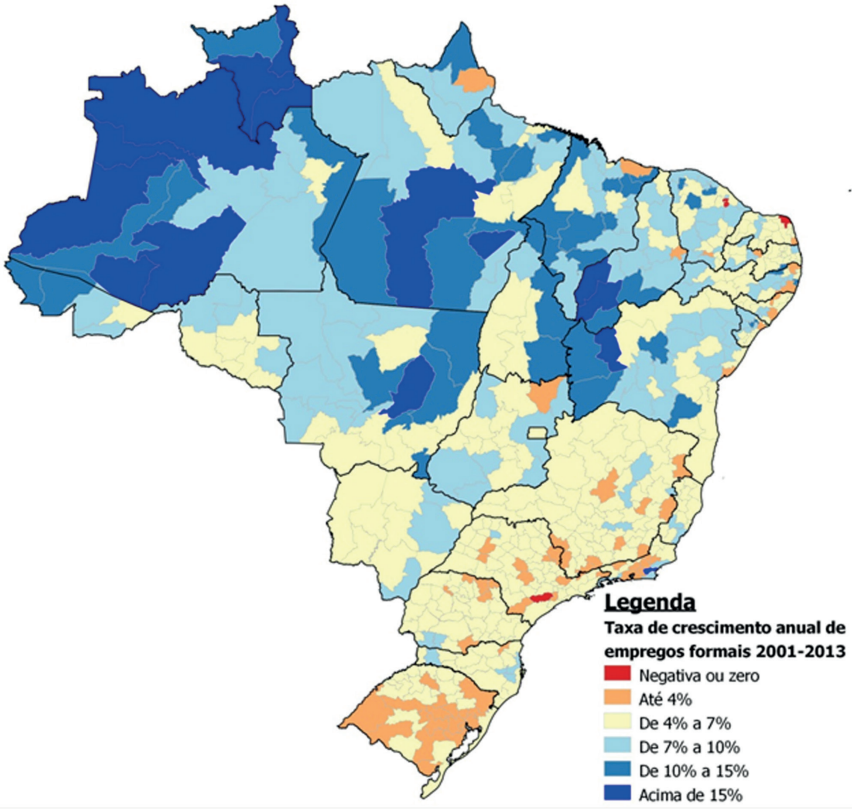
Fonte: Pnad/IBGE
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Obs. Dados harmonizados: Brasil sem Norte Rural

A manutenção de uma dinâmica virtuosa no mercado de trabalho brasileiro tem sido o principal vetor de queda da desigualdade e aumento da renda domiciliar *per capita* dos mais pobres. Nos últimos anos, o crescimento das ocupações permaneceu expressivo, o desemprego caiu e ocorreu um forte movimento de formalização dos vínculos trabalhistas. Entre 2001 e 2014[12], o número de empregos formais cresceu 81%, passando de 27,2 milhões em 2001 para 49,3 milhões em 2014 (22,1 milhões de postos adicionais, dos quais 5,27 milhões apenas entre 2010 e 2014), o que ensejou uma redução na taxa média de desocupação, que passou de 12,3% em 2003, para 4,8% em 2014[13] (em 2010 era de 6,7%). Por sua vez, a taxa de formalidade dos vínculos de trabalho elevou-se de 45,7% das pessoas ocupadas de 16 anos ou mais em 2004 para 58%[14] em 2013. Importante ressaltar que a expansão do emprego formal teve abrangência nacional e foi mais intensa em territórios

12 Para o período de 2001 a 2013, foram considerados os dados da RAIS. Para 2014, foram considerados apenas os dados do CAGED, pois ainda não foram divulgados os dados da RAIS.
13 Segundo dados da Pesquisa Mensal de Empregos – PME/IBGE, que abrange seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). A série atual da PME se inicia em mar/2002, de modo que só é possível obter dados de um ano cheio a partir de 2003.
14 Fonte: Pnad 2004 e Pnad 2013. Foram considerados formais: empregados com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, trabalhadores por conta própria e empregadores com contribuição à Previdência Social.

que apresentam menores níveis de renda e maiores índices relativos de pobreza, ilustrando uma tendência de desconcentração e interiorização de postos de trabalho mais produtivos e com maiores rendimentos, que é essencial à dinâmica do mercado de consumo e produção em massa.

FIGURA 3 – TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DE VÍNCULOS FORMAIS POR MICRORREGIÕES



Fonte: RAIS/MTE 2001 e 2003
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Em conjunto com a expansão das oportunidades de emprego, a continuidade da política de valorização do salário mínimo também tem sido determinante para o aprofundamento da inclusão social, considerando os seus efeitos favoráveis sobre a renda do trabalho. Além de proporcionar o crescimento real do poder de compra dos trabalhadores, essa política vem contribuindo para a redução dos diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho, tornando-o mais equitativo e fortalecendo o consumo de massa e a produção nacional. Enquanto o rendimento mensal médio de todos os trabalhos cresceu 5,2% ao ano entre 2004 e 2013, o salário mínimo real variou 7,2% ao ano no mesmo período. Ademais, os avanços no mercado de trabalho têm sido permeados pela redução de desigualdades sociais históricas – entre 2004 e 2013, o rendimento mensal médio do trabalho das mulheres cresceu 58,8%, ao passo que o dos homens subiu 41,8%, do mesmo modo que o crescimento do índice para população negra (63,0%) superou o aumento verificado para a população branca (46,5%).

A política de valorização do salário mínimo também vem atuando como um importante canal de transferência de renda, pelo seu impacto sobre os benefícios

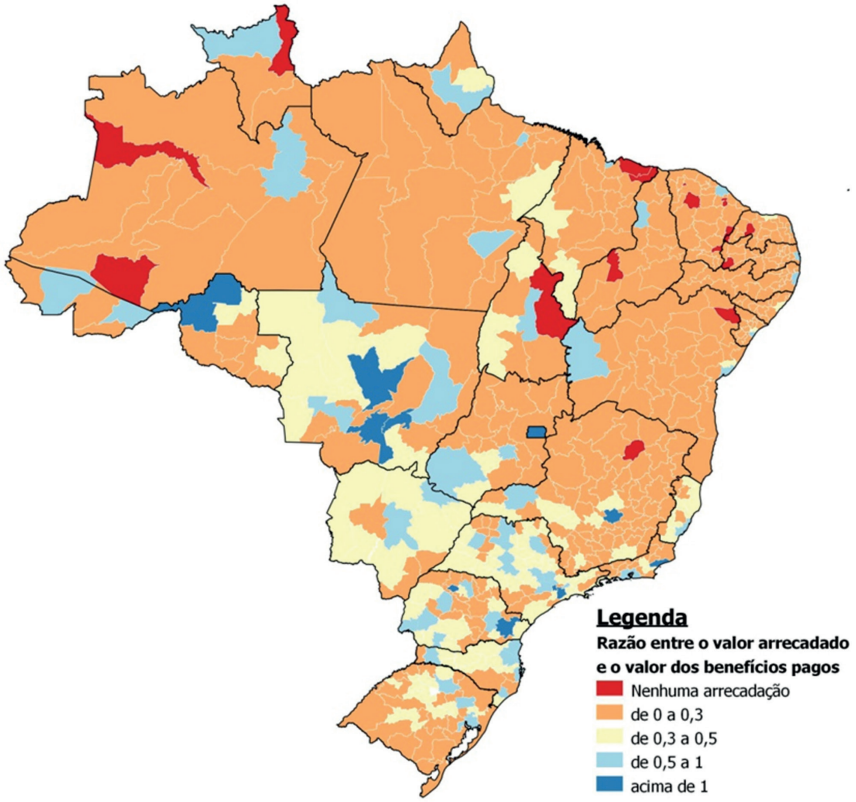
da seguridade social que o adotam como piso. Em conjunto, as transferências da Previdência Social e do Benefício de Prestação Continuada – BPC foram de R$ 380,5 bilhões em 2014, abarcando cerca de 32,2 milhões de pessoas[15], sendo que 66,72% dos beneficiários (21,5 milhões de pessoas) recebiam benefícios de um salário mínimo. O impacto desse mecanismo redistributivo também tem sido reforçado pelo aumento da cobertura dessas políticas, destacando-se a proteção previdenciária, que subiu de 61,7% da população ocupada de 16 a 59 anos em 2002 para 72,5% em 2013, muito influenciada pela dinâmica favorável do mercado formal de trabalho e por programas de inclusão previdenciária, como o Plano Simplificado de Previdência Social e a Lei do Microempreendedor Individual (cerca de 4,7 milhões de empreendedores formalizados até dezembro de 2014).

Nesse contexto, tem sido impulsionada a oferta de proteção a indivíduos que venham a incorrer em situações de vulnerabilidade (acidente de trabalho, gravidez, doença, incapacidade de trabalho), bem como a capacidade da seguridade social reduzir a desigualdade e a pobreza – com base na Pnad 2013, estima-se que cerca de 25,24 milhões de pessoas[16] estariam em situação de pobreza sem os benefícios previdenciários e assistenciais, destacando-se sua grande efetividade no que tange à proteção dos idosos e das pessoas com deficiência.

Pela sua grande magnitude, as transferências previdenciárias também representam um importante instrumento de redistribuição de renda no território, contribuindo para a redução das desigualdades regionais. As regiões menos desenvolvidas do País, com destaque para o Nordeste, são também aquelas que, proporcionalmente, recebem mais do que arrecadam. Esse perfil territorial redistributivo está associado aos altos índices de cobertura de idosos pela previdência rural, cujos benefícios, de caráter não contributivo, auxiliam na redução da incidência da pobreza e na dinamização econômica da zona rural.

15 Estimativa realizada a partir da quantidade de benefícios concedidos em dezembro de 2014.
16 Ministério da Previdência Social – Informe de Previdência Social – Outubro/2014.

FIGURA 4 – RAZÃO ENTRE ARRECADAÇÃO E BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA POR MICRORREGIÃO – 2014



Fonte: RAIS/MTE 2001 e 2003
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

A promoção do desenvolvimento rural também vem sendo aprofundada pelo fortalecimento da política de apoio à agricultura familiar, que engloba 84% dos estabelecimentos agropecuários do País. O crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf tem apresentado desempenho crescente, alcançando o valor de R$ 24,1 bilhões disponibilizados no âmbito do Plano Safra 2014/2015. Até o momento, já foram contratados R$ 20 bilhões, em mais de 1,5 milhão de contratos. Alinhado a essa expansão, também se observa o apoio cada vez maior concedido à política de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, expresso pela ampliação dos recursos ofertados, pelo número de agricultores familiares beneficiados (em 2014, alcançou-se 1,5 milhão de agricultores familiares com serviço de Ater, com orçamento autorizado para o ano de R$ 970 milhões) e pela criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater, órgão que será responsável pela coordenação do serviço de assistência técnica e extensão rural. Desde 2002, quando foi de R$ 56 milhões, o orçamento de Ater cresceu 16 vezes.

O Seguro da Agricultura Familiar – SEAF, por sua vez, tem o papel fundamental de propiciar segurança econômica e induzir o agricultor familiar a investir e modernizar suas atividades, permitindo que o agricultor se coloque num patamar superior de tecnologia e geração de renda. Na safra 2013/2014, 430 mil contratos de custeio agrícola foram amparados pelo seguro. Para a Safra 2014/2015, o SEAF passou a garantir 80% da receita bruta esperada e um limite de cobertura da renda

líquida até R$ 20 mil.

Além do SEAF, outro instrumento importante que garante segurança para agricultores de baixa renda que vivem em localidades atingidas por adversidades climáticas, em especial o Semiárido, é o Garantia-Safra, que concede um benefício monetário para aqueles agricultores de municípios que comprovarem perda de, pelo menos, 50% do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão, ou outras culturas definidas pelo órgão gestor do programa. Para a última safra, a política abarcou 1,35 milhão de agricultoras e agricultores.

No campo do acesso a terra, foram empreendidas, nos últimos quatro anos, mudanças no processo de obtenção de terras para que, além de identificar os imóveis rurais passíveis de desapropriação, também demonstrem as condições de viabilidade do futuro projeto de assentamento, de forma que as novas áreas reformadas garantam as condições de vida e de produção para as famílias que serão beneficiadas.

As famílias assentadas passaram a contar, a partir do Plano Safra 2014/2015, com a nova rota de financiamento da reforma agrária, que é constituída por três ciclos de apoio financeiro, conforme as fases de implantação e desenvolvimento das famílias assentadas, que beneficiarão 255 mil famílias durante o ano-safra em vigor. Foi criada, também, a nova modalidade de microcrédito para Reforma Agrária, visando beneficiar 80 mil famílias até 2015.

Têm sido intensificadas as políticas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar, que favorecem uma dinâmica virtuosa de fomento à produção desse segmento e de promoção da segurança alimentar e nutricional. Em 2014, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae, que reserva no mínimo 30% de suas compras para agricultores familiares, atendeu mais de 42,2 milhões de alunos com um investimento de quase R$ 3,7 bilhões. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA atendeu, em suas diversas linhas, mais de 100 mil agricultores familiares, com um total de R$ 536,5 milhões. Esses resultados dialogam com a trajetória de ampliação da renda média e de redução da pobreza no campo observada nos últimos anos.

O avanço na inclusão social é também reforçado pela transferência de renda diretamente às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, efetuada pelo programa Bolsa Família, que alcançou, em 2014, 14 milhões de famílias, com um repasse total de R$ 27,2 bilhões aos seus beneficiários. Nesse contexto, é importante destacar os avanços obtidos no campo da proteção social por meio do Plano Brasil Sem Miséria, cujas ações potencializaram o alcance das políticas públicas sobre as diferentes facetas da pobreza.

BRASIL SEM MISÉRIA

O Plano Brasil Sem Miséria – BSM, que objetivou, por meio de ações organizadas em três eixos (garantia de renda; acesso a serviços públicos; e inclusão produtiva), superar a extrema pobreza até o final de 2014, alcançou todas as metas estabelecidas. As ações integradas e articuladas entre diversos ministérios permitiram que, durante o período do Plano, 22 milhões de beneficiários do Bolsa Família superassem a extrema pobreza; que todas as famílias registradas no Cadastro Único se mantivessem acima do patamar da extrema pobreza; e que 1,38 milhão

de famílias extremamente pobres fossem incluídas no Cadastro Único, por meio da busca ativa e, assim, passassem a receber os benefícios do Bolsa Família. A redução da extrema pobreza deu-se em todas as faixas etárias, principalmente entre crianças e adolescentes, por conta de medidas como o Brasil Carinhoso, concebido numa perspectiva de atenção integral ao desenvolvimento infantil, articulando políticas ligadas à renda, saúde e educação.

Na inclusão produtiva rural, foi possível fornecer 781,8 mil cisternas para o consumo humano e 101,9 mil cisternas de produção e outras tecnologias sociais, como cisterna de placa, sistema de barraginha e pequenas barragens e microaçudes. Mais de 350 mil famílias foram apoiadas com serviços de assistência técnica e extensão rural para aumentar a produção e melhorar a renda. Dessas, 147,4 mil também já começaram a receber recursos de fomento, essenciais para a implementação dos projetos produtivos. Outro resultado importante para o público do meio rural foi o aumento do acesso ao PAA: a participação dos produtores de baixa renda passou de 32% do total dos beneficiados pelo PAA, em 2010, para 53%, em 2014. Por sua vez, o Programa Bolsa Verde – PBV, que tem como objetivo incentivar a conservação, manutenção e uso sustentável dos ecossistemas a partir da inclusão social e produtiva, beneficiou 72,1 mil famílias de extrativistas, assentados e ribeirinhos com recursos para atividades de conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Destaca-se ainda, no âmbito da inclusão produtiva rural, o atendimento a assentados da reforma agrária de projetos de assentamentos mais pobres, que tiveram acesso à assistência técnica, ao recurso de fomento produtivo, ao projeto Àgua Para Todos, Bolsa Verde e também à moradia, por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na inclusão produtiva urbana, além da formalização de empreendedores de baixa renda e do microcrédito produtivo orientado, 1,57 milhão de matrículas no Pronatec/BSM foram realizadas em diversos cursos, em mais de 3,6 mil municípios, até o final de 2014. Por meio do Programa Crescer, foram concedidos empréstimos a juros reduzidos e com orientação de agentes de crédito para a estruturação dos negócios, num total de 10,3 milhões de operações, das quais 5,6 milhões realizadas com beneficiários inscritos no CadÚnico. No campo da economia solidária, ações integradas de formação profissional, assistência técnica e incubação de empreendimentos solidários e suas redes de cooperação, comercialização de produtos e serviços apoiaram 4,4 mil empreendimentos.

Quanto ao acesso a serviços, 4.939 municípios identificaram mais de 700 mil crianças, entre 0 e 3 anos, beneficiárias do Bolsa Família, matriculadas na educação infantil e receberam R$ 765 milhões do Governo Federal. No programa Mais Educação, em 2014, das mais de 58 mil escolas que aderiram ao programa e passaram a oferecer educação em tempo integral, cerca de 35 mil possuíam maioria de estudantes beneficiários do Bolsa Família. Na saúde, foi dada prioridade na expansão da rede de saúde para territórios com maior vulnerabilidade social a partir do Plano Brasil Sem Miséria. Assim, foram construídas 690 Unidades Básicas de Saúde em municípios com maior concentração de extrema pobreza e com menor cobertura de serviços de saúde. Também foi concedido a esses municípios prioritários reajuste superior no valor do Piso da Atenção Básica em relação ao concedido

aos demais municípios. Merecem destaque as ações de saúde no âmbito do Brasil Carinhoso, que expandiu o Programa Saúde na Escola (PSE) para creches e pré-escolas, alcançando 2 milhões de educandos de pré-escolas, em 4.787 municípios, bem como a ação de suplementação com megadoses de vitamina A que, de 2012 até 2014, atendeu 9,1 milhões de crianças de 6 a 59 meses de idade.

Fundamental para a materialização dos benefícios do BSM, a rede de assistência social tem acumulado importantes avanços, contando atualmente com 8.107 Centros de Referência da Assistência Social – CRAS; 1.256 equipes volantes implantadas para auxiliar na Busca Ativa; 138 lanchas entregues para atendimento de comunidades ribeirinhas; 2.315 Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS; e 24.975 vagas em serviços de acolhimento para pessoas em situação de rua.

O plano alcançou, ao final de 2014, todas as metas estipuladas quando de sua construção, em 2011. O plano criou e implementou políticas e tecnologias sociais importantes que foram fundamentais para superar a extrema pobreza, para o enfrentamento da pior seca dos últimos 50 anos no Nordeste, para conceder autonomia aos agricultores familiares de baixa renda e, principalmente, para retirar o Brasil do Mapa Mundial da Fome, segundo relatório global da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Os principais desafios que se colocam para uma agenda futura passam pela necessidade de melhorar ainda mais o acesso a serviços públicos, como saúde e educação, bem como pela inclusão produtiva da população de baixa renda, por meio da melhoria da intermediação de mão de obra, da qualificação profissional e da formalização do microempreendedor individual.

INFRAESTRUTURA SOCIAL

Alinhada à estratégia de institucionalização das políticas sociais e universalização de direitos, a ampliação contínua dos investimentos em infraestrutura social também tem contribuído para a consolidação de um mercado interno robusto, fundado em um mercado de trabalho mais equitativo e em uma base territorial de produção e consumo mais ampla. Em sinergia com as políticas de transferência de renda, tais investimentos vêm promovendo a desconcentração territorial do crescimento econômico e da geração de empregos formais. Além de gerar muitos empregos diretos, especialmente na cadeia produtiva da construção civil, seus efeitos multiplicadores têm favorecido a geração de postos de trabalho nos demais ramos de atividades da economia.

Observa-se uma trajetória crescente do volume de investimentos do PAC em infraestrutura social, permeada pela diversificação do seu escopo e pela ampliação da sua abrangência territorial. Vale destacar que o aumento significativo dos investimentos tem sido acompanhado pelo reforço do seu caráter redistributivo, na medida em que sua repartição percentual no território, relativamente à distribuição regional da atividade econômica, tem priorizado o Nordeste e o Norte, fomentando ciclos virtuosos de melhoria da qualidade de vida e dinamização econômica dessas regiões.

O Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, lançado em 2009 para

enfrentar o déficit habitacional, ilustra essa relação virtuosa entre a promoção de direitos e o dinamismo econômico. Consolidou um modelo inovador de provisão habitacional de interesse social, que combina a concessão de subsídios progressivos, a indução da participação dos agentes privados e a cooperação federativa. O programa atingiu a marca de 3.763.599 unidades contratadas (cerca de 50% na modalidade para famílias de baixa renda) e entregou 2.025.829 unidades em suas duas primeiras fases. Dando continuidade ao programa, em 2015 será lançada sua terceira etapa com o compromisso de contratar mais três milhões de moradias.

Além da ampliação do acesso à moradia digna, o programa tem contribuído para o aumento dos níveis de produção e emprego. Atualmente estima-se que mais de 1,2 milhão de empregos diretos e indiretos foram criados desde o lançamento do programa, com uma renda adicional média de R$ 30 bilhões por ano, e que tenha sido responsável direto por fomentar negócios nos mercados de materiais e serviços da construção da ordem de R$ 22,3 bilhões por ano.

Objetivando a universalização do acesso e a melhoria dos serviços públicos de saneamento ambiental, a União tem promovido diversas iniciativas, em parceria com os Estados e municípios, sobretudo em relação a investimento em infraestutura e medidas de melhoria de gestão.

Destaca-se o Programa de Urbanização de Assentamentos Precários, que tem melhorado a qualidade da infraestrutura básica, dos serviços e equipamentos, e das condições de habitação de áreas ocupadas por famílias de baixa renda, beneficiando cerca de 1,8 milhão de famílias.

Destaca-se, ainda, a aprovação do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab, em 2013. O Plano estabelece metas de médio e longo prazo, para o período 2014 a 2033, com investimentos estimados em R$ 508 bilhões. Além disso, tem-se apostado no aprimoramento da gestão dos serviços por meio do apoio a ações de planejamento, capacitação, regulação e outras que possam melhorar a eficiência dos investimentos em infraestrutura relacionados ao setor.

Os investimentos em saneamento básico tiveram grande impulso com o PAC, sobretudo em sua segunda fase. A carteira atual conta com 9.943[17] empreendimentos contratados até 2014, no valor de R$ 68,7 bilhões. Desses, 3.827 foram concluídos, perfazendo um total de R$ 11,8 bilhões.

Essas ações refletem em alterações dos indicadores de saneamento no País. Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o percentual de domicílios abastecidos por rede de distribuição ou por poço ou nascente com canalização interna aumentou de 87,2% para 94,6%, entre 2001 e 2013. Isso representa mais de 20 milhões de domicílios que passaram a contar com o serviço. No mesmo período, o serviço de esgotamento sanitário por meio de rede ou fossa séptica, que atendia a 66,7% dos domicílios, passou a atender 76,2%, ou seja, mais de 17 milhões de domicílios foram incluídos.

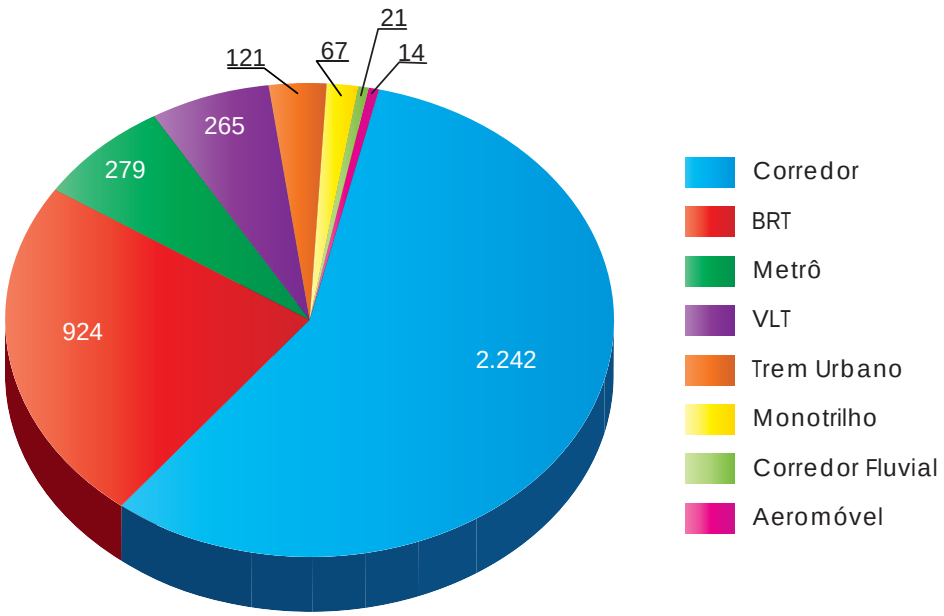
No esteio da priorização das políticas de desenvolvimento urbano está a busca por um novo modelo de mobilidade urbana, acessível e sustentável, que promova

17 Inclui esgotamento sanitário, resíduos sólidos, saneamento integrado e desenvolvimento institucional.

a inclusão social e a redução das desigualdades por meio de um acesso mais igualitário aos serviços básicos e à cidade em geral. Isso é obtido, primordialmente, através da expansão significativa da rede de transportes coletivos urbanos nas médias e grandes cidades, que tem sido o foco da atuação federal na área. Essa expansão tem sido concretizada pelo processo de construção de uma carteira expressiva de empreendimentos de mobilidade – por meio de várias linhas, fontes e arranjos –, que atualmente alcança o patamar de cerca de R$ 143 bilhões, em 118 municípios de todas as unidades da Federação. Nesse valor estão incluídos recursos do Orçamento Geral da União, de financiamentos federais a juros subsidiados e contrapartidas de Estados e municípios.

Essa atuação reflete um princípio emanado da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei n° 12.587/2012), que atribui ao Governo Federal o papel de fomento da implantação de projetos de transporte coletivo de média e alta capacidade nas aglomerações urbanas e de prestação de assistência técnica e financeira aos entes. Sobre esse alicerce, às carteiras já apoiadas desde o início do PAC foram somados o PAC Mobilidade Grandes e Médias Cidades, os empreendimentos da Copa do Mundo, Equipamentos, e principalmente o Pacto pela Mobilidade, lançado em junho de 2013 com disponibilização de mais R$ 50 bilhões, e que hoje responde por cerca de metade dos projetos. Estão sendo apoiados mais de 3.900 km apenas em sistemas estruturantes, sem contar mais de mil quilômetros em estudos e projetos para outros sistemas. Quando concluída, essa nova rede representará mais 2.242 km de corredores e 658 km de transporte sobre trilhos, sendo 279 km em metrôs.

GRÁFICO 19 – EXTENSÃO (KM), POR SEGMENTO, DA CARTEIRA SELECIONADA DE SISTEMAS DE TRANSPORTE COLETIVO ATÉ 2014



Fonte: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Apenas em 2014, foram concluídas 12 intervenções que, somadas aos demais empreendimentos[18], já resultam em 364 km de sistemas em operação, nos municípios de Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Porto Alegre e Região Metropolitana/RS, Fortaleza/CE, Natal/RN, Salvador/BA e Recife/PE, correspondendo a quase 10% da meta física pactuada.

Além disso, perseguindo a promoção de resiliência das cidades, fundamental no contexto de recorrência de eventos climáticos extremos com a existência de passivos urbanos e ambientais, foi implementado o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, estruturado nos eixos Prevenção, Monitoramento e Alerta; Mapeamento das Áreas de Risco; e Resposta e Reconstrução. Ao longo do período do Plano, de 2012 a 2014, priorizaram-se investimentos nos municípios críticos mais suscetíveis aos desastres de inundações, enxurradas e deslizamentos. A partir dessa estratégia, foram realizados mais de 800 mapeamentos de áreas com alto risco de inundações e deslizamentos, os quais têm sido fundamentais para a estruturação do Sistema de Monitoramento e Alerta. Os esforços para a melhoria da previsibilidade de desastres naturais têm mobilizado os órgãos federais atuantes na área em prol de alinhamento do fluxo de informações e definição de protocolos de alerta.

Por meio do Plano Nacional, contou-se ainda com investimentos na instrumentação do alerta de desastres, com a aquisição e instalação de equipamentos automáticos, como pluviômetros e radares meteorológicos. No eixo Prevenção, foram selecionadas obras como contenção de encostas, barragens

18 Empreendimentos concluídos e em operação, que não necessariamente estão concluídos, mas já operam transportando passageiros.

e drenagens, que constituíram a carteira do PAC – Prevenção e representaram o maior aporte de recursos no âmbito do Plano Nacional (cerca de R$ 20 bilhões), apontando para a mudança do foco da atuação pública, tradicionalmente voltado ao momento pós-desastre (reposta e reconstrução). Sem perder de vista a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de resposta aos desastres, houve significativo avanço em agilidade nos trâmites de repasse de recursos federais aos entes subnacionais atingidos, por meio da implantação de sistema informatizado (S2ID) e do cartão de pagamento da defesa civil. Paralelamente à execução das ações nesses eixos, modernizou-se o marco legal de atuação sistêmica em gestão de riscos (Lei 12.608/12) e de financiamento de medidas preventivas (Lei 12.983/14), restando avançar para as respectivas regulamentações.

FIGURA 5 – DINÂMICA DOS DESASTRES

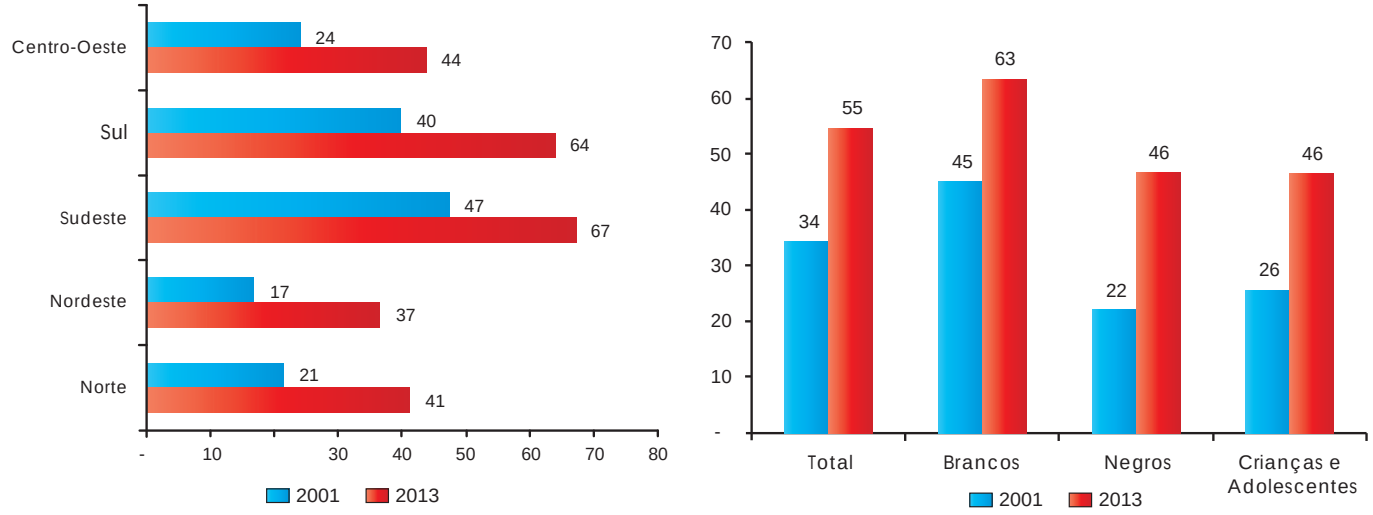
Fonte: Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – CENAD, 2013

A contínua ampliação dos investimentos em infraestrutura social e o aprofundamento da estratégia de desenvolvimento inclusivo têm proporcionado avanços na qualidade de vida da população. Adotando-se condições de moradia e de acesso a bens e serviços essenciais aos indivíduos como referências de materialização do bem-estar, observa-se, com base em dados da Pnad/IBGE, expressiva elevação da proporção de pessoas vivendo em condições satisfatórias[19] – subiu de 34% em 2001 para 55% em 2013. Isso significa um aumento de 48 milhões de pessoas que passaram a ter condições satisfatórias de moradia e acesso a bens –

19 Para esta análise, foram definidos como domicílios com condição satisfatória de bem-estar os que possuem concomitantemente as seguintes características: domicílios próprios ou cujo aluguel não ultrapassa 30% da renda domiciliar, localizados em aglomerados normais (propriedade do domicílio e do terreno), construídos com material permanente (paredes de alvenaria ou madeira aparelhada) e com pelo menos um banheiro de uso exclusivo, com densidade de até três moradores por dormitório, servidos por abastecimento de água por rede de distribuição com canalização interna, ou por poço, nascente ou cisterna com canalização interna, esgotamento sanitário feito por meio de rede ou fossa séptica, serviços de coleta direta de lixo (quando localizados em área urbana) ou direta e indireta (quando localizados em área rural), iluminação elétrica, serviço de telefone (fixo ou celular) e equipados com, pelo menos, fogão, geladeira e televisão.

número superior ao aumento populacional verificado no período, que foi de 25 milhões de pessoas. Destaca-se que entre 2011 e 2013, 3,2 milhões de brasileiros passaram a viver nessas condições. É positiva, também, a manutenção da tendência de convergência dos índices segundo recortes de região, faixa etária e raça/cor dos indivíduos, que aponta a continuidade da redução das desigualdades sociais e regionais.

GRÁFICO 20 – PERCENTUAL DE PESSOAS QUE VIVEM EM CONDIÇÕES DOMICILIARES SATISFATÓRIAS



Fonte: Pnad 2001 e Pnad 2013
Dados harmonizados sem o Norte Rural
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O alcance de melhores índices de bem-estar social está relacionado ao fortalecimento da ação indutora do Estado, com destaque para a potenciação das políticas de transferência de renda, a ampliação do crédito e a expansão dos investimentos em infraestrutura social, que proporcionaram avanços nas condições de renda, trabalho e de acesso da população a bens e serviços. Nesse sentido, a universalização das condições de bem-estar exige a continuidade do modelo baseado na garantia de direitos e na promoção da mobilidade social. Ao mesmo tempo, aponta um mercado consumidor potencial amplo e diversificado, que oferece possibilidades de ganho de escala produtiva, de inovações tecnológicas e de criação de novos negócios, que pode ser dinamizado com o fortalecimento da estratégia de desenvolvimento em curso, orientada pela justiça social.

O alcance de condições plenas de bem-estar e justiça social também passa pela ampliação e qualificação das redes de bens e serviços públicos que garantem a cidadania e promovem a igualdade de oportunidades, como saúde e educação. Os avanços recentes nessas políticas, detalhados a seguir, têm sido fundamentais para a consolidação desse padrão de desenvolvimento.

EDUCAÇÃO

A expansão dos direitos e oportunidades educacionais constitui uma política fundamental para a estratégia de desenvolvimento do País, uma vez que, além de contribuir para a formação individual e preparar o indivíduo para o exercício da cidadania, também qualifica a força de trabalho para os desafios do crescimento sustentável.

Nesse sentido, destinar mais recursos para a educação é fundamental. O investimento público total em educação em relação ao PIB apresentou um importante incremento, passando de 4,5% do PIB em 2004 para 6,6% em 2013. Em 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), válido para os próximos dez anos, que estabelece 20 metas e aponta que o investimento público total em educação deverá chegar a 10% do PIB no final da vigência do plano. Destaca-se, entre as ações que contribuirão para o alcance dessa meta, a aprovação da Lei 12.858/2013, que vincula à educação 75% das receitas provenientes dos royalties, da participação especial e de acordos de individualização de produção decorrentes da exploração do petróleo no pré-sal. Além disso, também estabelece a destinação à educação e saúde de 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social. Esses recursos do petróleo contribuirão para a contínua expansão da parcela do PIB destinada à educação, que, somada à redução da população em idade escolar, permitirá elevar o gasto per capita por estudante.

Visando à universalização do acesso e à melhoria da qualidade em todas as etapas da educação básica, o Governo Federal tem promovido um conjunto de políticas em parceria com Estados e municípios. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que tem o objetivo de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, contou, em 2014, com a adesão das 27 unidades da federação e 5.421 municípios, para formação de 15 mil orientadores de estudos e 311,9 mil professores alfabetizadores.

Em relação à ampliação e ao fortalecimento da educação infantil, as construções de creches e pré-escolas, no âmbito do Proinfância, têm propiciado claros benefícios à vida escolar na infância, além de impacto positivo no processo de empoderamento e ampliação da autonomia das mulheres. Até 2014, foi aprovada a construção de 8.787 creches e pré-escolas e foram contratados 6.185 empreendimentos, com investimento da ordem de R$ 7,6 bilhões.

O Programa Mais Educação, que busca a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação dos tempos de permanência, do reforço escolar e da oferta de conteúdos complementares teve em 2014 a adesão de 58,7 mil escolas, 46% das quais são compostas em sua maioria por estudantes cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e mais de 30% são escolas rurais.

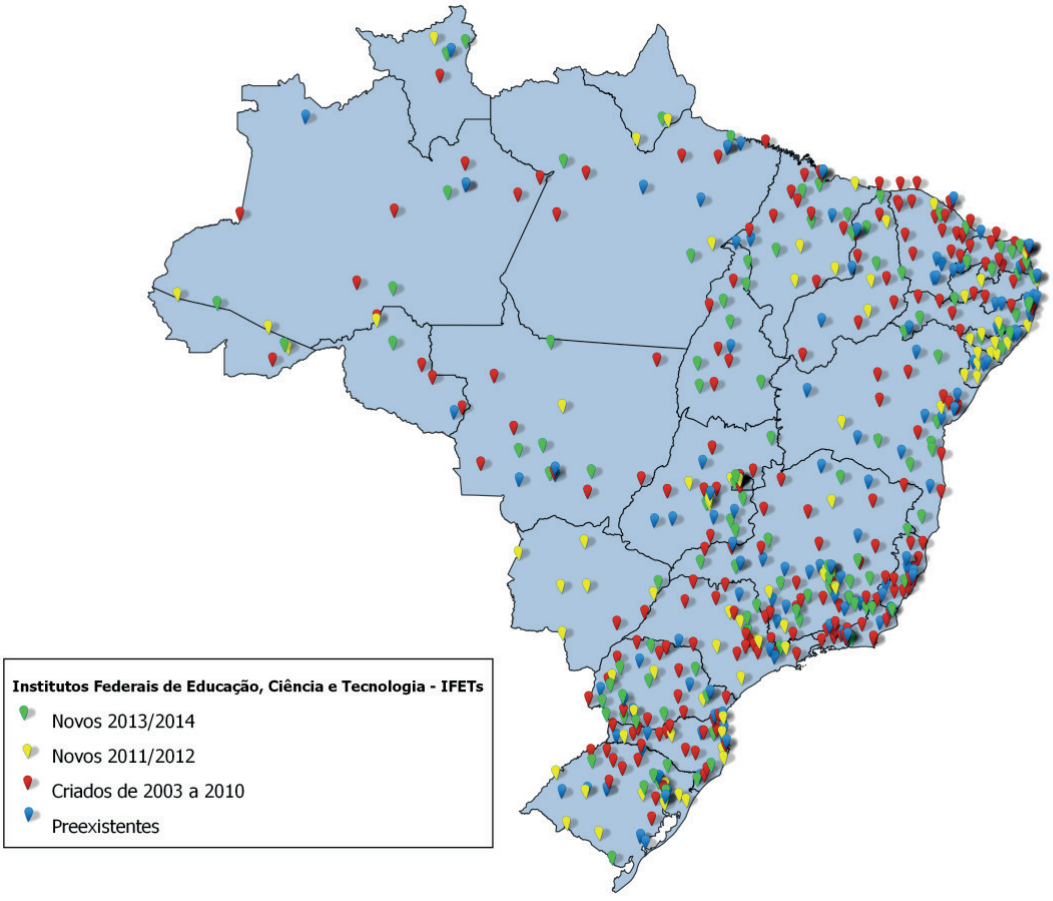
A implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva resultou no crescimento do número de matrículas de estudantes público-alvo da educação especial, que passou de 504.039, em 2003, para 886.815 em 2014. Destes, aqueles matriculados em classes comuns no ensino regular representavam 28,8% em 2003 e, em 2014, 79%.

Quanto ao combate ao analfabetismo, o Governo Federal conduz o

Programa Brasil Alfabetizado - PBA desde 2003, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O PBA é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. Ressalta-se que a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade caiu de 11,5% em 2004 para 8,5% em 2013.

Na educação profissional e tecnológica, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec tem ampliado significativamente a oferta de matrículas, qualificando a força de trabalho e facilitando a inserção de jovens e adultos no mercado de trabalho. Desde sua criação em 2011, o Programa atendeu 8,1 milhões de brasileiros, sendo que o seu principal instrumento, o Bolsa-Formação, realizou 4,1 milhões de matrículas, das quais 2,9 milhões em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) e cerca de 1,2 milhão em cursos técnicos de nível médio. Outra medida fundamental para a expansão consistente do ensino técnico e da qualificação profissional no País tem sido a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Somente no período 2011-2014 foram construídas, conforme previsto, 208 novas unidades, sendo que todas já entraram em funcionamento. Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica totaliza 562 unidades em 508 municípios.

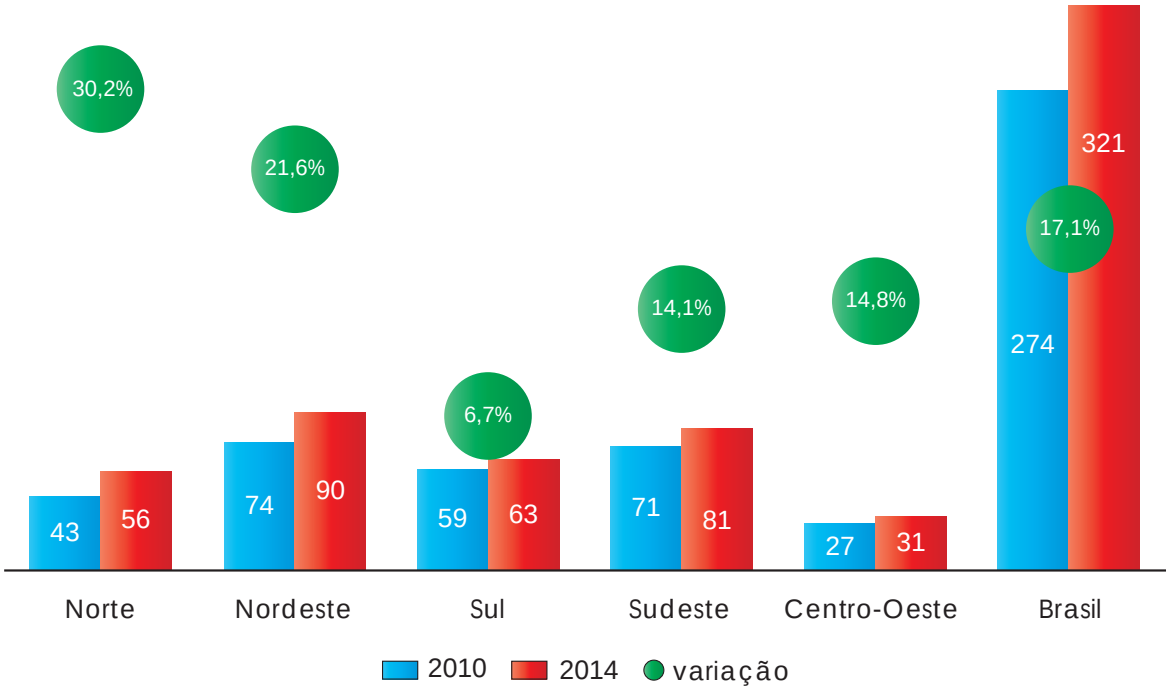
FIGURA 6 – EXPANSÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



Fonte: SIMEC
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Já no ensino superior, a ampliação do acesso tem possibilitado uma maior qualificação dos brasileiros, produção de conhecimento e inovação tecnológica, permitindo o aumento da competitividade do País. Entre 2011 e 2014, houve uma ampliação 17% no número de campi/unidades, que passou de 274 para 321, num total de 63 universidades federais.

GRÁFICO 21 – EXPANSÃO DE CAMPI DE UNIVERSIDADES FEDERAIS POR REGIÃO, ENTRE 2010 E 2014

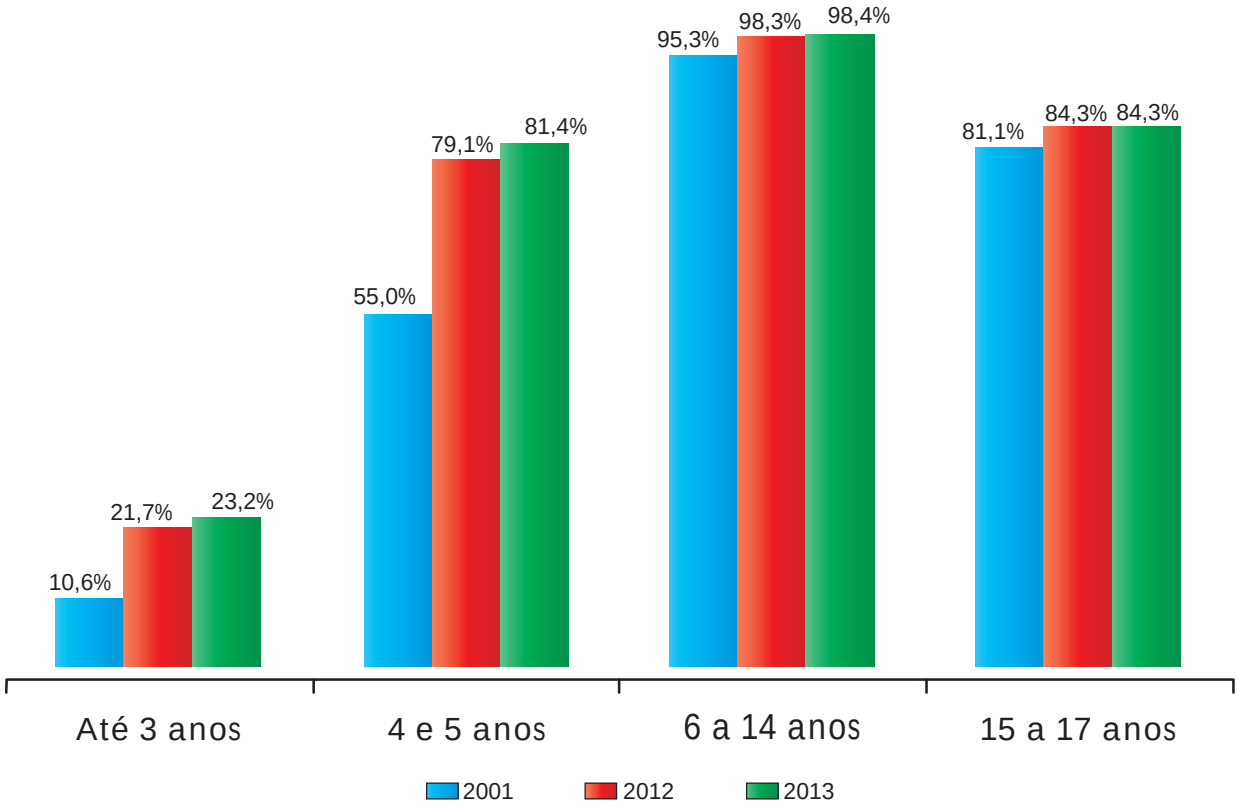


Fonte: SIMEC
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ainda no âmbito da ampliação do acesso, destacam-se o Programa Universidade para Todos - Prouni, que já atendeu quase 1,5 milhão de estudantes de baixa renda até 2014, sendo 759 mil estudantes negros; o novo Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, com 1,9 milhão de financiamentos concedidos entre 2010 e 2014; e a publicação da Lei 12.711/2012, que prevê cotas em instituições federais de ensino superior a estudantes oriundos de escolas públicas e também a negros e indígenas. Já o Programa Ciência sem Fronteiras, que promove o intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação, tem sido um importante instrumento na cooperação internacional, com grande impacto na internacionalização da educação, ciência e tecnologia do Brasil. Em 2014, com a concessão de mais de 42 mil novas bolsas, o programa chegou a 101.446 bolsas concedidas acumuladas.

Os esforços empreendidos nos últimos anos para a ampliação das oportunidades educacionais refletem-se em indicadores, como a taxa de frequência à escola.

GRÁFICO 22 – TAXA DE FREQUÊNCIA À ESCOLA, POR FAIXAS DE IDADE



Fonte: Pnad/IBGE
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Obs. Dados harmonizados: Brasil sem Norte Rural

CULTURA

Nos últimos doze anos, uma nova legislação tem reafirmado os compromissos do Estado sob a tridimensionalidade das políticas culturais: a cultura como dimensão simbólica, a cultura como direito de todos e a cultura como uma economia importante. Nesse aspecto, destacam-se a criação das leis da TV Paga (Lei 12.485/2011), do Vale Cultura (Lei 12.761/13), a Nova Lei dos Direitos Autorais (12.853/2013), do Cultura Viva (Lei 13.018/14), e a proposta de uma nova lei de incentivo à cultura (Procultura).

O ano de 2014 foi um marco para o Programa Cultura Viva, que completou 10 anos tendo atingido mais de 4,6 mil Pontos de Cultura fomentados em cerca de mil cidades de todos os estados do Brasil. Nesse mesmo ano, em julho, foi sancionada a Lei 13.018/14, que transformou o Programa Cultura Viva em uma política de Estado, criando o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura e a prestação de contas simplificada.

A Lei da TV Paga contribuiu para dinamização da economia da cultura, ampliando significativamente a participação das produções nacionais, especialmente das independentes, nos canais por assinatura. Além disso, os recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) mais do que quintuplicaram nos últimos três anos e compõem um orçamento anual que chega a superar um bilhão de reais.

Outra política que trouxe forte impulso à demanda por produtos culturais foi o Vale Cultura. Ao final de 2014, mais de 340 mil trabalhadores já possuíam o cartão Vale-Cultura, o qual já é aceito em mais de 24 mil pontos como forma de pagamento para consumo de bens e produtos culturais.

ESPORTE

A oportunidade gerada pela organização dos grandes eventos esportivos tem sido aproveitada na criação e no desenvolvimento de políticas públicas de esporte efetivas. É o caso dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE's). Lançado em fevereiro de 2013, no âmbito do PAC 2, o programa prevê a construção de 285 unidades em 263 municípios das 27 unidades da Federação, com previsão de entrega para o segundo semestre de 2015. Os CIE's comporão a base da Rede Nacional de Treinamento, garantindo capilaridade à infraestrutura de centros esportivos e cumprindo o objetivo de estender para todas as regiões do país os benefícios da realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Também no contexto de ampliar o esporte de base, o governo federal tem investido na infraestrutura escolar. O programa Atleta na Escola atingiu 44 mil escolas em 2014, com a oferta de três modalidades olímpicas e dez paraolímpicas para estudantes da rede pública. Com a cooperação entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Educação, o programa Esporte da Escola já beneficiou mais de 4 milhões de alunos com a prática esportiva no contraturno escolar. O Programa Segundo Tempo/Forças no Esporte, uma parceria com o Ministério da Defesa, atende ainda 15 mil alunos em 122 unidades militares de todas as regiões.

COPA DO MUNDO

Durante a Copa do Mundo FIFA 2014, o Brasil recebeu um milhão de turistas estrangeiros, de 203 nacionalidades, com 95% deles revelando intenção de retornar ao país.

O investimento total na Copa do Mundo foi estimado em R$ 25,6 bilhões, dos quais R$ 8 bilhões foram para a reforma ou construção dos estádios. Os outros R$ 17,6 bilhões foram aplicados em obras que além de atender à realização do torneio, serão usufruídas cotidianamente pelo cidadão brasileiro, como estações de metrô, terminais de integração, 13 BRT's, 2 VLT's e novas vias urbanas. As melhorias nos aeroportos possibilitaram atender a um fluxo de 16,7 milhões de passageiros, com taxas de atrasos abaixo das médias internacionais.

Os estádios receberam 3,4 milhões de pessoas, sendo que apenas 0,2% dos torcedores da Copa precisaram de cuidados médicos. Um efetivo de 177 mil profissionais de segurança pública, defesa e inteligência garantiu a tranquilidade dentro e fora dos estádios.

SAÚDE

A saúde, um dos pilares da seguridade social, tem adotado a estratégia de fortalecimento contínuo do modelo estabelecido pela Constituição de 1988, que instituiu o Sistema Único de Saúde – SUS, com diretrizes de integralidade, universalidade

e equidade do atendimento, descentralização federativa e participação da sociedade. Todos os brasileiros, em maior ou menor medida, são usuários do SUS, visto que este não se restringe ao atendimento médico, abrangendo também outras áreas, como a vigilância em saúde e as ações de promoção da saúde. Atualmente, cerca de 150 milhões de pessoas dependem exclusivamente do SUS.

A fim de garantir a expansão do acesso com qualidade aos serviços de saúde, tem sido buscado o aperfeiçoamento das Redes de Atenção à Saúde, com ênfase no planejamento regional e na articulação dos serviços e ações de saúde. Destacam-se a Rede de Urgências e Emergências – que já conta com 391 Unidades de Pronto Atendimento – UPA em funcionamento e 2.944 municípios atendidos pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu); a Rede Cegonha – implantada em todos os Estados, no DF e em 5.488 municípios, com cobertura de cerca de 2,5 milhões de gestantes; a Rede de Atenção Psicossocial – com 2.209 Centros de Atenção Psicossocial – Caps em funcionamento no País, dos quais 142 implantados em 2014; e a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. Também cumpre ressaltar a expansão do programa Aqui Tem Farmácia Popular, que teve como prioridade o adensamento de unidades disponíveis nos munícipios constantes do mapa de extrema pobreza, alcançando, em 2014, 4.345 municípios brasileiros.

Importante desafio é a disponibilidade de profissionais de saúde, principalmente médicos, em regiões de difícil acesso ou com populações de maior vulnerabilidade. Para isso, foi instituíto em 2013 o Programa Mais Médicos, que alocou, em 2014, 7.804 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, atingindo um total de 14.462 médicos em atividade em 3.785 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei), chegando a alcançar uma cobertura populacional de 50 milhões de pessoas. Vale ressaltar que 4.898 novos médicos foram alocados na Região Nordeste e 1.897 na Região Norte.

O Programa Mais Médicos prevê também a criação de 11,5 mil novas vagas nos cursos de medicina até 2017 e, até 2018, 12,4 mil vagas de residência médica para formação de especialistas, com foco na valorização da atenção básica e outras áreas prioritárias para o SUS. Desde o início do Programa Mais Médicos, foram autorizadas 1.343 novas vagas de graduação em medicina nas universidades federais, sendo 203 vagas em cursos já existentes e 1.140 novas vagas em 20 novos cursos em *campi* interiorizados. As instituições privadas foram autorizadas a ofertar 3.117 novas vagas de graduação em medicina.

Para abrigar esses profissionais está sendo remodelada uma nova rede de atenção básica, com a implantação do programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde – UBS, instituído em 2011. O objetivo do programa é prover condições adequadas para o trabalho em saúde, promovendo melhoria do acesso e da qualidade da atenção básica. Até 2014, já foram contratadas a construção, ampliação e reforma de 26.976 UBS, para atender 5.095 municípios. Das propostas de construção, ampliação e reforma de UBS contratadas, 24.838 continuam vigentes e, destas, 9.640 foram concluídas. Graças a essa expansão, há atualmente no País 40.603 UBS em funcionamento. Junta-se a isso a informatização das UBS, garantindo-se internet de banda larga e implantação do Telessaúde, do prontuário eletrônico e do sistema e-SUS Atenção Básica.

O Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica –

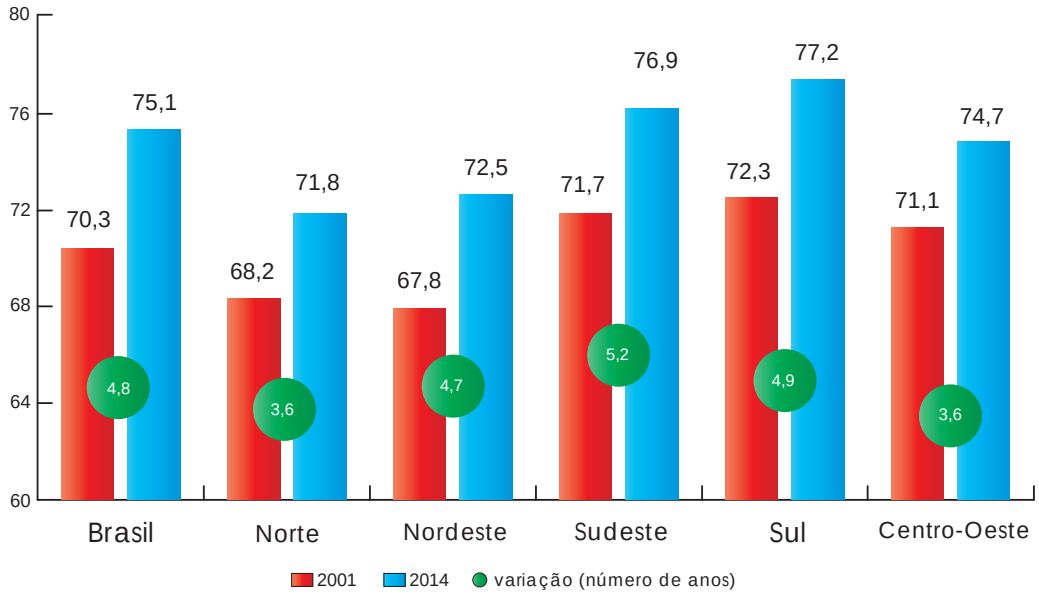
PMAQ-AB, por sua vez, desenvolve processo de indução, avaliação e certificação das equipes a padrões de qualidade, permitindo ao município até dobrar o repasse de recurso mensal por equipe bem avaliada. Em seu segundo ciclo, que compreende o período de 2013 e 2014, o programa alcançou 30.522 Equipes de Saúde da Família, 19.946 Equipes de Saúde Bucal, 1.813 Núcleos de Apoio à Saúde da Família e 860 Centros de Especialidades Odontológicas, presentes em 5.077 municípios.

Outra importante estratégia foi o reforço da atenção integral à saúde da população idosa, com ênfase no envelhecimento saudável e ativo, na manutenção da autonomia e reabilitação da capacidade funcional e no apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Nesse contexto, a campanha nacional de vacinação contra a gripe atingiu a marca de 86% de cobertura, o que representou mais de 17,9 milhões de idosos vacinados em 2014. Além disso, foram formados profissionais visando qualificar o cuidado ofertado pelo SUS à população idosa e investiu-se na reformulação da caderneta de saúde da pessoa idosa.

Na área do financiamento da saúde houve avanços com a Lei Complementar nº 141/2012, que consolidou um financiamento consistente do SUS pelos entes federativos, especificando as ações e serviços passíveis de serem financiados com recursos da saúde e, em seguida, com a aprovação da Lei nº 12.858/2013, que destina à saúde 25% das receitas provenientes dos *royalties*, da participação especial e de acordos de individualização de produção decorrentes da exploração do petróleo no pré-sal, além de destinar 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social para a educação e a saúde.

Esses esforços vão se refletir na evolução dos principais indicadores da saúde da população, que já têm mostrado resultados positivos nos últimos anos. Como exemplo, a expectativa de vida ao nascer aumentou 4,8 anos entre 2001 e 2014, atingindo 75,1 anos.

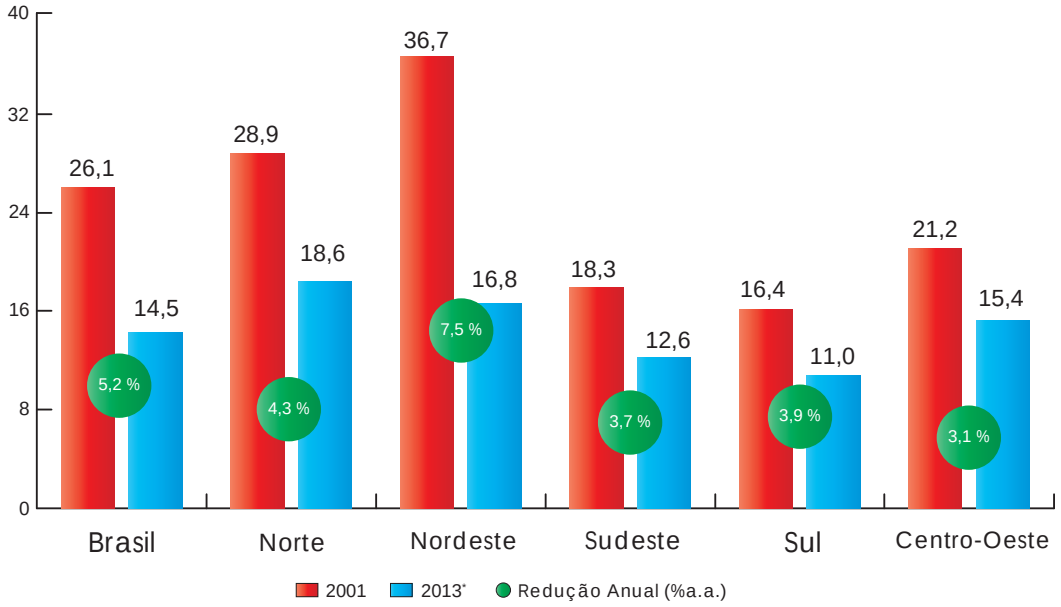
GRÁFICO 23 – ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER



Fonte: IBGE
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Para 2013 foi projetada queda para 60 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, que corresponde a 25% de redução em relação ao verificado em 2001. Trata-se de uma redução significativa, considerando a melhora na identificação dos óbitos associados à gravidez. Ainda houve uma queda generalizada da taxa de mortalidade infantil, em todas as regiões e mais intensa na Região Nordeste, de modo que o Brasil alcançou com quatro anos de antecedência uma das mais importantes metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM.

GRÁFICO 24 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR REGIÃO (POR MIL NASCIDOS VIVOS)



Fonte: CGIAE/SVS/MS – Busca Ativa
* Valores projetados para 2013
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

JUSTIÇA E SEGURANÇA CIDADÃ

O Governo Federal tem procurado induzir um novo paradigma de segurança pública cidadã, orientado pela prevenção à violência, pela diferenciação de públicos e territórios mais vulneráveis ao fenômeno, pela integração das ações de segurança com as políticas sociais e pelo aprimoramento das instituições policiais. O Programa "Crack, é possível vencer" é emblemático, ao reconhecer a vulnerabilidade dos usuários da droga e perseguir a construção de redes integradas de saúde, assistência e segurança pública para a prevenção do uso e qualificação da oferta de atenção e cuidado. Por intermédio do Programa, na área de segurança, já foram capacitados 5 mil profissionais e entregues 70 bases móveis de policiamento de proximidade nos pontos de maior incidência de uso de drogas das 27 capitais (investimento de cerca de R$ 153,5 milhões), incentivando uma filosofia policial orientada por novas formas de interação e de parceria com a comunidade e focada na qualidade de vida da região.

Outra iniciativa de destaque é a estruturação de um novo modelo de gestão, monitoramento e policiamento especializados da área de fronteira, que

integra ações das três esferas de governo. O Plano Estratégico de Fronteiras tem avançado, observando-se a redução de 11,5% dos homicídios nos municípios na faixa de fronteira entre 2012 e 2013, bem como registros de aumentos consideráveis na quantidade de drogas e armas apreendidas, autos de prisão em flagrante lavrados, mandados de prisão cumpridos e veículos recuperados. No âmbito do Plano Estratégico de Fronteiras, os esforços das forças policiais federais e estaduais resultaram na apreensão de mais de 500 toneladas de drogas (cocaína, crack, maconha e outras drogas) e 6 mil armas de fogo.

O fortalecimento da integração federativa na área de segurança também tem sido promovido pela atuação da Força Nacional de Segurança. A partir de demanda dos governos estaduais, a Força Nacional desenvolveu, em 2014, um total de 46 operações em 20 Estados e no Distrito Federal. Nesse sentido, outro grande avanço foi a implantação dos centros de comando e controle nas Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, que não apenas ampliaram a capacidade de ação das instituições de segurança oferecendo equipamentos de elevado padrão tecnológico, como permitiram uma coordenação inédita das atividades de inteligência federais, estaduais e municipais para garantir a segurança de forma preventiva e corretiva.

A ampliação da capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais para a redução da violência no trânsito também é um objetivo da política de segurança. Por intermédio do Plano de Enfrentamento à Violência no Trânsito, que adota o mapeamento de pontos críticos das rodovias federais para reforço do policiamento e fiscalização, ocorreu, em 2014, uma redução de 15,5% nos números de acidentes ocorridos nessas rodovias, em relação à frota de veículos nacional, além de redução em 9,1% e 6% dos números de feridos e mortos, respectivamente.

A humanização do Sistema Penitenciário constitui outro desafio estratégico para a política de segurança pública cidadã. Nesse âmbito, destaca-se a implementação do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, que tem o objetivo de zerar o déficit prisional de vagas para mulheres e de ampliar as cadeias públicas para reduzir o número de presos em Delegacias de Polícia. Os investimentos federais contratados alcançam a ordem de R$ 1,2 bilhão, sendo que, desde 2011, já foram entregues mais de 10,2 mil vagas e contratadas outras 18,2 mil. A busca pela garantia de direitos e pela reintegração social da pessoa privada de liberdade também é norteadora da ação federal, ressaltando-se a entrega de 43 Centros de Referência Materno Infantil, beneficiando 14 mil mulheres atendidas por serviços de assistência integrados ao Programa Rede Cegonha; a criação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional, que já conta com a adesão de 24 Estados e 134 municípios; a efetivação, em 2014, de mais de 12 mil matrículas para presos e egressos no Pronatec; a ampliação dos exames educacionais de certificação, registrando-se mais de 30 mil participantes por ciclo no Enem; e a execução do Programa Brasil Mais Alfabetizado, em benefício de 14,5 mil presos.

No campo do acesso à justiça, cabe destacar avanços progressivos na prestação de assistência jurídica integral e gratuita, beneficiando pessoas de menor renda e cidadãos presos que não têm condições de pagar um advogado e os

custos judiciais. Após a autonomia instituída pela Emenda Constitucional nº 74, a Defensoria Pública da União (DPU) tem fortalecido sua atuação, alcançando oferta crescente de assistência jurídica gratuita a pessoas carentes, com 1,7 milhão de assistidos em 2014. Para fortalecimento da atuação da DPU na resolução extrajudicial de conflitos, foram celebrados termos de cooperação com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e com a Caixa Econômica Federal. Tais iniciativas permitem a redução substancial do volume de demandas judiciais e propiciam agilidade no atendimento aos cidadãos nas questões relacionadas à previdência social e aos contratos bancários. No período 2013/2014 cerca de 13.900 assistidos foram beneficiados com conciliações extrajudiciais.

POLÍTICAS TRANSVERSAIS

As políticas transversais na busca de garantir direitos para públicos específicos perpassam as diversas políticas setoriais e universais com intuito de adequá-las às especificidades desses públicos. Nas políticas para as mulheres o enfrentamento à violência está sendo fortalecido com a implementação do Programa Mulher Viver sem Violência, destacando-se a proposta da Casa da Mulher Brasileira, que se constitui em um espaço de acolhimento e atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência, concentrando em um mesmo espaço físico os principais serviços especializados e multidisciplinares de atendimento. No âmbito do PAC, a primeira unidade da Casa da Mulher Brasileira já foi inaugurada em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, e está prevista a implantação do projeto nas demais 26 capitais da Federação. Em 2014, a rede de atendimento às mulheres em situação de violência alcançou 235 Centros Especializados de Atendimento às Mulheres; 77 Casas Abrigo; 42 Núcleos de Atendimento Especializado da Defensoria Pública; 497 Delegacias de Atendimento à Mulher, 27 Núcleos e 105 Sessões em Delegacias Comuns, totalizando 573 serviços; 101 Juizados, Varas Especializadas e Varas Adaptadas; e 58 Núcleos de Ministérios Públicos Estaduais Especializados em Violência e Promotorias. Outras iniciativas de destaque, em 2014, foram a transformação do Ligue 180 em Disque Denúncia e a entrega de mais 24 unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta, totalizando 54 unidades.

As políticas de ação afirmativa tiveram relevante conquista em função da Lei nº 12.990/2014 – Lei de Cotas no Serviço Público – que destina 20% das vagas para negros nos concursos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Federal. Essa Lei é um dos grandes avanços de ações afirmativas para a promoção da igualdade racial, pois vai impactar diretamente no acesso da população negra a postos mais valorizados no mercado de trabalho, ampliando, assim, o acesso à renda, além de proporcionar maior diversidade à composição dos quadros do serviço público.

Em relação à Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior, em 2014, 56% das universidades já atingiram, em seu conjunto, a meta de ter 50% de suas vagas ocupadas por alunos oriundos de escola pública e, dentro deste percentual, ter uma quantidade de alunos pretos, pardos e indígenas correspondente aos dados demográficos de cada unidade federativa.

Para prevenir a violência contra os jovens, em especial a juventude negra,

maior vítima das altas taxas de homicídios registradas atualmente no Brasil, está sendo implementado o Plano Juventude Viva, que abrange um amplo conjunto de ações de promoção dos seus direitos. O plano já conta com adesão de 100 municípios e 8 Unidades da Federação (Alagoas, Paraíba, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Sergipe), comprometidos com a agenda de enfrentamento à violência. Destaca-se ainda o recente avanço referente ao Protocolo de Redução de Barreiras para o Acesso à Justiça da Juventude Negra em Situação de Violência, firmado pelo Governo Federal com o Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público.

A Agenda Pessoa com Deficiência teve como principal referência o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, que tem como eixos: o acesso à educação, a atenção à saúde e acessibilidade e inclusão social. Em 2014 os destaques na área de educação são: 13.360 novas salas de recursos multifuncionais instaladas e 14.851 kits entregues – que constituem mobiliário, materiais pedagógicos e de acessibilidade (90% das Salas de Recursos Multifuncionais previstas); adquiridos 2.304 ônibus acessíveis para transporte escolar; 40.316 escolas receberam recursos para a promoção da acessibilidade arquitetônica, aquisição de materiais e equipamentos de tecnologia assistida e 59 universidades federais receberam recursos para a promoção de acessibilidade em seus *campi*. A acessibilidade, em 2014, também foi buscada através de contratação de mais de 954 mil unidades habitacionais adaptáveis pelo Programa Minha Casa, Minha Vida; têm sido desenvolvidas a tecnologia e a estrutura para treinamentos de cães-guia, com o início de funcionamento do primeiro centro de treinamento do país, dentre cinco previstos, além de incentivos ao desenvolvimento da tecnologia assistida e facilitado o crédito para aquisição de seus produtos.

INFRAESTRUTURA

A infraestrutura possui um papel fundamental no modelo de desenvolvimento brasileiro atual, não só porque os investimentos em sua ampliação, aperfeiçoamento e conservação causam efeitos significativos na economia e na geração de empregos do País, mas também porque as inversões no setor propiciam aumento na produtividade, melhoria na qualidade de vida da população e maior integração, tanto regional como do País com o resto do mundo, particularmente com seus vizinhos sul-americanos. Em reconhecimento à importância do desenvolvimento do setor, o governo criou programas como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o Programa de Investimentos em Logística – PIL, que têm orientado os investimentos públicos e privados no setor e permitido o acompanhamento intensivo dos empreendimentos.

Para atingir os objetivos estratégicos acima mencionados, os investimentos em infraestrutura estão centrados na expansão da oferta de energia, na expansão da rede logística de transportes e de comunicações e na expansão da capacidade de produção em atividades intensivas em recursos naturais – agrícolas e minerais. Na área de energia, a estratégia é assegurar a oferta e a disponibilidade em suas diversas formas, de maneira equitativa em todo o território nacional, com iniciativas especiais para o atendimento a áreas isoladas e ao público de baixa renda.

Na logística de transportes, elemento fundamental para o processo de produção e distribuição de bens e serviços, tem se buscado a ampliação, de forma integrada com os outros modais, dos modos mais eficientes e menos poluentes (ferroviário e aquaviário), concomitantemente com a melhoria nas condições das rodovias, modo ainda mais utilizado para o transporte de cargas no País, e também muito relevante para a movimentação de passageiros e a integração nacional.

A expansão da capacidade de produção em atividades intensivas em recursos naturais tem na exploração dos recursos minerais um de seus elementos mais importantes, notadamente a exploração das grandes reservas de petróleo na camada do pré-sal, que envolverá o País no desafio da nova fronteira tecnológica de produção com forte incentivo à nacionalização dessa indústria. Além disso, optou-se por aproveitar de maneira mais equânime e socialmente justa as receitas provenientes desse recurso finito, quando foram destinadas para a educação e para a saúde das gerações presentes e futuras.

Ressalta-se a preocupação do Governo Federal em associar a governança das grandes obras de infraestrutura com a dimensão social, assim como desenvolver iniciativas que possibilitem potencializar econômica e socialmente os territórios impactados com os projetos de infraestrutura, de forma a induzir o crescimento de polos econômicos regionais, em linha com a estratégia de desenvolvimento nacional.

No ano de 2014 o Governo Federal prosseguiu no processo de expansão e revitalização dos investimentos em infraestrutura, iniciado de forma mais intensa com a criação do PAC em 2007. O programa desempenha um papel importante, ao garantir o fluxo permanente de recursos para empreendimentos estruturantes, além

de oferecer um modelo de governança que permite a rápida solução de entraves, garantindo o acompanhamento intensivo das ações em andamento. Ademais, mecanismos como o Balanço do PAC[20] atendem à demanda da sociedade por transparência, informando periodicamente a evolução nas principais obras que compõem a carteira do programa.

A tabela seguinte retrata alguns exemplos de ampliação da oferta de infraestrutura verificada nos últimos anos.

TABELA 4 – UTILIZAÇÃO DA REDE DE INFRAESTRUTURA

	REFERÊNCIA	2014
TRANSPORTE		
Bilhetes pagos em voos regulares nacionais	34,3 milhões (2002)	95,9 milhões
Movimentação de passageiros nos aeroportos	71,2 milhões (2003)	227,97 milhões
Movimentação de pouso e decolagem nos aeroportos	2,7 milhões (2007)	30,3 milhões
Extensão da malha rodoviária pavimentada (km)	156,4 mil (2002)	206,6 mil
Extensão da malha rodoviária concedida (km)	12,8 mil (2008)	20,5 mil
Frota de veículos	39,0 milhões (2004)	86,1 milhões
Veículos pedagiados em rodovias	557,2 milhões (2002)	1.871,4 milhões
Transporte interestadual rodoviário de passageiros	70,4 milhões (2003)	40,2 milhões
Movimentação de contêineres (*t*)	35,0 milhões (2002)	102 milhões
Movimentação de carga nos portos e terminais (*t*)	529 milhões (2002)	969 milhões
Extensão da malha ferroviária (km)	28,8 mil (2004)	27,5 mil[1]
Carga transportada em ferrovias (tu)	389 mil (2006)	465 mil
ENERGIA		
Capacidade instalada de geração (MW)	82,5 mil (2002)	133,9 mil
Número de unidades consumidoras	58,8 milhões (2003)	77,0 milhões
Extensão de linhas de transmissão (km)	72,5 mil (2002)	125,1 mil
Capacidade de transformação (MVA)	166,2 mil (2002)	292,8 mil
COMUNICAÇÕES		
Telefones móveis ativos	34,8 milhões (2002)	208,7 milhões
Telefones fixos ativos	38,7 milhões (2006)	45 milhões
Escolas públicas urbanas com banda larga	21,3 mil (2008)	70,3 mil
Assinantes de TV	3,5 milhões (2002)	19,5 milhões
Domicílios com acesso à internet	12,9% (2005)	43,0%

[1] Redução decorrente da desativação de trechos inoperantes.
Fonte: Anac, Infraero, DNIT, Denatran, Antaq, ANTT, MME, Aneel, Anatel e Cetic

20 Para mais informações sobre o último balanço do PAC, acesse http://www.pac.gov.br.

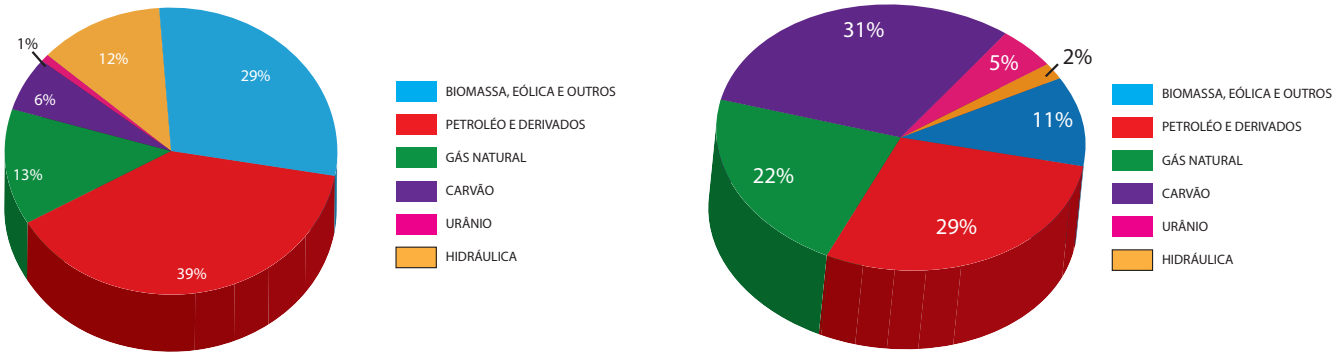
Para dar sequência a essa trajetória de expansão na oferta de infraestrutura o Governo Federal vem buscando ampliar a cooperação com a iniciativa privada. Esse movimento é sentido em várias áreas, das quais se podem citar: em logística, com as concessões dos aeroportos e rodovias, o novo marco legal para o setor portuário, com a expansão dos terminais de uso privado – TUPs, e as alterações no modelo de concessão de ferrovias; em energia, com a continuidade dos leilões de energia elétrica e de expansão do sistema de transmissão; na área de petróleo e gás, com o início dos leilões do pré-sal no regime de partilha e a retomada das rodadas em regime de concessão; na área de mineração, com o novo marco legal para o setor, em tramitação no Congresso Nacional. Esse processo, além de acelerar os investimentos, permite que o governo destine recursos do orçamento da União para empreendimentos que, embora tenham menor viabilidade econômica no curto prazo, são importantes para a integração nacional e o desenvolvimento regional, de forma a contribuir para a redução das desigualdades e favorecer a coesão territorial do País.

É também continuado o efeito positivo dos novos mecanismos de gestão e contratação de obras públicas, dos quais se destaca a implantação do Regime Diferenciado de Contratações – RDC, com reduções significativas nos tempos de licitação. Além disso, a capacidade de planejamento e gestão do Estado brasileiro tem sido recuperada por meio da consolidação de empresas como a Pré-Sal Petróleo S.A. e a Empresa de Planejamento e Logística – EPL, além das secretarias de Portos e Aviação Civil, todas elas responsáveis por uma guinada na capacidade do Estado de formular políticas públicas para seus respectivos setores.

ENERGIA ELÉTRICA

A matriz energética brasileira – reconhecida como uma das mais limpas do mundo – destaca-se por apresentar atualmente 41% de fontes renováveis (Hidrelétrica, Biomassa, Eólica e outras renováveis), conforme indicado a seguir. Os dados confirmam a posição de destaque do Brasil no cenário internacional, tendo em vista que a participação dessas fontes na matriz energética mundial corresponde a 13,4%.

GRÁFICO 25 – OFERTA DE ENERGIA POR FONTE – MATRIZ ENERGÉTICA



BRASIL Renováveis 41%

MUNDO Renováveis 13%

Fonte: Resenha Energética Brasileira, edição junho/2014
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Assim como a matriz energética, a matriz elétrica brasileira também manteve uma elevada participação das fontes renováveis (Hidrelétricas, Eólicas, Biomassa e Pequenas Centrais Hidroelétricas – PCH) correspondendo a 75% do total de energia elétrica gerada no País em 2014, enquanto no mundo esse índice encontra-se abaixo de 21%.

Importante destacar que o País continua a apresentar importantes avanços na construção de empreendimentos que visem tanto a expansão da oferta de energia elétrica, quanto a da capacidade de transmissão. Nos últimos três anos, por meio de metas e iniciativas constantes do PPA 2012–2015, considerando todas as fontes, estava prevista a incorporação de 24.739 MW de potência ao sistema elétrico brasileiro. Em 2014 entraram em operação 7.476,5 MW que, somados aos valores de 2012/2013 (9.366,3 MW), totalizam 16.842,8 MW, correspondendo a 68% do total previsto para o Plano. Assim, o Brasil atingiu o patamar de 133.913 MW de capacidade instalada de geração ao final de 2014.

Na geração de energia elétrica, destacam-se as obras das usinas hidrelétricas de Santo Antônio, com 96,6% de execução física, e Jirau, com 96,3%, ambas no Rio Madeira (RO). Atualmente, as usinas contam com 51 unidades geradoras, totalizando 3.636 MW de capacidade instalada. Merece destaque ainda a realização do leilão de expansão da UHE Santo Antônio, em 2014, que elevou sua capacidade de 3.150 MW para 3.568 MW. Como estratégia para garantir, de forma complementar, a segurança na geração de energia elétrica, ressalta-se a geração a partir de fontes térmicas interligadas ao Sistema Integrado Nacional – SIN. No Brasil, as usinas termelétricas – UTEs estão entre as principais alternativas de diversificação em um parque de geração de energia elétrica predominantemente hidráulico. Em 2014, entraram em operação 388,5 MW gerados a partir dessa fonte.

Visando atender à expansão do mercado de energia elétrica, foram realizados leilões para ampliar a capacidade instaladada do parque gerador. Como resultado desses leilões destaca-se a contratação de 2.265,9 MW de energia eólica, em 88 novos projetos de parques eólicos, para um total de 8.229,1 MW contratados. Foram também negociadas três Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs e doze termelétricas, sendo oito à biomassa, uma à carvão e três à gás natural. Merece destaque a primeira participação da fonte solar no leilão para contratação de energia de reserva realizado em outubro, e que obteve um deságio de 17,9% em 104 rodadas, caracterizando o certame como um dos mais disputados da história dos leilões no Brasil. Os resultados dos leilões realizados em 2014 reforçam a política do Governo Federal em investir de forma continuada em tecnologias ambientalmente sustentáveis, propiciando o aproveitamento dos potenciais regionais. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, localizados principalmente nos litorais da Região Sul e da Região Nordeste.

Esses avanços contaram com o trabalho de articulação intrassetorial e inter-setorial para a implementação de ações que visaram equacionar questões socioambientais. Somem-se a isso as atividades de acompanhamento dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos do setor elétrico que permitiram a emissão das licenças, bem como a administração de conflitos entre os órgãos e as comunidades afetadas. Como fruto dessas articulações, ocorreram propostas de melhorias no processo de licenciamento, tanto em aspectos legais, quanto

relacionadas à estruturação dos órgãos envolvidos, de forma a prepará-los para a demanda crescente dos investimentos em infraestrutura.

Além disso, ainda em 2014, foi elaborado o Plano Decenal de Expansão de Energia 2023 (PDE 2023), que indica os principais empreendimentos que devem entrar em operação no horizonte decenal para manter a segurança energética nacional ao mínimo custo econômico e socioambiental, servindo como base para a melhoria na confiabilidade e qualidade do suprimento energético, bem como para a criação de um quadro favorável ao investimento no setor. Foram ainda realizados debates técnicos e públicos necessários para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050). O PNE 2050 apresentará os estudos prospectivos de demanda e oferta de energia que permitirão construir as alternativas de políticas energéticas *vis-à-vis* à hipótese de esgotamento dos recursos energéticos atualmente conhecidos e à modicidade tarifária.

No tocante à Transmissão da Rede Básica, entraram em operação, em 2014, 7.921,5 km de novas linhas e foram incorporados 7.619 MVA de capacidade de transformação ao SIN. Com esse resultado, o Sistema Integrado Nacional alcançou a marca de 125.149 km instalados. Destaca-se a conclusão das obras do segundo bipolo de corrente contínua (+/- 600 kV), da LT 600 kV Coletora Porto Velho – Araraquara 2 C2, com 2.382 km de extensão, planejada para transportar a energia proveniente das usinas hidrelétricas do Rio Madeira para os grandes centros de consumo na Região Sudeste.

Um aspecto importante da política energética brasileira é a promoção da inclusão social por meio da universalização do acesso à energia elétrica. Essa iniciativa contribui para o desenvolvimento das comunidades atendidas e constitui um esforço contínuo das diversas esferas de governo, especialmente nas áreas rurais mais isoladas. No período 2012/2014 foram realizadas mais de 500 mil ligações de energia elétrica para quase dois milhões de pessoas que vivem no campo, em assentamentos da reforma agrária, aldeias indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas. Desse total, cerca de 205 mil pessoas são beneficiárias do programa Brasil Sem Miséria.

PETRÓLEO E GÁS

A estratégia nacional para o setor tem sido pautada primeiramente por um amplo programa de investimentos que visam garantir a segurança energética por meio do atendimento da demanda interna. Somente nos empreendimentos do PAC 2 para o setor de Petróleo e Gás, investiu-se, no período 2012 a 2014, valores próximos a R$ 150 bilhões nas áreas de pesquisa e infraestrutura para exploração, produção e transporte de petróleo e gás.

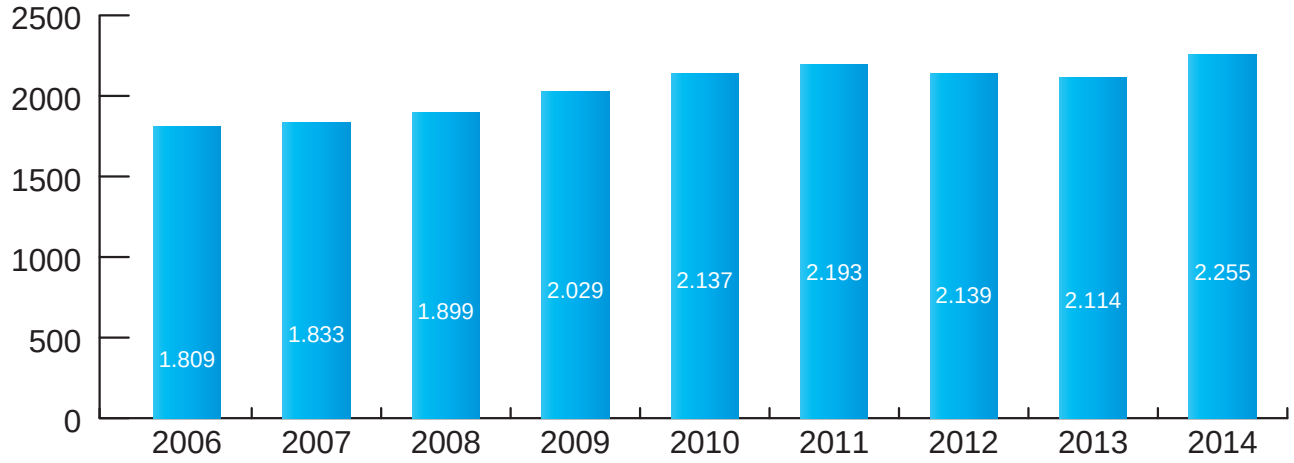
Os investimentos realizados em pesquisa e exploração vêm permitindo ao País manter a relação Reserva/Produção em patamares superiores a 20 anos, o que significa que as reservas são suficientes para cerca de vinte anos, desconsiderando-se novas descobertas e mantendo-se o ritmo da produção atual. Espera-se que no próximo decênio as reservas provadas e a produção nacional de petróleo e gás natural sejam duplicadas, principalmente com a contribuição dos recursos descobertos na área do pré-sal. Prevê-se, para esse período, uma elevação da

participação do Brasil no mercado mundial de petróleo, atuando como exportador líquido do produto.

Além disso, complementarmente, busca-se a melhoria da eficiência operacional nos campos em produção, com vistas ao maior aproveitamento das reservas naturais e maior retorno do investimento já auferido nas bacias e campos maduros.

Como resultado dos investimentos e da melhoria da eficiência operacional, no ano de 2014 houve um incremento na produção de petróleo de cerca de 10% em relação a 2013, revertendo tendência de queda que ocorreu no biênio 2012 – 2013, conforme demonstra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 26 – PRODUÇÃO MÉDIA DE PETRÓLEO NO BRASIL – EM MILHARES DE BARRIS POR DIA



Fonte: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível – ANP
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Para os próximos anos, a perspectiva é de crescimento, fruto dos investimentos realizados principalmente na área do pré-sal. No dia 16 de dezembro de 2014 registrou-se a marca histórica de 700 mil barris por dia (bpd) na área do pré-sal, apenas oito anos depois da primeira descoberta, ocorrida em 2006. Em 2014, o pré-sal já representou cerca de 25% da produção nacional de petróleo.

Da mesma forma, a produção nacional de gás tem avançado substancialmente nos últimos anos. Passou-se de um patamar de cerca de 65,9 milhões de m^3/dia, em 2011, para 87,4 milhões de m^3/dia, em 2014, crescimento de aproximadamente 33% em três anos. Apesar disso, devido ao aumento expressivo da demanda interna, fomentada principalmente pelo acionamento de usinas termelétricas, a importação de gás saltou de 28,5 milhões de m^3/dia em 2011 para 52,9 milhões de m^3/dia em 2014, crescimento de 85,6% nesse período.

Em paralelo, busca-se, numa perspectiva de médio prazo, ampliar a exportação de excedentes de petróleo de forma a contribuir positivamente para o resultado das contas externas do País.

Outro foco da estratégia nacional para petróleo e gás tem sido a ampliação da governança do setor, por meio da ênfase no planejamento e na gestão. Nesse sentido, o Ministério de Minas e Energia (MME), a Empresa de Pesquisa Energética

(EPE) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) retomaram os trabalhos de atualização necessários à publicação da versão 2014 do "Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás", prevista para o final de 2015. A versão atual, publicada em 2013, consiste numa base de informações georreferenciadas que mapeia zonas de importância relativas ao desenvolvimento econômico do setor petrolífero em cada região brasileira, constituindo-se, assim, numa importante ferramenta para o planejamento do setor. Também deverá ser publicada em 2015 a segunda edição do Plano Decenal de Expansão da Malha Dutoviária de Transporte de Gás Natural – Pemat, que abrangerá o horizonte 2015 – 2024. A primeira edição foi publicada em 26 de março de 2014 por meio da Portaria MME nº 128/2014.

Quanto às rodadas de licitações, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou resolução para que a ANP possa realizar a 13ª rodada para blocos exploratórios de petróleo e gás natural. Essa rodada tem o objetivo de assegurar as atividades exploratórias em bacias maduras e atrair investimentos para a descoberta de novas jazidas em bacias de novas fronteiras. Visa, também, manter a produção no médio e longo prazo a partir da oferta de áreas de elevado potencial, além de estimular a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção, por meio da oferta de campos marginais.

No âmbito da política de desenvolvimento industrial, destacam-se a política de conteúdo local, que foi aplicada nos contratos assinados nas rodadas de licitações, e o fomento e a expansão da indústria naval, articulada com um conjunto de iniciativas voltadas para a implantação e consolidação de polos industriais, com repercussão distribuída no território. O foco tem sido o fortalecimento da governança e da articulação entre os setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa de cinco territórios precursores, sede dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Suape (PE), Vale do Aço (MG), Maragogipe/Entorno (BA), Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ/RJ e Rio Grande (RS). Estão em andamento planos de ação que contemplam uma ampla agenda de desenvolvimento, a qual abrange aspectos de infraestrutura, meio ambiente, qualificação profissional e capacitação em gestão.

No que se refere ao marco regulatório de petróleo e gás, cabe destacar a proposição pelo MME, por meio da Portaria MME nº 317/2013, da construção de Gasoduto de Transporte entre os municípios de Itaboraí e Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro. Trata-se da primeira licitação de um gasoduto sob o regime de concessão no País, o que deverá ocorrer em 2015.

Ainda em relação ao marco regulatório, o CNPE aprovou a contratação direta da Petrobras para a exploração do volume excedente de óleo em quatro campos de petróleo do pré-sal, em Búzios, Entorno de Iara, Florim e Nordeste de Tupi. Estudos feitos nos últimos anos apontam que a capacidade de produção desses campos é bem superior aos 5 bilhões já concedidos por meio da cessão onerosa, e são estimados entre 10 a 14 bilhões de barris adicionais.

Em relação às participações governamentais, como consequência das alterações das regras para distribuição das receitas dos *royalties* e das participações especiais, aprovadas pela Lei nº 12.858/2013, a qual destina recursos, das parcelas da União, Estados e municípios, diretamente para as áreas de educação e de

saúde, destinou-se, em 2014, R$ 2,9 bilhões para o Fundo Social. Desse total, 50% serão alocados diretamente à educação e à saúde, conforme regras definidas na referida Lei.

COMBUSTÍVEIS

Para cumprir com os objetivos da política nacional de energia no segmento de combustíveis e as prioridades estabelecidas pelo governo, definiu-se uma série de diretrizes, objetivos e metas para o setor, que demonstra a estratégia utilizada para, em última análise, garantir o atendimento da demanda interna, com preço e qualidade adequada. Para isso, a política está estruturada de forma a priorizar a implantação e adequação de infraestrutura, incrementar o uso de biocombustíveis e promover a sustentabilidade na produção e fornecimento de produtos e serviços.

No período 2012 – 2014, a política para o setor de combustíveis tem surtido efeitos positivos com a melhoria da qualidade dos combustíveis (a exemplo do diesel S-10, que substituiu o diesel S-50 a partir de janeiro de 2013, e da gasolina de baixo teor de enxofre – S-50, que passou a ser obrigatória em todos os postos desde janeiro de 2014) e a elevação dos percentuais de biodiesel no diesel convencional. Avançou-se também no desenvolvimento de novos biocombustíveis, com o início da produção comercial do etanol de segunda geração, estabelecimento das especificações e testes para a introdução do bioquerosene de aviação e iniciativas para o aproveitamento energético do biogás. Está em andamento ainda um amplo programa de investimentos que visa expandir e modernizar o parque de refino e otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis.

No que se refere ao processamento de petróleo, a média em 2014 foi 2,10 milhões de barris de petróleo por dia (bpd), e a meta para 2015 é atingir 2,20 milhões bpd. Destaca-se, nessa área, a entrada em operação, em dezembro de 2014, do Trem 1 da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, com capacidade para processar 230 mil barris de petróleo por dia, e a construção de um trem de refino de 165 mil bpd no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj, com 82% da obra realizada.

O consumo total de derivados de petróleo tem apresentado crescimento contínuo ao longo dos últimos anos, principalmente como reflexo do aumento da frota nacional de veículos.

No período do PAC 2, foram concluídas as obras de modernização do parque nacional de refino e de melhoria da qualidade de combustíveis, com investimentos de mais de R$ 20 bilhões nos quatro anos.

Ainda em relação à infraestrutura, segue em andamento um conjunto de medidas visando otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores. Destaca-se a ampliação da capacidade de armazenamento e de transporte dutoviário e, em especial, a conclusão de dois trechos do Sistema de Logística de Etanol, que tem o objetivo de escoar a produção das áreas de expansão de cana em Minas Gerais, Goiás e São Paulo para o município de Paulínia e o porto de Santos.

A produção de Etanol para a safra 2014/2015 foi 3,3% superior ao registrado na safra anterior, apesar da estiagem e das elevadas temperaturas registradas em quase todas as regiões produtoras no primeiro trimestre de 2014. Esse pequeno aumento foi impulsionado pelo crescimento da demanda de combustíveis, fruto da ampliação da frota de veículos leves dos últimos anos.

A introdução da tecnologia *flex fuel* em 2003 modificou a dinâmica do mercado de combustíveis automotivos no País, colocando nas mãos do consumidor o poder de decisão quanto ao consumo de etanol ou de gasolina. As variações de oferta de etanol e dos preços relativos com a gasolina modulam o consumo desses combustíveis.

Ainda em relação ao etanol, está em implementação a tecnologia do etanol de segunda geração – o Etanol 2G – , elaborado a partir de celulose. O diferencial dessa tecnologia é o aproveitamento do bagaço de cana-de-açúcar e da palha, o que permite um aumento na produção de até 40% sem necessidade de ampliar a área plantada com canavial, trazendo mais produtividade, eficiência e sustentabilidade no ciclo de produção. Já está em operação desde setembro de 2014 a unidade industrial da empresa GranBio, em São Miguel dos Campos (AL), que é a primeira fábrica de etanol celulósico em escala comercial do Hemisfério Sul e que tem capacidade de produção de 82 milhões de litros do biocombustível por ano. Uma outra unidade de produção de etanol 2G, da empresa Raízen, foi construída em Piracicaba (SP) e produzirá 40 milhões de litros/ano. Ambos os empreendimentos foram financiados pelo Plano Conjunto BNDES–Finep de Apoio à Inovação Tecnológica Industrial dos Setores Sucroenergético e Sucroquímico – Paiss. A Petrobras, por sua vez, tem projeto em andamento para implantação de uma unidade industrial com o uso dessa tecnologia.

Quanto ao biodiesel, o Brasil está hoje entre os quatro maiores produtores e consumidores do mundo. Possui aproximadamente 56 usinas, sendo 44 delas detentoras do Selo Combustível Social. Esse selo é um importante mecanismo do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, concebido para promover a inclusão social de agricultores familiares na cadeia produtiva desse biocombustível, contribuindo para a redução das desigualdades regionais.

Espera-se que com a edição da Lei n° 13.033/2014, que aumentou a mistura de biodiesel no óleo diesel de 5% para 7%, haja aumento na participação do número de agricultores familiares na cadeia do biodiesel, prejudicado, em parte, pela seca ocorrida em 2012.

MINERAÇÃO

Dada a importância do Setor Mineral, o arcabouço jurídico que norteia a atividade precisa ser discutido com toda a sociedade, resultando num Marco Regulatório que avance em relação ao que atualmente existe e garanta a segurança jurídica capaz de consolidar e atrair novos investimentos bem como assegure a exploração mineral respeitando o meio ambiente e com distribuição dos seus resultados econômicos de forma mais justa.

Assim, a proposta apresentada pelo Poder Executivo (Projeto de Lei nº 5.807/13) está em discussão e análise no Congresso Nacional, devendo consolidar-se como o

"Marco Regulatório da Mineração" que irá permitir que o setor continue a contribuir de forma significativa para o atendimento das demandas minerais internas do Brasil e, cada vez mais, com a balança comercial, com o aumento e diversificação das exportações.

O País vem intensificando, desde 2003, os levantamentos geológicos básicos, com desenvolvimento de projetos de cartografia geológica em todo o território nacional, acompanhados de um ambicioso programa de levantamentos aerogeofísicos, essencial para o desenvolvimento de atividades minerárias e atração de novos investimentos. Destacam-se no período de 2012 a 2014, no que se refere ao conhecimento geológico do território nacional, as seguintes realizações: levantamentos geológicos (aproximadamente 800 mil km² mapeados); monitoramento hidrológico de sete bacias experimentais; levantamentos geológicos marinhos; levantamentos aerogeofísicos e geoquímicos; estudos e mapeamentos; levantamentos da geodiversidade (11 mapas elaborados no entorno de grandes obras do PAC e novos aquíferos); implantação dos Centros de Informações Geocientíficas – CIG (13 unidades implantadas), da Rede de Litotecas (sete das dez unidades inicialmente previstas para o armazenamento dos acervos de materiais geológicos coletados) e da Rede de Laboratórios de Análises Minerais – Lamin (quatro laboratórios implantados que, de janeiro a setembro de 2014, realizaram 29.904 determinações analíticas).

No âmbito do Conselho de Competitividade e do Comitê Executivo de Mineração do Plano Brasil Maior são organizadas e articuladas diversas agendas estratégicas que visam ampliar as potencialidades e a agregação de valor do setor mineral brasileiro como, por exemplo, os estudos para viabilizar a implantação da cadeia produtiva integrada de elementos terras-raras (ETRs), com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas e aproveitamento econômico desses minerais no médio e longo prazos. Outro exemplo são os estudos para a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral – ZPTMs, que visam permitir o desenvolvimento social e econômico a partir da mineração (e cadeias produtivas associadas) em áreas de relevante interesse mineral. Em 2014, dois dos seis produtos contratados (relatórios técnicos do estudo) foram entregues.

LOGÍSTICA DE TRANSPORTES

Um sistema de transportes bem-sucedido deve ser eficiente, seguro, ambientalmente sustentável e capaz de alcançar todo o território nacional. Atingir tais objetivos é um imenso desafio, ainda mais para um país da dimensão do Brasil, marcado por expressivas desigualdades regionais e de renda, e que até recentemente recebeu investimentos aquém do necessário para sua adequada expansão. Na busca de se definir a estratégia de atuação do Estado para o setor, tem se buscado compreender os principais dilemas que o afetam, de modo a encontrar soluções que atendam a todos os públicos.

Um dos principais temas que têm permeado a discussão sobre políticas de transportes é o surgimento de novas fronteiras de produção agrícola e extrativismo mineral, com vistas à exportação. Estas têm demandado o surgimento de novas rotas de saída, que não sobrecarreguem os portos da região centro–sul. No entanto,

é fundamental que o atendimento de tais necessidades leve em consideração tanto as populações locais afetadas pelos novos empreendimentos como os potenciais gerados pela construção da nova infraestrutura, que podem levar à redução das desigualdades entre as regiões do País. Além disso, o Estado brasileiro deve atender outros públicos usuários de transporte: agricultura familiar, indústria (tanto para exportação como para consumo local) e passageiros. Em relação a estes últimos, ressalta-se a importância do continuado investimento na infraestrutura de aviação civil e a retomada do modo ferroviário como alternativa, particularmente para o transporte metropolitano e o regional, bem como do transporte hidroviário para a região amazônica.

A ainda excessiva dependência do modo rodoviário tem onerado pesadamente a cadeia logística brasileira, sem contar os efeitos negativos em segurança nas estradas e emissão de poluentes. Assim, torna-se fundamental o fomento a modos mais eficientes para o transporte de *commodities* e cargas de maior volume: ferrovias, hidrovias e navegação de cabotagem. Isso não quer dizer, porém, que o modo rodoviário será desconsiderado da estratégia; ele permanece com o papel fundamental de integração nacional, até por conta da sua capilaridade. No entanto, a melhoria do planejamento do setor e os novos empreendimentos em projeto/construção devem levar a um sistema de transportes multimodal que concilie a flexibilidade e alcance das rodovias com a eficiência e baixo impacto ambiental dos outros modos.

Outro tema fundamental da política de transportes é a segurança. Apesar de quedas recentes, os números de acidentes e mortos nas rodovias ainda são significativos. Assim, é importante a diversificação dos modos de transporte (diminuindo o número de caminhões nas estradas), mas também é fundamental o aperfeiçoamento dos marcos legais e o investimento em fiscalização, melhorias nas condições das rodovias (particularmente duplicações e sinalização) e segregação do tráfego urbano e de longa distância (por meio de contornos e travessias).

O Brasil ainda tem regiões pouco povoadas e de difícil acesso. Para essas áreas há baixa atratividade para a iniciativa privada investir em infraestrutura, exigido empenho do Estado para mitigar as desigualdades regionais e identificar os modos de transporte mais adequados para cada situação. Na Amazônia, por exemplo, a necessidade de se preservar a floresta e evitar o avanço no desmatamento indica para soluções envolvendo o transporte hidroviário e o aéreo. Já no caso da integração sul-americana, é necessária uma atuação tanto no sentido de prosseguir na execução dos projetos da carteira IIRSA/Cosiplan, mas também avançar nas questões regulatórias, legais e aduaneiras que impedem uma maior integração entre os países da região.

De modo a mobilizar a iniciativa privada no processo de ampliação e manutenção da infraestrutura logística do País, o Governo Federal lançou o Programa de Investimentos em Logística – PIL, caracterizado pela concessão à iniciativa privada de diversos elementos de infraestrutura de transportes. No caso das rodovias, adotou-se o modelo em que a empresa que oferecer o menor valor de pedágio (dentro de um limite preestabelecido) é a vencedora do certame. Adicionalmente, a concessionária deve cumprir uma série de obrigações durante o contrato de concessão, notadamente a duplicação do trecho concedido no prazo

de cinco anos, com a cobrança do pedágio permitida somente após 10% das obras de duplicação concluídas, e com execução de melhorias, tais como viadutos, travessias urbanas, passarelas, entre outras. Em 2014, ocorreu a assinatura dos contratos referentes aos trechos concedidos em 2013. As empresas ganhadoras dos certames já iniciaram as obras de duplicação previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER). Além disso, já foram instalados centros de atendimento ao usuário, houve melhoria na sinalização, entre outro. Adicionalmente, quatro trechos adicionais de rodovias estão em fase de estudos para concessão: BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis (MT) – Jataí (GO) – Goiânia (GO) (703,7 km); BR-163/230/MT/PA, Entroncamento MT-220 – Porto de Miritituba (PA) (976,0 km); BR-364/GO/MG, Jataí (GO) – Entroncamento BR-153/MG (Comendador Gomes) (439,2 km) e BR-476/153/282/480, Lapa (PR) – Divisa SC/RS, passando por Chapecó (SC) (493,3 km).

Em relação ao modal aeroportuário, é de se ressaltar o sucesso na operação dos aeroportos concedidos, particularmente no período da Copa do Mundo, em que o índice de atraso médio foi de 6,94% (atraso acima de 30 minutos), inferior ao registrado em 2013 nos países da União Europeia (7,6%). Além disso, o crescimento do número de passageiros transportados foi 6,61% no ano de 2014, acima do crescimento do PIB no mesmo período. No contexto das concessões realizadas nos principais aeroportos do País, a Secretaria de Aviação Civil trabalha na definição dos próximos aeroportos a serem concedidos a partir de 2015.

Quanto ao modal ferroviário, prossegue a discussão relativa ao modelo a ser adotado para as novas concessões ferroviárias, sendo alternativas a adoção do chamado "modelo aberto", que parmitia a concorrência entre operadores ferroviários no mesmo trecho, o modelo vertical, já adotado nas concessões antigas, ou ainda soluções alternativas ou híbridas. Em 2014, o Governo Federal autorizou a publicação de Editais de Chamamento Público a partir de Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs) para a realização de estudos para os seguintes trechos ferroviários: Açailândia/MA – Barcarena/PA; Anápolis/GO – Corinto/MG; Belo Horizonte/MG – Guanambi/BA; Estrela D´Oeste/SP – Dourados/MS; Sapezal/MT – Porto Velho/RO; e Sinop/MT – Miritituba/PA. Assim que os estudos estiverem concluídos e as questões regulatórias estiverem definidas, tais trechos serão licitados para concessão.

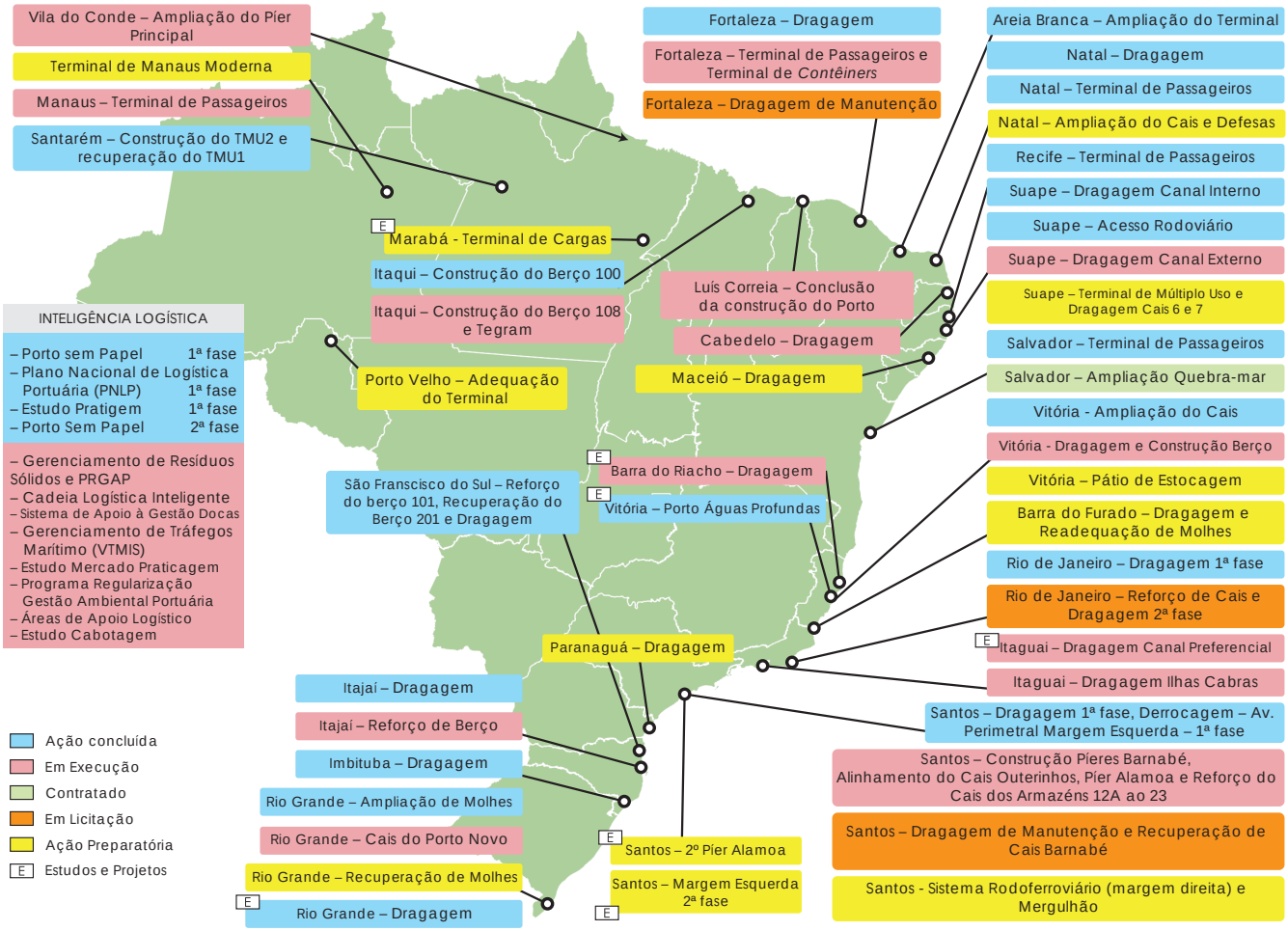
No setor portuário, a aprovação do novo marco regulatório estimulou a expansão nos investimentos, uma vez que se permitiu que os Terminais de Uso Privado – TUPs operem cargas de terceiros. Espera-se com isso estabelecer um novo patamar para as operações dos portos públicos e privados, com vistas a reduzir os custos de transportes e, portanto, tornar as exportações brasileiras mais competitivas. Em 2013 e 2014 foram autorizados 34 terminais, com investimentos previstos ao redor de R$ 10 bilhões. Adicionalmente, como forma de ampliar a capacidade dos portos públicos estruturados, o governo criou o Programa de Arrendamentos Portuários, que visa à celebração de contratos de arrendamento para áreas localizadas dentro dos portos organizados. Esse programa, divido em quatro blocos, compreende o arrendamento de 85 terminais portuários espalhados pela orla brasileira, e está sob avaliação do Tribunal de Contas da União desde 2013.

Adicionalmente ao investimento privado, continuou-se a estratégia de investimentos da União em infraestrutura. Em 2014, importantes empreendimentos

financiados pelo programa foram concluídos: no modal rodoviário foram adequados e duplicados 1.033 km e construídos 340,8 km, incluindo obras relevantes para o aperfeiçoamento dos corredores logísticos nacionais, tais como as BR-163 e BR-230 no Pará, a BR-101 em vários Estados da Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, as BR-163 e BR-158 no Mato Grosso, entre outras. Além disso, na busca de segregar o tráfego urbano do de longa distância, diminuindo engarrafamentos e aumentando a segurança, foram concluídas as obras da travessia de Lages (SC) e do viaduto do DAIA em Anápolis (GO), sendo que vários outros contornos e travessias estão em construção. No intuito de aprimorar a integração entre os modais, foi concluído o acesso ao porto de Itaguaí (RJ).

Em relação aos portos e hidrovias, foram concluídos projetos de dragagem em Santos (SP), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS), entre outros, além do término da contrução do terminal de passageiros em Natal (RN) e o alinhamento de 512 metros do cais de Outeirinhos em Santos (SP). Várias Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte (IP4) foram disponibilizadas na região da Amazônia, e prosseguiu-se com ações de sinalização, balizamento, destocamento, dragagem, batimetria e elaboração de cartas náuticas para aproximadamente 6.000 km de hidrovias federais. Além disso, no contexto do Plano Hidroviário Estratégico, foram concluídos três Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEAs para os corredores hidroviários Madeira – Mamoré – Guaporé, Paraná – Tietê e Parnaíba, com outros seis estudos ainda em andamento.

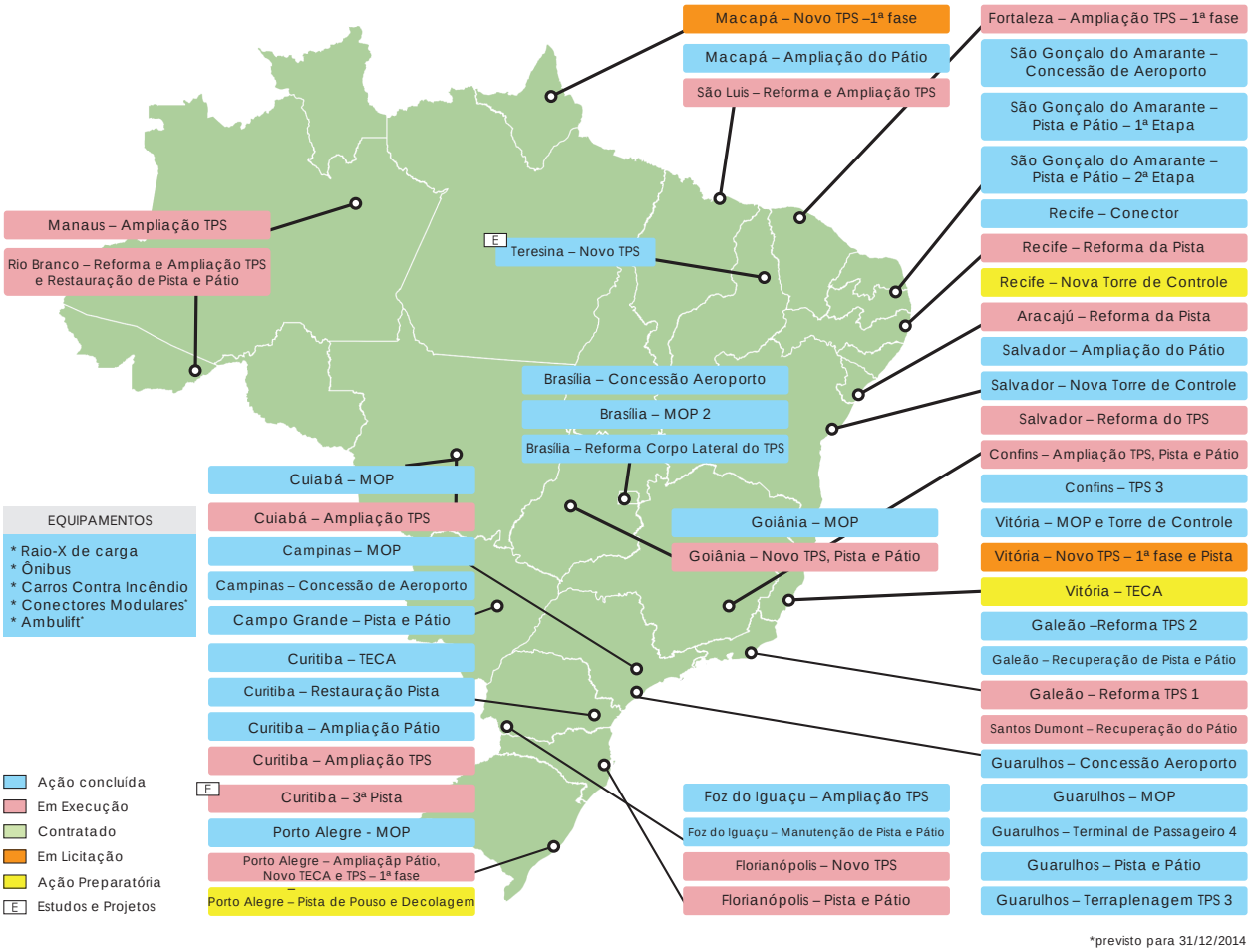
FIGURA 7 – EMPREENDIMENTOS PORTUÁRIOS NO PAC 2



Fonte: 11º Balanço do PAC

Na aviação civil destacam-se as obras de recuperação, manutenção, revitalização ou ampliação de sistemas de pistas e pátios nos aeroportos de Curitiba (PR), Rio Branco (AC) e Campina Grande (PB); obras de reforma e ampliação de terminal nos aeroportos de Manaus (AM), de São Luís (MA), Cuiabá (MT) e São José dos Campos (SP); construção de infraestrutura de torre de controle em Macaé (RJ) e instalação de sistema de torre de controle em Vitória (ES). Em relação aos investimentos em aeroportos regionais, lançados no final de 2012, foram elaborados em 2014 os projetos executivos padrão e os Estudos de Viabilidade Técnica e Estudos Preliminares dos aeroportos envolvidos. Atualmente, o programa se encontra em fase de conclusão dos anteprojetos para, em 2015, iniciar as obras e a aquisição dos equipamentos necessários.

FIGURA 8 – INTERVENÇÕES EM AEROPORTOS NO PAC 2



*previsto para 31/12/2014

Fonte: 11º Balanço do PAC

Além das obras propriamente ditas, vários projetos implantados nos últimos anos, e que tiveram sequência em 2014, estão melhorando a eficiência e a segurança do sistema logístico como um todo. No setor portuário, o Programa Inteligência Logística Portuária prosseguiu na implantação dos seus componentes: Porto Sem Papel (simplificação dos procedimentos burocráticos e redução no tempo das anuências); Sistema de Gestão do Tráfego de Embarcações (VTMIS) – monitoramento ativo do tráfego aquaviário; Cadeia Logística Portuária Inteligente (agendamento dos veículos que vão carregar/descarregar nos portos, reduzindo

filas e congestionamentos); e a adoção de um sistema de apoio à gestão dos portos. No setor aéreo, destaca-se o sucesso da Operação Copa do Mundo 2014, organizada no âmbito da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias – Conaero, que garantiu a segurança e a tranquilidade de milhares de passageiros durante a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014, no que diz respeito à segurança dos passageiros, disponibilização de informações para os turistas e baixos índices de atraso e cancelamento de voos. Além disso, houve uma redefinição no procedimento de alocação de horários de chegadas e partidas (*slots*) em aeroportos, o que possibilitou alocação de mais *slots* para empresas aéreas entrantes, permitindo uma maior concorrência entre as empresas e uma maior disponibilidade de serviços para os passageiros.

No modal rodoviário, prosseguiu-se com a implementação do Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade - PNCV, com 747 equipamentos entrando em operação em 2014, e do Programa Nacional de Segurança e Sinalização Rodoviária – BR-Legal, com 91 contratos assinados em 2014, referentes a 48.000 km de rodovias. Ambos os programas colaboram com a redução no número de acidentes, tanto ao evitar casos de excesso de velocidade como ao melhorar a sinalização nas rodovias federais.

Em relação aos marcos legais, destaca-se em 2014 a definição de diretrizes do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), que objetiva aumentar o acesso da população brasileira ao sistema aéreo de transporte, com prioridade aos residentes nas regiões menos desenvolvidas do País; integrar comunidades isoladas à rede nacional de aviação civil e facilitar o acesso a regiões com potencial turístico. Assim, por meio de recursos do Fundo Nacional da Aviação Civil – FNAC, serão subsidiadas passagens de voos que tenham como destino aeroportos com fluxo anual de passageiros menor que 600 mil passageiros/ano (800 mil na região amazônica). No setor ferroviário, foi publicada pela Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT a regulamentação da figura do Operador Ferroviário Independente (OFI), elemento fundamental para a operacionalização do modelo horizontal de ferrovias previsto no PIL.

COMUNICAÇÕES

No setor de comunicações a inclusão digital se apresenta como elemento central para a concretização de direitos fundamentais como a comunicação, a educação e a cultura, condição necessária para a efetiva inclusão social, além de criar condições de competitividade para que o País seja atuante na produção de conteúdos digitais criativos e na provisão de serviços de Tecnologias de Informação e Conhecimento – TIC.

As estratégia de inclusão digital foca na expansão do acesso à internet banda larga – tanto pelas medidas de estímulo quanto pela expansão da infraestrutura; na expansão da oferta dos serviços (telefonia móvel, especialmente a ampliação da telefonia celular 4G, radiodifusão, TVs por Assinatura, TV Digital e serviços postais, incluindo a ampliação da cobertura dos serviços de telecomunicações nas áreas rurais); na revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem o estímulo à diversidade, à pluralidade e à competição entre meios e agentes da área de

comunicações; e na promoção do desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

O Programa Nacional de Banda Larga – PNBL visa, assim, implementar medidas de estímulo do Governo Federal, de forma a atender 42 milhões de domicílios com Internet banda larga de qualidade. Dentro do programa foram tomadas várias ações, como a desoneração da implementação de redes de telecomunicações, a criação de um plano de acesso à Internet com preços mais acessíveis, a redução dos impostos sobre *smartphones*, entre outras medidas.

Tendo em vista a importância da ampliação do acesso em fibra óptica e à Internet em banda larga para o desenvolvimento do país, o Programa Cidades Digitais tem como objetivo viabilizar a conexão para comunidades ainda hoje excluídas destas tecnologias, por meio da instalação de pontos públicos para uso livre e gratuito. Diante desta perspectiva foram realizadas duas chamadas públicas para este programa: uma em 2012 (projeto piloto), que possibilitou o acesso para 77 municípios, prioritariamente das regiões Norte e Nordeste e para cidades com menos de 50 mil habitantes, e a outra em 2013 (PAC 2), com a seleção de 262 prefeituras, sendo dada preferência para locais com até 50 mil habitantes e com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

Até 31 de dezembro de 2014, o Ministério das Comunicações autorizou 37,61% das emissoras de TV e RTV, com outorga para a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia analógica, a veicular sua programação em tecnologia digital. Esse percentual corresponde a 4.173 consignações de um universo de 11.094 estações outorgadas. A nova plataforma de TV digital irá possibilitar o recebimento da imagem em alta resolução, sem os chuviscos e sombras comuns na tecnologia analógica. O sistema utilizado no Brasil, fruto de cooperação com o governo japonês, também foi adotado em 12 países da América do Sul e Central, como Peru, Argentina, Chile, Venezuela, Costa Rica, Paraguai, Equador e Nicarágua.

Em 2014, foram estabelecidos, respectivamente, o cronograma de desligamento do sinal analógico de televisão e as condições para o desligamento da transmissão analógica dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão, que tiveram como objetivo principal a garantia do acesso à tecnologia digital pela população, bem como a diminuição do impacto causado pela transição para o sistema digital.

Para o dia 29 de novembro de 2015 está previsto um piloto na cidade de Rio Verde, em Goiás. A partir de abril de 2016, inicia-se de fato o processo de desligamento. O cronograma será concluído em novembro de 2018. Um dos benefícios da digitalização da TV será a liberação da faixa de 700 MHz. Essa faixa vai ser usada para expandir o serviço de telefonia e internet 4G no Brasil, que possibilitará cobertura de grandes áreas com o uso de menos antenas, o que permitirá levar os serviços de telecomunicações inclusive às áreas rurais, a um custo menor.

O Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) é outra iniciativa importante que tem por objetivo levar conexão para espaços e equipamentos públicos, entre telecentros, bibliotecas, órgãos governamentais, escolas, postos de saúde e postos de fronteira, localizados em áreas com dificuldades

de acesso à Internet. De 2008 a julho de 2014 foram mantidos, por contratos de conexão, mais de 13 mil pontos de presença, e em agosto de 2014, foi realizada licitação que tomou por base uma Ata de Registro de Preços, que permite a cada órgão federal interessado aderir a essa ata e ao mesmo tempo formalizar e gerir seus próprios contratos. O Ministério da Saúde aderiu à Ata, tendo contratado, até dezembro de 2014, 11.424 pontos de presença, destinados à conexão de Unidades Básicas de Saúde (UBS). O Ministério das Comunicações contratou, até o final de 2014, o total de 7.918 pontos de presença mantidos em telecentros, bliblioteca s, postos de fronteira e espaços diversos de uso público, que desenvolvem ações de inclusão digital em áreas remotas ou em áreas de exclusão social com problemas de acesso à Internet.

Como forma de promover a Política Nacional para Conteúdos Digitais Criativos (PNCDC) foi realizado, em 2014, concurso para seleção de projetos de desenvolvimento de aplicativos e de jogos sérios de interesse público – INOVApps, como forma de estimular o desenvolvimento nacional de novos *apps* e *games* com a distribuição de prêmios no valor total de R$ 4,5 milhões. Ao todo foram selecionados 25 aplicativos e 25 jogos eletrônicos de utilidade pública, dentre eles, três aplicativos e um jogo sério para o *middleware* Ginga.

No âmbito do Programa de Estímulo ao Desenvolvimento do Padrão Nacional de Interatividade da Televisão Digital Brasileira (Ginga Brasil), foram capacitados 40 profissionais das emissoras públicas contempladas com laboratórios de testes de conteúdos interativos para TV Digital. Destaca-se também a implementação de melhorias no repositório de conteúdos digitais interativos para a oferta de aplicativos aos beneficiários do Programa Bolsa Família, além da criação de um protótipo de uma rede experimental de distribuição de conteúdos (CDN) que poderá abarcar, inclusive, o próprio repositório, podendo ser estendida também a outros órgãos e entidades do Governo Federal.

No que diz respeito à inovação tecnológica, merece destaque o lançamento do Edital do Programa Inova Telecom, chamamento público conjunto mediante parceria entre Finep, BNDES e Ministérios das Comunicações; da Ciência, Tecnologia e Inovação; e da Saúde, que objetiva apoiar planos de negócios que contemplem a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação tecnológica nas empresas brasileiras da cadeia de telecomunicações. O Inova Telecom prevê, para o período de 2014–2018, investimento total da ordem de R$ 1,5 bilhão, tendo em 2014 sido iniciada a contratação dos projetos aprovados pelo edital.

Como reflexo desse conjunto de ações, os serviços de telecomunicações vêm evoluindo significativamente. Do início de 2012 a novembro de 2014, a quantidade de acessos de TV por Assinatura cresceu 55%, chegando a 19,8 milhões. A banda larga fixa aumentou 43%, para 24,3 milhões de acessos. A telefonia fixa, que vem perdendo espaço para a móvel, cresceu apenas 5%, mas alcançou uma base de 45,0 milhões de acessos. Em relação aos serviços móveis (pessoal e especializado), no mesmo período, o incremento foi de 18%, chegando a 290,3 milhões de acessos. Entretanto, a banda larga móvel (acessos 3G e 4G) aumentou 294%, chegando a 152,3 milhões.

Em janeiro de 2014, foi iniciada a construção do Satélite Geoestacionário Brasileiro de Defesa e Comunicações Estratégicas operado pela Telebras, provendo conectividade em banda larga a todo o Brasil, principalmente em regiões não

atendidas por fibra óptica ou rádio micro-ondas, por meio da banda Ka. Outra função do satélite é servir de suporte a comunicações estratégicas relacionadas à defesa nacional. Nesse caso, a operação será realizada por meio da banda X, de uso exclusivo militar, e gerenciada pelo Ministério da Defesa. A previsão é que o satélite seja lançado no final 2016.

Por fim, destaca-se a aprovação do Regulamento dos Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, um marco na busca por mais transparência nas relações de consumo no setor e ampliação dos direitos de quem utiliza serviços de telecomunicações no Brasil. O consumidor passou a dispor de direitos como o cancelamento automático de contratos pela Internet, retorno das ligações de *call centers* que não foram concluídas, facilidade para contestar cobranças, validade mínima de 30 dias para crédito de celular pré-pago e aplicação igual das promoções para novos e antigos assinantes.

DISPONIBILIDADE HÍDRICA

A política de infraestrutura do País contempla atuações para assegurar a oferta de água necessária ao desenvolvimento socioeconômico nacional. Atualmente, os sistemas integrados de abastecimento de água, comumente associados às grandes obras de infraestrutura hídrica, abastecem cerca de 800 cidades (14% do total de municípios brasileiros), beneficiando uma população de aproximadamente 78 milhões de pessoas[21]. São particularmente utilizados nas regiões metropolitanas e no Semiárido brasileiro, locais em que a demanda por água excede a oferta assegurada pelos mananciais mais próximos. Com o crescimento das cidades brasileiras e o exaurimento do potencial de aproveitamento de muitos mananciais locais, a tendência é de aumento da participação dos sistemas integrados no abastecimento nacional.

Ao longo do PAC, foram investidos mais de R$ 12 bilhões em diversas obras e estudos dessa natureza, com foco na Região Semiárida brasileira, contemplada com infraestrutura hídrica em todos os seus Estados. Nesse sentido, destaca-se o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – Pisf. A obra, que contribuirá para a oferta de água e segurança hídrica a 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, encontra-se com todas as suas etapas contratadas. Os Eixos Norte e Leste atingiram em 2014 mais de 69% de execução física, e empregam cerca de 11 mil trabalhadores. Outro resultado importante no Pisf foi o início do bombeamento na primeira estação do Eixo Leste, em outubro de 2014, captando águas do Rio São Francisco e elevando a 61,8 metros, até o Reservatório Areias, no município de Floresta, em Pernambuco.

Cabe ressaltar a conclusão, em 2014, do Trecho V do Eixão das Águas, no Ceará, interligando o Açude Gavião ao Complexo Industrial e Portuário de Pecém. Esse trecho da obra compreende 57 km e é composto por adutoras, estações elevatórias e reservatórios. Possui o objetivo de garantir abastecimento para a região e também ser aproveitado pelos complexos industriais existentes. Abrange os municípios cearenses de Pacatuba, Maracanaú, Caucaia e São Gonçalo do Amarante. O Eixão das Águas, em todas as suas etapas, beneficiará 4,2 milhões de

21 Atlas Brasil: Abastecimento Urbano de Água – Panorama Nacional. Agência Nacional de Águas, 2010.

habitantes.

Também em 2014, destaca-se a conclusão da 1ª etapa da Adutora Pajeú, com 197 km, para fins de abastecimento humano, composta de captação no Lago de Itaparica, em Floresta, estações de bombeamento, reservatório e tubulações até Afogados da Ingazeira. Essa etapa beneficiará cerca de 177 mil pessoas.

Em atenção à grave crise hídrica na Região Sudeste, o Governo Federal apoiará dois empreendimentos com foco no abastecimento humano e que contribuirão para garantir a segurança hídrica na Região Metropolitana de São Paulo. O primeiro é a execução do Sistema Produtor São Lourenço, em São Paulo. A obra será realizada por meio de Parceria Público-Privada (PPP). O investimento é da ordem de R$ 2,6 bilhões, sendo R$ 2,3 bilhões de financiamento. Desse total, aproximadamente R$ 1,82 bilhão é financiado pela Caixa Econômica Federal e R$ 522,8 milhões por bancos privados. A contrapartida da empresa Sistema Produtor São Lourenço é de R$ 261,2 milhões. A ampliação e a readequação do sistema de abastecimento municipal beneficiarão cerca de 1,5 milhão de habitantes nos municípios de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Itapevi, Jandira, Santana do Parnaíba e Vargem Grande Paulista, localizados na Região Metropolitana de São Paulo.

O segundo empreendimento, que receberá apoio do Governo Federal, é a transposição de água do Rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira, por meio da interligação entre as represas Jaguari (RJ) e Atibainha (SP). As obras estão estimadas em R$ 830,5 milhões, sendo R$ 747,4 milhões de financiamentos e R$ 83 milhões de contrapartida. A interligação aumentará, em média, a disponibilidade de água no Sistema Cantareira em 5,1 metros cúbicos por segundo, e irá reforçar a segurança hídrica da Região Metropolitana de São Paulo.

A estratégia que vem sendo empreendida pelo Governo Federal para universalização do acesso à água consiste em aliar essas intervenções de infraestrutura de maior magnitude com a construção de sistemas isolados de abastecimento e, ainda, com ações para o atendimento à população rural difusa, realizada por meio da implementação de tecnologias sociais (cisternas, barreiros e sistemas simplificados de abastecimento), no âmbito do Programa Água para Todos. Esse programa disponibilizou, até o final de 2014, 780 mil cisternas de consumo, e mais de 100 mil cisternas de produção e outras tecnologias sociais.

De maneira geral, a garantia da disponibilidade hídrica do País, em especial na região do Semiárido, se baseia: i) na ampliação da oferta de água, por meio de obras de captação, adução e reservação; ii) na recuperação e manutenção de estruturas hidráulicas existentes, a fim de propiciar maior eficiência aos sistemas e prolongar-lhes a vida útil; e iii) em intervenções para assegurar a qualidade das águas brasileiras, por meio da revitalização de bacias hidrográficas, ação que envolve a expansão da rede de esgotamento sanitário, o manejo de resíduos sólidos, o controle de processos erosivos de rios, a revegetação, a execução de obras para estabilizar margens, a proteção de encostas e a recomposição da mata ciliar.

Cumpre mencionar também que está em elaboração o Plano Nacional de Segurança Hídrica – PNSH, importante instrumento de planejamento, que deverá apontar um rol de intervenções estruturantes capazes de resolver por longo período o abastecimento de água (bem como de realizar a prevenção de cheias) para as localidades a que se destinarem.

PRODUÇÃO COM SUSTENTABILIDADE E INOVAÇÃO

A estratégia do PPA 2012–2015 para os setores produtivos procura assegurar a convergência entre as políticas de estímulo à demanda e de apoio à oferta. Do lado da demanda, observa-se a promoção do emprego formal e da atividade empreendedora, assim como a valorização da renda do trabalho e sua melhor distribuição. Do lado da oferta, busca-se fortalecer as bases institucionais desses setores, fomentar inovação tecnológica, o adensamento da cadeia produtiva, além de garantir acesso ao crédito e condições propícias ao investimento produtivo. Ademais, a estratégia busca a sustentabilidade e preservação ambiental, por meio da integração racional do homem e da sociedade aos meios de produção, em particular dos recursos naturais.

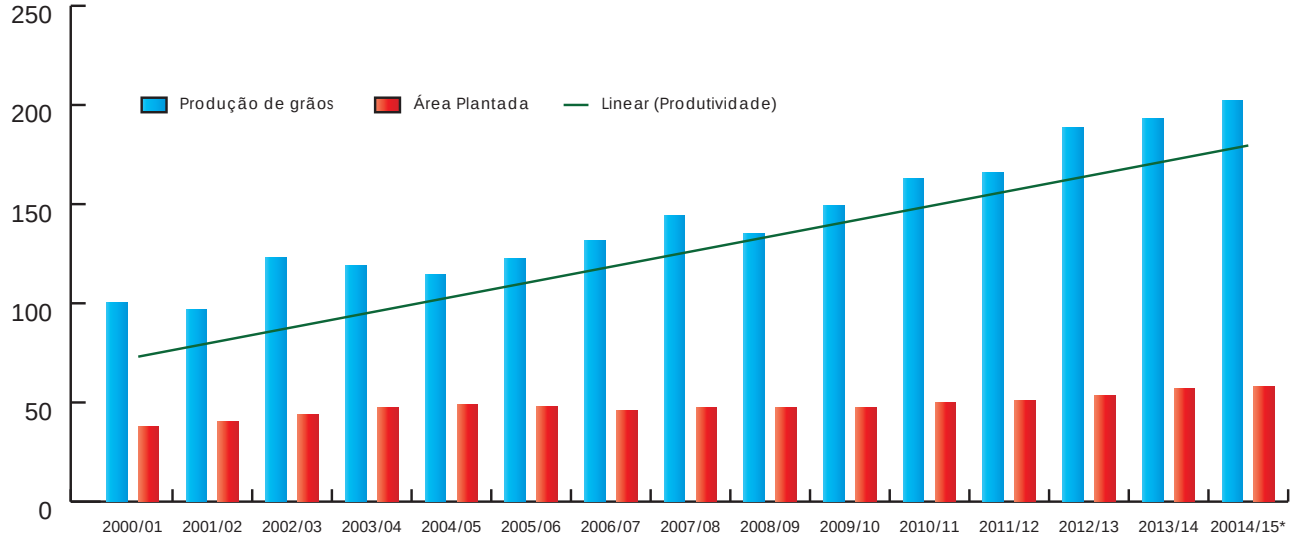
O comportamento da produção em 2014 no País esteve fortemente condicionado pela demora na recuperação da economia mundial e piora dos termos de troca. Na sequência, o comportamento dos distintos setores da economia (agropecuária, indústria e serviços) e das políticas de oferta em 2014 são apresentados. O tema "sustentabilidade" conclui a seção.

AGROPECUÁRIA

O Brasil é o maior exportador mundial de soja em grãos, café, açúcar, suco de laranja, carne bovina e carne de frango, além de deter o maior rebanho bovino comercial do planeta. Em 2014, o valor das exportações agropecuárias decresceu 3,2% em relação a 2013, mas alcançou a cifra de US$ 96,8 bilhões, que representa 43,0% do total das exportações brasileiras. O principal complexo exportador foi o da soja (US$ 31,4 bilhões), responsável por 32,5% das vendas externas agropecuárias. O segundo foi o de carnes, que alcançou exportações de US$ 17,4 bilhões em 2014 (crescimento de 3,7% em relação a 2013), seguido pelo complexo sucroalcooleiro (US$ 10,37 bilhões, com redução de 24,4% em relação a 2013). Outro complexo produtivo bem posicionado nas vendas externas em 2014 foi o de produtos florestais (US$ 10,0 bilhões, crescimento de 3,3% em relação a 2013), seguido pelo café, que se destacou com um crescimento de 26,2% em relação às exportações do ano anterior, alcançando US$ 6,7 bilhões em 2014. Esses cinco grupos somaram 78,4% das exportações agropecuárias (MDIC, sistema aliceweb).

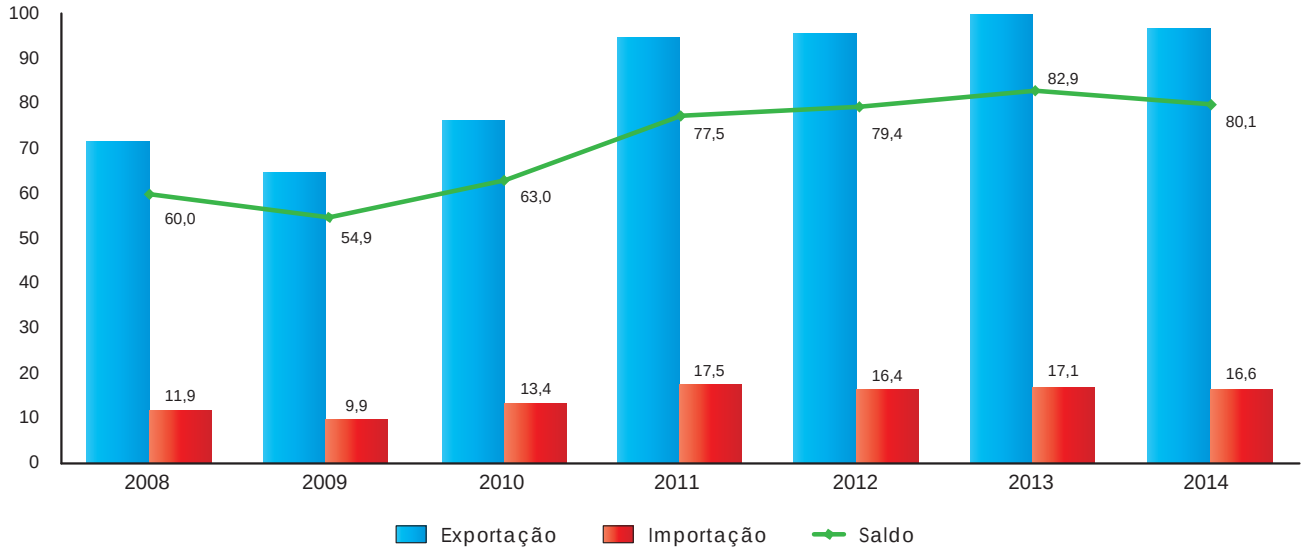
Alguns dados evidenciam a alta produtividade da agropecuária brasileira: a produção de grãos continua crescendo, conforme aponta o gráfico 27, que registra a estimativa da Conab para a safra 2014/2015 em 202,2 milhões de toneladas; já o saldo comercial do agronegócio alcançou, em 2014, patamar 33,7% superior ao de 2008, mas com redução de 3,3% em relação a 2013, principalmente motivada pela redução dos preços internacionais.

GRÁFICO 27 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS, DA ÁREA PLANTADA E DA PRODUTIVIDADE (EM MILHÕES DE TONELADAS, MILHÕES DE HECTARES E KG/HA)



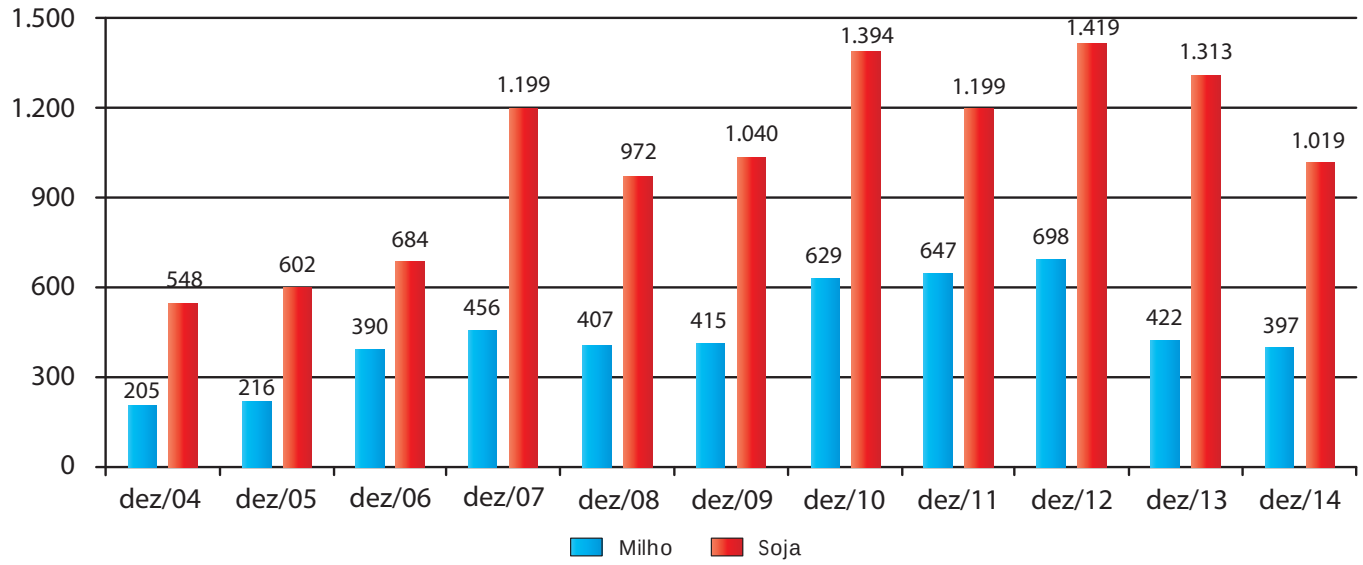
* Estimativa Conab em janeiro/2015
Fonte: Conab
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GRÁFICO 28 – BALANÇA COMERCIAL DO AGRONEGÓCIO (US$ BILHÕES)



Fonte: CGOE/DPI/SRI/MAPA, a partir de dados da Secex/MDIC
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GRÁFICO 29 – *COMMODITIES* AGRÍCOLAS SELECIONADAS: MILHO E SOJA COTAÇÕES* NO MERCADO INTERNACIONAL (*CENTS* $/BU)**

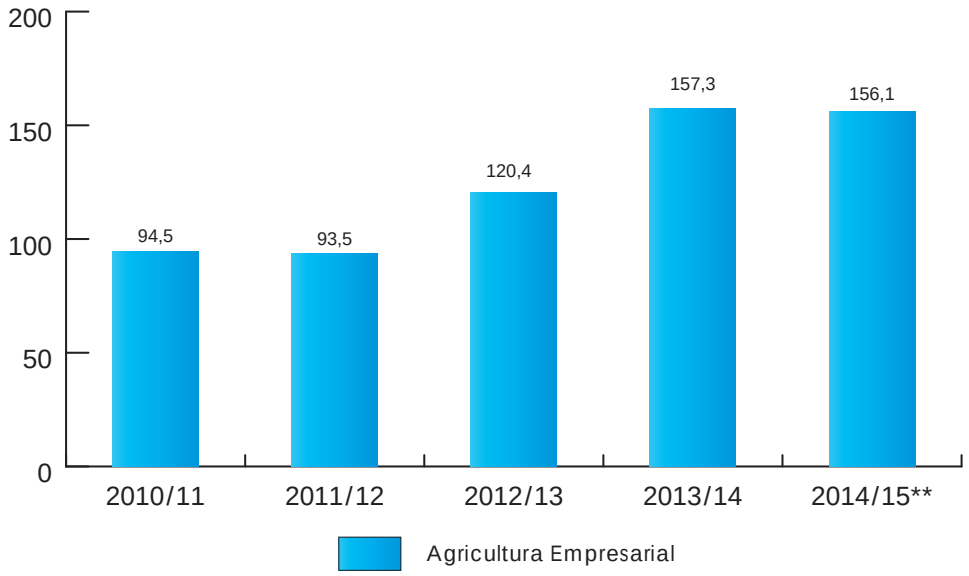


* Cotação de fim de período de contrato futuro de primeira posição de entrega negociado na Chigago Board of Trade (CBOT)
** Cents $ = centavos de dólar dos Estados Unidos ; bu = bushel = 27,2kg
Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O setor agropecuário responde por boa parte do saldo comercial brasileiro.A agricultura familiar é responsável, sobretudo, pela produção de um grande número de alimentos, como mandioca, feijão, arroz e hortaliças, garantindo a segurança alimentar da população e gerando emprego e renda no campo. A produção de leite, por exemplo, cresceu 54%, entre 2003 e 2013, um aumento de 12 bilhões de litros, e é da agricultura familiar a responsabilidade por maior parte dessa produção.

Esse processo de fortalecimento da agricultura, tanto a de larga escala como a da pequena produção familiar, é indissociável das políticas públicas, em especial da expansão do crédito rural ao grande, médio e pequeno agricultor. Entre a safra 2010/2011 e o projetado para a safra 2014/2015, o crédito para a agricultura empresarial deverá crescer 65,2%, enquanto o crédito para a agricultura familiar aumentará 109,4%. Em números absolutos, a safra 2014/2015 conta com programação de R$ 156,1 bilhões para a agricultura empresarial e de R$ 24,1 bilhões do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, todas linhas de crédito com baixas taxas de juros. Na comparação com 2002, hoje o País conta com 1 milhão de famílias a mais no Pronaf, que registra operações em 5.454 munícipos (98% dos municípios brasileiros). Destaca-se, ainda no âmbito da safra atual e do crédito à agricultura empresarial, o incremento das disponibilidades de recursos destinados ao financiamento do investimento (5,8% em relação à safra 2013/2014), o que estimula a maior capitalização e modernização do setor.

GRÁFICO 30 – CRÉDITO RURAL (VALORES EFETIVAMENTE APLICADOS EM R$ BILHÕES)



** Valores programados
Fonte: DEAGRI/SPA/MAPA em Jan/2015
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

No período recente, ao lado do crédito, também merece destaque o seguro rural (por meio do Programa Federal de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR), que protege o produtor contra perdas decorrentes do clima e busca a consolidação de um mercado segurador agropecuário privado no País. Em 2014, foram aprovados e executados recursos da ordem de R$ 400 milhões para o PSR, que permitiram beneficiar 39,6 mil produtores rurais, com contratação de 56,3 mil apólices para cerca de 4,8 milhões de hectares de lavouras por todo o País.

A agricultura brasileira, ademais, constitui exemplo na área de inovação e de absorção de conhecimento científico e tecnológico na produção, para o que vem contribuindo decisivamente uma empresa pública federal, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa. Entre as safras 2000/01 e 2013/14, graças à tecnologia empregada no campo, aumentou-se a produção de grãos em 92,8%, enquanto a área plantada cresceu 50,79%.

Ainda na área de inovação e adensamento produtivo, cumpre mencionar a criação do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária – Inovagro, que disponibilizará, entre 2013 e 2015, R$ 3,0 bilhões em créditos por ano ao desenvolvimento e adensamento das cadeias produtivas de insumos para a agropecuária, de produtos e processos da indústria de alimentos e de máquinas e equipamentos para agropecuária.

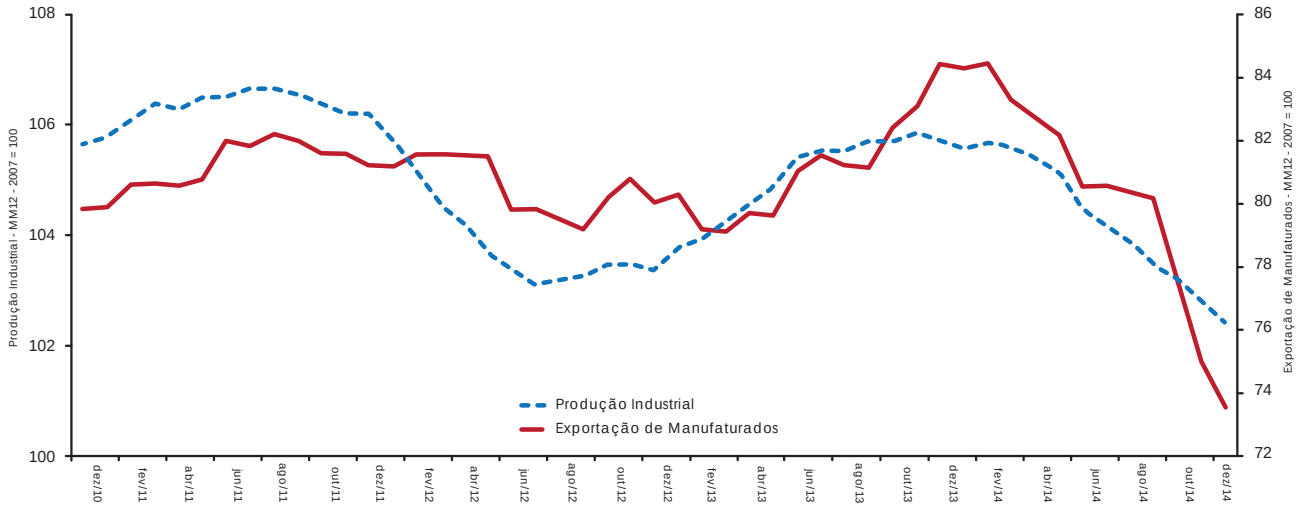
Além do crédito, do seguro rural e da inovação, a competitividade e a continuidade da expansão da agropecuária são catalizadores da modernização e ampliação da infraestrutura logística do País. O estabelecimento de fronteiras produtivas em novas regiões do Brasil, os sucessivos recordes de safras e o forte aumento do volume exportado (somente entre 2010 e 2014, o volume exportado de soja, açúcar e milho saltou de 67,9 milhões de toneladas para 90,45 milhões) estimulam e requerem novos investimentos em rodovias, ferrovias, hidrovias e portos.

No que tange à armazenagem, com o objetivo de ampliar a capacidade do País e evitar prejuízos causados pelos gargalos no escoamento da produção, foi lançado, ainda em 2013, o Programa para a Ampliação e Construção de Armazéns – PCA. Até 2017 serão disponibilizados R$ 25 bilhões em crédito para a construção de unidades armazenadoras pelo setor privado, além de R$ 500 milhões para ampliação dos armazéns públicos da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Assim, a capacidade estática de armazenagem da Conab passará das atuais 1,96 milhão de toneladas para 2,81 milhões de toneladas. Em 2014 foram aplicados R$ 6,06 bilhões no PCA, incluindo operações em análise aprovadas e desembolsos efetuados.

INDÚSTRIA

Semelhante ao observado nos anos anteriores, o desempenho da indústria brasileira permanece influenciado pelo cenário externo adverso, especialmente no que tange ao comércio de produtos manufaturados. Em 2014, a produção registrou recuo de 3,2% no total da indústria, puxado pelos resultados dos segmentos de bens de capital (-9,6%), de bens de consumo duráveis (-9,2%) e de bens intermediários (-2,7%). Vale notar que, nesse mesmo período, o *quantum* exportado de manufaturados recuou 12,9%, muito afetado pelo setor automotivo, cujas exportações sofreram com a retração do mercado argentino.

GRÁFICO 31 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL* E EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS
MÉDIA MÓVEL DE 12 MESES (2007 = 100)



* Produção da Indústria Geral, *quantum*
** Exportações, *quantum*, produto manufaturado
Fonte: IBGE e Funcex
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Em perspectiva mais larga, deve-se destacar que as exportações de manufaturados em 2014 ficaram 26,4% abaixo dos níveis pré-crise de 2008, ao passo que o volume da produção industrial manteve-se 2,4% acima dessa mesma base de referência. Isso evidencia a importância da política industrial e das medidas contracíclicas do governo sem as quais a produção industrial teria colapsado no pós-crise.

Quanto ao nível de utilização da capacidade instalada medido pela Confederação Nacional da Indústria, alcançou 79,1%, um patamar adequado à recuperação da produção sem maiores pressões inflacionárias pelo lado da oferta.

Na sequência, as principais realizações do Plano Brasil Maior (PBM) em 2014 – a política industrial, tecnológica e de comércio exterior do Governo Federal – são divididas em três grupos[22]: (i) redução dos custos dos fatores de produção e oferta de crédito para investimentos; (ii) desenvolvimento das cadeias produtivas, indução do desenvolvimento tecnológico e qualificação profissional; (iii) promoção das exportações e defesa do mercado interno.

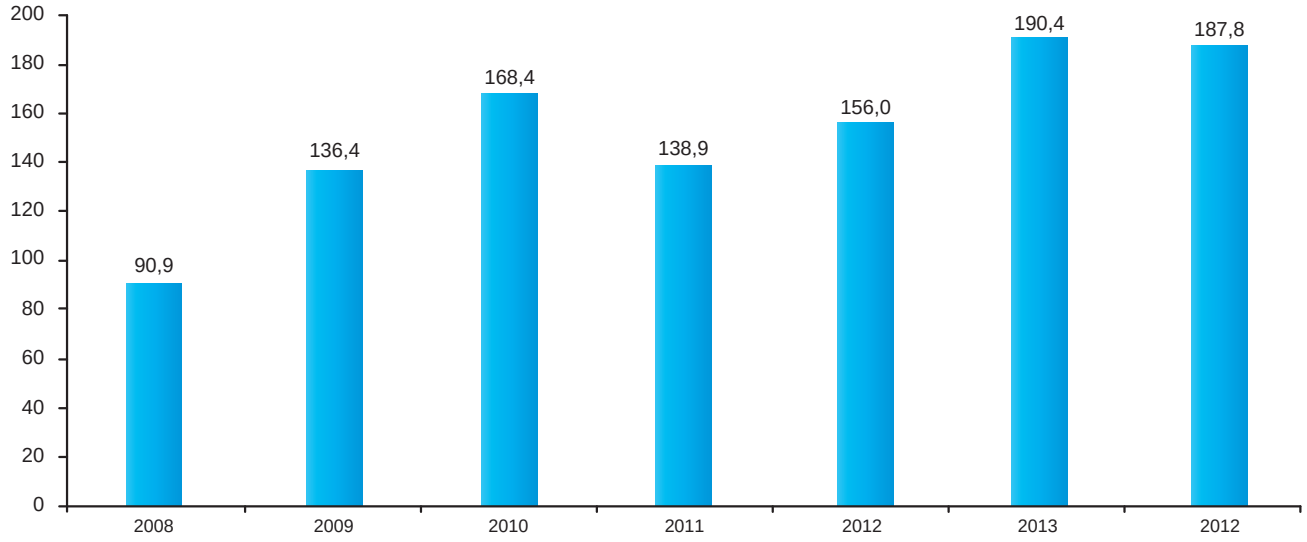
Dentre o conjunto de medidas voltado para a redução dos custos dos fatores de produção, merece destaque a expressiva evolução do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual – MEI. Em dezembro de 2014, o Simples Nacional totalizou 9,5 milhões de empresas optantes, aumento de 15,5% ante 2013, resultado do ingresso de 993 mil novos optantes MEI e de 283 mil novos optantes micro e pequenas empresas. Atualmente, os MEI representam 48,9% do total de contribuintes do Simples Nacional. Isso, em parte, deve-se aos avanços institucionais e legais recentes. Houve a ampliação dos valores contemplados pelo Simples Nacional que proporcionou reajuste de 50% em todas as faixas de faturamento dos beneficiários, com destaque para a faixa MEI cujo limite de faturamento foi elevado de R$ 36 mil para R$ 60 mil. Ademais, foi publicada a Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, que atualizou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, permitindo a adesão das empresas prestadoras de serviços e garantindo a universalização deste regime tributário.

Outro conjunto importante de medidas na mesma vertente de redução de custos diz respeito à desoneração dos tributos federais sobre bens de capital, que permitiu reduzir o custo do investimento, fomentando novos negócios essenciais para o desenvolvimento do País. A tributação média sobre a produção desses bens, que afeta diretamente o nível do investimento no Brasil, foi expressivamente reduzida de cerca de 32% em 2003 para 4,3% do custo do investimento[23], com o fim da CPMF, a isenção integral do IPI e o ressarcimento automático de crédito do PIS/Cofins.

No que tange à oferta de crédito em condições adequadas para inversões de longo prazo, os desembolsos do BNDES continuaram a exercer papel fundamental. Os principais destaques, entre janeiro e novembro de 2014, foram operações voltadas para infraestrutura do setor de Energia (R$ 18,8 bilhões), para infraestrutura social com o setor público (R$ 17,6 bilhões), para insumos básicos ao setor de Petróleo e Gás (R$ 6,8 bilhões), para o setor de Tecnologia de Informação e Comunicação (R$ 4,9 bilhões), para aquisição de bens de capital e equipamentos na linha BNDES–Finame (R$ 64,8 bilhões), para a área agropecuária e inclusão social na linha BNDES–Automático (R$ 5,6 bilhões), em modalidades pré-embarque de apoio à fabricação (R$ 4,5 bilhões) e pós-embarque de apoio à comercialização (R$ 4,8 bilhões), na área de comércio exterior.

22 A referência utilizada é ABDI, Plano Brasil Maior, Balanço Executivo, 2011–2014.
23 ABDI, Plano Brasil Maior, Balanço Executivo, 2011–2014.

GRÁFICO 32 – DESEMBOLSOS DO BNDES (EM R$ BILHÕES)



Fonte: BNDES
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Quanto ao segundo pilar da política industrial, constituído pelo estímulo ao adensamento produtivo e indução ao desenvolvimento tecnológico, sobressaíram em 2014 a ampliação do mecanismo de compras públicas com margens de preferência, o bom desempenho de regimes especiais tributários e os avanços observados no Plano Inova Empresa.

Ao longo de 2014, foram editados decretos destinados a diferentes segmentos produtivos de criação de margem de preferência de até 25% para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e incorporem inovação, no âmbito das compras governamentais: fármacos e medicamentos, equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, aquisição de licenciamento de uso de programas de computador e serviços correlatos, aeronaves executivas, brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte e máquinas e equipamentos.

Dentre os regimes especiais tributários criados para estimular o desenvolvimento de cadeias produtivas, merecem destaque o Inovar-Auto, com 52 empresas habilitadas e compromissos assumidos de investimentos da ordem de R$ 9,43 bilhões, e o Retid da indústria de defesa com 50 empresas cadastradas como Empresas Estratégicas de Defesa, podendo usufruir dos seus benefícios.

Outra iniciativa de sucesso é o Plano Inova Empresa, lançado em 2013, que tem o objetivo de elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira por meio do fomento à inovação e pesquisa em setores estratégicos. Desde o início do Inova Empresa foram lançados 12 editais direcionados às seguintes áreas prioritárias: energia, petróleo e gás, complexo da saúde, complexo aeroespacial e defesa, Tecnologia da Informação e Comunicação, sustentabilidade socioambiental, cadeia agropecuária e ações transversais (inovação e engenharia, descentralização para MPEs, infraestrutura para inovação). A demanda por financiamento decorrente desses editais foi de R$ 98,7 bilhões, envolvendo 2.787 empresas e 238 instituições de pesquisa. Até dezembro de 2014, o valor total contratado correspondia a R$ 35,4

bilhões, sendo R$ 17,8 bilhões via BNDES e R$ 17,6 bilhões via Finep. Já o saldo a ser contratado nos próximos meses corresponde a R$ 15,9 bilhões, divididos entre Finep (R$ 7,1 bi) e BNDES (R$ 8,8 bi).

Em relação às medidas de estímulo às exportações e defesa do mercado interno, merece nota o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra, reinstituído pela Lei n° 13.043/2014, e com percentuais regulamentados pelo Decreto nº 8.415/2015 para o período 2015–2018. Pela nova regra, os resíduos tributários a serem reintegrados na empresa seguirão percentuais da receita das operações de exportação, escalonados no tempo: 1% em 2015–2016, 2% em 2017 e 3% em 2018.

Pelo lado do financiamento, o Proex Financiamento apoiou US$ 514,3 milhões em exportações em 2014, enquanto o Proex Equalização, alavancou cerca de US$ 6,3 bilhões em exportações.

A Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias – ABGF, criada por meio do Decreto n° 7.976/2013, passou a assessorar o Ministério da Fazenda na concessão do Seguro de Crédito à Exportação em julho de 2014. Com a publicação da Lei n° 12.995/2014, foram ajustadas as regras aplicáveis à cobertura de garantias contratuais pelo SCE/FGE ao setor de defesa, fortalecento o apoio público às exportações desse setor estratégico. Foi também disponibilizada ao mercado nova modalidade de Seguro de Crédito à Exportação, garantido pelo FGE, que oferecerá cobertura de risco político e extraordinário para operações de financiamento de curto prazo a exportações para o continente africano.

O combate às práticas desleais de comércio avançou em 2014. Foram iniciadas 44 investigações de *dumping* e encerradas 42 investigações com aplicação de direito, das quais três consistiam em revisões anticircunvenção, e foram celebrados dois compromissos de preços. Em 31 de dezembro de 2014, estavam em curso 56 investigações de *dumping* e uma investigação de subsídio. Das 133 medidas de defesa comercial em vigor, 131 são relativas a direitos antidumping definitivos e duas a direitos provisórios. Com isso, foram atendidos 23 setores cujas exportações foram afetadas por procedimentos de defesa comercial. Aliás, as investigações apoiadas pelo novo regulamento antidumping brasileiro (Decreto nº 8.058/2013), têm registrado maior celeridade, com média de 40 dias entre o recebimento da petição e o início da investigação e de 117 dias entre o início da investigação e a publicação da determinação preliminar.

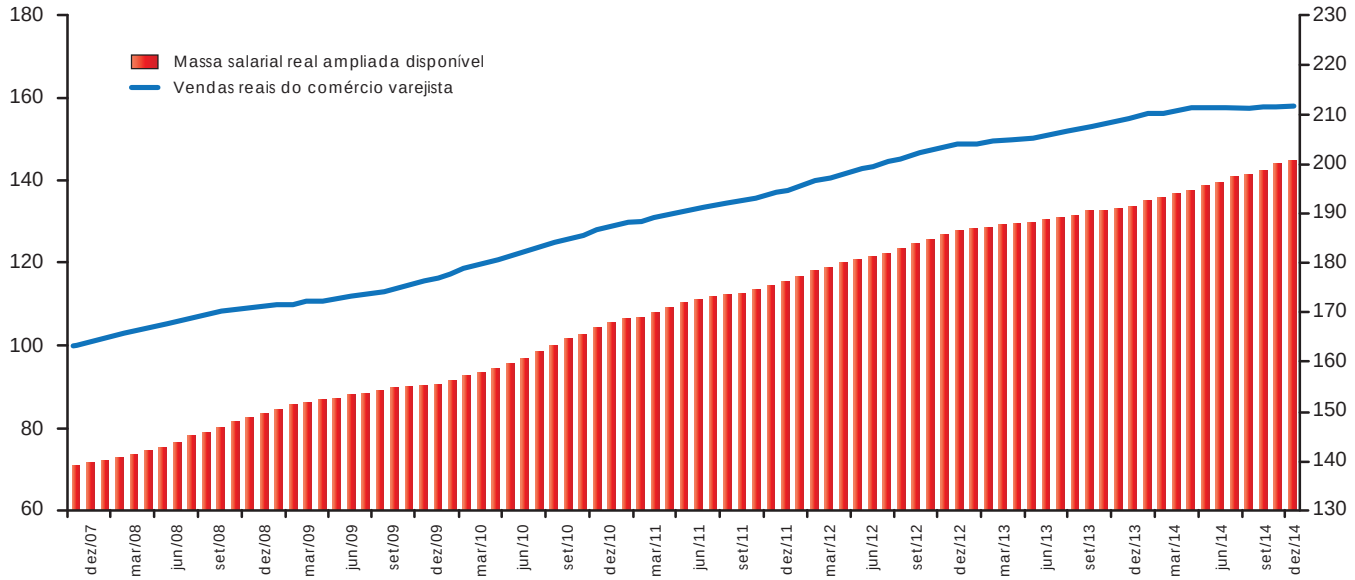
SERVIÇOS

O setor de comércio e serviços tem apresentado relativa estabilidade em termos de agregação de valor ao PIB nos últimos anos e tem sido de fundamental importância na manutenção do emprego e da renda na economia. O valor gerado por essas atividades representou 71,0% do total adicionado ao PIB em 2014. No fim de 2007, essa participação era de 67,7%, comprovando a maior resiliência desse setor às oscilações conjunturais.

As vendas reais do comércio varejista em 2014 registraram alta de 2,2%, resultado do bom desempenho das vendas do grupo lojas de departamentos, artigos esportivos e brinquedos (+7,9%), artigos farmacêuticos e perfumaria (+9,0%),

supermercados, alimentos e bebidas (+1,3%) e combustíveis e lubrificantes (+2,6%). Em seu conceito ampliado, o comércio varejista apresentou queda de 1,7%, devido à retração do grupo veículos, motos, partes e peças (-9,4%) e estagnação das vendas de material de construção.

GRÁFICO 33 – VENDAS DO COMÉRCIO* X MASSA SALARIAL **



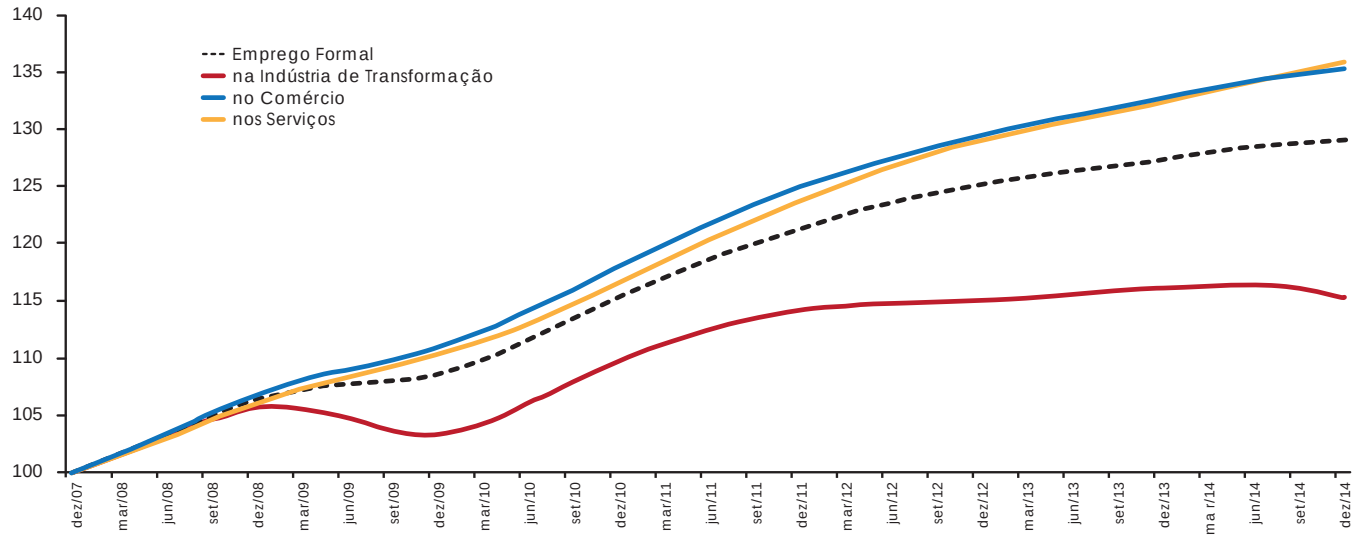
* Vendas reais do comércio varejista
** Massa salarial real ampliada disponível: total de rendimentos do trabalho, acrescido dos benefícios previdenciários e de programas de proteção social do goerno, excluídos os descontos correspondentes aos pagamentos previdenciários e ao imposto de renda na fonte. Série deflacionada pelo INPC
Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Vale dizer que a evolução do setor de comércio nos últimos anos relaciona-se diretamente ao crescimento sustentável da massa salarial e às políticas governamentais de transferência de renda, valorização do salário mínimo e estímulo à criação de novos postos formais de emprego. A massa salarial real ampliada disponível injetou na economia, direta ou indiretamente, em média, cerca de R$200 bilhões ao mês em 2014, ou cerca de 47% do PIB no acumulado do ano. Frente a um cenário econômico externo adverso, o mercado consumidor interno atuou contraciclicamente, ajudando a sustentar a atividade e o emprego.

Especificamente em relação à cadeia do turismo, o setor vem se consolidando nos últimos anos como polo de geração de emprego, de renda e de projeção da imagem do País no exterior. De 2003 a 2013, o Brasil mais que dobrou a entrada de divisas geradas por turistas internacionais (170,63%), aumento superior à média mundial (119%). Em 2014, a Copa do Mundo FIFA atraiu cerca de um milhão de turistas estrangeiros para o País, que visitaram 491 cidades. Pesquisa do Ministério do Turismo revelou que 95% dos turistas aqui presentes durante a Copa pretendem retornar ao País. O desafio presente é o de manter a imagem conquistada e atrair mais turistas para os próximos eventos, como as Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. Nesse sentido, e também na direção do fortalecimento do turismo doméstico,

o Governo atua para aumentar a competitividade, sustentabilidade e qualidade dos serviços turísticos, por meio de normatização e ordenamento da atividade, financiamento à iniciativa privada, estruturação de destinos e investimentos em infraestrutura turística.

GRÁFICO 34 – EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SETORES DA ATIVIDADE ECONÔMICA
MÉDIA MÓVEL DE 12 MESES – ÍNDICE: 2007 = 100



Fonte: CAGED/MTE
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

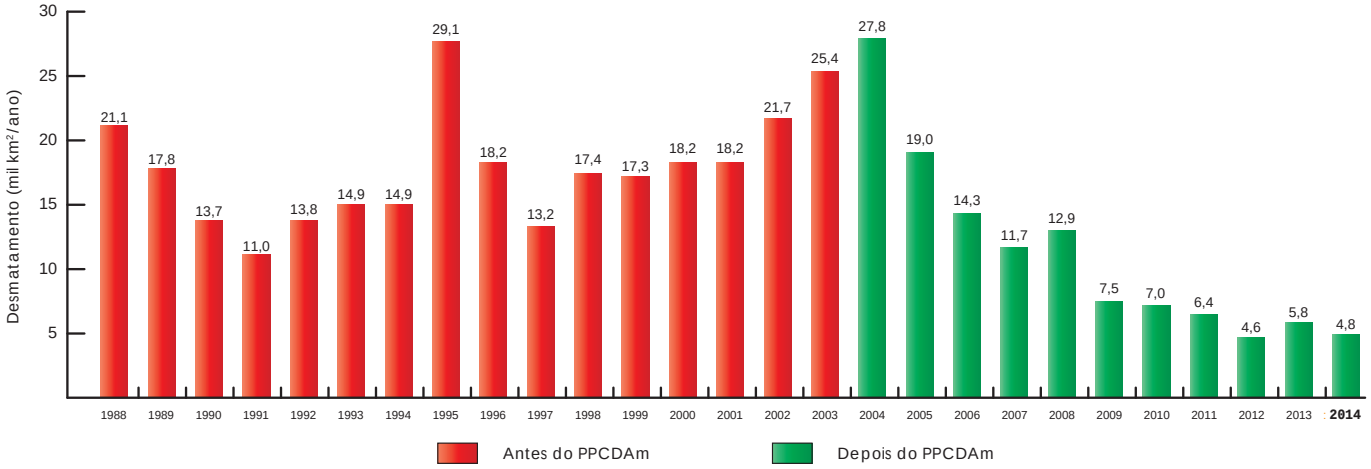
O setor terciário da economia tem sido o *locus* privilegiado de expansão do emprego formal no País. Em 2014, segundo dados do Cadastro Nacional de Emprego e Desemprego, o setor de serviços contribuiu com a criação líquida de 476 mil postos de trabalho e o comércio com 181 mil, neutralizando o desempenho ruim dos demais setores de atividade que fecharam o ano com destruição líquida de 260 mil postos, contribuindo com um saldo positivo de 397 mil postos para o mercado de trabalho formal como um todo.

Dentre as medidas que têm favorecido o setor terciário, além da já mencionada publicação da Lei Complementar nº 147/2014, que incluiu o setor de serviços no rol de micro e pequenas empresas passíveis de adesão ao Simples Nacional, merecem destaque em 2014: a conclusão da implantação do Submódulo Registro de Presença Comercial no Exterior, do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio – Siscoserv, e o desenvolvimento e homologação do *Datawarehouse*, ferramenta que possibilitará a disponibilização de dados acurados de forma ágil e segura. Vale dizer que o Siscoserv foi apresentado em setembro de 2014 na Organização Mundial do Comércio em Genebra, Suíça, como uma das melhores práticas no mundo para geração de estatísticas confiáveis e tempestivas.

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade do processo de desenvolvimento impõe que os avanços socioeconômicos sejam complementados, ao invés de se oporem, pela preservação e pelo uso sustentável do meio ambiente. Nesse sentido, merece destaque a continuidade do processo, inaugurado em 2005, de queda da taxa de desmatamento na Amazônia que, em 2014, alcançou 4.848 km² (agosto de 2013 a julho de 2014). Essa taxa indica uma redução de 18% em relação ao período anterior. Destaca-se que a taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal, em 2014, contribuiu para que o Brasil já tenha alcançado 70% do compromisso assumido em Copenhague de reduzir, até 2020, 80% do desmatamento na Amazônia em relação à média de 19.625 km² observada entre os anos de 1996 e 2005.

GRÁFICO 35 – TAXA DE DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (EM MIL KM²/ANO)

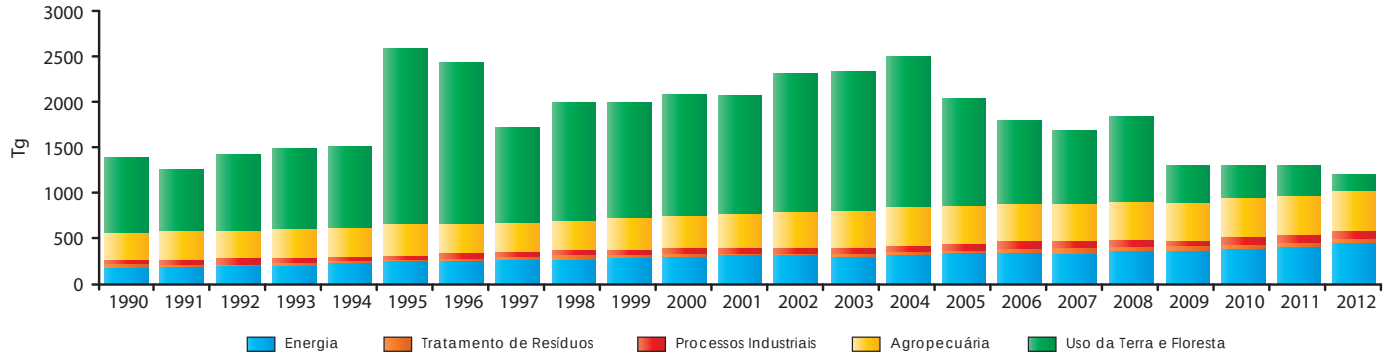


Fonte: Prodes/INPE/MCTI
Elaboração: Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento/MMA

A tendência de queda do desmatamento é resultante de um conjunto de ações interministeriais de combate ao desflorestamento, coordenadas pelo Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm, que possui três eixos de atuação: i) ordenamento Fundiário e Territorial; ii) monitoramento e controle ambiental; e iii) fomento às atividades produtivas sustentáveis. Outra iniciativa de destaque do Governo Federal no combate ao desmatamento foi o Decreto n° 6.321/2007 que, além de criar a Lista de Municípios Prioritários da Amazônia, onde se priorizam ações de combate ao desmatamento, impede a concessão de crédito por agências oficiais para: i) atividade agropecuária ou florestal realizada em imóvel rural que descumpra embargo de atividade e ii) serviço ou atividade comercial ou industrial de empreendimento que incorra em infrações ao meio ambiente.

A redução do desmatamento vem se refletindo também na tendência e perfil das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no País. As estimativas divulgadas em 2014, ano-base 2012, demonstram redução dessas emissões a partir de 2005, com mudança de perfil refletida em diminuição do peso do "uso da terra e florestas" e maior relevância das emissões oriundas da "agropecuária" e "energia".

GRÁFICO 36 – EMISSÕES BRASILEIRAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA EM CO_2 EQUIVALENTE



Fonte: Estimativa anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, 2ª edição, período 1990-2002, MCTI (2014)

A redução das emissões brasileiras de GEE também deve ser compreendida à luz dos compromissos voluntários de controle e redução assumidos pelo País durante a 15ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 15), realizada em 2009 na cidade de Copenhague. Tais compromissos foram incorporados à Política Nacional sobre Mudança do Clima, que visa reduzir entre 36,1% e 38,9% as emissões de GEE projetadas até 2020 (Lei 12.187/2009, art. 12). Os primeiros resultados do módulo do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento de Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa – Smmare, relacionado ao PPCDAM e obtidos em 2014, indicaram uma redução média superior a 650 milhões de toneladas de CO_2 entre 2010 e 2013.

No que tange à agricultura, o Programa de Agricultura de Baixo Carbono – ABC, criado em 2010, aplicou efetivamente na safra 2013/2014 cerca de R$ 2,8 bilhões. O Programa consiste no fomento, por meio da equalização de juros, à recuperação de pastagens degradadas, implantação de sistemas orgânicos de produção agropecuária, plantio direto na palha, sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais, implantação e manejo de florestas comerciais, regularização ambiental das propriedades rurais, tratamento de dejetos de animais, implantação de florestas de dendezeiro e estímulo ao uso da fixação biológica do nitrogênio. A safra 2014/2015 deverá disponibilizar R$ 4,5 bilhões à agropecuária sustentável.

Ainda sobre a agropecuária e uso da terra, o novo Código Florestal, instituído em 2012 (Lei 12.651/2012), criou instrumentos mais efetivos de regularização ambiental das propriedades rurais e de promoção da sustentabilidade ambiental. Dentre eles, o Cadastro Ambiental Rural – CAR, registro cartográfico eletrônico com abrangência nacional, que integra informações ambientais georreferenciadas das propriedades rurais com o objetivo de monitoramento da situação das áreas de Reserva Legal, de Preservação Permanente, de Uso Restrito, das Florestas e Vegetação Nativa e das Áreas Consolidadas. Em 2014, foram desenvolvidos dois módulos do Sistema Integrado de Cadastro Ambiental Rural – SICAR e cadastrados cerca de 500.000 imóveis rurais, abrangendo 120 milhões de ha, o que corresponde a aproximadamente 40% da área rural cadastrável no País. O novo Código Florestal estabelece que, a partir de 2017, o acesso ao crédito rural, em qualquer uma de

suas modalidades, estará restrito aos produtores rurais que tenham aderido ao CAR.

Em 2014 a capital do Peru sediou a 20ª Conferência das Partes (COP-20) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a 10ª Reunião das Partes do Protocolo de Quioto (CMP-10). A Conferência encerrou seus trabalhos com a aprovação da Decisão "Chamado de Lima para Ação Climática", relacionada ao processo de negociação de novo acordo sob a Convenção, previsto para ser concluído em 2015, na COP-21, em Paris, que passará a vigorar a partir de 2020. A Decisão de Lima torna explícito o compromisso em lograr um novo acordo que reflita o "princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas (CBDR)", à luz das diferentes circunstâncias nacionais. A Decisão atendeu também à expectativa de aprovar elementos para um rascunho de texto de negociação, que servirá de base para a elaboração da primeira minuta do acordo que, após rodadas intermediárias de negociação, deverá ser aprovado pelas Partes na COP-21.

Progressivamente, a sustentabilidade também se integra às compras da administração pública federal. Em 2010, critérios de sustentabilidade ambiental passaram a compor o rol de considerações observadas nos processos licitatórios[24]. Assim, critérios de eficiência energética, redução do consumo de água no processo produtivo, uso de energias renováveis, gestão de resíduos sólidos, biodegradabilidade e rastreabilidade paulatinamente vêm se incorporando às compras públicas.

24 Instrução Normativa nº1 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 19 de janeiro de 2010.

INSERÇÃO INTERNACIONAL

A inserção internacional soberana é condição necessária para que a estratégia de desenvolvimento em curso no País obtenha êxito. Dessa constatação, decorre a necessidade de que o Brasil participe do sistema político internacional em condições de defender e promover seus interesses atuais e futuros. Isso inclui: a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; acordos internacionais que favoreçam a agregação de valor e a ampliação da produtividade e da competitividade das economias dos países em desenvolvimento; e a adoção de capacidade de defesa capaz de dissuadir eventuais agressores externos, resguardando a soberania sobre o território nacional.

A estratégia brasileira de inserção internacional, situada em um contexto de reordenamento dos polos dinâmicos da economia mundial, consiste na ampliação dos esforços de consolidação do bloco regional da América do Sul, com fundamento nos princípios de não intervenção, de autodeterminação e de cooperação para redução das assimetrias regionais. Ao mesmo tempo, o Brasil procura intensificar a cooperação com parceiros de todos os níveis de desenvolvimento, participando ativamente dos principais debates da agenda internacional, em particular em organismos multilaterais, tanto no plano econômico-comercial quanto no âmbito político e social.

No âmbito militar, a estratégia brasileira tem como foco a priorização do desenvolvimento tecnológico nacional, com ampliação e diversificação do parque industrial nacional de produtos de defesa, de forma a reduzir a dependência de compras externas e ampliar a pesquisa e o desenvolvimento de tecnologias de uso civil e militar.

AMÉRICA DO SUL E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Desde o início da década de 2000, o Brasil tem conferido à integração política e econômico-comercial com os países do continente atenção especial em sua política externa. Nesse marco, destaca-se a atuação brasileira no Mercado Comum do Sul – Mercosul e na União de Nações Sul-Americanas – Unasul.

Em 2014, foram retomados os trabalhos do Parlamento do Mercosul, após dois anos de interrupção, consolidando o pleno retorno do Paraguai ao bloco. Continuam as tratativas para que a Bolívia se torne o sexto membro pleno do Mercosul. Um marco da integração regional foi a aprovação de um modelo unificado de placas para veículos nos cinco países do bloco, a ser aplicado a partir de 2016, facilitando a fiscalização nas fronteiras e beneficiando o turismo local.

Com relação ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul – Focem, destaca-se a inauguração do primeiro projeto brasileiro de infraestrutura financiado com recursos do Fundo. A Ampliação do Sistema de Saneamento de Ponta Porã – MS contou com investimentos da ordem de US$ 6,1 bilhões. A atual carteira do Fundo conta com 45 projetos, no valor total de cerca de US$ 1,45 bilhão. O Brasil tem oito projetos aprovados, sendo dois deles plurinacionais.

Já a Unasul tem se consolidado como um espaço de coordenação entre os países do continente sul-americano. As atuais discussões têm priorizado a redução de assimetrias sociais, o reforço à competitividade econômica e a iniciativa em ações de segurança pública.

Quanto aos Conselhos da Unasul, vale ressaltar o andamento dos trabalhos do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da Unasul - Cosiplan, criado em 2009 para servir de foro de articulação de ministros, de forma a obter respaldo político no mais alto nível para os projetos de integração física da região. Em 2011, o Brasil exerceu a Presidência pro *tempore* do COSIPLAN, coordenando o processo de elaboração do Plano de Ação Estratégico do Conselho para o decênio 2012 a 2022. Nessa mesma ocasião, foram definidos os projetos que compõem a Agenda de Projetos Prioritários de Integração – API, que compreende 31 projetos estruturados e 100 individuais, escolhidos por consenso entre os países. A soma dos investimentos, em 2014, atingiu US$ 21,2 bilhões. Desses projetos, 11 foram concluídos, 27 estão em execução, 46 em pré-execução e 16 em estágio de perfil.

No Cosiplan, o Brasil exerce a presidência do Grupo de Trabalho sobre Mecanismos de Financiamento e Garantias. Esse grupo tem por mandato buscar formas alternativas para financiamento de projetos de integração física entre os países, tendo em vista que a escassez de financiamento é um dos maiores desafios a serem superados para que os projetos sejam executados. Em reunião desse grupo realizada em setembro de 2014 no Rio de Janeiro, foi iniciada uma aproximação com o Conselho de Economia e Finanças da Unasul, com a intenção de que se elaborem esquemas específicos de financiamento aos projetos prioritários.

Destacam-se ainda, no âmbito da concertação com os países vizinhos, a continuidade das negociações referentes à integração da malha ferroviária com Argentina, Paraguai, Uruguai e Peru; os entendimentos com o Uruguai com vistas à ampliação da capacidade portuária e para melhoria do transporte multimodal no Sistema Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos; e as tratativas para melhoria da infraestrutura de integração entre Brasil e Guiana.

No que concerne à integração latino-americana, a Presidenta da República participou, em janeiro de 2014, da II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos - Celac, em Havana. Na reunião, foi estabelecido o Foro Celac–China, que teve seu lançamento simbólico em julho de 2014, em Brasília, durante a Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe. Brasília também sediou a I Reunião Ministerial sobre Agricultura Familiar da Celac, reforçando a cooperação em matéria de desenvolvimento rural.

A Associação Latino-Americana de Integração – Aladi realizou, em outubro de 2014, no Uruguai, a primeira edição da Expoaladi, reunindo 600 empresários dos países membros que contabilizaram cerca de US$ 142 milhões em negócios durante os encontros comerciais. O foco da maior conferência de macronegócios já realizada na América Latina foi explorar as oportunidades de associação, complementaridade e financiamento para pequenas e médias empresas da região.

O Brasil também tem buscado construir políticas específicas à faixa de fronteira, com destaque para: o Programa Calha Norte; a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - Enafron; e o diálogo federativo com os núcleos regionais de

fronteira no âmbito da Comissão Permanente para Integração e Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Cdiff. O Brasil mantém, ademais, ciclo regular de reuniões com os países vizinhos sobre temas relacionados à fronteira. Cite-se, a propósito, a Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil–Argentina – Codefro; a Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai; os Comitês de Integração Fronteiriça com a Bolívia; a Comissão de Vizinhança e Integração Brasil–Colômbia; o Comitê de Fronteira Brasil–Guiana; a Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil–Peru – CVIF; e o Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Fronteiriço – GTDF com a Venezuela.

Nota-se que a perspectiva de integração regional vem sendo gradativamente incorporada a um conjunto cada vez mais amplo das políticas nacionais. É preciso seguir avançando nessa direção, tendo em vista as potencialidades do continente, por exemplo, no que se refere à integração física e produtiva, agregando valor às atividades baseadas em recursos naturais, como aquelas relacionadas à biodiversidade e energia, dentre as quais se destacam o nióbio e o lítio, minerais estratégicos em função de sua importância em equipamentos eletrônicos de alta tecnologia.

O Brasil tem como desafio manter-se ativo nos debates regionais, utilizando-se de sua projeção no cenário internacional para atuar de forma dinâmica no desenvolvimento de seus vizinhos. Seus avanços internos de desenvolvimento devem ser refletidos e complementados no plano externo. Para fortalecer cada vez mais o processo de integração sul-americano, contribuindo em particular com a reorganização do parque industrial e das cadeias produtivas dos países vizinhos, o Brasil precisará investir na região, com custos e compromissos.

MULTILATERALISMO

A estratégia nacional de política externa, ao priorizar a solução pacífica de conflitos internacionais, o respeito aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento sustentável, tem permitido ao Brasil uma influência cada vez maior no cenário internacional. Isso se reflete no fortalecimento de relações com parceiros tradicionais e na construção de novas parcerias com outros países. O Brasil figura entre as poucas nações que mantêm relações diplomáticas com todos os demais 192 membros da Organização das Nações Unidas – ONU. Importantes diálogos têm se desenvolvido entre o País e nações emergentes de forte presença mundial, tanto no plano bilateral como no contexto de mecanismos como o Brics[25], as cúpulas América do Sul–África – ASA e América do Sul–Países Árabes – Aspa e o Ibas[26].

No tocante ao relacionamento com a África, são fortes os laços humanos e históricos. O Brasil continua a estreitar os laços políticos com o continente e a aprofundar as relações econômicas, por meio da promoção dos vínculos comerciais, da geração de oportunidades de investimento e do financiamento de empresas brasileiras. A cooperação prestada pelo Brasil no continente, como política de longo prazo, tem trazido benefícios com reflexos em todos os âmbitos do relacionamento.

25 Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
26 Índia, Brasil e África do Sul.

O Brasil participou de importantes eventos no continente africano. Na III Conferência de Exame da Convenção de Ottawa sobre a Proibição de Minas Terrestres Antipessoais, em junho, em Maputo, recordou-se o apoio prestado pelo Brasil a países afetados por esses armamentos, em missões de desminagem humanitária e cursos e treinamentos nessas técnicas. Também em junho, em Nairóbi, o Brasil participou da Primeira Assembleia Ambiental das Nações Unidas (Unea), cumprindo decisão tomada na Rio +20 de se fortalecer o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA.

No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), o Brasil acompanhou o processo eleitoral em Moçambique e em São Tomé e Príncipe, como observador, e enviou técnicos para apoio às eleições gerais na Guiné-Bissau, que encerraram uma séria crise política nesse país com a posse do governo eleito em junho.

Com a presença da Presidenta Dilma Rousseff, foi realizada a VI Cúpula dos Brics, em Fortaleza e Brasília, na qual as discussões tiveram como foco a inclusão social e o desenvolvimento sustentável. Avançaram as discussões sobre o estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas, no valor de US$ 100 bilhões, que funcionará como mecanismo de salvaguarda para eventuais crises de balanço de pagamentos, e do Novo Banco de Desenvolvimento, cujo capital inicial foi estimado em US$ 50 bilhões. Essas iniciativas visam reforçar o papel do Brics na democratização das relações internacionais e no aprimoramento das instituições de governança internacional existentes.

A cooperação sul–sul prestada pelo Brasil continuou a firmar-se como importante vertente de ação e faceta da identidade internacional do País. Em 2014, o Brasil executou 107 ações de cooperação técnica bilateral na América Latina e Caribe, beneficiando 28 países. Na África, o Brasil desenvolveu cooperação técnica com 25 países nos setores de agricultura, pesca, saúde e formação profissional, num total de 56 projetos. Essa cooperação tem contribuído para o desenvolvimento inclusivo nesses países, além de irradiar seus benefícios para as áreas econômica e política do relacionamento.

O Foro Celac–China teve seu lançamento simbólico durante a Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe, e deverá funcionar como um mecanismo de promoção de comércio e investimento recíprocos, em especial nos setores de infraestrutura logística e de transportes e fontes alternativas de energia.

Em setembro de 2014, a Presidenta da República abriu o debate da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, destacando em seu discurso a importância da prática da solidariedade no fortalecimento do cenário global de multilateralismo, respeito ao Direito Internacional e busca pela paz. Nesse cenário, a Presidenta ressaltou a preocupação com a atuação de intervenções militares e operações de paz e o acirramento de conflitos em diversas regiões, incitando uma reflexão sobre alternativas à solução de conflitos. A necessidade premente do aprimoramento da governança da internet como medida de proteção aos direitos humanos, tema já levado à discussão no ano anterior por Brasil e Alemanha, também foi lembrado no discurso da Presidenta.

Ainda na Assembleia Geral, o discurso presidencial apontou a necessidade de

uma maior participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário e o Banco Mundial, de modo a refletir o atual cenário econômico internacional. Por fim, a Presidenta destacou a importância do combate à discriminação e à exclusão, incluindo medidas como a valorização da mulher no mercado de trabalho, o combate ao racismo e à homofobia e a punição aos atos de corrupção.

Quanto ao regime internacional de combate à mudança do clima, o País foi representado em nível presidencial e ministerial na Cúpula do Clima da ONU, maior conferência sobre mudança do clima já organizada fora do processo de negociação formal da Convenção, realizada em Nova York, em setembro de 2014. Por ocasião da 20ª Conferência das Partes (COP-20) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), realizada no Peru, o Brasil demonstrou empenho no cumprimento da Plataforma de Durban e voltou a defender acordo ambicioso e abrangente para o enfrentamento à mudança do clima e adaptação aos seus efeitos, aplicável a todos os países, de acordo com as suas respectivas capacidades e responsabilidades. Espera-se concluir esse processo por ocasião da COP-21, a ser realizada em Paris, em 2015.

O Brasil tem participado de forma ativa dos principais foros internacionais sobre temas de energia, inclusive dos grupos temáticos no âmbito do G20. Encontra-se em curso esforço com vistas à elaboração de um Tratado Energético Sul-Americano. Prosseguem, igualmente, os esforços brasileiros destinados a transformar os biocombustíveis em *commodity* internacional. Em maio de 2014, o País promoveu em Moçambique, no âmbito da *Global Bioenergy Partnership – GBEP*, a II Semana de Bioenergia, capacitando países em desenvolvimento para a produção sustentável de bioenergia.

No que tange à cooperação humanitária, destacam-se as 54 iniciativas empreendidas pelo Brasil no ano de 2014, envolvendo 30 países da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio. Dentre essas ações, foram doados medicamentos e alimentos aos países mais afetados pela grave crise de epidemia de Ebola na África Ocidental.

A participação de tropas brasileiras em missões sob a égide da ONU contribui para a manutenção da paz e da segurança internacionais. Ao integrar 10 das 16 operações atualmente existentes, o Brasil assume participação ativa na solução de problemas no âmbito internacional. Em 2014, o País manteve contingentes elevados em duas missões da ONU: a Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti – Minustah e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano – Unifil. A Minustah tem contribuído para a estabilização político-institucional do Haiti e para o desenvolvimento socioeconômico daquele país. Nesse ano, o Brasil ainda ocupou a presidência *pro tempore* da Comissão de Consolidação da Paz (CCP).

Em dezembro de 2014, Brasília sediou a Reunião Ministerial "Cartagena+30", organizada em comemoração ao trigésimo aniversário da Declaração de Cartagena sobre os Refugiados. Essa Declaração, assinada em 1984, expandiu a definição de refugiado adotada pela Convenção de 1951, e tem como foco a proteção e os desafios humanitários enfrentados por refugiados. O fato de o Brasil ter sediado a convenção demonstra a contínua disposição do País em acolher aqueles que não encontraram proteção em suas pátrias, mantendo seu compromisso com a missão

humanitária.

No tocante ao grave conflito na Síria, o Brasil participou, em janeiro de 2014, da Conferência Internacional sobre a Síria (Genebra-II), que buscou promover uma solução política para o conflito naquele país. Na Conferência, que pela primeira vez reuniu representantes do governo e da oposição sírios, o País apoiou as iniciativas para uma solução negociada, incluindo o acesso irrestrito a equipes de ajuda humanitária, o compromisso com o cessar-fogo e um embargo de armas abrangente e efetivo.

A diplomacia brasileira manteve-se atuante também na promoção da agenda multilateral do desarmamento. Na III Cúpula sobre Segurança Física Nuclear em Haia, em março de 2014, o Brasil liderou um exercício, integrado por outros 14 países, de elaboração de declaração conjunta a respeito da inter-relação entre segurança física e desarmamento nuclear.

No Conselho de Direitos Humanos da ONU, foi aprovada a resolução 27/32 sobre "direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero", de autoria do Brasil e outros três países. O documento defende o combate à violência e à homofobia. Outra conquista foi o lançamento, pela Assembleia Geral da ONU, da Década Internacional dos Afrodescendentes. Ressaltando a promoção dos direitos dos afrodescendentes e contando com diversas programações, a Década se estenderá de 2015 a 2024.

O Brasil seguiu empenhado em conduzir ações externas no plano econômico-comercial com vistas a cooperar com os esforços de desenvolvimento da economia nacional. Além da intensificação das iniciativas de promoção comercial, prosseguiu-se o trabalho de obtenção de melhores condições de acesso a mercados por via das negociações internacionais.

Ao longo de 2014, o Brasil atuou intensamente na Organização Mundial do Comércio – OMC, que desde o ano anterior conta com o brasileiro Roberto Azevêdo como seu Diretor-Geral. O grande desafio tem sido a superação do impasse em torno da implementação do Acordo sobre Facilitação de Comércio e das outras decisões acordadas na IX Conferência Ministerial, realizada em Bali, em dezembro de 2013. A nova direção da OMC pôs fim a anos de paralisia da Rodada Doha e trouxe subsídios à retomada das negociações, com foco nos temas centrais da Rodada, de interesse primordial para o Brasil, sobretudo agricultura.

Quanto aos contenciosos comerciais, encerrou-se o caso Brasil–Estados Unidos sobre os subsídios norte-americanos concedidos à produção e exportação de algodão, controvérsia que já durava 12 anos. Foram acordadas modificações importantes na legislação questionada e uma compensação financeira a ser paga pelos EUA ao Instituto Brasileiro do Algodão.

Ao mesmo tempo, o Brasil procurou avançar, com os parceiros do Mercosul, em processos de negociação comercial com terceiros países ou blocos. No âmbito das negociações Mercosul–União Europeia, tomou-se a decisão, em 2013, de transitar para a etapa de troca de ofertas de acesso a mercados em bens, serviços, investimentos e compras governamentais. Em julho de 2014, na Cúpula do Mercosul, os presidentes consolidaram o acordo da oferta comum do bloco. Aguarda-se a consolidação da proposta da União Europeia para que a troca seja promovida.

Dada a centralidade do tema da competitividade na atual etapa do desenvolvimento brasileiro, atribuiu-se também especial atenção ao fortalecimento e ampliação das parcerias em educação, ciência, tecnologia e inovação. Deu-se continuidade, nesse contexto, à execução do programa Ciência sem Fronteiras, permitindo o avanço do processo de internacionalização acadêmica do País.

SOBERANIA E DEFESA NACIONAL

A defesa de um país consiste basicamente no conjunto das capacidades organizadas com o objetivo de garantir a segurança do patrimônio natural e social, a dissuasão por meio da capacidade de combate e o cumprimento dos compromissos internacionais, que culminam com a manutenção da soberania do Estado nacional. Portanto, defesa nacional é assunto de Estado e requer planejamento e investimentos de longo prazo.

O Brasil busca a solução pacífica de controvérsias, mas não ignora os riscos e ameaças decorrentes, por exemplo, da crescente demanda mundial por recursos naturais. Nesse contexto, zela por seus interesses e busca reduzir a dependência de compras externas ao tempo em que amplia e diversifica seu parque industrial. Essa é a concepção que orienta a Política Nacional de Defesa – PND, a Estratégia Nacional de Defesa – END e o Livro Branco de Defesa – LBD.

Nos últimos anos, em sintonia com as diretrizes de política industrial consolidadas no Plano Brasil Maior, o Governo brasileiro vem investindo na modernização e na aquisição de meios terrestres, aéreos, navais e aeronavais, com vistas ao reaparelhamento das Forças Armadas e ao aperfeiçoamento dos sistemas de apoio às atividades de defesa terrestre, aérea e naval. Os acordos firmados para realizar esses investimentos possuem cláusulas contratuais de transferência de tecnologia, materializando o esforço governamental de adquirir autonomia tecnológica em produtos de defesa.

Cabe ressaltar aqui o relevante papel incumbido às Forças Armadas de atuarem como integradores nacionais nas faixas de fronteira e na Amazônia e atuação subsidiária na sociedade civil nos campos de segurança e ações cívico-sociais.

Dessa forma, a estratégia pode ser compreendida em três eixos: a Base Industrial de Defesa; as defesas terrestre, aérea e naval; e a atuação subsidiária das Forças Armadas na sociedade civil e integração nacional.

A indústria de defesa é estratégica para o Brasil na medida em que se constitui em uma fonte de inovação tecnológica, que gera benefícios para diversas indústrias, como a de equipamentos médico-hospitalares, aeronáutica, espacial, automobilística, têxtil, alimentícia, entre outras. Assim, no ano de 2014, o governo brasileiro teve como foco o fortalecimento e a manutenção da base industrial de defesa, por meio do incremento das exportações de produtos duais. A produção e comercialização desses produtos permitem a sustentabilidade desse vetor da indústria nacional, gerador de tecnologias inovadoras e de postos de trabalho dos mais diversos níveis de qualificação.

Para apresentar as principais soluções produzidas pela indústria de defesa

nacional, em 2014, foi realizada, em Brasília, a terceira edição da Mostra da Base Industrial de Defesa (III Mostra BID–Brasil). Participaram do evento, como expositoras, 89 empresas de defesa, tais como a Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A. (Embraer), Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel) e Odebrecht Defesa e Tecnologia (Mectron). O evento contou também com a participação de comitivas da África do Sul, Angola, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, França, Paraguai, Peru, Suriname, Venezuela e Tanzânia.

Em 2014, foi dada continuidade ao Programa Inova Aerodefesa, no âmbito do qual foram aprovados 315 projetos, de 64 empresas, atingindo o valor de R$ 8,4 bilhões em créditos reembolsáveis, o que demonstra a grande demanda reprimida e o potencial de desenvolvimento de novos produtos pelas empresas do setor de defesa.

O governo brasileiro incentiva, assim, a indústria nacional por meio de amplo leque de compras governamentais relacionadas à defesa nacional e evita que o desenvolvimento das empresas brasileiras resulte na sua posterior venda ou apropriação por empresas estrangeiras. Da mesma forma, aprofunda as políticas de indução dos investimentos e incentiva pedidos de patentes por empresas brasileiras, estimulando as sinergias entre tecnologias de interesse civil e militar.

Com relação à defesa terrestre, em 2014 o Governo Federal deu seguimento ao processo de aperfeiçoamento das estruturas operacionais do Exército Brasileiro com a adoção de um conjunto de ações necessárias para a defesa dos interesses estratégicos do Brasil. Nesse sentido, o Exército tem focado na execução de seus principais projetos: Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), Projeto Proteger, Projeto de Defesa Cibernética, Projeto Guarani, Projeto Astros 2020 e o Projeto Estratégico do Exército – Defesa Antiaérea.

Para fortalecer a presença e a capacidade de atuação do Estado na faixa de fronteira, prosseguiu-se, em 2014, a implantação do Projeto-Piloto do Sisfron, no Mato Grosso do Sul, por meio da aquisição de equipamentos de alta tecnologia (sensores eletromagnéticos, radares de vigilância, rádios, terminais de satélites, dentre outros); o início da implantação de uma rede estratégica de comunicações fixas em visada direta (infovia); a obtenção de viaturas especializadas e embarcações de emprego diverso, bem como a contratação de serviços de elevada complexidade (aplicativos de apoio à decisão, integração de sistemas e suporte logístico integrado); e a construção e adequação de instalações militares. Tais iniciativas dentro do Sisfron, além de apoiar a execução de operações interagências, contribuem para o desenvolvimento da base industrial de defesa, a geração de emprego e renda, e potencializam a segurança de nossas fronteiras.

O Projeto Proteger, cujo objetivo é dotar o País de um sistema integrado de proteção das estruturas estratégicas terrestres quando da realização de grandes eventos, no apoio à defesa civil, na proteção ambiental, em operações contra agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares, atentados terroristas e em operações de garantia da lei e da ordem, deu continuidade em 2014 às ações de proteção das unidades de geração e transmissão de energia, de mananciais de água e sistemas de transporte e de comunicações. Para tanto, foram adquiridas viaturas operacionais e instrumentos de pontaria e precisão para o armamento do

Exército, além de equipamentos especializados para tropas antiterrorismo.

Cumprindo o que prevê a Estratégia Nacional de Defesa, deu-se prosseguimento ao processo de busca de autonomia em tecnologias cibernéticas iniciado em 2012. No Projeto Estratégico Defesa Cibernética, citam-se como avanços, em 2014, a utilização de um computador de alto desempenho em pesquisas científicas na área de defesa cibernética e de um simulador de operações cibernéticas, desenvolvido por uma empresa nacional, assim como a continuidade da implementação do Projeto Rádio Definido por *Software*. Esse Projeto contribuirá para a interoperabilidade das Forças Armadas brasileiras e proporcionará um grande ganho na segurança das comunicações contra ataques de guerra eletrônica e cibernéticos, além de promover o desenvolvimento da indústria nacional nesse setor. Nessa temática, destaca-se a também a participação do Exército na coordenação e integração da segurança e na defesa cibernética de grandes eventos, como ocorreu nas diversas cidades-sedes da Copa do Mundo da FIFA, no apoio às Eleições 2014 e a participação na Operação Amazônia.

Outro projeto estratégico do Exército Brasileiro é o Projeto Guarani, que tem a finalidade de substituir as viaturas Urutu e Cascavel por equipamentos mais modernos, além da recuperação de viaturas blindadas, helicópteros e equipamentos. Em 2014, foram entregues às organizações militares do Exército 128 viaturas blindadas de transporte de pessoal modernizadas. Cabe ressaltar também a conclusão do desenvolvimento de aço balístico nacional, pela Empresa Usiminas e da munição nacional de 30 milímetros pela Companhia Brasileira de Cartuchos.

O Projeto Astros 2020, inserido no PAC em 2014, tem como objetivo dotar o Exército de novos armamentos e munições com tecnologias militares de ponta, que possibilitarão à Força Terrestre dispor de um sistema de artilharia, com capacidade de empregar foguetes guiados e mísseis táticos de cruzeiro com alcance de 300 km. Um dos grandes avanços desse Projeto, em 2014, foi o desenvolvimento tecnológico de produtos de defesa como o do Míssil Tático de Cruzeiro e o do foguete guiado.

O Projeto Estratégico do Exército, Defesa Antiaérea – PEE DA-Ae, tem como objetivos principais a recuperação e aquisição de novos meios de artilharia antiaérea de baixa altura e obter a capacidade de artilharia antiaérea de média altura. Em 2014, foram capacitados militares em Defesa Antiaérea e adquiridos quatro radares e sete centros de comando e controle antiaéreos de fabricação nacional, 75 conjuntos de equipamentos de comunicações para o sistema de artilharia antiaérea e 11 viaturas para organizações militares, além da realização de adequações nas instalações de seis unidades militares que receberão os simuladores dos equipamentos adquiridos.

Com relação à defesa aérea, houve o recebimento de diversas aeronaves dentro do projeto de aquisição e modernização de meios aéreos, destacando-se: uma Aeronave Remotamente Pilotada (ARP) modelo Hermes 900, adquirida na empresa AEL Systems S. A., para monitoramento eletrônico de fronteiras; uma aeronave de patrulha P-3BR modernizada pela EADS – Construcciones Aeronáuticas S. A.; doze aeronaves de transporte de carga e tropa modernizadas do Projeto C-95 Bandeirante; duas aeronaves de combate modelo A-1M modernizadas; três helicópteros de ataque AH-2 Sabre do Projeto AH-X; doze helicópteros EC-725 do Projeto H-XBR, do consórcio constituído pelas empresas Helibras (Brasil) e Airbus

Helicopter (França–Alemanha); e uma aeronave do tipo F-5FM (modelo biposto) no âmbito do Projeto de Modernização dos F-5BR.

Em 2014 foi assinado o contrato com a Empresa Sueca Svenska Aeroplan AktieBolaget (Saab), o qual prevê a aquisição de 36 aeronaves caças Gripen NG (F-39), no âmbito do Projeto F-X2. O contrato inclui o treinamento de pilotos e mecânicos, o apoio logístico e a transferência de tecnologia para indústrias brasileiras. Além disso, prosseguem as negociações entre a FAB e a Saab para a cessão temporária de caças Gripen, modelo C/D, como solução temporária até a chegada das novas aeronaves.

Também foi assinado o contrato com a Embraer S. A. referente ao Projeto I-X (anteriormente Projeto VU-Y) para o fornecimento de seis aeronaves Legacy 500 (EMB 550). Esse contrato proporcionará um avanço na qualidade e nas possibilidades da inspeção em voo no Brasil, devido à consolidação dos novos padrões de navegação, associados aos conceitos adotados pelo País.

Concluiu-se a negociação e assinatura do contrato do Projeto CL-X2, destinado à aquisição de três aeronaves C-295, na sua versão de busca e salvamento, denominada como SC-105 Amazonas, fabricada pela empresa espanhola EADS-Casa.

Quanto aos projetos relativos ao desenvolvimento e à aquisição do cargueiro tático militar KC-390, foi celebrado o contrato de aquisição de 28 aeronaves de série e logística inicial associada, entre o Comaer e a Eenbraer, em maio de 2014. Em outubro deste mesmo ano ocorreu a apresentação oficial da primeira aeronave *(roll-out)*.

No que diz respeito ao Projeto A-1 (AM-X), ressalta-se que dois protótipos de aeronaves A-1 estão em fase de testes de desenvolvimento, sendo que as primeiras três unidades modernizadas foram recebidas no decorrer dos anos de 2013 e 2014, estando já em operação.

Em relação ao Projeto E-99M, foi disponibilizada uma versão intermediária da aeronave para atender à demanda requerida pela realização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014. Duas unidades foram adaptadas para atender de imediato a esta demanda e foi possível uma análise mais detalhada quanto ao ganho operacional dessa adequação e também uma avaliação mais precisa do Sistema Aeroembarcado, que resultou na diminuição dos riscos do Projeto, antes da versão final da aeronave.

Quanto ao Míssil A-Darter, fruto de uma parceria entre Brasil e África do Sul, deu-se continuidade, em 2014, à etapa final da campanha de ensaios, para verificação de cumprimento de requisitos e avaliação de desempenho. O Projeto tem contribuído decisivamente para o aumento da capacidade operacional da FAB, para o alcance da independência tecnológica e para o fortalecimento da indústria nacional de defesa. A previsão é que esses mísseis venham a equipar os caças Gripen NG da FAB.

Com relação à área de ciência e tecnologia espacial, destacam-se: o desenvolvimento da tecnologia de propulsão líquida, com a realização do primeiro ensaio, a quente, do modelo de voo do estágio de propulsão líquida, passo

importante em direção à consolidação do uso da tecnologia de propulsão líquida para foguetes; e o rastreamento remoto do veículo Ariane, cuja parceria do Brasil com a Agência Espacial Europeia (ESA) alcançou a expressiva marca de 199 veículos rastreados, o que confirmou o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) como peça importante do acordo de cooperação firmado com a ESA.

No que diz respeito à segurança de voo e ao controle do espaço aéreo brasileiro, em 2014, deu-se continuidade ao processo de modernização e revitalização do sistema de controle do espaço aéreo e das atividades de prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos. Tudo isso, com o propósito de propiciar aos usuários dos serviços de transporte aéreo do País, melhorias contínuas na fluidez e na segurança das operações aéreas.

Em prosseguimento às ações governamentais em prol da defesa naval, aprimoraram-se os meios navais e aeronavais, com o intuito de reaparelhar a Marinha do Brasil, de modo a garantir a segurança das águas fluviais e oceânicas do território brasileiro e da navegação aquaviária.

No Programa de Desenvolvimento de Submarinos – Prosub destacam-se a construção da base e do estaleiro naval, cujas obras prosseguiram em ritmo acelerado em 2014.

Em decorrência da prioridade do governo brasileiro em ampliar as pesquisas científicas nas águas jurisdicionais brasileiras, prosseguiu-se, em 2014, com a construção do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira, na China, incorporado à Força Naval em março de 2015. O "Vital de Oliveira" está entre os dez navios mais modernos do mundo na sua classe, dotado de laboratórios e equipamentos científicos de última geração, com capacidade para acomodar cerca de cinquenta pesquisadores e operar com aeronaves de asa rotativa.

A cartografia náutica ganhou em 2014 mais um reforço na produção de cartas dos rios da Amazônia. O navio hidroceanográfico fluvial Rio Branco foi entregue à Marinha. Construído com recursos do Censipam e com cerca de 70% de conteúdo nacional, a embarcação apoiará a atualização e a produção de novas cartas náuticas, o que é fundamental para a segurança da navegação na Amazônia, onde mais de 95% de todo o transporte comercial da região ocorre por meio dos rios e o transporte fluvial de passageiros movimenta anualmente 8,9 milhões de pessoas.

Na área de Monitoramento e Controle foi idealizado o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul – Sisgaaz, para atender aos aspectos de monitoramento e controle de forma integrada, das águas jurisdicionais brasileiras, das áreas internacionais de responsabilidade para operações de socorro e salvamento e de áreas de interesse específico, para prover a capacidade de prevenir ou responder, prontamente, a qualquer ameaça, agressão ou ilegalidade. Esse Sistema atenderá às demandas da Marinha do Brasil no que se refere ao cumprimento das tarefas de segurança marítima, busca e salvamento e prevenção à poluição. Além disso, proporcionará flexibilidade para interoperação com sistemas das demais Forças (Sisfron e Sistema de Defesa Aérea – Sisdabra) e com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam).

Nas atividades de comunicação, vale ressaltar a aquisição do direito de uso da banda X do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC) pela Empresa Telecomunicações Brasileiras S. A. (Telebras), que também será responsável

pela sua operação. Essa aquisição ampliará os enlaces satelitais do Sistema de Comunicações Militares por Satélite – Siscomis, o que permitirá a interligação de Sistemas como o Sisfron, o Sisgaaz e o Sisdabra.

As Forças Armadas, sem prejuízo de suas atribuições constitucionais, também vêm atuando na sociedade civil e em ações que visam à integração nacional. Nessa linha de atuação, as Forças Armadas coordenaram o trabalho de atendimento clínico, cirúrgico e odontológico em comunidades indígenas em diversas regiões nos Estados de Mato Grosso e Pará. Apoiaram também o processo eleitoral de 2014, desde o transporte de urnas e pessoal da Justiça Eleitoral em municípios de difícil acesso até a realização de ações em favor da garantia da lei e da ordem, durante o período de votação e apuração de resultados, nas localidades designadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Integrar efetivamente a região amazônica às demais regiões do País se constitui em elevada prioridade da política de desenvolvimento do governo brasileiro. Nesse sentido, o Programa Calha Norte (PCN) tem por estratégia atender a duas vertentes: a da Soberania (vertente militar), que consiste na implantação e ampliação de unidades militares das três forças nas áreas de abrangência do Programa; e a do Desenvolvimento Regional (vertente civil), que tem por finalidade implantar e desenvolver a infraestrutura básica nos municípios da região abrangida pelo Programa, por meio de convênios, firmados entre o Ministério da Defesa e os Estados e as prefeituras municipais.

O esvaziamento demográfico das áreas mais remotas de atuação do PCN é um dos principais desafios enfrentados, na medida em que aumenta a necessidade de vigilância da fronteira, bem como de proteção das populações da região. Constitui-se em outro objetivo do PCN aumentar a presença do poder público em sua área de atuação, além de contribuir para a defesa nacional e proporcionar assistência às suas populações a fim de fixar o homem na região, sem descaracterização regional e cultural.

No conjunto das atividades realizadas em 2014 no âmbito da vertente Soberania, destacam-se: a criação do Centro Técnico de Formação de Fluviários da Amazônia Ocidental; a adequação e manutenção dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), com destaque para o início do projeto de construção da microcentral hidrelétrica, no PEF de Tiriós/PA; a ampliação do setor fluvial do Comando de Fronteira Amapá/34º Batalhão de Infantaria de Selva, em Clevelândia/AP; e a ampliação dos Aeródromos dos PEF de Estirão do Equador/AM e de Yauaretê/AM.

Na vertente Desenvolvimento Regional, em 2014, o PCN apoiou municípios na realização de diversas obras de melhoria da infraestrutura social (quadras, praças, ginásios, etc.) e aquisição de equipamentos (viaturas, tratores, etc.).

O PCN abrange 194 municípios, 95 dos quais situados ao longo dos 10.938 quilômetros da faixa de fronteira, nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima. A área de atuação do PCN corresponde a 32% do território nacional, onde habitam cerca de 8 milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

ESTADO, FEDERALISMO, PLANEJAMENTO E GESTÃO

A atuação do Governo Federal para a implantação da estratégia de desenvolvimento com vistas a dar materialidade aos objetivos fundamentais da República afirma um Estado pautado pelos compromissos pactuados e firmados na Constituição Federal de 1988. O fortalecimento de um Estado democrático que tome uma postura ativa em prol do desenvolvimento, reforçando principalmente seus pilares sociais, é o cerne deste eixo da dimensão estratégica.

A atual estratégia consolida a visão de desenvolvimento já não mais associada exclusivamente ao crescimento econômico, tendo como parâmetro fundamental a redução das desigualdades com sustentabilidade. Tal visão implica em cobranças com um grau cada vez mais elevado de exigência em relação ao papel a ser desempenhado pelo Estado. Espera-se que o Estado se fortaleça em sua capacidade operacional e que se torne mais capacitado a exercer funções que implicam em maior abertura à participação social e um protagonismo na articulação, negociação e coordenação de políticas, inclusive sob o ponto de vista federativo.

A expansão da atividade estatal passa a ser pautada pelo fortalecimento da capacidade de administração, incluindo o planejamento e a gestão das políticas públicas, de regulação e de financiamento para cumprir objetivos de desenvolvimento que se estabeleçam em um redesenho da relação entre Estado e sociedade. Uma relação que se exige cada vez mais aberta a novos atores, mais transparente nos atos e no passo a passo das decisões de interesse público, mais participativa, para ver, criticar e rever iniciativas que entreguem soluções mais eficazes e duradouras. Para além da melhoria da qualidade dos serviços prestados, o Estado pauta-se, assim, pelo próprio aprimoramento constante da democracia.

Foi necessário agregar valor ao Estado incorporando marcos regulatórios, aprovados pelo Poder Legislativo, organizadores de sua ação para longo prazo. A estruturação de políticas de Estado nas mais variadas áreas e agendas implica em transformações estruturais que exigem novas capacidades de planejamento da ação estatal.

De outro lado, a condução deliberada de uma estratégia de desenvolvimento exige um Estado capaz de gerir seus programas estruturantes com vistas a promover entregas à população que conduzam a uma sociedade menos desigual social e regionalmente. A elevação da capacidade do Estado é buscada pela própria estruturação da administração pública, com incentivos à cooperação institucional e tratamento transversal e intersetorial de várias agendas, de forma a elevar a qualidade dos serviços entregues à população e a aumentar a transparência com a qual presta esses serviços.

As especificidades do Estado brasileiro exigem esforços de gestão para fazer com que as políticas públicas, de responsabilidades muitas vezes compartilhadas, alcancem os cidadãos onde são mais necessárias.

A afirmação da estratégia de desenvolvimento também tem exigido do Estado a coordenação dos instrumentos econômicos em favor do desenvolvimento, criando as condições necessárias para o financiamento do investimento ao tempo em que fortalece seu papel regulador.

ESTADO E DESENVOLVIMENTO: COORDENAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E REGULAÇÃO

Para viabilizar a estratégia de desenvolvimento inclusivo foi necessário reforçar gradualmente o protagonismo do Estado como um ator central, condizente com sua responsabilidade, atuante no combate às desigualdades e na promoção do bem-estar social. O Governo Federal vem estimulando a ampliação dos investimentos no País, utilizando recursos próprios e, de maneira crescente, fazendo parcerias com Estados, municípios e iniciativa privada.

O atual modelo de planejamento declara o Estado como indutor de um modelo de desenvolvimento organizado para promover o crescimento do País com redução de desigualdades. Tão importante quanto essa declaração são as práticas criadas pelo Governo Federal, multiplicando experiências exitosas como as do PAC, do Brasil Sem Miséria e do Minha Casa, Minha Vida.

Os resultados do PAC revelam que o Programa é o grande plano de investimento público que orienta, fomenta e induz o investimento privado, promovendo melhorias na legislação tributária, estímulo ao crédito e fortalecendo a capacidade dos Ministérios. O PAC também é modelo de gestão porque induziu a qualificação das administrações públicas subnacionais; reduziu obstáculos burocráticos, normativos e jurídicos, que criavam restrições à execução das políticas públicas; e criou um processo de coleta, análise e tratamento da informação com foco na efetividade das políticas públicas.

Os investimentos do PAC no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social atingiram R$ 57 bilhões no ano de 2014. Desse montante destacam-se os pagamentos de R$ 17,4 bilhões do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e de R$ 5,4 bilhões destinados a ações do Ministério dos Transportes.

As ações finalizadas somam R$ 796,4 bilhões, ou seja, 99,7% do valor global atualizado previsto para ser contratado até 2014. O resultado é 17,8% superior em relação ao último balanço, quando o volume de obras concluídas foi de R$ 675,8 bilhões.

Em apoio aos investimentos por parte dos entes federados, em 2014 foi ampliado em R$ 2 bilhões o limite de contratação de crédito para financiar contrapartida de obras do PAC, do MCMV e de projetos de mobilidade urbana associados à Copa do Mundo FIFA 2014. Ademais, os recursos autorizados para contratação de novas operações de crédito aumentaram em: i) R$ 3,2 bilhões para financiamento de projetos de pavimentação e qualificação de vias urbanas, por meio da linha Pró-Transporte – FGTS; ii) R$ 2 bilhões para empreendimentos de mobilidade urbana constantes no PAC 2; e iii) R$ 3,5 bilhões para esgotamento sanitário. Além disso, o prazo para contratação dos recursos do Programa Caminho da Escola foi estendido e a taxa cobrada foi reduzida em 2%.

Entre os anos de 2011 e 2014, o Governo Federal realizou 11 balanços do PAC 2. Para cada um deles, foi elaborado e publicado na Internet (www.pac.gov.br) um Relatório Nacional por eixos, com a situação dos empreendimentos que compõem a carteira do Programa.

O PAC se estabelece como um instrumento de coordenação horizontal e intersetorial do investimento. Em função do intenso diálogo federativo e da indução que enseja ao setor privado, a execução do programa impacta decisivamente o nível agregado de investimento no País, reforçando deliberadamente a estratégia de desenvolvimento que promove.

Aos investimentos do PAC somam-se as parcerias com o setor privado materializadas por meio das concessões, das quais se destaca o Programa de Investimentos em Logística (PIL). O PIL é um programa de investimentos que se caracteriza pela participação da iniciativa privada em projetos de concessão que ampliem a capacidade de rodovias com duplicação e implantação de melhorias (vias marginais, passarelas, interseções em desnível e contornos). O início da cobrança de pedágio ocorrerá somente após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER). As seis concessões rodoviárias integrantes do PIL correspondem aos lotes das BR-040/DF/GO/MG, BR-050/GO/MG, BR-060/153/262/DF/GO/MG, BR-153/TO/GO, BR-163/MS e BR-163/MT, que tiveram os leilões realizados e contratos assinados. Em 2014, o PIL se consolidou com a prestação de serviços operacionais aos usuários (serviços de socorro médico e mecânico) e o início de obras de duplicação em rodovias concedidas.

Por meio das concessões de trechos ferroviários, pretende-se modernizar e garantir uma logística eficiente, com integração da malha ferroviária, reduzindo custos e ampliando a capacidade de transporte.

Em abril de 2014 foram assinados os contratos de concessão dos aeroportos do Galeão e de Confins e a administração desses aeroportos foi transferida às concessionárias vencedoras das licitações. Previsões iniciais indicam investimentos da ordem de R$ 9,15 bilhões nesses dois aeroportos, sendo R$ 5,65 bilhões no Galeão e R$ 3,5 bilhões em Confins. Com isso, o Galeão deverá aumentar a capacidade de passageiros/ano de 17 milhões para mais de 60 milhões em 2038. Em 2043, o terminal de Confins, por sua vez, terá capacidade para receber mais de 43 milhões de passageiros/ano.

Para a elevação do investimento também foi preciso aperfeiçoar as legislações que regulamentam a forma de operar do Estado. Nesse sentido, foram editados atos estabelecendo regras e procedimentos, dentre os quais se destaca a alteração de regulamentação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), de forma a ampliar a eficiência nas contratações públicas, diminuindo riscos inerentes, e incentivar a inovação tecnológica. O Sistema de Registro de Preços (SRP) passou por modificação de regras para a contratação de serviços terceirizados e por nova definição de regras e procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços pelo órgão licitante. A Instrução Normativa SLTI/MP nº 4/2014, que trata dos procedimentos de contratações de soluções de tecnologia da informação, foi simplificada com maior foco no alinhamento estratégico e no Plano Diretor das entidades.

No que se refere às compras governamentais, a criação da Central de Compras e Contratações do Governo Federal, pelo Decreto nº 8.189, de 21 de janeiro de 2014, possibilitou a gestão estratégica e centralizada de itens necessários ao funcionamento de todos os órgãos de governo, tais como vigilância e limpeza, manutenção predial e frota. Com a atuação da Central, objetiva-se conseguir melhores preços por ganhos de escala, utilizar o poder de compra do Estado para estimular práticas inovadoras, fomentar pequenas e microempresas, além de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento regional. A centralização também permite a padronização e o aperfeiçoamento de procedimentos, promovendo maior eficiência, qualidade, controle e fiscalização das compras públicas.

O Governo Federal mantém uma agenda transversal de projetos e atividades, elaborada no âmbito da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, orientada para melhoria da eficiência e modernização da gestão pública, com foco em prover meios, habilidades e tecnologia para que os diferentes setores do governo possam entregar seus resultados com uso racional dos recursos. A Central de Compras e Contratação é um dos resultados concretos da atuação da referida Câmara.

A continuidade da Agenda de Ações para Modernização e Melhoria da Gestão Pública vem permitindo que órgãos e entidades do Governo Federal melhorem os processos de maior impacto na vida dos cidadãos e das empresas e na competitividade do País. Como resultados da referida Agenda em 2014, destacam-se: i) a implantação do Porto Sem Papel, que simplifica a atracação e liberação de embarcações nos portos públicos e elimina a necessidade de 140 formulários em papel; ii) a modernização da gestão portuária e do comércio exterior com revisão de processos em mais de 20 órgãos, por meio do Programa Portal Único de Comércio Exterior; iii) a desburocratização de abertura e encerramento de empresas, com simplificação de procedimentos e integração de sistemas federais, estaduais e municipais; e iv) modernização da gestão em mais de 30 órgãos, tais como a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), a Infraero, os Correios e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), bem como nos Ministérios da Saúde, da Justiça, dos Transportes e da Cultura.

PLANEJAMENTO E FEDERALISMO: SUPERANDO OS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA COMPARTILHADA

Para executar a estratégia de desenvolvimento em consideração às características singulares do federalismo brasileiro, o Governo Federal tem envidado esforços para estabelecer uma cooperação federativa estruturadora da capacidade do Estado em atender às demandas da população.

A realização de encontros anuais de prefeitos, a organização das atividades do Comitê de Articulação Federativa (CAF), a instituição de Fóruns de Gestores Federais nos Estados, a realização de reuniões do Sistema de Assessoramento Federativo (Sasf) e a articulação com as entidades representativas dos prefeitos foram instrumentos essenciais na produção dos resultados do ano de 2014, a exemplo do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil e do aperfeiçoamento do Portal de Convênios do Governo Federal – SICONV.

O CAF contribuiu para a resolução, entre outros, da desburocratização do processo de transferências voluntárias; do pacto pela mobilidade urbana; para o aumento em 1% no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cuja PEC foi aprovada em novembro de 2014; para alterações favoráveis aos municípios na cobrança do ISS; e para a renegociação da dívida dos entes federativos. Cabe registrar que entre as principais agendas do CAF estão a desburocratização do processo de transferências voluntárias e o pacto pela mobilidade urbana. A atuação nos órgãos ministeriais resultou em avanços no diálogo federativo sobre o acesso aos programas federais, como o PAC, Brasil sem Miséria e Mais Médicos.

O apoio aos entes federativos por meio de acordo de cooperação técnica com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) para a transferência de tecnologia e conhecimento na elaboração de PPAs resultou na integração gradual entre o PPA federal e os PPAs estaduais e municipais. A cooperação com a FNP também oportunizou a aproximação e o diálogo com Consórcios Públicos Intermunicipais Multifinalitários. Foram firmados Termos de Compromisso com 30 Consórcios Públicos Intermunicipais focando na melhoria da gestão dos serviços públicos.

O Portal Federativo (www.portalfederativo.gov.br) consolidou-se como um meio virtual de relacionamento com a oferta de conteúdo de forma clara e acessível sobre os temas da agenda federativa.

A criação do *blog* Diálogos Federativos (*www.dialogosfederativos.gov.br*) apoiou a construção de uma agenda nacional de desenvolvimento sustentável, compromisso firmado na Conferência da ONU sobre o tema.

Cabe destacar eventos importantes que definiram a agenda municipalista para 2014. Entre eles estão a XVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional de Municípios – CNM, a 65ª e a 66ª Reuniões da FNP e o Encontro Nacional de Municípios, promovido pela Associação Brasileira de Municípios – ABM.

Destaca-se ainda o apoio ao fortalecimento da área orçamentária dos governos estaduais por meio de ações de capacitação e transferência de tecnologia. Um dos principais resultados foi a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), sem custos, no governo da Paraíba, permitindo àquele Estado a elaboração da LOA 2014 no sistema, disponível em siop.pb.gov.br.

Há evidências concretas da importância do envolvimento de todos os entes federados na consecução das políticas públicas. Muitas vezes, é justamente nos territórios com estruturas institucionais mais frágeis que o Estado precisa se fazer presente. O Plano Brasil Sem Miséria é um bom exemplo disso, pois representa uma importante inovação na gestão das políticas públicas com intenso diálogo federativo.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL, TRANSPARÊNCIA E SERVIÇOS PÚBLICOS PARA O CIDADÃO

O Governo Federal se pauta pela abertura permanente para o diálogo, debate de ideias e construção de soluções para as demandas da população.

O ano de 2014 foi marcado por avanços importantes no âmbito do compromisso de promover a participação social como método de governo. Entre os avanços, destaca-se a assinatura do Decreto nº 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social – PNPS. Construída a partir de um longo processo de consultas à sociedade, a PNPS estabelece um conjunto de diretrizes relativas às instâncias e mecanismos de diálogo e participação social existentes no Governo Federal, a saber, conselhos, comissões de políticas públicas e fórum interconselhos, conferências, ouvidorias, mesas de diálogos, audiências públicas, consultas públicas e ambientes virtuais de participação. A PNPS orienta os órgãos da Administração Pública a considerar os mecanismos de diálogo, de forma a tornar as políticas públicas mais efetivas e as instâncias de participação mais transparentes, abertas e acessíveis a todos os cidadãos.

Da mesma forma, foi lançado o Compromisso Nacional pela Participação Social. Os entes signatários comprometem-se a publicar planos de ação para ampliar a participação cidadã, com metas para um período de cinco anos. Até outubro de 2014, dez Estados aderiram ao Compromisso. Em 2015, a meta é expandir o Compromisso para novos Estados e promover a mobilização regional para a implementação, monitoramento e avaliação dos planos de ação nacional e locais.

O Portal Participa.br, lançado oficialmente em 2014, firmou-se como um espaço de escuta e diálogo com a sociedade civil. A plataforma, desenvolvida em *software* livre, promoveu práticas inovadoras de participação via Internet e oferta de espaços de manifestação e debate para qualquer cidadão ou organização, permitindo a expressão de opinião e participação na formulação de políticas públicas. Atualmente, o portal tem 3.200 usuários, registrando cerca de 21 milhões de acessos. Já foram realizadas 15 consultas públicas sobre diversas políticas, com destaque para as consultas públicas sobre a minuta do texto da PNPS e sobre os "princípios orientadores da Internet que queremos".

O monitoramento do Plano Plurianual (PPA) aperfeiçoou sua interface com a sociedade por meio do V Fórum Interconselhos e dos relatórios de monitoramento das Agendas Transversais. Atualmente, existem nove Agendas que retratam os objetivos e metas do PPA para segmentos específicos da população. No Fórum, a execução do Plano é apresentada e submetida à crítica da sociedade. Pelo segundo ano consecutivo, a sociedade pôde apresentar contribuições na forma de emendas ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que foram analisadas e respondidas individualmente. Também foi realizada uma audiência pública para apresentar as ferramentas de monitoramento do orçamento federal e receber sugestões às propostas orçamentárias.

O Fórum foi agraciado com a distinção máxima na categoria *Fostering Participation in Public Policy-Making Decisions*, prêmio das Nações Unidas para as melhores práticas em participação social.

A participação social também foi consolidada como princípio no novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil com a aprovação da Lei nº 13.019/2014, que instituiu regras próprias para as parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil. A nova Lei permitirá construir uma nova arquitetura de fomento e colaboração com as organizações da sociedade civil, pois as administrações de todo o País terão a oportunidade de criar sistemas de gestão de parcerias informatizados, capacitar seu corpo técnico e cumprir um conjunto de regras de transparência.

A realização da Arena da Participação Social foi um importante evento voltado à discussão sobre a parceria entre governo e organizações da sociedade civil, sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e com o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. O evento contou com mais de 2.500 participantes, incluindo gestores públicos, membros da iniciativa privada, organizações e cidadãos, convidados e autoridades internacionais e nacionais. Na ocasião, foi realizado o 2º Seminário Internacional do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, além de diversas atividades, painéis e oficinas que contemplavam a temática da Participação Social.

Ainda em relação ao avanço nas políticas sociais, há que se destacar a promulgação da Lei 12.990/2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública Federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Essa Lei representa importante contribuição à promoção da igualdade de oportunidades no País, ainda marcado pela exclusão social ancorada na raça. A política afirmativa visa tornar o perfil racial dos servidores da Administração Pública Federal (30% são negros) mais representativo da composição racial da sociedade brasileira (50,74% são negros). Com essa Lei, espera-se também sensibilizar outros Poderes e entes da Federação, e até mesmo o setor privado, a adotarem institutos semelhantes para o combate à desigualdade racial.

Destaca-se também a aprovação da Lei 12.965/2014, que ficou conhecida como o Marco Civil da Internet, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, bem como estabelece diretrizes para a atuação do Estado nesse tema. Essa Lei disciplina a proteção à privacidade dos usuários e à liberdade de expressão e a preservação e garantia de neutralidade da rede, isto é, institui que todas as informações que trafegam na rede devem ser tratadas da mesma forma, navegando à mesma velocidade. É esse princípio que garante o livre acesso a qualquer tipo de informação na rede, sendo considerado a base da democracia na rede, permitindo assim acesso igualitário de informações a todos, sem quaisquer interferências no tráfego eletrônico.

O trabalho do Governo Federal para promover o desenvolvimento e o bem-estar para a população deve ser emoldurado por um processo transparente de relacionamento com a sociedade. A transparência do setor público vem sendo buscada ativamente, garantida por meio da Lei de Acesso à Informação – LAI, mecanismo a partir do qual já se realizaram 90.167 pedidos de informação em 2014, dos quais 89.362 (99,1% do total) foram tratados e respondidos dentro do prazo

estipulado. A transparência, adotada como regra basilar da gestão pública, tem o poder de mobilizar o controle social sobre as políticas públicas, além de prevenir a corrupção e a ineficiência no âmbito do Estado brasileiro.

Como resultado das escolhas estratégicas e práticas de gestão adotadas pelo governo, está em curso a construção de um Estado com maior responsabilidade social e com características próprias, centrado no desenvolvimento social e econômico sustentáveis, estruturado para garantir a participação da sociedade e orientado para a redução das desigualdades sociais e regionais com valorização do diálogo federativo e voltado para concretizar os comandos constitucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste Relatório, verificou-se que o ano de 2014 – terceiro ano de vigência do PPA 2012–2015 –, foi caracterizado pela continuidade do processo de consolidação do modelo de desenvolvimento inclusivo, que tem promovido avanços importantes para a sociedade brasileira, ao estimular o crescimento econômico em equilíbrio com a distribuição de renda e qualidade de vida da população. As políticas de transferência de renda e de valorização do salário mínimo têm expandido para milhares de brasileiros os benefícios econômicos e sociais do desenvolvimento, propiciando o acesso a um padrão de vida mais digno.

Na dimensão econômica, houve continuidade da estratégia de incentivo ao crescimento com estímulos à ampliação dos investimentos, ao fortalecimento do mercado interno e promoção das exportações, e à redução da vulnerabilidade externa, com preservação da estabilidade macroeconômica. O PAC manteve seu ritmo de execução, com ações finalizadas que somam R$ 796,4 bilhões, o que corresponde a 99,7% do valor global atualizado previsto para ser contratado até 2014, demonstrando mais uma vez ser o principal indutor do investimento no País. Aliado ao PAC, a ampliação das concessões ao setor privado tem dado novo impulso ao setor de infraestrutura, notadamente via Programa de Investimentos em Logística (PIL). No que se refere ao trabalho e emprego, mesmo diante da persistência de um cenário de instabilidade econômica internacional, ainda fruto da crise de 2008, por mais um ano a taxa de desemprego decresceu, enquanto que se registrou expansão, embora pequena em relação aos anos anteriores, no número de postos de trabalho, com mais de 396 mil novos postos formais de trabalho gerados em 2014. Esses dois movimentos, aliados a uma política de valorização do trabalho assalariado, por meio de ganhos reais no salário mínimo, refletem o entendimento de que o trabalhador é o maior gerador da riqueza de um país, bem como a importância da melhoria da renda familiar como variável de inclusão no padrão de desenvolvimento que está em curso há mais de uma década.

Os ganhos em renda e a distribuição mais igualitária da riqueza refletem na dimensão social na forma de maior acesso a bens e serviços públicos, o que impõe ao Estado, notadamente em sua vertente reguladora, que mobilize e organize a oferta com o padrão de qualidade esperado pelo cidadão. Sob essa premissa, constatou-se em 2014 a continuidade das ações que promovam a igualdade de oportunidades a todos os brasileiros, como no acesso ao mercado de trabalho e a serviços de saúde e educação. Programas como Pronatec, Mais Médicos e Ciência sem Fronteiras são exemplos desse esforço constante de aperfeiçoamento da ação estatal.

A estratégia de desenvolvimento também foi marcada, em 2014, pela continuidade de ações em prol da sustentabilidade ambiental e da promoção do desenvolvimento regional como aspectos transversais a serem considerados pelo conjunto das políticas públicas. Resultado dessas ações se mostra na queda do desmatamento na Amazônia observada desde 2005 e que em 2014 apresentou decréscimo de 18% em relação à observada no ano anterior.

Da mesma forma, deu-se prosseguimento ao aperfeiçoamento da inserção

internacional soberana, notadamente na busca do fortalecimento de um bloco sul-americano, com esforços para a redução das assimetrias regionais, e o estímulo à maior independência tecnológica da indústria nacional de defesa, fazendo uso de acordos que têm na transferência de tecnologia requisito indispensável, como a aquisição dos caças suecos Gripen NG, cujo contrato de compra foi assinado em 2014.

O fortalecimento da capacidade do Estado de prestar serviços públicos adequados às necessidades sociais é essencial para o sucesso da estratégia de desenvolvimento. Para isso, o Estado deve ser capaz de inovar em sua atuação e ser hábil para adaptar suas estruturas e regramentos, produzindo arranjos institucionais e modelos de planejamento, gestão e execução capazes de compreender e atender tanto a um projeto nacional quanto às diversas realidades regionais. O regime de concessões, cujo sucesso se observou no bom desempenho operacional dos aeroportos durante a Copa do Mundo de Futebol, e a alteração de regulamentação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), de forma a ampliar a eficiência nas contratações públicas, diminuindo riscos inerentes, e incentivar a inovação tecnológica, são exemplos que representam o constante esforço de melhoria empreendido pelo Estado em suas estruturas e normativos para atender de forma cada vez mais ágil e adequada às demandas da sociedade.

Essas questões ganham concretude nos 65 Programas Temáticos que compõem o PPA 2012–2015, cuja evolução ao longo deste terceiro ano de vigência do plano pode ser verificada no Volume 2 deste Relatório, que apresenta a situação, por programa, dos indicadores, objetivos e metas, com a respectiva execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às iniciativas.

Além dos Programas Temáticos, que orientam e expressam as ações governamentais de entregas de bens e serviços à sociedade, o próximo Volume também apresenta a execução orçamentária e financeira, em 2014, dos programas de gestão, manutenção e apoio ao Estado. Assim, ao lado do detalhamento das políticas finalísticas do Governo Federal, quantificam-se as ações de apoio governamental expressas nos programas de gestão. A tabela a seguir resume a execução orçamentária do PPA 2012–2015, no exercício 2014.

TABELA 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO PPA 2012–2015, EM 2014 (VALORES EM R$ BILHÕES)

PROGRAMAS	AUTORIZADO*	EXECUTADO**
Programas Temáticos	**912,0**	**780,2**
Políticas Sociais	684,7	629,4
Políticas de Infraestrutura	157,5	120,1
Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental	42,3	20,3
Política de Soberania, Manutenção e Serviço ao Estado	27,6	10,3
Programas de Gestão, Manuntenção e Serviços ao Estado	**264,1**	**251,1**
Total	1.176,1	1.031,3

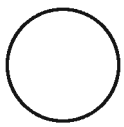
* LOA + Créditos adicionais
** Liquidado dos Orçamentos Fiscal e Seguridade + Pago do Orçamento de Investimento
Fonte: SIOP/MP
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Verifica-se que, em 2014, a execução orçamentária do Plano, considerando-se recursos autorizados pela Lei Orçamentária (LOA) e créditos adicionais, alcançou R$1.031 bilhões, o que representa 87,7% do total autorizado. Os programas temáticos responderam por 75,7% da execução total, somando R$ 780,2 bilhões, enquanto o conjunto dos programas de gestão representou 24,3% (R$ 251,1 bilhões) do total orçamentário executado pelo Plano. Em linha com a estratégia inclusiva de desenvolvimento apresentada neste Volume do Relatório, sobressai a escala dos recursos orçamentários executados no âmbito dos programas sociais, em 2014: R$629,4 bilhões ou 61% do executado pelo PPA.

A materialização das políticas públicas que integram o PPA 2012–2015 conta ainda com recursos extraorçamentários originários de fundos públicos, recursos próprios de empresas estatais, depósitos compulsórios, crédito direcionado, entre outros, o que evidencia a amplitude do Plano e da pactuação social a ele subjacente. Nesse sentido, destaque-se, em 2014: a importância dos desembolsos do BNDES, de R$ 187,8 bilhões, para o financiamento das micro e pequenas empresas, do investimento e da infraestrutura no País; a relevância dos R$156,1 bilhões do crédito rural aplicado na agricultura empresarial (dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Plano Safra 2014/2015); a contratação de R$ 112,9 bilhões de operações de crédito imobiliário com recursos da caderneta de poupança (Abecip e BCB); a crescente importância do financiamento subsidiado à habitação popular, decorrente da entrega de mais de 2 milhÕES de moradias no âmbito da segunda etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida (11º Balanço do PAC 2); a centralidade dos R$ 24,1 bilhões em empréstimos para agricultores familiares (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário); e a atuação do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia para a redução das desigualdades regionais.

OPPA, dessa forma, consiste em instrumento amplo e dinâmico de planejamento, que estabelece conexões entre as dimensões estratégica, tática e operacional, integrando o planejamento ao orçamento, à gestão e ao desenvolvimento do País.

ANOTAÇÕES



Secretaria de
Planejamento e Investimentos Estratégicos

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA
2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II

PROGRAMAS TEMÁTICOS

Tomo I - Programas Sociais

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II

PROGRAMAS TEMÁTICOS

Tomo I - Programas Sociais

Brasília - DF
2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTROS:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União
Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Kátia Regina de Abreu

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado da Cultura
Juca Ferreira

Ministro de Estado da Defesa
Jacques Wagner

Ministro de Estado da Educação
Renato Janine Ribeiro

Ministro de Estado da Fazenda
Joaquim Levy

Ministro de Estado da Integração Nacional – Interino
Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Helder Barbalho

Ministro de Estado da Previdência Social
Carlos Eduardo Gabas

Ministro de Estado da Saúde
Ademar Arthur Chioro dos Reis

Ministro de Estado das Cidades
Gilberto Kassab

Ministro de Estado das Comunicações
Ricardo Berzoini

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministro de Estado de Minas e Energia
Carlos Eduardo de Souza Braga

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias de Sousa

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Armando Monteiro Neto

Ministro de Estado do Esporte
George Hilton dos Santos Cecílio

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Henrique Eduardo Lyra Alves

Ministro de Estado dos Transportes
Antônio Carlos Rodrigues

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Interino
Roberto Mangabeira Unger

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Eliseu Padilha

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Edinho Araújo

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Edinho Silva

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Miguel Rosseto

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

CC-BY-NC Creative Commons 2015 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são:
http://www.planejamento.gov.br,
http://bibspi.planejamento.gov.br e
http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br.

Impresso no Brasil.

Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Gilson Alceu Bittencourt

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

André Arantes Luciano

Bráulio Santiago Cerqueira

Débora Nogueira Beserra

Jorge Abrahão de Castro

Rodolfo Osorio de Oliveira

Projeto gráfico

Roberto Tavares Walkowicz

Jucildo Augusto da Silva Lima

B823r

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015: ano-base 2014 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos. -- Brasília: MP, 2015.
2v.: il.

Conteúdo: v.1 – Dimensão estratégica v.2 – Programas Temáticos
1. Plano Plurianual - avaliação 2. Políticas Públicas I. Título

CDU 338.26"2012/2015"(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL 9

INTRODUÇÃO 11

PROGRAMAS SOCIAIS 13

2061 - PREVIDÊNCIA SOCIAL 15

2071 - TRABALHO, EMPREGO E RENDA 34

2015 - APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) 51

2037 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) 101

2019 - BOLSA FAMÍLIA 124

2069 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 136

2060 - COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS DE CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS 170

2070 - SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA 185

2020 - CIDADANIA E JUSTIÇA 281

2064 - PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS 349

2062 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 371

2044 - AUTONOMIA E EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE 405

2016 - POLÍTICA PARA AS MULHERES: PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA 439

2034 - ENFRENTAMENTO AO RACISMO E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL 500

2063 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 525

2065 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS 539

2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA 592

2031 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 615

2032 - EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO 623

2027 - CULTURA: PRESERVAÇÃO, PROMOÇÃO E ACESSO 635

2035 - ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS 677

ANEXO - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS 695

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012 – 2015**, ano-base 2014, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012–2015, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Com o objetivo de facilitar a leitura, este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA (Volume I) compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende a Avaliação dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2014. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I – Programas Sociais; II – Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV – Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nelas retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas ainda neste último ano de implementação do PPA 2012–2015, bem como extrair aprendizados que orientem a elaboração e implementação do PPA 2016–2019.

Boa leitura!

Nelson Barbosa
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente volume (Volume II) do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano-base 2014, é dedicado à avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 4 tomos:

TOMO I - Programas Sociais;

TOMO II - Programas de Infraestrutura;

TOMO III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental;

TOMO IV - Programas de Soberania, Território e Gestão.

A avaliação anual dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 alinha-se ao processo de monitoramento centrado nos principais atributos do Plano. Como atividade contínua, o monitoramento temático aprimora o entendimento sobre o estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA, contribuindo para a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Desse modo, a gestão do Plano é exercício ativo de melhoria da atuação governamental.

Por outro lado, ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão do Plano, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, primordial para viabilizar a participação social no seu monitoramento.

Ao explicitar as principais realizações dos programas, esta parte do Relatório de Avaliação fornece os fundamentos para os resultados apresentados na avaliação da dimensão estratégica (Volume I do Relatório de Avaliação), uma vez que o conjunto dos programas temáticos – e das políticas públicas que eles incluem – é a expressão concreta da ação do Governo Federal que traduz de maneira operacional o modelo de desenvolvimento em curso no país.

Da mesma forma, o conjunto de informações disponibilizado neste documento enseja reflexões acerca dos desafios da operação do Estado, principalmente no que se refere à articulação e cooperação interinstitucional e ao fortalecimento do diálogo federativo. Essas questões são pontos estruturantes do modelo de planejamento que se adotou a partir das inovações introduzidas pelo PPA 2012-2015, com o fortalecimento do seu componente estratégico, participativo e territorial.

Para cada Programa Temático, apresenta-se a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira de todas as ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. Com a análise situacional de cada Objetivo e Meta, o Governo promove a transparência do conjunto de ações realizadas e previstas no âmbito do PPA para alcançar os resultados almejados pela sociedade brasileira. Assim, espera-se qualificar ainda mais o diálogo do Governo Federal com a sociedade, Congresso Nacional e demais entes federados na construção de um País com mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação.

Boa leitura!

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II - PROGRAMAS TEMÁTICOS

TOMO I - PROGRAMAS SOCIAIS

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Equilíbrio Atuarial do(s) Plano(s) de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social da União em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-26,72	31/03/2014	-21,59
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e Distrito Federal em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-33,16	02/01/2015	-53,16
Equilíbrio Atuarial dos Planos de Previdência dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-7,44	02/01/2015	-10,54
Índice de Cobertura da Previdência Complementar	%	31/12/2012	43,46	20/01/2015	41,91
Índice de Resolutividade (IRES)	%	31/01/2011	52,26	10/01/2015	61,94
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	1,21	16/04/2015	1,07
Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,17	31/01/2014	1
Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	16,35	16/04/2015	12,75
Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2010	1,4	23/01/2015	3,6
Taxa de cobertura previdenciária	%	31/12/2009	67	30/09/2013	72,5
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2010	3,23	20/01/2015	2,42
Taxa do Resultado Operacional do Regime Próprio de Previdência da União (servidores civis), em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-0,84	23/01/2015	-0,8
Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Estados e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	-0,59	23/01/2015	-0,98
Taxa do Resultado Operacional dos Regimes Próprios de Previdência nos Municípios, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2011	0,31	23/01/2015	0,21
Tempo Médio de Concessão (TMC)	dia	31/01/2011	26	31/12/2014	33
Tempo Médio de Espera da Perícia Médica Agendada (TMEA-PM)	dia	31/01/2011	19	10/01/2015	38

Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado (TMEA)	dia	31/01/2011	19	10/01/2015	31

OBJETIVO: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Previdência Social - MPS, em relação ao Regime Geral, vem tomando diversas ações visando à ampliação da cobertura previdenciária, em especial o plano simplificado, o microempreendedor individual e o segurado facultativo de baixa renda. A principal medida mais recente foi a edição da Lei n° 12.470 2011, que reduziu a alíquota de contribuição do Micro Empreendedor Individual - MEI de 11% para 5% do salário mínimo e instituiu a mesma alíquota para os segurados facultativos de baixa renda que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência. O bom desempenho recente do mercado de trabalho favoreceu a ampliação da cobertura previdenciária. O MPS buscou ainda ampliar a cobertura apoiando o projeto de redução da informalidade por meio do diálogo social, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. De forma complementar, o MPS publicou nos últimos dois anos diversos estudos sobre o perfil de seus segurados com o objetivo de subsidiar os projetos de inclusão previdenciária conduzidos pelo Ministério. Esse esforço foi importante para se conhecer as características do segurado da área rural, dos segurados de baixa renda e dos contribuintes individuais, conhecidos como trabalhadores autônomos. Inclusive as campanhas publicitárias executadas pelo MPS basearam-se também nessas pesquisas.

Com relação aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o Ministério da Previdência Social vem adotando providências com o objetivo de conhecer o perfil dos trabalhadores dos Regimes Próprios, por meio da unificação do cadastro dos servidores públicos brasileiros. A implantação do Cadastro Nacional de Informações Sociais do RPPS - CNIS/RPPS permitirá a formação de banco de dados dos servidores públicos em âmbito nacional, abrindo caminho para viabilizar o cumprimento do art. 3º da Lei n° 10.887, de 2004, que trata da instituição de um sistema integrado de dados da União e demais entes federados relativos às remunerações, proventos e pensões pagos aos respectivos servidores e militares, ativos e inativos, e pensionistas, e possibilitará a operação da compensação financeira entre os RPPS, prevista no art. 8º da Lei nº 9.796, de 1999.

Com relação à Previdência Complementar, os órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas e pela supervisão do Regime Fechado de Previdência Complementar – RPC têm trabalhado de forma a atender a diretriz governamental de promoção de ações de inclusão e permanência de participantes no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária, com o objetivo de assegurar e ampliar a proteção social ao trabalhador no futuro.

Em 2013, foram desenvolvidas ações para viabilizar estudo técnico sobre o Regime de Previdência Complementar com o objetivo de conhecer o perfil do cidadão. Entre essas ações destaca-se: pesquisa e tabulação de dados para avaliar o nível de conhecimento financeiro e previdenciário de empregados de empresas patrocinadoras participantes de planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC. O MPS promoveu, também, ações que contribuem com a Educação Previdenciária mediante a promoção de seminários com o tema "Previdência Complementar: o que você precisa saber", em parceria com o Poder Judiciário, para abordar temas e conceitos relativos ao Regime de Previdência Complementar, em especial no âmbito das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com o objetivo de divulgar os conceitos aplicáveis ao segmento aos magistrados e servidores do Poder Judiciário, de

modo a facilitar a compreensão do RPC, tornar mais clara a distinção existente entre EFPC e as Entidades Abertas de Previdência Complementar - EAPC e debater questões jurídicas. Houve, também, o seminário sobre Governança Corporativa nas EFPC em parceria com a Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência

Complementar (Abrapp). Foi elaborada a Coletânea de Normas – Versão 2013 com objetivo de divulgar a legislação relativa ao RPC, conscientizar a população em geral quanto aos benefícios da manutenção de um plano de previdência complementar e facilitar o acesso às normas aplicáveis ao Regime de Previdência Complementar. Foram promovidas também ações de educação previdenciária com oferta de curso, na modalidade Ensino à Distância – EAD, em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, contendo os principais conceitos relativos ao RPC. A primeira turma do curso à distância "Noções Básicas em Previdência Complementar", em 2012, teve o total de 490 alunos capacitados. Em 2013, houve a abertura de uma segunda turma, disponibilizando 500 vagas, dos quais 493 alunos concluíram o curso. Para atender a demanda excedente foram abertas outras duas turmas, capacitando mais 2.154 alunos, atingindo um total de 3.137 inscritos capacitados. Foram disponibilizadas, ainda, 1.000 inscrições para servidores do INSS, que totalizaram 4.137 cidadãos, que receberam informações e esclarecimentos sobre os diversos aspectos do RPC, sobre os planos de benefícios que são administrados pelos fundos de pensão e, também, sobre as vantagens oferecidas aos participantes e a toda sociedade. Houve também a realização de parceria com o Ministério do Planejamento - MP no sentido de promover palestras de informações e esclarecimentos sobre o RPC, centralizadas em sete polos (Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Manaus) para os gestores de recursos humanos dos entes da administração pública do Poder Executivo de todos os Estados da Federação, em face da entrada em funcionamento da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe. Ainda em 2013, o MPS realizou apresentação sobre temas e conceitos relativos ao Regime de Previdência Complementar para a Escola de Magistratura do Estado do Paraná, mediante parceria com a Abrapp, e realizou o II Seminário sobre Governança Coorporativa nas EFPC.

No exercício de 2014, o MPS deu continuidade ao estudo técnico sobre o RPC, com o foco em aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho. Além do conhecimento do perfil, a pesquisa permite realizar diagnóstico acerca do nível de conhecimento financeiro e previdenciário dos participantes de fundo de pensão. O MPS continuou promovendo a oferta do Curso “Noções Básicas em Previdência Complementar”, na modalidade de Cursos à Distância - EAD, em parceria com INSS, que disponibilizou a sua plataforma eletrônica de ensino. Assim, a oferta do curso que foi iniciado em 2012 totalizou, até dezembro de 2014, 5.861 cidadãos que tiveram acesso às informações e esclarecimentos sobre os diversos aspectos do RPC, sobre os planos de benefícios administrados pelos fundos de pensão e, também, sobre as vantagens oferecidas aos participantes e a toda sociedade. Foi dada também continuidade à parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM a fim de realizar eventos para a promoção de debates sobre temas e conceitos relativos ao RPC, em especial no âmbito das EFPC, promovendo a disseminação dos mecanismos do RPC aos magistrados. Iniciou-se a elaboração de material informativo específico para potenciais participantes, patrocinadores e instituidores, com o objetivo de divulgar e desenvolver ações que possibilitem o conhecimento do RPC e dos benefícios advindos de uma poupança previdenciária de longo prazo. O material informativo “Previdência Complementar – A construção de um futuro melhor” foi publicado em dezembro de 2014 e disponibilizado, também, no sitio da Previdência Social. Foram realizadas, ainda, ações para a elaboração da Coletânea de Normas, edição 2014, relativas ao RPC, que foi concluída com a atualização da publicação “Fundos de Pensão - Coletânea de Normas” incluindo as alterações legais-normativas do RPC até dezembro de 2014. O MPS realizou o 3° Seminário “A Integração dos Órgãos Estatutários na Governança” na cidade de Porto Alegre, em setembro de 2014.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura previdenciária das mulheres trabalhadoras, de 64,5% em 2009, para 75%**

Análise Situacional da Meta

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2013, a cobertura previdenciária das mulheres ocupadas no Brasil, na faixa etária de 16 a 59 anos, estava em 72,3%, representando um expressivo aumento em relação ao grau de proteção observado em 2011 (69,6%). O bom desempenho do mercado de trabalho nos últimos anos, associado a políticas de inclusão previdenciária como o Microempreendedor Individual - MEI e a modalidade de segurados facultativos de baixa renda, sendo essa última composta de forma majoritária por mulheres, contribuíram para esse acréscimo. Ressalta-se que, em 2013, o total de segurados facultativos de baixa renda com pelo menos uma contribuição no ano apresentou um crescimento de 22,9% em relação ao ano anterior, chegando a 592 mil, sendo que a grande maioria são mulheres (97% do total). Houve, também, diminuição da desigualdade de gênero em relação à proteção previdenciária, fruto da melhoria da inserção feminina no mercado de trabalho - a diferença de cobertura previdenciária entre homens e mulheres, que era de 4,3 pontos percentuais, em 2009, foi reduzida para 0,4 pontos percentuais, em 2013.

Quantidade alcançada

72,3

Data de Referência

30/09/2013

- **Ampliar o índice de cobertura previdenciária para 77%**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Previdência Social, em relação ao Regime Geral, vem adotando diversas medidas visando à ampliação a cobertura previdenciária, em especial ampliando esforços na divulgação do plano simplificado voltado para trabalhadores de baixa-renda, das vantagens de se formalizar como MEI e a possiblidade da inscrição como segurado facultativo de baixa renda. Como colocado anteriormente, o bom desempenho recente do mercado de trabalho também tem favorecido a ampliação da cobertura previdenciária. O Ministério da Previdência Social, também buscou ampliar a cobertura por meio do apoio ao projeto de redução da informalidade por meio do diálogo social, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE.

Segundo a PNAD de 2013, havia cerca de 64 milhões de trabalhadores ocupados na faixa de 16 a 59 anos com cobertura previdenciária, o que significava uma cobertura previdenciária de 72,5%. Ou seja, em cada dez trabalhadores, sete estavam protegidos. A cobertura previdenciária vem expandindo-se continuamente, principalmente a partir de 2004, quando estava no patamar de 62,5%. Portanto, no período de 2004 a 2012, houve um acréscimo da cobertura previdenciária de dez pontos percentuais.

Quantidade alcançada

72,5

Data de Referência

30/09/2013

- **Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar**

Análise Situacional da Meta

Os órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas e pela supervisão do regime fechado de previdência complementar têm trabalhado de forma a atender a diretriz governamental de ampliação da cobertura previdenciária, com objetivo de assegurar a proteção social ao trabalhador no futuro, sempre ancorado no objetivo estratégico da promoção de políticas de sustentabilidade de todo o sistema previdenciário nacional. No primeiro semestre de 2013, com o funcionamento da Fundação de Previdência do Servidor Público Federal - Funpresp houve a entrada de novos participantes no regime fechado de previdência complementar.

Foi estabelecida como meta para o quadriênio 2012-2015, a regulamentação da previdência complementar para o servidor público, o que ocorreu ainda em 2012, com a instituição do regime de previdência complementar para os

servidores públicos federais. A Lei nº 12.618, de 30/04/2012, autorizou a criação de três Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, denominadas Fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário (Funpresp-Exe, Funpresp- Leg e Funpresp-Jud, respectivamente). Com a publicação do Decreto n° 7.808, de 20/09/2012, foi criada a Fundação de Previdência

Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), e foi estabelecida a possibilidade do Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União – na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios – celebrarem convênios de adesão com a Funpresp-Exe.

Em dezembro de 2011, o total de participantes e assistidos das EFPC era da ordem de 3,02 milhões e em dezembro de 2013 esta quantidade passou à ordem de 3,14 milhões (fonte: PREVIC, Relatório SPPC - 7 - Participantes por Modalidade SPPC - EFPC).

O MPS promoveu estudo técnico por meio da contratação, em 2012, de empresa especializada voltada ao fomento do Regime de Previdência Complementar - RPC, com a finalidade de fornecer subsídios que permitam a formulação de políticas de fomento para o RPC e avaliação de possíveis ações visando à sua expansão. A empresa contratada concluiu os trabalhos e entregou os produtos em 2013. A contratação da empresa incluiu a realização de ampla pesquisa de opinião com empresas e entidades de classe, atuais ou potenciais patrocinadoras e instituidoras de planos de benefícios previdenciários administrados por EFPCs e patrocinadores de entidades abertas. Além da citada pesquisa, o contrato incluía a realização de estudo sobre a previdência complementar de dez países: Austrália, Bélgica, Estados Unidos, Holanda, Itália, Japão, Nova Zelândia, Reino Unido, Suécia e Suíça. Ainda, foi objeto do contrato o “Diagnóstico dos principais fatores que dificultam o crescimento do Regime de Previdência Complementar no Brasil”, e o estudo sobre “Novas Medidas e produtos que contribuam para a expansão do segmento de entidades fechadas”. No primeiro semestre de 2014, a Secretaria de Políticas de Previdência Complementar - SPPC iniciou a elaboração de "Estudo dos Principais Entraves e Desafios do RPC", com a finalidade de identificar os principais obstáculos enfrentados pelo RPC que têm dificultado a ampliação da cobertura e o aumento no número de adesões. Este estudo foi concluído em 2014. Ainda voltado ao fomento do RPC, foram desenvolvidas outras ações em 2014, com destaque para: a elaboração de análise comparativa entre as principais características do novo modelo de previdência complementar dos servidores da União (dirigido pela Funpresp-Exe) e os modelos do regime de previdência que vêm sendo implantados nos Estados; a promoção do acompanhamento dos projetos de lei em apreciação referentes à instituição do regime de previdência complementar nos estados e municípios; e a oferta de apoio técnico e esclarecimentos acerca das peculiaridades do RPC, sobre o funcionamento das EFPC e sobre os planos de benefícios, aos entes federativos que avaliam a possibilidade de instituição de regime de previdência complementar.

O número de participantes das EFPCs, que é composto pela quantidade de participantes ativos, assistidos aposentados e assistidos beneficiários de pensão, era da ordem de 3,14 milhões, em dezembro de 2013, e, em junho de 2014, passou a 3,22 milhões (Fonte: PREVIC, Relatório SPPC – extração realizada em 20/01/2015), correspondendo a um aumento da ordem de 2,42%.

- **Ampliar para 3 milhões o número de microempreendedores individuais formalizados**

Análise Situacional da Meta

O Microempreendedores Individual - MEI alcançou, em dezembro de 2014, a marca de 4.653.080 trabalhadores inscritos no programa, denotando a expressiva adesão e impacto muito positivo sobre a formalização. Em dezembro de 2010, o total de inscritos era de cerca de 770 mil, sinalizando um crescimento de cerca de 3,9 milhões no período de

2011 a 2014. Isso se deve à ampla divulgação da modalidade pelos variados meios de comunicação, e às parcerias entre governos federal, estadual e municipal, bem como com atores chave, como a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, o Ministério da Previdência Social, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae e o SIMPLES Nacional, entre outros, que possibilitaram a inclusão no sistema de previdência de milhões de trabalhadores antes desprotegidos.

Quantidade alcançada

4.659.080

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

A clientela da Previdência Social busca a resolução de suas demandas, de forma célere, em Agências da Previdência Social - APS estruturadas para o atendimento de excelência, que possuem servidores qualificados na prestação dos serviços. Com foco na melhoria da qualidade dos serviços previdenciários, no ano de 2009 o INSS iniciou a execução do Plano de Expansão da Rede de Atendimento - PEX, objetivando a construção de 720 novas APS em municípios com mais de 20 mil habitantes.

Quanto ao reconhecimento do direito, o INSS encontra-se em fase de transição dos sistemas corporativos, e vêm empreendendo esforços de gestão para evitar contratempos, lentidão e instabilidades nos sistemas que impactam no desempenho das Unidades e podem afetar os resultados de alguns indicadores. Esses esforços vão desde a migração da ferramenta de agendamento dos serviços previdenciários para o Sistema de Agendamento-SISAGE, no final de 2013, à conscientização dos gestores acerca das melhorias possibilitadas pelo novo sistema, que vem sendo intensificada, principalmente no que tange à melhoria do tempo de espera e distribuição dos atendimentos. Ainda assim, ocorreram situações que interferiram negativamente no resultado, como a indisponibilidade de sistemas (o que impossibilita o atendimento) e a quantidade de eventualidades (dias não úteis durante a Copa do Mundo), que totalizaram 32 dias com atendimento impactado de forma parcial ou total no Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado – TMEA.

Nesse contexto, oportuno registrar que os principais desafios enfrentados foram: i) protocolização dos requerimentos referentes à Lei Complementar nº 142, de 2013, inclusive com o agendamento para as avaliações médicas e da assistência social; ii) exigência de declaração ou procuração para o emitente de todos os Perfis Profissiográficos Previdenciários - PPP apresentados; iii) alteração legislativa ou normativa para atendimento dos pedidos de salário maternidade formulados por substitutos; e iv) ocorrência de instabilidade nos sistemas de concessão de benefícios, fato que impactou significativamente o atendimento na recepção dos requerimentos de benefícios.

Metas 2012-2015

- **Adequar 80% da rede de atendimento**

  Análise Situacional da Meta

  O Acórdão n° 2.170, de 2012, do Tribunal de Contas da União – TCU apontou carências nas condições de acesso de pessoas com deficiência a prédios e serviços públicos federais. Nesse contexto, no exercício de 2014 foram concluídas adequações em 42 unidades, destas 31 propiciaram melhorias nas condições de acessibilidade. Com esse quantitativo, obteve-se o percentual acumulado aproximado de 73% de Unidades adequadas. O percentual alcançado foi satisfatório, visto que houve apenas a diferença de 1%, considerando a meta de 74% para exercício. Para 2015, o objetivo é atingir

84% de APS adequadas na questão relacionada à acessibilidade.

Quantidade alcançada

73

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 604 novas unidades de atendimento do Plano de Expansão**

Análise Situacional da Meta

O INSS, no âmbito do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento – PEX, tem empenhado esforços no sentido de expandir e consolidar sua presença, por meio de Agências da Previdência Social, em municípios com mais de 20 mil habitantes.

Desde 2009, já foram inauguradas 359 novas APS, sendo que entre 2012 e 2014 foram inauguradas 244 Agências (118, em 2012; 75 em 2013; e 51 em 2014). Quanto à distribuição das 51 novas Unidades inauguradas em 2014: 18 estavam localizadas na Superintendência Nordeste, para onde está prevista a construção de quase metade das Agências do projeto; oito na Superintendência Norte/Centro-Oeste; 14 na Superintendência Sudeste I, que abrange o estado de São Paulo; duas na Superintendência Sudeste II, que abrange Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro; e nove na Superintendência Sul. Atualmente, estão em fase de construção 110 unidades.

Em 2014, foi concluída a adequação do escopo do Projeto e do Plano de Trabalho, redefinindo seu prazo de execução, tendo sido atualizado o Roteiro de Implantação das Unidades do PEX, que definiu os responsáveis e os prazos para cada uma das etapas envolvidas na instalação das Agências. Foi criado também o Sumário Executivo do PEX, com o objetivo de disponibilizar aos gestores informações estruturadas e atualizadas sobre o andamento do Projeto.

As restrições enfrentadas na execução do projeto em 2013 foram superadas no decorrer de 2014. A realização dos Pregões Eletrônicos visando à aquisição de mobiliário e equipamentos de informática, ocorrida em 2013, possibilitou a contratação de tais insumos, essenciais para a inauguração das novas Unidades, as quais estão sendo efetuadas de acordo com a disponibilidade orçamentária.

Quantidade alcançada

244

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	299	unidade	131	31/12/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	119	unidade	39	31/12/2014
Superintendência Sudeste I	71	unidade	29	31/12/2014
Superintendência Sudeste II	52	unidade	23	31/12/2014
Superintendência Sul	63	unidade	22	31/12/2014

- **Reduzir o tempo médio de concessão de benefícios para 15 dias**

Análise Situacional da Meta

O indicador do Tempo Médio de Concessão – TMC iniciou o exercício de 2014 com resultado igual a 31 dias e finalizou o ano com 33 dias. Ressaltamos que esse indicador vem sendo tratado como informação gerencial no painel de Desempenho da Instituição, ou seja, não foram pactuadas metas de atingimento, uma vez que se optou em tratar um novo indicador: o Tempo Médio de Decisão - TMD (concessões + indeferimentos).

O motivo da oscilação do TMC, além da transição dos sistemas corporativos que afetaram o desempenho das unidades,

está relacionado às espécies de benefícios que dependem de avaliação de exposição a agentes nocivos (atividade especial) e nos casos de avaliação social e médica, quando da avaliação da deficiência para fins de benefícios de que trata a Lei Complementar nº 142, de 2013. Esses requerimentos dependem de duas agendas distintas: primeiro ocorre a avaliação social e depois a avaliação do perito médico. Somente após essas duas análises é que o benefício poderá ser concluído pelo servidor administrativo.

Quantidade alcançada

33

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	13	unidade	27	31/12/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	15	unidade	28	31/12/2014
Superintendência Sudeste I	16	unidade	28	31/12/2014
Superintendência Sudeste II	14	unidade	26	31/12/2014
Superintendência Sul	18	unidade	27	31/12/2014

- **Reduzir o tempo médio do atendimento agendado da perícia médica para 15 dias**

Análise Situacional da Meta

O Tempo Médio do Atendimento Agendado da Perícia Médica - TMEA PM passou de 25 dias, em janeiro/2014, para 38, em dezembro/2014. A melhor média alcançada em 2014 foi em setembro, quando o índice alcançou 22 dias. No sentido de melhorar o TMEA PM foram realizadas as seguintes ações: i) monitoramento semanal do indicador, propondo ações gerenciais e orientações com foco nos locais com resultado superior a 30 dias, deslocando peritos médicos para atendimento em outras localidades e remoções na modalidade ex officio de servidores para as Gerências Executivas com os piores resultados no indicador; cumprimento de Ações Civis Públicas por meio da publicação de normativas, para recepção administrativa e credenciamento em Londrina - PR, Imperatriz - MA e Estados de Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; ii) publicação de norma que estabelece as diretrizes para avaliação dos benefícios por incapacidade de longa duração, realizada por equipe multiprofissional.

Em 2014 houve uma redução do número de peritos médicos em decorrência de aposentadorias e exonerações. No início do ano de 2014 havia 4.810 peritos médicos e no final do ano eram 4.577 peritos médicos. Acrescente-se a nova demanda da Aposentadoria Especial da Pessoa com Deficiência, estabelecida pela Lei Complementar nº 142, de 2013. Atualmente, há 456 Agências da Previdência Social sem perito médico, nas quais o atendimento é feito mediante deslocamento. A maior concentração de unidades com essa carência está nas Regiões Nordeste e Norte/Centro-Oeste

Para 2015, prevê-se a celebração de Termos e Acordos de Cooperação Técnica para realização de perícias médicas; a realização de piloto do Novo Modelo de Avaliação da Capacidade Laboral; e o início das atividades de avaliação dos benefícios por incapacidade de longa duração por equipes multiprofissionais.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	7	unidade	38	31/12/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	10	unidade	33	31/12/2014
Superintendência Sudeste I	10	unidade	25	31/12/2014
Superintendência Sudeste II	8	unidade	24	31/12/2014

Superintendência Sul	14	unidade	30	31/12/2014

- **Reduzir o tempo médio do atendimento agendado para 15 dias**

Análise Situacional da Meta

Desde o final do ano de 2013, quando foi iniciada a migração da ferramenta de agendamento dos serviços previdenciários para o Sistema de Agendamento-SISAGE, o INSS tem trabalhado massiva e incansavelmente na conscientização dos gestores acerca dos progressos disponíveis com o novo sistema, focando na melhoria do tempo de espera e da distribuição dos atendimentos. Entretanto, ocorreram diversas situações que impactaram negativamente no

resultado, entre as quais a indisponibilidade de sistemas (o que impossibilita o atendimento) e a quantidade de eventualidades (dias não úteis durante a Copa do Mundo), que totalizaram 32 dias com atendimento impactado de forma parcial ou total. Assim sendo, o Tempo Médio de Espera do Atendimento Agendado - TMEA foi de 19 dias, em janeiro/2014, para 31dias, em dezembro/2014.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Superintendência Nordeste	19	unidade	17	31/12/2014
Superintendência Norte/Centro-Oeste	18	unidade	23	31/12/2014
Superintendência Sudeste I	8	unidade	26	31/12/2014
Superintendência Sudeste II	14	unidade	19	31/12/2014
Superintendência Sul	20	unidade	20	31/12/2014

- **Ter 65% dos benefícios decididos na mesma data de entrada**

Análise Situacional da Meta

O ano de 2014 foi permeado por desafios que, apesar da difícil transposição, fortaleceram as medidas de gestão adotadas e não impediram o êxito das metas estipuladas. Os principais pontos enfrentados foram: i) protocolização dos requerimentos referentes à Lei Complementar nº 142, de 2013, inclusive com o agendamento para as avaliações médicas e da assistência social; ii) exigência de declaração ou procuração para o emitente de todos os Perfis Profissiográfico Previdenciário - PPP apresentados; iii) alteração legislativa ou normativa para atendimento dos pedidos de salário maternidade formulados por substitutos; e iv) ocorrência de instabilidade nos sistemas de benefícios.

Relativamente ao Plano de Ação, o Índice de Resolutividade - IRES atingiu plenamente a meta estabelecida para o exercício de 2014, sendo que em janeiro/2014 o IRES foi de 56,59%, enquanto a meta prevista era de 54,11% e, no fechamento do ano, o IRES foi de 61,94% para uma meta de 57,46%.

Quantidade alcançada

61,94

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da Previdência Social do Servidor Público destaca-se a importância dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS para o desenvolvimento econômico e social do País. Atualmente, os RPPS instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelas capitais e, por quase 40% dos Municípios, sobretudo os de maior porte, dão cobertura a cerca de 9,4 milhões de beneficiários, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas, e possuem expressivo patrimônio acumulado.

Os desajustes dos RPPS possuem origens históricas que remontam à forma como foram constituídos e geridos no período até 1998, antes do delineamento constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial (Emendas Constitucionais nº 20, de 1998, e 41, de 2003) e das normas gerais de organização e funcionamento dos RPPS, estabelecidas pela Lei 9.717, de 1998, Lei Complementar 101, de 2000, e outros atos normativos complementares. Ainda hoje há problemas de gestão dos RPPS, apontados nas auditorias realizadas pelo MPS e Tribunais de Contas, que tendem a agravar tais desajustes, repercutindo diretamente nas finanças públicas de cada ente federativo e do Estado Brasileiro como um todo, com reflexos negativos na capacidade de implementação de políticas públicas de interesse da sociedade e dos cidadãos.

O Certificado de Regularidade Previdenciária CRP, principal instrumento de atuação de que dispõe o MPS para promover o alinhamento da gestão dos RPPS às normas gerais, continua enfrentando questionamentos judiciais, o que demonstra a necessidade de alterações normativas para assentar seus fundamentos na Constituição Federal e na principal Lei que rege o sistema, de nº 9.717, de 1998.

Outro risco jurídico que ameaça a sustentabilidade do sistema refere-se às inúmeras ações judiciais que tramitam nos Tribunais Superiores e que podem afetar a gestão dos RPPS ou as regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios. Nesse sentido, além do acompanhamento da tramitação dessas ações e da elaboração de manifestações para subsidiar a atuação da Advocacia-Geral da União, foi constituído pelo Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social - Conaprev um Grupo de Trabalho intitulado Temas Judiciais Relevantes para os RPPS, visando à interlocução com o Poder Judiciário para mitigar o risco de decisões prejudiciais ao sistema.

Importante ressaltar as ações de acompanhamento e a elaboração de pareceres sobre propostas de alterações normativas em discussão no Congresso Nacional, com o apoio dos demais órgãos responsáveis pela condução dessas articulações.

Foi dado continuidade ao desenvolvimento do projeto de criação e unificação do cadastro dos servidores públicos, o SRPPS, que além de disponibilizar aos entes federativos importante ferramenta de manutenção do cadastro e realização de censo previdenciário (SIPREV), possibilitará a melhoria da gestão do passivo dos RPPS, aprimorando a concessão de benefícios e permitindo, com o CNIS-RPPS, os cruzamentos das bases de dados, a redução dos riscos de pagamentos indevidos e de acumulações ilegais. Foram retomadas as discussões acerca das minutas do decreto de regulamentação do art. 3º da Lei 10.887, de 2004, sobre informações colhidas de todas as unidades da federação que possuírem regimes próprios, e de instituição do CNIS – RPPS, e incluídos os RPPS na regulamentação e desenvolvimento do eSocial.

Procurou-se promover um maior alinhamento da SPPS/MPS com as entidades reguladoras do sistema financeiro e do mercado de capitais, por meio da participação no Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec) e tratativas para celebração de acordo de cooperação técnica com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, assim como foi dado continuidade às tratativas para celebração de acordos com os Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, visando à intensificação da fiscalização dos RPPS.

Entrou em produção, no início de 2014, impactando na emissão do CRP, o novo Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR, cujo resultado para a melhoria do controle dos repasses das contribuições e parcelamentos, inclusive para o cumprimento dos planos de amortização dos déficits atuariais, foi significativo e

encontra-se em desenvolvimento o novo Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA, para captação dos dados das avaliações atuariais dos RPPS e de análise da sua consistência para aferição do equilíbrio financeiro e atuarial do sistema como um todo.

No âmbito do Regime Geral, a Reabilitação Profissional abrange a dimensão social e econômica. Do ponto de vista social, tem como objetivo contribuir na melhoria da qualidade de vida dos beneficiários da Previdência Social, promovendo o resgate da cidadania, a (re)qualificação profissional e a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho.

No que tange a esfera econômica, a Reabilitação Profissional contribui para a sustentabilidade dos regimes previdenciários, à medida que o segurado reabilitado efetivamente reintegrado ao mercado de trabalho pode voltar à condição de contribuinte da Previdência Social. Além disso, também colabora para a promoção da cidadania e o fortalecimento da participação da pessoa com deficiência na sociedade, promovendo sua autonomia, eliminando barreiras e permitindo o acesso e o usufruto, em bases iguais, aos bens e serviços disponíveis à população.

Nesse sentido, de janeiro a dezembro de 2014, 52,21% dos segurados elegíveis foram efetivamente reabilitados pelo INSS, por meio do desenvolvimento de ações pelas equipes multidisciplinares, cujo objetivo é tornar o indivíduo apto para retornar às atividades profissionais por meio da sua adaptação a função compatível com suas limitações. Na perspectiva da integralidade das ações, foram desenvolvidas ações de intersetorialidade com as demais instituições integrantes da Política Nacional de Saúde e Segurança do Trabalhador, evidenciando que a garantia da inserção do trabalhador com dignidade no mercado de trabalho está condicionada à execução eficiente das demais políticas públicas de maneira articulada, especialmente da Saúde, Previdência Social, Trabalho e Emprego.

No que tange ao Regime Complementar, destaca-se a regulamentação e a implantação da previdência complementar do servidor público no governo federal. Em 2012, foi aprovada a instituição da Funpresp-Exe. Em 2013, ocorreu a plena constituição da Funpresp-Exe voltada para os servidores do poder executivo (foram aprovados o Estatuto, os regulamentos dos planos de benefícios e a política de investimentos) e a busca por adesões.

Em 2014, no sentido de promover políticas de sustentabilidade do sistema previdenciário complementar, o MPS seguiu apoiando tecnicamente os entes da federação com vistas à instituição de regime de previdência complementar, a exemplo da criação da Funpresp-Exe. Assim, atuou prestando esclarecimentos técnicos acerca das peculiaridades do RPC e do funcionamento das EFPC e dos planos de benefícios.

Metas 2012-2015

- **Aumentar os ativos totais dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 5% do PIB**

  Análise Situacional da Meta

  Os dados apurados em 23/01/2015 indicam que os RPPS instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios administram um patrimônio superior a R$ 185 bilhões, dos quais cerca de R$ 92 bilhões estão aplicados nos mercados financeiros e de capitais e R$ 93 bilhões em outros bens, valores e direitos, em fundos constituídos por imóveis, direitos de créditos decorrentes de royalties, participações especiais e compensações financeiras, dentre outros. Os dados se referem à competência agosto de 2014, que conta com o envio de 1.826 Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR dos 2.060 entes federativos que possuem RPPS, em que foram informados ativos de R$ 174 bilhões que, somados aos R$ 11 bilhões de créditos a receber do ente federativo, cujos termos de acordo de parcelamento foram formalizados em 2013 e 2014 e cadastrados no Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social - CADPREV, perfazem o total R$ 185 bilhões.

Considerando o Produto Interno Bruto (PIB) de R$ 5,17 trilhões, conforme grade de parâmetros recebida da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, de 03/12/2014, o índice apurado foi de 3,60%, o que indica um índice próximo àquele apurado em 31/12/2013, de 3,59%, e superior ao de 3,17%, em 2012.

Esse índice é fortemente influenciado pelas condições dos mercados financeiro e de capitais, pois os limites legais para aplicação de recursos dos RPPS as direcionam para títulos públicos federais e cotas de fundos de investimento que assumam o compromisso de buscar o retorno de índices lastreados nesses títulos, que têm seu valor de mercado impactado significativamente por alterações na curva de juros e no risco soberano do país, apresentando forte volatilidade sobretudo a partir de 2013.

A meta prevista no PPA 2012-2015 é de 5% do PIB. Além da questão relacionada ao comportamento do mercado financeiro, a situação econômica como um todo é um fator de restrição, pois grande parte dos entes federativos encontra-se com dificuldades para equilibrar seus orçamentos, o que se reflete no desenvolvimento e na consolidação dos RPPS.

De forma geral, os resultados da supervisão dos RPPS contribuem para a garantia do patrimônio acumulado por esses regimes.

Uma recente ameaça a esta meta são as revisões efetuadas por alguns entes federativos em seus planos de segregação da massa, consumindo os recursos acumulados, sem aprovação prévia da SPPS. Para tanto, faz-se necessária a revisão da Lei Geral dos RPPS, além da ampliação do escopo legal da exigência do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.

Quantidade alcançada

3,37

Data de Referência

23/01/2015

- **Aumentar o superávit financeiro dos RPPS dos Municípios para 0,40% do PIB**

Análise Situacional da Meta

As atividades de acompanhamento do repasse das contribuições definidas nos planos de custeio dos RPPS, tanto das alíquotas correspondentes aos custos normais, quanto daquelas instituídas em planos de amortização dos déficits atuariais (alíquotas suplementares ou aportes), são essenciais para garantir o equilíbrio financeiro dos regimes.

Em 2014, tem-se como resultado dessas ações de supervisão a realização de 372 auditorias diretas. Dessas ações foram instaurados 227 processos administrativos previdenciários, nos quais foram emitidas 647 decisões relativas a defesas e recursos. As auditorias diretas resultaram na emissão de 56 representações administrativas enviadas a outros órgãos de controle e fiscalização, informando-os sobre algum indício de prática indevida de gestores e dirigentes.

Os mecanismos de auditoria indireta foram aprimorados com a implantação do Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasse – DIPR, que possibilitou batimentos automáticos do repasse das contribuições devidas aos RPPS e de débitos incluídos em parcelamentos. Os mais de 8.570 DIPR relativos aos bimestres de 2014 enviados até 21/01/2015 geraram um percentual de 13% de irregularidade por falta de repasse ou inconsistência na informação.

Foram realizadas em 2014 mais de 2.700 análises de termos de parcelamento de débitos, e foram respondidas mais de 3.700 consultas relativas à legislação previdenciária e aos critérios para obtenção do Certificado de Regularidade

Previdenciária - CRP, sendo que a maior parte se referia à implementação do DIPR. Esta atividade envolveu também 2.470 análises da legislação dos entes federativos para a manutenção do cadastro dos planos de custeio.

Para o exercício de 2014, a projeção com base nos dados dos DIPR encaminhados, demonstra um superávit da ordem de R$ 10,9 bilhões para o exercício, caso se mantenha o resultado operacional (receitas totais – despesas totais) do 1º ao 4º bimestre, excluídas as receitas referentes às transferências para insuficiência financeira dos planos. As receitas totais até o 4º bimestre alcançaram R$ 22,4 bilhões, uma média mensal de R$ 2,8 bilhões, e as despesas, R$ 15,6 bilhões, uma média mensal de R$ 0,8 bilhão. A média apurada foi extrapolada para todo o exercício, considerando o 13º salário. A partir do PIB estimado para 2014 , o índice calculado foi de 0,21%, portanto, projeta-se um crescimento do superávit financeiro dos RPPS municipais para este ano em relação a 2013. Contudo, o resultado alcançado ainda se encontra distante da meta prevista no PPA de 0,40% de superávit financeiro dos RPPS municipais em relação ao PIB.

Como estratégia para alavancá-la pretende-se formalizar acordos de cooperação técnica com os Tribunais de Contas dos Estados e Municípios visando a sinergia dos recursos de fiscalização e o compartilhamento das informações detidas por cada órgão.

Quantidade alcançada

0,2

Data de Referência

21/01/2015

- **Fomentar a criação de Regimes Próprios de Previdência Social nos municípios**

Análise Situacional da Meta

Apesar de constar o fomento à criação de RPPS como meta do PPA, a atuação da Secretaria de Políticas de Previdência Social-SPPS do MPS tem se pautado no sentido de orientar os entes federativos quanto aos seus critérios de organização e funcionamento, previstos nas normas gerais, às responsabilidades e obrigações dos gestores e aos principais impactos advindos da alteração do regime previdenciário dos servidores. Aponta-se a necessidade de revisão dos parâmetros desta meta, pois há risco de que novos RPPS criados não tenham gestão que assegure o cumprimento das normas gerais de organização e funcionamento e a sua sustentabilidade, pelas seguintes razões: necessidade de fortalecimento normativo do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, principal instrumento para assegurar a supervisão dos RPPS, cuja exigência é hoje submetida a uma série de questionamentos na esfera judicial; e possibilidade de que uma parcela dos Municípios que optam pela instituição de novos RPPS não reúnam as condições de governança, controles e capacitação necessárias para assegurar a viabilidade do regime próprio.

Portanto, a SPPS entende que seus esforços devem ser direcionados para acompanhar as condições de sustentabilidade dos RPPS hoje existentes e daqueles que venham a ser criados por iniciativa dos entes, e não para fomentar que novos RPPS sejam instituídos.

A quantidade de RPPS é apurada a partir da análise da legislação encaminhada pelos entes federativos e registrada no Sistema de Informações dos Regimes Próprios de Previdência Social - CADPREV. Em 2012, havia 1.990 RPPS; em 2013, o número de RPPS era de 2.020; e em 2014, de 2.061 de RPPS. Houve um incremento da ordem de 2% no ano.

Quantidade alcançada

2.061

Data de Referência

30/01/2015

- **Reabilitar 70% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2014, as equipes de reabilitação profissional elegeram para o programa profissional 32.961 segurados, dentre os quais 17.209 foram reabilitados, correspondendo ao percentual de 52,21% do total da demanda considerada apta para reabilitação profissional do ano. Nota-se que as equipes de reabilitação das unidades do INSS que contam com esse tipo de serviço atendem pouco mais da metade das demandas que recebem com indicação para a reabilitação.

Um aspecto que dificulta o atendimento de segurados reabilitados é o reduzido número de unidades que contam com serviços de reabilitação profissional. Atualmente, 456 Agências da Previdência Social - APS possuem equipe local, enquanto que 247 realizam esse atendimento por meio de equipes volantes. Portanto, a abrangência dos serviços de reabilitação profissional está em aproximadamente 44,04% da totalidade das agências que é de 1.596, incluindo as Agência de Atendimento de Demandas Judiciais – AADJ.

Para enfrentar essas questões, a Diretoria de Saúde do Trabalhador – DIRSAT do INSS tomou a iniciativa de construir o projeto Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a (Re) habilitação Integral. Esse projeto com vigência para quatro anos (janeiro/2014 a janeiro/2018) atingiu percentual de execução de 19% em 2014. Dentre os produtos estratégicos e essenciais a serem implementados no transcorrer da vigência do projeto, destacam-se: i) revisão e pactuação dos referenciais teóricos, metodológicos e legais da reabilitação profissional: organização do grupo de trabalho; ii) iniciativas intersetoriais com vistas à (re)habilitação integral, em relação às quais a DIRSAT tem orientado movimento no âmbito dos entes federativos (União, Estados e Municípios) para potencialização de programas, ações e políticas públicas já existentes e para viabilização e qualificação do processo de reabilitação profissional, por meio de comitês intersetoriais de reabilitação integral; iii) formalização de acordos de cooperação técnica ou convênios com instituições públicas ou privadas; iv) capacitação e qualificação das equipes de reabilitação profissional do INSS: elaboração do projeto básico de formação em saúde do trabalhador; v) estruturação da rede de reabilitação profissional do INSS: estudo de lotação ideal; e vi) sistematização das informações referentes à reabilitação profissional: módulo gerencial que sistematizará as informações da reabilitação do INSS na plataforma do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE.

Para enfrentar essas questões, a Diretoria de Saúde do Trabalhador – DIRSAT do INSS tomou a iniciativa de construir o projeto Reabilitação Profissional: Articulando Ações em Saúde do Trabalhador e Construindo a (Re) habilitação Integral. Esse projeto com vigência para quatro anos (Janeiro/2014 a janeiro/2018) atingiu percentual de execução de 19% em 2014. Dentre os produtos estratégicos e essenciais a serem implementados no transcorrer da vigência do projeto, destacam-se: i) revisão e pactuação dos referenciais teóricos, metodológicos e legais da reabilitação profissional: organização do grupo de trabalho; ii) iniciativas intersetoriais com vistas à (re)habilitação integral, nesse sentido a DIRSAT tem orientado movimento no âmbito dos entes federados (União, Estados e Municípios) que potencialize programas, ações e políticas públicas já existentes, viabilizando e qualificando também o processo de reabilitação profissional, essas articulações devem se dar por meio de comitês intersetoriais de reabilitação integral; iii) formalização de acordos de cooperação técnica e/ou convênios com instituições públicas e/ou privadas: seguro social alemão de acidentes de trabalho (Deutsche Gesetzliche Unfallversicherung - DGUV; Ministério da Educação - Pronatec; Ministério do Trabalho e Emprego - Rede Sine/IMO; e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - Centro de Tecnologia da Informação - Renato Archer - Tecnologia Assistiva; iv) capacitação e qualificação das equipes de RP do INSS: elaboração do projeto básico de formação em saúde do trabalhador; v) estruturação da rede de reabilitação profissional do INSS: estudo de lotação ideal e vi) sistematização das informações referentes à reabilitação profissional: módulo gerencial que sistematizará as informações da RP do INSS na plataforma do Sistema Integrado de Benefícios - SIBE.

Quantidade alcançada

52,21

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir o déficit atuarial dos RPPS dos Estados, DF e Municípios para 13,5% do PIB**

Análise Situacional da Meta

Considerando os valores dos Demonstrativos de Resultado das Avaliações Atuariais - DRAA do exercício de 2014, houve uma piora do indicador com relação a 2013 e 2012, em razão dos valores referentes à situação do equilíbrio financeiro e atuarial, principalmente dos Estados. Para apuração desse indicador são somados os valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder tanto dos Planos Financeiro quanto Previdenciário. Contudo, no caso da segregação da massa o déficit atuarial do plano financeiro encontra-se equacionado, uma vez que a insuficiência financeira do plano é assegurada por transferências do Tesouro Nacional.

O índice referente aos Municípios alcançou 7,98% do PIB em 2012, e dos Estados e Distrito Federal 47,70%, extração feita em 21/03/2013. Em 2013, os números saltaram para 9,19% para Municípios e 48,82% para os Estados e o Distrito Federal, um total de 58,01% do PIB, extração realizada em 16/01/2014. Em 2014, considerando os DRAA postados até 02/01/2015, foi apurado para os Municípios o índice de 10,54% e para os Estados e Distrito Federal 53,16%, total de 63,70% (considerando o PIB projetado para 2014, conforme grade de parâmetros da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, de 03/12/2014).

À medida que se aprimoram os mecanismos de controle e análise dos cálculos atuariais, obtém-se uma melhor informação acerca dos déficits atuariais divulgados nos DRAA, o que, em certa medida, afeta os números globais apresentados. Assim, o aumento do índice deve-se sobretudo à intensificação das atividades de supervisão do equilíbrio financeiro e atuarial, que resultam em uma melhor precificação dos passivos, e não necessariamente ao agravamento da situação atuarial dos RPPS.

Em 2014 foram analisados 1.160 DRAA, dos quais 431 foram considerados regulares e 739 foram objeto de notificações de irregularidades. Foram também emitidos 754 despachos relativos aos processos instaurados por essas notificações, além de pareceres de análises prévias de projetos e estudos de segregações da massa.

A supervisão contábil dos RPPS, que também contribui para a evidenciação do déficit atuarial do sistema, envolveu a recepção de mais de 5.000 demonstrativos contábeis semestrais dos RPPS, sendo que mais de 620 apresentaram alguma inconsistência. Além disso, a análise do registro no balanço patrimonial das reservas matemáticas previdenciárias resultou na emissão de 177 notificações de irregularidade, sendo que 815 RPPS apresentaram regularidade nesse registro.

Destacam-se também os esforços para o desenvolvimento do novo sistema de captação e análise das informações atuariais dos RPPS e de construção de uma ferramenta institucionalizada para tratamento e análise gerencial dos dados dos investimentos dos RPPS. Um fator limitador para o alcance da meta são as decisões judiciais concedendo o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP para os entes que não asseguram o equilíbrio do regime, e as restrições referentes à estrutura e aos recursos disponíveis para a supervisão. Os diversos projetos de lei em discussão no Congresso Nacional que afetam, sobretudo, a concessão de benefícios pelos RPPS, poderão impactar negativamente o equilíbrio dos regimes.

Quantidade alcançada

59,64

Data de Referência
02/01/2015

- **Reduzir o déficit financeiro do RPPS da União para o máximo de 0,80% do PIB**

Análise Situacional da Meta
O déficit financeiro do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores civis da União é apontado a partir do resultado previdenciário (receitas de contribuições menos despesas com benefícios) divulgado no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social, Anexo 4, dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO disponíveis na página eletrônica da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Em 2012, o déficit financeiro correspondeu a 0,82% do PIB, e em 2013 a 0,84%, equivalente a R$ 39,9 bilhões. As informações do RREO do 5º bimestre de 2014 demonstram um total de receitas acumuladas da ordem de R$ 20,8 bilhões, sendo R$ 8,4 bilhões de contribuições dos segurados e beneficiários e 12,4 bilhões do ente federativo, e despesas de R$ 51,7 bilhões, sendo R$ 33,9 bilhões com aposentadorias, R$ 14,6 bilhões com pensões por morte e R$ 3,2 bilhões com outros benefícios e demais despesas.

Os valores para o 6º bimestre de 2014 foram estimados a partir da aplicação do índice de 1,49 e 1,42 sobre a média das receitas (orçamentárias e intraorçamentárias) dos bimestres anteriores de 2014, e de 1,22 sobre a média das despesas dos bimestres anteriores de 2014. Estes percentuais foram apurados a partir dos valores das receitas e despesas do 6º bimestre de 2013 em relação às médias obtidas pelos valores dos bimestres anteriores. Aplicado também um percentual de 5% na estimativa para o exercício, considerando o aumento médio dos proventos e pensões.

Assim, obteve-se em 2014 um resultado previdenciário projetado de um déficit anual de cerca de R$ 41,1 bilhões (receitas de R$ 26,4 bilhões menos despesas de R$ 67,5 bilhões). O indicador resultante da divisão desse déficit financeiro pelo valor projetado do PIB para 2014 resultou no índice de 0,80%. Por esta estimativa, apesar da elevação do déficit, observa-se que a meta de 0,80% prevista no PPA está sendo alcançada.

Quantidade alcançada
0,75
Data de Referência
23/01/2015

- **Reduzir o déficit financeiro dos RPPS dos Estados e DF para o máximo de 1,00% do PIB**

Análise Situacional da Meta
Em 2011, o déficit (total de receitas anuais menos as despesas dos RPPS dos Estados e Distrito Federal) correspondeu a 0,59% do PIB, em 2012 a 0,76% e para 2013 a um déficit de 1,01% do PIB. Para o exercício de 2014, foi apurado um déficit financeiro de 0,98%, dentro da meta prevista no PPA.

Este indicador é apurado a partir do resultado divulgado no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência Social, Anexo 4, dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária - RREO disponíveis na página eletrônica da STN e das informações prestadas ao Ministério da Previdência Social - MPS nos Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses - DIPR. Foi apurada a média das receitas e despesas considerando as informações prestadas, em geral relativas até o 5º bimestre de 2014, que foi projetada até o final do exercício . Não são consideradas as receitas relativas aos aportes ou transferências para cobertura de insuficiência financeira do regime, uma vez que esse indicador pretende avaliar justamente o resultado operacional desses regimes.

Os RPPS dos Estados, em sua grande maioria, apresentam elevados déficits financeiros, ou seja, as contribuições mensais devidas são insuficientes para o pagamento das obrigações com os benefícios. Assim, o foco da supervisão

tem sido na realização de auditorias específicas de investimento e no acompanhamento das segregações da massa já implementadas, algumas recentemente, sendo que com a implementação do DIPR, foi aperfeiçoado o acompanhamento do repasse das contribuições e da separação das obrigações e direitos por órgão ou entidade e de cada plano (previdenciário e financeiro).

Quantidade alcançada

0,92

Data de Referência

23/01/2015

- **Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial do RPPS da União para no máximo 30,0 % do PIB**

Análise Situacional da Meta

O MPS elabora o Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos da União por solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional, para compor o anexo do Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO e o Relatório da Avaliação Atuarial dos servidores civis do RPPS da União, em atendimento à solicitação da Secretaria de Orçamento Federal, para compor os anexos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício seguinte.

Assim, o MPS é o responsável pela elaboração e confecção de projeções e simulações das receitas e despesas do regime, pela realização de estudos técnicos com vistas a identificar as alternativas para o equacionamento dos déficits e pela elaboração de minutas de propostas de atos normativos visando à reestruturação do RPPS. As projeções contemplam dados dos órgãos e entidades de todos os poderes da União, que são solicitados pelo MPS e povoados no CNIS-RPPS via Sistema Previdenciário de Gestão dos RPPS - SIPREV/Gestão. No entanto, um fator que impacta negativamente no dimensionamento dos compromissos e custos do plano é a inconsistência ou ausência de dados dos servidores, aposentados e pensionistas de vários órgãos, e a intempestividade no envio destas informações.

Conforme a avaliação atuarial do exercício de 2012, que acompanhou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício seguinte, o indicador foi de 26,72%, com déficit atuarial de R$ 1,107 trilhão. Com os resultados da Avaliação Atuarial do exercício de 2013, com data base dos dados em dez/2012, o indicador foi para 26,25% (déficit atuarial de R$ 1,251 trilhão). O Relatório da Avaliação Atuarial de 2014, com base de dados posicionada em 31/12/2013, elaborado em 31/03/2014, indicou um déficit atuarial da ordem de R$ 1,116 trilhão, que dividido pelo PIB projetado para 2014, conforme grade de parâmetros de 03/12/2014, resulta em um índice de 21,59%.

A diminuição do déficit com relação a 2013, de R$ 135,6 bilhões, aproximadamente de 10,8%, foi provocada por mudanças biométricas e financeiras, pelo aumento da folha salarial e pela ligeira melhoria da base de dados dos registros de servidores ativos abrangidos pelo Sistema Integrado de Adminitração de Recursos Humanos - Siape. As premissas e metodologias utilizadas na Avaliação Atuarial estão em consonância com a Portaria MPS nº 403, de 2008. Assim, o valor apurado indica que o percentual encontra-se dentro da meta proposta.

Quantidade alcançada

20,21

Data de Referência

31/03/2014

- **Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Estados e DF União para no máximo 50,0 % do PIB**

Análise Situacional da Meta

O índice referente ao exercício de 2012 alcançou o percentual de 47,70% em relação ao PIB, conforme Demonstrativos de Resultado das Avaliações Atuariais - DRAA postados pelos Estados e Distrito Federal no sítio do MPS, extração em

21/03/2013. Em 2013, 48,82% do PIB, conforme extração realizada em 16/01/2014. Para 2014, considerando os DRAA postados até 02/01/2015, foi apurado um índice de 53,16%, (considerando o PIB projetado para 2014, conforme grade de parâmetros da SPE/MF de 03/12/2014). Em valores nominais, o somatório do déficit atuarial desses entes saltou de R$ 2,02 trilhões, em 2012, para R$ 2,33 trilhões, em 2013, e R$ 2,75 trilhões, em 2014.

Para esse levantamento foram excluídos os compromissos informados relativos às gerações futuras. Para os DRAA do Plano Financeiro que não foram postados, considerou-se os dados do DRAA 2013, e as provisões do RPPS dos Estados de São Paulo e Paraíba foram ajustadas proporcionalmente às dos Estados do Rio de Janeiro (1,5) e da Bahia (0,35), uma vez que a metodologia utilizada no DRAA daqueles entes não trouxe a valor presente todos os direitos e compromissos do plano durante a sobrevida da massa.

Para a apuração desse indicador são somados os valores das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder tanto dos Planos Financeiro quanto Previdenciário. No caso da segregação da massa, o déficit atuarial do plano financeiro encontra-se equacionado, uma vez que a insuficiência do plano é assegurada por transferências financeiras do Tesouro, no entanto, trata-se de modelagem atuarial que possui um elevado custo de transição.

Além dos desajustes estruturais do sistema, com expressivos passivos atuariais, o aumento do índice deve-se também à intensificação das atividades de supervisão do equilíbrio financeiro e atuarial, que resultam em uma melhor precificação das reservas matemáticas.

Cita-se como fator de restrição para o alcance da meta estipulada que importantes Estados possuem decisões judiciais para a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP independentemente da irregularidade atribuída pela supervisão do MPS no critério Equilíbrio Financeiro e Atuarial.

Ressalte-se também a importância do acompanhamento dos projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, que resultaram na emissão de 13 pareceres, de suma importância na tentativa de demonstrar que algumas propostas podem provocar redução de receitas ou elevação das despesas com o plano de benefícios, impactando na sustentabilidade dos RPPS, sobretudo dos Estados.

Como medida estruturante para auxiliar os entes federativos na gestão do passivo de seus regimes de previdência citam-se os resultados que advirão do cruzamento da base de dados dos servidores públicos dos diferentes entes e com outras bases e na construção do sistema integrado de remunerações e vínculos previsto no art. 3º da Lei n° 10.887, de 2004 (CNIS-RPPS), quando de sua implantação definitiva.

Quantidade alcançada

49,77

Data de Referência

02/01/2015

- **Reduzir o ritmo de crescimento déficit atuarial dos RPPS dos Municípios para no máximo 10,0 % do PIB**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o indicador, que mede a relação entre os valores totais dos déficits atuariais dos Municípios em relação ao PIB, considerando o déficit atuarial como o resultado da diferença entre os valores dos recursos garantidores e das provisões matemáticas, apontou uma relação de 7,98%, e em 2013, foi para 9,19%.

Com base nos Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA de 2014, postados pelos Municípios até 02/01/2015, o somatório dos déficits atuariais alcançou o montante de R$ 544 bilhões, que dividido pelo PIB projetado

para 2014, resultou no indicador de 10,54%, portanto, o indicador apresentou uma relação de déficit do sistema/PIB maior que a meta.

Registre-se que o desenvolvimento de nova ferramenta de coleta dos dados das avaliações atuariais, que irá substituir o atual formato do DRAA e que irá incorporar um módulo de análise com alguns batimentos automáticos e de controles das notificações, também contribuirá para conferir maior efetividade às auditorias.

Quantidade alcançada

9,87

Data de Referência

02/01/2015

- **Regulamentar a previdência complementar para o servidor público**

  Análise Situacional da Meta

  FFoi estabelecida como meta para o quadriênio 2012-2015 a regulamentação da previdência complementar para o servidor público, que ocorreu ainda em 2012, com a instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais, com a publicação da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, autorizando a criação de três entidades fechadas, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, respectivamente (Funpresp-Exe, Funpresp-Leg e Funpresp-Jud, respectivamente). Houve também a edição do Decreto nº 7.808, de 20/09/2012, que criou a Funpresp-Exe, bem como estabeleceu a possibilidade de o Ministério Público da União, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Tribunal de Contas da União - na qualidade de patrocinadores de planos de benefícios próprios - celebrarem convênios de adesão com a Funpresp-Exe. Sendo assim, a meta foi cumprida já em 2012, e em 2013 registrou-se a plena constituição da Funpresp-Exe.

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2010	5.611	31/12/2014	5.522
Número de empresas fiscalizadas	unidade	08/01/2013	273.189	31/12/2014	271.429
Número de normas elaboradas e/ou aperfeiçoadas	unidade	31/12/2012	7	31/12/2014	11
Número de trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2010	2.628	31/12/2014	1.398
Processos de solicitação de Certificado de Aprovação - CA para EPI analisados em até 60 dias	%	31/12/2012	100	31/12/2014	79,6
Taxa de cobertura do Abono Salarial	%	31/12/2010	96,32	31/12/2014	95,97
Taxa de cobertura do Seguro-Desemprego	%	31/12/2010	78,12	31/12/2014	72,5
Taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado de trabalho formal	%	31/12/2010	6,5	31/12/2014	3,28
Taxa de formalização	%	31/12/2009	53,58	30/09/2013	61,95
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/100.000	31/12/2011	49,96	31/12/2013	41,15
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional	1/1.000	31/12/2011	15,58	31/12/2013	14,15
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2010	29	31/12/2013	31,54
Taxa de inserção dos beneficiários de qualificação no mundo do trabalho	%	31/12/2009	52,89	31/12/2014	16
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	%	31/12/2010	2,4	31/12/2013	1,55
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2010	44	31/12/2013	46,03
Taxa de severidade de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/1.000	31/12/2011	26,44	31/12/2013	24,56
Trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito (PROGER)	unidade	31/12/2010	1.860.082	31/12/2014	1.525.829
Volume de crédito concedido para microcrédito produtivo orientado	R$ milhão	31/12/2010	2.848,4462	31/12/2014	11.646

Observações:

Taxa de formalização - Dados da última PNAD

Taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis.

Taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis.

Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis.
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis (RAIS).
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis (RAIS)
Taxa de severidade de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes - Os dados de 2013 ainda não estão disponíveis.

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério do Trabalho e Emprego - MTE continua empreendendo iniciativas que visam à melhoria da política pública de emprego, tais como: mudança de layout e inclusão de novas funcionalidades no Portal MTE Mais Emprego (por exemplo, melhorias no módulo de administração de vagas e inclusão da possibilidade da auto-intermediação); criação do Programa de Melhorias da IMO (Intermediação de Mão de Obra); aprofundamento da utilização do Sistema de Monitoramento e Avaliação da rede de atendimento; ampliação da emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) modelo informatizado em todo o território nacional; articulação com demais órgãos para desenhar o papel do SINE frente a demandas do próprio governo federal na execução de ações integradas, como a intermediação do público do Benefício de Prestação Continuada - BPC, no qual o MTE é partícipe junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Direitos Humanos (SDH); aprovação da Resolução do CODEFAT Nº 726, de fevereiro de 2014, que trata da Qualificação à Distância – QAD, denominada Universidade do Trabalhador que contempla o desenvolvimento de cursos de qualificação profissional ou formação inicial e continuada utilizando-se de metodologia apropriada, por meio da internet, executada diretamente por órgão específico vinculado ao MTE, ou por meio de parcerias com entidades sem fins lucrativos. Em 2014, também foi firmado termo de cooperação com o IPEA para os próximos 4 anos, visando a elaboração de estudos no âmbito das políticas públicas do trabalho. O MTE também deu prosseguimento com as atividades do grupo de trabalho com o objetivo de elaborar a proposta de Sistema Único do Trabalho (SUT). O grupo, instituído pela Portaria nº 1.879, de 27 de novembro de 2013, contou com a participação de representantes de unidades do MTE, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios convenentes do MTE, dos trabalhadores, dos empregadores e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como assessoria técnica e apresentou ao Ministro do Trabalho uma proposta de criação do SUT, que, atualmente, encontra-se em fase de consulta a outros atores interessados.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% a oferta de cursos de qualificação social e profissional para trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra no âmbito do Sine, priorizando, em particular, as mulheres, afrodescendentes, jovens, pessoas com deficiência física e intelectual, pessoas com baixa escolaridade, trabalhadoras domésticas, público do Brasil sem Miséria, trabalhadores rurais, trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo**

Análise Situacional da Meta

Os números apurados em 2012, 2013 e 2014, quais sejam 38.085, 14.551 e 4.404 educandos, respectivamente, dizem respeito os índices de alunos concluintes nos cursos de qualificação no âmbito do PNQ. Consonante com esses resultados, o MTE passou, com o advento da celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o MEC, no final de 2013, a demandar cursos por meio do Pronatec, o que efetivamente ampliou a capacidade de atendimento das demandas por qualificação profissional direcionadas e apuradas no âmbito da pasta do Trabalho. Em 2014, conforme informações repassadas pelo MEC, foram matriculados 20.116 trabalhadores provenientes do Sistema Público de Emprego (exceto os trabalhadores atendidos por meio do Pronatec Seguro-Desemprego), incluindo os trabalhadores reincidentes do seguro-desemprego. Assim, para o calculo do número apurado em 2014 soma-se 4.404 do PNQ e

20.116 do Pronatec Trabalhador, portanto. 24.520. Somadas as metas realizadas nos anos de 2012 a 2014 (38.085, 14.551 e 24.520), teremos o total de 77.156 trabalhadores qualificados, o que corresponde a 78,9% da meta para o período 2012 a 2015, qual seja 97.746 trabalhadores qualificados.

Quantidade alcançada

78,9

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 80% a taxa de cobertura do Seguro-Desemprego sobre os demitidos sem justa causa**

Análise Situacional da Meta

A meta apresentou um percentual de 72,74% no ano de 2014, portanto realizando 90,93% da meta do período de 2012-2015. É importante sinalizar que com medidas de integração de programas que visem ao aumento da recolocação imediata do trabalhador demitido sem justa causa, essa meta provavelmente apresentará redução do seu valor.

Em 2014, o total de segurados – somando-se todas as modalidades – foi de 9,3 milhões , num dispêndio total de R$ 34,5 bilhões. Sendo assim, na modalidade formal, comparando de janeiro a dezembro de 2013 ao mesmo período de 2014, houve um crescimento de 8,24% nos valores emitidos.

Quantidade alcançada

72,74

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 97% a taxa de cobertura do Abono Salarial**

Análise Situacional da Meta

A meta apresentou resultado de 95,97% de cobertura, considerando-se que este indicador refere-se ao ano-calendário de julho do ano anterior a junho do ano relativo ao exercício em apuração, portanto realizando 98,94% da meta do período de 2012-2015. Isso significa que, do total de trabalhadores identificados na Relação Anual de Informações Sócias – RAIS, como tendo direito ao benefício, 95,97% efetuaram de fato o saque junto aos agentes pagadores (CAIXA e Banco do Brasil). Importante ressaltar que esta taxa depende diretamente da ação do trabalhador em efetuar o saque e que, para tanto, visando maximizar o alcance das metas, foram realizadas campanhas publicitárias em diversos meios de comunicação, bem como o envio de correspondência aos trabalhadores, informando sobre o direito de receber o benefício. Ressaltamos ainda, que a identificação do trabalhador com direito à percepção do benefício é feita na RAIS, por meio das informações prestadas pelos empregadores anualmente.

Quantidade alcançada

95,97

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar para 5% a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na (re)inserção no mercado formal de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a taxa de cobertura do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda na reinserção no mercado formal de trabalho foi de 3,28% . O não alcance da meta se deu pelo fato de nem todas as colocações realizadas pelo SINE serem contabilizadas no CAGED. Além disso, existem dificuldades dos convenentes atingirem suas metas (no que tange ao número de colocações no mercado de trabalho) e na execução do convênio como um todo. A queda observada em relação ao exercício de 2013 reflete em parte o aperfeiçoamento da metodologia para aferição dessa meta. A melhoria do atendimento e a utilização do serviço público de emprego por outros programas governamentais são medidas essenciais para atingir a meta em 2015 e que começaram a ser implementadas em 2014. Como exemplo desses

esforços pode-se citar o Manual de Normatização da Intermediação de Mão de Obra (IMO), que sistematiza, em linguagem clara e acessível, a execução da ação de IMO e a padronização das atividades desenvolvidas nas agências do SINE.

Com isso, é notável que a Coordenação do Sistema Nacional de Emprego vem criando mecanismos que visem à melhoria e expansão da política de IMO e consiga, dessa forma, alcançar as metas previamente estabelecidas. De acordo com dados quantitativos dos principais indicadores utilizados para a Intermediação de Mão de Obra retirados da Base de Gestão houve um quantitativo de 676.082 trabalhadores (re)colocados no mercado de trabalho e mais de 5 milhões de trabalhadores inscritos na rede SINE.

Quantidade alcançada

3,28

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar, via PRONATEC, 100 mil trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego**

  Análise Situacional da Meta

  No que se refere à capacitação de beneficiários do seguro-desemprego, até dezembro de 2014 registraram-se 119,8 mil pré-matrículas e 83,4 mil matrículas. Contribuíram para esses resultados a integração entre o Portal Mais Emprego e o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) do Ministério da Educação (MEC), bem como a alteração da condicionalidade, por meio de decreto, possibilitando a exigência de realização de cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) aos requerentes do benefício seguro-desemprego que o solicitarem a partir da segunda vez em um período de 10 anos. Essa medida sinaliza um público potencial para o Pronatec de 5 milhões de trabalhadores reincidentes no seguro-desemprego por ano, representando 57,66% do total de requerentes em 2014.

  Quantidade alcançada

  195.027

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Inserir 30% dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho**

  Análise Situacional da Meta

  Os resultados apurados em 2012, 2013 e 2014, de 24%, 27% e 16%, respectivamente, refletem a realidade do alcance desses objetivos pelos entes convenentes, inferida a partir dos dados do CAGED. Apurando-se a média desses percentuais, verificar-se-á, portanto, que, no período de 2012 a 2014, inseriu-se 22,34% dos trabalhadores beneficiários das ações do PNQ no mundo do trabalho.

  Ao considerar-se que inserir 30% dos beneficiários qualificados nas ações de qualificação no mundo do trabalho corresponde a atingir 100% da meta em comento, daí conclui-se que inserir 22,34% desses beneficiários corresponde, portanto, a atingir 74,5% da mesma meta.

  Quantidade alcançada

  22,34

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Pré-matricular trabalhadores atendidos na intermediação de mão de obra em 100% das vagas ofertadas ao Pronatec Trabalhador.**

Análise Situacional da Meta

A partir do segundo semestre de 2014, o modelo de pactuação do Pronatec foi dividido em duas fases distintas. A primeira fase contou com as demandas de trabalho do mercado formal, nomeadas como demandas identificadas e, nessa fase, o MTE encaminhou ao MEC as vagas de emprego registradas no Sistema Nacional de Emprego - SINE. Já na segunda fase, as demandas do Pronatec Trabalhador referiram-se às demandas de cursos/municípios aprovados nos Conselhos Estaduais e Municipais de Emprego, Trabalho e Renda. Em 2014, ao final do processo de pactuação, foram ofertadas 57.040 vagas no SISTEC para o demandante Pronatec Trabalhador/MTE; no entanto, nem todas as vagas tiveram turmas abertas pelos respectivos ofertantes. Do total ofertado o MTE pré-matriculou 44.822, alcançando um índice de 78,6% e dessas, 20.116 matrículas foram efetivadas.

Quantidade alcançada

78,6

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0289 - Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo contempla o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.

O PROGER, alicerçado em recursos dos depósitos especiais remunerados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), forma um conjunto expressivo de programas e linhas de crédito especiais dirigidos aos mais diversos beneficiários destinado à concessão de financiamentos focados principalmente no fortalecimento de micro e pequenos empreendimentos, cooperativas, empresas do setor de turismo, inovação tecnológica, e ainda para ações voltadas para a melhoria da competitividade do país fundamentais para o desenvolvimento sustentado e a melhoria da qualidade de vida do trabalhador.

Esse Programa, presente em mais de 3.600 Municípios do Brasil, busca atuar sobre o mercado de trabalho mediante a concessão de crédito direcionado e a preços subsidiados para consolidar e fomentar a expansão da produção e, consequentemente, elevar a demanda por trabalho.

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) autorizou, por meio da Programação Anual da Aplicação de Depósitos Especiais do FAT (PDE) para o exercícios de 2012, 2013 e 2014, a alocação de novos recursos no valor, aproximado, de R$ 10 bilhões.

Especificamente para o ano de 2014, o CODEFAT autorizou a destinação de novos recursos da ordem de R$ 3,6 bilhões acrescendo-se a este montante estimativa de reaplicação face ao retorno de recursos das operações nos agentes financeiros no valor de R$ 2,3 bilhões, que somados correspondem aproximadamente a R$ 6 bilhões para serem aplicados.

Segundo o Sistema de Acompanhamento da Execução do PROGER (SAEP) em conjunto com os relatórios de execução encaminhados pelas instituições, em 2014, foram contratadas de mais de 170 mil operações de crédito, sendo investidos, aproximadamente, R$ 7,5 bilhões nos setores produtivos. Há de se destacar que os financiamentos destinados à micro e pequenas empresas correspondem a mais de 90% do total do número de contratos firmados, destinados, especialmente, àquelas do ramo de comércio e serviços.

Durante o exercício de 2014, foi apresentado estudo sobre a análise do efeito crédito sobre o emprego formal em uma das linhas de crédito do PROGER – PROGER Urbano Investimento – Micro e Pequena Empresa. O objetivo deste estudo foi investigar e quantificar o efeito devido ao crédito recebido pelas empresas financiadas. O estudo, viabilizado por meio do cruzamento das bases do PROGER, do CAGED e da RAIS, confirmou a existência de impacto positivo do crédito como um diferencial de aumento no nível de emprego como decorrência do acesso ao benefício. Ademais, o impacto se mostrou positivo e persistente mesmo decorridos três anos da realização do investimento, o que confere uma dinâmica sustentada do efeito do crédito, representado pela geração e/ou manutenção do emprego no âmbito das empresas financiadas.

Ainda em 2014, foram supervisionadas 374 operações de crédito, contemplando as linhas de crédito: FAT Turismo, PROGER Urbano Investimento, PROGER Turismo, FAT-Taxista e PROGER Exportação, sendo visitadas as agências do Banco da Amazônia, Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal, nas cidades de Recife/PE, São Luiz/MA, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Brasília/DF, Maceió/AL e Curitiba/PR.

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO - desempenha papel relevante no compromisso assumido pelo governo federal com relação às políticas transversais e multissetoriais de estímulo à inclusão produtiva e à geração de trabalho e renda. Sua principal finalidade é universalizar o acesso ao crédito para os negócios populares de pequeno porte, estimulando o empreendedorismo no país e, com isso, representando importante ferramenta para o enfretamento da pobreza e da exclusão social.

As operações de crédito realizadas no âmbito do PNMPO são direcionadas a pessoas físicas, empreendedores individuais e microempresas com faturamento de até R$ 120 mil anuais, para valores de financiamento de até R$ 15 mil, destinados a capital de giro ou investimento.

Informe-se que o grande público do microcrédito produtivo orientado está na informalidade, representando 92% do valor concedido, com forte presença feminina, mais de 63% do volume total de crédito.

Especificamente em relação à execução do Programa Crescer, os bancos públicos federais, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014, concederam aproximadamente R$ 25 bilhões, no âmbito do PNMPO.

Ainda são grandes os desafios a serem superados pelo setor de microcrédito. Nessa perspectiva, foi celebrado, em 2013, o acordo de cooperação técnica “Microcrédito Produtivo Orientado: Inovações de Tecnologia Social e Aperfeiçoamento de Política” entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Centro de Estudos, Pesquisas e Avaliação de Políticas Públicas da Universidade de Brasília (DATAUnB), com objetivo de realizar mapeamento, estudos e pesquisas tanto com as instituições habilitadas pelo MTE, como com os principais atores envolvidos na política de microcrédito produtivo orientado do governo federal.

Ao longo de 2014, os pesquisadores do DATAUnb foram a campo para realizar a aplicação de questionários junto às instituições operadoras de microcrédito habilitadas ao PNMPO e realizaram entrevistas em profundidade com dirigentes de instituições públicas e privadas envolvidas com a implementação e a execução da política pública. Além disso, no mês de novembro de 2014, foi realizada a Oficina “Caminhos para o Fortalecimento do Microcrédito no Brasil”, que contou com a participação de mais de 60 instituições integrantes do PNMPO e discutiu três grandes temáticas fundamentais para o aperfeiçoamento futuro da política pública em questão: a integração dos instrumentos de política de apoio ao empreendedorismo de pequeno porte e à geração de emprego e renda vinculados ao PNMPO; desenhos institucionais, modelos de operacionalização e formas de articulação entre as instituições operadoras de microcrédito; agentes de cr®dito.

Metas 2012-2015

- **Atingir o número de 4.000.000 de trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito das linhas do PROGER**

Análise Situacional da Meta

O número de trabalhadores beneficiados pela concessão de crédito das linhas do PROGER no período entre 2012 e 2014 foi de 3.199.668, sendo que em 2012, foram 952.048, em 2013, foram 721.791 e 2014, foram 1.525.829.

O grande salto ilustrado entre os exercícios de 2014 e 2013 foi devido à elevação da quantidade de operações destinadas ao financiamento de micro e pequenos empreendimentos.

Tal ocorrência vai ao encontro das diretrizes do CODEFAT que prioriza a aplicação dos recursos dos depósitos especiais do FAT no segmento das Micro e Pequenas Empresas.

Quantidade alcançada

3.199.668

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar em 15% o volume de microcrédito produtivo orientado concedido**

Análise Situacional da Meta

Informe-se que esta meta refere-se à execução de cada ano, ou seja, ao aumento de 15% do volume de microcrédito concedido em relação ao volume do ano anterior. Considerando que a execução do ano de 2013 foi de R$ 9.379.616.479,43, a previsão para 2014 corresponde à concessão de R$ 10.786.558.951,34 de volume de microcrédito.

No entanto, o PNMPO, mais uma vez, ultrapassou a meta de 15% para cada ano do quadriênio 2012-2015. Sua execução total, no ano de 2014, foi de R$ 11.646.316.132,59, atingindo 24,17% de sua meta.

O desempenho positivo do PNMPO é resultado da estratégia do governo federal em conceder subvenção econômica aos bancos públicos oficiais, para que estes ofertassem o microcrédito a juros consideravelmente mais baixos, hoje em torno de 5% ao ano.

Quantidade alcançada

16,19

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0869 - Assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

No decorrer de 2012 a 2014, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolveu ações que contemplaram avanços nos quatro pilares estratégicos do trabalho decente, a saber: 1) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho; 2) promoção do emprego de qualidade; 3) extensão da proteção social; e 4) diálogo social.

A promoção do trabalho decente, em 2012, foi marcada prioritariamente com a preparatória e a realização da I

Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD) e, em 2013, com a realização de 5 seminários regionais de promoção de política nacional de Emprego e Trabalho Decente. Destaca-se ainda, a criação do Subcomitê de Promoção de Trabalho Decente em Grandes Eventos e do Grupo de Trabalho para elaborar proposta de criação do Sistema Único de Trabalho – SUT.

Ainda em 2013, o relatório final da I CNETD foi divulgado, realizou-se o primeiro monitoramento que representou um exercício de revisão dos indicadores propostos no Plano, a aferição dos dados relacionados com cada indicador, assim como os resultados alcançados vis a vis as metas estabelecidas, trazendo ainda comentários gerais sobre cada resultado esperado de modo a oferecer um panorama sobre o avanço das metas estabelecidas. No último trimestre, foram realizados cinco seminários de promoção de política nacional de Emprego e Trabalho Decente, um em cada macrorregião do Brasil e representaram uma continuação dos trabalhos iniciados com a I CNETD. Foi apresentado ao público o Relatório Final da I CNETD, o Exercício de Monitoramento do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), retomados os debates já iniciados no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego sobre a criação de um Sistema Único de Trabalho e lançada a Campanha Nacional de Promoção do Trabalho Decente em Grandes Eventos.

No curso de 2014 foi implementada a primeira etapa do Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados – PLANCITE. Referido Plano tem como objetivo a redução da informalidade e, consequentemente, estender o acesso aos benefícios previdenciários e aos direitos trabalhistas a um grande contingente de trabalhadores.

Dentre as primeiras ações desenvolvidas no âmbito do PLANCITE, destacam-se as seguintes: 1) a publicação de normativos específicos, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização e a inclusão do Plano no planejamento da fiscalização; 2) o aprimoramento dos sistemas informatizados e a criação de novas ferramentas de fiscalização; 3) a criação de grupos dedicados ao combate à informalidade e a capacitação de servidores. No ano de 2015 será implementada a segunda etapa do Plano que consistirá, dentre outras coisas, de uma campanha de fiscalização voltada para o combate à informalidade, desenvolvida em todas as unidades da federação, com foco nos municípios que detêm altos índices de informalidade.

Paralelamente à implementação do PLANCITE, foram adotadas providências voltadas para a redução da inadimplência fundiária, buscando recuperar o FGTS dos empregados. Nesse sentido, uma medida de destaque foi a implantação da fiscalização eletrônica que, através de procedimentos mais eficientes, busca aumentar a porcentagem de empresas alcançadas pela fiscalização. Ressalte-se que, no ano de 2014, o montante de FGTS recolhido ou notificado pela fiscalização do trabalho foi superior a R$ 2,6 bilhões, valor este que é 10,89% superior ao obtido no ano anterior. Este fato está relacionado ao aprimoramento dos procedimentos e das ferramentas de fiscalização.

Atenção especial foi dada à realização da Copa do Mundo da FIFA 2014 no Brasil. A Secretaria de Inspeção do Trabalho, em conjunto com as unidades regionais do MTE que correspondem às 12 cidades-sede de jogos, elaborou Plano de Ação para a Inspeção do Trabalho durante o evento, objetivando, assim, a criação de legado de promoção do trabalho decente nos grandes eventos no país. Nesta ação, foram realizadas, pelo menos, 1.110 ações fiscais em empresas diretamente envolvidas com os eventos, tendo sido alcançados mais de 25,7 mil trabalhadores e lavrados mais de 720 Autos de Infração. Além das empresas diretamente relacionadas ao evento, foram inspecionadas diversas outras empresas atuantes nas atividades de vestuário, alimentação, alojamento e transportes; ocasião em que foram realizadas mais de 10,9 mil ações fiscais, alcançando mais de 1,2 milhões de trabalhadores e formalizando mais de 14 mil vínculos trabalhistas.

Destacam-se também os resultados da auditoria em obras de infraestrutura, que no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 já superaram a meta para o PPA, atingindo 114% de realização. Importante ressaltar também que a inserção de aprendizes no mercado de trabalho mediante ação fiscal, no mesmo período, atingiu 72,4% da meta, enquanto a meta de

inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho teve 74,3% de alcance até 2014. Apesar de a atividade de inspeção do trabalho ser exclusiva do Estado, há participação ativa de representantes de trabalhadores e de empregadores na revisão e/ou elaboração das normas regulamentadoras (NR) que normatizam temas ligados à segurança e à saúde do trabalhador, ressaltando que, até dezembro de 2014, 27 normas foram elaboradas ou aperfeiçoadas, superando a meta para o quadriênio. As políticas para fomentar e incrementar a aprendizagem também passam por discussão ampliada, com participação de governo, trabalhadores, empregadores e sociedade civil no Fórum Nacional da Aprendizagem.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar e incentivar a proposição de medidas e cenários (tendo como referência os dados de 2009) para: - aumentar em 0,8% as taxas de participação e de ocupação das mulheres; - aumentar em 5% a taxa de ocupação da população negra; - aumentar em 3% a taxa de formalidade; -aumentar em 4% o número de trabalhadoras(es) domésticas(os) com carteira de trabalho assinada; - aumentar em 6% o número de trabalhadores(as) autônomos(as) formalizados(as); - diminuir em 0,8% as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres; - diminuir em 5% as desigualdades de rendimentos entre negros e brancos, considerando dados anuais**

Análise Situacional da Meta

Para o monitoramento desta meta, adotou-se a Pesquisa Mensal de Emprego anualizada, tendo como linha de base o ano de 2009. A principal limitação da pesquisa é a sua abrangência geográfica, visto retratar somente regiões metropolitanas (SP, RJ, Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte).

Dos 7 indicadores monitorados na meta, os associados a participação feminina e ocupação de pardos e negros não alcançaram a meta para o período 2011-2014. Apenas um indicador não foi mensurado (Aumentar em 6% o número de trabalhadores autônomos formalizados), visto que a mensuração precisa do indicador deveria avaliar, em relação ao ano base, a formalização dos trabalhadores autônomos exclusivamente, o que invalida a metodologia adotada anteriormente, que mensurava a evolução dos contribuintes para previdência em qualquer trabalho em relação ao total de ocupados.

A taxa de participação feminina de 2014 foi de 48,17%, inferior em 0,83 p.p. aos 49,00% estipulados como meta, sendo inclusive inferior ao ano de base (48,61%). A taxa de ocupação das mulheres teve acréscimo de 1,6 p.p. em relação a 2009, passando de 43,8% para 45,4%, em 2014, superando, assim a meta, que era de 44,15%. A participação feminina no rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal dos homens é de 74,17%, em 2009 a participação era de 72,31%, havendo assim uma elevação de 1,86 p.p., superando, assim, a meta proposta para o indicador relativo à desigualdade de rendimento entre homens e mulheres (72,89%).

A meta relativa ao aumento do nível de ocupação da população negra observou, em 2014, em relação ao ano base (51,1%), aumento de 2,9 p.p., ficando em 53%, abaixo dos 53,66% estipulados como meta para 2015.

A meta relativa à elevação da formalização no mercado de trabalho atingiu e superou a meta proposta (61,08%), ficando, em 2014, em 65,32%, considerando informais os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, no setor público e privado, os por conta própria e os trabalhadores domésticos, ou seja, informalidade se refere na mensuração do indicador ao grau de organização da unidade de produção e o acesso à cobertura previdenciária.

Observa-se que a formalização dos trabalhadores domésticos aumentou no período, atingindo em 2014 o patamar de 42,22%, superior em 3,89 p.p. os 38,33% estipulados como meta, ressaltando-se que o indicador aufere a formalização entre o estoque total de trabalhadores domésticos da pesquisa.

A meta relativa à redução da desigualdade de rendimento entre negros e brancos, mensurada a partir do rendimento

médio habitual recebido no trabalho principal, em termos reais, a valores de dezembro de 2014, atingiu e superou a meta proposta (51,69%), ficando, em 2014, em 58,05% a participação do rendimento de pardos e negros em relação ao dos brancos, superior em 6,77 p.p. ao observado em 2009, de 51,28%.

- **Ampliar as mesas setoriais nacionais de negociação para mais 3 atividades econômicas**

Análise Situacional da Meta

As mesas setoriais nacionais de negociação coletiva estabelecidas no período de 2012 a 2014, compostas por governo, trabalhadores e empregadores, foram: Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde; Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar; Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho no Ramo de Hotelaria e Turismo; Mesa de Diálogo e Negociação Tripartite para Melhorar as Condições de Trabalho na Construção Civil.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

13/02/2015

- **Analisar 100% dos processos de solicitação de Certificado de Aprovação - CA para Equipamento de Proteção Individual - EPI em até 60 dias**

Análise Situacional da Meta

Diante do resultado apurado de 2014, que demonstrou que 79,6% dos processos de solicitação de CA foram analisados em até 60 dias, procedemos a verificação dos dados para compreender o comportamento deste percentual ao longo do ano. Neste cenário, verificou-se que 17,4% dos 20,4% de processos que foram analisados após o prazo de 60 dias concentraram-se nos meses de setembro a dezembro de 2014.

No sentido de melhorar o alcance da meta, houve a revisão das portarias que regulamentam os procedimentos para emissão de Certificado de Aprovação com o intuito de otimizar o processo de análise de processos, o que contribuirá para que as análises ocorram de forma mais célere, permitindo atender a totalidade da meta proposta.

Quantidade alcançada

79,6

Data de Referência

31/12/2014

- **Analisar 10.800 acidentes de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram analisados 2.204 acidentes de trabalho, totalizando 6.595 acidentes analisados no período do PPA. No sentido de alavancar esta atividade, foram realizados operativos na maioria dos estados, ficando de fora algumas regionais menores que não puderam viabilizar os operativos considerando o treinamento e recepção de novos auditores-fiscais. Os desafios desta meta são os já registrados em ocasiões anteriores: trata-se de atividade bastante peculiar, que exige treinamento específico, metodologia própria e maior tempo para realização de cada ação. Os principais avanços a serem registrados são a realização dos operativos e a edição da Portaria MTE N º 589/2014, que exige notificação imediata de acidentes fatais à unidade regional do MTE e ao Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho - DSST.

Quantidade alcançada

6.595

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.107	unidade	601	31/12/2014
Região Nordeste	2.166	unidade	1.448	31/12/2014
Região Norte	782	unidade	577	31/12/2014
Região Sudeste	5.201	unidade	3.014	31/12/2014
Região Sul	1.544	unidade	955	31/12/2014

- **Consolidar a Agenda Nacional do Trabalho Decente (ANTD) e o Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), institucionalizando a Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi realizada a Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente (CNETD), que contou com participação quatripartite e 17 áreas de governo sob a coordenação do MTE. A Conferência teve como objetivo a promoção de um amplo debate sobre as políticas públicas de trabalho, emprego e proteção social, na perspectiva da construção de uma Política Nacional de Emprego e Trabalho Decente a partir das prioridades estabelecidas no Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD) de 2010.

Em 2013 foi aprovado e publicado o relatório final da I CNETD. Também foi realizada a IV Reunião do Comitê Interministerial Executivo (CEI) com a presença dos ministros do Trabalho e Emprego, do MMA, da MPS, da SPM e da SDH. Houve a apresentação de dados do relatório final da CNETD e do monitoramento do PNETD, além da criação de Subcomitê de Promoção do Trabalho Decente nos Grandes Eventos (SPTDGE) e de apresentação do plano de ação para a continuidade do processo de implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD).

Ainda em 2013, integrantes do CEI e representantes dos Ministérios do Esporte e do Turismo ratificaram a criação do SPTDGE cujo objetivo é assegurar que o conceito de trabalho decente fosse considerado elemento central no processo de construção das grandes obras e nas atividades de realização da Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. O SPTDGE iniciou a realização de Oficinas de Trabalho Decente em cidades-sede da Copa de 2014. O objetivo foi identificar conjuntamente as principais demandas locais, potencializando ou definindo ações para o período que antecedeu a Copa e para assegurar um legado social positivo para o nosso País.

No último trimestre de 2013, foram realizados cinco seminários tripartites de promoção do Trabalho Decente em Brasília, Curitiba, São Paulo, Salvador e Manaus em que se apresentou Relatório Final da I CNETD, o Exercício de Monitoramento do PNETD, além de abrir os debates sobre a criação de um Sistema Único de Trabalho (SUT) e lançar a Campanha Nacional de Promoção do Trabalho Decente em Grandes Eventos.

Em dezembro de 2013, realizaram-se reuniões do Grupo de Trabalho Tripartite e do Subcomitê de Assessoramento Técnico (SAT), instâncias operacionais da ANTD, em que se acordou pela revisão do PNETD que compreenderá: a primeira (2014), dedicada à revisão dos indicadores, em especial daqueles que não foram passíveis de mensuração precisa durante o exercício de monitoramento. A segunda fase (2015), dedicada a uma revisão mais abrangente do Plano (incluindo uma revisão de seus resultados e metas) com o objetivo de promover o alinhamento dos seus conteúdos às resoluções da I CNETD, ao PPA 2016-2019, à estrutura do SUT, às ações de promoção do trabalho decente nos grandes eventos, considerando ainda as prioridades da Agenda do Desenvolvimento Pós-2015.

No primeiro semestre de 2014, iniciou-se o trabalho de revisão dos indicadores do Plano. Em 15 de abril de 2014 foi realizada a V Reunião do CEI em que participaram, além do ministro Manoel Dias, as ministras da SPM; da SDH; e da SEPPIR. Os ministros deliberaram sobre o balanço do plano de trabalho de 2013; a proposta de construção do Sistema

Único de Trabalho; a campanha de promoção do trabalho decente na Copa do Mundo de 2014 e o processo de revisão do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

Em 15 de maio de 2014 foi realizada, na Presidência da República, a solenidade de lançamento da Campanha de Mídia "Gente Decente respeita o Trabalho Decente", com assinatura por representantes do governo, das centrais sindicais de trabalhadores e das confederações de empregadores, do Compromisso Nacional pelo Emprego e Trabalho Decente na Copa do Mundo FIFA Brasil 2014. Na oportunidade também foi assinado em âmbito tripartite, o "Protocolo sobre Condições de Trabalho" no setor de Segurança e Vigilância.

No marco do Compromisso Nacional e do Protocolo, os parceiros se comprometem a tomar medidas para assegurar o respeito aos direitos fundamentais no trabalho, incluindo pactuar acordos específicos, cumprir normas de saúde e segurança no ambiente de trabalho e promover iniciativas associativas e cooperativas da economia solidária, diretrizes para o combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil, ao tráfico de pessoas e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

No segundo semestre de 2014, a revisão dos indicadores do PNETD foi finalizada com a realização de 4 Reuniões Setoriais, 3 Oficinas de Revisão e 1 Oficina Final em que foi feito um balanço do trabalho realizado, apontando os avanços alcançados e as dificuldades enfrentadas, tendo em vista ainda o horizonte da continuidade da ANTD em 2015. O processo de revisão resultou de um intenso debate entre diferentes áreas de governo e atores sociais em que foram modificados ou criados 67 indicadores, passando de 84 para 122. Em 2015, continuar-se-á com a revisão do Plano, quando está prevista, entre outras ações, a atualização de sua estrutura.

- **Elaborar e encaminhar norma/regulamento sobre práticas antissindicais e trabalho temporário**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a discussão para elaboração de minuta de anteprojeto de lei sobre atos antissindicais foi retomada e encaminhada para discussão no âmbito da Câmara Bipartite - Governo e Trabalhadores, do Conselho de Relações do Trabalho (CRT). Em 2014, para construir uma proposta consensuada foram realizadas várias discussões, dentre estas, 2 reuniões da câmara bipartite – trabalhadores e governo, momentos que foi debatida a proposta apresentada pelas Centrais e posteriormente com as ponderações e sugestões do Governo. Para dinamizar o debate a partir das propostas apresentadas foi criado por sugestão da câmara bipartite um grupo técnico – governo e centrais, para o aprimoramento da proposta que será apreciada pelo pleno da câmara bipartite e posteriormente pelo pleno do CRT. Porém, ainda não foi fechada posição do Grupo sobre o tema.

O MTE dispõe do Sistema de Registro de Empresas de Trabalho Temporário – SIRETT, o qual acolhe os pedidos de celebração de contrato de trabalho temporário, assim como de prorrogações que ultrapassam o limite legal inicialmente previsto na Lei n° 6.019/74. Tendo como preceitos fundamentais a celeridade de procedimentos, a redução de incidência de fraudes e melhor otimização na tramitação dos processos. Objetivando a modernização dos procedimentos já existentes, foi publicada a Portaria de n° 789, de 2 de junho de 2014, regulamentando a prestação das informações referentes aos contratos de trabalho temporário por meio do SIRETT.

- **Elaborar ou aperfeiçoar 16 regulamentos de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

As Normas Regulamentadoras – NR de segurança e saúde no trabalho são de observância obrigatória em todos os locais de trabalho e têm por objetivo estabelecer obrigações quanto à adoção de medidas que garantam trabalho seguro e sadio, prevenindo a ocorrência de doenças e acidentes de trabalho. A construção desses regulamentos é realizada pelo

MTE adotando o sistema tripartite paritário (governo, trabalhadores e empregadores), que melhor atende às expectativas dos dois polos da relação de emprego, acompanhando de forma mais dinâmica a evolução das relações e processos de trabalho.

Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, foram elaboradas e/ou aperfeiçoadas 27 Normas Regulamentadoras, sendo 6 em 2012, 10 em 2013 e 11 em 2014. Dentre as publicações ocorridas no segundo semestre de 2014, merece destaque: a revisão do Anexo 8 – Vibração - da NR15 Atividades e Operações Insalubres, bem como a criação do Anexo 1 – Vibração – na NR9 – PPRA; e a regulamentação do adicional de periculosidade para trabalhadores expostos a energia elétrica e para aqueles que laborem em motocicleta.

Apesar de já ter atingido a meta do PPA 2012-2015, estão em andamento diversos trabalhos de revisão de NR com o intuito de ter um conjunto normativo harmônico e atualizado, que induza, a partir do seu cumprimento, uma redução significativa na quantidade de acidentes e doenças ocupacionais, o que trará benefícios para trabalhadores, empregadores e governo, especialmente com a redução dos custos previdenciários.

Dentre diversos trabalhos que estão em andamento, merecem destaque: a elaboração da NR sobre Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho e da NR sobre Plataformas de Petróleo; NR nº 18 – Indústria da Construção e NR nº 24 – Condições Sanitárias e de conforto nos locais de trabalho.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Finalizar 85% das mediações coletivas com acordo**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou mediações coletivas e individuais de conflito trabalhista, com acordo firmado entre as partes em 90% dos casos, beneficiando trabalhadores de diversas categorias profissionais. O MTE reestruturou o Sistema Mediador, atualizando a sua plataforma de desenvolvimento e criando o Módulo II do sistema, que passou a acompanhar a partir de 2014 os pedidos de mediação coletiva de conflitos em relações trabalhistas em todo o País, subsidiando as ações para democratização e avanços nas relações de trabalho.
Quantidade alcançada

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

13/02/2015

- **Fiscalizar 1.183.000 empregadores urbanos, portuários e aquaviários com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS**

Análise Situacional da Meta

Em relação à meta de empregadores urbanos, portuários e aquaviários fiscalizados, com obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS, no acumulado de Janeiro de 2012 a dezembro de 2014, foi alcançado um percentual de 65,32% da meta total. Os resultados obtidos no segundo semestre (julho a dezembro) de 2014 foram 17,23% maiores do que aqueles obtidos no primeiro semestre (janeiro a junho), representando 11,58% da meta total. Entretanto, permanecem os problemas e dificuldades ocasionados pela redução do quadro de Auditores-Fiscais do Trabalho.

No período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram alcançados 108,6 milhões de trabalhadores nas fiscalizações. O número de trabalhadores registrados na ação fiscal, ou seja, que tiveram seus contratos de trabalho regularizados,

superou 1 milhão, no mesmo período. Os valores de FGTS e da Contribuição Social recolhidos ou notificados foi superior a R$ 6,4 bilhões no período de 2012 a 2014. Somente no segundo semestre de 2014 esse valor alcançou R$ 1,1 bilhão.

Deve-se ressaltar que o resultado obtido em 2014 foi 11,27% superior ao resultado obtido no ano anterior. Em 2013, por sua vez, os valores de FGTS e Contribuição Social notificados ou recolhidos atingiu aproximadamente R$ 2,3 bilhões, contra R$ 1,6 bilhão em 2012, representando um aumento aproximado de 43,4%. O incremento observado no valor de FGTS notificado ou recolhido é consequência direta do aumento da eficiência das fiscalizações, causado principalmente pelo aprimoramento tecnológico das ferramentas utilizadas pelos Auditores-Fiscais e pela constante capacitação destes.

Quantidade alcançada

772.794

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97.500	unidade	72.967	31/12/2014
Região Nordeste	301.900	unidade	166.311	31/12/2014
Região Norte	75.000	unidade	60.675	31/12/2014
Região Sudeste	499.600	unidade	345.322	31/12/2014
Região Sul	209.000	unidade	127.519	31/12/2014

- **Fiscalizar 500 empresas beneficiárias do Programa de Alimentação do Trabalhador**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram inspecionadas 199 empresas, de modo que o acumulado é de 475 (95%). O treinamento e reunião com representantes de 11 Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE) para ajustes surtiu o resultado esperado, de modo que a meta será atingida sem maiores dificuldades.

Quantidade alcançada

475

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	70	unidade	40	31/12/2014
Região Nordeste	70	unidade	188	31/12/2014
Região Norte	30	unidade	22	31/12/2014
Região Sudeste	230	unidade	111	31/12/2014
Região Sul	100	unidade	114	31/12/2014

- **Fiscalizar 58.000 empregadores rurais com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**

Análise Situacional da Meta

O número de empregadores rurais fiscalizados com atributo de obrigações trabalhistas e arrecadação do FGTS cresceu em ritmo esperado no segundo semestre de 2014. Foram realizadas 6.643 fiscalizações neste período, o que representa pouco mais de 18,24% do acumulado de Janeiro de 2012 a dezembro de 2014, que totaliza 36.420 empregadores rurais. O histórico dos anos anteriores demonstra que o número de fiscalizações rurais tende a ser superior no segundo semestre, em virtude da sazonalidade das atividades no campo, sendo esperado tal resultado para o período. Deve-se ressaltar, no entanto, que houve uma redução de 168 Auditores-Fiscais do Trabalho em 2014, o que prejudicará o atendimento da meta quadrienal.

O montante de FGTS arrecadado ou notificado em ação fiscal no segundo semestre de 2014 foi de mais de R$ 20,8 milhões, o que totaliza o valor arrecadado ou notificado durante o ano de 2014 de mais de R$ 67,4 milhões. O montante arrecadado ou notificado de Janeiro de 2012 a Dezembro de 2014 superou os R$ 194,4 milhões. Foram alcançados, de Janeiro de 2012 a dezembro de 2014, mais de 3,1 milhões de trabalhadores rurais.

Quantidade alcançada

36.420

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	9.280	unidade	6.262	31/12/2014
Região Nordeste	15.020	unidade	9.989	31/12/2014
Região Norte	3.590	unidade	2.702	31/12/2014
Região Sudeste	23.820	unidade	12.738	31/12/2014
Região Sul	6.290	unidade	4.729	31/12/2014

- **Inserir 160.000 pessoas com deficiência sob ação fiscal no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Considerando as dificuldades detectadas/relatadas pelas empresas fiscalizadas à Auditoria-Fiscal do Trabalho, tais como baixa qualificação profissional da mão de obra; dificuldade de encontrar os trabalhadores com deficiência, entre outras; ao final de 2012 a Secretaria de Inspeção do Trabalho regulamentou, por meio da Instrução Normativa nº 98, de 2012, o procedimento especial para a fiscalização da cota legal, com vistas a permitir uma maior adequação das práticas da fiscalização com a realidade do mercado de trabalho, garantindo maior prazo para a consecução total da cota para as empresas que se comprometam, em um determinado prazo, a qualificar, a adequar seus espaços e equipamentos, visando a inclusão efetiva das pessoas com deficiência. E também vem articulando com a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do MTE uma maior divulgação do Sistema Nacional de Emprego – SINE como instrumento público de intermediação de toda a mão de obra nacional.

A meta da fiscalização para o período do PPA 2012-2015 é incluir 160.000 pessoas com deficiência. No período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014, a meta era de 117.500 inserções e foram inseridas 118.930 pessoas com deficiência, atingindo 101,22% da meta estabelecida. De janeiro a dezembro de 2014, foram 42.613 pessoas com deficiência inseridas, por meio da ação direta de fiscalização.

É importante explicar que a meta nacional de inserção de pessoas com deficiência determinada para a fiscalização do trabalho foi distribuída pelos estados, considerando-se o potencial de vagas reservadas às pessoas com deficiência em cada estado, de acordo com a situação geográfica da matriz das empresas com 100 ou mais empregados obrigadas a reservar um percentual de seus cargos, em razão do disposto no art. 93, da Lei nº 8.213, de 1991.

Regionalmente, melhor desempenho se deu na Região Norte, responsável por 4% da meta nacional estabelecida para o período Janeiro de 2012 a dezembro de 2014. A meta prevista era de 4.251 inserções, e foram inseridas 6.091 pessoas com deficiência, 143% da meta prevista. Com destaque maior, ainda, para o ano 2013, quando a meta foi superada em 155% (meta de 1.304, inseridos 2.026). O pior desempenho no período foi do Estado do Pará com 71% da meta para o período cumprida. O melhor resultado foi do Estado do Acre com 215% da meta cumprida.

Em segundo lugar vem a Região Nordeste, com 133% da meta estabelecida para o período analisado, Região responsável por 13% da meta nacional. Em 2012, foram 6.031 inserções; em 2013, 7.746; e em 2014, 7.364. Apenas o Estado de Sergipe não atingiu a meta estabelecida para o período, atingindo 90% da meta.

Em terceiro lugar temos a Região Sul com 128%, responsável por 14% da meta nacional. Sendo 6.251 inserções, em 2012; 7.360, em 2013; e 7.811, em 2014. Com destaque para o Estado do Rio Grande do Sul, único estado na região que superou a meta estabelecida e proporcionou à região superar a meta do período.

Em quarto lugar vem a Região Centro Oeste com 118%, responsável por 7% da meta nacional. Em 2012, foram 3.205 inserções; 3.068, em 2013; e 3.015, em 2014. O único estado que não cumpriu a meta para o período analisado (Janeiro de 2012 a dezembro de 2014) foi o Mato Grasso do Sul, com piores desempenhos no ano de 2013, 43% da meta, e 2014, com 41% da meta estabelecida. Isso se deu, entre outros motivos, em razão da troca de coordenação do projeto no estado e até o momento não houve uma retomada aos índices anteriores.

Em último lugar, vem a Região Sudeste com 84% da meta prevista. Em 2012, foram 17.657; 20.747, em 2013; e 22.364, em 2014, fazendo um total de 60.768 inserções. O Espírito Santo e Minas Gerais superaram a meta prevista, o mesmo não ocorrendo com São Paulo e Rio de Janeiro. Há que se destacar que a Região Sudeste é responsável por 62% da meta nacional, em razão do grande potencial de contração existente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, motivo que consideramos relevante para a não consecução da meta, somando-se à falta de recursos humanos e materiais apropriados nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (SRTE), não permitindo intensificar as ações necessárias para um bom desempenho do projeto.

Quantidade alcançada

118.930

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.838	unidade	9.288	31/12/2014
Região Nordeste	20.588	unidade	21.091	31/12/2014
Região Norte	5.199	unidade	6.091	31/12/2014
Região Sudeste	99.510	unidade	60.768	31/12/2014
Região Sul	23.865	unidade	21.692	31/12/2014

- **Inserir 644.160 aprendizes sob ação fiscal no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

A meta de inserção de aprendizes sob ação fiscal para o quadriênio 2012 a 2015 foi estipulada em 644.160. Em 2011, essa meta foi dividida para cada Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), de forma progressiva, de modo que as regionais tivessem suas metas aumentadas a cada ano, desenvolvendo, assim, protocolos e metodologias de fiscalização de acordo com a sua particularidade e, à medida que essas práticas fossem se consolidando, as metas iriam, também, aumentando.

No ano de 2012, a meta foi superada em mais de 17% (foram inseridos 140.900 aprendizes, sendo que a meta era de 120.000). Em 2013, com a inserção de 160.256 aprendizes, a meta anual foi plenamente atingida. No segundo semestre de 2014, foram inseridos sob ação fiscal 82.371 aprendizes, totalizando 165.308 aprendizes inseridos em 2014. Portanto, não foi possível cumprir a meta estabelecida para 2014, atingindo 83% da meta estabelecida. No entanto, os resultados alcançados no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 totalizam 466.464 aprendizes inseridos, alcançando 97% da meta prevista para o período (480.000) e perfazendo 72% do resultado esperado para o quadriênio. A análise dos números nos permite verificar que, apesar da meta para 2014 não ter sido atingida, a meta do quadriênio se manteve atingível. Espera-se que as regiões que não obtiveram bons resultados se empenhem na consecução das metas.

Quantidade alcançada

466.464

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	77.299	unidade	42.175	31/12/2014
Região Nordeste	118.203	unidade	86.684	31/12/2014
Região Norte	49.278	unidade	28.745	31/12/2014
Região Sudeste	312.418	unidade	230.816	31/12/2014
Região Sul	86.962	unidade	78.044	31/12/2014

- **Realizar 120 operações de auditoria de obras de infraestrutura**

Análise Situacional da Meta

Trata-se da meta alcançada pelo Grupo Móvel de Auditoria de Condições de Trabalho em Obras de Infraestrutura-GMAI com o total de 39 operações em 2014 (encerradas até 31/12/2014). O Grupo atua inspecionando estabelecimentos da indústria da construção, em todo o território nacional, com ênfase nas obras de infraestrutura, visando promover condições de trabalho adequadas e prevenir infrações à legislação trabalhista, especialmente aquelas que tenham impactos na segurança e na saúde dos trabalhadores, em todas as fases do processo de construção. Apesar de estar atuando com equipe reduzida em relação aos anos anteriores, o Grupo atingiu as metas de 2014, superando, antecipadamente, a prevista para o quadriênio.

Quantidade alcançada

137

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	21	unidade	33	31/12/2014
Região Nordeste	32	unidade	24	31/12/2014
Região Norte	38	unidade	50	31/12/2014
Região Sudeste	16	unidade	24	31/12/2014
Região Sul	13	unidade	6	31/12/2014

- **Realizar 500.000 ações fiscais de segurança e saúde no trabalho**

Análise Situacional da Meta

Nos dois primeiros anos do PPA, foram realizadas, respectivamente 154.361 e 143.263 ações, superando as metas anuais. No ano de 2014 foram realizadas 122.095 ações, totalizando 419.719 ações fiscais no período do PPA, o que corresponde a 83,94% da meta integral. Assim, apesar da queda na quantidade de ações anuais, reflexo direto da perda de Auditores-fiscais sem reposição, a perspectiva é de alcance e, possivelmente, superação dessa meta.

Quantidade alcançada

419.719

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	35.000	unidade	41.918	31/12/2014
Região Nordeste	100.000	unidade	101.927	31/12/2014
Região Norte	35.000	unidade	38.597	31/12/2014
Região Sudeste	250.000	unidade	173.970	31/12/2014
Região Sul	80.000	unidade	63.307	31/12/2014

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cobertura das equipes de agentes comunitários	%	01/01/2010	63,17	31/12/2014	66,35
Cobertura das equipes de saúde bucal	%	01/01/2010	34,3	31/12/2014	38
Cobertura das equipes de saúde da família	%	01/01/2010	52,75	31/12/2014	62,37
Cobertura de municípios ao Programa Farmácia Popular -Aqui tem farmácia popular-	unidade	01/01/2010	2.467	31/12/2014	4.345
Cobertura do Programa Saúde na Escola	%	01/01/2010	33	31/12/2014	49,14
Cobertura vacinal contra gripe	%	01/01/2010	82,77	31/12/2014	86,75
Coeficiente de prevalência de hanseníase	1/10.000	21/12/2011	1,54	31/12/2014	1,56
Esperança de vida ao nascer	ano	01/01/2008	73	31/12/2014	75,14
Incidência de Sífilis Congênita	unidade	31/12/2009	5.093	31/12/2013	13.705
Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS)	%	01/01/2010	60	31/12/2014	69,095
Índice de estruturação de redes de urgência e emergência	%	01/01/2010	44	31/12/2014	91,7
Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP)	%	31/12/2011	58	31/12/2014	76
Índice de Municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	31/12/2010	0	31/12/2014	33,2
Índice de realização de transplantes	1/1.000.000	01/01/2010	122,7	31/12/2014	121,71
Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO)	%	31/12/2011	67,95	31/12/2014	79,51
Índice parasitário anual (IPA) da malária	1/1.000	01/01/2008	18,7	31/12/2013	6,28
Número de Academias da Saúde implantadas	unidade	01/01/2010	0	31/12/2014	275
Razão de mortalidade materna	1/100.000	31/12/2009	72	31/12/2012	62
Regiões de Saúde com Contratos Organizativos de Ação Pública - COAP assinado	%	01/01/2010	0	31/12/2014	5,5
Taxa de incidência de Aids	1/100.000	31/12/2009	20,6	31/12/2013	20,4
Taxa de incidência de tuberculose	1/100.000	31/12/2009	38,07	31/12/2013	36,8
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas	1/100.000	01/01/2007	84	31/12/2012	96,8
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2009	16,8	31/12/2012	14,9
Taxa de mortalidade neonatal precoce	1/1.000	01/01/2007	11	31/12/2012	7,8
Taxa de mortalidade neonatal tardia	1/1.000	01/01/2007	3,3	31/12/2012	2,5

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	1/100.000	01/01/2007	162,9	31/12/2012	171,8
Taxa de prevalência de excesso de peso	%	01/01/2003	42,7	31/12/2013	50,8
Taxa incidência de dengue	1/100.000	01/01/2009	293,35	31/12/2013	722,4

Observações:

Cobertura das equipes de saúde bucal - Fonte: SAGE/MS

Cobertura de municípios ao Programa Farmácia Popular -Aqui tem farmácia popular- - Fonte: SAGE/MS

Cobertura do Programa Saúde na Escola - Fonte: Censo Escolar/MEC e Portal do Gestor/DAB. A adesão ao programa Saúde na Escola é voluntária e exige renovação a cada ciclo aberto. O município tem autonomia de pactuar quantas escolas quiser, desde que vincule uma ou mais equipes de saúde da família no território. A relação entre número de municípios que aderem e o número de escolas indicadas não é necessariamente direta, pois pode acontecer que o número de municípios reduza, mas o número de escolas pactuadas seja mantido ou até aumente, compensado pelo aumento do número de escolas pactuadas pelo conjunto de municípios aderidos. Em 2014, a redução do número de municípios pactuados impactou negativamente no resultado do indicador.

Cobertura vacinal contra gripe - Fonte: SI-PNI (http://pni.datasus.gov.br/consulta_influenza_14_selecao.asp). Refere-se à campanha de vacinação de 2014. Data de apuração: 10/02/2015.

Coeficiente de prevalência de hanseníase - Fonte: SINAN/SVS. Dados preliminares.

Esperança de vida ao nascer - Fonte: IBGE - http://brasilemsintese.ibge.gov.br/populacao/esperancas-de-vida-ao-nascer

Incidência de Sífilis Congênita - Apuração: 04/12/2014.

Índice de estruturação de redes de urgência e emergência - Cálculo do Indicador no período:
2012: 27/60*100 = 45%.
2012-2013: 40/60*100 = 66,7%.
2012-2014: 55/60*100 = 91,7%.
É importante esclarecer que o denominador utilizado é o número de PAR previstos para o quadriênio 2012-2015, que são 60 PAR pretendidos, e o numerador é o número de Planos estruturados acumulados no período. O índice não é calculado anualmente, mas pelo período.

Índice de implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAP) - Fonte: SAGE/MS e SAS/MS. Cálculo: (1069 x 0,5) + (476) + (154 x 1,5)* + (201) + (309) dividido por 2290**, multiplicado 100.
* Somente a partir de 2012 foram acrescidos os CAPS AD24hs (Caps III + CapsAD24hs).
** Nº pretendido ao final do PPA.

Índice de Municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano - 33,2% (1.860 municípios) desenvolvendo a vigilância da qualidade da água para consumo humano. A redução no percentual em relação aos anos anteriores se deve à atualização do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua), ferramenta utilizada para o acompanhamento do indicador. Em 2014, ano de transição para a nova versão do Sisagua, o volume de dados inseridos no sistema foi inferior ao do ano de 2013, o que não significa retrocesso na execução das ações do Vigiagua nos municípios do País.

Índice de realização de transplantes - Não estão inclusos os dados de transplante de medula óssea do tipo alogênico e autólogo do estado de São Paulo, ainda não consolidados.

Índice implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) - Cálculo: 1.032/1.298 x 100. Fonte: SAGE/MS

Índice parasitário anual (IPA) da malária - Em 2013, foram notificados 169.620 casos de malária no Brasil, sendo 169.526
(99,94%) na região da Amazônia Legal e 94 fora desta região. O IPA da região da Amazônia Legal foi de 6,28 casos por mil habitantes. Fonte: Saúde Brasil 2013. Ainda não está fechado o número para 2014.

Número de Academias da Saúde implantadas - Academias de saúde que recebem recursos de custeio para seu funcionamento.

Razão de mortalidade materna - Fonte: Saúde Brasil 2013.

Taxa de incidência de Aids - Dados preliminares.

Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas - A estimativa de 2012 foi calculada a partir do SIM e utilizada a metodologia do IDB-RIPSA.
Apuração - Março/2014.

Taxa de mortalidade infantil - Este é o valor final de 2012 que será publicado no IDB2013.
Apuração - Março/2014.

Taxa de mortalidade neonatal precoce - Dados preliminares obtidos no Saúde Brasil 2013.

Taxa de mortalidade neonatal tardia - Dados preliminares obtidos no Saúde Brasil 2013.

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório - A estimativa de 2012 foi calculada a partir do SIM e utilizada a metodologia do IDB-RIPSA.

Apuração - Março/2014.
Taxa de prevalência de excesso de peso - Fonte: Vigitel Brasil 2013.
Taxa incidência de dengue - Apuração de 10/07/2014.

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo trata da ampliação do acesso e da qualidade da atenção primária por meio da elevação da quantidade das equipes de saúde da família e de saúde bucal. Ainda nesse nível de atenção, as prioridades estão voltadas para a adequação da infraestrutura das unidades básicas, aprimoramento dos parâmetros de qualidade e a expansão e qualificação do sistema. Com relação à atenção especializada, será privilegiada a organização dos serviços em redes, nas quais deverão ser qualificados o acolhimento e a humanização das práticas.

Neste contexto, em 2014, o Ministério da Saúde continuou a adequação do contingente de profissionais da área médica e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde, com destaque para o Programa Mais Médicos.

O Programa Mais Médicos tem por finalidade a redução da carência de médicos e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde nas regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS), que inclui Municípios com alto percentual de população em situação de extrema pobreza, Municípios do grupo G100 e Municípios com alto percentual de população usuária do SUS.

Em 2014, foram alocados 7.804 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, atingindo um total 14.462 médicos em atividade em 3.785 Municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) desde a sua criação. O Governo Federal superou a meta inicial estipulada de atender 46 milhões de pessoas, chegando a alcançar 50 milhões de beneficiados.

Os médicos integrantes do Mais Médicos recebem supervisão acadêmica conduzida por 148 tutores, sendo a maioria docente de medicina, integrantes de 49 IES, e por 1.741 supervisores médicos, que acompanham mensalmente o desempenho acadêmico e profissional dos médicos em exercício, em articulação com tutores e gestores municipais de saúde.

A Estratégia de Saúde da Família alcançou cobertura de 62,37% da população brasileira, o que corresponde a 120,9 milhões de pessoas. Até dezembro de 2014, a Estratégia contou com 39,2 mil equipes atuando em 5.463 Municípios. Em relação aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), conta-se com 265.698 ACS contratados, representando uma cobertura de 66,35% da população brasileira.

Dando complementaridade à atuação em Atenção Básica, o poder público ampliou o número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) em 1.129 equipes, chegando a 24.279 equipes em operação em 5.014 Municípios, beneficiando 76,3 milhões de pessoas. Em 2014, foram implantados 42 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), chegando a 1.030 centros em funcionamento. Em 2014 o Brasil chegou a 1.955 municípios habilitados com Laboratório Regional de Prótese Dentária, chegando a 600.196 próteses ofertadas.

Com a finalidade de aumentar a capacidade das gestões municipais, estaduais e federal, em conjunto com as equipes de saúde, o Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica alcançou 30.522 equipes (incluindo 19.946 ESB), 1.813 Nasf e 860 CEO contratualizados em 2014, presentes em 5.070 Municípios.

O Programa Melhor em Casa ampliou em 2014 a abrangência do atendimento do SUS fora do espaço hospitalar. Nesse âmbito, até dezembro de 2014, apresenta uma cobertura potencial de 25,7% da população, ou seja, estando ao alcance de 52,2 milhões de habitantes. A assistência multiprofissional gratuita é realizada no lar do paciente, que recebe o cuidado mais próximo da família, proporcionando um serviço humanizado e acolhedor.

Em 2014, foram constituídas 294 novas Equipes de Atenção Domiciliar, formadas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e fisioterapeutas, além de outros profissionais, totalizando 803 desde o início do Programa. Dessas, 522 são

Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar e 281 Equipes Multiprofissionais de Apoio.

Quanto à construção de novas UBS, até 2014 registra-se a conclusão de 2.096 obras de construção e 4.168 obras de reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Além disso, 2.922 obras de ampliação foram concluídas. Foram ainda habilitadas propostas para 728 construções, 721 ampliações e 378 reformas de UBS.

No que se refere à atenção oncológica, no ano de 2014 foram habilitados cinco novos hospitais de alta complexidade em oncologia, atingindo um total de 283 hospitais habilitados. Os estabelecimentos de saúde habilitados em alta complexidade e oncologia realizam o diagnóstico definitivo e o tratamento dos cânceres mais prevalentes ou todos os tipos de câncer, a depender do tipo de habilitação de cada estabelecimento

Foram realizadas no ano de 2014, de janeiro a novembro, 246,3 mil cirurgias oncológicas, 2,6 milhões de procedimentos de quimioterapia e 9,6 milhões de procedimentos radioterápicos. A fim de promover a qualidade dos exames citopatológicos do colo do útero ofertados à população e considerando a Qualificação Nacional em Citopatologia na Prevenção do Câncer do Colo do Útero (QUALICITO), foram habilitados 596 laboratórios. Destes laboratórios, 571 foram habilitados como Tipo I, ou seja, aqueles que prestam serviço ao SUS e que realizam exames citopatológicos do colo do útero, 17 habilitados como Tipo II aqueles responsáveis por realizar exclusivamente os exames citopatológicos do colo do útero no âmbito do Monitoramento Externo da Qualidade (MEQ) e 08 habilitados como Tipo I e Tipo II, que realizam ambas as ações.

Em relação às cirurgias de transplante realizadas no Brasil, 95% são realizadas pelo SUS. Destaca-se em 2014 o crescimento do registro brasileiro de doadores de medula óssea (Redome), com mais de 3,5 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o terceiro maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Em 2014 foram realizados 23.217 transplantes. Esse número ainda não inclui os dados de transplantes de medula óssea do tipo alogênico e autólogo do estado de São Paulo, ainda não consolidados. No ano de 2014, foram notificadas 9.378 mortes encefálicas, que resultaram em 2.710 doadores efetivos de órgãos. Este número configura a maior quantidade de doadores efetivos já registrados em apenas um ano no Brasil, ultrapassando todas as metas e previsões e alcançando 14,2 doadores efetivos por milhão de população (número total de doadores efetivos no ano dividido pela população censitária, multiplicado por 1.000.000).

Também, até dezembro de 2014 foi assegurada a disponibilidade de 3,28 UI per capita de Fator VIII e 0,55 UI per capita de Fator IX para o tratamento dos pacientes com hemofilia A e B, respectivamente, considerando os quantitativos armazenados e distribuídos pelo Ministério da Saúde. Em 2014, ocorreu a formalização dos protocolos de uso de Imunotolerância para Hemofilia A e de Profilaxia Primária para Hemofilia Grave.

Foram implantadas 14 plataformas para realização centralizada dos testes do ácido nucleico (NAT) na Hemorrede Nacional. O teste está disponível para atendimento a 100% dos serviços públicos e privados contratados pelo SUS. De janeiro até dezembro de 2014, foram testadas 2.939.086 amostras com o NAT Brasileiro. O total de janelas imunológicas identificadas na rotina dos Sítios Testadores (considerando os dados cumulativos de 2011 a dezembro de 2014) foi de 29 para HIV e 10 para HCV. Estima-se uma produção nacional em 3.600.000 bolsas de sangue.

Com a melhoria da qualificação da Hemorrede, pelo menos 103 serviços de hemoterapia foram certificados para fornecimento de plasma para a indústria de hemoderivados.

Nesses serviços qualificados, foram coletadas, em 2014, 552.157 bolsas de plasma de uso industrial, que compõem um volume estimado de 121.475 litros de plasma.

Metas 2012-2015

- **Alocar 13,2 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foram alocados 7.804 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, atingindo um total 14.462 médicos.

  Quantidade alcançada

  14.462

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ampliação do tratamento do câncer, com incremento de 25% das cirurgias oncológicas e de 5% dos procedimentos quimioterápicos no Brasil, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas no ano de 2014, de janeiro a novembro, 246.305 cirurgias oncológicas e 2.581.497 procedimentos quimioterápicos.

- **Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS), priorizando 5.000 unidades na Região Nordeste.**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Saúde aprovou, por meio de publicação em portaria, 16.855 propostas para obras de reforma e ampliação de UBS no Brasil, sendo 8.506 ampliações e 8.349 reformas. Em dezembro de 2014, do total aprovado, 15.464 obras encontravam-se vigentes devido ao cancelamento de 8% das propostas. No período de 2012-2014 foram ampliadas 2.922 e reformadas 4.168 unidades, totalizando 7.090 UBS concluídas no período, representando 45% do total aprovado. Apenas em 2014 foram ampliadas 1.802 unidades e reformadas 1.746 em todo o Brasil.

Na região Nordeste, do número total de propostas habilitadas, 6.868 obras estavam vigentes em dezembro de 2014 (4% de cancelamentos), sendo 3.731 ampliações e 3.137 reformas. Do total de obras concluídas no Brasil no período de 2012-2014, 3.053 estão localizadas no Nordeste (43%), com 1.383 unidades ampliadas e 1.670 reformadas. Considerando apenas o ano 2014, das 3.548 obras concluídas no Brasil, 863 ampliações e 678 reformas foram da região Nordeste.

Quantidade alcançada

15.464

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 houve um aumento de 7.762 ACS. Somados aos 7.336 do período de 2012-2013, o aumento de ACS no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foi de 15.098. O total de ACS no País até dezembro de 2014 foi de 265.698.

Quantidade alcançada

265.698

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram implantadas 1.129 Equipes de Saúde Bucal. Somadas às 1.750 ESB do período de 2012-2013, o aumento de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foi de 2.879. O total de ESB até dezembro de 2014 foi de 24.279.

Quantidade alcançada

24.279

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram implantadas 4.513 Equipes de Saúde da Família. O total de ESF até dezembro de 2014 foi de 39.228.

Quantidade alcançada

39.228

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram realizados 23.217 transplantes de orgãos sólidos e não sólidos.

(Não estão incluídas as modalidades de transplante de medula óssea do tipo alogênico e autólogo do estado de São Paulo, dados ainda não consolidados)

Quantidade alcançada

23.217

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 2.000 profissionais que atuam em áreas estratégicas em Metodologia de Identificação e Combate ao Racismo e ao Sexismo Institucional, como estratégia para promoção da equidade no SUS.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi realizado o Fórum “Enfrentando o racismo institucional para promover a saúde integral da população negra no SUS” que reuniu gestores em saúde e representantes do movimento social. Foi produzido, pela UNASUS, módulo para atender à Política de Promoção de Equidades e políticas para população em situação de vulnerabilidade. Em 2014, o módulo foi ofertado para profissionais da saúde e já conta com 4.473 matriculados, com mais de 150 concluintes.

- **Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2014 foram capacitados em regulação um total de 1.719 profissionais, sendo que 1.660 destes participaram do Curso de Especialização em Regulação e os 59 restantes participaram do treinamento para uso do Sistema Nacional de Regulação – SISREG. Somados aos 2.434 do período de 2012-2013, o total de profissionais capacitados na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde é de 4.153.

Quantidade alcançada

4.153

Data de Referência

31/12/2014

- **Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer**

Análise Situacional da Meta

No 1º semestre foram realizadas atividades preliminares como: sondagens, construção da cabine de medição de energia elétrica, projetos para a construção do canteiro de obra e a locação da obra.

No início do 2º semestre, foram iniciadas as atividades para a construção da parede de diafragma com escavação para regularização do terreno, execução da mureta guia, construção de pavimentação para a estrutura de apoio a Hidrofresa, mobilização e montagem dos equipamentos da Hidrofresa e remoção das fundações enterradas na linha de execução da parede diafragma. Devido a impedimentos legais em seu início, a obra será concluída entre 3 a 4 anos, de acordo com o cronograma estabelecido.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Disponibilizar 3,9 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,27 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014: 3,28 UIs de Fator VIII, considerando a distribuição dos fatores plasmático e recombinante, armazenados e distribuídos pelos CAIES/MS e Hemobrás; e 0,55 UIs Fator IX, considerando o Fator IX plasmático distribuído e armazenado no CAIES/MS e na Hemobrás.

- **Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implantadas 185 EMAD e 109 EMAP, totalizando 349 equipes no ano de 2014. Desde o início da implantação, em abril de 2012, até dezembro de 2014, foram implantadas 803 Equipes de Atenção Domiciliar, sendo 522 Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 281 Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP).

Quantidade alcançada

803

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 187 Centrais de Regulação.**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2014 foram implantadas 44 centrais de regulação, que, somadas ao período 2012/2013, totalizaram 142 centrais implantadas.

Ressaltamos que não foram computadas as centrais contempladas apenas com recursos de custeio, o que descaracterizaria o objetivo da meta pactuada e alteraria o quantitativo.

Quantidade alcançada

142

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Foram habilitados 25 laboratórios para realizar o MEQ em 16 estados brasileiros. Os demais estados e o Distrito Federal ainda não contam com laboratório habilitado para realizar o MEQ.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 3.358 unidades básicas de saúde(UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Até 2014 foram implantadas 2.096 UBS, totalizando 40.609 UBS em funcionamento no País.

Quantidade alcançada

2.096

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implantados 42 Centros de Especialidades Odontológicas. Somados aos 106 do período de 2012-2013, houve um aumento de 148 CEOs entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014. Até dezembro de 2014 o total de CEOs em funcionamento foi de 1.030.

Quantidade alcançada

1.030

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias**

Análise Situacional da Meta

Meta superada em 2012 , uma vez que as 27 UF atualmente já contam com a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias implantada.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia, que contempla 80 serviços, sendo 39 ampliações de serviços já habilitados e 41 novos serviços, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

A empresa Varian Medical Systems, ganhadora do pregão presencial nº 11/2013, realizou visita e elaborou o projeto básico de todos os estabelecimentos que foram contemplados no Plano como ampliação. Os projetos estão sendo avaliados pelos estabelecimentos contemplados e pelo Ministério da Saúde.

- **Programa Saúde na Escola ampliado para creches e pré-escolas de 100% dos municípios que aderirem ao programa.**

Análise Situacional da Meta

A meta do PSE para creches e pré-escolas ocorreu a partir do ciclo 2013-2014. Nesse ciclo, 98% dos municípios que aderiram ao programa pactuaram creche ou pré-escola. No ciclo 2014-2015, pactuaram 4.787 munícipios e 19.999 creches, 2.251 creches a menos que no ciclo anterior.

Quantidade alcançada

85,6

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover a adesão de 78% dos municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Na adesão referente ao ciclo 2014-2015, finalizada em junho de 2014, contou-se com a adesão de 4.787 Municípios (85,9%), alcançando uma cobertura de 18,3 milhões de educandos.

Quantidade alcançada

85,9

Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) já conta com a adesão de 22 Estados e 134 municípios.

Em 2014 houve a qualificação de 91 serviços de saúde no sistema prisional.

Quantidade alcançada

91

Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificar 4 estados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário**

  Análise Situacional da Meta

  Entre 2012 e 2013, os 4 estados previstos na meta (SC, MA, PI e RN) foram qualificados no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP).

  Quantidade alcançada

  4

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 foram requalificados 22 serviços de saúde no sistema prisional.

  Quantidade alcançada

  22

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo trata da vigilância em saúde, do controle dos determinantes, riscos e danos à saúde das pessoas que vivem em determinadas condições de vulnerabilidade, fornecendo elementos para implementação de ações que visam à integralidade da atenção.

Um primeiro foco de atenção são as doenças transmissíveis, que têm apresentado mudanças significativas ao longo das últimas décadas, mas ainda continuam a oferecer desafios aos programas de controle e prevenção.

Em 2014, para o aprimoramento da vigilância da dengue, o Brasil começou a adotar a nova classificação de casos de dengue, estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), quais sejam: dengue, dengue com sinais de alarme e dengue grave. De janeiro a dezembro de 2014 ocorreram 587.815 casos prováveis de dengue (casos notificados, excluindo os descartados), 684 casos de dengue grave, 8.137 casos de dengue com sinais de alarme e 405 óbitos. Em comparação com o mesmo período de 2013, houve uma redução de 40 % nos óbitos (674). Visando o aprimoramento da vigilância e o enfrentamento de epidemias de dengue e Chikungunya no Brasil, o Ministério da Saúde vem desenvolvendo uma série de ações preparatórias, tais como: repasse de R$ 363,4 milhões a todos os Municípios para qualificação das ações de prevenção e controle da dengue em dezembro de 2013 e R$ 150 milhões em dezembro de 2014; distribuição de inseticidas para controle vetorial e kits para diagnóstico de dengue; elaboração do Plano de Contingência Nacional de Resposta ao Vírus Chikungunya, do Manual de Preparação e Resposta à introdução do Vírus Chikungunya no Brasil, do Guia de manejo clínico de Chikungunya, de procedimentos de vigilância e capacitação de laboratórios centrais de saúde pública para a realização dos testes de diagnóstico de Chikungunya; dentre outras.

A tuberculose é outro desafio colocado, com profundas raízes sociais, por estar ligada diretamente à pobreza. No período de janeiro a novembro de 2014, foram diagnosticados e registrados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação 55.493 casos novos de tuberculose. Em 2014, foi incorporado um novo método de diagnóstico da tuberculose (teste molecular rápido), previsto para ser implantado em 94 Municípios prioritários, sendo que 41 deles já estão com o processo em funcionamento.

Quanto ao HIV/Aids, em 2014 foi iniciada a oferta da dose tripla combinada dos medicamentos Tenofovir (300 mg), Lamivudina (300 mg) e Efavirenz (600 mg) para o tratamento dos pacientes com AIDS. Essa combinação de medicamentos integra o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para o Manejo da Infecção do HIV em Adultos, e está sendo disponibilizado como tratamento inicial para os pacientes soropositivos. De janeiro a dezembro de 2014, 2.942 pessoas vivendo com HIV e AIDS tiveram dispensação do medicamento 3 em 1, sendo a maioria do Rio Grande do Sul.
Em relação à hanseníase, dados preliminares de julho de 2014 demonstram que houve uma pequena redução no coeficiente de prevalência da hanseníase do primeiro semestre de 2014 (1,47/10.000 habitantes) em relação ao mesmo período de 2013 (1,5/10.000 habitantes), o que corresponde a 29.841 casos de hanseníase em tratamento no País. Quanto à hepatite C, foram tratados 15.812 portadores, estimativa realizada a partir dos dados de consumo médio mensal dos medicamentos, enviados pelos Estados.
Ainda em 2014 o Governo Federal introduziu a vacinação contra a Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de um ano. Essa iniciativa encontra-se implantada em todo o território e já foram adquiridas mais de cinco milhões de doses.
A mobilização nacional para o combate à poliomielite e de seguimento contra o sarampo realizou, em 2014, ampla campanha nacional para vacinar aproximadamente 12,7 milhões de crianças de seis meses a menores de cinco anos e 10,9 milhões de crianças de um ano a menores de cinco anos, respectivamente. No combate à gripe também foi realizada campanha nacional de vacinação de população específica, com distribuição de mais de 53,5 milhões de doses, resultando no alcance de 86,7% de cobertura vacinal nos grupos elegíveis.
A vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela), introduzida no Calendário Nacional de Vacinação em 2013 para substituir a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças entre 15 meses e dois anos de idade, alcançou em 2014 uma cobertura de 72,63% dessa clientela específica, com mais de 3,7 milhões de doses adquiridas.
A segunda dose da vacina contra o vírus HPV, que protege do câncer do colo de útero, começou a ser aplicada em meninas de 11 a 13 anos a partir de 1º de setembro de 2014 em todo o País.
No que se refere à incidência da malária, de janeiro a outubro de 2014, observou-se redução de 21% (121.778) nos casos na Região Amazônica quando comparado com o mesmo período de 2013 (154.305); e de 24% nas internações por malária, passando de 1.737 (2013) para 1.326 (2014).
Importante ressaltar que foi realizada, em 2014, a Pesquisa Nacional de Saúde, em parceria com o IBGE, a qual coletou informações sanitárias, de acesso e uso de serviços, de ações preventivas, da continuidade dos cuidados e do financiamento da assistência de saúde, além do estilo de vida de 63 mil domicílios, com a finalidade de apresentar resultados que venham a subsidiar a formulação das políticas públicas em saúde nas áreas de promoção, vigilância e atenção à saúde.
Os dados coletados e analisados serão lançados em quatro volumes. O primeiro volume, cujo lançamento ocorreu em dezembro de 2014, contém informações sobre estilo de vida (alimentação, atividade física, consumo de álcool e tabagismo), doenças crônicas não transmissíveis e percepção do estado de saúde. Em 2015, planeja-se a divulgação dos demais volumes, além dos cruzamentos e análises possíveis.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 UF em 2010 para as 27 UF até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, 27 UF com 93% de confirmação sorológica dos casos de Hepatite C.

  Quantidade alcançada

  27

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ampliar a taxa de cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 74,3% em 2009 para**

85% até 2015.

Análise Situacional da Meta

O percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados em 2014 serão apurados em 2015. Dados do Sinan apurados em dezembro de 2014, apontam que o percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados entre janeiro e novembro de 2013 está em 61,8%.

Quantidade alcançada

61,8

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 443.447 análises para o parâmetro de Coliformes Totais, quantitativo esse equivalente a 60,8% de análise do total de amostras.

Quantidade alcançada

60,8

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro turbidez, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas 398.509 análises para o parâmetro de Turbidez, quantitativo esse equivalente a 54,6% de análise do total de amostras.

Quantidade alcançada

54,6

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o número de UF com 90% de investigação de óbitos com causa básica definida, passando de 20 UF em 2010 para 27 UF até 2015.**

Análise Situacional da Meta

De janeiro a dezembro de 2014, 24 UF apresentaram ao menos 90% das investigações de óbitos com causa básica definida. A média nacional está em 93,9%.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o número de unidades de saúde com notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, passando de 5.898 em 2011 para 12.200 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, são 10.004 unidades notificantes em 3.379 municípios, as quais registraram 169.361 notificações de violência doméstica, sexual e/ou outras violências. O ano de 2013 foi finalizado com 9.124 unidades de saúde notificantes, com 156.202 notificações.

Quantidade alcançada

10.004

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador, passando de 12% em 2010 para 100% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro/2014, dos 209 Cerest habilitados, 193 responderam à questão referente às ações de VISAT, dos quais 130 estavam desenvolvendo ações VISAT, correspondendo a 62,2% do total de Cerest habilitados.

Quantidade alcançada

62,2

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o percentual de municípios prioritários realizando notificação no SINAN dos casos de intoxicações exógenas por agrotóxicos, passando de 30% em 2013 para 100% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até o momento, foram priorizados 627 municípios brasileiros nas 27 Unidades da Federação para a execução de ações de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, com base nos seguintes critérios: área plantada e taxa de incidência de intoxicações por agrotóxicos por 100 mil habitantes.

Tomando como base a atualização em 24/12/2014 do banco do SINAN, com recorte temporal de janeiro a dezembro de 2013*, 43% (267) dos municípios prioritários notificaram no mínimo 1 caso de intoxicação exógena por agrotóxicos.

*O banco do SINAN de 2013 fechará em agosto de 2015.

Quantidade alcançada

43

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) de tetravalente/pentavalente em menores de 1 ano, em todos os anos, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

A tetravalente é uma vacina combinada do tipo injetável que imuniza crianças menores de 1 ano contra difteria, tétano, coqueluche, meningite e outras infecções causadas pelo Haemophilus influenzae tipo b. A introdução da vacina pentavalente é uma união da vacina Tetravalente com a vacina Hepatite B.

Dados preliminares de janeiro a novembro de 2014 demonstram que 57,57% dos municípios do País apresentaram cobertura da vacina pentavalente em menores de 01 ano maior ou igual a 95%.

Quantidade alcançada

57,57

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 34 estudos e pesquisas com vistas a sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014 foram selecionadas 15 pesquisas por meio do Edital nº 1/2014, sendo que 13 serão realizadas por meio de Termo de Execução Descentralizada - TED e duas por meio de convênios.

No segundo semestre iniciou-se o processo de celebração dos referidos termos. Os dois termos de convênio foram celebrados e empenhados, aguardando a liberação do financeiro em 2015. Com relação aos 13 TED, apenas um teve o recurso transferido e empenhado pela universidade, os demais foram celebrados e publicados, porém, os recursos serão descentralizados em 2015.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar e fortalecer os Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde nas 27 Unidades da Federação,**

considerando-se as populações vulneráveis e os índices de homicídios e agressões.

Análise Situacional da Meta

Os núcleos estão sendo apoiados por meio de visitas de assessoramento e de capacitações de gestores estaduais da Vigilância em Saúde, nas 27 unidades da federação.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar financeiramente 30 Centrais de Rede de Frio para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O Levantamento Nacional da Situação da Rede de Frio, realizado em 2011 em toda a rede (composta por 27 Centrais Estaduais, 307 Centrais Regionais e 22 Centrais Municipais, totalizando 356 pontos de referência em Rede de Frio) sugeriu como prioritária, para o ano de 2012, a alocação de recursos para a aquisição de equipamentos de refrigeração. Em dezembro de 2012, foram instituídos repasses financeiros do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde Estaduais e do Distrito Federal, por meio do Piso Variável de Vigilância e Promoção da Saúde, para fomento e aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio, em âmbito estadual e regional.

Em julho de 2014, foi publicada Portaria n° 1.429, estabelecendo procedimentos e critérios para o repasse de recursos financeiros de investimento pelo MS, destinados ao fomento e ao aprimoramento das condições de funcionamento da Rede de Frio, com a aquisição de equipamentos, material permanente, unidades móveis e aprimoramento das condições de funcionamento. O total repassado foi de R$ 86,5 milhões, sendo R$ 35,8 milhões no ano de 2013 (portaria nº 3.301 de 26 de dezembro de 2013) e R$ 50,7 milhões no ano de 2014 (portarias nº 2.627 de 27 de novembro de 2014 e nº 2.751 de 10 de dezembro de 2014). Com esse repasse, ao todo foram apoiadas 392 redes de frio. Das 355 centrais de rede de frio classificadas como prioritárias de acordo com levantamento realizado em 2011, 220 receberam incentivo nos anos de 2013 e 2014. Adicionalmente, 172 Centrais municipais classificadas como não prioritárias também receberam incentivo em 2013 e 2014, totalizando o número de 392.

Quantidade alcançada

392

Data de Referência

31/12/2014

- **Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, 26 municípios foram beneficiados com melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas, com a celebração de 26 convênios por meio de Emenda Parlamentar, totalizando 182 municípios beneficiados nos últimos três anos 2012-2014 (2012:50 e 2013: 106).

Quantidade alcançada

182

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar as academias de saúde, chegando a 4800 academias em 2015**

Análise Situacional da Meta

De 2011 a 2014 foram habilitados, para construção, 3.790 polos de academia da saúde e 450 projetos similares em todas as regiões do País, totalizando 4.240 projetos habilitados. Até dezembro de 2014, 934 obras foram concluídas. Em relação ao custeio, até dezembro de 2014, 275 polos foram habilitados para custeio pela SAS e SVS.

Quantidade alcançada

4.240

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800	unidade	2.778	28/02/2014

- **Implantar a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nas 27 UF até o ano de 2015.**

Análise Situacional da Meta

A partir de 2012, o Ministério da Saúde incentivou o fortalecimento da Vigilância em Saúde de populações expostas a agrotóxicos por meio da Portaria nº 2.938/2012, que autorizou o repasse de recursos específicos para este fim.

A Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM) estabeleceu os seguintes critérios para monitorar e avaliar a implantação da vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos nos estados: criação de Grupo de Trabalho ou similar; inserção de ações de VSPEA na Programação Anual de Saúde; priorização de municípios; pactuação de propostas de VSPEA na CIB; percentual de execução das ações propostas. A partir da pontuação obtida por cada estado no conjunto desses critérios, a implantação da VSPEA pode ser classificada como: (1) crítica; (2) inicial sendo que, nessas duas classificações a VSPEA é considerada como NÃO IMPLANTADA; (3) regular; (4) boa; (5) ótima; (6) excelente.

De acordo com esses critérios, 25 UF implantaram a VSPEA. As UF que não implantaram são AP e MA, cuja classificação é inicial.

Segundo último monitoramento feito pela CGVAM, os estados apresentam o seguinte estágio de classificação da implantação de VSPEA: 1. Inicial (AP, MA); 2. Regular (AC, RO, RN, ES, RJ, SE); 3. Boa (RR, PA, MT, MS, GO, PI, CE, PB, BA, MG, SP, RS); 4. Ótima (AM, TO, PE, AL, PR, SC); 5. Excelente (DF).

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar na FIOCRUZ Centro de Estudos e Pesquisas em Desastres Naturais - CEPED**

Análise Situacional da Meta

O Ceped foi implantado na Escola Nacional de Saúde Pública (Campus Manguinhos/Fiocruz) em 2013.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	1	31/12/2014

- **Implantar o Sistema GAL (Sistema Gerenciador de Ambiente Laboratorial) em 50 laboratórios de referência da Fiocruz garantindo 100% de rastreabilidade das amostras em ambiente WEB**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, 18 laboratórios tiveram o sistema GAL implantado. Em 2014, mais 8 laboratórios de referência tiveram o sistema GAL implantado, totalizando 26 no período.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de dengue, influenza e meningite bacteriana em todos os 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Atualmente existem 15 Estados que implantaram a técnica de biologia molecular para pelo menos um dos três agravos, a saber:

Dengue (07 Estados): CE, GO, PE, SP, MG, RS e RJ; Meningites (04 Estados): SP, PR, CE e MG;

Influenza (15 Estados): RS, SC, PR, SP, MG, RJ, ES, BA, PI, PE, CE, GO, MS, AM e AC.

Os Estados de RR, MA e MT iniciaram o processo de implantação de PCR-TR (quantitativo em tempo real), técnica de laboratório que permite a identificação dos agravos.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	2	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	4	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	2	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2014

- **Introduzir a vacina DTPa no calendário nacional de vacinação da gestante, ampliando a cobertura vacinal para 95% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O MS tornou pública em 2013 a decisão de incorporar a vacina adsorvida contra difteria, tétano e pertussis (acelular) - dTpa - para vacinação exclusivamente de gestantes no Sistema Único de Saúde - SUS.

A vacina foi introduzida em novembro, com estoque atual de 2.154.962 doses da vacina (suficiente para atender 7 meses) e espera-se o recebimento de mais 500.000 doses.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Introduzir a vacina Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano, ampliando a cobertura para 95% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Ainda em 2014 o Governo Federal introduziu a vacinação contra a Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de um ano. Essa iniciativa encontra-se implantada em todo o território e já foram adquiridas mais de cinco milhões de doses.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Introduzir a vacina Varicela no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano e 3 meses, ampliando a cobertura para 95% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

A inclusão da vacina Varicela no calendário do SUS ocorreu em setembro de 2013. Biomanguinhos, produtor nacional da vacina, a partir de transferência de tecnologia, irá fornecer 2,3 milhões de doses em 2014. O estoque estratégico para o ano de implantação foi garantido pela aquisição de doses da vacina monovalente por meio do Fundo Rotatório da OPAS.

A cobertura da vacina varicela, durante o período de janeiro a novembro de 2014, está em 66,37%, (dados atualizados em novembro/2014).

Quantidade alcançada

66,37

Data de Referência

31/12/2014

- **Monitorar o Plano Nacional para o Controle de Doenças Crônicas não Transmissíveis até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Doenças Crônicas não Transmissíveis - PDCNT é monitorado por meio de reuniões, encontros e teleconferências. Em 2013, foi elaborado o questionário de monitoramento Formsus, o qual foi preenchido pelos estados, pelas capitais e por municípios acima de um milhão de habitantes (Campinas e Guarulhos); e realizados seminário e fórum de DCNT com estados, municípios e organizações da sociedade civil organizada para monitorar o PDCNT. Também foi iniciada a Pesquisa Nacional de Saúde 2013 – PNS, sobre as condições de saúde da população, parte do Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), as quais são responsáveis por 72% dos óbitos no Brasil. Em 2014, o FormSUS para monitoramento do plano de DCNT nos estados, capitais e municípios com mais de um milhão de habitantes foi finalizado e os dados foram apresentados em agosto (Seminário de DANT). Em Julho, realizou-se a reunião de monitoramento do plano de DCNT com outros Ministérios e também o IV Fórum de monitoramento do plano de DCNT no inicio do mês de agosto, com participação de 200 pessoas, entre elas representantes de: estados, municípios e organizações da sociedade civil organizada e setor produtivo. Dando continuidade ao processo de monitoramento do Plano, foi elaborado um novo FormSUS e disponibilizado na segunda semana de dezembro para preenchimento das dificuldades na elaboração dos Planos para posterior ação do MS no que couber. Como estratégia para mobilização do CONASS e CONASEMS , foi realizada reunião em Belo Horizonte com o CONASS. Na oportunidade, foi apresentado a primeira versão do Painel de monitoramento do Plano que se encontra em fase de validação e ajustes.

- **Número de óbitos por dengue reduzido em 50%, passando de 656 óbitos em 2011 para 328 óbitos até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Para o aprimoramento da vigilância da dengue, em 2014, o Brasil começou a adotar a nova classificação de casos de dengue, estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), quais sejam: dengue, dengue com sinais de alarme e dengue grave. No período de 29/12/2013 a 27/12/2014 foram notificados 587.815 casos prováveis de dengue, e foram confirmados 405 óbitos, o que representa uma redução de 40% em relação ao mesmo período de 2013, ano em que foram confirmados 674 óbitos.

Quantidade alcançada

405

Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificar 27 Laboratórios de Saúde Pública para realização de análises de qualidade de produtos e insumos de saúde**

Análise Situacional da Meta

O Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde (INCQS) é a unidade da Fiocruz responsável pelo processo de qualificação dos Laboratórios Centrais espalhados por todo o território nacional. No ano de 2012 foram qualificados 6 laboratórios, e em 2013 foram qualificados 5 laboratórios. Durante o ano de 2014, foram qualificados profissionais de 6 Laboratórios de Saúde Pública, alcançando 17 no período de 2012 a 2014. São eles: Centro Oeste: três - LACEN/DF; LACEN/GO; e LACEN/MS.

Nordeste: Cinco - LACEN/AL; LACEN/BA; LACEN/CE; LACEN/PE; e LACEN/RN. Norte: Quatro - LACEN/AC; LACEN/AP; LACEN/PA; e LACEN/RO.

Sudeste: Dois - LACEN/SP; e LACEN/MG.

Sul: Três - LACEN/PR; LACEN/RS; e LACEN/SC.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	3	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	5	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	4	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	2	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2014

- **Realizar 600 pesquisas em medicina tropical e meio ambiente até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O Instituto Evandro Chagas, órgão vinculado à SVS do Ministério da Saúde, atua nas áreas de pesquisas biomédicas e na prestação de serviços em saúde pública. Foca em investigações e pesquisas nas áreas de Ciências Biológicas, Meio Ambiente e Medicina Tropical com a finalidade de difundir conhecimentos científicos e técnicos no âmbito da vigilância em saúde. Foram realizadas 328 pesquisas, das quais 232 são mantidas de anos anteriores e 96 foram iniciadas em 2014.

Quantidade alcançada

328

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar a Pesquisa Nacional de Saúde até 2013**

Análise Situacional da Meta

A PNS foi iniciada em 12/08/2013, e a pesquisa de campo foi finalizada em fevereiro de 2014. A coleta de exames laboratoriais continua sendo realizada; até o final de agosto de 2014 foram coletadas aproximadamente 8.000 amostras. O término da coleta estava previsto para agosto, mas a coleta não foi encerrada. O número ainda baixo de amostras coletadas gerou nova orientação. Conforme consenso entre MS, IBGE, Sírio Libanês e Fiocruz, foi escolhido um profissional para rever problemas encontrados na coleta, como endereços não localizados e recusas ocorridas até o momento, a fim de ampliar o número de participantes nessa fase da pesquisa. A respeito da publicação dos dados, o primeiro volume da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) foi divulgado no dia 10 de dezembro de 2014, com os seguintes módulos: Estilos de vida e Tabagismo (módulo P); Doenças crônicas (módulo Q) e Percepção do estado de saúde física e mental (módulo N); os demais resultados, incluindo os dados laboratoriais, serão lançados em 2015.

- **Reduzir a incidência parasitária anual de malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,1/1.000 hab. em 2010 para 9,45/1.000 hab. até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O IPA somente é apurado com os dados completos de janeiro a dezembro, fechando-se os dados no 1º semestre do ano subsequente. Entretanto, de janeiro a outubro de 2014, o número de casos de malária registrado sofreu uma redução de 21%, em comparação com o mesmo período de 2013, passando de 154.305 para 121.778 casos, portanto, estima-se que a meta será alcançada e provavelmente superada. Assim, o valor parcial do IPA para o período de janeiro a outubro de 2014 ficou em 7,12%.

Na análise por estado, observou-se redução em todos os estados da região Amazônica: AC (-7%), AP (-19%), AM (-15%), MA (-28%), MT (-34%), PA (-58%), RO (-31%), RR (-8%), enquanto TO apresentou somente 2 casos autóctones. Notou-se também uma redução de malária em garimpos (-45%), áreas urbanas (-22%), áreas indígenas (-26%), assentamentos agrários (-17%) e no restante das áreas rurais (-13%). De janeiro a outubro de 2014, na região Amazônica, foram registrados 17 óbitos por malária, enquanto que no mesmo período de 2013 foram 24 óbitos por malária. De janeiro a outubro foram registradas 1.326 internações por malária na região Amazônica, uma redução de 24% quando comparado com o mesmo período de 2013 (1.737 internações por malária).

Quantidade alcançada

7,12

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	30	%	29	30/06/2014

- **Reduzir a taxa de incidência de Aids de 20,2/100.000 hab. em 2011 para 18,9/100.000 hab. até 2015.**

Análise Situacional da Meta

As informações de 2014 serão disponibilizadas ao final de 2015. A taxa de detecção, em 2013, foi de 20,4 (por 100 mil/hab).

Quantidade alcançada

20,4

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir o coeficiente de prevalência da hanseníase, passando de 1,54/10.000 hab. em 2011 para 0,98/10.000 hab. até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O coeficiente de prevalência da hanseníase no primeiro semestre de 2014 foi de 1,47 casos para cada 10.000 habitantes, o que corresponde 29.841 casos em tratamento no país (base de dados de 24/07/2014). Quando comparado ao coeficiente de prevalência em período semelhante de 2013 (1,50 p/10.000 hab) observa-se redução de 2% no corrente ano.

Quantidade alcançada

1,47

Data de Referência

31/12/2014

- **Transferir para estados e municípios tecnologia de monitoramento da infestação do Aedes aegypti desenvolvida na FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

A Armadilha (ovitrampas) para captura de ovos do mosquito Aedes aegypti, que interfere na transmissão da dengue, foi transferida para Pernambuco, já em 2012, por meio da parceria estabelecida entre o Conselho de Saúde do arquipélago Fernando de Noronha e a Fiocruz Pernambuco.

- **Validar duas novas tecnologias na Fiocruz para diagnóstico e tratamento da tuberculose**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Desenvolvimento Tecnológico de Insumos e Produtos para a Saúde (PDTIS) é um programa de indução da Fiocruz que fomentou, em 2012, dois projetos de pesquisa na área da tuberculose, os quais obtiveram por resultado final: o desenvolvimento e a validação de abordagens moleculares para avaliação de susceptibilidade, diagnóstico e marcador de cura de pacientes com tuberculose; e o desenvolvimento de kit de PCR para tuberculose e de kit para detecção de resistência, das unidades CPqAM (Centro de Pesquisa Ageu Magalhães) e IOC (Instituto Oswaldo Cruz), respectivamente, com produtos/métodos desenvolvidos. Portanto, a meta já foi alcançada em 2012.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Atenção ao pré-natal, incentivo ao parto natural e redução do número de cesáreas desnecessárias, redução da mortalidade materna, enfrentamento da violência contra a mulher, planejamento familiar, assistência ao climatério, assistência às

mulheres negras e população LGBT são áreas prioritárias de atuação em saúde da mulher.

Essa atuação compreende o reconhecimento do conceito de atenção como o cuidado médico e de toda a equipe de saúde referenciado às praticas educativas, entendidas como estratégia para a capacidade crítica e a autonomia das mulheres.

A Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, por meio da estratégia Rede Cegonha, contou com vários avanços no período de 2011 a 2014, especialmente nos eixos da Atenção às Mulheres em Situação de Violência e da Atenção Obstétrica. Entre as ações realizadas para a Atenção Integral às Mulheres em Situação de Violência Sexual destaca-se a implementação de 30 novos serviços de atenção à mulher em situação de violência sexual e interrupção legal da gestação em hospitais de ensino.

Cabe ressaltar que todos os Estados já aderiram à Rede Cegonha, estratégia para efetivar a Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança na qualificação da atenção obstétrica e infantil em rede, contemplando 5.488 Municípios. Mais de 50% das regiões de saúde do País já elaboraram os Planos de Ação Regional, beneficiando mais de 2,5 milhões de gestantes. Além disso, foram disponibilizadas mais de 1,7 milhão de unidades de Caderneta da Gestante.

Em 2014 foram criados 1.489 novos leitos neonatais, sendo 271 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e 1.218 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatal (UCIN), e 494 leitos receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal (295 UTIN e 199 UCIN). Como resultado da atuação em rede, entre 2012 e 2014, foram implantados 2.171 leitos neonatais (631 UTIN e 1.540 UCIN) e qualificados 3.293 (1.805 UTIN e 1488 UCIN). Atualmente, o Brasil conta com mais de sete mil leitos de UTI e UCI Neonatal.

O Ministério da Saúde distribuiu para todos os Estados e o Distrito Federal, em 2014, no âmbito da Rede Cegonha, cerca de 1,352 milhão de testes rápidos de sífilis e 2,677 milhões de testes de HIV/AIDS para gestantes, atingindo mais de 25% dos Municípios que oferecem os testes rápidos. Desde maio de 2012, foram distribuídos 3,03 milhões de testes rápidos de sífilis e 3,82 milhões de testes de HIV/AIDS para gestantes.

Mais de 690 mil litros de leite humano com certificação de qualidade foram coletados de 2011 a 2014, sendo 527 mil litros distribuídos no período, beneficiando cerca de 695 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 667 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação de leite humano. Em 2014, 172 mil litros de leite humano foram coletados, graças a participação de 152 mil mães doadoras. Foram beneficiados 165 mil prematuros, que receberam 134 mil litros de leite certificado.

No intuito de realizar o rastreamento do câncer do colo do útero e do câncer de mama, no ano de 2014 foram realizados mais de 4,2 milhões de exames de mamografia bilateral para rastreamento, sendo aproximadamente 2,5 milhões realizados na faixa etária preconizada de 50 a 69 anos, e mais de 9,2 milhões de exames citopatológicos, sendo cerca de 7,3 milhões realizados na faixa etária preconizada para rastreamento, de 25 a 64 anos.

Em relação à triagem neonatal (teste do pezinho) para fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e doença falciforme (fase II), universalizada, em todo o Brasil, desde 2013, bem como a detecção da fibrose cística (fase III). Em 2014, foram realizados 1,8 milhão de testes do pezinho. Com relação à triagem neonatal para outras seis doenças, incluindo a hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase (fase IV), essa foi expandida para mais 15 Estados, alcançando todas as unidades da Federação.

Metas 2012-2015

- **3.034 municípios realizando suplementação de megadoses de vitamina A para crianças de 6 a 59 meses de idade.**

  Análise Situacional da Meta

  Até o final de 2014, foram registrados 2.799 Municípios realizando a suplementação com megadose de vitamina A, beneficiando 3,64 milhões de crianças de 6-59 meses de idade.

  Quantidade alcançada

  2.799

  Data de Referência

  31/12/2014

- **60% das Equipes de Atenção Básica referindo disponibilidade de sulfato ferroso na UBS para prevenção de anemia em crianças menores de 2 anos.**

Análise Situacional da Meta

No ciclo referente à avaliação externa do Programa (PMAQ) em 2013/2014, o indicador referente à disponibilidade de sulfato ferroso considerou a avaliação de 29.969 equipes localizadas em 23.584 UBS. Assim, a avaliação mostrou que havia disponibilidade de sulfato ferroso em 68,3% das unidades básicas de saúde e 63,0% das equipes informaram que possuíam sulfato ferroso na UBS em quantidade suficiente para as suas ações. Adicionalmente, foi firmado o Convênio 21/2013 com a FURP para aquisição de 5.659.890 de frascos de sulfato ferroso. Com base neste convênio o Ministério da Saúde abasteceu, entre 2014 e janeiro de 2015, municípios dos seguintes estados: Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Quantidade alcançada

63

Data de Referência

31/12/2014

- **Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento**

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 a 2014, 255 propostas foram aprovadas para adequação das maternidades. Deste total, 4 (quatro) obras foram concluídas. Além disso, 107 propostas para aquisição de equipamentos foram aprovadas/empenhadas, beneficiando aproximadamente 98 serviços, tendo sido 85 pagas.

Quantidade alcançada

102

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 70% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

71,3% (50.600/70.935) de todos os óbitos infantis foram investigados. 17 UF com 70% ou mais de investigações realizadas e 8 UF entre 50% a 69%. Dados referentes a 2013.

Quantidade alcançada

71,3

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) para, no mínimo, 85% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

86,9% (56.687/65.217) de todos os óbitos MIF foram investigados. 18 UF com 85% ou mais de investigações realizadas e 9 UF entre 50% a 84%. Dados referentes a 2013.

Quantidade alcançada

86,9

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a investigação dos óbitos maternos para 85% até 2015.**

Análise Situacional da Meta

90% (1.480/1.644) de todos os óbitos maternos foram investigados. 21 UF com 85% ou mais de investigações realizadas e 5 UF entre 50% a 84%. Dados referentes a 2013.

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a utilização da Caderneta de Saúde do Adolescente pelos serviços de atenção básica, passando de 1.000 serviços de atenção básica em 2011, para 13.000 até 2015 fazendo uso da caderneta.**

Análise Situacional da Meta

Estima-se que, até o primeiro semestre de 2014, mais 3.590 unidades básicas de saúde estariam fazendo uso da caderneta de saúde de adolescentes, o que equivaleria a 12.806 fazendo uso da caderneta de saúde de adolescentes, de 2009 até o primeiro semestre de 2014, alcançando 98,5% da meta estipulada para 2015.

Quantidade alcançada

12.806

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 6.000 para 7.500 o número de gestantes atendidas (com risco fetal)/ano no IFF/FIOCRUZ**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, foram atendidas 6.286 gestantes com risco fetal, sendo 1.333 internadas e 4.953 em nível ambulatorial.

Quantidade alcançada

6.286

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1.500	atendimentos	6.286	31/12/2014

- **Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implantados 271 novos leitos de UTIN e qualificados com incentivo de custeio 295 leitos, totalizando 631 novos leitos e 1.805 qualificados entre 2012 e 2014. No monitoramento do Siop referente ao ano de 2013 foi registrado o número cumulativo desde 2011, por isso está maior que o atual, que considera somente o período do PPA.

Quantidade alcançada

631

Data de Referência

31/12/2014

- **Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a implantação/implementação da atenção a pessoas em situação de violência sexual, com cadeia de custódia, para 94 hospitais de referência selecionados no SUS.**

Análise Situacional da Meta

Minuta de portaria que institui esse incentivo financeiro elaborada e aguardando aprovação da minuta de portaria interministerial que trata das ações relacionadas à implementação da atenção humanizada com coleta de vestígios no SUS.

- **Capacitar 1.300 parteiras tradicionais até 2015.**

Análise Situacional da Meta

De jan a dez de 2014 foram capacitadas 217 parteiras tradicionais. Somado às 390 capacitadas do período de 2012-2013, foram capacitadas 607 parteiras tradicionais de janeiro de 2012 a dezembro de 2014.

Quantidade alcançada

607

Data de Referência

31/12/2014

- **Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos**

custeados em 2011 para 3.490 até 2015

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implantados 1.218 novos leitos de UCIN e qualificados com incentivo de custeio 199 leitos, totalizando 1.540 novos leitos e 1.488 qualificados entre 2012 e 2014.

Quantidade alcançada

3.028

Data de Referência

31/12/2014

- **Distribuir 13,2 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança para todos os estados, incluindo a divulgação da Classe Hospitalar**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 e 2013, foram impressas e distribuídas 6.404.228 Cadernetas de Saúde da Criança. Foram disponibilizadas 3.204.476 unidades da Caderneta da Saúde da Criança, 9ª edição, até dezembro de 2014, totalizando 9.608.704 Cadernetas de Saúde da Criança distribuídas.

Quantidade alcançada

9.608.704

Data de Referência

31/12/2014

- **Garantir a oferta de teste rápido da sífilis para 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram distribuídos 1,351 milhão de testes rápidos de sífilis em gestantes. No período de maio de 2012 até dezembro de 2014 foram distribuídos 2,9 milhões de testes rápidos de sífilis em gestantes.

- **Garantir a oferta do teste de eletroforese para as gestantes usuárias do SUS em 100% dos municípios brasileiros, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, 1.187 (21%) dos municípios possuem o teste de eletroforese para as gestantes usuárias do SUS.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2014

- **Habilitar 276 serviços como Maternidade para Atenção à Gestação de Alto Risco, passando de 197 serviços em 2012 para 473 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

De janeiro a dezembro de 2014 foram habilitados 15 serviços. Somados aos 148 do período de 2012-2013, o total de serviços habilitados entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014 foi de 163.

Quantidade alcançada

163

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), passando de 36 casas em 2011 para 56 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

5 estabelecimentos foram habilitados (Palmas - TO; Vitória de Santo Antão - PE; Varginha - MG; Campina Grande - PB e São Luís - MA) no período de 2011 a 2014, e mais 4 estão em processo de habilitação (Vitória - ES (1); Belo Horizonte - MG (2) e Recife - PE (1)).

Considerando isso, a quantidade alcançada até 31/12/2014 foi de 5 CGBPs implantadas (em funcionamento). Somadas às 6 CGBP que estão com obras em processo de licitação ou em andamento, tem-se o total de 11 CGBP.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014 foram celebradas 28 propostas de convênios, e todas estas foram pagas. De janeiro de 2012 a agosto de 2014, 08 serviços iniciaram o funcionamento.

Além dos convênios celebrados até o ano de 2014, foram habilitados 02 (dois) estabelecimentos como Serviço de Referência para Diagnóstico e Tratamento de Lesões Precursoras do Câncer do Colo de Útero (SRC), de acordo com as regras da Portaria GM/MS nº 189/2014. Portanto, tem-se 10 serviços em funcionamento.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 30 novos Centros de Parto Normal, passando de 35 para 65 até 2015.**

Análise Situacional da Meta

9 serviços estão com processo em análise. 3 estão aguardando publicação de Portaria. 4 serviços habilitados (Tauá – CE, Juazeiro – BA, Belo Horizonte – MG e Salvador – BA) . Somando-se os 4 habilitados aos 2 CPN que tiveram suas obras concluídas e aos outros 7 que estão com obras em processo de licitação ou em andamento, tem-se o total de 13 CPN.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 50 serviços de referência para o diagnóstico do câncer de mama, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014 foram celebradas 22 propostas de convênios. Destas, 21 propostas foram pagas. De janeiro de 2012 a dezembro de 2014, 04 serviços iniciaram o funcionamento.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

- **Novas instalações do complexo assistencial de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia entregues e em operação**

Análise Situacional da Meta

As atividades de preparação do terreno encontram-se paralisadas no momento, pois dependem da aprovação de Projeto de Lei que altera o gabarito da construção no local e destinação de uso do terreno. Assim que ocorra a aprovação, serão reiniciados os trabalhos no terreno, os quais terão prazo de 15 meses (estima-se término em setembro de 2015). Em 2014, foi iniciado o processo para as licitações para a construção do prédio anexo (destinado a atividades não finalísticas) e para a construção do prédio principal.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificação de 1.410 profissionais de saúde em técnicas para coleta de vestígios (cadeia de custódia e sexologia forense) em 94 hospitais de referência selecionados no SUS.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizadas 3 edições do Curso Atenção Humanizada a Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios. A 1ª edição do curso foi realizada de 24 a 27 de abril em Belo Horizonte; a 2ª e 3ª edições foram realizadas em Brasília, de 26 a 29 de agosto e de 18 a 21 de novembro, respectivamente. Em 2014, participaram 211 profissionais de saúde e segurança pública, destes, 201 atingiram 100% de frequência e foram certificados. O curso é realizado no âmbito da parceria Ministério da Saúde, Ministério da Justiça e Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Quantidade alcançada

201

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 12 milhões de mamografias, na faixa etária de 50 a 69 anos, entre os anos de 2012 a 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizadas 2.494.401 mamografias bilaterais para rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos. De janeiro de 2012 até dezembro de 2014 foram realizadas 6.950.820 mamografias em mulheres de 50 a 69 anos.

Quantidade alcançada

6.950.820

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 36 milhões de exames de citopatologia, na faixa etária de 25 a 64 anos, entre os anos de 2012 a 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizados 7.288.400 exames citopatológicos em mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos. De janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram realizados 23.887.718 exames citopatológicos em mulheres de 25 a 64 anos.

Quantidade alcançada

23.887.718

Data de Referência

31/12/2014

- **Reforma/ampliação de ambientes para a implantação/implementação da atenção a pessoas em situação de violência sexual, com cadeia de custódia, em 94 hospitais de referência selecionados no SUS.**

Análise Situacional da Meta

Minuta de portaria que institui esse incentivo financeiro elaborada e aguardando aprovação da minuta de portaria interministerial que trata das ações relacionadas à implementação da atenção humanizada com coleta de vestígios no SUS.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A Rede de Urgência e Emergência (RUE) envolve a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade. A abrangência dos serviços em caráter de urgência e emergência torna necessária a qualificação das unidades de atendimento que operam com essa finalidade. O espectro de serviços abrange desde o contato inicial em situação de urgência e emergência

e os cuidados necessários até o referenciamento para a continuidade do tratamento, quando prescrito.

Um dos componentes mais importantes da RUE é o Serviço Móvel de Urgências e Emergências (SAMU 192), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida. Em 2014, o Samu 192 operou com 3.201 Unidades Móveis habilitadas. Dessas, 2.402 (75%) são Unidades de Suporte Básico, 568 (18%) Unidades de Suporte Avançado, 216 (7%) Motolâncias, oito Equipes de Embarcação e sete Equipes de Aeromédico.

Essas Unidades de Suporte são portadoras de conformações adequadas a cada situaçãode saúde e atendimento, de acordo com o referenciamento das Centrais de Regulação das Urgências, que hoje são 185 implantadas, das quais cinco foram implantadas em 2014, representando uma cobertura populacional de 74,8%, o que corresponde a mais de 150,4 milhões de habitantes.

Além da ampliação da cobertura do SAMU, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem-se em outro importante componente da Política Nacional de Atenção às Urgências. De janeiro de 2011 a dezembro de 2014 registra-se a contratação de 966 UPAs, sendo que, desse quantitativo, 373 unidades foram concluídas. Essas unidades têm a possibilidade de resolver até 97% dos casos atendidos, reduzindo as filas nos prontos-socorros dos hospitais. A capacidade diária de operação da rede é de 97,2 mil atendimentos e a mensal de 3,1 milhões de atendimentos.

Outro componente da RUE, o Programa SOS Emergências, lançado em 2011 pelo Ministério da Saúde, tem como objetivo melhorar o atendimento nas unidades de urgência e emergência dos principais hospitais do País que integram o SUS. Em 2014, 28 hospitais integravam o programa com termo de compromisso assinados e outros três iniciaram no programa. Desde 2011, todos os hospitais receberam recurso para aquisição de equipamentos, cinco estão com reforma física em andamento, 02 unidades tiveram reforma concluída e 23 receberam equipamentos.

Metas 2012-2015

- **Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  No período de 2012 a 2014, foram adquiridas 2.351 ambulâncias, das quais, 421 durante o ano de 2014. Este quantitativo estava demonstrado em exercícios anteriores, pois o valor referente ao processo já havia sido empenhado/contratado.

  Assim, meta inicial foi superada com as aquisições de ambulâncias possibilitando, assim, a renovação da frota dos serviços, com a doação de unidades de reserva técnica. Em consequência, foi possível ampliar a cobertura do SAMU no País.

  Quantidade alcançada

  2.351

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2014, 278 portas hospitalares passaram a receber incentivo de custeio, no âmbito dos 55 planos publicados no período, superando a meta prevista.

  Após a publicação da portaria de normatização do parecer técnico de cada plano, a qual autoriza a imediata transferência dos recursos, ocorre a realização de monitoramento e avaliação de todas as portas, periodicamente, para acompanhar a implementação dos critérios de qualificação.

  Quantidade alcançada

  278

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram habilitados um total de 1.146 leitos de UTI (adulto, pediátrico e neonatal), que recebem recurso de custeio pelo MS a partir de sua habilitação REDES e não REDES.

Em 2013 foram habilitados um total de 1.369 desses leitos e em 2014 foram habilitados 962 novos leitos de UTI. Assim, o total de leitos de UTI do período alcançou a quantidade de 3.477, superando a meta prevista para o fim do PPA em 60%.

Importante ressaltar que no monitoramento do PPA de dezembro de 2012, foi informado que foram implantados um total de 6.901 leitos hospitalares (número que incluía os leitos de retaguarda) dentro da Rede de Urgência e Emergência em 2012.

Após reavaliação, foi considerado apenas os leitos habilitados de UTI (adulto, pediátrico e neonatal), totalizando 2.515 nos anos 2012 e 2013, excluindo-se os leitos clínicos de retaguarda, os quais são leitos para complementar o atendimento às Portas de Entrada Hospitalares de Urgências, os quais dependem da disponibilização de leitos das instituições hospitalares, públicas ou privadas, por meio da organização de suas enfermarias clínicas, para estarem aptas a receber custeio diferenciado (Art. 12, da Portaria nº 2.395, de 11 de outubro de 2011).

Quantidade alcançada

3.477

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, havia 966 propostas de UPA vigentes, sendo 146 em ação preparatória, 447 em obras e 373 concluídas.

Vale ressaltar que, das UPA acima referidas, 281 UPAs entraram em funcionamento até 2014. Considerando também as UPAs que recebem recursos do MS para seu custeio e que foram construídas com recursos de outros entes federados, havia 391 UPAs em funcionamento no País em 2014.

Quantidade alcançada

966

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 houve a habilitação de cinco novas centrais que somando-se ao número acumulado de centrais habilitadas no período de 2012 a 2013 (19) totalizam 24 centrais no período.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

- **Reestruturação física e tecnológica completa de 40 unidades de urgência e emergência.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, 28 hospitais integravam o programa com termo de compromisso assinados e outros três aderiram ao programa. Desses hospitais, dois tiveram suas adequações físicas concluídas, todos receberam recurso para aquisição de equipamentos, cinco iniciaram reforma física e 23 receberam equipamentos.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O modelo de saúde adotado pela Rede de Atenção à Saúde Mental busca ofertar atenção psicossocial à população em geral, com vistas a tratar dos agravos mentais, promover a cidadania dos usuários para uma vida pró-ativa e participativa nas comunidades, e ampliar e promover o acesso aos pontos de atenção nos territórios para todas as pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, bem como apoiar suas famílias.

Para dar suporte a essa proposição, o SUS conta com uma rede de serviços e equipamentos variados, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

Em 2014, foram implantados 142 novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), totalizando 1.069 CAPS I, 476 CAPS II, 85 CAPS III, 201 CAPSi, 309 CAPS AD e 69 CAPS AD24h em funcionamento no País.

De 2012 a 2014 foram financiados pelo Governo Federal 858 leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, Municípios e Distrito Federal, com o repasse anual de cerca de R$ 67 mil por leito/ano.

Para fornecer apoio financeiro aos segmentos populacionais com fragilidade de renda, o Programa de Volta para Casa oferece bolsas para egressos de longas internações em hospitais psiquiátricos, possibilitando a manutenção do tratamento com base residencial.

Neste contexto, o processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios foi reforçado com o incentivo à abertura de 35 residências terapêuticas, além do aumento da rede CAPS já mencionado, e do Programa de Volta Para Casa, que atingiu 4.349 pessoas com o benefício mensal de R$ 412.

Também, em 2014, foram ofertadas 256.985 vagas em capacitações relativas a abordagem dos problemas de saúde mental para alunos de graduação e profissionais da rede de saúde, com foco especial em transtornos relacionados ao uso de drogas como álcool e crack, totalizando 392.717 desde 2011.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa, passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Até o final de 2013 o programa de Volta para Casa beneficiou 4.245 pessoas por meio da transferência de benefício mensal no valor de R$ 412,00. Em 2014, houve 104 novos beneficiários no programa, totalizando 4.349 beneficiários.

  Quantidade alcançada

  4.349

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Criação/qualificação de 175 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) 24h.**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2014 foram habilitados 69 Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) 24h.

  Quantidade alcançada

  69

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Criação/qualificação de 188 Unidades de Acolhimento Infanto-juvenil até 2014.**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2014 estavam em funcionamento 35 Unidades de Acolhimento adulto e 26 infanto-juvenis,

totalizando 61 Unidades de Acolhimento em funcionamento no país.

Cabe considerar os repasses de construção de UA infanto-juvenil. De 2013 a 2014, foram aprovadas 68 propostas de construção, resultando em uma boa perspectiva de abertura de novos serviços.

Obs: No total de serviços em funcionamento, são considerados tanto os serviços devidamente habilitados como aqueles em processo de habilitação (todos funcionando).

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

31/12/2014

- **Criação/qualificação de 430 Unidades de Acolhimento Adulto até 2014.**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2014 estavam em funcionamento 35 Unidades de Acolhimento adulto e 26 infanto-juvenis, totalizando 61 Unidades de Acolhimento em funcionamento no país.

  Obs: No total de serviços em funcionamento, são considerados tanto os serviços devidamente habilitados como aqueles em processo de habilitação (todos funcionando).

  Quantidade alcançada

  35

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Implantar 179 Consultórios na Rua, com atendimento direcionado à população em situação de rua até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2014 existiam 133 Consultórios na Rua em funcionamento: 106 CnaR adequados e novos; 6 CnaR em funcionamento não adequados; 14 CnaR com financiamento municipal; e 7 CnaR credenciados sem CNES.

  Quantidade alcançada

  133

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Implantar e implementar 3.600 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  De 2012 a 2014 foram financiados pelo Governo Federal 858 leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, Municípios e Distrito Federal.

  Quantidade alcançada

  858

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Implantar e implementar 640 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad), passando de 1.650 em 2011 para 2.290 até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  195 CAPS implantados em 2012, 125 em 2013, e 142 CAPS implantados em 2014.

  Ao todo, no País existem: 1.069 CAPS I, 476 CAPS II, 85 CAPS III, 201 CAPSi, 309 CAPS AD e 69 CAPS AD24h em funcionamento.

  Quantidade alcançada

  462

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla a atenção integral à saúde da população idosa, com ênfase no envelhecimento saudável e ativo, e contempla ações para a manutenção e reabilitação da capacidade funcional, assim como o apoio ao suporte social e familiar. Em 2014, foi iniciada a implementação do Modelo de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, que preconiza diretrizes para a organização da atenção específica nas redes de atenção à saúde e para a articulação das áreas e programas estratégicos, além de recomendar ações de promoção da saúde e prevenção de agravos.

Com relação à prevenção e controle de doenças crônicas, o MS desenvolve um conjunto de ações, como a promoção de práticas e hábitos saudáveis, a exemplo da alimentação saudável, bem como da redução no consumo de sódio e de gorduras nos alimentos industrializados, práticas de atividade física, além da distribuição gratuita de medicamentos. Em 1º de abril de 2014 foi publicada a Portaria GM/MS nº 483 que redefiniu a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do SUS e estabeleceu diretrizes para a organização das suas linhas de cuidado. A portaria traz orientações gerais para estruturação de linhas de cuidado e definição de responsabilidades dos gestores e dos pontos de atenção, que independem da doença crônica em si. As linhas de cuidado deverão ser estruturadas de acordo com o agravo e expressar os fluxos assistenciais que precisam ser garantidos ao usuário a fim de atender as necessidades de saúde relacionadas àquele agravo. Além de expressarem os fluxos, devem definir as ações e os serviços que serão ofertados por cada componente da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas. Estas devem ser baseadas em diretrizes clínicas e estar de acordo com a realidade de cada região de saúde, sempre considerando as evidências científicas sobre o tema de que trata.

Insere-se também nesse modelo, a ampliação e estruturação de ações e serviços para identificação e diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação das pessoas com agravos neuropsíquicos e deficiências, em conformidade com o processo de implantação da rede de cuidados às pessoas com deficiência, no âmbito do Programa Viver Sem Limites.

A campanha nacional de vacinação contra a gripe em 2014 atingiu a marca de 86% de cobertura do público alvo, o que representou mais de 17,9 milhões de idosos vacinados. De janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram capacitados em envelhecimento e saúde da pessoa idosa, por meio de oficinas, cursos de atualização e especialização, 5.133 profissionais de saúde. Em 2014 foi ainda celebrado convênio com a Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS) que será executado em 2015, para capacitar quatro mil profissionais de saúde, com ênfase nas equipes da atenção básica, em temas sobre saúde da pessoa idosa e envelhecimento ativo, contendo também módulo específico sobre a utilização da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa. Vale ressaltar que a Caderneta, instrumento estratégico para qualificar a gestão do cuidado, foi reformulada em 2013/2014, tendo uma tiragem inicial de 1.022.000 exemplares. No campo intersetorial, destaca-se o convênio, celebrado em 2013 e pago em 2014, para realização de um levantamento censitário das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) registradas no Censo SUAS (Sistema Único de Assistência Social), cujo projeto será executado pela Fundação Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FFMUSP).

Com relação ao Programa Viver sem Limite (que integra o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), até 2014 houve vários avanços no âmbito do eixo de atenção à saúde, tais como:

- habilitação e funcionamento de 123 Centros Especializados em Reabilitação, com aquisição de 108 veículos de transporte acessível;
- implantação e funcionamento de 24 oficinas ortopédicas, com capacitação de 3.486 profissionais em órteses e próteses de nível superior;
- qualificação de 494 Centros de Especialidades Odontológicas para atender pessoas com deficiência;
- entrega de equipamentos a 81 hospitais para implantação dos Centros Cirúrgicos para atendimento odontológico à pessoa com deficiência; e

- capacitação de 5.818 técnicos profissionais de saúde bucal.

Também, entre janeiro e novembro de 2014, foram concedidas 4.056.040 OPM (Órteses, Próteses e Materiais) para pessoas com deficiência. Destaca-se, ainda, a inclusão de 15 novos procedimentos à Tabela de Procedimentos do SUS, tais como manutenção e adaptação de OPM, novos modelos de cadeiras de roda, como cadeira de rodas motorizada (adulto e infantil), cadeira de rodas monobloco e cadeiras de rodas para pessoas acima de 90 kg, além de kit sistema FM para pessoas com deficiência auditiva, com uma produção de 39.823 de janeiro a novembro de 2014.

Ainda no final do ano de 2014, por meio da Portaria 2.723, de 09 de dezembro de 2014, foram incorporadas 7 novas OPM, sendo elas: materiais elásticos para reabilitação; tábua (prancha) para transferência; cinta para transferências; mesa de atividades para cadeira de rodas (tábua mesa); almofada de assento com células de ar interconectadas; almofada de assento para cadeira de rodas para prevenção de úlceras de pressão (simples); e bengala de 4 pontas.

Metas 2012-2015

- **45 Centros Especializados em Reabilitação em funcionamento até o final de 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.**

  Análise Situacional da Meta

  Foram elaborados critérios para implantação dos vários tipos de CER, publicadas portarias de instituição da Rede e de incentivos financeiros. A meta foi superada, com a habilitação de 102 novos CER's no ano de 2013 e 21 novos CER´s no ano de 2014, e ainda a qualificação de 2 CER já habilitados. Dessa forma, no período de 2012 a 2014 foram habilitados 123 novos CER tipos II, III e IV. No período de 2012 a 2013 foram também aprovadas 75 construções, 16 reformas e 21 ampliações de Centros Especializados em Reabilitação.

  Quantidade alcançada

  123

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Capacitar 5.500 gestores e profissionais do SUS em Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento.**

  Análise Situacional da Meta

  De janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram capacitados 5.133 profissionais de saúde em envelhecimento e saúde da pessoa idosa, com o objetivo de qualificar o cuidado ofertado pelo SUS a essa população.

  Quantidade alcançada

  5.133

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Implantar 6 oficinas ortopédicas fixas, 7 oficinas ortopédicas itinerantes terrestres e 6 oficinas ortopédicas fluviais no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.**

  Análise Situacional da Meta

  Foram habilitadas 21 Oficinas Ortopédicas Fixas no ano de 2013 e 3 no ano de 2014. Totalizando, assim, 24 oficinas ortopédicas fixas habilitadas de 2012 a 2014. Em dezembro de 2014 foi aprovado o protótipo das Oficinas Itinerantes Terrestres, com previsão de entrega das mesmas em fevereiro de 2015. As Oficinas Ortopédicas Itinerantes Fluviais encontram-se em processo de compra e têm previsão de entrega para junho de 2015.

  Quantidade alcançada

  24

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Implantar a Fase IV do Programa Nacional de Triagem Neonatal em todas as Unidades da Federação, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, 12 estados encontravam-se na fase IV da Triagem Neonatal Biológica (teste do pezinho), passando a realizar

teste de seis doenças, incluindo a hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase. No ano de 2014 mais 15 estados alcançaram a fase IV, alcançando-se, assim, todos os 27 estados da federação nesta fase.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Projeto Vida no Trânsito em todas as capitais e municípios com população acima de 1.000.000 de habitantes, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o Projeto Vida no Trânsito atingiu 30 municípios, dos quais 26 capitais: Belo Horizonte, São Paulo, Vitória, Campinas, Guarulhos, Campo Grande, Goiânia, Cuiabá, Brasília, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Foz do Iguaçu, São José dos Pinhais, Palmas, Rio Branco, Macapá, Manaus, Boa Vista, Belém, Porto Velho, Natal, Recife, Maceió, Fortaleza, Teresina, João Pessoa, São Luís, Salvador e Aracaju.

- **Qualificação de 420 Centros de Especialidades Odontológicas - CEO para atendimento a pessoas com deficiência até 2014.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, existiam 494 Centros de Especialidades Odontológicas para o atendimento às pessoas com deficiência habilitados, dos quais 69 habilitados no ano de 2014.

Quantidade alcançada

494

Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificar 60 oficinas ortopédicas existentes no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.**

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 a 2014 foram habilitadas 24 oficinas ortopédicas fixas e aprovados 12 convênios de equipamentos e 1 de reforma para oficinas ortopédicas fixas já existentes e em qualificação. Ainda no período de 2012 a 2013 foram aprovadas 35 construções de novas Oficinas Ortopédicas Fixas.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente até 2015.**

Análise Situacional da Meta

O Vigitel é realizado anualmente. A pesquisa foi realizada dentro do esperado. Os resultados do Vigitel 2013 foram divulgados no final de abril de 2014, conforme previsto. O Relatório do Vigitel 2013 foi finalizado em fevereiro e a publicação impressa foi disponibilizada em outubro na ExpoEpi. As ligações para o Vigitel 2014 também foram realizadas dentro do esperado, com término nas últimas semanas de dezembro.

- **Reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa (em 2013) e distribuição de 6.000.000 de Cadernetas até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram distribuídas 1.238.093 exemplares da 2ª Edição da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa.

Em 2013 teve início a reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e do Caderno de Atenção Básica (CAB) sobre Envelhecimento, visando aprimorar instrumentos estratégicos de qualificação e gestão do cuidado. No mês de junho de 2014, durante o XXX Congresso do CONASEMS, foram distribuidas 6.000 cadernetas (versão especial) aos

gestores de saúde. Em setembro de 2014, a versão revisada da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa foi encaminhada à gráfica para normalização e impressão da primeira tiragem de 1.022.000 exemplares, cuja distribuição ocorrerá em 2015.

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na qualificação de sua força de trabalho, em especial da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde. Dessa forma, colabora para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no SUS, desafio para os gestores de todos os entes da federação.

Até dezembro de 2014, o Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) contou com 3.293 médicos e 1.078 profissionais nas áreas de enfermagem e odontologia, totalizando 4.371 profissionais inseridos.

O Programa Pró-residência, por outro lado, tem como objetivo principal a avaliação das necessidades de profissionais de saúde no País, com a finalidade de abertura de novas vagas de residência em regiões priorizadas pelo baixo contingente em atuação e pela identificação de especialidades estratégicas. Para dar apoio ao programa, em 2014 foram investidos R$ 112 milhões em bolsas de residência médica e R$ 75 milhões em bolsas de residência multiprofissional.

Por meio dos programas de residência em saúde busca-se uma formação médica mais adequada às necessidades do SUS. Em 2014 foram 5.011 programas ofertados por 550 instituições, distribuídas em todos os Estados. Estão matriculados atualmente 30.407 médicos residentes, sendo que 11.571 recebem bolsas, das quais 3.665 disponibilizadas no período de janeiro a junho de 2014.

Além dessas, foram ofertados, pelas Universidades Federais, 1.180 programas de Residência Médica e 242 programas de Residência Multiprofissional, com financiamento de 8.238 bolsas para os estudantes residentes em Medicina e 3.324 bolsas para estudantes residentes em outras áreas da saúde.

A residência multiprofissional ofertada em 14 áreas profissionais de saúde conta com 3,2 mil residentes matriculados e beneficiados com bolsas do Ministério da Saúde.

O Programa de Reorientação da Formação Profissional (Pró-Saúde) e o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) financiaram em 2014 um total de 902 grupos PET-Saúde, contabilizando, em média, 15.300 bolsas/mês. Esses programas têm o papel indutor na transformação do ensino de saúde no Brasil para os cursos de graduação, na perspectiva de formar profissionais capazes de responder às necessidades de saúde da população.

Em 2014, o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS (Progesus) realizou cursos de especialização e de aperfeiçoamento em políticas de gestão do trabalho e educação na saúde, nos quais, até dezembro, 1.100 trabalhadores foram qualificados, e mais 2.170 serão qualificados por meio dos cursos em andamento, sendo que, destes, 1.110 estão em processo de seleção, 406 já foram selecionados e 654 estão matriculados.

Buscando fortalecer as relações de trabalho na área da saúde, o poder público mantém a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, que, em 2014, teve como meta principal o fomento à criação de novos espaços de negociação e interlocução. Nesse campo, até dezembro de 2014, foram instaladas 10 Mesas, a saber: Municipais de Curitiba/PR, Vespasiano/MG, e Gravataí/RS; Coxim/MS e Navarai/MS e Estaduais do Mato Grosso, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Espírito Santo.

Metas 2012-2015

- **Alcançar 6.600 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 foram disponibilizadas 8.432 bolsas, totalizando 14.633 bolsas nos três últimos anos (2012- 2014).

Quantidade alcançada

14.633

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 1.100 para 4.000 o número de egressos/ano em programas de qualificação/Fiocruz até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Os cursos dos programas de qualificação oferecidos tem um maior número de concluintes no segundo semestre e sua realização está relacionada às demandas dos diversos órgãos. O total de 2013 foi de 6.072 egressos de cursos e, até o final do ano 2014, o número de egressos subiu para 6.850.

Quantidade alcançada

6.850

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 240 h para 414h/ano a produção de programas veiculados pelo Canal Saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 o Canal Saúde/Fiocruz ampliou sua programação para 15 horas no ar, por dia. Agora exibe seu conteúdo das 8h às 23h, nos sete dias da semana. O acréscimo de mais uma hora na programação tem por objetivo alcançar a carga de 24 horas diárias de programação. Este aumento no número de horas de programação visa à consolidação do Canal Saúde como uma emissora de televisão pública, o canal do Sistema Único de Saúde (SUS), parte de uma política de estado. Assim, em 2013 foi produzido o total de 290 horas de programa, mas em 2014 foram produzidas apenas 208 horas de programa. Isso se deve ao fato de que, apesar do planejamento na renovação do contrato da empresa que realiza a produção dos programas veiculados no Canal Saúde, a produção de programas ficou prejudicada para oito meses de produção devido a problemas no certame.

Quantidade alcançada

208

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 600 para 1000 o número de egressos/ano com formação técnica de nível médio na Fiocruz, em áreas estratégicas do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram 837 egressos, em 2013 foram 438 egressos. Em 2014 o número de egressos dos cursos de formação técnica para profissionais de nível médio totalizou 882.

Quantidade alcançada

882

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar e consolidar o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS - Progesus - até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS (Progesus) realizou cursos de especialização e de aperfeiçoamento em políticas de gestão do trabalho e educação na saúde. Até o mês de dezembro, 1.100 trabalhadores foram qualificados e mais 2.170 serão qualificados por meio dos cursos em andamento, sendo que, destes, 1.110 estão em processo de seleção, 406 já foram selecionados e 654 estão matriculados.

- **Ampliar e qualificar a formação profissional de 380 mil trabalhadores de nível médio do SUS até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram qualificados 174.360 trabalhadores, sendo 166.594 pelo Programa Caminhos do Cuidado e 7.766 pelo Programa de Formação de Profissionais de Nível Médio para a Saúde - PROFAPS, totalizando 233.240 nos três últimos anos (2012-2014).

Quantidade alcançada

233.240
Data de Referência

31/12/2014

- **Atingir até 2014 a meta de beneficiar 12 mil bolsistas/ano, garantindo a multiprofissionalidade, através do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) articulado ao Pró-Saúde.**

Análise Situacional da Meta

No mês de dezembro foram pagas 15.255 bolsas (241 Coordenadores, 892 Tutores, 9.603 estudantes e 4.519 preceptores), sendo 2.119 no PET-Saúde/VS, 5.424 no PET-Saúde/Redes e 7.712 no PRÓ-Saúde/PET-Saúde.
Quantidade alcançada

15.255
Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 360 docentes das Escolas Técnicas do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, 76 docentes foram capacitados, totalizando 564 nos três últimos anos (2012- 2014).
Quantidade alcançada

564
Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar de 4 para 10 o número de programas stricto sensu da Fiocruz com nota de avaliação da CAPES igual ou superior a 6 até 2015**

Análise Situacional da Meta

A avaliação CAPES é realizada com periodicidade trienal. A única avaliação, a ser realizada durante o período do PPA na Fiocruz, ocorreu em 2013. Portanto, apenas em 2016 haverá mudança de nota CAPES para os cursos de pós-graduação da Fiocruz. Na última avaliação da Capes, em 2013, o quantitativo de seis cursos com avaliação 6 foi elevado para 8 programas stricto sensu da Fiocruz com nota de avaliação da CAPES igual ou superior a 6.
Quantidade alcançada

8
Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir de 52 para 62 o número de programas/cursos lato sensu na Fiocruz até 2015**

Análise Situacional da Meta

Foram considerados os cursos regulares e cursos por encomenda ao longo do exercício. Em 2014, o número de programas/cursos lato sensu apresentou uma queda devido à redução nas demandas pelos cursos.
Quantidade alcançada

55
Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) para atingir um total de 709 cursos de graduação da área da saúde até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada em 2012.
Quantidade alcançada

709
Data de Referência

31/12/2014

- **Fortalecer a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS e criar novos espaços de negociação em estados, municípios e regiões do país.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro/2014, a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) tem o registro de 60 mesas de negociação instaladas e 8 mesas em processo de instalação, quais sejam: Mesas Municipais de Boa Vista/RR, Santarém/PA, Nova Andradina/MS, Jardim/MS, São Joaquim de Bicas/MG, Piraquara/PR, Londrina/PR, e estaduais do Pará.

Quanto à capacitação, foram realizadas 11 turmas, com total de 243 certificados. Foram realizadas 2 Oficinas de Planejamento para Mesas de Negociação de Maceió/AL e outra do Comitê Estadual de Desprecarização do Estado do Amazonas; realizadas 25 visitas técnicas para apoio às mesas; e realizados 3 Seminários de sensibilização de gestores e trabalhadores para a instalação de Mesas, nos Estados de Mato Grosso do Sul e do Pará (Belém e Santarém).

- **Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados**

Análise Situacional da Meta

Estão implantados 17 Núcleos Telessaúde no País. Atualmente estão em fase de implantação Núcleos Telessaúde em 08 estados e no Distrito Federal.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014

- **Inserir 100 mil profissionais de saúde e gestores em processos de educação permanente com foco nas redes prioritárias.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram ofertadas 87.019 vagas em processos de educação permanente para gestores e trabalhadores, totalizando 102.785 nos últimos três anos. Foram contabilizados os profissionais inseridos em ofertas educacionais realizadas que tinham por foco as redes prioritárias.

Quantidade alcançada

102.785

Data de Referência

31/12/2014

- **Inserir 5 mil profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) para atuação em municípios e localidades desprovidos de atenção à saúde, até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, o PROVAB contou com 3.293 médicos e 1.078 profissionais das áreas de enfermagem e odontologia, totalizando 4.371 profissionais inseridos.

Quantidade alcançada

4.371

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar cursos de capacitação para trabalhadores da saúde que incluam o enfoque racial na saúde, especialmente no combate ao racismo institucional**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Saúde atuou construindo junto com outros atores sociais a inclusão do respeito à diversidade étnico-raciais e as práticas de cuidado de matrizes afro-brasileiras.

Neste contexto, foi realizada uma oficina do PET-Saúde no VIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE), de 29 de julho a 02 de agosto de 2014, em Belém do Pará, aproximando as ações do PET e pesquisadores na perspectiva da criação de interfaces entre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Também foi lançado, em outubro de 2014, o curso “Saúde da População Negra”, uma iniciativa do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) e da Secretaria de Gestão

Estratégica e Participativa (SGEP), e oferecido pela Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNASUS. Todos os módulos do curso serão oferecidos pela plataforma de educação a distância (EAD) e terão 45h de duração. Os módulos ofertados são multiprofissionais e autoinstrucionais.

O curso é voltado aos profissionais de saúde que atuam na Atenção Básica, especialmente aos participantes do Programa Nacional de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) e Mais Médicos. Além disso, também será aberto ao público, sendo ofertado para profissionais com graduação superior de quaisquer áreas do conhecimento que atuem no SUS.

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo contempla os esforços do Ministério da Saúde no processo de aperfeiçoamento da gestão do SUS e a incorporação de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP).

A participação social na formulação e no controle da política pública de saúde é uma inovação institucionalizada no SUS. Dessa forma, os conselhos de saúde devem ser fortalecidos mediante, por exemplo, o apoio à ampliação da capilaridade das resoluções e deliberações deles oriundas, à diversificação de participantes – com ênfase na participação de lideranças dos movimentos sociais – e à melhoria de suas estruturas e funcionamento.

Nessa mesma linha, está a promoção do papel dos conselhos na qualificação da gestão do SUS e o reconhecimento da educação popular como elemento de ampliação da participação social e do cuidado em saúde. Igualmente, as conferências de saúde são foco de atenção, bem como a mobilização de todas as esferas em torno do compromisso para com estes espaços de participação.

Esse objetivo envolve igualmente a implementação da política de informação e informática em saúde para a tomada de decisão nas três esferas de gestão do SUS e a universalização do Cartão Nacional de Saúde (CNS) nas redes assistenciais, de modo a contribuir para a qualificação da gestão federativa e a resolubilidade das ações e serviços de saúde.

Neste contexto, em 2014, foram implantados e estão em funcionamento nove Comitês Técnicos Estaduais de Política de Promoção da Equidade e de Educação Popular em Saúde, com a participação de representantes das secretarias de saúde e de movimentos sociais nas seguintes unidades da Federação: dois na Bahia (LGBT e População em Situação de Rua), um no Pará (LGBT), um em Mato Grosso do Sul (Política de Promoção de Equidade e Educação Popular em Saúde), um no Rio de Janeiro (LGBT), três no Rio Grande do Sul (População em Situação de Rua, Campo e Floresta e das Águas e Educação Popular em Saúde) e um no Maranhão de Equidade. O processo de articulação com Estados e Municípios para a criação de comitês de Educação Popular e Equidade é um trabalho contínuo e há que se registrar que comitês municipais também têm se formado em apoio aos processos de participação social do SUS.

Em relação à implementação da política de informação e informática em saúde, o Departamento de Informática do SUS (DATASUS) avançou nas instalações de câmeras nos hospitais de referência do sistema para promoção do SOS Emergências.

Também intensificou a depuração do Cartão Nacional de Saúde, alcançando cerca de 176 milhões de cartões com identificação unívoca de usuários do SUS, com disponibilização de cadastramento de novos usuários pela Internet através do Portal de Saúde do Cidadão ou pelo sistema Cadsus Web.

Promoveu ainda a interoperabilidade de 16 sistemas informatizados do SUS com o Cartão Nacional de Saúde e a integração do Cadsus Web com sistemas municipais e estaduais.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores) até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram capacitados 4.464 conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS (agentes comunitários de saúde), ACE (agentes de controle de endemias), educadores populares e gestores. Em 2013, foram capacitadas 13.618 pessoas, visando o controle social e a gestão participativa no SUS, envolvendo conselheiros de saúde, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores, formando um contingente capacitado de 18.082 no período de 2012 a 2013. Durante o exercício de 2014 foram capacitados mais 22.828 pessoas. Assim, a quantidade de capacitações acumulada (2012-2014) foi de 40.910 conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e gestores.

Quantidade alcançada

40.910

Data de Referência

31/12/2014

- **Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) assinado em 80% das Regiões de Saúde até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram assinados 24 COAP. Em 2013 não houve avanço nas contratações. Em 2014, apesar de não haver registro de termo contratual firmado, observa-se ajustes contratuais, por meio de termos aditivos, em 20 contratos anteriormente assinados.

Quantidade alcançada

5,5

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar manuais sobre saúde da população negra e combate ao racismo institucional para as secretarias estaduais de saúde dos 26 estados e do Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Saúde, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, lançou, em 25 de novembro de 2014, a campanha publicitária inédita, de combate ao racismo no Sistema Único de Saúde (SUS), com o slogan: “Racismo faz mal à saúde. Denuncie!”.

A ação é mais um marco para a promoção da saúde do negro no Brasil e tem como objetivo conscientizar a população e os profissionais da área sobre a existência do racismo no SUS e a importância de enfrentá-lo.

Além de divulgação da campanha publicitária em todas as mídias, foi distribuído folders para a população, que trazem números relacionados às mulheres e às crianças negras, além de informar sobre as doenças mais comuns na população negra.

- **Fomentar a implementação de 27 Comitês Estaduais de Promoção da Equidade para Populações Vulneráveis até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Até 2013 foram registrados 11 Comitês Técnicos Estaduais de Política de Promoção da Equidade e de Educação Popular em Saúde, implantados e funcionando com as devidas representatividades de movimentos sociais. De janeiro a dezembro de 2014 foram implementados mais 8 desses comitês, resultando em um acumulado de 32 comitês, ao levar-se em consideração os 13 comitês implantados em 2012.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomentar a mobilização de 80 mil pessoas em eventos com foco na gestão participativa e no controle social nas ações de saúde.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram mobilizadas 7.600 pessoas e, em 2012, 23.539 pessoas, totalizando 31.139 pessoas. Em 2014 foram mobilizadas mais 24.056 pessoas, o que perfaz um acumulado de 55.195 pessoas no período.

Quantidade alcançada

55.195

Data de Referência

31/12/2014

- **Número do Cartão Nacional de Saúde disponibilizado a toda a população através do Portal do Cidadão e do Cadastro Único de Usuários do SUS (CadSUSWeb) até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi disponibilizado o Portal do Cidadão para que a população acesse as informações de seu cadastro, além de informações sobre sua saúde. Até o final de 2014, o Banco de Dados do Cartão Nacional de Saúde foi 100% higienizado, perfazendo um total de 296 milhões de registros válidos e ativos. Neste período, foi realizado o processo de deduplicação de registros, que consiste na unificação de cadastros repetidos, alcançando cerca de 176 milhões de números de Cartão Nacional de Saúde com identificação unívoca de usuários do SUS. Até dezembro de 2014 foram também entregues cerca de 11 milhões de mídias plásticas do cartão em todo o território nacional para a impressão do número do Cartão Nacional de Saúde do usuário.

- **Realizar 6 encontros nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi realizado 1 Encontro, em 2013 2 Encontros e em 2014 mais 4 Seminários/Encontros, a saber:

a) Seminário de Avaliação do Curso de Formação de Lideranças/Ativistas LGBT e o Controle Social (agosto de 2014);

b) Seminário de Educação Permanente para o Controle Social do SUS (agosto de 2014);

c) Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde - ocorrido em Brasília/DF (maio de 2014); e

d) Seminário de Educação Permanente para o Controle Social do SUS (novembro de 2014).

Assim, a quantidade alcançada no período de 2012-2014 foi de 7 Encontros/Seminários Nacionais envolvendo lideranças do campo e da floresta, do movimento de lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais, da população em situação de rua, dos ciganos e dos gestores do SUS.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 6 seminários regionalizados envolvendo as comunidades quilombolas até 2015, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados 2 Seminários, em 2013 foram 3 Seminários e em 2014 foram realizados mais 2 Seminários, a saber:

a) Promoção da Saúde, Integridade da Atenção e Práticas de Cuidados nas Comunidades Remanescentes de Quilombo e Controle Social (Alcântara/MA - setembro de 2014); e

b) III DIDA ARA - Encontro Nacional de Tradições de Matriz Africana e Saúde – (30/11 a 03/12/2014 - Porto Alegre/RS).

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde**

  Análise Situacional da Meta

  Publicado o Decreto de convocação da 15ª Conferência Nacional de Saúde no Diário Oficial da União (DOU) do dia 16 de dezembro de 2014. A 15ª CNS acontecerá nos dias 23 a 26 de novembro de 2015, em Brasília-DF, e tem como Tema "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas" e o eixo: "Direito do Povo Brasileiro".

  As Conferências Municipais serão realizadas no período de 9 a 15 de julho e as Conferências Estaduais de 16 de julho a 30 de setembro de 2015.

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo contempla o campo da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), seus processos e instrumentos, a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos. Além disso, tais ações dão subsídios aos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do Sistema nas três esferas de governo.

Estão envolvidas questões relacionadas à organização interna do Ministério da Saúde, visando à efetividade na execução das ações de responsabilidade direta do governo federal e a garantia de melhor controle da aplicação dos recursos transferidos aos estados e municípios, buscando a melhoria contínua do financiamento das ações de saúde.

As medidas decorrentes deverão manter relação sistêmica com os demais entes da federação, visando o aprimoramento do SUS. Qualificar o processo de planejamento constituirá condição para que se alcance resultados organizacionais e se maximize o uso dos recursos, seja de infraestrutura, seja financeiro ou da força de trabalho.

Para isso, a saúde conta com várias ferramentas de monitoramento e avaliação, como o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS) - um indicador síntese que faz a aferição contextualizada do desempenho do SUS - e o Portal da Transparência, que tem por objetivo aumentar a transparência da gestão pública. Essas ferramentas permitem ao cidadão acompanhar como o dinheiro público está sendo utilizado e, dessa forma, fiscalizar a aplicação dos recursos na área da saúde. Estruturam-se ainda de forma integrada as áreas de Ouvidoria e o Sistema Nacional de Auditoria (SNA), contribuindo com a reorganização das competências e responsabilidades da gestão em saúde. O Sistema Nacional de Ouvidoria está organizado nas três esferas de governo, havendo, atualmente, 1.524 ouvidorias implantadas.

Com a finalidade de expansão e aperfeiçoamento das ouvidorias do SUS, foram ofertadas capacitações para a implantação do OuvidorSUS, sistema específico para ouvidoria. Em 2014, foram capacitadas 266 localidades para implantação do sistema informatizado. Dessas, 190 já entraram em produção no nível 1 do OuvidorSUS. Além dessas capacitações, destacamos as ações estratégicas para organização e consolidação do Sistema Nacional de Ouvidoria: a) conhecimento do cenário atual das ouvidorias do SUS, não censitário, por meio de parceria com a Fiocruz, b) reuniões com Ouvidores do SUS para planejamento estratégico das ações do Sistema Nacional de Ouvidorias do SUS (SNO/SUS), formulação e implementação da Política Nacional de Ouvidoria do SUS, que ora se encontra em tramitação no Congresso Nacional; c) premiação de experiências exitosas através do Prêmio Cecília Donnangelo de Ouvidoria SUS; d) Curso Nacional de Qualificação em Auditoria e Ouvidoria do SUS em oito estados da federação; e) aplicação piloto do INOVSUS (indicador criado para avaliação das ouvidorias do SUS), criado pela Portaria nº 2.416, de 7 de novembro de 2014, que estabelece diretrizes para a organização e funcionamento dos serviços de ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e suas atribuições e o lançamento do Manual do Sistema Nacional de Ouvidoria.

O Serviço de Informação ao Cidadão - SIC do Ministério da Saúde atua desde maio de 2012, para garantir o acesso dos cidadãos às informações, a transparência ativa ou passiva. Os pedidos direcionados ao MS, por meio do e-SIC, foram

1.102 (2012), 2.263 (2013) e 2.195 (2014), totalizando, no período de 12/maio/2012 a 31/dezembro/2014, 5.560 pedidos de informação, plenamente respondidos no prazo, cujos conteúdos mais frequentes referiram-se à atenção básica, aos programas e ações da saúde, recursos humanos, dados epidemiológicos e assistência farmacêutica.

A Carta SUS, correspondência enviada pelo Ministério da Saúde aos cidadãos que passaram por internação hospitalar ou procedimentos ambulatoriais de alta complexidade em hospitais ou unidades de saúde públicas ou contratualizadas com o SUS, tem como objetivo fiscalizar a utilização dos recursos públicos de saúde, fortalecer a participação da população na gestão, monitorar as ações de saúde e avaliar a qualidade do atendimento prestado pelo SUS. A estratégia, em operação desde 2012, até o final de 2014 totalizou 37,5 milhões de correspondências. No que se refere à pesquisa de satisfação do usuário, em 2014, foram recebidos mais de 2 milhões de cartões-resposta, por correio, internet e telefone. Outro canal de comunicação explorado com intenções semelhantes, porém com maior amplitude, trata-se do Disque Saúde 136 que recebeu, em 2014, 29.632 mil manifestações entre denúncias, reclamações, elogios, informações, solicitações e sugestões, das quais 7.945 referiram-se a denúncias.

Com objetivo de avaliar a implantação do Programa Rede Cegonha, é realizada uma pesquisa por telefone com mulheres que tiveram partos pelo SUS, abrangendo questões relativas ao pré-natal, parto e pós-parto. A pesquisa foi iniciada em 2012, contabilizando mais de 260 mil questionários aplicados até 2014.

A Pesquisa de Avaliação da Internação do cuidado pós-alta de Acidente Vascular Cerebral e Infarto Agudo do Miocárdio foi iniciada em 2013, com o objetivo de avaliar o atendimento recebido nos serviços públicos de saúde durante a internação e verificar o acompanhamento médico pós-alta do paciente. Até o final de 2014 foram mais de 130 mil questionários aplicados. Para a aplicação dos questionários foram realizados mais de 300 mil contatos.

Em 2014, as ações realizadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS (DENASUS), Componente Federal e Coordenador do Sistema Nacional de Auditoria do SUS (SNA), totalizaram 1.284 ações de controle, sendo 957 auditorias, 09 fiscalizações, 250 visitas técnicas e 68 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS); e 176 Cooperações Técnicas. Vale destacar que as principais ações de controle foram nos seguintes programas: Saúde Toda Hora - SAMU 192, Saúde da Mulher - CA de Colo de Útero; Saúde da Mulher - Rede Cegonha, Saúde Não Tem Preço - Farmácia Popular; ações de controle interno realizadas em Cirurgias Eletivas; CartaSUS; Programa Requalifica UBS; Sistema Penitenciário; Saúde do Trabalhador; e Relatório de Gestão. Essas atividades foram inseridas no Plano Anual de Atividades do DENASUS de 2014 e totalizaram, aproximadamente, 40% das ações do ano todo. Em 2014 houve um total de R$ 3,3 bilhões auditados e R$277.106.851,41 milhões de proposições de devolução.

A Ouvidoria Itinerante é uma ação de ouvidoria ativa, que ocorre com o deslocamento de técnicos do DOGES para áreas de difícil acesso aos serviços de saúde, visando realizar escuta qualificada de populações que vivem em condições de vulnerabilidade social, sem acesso ou com acesso limitado às Ouvidorias do SUS. Em 2014, dentre as várias ações realizadas, destacamos a realização de dois importantes projetos: “Ouvidoria que vai ao cidadão: Rede integrada para a Gestão da Informação, Comunicação em Saúde e Mobilização para a 15ª Conferência Nacional de Saúde”, realizado por meio de convênio com a Universidade de Brasília e “Saúde e Cidadania – Reflexões Populares sobre Participação”, realizado por meio de cooperação técnica com a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) – Brasil.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o Disque Saúde 136, com foco na pesquisa da Rede Cegonha, por meio da realização de 400 mil entrevistas até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 foram aplicados cerca de 63.000 questionários relacionados à pesquisa com foco na rede Cegonha, iniciada em 10/5/2012, resultando em um acumulado de 260.000 questionários aplicados desde 2012.

  Quantidade alcançada

  260.000

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, 266 localidades foram capacitadas no Sistema OuvidorSUS nível I, perfazendo um total acumulado de 526 unidades desde 2012. Das localidades capacitadas, 190 localidades iniciaram a produção no Sistema OuvidorSUS nível I e 1.524 localidades implantaram Ouvidoria do SUS.

Quantidade alcançada

190

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Estaduais de Saúde anualmente**

Análise Situacional da Meta

Todas as ações do Fundo Nacional de Saúde são para apoiar os 5.596 fundos de saúde (5.569 municípios e 27 Estados - incluindo o DF), por meio da participação nos eventos patrocinados pelos parceiros no projeto de apoio a fundos, que são do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde dos estados (COSEMS) e Controladoria Geral da União, em seus programas de fortalecimento da gestão municipal por sorteios públicos; por meio de informações atualizadas e precisas no site do FNS; e por meio da melhoria dos sistemas de pagamento, devido a integração com os demais sistemas do MS, o que permite agilidade nos procedimentos de pagamento/transferência aos fundos de saúde. O FNS atua também na orientação aos gestores quanto aos procedimentos a serem adotados para obtenção de melhor utilização do recurso e para a adequação dos projetos.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos Fundos Municipais de Saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

Todas as ações do Fundo Nacional de Saúde são para apoiar os 5.596 fundos de saúde (5.569 municípios e 27 Estados - incluindo o DF), por meio da participação nos eventos patrocinados pelos parceiros no projeto de apoio a fundos, que são do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde dos estados (COSEMS) e Controladoria Geral da União, em seus programas de fortalecimento da gestão municipal por sorteios públicos; por meio de informações atualizadas e precisas no site do FNS; e por meio da melhoria dos sistemas de pagamento, devido a integração com os demais sistemas do MS, o que permite agilidade nos procedimentos de pagamento/transferência aos fundos de saúde. O FNS atua também na orientação aos gestores quanto aos procedimentos a serem adotados para obtenção de melhor utilização do recurso e para a adequação dos projetos.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar os processos de monitoramento e avaliação das 27 Secretarias Estaduais de Saúde**

Análise Situacional da Meta

Por meio do apoio às atividades de monitoramento e avaliação (M&A) das secretarias municipais e estaduais de saúde, há o compartilhamento das tecnologias e conhecimentos utilizados na estruturação da Sala de Apoio à Gestão Estratégica (Sage) com gestores dos Estados, Municípios e DF. Dentre os projetos e ações, presentes nessa estratégia, destacam-se o I3GeoSaúde, a elaboração de um guia sobre a Sage e o apoio técnico aos entes interessados em criar

uma estrutura similar à Sage. Ao encontro dessa ideia de estabelecimento de estruturas similares à Sage em Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde está a organização do modelo de apoio técnico, constituído por técnicos da Sage, a depender do nível de atuação e especialização desejada.

- **Consolidar o SOMASUS e sistemas associados no apoio à execução de projetos de investimentos em estruturação física e tecnológica do SUS**

Análise Situacional da Meta

No segundo semestre de 2014, com relação à ferramenta SOMASUS, Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde, foi realizada a revisão técnica de cerca de 25% das fichas de equipamentos constantes no SOMASUS, a atualização de diversos ambientes médico-hospitalares constantes no sistema, bem como concluiu-se a produção do conteúdo gráfico e textual do Volume 4 da série SOMASUS.

- **Disponibilizar programa de apuração de custos de serviços e ações em saúde até 2015**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Saúde tem incentivado a gestão de custos em unidades de saúde do SUS através do Programa Nacional de Gestão de Custos – PNGC, em nove estados da federação. A implementação do PNGC é considerado com um ciclo completo quando as unidades de saúde passam, cumulativamente, pelas seguintes etapas: 1) sensibilização e diagnóstico situacional; 2) estruturação da unidade em centros de custos; 3) levantamento e organização de dados; 4) lançamento de dados no APURASUS; e 5) análise de resultados.

Em 2014, o Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC) foi implantado em mais 31 unidades hospitalares, totalizando, atualmente, 81 unidades de saúde de 12 unidades da federação, quais sejam: BA, RS, PE, CE, PB, PA, MS, AL, TO, AC, GO e DF. A equipe que coordena o programa realizou acompanhamento constante destas unidades por meio de viagens para realização de cursos de capacitações técnicas e treinamentos na ferramenta APURASUS, bem como do apoio técnico feito à distância, que vai desde o esclarecimento de dúvidas de ordem técnica e operacional à análise de inconsistências dos custos apurados.

- **Implantar e implementar o Indicador Nacional de Acesso e Qualidade em Saúde**

Análise Situacional da Meta

Elaborado no ano de 2011 com apoio de um Comitê Técnico, e submetido à consulta pública em 2012, o IDSUS teve seus primeiros resultados publicados, referentes aos dados do período de 2007 a 2010, os quais avaliaram o SUS que atendeu os residentes em cada munícipio brasileiro. Em 2013 e 2014 foram elaborados: minuta da portaria que regulamenta o IDSUS; anexo da Portaria do IDSUS com o respectivo modelo avaliativo; fichas completas dos 24 indicadores simples que compõem tal índice; folder da nova página do IDSUS; e primeira versão do documento que contém um conjunto de indicadores em série histórica que avaliam o SUS de 2003 a 2014.

- **Implantar e implementar o Portal da Transparência do Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta

Portal em funcionamento, sofrendo manutenções evolutivas conforme as demandas existentes quanto a aspectos legais ou organizacionais.

Portal da Transparência: http://aplicacao.saude.gov.br/portaltransparencia/index.jsf.

- **Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizadas 1.284 ações de controle, sendo 957 auditorias, 09 fiscalizações, 250 visitas técnicas e 68 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS); além de 176 Cooperações Técnicas, perfazendo um acumulado de 4.803 ações de controle interno e auditorias.

Quantidade alcançada

4.803

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar ações de Ouvidoria Ativa no âmbito do SUS, com envio de 10 milhões de CartaSUS/ano até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram enviadas cerca de 13,8 milhões de cartas, resultando em um acumulado de 37,5 milhões de cartas enviadas no período de 2012 a 2014.

Quantidade alcançada

13.800.000

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A assistência farmacêutica é um componente essencial do Sistema Único de Saúde, uma vez que atende ao componente prescricional voltado à proteção e recuperação da saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e do seu uso racional. Esse objetivo consiste em promover a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, o Ministério da Saúde tem concentrado esforços na integração da Política de Assistência Farmacêutica às demais diretrizes prioritárias, com vistas a assegurar a articulação necessária para o acesso aos medicamentos no contexto da garantia da integralidade da atenção.

A promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio da expansão dos Programas Farmácia Popular do Brasil e Saúde Não Tem Preço, teve como prioridade o adensamento de unidades disponíveis nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza. Até dezembro de 2014, registra-se a operação de 33.264 farmácias credenciadas, atuando em 4.345 Municípios, além de 532 estabelecimentos da rede própria, operando em 422 Municípios.

O Componente Básico da Assistência Farmacêutica transferiu aos Municípios e Estados, até o final de 2014, cerca de R$ 1 bilhão para aquisição de medicamentos para a Atenção Básica. Além disso, foram adquiridos de forma centralizada aproximadamente 23 milhões de frascos de insulina NPH regular e, para o Programa Saúde da Mulher, mais de 28 milhões de blísteres, ampolas, comprimidos e unidades de contraceptivos.

O Ministério da Saúde adquiriu 600 kits para atender pessoas atingidas por desastres de origem natural, e, no ano de 2014, aproximadamente 163,5 mil pessoas desabrigadas ou desalojadas receberam os medicamentos e/ou insumos (correspondendo a 109 kits, totalizando 21,8 toneladas).

Em relação ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, que disponibiliza o tratamento na forma de linhas de cuidado para 79 doenças, em 2014 foram transferidos recursos aos estados na ordem de R$ 740,3 milhões, além de R$ 4,15 bilhões executados em 50 processos de aquisição centralizada de medicamentos pelo Governo Federal, que corresponderam a mais de 448 milhões de unidades de medicamentos adquiridas.

Em 2014, foram também firmados 19 contratos entre o Ministério da Saúde e laboratórios privados, dois contratos com laboratório público, quatro termos de ajuste junto a organismo internacional e quatro termos de execução descentralizada com laboratório oficial de nível federal. Por outro lado, no mesmo período foram descentralizados cerca de R$ 160,7 milhões, equivalentes a aquisição de mais de 206 milhões de unidades de medicamentos.

O uso de plantas medicinais e fitoterápicos foi intensificado nos últimos anos. Em 2014, foram repassados, na modalidade fundo a fundo, R$ 7,2 milhões para 17 secretarias de saúde municipais e duas estaduais, destinados ao: apoio à assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos; estruturação de arranjos produtivos locais em plantas medicinais e fitoterápicos; e desenvolvimento e registro sanitário de fitoterápicos da Rename (Relação Nacional de Medicamentos) por laboratórios públicos. Ao todo, desde 2012, estão em curso 66 projetos apoiados na área de plantas medicinais e fitoterápicos, totalizando investimento próximo a R$ 26 milhões.

Ainda com referência ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, constam 12 medicamentos fitoterápicos

incluídos na Rename e, consequentemente, no elenco do componente básico da assistência farmacêutica. O processo de atualização da Rename foi iniciado em agosto de 2014 e avalia a incorporação de quatro novos medicamentos fitoterápicos.

Em 2014, foram ainda divulgados os dados da Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos no Brasil (PNAUM). Os resultados mostram um acesso elevado a medicamentos pelos brasileiros para o tratamento das doenças crônicas investigadas (93,8% para hipertensão e 95,4% para diabetes). Para o tratamento da hipertensão e diabetes, mais de 70% dos medicamentos foram obtidos de forma gratuita pela população, prioritariamente nas unidades de saúde do SUS. A obtenção de medicamentos gratuitos para as doenças respiratórias crônicas foi de 27%.

O Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde apoia 1.582 Municípios constantes do Plano Brasil sem Miséria até 100 mil habitantes (70% desses Municípios), o que corresponde a uma cobertura de mais de 26 milhões de pessoas, com prioridade para a estruturação dos serviços farmacêuticos na Atenção Básica, com investimento de mais de R$ 17 milhões.

Para contribuir no planejamento, monitoramento, controle e avaliação da gestão da Assistência Farmacêutica, o Governo Federal ampliou a implantação do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (HÓRUS) que conta com a adesão de mais de 2.900 Municípios e 20 Estados. Além disso, o Sistema também é utilizado em 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, 47 Casas de Saúde Indígena e 68 Polos Base do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena. Mais de seis mil profissionais, de 2.438 Municípios, foram capacitados para utilização do sistema, na modalidade à distância.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 municípios em 2011 para 2.365 municípios até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  De janeiro a novembro de 2014, o Programa Farmácia Popular ampliou a rede credenciada em 126 municípios mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria, passando de 1.464 para 1.590 municípios do BSM abrangidos pelo Programa.

  Quantidade alcançada

  1.590

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2014, constam 12 medicamentos fitoterápicos incluídos na Rename e, consequentemente, no elenco do componente básico da assistência farmacêutica. O processo de atualização da Rename já foi iniciado para a incorporação de quatro novos medicamentos fitoterápicos no elenco do SUS.

  Quantidade alcançada

  12

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Apoiar 20 Arranjos Produtivos Locais - APL até 2015, visando promover o acesso a plantas medicinais e fitoterápicos no SUS**

  Análise Situacional da Meta

  No total, desde 2012, estão em curso 66 projetos apoiados na área de plantas medicinais e fitoterápicos. Em 2014, foi aprovado o repasse fundo para apoio ao desenvolvimento de projetos em 03 modalidades: apoio à assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicos; estruturação de arranjos produtivos locais em plantas medicinais e fitoterápicos; e desenvolvimento e registro sanitário de fitoterápicos da Rename (Relação Nacional de Medicamentos)

por laboratórios públicos.
Quantidade alcançada

66
Data de Referência

31/12/2014

- **Aquisição e distribuição continuada de medicamentos e insumos adequados à integralidade do tratamento de pacientes em todos os níveis de atenção.**

  Análise Situacional da Meta

  Em relação ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, que disponibiliza o tratamento na forma de linhas de cuidado para 79 doenças, em 2014 foram transferidos recursos aos estados na ordem de R$ 740,3 milhões, além de R$ 4,15 bilhões executados em 50 processos de aquisição centralizada de medicamentos pelo Governo Federal, que corresponderam a mais de 448 milhões de unidades de medicamentos adquiridas.

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A implantação desse objetivo está em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), cuja finalidade é contribuir para o desenvolvimento nacional sustentável, com base em conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

O Ministério da Saúde consolidou seu papel no cenário da ciência, tecnologia e inovação em saúde, tendo como marca registrada o trabalho em parceria com diversas instituições, como o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), as Fundações de Amparo à Pesquisa, as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).

Destaca-se também a parceria internacional com a Fundação Bill e Melinda Gates, que, em 2014, juntamente com o CNPq/MCTI, foi concretizada por meio do lançamento da chamada pública "Grandes Desafios Brasil: Desenvolvimento Saudável Para Todas as Crianças", no valor de R$ 10 milhões.

Ainda em 2014, no âmbito da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) e em consonância com as prioridades definidas no documento Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde, foram investidos R$ 55 milhões em 12 chamadas públicas em parceria. Nessas chamadas foram contemplados 171 projetos nas seguintes temáticas: Leishmanioses (R$ 3 milhões), Medicina Regenerativa (R$ 5,6 milhões), Doenças Neurodegenerativas (R$ 6 milhões), Criação da Rede Nacional de Pesquisa em Doenças Cardiovasculares (R$ 6 milhões), Doenças de Chagas (R$ 3 milhões), Distúrbios Neuropsiquiátricos (R$ 6 milhões), Saúde da População Negra (R$ 2 milhões), Doenças Respiratórias (R$ 5 milhões), Helmintíases (R$ 3 milhões), Doenças Raras (R$ 5 milhões) e Doenças Renais (R$ 5 milhões).

Nesse período também foi lançada a chamada em parceira com o National Institute of Health na área de câncer associado a infecções, alergia, imunologia, ou doenças infecciosas, incluindo HIV/AIDS e suas comorbidades, no valor de R$ 5,5 milhões.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o cadastramento dos Comitês de Ética em Pesquisas (CEP) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), passando de 10% em 2011 para 100% até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Meta atingida em 2013.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue**

Análise Situacional da Meta

Meta atingida em 2013. Os projetos apoiados são do Instituto-Fundação Butantan – IFB e do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos/Fiocruz.

- **Aprovar no Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde (GECIS) 3(três) propostas para a otimização do marco regulatório do complexo produtivo e de ciência, tecnologia e inovação em saúde, relacionadas aos temas de compras governamentais, regulação sanitária, econômica, tributária e fiscal e de propriedade intelectual**

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 a 2014, foram apresentadas e aprovadas 9 propostas ao GECIS, das quais 2 em 2014.

Em 2014 foi realizada a 7ª Reunião do GECIS. A reunião foi pautada no balanço das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) firmadas até 2014, bem como a apresentação do novo marco regulatório, contemplado na Portaria GM/MS nº 2.531/2014, que redefine as diretrizes e critérios para a definição da lista de produtos estratégicos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e o estabelecimento das PDPs, e disciplina os respectivos processos de submissão, instrução, decisão, transferência e absorção de tecnologia, aquisição de produtos estratégicos para o SUS no âmbito da PDP e o respectivo monitoramento e avaliação. Além disso, foi apresentada a Lista Anual de Produtos Estratégicos para o SUS em 2015, validada pelo GECIS. E, em atendimento ao disposto no art. 11, § 3º, da Portaria nº 2.531/2014, foi apresentado o Calendário Anual das reuniões do GECIS para 2015. Nesta reunião também foi apresentado o balanço das medidas da Agenda Setorial do Complexo da Saúde, no âmbito do Plano Brasil Maior.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2014

- **Celebrar 15 acordos regionais para realinhamento das prioridades de pesquisa em saúde no SUS, em consonância com os Planos Estaduais de Saúde**

Análise Situacional da Meta

Acordos firmados. Esta meta foi cumprida em 2012, quando foram firmados convênios da edição do PPSUS para o biênio 2012-2013 em 25 estados (exceto DF e PA).

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar 200 projetos de pesquisa no âmbito do programa de pesquisa para o SUS (PPSUS) até 2015, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Secretarias Estaduais de Saúde e Fundações de amparo à pesquisa**

Análise Situacional da Meta

Na modalidade de fomento descentralizado (PPSUS), em 2014 foram contratados 160 projetos de pesquisa, cujas propostas contribuirão para o desenvolvimento científico e tecnológico de cada estado, além de atender às demandas de pesquisa em saúde locais. Desde 2012 já foram contratados 647 projetos de pesquisa.

Quantidade alcançada

647

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram lançadas 13 chamadas públicas nacionais, por meio das quais foram contratados 171 projetos de pesquisas em temas relevantes para o SUS: Leishmanioses, Medicina Regenerativa, Doenças Neurodegenerativas, Criação da Rede Nacional de Pesquisa em Doenças Cardiovasculares, Doenças de Chagas, Distúrbios Neuropsiquiátricos, Saúde da População Negra, Doenças Respiratórias, Helmintíases, Doenças Raras e Doenças Renais. Nesse período também destaca-se a chamada em parceira com o National Institute of Health na área de câncer associado a infecções, alergia, imunologia, ou doenças infecciosas, incluindo HIV/AIDS e suas comorbidades no valor de R$ 5,5 milhões. Outra chamada de parceira internacional importante foi realizada com a Fundação Bill e Melinda Gates e com o CNPq/MCTI. Essa chamada pública, no valor total de R$ 10 milhões, teve como tema "Grandes Desafios Brasil: Desenvolvimento Saudável Para Todas as Crianças", cujo objetivo é desenvolver intervenções efetivas para reduzir a incidência de parto prematuro, deficiências de crescimento e danos ao desenvolvimento cognitivo.

Quantidade alcançada

391

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores – e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no País.

No âmbito da saúde suplementar, em janeiro de 2014, passou a vigorar o novo Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde. Foram incluídos 87 novos itens, entre eles, nova técnica de radioterapia (IMRT), cerca de 30 cirurgias por vídeo e procedimentos odontológicos. Além disso, foram incluídos 37 medicamentos orais para tratamento de cânceres com grande prevalência entre a população – como estômago, fígado, intestino, rim, mama, útero e ovário. No decorrer do ano, oito terapias para tratamento de efeitos colaterais do câncer também foram incorporadas.

Em 2014, a ação pública regulatória suspendeu a operação de 260 planos de 44 operadoras. A medida se encaixa nos critérios estabelecidos para a suspensão dos produtos que já foram reincidentes pelo descumprimento da Resolução Normativa nº 259, que determina a garantia de atendimento do beneficiário e dos prazos máximos desse atendimento para consultas, exames e cirurgias.

Já o aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS pelos atendimentos em rede pública de consumidores com planos de saúde gerou, até dezembro de 2014, um valor arrecadado de R$ 390,93 milhões, com a conclusão de 858.812 processos de ressarcimento, sendo 439.919 em 2013 e 418.893 em 2014.

A regulamentação da Lei n° 13.003, de 24 de junho de 2014, que torna obrigatória a existência de contratos escritos entre operadoras e prestadores de serviços de saúde, deverá garantir, a partir de 2015, serviços de melhor qualidade para o consumidor, com a definição de percentual de reajuste de honorários pela ANS em casos nos quais não houver acordo entre as partes. O incentivo à mudança do modelo assistencial, por meio da adoção de planos de cuidado e da reorganização da rede de prestação de serviços, deverá aprimorar o atendimento e permitir alteração do modelo de remuneração dos profissionais de saúde, com redução dos custos totais. Com relação à sustentabilidade do setor, será desenvolvida política de incentivo à comercialização dos Planos Individuais e realizado o monitoramento da sustentabilidade econômico-financeira das operadoras e impactos no setor.

Metas 2012-2015

- **Agilizar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS**

  Análise Situacional da Meta

  O aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS pelos atendimentos em rede pública de consumidores com planos de saúde gerou, até dezembro de 2014, um valor arrecadado de R$ 390,93 milhões, com a conclusão de 858.812 processos de ressarcimento, sendo 439.919 em 2013 e 418.893 em 2014.

- **Aprimorar a capacidade regulatória (mensurada pelo Índice de Desempenho Institucional)**

  Análise Situacional da Meta

  O resultado global anual foi de 82%, levando-se em consideração os resultados de 15 indicadores relativos a processos organizacionais. Estratificado pelos eixos, o resultado foi de 75% para a Sustentabilidade do Mercado, 95% para a Articulação e Aprimoramento Institucional e 75% para o Desenvolvimento Institucional.

- **Conferir maior poder de escolha ao consumidor de planos de saúde e aprimorar as ações regulatórias**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, a ação pública regulatória suspendeu a operação de 260 planos de 44 operadoras. A medida se encaixa nos critérios estabelecidos para a suspensão dos produtos que já foram reincidentes pelo descumprimento da Resolução Normativa nº 259, que determina a garantia de atendimento do beneficiário e dos prazos máximos desse atendimento para consultas, exames e cirurgias.

  No âmbito da discussão acerca da melhor forma de disponibilizar a rede georreferenciada dos planos para os beneficiários, o novo sistema teve sua fase de concepção concluída em 2014. Não há previsão de implementação de funcionalidades de georreferenciamento dos prestadores, estando apenas prevista a obrigatoriedade do endereço. Avalia-se a possibilidade de se fazer o georreferenciamento através deste endereço, informado para o prestador no novo cadastro do RPS. Há, ainda, a questão da utilização do CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde) como cadastro único de prestadores da ANS, com os ajustes necessários para atender às suas necessidades, e este já possui as informações necessárias para o georreferenciamento. A ser discutido pelas esferas competentes, no próximo período.

- **Otimizar o Relacionamento Institucional entre a ANS e Órgãos de Defesa do Consumidor (Programa Parceiros da Cidadania)**

  Análise Situacional da Meta

  Foram operacionalizados, ao longo do ano, 94% dos acordos assinados (17), tendo superado a meta de 90%. A maioria dos acordos encontra-se na região Nordeste, Norte e Sudeste. É importante ressaltar o conjunto de 37 aproximações em todas as regiões do País entre os Núcleos da ANS e os Órgãos de Defesa do Consumidor, com atividades de capacitação e troca de informações.

  O conjunto dos Núcleos da ANS apresentava, no primeiro semestre, quinze (15) acordos de cooperação firmados (12 com atividades realizadas no 1o semestre) e um Fórum Permanente de Saúde Suplementar, coordenado pela Defensoria Pública de Pernambuco. A maioria dos Núcleos participa de eventos junto aos Órgãos de Defesa do Consumidor (PROCONs Estaduais e Municipais; Ministério Público e Defensoria Pública; Fóruns; Sindicatos; Comitês e Comissões; Promotorias e Secretarias). Há também perspectiva de novos parceiros, com atividades em andamento, ainda que sem acordos firmados (27, em potencial). A maioria das atividades é voltada para a capacitação e a troca de informações, bem como reuniões técnicas voltadas à resolução de demandas. A situação atual é promissora, pois se verifica o crescimento da participação dos entes congregados no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC). Destaca-se que a participação do Poder Judiciário é inovadora e tem possibilidades de crescimento.

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como

compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Esse Objetivo reúne e organiza toda a agenda internacional do Ministério da Saúde e instituições vinculadas, sendo definidas suas prioridades a partir de cinco eixos: fortalecimento e desenvolvimento do complexo industrial da saúde; fortalecimento da atuação do setor saúde em fóruns multilaterais; fortalecimento da integração regional em saúde; fortalecimento da cooperação internacional e assistência humanitária em saúde; e aperfeiçoamento da gestão das ações internacionais em saúde.

Em 2014, no campo da cooperação fronteiriça, cabe ressaltar a Assinatura do Memorando de Entendimento Brasil-Venezuela e início de sua implementação para a eliminação da oncocercose na região yanomami, única área ainda com casos na região das Américas. Além disso, destaca-se a cooperação com o CARICOM para resposta a emergências como Ebola e Chikungunya, ações de apoio para a região das Américas, através da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Organização Mundial de Saúde (OMS), além de doações de kits de medicamentos e insumos estratégicos, para combater o avanço da epidemia de ebola na Guiné, Libéria e Serra Leoa.

Destaque para a finalização da primeira etapa de Projeto Trilateral em Saúde – Brasil – Cuba – Haiti e o início do funcionamento dos três hospitais Comunitários de Referência (do tipo UPA), e do Instituto Haitiano de Reabilitação, com a possibilidade de seguimento de ações para os próximos anos, especialmente no fortalecimento da saúde mental. Também, cooperações com Peru e El Salvador foram fortalecidas, com vistas a aprofundar a cooperação em ações como a experiência brasileira do “Aqui tem farmácia popular”. Parcerias com a França em áreas como urgência e emergência e com a Espanha em transplantes foram também marcos positivos no transcurso de 2014.

Na OMS, foram pontos liderados pelo Brasil: o fortalecimento do papel dos sistemas de saúde no marco de uma resposta intersetorial para o enfrentamento da violência interpessoal, em particular contra mulheres, meninas e meninos; a incorporação da Declaração Política sobre Recursos Humanos de Saúde, aprovada em Conferência em Recife, como documento global; o fortalecimento das autoridades regulatórias, melhoria do acesso a medicamentos essenciais e, também, a biotecnológicos; a criação de nova estratégia e metas globais para tuberculose e fortalecimento dos programas de vacinação contra as hepatites A e B; além de medidas de controle da infecção nos serviços de saúde.

No âmbito da Organização Pan-Americana de Saúde, a presidência brasileira na discussão do Plano Estratégico 2014-2019 tornou a experiência um modelo para outras regiões, conduzindo o processo de maneira inclusiva e participativa. Pela primeira vez na América Latina, a Anvisa, juntamente com a OMS, realizaram a 16ª Conferência Internacional de Autoridades Reguladoras de Medicamentos (International Conference of Drug Regulatory Authorities - ICDRAs) no Brasil, favorecendo e promovendo a inclusão das autoridades reguladoras de medicamentos da Região nas discussões do futuro das atividades de regulação de produtos sujeitos à vigilância sanitária. A segunda reunião do Fórum das Agências Reguladoras de Medicamentos do Espaço Lusófono, coordenada pela Anvisa e a Infarmed, agência reguladora de medicamentos de Portugal, teve como objetivo intensificar a cooperação na área de medicamentos entre os países membros, além da sistematização de experiências de iniciativas bilateral ou multilateral bem-sucedidas realizadas entre os parceiros. A Anvisa também realizou a Conferência Internacional de Insumos Farmacêuticos Ativos para aprimorar o conhecimento e compartilhar experiências sobre regulamentação de insumos farmacêuticos. Esse evento auxiliou na revisão e elaboração de marcos regulatórios e permitiu observar critérios e parâmetros internacionais em uso para harmonização das regras nacionais com a legislação internacional.

Foi realizado o 1º Seminário sobre Regulação de Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos, com o objetivo de compartilhar experiências relacionadas a serviços médicos eficientes e de alta qualidade e fortalecer a aproximação estratégica entre as autoridades sanitárias do Brasil e do Japão.

Após participar por um ano na condição de observadora, a Anvisa foi aceita como Membro do ICCR (International Cooperation on Cosmetic Regulation), participando ao lado das autoridades reguladoras dos Estados Unidos, Canadá,

União Europeia e Japão, na elaboração do marco regulatório de referência regional na área de cosméticos.

Metas 2012-2015

- **Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa**

  Análise Situacional da Meta

  100% do escritório em Moçambique está implantado desde 2012. O Escritório oficial tem como finalidade articular, acompanhar e avaliar os programas de cooperação em saúde desenvolvidos pelas unidades da Fiocruz com os países africanos. Principais serviços desenvolvidas:

  • Cursos de pós-graduação em diferentes áreas;

  • Capacitações em serviço;

  • Ensino a distância e formação politécnica;

  • Implantação e reformulação dos institutos nacionais de Saúde dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP; e

  • Transferência de tecnologia para a área de produção e apoios diferenciados para o fortalecimento dos sistemas de saúde dos países da CPLP.

- **Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, por meio da participação nos fóruns multilaterais e nos mecanismos de integração regional e de fronteira, no desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e assistência humanitária, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.**

  Análise Situacional da Meta

  Dentre as iniciativas internacionais realizadas e apoiadas pelo Ministério da Saúde, no primeiro semestre de 2014, merecem destaque:

  - Realização, em fevereiro, de Reunião de Coordenação com a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul e dos municípios de fronteira com Uruguai;

  - Assinatura, em março, da declaração que aprova o Plano Operativo Anual do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde 2014, durante a VIII Reunião Ordinária do Conselho de Saúde Sul-americano, realizada no Suriname;

  - Entrada em vigor, em abril, da Portaria nº 622, que estabelece prazos para conclusão da implementação das ações previstas no Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras) e sobre o repasse de incentivo financeiro; e realizada a I Reunião de Consultas Humanitárias Brasil-Canada, onde os 2 países estabeleceram mecanismo de consultas em temas de cooperação humanitária e esboçaram sobre o tema uma série de ações a serem tomadas em conjunto.

- **Realizar cooperação técnica internacional em saúde, priorizando países da América Latina e Caribe e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

  Análise Situacional da Meta

  Realizada, em fevereiro, Reunião de Coordenação com a Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul e dos municípios de fronteira com Uruguai;

  Assinada, em março de 2014, a declaração e aprova o Plano Operativo Anual do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde 2014, durante a VIII Reunião Ordinária do Conselho de Saúde Sul-americano, realizada no Suriname; e

  Em abril de 2014, entrou em vigor a Portaria nº 622, que estabelece prazos para conclusão da implementação das ações previstas no Sistema Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras) e sobre o repasse de incentivo financeiro.

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual de CRAS com IDCRAS igual ou superior a 6	%	31/12/2009	53,16	31/12/2013	68,07
Percentual de CREAS com atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (MSE)	%	31/12/2010	31	31/12/2013	73,27
Percentual de CREAS com atendimento para mulheres em situação de violência	%	31/12/2010	77	31/12/2013	73,85
Percentual de CREAS com oferta de serviço especializado em Abordagem Social	%	31/12/2010	63	31/12/2013	51,84
Percentual de municípios (com 100 mil habitantes ou mais) com serviços de Proteção Social Especial para pessoas em situação de rua	%	31/12/2010	35	31/12/2013	80,56
Percentual de municípios (com 50 mil habitantes ou mais) com Serviços de Acolhimento	%	31/12/2010	62	31/12/2013	75
Percentual de Municípios com CREAS	%	31/12/2010	26	31/12/2013	43
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa com Deficiência	%	31/12/2010	9,39	31/12/2014	5,23
Taxa Anual de Crescimento do BPC para a Pessoa Idosa	%	31/12/2010	5,32	31/12/2014	2,98
Taxa bianual de permanência dos técnicos de nível superior nos CRAS	%	31/12/2010	42,8	31/12/2013	51,13
Taxa de trabalho infantil	%	31/12/2009	5,63	30/09/2013	3,7327
Variação anual da concessão do BPC	%	31/12/2010	3,97	31/12/2014	-3,21

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo agrega o cofinanciamento de serviços e projetos de estruturação da rede de unidades de Proteção Social Básica (PSB). A Proteção Social Básica objetiva fortalecer a acolhida, a convivência e a socialização de famílias e de indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada. Nesse sentido, articula um conjunto de ações voltadas à inserção dessas famílias e indivíduos na rede socioassistencial e em outras políticas setoriais, visando prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade.

Os serviços continuados de PSB se destinam às famílias e são ofertados de forma direta nos Centros de Referência da

Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social e, de forma indireta, pelas entidades e organizações de assistência social sem fins lucrativos da área de abrangência do CRAS. Cada CRAS oferta, necessariamente e com exclusividade, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o principal serviço da proteção básica. O PAIF é complementado pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), destinado a crianças, adolescentes e idosos, além do Serviço no Domicílio (SD) para pessoas com deficiência ou idosos.
A Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica consiste no apoio à implantação, qualificação e reestruturação dos equipamentos públicos, contribuindo para a melhoria da estrutura física e material, as condições de atendimento, a ampliação do acesso aos serviços e o aprimoramento da gestão dessas unidades.
Ao final de 2014, o MDS cofinanciava a oferta do PAIF em 7.511 CRAS, que referenciavam aproximadamente 22,5 milhões de famílias, em 5.548 municípios brasileiros. Além disso, cofinanciava a oferta de serviços prestados por 1.256 equipes volantes, distribuídas por 1.085 municípios e concluiu a entrega de 123 lanchas da Assistência Social a municípios da Amazônia e pantanal. Além disso, 5.038 municípios receberam o cofinanciamento federal para a oferta do SCFV reordenado, com atendimento, no último trimestre do ano, de 1,47 milhão de usuários nas faixas etárias cofinanciadas, sendo mais de 800 mil usuários do público prioritário.
Em 2014, merecem destaque: a efetiva implantação do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC; a realização de nova oferta, com ampliação de metas, do Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho); a reoferta de equipes volantes, lanchas da assistência social e do PAIF; e a finalização da entrega, a municípios, de Lanchas de Assistência Social aceitas em anos anteriores.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) para todas as faixas etárias dos serviços tipificados, buscando a universalização da oferta e equalização da cobertura de cofinanciamento**

  Análise Situacional da Meta

  O SCFV organiza-se por faixas etárias, estando prevista a oferta de atividades intergeracionais. Objetiva prevenir situações de vulnerabilidade e riscos, contribuindo para a prevenção da institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, inclusive pessoas com deficiência. O serviço ocorre por meio do trabalho em grupos, podendo ser ofertado no CRAS, em outras unidades públicas, como os Centros de Convivência, ou em entidades de assistência social, referenciadas ao CRAS.

  No segundo semestre de 2013 foi implementado o reordenamento do SCFV, visando equalizar a oferta do serviço para as faixas etárias de 0 a 17 anos e acima de 60 anos, unificar a lógica de cofinanciamento e estimular a inserção no serviço do público identificado nas situações prioritárias, conforme pactuado na Comissão Intergestores Tripartite – CIT (Resolução CIT nº 01/2013) e deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (Resolução CNAS nº 01/2013), no primeiro semestre do ano.

  Nesse sentido, destaca-se a regulamentação do cofinanciamento federal do SCFV, por meio do Piso Básico Variável, realizada pela Portaria MDS nº 134, de 28/11/2013. De acordo com essa portaria, o cofinanciamento federal aos municípios e DF é condicionado à existência de CRAS e à efetiva oferta do serviço. Em 2013, 5.038 municípios realizaram aceite para a execução do SCFV, totalizando uma capacidade de atendimento de 1.649.740 usuários. No primeiro semestre de 2014 foi efetivamente implantado o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC, conforme previa a Portaria MDS nº 134/2013. O preenchimento do sistema ocorreu a partir de abril/2014 e as informações foram apuradas pelo MDS, com repercussões no cofinanciamento do serviço, a partir de junho/2014. Conforme previa a Portaria, o pagamento integral realizado no primeiro trimestre de 2014 (janeiro a março) teve seus valores compensados, em razão dos níveis de atendimento registrados pelos municípios no sistema.

  Além disso, no primeiro semestre de 2014, foram incluídos (Resolução CNAS nº 13, de 13/05/2014) na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, como público do SCFV, usuários na faixa etária de 18 a 59 anos.

  No último trimestre de 2014, os municípios já haviam informado, no SISC, a participação de mais de 1,47 milhão de usuários nos grupos do SCFV, sendo identificados mais de 800 mil usuários em situações prioritárias no serviço.

A fim de capacitar os técnicos tanto na oferta do SCFV quanto no preenchimento do sistema, o MDS realizou diversas capacitações nos estados, tratando dos temas: concepção do SCFV, o Sistema de Informação - SISC e o cofinanciamento do serviço. Foram realizadas capacitações em todas as regiões do país, alcançando, aproximadamente 90% dos estados brasileiros, além de teleconferências, participações em conferências nacionais e estaduais e contato permanente com os estados e municípios, com o envio de informes e atendimento de demandas. Em dezembro/2014, foi realizado ainda um encontro da Proteção Social Básica com os estados e Distrito Federal para, entre outros temas, avaliar a implementação do SCFV pós reordenamento.

Além disso, ao longo do ano, foram publicados: o Manual do SISC, com informações para o uso e manuseio do sistema; o documento Perguntas frequentes sobre o SCFV: concepção, metodologia, funcionamento, financiamento e alimentação do SISC; a Portaria sobre o Reordenamento do SCFV (comentada); e as Instruções Operacionais entre o SCFV, o PETI e o FNAS, para auxiliar os municípios na execução do serviço.

- **Aprimorar a gestão territorial dos CRAS, de forma a assegurar a articulação entre o trabalho social com famílias e a oferta de serviços de proteção básica no território**

Análise Situacional da Meta

Além de ofertar serviços (PAIF e SCFV), o CRAS é a unidade responsável por desempenhar as funções de gestão da proteção social básica no seu território. A gestão territorial tem por objetivo promover a atuação preventiva, disponibilizar serviços em local próximo à moradia das famílias, racionalizar as ofertas e traduzir o referenciamento dos serviços ao CRAS em ação concreta, tornando o CRAS referência para a população local e para os serviços setoriais. A gestão territorial compreende a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica referenciada ao CRAS, a promoção da articulação intersetorial e a Busca Ativa.

Para aprimorar a articulação da rede socioassistencial e a articulação intersetorial, o MDS promoveu, em 2013, oficinas regionais intersetoriais com os Estados, para discutir fluxos de encaminhamento nos municípios. Além disso, a SNAS e a SENARC elaboraram instruções operacionais sobre essas temáticas, como a Instrução Operacional Nº 19, de 07/02/2013, que orientou os estados e municípios quanto à inclusão nos serviços socioassistenciais, das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades, especialmente aquelas que estivessem em fase de suspensão do benefício. Para divulgação dessas orientações, foram realizados diversos encontros regionais, com a participação de representantes da saúde, educação e assistência social.

Outro avanço nesse sentido foi a publicação, já em 2014, da Instrução Operacional nº 01/2014 MDS/MEC que orientou a atuação dos gestores, equipes de referência, trabalhadores dos Municípios, Estados e Distrito Federal em relação à articulação e integração das ações do SCFV e do Programa Mais Educação - PME.

Além disso, foram realizados encontros em parceria com o INSS visando, dentre outros objetivos, definir estratégias de articulação da rede socioassistencial com Agências da Previdência Social – APS e discutir o acompanhamento familiar aos beneficiários do BPC, que são público prioritário de acesso ao PAIF, conforme prevê o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços e Benefícios (Resolução CIT nº 7/2009). Foram realizados encontros em 5 capitais, em diferentes regiões do país, reunindo mais de 400 participantes. A partir dessas discussões, será formalizado instrumento para a gestão compartilhada do Benefício de Prestação Continuada.

No primeiro semestre de 2014, o MDS promoveu ainda, com a participação 200 de representantes de estados, municípios, conselheiros, pesquisadores e profissionais de diversas áreas, o Encontro de Alinhamento sobre o Trabalho Social com Famílias, que tratou da oferta do PAIF e sua relação com o território, objetivando aprofundar as discussões em torno da gestão territorial. Nessa oportunidade, foram debatidas as responsabilidades de cada uma das políticas intersetoriais no atendimento das famílias no território e o papel da intersetorialidade no processo de gestão do território. No segundo semestre de 2014, foram realizados 5 encontros regionais e um Seminário Nacional, com a participação de 320 pessoas, para finalização do ciclo de debates iniciado com o encontro de alinhamento. Além disso, visando obter informações sobre a rede referenciada, o MDS inseriu no Censo SUAS 2014 o módulo Centros de Convivência, com o objetivo de conhecer as condições em que o SCFV é executado em outras unidades além do CRAS, cujas informações já são coletadas em formulário próprio.

Por fim, foi iniciada, por meio da contratação de consultoria, a elaboração de orientações técnicas sobre gestão do território, a serem disponibilizadas aos municípios.

- **Elevar o percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento**

Análise Situacional da Meta

Para acompanhar o desenvolvimento da rede de unidades CRAS, em 2009 a SNAS/MDS, em parceria com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI/MDS), criou o Índice de Desenvolvimento do CRAS (ID CRAS). O ID CRAS resulta da combinação de quatro indicadores dimensionais: atividades realizadas, horário de funcionamento, recursos humanos e estrutura física. Para cada dimensão, há quatro graus de desenvolvimento (insuficiente, regular, suficiente ou superior), cujas variáveis indicam o grau de cumprimento das normativas do SUAS para aquela dimensão. O resultado do ID CRAS é expresso em um Indicador Sintético de 10 estágios de desenvolvimento das unidades. O CRAS que opera segundo padrões nacionais de funcionamento deve alcançar estágio igual ou superior a 6, correspondente a uma dimensão suficiente ou superior e três dimensões regulares.

A partir da consolidação dos dados do Censo SUAS/CRAS 2013, foi possível, no primeiro semestre de 2014, obter o resultado do IDCRAS para o exercício 2013, verificando a evolução do percentual de CRAS operando segundo padrões nacionais de funcionamento. O Censo SUAS/CRAS 2013 indica que, dentre as 6.519 unidades que preencheram todos os Censos desde 2010 (ou seja, desconsiderando as novas unidades, conforme a metodologia de cálculo prevista), 4.438 (68,07%) possuíam IDCRAS igual ou superior a 6, o que representa uma elevação de 1,3% em relação ao verificado no Censo SUAS 2012 (entre 2011 e 2012, a variação correspondeu a 11,4%).

Apesar de ter sido constatada uma melhoria dos CRAS, os dados não apresentaram uma variação significativa em relação ao ano anterior, indicando certa estabilidade no cenário encontrado nas unidades. O resultado do IDCRAS 2014 deverá ser divulgado após a apuração do Censo SUAS 2014, estimada para o primeiro semestre de 2015.

Buscando aprimorar os CRAS que apresentam situações mais graves quanto ao funcionamento das unidades, impulsionando-os a se adequarem gradativamente aos padrões normativos do SUAS, no primeiro semestre de 2014 a SNAS promoveu encontro de Apoio Técnico aos Estados, onde foram discutidos com as equipes estaduais os principais resultados do Censo 2013, bem como os desafios para a qualificação dos CRAS. Com os subsídios desse encontro e a análise dos dados, a SNAS editou a Instrução Operacional nº 02/2014, que regulamentou os procedimentos para aplicação da Resolução CIT nº 21/2013, que estabeleceu as situações passíveis de entrarem em processo de aperfeiçoamento gradativo.

Em dezembro/2014, após comunicar aos gestores e instâncias de controle os CRAS que se encontravam em situações geradoras de bloqueio ou apoio técnico a Municípios e Estados, e disponibilizar no Módulo de Acompanhamento dos Estados a funcionalidade para acompanhamento desses CRAS, o MDS bloqueou o pagamento relativo às 208 unidades que se encontravam na situação de bloqueio imediato e não tiveram registro de superação da situação registrado pelo respectivo Estado no Módulo, no prazo definido pelo MDS. Além disso, discutiu com representantes dos Estados a implementação da Resolução CIT n°21/2013, bem como o planejamento das ações de acompanhamento e estratégias para apoio aos municípios. Em 2015 a SNAS continuará a implementar as demais etapas previstas pela Instrução Operacional SNAS n°02/2014.

Quantidade alcançada

68,07

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o percentual de Municípios que realizam Busca Ativa das famílias, especialmente daquelas priorizadas pelo Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

A Busca Ativa refere-se à procura intencional das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território, com o objetivo de identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Como estratégia do Plano

Brasil sem Miséria (BSM), a Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, assim como a inserção nos serviços socioassistenciais e o encaminhamento aos serviços da rede de proteção social.

Para enfrentar esse desafio, o BSM prevê a implantação de serviços de proteção social básica e ações executadas por Equipes Volantes, vinculadas a unidades CRAS, bem como a doação de Lanchas de Assistência Social para atendimento de comunidades ribeirinhas.

Nesse sentido, em 2014, destaca-se a reoferta de 216 equipes volantes, que resultou no aceite de mais 88 equipes, totalizando 1.256 equipes cofinanciadas pelo MDS. Além disso, foi finalizado o processo de entrega das 123 Lanchas de Assistência Social aos municípios que já haviam realizado o aceite nos anos anteriores, bem como pactuada a doação de mais 15 Lanchas Oceânicas, para navegação em áreas classificadas pela Marinha do Brasil como do Tipo 2 (águas parcialmente abrigadas). O MDS tem cofinanciado a manutenção e operacionalização dessas lanchas com o repasse mensal de R$ 7 mil (por unidade), a partir do mês de recebimento do equipamento.

O Censo SUAS/CRAS-2013 registra que 98,45% das unidades que preencheram o Censo, ou seja, quase a totalidade dos CRAS, já realizam ações de busca ativa em seu território, conforme as orientações nacionais. Dessa forma, as ações empreendidas pelo MDS visam qualificar e potencializar o trabalho já realizado por essas unidades. Em 2013, foram desenvolvidas diversas iniciativas que envolveram a SNAS e a SENARC/MDS, como a edição de Instrução Operacional Conjunta que trata especificamente da realização de busca ativa nos municípios. Também foram realizadas atividades com os estados (RS, SP, AP, BA, MA, MG, PE e RJ), para aprimorar a busca ativa de povos e comunidades específicas (quilombolas e indígenas, dentre outros) e aprimorar a identificação desses públicos no Cadastro Único.

Em 2014, em parceria com a SENARC/MDS, foram empreendidos esforços na mobilização de municípios para a priorização da busca ativa de famílias que teriam os benefícios referentes ao Bolsa Família cancelados, por descumprimento de condicionalidades. Além disso, foi editada nova Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS/MDS nº 22, de 28 de maio de 2014, para a busca ativa de crianças e adolescentes não localizados no sistema educacional.

Foram realizadas também capacitações com técnicos estaduais, com o objetivo de qualificar a oferta dos serviços e ações executadas pelas Equipes Volantes, um dos principais promotores da busca ativa nos municípios. Essas capacitações foram realizadas principalmente nos estados cujos municípios foram contemplados com a doação de Lanchas da Assistência Social e contaram também com a participação de representantes dos municípios contemplados. Na oportunidade, outros temas sobre a Proteção Social Básica também foram abordados como a oferta do SCFV nesses municípios.

- **Fortalecer e incrementar a rede de Proteção Social Básica, induzindo o acompanhamento das famílias em situação de extrema pobreza definidas pelo Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

O fortalecimento e o incremento da rede de Proteção Social Básica ocorreram pela expansão da oferta de cofinanciamento federal para Municípios e DF que apresentam déficit de cobertura nos serviços de proteção social básica e a qualificação dos serviços, com foco no acompanhamento de famílias em situação de extrema pobreza. Em 2012 o MDS ofertou o cofinanciamento de 411 novos PAIF/CRAS, distribuídos pelos 334 municípios elegíveis, dos quais 247 municípios (73,9%) aceitaram o cofinanciamento para 301 (73,2%) unidades. Em 2013 foi realizada nova expansão, sendo considerados elegíveis os municípios que não possuíam cofinanciamento federal para o referido serviço. Essa expansão foi limitada à oferta de um PAIF/CRAS a cada município, totalizando 148 unidades, das quais 112 (75,6%) foram aceitas. Em 2014 foi realizada reoferta de unidades CRAS para os municípios que não realizaram aceite na expansão 2013 (que não possuíam cofinanciamento federal), resultando em 5.548 municípios com unidades CRAS (99,6% dos municípios brasileiros). Também foi reofertado o cofinanciamento para 218 equipes volantes, que, após os aceites, totalizaram 1.256 equipes cofinanciadas.

Cabe registrar que, desde o segundo semestre de 2013, o valor de cofinanciamento federal do PAIF foi reajustado, passando de R$ 1,80 para R$ 2,40/mês por família referenciada (+33,3%), possibilitando o fortalecimento da rede de

Proteção Social Básica e o aprimoramento da execução dos serviços em todos os municípios.

Além disso, com o reordenamento do SCFV, os municípios puderam ampliar sua oferta para todas as faixas etárias previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, beneficiando o público que já participava do SCFV e ainda os usuários identificados nas situações prioritárias descritas nas Resoluções CIT e CNAS nº 01/2013. Vale ressaltar que em 2013 o MDS ofertou o cofinanciamento do SCFV para 5.074 municípios, dos quais 5.038 (99,29%) aceitaram a oferta. No último trimestre de 2014, por meio do sistema de informação do serviço (SISC), constatou-se o atendimento a mais de 1,47 milhão de usuários das faixas etárias com cofinanciamento previsto, dos quais mais de 800 mil usuários tendo registros em uma ou mais situações prioritárias.

Em 2014 foram realizadas em Brasília seis "Oficinas de Capacitação de Multiplicadores para Implantação e Utilização do Prontuário SUAS". Aproximadamente 400 técnicos municipais e estaduais foram capacitados para desenvolver oficinas semelhantes em suas regiões, para que os CRAS e CREAS possam implantar e utilizar o Prontuário, instrumento documental padronizado, que orienta a organização e registro das informações relacionadas ao trabalho social com as famílias e indivíduos atendidos/acompanhados pelos serviços PAIF e PAEFI. Nesses encontros também foi abordado o Trabalho Social com Famílias no PAIF, com o objetivo de dialogar sobre os processos de planejamento e execução do acompanhamento familiar (à luz das informações obtidas com o uso do Prontuário SUAS), visando à construção dos Planos de Acompanhamento Familiar, de forma conjunta e horizontalizada, entre técnicos e famílias.

- **Integrar os usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social (ACESSUAS/TRABALHO)**

Análise Situacional da Meta

O Acessuas Trabalho funciona de forma articulada ao Pronatec Brasil Sem Miséria. Com o programa, os usuários são mobilizados e encaminhados a oportunidades de qualificação profissional nos cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria e à inclusão no mundo do trabalho, por meio da intermediação de mão de obra.

Criado em 2012, o programa foi implantado inicialmente em 292 municípios e, em 2013, o cofinanciamento federal foi ofertado para 830 municípios, dos quais 739 (89%) realizaram o aceite, responsabilizando-se pela meta de mobilizar aproximadamente 1,4 milhão de usuários. No primeiro semestre de 2014 foi realizada a avaliação da execução do Programa em 2013 e proposta nova oferta de cofinanciamento federal (Resolução CNAS nº 7/2014) para 1.631 municípios, resultando no aceite de 1.383 municípios, que se responsabilizaram pela mobilização para o preenchimento de 595.889 vagas.

Da criação do Programa, em 2012, até dezembro/2014, de acordo com o Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC/MEC, foram efetivadas aproximadamente 970 mil matrículas nos cursos ofertados pelo Pronatec Brasil Sem Miséria.

Merece destaque a articulação do programa com outras iniciativas do MDS, como o BPC Trabalho, que visa à inclusão de beneficiários do BPC (pessoas com deficiência) no mundo do trabalho, por meio do incentivo de R$ 70,00 adicionais (aos municípios) por beneficiário matriculado nos cursos de capacitação. Além disso, o programa também tem se articulado a outras políticas intersetoriais, a exemplo da Política Nacional de Atenção à Mulher em Situação de Privação de Liberdade e Egressa do Sistema Prisional, do Plano Juventude Viva e do Pronatec Aprendiz, com o objetivo de priorizar os públicos específicos dessas políticas nas ações do programa. Destaca-se ainda a publicação das "Orientações Técnicas: Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho", distribuída aos municípios participantes e disponibilizada no portal do MDS.

- **Produção e divulgação de orientações técnicas para qualificação dos Serviços de Proteção Social Básica, considerando o atendimento ao público prioritário (Bolsa Família, Brasil sem Miséria, BPC, Benefícios Eventuais), às populações rurais, às comunidades tradicionais, a inclusão das pessoas com deficiência, o trabalho com os direitos das mulheres e o enfrentamento ao crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Para qualificação dos serviços de Proteção Social Básica, foram elaboradas diversas publicações e orientações técnicas sobre os diferentes serviços.

Em relação ao SCFV, em 2013 foi publicado o caderno sobre “Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, que norteia a oferta e qualificação do serviço de convivência. Além disso, foi construído o documento “Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - passo a passo”, orientando os municípios sobre os procedimentos necessários para adesão ao reordenamento e oferta do serviço.

Em 2014 foi construído o documento “Perguntas frequentes sobre o Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos”, que esclarece os principais questionamentos dos municípios em relação à execução, concepção, metodologia, alimentação e uso do SISC e ao cofinanciamento do SCFV, em razão do reordenamento do serviço. Também foi desenvolvido e disponibilizado aos estados, municípios e Distrito Federal um Manual sobre a operacionalização do SISC, o sistema de informação do serviço. Além disso, foi contratada consultoria para avaliar e acompanhar o processo de reordenamento do SCFV nos municípios e encontra-se em elaboração um estudo quali-quantitativo sobre dados do serviço, com ênfase no SISC. Para 2015 está prevista a publicação de compilado de Orientações Técnicas já existentes sobre a oferta e execução do SCFV.

Em relação ao PAIF, em 2014 foram elaboradas orientações técnicas para o atendimento de mulheres egressas do sistema penal e de suas famílias e cadernos teóricos e de atividades relativos à Educação Alimentar e Nutricional: o direito humano à alimentação adequada e o fortalecimento de vínculos familiares nos serviços socioassistenciais. Estão sendo elaborados Cadernos de Orientações Técnicas sobre serviços e ações executados por Equipes Volantes, relativas ao acompanhamento familiar e à especificidade da oferta dos serviços de Proteção Social Básica para populações indígenas. A partir do estudo da concepção de território para a Política Nacional de Assistência Social, está sendo realizada pesquisa para subsidiar a delimitação de territórios de Proteção Social Básica/PSB do SUAS nos diferentes portes municipais, com enfoque nos territórios intraurbanos.

Além disso, está em elaboração um documento orientador sobre acessibilidade nos serviços e unidades de CRAS, CREAS, Centros Pop e Centros de Convivência, para qualificar o atendimento, considerando inclusive dimensões atitudinais e de comunicação. Também serão elaboradas cartilhas sobre o SUAS, em linguagem mais acessível, direcionada aos usuários da assistência social, visando facilitar sua compreensão sobre os serviços e benefícios ofertados nas unidades.

Por fim, no âmbito do Plano "Crack, é possível vencer", o MDS tem fornecido materiais e conteúdos para capacitação de equipes, realizadas em parceria com o Ministério da Justiça.

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo corresponde às entregas da Proteção Social Especial (PSE), que se organiza em dois níveis: média e alta complexidades, conforme o agravamento das situações, natureza e especificidade do trabalho ofertado.

O triênio referente à execução do PPA 2012 – 2015 tem se caracterizado pela ampliação do cofinanciamento federal para os serviços da proteção social especial, conforme previsto. Merecem destaque os seguintes resultados:

. Ampliação do cofinanciamento federal para CREAS em municípios acima de 20 mil habitantes, chegando a 1.817 unidades em 1.605 municípios, atingindo uma cobertura de 97,2 % dos municípios brasileiros desse porte, e ampliação dos CREAS Regionais para 148 unidades, em 21 estados;

. Cofinanciamento para 503 Serviços Especializados em Abordagem Social em 265 municípios abrangidos pelo “Programa Crack, é Possível Vencer”;

. Oferta para ampliação do número de grupos do serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de Medida

Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), podendo chegar ao cofinanciamento federal de 2.416 grupos;

. Elevação da cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua, chegando a 301 Centros Pop em 254 municípios. A cobertura chegou a 80,2% dos municípios acima de 100 mil habitantes, além de outros 28 municípios entre 50 e 100 mil habitantes em região metropolitana;

. Cofinanciamento federal para 27 Centros Dia de Referência para Pessoas com Deficiência, dos quais 12 foram implantados nas seguintes localidades: São Luiz (MA), João Pessoa (PB), Curitiba (PR), São Gonçalo (RJ), Natal (RN), Caxias do Sul (RS), Joinville (SC), Campinas (SP), Belém (PA), Teresina (PI), Campo Grande (MS) e Aracaju (SE). Essa implantação está se constituindo uma importante referência para a avaliação dos desafios inerentes à consolidação desse serviço;

. Inclusão dos serviços de acolhimento no Censo SUAS a partir do ano de 2012, resultando em um importante avanço do ponto de vista do monitoramento da implementação dos serviços de alta complexidade no SUAS;

. Reordenamento do serviço de acolhimento para crianças e adolescentes, ampliando para 32.290 vagas, em 1.166 municípios e 16 estados;

. Ampliação do serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias, com a expansão do serviço de acolhimento para população em situação de rua e acolhimento de migrantes, totalizando 28.700 vagas, em 262 municípios e 16 estados; e

. Ampliação do número de unidades de residência inclusiva, totalizando 185, em 130 municípios.

Os principais desafios relacionados aos resultados alcançados são:

. Implantação dos CREAS regionais, cujo cofinanciamento foi iniciado em 2014;

. Pactuação/utilização do IDCREAS na CIT e sua utilização como referência para a qualificação dos CREAS;

. Agenda estadual para o fortalecimento do trabalho social com famílias;

. Aprimoramento dos sistemas da Rede SUAS, de modo a aperfeiçoar o monitoramento da implantação e execução dos serviços;

. Articulação de redes intersetoriais para a atenção as seguintes situações: trabalho infantil; acolhimento; adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto; usuários de psicoativos; crianças e adolescentes vítimas de violência; pessoas com deficiência; pessoas idosas; população em situação de rua; mulheres em situação de violência de gênero e populações tradicionais;

. Articulação dos serviços da proteção social especial com ações da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;

. Articulação do SUAS com o Sistema de Justiça;

. Expansão dos CREAS Regionais para universalização da cobertura da PSE;

. Oferta do Serviço de Medidas Socioeducativas nos CREAS Regionais;

. Elaboração dos índices de desenvolvimento do Centro Pop e Serviços de Acolhimento; e

. Definição das equipes de referência dos Serviços da PSE.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, que atendam os diversos públicos em situação de violência, tais como crianças e adolescentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, usuários de drogas e suas famílias**

  Análise Situacional da Meta

  Em janeiro de 2012, o cofinanciamento federal para oferta do PAEFI atingia 2.083 CREAS. Por meio do Plano Brasil sem Miséria, o MDS ampliou essa cobertura, que atingiu ao final de 2014 um conjunto de 2.440 unidades em 2.080 municípios e 21 Estados (CREAS Regionais). Também passou a cofinanciar o Serviço Especializado de Abordagem Social, que atingiu 503 equipes em 265 municípios, ao final desse período.

  O Censo SUAS 2013 foi respondido por um conjunto de 2.249 CREAS, correspondendo a uma cobertura de 2.035 municípios. O Censo 2013 aponta que, em 2012, foram acompanhados pelos CREAS:

- 213.784 casos de crianças e adolescentes acompanhados em situação de violência (51.340 casos de abuso sexual; 7.544 casos de exploração sexual; 75.146 casos de negligência ou abandono);
- 15.433 famílias com crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, contribuindo para a reinserção familiar e a proteção e garantia do direito à convivência familiar e comunitária;
- 43.461 casos mulheres, vítimas de violência intrafamiliar;
- 36.489 casos de idosos, vítimas de violência intrafamiliar;
- 46.457 casos de idosos, vítimas de negligência ou abandono;
- 9.643 casos de pessoas com deficiência, vítimas de violência intrafamiliar; e
- 12.077 casos de pessoas com deficiência, vítimas de negligência ou abandono.

Em 42.379 casos (famílias/indivíduos) acompanhados pelo PAEFI, identificou-se o uso abusivo ou dependência de substâncias psicoativas. Deve-se registrar que o Censo SUAS 2014 encontra-se em processamento.

Quantidade alcançada

2.440

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o número de CREAS Regionais e Municipais nas regiões de extrema pobreza, em acordo com o Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro de 2012, o cofinanciamento federal para oferta do PAEFI atingia 2.083 CREAS. Por meio do Plano Brasil sem Miséria, o MDS ampliou essa cobertura, que atingiu ao final de 2014 um conjunto de 2.440 unidades, sendo 148 CREAS Regionais, em 21 estados. O Censo SUAS 2013 foi respondido por um conjunto de 2.249 CREAS, correspondendo a uma cobertura de 2.035 municípios.

Em relação aos CREAS Regionais, a NOB-SUAS/2012 definiu a responsabilidade dos estados na organização, coordenação e prestação de serviços regionalizados de proteção social. Em 2013 foram aprovadas Resoluções (CIT nº 17 e CNAS nº 31/2013) que definem os princípios e diretrizes da regionalização no âmbito do SUAS, parâmetros para a oferta regionalizada do PAEFI e critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para expansão qualificada desse serviço. A partir dessas regulamentações, em 2014 foi ofertado o cofinanciamento federal para a implantação de 172 CREAS Regionais, nos 26 estados, resultando no aceite de 148 unidades, por 21 estados.

Quantidade alcançada

2.440

Data de Referência

31/12/2014

- **Construir e difundir parâmetros e regulações nacionais para o funcionamento do CREAS, do Centro Pop e do CentroDia, elevando o percentual de equipamentos operando segundo padrões de funcionamento estabelecidos nacionalmente, bem como assegurando o enfoque nas questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas têm sido empreendidas visando o alcance desta meta. As publicações e orientações técnicas de responsabilidade da SNAS têm abordado as questões de gênero, orientação sexual e étnico-racial. Merecem destaque:

a) a distribuição, em 2011-2012, de aproximadamente 40 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;

b) a distribuição, em 2011-2012, de aproximadamente 30 mil exemplares do Caderno Orientações Técnicas: Centro de Referência para População em Situação de Rua - Centro Pop;

c) a realização, em 2012, de campanha junto aos trabalhadores do SUAS sobre a temática LGBT, visando à inclusão do combate à homofobia nas ações de Assistência Social;

d) a publicação online de subsídios técnicos para o Centro-Dia (2012-2013);

e) a realização de pesquisa nacional sobre a gestão, organização e implementação dos serviços ofertados no CREAS, em conjunto com a SAGI/MDS, finalizada no início de 2014, que subsidiará a construção de caderno de orientações do

PAEFI;

f) a realização de visitas e capacitações técnicas a municípios cofinanciados pelo governo federal, para a implantação de Centros-Dia (2013-2014);

g) a realização de grupo focal sobre estratégias metodológicas do serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias em Centro-Dia, com a participação dos coordenadores das unidades dos municípios cofinanciados e seus respectivos Estados, especialistas convidados, consultores do MDS e técnicos do Ministério da Saúde (2013-2014); e

h) a publicação online do caderno de perguntas e respostas para o Serviço de Abordagem Social (2013).

- **Construir orientações técnicas e induzir o reordenamento dos serviços pré-existentes aos SUAS para atendimento aos diversos públicos, estimulando a oferta de serviços com metodologias inovadoras (Centros-Dia, Residências-Inclusivas, Repúblicas, Casas-Lares, etc), assegurando enfoque nas questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram empreendidas diversas ações relativas à implantação e implementação de Centros-Dia, tais como a publicação online de subsídios técnicos sobre o serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias, ofertado em Centros-Dia e a realização de visitas e capacitação técnica a municípios cofinanciados pelo governo federal para a implantação dessas unidades.

Em relação ao reordenamento dos serviços para atendimento às pessoas idosas e pessoas com deficiência, destaca-se:

a) produção de um guia eletrônico com perguntas e respostas para orientar gestores, profissionais, pessoas com deficiência e seus familiares, quanto às características do serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência em residências inclusivas;

b) realização de oficina com gestores e entidades conveniadas para o intercâmbio de orientações e informações sobre o tema; e a

c) elaboração de versão preliminar de documento com orientações técnicas referentes aos serviços de acolhimento à pessoa idosa.

Além disso, ocorreram articulações com a SPM/PR visando ações conjuntas na política de acolhimento para mulheres em situação de violência.

Todas essas ações asseguraram enfoque em questões de gênero, orientação sexual, étnico-racial e unidades familiares LGBT.

Em 2014 foram realizadas as seguintes atividades:

a) realização de oficinas técnicas para gestores da assistência social dos estados e municípios que pactuaram o reordenamento ou implantação de serviços de acolhimento para jovens e adultos com deficiência e entidades conveniadas, para o intercâmbio de orientações e informações sobre o tema;

b) constituição de grupo de trabalho entre representantes do MDS e do Ministério da Saúde (área da Saúde da Pessoa Idosa), com o intuito de realizar um estudo sobre as condições sociodemográficas e epidemiológicas dos idosos residentes em Instituições de Longa Permanência – ILPI's, identificadas por meio do Censo SUAS; e

c) elaboração de versão preliminar de documento com orientações técnicas referentes aos serviços de acolhimento à pessoa idosa, o qual deverá ser finalizado após realização do estudo conjunto com o Ministério da Saúde, em parceria com a Universidade de São Paulo – USP, em 2015.

- **Criar capacidade para mapeamento, identificação, registro no CadÚnico e vinculação a serviços públicos, das pessoas em situação de rua nos municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

A população em situação de rua se caracteriza como um grupo heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essas pessoas e famílias utilizam logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente,

bem como unidades de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória. Com base nas raras pesquisas sobre essa população, estima-se a existência de mais de 50.000 pessoas em situação de rua no país. Essas pesquisas revelaram a falta de acesso desse segmento aos diversos programas governamentais, incluindo os benefícios e serviços públicos, em decorrência da sua situação de invisibilidade social.

A estratégia de Busca Ativa do Plano Brasil sem Miséria visa construir condições efetivas de acesso a bens e serviços públicos para os segmentos que apresentam maior vulnerabilidade social, bem como a inclusão daqueles que ainda estão em situação de invisibilidade social. Para tanto, o MDS definiu um formulário específico para a inclusão das famílias e pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadúnico) e tem produzido e divulgado diversas orientações técnicas e realizado reuniões com técnicos nos estados, DF e capitais, visando fomentar e garantir o adequado cadastramento desse público em todo o país.

No segundo semestre de 2013 o cofinanciamento federal das unidades Centro Pop aumentou de 152 unidades em 117 municípios para 305 unidades em 257 municípios. Em dezembro/2014 o CadÚnico registrava 34.302 pessoas ou famílias em situação de rua, das quais 31.375 em municípios com mais de 100 mil habitantes. Nesse grupo de municípios, esse número representa um incremento de 137,7% em relação a novembro/2013, quando se encontravam registradas 13.197 pessoas/famílias.

Quantidade alcançada

34.302

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar e difundir orientações técnicas para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, inclusive mulheres vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), crianças e adolescentes em situação de violência (física, psicológica, abuso ou exploração sexual) e violações de direitos associadas ao uso de crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Em agosto/2012, foi realizado pela SNAS/MDS, em Brasília, encontro de capacitação sobre o Serviço de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, com as 27 unidades federadas e 26 capitais, totalizando a participação de 110 profissionais. Nesse encontro foi disponibilizada, para recebimento de contribuições ao texto, versão preliminar do Caderno de Orientações Técnicas sobre Proteção Social para Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC).

Em 2013 algumas ações foram desenvolvidas para atender a esta meta, destacando-se:

a) publicação online de subsídios técnicos sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social;

b) desenvolvimento de Ciclo de Debates sobre o trabalho social com famílias no âmbito do PAIF e PAEFI, e sobre a relação e fluxo de atendimento a famílias, estabelecido entre esses serviços. A conclusão desse processo deverá resultar na publicação de orientações sobre o trabalho social com famílias, dentre outros produtos;

c) realização de 5 videoconferências de orientação para adesão ao programa “Crack, é Possível Vencer”, com a participação de municípios com população acima de 200 mil habitantes, de todas as grandes regiões e 1 teleconferência para os municípios menores;

d) reuniões de pactuação do programa “Crack, é Possível Vencer”, com 13 capitais e outros 119 municípios;

e) realização de um Encontro Nacional com CRRs (Centros Regionais de Referência) para discussão e planejamento das oficinas de alinhamento conceitual com profissionais da Assistência Social, Saúde e Segurança Pública, com relação à questão do crack e outras drogas, enfocando a necessidade e a importância de uma ação integrada entre as 3 políticas públicas;

f) aprovação, em conjunto com a SDH e demais politicas setoriais, do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: diretrizes e eixos operativos para o SINASE, como instrumento necessário para orientar a elaboração dos planos estaduais e municipais de atendimento das medidas socioeducativas.

Das ações implementadas em 2014, merecem destaque:

a) publicação de subsídios técnicos sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social;

b) realização de oficinas sobre o Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (MSE) e sua relação com o Prontuário SUAS, para capacitação de gestores e técnicos de estados, DF e municípios; e

c) participação em 8 encontros estaduais de orientação técnica sobre o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de MSE e sua relação com os planos municipais de atendimento socioeducativo.

- **Elevar a cobertura dos serviços de Proteção Social Especial para população em situação de rua**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro/2012 existiam 101 unidades Centro Pop cofinanciadas. Por meio do Plano Brasil sem Miséria, ao final de 2014 o cofinanciamento federal para implantação do Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua alcançou 301 Centros Pop, em 254 municípios.

O Censo SUAS 2013 foi respondido por 131 unidades Centros Pop, as quais informaram que em 2012 acompanharam um total de 46.232 casos (famílias e indivíduos). Vale salientar que os Centros Pop também podem ofertar o Serviço Especializado de Abordagem Social.

Entre as ações definidas pelo Plano Brasil Sem Miséria também se destaca a ampliação de vagas em serviços de acolhimento específicos para esse público. Em relação a esses serviços, 227 (80,2%) municípios com mais de 100 mil habitantes recebem o cofinanciamento federal, para a oferta de 28.700 vagas. O Censo SUAS 2013 foi respondido por 463 dessas unidades de acolhimento, que informaram a ocupação de 19.276 vagas por adultos e famílias em situação de rua ou migrantes. O censo SUAS 2014 ainda se encontra em processamento.

- **Elevar o número de CREAS ofertando serviço de proteção social a adolescente em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)**

Análise Situacional da Meta

No Censo SUAS 2011, das 2.110 unidades CREAS, 1.431 (68%) informaram ofertar o Serviço de Medidas Socioeducativas (MSE). Esse número e proporção evoluíram para 1.561 (72% de 2.167) em 2012 e 1.650 (73,4% de 2.249) em 2013, confirmando um importante avanço em valores nominais e relativos. Deve-se registrar que o Censo SUAS 2014 ainda se encontra em processamento.

Em 2014 foi pactuada a expansão e qualificação do Serviço de Acompanhamento de Adolescentes em Cumprimento de MSE, sendo ofertado o aceite para 1.052 municípios, o que representa sua ampliação em 158 novos e qualificação em 894 anteriormente cofinanciados. No novo modelo, o cofinanciamento passa a ser de R$ 2.200,00/mês para cada grupo de 20 adolescentes.

Quantidade alcançada

1.650

Data de Referência

31/12/2013

- **Estabelecer protocolos e fluxos intersetoriais para o atendimento de famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, inclusive mulheres vítimas de violência, adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE), crianças e adolescentes em situação de violência (física, psicológica, abuso ou exploração sexual) e violações de direitos associadas ao uso de crack e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Diversas iniciativas estão sendo empreendidas, visando atender esta meta:

a) participação do MDS no grupo de trabalho coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) sobre Proteção à Criança e Adolescente, que possui como uma das ações o estabelecimento de um fluxo/diretriz sobre a escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual;

b) realização, em 2013, de 5 videoconferências de orientação para adesão ao “programa Crack, é Possível Vencer”, nas cinco regiões do País, com a participação dos municípios com população acima de 200 mil habitantes e uma teleconferência para os municípios menores;

c) reuniões de pactuação do programa com 119 municípios e 13 capitais;

d) Encontro Nacional com CRRs (Centros Regionais de Referências), para discussão e planejamento das oficinas de alinhamento conceitual com profissionais da Assistência Social, Saúde e Segurança Pública, com relação à questão do crack e outras drogas, enfocando a necessidade e a importância de uma ação integrada entre as três políticas setoriais;
e) discussões internas sobre o trabalho social com famílias e a relação e fluxo estabelecidos entre o PAIF/CRAS e o PAEFI/CREAS, em relação ao atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco ou violação de direitos sociais;
f) reuniões do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua e do Comitê de monitoramento do Plano Viver Sem Limite;
g) Participação na realização do "Seminário Nacional: O Papel da Educação no Sistema Socioeducativo", organizado pelo Ministério da Educação, em novembro/2013. O seminário reuniu gestores do setor educacional e do SINASE dos 26 estados e do Distrito Federal, gestores de serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto ofertados nos CREAS das capitais, além de representação dos Conselhos de Educação (Consed), dentre outros atores; e
h) Participação na elaboração do "Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo: Diretrizes e Eixos Operativos para o SINASE" e da "Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente".
Em 2014 foram realizadas as seguintes ações:
a) articulação com os municípios-sede da Copa do Mundo 2014, para elaboração de fluxos e protocolos intersetoriais para o atendimento das diversas situações de violação de direitos decorrentes de grandes eventos;
b) parceria com a SENAD/MJ para elaboração dos editais de seleção para contratação de articuladores de redes intersetoriais para atuar em 21 municípios do Programa Crack, é Possível Vencer.
c) Publicação de Instrução Operacional Conjunta nº01/2014 da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS com a Secretaria Nacional de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, visando ao aperfeiçoamento da articulação entre as redes do SUS e do SUAS no cuidado das pessoas em situação de rua com tuberculose, a ser executado de forma conjunta, contínua e permanente;
d) participação na elaboração de Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes, iniciativa de alcance nacional que integra esforços de órgãos do Poder Executivo e do Sistema de Justiça brasileiro, por meio da pactuação de estratégias a serem executadas de forma conjunta, articulada, contínua e permanente;
e) participação na elaboração de documento enviado pelo MEC às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, orientando a implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) e das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Resolução Conjunta CNAS e Conanda nº 01/2009), com o intuito de qualificar a oferta de educação, sobretudo na garantia da matrícula, elaboração de projetos político-pedagógicos e acompanhamento escolar adequados ao público infanto-juvenil dos serviços de acolhimento do SUAS;
f) participação na Comissão do Conselho Nacional de Educação, formada no âmbito da Câmara de Educação Básica, para a elaboração das Diretrizes Nacionais para a efetivação do direito à escolarização e Educação Profissional dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, semiliberdade e meio fechado e na realização de diversos seminários sobre o tema; e
g) Participação na elaboração das Normas de Referência para a Gestão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo na comissão intersetorial o SINASE.

- **Estabelecer protocolos intersetoriais para implantação e implementação do Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências, com enfoque nas particularidades de grupos vulneráveis (crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, pessoas com deficiência e idosos)**

Análise Situacional da Meta

Além da elaboração de uma Instrução Operacional (IO), que deverá ser publicada em 2015, orientando os gestores e trabalhadores na operacionalização de ações complementares de proteção social em situações de emergência ou estado

de calamidade pública, a SNAS vem desenvolvendo as seguintes iniciativas:

• Capacitação de gestores e técnicos na gestão de situações de desastres (em 2013 foram realizadas capacitações nos estados do Acre e Bahia);

• Apoio técnico nas ações de prevenção e preparação, de forma a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades locais;

• Orientações quanto à regulação do Aluguel Social, previsto no Decreto Nº 6.307/2007. Para a concessão do benefício, o município deverá prever em legislação própria a regulação dos mecanismos de utilização, critérios de acesso e previsão de recursos;

• Apoio técnico nas ações de resposta, considerando a possibilidade de redimensionamento de equipes, reprogramação de saldos de recursos de serviços continuados, utilização do IGD e orientação para a gestão de abrigos emergenciais;

• Antecipação do pagamento de parcelas de benefícios (BPC e RMV);

• Encontra-se em fase de republicação os editais para contratação de consultoria PJ dentro da cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que deverá ser realizada em 2015;

• Realização, em 2014, de capacitação de gestores e técnicos na gestão de situações de desastres, durante os encontros regionais do Congemas (4 oficinas) e Reuniões dos grupos de apoio técnico realizadas em Brasília (4 oficinas); e

• Acompanhamento do processo de aceites pelos municípios que estão em área de risco, com orientações técnicas sobre as peculiaridades do cofinanciamento.

Em 2013, um conjunto de 54 entes (1 estado e 53 municípios) aceitou a pré-habilitação ao Serviço, dos quais 7 (1 estado e 6 municípios) receberam cofinanciamento federal, em razão do reconhecimento de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Ao final de 2014, contabilizaram-se 232 Termos de Aceites válidos (pré-habilitação de entes) para o recebimento do cofinanciamento federal, caso venham a sofrer situação de emergência ou estado de calamidade pública. Desses, 27 entes efetivamente se encontraram em alguma das duas situações, sendo beneficiados com recursos do MDS, no exercício.

Em 2014 foi realizado um esforço visando à consolidação e divulgação do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Desastres, publicado em 2012. Também foram divulgados novos parâmetros para a oferta qualificada do Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, pactuados nas instâncias do SUAS.

- **Incluir no Censo SUAS os serviços de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

A partir de 2012, o Censo SUAS passou a coletar dados sobre as unidades de Acolhimento, que formam a rede de serviços de alta complexidade. Os questionários passaram a ser preenchidos por todas as unidades, independentemente das suas fontes de cofinanciamento: governamentais municipais e estaduais, não governamentais conveniadas ou não conveniadas.

O Censo SUAS/Unidades de Acolhimento (2012) apontou o registro de 4.360 unidades, em todas as Unidades da Federação, que informaram uma capacidade de atendimento de 136.971 usuários. O Censo SUAS 2013 foi preenchido por 4.423 unidades de acolhimento, em todas as unidades da Federação, que informaram uma capacidade de atendimento a 132.181 usuários. O Censo SUAS 2014 ainda se encontra em processamento.

- **Induzir a oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social nas capitais e nos municípios abrangidos pelo "Programa Crack, É Possível Vencer",com alta incidência de trabalho infantil ou população em situação de rua e cidades-sede de grandes eventos e obras**

Análise Situacional da Meta

Para o alcance dessa meta, estão sendo implementadas várias ações, destacando-se:

a) com a expansão de 2013, do cofinanciamento federal aos municípios de grande porte (100.001 a 900.000 habitantes) e municípios com 50.000 habitantes ou mais de regiões metropolitanas, para oferta do Serviço Especializado em Abordagem Social, foi alcançado o cofinanciamento de 528 equipes do Serviço, distribuídas em 268 municípios, dos

quais 119 pactuaram 361 equipes, por meio do programa “Crack, é possível vencer”; e

b) publicação online de orientações e subsídios em linguagem acessível, sobre o Serviço Especializado em Abordagem Social. Este documento contempla conteúdo básico sobre as especificidades do serviço em contextos de grandes obras e eventos, inclusive em relação ao trabalho infantil e população em situação de rua.

Ao final de 2014 estavam sendo cofinanciadas 503 equipes de abordagem em 265 municípios, em razão do cancelamento de 25 equipes, nesse período.

Quantidade alcançada

503

Data de Referência

31/12/2014

- **Induzir os municípios com mais de 100 mil habitantes a organizarem a gestão da rede de serviços de acolhimento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 teve início o processo de reordenamento dos serviços de acolhimento, sob a ótica de assistência social como política de direitos, objetivando adequar a rede histórica aos parâmetros nacionalmente regulados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS Nº 109/2009) e pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto Nº 7.053/2009), possibilitando expandir o cofinanciamento federal para estados e municípios ainda não contemplados.

Com os novos critérios estabelecidos no processo de expansão do cofinanciamento para Residências Inclusivas (Plano Viver sem Limite), contemplando estados e municípios com população acima de 50 mil habitantes, a meta estabelecida para 2013 foi atingida: até julho/2013 foram contemplados 138 municípios e 6 governos estaduais, representando o cofinanciamento para implantação de 204 residências inclusivas. A oferta de cofinanciamento para outras 80 unidades, previstas para 2014, foi antecipada para 2013, seguindo os critérios estabelecidos nas Resoluções CIT nº 03/2013 e CNAS nº 06/2013.

Em virtude da continuidade da elevada migração de haitianos na fronteira brasileira, em decorrência do terremoto que ocorreu naquele país, os estados do Acre e do Amazonas solicitaram ao MDS, de forma emergencial, apoio técnico e financeiro para a organização de acolhimento e atendimento dos imigrantes, que se encontravam em extrema vulnerabilidade e risco social e pessoal em seus territórios. O MDS atendeu às solicitações por meio de repasse ao Acre no final de 2012 e, posteriormente, pelo Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e Emergências. Além disso, dos 154 municípios que aderiram ao cofinanciamento federal para apoio à oferta do serviço de acolhimento para adultos e famílias em situação de rua, 139 (90,3%) correspondem a municípios que assumiram pela primeira vez o compromisso com o reordenamento/implantação de serviços de acolhimento. Outros oito municípios aderiram à expansão do quantitativo de vagas, em resposta às estratégias adotadas junto aos municípios com mais de 100 mil habitantes, incentivando a organização da gestão da rede de serviços de acolhimento.

Em 2014 foram realizadas ações de disseminação de informações, com base nas normativas e orientações técnicas relacionadas aos serviços de acolhimento, junto aos gestores e técnicos da Proteção Social Especial dos estados e municípios, por meio de apresentações nas oficinas de Apoio Técnico e Encontros Regionais e Nacional do Congemas. Além disso, realizou-se apoio técnico específico aos estados do AC, BA, SP e RS, nas ações de enfrentamento às situações de calamidades e emergências.

Também foram realizadas visitas técnicas a 6 municípios que possuem Residência Inclusiva implantada (Bauru-SP, Belo Horizonte-MG, Foz do Iguaçu-PR, João Pessoa-PB, Santa Rita-PB e São Gonçalo-RJ), para identificação de elementos que subsidiarão produto de consultoria conjunta MCTi/MDS.

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Os benefícios assistenciais se caracterizam em duas modalidades direcionadas a públicos e situações específicas e possuem natureza diferenciada quanto à forma de prestação (eventual e continuada): o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais. Os benefícios eventuais estão previstos na LOAS como provisões suplementares e provisórias prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. A concessão, valores e financiamento desses benefícios são definidos pelos municípios, estados e Distrito Federal, com base em critérios e prazos estabelecidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social. Os Estados têm como responsabilidade na efetivação desse direito o apoio técnico e a destinação de recursos financeiros aos municípios, a título de cofinanciamento.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício da política de Assistência Social, de natureza individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família, cuja renda per capita familiar mensal, em ambos os casos, seja inferior a ¼ do salário mínimo. O acesso ao benefício independe de contribuições prévias à seguridade social. A gestão e o financiamento do BPC são de responsabilidade do MDS e a operacionalização do benefício é de competência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com a implantação do BPC, em janeiro de 1996, foi extinta a Renda Mensal Vitalícia (RMV), um benefício previdenciário criado no início da década de 1970, incorporado à assistência social e que permanece sendo pago às pessoas que já faziam jus a esse benefício quando da sua extinção. De forma semelhante ao BPC, a RMV também é operacionalizada pelo INSS.

Ao final de 2011, o BPC beneficiava 3,6 milhões de pessoas, sendo 1.687.826 idosos e 1.907.511 pessoas com deficiência. Em 2014 o BPC atendeu aproximadamente 4,1 milhões de beneficiários, sendo 2,25 milhões de pessoas com deficiência e 1,87 milhão de pessoas idosas. No ano, foram concedidos 344.887 benefícios e cessados (cancelados) 133.878.

Continua sendo realizada a inserção dos beneficiários no CadÚnico, tendo sido atingido 40,9% do público alvo no último cruzamento realizado. Estratégias para aumentar a proporção dos beneficiários inseridos estão sendo discutidas e deverão ser implementadas em 2015. As pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, também contam com ações intersetoriais que visam ampliar a proteção e a inclusão social desse segmento: o BPC na Escola, cuja cobertura (quantidade de beneficiários com até 18 anos de idade, residentes em municípios que aderiram ao Programa) já abrange 435.800 beneficiários e o BPC Trabalho, instituído em 2012, que, articulado ao Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho, encontra-se em processo de implantação em 1.383 municípios.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura dos beneficiários do BPC na faixa etária de 0 a 18 anos, por meio da adesão dos municípios ao Programa BPC na Escola**

  Análise Situacional da Meta

  Visando ampliar a cobertura do Programa BPC na Escola, desde setembro/2011 têm ocorrido adesões de municípios ao Programa. Em 2008, quando ocorreram as primeiras adesões, a cobertura atingiu 62,59% (232 mil beneficiários, de um total de 370.613, com idades entre 0 e 18 anos). Em 2012 participaram do Programa 291.053 beneficiários (61,91%), residentes em 2.351 municípios (42,21% dos municípios do país). Ao final de 2013, todos os estados, o Distrito Federal e 2.194 municípios haviam renovado sua adesão e outros 1.554 municípios também aderiram ao Programa, totalizando 3.748 municípios participantes (67,29%), o que correspondia a uma cobertura de 393.370 beneficiários. Em 2014, mais 274 municípios renovaram a adesão e outros 655 aderiram ao BPC na Escola, totalizando 4.677 (83,97%) municípios participantes do Programa, o que corresponde a uma cobertura de 435.800 beneficiários. Em outros termos,

em 2014 a cobertura do BPC na Escola foi ampliada em 42.430 beneficiários, atingindo 92,7% das 470.075 crianças e adolescentes com deficiência que recebem o beneficio, na faixa etária de 0 a 18 anos. Desse modo, o crescimento da cobertura desde 2008 é de aproximadamente 203 mil novos beneficiários.

Quantidade alcançada

435.800

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o percentual de beneficiários do BPC inseridos no Cadastro Único para 100%, até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2010, quando teve início esse processo, os gestores municipais encontraram dificuldades de acesso às bases de dados dos beneficiários do BPC e do Cadastro Único. Em 2012, a Instrução Operacional SENARC/SNAS/MDS nº 12/2012 estabeleceu instruções para a inserção dos beneficiários do BPC e de suas famílias no Cadastro Único e disponibilizou o modelo de planilha a ser preenchida pelos municípios e pelo Distrito Federal, informando as dificuldades relativas ao processo de cadastramento. Ressalta-se que a atividade de cadastramento dos beneficiários do BPC e de suas famílias no Cadastro Único deve se tornar uma rotina. Nesse sentido, diversas iniciativas foram empreendidas, dentre as quais a inclusão de mensagem no demonstrativo de crédito bancário dos beneficiários do BPC, por dois meses consecutivos, orientando que os mesmos procurassem o responsável pelo Cadastro Único em sua cidade, para realizarem seu cadastramento. Em 2013 novas estratégias para estimular o cadastramento foram discutidas no MDS e deverão ser implementadas até 2015. Em março de 2014 foi realizado um cruzamento entre as bases de dados do BPC (outubro/2013) e do CadÚnico (março/2014), que revelou que a inserção dos beneficiários do BPC no Cadúnico atingiu 40,9%. O cadastramento do BPC no CadÚnico foi incluído no Pacto de Aprimoramento do SUAS como uma das prioridades e metas para a gestão municipal do SUAS para o quadriênio 2014-2017, cujas metas foram segmentadas por porte de município (Municípios de Pequeno porte I e II - 70% de cadastrados; Municípios de Médio e Grande Portes – 60%; e Metrópoles – 50%).

Quantidade alcançada

40,9

Data de Referência

31/03/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	41,9	31/03/2014
Região Nordeste	100	%	41,4	31/03/2014
Região Norte	100	%	36,7	31/03/2014
Região Sudeste	100	%	39,7	31/03/2014
Região Sul	100	%	47,3	31/03/2014

- **Conceder o BPC a todos os indivíduos elegíveis, de acordo com a demanda**

Análise Situacional da Meta

O quantitativo de benefícios concedidos em 2013 foi 356.339, superior ao ocorrido em 2012, que atingiu 328.263. Em 2014 foram concedidos 344.887 benefícios. De janeiro/2012 a dezembro/2014 foram concedidos um montante de 1.029.489 benefícios, que corresponde a 75,6% da meta (1.361.031). A região Norte já atingiu 96,4% da meta estimada (100.979), enquanto o Centro-Oeste, no extremo oposto, concedeu apenas 55,2% da meta estimada (155.772).

Quantidade alcançada

1.029.489

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	155.772	unidade	85.916	31/12/2014
Região Nordeste	513.701	unidade	346.982	31/12/2014

Região Norte	100.979	unidade	97.367	31/12/2014
Região Sudeste	455.447	unidade	383.632	31/12/2014
Região Sul	135.132	unidade	115.592	31/12/2014

- **Conceder o BPC para 144.715 Pessoas Idosas em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro/2012 a dezembro/2014 estima-se que foram concedidos 144.990 benefícios para pessoas idosas em situação de extrema pobreza, montante superior em 1,9% à meta definida para o quadriênio. Apenas em 2014 estima-se que foram concedidos 48.151 benefícios a esse público alvo.

Quantidade alcançada

144.990

Data de Referência

31/12/2014

- **Conceder o BPC para 302.297 Pessoas com Deficiência em situação de extrema pobreza (Plano Brasil sem Miséria), até 2015**

Análise Situacional da Meta

Para a apuração dessa meta é necessária uma extração especial nos sistemas do INSS, bem como a realização de ajustes operacionais e tratamento das informações. A previsão é que somente será possível a apuração desta meta em 2015.

- **Estabelecer e implantar novo marco regulatório para reavaliação periódica do BPC**

Análise Situacional da Meta

O processo de reavaliação bienal conterá, em si, duas fases. A primeira delas consiste na consulta automatizada de banco de dados, para a averiguação de informações cadastrais e condições, ou não, para a continuidade do recebimento do BPC pelo beneficiário. A segunda fase diz respeito à reavaliação presencial dos beneficiários, para complementação de informações cadastrais, de renda e da deficiência e impedimentos de longo prazo, quando couber. Para a efetivação da fase automatizada da reavaliação, faz-se necessária a implantação do Sistema Integrado de Gestão do BPC – SIGBPC e do Sistema Integrado de Benefícios – SIBE, que estão em desenvolvimento. Em 2013 e 2014 ocorreram problemas técnicos que atrasaram o início dos testes pilotos, os quais foram adiados para 2015. A minuta de Portaria Conjunta MDS/INSS encontra-se sob a análise da Procuradoria Federal Especial do INSS, procedimento regular para a posterior publicação do ato normativo. Após a publicação da Portaria Conjunta e implantação dos dois sistemas mencionados, terá início o processo de reavaliação sistematizada dos benefícios do BPC, conforme instituído no Decreto n° 6.214/2007, alterado posteriormente pelo Decreto nº 7.617/2011.

- **Instituir novos critérios de manutenção do BPC, para compatibilizar o benefício com o contrato de aprendizagem profissional e a situação inicial de trabalho do beneficiário**

Análise Situacional da Meta

O Decreto Nº 7.617/11 (artigos 5º e 47-A) alterou a regulamentação do BPC, prevista no Decreto Nº 6.214/07, passando a prever a possibilidade de acumulação do BPC com a remuneração advinda do contrato de aprendizagem pela pessoa com deficiência, sendo limitada tal acumulação ao período máximo de 2 anos. A meta já foi atingida, mas a SNAS continua trabalhando no aprimoramento das normativas. Em maio/2013, a SNAS realizou oficina de trabalho para conhecer experiências internacionais de compatibilização de benefícios não contributivos com renda advinda do trabalho. As sistematizações das discussões transcorridas no referido evento subsidiarão o aprimoramento das normativas, que tem por objeto o contrato de aprendiz e a situação de trabalho do beneficiário.

- **Instituir o Programa BPC Trabalho e implantá-lo em todas as capitais dos estados, no Distrito Federal e em outros municípios que manifestarem interesse**

Análise Situacional da Meta

O Programa BPC Trabalho foi instituído pela Portaria Interministerial MDS, MEC, MTE, SDH-PR nº 02/2012. O Grupo Gestor Interministerial, formado por representantes das referidas áreas, foi instituído pela Portaria

Interministerial nº 49, de maio de 2013. O Programa BPC Trabalho está articulado ao Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho, nas ações de mobilização e encaminhamento das pessoas em situação de vulnerabilidade ou risco social para cursos de capacitação, formação profissional e demais ações de inclusão produtiva. As pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, fazem parte do público prioritário do Acessuas Trabalho (Resolução CNAS nº 18/2012).

A meta de implantar o BPC Trabalho em todas as capitais e no DF foi atingida. Em 2014 o Programa foi estendido aos 1.383 municípios que firmaram o termo de aceite para participar do Acessuas Trabalho, assumindo também o compromisso de desenvolverem as ações do BPC Trabalho. Esses municípios, que incluem todas as capitais e o DF, estão em processo de desenvolvimento das ações para a implantação do BPC Trabalho (constituição do grupo gestor, elaboração de plano de ação, realização de visitas domiciliares, encaminhamentos à rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas, encaminhamentos aos cursos de qualificação profissional/Pronatec).

Em 2014 foi registrado no sistema de Registro Mensal de Mobilização - RMM do Programa Acessuas Trabalho um total de 10.328 visitas domiciliares aos beneficiários do BPC. De janeiro a novembro/2014 foram identificados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC/MEC um total de 906 beneficiários com matrículas nos cursos do Pronatec.

Quantidade alcançada

1.383

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	189	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	503	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	126	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	339	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	226	31/12/2014

- **Instituir protocolo de integração entre o INSS e a SNAS, definindo fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e o acompanhamento dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizadas capacitações com assistentes sociais e perito-médicos do INSS, responsáveis pelas avaliações para fins de BPC, tendo como um dos resultados a construção de propostas para a definição de fluxos e procedimentos para a operacionalização do BPC e acompanhamento familiar dos beneficiários pelos serviços socioassistenciais. Além disso, também foram realizados quatro encontros específicos com assistentes sociais do INSS e da política de Assistência Social, para a elaboração de fluxos operacionais. A partir dessas contribuições, foi elaborada uma minuta de Portaria Conjunta MDS/INSS, que trata da articulação das ações de técnicos dos serviços socioassistenciais e profissionais das agências do INSS no que diz respeito ao reconhecimento do direito ao BPC e ao acompanhamento dos beneficiários. Após análise das áreas técnicas do MDS e INSS, este documento foi desmembrado em minutas de portaria e resolução, que serão apresentadas à CIT em março de 2015.

Em 2014 foram realizadas outras quatro reuniões técnicas entre assistentes sociais do INSS e da política de Assistência Social de todos os estados, capitais, Distrito Federal e municípios com Gerência Executiva do INSS. Essas reuniões envolveram aproximadamente 400 técnicos de 112 municípios, de todas as unidades da federação.

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O exercício de 2014 caracterizou-se pela ampliação e consolidação dos diversos resultados, eventos e processos obtidos/implementados desde 2012, relevantes para o fortalecimento do SUAS. Com a criação do Programa CapacitaSUAS, desde 2012 estão sendo transferidos recursos aos estados e DF, em consonância com pactuações e deliberações da CIT e CNAS, para a realização de capacitações de técnicos, gestores e membros do conselho social. Até o final de 2014, um conjunto de 23 estados já havia capacitado 25.640 pessoas.

Em relação à Vigilância Socioassistencial, merece destaque o processo de implantação da Vigilância nos municípios e estados, o que demanda acompanhamento e disponibilização de apoio técnico e treinamento por meio de oficinas e cursos nacionais e regionais e a elaboração de materiais de orientação. A Vigilância tem disponibilizado as bases e relatórios de dados do Censo SUAS e Registro Mensal de Atendimentos - RMA, que auxiliam no planejamento do SUAS nas demais esferas.

A pactuação da nova Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS 2012) possibilitou a revisão do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual e sua ampliação para os Municípios, bem como a ampliação de seu escopo, agora denominado Pacto de Aprimoramento do SUAS. O Pacto está voltado ao aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados no âmbito do SUAS, tendo suas metas pactuadas na Comissão Intergestores Tripartite - CIT e deliberadas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

No primeiro semestre de 2014 também teve início o preenchimento, pelos municípios, do módulo do Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, pertencente ao Sistema de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - SCNEAS, permanecendo em desenvolvimento o módulo de certificação (CEBAS) e módulo de inscrição das entidades junto ao SUAS.

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de municípios com desempenho satisfatório na gestão do SUAS**

  Análise Situacional da Meta

  Dos 5.560 municípios habilitados no SUAS ao final de 2014, aptos a receberem o IGDSUAS, 4.705 (84,6%) possuíam um índice superior a 0,5, o que representa uma melhoria significativa em relação aos períodos anteriores (4.377, em julho/2011; 4.209, em julho/2012; e 4.381 em julho/2013). O IGDSUAS possui variação anual e é calculado no mês de junho de cada ano, com impacto financeiro entre julho e junho do ano seguinte. O índice varia entre 0-1, sendo considerados satisfatórios aqueles que apresentam um índice superior a 0,5. Os valores para o período 2014-2015 ainda se encontram em fase de cálculo, em razão da introdução de novas regras relativas aos repasses financeiros e ajustes nos sistemas do SUASweb.

  Quantidade alcançada

  4.705

  Data de Referência

  01/07/2014

- **Elevar o número de profissionais capacitados no Programa Nacional de Formação, Qualificação e Capacitação no SUAS**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único da Assistência Social (CapacitaSUAS), instituído pela Resolução CNAS nº 08/2012, é coordenado em âmbito nacional pelo MDS, com o objetivo de apoiar os Estados e o Distrito Federal na execução de seus Planos de Capacitação do SUAS, na perspectiva de atender às agendas prioritárias de âmbito nacional. Em 2012 o MDS transferiu aos Estados e DF recursos para a capacitação de 37 mil trabalhadores do SUAS. Até o final de 2014, um conjunto de 23 estados já havia capacitado 25.640 trabalhadores. Nos exercícios de 2013 e 2014 foram pactuados e transferidos recursos para a capacitação de outros 87,8 mil trabalhadores, cuja execução deverá ocorrer em 2015.

Quantidade alcançada

25.640

Data de Referência

31/12/2014

- **Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os Estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados do Censo SUAS 2014 – Gestão Estadual, 22 estados declararam possuir, formal ou informalmente, nas suas estruturas administrativas, área responsável por atividades de Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação), o que representa uma pequena retração em relação ao levantamento anterior (23 estados, em 2013). A SNAS tem realizado diversas ações de apoio técnico, treinamentos e capacitações, objetivando qualificar a atuação destas áreas nos estados. A redução observada refere-se ao estado do Rio de Janeiro e decorre da precariedade característica das estruturas informais que, ao não estarem consolidadas na estrutura institucional de gestão, enfrentam maiores riscos, sempre que ocorrem mudanças nas equipes de gestão.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/08/2014

- **Induzir a estruturação da área de Vigilância Social em todos os municípios com 50 mil habitantes ou mais**

Análise Situacional da Meta

Segundo o Censo SUAS 2014 - Gestão Municipal, entre os 606 municípios com população igual ou superior a 50.000 habitantes e que responderam ao Censo SUAS, 479 municípios (79,0%) dispõem, formal ou informalmente, de uma área de Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação) em suas estruturas, o que representa uma pequena expansão em relação ao censo de 2013, que apontou um número de 446 municípios (73,7%), mas ainda inferior em relação a 2012 (487 municípios). A SNAS tem, nesse sentido, realizado diversas ações de apoio técnico, treinamentos e capacitações, no sentido de fomentar a estruturação destas áreas nos municípios.

Quantidade alcançada

479

Data de Referência

31/08/2014

- **Integrar todos os municípios ao sistema de notificação de violação de direitos**

Análise Situacional da Meta

O projeto piloto sobre o formulário do sistema de notificação de violação de direitos não obteve sucesso, uma vez que o número de notificações e unidades notificadoras foi insuficiente para a realização de análises mais robustas da aplicabilidade e uso da "Ficha de Notificação Intersetorial". No caso da Assistência Social, apenas 1 CRAS encaminhou as fichas.

Em relação ao desenvolvimento do novo SINAN (Sistema Nacional de Agravos de Notificação), foi feita licitação para desenvolvimento do sistema, cuja entrega estava prevista inicialmente para abril/2014. Contudo, a empresa vencedora da licitação não entregou o produto e o contrato foi desfeito. Em junho, a execução da nova versão do SINAN foi transferida para o DATASUS, o que exigiu o reinício do projeto, incluindo ajustes no formulário utilizado (Ficha de Notificação). Cabe ao MDS e demais ministérios a decisão da adesão ou não à nova ficha, o que ainda não foi pactuado. Não há prazo definido para a finalização do novo SINAN, pelo DATASUS.

- **Revisar o Pacto de Aprimoramento de Gestão firmado entre os Governos Estaduais e Federal e estendê-lo aos municípios**

Análise Situacional da Meta

Conforme estabelecem as regras de transição da NOB SUAS 2012, o Pacto de Aprimoramento do SUAS relativo à gestão estadual, instituído para o quadriênio 2011-2014, foi revisto, passando a ter validade até 2015, quando serão

pactuadas novas prioridades e metas para o quadriênio seguinte. A pactuação para os municípios ocorreu em 2013, com vigência para o quadriênio 2014-2017.

- **Vincular entidades de assistência social ao SUAS**

  Análise Situacional da Meta

  A vinculação de entidades de assistência social ao SUAS está prevista na LOAS (Lei Nº 8.742/1993), aguardando regulamentação por meio de Decreto Presidencial. Em 2014 teve início o preenchimento do Módulo de Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS pelos municípios brasileiros, e a continuidade do desenvolvimento dos módulos de certificação e inscrição. Após essa primeira etapa de preenchimento do CNEAS, serão definidos os parâmetros para aferição do Vínculo SUAS.

OBJETIVO: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) foi instituído pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei N° 8742/1993), como órgão superior de deliberação colegiada, estando atualmente vinculado à estrutura do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Para cumprir sua função institucional de controle social, no Exercício de 2014 o CNAS realizou diversas atividades, merecendo destaque:

a) aprovação de 33 Resoluções (Resoluções CNAS Nº 1 a 33/2014), publicadas no Diário Oficial da União (DOU) e publicadas no sítio eletrônico do CNAS;

b) realização de 11 reuniões ordinárias, sendo 2 de caráter ampliado e descentralizado (em maio, Brasília-DF e em novembro, Salvador - BA), contando com a participação de conselheiros municipais, estaduais e do DF, gestores e trabalhadores, usuários e entidades não governamentais;

c) alteração do regimento interno do CNAS, por meio da Resolução CNAS nº 06/2014, para incluir a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social;

d) conclusão do processo eleitoral da representação da sociedade civil no CNAS, Gestão 2014-2016, instituído pela Resolução CNAS Nº 02/2014; e

e) aprovação da Resolução CNAS Nº 14/2014 - Define parâmetros nacionais para a inscrição das Entidades ou Organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos conselhos de assistência social.

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de conselhos municipais com alternância na presidência entre os representantes governamentais e os representantes da sociedade civil**

  Análise Situacional da Meta

  Com base no Censo SUAS verifica-se que, entre 2012 e 2013, a alternância entre os representantes governamentais e da sociedade civil na presidência dos Conselhos Municipais (CMAS) evoluiu de 3.994 (75,9%) para 4.298 (81,6%) municípios, representando um incremento de 7,6%. Vale salientar que em 2011 esse número alcançava 3.992 municípios (75,9% dos CMAS que responderam o Censo). Em grande medida, esse processo é resultado de um esforço do CNAS, por meio da elaboração e divulgação de orientações e apoio aos demais Conselhos de Assistência Social.

  Quantidade alcançada

  4.298

  Data de Referência

  31/12/2013

- **Elevar o número de conselhos municipais com secretaria executiva**

Análise Situacional da Meta

Com base no Censo SUAS, em 2011 o número de conselhos municipais com secretaria executiva atingia 3.414 (65%) conselhos. Verifica-se entre 2012 e 2013 um crescimento da quantidade e percentagem dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) que possuem Secretaria Executiva. Essa característica, que impacta significativamente na capacidade institucional dos Conselhos, evoluiu de 3.286 (63,5%) para 3.587 (68,1%), no período. Essa dinâmica resulta de um considerável esforço do CNAS, por meio de orientações e apoio aos demais Conselhos de Assistência Social.

Quantidade alcançada

3.587

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com previsão de recursos específicos no orçamento do órgão gestor, destinados à sua manutenção e funcionamento**

Análise Situacional da Meta

Em razão das orientações e apoio do CNAS aos Conselhos de Assistência Social, verifica-se um crescimento da quantidade e proporção de órgãos gestores municipais de Assistência Social que preveem a existência e destinação de recursos específicos para a manutenção e funcionamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS), uma característica de extrema importância para a efetividade do controle social. Com base no Censo SUAS, em 2011 essa característica estava presente em 2.811 municípios (54%), evoluindo para 3.027 (58,5%) em 2012 e 3.542 (67,2%) em 2013, o que representa uma evolução de 17% no último período.

Quantidade alcançada

3.542

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o número de conselhos municipais de assistência social com representantes da sociedade civil eleitos em assembleias instaladas especificamente para esse fim**

Análise Situacional da Meta

Como resultado das orientações e apoio do CNAS aos Conselhos de Assistência Social, observa-se no Censo SUAS que, de 2012 para 2013, ocorreu um aumento de 65 Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) que elegeram seus representantes da sociedade civil por meio de assembleias instaladas especificamente para essa finalidade. Com isso, o número de Conselhos com essa característica passou de 3.475 (2012) para 3.540 (2013). Contudo, esse número ainda é inferior ao observado em 2011, quando atingia 3.595 Conselhos.

(Censo 2014 em análise)

Quantidade alcançada

3.540

Data de Referência

31/12/2013

- **Realizar 2 Conferências Nacionais de Assistência Social**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro/2013 foi realizada em Brasília (DF) a IX Conferência Nacional de Assistência Social, tendo como tema “A gestão e o financiamento na efetivação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS”. A Comissão Organizadora da IX Conferência Nacional, criada pela Resolução CNAS nº 35/2012, iniciou seus trabalhos em fevereiro, reunindo-se ordinariamente uma vez por mês, tendo sido convocada extraordinariamente em duas ocasiões. A X Conferência Nacional está prevista para ocorrer em 2015.

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Grau de focalização do Cadastro Único	%	31/12/2010	94	31/12/2014	96,41
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação	%	31/12/2010	88,55	30/11/2014	91,67
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças	%	31/01/2011	69,82	31/12/2014	74,02
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das gestantes	%	31/01/2011	34,5	31/12/2014	45,04
Taxa de atendimento às famílias pobres	%	31/12/2010	98,33	31/12/2014	101,93

OBJETIVO: 0374 - Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

As Condicionalidades do Programa Bolsa Família tem como objetivo central reforçar o acesso aos serviços sociais básicos de educação, saúde e assistência social. No bimestre de outubro e novembro, último resultado do ano de 2014, foram acompanhadas 15.685.438 crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos, o equivalente a 91,7% do público de 17.110.353 beneficiários para acompanhamento nesta faixa etária. O resultado de novembro de 2014 ficou muito próximo ao recorde de acompanhamento alcançado em novembro de 2013, quando o percentual de acompanhamento foi de 92,2%. Os bons resultados foram mantidos em razão de diversos cruzamentos entre as bases de dados do Sistema Presença/MEC, Cadastro Único/MDS e Censo Escolar/MEC, que permitiu que muitos beneficiários antes na situação de não localizados fossem acompanhados. Do total de crianças e adolescentes acompanhados em outubro e novembro de 2014, 96,3% cumpriram a condicionalidade de educação, ou seja, tiveram frequência igual ou superior a 85% (crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos) e 75% (jovens de 16 e 17 anos).

Com relação à saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa de 14 a 44 anos devem fazer o acompanhamento quanto à situação de gravidez, sendo que, em caso positivo, passam para o acompanhamento do pré-natal. Gestantes ou nutrizes (lactantes) devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do bebê. No semestre de julho a dezembro de 2014, foram acompanhadas 75,28% (9.136.133) de um total de 12.135.573 famílias. No mesmo semestre, 7.544.681 crianças compuseram o público para acompanhamento de vacinação, peso e altura, sendo que, destas, 74,02% (5.584.837) foram acompanhadas. Das que foram acompanhadas, 99% (5.530.688) estavam com vacinação em dia e 84% (4.696.380) com avaliação nutricional registrada. Com relação às gestantes, do total de 227.708 gestantes localizadas, 99,1% (225.756) tiveram pré-natal realizado. Os resultados de saúde cresceram ao longo do ano, sendo que o resultado alcançado no último semestre foi o maior de toda a série história.

Com relação à assistência social, em novembro de 2014 - último período apurado de 2014 - do total de 162.641 famílias que estavam com o benefício em fase de suspensão em decorrência do descumprimento de condicionalidades, 25.993 (16%) foram acompanhadas pelos serviços socioassistenciais com registro de acompanhamento no Sistema de Condicionalidades. Em março de 2014, foram acompanhadas 13,9% do total de famílias no perfil para acompanhamento.

A fórmula de cálculo do indicador foi alterada a partir de orientações expressas na Instrução Operacional nº 19, de 7 de fevereiro de 2013. Seguindo o novo formato, o indicador apresentou evolução positiva ao longo de 2014, em termos relativos. Em termos absolutos, entre março e novembro de 2014 houve uma queda no número de famílias acompanhadas com registro no Sicon, o que se explica pela nova metodologia de cálculo que considera o número de famílias em fase de suspensão acompanhadas em relação ao total de famílias em fase de suspensão a cada bimestre.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar o aumento do acesso das famílias beneficiárias do PBF aos serviços socioassistenciais**

  Análise Situacional da Meta

  Com relação à assistência social, com base no mês de novembro – último período apurado de 2014, do total de famílias em fase de suspensão (162.641), em decorrência do descumprimento de condicionalidades, 25.993 (16%) foram acompanhadas pela assistência social com registro de acompanhamento no Sistema de Condicionalidades. Em março de 2014, o percentual de famílias em fase de suspensão que tiveram o acompanhamento registrado foi de 13,9%. No decorrer do ano, o acompanhamento pela assistência social das famílias com o benefício em fase de suspensão cresceu 2 pontos percentuais quando comparadas as informações de março (13,9%) e o resultado parcial de novembro, de 16%.

  Quantidade alcançada

  25.993

  Data de Referência

  30/11/2014

- **Aumentar o acompanhamento do acesso das crianças beneficiárias do PBF ao sistema de saúde infantil, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

  Análise Situacional da Meta

  No segundo semestre de 2014, 7.544.681 crianças compuseram o público para acompanhamento de vacinação, peso e altura, sendo que, destas, 74,02% (5.584.937) foram acompanhadas. Das que foram acompanhadas, 99% (5.530.688) estavam com vacinação em dia e 84% (4.696.380) com avaliação nutricional em dia. Ao comparar com a informação de dezembro de 2013, percebe-se um aumento de mais de 400 mil crianças acompanhadas pelas equipes municipais de saúde.

  Quantidade alcançada

  5.584.937

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Aumentar o acompanhamento do acesso das famílias beneficiárias do PBF ao sistema educacional, considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas**

  Análise Situacional da Meta

  No bimestre de outubro e novembro de 2014, 17.110.353 crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos constavam no público para acompanhamento das redes municipais e estaduais de ensino. Desse total, 91,7% (15.685.438) tiveram frequência escolar registrada no Sistema Presença. Das crianças e adolescentes acompanhadas, 96,3% cumpriram a condicionalidade, ou seja, tiveram frequência igual ou superior a 85% (crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos) e 75% (jovens de 16 e 17 anos). O percentual de acompanhamento das crianças e adolescentes beneficiários do PBF, auferido em novembro de 2014, caiu 0,5 ponto percentual em relação a novembro de 2013, quando o percentual foi de 92,2%. Os bons resultados foram mantidos em razão de diversos cruzamentos entre as bases de dados do Sistema Presença/MEC, Cadastro Único/MDS e Censo Escolar/MEC, que permitiu que muitos beneficiários antes na situação de não localizados fossem acompanhados.

  Quantidade alcançada

  15.685.438

  Data de Referência

  30/11/2014

- **Aumentar o acompanhamento do acesso das gestantes beneficiárias do PBF ao sistema de saúde materna,**

considerando as especificidades dos povos indígenas e comunidades quilombolas

Análise Situacional da Meta

Do total de 227.708 gestantes localizadas pela rede de saúde no âmbito dos municípios, 99,1% (225.756) tiveram pré-natal realizado. Observa-se que 29 mil gestantes a mais foram identificadas pelas equipes de saúde no 2º semestre de 2014, quando comparado com o 2º semestre de 2013.

Quantidade alcançada

227.708

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Com o grande número de alternância das gestões municipais em razão das eleições de 2012, o processo de aprimoramento contínuo da gestão e da operacionalização do Programa Bolsa Família (PBF) foi reforçado, utilizando-se estratégias como a disseminação de informações por meio da participação em palestras, capacitações, eventos e distribuição de materiais informativos. Como exemplo, foram realizados, no ano de 2013 e início de 2014, encontros regionais com os estados no intuito de fortalecer e qualificar as Coordenações Estaduais e também aumentar o protagonismo dos estados no apoio à gestão descentralizada do PBF e Cadastro Único. Estão sendo realizadas ainda oficinas com municípios considerados prioritários para a melhoria da gestão descentralizada.

Adicionalmente, foi concluído o Manual de Prestação de Contas dos recursos transferidos a estados e municípios para apoio à gestão descentralizada, que traz esclarecimentos com relação aos procedimentos básicos a serem realizados pelos gestores com esse objetivo. Está em conclusão um Manual de Fiscalização dirigido aos municípios para que possam realizar de forma parametrizada os procedimentos de apoio à cobrança de ressarcimento, realizada pelo MDS, de valores recebidos indevidamente por beneficiários do Programa. O programa de capacitação de gestores do Cadastro e do PBF visando à formação de multiplicadores nos Estados teve continuidade em 2013 e 2014, criando condições para aprimorar a qualidade técnica do pessoal envolvido no Programa, com a previsão de formar mais de 500 multiplicadores nas áreas mencionadas até o final de 2014.

Foi publicada também a Portaria GM/MDS nº 103, de 30 de setembro de 2013, que altera a Portaria 754 e a Portaria 256, ambas de 2010, e com elas, obteve-se uma evolução no desenho do modelo de apoio financeiro aos municípios no âmbito do PBF e o atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle para a adequação da legislação infra legal do Programa à nova redação dada ao Decreto nº 5.209, de 2004, pelo Decreto nº 7.852, de 30 de novembro de 2012.

O Sistema de Gestão e Acompanhamento das Ações de Fiscalização do PBF (SIGAF) está com 50% do seu escopo desenvolvido e sua conclusão é prevista para 2015. Com este sistema em produção será possível concluir com mais celeridade os processos e procedimentos administrativos relacionados à fiscalização do PBF, bem como obter maior eficiência no relacionamento entre a Senarc e os municípios e reduzir os prazos para obtenção dos resultados de diligências por eles realizadas, além de permitir a consulta sobre a situação de processos e procedimentos sobre fiscalização do PBF por órgãos externos (especialmente a Controladoria - Geral da União e o Ministério Público Federal), reduzindo as atividades de elaboração de relatórios parciais para atender a significativa demanda por informações oriunda desses órgãos.

Nos últimos anos a Senarc aperfeiçoou os procedimentos a cargo da gestão municipal necessários à instrução dos processos de fiscalização, especialmente pela confecção e disponibilização de formulário para orientar a obtenção de informações a serem remetidas à Senarc, assim como um tutorial para sua utilização. Ainda em 2014, o MDS e a Controladoria-Geral da União implementaram modelo padronizado de tratamento das recomendações feitas por esta no âmbito do Programa de Fiscalização “Sorteios Públicos”, com o objetivo reduzir progressivamente o passivo de

recomendações da CGU pendentes de atendimento e diminuir o tempo de atendimento a tais demandas, encaminhadas por meio dos relatórios produzidos pela CGU.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o número de municípios brasileiros recebendo o recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de fortalecer o trabalho dos estados, municípios e DF no aprimoramento da Gestão Descentralizada do PBF e Cadastro Único, nos anos de 2012 e 2013, a Senarc realizou Encontros com os Coordenadores Estaduais do PBF e do Cadastro Único e, já em 2013, houve uma maior atuação desses entes junto aos municípios apoiando-os na gestão local do Programa, desde o planejamento até o monitoramento das ações desenvolvidas.

Desde 2012 a Senarc vem capacitando os Gestores e Coordenadores do Bolsa Família e neste período já foram capacitados aproximadamente 4.500 agentes como instrutores de Gestão do Bolsa e do Cadastro.

Foi publicada também a Portaria GM/MDS nº 103, de 30 de setembro de 2013, que altera a Portaria 754 e a Portaria 256, ambas de 2010, e com elas, obteve-se uma evolução no desenho do modelo de apoio financeiro aos municípios no âmbito do PBF e o atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle para a adequação da legislação infra legal do Programa à nova redação dada ao Decreto nº 5.209, de 2004, pelo Decreto nº 7.852, de 30 de novembro de 2012.

O número de municípios que receberam recursos em setembro de 2014 é 1,43% maior que em janeiro de 2012. No entanto, na comparação com o ano de 2013 houve uma diminuição de aproximadamente 5%. (5.467 municípios em dez/13 e 5.174 em set/14). Esta redução se deve principalmente às alterações de prefeito em 73% dos municípios brasileiros. Assim, em razão da inexperiência das novas equipes e da desorganização da documentação herdada da gestão anterior, em alguns casos, houve dificuldades para que, em 2013, os municípios conseguissem cumprir o prazo inicial para prestação de contas do exercício de 2012. Entre outros fatores, isso levou à prorrogação do prazo para prestação de contas do exercício de 2012 para fevereiro de 2014. Esta prorrogação do prazo trouxe para este ano o habitual impacto na redução de municípios que recebem IGD que ocorre logo após o vencimento do prazo para prestação de contas. Entretanto ao longo de 2014 este percentual passou de aproximadamente 87% em março de 2014 para o percentual 95% no número de municípios que receberam recursos da competência de setembro do mesmo ano, último mês em que houve repasse, mostrando assim a elevação dos patamares de alcance da meta.

Quantidade alcançada

5.174

Data de Referência

30/09/2014

- **Aprimorar a atuação da Rede Pública de Fiscalização**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Gestão e Acompanhamento das Ações de Fiscalização do PBF (SIGAF) está com 50% do seu escopo desenvolvido e sua conclusão é prevista para 2015. Com este sistema em produção será possível concluir com mais celeridade os processos e procedimentos administrativos relacionados à fiscalização do PBF, bem como obter maior eficiência no relacionamento entre a Senarc e os municípios e reduzir os prazos para obtenção dos resultados de diligências por eles realizadas, além de permitir a consulta sobre a situação de processos e procedimentos sobre fiscalização do PBF por órgãos externos (especialmente a Controladoria - Geral da União e o Ministério Público Federal), reduzindo as atividades de elaboração de relatórios parciais para atender a significativa demanda por informações oriunda desses órgãos.

Nos últimos anos a Senarc aperfeiçoou os procedimentos a cargo da gestão municipal necessários à instrução dos processos de fiscalização, especialmente pela confecção e disponibilização de formulário para orientar a obtenção de informações a serem remetidas à Senarc, assim como um tutorial para sua utilização. Ainda em 2014, o MDS e a Controladoria-Geral da União implementaram modelo padronizado de tratamento das recomendações feitas por esta no âmbito do Programa de Fiscalização “Sorteios Públicos”, com o objetivo reduzir progressivamente o passivo de

recomendações da CGU pendentes de atendimento e diminuir o tempo de atendimento a tais demandas, encaminhadas por meio dos relatórios produzidos pela CGU.

- **Aumentar o percentual dos municípios brasileiros com Fator de Operação do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) superior a 0,55**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de fortalecer o trabalho dos estados, municípios e DF no aprimoramento da Gestão Descentralizada do PBF e Cadastro Único, nos anos de 2012 e 2013, a Senarc realizou Encontros com os Coordenadores Estaduais do PBF e do Cadastro Único e já em 2013 houve uma maior atuação desses entes junto aos municípios apoiando-os na gestão local do Programa, desde o planejamento até o monitoramento das ações desenvolvidas.

Desde 2012 a Senarc vem capacitando os Gestores e Coordenadores do Bolsa Família e neste período já foram capacitados aproximadamente 4.500 agentes como instrutores de Gestão do Bolsa e do Cadastro.

Foi publicada também a Portaria GM/MDS nº 103, de 30 de setembro de 2013, que altera a Portaria 754 e a Portaria 256, ambas de 2010, e com elas, obteve-se uma evolução no desenho do modelo de apoio financeiro aos municípios no âmbito do PBF e o atendimento das recomendações feitas pelos órgãos de controle para a adequação da legislação infra legal do Programa à nova redação dada ao Decreto nº 5.209, de 2004, pelo Decreto nº 7.852, de 30 de novembro de 2012.

No período de jan/12 a set/13, apesar de ter aumentado o número de municípios que alcançaram o Fator de Operação maior que 0,55 (5560 para 5562), com a criação de cinco novos municípios em 2013, que ainda não alcançaram tal desempenho, o número de municípios que estão abaixo da meta se elevou de cinco para oito. De toda forma, no último ano (de dez/13 até set/14) 99,86% dos municípios alcançaram esse fator. Neste nível de alcance de meta, mesmo fenômenos de menor relevância prejudicam a elevação do indicador, uma vez que há resistência para ganho marginal.

Quantidade alcançada

5.562

Data de Referência

30/09/2014

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. A partir da identificação e caracterização destas famílias, torna-se possível desenhar e implementar políticas públicas focalizadas e dar subsídios à constituição de uma rede de promoção e proteção social que articule as políticas já existentes, estimulando, ainda, a convergência de esforços no atendimento prioritário da população em situação de maior vulnerabilidade social.

A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de busca ativa. Apenas em 2014 (janeiro a dezembro), foram incluídas 1.874.561 famílias de baixa renda no Cadastro Único.

Em 2014 haviam 29.163.608 famílias registradas, das quais 25.201.633 estavam cadastradas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo (86,41%). Destas, 17.261.755 famílias de baixa renda estavam com informações atualizadas

no Cadastro Único, o que representa 68,49% do total de famílias de baixa renda registradas.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a estratégia de identificação e caracterização das famílias pertencentes a grupos populacionais diferenciados bem como as famílias em situação de extrema pobreza, no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, são realizadas as oficinas de Busca Ativa para inclusão de famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), em cooperação com as Coordenações Estaduais do Cadastro Único. Estas oficinas têm como objetivo apresentar o Cadastro Único e articular parcerias para a busca ativa de famílias de baixa renda, sua inclusão e atualização cadastral, e encaminhamento aos serviços da rede de proteção social.

Em 2013, iniciou-se a elaboração de materiais de sensibilização a serem distribuídos nessas oficinas e eventos. A proposta era a criação de folders explicativos direcionados aos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), utilizando linguagem adequada e ilustrações que retratam a realidade de cada grupo, além da produção do vídeo “Diversidade Brasileira: respeitar e incluir”, voltado aos gestores e à sociedade em geral, abordando a importância do cadastramento e a correta identificação de famílias pertencentes aos GPTE. O primeiro folder concluído foi o de Famílias Ciganas, distribuído durante a I Semana Nacional dos Povos Ciganos, realizada no mês de maio/2013. Outros folders como os de Famílias Quilombolas, Famílias Acampadas e Assentadas, Famílias Extrativistas e Famílias de Catadores de Material Reciclável foram elaborados ao longo de 2014 e estão prontos para impressão.

No primeiro semestre/2013, aconteceram oficinas nos estados do Maranhão e Rondônia. Em setembro/2013, houve reunião técnica, na cidade de São Paulo, que objetivou articular estratégias de identificação e cadastramento de famílias pertencentes a comunidades de terreiro beneficiárias de cestas de alimentos no Cadastro Único. A pactuação do plano de trabalho entre os participantes reforçou as ações locais de busca ativa nos diferentes municípios.

Ainda em 2013, foi elaborado o planejamento para execução de ações direcionadas aos estados e aos grupos prioritários, em parceria com a SNAS, visando à realização de um conjunto de ações de inclusão e atualização, com ênfase para a correta identificação dos diversos GPTE. Para início das ações, selecionaram-se 8 estados: Amapá, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, a partir da concentração de GPTE (em especial, quilombolas, extrativistas, acampados/assentados, catadores de material reciclável e comunidades de terreiro). Em agosto foi realizada oficina com esses estados para definição e aprofundamento das estratégias utilizadas nos territórios para a busca ativa dessas populações.

No primeiro semestre de 2014, como parte das Oficinas Estaduais Integradas DECAU/DECON, foram realizadas as Oficinas de Busca Ativa em quinze estados: Santa Catarina, Amazonas, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Pará, Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Tocantins, Maranhão e Rio Grande do Sul.

Para subsidiar o planejamento e as ações nos estados, realizou-se tratamento dos dados de cada um dos grupos priorizados, gerando estimativas de famílias a serem incluídas ou atualizadas no Cadastro Único e metas para os municípios relacionadas à inclusão e atualização das famílias pertencentes aos grupos prioritários. Para embasar o trabalho foram utilizadas bases de dados de diversos órgãos: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – beneficiários das Unidades de Conservação de Uso Sustentável; Ministério do Desenvolvimento Agrário/SRA – beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário; Ministério do Desenvolvimento Agrário/SAF – DAP; INCRA – Sistema de Informações de Projetos de Assentamento (SIPRA); INCRA – famílias acampadas que recebem cesta de alimentos; Secretaria do Patrimônio da União – Famílias beneficiárias do programa de regularização fundiária dos que vivem em áreas de várzea; Fundação Cultural Palmares – Estimativa de famílias quilombolas por estado; MDS/SAGI e SESAN – Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiro. Como resultado das estratégias de busca ativa e ações específicas de cadastramento de GPTE,

até o mês de dezembro de 2014, foram identificados no Cadastro Único: 143.653 famílias indígenas, 131.787 famílias quilombolas, 34.302 famílias de pessoas em situação de rua; e 1.261.157 famílias tradicionais e em situações específicas marcadas no campo 2.07: 3.367 famílias ciganas, 29.461 famílias extrativistas, 108.776 famílias de pescadores artesanais, 4.316 famílias pertencentes à comunidade de terreiro, 71.575 famílias ribeirinhas, 834.810 famílias de agricultores familiares, 105.114 famílias de assentados da reforma agrária, 4.108 famílias de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, 37.922 famílias acampadas, 7.130 famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura, 9.350 famílias de presos do sistema carcerário e 45.228 famílias de catadores de material reciclável.

- **Disponibilização de ferramentas para acesso às informações do Cadastro Único**

Análise Situacional da Meta

Desde 2013, duas formas de consulta aos dados do Cadastro Único foram disponibilizadas, em complementação aos dados sintéticos já disponibilizados no Relatório de Informações Sociais - RI Bolsa Família e Cadastro Único – disponível em http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php, a ferramenta Cecad - Sistema de Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único e o Tabcad - Tabulador de Informações do Cadastro Único. A Senarc também vem adotando a estratégia de dar acesso à própria V7, em perfil de consulta, aos usuários com maior necessidade de checagem individual de registros. Enquadram-se nesse perfil, as 101 concessionárias de energia elétrica (TSEE), as mais de 600 secretarias de habitação municipais que operam o PMCMV (modalidade FAR) e as mais de 100 instâncias regionais do INSS que deliberam sobre a concessão de benefícios do contribuinte facultativo de baixa renda. Para as concessionárias de energia e as secretarias de habitação já foram criados os perfis junto à CAIXA.

No primeiro semestre foram empreendidos esforços para o desenvolvimento de ferramenta de consulta em lote dos dados da versão 7 do Cadastro Único que gerará extrações com apenas 1 (um) dia de defasagem do dado real. A consulta em lote solicitada pela Senarc foi adaptada pela CAIXA utilizando-se uma solução já disponibilizada a outros clientes. No entanto, a mesma tem se provado insatisfatória para fins do Cadastro Único por utilizar inúmeros requisitos de tecnologia de informação e de segurança que as gestões dos programas usuários provavelmente não conseguirão atender, limitando imensamente o seu uso. A Senarc está testando a solução para uso em casos específicos até que a mesma possa contratar ou desenvolver junto à CAIXA outra solução mais compatível.

Por fim, vale mencionar que aprimoramentos ao CECAD foram desenhados e estão sendo implantados, como a pesquisa dos cadastros desatualizados por meses de desatualização.

- **Identificar e incluir as famílias de baixa renda no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

São consideradas de baixa renda e, portanto, compõem o publico alvo para inserção no Cadastro Único aquelas famílias com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo per capita ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Até dezembro/2014 haviam 29.163.608 famílias registradas, das quais 25.201.633 estavam cadastradas com renda per capita mensal de até meio salário mínimo (86,41%).

No ano de 2014, foram incluídas no Cadastro Único 1.874.561 famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo. A localização e a caracterização das famílias de baixa renda no Cadastro Único vêm se aprimorando por meio do desenvolvimento de ações de busca ativa. A Busca Ativa é uma estratégia que tem como objetivos: localizar e cadastrar todas as famílias de baixa renda; identificar corretamente as famílias que pertencem a povos e comunidades tradicionais e a grupos específicos e também atualizar os dados das famílias já cadastradas.

Quantidade alcançada

1.874.561

Data de Referência

31/12/2014

- **Incluir as famílias pertencentes às comunidades quilombolas no Cadastro Único e no Programa Bolsa Família**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do segundo semestre de 2012, ocorreu uma ampla ação de qualificação e atualização da listagem das

comunidades quilombolas constantes do Cadastro Único (CadÚnico), finalizada em janeiro de 2013.

A partir de listagem de comunidades quilombolas disponibilizada pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foram identificadas e incluídas 674 comunidades na base do CadÚnico. Além disso, corrigiu-se o nome das comunidades certificadas e tituladas que já estavam inscritas na lista da V7, no entanto, com grafias distintas da listagem da FCP e INCRA. Possibilitou-se, com isso, a correta identificação no CadÚnico daquelas famílias quilombolas pertencentes a essas comunidades.

Destacamos ainda que no sistema da V7 também constam comunidades quilombolas inscritas para além das comunidades certificadas ou tituladas, incluídas via solicitação formal dos municípios junto a Senarc.

Ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2013, a Senarc participou das reuniões de preparação e organização do mutirão de Busca Ativa para atualização e inclusão cadastral de famílias quilombolas no estado da Paraíba. Este mutirão ocorreu no mês de março contando com o apoio de técnicos do MDS, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e de representantes do governo estadual e municipal da Paraíba. Durante o mutirão percorreu-se trinta e cinco comunidades quilombolas certificadas, localizadas em 23 municípios, alcançando cerca de mil e trezentas famílias nesses territórios.

Em outubro de 2013, ocorreu oficina destinada ao cadastramento de famílias quilombolas no CadÚnico, no estado do Maranhão. Já em novembro do mesmo ano, ocorreu oficina de Busca Ativa na Bahia, na sede do Ilê Aiyê, em comemoração ao mês da Consciência Negra, que tratou do cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos no CadÚnico, categoria que inclui as famílias quilombolas.

Ao longo do primeiro semestre de 2014, ocorreram oficinas de Busca Ativa em 15 estados, enfocado no processo de cadastramento de famílias quilombolas e outras pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos. Como resultado da estratégia de cadastramento das famílias quilombolas, até o mês de dezembro de 2014 foram identificadas 131.787 famílias quilombolas no CadÚnico.

Quantidade alcançada

131.787

Data de Referência

31/12/2014

- **Migração dos municípios para o Sistema de Cadastro Único Versão 7**

Análise Situacional da Meta

A partir de 2010, o MDS iniciou o processo de implantação gradual do Projeto CadÚnico 7 (Versão 7), que, além de aperfeiçoar a coleta de dados e qualificar as informações cadastrais, aprimorou as funcionalidades de cadastramento, a manutenção de dados e demais processos de gestão do Cadastro único. Em abril de 2014, todos os municípios já utilizavam a nova versão.

Quantidade alcançada

5.570

Data de Referência

01/05/2014

- **Qualificar e atualizar as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

A Senarc desenvolve diferentes estratégias para promoção da qualidade da gestão do Cadastro Único. Por meio de informativos, orienta continuamente os municípios quanto à importância da atualização cadastral, encaminha cartas as famílias orientado sobre a necessidade de manter o cadastro atualizado. Além disso, anualmente, a Senarc realiza processos de averiguação cadastral que consiste no cruzamento dos dados inseridos no Cadastro Único com outros registros administrativos, com vista a identificar possíveis inconsistências nas informações declaradas.

Dentre as ações de atualização cadastral ocorridas em 2014, destaca-se a Revisão Cadastral 2014, a finalização do processo de Averiguação Cadastral 2013 e de 2014.

De acordo com a Portaria nº 94, de 04 de setembro de 2013, os processos de Averiguação Cadastral buscam verificar,

de forma sistemática e periódica, a consistência das informações constantes no Cadastro Único. Conforme determina a referida Portaria, os processos são iniciados pela Senarc, a partir do cruzamento dos dados do Cadastro Único com aqueles provenientes de: outros registros administrativos dos governos; bancos de dados das empresas de serviços públicos; pesquisas amostrais e censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros. Serão consideradas inconsistentes as informações que apresentarem divergência entre o que consta no Cadastro Único e o que está registrado, para a mesma pessoa ou família, em outra fonte. Também será analisada a discrepância entre os dados inseridos no Cadastro Único e seus valores esperados conforme as demais informações do perfil da família. Depois desses cruzamentos, os municípios assumem um papel fundamental, pois são os Gestores Municipais e do Distrito Federal que devem adotar medidas para o tratamento das inconsistências identificadas.

O processo de Averiguação Cadastral 2013 foi composto de várias fontes de informação, conforme metodologia descrita na Nota Técnica nº 200, 30/07/2013. Para organizar o processo de Averiguação Cadastral, a Senarc agrupou os achados em três públicos-alvo distintos, a depender do tipo de informação utilizada, procedimentos para análise e orientação aos municípios (Público A, B e C). O público total inicial foi de 96.657 famílias, sendo 71.842 do Público A, 13.660 do Público B e 11.155 do Público C. Do total, 79.471 eram famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, perfazendo 82,22% do público. Após os prazos de atualização cadastral definidos na Instrução Operacional nº 063, de 13/06/2013, reeditada em 27/11/2013, a Senarc comandou 16.080 ações de cancelamento dos benefícios do PBF, conforme detalhado na Nota Técnica nº 198, de 10/06/2014.

O processo de Averiguação Cadastral 2014 foi composto de várias fontes de informação, conforme metodologia descrita na Nota Técnica nº 062, 26/02/2014. Foram incluídas no processo 1.392.284 famílias beneficiárias do PBF. Para orientar os municípios sobre esta ação, foi publicada a Instrução Operacional nº 068, de 15/01/2014, reeditada em 11/02/2014. O processo de Averiguação Cadastral 2014 foi finalizado, conforme a Nota Técnica nº 244, de 22 de julho de 2014, totalizando 684.515 comandos de cancelamento de benefícios do PBF.

Já a Revisão Cadastral, é o processo por meio do qual as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, com cadastros desatualizados há mais de 24 meses devem proceder à atualização dos dados registrados no Cadastro Único para que continuem recebendo os benefícios do PBF. No ano de 2014, aproximadamente 1,2 milhão de famílias foi público-alvo da Revisão Cadastral.

Ressalta-se que a Tarifa Social de Energia Elétrica também desenvolve processo de revisão cadastral de seus benefícios, que levará à constante atualização de 4,4 milhões de famílias, para além das 14,0 milhões de famílias já incentivadas a manterem seus cadastros atualizados por força da manutenção dos benefícios do PBF.

Destaca-se, também, que em 24 de dezembro de 2013, foi publicado no Diário Oficial da União extrato do Contrato entre o MDS e a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev). Em 19 de dezembro de 2014, o presente contrato foi aditivado, conforme publicação no DOU de 08/01/2015. Tem como objeto a prestação de serviços de tecnologia da informação e consultoria técnica ao cruzamento de informações das bases de dados do Cadastro Único e o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), objetivando a melhoria da qualidade de informações cadastrais. Com esta ação, será possível a verificação frequente e sistemática da fidedignidade das informações de renda e óbitos declaradas ao Cadastro Único.

Até dezembro de 2014, 17.261.755 famílias de baixa renda estavam com informações atualizadas no Cadastro Único, o que representa 68,49% do total de famílias de baixa renda registradas (25.057.709 famílias).

Quantidade alcançada

17.261.755

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	87	%	68,49	31/12/2014

- **Reformular o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**

Análise Situacional da Meta

O IDF é um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento das famílias incluídas no Cadastro Único, por meio da combinação de diversas informações coletadas por este cadastro. Assim, é possível elencar famílias de acordo com maior ou menor grau de vulnerabilidade de um ponto de vista multidimensional, complementando a visão unidimensional da pobreza monetária.

Em 2010 foi lançada uma nova versão do Sistema do Cadastro Único, a Versão 7, que substituiu a versão anterior, utilizada para o desenvolvimento do IDF. O formulário do CadÚnico também mudou, criando algumas variáveis e passando a captar outras de forma diferente. A partir de então, o IDF foi revisto no sentido de apreender melhor a situação familiar com reformulação e ampliação do número de indicadores e subcomponentes.

Seu novo cálculo já foi adequado a Versão 7 do Sistema do Cadastro Único, conforme descrito na Nota Técnica nº 357 Senarc/MDS, de 21 de novembro de 2013, que apresenta a composição dos indicadores e os procedimentos adotados para a atualização da metodologia. A divulgação do índice é feita a partir da demanda dos municípios.

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Brasil sem Miséria - BSM, instituído em 2011, foi o principal vetor do combate à extrema pobreza no período 2011-2014. O BSM está estruturado em três eixos que são garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. O eixo associado a esse objetivo é o de garantia de renda cujo foco é o alívio imediato da situação de extrema pobreza.

Como consequência, além dos reajustes nos valores dos benefícios em 2011 e 2014, foram criados o Benefício Variável Nutriz - BVN e o Benefício Variável à Gestante – BVG com a finalidade de aumentar a proteção à mãe e ao recém-nascido durante a gestação e os primeiros meses de vida da criança. O BVG consiste no pagamento de nove parcelas consecutivas do benefício variável às gestantes. Sua concessão é realizada, mensalmente, a partir da informação da situação gestacional registrada no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família no Ministério da Saúde, sistema este também utilizado para o acompanhamento das demais condicionalidades da saúde, inclusive do pré-natal, importante para a continuidade da concessão e do pagamento das parcelas. A concessão do BVN é destinada às famílias cujas crianças tenham até de seis meses de idade, identificadas no Cadastro Único até o sexto mês de nascimento, que passam a receber seis parcelas consecutivas a partir do registro das informações cadastrais do recém-nascido. Segundo dados de dezembro de 2014, 262.214 famílias recebem o BVG e 274.456 recebem o BVN. Também foi ampliado de três para cinco o limite máximo de concessão de benefícios variáveis por família.

Em 2012 foi criado o Benefício para Superação da Extrema Pobreza - BSP destinado a assegurar que a renda per capita familiar ultrapasse a linha de extrema pobreza do Programa. Recebem esse benefício as famílias que, mesmo após o recebimento dos benefícios do Bolsa Família, permanecem com renda familiar per capita inferior à linha de extrema pobreza do PBF, que atualmente é de R$ 77,00 por pessoa.

Cabe ressaltar o avanço na quantidade de famílias alcançadas pelo programa, que saltou de 12.778.220 ao final de 2010 para 14.003.441 em dezembro de 2014. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R$ 2.367.019.543 no mês.

Ainda no campo da proteção às famílias beneficiárias do PBF, foi instituído, também em 2011, o “Retorno Garantido”, que visa assegurar às famílias beneficiárias que se desligarem do Programa de forma voluntária o direito de retornarem ao Bolsa Família no prazo de até 36 meses, caso voltem a ter perfil para o Programa.

O conjunto das medidas adotadas no período em questão contribuiu para o fortalecimento do sistema de proteção social brasileiro ao sinalizar um piso de proteção social, em nível nacional, alcançando grupos populacionais em situação de

vulnerabilidade, em especial, crianças e jovens, resultando em políticas públicas que visam à ruptura do ciclo intergeracional da pobreza.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a Articulação do Programa Bolsa Família com outras Políticas Públicas Promotoras de Emancipação**

  Análise Situacional da Meta

  O Plano Brasil Sem Miséria – BSM potencializou diversos programas do governo federal e criou iniciativas inéditas direcionadas aos beneficiários do Programa Bolsa Família. No campo da inclusão produtiva, vale destacar: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego do Plano Brasil Sem Miséria - Pronatec/BSM, as ações de Inclusão no Campo (Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Fomento), o Programa Água para Todos e o Programa Bolsa Verde.

  Ainda no que se refere à articulação com outras políticas promotoras de emancipação, merece destaque a integração do PBF a sete programas estaduais (Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina) e a dois programas municipais (Manaus – AM e Nova Lima – MG) de transferência de renda. No total, esses programas beneficiam 533.446 famílias proporcionando um aumento médio de R$ 77,88 reais nos valores transferidos a essas famílias. O valor médio transferido por esses programas complementares é de R$ 67,69.

- **Aumentar o impacto do Programa Bolsa Família na erradicação e/ou na diminuição da pobreza e da extrema pobreza**

  Análise Situacional da Meta

  Em face de avaliação interna quanto à metodologia de aferição do impacto do Programa Bolsa Família - PBF, optou-se por considerar, para efeito dessa meta, o indicador da taxa de atendimento às famílias pobres, obtido a partir das informações constantes do Censo Demográfico 2010, no que se refere ao total de famílias pobres estimadas, e dos Relatórios Sintéticos da Folha de Pagamento elaborados mensalmente pela Caixa Econômica Federal, para obter o número de famílias beneficiárias do programa.

  Os dados da folha de pagamento referentes ao mês de dezembro de 2014 indicam 14.003.441 famílias beneficiárias do Programa, quantitativo este que supera a estimativa de famílias pobres para o período em questão, estimado em 13.738.415, o que em termos nacionais representa 101,93% de cobertura de atendimento a famílias pobres e extremamente pobres.

  A distribuição de beneficiários do Programa, por região é a seguinte: Nordeste (50,7%), Norte (12%), Centro Oeste (5,4%), Sudeste (24,8%) e Sul (7%). Já a estimativa de pobreza, incluindo a extrema pobreza, por região, segundo dados do IBGE (Censo 2010) é a seguinte: Nordeste (46,34%), Norte (11,52%), Centro Oeste (5,47%), Sudeste (28,75%) e Sul (7,92%). Esses dados denotam o êxito do Programa quanto ao atendimento às famílias pobres e extremamente pobres.

  Deve-se atentar também para a evolução dos valores médios dos benefícios concedidos às famílias integrantes do Programa. Ao final de 2010 o benefício médio era de R$ 92,58 ao passo que ao final de 2014 esse valor é de R$ 169,18. Nesse período o aumento no benefício médio foi de aproximadamente de 83%.

  Avalia-se que o valor da taxa de atendimento às famílias pobres superior a 100% para todo o país, deve-se, em larga medida, à estratégia da Busca Ativa e à instituição do Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP, que contribuiu decisivamente para a política de erradicação da extrema pobreza.

- **Garantir que todas as famílias extremamente pobres já beneficiárias do Programa Bolsa Família tenham renda mínima de R$ 70,00**

  Análise Situacional da Meta

  Para assegurar o cumprimento dessa meta foi criado o Benefício de Superação da Extrema Pobreza - BSP, que foi implementado em três fases: a primeira, que começou no mês de Junho de 2012, para famílias com crianças de até 6 anos; a segunda, em novembro de 2012, quando o BSP passou a atender a famílias com crianças e adolescentes de até 15 anos; e uma terceira, em março de 2013, com a ampliação de sua cobertura para todas as famílias que permaneciam

em situação de extrema pobreza mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF.

Em sua primeira fase, logo no primeiro mês, o BSP foi concedido a 1.974.482 famílias, com destinação de R$ 166,5 milhões. Após a primeira expansão, o BSP passou a atender 2.178.894 famílias com R$ 187,8 milhões transferidos. A partir de março de 2013 o BSP passou a considerar todos os membros da unidade familiar para o cálculo do benefício e foi concedido a 4.793.706 famílias, com transferências de R$ 400,2 milhões, de acordo com informações da folha de março de 2013, sinalizando a última expansão expressiva do benefício, em torno de 29% quando comparada à folha de pagamentos de fevereiro de 2013. Em dezembro de 2014 o BSP alcançou o patamar de 5.289.052 famílias beneficiárias e de R$ 471.959.146,00 reais transferidos. As famílias que recebem o BSP têm um acréscimo médio de R$ 89,23 nos valores recebidos do PBF. Pode-se afirmar, portanto, que o BSP elevou 5.289.052 famílias para um patamar superior ao da extrema pobreza.

Em junho de 2014, a linha de extrema pobreza passou de R$ 70 para R$ 77 mensais per capita.

- **Incluir 800 mil famílias em extrema pobreza no Bolsa Família**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Bolsa Família acumulou, desde junho de 2011 até dezembro de 2014, a concessão de benefícios a 1.377.429 famílias em extrema pobreza, habilitadas e selecionadas de acordo com os requisitos para o ingresso. O número indica que, em face da segurança quanto à disponibilidade dos recursos orçamentários previstos para o Programa e aos mecanismos internos de acompanhamento da evolução de concessão de benefícios, foi possível assegurar o fluxo de concessão de benefícios às famílias em situação de extrema pobreza, com destaque para as ações de cadastramento por intermédio da Busca Ativa no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, que busca articulação com outros órgãos e entidades para identificar e cadastrar famílias em situação de vulnerabilidade social.

  Tal fato contribui, decisivamente, para o alcance dos objetivos do Programa, de proporcionar melhores condições socioeconômicas ao segmento mais vulnerável, isto é, das famílias com renda per capita inferior a R$ 77,00.

  Quantidade alcançada

  1.377.429

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Transferir renda para 13,8 milhões de famílias em condições de pobreza e de extrema pobreza, utilizando o Busca Ativa para localização e cadastramento de famílias que atender aos critérios de elegibilidade**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de dezembro de 2014, 14.003.441 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R$ 169,03. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R$ 2.367.019.543 no mês. Percebe-se, portanto, que a meta estabelecida foi ultrapassada (101,47%). É digno de nota, que a meta foi alcançada ainda em 2012, quando foi alcançado o patamar de 13.902.955 famílias beneficiárias, e mantida ao longo de 2013 e 2014.

  Quantidade alcançada

  14.003.441

  Data de Referência

  31/12/2014

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Contaminação de alface por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	19,8	31/12/2012	45
Contaminação de cenoura por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	30,39	31/12/2012	33
Contaminação de mamão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	17,31	31/12/2011	20
Contaminação de morango por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	36,05	31/12/2012	59
Contaminação de pimentão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	64,36	31/12/2011	90
Contaminação de tomate por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	18,27	31/12/2012	16
Contaminação de uva por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido)	%	31/12/2008	32,67	31/12/2012	29
Disponibilidade interna de arroz para consumo humano	tonelada	31/12/2009	12.118.300	31/12/2014	12.000.000
Disponibilidade interna de carne bovina para consumo humano	tonelada	31/12/2009	6.810.070	31/12/2012	7.127.400
Disponibilidade interna de feijão para consumo humano	tonelada	31/12/2009	3.500.000	31/12/2014	3.350.000
Disponibilidade interna de frango para consumo humano	tonelada	31/12/2009	7.386.700	31/12/2012	8.727.500
Disponibilidade interna de milho para consumo humano	tonelada	31/12/2009	45.414.010	31/12/2014	53.905.000
Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal dos domicílios particulares permanentes, com rendimento	índice numérico	31/12/2009	0,509	30/09/2013	0,497
Monitoramento do teor de iodo no sal	%	31/12/2009	95,9	31/12/2013	93

Percentual de adolescentes com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	19,4	-	-
Percentual de adolescentes com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	21,5	-	-
Percentual de adultos com excesso de peso (feminino)	%	31/12/2009	48	-	-
Percentual de adultos com excesso de peso (masculino)	%	31/12/2009	50,1	-	-
Percentual de adultos com obesidade (feminino)	%	31/12/2009	16,9	-	-
Percentual de adultos com obesidade (masculino)	%	31/12/2009	12,5	-	-
Percentual de carboidratos no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	59,2	-	-
Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave	%		17,48	30/09/2009	17,48
Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade	%	31/12/2006	1,8	-	-
Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade	%	31/12/2006	6,7	-	-
Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade	%	31/12/2006	7,2	-	-
Percentual de domicílios com insegurança alimentar grave	%	31/12/2009	5	30/09/2013	3,2
Percentual de domicílios com insegurança alimentar leve	%	31/12/2009	18,7	30/09/2013	14,8
Percentual de domicílios com insegurança alimentar moderada	%	31/12/2009	6,5	30/09/2013	4,6
Percentual de domicílios com segurança alimentar	%	31/12/2009	69,8	30/09/2013	77,4
Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	2	-	-
Percentual de gastos das famílias com alimentação total	%	31/12/2009	19,8	-	-
Percentual de lipídios no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	28,7	-	-
Percentual de moradores de cor preta ou parda em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave	%		18,61	30/09/2013	12,1
Percentual de moradores em domicílios com rendimento mensal per capita de até 1/4 do salário mínimo e com insegurança alimentar moderada ou grave	%		41,62	30/09/2013	29,1
Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	12,1	-	-
Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar	%	31/12/2009	0,8	-	-
Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos	%	31/12/2006	17,4	-	-

Renda domiciliar média per capita (total da renda do domicílio dividido pelo número de moradores)	R$	31/12/2009	631,27	30/09/2013	938,1004
Taxa de adesão das unidades da federação ao SISAN	%	30/06/2011	0	31/07/2014	100
Taxa de adesão dos municípios ao SISAN	%	30/06/2011	0	31/12/2014	1,6
Taxa de Fóruns Bipartites instituídos e em funcionamento	%	30/06/2011	0	31/12/2012	0
Taxa de mortalidade infantil (número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos)	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2011	15,3
Taxa de municípios com Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0	31/12/2012	17,7
Taxa de unidades da federação com Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional instituído e em implementação	%	30/06/2011	0	31/12/2014	29,6

Observações:

Contaminação de cenoura por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido) - Sem apuração no período.

Contaminação de mamão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido) - Sem apuração no período.

Contaminação de morango por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido) - Sem apuração no período.

Contaminação de pimentão por agrotóxicos - percentual de amostras irregulares (culturas que apresentam valores acima do limite máximo de resíduos permitido) - Sem apuração no período.

Percentual de adolescentes com excesso de peso (feminino) - Sem atualização de dados no período.

Percentual de adolescentes com excesso de peso (masculino) - Sem atualização de dados no período.

Percentual de adultos com excesso de peso (feminino) - Sem atualização de dados no período.

Percentual de adultos com excesso de peso (masculino) - Sem atualização de dados no período.

Percentual de adultos com obesidade (feminino) - Sem atualização de dados no período.

Percentual de adultos com obesidade (masculino) - Sem atualização de dados no período.

Percentual de carboidratos no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados no período.

Percentual de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave - Sem atualização de dados no período.

Percentual de crianças menores de 5 anos com baixo peso para idade - Sem atualização de dados no período.

Percentual de crianças menores de 5 anos com déficit estatural para idade - Sem atualização de dados no período.

Percentual de crianças menores de 5 anos com excesso de peso para idade - Sem atualização de dados no período.

Percentual de frutas no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados no período.

Percentual de gastos das famílias com alimentação total - Sem atualização de dados no período.

Percentual de lipídios no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados no período.

Percentual de proteínas no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados no período.

Percentual de verduras e legumes no total de calorias na alimentação domiciliar - Sem atualização de dados no período.

Prevalência da hipovitaminose A em crianças menores de 5 anos - Sem atualização de dados no período.

Taxa de adesão dos municípios ao SISAN - Até o momento houve adesão de 89 municípios ao Sisan. A meta do PPA é a adesão de 3339 Municípios ao SISAN até 2015. Há no Brasil atualmente 5.570 municípios.

Taxa de Fóruns Bipartites instituídos e em funcionamento - Sem atualização de dados.

OBJETIVO: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à

Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Os compromissos assumidos pelo Governo Federal desde 2003, ao objetivar o combate à fome e à miséria no País, trilharam a construção da agenda da segurança alimentar e nutricional enquanto uma política pública de Estado. Com a Lei 11.346/2006, intitulada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, foi instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), a partir de um amplo processo intersetorial e participativo. Em 2010, com o Decreto 7.272, foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e regulamentado outros aspectos do Sisan, particularmente os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de SAN e do processo de adesão dos estados e municípios ao Sistema.

O Sisan reúne diversos setores de governo e da sociedade civil com o propósito de promover, em todo o Território Nacional, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Este sistema promove a formulação e articulação de políticas de segurança alimentar e nutricional em âmbito nacional, estadual e municipal, bem como o monitoramento e a avaliação das mudanças relacionadas à situação de alimentar e nutricional da população brasileira.

Em nível nacional, o sistema é composto por uma Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan Nacional (presidida pela Ministra do MDS e e secretariada pela SESAN) e pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea Nacional, órgão de assessoramento da Presidência da República. O Sisan está cada vez mais forte. As suas instâncias funcionam plenamente na esfera federal (Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - Caisan, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea e a Conferência) e há uma importante interação entre a Caisan e o Consea Nacional.

Ao longo dos últimos anos, o foco de atuação da Secretaria Executiva da Caisan Nacional, exercida pela SESAN/MDS é fortalecer o Sisan em nível federativo, numa parceria com os estados e municípios, e articular, monitorar e coordenar a Política e o Plano Nacional de SAN, garantindo a intersetorialidade entre 20 ministérios para esta agenda. Nos últimos anos, tivemos resultados concretos.

No que se refere à ação intersetorial, alguns resultados podem ser ressaltados como a elaboração, monitoramento e revisão do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a partir das diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e a organização das bases de dados e ferramentas informacionais com indicadores de medição da situação de segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Algumas ações podem ser destacadas:

•Criação das ferramentas informacionais: (i) DATASAN - tem indicadores provenientes de diversas bases de dados (IBGE, CONAB, Ministérios da Saúde, etc), organizados a partir das dimensões da SAN, consolidando um Sistema de Monitoramento da SAN no Brasil; (ii) Relatório de Informações da SAN: composto por indicadores de SAN desagregados até o nível municipal; (iii) Sistema de Monitoramento da Execução do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISPLANSAN; (iv) Realização das reuniões da Caisan Nacional e a instalação de 11 Comitês Técnicos, com os seguintes temas:

oCT1 - Elaborar Proposta Balanço da Implementação das Proposições da III Conferência Nacional de SegurançaAlimentar e Nutricional;

oCT2- Elaborar proposta de Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

oCT3 - Preparar documento com recomendações ao Pleno Ministerial acerca do processo de elaboração do PrimeiroPlano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

oCT4 - Coordenação do processo de elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

oCT5 - Apresentar ao Projeto de Lei do Senado n° 51/2008, que institui a Política Nacional de Abastecimento;

oCT6 - Elaborar o Plano Intersetorial para Prevenção e Controle da Obesidade;

oCT7 - Definir critérios e processo para a escolha e preparação de delegados do Governo Federal para participação na IV Conferência de SAN;

oCT8 - Debater e a articular Governo e Sociedade Civil para consolidar a posição do Governo Brasileiro sobre o Marco Estratégico Global de Segurança Alimentar e Nutricional do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA/FAO);
oCT 9 - Monitorar e avaliar a implementação dos objetivos e metas pactuados no I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PLANSAN 2012/2015;
oCT 10 - Qualificar e subsidiar a atuação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN em torno da temática de povos e comunidades tradicionais;
oCT 11 – Apoiar a articulação federativa para implementação da "Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade:
Quanto ao componente federativo do SISAN, conquistamos a adesão de todos os estados e Distrito Federal, com a publicação de 8 planos estaduais de SAN (DF, MG, CE, PE, PR, MA, RS e SC). Até o momento, temos 89 municípios com adesão ao Sisan.
Ressalta-se que o processo de adesão ao Sisan é um processo técnico e político que envolve a criação e instalação de seus componentes, conforme estabelecido no Decreto 7.272/2010. Implica na criação de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, de Câmara Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, e também no compromisso de elaboração dos Planos locais de SAN. Ou seja, é um processo que requer tempo para a mobilização política e atuação do legislativo em nível local.
Destaca-se a realização do Mapeamento de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN 2014), com a adesão de 23 UFs e 1.628 municípios, que teve como objetivo coletar, no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, informações sobre a gestão da Política Nacional de SAN e dos componentes do Sisan, incluindo as ações e equipamentos públicos de SAN. Outras ações desenvolvidas merecem destaque:
•Apoio financeiro aos estados, por meio de convênios, para a estruturação dos componentes estaduais do Sistema (Caisans e Conseas Estaduais) a elaboração dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional, e a mobilização dos municípios, para que façam a adesão ao Sisan;
•Realização de eventos, seminários e reuniões técnicas com atores sociais, gestores e conselheiros estaduais e municipais de SAN para mobilizar, capacitar e debater as estratégias e ações a serem tomadas no processo de fortalecimento do Sisan e na mobilização para adesão aos municípios;
•Realização de visitas in loco em todos os estados, com o objetivo de apoiar a organização e funcionamento dos componentes do Sisan, além de reuniões bimestrais com as Caisans estaduais, em Brasília;
•Organização de uma rede de parceiros, com a seleção de universidades públicas que apoiarão os estados nos seus processos de capacitação, mobilização e elaboração dos planos estaduais de SAN;
•Definição das atribuições federativas ao Sisan e criação do Fórum Tripartite para organizar o Pacto Nacional pelo DHAA, ambos ainda em fase de discussão para posterior publicação; e
•Estruturação de um plano de comunicação com a organização de boletins semanais e do site institucional da Caisan Nacional.
Ainda, ressalta-se o fortalecimento dos mecanismos de participação social, com destaque para a realização da 4ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) em 2011 e a realização da 4ª + 2 CNSAN em 2014 para monitorar a realização de suas deliberações.

Metas 2012-2015

- **Adesão de 3339 Municípios ao SISAN**

  Análise Situacional da Meta

  Os requisitos de adesão municipal ao SISAN são os mesmos preconizados aos estados. Ou seja, é necessária a criação e instalação de seus componentes: conselhos de SAN, presididos pela sociedade civil, câmaras intersetoriais e o compromisso com a elaboração de um plano local de SAN.

  É um processo técnico e político que envolve a mobilização, sensibilização e capacitação da sociedade civil, gestores públicos e o legislativo.

O processo de mobilização e organização para a adesão dos municípios iniciou-se em 2013. Junto com as Caisans Estaduais, foi estabelecido um novo fluxo de adesão municipal que coloca os estados com um papel mais proativo no processo. Além da mobilização, os estados devem orientar, analisar e formalizar a adesão de seus municípios, enquanto que a Caisan Nacional ficará com a responsabilidade de referendar a adesão, por meio de uma resolução.

Com os convênios estaduais, alguns estados iniciaram os seus processos licitatórios para realização das oficinas de capacitação e mobilização dos municípios, que iniciaram no ano de 2014, e também acontecerão nos anos de 2015 e 2016, conforme os planos de cada estado. Ainda, foram firmadas parcerias com universidades públicas para apoiar os estados neste processo de capacitação e mobilização de atores sociais para o tema de SAN e DHAA.

Nos anos de 2012 e 2013, foram realizadas 5 oficinas em todas as regiões (Florianópolis, Brasília, Belém, Belo Horizonte e Fortaleza) para mobilizar e capacitar atores sociais de todos os Estados (Caisans e Conseas Estaduais). E em 2014, as oficinas regionais tiveram como um de seus objetivos a mobilização dos municípios ao Sisan (Maceió, Manaus, Florianópolis, Vitória e Campo Grande), envolvendo também a participação de gestores e representantes da sociedade civil dos municípios.

Até o momento, foram publicadas 3 Resoluções de adesão municipal ao Sisan em atos de adesão coletiva. São elas: Resolução Caisan n.º 1/2013 – 12 municípios, assinada no Seminário do Sisan nos grandes municípios; Resolução Caisan n.º 4/2014 – 22 municípios, assinada na 4ª Conferencia +2; e a Resolução Caisan n.º 8/2014 – 55 municípios, assinada no Seminário Nacional do Sisan. Ao todo, estamos com 89 municípios com adesão formalizada ao Sisan.

Quantidade alcançada

89

Data de Referência

08/01/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	279	unidade	2	08/01/2015
Região Nordeste	1.078	unidade	56	08/01/2015
Região Norte	269	unidade	5	08/01/2015
Região Sudeste	1.000	unidade	10	08/01/2015
Região Sul	713	unidade	16	08/01/2015

- **Adesão de todos os estados e do Distrito Federal ao SISAN**

Análise Situacional da Meta

A adesão dos estados, Distrito Federal e municípios ao Sisan é um processo técnico e político que envolve a sensibilização e mobilização da sociedade civil e gestores públicos, a criação e instalação de seus componentes, conforme estabelecido no Decreto 7.272/2010. Implica na criação dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas Estaduais/Municipais), as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisans Estaduais/Municipais), e também no compromisso de elaboração dos Planos locais de SAN. Ou seja, é um processo que requer mobilização política no nível local.

Além disso, o processo de funcionamento das caisans e conseas estaduais está muito relacionado a prioridade política que o tema da SAN tem no Estado. Até 2012, 23 estados e o Distrito Federal haviam aderido ao Sisan. Entre o final de 2013 e início de 2014, os estados de Goiás, São Paulo e Mato Grosso formalizaram a adesão ao SISAN, completando a adesão de todos estados e o Distrito Federal ao Sistema. Em 2014, tivemos 8 estados com Planos de SAN publicados. São eles: MG, CE, PE, PR, SC, MA, RS e DF. Ainda, foi realizado o 1º Mapeamento de SAN com o objetivo de obter um retrato de como estão sendo desenvolvidas as ações, políticas e os programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil. Das 27 UFs com adesão ao Sisan, 23 responderam ao mapeamento, apontando o funcionamento das suas Caisans e Conseas.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	7	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2014

- **Implementação do SISAN nos estados, Distrito Federal e municípios através da (i) instituição dos Fóruns de Pactuação, (ii) elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional e (iii) apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional**

Análise Situacional da Meta

Nos anos de 2012 e 2013, a Caisan Nacional centrou os seus esforços para a implementação do Sisan nos estados, a partir da mobilização dos entes para a adesão ao Sisan, a capacitação dos atores sociais e gestores e o apoio técnico, político e financeiro para a estruturação dos componentes estaduais (Conseas, Caisans e Planos estaduais de SAN), com o objetivo de fortalecer o papel de formulador, articulador e de monitoramento das ações de segurança alimentar e nutricional e da participação e controle social.

Em 2012, adesão alcançava 23 estados e o Distrito Federal. Entre 2012-2014, aderiram os estados de SP, MT e GO, completando a adesão dos estados e Distrito Federal no nível nacional. Por meio de editais de justificativa (edital de justificativa 10/2012, 01/2013) foram formalizados 26 convênios com estados (AC, AL, AM, AP, BA, CE, ES, GO, MA, MS, PA, PB, PR, PE, PI, RJ, RN, RS, SC, SE, TO) e o DF com total de recursos financeiros empenhados na ordem de 7 milhões de reais. Em 2013-2014, foram formalizados novos convênios com os estados de RJ, AM, GO, MG, MT, RR e SP perfazendo um montante de R$ 2,622 milhões. As metas dos convênios visam apoiar a elaboração ou revisão dos Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional; o fortalecimento dos componentes do Sistema (Conseas e Caisans estaduais); e a mobilização, através dos estados, para que os municípios façam a sua adesão ao SISAN. Até o momento, 8 estados publicaram seus planos estaduais de SAN (MG, CE, PE, SC, RS, DF, PR e MA) e outros estão em processo de elaboração.

Além do apoio financeiro aos estados, uma série de iniciativas foi organizada para mobilizar, capacitar e fortalecer o Sisan em nível nacional ao longo dos últimos 3 anos. São elas:

•Foi aprovada pelo pleno executivo da Caisan Nacional a proposta de Resolução do fórum tripartite, restando ainda alguns estudos preliminares para sua publicação;

•Em 2013 e 2014, foram realizadas 9 reuniões com as Caisans Estaduais e visitas estaduais voltadas a fortalecer a interlocução federativa do Sisan, avançar no processo de implantação do Sisan e elaboração dos planos estaduais e municipais. Um dos resultados deste processo foi a pactuação de um manual contendo as atribuições federativas na implantação do Sisan, cuja publicação está programada para 2015;

•Ao longo dos últimos 3 anos uma série de eventos de mobilização e de capacitação foram realizados: 6 oficinas regionais, em 2012/2013 (Brasília, Belém, Curitiba, Recife, Fortaleza e Belo Horizonte); 5 oficinas regionais, em 2014 (Maceió, Manaus, Florianópolis, Vitória e Campo Grande), estas com a participação de municípios. Ainda, realizou-se o Seminário Nacional com as grandes cidades em 2013 e um Seminário sobre o Sisan, em parceria com o Consea Nacional, em 2014; Formou-se uma rede de parceiros ao Sisan com universidades públicas para apoiar os estados no processo de mobilização e capacitação de atores sociais e ainda na elaboração dos seus Planos de SAN. As parcerias firmadas em 2014 foram a Universidade Federal de Tocantins, Universidade de Brasília, Universidade de Santa Catarina, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual de São Paulo e Universidade Estadual do Amazonas. O valor alocado para esta ação, no ano de 2014, foi R$ 2.696.103,33;

•Em 2014, foi estruturado o I Mapeamento de SAN nos estados e municípios, com a participação de 23 estados e 1628 municípios. O mapeamento teve como propósito fortalecer o processo de implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) pelo país, e obter um retrato de como estão sendo desenvolvidas as ações, políticas e os programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil; e

•Foi estruturado um plano de comunicação da Caisan Nacional. São produzidos boletins semanais e o portal da Caisan Nacional está em elaboração.

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

1) A Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional compreende os Restaurantes Populares, as Cozinhas Comunitárias, os Bancos de Alimentos e as Centrais de Recebimento e de Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar.

2) Os Restaurantes Populares e Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional que garantem o acesso a alimentos adequados e saudáveis da população e, principalmente, de indivíduos em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. Tratam-se de estruturas físicas e espaços públicos destinados à produção e à oferta de refeições, constituindo-se como serviço de alimentação e de proteção social.

3) Os Bancos de Alimentos e as Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar se caracterizam como unidades estratégicas de abastecimento e combate ao desperdício e à perda de alimentos provenientes da cadeia agroalimentar urbana e metropolitana. Auxiliam na distribuição dos gêneros alimentícios do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, além de se caracterizarem como importante espaço de articulação com outros programas envolvidos na garantia da segurança alimentar e nutricional, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE direcionando sua ação à doação de gêneros alimentícios às entidades da rede socioassistencial e a outros equipamentos públicos, como escolas, creches, hospitais, sistemas prisionais, cozinhas comunitárias e restaurantes populares.

4) Atualmente existem em funcionamento no país 78 Bancos de Alimentos, 99 Restaurantes Populares e 158 Cozinhas Comunitárias e encontra-se em modernização aproximadamente 1.500 unidades de Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar.

5) Somente em 2014, foram investidos R$ 64 milhões para a Modernização das Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar, beneficiando 389 municípios com a aquisição de equipamentos e veículos para o transporte adequado de alimentos.

6) Destacam-se ainda, as ações em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) para o apoio à Modernização das Cozinhas nas Creches - Ação Brasil Carinhoso, que visa o desenvolvimento de ações direcionadas à instalação e modernização de cozinhas em creches públicas conveniadas em âmbito rural e urbano, a fim de promover a oferta de alimentação adequada e saudável. Desde 2012, foram investidos aproximadamente 107 milhões em 776 municípios, beneficiando aproximadamente 9.701 creches. Ressalta-se também o Programa Forças nos Esportes, parceria entre Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Defesa direcionada para o fornecimento de refeições a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e econômica, participantes do Programa. Foram investidos, nos últimos 5 anos, aproximadamente R$ 30 milhões, com atendimento a 57 mil crianças em todo Brasil.

7) Entre 2012 e 2014, foram atendidos 1.577 municípios com equipamentos de segurança alimentar e nutricional. Como existiam 589 municípios atendidos com esse tipo de equipamento antes de 2012, houve uma ampliação de 988 municípios com equipamentos até 2014.

Atualmente, a distribuição regional é a seguinte:

•360 municípios na Região Sul (aumento de 71,42% em relação aos 210 municípios de 2011);

•267 na Região Sudeste (aumento de 94,89% em relação aos 137 municípios de 2011);

•170 na Região Norte (aumento de 385,71% em relação aos 35 municípios de 2011);

•714 na Região Nordeste (aumento de 285,94% em relação aos 185 municípios de 2011) e;

•66 na Região Centro-Oeste (aumento de 200% em relação aos 22 municípios de 2011).

8) Além dos editais de seleção para modernização e instalação de equipamentos, compõem a meta os municípios atendidos por meio do Termo de Cooperação com o FNDE (atendimento de creches) e pelo Termo de Execução Descentralizada com o Ministério da Defesa (programa forças no esporte), sendo que os municípios que se repetem não são considerados no indicador final.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação dos equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos nos territórios de referência dos equipamentos sociais de assistência social, educação, saúde e outros, de forma a garantir o atendimento integral das pessoas**

Análise Situacional da Meta

De acordo com a posição de dezembro de 2014, 1.577 municípios foram atendidos com equipamentos de segurança alimentar e nutricional. Como existiam 589 municípios atendidos com esse tipo de equipamento antes de 2012, houve uma ampliação de 988 municípios com equipamentos no período 2012/2014.
Atualmente, a distribuição regional é a seguinte:

•360 municípios na Região Sul (aumento de 71,42% em relação aos 210 municípios de 2011);
•267 na Região Sudeste (aumento de 94,89% em relação aos 137 municípios de 2011);
•170 na Região Norte (aumento de 385,71% em relação aos 35 municípios de 2011);
•714 na Região Nordeste (aumento de 285,94% em relação aos 185 municípios de 2011) e;
•66 na Região Centro-Oeste (aumento de 200% em relação aos 22 municípios de 2011).

Além dos editais de seleção para modernização e instalação de equipamentos, compõem a meta os municípios atendidos por meio de Termo de Cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar - FNDE (atendimento de creches) e com o Ministério da Defesa (Programa Forças no Esporte), sendo que os municípios que se repetem não são considerados no indicador final.

Quantidade alcançada

988

Data de Referência

09/01/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	40	%	200	09/01/2015
Região Nordeste	30	%	285,94	09/01/2015
Região Norte	40	%	385,71	09/01/2015
Região Sudeste	20	%	94,89	09/01/2015
Região Sul	10	%	71,42	09/01/2015

- **Elaboração de estratégias e planos de gestão descentralizada e de integração de ações de segurança alimentar**

Análise Situacional da Meta

Em relação à meta “Elaboração de estratégias e planos de gestão descentralizada e de integração de ações de segurança alimentar”, destacamos que as ações para o alcance desta foram descontinuadas. Isso porque a SESAN tem como objetivo, em seu planejamento estratégico, a definição de uma estratégia de qualificação dos equipamentos públicos de SAN, tendo como premissa básica a integração das ações, não se constituindo como meta, mas como ponto de partida no desenvolvimento das ações. A gestão descentralizada das ações de Segurança Alimentar e Nutricional é inerente ao SISAN não havendo razão para planos de gestão descentralizados, uma vez que os entes subnacionais estão sujeitos à Política Nacional e cada ente subnacional deve possuir o seu próprio Plano de SAN.

- **Implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana**

Análise Situacional da Meta

Sobre a meta “Implantação da Política Nacional de Agricultura Urbana” informa-se que no ano de 2012 foram

apoiados 23 projetos de Agricultura Urbana com valor de repasse de R$ 7.673.611,46.

Atualmente encontra-se em discussão proposta para elaboração de documento de referência com diretrizes para o desenvolvimento de ações de agricultura urbana e periurbana no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Desta forma, os recursos orçamentários foram destinados às ações de modernização das Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar.

OBJETIVO: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Refletindo o esforço integrado e intersetorial do governo visando o alcance progressivo do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), buscou-se um modelo integrativo de gestão governamental intersetorial que possibilita a complementaridade das ações e a superação das fragmentações setoriais existentes. Houve avanços na institucionalização e normatização do tema da Educação Alimentar e Nutricional - EAN, o que reflete o esforço intersetorial descrito acima. Fatores que dificultaram a realização deste Objetivo referem-se a dificuldades burocráticas e aos poucos modelos e instrumentos de articulação e gestão intersetoriais, que ainda são um desafio.

Como desdobramento do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas, publicado em novembro de 2012, foram elaborados e produzidos, de maneira contínua e permanente, diversos materiais educativos para apoiar ações locais em EAN:

•Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional para os serviços socioassitenciais, em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), os quais contextualizam os princípios das ações de EAN estabelecidos pelo Marco de Referência no setor. 4.150 exemplares foram distribuídos para as secretarias municipais e estaduais de assistência social. No primeiro semestre de 2015, será ofertado o curso a distância de autoaprendizagem para apoiar a implementação destes Cadernos, o qual está sendo revisado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS);

•Manual de Qualificação para oferta de alimentação adequada e saudável destinado as entidades da rede socioassistencial com o objetivo de contribuir para oferta de alimentação adequada e saudável às pessoas atendidas pelo PAA. Já está disponível na rede virtual Ideias na Mesa, o curso de autoaprendizagem (30h) que tem objetivo apoiar a implementação do Manual;

Como desdobramento do Marco, ainda em 2012, foi lançada a rede Ideias na Mesa. Em 2014, investiu-se na ampliação desta rede, alcançou-se um aumento de 50% no número de experiências e 165% no número de usuários. Dentre os principais produtos da rede Ideias na Mesa, destacam-se: Lançamento de dois cursos a distância de autoaprendizagem sendo um voltado aos profissionais que atuam no Programa Bolsa Família e outro aos profissionais das entidades que recebem doação do programa de Aquisição de Alimentos; publicação da 3ª e 4ª edição da revista Ideia na Mesa (Temas: Orgânicos para todos e Comer como ato político) e publicação do livro colaborativo, Mais que Receitas.

Considerando as metas do Plano Plurianual (2012-2015) e a agenda pública de EAN, estabelecida pelo marco de referência de EAN para as políticas públicas, destaca-se o desenvolvimento de ações estratégicas de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias do Programa Bolsa Família, dentre estas ações está a oferta de curso a distância destinado para 646 profissionais que atuam no Programa Bolsa Família (PBF), em nível estadual e municipal, nas redes de assistência social, saúde e educação, com o objetivo de qualificar a oferta de serviços públicos aos beneficiários do Programa Bolsa Família e estimular o trabalho entre estes profissionais, e ainda, o fortalecimento das atividades de

pesquisa e, principalmente, as atividades que vinculam a pesquisa com a extensão ou com a busca por metodologias educativas mais eficientes. Com isso, em 2013 foi formalizada parceria com CNPq, objetivando fomentar projetos de desenvolvimento e inovação científica em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar programas e projetos na área de Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito das políticas apoiadas pelo Governo Federal. Em 2014 foram apoiados 32 projetos com duração de 24 meses. A implementação dos projetos iniciou no primeiro semestre de 2014.

Cabe destacar ainda a formalização de parcerias para:

•O desenvolvimento de estratégias educativas e de mobilização para promoção de práticas alimentares adequadas e sustentáveis entre o público jovem, à luz do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Destacam-se alguns dos produtos da parceria: 5.000 folders, 11 vídeos, 1 aplicativo, 1 jogo interativo, 20 vinhetas de rádio, desenvolvimento 1 website, 21 oficinas de mobilização com jovens, 1 mostra de experiências de jovens.

•A formação de profissionais da área de alimentação e Nutrição para atuar em agendas intersetoriais, tais como: implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), fomento ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – compras institucionais, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa Saúde na Escola (PSE) e implementação de ações de educação alimentar e nutricional de acordo com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Destacam-se alguns dos produtos da parceria: 01 oficina nacional (Brasília), 14 oficinas regionais, totalizando 1.400 profissionais, 100.000 folders e 22.300 manuais destinados a profissionais inscritos no Sistema CFN/CRNs, 22.300 folders e 22.300 manuais destinados a gestores das Secretarias de Agricultura, Saúde, Educação e Desenvolvimento Social de estados/municípios.

Visando incentivar o consumo de alimentos orgânicos e sustentáveis, foi realizada a campanha Brasil Orgânico Sustentável. Durante a Copa do mundo de 2014 foram distribuídos 20 mil kits-lanche com alimentos orgânicos e sustentáveis aos voluntários do programa Brasil Voluntário, do Ministério do Esporte. Nessa ação, foram envolvidas nove cooperativas localizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás, Acre e Pernambuco que beneficiaram juntas 7.831 famílias. Os produtos foram adquiridos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra Institucional. A outra ação da Campanha foram os chamados Quiosques Brasil Orgânico e Sustentável, os quais foram montados em 10 cidades sede e aproximadamente 60 empreendimentos da agricultura familiar realizaram venda direta de seus produtos durante sete dias de funcionamento. Empreendimentos da região norte do país tiveram a oportunidade de divulgar seus produtos na região sul do país e produtos das regiões nordeste, centro- oeste e sul transitaram por várias regiões do país. Os empreendimentos participantes beneficiaram, ao todo, 17.075 famílias.

Por fim, uma importante ação que continua sendo conduzida pelo MDS refere-se à Estratégia de Prevenção e Controle da Obesidade: recomendações para estados e municípios. O processo de elaboração e discussão da Estratégia aconteceu num espaço de articulação intersetorial, no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional Nacional – CAISAN Nacional, por meio da instituição do Comitê Técnico 6, com o apoio da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)/Organização Mundial de Saúde (OMS) no Brasil e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A versão digital está disponível para acesso no site da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN (http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/educacao-alimentar-e-nutricional/estrategia-intersetorial-de-prevencao-e-controle-da-obesidade).

Metas 2012-2015

- **Criar os serviços de pesquisa e extensão em Educação Alimentar e Nutricional para subsidiar os setores governamentais no aprimoramento e integração das ações em nível local**

  Análise Situacional da Meta

  Foram apoiados, a partir de uma parceria com o Conselho Nacional de Pesquisa Científico e Tecnológico (CNPq), 32 projetos com duração de 24 meses, para a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e inovação em Educação Alimentar e Nutricional. Enviaram propostas 144 (cento e quarenta e quatro) instituições de 23 Unidades da Federação. Esta iniciativa é destinada ao apoio de programas e projetos na área de segurança alimentar e nutricional

que consideram a indissociabilidade entre a produção, abastecimento e consumo biológico e simbólico-cultural de alimentos para a promoção de alimentação adequada e saudável.

- **Criar protocolo de ações de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias beneficiárias dos Programas Socioassistenciais, integrando as redes e equipamentos públicos e instituições que compõem o SISAN**

Análise Situacional da Meta

Desde 14 de julho de 2014, 646 profissionais, organizados em equipes formadas por 3 profissionais, por município, envolvidos direta ou indiretamente com o Programa Bolsa Família, estão realizando o curso a distância "Educação Alimentar e Nutricional no contexto do Programa Bolsa Família", de 188 horas.

Fruto de parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o curso tem por objetivo potencializar a oferta de serviços públicos qualificados aos beneficiários do Programa Bolsa Família, por meio do fomento a intersetorialidade, principalmente no que se refere ao Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

Para o desenvolvimento deste projeto foi formalizado um Termo de Cooperação com a Fiocruz que envolve três etapas de execução: 1) desenvolvimento do projeto político-pedagógico; 2) logística e execução técnico-operacional; e 3) avaliação do curso. Esta parceria foi formalizada em dezembro de 2011 e encontra-se na fase de execução técnico-operacional.

No primeiro semestre de 2014 houve prorrogação do edital de seleção de profissionais e realizaram-se ações de mobilização dos profissionais selecionados, incluindo aula inaugural, realizada em julho, mês em que iniciaram as atividades do curso. O monitoramento do curso ocorreu no segundo semestre de 2014 por meio de reuniões presenciais e a distância e envio de relatórios. No primeiro semestre de 2015 serão ofertadas mais 700 vagas com recurso repassado a FIOCRUZ ainda em 2013, envolvendo somente a ampliação de prazo da cooperação.

- **Incluir ações de Educação Alimentar e Nutricional nos planos político pedagógicos das escolas**

Análise Situacional da Meta

O FNDE está empenhado na inclusão da Educação Alimentar e Nutricional nos planos políticos e pedagógicos das escolas. Dentre as ações desenvolvidas, temos a criação da Coordenação de Educação e Controle Social, desde julho/2012, que realiza as atividades de EAN, com trabalhos interministeriais e intersetoriais, juntamente com o MEC, MS, MDS e outros parceiros. Essa Coordenação participou ativamente na elaboração do Marco de Referência de EAN para as políticas públicas e na Comissão Permanente do CONSEA de Educação, Nutrição e Consumo. Foram realizadas oficinas para divulgação da importância da EAN com nutricionistas, gestores e profissionais da área. Os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar – CECANEs, constituídos por meio de uma parceria entre o FNDE e os IFES, realizaram o fomento do Projeto Horta Escolar e a formação de conselheiros, agentes do PNAE e comunidade escolar, consolidando o tema de EAN. Hoje, o Projeto Horta Escolar já abrange aproximadamente 179 municípios. O trabalho do FNDE inicialmente foi desenvolvido no sentido de convencer os atores do PNAE da importância da educação alimentar e nutricional, como um estímulo para inclusão nos planos políticos pedagógicos das escolas.

- **Inserir a promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social**

Análise Situacional da Meta

Está em fase final a elaboração o processo de Educação a Distância (EAD) sobre EAN para atender a 2.000 profissionais que atuam localmente com o Programa Bolsa Família (PBF) e que estejam vinculados às áreas de Saúde, Assistência Social (ou Desenvolvimento Social, em alguns municípios) e Educação.

O MDS iniciou o processo de desenvolvimento de ações estratégicas de Educação Alimentar e Nutricional para as famílias do Programa Bolsa Família, destacando-se: 1) desenvolvimento de curso a distância para multiplicadores para o desenvolvimento e articulação de ações de EAN com as famílias, 2) produção de spots de rádio e 3) produção de folhetos com orientação sobre alimentação adequada e saudável para as famílias beneficiárias.

No segundo semestre de 2014 iniciaram as atividades do curso para os 1.240 profissionais selecionados, que atuam

localmente com o Programa Bolsa Família (PBF) e que estejam vinculados às áreas de Saúde, Assistência Social (ou Desenvolvimento Social, em alguns municípios) e Educação.

Também se observou grande procura de profissionais que atuam no PBF ao curso de autoaprendizagem a distância para multiplicadores para o desenvolvimento e articulação de ações de EAN com as famílias, disponível na rede Ideias na Mesa: http://www.ideiasnamesa.unb.br/index.php?r=curso/view&id=4. O objetivo do curso é apresentar aos profissionais que atuam com as famílias do Programa Bolsa Família, e a todos os interessados no tema, o papel da promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada por meio de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN).

- **Inserir nos processos de Educação Alimentar e Nutricional, estratégias de sensibilização e orientação à população para adoção de hábitos alimentares mais saudáveis; e de formação e qualificação dos profissionais e produtores familiares e/ou urbanos para atuarem com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável**

Análise Situacional da Meta

Foram publicados 2 Cadernos de Educação Alimentar para os serviços socioassistenciais em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). 4.150 exemplares foram distribuídos para as secretarias municipais e estaduais de assistência social. Encontra-se em fase final a elaboração, com previsão de oferta para o primeiro semestre de 2015, o curso a distância de autoaprendizagem para apoiar a implementação dos Cadernos.

Com objetivo de promover a articulação entre diferentes profissionais que atuam na área e criar referências para a implementação de projetos locais intersetoriais de EAN, o MDS desenvolveu, em parceria com o Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição (OPSAN/UnB), a rede virtual Ideias na Mesa (http://www.ideiasnamesa.unb.br). A rede se destina ao compartilhamento de experiências de EAN vivenciadas no Brasil e tem por objetivo o fortalecimento e valorização da EAN, bem como o estabelecimento de referenciais técnicos, conceituais e metodológicos. A rede é destinada a todos os envolvidos e interessados em EAN, sejam eles profissionais, estudantes, docentes, pesquisadores de diferentes áreas e setores. Foram desenvolvidas ações de Ideias na Mesa, visando fomentar a sociedade civil a atuar com os componentes alimentação, nutrição e consumo saudável, considerando que este é um dos objetivos do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2012-2015) para esta agenda de governo. Já são 196 experiências compartilhadas, 3.000 usuários (este número duplicou em um ano), 8.327 fãs e em média 56 mil visualizações da página do Facebook por dia. Os últimos levantamentos sobre o acesso à plataforma e às outras mídias sociais relacionadas a ela (Blog, Facebook e Twitter) mostram que o Ideias na Mesa tem se disseminado rapidamente e suas publicações estão sendo vistas diariamente por milhares de pessoas.

A rede Ideias na Mesa apresentou aumento do número de experiências cadastradas, passando de 120 para 180, assim como do número de usuários, passando de 1.500 para 3.979. O número de curtidas da página do Facebook passou de cerca de 3.000 para 7.698. Tais dados evidenciam a consolidação da rede virtual Ideias na Mesa. Além da ampliação de experiência e usuários, foi lançado o 2º curso de autoaprendizagem da rede, de 30h, com o objetivo de apoiar a implementação do Manual de orientação para oferta de alimentação adequada, voltado às entidades da rede socioassistencial. Destaca-se ainda a publicação deste Manual em agosto de 2014, o qual tem por objetivo contribuir para oferta de alimentação adequada e saudável às pessoas atendidas pelo PAA.

- **Publicar o marco conceitual de Educação Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas, respeitando as práticas alimentares dos Povos Indígenas e dos Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Diante do desafio de consolidar a EAN nas políticas públicas, ampliou-se ainda mais a necessidade de se promover um campo comum de reflexão e orientação da prática no conjunto de iniciativas de EAN que tenham origem, principalmente, na ação pública. Para isso, foi publicado em novembro de 2012, de maneira intersetorial, o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as políticas públicas, fruto de um termo de cooperação firmado entre o MDS e Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade de Brasília (OPSAN/UnB).

Como desdobramento do Marco, ainda em 2012, foi lançada a rede Ideias na Mesa. Em 2014, investiu-se na ampliação desta rede (concursos, 2 revistas, 2 cursos, 14 boletins, e 14 bate papos virtuais), bem como no desenvolvimento de materiais como os Cadernos de Educação Alimentar e Nutricional que contextualizam os princípios das ações de EAN no setor.

- **Realizar campanhas de sensibilização de profissionais, agentes do SISAN e da população para o preparo e consumo de produtos alimentares regionais, da sociobiodiversidade, agroecológicos e de maior valor nutritivo**

Análise Situacional da Meta

Esta meta se relaciona com o projeto de cooperação internacional "Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano", conhecido como "Biodiversity for Food and Nutrition" (BFN), que é financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF e conta com contrapartida do governo brasileiro. O projeto é coordenado internacionalmente pelo Bioversity International e tem como agências implementadoras o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO. Além do Brasil, o Quênia, o Sri Lanka e a Turquia também integram o Projeto, que terá vigência até 2016.

No ano de 2012, a Gerência de Recursos Genéticos - GRG do DCBio/SBF organizou, juntamente com a Bioversity, a Reunião Técnica Internacional Inicial do Projeto e a Primeira Reunião do Comitê de Coordenação Internacional. Essas reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de abril. O lançamento oficial do Projeto ocorreu durante o Congresso Mundial de Nutrição (World Nutrition Rio2012 - WNRio2012), no Rio de Janeiro, no dia 28 de abril de 2012. Essa reunião contou com a participação da GRG/DCBio/SBF, que também auxiliou na organização do evento. Em 2012, também foi consolidada a parceria com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, que será o Gestor Financeiro do Projeto.

O Projeto BFN prevê a seguinte atividade: "Desenvolver e viabilizar campanhas educativas regionais e nacionais para a valorização dos produtos da agro e sociobiodiversidade e orgânicos". No entanto, essa atividade só está prevista para acontecer no último ano do projeto, em 2016.

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Durante o período de execução do PPA foram realizadas ações para ampliação e qualificação do PAA, visando acesso a alimentos adequados, inserção de povos e comunidades tradicionais, mulheres e o abastecimento alimentar dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição. Para tanto, o marco legal do programa foi revisado e publicado (Lei nº 12.512/11; Decreto nº 7.775/12, atualizado pelos Decretos nº 8.026/13 e 8.293/14), novas Resoluções do Grupo Gestor do Programa foram publicadas, das quais destacamos a Resolução nº 44, que estabelece percentuais mínimos de participação de mulheres. Além disso, uma nova forma de execução do programa foi implementada, o Termo de Adesão, substituindo a forma de execução por meio de convênios. O novo formato permitiu a adesão, até dezembro de 2014, de 714 municípios, diretamente, 24 Estados e o Distrito Federal, totalizando a participação no PAA por adesão em 1.622 municípios, permitindo o pagamento diretamente ao beneficiário fornecedor por meio de cartão. O Termo de Adesão é executado por meio de sistema eletrônico, o SISPAA, permitindo melhor acompanhamento da execução. Com o intuito de ampliar o abastecimento alimentar dos mercados institucionais, foi criada a modalidade Compra Institucional, que permite a utilização do poder de compra do Estado em favor da economia

local, estimulando a produção e a comercialização de alimentos pela agricultura familiar, ao mesmo tempo em que qualifica a alimentação fornecida pelos órgãos aos seus consumidores, resultando nas parcerias com Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça.

Por meio das ações do Plano Brasil Sem Miséria, juntamente com técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e de outros órgãos parceiros, foram realizadas capacitações de técnicos de assistência técnica e extensão rural sobre o PAA com o objetivo de ampliar a rede de implementação do PAA e suas ações correlatas. A parceria estabelecida com a CONAB por meio de Termo de Cooperação foi qualificada e novo termo foi celebrado em 2012 para execução do PAA.

Além da Modalidade Compra Institucional, foi criada a Modalidade Aquisição de Sementes, que consiste na aquisição de sementes de agricultores familiares para a doação para outros grupos de agricultores familiares, priorizando CadÚnico, povos e comunidades tradicionais, assentados e mulheres.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a compra de alimentos agroecológicos e oriundos das cadeias da sociobiodiversidade, de modo a beneficiar 25.000 agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

O PAA figura entre as ações do Plano Nacional de Agroecologia, com previsão de recursos e metas específicas para a dinamização do mercado da produção agroecológica e produtos orgânicos. Para dinamização dessa produção, foram realizadas atividades de formação e divulgação entre organizações da agricultura familiar e, sobretudo, entre técnicos que realizam atividades com esse público, especificamente na Região Norte do Brasil. Dessa forma, foi possível identificar, durante a vigência do PPA 2012-2015, considerando dados acumulados até o mês de dezembro de 2014, 9.222 agricultores que comercializaram produtos orgânicos no PAA, sendo 5.860 em 2012, 970 em 2013 e 2.392 em 2014. Porém, uma vez que o PAA passou recentemente por um processo de aprimoramento de gestão e execução, não é possível afirmar, neste momento, que a meta será cumprida integralmente em 2015. No entanto, é importante enfatizar que o PAA vem sistematicamente estimulando a priorização do atendimento de povos e comunidades tradicionais.

Quantidade alcançada

9.222

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a participação de mulheres rurais no Programa de Aquisição de Alimentos para, no mínimo, 35% do total de agricultores familiares participantes**

Análise Situacional da Meta

A Resolução nº 44 do Grupo Gestor do PAA entrou em vigor no ano de 2013, por meio do qual o PAA passou a ter meta de participação de mulheres nas propostas e projetos. Visando ao estímulo à participação de mulheres no PAA, o MDS em conjunto com o MDA, Conab e movimentos sociais, vem realizando atividades de formação, divulgação e capacitação. Os sistemas informatizados do PAA apuram que 41% do total de beneficiários do PAA, durante a vigência do PPA, considerando dados de 2014 até o mês de dezembro, foram mulheres, superando a meta prevista.

Quantidade alcançada

41

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a participação de povos e comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas no Programa de Aquisição de Alimentos**

Análise Situacional da Meta

Para que haja ampliação da participação deste público, o MDS, em parceria, sobretudo com os demais operadores das ações do Plano Brasil sem Miséria, vem participando de ações de capacitação e divulgação do PAA junto aos técnicos

de Assistência Técnica e Extensão Rural para que identifiquem as potencialidades dos grupos prioritários assistidos de forma que possam ser inseridos no PAA. Estas ações são contínuas e, ao longo da vigência do PPA, o Programa adquiriu alimentos de 8.560 agricultores classificados como povos e comunidades tradicionais, sobretudo quilombolas, indígenas e pescadores artesanais.

Quantidade alcançada

8.560

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o número de agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos para 450 mil, sendo, no mínimo, 45% dos agricultores participantes enquadrados como público do Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Os executores do PAA, em parceria com os operadores das ações do Plano Brasil sem Miséria – BSM, vêm elaborando estratégias de inclusão produtiva dos agricultores familiares assistidos pelo BSM no PAA. Ainda, as equipes do MDS participaram de nove cursos de formação para agentes de ATER, tendo sido capacitados 280 técnicos na promoção do acesso do público BSM ao PAA. Diante disso, durante a vigência do PPA, considerando dados do PAA de janeiro a junho e do CadÚnico (ref. julho de 2014), temos que 56% dos beneficiários fornecedores do PAA estão inseridos no Cadastro Único, superando o valor de 50% alcançados em 2013.

Em 2014, 107.121 agricultores familiares forneceram para o PAA, conforme dados de janeiro a dezembro de 2014.

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

30/06/2014

- **Apoiar a formação de estoques por 45 mil agricultores familiares, organizados em pessoas jurídicas, para comercialização de seus produtos, sendo, no mínimo, 25 mil agricultores familiares enquadrados como público do Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Essa modalidade utiliza-se da Declaração de Aptidão ao Pronaf – Pessoa Jurídica, ou seja, alcança as famílias BSM que já estão inseridas em organizações formais com CNPJ. Para avançar na execução dessa modalidade, teve início, no ano de 2013, ação do MDA com foco na gestão de cerca de 400 cooperativas, sendo que um dos objetivos é que seja estimulado o acesso aos mercados por meio da modalidade de Apoio à Formação de Estoques. Somadas a execução MDA e MDS durante a vigência do PPA, no total da modalidade foram atendidos 11.563 agricultores do BSM pela modalidade Apoio à Formação de Estoque, sendo 3.061 em 2012, 3.943 em 2013 e 4.559 de janeiro a dezembro de 2014. Cumpre esclarecer que a execução abaixo da meta se deu, em parte, pela decisão do Grupo Gestor do PAA de vetar a quitação em produto das Cédulas de Produto Rural – CPR formalizadas no âmbito desta modalidade, permitindo apenas a quitação financeira, o que fez com que as cooperativas refreassem a adesão à modalidade Formação de Estoques.

Quantidade alcançada

11.563

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir a destinação dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos para as redes socioassistencial e de equipamentos públicos de alimentação e nutrição**

Análise Situacional da Meta

O MDS vem realizando esforço de normatização dos destinos dos alimentos adquiridos pelo PAA, de forma a aprimorar e potencializar sua execução no sentido do cumprimento de sua faceta de superação da condição de insegurança alimentar e nutricional. Desta forma, foi publicada Resolução Nº 62 do Grupo Gestor do PAA, em 24 de outubro de 2013, que estabelece os critérios para a seleção das unidades recebedoras. Por meio da resolução fica

estabelecida prioridade no destino para as entidades da rede socioassistencial e os equipamentos de alimentação e nutrição, de forma a integrar os alimentos do PAA a outras ações de constituição de direitos e cidadania já oferecidos pelas unidades recebedoras. Em 2014 a resolução foi modificada, passando a incorporar como beneficiárias dos alimentos do PAA as entidades detentoras do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - Cebas emitidos pelo MS, ampliando o escopo dos beneficiários da área de Saúde.

- **Expandir a execução do Programa de Aquisição de Alimentos nos estados da Região Norte e Nordeste para 60% do total executado**

Análise Situacional da Meta

De acordo com os dados de execução, foi possível observar que 53% dos agricultores que acessaram o PAA no período de vigência do PPA estão nas regiões N e NE. Esses dados refletem os resultados de capacitações e atividades realizadas nas regiões prioritárias, apresentando, no entanto, o desafio de promover ainda mais a inserção do público da Região Norte, o que vem sendo realizado, sobretudo, por meio das capacitações do Plano Brasil Sem Miséria. Com relação ao percentual de acesso da Região Nordeste, cabe salientar que a forte seca que assola a região no período prejudicou a produção e, consequentemente, a venda dos alimentos ao PAA.

Quantidade alcançada

53

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	50	%	36	31/12/2014
Região Norte	10	%	9	31/12/2014

- **Implantação de sistemas informatizados de acompanhamento e gestão do Programa de Aquisição de Alimentos, que permitam a expansão qualificada do Programa, bem como a transparência nas operações realizadas no seu âmbito**

Análise Situacional da Meta

O PAA DATA é uma ferramenta disponível na internet que reúne as informações de todos os executores do PAA (Conab, Estados e Municípios) e de todas as modalidades, permitindo ao público consultas sobre dados de execução em diversos níveis de agregação. Os dados são atualizados trimestralmente no PAA DATA, e podem ser consultados por estado, município, modalidade, executor, agricultores familiares e entidades recebedoras. O Sistema de Informações do PAA - SISPAA é um sistema de operação e implementação do PAA via Termo de Adesão, que permite ao MDS acompanhar o programa desde a elaboração da proposta, passando pela execução e chegando ao pagamento dos agricultores fornecedores. O SISPAA permitiu aperfeiçoar o acompanhamento e a gestão do PAA e o avanço do Termo de Adesão de 37 municípios em 2012 para 257 em 2013, avançando na execução de 9 municípios para 138 municípios. Em 2014 este número chegou a 714 municípios diretamente aderidos. Com relação aos Estados, em 2012 um Estado executou via Termo de Adesão, e em 2013 foram 5 Estados executores. Já em 2014, 24 Estados e o Distrito Federal aderiram ao PAA, considerando informações até dezembro de 2014.

- **Qualificar, em articulação com parceiros institucionais, o fornecimento de alimentos aos grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública e integrá-los aos programas sociais e de inclusão produtiva, visando a sua melhoria socioeconômica**

Análise Situacional da Meta

A integração dos parceiros institucionais do Programa de Aquisição de Alimentos com a Ação de Distribuição de Alimentos - ADA foi qualificada, priorizando a compra dos alimentos da Agricultura Familiar através da nova modalidade do PAA, a “Compra Institucional” (mais de R$ 2 mi, na compra de Farinha de Mandioca, flocos de milho, macarrão, fubá e arroz) para composição das cestas de alimentos, anteriormente feita apenas através de pregões eletrônicos. Os recursos da ação para aquisição dos alimentos foram ampliados de R$ 69 mi para R$ 82 mi. Além disso, a gestão da ADA foi qualificada juntamente com seus órgãos parceiros, principalmente no que tange à avaliação

do acesso de povos e comunidades tradicionais a outros programas sociais, uma vez que cruzamento de dados realizado em 2012 revelou que menos de 20% das famílias que recebem as cestas de alimentos estão no CadÚnico. Novos cruzamentos estão sendo realizados a partir dos dados de 2013 e 2014.

Em 2013, pela Ação de Distribuição de Alimentos, o MDS atendeu 94.926 famílias atingidas pela seca/chuva/situação de emergência ou calamidade pública, com 3,5 mil toneladas de alimentos, em 17 estados da federação. Foram fornecidas ainda 36 mil toneladas de alimentos a grupos populacionais específicos (acampados, quilombolas, comunidades de terreiro, movimento dos atingidas por barragens, indígenas e pescadoras artesanais) em situação de insegurança alimentar nutricional, de forma regular, a 291.705 famílias em todos os estados da federação.

Em 2014, o montante orçamentário de 2013 foi mantido (R$ 82mi). Com este valor, o MDS atendeu 91.936 famílias atingidas pela seca/chuva/situação de emergência ou calamidade pública, com 3,7 mil toneladas de alimentos, em 19 Estados da Federação. Foram fornecidas ainda 30 mil toneladas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma regular, a 260.768 famílias em todos os Estados da Federação.

OBJETIVO: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Visando fomentar o abastecimento alimentar, a Companhia Nacional de Abastecimento se propôs atuar na implantação do Projeto Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial que visa atender as demandas de suplementação alimentar e nutricional de ribeirinhos da região Amazônica, através da construção de três embarcações e uma câmara frigorífica. Os Estudos Técnicos e Serviços Especializados de Engenharia Naval, necessários para o desenvolvimento dos projetos preliminares e básicos necessários à fabricação das embarcações, foram realizados pela Universidade Federal do Pará-UFPA e aprovados pela Conab em 2013. Na LOA 2014 consta a dotação no valor de R$ 17.550.000,00 visando a aquisição das embarcações, adequação de uma delas para armazém frigorífico (conservação de pescado) e manutenção das mesmas. Entretanto, não houve uma definição sobre a licitação para construção das embarcações, inviabilizando a utilização daquela dotação no exercício de 2014. Outra linha de atuação da Companhia é a do seguimento varejista de pequeno porte, concebida pela Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, mediante a formação de Centrais de Negócios. No contexto do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT, a Conab objetiva promover a interação do setor hortigranjeiro com agentes da cadeia de produção e distribuição. Ambas atuações (REFAP e PROHORT) foram limitadas, uma vez que não tiveram recursos orçamentários. Outros programas, porém, foram operacionalizados pela Companhia, que forneceu um total de 33.981 toneladas de alimentos, distribuídas 1.488.690 cestas de alimentos a 352.704 famílias pertencentes a grupos populacionais específicos e que se encontram em estado de insegurança alimentar , quais sejam:

a) Programa de Distribuição de Cesta de Alimentos, que atuou em todos os Estados da Federação, cujas cestas são compostas por nove tipos de produtos (açúcar cristal, arroz beneficiado, farinhas de mandioca e de trigo, feijão, flocos de milho, fubá, leite em pó e óleo de soja). A Conab mantém parceria institucional, para entrega das cestas, com MDS, MDA/Ouvidoria Agrária Nacional, Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, MS/Secretaria Especial da Saúde Indígena - SESAI, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR, INCRA, FUNAI, Fundação Cultural Palmares e Movimento de Atingidos por Barragens. Foram atendidas em 2014, 323.428 famílias, distribuídas 33.329 toneladas de produtos para os seguintes beneficiários: acampados (39%), comunidades indígenas (21%), comunidades quilombolas (17%), outras comunidades tradicionais (9%), atingidos por barragens (7%), comunidades de terreiros (6%) e pescadores artesanais (1%);

b) Atendimentos Emergenciais, com a doação de 652 toneladas de alimentos (açúcar cristal, arroz beneficiado, farinha de mandioca, feijão, leite em pó, biscoito, macarrão, sardinha e óleo de soja), distribuídas 29.000 cestas para vítimas de calamidades públicas (desastres), em 8 Estados da Federação, em parceria com o MDS, Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC e órgãos estaduais de Defesa Civil, e atendidas 29.276 famílias;

c) Assistência Humanitária Internacional, por meio de doação emergencial de alimentos a países em situação de vulnerabilidade social, econômica e calamidades públicas (desastres), em articulação com o Ministério das Relações Exteriores/Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, MAPA e MDS, conforme Leis nº 12.429, de 20/06/2012 e nº 12.688, de 18/07/2012. Essas ações foram direcionadas para seis países, com doação de 12.100 toneladas de arroz beneficiado para Nicarágua, Gaza, Cisjordânia e refugiados palestinos no Líbano, Síria e Jordânia. Adicionalmente, a Conab promove, em parceria com o MDS, Entidades Públicas e Assistenciais, a Doação de Produtos da Agricultura Familiar, que é uma suplementação da oferta de alimentos para entidades públicas e de interesse social, com atuação em segurança alimentar e nutricional, utilizando produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar (notadamente suco de frutas, leite em pó integral, arroz beneficiado, feijão e farinha de mandioca) e de saldos remanescentes dos estoques estratégicos (cestas de alimentos). Em 2014 houve a doação de 6.368 toneladas de alimentos para 209 instituições beneficiadas, em 143 municípios de 23 Estados da Federação, abrangendo cerca de 27,4 mil famílias.

O Programa Venda em Balcão - PROVB é outra atuação da Conab, que consiste no escoamento de parcela de estoques públicos da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, favorecendo aos compradores de pequeno porte acesso direto aos produtos ofertados pela Conab, em articulação institucional com a Casa Civil da Presidência da República, MAPA, Secretarias Estaduais de Agricultura e órgãos de extensão rural. No ano de 2014, essa operação foi realizada em 22 Estados, somente com milho em grãos, num total de 281.023 toneladas, suprindo a demanda de 268.086 criadores. O PROVB, teve duas modalidades de venda : a tradicional e a especial ; o primeiro, com a venda de 68.709 t do produto destinado a vinte Estados, atendendo a 33.106 clientes e o segundo, uma Operação Especial na comercialização direta de 212.314 t, beneficiando 234.980 pequenos criadores e cooperativas de avicultores, suinocultores, bovinocultores, caprinocultores e ovinocultores, cadastrados no Programa e que utilizam o produto na ração animal, atingidos pela estiagem que assolou os municípios amparados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Essa Operação Especial foi iniciada desde 2012 e se prolongou até 31/12/2014, conforme Portaria Interministerial nº 710/2014. Somente para os Estados da Região Nordeste foram comercializados 72% do total de milho vendido, cuja origem dos estoques da PGPM veio das modalidades: Contrato de Opção Venda, 56% e Aquisições do Governo Federal - AGF, 44%.

Convém mencionar que várias dessas alternativas de acesso aos alimentos são viabilizadas por meio da formação de estoques, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, conforme Iniciativa 0113 - Aquisição de Produtos Agrícolas para Formação de Estoques Públicos, afeto ao Objetivo 0350 do Programa 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização.

A Conab firmou em 17 de dezembro de 2012 o Contrato de Concessão de Colaboração Financeira Não-Reembolsável com o BNDES , no valor total de R$23 milhões de reais, para viabilizar o apoio a produtores rurais de base familiar, através de pequenos investimentos não reembolsáveis voltados para a estruturação de circuitos de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização de produtos oriundos da Agricultura Familiar, com intuito de melhorar suas condições de atuação no mercado governamental e privado de alimentos, fomentar a inovação no segmento da produção rural de base familiar, com o objetivo de melhoria da qualidade dos produtos e o aumento da eficiência da produção. A operacionalização desse Acordo de Atuação Conjunta entre Conab e BNDES, os recursos financeiros são do Fundo Social do referido Banco. A execução das ações do Acordo tiveram início em fevereiro de 2013, com a publicação do Edital de Chamada Pública BNDES/CONAB nº 001/2013, o qual disponibilizou R$ 5 milhões de reais para projetos de até R$50 mil reais. De um total de 1.633 projetos inscritos, a Comissão Julgadora do primeiro Edital, composta por membros da Conab/BNDES, selecionou 102 (cento e dois) projetos, que somaram o valor de R$ 4.969.307,39.

Metas 2012-2015

- **Adquirir produtos da agricultura familiar, dos extrativistas e dos pescadores artesanais, perfazendo um total de 3.000 famílias produtoras, com atuação nas calhas dos rios Amazonas, Negro, Solimões, Juruá, Purus e Madeira, utilizando, para tanto 4 embarcações fluviais**

Análise Situacional da Meta

O projeto Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial tem por objetivo adquirir, transportar, armazenar e distribuir produtos de agricultores familiares, extrativistas e pescadores artesanais ribeirinhos da região amazônica, mediante a implantação de unidades móveis fluviais, atendendo as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional, em articulação com os Ministérios : MDS, MDA, MPA, MMA e MS. O Termo de Cooperação Técnica - TCT assinado entre a Conab e a Universidade Federal do Pará – UFPA /Faculdade de Engenharia Naval, em 2012, visou a elaboração de Estudos Técnicos e Serviços Especializados de Engenharia Naval, para o desenvolvimento dos Projetos Preliminares e Básicos necessários à fabricação de três Unidades de Serviço Móvel Fluvial de navegação na região amazônica e construção de uma câmara frigorífica equipada para armazenamento de pescado, tendo sido concluído em 2013 . A próxima etapa seria da realização de licitação para construção das embarcações, prevista para 2014, porém condicionada às definições da Diretoria Colegiada da Conab em conjunto com o MDS/ Programa Brasil sem Miséria.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Fortalecer o segmento dos varejistas de pequeno porte, até cinco checkouts, que atuam com a linha básica de consumo (mercearias), assegurando sua rentabilidade e melhorando a qualidade dos serviços prestados às comunidades locais, por meio do incentivo ao associativismo**

Análise Situacional da Meta

Para preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado, foi concebida a Rede de Fortalecimento de Comércio Familiar de Produtos Básicos -REFAP, com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento das unidades varejistas de pequeno porte. A REFAP encontra-se inserida no Programa Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional e se abriga na Ação Organização de Micro e Pequenos Varejistas, que não foi contemplada com recursos orçamentários nas LOAs 2012, 2013 e 2014. Esse fato limitou as operações, uma vez que não houve dispêndios com a operacionalização da Rede. Em 2014 a REFAP permaneceu com os mesmos resultados obtidos em 2013: 9 Centrais de Negócios formadas, com 415 filiados, sendo 19 no estado do Amazonas, 34 na Bahia, 28 no Ceará, 20 no Maranhão, 95 na Paraíba, 142 em Pernambuco e 77 no Piauí. As atividades desenvolvidas restringiram-se em dar orientação técnica aos varejistas, quando solicitado e a cessão temporária de espaço nos armazéns próprios da Conab para guarda e conservação dos alimentos adquiridos pelas unidades varejistas.

- **Implementar um observatório dos preços dos alimentos, buscando reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos**

Análise Situacional da Meta

A Conab possui três bancos de dados sobre pesquisa de preços: o do Prohort (produtos hortigranjeiros comercializados pelas Ceasas); de produtos agrícolas (cerca de 120 produtos em diversos estados e municípios) e de produtos da agricultura familiar -Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar-PGPAF(além dos preços de mercado é realizado um levantamento dos custos de produção, que balizam os preços de garantia e o cálculo dos bônus de descontos concedidos para cerca de 46 produtos da cesta, incluindo as culturas da biodiversidade).

Toda essa base de dados está disponível para o público por meio de um aplicativo on line no site da Companhia (www.conab.gov.br), por produto (fruticultura, grãos, hortigranjeiros, pescados e outros), por nível de comercialização (produtor, atacado e varejo),Unidade da Federação, período da pesquisa e preços médios semanais e mensais praticados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar interação do setor hortigranjeiro com agentes da cadeia de produção e distribuição**

Análise Situacional da Meta

A Portaria MAPA nº 336, de 11/04/2014 deu nova redação ao Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT, aumentando o escopo do mesmo, no sentido de promover o desenvolvimento da base de dados estatísticos do Programa integrando ao universo das Centrais de Abastecimento - Ceasas e outros mercados abastecedores numa plataforma metodológica e de padrão nacional. Atualmente existem 72 Ceasas no Brasil que são responsáveis por cerca de 50% do comércio de hortigranjeiros, equivalente a 20 milhões de toneladas de produtos. Desses 72 Centros de Abastecimento, 62 são vinculadas ao PROHORT, via Banco de Dados, desenvolvido pela Conab, referente à comercialização de produtos nesses locais. Em 2014, o referido banco de informações foi composto por três bases de dados, disponibilizadas no portal do Prohort (www.ceasa.gov.br): a) preços diários e preços médios de comercialização dos 48 principais produtos hortigranjeiros comercializados nas Ceasas brasileiras; b) Sistema de Informações Setoriais de Comercialização - SISCOM com informações sobre a movimentação física e financeira dos mercados atacadistas em 19 Unidades da Federação, envolvendo produtos hortigranjeiros, cereais e outros e c) Sistema de Informações de Mercados de Abastecimento do Brasil – SIMAB, que disponibiliza dados sobre a origem do produto, preços modais e volume físico e financeiro de comercialização, com possibilidade de confecção de gráficos, mapas e análise mais detalhadas.

O PROHORT está inserido no Programa Setorial de Segurança Alimentar e Nutricional e se abriga na Ação Incentivo à Modernização do Mercado Hortigranjeiro, que não foi contemplada com recursos orçamentários das LOAs 2012, 2013 e 2014, tendo as atividades sido realizadas com recursos próprios do custeio da Conab.

Em 2014, algumas medidas foram adotadas para que houvesse interação entre a Conab/ PROHORT e outros agentes de produção e distribuição do Brasil e do exterior:

- Implementado o Termo de Adesão ao Sistema de Informações do PROHORT, que é uma parceria entre a Conab e a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento - Abracen, com o objetivo de formalizar a participação das Ceasas no referido Sistema. Nessa primeira etapa foi dado prioridade a qualificação das informações, a metodologia padrão de coleta e a inserção de dados ao sistema, notadamente das Ceasas do Sul, Sudeste e Distrito Federal, visando maior confiabilidade das informações. Também houve a reclassificação de sete produtos hortigranjeiros, quanto a variedade deles, abrangendo: tomate longa vida, alface crespo, cenoura, banana nanica, batata ágata, mamão formosa e laranja pera. Outros produtos serão inseridos em 2015;
- Por meio da Embaixada da Espanha, a Conab e a estatal espanhola Empresa de Transformación Agraria -Tragsa estão finalizando os termos de um acordo de cooperação técnica para a troca de experiências, suporte técnico e capacitação dos agentes envolvidos na cadeia produtiva e qualificação dos produtos hortigranjeiros;
- Elaborado o Termo de Execução Descentralizada entre a Conab e o MDS visando a criação do Banco de Alimentos, cujo projeto piloto foi realizado em 2014 no CEAGESP/São Paulo e posteriormente deverá ser implantado nas demais Centrais de Abastecimento do país. O MDS repassará recursos financeiros para Conab /PROHORT promover a atividade;
- Elaboração de Boletins com análises conjunturais por produto do mercado atacadista de hortigranjeiros e publicação na Revista Indicadores da Agropecuária da Conab;
- Firmado em 18/12/2014, o Acordo de Cooperação Técnica entre a Conab e Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação - MCTI/Secretaria de Ciência e Tecnologia para inclusão Social - Secis visando fomentar a inserção produtiva e qualificar a produção dos pequenos produtores. Essa parceria objetiva construir Centros Vocacionais Técnológicos - CVTs em todo país, onde o MCTI fará os investimentos e a Conab/PROHORT será responsável por captar, orientar e acompanhar o desenvolvimento e a implementação de projetos tecnológicos para o setor produtivo de

pequeno porte, voltado à qualificação dos sistemas familiares agrícolas. O acordo possibilitará o fortalecimento de políticas e ações da Companhia, como o PROHORT e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA.Como projeto piloto, a Ceasa Minas Gerais será a primeira a receber um CVT, no qual o MCTI deverá destinar em 2015, R$ 1,5 milhão, voltado à pesquisa e a capacitação de agricultores familiares, que terá como foco a redução de perdas de alimentos nas cadeias produtivas de hortigranjeiros. A expectativa é a que experiência seja disseminada nas demais Ceasas existentes no país nos próximos anos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo dos anos de 2012 e 2014 foram entregues mais de 700 mil cisternas e 1,7 mil sistemas coletivos, tecnologias essas concentradas basicamente no semiárido brasileiro. Tal atendimento, se agregado às entregas de 2011, resultou em ligeira superação do atendimento da demanda inicialmente levantada no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Além disso, têm sido realizadas ações que buscam expandir a abrangência do atendimento para as regiões Sul, Norte, Centro-Oeste e Sudeste, principalmente a partir da contratação com estados de tecnologias apropriadas a essas regiões. Importante registrar que no ano de 2013, por meio da Lei nº 12.873/2013, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, que institui sistemática de execução que visam conferir maior agilidade e efetividade ao processo de implementação de tecnologias sociais de acesso à água no meio rural.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o acesso à água a 3.000 escolas da zona rural e dos territórios tradicionais, sem abastecimento da rede pública, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água com vistas ao consumo humano**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram contratadas 1.781 cisternas escolares com parceiros estaduais do Programa Cisternas. No entanto, devido a dificuldades diversas de operacionalização, associadas principalmente aos ritos burocráticos para o início efetivo dos projetos em âmbito local, e a instituição do novo marco legal do Programa, tais metas foram reprogramadas, optando-se por excluir essas metas com os parceiros estaduais para adotar uma estratégia mais uniforme e abrangente. Dessa forma, na perspectiva de uma ação em todo o semiárido, tendo sido firmado termo de parceria com a OSCIP Associação Programa Um Milhão de Cisternas em 2014 para a implementação de 5.000 cisternas em escolas rurais da região, projeto esse iniciado em março de 2015 com previsão de entrega de todas as metas até o final de 2016.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Criar intercâmbio de experiências e tecnologias sociais de captação e armazenamento de água, para apoio no nível internacional de ações de acesso à água**

Análise Situacional da Meta

O MDS tem participado dando suporte técnico a acordos de cooperação para a construção de cisternas firmados com o Paraguai e a Bolívia, pelo Ministério das Relações Exteriores, a partir da Coordenação-Geral de Ações Internacionais

de Combate à Fome (CGFOME). Em ambos os casos o objetivo inicialmente pactuado foi alcançado, sendo que no caso do Paraguai, a partir dessa cooperação, foram implementadas 40 cisternas, enquanto na Bolívia foram implementadas 350. Em ambos os casos existe proposta para a ampliação da cooperação, tendo em vista os resultados alcançados.

- **Estabelecer cooperação e apoio para que as famílias beneficiárias de ações de acesso à água sejam assistidas por políticas que garantam a qualidade da água consumida**

Análise Situacional da Meta

A garantia de qualidade da água consumida pelos beneficiários das ações com este objetivo, empreendidas pelo MDS, tem sido objeto de cooperação com o Ministério da Saúde – MS, com participação da FUNASA, no sentido da definição de uma proposta metodológica de atuação na educação em saúde ambiental. O foco dessa proposta é a atuação dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) como agentes difusores de medidas de promoção à saúde e prevenção de doenças junto às famílias que utilizam as cisternas no semiárido. Essa diretriz é atribuição de Grupo de Trabalho constituído pela Secretaria Executiva do MS, sob a coordenação da FUNASA, como desdobramento da avaliação da realização das Oficinas Piloto de Paulistana/PI, entre 12 e 16 de dezembro de 2012, e de São José do Egito/PE, entre 5 e 9 de dezembro de 2012. Essas experiências desenvolvidas pela Secretaria de Vigilância Sanitária/MS, FUNASA e MDS servirão de base para a construção de um novo modelo de atuação voltado para a garantia da qualidade da água das cisternas implantadas. O novo modelo incluirá atualização do material pedagógico de apoio ao ACS (Caderno Pedagógico), elaborado pela FIOCRUZ e FUNASA, cuja versão final deverá ser concluída após período de testes, em andamento, no Ceará. Tão logo fique definida e aprovada esta metodologia de atuação (Projeto Piloto CE e Turmas Iniciais de aplicação PE e PI), assim como o papel de cada órgão do MS no Plano de Melhoria da Qualidade da Água das Cisternas do Semiárido, a cooperação será retomada com mais força, sob a articulação política da Secretaria Executiva do MS. Registra-se que em 2014 não foram realizados novos avanços na referida cooperação.

- **Estabelecer estratégias que permitam ampliar o acesso à água para consumo humano a 245.000 famílias da zona rural das diversas regiões do país e dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente na região Norte, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi publicado o Edital de Chamamento Público para a seleção de órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos para a implementação de tecnologias testadas, de baixo custo e de comprovada eficiência, capaz de ofertar água em quantidade e qualidade suficiente para a garantia da segurança alimentar e nutricional de famílias residentes na zona rural de municípios da região Norte. Nos termos do edital publicado, a solução de abastecimento de água aprovada deveria respeitar as condições socioeconômicas, culturais e as características climáticas e geológicas da região. O processo seletivo incluiu a participação dos proponentes em mesa técnica, na qual foram apresentados os projetos para uma comissão formada por técnicos do MDS, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e da Embrapa, responsáveis pela avaliação técnica da adequabilidade dos projetos e da experiência e capacidade técnica e operacional dos proponentes. Com isso, por meio do referido edital, foram selecionados projetos de órgãos de 3 estados da região (Acre, Amazonas e Pará), além de uma entidade da sociedade civil, o Instituto de Pesquisa da Amazônia. Além disso, também foi realizada a ampliação de metas do convênio formalizado em 2011 com o estado do Rio Grande do Sul e formalizado novo convênio com o estado de Santa Catarina, estados da Região Sul cuja população residente na zona rural tem sido fortemente afetada pela estiagem prolongada e pelas dificuldades de acesso à água potável em quantidade e qualidade para o consumo humano. Em 2014 foi firmado Termo de Parceria com o Instituto Chico Mendes, OSCIP selecionada a partir de edital de concurso de projetos, para a implementação de 2.800 tecnologias de acesso à água na região Norte, a partir da sistemática de execução instituída pelo novo marco legal do Programa Cisternas (Lei nº 12.873/2013 e Decreto nº 8.038/2013).

Quantidade alcançada

169
Data de Referência
31/12/2014

- **Implantar 1.200 sistemas coletivos dessalinizadores de água em comunidades rurais**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2013, foram formalizados 9 convênios com os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, totalizando aproximadamente 210 milhões de reais para a recuperação, implantação e gestão de 1200 sistemas de dessalinização em comunidades rurais do Semiárido Brasileiro. Os convênios estão estruturados em 3 etapas: diagnóstico socioambiental e técnico de comunidade rurais difusas, implantação e/ou recuperação dos sistemas de dessalinização e manutenção preventiva. Até o momento foram realizados diagnóstico técnico ambiental em 2.789 comunidades difusas em 193 municípios do Semiárido brasileiro, sendo: 306 comunidades em Alagoas, 1.209 na Bahia, 524 no Ceará, 382 comunidades na Paraíba, 2 no Piauí, 253 comunidades no Rio Grande do Norte e 113 comunidades em Sergipe, para tanto foram realizadas oficinas de capacitação para os técnicos dos estados e das empresas que realizaram os diagnósticos, visando a correta aplicação da metodologia do PAD. O diagnóstico tem por objetivo caracterizar as condições socioambientais e obter informações referentes aos sistemas de abastecimento de água das comunidades rurais do semiárido. São considerados os aspectos sociais, ambientais e técnicos envolvidos na implantação, recuperação e gestão de sistemas coletivos de abastecimento de água. O diagnóstico é uma etapa fundamental para a definição das comunidades e para a determinação do marco zero.

Os resultados indicam o sucesso da primeira fase de implementação do Programa Água Doce, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Os diagnósticos realizados permitirão a elaboração de projetos para implantação dos sistemas de dessalinização eficientes, ambientalmente corretos e sustentáveis.

Quantidade alcançada

0
Data de Referência
31/12/2014

- **Universalizar o acesso à água para consumo humano, atendendo a 730.000 famílias da zona rural do semiárido brasileiro, inscritas no CadÚnico, sem acesso à rede pública de abastecimento, por meio da implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água**

Análise Situacional da Meta

Ao longo dos anos de 2012 e 2014 foram entregues mais de 690 mil cisternas no semiárido e mais de 10 mil em outras regiões. Tal resultado, se agregado ao quantitativo de mais de 87 mil cisternas entregues em 2011, totaliza mais de 780 mil tecnologias implementadas no semiárido, superando a meta estabelecida inicialmente no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, de 750 mil famílias atendidas nessa região. O desafio agora é localizar e atender famílias de baixa renda sem acesso regular à água que não integravam a demanda levantada em 2011, na perspectiva de universalização efetiva do atendimento das famílias na região.

Quantidade alcançada

694.106
Data de Referência
31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	657.583	unidade	619.023	31/12/2014
Região Sudeste	72.417	unidade	75.083	31/12/2014

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo foi executado em 2014 por meio de três metas sob responsabilidade do MDS: o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, o Programa de Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo e o Apoio a Iniciativas de Estruturação da Produção Familiar.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, operacionalizado de forma conjunta pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), baseia-se em duas ações para o atendimento das famílias beneficiárias, que são disponibilizadas de forma conjunta e condicionada: a oferta de serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) por técnicos especialmente capacitados para lidar com as especificidades dos beneficiários do Programa e a transferência de recursos financeiros não reembolsáveis para a estruturação produtiva. A Ater, vale observar, é o eixo condutor da estratégia do Programa de Fomento, sendo que os técnicos assumem o duplo papel de apoiar famílias de agricultores que são social e economicamente vulneráveis a estruturarem uma atividade produtiva que, por vezes, não está consolidada ou mesmo iniciada. Adicionalmente, esses mesmos técnicos têm o papel de promover e orientar o acesso dos beneficiários do Programa de Fomento às demais políticas sociais e de desenvolvimento rural.

Cabe destacar que durante os exercícios de 2011 e 2012, houve investimentos significativos, por parte da equipe dos Ministérios responsáveis, no desenho operacional do Programa de Fomento. Em 2012, particularmente, o Programa de Fomento perseguiu, ainda, o desafio de criar instrumentos que permitissem o atendimento diferenciado dos Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais, os quais foram incorporados às metas de atendimento do Programa. O atendimento a povos e comunidades tradicionais pelo Programa de Fomento resulta de articulações com órgãos afetos à temática com vistas à definição de áreas, público e metodologias adequadas para atendimento aos segmentos populacionais.

Em 2013, a introdução de importantes modificações no desenho do Programa de Fomento foi fundamental para acelerar a transferência de recursos aos beneficiários, ampliando os resultados ao permitir que mais famílias investissem recursos em seus projetos produtivos.

Com a alteração do Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, pelo Decreto nº 8.026, de 6 de junho de 2013, houve a redução do prazo de transferência entre as parcelas do Programa de Fomento de seis para dois meses, acelerando o repasse de recursos às famílias para concluírem os projetos produtivos, e a inclusão de famílias assentadas da reforma agrária em situação de extrema pobreza nesse Programa – o que foi possível com revogação do § 2º do art. 20 do Decreto 7.644/2011, que exigia que as famílias beneficiárias tivessem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e não incluía a Relação de Beneficiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (RB).

Além desta alteração, foram realizadas mudanças no marco legal do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais por meio da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e pelo Decreto nº 8.121, de 16 de outubro de 2013. As alterações na regulamentação do Programa de Fomento objetivam a recuperação da capacidade produtiva diante dos efeitos da estiagem prolongada sentida desde 2011 na região do Semiárido brasileiro e buscam uma maior integração entre as ações que compõem o eixo da inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria. Inicialmente, a meta é atender na modalidade “fomento semiárido” do Programa de Fomento a 30 mil famílias naquela região, até 2014. Além disso, já foram aprovadas e publicadas quatro Resoluções do Comitê Gestor: Resoluções n°.1 e nº 2, ambas de 20 de agosto de 2013; Resolução nº. 3, de janeiro de 2014; e Resolução nº. 4, de fevereiro do mesmo ano e Resolução nº. 05, de dezembro de 2014. Em 2014, foram incluídas mais 93.130 novas famílias no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que receberam nesse período, pelo menos, a primeira parcela dos recursos financeiros não reembolsáveis disponibilizados aos beneficiários nesse Programa para que realizem investimentos produtivos. Vale destacar na totalização da meta executada em 2014, o repasse de recursos do Programa de Fomento para 2.513 novas famílias de PCT, das quais 1.333 são quilombolas e 1.180 são indígenas.

Em quatro anos do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), 147,4 mil famílias foram atendidas com serviços de assistência

técnica e extensão rural (Ater) e receberam recursos financeiros para realizarem seus investimentos produtivos, sendo ambas as ações desenvolvidas junto dos beneficiários no âmbito do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. São famílias de agricultores, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais que, antes de serem beneficiadas com as ações do BSM, se encontravam em situação de extrema pobreza. O Programa de Fomento proporcionou a implantação e a melhoria da estrutura produtiva dos beneficiários, o acumulo de patrimônio produtivo (com a aquisição ou a ampliação dos rebanhos e a construção de pocilgas e galinheiros, entre outros), as mudanças em relação a sua forma de produzir, a ampliação e a diversificação da produção de alimentos e a geração de renda, ao comercializarem o excedente de produtos (com melhor qualidade, inclusive) nos mercados locais e os programas governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar).

No que se refere ao Programa de Acesso à Água para Produção de Alimentos para o Autoconsumo, é importante destacar que ao longo do período de 2011 a 2014 foram contratadas diretamente pelo MDS mais de 155 mil tecnologias, concentradas principalmente no semiárido brasileiro, a partir de parcerias com estados, Consórcios Públicos e Organizações da Sociedade Civil. Além disso, outras 40 mil tecnologias foram contratadas por meio de outras parcerias, sendo 20 mil pela Petrobras e 20 mil via parcerias firmadas pelo BNDES e pela Fundação Banco do Brasil. Do total de contratadas desde 2011 foram implementadas 98.625 tecnologias, sendo 95.618 entre os anos de 2012 e 2014 e 60,9 mil apenas a partir das parcerias firmadas pelo MDS.

Quanto ao Apoio a Iniciativas de Estruturação da Produção Familiar, é importante destacar que esta ação passou por adequações na sua forma de operacionalização (a execução da ação estava majoritariamente focada no atendimento direto de organizações coletivas e foi readequada para ser executada por meio de parcerias com outros órgãos da administração pública federal e com Governos Estaduais) e que estas alterações causaram alguns transtornos na execução da meta estipulada pelo MDS de apoiar iniciativas de estruturação da produção familiar, em áreas rurais e periurbanas. Ainda assim, entre os exercícios de 2012 a 2014 foram apoiadas 54 iniciativas de Estruturação Produtiva, as quais estão distribuídas em diversos instrumentos firmados pela SESAN, com o intuito prioritário de promover a ampliação da produção realizada por agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, bem como de promover ações que ampliem a inserção do excedente de produção nos mercados institucionais e privados.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 100 iniciativas de estruturação da produção familiar, em áreas rurais e periurbanas**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2012, foram destinados recursos para atendimento de 43 iniciativas de estruturação da produção familiar e de suas organizações coletivas. Deste total, 26 projetos/iniciativas foram apoiados no âmbito de 3 instrumentos, os quais entraram em execução no exercício de 2013: parceria com a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Pará - SEAS/PA (desembolso de parcela para atendimento de 15 diferentes iniciativas); parceria com o Instituto de Tecnologia Social (desembolso de parcela para atendimento de 1 iniciativa); e parceria com o Governo do Estado do Acre (desembolso de parcela para atendimento de 10 iniciativas). Além dos recursos liquidados em 2012, também foram empenhados recursos de 2013 (parcelas) para atendimento de outras 17 iniciativas, as quais também estão em execução: convênio firmado com a Secretaria Estadual de Trabalho e Emprego de Minas Gerais - SETE/MG para atendimento de 1 iniciativa; convênio firmado com o Governo do Estado de Sergipe – SEIDS/SE para atendimento de 4 iniciativas; e parcela de Termo de Cooperação firmado com o Incra para atendimento de 12 iniciativas.

  No exercício de 2013 foram realizados desembolsos de parcelas de convênios firmados em exercícios anteriores, os quais já foram contabilizados como meta física de 2012, portanto, embora estejam em franco processo de desenvolvimento de atividades, eles não serão contabilizados novamente em 2013.

  No exercício de 2014, o recurso do P.O de Apoio a Estruturação da Produção Familiar da ação 20GD foi executado pela Coordenação-Geral de Apoio à Estruturação da Produção Familiar para: i) apoiar 1 projeto de promoção de intercâmbio e troca de experiências entre agricultores e agricultoras familiares nas práticas e conhecimentos

agroecológicos e estimular o debate sobre as estratégias de ampliação de escala das experiências agroecológicas nos territórios, iniciativa realizada no município de Juazeiro/BA; ii) para implementar iniciativas de estruturação de bancos comunitários de sementes em todos os estados do semiárido brasileiro, com o intuito de estimular o resgate, preservação, multiplicação, estoque e distribuição de sementes crioulas e varietais, além de capacitações sobre o tema para o público prioritário (agricultores familiares inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único, localizadas na zona rural do semiárido brasileiro), por meio de um Termo de Parceria firmado no final do exercício de 2014, com recurso empenhado dentro do exercício, contudo, a liquidação e pagamento do recurso somente ocorrerá no início de 2015, após a publicação do instrumento, o que deverá ocorrer nos próximos dias. Sendo assim, a efetiva execução financeira e físicas das metas deste instrumento somente ocorrerá em 2015, quando o indicador físico será contabilizado. Ainda no exercício de 2014, a SESAN utilizou os recursos deste P.O para: iii) apoiar parte das ações da Campanha Brasil Orgânico e Sustentável, por meio da instalação de quiosques em 10 cidades-sede da Copa do Mundo realizada no Brasil (Brasília, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo). O objetivo principal destes quiosques foi demonstrar ao público estrangeiro e local a diversidade, os sabores e a qualidade dos produtos da agricultura familiar e, consequentemente, estimular a produção realizada por este segmento. Em cada um dos quiosques instalados, seis representantes de empreendimentos da Agricultura Familiar de todo o Brasil e de diferentes biomas, selecionados por chamada pública, expuseram e comercializaram produtos orgânicos e da Agricultura Familiar, durante a primeira fase da Copa (11 de junho a 27 de junho de 2014).

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

14/01/2015

- **Atender 142.100 agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de vulnerabilidade social, fomentando atividades produtivas diversificadas, especialmente de alimentos, a partir de conceitos agroecológicos, respeitadas as características culturais**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram incluídas mais 93.130 novas famílias no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, que receberam nesse período, pelo menos, a primeira parcela dos recursos financeiros não reembolsáveis disponibilizados aos beneficiários nesse Programa para que realizem investimentos produtivos. Vale destacar na totalização da meta executada em 2014, o repasse de recursos do Programa de Fomento para 2.513 novas famílias de PCT, das quais 1.333 são quilombolas e 1.180 são indígenas.

Considerando o período 2012-2014, o Programa de Fomento totalizou 147.447 beneficiários em todo o território nacional com, pelo menos, uma parcela recebida da totalidade dos recursos financeiros que devem receber ao serem incluídos nesse Programa. Esse número representa 103,8% da meta que deveria ser alcançada até 2015, tendo sido cumprida, desse modo, em sua integralidade ainda em 2014 (dados referentes ao período entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014).

Quantidade alcançada

147.447

Data de Referência

13/01/2015

- **Elaborar política, marcos legais e instrumentos normativos visando a estruturação da produção dos agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi proposta no PPA com o intuito de constituir debate sobre o apoio às organizações sociais como caminho para fomentar e estruturar a produção de famílias organizadas em comunidades/associações.

Considerando a meta desafiadora estabelecida no âmbito Plano Plurianual e após longo debate que envolveu diversos órgãos de Governo, foi estabelecido marco legal que permitiu inovação na implementação de ações de

fomento/estruturação produtiva de agricultores familiares, de povos indígenas e de povos e comunidades tradicionais, diferenciando-as das ações oficiais de crédito, qual seja: a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, por meio da qual foi instituído o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, entre outras ações de Governo.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais visa estimular a geração de trabalho e renda e promover a segurança alimentar e nutricional de agricultores familiares e outros grupos sociais que vivem em territórios rurais em situação de extrema pobreza. Constitui-se em uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria e objetiva estruturar atividades produtivas dos beneficiários com vistas à inclusão produtiva e promoção da segurança alimentar e nutricional; contribuir para o incremento da renda dos beneficiários, a partir da geração de excedentes nas atividades produtivas apoiadas; estimular atividades produtivas sustentáveis e agroecológicas; promover ações complementares e articuladas com órgãos e entidades para o fortalecimento da autonomia dos beneficiários, especialmente o acompanhamento técnico e social, o acesso aos mercados e a disponibilização de infraestrutura hídrica voltada à produção; e estimular o dinamismo dos territórios rurais, por meio de orientação às famílias beneficiárias acerca das oportunidades econômicas presentes nas cadeias produtivas regionais. O Programa é uma responsabilidade conjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Cabe registrar, contudo, que as contribuições do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, certamente, não respondem integralmente para o alcance desta meta.

Os artigos da Lei 12.512/2011 que dizem respeito ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais foram regulamentados pelo Decreto nº 7.644, de 16 de dezembro de 2011, alterado pelo Decreto nº 8.026, de 6 de junho de 2013. Além desta alteração, foram realizadas mudanças no marco legal do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais por meio da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e pelo Decreto nº 8.121, de 16 de outubro de 2013. As alterações na regulamentação do Programa de Fomento objetivam a recuperação da capacidade produtiva diante dos efeitos da estiagem prolongada sentida desde 2011 na região do Semiárido brasileiro e buscam uma maior integração entre as ações que compõem o eixo da inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria. Inicialmente, a meta era atender na modalidade “fomento semiárido” do Programa de Fomento a 30 mil famílias naquela região, até 2014. Além disso, já foram aprovadas e publicadas quatro Resoluções do Comitê Gestor: Resoluções n°.1 e nº 2, ambas de 20 de agosto de 2013; Resolução nº. 3, de janeiro de 2014; e Resolução nº. 4, de fevereiro do mesmo ano e Resolução nº. 05, em dezembro de 2014.

- **Implantar 176 mil tecnologias sociais de acesso à água para a produção, visando a beneficiar famílias rurais, individual ou coletivamente, no plantio e criação de animais, preferencialmente de forma associada às ações de fomento, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do período de 2011 a 2014 foram contratadas diretamente pelo MDS mais de 155 mil tecnologias, concentradas principalmente no semiárido brasileiro, a partir de parcerias com estados, Consórcios Públicos e Organizações da Sociedade Civil. Além disso, outras 40 mil tecnologias foram contratadas por meio de outras parcerias, sendo 20 mil pela Petrobras e 20 mil via parcerias firmadas pelo BNDES e pela Fundação Banco do Brasil. Do total de contratadas desde 2011 foram implementadas 101.884 tecnologias, sendo 98.907 entre os anos de 2012 e 2014 e mais de 62 mil apenas a partir das parcerias firmadas pelo MDS.

Quantidade alcançada

98.907

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Após o acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos, firmado em 2013, o monitoramento da redução do sódio, com dados de análises laboratoriais, rotulagem nutricional e retirada de sódio na produção de massas instantâneas, pães de forma e bisnaguinhas, mostrou que as metas foram alcançadas por 94,9% das massas instantâneas, 97,7% dos pães de forma e 100% das bisnaguinhas.

Para o consumo mais adequado de alimentos que preencham as necessidades nutricionais da população, foi regulamentada a alteração da forma de uso de termos como “light”, “baixo”, “rico”, “fonte”, “não contém”, entre outros, nos rótulos de todos os alimentos produzidos no País e o estabelecimento de critérios para o uso das alegações de fonte e alto teor de proteínas. Esta medida adequou as normas brasileiras às regras do Mercosul, o que facilita a circulação dos alimentos entre os países integrantes do bloco.

A situação alimentar e nutricional nacional é acompanhada por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), onde são registrados os dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Esse acompanhamento permite a estratificação de risco nutricional da população e o planejamento do cuidado em saúde. A média da cobertura municipal do Sisvan em 2014, segundo dados parciais, foi de 15,5% e o número de indivíduos com acompanhamento nutricional registrado no sistema é de 16,8 milhões.

A estratégia de enfrentamento da anemia ferropriva, delineada em 2013, teve as diretrizes operacionais e logísticas implementadas em 2014 no âmbito das creches do Programa Saúde na Escola - PSE, por meio da fortificação de uma das refeições oferecidas para as crianças durante 60 dias por semestre – NutriSUS.

A estratégia consiste na adição de uma mistura de 15 micronutrientes em pó, diariamente, em uma das refeições oferecidas para as crianças com idade entre 6-48 meses com o objetivo prevenir e controlar a anemia e outras carências nutricionais específicas, além de proporcionar o pleno desenvolvimento infantil.

A prescrição passou a fazer parte dos cuidados previstos para as crianças matriculadas em creches do PSE. Em 2014, houve a adesão de 1.717 Municípios e 6.864 creches, com 330.376 crianças matriculadas.

Para abastecimento dos municípios, em 2014, foram importados 20 milhões de sachês, que foram distribuídos aos Municípios brasileiros que solicitaram adesão ao NutriSUS. A próxima etapa será, no âmbito das Unidades Básicas de Saúde, com o público beneficiário do Bolsa Família, testar a substituição do sulfato ferroso isolado pelo sachê com múltiplos micronutrientes. As Equipes de Atenção Básica serão responsáveis pela orientação das famílias sobre o uso do produto em domicílio.

Metas 2012-2015

- **100% das Unidades Básicas de Saúde equipadas com balanças e antropômetros**

  Análise Situacional da Meta

  Dados do Censo das Unidades Básicas de Saúde (UBS) realizado em 2011/2012 por meio da avaliação externa do .1º ciclo do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica (PMAQ-AB) mostraram que apenas 34% das 38.799 UBS avaliadas possuíam um ou mais dos equipamentos básicos: balança pediátrica, balança plataforma com capacidade de 150 ou 200 Kg, antropômetro, régua antropométrica e fita métrica. Para apoiar a estruturação da vigilância alimentar e nutricional nos serviços de saúde foi criado o incentivo financeiro para compra de equipamentos antropométricos adequados para UBS que possuam ao menos uma equipe participante do PMAQ-AB e também Polos do Programa Academia da Saúde que estejam em funcionamento e recebendo custeio para suas ações (Portaria Nº 2975 de 14/12/2011). Entre 2011 e 2014 foram contemplados com o incentivo financeiro o total de 13.432 UBS e 224 Polos Academia da Saúde, sendo que o repasse dos recursos para os municípios com UBS e Polos Academia da Saúde contemplados em 2014 (Portaria N° 2.268 de 16/10/2014) ocorrerá em 2015.

  Soma-se a essa iniciativa a estratégia de aquisição de 6.767 balanças que foram entregues diretamente a 2.512 municípios.

  Aguarda-se a análise dos dados da avaliação externa do 2º Ciclo do PMAQ-AB (2013/2014) para atualização do percentual de UBS equipadas com balanças e antropômetros.

- **Aprovação da atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição do SUS**

Análise Situacional da Meta

O processo de atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) foi iniciado em 2010 e continuado em 2011, contanto com a participação de representantes da sociedade civil organizada, de instituições de ensino e pesquisa, gestores e profissionais do SUS. A pactuação do novo texto da PNAN ocorreu em reunião ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) realizada em 27/10/2011.

- **Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos**

Análise Situacional da Meta

O aumento descrito na meta tem como ponto de partida as 20 culturas monitoradas pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), até o ano de 2010, sendo elas: abacaxi, alface, arroz, banana, batata, beterraba, cebola, cenoura, couve, feijão, laranja, maçã, mamão, manga, morango, pepino, pimentão, repolho, tomate e uva. Com vistas ao cumprimento da meta e em consonância com o objetivo de ampliar o número anual de amostras por culturas, no período de 2012 a 2015 está planejado o monitoramento de 25 culturas agrícolas.

O PARA, no ano de 2012, coletou e analisou as seguintes culturas com suas respectivas quantidades: 227 amostras de laranja; 229 amostras de cenoura e 210 amostras de abacaxi; 240 amostras de alface; 263 amostras de maçã; 264 amostras de pepino; 179 amostras de arroz; 160 amostras de abobrinha; 150 amostras de morango; 165 amostras de tomate; 211 amostras de milho; 249 amostras de feijão e 239 amostras de uva. Desta forma, seguindo o planejamento do Plano Amostral do PARA, as metas para o ano de 2012 estabelecidas foram alcançadas com a validação da metodologia de análise de mais duas culturas agrícolas, ou seja, abobrinha e milho.

Em 2013, a meta foi alcançada quando foram coletadas 2 novas culturas agrícolas para análise dos níveis de resíduos de agrotóxicos. As duas novas culturas coletadas foram a goiaba e o trigo.

Para o ano de 2014 foi incluído no Plano Amostral do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), a última cultura para atingirmos a meta pactuada de um aumento de 25% das amostras passíveis de serem coletadas e analisadas pelo PARA. A cultura escolhida foi a cultura da mandioca que foi coletada no período de outubro a dezembro de 2014 e enviada para o LACEN-MG.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar para 35% a cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan)**

Análise Situacional da Meta

A média da cobertura municipal do Sisvan em 2014, segundo dados parciais, foi de 15,5% e o número de indivíduos com acompanhamento nutricional registrado no sistema é de 16,8 milhões

O acompanhamento da situação alimentar e nutricional por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional contempla o registro dos dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF). Em 2011, a média da cobertura municipal do SISVAN foi de 14%. Dados preliminares do Sisvan Web revelam que houve aumento de 21% no período avaliado, passando de 15,9% em 2012 para 20,1% em 2013. Ressalta-se que os dados são preliminares, pois estão sendo adotadas rotinas de higienização das bases de dados.

Quantidade alcançada

15,5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	50	%	11,2	31/12/2014
Região Nordeste	25	%	21,7	31/12/2014
Região Norte	30	%	20,1	31/12/2014
Região Sudeste	50	%	14	31/12/2014
Região Sul	50	%	8,2	31/12/2014

- **Avaliar a redução dos limites tolerados de micotoxinas em alimentos, tendo como base o disposto em legislação específica**

Análise Situacional da Meta

A Resolução – RDC nº 7/2011 estabeleceu um escalonamento para entrar em vigor os limites de micotoxinas em alimentos. Assim, a referida norma está vigente, desde 18/02/2011, para as micotoxinas Aflatoxinas (B1, B2, G1, G2), Ocratoxina A, Patulina, Desoxinivalenol, Fumonisinas (B1, B2) e a Zearalenona para algumas categorias de alimentos. O critério para entrada em vigor imediatamente foi de não haver problemas sérios em relação ao controle da contaminação ou pelo reconhecimento da necessidade de se ter alimentos infantis de melhor qualidade.

Em janeiro de 2012, os limites de Desoxinivalenol, Fumonisinas (B1, B2) e a Zearalenona foram estabelecidos para o restante das categorias de alimentos de interesse. Para matérias-primas, a Resolução entraria em vigor em 2014. Em 2016 haveria a redução dos limites em relação àqueles estabelecidos em 2012, de forma a aproximá-los do que hoje está definido em outros países, como na União Europeia. Este escalonamento de prazos deveu-se a solicitação anterior do MAPA e do setor produtivo, à época da discussão da regulamentação.

Em 2013 o setor produtivo manifestou seu temor em relação aos limites estabelecidos, especialmente os que entrariam em vigor em 2014 e 2016. A Câmara Setorial das culturas de Inverno, de milho e de arroz solicitaram a prorrogação do prazo, juntamente com o compromisso de apresentação de dados do monitoramento da safra nacional dos grãos quanto a níveis de Micotoxina empregando adequadas metodologias de amostragem e quantificação, em dezembro de 2016. Argumentaram que apartir desses dados seria possível ter um panorama realístico da qualidade dos cereais produzido nas diversas regiões do País, em distintos anos (três).

É fundamental ressaltar que a regulamentação efetuada por meio da Resolução RDC nº 7/2011 tem por motivo principal o fato de que as micotoxinas estão associadas a diversos agravos à saúde, inclusive podendo ser genotóxicas e carcinogênicas, como no caso das aflatoxinas. Logo, a ausência de limites máximos permitiria que produtos com altos níveis de contaminação, uma vez recusados para alimentação animal ou rechaçados em outros países, fossem destinados à alimentação humana no Brasil. Entretanto é fundamental que os limites sejam estabelecidos a partir da análise da maior quantidade de dados disponíveis e que retratem a realidade nacional.

Pelos motivos expostos acima, a Anvisa acatou a solicitação do setor produtivo, por intermédio do MAPA, publicando a Resolução RDC nº 59, em 26 de dezembro de 2013, que prorrogou os prazos até 1º de janeiro de 2017 para aqueles limites máximos que entrariam em vigor em 2014 e 2016. Entretanto esses motivos aumentaram a importância de se realizar o monitoramento das micotoxinas nas diversas categorias de alimentos.

Tradicionalmente somente era realizada a análise de aflatoxinas em amendoim e produtos de amendoim e de milho, devido a existência de limites somente para esses produtos e o histórico de não conformidades em amendoim e produtos de amendoim.

A construção da ampliação da capacidade analítica se deu pela celebração de convênios e descentralização de recursos para Laboratórios Centrais de Saúde Pública para torna-los aptos a realização dessas análises.

A priorização dos alimentos a serem analisados foi o seu impacto na exposição ao contaminante, ou seja, a quantidade daquele tipo de alimento a ser ingerido, bem como a possibilidade daquele tipo de alimento estar mais sujeito a contaminação a determinada micotoxina.

- **Elaboração do Plano Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade**

Análise Situacional da Meta

Entre as iniciativas de responsabilidade do Ministério da Saúde está a organização da linha de cuidado às pessoas com

sobrepeso e obesidade na Rede de Atenção à Saúde. Para tanto foram publicadas importantes normativas para organização dessa linha de cuidado no SUS: Portaria nº 424, de 19 de março de 2013, que redefine as diretrizes para a organização da prevenção e do tratamento do sobrepeso e obesidade como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas; e Portaria nº 425, de 19 de março de 2013, que estabelece regulamento técnico, normas e critérios para o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade.

Em 2013, foi aprovada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) a "Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade: Recomendação para estados e municípios", no escopo do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. A partir do documento, estão sendo realizadas diversas discussões com representantes de estados e municípios para apoiar na organização local de ações para prevenção e controle da obesidade.

- **Implantação de uma nova estratégia para o controle e prevenção da anemia ferropriva**

Análise Situacional da Meta

A nova estratégia de enfrentamento da anemia ferropriva foi delineada em 2013 e as diretrizes operacionais e logísticas foram implementadas em 2014 em duas frentes: i) no âmbito das creches do Programa Saúde na Escola por meio da fortificação de uma das refeições oferecidas para as crianças durante 60 dias por semestre; e ii) no âmbito das Unidades Básicas de Saúde - público Bolsa Família com vistas à substituição do sulfato ferroso pelo novo produto. As Equipes de Atenção Básica serão responsáveis pela orientação das famílias sobre o uso do produto em domicílio (60 dias/semestre). A prescrição deverá fazer parte dos cuidados previstos para as crianças.

Em 2014, a adesão ocorreu entre 04 de abril e 06 de julho deste ano e aderiram 1.718 municípios e 6.874 creches, com 331.181 crianças matriculadas.

Para este ano foram priorizados: municípios das Regiões Norte e Nordeste com creches prioritárias; municípios com mais de 110 crianças matriculadas em creches das Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Além de municípios dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, semiárido de MG e aqueles que participam da agenda de intensificação da atenção nutricional à desnutrição infantil (ANDI) que apresentam creches prioritárias. Foram definidas como creches prioritárias aquelas com, pelo menos, 95% das crianças menores de 48 meses, segundo dados do INEP.

Foi realizada a importação de 20 milhões de sachês (R$ 2,5 milhões), que foram distribuídos aos municípios entre agosto e novembro de 2014. A suplementação nas creches teve início no 2º semestre/2014, seguindo o calendário escolar.

A proposta de incorporação da tecnologia para produção nacional dos sachês com micronutrientes foi aprovada na CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS) em junho/14 após submissão à consulta pública.

O Ministério da Saúde está investindo em PDP (Parceria para o Desenvolvimento Produtivo) para incorporação da tecnologia de produção dos sachês, firmada junto ao Laboratório Farmacêutico da Marinha e parceiros. Durante o ano de 2014, foi sendo estruturado o parque produtivo do laboratório e estão sendo realizados os testes de estabilidade do produto para registro junto à Anvisa. A transferência de tecnologia efetiva está prevista para iniciar no 1º semestre de 2015 e a produção nacional está prevista para o 2º semestre/2015.

- **Implantar o Sistema Eletrônico de Notificação e Registro de Produtos na Área de Alimentos**

Análise Situacional da Meta

A Anvisa construiu o Sistema de Peticionamento Eletrônico de Notificação de Alimentos que permite as empresas inserirem informações sobre os alimentos isentos de registro,criando um banco de dados sobre empresas e produtos alimentícios no Brasil e acessível aos envolvidos nos órgãos de controle, setor regulado e consumidor. A primeira e segunda iteração (construção do peticionamento eletrônico de notificação de alimentos e consultas a serem efetuadas no sistema pela Anvisa e pelas vigilâncias sanitárias estaduais e relatórios) estão terminadas aguardando a publicação

do regulamento para então ser colocado em produção. A 3ª iteração (módulo de gerenciamento dos dados e controle pós mercado) está em desenvolvimento.

- **Pactuação da redução do teor de sódio e açúcar em 100% das categorias prioritárias de alimentos processados**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Saúde (MS) vem coordenando as agendas de redução do consumo de sódio, gorduras e açúcar, que incluem estratégias de promoção da alimentação adequada e saudável, de educação e informação, de reformulação de alimentos processados e dos alimentos produzidos e consumidos fora do domicílio de rotulagem nutricional. No campo da proteção da saúde, como uma agenda de redução de riscos, vem sendo trabalhada a reformulação de alimentos processados, particularmente em relação à redução do conteúdo de sódio, gorduras trans e saturadas e açúcares.

A agenda de reformulação de alimentos constitui um dos eixos de um Termo de Cooperação entre o MS e a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação e Nutrição (Abia), a partir do qual já houve ações voltadas à eliminação das gorduras trans (entre 2008 e 2010) e, a partir de 2010, iniciou-se a discussão e implementação da redução do sódio nesses alimentos.

Entre 2011 e 2013 foram assinados três Termos de Compromisso entre MS e ABIA para redução do teor de sódio nas 15 categorias prioritárias de alimentos processados, o que significa a retirada de 28,5 mil toneladas de sódio destes alimentos até 2020. Foram selecionadas categorias de alimentos prioritários para a redução do sódio, com base na participação na ingestão de sódio e na proteção de públicos vulneráveis como crianças e adolescentes, para os quais foram pactuadas metas voluntárias e bianuais de redução. Com isso, foram definidas metas de redução de sódio para 100% das categorias prioritárias de alimentos processados: massas instantâneas, pães de forma, bisnaguinhas, maionese, pão francês, bolos, misturas para bolos, biscoitos, salgadinhos e batatas fritas, temperos, caldos, cereais matinais, margarinas vegetais, sopas, produtos lácteos e cárneos.

Em 2014, foram divulgados os resultados do monitoramento do primeiro Termo de Compromisso para redução do sódio nos alimentos, em que se estabeleceram metas de redução para massas instantâneas, pães de forma e bisnaguinhas. Segundo os dados da avaliação da rotulagem nutricional de 287 produtos, estavam com teor de sódio abaixo da meta estabelecida para 2012: 94,9% das massas instantâneas (1920,7mg/100); 97,7% dos pães de forma (645mg/100g); e 100% das bisnaguinhas (531mg/100g). Houve redução também no teor médio de sódio em cada uma das categorias pactuadas entre 2011 e 2013: 15,3% nas massas instantâneas; 10,8% nos pães de forma; 10,9% nas bisnaguinhas.

- **Promover o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares e gorduras em 50% dos estados**

Análise Situacional da Meta

De acordo com o Informe Técnico n 50/2012 sobre o teor de sódio dos alimentos processados, quinze estados realizaram o monitoramento em alimentos processados dos teores de sódio, açúcares, gorduras, representando o percentual de 55% dos estados.

As amostras foram colhidas pelas vigilâncias sanitárias dos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e foram analisadas pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS) e pelos Laboratórios de Saúde Pública (Lacens) dos Estados do Ceará e de Minas Gerais e também pelo Instituto Adolfo Lutz (IAL), em São Paulo. Foram analisadas 26 categorias de alimentos, totalizando 496 produtos diferentes.

Segundo o Informe Técnico n. 54/2013 sobre o teor de sódio nos alimentos processados, amostras fiscais e de monitoramento foram colhidas pelas vigilâncias sanitárias em dez estados: CE, GO, ES, MG, PE, PR, RJ, RN,SC e SP. As análises de sódio foram realizadas nos Lacens dos Estados. Foram analisados 24 alimentos perfazendo o total de 323 laudos analíticos.

Os equipamentos e insumos estão sendo especificados, foi negociado que o INCQS irá registrar uma Ata de Registro de Preços com estes equipamentos e insumos e os estados irão participar. Para tal os responsáveis pelas compras nos Estados foram treinados.

No ano de 2014, 70% dos estados participaram do monitoramento dos alimentos: Região Norte (PA, TO , AC, AP , RO), Região Nordeste (AL, PB,CE,SE), Região Centro-Oeste (GO,MS,DF), Região Sudeste (RJ, MG, SP, ES) e Região SUL (PR,RS,SC).

As ações do monitoramento de alimentos são pactuadas entre os laboratórios de saúde pública e as vigilâncias sanitárias dos estados e do Distrito Federal. Envolve a definição dos planos amostrais, escolha dos alimentos e a programação das coletas pelas vigilâncias sanitárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (ações descentralizadas) previamente acordadas com a demanda de recebimento das amostras e execução da análise nos LACEN. Outra ação está relacionada com a redistribuição das amostras por meio dos grupos técnicos de Monitoralimentos (representantes dos Lacen e INCQS) e Monitoralimentos-VISA visando a otimização da capacidade analítica dos laboratórios envolvidos nas análises.

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Droga

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Taxa de dependentes de álcool	%	31/12/2005	12,3	-	-
Taxa de dependentes de tabaco	%	31/12/2005	10,1	-	-
Taxa de uso na vida de alucinógenos	%	31/12/2005	1,1	-	-
Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos	%	31/12/2005	5,6	-	-
Taxa de uso na vida de cocaína	%	31/12/2005	2,9	-	-
Taxa de uso na vida de crack	%	31/12/2005	0,7	-	-
Taxa de uso na vida de de solventes	%	31/12/2005	6,1	-	-
Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes	%	31/12/2005	0,9	-	-
Taxa de uso na vida de estimulantes	%	31/12/2005	3,2	-	-
Taxa de uso na vida de heroína	%	31/12/2005	0,09	-	-
Taxa de uso na vida de maconha	%	31/12/2005	8,8	-	-
Taxa de uso na vida de merla	%	31/12/2005	0,2	-	-
Taxa de uso na vida de opiáceos	%	31/12/2005	1,3	-	-
Taxa de uso na vida de orexígenos	%	31/12/2005	4,1	-	-
Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco	%	31/12/2005	22,8	-	-
Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína)	%	31/12/2005	1,9	-	-

Observações:

Taxa de dependentes de álcool - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de dependentes de tabaco - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de alucinógenos - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de benzodiazepínicos - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de cocaína - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de crack - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de de solventes - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de esteróides anabolizantes - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de estimulantes - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de heroína - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de maconha - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de merla - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de opiáceos - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de orexígenos - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de qualquer droga, exceto álcool e tabaco - Não houve divulgação de novos dados.
Taxa de uso na vida de xaropes (Codeína) - Não houve divulgação de novos dados.

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas e capacitar, de forma continuada , atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Durante o primeiro semestre de 2014, deu-se continuidade às diversas frentes de trabalho do Ministério da Justiça, que contribuem para o alcance do objetivo proposto.

O programa "Crack, é possível vencer" estima investimentos da ordem de R$ 4 bilhões em ações sistêmicas e integradas nas áreas de saúde, segurança, assistência social, educação e direitos humanos, com a finalidade de prevenir o uso e promover a atenção integral ao usuário de crack, bem como enfrentar o tráfico de drogas.

Com o objetivo de reduzir a demanda e a oferta de drogas, no âmbito do Programa "Crack, é Possível Vencer!", o Governo Federal tem se orientado pela promoção de ações centradas no desenvolvimento integral da pessoa humana e na promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do país, visando o objetivo principal de tornar o cidadão brasileiro menos vulnerável a adotar comportamentos de risco em relação ao uso indevido de drogas.

No âmbito desse programa, estão sendo realizadas ações com vistas à capacitação dos diferentes atores que atuam na política sobre drogas. A partir de parcerias com instituições públicas de ensino superior, são ofertados cursos presenciais e à distância, visando atingir um público abrangente, como forma de garantir a eficácia e a efetividade das ações de prevenção do uso, tratamento, reinserção social e ocupacional, redução de danos e repressão ao tráfico de drogas. No eixo "Prevenção" do programa "Crack, é Possível Vencer!", estava prevista capacitação à distância de 483.000 pessoas até 2014, entre educadores; policiais; operadores do direito; profissionais das redes de saúde e da assistência social; agentes de comunidades terapêuticas; lideranças religiosas e conselheiros comunitários. Os profissionais capacitados em muito devem contribuir com o Programa "Crack, é Possível Vencer!", haja vista que a população passa a contar com a oferta de serviços qualificados na intervenção em situações relacionadas ao uso de crack, álcool e outras drogas. Até o final de 2014, foram ofertadas 434.000 vagas nos diversos cursos disponibilizados pela SENAD.

Dentre as capacitações promovidas pelo MJ, cabe destacar: curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas; curso SUPERA - Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento; curso para integração de competências no desempenho da atividade judiciária com usuários e dependentes de drogas; curso de prevenção ao uso indevido de drogas - capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias; curso de prevenção do uso de drogas em instituições religiosas e movimentos afins - Fé na Prevenção; curso de capacitação para comunidades terapêuticas (CT).

Aliado à capacitação para os educadores, destaca-se o projeto "Diga Sim à Vida – Turma da Mônica", para a utilização adequada de materiais pedagógicos (revistas em quadrinhos e desenhos animados com personagens da Turma da Mônica e da Turma da Tina) com vista à prevenção do uso de álcool, crack e outras drogas para o público infanto-juvenil, no contexto escolar, buscando integrar educadores, pais e responsáveis na reflexão sobre o uso de drogas, bem como no desenvolvimento de ações de prevenção diretamente com os alunos/filhos.

No primeiro semestre de 2014, foram distribuídos 595.503 exemplares, entre materiais educativos e informativos sobre a temática drogas do Programa "Crack, é Possível Vencer!", composto por cartilhas, livretos, revistinhas, que somados aos 1.180.000 distribuídos entre 2012 e 2013, resulta num total de 1.775.503 exemplares distribuídos até junho de 2014. Nos meses de novembro e dezembro de 2014 foi realizado o envio de cerca de 145 mil cartilhas para diferentes destinatários. O material escoado é diverso e inclui as cartilhas da série Fique por Dentro do Assunto; Guia Consultório de Rua; Panfletos; Kits da turma da Mônica, etc. O total de materiais distribuídos entre 2012-2014 foi de 1.920.503 unidades, o que compreende cartilhas da série Fique por Dentro do Assunto, Guia Consultório de Rua, Panfletos e Kits da turma da Mônica.

Em relação ao VIVAVOZ (132), serviço de atendimento telefônico, 24 hs., gratuito, que fornece informações sobre os riscos do uso indevido de drogas e seus efeitos no organismo, bem como orientação sobre os locais de tratamento disponíveis, no primeiro semestre de 2014, foram protocolados 87.282 ligações e no segundo semestre de 2014, foram 142.546. No acumulado 2012-2014, foram protocoladas 797.999 chamadas até 31 de Dezembro de 2014.

O Portal do Programa "Crack, é possível vencer!" (www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/home) é mais um canal de

acesso a informações sobre a prevenção e o tratamento de usuários, sendo um instrumento de comunicação das diretrizes, estratégias e ações do Governo Federal em conjunto com os estados, municípios e organizações não-governamentais. Desde 2012, foram realizados 3.055.153 acessos a esse portal.

O Plano prevê ainda, a implantação de 65 Centros Regionais de Referência (CRR) ligados às instituições públicas de ensino superior para formação permanente dos profissionais que atuam no âmbito da justiça e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares. Até o final de 2013, foram implantados 51 CRR. Atualmente, mais 4 CRR estão em processo de renovação para oferta de um total de 1.600 vagas. Registre-se ainda a realização da XV Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, visando estimular a sociedade brasileira a refletir sobre os aspectos negativos relacionados ao uso indevido de drogas lícitas e ilícitas. O tema abordado nesse evento foi "Educação na prevenção do uso de drogas". O avanço na consolidação dessa rede de capacitação será fundamental para conferir sustentabilidade e viabilizar a expansão do Programa “Crack, é Possível Vencer!”. Em 2014, foi realizada XVI Semana Nacional de Políticas sobre Drogas, com o tema “Prevenção do uso do álcool na adolescência.

Metas 2012-2015

- **Ampliação e manutenção do serviço Viva Voz (132) 24h como veículo para prestar informações e orientações sobre crack e outras drogas para usuários e familiares - Plano Crack, é possível vencer!**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do Programa “Crack, é Possível Vencer!”, o serviço de utilidade pública de atendimento telefônico - VIVAVOZ (132), gratuito, com orientação e informações sobre os riscos do uso indevido de drogas e seus efeitos no organismo, disponível por 24 horas, em todos os dias da semana e feriados, oportuniza a oferta de auxílio na busca de locais de tratamento. Importante destaque se faz à ampliação do número de atendimentos a usuários, familiares e público em geral. Durante todo o ano de 2013, foram protocoladas 284.228 ligações e realizados 40.733 atendimentos. Durante o primeiro semestre de 2014, foram protocolados 87.282 ligações e no segundo semestre de 2014, foram 142.546. No acumulado 2012-2014, foram protocoladas 797.999 chamadas até 31 de Dezembro de 2014.

- **Capacitar policiais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal na temática vinculada à prevenção do uso de drogas na associação com o trânsito brasileiro, bem como o desenvolvimento de habilidades em abordagem dos condutores que apresentam sinais de consumo de álcool ou outras drogas e o adequado uso de etilômetros. PLANO CRACK É POSSÍVEL VENCER!**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013-2014 foram ofertadas 3.000 vagas, na modalidade de curso presencial, distribuídas em todos os Estados e no Distrito Federal. Ofertada, não significa que os policiais foram efetivamente capacitados, pois neste período houve toda uma preparação de conteúdo e capacitação de instrutores. Também foram capacitados 50 instrutores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) do Ministério da Justiça, como multiplicadores de informação e pontos de referência institucional nas temáticas drogas e trânsito. O projeto foi elaborado e o termo de cooperação assinado pela SENAD e o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e as matrículas para o curso foram disponibilizadas no 1º semestre de 2014. O curso visou capacitar policiais rodoviários federais para atuarem tanto na prevenção do uso de crack, álcool e outras drogas como também na fiscalização do uso dessas substâncias psicoativas associado à condução veicular e ao trânsito nas rodovias federais, bem como realizar projeto de pesquisa específica, no período do projeto, para avaliar a efetividade dessas intervenções, tanto no policial quanto no motorista e no trânsito, como também o conhecimento das dificuldades de fiscalização de consumo de substâncias psicoativas nas rodovias. Da formação dos 50 instrutores previstos , efetivamente foram capacitados 30 . Na prática, contamos atualmente com 45 instrutores na medida que já tínhamos capacitados 15 em uma meta anterior e foi possível o envolvimento deles nas capacitações. Da formação de Polícias , atingimos o número de 2400 policias capacitados ao final de 2014, distribuídos em todos os estados brasileiros.

  Quantidade alcançada

  2.400

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar profissionais de segurança pública com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos envolvidos no enfrentamento das questões relacionadas ao uso de drogas lícitas e ilícitas, políticas e legislações, vulnerabilidades e violência**

Análise Situacional da Meta

"Em 2012, houve a adesão de 12 estados e do Distrito Federal ao programa Crack, é Possível Vencer, além das prefeituras de suas respectivas capitais. Já em 2013, ocorreu a adesão dos demais 14 estados, além de 92 municípios com mais de 200 mil habitantes em todo o país. Como instrumento de qualificação dos profissionais que viriam a atuar nas bases comunitárias com videomonitoramento móvel – BCMV, previstas no Programa, a SENASP ofertou os seguintes cursos modulares a todos os profissionais de segurança envolvidos:

1. Módulo I – Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária para o Programa Crack é possível vencer (80h/a), cujo objetivo é capacitar profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso crack e de outras drogas para desenvolverem ações de segurança pública orientadas pela filosofia de polícia comunitária;

2. Módulo II - Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias – TEPAC, Redes de Atenção e Cuidado (40h/a), cujo objetivo é capacitar profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso crack e de outras drogas de forma que possam reconhecer as redes de atenção, prevenção e cuidado e o seu papel neste cenário. É o segundo módulo de capacitação para atuação no Programa Crack, é possível vencer.

3. Módulo III - Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias – TEPAC, Abordagem a pessoas em situação de risco (40h/a), cujo objetivo é potencializar a capacitação dos operadores de segurança pública que atuarão nas cenas de uso e tráfico de drogas, no que tange ao emprego racional e adequado das tecnologias de menor potencial ofensivo, vislumbrando esse emprego baseado nos princípios que regem as ações policiais, sobretudo, o principio da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da necessidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, da defesa dos direitos humanos.

Nos anos de 2012, 2013 e 2014, foram capacitados, respectivamente 1.239, 3.111 e 3.513 profissionais de segurança pública, totalizando até a data de 31/12/2014. 7.863 profissionais."

- **Capacitar profissionais e voluntários de Comunidades Terapêuticas, visando a reabilitação e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas - Plano Crack, é possível vencer!**

Análise Situacional da Meta

Curso de extensão universitária gratuito, executado pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), na modalidade de educação à distância, para capacitação em conceitos básicos, tratamento e reinserção social para líderes, terapeutas e gestores de comunidades terapêuticas (CT). O foco da capacitação é voltado tanto para recuperação clínica como para reabilitação e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas. Em dezembro de 2013 teve início uma edição do curso para 10.300 alunos inscritos, com encerramento das atividades, no ambiente virtual, em junho de 2014. Estava prevista a realização de uma segunda edição desse curso, em 2014, para completar a meta de 20.000 vagas ofertadas. Entretanto, em função da baixa procura, as vagas restantes foram transferidas para o curso SUPERA. Durante o período de 2012-2014 foram ofertadas, ao todo, 10.300 vagas.

Quantidade alcançada

10.300

Data de Referência

31/12/2014

- **Contribuir para o aprimoramento técnico-metodológico e a adequação da ação conjunta entre os operadores do direito, segurança pública e equipes multidisciplinares, visando o cumprimento de penas alternativas e medidas socioeducativas e protetivas para diminuição da reincidência do consumo, por meio da articulação e cooperação com a rede de saúde, de assistência social, e outras organizações comunitárias - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

Curso de extensão universitária gratuito, na modalidade de educação à distância, carga horária de 120h/aula, com duração de três meses dirigido à equipe multiprofissional de Juizados Especiais Criminais e Varas da Infância e Juventude, para aplicação adequada da Lei 11.343/2006, destinado a juízes, promotores, defensores públicos e profissionais que atuam na área psicossocial dos Juizados Especiais Criminais e Varas da Infância e da Juventude. A primeira edição do curso foi iniciada em 2011 e concluída em 2012, por 7.857 alunos. No ano de 2013, a Universidade de São Paulo, executora do curso, elaborou um plano de trabalho para execução de nova turma para 30 mil vagas, no segundo semestre de 2014. Na fase atual, tem sido realizada a contratação de serviços para operacionalizar as pré-inscrições para o curso e a produção do material do aluno (30.000 livros-texto). A divulgação do curso tem sido feita por meio do seminário de boas práticas do Poder Judiciário no trato de usuários de drogas em conflito com a lei. Já foram realizados dois seminários nos Estados de São Paulo e Alagoas e estão previstos mais dois, nos Estados do Amazonas e Paraná. Até o mês 08/2014 completamos a meta de realizar 5 seminários regionais. Realizamos 4 neste período (jan/ago) em SP, AL, AM e PR . O de Brasília já havia sido realizado. A meta de 30 mil vagas ofertadas para operadores do direito não foi realizada em 2014. Todas as ações estruturantes se prorrogaram no tempo por varias razões. Há uma lógica no plano de trabalho que necessitava que primeiro realizássemos os seminários , que funcionaram, como difusão do tema e do curso para mobilização dos interessados destinatários da ação. Atualmente estamos tratando da prorrogação do convênio e todos os procedimentos licitatórios estão em andamento, com as matrículas de alunos e cursos previstos para o primeiro semestre de 2015.

- **Criar curso técnico em reabilitação de dependência química**

Análise Situacional da Meta

O processo de formatação do curso técnico estava em tratativas entre o Ministério da Justiça e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal. Considerando que já foram criados cursos técnicos em dependência de drogas no país por outras instituições, o processo com o Instituto Federal foi interrompido

- **Disseminar informações à sociedade brasileira sobre o uso de drogas, a partir de ações educativas, da elaboração de materiais e de campanhas de caráter informativo e educativo em todos os estados e Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

Durante o período de 19 a 26 de junho de 2013, foi realizada a XV Semana Nacional de Políticas sobre Drogas. O tema abordado durante a Semana foi "Educação na prevenção do uso de Drogas". No primeiro semestre de 2014, foram distribuídos 595.503 exemplares, entre materiais educativos e informativos sobre a temática drogas do Programa "Crack, é Possível Vencer!", composto por cartilhas, livretos, revistinhas, que somados aos 1.180.000 distribuídos entre 2012 e 2013, resulta num total de 1.775.503 exemplares distribuídos até junho de 2014. Nos meses de 11 e 12/14 foi realizado o envio de cerca de 145 mil cartilhas. No âmbito do Projeto “Diga Sim à Vida”, cabe destacar a distribuição, em 2013, de um total de 31.393 kits, sendo 10.615 do primeiro tipo (destinado aos professores que atuam no ensino infantil e fundamental) e 20.778 destinados a alunos do ensino médio (Turma da Mônica Jovem e Turma da Tina Jovem).No ano de 2014, não houve distribuição desse tipo de material.

Foram aplicadas e adaptadas ao contexto brasileiro três metodologias de prevenção ao uso de álcool e outras drogas. A metodologia Good Behavior Games (em escolas, para crianças de 06 a 10 anos) atingiu 3 escolas no Estado de SP e 3

escolas no Estado de SC num total de 874 educandos e em 2014 o programa alcançou 1875 educandos na rede pública de 21 escolas municipais e/ou estaduais em Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa, São Paulo, São Bernardo do Campo, Taboão da Serra-SP e Tubarão-SC, com 78 professores formados para implementação da versão brasileira do programa, denominada Jogo Elos. A metodologia Strengthening Family Program, denominada Fortalecendo Famílias (em equipamentos da assistência social, para jovens de 10 a 14 anos e seus responsáveis) foi implementado no Distrito Federal em 2013 para 200 participantes. Em 2014, a versão adaptada do programa, foi implementado além do DF, também nos municípios de Florianópolis-SC, Fortaleza-CE, Cruzeiro do Sul-AC, Rio Branco-AC, Rodrigues Alves-AC e Mâncio Lima-AC, por meio de um total de 26 grupos de em média 7 famílias cada. Os profissionais de São Paulo foram formados para implementação do programa em 2015. No total foram certificados 263 facilitadores (da assistência social, saúde e outras áreas). A metodologia Unplugged (denominada #Tamojunto), em escolas, para jovens de 10 a 14 anos foi implementada em 2013 nos Estados de São Paulo e Santa Catarina para 2161 educandos. Ainda na fase piloto, com realização de um estudo controlado randomizado para avaliação da efetividade da versão brasileira do programa no primeiro semestre de 2014, o projeto atingiu 5.664 alunos da rede pública municipal e/ou estadual nas cidades de Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, João Pessoa,São Paulo, São Bernardo do Campo, Tubarão-SC e Distrito Federal. No 2o semestre de 2014, o programa entrou em todas as 5 regiões brasileiras (além das cidades citadas anteriormente, o programa foi implementado também em Cruzeiro do Sul-AC, Rodrigues Alves-AC, Rio Branco e Taboão da Serra-SP), alcançando mais 7.170 mil alunos da rede pública.Além disso, em agosto de 2014, foram realizadas três formações presenciais de multiplicadores locais do programa #Tamojunto (profissionais de saúde e educação das Gestões Locais), além da capacitaçao contínua destes ao longo do semestre na formação e acompanhamento dos professores e profissionais da saúde implementadores do programa. Este modelo de multiplicação local tem como objetivo garantir a sustentabilidade e autonomia local na implementação do programa. Para a implementação dos programas foram realizadas: formação dos professores e profissionais de saúde, educação e assistência social, promoção de atividades de intersetorialidade, adaptação do programa para a realidade e contexto brasileiro e criação de instrumentos de monitoramento e processos da expansão do programa com qualidade (acompanhamento dos professores, profissionais de saúde e assistência). Os principais desafios de implementação foram a articulação entre setores nos territórios e o cumprimento dos calendários e cronogramas no tempo previsto. Como metas regionalizadas os territórios incluíram essas ações nas metas do Programa Saúde na escola e Programa Crack. O Portal do Programa “Crack, é possível vencer!” é mais um canal de acesso a informações sobre a prevenção e o tratamento de usuários, sendo um instrumento de comunicação das diretrizes, estratégias e ações do Governo Federal em conjunto com os estados, municípios e organizações não-governamentais. Desde 2012, foram realizados 3.055.153 acessos a esse portal.

- **Implantar/manter 65 Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior públicas para formação permanente dos profissionais que atuam na segurança pública, no Minitério Público, no Poder Judiciário e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, com usuários de crack e outras drogas e seus familiares - Plano Crack, é possível vencer!**

Análise Situacional da Meta

Os Centros Regionais de Referência(CRRs) têm o objetivo de qualificar, de maneira permanente, profissionais de saúde, de assistência social, de segurança pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário, que atuam com usuários de crack e outras drogas e seus familiares. Até o final de 2013, já foram implantados 51* CRR em todo o país, oferecendo 27.900 vagas. Dentre esses, 21 renovaram a oferta de cursos. Em 2013, foi implantado 1 CRR (Universidade Estadual do Ceará). Estava prevista a implantação de mais 5 centros (Acre; Amapá; Maranhão; Roraima e Sergipe). Atualmente, encontram-se em processo de renovação para oferta de 1600 novas vagas, em 2014, os seguintes CRR: UnB Ceilândia (600 vagas); Universidade Federal de Rondônia (300 vagas); Universidade Federal de Santa Catarina (400 vagas); e Universidade Federal de Minas Gerais (300 vagas). Após a publicação do Edital n° 08/2014 SENAD/MJ, 10 novas instituições que submeteram projetos de formação por meio de CRRs receberam recursos da SENAD para oferta dos cursos. Atualmente, 44 CRRs estão com instrumentos vigentes. Destaca-se que

novos instrumentos deverão ser celebrados no início de 2015, ainda em atendimento ao Edital n° 08/2014.

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

31/12/2014

- **Incluir a temática sobre drogas nos cursos de graduação que possuem interface com ela**

  Análise Situacional da Meta

  O processo estava em fase de articulação entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação. Recentemente, a partir de uma avaliação com o Ministério da Saúde, concluiu-se que seria mais adequado que essa meta fosse executada por meio do Programa PRÓ-SAÚDE, instituído por aquele Ministério em parceria com universidades públicas, o qual incentiva a inclusão da temática sobre drogas nos cursos de graduação. Foi pactuado com o MS que a meta será cumprida através do programa pró-saúde daquele Ministério.

- **Ofertar 120 mil vagas de capacitação para conselheiros municipais (drogas, educação, segurança, assistência social, tutelares, criança e adolescente, idoso, entre outros) e lideranças comunitárias para atuar na redução da demanda de drogas em suas comunidades - Plano Crack, é possível vencer**

  Análise Situacional da Meta

  Curso de extensão universitária, gratuito, na modalidade de educação a distância, cujo objetivo é o fortalecimento da rede prevenção do uso de crack, álcool e outras drogas por meio da capacitação dos diversos conselheiros municipais e estaduais e líderes comunitários. O curso tem carga horária de 120h/aula, duração de três meses. No ano de 2012, a 4ª. Edição ofertou 15.000 vagas. No primeiro semestre de 2013 foram formados os tutores e os supervisores do curso. A 5ª Edição ofertou 40 mil vagas e foi concluída em dezembro/2013. As inscrições para 6ª Edição foram abertas no mês de dezembro/2013, para mais 40.000 vagas, com início previsto para julho/2014. Estava prevista a oferta de mais 40.000 vagas em 2014. Entretanto, apesar do intenso trabalho de divulgação da 6ª Edição do curso, pelo Ministério da Justiça, a procura foi pequena. O prazo de inscrição foi prorrogado 3 vezes para alcançar mais de 40.000 inscritos. Diante disso, foi decidido não mais ofertar 40.000 vagas, em 2014, como estava previsto, uma vez que entendemos ter havido uma saturação na procura por esse curso.

  Quantidade alcançada

  95.000

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ofertar 30 mil vagas de capacitação para lideranças religiosas e de movimentos afins para atuação na prevenção do uso indevido de drogas e outros comportamentos de risco, bem como na abordagem de situações que requeiram encaminhamento à rede de serviços existentes na comunidade - Plano Crack, é possível vencer**

  Análise Situacional da Meta

  O curso é dirigido a lideranças religiosas e movimentos afins, concedendo certificação de extensão universitária, também é gratuito, sendo disponibilizado na modalidade de educação à distância. O objetivo é ampliar o conhecimento técnico sobre drogas, qualificar o acolhimento dos membros da comunidade e mobilizar a rede de serviços disponíveis para a prevenção, o tratamento e a reinserção social de usuários de drogas e dependentes, bem como o apoio aos familiares.Foram ofertadas 5.000 vagas em 2012, 15.000 vagas em 2013 e 15.000 vagas em 2014.. Outras 15.000 vagas, originalmente previstas, não foram ofertadas, em função da baixa procura nas primeiras edições, sendo transferidas para o curso SUPERA.

  Quantidade alcançada

  15.000

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ofertar 30 mil vagas de capacitação para profissionais e gestores que atuam na rede de atendimento de saúde e rede de assistência social para ações de detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como no encaminhamento de usuários com problemas e na realização de procedimentos de intervenção breve e**

aconselhamento motivacional - Plano Crack, é possível vencer

Análise Situacional da Meta

O curso SUPERA - Sistema para Detecção do Uso Abusivo e Dependência de Substâncias Psicoativas - encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento, de extensão universitária, gratuito, na modalidade de educação à distância é oferecido pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Disponibiliza técnicas de abordagem, detecção do uso abusivo e dependência de crack, álcool e outras drogas, aconselhamento motivacional, intervenção breve, entre outros temas. O curso destina-se a profissionais de saúde e de assistência social, que atuam no tratamento e reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas. Tem carga horária de 120h/aula e duração de 4 meses.

Em 2013, foram ofertadas 20.000 vagas para o curso. Considerando que os cursos Fé na Prevenção e Comunidades Terapêuticas apresentaram menor procura por pessoas com o perfil desejado e dada a grande demanda pelo curso SUPERA (mais de 100.000 pessoas), 25.000 vagas previstas inicialmente para os cursos Fé na Prevenção e Comunidades Terapêuticas foram transferidas para o SUPERA. Atualmente, 15.000 pessoas estão participando desse curso. Em 2014 foram ofertadas a 5ª (15.000 vagas), 6ª (30.000) e 7ª (10.000) edições do curso, sendo que a 7ª teve início em dezembro. Assim, a meta prevista para o SUPERA foi ultrapassada.

Quantidade alcançada

55.000

Data de Referência

31/12/2014

- **Ofertar capacitação presencial para a rede de saúde, assistência social e Juizados Especiais Criminais, favorecendo o desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre as redes de saúde e assistência social**

Análise Situacional da Meta

O objetivo da capacitação é auxiliar profissionais no enfrentamento diário dos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas. A capacitação deu-se por meio dos Centros Regionais de Referência implantados, com previsão de oferta de 27,9 mil vagas para capacitação presencial de profissionais, desde o início do Plano Crack, sendo 25.400 ofertadas em 2013. Em 2014, foram contratadas mais 1.600 vagas, por meio dos seguintes CRRs: UnB Ceilândia (600 vagas); Universidade Federal de Santa Catarina (400 vagas); Universidade Federal de Rondônia (300 vagas); Universidade Federal de Minas Gerais (300 vagas). Até dezembro/2014, foram ofertadas 29.500 vagas. Os CRRs que foram contratados a partir do edital n° 08/2014 ofertarão vagas para 2015.

Quantidade alcançada

29.500

Data de Referência

31/12/2014

- **Ofertar cursos de capacitação para 210 mil educadores de escolas públicas, da Educação Básica, para o desenvolvimento de programas e projetos de prevenção do uso de drogas e de comportamentos de risco entre crianças, adolescentes e jovens, no contexto escolar - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

Curso de extensão universitária, gratuito, na modalidade de educação à distância, dirigido a educadores do ensino básico sobre temas referentes à prevenção do uso e abuso de crack e outras drogas, no contexto escolar. O curso tem carga horária de 180h/aula, duração de 7 meses, sendo 120h/aula de teoria para elaboração de projeto de prevenção a ser implementado, de modo prático, na escola; e 60h/aula para implantação do projeto elaborado pelo grupo de educadores e aplicação do programa "Diga Sim à Vida" - Turma da Mônica, crianças e Turma da Tina e Turma da Mônica Jovem, para adolescentes.

Foram matriculados 25.000 em 2011/2012 e 71.770 em 2012, no módulo ofertado pela Universidade de Brasília (UnB). Em dezembro de 2013, foram ofertadas mais 70.000 vagas distribuídas da seguinte forma: Universidade de Brasília (50.000 vagas); Universidade Federal de Juiz de Fora (10.000 vagas); e Universidade Federal de Santa

Catarina (10.000 vagas). No primeiro semestre de 2014, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal de Goiás ofertaram mais 38.000 vagas, por intermédio do Ministério da Educação. Assim, no período compreendido entre 2012 e 2014, já foram ofertadas 204.770 vagas para educadores.

Quantidade alcançada

204.770

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover especialização de profissionais de educação, saúde e acadêmicos de países da América Central, Caribe, América do Sul e países de língua oficial portuguesa da África em metodologia de pesquisa sobre a temática de drogas, fortalecendo a cooperação internacional e contribuindo para o aprimoramento da produção científica na região e no continente africano**

Análise Situacional da Meta

Realização de Curso de Formação à Distância de Pesquisadores em Álcool e outras Drogas Psicoativas, com título de especialização, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), unidade de Ribeirão Preto - encontra-se em fase de inserção das informações no sistema SICONV, com vistas à formalização da nova parceria para capacitação de 45 alunos. Atualmente, o convênio com a USP-Ribeirão Preto está em fase de formalização e em processo de inserção no SICONV.

- **Realização permanente de campanhas publicitárias de utilidade pública (PUBs) sobre o tema drogas**

Análise Situacional da Meta

Realização de campanhas para prevenção ao uso de crack e outras drogas junto a públicos segmentados e população em geral. Nesse contexto, O MJ realizou, no primeiro semestre de 2014, as seguintes campanhas: "Bebeu Perdeu", cujo material foi produzido pelo MJ com a divulgação da logomarca do VIVAVOZ (132), realizada em âmbito nacional, por meio de rádio e mídia social, durante o Carnaval de 2014, nas cidades de Salvador, Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, Diamantina e Ouro Preto; Bus TV, que consistiu na veiculação do comercial do VIVAVOZ (132), em âmbito nacional, de forma escalonada, com início no Estado de São Paulo, entre os dias 19/06 e 04/07/2014; divulgação, durante o mês de abril, da logomarca do VIVAVOZ (132), na campanha da OAB "No Fundo do Poço", em parceria com a TV TEM de Sorocaba. Durante o período de 24/02 a 09/03/2014, a página do Ministério da Justiça obteve um aumento de 137 mil fãs no Facebook. No canal You Tube, registraram-se mais de 117 mil visualizações da campanha "Bebeu, Perdeu". Em 2013, foi realizada uma campanha do serviço de utilidade pública VIVAVOZ (132), com vistas a divulgar e estimular a busca deste serviço. A logística de distribuição do material confeccionado foi realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Ministério da Saúde – MS; Ministério Público – MP; Conselhos Estaduais e Municipais de Políticas sobre Drogas, entre outros. A divulgação ocorreu na 1ª quinzena de novembro de 2013.

Em 2012, ocorreu uma divulgação do serviço VIVAVOZ (132) em todas as emissoras de televisão. O material foi produzido pela SENAD e veiculado na televisão brasileira nos meses de janeiro a abril desse ano.

OBJETIVO: 0923 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuário de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O programa “Crack, é possível vencer!”, impulsionou a estruturação de redes de atenção à saúde e de assistência social para o atendimento aos usuários de drogas e seus familiares. No âmbito do eixo “Cuidado”, o Governo Federal disponibiliza aos estados, municípios e Distrito Federal, diretrizes técnicas e financiamento para fortalecer e qualificar a rede de serviços de saúde e assistência social, permitindo o acolhimento de usuários de drogas e seus familiares, respeitando sua autonomia e individualidade, em defesa da vida e buscando a redução de danos à saúde com princípio.

Em sendo assim, foram incluídos no programa “Crack, é possível vencer!”, os serviços de saúde e assistência social, prestados por organizações não governamentais como as comunidades terapêuticas, em busca da estruturação de uma rede de cuidado abrangente e que atenda às dimensões e necessidades em cada um dos municípios brasileiros. Nesse contexto foram alocados recursos oriundos do Orçamento Geral da União para a contratação imediata de 10.000 vagas de acolhimento em comunidades terapêuticas pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (Senad).

Após o lançamento do Edital de Chamamento Público em 2012, já foram disponibilizadas 6.898 vagas para acolhimento de usuários de substâncias psicoativas, com 319 contratos firmados, sendo aplicados R$ 76.692.000,00, durante o ano de 2013. Até julho/2014, já foram empenhados R$ 86.250.000,00. Importante destaque se faz para o lançamento de mais dois editais, o primeiro em 2013 e o segundo em 2014, com o objetivo de atender a meta de 10.000 vagas. Em 2014, há expectativa de pactuação com outras entidades acolhedoras, que devem disponibilizar mais 3.000 vagas.

Ao final de 2014, foram disponibilizadas 1.834 vagas de acolhimento provenientes do edital de chamamento publico 001/2013 e outras 878 vagas, relativas ao edital 07/2014. Ao todo, são 371 contratos firmados entre SENAD e CT’s com uma oferta de 7752 vagas de acolhimento. Além disto, há 02 (dois) convênios firmados com os estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, disponibilizando mais 315 vagas, totalizando 8067 vagas disponibilizadas.

Quanto à produção do conhecimento, foi concluído, em setembro de 2013, o maior mapeamento e diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, objeto da parceria do Ministério da Justiça com a Fundação Oswaldo Cruz, que em conjunto com a Universidade de Princeton, estimou o quantitativo e o perfil de usuários de crack no Brasil. Também merece destaque a seleção por meio da Rede de Pesquisa sobre Drogas, de 16 projetos apresentados pelos Centros Regionais de Referência, a serem desenvolvidos nos serviços das redes de saúde e assistência social.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar os mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), abrangendo a localização de bens dados em perdimento em favor da União, a agilização dos respectivos leilões, a transferência de recursos aos estados e a fomento da tutela cautelar**

  Análise Situacional da Meta

  Dando continuidade às ações desenvolvidas no âmbito do programa “Crack, é possível vencer!”, o Ministério da Justiça vem fortalecendo o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, promovendo aprimoramento de mecanismos de capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), estimulando as parcerias com os estados e o Distrito Federal mediante a celebração de instrumentos de cooperação para a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), com o consequente aporte financeiro aos parceiros, visando o fortalecimento institucional.

  O Fundo Nacional Antidrogas (Funad) tem realizado leilões de bens móveis e imóveis, cujo perdimento em favor da União tenha sido decretado a partir de sentenças judiciais transitadas em julgado, além de destinar bens in natura sob as modalidades doação e cessão. As alienações têm refletido incremento nas receitas (capitalização), com a realização direta ou indireta, em 2012, de 8 leilões, nos quais se aferiu o montante de 3,8 milhões de reais, Em 2013, foram realizados 6 leilões, com arrecadação de 4,2 milhões de reais. No período, houve acréscimo em 20% na quantidade de bens alienados. No ano de 2014, ao todo, já foram realizados quatorze leilões, nos quais foram alienados 1.398 bens, sendo sete imóveis, com receita na ordem de 7,5 milhões de reais. É notório o incremento às ações do Funad, tanto em relação à alienação de seus bens quanto à sua capitalização. No que tange ao fomento da aplicação de medida cautelar de alienação, impõe registrar sua crescente demanda, caracterizada pelo aporte financeiro procedido pelo Poder Judiciário ao final das ações judiciais, além da gestão junto aos órgãos que compõem o SISNAD por intermédio de comunicações oficiais a respeito do tema. Por sua vez, a transferência de recursos às Unidades da Federação para realização de ações no âmbito da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) tem sido crescente.

- **Apoiar a instalação de escritório regional do Escritório sobre Drogas e Crimes das Nações Unidas (UNODC/ONU) e sua manutenção**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado um Termo de Contribuição com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), da Organização das Nações Unidas (ONU), com vistas à continuidade das operações do Escritório no Brasil, e implantação e manutenção do Escritório de Ligação e Parceria (ELP), em Brasília. De acordo com os demonstrativos enviados pelo Representante do Escritório no Brasil, os recursos foram utilizados para o custeio da manutenção de estrutura física, de serviços de apoio e de pessoal do Escritório. Além disso, houve mudança e reforma para a instalação das novas dependências físicas do ELP. Em 2013, o Funad transferiu R$ 2,4 milhões como apoio financeiro a esta ação.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) implementa medidas que refletem as três convenções internacionais de controle de drogas, as convenções que atuam contra o crime organizado transnacional e contra a corrupção. Os três pilares do trabalho do UNODC são os seguintes: trabalho normativo, para ajudar os Estados na ratificação e na implementação dos tratados internacionais; pesquisa e análise para ampliar o conhecimento e a compreensão dos problemas relacionados às drogas e à criminalidade; e assistência técnica, por meio de cooperação internacional. Em dezembro de 2014, a Senad efetuou contribuição voluntária de R$ 2 milhões para apoiar a manutenção do escritório do UNODC no próximo ano.

- **Articular a disseminação de linhas de pesquisa sobre a temática do crack e outras drogas, incentivando o desenvolvimento de projetos de iniciação científica relacionados ao tema e fomentando a formação de novos pesquisadores nas áreas que apresentam déficits de profissionais trabalhando com a temática de drogas**

Análise Situacional da Meta

Financiamento de pesquisas e projetos de extensão dos Centros Regionais de Referência em Crack e outras Drogas (CRR), por meio do projeto Rede de Pesquisa sobre Drogas, nos temas: medidas socioeducativas; métodos de treinamento de equipes de saúde e assistência social; prevenção; tratamento e reinserção social de usuários de crack e outras drogas. Formação de novos pesquisadores por meio da oferta de 35 vagas de especialização do Curso de Formação à Distância de Pesquisadores em Álcool e outras Drogas Psicoativas. Apoio financeiro ao Programa de Mestrado Profissional em Prevenção e Assistência a usuários de álcool e outras drogas, conduzido pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre, visando à formação de profissionais que exercem atividades relacionadas à gestão pública, prevenção e assistência a usuários, tanto em ambientes ambulatoriais quanto em internações hospitalares.

- **Articular a instituição de fundos sobre drogas em todas as Unidades da Federação, assim como fomentar a sua criação no âmbito dos municípios**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD), tem-se articulado a instituição de fundos sobre drogas nas Unidades da Federação. Até o final de 2014, 26 Estados da Federação e o Distrito Federal (27 conselhos) possuem conselhos sobre drogas, sendo que 12 unidades federativas já instituíram fundos sobre drogas, a saber: Alagoas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins.

- **Avaliação dos serviços oferecidos no âmbito das comunidades terapêuticas no país**

Análise Situacional da Meta

Está em fase de estudos a constituição de um sistema de fiscalização e avaliação, no âmbito das comunidades terapêuticas, o qual contará com representantes de diversos órgãos de governo para estabelecer diretrizes de fiscalização e avaliação dos serviços prestados. Encontra-se em discussão o estabelecimento de parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para a execução desse projeto. Foi firmado termo de cooperação com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA para a realização de uma pesquisa que irá traçar o perfil das comunidades terapêuticas e seus respectivos usuários. A pesquisa está em etapa de planejamento e a pesquisa de campo

deverá se iniciar no primeiro semestre de 2015.

- **Criação de Centros Colaboradores vinculados a hospitais universitários nas diferentes regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Foram disponibilizados recursos para reforma e construção de 2 Centros Colaboradores vinculados a hospitais universitários. O Centro Colaborador de São Paulo (SP) estava em fase de Construção, com a entrega prevista para 2014. O Centro Colaborador de Porto Alegre (RS) inaugurou 20 leitos destinados a pacientes adultos do sexo masculino, com atendimento ambulatorial, ainda com a implantação de residência multiprofissional em saúde, com o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática droga.

Ao final de 2014, a situação do Centro Colaborador de Porto Alegre estava com a enfermaria masculina em funcionamento e com a reforma da enfermaria feminina concluída. O início do funcionamento da enfermaria feminina depende de custeio por parte do hospital. Em relação ao Centro de São Paulo, a unidade hospitalar estava com seu projeto executivo concluído. Já a construção, será realizada com recursos do governo estadual. Os recursos repassados pela SENAD serão utilizados para compra de equipamentos e mobiliário.

- **Desenvolver um sistema integrado de informações voltado para o acompanhamento e monitoramento das ações implementadas no âmbito da política nacional sobre drogas**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, encontra-se em desenvolvimento pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), o sistema de gestão dos contratos de financiamento de vagas em comunidades terapêuticas. Atualmente o sistema encontra-se em produção, com cerca de 40 Comunidades Terapêuticas – CT's sendo beneficiadas com o 1º módulo do software, que contempla o gerenciamento dos contratos e cadastro de CT's pela SENAD, o cadastro de acolhidos na CT, o mapa de vagas e geração de faturas eletrônicas.

- **Disponibilização de serviços de acolhimento destinados a atender pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa, que necessitemde afastamento do ambiente no qual se iniciou/ desenvolveu e /ou estabeleceu o uso, abuso e/ou dependência de substância psicoativa, como o crack e outras drogas, em âmbito nacional - Plano Crack, é possível vencer!**

Análise Situacional da Meta

Foram incluídos no programa "Crack, é Possível Vencer!", os serviços de saúde e assistência social, prestados por organizações não governamentais como as comunidades terapêuticas, em busca da estruturação de uma rede de cuidado abrangente e que atenda às dimensões e necessidades em cada um dos municípios brasileiros. Em 2012, foi consignado na dotação orçamentária do Fundo Nacional Antidrogas, o valor correspondente a R$ 133.340.000,00 para contratação imediata de 10.000 vagas de acolhimento em comunidades terapêuticas. Após o lançamento do Edital de Chamamento Público em 2012, já foram disponibilizadas 6.898 vagas para acolhimento de usuários de substâncias psicoativas, com 319 contratos firmados. Até a presente data, foram empenhados R$ 86.250.000,00 para pagamento desses serviços. Importante destaque se faz para o lançamento de mais dois Editais de Chamamento Público, um em 2013 e outro em 2014, com o objetivo de atender a meta de 10.000 vagas. Em 2014, há expectativa de pactuação com outras entidades acolhedoras, que devem disponibilizar mais 3.000 vagas.

Ao final de 2014, foram disponibilizadas 1.834 vagas de acolhimento provenientes do edital de chamamento publico 001/2013 e outras 878 vagas, relativas ao edital 07/2014. Ao todo, são 371 contratos firmados entre SENAD e CT's com uma oferta de 7752 vagas de acolhimento. Além disto, há 02 (dois) convênios firmados com os estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, disponibilizando mais 315 vagas, totalizando 8067 vagas disponibilizadas.

Quantidade alcançada

8.067

Data de Referência

31/12/2014

- **Disseminação de boas práticas, por meio da identificação das iniciativas, sistematização da metodologia e replicação dos projetos, desenvolvidos em parceria com estados e municípios**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça, em parceria com o Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia, disseminou a metodologia Consultório de Rua na Bahia. Capacitou e supervisionou a atuação de quatro equipes interdisciplinares nas cidades de Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas. O Consultório de Rua é uma estratégia de atenção à saúde voltada para a população em situação de rua, exposta ao uso de substâncias psicoativas.

O Ministério da Justiça também está promovendo a disseminação da metodologia Lua Nova, por meio da qualificação dos programas de atenção a jovens mães usuárias de drogas e outras vulnerabilidades, desenvolvidas por organizações da sociedade civil e do poder público de treze municípios. A metodologia Lua Nova consiste em uma série de técnicas e práticas de inserção social de jovens mães usuárias de drogas e seus filhos, incluindo ações de geração de trabalho e renda, redução de danos e desenvolvimento comunitário. Um dos objetivos dessa metodologia é resgatar e desenvolver a auto-estima dessas jovens mães, facilitando sua inserção como multiplicadoras de um processo de transformação de comunidades em risco.

- **Firmar acordos de cooperação do FUNAD com Estados da Federação e Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça conta com 13 acordos de cooperação vigentes cujo objetivo é o de capitalizar o Fundo Nacional Antidrogas (Funad), celebrados com as seguintes Unidades Federadas: Amazonas, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

A partir de 2012, foram celebrados acordos de cooperação com o Distrito Federal e com 7 estados: Alagoas, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Tocantins, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Desde exercícios anteriores já estavam vigentes instrumentos similares celebrados com os estados do Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo. Encontram-se em fase de repactuação os instrumentos celebrados com os estados do Acre, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro, Rondônia, Sergipe e Espírito Santo. Atualmente, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas conta com quinze acordos de cooperação em vigor, que têm por objeto a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), celebrados com as seguintes Unidades da Federação: Amazonas, Alagoas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e Ceará.

- **Fortalecer a atuação dos conselhos estaduais, distritais e municipais de políticas sobre drogas e incentivar a instalação de órgão ou unidade responsável pela gestão da política sobre drogas nesses três níveis**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça vem estimulando as parcerias com os estados e o Distrito Federal a fim de celebrar instrumentos de cooperação para a capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (Funad), bem como para o aporte financeiro junto aos parceiros, visando ao fortalecimento institucional.

Em 2013, foram transferidos recursos do Funad para todos os conselhos sobre drogas - cerca de R$ 100 mil por conselho e em 2014 iniciou-se a execução desses convênios. Atualmente são 27 conselhos.

- **Fortalecimento da rede de pesquisa com financiamento sistemático por meio de editais temáticos**

Análise Situacional da Meta

A rede de pesquisa foi criada a partir do estabelecimento de um Protocolo de Cooperação entre Brasil, representado pelo Ministério da Justiça e Portugal, representado pelo Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT). A Rede de Pesquisa propicia a convergência de informações e dados, permitindo maior interatividade entre os pesquisadores ou grupos de referência temática, criando um espaço de discussão de questões relevantes para o aprofundamento do conhecimento sobre álcool e/ou outras drogas e para a realização de investigações científicas.

Em outubro de 2013, foi lançado um edital para premiação de pesquisadores, trabalhos científicos e de extensão, na

temática crack e outras drogas. A cerimônia de premiação ocorreu durante as atividades do III Seminário Internacional da Rede de Pesquisa sobre Drogas, realizado nos dias 25 a 27 de novembro, em João Pessoa, nas seguintes categorias: Trabalho de Extensão dos Centros Regionais de Referência em Crack e Outras Drogas; Novo Talento de Iniciação Científica; Pesquisador Senior; Pesquisador Mestrado; Pesquisador Doutorado; Tese de Doutorado; e Dissertação de Mestrado. Foi firmado termo de cooperação para a nova edição da Rede de Pesquisa, conduzida pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, mantendo a parceria e ampliando suas ações.

- **Instalação de um sistema de monitoramento do uso e tráfico de drogas**

Análise Situacional da Meta

Realizado diagnóstico dos países da América Latina, sob a coordenação do Brasil, a fim de delimitar a situação e as diretrizes essenciais para o estabelecimento de fontes, indicadores, metodologia, parceiros e articulação governamental com vistas à construção de um sistema de alerta precoce que possibilite a identificação de consumo, tráfico e surgimento de novas drogas.

Atualmente, o projeto encontra-se em fase de definição de diretrizes de participação e responsabilidades junto a dois outros órgãos federais (Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e Departamento de Polícia Federal - DPF).

- **Manter a atualização dos arquivos relativos ao mapeamento dos serviços de atendimento e acolhimento de usuários de drogas, disponibilizando-os à sociedade**

Análise Situacional da Meta

Interface junto às instâncias que se vinculam ou são responsáveis pela gestão governamental dos serviços de atenção - conselhos de drogas locais, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social - visando à atualização das informações disponibilizadas no Portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID).

Foi disponibilizada, no portal do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas - OBID, uma seção específica para busca de instituições de atenção, por tipo de atendimento - prevenção, tratamento, ensino e pesquisa, redução de danos - e dispostas por localidade. Além disso, têm sido realizados o cadastramento de novas instituições e a atualização dos dados das instituições previamente cadastradas.

O serviço VIVAVOZ (132) utiliza essa base de dados para identificação e indicação de serviços.

- **Mapeamento e georreferenciamento dos serviços voltados ao atendimento de usuários de crack, álcool e outras drogas**

Análise Situacional da Meta

Foi concluído em 2012 o mapeamento e geoprocessamento de instituições de atenção a usuários de drogas, por meio da revisão da base de dados de instituições de atenção para os estados da Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, além do Distrito Federal, tendo como base o levantamento de instituições realizado em 2006/2007; o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES do Ministério da Saúde; a base de dados dos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS e dos Centros de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS. O resultado desse mapeamento está disponível no endereço eletrônico http://mapa-ad.ufrgs.br/. Foi realizado, ainda, um censo das comunidades terapêuticas, de abrangência nacional. Do mesmo modo, o mapeamento dessas instituições pode ser acessado por meio do endereço http://mapa- ct.ufrgs.br/.

Além disso, todas as CTs contratadas pela SENAD estão devidamente georeferenciadas e disponíveis ao público no site: http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/comunidades-terapeuticas.html.

- **Realização de estudos e pesquisas multinacionais com ênfases nos países que estabelecem fronteiras com o Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em novembro de 2013, foi realizado no Brasil o Encontro da UNASUL, com o objetivo de discutir estratégias para fortalecimento de uma Rede de Informação, a fim de promover o intercâmbio entre os países-membros acerca da situação do consumo e tráfico de drogas na América do Sul. Em agosto de 2014, em Montevidéu, foi realizada nova reunião onde foi apresentada proposta de criação de um Observatório Latino-Americano, com vistas a rede de

Informação. Em ambas reuniões estiveram presentes, além do Brasil, representantes da Argentina, Chile, Equador e Uruguai. (Eliana).

O Brasil também se inseriu no Proyecto Cocaínas Fumables, conduzido pela Organização dos Estados Americanos e UNODC, que conta com a participação do Paraguai, Uruguai, Chile e Argentina. O projeto prevê o desenvolvimento de quatro produtos: determinação do perfil químico da droga derivada da pasta-base de cocaína, consumida na forma fumada, nas diferentes regiões do continente; mapeamento da rede de cuidados; identificação de boas práticas no tratamento e desenvolvimento de indicadores de populações vulneráveis.

Será realizado Encontro binacional com o Uruguai em dezembro, envolvendo setores de saúde, assistência social e Justiça, para elaborar projeto de monitoramento conjunto dos serviços de prevenção, tratamento e perfil epidemiológico na fronteira;

Foi realizado reunião preparatória ao encontro tripartite - Peru, Brasil e Bolívia - planejado para 2015, com ações de fronteira, de inteligência policial e financeira e de cooperação entre serviços de capacitação.

- **Realização, de modo sistemático e periódico, de estudos epidemiológicos relativos à população brasileira em geral e seus estratos, em especial grupos vulneráveis (estudantes, indígenas, população em situação de rua, sistema penitenciário, entre outros)**

Análise Situacional da Meta

Foi concluído em setembro de 2013 o mapeamento de cenas de uso de drogas e do diagnóstico nacional sobre o consumo de crack e outras drogas, objeto da parceria do Ministério da Justiça com a Fundação Oswaldo Cruz, em conjunto com a Universidade de Princeton. O diagnóstico acima referido delineou o perfil e estimou o quantitativo dos usuários de crack no Brasil. Os resultados foram divulgados em setembro de 2014 por meio da publicação “Pesquisa Nacional sobre o uso de Crack”, encaminhada aos atores relevantes em meio físico e digital.

Além disso, após edital de chamamento público, foi firmado termo de cooperação com a FIOCRUZ para a realização do “III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira”. A parceria foi firmada no mês de outubro, bem como a descentralização do crédito. No momento, encontra em fase de validação do instrumento de pesquisa.

Finalmente, foi elaborado edital conjunto SENAD e DEPEN, com a colaboração de instâncias do Ministério da Saúde e UNAIDS/ONU, para a realização do I Levantamento Nacional sobre Uso de Drogas pela População Carcerária Brasileira. Após análise jurídica, o edital está em fase de ajustes, e deverá ser lançado no início de 2015.

- **Revisar e atualizar os marcos legais que dão suporte à operacionalização da política sobre drogas, visando fortalecer a sua institucionalidade e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo para a diminuição da oferta e consumo de drogas**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça vem atuando junto aos demais órgãos do Poder Executivo e do Congresso Nacional para o aperfeiçoamento das normas correlatas. Em 2012, destaca-se a instituição da Lei nº 12.681, de 4/07/2012, que criou o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp) e a instituição da Lei nº 12.683, de 09/07/2012, que dispõe sobre a indisponibilidade e alienação antecipada de bens apreendidos provenientes de crimes de lavagem de dinheiro, contribuindo para o enfrentamento do tráfico e o financiamento da política sobre drogas.

Atualmente, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o PLC 37/2013, que altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, entre outros dispositivos legais, para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas. No primeiro semestre de 2104, o Ministério da Justiça constituiu um grupo de trabalho com integrantes de vários órgãos da Administração Pública Federal, para elaborar uma resolução que regulamenta a atuação das comunidades terapêuticas no país. O texto da regulamentação atualmente encontra-se em consulta pública no âmbito do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas.

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit de vagas no Sistema Penitenciário e Criminal	unidade	31/12/2010	197.976	31/12/2013	216.033
Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais	unidade	31/12/2010	8.623	31/12/2014	8.227
População carcerária	unidade	31/12/2010	496.251	31/12/2013	581.507
Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	50,5	31/12/2009	50,5
Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive	%	01/12/2009	52,8	31/12/2009	52,8
Taxa de Homicídio	1/100.000	31/12/2009	26,9	31/12/2013	26,99
Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos	1/100.000	31/12/2009	134,1	31/12/2013	139,36
Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino	1/100.000	31/12/2009	104,4	31/12/2013	110,38

Observações:

Número de vítimas de acidentes fatais nas rodovias federais - Fonte: PRF

Proporção da população feminina que se sente segura na cidade onde vive - Esta pesquisa constou de suplemento da Pnad que não foi repetida.

Proporção da população que se sente segura na cidade onde vive - Esta pesquisa constou de suplemento da Pnad que não foi repetida.

Taxa de Homicídio - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, com dados preliminares de 2013, indica um número de 54.269 pessoas vitimizadas em 2013, para uma população estimada pelo IBGE de 201.054.500, indicando uma taxa de 26,99 homicídios por 100 mil hab.

Taxa de homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos - Dados preliminares de 2013 do MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade.

Taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos do sexo masculino - Dados preliminares de 2013 do MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade.

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O Plano Estratégico de Fronteiras foi instituído pelo Decreto nº 7.496/2011 e tem como diretrizes básicas a integração, colaboração, compartilhamento de dados, informações e conhecimentos entre os agentes de segurança pública, fiscalização e defesa, com intuito de prevenir e reprimir de modo efetivo os delitos transfronteiriços e os delitos praticados na faixa de fronteira brasileira. O Plano estabelece em seus eixos o fortalecimento das operações na faixa de fronteira, em caráter permanente, com o uso de inteligência, tecnologia avançada e investimento maciço no reaparelhamento das forças de segurança atuante nas regiões.

O escopo da atuação do Ministério da Justiça é gerenciar as diversas ações e projetos estruturantes previstas no Plano Estratégico de Fronteiras, com foco no fortalecimento das instituições de segurança pública, da prevenção e repressão efetiva dos delitos praticados na faixa de fronteira brasileira, a serem implementadas através da articulação e envolvimento dos Estados e Municípios fronteiriços. As linhas programáticas são as seguintes:

1) Apoio ao Reaparelhamento dos Órgãos Estaduais de Segurança Pública; 2) Capacitação; 3) Procedimentos Operacionais de Atuação nas Fronteiras; 4) Grupo de Trabalho de Radiocomunicação Integrada; 5) Sistema de Radiocomunicação Digital; 6) Diretrizes da Política de Pessoal para os Profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira (PNUD); 7) Pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras (UFRJ – Retis e NECVU); 8) Apoio a Estruturação Logística da Força Nacional para atuação nas Fronteiras; 9) Sistema de Videomonitoramento nas Fronteiras; 10) Contratação de sete consultorias sobre o sistema de segurança pública no Brasil e em outros países como Índia, Rússia e China; 11) Doação por parte da SENASP de 8005 pistolas calibre .40 aos estados de fronteira exceto Paraná.

No contexto da implementação dos projetos foram firmados 54 convênios com os estados fronteiriços, sendo 21 de Radiocomunicação; 22 de Reaparelhamento; e 11 de Videomonitoramento.

Os convênios de reaparelhamento possibilitaram reaparelhar, entre 2012 e 2014, 606 unidades operacionais. Já o projeto de Radiocomunicação Digital Integrado e Criptografado está em fase de implementação em todos os estados da fronteira e orçado em R$ 123 milhões. Ao final da implementação, o sistema deverá atender as unidades operacionais em mais de 150 municípios de fronteira.

Ainda na área tecnológica, está em execução o sistema de Videomonitoramento, cujo valor global supera R$ 28 milhões e deverá atender mais de 77 municípios fronteiriços. O sistema deverá contribuir largamente na prevenção de ocorrências criminais nas localidades abrangidas pelo convênio.

Uma importante meta do Plano foi cumprida, a que diz respeito à estruturação dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras e Câmaras Temáticas de Fronteiras, que estão em funcionamento em todos os estados, sendo que atualmente os estados que possuem Gabinetes são: AC, MT, MS, PR, RS e SC. Os que possuem Câmaras são AP, AM, PA, RR e SC. Nesse contexto, foram acompanhadas 118 reuniões nos 11 estados de fronteira, sendo realizados ainda três encontros técnicos com diversos fóruns de discussões, visando dar continuidade nas ações de avaliação e acompanhamento da Enafron no decorrer do ano de 2014, com o objetivo de fortalecer os laços de cooperação, articulação e colaboração entre os órgãos de segurança pública dos estados do AC, RR e AM, especialmente os localizados na região norte do país, dentre outras atividades de fortalecimento da política, e outras ações realizadas por esses fóruns, no primeiro semestre de 2014.

Entre as ações para o Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção, desenvolvidas por meio da ENCCLA (Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro), destacaram-se as seguintes: 1. Mecanismo de avaliação de risco para lavagem de dinheiro; 2. Regulamentações para a lei 9.683/1998 (Lavagem de Dinheiro); 3. Combate ao suborno transnacional; 4. Cadastro e formulário padrão para órgãos de controle acerca de procedimentos licitatórios; 5. Manuais de procedimento de investigação quanto aos crimes de lavagem de dinheiro para polícias, ministérios públicos e juízes.

No ano de 2014 o Ministério da Justiça assinou 15 Acordos de Cooperação para instalação de novos Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD). Tais acordos permitiram atingir a meta de 100% dos Estados Federados com ao menos uma unidade LAB-LD – um importante passo para o País no combate à lavagem de dinheiro e outros crimes relacionados. Com isso, a Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro (REDE-LAB) passa

a contar com 43 Laboratórios em todo o Brasil.

Em cumprimento ao II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP - Decreto nº 7.901/13), lançado em fevereiro de 2013, foi finalizada uma pesquisa nacional qualitativa e quantitativa sobre o tema na faixa de fronteira brasileira, baseada em dados obtidos das autoridades federais e estaduais e fontes secundárias, e complementado por trabalho de campo nos 11 estados da faixa de fronteira, com informações detalhadas e fundamentadas sobre os seguintes aspectos: modalidades de Tráfico de Pessoas; perfis das vítimas identificadas oficialmente, suspeitas e/ou assistidas; modus operandi dos agentes criminosos; modalidades criminosas mais associadas ao tráfico de pessoas; indícios de contrabando de migrantes; descrição dos fluxos migratórios; identificação da composição de eventuais fluxos mistos; mapeamento da rede de assistência e identificação das lacunas de serviços; e análise do ambiente local nos 11 Estados objeto da pesquisa com vistas a definir a viabilidade da implantação num futuro de até dez postos avançados de atendimento humanizado aos migrantes. Além dessa ação, também foi lançada em 2013 uma campanha nacional de televisão e rádio divulgando o tema do tráfico de pessoas, a Campanha Coração Azul, que contou com a parceria do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime - UNODC. Em 2014 foi realizada a Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio, no âmbito da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio- COMIGRAR, proporcionando um espaço de trocas de experiências e metodologias nas temáticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Nesse mesmo ano, foi lançado o 1º Relatório Semestral da Rede de Núcleos e Postos, revelando que o atendimento a 340 casos e a capacitação de 21.725 pessoas.

Ao longo dos três anos de implantação do Plano Estratégico de Fronteiras, somado aos esforços dos 11 estados fronteiriços no desenvolvimento de ações proativas no âmbito da segurança pública, buscando sempre aprimorar as ações de enfrentamento da criminalidade, verifica-se relativa melhoria na qualidade dos serviços disponibilizados às populações residentes nas regiões de fronteira.

Observa-se que houve, com a progressiva implementação da Enafron, considerável melhoria na coleta de dados no ano de 2014, tendo ocorrido maior cobertura no que se refere à alimentação das planilhas pelos estados, o que culminou com a relativa elevação de alguns indicadores. Além disso, verifica-se que essa elevação também teve a ver com o acréscimo expressivo dos esforços realizados pelos órgãos de segurança pública, como resultado da própria política fomentada pelo Governo Federal, em parceria com os entes federados. Ainda nesse contexto, é importante destacar que esses dados ainda não são coletados de forma automatizada, como será possível em alguns anos com a implementação do SINESP. Por esse motivo, algumas das informações são retificadas e alteradas quando detectada alguma incoerência pelos entes federados. Outro ponto importante a ser destacado no contexto da implementação do programa Enafron está relacionado ao fato de que os estados fronteiriços têm trabalhado de forma intensa, no sentido de alinharem suas políticas de segurança pública às diretrizes centrais sugeridas pelo MJ, que vem desenvolvendo esforços, buscando universalizar a padronização de processos de coleta, tratamento e análise de dados criminais, tendo em vista a melhoria da produção do conhecimento na referida área, fato que vem mostrando grandes avanços no que se refere ao enfrentamento à criminalidade por parte das instituições federais e estaduais, por meio da adoção de ações preventivas e intensificação da repressão às organizações criminosas.

Os indicadores a seguir demonstram o aumento dos esforços dos órgãos de segurança pública que refletiram positivamente na redução dos homicídios. Todos os números apresentaram um considerável aumento, a exemplo da quantidade de drogas aprendidas tanto na faixa de fronteira, quanto nos demais municípios dos estados, bem como nos autos de prisão em flagrante lavrados (19.439 em 2012, 31.661 em 2013 e 8.715 em 2014), adultos presos em cumprimento de mandados judiciais (7.231 em 2012, 13.127 em 2013 e 2.710 em 2014) e veículos recuperados (5.657 em 2012, 7.192 em 2013 e 5.751 em 2014).

Metas 2012-2015

- **150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outra formas de apresentação) apreendida**

Análise Situacional da Meta

Observando o período entre janeiro de 2012 e setembro de 2014, verifica-se que o total das apreensões de drogas nos estados fronteiriços totalizou 559.637 Kg (crack, maconha, cocaína e outras drogas). Separadamente, as apreensões de drogas para o ano de 2012 totalizaram 118.029 Kg e em 2013 esse valor atingiu o montante de 170.660 Kg. Para 2014 observa-se que as apreensões apontaram o quantitativo de 270.948 Kg. Nos três anos observam-se elevações consecutivas, em que de 2012 para 2013 o percentual de elevação atingiu 44,6%. Quando comparados os anos de 2013 e 2014 esse percentual salta para 58,8%.

No ano de 2012 não foi possível desagregar o indicador por tipo de droga, tendo sido considerado o valor acumulado de todos os tipos, a saber, cocaína, crack, maconha e outras drogas. Para o ano de 2013 os dados em referência foram coletados separadamente, permitindo qualificar melhor o indicador. Assim, foi possível distribuir segundo tipo de entorpecente. Esse dado demonstra que os esforços dos órgãos estaduais de segurança pública têm sido fator fundamental tanto na faixa de fronteira quanto nas demais áreas dos estados fronteiriços, no combate ao tráfico de drogas. Da mesma forma que em 2012 o quantitativo total refere-se às apreensões de drogas realizadas pelas Policias Militares e Civis nos estados de fronteira e na faixa de fronteira, no entanto, sendo importante salientar que a quantidade de drogas apreendidas nas demais regiões dos estados fronteiriços - fora da faixa de fronteira - é expressiva e por isso apresentam-se esses dados, para conhecimento, visto que as ações da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras - Enafron e dos estados de fronteira estão sendo catalisadas em diversas áreas, e que reflete os esforços dos órgãos de segurança pública estaduais. As apreensões distribuídas por tipo de droga nos arcos de fronteiras estão apresentadas a seguir.

Assim como nos anos anteriores, o aumento das apreensões no ano de 2014, quando comparado com 2013, foi atingido graças aos esforços das instituições de segurança pública em atividade na faixa de fronteira, a partir da realização de operações policiais integradas pelas policias estaduais e federais, além de órgãos afins, como Receita Federal do Brasil. Nesse aspecto é inegável a importância da parceria entre o Ministério da Justiça e as instituições de segurança pública dos estados fronteiriços, cujos primeiros resultados mostram que a articulação de políticas de enfrentamento à organizações criminosas e os vultosos investimentos federais e estaduais em reaparelhamento das unidades operacionais e implantação de sistemas tecnológicos como radiocomunicação e videomonitoramento têm contribuído largamente para o fortalecimento da prevenção, controle e a repressão dos delitos transfronteiriços e daqueles praticados na faixa da fronteira brasileira.

Discriminação das apreensões por arcos: Arco Norte (2.360), Arco Central (228.450) e Arco Sul (4.138).

Previsão de realização para o próximo período:

Finalização das execuções dos convênios de reaparelhamento, possibilitando o efetivo reaparelhamento das unidades operacionais em atividade na faixa de fronteira, notadamente dos Núcleos Integrados de Inteligência de Fronteira-NIF.

Implantação definitiva dos sistemas de radiocomunicação e videomonitoramento nos municípios prioritários localizados na faixa de fronteira.

No campo da coleta de dados da Enafron, continuidade do processo de sensibilização das instituições de segurança pública nos estados de fronteira, tendo em vista a necessidade da alimentação constante do banco de dados sobre

apreensões e demais atividades de polícia.

Arranjos de Gestão:
Cotidianamente, a Senasp está em contato com os pontos focais da Enafron nos Estados fronteiriços, assim como com os coordenadores dos GGIs e Câmaras Temáticas de Fronteira, no sentido de incentivar a coleta de dados e na realização de operações integradas, coordenadas e planejadas, com vistas a aumentar o número de apreensões de drogas nesses estados.
Para tanto, também são realizadas reuniões quadrimestrais, com apresentação do resultado do trabalho dos Estados nas Fronteiras, com vistas a estimular a atuação desses.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Uma das maiores dificuldades existentes é o estabelecimento de uma rotina e procedimentos para coleta de informações por parte dos Estados fronteiriços, sendo que antes da implantação da Enafron, alguns Estados não realizavam esse tipo de coleta, dificultando a análise de dados e geração de informação, motivo pelo qual os dados relacionados à Enafron são referentes aos meses de janeiro a setembro de 2014, sendo que a atualização dos outros três meses deverá ocorrer no próximo monitoramento.

Quantidade alcançada

911.584,49

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	42.855	kg	574.761,4	31/12/2014
Região Nordeste	11.902	kg	27.752,69	31/12/2014
Região Norte	25.307	kg	33.015,1	31/12/2014
Região Sudeste	58.806	kg	111.814,62	31/12/2014
Região Sul	11.847	kg	164.240,68	31/12/2014

- **27 Unidades da Federação com pelo menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LABs) em condições adequadas de operação.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 o Ministério da Justiça assinou 15 novos Acordos de Cooperação para instalação de novos Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD) nos seguintes órgãos: 1) Departamento de Polícia Federal; 2) Ministério Público do Rio Grande do Norte; 3) Polícia Civil de Alagoas; 4) Polícia Civil do Ceará: 5) Polícia Civil do Distrito Federal; 6) Polícia Civil de Goiás; 7) Polícia Civil do Maranhão: 8) Polícia Civil da Paraíba; 9) Polícia Civil do Piauí; 10) Polícia Civil do Paraná; 11) Polícia Civil do Rio Grande do Norte; 12) Polícia Civil de Sergipe; 13) Polícia Civil de Tocantins; 14) Polícia Civil do Rio Grande do sul; e 15) Ministério Público Federal.

Tais acordos permitiram atingir a meta de 100% dos Estados Federados com ao menos uma unidade LAB-LD – um importante passo para o país no combate à lavagem de dinheiro e outros crimes relacionados.

Com isso, a Rede Nacional de Laboratórios contra Lavagem de Dinheiro (REDE-LAB) passa a contar com 43 Laboratórios em todo o Brasil.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	7	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2014

- **27 Unidades da Federação com pelo menos um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas e um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante**

Análise Situacional da Meta

Atualmente estão em funcionamento um total de 16 Núcleos Estaduais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e 17 Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante. Existem núcleos em funcionamento nos seguintes estados: Ceará, Pernambuco, Maranhão, Alagoas e Bahia; Amazonas, Pará, Amapá e Acre; São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; Rio Grande do Sul e Paraná; Goiás e Distrito Federal. Os postos estão distribuídos pelos estados do Amazonas, que possui 13 equipamentos, além do Pará, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2014, foi inaugurado o primeiro Núcleo Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, no município de Ipojuca/PE. No ano de 2014 não foi assinado nenhum novo convênio para a implantação de núcleo ou posto em virtude de uma reestruturação que a área de enfrentamento ao tráfico de pessoas vem sofrendo. A meta em questão prevê que cada Estado tenha concomitantemente 1 núcleo e 1 posto, o que ocorre em 05 Estados da Federação.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	2	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	2	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	0	31/12/2014

- **325 Sistemas de Monitoramento e Controle Fronteiriço implantados**

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista a racionalização dos trabalhos visando evitar a redundância, o desempenho e consecução das ações para atingimento dessa meta foi reformulado, tendo sido conjugada ao escopo da meta de implantação de 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) – Sistema Alerta Brasil, realizada pela Polícia Rodoviária Federal.

As ações preveem a implantação do monitoramento prioritariamente nos estados de fronteira. A partir de 2013 foram instalados pontos nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia. Já estão contratados e serão implantados em 2015 mais quatro pontos de monitoramento nos estados de RS, MT, PR e AC. Outros pontos serão contratados pela Polícia Rodoviária Federal até 2015, quando se espera que entrem em funcionamento 127 pontos em todos os estados de fronteira, atendendo a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras.

Os números referem-se aqueles demonstrados na consecução da meta acima descrita.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	81	unidade	12	31/12/2014
Região Nordeste	52	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	35	unidade	2	31/12/2014
Região Sudeste	78	unidade	5	31/12/2014
Região Sul	79	unidade	11	31/12/2014

- **52.000 armas de fogo apreendidas**

Análise Situacional da Meta

As apreensões de armas de fogo em 2012 e 2013 totalizaram 21.571 armas. Já em 2014 a quantidade de armas foi de 6.012 unidades, portanto a distribuição das apreensões por arcos de fronteira apresentou a seguinte configuração: Arco Norte foram 4.757 armas recolhidas; Arco Central 4.469 unidades; Arco Sul as apreensões chegaram ao total de 15.102; na Região Nordeste 1.198 unidades; e, na Região Sudeste a quantidade de armas apreendidas foi de 2.057.

Observa-se que o acumulado de apreensões de armas de fogo entre 2012 e 2013 totaliza o quantitativo de 21.571 unidades.

Em relação ao total de armas de fogo apreendidas em 2012, o estado que mais apreendeu foi o Paraná, indicando 2.046 unidades, seguido pelo Rio Grande do Sul com 1.988 armas. Para 2013 verifica-se inversão nessa ordem, em que este último, aponta o quantitativo de 2.079 unidades e o primeiro apresentou o total de 2.003 armas. No entanto, nos dois casos, observa-se elevação nesse indicador, quando comparados os dois anos. Isso demonstra que este tipo de crime continua sendo crescente na Região Sul.

As apreensões, referentes aos arcos Norte, Central e Sul, foram realizadas em todos os municípios de fronteira, especialmente a partir da articulação fomentada pelos GGIF e demais gestores das polícias militares e civis na região de fronteira, somando-se aos dados das apreensões realizadas pela PRF e o DPF.

A forma de coleta dos dados obtidos pelas Polícias Civis e Militares dos estados de fronteira ocorre a partir de relatórios encaminhados pelos Estados e consolidados pela Coordenação Geral de Pesquisa da SENASP. A Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal encaminham seus dados por intermédio de seus Departamentos.

Principais realizações do período:
Em 2014, somente as Polícias Civis e Militares, localizadas nos estados fronteiriços apreenderam 3.952 armas de fogo nos Estados de fronteira, o Departamento de Polícia Federal - DPF 562 unidades e a Polícia Rodoviária Federal - PRF contabilizou 1.498 armas apreendidas.

Com isso, no período de 2012 a 2014 foram retiradas de circulação, no País, 27.583 armas de fogo, reduzindo a probabilidade de ocorrência de crimes violentos praticados com armas de fogo. Cabe ressaltar que a maioria desse quantitativo está vinculada às ações desencadeada pela Operação Sentinela, coordenada pelo Ministério da Justiça e com atuação conjunta entre os Estados de Fronteira a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional.

Previsão de realização para o próximo período:

Sensibilizar estados de fronteira acerca da necessidade de envio dos dados das apreensões de armas de fogo no período estabelecido com a Senasp. Coleta dos dados das apreensões de armas de fogo junto aos Estados.

Arranjos de Gestão: Cotidianamente, a Senasp está em contato com os pontos focais da Enafron nos Estados fronteiriços, assim como com os coordenadores dos GGIs e Câmaras Temáticas de Fronteira, no sentido de incentivar a coleta de dados e na realização de operações integradas, coordenadas e planejadas, com vistas a aumentar o número de apreensões de armas de fogo nesses estados. Para tanto, também são realizadas reuniões quadrimestrais, com

apresentação do resultado do trabalho dos Estados nas Fronteiras, com vistas a estimular a atuação desses.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Uma das maiores dificuldades existentes é o estabelecimento de uma rotina e procedimentos para coleta de informações por parte dos Estados fronteiriços, sendo que antes da implantação da Enafron, alguns Estados não realizavam esse tipo de coleta, dificultando a análise de dados e geração de informação.

É importante salientar que nos exercícios anteriores os dados que constam no sistema não correspondem aos dados consolidados no presente exercício, tendo em vista que o envio dos dados pelos Estados ainda ocorrem de forma manual, ocasionando o envio de dados inconsistentes.

Quantidade alcançada

27.583

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	14.560	unidade	3.892	31/12/2014
Região Nordeste	5.720	unidade	1.657	31/12/2014
Região Norte	1.040	unidade	5.536	31/12/2014
Região Sudeste	26.520	unidade	1.680	31/12/2014
Região Sul	4.160	unidade	14.818	31/12/2014

- **80 pessoas indiciadas por crimes relacionados ao tráfico de pessoas**

Análise Situacional da Meta

Até o momento, foram realizados 33 indiciamentos por crime relacionado ao tráfico de pessoas (10 em 2012, 9 em 2013 e 14 em 2014).

Percebe-se que o cumprimento da meta para o quadriênio (80 indiciamentos) não deve ocorrer. Vale ressaltar, que estão em andamento ações para ampliar a ação contra esse crime, como a contratação de novos policiais, e a consequente reestruturação da CGDI - Coordenação-Geral de Defesa Institucional.

Quantidade alcançada

33

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	28	pessoas	8	31/12/2014
Região Norte	32	pessoas	6	31/12/2014
Região Sul	20	pessoas	13	31/12/2014

- **Ampliar a aderência do Brasil às recomendações internacionais sobre prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo**

Análise Situacional da Meta

A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – Enccla permanece diligente às pretensões de atender às recomendações internacionais dos foros os quais a República Federativa do Brasil tem compromissos a honrar. Uma das ações mais significativas foi a criação do grupo permanente, no âmbito da própria estratégia, constituído por AGU, BACEN, CGU, COAF, CVM, DRCI/MJ, DPF, GNCOC, GSI/PR, MD, MPF, MRE, PGFN, PREVIC, Rede LAB, RFB, SENAD/MJ e SUSEP, para elaborar e aplicar uma metodologia de avaliação de risco para lavagem de dinheiro, conforme nova recomendação do Grupo de Ação Financeira (GAFI-FATF).

Em 2015, esta ação deverá ter importantes desenvolvimentos na consolidação do modelo brasileiro de Avaliação Nacional de Riscos (ANR) relacionados à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, seja do ponto de vista dos aspectos técnicos e também institucionais, a fim de garantir um conjunto robusto de fontes de ameaça detectadas e operacionalizadas dentro do sistema.

A Enccla definiu por enfrentar a situação de empresas registradas no exterior que operam no Brasil no mercado de capitais e assets de modo geral com a intenção de conferir mais transparência nas transações comerciais e financeiras, buscando identificar os reais beneficiários, dando maior efetividade quanto ao cumprimento das Recomendações 10, 24 e 25 do GAFI. Serão elaborados: (a) diagnóstico sobre os arranjos legais e tipos de pessoas jurídicas existentes no mundo e de (b) propostas de aprimoramento na coleta de informações sobre beneficiários finais. Esta ação já conseguiu avançar em melhorias no formulário eletrônico da Receita Federal específico (Quadro de Sócio/Administrador). Definitivamente, um passo concreto no sentido de propiciar mais informações aos órgãos de fiscalização, controle e persecução penal, em consonância com as recomendações do GAFI.

Baseado no documento "Trade Based Money Laudering" lançado pelo GAFI-FATF ainda em 2006, que alerta para o fato de que o comércio se tornou a terceira via, em ordem de importância, para a lavagem de dinheiro, a Enccla definiu aprovar uma ação para identificar mecanismos que possibilitem maior efetividade dos órgãos de fiscalização, controle e persecução penal nas ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro por meio do comércio internacional.

A XII Plenária da Enccla definiu ações para 2015 em razão da Lei nº 12.846/13 (Lei Anticorrupção). A Estratégia irá "Propor diretrizes para avaliar os programas de integridade (compliance) previstos na Lei nº 12.846/13". O produto esperado é uma matriz contendo os elementos, características e padrões mínimos e necessários para avaliar as medidas de um programa de integridade, a fim de atender à Lei nº 12.846/13.

As ações da Enccla são definidas em suas plenárias anuais contando com a aprovação dos mais de 60 órgãos de Estado que compõe o Sistema Nacional de Combate e Prevenção à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. No ano seguinte os responsáveis desenvolvem as ações e informam à Estratégia.

Com base nas Convenções das Nações Unidas para Corrupção e a de Crime Organizado Transnacional, o Ministério da Justiça realiza programas de treinamento e capacitação específicos para o combate à lavagem de dinheiro e prevenção à corrupção – o PNLD. Em 2014 foram capacitados 1.023 (mil e vinte e três) agentes públicos (magistrados, polícias, membros do Ministério Público, analistas de Tribunais de Contas) e da sociedade civil em 11 (onze) unidades da Federação: AL, AP, CE, DF, ES, MT, PI, RJ, RO, SC e SP.

Importante mencionar a adoção de normas infralegais pelos órgãos reguladores, emitidos em 2014, que contribuem para o aprimoramento dessa política:

1) Instrução Normativa DREI nº 24, de 4 de junho de 2014 (Departamento de Registro Empresarial e Integração)
2) Resolução do Conselho Federal de Corretores de Imóveis (COFECI) nº 1.336, de 20 de outubro de 2014.

Destaca-se que todos esses dispositivos normativos encontram-se no site do COAF (www.coaf.fazenda.gov.br/conteudo/legislacaoe-normas).

- **Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Foram fiscalizadas 11.305.230 pessoas em rodovias federais entre 2012 e 2013 (4.097.147 pessoas em 2012 e 7.208.083 pessoas no ano de 2013).

Foram fiscalizadas 6.574.173 pessoas em rodovias federais de janeiro a novembro de 2014. Somado aos anos de 2012 e 2013 totalizou 17.879.403 pessoas. Este quantitativo está dentro da meta estabelecida pelo DPRF. O resultado deste aumento no número de fiscalizações foi a redução significativa do número de acidentes graves bem como aumento das prisões e apreensões de todos os tipos nas inúmeras ações de fiscalização. O resultado tem contribuído também para o cumprimento de mandados de prisões e identificação de condutores com CNH´s vencidas ou adulteradas.

Quantidade alcançada

17.879.403

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	%	13,87	30/11/2014
Região Nordeste	27	%	24,65	30/11/2014
Região Norte	10	%	10,9	30/11/2014
Região Sudeste	25	%	28,42	30/11/2014
Região Sul	23	%	22,14	30/11/2014

- **Ampliar de 6.300.000 para 9.000.000 o número de documentos de viagem e identidades de estrangeiros emitidos no quadriênio**

Análise Situacional da Meta

Com relação especificamente ao número de documentos de viagem expedidos:
no ano de 2012: 1.935.680 unidades. no ano de 2013: 2.295.862 unidades. no ano de 2014: 2.280.507 unidades.

Acredita-se que haverá a possibilidade do cumprimento da meta em 2015, com a expedição de 9.000.000 de documentos de viagem e identidades de estrangeiros.

Quantidade alcançada

6.512.049

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 68.000.000 para 90.000.000 o número de registros de entrada e saída de pessoas no território nacional no quadriênio**

Análise Situacional da Meta

Em 2012: 9.270.735 registros de entrada e saída de pessoas no território nacional. Em 2013: 21.361.393 registros de entrada e saída de pessoas no território nacional. Em 2014: 20.724.490 registros de entrada e saída de pessoas no território nacional.

Dificilmente a meta de 90 milhões de registros será atendida no quadriênio, pois o volume de entrada e saída de pessoas no território nacional (migração) está aquém do número esperado para o período.

Quantidade alcançada

51.356.618

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 15% o número de investigações concluídas (inquéritos relatados), chegando a um total de 310.778**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram relatados 49.396 inquéritos policiais, perfazendo uma média mensal de 4.490 inquéritos. Em 2013, o número de inquéritos policiais (IPLs) relatados (concluídos) foi de 66.144, o que dá uma média de 5.512 IPLs relatados

por mês em 2013. A título de informação, em 2012 houve mudanças administrativas na alta administração da Polícia Federal, o que enseja tempo para o planejamento e transmissão às unidades de novas metodologias de trabalho.

Em 2013 e 2014, fora detectada pequena diminuição na produtividade em razão de o Brasil ter sediado diversos eventos, tais como a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude, a Copa de Mundo de Futebol, além de ter realizado Eleições Presidenciais, eventos que demandaram intensa mobilização e deslocamento de efetivo policial, o que gerou prejuízo aos trabalhos de Polícia Judiciária levados a efeito no órgão.

Em 2012, conforme conferência dos dados, foram relatados 58.430 inquéritos.

Quantidade alcançada

173.970

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11	%	9,94	31/12/2014
Região Nordeste	18	%	21,4	31/12/2014
Região Norte	10	%	8,62	31/12/2014
Região Sudeste	43	%	40,43	31/12/2014
Região Sul	18	%	19,61	31/12/2014

- **Aparelhamento de 40 Núcleos de Inteligência nas regiões de Fronteira (polícias estaduais) - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Objetivando estender a malha de inteligência nos municípios fronteiriços do país, buscando maior capilarização da produção do conhecimento em inteligência de segurança pública, levou-se a feito a ideia de descentralizar as atividades de inteligência para as áreas vulneráveis dos Estados que possuem fronteiras internacionais. Para tanto, o projeto Enafron surgiu com a proposta de reaparelhar dezenas de Núcleos de Inteligência integrados por Policiais Civis e Militares, no interior dos Estados de fronteira. As Agências e os Núcleos estão sendo aparelhadas e criados, a partir dos investimentos realizados por intermédio de transferências voluntárias do Ministério da Justiça, sendo possível com isso a pactuação com 11 (onze) Estados de fronteira, estruturando o setor de inteligência, de forma que possibilite sua capacidade de atuação.

Atualmente é possível contar com 81 Núcleos de Inteligência em funcionamento nas fronteiras, incluindo aqueles apoiados com recursos do próprio Estado.

Importante destacar que como os convênios ainda se encontram em fase de execução, a capacidade máxima de atuação e pleno funcionamento está prevista para o final de 2015.

Previsão de realização para o próximo período:
Para o período vindouro prevê-se a criação de mais 11 (onze) Núcleos de Inteligência na região de fronteira.

Arranjos de Gestão:
Participam dessa empreitada os Órgãos de Segurança Pública envolvidos: Polícias Civil e Militar de cada Estado, que apresentam como contrapartida, além da parte financeira, o de estrutura física e de pessoal.

• Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Há dificuldades nas aquisições, em razão da distância dos grandes centros, onde estão instalados, em maioria, os

fornecedores. Dificultando e encarecendo as entregas, razão maior do desinteresse pelo certame licitatório.

• Observações:

Dentro do previsto para os projetos Enafron, a execução segue seu curso normal, vez que os Convênios ainda se encontram em fase de execução, estando os núcleos, em sua maioria com previsão de pleno funcionamento em final de 2014 / 2015.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2014

- **Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A PRF é participante do Pregão Presencial Internacional, conduzido pela Senasp, onde se prevê a aquisição de 4 unidades.

Em 02/07/2014, foi realizado na Secretaria Nacional de Segurança Pública o Pregão Presencial Internacional sob nº 14/2014 – cujo objeto é o Registro de Preços para aquisição de veículos especiais equipados com escâneres (geradores de imagens), para uso em atividades de policiamento nas operações de fiscalização de veículos e cargas, de modo não intrusivo e não destrutivo, através de processo de visualização do seu interior, para atender demanda da Senasp, Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Comando do Exército. Contudo, este pregão foi suspenso administrativamente para que o Ministério da Justiça possa prestar informações à Procuradoria Regional da União no Distrito Federal acerca da Ação Ordinária nº 4399.32.2014.4.01.3400. Cabe registrar que o mencionado pregão atenderá demandas tanto no âmbito da fronteira com também dos grandes centros urbanos.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Falta de empresas cadastradas no mercado mundial com tal tecnologia e previsão orçamentária para aquisição de todos os scanners.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	2	31/12/2014
Região Norte	8	unidade	1	31/12/2014
Região Sul	4	unidade	2	31/12/2014

- **Capacitação e treinamento, pelo CNCP, de 6.800 agentes públicos que atuam no combate à pirataria**

Análise Situacional da Meta

No 2º semestre de 2013, em decorrência de esforços de articulação institucional, foram firmados acordos de cooperação referentes ao projeto “Cidade Livre de Pirataria” com 4 Prefeituras, que inclusive são sede dos jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, possibilitando a realização dos Cursos de Capacitação de Agentes Públicos, que ocorreram em Salvador, para 170 agentes; em Cuiabá, para 64 agentes; em Manaus, para 50 agentes; e em Porto Alegre, para um público de 120 pessoas.

No 1º semestre de 2014 dando prosseguimento à meta de estabelecer a cooperação “Cidade Livre de Pirataria” com as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, foram firmados acordos de cooperação com 2 Prefeituras, sendo Natal e Fortaleza. Por razões de incompatibilidade de agenda dos Prefeitos e do Secretário Executivo do CNCP, houve a

impossibilidade de promover a capacitação dos agentes públicos nestas cidades, devendo ser agendada data para promoção da capacitação.

No 2º semestre de 2014, em decorrência de alterações ocorridas na gestão do Conselho, não houve tempo hábil de realizar assinatura de Acordos de Cooperação Técnica (Cidade Livre de Pirataria) com os Municípios, o que impossibilitou a realização dos cursos de capacitação de agentes públicos. Ressaltamos, todavia, que se encontram em tratativas para formalizar a parceria com o CNCP as prefeituras de Caxias do Sul e Blumenau.

Quantidade alcançada

1.104

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	%	2,11	31/12/2014
Região Nordeste	20	%	2,5	31/12/2014
Região Norte	15	%	0,73	31/12/2014
Região Sudeste	25	%	9,11	31/12/2014
Região Sul	20	%	1,76	31/12/2014

- **Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a Secretaria Nacional de Justiça presidiu a VI Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal, que se desenvolve no âmbito da Reunião de Ministros da Justiça da Organização dos Estados Americanos. Durante Este mandato, atuou-se de forma a potencializar outras iniciativas brasileiras na OEA, especialmente em relação ao tema de assistência jurídica mútua em relação à identificação, congelamento e confisco de ativos que sejam produto ou instrumento de delitos, que remete ao Projeto BIDAL a que a SNJ se vinculou durante o exercício da presidência do Grupo de Especialistas para o Controle da Lavagem de Dinheiro. Dentre os diversos avanços obtidos durante a reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Jurídica em Matéria Penal, a aprovação do "Protocolo da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal Relativo ao Uso de Novas Tecnologias de Comunicação e à Audiência por Videoconferência" coroou o êxito da presidência brasileira no foro.

Em 2014 foi sediada a 10ª Reunião da Rede de Recuperação de Ativos do Grupo de Ação Financeira da América Latina (RRAG). O encontro tratou sobre a dinamização dos processos de cooperação internacional envolvendo representantes da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, México, Costa Rica, Panamá, Cuba, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá. Também participaram deste evento representantes do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), do Banco Mundial e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Também em 2014 o Ministério da Justiça presidiu a XXXVIII Reunião do Grupo de Especialistas para o Controle da Lavagem de Dinheiro (LAVEX), celebrada em Washington. Foi no âmbito do LAVEX que o Brasil se envolveu no Projeto BIDAL (Projeto de Bens Apreendidos e Confiscados na América Latina).

Em âmbito multilateral, foi negociado o Protocolo da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal Relativo ao Uso de Novas Tecnologias de Comunicação e à Audiência por Videoconferência. Ademais, assinou-se Acordo sobre o uso do sistema seguro de comunicação Iber@. Ambos os acordos abrangem todos os países de fronteira.

Sobre a meta, cabe destacar os trabalhos realizados pela Polícia Federal (PF), por meio de suas Adidâncias Policiais e Oficialatos de Ligação localizados no Paraguai, Colômbia, Bolívia, Peru, Venezuela, Argentina e Uruguai, e as polícias nacionais desses países. O trabalho em conjunto vem gerando resultados estratégicos concretos, fortalecendo a atuação coordenada e integrada entre forças de segurança no combate, principalmente, a grupos organizados transnacionais voltados para o tráfico de armas e drogas. Nesse contexto, destacam-se as ações de erradicação da maconha no Brasil e no Paraguai. A cooperação internacional também se mostrou eficiente nas ações em conjunto com o Peru, especificamente no que se refere à Operação Trapézio, na fronteira entre o Brasil (Amazonas – vale do rio Javari) e Peru.

É importante destacar também a participação de 16 agentes da polícia haitiana no Curso de Formação Profissional da Polícia Rodoviária Federal. Além disso, esforços estão sendo envidados no sentido de estimular e fortalecer a cooperação bilateral na área de segurança para o trânsito, prevenção de ilícitos, bem na promoção de ações coordenadas de fiscalização de transporte internacional de cargas e de passageiros entre a PRF e instituições policiais de países vizinhos. Um instrumento do tipo já está em fase de negociação com a Polícia Nacional do Peru e com a Agência de Imigração e Aduana dos EUA (Immigration and Customs Enforcement – ICE/DHS).

Também foi iniciado um relacionamento direto entre a PRF e a Guarda Civil da Espanha para fomentar a cooperação recíproca na área de segurança viária, culminando no acompanhamento de um observador espanhol durante a realização da Operação “Copa do Mundo”. Também espera-se maior aproximação da PRF com as instituições policiais dos Estados Unidos da América e Canadá, que possuem grande conhecimento e experiência em segurança pública. Ademais, prosseguirão os esforços no sentido de promover a criação de Representações da PRF junto a Embaixadas do Brasil no exterior. Importante citar que se deu início às tratativas entre a PRF, a Receita Federal e o Ministério das Relações Exteriores - MRE para que a PRF seja incluída no rol de instituições brasileiras que poderão atuar nas áreas de Controle Integrado - ACI's do Mercosul nos passos fronteiriços já contemplados e os que ainda serão criados. Além disso, atendendo a demandas do MRE, a PRF tem participado de reuniões bilaterais de integração fronteiriça do Brasil com países vizinhos, notadamente Bolívia, Peru, Guiana, Argentina e Uruguai, contribuindo no diálogo referente à segurança pública e viária que ocorrem em rodovias federais situadas em regiões de fronteira.

- **Desenvolver e implantar novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras, o SISCOAF II, com vistas à modernização tecnológica para o fortalecimento da produção de inteligência financeira e da supervisão de setores econômicos no âmbito da prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo**

Análise Situacional da Meta

Até o momento foram mapeados os processos, elaborados os modelos de negócio e modelo de dados conceitual dos processos de supervisão de setores econômicos. Também foi finalizado o mapeamento de processos do tipo AS-IS dos processos de Inteligência Financeira. Realizou-se um workshop entre o SERPRO e o COAF para definir a metodologia de trabalho e de desenvolvimento do sistema. O desenvolvimento do sistema continuou ao longo do ano de 2014, momento em que foram especificados, desenvolvidos, homologados e postos em produção os seguintes módulos: Módulo de Universo Fiscalizável; Módulo de Cadastro e Habilitação; Módulo de Envio de Notificações e Alertas; Módulo do Portal da Pessoa Obrigada; primeiro módulo de Aferição de Conformidade. Foi ainda prospectada uma Solução de Inteligência Analítica.

Para 2015 espera-se desenvolver as seguintes atividades:
Especificação, desenvolvimento, homologação e produção do segundo módulo de Aferição de Conformidade; Especificação de processos e dados (AS-IS/TO BE) da atividade de Processo Administrativo Punitivo – PAP; Especificação de processos e dados (TO BE) da atividade de Inteligência Financeira; Solução de Inteligência Analítica.

- **Elaboração de um Plano de Aviação em Segurança Pública para os Estados Fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Encontra-se em fase de finalização o Plano Nacional de Aviação de Segurança Pública nas Fronteiras, visando dotar os órgãos de segurança pública dos 11 Estados, que limitam territorialmente com Países sulamericanos, de capacidade e mobilidade aérea para execução de suas missões.

O Plano encontra-se lastreado em três eixos estratégicos: reestruturação/reequipamento das OASP de Fronteira; Capacitação/Qualificação de pessoal/tripulações e Padronização Operacional. Nesse alinhamento, em 2014 realizaram-se as seguintes ações:

- Financiamento de aquisição de uma aeronave de asa rotativa, multimissão leve, para a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina (SC), e estabelecimento de uma Base de Aviação de Segurança Pública de Fronteiras, na cidade de Chapecó (SC), denominada SAERFRON, onde o helicóptero está sendo operacionalizado;

- Financiamento de aquisição de uma aeronave de asa fixa, com capacidade de transportar 10 pessoas, para a Secretaria de Segurança Pública do Pará (SSP/PA), a qual está sendo operacionalizada pelo GRAESP – Grupamento Aéreo de Segurança Pública nas missões e operações do policiamento especializado de fronteiras paraense;

- Reunião de Aviadores de Segurança Pública dos 11 Estados de Fronteira, no âmbito do Encontro Nacional de Aviação de Segurança Pública 2014, realizado em Fortaleza/CE, a fim de sugerir diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Aviação de Segurança Pública de Fronteiras, bem como buscar e debater as sugestões dos profissionais da área para a elaboração das diretrizes estratégicas do Plano Nacional para esse segmento;

- Mapeamento das Unidades Aéreas dos Órgãos de Segurança Pública dos 11 estados de Fronteira;

- A Regulamentação da Aviação de Segurança Pública continua em análise interna à Agência Nacional de Aviação Civil, com previsão de deliberação final sobre o tema no primeiro trimestre de 2016, conforme Portaria ANAC nº 2.975, publicada na edição de 12/12/2014 do Diário Oficial da União.

No âmbito estadual, as principais dificuldades encontradas na estruturação da Aviação de Segurança Pública de Fronteiras, estão relacionadas a falta de efetivo qualificado para execução de atividades de aviação de segurança pública afetas as Polícias Militares e Civis, Corpo de Bombeiros Militares; ausência de políticas de pessoal adequadas para os profissionais de aviação de segurança pública; infraestrutura precária, especialmente no Arco Norte e Central da Fronteira (AP, AM, AC, PA, MT, MS, RR, RO); infraestrutura precária em alguns Estados, dificultando as ações de prevenção e repressão, bem como o transporte de emergência e deslocamento de profissionais de segurança pública.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar e implementar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**

Análise Situacional da Meta

O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) teve seus objetivos aprovados pelo Decreto nº 7.901/13 e pela Portaria Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013, do Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Política para as Mulheres. O plano foi fruto de um amplo e intenso processo participativo de trabalho, que reuniu a experiência e a inteligência de milhares de pessoas e profissionais envolvidos com o tema no Brasil e no exterior.

Com a aprovação do II Plano foi também instituído o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP, responsável pelo acompanhamento da implementação das 115 metas neste previstas, podendo propor ajustes técnicos e de prioridades, coletar, difundir e disseminar informação entre os organismos implementadores e para toda a sociedade.

O Decreto instituiu ainda o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que foi composto a partir da indicação de representantes dos Conselhos Nacionais que o compõem e da eleição de representantes da sociedade civil.O Comitê iniciou suas atividades em janeiro de 2014, com a posse de seus membros, já realizou três reuniões ordinárias, aprovou seu planejamento estratégico e os planos de trabalho das comissões permanentes e já se manifestou em duas ocasiões: sobre tráfico de pessoas em contexto de grandes eventos e sobre violações de direitos de profissionais do sexo em ações de segurança pública justificadas como de enfrentamento ao tráfico de pessoas.

No que tange ao monitoramento do II PNETP foram publicados até dezembro de 2014, cinco (5) Relatórios de Progresso referentes a sua implementação. Ao final de 2014 foi apresentada a avaliação de meio termo do plano, realizado por uma consultoria contratada especificamente com esta finalidade, que também propôs recomendações para melhorias de relatos, indicadores e resultados do II Plano Nacional.

Os relatórios são divulgados no site do Ministério da Justiça a cada ciclo quadrimestral de prestação de informações para fins de transparência e controle social e são submetidos à análise da Comissão Permanente de Monitoramento e Orçamento do CONATRAP.

- **Fomentar a realização de 08 operações simultâneas e integradas em todos os arcos da fronteira (norte, sul e central) cordenadas pelos órgãos estaduais de segurança Pública - Plano Estratégico de Fronteiras.**

Análise Situacional da Meta

A partir das ações da Enafron em parceria com os Estados e baseado nas discussões e pacto ocorridos no Encontro de Interlocutores da Enafron e Secretários Executivos do GGIF/ Câmara Temática de Fronteira no Município do Chuí-RS, foi realizado a 1ª Operação Simultânea – GGI FRON nos dias 13 e 14 de dezembro de 2012 com a participação de 10 Estados: Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Roraima, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Apenas o Estado de Rondônia não participou desta ação integrada, que beneficiou um total de 139 Municípios fronteiriços que abrigam uma população de 5.682.953 de pessoas. Foi utilizado um efetivo total de 3.009 servidores da segurança pública e 696 viaturas empregadas. Vale ressaltar entre outras produtividades: foram recuperados 13 veículos, 129 prisões, apreendidas 11 armas de fogo, 777,726 kg de maconha, 35,3 kg de cocaína e 51 pedras de crack.

No ano de 2013, o fomento das Operações Simultâneas e Integradas só foi possível no primeiro semestre, catalisadas por meio da utilização de mecanismos de gestão como reuniões técnicas realizadas em Cáceres-MT, Foz do Iguaçu-PR e Oiapoque-AP, eventos onde foram discutidas as principais ações estratégicas (inteligência, táticas e operacionais) para a realização de operações no primeiro semestre. Essa operação do primeiro semestre envolveu a participação direta dos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A referida operação foi desencadeada na semana anterior à Jornada Mundial da Juventude (JMJ) e o foco era proporcionar segurança aos milhares de pessoas que deslocavam em direção ao Estado do Rio de Janeiro. Em novembro foi realizada reunião técnica em Chapecó-SC, no entanto, diferentemente do 1º semestre, não foram realizadas operações simultâneas envolvendo todos os Estados, fato provocado pela ocorrência dos Jogos da Copa das Confederações, que redundaram num grande esforço dos órgãos de segurança pública, especialmente no que tange a diversas manifestações, que fizeram com que os entes federados focassem a realização de centenas de operações integrantes no âmbito de cada estado. Importante destacar que a ausência dessas operações não foi fator determinante para aumento dos esforços dos órgãos estaduais de segurança pública.

Principais realizações do período:
Considerando os preparativos para a Copa do Mundo e a realização do evento, não foi possível realizar nenhuma operação integrada entre os Estados Fronteiriços, de acordo com os Arcos, tendo em vista que em todos eles haviam um Estado Sede da Copa do mundo.

Foi desencadeada no segundo semestre de 2014 duas operações integradas, sendo a primeira envolvendo os 11 estados de fronteira mais as unidades federativas localizadas na região Nordeste e a segunda envolvendo todos os estados brasileiros.

Previsão de realização para o próximo período:
O Ministério da Justiça, aproveitando inclusive o legado de segurança pública da Copa do Mundo, fomentará atuação integrada entre Estados de Fronteira e Estados que fazem divisa com estes, de forma a ampliar a atuação integrada entre os Estados.

Apresentação e coordenação de um plano de atuação integrada.

Arranjos de Gestão:
Os Estados é que são responsáveis pela realização das operações integradas, cabendo ao Ministério coordenar a integração entre Estados, agregando também a participação dos órgãos de segurança pública federais, tais como a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal.

Nesse sentido, estão sendo realizadas reuniões com Estados de Fronteira e Estados que fazem divisa com estes; visitas técnicas aos Estados, levantamento de iniciativas e sugestões, para a elaboração de um plano que agregue as peculiaridades de cada um dos Arcos de Fronteira.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Articulação dos Estados a participarem das Operações, em razão de outras prioridades estabelecidas por estes.
Quantidade alcançada
13
Data de Referência
31/12/2014

- **Implantação de 11 Sistemas de Radiocomunicação com abrangência em 140 municípios fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta
Devido à complexidade desse projeto, a discussão sobre sua implantação demandou muitos esforços da SENASP e Estados durante os anos de 2012 e metade do ano de 2013, porém, após essa fase de estruturação, definições, apresentação de propostas, ajustes, aprovação e celebração de convênios, os 11 Estados estão iniciando a execução de fato dos convênios, preparando editais e demais medidas visando à estruturação dos Sistemas em diversos municípios de fronteira.

Nas estimativas iniciais, o projeto teria uma amplitude de cobertura na área urbana de 140 municípios, porém, após a finalização das ultimas propostas, a previsão é de atingir 152 municípios, superior à meta prevista inicialmente. Importante mencionar que, após a execução final do convênio, esse quantitativo pode sofrer novas alterações.

Principais realizações do período:

Empenho da terceira parcela dos convênios; acompanhamento do repasse do financeiro dos convênios aos Estados fronteiriços; apoio técnico na implementação do projeto.

Previsão de realização para o próximo período:
Acompanhamento do repasse do financeiro dos convênios aos Estados fronteiriços; apoio técnico na implementação do projeto.

Celebração de Acordo de Cooperação para integração da comunicação (torres, infraestrutura) com as polícias federais e Ministério da Defesa.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Baixa qualidade técnica dos projetos apresentados pelos entes federados, sendo que em alguns casos houve atraso na aprovação das propostas, em razão de projetos copiados de um Estado para outro, direcionamento dos equipamentos a serem adquiridos e ausência de pesquisa mercadológica atualizada.

Tentativa dos Estados em alterar as especificações técnicas estabelecidas na Portaria que deu início à elaboração dos projetos, de acordo com interesses individualizados.

Arranjos de Gestão:
Articulação contínua tanto com os técnicos dos estados quanto com os gestores da política pública, com a finalidade de proporcionar a integração da comunicação entre os Estados fronteiriços.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantação de 350 unidades de próprios nacionais residenciais nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Considerando a atuação integrada das Instituições com relação ao Plano Estratégico de Fronteiras, especialmente no que tange aos Departamentos de Polícia Federal (DPF) e Rodoviária Federal (DPRF), optou-se no âmbito da PRF em se adotar o projeto de Próprios Nacionais Residenciais iniciado no DPF. Com isso, assim que concluído essa fase pela PF, haverá a adoção das medidas cabíveis para adaptação às demandas da PRF. Portanto, não haverá execução física da ação na Polícia Rodoviária Federal até que o DPF conclua o projeto.

Em relação à Polícia Federal, a meta é a construção de 236 unidades, em 10 municípios. A empresa contratada em 2012 não concluiu o projeto e está em andamento processo administrativo para aplicação das sanções cabíveis.

Em 2014, os trabalhos de licitação e contratação das obras por parte do DPF foram paralisados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	350	unidade	36	31/12/2014

- **Implantação de Sistemas de videomonitoramento em 64 municípios de fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

O projeto está seguindo seu curso conforme planejado. Após a publicação de portaria estabelecendo os parâmetros de financiamento, todos os estados fronteiriços apresentaram seus respectivos projetos, sendo devidamente aprovados, empenhados e pagos, com exceção do Estado do Pará que ainda aguarda liberação do financeiro.

Após a conclusão de todos os projetos, a previsão inicial de abrangência do sistema que era de 64 municípios foi alterada para 77, acima do previsto inicialmente em virtude do modelo de negócio apresentado pelo Governo de Santa Catarina, que buscou através de parcerias com municípios do oeste do estado alcançar diversas outras localidades que não estavam previstas anteriormente, sendo uma promissora iniciativa para expansão desses importantes sistemas.

Principais realizações do período:
Acompanhamento do repasse do financeiro dos convênios aos Estados fronteiriços; apoio técnico na implementação do projeto.

Previsão de realização para o próximo período:
Acompanhamento da implementação do projeto e sua utilização nos termos pactuados na Portaria que deu início à elaboração dos projetos.

Arranjos de Gestão:
Articulação contínua tanto com os técnicos dos estados quanto com os gestores da política pública para a implementação do projeto.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Baixa qualidade técnica dos projetos apresentados pelos entes federados, sendo que em alguns casos houve atraso na aprovação das propostas, em razão de projetos copiados de um Estado para outro, direcionamento dos equipamentos a serem adquiridos e ausência de pesquisa mercadológica atualizada.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantação do Diretório Nacional de Titulares de Marcas com o objetivo de facilitar o contato entre os servidores públicos que atuam no combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual e à sonegação fiscal deles decorrentes e o titular da marca registrada no INPI, na forma da Resolução nº 01 de 03 de maio de 2011 do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP)**

Análise Situacional da Meta

O desenho geral do projeto foi reelaborado por Grupo de Trabalho constituído no primeiro semestre de 2013. Entre outras alterações, houve a mudança do nome do projeto para “Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas”.

O projeto foi lançado oficialmente no dia 03/12/2013, por ocasião do “Evento de Mobilização em Comemoração ao Dia Nacional de Combate à Pirataria”. Em sua execução está contemplada a realização de projeto-piloto no Rio de Janeiro, sendo que, até junho de 2014, deverá ocorrer o cadastramento e a capacitação de agentes públicos da Secretaria da Receita Federal do Brasil, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, com ênfase nos 12 Estados cujas capitais sejam sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Após a finalização do projeto-piloto e da primeira etapa, está prevista a ampliação do projeto, tendo como objetivo o cadastramento no Diretório de agentes de todos os estados da federação.

No 1º semestre de 2014: o Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas, gerido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, em 14/07/14 alcançou o número de:

i)63 titulares de marcas representando 7.489 marcas;
ii)23 arquivos digitais com instruções para identificação de produtos originais e falsos;
iii)90 agentes públicos federais cadastrados de 15 estados da federação e do Distrito Federal.

No 2º semestre de 2014: o Diretório Nacional de Combate à Falsificação de Marcas, gerido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, em 29/12/14 alcançou o número de:

i) 93 titulares de marcas representando 9.484 marcas registradas;
ii) 41 arquivos digitais com instruções para identificação de produtos originais e falsos;
iii) 136 agentes públicos federais cadastrados de 18 estados da federação e do Distrito Federal.

- **Implantação de 11 Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGI-F) ou Câmaras temáticas de Fronteira no âmbito Estadual - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A integração entre as forças é um dos objetivos e diretrizes principais não apenas da Enafron, mas do Plano Estratégico de Fronteiras como um todo, inclusive mencionado em todos os artigos do Decreto nº 7.496 de 11 de junho de 2011, e levadas a efeito a partir de então.

Além das atividades destacadas nos arranjos de gestão, as ações dos GGIFs e CTs Frons merecem um destaque e atenção especial, mesmo fazendo parte desses arranjos, visto que esses fóruns devem congregar todas as ações e iniciativas que tenham como objetivo a aproximação dos “atores das fronteiras”, promovendo mecanismos de integração sistêmica e cooperação entre o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais.

No ano de 2013, houve uma movimentação e articulação dos GGIFs e CTs Frons. Conforme dados repassados pelos Estados, foram realizadas 120 reuniões. O Gabinete de Gestão Integrada que realizou a maior quantidade de reuniões de integração foi do Estado de Mato Grosso do Sul, 53 reuniões no total, e isso se deve principalmente pelo formato escolhido, que é descentralizado em quatro pólos regionais (Navirai, Ponta Porã, Corumbá e Jardim), bem como pela priorização da própria Secretaria de Segurança Pública e Justiça do Estado, servindo de bom exemplo a ser seguido pelos demais entes federados. Outros estados que realizaram uma quantidade menor de reuniões, mas que se destaca pelo êxito das ações cotidianas e integradas entre os órgãos federais, estaduais e municipais é o Estado de Mato Grosso que possui uma priorização extremamente relevante para essa temática de cooperação e colaboração.

No ano de 2014 houve forte articulação política dos GGIFs e CTs Fron. Conforme dados repassados pelos Estados, foram realizadas 118 reuniões, momento em que são planejadas as diversas ações estratégicas e operacionais dos sistemas estaduais de segurança pública. Nesse sentido, destaca o êxito das ações integradas de cada órgão com outros organismos das esferas federais, estaduais e municipais, cujos benefícios são de suma importância para o sistema como um todo.

Principais realizações do período:
Acompanhamento das ações realizadas pelos GGIs e Câmaras Técnicas de Fronteira, que realizaram ao longo de 2014 118 reuniões. Observa-se que essas reuniões têm contribuído fortemente para a melhoria da atuação das instituições de segurança pública na faixa de fronteira. Isso pode ser observado pelos dados de apreensões e outros atividades de polícia desenvolvidas pelas unidades operacionais nos estados fronteiriços.

A ação integrada de articulação entre a SENASP e os estados fronteiriços permitiu a transformação de duas Câmaras Temáticas de Fronteira em Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira, a saber, nos estados do Acre e Rondônia. Isso deverá favorecer a atuação desses organismos e ampliar sua autonomia em seus respectivos estados.

A atuação dos GGIF e CT-Fron contribuiu para que três estados fronteiriços, a saber, Acre, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, formalizassem seus Planos Estratégicos para a Segurança Pública. Fato que fortalece os sistemas de segurança pública nos estados em referência e amplia as possibilidades de maior integração com a SENASP.

Previsão de realização para o próximo período:
Realização de visitas técnicas de acompanhamento da implementação da política Enafron em
11 estados fronteiriços.

Arranjos de Gestão:
Fomento a realização de articulações com os gestores dos municípios da faixa de fronteira.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Dificuldades na articulação e repasse de informações aos gestores dos municípios priorizados para ações da Enafron em suas respectivas fronteiras.

Atraso no cumprimento de pactuações realizadas, especialmente no que concerne à elaboração de publicação de Planos Estaduais de Fronteira, o que só foi realizado até agora apenas pelos estados do Acre, Mato Grosso e Santa Catarina.

Registra-se que no ano de 2012 que houve um pequeno equívoco no total da meta, onde se lê na quantidade alcançada: 14, leia-se 11.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	51	unidade	11	31/12/2014

- **Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil**

Análise Situacional da Meta

Foram contratados, em 2013, 30 (trinta) pontos de monitoramento, com leitura automática de placas, através de OCR, cuja instalação se efetuou em estados de fronteira - 25 pontos (7 - RS, 1 - SC, 3 - PR, 6 - MS, 6- MT, 2 - RO) e 5 pontos fora da região de fronteira (3- RJ e 2 - SP) , durante todo o ano de 2014. Ainda no ano de 2014, o contrato foi aditivado em 25% e estão sendo instalados mais 04 (quatro) pontos nos estados de RS, MT, PR e AC, que serão entregues até o primeiro trimestre de 2015. A PRF já abriu, no ano de 2015, novo processo licitatório para a aquisição de mais 98 (noventa e oito) pontos de monitoramento, contemplando todos os estados de fronteira (RS, SC, PR, MS, MT, RO, AC, RR, AM, PA e AP). Caso o processo licitatório não reste frustrado e haja disponibilidade orçamentária, a instalação desses pontos a serem contratados deverá se realizar até o final do ano de 2015. Atualmente, existem 25 (vinte e cinco) pontos em perfeito funcionamento nos estados de fronteira. Até o final de 2015, a perspectiva é de que tenhamos 127 (cento e vinte e sete) pontos de monitoramento em região de fronteira. Dentre os principais resultados obtidos desde a liberação do sistema para uso pelo efetivo, que ocorreu em 23 de julho de 2014, obteve-se o aumento de, aproximadamente, 22% de veículos recuperados, 38% das apreensões de cocaína e 22% das apreensões de maconha nas Regionais que possuem o Alerta Brasil instalado.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	66	unidade	25	31/12/2014

- **Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial compreendeu a aquisição de hardwares e softwares, para o tratamento dos dados que são coletados com a leitura automática de placas realizada pelos pontos de monitoramento, bem como por meio de modelos e padrões desenvolvidos pela Coordenação de Inteligência da PRF. O sistema se encontra em funcionamento desde março de 2014, mas tem como característica o contínuo aperfeiçoamento, com o fito de otimizar a ação policial, qualificar a produção de conhecimento e subsidiar decisões.

- **Modernização de 21 Unidades do Sistema Integrado de Inteligência policial para Unidades do Departamento de Polícia Federal nas fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Foram modernizadas, em 2012, 14 unidades de inteligência policial, voltadas principalmente para a prevenção e repressão do tráfico de drogas.

Em 2013, foram inauguradas unidades do GISE (Grupo de Investigações Sensíveis), totalizando a modernização de 17 unidades em funcionamento na região de fronteira. Serão continuados os processos licitatórios para aquisição de equipamentos de investigação, informática, mobiliário e o restante do aparato de infraestrutura para possibilitar a estruturação de mais bases que compõem o referido projeto.

Em 2014 foram inauguradas mais 4 unidades GISE, nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	21	unidade	21	30/11/2014

- **Modernização do Sistema de Interceptação de Sinais do Departamento de Polícia Federal**

Análise Situacional da Meta

O projeto do Sistema de Interceptação de Sinais (SIS), da Polícia Federal, contempla duas etapas de implantação. A primeira delas, que abrange a implementação das funcionalidades de interceptação telefônica, iniciada em abril de 2012, encontra-se em fase de implantação em produção, com aproximadamente 96% do esforço planejado para esta etapa concluído e previsão de início de produção em março de 2015. A segunda etapa, que representa cerca de 40% do esforço total planejado para o projeto, e envolve a implementação de funcionalidades complementares e a integração com o e-Pol, será retomada após o início da implantação do sistema e-Pol.

- **Modernizar e ampliar os sistemas de emissão de passaporte, de controle de tráfego internacional e de registro de estrangeiros, incorporando os requisitos de segurança recomendados pela Organização de Aviação Civil Internacional (OACI), destacando-se a utilização de mídia eletrônica para a gravação de dados biométricos do portador**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, dando continuidade à evolução dos sistemas utilizados na expedição de passaporte e no controle migratório, foram implementadas novas versões do Sistema Nacional de Passaportes (Sinpa) e do Sistema de Tráfego Internacional

(STI), de caráter evolutivo e corretivo.

Em relação ao Sinpa, em junho 2013, foi implementada a versão 10.2 a qual, dentre outras funcionalidades, possibilitou o aumento da produtividade dos postos de expedição de passaporte mediante a separação das etapas de conferência dos dados biográficos e coleta biométrica, bem como finalizou a integração entre o Sistema de Controle de Emissão de Documento de Viagem do Ministério das Relações Exteriores, e o Sinpa, permitindo a consulta mútua às bases de dados.

No aprimoramento do controle migratório, concluiu-se o desenvolvimento do SATI, sistema que integrará o STI a qualquer solução de autoatendimento migratório (portais eletrônicos ou e-gates), aguardando-se a aquisição dos equipamentos pelos operadores aeroportuários.

No tocante ao Sistema Nacional de Cadastro e Registro de Estrangeiros (Sincre), o projeto foi subdivido em diversos ciclos de desenvolvimento, que representam partes funcionais do sistema Sincre 2.

Foi finalizada, em dezembro de 2013, a aquisição dos equipamentos referentes à renovação do Parque PROMASP (Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro), cuja entrega em todo o Brasil aconteceu no primeiro semestre de 2014.

Dessa forma, houve substituição e acréscimo das estações de controle migratório (computadores e leitoras de documento de viagem). Os links de conexão em alguns aeroportos foram substituídos por conexões com maior capacidade.

Além disso, no primeiro semestre, houve a homologação da solução do passaporte de emergência com zona de leitura mecânica (MRZ, sigla em inglês), no padrão da Organização de Aviação Civil Internacional – OACI. Tal caderneta, na cor azul-celeste, começou a ser confeccionada pela Polícia Federal a partir de setembro de 2014.

No tocante ao registro de estrangeiros, o tempo médio da conferência e emissão da CIE reduziu de 07 meses para 10 dias úteis (em média) e o passivo para emissão de CIE reduziu de 50.000 (em nov/2013) para zero (em dia). Sendo assim, o número de processos com prazo vencido diminuiu em mais de 80%.

No segundo semestre de 2014, implementou-se outra versão do SINPA que, dentre outras inovações, incluiu a filiação nos documentos de viagem expedidos pela Polícia Federal e também possibilitou a inserção da autorização de viagem para menor na página de identificação do passaporte comum eletrônico. Ademais, foram instalados 16 (dezesseis) terminais de controle migratório eletrônico (e-gate) no Aeroporto de Guarulhos/SP.

- **Modernizar e reestruturar 512 unidades operacionais das polícias estaduais dos 11 estados fronteiriços - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A partir dos investimentos realizados nos anos de 2011 e 2012 através da celebração de 22 convênios, vários equipamentos, viaturas e armamentos foram adquiridos de acordo com a execução das metas e etapas por ente federado e seus respectivos órgãos, que ainda se encontram em execução. A partir das visitas técnicas de monitoramento dos convênios realizadas ao longo de 2014, foi possível avaliar que por intermédio dos investimentos já foram aparelhadas 606 unidades operacionais na faixa de fronteira, atendendo 263 municípios fronteiriços. Ainda no contexto das ações de aparelhamento das instituições estaduais de segurança pública, foram adquiridas pela SENASP 8.005 pistolas calibre.40, as quais já foram devidamente distribuídas para os estados, exceção feita a Paraná.

Principais realizações do período:
Aquisição de 8.005 pistolas calibre 0.40, que estão sendo distribuídas a todos os profissionais de segurança pública em atividade na faixa de fronteira.

Acompanhamento da execução dos convênios para aparelhamento das unidades operacionais e monitoramento do emprego desses equipamentos nas localidades previamente pactuadas.

Previsão de realização para o próximo período:
Em curso processo licitatório para a aquisição de 14.000 coletes balísticos nível 3-A, modelos masculino e feminino (fase de recurso/homologação).

Continuidade nas ações de monitoramento da execução dos convênios e entrega dos equipamentos nas localidades estabelecidas.

Arranjos de Gestão:
Envio de relatório das visitas de monitoramento, informando aos gestores estaduais acerca do andamento da execução dos convênios e distribuição dos equipamentos, cobrando providências quando há morosidade na execução e no desvio de finalidade de equipamentos.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Baixa execução das propostas, com possibilidade de devolução de recursos à União.

Quantidade alcançada

606

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	512	unidade	606	31/12/2014

- **Realizar 01 pesquisa sobre segurança pública nos 11 Estados de Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

Durante o primeiro semestre do ano de 2014, os dados de pesquisa foram sistematizados e o Relatório Final de pesquisa está sendo desenvolvido. As equipes do NECVU e do RETIS estão confeccionando um Relatório Final acerca da situação das fronteiras no Brasil, estabelecendo comparações entre os arcos de fronteira. Além disso, serão entregues relatórios específicos sobre cada Estado de fronteira. O banco de dados também será disponibilizando, sendo que a equipe do RETIS já entregou à SENASP o banco de dados com as variáveis secundárias agregadas sobre os 588 municípios de fronteira.

A pesquisa sobre Segurança Pública nas Fronteiras encontra-se inserida no primeiro eixo estruturador da Enafron, constituindo hoje o principal levantamento nacional sobre a configuração da violência e da criminalidade nos municípios situados na faixa de fronteira brasileira, bem como sobre a infraestrutura logística e de pessoal existente nessas localidades para o enfrentamento desses fenômenos. O objetivo finalístico é que este extenso trabalho de pesquisa ajude a orientar e direcionar investimentos na área de segurança pública nos municípios da faixa de fronteira brasileira, assim como, em um segundo momento, que essa massa de informações seja utilizada também para avaliar a eficiência e a eficácia dos programas e projetos custeados com tais recursos.

O universo da pesquisa são os 588 municípios localizados na faixa de fronteira do Brasil com os demais países e territórios da América do Sul. O diagnóstico é estratificado em três níveis. O primeiro nível abarca todo o universo e

será realizado a partir de fontes secundárias de informação. O segundo nível compreende uma amostra de 178 municípios, unidades administrativas que ocupam posição estratégica na faixa de fronteira e consideradas mais vulneráveis aos problemas de segurança pública que se pretende diagnosticar. Por fim, no terceiro nível da pesquisa, que abarca 55 municípios, inclusive as chamadas cidades gêmeas, foi realizada uma pesquisa de campo mais aprofundada não apenas sobre a estrutura institucional de segurança pública e os fenômenos da violência e criminalidade, mas também sobre a dinâmica de mercados ilegais e fluxos de pessoas e mercadorias.

O projeto é desenvolvido em parceria com diversas Universidades Federais dos Estados de Fronteira, sendo que a Coordenação Nacional é da UFRJ, pelo Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU/UFRJ), contando também com a participação do Grupo RETIS (Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRJ).

A estruturação metodológica, os trâmites institucionais para que a parceria fosse concretizada e a seleção dos mais qualificados pesquisadores das Universidades percorreu todo ano de 2012. Em 2013 o trabalho de campo da pesquisa teve início em fevereiro e encerrou-se em outubro do mesmo ano, após coleta de dados qualitativos e quantitativos em uma amostra de 178 municípios da faixa de fronteira brasileira e análises de dados espaciais dos 588 municípios existentes na faixa de fronteira.

A UFRJ já apresentou dois relatórios parciais sobre o diagnóstico e no final de novembro de 2013 participaram do IX Encontro Técnico da Enafron em Chapecó, São Miguel do Oeste e Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina, visando integrar e compartilhar experiência com gestores do Ministério da Justiça e dos Estados de Fronteira envolvidos diretamente com a política em todas as regiões de fronteira do Brasil, bem como alinhar as estratégias de avaliação e relatoria final dos trabalhos, que concentra milhares de informações sobre diversos assuntos e em diversos ângulos sobre a fronteira brasileira.

Previsão de realização para o próximo período:
Conclusão Relatório Final acerca da situação das fronteiras no Brasil, estabelecendo comparações entre os arcos de fronteira, objetivando subsidiar as políticas de segurança pública.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 5.314.891 ações de fiscalização de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações nas fronteiras no período de 2012 a 2015**

Análise Situacional da Meta

Dados fornecidos pelos estados RS, SC, PR, MT, MS, RO, AC, AM, RR, AP e PA, que fazem parte da Enafron. Dados referem-se a abordagem de pessoas, veículos e embarcações.

Ressalta-se que essa meta é plenamente compartilhada com as ações dos órgãos federais (DPF, DPRF, Receita, Força Nacional, Forças Armadas, etc) visto que as Polícias Militares, Civis, Perícia e Bombeiros atuam cotidianamente em todos os 588 municípios da fronteira brasileira, sendo que a sistematização desses dados requer um esforço concentrado por parte dos Estados. No período de 2012-2014, as forças de segurança estaduais, localizadas na faixa de fronteira realizaram a fiscalização de 18.007.818.

Previsão de realização para o próximo período:
Sensibilizar Estados de Fronteira acerca da necessidade de envio dos dados das realizadas no período estabelecido com

a Senasp. Coleta dos dados das fiscalizações realizadas junto aos Estados.

Arranjos de Gestão:
Cotidianamente, a Senasp está em contato com os pontos focais da Enafron nos Estados fronteiriços, assim como com os coordenadores dos GGIs e Câmaras Temáticas de Fronteira, no sentido de incentivar a coleta de dados e na realização de operações integradas, coordenadas e planejadas, com vistas a aumentar o número de fiscalizações nesses estados.
Para tanto, também são realizadas reuniões quadrimestrais, com apresentação do resultado do trabalho dos Estados nas Fronteiras, com vistas a estimular a atuação desses.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Uma das maiores dificuldades existentes é o estabelecimento de uma rotina e procedimentos para coleta de informações por parte dos Estados fronteiriços, sendo que antes da implantação da Enafron, alguns Estados não realizavam esse tipo de coleta, dificultando a análise de dados e geração de informação.

TOTAL DE FISCALIZAÇÕES (2012 - 2014)
PRF ------- 13.459.467
PF----------1.800.000
SENASP----18.007.818
TOTAL------33.267.285
Quantidade alcançada
33.267.285
Data de Referência
31/12/2014

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo
Este objetivo tem como finalidade induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública. Capacitar e valorizar se constituem em importantes ações capazes de propiciar mudança nos operadores e nas instituições de segurança pública, levando-os a avaliar as possibilidades de crescimento em suas atividades profissionais na perspectiva de prestar melhores serviços à população.

A Senasp, de 2012 a 2013, realizou diversos cursos na modalidade presencial, capacitando 23.927 profissionais de segurança pública, por meio das Instruções de Nivelamento de Conhecimento da Força Nacional de Segurança Pública e em atenção aos programas prioritários Brasil Mais Seguro e Enafron. Em 2014, em continuidade às ações do ensino presencial, foram capacitados 13.310 profissionais de segurança pública das Policiais Civis, Militares, Corpos de Bombeiros e Perícia Oficial. O cardápio de capacitações trouxe diversos cursos, dentre os quais podemos citar: “Local de Crime para os Profissionais de Segurança Pública”, “Análise Criminal”, “Perícia em Local de Crime Integrado”, Operação com Cromatógrafo”, “Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios”e “Investigação de Homicídios e Drogas Ilegais”, entre outros.

Especificamente nas capacitações da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), em 2013, foram capacitados 832 profissionais que atuam diretamente em cidades-gêmeas ou na linha de fronteira. Em 2014, 980

profissionais de segurança pública foram capacitados na ENAFRON, em Cursos de Unidades Especializadas de Fronteira, Inteligência Financeira, Análise de Inteligência, Operações de Inteligência, Inteligência de Sinais, entre outros. Assim, de 2012 a 2014, a Senasp capacitou 1.812 profissionais de segurança pública que atuam nas fronteiras. Dentro da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, no ano de 2014, iniciou-se a pactuação junto aos 11 Estados de fronteira para implementação progressiva das Diretrizes objetivando a melhoria das condições de trabalho e fixação do efetivo nestas localidades.

Na capacitação do Programa Brasil Mais Seguro, realizou-se diversos cursos destinados ao aperfeiçoamento dos profissionais de segurança pública, em especial, dos integrantes das Polícias Civis, Militares e dos Órgãos de Perícia Oficial. Em 2014, o Programa BMS capacitou 5.102 profissionais de segurança pública, visando aperfeiçoar os policiais no enfrentamento da criminalidade violenta e fortalecimento dos cursos destinados aos profissionais da Perícia Oficial.

Ainda foram realizados cursos em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos do Brasil, onde em 2014, foram capacitados 455 profissionais.

A Senasp ainda realiza capacitações de forma indireta, por meio da transferência voluntária de recursos aos entes federados. Em 2014, foi publicado o Edital de chamada pública nº 03, referente à implementação, pelos Estados membros e Distrito Federal, de ações destinadas a área de educação em segurança pública, tendo por referência a Matriz Curricular Nacional.

As capacitações na modalidade a distância alcançaram, em 2014 o total de 271.432 aprovações de profissionais de segurança pública por meio da Rede Nacional de Educação a Distância para Segurança Pública – Rede EaD-SENASP. Dentro do período de 2012 a 2014 já se aponta o valor de 876.499 aprovações, dentre os mais de 600.000 usuários cadastrados no ambiente virtual de aprendizagem da SENASP. Tais números refletem a abrangência e importância da Rede EaD-SENASP para a capacitação dos profissionais de segurança pública de todo o país, garantindo assim a entrega de um serviço de qualidade para a sociedade quando o assunto é segurança pública.

A integração das instituições de segurança pública federais, estaduais e municipais com a Rede EaD-SENASP, garantiram a superação das metas estabelecidas para as ações de capacitação na modalidade a distância e a manutenção desta interação é de indiscutível importância.

Além das ações conjuntas com as instituições de segurança pública, a constante oferta de novos cursos e conteúdos atualizados, também foi balizador das ações de capacitação na modalidade a distância, sendo oferecidos ao longo dos últimos 3 anos 25 novos cursos aos alunos da Rede EaD-SENASP.

Uma importante iniciativa refere-se à meta que trata da inclusão da temática racial na formação dos agentes de segurança pública e privada, que está sendo efetivada por meio de várias ações, dentre as quais pode-se destacar a inserção desta temática na versão atualizada da Matriz Curricular Nacional, onde o tema está abordado de forma transversal no eixo articulador “Diversidade Étnico Sócio Cultural, Conflitos e Segurança Pública”.

Assevera-se ainda que no 2º semestre de 2014, foram lançados os Cadernos Temáticos de Referência “A polícia judiciária no enfrentamento às drogas ilegais” e “Investigação criminal de homicídios”, os quais não tiveram a pretensão de criar doutrina sobre as temáticas, mas sim, ser um referencial de boas práticas no enfrentamento dos crimes em questão.

Ainda sob a ótica de criação de doutrina, no 1º semestre de 2015, será lançado o Caderno Temático de Referência sobre

abordagem investigativa nas infrações penais contra a mulher.

Os resultados desses estudos são utilizados para a elaboração e publicação de diretrizes que visam subsidiar a adoção de políticas públicas voltadas à educação e valorização dos profissionais de segurança pública. Destaca-se, ainda, a conclusão do estudo para elaboração das diretrizes voltadas para os agentes de segurança pública que atuam nas fronteiras – Política de Pessoal –, conforme o projeto prioritário Enafron, contribuindo para a fixação dos policiais e aprimorando as ações de enfrentamento aos crimes fronteiriços.

Em 2013, todos os Estados aderiram ao programa Crack, É Possível Vencer. Foram disponibilizados três módulos de curso, sendo: Módulo I – Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária para o programa Crack É Possível Vencer; Módulo II - Tópicos especiais em policiamento e ações comunitárias - Redes de atenção e cuidado; e Módulo III - Tópicos especiais em policiamento e ações comunitárias - Abordagem policial a pessoas em situação de risco.

O projeto de ampliação e consolidação da Rede Nacional de Altos Estudos de Segurança Pública (Renaesp) encontra-se em execução. Os Editais nº 6 e 7/2012 resultaram na oferta de 22 cursos, em 16 unidades da federação. Em atenção ao Edital nº 1/2014, foram selecionados 35 cursos para serem executados em 19 unidades da federação, sendo 5 deles em unidades da federação não contempladas nos Editais nºs. 6 e 7/2012. Desta forma, os editais dos anos de 2012 e 2014 contemplaram com ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública 21 unidades da federação: Acre, Amapá, Ceará, Bahia, Distrito Federa, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Através da oferta dos cursos da Renaesp, os profissionais de segurança pública serão qualificados em nível de especialização lato sensu.

Dentro do Programa Educacional de Resistência às Drogas – Proerd, existente há vários anos, foi criada a meta "Capacitação de 3.240 novos policiais militares para atuarem nas escolas-Plano Crack é Possível Vencer", capacitando no período de 2012 a 2014, 2.280 profissionais.

Em relação à conexão com outras políticas públicas, destaca-se o programa Crack, é possível vencer, que se propõe a induzir a integração entre as redes de saúde, de assistência social, de segurança pública, de educação e do sistema de garantia de direitos, nos diferentes níveis de governo e com a participação da sociedade civil. Inclusive, a formatação do Módulo II da capacitação para os profissionais de segurança pública atende às necessidades conceituais de integração das redes. Desta forma no período de 2012 a 2014 foram capacitados 7.863 profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de uso de crack e outras drogas.

Dentre os órgãos das três esferas de governos que estão contribuindo para o alcance do objetivo, estão as participações da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), Secretarias de Estado da Segurança Pública, Polícias Militares, Guardas Municipais, Polícias Civis, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, contemplando na formação dos profissionais de segurança pública todos os eixos do Programa – Cuidado, Autoridade e Prevenção.

Em razão da complexidade do programa Crack, é possível vencer, algumas dificuldades foram encontradas. Primeiramente, cabe destacar o ineditismo da proposta de formação dos profissionais de segurança pública, que estão sendo capacitados para esse tema pela primeira vez, em conhecimentos acerca das políticas de saúde e assistência social, por meio do Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social, sendo que os docentes são indicados pelas respectivas Políticas. Outras dificuldades dizem respeito à disponibilização de profissionais com perfil adequado para atuação no programa; disponibilidade dos profissionais nas 160 horas-aula; resistência diante do tema de polícia

comunitária; processo de mobilização dos discentes juntos a diferentes instituições.

Outros aspectos foram identificados na execução das atividades relacionadas a este objetivo, tais como: necessidade conciliar os calendários das missões e cursos; logística insuficiente para atender as demandas; entraves burocráticos dos processos licitatórios; suspensão das atividades dos cursos em razão do emprego do efetivo em grandes eventos; problemas na liberação dos profissionais de segurança pública discentes pelos seus comandos; e falta de estrutura adequada para realização das capacitações, entre outros.

Metas 2012-2015

- **Capacitação de 3.240 novos policiais militares do PROERD para atuarem nas escolas - Plano Crack, é Possível Vencer.**

  Análise Situacional da Meta

  No contexto do Programa Crack, é possível vencer, foi inserida no exercício de 2013 a meta de capacitar policiais militares para a atuação em atividades de prevenção primária contra o uso e o abuso de drogas junto à comunidade escolar, por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD. Com foco inicial para o atendimento de alunos do 5ª ao 7ª ano do ensino fundamental, foram realizadas formações específicas para instrutores e mentores do PROERD, cujas atribuições na taxonomia do programa são diferenciadas pelo acúmulo de conhecimento específico acerca de temas relacionados à droga e à dependência química.

  O apoio aos estados é formalizado por meio de Acordos de Cooperação Técnica firmados com as Polícias Militares, por meio da realização de cursos de capacitações específicos (mentores e instrutores) para que policiais militares desenvolvam as ações em escolas. A Senasp disponibiliza material didático e pagamento de hora/aula para professores, assim como certifica a conclusão desses cursos. Em específico, foram ofertados dois currículos:

  a)Curso Nacional de Formação de Instrutores do PROERD (80h/a), cujo objetivo é capacitar os Policiais Militares como Instrutores para Aplicação do Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD - dos currículos das séries iniciais da educação infantil, das séries iniciais, do 5º e do 7º ano do Ensino Fundamental, desenvolvendo no futuro Instrutor, múltiplas competências para atuação na área da educação preventiva.

  b)Curso Nacional de Mentores do PROERD (40h/a), cujo objetivo é Capacitar os Policiais Militares para atuarem como Mentores do Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD, dos currículos do 5º e 7º ano e séries iniciais do ensino fundamental.

  No primeiro semestre de 2014, foram capacitados 471 e no segundo semestre 839, totalizando 1310 policiais militares de todos os Estados e do Distrito Federal capacitados em 2014. Contudo, houve casos em que a pactuação foi prejudicada por alterações nas gestões das instituições, o que impediu a realização dos cursos em 2013.

  Por se tratar de um método de atuação referenciado em experiências conduzidas nos Estados Unidos por meio do DARE AMERICA, a adaptação à realidade e às condicionantes brasileiras foi realizada por meio de 2 Grupos de Trabalho ao longo dos anos de 2012 e 2013. Tais grupos unificaram os currículos existentes, referenciaram os conteúdos às necessidades do ambiente escolar brasileiro e propuseram alterações quanto à forma de atualização dos policiais militares envolvidos. Além disso, foram conduzidos workshops para o treinamento de policiais militares diretamente conduzidos por representantes do DARE AMERICA. De forma inequívoca, foram observadas melhorias qualitativas durante a execução dos cursos após os workshops.

  Tendo sido concretizada a adesão dos Estados e o Distrito Federal ao Programa Crack, é possível vencer, nos anos de 2012 e 2013, com exceção do Amazonas, iniciou-se a formalização de Acordos de Cooperação Técnica para a

realização de capacitações para o PROERD.

Previsão de realização para o próximo período:

Dar continuidade às capacitações de policiais militares de todos os Estados e do Distrito Federal, alcançando um número maior de capacitados, através das atualizações de currículos dos profissionais que já atuam no Proerd, da realização de capacitações de nivelamento de pedagogos que atuam no Proerd, de Cursos Nacionais de Formação de Mentores Proerd e Cursos Nacionais de Formação de Instrutores.

Arranjos de Gestão:
Foi realizado o II Grupo de Trabalho de atualização do PROERD, com a primeira reunião no período de 16 a 19 de setembro em Brasília-DF e a segunda reunião no período de 30 de setembro a 03 de outubro em Belo Horizonte – MG, para realizar a atualização dos materiais didáticos utilizados nas capacitações e nos dias 27 e 28 de novembro de 2014, em Sete Lagoas – MG ocorreu o IV Encontro Nacional de Coordenadores do PROERD, para proporcionar o alinhamento das ações conduzidas pela SENASP.

Quantidade alcançada

2.280

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 250.000 profissionais de segurança pública na modalidade a distância nas temáticas da área**

Análise Situacional da Meta

A Rede EaD-SENASP apresentou no último ano um crescimento no número de aprovações, em relação ao ano de 2013. No ano de 2014 foram aprovados 271.432 profissionais de segurança pública através da plataforma de educação a distância da SENASP. Alguns fatores que contribuíram para tal crescimento foram a grande variedade de cursos oferecidos, a integração com as ações de educação das Instituições de Segurança Pública e a popularização do acesso a tecnologia.

O objetivo de capacitação foi alcançado, e os números apresentados pela Rede EaD-SENASP garantem que a ferramenta possuiu potencial para a manutenção das metas e até ampliação dos resultados. Atualmente a Rede EaD-SENASP, efetivou em sua plataforma 3.261.644 matrículas nos 71 cursos oferecidos, dentro de um total de 628.014 profissionais de segurança pública cadastrados

Faz-se importante salientar que, dentro da metodologia adotada pela Rede EaD-SENASP, um mesmo profissional de segurança pública pode matricular-se em mais de uma curso por ciclo, e com isso obter a aprovação nos cursos matriculados de acordo com sua avaliação.

Resta necessário salientar que as metas devem ser adequadas a realidade das capacitações, onde os custos envolvidos abrangem os profissionais de segurança pública que utilizam a plataforma em capacitações voluntárias e por indicação das instituições as quais são pertencentes, o que possibilita a qualificação continuada dos profissionais, independente das questões temporais e ou geográficas

Previsão de realização para o próximo período:

A Rede EaD-SENASP tem a previsão de crescimento para o ano de 2015, com a ampliação da oferta de cursos, assim como a atualização dos já oferecidos, ainda como ação para manutenção ampliação do público das ações da Rede, estão a adequação do quadro de tutores e intensificação das ações integradas com as áreas de educação das instituição

de segurança pública, e ainda a implementação de uma plano de comunicação e divulgação das ações realizadas.

Arranjos de Gestão:

Objetivando a institucionalização e normatização das ações realizadas, existe a necessidade da publicação da Portaria da Rede EaD-SENASP, a qual ratificará a importância para a qualificação do serviço de segurança pública prestado a sociedade. Além desta importante ação a manutenção dos Acordos de Coorperação Federativa com os Estados e Municípios já firmados e os Acordos de Cooperação Técnica com a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, assim como o Termo de Execução Descentralizado firmado com o Departamento Penitenciário Nacional, atendendo assim os servidores do sistema prisional.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

No mês de dezembro de 2013 o contrato com a Empresa Insight, a qual prestava o serviço de transposição de conteúdo para WEB, foi encerrado, somente sendo estabelecido nova contratação, agora com a Empresa Benner, no mês de setembro, o que comprometeu a produção de novos conteúdos e sua publicação na plataforma.

Quantidade alcançada

876.499

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 8.400 profissionais de segurança pública para atuação nas cenas de uso de crack e outras drogas, por meio de Bases Móveis, com formação em policiamento de proximidade, resolução não violenta de conflitos, uso de tecnologias de menor potencial ofensivo e conhecimento das redes de atenção e cuidado para usuários de drogas.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve a adesão de 12 estados e do Distrito Federal ao programa Crack, é Possível Vencer, além das Prefeituras de suas respectivas capitais. Já em 2013, ocorreu a adesão dos demais 14 Estados, além de 92 Municípios com mais de 200 mil habitantes em todo o país. Como instrumento de qualificação dos profissionais que viriam a atuar nas bases comunitárias com videomonitoramento móvel – BCMV, previstas no Programa, a SENASP ofertou os seguintes cursos modulares a todos os profissionais de segurança envolvidos:

1. Módulo I – Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária para o Programa Crack é possível vencer (80h/a), cujo objetivo é capacitar profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso crack e de outras drogas para desenvolverem ações de segurança pública orientadas pela filosofia de polícia comunitária;

2. Módulo II - Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias – TEPAC, Redes de Atenção e Cuidado (40h/a), cujo objetivo é capacitar profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso crack e de outras drogas de forma que possam reconhecer as redes de atenção, prevenção e cuidado e o seu papel neste cenário. É o segundo módulo de capacitação para atuação no Programa Crack, é possível vencer.

3. Módulo III - Tópicos Especiais em Policiamento e Ações Comunitárias – TEPAC, Abordagem a pessoas em situação de risco (40h/a), cujo objetivo é potencializar a capacitação dos operadores de segurança pública que atuarão nas cenas de uso e tráfico de drogas, no que tange ao emprego racional e adequado das tecnologias de menor potencial ofensivo, vislumbrando esse emprego baseado nos princípios que regem as ações policiais, sobretudo, o principio da dignidade da pessoa humana, da legalidade, da necessidade, da proporcionalidade e da razoabilidade, da defesa dos direitos humanos.

Principais realizações do período:

Tendo sido concretizada a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao Programa Crack, é possível vencer, em 2012 e 2013, a formalização de Acordos de Cooperação Técnica para a realização de capacitações foi concluída em todos os Estados e o Distrito Federal, à exceção do Amazonas. Ademais, foram firmados Acordos de Cooperação Técnica diretamente com 28 Guardas Civis Municipais com o mesmo objetivo.

Foi constituído Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar e propor as diretrizes de atuação dos profissionais de segurança pública que atuarão nas bases de policiamento comunitários móveis com videomonitoramento, em articulação com as redes de atenção e cuidado, para atendimento aos usuários de substâncias psicoativas. O caderno foi concluído em agosto de 2014 e aguarda finalização do processo de licitação para publicação.

No primeiro semestre de 2014, foram capacitados 1.737 e no segundo semestre 1.776, totalizando 3.513 profissionais de segurança, dentre policiais militares, policiais civis, bombeiros militares e guardas municipais para atuação no Programa.

Previsão de realização para o próximo período:

Será realizado o XII Encontro Técnico dos Coordenadores Estaduais de Polícia Comunitária, além de Seminário para a discussão, dentre outros temas, de experiências relacionadas ao Programa Crack, é possível. Nessa oportunidade, será disponibilizado o Caderno de Diretrizes para a Atuação das Bases Comunitárias Móveis com Videomonitoramento, documento referencial para a implantação dos serviços dos referidos equipamentos, bem como para avaliação e monitoramento do programa. Também será apresentado o SINESP BCMV, ferramenta de monitoramento online do programa, bem como proporcionar treinamento inicial para esta funcionalidade.

Arranjos de Gestão:

Foi realizado o XI Encontro Técnico dos Coordenadores Estaduais de Polícia Comunitária, com participação de todos os Estados e o Distrito Federal. Nessa oportunidade, foi apresentado o trabalho final do GT do Caderno de Diretrizes das Bases Comunitárias Móveis, ainda, foi realizado o monitoramento acerca da implantação do Programa e, consequentemente, das capacitações dos profissionais envolvidos.

Quantidade alcançada

7.863

Data de Referência

31/12/2014

- **Construção de diretriz sobre a Politica de Pessoal para os profissionais dos órgãos estaduais de Segurança Pública que atuam na Fronteira - Plano Estratégico de Fronteiras**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, iniciou-se a pactuação junto aos 11 Estados de fronteira para implementação progressiva das Diretrizes contidas na Portaria nº 136/2013, publicada no DOU de 21/11/2013, objetivando a melhoria das condições de trabalho e fixação do efetivo nestas localidades. Com vistas à implantação das Diretrizes pelos Estados fronteiriços foi definida a participação de um membro da equipe do Projeto Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública no X Encontro Técnico da ENAFRON, realizado em maio de 2014. Esses encontros contam com a participação de representantes dos 11 Estados de Fronteira e possibilitam a verificação do andamento da execução de convênios, operações policiais, dentre outros. Assim, nessa oportunidade, iniciou-se a identificação, junto aos gestores estaduais, de quais seriam as diretrizes mais urgentes de serem implementadas, quais estratégias poderiam ser adotadas

para a implementação das mesmas e as principais dificuldades relacionadas. Esse processo se deu a partir de discussão coletiva com os gestores, complementada pela aplicação de um questionário sobre o tema. No segundo semestre, foram impressos mil exemplares do Caderno Técnico contendo os resultados da pesquisa e as diretrizes da Política de Pessoal para os profissionais de segurança pública que atuam na fronteira. Em torno de 100 exemplares do Caderno Técnico foram distribuídos aos gestores e profissionais de segurança pública que atuam na faixa de fronteira e que participaram do Encontro Técnico da ENAFRON, realizado na cidade de Pacaraima, em Roraima, no mês de agosto de 2014. No Encontro Técnico da ENAFRON realizado na cidade de Tabatinga, no Estado do Amazonas, ocorrido em novembro de 2014, não houve a participação de um integrante da equipe do Projeto Qualidade de Vida em virtude de redução da equipe, não sendo possível dar continuidade, naquele momento, à pactuação junto aos 11 Estados de fronteiras para discussão da política de pessoal e das diretrizes contidas na Portaria nº 136/2013.

Revela salientar que foi contratada, em parceria com o PNUD, consultoria especializada que realizou, entre setembro de 2012 e maio de 2013, estudo com a finalidade de elaboração da Política de Pessoal para os profissionais de Segurança Pública que atuam na Fronteira. A pesquisa foi realizada de acordo com as seguintes etapas: 1) levantamento e análise da bibliografia nacional e internacional acerca dos principais problemas enfrentados pelos servidores de segurança pública das regiões de fronteira, bem como da legislação relacionada à política de pessoal existente, em âmbito federal e estadual, abrangendo, além das instituições estaduais e municipais de segurança pública, a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica; 2) mapeamento e sistematização das principais demandas dos operadores de segurança pública de fronteira, com base em entrevistas e questionários individuais e institucionais (os instrumentos de pesquisa foram validados pelos gestores e operadores estaduais de segurança pública que atuam na fronteira em Reunião Técnica realizada no Chuí, RS; 3) Construção de proposta de minuta de portaria contendo as diretrizes da política de pessoal para servidores de segurança pública estaduais que atuam nas fronteiras (a minuta de portaria foi validada pelos gestores e operadores estaduais de segurança pública em Reunião Técnica, realizada em Brasília, DF; 4) Elaboração de Caderno Técnico com os principais resultados da pesquisa e a Portaria com as Diretrizes da Política de Pessoal.

Previsão de realização para o próximo período:
- Continuidade da pactuação junto aos 11 Estados de fronteiras para implementação progressiva das Diretrizes contidas na Portaria.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
- Após a divulgação das diretrizes, o grande desafio é a pactuação de adesão dos estados para implementação das estratégias propostas.

- **Disponibilizar 20 novos cursos na Rede Nacional de Educação a Distância (Rede EAD)**

Análise Situacional da Meta

Dentro da programação da Rede EaD-SENASP e, buscando oferecer aos mais de 600.000 usuários cadastrados no ambiente conteúdos atualizados e diretamente ligados ao tema Segurança Pública, foram disponibilizados no triênio 2012-2014 um total de 25 conteúdos novos ou atualizados.

Resta salientar que o processo de disponibilização dos cursos da Rede EaD-SENASP passa pela fase de identificação da necessidade, onde o tema é identificado como necessário para os profissionais de segurança pública. Devidamente identificada a necessidade é selecionado o profissional com notório saber no tema e este passa a realizar a elaboração do conteúdo. Este profissional é denominado Conteudista. Após a conclusão do desenvolvimento do curso, de acordo com o solicitado pela SENASP, o material produzido pelo Conteudista é analisado por uma Câmara Técnica, formada por profissionais com conhecimento sobre o tema e servidores da SENASP, para identificar se o conteúdo traz

informações relevantes, atualizadas e principalmente alinhadas as diretrizes da SENASP no tema. Com o aval da Câmara Técnica o conteúdo é encaminhado para uma empresa contratada para realizar a transposição do conteúdo elaborado inicialmente na forma de texto para o formato a ser veiculado no ambiente virtual de aprendizagem da SENASP. Com a finalização da transposição do material este é publicado no ambiente para a realização de uma turma denominada Turma Teste, onde os tutores que irão atuar serão capacitados e estes poderão apontar qualquer inconsistência no curso antes da devida publicação para os demais profissionais de segurança pública usuários da Rede EaD-SENASP

No ano de 2014 foram publicados no ambiente 03 cursos novos e 1 curso em versão atualizada, além destes foram realizadas as elaborações, análise e encaminhamento para transposição para WEB 7 novos conteúdos além da atualização de 5 cursos já disponibilizados.

Previsão de realização para o próximo período:

Para o primeiro semestre de 2015 está prevista a publicação de 2 cursos novos sendo eles: Prevenção e Combate a Tortura e Necropapiloscopia e 3 em versão atualizado: Investigação Criminal - Versão Atualizada, Análise Criminal 1 – Versão Atualizada, Uso da Informação e Gestão em Segurança Pública – Versão Atualizada, somando 5 cursos novos oferecidos aos alunos da Rede EaD-SENASP.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Dentro a atividade de disponibilização dos cursos duas foram as principais dificuldades encontradas, sendo elas o não cumprimento dos prazos por parte do Conteudista, no que se refere a elaboração e correção do conteúdo, quando solicitado.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

- **Garantir 40.000 vagas para profissionais estaduais e municipais de segurança pública em ações educativas de formação, capacitação e aperfeiçoamento da SENASP**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizados 201 cursos, que disponibilizaram o total de 10.810 vagas nas capacitações presenciais executadas de forma direta. A relação de cursos referente ao primeiro e segundo semestre encontra-se nos anexos I e II. Por meio de transferência voluntária, foi publicado o Edital de chamada pública nº 02, de 02 de agosto de 2013, para projetos sobre educação e promoção de melhoria da saúde e das condições de trabalho dos guardas municipais. Este Edital foi conjunto, abrangendo as áreas de ensino e valorização profissional.

Os municípios de Contagem-MG, Santo André-SP, Campo Grande-MS, Limeira-SP, Piracicaba-SP, Paulista-PE, Foz do Iguaçu-PR, Guaranhuns-PE, Araçatuba-SP, Indaiatuba-SP, Cascavel-PR, Vitória-ES, Guarulhos-SP, São Miguel dos Campos-AL, Barueri-SP, Rio de Janeiro-RJ, Fortaleza-CE, Palmas-TO, Campinas-SP, foram contemplados no Edital 02/2013, totalizando o repasse de R$ 8.404.198,00 e a oferta de aproximadamente 5.065 vagas em cursos pactuados, tendo como público os profissionais das guardas municipais.

No primeiro semestre de 2014, em continuidade as ações de capacitação da SENASP, em atenção aos Programas Brasil Mais Seguro e ENAFRON, bem como em cursos regulares da SENASP e em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos, foram realizados 45 cursos destinados aos profissionais de segurança pública dos Estados. Neste sentido, no período em questão, foram capacitados 1698 profissionais das Policias Civis, Militares e Técnico-Científico.

No segundo semestre de 2014, foram realizados cerca de 110 cursos, totalizando 3.850 profissionais capacitados na modalidade presencial, de maneira direta. No que se refere a capacitação indireta, foram ofertadas 3.171 vagas aos profissionais de segurança pública, por meio do Edital nº 03/2014, onde foram selecionados 16 projetos, redundando na pactuação de convênios, sendo ofertadas 3.171 vagas para os profissionais de segurança pública, em diversos cursos e um investimento total de R$ 19.018.633,44.

Cabe destacar, o fortalecimento das capacitações na área de perícia oficial, como os cursos: “Curso de Perícia em Local de Crime Integrado”, “Curso de Operação com Cromatógrafo”, “Curso de Perícia Papiloscópica em Local de Crime e em Laboratório” e o “Curso de Formação de Perito Oficial, Médico-Legista, Papiloscopista e Técnico-Forense da Perícia Oficial de Alagoas”.

Previsão de realização para o próximo período:

-Garantir 9.500 vagas aos profissionais estaduais e municipais de segurança pública, nos cursos dos programas Brasil Mais Seguro, Enafron, Instruções de Nivelamento de Conhecimento da Força Nacional de Segurança Pública e em outras capacitações.

-Dar continuidade às ações de capacitações, fortalecendo os cursos voltados para os operadores das polícias civis, militares e técnico-científica.

-Continuar a revisão das institucionalizações e ementas dos cursos existentes em atenção aos programas prioritários Brasil Mais Seguro e ENAFRON;

-No projeto “Brasil Mais Seguro” serão criados e executados novos cursos específicos para peritos e no “Enafron” serão desenvolvidas ações nos campos de policiamento ambiental, policiamento rodoviário, gestão de projetos, assuntos internos e corregedoria, além de atualizar a institucionalização do curso de policiamento em vias hídricas (grupos de trabalho).

Arranjos de Gestão:

-Foram mantidas as ações conjuntas das Secretarias de Segurança Pública Estaduais e do DF, com o Federal Bureau of Investigation – FBI, com a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, com o Drug Enforcement Administration – DEA, Miami Police Department - MPD e Ministério da Defesa para realização de diversos cursos, tais como os de “Gestão de Políticas de Segurança Pública nas Fronteiras”, “Investigação de Crime Organizado”, “Investigação de Homicídios”, “Prevenção e Repressão a Entorpecentes”, “assuntos internos e corregedoria", dentre outros.

-Cabe ressaltar ainda a integração entre as forças estaduais de segurança pública, o Exército Brasileiro, a PF e a PRF, haja vista que as capacitações proporcionam indispensável troca de experiências entre os profissionais dessas instituições.

-Destaca-se ainda a execução do Curso de Atenção Humanizada às Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios, em comunhão de esforços da SENASP, a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde, tendo por objetivo capacitar os profissionais de saúde do SUS e os peritos oficiais;

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

-Adiamento de alguns cursos novos, haja vista atraso na construção de institucionalização, ementas e material didático por parte dos Grupos de Trabalho;

-Necessidade de conciliar o calendário dos cursos com as atividades da Copa do Mundo FIFA de 2014;

-Dificuldade de aquisição de insumos para os Cursos de Uso Diferenciado da Força e Curso de Especialização em Operações de Choque.

Quantidade alcançada

32.646

Data de Referência

31/12/2014

- **Incorporar a temática racial na formação de agentes de segurança pública e privada**

Análise Situacional da Meta

Criada em 2003, a Matriz Curricular Nacional (MCN) é um referencial teórico-metodológico concebido para subsidiar o planejamento e avaliação das ações formativas para os profissionais da área de segurança pública (policiais civis e militares e bombeiros militares).

Após ser avaliada junto aos gestores, técnicos e professores das Instituições de Ensino de Segurança Pública de todo o país, realizou-se no período de 2011 a 2012 o trabalho de revisão da Matriz.

Por ser um documento de abrangência nacional e exigir a construção de consenso, privilegiou-se na metodologia adotada a participação de diversos atores, com notório saber e ou especialização técnica, envolvidos no processo de formação dos profissionais da Área de Segurança Pública.

Em 2013, foi concluída a nova versão da Matriz, no que se refere a conteúdo que, além de manter sem alteração a dinâmica dos eixos articuladores, áreas temáticas e a orientação pedagógica – pois foram muito bem avaliadas –, passou a incluir em seu texto original, dentre outros pontos a criação do eixo articulador “Diversidade Étnico-sociocultural, conflitos e segurança pública”. Relevante salientar que os eixos articuladores estruturam o conjunto de conteúdos de caráter transversal, uo seja, devem nortear as orientações didático-pedagógicas e permear as diferentes disciplinas, seus objetivos e conteúdos.

Além disso, foram finalizadas, no segundo semestre de 2013, duas pesquisas no âmbito do Projeto PENSANDO A SEGURANÇA PÚBLICA, pela Universidade de Brasília e pela Universidade Federal de São Carlos, com o tema “Segurança Pública e Questões Raciais”, cujo objetivo é aprimorar o tratamento do tema nas ações de educação profissional direcionadas às instituições de segurança pública.

No ano de 2014, a nova versão da Matriz Curricular Nacional passou por diagramação e ajustes. No segundo semestre, foram impressos 8.000 exemplares da MCN, os quais se encontram em distribuição as Instituições de Ensino de Segurança Pública.

Previsão de realização para o próximo período:
- Distribuição da nova versão da Matriz Curricular Nacional contemplando a temática de promoção da igualdade racial e hospedagem do flipping book nos sites do MJ;
- Realização do Seminário sobre a Abordagem Policial e a Promoção da Igualdade Racial;
- Publicação, no âmbito do Projeto Pensando a Segurança Pública, do diagnóstico da pesquisa Segurança Pública e

Questões Raciais.

Arranjos de Gestão:
- Foram realizadas ações conjuntas das Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e Embaixada Americana.

- **Integração da Rede de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) às ações de educação das Instituições de Segurança Pública**

Análise Situacional da Meta

As ações de capacitação que ocorrem nas Instituições de Segurança Pública ao longo do território brasileiro abrangem os mais variados temas e ocorrem objetivando a formação ou qualificação do profissional de segurança pública de cada ente federado. Tais capacitações são em sua grande maioria na modalidade presencial, o que denota uma mobilização de esforços que passam a comprometer a atividade finalística das instituições de segurança pública, pois envolvem o deslocamento do efetivo a ser capacitado para o local do curso, desmobilizando os pontos de atuação e efetiva prestação de serviço a sociedade. Além do comprometimento da atividade fim da instituição, o recurso financeiro envolvido com a capacitação limita o público a ser atingido pelo curso oferecido pela instituição de ensino de segurança pública.

A Rede EaD desde sua criação, vem disponibilizando a capacitação gratuita, qualificada, integrada e continuada, independentemente das limitações geográficas, temporais e financeiras aos profissionais de segurança pública de todo o país. E com o intuito de apoiar as ações de educação das Instituições de Segurança Pública oferece cursos através do "Módulo Academia", sendo uma ferramenta onde os gestores estaduais da Rede EaD denominados Tutores Master, de acordo com as necessidades das instituições de segurança pública de seu ente federado, pode solicitar a criação de turmas específicas para capacitação de servidores nos cursos disponibilizados pela Rede EaD.

Dentre os objetivos que mobilizam as instituições de segurança pública a utilizar o módulo academia estão a complementação das horas aulas de cursos de formação e qualificação, assim como otimização do tempo presencial para a utilização em disciplinas essencialmente práticas.

A utilização em cursos presenciais pode ser exemplificada com a realização de vários cursos de formação e aperfeiçoamento nos 27 entes federados e diversos municípios.

A Rede EaD vem se mobilizando para o crescimento da utilização desta ferramenta e tal fato pode ser observado nos seguintes dados: 2012: 15.491 aprovações, em 12 estados e 4 guardas municipais; 2013: 23.571 aprovações, em 16 estados e 6 guardas municipais e 2014: 45.169 aprovações em 18 estados e 5 guardas municipais.

Além dos entes federados, signatários de Acordo de Cooperação Federativa com a SENASP, existem os Acordos com a Policia Rodoviária Federal – PRF e Polícia Federal - PF e o Termo de Execução Descentralizada com o Departamento Penitenciário Nacional, onde os servidores destas instituições utilizam a Rede EaD para a capacitação. As Instituições Federais acima mencionadas da mesma forma que as Unidades da Federação, também utilizam o módulo academia para a complementação da formação e / ou qualificação dos seus efetivos.

Resta destacar que a Rede RENAESP utiliza como requisito obrigatório para os alunos a realização de um curso oferecido pela Rede EaD e esta capacitação também acontece através do Módulo Academia. Conclui-se que a presente meta foi alcança conforme dados apresentados.

Previsão de realização para o próximo período:

A manutenção da integração com as instituições de segurança pública será manutenida através de constante contatos, incluído mensagens por e-mail, vídeo conferências, reuniões presenciais nos entes federados e reunião nacional com os tutores master.

Outra forma de efetivar a ligação dos entes federados com a gestão da Rede EaD, será a realização de grupos de trabalho, onde serão desenvolvidas atividades que, além de facilitar a gestão tornarão os gestores regionais, partícipes da construção das diretrizes utilizadas na Rede.]

Arranjos de Gestão:
Manutenção dos Acordos de Cooperação Federativa com os entes federados, e com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Departamento Penitenciário Nacional, este último na modalidade de Termos de Execução Descentralizada.

- **Oferecer ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) por unidade da federação**

Análise Situacional da Meta

Estão em execução 22 cursos, referentes aos Editais nº 6 e 7/2012, com a oferta de 880 vagas destinadas aos profissionais de segurança pública, nos cursos de especialização lato sensu. Foram ofertados cursos em 16 unidades da federação (CE, DF, MA, MG, MT, PA, PB, RJ, RN, RR, RS, SC, SE, SP, RO e TO), o que representou o alcance de 60% da meta.

No primeiro semestre de 2014, foi lançado o Edital nº 1/2014, para o chamamento de instituições de ensino superior públicas e privadas sem fins lucrativos, visando a oferta de cursos em todas as unidades da federação. Contudo, nem todas as unidades enviaram propostas.

No segundo semestre de 2014, em atenção ao Edital nº 1/2014, foram selecionados 35 cursos para a oferta de 1.400 vagas destinadas aos profissionais de segurança pública, nos cursos a serem executados em 19 unidades da federação, sendo 5 deles em unidades da federação (AC, AP, BA, GO e PE) ainda não contempladas nos Editais nº 6 e 7/2012. Os editais de Editais nº 6 e 7/2012 e Edital nº 1/2014, juntos, contemplam com ao menos um curso da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública as seguintes unidades da federação: AC, AP, CE, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PB, PE, RJ, RN, RR, RS, SC, SE, SP, RO e TO; eleva-se para 78% o alcance da meta.

Restam 6 unidades da federação (AL, AM, ES, MS, PI, PR), cujas instituições de ensino superior não enviaram propostas para os editais, impossibilitando a oferta de cursos Renaesp.

Revela salientar que 60% da meta já foi alcançada no triênio 2012-2014, com a previsão de alcance da meta no exercício de 2015, considerando as pactuações decorrentes do Edital nº 1/2014.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
-Em que pese os inúmeros esforços da equipe técnica da Senasp, na divulgação dos editais junto às instituições de ensino superior almejando incentivar a realização de cursos Renaesp, em especial os estados ainda não contemplados, não ocorreu o envio de propostas de instituições de ensino superior de AL, AM, ES, MS, PI e PR, inviabilizando com isso o pretendido alcance da meta para o período.

Previsão de realização para o próximo período:
- Encerramento dos 22 cursos referentes aos Editais nº 6 e 7, de 2012.
- Finalização das pactuações com as Instituições de Ensino Federais dos cursos relativos ao Edital nº 1/2014.

- Início dos cursos celebrados com as Instituições de Ensino Estaduais e Municipais dos cursos relativos ao Edital nº 1/2014.
- Estudo sobre novas possibilidades de pactuação com instituições federais de ensino superior, das unidades da federação não contempladas nos Editais nº 6 e 7/2012 e Edital nº 1/2014, a fim de viabilizar a realização de cursos da Renaesp e o alcance global da meta, em 2015.

Arranjos de Gestão:

- Parcerias estabelecidas com as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas sem fins lucrativos e com as polícias, corpos de bombeiros e órgão oficiais de perícia estaduais, por intermédio das respectivas Secretarias, bem como com guardas municipais, viabilizarão a execução dos cursos de especialização.

- Mediação junto às instituições de ensino superior do AL, AM, ES, MS, PI e PR, visando fomentar a oferta dos mais cursos Renaesp, ainda em 2015, para o alcance global da meta.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014

- **Pactuar 40 projetos de implementação e aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial e valorização profissional abrangendo todas as Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, dando continuidade à política de valorização profissional e promoção da saúde dos profissionais de segurança pública, foi elaborado o Edital de Chamada Pública nº 02/2014, sendo publicado em 22 de julho de 2014, para seleção de propostas no valor total de R$ 10 milhões de reais. Foram pactuados 13 convênios com os Estados do PI, SE, TO, MG, GO, MA, RS, PA, BA, RJ, PB, totalizando um repasse no valor de R$ 9.730.484,29.

No âmbito do Programa Brasil mais Seguro, não foi possível a publicação, em 2014, da portaria para pactuação de projetos na área de educação e valorização profissional com o Estado de Sergipe, apesar de prevista no relatório do monitoramento do Plano Plurianual, referente ao 1º semestre. A não publicação ocorreu face a necessidade de maior articulação da equipe do Projeto Qualidade de Vida com os profissionais da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Sergipe para elaboração do projeto.

Constata-se desta forma que a meta já foi superada em virtude dos esforços destinados à consolidação da política do aperfeiçoamento das estruturas e programas de atenção biopsicossocial.

Vale ressaltar que em 2013 foi lançado o Edital Senasp nº 02/2013, abrangendo as áreas de educação e valorização profissional, voltado especificamente para os municípios com efetivo superior a 200 Guardas Municipais. Foram elegíveis para participar do Edital pouco mais de 80 municípios. Para a referida chamada pública foram destinados R$ 20 milhões de reais.

Deste processo de seleção foram pactuados 19 projetos com os seguintes municípios: Contagem-MG, Santo André-SP, Campo Grande-MS, Limeira-SP, Piracicaba-SP, Paulista-PE, Foz do Iguaçu-PR, Guaranhuns-PE, Araçatuba-SP, Indaiatuba-SP, Cascavel-PR, Vitória-ES, Guarulhos-SP, São Miguel dos Campos-AL, Barueri-SP, Rio de Janeiro-RJ, Fortaleza-CE, Palmas-TO, Campinas-SP.

Cabe destacar que em 2012, foi publicado o Edital de chamada pública nº 03, referente à seleção de propostas no

âmbito da promoção da saúde e valorização profissional, no âmbito estadual, onde foram selecionados 13 projetos, redundando na pactuação de convênios com os Estados do Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins, cujas linhas de financiamento abrangiam as seguintes áreas temáticas: redução de riscos ocupacionais e de vitimização profissional; prevenção, tratamento e encaminhamento em casos de uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas; e qualidade de vida - desenvolvimento pessoal, bem-estar e melhoria das condições de trabalho.

Além dos editais de convênios, foram lançadas 3 Portarias para pactuação de projetos na área de educação e valorização profissional no âmbito do Programa Brasil Mais Seguro. Em 2012 foram celebrados 2 convênios com Estado de Alagoas e em 2013 foram celebrados convênios com os Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e com os municípios de João Pessoa e Natal, totalizando 6 (seis) projetos pactuados com estados no biênio.

Por fim, foi publicada Portaria que redundou na celebração de convênio com o Estado de São Paulo, com ações de valorização voltadas para os profissionais da Superintendência de Polícia Técnico-Científica.

Previsão de realização para o próximo período:

-Previsão, para o primeiro semestre de 2015, de construção de projetos de convênio com Municípios para efetivação de ações de valorização profissional, qualidade de vida e ensino voltados para as Guardas Municipais. Estes convênios terão valor estimado total de R$ 10 milhões de reais;

-Previsão, para o primeiro semestre de 2015, de construção projetos de convênio com Estados na área de educação e valorização profissional, no âmbito do Programa Brasil Mais Seguro, com valor estimado de R$ 6 milhões de reais.

Arranjos de Gestão:

-Para êxito desta meta é de suma importância a participação das Guardas Municipais e instituições estaduais apresentando propostas para captação de recursos e assim, consolidando a indução das políticas fomentadas pela Senasp.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

-Dificuldades dos proponentes em relação ao preenchimento do SICONV e à elaboração de Projetos, indicando que as equipes de elaboração de projetos dos municípios e unidades da federação precisam de maior qualificação sobre o tema.

-Dificuldade das instituições municipais e estaduais de sistematizar e manter atualizados os dados de vitimização profissional, número de afastamentos, epidemiologia do efetivo e reais condições de trabalho dos profissionais abrangidos, fato que auxiliaria, inclusive, a efetividade dos resultados alcançados com os convênios celebrados.

Quantidade alcançada

52

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 4 estudos e/ou pesquisas na área de educação, valorização profissional e segurança pública**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, foram concluídas, diagramadas e impressas, duas pesquisas realizadas em cooperação técnica com o

PNUD, na área de valorização profissional, a saber: caderno técnico sobre “Sistema de Monitoramento de Políticas de Valorização Profissional para Operadores de Segurança Pública” e caderno técnico “Política de Pessoal dos Profissionais de Segurança Pública que atuam na Faixa de Fronteira Brasileira”. Ainda em 2014, foram iniciadas três consultorias, também a partir do acordo de cooperação técnica com o PNUD, com conclusão prevista para março de 2015. São elas: “Levantamento do Perfil Profissiográfico e Mapeamento de Competências do Cargo de Perito Criminal”, “Relações Hierárquicas nas Polícias Militares”, “Construção e Validação de um Instrumento Psicológico de Diagnóstico de Vulnerabilidade ao Estresse Ocupacional em Profissionais de Segurança Pública”. A pesquisa sobre Racismo no Contexto das Instituições de Segurança Pública foi concluída e está em fase de diagramação e posterior encaminhamento para impressão.

No primeiro semestre de 2014 foi elaborado o planejamento para o III Encontro com os Tutores Master e Gestores de Áreas Educativas das Secretárias de Segurança Pública.

No ano de 2013 houve o estabelecimento de diretrizes para melhorar a comunicação entre a Senasp e as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e a divulgação das diretrizes durante o II Encontro de Áreas Educativas com a participação dos gestores das instituições de ensino de segurança publica estaduais, ocorrido em Brasília no mês de julho.

Foi desenvolvida, ainda, a ferramenta “Fórum de Gestores Educacionais pela Rede EAD”, o que somente ocorreu no final de 2013, tendo por objetivo fomentar um debate sobre temas importantes da área educacional, redundando em mudanças na área de segurança pública.

Previsão de realização para o próximo período:
- O início da utilização da ferramenta “Fórum de Gestores Educacionais pela Rede EAD-Senasp” está previsto para o segundo semestre de 2014, após o III Encontro com os Tutores Master e Gestores de Áreas Educativas das Secretárias de Segurança Pública.
- Diagramação, impressão e divulgação do caderno técnico contendo os resultados da Pesquisa Racismo no Contexto das Instituições de Segurança Pública.
- Conclusão das consultorias em andamento, a saber: “Levantamento do Perfil Profissiográfico e Mapeamento de Competências do Cargo de Perito Criminal”, “Relações Hierárquicas nas Polícias Militares”, “Construção e Validação de um Instrumento Psicológico de Diagnóstico de Vulnerabilidade ao Estresse Ocupacional em Profissionais de Segurança Pública”.

Arranjos de Gestão:
- Propiciar a interação e integração na Educação a e aperfeiçoar o fluxo de informações com os entes federados.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

- **Rede de Gestores em Educação de Segurança Pública em funcionamento em 2013**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013 foi elaborado o planejamento para o III Encontro de Áreas Educativas e do V Encontro de Tutores Máster da Rede de Educação a Distancia – EaD/Senasp.

O referido encontro, entre outros objetivos, visava estabelecer diretrizes para melhorar a comunicação entre a Senasp e as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, em especial, entre os gestores de ensino. Assim, a Rede Ead/Senasp

desenvolveu a ferramenta “Fórum de Gestores de Ensino”, destinado a discussões entre os Gestores de Ensino das Instituições de Segurança Pública de todo país e os Tutores Máster Estaduais.

A ferramenta que facilitará a comunicação entre a Senasp e os Gestores de Ensino e Tutores Masters se encontra pronta, desenvolvida na mesma plataforma da Rede Ead.

Ato continuo, a rede de comunicação entre os Gestores de Ensino passará a ser implementada, efetivamente, no primeiro semestre de 2015.

Previsão de realização para o próximo período:
- O início da utilização da ferramenta “Fórum de Gestores de Ensino e Tutores Masters Estaduais” está previsto para o segundo semestre de 2015, após a criação da rede e divulgação de seu tutorial.

Arranjos de Gestão:
- Propiciar a interação e integração na Educação a e aperfeiçoar o fluxo de informações com os entes federados.

OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo vem sendo cumprido através do fomento à estruturação dos órgãos de segurança pública, bem como do apoio ao aprimoramento dos sistemas de gestão com vistas à coleta de dados, contribuindo para a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública.

No escopo deste objetivo, o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e Sobre Drogas – Sinesp foi instituído pela Lei 12.681, de 2012 e concebido para realizar a integração das informações, referentes à segurança pública, ao sistema prisional e à política de drogas em todos os entes federados, além de integrá-las a novas bases de dados, conferindo maior credibilidade. Como resultado, o Sistema possibilitará uma visão global da segurança pública no país e a formação de uma base de dados nacional para extração de informações estratégicas, operacionais e de inteligência. Cabe destacar que os vários módulos do sistema serão desenvolvidos pelo SERPRO.

Os principais objetivos do Sinesp são: subsidiar as políticas de segurança pública, do sistema prisional e de drogas através de dados, informações e relatórios confiáveis e apoiar os operadores de segurança pública através de consultas diretas e confiáveis.

O desenvolvimento e a implantação do SINESP dependem de três frentes relacionadas:

1. Definições de Nível Estratégico: Institucionalização do SINESP; Pactuação entre os parceiros (Termos de Adesão); Construção de uma política de divulgação e compartilhamento sistemático das informações coletadas em parceria com as UFs (Conselho Gestor do SINESP - Dec. 8.075/13);

2. Definições Metodológicas: Padronização dos procedimentos policiais, estabelecendo conjuntamente com as UFs, os

modelos de boletim de ocorrência, termo circunstanciado de ocorrência, inquérito policial, auto de prisão em flagrante, entre outros; e

3. Definições de Tecnologia da Informação: Sistematização dos esforços das duas primeiras frentes, criando o Portal SINESP (www.sinesp.gov.br), possibilitando a comunicação padronizada entre as diversas bases de dados das instituições de segurança pública e demais parceiros.
Entre os anos de 2012 a jun/2014 foram celebrados, com 26 UFs, 41 convênios, cuja finalidade principal é a estruturação tecnológica das secretarias estaduais de segurança pública com vistas à implementação do SINESP. O estado do Amapá não firmou convênio por não ter conseguido habilitar a proposta e preferiu aguardar o próprio SINESP desenvolver a solução.

Em 2013 foi lançado o Portal do Sinesp com informações estatísticas detalhadas e também o aplicativo Sinesp Cidadão que possibilita a pesquisa da situação legal de veículos a todos os cidadãos, retornando se o veículo pesquisado tem restrição de roubo ou furto, ou se é clonado, o que já resultou em centenas de recuperações de veículos e em prisões de criminosos. Em parceria com o Conselho Nacional de Justiça foi lançado em abril/14 o segundo módulo que permite a consulta de mandados de prisão cadastrados no Banco Nacional de Mandados de Prisão. O SINESP concluiu em 2013 toda a articulação política necessária para sua viabilidade. Ademais, a Presidência publicou o Decreto 8.075 de 14/08/13, que regulamenta a Lei 12.681 de 04/07/12, que institui o Conselho Gestor do Sinesp. Outra grande ação vinculada ao SINESP realizada em mai/14 foi a migração dos sistemas e bases de dados da Rede Infoseg para as estruturas do SERPRO.

Em jun/2014 o GT responsável pelas definições metodológicas dos procedimentos policiais (Procedimentos Policiais Eletrônicos - PPE) concluiu a elaboração das principais peças utilizadas nos seguintes procedimentos: Boletim de Ocorrência; Boletim de Ocorrência Circunstanciado; Termo Circunstanciado de Ocorrência; Inquérito Policial; Auto de Prisão em Flagrante; Auto de Apreensão em Flagrante de Ato Infracional e o Auto de Investigação de Ato Infracional; Além de iniciar a elaboração dos diagramas de fluxo de cada procedimento. Entretanto, em parceria com a PRF lançamos o Sistema Nacional Integrado de Atendimento e Despacho no DF, RN, PB, PR. Ademais, no segmento das atividades de inteligência projetamos a ferramenta de Comunicação Segura - Sinesp Seguro, que teve o estado de Pernambuco como piloto. Em ago/14 a publicação do Portal de Acesso Restrito aos operadores de segurança pública ocorreu com a disponibilização da versão inicial do INFOGGI a 6 GGIs, dentre eles municipais e estaduais.

Durante o mês de 10/14, juntamente com a SENAD, implementamos o sistema para Gestão das Comunidades Terapêuticas em 10 instituições. Além disso, foram concluídos os fluxos dos processos vinculados aos procedimentos da polícia judiciária (PPE). Ao mesmo tempo que ampliamos os recursos oferecidos pelo aplicativo Sinesp Cidadão incluindo o módulo Desaparecidos, disponibilizando à sociedade, consulta de informações sobre pessoas desaparecidas. Através de atuação conjunta com o DEPAID, apresentamos o Módulo Estatísticas nos meses de set e ou/14 para os gestores estaduais de Estatística e Análise Criminal do Sinesp, capacitando-os para disseminação da ferramenta de Business Intelligence – BI disponibilizada pela SENASP.

Durante o mês de 11/14 foi realizada a implantação do PPE no Estado de Roraima, com base de dados centralizada no SERPRO, a solução possibilitou o registro das ocorrências de forma automatizada, com intercâmbio de informações padronizadas entre as unidades policiais de Roraima, servindo de modelo para replicação em outros estados.

Outro foco deste objetivo são as Ouvidorias de Polícia, importantes órgãos para a realização do controle externo da atividade policial. Para tanto, existe o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, junto a SDH/PR, o qual tem por objetivo avaliar a situação das instituições de segurança pública do país, assim como propor critérios para a implantação das

Ouvidorias de Polícia e acompanhar o trabalho desenvolvido, analisando as dificuldades, a forma de padronizar a coleta de dados e relatórios de atividades, entre outros. A partir do apontamento dos temas relativos ao controle externo da atividade policial, a Senasp disponibiliza recursos para que os Estados e o DF possam qualificar a atuação das Ouvidorias existentes, assim como implantá-la, nas UFs que ainda não tenham este órgão de controle.

No 1º semestre de 2013, foi realizada uma pesquisa, em parceria com o PNUD com vistas ao levantamento do diagnóstico da perícia criminal no Brasil, constituindo um marco referencial no planejamento das ações de fortalecimento dos órgãos periciais dos estados. A pesquisa foi impressa e distribuída a partir de set/13.

Outra importante ação na consecução deste objetivo foi a criação do Programa de Redução da Criminalidade Violenta, denominado Brasil Mais Seguro, que tem como objetivo precípuo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada UF na sua implantação, assim como as diretrizes de pacto federativo e a natureza das ações a serem empreendidas são construídas juntamente com os governos locais. Os eixos de atuação são: Gestão Integrada e Governança. Fortalecimento da Segurança Pública Estadual, Controle de Armas, ações de prevenção e articulação com o Sistema de Justiça Criminal. Nesse contexto, um dos principais desafios impostos na consolidação do programa reside na necessidade de articular as ações estratégicas previstas com a gama de atores sociais imprescindíveis ao processo de implementação dessa política, assim como de estabelecer soluções aos problemas específicos de cada localidade sob uma perspectiva gerencial no campo da segurança pública.

No 2º semestre de 2013 foram publicadas portarias para apresentação de propostas pelos estados que aderiram ao programa, as quais foram analisadas e aprovadas pelas áreas técnicas dos departamentos.

Juntamente com tais pactuações, ocorreram investimentos por meio de convênios, para todos os estados para aparelhamento da Perícia Forense e para fortalecimento das Delegacias de Homicídios. Foram focados os seguintes aspectos: 1) No RS e no DF, a construção de Centros Regionais de Perícia, visando o atendimento aos estados da região de localização dos mencionados Centros Regionais (Portaria 135/13); 2) Todos os 27 estados, por meio das Portarias 72, 74 e 109/13, objetivando o fortalecimento da perícia criminal e a produção de provas; e 3) 16 estados para o reaparelhamento das delegacias especializadas de homicídios, conforme Portaria 124/13. Dando continuidade à política de reestruturação das unidades técnico-científicas, foram pactuados 26 convênios com 23 estados ref. às Portarias 89 e 121/14.

Foram celebrados 192 Termos de Cooperação Técnica entre a SENASP e Prefeituras para atender as Guardas Municipais que passaram a ter acesso à Rede INFOSEG, com isto foi possível a consulta de 13,5 milhões de dados sobre inquéritos, processos e mandados de prisão. Além disso, possuem acesso aos sistemas de Veículos e Condutores, podendo consultar por 77 milhões de veículos e 55 milhões de condutores, o que sem dúvida amplia a capacidade de atuação e aumenta a eficiência do trabalho das Guardas no atendimento aos cidadãos.

Previsão para o próximo período: Implantação do Sistema Nacional Integrado de Atendimento e Despacho em RO; Sistema Relatório de Serviço das Bases Comunitárias Móveis e Veiculares; Integração do sistema de registro de ocorrências do estado do Goiás ao SINESP; Publicação do Portal de Acesso Restrito aos operadores de segurança pública; Efetivação da ampliação da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos; Doações de equipamentos tecnológico (Sistemas de Indexação Balistica, Scanners Veiculares, Laboratório de Tecnologia Contra à Corrupção e à

Lavagem de Dinheiro).

Metas 2012-2015

- **336.000 acessos às ferramentas do portal CINTEPOL**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, houve 68.041 acessos à ferramenta do portal CINTEPOL. Em 2013, o número de acessos alcançou a marca de 105.041. Em 2014, houve 112.882 acessos. Os dados acumulados totalizam 275.788 acessos. Realizando-se uma projeção do quantitativo de acessos ao aludido portal, estima-se que há viabilidade do cumprimento da meta até 2015.

  Quantidade alcançada

  275.788

  Data de Referência

  31/12/2014

- **68.000 documentos produzidos através da metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a Polícia Federal produziu 4.504 documentos utilizando a metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência. A PRF, no mesmo período, produziu 3.053 documentos.

  Em 2013, o DPF produziu 6.571 documentos de acordo com a metodologia citada, enquanto o DPRF produziu, no mesmo período, 4.639 documentos. Em 2014, o DPF produziu 4.226 documentos e a PRF, no mesmo período, produziu 2.872 documentos produzidos através da referida metodologia.

  A média encontra-se abaixo da meta estabelecida, uma vez que a quantidade acumulada de produção de documentos, de 2012 a 2014, totaliza 25.865.

  Quantidade alcançada

  25.865

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Acompanhar e produzir relatório nacional sobre homicídios cometidos por agentes de segurança pública**

  Análise Situacional da Meta

  Até o momento foram realizadas duas reuniões CGPES/DPAID/SENASP/MJ e com Secretaria Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP para mapeamento das iniciativas existentes e das dificuldades, visando a construção de uma metodologia para elaboração de um relatório analítico.

  Previsão de realização para o próximo período:
  Estão agendadas reuniões com o IPEA e o PNUD/UNESCO para definição dos arranjos de gestão necessários a produção do relatório.

  Arranjos de Gestão:
  Construção de Acordos de Cooperação Técnica e de Compromisso Operacional, além de consultoria técnica especializada utilizando do formato de agências implementadoras.

  Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
  Qualidade e consistência dos dados oficiais, dependência de arranjos federativos e de coordenação executiva, necessidade de inovação metodológica e necessidade de validação política.

- **Ampliar a capacidade do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS) Central de 6.000.000 para 24.000.000 registros no quadriênio**

Análise Situacional da Meta

Com base em contratação realizada em 2012, o AFIS foi ampliado para 13.000.000 de registros, os quais já foram utilizados em 99%. Considerando a taxa de crescimento atual do sistema, será necessário redimensionar a meta, de forma que a base de dados atinja cerca de 55.000.000 registros em 2015.

Quanto à interoperabilidade, manteve-se integração com o Estado da Bahia e de Rondônia e trabalha-se, atualmente, na implementação da interoperabilidade com o Distrito Federal e com os Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul. No primeiro semestre de 2014, foi realizada expansão de 2,2 milhões de registros, o que tornou o sistema capaz de armazenar 15,2 milhões de registros.

Existem estudos em curso para planejar a ampliação do AFIS em mais 35 milhões de registros, a partir de 2015.

Quantidade alcançada

15.200.000

Data de Referência

30/11/2014

- **Ampliar a frota de 2 aeronaves não tripuladas para 14 aeronaves no Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (SISVANT)**

Análise Situacional da Meta

A meta não foi atingida, em virtude da não aquisição de novas aeronaves VANT em 2013 e 2014.

Cabe ressaltar que, primeiramente, fez-se necessária a reavaliação e reestruturação do projeto. O sistema foi reativado após a assinatura do contrato de manutenção das aeronaves no segundo semestre de 2013, o que vem possibilitando uma reavaliação mais concreta de seu funcionamento, levando-se em conta as necessidades de estrutura física e de recursos humanos para gerenciar a possível expansão do sistema (compra de mais aeronaves).

O sistema VANT começou a operar com sua capacidade atual plena (2 aeronaves), com o devido contrato de manutenção, em agosto de 2013.

Em dezembro de 2013 foi criada o NIVANT (Núcleo de Inteligência do Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados), estrutura vinculada à Delegacia de Foz do Iguaçu, a qual proverá apoio de inteligência policial às ações de prevenção e repressão à criminalidade, com o máximo de segurança, eficiência e eficácia, no âmbito do SISVANT.

Em 2014, o SISVANT desenvolveu as seguintes atividades de estatura operacional:

1)Operação Três Fronteiras com foco na repressão criminal à criminalidade organizada transnacional com atuação na Região da Tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai através da produção de conhecimento de Inteligência Policial (Inteligência de imagem – Image Intelligence - IMINT) em prol da ações da Delegacia de Foz do Iguaçu e suas Unidades subordinadas como o Núcleo de Polícia Fazendária, o Núcleo de Repressão a Entorpecentes e o NEPOM;
2)Operação SISVANT/Cascavel I de apoio de Inteligência Policial (IMINT) à Delegacia de Cascavel de repressão ao Contrabando de cigarros;
3)Operação SISVANT/Guaíra I de apoio de Inteligência Policial (IMINT) à Delegacia de Guaíra de repressão ao Contrabando de cigarros;
4)Operação SISVANT/Rio II de apoio de Inteligência Policial (IMINT) à segurança do Grande Evento Copa do Mundo;
FIFA 2014 com foco na repressão à criminalidade organizada que atuam nas favelas da cidade do Rio de janeiro;
5)Operação SISVANT/Receita Federal I II de apoio de Inteligência Policial (IMINT) à Receita Federal em ações de fiscalização contra o descaminho e contrabando na Região da Tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai;
6)Operação SISVANT/PRF I II de apoio de Inteligência Policial (IMINT) à Polícia Rodoviária Federal na prevenção e

repressão ao roubo de carros nas rodovias federais na Região da Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai;
7)Operação SISVANT/CAOP II de apoio de Inteligência Policial (IMINT) à CAOP e ao NEPOM na repressão à criminalidade organizada transnacional na Região da Tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai.

A partir do próximo exercício - 2015 - o DPF terá condições de dimensionar as necessidades financeiras e operacionais, podendo, se for o caso, modificar a meta.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos a novas UFs, com a adesão do Acre, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins**

Análise Situacional da Meta

Criada através do Decreto 7950/13 e objeto de Acordo de Cooperação Técnica entre a SENASP, o Departamento de Policia Federal e as Secretarias de Segurança Pública dos entes federados, apresentava uma infraestrutura de 16 laboratórios, todos integrantes de órgãos de segurança pública, nos Estados do Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e da Polícia Federal em Brasília. Em cada um desses laboratórios oficiais está localizado 01 servidor (hardware), outrora adquirido pela SENASP, no qual está instalado o software CODIS cedido pelo FBI ao Brasil por meio de um termo de compromisso firmado em 2009 e que permite o compartilhamento e a comparação de perfis genéticos (DNA) entre laboratórios.

Ao longo dos últimos anos, 07 novos estados manifestaram interesse na adesão à Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos-RIBPG, sendo o Acre, Maranhão, Rondônia, Tocantins, Pernambuco, Goiás e Distrito Federal. Durante o ano de 2013, com o objetivo de viabilizar a ampliação da rede, foram realizados os ajustes necessários no termo de referência a fim de propiciar o processo licitatório para a aquisição de 07 novos servidores.

Tais equipamentos foram adquiridos por meio de adesão à Ata de Registro de Preço e foram entregues na Policia Federal, em julho de 2014, Coordenadora do Comitê Gestor da RIBPG, objetivando proceder à instalação do software da plataforma CODIS 7.0, por meio de Termo de execução descentralizada nº1 de 07/08/14 da SENASP para DITEC para aquisição de programas Microsoft SQL Server necessários para instalação.

As novas instalações e as atualizações (upgrade) do novo programa (CODIS versão 7.0) para toda a RIBPG foram realizadas em dezembro de 2014, em um cronograma agendado pelo FBI. Foram realizadas as aquisições de passagens internacionais e nacionais além de diárias pela SENASP para os 05 especialistas indicados pelo FBI para instalação e treinamento de peritos criminais, o que possibilitou a ampliação efetiva da RIBPG em 19 laboratórios, a saber: Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Pernambuco, Goiás, Distrito Federal e da Polícia Federal em Brasília.

Ressaltamos que até o momento não estão definidas ações para os Estados de Piauí, Rio Grande do Norte e Roraima, haja vistas não apresentarem os requisitos técnicos necessários.

Previsão de realização para o próximo período:
- Instalação dos servidores CODIS no Distrito Federal, Goiás e Pernambuco. Em seguida, nos laboratórios de DNA do

Acre, Maranhão, Rondônia e Tocantins assim que forem cumpridos os requisitos técnicos estabelecidos no Manual de Procedimentos Operacionais da RIBPG e na Resolução nº 3 do Comitê Gestor da RIBPG, de 26 de março de 2014, publicada no DOU de 14 de maio de 2014.

Arranjos de Gestão:
Objetivando a implementação desta meta são necessários os esforços conjuntos da SENASP, DPF e as Secretarias de Segurança Pública estaduais correspondentes, conforme os termos estabelecidos nos Acordos de Cooperação Técnica já firmados.

Na atuação conjunta, a SENASP está responsável pela aquisição dos servidores, enquanto o DPF encontra-se responsável pelo termo de adesão dos estados beneficiados e a respectiva instação dos servidores nos Estados do Acre, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
-Entraves burocráticos inerentes à análise técnica do termo de referência e processo licitatório;
-Alta complexidade técnica dos equipamentos, o que demandou análise da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação-CGTI/MJ;
-Dificuldade de alguns estados beneficiados em cumprir todos requisitos técnicos estabelecidos no Manual de Procedimentos Operacionais da RIBPG e na Resolução nº 3 do Comitê Gestor da RIBPG.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 250 novos Municípios o acesso à Rede Infoseg**

Análise Situacional da Meta

A meta foi alterada para ampliar o acesso aos Municípios ao sistema Infoseg, substituindo a meta “Ampliar o número de acessos à Rede Infoseg”, a meta era muito subjetiva e para o alcance do objetivo foi preciso inserir os municípios no contexto da rede Infoseg.

Em 2013 foram celebrados 132 Termos de Cooperação Técnica entre a SENASP e Prefeituras (por meio de suas Guardas Municipais) para acesso à Rede INFOSEG. Das 171 documentações de Prefeituras recebidas, 12 foram indeferidas e outras 27 ficaram pendentes de documentação.

Em conjunto com a SENASP, as Guardas municipais conveniadas passaram a ter acesso ao sistema de Indivíduos podendo consultar 13,5 milhões de dados sobre inquéritos, processos e mandados de prisão. Além disso, possuem acesso aos sistemas de Veículos e Condutores, podendo consultar 77 milhões de veículos e 55 milhões de condutores. Diante do contexto de grandes eventos em que o nosso país está inserido, foi liberado o acesso aos sistemas INTERPOL (difusão vermelha) e SISME com intuito de fortalecer a fiscalização nas cidades que possuem Guardas Municipais e estão localizadas em regiões fronteiriças. Através do SISME, os guardas municipais podem realizar a consulta de veículos da Argentina e Uruguai.

Foram realizados trabalhos de divulgações por meio de emails, notícias no Portal da Rede INFOSEG, notícias no Portal do Ministério da Justiça, Boletins Informativos da SENASP, publicação em Diário Oficial da União, blogs oficiais das Guardas Municipais do Brasil, Redes Sociais (Facebook), além de contatos diretos com Prefeitos e Secretários de Segurança Municipais (Reunião do Conselho Nacional de Secretários Municipais – CONSEMS realizado em abril/2013) e Comandantes das Guardas Municipais. Porém, muitas das 993 Guardas Municipais que

existem hoje no país (dados do IBGE 2012) não possuem emails institucionais, telefones disponíveis em sites da Prefeitura, estruturação conforme requisita a Portaria nº 48/2012/SENASP/MJ, o que dificulta a comunicação e a efetivação dos Convênios.

Principais realizações do período:

Foram celebrados entre 06/12/2012 e 30/07/2014, 203 Acordos de Cooperação Técnica entre a SENASP e Prefeituras (por meio de suas Guardas Municipais) para acesso à Rede INFOSEG. Das 256 documentações de Prefeituras recebidas, 10 foram indeferidas e outras 43 estão pendentes de documentações.

Previsão de realização para o próximo período:

De 01/09/2014 a 30/09/2014, a SENASP abrirá o novo período de adesão para recebimento de documentações de novas Prefeituras e formalizações de novos Acordos de Cooperação Técnica junto à Rede INFOSEG com a expectativa de concluir já neste 3º ciclo, a meta de 250 Prefeituras integradas ao sistema.

Arranjos de Gestão:

Em conjunto com a SENASP, as Guardas Municipais conveniadas passaram a ter acesso ao sistema de Indivíduos podendo consultar por 14 milhões de dados sobre inquéritos, processos e mandados de prisão. Além disso, possuem acesso aos sistemas de Veículos e Condutores, podendo consultar por 82 milhões de veículos e 55 milhões de condutores.

Diante do contexto de grandes eventos em que o nosso país está inserido foi liberado o acesso aos sistemas INTERPOL (difusão vermelha) e SISME com intuito de fortalecer a fiscalização nas cidades que possuem Guarda Municipal e estão localizadas em regiões fronteiriças. Através do SISME os guardas municipais podem realizar a consulta de veículos da Argentina e Uruguai.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Foram realizados trabalhos de divulgações por meio de emails, notícias no Portal da Rede INFOSEG, notícias no Portal do Ministério da Justiça, Boletins Informativos da SENASP, publicação em Diário Oficial da União, blogs oficiais das Guardas Municipais do Brasil, Redes Sociais (Facebook) além de contatos diretos com Prefeitos, Secretários de Segurança Municipais e Comandantes das Guardas Municipais. Porém, muitas das 993 Guardas Municipais que existem hoje no país (dados do IBGE 2012) não possuem emails institucionais, telefones disponíveis em sites da Prefeitura, estruturação conforme requisita a Portaria nº 48/2012/SENASP/MJ o que dificulta a comunicação e a efetivação dos Acordos de Cooperação Técnica. Está sendo confeccionado um cadastro virtual de todas as Guardas Municipais do Brasil a partir dos dados do IBGE, dados enviados a SENASP e via contato telefônico para atualização desses dados cadastrais visando uma divulgação mais efetiva do Acordo.

Quantidade alcançada

220

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 420 projetos de reaparelhamento nos órgãos e instituições de segurança pública nos estados, Distrito Federal e municípios**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, o Edital de Chamada Pública 05, para seleção de projetos municipais e de consórcios municipais a serem financiados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com foco nas ações de prevenção à violência e criminalidade teve entre suas linhas de financiamento o fortalecimento das Corregedorias e Ouvidorias das Guardas Municipais.

Ao final foram aprovadas 04 propostas municipais que contemplaram este objeto: Foz do Iguaçu/PR; Rio de Janeiro/RJ; Natal/RN e Boa Vista/RR.

Além desta ação, foi instituída a Portaria 115, de 26 de setembro de 2014 para o cadastramento de propostas no Sistema de Convênios do Governo Federal, para implementação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, no âmbito das Casas da Mulher Brasileira, para os Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Distrito Federal.

Excetuando o Distrito Federal que não apresentou proposta, os demais Estados habilitados tiveram seus projetos aprovados, totalizando R$ 3.650.746,61.

Principais realizações do período:
Aprovação de 04 propostas municipais para fortalecimento das Corregedorias e Ouvidorias das Guardas Municipais e de 06 propostas estaduais para implementação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, no âmbito das Casas da Mulher Brasileira.

Previsão de realização para o próximo período:
Publicação de Portaria para apoio a projetos de reaparelhamento de Estadoa a serem incluídos no Programa Brasil Mais Seguro ou em Programa Similar.

Arranjos de Gestão:
Articulação com os Estados Federados para a realização de reuniões técnicas para avaliação dos projetos que integram o escopo do Programa.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Sobrecarga para a realização de todas as atividades de pactuação, análise de propostas e acompanhamento dos convênios celebrados; Qualidade técnica precária das propostas apresentadas pelos Entes Federados, demandando diversas reformulações.

Quantidade alcançada

309

Data de Referência

30/12/2014

- **Apoiar a implementação e/ou reaparelhamento de agências e núcleos descentralizados de inteligência em 20 Ufs.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi implantada a partir de 2013 e é composta por ações para apoio ao reaparelhamento das agencias centrais de inteligência dos estados, a indução da criação de núcleos regionais ou descentralizados de inteligência, com o objetivo de fortalecer as instâncias estaduais para o fornecimento de subsídios informacionais aos respectivos governos para a tomada de decisões no âmbito da segurança pública, mediante os processos de produção e proteção de conhecimentos.

No final do exercício de 2013, foram celebrados 5 (cinco) Convênios, pelo Programa Brasil Mais Seguro, abrangendo

os Estados de Alagoas, Sergipe, Paraíba, Rio Grande do Norte e Goiás, finalizando as tratativas anteriores de análise e ajustes nos colóquios entre SENASP e Estados, firmado na matriz de responsabilidades na definição dos objetos, relativamente a cada Unidade Federativa, as quais estão sendo beneficiadas pelo Programa, com recursos do Governo Federal. Foram apresentadas 05 propostas para reaparelhamento das Agências de inteligência nos Estados, com criação de 28 Núcleos de Inteligência, sendo aprovadas e liberado parte dos recursos, ainda em 2013, ficando a segunda parcela para 2014, com conclusão dos trabalhos. No entanto face recursos disponíveis foram postergados os prazos para a finalização dos processos e a inclusão de novos Estados.

Previsão de realização para o próximo período:
Para o período vindouro prevê-se a execução e finalização dos convênios até dezembro de 2015, com a liberação dos recursos para reaparelhamento de seis Agências e a criação dos Núcleos de Inteligência, dentro da nova vigência. Quanto à abrangência de novos Estados, aguardamos as diretrizes a serem traçadas pelo Governo Federal.

Arranjos de Gestão:
Participam dessa empreitada os Órgãos de Segurança Pública envolvidos: Polícias Civil e Militar de cada Estado, que apresentam como contrapartida, além da parte financeira, o de estrutura física e de pessoal, completando o ciclo.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
A situação estrutural, financeira e organizacional dos Estados do nordeste é um desafio. Policiais desmotivados e mal remunerados, também não contribuem para o êxito da proposta do Programa.

Observações:

Os Convênios para o Brasil Mais Seguro ainda se encontram em fase licitatória inicial, estando os Núcleos de Inteligência, em sua maioria, com previsão de pleno funcionamento em 2015. Espera-se alcançar a meta proposta, trazendo para a área de segurança uma proteção para os Estados com a diminuição dos índices de crimes violentos, hoje em crescimento, com a atuação da rede de informações.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

- **Atualizar a doutrina Nacional de Inteligência em Segurança Pública - DNISP**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi construída a partir da alteração da meta “Integrar e modernizar as agências que integram o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) nos estados e no Distrito Federal”, que em 2012 tratou de integrar todas as Agências de Inteligência, Polícia Civil, Polícia Militar e Secretarias de Segurança Pública dos Estados, totalizando 81 Agências que estão sendo paulatinamente modernizadas, de acordo com a necessidade mais premente.

A integração das instituições de segurança pública na área de inteligência passa pelos Encontros dos Chefes de Organismos de Inteligência – ENCHOI. Os encontros são voltados para elaborar diretrizes como propor capacitação de agente de segurança pública, discussão sobre propostas para ações conjuntas, discutir inovações com a intenção de modernizar as agências de inteligências, a troca de informações nos encontros, que são realizados em nível Nacional e Regional, serve para alinhar diretrizes e apresentar boas práticas.

Para elaboração da doutrina de inteligência foram escolhidos servidores dos estados, em razão de seus currículos e trabalhos efetuados dentro da área de inteligência em segurança pública. Os encontros são realizados por chamamento

em nível Nacional, onde são discutidas as doutrinas utilizadas em diversas regiões do país, após extensa discussão sobre os temas abordados são editadas as atualizações como forma de padronização das ações dos profissionais da área de inteligência.

Em 2012 foi editada a 1ª e 2ª atualização da doutrina e no primeiro semestre de 2013 foi atualizada a doutrina em sua 3ª edição.

Importante e necessária ao entendimento e organização das atividades de Inteligência em Segurança Pública, a DNISP norteará os trabalhos na área de inteligência fundamentando suas bases com entendimento e esclarecimento da atividade como um todo, nivelando o entendimento e conhecimento da Inteligência no País.

A 4ª Edição programada e concluída no segundo semestre de 2013, finalizou os trabalhos de atualização da Doutrina de Nacional de Inteligência, sendo apresentado o produto na Coordenação-Geral de Inteligência/SENASP.

Previsão para o próximo período:
Com a meta de atualização cumprida, passa-se à elaboração e publicação dos manuais, com início de distribuição no 2º semestre de 2014, com previsão de continuidade em 2015.

Arranjos de Gestão:
Conta-se com o apoio de alguns órgãos de inteligência, estaduais e federais, tais como: ABIN, Polícia Civil e Militar, Receita Federal, Ministério da Defesa, Ministério do Exército, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretarias de Segurança Pública das 5 Regiões do Brasil, Bombeiro Militar, Ministério da Integração Nacional etc.

Principais dificuldades encontradas na execução:
A dificuldade encontrada foi com a liberação dos profissionais convocados ao evento, em razão das suas atividades nos órgãos a que pertencem.

- **Capacitar 8.000 servidores da Polícia Federal**

Análise Situacional da Meta

A Academia Nacional de Polícia (ANP) tem por atribuição a formação de novos policiais oriundos de processo seletivo realizado pela Diretoria de Gestão de Pessoal da Polícia Federal, além da execução da capacitação continuada dos servidores que integram o Quadro Permanente de Pessoal da Polícia Federal. Para isso conta com a Escola Superior de Polícia (ESP) e a Comissão de Gestão de Capacitação da ANP que analisa todos os processos de capacitação da Polícia Federal, deliberando sobre a sua viabilidade de execução e submetendo à aprovação da Diretoria de Gestão de Pessoal. A meta proposta no PPA 2012-2015 levou em consideração a formação de novos policiais ao longo do período, como também a estimativa de previsão de cursos de capacitação aos diversos servidores do órgão. A projeção realizada vem sendo superada, em razão da otimização de ações educacionais na modalidade de ensino a distancia, que de forma direta, abrange grande quantidade de servidores, com custos bastante reduzidos, demonstrando o potencial de disseminação de conhecimentos da modalidade em EAD. Em 2013, foram realizadas 11.876 capacitações, em 2014 foram feitas 25.419 capacitações, alcançando um total acumulado de 51.341 capacitações, evidenciando a otimização dos recursos para cumprimento deste objetivo.

Segue abaixo a discriminação dos resultados alcançados até o presente momento:
- Cursos EAD 38.194 capacitações
- Cursos Presenciais: 9.780
- Cursos Contratados: 1.566

- Cursos CESP (Escola Superior de Polícia): 1.771
- Cursos referentes à capacitação no exterior: 30

A quantificação de servidores capacitados é realizada a partir da quantidade de capacitações realizadas.
Quantidade alcançada

51.341
Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver ações para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, relacionados em especial a milícias e grupos de extermínio**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram protegidas 27 pessoas através do programa de proteção aos depoentes especiais, além da realização de 7 operações policiais.

Em 2013 foi realizada proteção de 52 pessoas, além da contabilização de 5 operações policiais específicas, destinadas especialmente para combater tal prática criminosa, tais como Operação Hecatombe (RN), Operação Parcas (AC), Operação Canis Lupus (RR) e Operações em Pernambuco e Paraíba.

Em 2014, os seguintes resultados em relação ao combate ao grupo de extermínio foram alcançados: deflagração das operações Cold Case (investigação de grupo de extermínio no estado de Goiás, que resultou em 09 prisões e 06 conduções coercitivas), operação Sileo (investigação decorrente do incidente de deslocamento de competência relativo à morte do promotor de justiça pernambucano Tiago Faria, ocorrida em outubro de 2013, que resultou em 04 prisões e operação Poço Vermelho (investigação de grupo de extermínio atuante nos estados da Bahia e Sergipe, especialmente na cidade de Poço Verde/SE, onde ocorreu grande número de execuções com extrema violência, que resultou em 07 prisões e 17 conduções coercitivas).

- **Desenvolver e disponibilizar aos entes federados um sistema informatizado para controle da cadeia de custódia da prova material**

Análise Situacional da Meta

Verifica-se a necessidade de se reestruturar e modernizar o sistema de produção da prova material, no âmbito da segurança pública e da justiça criminal, com o aprimoramento dos mecanismos de preservação, busca, coleta e análise de vestígios, visando fortalecer a cadeia de custódia, a produção isenta e qualificada da prova material, para se garantir o princípio da ampla defesa e o respeito aos direitos humanos.

Com o fortalecimento da produção da prova material, os autores de delitos diversos, especialmente de crimes contra a vida, serão identificados com maior rapidez, contribuindo para a celeridade do processo criminal e para o aumento do grau de sensação de segurança da população brasileira.

Contudo, não foi possível até o momento desenvolver um sistema informatizado e disponibilizá-los aos entes federados para atuar no controle da cadeia de custódia da prova material. Aguarda-se disponibilização de recursos.

- **Elaborar o Plano Nacional de Aviação em segurança Pública com normatização legislativa, elaboração de requisitos para aporte de recursos aos entes federados e estratégia de mobilização nacional em caso de catástrofes, desastres e em eventos de segurança pública de grande repercussão**

Análise Situacional da Meta

A Aviação de Segurança Pública tem se consolidado no cenário nacional e internacional como um segmento de atuação governamental claramente identificável.

No Brasil as Organizações de Aviação de Segurança Pública compõem um segmento revestido de complexidade

tecnológica, administrativa e operacional em permanente processo de evolução, e por isso deve se manter, em nível estadual, a absorção do custeio proveniente da operação de suas aeronaves, por meio de contratos licitatórios de manutenção aeronáutica, seguro aeronáutico, abastecimento de aeronaves, manutenção das instalações físicas de hangar, capacitação técnica de pilotos, tripulantes, mecânicos de manutenção aeronáutica, apoio de solo, dentre outros. É entendimento predominante dentre os operadores de segurança pública e mesmo por parte da autoridade de aviação civil nacional, ou seja, da Agencia Nacional de Aviação Civil (ANAC), que esse seguimento da aviação em segurança Pública comporta e necessita de um conjunto normativo específico para aviação em Segurança Pública.

Tais ações são importantes e preparatórias para criação de uma política nacional de aviação em Segurança Pública e não um plano específico.

Principais realizações do período:

Foi finalizado o Mapeamento das Organizações de Aviação de Segurança Pública dos 26 estados e do Distrito Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Força Nacional, visando dar suporte à elaboração do Plano Nacional de Aviação de Segurança Pública, com conclusão prevista para o 1º semestre de 2015.

Foi realizado o Encontro Nacional de Aviação de Segurança Pública, em novembro de 2014, com a finalidade de debater e buscar sugestões dos profissionais da área para a elaboração das diretrizes estratégicas do Plano Nacional para esse segmento.

A Regulamentação da Aviação de Segurança Pública continua em análise interna à Agência Nacional de Aviação Civil, com previsão de deliberação final sobre o tema no primeiro trimestre de 2016, conforme Portaria ANAC nº 2.975, publicada na edição de 12/12/2014 do Diário Oficial da União.

Realização de diagnóstico para construção de um Centro Nacional de Aviação de Segurança Pública no Distrito Federal, a fim de abrigar as organizações de aviação do DPF, DPRF, DFNSP, PMDF, PCDF, CBMDF, DETRAN/DF.

Previsão de Realização para o Próximo Período (primeiro semestre de 2015):

Conclusão da minuta do Plano Nacional de Aviação de Segurança Pública.

Apresentação de uma Minuta de Portaria para criação de Comitê Nacional de Aviação de Segurança Pública.

Criação de um Grupo de Trabalho para definição de requisitos padronizados de equipamentos de Aviação de Segurança Pública.

Apresentação e execução de Curso para capacitação de Gestores das Organizações de Aviação de Segurança Pública. Apresentação e execução de Curso Nacional de Coordenadores e Multiplicadores de Doutrina de Tripulantes Operacionais.

Elaboração de um novo questionário a ser aplicado junto aos Estados e Distrito Federal, com objetivo de mapear em 2015 o panorama da Aviação de Segurança Pública, referente ao exercício de 2014.

Arranjos de Gestão:
Estabelecer interlocução com os Estados e Distrito Federal com o objetivo de alinhar e validar a minuta do Plano

Nacional de Aviação de Segurança Pública, antes de sua publicação.

Articulação com Estados e o Distrito Federal para execução e participação dos cursos a serem realizados em 2015.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- No âmbito da SENASP
Diminuta força de trabalho da Assessoria de Aviação para realização de suas tarefas.

- No âmbito Estadual e Distrital
As principais dificuldades encontradas estão relacionadas à falta de efetivo qualificado para execução de atividades de aviação de segurança pública afetas as Polícias Militares e Civis, Corpo de Bombeiros Militares; ausência de políticas de pessoal adequadas para os profissionais de aviação de segurança pública; infraestrutura precária em alguns Estados, dificultando as ações de prevenção e repressão, bem como o transporte de emergência e deslocamento de profissionais de segurança pública.

- **Fomentar a reestruturação das unidades técnico-científicas das 27 unidades da federação**
Análise Situacional da Meta
Esta meta é composta por ações para o reaparelhamento das unidades de perícia criminal; a realização e publicação de pesquisas de diagnóstico; a construção de procedimentos operacionais padrão e de cartas de serviço, e por iniciativas para a consolidação da cadeia de custódia de vestígios de crimes.

A produção de conhecimento sobre a perícia criminal no país foi promovida com a realização de pesquisas em parceria com o PNUD. A primeira, feita em 2012, resultou na publicação intitulada Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil. A segunda, para a criação das cartas de serviço dos órgãos de perícia. Em 2012 teve início a construção dos Procedimentos Operacionais Padrão da Perícia Criminal, resultando numa publicação lançada em setembro de 2013, com 24 POP nas sete áreas periciais consideradas prioritárias no programa Brasil Mais Seguro. Em 2014 foram construídos outros 22 POP, com previsão de publicação para 2015. As ações referentes ao reaparelhamento das unidades de perícia criminal são executadas por meio de aquisições diretas ou de transferência voluntária de recursos. Em 27/07/2012 foi assinada a matriz de responsabilidade com o estado de AL e, em 2013, seguiu-se o processo de aquisições diretas, bem como a elaboração de novas matrizes de responsabilidade com os estados da PB, RN e SE. Em 2013, para o reaparelhamento nos estados do RN e PB, foram publicadas as Portarias nº 72 e 74/2013, respectivamente, totalizando o investimento de R$ 10.700.037,83.

Foi celebrado, pela Portaria 109/2013, convênio com 25 estados, com repasse no valor de R$ 44.549.868,13. Por meio da Portaria nº 135/2013, foi pactuada a construção dos Centros Regionais de Excelência em Perícias Criminais no DF, com valor de R$ 13.019.463,14 e no RS, com valor de R$ 25.920.000,00.

Outrossim, o pregão para aquisição do Microscópio Eletrônico de Varredura foi realizado em 2013, entretanto, uma decisão judicial suspendeu a contratação. Desta forma, foi sugerido pela Senasp a revogação da licitação, objetivando as adequações necessárias. Atualmente, o processo se encontra na Consultoria Jurídica, aguardando a manifestação face ao pedido de revogação.

Em 2014 foram adquiridos câmaras frias, termocicladores, automação da extração de DNA, nobreaks e analisadores genéticos. Dando continuidade às aquisições diretas, ocorreu a adesão à ata de registro de preço para aquisição de estações de trabalho de computação forense, cuja entrega está prevista para 2015. Em parceria com o DPF, houve a

aquisição de 17 moinhos criogênicos, a serem entregues em 2015 aos Estados de AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PB, RJ, SP e SC.

A Portaria nº 82/2014, que estabelece as diretrizes sobre os procedimentos no tocante à cadeia de custódia de vestígios foi publicada no segundo semestre de 2014, sendo publicada a Portaria 89/2014, onde foram pactuados 23 convênios na área de cadeia de custódia com os estados, excetuando MS, RJ, RR e SP, com investimento de R$ 17.436.956,96.

Outrossim, foi publicada a Portaria 121/2014, visando a estruturação do órgão de perícia do Estado de SE, no âmbito do Brasil Mais Seguro, no valor de R$ 3.949.287,51. Por fim, foram pactuados 2 convênios com o DF, no valor total de R$ 3.949.287,51, contemplando a estruturação do Instituto de Identificação.

Previsão para o próximo período: Entrega, no primeiro semestre, dos equipamentos adquiridos em 2014; Publicação de novo pregão para o MEV; Publicação do Volume II dos POP da Perícia Criminal; Prosseguimento no processo de aquisição direta de equipamentos previstos no BMS; Confecção da 2ª edição do Diagnóstico da Perícia Criminal no Brasil; Publicação das Cartas de Serviços da Perícia Criminal; Pactuação do Acordo de Cooperação Técnica do Sistema AFIS (UFs, SENASP, DPF).

Arranjos de Gestão: Parceira com o PNUD na realização da pesquisa visando o diagnóstico acerca das necessidades e prioridades dos órgãos periciais estaduais, com o escopo de induzir politicas para o cumprimento da meta.

Principais dificuldades encontradas: Entraves burocráticos inerentes aos processos licitatórios das aquisições diretas; Dificuldade dos estados no atendimento das exigências formais para
celebração de convênios.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomentar, nas 27 Unidades da Federação, iniciativas no âmbito das corporações de segurança pública de implantação e fortalecimento de ouvidorias independentes**

Análise Situacional da Meta

Para implantação e fortalecimento das Ouvidorias Independentes foi publicado Edital de Chamamento Público nº 07/2013, para fins de financiamento de projetos voltados a implantar ou aprimorar as Ouvidorias das Polícias, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP. Neste Edital que contava também com outras linhas de financiamento, foram apresentadas 03 propostas de fortalecimento das Ouvidorias, que foram analisadas, restando 01 aprovada e apoiada, em Minas Gerais.

Em agosto de 2014 foi lançado o Edital de Chamada Pública nº 05, para seleção de projetos municipais e de consórcios municipais a serem financiados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com foco nas ações de prevenção à violência e criminalidade tendo entre suas linhas de financiamento o fortalecimento das Corregedorias e Ouvidorias das Guardas Municipais.

Ao final foram aprovadas 04 propostas municipais que contemplaram o fortalecimento de ouvidorias das Guardas Municipais: Foz do Iguaçu/PR; Rio de Janeiro/RJ; Natal/RN e Boa Vista/RR.

Principais realizações do período:
Aprovação de 04 propostas municipais para fortalecimento das Ouvidorias das Guardas Municipais.

Previsão de realização para o próximo período:
Inclusão em novos Editais de Chamamento Público de linha de financiamento para seleção de propostas estaduais e municipais de fortalecimento de corregedorias e ouvidorias de policia e guardas municipais.

Elaboração de diretrizes nacionais para atuação das Ouvidorias e corregedorias de policia e das Guardas Municipais.

Arranjos de Gestão:
A principal articulação se dá com o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, vinculado a Secretaria de Direitos Humanos, no qual são debatidos temas como o papel da Ouvidoria, modelos de Ouvidoria, boas práticas e ações que estas podem desenvolver no âmbito do controle externo da atividade policial.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Não priorização do tema do controle interno e externo da atividade policial.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil**

Análise Situacional da Meta

Foram contratados, em 2013, 30 (trinta) pontos de monitoramento, com leitura automática de placas, através de OCR, cuja instalação se efetuou nos estados RS, SC, PR, MS, MT, RO, RJ e SP durante todo o ano de 2014. Ainda no ano de 2014, o contrato foi aditivado em 25% e estão sendo instalados mais 05 (cinco) pontos nos estados RS, MT, PR, AC e SP, que serão entregues até o primeiro trimestre de 2015. A PRF já abriu, no ano de 2015, novo processo licitatório para a aquisição de mais 262 (duzentos e sessenta e dois) pontos de monitoramento, que compreenderão todas os estados do país. Caso o processo licitatório não reste frustrado e haja disponibilidade orçamentária, a instalação desses pontos a serem contratados deverá se realizar até o final do ano de 2015. Atualmente, existem 30 (trinta) pontos em perfeito funcionamento. Até o final de 2015, a perspectiva é de que tenhamos 297 (duzentos e noventa e sete) pontos de monitoramento localizados em todos os estados do país. Dentre os principais resultados obtidos desde a liberação do sistema para uso pelo efetivo, que ocorreu em 23 de julho de 2014, obteve-se o aumento de, aproximadamente, 22% de veículos recuperados, 38% das apreensões de cocaína e 22% das apreensões de maconha nas Regionais que possuem o Alerta Brasil instalado. Desde a instalação da primeira câmera, em março de 2014, até dezembro de 2014, foram registradas 72.121.087 passagens, com geração de 152.524 alarmes, sendo mais de 78.000 referentes a roubo/furto e mais de 5.800 agendamentos.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar e manter um Centro Integrado de Inteligência Policial e Análise Estratégica (CINTEPOL)**

Análise Situacional da Meta

O Portal Cintepol disponibiliza através da intranet do DPF e internet acesso as Ferramentas I2, SINAPSE, SICOP e SISDOC-I.

Além de servidores do DPF, o Portal é acessado por servidores da área de inteligência da ANAC, Marinha, SEJUSP/MT, ABIN e MPM.

Em 2012 foi implantada a ferramenta de busca de arquivos e banco de dados SINAPSE, que congrega os arquivos de operações e os banco de dados do DPF (SINPA1, SINPA2, SINPRO, SIPROQUIM, STI1, STI2, SINIC, SINPI, SINARM, SRH, SINCRE, SISVIP), da ANAC (AERONAUTA, AERODROMO, AERONAVE, Empresas Aéreas, Oficinas, Vôos) e da Marinha (SISGEMB, SISAMA e SISAQUA).

Cabe ressaltar que o CINTEPOL conta, segundo dados de 2014, com cerca de 112.000 acessos e mais de 2.300 usuários de diversos órgãos públicos ativos.

- **Implantar uma rede nacional integrada de dados balísticos**

Análise Situacional da Meta

A implantação desta Rede demanda a aquisição do sistema de indexação balística para compor o banco de dados. Desta forma houve a previsão inicial da aquisição de quatro unidades sistema de indexação balística. Todavia, devido a especificidade técnica do sistema de indexação e amplitude do projeto, que envolvem redes integradas de bancos de dados de sistema de informação, foram realizadas diversas tratativas, no primeiro semestre de 2013, visando a formalização do processo licitatório de aquisição, inclusive com a realização de uma audiência pública com a participação dos setores envolvidos, no projeto, do Ministério da Justiça e as empresas fornecedoras dos equipamentos. No segundo semestre de 2013, foram realizados vários ajustes no processo licitatório de acordo com orientações de diversos setores do MJ e o pregão eletrônico nº 56/2013 foi realizado no dia 31/12/2013. Contudo, o aludido pregão restou fracassado em virtude da empresa vencedora não ter apresentado a documentação exigida e a segunda classificada ter apresentado um valor superior ao máximo admissível em pregão e em que pese os esforços, se recusou a reduzir o valor proposto.

Dando continuidade, no ano 2014 foi dado início aos ajustes necessários do processo licitatório, objetivando a realização de um novo pregão para aquisição do sistema de indexação balística e, por conseguinte, a implantação da Rede.

O processo seguiu com todos os ajustes para a CGL em novembro de 2014, mas face à complexidade dos equipamentos, não foi possível finalizar o procedimento licitatório para aquisição dos sistemas citados, sendo que tal processo deve ser finalizado no primeiro semestre de 2015.

Arranjos de Gestão:
Essa meta não demanda arranjos de gestão para a sua realização.

Previsão de realização para o próximo período:
Finalização de todos os ajustes necessários do processo licitatório visando a realização de um novo pregão eletrônico.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
-Fracasso do Pregão Eletrônico no. 56/2013, no final de dezembro de 2013, o que impossibilitou a continuidade dos trabalhos no cumprimento da meta.
- Entraves burocráticos no saneamento de questionamentos, durante reformulação do processo licitatório.
-Demora na tramitação do processo licitatório.

- **Implementar um Centro de Difusão de Ciências Forenses em Brasília/DF**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizados os seguintes serviços: 100% da impermeabilização; 100% da alvenaria; 90% da pavimentação interna; 80% dos revestimentos; 60% das instalações elétricas e lógicas; 100% das instalações hidrossanitárias; 100% da automação; e 80% da climatização.

Foi contratada a 2a. etapa da obra, cuja previsão de início é janeiro de 2015. O término da construção do Centro Nacional de Ciências Forenses está programado para junho de 2016.

- **Integrar os sistemas de boletins de ocorrências das 27 UFs e os sistemas das instituições do Ministério da Justiça (DEPEN, DPRF, DPF) ao SINESP, de acordo com o que determna a Lei nº 12.681/2012.**

Análise Situacional da Meta

Meta em atraso devido aos seguintes fatores: 1 – Atraso na execução dos convênios por parte dos Estados, que receberam recursos para padronizar os seus sistemas de acordo com as informações exigidas pelo Sinesp; 2 – Atraso na contratação da empresa responsável por realizar a integração; 3 - Alteração do Estado-Piloto que inicialmente seria o Distrito Federal, mas os padrões de registro não detalhavam informações relevantes para as estatísticas de interesse do Governo Federal. O novo Estado-Piloto é Goiás.

Principais realizações do período:

A empresa contratada elaborou o Guia de Integração para que os Estados implementem alimentação de seus Boletins de Ocorrência para o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP. O novo prazo para integração com o Estado-Piloto (Goiás) é completa integração em abril de 2015.

No 2º semestre/2014 o Estado de Goiás se comprometeu a realizar os ajustes necessários no sistema de registros de boletim de ocorrência para possibilitar a integração com o Sinesp.

Previsão de realização para o próximo período:

A previsão para integração dos Boletins de Ocorrências de todos os Estados e do Distrito Federal é outubro de 2015.

Arranjos de Gestão:

Alteração do Estado-Piloto para integração dos Boletins de Ocorrência das Polícias e Corpo de Bombeiros. Anteriormente seria o Distrito Federal, agora Goiás.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores**

Análise Situacional da Meta

Foram estabelecidas 4 etapas para o desenvolvimento do projeto de Gestão por Competências da PRF: Capacitação de servidores e definição dos Consultores da PRF; definição das Competências Institucionais e realização de workshops com gestores, consultores e grupos focais (concluído); mapeamento de competências propriamente dito; identificação das Lacunas (GAP) de competências e Plano de Capacitação.

Está em execução o mapeamento propriamente dito com a identificação e descrição das competências. Foi proposta a revisão de metodologia do mapeamento e estruturado novo calendário para conclusão.

Já foram concluídas as competências Institucionais e gerenciais. Agora serão mapeadas as competências gerais e setoriais para conclusão do mapa de competências da PRF.

Após a conclusão do mapa serão identificadas as lacunas (GAP) de competências e proposto plano de capacitação baseado e competências.

A previsão de conclusão da descrição das competências é Dez/15 e o mapeamento de lacunas com proposta de plano de capacitação é Jun/16. Nesse ínterim estão previstas mais capacitações de servidores de todas as regionais, dada a metodologia participativa de construção das competências.

Esse projeto figura na lista de projetos estratégicos da PRF.

- **Promover a reestruturação organizacional dos órgãos policiais da União**

Análise Situacional da Meta

Com o novo Regimento Interno foi possível reorganizar a atual estrutura formal da PF, adequando as diversas atribuições desempenhadas, decorrentes das competências da União, em que procurou-se agregar as atribuições em virtude de sua natureza e dos fins a que se destina – prestação, fiscalização e controle de serviços e apuração de infrações penais, em dois ramos ou gêneros bastante distintos: Polícia Judiciária e Polícia Administrativa. Além dessa divisão das atividades em dois grandes ramos, houve alteração da subordinação direta da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI, do Instituto Nacional de Identificação - INI, além de uma grande alteração e adequação da estrutura da Diretoria de Inteligência Policial - DIP, que reorganizou-se internamente a fim de dar maior efetividade nas ações de inteligência da Polícia Federal, com especial ênfase às ações voltadas a grandes eventos e prevenção de atos terroristas. Além da questão estrutural e regimental, houve um intenso trabalho da Diretoria de Administração e Logística Policial, voltado à melhoria da estrutura e recursos materiais do órgão, com a execução de diversos projetos de construção e reformas de unidades, aquisição de coletes balísticos, armamento, veículos, equipamentos de inteligência, armamento menos letal, dentre outros.

- **Proporcionar infraestrutura adequada para 70 unidades policiais da União**

Análise Situacional da Meta

No período 2012/2014, foram reformadas as seguintes unidades: Superintendências Regionais em Minas Gerais (Etapa I), Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro (Etapa III); e Delegacias em Campina Grande/PB, Epitaciolândia/AC, Foz do Iguaçu/PR, Juiz de Fora/MG, Salgueiro/PE e Juazeiro do Norte/CE; Substituição do sistema de climatização ambiente do Edifício-Sede.

Em relação a construções, foram entregue as novas sedes nas Superintendências Regionais do Acre, Amapá e Roraima, além das Delegacias de Guaíra/PR.

Para as novas obras, estão em andamento os projetos de reforma para as Superintendências Regionais da Bahia, Pernambuco, Distrito Federal e Minas Gerais e para o Edifício Sede (escada de incêndio).

Quanto aos projetos de construção, estão em andamento: da Superintendência Regional na Paraíba, Delegacias em São José do Rio Preto/SP e Juiz de Fora/MG, Reestruturação da Área da Polícia no Setor Policial Sul, a qual irá contemplar mais de 10 unidades, as quais atualmente estão instaladas em prédios locados ou em situação precária.

Estão ainda em andamento as seguintes obras: Reforma da Superintendência Regional do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Santa Catarina e da Delegacia de Santos. Construção das baias para cães do Canil Central. Construção do Comando de Operações Táticas. Construção da Delegacia de Cáceres.

Por fim, estão em fase de contratação as seguintes obras/projetos: Reforma das redes elétricas da Academia Nacional de Polícia e do Setor Policias Sul e reforma para acessibilidade da Delegacia de Londrina.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 21 Encontros dos Chefes de Inteligência - ENCHOI, para integração e nivelamento de conhecimento no âmbito Nacional e Regional**

Análise Situacional da Meta

Realizados até a presente data 15 (quinze) dos 21(vinte e um) previstos, sendo que 01 (um) Encontro Nacional, não acontecido em 2014, foi realizado neste semestre. Os ENCHOIs vem sendo prestigiado por todos os órgãos estaduais de inteligência, com presença maciça dos responsáveis pelas diretrizes da inteligência em segurança pública no pais, com público em torno de 40 participantes nos Encontros Regionais e dos Estados de Fronteira, e de 120 (cento e vinte) nos Encontros Nacionais, incluindo-se aí os representantes da ABIN, DEPEN e Representantes das Polícias Federal e Rodoviária Federal e das Secretarias Estaduais.

Previsão de realização para o próximo período:
Restam apenas 06 (eis) Encontros, previstos para o ano de 2015, sendo 02 (dois) Nacionais e 04 (quatro) Regionais.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:
Recursos e datas compatibilizadas com as atividades dos participantes.

Observações: O evento almeja integrar e padronizar as atividades de inteligência de segurança pública, com apresentação de práticas de sucesso e palestras de interesse da área e incentivar a integração dos órgãos de inteligência, sejam das Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, além do Departamento Penitenciário Federal e órgãos da segurança pública interessados.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 27 Pactos Federativos entre a União, os estados e o Distrito Federal para implementação do SINESP nos moldes da Lei nº 12.681/2012**

Análise Situacional da Meta

A meta foi concluída com o apoio político do Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e atualmente todos os Estados da Federação aderiram ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – Sinesp. A adesão ao Sinesp foi formalizada via acordo de cooperação técnica entre todos os entes federados para fornecimento e atualização de dados no sistema. Amapá firmou acordo de cooperação técnica, apenas não conveniou.

Principais realizações do período:

Além da realização integral da meta, houve a publicação do Decreto 8.075 de 14 de agosto de 2013, que institui o Conselho Gestor do Sinesp, com a representação da União, dos Estados e do Distrito Federal. O Conselho Gestor é responsável por estabelecer os critérios de padronização dos procedimentos policiais, e já foi instituído por Portaria do Ministro da Justiça, tendo realizado duas reuniões ordinárias.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizadas diversas ações de capacitação, dentre elas, atendimento pré-hospitalar, atuação em controle de distúrbios, técnicas policiais de combate ao crime, perícia em acidentes de trânsito. Há também iniciativas de capacitação para gestores do órgão, com a oferta de participação em cursos de MBA (Master Business Administration), mestrado, outras pós-graduações e cursos de aperfeiçoamento em áreas específicas. Porém, cursos específicos de acordo com o mapeamento de competências institucionais ainda não foram executados, pois o mapeamento das competências necessárias ainda está na fase de execução. Por isso esta meta deve ser considerada como não quantificável.

No segundo semestre de 2014 foram executados diversos cursos, dentre eles Operações de inteligência, Curso de Contrainteligencia, Curso de Instrução Preliminar, Curso de Controle de distúrbios, Tec. policiais de combate ao crime (02 turmas), Tec. policiais de Fiscalização de Transporte (02 turmas), Avançado de Fiscalização de Trânsito (02 turmas), Curso de Motociclista Batedor, Curso de Operações com Cães, Curso Estudos em Gestão Policial (todos os gestores), Curso de Comandante Operacional, Curso de Formação de Instrutor, Curso de Aperfeiçoamento em fiscalização do Uso de Álcool e outras drogas.

Além dos cursos realizados, foi executado institucionalizado o Curso de Atualização Policial que abrange as disciplinas de Armamento e Tiro, Técnicas de Abordagem, Defesa Policial e Uso Diferenciado da força (TASER e Espargidor Pimenta) para todo o efetivo PRF perfazendo uma carga horária total de 40 h-a.

- **Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal**

Análise Situacional da Meta

A Polícia Rodoviária Federal esteve, por grande período, vinculada ao extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e grande parte das suas unidades operacionais datam daquela época. Nos últimos anos a importância e as atribuições da PRF têm aumentado, porém sua infraestrutura de unidade operacional tem ficado aquém das suas necessidades. Dessa forma, a área de infraestrutura predial da PRF tem se empenhado para que diversas unidades operacionais sejam reformadas, ampliadas e novas unidades sejam construídas. Com esse avanço, a melhoria e adequação das UOPs tem proporcionado um aumento do número de fiscalizações, seja pelo aumento do número de unidades ou readequação das antigas que valoriza e incentiva o trabalho do Policial Rodoviário Federal. As estatísticas mostraram, pelo segundo ano consecutivo, a redução da violência no trânsito em rodovias federais. Notou-se também um aumento no número de apreensões no trabalho de combate ao crime, além da visível padronização dos postos e unidades operacionais distribuídas por todo o país.

Salientamos que no primeiro semestre de 2014 foram iniciadas as seguintes reformas:
Malhada Dos Bois e Itabaiana em Sergipe
Milagres, Centro de Treinamento e Icó no Ceará
Guaíra no Paraná
Araguaína no Tocantins
UOP Pavuna, Lagamar, Itaúna, Seropédica, Três Córregos, Sede Regional e CIOP, UOP Moura Brasil e CTRJ no Rio de Janeiro
Total de reformas: 16

Assim, informamos que a quantidade alcançada somando-se os anos de 2012, 2013 e primeiro semestre de 2014 é de 80 unidades reformadas.

No segundo semestre de 2014 foram iniciadas as seguintes reformas:
Pontes e Lacerda, Cáceres e Agua Boa no Mato Grosso

Sede Regional e Jaraguari no Mato Grosso do Sul
Morro do Coco no Rio de Janeiro
Centro de Treinamento de Cachoeira Paulista em São Paulo
Mafra, Lages e Paulo Lopes em Santa Catarina
Porto Alegre e Erechim no Rio Grande do Sul
Sede Regional, Atalaia e São Miguel em Alagoas
Capão Redondo no Rio Grande do Norte
Sede Regional no Piauí
Araguanã no Maranhão
Posto Alfa no Distrito Federal

Assim, informamos que no segundo semestre foram iniciadas reformas em mais 19 unidades.
Quantidade alcançada
99
Data de Referência
31/12/2014

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O panorama da situação prisional no Brasil evidência a indispensável adoção de práticas integradas entre governo e sociedade para o alcance de resultados efetivos.

A pasta prisional demanda uma política transversal, com formulação compartilhada entres as esferas de governo e atores vinculados ao sistema criminal e penitenciário, aliando-se às diretrizes de diversas políticas públicas garantidoras de direitos humanos.

Durante os dois últimos anos, a pactuação de compromissos jurídicos com os diversos entes, pastas e poderes consubstanciou-se como modelo de gestão adotado pelo governo federal nesse tema, a fim de efetivar as mudanças necessárias no quadro vivenciado.

O déficit carcerário existente, em torno de 250 mil vagas, pressupõe a geração de vagas como medida emergente. Contudo, a geração das vagas prisionais, isoladamente, não tem o potencial de resolver todas as questões.

O Programa de Apoio ao Sistema Prisional pressupõe a aprovação de projetos de arquitetura e engenharia, em conformidade com diretrizes e legislações, que objetivam promover a dignidade e os direitos da pessoa encarcerada. O respeito a essa diretriz representa um desafio para o Ministério da Justiça, tendo em vista as diversas realidades regionais, estaduais e de governança dos entes federados.

Para fazer frente a essa situação, avançou-se na institucionalização de políticas e planos de enfrentamento à questão prisional.

O programa de apoio ao sistema prisional desdobra-se em dois eixos – a criação de vagas e o fomento de ações nas áreas

de saúde, ensino, trabalho e renda, assistência social e jurídica.

Para atacar o déficit carcerário, o investimento total na geração de vagas prisionais atingiu a monta de 1,4 bilhões de reais, destinadas à criação de 45,6 mil vagas já contratadas.

Importante destacar a implementação do Instituto da Liberdade Vigiada, por intermédio da monitoração eletrônica, e o Sistema Nacional de Alternativas Penais. Como opção diversa do encarceramento, essas ações instrumentalizam a execução penal, corroborando com a redução do déficit carcerário e com a socialização das pessoas envolvidas no ilícito penal. Para a interiorização desses serviços estão em curso a instalação de 13 centrais de monitoração eletrônica, distribuídas em 13 estados: AL, BA, GO, DF, ES, MA, MG, MS, PB, PI, RO, SC, TO, e 06 centrais integradas de alternativas penais, nos seguintes estados: AM, AL, PB, ES, GO, RO, TO.

Para ampliar o acesso das pessoas presas as políticas públicas, algumas pastas do poder executivo se integraram.

Na área da educação, pode-se ressaltar o início da pactuação do Plano Nacional de Educação no Sistema Prisional. O nível de escolaridade da população carcerária no país ainda é muito baixo, por isso as ações de fomento à realização de exames nacionais de certificação dos ensinos fundamental e médio têm sido intensificadas. Um esforço está sendo realizado junto aos Estados, principalmente quanto à preparação dos candidatos inscritos, no intuito de aumentar a número de certificações dos participantes. No Exame Nacional de Ensino Médio, de 2012 a 2014, foram inscritas 89.810 pessoas presas. No Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA, em 2013 e 2014, o exame alcançou 40. 705 inscritos do sistema prisional.

Não menos importante, o Programa Brasil Alfabetizado garantiu a alfabetização de 14.054 pessoas presas entre 2012 e 2013, e o Programa de Educação de Jovens e Adultos, entre 2012 e 2013, de 21.374.

Pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, 67.175 vagas foram homologadas para o sistema prisional, das quais 23.951 foram executadas.

Apesar das vagas disponibilizadas às pessoas presas, alguns desafios precisam ser superados para melhorar o nível de efetividade dessa ação, como – a não garantia de execução das vagas homologadas nas pactuações; a baixa escolaridade dos beneficiados e a falta da documentação civil dos beneficiados.

O Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes – PROCAP foi replicado no sistema prisional em 25 Unidades Federativas. Para alcançar a aderência de todos os Estados, tratativas estão em curso com os dois remanescentes. Os ajustes alcançarão 3.102 beneficiários diretos e 93 oficinas serão implantadas.

As metas referentes à saúde prisional se condicionam ao Aparelhamento de Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Sistema Prisional dos Estados e ao fortalecimento das ações conjuntas com o Ministério da Saúde, visando à adesão dos estados e municípios à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde no Sistema Prisional – PNAISP.

A Portaria que implementou a PNAISP foi publicada em janeiro de 2014. Desde então o Ministério da Justiça e Ministério da Saúde estão fortalecendo as ações que auxiliam os estados e os municípios na adesão da nova Política. Espera-se por meio da PNAISP, o aumento na cobertura de atenção à saúde da população em privação de liberdade de 38% para 50% até 2014 com perspectiva de atingir 100% em 2019, de maneira organizada, resolutiva e estruturada na lógica do Sistema Único de Saúde.

Desde que foi implementado, o projeto de aparelhamento de unidades básicas de saúde no sistema prisional já aparelhou 306 UBS, dentre estas, 47 são Centros de referência Materno-Infantil, voltados exclusivamente ao atendimento e acompanhamento da população privada de liberdade feminina e seus filhos que permanecerem na unidade prisional. O projeto de aparelhamento de UBS está presente em todas as unidades da federação.

Destaca-se que no ano de 2014 foi iniciada a aquisição de computadores para o sistema prisional. Todas as unidades da federação serão beneficiadas. A ação prevê o investimento de 2,5 milhões de reais e a compra de 1.004 computadores para serem utilizados exclusivamente nas unidades básicas de saúde do sistema penitenciário, visando o acesso aos serviços do Sistema Único de Saúde – SUS.

Na área de atenção ao egresso encontra-se em fase de pesquisas para o desenvolvimento de um projeto nacional de assistência ao egresso. Além disso, está em andamento o planejamento do Seminário Nacional de Assistência ao Egresso, que ocorreu em outubro de 2014.

Como ferramenta efetiva de combate ao crime organizado, o Sistema Penitenciário Federal – SPF está alcançando resultados expressivos.

Nos últimos dois anos, 96% das Unidades Federativas foram apoiadas com a custódia de presos de alta periculosidade nas Penitenciárias Federais. Apenas em 2014, 24 Estados já tiveram presos com esse perfil inseridos no sistema. Destaca-se entre suas ações o Serviço de Inteligência Penitenciária. Num processo de difusão da doutrina de inteligência penitenciária, servidores prisionais e de segurança pública de 23 Estados foram capacitados por agentes penitenciários federais na área de inteligência prisional. Outras ações de capacitação em operações penitenciárias foram promovidas nos Estados do Nordeste.

Ressalta-se que o SPF compôs o grupo de órgãos federais atuantes na segurança da copa do mundo FIFA 2014.

O Sistema Penitenciário Federal promoveu a garantia de direitos, de forma alinhada com as políticas desenvolvidas pelo Ministério, sem deixar de garantir a rigidez com a disciplina.

O incentivo à utilização de audiências judiciais virtuais, em detrimento da apresentação presencial, está garantindo o acesso à justiça e a eficiência nos gastos públicos. O projeto visita virtual, uma iniciativa desenvolvida em parceria com a Defensoria Pública da União e reconhecida nacionalmente por suas boas práticas, possibilitou a manutenção dos vínculos familiares dos presos. Em 2012, foram realizadas 870 visitas virtuais, beneficiando 232 presos e 2.215 familiares. Em 2013 o número de presos atendidos saltou para 305 e no primeiro semestre de 2014 esse número já chegou à marca de 195 pessoas privadas de liberdade beneficiadas. Cumulativamente, desde o inicio do projeto, 732 presos e 5.167 familiares puderam se comunicar.

Por meio de parcerias, o direito à educação é garantido nesses estabelecimentos. No ensino básico, abrangendo alfabetização, ensino fundamental e ensino médio, desde 2012, 500 presos receberam formação. Em 2013, a assistência educacional foi ampliada ao Ensino Superior. A iniciativa já computa 08 presos inscritos.

Além disso, promovendo ações de incentivo ao trabalho, nos dois últimos anos 433 presos receberam educação profissionalizante no Sistema Penitenciário Federal.

Por fim, o Projeto Remição Pela Leitura oportuniza educação e remição de pena. Entre os anos de 2012 e 2014 foram contemplados 1.956 internos, dos quais 1.347 obtiveram a média necessária para serem encaminhadas à Justiça Federal

com a finalidade de obter o benefício.

Metas 2012-2015

- **Apoiar no mínimo 20% das vagas geradas no sistema carcerário pelas unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

O investimento total do Ministério da Justiça na criação de vagas prisionais até o final de 2013 foi de R$ 1.434.803.577,74. Esses recursos foram investidos na contratação de 56.064 vagas prisionais.

O recorte sobre o percentual de vagas geradas no sistema carcerário com o apoio do governo federal restará prejudicado nesse ciclo de monitoramento em razão da não publicação dos dados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN.

A fonte de coleta dos dados sobre as vagas geradas no sistema carcerário era o Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, de preenchimento nacional. Esse sistema será substituído pelo Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN, instituído pela Lei 12.714/2012. Essa substituição ocasionou a não utilização do INFOPEN por parte dos entes federativos, o que obstará o monitoramento da meta, nesse ciclo.

O Departamento Penitenciário Nacional, entre os anos de 2010 a 2014, promoveu a entrega de 10.826 vagas em estabelecimentos prisionais do país mediante a utilização de recursos do Fundo Penitenciário Nacional. Os valores foram repassados por meio de instrumentos denominados Contratos de Repasse, o qual possui a Caixa Econômica Federal atuando como Mandatária da União nas referidas operações. No total, foram 38 obras, com investimentos na ordem de R$ 232,2 Milhões. Em síntese temos: 2010 (1.346 vagas – R$39,5 Milhões); 2011 (3.897 vagas – R$70,5 Milhões); 2012 (3.296 vagas – R$82,9 Milhões); 2013 (224 vagas – R$4,1 Milhões); 2014 (2.063 vagas – R$35,2 milhões). O investimento de recursos do governo federal para a geração de vagas no sistema prisional ultrapassou os 1,1 bilhões de reais inicialmente previstos no Programa de apoio ao sistema prisional, além do aporte de recursos de programas anteriores, cujas vagas também serão entregues até o final de 2015. Em Novembro de 2014, o Depen/Mj realizou o 1º Seminário de Engenharia e Arquitetura Prisional com o objetivo de aprimorar o conhecimento nessas duas áreas. Durante os dias 11 e 12 e novembro de 2014 especialistas apresentaram boas práticas na edificação de instalações, tendências, aspectos inovadores de aquisição (Regime Diferenciado de Contratação - RDC) e mecanismos de controle e auditoria em obras públicas. Participaram do evento profissionais de engenharia e arquitetura dos Estados e DF, além de outros órgãos públicos federais, tais como Departamento de Polícia Federal, Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União, Ministérios da Saúde, da Educação e da Cidades, Universidades Federais de Santa Catarina, de Brasília e de Alagoas, entre outros.

Ressaltamos que não será possível mensurar o percentual de vagas geradas, tendo em vista, descontinuidade das informações prestadas pelos estados que serão retomados com a reativação do INFOPEN, todavia, esclarecemos que no exercício de 2014, foram geradas 2.063(duas mil e sessenta e três) novas vagas.

- **Aumentar o número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis nº 11.942/09 e nº12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão**

Análise Situacional da Meta

Comprometida em modificar a atual situação relativa ao encarceramento feminino, a comissão especial, responsável por elaborar, juntamente com outros órgãos, uma política nacional específica para as mulheres presas e egressas do sistema penal elaborou uma proposta que se encontra em analise na Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça.

A proposta foi amplamente discutida com outras pastas e secretarias. Além disso, foram transferidos aproximadamente 225 milhões para geração de vagas prisionais femininas, cujos projetos atendem as Leis nº 11.942/09 e nº 12.121/09.

Apenas no exercício de 2013 foram contratadas 2.800 vagas.

Outras ações podem ser mencionadas, como o investimento de recursos para aparelhamento de Centros de Referência Materno Infantil. No exercício de 2013 três Unidades Federativas foram contempladas: Amapá, Rio de Janeiro e Roraima.

Um dos focos do Programa de Apoio ao Sistema Prisional é a oferta de unidades exclusivas para mulheres, com atendimento às garantias de creche e berçário.

Do total de obras pactuadas, 51 já foram iniciadas. Dessas, 18 obras são destinadas exclusivamente ao público feminino, gerando 6.772 vagas. Ressaltamos que todos os estabelecimentos prisionais financiados com recursos do Governo Federal contam com espaços de saúde e módulo de berçário para presas gestantes e lactantes.

Um importante avanço no alcance da meta foi a oficialização da Politica Nacional de Atenção às mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional, instituída pela Portaria Interministerial 210, de 16 de janeiro de 2014. Ali foram inseridas as diretrizes, os objetivos e as metas da política, de corresponsabilidade de gestão entre diversos órgãos, em âmbito nacional e internacional.

Para monitorar o cumprimento da Lei nº 12.121/09, que determina que todas penitenciárias femininas do país deverão possuir apenas agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas, estão atuando na fiscalização desse quesito a Ouvidoria do Sistema Prisional e Comissão para Efetivação dos Direitos das de Mulheres Encarceradas. O Departamento Penitenciário Nacional tem contribuído para o efetivo aprimoramento da execução penal, utilizando-se para tanto, de estratégias de inclusão das pessoas privadas de liberdade, egressos e familiares nas políticas públicas existentes, aproximando-se da sociedade, possibilitando que sejam reconhecidas e inseridas em programas, projetos, ações e atividades setoriais, tais como: acesso à Educação, Qualificação Profissional, Saúde, Cultura, Trabalho e Geração de Renda, Assistência Social e outras mais. Uma das estratégias para a realização dessas ações é o aparelhamento de Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil-CRMI, com repasse de recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN às Unidades Federadas, por meio de convênios, que tem por objetivo garantir maior resolutividade da assistência à saúde e ampliar os atendimentos à saúde nos contextos das unidades penais, reduzindo o número de saídas e movimentações para a rede assistencial local, melhorando as condições e favorecendo a instrumentalização das equipes de assistência. Entre os anos de 2011 e 2014, foram utilizados R$ 3.570.090,73 para o aparelhamento de 42 Centros de Referência à Saúde Materno-Infantil, em 23 Unidades da Federação.

- **Construir a 5ª penitenciária federal**

  Análise Situacional da Meta

  Andamento do obra:

  Estacas de fundação 100% concluídas

  Blocos de coroamento das fundações 95% concluídos

  Alvenaria em blocos de concreto 20% concluída

  Estrutura de concreto armado 6,52% concluída

  Panorama geral: obra com percentual de 17,26% executada

  Endereço: Fazenda Papuda - Rodovia DF - 465, km 04, RA XIV - São Sebastião - Brasília - DF

  Nº do Contrato: 031/2013 - DEPEN, assinado em 05/12/2013.

  Valor inicial da obra: R$ 34.898.124,59;

  Data de início dos serviços: 06/01/2013;

Data prevista para conclusão: 16/09/2015;

O transcurso da obra foi amplamente prejudicado em decorrência das grandes chuvas que ocorreram durante a escavação e concretagem das fundações da edificação, especialmente durante os meses de janeiro a abril, novembro e dezembro de 2014.

Atualmente as fundações foram concluídas e o quadro de funcionários da empresa foi ampliado, o que dará mais celeridade à obra.

- **Criar 42,5 mil novas vagas no sistema prisional pelo Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional.**

Análise Situacional da Meta

A transferência de recursos federais destinadas ao Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional ultrapassou os valores inicialmente previstos, chegando à monta de R$ 1.199.646.113,19. No total dos ajustes celebrados foram contratadas 47.419 vagas prisionais até o final de 2013.

O Programa contempla 99 obras. Esses empreendimentos propiciarão a geração de 45.628 novas vagas. Houve decréscimo na quantidade de vagas contratadas porque foram canceladas 03 (três) propostas do Estado do Acre e 01 (uma) proposta do Estado do Rio Grande do Norte, correspondendo a 907 vagas, devido ao não atendimento do prazo da cláusula suspensiva para aprovação das propostas na Caixa Econômica Federal. Por outro lado, a pedido dos Estados, foram distratadas 05 (cinco) propostas do Estado do Mato Grosso do Sul e 02 (duas) propostas do Estado do Pará, correspondendo a 854 vagas. Atualmente há 51 obras iniciadas, estas gerarão 18.218 vagas, com entrega prevista até o dez/2015. As demais obras contratadas estão estimadas para iniciar a partir de Jan/2015

É relevante salientar que a utilização de recursos federais para a geração de vagas, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, pressupõe a aprovação de projetos de arquitetura e engenharia, em conformidade com diretrizes e legislações, que objetivam promover a dignidade e os direitos da pessoa encarcerada. O respeito a essa diretriz representa um desafio para o Ministério da Justiça, tendo em vista as diversas realidades regionais, estaduais e de governança dos Entes Federados.

Durante a implementação do Programa, as Unidades Federativas tiveram muita dificuldade na obtenção da aprovação na documentação na Caixa Econômica Federal e nas licitações, prejudicando no cronograma de entrega das obras.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o instituto da liberdade vigiada por meio do monitoramento eletrônico**

Análise Situacional da Meta

Como opção ao encarceramento, o instituto da liberdade vigiada, por meio da monitoração eletrônica, tem potencial de contribuir no fortalecimento dos serviços penais e na redução do déficit carcerário.

Estão em progresso os convênios de implantação dos centros de monitoração eletrônica nos Estados de Alagoas, Bahia, Goiás e Paraíba, resultado das pactuações realizadas em 2013. Tais convênios encontram-se em fase inicial de execução. Desse modo, estima-se que o início de suas atividades se dará no primeiro semestre de 2015.

Em continuidade ao incentivo dessa prática no país, em 2014 fora pactuado com os Estados do Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina e Tocantins, a implantação, em cada ente, de um centro de monitoração eletrônica de presos provisórios, população carcerária vulnerável e cumpridores de

medidas cautelares diversas da prisão.

No total, o DEPEN financiou R$ 11.112.741,50 em projetos de monitoração eletrônica.

A fase preparatória do centro de monitoração no Estado do Maranhão está em estágio avançado. O restante dos centros financiados em 2014 tem previsão de funcionamento para o segundo semestre de 2015, a expectativa é o funcionamento aproximado de 2.300 tornozeleiras simultaneamente.

A linha de financiamento do DEPEN tem como prioridade propiciar aos Estados o aprendizado na utilização da tecnologia da monitoração eletrônica e, ao mesmo tempo, contribuir para a redução do déficit prisional nos Estados a partir da retirada do cárcere de pessoas que preenchem requisitos legais para cumprirem pena ou responderem ao processo criminal em liberdade vigiada. Nesse sentido, foram eleitos como o público-alvo do projeto os presos provisórios e os cumpridores de medidas protetivas de urgência, bem como a população carcerária vulnerável. Buscando auxílio na delimitação de diretrizes nacionais e na instituição de modelo de gestão para a política de monitoração eletrônica, o DEPEN irá instituir Grupo de Trabalho formado por profissionais com experiência na área a partir de diversas perspectivas – com participação de Juiz, Promotor, Defensor Público, Psicóloga, Agente Penitenciário (ex-Diretor de Centro de Monitoração), Pesquisador e Representante da Sociedade Civil. Dentre as preocupações do DEPEN, destacam-se: a necessidade de implementar projetos de monitoração que impliquem efetiva alternativa à prisão e não apenas aumento do controle; a necessidade de se conferir o enfoque restaurativo às medidas e a participação e acompanhamento dos cumpridores por equipes psicosociais; a identificação das medidas necessárias à mitigação da estigmatização decorrente do uso do aparelho pelo cumpridor; a definição de fluxos e procedimentos da monitoração, sobretudo quanto ao evento resposta em casos de descumprimento das medidas impostas (excepcionalidade da participação da polícia); o conhecimento das diferentes tecnologias disponíveis no mercado e seu impacto no cumprimento da medida; e, ainda, o uso e a proteção dos dados coletados na monitoração eletrônica e os critérios para sua utilização em investigações criminais.

- **Implantar o Sistema Nacional de Alternativas Penais**

Análise Situacional da Meta

A proposta do novo Sistema de Alternativas Penais – SINAPE está consolidado num anteprojeto de lei. O escopo da proposta amplia a possibilidade de aplicação da política, incluindo as medidas cautelares diversas da prisão, as medidas protetivas de urgência e a justiça restaurativa.

Além disso, disciplina as competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Munícipios, integrando as ações dos Poderes Executivos desses entes, de forma articulada com o Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

Como resultado, foram esboçadas orientações e diretrizes para o próximo exercício, em especial o compromisso com o encaminhamento e aprovação do Projeto de Lei que institui o Sistema Nacional de Alternativas Penais (SINAPE); com o crescimento progressivo das linhas de financiamento associadas às alternativas à prisão para Centrais Integradas e os Centros de Monitoração Eletrônica, além de delinear a mobilização e priorização por parte de todo o sistema de justiça criminal, sobretudo dos Governos Estaduais, para assegurar a execução desse recurso e implementação dos projetos na área de alternativas penais, com a necessidade de revisar toda a política penal implementada no país, conferindo maior enfoque às alternativas penais, mais baratas e eficientes para o sistema prisional, sempre com enfoque restaurativa e orientado ao desencarceramento.

Cabe salientar também, o estímulo à utilização das práticas de alternativas penais por intermédio da transferência

voluntária de recursos.

Em 2013 foram investidos recursos na implantação de centrais integradas de alternativas penais nos Estados no Alagoas, Espírito Santo e Paraíba. O investimento fora de R$ 1.676.521,27. Estima-se que essas centrais estejam em funcionamento no primeiro semestre de 2015.

Já em 2014 foram promovidos dois chamamentos públicos para a seleção de propostas de projetos, nos quais serão investidos recursos do Governo Federal. Foram contemplados os Estados do Amazonas, Goiás, Santa Catarina e Tocantins. O investimento fora de R$ 1.566.282,92. Prevê-se que tais centrais estejam em execução no segundo semestre de 2015.

Todas as centrais criadas em 2013 e 2014 oportunizarão cerca de 2.000 atendimentos.

Importante acrescentar que no ultimo mês de novembro o DEPEN realizou o Seminário Nacional de Alternativas Penais.

Em termos gerais, o escopo do evento consistia em retomar a aproximação do DEPEN com a rede de alternativas penais, difundir as boas práticas na área e discutir a expansão da política em alternativas à prisão.

O Seminário contou com a participação de diversos atores envolvidos com a temática de alternativas penais, tais como magistrados, promotores de justiça, defensores públicos, representantes da sociedade civil e especialistas em alternativas à prisão.

- **Implementar mecanismo de mensuração da reiteração criminosa no Brasil**

Análise Situacional da Meta

As informações da execução da pena, da prisão cautelar e da medida de segurança serão consolidadas por intermédio do Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional - SISDEPEN. O desenvolvimento do Sistema foi iniciado em 2013 e se encontra em estágio avançado. Estima-se que no segundo semestre de 2014 esteja em operação.

A operacionalização será liberada em estágios progressivos para as Unidades Federativas, a depender da infraestrutura e das condições técnicas de cada Estado, visto que sua utilização está condicionada á integração com as bases de dados dos órgãos envolvidos no sistema de justiça.

As dificuldades de comunicação entre os atores do sistema de justiça demandou que a solução fosse desenvolvida com requisitos de interoperabilidade, ou seja, com a integração dos demais sistemas que armazenam informações sobre a população prisionais e os envolvidos em ilícitos.

O SISDEPEN consolida as informações já existentes anteriormente, registradas no Sistema de Informações Penitenciárias - INFOPEN, e ainda agrega requisitos funcionais de informações mais detalhadas, que respondem inclusive questões pessoais do preso, tais como o tempo de pena a cumprir. Isso é possível em razão de sua base de dados ser alimentada pelos órgãos de segurança pública, ministério público, poder judiciário, além das administrações prisionais. Apesar de não estar liberado para uso, o sistema possui requisitos que estão em funcionamento.

Um dos principais desafios encontrados, e que ainda persiste, é a necessidade de ações politicas e de coordenação com os demais poderes e órgãos judiciários. Essas dificuldades serão sanadas por intermédio do Conselho Nacional de

Justiça, o que oportunizará o devido funcionamento do sistema.

O Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN está em fase final de homologação. Trata-se dos testes de aceitação do sistema, para que possa operar de forma segura, sem a presença de erros, com zelo pela segurança das informações pessoais dos custodiados e dos usuários do sistema.

Algumas fases já foram superadas: a análise de requisitos do sistema; o estabelecimento das regras de negócio e especificação funcional; obtenção dos protótipos de documento de interface; e especificação de software e hardware para funcionamento do sistema.

O alcance da meta em tela é uma prioridade para o Ministério da Justiça. Por meio da Portaria SE nº 604, de 02 de julho de 2014, que aprovava a revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, o desenvolvimento do SISDEPEN foi priorizado em 1º lugar.

Em paralelo às ações de desenvolvimento do sistema, para promover a interoperabilidade da ferramenta, o que oportunizará o intercâmbio de informações com outros órgãos atuantes na execução penal, estão sendo realizadas articulações com os Estados federados e demais poderes para a celebração de ajustes garantidores de sua utilização. Já foram celebrados Acordos de Cooperação Técnica com 22 Unidades da Federação, como forma de viabilizar a implementação do sistema, bem como está sendo pactuada a criação de grupo de trabalho a ser compostos por representantes do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais – CONDEGE e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, destinado não somente à promoção de atividades destinadas à implementação do sistema, mas também à coleta de sugestões de aprimoramento junto aos órgãos de classe.

Além disso, foram promovidas oportunamente ações de treinamento que garantirão a capacitação de servidores para a correta utilização da ferramenta.

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Para a implementação do Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, que tem por finalidade fortalecer as diversas instituições parceiras, como a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP, o Departamento da Polícia Federal - DPF, o Departamento da Polícia Rodoviária Federal - DPRF, a Receita Federal do Brasil - RFB, as Polícias Civis e Militares e Corpos de Bombeiro dos Estados-sede, foram realizados investimentos em equipamentos, sistemas e soluções, bem como no treinamento e capacitação para o nivelamento e aprimoramento de conhecimento dos profissionais de segurança pública que atuam em grandes eventos. As aquisições realizadas dizem respeito aos projetos aprovados pelo Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA – CGCOPA, pela Matriz de Responsabilidades e pelas finalidades previstas no Planejamento Estratégico da Copa do Mundo FIFA 2014.

Com vistas ao estabelecimento de um legado que ofereça uma grande melhoria dos serviços prestados pelas instituições de segurança pública e pela defesa civil nos Estados que sediam os eventos, foi investido para dotar as forças com equipamentos e modernas tecnologias que transformarão a maneira como se previne e se combate o crime no Brasil.

Dentre os investimentos, faz-se destaque especial ao Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC, que comanda de forma integrada todas as operações policiais e de prestação de serviços que visam à proteção do cidadão, nas cidades-sede, a partir de uma visão privilegiada do aparelho urbano. Câmeras, sensores, rádio comunicação, tecnologias embarcadas em viaturas e helicópteros, além de centros integrados e delegacias móveis, oferecem às polícias, aos corpos de bombeiros, aos órgãos de trânsito e de defesa civil, ferramentas para uma atuação proativa, baseada em estatísticas e dados precisos, proporcionando o dimensionamento correto e a aplicação necessária da logística e do efetivo em tempo real.

No intuito de prover as corporações de meios para lidar com crimes envolvendo artefatos químicos, biológicos, radiológicos, nucleares ou explosivos, foram adquiridos equipamentos antibombas que permitem a detecção e a resposta a tais situações. Além disso, a compra de instrumentos de menor potencial ofensivo oferece condições para que o policial possa ter, como primeira resposta, armas dissuasórias menos ofensivas. Os corpos de bombeiros dos Estados-sede também foram contemplados com equipamentos desencarceradores de grande impacto e almofadas pneumáticas para retirada de pessoas de veículos envolvidos em acidentes ou em estruturas colapsadas, diminuindo o tempo de resposta e aumentando as chances de vida do acidentado.

O legado deixado pelo Governo Federal, em parceria com os Estados, passa também pela modernização do modo de atuar das instituições. A partir dos grandes eventos, as forças de segurança pública e de defesa civil passam a utilizar o conceito de protocolos integrados de atuação. Isso significa que, para cada situação possível de ocorrer, um protocolo pré-existente pode ser acionado, fazendo com que as instituições saibam exatamente o que fazer e com que apoio contar das demais forças. Isso aumenta a agilidade na resposta às ocorrências e evita que a mesma providência seja adotada duas vezes, o que gera economia de recursos públicos. Isto tudo sendo feito por todas as instituições, em conjunto, o que garante o sucesso do trabalho.

As ações de qualificação e capacitação profissional também são um eixo de trabalho importante. Além dos cursos, eventos, seminários e simpósios executados diretamente, ocorreram também capacitações nos Estados-sede por meio dos convênios celebrados; por termos de execução descentraliza com DPF, DPRF e ABIN; em conjunto com as embaixadas de países parceiros; e ainda, capacitações promovidas pelas empresas fornecedoras de equipamentos e tecnologias adquiridas pela Secretaria, a fim de preparar os servidores para atuarem em grandes eventos. Toda essa gama de técnicas, métodos e conhecimentos adquiridos contribuiu para o aprimoramento da atuação policial rotineira de cada órgão.

No nível operacional, para cada cidade-sede foi desenvolvida uma Matriz de Ações Operacionais, que visou sistematizar, padronizar e priorizar a sequência de atividades de segurança a serem realizadas nas áreas de interesse operacional.

Foram discutidas as estratégias e medidas para garantir o controle da violência, tratando das singularidades de cada local. O uso de ferramentas de inteligência para este mapeamento foi indispensável, e para tanto foram adquiridos conjuntos de equipamentos de inteligência de sinais e kit de equipamentos operacionais para os Estados-sede, fortalecendo a área de inteligência.

Nos primeiros eventos realizados em 2013 - Copa das Confederações, Jornada Mundial da Juventude e Final Draw (cerimônia do sorteio dos grupos da Copa do Mundo FIFA 2014) -, já foi materializada a integração dos Centros de Comando e Controle Móveis, das Plataformas de Observação Elevadas e dos sistemas de imageamento aéreo, tendo sido comandados de forma integrada todas as operações policiais e de prestação de serviços que visavam à proteção do cidadão nas cidades-sede.

Já naquele período dos eventos foram testados grande parcela das funcionalidades do SICC, e, por meio de articulações

institucionais, as aquisições, capacitações e coordenação de ações de inteligência e operações foram realizadas e aperfeiçoadas, para que os demais eventos transcorressem de forma segura e pacífica, conforme disposto no Plano Estratégico de Segurança Pública e Defesa para a Copa do Mundo 2014.

Sob a coordenação da SESGE, o planejamento da operação de segurança da Copa do Mundo FIFA 2014 contou com a participação de aproximadamente 116,5 mil (cento e dezesseis mil e quinhentos) profissionais de segurança pública (policiais militares, civis, federais, rodoviários federais, bombeiros, guardas municipais, e órgãos de trânsito). Reconhecida por turistas, moradores das cidades-sede e pela imprensa nacional e estrangeira, a segurança nos jogos foi um dos itens avaliados com uma das melhores médias. A satisfação com o evento e as ações de segurança bem-sucedidas dos jogos da Copa do Mundo mostraram o resultado da integração das forças policias e do trabalho conjunto dos governos das três esferas.

Nos poucos incidentes ocorridos foram acionados os procedimentos operacionais de acordo com os protocolos de segurança elaborados para tais situações e coordenados dos Centros Integrados de Comando e Controle. Outros imprevistos não relacionados diretamente com a segurança também foram contornados, graças à participação de órgãos como Defesa Civil, Receita Federal e Agência Nacional de Vigilância Sanitária nos centros integrados, reunindo em um mesmo ambiente dados e informações para atendimento das demandas, com ações rápidas e articuladas dos órgãos envolvidos.

Preocupados com a segurança de seus atletas e para prestar apoio aos seus nacionais, e principalmente para colaborar no controle de entrada de estrangeiros, os países participantes da Copa também enviaram policiais para compor a força de segurança, atuando no Centro de Cooperação Policial Internacional - CCPI, em conjunto com a Polícia Federal e apoiados pelo Centro Integrado de Comando e Controle Nacional. Cada um dos 31 (trinta e um) países representados no CCPI atuou com equipe fixa e equipe móvel que se fez presente nos estádios.

Finalizados os eventos da Copa do Mundo FIFA 2014, toda a tecnologia e ferramentas utilizadas, e principalmente a integração das forças de Segurança e Defesa, permanecem como o grande legado. Permitindo que tais ferramentas e procedimentos continuem sendo aplicados em cada Estado, seja nas demandas rotineiras ou em eventos locais, beneficiando a população com um incremento de sua segurança, garantindo tranquilidade aos cidadãos.

A segurança pública foi fortalecida, demonstrando que as ações de forma integrada proporcionam como resultado um bom padrão de segurança. Prova disso é, além da utilização em eventos locais, a continuidade das operações, sob a coordenação das Secretarias de Estado de Segurança Pública com o apoio do Ministério, em outros eventos de relevância para o país, como as Eleições 2014, as provas do ENEM, Final da Copa do Brasil, e festas regionais.

Os eventos testes são um aprimoramento para o próximo desafio da segurança, que acontecerá com nos Jogos da XXXI Olimpíada e Paralimpíada, a serem realizados em 2016, no Rio de Janeiro e demais Estados que receberão a modalidade esportiva futebol.

O planejamento das ações de segurança para os Jogos Olímpicos iniciaram com a definição de projetos a serem implementados, procedimentos a serem adotados, e adequações para a continuidade do modelo de segurança utilizado nos eventos já realizados.

Os maiores investimentos dar-se-ão em infraestruturas móveis e equipamentos, e na área de capacitação, com execução via termos de execução descentralizada com os órgãos de segurança pública federal (DPF e DPRF); além de execuções diretas realizadas pela Secretaria para aquisições de sistemas e equipamentos nas áreas de comando e controle, e

inteligência.

Metas 2012-2015

- **34.000 vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

A capacitação dos profissionais de segurança pública para atuação em grandes eventos é coordenada pelo Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – SESGE, em parceria com os órgãos federais e estaduais.

A segurança pública vem capacitando seus profissionais desde o ano de 2012, por meio de convênios com as Secretarias de Estado de Segurança Pública dos Estados-sede da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos da XXXI Olimpíada e Paralimpíada, de termos de execução descentralizada com o Departamento da Polícia Federal – DPF, o Departamento da Polícia Rodoviária Federal - DPRF e com a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e ainda pela realização de cursos e eventos promovidos diretamente pela Secretaria para qualificação profissional, visando atender as necessidades dos órgãos parceiros e das Diretorias da SESGE.

As ações de qualificação para as forças de segurança foram classificadas em três projetos: Capacitação, Cooperação Internacional, e Treinamentos; capacitando um total de 21.796 (vinte e um mil, setecentos e noventa e seis) servidores, entre policiais federais, rodoviários federais, militares e civis estaduais.

As ações no Projeto Capacitação foram em diversas áreas temáticas, como: segurança de dignitários, análise e gestão de riscos, gestão de crises, inteligência e investigação, e simpósios e seminários sobre segurança em grandes eventos. O Projeto Cooperação Internacional compreendeu as ações de capacitação promovidas por embaixadas de países parceiros. Após estabelecidas as necessidades das forças policiais brasileiras e analisados os conteúdos programáticos e as ementas, a Secretaria participava dos cursos e treinamentos oferecidos pelas embaixadas.

O Projeto Treinamentos consistiu em ações promovidas pelas empresas fornecedoras de equipamentos e tecnologias, oriundos de contratos de aquisição, e que previam a transferência de conhecimento, qualificando os profissionais a operarem as tecnologias adquiridas, como os equipamentos antibombas, os Centros Integrados de Comando e Controle Móveis, as Delegacias Móveis, as Plataformas de Observação Elevadas, os materiais e equipamentos de inteligência, os equipamentos de resgate e socorro, e demais sistemas e soluções adquiridos para o Sistema Integrado de Comando e Controle (vídeo wall, salas-cofre, sistema de imageamento aéreo, Projeto de Solução Integradora).

Com o início do planejamento das ações de capacitação para atender aos eventos relacionados aos Jogos da XXXI Olimpíada e Paralimpíada, implementou-se uma nova diretriz quanto ao modo de execução dessas ações. Este novo modelo prioriza o fortalecimento das instituições de ensino estaduais de cada órgão envolvido nos eventos, com investimentos em infraestrutura e equipamentos e apoio à execução das ações. Com isso, os estabelecimentos acadêmicos das forças policiais, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro terão melhorias no ambiente de ensino e, em contrapartida, promoverão a capacitação de seus profissionais, conforme as necessidades de cada instituição, não ficando adstritos a cursos oferecidos esporadicamente.

Em relação aos órgãos federais, a execução das ações de capacitação e treinamento permanece via formalização de termos de execução descentralizada, para que estes promovam as capacitações afetas à área de competência de cada órgão.

As ações de qualificação dos profissionais são avaliadas e coordenadas pela Secretaria a fim de que estejam em

consonância com o planejamento operacional das ações de segurança para os eventos.

Por fim, em relação à divergência verificada entre a quantidade atingida de profissionais capacitados e o número constante na meta estabelecida, cabe esclarecer que, a meta previa inicialmente 34.000 vagas para capacitação de profissionais, porém com a redefinição das ações de capacitação e ajustes com os órgãos envolvidos, esta foi alterada para 25.400 vagas.

Quantidade alcançada

21.796

Data de Referência

31/12/2014

- **Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos Grandes Eventos**

Análise Situacional da Meta

O objetivo da meta é o fortalecimento das instituições de segurança pública, de Defesa Civil e de Corpo de Bombeiros, e envolvem principalmente aquisições de equipamentos e materiais, de forma direta pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos - SESGE, para posterior doação aos Estados-sede da Copa do Mundo 2014; e ainda, por meio de Termos de Execução Descentralizada com a Agência Brasileira de Inteligência, o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, o Departamento da Polícia Federal, o Departamento da Polícia Rodoviária Federal e a Receita Federal do Brasil.

Com o aumento da demanda gerada pelos grandes eventos, os órgãos de segurança pública e as instituições envolvidas receberam investimentos para contratações de serviços e aquisições de equipamentos, materiais e sistemas para adequarem os seus serviços a fim de suportar tal demanda.

Para cumprimento da meta os investimentos foram destinados às aquisições de instrumentos de menor potencial ofensivo, equipamentos balísticos e de proteção individual, equipamentos antibombas, unidades de Delegacias Móveis para as Polícias Civis, lanchas de patrulhamento e respectivos reboques para o Estado do Amazonas, conjuntos de equipamentos de inteligência de sinais, equipamentos de resgate e socorro para os Corpos de Bombeiros, e veículos blindados equipados com canhão d´água para controle de distúrbios civis, visando o aprimoramento e fortalecimento de áreas sensíveis da segurança pública, e que permanecem como legado para os Estados.

Os órgãos parceiros ABIN, DFNSP, DPF, DPRF e RFB investiram em infraestruturas móveis (ônibus, motocicletas, veículos blindados, viaturas especiais), materiais e equipamentos táticos e operacionais, equipamentos de radiocomunicação, soluções e sistemas de inteligência, equipamentos antibombas e de controle de distúrbios, e sistema de controle de pontos de entrada no país (sistema Alerta Brasil, escâneres), garantindo assim, a operacionalização das ações de segurança pública nos grandes eventos.

Representando menos de 4% (quatro por cento) do total investido na meta, alguns itens adquiridos não foram entregues pelos fornecedores por razões de ordem contratual. A não execução dessa parcela da meta não foi significativa para causar qualquer prejuízo às ações de segurança promovidas durante os jogos da Copa do Mundo 2014.

As aquisições realizadas atenderam a meta de fortalecimento das instituições, possibilitando e complementando a execução do planejamento das ações operacionais nos eventos, contribuindo significativamente para os trabalhos dos órgãos envolvidos nas ações de segurança, tendo sido empregados em situações preventivas ou em incidentes ocorridos durante os eventos.

Para os eventos dos Jogos da XXXI Olimpíada e Paralimpíada, além do investimento já efetuado, serão destinados recursos ao DPF e DPRF principalmente para aquisição de infraestruturas móveis (viaturas, ônibus para transporte de tropas, motocicletas, caminhão-prancha, viaturas blindadas), e equipamentos táticos e operacionais.

Quantidade alcançada

96

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

Foram capacitados 12.178 Policiais Rodoviários Federais até a presente data. São cursos que possuem relevância para as ações de segurança durante os Grandes Eventos, como Cursos para Controle de Distúrbio, Motociclista batedor e policial, Operações de Inteligência, Operadores de Voo, Piloto Operacional de Helicóptero, Atendimento Pré-Hospitalar, Corregedoria, Produção de Conhecimento (Inteligência), Curso Básico de Inteligência, Curso de Adaptação Socorro Aeromédico, Habilitação Armalite 5,56mm e Parafal 7,62mm.

Quantidade alcançada

12.178

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantação do Sistema Integrado de Comando e Controle, com 02 Centros Integrados de Comando e Controle Nacionais, 12 Centros Integrados de Comando e Controle Regionais nos Estados-sede, 27 Centros de Comando e Controle Móveis para as sedes da Copa e centros de treinamento das seleções**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Integrado de Comando e Controle – SICC abrange os Centros Integrados de Comando e Controle – CICC Nacionais, Regionais e Móveis, e visa à integração entre os órgãos envolvidos nas ações de segurança pública, concentrando em um ambiente único todas as informações relativas à segurança pública em tempo real, possibilitando ao gestor a tomada de decisão mais adequada à situação apresentada dando uma resposta ao fato com mais rapidez, por meio de protocolos de ação pré-definidos com todos os órgãos envolvidos.

Os CICC Nacionais estão instalados nas cidades de Brasília e no Rio de Janeiro (backup), os CICC Regionais estão localizados um em cada cidade-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, e os CICC Móveis estão assim distribuídos: 03 (três) unidades para Belo Horizonte, 03 (três) unidades para São Paulo, 03 (três) unidades para Rio de Janeiro, e 02 (duas) unidades para cada uma das demais cidades-sede.

A utilização dos CICC Móveis é mais focada no evento que está sendo monitorado, repassando as informações aos CICC Regionais e/ou atuando no caso específico.

Os Centros Integrados de Comando e Controle possuem uma infraestrutura completa de Centro de Processamento de Dados – CPD; sistema de vídeo wall integrado; sistema de imageamento aéreo; infraestrutura de dados/voz/elétrica; equipamentos de tecnologia como: servidores, storage de armazenamento, switch, biblioteca de backup, estações de trabalho, e softwares de operação e administração, que proporcionam a necessária confiabilidade ao sistema, afastando ao máximo a possibilidade de interrupção dos serviços. Ainda compõem o SICC, 22 (vinte e duas) Plataformas de Observação Elevadas, que são unidades móveis com sistema de monitoramento de visibilidade noturna e de câmeras térmicas.

Na ação de implantação do SICC, o maior investimento na área deu-se com a contratação do Projeto de Solução Integradora. Esta ferramenta é o conjunto de sistemas (software e hardware) que efetivamente faz a integração das informações de segurança pública, interligando os 02 (dois) CICC Nacionais e os 12 (doze) CICC Regionais, em

tempo real. Outros investimentos de valores mais significativos foram realizados com a aquisição dos imageadores aerotransportados (equipamentos instalados em helicópteros para captação e transmissão de imagens para os CICC´s), e com o fornecimento e instalação das salas-cofre (conjunto de objetos que compõem os ambientes críticos, com armazenamento de dados nos padrões da norma TIA942 – Associação das Indústrias de Telecomunicações, com nível TIER3, e de acordo com a Norma ABNT NBR 15247).

Também foram realizadas contratações para link de dados nacionais e regionais (Rede WAN), mobiliário e infraestrutura não técnica, e equipamentos e sistemas para os CICC´s Móveis para melhorar a capacidade da solução.

As entregas desses produtos e sistemas foram de acordo com o planejado pela área técnica, seguindo um rígido cronograma estabelecido, onde a execução das etapas estava encadeada de modo sequencial a fim de garantir a conclusão do projeto com êxito.

Parte dessa tecnologia fora testada e utilizada nos primeiros eventos, durante a Copa das Confederações nas 06 (seis) cidades-sede e Jornada Mundial da Juventude em 2013. Nas demais cidades-sede a operação e funcionamento foi para Copa do Mundo FIFA 2014. Com o encerramento dos eventos nacionais no ano de 2014, os CICC´s Regionais passaram a atuar em eventos locais e demandas rotineiras das forças policiais, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e com o apoio da SESGE. A continuidade das operações dos CICC´s segue o mesmo modelo utilizado durante os grandes eventos.

Os CICC´s Nacionais e Regionais do Rio de Janeiro e demais Estados que serão Centros de Treinamento (DF, BA, MG e SP) para a realização dos Jogos da XXXI Olimpíada - Rio 2016, mantem as atividades coordenadas pela SESGE. Estes CICC´s possuem projetos de melhoria, com novas funcionalidades e correções de pontos específicos, atendendo demandas da área de operações das ações de segurança, em razão da singularidade do evento que acontecerá. Dentre os projetos para melhoria, estão aquisições de aeróstatos de monitoramento persistente de grandes áreas (balões), que serão utilizados em 04 (quatro) grandes áreas do município do Rio de Janeiro, onde ocorrerão as concentrações dos eventos olímpicos; e, expansão do sistema de imageamento aéreo.

Quantidade alcançada

97

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A Polícia Rodoviária Federal - PRF intensificou em 68,55% suas ações de educação para o trânsito desde 2012, tendo atingido 563.960 pessoas conscientizadas ao término de 2013, e outras 618.719 pessoas em 2014 o que indica que a meta estipulada para o quadriênio poderá ser suplantada ao término de 2015. A capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização foi ampliada com a implantação do sistema de videomonitoramento de rodovias no Rio Grande do Sul e integração com pontos de monitoramento das empresas concessionárias de rodovias federais, bem como por meio da implantação do sistema de radiocomunicação digital no Paraná. O sistema digital amplia a capacidade de policiamento e fiscalização, ao passo que fornece comunicação às áreas sem cobertura, favorecendo maior sigilo, confiabilidade e ininterruptabilidade dos serviços.

Em 2014 iniciou-se um projeto piloto de videomonitoramento no Distrito Federal, com a instalação de 25 câmeras, que cobrem 4 trechos críticos.

Em 2015, há previsão de ampliação do sistema de videomonitoramento no Distrito Federal e região do entorno, e do sistema de rádio comunicação digital em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, favorecendo assim a segurança viária.

Metas 2012-2015

- **Alcançar 500.000 pessoas, anualmente, com ações de educação para o trânsito.**

  Análise Situacional da Meta

  As ações de educação para o trânsito executadas pela PRF tem o objetivo de provocar mudanças de atitudes em todos os cidadãos usuários das rodovias, sejam pedestres, condutores e passageiros, de forma que atuem priorizando atitudes de segurança e de cidadania no trânsito, para alcançar os resultados institucionais de reduzir a violência no trânsito, assegurar a livre circulação, contribuir para a redução da criminalidade no país, aumentar a percepção de segurança dos usuários nas rodovias federais e contribuir com a meta de redução de 50% das mortes em acidentes de trânsito no Brasil, proposta pela ONU.

  Essas ações transmitem não apenas as normas, regras e preceitos legais, mas contemplam também aspectos éticos e de cidadania, ampliando o nível de conscientização dos diversos atores do trânsito, para que adotem atitudes prudentes, compatíveis com as necessidades de segurança de todos.

  A PRF realiza ao longo das rodovias 02 (duas) grandes atividades voltadas para os usuários das rodovias, de forma contínua e diversificada para garantir a conscientização e sensibilização do maior número de cidadãos.

  CINEMA RODOVIÁRIO - Os comandos do Cinema Rodoviário são realizados durante as abordagens aos condutores e enquanto os veículos são fiscalizados ou os autos de infração são confeccionados, os ocupantes são convidados a assistir a uma rápida palestra, em que policiais exibem filmes educativos e orientam sobre comportamentos seguros no trânsito. A participação na palestra não elide os condutores infratores das sanções administrativas e todos são submetidos ao teste do etilômetro.

  Através de parcerias com empresas e instituições públicas e privadas, a PRF realiza exposições de viaturas e equipamentos operacionais e promove palestras educativas em postos de combustíveis, concessionárias de veículos pesados, em feiras e demais eventos voltados aos motoristas profissionais.

  FETRAN - Festival Estudantil Temático de Trânsito - O FETRAN utiliza as atividades pedagógicas para incluir transversalmente a temática “Trânsito” no cotidiano escolar. Com o objetivo de conscientizar crianças, adolescentes e toda comunidade escolar da responsabilidade de todos na segurança do trânsito. Através de parceria entre as escolas e a PRF, estudantes e professores produzem trabalhos com essa temática, nas mais diversas modalidades como teatro, maquetes, poesias, danças, músicas, textos, mural, cartazes, dentre outros, valorizando a diversidade escolar e cultural. O resultado das atividades é exposto, pelos estudantes e professores, à comunidade escolar durante a Feira de Trânsito e no Festival Temático que reúne todas as escolas para um grande debate acerca do tema. Os melhores trabalhos são premiados com uma viagem cultural para Brasília-DF, para que sejam apresentados durante a Semana Nacional do Trânsito.

  As ações abordam os temas embriaguez ao volante, excesso de velocidade, uso do cinto de segurança e cadeirinha, ultrapassagens irregulares e segurança de motociclistas, de acordo com as características locais e os índices de

acidentes.

A escolha dos temas abordados, os locais, horários e dias de realização das ações de educação para o trânsito consideram as peculiaridades de cada localidade, o público presente, o fluxo de veículos, os índices de acidentes registrados e infrações comumente cometidas. Para tanto, são utilizados os dados dos sistemas de registros de acidentes e de infrações, para orientar o planejamento, identificar os pontos críticos com altos índices de acidentes e a melhor forma de atuar.

As ações de educação para o trânsito da PRF contribuem para a redução dos índices de acidentes, mortos e feridos através da conscientização de crianças, adolescentes, condutores e motoristas profissionais.

2012: 210.000 pessoas
2013: 380.835 pessoas
2014: 611.923 pessoas (*)

* Ressaltamos que os valores preenchidos nos anos de 2012 e 2103, na evolução da meta, sofreram atualização por parte das regionais DPRF, posteriormente ao preenchimento do monitoramento no SIOP. Considerando que não é possível alterar a evolução da meta de anos anteriores e que os números oficiais do Órgão são esses elencados acima, solicitamos que essa seja considerada como quantidade alcançada.

Quantidade alcançada

1.202.758

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015.**

Análise Situacional da Meta

DEFINIÇÃO

- trecho crítico: é a junção dos pontos críticos em trechos de 10 km (BR XXX, do Km YYY ao Km ZZZ). Da análise dos pontos críticos inicialmente identificados, observou-se que alguns encontravam-se agrupados em sequência, assim, percebeu-se que o problema, via de regra, não era em um local específico (que poderia ser identificado como alguma deficiência na engenharia viária, ou um ponto de excesso de velocidade, que seriam problemas pontuais), mas que se tratava de trechos maiores (caracterizados, por exemplo, como um trecho urbano, uma região de confluência de várias vias rurais e urbanas, ou a região de povoados instalada às margens da BR, além daqueles problemas que poderiam ser pontuais). Verificou-se, ainda, que a opção por se tratar trechos, ao invés de pontos, traria vantagens quanto aos investimentos (sendo possível o compartilhamento e aproveitamento da infraestrutura para a cobertura de uma área maior) e aos resultados (ao atuar nesses 100 trechos críticos, é possível atacar mais 20% dos acidentes graves e fatais que ocorrem nos mais de 72.000 km de rodovias federais sob responsabilidade da PRF).

Análise situacional: Foi implantado o sistema de videomonitoramento no estado do Rio Grande do Sul, o qual cobre 4 trechos críticos de acidentes, totalizando 40 Km de extensão, tendo sido observada uma redução próxima a 75% nos acidentes com vítimas fatais nesse trecho.

Foi implantado o sistema de videomonitoramento no Distrito Federal, no final de 2014, que cobre 4 trechos críticos.

Quantidade alcançada em 2014: 8,00 (4 trechos do RS e 4 trechos do DF).

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional**

Análise Situacional da Meta

Iniciativas para ampliação da parceria entre a PRF e SAMU foram intensificadas em 2012 e 2013, mediante convênios do Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, no que se refere a ambulâncias de atendimento pré-hospitalar.

Em 2014, frente à expansão das atividades do SAMU com ambulâncias, foi confeccionada uma minuta de convênio contemplando apenas aeronaves PRF de atendimento pré-hospitalar e resgate, já que não houve por parte do Ministério da Saúde o interesse na inclusão das ambulâncias. A renovação deste convênio encontra-se atualmente no Ministério da Saúde para assinatura com valores atualizados, conforme estudo técnico enviado.

- **Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais para 6.000.000 no quadriênio 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Realizados 648.921 testes em 2012, 1.515.165 no ano de 2013 e 1.528.238 em 2014, totalizando 3.692.324 testes (*). A PRF está trabalhando qualitativamente na seleção dos condutores a serem submetidos aos testes de alcoolemia e não mais quantitativamente. Apesar de ainda não termos atingido a meta, o trabalho realizado está contribuindo significativamente com a redução da violência no trânsito.

(*) Ressaltamos que os valores preenchidos nos anos de 2012 e 2103, na evolução da meta, sofreram atualização por parte das regionais DPRF, posteriormente ao preenchimento do monitoramento no SIOP. Considerando que não é possível alterar a evolução da meta de anos anteriores e que os números oficiais do Órgão são esses elencados acima, solicitamos que essa seja considerada como quantidade alcançada.

Quantidade alcançada

3.692.324

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar a quantidade total de veículos fiscalizados nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

De janeiro a novembro de 2014 foram fiscalizados 6.880.898 veículos, 8.061.096 veículos no ano de 2013 e em 2012, 5.914.475 veículos totalizando 20.856.496 nestes últimos anos. As metas regionais estão próximas do estipulado. Estão sendo desenvolvidas ações para incentivar as unidades das regiões que ainda não alcançaram a meta possam se ajustar. O resultado deste aumento no número de fiscalizações tem contribuído para a redução do número de acidentes de trânsito e sua gravidade e também a identificação de veículos irregulares e roubados, bem como encontrar armas,drogas e outros produtos ilícitos no interior de veículos.

Quantidade alcançada

20.856.469

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	%	14,32	30/11/2014
Região Nordeste	27	%	22,79	30/11/2014
Região Norte	10	%	9,36	30/11/2014
Região Sudeste	25	%	25,52	30/11/2014
Região Sul	23	%	27,99	30/11/2014

- **Implantação de 4 novas bases de resgate aeromédico**

Análise Situacional da Meta

A implantação de 4 novas bases fica condicionada à COMPRA DE NOVAS AERONAVES e SELEÇÃO DE novos PILOTOS. Não foram adquiridas novas aeronaves até o momento, razão pela qual ainda não foram implantadas novas bases. A capacitação de novos pilotos esta com edital pronto, aguardando a publicação pela Coordenação de Ensino/PRF.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária**

Análise Situacional da Meta

O Centro de Estudos de Segurança Viária Compreende uma estrutura dedicada a estudos a respeito do tema, com foco nas rodovias federais, de forma a induzir a construção de políticas públicas voltadas à garantia de segurança nessa área de atuação da PRF. Com a implantação da nova estrutura da PRF, será criada uma Coordenação-Geral com esta competência. Desta forma, há perspectiva de implantação do Centro para 2015, com o advento da nova estrutura da PRF. A nova estrutura já foi aprovada pela Câmara e encontra-se em tramitação no Senado.

A nova estrutura foi aprovada pelo Congresso e sancionada pela Presidência da República em 2014, com nova previsão de implantação para 2015.

- **Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados**

Análise Situacional da Meta

A implementação de unidade de Comando e Controle é o resultado de um esforço procedimental, de aquisição de equipamentos para operação e geração de conhecimento e também capacitação do efetivo destinado ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao despacho e controle destas ações. Do ponto de vista procedimental tem-se trabalhado na documentação necessária às definições do fluxo de informações e demais temas relacionados à alimentação de dados aos sistemas que funcionarão nas Centrais de Comando e Controle. Quanto à aquisição de equipamentos, em 2014 foram adquiridos monitores e TV’s para as unidades dos estados que receberam jogos da Copa 2014, Também foram contratadas e implantadas câmeras de monitoramento para a Central de Comando e Controle do Distrito Federal.

Estão sendo levantadas as necessidades das regionais para aquisição de equipamentos visando a uniformidade das unidades que passarão a operar atividades de Comando e Controle. No que tange à utilização de software para o Comando e Controle, o Sistema de Monitoramento de Viaturas está em pleno funcionamento e operando em todas as regionais. A CCO é demandante dos Sistemas de Parte Diária Eletrônica e Central de Atendimento e Despachos e o Sistema de Consultas Integradas que cobrirão grande parte das atividades desempenhadas nas unidades de Comando e Controle. O Sistema da Parte Diária Eletrônica foi testado com sucesso na Copa do Mundo 2014, tendo sua implantação iniciada nos postos da PRF a partir do mês de agosto. Já o sistema Central de Atendimento e Despacho começou a ser testado no Paraná em junho e continua a fase de testes e melhorias na regional do DF. Com os resultados dessa implantação, esperamos expandir o sistema para todas as regionais em 2015.O Sistema Consultas Integradas ainda não foi homologado, por problemas junto ao INFOSEG. Esperamos a homologação para o início de 2015. A regional do Rio Grande do Norte efetuou a contratação de atendimento de primeiro nível para as ligações de emergência do 191, como um projeto piloto. Caso a avaliação seja positiva, este projeto será ampliado para as outras regionais. As 12 Centrais de Comando e Controle nos locais de realização da Copa 2014 funcionaram a contento, controlando as escoltas de seleções e autoridades durante a realização do evento e repassando as informações

relevantes para a Direção Geral em Brasília. Desta forma, as atividades voltadas ao funcionamento das unidades de Comando e Controle da Polícia Rodoviária Federal encontram-se em desenvolvimento, bem como as devidas documentações e capacitações para operação das ferramentas de informação.

- **Integração do Plano Nacional Viário (PNV) com o Sistema de Processamento de Multas (SISCOM)**
  Análise Situacional da Meta
  Está homologada a nova ferramenta para o cadastro das unidades organizacionais e das circunscrições no âmbito da PRF, o SERVO (Sistema Estruturante Rodoviário e Organizacional). Todos os sistemas que precisem de informações referentes às circunscrições farão link com essa ferramenta, inclusive o SISCOM. Não há previsão por parte da área técnica quanto ao início da integração entre esses sistemas.

- **Modernização do Sistema BR-BRASIL/PRF como sistema único de atendimento de acidentes**
  Análise Situacional da Meta
  O BR-Brasil (Sistema atualmente em uso) será substituído por 3 novas ferramentas. A primeira delas será a Declaração de Acidentes de Trânsito Eletrônica (e-DAT) que tratará das ocorrências sem vítima.
  No momento está em fase de homologação, nos estados de MG e CE, com previsão de implantação em nível nacional para abril de 2015.

- **Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias**
  Análise Situacional da Meta
  Inicialmente a Coordenação-Geral de Operações da PRF identificou os 200 pontos críticos em termos de ocorrências de acidentes e planejou a instalação de 200 câmeras de monitoramento eletrônico nesses pontos visando identificação em tempo real das ocorrências e a celeridade no deslocamento das equipes de atendimento. Entretanto, no decorrer do projeto, verificou-se que os resultados seriam mais efetivos ao se trabalhar com trecho, que compreende um segmento de 10 km de rodovia, ao invés de monitorar apenas os pontos, o que levou à criação da segunda meta (Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015). Efetivamente, a primeira meta pode ser traduzida na quantidade de pontos de videomonitoramento instalados (câmeras). Sendo assim, foram instalados, até o momento, 78 pontos no Rio Grande do Sul em 2012 (que correspondem a 04 trechos críticos) e 25 no Distrito Federal em 2014 (que correspondem a 04 trechos críticos). Informamos que houve equívoco na informação da quantidade alcançada em 2013. Como não houve nenhuma câmera instalada, o resultado deveria ser os mesmos 78,00 do ano de 2012, pois é cumulativo.

  Quanto às definições:

  - ponto crítico se refere às localizações exatas (BR e Km) da ocorrência dos acidentes. Foi a primeira opção de tratamento dos acidentes, identificar os 200 pontos (BR XXX, Km YYY) com maior ocorrência de acidentes e tratá-los isoladamente.

  - trecho crítico é a junção dos pontos críticos em trechos de 10 km (BR XXX, do Km YYY ao Km ZZZ). Da análise dos pontos críticos inicialmente identificados, observou-se que alguns encontravam-se agrupados em sequência, assim, percebeu-se que o problema, via de regra, não era em um local específico (que poderia ser identificado como alguma deficiência na engenharia viária, ou um ponto de excesso de velocidade, que seriam problemas pontuais), mas que se tratava de trechos maiores (caracterizados, por exemplo, como um trecho urbano, uma região de confluência de várias vias rurais e urbanas, ou a região de povoados instalada às margens da BR, além daqueles problemas que poderiam ser pontuais). Verificou-se, ainda, que a opção por tratar-se trechos, ao invés de pontos, traria vantagens quanto aos investimentos (sendo possível o compartilhamento e aproveitamento da infraestrutura para a cobertura de uma área maior) e aos resultados (ao atuar nesses 100 trechos críticos, é possível atacar mais 20% dos acidentes graves e fatais que ocorrem nos mais de 72.000 km de rodovias federais sob responsabilidade da PRF).

Os pontos ou trechos críticos, são obtidos de forma estatística, com base no levantamento da quantidade de acidentes graves e fatais ocorridos a cada quilômetro de rodovia. Os dados são obtidos por meio dos registros de acidentes no sistema BR-Brasil, da PRF.

Quantidade alcançada

103

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

As ações previstas para o alcance desse objetivo têm a finalidade de combinar as políticas de segurança pública elencadas no Sistema Único de Segurança Pública e no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, com os projetos prioritários desenvolvidos pelo Governo Federal.

Tais ações são voltadas para a prevenção e a repressão das causas que levam à violência nos territórios, através do desenvolvimento de iniciativas que visam: à reativação de vínculos comunitários, à promoção do envolvimento, à proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis, à ampliação do policiamento comunitário e preventivo, à difusão do modelo de justiça comunitária, à ampliação do acesso à Justiça, promovendo o diálogo e a mediação comunitária como modo de resolução de conflitos, ao fortalecimento dos municípios na segurança pública com a implantação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal, à ampliação da presença dos Estados nas regiões de maior vulnerabilidade criminal, bem como ao fomento da política de prevenção e redução dos crimes letais intencionais no território nacional.

Nesse sentido, os projetos voltados a prevenir a violência e criminalidade dialogam com os projetos prioritários do Governo Federal, integrando ações voltadas a reduzir as circunstâncias que propiciam a violência e criminalidade, com as ações focadas ao enfrentamento do tráfico de drogas, no âmbito do Programa Crack, É Possível Vencer, e do Programa Brasil Mais Seguro, no combate à impunidade e qualificação da investigação criminal e produção de prova.

O programa de redução da criminalidade violenta, denominado Brasil Mais Seguro, tem como objetivo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e de produção de prova, bem como proporcionar maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal.

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada e as diretrizes de pacto federativo. As ações a serem empreendidas serão construídas juntamente com os governos locais, conforme diagnósticos prévios e com compromissos específicos definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o ranking da taxa de homicídios e as desigualdades regionais.

Os eixos de atuação são: Gestão Integrada e Governança, Enfrentamento à Impunidade, Aumento da Sensação de Segurança e Controle de Armas.

Em 2012, para implantação do Programa Brasil Mais Seguro houve a pactuação com o Governo do Estado de Alagoas, tendo sido realizado, no segundo semestre, o colóquio sobre homicídios junto ao Estado. Em 2013, foram pactuados os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, para inserção no Programa, bem como apoiadas ações de enfrentamento à criminalidade violenta no entorno do Distrito Federal, com assinatura de Acordo de Cooperação com o Estado de Goiás.

Com a implantação do Brasil Mais Seguro em Alagoas, foi possível alcançar a redução de 9% dos crimes violentos em todo o estado e 18% na capital Maceió. As ações prevêem a combinação de projetos voltados à possibilitar melhores condições no trabalho policial, assim como a implementação de ações de prevenção em territórios de maior vulnerabilidade criminal.

No tocante ao fortalecimento do papel dos municípios na Segurança Pública, serão direcionadas linhas de investimentos para desenvolvimento de projetos voltados a: Estruturação física dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGI-M (sala do pleno e secretaria executiva) e Gabinetes de Gestão Integrada de Consórcios Municipais; estruturação das Secretarias Municipais de Segurança e/ou órgãos de gestão da Segurança Pública em âmbito municipal e/ou de Consórcios Municipais voltados para Segurança Pública; fortalecimento das Guardas Municipais, nas cidades com elevados índices de homicídios, principalmente nos 400 Municípios mais violentos em taxas de homicídios, localizados na faixa de fronteira, assim como os que estão priorizados em políticas do Governo Federal, tal como Juventude Viva, possuam conselho de direitos de criança e adolescente, mulher, negros e população LGBT, entre outros.

Além disso, está em curso o Programa Crack, é possível vencer, em parceria com diversos órgãos, Estados, Distrito Federal e municípios. As ações desenvolvidas no programa são pré-definidas e exigem a pactuação com os entes federados por meio da assinatura de um Termo de Adesão e definição de um cronograma de atuação conjunta. Nesse Programa, o desenvolvimento do Eixo Autoridade, no qual as ações de segurança pública irão se concentrar em duas vertentes: no combate às organizações criminosas e implantação do policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de crack e outras drogas. Serão intensificadas as ações de inteligência e de investigação para identificar e prender os traficantes, bem como desarticular organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas ilícitas.

Nesse Eixo estão as seguintes ações:

Implementação de policiamento ostensivo e de proximidade nas áreas de concentração de uso de drogas onde são instaladas bases móveis e câmeras de videomonitoramento fixo, com o objetivo de prestar atendimento às pessoas que trabalham, residem ou circulam no local, orientação aos usuários de drogas acerca da rede de proteção e cuidado existentes, assim como possibilitar maior segurança com a identificação e prisão de traficantes. A expectativa é que a utilização de câmeras, móveis e fixas, contribua para inibir a prática de crimes, principalmente o tráfico de drogas, possibilitando uma atuação mais eficaz às equipes de saúde e assistência social. Imprescindível destacar que a atuação do Eixo Autoridade deve estar articulada com as ações dos demais eixos, exigindo dos gestores das três esferas da administração uma atuação integrada de forma a possibilitar uma rede de proteção aos usuários de drogas e seus familiares. Tal proposta é extremamente desafiadora, em razão da habitual fragmentação das ações, especialmente considerando áreas de atuação tão distintas; superado este desafio, temos a implementação da política pública de forma integral, beneficiando a população em suas necessidades mais básicas de saúde, segurança e inserção social.

Para tal finalidade são disponibilizados aos Estados, Distrito Federal e municípios que aderirem ao programa e que manifestarem interesse equipamentos permanentes e módulos de capacitação aos profissionais de segurança pública que atuarão nas cenas de uso, assim como ampliação no número de instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd. Os equipamentos são compostos de Centros de Comando e Controle Móvel (microônibus) com haste telescópica e cinco câmeras de videomonitoramento móvel, além de 20 pontos fixos de vídeomonitoramento por base, veículos sedan, motocicletas, equipamentos de menor potencial ofensivo (pistolas de condutividade elétrica e espargidores de gás lacrimogêneo). No âmbito do Proerd, são desenvolvidas atividades de prevenção por meio da educação, informação e capacitação, especialmente junto às escolas públicas, bem como de dotar as Polícias Militares de todo o país de equipamentos que possibilitem a expansão do Programa, especialmente em locais de maior vulnerabilidade à violência e consumo de drogas.

Em 2013, 17 (dezessete) Estados (RS, SC, PR, SP, RJ, ES, MG, MS, GO, PE, AL, PI, CE, AC, PA, RN e PB) e o Distrito Federal aderiram ao Programa, que em sua extensão atendeu aos municípios com população igual ou superior a 200.000 habitantes. Até junho de 2013, 42 Municípios assinaram a Adesão ao Programa. RS - 1 (Porto Alegre), SC – 1 (Florianópolis), PR – 6 (Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa), SP – 16 (São Paulo, Araraquara, Carapicuíba, Itaquaquecetuba, Jundiaí, Limeira, Marília, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo e Sorocaba), RJ – 10 (Rio de Janeiro, Niterói, Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Itaboraí, Macaé, Magé, Petrópolis, São João do Meriti e Volta Redonda), ES – 1 (Vitória), MG – 11 (Belo Horizonte, Betim, Contagem, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Uberaba e Uberlândia), MS - 1 (Campo Grande), GO – 3 (Goiânia, Anápolis e Aparecida de Goiânia), PE – 1 (Recife), AL – 1 (Maceió), PI – 1 (Teresina), CE – 4 (Fortaleza, Caucaia, Juazeiro do Norte e Maracanaú), AC – 1 (Rio Branco), PA – 3 (Belém, Ananindeua e Santarém), RN – 3 (Natal, Mossoró e Parnamirim) e PB – 2 (João Pessoa e Campina Grande).

Os equipamentos começaram a ser entregues no primeiro semestre de 2013, sendo que os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Santa Catarina e o Distrito Federal receberam os equipamentos, totalizando 26 Bases entregues.

Metas 2012-2015

- **27 Unidades da Federação com a filosofia de polícia comunitária implantada**

  Análise Situacional da Meta

  A Polícia Comunitária é uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e os profissionais de segurança pública. Baseia-se na premissa de que tanto os profissionais de segurança pública quanto a comunidade devem trabalhar juntos para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida nas áreas em que é implementada.

  Nessa filosofia, é induzida, por meio dos projetos prioritários, a implantação de ações de policiamento comunitário, em territórios conflagrados, já que tal filosofia estabelece um policiamento pró-ativo de preservação da ordem pública e de repressão qualificada com ação permanente em territórios específicos.

  Considerando que o Programa Brasil Mais Seguro tem como uma de suas iniciativas o aumento da sensação de segurança da população, com vistas a prevenir a violência e criminalidade, serão implantadas unidades de Polícia de Proximidade junto aos Estados que fizerem a pactuação no âmbito do Programa, estando os profissionais capacitados para atuar em parceria com a população.

  Principais realizações do período:

Foram firmados Acordos de Cooperação Técnica para capacitar e aperfeiçoa os profissionais de segurança pública com todas os estados e o DF, sendo que todos participaram dos Encontros Técnicos e de Grupos de Trabalho para formulação de materiais didáticos e discussão de políticas relativas ao tema. Cabe destacar a ênfase na implementação da filosofia de Polícia Comunitária, a partir da pactuação e implementação dos Programas Prioritários do Governo Federal Brasil Mais Seguro e Crack, é possível vencer, nos quais há uma maior ênfase na formação e implementação de unidades desta polícia de proximidade. São, portanto, eixos estruturantes.

Foi realizado o XI Encontro Técnico dos Coordenadores Estaduais de Polícia Comunitária com participação de todos os estados e o DF. Nessa oportunidade, foi realizado o monitoramento acerca da implantação dos Programas Prioritários. Além disso, foi apresentado o Caderno de Diretrizes das Bases Comunitárias Móveis. Este caderno foi fruto de um Grupo de Trabalho que foi instituído com o objetivo de elaborar e propor as diretrizes de atuação dos profissionais de segurança pública que atuarão nas bases de policiamento comunitários móveis com videomonitoramento, em articulação com as redes de atenção e cuidado, para atendimento aos usuários de substâncias psicoativas

Foram iniciados os trabalhos do grupo trabalho com o objetivo de elaborar e propor a atualização do currículo do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária e Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária, os quais representa o mecanismo de formação mais difundido sobre o tema de polícia comunitária, incluindo a participação de representantes das comunidades durante suas edições.

Foram iniciados os trabalhos de atualização dos Manuais dos cursos Nacional de Instrutor PROERD e Nacional de Mentor Proerd. Além do Manual do Curso Internacional de Multiplicador de Polícia Comunitária – Sistema COBAN. Encontra-se em andamento a revisão final de 2 grupos de trabalho. O primeiro foi denominado TEPAC Abordagem a pessoas em situação de risco, e tinha como objetivo elaborar e propor a estrutura curricular e o conteúdo do manual didático para orientação aos profissionais de segurança pública que atuarão no enfrentamento ao crack e outras drogas, no contexto do Programa Crack, é possível vencer, no que se refere às diretrizes sobre o uso da força, devidamente orientadas pela Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.

Previsão de realização para o próximo período:

Realizar o XII Encontro Técnico dos Coordenadores Estaduais de Polícia Comunitária e um seminário para troca de experiências, agregando a participação de coordenações municipais nesses fóruns de discussão. Por fim, serão concluídos grupos de trabalho dirigidos à atualização dos manuais de promotor e multiplicador de polícia comunitária, Instrutor e Mentor PROERD, e Multiplicador COBAN.

Arranjos de Gestão:

Acordos de Cooperação Técnica com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública ou de Defesa Social, para atuação por meio da gestão compartilhada de ações sociais com a comunidade, instituições municipais, distritais, estaduais, federais, por meio da atuação de profissional treinado, cuja estratégia é focada nas prioridades apresentadas pela comunidade, com o intuito de estabelecer uma relação de proximidade com a população, não apenas para ouvir as sugestões apresentadas por estes, como, também, incentivando a comunidade na construção de soluções para a violência e criminalidade em âmbito local.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoio a 200 projetos estaduais, distrital e municipais de prevenção à violência e criminalidade, incluindo os Projetos Protejo e Mulheres da Paz**

Análise Situacional da Meta

Desde 2011 são destinados recursos a partir da publicação de Editais de Chamamento Público, em que são estabelecidos critérios para a seleção e habilitação de propostas alinhadas com outras políticas governamentais, considerando as temáticas de gênero, criança e adolescente, população em situação de rua, orientação sexual e raça/etnia, localização em territórios definidos em outros projetos prioritários, tais como faixa de fronteira e com maior concentração de homicídios, assim como a existência de fóruns de participação social, tais como conselhos de políticas de direitos. Os referidos editais são imprescindíveis para tornar mais transparente e objetiva a transferência de recursos entre a União e as Unidades da Federação, buscando também um maior comprometimento destas na elaboração de projetos adequados à realidade local, bem como reduzir os fatores de risco para os segmentos em situação de vulnerabilidade à violência.

Principais realizações do período:

No primeiro semestre foram elaborados os Editais de Chamamento Público tanto para os projetos de prevenção à violência e criminalidade, quanto para os projetos Protejo e Mulheres da Paz. Além disso, foram analisadas emendas parlamentares de propostas voltadas à prevenção da violência e da criminalidade.

No segundo semestre foram publicados estes editais. O primeiro voltado às ações de prevenção à violência onde foram enviadas para análise 230 propostas, sendo 37 habilitadas e 25 conveniadas. Já no edital para implementação dos projetos Mulheres da Paz & PROTEJO, foram aprovadas e conveniadas 10 propostas das 86 enviadas para análise. Neste ano, foram apoiados 35 projetos.

Além disso, no segundo semestre de 2014 foi lançada uma Portaria para Fortalecimento e Estruturação de Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, nas Casas da Mulher Brasileira, do Programa Mulher, Viver Sem Violência, da SPM/PR, nas capitais dos estados de BA, CE, ES, MA, SP, MS e no DF. Apenas o DF não apresentou proposta. Os demais 06 Estados apresentaram projetos foram aprovados e resultaram em convênios.

Previsão de realização para o próximo período:

Publicação dos Editais, análise das propostas e celebração dos convênios.

Arranjos de Gestão:

As ações de prevenção são trabalhadas de maneira transversal, assim como os critérios de habilitação dos projetos apresentados pelas Unidades Federados, com todos os programas prioritários do Governo Federal, com prioridade para os desenvolvidos pelo próprio Ministério da Justiça (Brasil Mais Seguro, Crack, é possível vencer e Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras), ao enfrentamento da violência contra a mulher (Secretaria de Políticas para Mulheres) e o tráfico de pessoas (Secretaria Nacional de Justiça/MJ); políticas voltadas à população em situação de rua, segmento LGBT, criança e adolescente (Secretaria de Direitos Humanos) e políticas para a juventude, em especial a juventude negra, maior vítima dos crimes de homicídio (Secretaria Geral da Presidência e Secretaria Nacional de Juventude). Os projetos procuram inserir os conteúdos e peculiaridades de cada um destes grupos nas ações de segurança pública, seja em serviços específicos de atuação policial, como, no caso das Delegacias

Especializadas de Atendimento à Mulher ou à Criança e Adolescente, quando no desenvolvimento de projetos locais de prevenção.

Realização de videoconferências para esclarecimento de quesitos constantes no Edital, no sentido de minimizar o número de propostas que não são habilitadas para análise; realização de cursos de Convivência e Segurança Cidadã para gestores e profissionais de segurança pública estaduais, distritais e municipais, com objetivo de qualificar esses profissionais a construírem planos e projetos de segurança cidadã estruturados.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Sobrecarga para análise de projetos, monitoramento das ações e dos resultados dos projetos apoiados;
- Falta de interesse político dos entes federados em implementar projetos voltados a prevenir a violência e criminalidade em detrimento às ações de repressão; e
- Baixa qualidade dos projetos apresentados pelos entes federados.

Quantidade alcançada

124

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaboração do Pacto pela Redução de Crimes Violentos "Brasil Mais Seguro", abrangendo as 27 UFs**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal lançou em 2012 o Programa de Redução da Criminalidade Violenta, denominado Brasil Mais Seguro, que tem como objetivo induzir e promover a atuação qualificada e eficiente dos órgãos de segurança pública e do sistema de justiça criminal, focado na qualificação dos procedimentos investigativos e na maior cooperação e articulação entre as Instituições de Segurança Pública e o Sistema de Justiça Criminal (Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública).

As ações do programa levam em conta as peculiaridades de cada Unidade Federada e as diretrizes do pacto federativo. As ações a serem empreendidas são construídas juntamente com os governos locais (Estado, Distrito Federal e Município), conforme diagnósticos prévios. Os resultados da pactuação são então definidos em uma matriz conjunta de responsabilidades entre a União e as unidades federadas que aderirem ao Programa.

A premissa do Programa é fortalecer ações já desenvolvidas pelos entes federados voltadas para redução dos crimes violentos letais intencionais, levando-se em conta o ranking da taxa de homicídios e as desigualdades regionais. Os eixos de atuação são: Gestão Integrada e Governança, Fortalecimento da Segurança Pública Estadual, Controle de Armas, Ações de Prevenção e Articulação com o Sistema de Justiça Criminal.

No final de 2013 foram empenhados diversos convênios com os estados beneficiados pelo Programa Brasil Mais Seguro, com repasse parcial dos recursos empenhados. Temos a seguinte situação:

- Alagoas, dos 15 convênios firmados, 05 tiveram os recursos repassados;
- Paraíba, dos 20 convênios firmados, 06 tiveram os recursos repassados;
- Sergipe, dos 14 convênios firmados, 12 tiveram os recursos repassados;
- Rio Grande do Norte, dos 17 convênios firmados, apenas 03 tiveram o recurso repassado.
- Goiás teve 07 convênios firmados no âmbito do Programa.

Em abril de 2014, equipe da SENASP realizou visita técnica aos estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e

Sergipe, para monitoramento das ações do programa e atualização das matrizes de responsabilidade.

Durante as visitas, a equipe se reuniu com os gestores do programa no estado, bem como, realizou visitas in loco às delegacias de homicídios, delegacias de atendimento à mulher, à criança e ao adolescente.

A partir do monitoramento realizado, as verificações apontadas durante as visitas foram encaminhadas aos Secretários de Segurança de cada estado, com solicitação de providências no cumprimento das ações pactuadas em cada Matriz de Responsabilidades. Por meio dos ofícios, também, foi enviado o fluxo de comunicação que deverá ser seguido entre os estados e a Senasp, para manter regularidade no envio das informações sobre o desenvolvimento da Matriz.

Em novembro e dezembro de 2014 foram realizadas novas visitas técnicas aos estados de Alagoas, Sergipe e Paraíba. Nas visitas verificou-se que os estados avançaram na execução dos convênios em que houve o repasse e no cumprimento das ações da Matriz de Responsabilidades do Programa Brasil Mais Seguro. Contudo, a maior parte dos projetos estarão em funcionamento apenas no segundo trimestre de 2015.

Previsão de realização para o próximo período:
Realização de um encontro com os gestores estaduais para avaliação do Programa Brasil Mais Seguro.

Arranjos de Gestão:

O programa é desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública e pela Secretaria da Reforma do Judiciário, mas, no momento da pactuação, são considerados nas discussões com os entes federados a integração das ações com os demais projetos prioritários do governo federal. Além disso, nos Estados em que há uma incidência maior nos homicídios de jovens negros, também está sendo implementado o Programa Juventude Viva (agrega projetos de diversos Ministérios, com vistas a reduzir as condicionalidades de violência contra jovens negros), articulado pela Secretaria Geral da Presidência da República.

Nos estados a execução é acompanhada e avaliada no âmbito dos Gabinetes de Gestão Integrada, em reuniões mensais com participação do Ministério da Justiça.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Dificuldades das unidades federadas para cumprirem as contrapartidas não financeiras, especialmente no que concerne a recursos humanos suficientes para o desenvolvimento das ações previstas no programa;
- Demora na definição dos estados priorizados para a realização das ações de pactuação;
- Sobrecarga no âmbito do Ministério da Justiça para expansão do programa para as demais unidades federadas;
- Em razão da preparação e realização da Copa do Mundo, não foi possível o desenvolvimento de novas pactuações e o adequado monitoramento do Programa.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantação de 100 Gabinetes de Gestão Integrada Municipal**

Análise Situacional da Meta

Em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD foram realizadas consultorias técnicas para atualização dos documentos referenciais dos Gabinetes de Gestão Integrada, em especial o municipal,

com vistas a entregar aos gestores instrumentos que os auxiliem na implantação destes órgãos de gestão, e torná-los mais operativos e eficientes na discussão da política pública local de enfrentamento à violência e criminalidade, com enfoque especial na prevenção.

Para o apoio a projetos voltados à implementação dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGI-M), foi elaborado Edital de Chamamento Público para a seleção de propostas. O referido edital é imprescindível para tornar mais transparente e objetiva a transferência de recursos entre a União e as Unidades da Federação, buscando também um maior comprometimento destas na elaboração de projetos adequados à realidade local.

O número reduzido de projetos apoiados em 2012, 2013 e 2014 se justifica pela necessidade de reformulação do formato de GGIs-M que culminaram com a formulação de uma Portaria que estabelece diretrizes para implantação e funcionamento destes órgãos de gestão.

No primeiro semestre de 2014 foi publicada a Portaria nº 01/2014, em 20 de janeiro de 2014 que disciplina os Gabinetes de Gestao Integrada Municipais, Estaduais e de Fronteira, respectivamente GGI-Ms, GGI-Es e GGI-Fron´s, e é a primeira norma especifica regulamentando os GGIs, que estabeleceu o conceito de GGI, os tipos de Gabinetes de Gestao Integrada (GGI-M; GGI-E e GGI-Fron), composição mínima, atribuições, bem como diretrizes para o seu funcionamento.

Além disso, no segundo semestre de 2014 foi elaborado o “Guia de funcionamento, com marco teórico conceitual e diretrizes para o funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada”. O Guia, que será publicado ainda no primeiro trimestre de 2015, representará a mais sólida publicação sobre Gestão Integrada e GGIs produzida pelo Governo Federal, e se destina a Secretários Estaduais e Municipais de Segurança Pública, bem como, aos Secretários Executivos dos GGIs.

Ainda no segundo semestre de 2014, foi elaborada a Cartilha para GGIs. A Cartilha é um documento mais sucinto, voltado para os integrantes dos GGIs e demais atores locais que dialogam com a temática.

Outra importante ferramenta desenvolvida no segundo semestre de 2014 foi o InfoGGI. O Sistema, desenvolvido com o apoio técnico do Sinesp/SERPRO é um Sistema de Informações sobre Gabinetes de Gestão Integrada, que disponibiliza funcionalidades para planejamento e registro de reuniões do pleno, das câmaras técnicas e temáticas, registro e acompanhamento das ações pactuadas, emissão de relatórios das atividades do GGI e de participação dos membros, rede de contatos dos GGI´s existentes pelo Brasil para intercâmbio de informações e experiências e representa a criação de um canal de diálogo permanente entre os GGI´s e a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP.

Ainda em 2014, 78 (GGI-Ms, GGI-E, GGI-Fron e GGI-I) já aderiram ao Sistema. Destes, 67 são GGIs Municipais. A meta é de que até o final de 2015 os aproximadamente 300 GGIs ativos tenham aderido ao InfoGGI.
Para garantir a adesão ao Sistema foram realizadas Oficinas estaduais para adesão ao InfoGGI nos estados do RS, PR e SC.

Previsão de realização para o próximo período:

- Publicação dos materiais técnicos elaborados a partir de consultorias realizadas;
- Acompanhamento in loco de GGIs-M já implementados;
- Publicação de novos Editais de Chamamento Público para apresentação de propostas voltadas à implantação de

GGIs- M.
- adesão dos 245 GGIs restantes ao InfoGGI;
- realização de 06 oficinas estaduais para adesão ao InfoGGI;
- realização de um Seminário Nacional de GGIs, onde será oficialmente lançado o InfoGGI.
- realizar o mapeamento dos GGIs existentes no país.

Arranjos de Gestão:

As ações de prevenção são trabalhadas de maneira transversal com todos os programas prioritários do Governo Federal de responsabilidade do Ministério da Justiça, pautando os referidos Gabinetes no acompanhamento dos resultados das ações implementadas. É importante destacar que o GGI-M prevê a participação de outras áreas técnicas, para além da segurança pública, visando a integração das políticas públicas, interlocução entre as ações desenvolvidas e compartilhamento de resultados.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Dificuldade dos executivos municipais atuarem sob a perspectiva da gestão da política pública;
- Dificuldade de integração de outras políticas públicas, especialmente com o tema da segurança pública;
- Menor grau de interesse dos entes federados em implementar projetos voltados a prevenir a violência e criminalidade em detrimento às ações de repressão;
- Baixa qualidade dos projetos apresentados pelos entes federados, em desacordo com as diretrizes e linhas de financiamento dos editais publicados.

Quantidade alcançada

72

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o policiamento ostensivo de proximidade nas 27 Unidades da Federação, especialmente nas cenas de uso do crack, com 210 Bases Móveis Comunitárias e seus respectivos materiais de apoio (420 veículos, 420 motocicletas, 4.200 pontos fixos de videomonitoramento e 42.000 equipamentos de menor potencial ofensivo) - Plano Crack, é possível vencer**

Análise Situacional da Meta

A meta foi implantada em 2013 tendo em vista a necessidade de tempo para a tramitação dos processos de aquisição direta dos equipamentos, os quais foram iniciados em janeiro de 2012 e finalizados em março/2013. Em 2013 foram também realizadas cinco videoconferências regionais, com vistas a apresentar de forma mais detalhada o Programa para os municípios acima de 200 mil habitantes, sensibilizando-os para a necessidade de adesão ao mesmo. No primeiro semestre de 2014, o monitoramento da execução dos contratos referentes aos equipamentos a serem doados pelo Programa foi intensificado. Foram realizadas visitas de acompanhamento da execução das diferentes ações, assim como foram realizadas oficinas de alinhamento conceitual com gestores e técnicos envolvidos no Programa, nos diferentes eixos envolvidos.

O Programa foi expandido para municípios que possuem mais de 200 mil habitantes. Já aderiram 119 municípios, além dos 26 Estados e do Distrito Federal. A Senasp iniciou os processos de aquisição dos equipamentos relativos aos anos de 2013 e 2014, no primeiro semestre de 2013, executando-os ao longo do primeiro e segundo semestres de 2014: 140 bases comunitárias, 140 sistemas de videomonitoramento, 7.000 armas, 21.000 equipamentos de menor potencial ofensivo, 280 sedans e 280 motocicletas.

Foi concluído o Caderno de Diretrizes das Bases Comunitárias Móveis com Videomonitoramento, pelo Grupo de

Trabalho para este fim constituído, em Agosto de 2014, e apresentado no XI Encontro Técnico de Coordenadores de Polícia Comunitária, realizado em Campo Grande-MS no mês de agosto. Dessa forma o Caderno foi amplamente divulgado para todas as Unidades Federativas e disponibilizado para possíveis sugestões de alterações. Após a coleta das sugestões o material foi atualizado, sendo disponibilizado ao Depaid em dezembro de 2014 para propostas de alteração. Após estas propostas de melhorias, o Caderno de Diretrizes aguarda licitação para a impressão do material. Destarte, o Caderno de Diretrizes serviu e continuará servindo para referenciar a implantação dos equipamentos e fornecer subsídios à intersetorialidade do Programa sob o ponto de vista do eixo autoridade bem como permitiu e permitirá a realização do acompanhamento pela Senasp da implantação do policiamento ostensivo e de proximidade a partir das diretrizes em epígrafe.

Além disso, foram estabelecidos os referenciais de monitoramento supracitados, constantes do relatório de serviço das Bases Comunitárias Móveis com Videomonitoramento (BCMV), que será preenchido digitalmente pelos Gestores das BCMVs após o término do serviço, no software que teve o início de sua elaboração pelo Serpro em Setembro de 2014 e será hospedado no ambiente SINESP.

Efetivou-se com assinatura de Termo de Adesão a adesão de quatro novos municípios ao Programa: Vila Velha, Serra e Cariacica/ES e Rio Grande/RS.

Previsão de realização para o próximo período:

Fortalecer as ações de gestão e fiscalização, quanto à instalação e utilização dos equipamentos de segurança pública em cada área atendida, além de acompanhar a articulação entre os órgãos envolvidos na execução direta das atividades de implementação e a integração entre as redes.

Reavaliar os critérios para adesão de novos entes federados, com vista ao cumprimento da meta, em relação aos quatorze municípios priorizados que ainda não tiveram interesse em aderir ao Programa.

Monitorar a produtividade dos serviços de policiamento comunitário nas áreas atendidas pelo Programa, de acordo com cenários comparativos dos municípios que aderiram ao Programa e municípios que não pactuaram, considerando ainda os aspectos qualitativos que reflitam a atuação integrada com as redes de saúde e assistência social.

Arranjos de Gestão:

Em relação à conexão com outras políticas públicas, destaca-se no contexto do Programa Crack, é possível vencer, que o plano se propõe a induzir a integração entre as redes de saúde, de assistência social, de segurança pública, de educação e do sistema de garantia de direitos, nos diferentes níveis de governo e com a participação da sociedade civil. Em outras palavras, a estratégia de governança do programa abrange a articulação da União, dos Estados e dos Municípios, em campos temáticos específicos, com suas características, práticas a atores, cuja interseção é o alinhamento, conceitual e de processos, sobre uma política de drogas.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

Morosidade nos processos de aquisição, demora na definição do gestor das bases por parte do Ente Federado, falta de iniciativa dos gestores locais na articulação das diferentes áreas para o atendimento das cenas de uso.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Induzir a entrega voluntária de 90.000 armas de fogo pela população**

Análise Situacional da Meta

Em 2004, o Governo Federal lançou a primeira Campanha Nacional do Desarmamento, que, até 23 de outubro de 2005, recolheu cerca de 453 mil armas de fogo. Naquela data, foi realizado no Brasil referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições. O referendo garantiu o comércio de armas (com 63,94% dos votos válidos) e o Estatuto consolidou uma legislação rígida de controle, além de prever a realização permanente de campanhas educativas pelo desarmamento. Em 2007, o Governo Federal retomou o tema e lançou nova campanha, a partir da publicação da Lei do Pronasci. Mais do que retirar armas de circulação, a campanha buscou promover a regularização do registro de armas brasileiras. A Campanha alcançou as marcas de 420.624 armas registradas em 2008 e 1.131.657 em 2009, totalizando regularização de 1.552.281 armas de fogo.

Com esse mesmo escopo, o Ministério da Justiça, no âmbito da política permanente de desarmamento do Governo Federal, que auxilia no combate ao crime organizado e a crimes transnacionais, lançou a Campanha Nacional de Desarmamento 2011, intitulada “Tire uma arma do futuro do Brasil”, vislumbrando superar o número de recolhimentos de armas verificadas nas campanhas anteriores.

O lançamento da Campanha em 2011, pelo Ministério da Justiça, ocorreu no dia 06 de maio de 2011, na cidade do Rio de Janeiro e terá caráter permanente, em razão do advento da Medida Provisória 417/2008, convertida na Lei 11.706/2008.

A partir de 2012, a ação passa a integrar o escopo do Programa Brasil Mais Seguro, no eixo controle de armas, o qual prevê a continuidade da campanha de entrega voluntária de armas de fogo pela população, mediante pagamento de indenização, por tempo indeterminado. Ainda em 2012 foi editada Portaria reajustando os valores das indenizações pagas à população, tal fato contribuiu para um aumento de 14% nas entregas em 2013, em relação ao ano de 2012. Em 2014, houve uma significativa redução do número de armas de fogo entregues, reflexo da falta de uma campanha em mídia para estímulo da população para a entrega voluntária, não tendo também havido algum fato novo, como em 2012 o aumento do valor da indenização.

Principais realizações do período :

De janeiro a dezembro de 2014, foram entregues 16.565 armas de fogo, sendo realizado semanalmente relatório de acompanhamento das armas entregues em cada Estado.

Resultado acumulado de entrega de armas até 31 de dezembro de 2014:

PERÍODO ARMAS RECEBIDAS
2012: 27.316
2013: 31.269
2014: 16.565
TOTAL: 75.150

Previsão de realização para o próximo período:

Pretende-se fomentar em 2015, por meio do eixo da prevenção no Programa Brasil Mais Seguro, junto aos estados e

municípios, projetos para implementação de postos volantes ou itinerantes para que se desloquem até áreas afastadas ou bairros mais violentos, com o objetivo de induzir a entrega voluntária de armas pela população.

Arranjos de Gestão:

As ações da campanha do desarmamento são realizadas pelos estados, Distrito Federal e municípios que aderiram a Campanha por meio de Acordo de Cooperação e também pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal. Em 2013, no âmbito das ações de prevenção do programa Brasil Mais Seguro, foram previstos projetos para aquisição de postos volantes do desarmamento (Vans ou ônibus customizados que percorrem as cidades recolhendo armas da população). Os estados de Alagoas, Paraíba e Sergipe receberam recursos para desenvolvimento desses projetos. A campanha é de entrega voluntária de armas, ou seja, depende da vontade do cidadão se dirigir até os postos de desarmamento para efetuar a entrega de sua arma. Contudo, como a campanha é permanente, espera-se arrecadar um quantitativo de armas igual ou superior ao exercício de 2014. Nesse sentido, é necessário realizar ações também permanentes para a sensibilização e mobilização da população para a entrega voluntária de armas de fogo. Implantação do Sistema Desarma desenvolvido pela Polícia Federal e Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Justiça.

Principais Dificuldades Encontradas na Execução:

- Diminuta força de trabalho para acompanhamento e fiscalização das ações implementadas;
- Falta de campanhas publicitárias permanentes de conscientização da população;
- Lobby da indústria armamentista contra o desarmamento;
- Resistência da sociedade em aceitar a campanha, ocasionada pela cultura bélica e pelo imaginário que a arma pode resultar em alguma proteção à pessoa.
- Sistema Desarma, administrado pela CGTI/MJ, instável, com períodos fora do ar.
- Tramitação do Projeto de Lei nº 3722/2012, que altera o Estatuto do Desarmamento.

Quantidade alcançada

75.150

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir os índices de letalidade na atuação dos profissionais de segurança pública e privada, desenvolvidas principalmente nos territórios pobres e de maioria negra, visando à eliminação da letalidade**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do programa Juventude Viva, com articulação intersetorial entre o Ministério da Justiça, a Secretaria Nacional de Juventude, a SEPPIR e Casa Civil da Presidência da Republica, estão sendo desenvolvidas ações que prevêem atuação em bloco do conjunto do Governo, por meio da priorização das ações interministeriais (existentes e novas) para fortalecimento da presença do Estado nos territórios selecionados, em parceria com Estados, Municípios e entidades da sociedade civil.

Tendo em vista posicionamento da Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, não há possibilidade de acrescentar qualquer análise à meta.

OBJETIVO: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

No segundo semestre de 2014, com o amadurecimento dos diversos projetos, a partir dos estudos realizados através do Acordo de Cooperação Técnica, ora denominado Termo de Execução Descentralizado, firmado entre o Ministério da Justiça e a Universidade de Brasília, por intermédio da SE/MJ e o CDT/FUB foi possível concluir o novo Plano de Projeto, que resultará na assinatura do 2º Termo Aditivo, previsto para o início de 2015, com termo final em julho de 2016.

Com o aprofundamento desses trabalhos observou-se que alguns artefatos programados em julho de 2013 com conclusão prevista para 2016, somente poderão ser iniciados a partir de 2017, haja vista a precedência necessária de estudos/pesquisas para o respectivo desenvolvimento, a dependência de aprovações das propostas de desenvolvimento no Comitê Gestor do SINRIC e o alinhamento governamental em torno das propostas apresentadas.

Em julho de 2014, foi concluído o Relatório Técnico que abarca os estudos técnicos e pesquisas realizados no primeiro ano de vigência do Termo de Execução Descentralizada.

Os estudos científicos sobre as diferentes biometrias utilizadas no mundo, com a indicação de suas vantagens e desvantagens, concluídos no primeiro semestre, aguardam apresentação e aprovação por parte do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, para definição dos tipos de biometrias que serão utilizados no processo de identificação biométrica da população brasileira.

Outro ponto de relevante avanço do Programa RIC evidencia-se nos estudos e estratégias para o desenvolvimento e realização da prova de conceito que irá validar os elementos tecnológicos da infraestrutura necessária para implantação do documento RIC.

Foram desenvolvidos estudos e pesquisas cujas conclusões fundamentaram Relatórios Técnicos sobre armazenamento biométrico, técnicas de identificação biométrica pela íris e Pupilometria Dinâmica, panorama geral sobre biometria, levantamento de potenciais aplicações privadas e governamentais, quantidade de parceiros tecnológicos do SINRIC, limitação de acesso ao crédito, tipos de crimes ligados à falsidade de identidade, alternativas de organização de registro de identidade civil, sobre soluções de message queue_barramento de serviços, infraestrutura tecnológica com foco para arquitetura orientada a serviços, parcial sobre modelos de armazenamento de dados e desempenho do uso de criptografia, aquisição da ferramenta de avaliação da qualidade da fotografia, levantamento e avaliação de comunicação – 3º trimestre de 2014, manual de gerenciamento de crises, modelo para mapeamento de processos, padronização para mapeamento de processos, dentre outros temas objeto de estudos.

Deve-se ressaltar, contudo, que outros estudos conforme previstos no novo Plano de Trabalho são fundamentais para composição do cabedal de conhecimentos necessários à adequada implantação de um Programa de elevada complexidade técnica e de inúmeros desafios pela sua transversalidade e diversidade de atores e interesses institucionais envolvidos. Para o avanço do programa, além da questão de definição do modelo nacional de implantação que impacta sua execução, há necessidade de esforços tanto em termos do estabelecimento de estrutura organizacional, como aporte de recursos humanos e financeiros que viabilizem o programa.

Metas 2012-2015

- **1 Unidade Central do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil em Brasília/DF, integrada à infraestrutura do Instituto Nacional de Identificação**

  Análise Situacional da Meta

  Com base nos estudos em curso prevê-se alteração na meta para o PPA – 2016-2019.

Foi firmado Termo de Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), ora denominado Termo de Execução Descentralizada, em julho de 2013 o qual inclui estudos sobre a sustentabilidade do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, o que contempla propostas para a estrutura organizacional necessária à gestão e financiamento para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil - RIC no Brasil.

- **70.000.000 de Cartões de Registro de Identidade Civil emitidos**

  Análise Situacional da Meta

  O projeto se encontra em reformulação, estando pendentes diversas ações prévias à retomada da emissão do documento RIC, ainda sem previsão.

  Com base nos estudos que estão em curso prevê-se alteração na meta para o PPA – 2016-2019.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil implantado**

  Análise Situacional da Meta

  Foi firmado Termo de Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), ora denominado Termo de Execução Descentralizada, em julho de 2013, para identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil - RIC no Brasil, sendo que uma das entregas deste Termo serão os requisitos e especificações necessárias para contratação, desenvolvimento, implantação e testes do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil (CANRIC).

- **Unidades Regionais do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil implantadas em Órgãos de Identificação das unidades da federação, abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul**

  Análise Situacional da Meta

  FFoi firmado Termo de Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), ora denominado Termo de Execução Descentralizada, em julho de 2013, para identificar, mapear e desenvolver parte dos processos e da infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a implantação do número único de Registro de Identidade Civil - RIC no Brasil, sendo que uma das entregas deste Termo serão os requisitos e especificações necessárias para contratação, desenvolvimento, implantação e testes do Sistema de Cadastramento Biográfico e Biométrico Estadual (SCBBE).

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita	unidade	31/12/2010	378.176	31/10/2014	1.413.497
% de processos de execuções fiscais em relação ao total de processos	%	31/12/2009	31,06	31/12/2013	69,26
Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público	unidade	31/12/2008	32.044	31/12/2013	56.620
Número de processos administrativos relativo à apuração de conduta concluídos pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.	unidade	31/12/2010	88	15/12/2014	960
Número de processos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE	unidade	31/12/2010	71	30/11/2014	52
Números de Procons municipais integrados ao SINDEC	%	31/12/2010	39	12/12/2014	362
Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação	%	31/12/2009	27,6	-	-
Taxa de congestionamento das execuções fiscais	%	31/12/2009	90	31/12/2013	91
Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida	%	31/12/2009	41,1	-	-
Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais	%	31/12/2009	55,6	-	-
Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça	%	31/12/2009	43,5	-	-
Taxa de resolutividade de conflitos - Procons	%	31/12/2009	69,4	-	-
Taxa geral de resolutividade de conflitos	%	31/12/2009	49,2	-	-

Observações:

Cidadão assistido com prestação jurídica gratuita - Fonte: Processo Eletrônico de Assistência Juridica/E-paj
EXERCÍCIO DE 2014
* O número total de atendimento é apurado pela soma das seguintes fases: primeiro atendimento do assistido; atendimento de retorno do assistido; número de audiências e sustentações orais; pareceres de arquivamento por inviabilidade jurídica, comunicações e ofícios expedidos nos PAJs e petições e manifestações judiciais e extrajudiciais.
% de processos de execuções fiscais em relação ao total de processos - Foi publicada atualização do indicador no relatório Justiça em Números 2014, disponível no link
ftp://ftp.cnj.jus.br/Justica_em_Numeros/relatorio_jn2014.pdf

Total de processos de execução fiscal: 34.141.555
Total de processos tramitados: 49.292.103

Número de habitantes com renda até 3 salários mínimos por defensor público - O número de pessoas com rendimento mensal até três salários-mínimos por cargo existente de defensor público no Brasil é 18.336. No entanto, essa proporção sobe para 56.620 quando a comparação é feita com cargos providos.
Fonte: ANADEP, 2013; IBGE, Censo 2010, pág. 55. (Mapa da Defensoria Pública no Brasil)
Disponível no link: http://www.ipea.gov.br/sites/mapadefensoria/defensoresnosestados
Número de processos de apuração de infrações contra a ordem econômica julgados pelo CADE - Cade em números, atualizado até novembro de 2014. O número refere-se a soma dos processos AP (Averiguações Preliminares) e PA (Processos Administrativos), que são as suas espécies de processos que tratam de apuração de infrações contra a ordem econômica.
Disponível no Link: http://www.cade.gov.br/Default.aspx?d556d659a766a684dc7d

Números de Procons municipais integrados ao SINDEC - Dados disponíveis no link: http://portal.mj.gov.br/SindecNacional/
Percentual de pessoas acima de 18 anos que estão em situação de conflito nos últimos 5 anos e não procuram a Justiça devido a resolução do problema por meio de mediação e conciliação - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

Taxa de congestionamento das execuções fiscais - Foi publicada atualização do indicador no relatório Justiça em Números 2014, relativo aos anos de 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013, os quais foram de 87%, 91%, 90%, 89% e 91%, respectivamente.

Disponível no link ftp://ftp.cnj.jus.br/Justica_em_Numeros/relatorio_jn2014.pdf

Taxa de pessoas que não procuram a Justiça devido à morosidade, custo, distância, desconhecimento e falta de credibilidade da Justiça ou por medo da outra parte envolvida - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.
Taxa de resolutividade de conflitos - Juizados Especiais - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.
Taxa de resolutividade de conflitos - Justiça - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.
Taxa de resolutividade de conflitos - Procons - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.
Taxa geral de resolutividade de conflitos - Não houve atualização desta pesquisa da Pnad.

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A Comissão de Anistia (CA) foi instituída no âmbito do Ministério da Justiça (MJ) pela Lei nº 10.559/2002, com a finalidade de examinar os requerimentos de anistia política e assessorar o Ministro de Estado de Justiça em suas decisões. O estabelecimento desse órgão tornou efetivo o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, que dispõe que será "... concedida anistia política aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data de promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção...".

Mas muito além da dimensão individual de reconhecer a cada requerente sua condição de anistiado político e o direito às reparações morais e econômicas, compensando prejuízos causados pelo arbítrio estatal o MJ, por meio da CA, tem cumprido a função pública de aprofundar o processo democrático brasileiro a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição: o direito à reparação, à memória e à verdade. E suas ações, destaque-se, inserem-se em um contexto maior de políticas do Estado brasileiro, organizadas e estruturadas no eixo Direito à Memória e à Verdade do Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037/2009.

Política Nacional de Promoção da Justiça de Transição e da Anistia Política

Reparação material

A política de reparação econômica de caráter indenizatório, baseada na Lei nº 10.559/2002, prevê prestação mensal, permanente e continuada aos anistiados políticos que conseguem comprovar a existência de vínculos laborais à época das violações de seus direitos. Já a reparação em prestação única é concedida aos anistiados que tiveram seus direitos violados, porém, não conseguem comprovar perda de vínculo empregatício.
Ao longo de seu período de funcionamento, a Comissão recepcionou aproximadamente 74.000 requerimentos, dos quais cerca de 64.000 já foram apreciados.
No ano de 2012, foi celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o então Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), atual Falconi Consultores de Resultado, um contrato de prestação de serviços, cujos eixos de trabalho estabelecidos, priorizados pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), incluíam a CA. A Consultoria objetivava gerar maior agilidade na tomada de decisões e no julgamento dos processos de anistia política. Naquele ano, a Comissão julgou 1.825 processos, tendo superado a meta de julgamento de 1.706 processos.
Em 2013, a CA julgou 1.380 processos – 1.019 em sessões de turma, 290 em plenárias e 71 em sessões realizadas no âmbito das Caravanas da Anistia. Foram também analisados 468 processos de decisão monocrática, o que totaliza 1.848 processos apreciados no ano.
Em 2014, a Comissão julgou 1.192 processos – 551 em sessões de turma, 554 em plenárias e 87 em sessões realizadas no âmbito das Caravanas da Anistia. Foram também analisados 398 processos de decisão monocrática, o que totaliza 1.590 requerimentos apreciados no ano.
Assim, no acumulado do período de abrangência desse PPA, até 31 de dezembro 2014, a Comissão julgou 5.263 processos.

Para conferir maior celeridade e segurança ao trâmite processual de requerimentos de anistia, em 2014, a Comissão deu continuidade ao processo de digitalização de seu acervo, que foi iniciado em 2012. Até 31 de dezembro de 2014, a CA digitalizou 98,3% de seu acervo.
Outra ação de destaque iniciada em 2012 foi o desenvolvimento do SINCA, sistema gerencial de tramitação de requerimentos de anistia, que ficou suspenso até o primeiro semestre de 2014, quando foi repriorizado e foram retomadas as atividades para seu desenvolvimento.

Reparação moral

Caravanas da Anistia: são sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia, seguidas de atividades educativas e culturais. Em 2014, foram realizadas 11 Caravanas que percorreram diversas regiões do Brasil. No acumulado, a partir de janeiro de 2012, foram realizadas 35 Caravanas da Anistia.

Projeto Marcas da Memória: instituído em 2008, tem como objetivo dar visibilidade à memória das vítimas, construindo um acervo de fontes orais e audiovisuais com critérios teóricos e metodológicos próprios de registro e organização. Tal acervo será, no futuro, disponibilizado para consulta pública e pesquisa no Centro de Documentação do Memorial da Anistia Política do Brasil. No acumulado a partir de 1º de janeiro de 2012, foram firmados 29 instrumentos de repasse com objetos relacionados à temática da anistia e da Justiça de Transição.

Projeto Clínicas do Testemunho: concebido em 2012, visa selecionar projetos da sociedade civil para formação de núcleos de apoio e atenção psicológica aos afetados por violência de Estado entre os anos de 1946 e 1988, que contemplem as dimensões de atenção às vítimas, capacitação profissional, e geração de insumos de referência para aproveitamento profissional múltiplo em novas experiências. Naquele ano, foram celebrados quatro convênios que se encontram ainda em execução, e cuja vigência se estende até junho de 2015. Houve também a adesão da Clínica

implementada em Pernambuco, no âmbito do Centro Estadual de Apoio às Vítimas de Violência da Secretaria Executiva de Justiça e Direitos Humanos, sem aporte de recursos por parte da CA, o que deu início à Rede Clínicas do Testemunho. Até 31 de dezembro de 2014, as quatro Clínicas apoiadas pela Comissão de Anistia já promoveram mais de 4.000 atendimentos terapêuticos, e já realizaram 450 horas de capacitação para profissionais de diversas áreas. Ainda, realizaram eventos de divulgação pública do projeto e sua metodologia, com alcance de cerca de 1.900 pessoas, abrindo espaço para o debate e a reflexão sobre as marcas psíquicas deixadas pela violência de Estado.

Memorial da Anistia Política do Brasil: criado no âmbito do MJ em maio de 2008, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), trata-se da construção de um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da CA, bem como a servir de instrumento simbólico de reparação moral e coletiva àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais.

Desde dezembro de 2012, a empresa de engenharia contratada vem dando andamento ao cronograma físico-financeiro elaborado e, em 2013, foi contratada a empresa responsável pelo projeto museográfico, área em que se avançou em 2014 (foram contratados, via PNUD, 2 consultores especializados em museografia, que devem apoiar a produção da exposição de longa duração). Em 2014, no âmbito do projeto do Memorial, foi firmado o Quinto Aditivo ao Termo de Cooperação nº 01/2009, estendendo sua vigência de 8 de outubro de 2014 a 31 de dezembro de 2015.

No que tange aos recursos investidos, em 2014, a CA repassou para a UFMG R$ 7.392.000,00. Assim, o valor total repassado equivale a R$ 20.487.098,06, o que corresponde a 80% do valor atualizado do projeto (R$ 25.666.282,44). Parte dos recursos repassados neste ano é oriunda de emenda parlamentar.

Outra importante iniciativa no âmbito da memória foi a assinatura, em 2012, de acordo de cooperação com a entidade italiana Fundação Lelio e Lesli Basso. Tal acordo teve como objetivo digitalizar, sistematizar e disponibilizar cópia dos documentos do Tribunal Russel II, que organizou na Itália sessões de denúncia à repressão na América Latina no período de 1974 a 1976. Foram digitalizadas cerca de 70 mil páginas desse acervo inédito, que deverá compor também o Centro de Documentação do Memorial da Anistia.

Em 2013, foi elaborado o projeto Memorial Virtual da CA, a fim de possibilitar o acesso da sociedade às informações do acervo da CA, e criar condições para a produção de pesquisas. Para viabilizar o projeto, foram adquiridos equipamentos e softwares. Em 2014, foi finalizada a base única de informações referentes aos requerimentos de anistia, o redesenho dos processos de trabalho com vistas à tramitação dos documentos digitalizados. Além disso, está em elaboração o vocabulário controlado e a política de acesso às informações da CA. Após sua implantação, o acervo da CA estará organizado, indexado e disponível para consultas ao público.

Em relação à ampla articulação que a CA leva a cabo para a troca de experiências e informações no âmbito dos direitos humanos e da Justiça de Transição (com o apoio do Prodoc BRA 08/021), entre os anos de 2012 e 2014 a CA participou de mais de 50 eventos realizados no Brasil e no exterior, seja como organizadora, apoiadora, ou ainda conferencista, por meio de seus Conselheiros ou servidores. Em 2014, nessa seara, especial destaque deve ser dado à realização, pela CA, do “Ciclo 50 Anos”, que englobou inúmeras atividades alusivas ao cinqüentenário do golpe civil-militar.

Além de trabalhar em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, nos termos da Lei nº 12.528/2011, com objetivo de facilitar o acesso a seus arquivos e o acesso à informação que prevê a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a CA vem firmando, desde 2012, parcerias também com comissões locais e setoriais da verdade. Nesse passo, em 2013, contratou consultoria com conhecimento técnico especializado para prestar apoio a algumas comissões. Os relatórios

finais das pesquisas realizadas foram entregues em 2014. Nesse ano, também foram firmados outros dois Acordos de Parceria.

Finalmente, destaque-se que, no ano de 2013, a Comissão recebeu, após doze anos de atuação com apenas quatro cargos em comissão, nova estrutura composta por quinze cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superior (DAS), o que lhe permitiu a formalização de uma estrutura mais alinhada com as atividades desempenhadas, trazendo consideráveis ganhos de gestão.

Metas 2012-2015

- **Digitalizar 60% do acervo da Comissão de Anistia**

  Análise Situacional da Meta

  O projeto do Memorial da Anistia Política do Brasil, criado em maio de 2008 no âmbito do Ministério da Justiça, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com o apoio da Secretaria de Patrimônio da União, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem como objetivo construir um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia, bem como a servir de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais.

  Em 2012, foram concluídos os projetos executivos finais e a orçamentação das obras para reforma, adaptações ao uso e novas edificações do complexo do Memorial da Anistia. O contrato entre a UFMG e a empresa de engenharia que hoje executa os serviços de construção foi assinado, e as obras foram iniciadas em dezembro daquele mesmo ano. Em 2013, a construtora contratada pela UFMG deu andamento ao cronograma físico-financeiro elaborado, e foi contratada a empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto museográfico, área em que se avançou em 2014 (foram contratados, via PNUD, dois consultores técnicos especializados em museografia, que devem apoiar a produção da exposição de longa duração). No que tange aos recursos investidos, em 2014, a Comissão de Anistia repassou para a UFMG R$ 7.392.000,00. Assim, o valor total repassado equivale a R$ 20.487.098,06, o que corresponde a 80% do valor atualizado do projeto (R$ 25.666.282,44). Parte dos recursos repassados neste ano são oriundos de emenda parlamentar.

  Outra iniciativa visando à implementação do projeto do Memorial da Anistia foi a edição da Portaria nº 8/2014, de 9 de julho de 2014, que reconheceu a legitimidade da Associação de Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil (AAMA) para apoiar e colaborar com as atividades relacionadas ao projeto, nos termos do art. 50 e seguintes da Lei nº 11.904/2009, e do art. 31 do Decreto nº 8.124/2013.

  Quantidade alcançada

  9,83

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Implantar 01 Observatório de Justiça de Transição: reparação, memória e verdade**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a Comissão de Anistia firmou Acordo de Cooperação Recíproca com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para apoiar o Observatório dos Direitos Humanos daquele estado, que analisa, entre outros temas, a Justiça de Transição.

  No ano de 2013, a Comissão de Anistia lançou edital próprio de chamada pública para a seleção de uma universidade federal brasileira interessada em atuar, por 24 meses, como Secretaria Executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLAJT), formada ao longo dos anos de 2010 e 2011 com o apoio do “Projeto de cooperação técnica para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil” (PRODOC BRA/08/021), firmado entre a Comissão de Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, em parceria com o Centro Internacional para a Justiça de Transição – ICTJ. A instituição selecionada foi a Universidade de Brasília (UnB), que firmou termo de cooperação cujos objetivos principais são a manutenção do

Observatório da RLAJT (sítio web) e a promoção de seminários sobre a temática.

No primeiro semestre de 2014, no âmbito do Congresso Internacional “50 Anos do Golpe e a Nova Agenda da Justiça de Transição no Brasil”, ocorrido entre 10 e 14 de março em Recife/PE, aconteceu o lançamento público dos trabalhos que serão desenvolvidos pela Secretaria Executiva da RLAJT. Ainda nesse período, foram selecionados os alunos bolsistas que produzirão as pesquisas sobre a situação da Justiça de Transição na América Latina, e foram definidas as atividades que serão executadas até o final do exercício.

A Secretaria Executiva providenciou em 2014 a contratação de empresa para fazer a hospedagem, atualização e manutenção do sítio eletrônico da Rede, e tem realizado atualizações a partir do segundo semestre de 2014. Foi realizada em São Paulo-SP uma reunião da RLAJT, no âmbito da conferência internacional “Memória: Alicerce da Justiça de Transição e dos Direitos Humanos”. Nessa reunião, foram definidas as prioridades de atuação da Rede em 2015 e aprovadas novas adesões.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar, ampliar e manter o Memorial de Anistia Política do Brasil**

Análise Situacional da Meta

O projeto do Memorial da Anistia Política do Brasil, criado em maio de 2008 no âmbito do Ministério da Justiça, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com o apoio da Secretaria de Patrimônio da União, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem como objetivo construir um espaço de memória e consciência, com sede na cidade de Belo Horizonte, destinado a preservar o legado e o acervo da Comissão de Anistia, bem como a servir de instrumento simbólico de reparação moral àqueles que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados durante os governos ditatoriais.

Em 2012, foram concluídos os projetos executivos finais e a orçamentação das obras para reforma, adaptações ao uso e novas edificações do complexo do Memorial da Anistia. O contrato entre a UFMG e a empresa de engenharia que hoje executa os serviços de construção foi assinado, e as obras foram iniciadas em dezembro daquele mesmo ano. Em 2013, a construtora contratada pela UFMG deu andamento ao cronograma físico-financeiro elaborado, e foi contratada a empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto museográfico, área em que se avançou em 2014 (foram contratados, via PNUD, dois consultores técnicos especializados em museografia, que devem apoiar a produção da exposição de longa duração). No que tange aos recursos investidos, em 2014, a Comissão de Anistia repassou para a UFMG R$ 7.392.000,00. Assim, o valor total repassado equivale a R$ 20.487.098,06, o que corresponde a 80% do valor atualizado do projeto (R$ 25.666.282,44). Parte dos recursos repassados neste ano são oriundos de emenda parlamentar.

Outra iniciativa visando à implementação do projeto do Memorial da Anistia foi a edição da Portaria nº 8/2014, de 9 de julho de 2014, que reconheceu a legitimidade da Associação de Amigos do Memorial da Anistia Política do Brasil (AAMA) para apoiar e colaborar com as atividades relacionadas ao projeto, nos termos do art. 50 e seguintes da Lei nº 11.904/2009, e do art. 31 do Decreto nº 8.124/2013.

- **Implantar lugares de memória histórica e consciência política nas regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Para viabilizar a realização da meta, após seleção por meio de chamada pública, foi celebrado o Convênio nº 773823/2012 com a ONG “ALICE”, que possui vasta experiência com a temática de memorialização, para implementação do projeto Trilhas da Anistia. Esse projeto consiste na implementação de dez monumentos em locais públicos de grande circulação, buscando preservar a memória da anistia de cada local.

Além disso, por meio do “Projeto de cooperação técnica para o intercâmbio internacional, desenvolvimento e ampliação das políticas de Justiça Transicional no Brasil” (PRODOC BRA/08/021), firmado entre a Comissão de Anistia e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, foi implementado o projeto de consultoria

“Locais de Memória”, com a finalidade de mapear sítios de relevância cultural e histórica, inscritos nos processos de repressão política e resistência popular, ocorridos entre os anos de 1946 e 1988, e, consequentemente, contribuir para a definição dos locais que receberão os monumentos realizados no âmbito do referido convênio.

Em 2012, a Comissão de Anistia inaugurou, em parceria com o Fórum Paranaense Verdade, Memória e Justiça, um museu de percurso em Curitiba/PR. Já em 2013, no âmbito do projeto Trilhas da Anistia, foram inaugurados monumentos em Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR e Ipatinga/MG. Em 2014, até dezembro, foram inaugurados monumentos em Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Porto Alegre/RS e Florianópolis. Os dois monumentos restantes serão inaugurados em São Paulo/SP e Brasília/DF no primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	30/12/2014
Região Nordeste	2	unidade	1	30/12/2014
Região Sudeste	5	unidade	4	30/12/2014
Região Sul	1	unidade	4	30/12/2014

- **Julgar 6.605 processos de anistia política**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foi celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o então Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), atual Falconi Consultores de Resultado, um contrato de prestação de serviços, cujos eixos de trabalho estabelecidos, priorizados pela Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), incluíam a Comissão de Anistia. A referida consultoria objetivava gerar maior agilidade na tomada de decisões e no julgamento dos processos de anistia política.

Com seu auxílio, foi traçada uma meta de julgamento (validada pelo Comitê de Liderança destinado a acompanhar o projeto) de 1.706 processos para o ano de 2012. A Comissão de Anistia ultrapassou a meta definida, tendo julgado, naquele ano, um total de 1.825 requerimentos de anistia.

Para os anos de 2013, 2014 e 2015, a Consultoria estimou uma capacidade anual de julgamento de 1.800 processos, aos quais deveriam ser somados os processos de decisão monocrática. No entanto, tal quantitativo anual foi estimado com base na consecução de algumas ações estruturantes, como a digitalização e o recadastramento da totalidade do acervo da Comissão, bem como a construção do sistema gerencial SINCA. Como essas ações não foram implementadas integralmente em virtude de dificuldades técnicas e operacionais, aplicou-se um redutor de 30% para esses anos, totalizando uma meta de 1.260 processos para cada exercício. Aos anos de 2013 e 2014 foram somados 250 processos de decisão monocrática em cada período e, em 2015, 500, totalizando, entre os anos de 2012 e 2015, 6.605 processos.

Em 2013, a Comissão julgou 1.380 processos – 1.019 em sessões de turma, 290 em plenárias e 71 em sessões realizadas no âmbito das Caravanas da Anistia. Foram também analisados 468 processos de decisão monocrática, o que totaliza 1.848 processos apreciados no ano.

Em 2014, a Comissão julgou 1.192 processos – 551 em sessões de turma, 554 em plenárias e 87 em sessões realizadas no âmbito das Caravanas da Anistia. Foram também analisados 398 processos de decisão monocrática, o que totaliza 1.590 requerimentos apreciados no ano.

Assim, no acumulado do período de abrangência desse PPA, até 31 de dezembro 2014, a Comissão julgou 5.263 processos.

Ressalte-se que, ao longo de seu período de funcionamento, a Comissão recepcionou aproximadamente 74.000 requerimentos. Cerca de 64.000 processos já foram apreciados, restando, portanto, aproximadamente 10.000 pedidos a serem julgados.

Quantidade alcançada

5.263
Data de Referência
31/12/2014

- **Realizar 20 Caravanas da Anistia**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas treze Caravanas da Anistia – quatro na Região Nordeste, seis no Sudeste e três no Sul.

Já em 2013, foram realizadas onze Caravanas, nas quais foram apresentados também projetos apoiados pela Comissão de Anistia. Dessas onze, sete foram realizadas na Região Sudeste (uma no RJ, duas em MG, e quatro em SP), três na Região Centro-Oeste (duas no DF e uma em GO), e uma na Região Sul (PR).

Em 2014, foram realizadas onze Caravanas da Anistia – quatro na Região Sudeste (uma no RJ, uma em MG e duas em SP), duas na Região Nordeste (PE e BA), uma na Região Norte (PA), três na Região Sul (RS) e uma no Centro Oeste. Assim, no acumulado a partir de janeiro de 2012, foram realizadas 35 Caravanas da Anistia, distribuídas no território nacional da seguinte forma: seis na Região Nordeste (meta suplantada - três), dezessete na Região Sudeste (meta suplantada - oito), sete na Região Sul (meta suplantada - cinco), quatro na Região Centro-Oeste (meta suplantada - duas), e uma na Região Norte (meta a ser alcançada – duas).

Para alcance total da meta em termos regionalizados, falta ser realizada apenas uma caravana na Região Norte, o que deve ocorrer até o final do período monitorado no PPA.

Quantidade alcançada
35
Data de Referência
31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	4	30/12/2014
Região Nordeste	3	unidade	6	30/12/2014
Região Norte	2	unidade	1	30/12/2014
Região Sudeste	8	unidade	17	30/12/2014
Região Sul	5	unidade	7	30/12/2014

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Os anos de 2011 e 2012 foram estratégicos para a preparação do cenário atual em que se encontra a Política Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor no Brasil. A expansão dos postos de atendimento integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC) possibilitou um aprimoramento da base de dados que reúne informações sobre as demandas envolvendo consumidores e fornecedores no mercado de consumo. Tomando por base o significativo aumento da participação do cidadão nos órgãos públicos estaduais e municipais (Procons), bem como a necessidade de aprimoramento da formulação e supervisão das políticas públicas de proteção dos consumidores, em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor – Senacon, no âmbito do Ministério da Justiça. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País. Nesse

novo contexto, a Senacon passou a ser o órgão coordenador da Política Nacional das Relações de Consumo, com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, composto por representantes dos Procons, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos Juizados Especiais Cíveis e das Entidades Civis de Defesa do Consumidor.

Na esteira dessa reestruturação da defesa do consumidor no Brasil, a Presidência da República, por meio do Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013, instituiu o Plano Nacional de Consumo e Cidadania – Plandec, criando, conjuntamente, a Câmara Nacional das Relações de Consumo, no âmbito do Conselho de Governo, com duas instâncias para a gestão do Plano: o Conselho de Ministros e o Observatório Nacional das Relações de Consumo. Ao mesmo tempo em que a Política de Defesa do Consumidor foi reconhecida como política de Estado, foram estabelecidos programas e ações a serem implementados sob a coordenação da Secretaria Nacional do Consumidor.

Considerando que os dados e informações de atendimento ao consumidor registrados no SINDEC, que integra os órgãos de proteção e defesa do consumidor em todo o território nacional, subsidiam a definição das políticas e ações do Plandec, o Governo Federal tem concentrado esforços em cada vez mais consolidar o Sindec como uma ferramenta estratégica de extrema importância na coleta dos dados de consumo no país, responsável hoje por cerca de 10 milhões de registros de demandas de consumidores brasileiros.

Entre as ações do Plandec, merece destaque o lançamento da plataforma virtual “consumidor.gov”, um novo serviço público que permite a interlocução direta entre consumidores e empresas para solução de problemas de consumo, fornecendo ao Estado informações essenciais à elaboração e implementação de políticas públicas de defesa dos consumidores, além de incentivar a competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor brasileiro. Trata-se de uma plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados monitorada pelo Estado, por meio dos Procons e da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, que colocará as relações entre Consumidores, Fornecedores e o Estado em um novo patamar, a partir das seguintes premissas: (i) a transparência e o controle social são imprescindíveis à efetividade dos direitos dos consumidores; (ii) as informações apresentadas pelos cidadãos consumidores são estratégicas para gestão e execução de políticas públicas de defesa do consumidor; e (iii) o acesso à informação potencializa o poder de escolha dos consumidores e contribui para o aprimoramento das relações de consumo.

No tocante à ampliação das políticas de direitos básicos nas áreas de acesso à justiça e à cidadania, cumpre salientar que o Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor, do Ministério da Justiça, promoveu diversas ações estratégicas visando a ampliação do atendimento e orientação ao consumidor por meio de parcerias com estados e municípios para criação de novos postos de atendimento ao consumidor e implementação de ações de educação para o consumo, assim como promoveu o fortalecimento da sociedade civil na defesa do consumidor, a partir de ações que ampliaram a capacidade técnica e institucional da sociedade civil para uma melhor e mais efetiva participação na execução da Política Nacional das Relações de Consumo.

No âmbito do Plano Nacional de Consumo e Cidadania – Plandec, a atuação do Governo Federal em parceria com os representantes dos Procons, do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos Juizados Especiais Cíveis e das Entidades Civis de Defesa do Consumidor foi determinante para a implementação de ações com base nas seguintes diretrizes: I - educação para o consumo; II - adequada e eficaz prestação dos serviços públicos; III - garantia do acesso do consumidor à justiça; IV - garantia de produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho; V - fortalecimento da participação social na defesa dos consumidores; VI - prevenção e repressão de condutas que violem direitos do consumidor; e VII - autodeterminação, privacidade, confidencialidade e segurança das informações e dados pessoais prestados ou coletados, inclusive por meio eletrônico.

Com base em tais diretrizes, ações e programas foram iniciados em todo o país, com o objetivo principal de garantir o atendimento das necessidades dos consumidores, além de assegurar o respeito à dignidade, saúde e segurança do consumidor; estimular a melhoria da qualidade de produtos e serviços colocados no mercado de consumo; assegurar a prevenção e a repressão de condutas que violem direitos do consumidor; promover o acesso a padrões de produção e

consumo sustentáveis; bem como promover a transparência e harmonia das relações de consumo. Vale lembrar que as duas instâncias definidas para a gestão do Plandec (Conselho de Ministros e Observatório Nacional das Relações de Consumo), por intermédio da execução direta da Secretaria Nacional do Consumidor em parceria com os órgãos e entidades do SNDC, atuarão com base em três eixos bem definidos: prevenção e redução de conflitos, regulação e fiscalização, e fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Com vistas a melhorar a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros, o Governo Federal, por intermédio da Secretaria Nacional do Consumidor, dialogou com vários setores da indústria e comércio de bens e serviços a fim de elaborar a regulamentação do Código de Defesa do Consumidor quanto aos produtos considerados essenciais ao dia a dia dos cidadãos. Com o intuito de efetivamente garantir o atendimento das necessidades básicas dos consumidores, visando assegurar a proteção de sua dignidade, foram identificadas as obrigações dos fornecedores e os direitos básicos dos consumidores com relação ao fornecimento de produtos essenciais com qualidade, delimitando os direitos dos consumidores e os deveres dos fornecedores com relação à introdução de produtos essenciais no mercado de consumo. Nesse sentido, o Governo Federal articulou um acordo com os diversos setores do mercado com vistas a iniciar uma nova fase da política de pós-venda de produtos e serviços.

A proposta construída em conjunto regulamenta o § 3º do artigo 18 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, cujo objetivo é garantir eficácia às disposições do Código com relação aos produtos colocados no mercado de consumo que se reputam essenciais para o atendimento de necessidades básicas e inadiáveis dos cidadãos. A proposta em comento encontra-se em análise pela Casa Civil da Presidência da República. Para fins deste Decreto, designam-se como essenciais alguns itens de linha branca, aparelhos telefônicos e microcomputadores.

Em relação às práticas afetas ao pós-venda de produtos e serviços, a Secretaria Nacional do Consumidor, em conjunto com vários setores da indústria e varejo, tem discutido propostas para a elaboração de uma política nacional com ações e programas voltados exclusivamente ao pós-venda de produtos e serviços inseridos no mercado de consumo. Por meio de um Comitê Técnico instalado no âmbito do Plandec, as discussões têm avançado significativamente, com destaque para a elaboração de indicadores setoriais de qualidade das relações de consumo em diversos mercados regulados (energia elétrica e telecomunicações, entre outros), bem como para o lançamento do Sistema de Alertas Rápidos de Recall e do Sistema de Informações sobre Acidentes de Consumo, em parceria com o Ministério da Saúde, destacando, ainda, a edição de normativo específico que, entre outras providências, previne acidentes de consumo em ambientes de lazer e entretenimento.

Dentre as ações do Plandec, destacam-se, ainda, aquelas destinadas à proteção do consumidor turista. O Governo Federal, em parceria com órgãos do SNDC e entidades representativas de comércio e serviços, instalou um Comitê Técnico de Consumo e Turismo em nível federal e também nas cidades-sede de grandes eventos esportivos, envolvendo órgãos e entidades locais. Na sequência, a Secretaria Nacional do Consumidor cumpriu uma agenda de visitas a todas as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014, com o objetivo de criar um de espaço institucional para ações integradas de proteção ao consumidor no âmbito do turismo, com ênfase na prevenção de eventuais conflitos e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento, contingenciamento e solução de demandas, bem como a realização de cursos básicos sobre Direitos do Consumidor para os agentes públicos e privados que atuaram diretamente nos grandes eventos.

Metas 2012-2015

- **Ampliação da base de procons municipais integrados ao SINDEC**

  Análise Situacional da Meta

  Até o final do ano de 2011 a base do SINDEC contava com 183 Procons. No ano de 2012, 65 novos Procons foram integrados, totalizando 248 Procons na base Nacional do Sindec, inclusive neste ano destacamos o início da produção do Procon Estadual do Paraná. No ano de 2013, 68 novos Procons foram integrados, totalizando 317 Procons na base Nacional do Sindec, inclusive neste ano destacamos o início da produção do Procon Estadual de Rondônia. Já ao longo do ano de 2014, foram incluídas mais 42 novas bases, totalizando 359 Procons em 2014.

Janeiro:
SP:
Procon Municipal de Araras
Procon Municipal de Marília
Procon Municipal de Jaboticabal
Procon Municipal de Maravilha
Procon Municipal de Lins
Procon Municipal de Assis
Procon Municipal de Franca
Procon Municipal de Bertioga

Fevereiro:
SP Procon Municipal de Ituvevara
ES Procon Municipal de Guarapari
ES Procon Municipal de Baixo Guandu
MS Procon Municipal de Brasilândia

Março:
SP Procon Municipal de Osasco
ES Procon Municipal de São Gabriel da Palha
SP Procon Municipal de Altinópolis
SC Procon Municipal de Forquilhinha
SC Procon Municipal de Campo Alegre

Abril:
SC Procon Municipal de Luis Alves
SP Procon Municipal de Bebedouro
MG Procon Municipal de Pitangui
SP Procon Municipal de Cotia
ES Procon Municipal de Aracruz
SC Procon Municipal de Jaguaruna
SC Procon Municipal de Urussanga
SC Procon Municipal de Luzerna

Maio:
ES Procon Municipal de Divino de São Lourenço
ES Procon Municipal de Pinheiros
GO Procon Municipal de Crixás
SC Procon Municipal de Capivari de Baixo
SP Procon Municipal de Piraju

Junho:
SP Procon Municipal de Olímpia
SC Procon Municipal de Rio das Antas
SC Procon Municipal de Ilhota
SC Procon Municipal de São Joaquim

Julho:
SC Procon Municipal de Sombrio
SC Procon Municipal de Imbituba
MS Procon Municipal de Chapadão do Sul
MS Procon Municipal de Fátima do Sul
MS Procon Municipal de Rio Brilhante
SC Procon Municipal de Biguaçu
SC Procon Municipal de Araquari

Agosto:
SC Procon Municipal de Erval Velho

Por fim, destacamos que, atualmente, o total de Procons integrados a base Nacional do Sindec, considerando o período situacional da meta é de 359 Procons. Contudo, é importante ressaltar que a alteração na quantidade de procons integrados ocorre na medida que novas unidades entram em produção de dados, respeitando-se as etapas de inserção dessas informações no banco nacional do Sindec.

Quantidade alcançada

359

Data de Referência

30/12/2014

- **Ampliar a oferta de cursos da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC), para atender e formar 3.080 alunos em cursos presenciais e 34.200 alunos em cursos de ensino à distância, em um total de 37.280 beneficiados diretos**

Análise Situacional da Meta

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) possui dentre os seus objetivos a formação e atualização dos integrantes dos órgãos e entidades que compõe o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), bem como a capacitação de órgãos reguladores e dos cidadãos brasileiros.

Os cursos ministrados promovem a atualização e harmonização dos conhecimentos necessários à tutela do consumidor, proporcionam ambientes para a discussão de questões práticas e hermenêutica do Código de Defesa do Consumidor, bem como promovem a articulação do Sistema Nacional (DPDC, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Entidades Civis e Procons). Promovem ainda o conhecimento dos direitos dos consumidores para os cidadãos brasileiros que têm a oportunidade de fazerem curso gratuito à distância.

A Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) possui dentre os seus objetivos a formação e atualização dos integrantes dos órgãos e entidades que compõe o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), bem como a capacitação de órgãos reguladores e dos cidadãos brasileiros.

Os cursos ministrados promovem a atualização e harmonização dos conhecimentos necessários à tutela do consumidor, proporcionam ambientes para a discussão de questões práticas e hermenêutica do Código de Defesa do Consumidor, bem como promovem a articulação do Sistema Nacional (DPDC, Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Entidades Civis e Procons). Promovem ainda o conhecimento dos direitos dos consumidores para os cidadãos brasileiros que têm a oportunidade de fazerem curso gratuito à distância.

A Escola Nacional, com a participação voluntária de colaboradores, realizou 10 cursos presenciais durante o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014 , dentre cursos de formação e oficinas temáticas, além de 03 ciclos de educação à distância com a participação remunerada de tutores que atuam ou já atuaram na área de defesa do consumidor e que foram selecionados por meio do Edital de Chamamento 001/2013. Durante o ano de 2014, foram capacitadas 1.086 pessoas no primeiro semestre e 2.099 no segundo semestre, totalizando 3.185 pessoas capacitadas. Ao longo de todo o período monitorado foram capacitadas 8.814 pessoas.

Quantidade alcançada

8.814

Data de Referência

31/12/2014

- **Criação e implantação da Secretaria de Proteção e Defesa do Consumidor - MJ**

Análise Situacional da Meta

Em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

Com atribuições estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto n° 2.181/97, alterado pelo Decreto 7.738/12, a Senacon passou a coordenar a Política Nacional das Relações de Consumo, com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e Entidades Civis de Defesa do Consumidor). O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), por sua vez, passaram a integrar a estrutura da Senacon.

- **Elaboração de proposta de marco legal de proteção de dados pessoais.**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Justiça trabalha, desde 2010, na redação de um texto-base de Anteprojeto de Lei sobre a Proteção de Dados Pessoais. Uma versão pública do anteprojeto foi lançada em 2010 para debate público realizado pela Internet, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. O referido debate recebeu cerca de 800 contribuições.

Com a finalização do debate público e a consolidação das propostas e redação de novo texto em 2011, passou-se à formação de um grupo de trabalho para o seu aperfeiçoamento, integrado pelo Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda, Banco Central do Brasil, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério das Comunicações. Concluídas as atividades do grupo de trabalho, a proposta de marco legal foi discutida no âmbito do Ministério pela Senacon, SAL e Gabinete do Ministro. Encerrada esta etapa interna de consolidação do texto por parte do MJ, este foi levado à discussão com a Secretaria de Gestão Pública (SEGEP) e A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento. Após uma série de reuniões, foi elaborado um novo texto. No dia 8 de outubro de 2014, foi realizada reunião no Auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça com representantes do governo, setor privado e sociedade civil, na qual foi anunciada a decisão de levar a nova versão do Anteprojeto de Lei de Proteção de Dados a debate público, a ser realizado entre o final de 2014 e o início de 2015.

- **Estruturação e realização de procedimentos de monitoramento relacionados aos temas prioritários de interesse dos consumidores.**

Análise Situacional da Meta

O aprimoramento regulatório e sancionatório é tema prioritário na agenda da defesa do consumidor e tem previsão em um dos eixos de atuação do Plano Nacional de Consumo e Cidadania - Plandec (Decreto 7963/2013) lançado pela Presidência da República em 15 de março de 2013. Os demais eixos são a prevenção e redução de conflitos e o fortalecimento do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. No âmbito do Plano Nacional foi criada a Câmara Nacional das Relações de Consumo, composta por Conselho de Ministros e o Observatório das Relações de Consumo, com as atribuições de promover estudos e formular propostas e acompanhar a execução de suas respectivas políticas, programas e ações.

O Observatório Nacional das Relações de Consumo atua nos seguintes temas: Consumo e Regulação, Consumo e Turismo e Consumo e Pós-Venda, temas eleitos com base no diagnóstico obtido a partir dos registros de atendimentos realizados pelos Procons integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor-Sindec.

Em relação ao eixo regulação e fiscalização, a implementação está sendo discutida em âmbito do Comitê Técnico

Consumo e Regulação, que tem como objetivos já previstos no Plandec entre outros: a instituição pelas agências reguladoras da avaliação de impacto regulatório (AIR) sob a perspectiva dos direitos do consumidor, a promoção da inclusão nos contratos de concessão de serviços públicos e a ampliação e aperfeiçoamento dos processos fiscalizatórios quanto à efetivação de direitos do consumidor.

O Comitê Técnico Consumo e Regulação teve sua instalação em reunião no dia 11.07.2013. A Reunião foi presidida pela Senacon, a quem cabe a Secretaria Executiva do Plandec, com a participação de representantes dos seguintes órgãos reguladores: Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, Banco Central – Bacen, Agência Nacional de Aviação Civil – Anac, Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Agência Nacional de Energia Elétrica- Aneel e Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC. Atualmente os membros do Comitê Técnico Consumo e Regulação estão trabalhando na elaboração de um Plano de Trabalho e Cronograma para consecução dos objetivos do Plandec.

Em relação ao aprimoramento sancionatório informamos que a Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos instaurou e multou processos administrativos em desfavor das empresas do segmento de varejo Casas Bahia, Ponto Frio, Magazine Luiza, Ricardo Eletro, Insinuante e Fast Shop em razão da comercialização de serviços adicionados sem a solicitação do consumidor, após constatação de números expressivos de reclamações de consumidores pelo Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC).

Outrossim, ainda na esfera do aprimoramento sancionatório foram instaurados processos administrativos em decorrência de denúncias encaminhadas pelo Banco Central do Brasil que noticiou que as instituições financeiras estariam cometendo práticas que violam direitos dos consumidores: HSBC Bank Brasil S/A (Banco Múltiplo) cobrança de Tarifa de Confecção de Cadastro (TCC) para cliente que possui contrato de crédito vigente; BV Financeira S.A cobrança de Tarifa de Confecção de Cadastro (TCC) para cliente que possui contrato de crédito vigente, cobrança de tarifa de Liquidação Antecipada e modificação Unilateral do contrato; Banco Intermedium S.A. utilização da taxa Selic em base diária para fins de cálculo de saldo devedor para liquidação antecipada e cobrança de tarifa de Liquidação Antecipada e Crefisa S.A. cobrança de Tarifa de Confecção de Cadastro (TCC) para cliente que possui contrato de crédito vigente.

Insta salientar que além dos processos instaurados foram aplicadas decisões administrativas que resultaram na aplicação de multas, principalmente nos seguintes casos: (i) Telexfree condenada ao pagamento de R$ 5.590.000,00 (cinco milhões, quinhentos e noventa mil reais) por prática de formação de esquema piramidal diante de falta de sustentabilidade do negócio, contrariando à boa-fé, à transparência e à proteção da confiança nas relações de consumo e (ii) TNL PCS S/A, razão social da “Oi”, condenada ao pagamento de multa de mais de R$ 3.500.000,00 por invasão à privacidade dos usuários dos serviços Velox, do Grupo Oi, além da promoção de publicidade enganosa e da violação do direito à informação. O processo contou com pareceres e documentos de vários órgãos, como o Comitê Gestor da Internet no Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); (iii) as principais redes varejistas por práticas abusivas na venda de produtos, conjuntamente com seguros e outros serviços adicionais, sem que fossem solicitados pelo consumidor. Casas Bahia, Magazine Luiza e Ponto Frio foram multadas em R$ 7.248.147,59. Ricardo Eletro, Lojas Insinuante e Fast Shop receberam multas de R$ 2.416.049,20.

- **Implantação da plataforma própria de Ensino à Distância (EAD) da Escola Nacional de Defesa do Consumidor**
  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) tem como um de seus objetivos a implantação de uma plataforma própria de ensino a distância para a Escola Virtual de Defesa do Consumidor (EAD/ENDC), visualizando a ampliação do número de cursos e alunos capacitados.

  Em 2013, verificou-se a pertinência da criação de plataforma de educação à distância com abrangência para todo o Ministério da Justiça, passando esta a figurar como prioridade do Plano de Gestão de Tecnologia da Informação do MJ, ainda sem execução iniciada.

Por ora, os cursos do EAD/ENDC continuam sendo realizados dentro da plataforma da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), por meio do Termo de Execução Descentralizada nº 01, de 23 de dezembro de 2014, assinado em 23 de dezembro de 2014, entre a Senacon e a SENASP, vigente até 31 de dezembro de 2016, não havendo prejuízos nas capacitações.

- **Implantação da versão 2.0 do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC (versão Java, com interfaces para os outros atores do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor)**

Análise Situacional da Meta

O Projeto Sindec 2.0 foi classificado como prioritário no âmbito do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do MJ e encontra-se em andamento. O sistema Consumidor.gov.br foi concebido como primeiro módulo do Sindec 2.0. Com vistas a apoiar o levantamento de requisitos neste projeto foi contratada uma consultoria especializada (Unesco - Projeto Qualidade da Informação) quem vem apoiando à área de negócio na definição do escopo do projeto.

A Senacon, por meio da Coordenação Geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - Sindec realizou nos dias 15 e 16 de agosto de 2013 reunião com os Procons integrados ao Sindec. Em 28 de agosto de 2013, portanto, foi instituída em âmbito da Senacon a Portaria nº 24, que criou Grupo de Trabalho composto exclusivamente por técnicos dos órgãos de defesa do consumidor de cada uma das cinco regiões brasileiras, para assessorar a Secretaria na execução de ações voltadas à elaboração de projeto de criação de nova plataforma que proporcionaria este novo modelo de atendimento aos consumidores. Em outubro de 2013 foi elaborado estudo de viabilidade da criação e implementação da nova plataforma, cuja conclusão foi pela sua implementação. Foi realizada o levantamento dos recursos tecnológicos para a realização do Projeto.

A partir de um estudo de viabilidade desenvolvido em âmbito da consultoria contratada, foi formalizada Cooperação Técnica com a Tecnologia do Banco do Brasil, que teve como objetivo entre outros, a criação de uma plataforma para resolução de conflitos de consumo. Em 27 de junho de 2014, foi lançado oficialmente pelo Exmo. Ministro da Justiça, juntamente com a Secretária Nacional do Consumidor, onde foi assinada a portaria nº 1.184, que o instituiu como um sistema de solução alternativa de conflitos de consumo.

O desenvolvimento foi divido em cinco etapas, e atualmente, a quarta entrega foi concluída (módulo de transparência – saída de dados) contudo, devido, a sua quantidade de funcionalidade, ela foi divida em duas etapas. A Etapa 4A, que foi entregue no dia 10.10.2014; e a Etapa 4B foi entregue em 16.12.2014. A próxima entrega é a quinta etapa (API para integração de sistemas - Sindec – Consumidor.gov.br e Sistemas de CRM das empresas – Consumidor.gov.br) , cuja conclusão tem previsão para junho de 2015. Para o próximo semestre, além da finalização da etapa de desenvolvimento, há previsão também de uma fase destinada a melhoria do sistema.

Em 01 de setembro de 2014, o sítio Consumidor.gov.br tornou-se disponível para utilização de consumidores de todo território nacional.

Até o dia 31 de dezembro de 2014, mais de 48 mil consumidores já se encontravam cadastrados na plataforma e mais de 49 mil reclamações já haviam sido realizadas.

- **Implantação do Centro de Inteligência em Defesa do Consumidor**

Análise Situacional da Meta

Para cumprimento da meta, foram planejadas três ações:

1) Criar indicadores setoriais sobre defesa do consumidor baseados nos dados do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor – SINDEC;

2) Desenvolver metodologias de gestão da informação e do conhecimento a partir dos dados do SINDEC;

3) Integração aos cursos da Escola Nacional do Consumidor - ENDC os módulos sobre o SINDEC, sobre o papel dos Procons na defesa qualificada dos direitos dos consumidores, Gestão da Informação de Defesa do Consumidor, e

Gestão do Atendimento ao consumidor, que tratam de conceitos, gestão, e ações envolvendo o Sindec, além de e módulos com atividades práticas;

Ao longo deste 2º semestre de 2014, a Senacon disponibilizou no Portal Brasileiro de Dados Abertos os dados do Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas de 2013, que consiste no conjunto de dados que apresenta a lista de processos administrativos (Reclamações Fundamentadas) encerrados pelos Procons no ano de 2013.

Ao longo desses meses foram disponibilizados aos fornecedores, via repositório de dados, arquivos contendo informações referentes às demandas registradas nos Procons integrados ao Sindec, como quantidade de atendimentos e resolutividade de demandas das empresas dos setores monitorados: Indústria, Varejo, Telecomunicações, Serviços Financeiros, Aviação Civil e Planos de Saúde.

Além desses dados referentes ao Sindec, foram também disponibilizados os indicadores das empresas cadastradas na plataforma Consumidor.gov.br, serviço público para solução alternativa de conflitos de consumo disponibilizado por meio de plataforma tecnológica de informação, interação e compartilhamento de dados monitorada pelos Procons e pela Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça, com o apoio da sociedade. Esses indicadores apresentam índice de resolução de reclamações, nota de satisfação com o atendimento da reclamação, prazo médio e percentual de resposta de cada empresa.

Além disso, também foram disponibilizados na plataforma o ranking de fornecedores, infográficos, o relato dos consumidores e os dados em formato aberto.

Em agosto de 2014, foi realizado, em Brasília, por meio da ENDC, uma Oficina de Gestão de Informações sobre Defesa do Consumidor e Monitoramento de Mercado, onde serão debatidas e construídas metodologias para implementação de políticas a partir das informações do Sindec e do Consumidor.gov.br.

Ademais, foram realizadas Cursos de Capacitação e Atualização Técnica em Procons, aqui em Brasília, bem como por meio da ENDC, como os cursos de formação da Região Sul (Paraná), em agosto, o curso da Região Norte (Roraima), em outubro, e o curso de formação voltado para os Procons Municipais do estado do Espírito Santo (Vila Velha).

Neste período, foi desenvolvida uma consultoria especializada (Unesco), para realizar estudos avaliativos e propositivos dos relatórios e das consultas de gestão das informações do Sindec.

- **Implantação do Plano Nacional de Consumo e Cidadania (Plandec), criado pelo Decreto nº 7.963, de 15 de março de 2013**

Análise Situacional da Meta

O Decreto nº 7.963/2013, que instituiu o Plano Nacional de Consumo e Cidadania – Plandec, criou a Câmara Nacional das Relações de Consumo, estabelecendo programas e ações implementados por meio do Observatório Nacional das Relações de Consumo, sob a coordenação da Senacon/MJ.

O Comitê de Consumo e Regulação, subdividido em comitês temáticos: assuntos financeiros, telecomunicações, energia elétrica, aviação civil e saúde suplementar, têm realizado reuniões para a criação de Projeto Piloto em conjunto com a Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC. O objetivo deste Projeto é ampliar diálogo no processo de consulta pública sobre a qualidade e aperfeiçoamento dos serviços regulados.

No âmbito do Comitê Técnico de Consumidor e Turismo, as metas estabelecidas pelos membros do comitê foram cumpridas, com o estabelecimento do diálogo entre os atores das áreas técnicas de turismo, proteção ao consumidor e

esportes. A partir da experiência adquirida na implementação das Câmaras Técnicas em âmbito local, bem como da experiência na implementação e atuação do Centro Integrado de Proteção ao Consumidor durante o Mundial de Futebol, o Comitê Técnico de Consumidor e Turismo decidiu por sugerir a manutenção tanto das Câmaras locais quanto do Centro Integrado de Proteção ao Consumidor. Nesse sentido, o diálogo entre as áreas se mostra relevante tento em vista: i. o próximo desafio na área de grandes eventos, Olimpíadas; ii. a construção da rede de proteção ao consumidor turista no âmbito do MERCOSUL por meio do Projeto Piloto de atenção ao consumidor turista que na última reunião do Comitê Técnico N7 de Proteção ao Consumidor, que teve ampliada sua área de atuação com a adesão das cidades de Brasília, Porto Alegre e Natal no Brasil e Mendoza na Argentina; iii. e a importante atuação do Brasil em âmbito internacional defendendo a proteção do consumidor turista na Organização das Nações Unidas e na Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.

O Comitê Técnico de Consumo e Pós-Venda tem realizado reuniões com o mercado, indústria e varejo, para a discussão e então elaboração de Decreto que regulará o parágrafo 3º, do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor. No que se refere ao objetivo de ampliação do atendimento aos consumidores, a ferramenta Consumidor.gov, instituída por meio da Portaria MJ nº 1.184, tem por fim a promoção da proteção e defesa dos consumidores em todo o território nacional, reunindo diversas áreas do governo e da sociedade civil organizada. A plataforma fornece ao Estado informações essenciais à elaboração e implementação de políticas públicas de defesa dos consumidores e incentiva a competitividade no mercado pela melhoria da qualidade e do atendimento ao consumidor. A concepção do desse serviço público pressupõe a transparência e o controle social. A participação das empresas na plataforma é voluntária e só é permitida àquelas que aderem formalmente ao serviço, mediante assinatura de termo no qual se comprometem em conhecer, analisar e investir todos os esforços disponíveis para a solução dos problemas apresentados. Com foco na sustentabilidade do novo serviço e no controle social, será desenvolvido um módulo de transparência onde estarão disponíveis as informações sobre os assuntos mais demandados, os problemas apresentados, os índices de solução pelas empresas, indicadores de tempo de resposta, entre outras informações. O uso e a gestão da plataforma proporcionarão aos órgãos de defesa do consumidor a ampliação da análise e monitoramento do mercado de consumo, o aprimoramento dos fluxos e processos de atendimento pelos fornecedores participantes e um novo incremento à competitividade no mercado pela qualidade do atendimento ao consumidor.

Ainda nesse contexto, foi implementada a “Estratégia Nacional da Não - Judicialização”, tendo como principal ator a Secretaria de Reforma do Judiciário (SRJ). Destaca-se, por fim, o acompanhamento da tramitação do PL 5196 de 2013, que trata da política de fortalecimento dos Procons.

- **Implantação do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve o lançamento do Sistema Nacional de Alertas Rápidos de Recall (SNARR), que visa o registro e acompanhamento, por meio eletrônico, de todas as campanhas de recall em trâmite no Brasil. O sistema encontra-se, hoje, em funcionamento, para realização de cadastro e consultas por parte do DPDC, dos consumidores e das entidades parceiras. No entanto, um de seus objetivos principais, que é a comunicação direta entre fornecedores e o Departamento, por via eletrônica, encontra-se em desenvolvimento.

No ano de 2013, a empresa responsável pelo desenvolvimento do Sistema foi substituída, de forma que se iniciou um novo ciclo de trabalho, dessa vez com a presença, a partir de junho, dos Analistas de Tecnologia da Informação cedidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que vêm realizando a interface entre os gestores do projeto e a área técnica (GCTI/MJ). O trabalho que tem sido feito é de levantamento e correção de problemas, organização das demandas e elaboração de documentos de requisito.

No segundo semestre de 2013, a evolução do SNARR foi inserida na Cesta de Desenvolvimento do PDTI do MJ.

Em Janeiro de 2014 foi iniciado o processo de levantamento das necessidades do novo Sistema de Recall, que já foi

concluído pelos gestores do projeto junto aos ATIs.

Por fim, importante ressaltar o desenvolvimento e implementação do SIAC (Sistema de Informações de Acidentes de Consumo) como um módulo do Sistema Recall, visto que acidentes de consumo estão diretamente ligados a produtos defeituosos, que, por sua vez, devem ser objeto de recall.

O Sistema é fruto da parceria estabelecida entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde e tem como objetivo a criação de um banco de dados de acidentes de consumo, que possibilite a identificação de produtos ou serviços potencialmente nocivos ou perigosos colocados no mercado.

O lançamento do SIAC ocorreu em 29 de janeiro de 2014 e, a partir de então, o Estado do Mato Grosso foi escolhido como piloto do projeto. Algumas ações foram tomadas, em conjunto com o Ministério da Saúde, a fim de promover o Sistema: capacitações aos profissionais de saúde do hospital Municipal de Cuiabá, envio de ofícios a todas as Secretarias Estaduais de Saúde e a Conselhos Federais de categorias profissionais, videoconferência junto às Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e Secretarias Municipais de Saúde (SMS - capitais) de vários estados e curso presencial com secretarias de saúde, representantes de Procons, de membros do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e do Sistema Nacional de Metrologia (que também trata de acidentes de consumo de produtos certificados pelo Inmetro).

Em agosto de 2014 estabeleceu-se nova parceria de projeto piloto, também em Cuiabá, com o hospital Santa Casa de Misericórdia. Foi realizada capacitação junto à equipe desse hospital, para uso do SIAC, que contou com representantes do Ministério da Justiça e do Inmetro.

- **Mobilização pela aprovação dos principais marcos normativos de interesse dos consumidores, com destaque para a Lei de Proteção de Dados Pessoais e o marco normativo de fortalecimento dos Procons**

Análise Situacional da Meta

Dentre as atribuições da Secretaria Nacional do Consumidor destaca-se a proposição de adequações e aperfeiçoamentos da legislação relativa aos direitos do consumidor, bem como o acompanhamento e análise das propostas normativas relacionadas à defesa do consumidor em fase de tramitação nas Casas Legislativas.

Em relação à proteção de dados pessoais, a Secretaria Nacional do Consumidor constatou a necessidade de regulação do tema por meio legislativo. O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), órgão da Senacon, redigiu um texto-base de Anteprojeto de Lei sobre Proteção de Dados Pessoais e, em novembro de 2010, levou-o a debate público realizado na internet por um sistema de participação popular, em parceria com a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e a Fundação Getúlio Vargas.

Após ter consolidado as sugestões apresentadas no debate público, teve início uma série de debates sobre o texto-base que contou com a participação dos Ministérios da Justiça; Fazenda; Ciência, Tecnologia e Inovação; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Comunicações, bem como do Banco Central do Brasil e da Anatel.

Esta Secretaria elaborou uma versão definitiva da proposta normativa, que foi remetida para a avaliação de outros órgãos do poder executivo.

Acerca do marco normativo de fortalecimento dos Procons, informamos que por intermédio do Plano Nacional de Consumo e Cidadania (PLANDEC), a Presidenta da República apresentou proposta legislativa ao Congresso Nacional, sendo transformado o Anteprojeto, no Projeto de Lei n. 5196/2013, que tem por escopo conferir maior efetividade e eficácia às decisões das autoridades administrativas de defesa do consumidor, atribuindo-lhes a natureza de título executivo extrajudicial; e conferir maior celeridade ao processo judicial, permitindo que o resultado das audiências realizadas por essas autoridades sejam aproveitadas no âmbito dos Juizados Especiais, ou seja, fortalecer a atuação dos órgãos administrativos de defesa do consumidor.

Ressalte-se que esta Secretaria elaborou nota técnica visando apresentar subsídios e esclarecimentos acerca da importância da aprovação e implementação do Projeto de Lei nº 5.196/2013, que fortalece a atuação dos órgãos de defesa do consumidor, em especial dos Procons, sendo a mesma entregue aos membros do Congresso Nacional e ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).

Atualmente, o citado Projeto encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), tendo sido

designado relator o Dep. Paes Landim (PTB-PI) aguardando emissão de relatório.

- **Modernização da gestão da Secretaria-Executiva do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (CFDD) e maior difusão dos resultados dos projetos apoiados com recursos do Fundo**

Análise Situacional da Meta

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD, vinculado à Secretaria Nacional do Consumidor, tem como objetivo a reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, bem como aqueles ocasionados por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

O Conselho Federal Gestor do FDD, por meio de sua Secretaria-Executiva, é responsável pela administração dos recursos provenientes de condenações judiciais, multas e indenizações por danos aos direitos difusos. Uma das metas estabelecidas pela Secretaria Nacional do Consumidor é a modernização da gestão da Secretaria-Executiva do CFDD, bem como aperfeiçoar a difusão dos resultados dos projetos apoiados com recursos do Fundo.

Entre as ações de modernização na gestão do CFDD, merece destaque a criação da Coordenação de Direitos Difusos no âmbito da Senacon, dotada de servidores que executam as atribuições da Secretaria-Executiva do FDD. Além disso, destacam-se também as iniciativas voltadas ao treinamento e capacitação dos servidores da referida Coordenação, com o objetivo de aprimorar a expertise necessária para atuar no ramo das transferências voluntárias, convênios e outros instrumentos congêneres.

Ao longo dos últimos anos, em especial no período compreendido entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, a Secretaria Nacional do Consumidor tem empreendido esforços para modernizar ainda mais gestão dos projetos apoiados com recursos do Fundo, com foco especial na concepção das atividades que se destacam como indicadores para boa e regular aplicação dos recursos públicos.

Na seleção de projetos que se encontra em curso, para utilização do orçamento previsto para 2015, o Conselho estabeleceu, em discussão realizada em reunião ordinária, 04 (quatro) diretrizes a serem observadas na seleção dos projetos prioritários, a saber:

(i) Distribuição Regionalizada: os projetos serão escolhidos levando em consideração a distribuição regional do país, com vistas a evitar a concentração de projetos em determinados centros;

(ii) Sustentabilidade do Projeto: os projetos serão escolhidos levando em consideração a sustentabilidade do projeto ao final do prazo do convênio, ou seja, se o projeto tem condições de se perpetuar mesmo após o final do prazo previsto, seja por recursos próprios do órgão parceiro, seja por recursos de outros parceiros interessados no projeto;

(iii) Impacto Social do Projeto: os projetos serão escolhidos levando em consideração o impacto social do projeto, ou seja, os conselheiros poderão observar como critério o retorno potencial das ações desenvolvidas à parcela social afetada; e

(iv) Diversificação de Projetos: os projetos serão escolhidos levando em consideração a diversificação de projetos, ou seja, os conselheiros tentarão selecionar projetos de diferentes temáticas e oriundos dos mais variados parceiros, evitando a concentração de projetos em determinadas linhas de financiamento e privilegiando o máximo possível a diversidade de parceiros/convenentes.

O regulamento para a seleção dos projetos encontra-se previsto na Resolução CFDD nº 31, de 15 de abril de 2014, que dispõe sobre a apresentação de Propostas de Trabalho e Cartas-Consulta (chamamento público) e trâmite de procedimento administrativo do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos. Na primeira fase do certame, a Secretaria-Executiva do CFDD recebeu um total de 526 propostas/cartas-consulta, sendo que a intenção é selecionar 36 projetos prioritários, conforme a disponibilidade orçamentária para o ano de 2015.

O CFDD celebrou no ano de 2014, 22 convênios e descentralizações diretas, sendo que uma é continuação do ano de 2013. Foram aprovadas 49 prestações de contas de convênios e realizadas 4 visitas técnicas aos projetos em execução. Foram arrecadados mais de R$ 193.246.227,59 em multas.

Nos termos do § 2º do art. 1º da Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, constituem recursos do FDD o produto da arrecadação das condenações judiciais de que tratam os art. 11 a 13 da Lei n. º 7.347, de 1985; das multas e

indenizações decorrentes da aplicação da Lei n. º 7.853, de 24 de outubro de 1989, desde que não destinadas à reparação de danos a interesses individuais; dos valores destinados à União em virtude da aplicação da multa prevista no art. 57 e seu parágrafo único e do produto da indenização prevista no art. 100, parágrafo único, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1999; das condenações judiciais de que trata o § 2º do art. 2º da Lei n. º 7.913, de 07 de dezembro de 1989; das multas referidas no art. 84 da Lei n. º 8.884, de 11 de junho de 1994; dos rendimentos auferidos com a aplicação dos recursos do Fundo; de outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo; bem como de doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras.

- **Realizar a reestruturação gerencial do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), implantando uma gestão com foco em resultados, transparente, baseada em capital humano e aplicando conhecimentos já acumulados e novas ferramentas tecnológicas**

Análise Situacional da Meta

Em 29 de maio de 2012, por meio do Decreto nº 7.738, foi criada a Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. A criação da nova Secretaria, além de marco histórico na defesa do consumidor no Brasil, simbolizou o compromisso do governo federal com a cidadania e a proteção dos consumidores de todo o País.

O Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) e o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), por sua vez, passaram a integrar a estrutura da Senacon, cujas atribuições encontram-se estabelecidas no art. 106 do Código de Defesa do Consumidor e no art. 3º do Decreto n° 2.181/97, alterado pelo Decreto 7.738/12, entre elas, a coordenação da Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC), com os objetivos de (i) garantir a proteção e exercício dos direitos de consumidores; (ii) promover a harmonização nas relações de consumo; e (iii) incentivar a integração e a atuação conjunta dos membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC (Procons, Ministério Público, Defensoria Pública e Entidades Civis de Defesa do Consumidor).

No tocante à reestruturação gerencial, com a criação da Senacon o DPDC passou a exercer um papel estratégico do ponto de vista técnico no âmbito da PNRC, de acordo com a Portaria MJ 1.840, de 21 de agosto de 2012, organizando-se em três coordenações-gerais com atribuições de extrema relevância para a proteção dos consumidores, previstas no Regimento Interno da Senacon: Coordenação-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado, Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Processos Administrativos e Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor.

OBJETIVO: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Após as mudanças no SBDC, com a entrada em vigor em 29 de maio de 2012 da Lei nº 12.529/2011, muitas mudanças ocorreram no ano de 2012. As principais foram: (i) a instrução de processos punitivos e de análise de atos de concentração passou a ser competência do Cade; (ii) a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) foi extinta; (iii) a Seae/MF ficou responsável pela advocacia da concorrência; (iv) instituiu-se o regime de análise prévia de atos de concentração; e (v) o SBDC foi formalmente estruturado. Essas alterações exigiram adaptar as estruturas organizacionais, as instalações físicas, os processos de trabalho, sistemas de informação e normativos internos. O ano de 2013 foi importante para consolidação do Cade. A autarquia possui três linhas de atuação; (i) Função Preventiva (ii) Função Repressiva; e (iii) Função Educativa ou Pedagógica.

Em sua atuação preventiva, compete ao Cade decidir sobre as fusões, aquisições de controle, incorporações e outros atos de concentração econômica (ACs) que possam colocar em risco a livre concorrência. Atualmente o Cade lida com dois tipos de processo: (i) ACs notificados antes do novo marco legal, que tramitam sob o regime de análise a posteriori (3

casos pendentes de julgamento); e (ii) ACs notificados sob o regime de análise prévia. A Portaria Interministerial MJ/MF nº 994, que alterou os limites de faturamento das empresas que são obrigadas a submeter operações à análise, permitiu concentrar esforços em casos complexos e de maior impacto econômico: em 2012, o Cade julgou 825 ACs, sendo três reprovações e aplicado restrições a 36; em 2013, foram analisados 454 ACs, sendo três reprovações e 47 aprovações com restrição. Em 2014 foram aprovados sem restrição 396 ACs pela Superintendência-Geral do Cade e dois, aprovados com restrição pelo Tribunal (Estácio Participações e TCA Investimentos em Participações; Anhanguera Educacional e Kroton Educacional). O prazo médio total de análise de AC registrado ao final de 2011 era de 154 dias; em 2013 foi de 24 dias e, em 2014, de 28 dias. O Tribunal Administrativo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica reprovou uma operação (AC nº 08700.000436/2014-27 - Braskem S.A. e Solvay S.A.).

O processo de análise de atos de concentração foi premiado em 7º lugar na 18ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

O Cade concentrou seus esforços para implementar e estabilizar o novo processo de análise de ACs; após esse período de ajustes, pôde priorizar o combate a condutas. Em 2013, foram julgados 38 processos administrativos (PAs), número superior ao ano de 2012, de 13 PAs julgados. Em 2014, houve 57 PA julgados, sendo 39 condenações e 18 arquivamentos. Destacam-se as condenações de cartel internacional no setor de cargas aéreas (agosto/2013), com multa de R$ 293 milhões, e no setor de cimento (maio/2014), com multa de mais de R$ 3,1 bilhões. Outra iniciativa importante é a celebração de acordos. Um primeiro tipo são os Termos de Cessação de Condutas (TCCs), acordos firmados com acusados por suposta infração à ordem econômica, determinando o fim imediato da prática investigada e de seus efeitos lesivos à concorrência – foram 5 acordos em 2012, 53 em 2013 (42 deles sobre casos de unimilitância no setor de saúde) e 36 em 2014. Outro importante instrumento de combate a condutas anticompetitivas é o Programa de Leniência, que permite ao Cade celebrar acordo com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de cartel, desde que colaborem efetivamente com as investigações, podendo obter a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução da penalidade aplicável. Em 2012, foram assinados 10 acordos de leniência; em 2013, 1 acordo; e em 2014, 6 novos acordos e 4 aditivos. Ainda na atuação repressiva, o Cade realizou 5 operações de busca e apreensão em 2012, 2 operações em 2013 e 5 em 2014.

Em sua atuação educativa, o Cade busca instruir o público sobre as diversas condutas prejudiciais à livre competição e estimular ações de difusão da cultura da concorrência, como estudos, eventos e publicações. O projeto “Cade 50 Anos”, financiado com recursos do Fundo de Direitos Difusos (FDD), definiu o calendário comemorativo dos 50 anos do Conselho, aberto em setembro de 2012 e encerrado em setembro de 2013 com a publicação do livro “Defesa da Concorrência no Brasil: 50 anos”.

Sobre eventos, o Cade realizou em 2013 e em 2014 as edições nacional e internacional do Programa de Intercâmbio do Cade (PinCade). Outro evento realizado em 2013 foi o seminário internacional “A Defesa da Concorrência e o Poder Judiciário”, promovido pelo Cade, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e o Centro de Estudos de Direito Econômico e Social (Cedes) para debater temas relacionados ao Direito Concorrencial e à aplicação da Lei nº 12.529/11. Para mostrar a importância da aproximação com o Poder Judiciário, de 2012 a 2013 observa-se aumento de 60,75% para 76,57% no número de acórdãos ou sentenças favoráveis ao Cade. Em 2014, o Cade promoveu o Seminário sobre Compliance e Defesa da Concorrência, em parceria com o Cedes, a Ajufe e a Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região (EMAG).

O SBDC ganhou projeção internacional após a realização da 11ª Conferência Anual da International Competition Network (ICN), sediada no Rio de Janeiro em 2012. Como resultados concretos dos esforços do Cade na agenda internacional destacam-se: (i) a elevação do Cade para a 7ª posição no ranking da Global Competition Review, principal publicação internacional em matéria antitruste que avalia anualmente as agências de concorrência globais; (ii) a escolha do Presidente do Cade para a vice-presidência da ICN em setembro de 2013; e (iii) a celebração de acordos de cooperação com outras agências para o combate a cartéis internacionais e análise de fusões transnacionais.

O Cade celebrou em 2013 Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com o Departamento de Polícia Federal (DPF), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Agência Nacional de Saúde Complementar

(ANS), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); em 2014, foi celebrado ACT com a Controladoria-Geral da União, para combate a cartéis em licitação . Foram celebrados ainda 3 novos Acordos de Cooperação Internacional com as autoridades da Coréia do Sul, Colômbia e Japão, além de ter renovado os convênios com as autoridades da Rússia e da França.

A Autarquia investiu no fortalecimento de sua capacidade institucional, com a reativação de Projeto de Cooperação Internacional com o PNUD – PRODOC BRA/11/008. Ao longo de 2014 o Cade realizou dez contratações via PRODOC. No primeiro semestre, os temas priorizados foram o fortalecimento do posicionamento internacional e o aumento da expertise do Cade na investigação de cartéis. Já no segundo semestre, as seleções foram voltadas principalmente para: a avaliação de danos de cartel; desenvolvimento de técnicas de coleta, gestão e mineração de dados para avaliação de risco de colusão e a identificação de potenciais infrações a ordem econômica; e criação de indicadores de concorrência e de estimação de demanda em diversos mercados.

Para o último ano do PPA Mais Brasil, têm-se como prioridade: i) continuar o fortalecimento da política de combate a condutas anticompetitivas e manter o desempenho na análise de atos de concentração; ii) melhorar a eficiência na instrução de processos de apuração de infrações à ordem econômica; iii) fomentar a pesquisa e a elaboração de estudos em regulação e defesa da concorrência; iv) produzir guias para orientar a atuação do Cade e dos administrados; v) fomentar a solução de processos por meio de acordos; e vi) adotar as melhores práticas internacionais em defesa da concorrência.

São projetos prioritários para 2015: (i) a implantação da notificação eletrônica de atos de concentração; ii) o ICN Work Products – estrutura a agenda de implementação dos produtos gerados pela ICN; iii) o uso integrado de informações concorrenciais – com a finalidade de cruzar bases de dados do Cade com de instituições parceiras com vistas à realização de estudos setoriais e a análise de casos concretos; e iv) Revisão de Indicadores – que visa adequar as métricas de desempenho do Cade ao processo eletrônico e criar mecanismos de avaliação de efetividade da política de defesa da concorrência.

Metas 2012-2015

- **Criação e implantação da Escola de Defesa da Concorrência com rede de ensino a distância**

  Análise Situacional da Meta

  A criação da Escola de Defesa da Concorrência – Endec tem com o objetivo capacitar, atualizar e especializar os agentes públicos que trabalham em órgãos com atuação em defesa da concorrência a respeito dos mais variados temas de que trata a Lei nº 12.529/2011, de acordo com as prioridades elencadas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

  A princípio, a Endec terá como público-alvo o Ministério Público Federal, os Ministérios Públicos Estaduais, os Juízes, as Polícias Civis e a Polícia Federal. Os beneficiários, mais especificamente, serão os analistas de cada uma destas entidades, bem como os promotores, juízes e delegados. Outros interessados também poderão participar dos cursos oferecidos. A Endec terá a função, portanto, de criar mecanismos permanentes de capacitação dos referidos agentes, para que estes possam atuar com eficácia e competência no combate às infrações à ordem econômica.

  As ações de capacitação em defesa da concorrência deverão proporcionar abrangência e capilaridade, de modo a alcançar o maior número possível de agentes e órgãos, ao redor de todo o Brasil. Para tanto, a Endec disponibilizará os cursos por meio da modalidade de Educação a Distância (EAD) em Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

- **Implantação de ao menos 5 novos laboratórios de análise e investigação de cartéis garantindo a presença de ao menos um laboratório em cada região do país**

  Análise Situacional da Meta

  Análise Situacional da Meta: A implantação de laboratórios de análise e investigação de cartéis nas cinco regiões do país foi definida como meta do PPA visando aprimorar o trabalho de inteligência dos parceiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na detecção de cartéis e na análise de informações advindas de operações de busca e apreensão, especialmente para tratamento de informações eletrônicas.

Até o momento, foram implementados laboratórios em três regiões do país (Nordeste, Sul e Sudeste), e resta pendente a criação de laboratórios nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Essa estratégia teve de ser revista em razão da necessidade de revisão da política de contrapartidas dos entes convenentes, de forma a garantir que a estrutura implementada seja efetivamente empregada no combate a cartéis. Diante desse contexto, o Cade optou por uma estratégia de centralização, com o investimento em seu próprio laboratório de análise localizado na sede da Autarquia, em Brasília. Em 2013, foram adquiridos novos equipamentos e softwares de forênsica digital e o treinamento dos servidores. Em 2014, foram incluídas aquisições de equipamentos de suporte às operações de busca e apreensão no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2014-2016, tendo sido adquiridos equipamentos para tratamento de informações digitais (HDs e 5 duplicadores para cópia das informações nas operações realizadas). Além disso, foram contratadas duas consultorias no âmbito da cooperação internacional para a elaboração de filtros econométricos para análise de bases de dados de compras públicas, com o intuito de identificar possíveis cartéis em compras públicas.

Além disso, o Cade procurou firmar parcerias com órgãos públicos para acessar informações e cruzar dados que possam dar origem a novas investigações. Em 2014, foram firmados acordos com a Controladoria Geral da União, Agências Reguladoras, Tribunal de Contas Estadual dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Prefeitura de São Paulo e Ministérios Públicos dos estados da Paraíba e Rio Grande do Sul. Por fim, houve a ampliação da equipe de inteligência, que agora conta com quatro servidores.

Tendo como prioridade o combate a cartéis, foram feitos investimentos em equipamentos, softwares e treinamento da equipe em técnicas de investigação e econometria para consecução do projeto de Estruturação do Laboratório de Inteligência do Cade. Além disso, está em fase de negociação a entrada do Cade na Rede Lab, rede de inteligência e compartilhamento de softwares de análise forense coordenada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justica (DRCI-MJ).

Os resultados esperados dessa estratégia de centralização são a ampliação da expertise do Cade em seu trabalho de inteligência e o aumento da capacidade de processamento de informação, o que renderá investigações sobre infrações à ordem econômica mais robustas e céleres. Além disso, o trabalho da Autarquia poderá subsidiar e dar maior suporte operacional a investigações promovidas por parceiros.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantação do Novo CADE**

Análise Situacional da Meta

Análise Situacional da Meta: As alterações trazidas pela Lei nº 12.529/2011, tratadas como prioridade pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Melhora do Ambiente do Investimento – apontam a necessidade de ampliação do Cade e de suas competências, como meio de fortalecimento da política de defesa da concorrência, incumbindo à Autarquia grandes desafios, a começar pela sua própria reestruturação.

O Novo Cade foi formalmente instituído com a entrada em vigor da nova Lei da Concorrência (Lei nº 12.529/2011) e do Decreto nº 7.738/2012, que aprovou a estrutura regimental do Cade. Além disso, houve mudança das instalações físicas (mudança de sede), dos processos de trabalho e sistemas de informação, além dos normativos internos para adequação aos prazos e procedimentos definidos pela nova Lei da Concorrência.

Contudo, a partir de 2013, a meta de implementação do novo Cade passou a ter um novo viés, o de sedimentar a atuação do Conselho. Nesse sentido, os próximos desafios da Autarquia podem ser divididos em dois grupos: desafios estruturais e desafios de gestão.

Em junho de 2013, foi autorizada a realização de concurso para provimento de 26 (vinte e seis) cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE). O concurso foi realizado em 2014, com seu resultado homologado em junho de 2014, e nomeação dos servidores a partir de outubro, predominantemente na área meio do CADE. A realização desse

concurso é uma etapa importante no fortalecimento do Cade, e supre parte da demanda por recursos humanos atual na Autarquia.

Após um ano de funcionamento da estrutura atualmente vigente, foram detectadas necessidades de ajuste no organograma para atender demandas que não foram mapeadas antes do processo de transição para o novo Cade. Verificou-se que o atual organograma mostrou-se suficiente para estruturar o novo processo de análise de fusões e aquisições, que atingiu patamares de eficiência compatível com as melhores agências antitruste do mundo. Contudo, o mesmo nível não foi alcançado na área de repressão a condutas anticompetitivas (especialmente cartéis), cujos prazos de análise ainda precisam ser reduzidos para garantir a efetividade das decisões do Cade.

Por essa razão, em 2013 foi submetido ao Ministério da Justiça, para instrução e posterior encaminhamento ao Ministério do Planejamento, pedido de reestruturação para ampliação da estrutura da Superintendência-Geral, com a criação da 9ª Coordenação-Geral de Análise Antitruste (CGAA 9), fortalecendo a área finalística mediante ajustes pontuais na estrutura do Cade, com o rearranjo de cargos comissionados já existentes e trocas de cargos, sem necessidade de aumento do saldo total de cargos da Autarquia. O pedido encontra-se em análise no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os desafios de gestão decorrem, em grande parte, dos desafios estruturais e versam sobre o uso integrado de informações, revisão dos indicadores de desempenho, medidas de padronização e institucionalização das práticas de gestão, melhoria dos controles internos e otimização dos processos de trabalho.

- **Implementação do sistema de notificação e tramitação eletrônica dos processos administrativos**

Análise Situacional da Meta

Análise Situacional da Meta: Os processos administrativos constituem a materialização da atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, tanto o controle de estruturas quanto o controle de condutas.

O sistema de notificação e tramitação eletrônica dos processos administrativos faz parte do escopo do projeto Cade sem Papel, que prevê o ingresso de processos e documentos por meio eletrônico, a triagem informatizada, a tramitação eletrônica de processos, a virtualização da análise e preparação das decisões, a automatização das rotinas de julgamento, e a estruturação do banco de dados para permitir a pesquisa processual e geração de estatísticas em tempo real. Essas inovações contribuirão para a redução do tempo de tramitação, a melhora qualitativa das análises, maior capacidade de detecção proativa de problemas concorrenciais, além de seguir os princípios de sustentabilidade econômica e ambiental.

Durante o exercício de 2013, foram investidos mais de R$ 3,5 milhões em infraestrutura de Tecnologia da Informação, no âmbito do projeto Cade sem Papel. Foram adquiridos servidores de rede, dispositivo de armazenamento de dados, scanners, computadores e notebooks.

Dessa maneira, para consecução do Projeto Cade sem Papel, em 2012 foi especificada a solução Siscade e contratada uma fábrica de software para desenvolvê-la. O Sistema foi inicialmente projetado em quatro módulos, e a primeira versão do primeiro módulo entrou em produção em junho de 2012 e se encontra em uso por cerca de 30 usuários das seguintes unidades: (i) Protocolo/Cadastro; (ii) Contabilidade; e (iii) Superintendência-Geral. Atualmente, encontram-se inseridos no sistema todos os processos de atos de concentração submetidos ao Cade a partir de novembro/2012 e as denúncias de infrações à ordem econômicas recebidas a partir de fevereiro/2013.

Em 2013, a evolução do sistema foi suspensa e foi encomendado um estudo sobre a viabilidade da solução. Em 2013 foi contratada consultoria externa com vistas a desenvolver diagnóstico da usabilidade e funcionalidade dos sistemas envolvidos na atividade de instrução de processos administrativos, inclusive no aspecto de segurança, com proposta de melhorias e do diagnóstico da gestão eletrônica de documentos atuais do Cade, identificando os pontos a serem melhorados.

Como resultado desse trabalho, verificou-se que o tempo e o volume de recursos necessários para completar o projeto Siscade eram incompatíveis com as expectativas e possibilidades do Cade. Como alternativa mais viável, identificou-se o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), software livre desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região

(TRF4), que poderia ser cedido ao Cade sem ônus.

Além de contemplar grande parte do escopo do projeto Cade sem Papel, o SEI foi selecionado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão como solução para o Processo Eletrônico Nacional (PEN), que visa integrar os protocolos de todos os órgãos da administração federal, através do Número Único de Protocolo (NUP) para possibilitar o trâmite de documentos e processos eletronicamente, dispensando o uso de papel.

Em 2014, foi colocado em funcionamento o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos do Cade. No segundo semestre do ano, foi realizada audiência pública (nº 4/2014) para debater a implantação do SEI no Cade. Na sessão de julgamento de 26/11, o Tribunal aprovou a resolução que institui o SEI como novo sistema oficial de gestão de processos e documentos eletrônicos da autarquia. A fim de preparar os servidores para a operação do SEI, foram também realizados treinamentos, divididos em diversos módulos, entre 24/11 e 05/12. O sistema passará a funcionar oficialmente no Cade a partir de 01/01/2015. Há uma segunda fase do projeto, que trata da criação e implantação do módulo de peticionamento eletrônico, que inclui o processo de notificação de Atos de Concentração, programada para iniciar-se no primeiro semestre de 2015.

A implantação do SEI contribuirá para a atuação mais eficiente da Autarquia, na medida em que otimizará das rotinas de trabalho, disponibilizará instrumentos de gestão de casos e das equipes, e possibilitará a organização do conhecimento gerado no Cade. Ademais, a eliminação de papel com a adoção do processo eletrônico promove a sustentabilidade econômica e ambiental, além de redução os custos de transação para os administrados. Espera-se que a solução permita ao Cade concentrar seus esforços na construção da capacidade de detecção proativa de problemas concorrenciais e focar nos elementos essenciais para a consecução da política pública de defesa da concorrência no Brasil.

- **Lançamento e divulgação de publicações e cartilhas para disseminação da cultura da concorrência**

Análise Situacional da Meta

Análise Situacional da Meta: Em 2012 o Cade instituiu o projeto Revista de Defesa da Concorrência, com o objetivo de reativar a publicação do periódico.

A edição pelo Cade de uma publicação periódica sobre política de defesa da concorrência teve início em 1975, com o lançamento da Revista de Direito Econômico. Em 2004, o veículo passou a se chamar Revista de Direito da Concorrência. Desde a primeira versão até hoje, mais de 50 edições foram publicadas. Com a nova linha editorial, passa a ser denominada Revista de Defesa da Concorrência, e os artigos submetidos à publicação são avaliados por especialistas externos ao Cade, em sistema de double-blind review. Esta medida é importante para a evolução da qualificação da revista no Qualis, critério criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a avaliação de periódicos acadêmicos brasileiros e internacionais.

A Revista de Defesa da Concorrência é editada semestralmente pelo Cade, com o objetivo de contribuir para o fomento da produção acadêmica sobre política antitruste e difundir conhecimento sobre o tema. A revista apresenta artigos que tratam de defesa da concorrência sob as óticas do Direito, da Economia, das Relações Internacionais e de outras áreas de interesse do Cade. As duas primeiras edições foram publicadas em maio e novembro de 2013, respectivamente. Ambas contaram com 9 artigos publicados, incluindo uma seção de atualidades, seguida de artigos de doutrina jurídica e econômica.

A edição nº 3 da Revista foi publicada em maio de 2014 e contou com 9 artigos, sendo um artigo de atualidades da parte do presidente do “Instituto Nacional de Defensa de la Competencia y de la Protección de la Propiedad Intelectual (INDECOPI)”, instituição encarregada da defesa da concorrência no Peru, bem como outros artigos acadêmicos que contribuem ao debate do tema no Brasil. A edição nº 4, de novembro/2014, contou também com 9 artigos.

Outra ação de disseminação da cultura da defesa da concorrência foi o projeto Cade 50 Anos, realizado pela autarquia com o apoio do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (CFDD), do Ministério da Justiça. O projeto teve início em setembro de 2012, mês em que o Cade completou seu cinquentenário.

As primeiras ações do Projeto foram a realização de uma sessão solene de julgamento que reuniu autoridades e ex-

integrantes do SBDC e o lançamento de uma campanha publicitária sobre a importância da defesa da concorrência para a economia e para a sociedade. Os anúncios publicitários foram veiculados em sete revistas e seis jornais de circulação nacional, além de 17 portais na internet. A campanha contou também com um hot site com conteúdo didático sobre os principais marcos legislativos, a atuação e as competências do SBDC. As informações ficaram no ar durante todo o ano em que se comemorou o cinquentenário da autarquia.

Ainda como parte do Projeto Cade 50 anos, em 2013 foi promovido o Seminário Fronteiras da Defesa da Concorrência, que contou com cerca de 200 pessoas e discutiu a relação da política antitruste com temas como regulação, desenvolvimento, política industrial e Poder Judiciário. Os debates e palestras também foram transmitidos ao vivo pelo site do Cade.

Em 2014, foi realizado seminário “Compliance e a Defesa da Concorrência”, em conjunto com o Centro de Estudos de Direito Econômico e Social – Cedes. O evento ocorreu em São Paulo e contou com o apoio da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região – Emag e da Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe. O Cade também realizou 3 seminários voltados para o público externo que trataram de temas como poder compensatório em análises de condutas anticompetitivas, mercado de telecomunicações, competição bancária. O áudio está disponível no site do Cade (www.cade.gov.br).

- **Realização do encontro anual da ICN (International Competition Network) no Brasil em 2012**

Análise Situacional da Meta

A International Competition Network (ICN) é um organismo internacional dedicado à defesa da concorrência para promover a cooperação e a troca de experiências entre autoridades antitruste. É formada por 129 autoridades de concorrência nacionais ou regionais de 115 jurisdições diferentes.

A Conferência Anual da ICN é o maior evento internacional voltado para a área de políticas antitruste. A participação de externos enriquece o debate e fornece novas perspectivas para as agências. Em 2012, o Cade foi responsável por organizar a 11ª edição, no Rio de Janeiro, e contou com a presença de 489 participantes. A programação incluiu a apresentação do Special Project, trabalho desenvolvido pela autoridade que sedia o encontro, cujo tema foi "Leniency and Settlements Procedures in Competition Enforcement".

Os resultados contribuíram para a revisão pelo Cade das normas internas relativas à celebração de acordos. A realização do evento trouxe consequências positivas e projetou internacionalmente a atuação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Em 2013, o Cade recebeu quatro estrelas no ranking realizado anualmente pela revista Global Competition Review (GCR), especializada em política de concorrência e regulação, referente ao ano de 2012. A GCR avalia a atuação de órgãos antitruste mundiais conferindo a eles classificação em uma escala e zero a cinco estrelas. Pela primeira vez, o Cade recebeu essa classificação, e a realização da 11ª Conferência da ICN foi um dos fatores considerados na avaliação da revista. Com as quatro estrelas, o Cade ficou atrás somente das agências de União Europeia, França, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos e Japão. Em 2014, o Cade manteve a classificação de quatro estrelas da GCR e permanece no grupo das melhores agências antitruste do mundo.

Outro resultado importante foi o convite do presidente do Cade para a vice-presidência para implementação da ICN. Essa posição traz o desafio de coordenar uma agenda extensa de implementação de diversos produtos gerados pelos comitês técnicos da ICN. Nesse contexto, o Cade contratou consultor por meio da cooperação técnica com o PNUD, serviços de consultoria sob a forma de elaboração de plano estratégico para implementação de produtos gerados pela ICN. A consultoria incluiu a coordenação do II Workshop Internacional em matéria concorrencial, realizado no Cade em maio de 2014, para funcionários do Cade e de autoridades da concorrência estrangeiras.

Outro desdobramento é a realização da edição internacional do Programa de Intercâmbio do Cade – PinCade internacional. Em 2013, o Cade recebeu 12 técnicos de agências do mundo, com o intuito de conhecer o funcionamento da autarquia, e contou com diversas palestras e a tradução simultânea da sessão de julgamento ocorrida no período. Em 2014, o Cade repetiu o evento, com a participação de 13 intercambistas.

No que tange a cooperação internacional, o Cade atua em duas vertentes: a cooperação formal e a cooperação informal.

A cooperação formal inclui a negociação de convênios interinstitucionais e as notificações internacionais. Já a cooperação informal se dá pelo relacionamento com outras autoridades e a cooperação em casos concretos ou pesquisas de benchmarking.

Em 2014, duas notificações internacionais foram solicitadas aos Estados Unidos por intermédio do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Internacional (DRCI), do Ministério da Justiça. Ademais, foram assinados três novos convênios internacionais com as autoridades antitruste da Coreia do Sul, Japão e Colômbia, dois acordos, com Rússia e França, foram renovados, e foram iniciadas negociações para assinatura de convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com o Banco Mundial.

A aproximação com outras jurisdições favorece, ainda, a cooperação para o combate a cartéis internacionais e para o controle de fusões transnacionais. Em maio de 2013, o Cade aprovou com restrições duas fusões internacionais, cujas análises foram objeto de cooperação entre o Cade e seu homólogo europeu, o DG-Competition. Enquanto um caso se refere à aquisição da Mach de Luxemburgo pela Syniverse dos EUA (AC 08012.006437/2012-13), o outro diz respeito à fusão da Sueca Munksjö AB e da Finandesa Ahlstrom Corporation (AC 08700.009882/2012-35). A troca de informações, inclusive confidenciais, foi possível em razão da assinatura de um Termo de Renúncia à Confidencialidade por parte das empresas envolvidas, e foi elaborado com base nos modelos sugeridos pela ICN e pela OCDE. Em 2014, dos 77 atos de concentração ordinários analisados ao Cade, 17% demandaram ou foram alvo de cooperação internacional com outras agências. Comparado ao percentual de 5% de 2013, o atual número demonstra o crescimento da importância da cooperação internacional para o Cade, que não só demanda, mas que também passou a ser demandado por agências de outros países.

- **Redução de 50% do estoque de investigações nos setores de saúde e combustíveis em instrução na SDE/MJ**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada. Em 2013, foi registrada redução de 74% do estoque nos casos de saúde e combustíveis. Cumpre destacar que, quando da elaboração do Plano Mais Brasil, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça (SDE/MJ) era responsável pela instrução dos processos de apuração de condutas anticompetitivas. Os fatores que determinaram a definição da meta de redução de estoque nos setores de saúde e combustíveis foram: grande número de denúncias nesses setores; grande impacto no bem-estar dos consumidores; e necessidade de dar resposta mais tempestiva à sociedade. No setor de combustíveis, grande parte dos processos em investigação versava sobre cartéis na revenda. Como resultado desse esforço, pode-se citar a condenação pelo Cade, em 2013, em sessão temática de julgamento dedicada ao setor de combustíveis, de seis casos de cartel, totalizando a aplicação de R$ 120 milhões em multas, destinada ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, que reverte os recursos arrecadados em projetos que visem à recuperação de bens e direitos difusos. Essas práticas ocorreram nas cidades de Manaus (AM), Bauru (SP), Londrina (PR), Teresina (PI) e Caxias do Sul (RS). Em 2014, tem-se a sugestão de condenação enviada pela Superintendência-Geral ao Tribunal de cartel de postos de combustíveis no estado do Espírito Santo (Processo Administrativo nº 08012.008847/2006-17) e a condenação da Raízen Combustíveis S/A (08012.011042/2005-61) por abuso de poder de mercado na distribuição de combustíveis e influência de adoção de conduta uniforme na revenda nas cidades de Marília e Bauru, no estado de São Paulo, com um total de R$ 26,5 milhões em multas aplicadas.

O esforço para redução do estoque iniciou-se ainda em 2012, com a iminência da implantação do Novo Cade, como uma forma de tratar de forma mais eficiente as denúncias recebidas nesse setor. Destaque-se que muitas das denúncias careciam de conteúdo probatório e foram arquivadas por ausência de indícios. O arquivamento desses casos também contribui para o aumento da efetividade da política de defesa da concorrência, na medida em que libera os recursos do CADE para tratar casos com maior chance de condenação.

No setor de saúde, a maior parte dos casos finalizados tratava de condutas unilaterais, ou seja, praticadas por um agente econômico abusando de sua posição dominante. A uniformização de teses acerca de tabelamento de preços pelos

Conselhos Regionais de Medicina, assim como sobre a unimilitância (exigência de exclusividade feita aos médicos pelos planos de saúde), permitiu a solução de diversos processos diferentes sobre o mesmo tema, racionalizando os esforços da equipe. Vale ressaltar que muitos casos também foram arquivamento por ausência de indícios. Como resultado da priorização do setor de saúde, cumpre destacar que, em março de 2013, 93 casos de unimilitância foram encerrados pelo CADE ao firmar acordos administrativos e autorizar acordos judiciais com diversas Unimeds. Ao total, pelas condenações anteriores, as Unimeds pagarão mais de R$ 10 milhões em multas e terão de encerrar práticas de unimilitância. Em 2014, cita-se como exemplo a recomendação de condenação enviada pela Superintendência-Geral ao Tribunal de conduta envolvendo a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde – Unidas e de três hospitais no mercado de prestação de serviços médico-hospitalares no Distrito Federal (PA nº 08012.006969/2000-75). Outras condenações importantes foram 12 casos de tabelamento de serviços médico-hospitalares, resultando na aplicação de 4,6 milhões em multas a entidades representativas da classe médica por fixação de preços de serviços médico-hospitalares no mercado de saúde suplementar.

Atualmente, o Cade tem envidado esforços para redução geral de seu estoque de processos punitivos em investigação, tanto cartéis quanto condutas unilaterais. Em dezembro de 2012, o Cade possuía o estoque de 348 casos em investigação pela Superintendência-Geral. Ao final de 2013, esse número era 232 casos, incluindo novas instaurações. Em 2014, havia 242 casos, sendo 160 casos novas instaurações no período. Esse número considera os Processos Administrativos (PAs), os Inquéritos Administrativos (IAs), os Procedimentos Preparatórios (PPs) e as Denúncias, bem como as Averiguações Preliminares (APs) e os Procedimentos Administrativos (PRs) remanescentes do estoque existente à época da entrada em vigor da nova Lei. O Cade empreendeu outras iniciativas para aumentar a eficiência da gestão no combate a condutas anticompetitivas. Entre elas estão: (i) elaboração do Manual de Busca e Apreensão; (ii) alteração das rotinas internas; e (iii) definição de critérios de priorização dos casos. Como resultado dessa estratégia, percebe-se uma estabilização do estoque, com o tratamento de casos antigos e o aumento da entrada de novos casos, o que denota uma maior agilidade no encaminhamento dos casos em instrução.

Quantidade alcançada

150

Data de Referência

31/12/2014

- **Revisão das normas de tramitação de processos no SBDC para diminuir a duração dos processos, aprimorando a observância dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da razoável duração dos processos administrativos**

Análise Situacional da Meta

Análise Situacional da Meta: Em 2012, o Cade empreendeu grande revisão em suas normas internas sobre análise de Atos de Concentração (AC) e de Processos Administrativos (PA), uma vez que a Lei da Concorrência (Lei nº 12.529/2011), que passou a vigorar em maio de 2012, instituiu o processo de notificação prévia de AC e trouxe alterações significativas nos procedimentos e prazos de instrução de processos administrativos.

Na área de instrução de AC, os resultados têm sido bastante positivos. Alcançou-se tempos de instrução inferiores aos internacionalmente pela sua eficiência. Em âmbito nacional, o novo processo de análise de AC foi uma das 10 iniciativas premiadas pela 18ª edição do Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, promovido em 2013 pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). No cenário internacional, em 2013 a revista Global Competition Review (GCR), principal publicação no tema de Defesa da Concorrência e que realiza uma avaliação de autoridades antitruste, atribuiu ao Cade quatro estrelas (de um total de cinco). O Cade manteve a mesma pontuação em 2014, o que coloca o Conselho ente as oito melhores agências de defesa da concorrência no mundo.

Na área de instrução de processos punitivos, a revisão para a redução do tempo de instrução é mais complexa. Os prazos legais procuram garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa; ainda assim, o Cade tem investido em gestão e priorização de casos, de forma a tornar a atividade o mais eficiente possível.

Em 2013, merece destaque alteração do Regimento Interno do Cade (RICADE), no que diz respeito às normas relativas

à celebração de acordos. Em 2014, foram promovidas novas alterações do RICADE, para tratar temas relacionados à notificação de AC, e para permitir a troca de documentos entre o Cade e os administrados por meio eletrônico. Essas revisões foram aprovadas pelo Plenário do Tribunal, após consultas públicas.

- **Revisão do marco legal dos crimes contra a ordem econômica, com a finalidade de dissuadir a prática de tais delitos e aumentar a eficácia da persecução penal contra crimes dessa natureza**

Análise Situacional da Meta

Além de infração administrativa, a prática de cartel também configura crime no Brasil, punível com multa ou prisão de 2 a 5 anos em regime de reclusão. De acordo com a Lei de Crimes Contra a Ordem Econômica (Lei nº 8.137/1990), essa sanção pode ser aumentada em até 50% se o crime causar grave dano à coletividade, se cometido por um servidor público ou se relacionar a bens ou serviços essenciais para a vida ou para a saúde.

A revisão do marco legal dos crimes contra a ordem econômica foi definida como meta do Plano Mais Brasil com o objetivo de analisar as condutas típicas e as penas aplicáveis às pessoas físicas em caso de cartéis e, se for o caso, propor mudanças no Código Penal para tornar a política de defesa da concorrência mais efetiva.

O Cade participou da Ação II da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) para discutir proposta de reforma do Código Penal e tem estudado as melhores práticas internacionais sobre o assunto, mas ainda não há uma conclusão sobre esse tema.

Estudos apresentados no 19º Seminário Internacional de Defesa da Concorrência, promovido em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio (IBRAC), informam o incremento da persecução penal de cartéis no Brasil. No total, 18 casos foram denunciados com base na Lei 8.137/90, envolvendo a denúncia de 166 indivíduos, dos quais 42 foram condenados, 42 absolvidos, 52 indivíduos tiveram o processo suspenso condicionalmente e 20 indivíduos firmaram transação penal. Além desses, 8 indivíduos tiveram declaração antecipada da prescrição penal, 1 ainda aguarda julgamento e outro faleceu.

O percentual de condenação apurado no Brasil, de 25%, ainda é menor do que o índice registrado nos Estados Unidos na década de 90, por exemplo, que foi de 37%. A reflexão sobre a eficácia da persecução criminal tem provocado discussões que apontam ora para a necessidade de aumento da pena, ora para a descriminalização da conduta. Verifica-se que mais de 35 países dão tratamento penal à prática de cartel, com penas que variam de 6 meses (Bélgica) a 14 anos (Canadá), enquanto poucos países vão em corrente contrária, ou seja, de descriminalização da prática. Contudo, há diferentes modelos jurídicos e arranjos institucionais para persecução das condutas de cartel, portanto faz- se necessário aprofundar o debate sobre esse tema de modo a identificar a melhor estratégia para a realidade brasileira. Em 2014, a OCDE publicou contribuição produzida pelo Cade que versa sobre o combate à corrupção e a promoção da concorrência, em que esse tema foi abordado. O Cade permanece participando de debates sobre o tema, porém sem resultados conclusivos até o final de 2014.

- **Revisão dos programas de leniência e de compliance, incentivando a adesão dos agentes econômicos a esses programas com vistas a tornar mais efetiva a prevenção e a repressão de infrações à ordem econômica**

Análise Situacional da Meta

Análise Situacional da Meta: O Programa de Leniência é um instituto previsto na Lei 12.529/2011 (arts. 86 e 87) que permite ao Cade celebrar acordo com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de cartel, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, mediante a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução da penalidade aplicável. Essa colaboração pode ser tanto no sentido de revelar práticas de cartel antes desconhecidas pelo Cade, como de contribuir para investigações em andamento, fornecendo provas e identificando os agentes envolvidos na conduta colusiva.

Trata-se de importante instrumento da política de combate a cartéis, pois os indícios da infração anticoncorrencial são levados ao conhecimento do Cade, poupando significativos esforços e recursos públicos. Além disso, o instituto da leniência tende a desestabilizar um cartel, pois apenas o primeiro a delatar a prática tem direito aos benefícios estipulados no programa. Ou seja, qualquer desentendimento ou suspeitas dentre os membros do cartel traz a incerteza de que alguém poderá delatar a prática, o que representa um forte incentivo para que aquele que se sinta ameaçado se

antecipe e procure a autoridade de defesa da concorrência.

Em 2012, a Autarquia empreendeu a revisão do Programa com a redação de um novo Regimento Interno do Cade (RICADE), quando da entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011, com o intuito de torná-lo mais transparente e fomentar a procura por parte dos envolvidos em práticas de cartel. O Cade observou como resultado dessa iniciativa a diversificação dos setores em que se iniciaram negociações e o aumento de leniências nacionais. Os próximos passos incluem nova revisão do RICADE para adequar os procedimentos às melhores práticas internacionais e consolidar mudanças procedimentais para negociação dos acordos.

Convém destacar que o Cade definiu como meta para o período de 2011 a 2014 um incremento de 20% no número de leniências assinadas entre os anos de 2007 a 2010. Para dezembro de 2013, a meta é de cumprimento de 75% desse incremento, percentual atingido pela Autarquia. Em 2014, foram assinados dez acordos de leniência, sendo seis novos acordos e quatro aditivos. Foram realizadas, ainda, cinco operações de busca e apreensão, sendo duas cíveis (promovidas pelo Cade) e três criminais (em que o Cade atuou como parceiro), que cobriram mais de 150 alvos distribuídos em sete Estados.

Das investigações decorrentes dos acordos assinados, o Cade julgou até o momento três Processos Administrativos – cartel dos vigilantes em 2007, cartel de peróxidos em 2012 e o cartel de cargas aéreas em 2013 –, estando os demais em instrução ou aguardando julgamento. Além disso, um dos acordos gerou recentemente a Operação Linha Cruzada, de busca e apreensão, para apurar possível cartel em licitações de trens e metrôs em São Paulo e Distrito Federal.

Foi planejada em 2014 a elaboração de proposta para revisão das normas regimentais sobre leniência, visando incorporar ao Regimento Interno do Cade (RICADE) melhorias para tornar o programa mais atrativo e eficiente. A proposta está em fase de análise final pelo Conselho, para ser submetida a consulta pública.

O Programa de Compliance, por sua vez, tem caráter educativo e consiste em disseminação de informações sobre infrações à ordem econômica para o meio empresarial. O objetivo do programa é promover uma atuação preventiva e incentivar a adoção de boas práticas concorrenciais e o estabelecimento de rotinas a serem seguidas por empresas e associações de classe, no âmbito de sua organização interna, para evitar o cometimento de infrações à ordem econômica por seus funcionários.

Assim como tem feito para aprimorar o Programa de Leniência, o Cade tem buscado identificar as melhores práticas internacionais sobre Compliance. Em agosto de 2014, o Cade promoveu o seminário “Compliance e a Defesa da Concorrência”, em conjunto com o Centro de Estudos de Direito Econômico e Social – Cedes. O evento será em São Paulo e conta com o apoio da Escola de Magistrados da Justiça Federal da 3ª Região – Emag e da Associação dos Juízes Federais do Brasil – Ajufe. O seminário reuniu palestrantes do meio acadêmico, de organizações internacionais, da iniciativa privada e do poder público para trocar experiências e debater temas relacionados às melhores práticas em compliance concorrencial.

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Cabe destacar as principais realizações que contribuíram para o alcance deste objetivo do exercício de 2012 a 2014, a saber:

- Na Política Nacional de Arquivos, o Plenário do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ aprovou a proposta de Projeto de Lei que altera a Lei 8.159, de 08/01/1991; a realização da uma Campanha de fomento para criação e desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais, além da cartilha Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais:transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania; o Parecer apresentado pela Comissão

Técnica de Avaliação, referente ao reconhecimento como de interesse público e social do acervo privado da Associação Cultural Cachuera; realização do "I Simpósio Nacional sobre Gestão, Preservação e Acesso aos Documentos Arquivísticos" (I SINGPAD); a avaliação das propostas e moções aprovadas na Plenária Final da 1ª Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ e as publicações das Resolução nº 34, 36,37,39, 40, 41 e 42 do CONARQ (em anexo);

- No âmbito da Gestão de Documentos Federais foram prestadas orientações técnicas a 828 órgãos e entidades da Administração Pública Federal - APF, no que diz respeito à elaboração e análise para aprovação de códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, à análise para aprovação de listagens de eliminação de documentos, ao acompanhamento dos trabalhos e à atuação das Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos e ao tratamento de acervos produzidos e acumulados por órgãos e entidades extintos. Foram eliminados 22.080,44 metros lineares de documentos públicos a partir da aprovação e autorização de 133 Listagens de eliminação de documentos, representando uma grande redução dos gastos com a guarda de documentos destituídos de valor para a guarda permanente, melhor aproveitamento do pessoal alocado na área de arquivos, racionalização de espaço; Cursos de capacitação para servidores de órgãos e entidades da APF.

- Nas ações relativas à Preservação do Acervo Nacional foram desenvolvidas ações de ampliação do controle e disponibilização de informações ao cidadão, pela preservação de 337.637 documentos integrantes de diversos fundos arquivísticos, destacando-se aqueles relativos à entrada de imigrantes e ao registro civil, assim como os fundos "Correio da Manhã" e "Agência Nacional", destacando-se aqueles relativos à temática de interesse da Comissão Nacional da Verdade-CNV como os fundos "Serviço Nacional de Informações (SNI)" e "Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR). No exercício de 2014 foram digitalizados e ocerizadas cerca de 6.500.000 páginas de documentos e 67 fundos documentais, gerando o mesmo número de representantes digitais matrizes em alta resolução (TIFF) e cerca de 757.000 representantes digitais derivados em PDF multipáginas organizados por processos ou dossiês, o que possibilitou a disponibilização de 100% do acervo de interesse da CNV. No portal institucional, 30 instrumentos de pesquisa foram publicados, com vistas à ampliação do acesso do cidadão à informação governamental e foram inseridos 434.830 registros em bases de dados para acesso via Web. O Arquivo Nacional recebeu 08 acervos e recolheu 07 acervo do Departamento de Polícia Federal/Delegacia de Ordem Institucional.

- Nas ações relativas ao Sistema de atendimento ao Usuário, cumprindo sua missão de dar acesso a informação e garantir ao cidadão os seus direitos, o Arquivo Nacional deu atendimento , de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 , a 2.864.182 usuários de forma presencial e a distância e por meio dos sítios institucionais.

No âmbito do projeto Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA) com o objetivo de reunir informações sobre a organização administrativa central e federal brasileira, nos períodos colonial, monárquico e republicano, destacaram-se no ano de 2012 o desenvolvimento do projeto "Estado e Administração na República Velha: 1891-1930 (1ª fase)"; as publicações virtuais "Dicionário da Administração Pública On-line" e a série "Cadernos Mapa". Em 2013 destacaram-se: o desenvolvimento do projeto "Estado e Administração na República Velha: 1891-1930 (2ª fase)"; as publicações virtuais "Dicionário da Administração Pública On-line", a série "Cadernos Mapa", com três volumes sobre as secretarias de Estado do século XIX, e o "Guia da Administração Imperial (1822-1889)" e dois volumes no exercício de 2014, A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha (1822-1891); Fernando de Noronha: uma ilha-presídio nos trópicos (1833-1894).

- Na área de promoção de eventos e difusão do acervo, vêm sendo empreendidas iniciativas para estabelecer acordos de cooperação técnica com instituições congêneres, a exemplo do acordo com o Colégio Pedro II, e parcerias para promover a visitação às exposições e outras ações conjuntas. Outros esforços para viabilizar atividades de difusão cultural também têm sido realizados, a exemplo da itinerância da exposição 50 anos de desenvolvimento nacional, originalmente exibida no espaço do BNDES em 2002, e que percorrerá, em 2015, 7 municípios do estado do Rio de Janeiro.

- Na área de projetos especiais interinstitucionais cabe destacar a continuidade das ações do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas. Nos Estados brasileiros as ações do Memórias Reveladas vêm beneficiando um amplo programa de apoio à organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e

disseminação de diversos acervos em instituições parceiras da Rede Memórias Reveladas. No exercício de 2012 foram realizadas as atividades: gravação de material didático da "Oficina de Fontes para a História do Regime Militar", em apoio à Rede de Observatórios Direito à Memória, Verdade e Justiça, em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; lançamento do livro eletrônico "Arquivo, Memória e Resistência dos Trabalhadores no Campo e na Cidade" e do livro impresso "Arquivos do Mundo dos Trabalhadores", ambos em parceria com a CUT Brasil; realização da "Conferência Internacional Memória: América Latina em Perspectiva Internacional e Comparada", em parceria com a Comissão de Anistia/MJ e a PUC-Rio, reinauguração da exposição Registros de uma Guerra Surda no campus da PUC-Rio. No exercício de 2013, foram disponibilizados banco de dados com representantes digitais de documentos do período da ditadura militar sob guarda da instituição, destacando-se a documentação do extinto SNI – Serviço Nacional de Informações. Foi realizada, em cooperação técnica com os Serviços Gráficos de Sergipe (SEGRASE), a publicação de número especial da revista Perspectiva Histórica, dedicado ao período da ditadura militar e lançamento em diversos estados do Brasil, os três livros vencedores da 1ª. edição do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas, concurso monográfico com base em fontes documentais referentes ao período da ditadura militar. Durante o ano de 2014 foi iniciada a elaboração de novo projeto de digitalização de acervos DOPS (Departamentos de Ordem Política e Social) sob guarda de arquivos públicos estaduais, com a realização de estudos e visitas técnicas. Lançamento do livro digital Arquivos da Repressão e da Resistência; foi realizado o "Seminário Ditadura e Transição Democrática - 5 anos do Memórias Reveladas nos 50 anos do golpe de 1964", do edital do 3º Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas; e publicação do livro eletrônico "Arquivo e memória dos trabalhadores da cidade e do campo", em parceria com a CUT Brasil, primeiro volume da coleção "Arquivos e o direito à memória e à verdade". No que se refere à divulgação nas redes sociais, a página de Facebook do Memórias Reveladas, criada em janeiro de 2013, e utilizada para divulgar conteúdos de interesse do Memórias Reveladas, atingiu a marca de 6.665 seguidores em dezembro de 2014.

Metas 2012-2015

- **120 reuniões técnicas realizadas no âmbito do CONARQ**

  Análise Situacional da Meta

  O Plenário, as Câmaras Técnicas, as Câmaras Setoriais e as Comissões Especiais são órgãos da estrutura básica do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Ao Plenário do CONARQ cabe definir a política nacional de arquivos públicos e privados; as Câmaras Técnicas visam à elaboração de estudos e normas necessárias à implementação da política nacional de arquivos públicos e privados e ao funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR); as Câmaras Setoriais tem por finalidade identificar, discutir e propor soluções para questões temáticas que repercutem na estrutura e organização de setores específicos de arquivos, interagindo com as Câmaras Técnicas; as Comissões Especiais tem por objetivo examinar assuntos específicos relacionados à legislação arquivística. O CONARQ conta, ainda, com uma Coordenação de apoio técnico e administrativo. Nesse sentido, foram realizadas 36 reuniões técnicas até dezembro de 2012, o que representou uma ampliação em 20% da meta anual prevista. No ano de 2013 foram realizadas 47 reuniões técnicas, o que significou um acréscimo de 57% da meta para esse ano. Em 2014 foram realizadas 39 reuniões técnicas no âmbito do CONARQ, o que representou um aumento de 30% para a meta anual.

  Quantidade alcançada

  122

  Data de Referência

  31/12/2014

- **140.000 registros de documentos inseridos e publicados no Banco de Dados Memórias Reveladas**

  Análise Situacional da Meta

  Banco de Dados Memórias Reveladas dispõe, atualmente, de 435.065 registros, dos quais 419.623 foram publicados e estão disponíveis para consulta pública.

  Em 2012, a alimentação espontânea (não patrocinada) do Banco de Dados permitiu a inserção de 7.000 registros, além de mais 15.000 registros oriundos do próprio Arquivo Nacional e dos parceiros: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS e Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – APEJE(Pernambuco), os dois últimos contemplados

com recursos do Projeto Pronac 07-6040, perfazendo 20.000 registros, isto é, 57% da meta prevista para 2012 (35.000 registros).

Em 2013, a alimentação espontânea (não patrocinada) do Banco de Dados permitiu a inserção de 4263 registros o que representa o cumprimento de 12% da meta estabelecida para 2013 (35.000 registros).

Em 2014, a alimentação espontânea (não patrocinada) do Banco de Dados permitiu a inserção de 835 registros o que representa o cumprimento de 2 % da meta estabelecida para 2014 (35.000 registros). Encontra-se em elaboração projeto visando à digitalização de documentos e à alimentação de registros no Banco de Dados.

Quantidade alcançada

27.098

Data de Referência

31/12/2014

- **1.534.852 documentos arquivísticos preservados**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de preservar e facultar o acesso ao patrimônio arquivístico nacional sob sua guarda, o Arquivo Nacional realizou atividades de processamento técnico, conservação e reformatação de 334.844 documentos em 2012 e 342.033 documentos em 2013. No exercício de 2014 o Arquivo Nacional realizou atividades de processamento técnico, conservação e reformatação de 836.477 documentos. Estas atividades compreendem o tratamento arquivístico, a prevenção e/ou reparação de danos e deterioração e digitalização dos documentos para fins de acesso e preservação.

Quantidade alcançada

1.513.354

Data de Referência

31/12/2014

- **217 instituições e entidades cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) tem como competência promover a elaboração do cadastro nacional de arquivos públicos e privados, bem como desenvolver atividades censitárias referentes a arquivos. No exercício de 2012 foram cadastradas 34 instituições e entidades no Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (CODEARQ), atingindo 62% da meta para 2012. No ano de 2013, foram cadastradas mais 40 dessas instituições, sendo 37 públicas e 3 do setor privado, o que representou 74% da meta prevista para o ano. Em 2014 foram cadastradas 42 instituições no CODEARQ, alcançando 78% da meta para esse ano.

Quantidade alcançada

116

Data de Referência

31/12/2014

- **230 ações culturais de difusão do acervo que se distribuem em edição de publicações técnico-científicas, sítios eletrônicos e realização de eventos**

Análise Situacional da Meta

As ações relativas à Promoção de Eventos visam à difusão do acervo arquivístico e da produção do conhecimento, dentre as quais destacamos: 1. Exposições temáticas com 6 mil visitante: - reedição de “Arquivos do Brasil, Memória do Mundo”, “O mundo luso-brasileiro”, “Estampas do Rio”, “Registros de uma guerra surda” e “Jango, nossa breve história”. No plano da itinerância de exposições, “Registros de uma guerra surda”. O A.N. recebeu a mostra “Arpilleras da Resistência Política Chilena”. 2. Seminários: I Seminário Internacional Documentar a Ditadura”, 3º Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos, I Simpósio sobre Gestão, Preservação e Acesso aos Documentos Arquivísticos, Promoção do direito a memória e a verdade, Cartografia nos arquivos; Estado & Administração; 2 Seminários A gestão de documentos arquivísticos na administração pública federal (SIGA); III Seminário internacional de história luso-brasileira: sertão e litoral. 3. Eventos anuais comemorativos ao Dia Mundial

do Patrimônio Audiovisual. O Festival Internacional de Cinema de Arquivo – REcine. 4. Do Programa editorial composto por publicações impressas e eletrônicas, destaca-se: Os presidentes e a república; 3 revistas REcine; Dicionário de Terminologia Arquivística; 6 monografias vencedoras do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2009; monografias vencedoras do Prêmio Memórias Reveladas de Pesquisa 2010; Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais; Fomento à criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais (eletrônica) e Coletânea de legislação arquivística e correlata (eletrônica), Princípios de acesso aos arquivos (eletrônica); Diretrizes do produtor: a elaboração e a manutenção de materiais digitais: diretrizes para indivíduos; Diretrizes do preservador: a preservação de documentos arquivísticos digitais: diretrizes para organizações; Dicionário de Terminologia Arquivística; Norma Brasileira de Descrição Arquivística; A escrita da repressão e da subversão, Ministério da Justiça 190 anos: justiça, direitos e cidadania no Brasil, O Arquivo Nacional 1838-2012, Festas chilenas: sociabilidade e política no Rio de Janeiro no ocaso do Império. 5. Catálogos de exposições e outros materiais para seminários. 6. Periódico científico revista Acervo 6 números em versão impressa e eletrônica. 7. Site de Exposições Virtuais - 7 exposições já realizadas pelo Arquivo Nacional e outras exclusivamente virtuais (190 anos do Ministério da Justiça; Capitais da Bossa Nova: Rio e Brasília nos anos JK e O Rio do morro ao mar: demolições e comemorações em 1922, Brasil: O Império dos trópicos, França: uma festa brasileira , A história em preto e branco: periódicos no Brasil do século XIX, Viagens italianas. O site O Arquivo Nacional e a história luso-brasileira apresentou 10 novos temas. 8. Concurso Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa e o Prêmio Thomas Skidmore.

Quantidade alcançada

188

Data de Referência

31/12/2014

- **2 conferências nacionais de arquivos realizadas em 2013 e 2015**

Análise Situacional da Meta

A primeira Conferência Nacional de Arquivos - CNARQ foi realizada em Brasília de 14 a 17 de dezembro de 2011, com a previsão de terem uma periodicidade bienal.

A primeira CNARQ, em sua plenária final, aprovou propostas relativas à necessidade de revisão da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos. Como resultado das demandas da I CNARQ, seguem as ações realizadas pelo CONARQ: análise dos Relatórios dos GTs ministeriais sobre os resultados da I Conferência Nacional de Arquivos – I CNARQ nas 69ª e 70ª Plenárias do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ em 25 e 26 de junho de 2013; análise e discussão de minuta de Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei de Arquivos nas 71ª e 72ª Plenárias do CONARQ 13 e 14 de agosto de 2013; consulta pública do Projeto de Lei versão 1.0, aprovado na 72ª Plenária do CONARQ, no período de 15 de setembro a 15 de novembro de 2013; análise e discussão de minuta de Projeto de Lei resultante da consulta pública nas 73ª, 74ª e 75ª Plenárias do CONARQ de 3 a 5 de dezembro de 2013; Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei de Arquivos - VERSÃO 1.1 aprovado na 75ª Plenária do CONARQ, de 5 de dezembro de 2013, enviado para exame da Secretaria de Assuntos Legislativos –SAL/MJ em 6 de janeiro de 2014 (Ofício nº002/2014/CONARQ, de 06 de janeiro de 2014). A 2ª. CNARQ, a ser realizada, irá avaliar a implementação das principais deliberações contidas no documento final da 1ª. CNARQ. Contudo, ainda não foi definida a data para sua realização.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **2 milhões de usuários atendidos e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do ano de 2014 foram realizados 1.155.441 (um milhão, cento e cinqüenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e um) atendimentos a usuários e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de

conhecimento. Sendo 34.449 (trinta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove) atendimentos nas formas presencial e a distância e 1.120.992 (um milhão, cento e vinte mil, novecentos e noventa e dois) acessos aos sítios eletrônicos institucionais.

O quantitativo de atendimentos ao usuário acumulado entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014 totalizou 2.864.182 (dois milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, cento e oitenta e dois). Portanto, a meta estabelecida para o período 2012-2015 de dois milhões de atendimentos foi superada. Tal fato deve-se principalmente à disponibilização de sítios eletrônicos institucionais, que se tornaram ferramentas amplamente utilizadas pelos usuários para acesso a uma parte do acervo, a instrumentos de pesquisa, leis e resoluções arquivísticas, além de informações sobre o Arquivo Nacional e sua participação em órgãos internacionais.

As principais realizações de 2012 a 2014:

• Implantação da Sala de Leitura Virtual – http://plutao/salavirtual/, na Coordenação de Consulta ao Acervo-COCAC/COACE, que tem agilizado o acesso a dados e informações contidos em documentos de fundos referentes ao período do regime militar e prontuários da Petrobrás. Essa modalidade de atendimento recebeu demandas de pesquisadores da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, do Ministério Público da União e de pesquisadores acadêmicos.

• Implantação do módulo consulta SIAN, que permitiu o controle informatizado das áreas de processamento do acervo e do atendimento presencial;

• Execução dos procedimentos técnicos e administrativos com vistas à modernização da interface dos sítios institucionais no exercício de 2014; e

• Disponibilização do software livre DSpace aos usuários internos e externos, em suas consultas a parte do acervo da Instituição, o que permitiu a agilização de consultas à documentação produzida por órgãos de segurança do regime militar brasileiro (1964-1985).

Expectativas para o próximo período:

• Dar continuidade às atividades para ampliar a difusão do acervo da instituição, no que se refere às atribuições do atendimento e do acesso à informação;

• Dar prosseguimento às atividades voltadas à modernização do atendimento, por meio da informatização de processos e simplificação de rotinas operacionais, com vistas à agilização da prestação do serviço;

• Criação de novas ferramentas de pesquisas online a serem disponibilizadas aos usuários e servidores;

• Implantação de projeto de formação continuada aos técnicos do atendimento presencial e a distância, da Sede e da Regional em Brasília, com vistas à implementação de novos recursos tecnológicos e boas práticas do setor; e

• Formação de novos profissionais de referência, com a finalidade de qualificá-los para exercer as atividades específicas de atendimento ao público e acesso ao acervo da instituição.

No primeiro semestre de 2014 foram realizados 597.307 (quinhentos e noventa e sete mil, trezentos e sete) atendimentos a usuários e acessos a sítios eletrônicos e outras mídias digitais de difusão do acervo e de conhecimento. O quantitativo de atendimentos ao usuário acumulado entre janeiro de 2012 e junho de 2014 totalizou 2.306.048. Portanto, a meta estabelecida para o período 2012-2015 de dois milhões de atendimentos está sendo superada. Tal fato deve-se principalmente à disponibilização de sítios eletrônicos institucionais, que se tornaram ferramentas amplamente utilizadas pelos usuários para acesso a uma parte do acervo, a instrumentos de pesquisa, leis e resoluções arquivísticas, além de informações sobre o Arquivo Nacional e sua participação em órgãos internacionais. Descrição das principais realizações no semestre:

•Otimização das funcionalidades implantadas no módulo consulta SIAN;

•Execução de atividades voltadas à modernização do atendimento, através da informatização de processos e simplificação de rotinas operacionais, com vistas à agilização da prestação do serviço;

Expectativas para o próximo período:

•Dar continuidade às atividades para ampliar a difusão do acervo da instituição, no que se refere às atribuições do atendimento e do acesso à informação;
•Dar prosseguimento às atividades voltadas à modernização do atendimento, através da informatização de processos e simplificação de rotinas operacionais, com vistas à agilização da prestação do serviço;
•Criação de novas ferramentas de pesquisas online a serem disponibilizadas aos usuários e servidores;

Quantidade alcançada

2.864.182
Data de Referência

31/12/2014

- **50 unidades protocolizadoras da Administração Pública Federal reestruturadas**

Análise Situacional da Meta

Em fevereiro de 2014 foi solicitada a exclusão desta meta em razão do conflito de competências existente entre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal e o Sistema de Serviços Gerais da Administração Pública Federal – SISG, em relação às atividades de protocolo (comunicações administrativas), atividade típica e específica do SIGA, que é o sistema estruturador que responde pela gestão de documentos nos órgãos.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2014

- **8 pontos de acesso da Rede Memórias Reveladas implantados nos estados**

Análise Situacional da Meta

Essa iniciativa busca facilitar, especificamente, o acesso ao portal e ao Banco de Dados Memórias Reveladas, disponíveis no endereço www.memoriasreveladas.gov.br, com a instalação de pontos de acesso informatizados em 8 (oito) estados, contemplando todas as regiões do Brasil. O projeto encontra-se sob análise técnica.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 100 Tbyte/ano a capacidade de armazenamento de arquivos digitais**

Análise Situacional da Meta

No exercício 2012, o processo de aquisição de um repositório digital de 100Tb encontrava-se em andamento com realização do processo licitatório em dezembro de 2013.

No exercício de 2013 atingimos a meta com ampliação da capacidade de armazenamento em 500 Tb.
No exercício de 2014 a meta manteve-se estável.
Quantidade alcançada

500
Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar espaço de armazenamento físico para o acervo da Administração Pública Federal com a adequação de dois depósitos/ano**

Análise Situacional da Meta

O Arquivo Nacional tem sob sua guarda hoje 880 fundos documentais que somam cerca de 60 km de prateleiras. Deste montante, 60% dos fundos está sob guarda da sede no Rio de Janeiro e o restante está armazenado na Coordenação Regional do Distrito Federal.

Durante o exercício de 2013 não foi realizada ampliação do espaço de armazenamento físico do acervo, pois os recursos de investimentos foram priorizados para a ampliação da capacidade de armazenamento digital em função da digitalização dos acervos de interesse da Comissão Nacional da Verdade. Durante o ano de 2014, foi realizado o processo de aquisição de 150 módulos de estantes deslizantes, instaladas no depósito B302 do Prédio B do Conjunto arquitetônico do Arquivo Nacional, para ampliação do espaço de armazenamento físico do acervo em 630m, o que possibilitará armazenar 4.500 caixas de acervo.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

- **Aprovar marcos legais para os Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP), Sistema de Serviços Gerais (SISG) e Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA) da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Em fevereiro de 2014 foi solicitada a exclusão desta meta, pois o Arquivo Nacional elaborou minutas de Nota Técnica, Exposição de Motivos e de Decreto reformulando o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal, encaminhando-o à esfera competente para as providências decorrentes.

Quanto aos marcos legais de responsabilidade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme já informado anteriormente, o marco legal relativo ao Sistema de Administração de Recursos de Informação e Informática (SISP) foi promulgado e o relativo ao Sistema de Serviços Gerais (SISG), não foi promulgado, sob a justificativa que necessitaria de grandes estudos para transformar o SISG em um sistema de logística, continuando assim, o conflito de competências com o SIGA.

- **Aprovar normativas reguladoras das atividades de protocolo da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Em fevereiro de 2014 foi solicitada a exclusão da meta, em razão dos problemas decorrentes da superposição de competências. Apesar das dificuldades, os trabalhos prosseguiram e, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foram elaboradas três portarias interministeriais, sendo que duas delas já foram aprovadas e assinadas pelos Ministros da Justiça e do Planejamento, Orçamento e Gestão, a saber:

. Portaria Interministerial nº 2.320, de 30 de dezembro de 2014, que institui o Sistema Protocolo Integrado no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal;

. Portaria Interministerial nº 2.321, de 30 de dezembro de 2014, que define os procedimentos relativos à utilização do Número único de Protocolo – NUP no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

As duas Portarias Interministeriais citadas acima foram publicadas no DOU nº 253, página 100, seção 1, de 31/12/2014.

A Portaria Interministerial que aprova os procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal encontra-se em tramitação e em vias de ser aprovada e assinada.

- **Aumentar em 10% ao ano a quantidade de equipamentos de preservação instalados (Sistema de climatização; Sistema de monitoramento ambiental; Sistemas de Arquivos Deslizantes), totalizando 2236 equipamentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o Arquivo Nacional adquiriu 680 novos equipamentos de preservação do acervo sob sua guarda, sendo: i)

216 módulos de estantes deslizantes na sede e 463 módulos de estantes metálicas na unidade regional; ii) um sistema de monitoramento ambiental dos depósitos da unidade regional. Portanto, a meta prevista para 2012 (153 equipamentos) foi superada.

Em 2013, o Arquivo Nacional adquiriu 30 novos equipamentos de preservação, o que amplia e moderniza o parque tecnológico para digitalização e preservação, especialmente a digital, do acervo sob sua guarda.

No ano de 2014, o Arquivo Nacional adquiriu 150 módulos de estantes deslizantes, o que permitirá ampliar o espaço de armazenamento físico do acervo em 630m, além de equipamentos de preservação como scanner de mesa para digitalização de fotografias, dentre outros

Quantidade alcançada

860

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitação em gestão de documentos dos servidores dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, mediante a realização de cursos de capacitação e do V Encontro Técnico dos Integrantes do SIGA**

Análise Situacional da Meta

Análise sitacional da meta:

Foram realizados 4 cursos de capacitação dos servidores lotados nas áreas de protocolo e arquivo dos órgãos e entidades integrantes do SIGA, o que garantirá o desenvolvimento das atividades de gestão de documentos com rapidez e eficiência, bem como a disseminação das normas e legislação em vigor.

As atividades necessárias ao cumprimento do objetivo foram desenvolvidas de modo satisfatório. A parceria entre o Arquivo Nacional e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) facilitou e tornou possível a realização de cursos em Maceió/AL e em Porto Alegre/RS.

Descrição das principais realizações:

No 1º semestre de 2014 foram realizados dois Cursos Básicos de Capacitação em Gestão de Documentos para os órgãos e entidades da Adminstração Pública Federal: de 5 a 9 de maio de 2014, em Brasília/DF, e de 2 a 6 de junho de 2014, em Maceió/AL. Em Brasília participaram 19 órgãos e entidades, tendo sido capacitados um total de 33 servidores. Em Maceió participaram 20 órgãos e entidades, tendo sido capacitados um total de 46 servidores.

No 2º semestre de 2014, também, foram realizados dois Cursos Básicos de Capacitação em Gestão de Documentos para os órgãos e entidades da Adminstração Pública Federal: de 15 a 19 de setembro de 2014, em Porto Alegre/RS, e de 3 a 7 de novembro de 2014, no Rio de janeiro/RJ. Em Porto Alegre participaram 19 órgãos e entidades, tendo sido capacitados um total de 33 servidores. No Rio de Janeiro participaram 27 órgãos e entidades, tendo sido capacitados 48 servidores.

Quantidade alcançada

166

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomentar a criação de arquivos municipais em 10% dos municípios brasileiros com população acima de 100.000 habitantes**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 e 2013, diversas ações foram adotadas para fomentar a criação de arquivos municipais, dentre elas: elaboração de instrumentos técnicos com vistas à criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais, considerando os princípios norteadores da lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e

assistência técnica/consultoria aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR. Em 2014, foi dada seqüência às atividades iniciadas em 2013, tendo por finalidade promover, em parceria com o Ministério da Justiça, uma campanha institucional de fomento para criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais, com a execução das seguintes ações em sua fase inicial: envio de ofícios às universidades que oferecem cursos de arquivologia, às associações de municípios, aos tribunais de contas, aos ministérios públicos, aos arquivos públicos estaduais e às associações de arquivistas explicando os objetivos da campanha e solicitando o apoio destas instituições para ampla divulgação da campanha e na colaboração de ações e atividades relacionadas ao desenvolvimento dos arquivos e da arquivologia; encaminhamento de Aviso Circular do Senhor Excelentíssimo Ministro da Justiça juntamente com a publicação "Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais: Transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania" a 1.850 Prefeituras Municipais; desenvolvimento de website para divulgação da campanha e envio de Carta do Presidente do CONARQ a todas as prefeituras do país informando sobre o início da mesma; e realização, no dia 05 de dezembro de 2014, de evento promocional em parceria com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e com a Assessoria de Comunicação do Ministério da Justiça para o lançamento da campanha nas instalações do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, com a apresentação de um filme sobre a importância da criação e desenvolvimento dos Arquivos Públicos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantação de serviços de informação ao cidadão nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Esta meta já foi cumprida. O diagnóstico da situação do funcionamento, infraestrutura, material, dos recursos humanos, dos recursos de tecnologia da informação e da automação de serviços e da integração da informação em rede dos órgãos e entidades com o Núcleo Central do Ministério da Justiça e destes entre si, apoiando com o resultado a implantação do SIC/MJ e SIC/ MJ setoriais tendo em vista a entrada em vigor, em 16 de maio de 2012, da Lei 12.527, de 11 de novembro de 2011. A implantação dos SIC ocorreu em todos os órgãos e entidades da APF. Ficando a partir de maio de 2012 com a entrada da Lei de Acesso em vigor (Lei nº 12.527 de 18/11/2011) para acompanhamento, monitoramento e avaliação da Autoridade de Monitoramento do Arquivo Nacional.

- **Inserir 53.573 registros em sistema informatizado de registro de estrangeiros e naturalização**

Análise Situacional da Meta

Na década de 1980, o Arquivo Nacional recolheu do Departamento de Polícia Federal documentos sobre estrangeiros, que necessitavam de tratamento arquivístico, a saber: relações de passageiros de embarcações que chegaram aos portos brasileiros, relações de aviões que aterrissaram em aeroportos de vários estados brasileiros, fichas consulares de qualificação, cartão de embarque/desembarque de passageiros, pedidos de visto, cartões de serviço de tripulantes marítimos, carteiras de identidade de estrangeiros, controles de entrada/saída de voos e nacionalidades/número de pessoas a bordo, entre outros.

O grande número de consultas às relações de passageiros em vapores, parcela do acervo produzida no final do século XIX e início do século XX, acelerou o processo de desorganização e de deterioração da documentação. Diante disso, o Arquivo Nacional desenvolveu um projeto, a ser financiado com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e executado pela Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), que terá como objetivos: i) tratar tecnicamente a informação presente num dos acervos mais consultados da instituição; ii) inserir dados relativos a quinhentos mil imigrantes em base de dados especifica, destinada à rápida recuperação de informações onomásticas relativas a entrada de estrangeiros; iii) alimentar o Sistema de Informações do Arquivo Nacional, com associação de

imagens das relações de desembarque de passageiros, para acesso via web; iv) permitir aos usuários a verificação imediata da existência de documentos que lhe interessem, bem como lhes garantir rápido atendimento na obtenção dos documentos comprobatórios e certidões necessárias.

Em função de problemas operacionais da instituição executora, este projeto não foi iniciado em 2013. No primeiro semestre de 2014, o Arquivo Nacional recebeu a primeira parcela dos recursos, mas a contratação de pessoal (20 estagiários de nível de superior) para inserção dos dados se deu apenas no final do segundo semestre. Assim sendo, serão realizados registros na base de dados sobre imigração com informações das relações de passageiros do fundo Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (DPMAF/RJ) no exercício de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Integrar mais 20 órgãos e entidades parceiros à Rede Nacional de Cooperação e Informações Arquivísticas do Memórias Reveladas**

  Análise Situacional da Meta

  O objetivo da meta é o desenvolvimento de rede de cooperação visando promover a integração de acervos, a difusão de boas práticas no campo da arquivologia, bem como a execução de ações que favoreçam a reflexão sobre o período de 1964-1985. A Rede Memórias Reveladas é composta, atualmente, por 102 instituições no Brasil e no exterior. No cômputo total, a meta já se encontra superada em 310% (62 órgãos e instituições passaram a integrar a Rede, 20 das quais em 2014) com a adesão de parceiros no Brasil e no exterior. A Rede Memórias Reveladas é a maior rede de cooperação arquivística da América Latina.

  Quantidade alcançada

  62

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Prédio construído, com moderna tecnologia aplicada à guarda e gestão de documentos produzidos e acumulados pela Administração Pública Federal**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta será projetada para o próximo PPA.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Programa Arquivo Nacional Digital (AN Digital)**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa AN Digital vem desenvolvendo as sua atividades visando dotar o Arquivo Nacional da infraestrutura necessária para receber, preservar e dar acesso aos documentos arquivísticos digitais recolhidos à instituição. Nesse sentido, já foi definida uma política de preservação digital institucional, que inclui normas e procedimentos a serem adotados, e está sendo desenvolvida uma solução tecnológica para atender a esta demanda.

  A Modelagem de processos foi realizada e seus resultados apontaram para a criação de uma unidade administrativa para tratar especificamente desta questão.

  Foi finalizado o projeto de integração do repositório digital com o sistema de acesso aos documentos do Arquivo Nacional (Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN).

  No primeiro semestre de 2014 foi concluída a modelagem de processos para adequação da entrada, processamento técnico e acesso aos documentos digitais no âmbito do Programa AN Digital. Ao longo dos meses de janeiro a junho

foram realizadas entrevistas com as unidades administrativas relacionadas a estas atividades, no sentido de subsidiar o detalhamento da situação atual (AS-IS) dos processos; foi feita avaliação da situação atual, levando-se em conta as necessidades de adequação para inclusão dos documentos digitais nos processos; foram modelados os processos futuros (TO-BE) e validados junto às unidades administrativas envolvidas; e elaborado um plano de implementação. O plano de implementação entregue incluiu o detalhamento das melhorias e mudanças nos processos necessárias para a implantação do AN Digital, bem como uma proposta de adequação da estrutura organizacional do Arquivo Nacional para dar conta dos processos que envolvem os documentos digitais.

No que diz respeito ao repositório digital, em fevereiro foi finalizado o projeto de integração do repositório digital com o sistema de acesso aos documentos do Arquivo Nacional (Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN). O projeto incluiu o detalhamento de uma série de funcionalidades no SIAN para possibilitar a importação dos metadados descritivos dos documentos digitais recebidos no repositório e de uma cópia de acesso destes documentos, além de requisitos de controle de acesso e integridade de dados. Foram também detalhados os requisitos do repositório, para entrada e manutenção dos documentos digitais, em conformidade com a realidade do Arquivo Nacional. Nesta etapa foram também realizados testes no Repositório de Objectos Digitais Autênticos – RODA, em uso no Arquivo Nacional de Portugal, ao final dos quais foram detectados alguns problemas de performance. Ao mesmo tempo, foi identificado o lançamento de uma nova versão, mais madura no mercado, da solução para repositórios digitais “Archivematica”, também de código aberto, e passou-se a considerá-la como possível alternativa ao RODA. A princípio, tal solução de repositório digital, desenvolvida pela empresa Artefactual Systems (Canadá) e adotada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), demonstrou ser mais facilmente customizável e de melhor performance. Diante deste cenário, se faz necessária uma avaliação mais detalhada do “Archivematica”, com realização de testes, antes de se dar início à implementação do projeto desenvolvido, fim de se verificar qual dos dois é mais adequado à realidade do Arquivo Nacional do Brasil. Para a realização destes testes, será necessária a contratação de profissional de Tecnologia da Informação especializado. Para tal, em 1º de dezembro foi contratado um consultor que entregará a avaliação da solução ao final de fevereiro de 2015.

Descrição das principais realizações:

Modelagem de processos para adequação da entrada, processamento técnico e acesso aos documentos digitais no âmbito do Programa AN Digital.

Estudos para a inclusão dos documentos digitais nos processos de trabalho do Arquivo Nacional.

Modelagem dos processos futuros (TO-BE) e validação pelas unidades administrativas envolvidas.

Elaboração de um plano de implementação que incluiu o detalhamento das melhorias e mudanças nos processos de trabalho necessárias à implantação do AN Digital.

Finalização do projeto de integração do repositório digital com o sistema de acesso aos documentos do Arquivo Nacional (Sistema de Informações do Arquivo Nacional – SIAN).

Detalhamento dos requisitos do repositório, para entrada e manutenção dos documentos digitais, visando atender a realidade do Arquivo Nacional.

Foram realizados testes no Repositório de Objectos Digitais Autênticos – RODA, em uso no Arquivo Nacional de Portugal.

Início da avaliação do “Archivematica”.

- **Proteger e preservar mais 15 acervos do período do regime militar (1964-1985) no âmbito da Rede Memórias Reveladas**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foram preservados, no Arquivo Nacional, 3 acervos de período do regime militar, totalizando 20% da meta geral de proteção e preservação de acervos.

No segundo semestre de 2014 o projeto de tratamento de acervos de entidades parceiras nos estados encontra-se sob análise técnica no Ministério da Justiça. No que se refere aos acervos públicos federais, prossegue a iniciativa do Ministério da Justiça e Arquivo Nacional visando à localização de acervos da ditadura atualmente não recolhidos ao Arquivo Nacional.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo 0875 vem apresentando níveis satisfatórios de execução, considerando-se os projetos nele contemplados e o nível de maturidade esperado.

Na meta de Articulação do programa Brasil Mais Seguro, convém destacar que foi pactuada com a Casa Civil da Presidência da República a inclusão da instalação de Casas de Direito e unidades de Justiça comunitária, em complementação às câmaras já instaladas.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a instituição de 20 Casas de Direito pelos atores do sistema de Justiça**

Análise Situacional da Meta

Em Abril de 2013, foi dado início às atividades da cooperação com o EUROsociAL II para inauguração da primeira Casa de Direitos do Brasil;

Em Setembro do mesmo ano, foi realizada assinatura de Acordo para implementação de políticas de acesso à Justiça no bairro Jacintinho, em Maceió-AL e em novembro de 2013, foi inaugurada a Casa de Direitos do Rio de Janeiro-RJ, no bairro da Cidade de Deus.

A meta vem sendo cumprida, embora não se espere o alcance quantitativo inicialmente projetado.

RJ, AL - já inauguradas; SE, PB, TO e RN até 2015. Indicação de expansão nacional.

Principais realizações

Inauguração de 2 Casas - Rio de Janeiro e Maceió. Portaria Ministerial com as diretrizes do programa publicada em 30/07/2014. Manual de orientação finalizado e publicado. Acordo para elaboração de software de atendimento e indicadores assinado para ser elaborado em 2015. Convênio para instalação da casa em João Pessoa-PB celebrado.

Expectativas para próximo período (6 meses)

Inauguração de mais duas Casas de Direitos (PB e TO) até julho/2015.

Desafios de implementação

Desenvolver modelo sustentável da política, sem a necessidade de um repasse do governo federal para sua manutenção e sem onerar o Estado e/ou município. Dificuldade em articular as diversas instituições que prestarão serviços, principalmente o Sistema de Justiça. Reforma e/ou construção dos imóveis para implementação da política (atualmente, vem sendo negociado com a CEF caso a caso).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar a instituição de 20 núcleos de Justiça Comunitária pelos atores do sistema de Justiça**

Análise Situacional da Meta

A Meta vem sendo realizada conforme o esperado quanto à celebração de convênios. Os convenentes, contudo, tem enfrentado dificuldades na execução dos pactos e tem sido alto o índice de inexecução integral e mesmo desistência dos projetos.

Principais realizações

Manuais de diretrizes nacionais, orientação para implementação e capacitação estão prontos para serem publicados. Aval da Casa Civil para o PL e Decreto Presidencial. Inauguração do primeiro núcleo no Estado de Goiás. Celebração de 04 convênios para a implantação de novos núcleos em 2014.

Expectativas para próximo período (6 meses)

Apresentação de PL para instituir auxílio-financeiro aos agentes comunitários em formação; Decreto Presidencial instituindo a política. Celebração de parceria com MDS para projetos pilotos em conjunto com as unidades de CRAS e CREAS. Elaboração do sistema de monitoramento e atendimento por parte da UnB, em parceria com a SRJ.

Desafios de implementação

Gerar uma estrutura com a possibilidade de capacitar agentes e equipe dos núcleos de forma permanente.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

- **Articular a realização do programa Brasil Mais Seguro pela criação de 7 centros de acompanhamento do sistema de justiça**

Análise Situacional da Meta

Meta de 4 câmaras em funcionamento foi cumprida. Aguardando a definição de novos estados aderentes para dar continuidade ao trabalho.

Foram instaladas Câmaras de monitoramento, conforme cronograma pactuado no âmbito do programa Brasil Mais seguro,em todos os estados aderentes ao programa (AL, PB, RN e SE).

Pretende-se a manutenção do acompanhamento periódico das câmaras instaladas nos estados pactuantes. O desafio encontrado é a articulação com diversos atores do sistema de justiça e governo estadual para que trabalhem de maneira integrada.

O rebatimento do programa ocorre nos estados pactuantes do Programa Brasil Mais Seguro: Alagoas, Rio Grande do Norte, Paraíba e Sergipe.

A participação social se dá conforme decisão de cada coordenação das câmaras.
Quantidade alcançada

4
Data de Referência

31/12/2014

- **Debater, subsidiar e fomentar políticas de aprimoramento do sistema de Justiça pela publicação de 30 pesquisas, relatórios ou projetos normativos**

Análise Situacional da Meta

A meta vem sendo cumprida, no entanto, ainda não foi alcançado o quantitativo inicialmente esperado. Espera-se que no ano de 2015 haja avanço na elaboração de mais estudos para subsidiar e debater as políticas de aprimoramento do sistema de justiça.

Principais realizações:
Realização de 13 estudos que têm como objetivo subsidiar as políticas e ações de aprimoramento do sistema de justiça e a promoção do acesso à justiça no Brasil. Os estudos foram realizados por instituições e especialistas de na área pesquisada e foi possível promover debate qualificado com os atores envolvidos e fornecer subsídios, sugestões e apontar falhas para os órgãos do sistema de justiça que foram contemplados nos estudos, além de proporcionar o Diálogo entre sociedade civil/governo/sistema de justiça. Foram lançadas e publicadas, ainda, duas edições da revista "Diálogos Sobre Justiça", que é um periódico quadrimestral que tem como objetivo a reflexão sobre o Sistema de Justiça, a partir da divulgação de artigos elaborados por pesquisadores e juristas renomados.

Expectativas para próximo período (6 meses):
A finalização do IV Diagnóstico da Defensoria Pública Nacional, pesquisa de caráter nacional que tem como objetivo gerar subsídios para a defensoria pública. A realização de 5 pesquisas que gerem subsídios para políticas da Secretaria e para o sistema de justiça. A publicação de mais duas edições da Revista "Diálogos Sobre Justiça".

Desafios de implementação:
Um dos grandes desafios é formar a equipe qualificada que possa acompanhar os estudos que estão sendo realizados e definir agenda anual da linhas de pesquisas que serão desenvolvidas pela Secretaria de Reforma do Judiciário.
Quantidade alcançada

13
Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver a Estratégia Nacional de Acesso à Justiça e a Estratégia Nacional de Redução de Litígios, para disseminação do uso de técnicas autocompositivas de solução de conflitos (conciliações judiciais, conciliações e mediações extrajudiciais, desistência de recursos).**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta

Meta proposta para 2014 concluída integralmente

Principais realizações
- Lançamento da Estratégia Nacional de Não Judicialização, Portaria Interministerial nº 1186, datada de 02 de julho de 2014;

-Criação e implementação dos Grupos de Trabalho do Setor Público e Privado;

- Elaboração dos Planos de Trabalho 2014/2015

- Implementação do Comitê Gestor
Aprovação/validação dos Planos de Trabalhos dos Grupos dos Setores Públicos e Privados

- Elaboração do Relatório das Atividades desenvolvidas em 2014

Expectativas para próximo período (6 meses)
- Definição e detalhamento do Cronograma de ações a serem executadas no 1º semestre de 2015;

- Avaliação e Monitoramento das Ações Executadas;

- Lançamento do Projeto Piloto RJ e SP;

- Validação dos Planos de Trabalho 2015;

Desafios de implementação
Criação de uma estrutura organizacional, contemplando quadros funcionais qualificados

- **Disseminar conhecimento agregado acerca do sistema de Justiça, por meio do Atlas do Acesso à Justiça, com a criação e divulgação de 5 indicadores**

Análise Situacional da Meta
Avaliação do cumprimento da meta
Cumprimento conforme o esperado

Principais realizações
2º caderno de indicadores do acesso à Justiça lançado em 17/12/14 e disponível em www.acessoajustica.gov.br

Expectativas para próximo período (6 meses)
Início de trabalho de revisão dos indicadores para a incorporação de novas dimensões. Publicação do 3º Caderno esperada para dezembro de 2015.

Desafios de implementação
Coleta de dados em nível nacional com granularidade municipal; elaboração teórica sobre os impactos dos elementos considerados na composição do indicador.

Outras informações
A produção do terceiro caderno será realizada por meio de Termo de Execução descentralizada entre a SRJ/MJ, SENACON/MJ e a Fub UnB, n. 52/2014; espera-se a celebração de parceria com o IPEA para inovações teóricas e dimensionais nos indicadores

- **Fomentar a modernização do sistema de justiça, por meio do apoio à implantação de 50 unidades especializadas, aprimoramento normativo e apoio ao desenvolvimento gerencial e produção de conhecimento de 03 iniciativas com projetos referência para atender às 26 unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

Quanto às Casas de Direitos: A meta vem sendo cumprida, embora não se espere o alcance quantitativo inicialmente projetado. Destaca-se entre as principais realizações a inauguração de 2 Casas - Rio de Janeiro e Maceió; a publicação da Portaria Ministerial com as diretrizes do programa publicada em 30/07/2014, e, ainda, o Manual de orientação em fase final de elaboração. Em junho de 2014, o SICONV foi aberto para o recebimento de propostas de convênio de justiça comunitária e casa de Direitos: programas 3000020140164 e 3000020140165; a adesão foi, contudo, aquém do esperado, tendo havido desqualificação de grande parte das propostas.

Quanto à Justiça Comunitária: A Meta vem sendo realizada conforme o esperado. O Siconv foi aberto para o recebimento de propostas para convênios em junho de 2014 - programas: 3000020140171; 3000020140165;3000020140164.

Número de propostas foi bastante superior à disponibilidade orçamentária da SRJ/MJ. Espera-se o fechamento de 5 convênios neste ano.

Quanto às pesquisas e análise de projetos normativos: A meta vem sendo cumprida conforme o esperado. As principais realizações foram: * Lançamento de cinco pesquisas, divulgadas e debatidas em quatro seminários com a presença de atores do Sistema de Justiça, de representantes da administração pública, da sociedade civil e da comunidade acadêmica; * Lançamento da primeira edição da revista "Diálogos sobre justiça", com o objetivo de divulgar informações e conhecimento científico sobre o Sistema de Justiça Brasileiro e fomentar reflexões sobre sua estrutura e funcionamento; * Seleção de instituições de pesquisa para realização de quatro estudos a serem publicados em novembro de 2014, que serão utilizados como subsídios para formulação de políticas que visem ao aprimoramento do Sistema de Justiça; * Instituição de Comissão para desenvolvimento da pesquisa "IV Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil"; * Instituição de Comissão para desenvolvimento da pesquisa "II Diagnóstico da Advocacia Pública no Brasil - Volume: Advocacia Pública Federal"; * Elaboração de plano de trabalho com a Universidade de Brasília para a criação da Plataforma de Diálogo para a reforma e democratização da justiça, que tem como objetivo desenvolver mecanismo de diálogo social, desenvolvimento e registro de conhecimento e experiência em torno do estágio atual e desafios do processo de reforma e democratização da justiça no Brasil; * Assinatura de Termo de Cooperação com o IPEA, com o objetivo de desenvolver o estudo "Desburocratização dos Cartórios Judiciais"; * Finalização e divulgação de dois relatórios referentes aos trabalhos desenvolvidos na Comissão de Altos estudos em Reforma do Judiciário e na Comissão de Altos Estudos em Direitos Humanos e Organização de quatro volumes da Coleção "Acesso à Justiça e Transformação Social".

Ainda assim, cumpre informar que, quanto às análises normativas:

Pertencente ao Departamento de Política Judiciária, da Secretaria de Reforma do Judiciário, o Setor Normativo encontra fundamento no art. 24, do Decreto 6.061, de março de 2007. Importantes projetos se concretizaram em virtude de sua atuação, como a Emenda Constitucional nº 80 de 2014, que concedeu autonomia às Defensorias Públicas e fixou prazo para a sua implantação em todo território nacional.

Em parceria com a Secretaria de Assuntos Legislativos e com a Assessoria Parlamentar do Ministério da Justiça, o Normativo acompanha a agenda do Congresso Nacional, examinando propostas que fomentem o acesso e a modernização da Justiça Brasileira.

No segundo semestre do corrente ano 67 projetos foram analisados, dentre anteprojetos de medida provisória, projetos de lei, propostas de emenda constitucional e seus respectivos substitutivos.

- **Instituir e gerenciar o Portal do Acesso à Justiça**

Análise Situacional da Meta

A Meta vem sendo realizada conforme o esperado. O Portal do Acesso à Justiça foi implantado em dezembro de 2013 com dois indicadores de acesso à Justiça. Em 2014, foram lançados o novo layout do Portal, com vistas à adequação do padrão da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, e o “Aplicativo do Atlas”, que tem por objetivo facilitar o acesso às informações de Acesso à Justiça de forma mais rápida e na palma da mão. O conteúdo do mapa de

Acesso é totalmente georreferenciado.

Ainda em 2014, no mês de maio, foi realizada a 1º Oficina Nacional de Indicadores de Acesso à Justiça na UNB. O evento propôs a discussão dos indicadores com a Academia e com os atores do Sistema de Justiça de modo a melhor representar o fenômeno do acesso à Justiça e o impacto dos índices de acesso propostos pelo Ministério.

Em dezembro deste ano, foi lançado o 2º caderno de Indicadores Nacionais de Acesso à Justiça.

Principais realizações

Portal do acesso à Justiça implementado em dezembro de 2013 (contento indicadores nacionais de acesso, glossário de temas, publicações, mapa da Justiça), layout atualizado em junho de 2014, aplicativo disponibilizado em junho de 2014 (atualização dos indicadores, atualização do glossário, ferramentas administrativas implantadas).

Expectativas para próximo período (6 meses)

Encerramento da fase inicial do processo – implantação de ferramentas básicas, conceitos e bancos de dados fundamentais; início da segunda etapa do projeto: pesquisa e elaboração de ferramentas que permitam que o sistema identifique as demandas do público e as direcione ao serviço pertinente.

Desafios de implementação

Definição de malhas de competências e atores do sistema de justiça; criação de formas de identificação e junção semântica entre os problemas dos cidadãos e os sistemas pertinentes

A segunda etapa do projeto será realizada por meio de Termo de Execução descentralizada entre a SRJ/MJ, SENACON/MJ e a Fub UnB, n. 52/2014.

- **Modernizar e padronizar a tramitação do processo eletrônico de provimento e vacância de magistrados, facilitando a troca de informações entre o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Justiça e a Casa Civil da Presidência da República**

Análise Situacional da Meta

Foi proposta a criação do sistema “Processo Eletrônico para Provimento e Vacância” e submetido ao CTI/MJ (comitê de tecnologia da informação do Ministério da Justiça). Encontram-se como desafios de implementação a Interoperabilidade entre os sistemas dos órgãos envolvidos PJE – Processo Judicial Eletrônico, de utilização obrigatória no Poder Judiciário, conforme determinação do CNJ, cuja iniciativa de implantação foi fomentada pela SRJ. A expectativa é que o sistema tenha prioridade no comitê de tecnologia.

O sistema visa garantir maior segurança e agilidade na tramitação eletrônica para análise de processos de provimento e vacância dos membros do Poder Judiciário, cujos atos competem ao Presidente da República.

- **Promover a solução autocompositiva de conflitos por meio da formação de 21 mil alunos pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação**

Análise Situacional da Meta

Avaliação do cumprimento da meta

Até o 1º semestre de 2014, a ENAM havia ofertado 4.030 vagas e, até o final do 2º semestre de 2014, o número de vagas ofertadas foi de 9.565.

Após a realização das adequações necessárias no plano de ação da ENAM, é possível afirmar que a Escola tem melhorado sua forma de atuação, contribuindo para o alcance da meta.

Principais realizações

•2013:

- Curso Básico de Mediação, modalidade à distância (2.000 vagas);

•2014

- Curso presencial de Resolução Consensual de Políticas Públicas (30 vagas)
- Noções Básicas de Conciliação e Resolução de Conflitos para Representantes de Empresas, modalidade à distância (1ª oferta) 1.500 vagas;
- Resolução Consensual de Conflitos Coletivos Envolvendo Políticas Públicas, modalidade à distância (1ª oferta) 500 vagas;
- Fundamentos da Mediação Comunitária, modalidade à distância (1.500 vagas);
- Resolução Consensual de Conflitos Coletivos Envolvendo Políticas Públicas, modalidade à distância (2ª oferta) 1.000 vagas;
- Resolução de Conflitos para Representantes de Empresas, modalidade à distância (2ª oferta) 1.500 vagas;
- Resolução de Conflitos para Representantes de Empresas, modalidade à distância (3ª oferta) 1.500 vagas
- Curso básico de mediação, na forma presencial e em parceria com a AGU (35 vagas).

Desta forma, até o momento, a ENAM ofertou 9.565 vagas em cursos de capacitação sobre os métodos autocompositivos de solução de conflitos.

Expectativas para próximo período (6 meses)

Oferecer 6.500 (seis mil e quinhentas) vagas, distribuídas em 4 cursos de educação à distância – (EAD).

Quantidade alcançada

9.565

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

Atualmente, a Advocacia-Geral da União vem implantando o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (Sapiens), responsável por realizar todo o procedimento eletrônico de gestão arquivista de documentos e controle de fluxos de processos na Instituição. A ferramenta inteligente é capaz de fazer interpretações de similaridade e sugerir informações de pesquisas, jurisprudências, destinatários, notas padrões entre outras informações em tempo real.

Além disso, com a implantação total do Sapiens, será possível o intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração da justiça, além de servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual, metas estas estabelecidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade do Conselho Nacional de Justiça, que visa estabelecer o padrão de integração de sistemas de processo eletrônico, por meio da tecnologia “WebService”.

A previsão é de que o sistema SAPIENS, uma vez em completa operação, substitua gradativamente os atuais sistemas de acompanhamento de processos administrativos e judiciais da AGU, disponibilizando em uma mesma plataforma as funcionalidades inerentes a cada sistema. Entre os principais sistemas estruturantes de gestão documental da AGU estão: AGUDOC (tramitação de processos administrativos), SISCON (gestão da documentação consultiva) e SICAU (gestão da documentação contenciosa).

Com o intuito de viabilizar o sucesso desta empreitada, a Advocacia-Geral da União vem atuando na estruturação de uma Coordenação-Geral de Gestão Estratégica de Sistemas, cuja competência está relacionada ao controle e monitoramento das demandas relativas a sistemas de informação para toda a AGU.

Tratando-se especificamente das atividades relacionadas à implantação do Sapiens, podemos destacar algumas ações promovidas pela Adjuntoria de Gestão Estratégica, em parceria com os demais órgãos da AGU, em especial, o Departamento de Tecnologia da Informação, a Escola da AGU e a Secretaria-Geral de Administração, como a adaptação do sistema SAPIENS às necessidades da AGU, treinamento de áreas afins e a utilização do sistema em produção, contando atualmente com 8.206 usuários internos e 1.852 usuários externo no sistema SAPIENS, totalizando 10.058 usuários ativos. Destaque-se que este total diz respeito a 553 unidades ativas da AGU de um total de 667.

Para viabilizar a implantação e operacionalização célere desse novo sistema de gestão documental, a Escola da AGU realizou 33 treinamentos do Sistema SAPIENS com a disponibilização de 1.000 vagas e capacitação de 744 servidores. Com o mesmo propósito de viabilizar a meta em foco, foram realizados treinamentos virtuais (à distância), o que possibilitou a capacitação de 306 servidores da AGU.

A seguir, relacionamos os fatores positivos e negativos identificados durante a execução do projeto. Os fatores positivos identificados foram a utilização de tecnologia de ponta, implementação de procedimentos automatizados e adoção do conceito de inteligência artificial, por meio de técnicas de análise de similaridade, fornecimento de dados de gestão qualificados, utilização de tecnologias abertas e licenças de domínio comum e compatibilidade com o padrão SIGAD/e-ARQ, estabelecido pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. E os pontos negativos identificados foram: a reduzida equipe de desenvolvimento do sistema e a abrangência e complexidade da estrutura da AGU.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar e implantar sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos da Advocacia Pública Federal adaptados ao padrão de interoperabilidade adotado**

Análise Situacional da Meta

Para a implementação desta meta, algumas iniciativas já foram concluídas pela Advocacia Geral da União, tais como:

1) elaboração e publicação da portaria nº 125, de 30 de abril de 2014, que institui o sistema Sapiens como sistema oficial de informações, documentos e processos eletrônicos da AGU;

2) Também, de acordo com o art. 3º da portaria nº 125, foi instituído o Comitê Gestor Nacional do sistema Sapiens, bem como aprovado seu Regimento Interno na forma do Anexo desta portaria;

3) viabilização da meta de expansão nacional do sistema Sapiens no âmbito da Advocacia-Geral da União, com a criação da equipe especializada para suporte e monitoramento das atividades relativas a implementação do citado sistema. Esta equipe foi constituída a partir de recursos humanos provenientes do concurso realizado para provimento de cargos das áreas administrativas da AGU em 2014.

Destaque-se que para a tarefa em foco a equipe desenvolvimento tem se mostrado insuficiente para atendimento das demandas das diversas áreas da AGU, o que demonstra a necessidade de contratação de técnicos especialistas em desenvolvimento de sistemas de informação, o que poderá ser viabilizado com a contratação da fábrica de software, cujo processo licitatório está em fase final.

A seguir, caracterizamos algumas etapas para viabilização desta meta e seu estado atual:

Concluído:

- Já encontram-se em produção os módulos Administrativo e Judicial do sistema Sapiens;

- O módulo de dívida ativa encontra-se em teste em ambiente de homologação, com previsão de entrar em produção a partir do primeiro semestre de 2015;

Em execução:

A conclusão da expansão nacional do sistema Sapiens pressupõe o desenvolvimento dos módulos Ouvidoria, Correcional e Pessoas, que têm previsão de início dos trabalhos de desenvolvimento para o primeiro semestre de 2015.

Meta Quantificável? (X) Sim ( ) Não

Quantidade alcançada: 80% do cronograma.

Data de Referência: 31/12/2014

Quantidade alcançada

0,8

Data de Referência

31/12/2014

- **Consolidar um padrão de interoperabilidade comum aos sistemas da Advocacia Pública Federal e aos órgãos do Poder Judiciário**

  Análise Situacional da Meta

  A versão do SAPIENS em produção já contempla a integração com o Poder Judiciário via Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), de modo que a AGU já cumpriu seu dever no que diz respeito a meta em foco. Entretanto, importante ressaltar que apenas alguns poucos Tribunais já implementaram a integração nos moldes definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desta forma, não há previsão temporal para a conclusão desta meta, uma vez que depende da inciativa de terceiros.

  Meta não quantificável em razão da análise situacional.

OBJETIVO: 0877 - Reduzir a litigiosidade no Poder Judiciário, com a racionalização do ajuizamento e prosseguimento de ações judiciais em que a Fazenda Pública Federal figure como parte, mediante a resolução administrativa de conflitos, bem como pela atuação processual e administrativa harmônica com a jurisprudência pacificada nos tribunais superiores.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

Com foco na redução de litigiosidade no Poder Judiciário, a Escola da AGU realizou Curso de Formação de Advogados da União, com a disponibilização de 60 vagas; o Curso sobre Resolução Consensual de Conflitos que envolvem Políticas Públicas, em parceria com a Escola Nacional de Mediação e Conciliação do Ministério da Justiça – ENAM e com a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), com a disponibilização de 31 vagas; o Curso Técnicas de Negociação para membros da PGU, da PGF e da CGU, da Fundação Getúlio Vargas, com a disponibilização de 100 vagas.

Ademais, a Procuradoria-Geral Federal – PGF vem atuando na celebração de acordos judiciais. Em 2014, um grupo de trabalho visitou 40 (quarenta) unidades da PGF em todo o país para realizar treinamentos de conciliação e divulgação da prática da conciliação. Ou seja, visitou-se um número próximo ao do ano de 2013, qual seja, 38 (trinta e oito) unidades.

Como resultado destas iniciativas, entre janeiro e novembro de 2014, a PGF realizou 101.725 (cento e um mil, setecentos e vinte e cinco) acordos — o que representou uma média mensal de 9.248 (nove mil, duzentos e quarenta e oito) acordos e implicou uma economia de R$ 355,2 milhões ao erário. Nestes onze meses, o valor pago, em média, foi de 68,0% do valor estimado como devido. Cumpre apontar que, na apuração desse montante, ainda não foram considerados os acordos celebrados em dezembro.

Estes dados indicam que, no ano de 2014, houve um aumento da ordem de 2,3% na média de acordos celebrados por mês, em comparação com o ano antecedente. Com efeito, em 2013, a PGF celebrou 108.430 (cento e oito mil, quatrocentos e trinta) acordos — o que representou uma média mensal de 9.036 (nove mil e trinta e seis) acordos. O montante economizado superou os R$ 339,7 milhões economizados em 2013. O percentual de economia referente ao período de janeiro a novembro de 2014 não oscilou significativamente em relação ao percentual de 68,7% apurado no ano de 2013.

Além da continuidade das iniciativas de conciliação, foi instituída, no primeiro semestre de 2014, a Estratégia Nacional de Não Judicialização – ENAJUD, na forma da Portaria Interinstitucional nº 1.186, de 2 de julho de 2014. A PGF integra o GTT (Grupo Temático de Trabalho) do Setor Público, nos subgrupos Previdência e Assistência Social, Servidor Público e Dívida Ativa, coordenando um dos SubGTT's.

No âmbito das atividades de cobrança e recuperação de créditos, convém destacar que a Portaria AGU nº 193, de 10 de junho de 2014, incluiu o artigo 3º-A na Portaria AGU nº 377, de 25 de agosto de 2011, autorizando os órgãos de

execução da PGF a não propor ações, a não interpor recursos, assim como a desistir das ações e dos respectivos recursos, quando o valor total atualizado do crédito decorrente do pagamento indevido de benefícios previdenciários ou assistenciais, relativos a um mesmo devedor, for igual ou inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais). Por sua vez, a Portaria PGF nº 468, de 11 de junho de 2014, alterou o caput e incluiu, ainda, o § 3º ao artigo 2º da Portaria PGF nº 916, de 31 de outubro de 2011, para adequação à Portaria AGU nº 193, de 2014. As alterações nestes atos normativos visam à otimização dos trabalhos das Seções/Núcleos de Cobrança da PGF, permitindo uma atuação estratégica na recuperação de créditos.

Também acerca das atividades de cobrança e recuperação de créditos, a PGF deu continuidade aos esforços no sentido de conseguir o desenvolvimento de um sistema voltado para uma gestão mais eficiente da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. Isto porque, uma vez desenvolvido o Sistema de Dívida Ativa da Procuradoria-Geral Federal – SISDAT, será possível monitorar, com precisão, o estoque de créditos, as execuções fiscais ajuizadas e seu estado, dentre outras informações estratégicas. Ademais, o SISDAT pretende ser o ambiente a conter todos as ferramentas necessárias para realização dos procedimentos necessários à cobrança judicial e acompanhamento dos créditos das autarquias e fundações públicas federais.

O projeto do SISDAT está sendo concebido para integrar-se ao Sistema AGU de Inteligência Jurídica – SAPIENS. A fim de otimizar a conclusão do SISDAT, no ano de 2013 foi destacado um Procurador Federal, com a formação técnica necessária à tarefa, para trabalhar de forma dedicada no desenvolvimento dos módulos remanescentes do sistema.

A realização das atividades esperadas quanto ao SISDAT ao longo de 2013, mesmo com a designação do Procurador Federal, não correspondeu às expectativas. Isso porque o mesmo procurador está auxiliando no desenvolvimento de outro sistema de extrema importância para a PGF/AGU, qual seja, o SAPIENS.

Não obstante as dificuldades, várias etapas importantes foram sendo concluídas desde então: a) foi encerrada a fase de modelagem do SISDAT e de estudo dos casos de uso; b) o modelo lógico (entidades e relacionamentos) do sistema e o modelo físico (tabelas e objetos) foram concluídos; c) foi recuperado todo o código legado do SISDAT anterior, sem perda do que fora antes especificado; d) deu-se início ao processo de elaboração das primeiras interfaces do usuário; e) foram realizadas reuniões com a empresa responsável pelo Protesto Eletrônico (CRA Nacional) para futura interoperabilidade com o novo SISDAT; f) o módulo de garantias do sistema foi finalizado.

No ano de 2014, o projeto do SISDAT avançou significativamente com a conclusão de seus principais módulos, restando agora a finalização dos Módulos de Protestos, Garantias e Parcelamento que se encontram em desenvolvimento. Convém ressaltar que foram iniciadas as tratativas com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN e o Banco do Brasil para a viabilização operacional da ferramenta de controle automático de pagamentos.

Em 2015, a previsão é de que todos os módulos do sistema estejam desenvolvidos até o mês de abril, com o início das atividades de homologação para o mesmo período. Ressalva-se que, para a integral entrada em produção do SISDAT, há a necessidade de providências administrativas de órgãos externo à AGU, tais como a STN e o Banco do Brasil, situação que poderá impactar no cronograma previsto caso haja algum contratempo no âmbito das mencionadas entidades.

Por fim, é de registrar-se que a PGF vem buscando meios alternativos de cobrança para diminuir o número de execuções fiscais ajuizadas, tais como o protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDA’s).

No âmbito da Procuradoria-Geral da União, foi instituído o Programa de Redução de Litígios e de Aperfeiçoamento da Defesa Judicial da União. A 1ª geração do programa teve foco na atuação no Superior Tribunal de Justiça - STJ e possibilitou a abstenção e desistência de mais de 10.000 recursos. Como reflexo dessas desistências, as intimações do STJ desfavoráveis à União caíram de 10.671 (junho-2011 a junho 2012) para 7.234 nos 12 meses seguintes, uma redução de 32%. Com a instituição do Programa, foi dada maior segurança jurídica para as desistências, que passaram a se basear em pareceres referenciais emitidos pelo órgão central. Além disso, foi criado procedimento operacional inovador, que facilitou adesão ao Programa: ao invés de elaboração de nota explicativa da desistência, que geralmente era aprovada por um Coordenador, passou a ser necessário apenas a indicação, no sistema de informação, do parecer referencial aplicado.

Também foi desenvolvida a 2ª Geração do Programa, que consiste, na replicação do programa junto ao Tribunais Regionais Federais (TRFs). No mês de julho, foi promovido mutirões de desistência de recursos junto aos TRFs. Foi

assegurada a extinção de 20.827 processos no Superior Tribunal de Justiça e nos Tribunais Regionais Federais, gerando uma economia estimada de R$ 15,8 milhões em custos administrativos para os tribunais.

Para realizar o objetivo do programa, também foi instituído o projeto "Centrais de Negociação" que visa planejar, organizar e uniformizar as atividades de conciliação de processos de massa da esfera de competência da PGU, contribuindo, assim, para a redução responsável da litigiosidade. Em 2014 foram realizadas aproximadamente 11 mil conciliações de processos em tramitação, gerando uma economia direta (desconto negociado com as partes no valor a ser recebido) de R$ 70 milhões.

Por fim, a Secretaria-Geral de Consultoria - SGCS está atuando mediante estudos para edição de normas que busquem auxiliar na análise da legalidade dos acordos judiciais celebrado por empresas públicas dependentes em valor acima de R$ 500.000,00 (cf. art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.469/97), em trabalho conjunto com outros órgãos da AGU. No ano de 2014, a AGU autorizou a celebração de um acordo judicial feito pela CONAB.

Em outra esfera de atuação, com o Termo de Cooperação Técnico nº 057/2009, a SGCS representa a AGU junto ao Conselho Nacional de Justiça-CNJ em Mutirões Carcerários, analisando processos judiciais de presos provisórios e definitivos, mediante advocacia pro bono, e com atuação administrativa junto às esferas do Executivo Federal, visando a resolução de processos de execução penal e o melhoramento do sistema carcerário brasileiro.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar as normas para dispensa de apresentação de defesa e para a desistência ou não interposição de recursos**

Análise Situacional da Meta

O Departamento de Contencioso da PGF participou ativamente dos estudos, das reuniões e dos debates internos sobre as propostas que originaram Portaria AGU nº 227, de 3 de julho de 2014, a Instrução Normativa AGU nº 2, de 9 de julho de 2014 e a Portaria AGU nº 380, de 15 de outubro de 2014, dispensando a apresentação de recurso especial e recurso extraordinário, nos casos de teses já pacificadas ou de existência de óbices de índole processual.

Estes instrumentos de dispensa de apresentação de defesa ou de desistência ou não-interposição de recursos vêm somar-se à Portaria AGU nº 98 e à Portaria PGF nº 305, ambas de 2013 — as quais subdelegaram às Procuradorias a autorização para concordar com pedido de desistência de ação, nas causas de valor até R$ 1.000.000,00, desde que o autor renuncie expressamente ao direito sobre o qual se funda a ação.

No ano de 2014, em virtude do reduzido número de procuradores federais que atuam na área de cobrança e recuperação de créditos, o Departamento de Contencioso da PGF não pôde dar continuidade ao projeto de desistência de recursos no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho – TST, cujo propósito era obstar o prosseguimento de recursos interpostos no bojo de execuções fiscais previdenciárias decorrentes de acordos e condenações iguais ou inferiores a R$ 10.000,00, recursos que veiculem tese conflitante com Súmula da AGU ou com Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal, bem como aqueles que não preenchem requisitos essenciais de admissibilidade, obedecidos os ditames da Portaria AGU nº 1.642, de 17 de novembro de 2010, ou da Portaria AGU nº 46, de 13 de fevereiro de 2013.

Posteriormente, aumentou-se o limite mínimo de valor da contribuição previdenciária devida, a partir do qual a atuação da PGF na execução fiscal trabalhista (EFT) seria obrigatória (piso de atuação). Para tanto, foi necessário comprovar que o último aumento do piso de atuação não representou perda de arrecadação. Em fevereiro de 2013, foi concluído um estudo neste sentido, o qual foi remetido à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, solicitando-se, então, o referido aumento. Após atuação direta da PGF junto à PGFN, elevou-se o piso de atuação da PGF para R$ 20.000,00, por meio da Portaria MF nº 582, de 13 de dezembro de 2013. A Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da PGF, por meio do Memorando Circular nº 001/2014, divulgou a referida portaria entre as unidades da PGF. A mencionada majoração do piso de atuação veio para otimizar o trabalho dos procuradores federais que atuam nas EFT’s, de modo que possam se dedicar a demandas mais expressivas e de valor mais significativo.

Avançou-se também no Estado do Pará, onde se firmou um convênio com o Tribunal de Justiça para dispensa dos emolumentos, o que é um pré-requisito para início do protesto de CDA’s naquele Estado.

Outro mecanismo de redução de demandas, implementado pela PGF, consiste no procedimento de conciliação prévia,

previsto na Portaria PGF nº 595, de 23 de setembro de 2013. Este procedimento prevê que, anteriormente ao ajuizamento das execuções fiscais, o órgão de execução da PGF deverá notificar o devedor a fim de que pague ou parcele seu débito, sob pena de protesto, quando for o caso, e posterior propositura da ação judicial.

Para demonstrar a eficácia desse procedimento de conciliação prévia, registre-se que ocorreu o pagamento de quase R$ 600 mil apenas no município de São José do Rio Preto nos primeiros sete meses do ano de 2014.

Em relação a defesa da União, a PGU, através do Departamento de Assuntos Civis e Militares - DCM propôs ao PGU, por meio do Despacho nº 075/2014/NSN/DCM/PGU/AGU, de 9/4/2014, que contém gráficos e informações sobre os indicadores de desempenho que lhe serviram de fundamento, a instituição da 2ª Geração do Programa de Redução de Litígios e de Aperfeiçoamento da Defesa Judicial da União. Logo após, por intermédio do Despacho nº 093/2014/NSN/DCM/PGU/AGU, de 5/6/2014 o DCM apresentou ao PGU a minuta de portaria autorizativa de abstenção e desistência de recurso nos TRFs por parte dos Advogados da União que atuam nas PRUs. Instituída a 2ª Geração do Programa pelo PGU, foi editada, na sequência, a Portaria AGU nº 227/2014 e expedido o Despacho n° 500/2014/GAB/PGU/AGU, orientando a desistência e a abstenção de recursos por parte dos Advogados da União que atuam nas PRUs. Com o advento da Portaria PGU 227/2014, o Advogado da União que atua no processo que, de acordo com a sua percepção técnica, decidirá se deve ou não interpor recurso especial e, na hipótese de este ser inadmitido, se interpõe ou não agravo para destrancá-lo. E, para isso, não precisará de aprovação do coordenador temático, bastando, tão somente, a indicação do parecer referencial que ele tiver entendido de enquadrar em cada caso, conforme a orientação do PGU.

- **Aprimorar as Câmaras de Conciliação e Arbitragem**

Análise Situacional da Meta

A meta de aprimoramento da atuação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - Unidade institucional da CGU/AGU para a solução conciliada das controvérsias (judicializadas ou não) entre entes e órgãos da Administração Pública —vem sendo cumprida, como demonstram as seguintes ações:

O Projeto CJU/Conciliação, implantado inicialmente nas Consultorias Jurídicas da União nos Estados de: Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte. Expansão para os demais Estados, estando atualmente implantadas as vinte e sete Câmaras Locais de Conciliação. Publicação da Ordem de Serviço nº 01/2015, com a indicação dos Coordenadores das Câmaras Locais de Conciliação.

Atuação do FÓRUM PERMANENTE DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FEDERATIVOS, em parceria com o STF;

Participação na Comissão instituída pela Secretaria da Reforma do Judiciário (Ministério da Justiça) por meio da Portaria 2.148, de 29.05.2013 (DOU de 31.03.2013, Seção 2, p. 72) – Comissão do Marco Legal da Mediação no Brasil que objetiva avaliar, debater e elaborar propostas para subsidiar os Ministérios e órgãos do Governo Federal, visando ao aprimoramento e modernização da legislação sobre as formas adequadas de solução de conflitos;

Coordenação de Grupo de Trabalho instituído pela Portaria-EAGU nº 8, de 3 de julho de 2013, com a finalidade de estudar, debater, apresentar e formatar uma proposta de curso a distância sobre métodos autocompositivos para a Advocacia Pública Federal, adaptando o conteúdo das publicações sobre o assunto da Escola Nacional de Mediação e Conciliação – ENAM, às peculiaridades da AGU.

CCAF Virtual: realização de Reuniões de Conciliação na CCAF em Brasília com participação virtual de representantes de órgãos e entes públicos federais e advogados públicos lotados em outras unidades da Federação, com apoio dos meios tecnológicos da Internet e Rede da AGU.

Atividades da CCAF nos processo conciliatórios:

Conciliações realizadas com TERMOS DE CONCILIAÇÃO homologados: 200 (CCAF e CLC) (até 31/12/2014)

Reuniões de Conciliação realizadas com registros em TERMOS DE REUNIÃO: 147 (até 31/12/2014)

Quantidade alcançada

347

Data de Referência

31/12/2014

- **Instituir marco legal específico que permita a transação como alternativa para a solução administrativa das lides tributárias**

Análise Situacional da Meta

A meta encontra-se em tratamento, pelo Poder Executivo, com a propositura do PL 5.082/2009, que dispõe sobre transação tributária, nas hipóteses que especifica, altera a legislação tributária e dá outras providências. O Projeto foi apensado ao PL 2412/2007 e atualmente está aguardando parecer na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O Projeto vem no bojo de um conjunto de medidas destinadas à modernização da Administração Fiscal, para tornar a sua atuação mais transparente, célere, desburocratizada e eficiente. Procura constituir nova relação entre a administração tributária e os contribuintes, possibilitando que as duas partes, mediante entendimento direto, alcancem uma aplicação mais homogênea da legislação tributária. Vale notar, ainda, que a morosidade na resolução dos litígios tributários produz graves distorções nos mercados, sendo profundamente danoso para a livre concorrência. A concretização das medidas previstas no Projeto em comento aumentará a eficácia do sistema arrecadatório nacional. Com efeito, os conflitos tributários serão resolvidos no máximo em um ano, o que tornará, para o contribuinte, mais vantajosa a transação do que a aposta em longas discussões judiciais.

O inteiro teor do projeto pode ser acessado pelo link:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=648733&filename=PL+5082/2009

- **Instituir o marco legal que racionalize a execução fiscal**

Análise Situacional da Meta

Desde a edição da Lei nº 11.457/2007, a PGF busca mecanismos para monitorar a centralização da dívida ativa das autarquias e fundações públicas federais. Assim, vêm sendo desenvolvidos sistemas e rotinas para avaliar os meios alternativos de cobrança e a racionalização da execução judicial. Dentre as importantes medidas já adotadas nesse sentido, citem-se a Lei nº 11.941/2009, a Portaria AGU nº 377 e a Portaria PGF nº 916/2011, que estabeleceram valores mínimos para inscrição em dívida ativa e cobrança judicial dos débitos das autarquias e fundações públicas federais, bem como a Portaria MF nº435/2011, a Portaria nº 815/2011 e a Portaria MF nº 582/2013, que trataram da cobrança das contribuições sociais decorrentes das sentenças trabalhistas. Também merecem registro o protesto de Certidões de Dívida Ativa (CDA's), o parcelamento (ordinário ou extraordinário) dos créditos das autarquias e fundações públicas federais e o procedimento de conciliação prévia, já mencionados anteriormente.

As metas da CCAF estão com desempenho satisfatório com previsão de atingimento na integralidade até 2015.

Foram levadas a efeito 152 desistências de recursos perante o STJ. Houve 841 abstenções de interposição de recurso na fase da decisão monocrática. O percentual de abstenções em relação às intimações de decisões monocráticas desfavoráveis/parcialmente desfavoráveis à União no período foi de 55,30%, e o percentual de incremento real, relativamente ao mesmo período de 2011, foi de 145%. O Programa provocou a extinção de 993 recursos e, em decorrência disso, evitou a prolação de no mínimo. 1.145 decisões/acórdãos desfavoráveis à União.

Conforme Anexo I, os resultados do projeto de protesto das CDAs tem alcançado índices de recuperação de crédito superiores a 30% do total de CDAs.

O Projeto CJU/Conciliação foi implantado nas Consultorias Jurídicas da União nos Estados do Rio Grande do Sul e Pernambuco e a instalação do FÓRUM PERMANENTE DE MEDIANÇÃO DE CONFLITOS FEDERATIVOS.

Execução da CCAF:

•Conciliações realizadas com TERMOS DE CONCILIAÇÃO homologados em 2012: 29 (até 29/10)

•Reuniões realizadas com celebração de TERMOS DE REUNIÃO em 2012: 158 (até 29/10).

•125 processos ativos em conciliação na CCAF.

Foram elaboradas 7 propostas de edição de súmulas ou instruções normativas, que servirão de subsídio para expansão do Programa. Comparando-se o período de julho a outubro de 2011 com julho a outubro de 2012, houve um incremento de 35% nas decisões favoráveis à União nas ações de servidores e militares, exceto Mandado de Segurança (Anexo 4 - Índice de êxito do Programa de Redução de Litígios).

Com o êxito descrito no Anexo I, a PGF pretende estender o projeto de protesto das certidões de dívida ativa para outras unidades da federação onde houver autorização para a isenção da União no pagamento de emolumentos prévios. Além dos dados relacionados à economia gerada pela celebração de acordos, detalhada no anexo "Planilhas Acordos 2012", no Anexo II há referência a conflitos relevantes solucionados pela PGF mediante mecanismos alternativos.

A atuação da CCAF tem como beneficiário principal o Governo Federal e por derivação os organismos da administração direta e indireta, e os Estados e Municípios. Ao final de mais um exercício com a ferramenta institucional validada, o que podemos inferir é que a maior beneficiária dos resultados produzidos na CCAF é a própria sociedade que tem nos resultados da transversalidade de atuação a possibilidade de conferir celeridade e efetividade nas controvérsias que foram objeto de conciliação evitando-se disputas e controvérsias inapropriadas entre organismos de uma mesma origem institucional com redução de custos e tempo.

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Órgão Responsável: Defensoria Pública da União

Análise Situacional do Objetivo

Nos termos da Lei Complementar n.° 80/94, art. 4°, na redação conferida pela Lei Complementar n.° 132/09, são objetivos da Defensoria Pública a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais; a afirmação do Estado Democrático de Direito; a prevalência e efetividade dos direitos humanos; e a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Para cumprir com o preceito legal, a Defensoria Pública da União alia-se ao Ministério da Justiça por meio do programa temático Cidadania e Justiça, que compõe o PPA 2012/2015, e, para garantir a obtenção dos resultados esperados na defesa dos interesses individuais e coletivos da criança e do adolescente, do idoso, das pessoas com deficiência e de outros grupos sociais vulneráveis que mereçam proteção especial do Poder Público, abrangendo também a defesa de direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais e difusos. Nesse sentido, em dezembro/2014 a DPU permanecia prestando assistência a 669.772 pessoas.

Durante o ano de 2014 foram empreendidos esforços no sentido de reorganizar a estrutura da DPU para atuação baseada na autonomia recém conquistada, uma vez que possibilita à Instituição atuação independente em nome do cidadão, bem como confere possibilidade de uma busca mais efetiva por recursos para ampliação dos serviços de assistência jurídica gratuita.

A propósito, a DPU tem atuado em várias frentes de modo a tornar mais efetivo o serviço prestado ao cidadão e assistir a cada vez mais brasileiros. Nesse sentido, a resolução extrajudicial de conflitos torna-se um importante foco de atuação da DPU, cuja consecução tem sido feita por meio de acordos de cooperação com órgãos que frequentemente figuram no

polo passivo das demandas judiciais.

O Programa "Eu Tenho Direito", núcleo básico do Plano de Ações da DPU para o biênio 2014-2015, incorporou o projeto "Jornada Meu Defensor", mantendo o objetivo de realizar ações itinerantes em localidades distantes dos municípios sede da DPU. As ações itinerantes são realizadas, também, com intuito de promover a conscientização aos cidadãos dos seus direitos, por meio de orientações e esclarecimentos realizados pelos Defensores Públicos Federais, participantes das ações, com a distribuição de material próprio como, por exemplo, cartilhas.

Especificamente no que se refere à ampliação do número de pessoas atendidas, a DPU tem agido por meio de eventos itinerantes em comunidades quilombolas, povos indígenas, regiões de fronteira e comunidades em situação de vulnerabilidade social, bem como por meio da implantação de novos órgãos de atuação em cidades sede de subseções judiciárias no interior do país.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o atendimento à população abaixo da linha da miséria absoluta por meio da realização de 5 edições do projeto "Jornada Meu Defensor"**

  Análise Situacional da Meta

  O Projeto Jornada Meu Defensor consistia no deslocamento de Defensores Públicos Federais e de estrutura móvel de apoio às cidades que ainda não contam com unidades da instituição ou que estejam distantes dos grandes centros urbanos. O projeto pode ser realizado isoladamente ou em parceria com outras instituições ou órgãos, como Juizados Especiais Federais, Defensorias Públicas Estaduais, Ministério Público, Prefeituras e o Conselho Municipal de Assistência Social.

  Em 2013 foram realizados 5 eventos relacionados ao Projeto Jornada Meu Defensor e a partir de 2014, os Projetos "Ações Itinerantes" e "Jornada Meu Defensor" passaram a ser realizados conjuntamente sob nova denominação: Projeto Ações Itinerantes — Eu Tenho Direito.

  Quantidade alcançada

  5

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Apoiar a implementação de núcleos especializados da Defensoria Pública para atendimento de casos de discriminação racial.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foi criada a Secretaria de Direitos-Humanos da DPU, ligada a Secretaria-Geral de Articulação Institucional, que tem entre outras atribuições a articulação com a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR para orientar a atuação da DPU em relação ao atendimento diferenciado à população vitima de discriminação racial. Todos os Defensores Públicos Federais lotados os órgãos de atuação da DPU em operação no País, estão aptos a atender casos de discriminação racial.

  Importante registrar também a atuação da DPU, em conjunto com a Fundação Cultural Palmares e a SEPP1R, na realização de eventos para capacitação dos Defensores Públicos Federais, Defensores Públicos Estaduais e demais profissionais do Direito, no que concerne às especificidades de tratamento das demandas decorrentes de situações envolvendo a discriminação racial e ao atendimento à população quilombola e comunidades tradicionais.

- **Criar em todas as unidades de atuação da DPU salas de visita virtual, com destaque para o atendimento em penitenciárias federais**

  Análise Situacional da Meta

  O Projeto Visita Virtual é um trabalho conjunto do Departamento Penitenciário Nacional — DEPEN e da Defensoria

Pública da União — DPU, regulamentado pela Portaria DEPEN/DPU n° 500, de 30 de setembro de 2010 e consiste na realização de videoconferência entre os presos e seus familiares, complementando a visita presencial, garantindo direitos e contribuindo para a manutenção dos laços afetivos, tão importantes para a integração social do preso.

Desde a implementação do projeto, busca-se ampliar o atendimento nos órgãos de atuação que já possuem equipamento de videoconferência instalado por meio da divulgação do serviço aos apenados nos presídios federais. O serviço também está disponível para utilização em audiência entre os presos e os Defensores Públicos Federais. Nesse contexto, todas as 832 pessoas em situação de prisão do sistema federal podem ter acesso ao Visita Virtual.

Atualmente, existem em funcionamento 32 salas destinadas à realização de visitas virtuais, sendo uma em cada DPU localizada nas capitais das unidades federativas. Além dessas, existem equipamentos instalados nos seguintes órgãos de atuação: DPU Cascavel (PR), DPU Guarulhos (SP) e DPU Mossoró (RN). Ressalta-se, também, a instalação do equipamento na Penitenciária de Itaí (SP), cuja população de internos é composta por presos estrangeiros.

Em 2014 foi realizada pesquisa nos presídios federais para identificar as principais dificuldades de utilização da Visita Virtual pelos apenados e familiares. Levantaram-se todas as localidades onde há a necessidade de instalação de novos equipamentos que possibilitem a utilização da visita virtual pelos familiares para que seja instalado o equipamento nas dependências da DPU mais próxima. Também ficou constatada a necessidade da instalação de equipamento adicional nas penitenciarias federais para que não haja fila de espera. Diante disso, foram conduzidas diligências junto ao DEPEN para a ampliação do número de equipamentos disponibilizados aos apenados nas penitenciárias federais.

Desde a implementação do projeto, a DPU busca ampliar o atendimento nos órgãos de atuação que já possuem equipamento de videoconferência instalado e alcançou como resultado a realização de 3.677 visitas virtuais no período 2010-2014, das quais 932 foram realizadas em 2014.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

31/12/2014

- **Definir novo modelo de gestão para a abertura das novas Unidades da Defensoria Pública da União (DPU)**

Análise Situacional da Meta

A definição do arranjo institucional dos órgãos de atuação visa promover o alto desempenho de seus principais processos. Neste contexto, considera-se que o centro da ação dos órgãos de atuação é o processo, entendido como um conjunto de atividades inter-relacionadas ou interativas que transforma insumos em serviços com valor agregado, com o objetivo de alcançar os resultados institucionais.

A orientação para alcance dos resultados deve ser refletida no arranjo institucional dos órgãos de atuação e no foco prioritário para as atividades finalísticas do órgão — a prestação da assistência jurídica gratuita.

A Resolução CSDPU n° 63, de 03 de julho de 2012, regulamentou o arranjo institucional dos órgãos de atuação da Defensoria Pública da União nos Estados e no Distrito Federal definindo que os mesmos serão organizados por meio de Núcleos e/ou Ofícios criados pelo Defensor Público-Geral Federal.

Os dispositivos legais trazem ainda a figura dos órgãos de execução. De acordo com o art. 5º da Lei Complementar 80/1994, os Defensores Públicos Federais são os órgãos de execução da Defensoria Pública da União nos Estados e no Distrito Federal.

No ano de 2014, com o advento da Emenda Constitucional n° 80/2014, que estabelece metas constitucionais para a DPU, impondo o prazo de 8 anos para que a União conte com defensores públicos federais em todas as unidades jurisdicionais, em número proporcional à demanda pelo serviço de assistência jurídica à população local; impôs que o novo modelo de gestão seja adequado à exigência legal, ora estabelecida, ficando seu desenvolvimento e aprovação para o ano de 2015.

O modelo de abertura de novos órgãos de atuação poderá contemplar além do arranjo institucional, o dimensionamento do quadro de pessoal e prestadores de serviços, os custos e os investimentos necessários para acionamento de cada tipo de órgão de atuação.

- **Disponibilizar o serviço de assistência jurídica gratuita a estrangeiros em 100% das arenas durante os grandes eventos**

Análise Situacional da Meta

Durante o evento Copa do Mundo de Futebol, realizado nos meses de junho e julho/2014, verificou-se que as demandas destinavam-se, em grande parte, a competências relativas às defensorias estaduais.

A partir da experiência obtida durante a Copa do Mundo de Futebol encontra-se em andamento a análise da viabilidade de manter estrutura adequada para atendimento durante os Jogos Olímpicos a serem realizados no Rio de Janeiro em 2016.

- **Disseminar o conhecimento dos direitos, deveres e da cidadania aos jovens do ensino público básico e superior em todas as regiões do país**

Análise Situacional da Meta

O Projeto DPU nas Escolas é executado de forma descentralizada por meio dos órgãos de atuação da DPU nos Estados da Federação e desenvolvido por meio de encontros e palestras ministradas pelos Defensores Públicos Federais no ambiente das escolas. Nestes encontros, a DPU se apresenta para a comunidade como o órgão constitucionalmente destinado a ofertar serviços jurídicos gratuitos à população de baixa renda, incluindo orientação e assistência jurídica.

Os órgãos de atuação da DPU estão devidamente orientados em relação à forma de priorizaç'âo das escolas a serem atendidas, elaboração de cronogramas de atendimento, temas a serem abordados, inclusive com a distribuição de cartilhas para temas específicos de interesse da comunidade, e ainda, em relação às tratativas com as Secretarias locais de educação para assinatura de acordo de cooperação técnica.

Em 2014 também foram realizadas palestras em universidades e escolas de ensino fundamental e médio das diversas unidades da federação.

- **Facilitar o acesso a justiça a partir da implantação do serviço de orientação e agendamento de atendimento via serviço 0800**

Análise Situacional da Meta

O Projeto "Serviço de Orientação e Agendamento de Assistência Jurídica por Telefone 0800" tem como objetivo a criação de um serviço de informações ao cidadão, por meio da disponibilização de número telefônico para Discagem Direta Gratuita e endereço eletrônico.

Em 2014, não obstante os potenciais benefícios para os assistidos da DPU, não houve possibilidade de contratação de empresa prestadora de serviços de call center.

- **Implantar o serviço de conciliação extrajudicial de conflitos em todos os Estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi criada a Secretaria de Conciliação Extrajudicial, ligada à Secretaria-Geral de Articulação Institucional, com atribuição de estimular e acompanhar as ações relacionadas à atuação extrajudicial na DPU.

Como estratégia de estímulo à atuação extrajudicial foram realizados Acordos de Cooperação Técnica, de âmbito nacional com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e a Caixa Econômica Federal — CEF, que permitem a troca de informações e documentos, por meio de canais de comunicação informatizados, entre as partes e estabelecem critérios e cronogramas que facilitam a organização de mutirões de conciliação.

Todos os órgãos de atuação estão cobertos pelos acordos com o INSS e a CEF e aptos para ampliar a atuação extrajudicial que agiliza a solução da demanda do assistido e desonera a Justiça Federal.

Complementarmente, está sendo fortalecida a participação da DPU, em iniciativas em parceria com a Justiça Federal, da representação da população em ações de conciliação com órgãos e empresas federais como INFRAERO e DNIT, entre outros. Como exemplo de atuação extrajudicial, pode-se mencionar o atendimento às populações atingidas pelas obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte em Altamira (PA), onde foi instalada uma Câmara de Conciliação coordenada pela DPU que tem atuado fortemente na resolução dos conflitos. Em 2013, a atuação da DPU propiciou a realização de 6.832 conciliações extrajudiciais e em 2014 foram realizadas 6.999 conciliações.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Instituir autonomia funcional, administrativa e orçamentária da Defensoria Pública da União, nos termos conferidos às Defensorias Públicas Estaduais (Emenda Constitucional nº 45)**

Análise Situacional da Meta

Em agosto de 2013, foi promulgada a EC n° 74/2013, que concede autonomia administrativa e funcional à Defensoria Pública da União, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária. Tal conquista permite à DPU alcançar o patamar de órgão de Estado, passando assim a responder diretamente à sociedade pela realização do preceito constitucional expresso no art. 5°, LXXIV — "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Com a aprovação dessa Emenda, a DPU passou a ter as mesmas prerrogativas institucionais concedidas às Defensorias Públicas Estaduais desde a Reforma Judicial levada a cabo por meio da Emenda Constitucional 45/2004.

Com efeito, a concessão de autonomia à DPU representa um marco na história do País. Doravante, sua atuação em prol do cidadão é independente e a ampliação dos serviços, imprescindível, o que levará à garantia efetiva dos direitos dos cidadãos necessitados.

- **Levar assistência jurídica gratuita a comunidades terapêuticas de pessoas com transtornos decorrentes do uso do Crack e a seus familiares**

Análise Situacional da Meta

Lançado em dezembro de 2011, o programa "Crack, é possível vencer" é um conjunto de ações do Governo Federal para enfrentar o crack e outras drogas, por meio da articulação entre os Estados, Distrito Federal e Municípios, além da participação da sociedade civil, a iniciativa tem o objetivo de aumentar a oferta de tratamento de saúde e atenção aos usuários drogas, enfrentar o tráfico e as organizações criminosas e ampliar atividades de prevenção até 2014.

O programa conta com ações dos Ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Secretaria de Direitos Humanos.

A DPU, em conjunto com o Ministério da Justiça, está discutindo a possibilidade de um convênio para a utilização do sistema informatizado de Processos de Assistência Jurídica de modo a permitir a operacionalização de sua participação na gestão do Programa. Ademais, estão sendo negociadas com a Secretaria Nacional Antidrogas — SENAD — visitas de Defensores Público Federais às Comunidades Terapêuticas a fim de avaliar o acesso aos equipamentos do Estado pelos usuários nelas internados.

O projeto está sendo reestruturado no âmbito do realinhamento estratégico decorrente do Plano de Ações da DPU para o biênio 2014-2015.

- **Melhorar o atendimento ao cidadão a partir da adequação da infraestrutura de funcionamento e acessibilidade em 59 órgãos de atendimento em todo território nacional**

Análise Situacional da Meta

Em maio de 2013 foi publicada a Portaria n° 409, que instituiu a Comissão de Acessibilidade da DPU, visando o planejamento, elaboração, execução e acompanhamento de projetos e metas direcionados à promoção da acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais no âmbito da Defensoria Pública da União.

Entre as ações já realizadas pela Comissão de Acessibilidade destacam-se:

• confecção de documento encaminhado para todos os órgãos de atuação visando o diagnóstico da atual situação dos edifícios onde se encontram as Defensorias Públicas da União;
• mudanças no procedimento de locação de imóvel, incluindo itens de acessibilidade para as futuras sedes da Defensoria, conforme pode se observar no Manual de Locação; e
• implantação da acessibilidade por meio dos processos regionais de manutenção predial, prevendo no termo de referência a possibilidade de pequenas reformas preventivas e corretivas com adoção dos padrões da NBR 9050.

Além disso, como resultado do trabalho apresentado pela Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade e o Programa de Acessibilidade do Atendimento ao Cidadão, foram definidas as seguintes providências:

• dar conhecimento aos responsáveis pela Engenharia e Arquitetura da necessidade de se obedecer a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e a NBR 9050 em todos os projetos de sedes próprias da DPU;
• analisar os imóveis alugados à DPU com base na legislação citada acima e relatar os problemas encontrados para avaliar a possibilidade de solução dos mesmos nas renovações de contrato ou através da busca de novo imóvel;
• considerar nas compras de mobiliário os parâmetros de acessibilidade da ABNT NBR 9050 nas especificações dos itens (destaque para os itens 9.3 sobre mesas e 9.5 sobre balcões para atendimento);
• no desenvolvimento do Portal Virtual da Defensoria Pública da União, considerar o Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG) e prover os recursos necessários para sua utilização;
• providenciar para todas as órgãos de atuação de atendimento da DPU caixas de som para serem acopladas ao computador que controla o monitor de senhas do Sistema de Gerenciamento do Atendimento para realizar anúncio sonoro das senhas chamadas;
• buscar prover, quando do lançamento de materiais de divulgação, edições acessíveis contemplando a população com baixa visão através de "tipos ampliados" e aos cegos com impressão em Braile, sonora em formato magnético ou digital que possa ser processado por sistemas de leitura e ampliação de tela;
• considerar as limitações impostas no Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG) no desenho do Portal Virtual da Defensoria Pública e oferecer alternativas que possam ser desenvolvidas pela Coordenação de Gestão da Informação da DPU;
• promover a capacitação em Libras aos servidores da DPU de forma a superar o percentual de 5% da força de trabalho

determinado no Decreto 5.626/2005, priorizando os que trabalham no atendimento direto aos assistidos;
• estruturar disciplina sobre a temática de Acessibilidade e a legislação específica para os Cursos de Preparação à Carreira de Defensor Público Federal.

Atualmente, estão sendo conduzidas ações direcionadas à promoção de acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais no âmbito de 55 órgãos de atuação da Defensoria Pública da União.

Quantidade alcançada

55

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover a inclusão profissional e social de 100 jovens oriundos do sistema prisional nos quadros da DPU, no âmbito do Programa Juventude Viva**

Análise Situacional da Meta

Foi celebrado, em agosto de 2012, um Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso no Distrito Federal visando a contrafação de Instituição prestadora de serviços especializados no fornecimento de mão-de-obra carcerária, do regime aberto ou semi-aberto, do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, com vistas à oferta de trabalho para até 30 sentenciados, para atuação na Defensoria Pública-Geral da União e demais órgãos de atuação da DPU no Distrito Federal.

Esta ação possui finalidade educativa e produtiva, e visa à melhoria da condição da dignidade humana dos apenados, conforme preconizado pelo art. 28 da Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal). Com efeito, há atualmente 13 sentenciados atuando nas unidades da DPU no Distrito Federal.

Também foi celebrado, em dezembro de 2012, Acordo de Cooperação Técnica com o Fundação Professor Dr. Manoel Pedro PimenteUSP, cujo objeto é a "viabilização de oportunidade de trabalho pela contratada e interveniente para os reeducandos em regime semi-aberto, do Presídio da Polícia Militar "Romão Gomes", por meio de até 50 postos, oferecidos pela Defensoria Pública da União, em São Paulo. Atualmente, há 18 sentenciados atuando na unidade da DPU São Paulo (SP).

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar ações de prevenção e reparação de danos causados pelo escalpelamento**

Análise Situacional da Meta

Este projeto visa à erradicação dos acidentes de escalpelamento, que consiste na retirada brusca e acidental do couro cabeludo pelo entrelaçar dos cabelos no eixo (desprotegido) que liga o motor à hélice das embarcações. Para tanto, a DPU atua de maneira sistêmica, levando em conta não só a causa determinante, como também os fatores contribuintes para o acidente.

O projeto é realizado por meio de parcerias estabelecidas com diversos órgãos públicos e privados, a exemplo do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Marinha do Brasil, Ministério da Saúde (MS), Fundacentro, Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), entre outros. Basicamente, as vertentes dividem-se em quatro ações, quais sejam:

a) a DPU garante atendimento integral, orientando à vítima sobre seus direitos e, em específico, o recebimento da indenização paga através do Seguro Obrigatório de Embarcações;
b) reparação com cirurgia;

c) encaminhamento da vitima para realização de cursos de capacitação visando à reintegração deste membro à sociedade;
d) viabilização de linha de crédito para modernização das embarcações.

A DPU atua em duas linhas: ações reparadoras e ações preventivas. Nas ações reparadoras, orienta a vitima sobre seus direitos, providencia a documentação para o recebimento da indenização e para realização da cirurgia plástica reparadora, além de estimular a vítima para frequentar cursos de capacitação visando a sua ressocialização.

O acesso à Justiça é feito por meio da abertura do Processo de Assistência Jurídica — PAJ na unidade da DPU local, com a presença da vítima e, a partir daí, são providenciados os documentos necessários, além de preenchida a Ficha de Identificação da Vítima de Escalpelamento — FIVE, desenvolvida pela DPU, cujas informações são utilizadas para traçar política pública visando à erradicação do escalpelamento.

Em relação às ações preventivas, o foco principal é cobrir o eixo que liga o motor à hélice nas embarcações ribeirinhas e promover campanhas de prevenção e orientação, em especial, ensinando a população como proceder diante de um acidente causador do escalpelamento de forma a minorar as consequências.

Em 2014 foram registrados oito eventos que contaram com a intervenção da Defensoria Pública da União.

- **Realizar um total de 100 ações itinerantes, levando assistência jurídica gratuita a comunidades indígenas, comunidades quilombolas e tradicionais, regiões fronteiriças e comunidades com alto índice de vulnerabilidade social**

Análise Situacional da Meta

Com a criação da Secretaria de Atuação Itinerante, ligada à Secretaria-Geral de Articulação Institucional, foi possível estimular e acompanhar as ações itinerantes de forma mais consistente e organizada.

Em março de 2014 foram iniciadas as atividades do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Tradicionais Quilombolas ("GT Quilombola"), instituído pela Portaria DPGF n°71/2014 e cujas ações integram o Programa "Eu Tenho Direito".

Além das iniciativas realizadas de forma independente pela DPU, por meio da qual foram priorizadas localidades onde havia um grande registro de demanda reprimida de causas relacionadas ao INSS ou populações em situação de alta vulnerabilidade social, em 2014 buscou-se fortalecer as ações em conjunto com a Justiça Federal.

Cabe destacar ainda a orientação prestada à população por meio da distribuição de cartilhas, dirimindo dúvidas e promovendo a educação em direitos.

Com relação à prestação de assistência jurídica integral e gratuita às famílias quilombolas, a DPU em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), realizaram ações em diversos Estados, tais como Amapá, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo e especificamente nos municípios de Juiz de Fora/MG e Pelotas/RS. Essa é uma atividade multidisciplinar que inclui, além da prestação de assistência jurídica, o conhecimento e respeito aos costumes da comunidade.

A parceria com a SEPPIR se dá por meio de promoção de ações in loco nas comunidades, como por exemplo, a visita ao quilombo Gomes e Silva, localizado no município de Viamão (RS).

A DPU também firmou parceria com a Fundação Cultural Palmares para formação/capacitação de Defensores Públicos Federais e como meta a realização em 2015, de pelo menos duas capacitações, por meio da Agenda Quilombola.

De acordo com o quadro a seguir, que apresenta dados relativos ao período 2012 a 2014, tem-se que o número de ações itinerantes tem sido crescente a cada ano.

Ano	Quantitativo
2012	15
2013	22
2014	35
TOTAL	72

O PPA 2012-2015 prevê a realização de 100 ações itinerantes até 2015 e até dezembro de 2014 foram realizadas 72 ações.

Quantidade alcançada

72

Data de Referência

31/12/2014

- **Reforçar a política de inclusão social por meio do acesso à justiça, ampliando o atendimento a 200 novos municípios com baixo IDH**

Análise Situacional da Meta

A interiorização da Justiça Federal é tendência dos últimos anos. Amparada na busca de ampliar a garantia de acesso ao Poder Judiciário, tem se materializado com a implantação de varas federais e de juizados especiais federais nos municípios do interior dos estados. Nesse sentido, é necessário que a Defensoria Pública da União acompanhe o crescimento da Justiça Federal e promova o acesso à Justiça por meio da prestação de assistência jurídica a um número cada vez maior de brasileiros necessitados.

Das 273 localidades que sediam órgãos judiciais federais, apenas 67 contam com a Defensoria Pública da União, ou seja, atualmente, a DPU possui cobertura de aproximadamente 25% da Justiça Federal.

De modo a ampliar sua atuação, a Defensoria Pública da União iniciou a partir da edição da Portaria DPGU n° 482/2008, um Plano de Interiorização visando à cobertura total das seções e subseções judiciárias. O Plano foi construído a partir de três critérios utilizados para definição da prioridade na instalação de novos órgãos de atuação: o índice de Desenvolvimento Humano — IDH, a população com renda inferior a três salários mínimos e o número de varas federais instaladas.

Em setembro de 2014, foi instituído, por meio da Portaria n° 401, um Grupo de Estudo destinado a discutir, analisar e sugerir modificações ao Plano de Interiorização da Defensoria Pública da União. O grupo é presidido pelo Subdefensor Público-Geral Federal e formado por seis Defensores Públicos Federais designados por meio da Portaria n° 431/2014. O Grupo conta ainda com o acompanhamento da Assessoria de Planejamento, Estratégia e Modernização da Gestão — ASPLAN e da Escola Superior da DPU.

O esforço empreendido pela DPU na interiorização do órgão resulta na atuação em 1.769 municípios do país. A estratégia de abertura de novos órgãos de atuação no período 2012-2014 resultou no atendimento a 230 novos municípios.

Vale ressaltar que a atuação da DPU está associada à presença da Justiça Federal por meio das suas seções e subseções judiciárias. A DPU adota o conceito utilizado pelo Poder Judiciário que considera a noção de Comarcas — termo que

abrange diversos municípios de uma mesma região.

Conforme consta do Plano de Transformação Organizacional da DPU — PTO, minimamente o que se idealiza para a DPU no final de 2022 é a abrangência nacional e a cobertura de todas as seções e subseções da Justiça Federal. Assim, a DPU deverá chegar a 276 órgãos de atuação de atendimento e a uma população-alvo potencialmente assistida de, aproximadamente, 142 milhões de pessoas. Atualmente, a DPU tem 67 órgãos de atuação e abrange um público-alvo potencial de, aproximadamente, 77 milhões de pessoas.

Com a autonomia alcançada, a DPU mobilizará esforços no sentido de obter a aprovação de orçamento compatível com as necessidades de abertura de novos órgãos de atuação.

Quantidade alcançada

230

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	19	unidade	21	31/12/2014
Região Nordeste	42	unidade	74	31/12/2014
Região Norte	17	unidade	19	31/12/2014
Região Sudeste	75	unidade	49	31/12/2014
Região Sul	47	unidade	67	31/12/2014

OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça por meio da defesa dos direitos dos migrantes, intensificação da cooperação jurídica internacional, e ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Entre os anos de 2012 e 2014 a Secretaria Nacional de Justiça desenvolveu uma série de ações no âmbito das políticas públicas de justiça e cidadania sob sua competência. Destaca-se em matéria de prevenção e combate ao tráfico de pessoas, a instituição do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (ETP), com vigência até 2016, a criação do Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II Plano e do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap), e a ampliação da Rede de Núcleos e Postos.

Em direção a uma reforma na política migratória, realizou-se a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (Comigrar). A conferência foi promovida em parceria com os Ministérios do Trabalho e Emprego e o das Relações Exteriores, com apoio das agências da ONU UNODC, OIM, Acnur e Pnud, reunindo quase 800 migrantes, acadêmicos e militantes de 30 nacionalidades distintas. Do amplo debate foram geradas 2840 propostas a serem consideradas para aprimoramento das políticas públicas e marcos legais desse campo, em especial nas áreas de acesso a serviços e direitos pelos migrantes, inserção econômica, social e produtiva, cidadania e reconhecimento da diversidade, meios de prevenção e proteção nos casos de violação de direitos e participação social. O documento final está disponível na plataforma da conferência (http://www.participa.br/comigrar). Também finalizou-se um anteprojeto de lei para substituir o atual Estatuto dos Estrangeiros e encaminhou-se para o Congresso um anteprojeto de lei sobre apatridia. Realizou-se ainda a Conferência Internacional Cartagena+30, a mais importante sobre refúgio na América Latina; e documentou-se e regularizou-se mais de 30 mil haitianos ingressantes no país.

No âmbito da Classificação Indicativa elaborou-se um novo marco normativo, de modo a expandir o monitoramento para as novas tecnologias do audiovisual graças a, entre outras medidas, a adoção do sistema internacional de classificação de jogos IARC (International Age Rating Coalition). Pesquisas de opinião e projetos como o Classifique, que convida o

cidadão a classificar junto com o Ministério da Justiça, permitem que a política seja mais participativa.
Também foram criados Comitês de Acompanhamento da Sociedade Civil (Casc) em matéria de classificação indicativa e em matéria de migrações.
No campo da titulação de Entidades Sociais, automatizou-se o procedimento para recebimento de relatórios anuais e contribuiu-se para a formulação do novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), consubstanciado na Lei 13.019/2014.
Por fim, também o combate à lavagem de dinheiro e à corrupção se juntam ao rol de realizações na área dos direitos humanos. Nesse tempo, mais de US$ 8 milhões em ativos ilícitos foram recuperados e voltarão aos cofres públicos. Para isso, três encontros da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) foram realizados e instalou-se ao menos um Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro (LAB) em cada estado da Federação, obtendo a cobertura de 100% do território nacional.

A partir da criação da Ouvidoria-Geral, em 2012, os cidadãos têm, gradativamente, ampliado o acesso à pasta e aos serviços disponíveis. Em 2012 foram registradas 1.572 demandas, em 2013, 4.392, e em 2014 já foram registradas 5.590 demandas. O acesso crescente se deve a diversos fatores, como por exemplo: em 2013 os serviços prestados foram disponibilizados no portal servicos.gov e a implantação efetiva do sistema eletrônico de ouvidoria, que permitiu otimizar a recepção, o monitoramento e as respostas às demandas, além de facilitar a forma de contato do cidadão com o Ministério, e em 2014, a Carta de Serviços ao Cidadão foi publicada no sítio do Ministério da Justiça.

Metas 2012-2015

- **16 tratados/acordos internacionais sobre cooperação jurídica internacional assinados.**

  Análise Situacional da Meta

  O quadriênio 2011-14 foi bastante produtivo em termos de acordos de cooperação jurídica internacional. Trabalhamos sobre, pelo menos, 104 acordos, nos seguintes termos:

  Foram promulgados 9 acordos: acordo de cooperação jurídica internacional em matéria penal com Honduras (Decreto n. 8046/13), México (Decreto n. 7595/11), Nigéria (Decreto n. 7582/11), Panamá (Decreto n. 7596/11), Reino Unido (Decreto n. 8047/2013), acordo sobre cooperação em matéria de combate à criminalidade com a Espanha (Decreto n. 8048/13), e acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil com o Líbano (Decreto n. 7934/13). Em âmbito multilateral, foi promulgada a Convenção de Acesso Internacional à Justiça (Decreto n. 8.343/2014) e o Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile (Decreto n. 8.331/2014).

  Além disso, assinamos (1) o acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil com o Marrocos; (2) o Acordo entre os Estados Parte do Mercosul e Associados sobre Jurisdição Internacionalmente Competente, Lei Aplicável e Cooperação Jurídica Internacional em Matéria de Matrimônio, Relações Pessoais entre os Cônjuges, Regime Matrimonial de Bens, Divórcio, Separação Conjugal e União Não Matrimonial; (3) o acordo para implementar o Projeto BIDAL (Projeto de Bens Apreendidos e Confiscados na América Latina), cujo intuito é proporcionar assistência técnica em matéria de administração de ativos para a criação e fortalecimento dos sistemas nacionais de administração de bens apreendidos e confiscados na América Latina; (4) o acordo para integrar o sistema seguro de comunicação da Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica Internacional; e (5) o acordo para criar Grupo de Trabalho para implementação de Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro na Bolívia, nos moldes do modelo brasileiro.

  Em âmbito multilateral, ratificamos a Convenção sobre Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, ambas no âmbito da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.

Propusemos 28 acordos de cooperação jurídica internacional. São eles:
- Foram enviadas propostas de acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil ao/à: Chile, África do Sul, Áustria, Irã, Suíça, Indonésia, Nova Zelândia, México, Peru e Portugal*.
- Foram enviadas propostas de acordo de cooperação jurídica internacional em matéria penal ao/à: Áustria, Bulgária, Indonésia, Irã, Nova Zelândia e a todos os países de fronteira com os quais ainda não temos acordo - Venezuela, Argentina e Uruguai. Também propusemos a ampliação da abrangência do acordo de cooperação jurídica internacional estabelecido com o Reino Unido para que inclua também as Ilhas Jersey.
- Propusemos celebração de memorando de entendimento que estabelece modelo de formulário bilíngue para restituição de pedidos de cooperação jurídica internacional referentes à comunicação de atos processuais e para informação sobre cumprimento de pedido de cooperação jurídica internacional à/ao: Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Uruguai.
- Propusemos celebração de acordo que cria o Grupo de Trabalho para implementação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro à Colômbia e ao Peru.

Negociamos 12 acordos. São eles:
- Acordo de cooperação jurídica internacional em matéria civil com Ucrânia, Colômbia, Peru e Cuba
- Acordo de cooperação jurídica internacional em matéria penal com Grécia, Belarus, Indonésia e Irlanda
- Acordo de repartição de bens confiscados no âmbito do Mercosul
- Protocolo da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal Relativo ao Uso de Novas Tecnologias de Comunicação e à Audiência por Videoconferência
- Acordo para Reestruturação e Reengenharia da Rede Hemisférica de Cooperação Jurídica em Matéria Penal da Organização dos Estados Americanos (OEA)
- Memorando de Entendimento entre Ministérios da Justiça do Brasil e da Belarus

Foi revisto o texto de 3 acordos:
- Protocolo de Medidas Cautelares (Ouro Preto)
- Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais (San Luís)
- Acordo de Cooperação e Assistência Jurisdicional em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile

Em matéria migratória, foram assinados Acordo para Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e Índia, e Brasil e Japão. Também foi assinado o Acordo de Residência com Uruguai, e o Acordo Fronteiriço Brasil – Guiana Francesa.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2014

- **Estruturar a Ouvidoria Geral do MJ**

Análise Situacional da Meta

A Ouvidoria foi criada por meio da Portaria nº 479, de 5/4/2010, no âmbito do Ministério da Justiça como Ouvidoria Setorial do Servidor com a finalidade de estabelecer um canal de comunicação entre a instituição e seu corpo funcional. Em 9/5/2012, o Ministro de Estado da Justiça transforma a Setorial em Ouvidoria Geral com vistas a democratizar a relação do órgão com a sociedade e a ampliar a participação do cidadão na avaliação da qualidade dos serviços prestado.

No ano de 2013 os esforços da Ouvidoria-Geral se voltaram para a implantação de um sistema eletrônico para tratamento das demandas de ouvidoria. Ao longo do primeiro semestre daquele ano foram efetuados testes e ajustes na ferramenta a fim de adequá-la a realidade do MJ. No mês de julho, após homologação e treinamento da equipe, o Sistema entrou em operacionalização, quando se iniciou a integração do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) ao Sistema.

O Sistema, ainda em processo de melhoria, possui ferramentas de controle, como a emissão de relatórios (estatísticas de manifestações, tempo absoluto de manifestação), emissão de protocolo de envio externo para mais de um e-mail, identificação de categorias raciais, mecanismo de busca por ordem de antiguidade, cabendo destacar dentre estas ferramentas o link criado para que o atendimento e/ou a resposta seja avaliado pelo demandante. No entanto, ao fim do ano de 2013, ainda não foi possível estratificar esses dados por intermédio do sistema com fidedignidade, tendo em vista que grande parte dos atendimentos foram realizados por e-mail e computados em planilha à parte.

Destacamos que o sistema eletrônico foi criado com o objetivo de ser disponibilizado aos órgãos vinculados e subordinados ao Ministério da Justiça, servindo como instrumento de concretização do sistema (rede) de ouvidorias setoriais criado pela Portaria MJ nº 753, de 09 de maio de 2012. Em 2014, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF e a Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON foram integradas ao sistema.

Desde 2012, a Ouvidoria trabalha em propostas de estrutura regimental para institucionalizar a unidade no âmbito do Ministério. Em 2013, foi encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG uma primeira proposta, simples e enxuta, cujo objetivo era apenas a mera institucionalização da unidade.

Por sua vez, em 2014, foi encaminhada nova proposta, também enxuta, mas com uma estrutura mais realista em relação às necessidades da Ouvidoria. Ambas as propostas estão em análise no referido Ministério.

A institucionalização da Ouvidoria-Geral do Ministério da Justiça é imprescindível à sociedade, ao próprio Ministério e aos seus servidores.

A Ouvidoria Geral do Ministério da Justiça recebeu em 2013, 4.392 demandas, das quais 1.086 deram entrada pelo Sistema da Ouvidoria Geral, implantado em julho, e 3.306 demandas foram recebidas por e-mail. Além dos atendimentos por e-mail e pelo sistema, também são realizados atendimentos presenciais, feito com agendamento de horário.

Em 2014, a Ouvidoria-Geral recebeu 5.590 manifestações, das quais 4.339 foram recebidas pelo Sistema e 1.251 por diferenciados meios (carta, e-mail, ofício, presencial, outros). No sistema constam como finalizadas 4.144 demandas e na planilha 1.018. Cabe ressaltar que a Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON, uma das setoriais que já aderiu ao Sistema contam com 100% das suas demandas finalizadas no Sistema.

Em setembro de 2014, com a finalidade de ampliar a transparência e a participação do cidadão e dos servidores da pasta na gestão pública, a Ouvidoria Geral e o Programa de Transparência e Acesso a Informação foram agrupados sob a mesma coordenação, como forma de alinhar e complementar as políticas de ouvidoria e transparência pública.

Ao longo de 2014 também foram ampliadas as articulações da Ouvidoria-Geral com a Controladoria-Geral da União/Ouvidoria-Geral da União - OGU/CGU que instituiu a Instrução Normativa nº 1, em 5/11/2014, estabelecendo normas de atuação para as Ouvidorias Públicas Federais, normas que já estão norteando as atividades desta setorial.

Por fim, cabe o registro de que a Ouvidoria-Geral, em que pese a sua limitada estrutura, tem recepcionado, tratado e oferecido direcionamento às diferentes demandas de cidadãos e usuários em geral, configurando-se em canal permanente de comunicação à disposição do cidadão. Assim, a unidade tem propiciado um intenso relacionamento da sociedade com os diversos órgãos subordinados e/ou vinculados ao Ministério da Justiça.

- **Realizar a primeira conferência nacional dos migrantes.**

Análise Situacional da Meta

A I Conferência de Migrações e Refúgio (Comigrar), realizada de 30 de maio a 1º de Junho de 2014, em São Paulo (SP), foi promovida pelo Ministério da Justiça em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério das Relações Exteriores, com apoio as agências das Nações Unidas UNODC, OIM, ACNUR e PNUD.

A Comigrar teve como objetivo a promoção de um diálogo social ampliado para subsidiar a construção da Política Nacional sobre Migrações e Refúgio pautada nos direitos humanos. O evento contou com a ampla participação de migrantes e refugiados e promoveu a convergência entre as agendas do tema nas políticas de Estado.

Foram debatidos o acesso a serviços e direitos pelos migrantes; a sua inserção econômica, social e produtiva; a cidadania e o reconhecimento da diversidade; meios de prevenção e proteção nos casos de violação de direitos; e a participação social.

A Comigrar deixa como legado uma grande mobilização e sensibilização no Brasil sobre o tema da migração.

A etapa nacional da Comigrar contou com a participação de 788 pessoas, sendo 232 observadores, 556 delegados de 30 nacionalidades em 21 estados brasileiros, 65 voluntários e 22 veículos de imprensa. Os delegados foram eleitos entre migrantes, refugiados, estudiosos, servidores públicos e profissionais envolvidos na temática.

Para a elaboração dos documentos da Comigrar, foram realizadas 202 conferências preparatórias, que contaram com a participação das entidades e movimentos sociais (45%); comunidade acadêmica (16%), Brasileiros no Exterior (13%); Governo (11%); Estrangeiros no Brasil (5%) e outros (10%). Foram encaminhadas para a etapa nacional 2.840 propostas elaboradas por 5.374 participantes.

Durante a Conferência também foi entregue o Prêmio Simone Borges a três projetos que foram expostos na Feira de Boas Práticas, sendo eles “Mulheres em Movimento”, da ONG Só Direitos (1º lugar); “Visitas a Oficinas de Costura e Multiplicadores de Base”, do Centro de Apoio ao Imigrantes – CAMI (2º lugar); e o Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário – ASAV (3º lugar).

A Feira de Boas Práticas nas áreas de Trafico de Pessoas, Migrações e Refúgio reuniu 15 projetos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, trabalho escravo e defesa dos direitos dos refugiados e imigrantes. Após a exibição, foram firmados 47 acordos de cooperação entre os estados e instituições para replicação no País.

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Estimativa de sub-registros de nascimentos	%	31/12/2010	6,6	31/12/2013	5,1
Número de Unidades da Federação com Ouvidorias de Polícia	unidade	30/06/2011	21	31/12/2014	22
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	unidade	21/07/2011	9	31/12/2014	14
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos	unidade	21/07/2011	7	31/12/2014	6
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Testemunhas	unidade	21/07/2011	17	31/12/2014	16
Percentual de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário mínimo chefiados por idosos	%	26/09/2009	12,06	30/09/2013	13,3
Taxa de analfabetismo de pessoas com 60 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	27,69	30/09/2013	24,31
Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	29,53	31/12/2012	26,16
Taxa de mortalidade por queda, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2008	28,74	31/12/2012	31,1
Trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2010	2.628	31/12/2014	1.398

OBJETIVO: 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Um dos avanços decorrentes das ações implementadas para a promoção do RCN e erradicação do sub-registro de nascimento pode ser observado no relatório “Estatísticas do Registro Civil – 2013”, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que indica a redução de 5,1% na taxa de sub-registro (estimativa de nascidos vivos não registradas no ano de nascimento ou até os três primeiros meses do ano). Ou seja, alcançamos a borda do patamar da erradicação, contra 6,7% em 2012 e 20,3% em 2002. Outro, importante resultado dos esforços da política brasileira de promoção do registro civil de nascimento diz respeito à redução na proporção de registros extemporâneos no Brasil, de 17,4%, em 2003, para 4,9%, em 2013.

Quanto aos obstáculos para a consecução da política se inscreviam em 2012:

a) baixa clareza da necessidade de documentação para atos futuros decorrente da escassez de programas de educação para a cidadania;

b) baixa oferta de assistência jurídica visando ao apoio da população não documentada, com perfil de vulnerabilidade sócio econômica, sem condições financeiras de se fazerem representar por advogado e incapazes de acompanhar o processo judicial por não conseguirem cumprir as diligências determinadas pelo Poder Judiciário;

c) Referenciamento masculino na família quanto à documentação civil;
d) Adiamento do registro de crianças por não reconhecimento da paternidade;
e) Grandes distâncias para acesso às serventias de Registro Civil em localidades de população rarefeita;
f) Cobertura insuficiente e pouca mobilidade do sistema de Registro Civil;
g) Desconhecimento de parte da população não escolarizada sobre os requisitos para o Registro Civil;
h) Insegurança de servidores e oficiais de registro civil para emissão de registro em região de fronteira.

Avaliando o desenvolvimento das ações de implementação da política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica, é notório que os esforços conjuntos empreendidos até o momento consolidaram as bases necessárias para a universalização do Registro Civil de Nascimento no sentido: da ampliação do conhecimento da sociedade sobre a importância do RCN; das normatizações; das conquistas de parcerias governamentais e não governamentais e das tecnologias necessárias para a implementação do Sistema Nacional de Registro Civil (nascimento, casamento e óbito), porém, ainda há muito a fazer para a qualificação da política, a saber:

a) Consolidação da cultura de Direitos Humanos na sociedade por meio de ações de mobilização e orientação popular seja em campanhas ou em ações intensivas com políticas públicos de acesso a direitos sociais, em especial as políticas de saúde, educação assistência social;

b) Fortalecimento dos municípios para a concretização do direito ao RCN por meio da consolidação da gestão participativa a ser concretizada por meio das Oficinas realizadas nos estados com a participação dos gestores sociais (Saúde, Educação, Assistência Social e representações indígenas, quilombolas, ciganas);

c) Estímulo à implantação das Unidades Interligadas nos estabelecimento de Saúde (Maternidades) que realizam acima de 1000 partos/ano e implantação do SIRC de forma gradativa em todos os estados e no Distrito Federal;

d) Aprimoramento do marco regulatório do RCN para emissão do registro civil de nascimento nas áreas de fronteira;

e) Eliminação do passivo de pessoas sem o RCN priorizando-se as populações em maior vulnerabilidade, tanto econômica quanto de dificuldade de acesso aos serviços públicos e aos cartórios, utilizando-se como fonte de pesquisa os dados disponibilizados pelo MDS, bem como, as redes da saúde, educação e assistência social.

f) Elaboração e implantação do sistema de monitoramento da política de RCN, contanto com os instrumentos disponíveis, no momento, na SDH/PR, que possam garantir o repasse das informações pelos estados, armazenamento, análise e disseminação das mesmas.

Desta forma, a Coordenação Geral de Promoção do Registro Civil de Nascimento, pretende sistematizar e apresentar novo planejamento estratégico para os próximos anos, visando ao cumprimento da missão atual desta Coordenação Geral de Promoção do RCN.

Metas 2012-2015

- **Identificar, em todas as faixas etárias, a população brasileira não registrada e não documentada**

  Análise Situacional da Meta

  O Censo de 2010, pela primeira vez, inseriu a pergunta sobre o registro civil de nascimento para pessoas de 0 a 10 anos de idade. Não existe, porém, perspectivas de haver pesquisa sobre a cobertura de registro civil para as outras faixas etárias no Censo Demográfico.

  Por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC (a ser lançada em agosto /2015) serão disseminadas as informações sobre o RCN, como existência de Comitê de enfrentamento ao sub-registro civil e ampliação do acesso à documentação básica, existência de política municipal com esse objetivo e quantas maternidades públicas oferecem serviços de registro e se estão interligadas.

  Outras estratégias de levantamento de levantamento de informações sobre pessoas sem o RCN estão sendo efetivadas por meio de articulação com parceiros governamentais que atuam para a garantia de direitos sociais, a saber:

  - Ministério da Saúde/SINASC – Sistema Cartorário: nº de crianças nascidas vivas registradas;
  - Ministério da Educação – Programa Brasil Alfabetizado – PBA que levanta o nº e nome dos alunos que participam

deste programa que não têm o RCN;

- Ministério do Desenvolvimento Social – por meio do CadÚnico que cadastra as pessoas de baixa renda, dentre estas, aquelas sem o RCN.

- **Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS**

Análise Situacional da Meta

Para o cômputo total das Unidades Interligadas implantadas no Brasil foram consideradas as informações disponibilizadas pelos estados segundo a seguinte ordem: 1º - resultados obtidos por meio do FormRCN-UI estados (período de 31/07 a 02/08/2014) e FormRCN-UI maternidades (período de 25/08 a 11/11/2014); 2º - informações prestadas pelos estados conveniados ao SICONV (05/01/15) e 3º - informações prestadas pelo site do CNJ – Justiça Aberta (acesso em 29/12/2014).

Vale esclarecer: Para a coleta dos dados e informações utilizou-se o formulário FormSUS que foi desenvolvido para dar agilidade, estruturação e qualidade ao processo de coletar e disseminar dados pela Internet, inspirado em iniciativa anterior do DATASUS – programa Gera HTM e afins, e em soluções WEB tais como as disponíveis no Yahoo Groups e no serviço americano Survey Monkey. O levantamento foi realizado por meio de formulários FormRCN-UI estados, encaminhados para vinte e cinco (25) órgãos estaduais obtendo-se respostas de 13 órgãos (52%). Visando ao rebatimento das informações, foi encaminhado, também o formulário FormRCN-UI maternidades ao Ministério da Saúde a fim com vistas às Unidades de Saúde que realizam partos no Brasil, e obteve-se setenta e uma 71 respostas das maternidades.

Assim, obtivemos os seguintes resultados:

Quantidade alcançada: 748 UI - Observar que em 2012 a quantidade alcançada já foi 314.

Distribuição pelas Regiões:

Região Norte 112

Região Nordeste 176

Região Centro-Oeste 81

Região Sudeste 321

Região Sul 58

A diferença nos números apresentados nas últimas informações prestadas ao SIOP se deve ao aprimoramento dos instrumentos de coleta da informação. Em 2012 e 2013, as fontes de informação utilizadas foram relatórios parciais prestados ao SICONV e no acompanhamento de convênios. Em 2014, foi iniciado um piloto de sistema de monitoramento, já detalhado na análise situacional da meta. Em 2015, com a implantação do Sistema de Informações de Registro Civil – SIRC e das Centrais de Registro Civil – CRC, será possível buscar dados mais confiáveis junto aos cartórios, aprimorando ainda mais as informações sobre serviços de registro civil de nascimento em estabelecimentos de saúde.

Importantíssimo destacar, como resultado dos esforços da política brasileira de promoção do registro civil de nascimento, a constante queda da taxa de sub-registro de nascimento na última década: Passou de 18,8% em 2003 e 12,7% em 2009 para 5,1% em 2013, no patamar da erradicação. Também vale ressaltar a redução na proporção de registros extemporâneos no Brasil, de 17,4%, em 2003, para 4,9%, em 2013.

Quantidade alcançada

748

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	unidade	81	31/12/2014
Região Sudeste	722	unidade	321	31/12/2014
Região Sul	241	unidade	58	31/12/2014

- **Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em todo o território nacional**
  Análise Situacional da Meta
  O Decreto 8.270 de 26 de junho de 2014 instituiu o Sistema Nacional de Informação de Registro Civil - SIRC e o seu Comitê Gestor, que já foi instalado. Esse sistema, que visa captar, processar, arquivar e disponibilizar dados relativos aos registros de nascimento, casamento, óbito e natimorto, produzidos pelas serventias de registro civil das pessoas naturais, está em processo de implantação, já iniciado o carregamento do SIRC com a integração de Santa Catarina (o primeiro estado brasileiro) ao sistema, e a partir desse ato será iniciado o processo gradativo de integração dos demais estados.

- **Realizar campanhas de orientação e formação de cultura de inclusão, a partir do registro civil de nascimento**
  Análise Situacional da Meta
  Foram lançadas/ replicadas Campanhas Nacionais de Mobilização, bem como campanhas regionais em 2012 e 1013. Em 2014 foi desenvolvido um projeto com o Ministério da Educação para realização de orientação e formação da cultura de inclusão a partir do registro civil de nascimento junto à comunidade de educação, considerando como prioridade 150 municípios com os maiores índices de crianças e adolescentes sem registro civil (dados do censo 2010 para população de 0 a 10 anos). Em dezembro de 2014, foi assinado Ato de Cooperação com o MEC para a implantação do projeto na Educação Básica (ensino fundamental e médio) e nos programas da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, em 2015.

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A partir da parceria estabelecida entre a SDH/PR, os movimentos sociais e diversos órgãos governamentais – em especial o Ministério da Educação e o Ministério da Justiça – foram construídos diversos documentos relevantes, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) e o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3/2009). Esse legado norteou a elaboração das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos em 2012 e da Portaria nº 396, de 18 de abril de 2013, que estabelece as diretrizes para apresentação de propostas que envolvam apresentação de projetos, atividade ou evento de Educação em Direitos Humanos, apoiados ou promovidos pela SDH/PR.

As Diretrizes foram construídas no âmbito dos trabalhos de uma comissão interinstitucional, coordenada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e composta pela SDH/PR, MEC, e Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH). Elas são regidas pela Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, pela qual o Ministério da Educação homologou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012. A SDH/PR publicou 30 mil exemplares do “Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais”, que comenta a normativa em questão, a fim de subsidiar os gestores do sistema educacional brasileiro na implementação dessa política. Esta publicação foi lançada no Fórum Mundial de Direitos Humanos, em dezembro de 2013, e no Fórum Mundial de Educação em Canoas, em janeiro de 2014, junto com a coleção “Por uma Cultura de Direitos Humanos”, com tiragem de 1250 exemplares, apresentando informações e reflexões sobre o direito ao mais alto patamar de saúde, à alimentação adequada, à educação, à moradia adequada, à participação em assuntos públicos, à opinião e à expressão, à liberdade e segurança, a um julgamento justo, a uma vida livre de violência e a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos e degradantes. Esses temas são referentes aos doze direitos previstos no International Humam Rigths Instruments das Nações Unidas.

Tais instrumentos trouxeram para o cenário nacional desdobramentos de ações e programas que objetivam promover e incentivar uma cultura de direitos humanos, que vêm sendo efetivados por meio de convênios, celebrados nos anos de 2012, 2013 e 2014 mediante chamada pública anual, busca ativa ou emenda parlamentar. Atualmente, estão em execução 14 convênios estabelecidos em 10 estados da federação. Os projetos, apoiados a partir de repasse financeiro pela SDH/PR

são frutos de parcerias com instituições públicas e com a sociedade civil organizada e versam especialmente sobre capacitação e formação em Educação em Direitos Humanos.

Metas 2012-2015

- **Aprovar e implementar diretrizes gerais de Educação em Direitos Humanos**

  Análise Situacional da Meta

  O Ministério da Educação publicou a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 8/2012, estabelecendo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que regulamentam a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior. A partir da homologação das Diretrizes Nacionais, surgiu a necessidade de se elaborar uma publicação capaz de incentivar a discussão sobre a Educação em Direitos Humanos por todos os envolvidos na comunidade escolar, garantindo a efetiva aplicação da normativa no sistema de ensino.

  Em dezembro/2013 foi elaborado o Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais, que é uma publicação orientadora das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na educação básica e superior, direcionado para gestores do sistema educacional brasileiro, comentando a Resolução nº 01/2012, tem como proposta divulgar e difundir as informações relativas à educação em direitos humanos, e é uma parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos, a Organização dos Estados Ibero-americanos e o Ministério da Educação.

  O “Caderno de Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais” foi lançado no Fórum Mundial de Educação em Brasília/DF em dezembro/2013 e no Fórum Mundial de Educação em Canoas/RS em janeiro/2014. Foram enviados 10 exemplares para todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação no início de 2014.

- **Criar e manter o Comitê de Diversidade Religiosa**

  Análise Situacional da Meta

  Meta alcançada. Em janeiro de 2013 foi publicada a Portaria nº 92, de 24 de janeiro de 2013, de instituição do Comitê Nacional de Diversidade Religiosa, cuja finalidade é promover o direito ao livre exercício das diversas práticas religiosas, disseminando uma cultura da paz, da justiça e do respeito às diferentes crenças e convicções. Em agosto, foi publicado o Edital de Seleção e a Portaria da Comissão de Seleção. Em novembro de 2013, foi realizada a seleção dos nomes titulares e suplentes para a composição deste Comitê. A Portaria nº 18, de 20 de janeiro de 2014 renomeou o Comitê, que passou a ter a seguinte denominação: Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa. Em 21.01.2014 foi divulgado o resultado do processo de seleção de 10 titulares e 10 suplentes da sociedade Civil, selecionado com base na atuação no tema da Diversidade Religiosa, todos empossados na primeira reunião ocorrida em março/2013.

- **Implantar 100 comitês estaduais e municipais de Educação em Direitos Humanos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foram identificados 23 Comitês de Educação em Direitos Humanos, sendo que 10 atuantes, 12 estão desmobilizados e 01 em fase de implementação.. Os dez atuantes estão localizados: um na Região Norte, no estado do Amazonas; quatro na Região Nordeste, nos estados da Bahia, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte; dois na região Centro Oeste, nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul; um na Região Sudeste no estado de Minas Gerais, e um na Região Sul, nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Não houve implementação de novos comitês nos anos de 2013 e 2014.

  Quantidade alcançada

  10

  Data de Referência

  13/02/2015

- **Publicar semestralmente a Revista Direitos Humanos**

  Análise Situacional da Meta

  A primeira edição da Revista Direitos Humanos foi lançada em dezembro de 2008. No projeto inicial, a SDH/PR

propunha uma publicação que se tornasse, em médio prazo, um marco de excelência na matéria de direitos humanos e que representasse a constituição de um espaço permanente de encontro entre o Governo, a Universidade e a Sociedade Civil. Desde então, soma-se um total de 8 edições da Revista, sendo que a última foi lançada em janeiro de 2012. Atualmente, a concepção da Revista está em revisão, a fim de que a publicação atinja um público mais abrangente, considerando que o nível de complexidade a que os artigos da Revista se propunham fazia que que a mesma atingisse prioritariamente o público acadêmico. Esta revisão busca reverberar a política da SDH/PR em abranger especialmente o público historicamente afastado da garantia de seus direitos fundamentais. Desse modo, desde a última edição da Revista, a SDH/PR focou em ações de publicação juntamente com os parceiros conveniados, além de ter lançado outras publicações próprias, como o "Caderno Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais" e a coleção "Por uma cultura de Direitos Humanos".

- **Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã**

Análise Situacional da Meta

Esta meta visa à consolidação de uma cultura de direitos humanos por meio de ações de formação de lideranças sociais nas várias temáticas de direitos humanos, fortalecendo experiências comunitárias e a produção coletiva de conhecimento.

A meta prevista inicialmente de 100 oficinas anuais foi ajustada tendo em vista o histórico da SDH/PR no desenvolvimento dessa ação. Para o período de 2013 a 2015, estão previstas 5.104 atividades de formação com 20 participantes e 4h de duração, 270 encontros de formação com 30 participantes e 24h de duração, além de outras atividades nacionais.

Em 2013, foram realizadas 680 atividades de formação pedagógicas (oficinas locais). Já em 2014, foram realizados 4.379 oficinas, totalizando 5.049 oficinas, número que está bem próximo da meta estabelecida.

As atividades foram voltadas para as áreas de educação em direitos humanos e educação popular. As ações de capacitação dos encontros intermunicipais têm o intuito de proporcionar o aperfeiçoamento teórico-metodológico, voltadas para o conjunto de educadores e coordenadores pedagógicos contratados pelo projeto, lideranças e educadores sociais engajados voluntariamente no projeto, colaboradores, gestores públicos, etc. As ações das oficinas pedagógicas de bases são voltadas para o público beneficiário de políticas públicas, no sentido de proporcionar o empoderamento das comunidades envolvidas, através do conhecimento das políticas públicas federais desenvolvidas que materializam os direitos humanos e as redes e serviços públicos existentes que dão acesso a estes direitos.

Estas ações educativas têm como base a pedagogia da educação popular centrada na reconstrução histórica das situações que produzem as desigualdades e injustiças, a reflexão sobre a prática social de cada segmento, o reconhecimento da exigibilidade e concretude dos direitos humanos como instrumentos necessários para o exercício da cidadania e a produção coletiva como método de produção teórica.

Quantidade alcançada

4.379

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar anualmente a Mostra de Cinema e Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

O projeto Mostra Cinema e Direitos Humanos ocorre anualmente, desde 2006, com o intuito de fortalecer e disseminar a cultura e educação em diretos humanos, por meio da linguagem audiovisual. Atualmente, a Mostra é composta por três projetos: o circuito principal, o Democratizando e o Inventar com a Diferença. O circuito principal, desde 2011, acontece em todas as capitais brasileiras e inclui uma mostra competitiva, a Mostra Homenagem, a Mostra Especial e a Mostra Inventar com a Diferença. Essa etapa da 9ª Mostra Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul aconteceu de 03 de novembro a 18 de dezembro de 2014. Foi homenageada a cineasta Lúcia Murat e abordado o tema da memória e verdade. No âmbito do Democratizando, 931 pontos de exibição, em todo o país, receberam uma seleção de filmes da

Mostra a serem exibidos em, no mínimo, três sessões por local. Os kits do Democratizando foram também enviados a embaixadas do Brasil, que exibirão os filmes no exterior. O projeto “Inventar com a Diferença”, lançado em 2013, parte da 8ª Mostra, teve sua primeira edição executada no primeiro semestre de 2014, promovendo formação e acompanhamento de educadores de escolas públicas de todo o país, para que desenvolvam com seus alunos trabalhos audiovisuais em torno da temática dos Direitos Humanos. Foram beneficiadas com o projeto 29 cidades, cerca de 500 professores e uma estimativa de 5400 alunos da rede pública de Ensino Fundamental e Médio.

- **Realizar anualmente o Prêmio Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Instituído pelo Decreto de 8 de setembro de 1995, o Prêmio Direitos Humanos consiste na mais alta condecoração do Governo brasileiro a pessoas e entidades que se destacam na defesa, na promoção e no enfrentamento às violações dos Direitos Humanos em nosso país, considerando critérios como o histórico de atuação na área dos Direitos Humanos, o desenvolvimento de ações relevantes e a implementação de práticas inovadoras em relação ao tema.

Tradicionalmente, a cerimônia é realizada no início de dezembro de cada ano, em homenagem à Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 10 de dezembro de 1948. A cada ano, a solenidade conta com uma média de 500 convidados, entre autoridades e servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (federais, estaduais, municipais e internacionais), movimentos sociais e população em geral. Em 2012, a solenidade de entrega do Prêmio ocorreu no dia 17 de dezembro, no Palácio do Itamaraty. Na 19ª edição, em 2013, a cerimônia foi realizada durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos, no dia 12 de dezembro.

Ao longo das suas 19 edições, realizadas entre 1995 e 2013, 316 pessoas ou instituições foram homenageadas com o Prêmio Direitos Humanos, sendo 18 premiados em 2012 e 25 premiados em 2013. Ao longo das suas 20 edições, realizadas entre 1995 e 2014, 339 pessoas ou instituições foram homenageadas com o Prêmio Direitos Humanos, sendo 18 premiados em 2012 e 25 premiados em 2013. A 20ª edição do Prêmio Direitos Humanos foi realizada no dia 10 de dezembro/2014 e contou com 23 premiações, 21 categorias e 2 menções honrosa.

OBJETIVO: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

As políticas públicas voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas são transversais a várias áreas de governo. Assim, a SDH/PR também atua de forma transversal, articulando as demais áreas de governo para que suas políticas incorporem as especificidades das pessoas idosas. Pela mesma razão, os compromissos do Governo Federal com o atendimento dessa população estão em diversos programas do PPA 2012-2015, em especial no âmbito da seguridade social, da mobilidade urbana, do trabalho e emprego, da acessibilidade, da educação, da saúde, assistência social e renda mínima. O Brasil comprometeu-se perante a comunidade internacional, na Carta de São José sobre os Direitos das Pessoas Idosas na América Latina e Caribe, a traçar diretrizes que devem guiar as políticas dos países da Região, no sentido de melhorar seus sistemas de proteção social, para que respondam efetivamente às necessidades das pessoas idosas, coordenando ações nas áreas de segurança social, de saúde e de serviço social. Como desdobramento da demanda, foram elaboradas três emendas ao Plano Nacional de Educação, inserindo ações afirmativas, que contemplam a temática LGBT e o tema do envelhecimento desde a Educação infantil, em parceria com o Ministério da Educação. Como política de proteção, foi lançada a Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, lançada no Encontro Nacional de promotores, delegados e defensores. Ao mesmo tempo foi feito o mapeamento de todas as delegacias especializadas no atendimento a essa população. Durante o ano de 2012, foi realizada campanha de divulgação do Disque 100, resultando no aumento de 189% no número de denúncias. Em dezembro de 2012, concluiu-se o Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, e está em fase de conclusão um estudo técnico sobre o perfil dessa população no Brasil, em parceria com a UNESCO.

Com uma população de mais de 23 milhões de pessoas idosas, o Brasil tem 218 Instituições de Longa Permanência na esfera pública municipal, estadual e federal. Funcionam ainda 3.548 Instituições de Longa Permanência público/privadas. Segundo o IPEA, 83 mil pessoas idosas vivem em instituições públicas e privadas, sendo a maioria delas mulheres. O estudo do IPEA apontou que mais da metade das instituições brasileiras (65,2%) são filantrópicas, e a contribuição do setor público representa apenas 22% das receitas dessas instituições. A pesquisa concluiu que as Instituições de Longa Permanência são mantidas pelos recursos das pessoas idosas ou de familiares, mesmo as filantrópicas que recebem financiamento público parcial. Outro dado muito importante a ser considerado é o de que mais de 95% da população idosa vive com suas famílias ou moram sozinhos/as.

No que se refere ao controle social, houve a regulamentação do Fundo Nacional dos Direitos do Idoso. O processo estimulou muitos estados e municípios a criarem os fundos e buscarem a regulamentação. Atualmente, o Brasil tem 2.868 conselhos da pessoa idosa, incluídos os 26 estaduais e o distrital. Em 2013, a Secretaria de Direitos Humanos editou o livro: “Dez anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Repertórios e Implicações de um Processo Democrático”, contendo a análise dos dez anos de atuação e o arcabouço jurídico produzido nesse período. Esse instrumental foi distribuído a todos os conselhos estaduais e municipais e a todos os representantes dos países da Iberoamérica. Em comemoração aos dez anos do Estatuto do Idoso (outubro de 2013), foi lançado o livro: ”Dez Anos do Estatuto do Idoso. Dignidade Humana como Foco”, com o objetivo de contribuir para a divulgação do Estatuto e reflexão sobre seu conteúdo. Em âmbito internacional, em 2012 e 2013 o Brasil participou do Grupo de Trabalho da OEA que está elaborando o texto da Convenção Interamericana de Direitos da População Idosa, com atuação destacada, mencionada textualmente pela OEA. Esse processo deve ser concluído em 2015. O Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil 2013 atribui à dimensão “Longevidade” a responsabilidade pela importante evolução do índice de desenvolvimento humano apresentado pelos municípios brasileiros entre 1991 a 2010. Essa melhora vê-se refletida no aumento de 9,2 anos (ou 14,2%) na expectativa de vida do brasileiro, que atualmente é de 74.9 anos.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi atendida pela Resolução nº 12, de 11 de abril de 2008, do CNDI, que estabelece parâmetros e diretrizes para a regulamentação do Art. 35 da Lei nº. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), o qual dispõe sobre o contrato de prestação de serviços das entidades com a pessoa idosa abrigada. Em relação aos Centros Dia, o Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público do Rio de Janeiro estabeleceu os parâmetros que vêm sendo seguidos, em âmbito nacional, pelas demais instituições, e a ANVISA, através da Resolução da Diretoria Colegiada – RDC/ANVISA nº 283, de 26 de setembro de 2005, aprovou o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial.

- **Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos**

  Análise Situacional da Meta

  Dentre as prioridades referentes à política de cuidados, o Governo federal amplia de forma significativa a oferta de capacitação de profissionais para atuarem como cuidadores, no atendimento domiciliar, acompanhamentos particulares, Instituições de Longa Permanência e/ou unidades básicas de saúde, assim como na atualização e/ou formalização das habilidades de profissionais que já atuam na área. Os cursos priorizam a formação para um atendimento humanizado, promovendo uma formação ética e profissional no atendimento à população idosa e suas necessidades. A Matriz Referencial foi elaborada pelo MEC com a participação da SDH/PR. Houve a ampliação da oferta de cursos gratuitos e em todo o país foram ofertadas 12 mil vagas através do Pronatec/MDS/MEC. A carga horária definida é de 160 horas, sendo que os cursos estão sendo executados pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IF, pelo Sistema "S" e outros. A sistemática adotada pelo Brasil é objeto de monitoramento e avaliação pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) para possível elaboração de Matriz Referencial para a América Latina.

- **Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

A Presidenta da República Dilma Rousseff assinou, em 30 de setembro de 2013, o Decreto Nº 8.114, que contempla na diretriz VI o fortalecimento de redes de proteção e defesa de direitos da pessoa idosa. Comissão Interministerial com integrantes de dezessete ministérios faz o monitoramento das ações para demandar a construção de políticas para garantia do envelhecimento ativo em âmbito nacional. Em maio de 2013, foi lançada a Campanha Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa como marco para se alcançar a implantação da RENADI até 2015. Além disso, foi realizado mapeamento de todas as políticas, programas e projetos do governo federal e, por ocasião da realização do III Encontro Ibero-Americano sobre Direitos Humanos das pessoas idosas na região, foi publicado um caderno distribuído em todo o Brasil e Iberoamérica. Nesse evento foram reunidos os representantes que integram a RENADI de todo o país nas áreas de saúde, previdência, desenvolvimento social e direitos humanos, com o objetivo de conhecer melhor a situação da população idosa, analisar políticas acerca do tema, bem como fomentar ações para melhorar a situação desse segmento.

OBJETIVO: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

A SDH/PR tem como objetivo, entre outros, implementar ações de promoção dos direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no âmbito do Governo Federal. Com base na constatação de que a homofobia é estrutural e estruturante na sociedade, apontada nos Relatórios de Violência Homofóbica dos anos de 2011 e de 2012 (este lançado em junho de 2013) decidiu-se focar em 2013 na implementação de ações articuladas dos governos nas suas três esferas para a Promoção da Cidadania e de Direitos LGBT.

O Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, órgão colegiado que discute a implementação de políticas públicas LGBT a nível nacional, composto paritariamente por Estado e sociedade civil, debateu a criação do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento a Violência contra LGBT – Sistema Nacional LGBT, que em junho de 2013 foi lançado através de portaria ministerial. O Sistema teve pouca aderência e será redesenhado com a participação dos estados e municípios.

O Sistema Nacional LGBT tem como objetivo combater os determinantes econômicos, sociais, culturais e ambientais da violência que atinge a população LGBT, efetivando políticas afirmativas, através da ampliação do diálogo e da articulação interfederativa, promovendo a equidade de direitos, investindo assim na criação de órgãos executores da politica LGBT, Conselhos LGBT e políticas públicas LGBT nos estados, municípios e Distrito Federal, além de criação de uma rede de atendimento e enfrentamento à violência contra LGBT.

Juntamente com o Sistema, foi instalado em julho de 2014 o Comitê Nacional de Politicas Publicas LGBT, que reuniu 36 Gestores e Gestoras LGBT de 18 estados e 18 municípios para pactuação da política LGBT nacional; o colegiado congrega todas as coordenações LGBT existentes em estados e municípios.

Como parte do Sistema Nacional LGBT, foi decidido também iniciar relatório periódico que faça o acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT no Brasil. Para isso foi elaborado o painel de Indicadores sobre Cidadania LGBT aprovado no Conselho Nacional LGBT, finalizado e aguardando lançamento. O Índice de Cidadania LGBT tem como objetivo avaliar o avanço da instalação das ferramentas do Sistema Nacional LGBT nos estados, levando em consideração os dados de violência contra LGBT, a efetivação de leis que promovam a cidadania desta população e ferramentas de institucionalização da política de promoção e defesa da população LGBT. Tal índice aponta a necessidade de ênfase do investimento no ano que vem nos estados do Norte, que são os que mais carecem, segundo o

índice, de políticas públicas para esta população.

Em articulação com estados e municípios, na tentativa de fomentar a criação das estruturas componentes no Sistema Nacional LGBT, se conseguiu incentivar e acompanhar a criação de novos conselhos municipais LGBT. São 13 conselhos municipais (Alagoinha/BA, Itapipoca/CE. Cariacica/ES, São Luís/MA, São João Del-Rey/MG, Belém do São Francisco/PE, Teresina/PI, Natal/RN, Bauru/SP, Ribeirão Preto/SP, São Carlos/SP, São Paulo/SP, Piracicaba/SP) e 12 Conselhos Estaduais (AL, BA, GO, MA, MS, MG, PA, PI, RJ, RS, SC, SP).

Também foram implementadas ações do Sistema Nacional LGBT com foco na prevenção à violência, garantindo redes integradas de atenção, e estimulando a criação de uma rede de enfrentamento à violência contra LGBT. A partir do Termo de Cooperação Técnica para o Enfrentamento às Homofobias construído em 2011 entre SDH/PR, Ministério da Justiça e 17 estados (AC, AL, AM, AP, ES, GO, MG, PA, PB, PE, PR, PI, RR, RS, SC, SE, TO), foram criados GTs de Segurança Pública LGBT nos estados do Amazonas, Pará, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Também foram implementadas alas específicas para gays, travestis e transexuais nos presídios dos estados de Mato Grosso, Paraíba e Rio Grande do Sul, além de Minas Gerais, que já possuía a ala desde 2009. Foram criadas unidades de polícia especializadas em crimes de ódio e delitos de intolerância nos estados do Pará, Pernambuco e Paraíba. Quanto à capacitação de policiais no atendimento à população LGBT, foram realizadas nos estados do Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul.

Também foram lançados no país onze Comitês de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia, espaços de controle social e acompanhamento das denúncias de violação dos direitos humanos de LGBT reportadas ao Disque 100, nos estados do AC, AL, AM, AP, BA, MA, PR, PI, RS, e SP.

Ainda como parte desta rede de enfrentamento foram implantados Centros de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos de LGBT em 24 estados, além do DF. Estes centros são espaços de acolhimento das vítimas LGBT seus familiares e amigos vítimas de violência.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal contra a violência e a discriminação homofóbica**

  Análise Situacional da Meta

  Apesar dos esforços do governo, através da SDH/PR, em prosseguir com a tramitação do PLC 122/2006 no Congresso Nacional, esse projeto de Lei que criminaliza a homofobia no Brasil foi pensado ao projeto do novo código penal, sendo novamente adiada a sua apreciação pelos senadores. O projeto do novo código penal, por sua vez, teve as expressões “identidade de gênero” e “orientação sexual” suprimidas do seu texto original, que previa o agravamento de crimes praticados em razão da orientação sexual ou identidade de gênero das vítimas. A SDH/PR está articulando com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no Senado para manutenção dos termos. Concomitantemente, a Deputada Maria do Rosário apresentou o PL 7582/2014, que define crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los.

- **Aprovar marco legal que reconhece o nome social de travestis e transexuais**

  Análise Situacional da Meta

  Projeto de lei que reconhece a identidade de gênero e permite que travestis e transexuais troquem de nome em documentos de identidade foi aprovado no dia 21/11/2012 pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH). A matéria (PLS 658/2011), que recebeu texto substitutivo, segue agora para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. A SDH/PR produziu nota técnica favorável à matéria.

- **Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT**

  Análise Situacional da Meta

  Foi lançado o Sistema Nacional LGBT no dia 27/06/2013 o qual conta com seis consultores para acompanhar sua implantação. Já foram instalados oito Comitês de Enfrentamento à Homo-lesbo-transfobia, nos estados do AM, PA, PI, AL, AC, RS, SP e MA. Os Comitês são espaços de articulação da implementação do Sistema Nacional LGBT e suas

estruturas e também de controle social e monitoramento dos encaminhamentos das denúncias de violação contra LGBT recebidas pelo disque direitos humanos. Os Centros de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT são espaços de atendimento, acolhimento e encaminhamento de vítimas LGBT, seus familiares e amigos.

- **Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT**

  Análise Situacional da Meta

  Foi realizada apenas uma campanha de maior amplitude em 2011. Continua-se divulgando a campanha FAÇA DO BRASIL UM TERRITÓRIO LIVRE DA HOMOFOBIA. No início do ano de 2013, em alusão ao dia 29 de Janeiro, dia da visibilidade Trans, foi realizada, em parceria com o Ministério da Saúde, campanha de estimulo às denúncias de Transfobia no Disque Direitos Humanos. Em 2014, foi realizada campanha de estímulo de denúncias contra a homo-lesbo-transfobia, lançada na Parada LGBT de São Paulo.

OBJETIVO: 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Os Centros de Referência em Direitos Humanos representam uma ação estratégica no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, presentes nos estados e municípios para articulação, encaminhamento e apoio às demandas de violações de direitos humanos e cidadania. Os Centros de Referência em Direitos Humanos trabalham com todas as temáticas de direitos humanos e oferecem serviços gratuitos, para toda a população, como: orientação sobre direitos e serviços prestados por equipe multidisciplinar-especializada composta por advogado/a, psicólogo/a e assistente social; apoio a emissão de documentação civil básica; realização de ações de formação em direitos humanos e cidadania e disseminação de informações sobre direitos e serviços. Desta forma, os CRDH estão aptos a trabalhar com todas as temáticas e públicos que demandam garantia e acesso a direitos, defesa e promoção dos direitos humanos, não se limitando às ações específicas e/ou pontuais voltados para alguns públicos. O CRDH atua como mecanismo de defesa, promoção e acesso à justiça, estimulando o debate sobre cidadania e influenciando positivamente na conquista dos direitos individuais e coletivos das comunidades mais vulneráveis, além de disseminar a cultura dos direitos humanos para a sociedade de modo geral. O público usuário dos Centros de Referência em Direitos Humanos é constituído por qualquer pessoa que demande orientação sobre serviços disponíveis pela rede e informações sobre seus direitos, além de pessoas que se encontram em situação de violação de direitos humanos, em suas diversas formas de manifestação como a violência, intolerância, preconceito, desrespeito, abuso, maus tratos, negligência e abandono, motivadas por religião, gênero, orientação sexual, nacionalidade, cor, etnia e outras que solicite informações ou serviços dos CRDH. Levando-se em consideração os resultados exitosos das ações desenvolvidas pelos CRDH em benefício do público beneficiário, houve um aumento de celebração de convênios e termos de execução descentralizada com diferentes parceiros como: Organizações não governamentais – ONGs, Secretarias de Estado e e Secretárias Municipais e Instituições de Ensino Superior – IES. Até março de 2015, a rede atual conta com 31 Centros de Referência em Direitos Humanos implantados em 19 estados sendo 19 deles nas seguintes capitais: Rio de Janeiro/RJ, Vitória/ES, Rio Branco/AC, Goiânia/GO, Salvador/BA (2), Aracajú/SE, Palmas/TO, Belo Horizonte/MG, Campo Grande/MS, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Porto Alegre/RS (2), Teresina/PI, João Pessoa/PB, Natal/RN, Cuiabá/MT e Maceió/AL. A implantação e implementação dos Centros de Referência em Direitos Humanos, que se dá por meio de Convênios ou Termo de Execução Descentralizada (Termos de Cooperação), deve seguir a seguinte matriz de metas e etapas ou fases: Meta 1)- implantação do CRDH; Etapa: 1)- estruturação do Centro, Meta 2)- Implementação da ação CRDH Etapa: 1)- divulgação das ações e orientações gerais; 2)- ações de sensibilização e socialização para temáticas de direitos humanos e cidadania (capacitação); 3)- Participação em Encontros Nacionais dos Centros de Referência em Direitos Humanos. Como metodologia de monitoramento e avaliação da ação, a SDH/PR

realiza visita in loco e acompanhamento através de relatórios parciais de execução das atividades e informações suplementares, além de realizar Encontros Nacionais com as equipes dos CRDH.

Frise-se que durante os Encontros são apresentados números e avaliados aspectos de atuação dos CRDH, realizadas formações sobre temáticas em direitos humanos, bem como debatidas questões sobre o funcionamento dos mesmos, no sentido de consolidar e avaliar ações e encaminhamentos. As visitas in loco são realizadas por técnicos da SDH/PR para acompanhar execução técnico-financeira, atividades, a rotina de funcionamento, localização dos Centros, orientações realizadas e aplicação dos recursos.

Entre 2013 e março de 2014, o número de orientações realizadas totalizaram 50.026, distribuídos em: Capacitação em Direitos Humanos: 12.179; Orientação em Direitos Humanos: 24.322; Orientações jurídicas: 5.470; Orientações na área da Assistência Social: 4.243; Orientações psicológicas: 1.617; Encaminhamento para emissão de Documentação Civil Básica: 1.427; Recebimento de denúncias: 547 e Mediação de conflitos: 221. Além disso, foram realizadas ações de capacitação em direitos humanos beneficiando diretamente 7.259 pessoas. Estima-se que a partir de 2015, com a ampliação da ação sejam expandidos os serviços e atividades e consequentemente o número de beneficiários.

Metas 2012-2015

- **Implementar Centros de Direitos Humanos em todas as regiões metropolitanas**

  Análise Situacional da Meta

  Dos 31 (trinta e um) Centros de Referência em Direitos Humanos, em vigência de 2014 até abril de 2015, estão implantados nas seguintes regiões metropolitanas: RS (Sapucaia do Sul, Rio Grande, São Leopoldo, e 2 em Porto Alegre); PR (Pinhais, Curitiba); RJ (Petrópolis, morro do complexo do Alemão, São João do Meriti); ES (Vitória); BA (2 em Salvador);– AL (Maceió); PB (João Pessoa);– RN (Natal); – GO (Goiânia);– MT (Cuiabá); – AC (Rio Branco); – PI (Teresina); e MT (Cáceres),– MG (Belo Horizonte, Betim), – SC (Florianópolis, Chapecó),– MS (Campo Grande), – TO (Palmas).

- **Implementar Centros de Direitos Humanos no campo em todos os estados brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente, embora não exista CRDH implantado no campo (considerando a tipologia e definição técnica de campo), os CRDH possuem considerada abrangência de raio geográfico de atuação atraindo usuários ou realizando atividades itinerantes destas localidades. Desta forma, é importante informar os Centros implantados nas regiões Metropolitanas também promovem ações direcionadas à população residente e domiciliada no campo conforme histórico de atuação na temática de direitos humanos e atuação na defesa dos direitos da população do campo ou de microrregiões.

- **Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas nos Centros de Direitos Humanos**

  Análise Situacional da Meta

  Ainda não foi elaborado um software padrão para acompanhamento das denúncias recebidas pelos Centros de Referência em Direitos Humanos. Atualmente a gestão dos dados é feita por meio de formulário padrão elaborado pelos próprios CRDH. Cada centro utiliza-se de planilhas e relatórios, que são encaminhados mensalmente para a SDH/PR, com números referentes a: atendimentos, orientações e recebimento e encaminhamento de denúncias.

  A contratação do desenvolvimento do referido software está em andamento desde 2012. A CGCRDH já possui uma proposta desenhada para elaboração deste software de banco de dados da rede dos CRDH.

- **Realizar Caravanas de Direitos Humanos em todos os estados brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  Não houve Caravanas em 2013 e 2014. Em 2012 foram realizadas duas caravanas. Até o momento foram realizadas 3 edições da Caravana de Direitos Humanos sendo a primeira no estado do Ceará, em agosto de 2011, a segunda no Acre, em maio de 2012 e a terceira em Mato Grosso em julho de 2012.

  A não realização das Caravanas em 2013 justifica-se pelo foco na mobilização regional para o Fórum Mundial de Direitos Humanos (realizado de 10 a 13 de dezembro de 2013). A estratégia foi alterada para reunir em um único

espaço de discussão as organizações da sociedade civil, as organizações internacionais, os governos federal, estaduais e municipais, representantes do Judiciário e do Legislativo e as Instituições de ensino, pesquisa e afins. A partir de 2015, as Caravanas passaram a ser coordenadas pela CGEDH. A rede dos CRDH poderá promover, divulgar e apoiar a realização das Caravanas em suas localidades de atuação.

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A Coordenação de Mediação e Prevenção de Conflitos Fundiários Urbanos do Ministério das Cidades é responsável pelo acolhimento e tramitação de processos que envolvem a temática de Conflitos fundiários urbanos.

O Ministério das Cidades tem atendido às demandas encaminhadas por meio de diligências, articulações intergovernamentais e negociação entre partes envolvidas em conflitos urbanos tais como remoções, reintegrações de posse e violação dos direitos à moradia.

Para realização deste objetivo o governo federal atua em duas vertentes estratégicas: de forma direta, mediante o monitoramento e acompanhamento das ações de desenvolvimento urbano e da regulamentação de matéria que trata da conduta do reassentamento de famílias afetadas por intervenções geradoras de impactos urbanos e sociais, com base na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e nas orientações da ONU; e de forma indireta, por meio de estratégias de parceria e articulação institucional com entes públicos, entidades e órgãos essenciais da justiça.

De forma descentralizada, através da celebração de Acordos de Cooperação Técnica, Protocolos de Cooperação Federativa e convênios com Estados, Municípios, Distrito Federal, entidades e órgãos essenciais da justiça, para estruturação de instâncias estaduais de prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos com vistas a garantir os direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano com base na regulamentação citada.

Em 2013 foi elaborado Termo de Cooperação junto a Universidades Federais, mediante destaque orçamentário, para realização de pesquisa sobre os conflitos fundiários em âmbito nacional e realização de seminário nacional, bem como produção de publicação relacionada à pesquisa. Entretanto, o Acordo não foi celebrado em virtude de pendências da UFRJ junto à documentação necessária para celebração do Termo.

Em 2013, o Ministério das Cidades publicou a portaria nº 317 que traz medidas e procedimentos a serem aplicados em casos de deslocamento involuntário de famílias de suas moradias ou local que exercem atividades econômicas, devido à implantação de programa e ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A Portaria Interministerial n° 17, de 27 de junho de 2014, institui a Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos – CIMCUrb, na qual o Ministério das Cidades tem representação. O objetivo da Comissão é construir soluções pacíficas para conflito urbanos que envolvam famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis ou que envolvam a garantia da gestão democrática da cidade, com o objetivo de assegurar o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e a promoção dos direitos humanos.

Metas 2012-2015

- **Estruturação de instância nacional para monitoramento dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano**

  Análise Situacional da Meta

  Até o momento presente, não foi efetivada a implementação de instância nacional para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos. Entretanto, o Ministério das Cidades tem atendido às demandas recebidas, por meio de diligências, articulações intergovernamentais e negociação entre partes envolvidas em conflitos urbanos, tais como remoções, reintegrações de posse e violação dos direitos à moradia.

- **Incentivar instâncias locais para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, por meio de ações de articulação, pesquisa, monitoramento e capacitação.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi aberto Edital de Chamada Pública, para a seleção de propostas de instalação de instâncias estaduais de prevenção de violações de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano. Entretanto, nenhuma proposta apresentada cumpriu os requisitos.

Em 2013 a Universidade Federal do Rio de Janeiro encaminhou proposta de Termo de Cooperação para realização de pesquisa, seminário e publicação acerca do tema. Entretanto a proposta não apresentou consistência orçamentaria, portanto não pode ser celebrada.

Está em fase de elaboração novo Termo de Cooperação junto a Universidades Federais, mediante destaque orçamentário, para realização de pesquisa sobre os conflitos fundiários em âmbito nacional e realização de seminário nacional, bem como produção de publicação relacionada à pesquisa.

- **Regulamentação de medidas e procedimentos para a conduta do reassentamento de famílias atingidas por intervenções urbanas de modo a garantir os direitos humanos**

Análise Situacional da Meta

Foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre Ministério das Cidades e Ministério da Justiça, cujo objetivo é a promoção de ações conjuntas para ampliação do acesso à conciliação e mediação de conflitos fundiários urbanos.

No âmbito do Grupo Interministerial, instituído pela Portaria n° 337 de 07/12/2012, está em elaboração o Decreto Presidencial para instituir a Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

Em 2013, o Ministério das Cidades publicou a portaria nº 317 que traz medidas e procedimentos a serem aplicados em casos de deslocamento involuntário de famílias de suas moradias ou local que exercem atividades econômicas, devido à implantação de programa e ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com a portaria, as obras e serviços devem ser precedidas de diagnóstico e de elaboração de estudo de alternativas para evitar ou minimizar a necessidade dos deslocamentos, e para identificar melhores soluções econômicas, técnicas e socialmente sustentáveis e efetivas. Quando o deslocamento for inevitável, deverá ser elaborado um Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias.

A Portaria Interministerial n° 17, de 27 de junho de 2014, institui a Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos – CIMCUrb, na qual o Ministério das Cidades tem representação. O objetivo da Comissão é construir soluções pacíficas para conflito urbanos que envolvam famílias de baixa renda ou grupos sociais vulneráveis ou que envolvam a garantia da gestão democrática da cidade, com o objetivo de assegurar o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e a promoção dos direitos humanos.

OBJETIVO: 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Instituído pelo Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua – CIAMP-Rua, realiza reuniões ordinárias a cada 45 (quarenta e cinco) dias e extraordinárias quando se faz necessário, além das reuniões dos seus Grupos de Trabalho – GT, de Habitação, do IBGE, de Legislação e de Segurança Pública. O CIAMP-Rua acompanha e potencializa o processo de implementação da Política Nacional através de suas várias atividades e das produções de seus GTs, dentre as quais destacamos, em 2013, a realização do Seminário Nacional de Habitação de Interesse Social para a População em Situação de Rua, a produção do questionário e metodologia de pesquisa sobre população em situação de rua para o IBGE, a elaboração do capítulo referente à população em situação de rua na cartilha Atuação Policial na Proteção dos Direitos Humanos de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade e as recomendações desenvolvidas para a área de Segurança Pública.

A SDH/PR organizou e realizou, também em 2013, o Seminário Brasil-União Europeia para Promoção e Proteção dos

Direitos da População em Situação de Rua e produziu um livro sobre as experiências brasileira e europeia nessa temática.
A SDH/PR acompanha e monitora os casos de violações de direitos através dos Centros de Referência de Direitos Humanos, pela Ouvidoria e pelo Centro Nacional de Defesa de Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis - CNDDH. Os Centros de Referências fazem o acompanhamento jurídico dos casos, interagindo com as autoridades responsáveis, além do atendimento social e psicológico das vítimas em casos específicos.
A SDH/PR mantém um marcador específico para a violação de direitos das pessoas em situação de rua e faz o devido encaminhamento para as instituições competentes a depender da denúncia recebida. . O CNDDH, mantido pela SDH/PR, em conjunto com seus núcleos descentralizados, monitora os casos, com elaboração de relatórios e realização dos devidos encaminhamentos aos serviços públicos. Até novembro de 2014 foram atendidos e acompanhados 2.742 casos de violação de direitos contra o referido público. A Secretaria também atua pontualmente em casos específicos, como no caso de Goiânia-GO, em que fez requerimento formal perante o Ministério Público Federal para a federalização da competência para apurar e julgar uma série de crimes ocorridos nessa região metropolitana. Esse pedido foi formalizado pelo Ministério Público Federal no Superior Tribunal de Justiça e foi julgado no dia 10 de dezembro de 2014, sendo que a solicitação de deslocamento de competência foi indeferida, mas houve solicitação do STJ ao sistema judiciário de Goiás para celeridade no julgamento dos casos e a solicitação de acompanhamento pelo CNJ. Além disso, o Centro de Referência de Direitos Humanos está acompanhando 33 inquéritos de homicídios em Goiás. O IDC3 (pedido de federalização dos crimes foi julgado no STJ em 10/12. 4 casos de tortura e desaparecimento foram federalizados, mas os casos de federalização de Poprua não foram concretizados (STJ no entanto pediu mais celeridade no julgamento dos casos e acompanhamento do CNJ).
A SDH/PR e o CIAMP-Rua acompanham e incentivam a criação de Comitês locais (municipais, estaduais e distrital) da Política para a População em Situação de Rua, atualmente são 24 (vinte e quatro) Comitês instalados e 11 (onze) unidades da federação que aderiram à Política Nacional.
A SDH/PR, que coordena o CIAMP-Rua, atua também em 09 (nove) capitais (Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, Maceió, Fortaleza, Salvador) fazendo a integração entre organizações públicas e não-governamentais desenvolvendo ações junto a profissionais das áreas de Direitos Humanos, visando à promoção da cidadania da população em situação de rua. Durante este trabalho são realizadas visitas e discussões com as redes de atendimento das referidas cidades, bem como diálogo com a população em situação de rua, para a elaboração de um Guia de Serviços de atendimento a essa população vulnerável que ocorrerá em cada uma das cidades pesquisadas. O objetivo final é contribuir com a articulação das redes de serviços, e com a melhora dos serviços prestados a partir da sensibilização e otimização dos fluxos de trabalho nas cidades indicadas.
A SDH/PR apoiou um projeto junto à UNB, por meio de convênio, onde se criou um observatório sobre a violência contra a população em situação de rua no Distrito Federal a fim de elaborar uma pesquisa que subsidie o Governo Federal na tão necessária tarefa de enfrentamento dos fatores que conduzem à violência a que esse segmento da população está sujeito e, dessa maneira, contribuir para a geração de políticas públicas que garantam efetivamente os direitos humanos dessa parcela da população, possibilitando meios para que ela possa sair da condição de rua.
A Secretaria acompanha o trabalho das Defensorias Públicas das capitais da Federação e também por meio de convênio com a Defensoria Publica do Estado da Bahia, que visa ampliar o atendimento qualificado e multidisciplinar a pessoas em situação de rua. Esta parceria pretende aprimorar e ampliar o trabalho desenvolvido pela Especializada de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado da Bahia em sua atuação extrajudicial em favor da população de rua. A atuação extrajudicial desenvolvida pela Defensoria, nesta vertente, engloba as seguintes demandas: acesso à documentação, acompanhamento da apuração de casos de violência policial, coibir práticas de higienização e de violação à dignidade humana, promover o acesso ao direito à saúde e o monitoramento das casas de acolhimento. A SDH/PT articulou acordo com a SRJ/MJ para a compra de vans para a realização de atendimento itinerante da população de ruía em MG e no DF.
Para atender as demandas da população em situação de rua referentes à formação técnica profissional, foi criada no âmbito do PRONATEC, a modalidade Pronatec Pop Rua, onde foi pactuado para o segundo semestre de 2014, vagas em

turmas exclusivas para a inserção desta população no mercado de trabalho, com cursos e metodologia adaptados a realidade de seu público. As primeiras turmas nessa modalidade iniciaram no Distrito Federal e em São Paulo, com 272 vagas para Brasília e 708 para São Paulo, totalizando a oferta de 980 vagas. Em 2015 haverá ampliação para oferta de turmas para outros municípios brasileiros e para o primeiro semestre já estão pactuadas 826 vagas para as localidades citadas.

A Coordenação Geral dos Direitos da População em Situação de Rua e a sociedade civil organizada em torno do tema se uniram à Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, compondo a Agenda de Convergência para a Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e da População em Situação de Rua no Contexto dos Megaeventos. Assim foram realizadas ações junto aos Comitês Locais da Agenda, bem como com as redes de promoção, proteção e defesa dos direitos da população em situação de rua de cada localidade sede da Copa do Mundo. Os dados provenientes da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos apontam para a diminuição denúncias e violações de direitos no referido período. Durante o evento houve intensificação dos serviços, fortalecimento das redes e do papel fundamental realizado pelas Defensorias e Ministérios Públicos locais. A percepção da sociedade civil é que as ações que realizadas ao longo do período da Copa do Mundo trouxeram resultados positivos no combate à violência contra a população em situação de rua e foi sugerindo que as ações fossem continuadas e se mobilizassem as redes de atendimento da população em situação de rua e da criança e do adolescente.

Metas 2012-2015

- **Realizar o censo de população em situação de rua**

  Análise Situacional da Meta

  Por meio da Portaria Nº 824, de 22 de junho de 2012, foi instituído o Grupo de Trabalho (GT-IBGE), no âmbito do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua, com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos técnicos encarregados da elaboração e realização da pesquisa nacional da população em situação de rua. O GT-IBGE concluiu a elaboração do questionário para a realização do teste da pesquisa, com aplicação de 100 questionários na cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 2013, conforme acordado entre a Secretaria de Direitos Humanos, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o IBGE. O relatório da pesquisa teste foi apresentado ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua e será avaliado pelo seu GT para aprimoramento da metodologia pelo IBGE, para avaliação da possibilidade de inserção da contagem e pesquisa desse público no Censo Demográfico de 2020.

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O projeto Direito à Memória e à Verdade teve início em 2006 com a abertura da exposição fotográfica “Direito à Memória e à Verdade – A ditadura no Brasil 1964 - 1985" no hall da taquigrafia da Câmara dos Deputados, em Brasília. Desde então, a exposição já percorreu todas as regiões do país. São registros de um passado marcado pela violência e por violações de direitos humanos.

Consideráveis avanços aconteceram no que se refere ao Direito à Memória e à Verdade no Brasil, entre 2011 e 2014. O Governo Federal protagonizou várias medidas nesse sentido. A primeira delas foi a criação da Comissão Nacional da Verdade, por meio da Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011, após campanha nacional e de ampla atuação do Poder Executivo junto ao Congresso Nacional. Concomitantemente, foi estimulada a criação de dezenas de comitês de memória e verdade da sociedade civil que, mais tarde, catalisaram o processo de criação das Comissões Municipais e Estaduais da Memória e da Verdade na maioria dos estados da Federação, criando um verdadeiro movimento nacional pela memória, verdade e justiça.

Outro acontecimento de relevo com objetivo de garantir o Direito à Verdade e à Memória foi a exumação dos restos mortais do Ex-Presidente João Goulart, promovida ao final de 2013, pela SDH/PR e pela Comissão Nacional da Verdade, a pedido de familiares de João Goulart. O objetivo central da ação, reconhecida internacionalmente, foi o esclarecimento das reais circunstâncias de sua morte. Paralelamente à exumação, o Governo Federal concedeu as devidas honras de Chefe de Estado a João Goulart. Foram prestadas as homenagens ao ex-presidente, negadas à época de sua morte.

As atividades do Grupo de Trabalho Araguaia - GTA, criado em 2011, pela Portaria Interministerial nº 01/MD/MJ/SDH/PR, também têm resultado em avanços na revelação da verdade e na construção da memória sobre as violações de direitos humanos perpetradas durante a ditadura civil-militar brasileira. O GTA ampliou a participação nas buscas aos desaparecidos políticos da Guerrilha do Araguaia, incorporando ao trabalho um corpo técnico especializado e investindo em tecnologia de identificação.

A SDH/PR, nos últimos anos, coordenou, integrou e incentivou uma série de outras ações relativas à garantia da verdade e da memória. São exemplos, a reedição, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, da obra "Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 192-1985: Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos" e produção do relatório "Camponeses Mortos e Desaparecidos: Excluídos da Justiça de Transição", assim como a sua atuação junto ao Município de Petrópolis, que desapropriou a famigerada "Casa da Morte" para futura criação de espaço de memória. Ainda em 2013, foram constituídos o Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense e a Equipe Técnica Multidisciplinar junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP.

Em 2014, foi promovido um Acordo de Cooperação técnica entre a SDH/PR, a SMDHC-SP e a UNIFESP, objetivando a retomada dos trabalhos de análises dos restos mortais oriundos da Vala clandestina de Perus, celebrado em maio para instaurar o Grupo de Trabalho Perus. Após 24 anos, foi iniciada a análise definitiva das ossadas encontradas na Vala clandestina de Perus.

Também foi realizada a 1ª expedição ao Araguaia em setembro de 2014, primeira sob coordenação-geral da SDH. Por fim, ocorreu a entrega do laudo final da exumação do Ex-Presidente João Goulart em atividade realizada na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Metas 2012-2015

- **Instituir e implementar a Comissão Nacional da Verdade**

  Análise Situacional da Meta

  Meta alcançada. A Comissão da Verdade foi criada pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011.

- **Localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos para a entrega aos seus familiares**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, foi constituída a equipe de antropologia e arqueologia forense que está auxiliando as ações da Comissão Especial na busca e localização de mortos e desaparecidos políticos em todo o Brasil. Em 2012, foi aprimorado o Banco de Material Genético em parceria com o Departamento de Polícia Federal. Ainda antes de 2012, foram realizadas expedições na região do Araguaia, estado do Pará e do Tocantins, para localização de mortos e desaparecidos.

  Em 2013, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - CEMDP, ligada à SDH/PR, desenvolveu diversas ações visando à identificação das circunstâncias de morte de pessoas vitimadas pela Ditadura. Entre elas, foi resgatada a verdade dos fatos sobre a morte de Arnaldo Cardoso Rocha, assassinado sob tortura, em 1973, por funcionários do Doi-Codi. Desmentiu-se assim a versão divulgada pelos órgãos de segurança da época, segundo a qual Arnaldo teria falecido em um embate com a polícia, após ter resistido à prisão. Os resultados das investigações da CEMDP, juntamente com outras informações sobre os mortos e desaparecidos políticos estão dispostos no site da EMDP (http://cemdp.sdh.gov.br/), lançado em 2013.

  A vala clandestina de Perus foi localizada no dia 04 de Setembro de 1990, com 1049 ossadas que se encontravam dentro de sacos plásticos, todas sem qualquer identificação. Por meio de Comissão Parlamentar de Inquérito aprovada em 5 de outubro de 1990 pela Câmara Municipal de São Paulo, deu-se início à apuração sobre a origem e as

responsabilidades quanto às ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco, em Perus, entre outros aspectos. Os restos mortais foram enviados para a Unicamp para análise e já nos anos 2000, foram acondicionados no Cemitério do Araçá, SP, sob a custódia do Serviço Funerário daquele município.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos está retomando os trabalhos de identificação dos restos mortais oriundos da Vala Clandestina de Perus, para tanto já foram contratados profissionais especializados em arqueologia e antropologia forense que estão realizando o levantamento dos dados ante mortem dos desaparecidos políticos que poderiam estar inumados na vala. Equipes de arqueologia e antropologia forense de todo o Brasil estarão envolvidas no processo de análises dos restos mortais através de seus profissionais atuando sob o sistema de contratação direta e de rodízio.

Além dessa iniciativa, o Grupo de Trabalho Araguaia – GTA, que visa localizar desaparecidos políticos no evento conhecido como Guerrilha do Araguaia, foi reformulado, passando a estar sob a coordenação geral da Secretaria de Direitos Humanos.

OBJETIVO: 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O dia 28 de janeiro foi oficializado como Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo como uma forma de homenagear os auditores fiscais do trabalho Erastóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, assassinados nesta data, em 2004, durante fiscalização na zona rural de Unaí (MG).

A Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo foi marcada, em 2013, por seminários e palestras em todo o país. O objetivo foi chamar a atenção para o problema e mobilizar a sociedade para que o país erradique o trabalho escravo contemporâneo.

Cabe destacar que o estado de Ceará instalou, em Fortaleza, a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae).

As COETRAEs são vinculadas à Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE e às Secretarias de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos dos estados. A criação das COETRAEs é uma das ações previstas na terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos. Participam da comissão estadual representantes do poder público e da sociedade civil.

A meta do Governo Federal é fazer com que todos os estados brasileiros e Distrito Federal tenham suas Coetraes. Em 2012, foi criada a COETRAE no Rio Grande do Sul e, em 2013, nos Estados de ES, GO e CE. Atualmente, elas já foram instaladas nos estados da Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e Rio Grande do Sul, além de Espírito Santo, Goiás, Ceará e Maranhão. Em 2014, foi instalada Comissão Municipal na cidade de São Paulo.

Metas 2012-2015

- **Aprovar e implementar a PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins**

  Análise Situacional da Meta

  A PEC do trabalho escravo foi aprovada em 5 julho de 2014, tornando-se a Emenda Constitucional 81/2014, agora em fase de regulamentação . O discurso do relator do decreto de regulamentação, Senador Romero Jucá indica inclinação para o retrocesso da definição de trabalho escravo, contrariando as Convenções da OIT sobre o tema, das quais o brasil é signatário.

- **Realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo**

Análise Situacional da Meta

Os dados decorrem da consolidação dos relatórios de ação fiscal, em razão do enfrentamento do trabalho em condição análoga à de escravo. Em 2013, foram realizadas 300 ações fiscais, representando 45 ações fiscais a mais do quantitativo realizado em 2012(255). O período 2012 a 2013 totalizou 555 ações fiscais, o que representa 58,7% da meta total do PPA 2012-2015. Em 2014, foram realizadas 144 operações fiscais em 240 estabelecimentos com 12.885 trabalhadores alcançados e 1366 trabalhadores resgatados, totalizado 73,97% da meta total.

Quantidade alcançada

699

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Os serviços estaduais e federal de proteção a pessoas ameaçadas continuam em funcionamento. Os procedimentos para a integração dos três programas, por meio de um Sistema Nacional, conforme estabelece o Programa Nacional de Direitos Humanos-3, estão em construção junto aos governos estaduais, órgãos colegiados dos programas e sociedade civil Merece destaque a publicação do Protocolo de Intenções n° 01/2013, assinado entre a SDH/PR e o Ministério da Saúde, que visa promover o acesso seguro de pessoas incluídas nos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas no Sistema Único de Saúde (SUS). A medida é resultado de articulação realizada por um grupo de trabalho, criado em 2012, com integrantes da SDH/PR e do Núcleo Técnico do Cartão Nacional de Saúde/DATASUS. Na prática, a medida assegura que as pessoas incluídas nestes programas sejam atendidas com total sigilo no Sistema Único de Saúde.

Cabe mencionar também que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou a proposta de resolução que regulamenta a atuação do Ministério Público nos programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas. O texto estabelece procedimentos para dar efetividade à regra legal que prevê a tramitação prioritária de processos ou inquéritos de vítimas ou testemunhas protegidas. A proposta aprovada cuida ainda de diversos aspectos ligados à atuação do Ministério Público nos programas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, como a indicação de promotor ou procurador para o conselho deliberativo dos programas de proteção a vítimas e testemunhas, que deverá atuar, preferencialmente, nas áreas de controle externo da atividade policial, de direitos humanos ou criminal. A resolução também prevê que as unidades do Ministério Público promovam periodicamente cursos de preparação e aperfeiçoamento com conteúdos relacionados a aspectos normativos e procedimentos práticos relativos aos programas. E nos cursos de formação de membros recém-empossados na carreira ou em processo de vitaliciamento, será obrigatória a oferta de disciplina sobre o assunto.

Além disso, em 2014, foram iniciadas articulações junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) para viabilizar a mudança de nome de usuários, na forma prevista na Lei 9.807/1999. Como encaminhamento inicial, ficou prevista a criação, pelo TJDFT, de um grupo de trabalho com a participação da SDH/PR para elaboração do fluxo de procedimentos objetivando tal mudança.

Metas 2012-2015

- **Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT, AM, RN, CE e AC)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram elaborados convênios com os estados do Amazonas e Ceará.

A meta inicial era ampliar o Programa para os Estados do MT, AM, RN, CE e AC, mas devido aos altos índices de

letalidade MT foi substituído pelo Maranhão e o Acre pela Paraíba. Convênio com o Amazonas firmado, mas não executado.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar os serviços de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos ameaçados em todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) está presente nos estados de Pernambuco, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul. Os demais estados são atendidos pelo Programa Federal de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.

O Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) está presente nos estados de Amazonas, Pará, Acre, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Os demais estados são atendidos pelo Programa Federal de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.

Buscando a ampliação dos programas de proteção realizaram-se diversas reuniões com as Secretarias de Estados que possam executar de forma eficiente os Programas de Proteção, oferecendo estrutura física, recursos humanos e financeiros. Entretanto, o cenário encontrado não se mostra plenamente favorável por não atenderem aos requisitos básicos citados acima. Na possibilidade de ampliação do Programa, a SDH/PR vem consultando também a sociedade civil com o objetivo de construir uma rede de proteção necessária para sua implementação.

- **Integrar os serviços de proteção em 7 estados (CE, PE, PA, BA, ES, RJ e MG)**

Análise Situacional da Meta

A integração dos programas de proteção a pessoas ameaçadas (testemunhas e vítimas, defensores dos direitos humanos e crianças e adolescentes ameaçados de morte) requer a elaboração de normas específicas para regulamentar os procedimentos comuns e as particularidades de cada programa. Assim, a realização desta meta depende da reformulação e aprovação de marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas para que sejam aplicados no âmbito dos estados. Ao longo de 2013, foram realizadas atividades junto aos parceiros locais, tanto dos governos estaduais, como da sociedade civil, para elaboração de marcos regulatórios para criação do sistema em questão, que tiveram continuidade em 2014.

- **Reformular e aprovar marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas e dos serviços de proteção que os constituem**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do ano de 2013, foram realizadas reuniões de trabalho com gestores das Secretarias estaduais, organizações da sociedade civil executoras dos programas e órgãos colegiados, para elaboração de proposta de novo marco regulatório. Todos apresentaram propostas para construção do marco regulatório., Em 2014, a SE e as Coordenações-Gerais consolidaram a minuta do marco regulatório para discussão com os demais interessados à luz do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – (MROSC).

OBJETIVO: 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O destaque na implementação desse objetivo para o período deve ser dado para a aprovação da Lei n.º 12.847/2013, em 02 de agosto de 2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de

Prevenção e Combate à Tortura; o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências. O sistema será formado por conselhos de comunidades, conselhos penitenciários estaduais, corregedorias e ouvidorias de polícia. . O sistema é uma nova possibilidade de o Brasil ter um mecanismo real para poder chegar às instituições e fazer verificações, ter peritos com autonomia para dizer o que acontece com o corpo das pessoas, se e como ele está marcado pela tortura, ou para verificação das próprias condições em que as pessoas vivem.

O Comitê é composto por 23 (vinte e três) membros, escolhidos e designados pelo Presidente da República, sendo 11 (onze) representantes de órgãos do Poder Executivo federal e 12 (doze) de conselhos de classes profissionais e de organizações da sociedade civil. Já o Mecanismo deverá ser composto por 11 (onze) peritos, escolhidos pelo Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. O colegiado poderá visitar, sem aviso prévio, qualquer espaço de privação de liberdade, como presídios, penitenciárias, delegacias, casas de custódia, instituições socioeducativas, hospitais psiquiátricos e asilos, a fim de apurar violações. Quando constatadas violações, os peritos irão elaborar relatórios com recomendações aos diretores dessas instituições, que terão um prazo determinado para adotar as devidas providências. A instalação do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura é um compromisso adotado com as Nações Unidas pelas principais democracias do mundo. O Congresso Nacional aprovou o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura das Nações Unidas de 1984, no dia 21 de dezembro de 2006 por meio do Decreto Legislativo nº 483. O instrumento foi promulgado por meio do Decreto n.º 6.085 de 19 de abril de 2007.

Paralelo ao processo de implementação da Lei n.° 12847/2013, a Coordenação Geral de Combate à Tortura (CGCT) promove a criação e o fortalecimento de Comitês e Mecanismos estaduais, por meio de articulação junto às unidades federadas. Até dezembro de 2014 já foram criados 16 Comitês e 7 Mecanismos Estaduais.

A CGCT também realizou nos dias 8 e 9 de maio de 2014 o Seminário de Pericia Independente em Direitos Humanos. Entre as propostas discutidas no evento, estão a criação de grupos de trabalho para discutir e criar protocolos para perícia em casos de tortura, bem como a criação de metodologia para a realização de capacitações para peritos. Adicionalmente, a CGCT finalizou a elaboração de curso para profissionais da segurança pública “Prevenção e Enfrentamento à Tortura”, que será disponibilizado na plataforma EAD da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP/MJ em 2015. Por fim, é importante citar a proposta para sistematizar indicadores sobre a política de Prevenção e Combate à Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes no Brasil. A proposta, realizada no âmbito do Projeto BRA11003 - SDH/PNUD, será essencial para a avaliação das políticas em andamento e também para o planejamento de novas políticas na área.

Metas 2012-2015

- **Aprovar e implementar protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas**

  Análise Situacional da Meta

  A prerrogativa para a atuação da SDH/PR nesta meta decorre do disposto no Decreto n° 8162/2013, que em seu artigo 1°, inciso V do Anexo I, define que compete à SDH/PR “sem prejuízo das atribuições dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Sisnad, atuar em favor da ressocialização e da proteção dos dependentes químicos”. Inicialmente a estratégia de implementação se voltou para os materiais de orientação das oficinas de alinhamento conceitual no âmbito do Programa “Crack é Possível Vencer”. Contudo, este meta não foi alcançada e atualmente a ação está proposta para ocorrer mediante a instalação de um Grupo de Trabalho com a participação do MS, MJ, SDH/PR e PGR com o intuito de produzir um parecer que venha a ser debatido em uma audiência pública na PGR, com o tema anteriormente previsto para o protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas.

- **Aprovar marco legal que institui o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e garantia de seu pleno funcionamento**

  Análise Situacional da Meta

  Meta alcançada.

  Em 02 de junho de 2014 foi aprovada a lei nº 12.986 que transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional da Pessoa Humana. O CNDH foi implantado em dezembro de 2014.

- **Aprovar o marco legal que implementa Protocolo Facultativo da Convenção Contra Tortura e garantir o seu pleno funcionamento (Mecanismo de Combate à Tortura)**

  Análise Situacional da Meta

  O PL 2442/2011 foi aprovado pelo Congresso Nacional com sanção presidencial em 2 de agosto de 2013, convertendo-se na Lei n.º 12.847, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (SNPCT); cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT); o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT); e dá outras providências. A Lei 12.847/2014 foi regulamentada pelo Decreto 8.154 de 16 de dezembro de 2013. Os membros do CNPCT, composto por onze representantes do poder executivo federal e doze de organizações da sociedade civil, foram nomeados por meio do Decreto Presidencial s/n de 24 de julho de 2014. No segundo semestre de 2014, foi realizado, pelo CNPCT, o processo de escolha dos peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, conforme atribuição prevista no Decreto N° 8.154/2013. Em 2015, com os peritos do MNPCT já empossados, serão realizadas visitas periódicas e regulares a pessoas privadas de liberdades e a instituições de privação de liberdade. A instalação do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura é um compromisso adotado com as Nações Unidas pelas principais democracias do mundo. O Congresso Nacional aprovou o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura das Nações Unidas de 1984, no dia 21 de dezembro de 2006 por meio do Decreto Legislativo nº 483. O instrumento foi promulgado por meio do Decreto n.º 6.085 de 19 de abril de 2007.

- **Implementar o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos**

  Análise Situacional da Meta

  A criação do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental ocorreu mediante a publicação da Portaria Interministerial MS/SEDH N° 3.347/2006. Contudo, o referido Núcleo encontrava-se desativado e esvaziado em suas funções. A IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial de 2010 apresentou como uma de suas recomendações no Relatório Final- recomendação n° 627 - a reativação do Núcleo. Em parceria com o MS, a SDH/PR convocou o GT Intersetorial que elaborou a proposta para viabilizar a recomposição do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental. O GT foi composto pelo MS, MDS, SDH/PR, MJ, CNJ, CNMP, ANADEP, MNLA, RENILA, CDDPH- SDH/PR, MNDH e CNS. As reuniões do GT ocorreram em outubro e novembro de 2013, com a apresentação do Relatório final dos trabalhos no Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH). Após o debate no FMDH, encontra-se em tramitação, na SDH/PR e no MS, Portaria Interministerial de criação do Comitê Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental - CNDHSM, que atenderá à finalidade consultiva de formulação jurídica institucional, avaliação e monitoramento, fortalecimento do diálogo interinstitucional e construção de uma agenda técnica propositiva nas políticas públicas de direitos humanos e saúde mental. Para tanto, a Portaria do CNDHSM prevê a participação da sociedade civil organizada e dos órgãos do poder público de maneira paritária.

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2010	5.611	31/12/2014	5.522
Crianças e adolescentes ameaçados de morte e familiares protegidos	unidade	31/12/2010	1.490	31/12/2014	884
Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados	unidade	31/12/2009	2.060.503	30/09/2013	1.312.989
Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes)	1/1.000	31/12/2010	2,67	28/01/2014	3,32
Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	31/12/2010	17.703	31/12/2014	20.532
Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI	%	31/12/2010	57,45	31/12/2012	35
Relação entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em programas de meio-aberto/ fechado	unidade	31/12/2010	0,5	31/12/2014	4,28
Taxa de frequência à creche ou pré-escola de crianças de 0 a 5 anos, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	24	30/09/2013	33,85
Taxa de frequência líquida das pessoas de 15 a 17 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	26,6	30/09/2013	36,1
Taxa de frequência líquida das pessoas de 6 a 14 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	01/09/2009	88,4	30/09/2013	90,76
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2007	21,4	31/12/2011	15,3

Observações:

Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados - PNAD 2013

Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes) - IHA 2012: publicação lançada em 28/01/2014 com dados do ano de 2012.

http://observatoriodefavelas.org.br/noticias-analises/indice-de-homicidios-na-adolescencia-e-o-mais-alto-em-8-anos/

http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2015/01/IHA_2012.pdf

Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI - O SISPETI, fonte de informação do indicador, será substituído pelo Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC, que está em fase de testes para implantação em 2014. O último número informado pelo MDS refere-se a 2012.

Taxa de mortalidade infantil - Indicador com dados de 2012 ainda não disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Em relação ao atendimento socioeducativo, ressalta-se que em 31/12/2011 existiam 31 unidades de internação consideradas impróprias. A desativação de unidades impróprias consta como Meta 5.2 do Eixo 2 do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, com previsão de realização até 2018.

Foram firmados convênios para a construção no período de 2011 a 2014. Os que envolvem desativações estão nos seguintes estados: DF, uma unidade para o atendimento às adolescentes do sexo feminino (2011); MT – uma unidade de internação provisória e um núcleo de atendimentos integrado (2011); GO - 3 unidades para desativação de duas unidades existentes (2013 e 2014) e SE – uma unidade em Nossa Senhora do Socorro que desativará um centro socioeducativo insalubre(2014); MG – uma unidade em Alfenas para desativação de uma imprópria(2014).

Em 2013 foram celebrados dois termos aditivos de suplementação de recursos para dois convênios vigentes no Estado do Ceará, exercícios de 2009 e 2010, com o objetivo de adequação de duas unidades às novas exigências do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. No momento essas obras encontram-se em fase de execução.

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos – SDH, está elaborando os projetos arquitetônicos com o respectivo caderno de parâmetros e os projetos complementares padrão para as unidades socioeducativas, com previsão de finalização e validação no primeiro bimestre de 2015.

Para o ano de 2015, existem 4 propostas para construção de Núcleos de Atendimento Integrado – NAI (AC, BA, SC e TO), construção de 3 unidades de internação – UI (BA e RS) e 3 unidades de semiliberdade – SL (AP e TO). As propostas para 2015 que já foram apresentadas estão em fase de ajustes e elaboração detalhada do orçamento, com regularização de terreno apresentado, assim como os demais documentos necessários para conveniamento, inclusive o desenvolvimento da proposta pedagógica de atendimento, conforme a legislação vigente. Os Estados habilitados previamente, em relação aos documentos entregues para possível formalização de convênio, são: Bahia - 1 NAI, Santa Catarina - 1 NAI, Tocantins- 1 NAI e 2 SL, Rio Grande do Sul - 2 UI e Acre - 1 NAI.

Há grande dificuldade de viabilizar estas propostas devido a precariedade das equipes técnicas dos Estados que ainda não se adequaram a todas as exigências da Resolução nº 199/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e da Lei Federal nº 12.594/2012, assim como toda a normativa exigida pela União e também as exigências da legislação ambiental. Isso tem contribuído para a demora na formalização das propostas de financiamento por parte da União para a substituição de unidades, mesmo existindo recursos financeiros disponíveis.

Em 2013 foi realizado concurso público por meio de processo seletivo simplificado com a finalidade de suprir a Coordenação Geral do SINASE de engenheiros e arquitetos para atuarem nas prestações de contas de convênios já executados, na avaliação de novas propostas de construções enviadas pelos Estados, assim como auxiliar os Estados na elaboração e orientação dos projetos, objetivando superar as dificuldades na execução dos recursos orçamentários. Foram contratados 3 engenheiros e 2 arquitetos. Já está em trâmite a prorrogação dos contratos por mais 12 meses, de 2

engenheiros e 2 arquitetos. Em 2014, no intuito de auxiliar na execução dos projetos, orçamentos e execução das obras referente aos convênios já formalizados para construção de unidades socioeducativas e conselhos tutelares, foi firmada uma parceria com o Escritório das Nações Unidas para Serviços de Projetos - UNOPS/ONU, que visa a contratação de 7 profissionais da área de engenharia e arquitetura, com previsão de início das atividades em fevereiro de 2015.

Também no intuito de acelerar as construções foi promulgada a Medida Provisória nº 630/2013, que permite a contratação, por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de obras e serviços de engenharia para a construção, ampliação e reforma de unidades de atendimento socioeducativo. O RDC tem diminuído consideravelmente o tempo médio para licitação de obras em outros setores do governo federal, reduzindo o prazo de homologação em cerca de 50%. Para os convênios novos, os estados do RS, SC e TO estão prevendo a construção de 4 obras do sistema socioeducativo por meio do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

O Governo Federal entende ser fundamental a qualificação permanente dos profissionais que atuam na socioeducação em todo o país. Nesse sentido, ao longo do ano de 2013 e durante o ano de 2014, foi debatido com diversas instituições a Escola Nacional de Socioeducação - ENS. Entre os objetivos da ENS, a prioridade é a qualificação do atendimento de forma permanente e articulada em todo o território nacional, com alinhamento conceitual e metodológico dos conteúdos programáticos dos cursos nas modalidades: básica, de extensão e especialização.

Durante todo o ano de 2013, foi desenvolvida articulação com todas as executoras dos Sistemas Socioeducativos estaduais com a finalidade de aprovar os Parâmetros de Gestão, Pedagógicos e Curriculares da ENS. Este objetivo foi alcançado em dezembro de 2013, quando os documentos orientadores foram aprovados por todos os Estados e pela SDH, os quais apontam para estruturar, organizar e implementar uma política nacional de formação em socioeducação em todo o território nacional que, entre outros benefícios, também direcionará a política de cofinanciamento da formação desenvolvida pela SDH. Nessa perspectiva, o termo de cooperação entre a SDH e a Universidade de Brasília - UNB consolidou-se e serviu de base para a formação da ENS na modalidade à distância por meio de portal específico que servirá para administrar toda a formação assim como para que os Estados e Distrito Federal também possam acessar conteúdos e metodologia. Essa proposta foi apresentada e aprovada pela plenária do CONANDA em fevereiro de 2014. Em dezembro de 2014 foi realizado o primeiro encontro do Núcleo Gestor da Escola Nacional de Socioeducação para apresentação da proposta da SDH para atuação da ENS no ano de 2015 e construção de diretrizes nacionais e estaduais. A formação presencial continuará sendo realizada mediante convênios com as unidades federadas, articuladas com a formação a distância. Foram formalizados 5 convênios para ENS em parceria com os estados TO, GO, PB, AP e com a UNB, além de um convênio já em execução formalizado em 2013.

A promoção da equidade de gênero, com ênfase nos direitos das adolescentes que estão em atendimento socioeducativo, é parte das Diretrizes do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, sendo o item “(L) Garantia das visitas familiares e visita íntima. Direito à sexualidade e saúde reprodutiva, com ênfase na convivência com os/as filhos/as, no respeito à identidade de gênero e orientação sexual e participação da família na condução da política socioeducativa”. Também é meta do referido Plano “Assegurar o exercício dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, através de deliberações sobre adolescentes com filhos/as nas unidades e visita dos filhos/as às mães e pais adolescentes; bem como o acesso a visita íntima”, item 1.2 do Objetivo 1: Implantação de instrumentos e mecanismos de participação que

fortaleçam o controle social, parte do Eixo 3: Participação e autonomia das/os adolescentes.

No que se refere ao Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a SDH, em conjunto com vários Ministérios, Secretarias, Sociedade Civil Organizada e Organismos internacionais, construíram a Agenda de Convergência para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes: articulação de políticas públicas que apontou a necessidade de direcionar os recursos e as ações para aqueles municípios e territórios fortemente impactados pelo contexto de grandes eventos destacando a realização da Copa do Mundo da FIFA.

As atividades da Agenda de Convergência Proteja Brasil aconteceram em 2014 durante a Copa do Mundo de 2014, nas 12 cidades sedes dos jogos. As ações foram precedidas por atividades de preparação e articulação com as prefeituras, governos estaduais e organizações da sociedade civil, entre outros órgãos, que ocorreram durante todo o segundo semestre de 2013, e primeiro semestre de 2014. A experiência pretende constituir-se como legado no sentido do estabelecimento de um modelo de articulação intersetorial, para a prevenção à violação de direitos humanos, e a redução do risco de agravamento dos contextos de vulnerabilidade para crianças e adolescentes durante os grandes eventos no País.

Neste sentido, para enfrentar esta situação o Governo Federal tem, por meio do PAIR (Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes no Território Brasileiro), apoiado técnica e financeiramente os municípios dentro destes contextos para desenvolvimento de: articulação das redes locais; construção de diagnósticos participativos; definição de planos locais de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes; articulação com o setor corporativo; e a realização de campanhas educativas de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Em 2014 a busca ativa de parceiros para a implantação do PAIR continuou a priorizar os governos estaduais, tomando como critério: estados com cidades sedes da Copa do Mundo de 2014, estados com cidades de fronteira e estados com grandes obras de desenvolvimento.

Metas 2012-2015

- **Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo**

  Análise Situacional da Meta

  A construção de condições para desativação de unidades impróprias e/ou adequação das unidades socioeducativas depende tanto da infraestrutura quanto dos projetos pedagógicos. Para tanto, atua-se na elaboração de padrões nacionais tanto no que se refere aos aspectos físicos quanto o que se refere aos aspectos pedagógicos, de gestão e de segurança das unidades, objetivando construir um sistema único em nível nacional, baseado no paradigma de direitos dos/as adolescentes.

  Foi iniciado em 2012 o processo de discussão e detalhamento do programa mínimo de necessidades, seguindo a Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, para a elaboração do projeto padrão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE a ser apresentado aos Estados para a desativação das unidades inadequadas, conforme os levantamentos realizados pela Secretaria de Direitos Humanos - SDH e Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e para o reordenamento do sistema socioeducativo em conformidade com a Lei Federal 12.594/2012.

  De 2012 até o final de 2014 os Estados foram se qualificando para a formalização de convênios de construção de unidades de unidades de semiliberdade, internação provisória e internação. Entretanto, aqueles que conseguiram

formalizar convênios para substituição de unidades inadequadas de privação de liberdade foram Ceará, Goiás, MG e SE, sendo duas propostas em CE e GO em 2013, uma proposta de Goiás, uma em Sergipe e uma em Minas Gerais em 2014, com a presença de proposta pedagógica de atendimento e demais documentos, que incluem os projetos arquitetônicos e complementares.

A previsão de início das obras é para o primeiro semestre de 2015. Em 2014. Foram apresentadas 4 propostas para construção de Núcleos de Atendimento Inicial - NAI, de 5 unidades de internação – UI e 2 unidades de semiliberdade – SL. Até junho de 2014 foi possível a formalização de 3 convênios para construção de unidades socioeducativas, GO, SE e MG. As demais propostas não apresentaram toda documentação pertinente em 2014, ficando as mesmas para o ano de 2015 considerando que estão em fase final de ajustes e elaboração detalhada do orçamento, com regularização de terreno apresentada assim como os demais documentos necessários para conveniamento, inclusive o desenvolvimento da proposta pedagógica de atendimento, conforme a legislação vigente. Os Estados já habilitados, em relação aos documentos entregues para possível formalização de convênio, são: Bahia - 1 NAI, Santa Catarina - 1 NAI, Tocantins- 1 NAI e 2 SL, Rio Grande do Sul - 2 UI e Acre - 1 NAI.

As Normas de Referência do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo estão nas seguintes fases:

•O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo foi aprovado pelo CONANDA, em resolução nº 160 publicada no Diário Oficial em 19/11/2013;
•As Normas de Referência Socioeducativas estão em fase de elaboração do sumário executivo e composição do grupo de trabalho interministerial, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015;
•As Normas de Referência Arquitetônicas em fase de ajustes após avaliação do produto final, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015;
•As Normas de Referência para Segurança em fase de avaliação do produto final, com previsão de publicação no primeiro semestre de 2015;
•As Normas de Referência de Gestão foram apresentadas a Comissão Intersetorial de acompanhamento do SINASE e estão em fase de ajustes finais, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial**

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2014, do total de 83 (oitenta e três) municípios acima de 300 mil habitantes, o PAIR teve seu processo de capacitação em 73 municípios, perfazendo 88% do cumprimento da meta. Atualmente o PAIR encontra-se em 516 municípios em todo o país.

É importante ressaltar que o PAIR foi implementado nos 26 estados mais o Distrito Federal. A ampliação da inserção da metodologia PAIR nas políticas públicas que atuam direta ou indiretamente voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência ou abuso sexual vem se dando de forma intersetorial, o que colabora no cumprimento do marco legal orientador, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei Federal nº 8.069/90.

Considerando o contexto de Grandes Empreendimentos em 2014 foi previsto a assinatura de 01 termo de cooperação e 01 convênio, todos com o foco implantação do PAIR em regiões impactadas por grandes obras de desenvolvimento, a

saber: 1) no estado do Pará (região do Xingu impactado pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte); 2) em Porto Velho - Rondônia (Região impactada pela construção das Usinas Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio). Registra-se ainda, que 163 empresas são signatárias do termo.

Neste primeiro semestre, também foi retomada articulação com a Universidade Federal do Pará, parceiro proponente e que já vem desenvolvendo o PAIR no município de Altamira desde 2011. A proposta pretende ampliar o processo de implantação do PAIR para os demais 11 municípios da região (todos impactados pela construção da Usina) e fortalecimento do PAIR no município de Altamira.

Ao término de 2014, apenas esse projeto de implantação do PAIR foi efetivado, por meio de Termo de Execução Descentralizada, com a Universidade Federal do Pará, contemplando os seguintes municípios: Altamira, Anapú, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu.

Quantidade alcançada

73

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar serviços integrados de atendimento inicial a adolescentes em conflito com a lei nas 27 capitais**

Análise Situacional da Meta

Os Núcleos de Atendimento Integrados (NAI) são espaços de integração operacional entre a rede de atendimento aos adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional. A implantação desse centro integrado dá cumprimento ao Inciso V do Artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente. São diretrizes da política de atendimento: Integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um único local, para efeito de agilização do atendimento inicial.

O projeto padrão dos Núcleos de Atendimento Integrado (NAI) foi concluído em setembro/2013 e está disponível para os Estados. Desde 2007 todas as obras financiadas pelo Governo Federal tiveram seus projetos elaborados conforme os padrões arquitetônicos definidos na Resolução nº 119/2006 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em 2013 e 2014, as 07 obras financiadas com recurso do Governo Federal por meio de convênios foram celebrados à luz da Lei Federal 12.594/2012.

Atualmente estão em fase de adequação para conveniamento em 2015 os projetos dos Estados da Bahia, Santa Catarina, Tocantins e Acre. Estas propostas foram desenvolvidas ao longo de 2013 e 2014, com a busca de terrenos adequados, ajustes dos projetos e orçamentos para pactuação com todos os agentes que atuam nos NAI (Sistema de Justiça, Segurança, Assistência Social e demais políticas intersetoriais, Fóruns e Redes Estaduais de Socioeducação).

O Governo Federal está atuando desde março de 2013 na divulgação e articulação com todos os agentes que atuam da socioeducação dos Estados para pactuação da implantação dos serviços integrados no modelo. A previsão para formalização dos convênios é no decorrer do primeiro semestre de 2015

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir a taxa de crescimento da internação de adolescentes em conflito com a lei**

Análise Situacional da Meta

No Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, Resolução nº160/2013 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, é indicado como diretriz: “Primazia das medidas socioeducativas em meio aberto”, central para a redução das taxas de internação na socioeducação. As 73 metas que estão divididas nos eixos temáticos: Gestão do SINASE, Qualificação do Atendimento Socioeducativo, Participação e Autonomia dos/as Adolescentes e Fortalecimento do Sistema de Justiça e Segurança Pública.

Os Levantamentos Anuais do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo permitem traçar comparação entre os dados dos anos anteriores e verificar a variação da taxa da internação de adolescentes em atendimento socioeducativo. Segundo os dados, os adolescentes em restrição ou privação de liberdade em âmbito nacional somavam em 2010 um total de 17.703; em 2011 um total de 19.595 e em 2012 o total de 20.535 adolescentes no território nacional. Desta forma, em 2011 verificou-se um aumento de 1.892 adolescentes em relação ao ano de 2010, o que representa crescimento de 10,69% no contexto de restrição e privação de liberdade. Os dados de 2012 demonstram aumento de 940 adolescentes, totalizando 20.535. O percentual de aumento é de 5%, configurando uma queda entre 2011 e 2012 nas taxas de restrição e privação de liberdade.

O Governo Federal está em interlocução permanente com o Sistema de Justiça, instância fundamental para a aplicação da medida socioeducativa em meio aberto. Neste contexto, foi articulada a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente que visa a articular esforços, em âmbito nacional, para a adoção de medidas concretas voltadas a dar efetividade aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com absoluta prioridade. É composta pelos órgãos: Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Defensores (CONDEGE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério da Saúde (MS).

Ações de sensibilização do Poder Judiciário constam da matriz de ações acordada no âmbito da Carta de Constituição de Estratégias. Entre outras ações que são de responsabilidade de todos os membros da Carta de Estratégias, destacamos as que são de responsabilidade de órgãos do sistema de justiça:

•Estratégia 4.1: Estimular a formação inicial e continuada dos agentes do Sistema de Justiça visando o avanço na garantia dos direitos fundamentais dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, rompendo com a cultura de institucionalização;
•Estratégia 4.2: Fortalecer a estrutura responsável pela garantia da defesa técnica do adolescente autor de ato infracional;
•Estratégia 6.2: Identificar os inquéritos de ações penais por tortura e maus-tratos nas unidades socioeducativas e dar celeridade na conclusão;
•Estratégia 7.1: Realizar esforço concentrado e articulado do sistema de justiça para a reavaliação in loco, pela autoridade judiciária, dos casos de internação provisória e das medidas socioeducativas aplicadas;
•Estratégia 7.3: Mobilizar esforços para que todas as unidades de internação e semiliberdade tenham regimento interno, instituído com observância das normas do SINASE, e das garantias fundamentais dos adolescentes, que dele deverão ter pleno conhecimento;
•Estratégia 7.4: Assegurar que todos os adolescentes que estejam em cumprimento de medidas socioeducativas tenham um Plano Individualizado de Atendimento – PIA;
•Estratégia 7.6: Constituir ações de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de MSE ou egressos, que favoreçam a sua vinculação com as políticas setoriais na rede.

A aprovação do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, associada às metas da Carta de Constituição de Estratégias, são instrumentos de ação articuladores que poderão interferir diretamente na redução dos índices de internação. Desta forma, somente através da articulação das políticas setoriais (Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo) e dos poderes constituintes do Sistema de Garantia de Direitos (por meio da Carta de Estratégias) é que efetivamente poderemos desenvolver concretamente ações neste sentido, pois a aplicação de medidas socioeducativas necessita desse conjunto de atores articulados para a sua correta aplicação.

OBJETIVO: 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal priorizou, entre suas ações, programa multidimensional de fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Este programa traz o aprimoramento da estruturação física, da equipagem e da implementação de programas de formação inicial e continuada dos Conselheiros Tutelares.

É prioridade do Governo Federal a criação de Conselhos Tutelares em 100% dos municípios do país, tarefa que está praticamente concluída: dos 5.565 municípios existentes, apenas 13 ainda não possuem Conselho Tutelar. No entanto, também é preciso garantir condições adequadas de funcionamento e infraestrutura para que o trabalho destes órgãos colegiados seja de qualidade e efetividade.

Neste sentido, o Governo Federal tem repassado aos Conselhos Tutelares um conjunto de equipagem contendo: 1 (um) carro, 5 (cinco) computadores, 1 (uma) impressora multifuncional, 1 (um) refrigerador, 1 (um) bebedouro, totalizando investimento de R$54.700,00 (cinquenta e quatro mil e setecentos reais) por Conselho.

A doação dos equipamentos para os Conselhos Tutelares tem amparo na Resolução nº 113 de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que dispõe sobre os parâmetros para institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em seu art. 27, a resolução estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os sistemas Municipais, Estaduais e Distrital, tanto de defesa de direitos, quanto de atendimento socioeducativo.

Com o objetivo de realizar a equipagem dos Conselhos de modo eficiente e com celeridade, a SDH/PR centralizou os processos licitatórios de aquisição dos itens a serem doados, obtendo ganhos de escala, economicidade na logística de distribuição e padronização nacional dos equipamentos adquiridos.

O uso de tecnologias sociais tem sido essencial para que a SDH consiga executar o programa de tamanha capilaridade em tão pouco tempo. Para tanto, foi desenvolvido um sistema online, http://sig.sdh.gov.br/ que permite gerenciar todo o processo de doação e distribuição dos bens adquiridos.

O outro programa priorizado para o fortalecimento dos Conselhos Tutelares é a Escola Nacional de Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Tutelares – Escola de Conselhos, que é de abrangência nacional e tem como objetivo proporcionar a estes atores a formação e o aperfeiçoamento para o exercício de suas funções enquanto defensores de direitos humanos.

As Escolas de Conselhos do Brasil são resultado da Política Nacional, que visa estabelecer programas e ações na área da infância e adolescência que garantam os direitos infanto-juvenis, fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos em todo o país. Nesse sentido, têm sido firmadas parcerias com instituições que tenham o interesse em desenvolver projetos na área de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, formando assim, Núcleos de Formação Continuada de Conselheiros Tutelares e Conselheiros dos Direitos da Criança e do Adolescente - Escola de Conselhos.

Ainda como parte dessa política e entendendo a relevância dos Conselhos enquanto órgãos responsáveis pela tarefa imediata de atendimento, foi idealizado o “Conselho Tutelar Referencial - Meu Lugar na Cidade”, projeto de sede para o Conselho Tutelar que visa garantir um espaço seguro, confortável, sustentável e adequado ao atendimento de crianças, adolescentes e seus familiares, reiterando a importância do Conselho enquanto um espaço de ação e articulação do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

O objetivo do Conselho Tutelar é cumprir as diretrizes estabelecidas no artigo 227 da Constituição Brasileira de 1988, que criou um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes em seu artigo 131 da Lei Federal 8069/90. Protagonizando uma nova maneira de assegurar o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA ao provocar melhorias nos serviços públicos oferecidos nas áreas de saúde, educação, cultura e esportes, é de legítima importância que a arquitetura de um Conselho Tutelar Referencial proporcione um espaço de identificação onde crianças e adolescentes possam reconhecê-lo como sendo o seu lugar na cidade.

Este novo modelo de Conselho Tutelar traz consigo um movimento de ressignificação e qualificação da rede de proteção da infância e adolescência, levando em conta os sucessivos estudos realizados sobre a organização dos ambientes, dos fluxos dos usuários, das necessidades dos Conselheiros dentro de um Conselho Tutelar e também pela qualidade da estrutura desta unidade.

Para a execução deste projeto é necessário que a Prefeitura disponibilize um terreno, com área mínima de 320,00 m², e assegure a contrapartida financeira constante na Lei de Diretrizes Orçamentárias Federal. A meta é alcançar as 27 capitais brasileiras e municípios interessados.Em outubro de 2013, foi enviado ofício do Governo Federal aos municípios. A maior parte manifestou interesse, porém quatro municípios (Macapá/AP, Cuiabá/MT, Campo Alegre/AL e Fortaleza/CE) enviaram todas as documentações necessárias para a formalização de convênio.

A maior conquista do período de 2012 para o Sistema de Garantia de Direitos, entretanto, foi à sanção da Lei Federal nº 12.696/12 pela Presidência da República, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares, além de estabelecer parâmetros para o processo unificado de escolha dos mesmos nas cidades, sendo resultado de uma luta histórica de vários

setores da sociedade e representando um avanço histórico no fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Esta lei também modifica as regras para a organização dos Conselhos Tutelares, por meio da alteração dos arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

De acordo com a Lei 12.696/12, o mandato dos Conselheiros Tutelares é ampliado de três para quatro anos, e estes devem receber além da remuneração a ser definida pelo município (sendo o piso o salário-mínimo), licenças maternidade e paternidade, cobertura previdenciária, acesso a férias com acréscimo de um terço no salário e gratificação natalina. Já o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar acontecerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial. A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Atualmente os municípios realizam suas eleições individualmente, adequando-as a sua realidade particular em datas e formatos diversos. Com o objetivo de estabelecer as diretrizes para a transição até o primeiro processo de escolha unificado, o CONANDA expediu em agosto de 2012 a Resolução 152. Diante deste cenário, o Governo Federal por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, instituiu o Grupo de Trabalho Nacional com objetivo de elaborar proposta do processo de escolha unificado em 2015, por meio da Portaria nº 241 de 08 de abril de 2014.

De agosto a setembro de 2014 foi realizada a 1ª Oficina, com 4 turmas, sobre o processo de escolha unificado de 2015-Conselheiros Tutelares. As oficinas tiveram como resultado as proposições de ajustes na Resolução nº 139 do Conanda, aprovada em Assembleia do Conanda em dezembro de 2014 e posteriormente publicada no Diário Oficial em Janeiro de 2015.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares**

  Análise Situacional da Meta

  Desde o segundo semestre de 2012 o Governo Federal vem discutindo, por meio de Grupo de Trabalho constituído para essa finalidade, minuta de projeto de lei que regulará as atribuições e o funcionamento dos Conselhos Tutelares.

  Paralelamente a isso foi apresentada e sancionada a Lei Federal nº 12.696, de 25 de julho de 2012, que assegura os direitos sociais dos conselheiros tutelares, além de estabelecer parâmetros para o processo unificado de escolha dos mesmos nas cidades, representando um avanço histórico no fortalecimento dos Conselhos Tutelares. Pela nova lei, os conselheiros devem receber remuneração (definida pelo município, sendo o piso o salário-mínimo), cobertura previdenciária, ter acesso a férias (com acréscimo de um terço no salário), licenças maternidade e paternidade e gratificação natalina. Além disso, a lei unificou a data para processo de escolha dos Conselheiros Tutelares. Atualmente os municípios realizam suas eleições individualmente, adequando-as a sua realidade particular em datas e formatos diversos. Com o objetivo de estabelecer as diretrizes para a transição até o primeiro processo de escolha unificado, o CONANDA expediu em agosto de 2012 a Resolução 152.

  Em 08 de abril de 2014 foi publicada a Portaria nº 241 que institui no âmbito da SDH, o Grupo de Trabalho Nacional sobre o Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares, com o objetivo de realizar estudos e elaborar

proposta de diretrizes e orientações para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

De agosto a setembro de 2014 foi realizada a 1ª Oficina, com 4 turmas, sobre o processo de escolha unificado de 2015-Conselheiros Tutelares.

Esta oficina teve o objetivo de reunir diversos representantes da rede do Sistema de Garantia de Direitos e proporcionar uma discussão produtiva, proporcionando a elaboração de conteúdos que contribuirão para a construção da proposta do Processo de Escolha Unificado de Conselheiros Tutelares 2015.

Foram realizadas 4 oficinas com um total de 122 participantes, nos dias:

1ª Oficina – Turma A 25 e 26/08
1ª Oficina – Turma B 27 e 28/08
1ª Oficina – Turma C 01 e 02/09
1ª Oficina – Turma D 03 e 04/09

As oficinas tiveram como resultado as proposições de ajustes na Resolução nº 139 do CONANDA de acordo a Lei nº 12.696/12, aprovada em Assembleia do CONANDA em dezembro de 2014 e, posteriormente, publicada no Diário Oficial em Janeiro de 2015.

Adicionalmente, durante as oficinas foi realizado amplo debate acerca das atribuições e funcionamento do Conselho Tutelar nos municípios. Entretanto, devido à importância e dos vários temas e pontos sensíveis que envolvem a questão ficou deliberado que no primeiro semestre de 2015 será retomanda a questão.

Em relação ao funcionamento dos Conselhos Tutelares, em setembro de 2014 foi realizada a 1ª Oficina para a construção do mapeamento e fluxos do Conselho Tutelar, em parceria com Associação Brasileira de Magistrados e Procuradores da infância e Juventude (ABMP) e com a Fundação Vale, contando com a participação de um conselheiro por estado. Os resultados dessa reunião estão em processo de finalização e deverão ser apresentados no primeiro trimestre de 2015 para pactuação junto ao CONANDA.

- **Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2014, dos 4.257 municípios cadastrados no SIG/SDH/PR, 1.837 municípios foram contemplados com 2.165 Conjuntos de Equipagem, sendo 863 municípios das regiões Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO), correspondente a 86,30% de cumprimento da meta.

Em razão ao grande número de conselhos equipados por meio de emendas parlamentares, a distribuição espacial com

foco no atendimento às regiões N, NE e CO foi ampliada para todos os 26 estados brasileiros e Distrito Federal.

Os critérios estabelecidos foram:

• Capitais, considerando a concentração de denúncias no disque 100;
• Municípios contemplados por meio de Emendas Parlamentares;
• PAIR
• Municípios da Região do Xingu – PA (PAC ENERGIA)

Quantidade alcançada

863

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar Conselho Tutelar referencial em municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipagem e integração ao SIPIA CT, aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos**

Análise Situacional da Meta

Em outubro de 2013 foi disponibilizada toda a documentação necessária para a formalização dos convênios com os municípios para a Construção dos Conselhos Tutelares Referencias.

Inicialmente foram escolhidos 40 municípios para a construção do Conselho Tutelar Referencial, sendo as 26 capitais e o Distrito Federais e 13 municípios com mais de 300.000 habitantes.

Com o objetivo de viabilizar e gerar condição de execução deste projeto, foram disponibilizados os projetos arquitetônicos aos municípios que serão financiados por meio de convênio.

Ao longo de 2014 04 (quatro) municípios conseguiram encaminhar a documentação pertinente e foram formalizados 03 (três). São eles: Macapá/AP; Fortaleza/CE; Campo Alegre/AL. Cuiabá/MT deverá formalizar em 2015.

Cabe ressaltar que foi disponibilizado projeto arquitetônico para o estado do Paraná, Distrito Federal e Fundação Vale.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 existiam escolas em 15 Estados (AC, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MG, PB, PE, RO, RN, RS, SC e TO), totalizando em 7.500 alunos participando da formação, sendo que os estados do PA e SE tiveram os convênios encerrados em junho de 2012.

Em novembro de 2012 foi realizado em Brasília o IV Encontro Nacional das Escolas de Formação Continuada de Conselheiros Tutelares e de Conselheiros dos Direitos, evento em que foi apresentada Proposta de Matriz curricular para os representantes das Escolas. As propostas oriundas das discussões deste encontro somaram-se, posteriormente, aos subsídios coletados em Workshop realizado com as equipes da SDH/PR e representantes do CONANDA para aprofundar a proposta da Matriz Curricular e apontar as tendências pedagógicas para as formações de Conselheiros Tutelares e dos Direitos.

No decorrer de 2013 percorreram-se algumas etapas desde o levantamento das características, ações e boas práticas das Escolas conveniadas, passando pela construção do Projeto Político Pedagógico para a Escola Nacional de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares, pela elaboração de uma proposta metodológica de ensino, pelo planejamento do chamado kit pedagógico para professores e alunos, com os conteúdos e exercícios de aprendizagem para cada um dos módulos da formação e, por fim, pela definição de proposta para a avaliação dos conteúdos e da metodologia dos alunos e do corpo docente. Por meio dessas atividades foram alcançados os seguintes resultados:

1.Desenvolvimento e Aprovação da Matriz Curricular de Conteúdos;
2.Cadernos Pedagógicos: caderno de estudos;
3.Construção de proposta metodológica envolvendo aspectos práticos como Modalidade do curso: híbrido (presencial com carga horária para atividades a distância);Carga horária: 200 horas (160 horas de ensino presencial e 40 de EAD);Divisão de turmas: desejável de 40 alunos por turma; Técnicas de ensino;
4.Monitoramento e Avaliação; Metodologia de ensino-aprendizagem de Educação a Distância;
5.Criação da Portaria que institui o Grupo Gestor Nacional da Escola Nacional de Formação Continuada de Conselheiros dos Direitos e Conselheiros Tutelares: A portaria nº 912, publicada no DOU, em 26 de julho de 2013, instituindo o Grupo Gestor Nacional, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, tem a finalidade de implementar a política nacional de formação continuada de conselheiros dos direitos e conselheiros tutelares, além de fortalecer e valorizar sua atuação.

Em fevereiro de 2014 foi realizado 5º Encontro Nacional das Escolas de Conselhos - ENEC na cidade de Recife-PE. O encontro foi uma iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que contou com a co-execução da Escola de Conselhos de Pernambuco/Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

O V ENEC objetivou partilhar experiências, situações e aprendizagens no contexto do fazer político das Escolas de Conselho e avançar na consolidação da Política Pública de formação continuada de conselheiros.

No decorrer de 2014 alcançou-se 18 Escolas implantadas, nas seguintes UF's: AC, AL, AM, BA, DF, ES, GO, MG, PA, PB, PE, RO, RS, SC, SE, TO, AP e CE.

Em 31 de dezembro de 2014 chegamos a 12 escolas em funcionamento no Brasil nos estados de AL, AP, BA, CE, ES, MG, PA, PE, RO, SC, SE e TO.

É necessário esclarecer que a implantação das Escolas de Conselhos é operacionalizada por meio de Convênios, com prazo determinado, ficando alguns estados “em descoberto” o que ocorreu com os convênios do DF, AC, AM, GO, PB, e RS que foram encerrados ao longo de 2014.

Entendendo a importância das Agendas Transversais de Políticas, que no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM apresenta entre suas diversas ações a “Promoção de medidas educacionais no âmbito escolar e universitário para o enfrentamento de todas as formas de violência, discriminação e preconceito contra as mulheres considerando as diversas dimensões” e “Formação continuada de profissionais da educação da rede pública e da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, orientada aos direitos humanos”, cria-se uma perspectiva de aproximação da Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria de Políticas para Mulheres. O intuito é proporcionar uma articulação que possibilite a discussão do tema frente à matriz pedagógica das Escolas de Conselho. Processo este que ficou prejudicado em 2014 pelas agendas já construídas e pelo processo eleitoral. No entanto, este ponto será priorizado ao longo de 2015.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

- **Parametrizar e aprovar no CONANDA fluxos de atendimento e monitoramento para os conselhos tutelares**

Análise Situacional da Meta

Ao final de 2013 avaliou-se a necessidade de discutir com mais atores do Sistema de Garantia de Direitos o fluxo para apresentar ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Em abril deste ano foi realizada reunião entre a SDH, a Fundação Vale e a Associação Brasileira de Magistrados e Procuradores da infância e Juventude - ABMP sobre a necessidade de elaboração de fluxos do conselho tutelar. Desta reunião ficou acordado que seriam realizadas oficinas com participação dos representantes de conselheiros para discussão e elaboração deste fluxo.

Em setembro de 2014 foi realizada a “1ª Oficina para a construção do mapeamento dos fluxos de um conselho tutelar para a construção do mapeamento e fluxos do Conselho Tutelar”, em parceria com ABMP e com a Fundação Vale, contando com a participação de um conselheiro por estado. Os resultados dessa reunião estão em processo de finalização e deverão ser apresentado no primeiro trimestre de 2015 para pactuarão junto ao CONANDA.

Paralelamente, no âmbito da Agenda de Convergência, foram discutidos planos, estratégias e fluxos de atendimento de crianças e adolescentes durante a realização de megaeventos com toda a Rede do Sistema de Garantia, inclusive do Conselho tutelar.

- **Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal realizou em 2012 o Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares. Além de sistematizar informações que auxiliassem na elaboração de políticas públicas que fortalecessem o Sistema de Garantia de Direitos - SGD, o cadastro teve como objetivos:

1) Mapear e quantificar os Conselhos Tutelares do país, consolidando a primeira base de dados universal e detalhada sobre eles;

2) Cadastrar todos os Conselhos Tutelares, registrando informações de contato (endereço, telefone, e-mail, horário de funcionamento, etc.) que permitam uma integração horizontal que os consolide como rede e uma articulação vertical que os aproximem de outras instâncias do SGD, integrando-os aos outros atores municipais, estaduais, distritais e federais;

3) Avaliar a infraestrutura e a consolidação institucional dos conselhos de forma a melhor entender suas necessidades, permitindo a elaboração de políticas públicas com elas alinhadas e a elas aderentes;

4) Identificar os municípios que não têm Conselho Tutelar, registrando os contatos de seus prefeitos e prefeitas, de modo a permitir uma ação direta que visa a universalização da rede. O cadastro teve a sua versão final disponibilizada em 29 de agosto de 2013 e encontra-se no site da SDH: http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/cadastro- nacional-dos-conselhos-tutelares-2.

5) Realizar reunião com o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP para ação articulada em conjunto ao Ministério Público dos Estados, para que esses atuem junto a municípios que ainda não criaram Conselho tutelar.

Estas reuniões já foram realizadas no início de 2014. Ficou acordado que o Ministério Público enviará uma comunicação a todas as comarcas para que sejam criados os Conselhos Tutelares, o que deverá acontecer até o Processo de Escolha Unificado 2015.

Em dezembro de 2014 eram 5.557 municípios com conselhos tutelares em funcionamento e apenas 13 municípios sem CT , o que corresponde a 99,77% de atendimento . Atualmente, existem 5.949 Conselhos Tutelares em funcionamento no país.

Quantidade alcançada

5.557

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem apoiando ações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. Todas as discussões dos marcos legais e planos nacionais são submetidas à avaliação e contribuições do colegiado. Também nessa linha, investe-se significativamente no fortalecimento do SIPIA - Sistema de Informações para a Infância e Adolescência, importante instrumento de indução de políticas públicas de criança e adolescente. A articulação com estados e municípios é fundamental tanto para a implantação do SIPIA, tendo em vista serem essas unidades federativas as principais responsáveis pela alimentação do Sistema, quanto para a implantação de conselhos de direitos.

A Lei Nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de caráter deliberativo, que tem como missão a elaboração de normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, a avaliação da política estadual e municipal e a atuação dos Conselhos Estaduais e Municipais da Criança e do Adolescente, o apoio à promoção de campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente, com a indicação das medidas a serem adotadas nos casos de atentados ou violação dos mesmos e a gestão do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA, incluindo o estabelecimento dos critérios para sua utilização.

O CONANDA no período de 2012-2014 aprovou importantes resoluções no sentido de garantir, promover e proteger os direitos da população infanto-juvenil brasileira. Destacam-se as que se referem: a) às diretrizes de transição para o primeiro processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar que ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a partir da vigência da Lei nº 12.696/2012 (Resolução N.º 152, de 09 de agosto de 2012); b) à recomendação de medidas de proteção das crianças e adolescentes no período preparatório e durante a Copa das Confederações FIFA 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014, Olimpíadas 2016 e aos eventos relacionados que serão realizados no Brasil (Resolução N.º 156, de 14 de março de 2013); c) à aprovação do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução N.º 160, de 18 de novembro de 2013); d) aos parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (Resolução n.º 161, de 04 de dezembro de 2013); e) à aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças de Adolescentes (Resolução N.º 162, de 28 de janeiro de 2014); f) à abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente (Resolução N.º 163, de 13 de março de 2014); g) ao registro e à fiscalização das entidades sem fins lucrativos e inscrição dos programas não governamentais e governamentais que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional (Resolução N.º 164, de 09 de abril de 2014); h) à realização da X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Resolução N.º 166, de 05 de junho de 2014); i) ao processo eleitoral de entidades da sociedade civil organizada para compor o CONANDA no biênio 2015-2016 (Resolução N.º 167, de 13 de agosto de 2014; j) à proteção dos direitos de crianças e adolescentes em atendimento por órgãos e entidades do Sistema de Garantia de Direitos, em conformidade com a política nacional de atendimento da criança e do adolescente (Resolução N.º 169, de 13 de novembro de 2014) e k) à alteração da Resolução nº 139, de 17 de março de 2010 para dispor sobre o processo de escolha em data, unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar (Resolução Nº 170, de 10 de dezembro de 2014).

Entre as ações recentes do CONANDA estão também a articulação permanente com o Congresso Nacional visando ao enfrentamento das iniciativas de redução da idade penal e aumento do tempo da medida socioeducativa de internação, a agenda de acompanhamento dos sistemas socioeducativos nos estados, os Encontros de Articulação com os Conselhos Estaduais, a realização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a qual contou com expressiva participação de crianças e adolescentes, a preparação da 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, prevista para ser realizada de 7 a 9 de dezembro de 2015 e a participação na Agenda de Convergência para a Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e na Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, com desenvolvimento de ações articuladas e estruturantes para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de 2014.

O cadastro dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente é outra ação que merece destaque. Por força de

alteração legal (Lei 12.594/2012) incidente no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/1990) e inserida na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.131, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH passou a ter a obrigação de informar anualmente à Receita Federal a relação atualizada dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais, com a indicação dos respectivos números de inscrição no CNPJ e das contas bancárias específicas mantidas em instituições financeiras públicas, destinadas exclusivamente a gerir os recursos dos Fundos.

No intuito de atender a essa determinação legal e respeitando a autonomia federativa de estados e municípios, a SDH disponibilizou em seu sítio eletrônico um formulário para que os governos e conselhos de direitos estaduais, distrital e municipais fizessem o cadastro de seus respectivos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, informando, entre outros dados, aqueles necessários ao envio para a Receita Federal do Brasil, para fins de dedução no imposto de renda da pessoa física e jurídica. No período de 2013-2014, foram encaminhadas à Receita Federal três listagens, a primeira foi enviada em março de 2013, a segunda em outubro de 2013 e a terceira em janeiro de 2014.

Em relação ao Imposto de Renda Exercício 2014 – ano-calendário 2013, de acordo com o ofício nº 161/2014-RFB/CODAC/CODAR, de 24 de julho de 2014, foram apuradas 25.652 (vinte e cinco mil seiscentas e cinquenta e duas) doações, totalizando R$ 22.627.794,11 (vinte e dois milhões, seiscentos e vinte e sete mil, setecentos e noventa e quatro reais e onze centavos). Do total arrecadado, R$ 21.183.131,98 (vinte e um milhões, cento e oitenta e três mil, cento e trinta e um reais e noventa e oito centavos) serão repassados aos fundos estaduais e municipais e R$ 589.864,16 (quinhentos e oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e dezesseis centavos) ao Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Cabe ressaltar que a SDH/PR não possui expertise em questões de matéria tributária, é a Secretaria da Receita Federal do Brasil que faz a avaliação final de quais fundos estão ou não aptos a receberem doações. A veracidade das informações constantes no cadastro é de inteira responsabilidade dos órgãos responsáveis pela administração das contas dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente distrital, estaduais e municipais.

Em 2014, foi aberto novo prazo para cadastramento dos fundos de direitos da criança e do adolescente. A ação durou 60 dias e seu balanço foi extremamente positivo, com um aumento de 63% dos fundos cadastrados com situação regular de CNPJ: aumentou de 996 para 1628 fundos. No ano anterior do cadastro, esse aumento foi de 40% (de 708 fundos para 996). Dos 1628 fundos cadastrados em situação regular de CNPJ, 1606 são fundos municipais, 21 são estaduais e um é fundo nacional.

Fundos Cadastrados segundo as normas da Receita Federal:
Ano-base 2012: 706
Ano-base 2013: 996
Ano-base 2014: 1.628

No tocante ao FNCA, o CONANDA anualmente dispõe sobre o plano de aplicação do fundo e realiza Chamamento Público para os procedimentos de transferência voluntária de recursos.
Cabe ressaltar que o FNCA tem como receita: a) doações, integralmente deduzidas do imposto de renda, por pessoas física e jurídica; b) recursos destinados ao Fundo Nacional, consignados no orçamento da União; c) contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais; d) resultado de aplicações do governo e organismos estrangeiros e internacionais; e) resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; f) outros recursos que lhe forem destinados.

Em 2012 a execução orçamentária do FNCA alcançou 58% do valor disponibilizado (não inclui emendas não liberadas e valores contingenciados), em 2013, 71% e em 2014, 69%.

Para estudar e propor mecanismos de aprimoramento e agilização da execução dos recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente, foi instituído um Grupo de Trabalho no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (Portaria N.º 624, de 9 de outubro de 2014). O GT tem 180 dias para concluir seus trabalhos e é composto por representantes do CONANDA e da Secretaria de Direitos Humanos.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados (PPCAAM)**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente a aprovação do marco legal do PPCAAM atrela-se à aprovação do marco legal do SNPPA - Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas. Após reuniões de apresentação do anteprojeto de lei aos parceiros do governo e sociedade civil, que apresentaram diversas contribuições, a Secretaria de Direitos Humanos - SDH está compilando todas as propostas de alteração. O anteprojeto de lei foi apresentado em reuniões de grupos de trabalho que envolveu a participação de representantes da sociedade civil (entidades executoras dos programas de proteção) e dos conselhos deliberativos dos programas e das secretarias gestoras governamentais (convenentes dos programas de proteção). Em 2014 foi retomada a discussão da PL n° 5.234/2005 do PPCAAM, cuja última tramitação ocorreu em 27 de maio de 2005 na mesa diretora da Câmara dos Deputados.

- **Aprovar marco legal para instituição do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE)**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi cumprida com a aprovação da Lei Federal 12.594/2012, em 18 de janeiro de 2012, a qual determina, entre outras questões, que cabe à Secretaria de Direitos Humanos - SDH a Coordenação Nacional do SINASE.

- **Aprovar marco legal que agilize o repasse de recursos do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente - FNCA - para Estados e Municípios para implementação de políticas de proteção, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria de Direitos Humanos - SDH realizou estudo da legislação que rege tanto o repasse fundo a fundo quanto o repasse direto de recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA para Estados e Municípios, no intuito de avaliar a viabilidade de adequar a legislação à sua realidade específica. Uma minuta de legislação específica para o FNCA se encontra sob a análise jurídica da Casa Civil. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA também aprecia a proposta.

  Em 2014, foi instituído Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com a finalidade de estudar e propor mecanismos para aprimorar e agilizar a execução dos recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (Portaria N.º 624, de 9 de outubro de 2014). O GT tem 180 dias para concluir seus trabalhos e é composto por representantes do CONANDA, da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da SDH/PR, da Secretaria Executiva da SDH/PR e da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da SDH/PR.

- **Aprovar marco legal sobre proibição de castigos corporais**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2013, a Secretaria de Direitos Humanos – SDH acompanhou junto à Câmara dos Deputados a tramitação do Projeto de Lei nº 7.672/2010, em articulação com a Rede Nacional Não Bata, Eduque. A rede é composta por organizações não governamentais de promoção e proteção dos direitos da Criança e do Adolescente.

Em 2013 a SDH aprovou, em parceria com o Instituto Noos, 3 importantes publicações de disseminação de práticas não violentas para contribuir na educação de crianças e adolescentes, são elas: Vídeo “De Olho no Mundo”, cartilhas “Pelo fim dos castigos corporais e tratamento cruel degradante” e “Rodas de Diálogo sobre Educação Positiva”.

Em junho de 2014 foi aprovada a Lei n° 13.010, de 26 de junho de 2014, que alterou a Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, ficou conhecida como Lei Menino Bernardo.

Com a aprovação da Lei Menino Bernardo, a SDH/PR no 1º semestre de 2014 iniciou discussões com foco na criação de um grupo de trabalho para pensar estratégias de ação voltadas para a implantação/implementação da referida lei em todo o território nacional. Ainda não foi possível a criação do grupo, mas serão realizadas reuniões bilaterais com os principais órgão citados na Lei Menino Bernardo, como MDS, MEC e MS.

Ainda em 2014, a SDH/PR, por meio do PRODOC Projeto BRA/13/017, contratou consultor para desenvolver um fluxo de atendimento, dentro de cada área de atuação, às famílias cujas crianças ou adolescentes sofreram castigo físico e/ou tratamento cruel ou degradante, com previsão de finalização dos produtos em 2015.

No final de 2014 foi lançado edital para contratação de consultoria para desenvolvimento de conteúdos de campanhas de divulgação do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes, da Lei Menino Bernardo, com contratação prevista para início de 2015.

- **Aprovar no CONANDA o Plano Nacional Decenal do Sistema Socioeducativo e as Normas Nacionais de Referência de Atendimento Socioeducativo**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo teve a versão preliminar distribuída e debatida no primeiro semestre de 2013, com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente - CONANDA, com o Fórum de Dirigentes Estaduais dos Sistemas Socioeducativos, com o Fórum Nacional da Justiça Juvenil e com a Comissão Intersetorial de Implementação do SINASE. A partir destas e outras contribuições, o texto foi submetido à consulta pública em junho/13 e foi apresentado ao CONANDA para avaliação final e publicização, com aprovação em novembro de 2013. Os outros documentos de normatização seguem o mesmo caminho de consultas, exceto a consulta pública, por entendermos que a base conceitual já está colocada no Plano Nacional e estes documentos técnicos deverão seguir as diretrizes postas.

O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo foi aprovado no CONANDA, por meio da Resolução nº 160/2013, tornando-se norma de referência no que se refere a aplicação das Medidas Socioeducativas pelos próximos 10 anos. A partir de 19 de novembro de 2013 os Estados e Distrito Federal terão um ano para elaboração dos seus Planos Estaduais/Distrital. Ao longo do ano de 2014, foram realizados 49 seminários nos estados com 1.832 participações, para a apresentação do Plano Nacional e assessoria técnica para elaboração dos planos estaduais, considerando a Lei 12.594/2012, que estipula 360 dias após a publicação do documento nacional a apresentação do Plano Estadual.

As normativas complementares previstas (parâmetros arquitetônicos, socioeducativos, gestão e segurança), estão com

os textos base em fase final de sistematização para apresentação ao CONANDA.

As Normas de Referência do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo estão nas seguintes fases:
1. O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo foi aprovado pelo CONANDA, em resolução nº 160 publicada no Diário Oficial em 19/11/2013;
2. As Normas de Referência Socioeducativas estão em fase de elaboração do sumário executivo e composição do grupo de trabalho interministerial, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015;
3. As Normas de Referência Arquitetônicas em fase de ajustes após avaliação, do produto final, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015;
4. As Normas de Referência para Segurança em fase de avaliação do produto final, com previsão de publicação no primeiro semestre de 2015;
5. As Normas de Referência de Gestão foram apresentadas a Comissão Intersetorial de acompanhamento do SINASE e estão em fase de ajustes finais, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015.

- **Aprovar no CONANDA o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes**
  Análise Situacional da Meta
  Em 11.09.13 o Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens – PRVL foi apresentado e discutido no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA por ocasião da 221º assembleia ordinária. Deliberou-se no sentido de tornar a temática da letalidade pauta permanente na Comissão de Políticas Públicas, pela relevância do tema e pelos números crescentes de projeção de homicídios. Em 2014, por meio do PRODOC BRA 13/017 – " Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes Fortalecida") foi contratado consultor técnico especializado, responsável por prestar apoio para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal e está temática foi inserta na matriz 2 da Carta de Constituição de estratégias.

- **Aprovar no CONANDA o seu Plano Nacional de Comunicação**
  Análise Situacional da Meta
  Em 2013 foi realizado processo seletivo para contratação de consultoria especializada para elaborar a proposta do Plano de Comunicação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, de forma a orientar as ações de promoção, apoio e articulação previstas nas competências institucionais do Conselho, alinhadas à política nacional e ao Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. A consultoria teve início em fevereiro de 2014 e terá como produtos:

  1. Relatório contendo experiências exitosas de comunicação institucional;
  2. Sumário expandido contendo os itens e propostas de conteúdos a serem desenvolvidos com vista à construção do Plano de Comunicação do CONANDA;
  3. Documento técnico contendo proposta de Plano de Comunicação do CONANDA.

  O primeiro produto foi entregue e aprovado pela SDH e pelo CONANDA em junho de 2014. A entrega do segundo produto estava prevista para setembro de 2014 e a conclusão da consultoria, para fevereiro de 2015. Entretanto não foi possível cumprir esse cronograma, uma vez que no decorrer da consultoria houve diversas dificuldades de ordem técnica, conceitual, de interlocução e de cumprimento das atividades pactuadas, resultando na rescisão contratual. O processo para contratação de nova consultoria foi iniciado em novembro de 2014.

- **Constituir fórum intergovernamental da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes**

Análise Situacional da Meta

Em outubro de 2012 foi firmada a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente. Trata-se de documento intergovernamental que foi assinado pelos órgãos de seu Comitê Gestor Nacional, composto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (MDS), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Justiça (MJ), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Ministério da Saúde (MS).

O documento apoia-se em quatro eixos estratégicos: Defesa da Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes, Enfrentamento da Violência Sexual e outras violências contra Crianças e Adolescentes, Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo e Erradicação do Trabalho Infantil.

Para a consecução dos objetivos estabelecidos nesta Carta, os órgãos envolvidos se comprometem a formar Comitê Interinstitucional permanente, coordenado de forma conjunta, articulada, contínua e permanente, com o objetivo de desenvolver e acompanhar as ações pactuadas nesta Carta, exercendo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a função de Secretaria-Executiva. Já foram elaboradas matrizes de ações nesses quatro eixos estratégicos, cuja implementação deve ter início em 2014.

No primeiro semestre de 2014 foram realizadas 5 reuniões com o Comitê Nacional para monitoramento das Matrizes da Carta de Estratégia, bem como reuniões de fortalecimento com membros em específico. A Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, também realizou reuniões específicas de monitoramento.

- **Implantar a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme item 4 da Resolução nº 7/29 do Conselho de Direitos Humanos da ONU**

Análise Situacional da Meta

O Disque 100 é o principal canal de comunicação da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, um serviço de atendimento telefônico gratuito, que funciona 24 horas por dia, nos 7 dias da semana. O serviço do disque denúncia já fez mais de 2 milhões de atendimento no País: exploração e abuso sexual, violência física e psicológica e negligência. As denúncias recebidas são analisadas, tratadas e encaminhadas aos órgãos competentes. Nesse contexto, o Disque 100 já cumpre função de ouvidoria de crianças e adolescentes, sendo desnecessária ouvidoria específica, pois consegue mapear denúncias específicas relativas a crianças e adolescentes. Em 2013, São Paulo foi o estado que mais denunciou, 17.990 casos, o que corresponde a 14,5% do total de denúncias neste ano. O tipo de violação mais comumente denunciada é negligência, representando 73,47%. A negligência em amparo e responsabilização foi sinalizada em 89,7% dos casos. No ano de 2013, 47,63% das vítimas eram do sexo feminino e 20,08% tinham entre 8 e 11 anos. Entre os anos de 2011 e 2012, houve um aumento de 58,35% no número de denúncias. Já entre os anos de 2012 e 2013, registrou-se um decréscimo de 4,58% no total de denúncias. As denúncias de violência sexual aumentaram 6,03% entre 2011 e 2012, mas reduziram em 15,62% de 2013 para 2013. No entanto, é importante ressaltar que ainda está em desenvolvimento o hábito de acionar o Disque 100 em casos de violações de direitos humanos.

Em números absolutos, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais concentraram em 2014 os maiores quantitativos de denúncias relacionadas à violação de direitos de crianças e adolescentes. Em contrapartida, as menores demandas referem-se aos estados de Roraima, Amapá e Tocantins.

Cada denúncia efetuada no Disque 100 pode conter o registro de mais de uma violação. Nesse contexto, nas 91.342

denúncias recebidas em 2014 referentes a crianças e adolescentes foram contabilizadas 182.326 violações, sendo as mais recorrentes as situações de negligência, violência física, psicológica e sexual.

De acordo com os dados do Disque 100, a negligência, que inclui abandono e falta de cuidados com alimentação e saúde, foi relatada em 74,26% das denúncias recebidas entre janeiro e dezembro de 2014, no módulo criança e adolescente. No total, os casos de negligência denunciados no Disque 100 chegaram a 67.831 nesse período.

A violência psicológica - em que crianças e adolescentes sofrem, por exemplo, ameaças e são submetidos a situações de humilhação e hostilização - estava presente em quase 50% das denúncias, somando 44.752 registros no ano passado. Os casos de violência física denunciados no Disque 100 totalizaram 39.164 e representaram 42,88% das demandas de 2014. A violência sexual foi relatada em 25% das denúncias, somando 22.840 casos.

- **Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT) em municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

O SIPIA CT Web possui registros de uso do sistema em 788 municípios, sendo que 146 desses municípios possuem mais de 100 mil habitantes, (dentre 299 municípios apontados com mais de 100 mil habitantes pelo IBGE). No segundo semestre de 2014, após o último monitoramento realizado, o sistema apontou mais 40 municípios brasileiros utilizando o sistema.

Cabe ressaltar que todos os conselhos tutelares, equipados com recursos do Governo Federal, assinam um termo de compromisso de utilização do SIPIA CT Web; compromisso esse reforçado por um ofício enviado aos municípios já comtemplados, mas que ainda não utilizam o sistema efetivamente, aumentando a procura, por parte dos municípios, por uma capacitação para o efetivo uso do sistema.

Para alcançar a referida meta, foram ainda contratados 13 consultores e que já ministraram mais de 50 oficinas para municípios usuários do SIPIA CT Web.

Quantidade alcançada

146

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa**

Análise Situacional da Meta

O SIPIA é um instrumento tecnológico, projetado para permitir a automação de um conjunto de procedimentos gerenciais e executivos do PPCAAM em nível nacional, que devem oferecer agilidade, padronização nos registros, no trânsito/fluxo e na sistematização de informações relativas ao Programa. O software está pronto, em fase de liberação do certificado digital. As tratativas estão sendo realizadas pela CITI diretamente com o SERPRO, em fase final para disponibilização às Unidades Federativas que executam o PPCAAM. O processo de contratação do consultor que promoverá as formações às equipes já foi realizado, aguardando apenas análise do PNUD para o prosseguimento das ações.

Em 2014, foi criado um Grupo de Trabalho de Segurança para elaborar matriz de indicadores de avaliação e monitoramento, a partir de metas nacionais de ação e da trajetória dos componentes do grupo, formados por representante da Coordenação-geral do PPCAAM, dos programas estaduais (PR; ES; DF; RJ; BA e RS) e o Núcleo Técnico Federal.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

A Lei Federal nº 12.594/2012 preconiza o repasse de informações ao sistema nacional de informações sobre o socioeducativo por todas as Unidades da Federação que operam o SINASE. Existem 08 estados que utilizam sistemas próprios de gestão da informação e repassarão os dados, periodicamente, para a base nacional. Continua em andamento o processo de integração e interoperação entre os sistemas, com previsão de conclusão para 2016. Até 2013, 09 unidades da federação utilizavam o SIPIA SINASE. Após o último monitoramento, que ocorreu no segundo semestre de 2014, o SIPIA SINASE passou a ser utilizado em 12 Unidades da Federação (BA, DF, MT, PA, PB, PE, RN, RO, RS, SC, SE, TO). Por meio da contratação de 04 consultores, espera-se alcançar os 07 estados que ainda não utilizam o sistema, em 2015. Vale ressaltar que o programa de meio aberto, que é executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, utiliza a plataforma do CENSO SUAS para avaliação e monitoramento, o que demanda uma articulação interministerial a fim de que se avancem com os resultados.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar a Reforma Política do CONANDA**

Análise Situacional da Meta

Para aprofundar e discutir a proposta de reforma política do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA foi realizada, no dia 12 de agosto de 2013, em Brasília/DF, uma Oficina de Trabalho. Entre os encaminhamentos, constava a proposta de revisão dos procedimentos institucionais, legais e de fluxos, internos e externos, no intuito de atualizar a estrutura organizacional e regimental do CONANDA, objetivando dotá-lo de ferramental revitalizado para o exercício do seu papel no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e dos desafios impostos pelo cenário atual.

Para colaborar com a revisão e construção dos documentos será disponibilizada pela Secretaria de Direitos Humanos - SDH/Cooperação Internacional (PRODOC 914 – BRZ3010) consultoria especializada, prevista para iniciar-se em agosto de 2014 e que apresentará como produtos:

1. Documento técnico contendo proposta de fluxos administrativos, operacionais e informacionais para a gestão do conhecimento e da informação no âmbito do Conselho, na sua relação com a Secretaria Executiva do CONANDA e com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;
2. Documento técnico contendo proposta de Código de Ética do CONANDA;
3. Documento técnico contendo proposta de alteração do Regimento Interno do CONANDA e, se necessário, de outros instrumentos normativos relativos ao Conselho.

Ao final de 2014, a contração da consultoria não foi efetivada devido à ausência de candidatos o com perfil e a experiência necessários para o desenvolvimento dos trabalhos. Visto se tratar de uma consultoria complexa e de difícil seleção, o Termo de Referência passou por adequações de forma a discriminar de forma mais clara e objetiva os produtos almejados. Espera-se concluir os trabalhos em 2015.

Ressalta-se que concomitante ao processo de contratação da consultoria, foi instituído, no âmbito do CONANDA, Grupo Temático para tratar especificamente do tema da reforma política. Tal GT é composto, de forma paritária, por conselheiros representantes do Poder Executivo Federal e de entidades da sociedade civil organizada. Tendo em vista o processo eleitoral para representação das entidades da sociedade civil no Conanda- gestão 2015-2016, previsto para novembro de 2014, o GT, no primeiro semestre de 2014, se ateve a revisão do processo eleitoral considerando o disposto no Decreto N.º 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social. O debate acerca da reforma política será retomado em 2015, após a nova composição do Conselho.

- **Reduzir o índice de reincidência de adolescentes atendidos por medidas sócio-educativas.**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) pode reduzir o índice de reincidência de adolescentes autores de ato infracional em cumprimento de medidas socioeducativas por meio da transversalidade e intersetorialidade das políticas públicas que atendem a estes adolescentes. Respondendo a esta questão, a Secretaria de Direitos Humanos - SDH elaborou, em articulação com os ministérios implicados com o atendimento aos adolescentes autores de ato infracional e com o Sistema de Justiça, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, Resolução nº160/2013 do CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovada em 19/11/2013. O Plano inclui um diagnóstico da situação do SINASE, as diretrizes, os objetivos, as metas, as prioridades e as formas de financiamento e gestão das ações de atendimento socioeducativo. Tal Plano sugere a priorização das medidas em meio aberto, o aumento do número de varas especializadas da infância e juventude e a articulação das políticas setoriais, em especial saúde, educação e assistência social. Sugere ainda a inserção e o acompanhamento dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em cursos de educação profissional e tecnológica, a elaboração de parâmetros para a escolarização e educação profissional no sistema socioeducativo e a adesão de municípios e/ou estados à política nacional de atenção integral a saúde de adolescentes no sistema socioeducativo, além da elaboração de protocolos e fluxos de atendimento para a socioeducação de forma intersetorial.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, sob a coordenação do Ministério da Educação, vem ampliando o número de vagas para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. O PRONATEC é um programa criado pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, e pode ser executado por diversas instituições, entre elas: o Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Social do Comércio (SESC); Serviço Social da Indústria (SESI); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC); Institutos Federais e demais instituições vinculadas. Em 2013 foram pactuadas 8.967 vagas entre os Estados para oferecimento de educação profissional a socioeducandos em restrição e privação de liberdade. Em 2014, a pactuação foi ampliada para 9.548 vagas para o primeiro semestre de 2014. Para o segundo semestre a pactuação para as vagas estão acontecendo. Em 23 de Maio de 2014 foi sancionada a Portaria nº 1.082 do Ministério da Saúde que redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), incluindo-se o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado, que estabelece novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade.

Para a apuração da reincidência é de fundamental importância a existência de dados confiáveis. Nesse sentido, o preenchimento do Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente, a implementação dos módulos do Sistema de Informações para a Infância e a

Adolescência (SIPIA) em nível nacional, bem como a interoperação das informações entre o SIPIA e os sistemas de informação utilizados pelo Sistema de Justiça, são imprescindíveis. Neste momento ainda não existem dados nacionais consolidados que possam responder se o índice de reincidência vem sendo reduzido ou não, visto que a adesão ao SIPIA SINASE ainda não é completa por parte dos Estados da federação. Para o levantamento de 2014, que é elaborado a partir de dezembro, está previsto o questionamento sobre esta questão considerando que serão avaliados quais dos adolescentes em cumprimento de medida, estão cumprindo pela primeira vez alguma modalidade de medida socioeducativa.

- **Universalizar Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estendendo-os a todos os municípios**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Direitos Humanos - SDH vem apoiando o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA em suas ações de fortalecimento de conselhos municipais. Segundo Pesquisa de Informações Básicas Municipais/MUNIC 2011, 5.447 municípios possuem Conselhos de Direitos. A SDH iniciou em novembro de 2013 a construção de questionário para identificação dos Conselhos Municipais existentes.

Com o objetivo de elaborar um amplo perfil e posteriormente traçar uma política de fortalecimento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente de todo o país, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) iniciou em novembro de 2014 diagnóstico para identificação dos Conselhos Municipais e a partir de 2015 será discutido junto ao CONANDA o Plano de ação para fortalecimento e universalização dos Conselhos de Direitos.

O cadastro ficará disponível para preenchimento até 28 de fevereiro de 2015.

Quantidade alcançada

5.447

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Por meio desse objetivo busca-se alavancar a efetivação dos direitos fundamentais na infância e adolescência, especialmente por meio de ações de mobilização social, de advocacy e de outras ações estratégicas, de modo a pautar as famílias, a sociedade e a agenda das políticas públicas na perspectiva de fomento a uma cultura de respeito e valorização dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Em 2012, no processo de fortalecimento da participação de adolescentes na formulação das políticas públicas, destacamos a realização da 9ª Conferência Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, que teve como objetivo o debate sobre a Política Nacional e o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual tem entre seus eixos específicos de discussão o protagonismo e participação de crianças e adolescentes.

Em 2013, em virtude da necessidade de uma estratégia mais abrangente de comunicação para a proteção e defesa dos

direitos de crianças e adolescentes, –o Governo Federal realizou a Campanha Nacional pelos Direitos da Criança e do Adolescente que abordará diversos temas relativos aos direitos fundamentais de meninas e meninos, focando na necessidade de proteção, uma prioridade absoluta e compartilhada entre a família, o Estado e a sociedade.

Desde 2012 a Secretaria de Direitos Humanos coordena a Agenda de Convergência para a Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente no contexto dos Megaeventos. É uma ação intersetorial que atua no sentido de prever um conjunto de ações, compromissos e investimentos para a implementação de iniciativas de garantias de direitos da criança e do adolescente, bem como estimular as esferas de governo, ONGs, setor empresarial, universidades a atuarem de forma interinstitucional, articulada e, sempre que possível, integrada.

A assinatura do termo de compromisso garante a adesão dos governos estadual e municipal com a Agenda de Convergência para a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes e da População em Situação de Rua no Contexto de Grandes Eventos e o estabelecimento dos Comitês Locais de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Grandes Eventos. A ênfase da ação foi voltada à Copa do Mundo de Futebol, mas objetiva abranger demais eventos de grande porte, como as Olimpíadas 2016, as festas regionais (Carnaval, São João, entre outros). O modelo de cooperação envolvendo as três esferas já foi testado durante a Copa das Confederações 2013 e na Copa do Mundo nas capitais que receberam as partidas do torneio. Todas as 12 cidades-sede da Copa do Mundo já aderiram à iniciativa.

A Agenda de Convergência prevê o funcionamento de um plantão integrado para a proteção de crianças e adolescentes, que é organizado antes, durante e depois dos jogos/eventos. O plantão tem representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, das Varas da Infância e Juventude e dos Conselhos Tutelares para abordagem de situações de violação de direitos humanos de crianças e adolescentes durante os eventos. Também estão presentes equipes itinerantes, que circulam e abordam os locais de risco de grandes eventos, bem como, um espaço de convivência, para atendimento de crianças e adolescentes em vulnerabilidade e/ou violação de direitos.

No primeiro semestre de 2014 foram realizadas 5 reuniões, sendo 4 de preparação para a Copa do Mundo e uma pós Copa, com os Comitês da Agenda de Convergência Proteja Brasil. No período da Copa foram deslocados servidores da SDH para as 12 cidades-sedes para a composição do Comitê Local e fortalecimento das ações de prevenção ao enfrentamento de violação de direitos de crianças, adolescentes e população em situação de rua.

Embora existam avanços mais recentes no sentido de assegurar, cada vez mais, a participação de adolescentes no processo de formulação das políticas públicas, como no caso das Conferências dos Direitos, entende-se que não se pode circunscrever o seu protagonismo a mecanismos institucionalizados, uma vez que o seu direito à participação transcende as instâncias de representação. Por isso, fomenta-se a criação de Núcleos de Participação Cidadã de Adolescentes – Observatórios de Adolescentes, coletivos com cerca de 20 adolescentes, sediados em escolas ou universidades, que têm por objetivo promover ações de autocuidado e autoproteção entre pares, frente a diferentes tipos de violência. Os núcleos também promovem ações de formação de educadores, instituições, crianças e adolescentes, na expectativa de fomentar sua incidência nos espaços de elaboração, decisão e gestão das políticas públicas dirigidas à promoção, defesa e garantia de seus direitos.

Destacamos algumas disposições legais que foram inseridas no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que reafirmam a previsão constitucional da garantia de “prioridade absoluta”. A nova lei de adoção, sancionada em agosto de 2009 pelo presidente Lula, é um avanço relevante no direito à convivência familiar e comunitária. Com a nova legislação verifica-se mais agilidade nos processos de adoção e uma análise mais criteriosa dos candidatos a adotar uma criança. Também há avanços no que se refere ao enfrentamento dos crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes, inclusive quanto a pedofilia pela internet.

A Lei nº 11.525/2010 prevê a inclusão do conteúdo do Estatuto nos currículos escolares do Ensino Fundamental. A ideia é de que os preceitos contidos no ECA sejam transmitidos aos alunos pelos professores nas disciplinas já existentes, não havendo a necessidade da criação de uma nova matéria para tratar desse tema.

Também há expectativa de que o ECA seja alterado pelo Projeto de Lei 659/2011, já aprovado na Câmara dos Deputados, que estabelece prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica; Lei nº 12.594, de 2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, que se reveste em indicativo do fortalecimento de uma tendência parlamentar de construir e investir em alternativas, que têm demonstrado serem mais efetivas do que a redução da maioridade penal, como atesta a queda das taxas de internação e de reiteração do ato infracional em unidades da federação que vêm efetivando os novos parâmetros previstos na referida Lei; Lei 12.696, de 2012, que institui data unificada em todo território nacional para o processo de escolha dos membros do conselho tutelar; Lei 12.685, de 2012, que instituiu o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação; Lei 12.650, de 2012, que alterou o Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes; Lei 12.415, de 2011, que acrescentou parágrafo único ao ECA, para determinar que alimentos provisórios sejam fixados cautelarmente em favor da criança ou adolescente cujo agressor seja afastado da moradia comum por determinação judicial.

Metas 2012-2015

- **Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos**

  Análise Situacional da Meta

  De 2012 a 2014 a SDH/PR apoio a política nacional de adoção por meio de apoio direto e indireto as redes estaduais e nacional de apoio a adoção, tendo em 2012 realizado em parceria com a ONG Aconchego, o 17º ENAPA – Encontro Nacional dos Grupos de Apoio a Adoção.

  Em 2013 duas importantes parcerias foram firmadas, sendo a primeira também com a ONG Aconchego para a elaboração de uma Matriz de Formação para os Núcleos de Formação dos Programas de preparação de Adotantes, Adotandos e Apadrinhamento Afetivo. O Convênio encontra-se em execução.

  A segunda parceria foi com a ONG AMPARA – Associação Matogrossense de Pesquisas e Apoio à Adoção para a realização do 19º ENAPA que ocorreu em maio de 2014 do qual prevê para realização em abril de 2015 a realização de reunião entre os grupos de apoio a adoção, CNJ, CNMP e SDH/PR para discutir estratégias/ações de incentivo a adoção legal, bem como redução do numero de devolução de crianças adotadas e enfrentamento as adoções ilegais.

  Quanto ao número de adoções o Cadastro Nacional de Adoção, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça, ainda não gera esse dado, portanto só temos atualizações quando aos números de crianças disponíveis para adoção.

1. Total de Crianças/Adolescentes cadastrados: 5.700
2. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Branca: 1.831
3. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Negra: 1.047
4. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Amarela: 22
5. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Parda: 2.777
6. Total de Crianças/Adolescentes da Raça Indígena: 29
7. Total de Crianças/Adolescentes que possuem irmãos: 4.382
8. Total de Crianças/Adolescentes que possuem irmãos cadastrados no CNA: 2.140
9. Total de Crianças/Adolescentes que possuem problemas de saúde: 1.260

- **Construir condições para ampliação do acesso de crianças de 0 a 3 anos a Programas de cuidados à Primeira Infância nos municípios com mais de 300 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi firmado convênio com Organização Não Governamental - ONG para apoio à Rede Nacional Primeira Infância. A rede, composta por ONG's e órgãos da administração pública federal, atua para criação, ampliação e disseminação de programas e ações voltadas para primeira infância, em especial a divulgação e implementação do Plano Nacional pela Primeira Infância.

Em 2013 a Secretaria de Direitos Humanos – SDH criou o Grupo de Trabalho Primeira Infância, que vem articulando estratégias e ações junto a Rede Nacional Primeira Infância, bem como Ministério da Educação - MEC, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Ministério da Saúde - MS, Secretaria de Política para as Mulheres - SPM, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE, Frente Parlamentar da Primeira Infância, Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN/MJ e UNICEF no intuito de possibilitar, por meio de articulação institucional, a ampliação e melhoria nos serviços voltados para crianças de 0 a 6 anos de idade.

Varias ações foram executadas no exercício de 2013, como a parceria com o DEPEN/MJ na garantia dos direitos de crianças filhas de mães presas intra e extra muros e a participação nos espaços de discussão sobre a primeira infância como no Seminário Nacional sobre o Bebê entre outros.

Recentemente foi aprovada Comissão Especial destinada a proferir ao projeto nº 6.998/2013, do Deputado Osmar Terra e outros, que altera o art. 1º e insere dispositivo sobre a primeira infância na Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. O projeto de lei é uma produção em parceria com a Rede Nacional pela Primeira Infância.

Destaca-se também a existência do Plano Nacional pela Primeira Infância, plano global e integral, incluindo todos os direitos das crianças de 0 a 6 anos de diferentes setores do governo.

A SDH vem apoiando a elaboração dos Planos Municipais e Estaduais, com o objetivo de aplicar localmente os princípios e linhas gerais do Plano Nacional.

Encontra-se em expansão a Política Nacional de Educação Infantil do Ministério da Educação junto aos Municípios.

A Educação Infantil é de responsabilidade dos Municípios nos termos da Lei nº 9.394/96 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Podemos destacar o Programa Nacional de Infraestrutura para a Educação Infantil -

PROINFANTIL, bem como o Programa Brasil Carinhoso.

Em relação à existência de programa de cuidados à primeira infância nos municípios, não existem fontes de dados em que se possa verificar se tem sido ampliado o acesso das crianças aos programas de cuidado à primeira infância.

No primeiro semestre de 2014, no que tange ao projeto nº 6.998/2013, do Deputado Osmar Terra a SDH/PR em articulação com o MDS, MS, MEC, SAE, CONANDA entre outros órgãos trabalham na construção de substitutivo ao proposto no referido PL para apresentação a Comissão responsável. A proposta de substitutivo foi apresentada e aprovado em sua maioria em 10/12/2014, na comissão especial da Câmara dos Deputados.

Será lançado edital para contratação de consultoria para criação do plano operativo do Plano Nacional pela Primeira Infância. O plano operativo servirá de base para a implementação dos planos estaduais e municipais da Primeira Infância, o que contribuirá com a criação ou implementação de serviços necessários voltados para a primeira infância.

- **Desenvolver 03 campanhas anuais em temáticas referentes aos direitos da infância e da adolescência**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 o Governo Federal realizou a Campanha Nacional de Carnaval pelo Fim da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes como forma de conscientizar a sociedade sobre a incidência dessa prática em todo o país e apoiou a campanha do Dia Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes - 18 de maio, que ocorreu simultaneamente em âmbito nacional. As referidas campanhas foram realizadas também no exercício de 2013 e no primeiro semestre de 2014.

As principais campanhas são:

•O carnaval - período festivo em que práticas de violência sexual contra crianças e adolescentes aumentam. Nessa época há uma divulgação do Disque 100 e do endereço eletrônico do Disque 100 (www.disque100.gov.br), que recebe denúncias de pornografia na Internet, incentivando a população a denunciar casos de violência;

•Campanha do 18 de maio - que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes;

A Campanha de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes no Carnaval 2012 foi a sétima edição organizada pelo Governo Federal. Levantamentos revelam que, era comum cair o número de ligações para o Disque 100 com denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes durante o carnaval. A fim de mudar este cenário, em 2006, a SDH começou a realizar campanhas de enfrentamento da exploração sexual antes, durante e depois do carnaval. As atividades realizadas vão desde a sensibilização no foco na prevenção até a divulgação dos canais de denúncia: Disque Direitos Humanos (100) e Conselho Tutelar. A campanha também tem como finalidade promover uma integração entre a campanha nacional e outras campanhas já realizadas no período de Carnaval nos estados e municípios, visando uma maior mobilização.

Para o carnaval de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), com o apoio da

Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, lançou a campanha "Liga da Proteção – Proteja nossas crianças e adolescentes. Violência sexual é crime. Denuncie", com o objetivo de mobilização e sensibilização de massa. A campanha esteve presente em 19 capitais brasileiras, a saber: Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Campo Grande, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Em 2013, a campanha intitulada "Não desvie o olhar. Fique atento. Denuncie. Proteja nossas crianças e adolescentes da violência" contou com filmes em televisão, spots de rádio e materiais impressos de divulgação. A proposta estabelecida foi a de que essa campanha se convertesse em uma campanha permanente, e que viesse a se relacionar com os mais diversos aspectos da promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes (e suas violações), ocorrendo em diferentes datas do ano.

Em 2014 ocorreu a reedição da campanha "Não desvie o olhar. Fique atento. Denuncie. Proteja nossas crianças e adolescentes da violência", o foco foi o Carnaval, 18 de maio e a Copa do Mundo, consolidando a proposta com uma campanha permanente de proteção aos direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

A campanha em referência ao dia 18 de maio é uma ação permanente do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Durante a semana do 18 de maio, diversas atividades e ações de mobilização são realizadas em todo o país. O slogan "Faça Bonito. Proteja nossas crianças" quer chamar a sociedade para assumir a responsabilidade de prevenir, enfrentar e, assim, eliminar os casos de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.

Destacamos que, em 2013, por ocasião da Copa das Confederações, foi lançado o Aplicativo Proteja Brasil, iniciativa pioneira em "georeferenciamento" de equipamentos públicos voltados à proteção integral de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. A ferramenta facilita a identificação de situações de vulnerabilidade e os tipos de violação de direitos de crianças e adolescentes, indicando os encaminhamentos e os serviços públicos de proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros nas capitais e regiões metropolitanas, incluindo os endereços de conselhos tutelares e delegacias. Em 2014 o aplicativo Proteja Brasil recebeu importantes atualizações e contribuiu para facilitar o acesso de denúncias ao Disque 100.

Quantidade alcançada
9
Data de Referência
31/12/2014

- **Estabelecer protocolos de navegação segura de crianças e adolescentes na Internet**

Análise Situacional da Meta

A meta foi cumprida por meio de convênio firmado no final de 2011, com a organização Safernet Brasil, com o objetivo de promover o uso seguro, ético e responsável da Internet, bem como a disseminação de metodologias sobre a prevenção de crimes contra crianças e adolescentes na Internet para educadores e pais.

O projeto consolidou como ferramenta um Canal de Orientação Online (Help Line), assim como fortaleceu a promoção do uso seguro e responsável da Internet entre crianças e adolescentes, educadores e conselheiros de direitos para prevenir os crimes contra os Direitos Humanos, potencializando o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação, no suporte à prevenção à violência sexual online e a educação em Direitos Humanos no Brasil.

Em 2013 foi implantado o portal na internet de acesso gratuito, contando com uma equipe de psicólogos, que oferece

orientação de forma pontual e informativa para esclarecer dúvidas, ensinar formas seguras de uso da Internet e também orientar crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência on-line como humilhações, intimidações, chantagem, tentativa de violência sexual ou exposição forçada em fotos ou filmes sensuais. O canal pode ser acessado por e-mail ou chat. O serviço mantém o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas pelos usuários. As mensagens são acessadas apenas pela equipe de psicólogos e só poderão ser reveladas às autoridades em situações de suspeita ou confirmação de grave violência contra crianças e adolescente, obedecendo ao previsto no Art. 245 do Estatuto da Criança e Adolescente. No atual estágio, o projeto HelpLine Web Brasil está em pleno funcionamento no endereço www.helpline.org.br.

Encontra-se disponível ainda para consulta no Portal um mapa colaborativo de centros de referências especializados no atendimento presencial a crianças e adolescentes em situação de violência e um cadastro das instituições da rede de serviços.

OBJETIVO: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Análise Situacional do Objetivo

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), instituído formalmente com a Lei Nº 12.435/2011, constitui uma estratégia de âmbito nacional que integra um conjunto de ações intersetoriais visando o enfrentamento e a erradicação do trabalho infantil no País, implementada de forma articulada pelos entes federados, com a participação da sociedade civil. O PETI integra a Política Nacional de Assistência Social e contribui para a retirada de crianças e adolescentes com idade inferior a 16 (dezesseis) anos de situações de trabalho, ressalvada a condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Apesar da consistente redução da incidência do trabalho infantil a mais de uma década, ocorreram mudanças significativas das características do próprio fenômeno, bem como avanços na estruturação do SUAS, que demandaram ajustes na configuração do PETI. Com efeito, o Censo IBGE (2010) revelou que o trabalho infantil se afasta cada vez mais de determinantes da pobreza: 40% das crianças e adolescentes de 10 a 15 anos que trabalhavam, viviam em domicílios com renda superior a ½ salário mínimo, constituindo um grupo sem perfil para programas de transferência de renda. De acordo com a PNAD (2012), 91,6% das crianças de 5 a 15 anos frequentavam a escola; 81,7% viviam em áreas urbanas; 42% eram trabalhadores familiares sem remuneração; o valor médio mensal recebido pelo grupo que obtinha rendimentos com o trabalho superava R$ 300 e a renda domiciliar per capita era de R$ 512. Pesquisas tem sugerido que a ascensão econômica de milhões de pessoas têm gerado novas expectativas de consumo e oportunidades de inserção produtiva, que incentivaram a busca precoce de remuneração pelos jovens.

Em razão das mudanças já referidas, em 2013/2014 o PETI passou por um processo de redesenho, amplamente debatido com atores sociais, pactuado com gestores das demais esferas e deliberado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O atendimento às crianças e adolescentes deixou de ser executado em núcleos específicos do programa, passando a ser realizado diretamente pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV ofertado no âmbito da Proteção Social Básica do SUAS, com isso evitando segmentações e estigmas e proporcionando trocas de experiências. A metodologia de grupos por faixas etárias foi aperfeiçoada e as crianças em situação de trabalho passaram a constituir público prioritário do SCFV, juntamente com outros grupos em situação de vulnerabilidade. Com o reordenamento do PETI e do SCFV, a cobertura ao público alvo foi elevada de 3.576 para 5.038 municípios.

Com o redesenho do PETI, foram fortalecidos os papéis de gestão e articulação da rede de proteção, prevendo-se a

realização de Ações Estratégicas que combinam: articulação intersetorial com as áreas de Educação, Saúde, Cultura, Trabalho, Direitos Humanos e Ministério(s) Público(s); instituição de cofinanciamento para apoio à gestão das ações nos estados e nos municípios de maior incidência; fortalecimento da prevenção, por meio da ampliação da cobertura e abrangência do público atendido pelo SCFV; incremento da busca ativa pelas equipes volantes (CRAS) e de abordagem social (CREAS e Centro Pop) e inclusão no Cadúnico, integrando a segurança de renda ao acesso a serviços socioassistenciais e de outras políticas.

Metas 2012-2015

- **Elevar a detecção das situações de trabalho infantil, aprimorando metodologias de identificação, articulando ações de busca ativa por meio do Plano Brasil sem Miséria e integrando Municipios ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**

  Análise Situacional da Meta

  Identificada a situação de trabalho infantil, o gestor local deve registrar a família, a criança ou adolescente e indicar a ocorrência no Cadúnico. Para qualificar esse processo, o MDS elaborou subsídios técnicos para o desenvolvimento de metodologias para identificação do trabalho infantil, especialmente em suas piores formas. Com isso, espera-se que os Municípios intensifiquem as ações de busca ativa e obtenham resultados mais exitosos, alinhados a essa prioridade do Plano Brasil sem Miséria.

  Em 2013 teve início a implementação do redesenho do PETI, que objetiva adequar as ações de erradicação do trabalho infantil às atuais incidências de atividades identificadas no Censo IBGE 2010 e fortalecer o Programa, de forma articulada aos avanços da rede de proteção do SUAS. No novo desenho, os 1.913 municípios identificados com alta incidência de trabalho infantil receberão cofinanciamento para desenvolver ações estratégicas. A adesão ao cofinanciamento ocorrerá de forma escalonada até 2016, conforme o grau de incidência observado.

  Em 2014, todos os estados, o DF e 958 municípios aceitaram o cofinanciamento federal, sendo destinados recursos de R$ 55,3 milhões. Nesse período de implantação do redesenho, a agenda do Programa envolveu um amplo processo de articulação intersetorial, contando com a realização de um encontro nacional promovido pelo MDS em parceria com o MTE, MS, SDH e MEC (Brasília, agosto/2014) e 6 encontros intersetoriais regionais (RJ, AM, MA, PB, PR e DF), que reuniram mais de 1.000 representantes das três esferas de governo e da sociedade civil.

- **Elevar o número de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho, pertencentes a famílias que recebem transferência de renda, com frequência suficiente às atividades socioeducativas e de convivência**

  Análise Situacional da Meta

  Com o reordenamento do SCFV e o redesenho do PETI, o SISPETI (aplicativo de apoio à gestão do programa) foi substituído pelo Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SISC, ferramenta de gestão do SCFV, implantada no 1º semestre de 2014. Por meio do SISC é realizado o acompanhamento e monitoramento do Serviço, executado pelos municípios e DF, assim como a apuração dos atendimentos realizados, para fins de cálculo do cofinanciamento federal.

  Deve-se salientar que a condicionalidade de frequência fazia parte da concepção inicial do PETI. Com a inserção do PETI no SUAS, o público alvo passou a acessar ações permanentes da rede socioassistencial e a transferência de renda, principalmente pelo Bolsa Família, o qual já estabelece condicionalidades de saúde e educação. Assim, a exigência em relação às atividades socioeducativas foi revogada em 2013, a partir do redenho do PETI e do reordenamento do SCFV, não sendo mais possível aferir a meta.

- **Elevar o percentual de famílias beneficiárias do PETI acompanhadas pelos CREAS e CRAS, conforme parâmetros nacionais**

  Análise Situacional da Meta

  Visando aprimorar o Programa, estão sendo elaboradas orientações técnicas para o trabalho social com famílias que possuem ocorrência(s) de trabalho infantil, a ser realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

  De acordo com o Censo SUAS 2012, em agosto/2012 (mês de referência), foram atendidas pelo PAIF e PAEFI um

total 29.446 famílias com crianças ou adolescentes no PETI. O Censo SUAS 2013 apresenta um decréscimo desse número, para 19.298 famílias.

Contudo, a variação apresentada entre os dois levantamentos deve ser avaliada com ressalvas, devido à influência da adoção de novas regras de validação dos dados inseridos no Registro Mensal de Atendimentos (RMA) pelos CRAS e CREAS e no Censo SUAS 2013, com o objetivo de conferir maior consistência aos dados coletados e, dessa forma, retratar mais adequadamente a realidade das Unidades.

Além do Censo SUAS, o Registro Mensal de Atendimento (RMA) também dispõe de informações sobre famílias beneficiárias do PETI acompanhadas pelo CREAS e CRAS. De acordo com o RMA, em 2013 foram inseridas em acompanhamento um conjunto de 200.626 famílias com crianças ou adolescentes no PETI, sendo 180.363 famílias no PAIF/CRAS e 20.263 famílias no PAEFI/CREAS. No 1º semestre de 2014, foram inseridas 37.524 famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, sendo 32.930 famílias no PAIF/CRAS e 4.594 famílias no PAEFI/CREAS. Os dados relativos ao 2º semestre de 2014 ainda se encontram em processamento.

- **Realizar 25.000 fiscalizações especializadas para a erradicação do trabalho infantil**

Análise Situacional da Meta

De acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Focos de Trabalho Infantil (SITI), em 2014 o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) empreendeu 9.798 ações fiscais com foco na erradicação do trabalho infantil, totalizando 25.530 ações, no triênio. Essas ações resultaram no afastamento de 19.317 crianças e adolescentes do trabalho infantil, das quais 5.522 no último ano. Deste modo, os resultados alcançados no período 2012-2014 já se mostram superiores à meta do quadriênio.

Quantidade alcançada

25.530

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.320	unidade	5.634	31/12/2014
Região Nordeste	8.520	unidade	6.931	31/12/2014
Região Norte	3.880	unidade	2.683	31/12/2014
Região Sudeste	4.800	unidade	7.554	31/12/2014
Região Sul	3.480	unidade	2.728	31/12/2014

- **Realizar a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil, em 2013**

Análise Situacional da Meta

A III Conferência Global sobre Trabalho Infantil - CGTI, realizada em outubro/2013, em Brasília-DF, contou com a presença de representantes de governos, organizações de empregadores e trabalhadores, movimentos sociais e representantes de organizações nacionais e internacionais.

A III CGTI se constituiu em um momento de reflexão e diálogo conjunto sobre os avanços obtidos no processo de eliminação do trabalho infantil e de proposições para acelerar o cumprimento das metas de erradicação do trabalho infantil no mundo. A Conferência teve como tema “Estratégias para Acelerar o Ritmo da Erradicação das Piores Formas de Trabalho Infantil”, com os objetivos de fazer um balanço dos progressos realizados desde a adoção da Convenção nº 182 da OIT e avaliar obstáculos, propor medidas para acelerar o progresso na eliminação das piores formas de trabalho infantil e propiciar a troca de experiências sobre as estratégias adotadas pelos países participantes para o enfrentamento do trabalho infantil. O processo preparatório da Conferência buscou promover o debate amplo e democrático sobre os esforços empreendidos para a eliminação do trabalho infantil e de suas piores formas, contou com a participação de diversos segmentos da sociedade, inclusive de adolescentes. Para tanto, em 2013 foram realizados 5 encontros regionais e 1 encontro nacional.

Ao fim da conferência foi adotada a Declaração de Brasília, que reafirmou que a erradicação sustentável do trabalho infantil implica no envolvimento de toda a sociedade, a troca de experiências e de boas práticas, a adoção dos

mecanismos e soluções já demonstrados efetivos, a manutenção e a intensificação dos esforços para evitar sua reinstalação. Também foi apresentada a Declaração dos Adolescentes Participantes, exortando a erradicação do trabalho infantil e a participação juvenil nesse processo. Por fim, delineou-se a perspectiva de novo encontro global, em 2017, na Argentina.

- **Reduzir progressivamente a incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação**

  Análise Situacional da Meta

  A redução progressiva da incidência do trabalho infantil, visando sua erradicação, tem sido verificada a cada ano. Segundo a PNAD (IBGE), a taxa de trabalho infantil no grupo etário específico do PETI (5 a 15 anos), recuou de 4,7% (2011) para 4,1% (2012) e 3,9% (2013), mantendo a tendência de queda verificada desde o início da década passada.

  Quantidade alcançada

  3,9

  Data de Referência

  31/12/2013

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	unidade	31/12/2010	201.097	31/12/2014	386.931
Participação da população de 15 a 29 anos no grupo da extrema pobreza	%	26/09/2009	23	30/09/2013	24,2
Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	%	31/12/2009	58,5	30/09/2013	57,7
Taxa de analfabetismo na população de 15 a 29 anos	%	26/09/2009	2,49	30/09/2013	1,6
Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar	%	31/12/2009	5,44	-	-
Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	%	31/12/2010	16,1	31/12/2013	18,3
Taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 anos	%	31/12/2009	19,48	30/09/2013	22,25
Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos	%	31/12/2009	15,26	30/09/2013	13,56
Taxa de desocupação de jovens de 25 a 29 anos	%	31/12/2009	9,44	30/09/2013	8,05
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade	1/100.000	31/12/2009	55,36	30/09/2013	59,66
Taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem Trabalhador no mercado de trabalho	%	31/12/2010	30	31/12/2014	63,4
Taxa de mulheres inseridas no mercado de trabalho mediante contratos de aprendizagem	%	31/12/2010	45	31/12/2014	47,56
Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte	1/100.000	31/12/2009	25,16	30/09/2013	25,86
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2010	44	31/12/2013	46,03

Observações:

Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem - Aprendizes admitidos no ano de 2013.

Taxa de cobertura municipal dos Conselhos Municipais de Direitos da Juventude ou similar - Não há atualização disponível para o indicador.

A Munic 2013, última disponível, não traz dados.

O dado informado como referência consta da Munic 2009 e, desde então, não foi mais apurado pelo IBGE.

Taxa de homicídio de jovens de 15 a 24 anos de idade - Cálculo realizado com dados preliminares de 2013 do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM sujeitos, portanto, sujeito a alteração no decorrer do ano de 2015.

Taxa de óbitos de jovens de 15 a 24 anos de idade por acidente de transporte - Cálculo realizado com dados preliminares de 2013 do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM sujeitos, portanto, sujeito a alteração no decorrer do ano de 2015.

OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

A população jovem nunca foi tão grande no Brasil. Dados do Censo 2010 apontam para uma população jovem de aproximadamente 50 milhões de brasileiros e brasileiras ou pouco mais de 25% da população do país. Por isso, políticas públicas de juventude são uma questão central para o desenvolvimento do Brasil, com uma dimensão territorial importante. As demandas dessa população, com suas diversidades e especificidades – gênero, raça, orientação sexual, local de moradia, ter ou não alguma deficiência, etc, abrangem diversos ministérios e órgãos, revelando sua característica de transversalidade e intersetorialidade.

O Governo Federal, por meio da Secretaria Nacional de Juventude-SNJ, impulsiona a transversalidade e a intersetorialidade do tema juventude, colaborando para a definição dos objetivos, formulação e implementação de programas e ações, construção e definição de indicadores adequados para o monitoramento e avaliação das PPJs, na perspectiva de ampliar os efeitos das ações do Governo Federal e fortalecer a participação social dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos.

A sanção do Estatuto da Juventude em agosto de 2013 reconheceu o papel estratégico da juventude no desenvolvimento do país e legitimou a importância de se desenvolver políticas específicas para essa população.

Um grande avanço para a coordenação e articulação de políticas públicas de juventude foi a instituição do Comitê Interministerial de Políticas de Juventude – Coijuv, por meio do Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013, que tem entre suas competências subsidiar a formulação, gestão e monitoramento da Política Nacional de Juventude; a elaboração e proposição da regulamentação do Estatuto e do Sistema Nacional de Juventude; a elaboração e acompanhamento do Plano Nacional de Juventude e dos programas e ações do Governo.

Desde novembro de 2013 o Coijuv vem se reunindo para tratar dos objetivos sob sua responsabilidade e cujos resumos executivos das reuniões encontram-se disponíveis no endereço: http://www.juventude.gov.br/coijuv/reunioes.

A aprovação do Estatuto de Juventude tem gerado interesse pelos municípios para criação dos Conselhos de Juventude.

Em 2010, pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE apontava a existência de 105 conselhos municipais e estaduais. Atualmente existem mais de 300 conselhos instituídos e a tendência é de expansão.

A participação da SNJ em conselhos, comitês, comissões e Grupos Trabalho (GT) promove a sinergia e intersetorialidade das ações dos diversos órgãos, contribuindo com sua visão sistêmica sobre o tema e sobre as ações e programas em andamento.

Para o desenvolvimento de programas e ações, o Governo tem promovido a participação social, seja por meio de consulta ao CONJUVE, inclusão de representantes da Sociedade Civil e Organizações de Sociedade Civil (OSC) em Grupos de Trabalho, a exemplo do GT de Jovens Mulheres e GT Juventude Rural, e consulta pública, a exemplo da consulta para elaboração da proposta do SINAJUVE, valorizando e cumprindo os princípios do Estatuto da Juventude (Inciso II, art. 2º).

Em 2014 a elaboração da proposta do Plano Nacional de Juventude teve ampla participação social, que envolveu movimentos juvenis e representantes da sociedade civil em oficinas temáticas realizadas em parceria com a Universidade Federal do estado do Rio e Janeiro (UNIRIO). O objetivo das oficinas foi de favorecer o diálogo entre as demandas recebidas e o planejamento/execução/monitoramento de políticas, programas e ações voltados direta ou indiretamente aos jovens. O propósito é desenvolver uma base sólida que permita estabelecer amplo processo participativo de consolidação da versão final do Plano Nacional de Juventude prevista para 2015, após a 3ª Conferência Nacional de Juventude.

O Participatório lançado em 2013 – trata-se de um ambiente virtual interativo, voltado à produção do conhecimento sobre/para/pela a juventude brasileira e à participação e mobilização social. Inspirado nas redes sociais, pretende promover espaços e discussões com foco nos temas ligados às políticas de juventude. Participam deste espaço, além dos jovens, redes, coletivos, movimentos sociais, gestores, pesquisadores, parlamentares, todos que queiram contribuir e

integrar-se às discussões propostas. Este canal de diálogo vem se consolidando e tem contribuído para o aperfeiçoamento e desenvolvimento de políticas públicas de juventude à medida que fornece subsídios por meio dos conteúdos dos debates.

Cabe destacar o papel que o Brasil vem desempenhando internacionalmente no tema da juventude. Na ONU, o Brasil foi reconhecido como líder e referência no âmbito da juventude com políticas progressistas no que tange o envolvimento da juventude no processo de desenvolvimento e promoção dos direitos dos jovens e participação social. Tanto que o Uruguai fez sua 1ª Conferência de Juventude, em outubro de 2013, inspirada na Conferência Nacional de Juventude do Brasil.

Ademais, o Brasil investiu em boas práticas em relação à democracia participativa, tentando criar mecanismos estruturados, sustentáveis e permanentes de participação social. Ainda sob a égide das Nações Unidas, a aprovação do Consenso de Montevidéu, durante a Primeira Reunião Regional da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, representa um marco para América Latina. Naquela região, a integração latino-americana destaca-se, favorecendo o aprofundamento da troca de experiências e de políticas públicas de juventude. O aprofundamento e a institucionalização da participação social da juventude e da gestão do conhecimento sobre juventude na América Latina, incentivando e inserindo a participação social nos debates e encontros, foi a diretriz basilar da atuação do Brasil nestes espaços. O fortalecimento da articulação e aproximação entre governo e sociedade civil pode ser observado na maior oportunidade de encontro e debate, como na IV Edição do Seminário Permanente de Integração Regional – Juvensur e na REJ – Reunião Especializada da Juventude. É importante salientar que pela primeira vez, vem se discutindo a juventude na Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos - CELAC e na UNASUL, e dentro do Sistema de la Integración Centroamericana - SICA. Também vem se ampliando os debates e a importância da juventude na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, ONU e outros organismos internacionais.

Compreendendo a participação social como método de governo, o Juventude Viva não existiria sem a participação social em seu desenho, implementação e monitoramento. Além da presença de representantes dos conselhos de juventude, igualdade racial e segurança pública em seu Comitê Gestor Federal, conta com Fórum de Monitoramento Participativo, formado por movimentos e organizações da sociedade civil. Em novembro de 2012 e em março de 2014 representantes destes segmentos se reuniram em Brasília com os ministérios que compõem o Juventude Viva, para dialogar sobre propostas e desafios para a implementação do Plano.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação social, constituindo 03 grupos de trabalho temáticos com a participação da sociedade civil e fortalecendo o Conselho Nacional de Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram constituídos 3 Grupos de Trabalho com as temáticas Juventude Rural, Jovens Mulheres e Juventude Desenvolvimento Sustentável.

  Como parte da ação estratégica e reforçando a questão da participação social os Grupos de Trabalho Temáticos, além de seus objetivos finais, cumpriram também a função de:

  •Pautar o debate temático específico;

  •Facilitar a articulação entre órgãos de governo para garantir as demandas específicas da juventude;

  •Ampliar ou criar articulações com a sociedade e movimentos sociais para o fortalecimento de debate e pautas da Juventude;

  •Propor, elaborar e acompanhar processos de formulação de políticas públicas específicas para os/as jovens;

  •Acompanhar e/ou representar nos espaços institucionais a processos de discussões ou articulações específicas do referido grupo temático quando designado pela SNJ.

  GT Jovens Mulheres

  Como produto do GT Jovens Mulheres, foi elaborado texto base que aborda 6 eixos temáticos: 1- Educação e Trabalho; 2- Saúde Sexual e Reprodutiva; 3 . Desenvolvimento Local e Sustentável; 4 . Cultura e Comunicação; 5 . Participação e Relações de Poder; 6. Enfrentamento à violência contra as jovens mulheres. O texto subsidiou a

construção da pauta do I Seminário das Jovens Mulheres e as discussões e elaboração de recomendações que fortaleçam as relações de gênero nas políticas públicas de juventude e amplie o recorte geracional nas políticas para as mulheres no governo.

Por fim, em 2014, fruto do acúmulo do Seminário, foi iniciada uma parceria com a ONU Mulheres e PNUD para um programa de tutoria para mulheres jovens lideranças, sob a denominação de "Mais Direitos para Mulheres Jovens no Brasil", no qual 15 mulheres jovens, de 18 a 29 anos, com experiência em liderança comunitária e ativismo pelos direitos das mulheres, foram selecionadas, através de edital público, para integrar o Programa. As jovens selecionadas contaram com o apoio de mentoras, mulheres com experiência e notório saber em áreas que dialogam com os objetivos do Programa. Boa parte das atividades aconteceram na plataforma do Participatório da Juventude (http://participatorio.juventude.gov.br/), em um espaço de educação a distância (EAD) para trocas e interlocução entre o grupo, além de três encontros presenciais.

GT Juventude Rural

O GT Juventude Rural vem funcionando desde 2011. O principal objetivo do GT é propor a Política Nacional para a Juventude Rural, mas, além disso, o GT também visa proporcionar:

•Ampliar diálogos entre governo e sociedade civil na construção de políticas públicas da juventude rural.

•Fortalecer a institucionalização da agenda dos jovens rurais no Governo Federal.

•Monitorar o avanço das pautas da juventude rural tendo como referência as resoluções da 2ª Conferência Nacional de Juventude visando fortalecer a participação da juventude rural, dos jovens dos povos e comunidades tradicionais e a juventude indígena, bem como a participação e mobilização da juventude rural a partir dos territórios e dos movimentos sociais.

Em novembro 2012 houve o lançamento da 1ª Fase/ações integradas e anúncio da Construção do Plano Nacional de Juventude na Feira da Agricultura Familiar. No primeiro semestre de 2013 foram mantidos contatos em rede com as organizações com propósito de acumular e preparar para o lançamento da Política Nacional de Juventude Rural. Esse movimento culminou no primeiro encontro "Diálogos com a Juventude Rural" em agosto de 2013.

GT Desenvolvimento Sustentável

Existem 2 GT sobre o tema meio ambiente: 1) GT Juventude e Meio Ambiente do CONJUVE; 2) GTI (Grupo Trabalho Interministerial) instituído por portaria interministerial em setembro de 2012, composto por 17 Ministérios. Os trabalhos do GTI Juventude e Meio Ambiente encerraram-se em junho de 2013 com a apresentação das propostas de diretrizes, dos conteúdos e formatos para a criação da Política Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Como contribuição ao desenvolvimento da proposta da Política e do Programa Nacional de Meio Ambiente, o GT Juventude e Meio Ambiente do CONJUVE produziu documentos que subsidiaram os trabalhos do GTI.

O encerramento do GT Juventude e Meio Ambiente se deu em agosto de 2014 com a entrega do relatório final contendo a descrição das ações e dos resultados obtidos.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar os recortes de gênero, etnicorracial, LGBT e pessoas com deficiência nos projetos voltados para jovens**

Análise Situacional da Meta

Em relação às questões etnicorraciais, o Plano Juventude Viva cumpre a meta de ampliação do recorte etnicorracial nos projetos voltados para jovens, quando foca as ações para o público em situação de vulnerabilidade agravada, em especial os jovens negros. Apesar de o Plano ser prioritariamente voltado para os jovens do sexo masculino, há também recortes específicos de gênero em ações do Plano, a exemplo de algumas ações para promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Também em apoio a questão etnicorracial, em novembro de 2012, o Governo em conjunto com diversos organismos, como o Deutsche Gessellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), apoiou o II Seminário Nacional de

Juventude Indígena, que debateu sobre o Movimento Indígena: Saberes Tradicionais e Desafios Atuais; Impactos dos Empreendimentos aos Povos Indígenas; Educação Indígena; Prevenção contra Drogas e Álcool na Juventude Indígena e eleição da gestão 2012-2014 da Comissão Nacional da Juventude Indígena.

E ainda sobre o aspecto etnicorracional, no 1º semestre de 2013 foi realizada a oficina para Formação Política para Jovens Indígenas com jovens indígenas das cinco regiões do país. Durante o encontro, os jovens debateram sobre os seus direitos, além de tomarem ciência sobre os marcos legais nacionais e internacionais da política indígena, como a Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena e a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas. Os jovens índios também foram informados sobre o processo de consulta para a regulamentação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre povos indígenas e tribais adotada em 1989. Ao final do encontro, os jovens se reuniram para discutir formas de contribuição com a juventude dos seus povos a partir das informações debatidas ao longo da oficina.

Quanto à temática LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis), priorizou-se a obtenção da titularidade no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT, objetivando pautar o recorte juvenil das políticas públicas para LGBT. Durante o ano de 2013 foram realizadas audiências com organizações pontuais da sociedade civil para tratar do tema Juventude LGBT, o que resultou na participação institucional da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ na Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (junho - São Paulo/SP) e no Encontro Nacional de Gestão Pública para LGBT (setembro – São Paulo/SP), além do apoio a realização do I Encontro Nacional da Juventude Trans (agosto – Natal/RN). Por fim, a partir de junho de 2013, a Juventude passou a ser representada, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, no Comitê Técnico de Cultura LGBT do Ministério da Cultura, o qual incide nas políticas públicas do Ministério, para assim atuar de forma mais incisiva na inclusão de políticas públicas que abranjam este segmento jovem.

Também em relação ao recorte de gênero, foi constituído em 2011 o GT composto pela Secretaria Nacional de Juventude, ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para Mulheres-SPM, Ministério da Educação-MEC e jovens mulheres líderes em diferentes organizações da sociedade civil com intuito de discutir os principais temas concernentes a vidas das jovens mulheres no Brasil e traçar diretrizes para a elaboração de políticas públicas adequadas a este segmento.

Como desdobramento do trabalho deste GT, em 2013 foi realizado o I Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres.

Como resultado imediato, foi feita uma alteração no texto do PNPM no seu capítulo 10, que versa sobre juventude. O Seminário também propiciou uma intensificação do diálogo entre SNJ e SPM, o que tem proporcionado a busca por uma visão transversal e articulada de juventude e gênero nas diversas políticas públicas debatidas pelas Secretarias.

Por fim, em 2014, fruto do acúmulo do Seminário, foi iniciada uma parceria com a ONU Mulheres e PNUD para um programa de tutoria para mulheres jovens lideranças, sob a denominação de “Mais Direitos para Mulheres Jovens no Brasil”. No qual Quinze mulheres jovens, de 18 a 29 anos, com experiência em liderança comunitária e ativismo pelos direitos das mulheres, foram selecionadas. Os objetivos do programa são, entres outros, fortalecer a liderança dessas jovens para facilitar a expansão de suas redes e alianças, aumentar sua capacidade de participação política, desenvolver conhecimentos e habilidades para a análise de políticas públicas com recorte de gênero, raça e juventude, além de elaborar um planejamento de comunicação.

As jovens selecionadas contam com o apoio de mentoras, mulheres com experiência e notório saber em áreas que dialogam com os objetivos do Programa. Boa parte das atividades acontece na plataforma do Participatório da Juventude (http://participatorio.juventude.gov.br/), em um espaço de educação a distância (EAD) para trocas e interlocução entre o grupo, além de três encontros presenciais.

- **Apoiar ações e articular com órgãos governamentais e sociedade civil para prevenir o tráfico, a exploração sexual e a violência contra mulheres jovens**

Análise Situacional da Meta

O Governo instituiu, por meio do Decreto nº 7.901, de 04 de fevereiro de 2013 o Comitê de Monitoramento do II Plano

de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), comitê sob co-coordenação do Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para Mulheres.

Nesse espaço a Secretaria Geral é colaboradora de três metas específicas (cuja coordenação e execução é responsabilidade de outros órgãos), que são monitoradas bimestralmente.

O Comitê de Monitoramento do Plano de Políticas para Mulheres e Comitê de Monitoramento do Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas deve ampliar os serviços de fronteira, para coibir o tráfico e a exploração sexual de mulheres e meninas ainda em 2013.

Outras formas de apoiar e articular para a prevenção do tráfico e exploração sexual contra mulheres é a participação em conselhos e comitês como por exemplo:

•Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – tem por objetivo formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade

•Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – tem por objetivo acompanhar e avaliar periodicamente o cumprimento dos objetivos, ações e metas definidos no Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

•Comitê Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas – tem por objetivo propor estratégias para gestão e implementação de ações da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovada pelo Decreto no 5.948, de 2006; propor o desenvolvimento de estudos e ações sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas; acompanhar a implementação dos planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas; articular suas atividades àquelas dos Conselhos Nacionais de políticas públicas que tenham interface com o enfrentamento ao tráfico de pessoas, para promover a intersetorialidade das políticas; articular e apoiar tecnicamente os comitês estaduais, distrital e municipais de enfrentamento ao tráfico de pessoas na definição de diretrizes comuns de atuação, na regulamentação e no cumprimento de suas atribuições; elaborar relatórios de suas atividades;

•Grupo Assessor de Monitoramento e Avaliação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – tem por objetivo monitorar o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

- **Apoiar até 100 órgãos estaduais/municipais de juventude, e seus respectivos conselhos, para criação e/ou estruturação desses órgãos**

Análise Situacional da Meta

Do final de 2011 ao final de 2012 a Secretaria Nacional de Juventude celebrou 12 (doze) convênios de repasse (6 em 2011 e 6 em 2012) com os estados de Tocantins, Acre, Goiás, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Piauí, Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Alagoas e Amazonas, visando apoiar os organismos de juventude na capacitação de conselheiros, mobilização para instituição de conselhos de juventude e disseminação das políticas de juventude nos estado.

Em 2014 os 12 convênios tiveram seus prazos esgotados, com os seguintes resultados:

•4 convênios foram executados;

•8 convênios tiveram os recursos devolvidos por falta de utilização.

A avaliação sob o ponto de vista dos conveniados é que em relação à equipe habilitada necessária para operar o convênio o valor disponibilizado é pequeno. Além disso, a natureza do apoio disponibilizado nem sempre atende a demanda do estado, tendo em vista a heterogeneidade entre os estados e municípios. Por isso em 2013 foi realizada uma avaliação mais concreta dos trabalhos dos órgãos estaduais e municipais, com objetivo de encontrar a melhor maneira de apoiar estes organismos, respeitando suas diferenças.

A avaliação permitiu reconsiderar a forma e o escopo para melhoria do processo e efetividade do resultado, devido à heterogeneidade das expectativas de cada município com relação às políticas que devem ser implantadas e a diversidade de entendimento sobre a expectativa das juventudes.

Desta maneira, o apoio aos órgãos se deu de maneira mais institucional que financeira, com auxilio na elaboração de Políticas Públicas, envio de publicações pertinentes sobre o tema e intercambio de experiências com outros órgãos.

Além disso, há um diálogo com a Universidade de Brasília, desde o 2º semestre de 2012, para o desenvolvimento de

dois cursos à distância: um com certificação e destinado aos gestores de juventude e outro sem certificação destinada a atores importantes do cenário da juventude. Essa capacitação iniciará com um módulo de conteúdos básicos para a formação de um gestor de juventude e mediadores, no caso do curso sem certificação. A opção pela metodologia à distância é abranger o maior número de pessoas possível com um custo menor. Uma primeira proposta foi apresentada pela Universidade de Brasília, mas necessita de adequações.

Em 2014, devido às restrições impostas pelo período eleitoral e ao tempo demandado na construção de projeto pedagógico que contemplasse as expectativas de gestores, conselheiros e demais atores sociais, não foi possível implementar os Cursos acima mencionados, todavia, já há Projeto Pedagógico, plano de trabalho e termo de referência para assinatura de convenio com a instituição de ensino.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

- **Aprovar o Estatuto da Juventude**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Juventude - SNJ e o Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE atuaram decisivamente ao longo da tramitação e aprovação do Estatuto da Juventude no Congresso Nacional. Em fevereiro de 2012, como contribuição ao projeto de lei, a SNJ formulou e reuniu um conjunto de sugestões ao Estatuto, aproximando seu conteúdo das diretrizes da Política Nacional de Juventude e das resoluções das duas Conferências Nacionais de Juventude, realizadas em 2008 e 2011.

Em abril de 2013, após audiências públicas sobre o PLC 98/2011, o Estatuto foi aprovado pelo Senado Federal. Em julho o projeto retornou à Câmara dos Deputados, onde foi novamente aprovado e enviado para sanção presidencial. E, após quase uma década de debates e tramitação, o Estatuto da Juventude foi sancionado em 05 de agosto 2013 pela Presidenta da República Dilma Rousseff em cerimônia realizada no Palácio do Planalto. O Estatuto faz com que os direitos já previstos em lei, como educação, trabalho, saúde e cultura, sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando as suas trajetórias e diversidade, ao mesmo tempo em que assegura novos direitos, como os direitos à participação social, ao território, à mobilidade, à comunicação, à livre orientação sexual e à sustentabilidade sejam assegurados pela legislação.

Há que se destacar ainda a publicação do Decreto nº 8074, de 15 de agosto de 2013, que institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude, formado pelos Ministérios da Educação, Cultura, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde, Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Entre suas atribuições, constam as de subsidiar a formulação, gestão e monitoramento da Política Nacional de Juventude; elaborar e propor regulamentação do estatuto da juventude e do Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE; elaborar o Plano Nacional de Juventude; subsidiar a elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Juventude e dos programas e ações do Governo Federal para a juventude.

Em 2014 foram realizados estudos e negociações para a implementação do benefício da meia-entrada.

Há a expectativa para que em 2015, esse benefício esteja implementado, assim como o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, e a aprovação do documento base para o Plano Nacional de Juventude, que foi elaborado com intensa participação social.

- **Constituir a Seção Nacional da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul**

Análise Situacional da Meta

A Reunião Especializada da Juventude no MERCOSUL - REJ trata-se de grupo especializado em políticas públicas voltadas para a Juventude, no âmbito dos países membros do MERCOSUL. A REJ busca fomentar e incentivar as políticas públicas dos países do MERCOSUL com a finalidade de impulsionar a melhoria das condições de vida dos jovens.

A REJ foi criada em 2006 e é um órgão de natureza consultiva do MERCOSUL, formada pelas máximas autoridades governamentais nacionais na matéria. Desde sua criação foram realizadas onze sessões da Reunião Especializada da Juventude, que tem periodicidade semestral

No segundo semestre de 2012, o Brasil assumiu a Presidência Pro-Tempore (PPT) do MERCOSUL e sediou em Brasília DF a reunião semestral que contou com a participação dos representantes dos países do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela), bem como participantes dos países associados (Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru). Nesta reunião, se definiu uma série de diretrizes de trabalho, entre elas a organização de um fórum para o fortalecimento institucional da REJ e a formalização do pedido de seção brasileira da REJ. A solicitação de constituir uma seção nacional visa fortalecer institucionalmente a Reunião Especializada de Juventude e potencializar as discussões das políticas públicas de juventude no Brasil.

Em maio de 2013, foi realizada no Uruguai a X Reunião Especializada da Juventude, juntamente com a REJ. A partir desta reunião iniciaram-se as discussões para a criação da Seção Nacional da REJ no Brasil, todavia não foi possível a criação da seção nacional, pela dificuldade institucional que a Reunião Especializada da Juventude vem enfrentando. Apesar de suas reuniões semestrais, a ausência de interesse político e de uma pauta mais consolidada tem dificultado os andamentos dos trabalhos. Apesar do constante esforço brasileiro para fortalecer a REJ, ainda enfrentam-se empecilhos para marcar reuniões e definir pautas, bem como dar seguimento aos encaminhamentos das reuniões.

Em dezembro de 2014, houve a XI Reunião Especializada da Juventude na Argentina. Foi discutido novamente sobre a necessidade de fortalecimento da institucionalização da REJ e da criação da seção nacional, todavia ainda não ouve avanços na efetivação da seção. Espera-se que em 2015, na PPT do Brasil, possamos concretizar a institucionalização da seção nacional.

- **Constituir diretrizes de avaliação e monitoramento dos programas de juventude**

Análise Situacional da Meta

Visando cumprir a meta de constituir uma metodologia de avaliação e monitoramento das políticas públicas, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) tem integrado os debates das ações de monitoramento de Políticas Públicas de Juventude (PPJs), buscando a criação de metodologia de avaliação e monitoramento das políticas para juventude.

O Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013, que institui o Comitê Interministerial da Política (Coijuv) como órgão permanente para gestão e monitoramento das políticas públicas do Governo Federal para a juventude, prevê em seu art. 2º, inciso V, a atribuição do Comitê de subsidiar a elaboração de instrumentos de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Juventude e dos programas e ações do Governo Federal para a juventude. Em 2014, com a colaboração do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), com a parceria da Universidade Federal do Estado do Rio e Janeiro (UNIRIO) e com a participação fundamental de representantes da sociedade civil, foi realizada uma série de Oficinas sobre o Plano Nacional de Juventude a partir dos eixos de direitos do Estatuto da Juventude. Chamada Plano em Diálogo, a série envolveu 217 lideranças de movimentos juvenis por meio de 11 encontros, em que foram apontadas as bases para elaboração do documento orientador para a construção do Plano Nacional de Juventude, a ser concluído em 2015.

Já o Sistema Nacional de Juventude – cuja minuta foi trabalhada no âmbito do Coijuv e se encontra em fase final de tramitação na Casa Civil – prevê um subsistema de informação e monitoramento das políticas de juventude. Com a finalidade de subsidiar essa proposta, foi pensada consultoria específica.

Na mesma direção, o CONJUVE, por meio da sua Comissão de Acompanhamento de Políticas e Programas (CAPP), e em cooperação com a Universidade Federal do Ceará (UFC), desenvolveu proposta de sistema de monitoramento pela sociedade civil. Finalizada em agosto de 2014, a proposta encontra-se em processo de validação pelo plenário do Conselho.

- **Constituir o Observatório da Juventude**

Análise Situacional da Meta

Inspirado nas redes sociais, o Participatório foi concebido como uma plataforma virtual, elaborada e desenvolvida em

software livre, para ser um ambiente público de construção coletiva e divulgação de conhecimento, em que cada participante tenha total acesso às informações e que possa compartilha-las.

Partindo do dado de que os jovens são o público mais assíduo no ambiente virtual, o Participatório é uma iniciativa que visa estabelecer um canal de diálogo com a Juventude.

Lançado em julho de 2013, o Participatório foi uma ação inovadora da relação Governo-Sociedade por meio da internet, antecipando-se a iniciativas como o Gabinete Digital e Participa.br. O momento político também era de foco na pauta da Juventude, logo após as manifestações, o que proporcionou uma grande visibilidade na mídia, além de ter gerado diversas expectativas dentro do próprio Governo, sobre a reação do grande público. De modo geral, o Participatório foi bem recebido pelos por movimentos e cabeças de rede das mídias digitais, por Observatórios, Redes de Pesquisadores, pesquisadores de juventude e Institutos de Pesquisa, e mesmo pela grande mídia.

Essa iniciativa foi estruturada em parceria com a Universidade Federal do Paraná, por meio do Centro de Computação Científica e Software Livre (C3SL) e com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio da sua Escola de Comunicação (ECO/UFRJ). Também contamos com o apoio do Projeto de Cooperação Internacional com o PNUD, que possibilitou a contratação de consultorias especializadas. O conjunto dessas parcerias representa o investimento total nesse projeto, que é de aproximadamente R$ 3 milhões de reais investidos entre 2012 e 2014.

Dentre as ações e funcionalidades disponíveis no Participatório temos:

•Dados e Pesquisas: Informação pública para pesquisa com interface para gerar gráficos e mapas de forma fácil.

•Biblioteca Digital: reúne em um único local virtual a produção bibliográfica da SNJ, do CONJUVE e também de repositórios de Universidades sobre juventude. Desenvolvida em Dspace.

•Centro de Documentação e Pesquisa sobre Juventude e Políticas Públicas (CEDOC-PPJ): Espaço de referência para documentação do acervo da SNJ e do CONJUVE, aberto à visitação do público. Também pode ser acessado virtualmente, por meio de nossa Biblioteca Digital.

•Estação Juventude: central com informações sobre programas para a juventude disponíveis por município, de forma fácil e atrativa.

•Rede de Pesquisadores de Juventude: espaço para divulgação sobre pesquisas em desenvolvimento e articulação de pesquisadores, intuições, observatórios que trabalham com as temáticas juventude e políticas públicas.

•Consulta Pública: ferramenta para debate e deliberação sobre documentos e políticas de juventude.

•Comunidades temáticas, propostas por qualquer usuário, que reúnem: debates, blogs, páginas wiki, vídeos, chat e arquivos.

•Blog: com notícias sobre redes e movimentos juvenis, ações da SNJ e do CONJUVE.

•Transmissões online: de eventos, seminários e debates.

•Interação com outras redes: os conteúdos produzidos no Participatório são disseminados em diversas redes sociais como Facebook, Twitter, Youtube, dentre outros.

Do ponto de vista da comunicação, o Participatório proporcionou um salto qualitativo na forma como o Governo se relaciona com o público jovem. Desde seu lançamento, há um trabalho contínuo de atividades na plataforma, que articulam ações presenciais à divulgação e mobilização online. São diversas transmissões ao vivo de seminários e debates, além de oficinas, consultas públicas e bate papos que se valem da tecnologia da rede social. As atividades são organizadas tanto pelo Governo como por movimentos sociais e academia. Sempre estão combinados com narração e cobertura fotográfica dos eventos, disseminando-os nas redes sociais. Além dessas atividades, é realizado um acompanhamento dos principais debates que acontecem na plataforma, com matérias no blog, que buscam dialogar com as questões levantadas pelos jovens.

No âmbito da produção do conhecimento, muito além de produzir pesquisas e dados, o Participatório tem gerado metodologias colaborativas e auxiliado no fomento à pesquisa sobre juventude, a partir da identificação e articulação de uma rede de pesquisadores em Juventude. Dentre os eventos que se destacam em termos de metodologias de formação que articulam o presencial e o virtual por meio da plataforma, temos a Escola Regional MOST UNESCO, a

Teia da Diversidade e o Encontro de Pesquisadores Participatório em Rede.

Esse leque de ações permitiu elaborar e aperfeiçoar diversas metodologias para produção do conhecimento, formação e participação associadas à tecnologia. Essas experiências precisam ainda ser sistematizadas, mas já apontam no caminho de inovação que se deseja construir com o Participatório.

Endereço eletrônico: www.participatorio.juventude.gov.br

- **Construir parcerias com organismos internacionais para fortalecer a política nacional de juventude**

Análise Situacional da Meta

Ao longo dos últimos 3 anos os Acordos de Cooperação Internacional - PRODOC UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) foram potencializados com a produção de vários trabalhos de consultoria sobre PROJOVEM e juventude. Também se realizou parceria com o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA. Esses acordos de cooperação permitiram melhor aprofundamento da garantia dos direitos dos jovens, bem como possibilitou a produção de diversos documentos como: a proposta da criação do observatório latino-americano de juventude e o fortalecimento dos instrumentos da Reunião Especializada da Juventude.

As parcerias com os organismos internacionais também contribuíram para o fortalecimento da política nacional de juventude, por meio de diversas ações como:

a) Plano de trabalho com o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA para o apoio a diversos programas da Secretaria Nacional de Juventude, entre eles: apoio ao Juventude Viva; participação nos fóruns do MERCOSUL e da OIJ; contribuição para a realização da VI Bienal da CPLP; parcerias para realização de publicações, como a publicação do Estatuto da Juventude, em três idiomas; construção de documentos sobre a juventude nacional. Esse acordo foi realizado de 2012 a 2014.

b) PRODOC com o PNUD para contratação de consultores de apoio a diversas atividades da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ como a realização da VI Bienal da CPLP, que permitiu a análise dos perfis dos jovens que participaram da bienal, tanto nacionais quanto internacionais, como também permitiu uma análise da realização da VI Bienal da CPLP, que aconteceu em Salvador – Bahia, realizada pela SNJ.

c) Também com o PNUD foram realizadas 10 consultorias com o objetivo de promover e ampliar os direitos de juventude, bem como realizar compilações de dados e informações da juventude, capacitar gestores de juventude e diversas atividades e ações envolvendo jovens, sociedade civil e os gestores públicos.

d) Escola MOST da UNESCO – escola direcionada para a capacitação de jovens e gestores de juventude. Essa Escola aconteceu em dezembro de 2013 e contou com a participação de mais de 60 jovens entre pesquisadores, sociedade civil e gestores públicos, de forma a difundir a capacitação dos jovens e o intercâmbio entres estes jovens latino-americanos.

e) Parceria com a Organização Ibero-americana de Juventude – OIJ para a realização de diversas atividades voltadas para as políticas públicas de juventude. Nesse período foram realizadas diversas ações conjuntas como o Fórum Internacional da Juventude, em Cuzco, com importante participação brasileira, uma das diversas atividades realizadas durante a Presidência brasileira na OIJ no período de 2012-2014. Essa parceira também permitiu maior participação do Brasil na OIJ.

f) Parceira com o PNUD para realização de evento voltado para discutir Políticas Públicas de Juventude - PPJ durante a Jornada Mundial de Juventude no Rio de Janeiro. Dentre as atividades, destaca-se a realização de um encontro com o enviado especial da juventude da ONU, Ahmad Alhendawi, com diversas lideranças juvenis e gestores que trabalham com PPJ. Esse encontro permitiu o aprofundamento das discussões relacionadas à criação do Foro Mundial da Juventude, no âmbito da ONU.

g) Contratação por meio do PNUD de uma consultoria para a construção de proposta do Observatório Latino-americano de Juventude, que definiu as diretrizes e as possibilidades para a criação do observatório, de modo a permitir maior atenção às questões da juventude no âmbito da América Latina.

h) Construção do Programa Jovens Delegados, juntamente com o UNFPA e o PNUD. Esse programa tem por objetivo

a seleção de jovens brasileiros para participar como delegados da delegação brasileira em importantes fóruns internacionais, como a Assembleia Geral da ONU e a Conferência Mundial do Clima, entre outros fóruns e encontros. i) Construção da posição brasileira para o documento da Agenda Global de desenvolvimento do Pós-2015. Essa construção se deu com a participação em diversos fóruns e debates, bem como reuniões de trabalho, sobre os desafios e as novas propostas a serem incorporadas no Pós-2015 para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio – ODMs.

- **Coordenar, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, a implementação da Agenda do Trabalho Decente para Juventude**

Análise Situacional da Meta

Lançada em 2010, a ANTDJ (Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude) representa um marco comum de entendimento entre o Governo Federal, as organizações de empregadores e trabalhadores e outras organizações da sociedade civil para avançar na ampliação das oportunidades de construção de trajetórias de trabalho decente para a juventude brasileira. Esta Agenda traz um conjunto de prioridades e linhas de ação estruturadas em torno de quatro eixos: a) mais e melhor educação; b) conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar; c) inserção digna e ativa no mundo do trabalho, com igualdade de oportunidades e tratamento; d) diálogo social: juventude, trabalho e educação. A agenda foi elaborada pelo Subcomitê do Trabalho Decente para a Juventude, espaço de diálogo tripartite (representantes do governo federal, de empregadores e de trabalhadores), coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República – SNJ/SG, contando com apoio da secretaria técnica da OIT.

A decisão de construir um Plano para dar concretização à Agenda foi consolidada tanto na II Conferencia Nacional de Juventude, realizada em dezembro de 2011, quanto na Conferência Nacional de Trabalho Decente, realizada em 2012. No mesmo ano de 2012 foi realizado o Fórum de Trabalho Decente para a Juventude, que atualizou as questões da Agenda à luz dos debates desenvolvidos em ambas as conferencias.

Em 2013 o Subcomitê retomou uma sistemática de reuniões técnicas, que se intensificou durante o ano de 2014, com a finalidade de elaborar o Plano Nacional de Trabalho Decente para a Juventude (PNTDJ), concebido como um instrumento de implementação da ANTDJ, definindo estratégias e metas para o enfrentamento dos principais desafios levantados.

O trabalho realizado pelo Subcomitê durante o ano de 2014 envolveu a atualização do diagnóstico sobre a situação atual da juventude brasileira no que diz respeito ao tema do trabalho, da educação e das possibilidades de conciliação entre estudo, trabalho e vida familiar; o levantamento das políticas públicas de âmbito federal implicadas nos eixos e proposições da Agenda; uma análise dos avanços alcançados nos últimos anos, assim como das questões mais urgentes; e a definição dos principais desafios a serem enfrentados para garantir às e aos jovens um trabalho em padrões que preservem a dignidade humana, o desenvolvimento social e pessoal com inclusão, autonomia e a participação.

Foram definidos, em metodologia que privilegia o trabalho colaborativo, o diálogo social e a construção de consensos, 23 desafios e uma série de estratégias associadas a cada um deles (a definição das estratégias ainda está em processo de debate elaboração). Ao longo do ano de 2015, deverão ser definidos as metas e os indicadores, assim como o texto integral do Plano.

- **Criar ferramentas para internet e política de comunicação nas redes sociais**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal tem investido no aprimoramento da sua comunicação com a juventude. E lançou o primeiro portal temático do governo federal: www.juventude.gov.br, além de manter perfis nas redes sociais (facebook, twitter e youtube), o que potencializa as ações, programas e eventos da secretaria. Podemos destacar o crescimento de acessos ao site www.juventude.gov.br, entre janeiro de 2012 a junho 2013, em 320,17%. Se considerarmos até agosto de 2013, o crescimento foi de 720,78%. Destacamos também como um canal de comunicação com o público jovem, gestores de

juventude e outros atores interessados a Rede do Juventude Viva e o Participatório, que promove transmissões online de fóruns, debates e outros eventos.

A Rede Juventude Viva é uma rede formada por entidades, grupos e pessoas que se cadastram de forma voluntária, para veicular informação e mobilizar atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano Juventude Viva e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra.

Foi realizado, em abril de 2014, o Projeto PNUD BRA/12/018 – "Desenvolvimento de Metodologias de Articulação e Gestão de Políticas Públicas para Promoção da Democracia Participativa", Contrato nº: 2013/000532. Tal projeto traz uma proposta de padronização com um manual de redação que faz uma Introdução ao Webjornalismo, apresenta a estrutura geral de um texto jornalístico para a internet e outras considerações e fornece orientações estilísticas de redação. Além do manual de redes sociais que demonstra a conduta da equipe em perfis pessoais de mídias sociais e traz dicas rápidas de comunicação na web e assessoria. Essa proposta irá fortalecer a comunicação web da SNJ, padronizando a linguagem, o estilo e o formato das publicações e postagens.

A partir de 05 de julho 2014, atendendo à legislação relativa ao período eleitoral, os perfis da SNJ nas redes sociais foram ocultados e assim permaneceram até o dia 5 de outubro ou até 26 de outubro, caso houvesse segundo turno das eleições. O site da Secretaria permaneceu no ar, mas parte do seu conteúdo também foi ocultada em obediência à referida legislação e o volume de comunicação nas redes sociais e sites (participatório e juventude) ficou mais restrito.

Em dezembro de 2014, o portal da Juventude foi lançado. O objetivo é agregar em um só lugar informação, conhecimento e pesquisa sobre as iniciativas em Políticas Públicas de Juventude (PPJs) no Brasil. Uma campanha publicitária está em fase de aprovação com divulgação prevista para o 1º semestre de 2015. Com isso espera-se ganhar mais evidência e amplitude de audiência, aumentando significativamente o acesso ao portal.

- **Elaboração e publicação de diretrizes da política cultural, para promoção da cultura da juventude**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria da Cidadania da Diversidade Cultural - SCDC do Ministério da Cultura - MinC trabalha nesta meta a partir da elaboração de uma série de cadernos temáticos relativos aos temas e campos de atuação da mesma, incluindo-se neste esforço o Caderno Temático de Políticas Culturais para a juventude.

  Os cadernos temáticos envolvem pesquisa de normas legais, descrição de programas e projetos desenvolvidos em parceria ou diretamente pela SCDC, além de informações sobre o conjunto de projetos sob responsabilidade do MinC e vinculadas que tratam do tema.

  A Secretaria Nacional de Juventude viabilizou, via consultoria, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a elaboração de levantamento e análise de propostas de políticas públicas de cultura para a juventude no início de 2013, contemplando os seguintes conteúdos: diagnóstico das políticas de cultura no âmbito federal e o acesso da juventude a essas políticas; proposta metodológica de estratégia de interface e aprimoramento entre os programas do Ministério da Cultura e a Política Nacional de Juventude.

  A proposta elaborada subsidiará o trabalho do Comitê Interministerial de Políticas de Juventude - COIJUV, que desenvolverá proposta de diretrizes e política para promoção da cultura da juventude que subsidirá a construção de proposta para o Plano Nacional de Juventude, que deverá ficará pronto até o final de 2014 para ser submetido à aprovação na III Conferência Nacional de Juventude.

  Paralelamente, a Secretaria Nacional de Juventude e Ministério da Cultura tem promovido ações de cultura para juventude por meio editais com foco em economia criativa, cultura e juventude rural, hip hop e comunicação e diversidade.

- **Elaborar proposta do Sistema Nacional de Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Com a sanção do Estatuto da Juventude em 05 em agosto de 2013, conforme Lei nº 12.852/2013, os direitos de cerca de 51 milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos tornam-se uma política de Estado, independente da vontade de governos. Além de diretrizes para a realização de políticas públicas especialmente dirigidas e de acordo com a

especificidade dos jovens, o Estatuto traz, ainda, a instituição do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

O SINAJUVE é um sistema descentralizado e participativo que organiza o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de juventude em todo território nacional. Para que entre em vigor, sua composição, organização, competência e funcionamento, bem como o financiamento das ações e atividades realizadas, devem estar definidos em regulamento.

Conduzida pelo Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv), de acordo com o previsto no Decreto nº 8.074, publicado em 14 de agosto de 2013, a elaboração da proposta do Sistema Nacional de Juventude contou com amplo processo de participação social, aproximando o governo das demandas da sociedade. Foram recolhidas contribuições de gestores e conselheiros de juventude municipais e estaduais, de movimentos e organizações juvenis, do Conselho Nacional de Juventude e de vários jovens que acessaram a consulta pública realizada pela página do Participatório, o Observatório Participativo da Juventude (http://participatorio.juventude.gov.br), entre setembro e dezembro de 2013.

Em reunião ocorrida no dia 19 de dezembro, o Coijuv – composto pelos Ministérios da Educação; da Cultura; da Saúde; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário; do Trabalho e Emprego; e a Secretaria de Assuntos Estratégicos, e coordenados pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República – concluiu seus trabalhos de elaboração da proposta. No dia 20 de dezembro de 2013, o Comitê Interministerial da Política de Juventude encaminhou minuta de decreto de regulamentação do Sistema Nacional de Juventude, que está sob análise da Casa Civil.

- **Elaborar uma proposta de Plano Nacional de Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Com a aprovação do Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013) e a publicação do Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013, que institui o Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuv), o debate em torno da consolidação de um Plano Nacional de Juventude ganha instância formal. Conforme previsto no inciso IV, do art. 2º, do Decreto nº 8.074, sua elaboração está sendo conduzida pelo Coijuv, órgão permanente para gestão e monitoramento das políticas públicas do Governo Federal para a juventude.

  Nesse sentido, o Coijuv tem cada vez mais se consolidado como espaço institucional para a convergência de posicionamentos, pactuação de propostas e encaminhamentos sobre o Plano. Tendo como princípio fundamental a construção coletiva e com efetiva participação dos diversos atores governamentais e não governamentais relacionados à Política Nacional de Juventude, deu-se início, em novembro de 2013, às articulações para elaboração de documento preliminar que sirva de base para o Plano Nacional de Juventude.

  Além dos membros que compõe o COIJUV oficialmente – os Ministérios da Educação; da Cultura; da Saúde; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Desenvolvimento Agrário; do Trabalho e Emprego, a Secretaria de Assuntos Estratégicos e a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, sendo que este o coordena –, o foram convidadas outras instituições governamentais relacionadas com a questão juvenil para participar das reuniões. E, conforme previsto, no segundo semestre de 2014 foi desenvolvida uma série de Oficinas sobre o Plano Nacional de Juventude, a partir dos eixos de direitos do Estatuto da Juventude, chamada Plano em Diálogo. O trabalho contou com a colaboração do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), com a parceria da Universidade Federal do estado do Rio e Janeiro (UNIRIO) e participação fundamental de representantes da sociedade civil.

- **Financiar 200 microprojetos para promoção da cultura da juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Em junho de 2011 foi criado Comitê de Trabalho envolvendo representantes da equipe da Secretaria de Cidadania

Cultural – SCC do Ministério da Cultura - MinC, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério da Saúde, Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, Conselho Nacional de Políticas Culturais - CNPC e Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE. O objetivo foi delinear conjuntamente parâmetros e diretrizes para a criação de uma ação de reconhecimento e fomento das iniciativas culturais juvenis.

Surgiu, então, o edital de seleção pública n.º 11, de 14 de dezembro de 2011: Prêmio Agente Jovem de Cultura: Diálogos e Ações Interculturais, conduzido pela SCC/MinC em parceria com SNJ, Ministério da Saúde e MDA.

A seleção teve como objetivo envolver a juventude brasileira na divulgação de experimentações, vivências culturais e reflexões, além de reconhecer iniciativas culturais juvenis, dar suporte e estimular as experiências desenvolvidas por jovens, oferecendo prêmios a iniciativas culturais que promovessem a cidadania cultural e estimulassem as dinâmicas culturais em seus territórios (locais ou virtuais). Na etapa de habilitação, na fase eliminatória, foram inscritos 2.463 jovens.

O concurso selecionou 500 iniciativas com reconhecido impacto e promoção dos direitos humanos, valores éticos e a qualidade de vida. Puderam participar jovens entre 15 a 29 anos de idade e o prêmio era de R$ 9.000,00 (nove mil reais) por iniciativa.

Quantidade alcançada

560

Data de Referência

31/12/2012

- **Firmar parcerias em políticas de juventude com países da América Latina, para fortalecer a integração regional**

Análise Situacional da Meta

As parcerias em Políticas Públicas de Juventude – PPJ entre países da America Latina são fundamentais para maior garantia dos direitos dos jovens, assim como permite uma maior integração regional. Essas parcerias podem ser realizadas diretamente entre os países diretamente ou por meio de organizações internacionais.

Entre essas parcerias, destaca-se a cooperação bilateral com o Instituto Nacional da Juventude, do Uruguai, fruto de um Memorando de Entendimento celebrado em 2011 com o Fundo de Populações das Nações Unidas. A cooperação teve por objetivo o fortalecimento das políticas públicas de juventude desenvolvidas e em desenvolvimento de cada país e a superação dos desafios comuns na promoção dos direitos da juventude. Como resultado Programas uruguaios contribuíram no Participatório e no Estação Juventude. E por outro lado, o Uruguai fez sua 1ª Conferência de Juventude, em outubro de 2013, inspirada na Conferência Nacional de Juventude do Brasil.

Outro destaque é o processo de implantação da proposta do Observatório Latino Americano de Juventude, em diálogo com a OIJ (Organización Iberoamericana de Juventud), Sistema ONU, CLACSO (Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales), CELAJU (Centro Latino Americano sobre Juventud), entre outros parceiros. Dessa forma, o Brasil está contribuindo para a criação de um organismo misto (com governos, sociedade civil, cooperação internacional e setor privado) que deve preencher uma lacuna na gestão e produção de conhecimento sobre a juventude latino americana. A expectativa é que em 2015 o Observatório já esteja em funcionamento com sede no Brasil.

Também no período de 2012-2014, foi iniciado no primeiro semestre de 2013, o processo para constituição de espaço de diálogo e colaboração multilateral e intersetorial sobre juventude na América Latina. O primeiro fórum foi realizado em setembro/2013 na cidade de Cuzco no Peru e reuniu mais de 130 pessoas durante três dias. O objetivo deste espaço foi aproximar as ações, os projetos, as ideias e as pessoas dos diferentes setores (sociedade civil, governos, academia e cooperação internacional) e potencializar os esforços através da coordenação.

Cabe salientar que o Escritório do Enviado Especial para Juventude do Secretário Geral da ONU iniciou diálogos para criação de fóruns regionais de juventude que promovam o maior engajamento da juventude na agenda ONU. Foram realizadas três reuniões com o Enviado Especial no sentido de constituir um Fórum Regional que agregue mais atores e

que contribua em outras necessidades da juventude latino americana. Nesse sentido, acordou-se que a OIJ estará na coordenação deste processo e, com base na experiência de Cuzco (setembro/2013), citada acima, apresentar-se-á o documento base para criação do Fórum Latino Americano de Juventude.

Ainda em 2013, foi realizado um seminário sobre juventude com parlamentares latinos americanos organizados em parceria com o PNUD para constituir uma rede que tenha condições de promover uma agenda legislativa de juventude, fortalecendo onde existe e criando onde ainda não há legislação que reconheça a juventude com sujeito de direitos.

Além dessas iniciativas citadas sobre a maior integração regional, no primeiro e no segundo semestre de 2014, o Brasil participou da Cúpula Social do MERCOSUL, envolvendo diversos representantes de juventude dos países do MERCOSUL. Nesses encontros, iniciaram-se as conversações com representantes da Venezuela e do Chile que se mostraram interessados em aprofundar suas políticas de juventude nacionais e regionais. Esse possível entendimento poderá resultar em novos marcos legais e novas pesquisas para a promoção dos direitos da juventude e também fortalecer e incentivar novas políticas públicas.

Dessa forma, os instrumentos de cooperação, promoção de diálogo, gestão e difusão de conhecimento sobre juventude em alguns casos são recentes e em outros não existem. Diante disso, se aposta no fortalecimento de esferas específicas nos blocos regionais que tenham condições de facilitar o diálogo e a cooperação entre os países.

- **Formar lideranças das juventudes rurais e urbanas para construção de iniciativas de sociedades sustentáveis**

Análise Situacional da Meta

Por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Governo Federal está inserindo a Temática Ambiental na formação de lideranças das juventudes rurais e urbanas visando à construção de sociedades sustentáveis, sob as diretrizes das políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

As ações de educação ambiental que contribuem para essa meta são: a criação de 200 Salas Verdes como centros de informação e formação ambiental, implementadas em 2012; a 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente com o tema Desafios e Soluções Socioambientais, que criou 1.000 espaços exibidores; a criação da plataforma Moodle de Educação à Distância (EaD), que irá contribuir com o cumprimento desta meta. Os 2 primeiros cursos ofereceram 2.000 vagas, e houve 11.000 interessados.

O MMA realizou um planejamento estratégico do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente com a finalidade de responder às recomendações do GT Juventude e Meio Ambiente instituído, por meio da Portaria Interministerial nº 319, de 19 de setembro de 2012.

No 2º semestre de 2014, o MMA passou a ser demandante dos cursos de educação profissional dentro do PRONATEC/MEC, com a criação de 3 (três) novas modalidades de demanda; Foi realizada a seleção dos 59 projetos de extensão universitária no eixo do Programa PROEXT referente ao novo subtema “Juventude e meio ambiente” dentro da linha temática “Meio Ambiente e recursos naturais”; o lançamento da 1ª edição da “Revista Juventude e Meio Ambiente”, construída por meio de chamada pública com participação direta de 58 jovens e conta com a versão digital e impressa.

Além disso, a participação do MMA na Feira da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2014, onde foram apresentados curtas e animações, e realizados debates com cerca de 700 crianças, adolescentes e jovens.

Durante o VIII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, foi realizada a oficina “A Estratégia de Educação Ambiental no âmbito do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente”, contou com a participação de 24 jovens lideranças de diversas regiões do Brasil. E entre os dias 16 e 17 de dezembro, foi realizada a 1ª Oficina Nacional da Juventude Extrativista, onde participaram 15 lideranças jovens de diferentes estados da Amazônia. A oficina foi realizada pelo MMA em parceria com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS);

Entre os dias 18 e 19 de dezembro foi realizada a “Oficina de Articulação com a Sociedade Civil” que teve como objetivo apresentar as ações desenvolvidas por diferentes Ministérios na elaboração do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente. A atividade contou com a participação de 15 lideranças das juventudes rurais e urbanas e

foi realizada pelo MMA em parceria com a SNJ e o MEC.

- **Implementar Seminário Permanente de Integração Regional Juvensur**

Análise Situacional da Meta

O JUVENSUR é um Seminário Permanente de Formação Política Regional, promovido pela Reunião Especializada da Juventude do MERCOSUL – REJ, que tem a tarefa de promover o diálogo, a capacitação, a elaboração, a cooperação e o fortalecimento de políticas juvenis no âmbito do MERCOSUL, com a finalidade de impulsionar a melhoria das condições de vida dos jovens. A intenção original era que o JUVENSUR acontecesse semestralmente, acompanhando as reuniões da REJ.

O Brasil foi responsável pela realização do III Seminário JUVENSUR, que ocorreu de 1 a 4 de novembro 2012 na cidade de Foz do Iguaçu. Houve a participação de mais de 300 jovens, de mais de 9 países da América Latina, todos discutindo e debatendo políticas públicas de juventude. Nesses dias de trabalho, os jovens dividiram-se em 10 grupos de trabalhos e debateram temas como emprego, acesso a direitos, juventude rural, educação e políticas públicas de juventude. Além das discussões e das capacitações realizadas nesses dias, esse encontro possibilitou o intercâmbio de experiências entre os jovens participantes. Também incentivou o envolvimento desses jovens com as políticas públicas de seus próprios países, bem como com as políticas públicas dos países do MERCOSUL.

Em maio de 2013, foi realizada no Uruguai a IV edição do Seminário de Integração Regional – JUVENSUR, juntamente com a Reunião Especializada da Juventude. Desta reunião, definiu-se grupo de trabalho para aprimorar a realização dos próximos Seminários, bem como propor um projeto para realização das próximas versões do JUVENSUR. Um dos grandes desafios é envolver cada vez mais os jovens para participar do JUVENSUR, bem como garantir a participação e envolvimento destes nas Políticas Públicas voltadas para a juventude no âmbito da América do Sul. Também foi iniciado o debate do aprofundamento do JUVENSUR, de modo a torná-lo mais completo e mais abrangente, permitindo maior participação dos jovens e também aprimorar a sua capacitação. Além disso, busca-se uma continuidade e independência do JUVENSUR. Hoje, o Seminário acontece sempre em continuidade a Reunião Especializada de Juventude – REJ. O desafio é torná-lo periódico, de preferência semestralmente, e que ocorra independente da realização da REJ.

No primeiro semestre de 2014, a Venezuela assumiu a Presidência Pró-Tempore do MERCOSUL e, nesse período, este país não realizou a Reunião Especializada da Juventude – REJ nem o Seminário Permanente de Formação Regional para a Juventude. Também durante a Reunião Especializada de Juventude – REJ, que aconteceu em Paraná – Argentina, não houve a realização do JUVENSUR. Nesta reunião em dezembro/2014, ficou decidido sobre a importância da realização do JUVENSUR e a reafirmação da necessidade de maior institucionalização do JUVENSUR, de forma que ele possa acontecer semestralmente, sem sofrer mudanças em função da rotatividade da Presidência Pro Tempore. A expectativa é que na Presidência Pró Tempore do Brasil, em 2015, se retome a realização do Seminário.

- **Realizar Conferência Nacional de Juventude**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Juventude, em parceria com o Conselho Nacional de Juventude, voltou seus esforços e fez uma aposta na importância política e programática da 2ª Conferência Nacional de Juventude.

Ao longo de todo o ano de 2011 jovens de todo o Brasil se mobilizaram e se articularam em torno das discussões sobre as políticas públicas de juventude. Esse processo envolveu, nas suas diversas etapas, mais de 550 mil pessoas nos 26 estados e no Distrito Federal, em mais de 1.200 cidades, culminando na realização da II Conferência Nacional de Juventude, nos dias 9 a 12 de dezembro de 2011, em Brasília, contando com a presença de mais de 3 mil jovens, entre delegados, convidados e observadores (do 1.394 delegados, 90% eram da sociedade civil).

A Conferência estabeleceu as diretrizes da Política Nacional de Juventude que norteiam as ações durante a vigência do PPA 2012-2015.

A expectativa para a realização da III Conferência Nacional é 2015, para tanto se trabalhou na elaboração do decreto de convocação com previsão para publicação no 1º semestre de 2015. Paralelamente foram realizadas oficinas, em

colaboração com o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e em parceria com a Universidade Federal do estado do Rio e Janeiro (UNIRIO), com o envolvimento de movimentos juvenis e representantes da sociedade civil, para discussões temáticas, de agosto a novembro de 2014. Os encontros tiveram o objetivo de favorecer o diálogo entre as demandas recebidas e o planejamento/execução/monitoramento de políticas, programas e ações voltados direta ou indiretamente aos jovens, que irão compor a proposta de Plano Nacional de Juventude que será submetido à aprovação na III Conferência Nacional de Juventude.

- **Realizar cursos de capacitação e qualificação técnica e gerencial para gestoras jovens para ampliar a incidência do tema nas políticas públicas de promoção de igualdade de gênero**

Análise Situacional da Meta

O governo tem atuado para garantir maior transversalidade do tema da juventude nas políticas públicas setoriais, bem como para ampliar o diálogo com outros temas de caráter transversal. Neste sentido, uma das metas é ampliar a perspectiva de gênero em suas políticas e também levar a perspectiva de juventude para as políticas de mulheres. Em 2011 foi constituída uma parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, ONU Mulheres, Secretaria de Políticas para Mulheres-SPM e Ministério da Educação-MEC, e assim instituiu-se um grupo de trabalho com jovens mulheres líderes de diferentes organizações da sociedade civil com intuito de discutir os principais temas concernentes a vida das jovens mulheres no Brasil e traçar diretrizes para a elaboração de políticas públicas adequadas a este segmento. Como desdobramento do trabalho deste GT, em 2013 foi realizado o I Seminário Nacional de Políticas Públicas para Jovens Mulheres. O evento contou com a participação de aproximadamente 120 jovens mulheres, sendo 60 gestoras de organismos municipais e/ou estaduais de mulheres e/ou juventude, e 60 mulheres da Sociedade Civil. Foram debatidas temáticas relacionadas à Política de Juventude e ao Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM). Nele refletiu-se o acúmulo de discussões, diagnósticos e proposições do grupo de trabalho e abriram-se novas frentes de diálogo, sejam elas entre órgãos do governo, entre governo e sociedade, e entre organizações da sociedade civil. O seminário também resultou no fortalecimento de redes de articulação e na promoção de maior integração das lideranças especialmente das questões comuns em torno das políticas públicas para jovens mulheres.

As reflexões produzidas neste seminário estão em fase de sistematização para compor uma publicação, contendo também artigos de convidadas, com apoio pela ONU Mulheres.

Como resultado imediato, foi feita uma alteração no texto do PNPM no seu capítulo 10, que versa sobre juventude. O Seminário também propiciou uma intensificação do diálogo entre SNJ e SPM, o que tem proporcionado a busca por uma visão transversal e articulada de juventude e gênero nas diversas políticas públicas debatidas pelas Secretarias.

Por fim, em 2014, fruto do acúmulo do Seminário, foi iniciada uma parceria com a ONU Mulheres e PNUD para um programa de tutoria para mulheres jovens lideranças, sob a denominação de “Mais Direitos para Mulheres Jovens no Brasil”, no qual 15 mulheres jovens, de 18 a 29 anos, com experiência em liderança comunitária e ativismo pelos direitos das mulheres, foram selecionadas, através de edital público, para integrar o Programa de Fortalecimento em Questões de Gênero e Juventude. Os objetivos do programa são, entre outros, fortalecer a liderança dessas jovens para facilitar a expansão de suas redes e alianças, aumentar sua capacidade de participação política, desenvolver conhecimentos e habilidades para a análise de políticas públicas com recorte de gênero, raça e juventude, além de elaborar um planejamento de comunicação.

As jovens selecionadas contaram com o apoio de mentoras, mulheres com experiência e notório saber em áreas que dialogam com os objetivos do Programa. Boa parte das atividades acontece na plataforma do Participatório da Juventude (http://participatorio.juventude.gov.br/), em um espaço de educação à distância (EAD) para trocas e interlocução entre o grupo, além de três encontros presenciais.

O processo formativo e a troca de experiências entre as jovens lideranças e as mulheres em posição de poder se apresenta como importante instrumento de prosseguimento das ações voltadas para Jovens Mulheres.

- **Veicular produção sobre a juventude nas redes públicas de comunicação**

Análise Situacional da Meta

As ações, eventos e programas da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ são amplamente divulgados na Empresa Brasileira de Comunicação – EBC e replicados para estados e municípios visando ampliar a rede de comunicação pública sobre políticas para a juventude no Brasil.

Em 2013 o diálogo com as empresas públicas de comunicação tem se mantido. Especificamente iniciou- se um diálogo com a NBR que poderá culminar numa parceria, em razão da criação de um programa de TV semanal. Em 2014 não houve avanços no diálogo com a NBR.

As restrições eleitorais inibiram a veiculação de produções patrocinadas pelo governo no 2º semestre de 2014.

OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Os homicídios são a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil, a maioria negros. Segundo dados do Sistema de Informações sobre a Mortalidade - SIM/DATASUS do Ministério da Saúde, em 2012, dos 30.072 jovens assassinados, 71,53% eram negros e 93,3% do sexo masculino.

Em resposta a esse desafio, o Governo Federal lançou, em setembro de 2012, após várias consultas à sociedade civil, a primeira fase do Plano Juventude Viva-PJV, com ações inicialmente no estado de Alagoas, mas atualmente estendidas para Paraíba, DF e região metropolitana, Bahia, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, e 100 dos 142 municípios considerados prioritários devido aos altos índices de vulnerabilidade dos jovens negros em seu território, entre eles o município de São Paulo.

O PJV é executado de forma articulada com diferentes ministérios, governos estaduais e municipais, sendo coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República- SNJ/SG/PR e pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR. Atualmente o Plano reúne 44 programas e ações pactuados pelos 11 Ministérios envolvidos, sendo eles: Cultura, Educação, Esporte, Justiça, Saúde, Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para as Mulheres.

As ações do Plano têm como objetivo de reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídios; e do aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

O governo federal já investiu pelo menos R$ 1,3 bilhão nos programas pactuados pelos ministérios aos 142 municípios prioritários. O acesso a estes recursos depende dos parceiros locais (estados e municípios prioritariamente, mas também com oportunidades para a sociedade civil), que enviam projetos por meio de editais ou fazem adesão aos programas e ações que compõem o Plano.

ARTICULAÇÃO NACIONAL JUVENTUDE VIVA

O Plano desenvolveu o Projeto Articulação Nacional Juventude Viva (ANJV), em parceria com a Fiocruz, entre dezembro de 2012 e novembro de 2014, com vistas a iniciar a capilarização e territorialização do PJV, articulando ações com governos estaduais, municipais e sociedade civil, contribuindo para a formação de redes para divulgação e fortalecimento da implementação. Durante a sua primeira fase de realização, a ANJV contou com 17 articuladores, que acompanharam 53 municípios. Os articuladores voltaram sua atuação aos poderes públicos e à sociedade civil local para apoiar o desenvolvimento do Plano nos territórios. O desafio é ampliar a atuação dos ANJV para todos os 142 municípios prioritários.

AÇÕES ESTRATÉGICAS: LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

No âmbito parlamentar destaca-se a continuidade da mobilização pela aprovação do PL 4471/2012, que prevê a

obrigatoriedade de investigação para homicídios causados por agentes de segurança do Estado em casos de autos de resistência. Entre 2013 e 2014 foram realizadas 10 ações de mobilização social incluindo audiências com o presidente e outras lideranças na Câmara dos Deputados. Mais de 40 mil pessoas, representando centenas de entidades, já foram envolvidas nos processos de mobilização. A incidência dos membros da Rede Juventude Viva contribuiu para que a Comissão Nacional da Verdade (CNV) recomendasse em seu relatório final o fim dos autos de resistência.

Com o Sistema de Justiça, a Secretaria-Geral assinou junto com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (CONDEGE), Ministério da Justiça e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Protocolo para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência. O objetivo é implementar ações para promoção do acesso à justiça para jovens negros em situação de violência ou vulnerabilidade. Um exemplo de ação já realizada é a audiência pública no Conselho Nacional do Ministério Público sobre o tema do Protocolo, em setembro de 2014, envolvendo sociedade civil, parlamentares, gestores públicos e atores do sistema do judiciário e que já resultou em publicação específica para orientar promotores a respeito do problema.

AÇÃO COM O SISTEMA DAS NAÇÕES UNIDAS

Em parceria com o GT Interagencial de Juventude das Nações Unidas no Brasil, o PJV apóia o desenvolvimento de campanha pelo fim do racismo e da violência contra a juventude negra durante toda a próxima década dos Afrodescendentes (2015 a 2024).

AVANÇOS E DESAFIOS

Primeira resposta articulada do Governo Federal a uma demanda social histórica e cada vez mais urgente, o PJV constitui-se em ação inédita de diálogo e articulação político-institucional, que reúne governos federal, estaduais, municipais e a sociedade civil, no enfrentamento da violência letal, em especial àquela exercida sobre os jovens negros. Volta-se, para isso, à promoção de sua inclusão social em territórios atingidos pelos mais altos índices de vulnerabilidade. O Plano se propõe a diagnosticar e reconhecer o problema da mortalidade dos jovens negros como resultado de processos históricos marcados pelo racismo e pela criminalização da juventude negra, pobre e de periferia, e exerce papel preponderante para o fortalecimento da democracia ao atrelar sua execução à participação social, ao combate ao racismo institucional e à promoção de políticas públicas nos territórios mais vulneráveis à violência letal.

Uma análise sobre a primeira fase de implementação do Plano Juventude Viva ressaltou o papel que o mesmo teve para o fortalecimento, em diferentes instâncias, em especial nos municípios e estados, dos jovens negros como sujeitos de direitos e da institucionalização e fortalecimento das políticas de juventude e de igualdade racial. Importante resultado também foi o fortalecimento da participação social como método de governo, a partir de consultas com representantes de todas as regiões do país e da territorialização de políticas públicas vinculadas ao Juventude Viva nos bairros mais vulneráveis e de consulta à sociedade civil local por meio dos Núcleos de Articulação Territorial-NATs. Pode-se também perceber o início da sensibilização da opinião pública sobre o tema e a redução da invisibilidade dessas mortes.

Para os próximos anos, um dos principais desafios do Juventude Viva é avançar do atual objetivo de prevenção da violência e redução de vulnerabilidade, para aliar-se com ações efetivas de acesso à justiça e aprimoramento de instituições de segurança pública que possam realmente impactar na redução do número de homicídios de jovens negros no país.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a consolidação de redes de jovens para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência**

  Análise Situacional da Meta

  A Rede Juventude Viva é uma ação do Plano Juventude Viva iniciada em 2012, que consiste na formação de uma rede para informação e mobilização de atores de diferentes segmentos da sociedade em torno do Plano Juventude Viva e da defesa da vida da juventude, em especial da juventude negra. A Rede reúne organizações e pessoas interessadas no Plano Juventude Viva e que passam a atuar também em torno dele, por já realizarem ações de prevenção à violência contra a juventude negra.

Para organizar a rede criou-se uma página na internet (http://www.juventude.gov.br/juventudeviva/convite-de-adesao-ao-plano) na qual os interessados em participar da rede se cadastram. Até 2014, mais de 3 mil pessoas ligadas a 1158 instituições se cadastraram na Rede, entre grupos de hip hop, ativistas de ONGs, associações comunitárias, movimentos sociais e sindicatos. Eles atuam em 543 municípios e estão presentes em todas as 27 unidades da federação.

A Rede conta com um informativo para divulgação de editais, prêmios, serviços, notícias em geral sobre o Plano Juventude Viva e seus parceiros, bem como sobre as ações das organizações cadastradas. Foram lançados 20 informativos desde 2013. O objetivo é fortalecer as organizações que trabalham com a pauta da prevenção à violência, informando-as sobre os acontecimentos relevantes para a temática do Plano Juventude Viva e sobre oportunidades de captação de recursos para execução de projetos, que podem ou não ser recursos de ações do governo federal.

Em 2014 foi realizado o mapeamento do perfil da Rede e iniciou-se novas ações de interação e animação da Rede Juventude Viva em interface com o Participatório, onde são mediados os debates e as comunidades de troca de experiências virtuais. Uma das comunidades conta com os participantes da Rede e outra é formada por gestores estaduais e municipais do Plano.

- **Implantar mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violência contra a juventude negra**

Análise Situacional da Meta

Desde o segundo semestre de 2012 foram realizadas quatro oficinas entre a Coordenação Nacional do Plano Juventude Viva (Plano de Prevenção à Violência Contra a Juventude Negra) e as equipes das ouvidorias da Secretaria de Direitos Humanos-SDH e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para discussão da implementação deste mecanismo de denúncia.

A SEPPIR possui o número de utilidade pública 138, disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), que deverá ser operacionalizado para a implementação do Disque Igualdade Racial. O serviço prevê a gestão de quatro módulos temáticos assim definidos: Juventude Negra, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Comunidades Quilombolas e Povos de Cultura Cigana e População Negra. A conclusão do processo de contratação da empresa responsável pela operacionalização do Disque Igualdade Racial e início da construção dos módulos de atendimento está previsto para o segundo semestre de 2014.

Enquanto o 138 não é disponibilizado ao público, as denúncias são recebidas através do Disque 100, de responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos-SDH.

- **Promover a adesão de oito (08) estados brasileiros ao Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra**

Análise Situacional da Meta

Em setembro de 2012 foi iniciada a primeira fase de implementação do Plano, no Estado de Alagoas, que possui a maior taxa de mortalidade de jovens negros do país.

Em 2013 foi definida a estratégia de expansão gradual do Plano Juventude Viva, que deverá chegar até 2014 aos municípios com mais altos índices de homicídios contra jovens da Paraíba, do Distrito Federal e entorno, de São Paulo, da Bahia, do Espírito Santo e do Rio Grande do Sul.

No primeiro semestre de 2013 foi realizada a articulação com os governos municipais e estaduais, e pactuação de ações com os ministérios, para os lançamentos previstos.

No segundo semestre de 2013, houve a adesão ao Plano, na modalidade pactuada, pelo estado da Paraíba e seus seis municípios prioritários, pelo Distrito Federal e 6 municípios prioritários da região integrada de desenvolvimento econômico (RIDE), pelo município de São Paulo e pelo estado da Bahia e seus 20 municípios prioritários.

Em maio de 2014 o Plano Foi lançado no estado do Espírito Santo e nos seus 7 municípios prioritários.

Na modalidade de adesão pactuada o Juventude Viva está presente em 47 municípios de sete (07) estados brasileiros (AL, PB, DF, GO (entorno DF), BA, SP e ES).

Além da pactuação promovida pelo Governo, foi criada a modalidade de adesão voluntária na qual o município ou

estado interessado faz a adesão e inicia as ações que estão ao alcance do município, estado e Governo Federal, uma vez que as ações do Governo Federal que acompanham o Plano Juventude Viva estão disponíveis aos municípios e estados interessados. O estado do Rio de Janeiro fez adesão na modalidade voluntária em 2013. No segundo semestre de 2014 dois outros estados fizeram adesão voluntária ao Plano: Rio Grande do Sul e Sergipe.

Os municípios aderem voluntariamente, articulam as ações em nível local criando um Plano Municipal de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra, e concorrem nos editais das ações e programas. Para os municípios que estão na lista dos 142 prioritários, quase sempre existe alguma prioridade de pontuação nos editais de ações e programas pactuados pelos ministérios para o Plano Juventude Viva.

Como resultado até o final de 2014, houve 215 pedidos de adesões voluntárias, a exemplo de Aracaju-SE, Manaus-AM, Guarulhos-SP, Uberlândia-MG, Teresina-PI e Volta Redonda-RJ.

Um total de 100 municípios prioritários (70,4% dos 142) fizeram adesão ao Plano Juventude Viva, sendo 47 pactuados e 53 voluntários. Estas cidades abarcam cerca de 35% da população brasileira e quase metade dos homicídios no país.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra, em todas as unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Em novembro de 2012 foi lançada a Campanha Juventude Viva, com veiculação em jornais, em redes de rádio e televisão em Alagoas, e também disseminada nacionalmente na internet, com divulgação no YouTube, facebook e twitter.

Esta primeira etapa da campanha, que também contou com cartazes e folders, foi veiculada até maio de 2013, período em que foi iniciado o processo de construção da concepção da segunda fase da Campanha.

Com o lançamento do Plano em outros estados, a segunda fase da Campanha iniciou sua veiculação no segundo semestre de 2013 nos estados da Bahia, Distrito Federal e entorno, Alagoas, São Paulo e Paraíba.

A campanha foi veiculada entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014 - com ações específicas de inserção em rádios, portais de notícias na internet, redes sociais, computadores positivo, TVs em ônibus e metrôs e em painéis de mobiliário urbano. Além disso, o novo filme para televisão foi disponibilizado na Internet e para veiculação com inserção gratuita nos canais de televisão desde o dia 20 de novembro de 2013 para todo o Brasil.

Em 2014 a campanha foi veiculada também no estado do Espírito Santo e nos sete municípios prioritários do estado que aderiram ao Plano Juventude Viva, tendo sido veiculada neste ano em todos os estados prioritários.

Além da campanha realizada pelo governo federal, articulou-se a presença do tema no grupo interagencial das agências de cooperação internacional, o que abre caminhos para grandes mobilizações do sistema ONU em prol do enfrentamento à violência contra a juventude negra.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0967 - Ampliar o acesso às oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda da população jovem

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

O Instituto da Aprendizagem Profissional (Lei Federal n° 10.097/2000) constitui o eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho formal de maneira qualificada e protegida.

Instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, essa política proporciona aos maiores 14 (quatorze) e menores de 24 (vinte e quatro) anos, e às pessoas com deficiência sem limite de idade, a conexão entre a formação profissional e a formalização de Contrato de Trabalho de natureza especial: ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos. Verifica-se que, desde a publicação do Decreto n° 5.598/05, que regulamenta a contratação de aprendizes, até 2014, foram admitidos 1.910.635 aprendizes nessa modalidade de contratação.

Atingir o potencial de contratação em sua totalidade está relacionado à expansão da oferta de vagas em todo território nacional, assim como integrar a Aprendizagem Profissional com outras políticas de governo. Uma dessas iniciativas foi concretizada com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e Ministério da Educação - MEC em novembro de 2013. A partir deste acordo foi criada a modalidade PRONATEC APRENDIZ, que permitiu até o momento a pactuação de 5.000 vagas e perspectiva de 15000 vagas até o final de 2014. Essa medida tem o objetivo de incentivar a contratação de aprendizes pelos pequenos e micro empresários e empregadores não contribuintes dos Serviços Nacionais de Aprendizagem Profissional.

Em relação ao Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP, que foi instituído pela Portaria n° 983/08, foi aprovado, em 2013, o Plano Nacional da Aprendizagem Profissional com metas estabelecidas até o ano de 2015. O referido documento é composto por 09 ações: aprendizagem na administração pública; articulação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e da aprendizagem profissional com a educação profissional e tecnológica; plano de comunicação; financiamento; democratização do acesso, expansão e interiorização da aprendizagem; Fóruns Nacional e Estaduais; alinhamento interinstitucional e articulação das ações aprendizagem com a Agenda Nacional do Trabalho Decente. O documento completo está disponível na internet no link: http://portal.mte.gov.br/politicas_juventude/forum-nacional.htm

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de cursos de qualificação social e profissional de jovens de 18 a 29 anos em situação de baixa renda, privilegiando as áreas da SUDAM, SUDENE, SUDECO e integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Regional**

Análise Situacional da Meta

O Programa Projovem Trabalhador em 2013 passou por várias reformulações com o intuito de torná-lo mais transparente, em atenção às recomendações dos órgãos de controle. Desse modo, intensificaram-se as ações de análise de prestações de contas pendentes, visando à diminuição do passivo. Sendo assim, foram assinadas somente três novas parcerias em 2013, beneficiando 1.700 jovens. Das três parcerias firmadas em 2013 uma foi na área de influência da SUDENE, no município de Patos/PB. As demais foram na região Sul.

Em 2011 as parcerias firmadas beneficiaram 203.380 jovens, sendo que grande parte desta execução ocorreu nos exercícios de 2012 e 2013. Já as parceiras firmadas em 2012, totalizando 4.639 jovens, foram executadas em 2013. Em 2012, das 8 parcerias firmadas, 7 foram na área de influência da SUDAM e SUDENE. Com isso, em 2012 e 2013, foram firmadas parcerias que beneficiaram 6.339 jovens. Em 2014 o PROJOVEM TRABALHADOR encontra-se em aprovação de suas propostas de melhorias, atendendo aos órgãos de controle bem como tornando-o, cada vez mais, seu processo de execução transparente e eficiente. Não foram pactuados novos termos de adesões de parcerias, estando assim com o status de 0 zero jovem qualificado até a presente data em 11/08/2014.

Quantidade alcançada

6.339

Data de Referência

31/12/2014

- **Atingir 1.220.628 adolescentes e jovens, com idade entre 14 e 24 anos, e pessoas com deficiência a qualquer**

tempo, admitidos em contratos de aprendizagem

Análise Situacional da Meta

As ações integradas do MTE permitiram a contratação de 402.683 aprendizes em 2014, representando um aumento significativo em relação aos contratos celebrados em 2013, que atingiram 348.183 contratos.

O acumulado de Janeiro 2012 a Dezembro de 2014 totaliza 1.061.115 contratações na modalidade de Aprendizagem Profissional, representando 86,93% da meta de 1.220.628.

No ano de 2014 houve a contratação de 210.864 aprendizes do sexo masculino e 191.819 do sexo feminino. A faixa etária predominante de atendimento foi a de 14 a 17 anos com 275.152 contratações, seguidos pela faixa etária de 18 a 24 anos com 126.020. O setor do Comércio foi o que mais contratou aprendizes com 102.219 admissões, seguidos pela Indústria com 94.719. Juntos representam 48,91% das contratações.

Quantidade alcançada

1.061.115

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	99.153	unidade	96.574	31/12/2014
Região Nordeste	220.645	unidade	163.711	31/12/2014
Região Norte	67.525	unidade	54.609	31/12/2014
Região Sudeste	623.264	unidade	538.349	31/12/2014
Região Sul	210.041	unidade	207.872	31/12/2014

- **Implementar as ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (PNAP)**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional da Aprendizagem Profissional (PNAP) é o documento que aponta o direcionamento a ser seguido pelos atores envolvidos com a política.

1 - Aprendizagem na Administração Pública (AP)

Resultados Esperados: Aprendizagem Regulamentada e implementada em todos os órgãos da Administração Pública. Providências já realizadas: Elaboração de proposta para encaminhamento ao legislativo. Realização de reunião do Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional - FNAP com a participação dos Fóruns Estaduais que já possuem o programa instalado no âmbito da Administração Pública. Início de Mobilização em Junho de 2014 para implantação do Programa no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego.

2 - Articulação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e da Aprendizagem Profissional a Educação Profissional e Tecnológica

Resultados Esperados: catálogos de educação profissional formulado com referência na CBO; Aprendizagem Profissional integrada à Educação profissional e Tecnológica. Arcos Ocupacionais do Setor Bancário adotados e implementados pelas principais instituições públicas e privadas. Resultados Alcançados: Integração do Catálogo de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC com a Classificação Brasileira de Ocupações e Catálogo Nacional da Aprendizagem Profissional.

3- Plano de Comunicação

Resultados Esperados: classe empresarial, sociedade e governos locais sensibilizados para a importância do aspecto

socioeconômico da Aprendizagem; Providências: Impressão de 50.000 cartilhas da Aprendizagem Profissional. Distribuição de 20.000 até Junho de 2014.

4 - Financiamento
Resultados Esperados: estimular o incremento do financiamento privado por meio de benefícios fiscais ou de contrapartida ao cumprimento de cotas; captar fontes de recursos para investimento em novos cursos e programas de aprendizagem; garantir orçamento destinado à formação profissional de adolescentes e jovens.
Providências: articulação com o Ministério da Educação via Pronatec (Portaria do n°168/2012, do MEC) para financiamento da formação teórica de até 480 horas para setores da economia não contribuintes do Sistema S. Modalidade Pronatec Aprendiz implementada com pactuação para o segundo semestre de 2014 de 5600 vagas com possibilidade de atingir 15000 vagas até Dezembro de 2014.

5 - Democratização do acesso, expansão e interiorização da Aprendizagem

Resultados esperados: Aprendizagem ofertada com qualidade no interior do país para democratização do acesso; Implementação de programas de aprendizagem à distância.

6 - Fórum Nacional e Fóruns estaduais de Aprendizagem Profissional

Resultados esperados: fóruns instalados e em funcionamento em todos os Estados Brasileiros. Providências: instalação de Fórum de Aprendizagem Profissional nos estados do Espírito Santo, Paraíba, Mato Grosso, Piauí, Amapá, Maranhão e Amazonas.

7 - Articulação e Monitoramento das ações de Aprendizagem com a Agenda nacional de Trabalho Decente - ANTD

Ações: participação de representantes do FNAP no Subcomitê de Juventude; sistematizar a experiência brasileira de política de aprendizagem profissional para fins de divulgação via Cooperação Internacional em coordenação com a ANTD. Elaboração de plano de trabalho, indicadores e meios de verificação de monitoramento das ações de aprendizagem com a ANTD; discutir e validar com os colegiados correlatos ao FNAP o plano de trabalho do monitoramento.

8 - Monitoramento e Avaliação das Metas do PNAP

Resultados Esperados: sistema integrado de informações; proposta de vinculação da aprendizagem como critério para conquistas de certificados de qualidade e/ou licitações.

Iniciativa 043T:

O programa cumpre seu objetivo de contribuir para a formação do adolescente, abrindo caminho a sua futura inserção no mercado de trabalho, estimulando o jovem a exercitar a sua cidadania e a participar ativamente da vida social, política e cultural do país promovendo, assim, a melhoria da qualidade de vida dos adolescentes carentes mediante o exercício de uma atividade de aprendizagem produtiva e remunerada.
Número de aprendizes vinculados ao programa (posição junho/2014): 4.203 aprendizes.
Desempenho Financeiro alcançado:

Recursos Financeiros

Meta Planejada 2014 - R$ 135.932.000
Meta Reprogramada 2014 - R$ 118.504.872
Executado 2014 - R$ 38.111.185
% Execução 32,16%

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria Gestão de Pessoas

Justificativas de discrepâncias entre planejado e executado:
1. Observada elevação no número total de aprendizes no período, considerando a retomada das contratações após suspensão temporária ocorrida no 2º semestre de 2013, para adequação à legislação, porém, não o suficiente para se alcançar 50% da meta planejada para o ano de 2014.

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Ao longo da última década, com a colaboração de inúmeros atores e com o decisivo protagonismo do Governo Federal, o Brasil vem avançando na construção da política nacional de juventude por meio não só da ampliação da rede de atendimento das políticas universais, mas também da execução de uma série de programas de inclusão e de ações afirmativas. No entanto, ainda é preciso ampliar o acesso dos jovens a essas políticas, ainda não distribuídas igualmente a todos os territórios e ainda não acionadas por todos os segmentos.

A demanda por espaços especialmente destinados aos jovens tem sido uma constante, sempre presente nas conferências, fóruns e assembleias nos quais a juventude se manifesta. Muitas experiências locais já foram desenvolvidas nesse sentido, com variados escopos: espaços de referência, serviços desenhados para atender as demandas juvenis, canais de interlocução entre os jovens e o poder público, local de lazer, cultura e convivência, criação e expressão dos diferentes grupos juvenis etc. Contudo, em muitos lugares em que foram desenvolvidas, tais ações carecem de consolidação e continuidade.

O Programa Estação Juventude foi desenvolvido pelo Governo Federal, através da Secretaria Nacional da Juventude, levando em consideração essas experiências e demandas, e tem como objetivo central a constituição de espaços de juventude nos territórios, que façam chegar aos jovens o avanço das políticas e programas de juventude, e ensejem a execução de novas ações para o cumprimento dos seus direitos assim como a ampliação de sua participação. Simultaneamente, objetiva disponibilizar para os gestores locais tecnologia social de desenvolvimento políticas para os jovens.

O programa Estação Juventude é constituído por uma série de ações desenvolvidas em um equipamento público, com instrumentos e equipe capacitada para disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas e serviços que garantam seus direitos e contribuam para o desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social. Instaura, em cada localidade, desse modo, um espaço de encontro, conexão, participação e construção de redes sociais.

Cada unidade de Estação Juventude deve desenvolver uma série de atividades para se estruturar como espaço de atendimento, conexão e participação dos jovens e que respondam simultaneamente às diretrizes nacionais do programa e às características e possibilidades locais. Por isso, todas as unidades devem realizar um mapeamento do território com a identificação das demandas dos jovens e das potencialidades existentes neles para que os jovens garantam seus direitos;

devem estruturar uma central de informações com dados sobre as ações públicas que se desenvolvem na localidade e posam ser acessadas pelos jovens; devem desenvolver uma ação local que responda especificamente a uma demanda dos jovens do território ainda não atendida; devem desenvolver oficinas de percursos com a perspectiva de apoiar os jovens na construção ou reconstrução de um plano para suas trajetórias de inclusão e autonomia; devem estruturar uma rede de apoio para a emancipação dos jovens, envolvendo gestores e atores sociais significativos do território; e devem desenvolver tais atividades através de mobilização e participação dos jovens, o que envolve a constituição de um comitê gestor do Estação Juventude.

Parcerias para a execução do Programa

O programa se desenvolve por meio de cooperação entre Governo Federal e entes federados, sob a forma de convênios de duração de 02 anos. Pode ser desenvolvido em duas modalidades: A) unidade complementar: com o objetivo de potencializar espaços já estruturados e otimizar recursos, funciona em equipamentos mantidos por outros programas municipais, através de convênios com municípios. B) unidade itinerante (rural ou urbana): com o objetivo de levar o Programa até os jovens que residem em áreas com pouca presença de equipamentos públicos, sobretudo jovens do meio rural, mas também das periferias urbanas, funciona em veículos adaptados para desenvolver ações em um território determinado, através de paradas periódicas seguindo um roteiro pré-determinado; convênios com Estados ou, no caso das urbanas, com municípios com mais de 100 mil habitantes.

Os recursos financeiros repassados pelo governo federal são principalmente para contratação de recursos humanos (dois profissionais de formação universitária), que recebem capacitação pela SNJ, visando a constituição de “agentes de juventude” que possam atuar no território. Também há recursos para aquisição de bens de consumo; e equipamento permanente (incluindo veículo automotivo na modalidade itinerante). ASNJ dispõe também de instrumentos e material metodológico para o desenvolvimento das atividades.

Para detalhar a proposta do programa, a SNJ contou com uma série de colaborações na forma de consultas e debates com especialistas, gestores e representantes dos conselhos de juventude, técnicos de diversas áreas do governo federal. Duas cooperações mais estruturadas foram estabelecidas com universidades federais: uma, com a UFBA, para desenvolvimento da metodologia e das capacitações dos gestores locais, e outra, com a UFRN, para a avaliação do programa.

Execução nos territórios

Em 2012 foi lançado o primeiro edital para a seleção de propostas de estados e municípios para a implantação de 30 unidades, em caráter experimental, privilegiando a sinergia com o Plano Juventude Viva. Em outubro de 2013 foi lançado o segundo edital, para proceder à seleção de propostas de projetos para 2013 e 2014, classificadas conforme pontuação e atendidas até o limite orçamentário disponível. Do edital de 2012, foram assinados 22 convênios; do edital de 2013, 38. Mais 12 convênios foram assinados através de emendas parlamentares, sendo 04 em 2013 e 08 em 2014.

Do total de 72 convênios assinados, 51 são para executar unidades na modalidade complementar, e 21 na modalidade itinerante, sendo, destas, 10 urbanas e 11 rurais.

As dificuldades de execução dos convênios, principalmente as relativas à contratação de recursos humanos e aquisição de veículos, especialmente para as itinerantes, atrasou significativamente o início da execução dos convênios, obrigando a uma readequação dos cronogramas e do desenvolvimento das atividades com os jovens. No final de 2014 contamos com 13 unidades em funcionamento, atendendo jovens, todas na modalidade complementar, sendo 11 delas do edital de 2012 e 02 do edital de 2013. Os demais encontram-se em processo de implantação, finalizando a contratação das equipes e ou sua capacitação,

Tecnologia social

O detalhamento dos objetivos específicos e da metodologia para o desenvolvimento das linhas de ação, elaborado a partir da cooperação com a UFBA, resultou em duas publicações, condensando em produtos concretos as diretrizes e modo de operação do programa:

1 – Conceitos Fundamentais: pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas” (um caderno com 10 textos contendo subsídios conceituais que fundamentam as diretrizes do programa). Publicada em formato impresso e digital e

distribuída em 2014.

2 – Estação Juventude: Guia do Gestor (contendo textos na forma de manual de operações sobre cada uma das sete linhas de ação para a implantação do programa no território). Distribuída aos gestores em formato digital em 2014.

Foram realizados 2 eventos nacionais de capacitação dos gestores locais dos convênios (uma, em março de 2013, para os convênios firmados em 2012; outra em abril de 2014, para os convênios firmados em 2013) e dois eventos nacionais de capacitação das equipes locais contratadas (um em fevereiro de 2014, para os convênios de 2012; outra em dezembro de 2014, para os convênios de 2013). Participaram dos eventos de capacitação os professores e consultores organizados através da cooperação com a UFBA. No total, foram 72 gestores locais, e mais 23 equipes (105 técnicos) capacitados nos 4 eventos.

Além disso, foram realizadas visitas técnicas e de monitoramento a todos os convenentes da primeira edição, de 2012, durante o ano de 2014.

Apesar das dificuldades encontradas na execução dos convênios, o início do funcionamento das unidades nos territórios tem demonstrado a potencialidade do programa, gerando a adesão e comprometimento por parte dos técnicos contratados e grande afluxo dos jovens às atividades desenvolvidas.

Metas 2012-2015

- **Implantar 150 unidades do programa Estação Juventude**

  Análise Situacional da Meta

  Considerando a capacidade orçamentária da Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, a meta estabelecida para o PPA 2012- 2015 foi a de implantação de 150 unidades no país.

  Em 2012, após o detalhamento do desenho do programa, realizado com cooperação e consulta a diferentes atores ligados ao campo das políticas de juventude, a Secretaria Nacional de Juventude lançou edital para seleção de propostas de unidades de Estação Juventude para estados e municípios nas modalidades complementar e itinerante (campo ou urbana). O edital foi dirigido aos então 132 municípios prioritários para o Plano Juventude Viva, programa prioritário da Secretaria Nacional de Juventude, nas modalidades complementar e itinerante urbana; na modalidade itinerante rural, foi aberto para estados das regiões sul, sudeste e nordeste, focando a juventude rural com maior dificuldade de acesso a políticas e programas.

  Considerando o caráter inovador e experimental do programa, foi prevista a seleção de 30 projetos. Contudo, em função da ainda significativa fragilidade, do ponto de vista da capacidade institucional e operacional, das estruturas voltadas à execução de políticas públicas de juventude entre os entes federados, a Secretaria Nacional de Juventude encontrou dificuldade de habilitar os projetos enviados, vindo a celebrar, efetivamente, 22 convênios: 14 na modalidade complementar, desenvolvidas em parceria com municípios, e 08 na modalidade Itinerante, em parceria com Estados, conforme segue: a) 03 unidades de Itinerante Urbana: MG, BA, AL; b) 05 unidades de Itinerante Rural: MG, AL, BA, RS, ES; c) 14 Unidades Complementares: Vitória da Conquista, Marechal Deodoro, Patos, Paulo Afonso, Imperatriz, Porto Alegre, Foz do Iguaçu, Dourados, Belo Horizonte, Vitória, Jaboatão, Maracanaú, Anápolis, Sete Lagoas.

  Na primeira etapa de implantação das unidades do programa, ao longo do primeiro semestre de 2013, foi observado um conjunto de dificuldades na execução efetiva do projeto por parte dos entes federados conveniados na primeira seleção (2012); as dificuldades referem-se principalmente à contratação das equipes, e à aquisição e adaptação dos veículos (no caso das itinerantes); também foi constatada dificuldade de operação no SICONV. . Isto implicou na readequação dos cronogramas e planejamento de ações, assim com no tempo previsto de cada parceria.

  Implicou também necessidade de readequação do planejamento das ações de gestão do programa. Tornou-se evidente a necessidade de apoio e monitoramento contínuo aos gestores locais por parte da coordenação nacional do programa, o que implicou na redefinição do peso das ações da coordenação nacional: aumentamos o número de ações de alinhamento e monitoramento para acompanhar a implantação e implementação das unidades de Estação Juventude nos estados e municípios; investimos no desenvolvimento de materiais de apoio como guias e eventos de capacitação, com

o apoio da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Tivemos, contudo, que adiar o processo de capacitação das equipes locais, pois apenas em fevereiro de 2014 havia um número significativo de equipes contratadas para realizar o evento nacional. E só durante o ano de 2014, com exceção de dois casos, é que as unidades conveniadas em 2012 começaram a desenvolver as atividades de atendimento dos jovens; ainda assim, apenas as da modalidade complementar.

Atualmente temos 09 Estações Juventude do edital de 2012 em funcionamento, todas na modalidade complementar (Sete Lagoas-MG, Maracanaú - CE, Vitória da Conquista - BA, Paulo Afonso - BA, Dourados - MT, Belo Horizonte - MG, Anápolis GO, Porto Alegre – RS, Jaboatão dos Guararapes - PE). Há mais 04 em vias de inauguração (Patos-PB, Imperatriz–MA, Vitória-ES, Foz do Iguaçu–PR).

Em outubro de 2013 foi lançado novo edital para proceder à seleção de propostas de projetos para 2013 e 2014, classificadas conforme pontuação e atendidas até o limite orçamentário disponível. Esse edital foi aberto a todos os municípios e estados interessados. Foram inscritos cerca de 800 projetos, dos quais cerca de 500 foram considerados válidos e analisados pela comissão de seleção. Desses, 151 foram classificados. Com o orçamento de 2013 destinado ao programa, assinamos 38 convênios; mais 4 convênios foram assinados por via de emendas parlamentares, totalizando 42 parceria para a implantação de 32 unidades complementares, e 12 Itinerantes. Em 2014 foram assinados 8 convênios, todos oriundos de emendas parlamentares.

Acentuando o processo de monitoramento e acompanhamento administrativo dos convênios, esperamos uma maior celeridade na execução dos convênios resultantes do edital de 2013. Desse modo, no final de 2014, duas unidades já se encontrava em funcionamento, ambas complementares (Bataguassu-MS e Horizonte – CE) e há mais duas em vias de inauguração.

O total de convênios celebrados para instalação de Estações Juventude nas modalidades Complementares e Itinerantes somam 72, estando em funcionamento.

Quantidade alcançada

72

Data de Referência

31/12/2014

- **Integrar pontos da Estação Juventude a Equipamentos públicos nos territórios**

Análise Situacional da Meta

Um dos eixos constitutivos do programa Estação Juventude é a conformação de uma “central de informações” para a coleta, sistematização e disponibilização de informações detalhadas e atualizadas acerca de diferentes iniciativas governamentais de interesse dos jovens no território, a partir de base de dados oferecida pela SNJ e alimentada pelos gestores locais. Estas informações tem uma base de dados própria, mas serão compartilhadas pelos jovens e gestores por meio do Participatório, criando uma rede de informações entre os pontos estabelecidos pelas unidades do programa. Desse modo espera-se que sejam geradas também redes sociais de interesse dos jovens assim como dos gestores de políticas de juventude.

CENTRAL DE INFORMAÇÕES (CI) é o nome do espaço virtual onde essas informações serão disponibilizadas no contexto das Estações Juventude, tanto para os gestores quanto para os jovens. A CI é um sistema de base de dados on-line, seguro e confiável, disponível através da internet. Os gestores terão acesso mais amplo à CI, que inclui a possibilidade de alteração e registro de novos dados. Os jovens, por sua vez, disporão apenas de acesso de leitura aos dados principais, mas poderão registrar observações adicionais (críticas, sugestões e comentários), bem como compartilhar as informações através das redes sociais digitais às quais tenham acesso – algo que deve ser incentivado pelos gestores.

É, desse modo, um dos principais instrumentos do Programa Estação Juventude para os gestores locais estruturarem um serviço concreto de apoio aos jovens e estabelecerem conexões entre si e com os demais gestores de políticas para os jovens.

O processo de coleta de dados, necessariamente realizado junto a diversos setores governamentais, também cria as

condições e estimula o estabelecimento de relações e conexões entre o programa Estação Juventude e os mais diversos tipos de equipamentos públicos, tanto no plano nacional como em cada território de atuação do programa. O objetivo de criar uma "rede de apoio para a emancipação da juventude", constitutivo do programa, é justamente o de tornar essa conexão entre gestores de equipamentos, atores públicos e da sociedade civil, uma rede de apoio para os percursos de inclusão, autonomia e participação dos jovens.

A Central de Informações está praticamente concluída , devendo entrar em operação completa no início de 2015. O desenvolvimento da plataforma do Banco de Dados está concluída; o mapeamento das ações do governo federal está concluído (contando com 110 ações cadastradas); o mapeamento das ações locais está em operação nas unidades onde as equipes já foram contratadas (cerca de 20 unidades);. O que está sendo concluído é a interface com o usuário, para que os jovens possam fazer suas buscas com autonomia; esta funcionalidade está sendo realizada por uma consultoria, prevista para entrega em fevereiro de 2015.

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

A concretização deste objetivo ocorrerá por meio da formulação e implementação:

a) da Politica Nacional de Juventude Rural, que se encontra em discussão e construção no âmbito do Comitê Interministerial da Política de Juventude – COIJUV, para ser integrada ao Plano Nacional de Juventude.

Com a aprovação do Estatuto da Juventude, em agosto/2013, as propostas para a Política Nacional de Juventude serão estruturadas de forma integrada, garantindo unicidade das políticas e programas implementados no âmbito de todo Governo Federal, com o foco no desenvolvimento rural sustentável com qualidade de vida. Sendo assim, as diretrizes e formas de atuação do Estado, no que tange as políticas públicas para a juventude rural, serão tratadas no Plano Nacional de Juventude.

b) Do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, que aportará um conjunto de projetos e ações prioritárias e pragmáticas de intervenção na realidade socioeconômica de grupos de jovens em diversos territórios por meio da articulação de políticas públicas do Governo Federal que perpassam a realidade da juventude brasileira.

Paralelamente à construção da Política Nacional de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ, em parceria com outros Órgãos e Entidades Federais, lançou em Julho/2014 o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural com o objetivo de promover ações direcionadas à juventude rural com foco em geração de renda, fortalecendo as condições necessárias de permanência dos e das jovens rurais e da floresta, articulando:

a) formação cidadã, com base nos preceitos agroecológicos;

b) estímulo ao intercâmbio de experiências entre a juventude rural e o governo;

c) acesso a tecnologias sociais;

d) Integração e ampliação de políticas públicas que atendam a juventude rural;

e) ampliação do acesso a informações sobre os direitos da juventude rural. O Programa terá três eixos articulados:

Eixo I - Formação para a Geração de Renda Sustentável, para o qual dois projetos pilotos encontram-se em implementação;

Eixo II - Projetos de Geração de Renda Sustentável; e

Eixo III - Ampliação do Acesso a Programas, Políticas Públicas e Direitos.

Esse Programa é uma resposta da SNJ às demandas apresentada por inúmeros jovens de movimentos sociais do campo que apontam a necessidade de agregar e articular ações que possam fortalecer as perspectivas de permanência da juventude rural no campo e promover caminhos para a sucessão rural que garanta o diálogo e a troca intergeracional, mas também promova o espaço para a criatividade e protagonismo dos e das jovens.

O Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural lançado em julho/2014 com ações em execução é transversal e conta com o apoio dos seguintes parceiros: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério da Cultura - MinC, Ministério das Comunicações - MC, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

Metas 2012-2015

- **Apoiar e articular parcerias para ações de capacitação e inserção produtiva de 2.000 jovens moradores de áreas rurais, visando o desenvolvimento sustentável do campo**

  Análise Situacional da Meta

  Visa a capacitar jovens em técnicas produtivas sustentáveis e mercadológicas para ampliar seu acesso a mercados concorrenciais e institucionais (PAA e PNAE), gerando renda e criando condições para a permanência dos jovens no campo e na floresta, por meio das seguintes ações:

  1) Parcerias com a UNB e a UNILAB implementaram projetos piloto para capacitar jovens rurais em projetos de geração de renda que associam formação cidadã, preceitos agroecológicos e sustentáveis, estímulo ao intercâmbio de experiências e acesso a tecnologias sociais para fortalecer as condições de permanência dos jovens do campo e da floresta. Com a UNB foram capacitados 300 jovens no Centro-Oeste e com a UNILAB serão outros 300 no semiárido cearense. Estes projetos foram concluídos com sucesso.

  2) Parceria com o Ministério do Trabalho apoia dois projetos para fomento e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário e fortalecer empreendimentos econômicos solidários. Apoiam-se mais de 111 projetos produtivos alcançando cerca de 1.000 jovens em oito estados brasileiros: Paraná, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Em execução regular com vigência até dezembro/2015.

  3) Parceria SNJ e Ministério das Comunicações lançou Edital de Inclusão Digital para a Juventude Rural para projetos de extensão prevendo três eixos: Educação no Campo, Gestão e Comercialização da Produção na Agricultura Familiar e Comunicação Digital nas Áreas Rurais. Foram contempladas 3 experiências na Região Sul prevendo capacitar 1200 jovens (600 diretos e 600 indiretos). Projeto concluído com sucesso. Adicionalmente, prevê, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural – PAJUR, a implantação de 50 pontos de conexão GESAC em áreas de interesse do PAJUR. Projeto em execução.

  4) Projeto Estação Juventude Itinerante destinou 5 estações móveis para projetos em territórios da cidadania para ampliar acesso a direitos e a políticas públicas disponíveis pela juventude rural. Estados contemplados: AL, BA, MG, ES e RS. Projeto em andamento.

  5) o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural - PAJUR lançado em Julho/2014 estrutura ações em três eixos: i) formação para a geração de renda sustentável; ii) fomento a projetos produtivos; e iii) ampliação do acesso às políticas públicas. Traz as seguintes ações: a) Juventude em Movimento: financiamento não reembolsável pelo BNDES e PETROBRÁS para apoiar projetos de inclusão produtiva (edital em fase final de elaboração); ii) Residência Jovem: ampliação do PRONERA para estudantes do ensino médio, pós-médio e lato senso para atividades que contribuam com a transformação das condições de vida e de produção dos assentamentos na ótica agroecológica e da sustentabilidade ambiental, econômica, cultural e social (seleção de projetos concluídas com êxito e execução iniciada); c) Curso de Formação agroecológica e Cidadã: ampliação dos projetos pilotos (UNB e UNILAB) com novas parcerias para outras regiões do País (projetos concluídos com êxito); d) Pontões de Cultura para a Juventude Rural: formação de rede horizontal de articulação e disseminação de iniciativas culturais para ampliar a presença de jovens rurais em políticas públicas e direitos (Projeto cancelado em função de restrições impostas por legislação superveniente); e) Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER: visa a assegurar ATER, ATER Indígena, financiamento, apoio na comercialização e fomento para a juventude produzir alimentos numa perspectiva agroecológica; e f) Fomento a Grupos Informais para Ampliação da Participação da Juventude no PAA e

PNAE: revisão e priorização das linhas de fomento para incentivar a participação de jovens com faixa etária entre 15 a 29 anos no PAA e no PNAE.

As ações “1”, “2” e “3” objetivaram capacitar 2800 jovens, com 1800 jovens já capacitados e outros 1000 que concluirão a capacitação em dezembro/2015.

O Projeto Residência Jovem (item “ii” da ação 5) prevê a capacitação de 1700 jovens até maio/2017.

Quantidade alcançada

2.800

Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

O objetivo geral da meta é a inserção dos jovens no mercado de trabalho por meio do Projeto Amanhã, ação de responsabilidade social instituída pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf em 1993. Desde seu início, o projeto já capacitou mais de 26 mil jovens residentes nos municípios dos vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim, complementando as atividades educativas com cursos, palestras, dias de campo, práticas de empreendedorismo e associativismo.

Os indicadores utilizados no Projeto Amanhã são: 1. Percentual de jovens que concluem a capacitação; 2. Percentual de Jovens capacitados que participam em associações ou cooperativas até um ano após a conclusão da capacitação; 3. Nível de satisfação dos jovens com relação às capacitações.

As ações desenvolvidas em 2014 possibilitaram a capacitação de 527 jovens de áreas rurais, nos cursos ofertados de Photoshop, Informática Básica, Corel Draw, Apicultura e Tratorista, considerando o potencial produtivo das regiões de atuação da empresa e visando contribuir no fortalecimento e estruturação dos sistemas produtivos locais. Embora os recursos tenham sido contigenciados em mais de 50%, as metas foram atingidas devido às articulações de parcerias, notadamente com o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o Sesi (Serviço Social de Indústria), a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

A meta da Região Sudeste para todo PPA foi superada já no ano de 2013. Isso se deve porque Minas Gerais possui um Telecentro, no município de Nova Porteirinha e várias parcerias, como o Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o Sesi (Serviço Social de Indústria), onde são realizados vários cursos. Só em 2013, foram realizados cursos de Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica, Mecânica de Máquinas Industriais (Convênio SESI/SENAI/Jaíba e Recursos do Projeto Amanhã), Mecânica e Manutenção de Trator, Elétrica de Equipamentos Agrícolas, Mecânica e Manutenção de Sistemas Hidráulicos e também cursos de Artesanato com Materiais diversos (convênio SENAI/GO - Contrato nº 1.101.00/2012) e cursos Têxteis, Estilismo, Corte e Costura, Modelagem Básica (parceria com a Prefeitura de Brasilândia e Contrato nº 1.125.00/2012), Photoshop, Informática Básica, Corel Draw e Montagem e Manutenção de Computadores (parceria com a Prefeitura de Nova Porteirinha e contrato nº 1 .129.00/2012).

A meta da região Nordeste para o PPA 2012-2015 ainda não foi atingida em grande parte devido aos sucessivos contingenciamentos. Além disso, se comparada à região Sudeste, o Nordeste possui poucas parcerias, como a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) e as Escolas Famílias Agrícolas - EFAs. Entretanto, a expectativa é de que a meta seja atingida no ano de 2015, uma vez que se buscará o incremento do número de parceiros e espera-se que os recursos sejam descontigenciados ainda esse ano.

REGIONALIZAÇÃO DA META: Qualificação de 3.000 jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais.

	META ALCANÇADA				
			2012	2013	2014	2015
Região Nordeste	2.400	Unidade	672	707	209	-
Região Sudeste (MG)	600	Unidade	300	719	318	-
Total	3.000	Unidade	972	1.426	527	-

PERCENTUAL ALCANÇADO ACUMULATIVAMENTE POR REGIÃO:

Região Nordeste	66%
Região Sudeste	223%
TOTAL DA META	98%

Quantidade alcançada

2.925

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0996 - Elevar a escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos visando à conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional em nível de formação inicial, o desenvolvimento da participação cidadã e a ampliação de oportunidades de inclusão profissional e social.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, nas modalidades Projovem Urbano e o Projovem Campo - Saberes da Terra, que objetivam apoiar estados e municípios para a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não terminaram o ensino fundamental na época prevista, por meio da integração da formação básica, da qualificação profissional e ações de participação cidadã. É oferecido em forma de curso, organizado em 18 meses, que busca a formação integral do jovem, sua reinserção no processo de escolarização e de novas possibilidades de identificação de oportunidades no mundo do trabalho, contribuindo para a promoção de direitos e aquisição de novas trajetórias de educação e emancipação ao longo da vida.

O Programa é executado por estados e municípios mediante adesão com o MEC para atendimento aos jovens nas suas localidades. Aos entes federados que aderem ao Projovem Urbano são repassados recursos calculados com base na meta de atendimento e na frequência dos alunos matriculados para o desenvolvimento das ações necessárias à implementação local do programa, tais como: pagamento de pessoal; aquisição de gêneros alimentícios para os estudantes e crianças de 0 a 8 anos, filhos dos alunos; custeio da qualificação profissional; aquisição de material escolar para alunos e educadores, e aquisição de material para as Salas de Acolhimento.

Para garantia da adequada execução do Projeto Pedagógico do Programa, o MEC disponibiliza também os materiais didáticos específicos para estudantes, educadores, formadores e gestores. Para a edição de 2013, em andamento no ano de 2014, foram produzidos e distribuídos mais de 168 mil exemplares do material didático relativo à qualificação profissional do Programa.

Com o objetivo de ampliar ações educacionais voltadas aos jovens de 18 a 29 anos das unidades prisionais, que ainda não completaram o ensino fundamental, especialmente jovens mulheres, a partir da edição de 2013, o Projovem Urbano foi implementado também em unidades de cinco estados que fizeram adesão junto ao MEC e estão desenvolvendo as atividades do curso de 18 meses. Para a edição de 2014, seis estados fizeram adesão, contemplando uma meta de atendimento a 800 jovens das unidades prisionais.

Entre as ações necessárias para a implementação do Projovem Urbano, o MEC apoia, técnica e financeiramente, a formação continuada dos profissionais que atuam no Programa, o que possibilita a apropriação de seu projeto pedagógico integrado em três dimensões: Formação Básica, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã. A formação também proporciona a gestores, formadores e educadores momentos de análise e de reflexão sobre suas práticas diárias e sobre os desafios a serem vencidos no percurso formativo desses jovens atendidos pelo Programa, tendo por base as especificidades que caracterizam essa parcela da juventude brasileira. Da edição 2013, ainda em andamento, participam do processo de formação 230 formadores e 909 gestores. Sob a responsabilidade das coordenações locais do Projovem Urbano, 4.223 educadores participam desse processo formativo. Já para a edição de 2014 (executada em 2015), a previsão é que a formação envolva 959 gestores e 300 formadores.

Desde a edição de 2013, destaca-se como uma atividade fundamental entre as ações do Programa, a criação das Salas de

Acolhimento nos núcleos do Projovem Urbano. Essas salas são destinadas a atender as crianças até 8 anos de idade, filhos dos jovens estudantes, nos horários em que seus pais estão frequentando o curso e têm como objetivo apoiar a permanência dos jovens no curso, proporcionando segurança e cuidado a essas crianças e assim contribuir para a permanência desse estudante até à conclusão do curso.

O Programa promove, ainda, ações efetivas voltadas à inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade, integrando o Plano Juventude Viva, fruto de uma articulação interministerial para enfrentar à violência contra os jovens negros, garantindo um per capita diferenciado aos estados e municípios que compõem a relação dos 142 municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra. Dos 103 entes federados que desenvolvem a edição de 2013 do Programa, 67 municípios integram o Plano Juventude Viva, atendendo a 55.650 jovens moradores dessas regiões. Para a edição de 2014 há a previsão de atendimento de 49.650 jovens moradores das localidades que compõem a relação dos 142 municípios do Mapa da Violência.

Os estudantes matriculados no Projovem Urbano, com o mínimo de 75% de frequência nas atividades presenciais do período e que apresentem 75% dos trabalhos pedagógicos, recebem um auxílio financeiro de R$ 100,00 por mês. O auxílio tem o objetivo de apoiar a permanência do estudante nos 18 meses de curso e ampliar sua possibilidade de conclusão e certificação. No ano de 2014 já foram pagos 442.075 auxílios referentes à edição de 2013, com previsão de término para abril de 2015.

Com o intuito de ampliar as possibilidades de garantir o direito à educação aos jovens rurais da agricultura familiar foi publicada a Resolução CD/FNDE nº 11/2014, estabelecendo normas e critérios para a implementação do Projovem Campo Saberes da Terra pelo DF, estados e municípios. A referida resolução possibilitou a adesão aos 1.820 municípios integrantes dos 120 territórios da Cidadania e dos 80 municípios com o maior número de escolas do campo.

A partir de 2014, os jovens residentes em áreas rurais também passaram a ser atendidos por meio do Projovem Campo - Saberes da Terra, com uma meta prevista de 45.550 mil jovens agricultores familiares. Para tanto foram firmadas 318 adesões, sendo 303 municípios e 15 estados com oferta de formação continuada a 659 gestores e 320 formadores responsáveis pela formação dos educadores vinculados às escolas do campo.

Já a edição 2014 do Projovem Urbano prevê o atendimento a 105.200 jovens, com a adesão de 15 estados e 116 municípios, além da oferta do curso nas unidades prisionais de 6 estados para 800 jovens. As matrículas desta fase de implementação do Programa estão em andamento.

Metas 2012-2015

- **Elevar gradualmente a escolaridade média da população de 18 a 29 anos**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, nas modalidades ProJovem Urbano e o ProJovem Campo - Saberes da Terra, que objetivam apoiar estados e municípios para a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não terminaram o ensino fundamental na época prevista, por meio da integração da formação básica, da qualificação profissional e ações de participação cidadã. É oferecido em forma de curso, organizado em 18 meses, que busca a formação integral do jovem, sua reinserção no processo de escolarização e de novas possibilidades de identificação de oportunidades no mundo do trabalho, contribuindo para a promoção de direitos e aquisição de novas trajetórias de educação e emancipação ao longo da vida. Em 2014, foi investido o valor superior a R$ 78 milhões destinada à formação de professores, formadores e gestores do ProJovem Urbano, bem como para o desenvolvimento das ações voltadas à elevação de escolaridade, com qualificação profissional e participação cidadã em 87 municípios e oito estados, garantido a continuidade da edição 2013, que contou com 100.823 jovens matriculados. Na Concessão de Auxílio Financeiro aos estudantes do Programa foi executado o valor de R$ 38 milhões. Já para a implementação da edição 2014, foram investidos recursos superiores a R$43 milhões, garantindo a execução das ações em 15 estados e 116 municípios, totalizando uma meta de atendimento a 105.200 jovens. A partir de 2014, os jovens residentes em áreas rurais também passaram a ser atendidos por meio do Projovem Campo -

Saberes da Terra, com uma meta prevista de 45.550 mil jovens agricultores familiares. Para tanto foram firmadas 318 adesões, sendo 303 municípios e 15 estados com oferta de formação continuada a 659 gestores e 320 formadores responsáveis pela formação dos educadores vinculados às escolas do campo.

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	%	31/12/2010	81,69	31/12/2013	68,7
Índice de planos estaduais e do Distrito Federal de políticas para as mulheres	%	31/05/2011	44,4	31/10/2014	44,4
Índice de planos municipais de políticas para as mulheres	%	30/09/2009	3,5	30/11/2013	4,5
Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero	%	31/05/2011	28,5	31/12/2014	45,5
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos estados e no Distrito Federal	%	31/05/2011	81,5	31/12/2014	92,6
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos municípios	%	31/05/2011	5,3	31/12/2014	12,1
Municípios com serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência	unidade	30/04/2011	499	31/12/2014	531
Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM	unidade	31/12/2010	8.719	31/12/2014	13.783
Número de processos internacionais relacionados à violência contra mulheres brasileiras	unidade	31/12/2012	20	31/12/2014	30
Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	unidade	31/05/2011	886	31/12/2014	1.010
Percentual do Rendimento Médio Mensal Real do Trabalho das Mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens	%	26/09/2009	66,5	30/09/2013	70,21
Proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher.	%	31/12/2010	14,77	31/12/2014	10,91
Proporção de denúncias recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2012	52,63	31/12/2014	74,32
Razão entre a taxa de atividade de homens e mulheres de 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	1,39	30/09/2013	1,41
Taxa de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais de idade	%	30/09/2009	9,6	30/09/2013	8,24
Taxa de formalização do trabalho doméstico	%	30/09/2009	27,01	30/09/2013	32,29

Taxa de frequência à creche ou escola de crianças de 0 a 3 anos de idade	%	30/09/2009	18,4	30/09/2013	23,25
Taxa de incidência de HIV em mulheres	1/100.000	31/12/2008	14,24	30/06/2013	14,5
Taxa de variação do número de demandas recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2011	11,1	31/12/2014	47

Observações:

Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça - Este indicador é de apuração bianual. Dessa forma, não há apuração no exercício de 2014.

OBJETIVO: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A relevância social e o valor econômico do trabalho das mulheres urbanas, do campo e da floresta, tanto produtivo quanto reprodutivo, permanecem invisíveis na sociedade moderna. As mulheres ainda representam minoria na população ocupada, 42,6%, embora constituam 52,2% da população em idade ativa. Ademais as dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal, seu rendimento médio, segundo dados da PNAD 2013, equivale a 70,3% do que recebem os homens, uma vez concentradas na faixa salarial entre 0 e 2 salários mínimos e em ocupações consideradas precárias, como o trabalho doméstico e outros serviços identificados com a imagem de cuidadora. O fato de apresentarem maior tempo de escolaridade não lhes garante participação ampliada nos espaços públicos e privados de direção. A segmentação e discriminação do trabalho feminino vêm acompanhadas pela dedicação aos afazeres domésticos e aos cuidados com a família, em tempo duas vezes superior àquele dispendido pelos homens para as mesmas tarefas.

No entanto, a despeito da estrutura sexista e discriminatória que sustenta as relações de trabalho, cada vez mais as mulheres consolidam sua participação no mundo do trabalho remunerado, insistem na participação na esfera pública da sociedade e buscam conquistar novos espaços de ocupação. Nesse sentido, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM-PR) tem se dedicado ao fortalecimento de políticas públicas que rompam com paradigmas, ampliem as condições de participação das mulheres no mundo do trabalho e incidam sobre as dinâmicas de discriminação de gênero e, que contribuam para sua autonomia efetiva, em conjunto com as distintas áreas do governo.

Dentre as ações estratégicas para a promoção da autonomia econômica das mulheres urbanas e rurais, foi intensificada a relação com Estados e Municípios no intuito de fortalecer a temática nas políticas públicas locais e reforçar o espaço dos organismos de políticas para as mulheres, sobretudo por meio do apoio técnico e financeiro a iniciativas locais e regionais destinadas à formação e qualificação profissional em carreiras não tradicionalmente femininas.

Exclusivamente às mulheres do campo e da floresta, são implementadas ações de divulgação e apoio a iniciativas inovadoras e sustentáveis, além da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário em ações como o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Programa de Aquisição de Alimentos, com o objetivo de ampliar e qualificar o acesso das mulheres rurais à produção e às políticas públicas.

Outra frente de ação é a construção de políticas de igualdade no local de trabalho, sobretudo por meio do acompanhamento da agenda do trabalho decente, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e de legislações específicas sobre o tema, e do Programa Pró- Equidade de Gênero e Raça, criado em 2005, com intuito de estimular organizações públicas e privadas a desenvolverem ações com vistas à eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego.

A agenda da igualdade no mundo do trabalho vem acompanhada pela ampliação de direitos trabalhistas e previdenciários e pela formalização das mulheres ocupadas. Nesse sentido, é importante citar o trabalho de articulação, divulgação e acompanhamento da promulgação e regulamentação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, que equipara os direitos trabalhistas das empregadas e empregados domésticos as demais trabalhadoras e trabalhadores. A SPM, em parceria com o IBGE, IPEA, ONU Mulheres e OIT, tem ainda apoiado estudos e pesquisas sobre a situação das mulheres no mundo do trabalho, uso do tempo, jornada dupla de trabalho e corresponsabilidade pelos afazeres domésticos. Além do acompanhamento da política de educação infantil, coordenada pelo Ministério da Educação, que impacta a organização do tempo na vida das famílias e, especificamente, das mulheres.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 20.000 mulheres urbanas, do campo e da floresta para inserção no mercado de trabalho**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR apoia com recursos financeiros projetos apresentados pelos poderes públicos estadual e municipal e por organizações não governamentais, destinados à capacitação de mulheres urbanas e rurais, com vistas à sua inserção no mercado de trabalho, prioritariamente em áreas de atuação tradicionalmente ocupadas por homens. Nos anos de 2012 e 2013, a SPM/PR apoiou 91 projetos, sendo51 deles voltados a capacitações em áreas tradicionalmente masculinas. Até dezembro de 2014, 27.197 mulheres urbanas, do campo e da floresta foram capacitadas por meio desses projetos. Em 2014, foram aprovadas 13 novas propostas, cujo universo de beneficiárias será de aproximadamente 4.080 mulheres.

  Quantidade alcançada

  27.197

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Certificar 250 organizações públicas e privadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e entre brancas/os e não-brancas/os nas organizações públicas e privadas, por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. O Selo evidencia publicamente o compromisso da organização com a equidade de gênero e etnicorracial e é resultado da execução pelas organizações participantes de no mínimo 70% das ações pactuadas em seus Planos de Ação. Na 4ª edição do Programa (período 2011/2012), cuja premiação ocorreu em abril de 2013, participaram 95 organizações, totalizando cerca de 900 mil empregados/as, sendo 45% de mulheres e 55% de homens. Das 95 organizações participantes, 57 obtiveram o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça. Em março de 2014, foram assinados os termos de compromisso pelas 83 organizações participantes da 5ª edição, junto ao lançamento do Manual de Práticas de Igualdade da 4ª edição e do vídeo da campanha para implantação de creches nas empresas privadas. Desde então, foram realizadas reuniões com o Comitê Ad Hoc, responsável pela avaliação dos Planos de Ação apresentados pelas organizações; encontros com governos municipais e empresas participantes do programa, e uma exposição no Centro Cultural Banco do Brasil de Brasília intitulada "Igualdade para as Mulheres: desafios para o mundo do trabalho". A entrega do Selo da 5ª edição está prevista para o segundo semestre de 2015.

  Quantidade alcançada

  57

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Construir diálogo social visando ampliar o nível de formalização do trabalho doméstico remunerado no Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Em março de 2013, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 72/2013, ampliando de 13 para 29 os direitos garantidos às trabalhadoras domésticas, com destaque para o seguro desemprego, o FGTS, a proteção contra dispensa

arbitrária ou sem justa causa e a jornada de 8h diárias. Sua aprovação foi precedida pela realização de 15 reuniões com entidades representativas da categoria e articulação com as bancadas de mulheres no Congresso, que continuaram atuantes no encaminhamento do PLC nº 302/2013, que regulamenta alguns dos direitos conquistados com a promulgação da nova emenda. A SPM/PR apoiou e participou do Seminário "Regulamentando para Igualdade de Direitos" realizado pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD em maio de 2013, em Brasília, e ofereceu apoio logístico ao ato realizado pelas trabalhadoras da FENATRAD no dia 9 de maio no Congresso Nacional, com participação das deputadas (os) e senadoras (os) que compõem a Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação dos Dispositivos da Constituição Federal. Outras estratégias de atuação foram discutidas em audiência realizada pela SPM/PR com a FENATRAD e a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços da CUT - CONTRACS/CUT. O tema gerou uma cartilha informativa e estava entre os conteúdos abordados durante a formação e capacitação das atendentes do Disque 180. Em dezembro de 2013, a SPM participou do XI Congresso das Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Região e das oficinas do Projeto "Redução da Informalidade por meio do Diálogo Social", organizadas pelo DIEESE. Em abril de 2014, foram apresentadas emendas ao PLC nº 302/2013 na Câmara dos Deputados, que uma vez rejeitadas na Comissão Mista, retornou para a Câmara, onde aguarda votação.

- **Efetivação do Protocolo de Intenções visando à concessão de crédito para estimular o empreendedorismo das mulheres**

Análise Situacional da Meta

Foi firmada pactuação com a Caixa Econômica Federal, entretanto não há reserva percentual de crédito exclusivo para mulheres. Por outro lado, o lançamento da Casa da Mulher Brasileira, no âmbito do Programa Mulher Viver sem Violência, prevê serviço de promoção de autonomia econômica, com atendimento personalizado para mulheres em situação de violência e, simultaneamente, de dependência econômica. O serviço prevê a identificação de alternativas e encaminhamento prioritário das mulheres atendidas a diversos programas e ações governamentais, das três esferas de governo, entre elas o acesso a crédito. A Caixa Econômica é um dos parceiros desta iniciativa.

- **Firmar acordos de cooperação para que os Arranjos Produtivos Locais (APLs) promovam a inclusão produtiva das mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi firmado acordo de cooperação entre a SPM/PR, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o Ministério da Integração/Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, resultando no apoio a oito projetos destinados a mulheres em situação de vulnerabilidade social ou de baixa renda, com aporte de R$ 955.253,65, e estimativa de beneficiar 360 mulheres. A ênfase destes projetos está no suporte aos Arranjos Produtivos Locais – APL da Região Centro-Oeste de setores ocupacionais tradicionalmente masculinos, que demandem iniciativas prioritárias de capacitação tecnológica. Esta iniciativa, que tem um caráter inovador, pretende articular o estímulo à ocupação por mulheres de postos de trabalho tradicionalmente ocupados por homens, identificar as demandas de mão de obra de arranjos produtivos locais e a demanda por qualificação tecnológica. Estão previstos para 2015 o encerramento dos projetos e a avaliação dos resultados.

- **Firmar acordos de cooperação que visem ao fortalecimento das organizações produtivas de mulheres urbanas, do campo e da floresta, promovendo acesso à assistência técnica, ao crédito e apoio à comercialização**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR tem 5 Acordos de Cooperação celebrados com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e os organismos de políticas para as mulheres dos Estados do Acre, Alagoas, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Sul no âmbito do projeto "Cidadania e Autonomia: Integração de Políticas Públicas para Mulheres Rurais", cujo objetivo é contribuir para ampliar o acesso a políticas públicas e fortalecer organizações produtivas de mulheres rurais, por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Em 2014, foram pactuados dois novos Termos de Cooperação com políticas de caráter regional, um com a UFMG, para o apoio técnico a empreendimentos de 6 coletivos de mulheres, abrangendo cerca de 120 mulheres

urbanas e rurais, e outro com o MDA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para apoiar financeiramente projetos de pesquisa e extensão, voltados ao atendimento de demandas específicas das mulheres do campo e da floresta residentes nos Territórios da Cidadania, relacionadas ao acesso às políticas públicas, estímulo à auto-organização e ampliação de sua participação nos espaços de decisão e representação. Outros eventos que contribuíram para esse fortalecimento foram o II Encontro Nacional dos Comitês de Mulheres dos Territórios da Cidadania organizado pelo MDA, em parceria com a SPM/PR, ocorrido em Brasília em março de 2014, e a realização do Encontro de Delegadas da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária, em parceria com o MTE, que contou com a participação de 673 mulheres nos dois dias de debates e preparação para a conferência.

- **Firmar acordos e protocolos para fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal e o desenvolvimento da aquicultura familiar e ainda da constituição de banco de sementes e criação de sementes crioulas em empreendimentos que beneficiem as mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) prevê ações interministeriais, a serem implementadas pelo MDA, MDS e MAPA, para apoio a conservação, multiplicação e comercialização de sementes e mudas crioulas e varietais, e para aprimoramento de sua compra e distribuição por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A SPM/PR participa do Comitê Nacional do Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), onde ações são desenhadas e articuladas, sem a necessidade de acordos formais.

- **Implementar Mesa de Negociação entre entidades das trabalhadoras domésticas e órgãos federais**

  Análise Situacional da Meta

  No primeiro semestre de 2013, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 72/2013, conhecida por PEC das Domésticas, que garantiu 16 novos direitos para a categoria, após discussões que envolveram os três Poderes e a sociedade civil. Em continuidade, a SPM/PR acompanhou as discussões para elaboração da proposta de regulamentação dos novos direitos (PLC nº 302/2013), mantendo diálogo com a FENATRAD (Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas), outras representações de trabalhadoras e trabalhadores domésticos e entidades sindicais. A proposta de regulamentação aguarda votação na Câmara dos Deputados, depois de passar pela Comissão Mista de Consolidação das Leis e Regulamentação dos Dispositivos da Constituição Federal.

- **Inscrever a temática de gênero nas políticas de combate à pobreza, com foco em ações voltadas para a inserção das mulheres pobres/extremamente pobres no mercado de trabalho e no sistema produtivo**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR é parceira do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais e no Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, participando de seus Comitês Gestores Nacionais. Ambos os Programas integram o Brasil Sem Miséria, contribuindo para a inserção produtiva e autonomia das mulheres trabalhadoras rurais das regiões atendidas. As mulheres pobres e extremamente pobres constituem o público prioritário de nossas ações de fomento a iniciativas de inclusão produtiva. Além disso, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as mulheres representam 93% das titulares do cartão e 54% dos beneficiários do Programa Bolsa Família, que contribui fortemente para a autonomia econômica das mulheres pobres e extremamente pobres. A inscrição no programa permite ainda acesso ao Pronatec Brasil sem Miséria e ao Programa Crescer, que oferece microcrédito produtivo orientado a taxas reduzidas. Das 1,3 milhão de matrículas realizadas desde 2012 nos cursos de qualificação profissional do Pronatec, 66% foram de mulheres, com destaque para a qualificação em profissões tradicionalmente masculinas. No Programa Crescer, 73% dos empreendedores atendidos pelo programa eram mulheres, em 2014.

- **Participar dos Fóruns de Pactuação para implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) instituído pela Lei 11.346/06, com vistas a assegurar o direito das mulheres à alimentação adequada**

Análise Situacional da Meta

O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional no país. A SPM/PR participa regularmente das reuniões realizadas pela Câmera Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN e do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, instâncias do SISAN.

- **Promover 4 Seminários com órgãos do Governo Federal, visando à formulação de políticas e ao monitoramento da implementação de equipamentos públicos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizados 4 Seminários com os governos dos Estados de Minas Gerais e Sergipe, do Distrito Federal e da Prefeitura de Manaus/AM. Também em 2012 foi realizado o Seminário "Uso do Tempo e Políticas Públicas de Cuidado: reflexões para uma agenda de desenvolvimento sustentável" em parceria com a Cepal e com apoio da ONU-Mulheres, OIT, IBGE e IPEA, e participação do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Educação. O Seminário teve como objetivo discutir as políticas públicas de cuidado, trazendo a experiência do governo uruguaio com o Sistema Nacional de Cuidados e discutindo a política brasileira de creches. Em 2013 e 2014, a SPM/PR promoveu, em dois encontros, o Seminário "Desafios para a Autonomia Econômica das Mulheres na Contemporaneidade" que contou com a presença do IPEA e do IBGE e a participação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Ministério da Saúde, com quem foram discutidos o Programa Brasil Carinhoso e o tema da amamentação por mulheres trabalhadoras.

- **Promover o debate e monitoramento dos índices de formalização do trabalho doméstico remunerado**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, no primeiro semestre de 2013, acompanhou os debates que foram relacionados à temática do trabalho doméstico remunerado e ao aumento de formalização desta categoria. Esses debates, realizados com entidades como a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos – FENATRAD e centrais sindicais, representantes de Ministérios e Parlamentares, envolveram a discussão da importância desses direitos para as trabalhadoras, o peso que a medida teve para o reconhecimento do trabalho doméstico remunerado, o papel das diversas instâncias do governo federal e dos parlamentares e das entidades de representação. Segundo dados da Pnad 2013, o nível de informalidade entre os 6,4 milhões de trabalhadores domésticos se mantém elevado (67%), mas entre as mulheres, que representam 93% da categoria, a taxa foi reduzida para 67,9%. No primeiro encontro da série "Diálogos sobre o Mundo do Trabalho: Desafios para a Autonomia Econômica das Mulheres", em 2014, o trabalho doméstico remunerado foi também uma das pautas de discussão com as secretarias de mulheres das centrais sindicais.

- **Ratificar a Convenção e a Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos**

Análise Situacional da Meta

Em janeiro de 2012, foi instituída pelo MTE a Comissão Tripartite sobre o Trabalho Doméstico, cujo objetivo é analisar o conteúdo da Convenção e da Resolução sobre o Trabalho Doméstico (OIT, Convenção 189). Visando à ratificação da Convenção, a SPM/PR presidiu a Comissão, coordenada pelo MTE. Como resultado dos trabalhos da Comissão, foi elaborado um Parecer sobre a Convenção 189 acerca do Trabalho Doméstico, aprovado em 2014 pelo Ministério das Relações Exteriores e encaminhado para a Casa Civil, onde segue sendo avaliado.

- **Realizar 4 campanhas de alcance nacional de respeito, valorização e divulgação dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR realizou uma campanha sobre a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas na ocasião da aprovação da PEC das Domésticas e produziu, desde então, materiais gráficos de informação e conscientização da importância da consolidação dos direitos das trabalhadoras e trabalhadores domésticos, que estão sendo distribuídos nos eventos realizados pelo órgão. O reflexo da garantia dos diretos das trabalhadoras domésticas já vem se

expressando em vários âmbitos, mesmo antes da regulamentação de parte dos novos direitos. Aumentou a adesão ao FGTS de trabalhadoras(es) domésticas(os), passando de 100 mil em 2013 para 170 mil registros em 2014. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) publicou, em agosto de 2014, a instrução normativa nº 110, que dispõe sobre os procedimentos de fiscalização do cumprimento das normas relativas à proteção ao trabalho doméstico. A partir de agosto de 2014, passou a ser aplicada multa ao empregador que não assinar Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do empregado doméstico, conforme a Lei nº 12.964/ 2014.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Revisar a Lei nº 11.324/06 que trata da dedução no Imposto de Renda de Pessoa Física visando à ampliação da formalização das trabalhadoras domésticas**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 11.324/06 previa a dedução apenas até o ano-calendário de 2011. Entretanto, a Lei nº 12.469, em 2011, ampliou a vigência até 2015, ano-calendário 2014.

OBJETIVO: 0932 - Fortalecer e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, visando à melhoria das condições de saúde das mulheres, sendo resguardadas as identidades e especificidades vinculadas às questões de raça/etnia, de geração, de orientação sexual e de mulheres com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM tem como princípios a humanização e a qualidade da atenção. A Política orienta-se na perspectiva de gênero, de raça e de etnia para garantir, pelo Sistema Único de Saúde-SUS, a implantação e implementação das ações de promoção, proteção, assistência e recuperação da saúde e o acesso das mulheres a todos os níveis da atenção à saúde. As ações voltadas à melhoria das condições de vida e saúde das mulheres deverão ser executadas de forma articulada com setores governamentais e não-governamentais, condição básica para a configuração de redes integradas de atenção à saúde e para a obtenção dos resultados esperados.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, em 2014, participou regularmente das reuniões da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher, do Conselho Nacional de Saúde - CISMU/CNS e da Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde – CNAIDS/SVS/MS.

A SPM/PR, no seu planejamento estratégico de 2013 e 2014, tem priorizado a seguinte ação estratégica: contribuir para implementação da PNAISM em todo o território nacional e reafirmar os direitos já assegurados às mulheres no campo dos direitos sexuais e direitos reprodutivos. Espera-se com esta ação: a) construir um instrumento de acompanhamento da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM em todos os estados e capitais onde existem Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres – OPM; b) apoiar a atualização da PNAISM e acompanhar sua implementação; c) integrar a campanha institucional contra o racismo, em conjunto com Ministério da Saúde e a SEPPIR, com foco nas mulheres negras; e d) acompanhar a implementação das ações relativas aos direitos sexuais e reprodutivos para as mulheres.

No segundo semestre de 2013 e no primeiro semestre de 2014, foram realizadas várias reuniões e seminários com o objetivo de apoiar a incorporação da diversidade das mulheres na implementação da PNAISM. Visando resguardar as diversas identidades e especificidades das usuárias, a SPM/PR realizou reuniões com o Ministério da Saúde sobre saúde de segmentos específicos de mulheres. A partir destas reuniões, foram organizados documentos sobre a saúde das mulheres indígenas para subsidiar e apoiar a incidência destas mulheres na 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena – CNSI, suas etapas local, distrital e nacional realizadas entre junho a novembro de 2013. A SPM/PR teve participação em duas etapas distritais da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (5ª CNSI), em Salvador/BA e em Boa Vista/RR,

promovendo reuniões de lideranças indígenas femininas, e participou da etapa nacional da 5ª CNSI. Além disso, esteve na organização do Seminário de Segurança Alimentar e Mulheres Indígenas, promovido pelo Consea, que reuniu cerca de 70 mulheres indígenas em Brasília e resultou em uma carta de reivindicações que está sendo respondida pelos Ministérios responsáveis pelo atendimento da Segurança Alimentar.

Em relação às mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais, foram discutidas a elaboração de kit de prevenção às DST/AIDS e o protocolo de saúde das mulheres lésbicas, visando o acesso e acolhimento humanizado desta população no Sistema Único de Saúde – SUS, previsto nas Políticas de Saúde LGBT e de Atenção Integral à Saúde da Mulher. A SPM-PR também participou da organização do Seminário Nacional de Saúde LGBT e da Roda de Conversa sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT – Conquistas e Desafios, no Curso Regional de Formação de Lideranças LGBT para o Controle Social no SUS, regiões S/NE/CO. Dentre os principais resultados destas articulações, está a decisão de articular, no Ministério da Saúde, um grupo de trabalho para viabilizar a publicação de diretrizes para a atenção integral em saúde para mulheres lésbicas e prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST entre essa população. As ações do grupo resultaram na realização de uma oficina no primeiro semestre de 2014, com o objetivo de construir ações/estratégias/orientações/recomendações para atenção integral em saúde para mulheres lésbicas e bissexuais, dirigidas aos profissionais de saúde. Além disso, foi realizado um seminário no segundo semestre de 2014, com aproximadamente 100 participantes entre gestoras, pesquisadoras, ativistas e representantes de órgãos de representação de classe dos profissionais de saúde e da gestão municipal e estadual da saúde. O seminário promoveu a discussão dos produtos apresentados pela consultora contratada para elaborar tais diretrizes e resultou na produção do livro “Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais”.

No que se refere às mulheres com deficiência, foi realizado o Seminário Nacional sobre Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, em parceria com a SDH-PR, em novembro de 2013. Houve participação do Ministério da Saúde no debate sobre a atenção à saúde das mulheres com deficiência, o que permitiu que elas encaminhassem suas demandas ao Ministério. Ao final do evento, foi elaborada a Carta do 1º Seminário Nacional de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, cujas demandas estão sendo tratadas com os ministérios responsáveis. Em 2014, as demandas indicadas na carta foram discutidas no Grupo de Trabalho SPM (SAIAT – Coordenação de diversidade)/Ministério da Saúde (Coordenação de saúde das pessoas com deficiência). Este grupo tem o objetivo de garantir e ampliar o acesso qualificado das mulheres com deficiência à atenção integral em saúde, às ações e serviços, eliminando as barreiras arquitetônicas, ambientais e atitudinais, e considerando suas necessidades específicas no Plano Viver Sem Limites II. O GT tem como metas: a) elaboração de Diretrizes de Atenção à Saúde da Mulher com Deficiência; b) capacitação para profissionais sobre a saúde da mulher com deficiência; c) produção de materiais educativos e/ou informativos sobre a saúde das mulheres com deficiência; d) a adequação das Unidades de Saúde para atendimento das Mulheres com Deficiência, com prioridade para a introdução da cama ginecológica adaptada na ambiência das Unidades Básicas de Saúde.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar implementação das políticas de saúde visando adequar as demandas específicas das mulheres na identificação e caracterização das doenças ocupacionais vinculadas a labores majoritariamente exercidos por mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR acompanha as atividades da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST), que assessora o Conselho Nacional de Saúde quanto ao acompanhamento das políticas de saúde voltadas para a trabalhadora. Como forma de acompanhar a implementação das ações para mulheres trabalhadoras, do campo, da floresta e das águas, a SPM/PR participou de reuniões, eventos, encontros e seminários. Cabe assinalar que o Ministério da Saúde vem construindo a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), com a participação dos movimentos sociais. O objetivo desta política é melhorar o nível de saúde das populações do campo e da floresta, reconhecendo suas especificidades de gênero, geração, raça e etnia, por meio do acesso aos serviços de saúde, da redução de riscos à saúde decorrentes dos processos de trabalho e da melhoria dos indicadores de saúde e de

qualidade de vida. Nesse sentido, realizou o II Encontro Nacional de Saúde das Populações do Campo e da Floresta, que contou com a participação da SPM/PR. Do primeiro semestre de 2013 ao primeiro semestre de 2014, a SPM participou e contribuiu com as seguintes atividades: Reunião entre Coordenação geral de Saúde da Mulher - CGSM/DAPES/SAS/MS e DAGEP/MS sobre saúde da mulher do campo, da floresta e das águas e instituição de um GT, em 9 de outubro de 2013; II Encontro Nacional de Saúde da população do Campo e da Floresta, 18 a 20 de setembro de 2013; Reunião do GT sobre a elaboração da Cartilha sobre Direitos em Saúde da Mulher do Campo, Floresta e das Águas com a CGSM/MS, 28 de novembro de 2013; Encontro com Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas - Diálogo sobre a PNAISM, 2 e 3 de dezembro de 2013.

- **Apoiar e acompanhar a implementação das ações de direitos sexuais e reprodutivos, em especial a prevenção e tratamento das DST/AIDS, para as mulheres, em todas as faixas etárias**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em parceria com o Ministério da Saúde, elaborou um planejamento de ações sobre direitos sexuais e reprodutivos, em especial sobre a prevenção e tratamento das DST/Aids, para mulheres de todas as faixas etárias. No segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014, já foram realizadas 7 reuniões do GT Mulheres para conclusão dos planos de ação e pactuação de ações a serem desenvolvidas nos estados e municípios. A SPM/PR participou também das reuniões da Comissão Nacional de DST, Aids e Hepatites Virais – CNAIDS, do IX congresso da Sociedade Brasileira de DST e do V Congresso Brasileiro de Aids.

Em 2007, foi lançado o Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Epidemia da Aids e outras DST. Seu objetivo central é a promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva, a partir do desenvolvimento de ações intersetoriais destinadas a acelerar o acesso aos insumos de prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento das enfermidades sexualmente transmissíveis e da Aids, para as mulheres das diferentes regiões do país.

Em 2012-2014, dando continuidade ao Plano Integrado, a SPM em parceria com o Ministério da Saúde, elaborou um plano de ações estratégicas “Mulheres, DST, Aids e HIV”, para ser implementado em 2015 até 2016, com o objetivo de fortalecer e integrar as estratégias voltadas para promoção da saúde, prevenção, assistência e tratamento das DST, Aids e hepatites virais, para as mulheres, prioritariamente, mulheres vivendo com HIV/Aids, mulheres usuárias de álcool e outras drogas, profissionais do sexo, mulheres transexuais e mulheres em situação de violência sexual, por meio de ações que envolvam instituições governamentais, não governamentais e movimentos sociais, nas esferas federal, estadual e municipal.

- **Capacitar 70% dos profissionais do Programa de Saúde da Família, responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde, sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), juntamente com órgãos parceiros**

Análise Situacional da Meta

A capacitação de profissionais da saúde estruturada pela SPM adotou duas estratégias: o desenvolvimento do Módulo Gênero e Raça, para os responsáveis pelas Unidades Básicas de Saúde do Programa Saúde da Família, e o apoio à capacitação de profissionais da saúde por meio de convênios. Para a primeira estratégia, a SPM/PR negocia, atualmente, com a Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS, o Curso de Ensino a Distância (EAD) sobre Gênero e Saúde da Mulher para a capacitação de Gestores, em especial dos Profissionais da Atenção Básica. A OPAS contratou o responsável para desenvolver o curso EAD sob supervisão da área técnica da SPM. Para a segunda estratégia, em 2012, a SPM apoiou sete propostas de convênios específicas para a área de saúde. Em 2013 foram apoiadas 12 propostas na área de saúde, onde estão inseridas as capacitações. Os convênios ainda estão em execução e têm atingido diretamente 4.500 pessoas. O Ministério da Saúde está preparando cursos a distância, com o objetivo de capacitar profissionais do Programa Saúde da Família/Atenção Básica, em gênero e racismo. Os cursos, que foram iniciados em 2014, são: “Saúde da População Negra, aberto a todos profissionais”; Política Nacional de Saúde Integral da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT e Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Curso de Capacitação de Atenção a Homens e Mulheres em Situação de Violência por Parceiros Íntimos – (1.000 vagas).

Os Departamentos de Atenção Básica (DAB/SAS/MS) e de Gestão da Educação na Saúde (DEGES/SGTES/MS), em parceria com a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ), estão realizando, em todo o país, o 3º encontro presencial do Curso de Aperfeiçoamento em Apoio Matricial na Atenção Básica, com ênfase nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf). São 47 turmas distribuídas por 11 estados, com 70 alunos em cada turma, atingindo um total de 3.290 profissionais. A iniciativa tem o objetivo de colocar em debate, reflexão e em questionamento o cotidiano de trabalho dessas equipes. Dessa maneira, possibilita a troca de experiências e a articulação de outras estratégias nos territórios, permitindo, sobretudo, a solução de problemas comuns e a melhoria no atendimento à população assistida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O DAB, com o objetivo de fortalecer a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas e os processos de trabalho dos profissionais que atuam diretamente na assistência desses usuários, oferece o curso "Autocuidado: como apoiar a pessoa com diabetes". A ação é destinada aos profissionais de nível superior da atenção básica e tem carga horária de 20 horas, para 5.000 profissionais. A finalidade do curso é instrumentalizar e sensibilizar o profissional de saúde para apoiar a pessoa com diabetes em relação ao seu autocuidado. O curso de Autocuidado para profissionais de nível superior já está com inscrições abertas na Comunidade de Práticas.

O Ministério da Saúde realizou o curso de Doenças Crônicas nas Redes de Atenção à Saúde. Voltado aos profissionais de nível superior que atuam na atenção, o curso está estruturado a partir de histórias de usuários do SUS, que, ao percorrerem o sistema em busca de cuidado, trazem demandas específicas que dependem do seu contexto de vida. As histórias mostram como essas especificidades devem ser respeitadas pelos profissionais que realizam o atendimento, especialmente na atenção básica. Os casos dos usuários são apresentados no formato de história em quadrinhos e, após cada trecho da história, são oferecidos materiais específicos sobre os mais diversos assuntos, dentre eles gênero e racismo. O curso capacitou 500 profissionais.

A Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) /DAB/MS, em parceria com o DATASUS, desenvolve o Curso de Educação a Distância sobre o Programa Bolsa-Família na Saúde. O curso é destinado aos profissionais que atuam nos municípios e Estados na execução de ações de monitoramento e acompanhamento das famílias beneficiárias. Tem como objetivos desenvolver a compreensão sobre a importância do acompanhamento dos beneficiários do PBF pela equipe de saúde; possibilitar melhor organização e planejamento da atenção básica para o acompanhamento dos beneficiários; e demonstrar o funcionamento do sistema de informação, desenvolvendo a capacidade de utilização de todas as ferramentas disponibilizadas e com temas diversos, dentre eles gênero e racismo. O Curso tem o número máximo de 500 participantes por turma, sendo 16 turmas, para 8000 profissionais de saúde.

Desta forma, houve a cobertura de 58% das equipes do Programa de Saúde da Família, com ao menos um profissional capacitado. Em números absolutos foram capacitadas 22.290 pessoas.

Quantidade alcançada

58

Data de Referência

31/12/2014

- **Criar grupo de trabalho interministerial visando a formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR tem realizado, desde outubro de 2012, uma série de atividades sobre políticas públicas para mulheres com deficiência. A Oficina sobre Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, realizada ao final de 2012, contou com a parceria de diversos órgãos, como o Ministério da Saúde e a SDH/PR, e a colaboração de especialistas na temática, subsidiando a realização de atividade específica sobre “Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência” na Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Em 2013, a SPM/PR ampliou a articulação com organizações sociais, conselheiros e conselheiras, parlamentares e representantes de diversos órgãos do Governo Federal, estadual e municipais. Além disso, realizou em conjunto com a SDH/PR uma atividade sobre o tema na 11ª Edição da REATECH - Feira Internacional de Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade. Em novembro de 2013 foi

realizado o Seminário Nacional de Políticas Públicas para Mulheres com Deficiência, no qual foram aprovadas 41 propostas necessárias ao fortalecimento das mulheres com deficiência e a efetividade dos direitos e políticas públicas direcionadas ao segmento. Em 2014, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial, em parceria com o Ministério da Saúde e outros ministérios que compõem o Programa Viver sem Limites, para formular políticas de adequação dos equipamentos utilizados no âmbito do SUS para o atendimento de mulheres com deficiência e levantamento de demais necessidades. Objetiva-se, por meio do GT, elaborar diretrizes de atenção à saúde das mulheres com deficiência e capacitar profissionais para acolhimento de mulheres com deficiência e enfrentamento da violência institucional.

- **Elaborar documento contendo orientações para o acompanhamento das estratégias da Rede Cegonha em parceria com o Ministério da Saúde para os organismos executivos de políticas para as mulheres**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR contratou consultoras para desenvolver o instrumento de acompanhamento da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher nos estados e nos municípios, com especial atenção à Rede Cegonha. Os Organismos de Políticas para as Mulheres dos entes federados utilizarão as diretrizes do documento para auxiliar na realização dessa meta. A elaboração deste instrumento e a realização das Oficinas contou com a parceria do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), da Organização Mundial de Saúde (OPAS) e do Ministério da Saúde (MS). Para confirmar o alcance dos objetivos propostos no Instrumento, foi organizada uma Oficina de Pré-teste do Instrumento com a participação das gestoras dos OPM do Distrito Federal (Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal – SEM/DF) e representantes das diversas áreas técnicas do Ministério da Saúde. Entre outubro e novembro de 2014, foram organizados dois Encontros Macro Regionais de Capacitação sobre o Instrumento de Monitoramento e Acompanhamento da PNAISM e do PNPM. Com duração de 16 horas cada, a primeira oficina reuniu os OPM das capitais e regiões metropolitanas das regiões norte, nordeste e centro-oeste e a segunda oficina envolveu os OPM das capitais e regiões metropolitanas das regiões sul e sudeste.

A avaliação geral das participantes foi muito positiva e indica a necessidade de ampliar este tipo de atividade. Aquelas gestoras e técnicas dos OPM que já realizam ações com saúde da mulher afirmaram que o instrumento servirá como qualificador do trabalho já em desenvolvimento e aquelas que ainda não se voltaram para a área da saúde da mulher mostraram-se empenhadas em desenvolver ações de monitoramento e acompanhamento da PNAISM e do PNPM em seus municípios, assim como aprofundar os conhecimentos adquiridos.

- **Elaborar estudos e pesquisas sobre direitos sexuais e reprodutivos, saúde da mulher e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**

Análise Situacional da Meta

A SPM apoiou, de 2012 a 2013, 8 convênios para realização de estudos de pesquisas nas áreas de Mulher e Ciência, Gênero, Evolução da Garantia de Direitos das Mulheres e Saúde da mulher. Em 2014 foram apoiados 4 convênios na área de saúde da mulher e mais duas emendas parlamentares.

- **Estimular os organismos executivos de políticas para as mulheres a acompanhar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em particular a Rede Cegonha, nos estados e municípios**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR incentiva a atuação dos OPM junto às respectivas secretarias de saúde. Os OPM estaduais são incentivados a participarem das videoconferências mensais de monitoramento da Rede Cegonha. As videoconferências permitem um diagnóstico específico sobre a saúde, inclusive a saúde da mulher, em cada estado. Além disso, a SPM/PR promoveu a capacitação de representantes de OPM no uso de instrumento de acompanhamento da implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, com especial atenção à Rede Cegonha. A SPM/PR participou de duas reuniões no âmbito da Rede Cegonha: do Comitê de Mobilização Social e de Especialista e do Comitê Gestor da Rede Cegonha. Este é um espaço que buscou qualificar a atenção obstétrica e neonatal. A SPM também realizou, entre 2012 e 2013, 19 convênios para apoio financeiro a estados e municípios com vistas a aprimorar o acompanhamento e apoiar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

- **Participar do Fórum de Implementação e Monitoramento da Rede Cegonha**

Análise Situacional da Meta

No Comitê de Mobilização Social e de Especialistas, a SPM/PR participou das reuniões do Comitê de Mobilização Social da Rede Cegonha e da 18ª Plenária do Pacto Nacional de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, que aconteceram no dia 26 de junho de 2013, em Brasília. Em 2014, participou das duas reuniões do Comitê, realizadas em Brasília. No Comitê de Monitoramento, a SPM/PR vem participando de reuniões do Comitê Gestor da Rede Cegonha e de Videoconferências, com a participação de Secretarias de Saúde e dos Organismos de Políticas para as Mulheres dos Estados e Capitais. O Comitê Nacional de Mobilização Social da Rede Cegonha se reuniu semestralmente para debater os avanços e desafios da Rede com as seguintes atribuições: (I) contribuir na sensibilização e na mobilização social, com o objetivo de facilitar e promover a implementação da Rede Temática; (II) realizar o balanço semestral do andamento da implementação e dos resultados da Rede Temática.

Vale destacar que, entre 1990 e 2012, a Razão de Morte Materna (RMM) no Brasil reduziu de 141 para 62 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, o que representa diminuição de 56%. No entanto, a velocidade dessa queda diminuiu a partir de 2001. Os dados preliminares referentes a 2011 apontam uma redução de 21% frente a 2010, indicando que as novas estratégias implementadas pelo Ministério da Saúde têm atingido melhores resultados. Mais de 66% dos óbitos maternos devem-se a causas diretas relacionadas à gravidez – em grande medida evitáveis.

É importante ressalvar que, entre as mulheres negras, houve piora em alguns indicadores de mortalidade materna, em contraste com as mulheres brancas, reforçando o diagnóstico de seu acesso desigual aos serviços de saúde. Outra evidência importante acerca do indicador de mortalidade materna é que 4% dos óbitos registrados estão relacionados a abortos realizados em condições inseguras, configurando-se como um problema de saúde pública de significativo impacto no país. A SPM tem tido papel importante para a inclusão da questão racial (raça-cor) nos estudos e nas definições de estratégias para a diminuição da RMM.

- **Realizar 2 Seminários ou oficinas para discussão, divulgação e aprofundamento acerca da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, a SPM/PR realizou uma oficina com as Gestoras Estaduais dos OPM para discutir a importância dos OPM trabalharem com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e também as ações prioritárias da Saúde das Mulheres para cada estado e município.

Também foi realizado, em 26 e 27 de fevereiro de 2013, em parceria com Ministério da Saúde, o Seminário da PNAISM com o movimento de mulheres, para discussão sobre a atualização da política.

Em 29 e 30 de outubro de 2013, foi promovido o encontro com os OPM no qual se apresentaram as propostas de trabalho da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e também as ações prioritárias para a implementação da Saúde das Mulheres no País.

Em dezembro de 2013, foi realizado, em conjunto com o Ministério da Saúde, o Encontro com Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas - Diálogo sobre a PNAISM, com o objetivo de avaliar a implementação da PNAISM e a contribuição para a construção da Cartilha “Direitos à saúde das Mulheres do campo, da floresta e das águas”. Especificamente em relação às mulheres lésbicas e bissexuais, foi constituído um Grupo de Trabalho entre Ministério da Saúde (MS) e SPM, com o objetivo de desenvolver documento referencial sobre atenção integral à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais voltado para profissionais de saúde. Este Grupo de Trabalho promoveu oficina e seminário, em 2014, para a construção e finalização de documento, que resultaram na publicação “Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais”.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0933 - Fortalecer uma cultura social igualitária entre mulheres e homens, não sexista, não racista, não lesbofóbica, mediante apoio às políticas de educação de qualidade, além de políticas culturais, de esporte e lazer que assegurem tratamento igualitário entre mulheres e homens pelas instituições e pelos profissionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A construção de uma cultura que expresse valores de igualdade, solidariedade e respeito às diferenças é uma tarefa contínua e cotidiana. Escolas e universidades são espaços privilegiados para essa tarefa.

O Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, realizado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a ONU Mulheres, tem o objetivo de viabilizar as transformações culturais e de difundir, por meio da educação e da formação de valores, atitudes não discriminatórias e libertárias. O Prêmio é uma das ações do Programa Mulher e Ciência, que visa a estimular a produção e a reflexão acerca das relações de gênero, mulheres e feminismos no País e a promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

Nos nove anos do Prêmio foram 26.864 inscrições em todas as suas categorias, e cada edição tem seus trabalhos premiados publicados em livro e divulgados para a sociedade brasileira. Este Prêmio tem, ao longo das sucessivas edições, disseminado estes temas nas escolas de Ensino Médio, bem como nas faculdades e universidades, esperando que assim as futuras gerações possam viver numa sociedade livre de preconceitos e plena de igualdade.

A cerimônia de premiação da 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero ocorreu no dia 19 de agosto de 2013. Foi lançada a 9ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos, para estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres e sensibilizar a sociedade para tais questões. A premiação da 9ª edição foi realizada em junho de 2014, quando foi lançada a 10ª edição.

Adicionalmente a essas iniciativas, a SPM/PR participou da seleção de projetos inscritos sob o edital do Programa de Extensão Universitária (Proext), do Ministério da Educação, observando-se as prioridades de atuação da Secretaria na seleção dos projetos e programas a serem apoiados. Em setembro de 2013, a SPM participou de oficina no intuito de colaborar com a elaboração da linha 12 “Mulheres e relações de gênero” do edital Proext 2015. Em 2014, a SPM participou da seleção dos projetos de extensão da linha de pesquisa concernente a esta Secretaria, que beneficiou 13 projetos e 8 programas de diversas universidades. De 2012 a 2014, foram aprovadas 94 propostas, sendo 23 para 2012, 24 para 2013, 26 para 2014 e 21 para 2015.

Para promover as políticas culturais, a SPM/PR realizou, junto com o Ministério da Cultura dois editais: Carmem Santos Cinema de Mulheres (para filmes de curta e curtíssima duração) e Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais. Em outubro de 2013, foi publicado o resultado final do Prêmio Funarte. Em 2014, foi iniciada a segunda edição do Prêmio Funarte.

Em novembro de 2013, foi realizada a Conferência Nacional Livre de Educação e Gênero, pela SPM/PR em parceria com a União Brasileira de Mulheres (UBM), com os apoios do Fórum Nacional de Educação do Ministério da Educação (FNE/MEC), da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SPM/DF), da Universidade de Brasília (UnB), que contou com a presença de delegadas eleitas para a CONAE, representantes de movimentos sociais e de órgãos públicos. A proposta era levar Governo e sociedade à discussão de como implementar políticas públicas que contemplem a transversalidade de gênero na educação brasileira. O evento foi uma atividade preparatória para a II Conferência Nacional de Educação (Conae 2014), que aconteceu em novembro de 2014, com a participação da SPM/PR.

Outra iniciativa que buscou fortalecer uma cultura social igualitária foi o Prêmio “Mulheres Negras contam sua história”.

O Prêmio teve como objetivo estimular a inclusão social das mulheres negras, por meio do fortalecimento da reflexão acerca das desigualdades vividas por elas no seu cotidiano, no mundo do trabalho, nas relações familiares e de violência e na superação do racismo. A publicação com todos os textos premiados foi lançada na 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no dia 06 de novembro de 2013. O evento de lançamento reuniu autoras dos textos publicados, representantes das Secretarias de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

Metas 2012-2015

- **Apoiar ações desenvolvidas pela SDH visando a reparação das mulheres anistiadas e/ou em processo de obtenção de anistia política**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR acompanha as ações desenvolvidas pela Secretaria dos Direitos Humanos e do Ministério da Justiça nos processos de anistia. A SPM não tem apoiado ações nessa área.

- **Apoiar a constituição e fortalecimento de núcleos de gênero nas Universidades Federais e Estaduais**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, no ano de 2013, apoiou duas Universidades Federais mediante celebração de Termo de Cooperação: Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal Rural de Pernambuco. A primeira tem objeto relativo à realização do Seminário Internacional Fazendo Gênero e a segunda, a realização de estudos e eventos do tema Mulher e Ciência nos espaços de poder e decisão.

  O Seminário Internacional Fazendo Gênero foi realizado nos dias 16 a 20 de setembro de 2013. Dentro do Seminário, foram realizadas, e apoiadas pela SPM, diversas atividades promovidas pelos núcleos de gênero.

  Foi lançado, em novembro de 2013, o edital nº 05, que contém uma linha temática destinada a apoiar propostas apresentadas por núcleos de estudos de gênero e/ou por pesquisadores de universidades, com prioridade no apoio a projetos que estimulem encontros e organizem o maior número de segmentos de mulheres para debater temas relativos a políticas públicas para mulheres, participação política das mulheres, e às mulheres nas mais diversas frentes de atuação, tendo como propósito fortalecer as ações previstas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

  A SPM/PR está promovendo também a avaliação de implementação e de resultados do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero em todas as suas edições - desde 2005 até 2013 -, que será realizada pelos núcleos de gênero de duas universidades federais: UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina – e UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, que têm atuado ativamente na área, inclusive na promoção do Curso Gênero e Diversidade na Escola. A realização da avaliação permitirá aos núcleos de gênero desenvolver uma pesquisa avaliativa de grande escopo, envolvendo métodos quantitativos e qualitativos, e que trará resultados relevantes para a política pública Mulher e Ciência.

  Além disso, o edital "Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos", lançado em 2012 numa parceria entre a SPM e o CNPq, teve por objetivo estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos relacionados aos temas relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. Foram apoiados 144 projetos, muitos dos quais desenvolvidos pelos núcleos de gênero das universidades. Os projetos apoiados tiveram seus resultados apresentados em seminário promovido pela SPM e CNPq, em setembro de 2014. O objetivo foi discutir recomendações decorrentes das pesquisas realizadas para a melhoria das políticas públicas para mulheres.

- **Apoiar iniciativas da sociedade civil na construção de redes de monitoramento de conteúdos midiáticos com enfoque nas relações de gênero, raça, etnia e orientação sexual**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR participou e apoiou a iniciativa da reunião “Mídia, Direitos das Mulheres e Políticas Públicas”, promovida

por organizações não governamentais de comunicação e de mulheres negras, com vistas à construção de uma plataforma com estratégias de comunicação para enfrentar o racismo, o sexismo e todas as formas de discriminação e preconceito por gênero, raça e etnia, e orientação sexual, com incidência prioritária na 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial e na Conferência Nacional de Cultura. Além disso, a SPM financiou, via convênio, uma pesquisa de opinião sobre presença das mulheres na política, pelo IBOPE e pelo Instituto Patrícia Galvão. A ampla divulgação midiática dos resultados da pesquisa, que demonstraram que há uma grande aceitação na população brasileira ao incremento das mulheres nos espaços de poder políticos, possibilitou maior compreensão, por parte de jornalistas e do grande público, a respeito das desigualdades políticas de gênero.

- **Articular a ampliação do alcance do Programa Gênero e Diversidade na Escola para as instituições de ensino superior público e privado e demais modalidades**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR está em diálogo constante com o MEC quanto ao desenvolvimento deste programa. Para alcance da meta, a SPM/PR auxilia na divulgação das inscrições dos cursos ofertados pelo Programa Gênero e Diversidade na Escola – GDE.

Ainda, a SPM/PR participou da avaliação dos cinco anos do programa, na oficina GDE +5, em setembro de 2013, organizada pelo Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – CLAM, no Rio de Janeiro, e de oficina promovida pelo MEC para discutir o andamento dos cursos Gênero e Diversidade na Escola e Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, realizada em outubro de 2013.

O curso GDE ao longo dos últimos três anos (2012,2013 e 2014) teve uma variação em termos de vagas e níveis oferecidos. Em 2012, o curso GDE foi ofertado por 12 universidades brasileiras, apenas no nível Aperfeiçoamento, com carga horária que variou de 190 a 240 horas. Em 2013, o curso GDE foi ofertado nos três níveis (Aperfeiçoamento, Extensão e Especialização), sempre na modalidade semipresencial. A carga horária variou de 90 a 460 horas entre os diferentes níveis. Em 2014, o GDE foi ofertado no nível de Aperfeiçoamento, Extensão e Especialização por 16 universidades. Algumas universidades ofereceram na modalidade Educação a Distância e outras na modalidade presencial.

Em 2014, a SPM participou de Seminário para discussão dos impactos do GDE, ocorrido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que destacou a importância do curso na construção de um diálogo necessário entre a universidade e a escola pública brasileira e o questionamento de discursos e representações tradicionais. Em novembro de 2014, ocorreu a Reunião Pedagógica de Formação Continuada, realizada pela SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) do MEC, que teve a participação de coordenadora/es de curso GDE e GPP-PRe também da SPM/PR e SDH.

- **Criar o Programa Trabalho e Inovação Tecnológica para as mulheres**

Análise Situacional da Meta

O estímulo à participação de mulheres na área tecnológica tem se dado principalmente por meio do lançamento da chamada pública “Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação”, uma parceria da SPM/PR com o MCTI, o CNPq e a Petrobras. Foram disponibilizados R$ 11 milhões com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil. A intenção é despertar o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do Ensino Médio e da Graduação por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica. Foram selecionadas 325 propostas. A previsão de 1.800 bolsas concedidas, tanto para alunos de ensino médio e graduação quanto para professoras, deverá ser confirmada com a finalização dos processos.

- **Elaborar um caderno com diretrizes da política cultural para incentivo à igualdade de gênero**

Análise Situacional da Meta

Há a previsão de elaboração de um caderno, que deverá ser formulado a partir de um Seminário promovido pelo Ministério de Cultura, cuja realização ainda está em negociação.

- **Estimular a ampliação da transmissão de jogos e da participação das mulheres nas diversas modalidades de esportes nas programações de rádio e TV.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino foi retomado, após 11 anos sem realização, ocorrendo edição também em 2014. Esta ação é coordenada pelo Ministério do Esporte, Caixa Econômica Federal e com apoio da SPM/PR. Os torneios foram transmitidos por canais fechados e abertos de televisão. Outros eventos também foram televisionados como o Torneio Internacional de Brasília de Futebol Feminino, realizado em 2013 e 2014, com transmissão ao vivo dos jogos da seleção brasileira em canal aberto. Em novembro de 2013, para ampliação do diálogo com atletas, pesquisadoras e órgãos governamentais, foi realizado o Seminário "Mulheres, esporte e lazer e políticas públicas", com 147 participantes, sendo 91 mulheres. A SPM participou ainda de eventos relevantes para o esporte como a Copa Brasil de Futebol Feminino Universitário, ocorrida em maio de 2014, com o patrocínio do Ministério do Esporte.

- **Estimular a ampliação no número de mulheres contempladas com Bolsa-Atleta e nos esportes de alto rendimento visando promover a discussão sobre a perspectiva de gênero nos grandes eventos esportivos, junto aos órgãos federais**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR publica matérias em sua página para divulgar junto aos Organismos de Políticas para as Mulheres informações sobre a concessão do Bolsa-Atleta, estimulando as mulheres a se candidatar ao benefício. Em 2013 e 2014, 2.685 e 2.694 mulheres, respectivamente, foram contempladas com Bolsa-Atleta nas modalidades olímpicas/paraolímpicas e não olímpicas, correspondendo a 41% do total de bolsas concedidas. A SPM/PR contribuiu para a agenda do Compromisso pelo Emprego e Trabalho Decente na Copa do Mundo Fifa Brasil de 2014 e nos debates e reflexões das 12 oficinas nas cidades-sedes do evento. Outro incentivo para a modalidade foi a aprovação do projeto para a construção do Centro de Excelência de Futebol Feminino em Foz do Iguaçu. Essas ações fortalecem a inserção das mulheres em condições de igualdade com o homem no mundo do esporte e do lazer e asseguram esse direito para meninas e mulheres de todas as idades.

- **Fomentar o desenvolvimento permanente de linhas de pesquisa sobre o enfrentamento conjunto do racismo, sexismo e lesbofobia**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, no edital de chamada Pública nº 02/2013, previu a linha temática – Incorporação da Perspectiva de Gênero nas Políticas Educacionais e Culturais e de Formação de Profissionais da Educação – que possibilita o apoio a projetos relacionados à promoção de uma cultura igualitária, democrática e não reprodutiva de estereótipos de gênero, raça e etnia, orientação sexual e/ou geracional e que contribuam para ampliar e valorizar a produção cultural das mulheres. Além disso, o apoio aos Núcleos de estudo de gênero permite a apresentação de propostas para a elaboração de pesquisas, estudos e metodologias, tecnologias, materiais didáticos com destaque na área do desenvolvimento sustentável; e/ou publicação de experiências, estudos e resultados de pesquisa.

Em 2012, foi lançada a terceira edição do Edital Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, que teve por objetivo estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos relacionados aos temas relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. Esta Chamada reservou recursos específicos para pesquisas voltadas às temáticas das relações de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, direitos sexuais e reprodutivos e violência contra a mulher. Os projetos apoiados se encerrarão em 2015.

Houve ainda o lançamento do edital nº 05/2013, cujas propostas foram recebidas em 2014, que contém uma linha temática destinada a apoiar projetos e ações educativas que estimulem uma educação igualitária por meio da inclusão do desenvolvimento de debates acerca das desigualdades entre homens e mulheres e suas intersecções de classe social, raça, etnia, orientação sexual e geracional, na prática pedagógica escolar, inclusive por meio da formação de profissionais da educação, e por meio de ações e iniciativas para ampliar a inserção das mulheres em áreas científicas

de baixa presença de mulheres.

- **Formar 140 mil profissionais da rede pública de educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual por meio do Programa Gênero e Diversidade na Escola**

Análise Situacional da Meta

Conforme dados enviados pelo Ministério da Educação, em 2013 foi aprovada a oferta de 4975 vagas para o Programa Gênero e Diversidade na Escola, ou seja, este foi o total de vagas efetivamente abertas por universidades e institutos que tiveram seus projetos de curso aprovados. As universidades contempladas foram: FURG, IFES, UFAL, UFBA, UFC, UFF, UFG, UFLA, UFMA, UFMG, UFMT, UFPB, UFPI, UFPR, UFRGS, UFS, UFSCar, UFT, UTFPR.

Em 2012, foram ofertadas 2947 vagas pelas seguintes universidades: UFBA, UFAL, UFSC, UnB, UFES, UFLA, UFC, UFPE.

Em 2014, foram ofertadas 3100 vagas pelas seguintes universidades: UFRJ, UFF, FUFABC, UFTM, IFES, UNIFESP, UFSC, UFLA, UFPR, FUFTO e FURG.

Quantidade alcançada

11.022

Data de Referência

31/12/2014

- **Formar 40 mil gestoras e gestores em políticas públicas nas temáticas de gênero e relações étnico-raciais através do Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP-GR)**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados repassados pelo Ministério da Educação, em 2012, foram ofertadas 1690 vagas para o Programa Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (GPP- GR), por seis universidades, nos níveis de Aperfeiçoamento e Especialização. A carga horária variou de 300 a 420 horas.

Em 2013, oito universidades ofertaram 2120 vagas, na modalidade semipresencial nos níveis de Aperfeiçoamento e Especialização.

Em 2014, o curso foi ofertado apenas no nível de Especialização. Foram duas as universidades participantes, que ofereceram 375 vagas.

Quantidade alcançada

4.185

Data de Referência

31/12/2014

- **Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero - que contemplem as abordagens de classe social, raça-etnia, orientação sexual e geracional - em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR iniciou diálogo com o Ministério da Educação a respeito da elaboração de Orientações ou Diretrizes, na ocasião em que foi pactuado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O diálogo com o Ministério da Educação sobre a elaboração de Orientações ou Diretrizes Curriculares continua.

- **Fortalecer e ampliar a participação das mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR lançou edital de chamada pública com linhas de apoio dirigido à incorporação da diversidade das mulheres nas políticas públicas e também firmou convênios, em 2013, para apoiar iniciativas para o fortalecimento de mulheres negras, quilombolas, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais na formulação, implementação e utilização de políticas públicas por meio das organizações. Os convênios, que continuam em execução em 2014, foram firmados com:

- Organizações: THYDEWA (mulheres indígenas de 8 etnias da região nordeste nos estados de Alagoas, Bahia,

Sergipe, Pernambuco), Rede Mulheres Negras (mulheres quilombolas do Paraná), Fundação Apoio à Pesquisa de Tocantins – FAPTO (mulheres lésbicas e bissexuais de 5 cinco regiões) e Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do RS (jovens trabalhadoras rurais).

- Municípios: Prefeitura Municipal de Caxias - MA (mulheres jovens, lésbicas e negras)

Também em 2013, a SPM/PR apoiou a 6ª edição do Latinidades - Festival da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, com a mesa: Mulheres Negras Construindo a sua História. Esta edição teve como tema central arte e cultura negra – memória afrodescendente e políticas culturais na América Latina e Caribe. Em 2014, foi apoiada a 7 edição do Latinidades – Griôs das diáspora negra, realizado de 23 a 28 de julho de 2014 em Brasília.

Em parceria com a FUNAI, a SPM/PR realizou uma série de reuniões e oficinas com mulheres indígenas e, apoiou a construção do Espaço Nacional de Diálogo das Mulheres Indígenas. Em continuidade a estas atividades, foi promovida, em abril de 2014, a 1ª Oficina de Formação e Informação de Mulheres Indígenas – Espaço Nacional de Diálogo, que teve como um dos produtos uma cartilha "Oficina de formação e informação das mulheres indígenas", em parceria com a FUNAI (abril 2014).

Com a colaboração da coordenadora geral do projeto Promotoras Legais Populares e da Juíza Kenarik, realizou oficina de elaboração do Programa Promotoras Legais Indígenas, com o objetivo de contribuir para a formação de lideranças de mulheres indígenas. Esta iniciativa continua em negociação com a FUNAI para ser implementada nas regiões indígenas.

Também com o intuito de fortalecer a organização das mulheres indígenas e ampliar sua participação na formulação de políticas públicas, a SPM/PR, em conjunto com o CONSEA, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Secretaria Especial de Saúde Indígena, do Ministério da Saúde – SESAI/MS e outros órgãos, participou da organização para realização do Seminário Nacional de Mulheres Indígenas, Segurança Alimentar e Nutricional, em novembro de 2013. Com o mesmo objetivo, contribuiu na organização da 5ª Conferencia Nacional de Saúde Indígena, buscando impulsionar a participação das mulheres indígenas em todas as etapas da Conferência.

Também se deve destacar que, em 2014, foram recebidas as propostas de projetos a serem financiados no âmbito de Edital 05/2013, que priorizou indígenas e mulheres com deficiência.

Outra iniciativa relevante da SEPPIR, em articulação com a SPM, foi o Prêmio Lélia Gonzalez. O prêmio teve os objetivos de promover o reconhecimento das afro-brasileiras como protagonistas do enfrentamento ao racismo e ao sexismo, a articulação entre ações destinadas a esse público específico na sociedade civil e no âmbito governamental, bem como a disseminação de experiências inovadoras realizadas por organizações de mulheres negras. Foi realizada a seleção das organizações a serem premiadas e a premiação ocorreu no dia 22 de maio de 2014.

- **Realizar 4 edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero e lançar 2 Editais de chamada Pública para o Fomento à Pesquisa no Campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismo**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR e seus parceiros - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), o Ministério da Educação (MEC) e a ONU Mulheres - divulgaram, no dia 8 de março de 2013, os ganhadores da 8ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. O concurso bateu recorde de inscrição. Foram recebidas 5.134 inscrições sendo 304 da categoria Estudante de Graduação; 417 da categoria Graduado, Especialista e Estudante de Mestrado; 237 da categoria Mestres e Estudante de Doutorado; 4.100 da categoria Estudante do Ensino Médio, e 76 da categoria Escola Promotora da Igualdade de Gênero.

Esta edição contemplou diversos projetos, entre eles, destacaram- se: projeto com o tema mulheres no futebol e os preconceitos desse esporte, situações de homofobia e um projeto desenvolvido por uma professora que concluiu o curso do Gênero e Diversidade na Escola. Além disso, dentre as escolas premiadas, cinco são de cidades do interior do país (Arraial do Cabo-RJ; São José do Egito-PE; União da Vitória-PR; Uberlândia-MG; Gurupi-TO) e duas de capitais (João Pessoa-PB e Vitória-ES).

No período de 2011 a 2013, foram recebidos 8.911 artigos científicos de estudantes de ensino médio, 703 de estudantes de graduação; 865 de especialistas e estudantes de mestrado; 475 de mestres e estudantes de doutorado; além de 181

projetos pedagógicos de escolas de nível médio. A 9ª edição teve sua premiação realizada em junho de 2014, mesma data em que foi lançada a 10ª edição. Na 9ª edição, houve um decréscimo nas inscrições, em particular na categoria Estudante de Ensino Médio, com a queda de 63% em relação à 8ª edição, num total de 1430 inscrições. Uma provável explicação para isso é que a divulgação na 9ª edição não atingiu a mesma amplitude de divulgação junto às escolas de Ensino Médio que as edições anteriores. Assim, durante a vigência do PPA 2012-2015, a SPM/PR já realizou três edições do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Neste momento, a SPM tem discutido com seus parceiros a renovação do acordo para manutenção do Prêmio visto que o acordo inicial previa sua realização por 10 anos.

Em 2012, foi lançada a terceira edição do Edital Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, que teve por objetivo estimular e fortalecer a produção de pesquisas e estudos relacionados aos temas relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade. Esta Chamada reservou recursos específicos para pesquisas voltadas às temáticas das relações de gênero no campo e na floresta. Os projetos apoiados tiveram seus resultados apresentados em seminário promovido pela SPM e CNPq, em setembro de 2014. O objetivo foi discutir recomendações decorrentes das pesquisas realizadas para a melhoria das políticas públicas para mulheres.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 4 seleções públicas de iniciativas e projetos de, para e sobre mulheres, visando a produção e circulação de conteúdos culturais que desconstruam mitos e estereótipos de gênero**

Análise Situacional da Meta

No dia 02 de julho de 2013, foram lançados os editais de Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais e Prêmio Carmen Santos Cinema de Mulheres 2013 de incentivo a mulheres diretoras com projetos de filme sobre a temática de gênero. Em outubro foi publicado o resultado final do Prêmio Funarte. Houve mais de mil inscrições e dez projetos foram premiados. Cada premiada recebeu R$ 70 mil. O montante de recursos destinado ao edital foi de R$ 800 mil, voltados exclusivamente para pessoas do sexo feminino que contribuem para o reconhecimento das mulheres nas artes visuais. Os trabalhos selecionados promovem a prática de linguagens artísticas, a reflexão crítica e a profissionalização dos processos de gestão cultural. Os projetos abrangem realização de exposições, mostras, oficinas, intervenções urbanas, publicações, produção crítica e documental e seminários. No Prêmio Carmem Santos Cinema de Mulheres, foram investidos R$ 960 mil, para incentivar mulheres diretoras a produzirem filmes sobre igualdade de gênero. Foram recebidas 417 inscrições de trabalhos provenientes de todas as regiões do país. Em 2014, foi lançada a segunda edição do Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais. O valor do prêmio será de R$70.000,00 e serão contemplados dez projetos que tenham como objetivo um amplo conjunto de atividades ligadas às artes visuais que visem estimular a reflexão e experiência artística, além do compromisso com a formação de público, com a inclusão social e a sustentabilidade.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar e apoiar 4 seminários de abrangência nacional para discussão e divulgação da formação e produção do conhecimento sobre gênero e feminismo**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR apoiou o Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos, que foi realizado nos dias 16 a 20 de setembro de 2013, em Florianópolis (SC). O Seminário visava favorecer a articulação dos estudos de gênero com abordagens que envolvem outras categorias de análise como classe, raça, etnia e gerações; criar espaços de troca de experiências e diálogo entre investigadoras/es acadêmicas/os e aquelas/es ligadas/os a outras entidades e aos movimentos sociais; incentivar a participação de estudantes de graduação e de pós-graduação nas discussões

travadas no campo dos estudos feministas e de gênero, possibilitando uma formação mais qualificada na área, e produzir conhecimentos que possam resultar em material bibliográfico a ser publicado em livros e periódicos sobre o tema. Durante o evento houve a realização de 115 simpósios temáticos sobre gênero.

Além disso, foi realizado um seminário em Brasília-DF nos dias 22, 23 e 24 de Setembro para reunião dos pesquisadores contemplados no Edital "Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos", de 2012. Foram formados Grupos de Trabalho para trocas de experiências e apresentação de resultados entre pesquisadora/es dividida/os por área. Discutiu-se o diálogo das pesquisas com as políticas públicas voltadas para o fortalecimento das políticas de gênero.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar formações para lideranças de mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais sobre políticas públicas e acesso a seus direitos, em redes multiplicadoras articuladas ao enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e nas políticas afirmativas de promoção da igualdade de gênero, de raça/cor, etnia e de orientação sexual e identidade de gênero**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR lançou edital de chamada pública com linhas de apoio dirigido a formação e fortalecimento do protagonismo de mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais e transexuais sobre políticas públicas e acesso a seus direitos, firmando convênio em 2013, que continuaram em execução em 2014, com organizações como a Thydewa (Bahia) e a Rede de Mulheres Negras do Paraná, prefeituras e governos de estados, como a Prefeitura de Caxias, no Maranhão e a Prefeitura de Bataguassu, no Mato Grosso do Sul. Também foi apoiada iniciativa de enfrentamento a lesbofobia por meio de convênio com a Fundação de Apoio Científico e Tecnológico do Tocantins - FAPTO, no âmbito do projeto "Feminismos, Diversidade Sexual e Autonomia", que tem como objeto a formação política para 200 lideranças lésbicas e bissexuais, militantes das 5 regiões do Brasil, visando a ampliação da participação social e o protagonismo no controle e monitoramento de políticas públicas, e a promoção de intercâmbio de saberes intergeracionais e interregionais.

A SPM/PR também apoiou a 6ª edição do Latinidades - Festival da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, que teve como tema central arte e cultura negra – memória afrodescendente e políticas culturais na América Latina e Caribe. Em 2014, foi apoiada a 7ª edição do Festival Latinidades – Griôs das diáspora negra, realizado de 23 a 28 de julho em Brasília. O festival promoveu a realização de diversas conferências, mesas de debate, exibição de filmes e outras produções culturais de mulheres negras.

Foram formadas 100 lideranças de mulheres indígenas, em parceria com a FUNAI, por meio de uma série de reuniões e oficinas com mulheres indígenas. Em conjunto com o CONSEA, a FUNAI, a SESAI e outros órgãos, a SPM/PR participou da organização do Seminário Nacional de Mulheres Indígenas, Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrido em novembro de 2013. A SPM participou, em 2014, de evento formativo para uma comissão composta por 15 mulheres lideranças indígenas de diversas localidades, selecionadas pela FUNAI. Ainda em 2013, a SPM participou na Comissão organizadora da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (CNSI) esteve presente nas etapas distritais da 5ª CNSI da Bahia e do Leste de Roraima e reunião de articulação de lideranças mulheres destes distritos. Também houve reunião com Cacicas indígenas, na Bahia de junho a dezembro de 2013.

Ainda em parceria com a FUNAI, foi realizada oficina de elaboração do Programa Promotoras Legais Indígenas com o objetivo de contribuir para a formação de lideranças mulheres indígenas. Esta iniciativa continua em negociação com a FUNAI para ser implementada nas regiões indígenas.

Em 2014, a SPM firmou convênio com a organização da sociedade civil Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Coletiva, cujo objeto é a oferta do curso de Formação em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos -Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade - EGeS. Serão ofertadas 90 vagas para profissionais de todo o Brasil e 30 vagas para gestores/as de políticas para as mulheres e diversidade sexual,

vinculados aos mecanismos institucionais das esferas municipais, estaduais e federal e representantes dos movimentos sociais, com notória e comprovada atuação nos campos temáticos privilegiados pelo curso EGeS.

- **Realizar o Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciência, previsto para 2013**

  Análise Situacional da Meta

  O Encontro de Núcleos e Grupos de Pesquisa – Pensando Gênero e Ciência - estava programado para ocorrer em 2013. Entretanto, foi adiado e deverá ocorrer em 2015. O encontro pretende debater os seguintes pontos: 1) O Programa Mulher e Ciência: Resultados e Desafios; 2) Diretrizes Nacionais de Educação: Educação fundamental (formação de professores); Ensino Médio (a inserção das meninas nas Ciências Exatas); Educação no Campo; 3) Panorama do Ensino Superior; Gênero e Currículos: licenciatura e bacharelato; 4) Obstáculos e Estratégias da Carreira Científica no Feminino.

OBJETIVO: 0934 - Inserir o tema da igualdade entre mulheres e homens na agenda nacional e internacional para ampliação dos direitos das mulheres e efetivação da cidadania, por meio de ações de diversas áreas do governo e da sociedade sobre o novo papel social das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Em atendimento às diretrizes do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, que tem como um de seus capítulos o "Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão", a Secretaria de Políticas para Mulheres, cuja atuação é guiada pelo compromisso de combater as desigualdades de gênero, tem enfrentado este desafio de forma ampla, com base no entendimento de que a sub-representação das mulheres nos espaços de poder e decisão tem diversas causas. Portanto, as mudanças devem ser promovidas em variadas esferas sociais – culturais, legislativas e institucionais. Desta forma, há diversas ações sendo implementadas de diferentes tipos: a) ações de articulação política, em especial com a Bancada Feminina do Congresso Nacional, que visam potencializar os impactos das iniciativas da SPM ao agregarem-se importantes atores/atrizes e tomadores/as de decisão: Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, Plataforma Mais Mulheres no Poder: eu assumo esse compromisso e Campanha Nacional Mulher Tome Partido: Filie-se; b) ações de capacitação, que visam oferecer informações e análises sobre gênero, racismos, democracia e direitos humanos, com vistas a tornar mais mulheres – em diversas posições institucionais – aptas a discutir e combater as desigualdades sociais: projeto Mulher de Direito: Liderança e Poder na Política e Projeto de Capacitação a Distância em Democracia e Gênero; c) publicações que subsidiam o trabalho de gestoras e gestores públicos e incentivam a entrada de mulheres na política: "+ Mulher na Política: Mulher Tome Partido" e "Mais Autonomia, Igualdade e Cidadania para as Mulheres Brasileiras". Está também planejado, para 2015, um Seminário Internacional de partidos políticos, com vistas a debater a situação das mulheres no poder em diversos países e propostas de reforma política que busquem ampliar a presença de mulheres nos espaços públicos. A SPM iniciou ainda, em 2014, uma negociação com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para lançamento de uma campanha que visibilize a agenda "Mais Mulheres no Poder". Os produtos desta campanha – selo e carimbo – estarão disponíveis em 2015.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implementação da legislação eleitoral que visa à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR, em tratativas com o Tribunal Superior Eleitoral, pediu atenção e reafirmou monitoramento da Lei Eleitoral quanto ao percentual de cota das candidaturas das mulheres, ao tempo da propaganda eleitoral feminina, e investimento dos 5% do Fundo Partidário nas atividades de formação de mulheres. Além disso, acompanhou o Congresso Nacional na promulgação de uma minirreforma eleitoral pela qual foi incluído o Art. 93-A, que estabelece que "O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no período compreendido entre 1º de março e 30 de junho dos anos eleitorais, em tempo igual ao disposto no art. 93 desta Lei, poderá promover propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar

a igualdade de gênero e a participação feminina na política". A SPM, juntamente com as procuradorias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, promoveu uma agenda com o Procurador Geral da República. Tal demanda surgiu no contexto da 2ª reunião do Fórum de Instância de Mulheres de Partidos que ocorreu no Senado Federal em fevereiro de 2014.

A reunião com o Procurador Geral da República ocorreu em 20.03.14, e trouxe como discussão o cumprimento da legislação eleitoral quanto ao percentual mínimo de participação da mulher nas eleições de 2014. O lançamento da campanha “Mulher na Política” em março de 2014, pelo TSE, com apoio do Congresso Nacional, parece ter tido resultados consideráveis. Diversos partidos chegaram a ter suas candidaturas indeferidas por falta de cumprimento da cota. Grande parte dos pedidos de impugnação de candidaturas que o TSE recebeu foi devida ao fato de partidos ou coligações não terem apresentado o mínimo de 30% de candidaturas femininas exigido por Lei.

- **Apoiar discussão e implementação de Projeto de Lei que vise à ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado**

Análise Situacional da Meta

A SPM tem incentivado essa adoção, principalmente por meio do estímulo às empresas participantes do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça para adesão ao direito. O Programa impulsiona que as empresas proporcionem às trabalhadoras o direito à licença maternidade de 180 dias. Além disso, é estimulado que empresas ampliem a licença paternidade. Das empresas participantes do Programa, 66 já ampliaram a licença maternidade para 180 dias e 31 estenderam a licença paternidade.

- **Apoiar e subsidiar o debate sobre a Reforma Política tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Políticas para as Mulheres realizou duas reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos para avaliar o processo eleitoral de 2012 e discutir estratégias para a ampliação das mulheres nos espaços políticos. Também realizou uma reunião do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos com a bancada feminina do Congresso Nacional para discutir a Campanha Nacional de filiação de mulheres nos partidos políticos com vistas a estarem aptas a concorrerem nas eleições de 2014.

Atualmente as mulheres representam 51,5% da população. Porém, nas eleições de 2010, apenas 45 mulheres foram eleitas deputadas federais, representando 8,77% das cadeiras da Casa. No Senado, foram eleitas sete mulheres das 54 vagas preenchidas naquele ano, o que representou apenas 12,99% do total. A configuração do Parlamento após as eleições de outubro de 2014 apresenta um pequeno aumento de mulheres em números absolutos. Foram eleitas 51 deputadas federais nesse último pleito e 5 mulheres para o Senado Federal. Nas eleições de 2010 foram eleitas 45 deputadas e 7 senadoras. As mulheres comporão apenas 9,94% da Câmara (de um total de 513 cadeiras) e 13,58% do total de cadeiras (81) no Senado Federal. Na Legislatura anterior, as mulheres deputadas representavam um percentual de 8,8% e no Senado formavam 13%. Apesar de ter ocorrido um pequeno aumento nas taxas, não se pode considerar suficiente para equilibrar a representação de homens e mulheres no Parlamento brasileiro.

Visando minimizar esse problema, em setembro de 2013, a Bancada Feminina do Congresso Nacional, com apoio da SPM/PR, lançou a campanha Mulher Tome Partido: Filie-se. O objetivo é aumentar em 20% o número de mulheres filiadas e em 30% a representação feminina na Câmara e no Senado para as próximas eleições. Também em setembro, para promover a ampla divulgação do direito ao voto e participação política de homens e mulheres, foram apoiadas campanhas informativas que garantam a escolha livre e consciente.

Em dezembro de 2013, foi lançada a publicação “+ Mulher na Política: Mulher Tome Partido” (Iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher/Senado Federal, apoio da Secretaria da Mulher na Câmara, Bancada Feminina na Câmara dos Deputados e SPM-PR).

O projeto Mulher de Direito: Liderança e Poder na Política, em curso, realizado pelo Instituto de Defesa dos Direitos Humanos – IDDEHA - está formando 60 mulheres no Estado do Paraná.

A SPM apoiou o Projeto de Capacitação a Distância em Democracia e Gênero, em curso, realizado pelo Instituto

Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, que está formando 1.000 gestoras e vereadoras.

A SPM promoveu a realização de três reuniões do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos em 2014, que aconteceram em 30/01/14, na SPM, em 12/02/14, no Senado Federal, e em 09/12/2014, na SPM. Estiveram presentes nessas reuniões mulheres representantes de partidos políticos, representantes da Procuradoria da Mulher no Senado Federal e Bancada Feminina da Câmara dos Deputados.

- **Constituir estratégia para aprovação e implementação do Projeto de Lei que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas reuniões com representantes da bancada parlamentar e órgãos do Executivo, visando impulsionar encaminhamentos do PL nº 4857/2009, projeto chamado de "Lei da Igualdade", que cria mecanismos para coibir e prevenir a discriminação contra a mulher. Apesar de esforços de vários Deputados, segue sem apreciação. A SPM/PR tem atuado junto ao Congresso Nacional, em especial com a bancada feminista, no intuito de avançar a pauta. O tema foi objeto de discussão da série "Encontro com Mulheres Sindicalistas: Diálogos sobre o mundo do trabalho - Desafios para a Autonomia Econômica das Mulheres", promovida pela SPM, em dois encontros em 2014, com a participação das secretarias de mulheres dos sindicatos, como Central Única dos Trabalhadores, União Geral dos Trabalhadores, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Sindicato dos Bancários, entre outros.

- **Criar Grupo de Trabalho no âmbito da SPM para elaboração de propostas e contribuições de políticas de atendimento específico às mulheres idosas**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2013, o Brasil tem 26,3 milhões de pessoas idosas (com 60 anos ou mais de idade), das quais 55,5% são mulheres. Com o objetivo de propor um caminho para um envelhecimento com qualidade, a SDH busca, em parcerias com outros Ministérios e órgãos, implementar ações e ferramentas adequadas e medidas concretas que favoreçam a promoção da inclusão e independência da pessoa idosa pelo maior tempo possível. A SPM passou a integrar o Comitê Interministerial "Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo", instituído pelo Decreto nº 8.144, de 30 de setembro de 2013, com o objetivo de mapear e planejar as políticas públicas voltadas ao atendimento da população idosa no país. Em Brasília, nos dias 30 e 31 de julho de 2014, foram realizados o II Encontro de Promotores, Delegados e Defensores e o III Fórum Nacional de Gestores/as Estaduais em Direitos da Pessoa Idosa. Neste evento, a Coordenação Geral dos Direitos do Idoso/SDH, em conjunto com a SPM, apresentou o mapeamento de políticas do governo federal para a população idosa.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver ações integradas voltadas para o tema das mulheres lésbicas e bissexuais, com ênfase no desenvolvimento e implementação de estratégias de apoio à discussão das propostas de políticas públicas que garantam direitos e proteção à população LGBT**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em articulação junto à Universidade de Brasília (UnB), à Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR), ao Ministério da Saúde (MS) e à Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal (SEM-DF), apoiou e realizou um conjunto de ações para debater políticas de promoção da cidadania lésbica e pela livre orientação: Seminário Visibilidade Lésbica, realizado na UnB. Além disso, integrou o Grupo de Trabalho que elaborou proposta de Sistema Nacional de promoção de direitos e enfrentamento à violência contra LGBT. Também realizou Oficina com Gestoras Estaduais de Políticas para Mulheres sobre as políticas para a diversidade LBT, em julho de 2013, e participou do Encontro Nacional de Gestoras e Gestores de Políticas Públicas para LGBT, dias 04, 05 e 06 de setembro de 2013, bem como da Roda de Conversa sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT- Conquistas e Desafios, no Curso Regional de Formação de Lideranças LGBT para o Controle Social no SUS, regiões S/SE/CO e, ainda, organizou, junto com o MS, o Seminário Nacional de Políticas Públicas para LGBT, em novembro de 2013. Além disso, integra o

Conselho Nacional de Combate à Discriminação contra LGBT e participou da comissão organizadora do Seminário de Avaliação do curso de formação de lideranças LGBT e o controle social no SUS, realizado no dia 07 de agosto de 2014, que teve por objetivo avaliar os Cursos de formação de lideranças/ativistas para o exercício do controle social com vistas ao acompanhamento e monitoramento da execução da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, realizados em 2013 e 2014.

- **Divulgar e fortalecer a implementação dos compromissos internacionalmente assumidos, entre eles, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) e seu Protocolo Facultativo (2000); os Princípios e o Plano de Ação de Cairo (1994); a Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing (1995); a Declaração e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000); a Declaração e a Plataforma de Ação de Durban (2001); a Convenção Interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994); e o Consenso de Brasília, aprovado na XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe (2010)**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem trabalhado no sentido de divulgar e fortalecer os compromissos assumidos internacionalmente pelo Brasil no campo dos direitos das mulheres. A respeito, destaca-se a participação ativa de delegações brasileiras em foros internacionais, como a 58ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW/ONU), que teve como tema prioritário "Desafios e avanços na aplicação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para mulheres e meninas", em que a SPM liderou a participação do País. Foi entusiasta e proativa a atuação do Brasil na 47ª Sessão da Comissão de População e Desenvolvimento das Nações Unidas que, no contexto da comemoração do 20º aniversário da Conferência do Cairo, teve como tema "Avaliação do estado da execução do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento". A SPM, integrante da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, chefiou a delegação brasileira na defesa de não aceitar retrocessos na linguagem acordada anteriormente, em particular em relação à saúde e direitos sexuais e reprodutivos. O País segue colaborando com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e grupo de países afins, no sentido de fazer avançar a agenda internacional nesses temas. Em resposta às recomendações feitas pelo Comitê CEDAW ao 7º Relatório Periódico Nacional, foram apresentadas as ações desenvolvidas pelo Governo brasileiro nos últimos dois anos, relacionadas ao tráfico de pessoas e ao acesso das mulheres a serviços de saúde, bem como de redução da mortalidade infantil. A SPM foi responsável, ainda, pela elaboração do Relatório "Beijing + 20", que relata os avanços na implementação da Plataforma de Ação de Beijing nos últimos 5 anos. E participou ativamente da I Conferência Extraordinária de Estados partes da Convenção do Belém do Pará.

- **Estimular a ampliação do número de mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis considerando as mulheres negras e indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, mais de 6.000 exemplares da publicação "Mais Mulheres no Poder Plataforma 2012" foram distribuídas no Encontro Nacional de Prefeitos, realizado em janeiro de 2013.

No segundo semestre, este material foi atualizado para ser lançado novamente em 2014 como plataforma das mulheres. Em dezembro de 2013, a proposta da Plataforma 2014 (Mais Mulheres no Poder) foi enviada para as representantes do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, a fim de que contribuíssem para o documento final. Em 18.03.14, foi lançada a Plataforma "Mais Mulheres no Poder", uma realização da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/PR, em parceria com as Procuradorias da Mulher do Senado e da Câmara dos Deputados, Bancada Feminina da Câmara dos Deputados, e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Entre os meses de março e junho de 2014, a SPM-PR fez a distribuição de 30.000 exemplares da publicação para representantes do Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos, Congresso Nacional e Gestoras de Organismos de Políticas para as Mulheres estaduais e municipais.

- **Estimular a participação das mulheres nos espaços de liderança política e de decisão no âmbito dos partidos políticos, das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos, conselhos de natureza diversa e diversos tipos de associação**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em parceria com Secretarias da Mulher do Senado Federal e Câmara dos Deputados, promoveu uma campanha para filiação partidária de mulheres de agosto a outubro de 2013. Em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, a SPM/PR promove a continuidade da Campanha Mais Mulheres no Poder. No segundo semestre de 2013, foi reformulada a publicação "Mais Mulheres no Poder: Eu Assumo esse Compromisso". Lançamento da Plataforma "Mais Mulheres no Poder", e campanha de distribuição e divulgação de março a junho de 2014. Estabelecidas parcerias entre a SPM e as procuradorias da Mulher do Senado Federal e Câmara dos Deputados.

- **Estimular a presença de mulheres em posição de chefia e direção no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR assume o compromisso com a autonomia econômica e a igualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho, que constam nos princípios e diretrizes da política nacional para as mulheres, considerando a diversidade de raça e etnia, em conformidade com as recomendações das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e expressas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, por exemplo, procura estimular a ampliação da presença das mulheres em posições de chefia e direção no mercado de trabalho. A avaliação dos resultados do programa mostrou que as empresas participantes da 4ª edição apresentaram distorções menores entre a participação de mulheres e homens nos cargos de chefia na comparação com a média das demais empresas. As mulheres nos cargos de alta direção das 83 empresas participantes do programa representam 29,8% do total de ocupantes, superior aos 6% constatados pela PNAD.

- **Fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, com vistas a ampliar as políticas de igualdade implementadas pela ONU e nos países que a integram**

Análise Situacional da Meta

Para fortalecer a parceria com a ONU Mulheres, a SPM deu continuidade ao Projeto de Cooperação Técnica, iniciado em 28 de dezembro de 2007. Em 2013, foram concluídas várias consultorias no âmbito desse projeto, dentre as quais se destaca a do levantamento de indicadores para a formulação do Relatório Anual Sócioeconômico da Mulher – RASEAM, bem como outras duas Consultorias para a reformulação da página da internet do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (novo site). No segundo semestre de 2013, a SPM e a ONU Mulheres decidiram renovar o Projeto de Cooperação Técnica para o período de 2014 a 2016. No ano de 2014, foram concluídos 14 processos de contratação de consultores pelo PRODOC. Além do PRODOC, também no ano de 2014, a ONU Mulheres colaborou com a SPM no lançamento do "Click 180" e no prêmio "Construindo Igualdade de Gênero". Foram organizados em conjunto pelas duas instituições seminários sobre Feminicídio com a presença de deputados de outros países. Foi concluído em 2014 o projeto: "Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras", parceria com sete ONGs feministas (SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfemea; Coletivo Leila Diniz; Cunhã Coletivo Feminista; Geledés Instituto da Mulher Negra; Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano; e Instituto Patrícia Galvão) e resultante de uma doação do Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG), da ONU Mulheres, que tem como objetivo fortalecer o PNPM, a produção e a disseminação de dados pelo Observatório e fortalecer o movimento feminista e de mulheres. O projeto está em curso desde 2011, sendo que a participação da SPM se encerrou em 2013. As atividades do consórcio da sociedade civil se mantiveram até 2014, ano de encerramento do projeto.

- **Fortalecer os mecanismos regionais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, Comissão Interamericana de Mulheres e Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria de Políticas para as Mulheres tem atuado permanentemente nos foros regionais no sentido de fortalecer as instâncias de representação dos mecanismos governamentais de políticas para as mulheres, a exemplo da Reunião de Ministras e Altas Autoridades do MERCOSUL - RMAAM e da Conferência Regional sobre a Mulher da América

Latina e Caribe. Em novembro de 2013, a SPM participou da IV RMAAM, em Caracas, que aprovou as Diretrizes de uma Política de Gênero do Mercosul. No primeiro semestre de 2014, ainda sob a PPTV, participou da Oficina "As mulheres e a igualdade de gênero na área socioprodutiva do Mercosul", que integrou diferentes instâncias do bloco em busca de soluções de trabalho conjunto. Em 2014 foi reativada a Reunião de Ministras da Mulher da CPLP que, em seu terceiro encontro, realizado em Maputo, sob o tema "Os Desafios na Prevenção e Eliminação da Violência Baseada em Gênero", lançou a Campanha "Contra a violência, eu dou a cara". No âmbito da CEPAL, o Brasil participou, na qualidade de Vice-Presidente, da 50ª Reunião da Mesa Diretora da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe. O Brasil tem participado ativamente das negociações de uma Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 e na elaboração de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), na defesa da inclusão de um objetivo específico de gênero, assim como da transversalidade do tema em toda a agenda. Merece registro a conclusão do processo de reparação (indenização financeira e reparação simbólica) das familiares da Senhora Alyne Pimentel, em cumprimento da recomendação do Comitê CEDAW contida na Comunicação nº 17/2008 (CEDAW/C/49/D/17/2008), de 10 de agosto de 2011. A decisão demonstra o compromisso do Estado brasileiro com o direito internacional, ao assumir a responsabilidade por não ter cumprido sua obrigação de garantir ação judicial e proteção eficazes à falecida Alyne Pimentel, especialmente à luz da ausência de decisão sobre a ação cível ajuizada, em fevereiro de 2003. Em 2014, a SPM participou de 6 importantes reuniões regionais: em abril houve o I Fórum de Mulheres Líderes dos Países da Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), no Peru; em maio, participou da 50ª Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe/ Cepal; em outubro, participou da 1ª Conferência Extraordinária de Estados Partes da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher com a 4ª Sessão Ordinária da CIM; em novembro, houve a I Reunião da Mesa Diretora da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento, a 5ª Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL (RMAAM) e por fim, a 51ª Reunião da Mesa Diretora da Mulher da América Latina e o Caribe.

- **Realizar 5 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram realizadas 3 reuniões do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, das quais duas no primeiro semestre e uma no segundo semestre. Participaram em torno de 32 representantes de instâncias de poder dos partidos políticos em cada reunião. As pautas dos Encontros foram voltadas à discussão de ampliar a presença de mulheres em espaços de poder e decisão.

No primeiro semestre de 2014, foram realizadas 02 reuniões do Fórum e feito o lançamento da Plataforma Mais Mulheres no Poder: Eu Assumo esse Compromisso". Participaram das reuniões 31 representantes de partidos.

30/01/14: 1ª Reunião do Fórum nacional de Mulheres de Instâncias de Partidos Políticos

12/02/14: 2ª Reunião do Fórum nacional de Mulheres de Instâncias de Partidos Políticos- Senado Federal

(participação de representantes do Fórum e da Sub-procuradora da República Ela Wiecko) 18/03/14: Lançamento da plataforma "Mais Mulheres no Poder: eu assumo esse Compromisso"- Câmara dos Deputados.

A 3ª reunião do Fórum em 2014 aconteceu no segundo semestre, dia 09/12/2014, e contou com a presença de 14 representantes de partidos, além de demais participantes que somaram mais de 20 presentes. Esteve também presente à reunião a Ministra de Estado da SPM. Essa reunião fechou os trabalhos de 2014 e teve como pauta o balanço das eleições de 2014, no tocante à participação da mulher, bem como a apresentação de agenda para 2015.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

O tratamento das questões de gênero, pela sua natureza transversal, perpassa uma série de Programas Temáticos do PPA 2012-2015, reunindo ações, medidas e políticas nas áreas da educação, saúde, assistência social, trabalho e emprego, agricultura familiar e reforma agrária, cidadania e justiça, entre outras. Essa transversalidade pode ser vista na Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres. As Agendas Transversais são documentos que reúnem o conjunto dos compromissos de governo relativos a temas de natureza transversal e multissetorial. Ou seja, são formas alternativas de organização das informações contidas no Plano, proporcionando outra perspectiva para o seu monitoramento. A Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres foi atualizada em 2013 para incorporar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), lançado em março de 2013.

O PNPM para o período 2013-2015 congrega 407 ações e para sua elaboração foi preciso um amplo processo de pactuação com todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no Plano. Um importante espaço para a realização das pactuações foi o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, espaço de articulação, acompanhamento e disseminação de conhecimento relativo às políticas para as mulheres e à construção da igualdade de gênero, viabilizando à SPM a execução de sua responsabilidade de coordenadora horizontal (ou transversal) da Política de Gênero no Governo Federal. Em 2012, o Comitê foi reformulado e atualmente é composto por membros efetivos de 32 órgãos governamentais, além de três representações do Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM.

Para fortalecer a perspectiva de gênero nas políticas públicas em todos os órgãos de governo é imprescindível que a institucionalidade dessa temática seja garantida na rotina desses órgãos. Por essa razão, a SPM/PR vem trabalhando no intuito de ampliar o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal. Nesse sentido, lançou o documento “Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais” e realizou, em agosto, um seminário de capacitação dos mecanismos.

Outra estratégia para aumentar a efetividade das políticas públicas para as mulheres é a criação de Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres (OPM) em todo o país, nos governos estaduais e municipais, política incentivada pela SPM/PR. A instalação de OPM nos diversos níveis de governo reflete a disseminação e ampliação do compromisso com as políticas para as mulheres, e promove capilaridade e articulação interfederativa. Em 2013, atingiu-se a marca de 25 OPM estaduais (incluindo o Distrito Federal) e 603 OPM municipais. Em 2014, a quantidade de OPM chegou a 700.

O principal instrumento de participação e controle social sobre as políticas públicas para as mulheres é o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, integrante da estrutura da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% a Cobertura Municipal dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  A ampliação de 50% na cobertura municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher tem como um dos principais entraves as limitações orçamentárias dos municípios, ao lado das questões locais de natureza política que criam prioridades concorrentes com a meta proposta.

  Em consonância com o Planejamento Estratégico (2013-2014), o CNDM criou uma rede virtual dos Conselhos dos Direitos das Mulheres (estaduais e municipais) do país, que integra as conselheiras nacionais, representantes de entidades da sociedade civil. Em 2013 a rede era composta por 260 integrantes. Em 2014, a rede contabilizou 271 dos Conselhos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, representando um aumento de, aproximadamente, 4,2% em relação ao ano anterior.

  De acordo com dados levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2011, havia 872

Conselhos Municipais de Políticas para as Mulheres. Os dados da Munic 2013 (IBGE) apontam a existência de 976 Conselhos Municipais de Direitos da Mulher, sendo 94 na Região Norte, 312 no Nordeste, 296 no Sudeste, 191 na Região Sul e 83 no Centro-Oeste. Ou seja, houve um aumento de, aproximadamente, 12% em relação a 2011.

Quantidade alcançada

11,92

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 1.000 o número de municípios com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em outubro de 2013, já havia 680 organismos governamentais de políticas para mulheres. Em 2014, chegou-se a 700 OPM, dentre os quais 25 estão nos governos estaduais e do Distrito Federal, 25 nas capitais e 650 em outros municípios.

Para subsidiar os novos gestores públicos, a SPM elaborou e distribuiu 30.000 exemplares da publicação Mais Autonomia, Igualdade e Cidadania para as Mulheres Brasileiras.

A SPM realizou, durante o Encontro Nacional com Prefeitos e Prefeitas Eleitas, um momento de sensibilização para a temática de gênero com prefeitas e vice-prefeitas, no qual participaram em torno de 1.500 autoridades municipais. Em setembro e novembro, realizaram-se videoconferências com estados e capitais para discussão de projetos em curso, avanços e expectativas para as novas gestões locais (municípios), participação dos Organismos Executivos de Políticas para as Mulheres – OPM junto ao Comitê da Copa local, além dos Encontros Regionais.

No Edital nº. 002/2013, a SPM priorizou a criação e Fortalecimento de Organismos de Políticas para as Mulheres. Na seleção, estão sendo apoiados em torno de 25 Organismos de Políticas para as Mulheres em municípios e estados de maneira direta e em torno de 50 de maneira indireta.

Em outubro de 2013, foi realizado o Encontro do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres (participaram quase 200 gestoras de OPM).

Como estratégia para ampliação e fortalecimento dos OPM, a SPM/PR lançou o Edital nº 05 de 2013, para apoio orçamentário de 2014. A Secretaria priorizou projetos de municípios localizados em territórios da cidadania, que aderiram ao Programa Juventude Viva e que apresentaram como objetivo a estruturação de seus organismos. Foram aprovados 15 projetos voltados à estruturação e fortalecimento de OPM. A SPM também realizou, nos meses de abril e maio de 2014, cinco “Encontros Regionais de Organismos de Políticas para as Mulheres”, nas cidades de Belém, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia. O objetivo desses encontros foi fortalecer o diálogo e promover a aproximação entre gestoras de OPM. Os encontros contaram com a participação de 353 gestoras de OPM. Essa iniciativa também favoreceu a divulgação das políticas para as mulheres nas regiões.

Quantidade alcançada

700

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 1.000 o número de municípios com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

De acordo com o IBGE (Munic. 2013), 250 municípios contam com Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, sendo 86 com previsão legal e 164 sem previsão legal. A distribuição regional dos municípios com Plano é: 24 no Norte, 122 no Nordeste, 49 no Sudeste, 34 no Sul, 21 no Centro-Oeste.

A SPM tem incentivado os Organismos Governamentais de Políticas para Mulheres a formular e compartilhar seus planos municipais de políticas para mulheres. Em Encontro do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, realizado em outubro de 2013, enfatizou-se a discussão desse tema junto às participantes.

Há previsão de se obterem dados mais atuais e completos por meio de pesquisa junto a todos os Organismos de Políticas para Mulheres, que será financiada pelo Acordo de Cooperação com a ONU Mulheres. Essa pesquisa

permitirá compreender o perfil institucional dos OPM, além dos métodos de elaboração e utilização dos planos. Os termos de referência para contratação dos pesquisadores encarregados da pesquisa foram lançados no segundo semestre de 2014.

Quantidade alcançada

250

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 10 o número de mecanismos de gênero nos órgãos do Governo Federal com prioridade para os representados no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, bem como estimular o aprimoramento e fortalecimento dos mecanismos já existentes**

Análise Situacional da Meta

Houve avanços mediante esforços da SPM para articulação com os demais órgãos governamentais. Em 2011 foram contabilizados sete Mecanismos no Governo Federal. Hoje temos 15 órgãos governamentais com Mecanismos de gênero, o que representa um aumento de 114% no número desde 2011, são eles: 1. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA: Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia para a Diretoria de Mulheres Rurais e Quilombolas (Decreto nº 7.255/2010). 2. Ministério de Minas e Energia - MME: Comitê Permanente para as questões de Gênero (funciona ativamente desde 2004 mas não tem instrumento normativo que o institui, embora tenha Regimento Interno). 3. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS: Comitê Permanente para as Mulheres e Gênero (Portaria n. 381/2009). 4. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE: Comissão de igualdade de oportunidades de gênero, de raça e etnia, de pessoas com deficiência e de combate à discriminação (Portaria nº 219/2008). 5. Ministério da Saúde - MS: área técnica de saúde da mulher (PNAISM).

6. Ministério do Meio Ambiente - MMA: Comitê Interno de Gênero (Portaria nº 25/2008 e Portaria nº 287/2012). 7. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA: Comitê de Políticas para as Mulheres e de Gênero (Portaria nº 806/2013). 8. Ministério da Defesa – MD: Portaria nº 893 MD, de 14 de abril de 2014 (publicada dia 15/04/2014) 9. Ministério das Comunicações – MC: nº 173, de 10 de junho de 2014 (publicada no dia 20/06/2014). 10. Ministério das Relações Exteriores – MRE: Comitê Gestor de Gênero e Raça (Portaria nº 491, de 12 de setembro de 2014). 11. Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA: Comitê de Gênero (Portaria nº 361, de 11 de setembro de 2014). 12. Fundação Nacional do Índio - Funai: Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais (Portaria nº 26/2007). 13. IPEA: Coordenação de Estudos de Gênero na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) 14. Banco do Brasil- BB: divisão dentro de gestão de pessoas que trata de temas como igualdade de oportunidades de gênero, raça, etnia. 15. Caixa Econômica Federal – CAIXA: gerência de relacionamento com o empregado dentro de gestão de pessoas, que trata de temas relacionados à igualdade de gênero.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 27 o número de estados com Organismo Executivo de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o número de estados com Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres manteve-se em 25 (incluindo o DF). Apenas Roraima e Paraná ainda não têm Organismos Estaduais de Políticas para Mulheres. A SPM tem realizado encontros regionais e também nacionais com gestoras de OPM. Além disso mantem-se um diálogo permanente com os estados e municípios por meio de webconferências, no intuito de divulgar a importância das políticas para as mulheres. Ocorre que há uma variação constante no quantitativo de OPM, provocada, especialmente, por mudanças na gestão local. Cabe destaque, no processo de ampliação de OPM, o Fórum de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, que tem servido de importante mecanismo para ampliação da

quantidade de OPM, se considerado seu papel multiplicador de informações. Deve-se citar ainda que a SPM/PR elaborou, e lançou em 2015, uma publicação de passo a passo para criação de Organismos de Políticas para as Mulheres. Além disso, está em discussão a criação de um curso on-line para capacitação das novas gestoras de políticas para as mulheres.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 27 o número de estados com Plano Estadual de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Segundo o "Perfil dos Estados Brasileiros 2013", publicação do IBGE, doze estados têm planos estaduais de políticas para mulheres, quais sejam: Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. A SPM tem realizado encontros regionais e também nacionais com gestoras de OPM, com o intuito de ajudá-las na formulação, no planejamento e acompanhamento dessas ações. É importante também destacar que o PNPM tem servido de orientador para que as gestoras de OPM formulem seus planos estaduais de políticas para as mulheres. Os estados que ainda não possuem plano de políticas para as mulheres são convidados para esses encontros, participam das webconferências e mantêm diálogo permanente com a SPM-PR por meio do Fórum de OPM. Ainda, a SPM/PR elaborou, e lançou em 2015, uma publicação de passo a passo para criação de Organismos de Políticas para as Mulheres. Além disso, está em discussão a criação de um curso on-line para capacitação das novas gestoras de políticas para as mulheres.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver e implementar um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero para subsidiar a formulação de políticas públicas e promover a transparência dos gastos públicos e a participação social**

Análise Situacional da Meta

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero tem feito avanços importantes na área de monitoramento e disseminação de indicadores de igualdade de gênero, que poderão subsidiar a constituição futura de um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero propriamente dito. O principal produto gerado no período é o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM, instituído por meio da Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010, sob responsabilidade da Secretaria de Políticas para as Mulheres, como definido no Decreto nº 8.131. O RASEAM compila e analisa anualmente uma série de indicadores sociais relativos ao perfil demográfico e socioeconômico das mulheres brasileiras. Trata-se de um documento de referência - descritivo e analítico - relevante para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas para as mulheres, promover a participação e controle sociais, além de promover a garantia dos direitos das mulheres. A primeira edição do RASEAM foi publicada ao final de 2013 e está disponível no sítio eletrônico: http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/raseam-interativo

A segunda edição do RASEAM foi publicada em março de 2015.

Também no sentido de qualificar os dados e estatísticas brasileiros no que tange à igualdade de gênero e as políticas para as mulheres, a SPM/PR firmou termo de cooperação com o IBGE para o aperfeiçoamento e replicação do bloco sobre a institucionalização das políticas de gênero na Pesquisa de Informações Municipais (MUNIC) de 2013. A pesquisa foi a campo e seus resultados foram divulgados no primeiro semestre de 2014. Ainda no âmbito deste termo de cooperação, também foi incluído o bloco de gênero na pesquisa sobre informações básicas dos Estados, a ESTADIC, que foi a campo em 2013 cujos resultados também foram publicados no primeiro semestre de 2014. Para que se possa falar de um Sistema Integrado de Dados e Indicadores de Igualdade de Gênero, se faz necessária a aquisição de equipamentos capazes de rodar dados, a capacitação da equipe técnica para o tratamento dos programas de

análise de dados e a construção de uma plataforma digital que permita a atualização dos dados e gráficos de forma instantânea. Até o final de 2015, o Observatório pretende garantir o funcionamento de sua nova plataforma digital, de modo a garantir a veiculação dos subsídios à formulação de políticas públicas e à participação e ao controle social. Mas, ainda será necessário o cumprimento das demais etapas para que a SPM disponibilize o Sistema Integrado.

- **Disponibilizar, para 10% dos organismos governamentais de políticas para as mulheres existentes, equipamentos de informática, acesso à internet e capacitação**

Análise Situacional da Meta

No Edital nº. 002/2013, a SPM priorizou a criação e Fortalecimento de Organismos de Políticas para as Mulheres. Na seleção, foram apoiados em torno de 25 Organismos de Políticas para as Mulheres em municípios e estados de maneira direta e em torno de 50 municípios de maneira indireta.

No segundo semestre de 2013, foi publicado o Edital º 05/2013, para apoio ao fortalecimento de organismos governamentais de políticas para mulheres (prioridade para propostas de OPM localizadas nas regiões dos Territórios da Cidadania e Juventude Viva). Foram aprovados 35 projetos nas áreas de estruturação física dos OPM e ações de fortalecimento de políticas para as mulheres voltadas à educação, saúde, diversidade e poder. Muitos dos projetos apoiados tratam de capacitação e aprimoramento da infraestrutura visto que o edital contemplou na ação de estruturação e apoio para equipamentos de informática.

Com isso, tem-se um total de 60 projetos apoiados, o que corresponde a 8,6% dos 700 OPM existentes.

Quantidade alcançada

8,6

Data de Referência

31/12/2014

- **Estruturar, implementar e consolidar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação da Política Nacional para as Mulheres que agregue o atual Sistema de Acompanhamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SIGSPM), garantindo os ajustes necessários**

Análise Situacional da Meta

O Monitoramento e a Avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM se apoia integralmente no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. Os membros do comitê são responsáveis por acompanhar as ações em seus respectivos órgãos e sensibilizar os preenchedores do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, para que as informações apareçam na Agenda Transversal Políticas para as Mulheres. Desse modo, a partir de 2012 o relatório de monitoramento e avaliação do PNPM é extraído diretamente do SIOP e está disponível no aplicativo www.ppamaisbrasil.planejamento.gov.br.

- **Fortalecer a articulação nacional e regional dos organismos executivos de políticas para as mulheres através do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foram realizadas duas reuniões e uma videoconferência com as gestoras estaduais de políticas para as mulheres e uma videoconferência com as gestoras de políticas para as mulheres das capitais. No segundo semestre, realizaram-se videoconferências com Estados e Capitais (Discussão em torno das ações empreendidas localmente, edital nº 05, Copa do Mundo 2014 no intuito de iniciar a discussão sobre a participação dos OPM junto ao Comitê da Copa local, além dos Encontros Regionais). A SPM/PR elaborou, e lançou em 2015, uma publicação de passo a passo para criação de Organismos de Políticas para as Mulheres. Além disso, está em discussão a criação de um curso on-line para capacitação das novas gestoras de políticas para as mulheres.

O Encontro Anual de OPM, realizado em outubro de 2013, teve um papel importante na continuidade do diálogo entre a SPM e gestoras desses Organismos. No decurso de 3 dias de evento, do qual participaram quase 200 gestoras, foram discutidas as seguintes questões: 1) Papel dos Organismos de Políticas para as Mulheres na elaboração de planos, programas e projetos com perspectiva de gênero; 2) A importância dos OPM no fortalecimento e implementação das políticas governamentais para as mulheres; 3) Reconhecimento das diversas realidades e adaptação das políticas aos diferentes contextos.

A SPM conta ainda como agenda com os OPM a realização de videoconferências. Em 26.03.14 foi realizada a primeira do ano, com a presença de gestoras estaduais e capitais. O segundo evento, em formato de web conferência, ocorreu em 05 de novembro de 2014. Esses eventos foram propostos com o objetivo de manter a permanente articulação e diálogo com as gestoras estaduais e municipais. A SPM também realizou, nos meses de abril e maio de 2014, cinco "Encontros Regionais de Organismos de Políticas para as Mulheres", nas cidades de Belém, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Goiânia. O objetivo desses encontros foi fortalecer o diálogo e promover a aproximação entre gestoras de OPM. Os encontros contaram com a participação de 353 gestoras de OPM. Essa iniciativa também favoreceu a divulgação das políticas para as mulheres nas regiões.

- **Fortalecer o diálogo e parceria com os institutos de produção de dados e indicadores no âmbito do Comitê de Gênero e Uso do Tempo**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, o Comitê de Gênero e Uso do Tempo – CGUT realizou doze reuniões que envolveram, entre outros temas, a realização da 35ª Conferência IATUR em 2013. A 35ª Conferência Internacional 'O valor do tempo: debatendo as desigualdades sociais' ocorreu entre os dias 7 e 9 de agosto de 2013 no Rio de Janeiro. O encontro reuniu especialistas de 38 países da África, América, Ásia, Europa e Oceania, e institutos de produção de dados e indicadores, com foco na apresentação de estudos estatísticos e acadêmicos sobre o gênero e uso do tempo e sua contribuição para a formulação e implementação de políticas públicas. Além disso, o CGUT voltou sua atenção para a incorporação ampliada de indicadores sobre atividades domésticas e de cuidado e jornada dupla de trabalho nas pesquisas do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares do IBGE. Nas quatro reuniões ocorridas em 2014, foram elencados e debatidos os seguintes temas que permeiam as questões de gênero e uso do tempo: trabalho doméstico, família e políticas de cuidado, mulheres no mercado de trabalho e previdência social, com a participação de técnicos de outras áreas do IBGE e de outros órgãos do governo federal, como o Ministério da Previdência Social.

- **Monitorar e avaliar as ações prioritárias do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM tem seu monitoramento feito pelo SIOP e se apoia integralmente no Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM. O Comitê, que conta com 32 órgãos governamentais, se reuniu quatro vezes ao longo de 2014. As ações prioritárias do PNPM foram avaliadas e os relatórios de avaliação estão disponíveis na página da SPM na internet. Os relatórios públicos de 2008 a 2010 foram gerados pelo SigSPM – Sistema de Monitoramento da própria SPM. O relatório público de 2011 foi gerado pelo SigaBrasil. E os relatórios públicos de 2012, 2013 e 2014 foram gerados pelo Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, com o balanço da implementação da Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres, do Plano Plurianual. Todos estão disponíveis na página da internet da SPM.

- **Produzir, fomentar e publicar estudos, pesquisas, dados e indicadores oficiais sobre igualdade de gênero, raça, etnia e geracional**

Análise Situacional da Meta

As atividades descritas na meta estão sob a responsabilidade do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, que tem como principais linhas de atuação: Produção de estudos, pesquisas e análises; Monitoramento de indicadores de gênero; Disseminação de informações relevantes do ponto de vista da garantia dos direitos das mulheres.

No período 2012-2014 destaca-se a realização de:

1) Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM (Lei 12.227/2010): Para garantir a implementação do Relatório, cujo objetivo é consolidar e divulgar um retrato sobre a realidade socioeconômica das mulheres, considerando um conjunto mínimo e suficiente de indicadores, o Observatório atuou em três frentes. A primeira delas diz respeito ao diálogo com a Casa Civil, para garantir sua regulamentação, em nível infralegal. A segunda foi

constituir uma institucionalidade intersetorial que por ele responda, tendo sido criado um Grupo de Trabalho permanente, de indicadores, coordenado pela SPM e integrado por IBGE e IPEA; tendo como convidados permanentes OIT, ONU Mulheres, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM. A terceira foi a contratação de uma consultoria técnica para subsidiar a preparação de sua primeira edição. A primeira edição do Relatório foi lançada ao final de 2013. O grupo de trabalho retomou as atividades em janeiro de 2014 para preparar a segunda edição do RASEAM, tendo já definido o cronograma de atividades e as atribuições dos integrantes. O RASEAM 2014 foi publicado em março de 2015;

2) Publicação da Revista do Observatório (tiragem média de 3.000 unidades). No período, foi lançada uma edição extraordinária, em junho de 2012, sobre a temática "Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Gênero". Em dezembro de 2012, foi lançada a edição anual da Revista. Em abril de 2014 foi lançado o número especial com o balanço de dez anos da SPM. Ainda em 2014, no segundo semestre, foi lançada a Revista sobre a temática "Mulheres no Esporte" (tiragem de 1.000 exemplares);

3) Publicação dos boletins "Observa Gênero". Foram lançados oito números entre 2012 e 2013, um a cada trimestre. A partir de 2014, os boletins passaram a ser lançados mensalmente, com exceção do período de julho a outubro (período de defeso eleitoral) cujo conteúdo foi abordado no boletim de novembro;

4) Alimentação do site do Observatório e finalização do projeto de construção de uma plataforma digital para viabilizar a disseminação de dados e o diálogo social;

5) Conclusão do Projeto "Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras", parceria com sete ONGs feministas (SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia; Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Cfemea; Coletivo Leila Diniz; Cunhã Coletivo Feminista; Geledés Instituto da Mulher Negra; Redeh – Rede de Desenvolvimento Humano; e Instituto Patrícia Galvão) e resultante de uma doação do Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG), da ONU Mulheres, que tem como objetivo fortalecer o PNPM, a produção e a disseminação de dados pelo Observatório e fortalecer o movimento feminista e de mulheres. O projeto está em curso desde 2011, sendo que a participação da SPM se encerrou em 2013. As atividades do consórcio da sociedade civil se mantiveram até 2014;

6) Realização de pesquisa sobre garantia de direito das mulheres e a política para a igualdade de gênero, tendo como base o banco de dados da Ouvidoria da Mulher, em parceria com a Universidade de Brasília. Este projeto, iniciado em setembro de 2013 e concluído em 2014, consolidou as informações dos processos tratados pela Ouvidoria entre 2003 e 2013 em uma base de dados digital e apresentou primeiras análises sobre esse universo;

7) Realização de um survey sobre o perfil dos Organismos de Políticas para as Mulheres – OPM, aplicado quando do Encontro Anual do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres de 2013.
O Observatório atua ainda em parceria com outros órgãos para a produção de estudos e dados oficiais sobre igualdade de gênero e raça, como no caso do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, coordenado pelo Ipea.

8) Foi iniciada em dezembro de 2014 a pesquisa "Síntese Histórica da Execução Orçamentária e Financeira da SPM-

PR 2003-2013" que tem como objetivo compilar e analisar informações relativas à execução orçamentária e financeira da SPM-PR, desde sua criação até o ano de 2013.

- **Publicação do documento Orientações Estratégicas para a Institucionalização da Temática de Gênero nos Órgãos Governamentais, elaborado pela SPM como resultado de Oficina realizada no âmbito do Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM**

Análise Situacional da Meta

O Documento foi produzido e está publicado no sítio da SPM. A cartilha impressa, acompanhada de um CD, trata dos seguintes temas: políticas públicas para as mulheres, financiamento de políticas públicas para as mulheres e orientações para a constituição de secretarias de políticas para as mulheres. Além do documento, foi realizado um seminário de capacitação dos mecanismos de gênero nos dias 20 e 21 de agosto de 2013, com participação de 110 servidores públicos que compõem ou comporão mecanismos de gênero nos diversos órgãos governamentais do governo federal. O conteúdo desse seminário foi reunido, em 2014, na publicação "Capacitação para os Mecanismos de Gênero no Governo Federal".

- **Publicar o Guia de implementação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres e demais documentos voltados ao fortalecimento dos organismos executivos de políticas para as mulheres**

Análise Situacional da Meta

Meta concluída. O Documento foi produzido e está publicado no sítio da SPM.

O endereço da publicação é: http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2012/guia-para-construcao-e-implementacao-de-ppm

- **Realizar estudo/diagnóstico sobre gênero e pobreza**

Análise Situacional da Meta

O RASEAM, lançado em 2013, inclui uma seção específica no capítulo de autonomia econômica que discute a intersecção entre gênero e pobreza, destacando indicadores que apontam para a menor renda de famílias chefiadas por mulheres e a presença das mulheres nos programas sociais, especialmente a complementação de renda do Programa Bolsa Família. O RASEAM será atualizado anualmente, o que possibilitará a produção de diagnósticos periódicos sobre a evolução da situação de pobreza das mulheres. A edição de 2014 será disponibilizada no primeiro bimestre de 2015.

- **Realizar reuniões, atividades e ações do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) apoia a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) na articulação entre instituições da administração pública federal com a sociedade civil. Para contribuir com as ações da SPM/PR, o CNDM, em 2014, realizou quatro reuniões ordinárias (em 18 e 19 de fevereiro; 20 e 21 de maio; 18, 19 e 20 de agosto e 04 e 05 de novembro). Na abertura da primeira reunião, foram homenageadas a ex-conselheira Rose Marie Muraro e a conselheira emérita Clara Charf pelas suas trajetórias de luta em defesa dos direitos das mulheres. Um dos pontos de pauta amplamente discutido foi sobre a COPA e o legado a ser deixado para a população brasileira, para as mulheres, em particular. Ocorreu o Lançamento da Publicação "Práticas da Igualdade de Gênero do Programa Pró Equidade – 4ª Edição; foi apresentado e distribuído o KIT da Campanha "Quem Ama Abraça" e apresentado e discutido o edital para o processo eleitoral do CNDM (mandato 2014-2017), realizado no período de 10 de março a 20 de maio. Na segunda reunião, a presidenta do CNDM, deu posse às novas conselheiras da sociedade civil e reconduziu as conselheiras governamentais (mandato 2014- 2017). Importante ressaltar que a atual composição do CNDM ampliou a representativa de entidades de mulheres e feministas da sociedade civil. Na terceira reunião, foi apresentada e discutida a Política Nacional e o Sistema Nacional de Participação Social pela Secretaria Geral da Presidência da República; foi apresentado e discutido o documento das "Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, pelo Ministério das Relações Exteriores e, também, a Agenda Transversal do Governo Federal, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Na quarta reunião, foi apresentado o balanço geral da gestão da SPM/PR (2012-

2014); apresentado os dados da Pesquisa "Estatísticas de Gênero: uma análise do censo demográfico, 2010", e apresentada a proposta do Grupo de Trabalho para propor a organização da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Com relação ao fortalecimento da participação social, o CNDM vem se empenhando no processo de cadastramento/recadastramento dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos das Mulheres. Assim, em 2014, existem 24 Conselhos Estaduais e 247 Conselhos Municipais. Esses conselhos foram mapeados e seus dados encontram-se disponíveis no sítio da Secretária de Política para Mulheres/link do CNDM http://www.spm.gov.br/conselho/conselhos-estaduais-e-municipais-das-mulheres-1. Além disso, foi criada a rede on-line para troca de conhecimentos entre esses conselhos. O CNDM participou de diversos eventos: Reunião do Grupo Executivo da Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais, a convite do Fórum Governamental de Participação Social; Seminário Preparatório para a Participação da Delegação Brasileira na 47ª Sessão da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (CNPD) da ONU; Seminário Imprensa e Organizações da Sociedade Civil, organizado e coordenado pela ANDI; Reunião do Núcleo Executivo da Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais; Arena da Participação Social; Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil; Debate sobre o Decreto Presidencial que instituiu a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social; Seminário sobre o Balanço Regional do Plano Brasil Sem Miséria Região Centro-Oeste; Seminário sobre a Atenção Obstétrica Baseada em Evidência Científica e a Prevenção da Morte Materna; 8º Fórum da A3P; Audiência Pública sobre o Orçamento Federal na Câmara dos Deputados; Audiência Pública de Prestação Anual de Contas PFDC; Mesa Redonda: As experiências do Brasil e do Reino Unido na Prevenção e Enfrentamento à Violência; Encontro das Mulheres com a Presidenta e 58ª Sessão da Comissão Sobre a Situação da Mulher e na Comissão de População e Desenvolvimento da ONU – CNDP.

- **Revisar e atualizar o PNPM, à luz da 3a Conferência Nacional de Política para as Mulheres - 3a CNPM**

  Análise Situacional da Meta

  Meta concluída. A atualização do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deu-se a partir de um amplo e participativo processo ao longo do ano de 2012. Partiu-se das determinações constantes nas resoluções de caráter geral da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como das demais resoluções aprovadas. Entre suas deliberações, decidiu-se pela atualização do II PNPM, tendo em vista a atualidade e pertinência de seus diagnósticos e ações. Houve intenso trabalho interno à SPM/PR na elaboração do PNPM 2013-2015, articulando as resoluções da 3ª Conferência, atualizando o II PNPM e seguindo as disposições contidas no PPA 2012-2015, bem como um amplo processo de pactuação das 407 ações contidas no Plano entre todos os órgãos governamentais que compartilham responsabilidades no PNPM. Consolidada esta etapa, procedeu-se a nova rodada de debates com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais por meio de reuniões junto ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM. As ações e objetivos do PNPM foram pactuados com todos os órgãos do governo federal que implementam políticas para as mulheres. Seus capítulos tratam de Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica, Educação para Igualdade e Cidadania, Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social, Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta, Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia, com acréscimo da abordagem das questões de gênero nos esportes, Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia, Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência, Além dos dez capítulos, há também a preocupação com a gestão e o monitoramento do PNPM, com ações que visam implementar, acompanhar e monitorar o referido Plano, mediante integração das ações e articulação entre os diferentes órgãos dos governos federal, distrital, estaduais e municipais. Para tanto, o PNPM conta com o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, que se constitui como um espaço fundamental para implementação da gestão por transversalidade, garantindo a inclusão da perspectiva de gênero nas políticas dos órgãos governamentais.

OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A SPM/PR realiza uma série de atividades e campanhas de sensibilização da sociedade com relação aos direitos das mulheres, em diversas áreas. Em 2013, a SPM/PR promoveu estratégias de alcance do público por meio de diversas mídias e meios de comunicação, abordando temas amplos como a autonomia das mulheres, a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão e o enfrentamento à violência contra as mulheres. Além de haver participado e promovido diversos seminários, em articulação com outros órgãos do governo, como o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, a SPM também lançou a publicação "+ Mulher na Política: Mulher Tome Partido", destinada a incentivar as mulheres a engajar-se politicamente, e o livro "Mulheres negras contam sua história", lançado durante a 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. A SPM também lançou dois editais para o financiamento a filmes dirigidos por mulheres - Carmem Santos Cinema de Mulheres (para filmes de curta e curtíssima duração) e Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais – cujos produtos subsidiarão o debate público sobre a igualdade de gênero.

Ainda com relação à participação em conferências de políticas públicas, que abrangem um público amplo, a SPM/PR atuou em parceria com a FUNAI na realização de reuniões e oficinas com mulheres indígenas. Além disso, realizou a formação de 120 mulheres jovens (gestoras, ativistas, pesquisadoras) em diversos temas relacionados às políticas públicas e contribuiu na organização da 5ª Conferencia Nacional de Saúde Indígena, buscando impulsionar a participação das mulheres indígenas em todas as etapas da Conferência.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 1.000 mulheres indígenas como multiplicadoras para fortalecimento de sua participação na implementação das políticas públicas, com ênfase em sua atuação nos Comitês Regionais da FUNAI.**

  Análise Situacional da Meta

  A SPM/PR, em parceria com a FUNAI, realizou uma série de reuniões e oficinas com mulheres indígenas, apoiou a construção do Espaço Nacional de Diálogo das Mulheres Indígenas e a organização da Comissão Nacional de Mulheres Indígenas. Em março de 2013, com a colaboração da coordenadora geral do projeto Promotoras Legais Populares e uma Juíza Desembargadora, a SPM-PR, em parceria com a FUNAI, realizou uma oficina de elaboração do Programa Promotoras Legais Indígenas com objetivo de contribuir para a formação de lideranças de mulheres indígenas. Esta iniciativa está em negociação com a FUNAI para ser implementada nas regiões indígenas em 2015. Também com intuito de contribuir para a formação, fortalecer a organização das mulheres indígenas e ampliar sua participação na formulação de políticas públicas, em conjunto com o CONSEA, a FUNAI, a SESAI e outros órgãos, a SPM/PR participou da organização do Seminário Nacional de Mulheres Indígenas, Segurança Alimentar e Nutricional, ocorrido em novembro de 2013. Com o mesmo objetivo, contribuiu na organização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena, buscando impulsionar a participação das mulheres indígenas em todas as etapas da Conferência. O número de mulheres – lideranças indígenas - capacitadas em todos estes espaços chega a 100.

  Por meio do edital chamada pública 2013, a SPM-PR firmou convênio com a ONG THYDEWA no projeto de formação de mulheres indígenas agentes da cidadania, dirigido a 8 etnias da Região Nordeste nos Estados de Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco. A SPM participou ainda, em 2014, de evento formativo para uma comissão composta por 15 mulheres lideranças indígenas de diversas localidades, selecionadas pela FUNAI.

  Quantidade alcançada

  115

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Estimular, por meio de campanhas de grande alcance, a participação de meninas e mulheres nas áreas científicas e tecnológicas**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em parceria com o MCTI, o CNPq e a Petrobras, lançou a chamada pública "Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação", disponibilizando R$ 11 milhões com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil. A intenção é despertar o interesse vocacional de estudantes do sexo feminino do Ensino Médio e da Graduação por estas profissões e para a pesquisa científica e tecnológica. Foram selecionadas 325 propostas, nas quais foram investidos R$11 milhões, além de bolsas para estudantes e professora/es do Ensino Médio. Está prevista a concessão de 1.800 bolsas para estudantes de ensino médio e graduação e professores. A finalização dos processos permitirá ter uma quantidade precisa de bolsas. A atuação da SPM/PR tem privilegiado o lançamento de editais, que têm um grande alcance junto ao público que interessa à Secretaria atingir, isto é, as estudantes de ensino médio e de graduação.

- **Formar 5.000 jovens mulheres multiplicadoras nas jornadas de formação sobre acesso a informações de direitos e ações previstas nos programas do Plano Nacional de Política para as Mulheres e da Política Nacional de Juventude.**

Análise Situacional da Meta

A SPM/PR, em conjunto com a SDH/PR, a Embaixada dos EUA e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef, realizou o Seminário Internacional Brasil-EUA sobre o Empoderamento de Meninas, que reuniu cerca de 80 meninas, com idade entre 13 e 17 anos, no Rio de Janeiro, em abril de 2013, com objetivo de discutir estratégias para garantir os direitos humanos de meninas por meio da autonomia e da participação, além de compartilhar informações sobre iniciativas inovadoras de empoderamento de meninas e adolescentes.

Ainda em 2013, foi realizado seminário junto com a Secretaria Nacional de Juventude - SNJ/SG-PR, que formou 120 mulheres jovens (gestoras, ativistas, pesquisadoras) em diversos temas relacionados às políticas públicas que as afetam, além de apontar diretrizes para a implementação dessas políticas.

Em 2013, a SPM-PR passou a compor o Comitê Gestor do Plano Juventude Viva e continua integrando o Conselho Nacional da Juventude.

O número de mulheres capacitadas tem permanecido abaixo da meta porque se adotou a estratégia de formar lideranças, cuja quantidade é mais baixa, para que sejam multiplicadoras.

Em 2014, foi elaborada uma publicação sobre políticas públicas para jovens, resultado de parceria entre a SPM e a Secretaria Nacional de Juventude, voltada para gestoras e ativistas de movimentos sociais. O livro, intitulado Jovens Mulheres e Políticas Públicas, foi lançado eletronicamente em dezembro de 2014, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude.

Quantidade alcançada

200

Data de Referência

31/12/2014

- **Produzir peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação, tais como TV, rádio, internet, jornais, revistas e outros**

Análise Situacional da Meta

A SPM-PR produziu três campanhas de publicidade em 2013.

A primeira foi 'Mulheres do Brasil', por ocasião do Dia Internacional da Mulher.

A segunda, a campanha 'Compromisso & Atitude'.

A terceira campanha do ano foi 'Mulher, Viver sem Violência', lançada nacionalmente em novembro de 2013.

Em maio de 2014, foi lançada a campanha 'Violência contra a mulher – Eu ligo', referente à Central de Atendimento à Mulher- Ligue 180. Fruto de uma parceria com o Ministério das Cidades, a terceira fase da campanha 'Mulher, Viver sem Violência' destacou a importância do Ligue 180 como o principal serviço de informação sobre direitos e orientação de vítimas da violência de gênero com relação a serviços públicos especializados em todo o Brasil. Além da

importância do Ligue 180, a campanha destacou ainda as diferentes formas de assédio sofrido pelas mulheres. Nessa parte, foram abordados os assédios moral, sexual e o sofrido no ambiente de trabalho – fazendo conexão com a necessidade de denunciar os assediadores por meio do Ligue 180.

A campanha foi veiculada no período de 25 de maio a 28 de junho. Um filme de 30" (com versão de um minuto no dia do lançamento) foi utilizado para divulgação em TV aberta, fechada e segmentada nos principais canais e horários em caráter nacional. Contou-se ainda com um spot de rádio de 30", também de cobertura nacional, em cidades acima de 500 mil habitantes. Para revistas, foram selecionadas as de cobertura nacional e segmentos diferenciados com anúncios de página dupla e formato especial de página simples. Os anúncios em jornais foram de 1/2 página e página especial em jornais populares. Além das mídias tradicionais, a campanha de mídia exterior compreendeu o chamado mobiliário urbano (como pontos de ônibus, relógios urbanos etc.), painéis e cartazes em transportes públicos nas principais cidades brasileiras.

Em mídia digital (monitores em transportes públicos, em supermercados, etc), veiculou-se uma vinheta de 15", em capitais, sobre o assédio em transportes públicos, além de peças específicas desenvolvidas para a internet. Foi criada uma página especial no Facebook com todas as peças da campanha, permitindo o download por parte de parceiros, potencializando-se assim a replicação das mensagens.

No segundo semestre de 2014, esta campanha continuou sua divulgação por meio de impressos (cartazes e folhetos) e exposição do vídeo em canais oficiais da SPM-PR na internet (Facebook, Twitter e Portal), além de páginas de órgãos do governo federal e de parceiros (secretarias estaduais e municipais e empresas que apoiam as ações da SPM-PR em diversas frentes). Essa divulgação foi feita, no período de restrição eleitoral, em virtude da autorização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para a continuidade da divulgação da campanha da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, entendendo não haver qualquer possibilidade do uso político-eleitoral, em virtude do caráter informativo do referido serviço público, durante tal período.

Em 2015, a previsão é uma campanha nacional (tv, rádio e internet) para divulgação da Casa da Mulher Brasileira e os principais serviços oferecidos para atender mulheres em situação de violência. Até o final de 2016 devem ser inauguradas Casas nas 27 capitais brasileiras. Ainda em 2015 a previsão é produzir um vídeo institucional da Casa da Mulher Brasileira, visando divulgar a ação de governo e seu funcionamento.

- **Realizar campanha comemorativa e de conscientização da população sobre o Dia Internacional da Mulher, as principais conquistas e os principais desafios a serem superados para igualdade entre mulheres e homens**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o ponto alto do calendário das reivindicações e lutas das mulheres e da sociedade por igualdade foi o Dia Internacional da Mulher celebrado por meio de uma campanha estruturada em um conjunto de ferramentas e suportes. Em 2013 a campanha foi tematizada pelo slogan 'Cada vez mais o Brasil é feito pelas mulheres'.

Em 2014, o 8 de março destacou as políticas públicas do governo federal que impactam positivamente a vida das brasileiras. Outro objetivo desta campanha foi dar relevância ao papel central que a força feminina do país representa hoje, destacando sua atuação na mudança de condições de vida da população, com o reforço do governo federal, que estabelece mecanismos de participação prioritária das mulheres no processo de implementação de políticas sociais no Brasil. A veiculação teve início no Dia Internacional da Mulher em revistas semanais, emissoras de TV abertas e fechadas, internet e outros espaços durante o mês de março.

Na TV aberta houve a veiculação de um filme de 30". Na fechada, em programas com audiências e afinidade para o público em geral, como jornalismo e entretenimento (novelas, shows, seriados e filmes) no período entre 08 e 29 de março.

Foi feita ainda a veiculação de anúncio de página dupla nos títulos segmentados com maior circulação, dirigidos a mulheres das classes B e C. A estratégia de mídia digital contemplou a veiculação de filme de 15" em ônibus, metrôs, estações e estabelecimentos comerciais. A campanha na Internet apresentou peças específicas e ações nas redes sociais e em outros espaços de comunicação digital, sob o slogan "Cada vez mais o Brasil é feito por mulheres".

Nessa linha de atuação, foram reforçadas as novas conquistas alcançadas, avanços e desafios que inspiram homens e mulheres no dia a dia. O Portal Brasil mostrou uma linha do tempo (infográfico) com a apresentação de conquistas relevantes da mulher brasileira ao longo dos anos e o vídeo da campanha.

A ação na internet direcionou as pessoas para uma hotpage, destacando o movimento virtual #ElaMeInspira. Internautas foram convidados a trocarem a foto de seus próprios perfis do Facebook pela de uma mulher que admirassem –marcada com a hashtag #ElaMeInspira.

Para 2015, o Dia Internacional da Mulher destacará a Casa da Mulher Brasileira, um dos eixos estratégicos do Programa 'Mulher, Viver sem Violência'. A Casa oferece, em um mesmo espaço, diferentes serviços para atender mulheres em situação de violência (acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia, juizado/vara especializada/o, Ministério Público, Defensoria Pública, promoção da autonomia econômica, brinquedoteca, alojamento de passagem e central de transportes). Serão entregues 27 casas, uma em cada capital. A primeira Casa foi inaugurada em 03/02/2015 na cidade de Campo Grande – MS.

- **Realizar campanha de valorização das mulheres em sua diversidade, com produção de materiais e vídeos direcionados à divulgação de seus direitos e ao incentivo da autonomia**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram lançados os editais do Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais e do Prêmio Carmen Santos Cinema de Mulheres, de incentivo a mulheres diretoras com projetos de filme sobre a temática de gênero, cujos conteúdos devem considerar a diversidade feminina nos meios urbano e rural (campo/floresta, indígenas, negras e povos tradicionais). Além desses editais, ocorreu a Chamada Pública Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação – objetivando incentivar estudantes do sexo feminino a ingressarem em carreiras tradicionalmente masculinas e reduzir a evasão de universitárias nos primeiros anos de cursos das carreiras mencionadas.

Em dezembro de 2013, foi lançado o Prêmio Lélia Gonzalez. O prêmio teve os objetivos de promover o reconhecimento das afro-brasileiras como protagonistas do enfrentamento ao racismo e ao sexismo, a articulação entre ações destinadas a esse público específico na sociedade civil e no âmbito governamental, bem como a disseminação de experiências inovadoras realizadas por organizações de mulheres negras. Foi realizada a seleção das organizações a serem premiadas e a premiação ocorreu no dia 22 de maio de 2014.

Em 2014, foi lançada a 2a edição do Edital Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais. Foram contemplados 10 projetos que apresentaram um conjunto amplo de atividades ligadas às artes visuais que visem estimular a reflexão e experiência artística, além do compromisso com a formação de público, com a inclusão social e a sustentabilidade.

Ainda foi lançado o Prêmio 'Rose Marie Muraro: Mulheres Feministas Históricas'. O Prêmio teve como objetivo geral reconhecer e homenagear as Mulheres que há mais de meio século fazem história, influenciando e participando das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, deixando seu legado na vida pública nacional em ações científicas, tecnológicas, culturais, educacionais ou artísticas e que tenham mais de 75 anos de idade.

Está em curso a 10ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que busca estimular a produção científica e a reflexão crítica das desigualdades entre homens e mulheres. Participam do prêmio estudantes do ensino médio, graduação, mestrado e doutorado, além de graduadas e graduados, especialistas, mestras e mestres. As inscrições vão até 18/03/2015

- **Realizar campanhas de sensibilização da sociedade para a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão**

Análise Situacional da Meta

A SPM-PR também divulgou a pesquisa de opinião pública sobre a participação política das mulheres, revelando que a maioria dos brasileiros (83%) concorda que a presença de mulheres melhora a política brasileira.

Além disso, apoia a participação da Campanha 'Tome Partido', que pretende incentivar as mulheres a serem candidatas e os partidos a cumprir a lei de cotas. Em 2013 foi publicado o livro "Mulheres nas Eleições 2010", pelo Consórcio

Bertha Lutz, que recebeu apoio da SPM-PR, com análise das mulheres na política institucional.

Em 2014, foi lançada uma nova edição da publicação ´Mais Mulheres no Poder: Eu assumo este compromisso´, para incentivar a participação das mulheres na política. Após realizada a atualização da Plataforma Mais Mulheres no Poder, procedeu-se ao lançamento da campanha no 1º semestre de 2014.

- **Realizar campanha sobre os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 as ações dos 16 dias de Ativismo foram estruturadas em duas frentes: Mulher, Viver sem Violência e Compromisso e Atitude. As ações ocorreram, em grande parte, nas redes sociais com a produção de peças para reforçar a campanha do programa Mulher, Viver sem Violência (também lançada em novembro) e reforçar a união de esforços, em todas as esferas e poderes, para acelerar os julgamentos dos casos de violência contra as mulheres e garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha pela campanha 'Compromisso e Atitude'. Além de ações nas redes sociais, ocorreu a articulação com parceiros estratégicos da SPM-PR para a divulgação de materiais impressos da campanha por todo o país. Ainda no âmbito da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, as empresas públicas e privadas que aderiram à campanha em 2014 realizaram ações de mobilização durante os 16 dias de ativismo.

A campanha mundial pelo fim da violência contra a mulher, conhecida como os "16 dias de ativismo" vem ganhando espaço na agenda dos movimentos feministas brasileiros, e a Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR) apoiou e incentivou a realização de ações e mobilizações em torno dos importantes temas de direitos humanos envolvidos nessa data.

Por meio da adesão e do fortalecimento da campanha "Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha: a Lei é mais forte", a Procuradoria da Mulher do Senado Federal centralizou as ações voltadas para a mobilização dos "16 dias de ativismo" que contou não somente com o apoio de todos os parceiros da Compromisso e Atitude – tais como, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ministério da Justiça (MJ), Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça (CNPG), Colégio Nacional dos Defensores Públicos-Gerais (Condege), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Câmara dos Deputados – mas diversos outros órgãos dos governos federal, estaduais e municipais, bem como instituições dos movimentos sociais. O objetivo da campanha foi de criar unidade nacional nas ações a partir da reprodução de uma mesma identidade visual. Para isso, a Procuradoria da Mulher do Senado disponibilizou cartazes, panfletos e toda a arte da campanha.

Em 2014 houve a continuidade da campanha 'Violência contra a Mulher – Eu ligo', envolvendo parceiros estratégicos para reforçar a importância da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.

Para 2015 as ações para o período envolverão as principais frentes da Secretaria no combate à violência contra a mulher. Além da continuidade da divulgação dos serviços oferecidos pela Casa da Mulher Brasileira, parte integrante do programa 'Mulher, Viver sem Violência', será reforçada a ação 'Compromisso e Atitude', responsável por unir e fortalecer esforços, nos âmbitos municipal, estadual e federal, para dar celeridade aos julgamentos dos casos de violência contra as mulheres, bem como de garantir a correta aplicação da Lei Maria da Penha. O serviço Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, atuando como disque-denúncia, será divulgado para estimular qualquer pessoa a denunciar casos de violência sofridos pelas mulheres.

- **Realizar campanhas, seminários, vídeos, oficinas de alcance nacional que apontem para a necessidade de superação da divisão sexual do trabalho, dialogando sobre o uso do tempo das mulheres e os impactos do trabalho doméstico**

Análise Situacional da Meta

A SPM-PR realizou uma campanha sobre a temática na ocasião da aprovação da PEC das Domésticas, esclarecendo acerca dos direitos dessas trabalhadoras e com vistas ao estímulo à formalização.

Em agosto de 2013, na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência Internacional para Pesquisa de Uso do

Tempo. Na ocasião a SPM-PR se reuniu com integrantes de 38 países da África, América, Ásia, Europa e Oceania para fortalecer os estudos e trabalhos relacionados à temática.

Em 2014, em razão da assinatura do termo de compromisso da 5ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, foi lançada a campanha #ProEquidade nas redes sociais. A ação envolveu funcionárias e funcionários das empresas participantes do programa, que tiraram fotos com os cartazes temáticos e postaram nas páginas do Facebook e Twitter. Isso reforçou o compromisso com a promoção de práticas e ações que superem as desigualdades de gênero e raça no ambiente de trabalho.

Em novembro do mesmo ano, foi realizado o encontro de delegadas da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária. O evento promoveu debates sobre o empoderamento das mulheres no processo de construção dos Planos Estaduais e Nacionais de Economia Solidária, apresentando as demandas levantadas nos estados com recorte de gênero.

Em 2015 será realizado o evento de entrega do selo da 5ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça. Esse selo reconhece o comprometimento de empresas com a justiça social, a igualdade de gênero e raça, conjugando a lógica do exercício dos direitos com a lógica dos negócios, considerando que a igualdade entre mulheres e homens constitui atualmente um pilar fundamental da gestão organizacional e do êxito empresarial.

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência vem sendo trabalhadas em diversas frentes.

Primeiramente, destaca-se que as ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres – transversalidade de gênero, intersetorialidade, capilaridade – são fundamentais na ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

A Política Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estrutura-se em 6 diretrizes, sendo uma delas "Estruturar a Rede de Atendimento à Mulher em situação de violência nos Estados, Municípios e Distrito Federal".

O Monitoramento dos serviços existentes é realizado semestralmente pela equipe do Posto de Apoio à Gestão – PAG da Central do Ligue 180, via telefone. A equipe é treinada periodicamente para conferir os dados de cada tipo de serviço especializado por meio de uma ficha/roteiro, construído pela SPM-PR para cada um dos seis tipos de serviço. Destaca-se que esse acompanhamento é dos serviços especializados e não dos registros de violência contra as mulheres.

No 1º semestre de 2014, foram lançados 2 (dois) editais de chamada pública para implementação e reestruturação de serviços especializados, além de campanhas educativas para a sociedade civil e capacitação de profissionais. Por meio desses editais, a SPM/PR formalizou 39 convênios, dos quais 6 são para manutenção de Unidades Móveis, 11 são para capacitações, oficinas ou seminário, 3 para campanhas educativas, 1 para mapeamento de índices de violência contra mulheres e 18 para fortalecimento e expansão de serviços da Rede. Isso representa a ampliação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

Considerando que o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres completa 7 anos de implementação, a SPM, em parceria com a ONU Mulheres, via PRODOC, lançou edital para contratação de consultoria para subsidiar a reformulação das normas técnicas de padronização dos centros de referência de atendimento à mulher em situação de violência e dos serviços de abrigamento.

Além dessa, outras consultorias foram previstas para 2015 para avaliação dos avanços e desafios na implementação do

Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Programa Mulher, Viver sem Violência.

Ainda visando ampliar e integrar a rede de serviços especializados, foi iniciada em 2013, a construção das Casas da Mulher Brasileira, que agregarão no mesmo espaço físico: Deam, Vara ou Juizado Especializado, Defensoria Pública, Ministério Público, atendimento psicossocial, espaços de convivência e brinquedoteca, alojamento de passagem, central de transportes e serviços de Emprego e Renda, como acesso a microcrédito, à qualificação profissional e ao trabalho. As Casas da Mulher Brasileira serão implantadas nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Por fim, incluem-se na qualificação dos serviços da Rede de Atendimento, o enfrentamento à violência sexual prevista no do eixo de Organização e Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (eixo 3) do Programa "Mulher, Viver sem Violência", por meio da qualificação e ampliação desse serviço. Até o final de 2014 inscreveram-se 384 serviços para esse tipo de atendimento. A SPM permanece com sua ação de monitorar os serviços pelo Posto de Apoio à Gestão da Central 180.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 para o atendimento internacional.**

  Análise Situacional da Meta

  A transformação da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 em disque denúncia, acompanhada da respectiva campanha de divulgação, trouxe considerável aumento no número das ligações recebidas a partir da última semana do mês de maio, o que também impactou nas ligações internacionais. De janeiro a dezembro de 2014, o Ligue 180 recebeu 45 ligações internacionais, sendo 36 no primeiro semestre e 9 no segundo semestre.

  Para melhor atender a essa demanda, foi ministrada capacitação para 160 atendentes em atividade na Central de janeiro a junho de 2014 nos conteúdos necessários ao atendimento a brasileiras no exterior, seguindo o modelo confeccionado pela parceria entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça. Os conteúdos ministrados foram: Convenção de Haia, atribuições dos consulados brasileiros no exterior, informações essenciais para a apuração de denúncia no exterior, bem como sobre o papel dos oficiais da Polícia Federal que atuam no exterior em parceria com a polícia local.

  A SPM iniciou processo licitatório para atender as usuárias do Ligue 180 no Brasil e ampliação do atendimento internacional para mais 27 países. No momento, o processo está em fase de instrução . Após essa atividade, as pesquisas atualizadas seguirão para a Coordenação de Licitação e Contrato da Presidência da República que elaborará a minuta de contrato e em seguida encaminhará o processo para Assessoria Jurídica da Presidência. Estima-se que a contratação esteja concluída até o final de maio de 2015.

- **Ampliar e fortalecer os 3 Núcleos de Atendimento às Mulheres nas áreas de fronteiras atualmente existentes, localizados em Foz do Iguaçu (PR), Oiapoque (AP) e Pacaraima (RR).**

  Análise Situacional da Meta

  No primeiro semestre de 2014, foi realizada visita técnica da equipe da SPM a Foz do Iguaçu para continuidade do esforço de pactuação dos fluxos de atenção e estruturação da rede de atenção às mulheres em torno do funcionamento do Centro de Fronteira. Essa visita incluiu diálogos com equipes do Centro de Referência existente, Casa Abrigo, Casa do Migrante e Conselho Municipal da Mulher.

  Outra iniciativa relevante para a repactuação em torno do funcionamento dos três Centros em Foz do Iguaçu, Pacaraima e Oiapoque consiste no Projeto Migrações Transfronteiriças, executado em conjunto com Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e Emprego e com a organização internacional ICMPD (International Centre for migration policies and development). No contexto do Projeto, está sendo levada a cabo pesquisa sobre a atuação da rede de atendimento a migrantes nos três municípios. Os resultados das pesquisas subsidiarão as ações da SPM de reestruturação dos Centros.

- **Ampliar e implantar Rede de Serviços Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em**

todos os municípios-polo, territórios da cidadania e áreas deflagradas.

Análise Situacional da Meta

A ampliação e a manutenção dos serviços da Rede de Atendimento são realizadas por meio de transferência voluntária de recursos (Termo de Convênio ou Parceira) e de crédito (Termo de Cooperação). No edital nº 01/2014, publicado pela SPM/PR, foram considerados como critérios prioritários para aprovação de propostas a inexistência de serviços no município proponente, bem como sua classificação como município-polo e território da cidadania.

Além do financiamento direto aos serviços especializados, ainda por meio do edital nº 01/2014, a SPM financiou campanhas educativas e capacitações para sociedade civil e profissionais da Rede de Atendimento. Essas ações contribuem para a ampliação e integração dos serviços.

Total de serviços especializados em dezembro de 2014 = 1.010, sendo:

- 497 Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres e Núcleos Especializados em Delegacias Comuns,
- 235 Centros Especializados de Atendimento à Mulher - CEAMs
- 77 Casas-Abrigo,
- 101 Juizados e Varas Especializadas ou Adaptadas de Atendimento à Mulher,
- 42 Núcleos em Defensorias Públicas,
- 58 Promotorias Especializadas ou Núcleos de atendimento à Mulher no MP.

Além desses serviços, destaca-se que as Unidades Móveis terrestres contribuem fortemente para a capilarização e interiorização dos serviços da Rede de atendimento, atendendo a demanda das mulheres do Campo e Floresta com a entrega de 53 Unidades Móveis para os 26 estados da Federação e o Distrito Federal.

Quantidade alcançada

1.010

Data de Referência

31/12/2014

- **Articular a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Violência Doméstica, Sexual e/ou Outras Violências, nos serviços de saúde em cumprimento da Portaria do MS n° 104, de 25 de janeiro de 2011**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) está sendo adaptado para utilização da ficha já pactuada no Grupo de Trabalho Interministerial, formado por: Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Promoção de Políticas da Igualdade Racial (SEPPIR), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Justiça (MJ) e Ministério da Cultura (MEC).

A Portaria do Ministério da Saúde n° 104, de 25 de janeiro de 2011, foi revogada pela portaria nº 1.271, de 6 de julho de 2014, que mantem a previsão da notificação imediata para algumas violências.

O Ministério da Saúde aplicou a ficha adaptada em caráter piloto em alguns municípios, e realizou capacitação para sua utilização pelos profissionais nos estados. A SPM-PR visa contribuir nesse processo, apoiando os Centros Especializados de Atendimento à Mulher para utilização da ficha e do Sinan, possibilitando efetivação da notificação compulsória de violências contra as mulheres nesses serviços.

O trabalho realizado pelo Grupo Interministerial contribuiu para a importantes mudanças na ficha de notificação, incluindo informações como raça/cor e orientação sexual. O trabalho foi finalizado e está em discussão no Conselho Nacional de Saúde (CNS) para sua implementação.

- **Articular a priorização do atendimento das mulheres em situação de violência nos programas de habitação social, inserção no mundo do trabalho, geração de trabalho e renda, economia solidária e capacitação profissional.**

Análise Situacional da Meta

Houve a formalização de convênios para capacitação profissionalizante e desenvolvimento de outras atividades (feiras, palestras, eventos), sendo as mulheres em situação de violência um dos públicos atendidos. Ocorreram 3 (três) reuniões

com órgãos dos governos visando a implementação da área de autonomia econômica na Casa da Mulher Brasileira.
Esta ação ganhará maior concretude com a implementação do atendimento quando da instalação das Casas da Mulher Brasileira.

- **Articular a Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência nas Regiões de Fronteira Seca, com atenção especial às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual.**

Análise Situacional da Meta

O município de Tabatinga/AM foi incluído entre os que receberão Centros de Atendimento às Mulheres em Regiões de Fronteiras Secas, no marco do Programa "Mulher, Viver Sem Violência", que, somados aos 3 Centros de Atendimento às Mulheres que serão revitalizados (Foz do Iguaçu-PR, Oiapoque-AP e Pacaraima-RR) e os outros 6 inicialmente previstos (Brasiléia-AC, Corumbá e Ponta Porã-MS, Bonfim-RR e Jaguarão e Santana do Livramento-RS), aumentando o número de Centros projetados para dez.
Ao longo do primeiro semestre foram realizadas visitas técnicas aos municípios de fronteira para a finalização das negociações com Estado e município e definição da forma de gestão dos Centros e também visitas da equipe de arquitetura e engenharia da SPM/PR para viabilizar a instalação da infraestrutura dos Centros.
Avançou-se ainda na negociação do Memorando de Entendimento de Cooperação Fronteiriça com o Uruguai, que deverá ser assinado em 2015.
Também avançou-se na implementação do Projeto "Migrações Transfronteiriças", parceria com o International Center for Migration Policies and Development, o Ministério da Justiça (MJ) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Foram realizadas, durante o primeiro semestre de 2014, 3 reuniões de parceiros, além de Workshop sobre os resultados das pesquisas de levantamento do estado das redes de atenção da SPM, MJ e MTE nas fronteiras, em 15 municípios de fronteira.

- **Aumentar o número de Centros de Referência e Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta

Em julho de 2014 a SPM contabilizou 231 Centros Especializados de Atendimento à Mulher - CEAM em funcionamento. Em Dezembro de 2014 a SPM contabilizou um aumento no número de CEAMs, para 235.

Em 2014, foram firmados 5 (cinco) convênios que visam a implantação de novos CEAMs, reafirmando assim um dos eixos do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres que trata da ampliação e fortalecimento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência.

- **Aumentar o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram formalizados convênios em 4 (quatro) municípios que ainda não possuem serviços especializados - Bonito (PE), Xaxim (SC), Seberi (RS) e Jacobina (BA), para implantação de novos serviços especializados. Portanto, acredita- se que o número de municípios com serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência aumentará no próximo ano, com a concretização dos objetos dos convênios formalizados nos anos de 2013 e 2014.

- **Aumentar o número de profissionais da Rede de Atendimento e operadores/as de direito capacitados sobre questões da violência contra as mulheres.**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do primeiro semestre de 2014, foram realizados diversos seminários, campanhas e oficinas de capacitação para atendimento a vítimas de violência doméstica pelas Defensorias Públicas do Paraná, da Bahia, do Mato Grosso e de Sergipe, dos Ministérios Públicos do Distrito Federal, da Bahia, do Rio de Janeiro e do Ceará, da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro, dos Tribunais de Justiça do Espírito Santo, de São Paulo, do Rio Grande do Norte, da

Paraíba e de Sergipe, Associação de Magistrados, Ordem dos Advogados de Paraná e Associação dos Advogados do Grande ABC.

A VIII Jornada de Trabalhos da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), realizada nos dias 7 e 8 de agosto de 2014, foi composta por palestras sobre os desafios do enfrentamento da violência contra a mulher e também experiências exitosas em execução no país e no exterior.

A sexta edição do FONAVID ocorreu entre os dias 05 e 07 de novembro de 2014, no estado de Mato Grosso de Sul, e contou com a presença de aproximadamente 200 participantes, entre magistrados e técnicos de equipes multidisciplinares que auxiliam na aplicação da Lei nº 11.340/2006. O Fórum contou com apoio e participação da SPM e estruturou-se em torno de palestras, apresentação de boas práticas, grupos de trabalho e deliberação em plenário.

Em 2014 foi firmado convênio com a Defensoria Pública do DF para realização do primeiro encontro nacional de Defensores(as) Públicos(as) sobre violência contra as mulheres, que deve acontecer no primeiro semestre de 2015.

- **Aumentar o número de Serviços de Abrigamento, levando em conta os consórcios entre municípios, as áreas deflagradas e os territórios da cidadania.**

Análise Situacional da Meta

Os serviços de abrigamento representam uma importante política para acolhimento das mulheres e são desenvolvidos e implementados também pelo MDS. No ano de 2014 o número de casas-abrigo foi de 77 em 73 municípios.

Por meio dos editais de chamamento público para recebimento de propostas, em 2014, foram formalizados 4 convênios que visam implantar novos serviços de abrigamento, nos municípios de Erechim (RS), Santo Ângelo (RS), Itaituba (PA) e São Paulo (SP).

- **Construir Casas da Mulher Brasileira (que agregarão no mesmo espaço físico: Deam, Vara ou Juizado Especializado, Defensoria Pública, Ministério Público, atendimento psicossocial, espaços de convivência e brinquedoteca, alojamento de passagem, central de transportes e serviços de Emprego e Renda, como acesso a microcrédito, à qualificação profissional e ao trabalho) em todas as capitais dos estados e do DF.**

Análise Situacional da Meta

A situação das obras, licitações ou aprovações de projetos para a construção e implementação das Casas da Mulher Brasileira nas capitais é a seguinte:

•Campo Grande/MS: inaugurada em fevereiro/2015.

•Brasília/DF: obra em andamento, com previsão de finalização em maio/2015.

•Curitiba/PR: obra paralisada; rescisão de contrato.

•Vitória/ES: reforma paralisada; rescisão de contrato.

•Salvador/BA, Fortaleza/CE e São Luís/MA: contratos de obras assinados, em fase de emissão de alvará de obras nos órgãos municipais e estaduais.

•Boa Vista/RR: obra paralisada; rescisão de contrato em março/2015.

•São Paulo/SP: certame licitatório em abril/2015.

•Maceió/AL, Teresina/PI, Aracaju/SE, Porto Alegre/RS, Palmas/TO, Rio Branco/AC: projetos de adaptação aos terrenos em protocolos de aprovação perante os órgãos responsáveis.

•Macapá/AP, Florianópolis/SC, Manaus/AM, Porto Velho/RO: terrenos identificados e solicitados; estão em fase de transferência para a SPM/PR.

- **Construir Central de transporte, coordenadas pela Casas da Mulher Brasileira, para facilitar o acesso da mulher aos serviços articulados, como IML, assistência social, Unidades básicas de Saúde, Unidades de pronto atendimento e hospitais de referência.**

Análise Situacional da Meta

A Central de Transporte iniciará o funcionamento a partir de fevereiro de 2015, quando da inauguração da primeira Casa da Mulher Brasileira, no município de Campo Grande/MS.

- **Contribuir para a ampliação do número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher.**

  Análise Situacional da Meta

  Em dezembro de 2014, o número de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher e Postos em Delegacias Comuns contabilizados pela SPM foi 497, tendo uma redução de unidades desse serviço, quando comparado com o número constatado em dezembro de 2013 (500).

  Visando contribuir com a ampliação dos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência e sendo a segurança pública uma importante porta de entrada na rede para as mulheres, a SPM formalizou, em 2014, convênio para implantação de DEAM no município de Santo Angelo (RS) e implementação da Coordenadoria das Delegacias Especializadas do estado do Paraná.

  Destaca-se ainda o investimento da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), por meio de edital público no 2º semestre de 2014, para equipar e ampliar as DEAMs nas capitais onde serão instaladas as Casas da Mulher Brasileira.

- **Contribuir para a ampliação dos serviços especializados às mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual.**

  Análise Situacional da Meta

  O Grupo de Trabalho para Implementação do Eixo 3 do Programa "Mulher, Viver sem violência" trabalhou no 1º semestre de 2014 em três frentes: finalização da Norma Técnica para Humanização do Atendimento a Pessoas em Situação de Violência Sexual; elaboração de Portaria Interministerial para Implementação do Registro de Informação e Coleta de vestígios no SUS; estruturação do Curso para Implementação do Registro de Informação e Coleta de vestígios no SUS.

  O Grupo de Trabalho realizou 3 cursos para implementação do registro de informação e coleta de vestígios no SUS nos meses de abril, setembro e novembro/2014. Dessa forma, foi possível atingir 240 profissionais dos estados de MG, AC, MS, PR, AP, AM, PA, SE, MS, AL, PI, BA e MA.

  Em dezembro de 2014, o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES do DATASUS/ MS registrou 384 serviços de atendimento de pessoas em situação de violência sexual no país, sendo que desses 124 são serviços de referência (conforme Portaria 485 de 1º de abril de 2014 e Portaria 618 de 18 de julho de 2014) e 53 realizam interrupção de gravidez nos casos previstos em Lei. Lembrando que o CNES ainda está em fase de implementação, podendo haver outros serviços ainda não cadastrados.

- **Criação de 6 novos Núcleos de Atendimento às Mulheres nas Fronteiras Secas.**

  Análise Situacional da Meta

  Os municípios de Bonfim/RR, Corumbá/MS, e Ponta Porã/MS disponibilizaram para a SPM/PR os terrenos para a implementação dos Centros de Fronteira. O projeto básico está em fase final para que possam iniciar as licitações para estas 3 cidades. Encontram-se em andamento as destinações de terrenos nos municípios de Santana do Livramento/RS, Jaguarão/RS, Brasiléia/AC e Tabatinga/AM. Com a inclusão de Tabatinga, ao final serão 7 novos Núcleos

- **Fomento à criação de ambientes para atendimento humanizado de mulheres vítimas de violência, nos Institutos Médicos Legais – IML**

  Análise Situacional da Meta

  O Grupo de Trabalho para Implementação do Eixo 3 do Programa "Mulher, Viver sem Violência" finalizou a construção da Norma Técnica para Atendimento de Pessoas em Situação de Violência com Registro de Informações e Coleta de Vestígios e o atendimento humanizado de mulheres vítimas de violência, nos Institutos Médicos Legais (IML), assim como o Portaria Interministerial que reafirma as diretrizes deste atendimento.

  Além da Norma Técnica, a preocupação com a integração dos serviços para evitar a revitimização e a impunidade do(a) agressor(a) também está presente na estrutura do Curso para Humanização do Atendimento de Pessoas em

de Violência com Registro de Informações e Coleta de Vestígios.

O Ministério da Justiça lançou no final do primeiro semestre de 2014 edital para os municípios com a finalidade de acompanhar e contribuir para que o atendimento nos IML tenham novos contornos e possam se adequar para que tenham uma porta de entrada exclusiva para o atendimento as mulheres em situação de violência e possam, com esses recursos, adequar os ambientes para o atendimento humanizado e integral a mulher.

Priorizamos a realização dos cursos de capacitação do eixo de Organização e Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual do Programa Mulher Viver sem Violência, para que os estados possam estruturar-se e adequar seus espaços de atendimento às mulheres.

- **Implantar registro administrativo unificado na Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.**

Análise Situacional da Meta

A SPM elaborou fluxo de atendimento integrado entre os serviços sócio assistencias, de Segurança Pública e de Justiça e a Casa da Mulher Brasileira.

Dentro da Casa, o fluxograma de atendimento foi pensado conforme o andamento dos Grupos Executivos nos estados, envolvendo reuniões para articulação e unificação dos serviços da Rede de Atendimento na Casa da Mulher Brasileira.

Em 16 de junho de 2014, a SPM realizou reunião com delegadas de 5 (cinco) DEAMs nos estados de Distrito Federal, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul para pactuação do fluxo de atendimento articulado entre segurança pública e outros serviços à mulher em situação de violência doméstica e familiar, que procure a Casa da Mulher Brasileira.

- **Implantar Sistema Nacional de Dados sobre a Violência contra a Mulher.**

Análise Situacional da Meta

Quanto à implantação do Sistema, a SPM iniciou tratativas para firmar um Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Justiça (MJ), sobre um dos módulos do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP). Em paralelo, estuda-se a possibilidade de contratar o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) para customização, manutenção e hospedagem do Sistema. Esse edital está em processo de elaboração para customização da construção de um sistema que responda as necessidades para articulação e sistematização dos dados de violência contra as mulheres.

O formulário para o registro das denúncias do Ligue 180 já está sendo utilizado desde março de 2014 em 25 Unidades Federadas, com exceção dos estados: Amazonas e Amapá.

- **Implantar Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência para atender as mulheres do campo e da floresta e dos territórios da cidadania.**

Análise Situacional da Meta

Foram entregues 53 Unidades Móveis (UMs) aos Estados e ou Municípios. A 54ª Unidade Móvel foi entregue em Ponte Nova/MG, em 10 de março de 2015. Suas principais ações são: atividades educativas, palestras, informações sobre a Lei Maria da Penha e atendimento as mulheres em situação de violência. As ações são realizadas por uma equipe multidisciplinar envolvendo delegacias especializadas, defensoria pública, ministério público e juizados especiais e profissionais dos estados e municípios para o atendimento psicossocial. Foram atingidas, com as diferentes ações mais de 20 mil mulheres no primeiro semestre de 2014.

A SPM identificou 21 Estados que constituíram Fóruns Estaduais do Campo, da Floresta e das Águas no primeiro semestre de 2014: AC, AL, AM, AP, BA, DF, ES, GO, MA, MS, PB, PE, PI, PR, RJ, RO, RS, RR, SE, SP, TO. Já no

segundo semestre foram criados os Fóruns Estaduais de enfrentamento à violência contra as mulheres do campo, da floresta e das águas, nos estados de: CE, MG, MT, PA, RN e SC.

Em 28 e 29 de abril de 2014 foi realizada a Reunião Anual do Fórum de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo e Floresta, onde a SPM teve acesso à avaliação da sociedade civil sobre as atividades das Unidades Móveis terrestres.

Importante destacar que a instalação dos Fóruns Estaduais somada a implementação das ações das Unidades Móveis têm contribuído para que a pauta das mulheres do campo, da floresta e das águas seja incorporada pelos governos estaduais e municipais respondendo assim a demanda da Marcha das Margaridas e tirando estas mulheres da invisibilidade.

A SPM expandiu suas atuações nessa pauta, através da assinatura de Termo de Cooperação com a Caixa Econômica Federal, para realização de atividade na Ilha do Marajó (PA) através da Agência-Barco. Foram realizadas 9 (nove) viagens pela equipe da SPM, com parceria do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (MAMA), para realização de palestra, o Programa Mulher Viver sem Violência, Campanha “Quem ama Abraça”, “Ligue 180”, além de informações sobre a Lei Maria da Penha e direitos, para a sociedade civil, organizações de mulheres, jovens, instâncias governamentais municipais e demais interessados. Foram realizadas reuniões com representantes dos serviços de Assistência Social, Saúde, Educação, Justiça e Segurança Pública.

- **Induzir, articular e coordenar protocolos de atendimento para os serviços integrantes da Rede de Atendimento.**

Análise Situacional da Meta

Foi estruturado um Grupo de Trabalho (GT) em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para revisão da função e fluxo de atendimento dos CEAMs e Casas-Abrigo, de forma integrada com os serviços da Assistência Social Básica, Especializada e da Casa da Mulher Brasileira. O GT tem como meta a elaboração de um Plano de Trabalho para definir protocolos, fluxos e procedimentos, em articulação com o Sistema Único de Assistência Social. O GT será institucionalizado no primeiro semestre de 2015, mas já se reúne semanalmente.

Em relação ao Sistema Único de Saúde, Sistema de Segurança Pública e Poder Judiciário, ações semelhantes estão sendo definidas no âmbito do GT de Implementação do Eixo 3 do Programa “Mulher, Viver sem Violência”.

De modo complementar, também contribui para a elaboração de protocolos, fluxos e procedimento articulados; a pactuação da Ficha de Notificação compulsória para violências, prevista na Portaria do ministério da Saúde nº 1.271, de 6 de julho de 2014. Por meio dessa ficha, a notificação será também intersetorial por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan). Assim, o(a) usuário(a) terá seu atendimento integrado entre os vários serviços que percorrer.

Foi finalizada a Norma Técnica de Atenção a Pessoas em Situação de Violência Sexual; está em processo de construção o fluxo entre a rede de CEAMs e a rede socioassistencial e sendo finalizada o fluxo e protocolos de atendimento das Casas da Mulher Brasileira e demais serviços de atendimento às mulheres.

- **Integrar a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.**

Análise Situacional da Meta

A SPM manteve durante o ano de 2014 as ações de coordenação intersetorial do enfrentamento ao tráfico de pessoas, por meio da participação na Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em reuniões mensais, das atividades no Grupo Interministerial de Monitoramento do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se reúne quadrimestralmente para avaliar a execução do Plano e, desde janeiro deste ano, do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, órgão colegiado de acompanhamento e fiscalização da execução da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se reúne três vezes por ano.

As ações de coordenação política complementam e direcionam as ações de integração operacional das redes, como a criação do fluxo de encaminhamento da rede de Enfrentamento ao Tráfico para serviços especializados, incluindo a Rede especializada de atendimento especializado às mulheres em situação de violência. O fluxo está em estágio de implementação piloto pela rede de ETP para revisão posterior.

Em 2014 foi realizada avaliação intermediária do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) que traz o balanço do progresso das 115 metas do Plano. A SPM encontra-se como líder em 16 metas que, na avaliação intermediária do II PNETP, foram classificadas como ótimo desempenho do indicador de progresso em 12 metas, como bom em 2 metas, como ruim em apenas uma meta (considerando que uma última meta ainda será iniciada no próximo ano). Destas metas, 5 já apontam andamento positivo do indicador de resultado.

No escopo do Projeto Migrações Transfronteiriças, a SPM participou das reuniões de parceiros e de Workshop sobre os resultados das pesquisas de levantamento do estado das redes de atenção da SPM, MJ e MTE nas fronteiras. Foi ampliado o número de municípios diagnosticados de 10 para 15, o que permitirá exame mais amplo das necessidades e lacunas, provendo maior detalhe para a integração das redes de atenção às migrantes e vítimas de tráfico de pessoas nas regiões de fronteiras.

Além disso, a SPM compôs a delegação brasileira no IV Encontro de Autoridades Nacionais de Tráfico de Pessoas que aconteceu em Brasília nos dias 04 e 05 de dezembro de 2014.

- **Realizar capacitação continuada de 100% das atendentes da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 no tema da violência contra as mulheres, com destaque às especificidades das mulheres do campo e da floresta, negras, indígenas e lésbicas.**

Análise Situacional da Meta

Entre Janeiro e Maio de 2014, foram contratadas 60 atendentes, que foram capacitadas durante três semanas. As temáticas bases do curso de capacitação são: Relações e Violência de gênero, Lei 11.340/06 (Maria da Penha), Rede de atendimento e enfrentamento, Noções do Poder Público, Técnicas de acolhimento e Teleatendimento, entre outras. A capacitação foi acrescida de visitas a alguns serviços da rede, como a DEAM, Ministério Público, Juizado, Defensoria e Centro Especializado de Atendimento à Mulher.

Além da capacitação de novas atendentes, também foi realizado um planejamento de atividades para toda a operação, no intuito de capacitá-las constantemente e deixá-las cientes das constantes mudanças do processo de transição e transformação da central em disque-denúncia. Com tal câmbio no serviço, o roteiro de atendimento foi alterado, portanto em fevereiro foram ministradas palestras com as novas orientações para o registro de denúncias. Todas as colaboradoras da Central participaram deste treinamento.

Entre março e junho foram realizadas campanhas motivacionais uma vez ao mês e aconteceram as atividades de reciclagem de algumas temáticas como: convenção de Haia, Tráfico de pessoas e a apresentação da campanha do Ligue 180. Essas atividades foram direcionadas a todas as atendentes e supervisoras da Central.

Entre os meses de julho e dezembro de 2014 foram contratadas 30 novas atendentes, que participaram de um processo de treinamento de aproximadamente 8 dias. O treinamento contemplou os seguintes conteúdos:

•Apresentação da Secretaria de Políticas para as Mulheres
•Gênero, diversidade e violência
•Noções de poder público
•Rede de atendimento
•Tipos penais relacionados à violência contra a mulher
•Lei Maria da Penha
•Monitoria e registro de informações
•Roteiro de atendimento adequado ao modelo de disque denúncia

Esta capacitação foi formatada de maneira mais pragmática, voltada à aprendizagem prática do Sistema de Atendimento à Mulher (SIAM). Desta forma, a maioria das aulas foi ministrada com o uso do SIAM por parte das atendentes em processo de treinamento.

Além da parte conteudística, as atendentes também fizeram visitas a dois serviços da rede de atendimento: o Centro Especializado de Atendimento à Mulher e a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, que serviu para complementar o aprendizado. Para finalizar o processo, foram realizadas dinâmicas para melhora de relacionamento interpessoal e fixação de conteúdo.

No decorrer desse período, foram realizadas atividades de reciclagem com todas as atendentes, supervisoras e monitoras da operação, com o intuito de afinar as informações entre todas as trabalhadoras e assim prestar um atendimento mais coerente às usuárias. Como a transformação do Ligue 180 em Disque Denúncia ainda é algo recente, muitas das atividades do semestre foram voltadas a essa adequação do serviço, no intuito de dirimir as dúvidas geradas diariamente no atendimento. As temáticas como: atendimento de ligações internacionais, tráfico de pessoas e especificidades da Convenção de Haia também foram tratadas nas atividades de reciclagem ao longo do semestre.

- **Transformar o Ligue 180 em Disque denúncia, com encaminhamento direto das denuncias aos órgãos competentes.**

Análise Situacional da Meta

O disque denúncia teve início em 1º de março de 2014, a fim de implementar o segundo eixo do Programa “Mulher, Viver sem Violência”. Até o momento houve a adesão de 25 estados, com exceção do Amapá e Amazonas.
Como Disque Denúncia, o Ligue 180 acumulou as atribuições de registro, tratamento e encaminhamento das denúncias aos órgãos competentes de segurança pública e aos ministérios públicos de cada estado com as atividades que já eram desenvolvidas.

Tal ampliação no escopo da Central provocou a criação de uma equipe exclusiva para atender a nova demanda: Posto de Encaminhamento de Denúncias (PED). O PED foi criado em agosto de 2013, em caráter piloto, iniciando suas atividades por meio do tratamento e envio de parte dos relatos recebidos pela Central, quais sejam: cárcere privado, tráfico de pessoas, trabalho escravo, bem como reclamações, elogios e sugestões referentes à atuação de agentes ou órgão públicos.

A partir do lançamento do Ligue 180 como Disque Denúncia, o PED passou a enviar denúncias relativas a todos os relatos e violência recebidos pela Central de Atendimento. As denúncias são analisadas por uma equipe formada por 42

profissionais que qualificam e enviam as informações coletadas para a Segurança Pública e Ministérios Públicos estaduais.

Em 2014 foram enviadas cerca de 20 mil denúncias para a Segurança Pública e os Ministérios Públicos dos estados. Cabe ressaltar que houve grande aumento das denúncias recebidas durante a Campanha "Eu Ligo 180", iniciada no dia 25 de maio de 2014, passando-se da média de 2.600 denúncias mensais recebidas para a média de 5.000 denúncias mensais recebidas. Em quatro semanas de divulgação da Campanha, o Ligue 180 recebeu o mesmo volume de denúncias que fora recebido nos últimos 4 meses.

Além dos encaminhamentos de denúncias, podem ser destacados os seguintes dados de atendimento realizados durante o ano de 2014:

Ligue 180 realizou 485.105 atendimentos, que corresponde à média de, aproximadamente, 1.330 atendimentos por dia. Desse total, 52.957 foram relatos de violência com o seguinte conteúdo: 51,68% de violência física, 31,81% de violência psicológica, 9,68% de violência moral, 2,86% de violência sexual, 1,94% de violência patrimonial, além de 931 casos de cárcere privado e 140 casos de tráfico de pessoas.

Com a Campanha "Eu Ligo 180", a Central de Atendimento passou da média de 12.000 ligações diárias para a média de 20.000 ligações diárias, ou seja, passou a receber 8.000 ligações a mais por dia.

Para evitar que esse aumento gerasse impacto negativo no serviço, foram realizadas novas contratações de atendentes, readequações das escalas, pagamento de horas extras e campanhas motivacionais para estimular o comprometimento das atendentes com os atendimentos realizados.

Foi finalizado o processo de licitação para contratação de serviço de Solução Global para prestação de teleatendimento, processo nº: 00036.000532/2014-43, para contratação de serviço de teleatendimento receptivo e ativos nas funções humana e eletrônica. O que culminou na assinatura do contrato nº 17/2014 em 23/12/2014 entre esta Secretaria e a empresa Call Contact Center.

Está em andamento o processo nº 00036.000931/2014-12 para contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado para atender às usuárias da Central de Atendimento à Mulher no âmbito nacional e internacional.

Tais ações ajudaram a qualificar e a ampliar o escopo de atendimentos realizados pelo Ligue 180 ao longo do ano de 2014, possibilitando seguintes avanços:

•Em 2014 chegou-se ao total 4.124.017 de atendimentos realizados desde o início da atuação do Ligue 180 (no ano de 2005).

•62% das usuárias tomaram conhecimento da Central Ligue 180 por meio da Mídia. E a televisão, sozinha, foi responsável por 47% da procura pelos serviços do Ligue 180. Este ano, o impacto da televisão na divulgação da Central Ligue 180 mais que dobrou em relação ano anterior.

•Em 2014, o Ligue 180 atendeu todas as 27 unidades da federação e 3.853 municípios brasileiros.

Comparando-se os atendimentos do ano de 2014 com os dados de 2013, observa-se que:

•Houve aumento de 50% nos registros de cárcere privado, totalizando 2,5 registros por dia.

•Houve aumento de 18% no número de estupros denunciados, gerando o registro médio de, 3 casos por dia em 2014.

•Aumentou em 20% o número de violências sexuais registradas (estupro, assédio e exploração sexual), resultando na média de 4 registros por dia;

•O número de atendimentos prestados a habitantes da zona rural quadruplicou em relação ao ano de 2013.

•Houve um aumento de 113% no número de usuárias que apontaram a televisão como forma de primeiro contato com o Ligue 180.

OBJETIVO: 0999 - Fortalecer a implementação e aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, por meio de difusão da lei e dos instrumentos de proteção de direitos, bem como por meio de ações educativas para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres, para a promoção de direitos sexuais e desconstrução dos estereótipos e mitos relacionados à sexualidade das mulheres.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

A Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, enquanto campanha de conscientização permanente, abriu nova fase em 2014 com a adesão do Legislativo a fim de obter sensibilização também durante o processo de formulação de nova legislação ou de alteração da legislação vigente. Também foi realizada adesão com Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, entendendo que estes importantes operadores do direito precisam ser sensibilizados para a efetiva implementação da Lei Maria da Penha.

Ainda com o intuito de difusão da Lei e envolvimento de toda sociedade no enfrentamento à violência contra as mulheres, realizou-se adesão de empresas públicas e privadas. A partir de tal adesão as empresas realizarão ações de divulgar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, sensibilizar e ampliar o conhecimento do público interno e/ou externo da empresa acerca dos direitos das mulheres e o enfrentamento à violência e divulgar informações sobre a legislação vigente.

A Campanha conta ainda com o Portal que reúne publicações, artigos, notícias, diretrizes, pesquisas, jurisprudência sobre violência contra a mulher e é um canal privilegiado para levar informações qualificadas aos operadores do direito. No ano de 2014 foram registradas 162.940 pessoas acessando o site, gerando 210.839 visitas, que se desdobraram em 435.580 visualizações de página.

A SPM publicou neste último semestre mais 2 (duas) edições do informativo da Campanha. Elas tiveram como tema o acesso à justiça para as mulheres e as novas adesões do Legislativo e a parceria com as empresas.

No âmbito da Campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha” está em andamento pesquisa junto a operadores do direito (juízes, promotores e defensores públicos) que tem como objetivo captar a percepção junto a operadores do direito sobre a aplicação da Lei nº 11.340/2006 nas diferentes instâncias do Sistema de Justiça, em termos de avanços, desafios, obstáculos e possíveis propostas para a sua efetiva implementação.

Metas 2012-2015

- **Construir pactos com empresas públicas e privadas e outros órgãos do governo para prevenir a violência contra as mulheres e combater a exploração sexual de mulheres, adolescentes e jovens, em especial nas áreas de grandes obras de desenvolvimento econômico e infraestrutura e nas regiões de fomento ao turismo.**

  Análise Situacional da Meta

  Um dos eixos da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha é a adesão de empresas privadas no enfrentamento à violência contra as mulheres. Neste intuito foram assinados Termos de Adesão à Campanha pelas seguintes empresas de abrangência nacional: Grupo Pão de Açúcar, Magazine Luíza, Avon, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasileira de Correios Telégrafos, Empresa Brasil de Comunicação, Fundação Vale, Itaipu, Petrobras e Petrobras Distribuidora.

  As ações de mapeamento e de estratégias de envolvimento das empresas foi feita mediante contratação da Consultoria Júnior Pública, vinculada à FGV de São Paulo, por meio de convênio com o Instituto Patrícia Galvão. Tal contratação permitiu estabelecer estratégia para captação de novas empresas para os períodos futuros, por meio de metodologia criada para classificação das empresas de acordo com a sensibilidade ao tema. A entrega do produto final ocorreu em junho de 2014 e dará subsídio para mobilização de novos parceiros.

  Durante o 2º semestre de 2014 as empresas que aderiram à Campanha executaram o plano de trabalho apresentado gerando diversos desdobramentos de acordo com as peculiaridades de cada empresa.

  A Itaipu promoveu uma exposição interativa no centro do município de Foz do Iguaçu (PR), em parceria com a

Prefeitura local e o Centro de Referência de Atendimento à Mulher. Além de adesivar ônibus e vans do município e os veículos de sua frota de transporte de empregados com banner de divulgação do Ligue 180 - a Central de Atendimento à Mulher. A empresa também patrocinou um concurso cultural sobre a relação entre machismo e violência de gênero promovido pelo Ministério Público do Paraná. A usina ainda enviou aos funcionários mensagem sobre o aplicativo Clique 180, para smartphones e celulares, desenvolvido pela ONU Mulheres em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), e distribuiu fitas brancas e folhetos explicativos no Dia do Laço Branco (6 de dezembro) sobre a campanha que visa conscientizar também os homens a se unirem contra qualquer forma de violação dos direitos humanos das mulheres.

A Petrobras produziu vídeo e apresentação on-line sobre o tema da violência de gênero, que foram disponibilizados na intranet da empresa a partir do dia 23 de dezembro e que, de acordo com o Núcleo de Comunicação da Gerência Executiva de Responsabilidade Social, ficarão no ar indefinidamente. O vídeo conta as histórias de mulheres e jovens que foram atendidas em centros de referência para mulheres vítimas de violência na capital do Rio de Janeiro e no município fluminense de Maricá. A apresentação resume iniciativas desenvolvidas pela empresa sobre o tema desde 2006. Além disso, a BR Distribuidora desenvolveu uma nova campanha de mídia para divulgação em todas as unidades e postos da empresa espalhados no território nacional, além dos meios eletrônicos de comunicação de todas as subsidiárias do sistema Petrobras.

A Caixa divulgou o Ligue 180 nos terminais de autoatendimento em todo o país, imprimiu estampa contra a violência às mulheres nos bilhetes do concurso da loteria federal realizado no dia 26 de novembro e divulgou a Campanha Compromisso e Atitude e a Lei Maria da Penha no portal institucional aberto a todas as pessoas que procuram o banco. Vídeos contra a violência doméstica, sobre a Lei Maria da Penha e a Campanha também foram exibidos no Blog da Diversidade e no Portal do Empregado (veículos voltados ao diálogo com o corpo de funcionários). O banco informou ainda ter divulgado o Portal Compromisso e Atitude nos projetos apoiados e junto aos fornecedores. E, no Dia do Laço Branco, artigos escritos por dois funcionários trataram da questão do machismo e da violência de gênero.

O Instituto Avon realizou a segunda edição do Fórum Fale sem Medo. O evento reuniu especialistas de diversas áreas para discutir os impactos negativos que a cultura de violência baseada nas desigualdades socialmente estabelecidas para os papéis de gênero produz sobre a formação dos jovens e como ela estimula a reprodução das violações à dignidade humana das mulheres. Durante o seminário foram apresentados os dados da pesquisa Violência contra as mulheres: os jovens estão ligados?, realizada pelo Data Popular em parceria com o Instituto Avon.

A Vale realizou palestra sobre o tema no canteiro da empresa que funciona no município de Canaã dos Carajás, sudeste do Pará.

O Banco do Brasil no dia 19 de novembro divulgou uma arte em referência à Lei Maria da Penha e ao Ligue 180: Central de Atendimento à Mulher e em 25 de novembro, Dia Internacional pelo Fim da Violência contra as Mulheres, divulgou peça publicitária comemorativa do dia em sua página do Facebook.

E os Correios usaram o Facebook e seus veículos internos de comunicação para divulgar aos funcionários mensagens sobre as datas-símbolos que integram os 16 dias de ativismo.

- **Contribuir para o aumento do número de Coordenadorias Estaduais da Mulher em situação de violência doméstica e familiar nos Tribunais de Justiça Estaduais.**

Análise Situacional da Meta

Todas as Coordenadorias Estaduais das Mulheres em Situação de Violência foram criadas pela Resolução n. 128/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e foram o foco dos debates da VIII Jornada Maria da Penha. Na chamada Carta da VIII Jornada, os magistrados reforçaram, entre outros pontos, a importância do aumento do número de coordenadorias, varas ou juizados especializados no combate à violência contra a mulher, tanto nas capitais como no interior.

Atualmente, todas as unidades da federação contam com pelo menos uma unidade com esse perfil e 87 varas especializadas, no entanto a quantidade é insuficiente em face do número de casos diários de violência.

- **Contribuir para o aumento do número de Defensorias Públicas Especializadas e da assistência jurídica gratuita para o atendimento às mulheres em situação de violência.**

Análise Situacional da Meta

Por meio do acordo de cooperação técnica assinado em 2011 e que deu origem à Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha, a SPM participou de reunião ordinária do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), em 15 de junho de 2014, o que resultou na assinatura de um protocolo de intenções para a criação de núcleos estaduais especializados no atendimento às mulheres vítimas de violência em todas as Defensorias Públicas e sua institucionalização, pelo meio normativo adequado à realidade de cada estado, no prazo de 8 meses.

Foi formalizado convênio com a Defensoria Pública do DF para a realização do I Encontro Nacional de Defensores(as) Públicos(as) sobre violência contra as mulheres, que está previsto para o mês de março de 2015.

Com as negociações para a construção das 26 Casas da Mulher Brasileira espera-se estimular a criação de 26 defensorias especializadas no atendimento de mulheres em situação de violência.

Com a finalidade de unificar os procedimentos a serem adotados pelas Defensorias Públicas nesse atendimento, o Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (Condege) aprovou em dezembro de 2014 o Protocolo Mínimo de Padronização do Acolhimento e Atendimento da mulher em situação de violência doméstica e familiar no âmbito das

Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal.

As diretrizes incluídas no documento são resultado de um acordo de cooperação técnica firmado em 2012 entre o Condege e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com o objetivo de fortalecer a Lei Maria da Penha e contribuir para aprimorar o trabalhado realizado pelas Defensorias.

Além das diretrizes gerais, o documento define os padrões específicos para a criação dos Núcleos de Defesa da Mulher (Nudem), com recomendações referentes à localização, instalações, espaço físico e atribuições. Uma recomendação essencial é a presença da equipe multidisciplinar, composta por psicólogos e assistentes sociais, fundamental para dar assistência adequada às mulheres e para encaminhar casos de violência psicológica.

Foram também definidas recomendações para os defensores que atuam nos Juizados Especializados e nas Varas Especializadas em violência doméstica e familiar, para que trabalhem em sintonia com a equipe e com a rede de serviços e não fiquem restritos à esfera judicial, com a indicação de parâmetros para o atendimento humanizado e realização de atividades extrajudiciais. Também há orientações sobre como proceder no acompanhamento processual e nos casos de deferimento e indeferimento das medidas protetivas e nos casos de lesão corporal leve, entre outras diretrizes.

- **Contribuir para o aumento do número de juizados e varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher.**

Análise Situacional da Meta

A SPM tem estimulado a criação de novas varas especializadas por meio do Programa Mulher Viver sem Violência, na implantação das Casas da mulher Brasileira nas 26 capitais e DF. Tais Casas concentrarão no mesmo espaço físico uma vara especializada, defensoria pública e promotoria pública especializada.

Além disso, é apoiadora fundamental de atividades de qualificação de juízes, juízas e equipes técnicas das varas especializadas, por meio da Jornada da Lei Maria da Penha, realizada em parceria com o CNJ, e do FONAVID (Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher). O CNJ e o Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça são parceiros da Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha e participam ativamente da Coordenação nacional e do Conselho Editorial.

Com as negociações para a construção das 26 Casas da Mulher Brasileira a SPM está articulando com os Tribunais de Justiça Estaduais a criação de 26 Juizados Especializados em Violência Doméstica e familiar.

Ainda, em parceria com o CNJ, a SPM está estimulando a realização de pesquisa sobre a atuação da Justiça nos juizados especializados em Violência Doméstica e familiar, de modo que os resultados permitam orientar a expansão desses serviços.

- **Contribuir para o aumento do número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais.**

Análise Situacional da Meta

O número de Promotorias Públicas Especializadas e dos Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais registrados em dezembro de 2014 é de 58.

A SPM acompanha e apoia a COPEVID (Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher), que também participa da Campanha Compromisso e Atitude, representando o Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça. Em junho foi realizada reunião com a atual Procuradora Geral de Justiça que preside o CNPG, para o estreitamento da parceria e para viabilizar a inserção da pauta na próxima reunião do Colégio Públicos Estaduais a criação de 26 promotorias especializadas em violência contra a mulher.

- **Estabelecer parceria com os órgãos responsáveis pela aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) para viabilizar o acompanhamento do percentual de medidas protetivas utilizadas e dos processos julgados de acordo com a referida Lei.**

Análise Situacional da Meta

Para conhecer o universo de medidas protetivas utilizadas, será realizada nova pesquisa pelo Conselho Nacional de Justiça. O questionário a ser aplicado já foi elaborado, e a pesquisa deverá ser iniciada no ano de 2015 com o objetivo de analisar a atuação do Poder Judiciário no combate à violência doméstica contra a mulher nos aglomerados urbanos de todas as unidades da federação que possuem as capitais estaduais como centralidade principal do território.

No âmbito do monitoramento da aplicação de tais medidas, as iniciativas consideradas exitosas como a Patrulha Maria da Penha, do RS e as tornozeleiras eletrônicas, de MG, estão sendo paulatinamente adotadas em diversos estados e municípios.

A SPM tem articulado junto ao Conselho Nacional de Justiça, a realização de nova pesquisa com o objetivo de analisar a atuação do Poder Judiciário no combate à violência doméstica contra a mulher nos aglomerados urbanos de todas as unidades da federação que possuem as capitais estaduais como centralidade principal do território.

- **Incorporar a temática do enfrentamento à violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha (Lei nº11.340/06) nos conteúdos programáticos de cursos, concursos públicos e no processo de formação dos operadores de direito e de gestores e gestoras públicos/as.**

Análise Situacional da Meta

A fim de ampliar o escopo de operadores do direito a serem capacitados e sensibilizados com relação ao enfrentamento à violência contra mulheres, foi realizada em maio de 2014, adesão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil que em seu plano de trabalho visará a promover debates, desenvolver e distribuir materiais gráficos ou midiáticos para sensibilizar e ampliar o conhecimento das/os advogadas/os e estagiárias/os acerca da violência contra mulheres; divulgar a Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 e/ou demais serviços públicos para o atendimento de mulheres em situação de violência; e promover capacitações sobre normativas nacionais e internacionais que versam sobre a violência contra mulheres.

A SPM possui um termo de acordo de cooperação técnica com o CNJ, ENFAM, FONAVID e MJ, com o objetivo de contribuir para a divulgação, consolidação e implementação dos instrumentos previstos na Lei Maria da Penha. Com base nesse acordo, o enfrentamento à violência contra as mulheres foi incluído no curso inicial de formação de magistrados/as promovido pela ENFAM, em parceria com a SPM. Esse acordo expirou e está em andamento nos setores jurídicos a elaboração de outro acordo de cooperação técnica.

- **Promover 5 campanhas, com caráter permanente, para o enfrentamento da violência contra as mulheres, exploração sexual e tráfico de mulheres, divulgação da Lei Maria da Penha e da Central de Atendimento às Mulheres – Ligue 180.**

Análise Situacional da Meta

Em maio de 2014, foi lançada a campanha "Violência contra a mulher – Eu ligo", referente à Central de Atendimento à Mulher, Ligue 180. Fruto de uma parceria com o Ministério das Cidades, a terceira fase da campanha 'Mulher, Viver sem Violência' destacou a importância do 180 como o principal serviço de informação sobre direitos e orientação de vítimas da violência de gênero com relação a serviços públicos especializados em todo o Brasil. Além da importância do Ligue 180, a campanha destacou ainda as diferentes formas de assédio sofrido pelas mulheres: moral, sexual e o sofrido no ambiente de trabalho.

A campanha foi veiculada no período de 25 de maio a 28 de junho. Um filme de 30" (com versão de um minuto no dia do lançamento) foi utilizado para divulgação em TV aberta, fechada e segmentada nos principais canais e horários em caráter nacional. Contou-se ainda com um spot de rádio de 30", também de cobertura nacional, em cidades acima de 500 mil habitantes. Para revistas, foram selecionadas as de cobertura nacional e segmentos diferenciados com anúncios de página dupla e formato especial de página simples. Os anúncios em jornais foram de 1/2 página e página especial em jornais populares. Além das mídias tradicionais, a campanha de mídia exterior compreendeu o chamado mobiliário urbano (como pontos de ônibus, relógios urbanos etc.), painéis e cartazes em transportes públicos nas principais cidades brasileiras.

Em mídia digital (monitores em transportes públicos, em supermercados etc.), veiculou-se uma vinheta de 15 segundos sobre o assédio em transportes públicos, em capitais. Além de peças específicas desenvolvidas para a internet. Foi criada uma página especial no Facebook com todas as peças da campanha, permitindo o download por parte de parceiros, potencializando-se assim a replicação das mensagens.

Além da campanha, a SPM, em parceria com a ONU Mulheres e a Embaixada Britânica, desenvolveu um aplicativo para celulares: "CLIQUE 180". Tem o objetivo de oferecer informações tanto para as mulheres que sofrem violência, quanto para todas as pessoas que trabalham com o tema, que queiram saber mais sobre o assunto ou que desejem se informar para ajudar uma mulher em situação de violência.

O aplicativo contém: informações sobre os tipos de violência contra as mulheres; a localização dos serviços da Rede de Atendimento e a rota para chegar até eles; um passo a passo detalhado sobre como agir e que tipo de serviço procurar em cada caso de violência contra as mulheres; um botão para ligar diretamente para o 180 (a Central de Atendimento à Mulher para informações e denúncias); a Lei Maria da Penha; e, uma ferramenta colaborativa para mapear os locais da cidade que oferecem riscos às mulheres. Este conteúdo pode ser baixado em qualquer smartphone e também pode ser visualizado no site http://clique180.org.br/

O aplicativo foi lançado em 22 de maio de 2014 e, até o final do mês de dezembro, ocorreram 3.959 downloads (3.019 no Android e 940 no iOS) e 10.979 visitas ao site.

No segundo semestre de 2014, houve a continuidade da Campanha "Violência contra a mulher – Eu ligo", com uma frequência menor quando do lançamento em maio de 2014, priorizando a distribuição de impressos e a divulgação dos vídeos da Campanha nos canais oficiais da SPM/PR (Portal, Facebook, Twitter), do Governo Federal e dos parceiros.

No tocante à Campanha "Quem Ama Abraça", foi formalizado convênio, com a ONG Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), prevendo a ampliação da Campanha e contratação de consultoria. O objeto é o Lançamento da Campanha "Quem Ama Abraça Fazendo Escola" em 18 capitais e 82 Municípios. O objetivo é atender à demanda de lançamentos e de material para Estados e Municípios, contribuindo para a difusão da campanha em todo o território nacional. Vale destacar o lançamento e divulgação da campanha "Quem Ama Abraça" junto aos municípios da Ilha do Marajó, integrando as ações de campanhas e acesso às mulheres ribeirinhas de informações e possibilidades no que se refere ao enfrentamento à violência contra a mulher.

A Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha é campanha continuada prevista no Programa "Mulher: Viver sem

Violência" e no 2º semestre de 2014 deu andamento às suas atividades por meio de 02 reuniões ordinárias da Coordenação Nacional e 04 do Conselho Editorial. Houve nesse período a elaboração e distribuição de duas edições do Informativo (o primeiro voltado para as comemorações dos oito anos da Lei Maria da Penha e o segundo que tem como título "Integração dos serviços e perspectiva de gênero qualificam enfrentamento dos crimes de violência contra mulheres").

OBJETIVO: 1000 - Promover o acesso à Justiça às mulheres em situação de violência, por meio da implementação de Segurança Cidadã, do pleno funcionamento dos instrumentos e serviços do sistema de justiça, promovendo uma cultura não discriminatória.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Análise Situacional do Objetivo

Deu-se continuidade às articulações com os órgãos responsáveis pelas mulheres em situação de prisão, tráfico de pessoas, em situação de violência doméstica e familiar, bem como violência sexual.

Foi realizada a adesão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal à Campanha Compromisso e Atitude, o que acarretou em estreitamento do trabalho com esses órgãos no acompanhamento da tramitação de projetos legislativos de grande importância para o enfrentamento à violência contra mulheres, bem como a mobilização do Parlamento e da sociedade sobre temas sensíveis.

No segundo semestre de 2014 a SPM, em parceria com o escritório brasileiro da ONU Mulheres, continuou a realização do plano de trabalho conjunto para atividades a serem desenvolvidas ao longo de 2014 e 2015. O referido plano de trabalho está centrado em 3 eixos de ação: i) produção de conhecimento e ampliação do debate sobre feminicídio no Brasil; ii) Adaptação do modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero, e iii) proposta de alterações legislativas sobre feminicídio.

No âmbito do eixo sobre produção de conhecimento, foram realizadas em 2014:

- Oficina sobre Feminicídio – 22/23 de maio de 2014

Oficina realizada em Brasília, com participação de 45 convidadas, dentre as quais pesquisadoras internacionais, SPM, representantes dos Ministérios da Justiça e Saúde, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, da sociedade civil e da academia, além da Procuradoria Geral da República, Ministério Público da Bahia, COPEVID e FONAVID.

Durante a Oficina, apresentou-se uma contextualização do fenômeno do feminicídio, incluindo a construção do conceito, a tipificação na América Latina, a realidade da violência no Brasil, repercussões na mídia e análise das decisões judiciais. As apresentações foram seguidas de debates e elaborações de propostas para ações sobre feminicídio.

- Oficina sobre Feminicídio com Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – 8 e 9 de outubro de 2014

Oficina realizada no plenário do CNMP em Brasília, com 30 participantes da SPM, ONU Mulheres, Instituto Patrícia Galvão, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Ministérios Públicos de diversos estados.

Durante a Oficina, foi feita uma contextualização e apresentação do conceito de feminicídio, seguida de apresentação sobre a tipificação do crime na América Latina e no Brasil. No segundo dia, a ONU Mulheres apresentou o Modelo de Protocolo Latino Americano para investigação eficaz de mortes violentas de mulheres por razões de gênero e SPM coordenou a discussão sobre propostas legislativas sobre feminicídio em trâmite no Congresso Nacional – dentre as quais encontra-se o PLS 292/2013.

- Oficina sobre feminicídio com Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – 26 e 27 de novembro de 2014.

Oficina realizada em parceria com ONU Mulheres no Plenário do CNJ, com 35 participantes da SPM, ONU Mulheres, CNJ, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Instituto Patrícia Galvão e juízas e juízes dos Tribunais de Justiça de todas as regiões do Brasil – contando com variedade entre as varas de Violência Doméstica contra a Mulher, Tribunais de Júri e Desembargadoras.

Durante a oficina, foi contextualizado o conceito de feminicídio, exposto sua tipificação em outros países da América Latina e apresentado o Protocolo de Investigação. Após as apresentações, foi realizada uma discussão a respeito das

propostas legislativas sobre feminicídio – dentre as quais encontra-se o PLS 292/2013.

- Publicação com coletânea de artigos

Em agosto de 2014, a SPM, em parceria com ONU Mulheres, convidou acadêmicas, operadoras da justiça, membros da sociedade civil e do governo para produzirem artigos sobre feminicídio nos contextos nacional e internacional. O propósito da publicação é ampliar o debate sobre feminicídio, produzir conhecimento sobre o assunto, assim como prover material técnico e apoio ao debate sobre feminicídio. A publicação tem previsão de distribuição em 2015 para público amplo, incluindo gestoras de políticas para mulheres, operadoras do Pacto, acadêmicas e pesquisadoras, e mulheres na sociedade civil.

- Realização de pesquisa qualitativa em parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário, do MJ, sobre análise de processos do júri que envolvam feminicídios que ocorrem no âmbito da violência doméstica e familiar , de 5 unidades federativas, a ser divulgada em 2015.

- Realização de oficina sobre produção de dados quantitativos sobre feminicídio no Brasil com Ministério da Saúde, Ministério da Justiça, IPEA, OPAS, UNODC, ONU Mulheres, Flacso, com a participação de especialistas do México, que realizaram um levantamento amplo sobre feminicídio num período de 30 anos.

No âmbito da adaptação do modelo de protocolo latino-americano de investigação das mortes violentas de mulheres por razões de gênero, ressaltamos que o Brasil é o primeiro país que está realizando tal adaptação e que por meio da ONU Mulheres foi feita a tradução do material para a língua portuguesa. A consultora da ONU Mulheres elaborou uma proposta preliminar para esse documento de diretrizes e na primeira quinzena de dezembro foi realizada oficina com profissionais da polícia judiciária, científica, e membros do Ministério Público para a análise da proposta.

Por fim, em relação às alterações legislativas, foi contratada consultoria em parceria com a ONU Mulheres em agosto de 2014, e no início de 2015 será entregue relatório com subsídios para a elaboração de propostas legislativas que considerem a importância de o Brasil adequar sua legislação com o fim de observar o dever de devida diligência na prevenção, investigação, sanção e reparação das vítimas e sobreviventes do crime de feminicídio.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar e monitorar a aplicação do Decreto 7.958, de 13 de março de 2013, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.**

  Análise Situacional da Meta

  O Grupo de Trabalho para Implementação do Eixo 3 do Programa “Mulher, viver sem violência” aborda em uma de suas frentes: a construção da Norma Técnica para Atendimento de Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios, e o atendimento humanizado de mulheres vítimas de violência, nos Institutos Médicos Legais (IML). Além da Norma Técnica, a preocupação com a integração dos serviços para evitar a revitimização e a impunidade do(a) agressor(a) também está presente na estrutura do Curso para Humanização do Atendimento de Pessoas em Situação de Violência Sexual com Registro de Informações e Coleta de Vestígios.

  A Norma Técnica já foi elaborada e encontra-se em processo de aprovação no Conselho Nacional de Saúde (CNS) para sua implementação.

- **Contribuir para o aumento do número de presídios femininos adequados aos dispositivos das Leis 11.942/09 e 12.121/09 e aos demais direitos das mulheres em situação de prisão.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 17 de janeiro de 2014, foi publicada a Portaria Interministerial MJ/SPM nº 210 que institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE).

  Esta política incorpora os desafios da integralidade da política criminal e penitenciária com as políticas sociais de proteção à mulher e aos seus filhos e filhas, apresenta um conjunto de ações em prol da melhoria do encarceramento de mulheres, bem como do processo de reformulação do sistema prisional feminino.

  A política institui o Comitê Gestor composto pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ) e a Secretaria de

Política para as Mulheres (SPM/PR) e tem como convidados permanentes: Secretaria de Direitos Humanos (SDH/PR), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Cultura (MinC), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Ministério do Esporte (ME).

Entre 29 de setembro e 03 de outubro, o DEPEN realizou, em parceria com a SPM, o 3º Encontro Nacional do Projeto Mulheres. O Encontro teve como propósito discutir a PNAMPE, a criação de Políticas Estaduais de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e sua aplicação, e dele participaram representantes dos Comitês Gestores Estaduais de vinte Unidades da Federação, além de Ministérios convidados permanentes a integrar o Comitê Gestor.

Após o encontro, onze unidades da federação enviaram suas minutas de Políticas Estaduais. A SPM iniciou articulação com as Gestoras do Pacto e OPMs nos estados para acompanhamento da elaboração das políticas, assim como enfoque de gênero e alinhamento com PNPM. A SPM, junto ao DEPEN, coordenou grupos de trabalho para discussão sobre a elaboração de matrizes curriculares de formação de Agentes Penitenciários e Funcionários dos Sistemas Penitenciários Estaduais que serão diretamente ligadas às políticas estaduais e à PNAMPE.

No mês de novembro, a SPM apoiou duas atividades sobre aleitamento saudável em unidades prisionais dos estados de Rio de Janeiro e Paraná, que contou com ampla cobertura de mídia.

- **Elaborar diretrizes e normas para o funcionamento dos serviços de responsabilização e educação dos agressores.**

Análise Situacional da Meta

O Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor constitui parte da Rede de Atendimento e de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e deverá atuar de forma articulada com os demais serviços da rede (Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, promotorias especializadas, Casas-Abrigo, Centro de Referência da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensorias/Núcleos Especializados da Mulher, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, serviços de saúde, etc), no sentido de contribuir para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres. Já existem 15 serviços de responsabilização e educação ao agressor no país. As diretrizes gerais dos serviços de responsabilização e educação do agressor foram elaboradas e podem ser encontradas no seguinte endereço: http://spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento.

- **Fomentar cooperação internacional, bilateral ou multilateral para o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como à exploração sexual e ao tráfico de pessoas, principalmente no tocante ao atendimento às mulheres.**

Análise Situacional da Meta

A SPM atua em coordenação com a Divisão de Assistência Consular do MRE para o atendimento de casos de violência contra brasileiras no exterior, tanto no campo da informação e facilitação do contato com a família e conhecidos no Brasil, quanto na articulação da rede de atendimento brasileira em caso de retorno.

Em relação ao Comitê de Fronteira Brasil-Venezuela de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, está sendo elaborado um protocolo de atendimento de mulheres nos serviços de ambos os países, especificamente considerando as cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén.

A SPM, em parceria com o MRE, iniciou o diálogo para a cooperação com países nas regiões de fronteiras secas, focando aqueles que fazem fronteira com os estados que receberão os serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência. O memorando em estágio mais avançado é com o Uruguai, que está em estado final de negociação para a cooperação no enfrentamento à violência contra as mulheres na área de fronteira, e que prevê a criação de um Comitê de Fronteira binacional.

No âmbito da Cooperação Regional, a SPM integra a Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do

Mercosul, a RMAAM, participando da Mesa Técnica sobre Violência de Gênero, órgão assessor que busca promover ações regionais para enfrentamento à violência contra as mulheres e ao tráfico de mulheres.

A SPM atua como parceira do projeto Migrações Transfronteiriças, projeto realizado pelo "International Centre for Migration Policies and Development" (Organização Internacional composta por países europeus) e o Governo Brasileiro (capitaneada pelos Ministérios da Justiça e do Trabalho e Emprego). Ao longo do primeiro semestre foram realizadas 3 reuniões e workshops de apresentação de produtos preliminares de pesquisas.

Também houve proximidade com a Embaixada dos Estados Unidos da América para cooperação nos casos de cidadãs brasileiras e americanas que estejam em situação de violência, bem como foram feitas negociações para o intercâmbio de experiências no âmbito das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres entre Brasil e Angola.

- **Incentivar a implementação de novos mecanismos de proteção e segurança às mulheres em situação de exploração sexual e tráfico de pessoas.**

Análise Situacional da Meta

A SPM manteve durante o ano de 2014 as ações de coordenação intersetorial do enfrentamento ao tráfico de pessoas, por meio da participação na Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em reuniões mensais, das atividades no Grupo Interministerial de Monitoramento do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se reúne quadrimestralmente para avaliar a execução do Plano e, desde janeiro deste ano, do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, órgão colegiado de acompanhamento e fiscalização da execução da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que se reúne três vezes por ano.

Em dezembro de 2014, realizou-se a IV Reunião de Autoridades Nacionais em Matéria de Tráfico de Pessoas em Brasília, Brasil, com o escopo prioritário de revisar e atualizar o Plano de Trabalho contra o Tráfico de Pessoas no Hemisfério Ocidental. Nessa oportunidade, os Estados membros também assinaram a Declaração Interamericana contra o Tráfico de Pessoas ("Declaração de Brasília") como compromisso político de envidar esforços para erradicar o fenômeno no território hemisférico ocidental. Na ocasião a Secretaria de Política para as Mulheres compôs a delegação brasileira, além de compor a mesa de abertura juntamente ao Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos.
O Brasil apresentou subsídios para a agenda da Reunião levando em conta as importantes contribuições e expectativas internacionais para avanços regionais em matéria de enfrentamento ao tráfico de pessoas, e considerando o ambiente propício para a troca de boas práticas e experiências nacionais e a possibilidade de melhor coordenação entre países. Sendo assim, foram debatidos os seguintes temas "Mecanismos Nacionais de Coordenação de Políticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Integração de Políticas Públicas (estratégias nacionais e boas práticas)", "Consentimento e Tipologias de Exploração" e "Atenção e proteção às vitimas".

- **Integrar as mulheres participantes do Programa Mulheres da Paz às ações de prevenção e defesa dos direitos das mulheres nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência e nas ações da Casa da Mulher Brasileira.**

Análise Situacional da Meta

O Edital de Chamada Pública SENASP/MJ, Mulheres da Paz e Protejo, de 28 de julho de 2014, previu os seguintes critérios de classificação de instituições proponentes, atribuindo 2 pontos para a aquelas: que realizaram nos últimos doze meses ações de prevenção à violência contra as mulheres, e que realizaram nos últimos doze meses ações de prevenção ou enfrentamento ao tráfico de pessoas.
No Anexo XI do referido edital – Referenciais Nacionais Mulheres da Paz e Protejo 2013 – é previsto como atividade do(a) gestor(a) do projeto na área de Psicologia:
"Realizar atividades de socialização, dinâmicas em grupo com as mulheres e jovens, com vistas a melhorar a ambiência

dos projetos; encaminhar as demandas trazidas pelas Mulheres da Paz; realizar acompanhamento psicológico dos participantes dos projetos, em grupo e/ou individualmente, de forma pontual e, quando necessário, realizar encaminhamentos para os serviços especializados de assistência psicológica e atendimento à mulher em situação de violência (Centros de Referência de Atendimento à Mulher); atuar e intervir nos casos de evasão tanto de jovens como das mulheres; elaborar relatórios técnicos".

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área total dos territórios de comunidades quilombolas tituladas	ha	14/06/2011	987.935	02/12/2014	1.010.770,317
Diferença entre a média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade de brancos e negros	ano	30/09/2009	1,7	30/09/2013	1,64
Número de comunidades quilombolas certificadas	unidade	31/12/2011	1.863	29/01/2015	2.414
Número de comunidades quilombolas com suas terras tituladas	unidade	14/06/2011	189	02/12/2014	221
Número de estados com plano de promoção da igualdade racial em execução	unidade	31/01/2011	9	30/01/2015	11
Número de famílias quilombolas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	31/12/2011	65.779	31/12/2014	131.787
Número de municípios com organismos executivos de promoção da igualdade racial	unidade	01/06/2011	175	08/12/2014	145
Número de territórios de comunidades quilombolas em processo de regularização fundiária	unidade	14/06/2011	1.067	14/09/2014	1.386
Porcentagem da população brasileira que se declara negra (preta ou parda) em relação ao total da população	%	01/08/2010	51	30/09/2013	53
Razão entre a renda domiciliar per capita média de chefes de domicílio negros e brancos	razão	26/09/2009	0,51	30/09/2013	0,54
Razão entre as taxas de homicídio de negros e brancos de 15 a 29 anos	razão	31/12/2009	2,35	30/09/2013	2,64
Razão entre a taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 ou mais anos de idade	razão	26/09/2009	0,92	30/09/2013	0,93
Razão entre a taxa de formalização de negros e brancos ocupados	razão	26/09/2009	0,75	30/09/2013	0,79
Razão entre a taxa de mortalidade materna por 100 mil habitantes de mulheres negras e brancas	razão	26/09/2009	1,54	30/09/2013	1,72
Razão entre a taxa de negros e brancos em situação de insegurança alimentar	razão	26/09/2009	1,76	30/09/2013	1,95
Razão entre a taxa de ocupação de negros e brancos	razão	26/09/2009	0,98	30/09/2013	0,98
Razão entre a taxa líquida de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) entre negros e brancos	razão	26/09/2009	0,39	30/09/2013	0,46
Razão entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra e branca	razão	31/12/2000	0,87	-	-

Razão entre o rendimento médio de negros e brancos ocupados com 16 anos ou mais de idade	razão	26/09/2009	0,57	30/09/2013	0,57

Observações:

Número de municípios com organismos executivos de promoção da igualdade racial - A informação sobre o número de órgãos de Promoção da Igualdade Racial a partir de 2013 apresenta uma nova metodologia. Nesta, são considerados somente aqueles que possuem uma unidade administrativa voltada à Promoção da Igualdade Racial. Dá-se a nova definição a partir do Art. 12 do Decreto nº 8.136/2013 da Presidência da República.

Razão entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da população negra e branca - Indicador ainda não atualizado pela fonte.

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Neste objetivo se expressa o desafio de dar concretude, no âmbito das ações da Administração Pública, à natureza transversal e intersetorial da promoção da igualdade racial, imprimindo-a como objetivo presente no conjunto das políticas do Governo Federal. Para realizar esse desafio são fundamentais algumas estratégias:

•a institucionalização de estruturas e processos de gestão;

•o monitoramento e a avaliação das políticas de promoção da igualdade racial;

•a consolidação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR);

•e a qualificação da interlocução entre a SEPPIR e outros Ministérios e órgãos governamentais no intuito de avançar na perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais.

O Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR, instituído em cumprimento ao estabelecido no Estatuto da Igualdade Racial com vista à descentralização das políticas de PIR de forma articulada entre as esferas de governo, foi regulamentado pelo Decreto nº 8.136, de 05 de novembro de 2013 e pela Portaria SEPPIR/PR nº 08, de 11 de fevereiro de 2014.

Para aderir ao SINAPIR, estados, Distrito Federal e municípios deverão assegurar o funcionamento de órgãos de promoção da igualdade racial e instituir e apoiar os conselhos com a mesma finalidade. A participação no Sistema, por sua vez, exigirá que os entes federados: participem do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (FIPIR), que será a principal instância de pactuação da política de promoção da igualdade racial; elaborem e executem planos de promoção da igualdade racial; realizem conferências e executem a política pactuada.

A SEPPIR já recebeu 36 solicitações para participação no SINAPIR. Destas, doze adesões já foram deferidas e publicadas no Diário Oficial: cinco na modalidade Gestão Básica – Caxias do Sul-RS, Araçatuba-SP, Nova Lima-MG, Botucatu-SP e Estado do Rio Grande do Sul; cinco na modalidade Gestão Intermediária – Rio Branco-AC, Itajaí-SC, Porto Alegre-RS, Belo Horizonte-MG e Estado do Espírito Santo; e duas na modalidade Gestão Plena – Guarulhos-SP e Estado da Bahia. Ainda estão em processo de diligenciamento 24 solicitações de adesão.

Em resposta à Chamada Pública nº 01/2014, os entes subnacionais encaminharam 80 propostas para a estruturação ou fortalecimento de órgãos, conselhos, fóruns e ouvidorias de promoção da igualdade racial, das quais 34 foram habilitadas. O atendimento das diligências para o aperfeiçoamento das propostas e a regularidade fiscal dos entes federados são condições necessárias à liberação dos recursos, a qual também obedece a ordem de classificação da Chamada Pública.

A execução pela sociedade civil de projetos específicos de promoção da igualdade racial e de enfrentamento ao racismo financiados pelo poder público constituirá forma de participação no SINAPIR. O apoio a estas iniciativas será feito por meio de parcerias celebradas com entidades selecionadas mediante editais de chamamento público.

Cabe registrar, ainda, os esforços de implementação do Aviso Circular Conjunto n.º 01 Gab-C.Civil/PR/MP/SEPPIR, de 28 de dezembro de 2012, que determina "a inclusão dos campos cor ou raça (...) e seu preenchimento obrigatório em

todos os registros administrativos, cadastros, formulários e bases de dados que contenham informações pessoais, inclusive do público externo", o que permitirá a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais. Nesse tocante, destaca-se a inclusão do quesito raça/cor no SISTEC (Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica), sistema responsável pelas matrículas do PRONATEC e a qualificação do preenchimento e análise do quesito raça/cor em outros sistemas governamentais.

Em relação aos esforços de institucionalização de estruturas e processos de gestão, monitoramento e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial, cabe destacar a atuação junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em torno do próprio Plano Plurianual 2012-2015. A metodologia adotada na elaboração e acompanhamento dessa versão do PPA representa em si um avanço para fortalecer e dar visibilidade à questão étnico-racial como uma dimensão transversal nas políticas públicas. Da Agenda Transversal sobre Igualdade Racial no PPA 2012-2015, decorreram duas publicações apresentadas à sociedade civil na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em novembro de 2013: uma publicação de apresentação e outra com uma análise das Agendas Transversais.

Metas 2012-2015

- **Construir um sistema integrado de informações sobre as políticas governamentais numa perspectiva de igualdade racial e de gênero**

  Análise Situacional da Meta

  Foi lançado em novembro de 2013 o Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (http://monitoramento.seppir.gov.br/), por ocasião da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O Sistema constitui um marco notável no esforço pela visibilidade de amplos setores populacionais a que se destinam as políticas desenvolvidas pela SEPPIR, permitindo melhor noção das dimensões do público e do impacto dos problemas visados pelas ações, bem como do grau de atendimento às diversas demandas específicas.

  O Sistema foi desenvolvido pela SEPPIR em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Fundação Ford. A ferramenta, inicialmente, traz informações de diagnóstico e monitoramento de duas políticas estratégicas para a promoção da igualdade racial no Brasil, o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra – Juventude Viva, e o Programa Brasil Quilombola (PBQ).

  A etapa que está no ar é composta por duas ferramentas de visualização: painéis de monitoramento (com informações específicas para cada eixo dos programas) e mapas de diagnóstico (com dados territoriais). O objetivo é auxiliar os gestores públicos a encontrar caminhos para a avaliação e o aperfeiçoamento da implementação das duas políticas estratégicas já citadas.

  A criação do sistema representa um esforço para provocar a rede de atores governamentais e não-governamentais a avaliar e aperfeiçoar sua ação a partir de um olhar integrado, promovendo o acesso ágil e simultâneo de informações estratégicas, que normalmente só seriam acessadas por meio de diferentes fontes.

  O sistema se configura também numa fonte de informações e dados fundamental para o esforço de sistematização de políticas e iniciativas diversas de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial, colaborando para a avaliação de metodologias e resultados dessas iniciativas, com vistas ao aperfeiçoamento e consolidação das políticas neste campo. Além de gestores das três esferas governamentais, o sistema é voltado também a pesquisadores, beneficiários do PBQ, do Plano Juventude Viva e sociedade em geral, constituindo-se em instrumento de transparência e prestação de contas. Caberá à SEPPIR agrupar e atualizar periodicamente os dados disponibilizados por órgãos que têm interface com as duas ações, como os Ministérios da Educação, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Minas e Energia, Cidades, Trabalho e Emprego e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Cultural Palmares (FCP).

  O sistema vai continuar sendo aperfeiçoado e os próximos passos envolvem a produção de painéis de informações por

município e a correlação e contraste dos resultados obtidos com as ações desenvolvidas pelo Governo Federal, permitindo que sejam criadas novas estratégias de atuação a partir da realidade visualizada. Com relação aos mapas, serão inseridos dados sobre equipamentos públicos destinados aos beneficiários das ações, em cada território já mapeado. Estão em desenvolvimento funcionalidades ou módulos específicos a fim de contemplar a perspectiva de gênero. Além do aplicativo lançado, cabe registrar os esforços de levantamento e sistematização de dados referentes às comunidades tradicionais de matriz africana e de comunidades ciganas.

Foram feitos também, nesse período, esforços no sentido de avançar na construção de indicadores de enfrentamento ao racismo, desafio incorporado à missão do planejamento estratégico no âmbito do governo federal desde 2012. Para isso, a SEPPIR estabeleceu diálogo com um Grupo de Trabalho sobre Indicadores de Racismo Institucional do Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras, que reúne sete organizações não-governamentais feministas e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). O projeto é apoiado pelo Fundo para a Igualdade de Gênero da ONU Mulheres. A SEPPIR deu apoio técnico e institucional ao projeto e assumiu o compromisso de divulgar junto a outros órgãos os produtos construídos. A SEPPIR apoiou a publicação do produto deste GT, que é um Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional e se envolveu na continuidade do trabalho do Grupo, para o aprimoramento dos indicadores formulados, tendo em vista as demandas da SEPPIR para monitoramento e avaliação de suas próprias ações e das ações desenvolvidas com outros Ministérios. Durante o ano de 2014, a SEPPIR incorporou a metodologia de identificação e abordagem do Racismo Institucional construída no âmbito desse projeto, utilizando-a em oficinas de capacitação de gestores e servidores públicos envolvidos na implementação do Plano Juventude Viva nos estados e municípios onde o Plano está em execução.

- **Produzir e difundir publicações e outros instrumentos de orientação que ofereçam suporte à formulação e monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, incluído perspectiva de gênero.**

Análise Situacional da Meta

A SEPPIR lançou em 2013 o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. O plano resulta do reconhecimento por parte do governo federal da necessidade de articular as iniciativas e os esforços dos diversos ministérios e órgãos para garantir direitos, efetivar a cidadania e combater o racismo e a discriminação que incidem sobre os povos e comunidades tradicionais de matriz africana no Brasil. Em cooperação com o UNICEF, produziu e lançou o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios, na ocasião da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III CONAPIR). A obra traduz a principal recomendação do Grupo de Trabalho do Estatuto da Igualdade Racial (GT-EIR), criado para analisar e propor caminhos para a efetivação da Lei 12.288, de 20 de julho de 2010, buscando traduzir preceitos em medidas efetivas, ações específicas e providências obrigatórias, além de, sugerir e dar abertura para que os gestores inovem e criem novas formas de promover a igualdade racial.

Anterior aos debates da III CONAPIR, foi elaborado o texto base com o tema Democracia e Desenvolvimento sem Racismo: por um Brasil Afirmativo. Com este tema, a SEPPIR afirma que as estratégias de desenvolvimento para o país precisam levar em consideração aspectos históricos e culturais da desigualdade para elaborar, implementar e avaliar políticas sociais e econômicas capazes de atacar as desigualdades étnico-raciais, incluindo medidas de ações afirmativas.

Durante a III CONAPIR, a SEPPIR lançou a publicação A Participação das Mulheres Negras nos Espaços de Poder, que é um dos produtos da parceria entre esta instituição e o Programa Interagencial para a Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia do Sistema das Nações Unidas no Brasil. A publicação apresenta um quadro preliminar de assimetrias que marcam o processo que leva à ocupação dos espaços de poder. Com isto, a SEPPIR pretende contribuir para mostrar a magnitude da exclusão das mulheres, e das negras em particular, da política institucional.

A SEPPIR apoiou, também, em parceria com a Ação Educativa, UNICEF e MEC, a publicação “Indicadores de Qualidade da Educação – Relações Raciais na Escola”, integrante da coleção de materiais educativos “Educação e Relações Raciais”, colaborando com o conteúdo, o processo de elaboração até a publicação.

Como primeiro produto do Termo de Cooperação com o IBGE em outubro de 2013, foi lançado o “Mapa da

Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça – Pretos e Pardos". O produto mostra a distribuição percentual da população negra no país, com base no Censo Demográfico de 2010. A Cooperação entre os dois órgãos prevê o desenvolvimento de estudos sociodemográficos e análises espaciais, além da inclusão de informações sobre áreas quilombolas na base territorial do IBGE.

No âmbito da campanha 'Igualdade Racial é pra Valer', a SEPPIR, em parceria com o Senado Federal, realizou o Estudo "Violência contra a Juventude Negra no Brasil – Pesquisa de Opinião Pública Nacional", cujos resultados foram divulgados em publicação homônima. A investigação buscou dimensionar o problema da violência contra a juventude no país, notadamente a juventude negra, na percepção dos entrevistados; dimensionar os prejuízos para o futuro e o desenvolvimento do Brasil; e verificar as principais causas identificadas pela população como responsáveis pelos altos índices de mortalidade entre a juventude no país, notadamente a juventude negra. A referida pesquisa foi fundamental na montagem dos argumentos do Plano Juventude Viva e da Campanha a ele associada.

Em Cooperação Técnica com o Senado Federal, foi lançada a reedição revisada da publicação "A Abolição no Parlamento – 65 Anos de Lutas", em dois volumes, cujos exemplares foram enviados a bibliotecas, órgãos de promoção da igualdade racial, organizações do movimento social negro e Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs). O plano de divulgação incluiu ainda a realização de um concurso de frases nas redes sociais da SEPPIR, durante a semana do 13 de Maio - Dia da Abolição da Escravatura - visando fomentar o debate sobre o contexto parlamentar em que se deu o episódio histórico.

Além disso, foram produzidas outras publicações que devem servir como importante referência na implementação das políticas de PIR: o Guia Juventude Viva para os Municípios, Agenda Transversal da Igualdade Racial, Cartilha Orientadora sobre como Agir nos Casos de Racismo, e um informativo sobre o Plano Juventude Viva.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

15/08/2014

- **Realizar ações com órgãos da Administração Publica Federal e com estados e municípios visando à efetivação de políticas que têm como foco prioritário a população negra.**

Análise Situacional da Meta

Visando o fortalecimento dos organismos de promoção da igualdade racial nos estados e municípios, foram firmados dois convênios com capitais (Rio Branco e Goiânia) e com um estado (Mato Grosso do Sul), que têm como objeto o fortalecimento dos órgãos de promoção de igualdade racial e a formulação e consolidação de políticas neste campo. Além dos convênios assinados em 2013, cabe destacar o esforço de execução de convênios com o mesmo foco daqueles firmados no ano anterior. Entre 2012 e 2013, foram formalizados 19 convênios com estados e municípios.

Ainda em relação a ações com estados e municípios, cabe destacar o processo de mobilização para a III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no qual participaram cerca de 54 mil pessoas em mais de 500 municípios de todos os estados do Brasil. Ao todo, 25 estados e o Distrito Federal, tiveram êxito na realização de suas conferências, fase decisiva para o reforço das discussões entre a sociedade civil e o poder público sobre as políticas de enfrentamento ao racismo e de promoção da igualdade para a democracia plena e o desenvolvimento com justiça social. A SEPPIR enviou representantes para 25 conferências estaduais e à Conferência do Distrito Federal. O Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), que conta em sua composição, de forma paritária, com representantes da sociedade civil e do poder público, esteve presente na mesa de abertura das conferências em 21 estados e no DF. O texto-base "Subsídios para o Debate – III CONAPIR", assim como o kit de comunicação da Conferência (cartaz, adesivo, Estatuto da Igualdade Racial, livreto 10 anos SEPPIR), foi distribuído para todas as unidades da federação.

Além das Conferências Estaduais e Municipais, um ciclo de seminários temáticos relacionado aos 10 Anos da SEPPIR compôs o processo de mobilização da III CONAPIR. Realizados em seis capitais – Brasília, Recife, São Paulo, Salvador, Belém e Porto Alegre – os seminários trataram de temas como juventude, mulheres negras, emprego e capacitação técnica, representação política e territórios tradicionais, tendo como perspectiva o combate ao racismo e à promoção da igualdade racial. No total, cerca de 2.740 pessoas participaram dos seminários.

OBJETIVO: 0773 - Promover ações afirmativas no âmbito da ação governamental visando a corrigir as desigualdades raciais e assegurar a igualdade de oportunidades.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

É fundamental destacar que o Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288/2010 – prevê em seu artigo 4º, inciso VII, a instituição de programas de ação afirmativa em diversos setores. O Estatuto define que "os programas de ação afirmativa constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias adotadas, nas esferas pública e privada, durante o processo de formação social do país."

A execução de um Programa Nacional de Ações Afirmativas vem se concretizando por meio de uma série de ações significativas implementadas em vários ministérios com o apoio da SEPPIR. Assim, podemos citar a Lei de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior e Institutos Federais – Lei nº 12.711/2012, e a Lei de Cotas no serviço público – Lei nº 12.990/2014. No mesmo sentido, foram realizados os editais do Ministério da Cultura voltados a artistas e produtores negros, o programa Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia do Instituto Rio Branco, além de uma série de ações no âmbito da Administração Pública Indireta, como Petrobras, onde a SEPPIR indicou especialistas negros de diferentes áreas para compor as comissões de seleção de projetos dos editais lançados em 2012/2013. A SEPPIR vem atuando, em conjunto com o MEC, na continuidade da implementação da Lei 12.711/2012. Em agosto de 2013, o MEC publicou duas portarias, uma instituindo a comissão de acompanhamento da Lei, composta por representantes do MEC, da SEPPIR e da FUNAI e outra criando a comissão consultiva da sociedade civil sobre a política de reserva de vagas nas Instituições Federais de Educação Superior, também para contribuir com a implementação da Lei nº 12.711, e elaborar propostas de ações que promovam a concretização efetiva da reserva de vagas junto às instituições federais de educação superior.

O MEC também executa o Programa de Bolsa Permanência, destinado à concessão de auxílio financeiro pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. O Programa tem como objetivos: I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico. O valor mensal da bolsa é de R$ 400,00 (quatrocentos reais) para estudantes em geral e de R$ 900,00 (novecentos reais) para alunos indígenas e quilombolas. Até novembro de 2014, foram distribuídas 12.450 bolsas, sendo 2.539 para indígenas e 642 para quilombolas.

Outra iniciativa do MEC é o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, que contempla estudantes negros, indígenas, com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, beneficiários de programas de ações afirmativas - Lei de Cotas, ProUni e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Visa oferecer experiências educacionais internacionais, nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, formação de professores, combate ao racismo e promoção da igualdade racial. O primeiro edital, em andamento, no valor total de R$ 2.800.000,00, vai financiar, em 2015, até 50 Projetos Conjuntos de Pesquisa entre Instituições Brasileiras e Estrangeiras, nas modalidades de graduação e de doutorado sanduíche.

A SEPPIR participa do Programa de Extensão do MEC (PROEXT), através da Linha Promoção da Igualdade Racial, destinada a potencializar e ampliar no âmbito da extensão universitária, ações de combate ao racismo e promoção da

igualdade racial. Em 2014 foram executadas 16 propostas, e foram selecionadas as que serão desenvolvidas em 2015, em um total de 17 intervenções de extensão.

No que se refere à implementação de cotas no serviço público, a Lei nº 12.990 destina 20% das vagas para negros nos concursos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Federal. Esta Lei é considerada um dos principais avanços de ações afirmativas para a promoção da igualdade racial, pois vai impactar diretamente no acesso da população negra a postos mais valorizados no mercado de trabalho, portanto, ampliando o acesso a renda e proporcionará maior diversidade à composição dos quadros do serviço público, o que com certeza favorecerá a formulação e a implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

Em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego foi constituído um Grupo de Trabalho para elaborar diretrizes e parâmetros para políticas, programas e ações voltadas para a inclusão da população negra no mercado de trabalho, com vistas a cumprir o estabelecido no Capitulo V – Do Trabalho da Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial. O Grupo deve apresentar o documento final em fevereiro de 2015.

Outro Programa de Ação Afirmativa é o Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, do Instituto Rio Branco, que foi instituído com a finalidade de proporcionar maior igualdade de oportunidades de acesso à carreira de diplomata e de acentuar a diversidade étnica nos quadros do Itamaraty. O programa é uma iniciativa que tem contribuído para incorporar jovens negros na carreira diplomática. Dos 354 bolsistas beneficiados ao longo do programa, 20 foram aprovados no CACD, o que corresponde a 5,64% de aproveitamento. Esta taxa é considerada elevada em comparação aos percentuais de aprovação dos demais candidatos que, no mesmo período, não ultrapassou 1,6%. Entre 2011 e 2014, o Instituto Rio Branco estabeleceu também a aprovação de 10% a mais de candidatos na fase inicial do CACD, que corresponde ao chamado Teste de Pré-Seleção (TPS). Esses 10% a mais são compostos por candidatos auto-declarados pretos e pardos, que alcançaram pelo menos o índice mínimo de acertos na prova, que é de 40%.

Todas essas iniciativas caracterizam-se como avanços nas políticas de ações afirmativas, gerados com a colaboração da SEPPIR e a partir de sua incidência junto a outros órgãos do governo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a proporção de negros/as em posições valorizadas no serviço público**

  Análise Situacional da Meta

  A construção do Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional, no âmbito da cooperação entre SEPPIR e AECID, constitui uma importante iniciativa no sentido de diminuir as resistências institucionais impostas pelo racismo ao acesso de negros/as a posições valorizadas no serviço público. Este Programa está previsto inicialmente para ser adotado em cinco ministérios – MDS, MJ, MEC, MS e MPOG – até o primeiro semestre de 2015.

  Um marco importante do ano de 2014 foi a implementação de cotas no serviço público. A Lei 12.990/2014 destina 20% das vagas para negros nos concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Federal.

  Na fase de elaboração do projeto que resultou na lei, levantamento sobre a participação da população negra na Administração Pública Federal, realizado pelo MPOG por meio do SIAPE, que reúne informações sobre os servidores públicos civis do Poder Executivo Federal, evidenciou as persistentes disparidades de acesso entre negros e brancos a cargos efetivos. Nesse universo, a representação de negros é de 31,0%, embora o segmento represente 50,74% da população. Ao observar as disparidades entre as carreiras, percebe-se que a segregação é ainda maior, pois carreiras como a da diplomacia têm menos de 5,0% de negros em seus quadros e, por outro lado, carreiras de nível auxiliar – que requerem baixa escolaridade – são ocupadas por 65,0% de pardos e pretos.

- **Ampliar o número de organizações públicas e privadas que implementam ações afirmativas para a população negra.**

Análise Situacional da Meta

A SEPPIR firmou um Protocolo de Intenções com a BR Distribuidora e a Petrobras para promover ações afirmativas e ações de enfrentamento ao racismo. Houve o lançamento de cartilhas de formação dirigidas às Unidades Móveis de Treinamento da BR (UMT), um Encontro de Capacitação dos Instrutores dessas UMT com lançamento de um Boletim Formativo e de vídeo abordando a igualdade racial. A BR Distribuidora adota um programa de cotas (50% para pretos e pardos) para a contratação de seus estagiários – no âmbito do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça – e com isso vem inserindo um número crescente de jovens negros em seus quadros. Para realizar essa ação, também foi incluído o campo "cor/raça" no formulário de inscrição do estágio, utilizando-se o método de autodeclaração, adotado pelo IBGE. Outra ação em parceria que se destaca é o acordo com os Correios, no âmbito do qual já foram realizadas diversas ações, tais como: produção e distribuição de selo alusivo aos heróis negros da Revolta dos Búzios, divulgação de peças da Campanha Igualdade Racial é Pra Valer em veículos de comunicação da empresa, afixação de cartazes da campanha em agências dos Correios em todo o Brasil, aplicação do selo alusivo ao Ano Internacional do Afrodescendente em uniformes de carteiros; criação do Fórum Direitos Humanos e Igualdade de Gênero e Raça dos Correios, inclusão de conteúdos em cursos realizados pela empresa, realização de exposição sobre a presença negra nos selos brasileiros. Para além disso, destaca-se ainda o edital de seleção de projetos culturais dos Correios 2014/2015, que reservou 10% das vagas para concorrentes autodeclarados pretos ou pardos. Foi assinado Protocolo que insere a Casa da Moeda do Brasil, empresa pública responsável pelo fornecimento de cédulas, moedas, outros meios de pagamento, selos postais e fiscais, no grupo de empresas do governo que se incorporaram a campanha 'Igualdade Racial é pra Valer'. A parceria tem como objetivo o fortalecimento de iniciativas de combate ao racismo, de promoção da igualdade racial e da efetivação de ações afirmativas na empresa. Pelo acordo, a Casa da Moeda se compromete com a mensuração de indicadores de igualdade racial e de gênero dos profissionais que compõem o quadro da empresa; com a proposição e aplicação de medidas de ação afirmativa com recorte racial e de gênero voltadas para o desenvolvimento profissional de seus quadros, assim como em programas de estágio; estimular ações de promoção da igualdade racial entre seus fornecedores de serviços e produtos; e fomentar na programação do Clube da Medalha do Brasil, honrarias comemorativas com mensagem alusiva ao tema. Outras ações prevêem a promoção da igualdade racial em sua atuação na área social junto a comunidades vulneráveis do seu entorno, incorporando ao Programa Atitude Cidadã, ou em outro que venha a ser instituído pela empresa, o financiamento de projetos esportivos e educativos de e para a população negra; integrar a dimensão da igualdade racial no conteúdo dos seus espaços culturais, destacando a contribuição de pessoas ou organizações negras na empresa.

Cabe lembrar que em 2013 foi assinado um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), visando à implementação de ações que assegurem a adesão do MPMG à campanha "Igualdade racial é pra valer". A parceria foca especialmente a implantação das Coordenadorias e dos Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial nos municípios mineiros com mais de 100 mil habitantes. Destinado ao fortalecimento das políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial em Minas, o termo inclui a interveniência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), responsável pela disponibilização de indicadores sociais e orçamentários resultantes de seus estudos.

Lançada pela SEPPIR no Ano Internacional dos Afrodescendentes – 2011, a campanha 'Igualdade racial é pra valer' convoca a sociedade a incorporar o movimento pelo fim do racismo no Brasil. As parcerias são estabelecidas com órgãos do governo, a iniciativa privada e a sociedade civil, visando ao fortalecimento da promoção da igualdade racial em diferentes segmentos. A iniciativa já conta com a adesão de governos estaduais e municipais, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal; dos Ministérios da Saúde, Educação e Justiça, através da Polícia Federal; da Petrobras, da Empresa Brasileira de Correios, da Caixa Econômica Federal e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

- **Estabelecer acordos para a inclusão da população negra no mercado de trabalho**

Análise Situacional da Meta

Durante a III CONAPIR, foi assinado Protocolo de Intenções entre a SEPPIR e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para a implementação de ações voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo

negro. Busca principalmente colaborar com a formalização e o desenvolvimento de pequenos negócios, com consequente geração de emprego e renda no contexto das ações de prevenção e enfrentamento do racismo institucional e fortalecimento de políticas de promoção da igualdade racial. Serão beneficiadas diretamente pessoas e organizações da população negra que se enquadrem nas categorias de potenciais empresários, micro empreendedores individuais e micro ou pequenas empresas.

Nesse campo, também foi assinado Acordo de Cooperação Técnica entre SEPPIR e Caixa Crescer para desenvolver ações conjuntas para o apoio na divulgação e operacionalização de ações de fomento ao microcrédito orientado entre a população negra. A partir de 2015 serão desenvolvidas as identificação e orientação junto a empreendedores/as negros/as.

A SEPPIR participou ativamente da ampla agenda impulsionada pelo Comitê Executivo Interministerial (CEI) para a Agenda Nacional do Trabalho Decente, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Em particular, no ano de 2014, a intervenção se concentrou no âmbito do Subcomitê de Promoção do Trabalho Decente nos Grandes Eventos, tendo a participação da SEPPIR garantido inclusão do recorte de promoção da igualdade racial no documento levado às diversas oficinas, que aconteceram ao longo do ano nas cidades-sede – Cuiabá (MT), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Fortaleza (CE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Natal (RN) e Brasília (DF), bem como incentivou a participação de gestores(as) de PIR, e conselheiros(as) do CNPIR das respectivas cidades e estados. Além dessas ações, pode-se ainda destacar:

Realização do Fórum Nacional de Trabalho Decente para o Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, em julho de 2012, em parceria com mais de dez ministérios, secretarias e entidades. O Fórum tratou de igualdade racial no mundo do trabalho, empreendedorismo negro e ações afirmativas para mulheres negras e população quilombola, entre outros temas.

Elaboração da Agenda Nacional de Trabalho Decente, Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, cujo sumário executivo foi lançado pela SEPPIR em 2012. As prioridades da Agenda são: promover ações afirmativas para a igualdade de oportunidades e tratamento da população negra e quilombola no mercado formal de trabalho; fortalecer o empreendedorismo negro; estimular o acesso ao crédito e recursos produtivos; efetivar o cumprimento dos marcos legais de enfrentamento ao racismo e para a promoção da igualdade racial e fortalecer o diálogo social para a promoção da igualdade racial e de políticas transversais.

A SEPPIR e a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), da Presidência da República, firmaram um Acordo de Cooperação Técnica, que prevê a adoção de ações conjuntas e complementares visando à promoção do desenvolvimento do artesanato quilombola, em especial quanto à ampliação do acesso ao mercado para estes produtos. Nos termos do acordo, como responsabilidades da SMPE, estão previstos o apoio na realização de estudos e pesquisas sobre artesanato quilombola promovidos pela SEPPIR; a realização, por meio das Coordenações Estaduais do Artesanato, que atuam em parceria com o Programa do Artesanato Brasileiro – PAB, do cadastramento de artesãos quilombolas no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro – SICAB; a promoção da emissão da Carteira Nacional do Artesão ou da Carteira Nacional do Trabalhador Manual. E ainda, a ampliação de oportunidades de comercialização do artesanato quilombola em feiras e eventos viabilizados pelo Programa do Artesanato Brasileiro; apoio à realização de atividades de capacitação de multiplicadores de conhecimento e artesãos quilombolas no âmbito dos cursos promovidos pelo Programa do Artesanato Brasileiro e; articulação e integração das Coordenações Estaduais do Artesanato, bem como de outras entidades vinculadas ao Programa do Artesanato Brasileiro. Já a SEPPIR se compromete a realizar estudos e pesquisas sobre artesanato quilombola; identificar e mobilizar artesãos quilombolas para a realização do cadastramento; identificar e mobilizar artesãos quilombolas para a participação em feiras e eventos; promover apoio institucional e realizar a coordenação dos artesãos quilombolas participantes dos espaços cedidos pelo Programa do Artesanato Brasileiro; apoiar a realização de atividades de capacitação de multiplicadores de conhecimento e artesãos no âmbito dos cursos realizados pelo PAB e; realizar a articulação e a integração de entidades do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial, bem como outras entidades vinculadas às ações da SEPPIR, de forma a apoiar a realização das atividades decorrentes deste Acordo.

OBJETIVO: 0774 - Disseminar e adotar medidas que garantam a efetividade dos marcos legais referentes ao enfrentamento do racismo e à promoção da igualdade racial.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

A partir da atuação da SEPPIR, o MEC publicou, em 2013, portaria que dispõe sobre a inclusão da educação para as relações étnico-raciais, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo em todos os programas e ações do Ministério da Educação. De acordo com a portaria, os programas e ações do Ministério da Educação incluirão na formulação e na produção dos materiais didáticos e paradidáticos, bem como nas linhas de ação e eixos temáticos, a educação para as relações étnico-raciais, o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e promoção da igualdade racial e enfrentamento ao racismo. A portaria estabelece ainda que o MEC instituirá a coleta do quesito raça/cor nos instrumentos de avaliação, coleta de dados do censo escolar, bem como em suas ações e programas quando couber.

Para garantir a efetivação dos marcos legais no enfrentamento do racismo, a SEPPIR instituiu um Grupo de Trabalho com a função de elaborar propostas ao Projeto de Reforma do Código Penal, no âmbito das tutelas raciais, as quais foram incorporadas no Relatório parcial do relator do Projeto de Lei.

No intuito de garantir a efetividade do Estatuto, foi lançado o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios, na ocasião da III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (III Conapir). A publicação é direcionada a técnicos, gestores e ativistas de todo o país e busca traduzir preceitos em medidas efetivas e ações específicas, descreve providências obrigatórias, mas também sugere e dá abertura para que os gestores inovem e criem novas formas de promover a igualdade racial.

Em 2013, a SEPIR distribuiu 100 mil exemplares do Estatuto da Igualdade Racial, além de diversas outras publicações sobre a questão racial e com conteúdo antirracista, a saber: Cartilha do Programa Brasil Quilombola (2 mil); Guia do Plano Juventude Viva (2 mil); Racismo como Determinante Social da Saúde (2 mil); Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2 mil); Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas (2 mil); Decisão do STF sobre a Constitucionalidade das Cotas Raciais no Ensino Superior (500 exemplares); O Plano Juventude Viva no seu Município (5 mil); Brasil Cigano – Guia de Políticas Públicas para Ciganos (2 mil); A Participação de Mulheres Negras nos Espaços de Poder (2 mil); Subsídios para o Debate III Conapir (2 mil exemplares); Violência contra a Juventude Negra no Brasil: Pesquisa de Opinião Pública Nacional (2 mil); SEPPIR 10 – Uma Década de Igualdade Racial - 2003-2013 (10 mil); Agenda Transversal da Igualdade Racial, Comunidades Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais (2 mil); Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios (2 mil); Resumo Executivo do Subcomitê de Promoção da Igualdade Racial no Âmbito do Comitê Executivo da Agenda Nacional do Trabalho Decento (2 mil); Racismo é Crime – Denuncie (2 mil).

Metas 2012-2015

- **Ampliar a capacidade de acolhimento, apuração e resposta a denúncias dando maior efetividade às ações do Estado nos casos de racismo no âmbito das instituições públicas**

  Análise Situacional da Meta

  O papel institucional da Ouvidoria é ouvir o cidadão, receber, registrar, encaminhar e acompanhar denúncias de discriminação e racismo, mediar conflitos, além de acompanhar a implementação de medidas para a promoção da igualdade racial. Neste sentido, foram registrados nos anos de 2011 a 2014 um total de 2.066 demandas sendo: 656 em 2011, 418 em 2012, 425 no ano de 2013 e 567 em 2014.

  Os atendimentos feitos pela Ouvidoria Nacional estão divididos em quatro módulos temáticos: Juventude Negra, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Comunidades Quilombolas e Povos de Cultura Cigana e População Negra.

Diante dos atos racistas e discriminatórios destaca-se um dos casos emblemáticos: a contratação de médicos estrangeiros para o Programa Mais Médicos, no qual Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial e o Departamento de Ouvidoria Geral do Sistema Único de Saúde (Doges) firmaram uma parceria no intuito de sensibilizar os Ouvidores e Ouvidoras do Sistema Único de Saúde em saber quais procedimentos a serem adotados quando acontecerem caso de racismo e discriminação nos atendimentos e unidades de saúde dos Estados e Municípios.

A Ouvidoria também é responsável para operacionalizar o SIC - Serviço de Informação ao Cidadão no envio das demandas às áreas competentes da SEPPIR, ao qual consiste no instrumento de grande importância para gestão democrática e efetivo controle e monitoramento social das ações governamentais.

- **Criar rede de atenção integral às vitimas do racismo e da discriminação racial, articulando esforços de diferentes instituições públicas**

Análise Situacional da Meta

A SEPPIR possui o número de utilidade pública 138 disponibilizado pela ANATEL, que deverá ser operacionalizado para a implementação do Disque Igualdade Racial. O serviço prevê a gestão de 04 (quatro) módulos temáticos assim definidos: Juventude Negra, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Comunidades Quilombolas e Povos de Cultura Cigana e População Negra.

Frise-se que o Disque Igualdade Racial, embora constituído por módulos temáticos, é um serviço único, cujo objetivo central é o acolhimento de manifestações de racismo e discriminação racial como um todo. Nesse sentido, é com a implementação do Disque Igualdade Racial que se efetivará a rede integral de atendimento à vítima de racismo e discriminação racial.

Para colocar o Disque “138” em operação é necessário realizar duas contratações: a) o “contact center” para ter o serviço de teleatendimento; 2) e o “feixe” para disponibilizar as linhas para ligação e recebimento de chamadas. O processo de licitação da empresa responsável pelo “contact center” já foi realizado e aguarda assinatura do contrato. O processo de licitação do “feixe” está em andamento. Assim que esta licitação for concluída, os dois contratos serão assinados no mesmo período e o serviço será implantado. A expectativa é de que o “Disque 138” entre em funcionamento no segundo semestre de 2015.

A Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, ainda, faz parte da Secretaria Executiva do Fórum de Ouvidores de Participação Social do Governo Federal, que tem por objetivo organizar uma rede e proporcionar o atendimento integral às demandas do cidadão e da cidadã.

- **Produzir e difundir instrumentos de orientação para implementação dos marcos legais.**

Análise Situacional da Meta

Há entre a SEPPIR e o MEC um diálogo no sentido de disponibilizar o material didático dos cursos Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e Gestão de Política Pública em Gênero e Raça (GPPGeR) para os parceiros da campanha “Igualdade Racial é pra Valer”, num esforço para avançar na implementação da Lei 10.639/2003. Os acordos de cooperação instituídos no âmbito da campanha trazem em seus objetos a divulgação e atendimento de demandas do Estatuto da Igualdade Racial. O primeiro diálogo para implementação dessa proposta está em andamento com os Correios, que já assumiram o compromisso de incluir o GPPGeR na grade da sua Universidade corporativa.

Foi lançado durante a III CONAPIR o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial, em cooperação com o UNICEF e com o patrocínio da Petrobras. É uma importante ferramenta para União, estados, Distrito Federal e municípios para a garantia da efetividade na implementação do Estatuto e, por consequência, na promoção da igualdade étnico-racial.

OBJETIVO: 0776 - Instituir medidas de prevenção e enfrentamento do racismo institucional, fomentando a valorização da pluralidade etnicorracial em instituições públicas e privadas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Encontra-se em elaboração e pactuação um Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional. Este será, inicialmente implementado em cinco ministérios, considerados estratégicos para as políticas de promoção da igualdade racial: MDS, MJ, MEC, MS e MP. No primeiro semestre de 2015, a SEPPIR iniciará as pactuações para a incorporação do Programa naqueles órgãos. Além da implementação desse Programa nos cinco Ministérios mencionados, a consultoria realizou um processo de capacitação dos servidores da SEPPIR em relação ao tema da Identificação e Abordagem do Racismo Institucional, tendo sido capacitados cerca de 70 servidores.

No tocante ao enfrentamento ao racismo, a SEPPIR está realizando oficinas de identificação e abordagem ao racismo institucional com os ministérios integrantes do Comitê Gestor do Plano Juventude Viva e com gestores estaduais e municipais dos Estados onde está sendo implementado o Plano. Já foram capacitados servidores e gestores no Estado de Alagoas e também foram capacitados servidores e gestores da Bahia, do Distrito Federal, do Espírito Santo e da Paraíba. Também em Alagoas foi realizado um curso em relações étnico-raciais para operadores do direito com a participação do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e Delegados de Polícia, que possibilitou a discussão sobre temas centrais no enfrentamento à violência contra juventude negra no cotidiano das atividades daqueles profissionais.

Junto ao Ministério da Justiça, a SEPPIR colaborou na formulação e acompanhamento da revisão e publicação dos novos Procedimentos Operacionais Padrão de Abordagem Policial (POP) e na atualização da matriz curricular para as Academias de Polícia. Estas ações são fundamentais para aprimorar a abordagem da temática racial junto a este segmento. Ainda com o MJ, a SEPPIR firmou um Protocolo de Intenções para a redução de barreiras de acesso à justiça para a juventude negra em situação de violência com o objetivo de colaborar na elaboração e ajuste de políticas públicas e respectivas medidas administrativas, com vistas a assegurar o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial da juventude negra brasileira nos campos da segurança pública e dos serviços prestados pelas instituições do sistema de justiça. Também são signatários desse Protocolo a Secretaria Geral da Presidência, o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a SEPPIR vem discutindo a inclusão de conteúdos raciais e a busca ativa de jovens negros no âmbito do PRONATEC/Brasil Sem Miséria.

Nas ações de acompanhamento e articulação, a SEPPIR está acompanhando as atividades do GT Juventude Negra no CONJUVE e a Comissão de Juventude do CNPIR.

Especificamente em relação a articulações junto ao Ministério da Sáude, cabe destacar um amplo conjunto de ações de prevenção e enfrentamtaneto ao racismo institucional no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse tocante, a SEPPIR deu continuidade à incidência para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), através das seguintes ações:

Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde (CTSPN/MS) – incidência junto ao MS para a retomada das reuniões periódicas do comitê e apoio para a sua participação na elaboração do PPA 2012-2015, na Conferência Mundial de Determinantes Sociais de Saúde e na 14ª Conferência Nacional de Saúde e na construção do II Plano Operativo da PNSIPN.

Pesquisa sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - com cerca de 400 secretários(as) municipais de saúde de todo o Brasil, reunidos no XXVII Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), em julho de 2011. Foi verificado quais ações eram realizadas, constatando-se o baixo grau de conhecimento acerca da PNSIPN. Os resultados foram utilizados para qualificar o diálogo da SEPPIR/PR junto ao MS.

Conferência Mundial de Determinantes Sociais em Saúde – atuação no Grupo de Trabalho Interministerial de preparação e coordenação da Conferência, realizada pelo MS e a Fiocruz, em 2011, com a participação de cerca de 100 países. A prioridade da SEPPIR/PR foi a de assegurar o debate com base em publicação que lançou na ocasião: Racismo como Determinante Social em Saúde.

Fórum Enfrentando o Racismo Institucional para Promover Saúde Integral da População Negra no SUS - encontro

realizado, em 2012, pela SEPPIR/PR, MS e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS).

Protocolo de Intenções entre MS e SEPPIR/PR, no âmbito da campanha Igualdade Racial é pra Valer. Entre as ações realizadas pelo MS em 2014, destacam-se:

- Criação do Grupo de Trabalho Racismo e Saúde Mental, visando propor aos profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) práticas do cuidado que reconheçam o racismo como causador de sofrimento psíquico.
- Edição temática da revista Painel de Indicadores, tratando do perfil epidemiológico da população negra, com um foco na juventude e na mulher.
- Curso Saúde da População Negra, módulo educativo auto-instrucional online, de 45 horas, dirigido para os profissionais de saúde da Atenção Básica, em especial.
- Campanha «Racismo faz mal à saúde» para enfrentamento ao racismo institucional no SUS e garantia de atendimento humanizado e igualitário à população negra.

Apoio à atuação de Pesquisadores:

I Encontro de Pesquisadoras e Pesquisadores em Saúde da População Negra no âmbito do VII Congresso de Pesquisadoras e Pesquisadores Negros (COPENE - 2012); e Reunião Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Saúde da População Negra. Desses eventos resultaram propostas de atualização da Agenda Nacional de Prioridades em Pesquisa do MS e o edital de pesquisa Saúde da População Negra no Brasil - Nº. 21/2014, CNPQ/MS/SCTIE/DECIT/SGEP, que tem como objetivos: a) potencializar pesquisas na área para a promoção de equidade racial em saúde com atenção em incidência, prevalência e agravos à saúde da população negra, visando melhorar o Sistema Único de Saúde para o acesso e atendimento da população negra; b) subsidiar a consolidação de informações atualizadas para o melhor diagnóstico da situação de saúde da população negra como ferramenta institucional de planejamento de ações em saúde. As pesquisas aprovadas deverão se iniciar no primeiro semestre de 2015.

Pactuação para criação de uma instância de gestão da PNSIPN:

A SEPPIR/PR apresentou ao MS um documento formal propondo a criação da instância. O MS assumiu o compromisso de efetivar a criação de uma coordenação para este fim, que foi reforçado pela Presidenta Dilma Rousseff em seu discurso na abertura da III CONAPIR. Nesse momento, esse processo está sob a apreciação do Ministério do Planejamento, de acordo com informações do Ministério da Saúde.

Cooperação com o Fundo de População das Nações Unidas: foi estabelecido e está em execução um acordo com o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), que contempla as seguintes ações:

Acompanhamento da criação, implementação e funcionamento da Instância de gestão da PNSIPN e enfrentamento ao racismo no SUS;

Colaboração na formulação e implementação de um Programa de Enfrentamento ao Racismo Institucional no âmbito do MS;

Realização de um mapeamento nacional de pesquisadores(as) em Saúde da População Negra e colaboração para a consolidação de uma rede desses pesquisadores;

Realização de um mapeamento sobre o estágio de implantação da PNSIPN e de um mapeamento de Gestores de Saúde da População Negra nos 26 estados e o Distrito Federal (DF) e apoio à articulação entre esses Gestores para o fortalecimento de sua atuação;

Pesquisa e análise do Programa Rede Cegonha e de seus resultados a partir da perspectiva da saúde das mulheres negras com construção de indicadores e estratégias de monitoramento para o programa.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o número de organizações públicas e privadas que adotam medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional**

  Análise Situacional da Meta

  A SEPPIR estabeleceu um Termo de Execução Descentralizada com a Universidade de Brasília, para realização do Projeto “Pesquisa Aplicada em Alternativas Penais, novas práticas de sistema de justiça criminal e sua interface com o

uso de Drogas, com perspectiva calcada no enfrentamento ao racismo", cujos objetivos são: desenvolver a abordagem do racismo institucional a partir de uma clínica jurídica na Faculdade de Direito da UnB, para o acompanhamento de casos reais de pessoas envolvidas em ocorrências ou processos criminais, fornecendo parâmetros para a pesquisa aplicada e instrumentos para a construção de uma política pública de alternativas penais e novas práticas no sistema de justiça que sejam capazes de dar respostas para o enfrentamento de conflitos de natureza penal; propiciar o suporte a vítimas e o monitoramento de réus de processos criminais; bem como promover intervenções que possibilitem o engajamento de pessoas com dependência química ou transtornos mentais nessas formas alternativas de solução de conflito.

Ainda nesse campo, a SEPPIR possui um acordo de cooperação com a Caixa Econômica Federal, cujo objetivo é realizar o levantamento de beneficiários por cor, raça e gênero do Programa Minha Casa, Minha Vida, FIES e PROUNI, visando à implementação de ações afirmativas.

A SEPPIR também possui acordo com a Defensoria Pública da União visando "a implementação de ações conjuntas que assegurem a adesão do DPU à campanha "Igualdade Racial é pra Valer".

Da mesma forma, seguem em vigência em 2014 os acordos de cooperação com o Ministério da Saúde, Senado Federal e Biblioteca Nacional, os quais buscam comprometer esses parceiros a adotarem medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo institucional.

Além disso, a SEPPIR tem realizado oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional no âmbito do Plano Juventude Viva, com gestores e servidores de governos estaduais e municipais de territórios atendidos pelo Plano.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

- **Assegurar a inclusão de conteúdos sobre a temática racial em programas e ações de sensibilização e capacitação de servidores(as) para identificação, abordagem e enfrentamento ao racismo institucional.**

Análise Situacional da Meta

O Plano Juventude Viva contempla a capacitação de gestores locais por meio de oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional e condição juvenil. Foram realizadas, através de cooperação com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), 43 oficinas para 850 servidores dos governos do Distrito Federal, Alagoas, Bahia, Paraíba e Espírito Santo. O Plano também contempla uma série de ações de capacitação em enfrentamento ao racismo institucional e ações afirmativas voltadas para os operadores do direito e profissionais de segurança pública, entre as quais foi realizado um curso também no Estado de Alagoas, além de apoio as iniciativas de formação desenvolvidas pelos estados integrantes da estratégia do Plano Juventude Viva.

A SEPPIR tem dado continuidade a sua atuação junto ao Ministério da Justiça, colaborando com a elaboração de editais, seleção de projetos e avaliação de produtos de pesquisas sobre racismo institucional na atuação das instituições de segurança. Em 2014 foram lançadas duas pesquisas sobre filtragem racial e abordagem policial, apoiadas pelo Edital do projeto Pensando em Segurança Pública em parceria a Universidade de Brasília e com a Universidade Federal de São Carlos.

Em 2013, foram realizadas três oficinas de identificação e abordagem do racismo institucional, com cerca de 70 servidores da SEPPIR. Esta capacitação serviu tanto para abordar essa questão internamente à instituição, como para preparar esses servidores para atuarem junto a outros órgãos.

OBJETIVO: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, que sustentam as ações de negação simbólica e as diversas formas de violência, bem como reconhecer e valorizar a historia e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, a SEPPIR continuou atuando na perspectiva de fortalecer o debate sobre a questão racial nos meios de comunicação, a partir da inserção de pautas relacionadas ao tema. Isso incluiu um esforço no sentido da consolidação da imagem da SEPPIR como fonte oficial obrigatória e confiável para os meios de comunicação nas pautas que tratam da questão racial, bem como no fortalecimento dos canais virtuais de comunicação do órgão, por excelência as redes sociais que, atualmente, contabilizam mais de 21 mil seguidores.

No intuito de Fortalecer organizações da mídia negra, foi realizada reunião com representações do segmento de vários Estados, visando à definição de uma agenda. Deliberou-se: a) pela realização de um seminário sobre a importância da mídia responsável pela produção e veiculação de conteúdo antirracista, e sobre a necessidade de garantia de patrocínio para a sua sustentabilidade; b) pelo lançamento de um Edital/Chamada Pública direcionada ao fortalecimento da mídia negra; c) pelo estabelecimento de parcerias com universidades e/ou instituições públicas, visando à instrumentalização da mídia negra; d) pelo apoio à realização do 1° Encontro Nacional dos Jornalistas pela Igualdade Racial (1° Enjira), promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj, de 2 a 5 de abril de 2014, em Maceió-AL, no âmbito do 36° Congresso Nacional de Jornalistas.

Ainda objetivando o fortalecimento das mídias negras, foi realizado em 29 e 30 de maio de 2014, em Brasília, o Seminário Diálogos: Democracia e Comunicação sem Racismo, por um Brasil Afirmativo. O evento contou com a participação de cerca de cem profissionais da comunicação social de diversas áreas, entre jovens atuantes nas mídias digitais, profissionais ligados a entidades de classe (COJIRAS), acadêmicos e representantes do governo federal envolvidos com a comunicação. O objetivo do seminário foi debater o quadro atual da Comunicação Social no Brasil, no que diz respeito à diversidade e ao combate ao racismo e discutir medidas que contribuam para que o país alcance uma comunicação mais plural e democrática, por meio do fortalecimento das mídias negras.

Metas 2012-2015

- **Adotar medidas que garantam a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e estimular ações semelhantes no setor privado**

  Análise Situacional da Meta

  Desde 2012, a SEPPIR tem tido participação assídua no Comitê de Patrocínio do Departamento de Patrocínio da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM/PR. Seu papel nessa instância consiste em colaborar para que o patrocínio das empresas estatais e sociedades de economia mista tenham grande impacto nas ações de cidadania e inclusão social, sobretudo no que se refere à superação da desigualdade racial e à valorização da cultura e dos produtores culturais negros e negras. Nos projetos apresentados, a SEPPIR chama a atenção para a necessidade de observação da questão da diversidade de cor/raça como forma de democratizar o acesso à cultura, mais amplamente, e contribuir para a reversão da imagem negativa do negro na sociedade, dado que a cultura é um meio estratégico de interferência no imaginário e na representação simbólica.

  Em relação à adoção de medidas para garantir a participação de pessoas negras na publicidade institucional da Administração Pública Federal e ao estímulo a ações semelhantes no setor privado, a SEPPIR apresentou uma pauta de ações conjuntas para a Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM/PR) que resultou na inclusão da dimensão da diversidade étnico-racial no Prêmio de Publicidade realizado anualmente por aquela secretaria. Também faz parte da pauta a realização de seminários voltados para os assessores de comunicação do Governo Federal e para as empresas de publicidade licitadas pelo governo federal, dentro do ciclo de palestras da secretaria, com a temática de gênero e raça.

- **Colaborar para o fortalecimento institucional de organizações negras e sua participação em instâncias de controle social de políticas públicas.**

  Análise Situacional da Meta

Foi lançado entre a SEPPIR e a SPM, em dezembro de 2013, um edital para apoio a projetos de organizações de mulheres negras, denominado Prêmio Lélia Gonzalez – Protagonismo de Organizações de Mulheres Negras. O edital premiou 13 organizações de mulheres negras de diferentes estados do Brasil, sendo 3 projetos na modalidade nacional, 6 na estadual e 4 na municipal. Em maio de 2014 foi realizado o Seminário 'O Feminismo Negro e o Pensamento de Lélia Gonzalez', no qual houve cerimônia de premiação das 13 organizações contempladas no Prêmio Lelia Gonzalez. Essa iniciativa se situa no âmbito das Ações Integradas para as Mulheres Negras, iniciadas pela SEPPIR em 2012. As propostas premiadas estão voltadas para: empoderamento da organização; enfrentamento ao racismo e ao sexismo institucional; e cultura e comunicação para a igualdade, podendo contemplar atividades tais como: veiculação de conteúdo midiático; campanhas; eventos (cursos, seminários, oficinas, encontros ou similares); produção de publicações, registro e memória. Em 2011, a SEPPIR viabilizou a produção e distribuição das publicações: "Negros e Negras Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros: construindo políticas públicas para avançar na igualdade de direitos", voltada para ativistas negros do segmento LGBT e que foi distribuída na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT; e "Perspectivas Negras: construindo políticas públicas na intersecção entre Juventude e Promoção da Igualdade Racial", que buscou colaborar com a atuação da juventude negra na 2ª Conferência Nacional de Juventude.

- **Realizar e apoiar ações e/ou medidas para a valorização da pessoa negra e para o enfrentamento ao racismo, divulgando as manifestações da cultura, a memória e as tradições afrobrasileiras.**

Análise Situacional da Meta

A SEPPIR participou de processos de seleção de projetos em diferentes editais de cultura e arte realizados por Petrobras, MinC e Correios. A participação da equipe da SEPPIR e de especialistas indicados tem como objetivo favorecer uma avaliação mais justa e igualitária para grupos e profissionais negros que concorrem a esses financiamentos.

A SEPPIR possui um Protocolo de Intenções com a Petrobras, que contempla ações de patrocínio à arte e cultura, com ações afirmativas para aqueles projetos que promovam ou valorizem a cultura e as artes negras, em especial aqueles realizados por artistas ou coletivos negros. Os editais mais recentes da Petrobras – Social, Ambiental e Cultural –incluíram em suas comissões de seleção especialistas negros indicados pela SEPPIR.

A SEPPIR avançou em sua participação no projeto A Cor da Cultura que, atendendo à Lei 10.639/2003, visa à valorização da contribuição da comunidade negra para a formação social brasileira, traduzindo tal conteúdo em materiais didáticos e práticas pedagógicas disponíveis para a rede escolar. Em sua Fase III, o projeto concluiu em 2014 a formação de 2.052 educadores de cinco estados: Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, e Pará. Visando selecionar projetos de organizações privadas sem fins lucrativos voltados para a realização de ações de comunicação comunitária direcionadas ao enfrentamento da violência contra a juventude negra, a Seppir lançou a Chamada Pública nº 003/2013 em setembro de 2013. Os principais objetivos da Chamada foram: apoiar a produção e disseminação de peças informativas relacionadas ao tema; promover o protagonismo de organizações que trabalhem com a temática racial, especialmente organizações de juventude negra, na produção de informação relacionada ao objeto do edital. Foram aprovados dois projetos que tem como objetivos: a) Produção e reprodução de jornal informativo quinzenal, que será distribuído gratuitamente, principalmente na região sul de São Paulo, a fim de disseminar as ações realizadas nas comunidades por vários coletivos como enfrentamento da violência, bem como as ações do Programa Juventude Viva e; b) produzir programa semanal de Rádio Web na Rádio Juventude (www.radiojuventude.com.br) para divulgação de debates, entrevistas e dados do Programa Juventude Viva, entrevistas de representantes de entidades da sociedade civil que abordam as questões raciais com foco na juventude, pesquisadores e acadêmicos das questões raciais além de representantes dos governos municipais e estaduais de juventude.

A SEPPIR participou da elaboração e da comissão de seleção do Edital da Chamada Pública nº 01/2013 da Fundação Cultural Palmares, que teve como objetivo selecionar Instituições interessadas em capacitar jovens negros e negras para atuar no mercado cultural formando os Núcleos de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra – NUFAC.

OBJETIVO: 0778 - Estabelecer pactos intersetoriais e interinstitucionais que revertam as altas taxas de mortalidade precoce na população negra, garantindo o seu direito à vida.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Em resposta ao desafio de reduzir os altos índices de homicídios contra a juventude negra, o Governo Federal lançou, em setembro de 2012, o Plano Juventude Viva, em quatro municípios de Alagoas. Sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Juventude Viva é fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil.

Construído por meio de um processo participativo, tendo sua elaboração iniciada em 2011, no âmbito do Fórum Direitos e Cidadania da Presidência, o Plano reúne ações de prevenção que visam a reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica.

O Plano Juventude Viva foi iniciado em Alagoas, o estado que em 2012 ocupava a primeira posição em taxas de homicídios e em taxas de homicídios contra negros no Brasil, sendo expandido no ano seguinte para mais 6 unidades da federação.

O Plano Juventude Viva tornou visível a questão alarmante da violência contra jovens negros e aproximou gestores públicos para atuação em territórios profundamente vulneráveis. Com isso, é possível reconhecer o jovem negro, enquanto sujeito de direitos, na centralidade das políticas públicas desenvolvidas e também trabalhar para que estes sujeitos, historicamente negligenciados pelas ações do Estado, tenham seus direitos garantidos.

Além do Plano Juventude Viva, o acompanhamento e a incidência junto ao Programa Rede Cegonha tem sido o foco de atuação da SEPPIR para a reversão das altas taxas de morbidade e mortalidade materna entre as mulheres negras.

Metas 2012-2015

- **Reduzir a morbidade/mortalidade materna entre as mulheres negras**

  Análise Situacional da Meta

  As ações permanentes relacionadas à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o Acompanhamento do Programa Rede Cegonha atendem à meta supracitada, incluindo a participação nos seus mecanismos de acompanhamento (Comitê Técnico, Comissão Intersetorial de Saúde da População Negra do CNS, Comitê de Monitoramento do Rede Cegonha, entre outros).

  Considera-se que a meta é quantificável. Entretanto, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde, os índices de mortalidade materna das mulheres negras não estão sendo reduzidos, mesmo com todos os esforços do Programa Rede Cegonha

- **Reduzir as mortes por homicídio na juventude negra**

  Análise Situacional da Meta

  As atividades do Plano Juventude Viva são as que atendem à meta em comento: 96 dos 142 municípios prioritários fizeram adesão ao Plano e 44 ações estão sendo desenvolvidas por meio dos 11 ministérios participantes. A SEPPIR, juntamente com a SG/PR, têm acompanhado as articulações interministeriais referentes a esta iniciativa por meio do Comitê Gestor Federal e por meio do Fórum de Monitoramento Participativo Interconselhos. Além disso, o Plano está sendo implantado em Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Paraíba e São Paulo onde já se verifica uma ampliação da percepção da importância da ação conjunta e combinada de diferentes políticas nos territórios de maior vulnerabilidade para o enfrentamento à violência.

  O diálogo intersetorial promovido pelo Plano rompe com a fragmentação de ações e possibilita a implementação de estratégias conjuntas de gestão. Também há reorientação de políticas, inclusive com o desenvolvimento de ações focalizadas que atendem as especificidades da condição juvenil. Buscou-se dar mais atenção às vulnerabilidades inerentes a este público, bem como às desigualdades geradas pela existência do racismo institucional. Nesse sentido, a

realização de campanhas de divulgação e as atividades de sensibilização e mobilização de servidores públicos sobre a temática do Plano foram capazes de amplificar os efeitos das ações em desenvolvimento.

Destaque-se ainda a elaboração, junto com a SNJ, de conteúdo e materiais de mídia da Campanha Juventude Viva lançada em 2012 e 2013 com destaque para dois vídeos institucionais; articulação e acompanhamento do Protocolo de Intenções para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência, firmado entre o Governo Federal (MJ, SEPPIR e SG) e órgãos representativos do sistema de justiça (CNJ, CNMP, CONDEGE e CFOAB); e ainda o desenvolvimento do módulo Juventude Viva no Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial (http://monitoramento.seppir.gov.br).

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Brasil Quilombola – PBQ foi lançado em 12 de março de 2004 com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para os territórios quilombolas. Sua institucionalização foi ampliada com a publicação do Decreto 6.261, de 2007, que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: acesso à terra; infraestrutura e qualidade de vida; inclusão produtiva e desenvolvimento local; e direitos e cidadania. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, conforme segue na descrição dos eixos:

Eixo 1: Acesso a Terra – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural;

Eixo 2: Infraestrutura e Qualidade de Vida – consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;

Eixo 3: Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local - apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;

Eixo 4: Direitos e Cidadania - fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos.

A coordenação geral do Programa é de responsabilidade da SEPPIR, que atua em conjunto com os 11 ministérios que compõem o seu Comitê Gestor. Contudo, cabe ressaltar que as ações executadas por diversas vezes extrapolam a competências desses órgãos. Nesse sentido, conforme necessário, são estabelecidas parcerias com outros órgãos do Governo Federal.

A Gestão Descentralizada do PBQ ocorre com a articulação dos entes federados, a partir da estruturação de comitês

estaduais. Sua gestão estabelece interlocução com órgãos estaduais e municipais de promoção da igualdade racial (PIR), associações representativas das comunidades quilombolas e outros parceiros não-governamentais.

Metas 2012-2015

- **Assegurar o acesso a serviços, programas e projetos a 700 comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas**

Análise Situacional da Meta

O PBQ articula e acompanha uma série de políticas públicas, cujo objetivo final é a melhoria das condições de vida dos quilombolas. Como esta meta é genérica, há muitas comunidades que avançaram em determinados serviços públicos e outras que não puderam ser atendidas em suas demandas. Neste sentido, cabe tratarmos aqui do acesso a estes serviços, programas e projetos:

1. Certificação: consiste no primeiro passo para a garantia do direito à terra. Em 2014, foram certificadas 146 comunidades pela Fundação Cultural Palmares, totalizando 2.414 comunidades certificadas.

2. Regularização: como os novos cruzamentos e atualizações do sistema de monitoramento, são 221 comunidades tituladas em 129 territórios, beneficiando 13.087 famílias quilombolas. A área total dos títulos emitidos é de 1.010.770,317 hectares. Até o presente momento, foram editados 63 decretos de Declaração de Interesse Social de Territórios Quilombolas onde residem 6.779 famílias; foram publicadas 91 Portarias de Reconhecimento do Território para 8.866 famílias. Por fim, são 174 RTIDs publicados totalizando 1,74 milhão de hectares em benefício de 23.370 famílias.

3. Educação: Em 2014, foram atendidas pelo PNAE 1.948 escolas quilombolas (R$ 0,60 per capita) atendendo a 225.101 estudantes destas unidades. Com isso, o Programa repassou R$ 28.283.245,60 para a alimentação escolar quilombola.

4. Energia Elétrica: o Programa Luz pra Todos atendeu a 15 mil famílias quilombolas em 2014.

5. Construção de Casas: por meio do PMCMV em 2014 foram contratadas 6.474 unidades.

6. Água: através do Programa Água para Todos (ApT), houve o atendimento a 1.341 famílias com cisternas de água para consumo (1ª água), com o investimento de R$ 2,4 milhões, e 1.110 famílias com tecnologias de captação de água para produção de alimentos (2ª água), com a aplicação de recursos da ordem de R$ 13,2 milhões.

7. Saúde: cerca de 1.548 equipes da Estratégia Saúde da Família estiveram voltadas para o atendimento de comunidades quilombolas. Foram identificados 516 médicos do Programa Mais Médicos atuando em equipes saúde da família distribuídas em territórios quilombolas.

8. Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP): Até o momento, registram-se 48.200 DAPs emitidas para quilombolas.

9. CadÚnico: o total de famílias cadastradas até dezembro de 2014 é de 131 mil famílias quilombolas.

10. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): em 2014 foi executado pelo MDA um total de R$ 3.128.547 para o atendimento de 3.400 famílias quilombolas. Em novembro deste mesmo ano foi lançada nova chamada pública que prevê o atendimento de 5.000 famílias com um valor total de R$ 6.324.039,64 a ser executado em 2015.

- **Fortalecer o Selo Quilombos do Brasil como referência de origem da produção das comunidades em diversas cadeias produtivas**

Análise Situacional da Meta

O selo é resultado da articulação do “Selo Quilombos do Brasil” com o “Selo de Agricultura Familiar” para ampliar a emissão de certificados de origem e identidade cultural dos produtos de procedência quilombola.

Elaborado e disponibilizado no site da SEPPIR o manual de aplicação que orienta o quilombola para o uso correto do Selo. Foram impressos 8 mil manuais e 10 mil folders para divulgação de modo a serem distribuídos entre associações e comunidades quilombolas. Onze solicitações de permissão de uso do Selo estão em análise e 38 produtores já receberam o Selo Quilombos do Brasil.

- **Implantar Sistema de Monitoramento e Avaliação das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial é composto por uma série de indicadores de políticas públicas intersetoriais e prioritárias para a SEPPIR/PR que contemplam, especialmente, o Programa Brasil Quilombola e o Plano Juventude Viva.

Lançado em 2013 na CONAPIR (Conferência Nacional de Igualdade Racial), o Sistema conta com painéis e mapas dos quilombos já em fase avançada de regularização e vem recebendo aprimoramentos. Hoje são 742 pontos de comunidades mapeados no Brasil e é possível extrair os dados do CadÚnico de cada uma das comunidades que já constam do Sistema. Em 2015, o Sistema será bastante reforçado via Termo de Cooperação com o PNUD que prevê maiores investimentos neste projeto.

Em 2014, foi realizada uma extensa pesquisa nos arquivos originais – de memoriais descritivos a Relatórios Técnicos de Delimitação – até mesmo dos Institutos de Terras Estaduais. A SEPPIR, o INCRA e a Fundação Cultural Palmares inseriram todas as comunidades reconhecidas pelo Estado Brasileiro (sejam tituladas, em processo de titulação ou certificadas) em um sistema que gerou um identificador único para cada comunidade e para cada território quilombola. Este processo reflete a consolidação do Sistema de Monitoramento de dados do Programa Brasil Quilombola (http://monitoramento.seppir.gov.br/), um marco notável no esforço pela visibilidade de amplos setores populacionais a que se destinam as políticas desenvolvidas pela SEPPIR. Em 2014, este Sistema foi premiado pela ENAP dentre as 10 iniciativas mais inovadoras na Gestão Pública Federal.

Hoje já é possível o cruzamento de dados com o CadÚnico com mapas das comunidades em estágio avançado de regularização por meio de um único código identificador. Estes dados serão úteis também para a construção de setores censitários exclusivos quilombolas a partir do próximo Censo, o que já foi pactuado em outro Termo de Cooperação junto ao IBGE. A Seppir está sendo apoiada por uma parceria com o PNUD que vem colaborando para a contratação de consultores especializados em georreferenciamento e outros envolvidos com o desenvolvimento do Sistema.

OBJETIVO: 0985 - Incentivar ações de fortalecimento da autonomia e do protagonismo político das comunidades quilombolas.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

A SEPPIR apoiou o I Encontro Nacional de Mulheres Quilombolas, realizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas-CONAQ, em Brasília-DF, com a participação de 200 mulheres quilombolas.

Também foram realizadas pela CAISAN/MDS, com a participação da SEPPIR, duas oficinas regionais de segurança alimentar, em Manaus (AM) e em Vitória (ES), tendo como objetivo construir uma concepção comum sobre a finalidade e as formas de funcionamento do SISAN nos municípios e os desafios na implementação do IV Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Foram realizadas pela SEPPIR, MME e em cooperação com o IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, nove oficinas de capacitação sobre Tarifa Social e Uso Racional, Seguro e Eficiente da Energia Elétrica. Tais oficinas tiveram como objetivo pactuar ações e capacitar multiplicadores quilombolas sobre a Tarifa Social e o uso racional da energia elétrica além de discutir com as comunidades o desenvolvimento de projetos produtivos que valorizem as potencialidades locais utilizando a energia elétrica. As oficinas ocorreram em nove municípios localizados em diferentes estados da federação e capacitaram diretamente 342 lideranças quilombolas e gestores locais.

Outra importante iniciativa compreende um conjunto de oficinas de comercialização para comunidades quilombolas, realizadas pelo MDA em parceria com o MDS, a SEPPIR e a FCP. As oficinas ocorreram nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Rio Grande do Sul. Além disso, a SEPPIR coordenou e realizou uma oficina em parceria com o Governo do Estado da Bahia para elaboração do Plano de Trabalho do Programa Brasil Quilombola que contou com a presença de aproximadamente 50 pessoas, dentre gestores locais e lideranças quilombolas.

Por fim, cabe ressaltar que foram realizadas duas reuniões técnicas de Trabalho com os convenentes para capacitar as instituições representativas dos povos tradicionais de matriz africana e comunidades quilombolas que celebraram convênio com a SEPPIR, por meio das Chamadas Públicas n° 001/2013 e n° 002/2013, sobre as regras e procedimentos de execução de convênios através do estudo das legislações pertinentes, principalmente a Portaria Interministerial n° 507/2011 e acerca dos mecanismos de funcionamento do Portal de Convênios – SICONV. Tais oficinas contaram com a presença de cerca de 70 pessoas.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver projetos de fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas**

Análise Situacional da Meta

A SEPPIR realiza ações cujo objetivo é o fortalecimento institucional das organizações representativas de comunidades quilombolas certificadas e/ou tituladas. Em 2012, foram atendidos 9 projetos nos estados do Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2014, foram executados 7 convênios celebrados em 2013 mediante a chamada pública 002/2013. Estes convênios foram executados em parceria com organizações da sociedade civil do seguintes estados: Amapá, Sergipe, Mato Groso do Sul, Bahia, Mias Gerais e Piauí. Ainda foram celebrados novos convênios com: i) a prefeitura de Bom Jesus da Lapa (BA), para a capacitação de lideranças quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, ii)e com a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR (BA), para a melhoria da infraestrutura do setor agrícola em Comunidades Quilombolas no Estado da Bahia, por meio da aquisição de equipamentos agrícolas.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Análise Situacional do Objetivo

Em janeiro de 2013, a SEPPIR lançou o “I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana” que é um instrumento de coordenação e planejamento das ações do Governo Federal. O quadro de iniciativas e metas contém três eixos estratégicos: (i) Garantia de Direitos, (ii) Territorialidade e Cultura e (iii) Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável. Esses eixos estão organizados num total de dez objetivos, dezenove iniciativas e 56 metas. O Plano foi elaborado por um Grupo de Trabalho Interministerial - GTI instituído pela Portaria n°138, de 6 de dezembro de 2012, da SEPPIR. O GTI é composto por 11 órgãos federais.

Com o objetivo de implementar o referido Plano, no campo do patrimônio cultural, foi lançado pelo IPHAN o edital de premiação de Preservação do Patrimônio Cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, com recurso total de R$ 1 milhão, contemplando 31 projetos.

Destaca-se, também, a Ação de Distribuição de Alimentos, parceria entre SEPPIR, MDS e CONAB. De janeiro a dezembro de 2014 foram distribuídas 92.108 cestas de alimentos, para 17.100 famílias em 21 Estados e no Distrito Federal, sendo gasto na ação R$ 25,2 milhões.

Também em 2014 foi formalizada nova parceria com a Universidade de Brasília, no valor de R$ 240 mil, para apoiar a realização da segunda edição do Mestrado Profissional de Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável.

Foram implementadas ações com foco na inclusão social e cultural dos povos Ciganos, dentre as quais se destacam: a reedição do Guia de Políticas Públicas para Ciganos, cujo objetivo é subsidiar os gestores públicos e as lideranças ciganas

sobre as políticas públicas federais existentes e formas de acesso, e o lançamento do Relatório Executivo do Brasil Cigano – I Semana Nacional dos Povos Ciganos, de 20 a 24 de maio de 2013, que reuniu aproximadamente 300 ciganos. Relevante registrar a ampliação das ações do Ministério da Saúde, por meio de campanhas de valorização da cultura cigana e de humanização do atendimento pelo SUS dessa parcela da população.

Também teve significativa ampliação o número de famílias ciganas cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadúnico, impulsionada pelos mutirões da estratégia de Busca Ativa. Sob a coordenação do MDS, com colaboração da SEPPIR, foram realizados mutirões específicos para o cadastramento de famílias ciganas em 11 Estados da Federação. Até dezembro de 2014, um pouco mais de 3.321 famílias estão identificadas no Cadúnico como ciganas. 75% dessas famílias ciganas estão na linha da extrema pobreza e, atualmente, são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Foi publicada Portaria no. 10/2014, do MEC, que institui o Grupo de Trabalho de Educação Cigana, formado por 07 (sete) lideranças ciganas, previamente escolhidas durante o Brasil Cigano, e representantes da SEPPIR, MEC e SDH. Este GT tem como objetivos: elaborar subsídios para o combate à discriminação dos ciganos no ambiente escolar; traçar estratégias para a reversão do alto grau de analfabetismo nesta população; garantir sua permanência na escola e o cumprimento da Resolução Nº 03/2012, cujas diretrizes garantem, entre outras coisas, que os sistemas de ensino público e privado devem assegurar a matrícula dos estudantes em situação de itinerância, sem a imposição de qualquer forma de preconceito.

Além disso, foi lançado o Prêmio Culturas Ciganas do Ministério da Cultura, em parceria com a SEPPIR: a Edição 2014 deste Prêmio, a exemplo das duas anteriores (2007 e 2010), dentre outros objetivos, destinou-se a promover e fortalecer as expressões culturais e a identidade dos povos ciganos, contribuindo para a continuidade de suas tradições; identificar, valorizar e dar visibilidade às atividades culturais protagonizadas por pessoas, instituições e Grupos/Comunidades ciganas e às estratégias de preservação de suas identidades culturais. Nesta edição de 2014, foram concedidos 60 prêmios com recursos do MinC.

Por fim, cabe ressaltar a articulação com a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, visando a regularização fundiária de acampamentos ciganos que ocupam ou demandem ocupar terras da União, por meio da cessão do direito real de uso, em atendimento a reivindicações diretamente apresentadas por comunidades ciganas. Nesse sentido, a SEPPIR acompanhou e produziu subsídios técnicos referentes ao processo dos ciganos Calon, do Bairro de São Gabriel, em Belo Horizonte – MG, em fase de finalização, e a dois outros processos de comunidades ciganas que reivindicam a cessão do direito real de uso de terras da União para se fixarem, ambos em tramitação no Distrito Federal.

Metas 2012-2015

- **Criar instrumento de coordenação e monitoramento para promover o acesso às políticas governamentais pelos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e os povos de culturas ciganas.**

  Análise Situacional da Meta

  O “I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana” é um instrumento de coordenação e planejamento das ações do Governo Federal. O Plano foi impresso e a versão eletrônica está disponível no link http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/plano-nacional-de-desenvolvimento-sustentavel-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-de-matriz-africana.pdf. O monitoramento do Plano é realizado no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial e encontra-se em elaboração o relatório de execução.

  Foi realizado um seminário de “Segurança Alimentar e nutricional dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana” para debater o acesso dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana a políticas sociais dos governos federal, estaduais e municipais, sobretudo as políticas públicas voltadas à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Um dos pontos de pauta da programação foi o “Balanço do I Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana” (Com participação dos integrantes do GTI: SEPPIR, MEC, MS, SDH, MINC, FCP, MMA, MDS, EMPRAPA, SPU/MP, IPHAN), momento no qual, uma vez mais, o conceito de matriz africana foi questionado, debatido e reafirmado. Participaram 70 lideranças de 49 Entidades, das 27 Unidades da Federação.

  Ainda no que se refere aos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, cabe destacar a realização dos

seguintes eventos:

0•4 reuniões com objetivos de discutir uma metodologia de mapeamento socioeconômico e cultural dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana no Rio de Janeiro (RJ), em Rio Branco (AC) e duas em Brasília (DF) com a presença de lideranças e gestores públicos.

"•Oficina ações estruturantes de segurança alimentar e nutricional para os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana", que teve como objetivo discutir a transição da Ação de distribuição de Cesta Alimentar para política de Ações Estruturantes para povos e Comunidades Tradicionais. Estiveram presentes cerca de 70 lideranças de 49 Entidades, das 27 Unidades da Federação.

"•Seminário racismo e tradições africanas no Brasil", que teve como objetivo promover o diálogo entre Governo e Sociedade Civil a respeito da incidência do racismo sobre as tradições africanas no Brasil. Estiveram presentes cerca de 60 lideranças de matriz africana

"•II Diálogo com a Região Norte", que teve como objetivo o diálogo sobre as ações realizadas pela SEPPIR/PR na região, considerando compromisso da SEPPIR/PR com o fortalecimento institucional dos órgãos de Políticas de Igualdade Racial e das organizações da sociedade civil. Estiveram presentes cerca de 90 lideranças de matriz africana. Em parceria com o PNUD, foi dado início a uma consultoria para produção de uma cartilha e um caderno conceitual sobre o conceito de povos e comunidades de matriz africana, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas públicas e instrumentalizar o diálogo entre sociedade civil e o Estado, com previsão de lançamento ainda no primeiro semestre de 2015.

Em 2014, a celebração do Dia Nacional dos Povos Ciganos ocorreu em Natal – RN, durante a Teia da Diversidade, organizada pelo Ministério da Cultura. Uma roda de conversa precedeu a solenidade e as lideranças ciganas, especialmente aquelas do RN, puderam expressar suas demandas, desafios cotidianos, discriminações enfrentadas, bem como conhecer melhor as possibilidades e formas de acesso às políticas públicas. A solenidade, no dia 24/05, contou com apresentações de dança, música e poesia, e com uma devolutiva do governo federal sobre as políticas públicas em curso.

- **Mapear as comunidades tradicionais de terreiro, priorizando as capitais e regiões metropolitanas**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi celebrado convênio com a Prefeitura de Rio Branco (AC) para o mapeamento de casas tradicionais de matriz africana. Além disso, está em curso uma parceria com o PNUD, cujo projeto tem como um de seus objetivos subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento do segmento de povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Com vigência até 2016, o recurso total do projeto é de R$ 2 milhões. No que diz respeito aos mapeamentos, esta parceria permitiu: i) a elaboração de um guia orientador para mapeamentos socioeconômicos e culturais dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana; ii) dar início ao processo de contratação de consultoria para mapeamento das casas tradicionais de matriz africana de onze municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro; iii) a contratação de consultoria para monitorar o mapeamento das casas tradicionais de matriz africana do município de Rio Branco – a ser realizado pela prefeitura – e da região metropolitana do Rio de Janeiro.

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A regularização fundiária dos territórios quilombolas é um processo complexo, envolvendo as etapas de elaboração e publicação de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, emissão de Portaria de Reconhecimento do Território, Decretação do Território como de Interesse Social, Desintrusão dos ocupantes não-quilombolas e Titulação.

Destaca-se como ação relevante para o avanço do programa a contratação de 12 relatórios antropológicos e o acompanhamento da elaboração de 141 Relatórios Antropológicos - peças-chave para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID – contratados por meio de pregão eletrônicos nacional nos anos 2011 e 2012 e por meio de contração feita pela Superintendência Regional do Maranhão no exercício de 2013. Em 2014, foram contratados 49 relatórios antropológicos e concluídos 37.

Em 2014, foram publicadas 18 Portarias de Reconhecimento, totalizando 45.747,7202 hectares reconhecidos e atendem a aproximadamente 2.532 famílias quilombolas.

Com relação à etapa de desintrusão, cujo principal instrumento é a desapropriação com justa indenização de terra nua e benfeitorias, foram ajuizadas 14 ações, que somadas correspondem ao total de 30.713,6872 hectares. O processo de desintrusão demanda longos trabalhos de campo, vistoria e avaliação e as pesquisas cartorárias para elaboração das cadeias dominial. Atualmente, as equipes estão em campo concluindo as vistorias dos imóveis. Em função de algumas dificuldades, tais como o atraso no início das avaliações e aquisição de certidões junto aos cartórios - fato que cria problemas para a elaboração das cadeias dominiais dos imóveis – ainda não foi possível avançar mais no processo de desintrusão. No que se refere à etapa final que é a titulação, foram entregues 25 títulos parciais de 7 territórios.

Metas 2012-2015

- **Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos**

  Análise Situacional da Meta

  Destacamos o acompanhamento da finalização da elaboração de 109 Relatórios Antropológicos por meio do Pregão Nacional, vigente desde 2011 (No primeiro semestre eram 115 relatórios. No entanto, 6 comunidades pediram paralisação ou desistiram da elaboração). Em 2014, foram contratados 49 relatórios antropológicos e concluídos 37.

- **Decretar de interesse social 120 territórios quilombolas**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram decretados 11 territórios de interesse social de terras quilombolas.

  No exercício de 2013 foram publicados 10 Decretos, beneficiando as comunidades de Lagoa das Pedras e Encantados do Bom Jardim; Sítio Arruda; Marques; Matões dos Moreira; Matão; Pedra D'Água; Grilo; Capoeiras; Grotão; Bom Jardim.

  Em 2014, foram encaminhadas 13 propostas para decretação, em fase de avaliação.

  Quantidade alcançada

  21

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas**

  Análise Situacional da Meta

  Foram expedidos 25 títulos parciais em nome das comunidades quilombolas. A titulação parcial é o repasse das áreas (partes do território) que estão aptas, judicialmente para tal, para o nome da associação quilombola em forma de título definitivo. Os títulos beneficiaram 7 territórios , totalizando 2.942,4443 ha repassado às comunidades, em prol de 1.322 famílias. As comunidades de Rincão dos Martimianos-RS, Jatobá-RN, Invernada dos Negros-SC, Santa Maria dos Pretos-MA, Mata de São Benedito-MA e São Francisco Malaquias-MA foram beneficiadas com seus primeiros títulos definitivos. Cabe agora aguardar as demais sentenças homologatórias para que o INCRA possa titular o restante desses territórios.

  A titulação é um procedimento que depende de várias etapas que não estão sob governabilidade do INCRA. Das quais destacamos: a) o levantamento da cadeia dominial dos imóveis circunscritos no Território Quilombola e que possuem algum título. Este processo é extremamente complexo, depende de análise de dados cartoriais, que nem sempre são

conexos, e muitas vezes dependem também da ação discriminatória por parte dos estados da federação, ação que também está fora da governança do INCRA; depende também do ajuizamento da ação desapropriatória, que deve ser homologada pelo Poder Judiciário, cujos ritos e ritmos estão fora da governança do INCRA.

- **Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram publicadas quatro portarias, reconhecendo 3.014,7628 ha e beneficiando 574 famílias. Em 2013, foram publicadas sete Portarias de Reconhecimento de Territórios Quilombolas, beneficiando 411 famílias com 5.521 hectares reconhecidos. Em 2014, foram publicadas 18 Portarias de Reconhecimento de Territórios Quilombolas, nas comunidades de Narcisa/PA, Bacabal/PA, Gurupá/PA, Lagoa do Ramo/Goiabeira/CE, Três Irmão/CE, Brutos/CE; Tijuaçu/BA, Velame/BA, Cabral/RJ, Sacopã/RJ, Invernada Paiol de Telha/PR, Fampilia Thomaz/SC, Areal Luiz Guaranha/RS, Cambará/RS, Charco/MA, Santa Rosa dos Pretos/MA, Desiderio Felipe de Oliveira e Picadinha/MS e Santana III/MSF. As dezoito Portarias reconhecem o total de 45.747,7202 hectares e atendem a aproximadamente 2.532 famílias quilombolas. Sendo assim, nos 3 anos de vigência do PPA, foram publicadas 28 Portarias, reconhecendo 54.283,48 ha, atendendo 3.517 famílias.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2014

- **Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram publicados 11 RTID, identificando 16.449,3460 ha e beneficiando 819 famílias. No exercício de 2013, foram publicados 7 RTID, identificada e delimitada de 52.936 há beneficiando 1.331famílais. Em 2014, foram publicados 13 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID, beneficiando 513 famílias quilombolas e identificando 8.513,3448 hectares. Isso representa dizer que nos 3 anos de vigência do plano foram publicados 31 relatórios, identificando 77.899,6551 hectares e beneficiando 2.663 famílias. Foi verificado que no exercício de 2012 não foi contabilizada um RTID referente a comunidade Gurupa/PA com 10.026,1608 ha e 149 famílias, que levaria a um total de 32 RTID publicado no período de três anos, porém o sistema não permite tal correção.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2014

- **Vistoriar e avaliar 520 mil hectares de terras inseridos nos territórios quilombolas, indenizando 250 mil hectares.**

Análise Situacional da Meta

Meta Executada janeiro a dezembro de 2014: 8.063 ha (área indenizada).

Em 2014, foram vistoriados e avaliados 6.376 hectares e indenizados 8.063 hectares sendo ainda ajuizadas 14 ações desapropriatórias para uma área de 30.713,6872. Isso significa dizer que nos meses de vigência do plano foram vistoriados e avaliados 67.126,2697 hectares e indenizados 11.989,51 hectares.

Quantidade alcançada

11.989,51

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolas públicas acessíveis	%	31/12/2010	8,3	31/12/2013	19
Escolas públicas com salas de recursos multifuncionais	%	31/12/2010	43	31/12/2013	49
Matrícula de pessoa com deficiência na rede regular de ensino	%	31/12/2010	68,93	31/12/2013	77
Percentual de aprendizes com deficiência	%	31/12/2010	0,58	31/12/2014	1,03
Percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência	%	31/12/2010	0,76	05/01/2015	0,64
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola	%	31/12/2010	53	31/12/2013	63,4
Proporção de páginas HTML da Web, do universo .gov.br, aderentes aos padrões de acessibilidade ASES	%	31/12/2010	1,14	31/12/2012	6,96
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas	%	31/12/2009	41,8	31/12/2013	35,89
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2010	29	31/12/2013	31,54

Observações:

Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola - Não houve atualização.

Proporção de páginas HTML da Web, do universo .gov.br, aderentes aos padrões de acessibilidade ASES - Não houve atualização do indicador em 2014.

OBJETIVO: 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

As metas deste Objetivo têm bom andamento, com avanços importantes relativos às ações do Plano Viver Sem Limite, à implantação de conselhos e à transversalização com temáticas como gênero, igualdade racial e saúde mental. A inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, tanto no setor privado quanto no público, vem demandando medidas mais efetivas para garantir o cumprimento da legislação. Nesse sentido, a SDH/PR instalou duas Câmaras Técnicas com o tema Empregabilidade da Pessoa com Deficiência, visando identificar os principais problemas e possíveis soluções para garantir a empregabilidade da pessoa com deficiência com dignidade. Buscou-se assim definir medidas para avançar na inclusão de públicos mais vulneráveis no mercado de trabalho, como os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Assistência Social, por meio da articulação com as demais políticas de órgãos setoriais, como MTE e MDS. Na esteira da ampla garantia dos direitos das pessoas com deficiência, a SDH/PR, em parceria com o Grupo de Trabalho Inclusão de Pessoas com Deficiência do Ministério Público Federal/Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, coordenou um Grupo de Trabalho para elaborar um guia de boas práticas relacionadas à acessibilidade nos

momentos de inscrição em concursos públicos, realização de provas, bem como no ingresso das pessoas aos locais de trabalho após a aprovação no certame, priorizando a remoção de barreiras, sejam elas arquitetônicas, urbanísticas, de informação e comunicação, propiciando a máxima autonomia e acessibilidade às pessoas com deficiência. Foram realizadas 05 reuniões, tendo como um dos produtos uma cartilha que, além de relacionar as boas práticas, também divulga e recomenda, para as empresas promotoras de processos seletivos, os critérios, recursos e atendimentos que viabilizam a acessibilidade. Um grande avanço em relação à aplicação efetiva da política de garantia dos direitos da pessoa com deficiência é o Modelo Único de Classificação e Valoração da Deficiência. O referencial teórico já foi construído e as próximas etapas serão o teste e a validação de um instrumento geral que avalia a funcionalidade da pessoa com deficiência, etapas que serão desenvolvidas por meio de projeto de cooperação com a OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos), que está em construção pela equipe da SDH/PR. A adequação dos instrumentos de avaliação de deficiência para cada política será feita de acordo com esse referencial único nacional, respeitadas as especificidades de cada área e dirimindo incongruências em relação aos beneficiários das políticas públicas voltadas para o público com deficiência. A deficiência atinge pessoas de gênero, raça/etnia, orientação sexual diversas, caracterizando sua transversalidade entre diferentes populações vulneráveis. Portanto, as pessoas com deficiência são muitas vezes duplamente vulneráveis em razão de serem mulheres, negros, indígenas ou LGBT. Para garantir a fruição dos direitos das pessoas com deficiência sob essa perspectiva, a SDH/PR tem articulado ações para esses públicos com outros órgãos setoriais responsáveis pela temática de gênero (SPM), raça/etnia (SEPPIR, FUNAI), além dos responsáveis pela saúde, assistência social, educação, trabalho, dentre outros (MDS, MS, MTE, MEC). Mais especificamente, a SDH/PR tem realizado e organizado eventos, reuniões e pactuações, com o objetivo de aproximar diferentes temáticas no âmbito das políticas para as pessoas com deficiência, para que a dupla violação de direitos seja evitada. Por fim, é importante ressaltar que o Plano Viver sem Limite (PVSL) tem sido pauta prioritária para a SDH/PR e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) em sua atual gestão (2013-2015). O Conade tem monitorado a execução das ações do PVSL por meio das Comissões de Políticas Públicas (CPP) e Orçamento e Finanças (COF), e o tema esteve presente na pauta dos cinco encontros regionais de conselhos de direitos da pessoa com deficiência, ocorridos nos estados do RS, PE, PA, DF e SP entre os anos de 2013/2014, o que tem garantido a participação da sociedade de forma permanente na implementação e avaliação do Plano, conforme preconiza a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Adicionalmente, conselheiros/as do Conade participaram ativamente dos Fóruns Interconselhos e do monitoramento do PPA, garantindo, assim, o acompanhamento das Agendas Transversais, onde a agenda da pessoa com deficiência, conforme o monitoramento e dados do PPA 2012-2015 está presente em 16 Programas, 24 Objetivos e 51 Metas de outros órgãos do executivo federal.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar a implementação de iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos, estejam na escola**

  Análise Situacional da Meta

  Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Até o presente momento, ocorreram diversos seminários de capacitação para o Programa BPC na Escola, em todos os estados e DF. Quanto à renovação e adesão ao BPC Escola, até o dia 09/01/2015, 84,08% dos municípios brasileiros aderiram ao Programa. Foram realizados, até o mês de novembro de 2014, 48 seminários de Formação Intersetorial dos Grupos Gestores e Técnicos, em 22 estados mais o Distrito Federal. A Secretaria De Direitos Humanos da Presidência integra o Grupo Gestor Interministerial do Programa que está em fase do Planejamento de suas ações para o ano de 2015.

- **Acompanhar o preenchimento das vagas criadas pela política de cotas para pessoas com deficiência no serviço público federal e nas empresas privadas**

  Análise Situacional da Meta

  O acompanhamento do preenchimento das vagas no serviço público federal ainda representa desafio a ser superado, pois não há dados qualificados acerca do número de servidores com deficiência que ingressaram no serviço público por

meio de reserva de vagas. Em relação ao preenchimento de vagas no setor privado, a SDH/PR tem acompanhado, por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. A participação dos trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho formal que estava em 0,70% em 2012 manteve-se numa estabilidade relativa em 2013, passando a 0,73%. Em números absolutos, o número de empregados com deficiência passou de 288,6 mil em 2009 para 357,8 mil em 2013, enquanto o número de empregados sem deficiência cresceu de 41,2 milhões para 48,6 milhões. Nesse período, o crescimento no número de vínculos empregatícios de trabalhadores sem deficiência foi de 15%, enquanto o de trabalhadores com deficiência foi de 14,4%. Nesse sentido, a SDH/PR tem envidado esforços para que a legislação acerca da reserva de vagas nos concursos públicos e reserva de cargos nas empresas privadas seja observada. Na intenção de sanar as dificuldades de acesso aos certames e concursos públicos, a SDH/PR realizou reuniões técnicas com representações de pessoas com deficiência e com instituições organizadoras de concursos para criar subsídios para o aprimoramento dos normativos relacionados ao concurso público, no que tange às pessoas com deficiência. Também foi criado o Grupo de Trabalho Processos Seletivos e Remoção de Barreiras Atitudinais e Arquitetônicas, em defesa dos princípios norteadores da reserva de vagas, que produziu, em parceria com o Grupo de Trabalho Inclusão de Pessoas com Deficiência do Ministério Público Federal/Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), guia de boas práticas relacionadas à acessibilidade de pessoas com deficiência nos momentos de inscrição em concursos públicos, realização de provas, bem como no ingresso das pessoas aos locais de trabalho após a aprovação no certame. Foi implantada ainda a Câmara Técnica sobre Empregabilidade da Pessoa com Deficiência, com a participação de diversos órgãos e entidades envolvidos com o tema, como o MTE, MDS, centrais sindicais patronais e de trabalhadores, representações de pessoas com deficiência, dentre outros. Tendo como principal objetivo identificar entraves e soluções para a questão da empregabilidade da pessoa com deficiência, com vistas a nortear a avaliação e a formulação das políticas públicas nesse campo, a Câmara Técnica produziu um Relatório Final com as análises e conclusões dos trabalhos divididas em quatro eixos. Em cada eixo foram apontados os principais problemas e propostas de encaminhamento. Em 2013 foi constituído o Subcomitê do Trabalho Decente para Pessoas com Deficiência. Esta ação está inserida na Agenda Nacional de Trabalho Decente e é coordenada pela SDH/PR e o MTE. O principal objetivo é discutir de forma intersetorial a promoção do trabalho decente para pessoas com deficiência, em condições dignas e em igualdade de oportunidades para o acesso e permanência no mundo trabalho. Coordenada pela SDH/PR, foi realizada a Câmara Técnica sobre a Formalização do Vínculo Empregatício da Pessoa com Deficiência, por meio de três reuniões ocorridas de março a agosto de 2014, com o objetivo de refletir e discutir com representantes da sociedade civil organizada e órgãos governamentais os principais desafios para a formalização do vínculo empregatício dos trabalhadores com deficiência e reabilitados. Foram apresentados desafios e avanços do BPC Trabalho, entre outros dados, e discutidos exemplos de boas práticas em inclusão no mundo do trabalho e em reabilitação profissional de pessoas com deficiência. Na conclusão dos trabalhos, ficaram assinaladas as propostas de desafios e orientações para acesso e permanência das pessoas com deficiência no mercado e no mundo do trabalho, nas modalidades formal ou informal. Por meio de cooperação técnica com a OEI, está em realização pesquisa para levantamento de informações específicas sobre empregabilidade da pessoa com deficiência e mundo do trabalho, para aferir informações sobre as condições socioculturais e educativas, demandas de trabalho, formação básica e técnico profissional, dentre outros dados referentes às pessoas com deficiência. Cabe destacar ainda que o tema da empregabilidade da pessoa com deficiência foi pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade, representando 7% do conjunto das questões discutidas pelo colegiado. Da mesma forma, o conselho auxiliou na mobilização do Dia D, ação do MTE, data dedicada pelo Sistema Nacional de Emprego para atendimento às pessoas com deficiência e aos beneficiários reabilitados, visando sua inclusão no mercado de trabalho. Foram realizadas ações em 15 capitais, 100 postos de atendimentos e participação de 500 empresas, tendo como saldo 3.000 pessoas encaminhadas para seleção.

- **Apoiar os conselhos de direitos das pessoas com deficiência**

Análise Situacional da Meta

O apoio aos conselhos acontece por meio do fornecimento de equipamentos e capacitação de conselheiros/as. Em 2012, foram apoiados 5 (cinco) conselhos de direitos das pessoas com deficiência (conselhos municipais e estaduais apoiados em Alagoas, Santa Catarina, Piauí, Paraíba e Acre); em 2013, 13 (treze) conselhos foram apoiados, sendo nove estaduais (Piauí, Pará, Sergipe, Maranhão, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Tocantins e Ceará) e quatro municipais (São Paulo/SP, Jaboatão dos Guararapes e Garanhuns/PE e Cuiabá/MT). Em 2014, foram apoiados mais 08 (oito) conselhos municipais (Currais Novos/RN, Parobé/RS, São José do Egito/PE, São Bento do Sul/SC, São João dos Patos/MA, Sobral/CE, Goiânia/GO e Juiz de Fora/MG). Lembra-se ainda que havia previsão de apoio a Conselho em Curitiba/PR, por meio de emenda parlamentar, que não se concretizou. Atualmente, quase 600 conselhos municipais estão em funcionamento e todos os estados já contam com esta estrutura. Importante destacar que o Conade tem participado de algumas formações dos conselhos e este processo tem auxiliado na criação de novos espaços, que têm se ampliado em todas as regiões do país. Foi criado um mapa de conselhos no sítio www.pessoacomdeficiencia.gov.br com dados atualizados de todos os conselhos estaduais e municipais e estas informações também foram inseridas no Observatório do Plano Viver sem Limite no sítio www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/observatorio, qualificando, assim, a comunicação entre as redes locais e sua relação no âmbito nacional. Além do apoio com recursos e os encontros regionais, ocorreram atividades formativas para conselhos durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos (2013) e a Reatech - Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação (2014). Além disso, as ações nos estados e municípios desenvolvidas pelas consultorias do Plano Viver sem Limite e Pronatec envolveram os conselhos municipais e estaduais.

- **Aprimorar marco legal e referenciais que garantam a efetivação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**

Análise Situacional da Meta

A SDH/PR propôs emendas ao Projeto do Novo Código Penal, participou da regulamentação da LC 142/2013, que dispõe sobre a aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS (Decreto nº 8.145/2013 e Portaria Interministerial SDH/MPS/MF/MPOG/AGU nº 01/2014), e da Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Decreto nº 8.368/2014) e emitiu diversos pareceres e posicionamentos sobre Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional relacionados à temática da Pessoa com Deficiência. A SDH/PR também realiza, desde 2014, a análise do relatório apresentado pela Deputada Mara Gabrilli ao PL 7.699/2006 (Estatuto da Pessoa com Deficiência/Lei Brasileira da Inclusão), bem como o acompanhamento de sua tramitação, tendo participado, em 2012 e 2013, do Grupo de Trabalho (criado através da Portaria SDH/PR nº 616/2012) que analisou a propositura e seus apensos, propondo uma minuta de substitutivo ao Congresso Nacional. Relativo ao Conade, do planejamento estratégico da atual gestão (2013-2015) consta o acompanhamento dos projetos de lei relativos às pessoas com deficiência que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, bem como discussão das propostas oriundas do Executivo. Em todas as ações acompanhadas pela SDH/PR é viabilizada a participação da sociedade por meio do Conselho, que emite pareceres e recomendações acerca de regulamentações propostas e vigentes. Em 3 de novembro de 2014, foi encaminhado ao Congresso Nacional, para sua ratificação, o texto do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter acesso ao Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), celebrado em Marraqueche, em 28 de junho de 2013.

- **Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 11.520/2007 não prevê prazo para conclusão da análise dos requerimentos de pensão especial. De Janeiro/14 a Dezembro/14, a Comissão Interministerial de Avaliação recebeu 101 novos requerimentos, totalizando 12.460 pedidos, todos analisados. Considera-se, dessa forma, a estabilização do processo de análise dos requerimentos de pensão especial. Da totalidade dos processos, 8.863 foram deferidos, 3.680 indeferidos e 83 encontram-se em andamento. Do

total de indeferidos, 495 requerimentos foram judicializados até o dia 07/01/2015. O levantamento de dados previsto no Decreto nº 6.168/2007, a partir das informações contidas em cada processo, foi iniciado em 2014 mas ainda não foi finalizado pela Coordenação Geral de Indicadores da SDH/PR. A previsão é que o levantamento seja concluído até abril/2015.

- **Coordenar o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite visando a implementação e ampliação de suas metas**

Análise Situacional da Meta

Inicialmente, cabe considerar que o Plano Viver sem Limite consolida um conjunto de ações executadas por diferentes órgãos do Governo Federal. Dessa forma, informações sobre a execução de ações e metas estabelecidas se encontram distribuídas nas diversas Metas e Objetivos desses órgãos. Cabe à SDH/PR a articulação e promoção do Plano junto aos demais entes federativos, aos Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência e à sociedade civil organizada, e o monitoramento mensal da execução das ações e metas, em conjunto com a Casa Civil. Nesse sentido, a SDH/PR realizou, em 2013, um conjunto de ações de adesão ao Plano junto a Estados e Municípios, com o objetivo de se estabelecer compromisso público dos prefeitos e governadores com o conjunto das ações contidas no Plano. Até o presente momento, cerca de 1.400 municípios, 25 estados e o Distrito Federal aderiram ao Plano Viver sem Limite. Todas as ações de divulgação do Plano envolveram o Conade e a rede de conselhos para, assim, garantir a participação da sociedade como prevê a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Durante os meses de julho/2013 e maio/2014, ocorreram cinco encontros regionais do Conade, durante os quais o Plano Viver sem Limite compôs a pauta principal, sendo debatido com conselhos municipais, estaduais e distrital, bem como com gestores da política da pessoa com deficiência. Esses encontros contaram com mais de 700 participantes de 136 conselhos municipais e 19 estaduais.

- **Definir conteúdos básicos e realizar capacitações em acessibilidade e em promoção de direitos da pessoa com deficiência**

Análise Situacional da Meta

Os conteúdos referentes às capacitações em promoção dos direitos da pessoa com deficiência e acessibilidade foram definidos e publicados por meio de edital de chamada pública para seleção de projetos em 2013 e 2014. Foram desenvolvidos ainda planos para quatro cursos sobre direitos da pessoa com deficiência e acessibilidade. As áreas de interesse definidas para formação/capacitação em 2013 foram: “Gestão e Sustentabilidade: Repensando as Organizações não Governamentais de Pessoas com Deficiência”, “Capacitação e Seminários sobre Técnicas de Orientação e Mobilidade”, “Capacitação para o atendimento e a Prestação de Serviços às Pessoas com Deficiência para a Copa do Mundo de 2014 e outros eventos”, “Capacitação – Atualização em Parâmetros Conceituais e Normativos sobre Pessoas com Deficiência” e “Capacitação – Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência: Implementação e Monitoramento”, todas com definição de conteúdo, sugestão bibliográfica, metodologia, público-alvo e modalidade. Por meio do Edital nº 01/2013, foram inscritos 18 projetos, dos quais 09 foram selecionados para apoio. Como o total de recursos destinados a projetos do edital não foi utilizado, estados e municípios puderam acessar esses recursos. Tal disponibilização possibilitou apoiar a realização de 08 capacitações com os entes federados, totalizando 17 convênios para apoio a capacitações que se encontram em execução. Houve também, em 2014, edital de chamamento público para apoio a capacitações apresentadas por meio de projetos desenvolvidos por organizações da sociedade civil, com os seguintes temas definidos: “Capacitação e formação sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para a promoção e defesa dos direitos humanos das Pessoas com Transtorno Mental”, “Fortalecimento da rede de proteção para situação de violações de direitos sofridas por pessoas com deficiência”, “Capacitação sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” e “Capacitação para o atendimento e a prestação de serviços às pessoas com deficiência em grandes eventos ou destinos turísticos”. Por meio do edital foram aprovados 07 projetos, dos quais 04 foram selecionados para apoio, sendo um referente a cada temática dentre aquelas definidas para o exercício de 2014. O Conade, por meio de duas consultorias, elaborou um conjunto de materiais de cunho histórico e estatístico sobre os

direitos da pessoa com deficiência e sua relação com o controle social que será disponibilizado no sítio www.pessoacomdeficiencia.gov.br e servirá de subsídio para futuras formações de conselhos. Também foi produzido, em parceria com entidades da sociedade civil, um calendário de datas comemorativas, com vistas a divulgar as diferentes temáticas relacionadas à pessoa com deficiência e suas especificidades ao longo do ano, as quais foram divulgadas na página virtual do Conade e nas redes sociais: www.facebook.com/ConadeBR.

- **Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas**

Análise Situacional da Meta

O Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências ainda não foi implantado, mas a primeira fase de formulação desse Modelo foi finalizada, estando ainda pendentes a realização de testes piloto e validação do instrumento de valoração. Em razão da publicação da Lei Complementar nº142/2013, que Regulamenta o §1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, um instrumento específico de valoração e classificação de deficiência foi desenvolvido com base no Modelo Único em elaboração para concessão de aposentadoria para esse segmento. Durante o exercício de 2014, a SDH/PR reuniu um Grupo de Trabalho que elaborou minuta de documento com os critérios mínimos necessários para a elaboração de Termo de Referência para a validação do IFBr - Índice de Funcionalidade Brasileiro. A validação será realizada em parceria com a OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos), por meio de projeto de cooperação que está em fase desenvolvimento pela equipe da SDH/PR. Ainda com o objetivo de subsidiar a implantação do modelo único, foi realizado, de 19 a 21 de novembro de 2014, o I Seminário Nacional sobre Deficiência e Funcionalidade, espaço em que foi debatida a desconstrução do conceito tradicional de deficiência a partir da popularização da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) e que contou com 500 participantes dentre gestores, representantes de ministérios e da sociedade civil organizada.

- **Promover a adoção de metas de desenvolvimento sustentável que contemplem a inclusão da pessoa com deficiência e a acessibilidade na esfera nacional e internacional**

Análise Situacional da Meta

Meta alcançada no plano interno com a realização da Câmara Técnica sobre desenvolvimento e deficiência (Brasília, março e abril de 2013), e no âmbito externo com a Declaração da Consulta Regional das Américas sobre deficiência e desenvolvimento (Salvador, 17 e 18 de maio de 2013) e com a adoção da resolução da ONU sobre deficiência e desenvolvimento na reunião de Alto Nível (Nova York, 23 de setembro de 2013).

A Consulta Regional das Américas teve como objetivo identificar pontos importantes para assegurar uma agenda para o desenvolvimento que contemple as pessoas com deficiência de forma inclusiva, a partir dos objetivos e metas do milênio pós 2015, considerando que não há desenvolvimento sustentável sem inclusão de todas as pessoas. Como produto do evento foi elaborada e aprovada uma Declaração que recomenda a adoção de 12 diretrizes voltadas para o desenvolvimento sustentável com foco na inclusão das pessoas com deficiência. Na Reunião de Alto Nível sobre Desenvolvimento e Deficiência, foi aprovada a Resolução A/68/L.1, que estabeleceu 17 compromissos até e pós 2015, depois ratificada pela 68ª Assembleia Geral da ONU. A SDH/PR tem participado do diálogo interministerial que tem definido a posição brasileira sobre o conteúdo do documento negociador, cuja versão final será submetida ao plenário da próxima Assembleia Geral das Nações Unidas. Foram bem sucedidas as gestões para pautar a inclusão de metas que reflitam a perspectiva da deficiência naquelas a serem pactuadas na evolução dos debates do Grupo de Trabalho aberto que negociou a proposta de agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015. Tais tratativas serviram de ponto de partida para as negociações ocorridas na 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em setembro de 2014. As metas serão definidas durante o debate da Assembleia Geral da ONU no decorrer de 2015. Este tema foi também pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade, onde o MRE fez apresentação da situação junto aos conselheiros/as.

- **Promover ações de difusão de conhecimento e disseminação de informações sobre a temática da pesssoa com**

deficiência

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2013 e 2014, foram produzidos diversos materiais – livros, manuais, cartilhas e informativos – relacionados à temática da pessoa com deficiência. Esses materiais são publicados nos canais de comunicação disponíveis (por exemplo, o boletim bimestral Pauta Inclusiva, o sítio "sdh.gov.br" e o sítio "pessoacomdeficiencia.gov.br"). Nos ambientes virtuais, estão disponíveis também normas da ABNT vinculadas ao tema, relatórios de monitoramento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, dados e informações atualizados, sempre em formato acessível. Além de manter, reeditar e atualizar publicações, a SDH/PR também acompanha indicadores e pesquisas nacionais e internacionais relacionados ao tema da pessoa com deficiência. Destaca-se também o segundo ano de itinerário da exposição "PARA TODOS - História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência", a qual, em 2013, em parceria com a Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI – e com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, percorreu mais seis capitais brasileiras, divulgando a história de lutas e conquistas desse segmento da população brasileira. Por fim, considera-se pertinente mencionar que está em fase de elaboração manual orientador para estruturação de políticas públicas para pessoas com deficiência nos municípios. Além disso, houve, no Dia Internacional da Pessoa com Deficiência (03/12/2014), o lançamento do livro "Viver sem Limite", que faz um registro da elaboração e implementação do primeiro plano federal a promover os direitos da pessoa com deficiência no país. Por seu turno, o Conade produziu livro que conta a história de 15 anos deste órgão colegiado, completados em junho/2014, lançou uma versão especial do Boletim Conade Informa impresso (abril/2014) e mantém as demais edições no sítio pessoacomdeficiencia.gov.br. A publicação digital "Cadernos Temáticos do Conade" busca trazer temas na perspectiva da pesquisa, para subsidiar os conselhos municipais e estaduais, e sua primeira versão trouxe informações sobre o perfil dos conselhos no Brasil.

- **Promover ações para transversalizar a temática das pessoas com deficiência nas políticas de gênero, de igualdade racial e de povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

A meta vem sendo cumprida por meio da realização de reuniões e eventos que buscam estabelecer diálogo com os diversos órgãos que atuam nessas temáticas, como a SPM, SEPPIR, FUNAI, MS, MDS e MEC. Foi realizado, em outubro de 2013, o evento Retratos do Autismo no Brasil, com discussão entre sociedade civil e governo sobre as políticas públicas para pessoas com Transtorno do Espetro Autista-TEA nas áreas de saúde, educação, direitos humanos e assistência social. Em relação à questão de gênero, foi realizado o Seminário de Políticas Públicas e Mulheres com Deficiência nos dias 7, 8 e 9 de novembro de 2013, em parceria com a Secretaria de Políticas para Mulheres, durante o qual foram aprovadas pelas participantes 41 propostas necessárias ao fortalecimento das mulheres com deficiência e a efetividade dos direitos e políticas públicas direcionadas ao segmento, estabelecendo, por exemplo, o fortalecimento da Rede Nacional de Mulheres Feministas com Deficiência. E, quanto à igualdade racial, como resultado da articulação feita pela SDH/PR, ficou definida a realização de pesquisa sobre quilombolas e a deficiência, em conjunto com a SEPPIR, para resgatar o panorama histórico da questão da deficiência no contexto da discriminação racial, bem como mapear as formas de acesso dos quilombolas com deficiência à rede de serviços. Os dados do Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO apontam 110.490 famílias cadastradas, sendo que pouco mais de 2% dos quilombolas declararam ter algum tipo de deficiência. Em decorrência da escassez de informações com esse recorte, faz-se necessário conhecer a realidade das famílias e das pessoas com deficiência pertencentes a essas comunidades, por meio de um diagnóstico sobre a situação social e econômica da população quilombola com deficiência no Brasil. Para dirimir essa falta de informações, foi contratada, por meio de cooperação com organismo internacional, pessoa jurídica para elaboração de instrumento de pesquisa quanti-qualitativa sobre políticas públicas para as pessoas com deficiência no universo das comunidades quilombolas, consultoria essa que teve seu primeiro produto entregue, o qual passa por avaliação para ajustes pela contratada. O instrumento da pesquisa deverá ser aplicado regionalmente no país e especificar os fundamentos conceituais, o conteúdo e a metodologia a serem utilizados na pesquisa diagnóstica. Além disso, conselheiras do Conade estiveram presentes nos debates sobre gênero e

deficiência e foi produzida uma edição do Boletim Conade Informa Especial sobre este tema.

- **Promover a interface entre os temas da pessoa com deficiência e da saúde mental**

  Análise Situacional da Meta

  Foi criado um GT intitulado “Pessoa com Deficiência e Saúde Mental” com a participação da SDH/PR, Ministério da Saúde e especialistas para tratar da interface entre as temáticas. Diálogos intersetoriais estão acontecendo com o foco na discussão da funcionalidade e valoração das deficiências. Nos dias 14 e 18 de outubro de 2013, foi realizada, na sede da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), em Brasília, a 1ª Oficina de Formação sobre o WHO QualityRights, uma iniciativa do MS e da OPAS, que foi acompanhada pela Secretaria de Direitos Humanos. O QualityRights consiste numa metodologia de avaliação, que utiliza a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como referência para a melhoria da qualidade de serviços e do respeito aos direitos humanos nas instituições que prestam cuidados de saúde mental e apoio social. Como resultado dessa Oficina, foi decidida a criação de dois Grupos de Trabalho ad hoc: o primeiro, intraministerial, coordenado pela área de Saúde Mental do Ministério da Saúde, terá a incumbência de tratar da implantação do QualityRights na área da Saúde; outro, interministerial, coordenado pela SDH/PR, tratará da articulação visando à incorporação da temática da saúde mental na agenda de políticas públicas para pessoas com deficiência e no diálogo social com o segmento. O objetivo é orientar os encaminhamentos futuros quanto à adoção dos atos normativos ou aos ajustes de gestão nos processos dos serviços públicos que se fizerem necessários. Após ter recebido todas as indicações solicitadas (MJ, CNJ, CNMP e DPU) o GT foi convocado e se reuniu duas vezes no primeiro semestre de 2014. A Câmara Técnica que tratará do tema e será conduzida por este GT teve sua convocação adiada e trabalhos transferidos para 2015 devido ao período eleitoral e cortes orçamentários.

  Em andamento desde janeiro de 2014, e com previsão de conclusão em fevereiro de 2015, há consultoria que objetiva a realização de análise dos avanços e entraves das políticas de saúde mental no Brasil e suas interfaces com a justiça criminal, especialmente das diretrizes e práticas institucionais dedicadas à atenção da pessoa com deficiência psicossocial e transtorno mental em conflito com a Lei, a partir da publicação da Lei nº 10216/2001, com vistas a permitir uma avaliação situacional e proposição de mecanismos para a construção de políticas de proteção dos direitos destas pessoas.

  Ainda na esteira dessa interface, houve em 2014 a disponibilização de recurso que permitiu apoiar um projeto para capacitação com o tema “Capacitação e formação sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde para a promoção e defesa dos direitos humanos das Pessoas com Transtorno Mental”.

- **Promover capacitação para multiplicadores sobre a técnica de Orientação e Mobilidade**

  Análise Situacional da Meta

  Após avaliação dos materiais disponíveis sobre o tema (IBC e MEC) e da indicação do conteúdo mínimo das capacitações, dois convênios foram apoiados em 2013, num total de R$ 356 mil. Os objetos dos projetos são: “Capacitar 250 pessoas no treinamento das Técnicas de Orientação e Mobilidade para orientar e atender as pessoas com deficiência: visual, surdocegueira e usuárias de cadeiras de rodas” e “Oferecer capacitação e formação básica em orientação e mobilidade, numa perspectiva inclusiva e transversal, entendendo as técnicas de orientação e mobilidade como requisitos fundamentais para a educação, habilitação e reabilitação integral da criança, jovem, adulto e idoso com deficiência visual”. Os convênios de 2013 se encontram em fase de execução. Em 2014, foi firmado termo de execução descentralizada para realização de curso de pós-graduação em orientação e mobilidade, modalidade semipresencial, com o Instituto Federal do Ceará, para turma inicial de 100 alunos, no valor de R$ 493 mil.

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

As metas deste Objetivo têm bom andamento, com destaque para os projetos Centrais de Interpretação de Libras e Centros de Treinamento de Cães-Guia. O cão-guia é um recurso de tecnologia assistiva extremamente útil às pessoas com deficiência visual, fornecendo-lhes maior autonomia e mobilidade, mas com um custo ainda muito alto. A criação de centros tecnológicos de formação de treinadores e instrutores de cães-guia faz parte do Plano Viver sem Limite. Com a inclusão desse tema na grade curricular do ensino tecnológico no país, busca-se reduzir esse custo e democratizar o acesso a esse recurso de assistência animal. Ressalta-se que não havia, até então, nenhuma formação pública nessa área. Os cursos, ministrados por Institutos Federais de Educação, formarão inicialmente 5 profissionais aptos ao treinamento dos cães-guia e à formação das duplas (pessoa com deficiência visual e cão-guia), considerando que esses profissionais foram os que se adaptaram ao perfil desejável para a função de treinador e instrutor, sem nenhum registro de reprovação nas disciplinas teóricas ou práticas. O Centro de Treinamento do Instituto Federal Catarinense, no Campus de Camboriú, já está implantado e em funcionamento, e no segundo semestre de 2014 as obras do Centro de Treinamento do Instituto Federal do Espírito Santo, no Campus de Alegre, foram concluídas, permitindo, por meio de termo de execução descentralizada, que a SDH/PR fizesse o repasse de recursos para o custeio das atividades desse centro. Outros três centros estão em fase final das obras, devendo ser inaugurados em 2015, e outros dois com obras em andamento, devendo ser inaugurados em 2016.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda identificada pelo Ministério da Saúde**

  Análise Situacional da Meta

  Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Saúde. A implantação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) foi reforçada, tendo sido aprovadas, em 2013, quarenta e cinco propostas para a construção de novos centros, além da construção de trinta e três oficinas ortopédicas fixas. Até o final de 2014, foram habilitados 123 Centros Especializados em Reabilitação, com a entrega de 103 veículos adaptados para acesso aos centros, e 23 Oficinas Ortopédicas Fixas. Houve capacitação de 3.486 profissionais de nível superior e de 144 técnicos ortesistas até o final do ano.

- **Acompanhar a criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva - CNRTA e o estabelecimento de uma rede de pesquisa em tecnologia assistiva**

  Análise Situacional da Meta

  Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O MCTI, por meio da Portaria MCTI nº 139, de 23 de fevereiro de 2012, instituiu o Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva – CNRTA, que está em funcionamento, e foi criado junto ao Centro de Tecnologia da Informação CTI Renato Archer em Campinas/SP. Há 91 núcleos de tecnologia assistiva criados e integrando a Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva. Nesse mesmo ano foi lançado edital MCTI/CNPq/SECIS/FNDCT, de apoio à implantação de Núcleos de Tecnologia Assistiva, e está em processo de elaboração edital MCTI/FINEP/SECIS, de apoio a ICTs/Empresas Nacionais para o Desenvolvimento de Produtos de Tecnologia Assistiva, processos que vêm sendo acompanhados pela SDH/PR, a qual tem colaborado na elaboração dos editais juntamente com os demais Ministérios que compõem o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, instituído pelo Art. 12 do Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Em 2014, a SDH/PR celebrou com o MCTI e a com a CAPES termo de execução descentralizada com a finalidade de fomentar o desenvolvimento de Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Tecnologia Assistiva, a ser implantado durante 2015, por meio do qual foi lançado edital que selecionou 15 projetos para apoio.

- **Acompanhar a criação e execução do serviço de acolhimento institucional e promoção da autonomia das pessoas**

com deficiência em situação de dependência

Análise Situacional da Meta

Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Estão em funcionamento 74 Residências Inclusivas e 12 Centros-Dia. O Governo Federal repassou mais de R$ 10 milhões para que os Municípios viabilizem a criação das Residências Inclusivas, tendo sido habilitadas 205 unidades, em 155 Municípios e 6 Estados. Este tema foi pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade com a participação do MDS. Os conselheiros/as fizeram avaliações in loco da implantação dos equipamentos. Dentre as diversas visitas, destaque para a vistoria que ocorreu em Teresina (PI) que resultou na implantação do Centro-Dia que estava com dificuldades para o início de suas atividades. Da mesma forma, este serviço passou a ser mais bem compreendido por conselhos estaduais e municipais.

- **Apoiar e orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)**

Análise Situacional da Meta

Essa iniciativa está sendo coordenada pelo MCTI no âmbito do Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva. A ABNT atualmente revisa duas normas sobre tecnologia assistiva: Classificação e terminologia de produtos de apoio para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (ISO 9999) e Cadeira de Rodas (NBR 15655-1). Processo acompanhado em 2011 e 2012 pela SDH/PR nos fóruns da ABNT. Ademais, a SDH/PR tem acompanhado a avaliação de testes realizados em 2012 para análise da qualidade de cadeiras de rodas no âmbito do Programa de Análise de Produtos do Inmetro. Esse estudo resultou na deflagração de processo coordenado pelo MCTI, no Comitê Interministerial de Tecnologia, com a finalidade de estabelecer norma nacional de certificação compulsória de cadeira de rodas. A ANVISA publicou a INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 9, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013, a qual gerou demanda ao INMETRO para a elaboração de um regulamento para certificação compulsória de cadeiras de rodas. O Inmetro já internalizou oficialmente essa demanda e ficou com o encaminhamento de programar uma reunião interna com as quatro áreas que irão participar desse grupo, na qual será repassado o histórico do tema, bem como informado à coordenação o interesse dos representantes da SDH e MCTI em acompanhar os trabalhos da futura Comissão Técnica de Avaliação da Conformidade de Cadeira de Rodas. Este tema foi também pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade, com participação da ABNT e INMETRO. Todas as consultas públicas dos organismos de regulação tiveram ampla divulgação junto aos conselhos estaduais e municipais.

- **Fomentar ações relacionadas à prevenção de deficiências e à segurança das pessoas com deficiência em situação de risco**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborado e publicado pela SDH/PR e pelo MI o Protocolo Nacional Conjunto para a Proteção Integral de crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiências em situação de riscos e desastres. A Portaria Interministerial nº 2, de 2012, instituiu o Comitê Gestor Nacional, que tem como objetivo orientar os agentes públicos, a sociedade civil, o setor privado e as agências de cooperação internacional que atuem em situação de riscos e desastres no desenvolvimento de ações nas fases de preparação, prevenção, resposta e recuperação. A SDH/PR participa do Comitê Gestor Nacional e o representa nas visitas aos estados e municípios com ações de divulgação e mobilização para adesão ao Protocolo. Em setembro de 2013, ocorreu a I Oficina do Protocolo de Proteção em Riscos e Desastres que contou com a participação de todos os Estados. Neste mesmo mês, o Protocolo foi apresentado no X Fórum Nacional de Defesa Civil. Em dezembro de 2013, ocorreu o Fórum Mundial de Direitos Humanos, no qual foi realizada uma oficina sobre o Protocolo envolvendo vários representantes de estados, municípios, conselhos de direitos e sociedade civil em geral. Já em 2014, foi realizada a Conferência Livre, modalidade preparatória para a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, que foi realizada em novembro. Na ocasião participaram representantes do Comitê Nacional e membros dos Conselhos Nacionais de Direitos dos públicos referenciados no Protocolo com destaque para a ampla participação de conselheiros/as do Conade, sendo uma das primeiras iniciativas realizadas em parceria de

conselhos da SDH (CNDI, Conanda e Conade). Além disso, na área da deficiência, o Protocolo tem sido difundido nas instâncias dos conselhos municipais e estaduais.

- **Implantar as Centrais de interpretação da Língua Brasileira de Sinais**

  Análise Situacional da Meta

  Foram adquiridos 53 kits para equipagem de centrais até o momento. Em 2013, foram distribuídos 37 kits, os quais permitiram a implementação de centrais em 24 estados e no DF. Completando a entrega das 53 centrais contratadas, em 2014, após o período do defeso eleitoral, foi iniciado o envio dos outros 16 kits. Entidades da sociedade civil que representam a comunidade surda em conselhos estaduais e municipais têm participado de forma ativa da implantação do serviço e auxiliado em sua qualificação.

- **Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia**

  Análise Situacional da Meta

  Ação contida no Plano Viver sem Limite com obras sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Educação. Os centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia estão sendo implantados em parceria com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, conjuntamente com o MEC. Um centro já está implantado e em funcionamento no Instituto Federal Catarinense, no Campus de Camboriú (SC), e outros seis estão em fase final de construção e elaboração do projeto técnico para estruturação nos Institutos Federais das seguintes localidades: Campus Urutaí (GO), Campus Muzambinho (MG), Campus Alegre (ES), Campus Limoeiro do Norte (CE), Campus Manaus Zona Leste (AM) e Campus São Cristóvão (SE). Os campi de Alegre/ES e Muzambinho/MG já concluíram as obras, enquanto Urutaí/GO encontra-se, nesse momento, com 68,12% de evolução, sendo que todos eles serão inaugurados no segundo semestre de 2015, iniciando as aulas dos cursos técnicos. Os Centros de Manaus/AM, Limoeiro do Norte/CE e de São Cristóvão/SE concluirão as obras até o final de 2015 e, provavelmente, serão inaugurados em 2016. No Centro de Camboriú/SC, a primeira turma de treinadores e instrutores está em formação por meio do curso de especialização, tendo previsão de conclusão para o final do primeiro semestre letivo de 2015. Em agosto de 2014, foi lançado o Cadastro Nacional de Candidatos à Utilização de Cães-guia, por meio da Chamada Pública n.º11, da SDH/PR, para criar um banco de dados de pessoas com deficiência visual interessadas em receber esse recurso de assistência pela rede federal de educação profissional e tecnológica. Esse Cadastro Nacional permite que os 470 inscritos participem de processos seletivos realizados pelos Institutos Federais, quando houver cães-guia disponíveis para a formação de duplas (pessoas com deficiência visual e cão-guia). Cabe ainda ressaltar que o Centro de Camboriú/SC já entregou os primeiros cães em dezembro de 2014.

OBJETIVO: 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Análise Situacional do Objetivo

Objetivo composto por nove metas, todas em andamento. Verificaram-se avanços primordiais na educação pública e no programa Minha Casa, Minha Vida, o qual já contratou mais de 954 mil unidades habitacionais adaptáveis e entregou mais de 11,6 mil unidades adaptadas. Diversas ações contidas no Plano Viver sem Limite possuem o enfoque de garantia de acessibilidade e mobilidade para as pessoas com deficiência, sob gerenciamento físico, político e orçamentário de vários Ministérios envolvidos no Plano, tais como Ministério da Educação, das Cidades, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. No tocante à coordenação do Plano Viver Sem Limite, vale ressaltar que as visitas técnicas nos estados e municípios realizadas pelos apoiadores institucionais da SDH/PR levaram ao conhecimento das pessoas com deficiência a importância das ações do plano e a consolidação do entendimento de seus direitos, trazendo a sociedade

civil organizada à fiscalização da implementação dessas ações, e aos conselhos de direito das pessoas com deficiência o chamamento dessas ações para busca de uma sociedade inclusiva e o rompimento das barreiras que cerceiam esses direitos.. O “Observatório do Viver Sem Limite” – portal que permite o controle social dessas metas – foi criado, apresentando dados segregados por município, e pode ser acessado em http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/observatorio.

Metas 2012-2015

- **Acompanhar ações para incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular**

  Análise Situacional da Meta

  Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Educação. Até o final de 2014, já haviam sido criados 20 (vinte) cursos de LETRAS/LIBRAS em Universidades Federais. O Plano Viver sem Limite prevê, ao todo, a criação de 27 cursos de Letras/Libras, um em cada estado, com um total de 810 vagas por ano, e de 12 cursos de Pedagogia na perspectiva bilíngue, com um total de 360 vagas por ano, passos necessários para a posterior inclusão de LIBRAS como disciplina curricular.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, nas edificações e entornos**

  Análise Situacional da Meta

  Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério da Educação. Foram atendidas com recursos do Programa Escola Acessível (recursos para adaptação física, principalmente), 40.316 escolas entre 2011 e 2014. Nesse período, foram entregues 13.360 salas de recursos multifuncionais e distribuídos 15.000 kits de atualização das salas já existentes. A licitação para a entrega de mais 28.500 kits, realizada em 2013, teve entregas até dezembro de 2014, ainda não contabilizadas. A distribuição das salas de recursos atende prioritariamente às escolas de ensino regular com matrículas de estudantes com deficiência, de acordo com dados fornecidos pelo EDUCACENSO. Além da acessibilidade na própria escola, o transporte escolar acessível – prioritário para estudantes com deficiência – também está contemplado no Plano Viver sem Limite, com 2.304 veículos adquiridos e 1.874 entregues a 1.541 municípios, segundo o último levantamento. A meta é disponibilizar 2.609 veículos.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade nas habitações construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos projetos do PAC 2 e de mobilidade urbana previstos no PAC-Copa 2014**

  Análise Situacional da Meta

  Ação contida no Plano Viver sem Limite, sob gerenciamento físico, político e orçamentário do Ministério das Cidades. Até novembro de 2014, 954.005 unidades habitacionais adaptáveis foram contratadas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida II e 11.627 unidades habitacionais adaptadas foram entregues. Em relação à meta de contratação de unidades habitacionais adaptáveis (1.200.000), quase 80% foi cumprido, e quanto à meta das unidades adaptadas (20.000), quase 60% da meta foi atingida.

- **Acompanhar a implementação da acessibilidade no transporte público e coletivo e a regulamentação do transporte complementar acessível**

  Análise Situacional da Meta

  A SDH/PR induziu e acompanhou o desenvolvimento do ônibus escolar com desenho universal - um micro-ônibus de piso baixo que é inovação no país e servirá a outras aplicações urbanas, já estando em produção por três fabricantes. Também participa da revisão da NBR 15320 - Acessibilidade em ônibus rodoviários, junto à ABNT. O Inmetro em breve passará a exigir a certificação compulsória de plataformas elevatórias para ônibus rodoviários, um passo importante para tornar a frota rodoviária mais acessível. Consultas públicas sobre essa certificação compulsória e sobre o cronograma para a exigência de fabricação de ônibus com esses dispositivos de acessibilidade instalados foram realizadas pelo Inmetro em outubro de 2014. Outro avanço recente é que, por resolução do Denatran, a partir do

licenciamento 2014, todos os veículos de transporte coletivo devem trazer indicados em seus documentos de porte obrigatório quais os itens de acessibilidade de que dispõem. Assim, ao final de janeiro de 2015, quando se conclui o licenciamento 2014,os órgãos gestores e as agências reguladoras, assim como as polícias rodoviárias, passarão a ter uma maneira prática de fiscalizar o cumprimento das normas de acessibilidade pelas empresas operadoras dos transportes coletivos de passageiros. Este tema foi pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade, com participação do Denatran, bem como conselheiros/as do Conade acompanharam as discussões junto à ABNT.

- **Apoiar e orientar a normalização da acessibilidade, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**

  Análise Situacional da Meta

  A ABNT atualmente revisa três normas sobre acessibilidade: Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (NBR 9050), Plataforma elevatória para ônibus rodoviário (NBR 15646) e Veículo coletivo de características rodoviárias (NBR 15320). Todas contam com participação da SDH/PR nos fóruns da ABNT – no grupo que revisa a NBR 15646, a articulação com fabricantes, Inmetro e organismos certificadores foi essencial para a rápida conclusão do texto-base da revisão, que já passou por consulta pública nacional e está em fase final de consolidação. Em paralelo, o Inmetro já realizou a consulta pública do regulamento que passará a exigir a certificação compulsória de plataformas elevatórias para ônibus rodoviários, assim como já faz para os ônibus urbanos, passos importantes para tornar a frota rodoviária mais acessível.

- **Apoiar estudos e pesquisas relacionados à acessibilidade**

  Análise Situacional da Meta

  O tema foi disponibilizado por meio de edital de chamada pública voltado à seleção de projetos em 2013, mas não houve interessados. Diversos estudos (como os de viabilidade do Selo Nacional de Acessibilidade) e pesquisas (como a do turista com deficiência) foram realizados entre 2012 e 2014 com recursos orçamentários aportados em cooperações internacionais. Este tema foi pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade.

- **Articular ações de acessibilidade nas comunicações**

  Análise Situacional da Meta

  Quanto à audiodescrição, desde julho de 2013, a obrigatoriedade de disponibilizá-la na programação da TV digital aberta passou de 2h para 4h semanais. Em 2013, foi regulamentada a profissão de audiodescritor. Foi firmado um termo de cooperação com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para realização de “Curso de Pós-graduação em Audiodescrição”, que se encontra em andamento com 50 alunos. Quanto à legenda oculta, desde julho de 2014 a obrigatoriedade de disponibilizá-la na programação da TV digital aberta passou de 12h para 16h diárias. Nas eleições de 2014, por demanda da SDH/PR, o TSE passou a exigir a legenda oculta obrigatória nos debates eleitorais televisionados. Em novembro/2013, uma nota técnica da Anatel reconheceu a obrigatoriedade legal de as TVs por assinatura disponibilizarem no sinal distribuído todos os recursos de acessibilidade disponíveis no sinal de TV digital original, o que já começa a ser verificado na fiscalização. A Anatel também prepara o lançamento de um Regulamento Geral de Acessibilidade, que unificará o tratamento do assunto, atualmente espalhado em diversos normativos. Em novembro de 2014, foi realizado em São Paulo, o evento regional "América Acessível: Informação e Comunicação para Todos" com o tema Acessibilidade das TIC (Tecnologias de Comunicação e Informação) para Pessoas com Deficiência. Esse evento foi organizado pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e a UNESCO no Brasil, com o apoio da Anatel e da Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, de São Paulo. Na ocasião buscou-se estabelecer um marco no debate para a identificação de princípios para a implementação de práticas na região das Américas sobre o uso de tecnologias de informação e comunicação que sejam acessíveis, proporcionando igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência nos aspectos relacionados à acessibilidade comunicacional. Diante da relevância dos resultados alcançados, os países das Américas decidiram realizar um segundo encontro regional em

2015, na Colômbia. Este tema foi também pauta de discussão e acompanhamento pelo Conade, com participação de agências reguladoras como Anatel e Ancine, bem como outros órgãos, como Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura e TSE. A acessibilidade ocupou 40% das discussões do Conade entre 2013 e 2014.

- **Articular ações para o incentivo da acessibilidade em grandes eventos esportivos**

  Análise Situacional da Meta

  O tema foi disponibilizado em 2013 por meio de edital, e três propostas foram analisadas com o tema "Atendimento e a prestação de serviços às Pessoas com Deficiência para a Copa do Mundo de 2014 e outros eventos". As propostas tinham os seguintes objetos: a primeira "Realizar de cursos de capacitação profissional, workshops e palestras de sensibilização com 260 (duzentos e sessenta) gestores e profissionais envolvidos no atendimento ao público no setor hoteleiro", a segunda "Capacitar 500 pessoas voluntárias de diferentes segmentos para o Atendimento e a Prestação de Serviços às Pessoas com Deficiência para Copa do Mundo de 2014" e a última "Capacitação presencial (com carga de 42h) sobre o Atendimento à Pessoa com Deficiência, dirigido a 70 (setenta) profissionais das áreas de turismo, do transporte, voluntários para a Copa 2014, profissionais da saúde, lideranças comunitárias e pessoas com deficiência que atuam no Rio de Janeiro". Dois convênios foram firmados ainda em 2013. Houve, em 2014, edital de chamamento publicado que trouxe novamente a temática, porém com uma maior abrangência do tema, e selecionou um projeto que executará capacitação para o atendimento e a prestação de serviços às pessoas com deficiência em grandes eventos ou destinos turísticos. A SDH/PR e o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, foram parceiros do Ministério do Turismo na campanha institucional visando ao turismo acessível, que se utiliza dos grandes eventos para fomentar os direitos da pessoa com deficiência. Um portal colaborativo sobre a acessibilidade de locais e de serviços turísticos foi disponibilizado em http://www.turismoacessivel.gov.br. No âmbito do Conade, o tema foi discutido e acompanhado, com debates prévios sobre a Copa do Mundo, Jornada Mundial da Juventude, Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016. Foram envolvidos conselhos estaduais, municipais e gestores da política pública da pessoa com deficiência.

- **Articular ações para o incentivo da acessibilidade em prédios e serviços públicos**

  Análise Situacional da Meta

  Dois termos de cooperação firmados: um com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), destinado à realização das atividades de preparação de curso piloto, sua ministração para uma turma de pessoas selecionadas e a posterior avaliação dos produtos e formatação final do curso; e outro com o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) para realização do Projeto de Capacitação em Informação, Acessibilidade e Direitos Humanos para Servidores Públicos Federais. Ambos foram concluídos. A SDH/PR coordenou Grupo de Trabalho a fim de elaborar uma cartilha contendo boas práticas sobre a promoção de acessibilidade em concursos públicos e/ou processos seletivos. O material já está diagramado e se encontra no Conade para receber as últimas contribuições e posterior publicação.

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios	unidade	31/10/2011	382	31/12/2014	386
Taxa de mortalidade infantil indígena	1/1.000	31/12/2009	41,9	31/12/2013	41,27

Observações:

Taxa de mortalidade infantil indígena - Fonte: FormSUS Óbito. Informa-se que o incremento observado nos dados de 2013 deve-se ao desenvolvimento de várias ações de qualificação da vigilância do óbito pela SESAI, dentre elas:
Implementação da vigilância do óbito nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI);
Criação dos cômitês de Vigilância do Óbito nos DSEI;
Incremento do quantitativo de médicos na saúde indígena por meio do Programa Mais Médicos, culminando no aumento da notificação e emissão de declarações de óbitos indígenas, que anteriormente eram emitidas pelos municípios;
Melhoria na captação de dados referentes aos óbitos com a implantação de instrumento específico (FormSUS).

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Dentre as ações desenvolvidas pela Funai referentes à política de proteção territorial, destacam-se os seguintes eixos com vistas a garantir a posse plena dos povos indígenas sobre suas terras: (i) realização dos estudos de identificação e delimitação de terras indígenas e o consequente reconhecimento dessas terras pela Funai, por meio da aprovação do Relatório Circunstanciado, bem como os demais atos administrativos visando o prosseguimento do processo de demarcação de terras indígenas, nos termos do Decreto n.º 1775/96; (ii) realização de demarcação física das terras indígenas; (iii) ações de regularização dominial das terras indígenas, através dos registros em cartórios e na Secretaria do Patrimônio da União; (iv) ações de regularização fundiária stricto sensu, por meio dos levantamentos fundiários de avaliação benfeitorias e os respectivos procedimentos visando o pagamento das indenizações das benfeitorias; (v) ações de proteção dos povos indígenas isolados, por meio de atividades de confirmação de referências de índios isolados e monitoramento das terras indígenas com presença já confirmada de índios isolados, bem como ações de promoção de direitos aos povos recém contatados; (vi) ações de monitoramento territorial das terras indígenas, por meio das atividades de vigilância, com participação das comunidades indígenas, e de fiscalização, por meio de articulação com os órgãos ambientais e forças policiais. Na esfera do monitoramento e fiscalização das terras indígenas, as ações realizadas demonstram que atuação da Funai nesse campo depende sobremaneira da articulação e da parceria com outras instituições governamentais. As limitações institucionais da Funai (ausência da regulamentação do poder de polícia, orçamento reduzido, deficiência de recursos humanos) restringe a efetividade da ação fiscalizatória da entidade indigenista (entendida como ação de comando e controle) nas terras indígenas, impondo a necessidade do estabelecimento de ações conjuntas com órgãos ambientais e de polícia, tais como Ibama, Icmbio, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Exército brasileiro e órgãos ambientais estaduais, dentre outros. O aspecto positivo dessa realidade é conferir maior sinergia e articulação estratégica (informação, operacional) entre os órgãos governamentais

que atuam no combate de ilícitos em terras indígenas. Nesse sentido, a Funai tem buscado aprimorar sua capacidade de diálogo interinstitucional com os órgãos de segurança e de polícia ambiental, participando das instâncias específicas de planejamento dos órgãos de inteligência (Sisbin, Ciccia), bem como participando das operações conjuntas do governo federal relativas ao combate de ilícitos ambientais (Operação Onda Verde e Defesa da Vida) e de proteção da faixa de fronteira (Operação Ágata, Sentinela). Por outro lado, a Funai também tem investido nas ações de prevenção de ilícitos como estratégia de proteção e monitoramento das terras indígenas, a partir do apoio das comunidades indígenas para realização de ações de monitoramento territorial e do Programa de Capacitação em Proteção, meta no PPA, bem como por meio da articulação de ações de etnodesenvolvimento. Na esfera específica da demarcação de terras indígenas, a orientação do Governo Federal foi no sentido de promover o maior diálogo possível entre os órgãos da administração pública federal e entre os entes federados, eventualmente atingidos pela demarcação de terras indígenas, de forma a minimizar os conflitos de interesse, construir consensos, contribuindo para a redução de conflitos. Se a médio e longo prazo a estratégia de intensificação do diálogo visando o estabelecimento de pactuações possíveis entre atores estatais poderá ter como consequência uma maior agilidade aos processos demarcatórios, em caso das pactuações lograrem êxito, a curto prazo produz um maior retardamento desses processos, em razão da necessidade de construção de consensos entre atores estatais, a partir de interesses institucionais divergentes, trazendo um impacto no atingimento das metas estabelecidas para o PPA 2012-2015, mormente as metas relativas a prática de atos administrativos que representam etapas legais no processo de demarcação de terras indígenas, quais sejam: (i) aprovação do relatório circunstanciado de identificação e delimitação de terra indígenas pela Presidência da Funai; (ii) edição de portaria declaratória pelo Ministro de Estado da Justiça; e (iii) edição de decreto homologatório pela Presidência da República. A despeito das dificuldades políticas, judiciais e institucionais no reconhecimento dos direitos territoriais dos povos indígenas (demarcação e proteção territorial), o conjunto das ações executadas demonstra o foco estratégico da Funai na garantia da posse plena dos povos indígenas sobre suas terras, por meio da articulação das ações de regularização fundiária com monitoramento e proteção territorial. Neste sentido, no ano 2014 destacam-se as seguintes ações: foram delimitadas 2 terras indígenas, 1 terra indígena declarada pelo Ministério da Justiça. Foram demarcadas fisicamente 3 terras indígenas e aviventados os limites de 2 terras indígenas, cujo o reconhecimento havia se dado em exercícios anteriores. Foi editado pela Presidência da República, o Decreto de desapropriação de Tuxa de Rodelas/BA. Foi realizada a indenização de benfeitorias em 05 terras indígenas. Em relação às ações de retirada de invasores, monitoramento territorial e fiscalização, realizadas em conjunto com Departamento de Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e demais órgãos fiscalizadores, foram realizadas 1 grande operação que resultou na desintrusão da Terra Indígena Awá no Maranhão. Além disso, foi dada continuidade às operações na Terra Indígena Apyterewa e Terra Indígena Maraiwatsede. Também foram realizadas 205 ações de fiscalização em terras indígenas, em conjunto com os órgãos ambientais e de segurança. Foram realizadas também operações para contenção de conflitos no Mato Grosso do Sul: Sidrolândia, Ponta Porã e Dourados. Deu-se continuidade à Operação Ágata – com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, as populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com outros órgãos federais, estaduais e municipais. Realizada expedição de localização de Referência do Afrísio (PA) sobre a presença de índios isolados na Terra Indígena Xipaia, no estado do Pará. Em Rondônia os trabalhos se concentraram na expedição da Serra da Cotia (Terra Indígena Uru Eu Wau Wau), em região sob impacto da BR 429. No Amazonas foi realizada a expedição Jaquirana, na Terra Indígena Vale do Javari.

Metas 2012-2015

- **Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras**

  Análise Situacional da Meta

  Antes de qualquer aquisição de terras, a Funai procede previamente a consulta a Secretaria de Patrimônio da União, Órgãos Fundiários dos Estados e Prefeituras, quanto a disponibilidade de terras públicas, objeto da demanda fundiária dos índios, que possam ter aptidão para constituição de reservas indígenas. Tal procedimento foi objeto de

recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU), pelo Acórdão n.º 1785/2008: "(...) quando da eleição de áreas a serem destinadas a comunidades indígenas, consulte os governos estaduais e municipais bem como a União, por intermédio da Secretaria de Patrimônio da União e outros órgãos públicos e demais a respeito da disponibilidade de terras para eventual doação". Ressalta-se que em muitos casos as áreas públicas disponíveis possuem embaraços de diversas ordens (disputas judiciais, ocupações, etc..) que dificultam a sua regularização. Essas também podem não apresentar as condições necessárias para constituição da reserva indígena, nos termos do art. 26 da Lei n.º 6001/73. De qualquer forma, é procedimento previsto a consulta da existência de terras públicas disponíveis. Em 2012, realizou-se estudos técnicos nas áreas denominadas Ilhas da Tapera, em Pernambuco, Fazenda Jenipapeiro, na Bahia e da Fazenda Montana, em São Paulo, sendo essa última compromisso firmado em compensação da instalação de empreendimento que impactou as comunidades indígenas, contudo, não houve a finalização dos processos. Em 2013 houve os procedimentos acerca da proposta de decreto de desapropriação para áreas reservadas a comunidades indígenas das terras Aldeia Kondá/SC, Coroa Vermelha (Gleba C)/BA e Tuxá Rodelas/BA. Com a Aldeia Kondá, houve manifestação jurídica para as aquisições serem pela forma consensual com os proprietários, contudo, não foi possível tais entendimentos, seja por deficiência documental dos imóveis ou posição contrária dos proprietários em concordar com a alienação. Para as áreas Coroa Vermelha (Gleba C) e Tuxá Rodelas, os procedimentos administrativos prévios à publicação dos decretos foram concluídos. Houve ainda avanço no processo dos imóveis Ilhas da Tapera/São Félix e Porto Apolônio Sales e a Fazenda Jenipapeiro. Para o primeiro, o procedimento técnico foi concluído, porém, não houve consenso com o proprietário em relação a avaliação das terras. Em referência ao imóvel Fazenda Jenipapeiro, o procedimento administrativo foi finalizado para a aquisição e o recurso disponível no orçamento foi empenhado para negociação com o proprietário. Na aquisição das terras no processo de compensação pelos impactos de empreendimentos na construção do rodoanel da cidade de São Paulo, houve a aquisição da Fazenda Montana, para comunidade indígena Guarani. No ano de 2014, não foi possível avançar na desapropriação das terras reservadas à comunidade Kaingang da Aldeia Kondá/SC, tendo em vista não ter sido possível entendimento com os detentores dos imóveis, além de pendências na respectiva documentação cartorial. Em relação a área proposta que visa atender os índios Tuxá de Rodelas/BA, ocorreu a publicação do Decreto em 13.03.2014. A Funai está adotando as providências para regularização das terras para ocupação e usufruto dos índios Tuxá de Rodelas. Com referência as providências para a obtenção das terras aos indígenas Tuxá de Ibotirama, também em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado pela União, Ministério Público Federal, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e comunidade indígena Tuxá, na compensação pela instalação da Usina Hidrelétrica de Itaparica, em se tratando do imóvel Fazenda das Pedras, não houve concordância dos indígenas para esse imóvel e nova área será localizada. Com relação a aquisição dos imóveis Ilhas da Tapera/São Félix e Porto Apolônio Sales/PE, para os índios Truká, continua sem acordo com o proprietário no valor das terras proposto pela Funai. O assunto segue na esfera judicial pelo processo 0000174-06.2007.4.05.8304/PE. Para o imóvel Fazenda Jenipapeiro, a ser reservado aos indígenas Atikum, foram realizados os estudos antropológicos e encaminhados ao proprietário o valor das terras obtido pela avaliação realizada pela Funai/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), contudo, esse pronunciou por não concordar com o valor proposto. Diante dessa situação o processo segue por meio judicial considerando que o proprietário entrou com a Ação de Reintegração/Manutenção de Posse, processo nº 2904-56.2013.4.01.3303 e a Ação de Desapropriação Indireta, processo 558-35.2013.4.01.3303. Também iniciaram-se os entendimentos para a obtenção das terras a comunidade Guarani do Jaraguá/SP, tratando também do processo da compensação para construção do rodoanel da cidade de São Paulo. No ano de 2014 não houve finalização de processos de aquisição de áreas reservadas a comunidades indígenas.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	2	unidade	0	31/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	3	unidade	0	31/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	3	unidade	1	31/12/2014

- **Delimitação de 56 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

A partir das diretrizes consubstanciadas no PPA 2012-2015, decidiu-se por concluir procedimentos de identificação e delimitação de terras indígenas iniciados em anos anteriores em todos os estados da Federação, com ênfase nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Nos anos de 2012 e 2013 foram delimitadas as Terras Indígenas Jauary (AM), Murutinga Tracajá (AM), Vista Alegre (AM), Ponciano (AM), Sissaíma (AM), Wassu Cocal (AL), Tremembé da Barra do Mandaú (CE), Kanela Memortumré (MA), Menkü (MT), Tuwa Apekuokawera (PA), Paquiçamba (PA), Taego Ãwa (TO), Tenondé Porã (SP), Iguatemipegua I (MS), Caxixó (MG), Tupinambá de Belmonte (BA), Boa Vista do Sertão do Promirim (SP), Lago do Limão (AM), Jaraguá (SP) e Tapeba (CE). Em 2014 foram delimitadas as TIs Herarekã Xetá (PR) e Kacriabá (MG), ambas tiveram os estudos concluídos em 2013. No exercício de 2014, foram concluídos e aprovados, no âmbito da Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação da Diretoria de Proteção Territorial da Funai, os relatórios circunstanciados de identificação e delimitação das Terras Indígenas Enawene Nawe (Rio Preto/Adowina) (MT), Cobra Grande (PA), Comexatibá (Cahy-Pequi) (BA) e Jurubaxi-Téa (AM) que, juntamente, com as Terras Indígenas Kaxuyana-Tunayana (AM/PA), Mato Castelhano (RS), e Sawré Muybu (PA), concluídas em anos anteriores, aguardam a finalização dos trâmites administrativos e das articulações necessárias para aprovação dos respectivos relatórios circunstanciados de identificação e delimitação pela Presidência da Funai. Foram constituídos 03 novos Grupos Técnicos (GTs) visando a delimitação das terras indígenas Krenyê (reserva) (MA), Waimiri-Atroari (reestudo de limites) (AM e RR) e Borboleta (reserva) (RS); e 10 GTs de estudos complementares, com vistas a concluir os procedimentos de identificação e delimitação das terras indígenas Tekoha Guasu Guavirá (Guaíra e Terra Roxa) (PR), Amâncio e Mbiguaçu (SC), Kalancó (AL), Jeju e Areal (PA), Jamamadi do Lourdes/Cajueiro (AM), Puruborá (RO), Sawré Juybu e Sawré Apompu (PA), Roro-Walu (Jatobá/Ikpeng) (fundiário) (MT), Pipipã (PE) (fundiário) e Lami (RS). Também, foram realizados Diagnósticos Socioambientais das Terras Indígenas Pilad Rebuá (MS), Lalima (MS), Carretão (GO) e Fulni-o (AL/PE) que contribuirão com a delimitação dessas terras indígenas. Por fim, foram analisadas 39 contestações interpostas aos procedimentos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Tremembé da Barra do Mundaú/CE (etnia Tremembé); Tuwa Apekuokawera/PA (etnia Suruí-Aikewar); Jaraguá/SP (etnia Guarani); Bragança Marituba/PA (Munduruku); Munduruku Taquara/PA (etnia Munduruku); Caxixó/MG (etnia Caxixó); Wassu-Cocal/AL (etnia Wassu-Cocal); e Ponciano/AM (etnia Mura). Foram analisadas, ainda, três diligências técnicas apresentadas pelo Ministério da Justiça aos procedimentos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Tupinambá de Olivença/BA, Apiaká do Pontal e Isolados/MT e Taego Awã/TO. Cabe esclarecer que desde 2012 vem sendo envidados esforços no sentido da priorização dos procedimentos a partir da definição de critérios claros, e tem-se primado pela qualificação do diálogo com as unidades descentralizadas e com a representação indígena.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	11	31/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	4	31/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	25	unidade	7	31/12/2014

- **Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Informação Geográfica de terras indígenas já está normatizado de acordo com a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE, preconizada pelo IBGE e demais Instituições do Governo Federal. Após os resultados apontados pela consultoria técnica, avaliando a base cartográfica existente na Instituição, quanto aos critérios de precisão e produção cartográfica, deverão ser compatibilizadas e adequadas com as informações provenientes das diversas fontes e realizar parcerias com outras instituições. O Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério do Meio Ambiente foi assinado em 2013 e possibilitará, através do acesso ao acervo de imagens de satélite e informações disponibilizadas para uso das mesmas, uma evolução no uso de ferramentas de geoprocessamento, permitindo a criação de novos produtos para uso nos diversos setores da Instituição. A criação de mecanismos de monitoramento, avaliação e análise das informações geoespaciais presentes em grande parte de documentos submetidos a consulta e informações a sociedade em geral permite maior qualidade na tomada de decisões, através de informações cartográficas melhor elaboradas e com uma amplitude maior de informação geoespacial. A utilização de software livre tem propiciado uma gama maior de usuários, inclusive com a participação de servidores, nas pontas, ocorrendo assim capacitações realizadas pela equipe de geoprocessamento, o que traz uma redução de custos razoável, viabilizando o acesso rápido as informações espaciais de forma prática. Em 2014, foi definida a metodologia e realizado o desenvolvimento, restando agora a implantação e disponibilização do sistema.

- **Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram declaradas de posse permanente das comunidades indígenas as Terras Indígenas Maracaxi/PA, grupo indígenaTembé, com uma superfície de 720 hectares; e Mato Preto/RS, grupo indígena Guarani Chiripá e Mbyá, com superfície de 4230 hectares. Ainda no ano de 2012 foram encaminhados 7 processos (das Terras Indígenas Cué-Cué/Marabitanas/AM, Guanabara/AM, Votouro/Kandóia/RS, Barra Velha do Monte Pascoal/BA, Tremembé de Queimadas/CE, Tumbalalá/BA e Tupinambá de Olivença/BA) com vistas à expedição de Portaria Declaratória pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça. Já em 2013 foram declaradas como de posse permanente indígena pelo Ministro da Justiça 03 Terras Indígenas, a saber: Cué-Cué Marabitanas – AM (etnia: Baré, área: 808.645 hectares), Guanabara – AM (etnia: Kokama, área: 15.600 hectares) e Tremembé de Queimadas/CE (etnia: Tremembé. área: 767 hectares). Também foram encaminhados ao Ministério da Justiça, com vistas à expedição de Portaria Declaratória, 05 processos de demarcação de terras indígenas, referentes às Terras Indígenas Tenondé Porã (SP), ocupada pelos Guarani Mbyá, o qual foi objeto de diligência por parte do Ministério da Justiça e devolvido à Funai, Apyaka do Pontal e Isolados (MT), Irapuá (RS), Kawahiva do Rio Pardo (MT), Paquiçamba (PA), Taunay-Ipegue (MS). Em 2014 foi expedida a Portaria de Declaração de Posse Permanente Indígena, para a Terra Indígena Paquiçamba – PA (etnia: Juruna, superfície: 15.755 hectares). Foram encaminhados ao Ministério da Justiça, objetivando a expedição de Portaria Declaratória, os processos das Terras Indígenas: Estação Parecis (MT), Kanela Memortumré (MA) e Jaraguá (SP), esse último devolvido à Funai para diligência. Após respondidas as diligências solicitadas pelo Ministério da Justiça, os processos das Terras Indígenas Tenondé Porã (SP), Tupinambá de Olivença (BA) e Barra Velha do Monte Pascoal (BA) foram restituídos novamente ao Ministério da Justiça.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	15	unidade	4	31/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	10	unidade	1	31/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	20	unidade	1	31/12/2014

- **Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e**

outros ilícitos nas terras indígenas

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2013, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica entre a Funai e o Ibama com o objetivo de implementar o Programa de Brigadas Federais em terras indígenas, e realizar ações conjuntas de prevenção, monitoramento e combate a incêndios florestais. O Plano de Trabalho vinculado ao Acordo de Cooperação Técnica (ACT) começou a ser implementado em 2014, com a formação e contratação de 30 brigadas indígenas nas seguintes terras indígenas: Tenharim Marmelo/AM; Uaçá, Galibi e Juninã/AP; Coroa Vermelha/BA; Awá/GO; Governador/MA; Araribóia/MA; Bacurizinho/MA; Cana Brava Guajajara/MA; Porquinhos/MA; Kanela/MA; Xacriabá/MG; Kadiwéu/MS; Cachoeirinha/MS; Limão Verde/MS; Utiariti/MT; Bakairi/MT; Paresi/MT; Tapirapé/Karajá/MT; São Marcos/RR; duas em Raposa Serra do Sol/RR; Araçá/RR; Malacacheta/RR; Parque do Araguaia/TO; Parque Indígena do Araguaia/TO; Kraolândia/TO; Xerente/TO; Apinayé/TO; Menkragnotire/PA; Baú/PA. O Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) está em tramitação e tem objetivos similares aos do ACT firmado com o Ibama, contudo, é destinado somente às terras indígenas sobrepostas ou limítrofes a Unidades de Conservação Federais. No momento, o ACT está sob análise do órgão ambiental, mas as ações em parceria já vêm sendo executadas desde 2010, a partir da inserção da Funai no Centro Integrado Multi-Agências (Ciman). A Funai apoiou os processos de formação e seleção das brigadas indígenas, e tem acompanhado as ações de prevenção e combate desempenhadas pelas brigadas. Fez-se orientação conjunta entre Funai Sede e suas respectivas unidades descentralizadas, estabelecendo um procedimento comum para atuação articulada com os referidos órgãos no combate aos incêndios florestais em terras indígenas (definição conjunta das terras a serem trabalhadas, apoio logístico, entre outros). Além disso, a Funai também realizou ações de prevenção e monitoramento, como abertura de aceiros e preparo de equipes para monitorar os focos de calor, a exemplo da Terra Indígena Maraiwatsede/MT, e da formação do Grupo de Prevenção a Incêndios na Terra Indígena Sororó/PA. A formação de Grupos de Prevenção a Incêndios valoriza os conhecimentos tradicionais e promove o diálogo intercultural acerca das práticas de manejo do fogo. A Funai vem articulando junto às Secretarias Estaduais de Segurança a celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT), objetivando a fixação de critérios e normas de articulação entre os órgãos envolvidos, visando à proteção territorial, a fiscalização, o patrulhamento, a prevenção e a repressão às infrações ambientais nas Terras Indígenas pela Polícia Militar, nos aspectos da proteção da flora, fauna e dos demais valores naturais, e apoio à segurança dos servidores/funcionários da Funai no exercício de suas atribuições. O ACT com a Secretaria de Estado de Segurança e Defesa da Cidadania de Rondônia está em análise pelo Órgão Estadual.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas**

Análise Situacional da Meta

No processo de estruturação das 12 Frentes de Proteção Etnoambiental, a Funai realizou uma série de medidas para incrementar a infraestrutura das Frentes que foram fundamentais. Foi dado incremento substancioso na infraestrutura física, principalmente nas Frentes de Proteção Etnoambiental Cuminapanema, Yanomami e Awá-Guajá. Foi feito um levantamento refinado dos bens patrimoniais das Frentes de Proteção Etnoambiental, dos mapas logísticos da atuação nas atividades finalísticas, e composição de recursos humanos e metas a serem cumpridas. Deu-se continuidade ao processo de aquisição de equipamentos importantes, como viaturas, caminhões, embarcações e equipamentos de proteção e segurança. Contudo, os recursos disponíveis foram investidos em diferentes Frentes de Proteção Etnoambiental, sendo aplicados em maior volume para as Frentes de Proteção Etnoambiental Vale do Javari, Yanomami, Awá-Guajá, de modo a incrementar as ações de fiscalização, monitoramento e localização de povos isolados. Em relação a elaboração e implantação de Sistema de Gerenciamento de Informações da Funai, não houve avanços em razão da suspensão do serviço de fábrica de software pela Funai. Em janeiro de 2014 teve início a

Operação de desintrusão de ocupantes não-índios da Terra Indígena Awá (MA),coordenada pela Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados (CGIIRC), que teve seu ápice nos meses de fevereiro, março, abril e maio e perdura até a presente data, inclusive com grande aporte de recursos para manutenção das Bases de Proteção, extrusão, vigilância e fiscalização. Tal ação fortaleceu a atuação da Frente de Proteção Etnoambiental Awá e a presença do Estado na região. Também foram realizadas atividades de planejamento e diagnóstico na Terra Indígena Yanomami como parte das atividades pós desintrusão da região do Ajarani, realizada no primeiro semestre. No âmbito da Frente de Proteção Etnoambiental do Envira, foi reativada a Base de Proteção Etnoambiental (BAPE) do Xinane para que pudesse proteger os direitos e exercer as atividades de proteção territorial efetiva no território do povo indígena recém-contatado do Xinane em junho de 2014. Em dezembro, foram realizados trabalhos de estruturação dessa BAPE com utilização de técnicas de bioconstrução, mais adaptadas à realidade ambiental. 2012 – 2 FPEs Uru-Eu-Wau-Wau e Guaporé; 2013 – 2 FPEs Purus e Cuminapanema; 2014 - 2 FPEs Awá e Envira.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

- **Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela**

Análise Situacional da Meta

Essa meta objetiva ampliar a capacidade de atuação da Funai nas ações de monitoramento territorial, reduzindo a vulnerabilidade das terras indígenas em face da presença de ilícitos ambientais e territoriais. Em 2013 foi apoiada a estruturação do Serviço de Gestão Territorial e Ambiental da Coordenação Regional da Funai do Rio Negro, localizada em São Gabriel da Cachoeira- AM, região fronteiriça carente da presença do Estado. A Coordenação Regional da Funai de Roraima recebeu novas viaturas, o que facilitou a atuação daquelas regionais em decorrência dos constantes conflitos fundiários na região e equipamentos de informática para aprimorar o trabalho de monitoramento territorial. A Coordenação Regional da Funai de Guajará Mirim está em processo de estruturação de um sistema de comunicação entre o escritório e as áreas de maior vulnerabilidade em várias terras indígenas daquela jurisdição. A Coordenação Regional da Funai de Alto Solimões recebeu investimentos para ampliação do sistema de comunicação e para renovação do plaqueamento de identificação das Terras Indígenas. Novas viaturas foram adquiridas para Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami Ye'kuana (FPEYY), na Coordenação Regional da Funai de Roraima. Em 2014 foi possível apoiar a estruturação do Serviço de Gestão Territorial e Ambiental da Coordenação Regional da Funai do Vale do Javari, localizada no Amazonas, especificamente para apoiar a mobilidade da Coordenação Técnica Local da Funai de Eirunepé, por meio da aquisição de barcos e motores. Houve também investimento na mobilidade da Frente de Proteção Etno-ambiental Guaporé (faixa de fronteira no estado de Rondônia), por meio da aquisição de barcos, e motores. Houve investimentos em duas Coordenações Regionais da Funai e uma Frente de Proteção Etnoambiental. Na Coordenação Regional da Funai de Rio Negro apoiamos a aquisição de barco e motor; e na Coordenação Regional do Juruá, na aquisição de aparelhos Global Positioning System (GPS). Foi possível descentralizar recursos para a estruturação das Bases de Proteção Etnoambientais Ituí/Itaquaí, Curuçá e Quixito da Terra Indígena Vale do Javari com investimentos para aprimorar o sistema de radiofonia e para aquisição de gerador elétrico.

Em 2013 – CR Roraima;

Em 2014 - CR Vale do Javari - CTL Eirunepé.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	5	unidade	3	31/12/2014

- **Estudos e localização de 8 novas referências de povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas**

Análise Situacional da Meta

Cada atividade de localização compreende um conjunto de atividades como estudos por sensoriamento remoto, expedições terrestres e fluviais e levantamentos por sobrevoo. Como ação estruturante dessa meta, foi realizada uma oficina de capacitação voltada para o estudo e localização de índios isolados com a participação de 24 servidores que ingressaram na Funai no último concurso. Esta capacitação, de 144 horas, viabilizou a ampliação dos quadros técnicos da Funai em condições de participarem em novas expedições. Em 2012 foram confirmadas 2 (duas) referências de índios isolados, sendo uma no estado do Amazonas e outra no estado de Roraima. Já entre janeiro e junho de 2013 foi confirmada 01 (uma) referência de índios isolados, sendo esta no estado do Amazonas. Em 2013 foram realizados estudos sobre 02 (duas) novas referências de povos indígenas isolados, sendo uma no estado do Pará e outra no Acre. Realizou-se, também, a atualização das informações sobre referências de índios isolados não confirmadas. Essa atualização permitiu a elaboração de um planejamento com maior rigor técnico com vistas à realização dos estudos para a confirmação dessas novas referências. Nesse sentido foram consideradas situações de maior vulnerabilidade para esses povos como a ocorrência de grande pressão de atividades ilícitas como grilagem de terras e tráfico internacional de drogas. O trabalho de coordenação dessa ação, que se concentra no estado do Acre, vem sendo realizado em parceria com o Ministério da Defesa e a Polícia Federal. No primeiro trimestre de 2014, tendo em vista as informações sobre a presença de índios isolados na Terra Indígena Xipaya, no médio Iriri, repassadas por indígenas da região, foi realizada uma expedição de localização na Referência Riozinho do Anfrísio (PA), e coleta de dados na Reserva Extrativista homônima. Ainda, em continuidade as ações iniciadas em 2012/2013, foi realizada uma expedição de localização da presença de índios isolados na Terra Indígena Jacareuba Katawixi. Com objetivo de localizar para confirmar ou refutar, bem como qualificar a área de ocupação de povos indígenas isolados, foram realizadas expedições em duas regiões, uma em Rondônia e outra no Amazonas. Em Rondônia, os trabalhos se concentraram na expedição da Serra da Cotia (Terra Indígena Uru Eu Wau Wau), em região sob impacto da BR 429. No Amazonas foi realizada a expedição Jaquirana, na Terra Indígena Vale do Javari, em região sob impacto de pesquisa geofísica terrestre no limite sul da referida Terra Indígena. Observa-se que as duas ações foram realizadas em detrimento de ações de proteção territorial de índios isolados, nas Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau e Vale do Javari, executadas pelas Frentes de Proteção Etnoambiental que atuam nestas áreas. No segundo semestre de 2014, foram realizadas três expedições de localização, sendo duas no registro n.º 40, Riozinho do Anfrisío e n.º 77 (rio Piranhaquara/Terra Indígena Araweté do Igarapé Ipixuna) coordenadas e executadas pela Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) Médio Xingu e no registro n.º 12/Terra Indígena Jacareuba Katawixi), coordenadas e executadas pela FPE Madeira Purus. Observa-se ainda que foram mantidas as expedições de localização pelas Frentes de Proteção Etnoambiental Madeira (RO), Madeirinha-Juruena (MT), Awá (MA) e Médio Xingu (PA), nas respectivas Terras Indígenas Jacareuba Katawixi(RO), Apiaká do Pontal e Isolados (MT), Awá (MA) e Ituna – Itatá (PA).

2012 – 2-AM e RR;

2013 – 1-AM;

2014 – 1-PA.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	8	unidade	4	31/12/2014

- **Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 159 terras indígenas, sendo 83 na

Amazônia Legal, 10 no Nordeste e 66 no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. No ano de 2013, foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 127 terras indígenas, sendo 104 na Amazônia Legal, 7 no Nordeste e 16 localizadas nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Para o ano de 2014, em virtude das circunstâncias orçamentárias, foi possível realizar 295 atividades de fiscalização, monitoramento e combate a ilícitos em 150 terras indígenas (sendo 115 na Amazônia Legal, 3 no Nordeste e 32 nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul). Dessas, algumas foram executadas, no âmbito da Operação Ágata VIII, em articulação interinstitucional com órgãos parceiros da esfera federal (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio, Polícia federal, Força Nacional de Segurança Pública e Exército Brasileiro) e estadual (Batalhão da Polícia Ambiental). Diversas dessas atividades consistiram em operações interinstitucionais (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar Ambiental, Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade - ICMBio, entre outros) de combate a ilícitos ambientais. Destacamos, o início da Operação de desintrusão de ocupantes não-índígenas da Terra Indígena Awá (MA) em janeiro de 2014, coordenada pela Funai, que teve seu ápice nos meses de fevereiro e março, e foi finalizada no mês de abril. No período pós-desintrusão, que perdura até a presente data, a Funai vem mantendo servidores e Policiais Militares, a fim de evitar possíveis invasões na Terra Indígena. O reduzido número de Terras Indígenas atendidas na região Nordeste justifica-se pelo estabelecimento de áreas prioritárias para atuação, tendo como base os territórios indígenas mais impactados pela extração ilegal de recursos naturais (minérios e madeira) e pelos empreendimentos de infraestrutura, localizados majoritariamente nas regiões da Amazônia legal e Centro-Oeste. Nestas regiões foram realizadas diversas ações exitosas como operações de desintrusão de ocupantes não-índígenas das Terras Indígenas Awá (MA) e Apyterewa (PA), operação de combate à extração ilegal de minérios na Terra Indígena Kayapó (PA), operações para contenção de conflitos no Mato Grosso do Sul (MS), continuidade à Operação Ágata – com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais. Além disso, é necessário destacar a redução gradual do orçamento destinado às ações de proteção territorial (prevenção e fiscalização) ao longo dos últimos anos. Em 2008 a Coordenação-Geral de Monitoramento Territorial contava com um volume orçamentário de R$ 12.412.792,60, que foi sendo reduzido gradativamente até o montante de R$ 6.779.344,00 para o ano de 2014. Uma redução de aproximadamente 50%. A redução orçamentária implica, necessariamente, o remanejamento de recursos entre as áreas atendidas, tendo como base critérios objetivos focados na proteção das comunidades indígenas e seus territórios.

Quantidade alcançada

150

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	170	unidade	115	31/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	29	unidade	3	31/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	32	31/12/2014

- **Homologação da demarcação de 40 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram homologadas por meio de Decreto Presidencial 07 (sete) Terras Indígenas: Lago do Marinheiro/AM, Porto Limoeiro/AM, Xipaya/PA, Riozinho do Alto Envira/AC, Tenharim de Marmelos Gleba B/AM, Matintin/AM e Santa Cruz de Nova Aliança/AM e encaminhados para homologação os processos das Terras Indígenas Arara da Volta Grande do Xingu, com uma superfície de 25.525 hectares e Cachoeira Seca, com uma superfície de 733.688 hectares, localizadas no estado do Pará e aguardam expedição do Decreto. Já em 2013 foi publicado o Decreto de Homologação da Terra Indígena Kayabi-PA/MT (etnia: Kayabi, área – 1.053.257 hectares). Também em 2013 foram demarcadas fisicamente 04 (quatro) Terras Indígenas, a saber: Xukuru-Kariri/AL, Piaçaguera/SP, Caramuru-Paraguassú/BA e

Xapecó/Pinhalzinho/Canhandão/SC. Essa etapa antecede a homologação, sendo um pressuposto para a instrução do processo de homologação pela Presidência da República. Ao longo de 2013 foram instruídos 7 processos de homologação e encaminhados ao Ministério da Justiça, com vistas ao encaminhamento à Presidência da República das Terras Indígenas Arary (AM), Arara do Rio Amônia (AC), Banawa (AM), Cajuhiri-Atravessado (AM), Manoki (MT), Pequizal do Naruvotu (MT), Setemã (AM), os quais permanecem aguardando Decreto de Homologação. No decorrer de 2014, se juntam aos demais os processos de homologação das Terras Indígenas Mapari (AM), Xucuru-Kariri (AL) e Piaçaguera (SP). Também foram demarcadas fisicamente 05 (cinco) Terras Indígenas Pindoty/SC (3.294 hectares), Piraí/SC (3.017 hectares), Tarumã/SC (2.172 hectares), Aldeia Velha/BA (2.001 hectares) e Baía dos Guatós/MT (19.164 hectares). Não houve para o período expedição de Decreto de Homologação para Terras Indígenas.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	24	unidade	8	31/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	5	unidade	0	31/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	11	unidade	0	31/12/2014

- **Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Capacitação em Proteção Territorial possui sete módulos que visam preparar servidores e indígenas para atuarem em ações atinentes à proteção das terras indígenas, cito:

1. Noções Gerais de Legislação Indigenista e Ambiental;
2. Cartografia Básica e Uso de Global Positioning System (GPS);
3. Prevenção e Monitoramento de Incêndios Florestais em Terras Indígenas;
4. Vigilância e Proteção de Terras Indígenas;
5. Serviços Ambientais: o papel das Terras Indígenas;
6. Monitores Territoriais Indígenas; e
7. Uso Preventivo e Manutenção de Equipamentos e Veículos.

Em 2012, o Programa de Capacitação de Proteção Territorial da Funai elaborou, com o apoio da Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ), um conjunto de materiais didáticos sobre temas como Cartografia Básica e Uso de GPS, Vigilância Indígena, Monitores Indígenas, Legislação Indigenista e Ambiental, Prevenção e Monitoramento de Incêndios em Terras Indígenas e Serviços Ambientais. Foram realizados 10 (dez) cursos somando cerca de 150 pessoas (servidores e indígenas) capacitadas. Em 2013 foram realizados 09 (nove) cursos (4 de Cartografia básica e uso de GPS, 1 de Noções Gerais de Legislação Indigenista e Ambiental, 1 de Manual de Proteção: atuação em Terras Indígenas, e 3 de Prevenção e Monitoramento de Incêndios em Terras Indígenas). O Programa de Capacitação em Proteção registrou um total de 113 servidores e 88 indígenas capacitados. Além disso, deu-se a continuidade das ações de produção do conteúdo, análise e aprovação do material produzido e processo de publicação desses conteúdos. Foram publicados três dos sete livros do Programa de Capacitação em Proteção Territorial. Em 2014 foram realizadas 9 capacitações, a saber: 1 curso de Cartografia Básica e Uso de GPS para 15 servidores da Coordenação Regional da Funai do Rio Negro; 3 cursos de Vigilância e Proteção de Terras Indígenas distribuídos como segue: i) 50 indígenas das Terras Indígenas Koatinemo, Trincheira Bacajá e Arara; ii) 25 indígenas da Terra Indígena Médio Rio Negro I e iii) 25 indígenas da Terra Indígena Mangueirinha; 2 cursos: 1 de Cartografia e uso de GPS na Terra Indígena Maró (capacitação de 15 indígenas) e 1 em Sobradinho/DF para 30 servidores; 1 de Legislação Indigenista e Ambiental para 30 servidores em Sobradinho/DF; e 1 formação do Grupo de Prevenção a Incêndios com capacitação de 15 indígenas na Terra Indígena Sororó/PA. Em suma, em 2014, foram qualificadas 205 pessoas, sendo

75 servidores e 130 indígenas.
Quantidade alcançada
28
Data de Referência
31/12/2014

- **Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

O projeto consiste em viabilizar a realização do monitoramento em tempo real de ilícitos em terras indígenas por meio da troca instantânea de informações entre as Coordenações-Gerais e unidades descentralizadas da Funai, Comunidades Indígenas e Órgãos parceiros. Para isso, após a elaboração e aprovação do Projeto Básico para o Monitoramento das Terras Indígenas, foi organizado o processo licitatório para a contratação da fábrica de software em 2013. O sistema começou a ser desenvolvido ainda em 2013, e foi aprimorado durante o 1º semestre de 2014. No segundo semestre, a Instituição consolidou parcerias com outras Instituições, objetivando o aprimoramento do monitoramento espacial das Terras Indígenas. Cabe destacar a parceria firmada com o Ibama, a qual possibilitou o acesso da Funai à plataforma de monitoramento de desmatamento em tempo real do Sistema Compartilhado de Informações Ambientais (SisCom/Ibama) por meio do Projeto Deter. A ferramenta possibilita o direcionamento das equipes de campo até os locais de alteração na cobertura vegetal com informações precisas e confiáveis, incluindo coordenadas geográficas e dimensões estimadas das áreas. A Funai também articulou junto ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam o compartilhamento de dados acerca do desmatamento por meio do Programa de Monitoramento de Terras Especiais (ProAE) e vem recebendo mensalmente estes dados. Em paralelo, a Funai vem desenvolvendo o Sistema do Projeto de Monitoramento Espacial com vistas à melhoria na troca de informações entre a Funai-Sede e suas unidades descentralizadas, no entanto, o desenvolvimento do sistema avançou pouco, em razão da suspensão do serviço de fábrica de software pela Funai.

- **Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

O processo para extrusão dos não índios de terras indígenas abrange diversos procedimentos e atividades que envolvem trabalhos de campo com o levantamento e avaliação das benfeitorias instaladas pelos ocupantes não índios na terra indígena; a análise técnica do material produzido na avaliação das benfeitorias; a elaboração de parecer dos recursos interpostos pelos não índios contrários ao processo de extrusão; a deliberação sobre a boa-fé na instalação das ocupações e benfeitorias por não índios em terras indígenas; a aprovação jurídica do processo e o deferimento da Presidência da Funai, autorizando o pagamento correspondente indenização das benfeitorias. Após essas etapas, para o processo de indenização pelas benfeitorias é constituída uma Comissão de Pagamento que desloca até a terra indígena, convoca os não índios para que apresentem a documentação visando habilitar ao processo, além dos encaminhamentos junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para o reassentamento desses em outra área dos não índios que atendam o perfil da reforma agrária. Por ser um processo muito complexo, as atividades podem se estender por alguns anos, até a efetivação da indenização de todos ocupantes não índios e a sua retirada destes da terra indígena, que tem por finalidade a posse plena do grupo indígena afetado. No ano de 2012 foram iniciados os procedimentos de indenização dos ocupantes de boa-fé em 10 Terras Indígenas: (Apyterewa (PA), Krikati (MA), Lago do Marinheiro (AM), Yanomami (RR), Jatuarana (AM), Brejo do Burgo (BA), Xucuru-Kariri (AL), Boa Vista (PR), Tupiniquim (ES), Palmas (SC). No decorrer do ano de 2013 ocorreram pagamentos de benfeitorias em 9 terras indígenas Serrinha (RS), Nonoai (RS), Pankararu (PE), Paumari do Lago Marahã (AM), Apurinã do Igarapé São João (AM), Itixi Mitari (AM), Atikum (AL), Arara do Rio Amônia (AC), Xukuru (PE); procedimento com depósito em consignação judicial para os ocupantes não índios que não aceitaram o pagamento consensual nas seguintes Terras Indígenas: Badjonkore (PA), Comboios (ES). No ano de 2014, foram desenvolvidos estudos de campo com a formação de grupo técnico para o levantamento e avaliação de benfeitorias nas Terras Indígenas Caramuru/Paraguassu (BA), Piaçaquera (SP), Cachoeira Seca (PA), Baia dos Guató (MT), Igarapé Grande (AM) e na área reservada Tuxá de

Rodelas. Análise do material técnico para adequação de valores das benfeitorias das Terras Indígenas Entre Serras (PE), Serrinha (RS), Arara da Volta Grande do Xingu (PA), Morro dos Cavalos (SC). Processo administrativo sobre a análise da boa-fé na instalação da ocupação e das benfeitorias de não índios para as Terras Indígenas Rio dos Índios/RS, Maraitá (AM), São Domingos do Jacapari e Estação (AM), Barro Alto (AM) e Brejo do Burgo (BA). Designação de Comissão de Pagamento de benfeitorias para as Terras Indígenas Morro dos Cavalos (SC), Apurinã do Igarapé São João (AM), Itixi Mitari (AM), Arara do Rio Amônia (AC), Arara da Volta Grande do Xingu (PA), Boa Vista (PR), Brejo do Burgo (BA), Entre Serras (PE), Maranduba (TO), Las Casas (PA) e para Terra Indígena Pankararu (PE) o cumprimento de decisão de sentença com o deposito em conta judicial. Nas demais terras indígenas (Morro dos Cavalos, Arara do Rio Amônia, Boa Vista, Brejo do Burgo, Entre Serras, Maranduba, Las Casas, Parankararu) realizou-se a indenização e a extrusão parcial dos ocupantes não índios. No ano de 2014 foram iniciados os procedimentos de indenização dos ocupantes de boa-fé em 5 Terras Indígenas: Las Casas (PA), Maranduba (TO), Entre Serras (PE), Morro dos Cavalos (SC), Arara da Volta Grande do Xingu (PA). Conforme demonstrado, pode ocorrer longa demora no processo de extrusão de ocupantes não índios de Terras Indígenas, sendo em alguns casos essa situação ocorre devido aos ocupantes não terem a documentação correta ou, pela intransigência desses em não aceitar apenas receber a indenização pelas benfeitorias e sair da área, sem o devido reassentamento em outro local. Em algumas situações o assunto segue por decisão judicial, prolongando muito a regularização da terra indígena. Também devem ser consideradas as situações atípicas de cada região e a localização geográfica da terra indígena, resultando em dificuldades no deslocamento dos técnicos para executar os estudos de campo, o pagamento e a extrusão dos não índios. Tais situações levam a morosidade na conclusão do processo, que pode acarrear alguns anos até a sua efetivação.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	21	unidade	12	31/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	7	unidade	6	31/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	12	unidade	6	31/12/2014

- **Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) convida a Funai para eventos da Enafron, na faixa de fronteira no estado de Roraima, fortalecendo a Política Nacional de Fronteira ao considerar como componente estratégico as terras indígenas existentes nessas áreas. Em 2014 a Funai participou da Operação Ágata VIII, ações do Exército Brasileiro que ocorrem na faixa de fronteira. Ainda não foi possível obter êxito nas articulações que possibilitariam melhorar as estruturas físicas das unidades da Funai nessas regiões de fronteira, assim como também não foi possível o fortalecimento de pessoal nessas regiões, seja com a lotação de servidores ou gratificação específica. Mas ainda assim foram realizadas centenas de ações da Funai, com ou sem o apoio das forças de segurança pública, nas áreas de fronteira por meio de fiscalização e monitoramento. A Funai promoveu, em agosto de 2014, a I Oficina Regional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) sobre Proteção e Promoção de Direitos dos Povos Indígenas em Regiões Fronteiriças na Amazônia, que teve por objetivo promover a reflexão e diálogo entre os países-membros da OTCA a respeito de temas relacionados a povos indígenas que vivem em regiões de fronteira na Amazônia, a partir do que se pretende definir em linhas gerais para cooperação regional e o fortalecimento desses assuntos na agenda da Organização e de seus países membros.

- **Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas**

Análise Situacional da Meta

A partir dos avanços já obtidos em 2012, estão sendo feitas articulações para se obter representatividade do Ministério da Justiça e da Funai no Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima – CIM, que é o fórum privilegiado para elaboração de agenda específica para a política indigenista na PNMC. Foi promovida discussão técnica sobre o cenário de mudanças climáticas e terras indígenas, em março de 2014, em um evento com o tema REDD+ e Povos Indígenas. A discussão teve como objetivo divulgar e trocar informações para guarnecer e qualificar o trabalho dos servidores da Funai e ainda subsidiar estratégias de ampliação desta temática junto aos povos indígenas. No segundo semestre de 2014, a Fundação Nacional do Índio sediou os 3 Módulos do Seminário "Mudanças Climáticas e Povos Indígenas" realizados pela Funai, Instituto de Pesquisas da Amazônia – IPAM, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB e a filial brasileira da ONG norte americana The Nature Conservancy – TNC. Tal iniciativa contribui para a promoção, sensibilização e capacitação de 21 representantes indígenas de todas as regiões do Brasil e de servidores da Funai (sede e unidades regionais) no tema das mudanças climáticas e suas interfaces com os povos indígenas. O objetivo do encontro foi formar lideranças indígenas de todo o Brasil para a 20º Conferência do Clima. No final de 2014, representantes de povos indígenas de várias regiões do Brasil e servidores da Fundação Nacional do Índio participaram da 20ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-20/UNFCCC), em Lima, no Peru. Alguns dos pontos positivos ressaltados pelos representantes indígenas na COP-20 consistem: i) na iniciativa de ampliar a participação de povos indígenas de territórios não amazônicos nos processos formativos e nos fóruns de discussão sobre mudanças climáticas, ii) no intercâmbio de experiências, cosmovisões, projetos, propostas e desafios relativos ao enfrentamento da crise climática com povos indígenas de toda a América Latina, cujo desdobramento possível é o fortalecimento de alianças consteladas em agendas e pautas comuns, sobretudo as relativas à garantia dos direitos territoriais e de informação, participação e de consulta.

- **Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento**

Análise Situacional da Meta

As ações de monitoramento territorial (fiscalização, prevenção e inteligência) vinculadas a essa meta são realizadas de forma diferenciada nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento. Os dados oficiais mais recentes acerca do desmatamento, publicados pelo Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES tem como referência o ano de 2012. Considerando esses dados, foram realizadas ações de fiscalização e monitoramento territorial em 11 das 20 Terras Indígenas mais desmatadas no 2º semestre de 2014, totalizando ações em 17 das 20 com maiores taxas de desmatamento em 2014. Importante destacar a publicação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE acerca do desmatamento do ano de 2013. Tendo como referência as 20 Terras Indígenas mais desmatadas no ano de 2012, os dados de 2013 demonstraram redução nas taxas de desmatamento em 16 das 20 Terras Indígenas, demonstrando a efetividade das ações empreendidas pela Funai e Instituições Parceiras, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, Instituto de Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Departamento de Polícia Federal e Polícias Militares Ambientais.
OBSERVAÇÃO: META NÃO ACUMULADA

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014

- **Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

As atividades articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento realizadas em 2012, no total de 47 terras indígenas, visaram coibir, principalmente, a retirada ilegal de madeira, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores, promover a desativação de garimpos nas Terras Indígenas. Das ações acima listadas, 30 contaram com a participação de órgãos

de segurança pública e/ou governamentais (Intituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, Departamento de Polícia Federal - DPF, Força Nacional, Batalhões de Polícia Militar Ambiental e Exército Brasileiro). Em 2013, foram realizadas 118 ações de monitoramento territorial (fiscalização, prevenção e inteligência) em um total de 640 terras indígenas. As ações objetivaram reprimir e restringir a retirada ilegal de madeira das terras indígenas, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores e desativação de garimpos. Das ações citadas 31 foram realizadas em articulação interinstitucional. Para o primeiro semestre de 2014 foram realizadas 104 atividades articuladas de fiscalização com órgãos parceiros (Ibama, ICMBio, DPF, Força Nacional, Batalhão Ambiental e Exército), com ação direta em 53 terras indígenas. As ações realizadas visam coibir principalmente a retirada ilegal de madeira, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores, além de promover a desativação de garimpos nas Terras Indígenas. No segundo semestre de 2014 foram realizadas mais 8 atividades com órgãos parceiros (Ibama, ICMBio, DPF, Força Nacional, Batalhão Ambiental e Exército Brasileiro). Desta forma, em 2014, 112 atividades de fiscalização e monitoramento foram realizadas nas Terras Indígenas com participação de outras instituições dos Governos Federais e Estaduais.

OBSERVAÇÃO: META NÃO ACUMULADA

Quantidade alcançada

112

Data de Referência

31/12/2014

- **Regulamentação do poder de polícia da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Ao longo dos últimos anos, foram realizadas diversas ações no sentido discutir a adoção de medidas legais voltadas para a regulamentação do poder de polícia da Funai, de forma a atender imperativos constitucionais bem como recomendação expressa do Tribunal de Contas da União - TCU (Acordão 1.226/2008). Foram realizadas reuniões com o Ministério da Justiça para tratar do tema, nas quais foram apresentadas as demandas da Funai decorrentes das atribuições do órgão indigenista relativas à fiscalização e proteção territorial. Como resultado, foi encaminhada a proposta de realização de um Seminário Nacional, com diversos órgãos de segurança pública e Procuradorias Jurídicas, visando aprofundar a discussão sobre os diferentes aspectos (jurídicos, técnicos e tecnológicos) que envolvem o tema. Para tanto, a Funai já está elaborando proposta de normatização a ser apresentada como referência para a discussão. A Funai tem avançado na regulamentação do poder de polícia por meio da elaboração de orientações e normativas que apresentam instrumentos que permitem a repressão de ilícitos, como as Notificações e Certidões. Ademais, as diferentes facetas do poder de polícia têm sido discutidas internamente, com apoio da Procuradoria Federal Especializada, a fim de esclarecer as obrigações e os limites impostos aos servidores que atuam na proteção territorial.

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A assinatura do Decreto nº 7.744 de junho de 2012 , que cria a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena - PNGATI, representa um avanço importante para o cumprimento do objetivo 0945. Este Objetivo foi elaborado pela FUNAI em 2011, para integrar o Programa de Proteção e Promoção aos Povos Indígenas, no PPA 2012-2015, com base nas propostas aprovadas nas consultas regionais aos Povos Indígenas sobre a minuta do referido Decreto, entre 2009 e 2010.

Marco institucional relevante para a política indigenista do Governo brasileiro. O Decreto da PNGATI incorporou eixos temáticos e objetivos específicos os quais dialogam diretamente com as metas do Objetivo 0945, fundamentais para a

promoção de diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas.

Nesse contexto, alguns temas importantes foram priorizados como: a continuidade da implementação do Projeto Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros - GEF – Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI; fruto de parceria entre a Funai, Ministério do Meio Ambiente – MMA, PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, GEF- Fundo Mundial de Meio Ambiente, as organizações indígenas regionais ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, COIAB e a Organização não-governamental TNC do Brasil, em consonância com a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas-PNGATI, a discussão da proposta de formação continuada em PNGATI para gestores indígenas e não indígenas; a publicação de Diretrizes para Elaboração de Planos de Gestão em Terras Indígenas, apoiou iniciativas que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental das Terras Indígenas, tais como: recuperação ambiental, capacitação de representantes indígenas e servidores da Funai em gestão ambiental, ações de educação ambiental, gestão de resíduos sólidos, participação em oficinas de discussão e planejamento de Mosaicos de Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas e, ainda, diagnósticos e levantamentos etnoambientais de terras indígenas. Tendo como princípio orientador as diretrizes da PNGATI, a Funai orientou as Unidades regionais em entendimento com os indígenas, implementar projetos com foco em segurança e soberania alimentar e nutricional prioritariamente, estruturar sua capacidade produtiva segundo o conceito de cadeias de valor e reverter situações de uso irregular dos recursos naturais em projetos com foco em princípios de sustentabilidade. Em paralelo, a Funai conduziu discussão relativa à criação de norma referente à atividades de visitação em Terras Indígenas para fins turísticos, a qual está em discussão na Comissão Nacional de Política Indigenista.

Metas 2012-2015

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  Assinada e publicada, em abril de 2013, a Portaria que regulamenta o Artigo 8º do Decreto 7.747, de 05 de junho de 2012, define estrutura, composição e funcionamento do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI. O Comitê realizou sua 1ª reunião em outubro/2013, definindo seu Plano de Trabalho para realização de diversas atividades, entre elas a elaboração de proposta técnica, metodológica e orçamentária da Conferência.

  Nos dias 25 e 26 de março de 2014 foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor da PNGATI, onde decidiu-se pela criação de uma Câmara Técnica para trabalhos relativos à Conferência. Esta Câmara Técnica reuniu-se em 28 de abril de 2014 havendo sido indicado que a Conferência deveria ser realizada em 2016, sendo suas preparatórias iniciadas em 2015. Sugerimos revisão de responsáveis pela Meta tendo em vista ser uma meta mais ampla envolvendo a participação de representantes indígenas, vários setores da Funai e outros órgaõs federais. (Compartilhar com MMA).

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena**

  Análise Situacional da Meta

  Considerando o lançamento em 2014 do Ano da Agricultura Familiar pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, essa meta não foi objeto de execução no período.

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta ficará para o ano de 2015. A avaliação atual, relativa à capacidade operacional e a reprogramação or-ament§ria aponta para a necessidade de cumprimento dessa meta apenas em 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2014

- **Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante**

Análise Situacional da Meta

Desenvolvimento e articulação com a Coordenação Regional Xavante no sentido de incluir ações relativas ao cultivo do milho tradicional no Plano de Trabalho referente ao Exercício 2015.

- **Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda**

Análise Situacional da Meta

A Funai - Sede apoiou a participação da Coordenação Regional - CR Médio Purus no “Curso de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros com foco no Manejo Participativo de Pirarucu”, oferecido pelo Instituto Mamirauá. Apoiou também à elaboração de Plano de Manejo de pirarucu pela etnia Paumari, aprovado pelo IBAMA/Manaus, e posteriormente a despesca e a comercialização do pirarucu pela CI Paumari. Participação da Funai no II Seminário Regional de Pesca em Lábrea/AM.

Dentre outras ações, apoiadas pela FUNAI, destacam-se: a reelaboração de projeto de entreposto apícola no PIX, participação no Encontro Anual de Apicultores do Parque Indígena do Xingu/PIX e articulação com parceiros, a Associação Terra Indígena Xingu/ATIX e o Instituto Socioambiental/ISA, visando o planejamento das ações relativas à atividade apícola para 2014, realização de oficina de trabalho para definição, mapeamento inicial e planejamento do APL de pesca do Sul da Bahia, na aldeia Coroa Vermelha. Realização de uma rodada de reuniões com os envolvidos nos APLs da castanha e da seringa no Corredor Tupi-Mondé: servidores das CRs Juína, Ji-Paraná e Cacoal; organizações indígenas, lideranças, castanheiros e seringueiros indígenas e parceiros (prefeitura, Pacto das Águas, Associação Kanindé, Empresas de beneficiamento da castanhas e outros). Apoio financeiro para viabilizar o que estava previsto nos Planos de Trabalhos das unidades responsáveis pelos APLs selecionados: apoio na sistematização de informações e reuniões de articulação (APL de fibras do Rio Negro), apoio à produção de castanha dos Suruí, Cinta-Larga, Rikbaktsa, Zoró, Gavião e Arara (APL de castanha no Corredor Tupi- Mondé) e seringa do Povo Rikbaktsa (APL da seringa no Corredor Tupi-Mondé). No 1º semestre de 2014, foi dada continuidade aos procedimentos para registro da marca “Mel dos Índios do Xingu”, aprimorando os entendimentos para o trabalho do consultor que conduzirá os trabalhos técnicos referentes à Certificação Participativa.

Cadeias de Valor:

Pescado na região do Purus: realizados agendamentos e preparativos para a continuidade de participação da FUNAI na atividade de Pesca do Pirarucu na região do Purus”, Lábrea/AM na Terra Indígena Paumari.

Mel no Xingu: realizados procedimentos administrativos relativos à construção do Entreposto de beneficiamento do Mel.

Castanha e borracha no Corredor Tupimondé: realizada reunião de nivelamento de informações sobre o andamento das ações com o Projeto "Pacto das Águas".

Criado o Selo Indígena, por intermédio de Portaria Interministerial, com a finalidade de certificar a origem de produtos produzidos por pessoas físicas ou jurídicas integrantes de comunidades indígenas, sendo que a Funai e o MDA estão em processo de definição dos procedimentos para a obtenção pelos indígenas.

Realizado evento de capacitação de indígenas e servidores da Funai no Estado do Rio Grande do Norte, sobre o arranjo produtivo local da castanha de caju.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Nordeste	3	projeto	0	30/12/2014
Territórios Indígenas do Norte	5	projeto	6	30/12/2014

- **Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades produtivas sustentáveis em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas reuniões para planejamento da meta na Funai-Sede e nas Coordenações Regionais - CRs e terras indígenas selecionadas: TI Kadiweu/MS, TI Parque do Araguaia/TO (Ilha do Bananal), TI Paresi/MT e TI Ligeiro/RS. Avanços: i) Finalizado processo de acordo com os indígenas, que serviu de base para o Termo Ajustamento de Conduta - TAC - da TI Kadiweu/MS e prevê a regularização da atividade pecuária, com formação de rebanho exclusivo para a comunidade indígena e a retirada de animais pertencentes a terceiros. TAC assinado em abril de 2012 e publicado em agosto; ii) Finalizado processo de acordo com os indígenas e demais interessados (pecuaristas), assinado e publicado o TAC relativo à TI Paresi, que prevê a retirada de terceiros envolvidos em atividades produtivas irregulares na TI e a aquisição de insumos visando a transição para a prática de agricultura sustentável; iii) Finalizado Diagnóstico Preliminar dos Projetos Sustentáveis na TI Parque do Araguaia, realizado com participação dos indígenas, cuja implementação, a partir de 2013, visa à substituição das atividades irregulares nesta TI. Este diagnóstico subsidiará a elaboração de Termo de Ajustamento de Conduta, iniciada em novembro de 2012, com reunião de apresentação formal do Diagnóstico.

Em 2013, ocorreram atividades referentes à implementação de acordo entre as comunidades, no âmbito da TI Parque do Araguaia, e implementação das ações referentes aos dois TACs já publicados, assim como a realização de atividades voltadas para definir procedimentos, para desenvolver a transição para atividades produtivas sustentáveis em outras áreas com irregularidades no usufruto dos recursos naturais não previstas na quantificação e regionalização da meta. Essas atividades têm por finalidade a de fortalecer a autonomia produtiva de povos indígenas por meio do estímulo à adoção de formas produtivas compatíveis com suas culturas.

Essa meta não sofreu alteração, continuou-se os diálogos com a Etnia Paresi, com participação do Ministério Público, no sentido de estabelecer um plano de transição dos sistemas produtivos atuais. No âmbito do CAC - Compromisso de Ajustamento de Conduta, com vigência até a safra 2015/2016, estão em estudos mecanismos de custeio de suas atividades produtivas. Os diálogos envolvem também a transição para práticas de agricultura sustentável, integração lavoura-pecuária-floresta, obtenção de licenciamento ambiental junto ao IBAMA e viabilidade de financiamento bancário condizente com a atividade e melhoria no acesso aos mercados.

Não houve alteração dessa meta no ano de 2014. Continuam os entendimentos junto aos Paresi, no sentido de articulação com o IBAMA para a realização do licenciamento dos cultivos anuais a ser realizado pelos próprios indígenas.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Cerrado	2	projeto	2	30/12/2014
Bioma Mata Atlântica	1	projeto	0	30/12/2014
Bioma Pantanal	1	projeto	0	30/12/2014

- **Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiadas reuniões técnicas e feiras de sementes tradicionais, tais como: Feira Ingarikó (RR), Feira Mebengokré (PA) e reunião técnica na área Xavante (MT), com vistas a planejar ações para 2013. Esta meta prevê parceria com a EMBRAPA e articula-se com outras metas relativas à agrobiodiversidade em terras indígenas.

Além dos três eventos já citados, a Funai esteve presente em evento promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em Cuiabá, cujo objetivo foi o de criar e fortalecer a consciência da sociedade sobre o valor da agricultura indígena além da promoção da troca de sementes e de conhecimentos tradicionais, bem como promover a venda de produtos de origem indígena. A Funai participou e promoveu a Feira Krahô de Sementes Tradicionais realizada na TI Kraholândia no Estado do Tocantins com o objetivo de promover a conservação de recursos genéticos tradicionais, estimular a troca de conhecimentos, bem como valorizar os indígenas como guardiães desse patrimônio genético.

No 1º semestre de 2014, a Funai apoiou a realização da III Feira de Ciências e Sementes dos Povos Indígenas de Roraima no período de 01 a 04 de maio no Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol com participação de 400 estudantes indígenas do Ensino Fundamental e Médio de diversas etnias do Estado: exposição de trabalhos sobre conservação da agrobiodiversidade, realização de trocas de sementes, fortalecimento do Banco de Sementes do Centro de Formação e da Rede de Sementes dos Povos Indígenas do Lavrado.

Já no 2º semestre de 2014, não houve realização de eventos.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	evento	1	30/12/2014
Bioma Caatinga	1	evento	0	30/12/2014
Bioma Cerrado	2	evento	2	30/12/2014
Bioma Mata Atlântica	1	evento	0	30/12/2014
Bioma Pampa	1	evento	0	30/12/2014

- **Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

A atuação da Funai nos processos de licenciamento ambiental tem como principal objetivo buscar garantir o adequado acompanhamento de processos de empreendimentos passíveis de afetar Terras Indígenas, garantindo o respeito aos direitos indígenas, o desenvolvimento sustentável e a integridade territorial. Um dos pilares dessa meta é a participação dos povos indígenas em todas as fases do Licenciamento Ambiental. Para tanto, além da regulamentação da participação da Funai, tem sido promovidas, no âmbito dos procedimentos nos Processos de Licenciamento, reuniões de esclarecimento, de apresentação/ validação dos estudos, apresentação/validação das análises da Funai, dentre outros. A criação da Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental – CGLIC, bem como o trabalho de consolidação da mesma e o fortalecimento da equipe dão condições à Funai de pleno cumprimento dessa meta. Ressalta-se que a

garantia da participação indígena nos processos de licenciamento ambiental requerem complementarmente, um processo de consulta e de informação de rotina, não apenas por parte da CGLIC, mas de toda a Funai, em suas áreas de competência.

Uma das ações que deve dialogar profundamente com a CGLIC para o cumprimento pleno desta meta é a ação de mobilização da Coordenação-Geral de Promoção à Cidadania (CGPC/Funai). Mesmo não se tratando de uma ação diretamente relacionada ao licenciamento ambiental, o fomento à mobilização -qualificada e informada - contribui para a discussão e para a participação, também qualificada, dos povos indígenas, empoderando -os para que possam exercer seu direito de escolha e de intervir nos Processos de Licenciamento, em todas suas fases . A construção de protocolos de consulta, como a realizada pelos Wajampi, no Amapá tem sido apoiada pela Funai, destacando as ações na TI Parque do Xingu, em Altamira, no Tapajós, dentre outros.

- **Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

A Funai vem dando sequência ao apoio às iniciativas, das Unidades Regionais da Funai – CRs e CTLs - e comunidades indígenas, de projetos e atividades que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental das Terras Indígenas, tais como: projeto de recuperação de áreas degradadas e ampliação de áreas plantadas; implantação, reforma ou ampliação de viveiros de mudas nativas; sistemas agroflorestais – SAF's; ações de educação ambiental, gestão de resíduos sólidos; manejo e conservação de fauna, dentre outros.

A implementação do Projeto Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros - GEF –Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI, coordenado pela FUNAI em parceria com o Ministério do Meio Ambiente – MMA, PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, GEF- Fundo Mundial de Meio Ambiente, as organizações indígenas regionais ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, COIAB e a Organização não-governamental TNC do Brasil tem contribuído bastante como "piloto" para testar e consolidar novas metodologias e abordagens, em consonância com a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas-PNGATI. O projeto abrange 32 terras indígenas jurisdicionadas em 17 Coordenações Regionais da Funai em todos os biomas brasileiros. Em dezembro de 2014 foi concedida a prorrogação do Projeto por mais 18 meses (previsão de encerramento em jan 2015). Espera-se que, com a prorrogação, conclua-se algumas ações em curso como elaboração de alguns Planos de Gestão, Capacitação de representantes indígenas na PNGATI e fortalecimento das formas étnicas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais nesses territórios, demonstrando assim, a contribuição das Terras Indígenas para a conservação da biodiversidade brasileira.

Dificuldades encontradas: - restrições orçamentárias que provocaram descontinuidade dos alguns projetos e atividades que necessitavam de recursos os quais foram contingenciados ou que tiveram limites insuficientes, como ocorrido em 2012, 2013 e 2014; quadro de servidores insuficientes para o cumprimento das ações (ausência de concurso para recompor o quadro de servidores, tanto na sede quanto nas unidades descentralizadas da Fundação).

Como ponto positivo na obtenção das metas para o ano, apesar das restrições orçamentárias, ressaltamos a existência do Projeto GATI como um importante e fundamental catalizador de ações (sinergias do Projeto com ações da FUNAI). Com o apoio do Projeto, várias ações já demonstraram mudança qualitativa relevante, nos resultados. Em 2014 alguns projetos apresentaram status de continuidade, considerando o período de chuvas e os acessos às Terras Indígenas para implementação dos mesmos. Houve ainda realizações de oficinas, diagnósticos socioambientais, intercâmbios para conhecimento e formação de multiplicadores de técnicas em Sistemas Agroflorestais, coleta de sementes e produção de mudas.

No 1º. semestre de 2014, continuamos a apoiar a execução e implementação de diversos projetos iniciados em 2013. Iniciamos 10 novos projetos dentre eles de reposição florestal, proteção de nascentes, sistemas agroflorestais. Ainda, podemos apresentar aproximadamente 137 ha em Terras Indígenas. Para o 2º semestre esperamos ter concluído parte dos projetos iniciados em 2013 bem como apoiar projetos que apresentam cronograma de inicio neste período.

Acumulado - 47 projetos apoiados. As demais informações apresentadas nos semestres anteriores deverão permanecer tendo em vista se repetirem no 1º semestre de 2014.
Projeto GATI prorrogado por mais 18 meses (a partir de jan/2015).

Memória da Execução:
Em 2012 foram apoiados 12 projetos. No primeiro semestre de 2013 foram apoiados 07 projetos. No segundo semestre de 2013 foram apoiados 18 projetos e realizadas ao longo do ano aproximadamente 21 atividades que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental nas Terras Indígenas. No primeiro semestre de 2014 foram apoiados 10 projetos e no segundo 17 projetos apoiados e mais de 30 atividades que contribuíram para o fortalecimento da gestão ambiental.
Importante ressaltar que os projetos poderão atender a mais de uma TI (ex. baixada santista, Vale do Ribeira, áreas do GATI)
Total em 2012 – 12
Total em 2013 – 25
Total em 2014 - 27
Acumulado - 64

OBS: ao contrário do informado na evolução da meta (base avaliação), a quantidade alcançada no ano de 2012 foi de 12 projetos e em 2013 de 25 projetos, perfazendo um total de 37 projetos até o ano de 2013.
Quantidade alcançada
64
Data de Referência
30/12/2014

- **Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas**

Análise Situacional da Meta
Análise Situacional da Meta: Em função do processo de planejamento da Funai, estendeu-se às Coordenações Regionais, via processo contínuo de capacitação a mesma diretriz : a elaboração e execução conjunta, de planos de trabalho locais, com aos indígenas e parceiros. Como consequência, ocorreu incremento de 396 projetos em 2012 para 407 em 2013 contemplando o protagonismo indígena e a sustentabilidade das ações. As principais diretrizes passadas foram a utilização de sementes e dos conhecimentos tradicionais, com apoio de assistência técnica específica às formas de produção indígena.
As Unidades regionais da Funai estão em processo de implantação dos projetos de segurança alimentar e nutricional e de geração de renda, bem como sistematização dos resultados.
No início do Exercício de 2014, em processo de planejamento conduzido pela Direção da Funai, junto às Coordenações Regionais, foram pactuados projetos e atividades, bem como montantes orçamentários a serem descentralizados com a finalidade de implantação dos mesmos. Após a descentralização dos recursos, os projetos foram avaliados em seu detalhamento, estando em fase atual de acompanhamento e execução.
Durante o acompanhamento da evolução desta meta, verificou-se um vício de origem, tendo em vista que, na aba regionalização da meta, o quantificável são projetos e processos de etnodesenvolvimento, enquanto que, na quantificação da meta, nesta aba, a quantidade a ser alcançada é referente à Terras Indígenas. E ainda, que o registro dos quantificados não tem sido cumulativo. Assim, enquanto as informações prestadas são apuradas, para definir o acumulado, seja 678 Terras Indígenas ou 678 Processos e Projetos de Etnodesenvolvimento, até o final deste exercício, informamos que, no 1º semestre de 2014, foi contabilizado a implementação ou implantação de 185 Processos e Projetos de Etnodesenvolvimento em 394 Terras Indígenas, conforme registrado na regionalização da meta. AS INFORMAÇÕES PRESTADAS NÃO ACUMULAM OS ANOS ANTERIORES.
Já no 2º semestre de 2014, segundo o Calendário Agrícola, boa parte dos projetos e atividades estavam em fase de plantio em função do período de chuvas e os resultados somente serão obtidos com a colheita da safra 2014/2015 no

período de março a maio de 2015. Foi constatado que são os mesmos 394 projetos e atividades identificados no primeiro semestre 2014, uma vez que não houve aporte de recursos adicionais, apenas a continuidades dos mesmos. Quantidade alcançada: 394 Terras indígenas

Quantidade alcançada

394

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	175	projeto	89	30/12/2014
Territórios Indígenas do Nordeste	84	projeto	61	30/12/2014
Territórios Indígenas do Norte	312	projeto	196	30/12/2014
Territórios Indígenas do Sudeste	43	projeto	22	30/12/2014
Territórios Indígenas do Sul	64	projeto	26	30/12/2014

- **Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTAs se configuram como processos participativos de construção de acordos políticos comunitários em prol da gestão sustentável das terras indígenas. A publicação das “Diretrizes para elaboração de PGTAs de terras indígenas” procurou, dentre outras coisas, fornecer uma ideia qualitativa do tempo necessário para elaboração de um PGTA. Nessas diretrizes, sinaliza-se que um PGTA é organizado segundo uma série de etapas, identificadas como estruturantes do processo de sua construção: a)Sensibilização e Mobilização; b)Diagnóstico; c)Planejamento; d)Execução; e e)Monitoramento e Avaliação. Essa divisão por etapas leva em consideração as experiências indígenas de elaboração de PGTAs, assim como os instrumentos e ferramentas definidas na PNGATI para o mesmo fim. Essas considerações iniciais são importantes para podermos construir uma análise mais refinada quanto ao cumprimento da Meta, cujos elementos quantificáveis demandam um maior tempo para serem apresentados.

No que se refere ao 1º semestre de 2014, algumas ações realizadas foram importantes para o atendimento da Meta PPA 2012-2015.

1. Foi iniciada a elaboração de 15 PGTAs no âmbito da Amazônia Legal financiados pelo Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas (edital do PDPI/MMA).

2-Foi iniciada a elaboração de 5 PGTAs com apoio do Projeto GATI nas Tis Bracui, Ibirama, Entre Serras Pankararu, Caiçara Ilha de São Pedro e Trincheira Bacajá. Foi iniciada a revisão de 4 PGTAs com apoio do Projeto GATI nas Tis Jumina, Galibi, Uaça, Waiãpi.

3- Foi iniciado a elaboração de 6 PGTAs pela Funai nas Tis Rio Urubu, Jarawara, Paumari do Lago Marahã, Agua Preta/Inari, Ingaricó, Lago do Aiapuá e Itixi Mitari.

No que se refere ao 2º semestre de 2014, algumas ações realizadas foram importantes para o atendimento da Meta PPA 2012-2015.

1. Publicação de edital para apoio a elaboração de PGTAs em Tis nos Biomas Cerrado e Caatinga no valor de R$2.800.000,00

2. Publicação de edital para apoio a elaboração e implementação de PGTAs no Bioma Amazônia através do Fundo Amazônia em parceria com Funai e MMA

TOTAL 13 em elaboração, atualizados ou em implementação em 2013. 226 PGTAs em elaboração e 4 em revisão no 1º semestre de 2014. TOTAL: 30 TOTAL PARCIAL DA META: 43

Quantidade alcançada

43

Data de Referência

30/12/2014

- **Implementar 5 Centros de Formação Indígena**

Análise Situacional da Meta

Destacamos que se encontra em discussão duas estratégias distintas, tendo como perspectiva as possibilidades de atender concretamente esta Meta: i)construir os centros de formação, com estrutura predial e projeto político pedagógico; ii)construir o projeto político pedagógico em interface com a gestão territorial e ambiental de terras indígenas, utilizando-se de outras estruturas já dadas (as próprias aldeias, escolas, universidades, etc.). Essa é uma sinalização presente nos levantamentos dos assessores do projeto GATI, a partir de dois intercâmbios realizados com representantes indígenas das áreas de referência (Sul e Cerrado/Pantanal), para conhecerem centros de formação na Amazônia. Nesses intercâmbios, os indígenas puderam conhecer pessoalmente as potencialidades, mas, sobretudo as dificuldades de se manter e gerir uma estrutura de centro de formação. Para aprofundar ainda mais essas reflexões, foram realizados três seminários, nos quais foram debatidos com os indígenas e parceiros as melhores estratégias regionais e locais para implementação dos centros: 1 seminário no Sul e 2 seminários de menor porte no Pantanal, um abarcando o povo Terena, outro contemplando os Guarani.

Estratégias distintas surgem a partir dessas discussões, sendo uma a proposta de atender concretamente esta Meta por meio da construção de um CFI, com estrutura predial e projeto pedagógico, caso do entendimento da organização indígena ARPINSUL, sediada em Curitiba. Já os representantes Guarani de RJ e SP solicitaram mais reuniões para definir uma posição. Quanto aos dois seminários realizados no MS, os representantes Terena definiram uma proposta de “Casa de Formação”, com estrutura simples e que privilegia a autogestão, com mínima interferência externa. Os representantes Guarani-Kaiowá, por sua vez, definiram um processo modular e itinerante de formação de “Semeadores”, com cada módulo a ser realizado em uma TI diferente, sendo estas 3 áreas de referência do Projeto GATI (TIs Pirakuá, Jaguapiré e Sassoró) e as TIs Caarapó e Panambizinho, que desenvolvem trabalhos com agroecologia, sistemas agroflorestais e recuperação ambiental. Em todas as propostas, porém, foi percebida a insatisfação com o atual modelo de escola indígena, que conforme estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases, deva ser diferenciada e atender à realidade e anseios das comunidades, mas não tem cumprido esse papel. Há, portanto, a expectativa que o CFI venha suprir essa lacuna, como espaço onde se privilegia a cultura e os conhecimentos indígenas.

Em 2014 destacamos as seguintes ações apoiadas pela Funai:

- Foi construído a “Casa de Formação/Espaço GATI Ovuku Tumuné Terenoe” na aldeia Mãe terra, TI Cachoeirinha, em uma área de 5 hectares designada pela comunidade. A casa (centro) foi construída com materiais rústicos, pelos próprios indígenas, com apoio do projeto GATI.

- Foi construído Centro de Formação na TI Uaçá, com recursos de emenda parlamentar administrada pela Coordenação Regional de Macapá/Funai. O Centro deverá iniciar a implementação de cursos de formação de gestores ambientais indígenas no ano de 2015, a partir de projeto da TNC com o Fundo Amazônia/BNDES.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Elaboramos 3 modalidades distintas de cursos de formação, tendo como foco norteador a gestão ambiental e territorial e a PNGATI: i) curso modular, a ser desenvolvido em 1 ano, totalizando 5 módulos e 200 horas/aula; ii)curso

destinado às regionais, especialmente aos chefes de Serviços de Gestão Ambiental e Territorial - SEGATs, com duração de 5 dias; iii)curso itinerante para atender localmente as CRs ou Redes de CRs, de caráter intensivo (2 a 3 dias) e abarcando um número maior de servidores, especialmente os Comitês Regionais da Funai.

No primeiro semestre de 2014 destacamos as seguintes ações apoiadas pela Funai:
1. Iniciado o Curso de Formação Continuada em PNGATI Nordeste/Leste, Em 40h/aula/módulo participaram quarenta e dois cursistas, sendo doze gestores públicos vinculados a três coordenações regionais do ICMBio, cinco Coordenações Regionais da FUNAI (MG ES, Sul da Bahia, Baixo São Francisco, Nordeste I, Nordeste II); e trinta indígenas de vinte e uma etnias (Tingui Botó, Xocó, Tuxá Kanãnahá, Tuxá São Francisco, Kiriri, Tuxá Aldeia Mãe, Pataxó, Tupinambá, Pataxó Hãhãhãe, Tapeba, Pitaguary, Tremembé, Guarani, Tupiniquim, Tuxá Setsôr Bragagá, Xakriabá, Pankararu, Fulniô, Potiguara), residentes em várias Terras indígenas da região Nordeste e Leste, nos domínio da caatinga e Mata Atlântica costeira .
2. Foi iniciado um Curso de Formação em PNGATi executada pela FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, em uma parceira FUNAI, ISA, ICMBio e IFAM-SGC/AM com recursos do PDPI/MMA. São ao todo 40 participantes, sendo 7 gestores não indígenas e 33 gestores indígenas.

No segundo semestre de 2014 destacamos as seguintes ações apoiadas pela Funai:
1. Conclusão dos 5 módulos dos cursos de Formação Continuada em PNGATI nas regiões de Rondônia, Roraima e Sul do Amazonas totalizando 35 gestores públicos e 56 indígenas.
2. Realização dos módulos 1, 2 e 3 do Curso de Formação Continuada em PNGATI da região Nordeste/Leste, com a participação de 12 gestores públicos e 30 indígenas.
3. Conclusão dos 5 módulos do curso de Formação Continuada em PNGATI na região Sul/Sudeste, totalizando 09 gestores públicos e 16 indígenas.
4. Realização dos módulos 1, 2 e 3 do Curso de Formação Continuada em PNGATI da FOIRN, com a participação de 7 gestores públicos e 33 indígenas.
5. Realização do curso de difusão cultural “A PNGATI e os desafios da gestão territorial das terras indígenas no Amapá e Norte do Pará”, que contou com a participação de 50 técnicos e gestores públicos estaduais e federais que trabalham com a temática indígena e socioambiental no Estado do Amapá. A iniciativa foi uma realização do Iepé em parceria com o Projeto GATI, Funai e TNC.
6. Realização do módulo “Entendendo a PNGATI” do curso de formação em PNGATI da Rede de Cooperação Amazônica – RCA , que contou com a participação de 30 lideranças indígenas.

OBS: No ano de 2013, 97 gestores não indígenas participaram de 5 cursos de formação continuada em PNGATI e 82 gestores indígenas participaram de 4 cursos de formação continuada em PNGATI, perfazendo um total de 179.
No ano de 2014, 151 gestores não indígenas e 165 gestores indígenas participando de 9 cursos de formação em PNGATI, perfazendo um total de 316.

Quantidade alcançada

316

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 a Funai publicou material didático sobre gestão ambiental e territorial de terras indígenas, intitulado "Diretrizes para elaboração de PGTAs de terras indígenas", procurando, dentre outras coisas, fornecer uma ideia qualitativa do tempo necessário para elaboração de um PGTA.

Meta compartilhada entre a Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (CGGAM) e Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental (CGLic) da FUNAI. Material a ser elaborado ao longo do PPA: 1 em 2013. Embora houvesse a expectativa de publicação no ano de 2014, não foi possível o cumprimento da meta. A publicação, em fase de elaboração será publicada em 2015.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/12/2014

- **Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram publicadas duas Instruções Normativas com base na Portaria Interministerial 419/2011, publicada em 2011. Como parte do processo de regulamentação da Funai como interveniente, foi promovida, em 2013, uma Oficina com as unidades regionais da Funai, denominada "Oficina Sobre Compensação e Mitigação e Controle Ambiental do Componente Indígena no Processo de Licenciamento Ambiental". A referida oficina teve como alvo o público interno da FUNAI, especialmente os técnicos da sede e das regionais envolvidos na análise de impactos e acompanhamento dos planos de compensação e mitigação voltados às comunidades indígenas afetadas por empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental. Especificamente em 2014 a Funai trabalhou para o pleno cumprimento da Portaria Interministerial nº 419/2011, que vem passando por discussões para sua revisão. Buscou-se ainda trabalhar na organização de procedimentos para os empreendimentos chamados de pequeno porte, caracterizados pela existência do Licenciamento Ambiental Único.

A Funai ainda trabalhou na atualização do sistema de Informações Indígenas - SII e que não está ainda disponível, para melhorar os procedimentos e o acompanhamento dos processos, permitindo a transparência do trabalho realizado. No ano de 2014, foram realizados cerca de 266 (duzentos e sessenta e seis) deslocamentos, totalizando mais de 200 (duzentas) missões envolvendo Processos de Licenciamento Ambiental, havendo, portanto, um aumento significativo em relação ao ano de 2013. Em termos qualitativos e como vem acontecendo ao longo dos anos, conseguimos desenvolver missões que extrapolaram o acompanhamento dos processos, como realizado ordinariamente, passando da participação em eventos para explicar o que é o componente indígena no licenciamento ambiental (fato esse que também contribuiu para o aperfeiçoamento técnico dos servidores da Funai), quanto trabalhar na moderação de conflitos causados, em sua maior parte, pelo descumprimento das normas que regem o licenciamento e o componente indígena. Destaca-se ainda que, além dos mais de 600 Processos com acompanhamento, foram abertos cerca de 140 (cento e quarenta) processos de janeiro a junho de 2014 e mais de 150 (cento e cinquenta) de julho a dezembro. Destacam-se o acompanhamento de grandes projetos previstos no PAC e, mais recentemente, no PIL (Programa deInfraestrutura Logística) do Governo Federal.

- **Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável**

Análise Situacional da Meta

Entre o segundo semestre de 2012 e o primeiro de 2013, foram realizados os diagnósticos previstos para subsidiar a regulamentação: TI Rio Gregório (Yawanawá) e TI Seringal Independência (Huni Kuin) /AC; TIs Barra Velha, Aldeia Velha, Coroa Vermelha e Reserva Indígena da Jaqueira (Pataxó) /BA; TIs Bracuí, Piaçaguera e Aguapeú (Guarani) /

RJ e SP; TI Tenharim do Marmelos (Tenharim) /AM. Complementando o levantamento de informações dos casos piloto, no mesmo período acompanhamos outras ações complementares, que são: Reunião com a comunidade indígena da TI Yanomami sobre a gestão das atividades turísticas no Pico da Neblina (AM); Oficina sobre a regulamentação do turismo no Parque Indígena do Xingu-PIX (MT) junto às 14 etnias do PIX; Reunião com a comunidade Parintintin da TI Nove de Janeiro para acompanhar a apresentação de Plano de Trabalho de Turismo na TI.

Foi realizada reunião com a comunidade indígena Tapurupuara-Mirim/médio Rio Negro, rio Marié (AM) sobre a demanda por Acordo de Cooperação de Turismo.

Redação da proposta de regulamentação concluída e, discutida em reuniões com as demais Coordenações-Gerais da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai.

No 1º semestre de 2014, realizou-se, em Brasília, uma Oficina com a participação das unidades descentralizadas da FUNAI, parceiros institucionais e indígenas para discussão e validação da regulamentação do turismo em Terras Indígenas, ocorrida no mês de janeiro de 2014. Finalizada a redação da Minuta de Instrução Normativa e identificada a necessidade de apreciação pelos indígenas, decidindo-se por discussão na Comissão Nacional de Política Indigenista com a finalidade de definir estratégias para os próximos encaminhamentos.

Já no 2º semestre de 2014, houve continuidade dos entendimentos com indígenas Tenharin no sentido de iniciar atividade de visitação na TI Tenharin Marmelos para fins turísticos, em parceria com empresa privada. Previsão de retomada em 2015 do diálogo interno na Funai - e com o Ministério do Turismo - no sentido de regulamentação da atividade.

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo vem sendo alcançado por meio de articulações com os entes que são diretamente responsáveis pelas políticas e programas de direitos sociais e cidadania do Governo Federal. Como exemplo, foi construído um acordo de cooperação com a Secretaria Nacional de Assistência Social que está sendo avaliado pela Procuradoria Federal Especializa, bem como a Assessoria Jurídica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI); no primeiro semestre de 2014, a FUNAI assinou um Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) visando à realização de Oficinas de Acessibilidade a documentação civil básica nas regiões onde apresentam um alto índice de sub-registro civil, bem como a promoção de mutirões da cidadania, de forma a abarcar o passivo existente entre as populações indígenas do país. Nesse sentido, foi realizada a oficina com enfoque na Acessibilidade dos Povos Indígenas na Coordenação Regional do Rio Negro. O diálogo com os parceiros tem sido fortalecido e consequentemente tem avançado o acesso dos povos indígenas às políticas públicas. Dentre eles, podemos citar os avanços com o Ministério das Cidades (MCidades) no que tange ao Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR – no âmbito do Minha Casa Minha Vida; o programa Luz para Todos junto ao Ministério do Meio Ambiente (MME); e as questões de segurança alimentar e nutricional, principalmente em relação à distribuição de alimentos emergenciais – qualificação dos beneficiários e melhoria dos produtos ofertados nas cestas. Destaca-se a articulação com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que está dialogando, no âmbito de todas as suas secretarias, além do Programa Bolsa família, sobre as questões relativas à proteção social, segurança alimentar e acesso à água. Todas essas ações são monitoradas no âmbito do programa Brasil Sem Miséria. Foi lançada, no primeiro semestre de 2014, a primeira Cartilha sobre Registro Civil de Nascimento para os Povos Indígenas, em parceira com a SDH/PR, a qual visa informar os gestores locais e os próprios indígenas sobre seus direitos e deveres na busca pela emissão do Registro Civil de Nascimento, apontando os caminhos e os fluxos para obtenção da Certidão de

Nascimento Civil. Já as atividades de mobilização voltadas à participação dos povos indígenas na construção e avaliação de políticas públicas bem como de difusão de informações sobre direitos sociais e de cidadania continuam sendo centrais ao processo de diálogo do Governo Federal com os Povos Indígenas. Nesse sentido, a ação articulada da Funai com o Ministério da Justiça, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria de Política para as Mulheres, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Secretaria dos Direitos Humanos, o Ministério de Desenvolvimento Social, da Cultura, da Saúde e da Educação e ainda, organizações não governamentais como a Organização Internacional do Trabalho - OIT, Unicef, GIZ, PNUD juntamente com povos e organizações indígenas permitiu a participação representativa de lideranças indígenas de todas as regiões do país em seminários, encontros, reuniões de Conselhos e Comitês de saúde e educação, mesas de diálogos sobre a questão fundiária, e outras atividades culturais como é o caso da I Oficina de Formação e Informação de Mulheres Indígenas no Espaço Nacional de Diálogo com Mulheres Indígenas, Projeto Séculos Indígenas, Aldeia Multiétnica, 8ª Assembleia Geral da APOINME, Oficina sobre Consulta Livre Prévia e Informada com povos do Acre, Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e SBPC Indígena. Fundamentalmente, a ação de mobilização vem apoiando a discussão governamental, indígena e indigenista sobre a realização da I Conferência Nacional de Política Indigenista no âmbito da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), cujo Decreto Presidencial convocatório foi publicado em julho de 2014. Localmente, as atividades de difusão de direitos contribui para o fortalecimento das organizações indígenas e para o engajamento de outros poderes, órgãos e instituições na defesa e promoção dos direitos sociais e de cidadania sendo chave para o enfrentamento de situações de violações de direitos, inclusive casos de violência, discriminação e desigualdade. Nessa linha, 2014 também foi marcado pelos avanços da Funai nas discussões internas com o Gabinete da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS), a Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos Sociais (CGPDS/DPDS), Ouvidoria e Procuradoria Federal Especializada sobre o papel da Funai na garantia do direito à convivência familiar de crianças e jovens indígenas em situação de vulnerabilidade social, apoiamos o acompanhamento técnico da Funai de casos judiciais de adoção, guarda, tutela e risco de perda de poder familiar e construímos uma proposta de fluxo de atendimento pela Funai, de capacitação de servidores para atuação no tema e de medidas cabíveis para a sensibilização da rede de atendimento e dos operadores de Direito. Assim, apesar da meta de apoiar a realização de 150 eventos já ter sido atingida nos anos anteriores, percebe-se que o conceito amplo de eventos abarca iniciativas, projetos e ações que se desdobram em inúmeras atividades. Também desenvolvemos atividades de informação sobre o direito de consulta previsto na Convenção 169 da OIT junto aos povos indígenas do Acre, Mato Grosso e Amapá utilizando uma cartilha desenvolvida pela Funai. Por fim, em 2014, foram realizadas 06 Oficinas de Diálogo sobre Promoção da Cidadania com as Coordenações Regionais (Maranhão, Araguaia Tocantins, Dourados, Campo Grande, Ponta Porã, Xavante, Ribeirão Cascalheira, Cuiabá, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Noroeste de Mato Grosso, Nordeste I e Baixo São Francisco) e suas Coordenações Técnicas Locais para a difusão e aprimoramento dos documentos orientadores construídos sobre gênero e assuntos geracionais, mobilização, participação e consulta que orientam sobre o trabalho da Funai no campo da Cidadania.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas**

  Análise Situacional da Meta

  Atingida a meta com a realização de 172 eventos em 2012. Em 2013 foram totalizados 108 eventos interinstitucionais, realizados em apoio às Coordenações Regionais que desenvolveram ações relacionadas aos assuntos de gênero, geracional e mobilização social, com vistas ao fortalecimento organizacional e político das iniciativas dos Povos Indígenas (projetos, reuniões, encontros, assembleia e oficinas). Avançou-se também, na elaboração de orientações e critérios para o apoio a ações de mobilização no âmbito da Funai e em parceria com outros órgãos federais. Com relação à Articulação Intersetorial no Acesso e Qualificação das Políticas Públicas, a Funai participou de reuniões com

a SNJ, SPM, SESAI, CNPI. Realizamos em parceria com a Secretaria de Políticas para as mulheres(SPM) e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ)duas reuniões com mulheres indígenas para discutir sobre a instituição de um Espaço Nacional de Diálogo de Mulheres Indígenas.

Em 2014 foram realizados 219 atividades junto às Coordenações Regionais para desenvolverem ações relacionadas a eventos envolvendo as pautas de gênero, assuntos geracionais e mobilização social, inclusive de educação, com vistas ao fortalecimento organizacional e político das iniciativas dos Povos Indígenas (projetos, reuniões, encontros, assembleias e oficinas).

Ressaltamos que, em relação a quantificação da meta, o número de estudantes do ensino superior apoiados pela Funai diminuiu em relação ao primeiro semestre de 2014, tendo em vista a conclusão dos cursos pelos estudantes; o não atendimento de critérios pelas normativas; o encerramento de termos de cooperação; e principalmente o incentivo à inscrição no Programa Bolsa Permanência do MEC.

Cabe ressaltar que desde a criação da Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania (CGPC), foi ampliada a atuação da Funai para além dos “direitos sociais”, incluindo eventos e reuniões relacionados aos “direitos de cidadania” e visando à qualificação das políticas públicas de um modo geral e não apenas na área de saúde, assistência e seguridade social. Seguindo a competência regimental definida em 2012 (após a elaboração do PPA), e as diretrizes do Governo Federal de fortalecimento da participação social, passamos a atuar também com vistas ao exercício do controle social indígena para o aprimoramento de políticas públicas voltadas a povos indígenas. Por isso a importância de corrigir a redação da meta para o período no sentido de transformá-la numa meta mais qualitativa.

Dessa maneira, informamos que os eventos ocorridos exclusivamente para tratar de direitos sociais alcançariam a referida meta proposta, sem contudo refletir o que de fato temos feito no cumprimento de nossa missão institucional que é muito mais ampla desde 2012. E, de fato, os assuntos dos direitos sociais têm sido trabalhados pela referida Coordenação no bojo da discussão geral sobre direitos.

Quantidade alcançada

499

Data de Referência

31/12/2014

- **Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento**

Análise Situacional da Meta

Com o intuito de reduzir o sub-registro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizadas ações em todas as regiões do país. A estimativa é que temos efetivadas até a presente data, aproximadamente 13.773 mil novas emissões de documentos civis, com destaque para a realização de mutirões nas regiões jurisdicionadas às Coordenações Regionais Amapá e Norte do Pará/AP; Centro Leste do Pará/PA; Médio Purus/AM; Vale do Javari/AM; Roraima e Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami/RR; Rio Negro/AM; Ji-Paraná/RO; Noroeste do Mato Grosso/MT; Cuiabá/MT; Xavante/MT; Baixo São Francisco/BA; Maranhão/MA e Coordenação Regional Baixo Tocantins/TO. Em parceria com os Governos dos Estados, Conselho Nacional de Justiça e Secretaria de Direitos Humanos, a Fundação Nacional do Índio empenhou-se em 2013 nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nominação próprias dos indígenas, conforme a Resolução Conjunta entre CNJ e CNMP de 2012.

Quantidade alcançada: 13.773

Data de Referência: 30/12/2014

OBS: Conseguimos sucesso na entrega desses dados somente no 2º semestre de 2014, tendo em vista os dados completos enviados pelas Coordenações Regionais da Funai somente no final do ano de 2014, bem como a maioria dos mutirões de documentos ocorridos em especial, depois das eleições, por isso conseguimos uma valoração mais alta.

Quantidade alcan- ada
13.773
Data de Referência
30/12/2014

- **Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados**

Análise Situacional da Meta

A elaboração da Instrução Normativa que estabelecerá diretriz e orientará a atuação das Unidades (Sede e Regionais) da Funai, no âmbito do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR - foi, temporariamente, suspensa devido a criação do Grupo de Trabalho sobre Ingresso em Terra Indígena. Pois as diretrizes que estão sendo propostas nesse GT impactam diretamente na IN-PNHR, portanto, para que a Fundação não publique normatizações conflitantes, adotamos o princípio da precaução. Lembrando que a IN-PNHR está sendo construída com os parceiros - CAIXA, Ministério das Cidades e Banco do Brasil. A Funai tem avaliado a possibilidade de elaboração de uma Instrução Normativa que estabeleça diretrizes para todos os projetos de infraestrutura comunitárias em terras indígenas.

Quantidade alcançada

842
Data de Referência
31/12/2014

- **Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

A Funai não possui recursos orçamentários próprios para o desenvolvimento dessa meta e não é o órgão federal responsável por financiar a construção direta de moradias em larga escala ou de outras obras de infraestrutura comunitária, como por exemplo, estradas, pontes, rede de energia elétrica, sistemas de abastecimento de água e pistas de pouso. Trabalha-se somente com financiamento de casas tradicionais ou ainda dentro das nossas competências com obras de pequeno porte como os abrigos provisórios. Entre janeiro e dezembro de 2014 foram autorizadas: a) a construção de 2409 (duas mil quatrocentos e nove) unidades habitacionais (casas) via Programa Nacional de Habitação Rural; b) a construção de 10 (dez) Unidades Básicas de Saúde em Terras Indígenas; c) a construção de 05 (cinco) quadras poliesportivas; d) a construção de 01 (um) CRAS na Terra Indígena Tupiniquim no Estado do Espírito Santo; e) a implantação de um projeto de eletrificação pelo Programa Luz para Todos na Terra Indígena com 120 unidades contempladas. A Funai garantiu recursos para reconstrução de 04 casas de indígenas da Etnia Xokleng e que se encontram em situação de risco de desmoronamento no Estado de Santa Catarina. Também foram destinados recursos para manutenção de casas atingidas pelas chuvas (RS/SC/PR), recursos para adquirir kits removíveis de madeira que atendem a população de indígenas acampados no estado do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Também foram destinados recursos para fomentar a construção de casas tradicionais nos estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Rio Grande do Sul. A Funai ainda destinou recursos para a manutenção de 170km de estradas em Terras Indígenas (MT) e autorizou a manutenção 100km de estradas por prefeituras em estradas das Terras Indígenas de Parabubure (MT) e Igarapé Lourdes (RO). Realizamos também, articulação com SESAI para discutir projetos alternativos de captação de água e esgotamento sanitário em Terras Indígenas. Ao todo, foram 32 etnias atendidas, 40 projetos autorizados em TI sendo que esses atendimentos contemplam 16 Coordenações Regionais.

Quantidade alcançada

177
Data de Referência
30/12/2014

- **Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

Realizou-se um curso on-line a fim de capacitar servidores da FUNAI à acessar o referido canal remoto. O curso contabilizou 232 servidores capacitados.

No total foram 19 as Coordenações Regionais da FUNAI inscritas para operar o sistema em 2013.

No ano de 2014, sistema interligado implantado e em funcionamento em 24 Coordenações Regionais da FUNAI. A principal dificuldade enfrentada tem sido a implantação de estrutura física (sede, computadores e acesso à internet) em todas as 298 Coordenações Técnicas Locais da Funai. No ano de 2014, não houve a inclusão de novas Coordenações Regionais, tendo em vista as dificuldades listadas acima.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

30/12/2014

- **Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nominação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Meta cumprida integralmente, através da assinatura do Acordo de Cooperação entre Funai, CNJ, SDH e outros órgãos, publicado no Diário da Justiça, Edição nº 38/2012 Brasília - DF, em 7 de março de 2012. Além do Acordo, foi viabilizada a publicação de Resolução Conjunta entre CNJ e CNMP.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/12/2014

- **Promoção de Eventos de Capacitação voltados a prevenção à violência contra a criança indígena.**

Análise Situacional da Meta

Em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, foi apoiada a participação dos jovens indígenas na Mesa Redonda do Fórum Nacional de Direitos Humanos. Assim como a Funai apoiou e participou da audiência pública no Senado Federal com as crianças Guarani sobre a situação de violência e fundiária na região.

No ano de 2014, a Funai avançou nas discussões internas com o Gabinete da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, Ouvidoria e Procuradoria Federal Especializada sobre o papel da Funai na garantia do direito à convivência familiar de crianças e jovens indígenas em situação de vulnerabilidade social, apoiamos o acompanhamento técnico da Funai de casos judiciais de adoção, guarda, tutela e risco de perda de poder familiar e construímos uma proposta de fluxo de atendimento pela Funai, de capacitação de servidores para atuação no tema e de medidas cabíveis para a sensibilização da rede de atendimento e dos operadores de Direito.

- **Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares e etc), para o atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos**

Análise Situacional da Meta

A aproximação com o MDS data de 2012, ganhando forças quando uma comissão de indígenas foi recebida pela Presidenta Dilma. Logo após o convite, o MDS convocou a instalação de uma sala de situação que monitora o Programa Brasil sem Miséria onde o recorte indígena e a Assistência Social, estão presentes. Após a realização de uma reunião, se avançou a parceria estabelecida com o MDS e se efetivou a pactuação de construção de um Acordo de Cooperação Técnica para qualificação da Política Nacional de Assistência Social para os povos indígenas.

Em 2014, foi realizada a Oficina entre FUNAI e Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) com vistas a construção de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios da Política Nacional de Assistência Social para os povos indígenas.

promoção de diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável dos Povos Indígenas.

Nesse contexto, alguns temas importantes foram priorizados como: a continuidade da implementação do Projeto Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros - GEF – Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI; fruto de parceria entre a Funai, Ministério do Meio Ambiente – MMA, PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, GEF- Fundo Mundial de Meio Ambiente, as organizações indígenas regionais ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, COIAB e a Organização não-governamental TNC do Brasil, em consonância com a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas-PNGATI, a discussão da proposta de formação continuada em PNGATI para gestores indígenas e não indígenas; a publicação de Diretrizes para Elaboração de Planos de Gestão em Terras Indígenas, apoiou iniciativas que contribuem para o fortalecimento da gestão ambiental das Terras Indígenas, tais como: recuperação ambiental, capacitação de representantes indígenas e servidores da Funai em gestão ambiental, ações de educação ambiental, gestão de resíduos sólidos, participação em oficinas de discussão e planejamento de Mosaicos de Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas e, ainda, diagnósticos e levantamentos etnoambientais de terras indígenas. Tendo como princípio orientador as diretrizes da PNGATI, a Funai orientou as Unidades regionais em entendimento com os indígenas, implementar projetos com foco em segurança e soberania alimentar e nutricional prioritariamente, estruturar sua capacidade produtiva segundo o conceito de cadeias de valor e reverter situações de uso irregular dos recursos naturais em projetos com foco em princípios de sustentabilidade. Em paralelo, a Funai conduziu discussão relativa à criação de norma referente à atividades de visitação em Terras Indígenas para fins turísticos, a qual está em discussão na Comissão Nacional de Política Indigenista.

Metas 2012-2015

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas**

Análise Situacional da Meta

Assinada e publicada, em abril de 2013, a Portaria que regulamenta o Artigo 8º do Decreto 7.747, de 05 de junho de 2012, define estrutura, composição e funcionamento do Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI. O Comitê realizou sua 1ª reunião em outubro/2013, definindo seu Plano de Trabalho para realização de diversas atividades, entre elas a elaboração de proposta técnica, metodológica e orçamentária da Conferência.

Nos dias 25 e 26 de março de 2014 foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor da PNGATI, onde decidiu-se pela criação de uma Câmara Técnica para trabalhos relativos à Conferência. Esta Câmara Técnica reuniu-se em 28 de abril de 2014 havendo sido indicado que a Conferência deveria ser realizada em 2016, sendo suas preparatórias iniciadas em 2015. Sugerimos revisão de responsáveis pela Meta tendo em vista ser uma meta mais ampla envolvendo a participação de representantes indígenas, vários setores da Funai e outros órgaõs federais. (Compartilhar com MMA).

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena**

Análise Situacional da Meta

Considerando o lançamento em 2014 do Ano da Agricultura Familiar pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, essa meta não foi objeto de execução no período.

- **Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas**

Análise Situacional da Meta

Esta meta ficará para o ano de 2015. A avaliação atual, relativa à capacidade operacional e a reprogramação or-ament§ria aponta para a necessidade de cumprimento dessa meta apenas em 2015.

Sobretudo, com o objetivo precípuo de capacitar tecnicamente pesquisadores, provenientes de povos indígenas participantes da iniciativa, para assumirem a gestão de seus patrimônios culturais. Destacam-se entre as principais ações desenvolvidas:

- preservação de bens culturais sob a guarda do Museu e novas coleções contemporâneas de cultura material adquiridas durante o ano;
- continuidade das atividades de captura digital do acervo de cultura material e dos registros audiovisuais sob a guarda da instituição e a inserção das imagens digitais na base de dados;
- promoção de atividades de valorização das culturas indígenas junto às Coordenações Regionais da FUNAI;
- desenvolvimento de projetos de pesquisa e documentação de um conjunto significativo de línguas, culturas e acervos em parceria com populações indígenas de todas as regiões do país;
- capacitação de pesquisadores indígenas em metodologias e técnicas de documentação linguística, cultural e de acervos;
- implementação de amplo projeto de digitalização da documentação textual, abrangendo um total de 802 mil páginas de documentos que integram conjuntos arquivísticos de grande relevância para os povos indígenas e para a memória da política indigenista no Brasil – entre os quais os fundos SPI-Serviço de Proteção aos Índios e Comissão Rondon;
- produção editorial de publicações voltadas para a divulgação dos resultados dos trabalhos de pesquisa e documentação desenvolvidos, incluindo livros indígenas, abrangendo narrativas, catálogos, cartilhas, glossários, apostilas, etc.;
- produção e finalização de filmes etnográficos, realizados e editados com a participação de pesquisadores indígenas das etnias envolvidas nos projetos de pesquisa e documentação em andamento;
- promoção de cooperação técnica com outras instituições científicas e culturais visando à preservação e difusão dos acervos - a exemplo do acordo celebrado com a Fundação Oswaldo Cruz para a transferência de tecnologia de base de dados para documentos de arquivo e criação de rede para troca de informações arquivísticas;
- renovação, até junho de 2015, do Acordo de Cooperação Internacional com a UNESCO, voltado para a ampliação da capacidade da comunidade de pesquisadores indígenas e não indígenas para a documentação de línguas, culturas e acervos.
- recuperação do patrimônio arquitetônico tombado, visando principalmente garantir a segurança dos acervos e espaços expositivos;
- migração do Portal da instituição na internet para nova plataforma;
- atendimento direto ao público visitante nas instalações do Museu e por ocasião das exposições itinerantes, além de um numeroso e crescente público virtual, por meio do Portal institucional, blog e redes sociais disponibilizadas.

Uma ação de especial significado para os povos indígenas, iniciada no biênio 2012-2013, diz respeito à produção de dossiês, constituídos do conjunto de registros resultantes dos trabalhos desenvolvidos até o momento, com a participação sistemática dos pesquisadores indígenas, no âmbito dos projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos.

O conjunto de ações empreendidas visa, em última instância, fazer chegar diretamente aos índios o conhecimento técnico acumulado pelo órgão científico e cultural da FUNAI na área de preservação, documentação e divulgação do patrimônio cultural indígena, propiciando também condições efetivas para a formação de jovens pesquisadores e documentalistas, especialistas em técnicas de documentação linguística, registro audiovisual e edição de filmes, familiarizados com o gerenciamento de bancos de dados e sítios na internet, na gestão de seus acervos, na curadoria indígena de projetos de exposições, na organização de publicações de sua autoria, etc., capacitando-os para protagonizarem seus próprios projetos de preservação e difusão de suas culturas.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, a Ação de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sob a coordenação do Museu do Índio,

processou, em termos de apoio financeiro e técnico, 72 projetos de atividades culturais dos povos indígenas, apresentados por 32 das 37 Coordenações Regionais da Funai.
Somente 05 CRs não enviaram projetos e 03 CRs tiveram seus projetos avaliados como inconsistentes ou inviáveis para aprovação, ficando portanto, 29 de 37 com projetos culturais em desenvolvimento.
Importante destacar que este é resultado de uma avaliação parcial do exercício da Meta de Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, sendo que alguns projetos já foram analisados e aprovados sob o ponto de vista de condicionantes técnicos, no entanto, seus resultados, em termos de recursos empenhados e realizados, ainda não foram contabilizados nesta avaliação. O critério que estabelecemos para registrar o exercício efetivo da meta, para o Museu do Índio, é o da descentralização dos recursos, sendo posteriormente confirmada a sua realização com a apresentação do Relatório de Atividades a ser apresentado pela Coordenação Regional ao final de cada ano.
Como observamos, a dispersão regional dos projetos apoiados nos mostrou que a maioria deles teve procedência das regiões Norte e Centro-Oeste, como esperado, uma vez que são as regiões que concentram a maior concentração populacional de povos indígenas e maior diversidade indígena, além de ter terras indígenas com as maiores extensões.
Em termos de distribuição de recursos, esta seguiu a mesma tendência, como veremos a seguir: de um total de recursos descentralizados de R$558.456,14, temos a seguinte distribuição:
- para a região Norte, foram descentralizados 401.408,94 (43,6%)
- para a região Nordeste foram 122.149,40 reais (13,3%);
- para o Centro-Oeste descentralizamos 249.377,45 reais (27,1%),
- para o Sudeste 44.628,22 reais (4,8%),
- para o Sul, 102.788,02 reais (11,2%).

Estes projetos possibilitam atender a demandas de um total de 90 etnias diferentes em todo o Brasil, visando a valorização e preservação das expressões culturais e dos modos de produção social que formam o vasto patrimônio cultural dos povos indígenas no Brasil. Considerando a estimativa de que há atualmente cerca de 220 povos indígenas, estes projetos atendem a aproximadamente 40% desta diversidade cultural.
Foi elaborado um conjunto de Normas e Diretrizes, presentes no documento “Chamada de Projetos Culturais 2014”, publicado por meio da internet nas páginas (sítios) da Fundação Nacional do Índio e do Museu do Índio no início do ano (janeiro), para orientar o trabalho de elaboração dos projetos culturais a ser feito pelas Coordenações Regionais (CRs). São divulgados também os formulários para preenchimento dos projetos que devem ser elaborados pelos técnicos da Coordenação Regional (CR) em conjunto com as comunidades indígenas e encaminhados com as assinaturas de todos os envolvidos. Os técnicos das CRs devem acompanhar a execução dos projetos nas áreas e apresentar, ao final de sua execução, um Relatório de Atividades anual. Em termos de atividades apoiadas, as normas e diretrizes contidas na “Chamada de Projetos Culturais 2014” para guiar os formulários de projetos indicam 5 linhas temáticas, que são:
1.Produção de artefatos para uso e/ou venda - 42 projetos;
2.Comercialização e/ou distribuição e/ou divulgação da produção cultural – 6 projetos;
3.Registro e documentação do patrimônio cultural dos povos indígenas – 14 projetos;
4.Oficinas de repasse de saber – 17 projetos;
5.Celebrações e/ou eventos – 21 projetos;

Como podemos observar a partir dos dados acima, que refletem ainda um resultado parcial dos projetos, que ocorreram algumas mudanças em relação às áreas temáticas dos projetos. Progressivamente, a partir das pactuações que foram feitas nas Oficinas de Planejamento da Funai em 2013 e 2014, com a indicação de ênfase do programa no apoio a projetos de produção e comercialização de cultura material no contato direto entre nós do Museu do Índio e Coordenadores Regionais, notamos um crescimento muito grande de projetos direcionados para a área de “produção de artefatos para uso e/ou venda”, e uma redução dos projetos direcionados para “Celebrações”. Em termos qualitativos,

os projetos têm sido elaborados com um padrão formal e de conteúdo muito superior aos anos anteriores, o que tem revelado da eficácia de uma política sólida e contínua, resultado de um planejamento institucional que vem ganhando força.

Quantidade alcançada

154

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios**

Análise Situacional da Meta

As ações voltadas para a capacitação de pesquisadores indígenas especialistas na documentação de suas línguas, culturas e acervos tiveram continuidade no exercício por meio de mais de quarenta oficinas e treinamentos sistemáticos, nas aldeias e nas instalações do Museu do Índio, com a formação de jovens pertencentes a povos de todas as regiões do território brasileiro.

Parte significativa das atividades desta etapa dos projetos de pesquisa e documentação prossegue focalizando o tratamento e a finalização de produtos resultantes dos trabalhos desenvolvidos, abrangendo o preparo de narrativas, cartilhas, dicionários, livros de música e outros textos para publicação, materiais informativos e de divulgação para incorporação aos bancos de dados e acesso nos portais dos projetos, até a edição de filmes concebidos e produzidos pelos próprios índios. Cabe destacar a participação e premiação, em festivais e mostras cinematográficas, de filmes realizados por pesquisadores indígenas treinados nas oficinas de audiovisual.

Na área de capacitação na gestão e divulgação do patrimônio cultural indígena, pesquisadores participam da concepção e preparo de exposições e mostras sobre suas culturas, assim como do registro do processo de confecção de artefatos e dos saberes de natureza imaterial associados à sua produção. Diversas atividades e oficinas contam também com a assessoria de mestres e artesãos na qualificação de conteúdos e informações dos acervos de seus povos nas reservas técnicas e bases de dados do Museu do Índio, propiciando um contato direto com objetos produzidos por seus antepassados, imagens, filmes, gravações sonoras e outros documentos a eles referentes e, simultaneamente, a oportunidade de transmissão de conhecimentos especializados às equipes técnicas participantes dos projetos e aos próprios jovens pesquisadores indígenas.

Considerando-se cumulativamente o período janeiro de 2012 a dezembro de 2014, os treinamentos realizados resultaram, até o momento, na capacitação em documentação de um total de 134 pesquisadores, a maioria com apoio de bolsas de pesquisa. A quantidade alcançada se deve, principalmente, à renovação do Projeto de Cooperação Técnica com a UNESCO, que viabilizou a intensificação dos trabalhos em andamento e a ampliação nos treinamentos, oficinas e bolsas para pesquisadores indígenas.

Quantidade alcançada

134

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas**

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Trabalho na área de Conhecimentos e Expressões Culturais Tradicionais e dos Povos Indígenas foi instituído pela Portaria nº 37, de 12 de abril de 2012, com o escopo de realizar o levantamento de informações sobre a matéria e elaboração de relatório, a respeito da organização nacional para a proteção dos referidos conhecimentos, inclusive no âmbito dos tratados e convenções internacionais do qual o Brasil seja signatário. Os trabalhos desse GT

concentraram-se nos conhecimentos tradicionais e nas expressões culturais tradicionais relacionados, especificamente, à arte e cultura, uma vez que os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e recursos genéticos já possuem legislação própria e um órgão regulatório específico, qual seja: o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEM/MMA, onde o Ministério da Cultura possui assento permanente.

Ao final dos trabalhos, esse GT apontou, em relatório, sugestões e recomendações para subsidiar as atividades do Ministério da Cultura, no que concerne à proteção dos conhecimentos e expressões culturais tradicionais e ainda concluiu que, para a elaboração de um marco legal, seria necessário ampliar e aprofundar a discussão, em outra dimensão e em âmbito interministerial.

Publicação da Portaria Nº 112 de 17 de dezembro de 2013, que modifica os arts. 1º e 2º da Portaria nº 269, de 14 de setembro de 2004, do Ministério da Cultura, criando o Grupo de Trabalho Permanente sobre Diversidade Cultural, no âmbito do Ministério da Cultura. O Grupo de Trabalho tem entre as suas atribuições elaborar posicionamentos e encaminhamentos concernentes com a aplicação da Convenção da Unesco sobre a Promoção e a Proteção da Diversidade das Expressões Culturais. Ocorreu uma reunião no ano de 2013 e três reuniões em 2014. Dentre outros temas, em 2014, esse GT discutiu a estruturação de uma política voltada para a proteção e valorização dos conhecimentos tradicionais.

Com o término do prazo de funcionamento desse Grupo de Trabalho, o GT Permanente da Diversidade Cultural, coordenado pela SCDC, retomou as discussões sobre esse tema. O tema foi retomado ainda na Reunião de Análise Estratégica (RAE) do MinC.

A SCDC colaborou ainda junto aos órgãos de governo que dialogam com o congresso sobre o PL 7735/2014, de autoria do poder executivo e de interesse direto dos Povos Indígenas, visando tornar o PL mais adequado e benéfico para esses povos. No que tange aos conhecimentos artísticos e culturais que não tem vinculação direta ao patrimônio genético há duas estratégias:

1) difundir e promover ações de formação no que tange aos direitos autorais, para o casos de conhecimentos de autoria individual;

2) trabalhar junto a DPI/Iphan e DDI/SE/MinC para construção de dispositivos legais adequados à proteção de conhecimentos tradicionais de propriedade intelectual coletiva ou comunitária.

Cabe ainda destacar que com a recente aprovação da Lei Nº 13.018, de 22 de julho de 2014, o Programa Cultura Viva passa a constituir-se como Política Nacional de Cultura Viva.

O processo de revisão, adequação e criação de instrumentos advindos desse novo marco legal, incluem a criação de novo instrumento alternativo aos convênios, o Termo de Compromisso Cultural, com normas de execução e prestação de contas simplificadas e mais adequadas à realidade das organizações culturais, incluindo povos, comunidades, grupos e coletivos sem constituição jurídica.

Nota-se, portanto, que apesar do esforço e do reconhecimento da importância da concretização dessa meta, trata-se de um processo complexo, que ainda encontra-se em andamento e depende de estrutura para sua execução. Além disso, o MinC também participa do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI para a regulamentação do processo de consulta a povos indígenas e quilombolas previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, OIT. Esse GTI é coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, e tem promovido uma série de oficinas e encontros com povos indígenas e quilombolas, nas diversas regiões do país.

- **Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas**

Análise Situacional da Meta

Parte integrante do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura, o Plano Setorial para as Culturas Indígenas é documento de grande relevância para orientar as ações do Ministério da Cultura de valorização das culturas dos Povos Indígenas, um dos campos vitais da diversidade cultural brasileira.

Desde 2012 foram apoiadas diversas ações visando a Implementação do Plano Setorial de Culturas Indígenas, dentre as quais destacamos:

•Fórum Nacional de Culturas Indígenas no Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais na Chapada dos Veadeiros;
•Seminário Juventude Indígena e Convenção 169;
•03 (três) Redes de Pontos de Cultura indígenas – totalizando 79 (trinta e oito) pontos de cultura indígenas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, por meio de convênios, conforme abaixo:
o Instituto Sodetec de Desenvolvimento Social/Região Sul – 24 PCIs;
o Instituto Sodetec de Desenvolvimento Social/Região Sudeste – 9 PCIs;
o Thydewa/Região Nordeste – 8 PCIs;
o Centro de Apoio e Pesquisas Indigenistas (CAPI)/Região Centro Oeste – 5 PCIs;
o Instituto Socioambiental/Região Centro Oeste – 11 PCIs; e
o Instituto Socioambiental/Região Norte – 22 PCIs.
o Total = 79 PCIs

Os projetos apoiados colaboram na efetivação da implementação do Plano Setorial para as Culturas Indígenas (PSCI), uma vez que as ações destes projetos estão norteadas por princípios do plano, tais como a autodeterminação e autonomia dos povos indígenas e o diálogo intercultural. Através da realização destas ações criou-se um espaço de intercâmbio e troca de experiências entre diferentes povos indígenas, o que ofereceu condições para a existência de espaços para diálogo e reflexão sobre temas culturais, de interesse dos povos indígenas, contribuindo na elaboração de estratégias de fortalecimento, valorização e revitalização de suas culturas. No que tange ao Macroprograma Gestão e Participação Social, do PSCI, foi viabilizada a participação dos representantes indígenas no acompanhamento e avaliação do processo de implantação do PSCI e a divulgação e validação do PSCI junto às comunidades e povos indígenas brasileiros, de forma a respeitar suas dinâmicas comunicativas próprias e consolidar espaços de participação e controle social desses povos. A realização dos projetos também colaborou no processo de difusão das culturas indígenas para a sociedade não indígena, de forma a informá-la sobre a contribuição dos povos indígenas para a diversidade cultural e para a formação da identidade nacional. E, ainda, foi um instrumento para a qualificação e criação de mecanismos de gestão das políticas públicas implantadas em contextos socioculturais diferenciados. Os projetos apoiados foram essenciais à difusão dos marcos legais específicos à cultura indígena, enquanto ferramenta de cumprimento de direitos desses povos e para compreensão do processo de sistematização e integração das políticas públicas para as culturas indígenas, no ordenamento jurídico e na estrutura político-institucional brasileira, assim como sua efetividade na garantia do pleno exercício dos direitos culturais pelos povos indígenas e o alcance que o Estado pode ter com suas políticas legalmente respaldadas.

Importante ressaltar que a implementação das três Redes Pontos de Cultura Indígenas, pactuada por meio de Convênios no valor de R$ 9 milhões, chegou-se ao patamar de 50% dos recursos pagos, havendo ainda R$ 1 milhão aguardando condições de pagamento.

Em 2014 foram realizadas duas reuniões do Grupo de Trabalho do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas, visando pactuação de metas para o Plano Setorial, e encaminhamento de outras ações priorizadas pelos membros de colegiado. O membros do colegiado da Sociedade Civil decidiram apresentar as metas na forma de carta à SCDC em dezembro de 2014, por ocasião da Semana Cultura Viva.

- **Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país**

Análise Situacional da Meta

Com relação às ações voltadas para pesquisar e documentar línguas, culturas e acervos indígenas, cabe observar que a meta quantitativa originalmente prevista – no total de 30 – diz respeito a todo o período de execução do PPA 2012-2015, e não a cada exercício, uma vez que, pela própria natureza científica das atividades e os procedimentos técnicos e metodológicos adotados, as etapas gradativas da maioria dos projetos se estendem ao longo do quadriênio. De qualquer

modo, o intenso desenvolvimento dos trabalhos, viabilizando a incorporação de novas etnias indígenas parceiras da iniciativa, tem possibilitado o cumprimento e mesmo a superação da meta.

No último semestre, as atividades desenvolvidas deram continuidade à consolidação de produtos obtidos até o momento no âmbito dos projetos de pesquisa e documentação que incluem a edição de filmes e materiais de áudio e vídeo, o tratamento de imagens, a transcrição e tradução de textos, o preparo para publicação de cartilhas, dicionários, catálogos, etc., além da organização de projetos de exposições etnográficas e mostras fotográficas e a atualização de bancos de dados e sítios na internet referentes aos povos indígenas participantes.

Entre os trabalhos em fase de consolidação, destaca-se o preparo de Dossiês que reúnem os materiais produzidos pelas diversas equipes, representando hoje um rico acervo documental em áudio e vídeo e, principalmente, a consecução de um dos objetivos essenciais dos projetos de pesquisa e documentação: a devolução às comunidades indígenas dos registros linguísticos e culturais de seus povos, produzidos e editados com a participação direta de jovens pesquisadores de suas aldeias e qualificados por seus mestres. Preservados em acervos digitais estarão disponíveis por muitos anos, tanto no Museu do Índio, como nas escolas e centros de documentação em formação das aldeias, para conhecimento e transmissão às futuras gerações.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades**

Análise Situacional da Meta

No período de vigência do atual PPA, na consecução dessa meta, O MinC desenvolveu as seguintes ações:
Oficina de Formação Política da Juventude Indígena e Convenção 169 OIT - Realizada no período de 2 a 6 de abril de 2013, Brasília – DF com o objetivo principal propiciar conhecimentos políticos em geral. Reunião do Grupo de Trabalho Culturas Indígenas – Apoio para participação de quatro representantes indígenas do Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas. Prêmio Culturas Indígenas - 4ª Edição Raoni Metuktire - Realização da cerimônia de premiação de 100 iniciativas contempladas pelo edital Prêmio Culturas Indígenas - 4ª Edição Raoni Metuktire. Reunião do Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas - Encontro de Culturas Populares e Tradicionais, ocorrido no SESC São Paulo, de 1 a 5/10/2013. Apoio à participação de representante indígena (suplente) do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC no encontro dos povos indígenas do Alto Xingu em setembro de 2013, Canarana – MT. Participação de Representação Indígena no XII Festival de Cultura do Povo Yawanawa Apoio a participação de representante indígena (suplente) do Conselho Nacional de Política Cultural, do representante da região Norte do Colegiado Setorial de Culturas Indígenas e de liderança Xinguana, no XII Festival de Cultura do Povo Yawanawa. Apoio à participação de 15 representantes do Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas na III Conferência Nacional de Cultura, ocorrida de 27/11 a 01/12/13. Apoio à realização dos XII Jogos dos Povos Indígenas, em Cuiabá de 8 a 16/11 de 2013. Apoio à participação de dez colaboradores na IX Feira de Sementes Tradicionais Krahô realizada pela Embrapa, de 14 a 18/10/2013 em Tocantins. Participação no Fórum Mundial de Direitos Humanos na mesa Movimentos da Juventude Indígena: novas estratégias pelos Direitos dos Povos Indígenas, realizada no dia 12/12 de 2013, no Fórum Mundial de Direitos Humanos, Brasília-DF. Participação no Encontro de Pontos de Cultura Indígena do Nordeste, realizado pela ONG Thydewa em abril de 2014, em Olivença – BA para a apresentação o Programa Cultura Viva/ Pontos de Cultura Indígena; Plano Setorial para as Culturas Indígenas; Plano Nacional de Cultura e Sistema Nacional de Cultura. Havia indígenas de 8 etnias diferentes que compartilharam a realidades de seus povos e foram debatidas estratégias de

fortalecimento das comunidades indígenas por meio dos benefícios do Programa Cultura Viva. Apoio à participação 17 (dezessete) indígenas e colaboradores na I COPA das Árvores, atividade que inclui a realização da I Feira de Sustentabilidade dos Povos da Floresta e do III Festival Cultural Corredor Pano, realizada naAldeia Kuntamanã – Acre em agosto de 2014. Apoio à realização da Oficina de Formação Política para Juventude Indígena com o tema: "Assuntos Internacionais - Avanços e Desafios", que ocorreu em Brasília/DF, no período de 27 a 31 de outubro de 2014. Participação na discussão sobre o PL 7735/2014, de interesse dos povos indígenas, já que disciplina a questão do consentimento prévio no que compete ao acesso ao conhecimento tradicional associado de origem identificável, e sua discussão no âmbito do poder executivo contou com a participação da SCDC. Apoio para realização do V Módulo do Fórum de Atualização sobre Culturas Indígenas no Brasil. O Mercosul Indígena foi lançado em outubro de 2013, como uma instância para a integração de políticas para os povos indígenas dentro do Mercado Comum do Sul, congregando movimentos sociais e representantes dos povos originários das 12 nações que formam o organismo multinacional (entre membros plenos, associados e observadores). Em continuidade a este processo, foi realizada nos dias 05 e 06 de novembro de 2014, em Buenos Aires, a reunião preparatória para a I Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas no Mercosul – RAPIM, que contou com a participação do Brasil (representado por uma equipe da Funai e do Ministério da Justiça), além do Paraguai, Venezuela, Chile e Argentina. O programa Conexão Cultura Brasil, do Ministério da Cultura, oferece oportunidades aos brasileiros para aprimoramento profissional e acadêmico no exterior, em áreas ligadas a arte, cultura e economia criativa. O British Council é o parceiro estratégico do MINC no planejamento e implementação do programa para oportunidades no Reino Unido. Uma das bolsas oferecidas neste ano, coube a Takumã Kuikuro, líder indígena, para participar do projeto Londres como Aldeia. Essas ações encontram-se detalhadas em anexo.

- **Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas**

Análise Situacional da Meta

Os trabalhos a cargo do Museu do Índio visando à conservação, documentação e divulgação do acervo documental sob sua guarda resultaram na preservação de um total acumulado de 105.300 itens culturais, a partir de 2012, envolvendo tanto intervenções específicas quanto procedimentos de rotina relativos a armazenamento, acondicionamento, controle de umidade e temperatura, processamento técnico, etc., conforme a natureza e o estado de cada documento. Considerando os últimos 12 meses, de julho de 2013 a junho de 2014, a instituição superou a meta programada, tendo preservado um total de 42.824 itens culturais.

Destaca-se no período em análise a continuação do projeto de captura digital do acervo textual, com vistas a preservar e disponibilizar o acesso na base de dados a documentos que integram conjuntos arquivísticos de relevância para a memória da política indigenista e para a própria história do Brasil, como os Fundos SPI e Comissão Rondon, num total de mais de 800 mil páginas. A par de procedimentos sistemáticos de notação, higienização e conferência da documentação processada, já foram produzidos 179.013 objetos digitais em formato tiff e 68.540 arquivos tipo pdf.

Este projeto está sendo desenvolvido simultaneamente à instalação de um novo aplicativo de base de dados, específico para documentos de arquivo - Base Arch-AtoM -, como resultado de acordo de cooperação firmado entre a FUNAI e a Fundação Oswaldo Cruz, por meio da Casa de Oswaldo Cruz.

Também na área de digitalização, deu-se continuidade à captura digital de objetos do acervo etnográfico e dos registros audiovisuais sob a guarda do Museu, com a geração de 5.780 arquivos imagéticos e a inserção das respectivas imagens na base de dados.

Com relação aos acervos recebidos por doação de pesquisadores, que já somam quase 28 mil itens, em 30 coleções distintas, deu-se continuidade às atividades de documentação para a devida salvaguarda na instituição dos materiais

que os compõem - sonoros, fílmicos, fotográficos, iconográficos e textuais, em seus diversos tipos de suporte. Os trabalhos desenvolvidos incluem inventários, diagnósticos técnicos para preservação, coleta de metadados e de dados pessoais dos doadores, além de digitalização ou migração de suporte e, por fim, disponibilização dos registros em base de dados. Do total desses acervos, 35% já estão digitalizados, encontrando-se em fase de identificação e qualificação.

Contribuiu, mais uma vez, para os resultados alcançados na área de preservação o trabalho voltado para a documentação de registros que vêm sendo incorporados aos acervos sonoros e acústico-musicais dos povos indígenas, por meio de gravações de cantos e rituais.

Cabe mencionar ainda o projeto de implantação de uma política de backup para a
instituição, com a aquisição de novos equipamentos para armazenamento de dados e de fitas magnéticas de alta capacidade. Essa ação disponibiliza mais 200Tb (duzentos terabytes) de espaço útil em storages, que possuem tecnologia de redundância de dados, e outros 300Tb (trezentos terabytes) em mídia magnética para suprir as necessidades de duplicação dos serviços e dos dados geridos pela instituição.

Importa reportar ainda o atendimento ao público, indicador de especial importância considerando-se o alcance das ações de registro, preservação e, mais diretamente, de difusão do acervo e das informações qualificadas sobre os povos indígenas. Em 2014, o Museu teve um público de 68.351 pessoas, resultante de visitas escolares, atividades e eventos diversos realizados localmente na instituição, assim como de exposições itinerantes e participações em eventos externos, além do público alcançado pelas iniciativas de empréstimo de material a escolas públicas e privadas, centros culturais, universidades, instituições federais, estaduais e municipais e empresas. Por sua vez, o público virtual, englobando o número de pessoas que visualizaram qualquer atividade das páginas do Museu do Índio na Internet durante o ano, resultou em 762.359 visualizações.

Quantidade alcançada

127.300

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizados em 2011 diagnósticos para subsidiar a construção dos Planos Regionais Indigenistas, que resultaram na elaboração de planos e ações em 2012 para serem implementadas junto aos povos indígenas. Em fevereiro de 2013, toda a Funai, reunindo as Coordenações Regionais, as Coordenadores Gerais - CRs, os Diretores e a Presidência validaram os planos construídos pelas CRs para o ano em curso. Esta atividade foi de grande importância para a garantia de recursos para os projetos prioritários de cada CR. Com esse processo de construção e validação de planos, a Funai inaugurou um novo modelo de gestão, focado na implementação da gestão participativa de sua política.

A Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, criada pelo Decreto de 22 de março de 2006 e instalada em abril de 2007, presidida pela Presidência da Funai, é composta por 20 lideranças indígenas que representam aproximadamente 305 povos e 270 línguas diferentes (Fonte: Censo IBGE 2010), duas ONGs indigenistas e 12 representantes governamentais. A CNPI já realizou 19 reuniões ordinárias e sete reuniões extraordinárias, perfazendo um total de 25 reuniões políticas de grande importância para a definição da politica indigenista do governo brasileiro. A representação

indígena reflete as diferentes realidades socioculturais do país com a presença de diversos povos, de forma que a partir de então, os povos indígenas deixam de ser meros objetos das políticas indigenistas para serem atores na formação das políticas públicas indigenistas.

Em 2013 a CNPI conseguiu realizar uma ampla agenda de trabalho para discussão de temas diversos que afetam diretamente os direitos dos povos indígenas. Neste período foram realizadas três reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária.

Em março e abril de 2014, realizou-se etapa de planejamento institucional da Fundação Nacional do Índio, envolvendo a Sede da Funai, todas as Coordenações Regionais - CR, Frentes de Proteção Etnoambiental - FPE e Museu do Índio, em continuidade ao modelo de gestão inaugurado no ano de 2013. Por meio desse planejamento, puderam ser pactuados os valores para a execução de planos de trabalho construídos pelas CRs e Frentes para o ano. Esta atividade foi de grande importância para a garantia de recursos para os projetos prioritários da instituição indigenista, além de ter sido um momento em que se discutiu o funcionamento das CRs e FPE em Rede, e pode contribuir para a otimização de recursos e força de trabalho da Fundação Nacional do Índio.

Ainda em 2014, a Comissão Nacional de Política Indigenista realizou três Reuniões Ordinárias, momento em que se discutiu a articulação entre diferentes órgãos do Governo Federal das políticas públicas implementadas junto aos povos indígenas.

Ademais, em julho de 2014, foi convocada, por Decreto da Presidenta da República, a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, cuja etapa nacional ocorrerá em novembro de 2015. A referida Conferência tem como objetivos (i) avaliar a ação indigenista do Estado brasileiro; (ii) reafirmar as garantias reconhecidas aos povos indígenas no País; e (iii) propor diretrizes para a construção e a consolidação da política nacional indigenista. Nesse âmbito, a Conferência se propõe a discutir e propor diretrizes para a articulação das políticas públicas elaboradas e implementadas por diferentes órgãos do governo federal, de governos estaduais e municipais para os povos indígenas.

Metas 2012-2015

- **Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território**

  Análise Situacional da Meta

  Essa meta foi definida com o propósito de elaboração de planejamento regionalizado com vistas à integração das ações dos diversos ministérios que participam do Programa Temático dos Povos Indígenas, sob a coordenação da FUNAI. A proposta é que esse planejamento regionalizado fosse materializado nos Planos Regionais Indigenistas. A elaboração dos Planos Regionais depende ainda de uma articulação interinstitucional a ser construída. Dentre as ações necessárias à consecução dessa meta destaca-se a compatibilização das bases territoriais sobre as quais se assentam as ações de cada instituição, incluindo as jurisdições da FUNAI, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e os Territórios Etnoeducacionais, assim como a organização das bases informacionais únicas que satisfaçam as necessidades de informação de todos os órgãos envolvidos nos planos.

  As ações para a consecução dessa meta estão sendo desenvolvidas ao longo de 2013 e 2014.

  O planejamento regionalizado com vista à integração das ações entre diversos Ministérios que participam do Programa Temático dos Povos Indígenas tem observado maior eficácia no contexto da implementação das ações inseridas na Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas, implementadas pela Funai, MDA, MDS e MMA, e outros, especialmente após a instalação do Comitê Executivo da PNGATI.

- **Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista**

Análise Situacional da Meta

A Comissão Nacional de Política Indigenista - CNPI foi criada pelo Decreto de 22 de março de 2006, instalada em abril de 2007. Ela é presidida pela Presidenta da Funai, sendo composta ainda por 20 lideranças indígenas que representam aproximadamente 305 povos e, aproximadamente, 270 línguas diferentes (Fonte: Censo IBGE 2010), duas ONGs indigenistas e 12 representantes governamentais. A representação indígena reflete as diferentes realidades socioculturais do país com a presença de diversos povos, de forma que a partir de então, os povos indígenas deixam de ser meros objetos da política indigenista para serem protagonistas das políticas públicas voltadas para eles.

A CNPI faz parte do Ministério da Justiça, porém, espera-se que ela seja transformada em um Conselho, para fins de empoderamento dos representantes indígenas, sendo este o objetivo previsto no PPA 2012/2015. O processo de criação do Conselho está em tramitação no Congresso Nacional, sob Projeto de Lei nº 3571/2008.

- **Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, as áreas gestoras da Funai iniciaram a utilização da primeira etapa do Sistema Indigenista de Informações da Funai (SII) para o cadastro das informações/dados pertinentes a cada um de seus módulos. Ainda no referido exercício foram levantadas necessidades de adequação deste sistema às novas atividades finalísticas da FUNAI.

A segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII) encontrava-se, no início de 2014, em processo de correção e ajuste pela empresa responsável pela execução deste projeto.

No ano de 2014, após auditoria realizada pela CGU, em articulação com a Auditoria Interna da Funai, constatou-se alguns pontos da área de tecnologia da informação que necessitavam de correções e ajustes, tendo os contratos vigentes da Funai passado por minuciosa análise de Grupo de Trabalho instituído pela Presidência da Funai.

Desse modo, com a recomposição da equipe de TI iniciada no final de 2014 e com a realização de novas licitações, substituindo os contratos anteriores, espera-se que o sistema de informações gerenciais, denominado de Sistema Indigenista de Informações – SII, possa ser efetivamente implantado em sua totalidade, gerando dados confiáveis sobre a realidade indígena no país.

OBJETIVO: 0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Estão em andamento 4 programas de promoção dos direitos dos povos indígenas de recente contato, com os povos Avá Canoeiro, Zo'é, Korubo e Awá-Guajá. Destacam-se as ações com esse último povo indígena, que foram maximizadas no ano de 2014. Também foi iniciada a elaboração de novo programa piloto para o povo recém-contatado do Xinane, contatado em junho de 2014. Neste período de 2014, houve continuidade nas ações articuladas voltadas à proteção e promoção dos direitos sociais de 15 povos de recente contato – Araweté (Terra Indígena Araweté do Igarapé Ipixuna); Arara (Terra Indígena Arara); Parakanã (Terra Indígena Apyterewa); Avá Canoeiro (Terra Indígena Avá Canoeiro); Yanomami e Ye´kuana (Terra Indígena Yanomami); família linguística Maku (Terra Indígena Alto Rio Negro); Awá-Guajá (Terras Indígenas Alto Turiaçu, Awá e Caru); Kanoê e Akunt'su (Terra Indígena Rio Omerê); Suruwaha (Terra Indígena Zuruaha); Amondawa e Uru-Eu-Wau-Wau (Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau); Waimiri Atroari (Terra Indígena Waimiri Atroari) e Zo'é (Terra Indígena Zo'é). Iniciou-se projetos de documentação da cultura material dos povos Amondawa e Suruwaha junto ao Museu do Índio. Também vem sendo realizado o acompanhamento das ações do Projeto Básico Ambiental (PBA) da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, junto aos três povos de recente contato das

Terras Indígenas: Cachoeira Seca, Araweté do Igarapé Ipixuna e Apyterewa; do PBA do Programa Avá-Canoeiro na Terra Indígena Avá-Canoeiro. Essa coordenação também participou das reuniões do Conselho do Programa Waimiri-Atroari, resultante da UHE Balbina. Também houve trabalhos de esclarecimento do processo de licenciamento da duplicação da estrada de ferro Carajás com o povo Awá-Guajá e análise dos estudos preliminares à licença de instalação. Houve continuidade na interlocução com a Secretaria Especial de Secretaria Especial da Saúde Indigena (SESAI) e com os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DISEIs) com base nas discussões estabelecidas no Grupo de Trabalho Interministerial (Ministério da Saúde/Ministério da Justiça) para formulação de políticas de atenção a saúde dos povos indígenas de recente contato e plano de contingência para situações de contato com os povos indígenas de recente contato (Portaria Interministerial nº 171, de 6 de fevereiro de 2013), inclusive com grande quantidade de elaboração de expedientes sobre o tema. Além disso, houve participação em diversas reuniões periódicas de trabalho e visitas técnicas às terras indígenas habitadas pelos povos indígenas de recente contato.

Metas 2012-2015

- **Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 houve um avanço ações de proteção e promoção dos povos de recente contato da região do Alto Rio Negro. No segundo trimestre de 2014 foi realizada a oficina “Autonomia e Participação dos Povos Indígenas do Rio Negro” mais especificamente para os povos de recente contato e Hupd”äh e Yuhupdeh. Tendo em vista o processo de desintrusão da Terra Indígena Awá, foi realizada uma Oficina de Esclarecimento ao povo Awá-Guajá, sobre o procedimento em curso, levando em conta as especificidades culturais dos Awá-Guajá . Considerados os povos indígenas de recente contato, em sua maioria monolíngues, os Awá-Guajá foram informados e esclarecidos sobre esse processo para que pudessem refletir conjuntamente e estabelecer estratégias de médio e longo prazo sobre ações futuras no território após a retirada dos não-indígenas da Terra Indígena Awá. Também foram executadas atividades de promoção aos direitos sociais para os Awá-Guajá, mais especificamente em oficinas de português e matemática instrumental, em apoio à Coordenação-Geral de Promoção da Cidadania da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável da Funai. Junto aos indígenas Avá Canoeiro foi realizada uma oficina com um grupo de estudos de educação Avá-Canoeiro, visando a elaboração de um projeto para o letramento em língua Avá Canoeiro, aulas das línguas Avá e Tapirapé e elaboração de um alfabeto para apoio as aulas. No primeiro semestre de 2014 foi realizado o seminário no Território Etnoeducacional Médio Xingu, apoiado pela empresa Norte Energia no âmbito da execução do Projeto Básico Ambiental CI – Usina Hidrelétrica Belo Monte. No seminário houve a participação efetiva dos três povos indígenas de recente contato da jurisdição da Frente de Proteção Etnoambiental da Funai do Médio Xingu. Foi realizado um seminário que debateu as diretrizes das políticas de promoção dos direitos dos povos indígenas de recente contato e políticas pós-contato com participação das 12 Frentes de Proteção Etnoambiental, representantes das Coordenações-Gerais da Funai e de alguns colaboradores. A concepção desse encontro foi elaborada, em articulação com a Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados, por consultora contratada pela Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ).

- **Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foram implementadas ações voltadas à proteção e promoção de povos de recente contado em 05 (cinco) terras indígenas. Já em 2013 foram realizadas atividades continuadas de monitoramento territorial nas 12 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI, bem como o acompanhamento e monitoramento das ações voltadas à assistência a saúde pelo Ministério da Saúde. Por conta das atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial - GTI de Saúde Indígena na execução das atividades das frentes de proteção etnoambiental, surgiu a demanda e a oportunidade de monitoramento de outras terras indígenas além das anteriormente previstas, a saber, Terras Indígenas Zuruahã, Omerê, Uru-eu-wau-wau, Piripkura, Cachoeira Seca, Arawete do Igarapé Ipixuna,

Apiterewa, Juma, Vale do Javarí, Yanomami, Waimiri-atroari, Awa, Caru, Alto Turiaçu, Avá Canoeiro e Zoé no total de 16 terras indígenas, sendo que as Terras Indígenas Avá Canoeiro, Alto Turiaçu, Juma e Caru não estão jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambientais da Funai.

Em 2014 houve um avanço ações de proteção e promoção dos povos de recente contato da região do Alto Rio Negro. No segundo trimestre de 2014 foi realizada a oficina "Autonomia e Participação dos Povos Indígenas do Rio Negro" mais especificamente para os povos de recente contato e Hupd"äh e Yuhupdeh. Tendo em vista o processo de desintrusão da TI Awá, foi realizada uma Oficina de Esclarecimento ao povo Awá-Guajá, sobre o procedimento em curso, levando em conta as especificidades culturais dos Awá-Guajá . Considerados povos indígenas de recente contato, em sua maioria monolíngues, os Awá-Guajá foram informados e esclarecidos sobre esse processo para que pudessem refletir conjuntamente e estabelecer estratégias de médio e longo prazo sobre ações futuras no território após a retirada dos não-indígenas da Terra Indígena Awá. Também foram executadas atividades de promoção aos direitos sociais para os Awá-Guajá, mais especificamente em oficinas de português e matemática instrumental, em apoio à Coordenação-Geral de Promoção a Cidadania da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável. Junto aos Avá Canoeiro foi realizada uma oficina com um grupo de estudos de educação Avá-Canoeiro, para elaboração de um projeto para o letramento em língua Avá Canoeiro, aulas das línguas Avá e Tapirapé e elaboração de um alfabeto para apoio as aulas. Em relação às ações de educação desenvolvidas pelo Ministério da Educação – MEC, a Frente de Proteção Etnoambiental da Funai Yanomami organizou, em dezembro de 2013, um seminário no Território Etnoeducacional Yanomami que contou com a participação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM , Universidade Federal de Roraima – UFRR, do Instituto Federal de Roraima – IFRR e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, além das Secretarias Estaduais e Municipais de ensino do estado de Roraima, consolidando o compromisso do Governo Federal pela implementação dos territórios etnoeducacionais em regiões vulneráveis da Amazônia Legal e de promoção dos direitos sociais desses povos em conjunto com o poder judiciário local. Registre-se, ainda, os avanços alcançados nos processos administrativos relacionados a regularização fundiária em 02 (duas) terras indígenas – Awá (MA) e Yanomami (RR/AM). Em 2014 foi realizado o seminário no Território Etnoeducacional Médio Xingu, apoiado pela empresa Norte Energia no âmbito da execução do PBA CI – UHE Belo Monte. No seminário houve a participação efetiva dos três povos indígenas de recente contato da jurisdição da FPE Médio Xingu. Foram implementadas ações voltadas à proteção e promoção de povos de recente contato em 17 terras indígenas (Terras Indígenas Zuruahã, Omerê, Uru-eu-wau-wau, PiripiKura, Cachoeira Seca, Arawete do Igarapé Ipixuna, Apiterewa, Juma, Vale do Javarí, Yanomami, Waimiri-atroari, Awa, Caru, Alto Turiaçu, Avá Canoeiro, Alto Rio Negro e Zoé), incluindo atividades continuadas de monitoramento territorial, bem como o acompanhamento e monitoramento das ações provenientes de políticas universais, principalmente as voltadas à assistência a saúde.

OBSERVAÇÃO: META NÃO ACUMULÁVEL

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	17	31/12/2014

- **Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados estudos e diagnósticos envolvendo 09 (nove) povos indígenas de recente contato. No primeiro semestre de 2013 houve a contratação de 03 consultorias de perfil antropológico e linguístico, nas Terras Indígenas Zoé, Awá-Guajá e Arara de Cachoeira Seca, para a consolidação de dados populacionais/demográficos do histórico do contato desses povos indígenas com a sociedade, e a organização de dados etnográficos bem como a produção de grafia das línguas indígenas para a elaboração de uma cartilha e dicionário da língua indígena que serão

instrumentos para alfabetização e registro. Foi entregue 01 (um) trabalho realizado na Terra Indígena Awá Guajá (MA). Com apoio do Programa Básico Ambiental – PBA CI Belo Monte, executado pela empresa Verthic, nas Terras Indígenas Cachoeira Seca, Apiterewa e Araweté do Igarapé Ipixuna, no médio rio Xingu – estado do Pará, foi realizado o primeiro encontro do Território Etnoeducacional do Médio Xingu. Na mesma região, no primeiro trimestre foi realizada a reunião do Conselho Distrital de Saúde Indígena - CONDISI/Altamira, momento em que foi apresentado o novo modelo de atendimento a saúde indígena pela Secretaria Especial de Saúde Indígena. Realizou-se a avaliação e acompanhamento dos Planos Básicos Ambientais das Usinas Hidrelétricas – Usinas Hidrelétricas Girau (Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau), e Belo Monte (Terra Indígena Waimiri Atroari), bem como as linhas de transmissão Porto Velho/ Araraquara (Terra Indígena Guaporé) e Manaus/Boa Vista além dos convênios Furnas/Funai e Vale do Rio Doce /Funai. As ações realizadas em 2014 tiveram foco na continuidade do monitoramento e avaliação da execução de políticas públicas implementadas nas 12 terras indígenas, em 2012 e 2013, tanto nas atividades de atendimento a saúde indígena, quanto em educação escolar. Realizou-se, ainda, o monitoramento das ações de saúde junto aos povos indígenas Awá-Guajá (MA), Suruwahá (AM), Zo'é (PA), Akun'tsu e Kanoê (RO), Yanomami (RR/AM) e Hupd'äh e Yuhupdeh, Arara e das ações de educação escolar indígena nas Terras Indígenas Uru-Eu-Wau-Wau e Yanomami.

OBSERVAÇÃO: META NÃO ACUMULÁVEL

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	11	unidade	12	31/12/2014

- **Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizados estudos e diagnósticos envolvendo 09 (nove) povos indígenas de recente contato. No primeiro semestre de 2013 houve a contratação de 03 consultorias de perfil antropológico e linguístico, nas Terras Indígenas Zoé, Awá-Guajá e Arara de Cachoeira Seca, para a consolidação de dados populacionais/demográficos do histórico do contato desses povos indígenas com a sociedade, e a organização de dados etnográficos, bem como a produção de grafia das línguas indígenas para a elaboração de uma cartilha e dicionário da língua indígena que serão instrumentos para alfabetização e registro. Foi entregue 01 (um) trabalho realizado na Terra Indígena Awá Guajá (MA). Realizou-se, ainda, a avaliação e acompanhamento dos Planos Básicos Ambientais das Usinas Hidrelétricas – Usinas Hidrelétricas Girau (Terra Indígena Uru-eu-wau-wau), e Belo Monte (Terra Indígena Waimiri Atroari), bem como as linhas de transmissão Porto Velho/Araraquara (Terra Indígena Guaporé) e Manaus/Boa Vista além dos convênios Furnas/Funai e Vale do Rio Doce /Funai. Para 2014, com objetivo de definir linhas de cuidado para atenção à saúde da mulher e da criança indígenas do Médio rio Xingu", considerando as especificidades dos povos indígenas, foi realizado um diagnóstico dos fluxos de assistência à saúde, e reconstituição dos itinerários terapêuticos no âmbito do Projeto "Construção das linhas de Cuidado da Mulher e da Criança Indígena", em parceria com a empresa Matres Socioambiental e Secretaria Especial de Saúde Indígena, com recursos provenientes do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS Xingu. A proposta é que o Projeto seja um piloto para reflexão e elaboração de propostas de atenção à saúde da mulher e da criança indígena da Amazônia. Ainda no contexto de delinear diretrizes para orientar as ações governamentais, foi dado início no Projeto de diagnóstico e estudo linguístico dos grupos Akun'tsu e Kanoê, que habitam a Terra Indígena Rio Omerê, no estado de Rondônia. Iniciou-se ainda um diagnóstico da situação atual dos povos Hupd"äh e Yuhupdeh (AM).

2012 - 9 – Awá-Guajá/MA, Zoé/PA, Yanomami/AM/RR, Korubo/AM, Arara (Cachoeira Seca/PA), Canoê/RO, Akun'tsu/RO, Piripkura/MT, Waimiri-Atroari/AM/RR;

2013 - 0;

2014 - 3 – Kanoê/RO e Hupd”äh e Yuhupdeh/AM.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

A garantia de uma educação diferenciada e de qualidade ainda segue sendo um desafio para o Estado Brasileiro e depende de arranjos de gestão mais inclusivos e participativos, que respeitem e valorizem as especificidades dos diferentes povos indígenas e seus processos educativos próprios. Particularmente, a qualificação dos órgãos estaduais e municipais de educação para a execução de políticas diferenciadas, construção de projetos político pedagógicos adequados e garantia de mecanismos de participação e controle social pelos povos indígenas constitui o cerne da questão. Nesse sentido, a Funai está trabalhando orientações institucionais com suas unidades descentralizadas e em apoio aos povos indígenas para dar efetividade ao acompanhamento das referidas políticas públicas de educação. Ainda no campo da educação escolar, no ano de 2014, foi marcado pela implementação do Programa Bolsa Permanência (MEC) e um maior esforço da Funai no acompanhamento do Ensino Universitário que permita o acesso, permanência e a conclusão dos estudos pelos estudantes indígenas, além de uma cooperação aditiva mais ampla com o MEC, inclusive para explicitar a parceria no campo da formação para a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial. A FUNAI seguiu apoiando aos estudantes do ensino superior - nos cursos de licenciatura intercultural e curso regulares de graduação, por meio de Termos de Cooperação entre a FUNAI e IES, e/ou amparados pelas Portarias 744/PRES/2007 e 849/PRES/2009, de modo a garantir as mesmas condições de permanência para os estudantes que ingressaram em IES com o apoio das parcerias. No componente de acompanhamento das políticas de educação foram apoiadas as inciativas de mobilização e discussão sobre os direitos educacionais, com reuniões dos indígenas com o MPF, Conselhos e Secretarias, e Encontros específicos de professores indígenas. As dificuldades de gestão enfrentadas pelo Órgão, a exemplo da falta de contratos com fornecedores de serviços/insumos essenciais nas CR's, pressões externas sobre as Unidades Regionais que dificultam executar ações planejadas e carência de recursos humanos e a falta de um sistema de organização e sistematização de dados. O acirramento de discursos públicos contrários ao reconhecimento de direitos indígenas também impactam negativamente nas gestões e pactuações com outros órgãos e entes federados no tocante à educação diferenciada para povos indígenas. Foram pactuados 24 (vinte e quatro) Territórios, sendo 1 (um) em 2014, planejadas 08 (oito) e realizadas 04 (quatro) reuniões de formação de comitê e de pactuações de territórios etnoeducacionais em parceria com o MEC. A Funai tem investido em capacitação de servidores e representantes indígenas para qualificar o acompanhamento e monitoramento da implementação de políticas de educação escolar efetivamente diferenciada e que observe as especificidades dos povos indígenas e atua como articuladora junto ao MEC e ao MPF no caso de denúncias de violação de direitos relacionados à educação escolar. No âmbito das ações educativas comunitárias foram realizadas 20 (vinte) iniciativas em 2014. Estes projetos tem interface com ações de etnodesenvolvimento, proteção e gestão territorial, contemplando diretrizes da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de terras indígenas PNGATI. Adicionalmente, desenvolvemos ações de valorização das culturas, formas de organização social e autonomia dos povos indígenas por meio de processos educativos dentro dos programas especiais de recente contato (Zo'é, Awá, Korubo, Yanomami e Akuntsu e Canoe) e em contexto de fronteiras internacionais. A Funai ainda acompanha ações relativas à educação junto a programas de desenvolvimento regional, de mitigação e de

compensação relacionados a empreendimentos, como o caso da UHE Belo Monte em Altamira.

Metas 2012-2015

- **Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia**

Análise Situacional da Meta

Com vistas a garantia do direito ao acesso e permanência de estudantes indigenas no ensino superior, a FUNAI fez gestões junto ao MEC que resultou na criação da Portaria 389/2013, do Programa Bolsa Permanência, que assegura o apoio à estudantes indígenas nas Universidades Federais. Em 2014 a Funai avançou no apoio à inscrição dos alunos no Programa por meio da sensibilização e informação e também vem informando ao MEC sobre a possibilidade de melhoras ao Programa. Atualmente são 9.906 (nove mil, novecentos e seis) estudantes cadastrados pelo MEC. Desta forma a FUNAI poderá priorizar ações de acompanhamento e apoio à extensão comunitária no período de formação. Ainda assim, foram apoiados e financeiramente pela Funai cerca de 879 (oitocentos e setenta e nove) estudantes indígenas, matriculados em Instituições do Ensino Superior (IES) em vários estados da Federação por meio das cooperações firmadas pela Funai com as IES que se mantém em vigor e que complementa a política de assistência estudantil de forma a garantir a permanência dos estudantes indígenas no ensino superior nas mesmas condições de seu ingresso. A redução de alunos apoiados com relação a 2012 deveu-se à conclusão dos cursos, não atendimento de critérios pelas normativas, ou encerramentos de termos de cooperação.

Cabe ressaltar que a redução de alunos apoiados no ano de 2014 deveu-se a:

- conclusão dos cursos pelos estudantes;
- não atendimento de critérios pelas normativas;
- encerramentos de termos de cooperação;
- principalmente: o incentivo à inscrição no Programa Bolsa Permanência do MEC.

Quantidade alcançada

879

Data de Referência

30/12/2014

- **Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas**

Análise Situacional da Meta

A FUNAI apoiou junto a UFG,UNEMAT,UFSC,UFGD, UFMG e UFRR Cursos de Licenciatura Intercultural, voltados para formação, bem como garantiu a participação de professores em cursos de formação além de apoiar a inscrição dos estudantes indígenas no Bolsa Permanência (MEC). Nos cursos de magistério indígena dos Projetos Ibaorebu (três etapas), Mêbêngôkre, Panará e Tapajuna (MPT) e Ka'apor foram realizadas atividades no processo de formação para que os indígenas possam atuar como pesquisadores e multiplicadores de práticas sustentáveis e dos conhecimentos próprios. Realizamos 06 seminários com professores, gestores e lideranças sobre a situação da educação escolar indígena nas terras indígenas da região do Rio Negro (AM) e fizemos articulações junto à Secretaria de Estado para Povos Indígenas (SEIND), bem como à Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC) para aprimorar o atendimento das políticas estaduais aos povos indígenas. Também foi realizada reunião com a SEDUC/MT para tratar da necessidade de garantir formações pelo governo estadual aos professores indígenas. Trabalhamos conteúdos da Convenção 169 da OIT junto aos professores indígenas do Acre.

No ano de 2014 foram prestadas assessoria técnica aos Programas voltados a povos indígenas de “recente contato”

(Awá-Guajá, Zo'é, Korubo, Yanomami, Akuntsu e Kanoé) em articulação com a Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Diretoria de Proteção Territorial / CGIIRC/DPT.

Quantidade alcançada

600

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado termo aditivo de cooperação entre FUNAI e MEC para garantir o direito à educação e implementar políticas públicas educacionais para as populações indígenas brasileiras, inclusive prevendo atividades de preparação, mobilização e acompanhamento dos TEEs - territórios etnoeducacionais e da ação Saberes Indígenas nas Escolas. A cooperação visa promover a participação dos Povos Indígenas e o exercício do controle social nas políticas públicas educacionais, em consonância com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, estimular a articulação entre instituições da Sociedade Civil, Povos e Comunidades Indígenas, Instituições de Ensino e demais órgãos de governo, com vista ao aprimoramento das políticas públicas educacionais e à colaboração com os Programas para Povos Indígenas de recente contato, coordenados pela Funai. Atualmente são 22 (vinte e dois) TEEs pactuados e 03 (três) em fase de consulta. A FUNAI elaborou documentos orientadores objetivando estabelecer um fluxo de acompanhamento adequado das políticas de educação pelas unidades descentralizadas e pelos próprios indígenas. Foram realizados estudos para o desenvolvimento de um banco de dados das politicaspolíticas de educação indígena, além de intercâmbio de dados qualificados com o MEC.

- **Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a Funai elaborou documentos orientadores para dialogar com as suas Coordenações Regionais sobre o acompanhamento da Educação Escolar Indígena e realizou articulações junto ao MEC acerca da realização da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena onde deverá ser debatida a demanda pela construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena. Para o próximo período está prevista a retomada das discussões para implementação de um banco de dados e sistema de informações indigenistas relativas às ações de educação (escolar e comunitária).

- **Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, a Funai deu continuidade às ações articuladas com MEC/SECADI para a implantação dos territórios etnoeducacionais. Apoio a realização de 04 (quatro) reuniões para formação de comitê e de pactuação dos TEEs.

Em 2014, a Funai ainda acompanhou as ações de educação escolar indígena no âmbito do Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Belo Monte e discussões acerca da educação escolar na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena/MEC. Também foram realizadas reuniões e audiências sobre Educação Escolar Indígena de acompanhamento com lideranças indígenas junto ao MPF, Estadual, Justiça Federal no Amazonas (Vale do Javari), Pará, Rondônia,

Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul. A FUNAI tem representação em conselhos estaduais de educação escolar indígena alguns estados e participa a nível nacional da Comissão Nacional de Apoio a Produção de Materiais Didáticos Indígenas, Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, e das Comissões dos Programas de Ações Afirmativas das Universidades Federais e Estaduais com as quais possui parceria, espaços estes de controle social estratégicos para a politica de educação.

- **Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas**

Análise Situacional da Meta

Foi dada continuidade ao curso de agroecologia de Marabá-PA, além do curso de magistério, agroecologia e técnico de enfermagem com o Instituto Federal do Pará, de agricultura familiar Mehi com o povo Canela do MA, em parceria com o Instituto Federal do Maranhão-IFMA. Foram feitas reuniões de articulação com Ministério da Educação (MEC) - SECADI e SETEC- para discutir o PRONATEC Campo e organização de demanda indígena de cursos de ensino médio, bem como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Foi difundido junto às Coordenações Regionais e aos representantes indígenas, informações sobre o PRONATEC com o intuito de aprimorar o acesso dos povos indígenas ao programa e garantir as especificidades dos mesmos.

Além disso, a FUNAI desenvolve ações de educação para a sustentabilidade e acompanha a instituição de centros de formação para povos indígenas em articulação interna (Coordenação Geral de Promoção da Cidadania - CGPC, Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento - CGETNO, Coordenação Geral de Gestão Ambiental - CGGAM) no âmbito da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de terras indígenas PNGATI e dos Programas Especiais para Povos Indígenas de Recente Contato (Zo'é, Korubo, Awá, Akuntsu e Canoe e Yanomami).

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Análise Situacional do Objetivo

Para o alcance desse objetivo destacaram-se como principais realizações no período de 2012-2014:

•modernização dos equipamentos com contratação de infraestrutura de redes, microcomputadores e link de internet de maior capacidade, aquisição de solução de HelpDesk.

•instalação, até dezembro de 2014, de 33 Comitês Regionais, favorecendo a participação de representantes de outros órgãos do governo federal que atuam com a pauta indígena na circunscrição das unidades descentralizadas da FUNAI. A fim de atingir a meta de um Comitê para cada uma das 37 Coordenações Regionais, está prevista a instalação de 4 Comitês em 2015.

•assinatura de contrato com a Universidade de Brasília para promover I Curso de Especialização em Direito dos Povos Indígenas, com o objetivo de proporcionar o aperfeiçoamento e a reformulação de práticas jurídicas e periciais para promover a aplicação dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

•reforma e construção de imóveis onde estão instaladas as Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais e realização dos procedimentos legais inicias para a contratação dos serviços de construção de imóvel para a administração central da Fundação com o objetivo de reduzir gastos com locação de imóvel.

•implementação do Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos da Fundação, o que permitiu a realização de 127 ações de capacitação nas modalidades presencial, especialização/MBA, mestrado/doutorado e educação

à distância, abrangendo o total de 2.697 participações de servidores, sendo computadas aproximadamente 6.650 horas-aulas.

•capacitação de indígenas que compõe os 33 Comitês Regionais instalados em temas como políticas públicas, legislação indigenista, controle social e outros temas correlatos, o que vem possibilitando o acompanhamento mais efetivo, pelos membros dos Comitês, do trabalho indigenista desenvolvido pelas Coordenações Regionais, com membros formados para efetiva participação na gestão compartilhada da política indigenista.

•No tocante a práticas para a melhoria da gestão é importante mencionar a institucionalização de uma sistemática de planejamento, monitoramento e avaliação por meio da Portaria Nº 1.746/PRES, de 28 de dezembro de 2012, com a finalidade de promover a atuação integrada das unidades da Funai e consolidar a cultura de planejamento institucional a médio e longo prazo.

Metas 2012-2015

- **Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

No final do ano de 2012 e inicio de 2013 houve a mudança da Sede da FUNAI para novo endereço, com vistas a necessária melhoria das acomodações físicas, enquanto aguarda-se o processo de construção da Nova Sede. Dentre as principais realizações no período de janeiro a dezembro de 2013, com vistas a adequação da infraestrutura física da sede e unidades regionais da Funai, destaca-se a destinação de recursos orçamentários para aquisições de equipamentos de informática, tais como: desktops (1.037), licença de software (91), notebooks (38), e outros equipamentos tais como impressoras (14) monitores (23) nobreak (28) estabilizadores (25) placa de rede (20) e switchs (4). Ainda destacamos a renovação da frota de veículos de algumas Coordenações Regionais. Foram adquiridos 18 caminhonetes, 2 caminhões, 9 automóveis e 1 micro-ônibus no presente plano orçamentário.

Foi iniciada a contratação de Empresa para a construção do auditório do Centro de Cultura Audiovisual de Goiânia/GO, sob a gestão do Museu do Índio/RJ.

Com relação à tecnologia de informação e comunicação, as aquisições e contratações realizadas em 2013 tiveram por objetivo prover meios físicos e lógicos para que a Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação tenha recursos suficientes para dar suporte à própria Sede da FUNAI e às suas Coordenações Regionais. Destacam-se entre as ações realizadas no período: aquisição de Links MPLS para conexão entre a sede Brasília e 21 Coordenações Regionais espalhados por vários estados do Brasil; contratação de uma empresa especializada em desenvolvimento de softwares (Fabrica de Software), para a manutenção e desenvolvimento dos novos sistemas demandados pelas coordenações; contratação de serviço de impressão corporativa (Prestação de serviços de impressão centralizada e/ou departamental (outsourcing) para a sede e todas as Coordenações Regionais; contratação de uma empresa especializada em Help-Desk para controlar e atender os chamados dos usuários lotados na sede Brasília, que estão com dificuldade ou problemas em seus equipamentos (Hardware) ou software; e aquisição de soluções de monitoramento de politicas e ações, e segurança de endpoint.

No exercício de 2014 foi realizada a reforma e construção de imóveis onde estão instaladas as Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais e a realização de investimentos visando substituir equipamentos obsoletos e dotar as unidades descentralizadas da FUNAI de uma estrutura mínima de funcionamento. No planejamento para utilização da dotação orçamentária disponível para esta meta e a situação física precária de grande parte dos imóveis onde estão instaladas as unidades descentralizadas da FUNAI, priorizou-se a reforma e adequação da infraestrutura física das Frentes de Proteção Etnoambiental, que atuam na localização e proteção de povos indígenas isolados. Foram efetuados consertos e reformas em imóveis da FPE Yanomami, FPE Médio Xingu, FPE Uru-Eu-Wau- Wau e FPE Envira. Outra parte do orçamento foi direcionada para a reforma de Coordenações Técnicas Locais, que são as unidades localizadas mais próximas dos povos indígenas e servem como canal direto para atendimento às suas demandas. Foi empenhado o valor de R$ 188 mil para efetuar reformas em quatro CTL's: Barcelos/AM, Joinville/SC,

Diauarum/MT e Pavuru/MT. Foram realizadas ainda reforma emergencial na Coordenação Regional do Madeira após invasão que danificou partes do imóvel e reforma para melhoria na sede da CR Interior Sul, além de outras intervenções de menor valor em outros imóveis da FUNAI. Ainda no que se refere a imóveis, a FUNAI tem buscado a redução do gasto com locação visando mudança de suas sedes para imóveis próprios. Foi contratado um projeto básico para futura construção da sede da CR Ji-Paraná. Para melhor estruturação das FPE's, foram adquiridos uma caminhonete, uma motocicleta, um quadriciclo, um barco e motores de popa. No caso específico da FPE Envira, foi adquirido mobiliário, utensílios domésticos e outros equipamentos para dotar a unidade de condições mínimas de funcionamento. Dos recursos utilizados para adequação da infraestrutura das Coordenações Regionais e Coordenações Técnicas Locais a maior parte foi utilizada para aquisição de mobiliário e condicionadores de ar, em um montante de R$ 322 mil para diversas unidades. No exercício de 2014 não houve aquisição volumosa de equipamento de tecnologia da informação, principalmente pelas aquisições realizadas no exercício anterior. Dentro do plano orçamentário de "Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI" foi empenhado o valor de R$ 40 mil, que foi utilizado para aquisição de impressoras, estabilizadores, no-breaks e roteadores.

- **Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

O Comitê Regional é a instância regional de planejamento, articulação, gestão compartilhada e controle social, inserida na estrutura das Coordenações Regionais da Fundação Nacional do Índio. É também o espaço onde, indígenas, servidores da FUNAI e de outros órgãos do Governo Federal planejam, em conjunto, as ações da CR, acompanham sua execução e avaliam os resultados da política indigenista.

A Fundação Nacional do Índio iniciou a formação dos Comitês Regionais em atendimento a uma determinação constante no Decreto 7.056 de 28 de dezembro de 2009, o qual estabeleceu que, como parte de nova estruturação da Fundação, deveriam ser instituídos Comitês Regionais de composição paritária entre servidores e representantes indígenas locais. Com a edição do Decreto 7.778, de 27 de julho de 2012, ficou revogado o Decreto 7.056 de 28 de dezembro de 2009, sendo mantida a instância dos Comitês Regionais, possibilitando a participação de representantes de outros órgãos do governo federal que atuam com a pauta indígena na circunscrição das unidades descentralizadas da FUNAI. A instalação dos Comitês foi iniciada em 2011 com a respectiva formação dos seus membros. Neste primeiro momento, com foco tanto para a participação na gestão da política indigenista, como também para a colaboração na construção dos Planos Regionais Indigenistas.

Entre 2011 e 2012 foram instalados 27 Comitês Regionais em todo o Brasil.

Em 2013, foram instalados 03 Comitês Regionais, procedendo-se à devida capacitação dos membros de cada Comitê sobre temas tais como gestão compartilhada, participação cidadã, controle social e política indigenista do estado brasileiro. Também se realizou, na instalação dos Comitês, a discussão e a aprovação dos Regimentos Internos e a posse dos seus membros.

Em 2014, se iniciou o processo de implantação do Comitê Regional do Juruá por meio de reuniões formativas sobre a finalidade dessa instância de gestão compartilhada da política indigenista. Além disso, foram realizadas duas reuniões preparatórias para implantação do Comitê no Xingu, tendo sido instalados os Comitês no Médio Purus, Noroeste do Mato Grosso e Xavante.

No mesmo período, foram realizadas 20 Reuniões Ordinárias dos Comitês Regionais em diferentes CRs, além de reuniões das subcomissões e do Núcleo Diretivo em diferentes unidades descentralizadas, possibilitando um acompanhamento mais efetivo dos membros dos Comitês no trabalho indigenista desenvolvido pelas Coordenações Regionais, com membros respectivos formados para efetiva participação na gestão compartilhada da política indigenista.

A agenda de trabalho nas Coordenações Regionais, com reuniões periódicas dos membros dos Comitês Regionais e a

Coordenação da CR, tem gerado resultados bastante positivos, no que diz respeito à transparência do trabalho indigenista, à qualificação do controle social realizado e à otimização na gestão da FUNAI.
Desta forma, até dezembro de 2014, a FUNAI conseguiu instalar 33 Comitês Regionais dos quais participam 859 membros titulares e respectivos suplentes. Todos estes membros passaram por um processo de formação básica para atuação nos respectivos Comitês.

Quantidade alcançada

89

Data de Referência

15/01/2014

- **Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, as áreas gestoras da FUNAI iniciaram a utilização da primeira etapa do Sistema Indigenista de Informações da FUNAI (SII) para o cadastro das informações/dados pertinentes a cada um de seus módulos. Ainda no referido exercício foram levantadas necessidades de adequação deste sistema às novas atividades finalísticas da FUNAI.
A segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII) encontrava-se, no início de 2014, em processo de correção e ajuste pela empresa responsável pela execução deste projeto.

No ano de 2014, após auditoria realizada pela CGU, em articulação com a Auditoria Interna da Funai, constatou-se alguns pontos da área de tecnologia da informação que necessitavam de correções e ajustes, tendo os contratos vigentes da Funai passado por minuciosa análise de Grupo de Trabalho instituído pela Presidência da Funai.
Desse modo, com a recomposição da equipe de TI iniciada no final de 2014 e com a realização de novas licitações, substituindo os contratos anteriores, espera-se que o sistema de informações gerenciais, denominado de Sistema Indigenista de Informações – SII, possa ser efetivamente implantado em sua totalidade, gerando dados confiáveis sobre a realidade indígena no país.

- **Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão**

Análise Situacional da Meta

Para regulamentar as ações de capacitação no âmbito da FUNAI foi instituída a Norma de Implementação dos Programas de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos, mediante a PORTARIA Nº 797/PRES, de 25 de junho de 2012 e com a finalidade de disciplinar, acompanhar e promover o alinhamento dos investimentos na capacitação e formação do quadro funcional, foi publicada a PORTARIA Nº 1.137/PRES, de 11 de setembro de 2013, instituindo o Comitê Gestor de Capacitação da Funai – CGCAP que conta em sua composição com representantes de todas as unidades da FUNAI. Na busca do alinhamento ao planejamento estratégico da Instituição, as ações de capacitação passaram a ser programadas tendo como foco os eixos de atuação da FUNAI, a saber: Direitos sociais e Cidadania, Gestão Territorial e Ambiental, Gestão e Cultura.
Para o período de 2012 a 2014 foram promovidas 127 ações de capacitação nas modalidades presencial, especialização/MBA, mestrado/doutorado e educação à distância, tendo sido realizadas 47 ações em 2012 resultando em 891 participações de servidores; 32 ações no ano de 2013 resultando em 762 participações; e 48 ações no exercício de 2014, resultando em 1044 participações. No total, contabilizamos 2.697 participações de servidores, sendo computadas aproximadamente 6.650 horas-aulas.
Para o exercício de 2014, foram programados 88 (oitenta e oito) eventos, mas devido a reprogramação orçamentária, somente 48 ações foram efetivadas e mesmo assim a Fundação conseguiu capacitar um efetivo corresponde a 25% do quantitativo da força de trabalho. Merece destaque o investimento em capacitações dos servidores lotados nas

Coordenações Regionais que somou 55% das participações nos eventos. O ano 2014 foi marcado também pelo incentivo aos servidores para participarem de congressos, seminários e em cursos de pós-graduação. Cabe registrar que foram feitas parcerias com diversos órgãos do serviço público, como ENAP, ESAF, TCU, CGU, Ministério da Fazenda e outros, o que resultou em 12 (doze) eventos de capacitação e 79 (setenta e nove) participações.

- **Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram identificados os macroprocessos da FUNAI. Para 2015 está prevista a implementação de modelo de gestão por processos no âmbito da Fundação, mediante o desenvolvimento de metodologia de melhoria de processos, treinamento e capacitação dos servidores, visando eliminar gargalos e melhorar a eficiência e eficácia das ações.

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

Os cuidados preconizados nesse Objetivo terão como foco a família indígena, cujas necessidades de saúde deverão ser atendidas mediante ações intersetoriais, com vistas a garantir a integralidade na atenção.

Neste contexto, as Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena realizaram, em 2014, nos 34 Distritos Especiais de Saúde Indígena (DSEI), 304.624 atendimentos médicos, 1,5 milhão de atendimentos de enfermagem, 454.290 atendimentos odontológicos e 2,8 milhões de atendimentos por técnicos de enfermagem. No tocante às ações de atendimento para grupos prioritários, foram realizados 35.932 atendimentos a gestantes e 65.167 atendimentos a crianças menores de um ano de idade.

Com relação à atuação dos agentes indígena de saúde, foi realizado 1,4 milhão atendimentos aos 305 povos indígenas. Além das ações de atenção básica, foram realizadas duas expedições clínico-cirúrgicas, com a realização de 501 cirurgias de médio porte, incluindo oftalmológicas e odontológicas, 2.699 atendimentos médico e odontológico e 5.278 exames e procedimentos.

Quanto às ações de imunização em 2014, 63.472 crianças menores de sete anos completaram o esquema vacinal, o que corresponde a 73,5 % da população alvo. Durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 146.646 doses de vacina em 120.200 indígenas.

Com o intuito de aprimorar o atendimento à saúde nas áreas indígenas, foi ampliado o contingente de profissionais, tendo sido incorporados 311 médicos, sendo seis originários do Programa de Valorização dos Profissionais de Atenção Básica e 305 do Projeto Mais Médicos para o Brasil. Foram qualificados, ainda, 863 profissionais em diversas áreas de atuação na atenção à saúde indígena, saneamento e edificações, controle social e gestão.

Quanto ao Controle Social, foram realizadas seis reuniões do Fórum de Presidentes de Conselho Distrital de Saúde Indígena, 105 de Conselhos Distritais de Saúde Indígena, 468 de Conselhos Locais de Saúde Indígena, 4 reuniões da Comissão Intersetorial de Saúde Indígena – CISI do Conselho Nacional de Saúde – CNS, realizadas 73 capacitações e capacitados 2.152 conselheiros de saúde indígena.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 63.472 crianças menores de sete anos completaram o esquema vacinal, o que corresponde a 73,5 % da população alvo. Durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 146.646 doses de vacina em

120.200 indígenas.

Durante todo o ano de 2013, 84.102 crianças menores de sete anos completaram o esquema vacinal, o que corresponde a 72,1% da população. Somente durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 183.038 doses de vacina, em 137.104 indígenas residentes em 1.144 (94,2%) aldeias e 142 (98,6%) pólos- base.

Quantidade alcançada

73,5

Data de Referência

31/12/2014

- **Distritos Sanitários Especiais Indígenas participando dos Planos de Ação da Rede Cegonha até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente, 16 DSEI estão contemplados nos planos de ação da Rede Cegonha (Altamira, Alto Rio Juruá, Alto Rio Purus, Alto Rio Solimões, Amapá e Norte do Pará, Ceará, Interior Sul, Kaiapó do Pará, Leste de, Roraima, Litoral Sul, Manaus, Maranhão, Médio Rio Solimões e Afluentes, Minas Gerais e Espírito Santo, Parintins, Potiguara).

- **Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distrito Sanitário Especial Indígena**

  Análise Situacional da Meta

  Não foram assinados COAP's no ano de 2014.

- **Implantar 24 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Para esta meta está sendo considerada como "casa implantada" aquela com obra de construção contratada.

  Durante o ano de 2014, foi contratada uma obra de implantação de CASAI (CASAI Alta Floresta D'Oeste- DSEI Porto Velho).

  Em 2013, foi contratada uma obra de Construção da CASAI Sinop (DSEI Xingu) e em 2012, foi contratada uma obra de implantação da CASAI Campinápolis (DSEI Xavante).

  Quantidade alcançada

  3

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Implantar, até 2015, 700 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  Durante o ano de 2014, foram contratadas 54 obras de implantação de SAA em seis DSEI's (Bahia, Ceará, Guamá-Tocantins, Pernambuco, Tocantins e Xavante). Assim, considerando as

  54 novas obras contratadas em 2014, as 139 contratadas em 2013 e as 128 contratadas em 2012, chegamos a 321 obras de implantação de sistemas de abastecimento de água contratadas no período de 2012 a 2014.

  Quantidade alcançada

  321

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Realizar a V Conferência Nacional de Saúde Indígena**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta foi alcançada em 2013, com a realização da 5a Conferência Nacional de Saúde Indígena convocada pela Portaria Ministerial no 2.357, tendo sido realizada em 3 (três) etapas – local, distrital e nacional. A etapa Nacional ocorreu no período de 2 a 6 em dezembro e envolveu mais de 1.200 indígenas de todo o país que discutiram o tema

“Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e o SUS: Direito, Acesso, Diversidade e Atenção Diferenciada”.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Reformar 31 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta considera como “casai reformadas” aquelas cujas obras de reforma foram contratadas.

No ano de 2014 foram contratadas 13 obras:

1.Reforma de CASAI Araguaina – DSEI Tocantins;

2.Reforma da CASAI Campo Grande – DSEI Mato Grosso do Sul;

3.Reforma da CASAI Guajará-Mirim – DSEI Porto velho;

4.Reforma da CASAI Humaitá – DSEI Porto Velho;

5.Reforma da CASAI Gurupi – DSEI Tocantins;

6.Reforma da CASAI Paragominas – DSEI Guamá-Tocantins;

7.Reforma CASAI Porto Velho – DSEI Porto Velho;

8.Reforma da CASAI Rio Branco – DSEI Rio Branco;

9.Reforma da CASAI Sinop – DSEI Xingu;

10.Reforma da CASAI Mâncio Lima – DSEI Alto Rio Juruá;

11.Reforma da CASAI Vilhena – DSEI Vilhena;

12.CASAI Manaus – DSEI Manaus

13.Reforma da CASAI Dourados (DSEI Mato Grosso do Sul); a empenhar;

No ano de 2013 foram contratadas oito obras:

1.Reforma da CASAI São Félix do Xingu (DSEI Kaiapó do Pará) - reparos no esgotamento sanitário;

2.Reforma da CASAI Mâncio Lima (DSEI Alto Rio Juruá) - pequenos reparos;

3.Reforma da CASAI Redenção (DSEI Kaiapó do Pará) - reparos no esgotamento sanitário;

4.Reforma da CASAI Ourilândia do Norte (DSEI Kaiapó do Pará) - reparos no esgotamento sanitário;

5.Reforma da CASAI Rio Branco (DSEI Alto Rio Purus);

6.Reforma da CASAI Barra do Garças – DSEI Xavante;

7.Reforma da CASAI Ji-Paraná – DSEI Porto velho; e

8.Reforma da CASAI Juína – DSEI Vilhena.

No ano de 2012 foram contratadas seis obras:

1.Reforma da CASAI Altamira – DSEI Altamira;

2.Reforma da CASAI Barra do Garças – DSEI Xavante;

3.Reforma da CASAI Boa Vista – DSEI Yanomami;

4.Reforma da CASAI Juína – DSEI Vilhena;

5.Reforma da CASAI Macapá – DSEI Amapá e Norte do Pará; e

6.Reforma da CASAI Rio Branco – DSEI Alto Rio Purus.

Assim, considerando as contratações feitas no período de 2012 a 2014, foi alcançado o total de 27 obras de reforma de CASAI.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	9,4	31/12/2013	9,8
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos da região de menor escolaridade do país	ano	01/01/2009	8,3	31/12/2013	9,1
Escolaridade média da população de 18 a 24 anos entre os 25% mais pobres	ano	01/01/2009	7,3	31/12/2013	8,1
Escolaridade média da população do campo de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	7,4	31/12/2013	8,3
Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,7	31/12/2013	7,8
Escolaridade média da população negra de 18 a 24 anos	ano	01/01/2009	8,6	31/12/2013	9,2
IDEB do ensino médio	unidade	01/01/2009	3,6	31/12/2013	3,7
IDEB dos anos finais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4	31/12/2013	4,2
IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	unidade	01/01/2009	4,6	31/12/2013	5,2
Percentual da população com 15 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	42	31/12/2013	48,3
Percentual da população com 19 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	79,3	31/12/2013	82,4
Percentual da população com 24 anos que concluiu o ensino fundamental	%	01/01/2009	77,1	31/12/2013	83,3
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2011	6,1	31/12/2013	6,6
Percentual de pessoas com 19 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	50,2	31/12/2013	51,3
Percentual de pessoas com 24 anos que concluiu o ensino médio	%	01/01/2009	58,2	31/12/2013	64,6
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	01/01/2009	9,7	31/12/2013	8,5
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	%	01/01/2009	20,4	31/12/2013	18,1
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	01/01/2009	52,7	31/12/2013	89,4
Taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos)	%	01/01/2009	50,9	31/12/2013	55,1
Taxa de frequência à escola/creche - população de 0 a 3 anos	%	01/01/2009	18,4	31/12/2013	23,2
Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos	%	01/01/2009	85,2	31/12/2013	84,2

Taxa de frequência à escola - população de 4 e 5 anos	%	01/01/2009	74,8	31/12/2013	81,4
Taxa de frequência à escola - população de 6 a 14 anos	%	01/01/2009	97,6	31/12/2013	98,4
Taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular	%	01/01/2010	77	31/12/2013	85,3

Observações:

Escolaridade média da população indígena de 18 a 24 anos - Segundo o Inep/MEC, a produção de informação para desagregações muito específicas a partir de estudos amostrais complexos, como é o caso da PNAD, não é recomendada, pois os erros de amostragem são muito elevados e se sobrepõem para dados/grupos restritos, como é o caso dos indicadores referentes à população indígena.

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

A ampliação e a melhoria da infraestrutura escolar das redes públicas da educação básica constituem as principais ações desenvolvidas no âmbito deste Objetivo.

As ações de apoio à infraestrutura são realizadas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), instrumento de planejamento multidimensional da política educacional, que baseado em diagnóstico de caráter participativo, permite a elaboração de um plano de ações em quatro dimensões: I - gestão educacional; II - formação de professores, dos profissionais de serviço e apoio escolar; III - práticas pedagógicas e de avaliação; e IV - infraestrutura física e recursos pedagógicos. Em 2014, foram atendidos 3.970 entes federados, tanto municipais como estaduais, em pelo menos uma ação programada no PAR, totalizando um investimento de R$ 2,2 bilhões. Ressalta-se que a dimensão de infraestrutura física é a mais representativa, pois abrange as ações de construção, ampliação e reforma, bem como, a aquisição de mobiliário e equipamentos para as creches e escolas de educação básica.

Entre 2012 e 2014 foram aprovadas 3.819 construções de escolas, sendo 2.240 no campo, 169 indígenas, 131 destinadas às áreas remanescentes de quilombos e 1.279 em áreas urbanas, com investimentos de aproximadamente R$ 4,8 bilhões. Somente no ano de 2014, foram 1.640 construções de escolas, sendo 963 no campo, 59 indígenas, 56 destinadas às áreas remanescentes de quilombos e 562 em áreas urbanas, com investimentos de, aproximadamente, R$ 2,0 bilhões. Em relação à ampliação e reforma de unidades escolares, no período de 2012 a 2014 foram aprovadas a ampliação e reforma de 328 escolas, sendo 306 em área urbana, 18 no campo e 4 indígenas, com o valor de R$ 219,8 milhões. Em 2014 foram aprovadas a ampliação e a reforma de 10 escolas no campo e 87 escolas em áreas urbanas, com recursos de R$ 34,4 milhões.

Em relação à aquisição de mobiliário e equipamentos destinados às escolas municipais e estaduais, foram investidos cerca de R$ 407 milhões, beneficiando 2.486 municípios. Com relação à educação infantil, merece destaque a política de construção de creches e pré-escolas, além da aquisição de equipamentos e mobiliário, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2, cujos investimentos visam a ampliar o acesso, estimular a permanência e garantir o atendimento escolar adequado para crianças de zero a cinco anos. Esta iniciativa abrange a construção de escolas por metodologias inovadoras, que visam à diminuição do custo da construção, à redução do tempo de execução da obra, bem como ao incremento na qualidade da creche ou pré-escola entregue à sociedade. Vale ressaltar que a meta de Governo para apoiar a construção de 6 mil unidades até 2014 foi superada, totalizando 6.185 unidades apoiadas de 2011 a 2014, além do atendimento de municípios que já tiveram obras aprovadas nos anos anteriores. No exercício de 2014, com mais de 1,2 bilhão de investimento, foram apoiados 715 municípios com a aprovação de 958 unidades de educação infantil.

Foram ainda atendidas 2.177 unidades em mais de mil municípios e no DF com mobiliário e equipamentos, com recurso superior a R$ 220,5 milhões. Destaca-se que, até o momento, foram concluídas 2.529 unidades de educação infantil.

Ainda com relação ao PAC 2, também vale ressaltar a ação de construção de novas quadras esportivas cobertas nas escolas, bem como a construção de cobertura para quadras existentes. A proposta era atender, de 2011 até 2014, 10.116 escolas, sendo 6.116 com a construção de novas quadras cobertas e quatro mil com a cobertura de quadras já existentes. Nesse período, foram aprovadas a construção de 6.842 quadras e a cobertura de 3.346, totalizando 10.188 unidades. Desse montante, apenas em 2014, foram aprovadas para construção 806 quadras e a cobertura de 337 quadras já existentes, com um investimento superior a R$ 291 milhões. Até o momento já foram cobertas 392 e construídas 969 quadras.

Com objetivo de promover a acessibilidade física e pedagógica dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, destaca-se a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Essas salas dispõem de equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos e de acessibilidade, que possibilitam condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial. No âmbito do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, em 2014, concluiu-se a aquisição de equipamentos e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 4 mil novas salas de recursos multifuncionais e para a atualização de 15 mil salas existentes. Foram investidos, apenas em 2014, R$ 124,6 milhões em equipamentos, materiais didático-pedagógicos de acessibilidade e mobiliários, entre os quais foram entregues: 19.000 kits de lupas manuais; 1.506 máquinas de escrever Braille; 1.506 impressoras Braille; 4 mil kits contendo mouse com entrada para acionador, acionador de pressão e teclado colmeia; 6.849 kits contendo 2 notebooks e 1 impressora; 12.810 kits contendo 1 armário e 1 quadro branco. Assim, atingiu-se a meta estabelecida de se adquirir, de 2011 a 2014, 17.500 novas salas de recursos e 30 mil atualizações. Em 2014, o Censo Educacional MEC/INEP apontou o total de 35.147 escolas com acessibilidade (escolas com “banheiro adaptado” e “dependências e vias acessíveis”), sendo 24.585 públicas.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a cobertura de 5000 quadras esportivas escolares**

  Análise Situacional da Meta

  A iniciativa de construção e cobertura de quadras esportivas escolares tem como objetivo a melhoria de infraestrutura física para a realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. O apoio do MEC consiste na assistência técnica, com aprovação dos projetos e monitoramento das obras, e no repasse de recursos para municípios, estados e o Distrito Federal.

  A iniciativa está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Em 2014 foi aprovada a cobertura de 337 quadras, com recursos de R$ 65,6 milhões, beneficiando 293 municípios. Desde 2011, foi aprovada a cobertura de 3.346 quadras esportivas escolares em mais de 2 mil municípios, no valor de R$ 684,1 milhões, sendo que 392 já estão concluídas.

  Quantidade alcançada

  3.346

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Apoiar a construção de 7.116 quadras esportivas escolares**

  Análise Situacional da Meta

  A iniciativa de construção e cobertura de quadras esportivas escolares tem como objetivo a melhoria de infraestrutura física para a realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. O apoio do MEC consiste na assistência técnica, com aprovação dos projetos e monitoramento das obras, e no repasse de recursos para municípios, estados e o Distrito Federal.

  A iniciativa está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Em 2014, foi aprovada a construção de 806 quadras em 604 municípios, no valor de R$ 407,3 milhões. Desde 2011, 6.842 quadras esportivas escolares foram

aprovadas para construção em mais de 4 mil municípios, com investimentos de R$ 3,3 bilhões, sendo que 969 quadras já estão concluídas.

Quantidade alcançada

6.842

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar a construção de 7 mil creches e pré-escolas**

Análise Situacional da Meta

A meta objetiva ampliar o atendimento educacional por meio de assistência técnica e financeira aos municípios e ao Distrito Federal para construção de escolas de educação infantil, iniciativa que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Também está prevista a aquisição de equipamentos e mobiliário, de forma que as escolas públicas de educação infantil tenham condições adequadas de funcionamento, além de assessoramento técnico, com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios.

No âmbito do PAC 2, de 2011 até 2014, foi aprovada a construção de 6.185 unidades de educação infantil, atendendo a 2.738 municípios, com investimentos de R$ 7,8 bilhões. Somente em 2014, foi apoiada a construção de 958 creches e pré-escolas em 717 municípios, com valor superior a R$ 1,2 bilhão. Desde o início do ProInfância, em 2007, foram aprovados 8.787 projetos para construção, totalizando investimentos de R$ 10,3 bilhões.

Quantidade alcançada

6.185

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar a construção de salas de aulas em, no mínimo, 200 comunidades quilombolas e garantir o provimento da infraestrutura necessária para o bom funcionamento das escolas já existentes nessas comunidades.**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Pronacampo, o MEC presta assistência financeira e técnica aos municípios e estados por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), com vistas à melhoria da rede física escolar para atendimento das comunidades quilombolas. Em 2012 foram apoiados 29 projetos de construção de escolas em comunidades quilombolas e em 2013, foram 46 projetos. Em 2014 foram apoiados 56 projetos, totalizando a aprovação de 131 escolas em comunidades quilombolas, no valor de R$ 88,7 milhões.

Quantidade alcançada

131

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar a taxa de escolarização líquida no ensino médio, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O PNE, em sua meta 3, prevê a universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e a elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% até o final do período de vigência do Plano. A taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos) foi de 51,6% em 2011, passando para 54% em 2012 e 55,1% em 2013. Esta meta é impactada pelo Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do ensino médio brasileiro. Por meio dele, o MEC e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas. O pacto obteve a adesão de todas as 27 unidades federativas do país. Em 2014, o eixo da formação contou com 307.248 professores e 10.229 coordenadores pedagógicos participaram do pacto como cursistas, em 52 IES participantes. Foram pagos R$ 217 milhões em bolsas. Um total de 20.487 escolas foram beneficiadas, representando cerca de 75%

do total de escolas públicas de ensino médio.

Contribui também para o atingimento da meta o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que se traduz em estratégia do Governo Federal para induzir as escolas à elaboração do redesenho dos currículos do ensino médio para a oferta de educação de qualidade com foco na formação humana integral. O programa tem foco na elaboração, por parte da escola, de projeto de redesenho curricular (PRC) que apresente ações na perspectiva da integração curricular, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Em 2014, 7.291 escolas participaram do programa, beneficiando 4,6 milhões de alunos, totalizando um investimento de R$ 166,9 milhões.

- **Elevar a taxa de escolarização no ensino fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Meta 2 do PNE prevê a universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos e a garantia de que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada. A taxa de escolarização líquida no Ensino Fundamental de 9 anos para a população na faixa etária entre 6 e 14 apresenta uma melhora expressiva, tendo passado de 26,3% em 2007 para 72,4% em 2011, 81,4 em 2012 e 89,4% em 2013, segundo dados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A partir do ano de 2006, em cumprimento às Leis nº 11.114/2005 e 11.274/2006, a duração do ensino fundamental tem sido ampliada gradativamente para nove anos, atendendo à faixa etária de 6 a 14 anos de idade. Ações conduzidas pelo MEC, como o Programa Mais Educação (PME) e o Pacto Nacional pela Alfabetização pela Idade Certa (PNAIC), contribuem para o aumento da frequência à escola nesta faixa etária.

O Programa Mais Educação (PME) é indutor da agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil. Tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens matriculados no ensino fundamental em escolas públicas, mediante oferta de educação básica considerando-se a jornada escolar de, no mínimo, sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais. Para a execução do Programa, são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), além de recursos para complementação da alimentação escolar repassado aos estados e municípios, envio de equipamentos às escolas e formação específica para professores. Em 2014, mais de 58 mil escolas aderiram ao programa, que contou com investimento da ordem de R$ 1,5 bilhão. O número de alunos que permanecem, pelo menos, sete horas diárias em atividades escolares aumentou 41,2%, passando de 3,1 milhões em 2013 para 4,4 milhões em 2014. Desde 2010, o contingente de crianças e adolescentes atendidos em tempo integral mais que triplicou.

Esta meta é influenciada também pelo Pacto Nacional pela Alfabetização pela Idade Certa (PNAIC), com vistas a assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. É realizado por meio de um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. Cerca de 6 milhões de alunos já foram beneficiados pelo programa.

- **Elevar a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O PNE, em sua meta 3, prevê a universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e a elevação da taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% até o final do período de vigência do Plano. Segundo os dados coletados na PNAD, a taxa de frequência à escola para população de 15 a 17 anos vem crescendo gradativamente desde 2001, quando era de 81,1%, atingindo 83,7% em 2011, 84,2% em 2012 e 84,3% em 2013.

Esta meta é impactada pelo Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do ensino médio brasileiro. Por meio dele, o MEC e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e

coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas. O pacto obteve a adesão de todas as 27 unidades federativas do país. Em 2014, o eixo da formação contou com 307.248 professores e 10.229 coordenadores pedagógicos participaram do pacto como cursistas, em 52 IES participantes. Foram pagos R$ 217 milhões em bolsas. Um total de 20.487 escolas foram beneficiadas, representando cerca de 75% do total de escolas públicas de ensino médio.

Contribui também para o atingimento da meta o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que se traduz em estratégia do Governo Federal para induzir as escolas à elaboração do redesenho dos currículos do ensino médio para a oferta de educação de qualidade com foco na formação humana integral. O programa tem foco na elaboração, por parte da escola, de projeto de redesenho curricular (PRC) que apresente ações na perspectiva da integração curricular, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Em 2014, 7.291 escolas participaram do programa, beneficiando 4,6 milhões de alunos, totalizando um investimento de R$ 166,9 milhões.

- **Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 0 a 3 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Meta 1 do PNE prevê a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do Plano. Em 2001, a taxa de frequência escolar da população de 0 a 3 anos era de 10,6%, passando para 20,8% em 2011, 21,2% em 2012 e para 23,2% em 2013, de acordo com os dados da PNAD, evidenciando um significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

Para esse resultado, destaca-se a importância do ProInfância, voltado para a construção de novas unidades de educação infantil e para a aquisição de mobiliário e equipamentos, além do assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios. Em 2014, foram apoiadas para construção 958 unidades de educação infantil, o que totaliza a aprovação de 6.185 creches e pré-escolas em todas as unidades da Federação, no âmbito do PAC, desde 2011, das quais 2.529 unidades de educação infantil já estão concluídas. Considerando todas as formas de financiamento (PAC, convênios e emendas parlamentares) foram aprovadas para construção 8.787 creches e pré-escolas desde 2007. Destaca-se também o apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos federais e apoio à manutenção de novas matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb, em novas turmas de educação infantil. Em 2014, foram destinados R$ 48 milhões a municípios e ao Distrito Federal.

Ainda no âmbito da educação infantil, o Programa Brasil Carinhoso tem o seu desenvolvimento integrado em várias vertentes, sendo uma delas a expansão da quantidade de matrículas de crianças entre 0 e 48 meses, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), em creches públicas ou conveniadas. O apoio financeiro é devido somente aos municípios e ao Distrito Federal que informaram no Censo Escolar do ano anterior a quantidade de matrículas dessas crianças. O Programa repassa, de forma automática, um complemento de 50% do valor anual mínimo por matrícula em creche pública ou conveniada, definido para o Fundeb para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, tais como ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional e para garantir o acesso e à permanência da criança na educação infantil. Além desses recursos repassados pelo Fundeb, em 2014 foram investidos R$ 765,6 milhões, beneficiando 580.584 alunos em 4.937 municípios por meio do Brasil Carinhoso.

- **Elevar progressivamente a taxa de frequência à escola para população de 4 e 5 anos, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Meta 1 do PNE prevê a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência do Plano. Nos últimos anos, duas mudanças importantes foram introduzidas na

educação básica: a matrícula obrigatória no ensino fundamental a partir de 6 anos completos, ampliando a duração do ensino fundamental para 9 anos, e a obrigatoriedade de matrícula e frequência na pré-escola para crianças a partir de 4 anos completos, introduzida pela Emenda Constitucional nº 59 de 2009 e que deve ser cumprida até 2016.

A PNAD de 2013 registrou taxa de frequência à escola de 81,4% para população de 4 e 5 anos. Em 2001, essa taxa era de 55% e em 2012 foi de 78,2%, o que evidencia um significativo crescimento ao longo dos últimos anos.

Para esse resultado, destaca-se a importância do ProInfância, voltado para a construção de novas unidades de educação infantil e para a aquisição de mobiliário e equipamentos, além do assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos municípios. Em 2014, foram apoiadas para construção 958 unidades de educação infantil, o que totaliza a aprovação de 6.185 creches e pré-escolas em todas as unidades da Federação, no âmbito do PAC, desde 2011. Considerando todas as formas de financiamento (PAC, convênios e emendas parlamentares) foram aprovadas para construção 8.787 creches e pré-escolas desde 2007.

Destaca-se também o apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil construídos com recursos federais e apoio à manutenção de novas matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb, em novas turmas de educação infantil. Em 2014, foram destinados R$ 48 milhões a municípios e ao Distrito Federal.

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O atual PNE destaca entre suas dez diretrizes a valorização dos profissionais da educação. Em sua meta 15, prevê, em regime de colaboração entre os entes federados, a instituição da política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. A formação acadêmica do professor é condição essencial e requisito indispensável ao exercício profissional docente com qualidade.

Nesse sentido, no desenvolvimento de suas atribuições legais de indução e fomento à formação inicial de professores e à valorização do magistério da educação básica, o MEC desenvolve dois programas importantes. O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), direcionado a professores que já atuam na rede pública, porém, sem a formação superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), que contempla alunos de licenciaturas, incentivando a valorização do magistério e o aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica.

O Parfor, no período de 2009 a 2014, passou de 10.105 para 79.060 matriculados. Somente em 2014, matricularam-se no Parfor 8.840 professores. Participam do Parfor 99 instituições formadoras parceiras e estão vigentes 2.290 turmas, das quais 284 foram iniciadas neste ano. Quanto ao Pibid, que oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, concedeu em 2014, um total de 90.254 bolsas, sendo 72.845 para alunos de licenciaturas e 11.717 professores da educação básica da rede pública de ensino. Participam do Pibid 284 Instituições de Ensino Superior, distribuídas em 855 câmpus e organizadas em 2.997 subprojetos.

Cabe ainda destacar que o MEC iniciou, em 2013, um processo de reorganização dos cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização voltados aos profissionais das redes públicas de educação básica que culminou com a criação do Sistema de Gestão e Monitoramento da Formação Continuada (SisFor), sistema online de consulta de informações gerenciais, que permite o acompanhamento, em tempo real, dos principais fluxos e processos relacionados a todos os programas de formação continuada implementados pelo MEC. O Sisfor possibilita o controle gerencial do pagamento de bolsas, o monitoramento dos principais indicadores de resultados e a possibilidade de intervenções

corretivas prévias à conclusão do curso. Em 2014, registrou a participação de 71 IES com a pactuação da oferta de 186 mil vagas em cursos e ações formativas destinadas aos profissionais do magistério da educação básica, com investimento de R$ 201,3 milhões.

Instituído com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País e desenvolver a modalidade de educação a distância nas instituições de ensino superior públicas, destaca-se também o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que é integrado por 104 IES e 646 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da federação. Atendendo a um dos objetivos que é oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica, existem 650 cursos ativos , entre cursos de licenciatura e de pós-graduação lato e stricto sensu, com destaque para os Mestrados Profissionais em Matemática em Rede Nacional, em Ensino de Física, em Letras, em Artes, em História e em Administração Pública. Em 2014, o Sistema UAB contava com 261 mil matrículas ativas. Desde 2010, mais de 120 mil alunos se formaram, sendo que, no período de abrangência do PPA, 2012 até 2014, mais de 50 mil formaram-se. Além disso, no período de 2012 a 2014, cerca de 20 mil professores da rede pública da educação básica já concluíram a formação e outros 50 mil estão matriculados.

Cabe destacar o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que constitui um compromisso formal assumido pelas três esferas de governo e tem como objetivo assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. O Pacto envolve um conjunto concreto e integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas, que serão disponibilizados aos entes federados. O projeto tem como eixos estruturantes: formação continuada de professores alfabetizadores, os quais receberão bolsas de estudo por dois anos; orientação quanto aos resultados alcançados nas avaliações externas universais aplicadas pelo Inep; material didático; e gestão, controle social e mobilização. A formação do Pacto em 2013 foi voltada para Língua Portuguesa, enquanto a de 2014 para Matemática. Em 2013 o Pacto contou com a adesão dos 27 estados e 5.420 municípios, para formação de 15.988 orientadores de estudos e 317.572 professores alfabetizadores. Já em 2014 houve a adesão dos 26 Estados e do Distrito Federal e de 5.421 Municípios, envolvendo 311.916 professores alfabetizadores concluintes da formação e 15.072 orientadores de estudos, com concessão de bolsas que alcançou um montante superior a R$ 560 milhões. Ademais, cerca de 6 milhões de alunos foram beneficiados pelo Pacto, em 108.733 escolas.

Outra ação importante que envolve a formação de professores é o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, que representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do ensino médio brasileiro. Por meio dele, o MEC e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso pela valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no ensino médio público, nas áreas rurais e urbanas. O pacto obteve a adesão de todas as 27 unidades federativas do país. Em 2014, o eixo da formação contou com 307.248 professores, além de 10.229 coordenadores pedagógicos que participaram do pacto como cursistas, em 52 IES participantes. Foram pagos R$ 217 milhões em bolsas. Um total de 20.487 escolas foram beneficiadas, representando cerca de 75% do total de escolas públicas de ensino médio.

Destaca-se, ainda, que o MEC apoia, técnica e financeiramente, a formação continuada dos profissionais que atuam no ProJovem Urbano: equipe gestora, formadores e educadores. Essa formação proporciona a possibilidade de se apropriar do projeto pedagógico integrado em três dimensões: Formação Básica, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã, considerando as especificidades que caracterizam a parcela da juventude brasileira de 18 a 29 anos que não completou o ensino fundamental, o que proporciona a gestores, formadores e educadores momentos de análise e de reflexão sobre suas práticas diárias e sobre os desafios a serem vencidos no percurso formativo desses jovens atendidos pelo Programa. Da edição 2013, ainda em andamento (em 2014), participam do processo de formação 230 formadores e 909 gestores municipais e estaduais. Sob a responsabilidade das coordenações locais do Projovem Urbano, 4.223 educadores participam desse processo formativo. Já para a edição de 2014 (executada em 2015), a previsão é que a formação envolva 959 gestores e 300 formadores. A partir de 2014, os jovens residentes em áreas rurais também passaram a ser atendidos por meio do Projovem Campo - Saberes da Terra, com uma meta prevista de 45.550 mil jovens

agricultores familiares. Para tanto foram firmadas 318 adesões, sendo 303 municípios e 15 estados com oferta de formação continuada a 659 gestores e 320 formadores responsáveis pela formação dos educadores vinculados às escolas do campo.

A busca pela equidade e pela qualidade da educação é uma tarefa que implica políticas públicas de Estado que incluam uma ampla articulação entre os entes federativos. O MEC tem desenvolvido diversas ações de apoio aos entes federados na elaboração de políticas públicas de formação e valorização dos profissionais da educação, com destaque para a assistência técnica feita por meio de assessoria direta; a realização de oficinas com os Secretários Municipais de Educação e suas equipes técnicas; e a participação em encontros promovidos pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), que visam a orientar sobre a elaboração de Planos de Carreira e a implementação do Piso Salarial. Ressalte-se, ainda, o desenvolvimento da primeira versão de um sistema informatizado para que os estados e municípios possam elaborar, reelaborar e simular Planos de Carreira dos profissionais da educação.

Para a construção de uma política de valorização dos profissionais da educação, o MEC também concebeu um estudo e assinou um Termo de Cooperação com a UFMG para pesquisar a saúde do professor da educação básica, considerando as várias características do trabalho.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino, em consonância com o PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, o MEC prestou assistência técnica aos municípios para a elaboração de Planos de Carreira que tomem como referência o Piso Salarial Nacional, especialmente através de oficinas e encontros com Secretários de Educação e suas equipes técnicas. O cumprimento da Lei do Piso (1.738/2008) é fundamental para aproximar o rendimento do magistério com os demais profissionais, como indica a Meta 17 do PNE. Conforme o PAR/Simec, no segundo semestre de 2014, 5.303 municípios haviam declarado possuir plano de carreira e remuneração (PCR) para profissionais do magistério. Com a intenção de criar instrumentos de orientação para a elaboração e ajuste de Planos de Carreira mais adequados à Lei do Piso, o MEC está em fase de conclusão da primeira versão de um software para simular planos de carreira e de um livro sobre o assunto. Ao mesmo tempo, foram realizadas diversas reuniões com CONSED, UNDIME e CNTE para acumular acordos a respeito de um possível parâmetro nacional para carreiras do magistério. E ainda, com o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), a Secretaria de Relações Institucionais (SRI), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Associação Brasileira de Municípios (ABM), o MEC abriu espaços de diálogo a respeito de uma alternativa ao atual critério de reajuste do Piso.

- **Elevar o percentual de professores da educação básica que possuem formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  Com relação à formação e aperfeiçoamento de professores da educação básica, destaca-se o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), o qual é destinado exclusivamente a professores em exercício na rede pública de educação básica que: a) não tenham formação em nível superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação; b) atuem em área distinta da sua formação inicial; c) sejam graduados, mas não possuam grau em licenciatura. O Parfor cresceu de 10.1050matriculados em 2009 para 79.060 em 2014. Somente em 2014, matricularam-se no Parfor 8.840 professores. Participam do Parfor 99 instituições formadoras parceiras e estão vigentes 2.290 turmas, das quais 284 foram iniciadas neste ano.

  Outro programa de valorização do magistério e de aprimoramento do processo de formação de docentes para a educação básica é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), o qual oferece bolsas para que alunos de licenciatura exerçam atividades pedagógicas em escolas públicas de educação básica, contribuindo para a integração entre teoria e prática; para a aproximação entre universidades e escolas; e para a melhoria de qualidade da

educação brasileira. Para assegurar os resultados educacionais, os bolsistas são orientados por coordenadores de área – docentes das licenciaturas - e por supervisores - docentes das escolas públicas onde exercem suas atividades. Com o edital 2012, o Pibid alcançou 49.321 bolsas, distribuídas em 195 instituições de ensino superior (IES). Na adesão ao edital de 2013 foram solicitadas 94.451 bolsas, em 323 IES, com 3.189 subprojetos, atendendo a 5.968 escolas públicas. Em 2014, o Pibid concedeu um total de 90.254 bolsas, sendo 72.845 para alunos de licenciaturas e 11.717 professores da educação básica da rede pública de ensino. Participam do Pibid 284 Instituições de Ensino Superior, distribuídas em 855 campi e organizadas em 2.997 subprojetos.

Em relação à oferta de cursos e programas para formação inicial e continuada de professores da educação básica (futuros e em exercício), cabe mencionar o Sistema UAB, integrado por 104 IES e 646 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da federação. Atualmente existem 650 cursos ativos, entre cursos de licenciatura e de pós-graduação lato e stricto sensu, com destaque para os Mestrados Profissionais em Matemática em Rede Nacional, em Ensino de Física, em Letras, em Artes, em História e em Administração Pública. Em 2013, a UAB registrou mais de 243 mil matrículas, sendo mais de 112 mil em cursos de licenciatura e 83 mil em cursos de especialização. Em 2014, o Sistema UAB registrou mais de 261 mil matrículas, sendo que desde 2010, mais de 120 mil alunos se formaram. Além disso, no período de 2012 a 2014, cerca de 20 mil professores da rede pública da educação básica já concluíram a formação e outros 50 mil estão matriculados.

- **Formar professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A quantidade de professores com pós-graduação evoluiu consideravelmente nos últimos anos. Em 2007, a porcentagem de professores da educação básica com pós-graduação lato e stricto sensu era de 18,0%, passando para 28,3% em 2012, 30% em 2013 e 31,2% em 2014.

O MEC, por meio da Capes, busca maior articulação da pós-graduação lato e stricto sensu com a formação de professores da educação básica e com o incremento de atividades voltadas para o desenvolvimento desse nível de ensino. Nesse contexto, em 2014, foi concretizada a avaliação e recomendação para entrada em funcionamento de três novos cursos de mestrado profissional em rede nacional visando a atender professores das áreas de História (ProfHistória), Artes (ProfArtes) e Física (ProfFis) em exercício no ensino básico, especialmente na escola pública. Estes cursos vêm a se unir àqueles já existentes nas áreas de Matemática (ProfMat) e Letras (ProfLetras).

Pelo ProfMat, em 2013, foram matriculados 4.440 professores, dos quais 241 formaram-se. Em relação ao ProfLetras, matricularam-se 838 professores. Já em 2014, pelo ProfMat foram matriculados 3.624 professores, dos quais 1.296 já se formaram. Em relação ao ProfLetras, matricularam-se 848 professores, os quais ainda estão em processo de formação, visto que o curso iniciou em 2013. Por fim, o ProfFis implementado em 2014 já contabilizou 746 matrículas.

- **Incentivar a aproximação entre o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade e o rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o MEC prestou assistência técnica aos municípios para a elaboração de Planos de Carreira que tomem como referência o Piso Salarial Nacional, especialmente através de oficinas e encontros com Secretários de Educação e suas equipes técnicas. O cumprimento da Lei do Piso (1.738/2008) é fundamental para aproximar o rendimento do magistério com os demais profissionais, como indica a Meta 17 do PNE. Conforme dados disponibilizados no SiMEC, no segundo semestre de 2014, um total de 5.303 municípios haviam declarado possuir plano de carreira e remuneração (PCR) para profissionais do magistério. Com a intenção de criar instrumentos de orientação para a elaboração e ajuste de Planos de Carreira mais adequados à Lei do Piso, o MEC está em fase de conclusão da primeira versão de um software para simular planos de carreira e de um livro sobre o assunto. Ao mesmo tempo, foram realizadas diversas reuniões com CONSED, UNDIME e CNTE para acumular acordos a respeito de um possível parâmetro nacional para carreiras do magistério. E ainda, com o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), a Secretaria de Relações

Institucionais (SRI), a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e a Associação Brasileira de Municípios (ABM), o MEC abriu espaços de diálogo a respeito de uma alternativa ao atual critério de reajuste do Piso.

OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo abrange diversas ações de apoio técnico e financeiro às escolas e aos entes federados, com vistas a melhorar a qualidade da educação básica, com destaque para o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Mais Educação, o Ensino Médio Inovador, o Caminho da Escola, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros.

O PDDE transfere recursos financeiros para as escolas, de forma suplementar, para a aquisição de material permanente e de consumo, realização de pequenos reparos e conservação e para o desenvolvimento de atividades educacionais. Em 2014, foram apoiadas ações para a educação integral; adequação da infraestrutura física em escolas do campo; e realização de adequações arquitetônicas para promoção de acessibilidade a alunos público-alvo da educação especial, e apoio e desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras em escolas do ensino médio, no valor de R$ 2,5 bilhões, beneficiando mais de 133 mil escolas.

O Programa Mais Educação constitui-se na estratégia para induzir a implementação da jornada escolar em tempo integral. Em 2014, alcançou mais de 58 mil escolas. Destas, 46% são compostas em sua maioria por estudantes cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e mais de 30% são escolas rurais.

O Programa Ensino Médio Inovador orienta o redesenho curricular a partir de quatro grandes áreas de conhecimento: linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza. Em 2014, o Programa contou com a adesão de 7.291 escolas, beneficiando 4,6 milhões de alunos.

Os alunos das escolas públicas de educação em tempo integral e do ensino médio inovador, das cinco regiões do país, também participam do Programa Mais Cultura nas Escolas, destinado à realização de atividades culturais nas escolas, que em 2014, beneficiou 4.860 escolas com repasses de R$ 49,7 milhões.

O Programa Atleta na Escola é voltado aos alunos entre 12 e 17 anos e busca incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paralímpicos entre estudantes de educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos. Em 2014 o Programa obteve a adesão de 44.654 escolas.

Com relação ao Programa Caminho da Escola, esse tem por finalidade renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. No período de 2012 a 2014, considerando todas as formas de financiamento (recursos do BNDES, do Governo Federal e recursos próprios dos entes federados), foram adquiridos 24.545 ônibus, 79.656 bicicletas e 493 embarcações. Apenas em 2014 foram adquiridos 11.576 veículos com recursos do FNDE, sendo 2.128 ônibus rurais, 420 ônibus urbanos acessíveis e 9.028 bicicletas escolares, com investimento de R$ 554,7 milhões. Além disso, os entes federados adquiriram com recursos próprios 1.235 ônibus, sendo 967 rurais e 168 urbanos acessíveis, e 295 ônibus escolares rurais com recursos de linha de crédito especial do BNDES.

Já o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) consiste na transferência automática de recursos financeiros aos entes federados, em caráter suplementar, para custear despesas com manutenção do veículo ou da

embarcação. O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) atendeu, em 2012, cerca de 4,5 milhões de alunos com recursos de R$ 590,7 milhões. Em 2013 foram atendidos 4,4 milhões de alunos em 5.188 entes federados, no valor de R$ 581,4 milhões. Em 2014, foram atendidos 5.296 Municípios com recursos de R$ 580,7 milhões, para atendimento a 4,5 milhões de alunos.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) transfere recursos, em caráter suplementar, aos entes federados para atender alunos da educação básica nas etapas educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e nas modalidades indígena, quilombola, atendimento educacional especializado e educação de jovens e adultos. No período de 2012 a 2013, atendeu mais de 43 milhões de alunos, com recursos de, respectivamente, R$ 3,3 e R$ 3,5 bilhões. Em 2014, atendeu a 42,2 milhões de alunos com investimentos de R$ 3,7 bilhões.

O MEC adquire, anualmente, livros didáticos e de literatura e distribui para todas as escolas públicas do país com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade da educação. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em 2014, atendeu 28,9 milhões de alunos dos ensinos fundamental e médio na modalidade regular de 80,4 mil escolas públicas, com recursos de R$ 1,1 bilhão na aquisição de 140,6 milhões de livros didáticos. Também foi realizada a aquisição dos livros do PNLD Campo 2015, para atender 1,9 milhão de alunos do ensino fundamental que estudam em escolas públicas consideradas rurais. Foi lançado, ainda em 2014, edital com vistas à aquisição de livros para o PNLD no âmbito do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, para o atendimento aos alunos dos três primeiros anos do ensino fundamental.

Já por meio do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), em 2014, com investimento de R$ 94 milhões foram distribuídos 19,6 milhões de exemplares de livros, para 22,2 milhões de alunos de 139,9 mil escolas públicas de educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Já o PNBE Periódicos 2014 distribuiu 14,7 milhões de periódicos, beneficiando mais de 152,4 mil escolas da rede pública. Com relação ao PNBE do Professor, foram distribuídos 12,1 milhões de livros com recursos de R$ 104,6 milhões.

No que se refere à educação digital, em 2014, por meio do ProInfo foram entregues mais de 2 mil laboratórios de informática para escolas públicas urbanas, bem como distribuídos 43.038 notebooks a serem utilizados pelos professores da educação básica de escolas públicas estaduais e municipais. Foram ainda distribuídos 30 mil projetores Interativos/Lousas Eletrônicas para 30 mil escolas públicas com recursos federais. Em 2014, foram formados mais de 68 mil professores para o uso das tecnologias na educação.

No que se refere à alfabetização dos jovens e adultos de 15 anos ou mais de idade, destaca-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido em todo o território nacional, com atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo. O ciclo do PBA 2013, com execução em 2014, teve a adesão de 25 Estados, o DF e 1.029 Municípios, com uma meta de atendimento de 1,5 milhão de alfabetizandos.

No intuito de aumentar a oferta de EJA, o MEC passou a transferir recursos financeiros aos entes federados a título de apoio e manutenção de novas turmas oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb. Ressalta-se também o apoio à educação no sistema prisional, em articulação com o Ministério da Justiça. Para atender a população carcerária, foram aprovadas ações de assistência financeira para 17 estados, promovendo a implementação dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional, aquisição de acervos bibliográficos, formação de profissionais, elaboração de material didático específico, aquisição de material esportivo e de recursos pedagógicos. Em 2014, foram contabilizadas 5.628 novas vagas do PBA nos estabelecimentos penais e 3.675 nas unidades de cumprimento de medidas socioeducativas, totalizando 9.303 alfabetizandos.

Merece destaque, ainda, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), na modalidade ProJovem Urbano, que objetiva apoiar estados e municípios para a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não terminaram o ensino fundamental na época prevista. Em 2014, foi destinando mais de R$ 78 milhões para a formação de professores, formadores e gestores do ProJovem Urbano, bem como para o desenvolvimento das ações voltadas à elevação de escolaridade, com qualificação profissional e participação cidadã em 87 municípios e oito estados.

O acompanhamento da frequência escolar de crianças e jovens de 6 a 17 anos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família concorre para a garantia do acesso e da permanência desse público-alvo na escola. De 2011 a 2014, cerca

de 17,5 milhões de alunos tiveram sua frequência acompanhada anualmente, representando 40% do total de alunos matriculados nesse nível de ensino. Tendo como referência os resultados do acompanhamento da frequência escolar do PBF, em 2014, foram ofertadas 5.450 vagas no curso de especialização: Educação, Pobreza e Desigualdade Social, com 15 universidades envolvidas e um valor para pagamento de bolsas na ordem de R$ 13,7 milhões.

Ressalta-se, ainda, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que visa ao acesso e à qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio da melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, formação inicial e continuada de professores, produção e distribuição de material específico, em todas as etapas e modalidades de ensino.

Em 2014, por meio do PDDE, o Pronacampo beneficiou 4.621 escolas do campo com recursos para adequação e benfeitoria da infraestrutura física, beneficiando aproximadamente 1,35 milhões de estudantes e 1.567 escolas com recursos para a manutenção, conservação e construção de poços e cisternas, beneficiando aproximadamente 208.495 estudantes.

Metas 2012-2015

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  O investimento público total em educação, segundo dados do Inep, apresentou um importante incremento de 46,6%, passando de 4,5% do PIB, em 2005, para 6,4%, em 2012 e 6,6% em 2013. Nesse período, substanciais recursos foram introduzidos por modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino, principalmente a introdução do Fundeb em 2007, e a eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) entre 2009 e 2011. Para cumprir as metas do PNE será necessário, contudo, manter positiva essa evolução do investimento público em educação com a colaboração da União e dos entes federados no suprimento de novas fontes de recursos.

  Nesse sentido, a recente Lei nº 12.858/2013 reserva para a educação 75% e saúde 25% de todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas da plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de 3 de dezembro de 2012, bem como as receitas de individualização da produção no Pré-Sal e áreas estratégicas que se estendam para além do bloco contratado. A mesma lei também destina à educação 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União criado pela Lei nº 12.351/2010, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE, e prescreve que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

  Os gastos constitucionais mínimos com a manutenção e desenvolvimento do ensino decorrem da vinculação de impostos nos entes federados, sem especificação prévia de nível/modalidade de ensino, mais a contribuição social do salário educação e a complementação da União ao Fundeb que são restritas à educação básica.

  Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da educação Básica e também da educação superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica. O maior crescimento relativo da educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da educação superior sobre a educação básica por estudante, se reduzisse de 10,1 em 2002, para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no ensino superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na educação básica, de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

- **Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo, da região de menor escolaridade do país ou incluída entre os 25% mais pobres, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em 2009, a escolaridade média da população de 18 a 24 anos do campo era 7,5 anos de estudo, passando para 8,0 em 2012 e 8,3 em 2013. Em relação à região de menor escolaridade, em 2009, apurou-se 8,4 anos de estudo na região Nordeste. Em 2011 e 2012 a região brasileira de menor escolaridade para esta faixa etária foi a Norte, atingindo 8,7 anos em 2011 e 8,9 anos em 2012. Já em 2013, a região de menor escolaridade foi a Nordeste, com 9,1 anos de estudos. Com relação à escolaridade média entre os 25% mais pobres, em 2009 era de 7,4, passando em 2012 para 8,0 e em 2013 chegou a 8,1 anos de estudo.

A partir da publicação da Lei nº 12.695/2012 e da Resolução CD/FNDE nº 48/2012, mudanças foram introduzidas no âmbito da EJA, que passou a abranger o ensino fundamental e o ensino médio com qualificação profissional. A referida Resolução aprova os procedimentos para a transferência de recursos financeiros pleiteados por estados, municípios e Distrito Federal, a título de apoio à manutenção de novas turmas de EJA, oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb. Em 2014 foi realizado um aporte no valor R$ 33 milhões para abertura de novas turmas de educação de jovens e adultos, referentes a 36 mil matrículas.

- **Elevar a taxa de atendimento escolar da população indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi lançado o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE), conjunto articulado de ações de apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para organização, fortalecimento e gestão da Educação Escolar Indígena, com o objetivo de ampliar e qualificar a oferta da educação básica e superior para os povos indígenas. O PNTEE se organiza em cinco eixos: gestão educacional e participação social; pedagogias diferenciadas e uso das línguas indígenas; memórias, materialidade e sustentabilidade; educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica; educação superior e pós-graduação. Em 2014, conta com 25 TEEs pactuados, definidos por meio de consulta aos povos indígenas.

Ressalta-se também a ação “Saberes Indígenas na Escola”, direcionada para a promoção da formação continuada de professores indígenas que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. Implementada por 24 IES, organizadas em sete redes, até 2014, já contemplou 2.656 professores indígenas de 309 escolas, envolvendo 89 povos de 296 aldeias indígenas, falantes de 81 línguas, em 13 Territórios Etnoeducacionais.

Ainda nesse contexto, destaca-se o Prolind – Licenciaturas interculturais, que fomenta a oferta de cursos de formação inicial superior de professores indígenas em programas específicos. Em 2014 atendeu a 2.608 professores indígenas, por meio de 20 Instituições de Ensino Superior.

- **Elevar a taxa de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva resultou no crescimento do número de matrículas de estudantes público alvo da educação especial, que passou de 504.039, em 2003, para 843.342 em 2013 e 886.815 em 2014. Dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, os matriculados em classes comuns no ensino regular representavam 28,8% em 2003, 77% em 2013 e 79% em 2014. Ressalta-se que, considerando a faixa etária específica de 4 a 17 anos, a taxa de inclusão de alunos público alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular era de 56% em 2007, chegando a 85,3% em 2013 e 86,9% em 2014. Com relação aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), na faixa de 4 a 17 anos, verificou-se crescimento do percentual de matriculados, saindo de 51,6% em 2010 e atingindo 75% em 2012. Em 2003, eram 13.087 escolas de educação básica com matrículas de estudantes público-alvo da educação especial no ensino regular, 98.801 escolas em 2012, 99.929 em 2013, passando para 103.473 escolas em 2014.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes

com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem. Esse atendimento é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais, não sendo substitutivo à escolarização na classe comum.

No âmbito do Plano Viver sem Limite, destacam-se a aquisição de mobiliário e de materiais pedagógicos e de acessibilidade para implementação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), local onde é ofertado o AEE; aquisição de ônibus acessíveis para o transporte escolar; e o Programa Escola Acessível, que promove a adequação arquitetônica, aquisição de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva.

Em 2014, concluiu-se a aquisição de equipamentos e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de 4 mil novas salas de recursos multifuncionais e para a atualização de 15 mil salas existentes.

Além disso, no âmbito do PDDE Escola Acessível, foram beneficiadas 9.960 escolas em 2014, com recursos da ordem de R$ 111,2 milhões. Desde 2011, já foram beneficiadas mais de 40 mil escolas.

Ainda no âmbito do Plano, 165 municípios entre os que possuem maior percentual de beneficiários do Beneficio de Prestação Continuada (BPC) com deficiência em idade escolar obrigatória fora da escola receberam R$ 54 milhões para aquisição de 361 veículos. Ao todo, 213 municípios receberam recursos para aquisição de 420 veículos acessíveis em 2014. Desde 2012, foram adquiridos 2.485 veículos acessíveis com recursos do Governo Federal.

- **Elevar o IDEB do ensino médio para 4,3**

Análise Situacional da Meta

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação. É calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) obtida a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, e as médias de desempenho nos exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), aplicados bienalmente, obtidas pelos estudantes ao final dos anos iniciais (5º ano), dos anos finais (9º ano) do ensino fundamental, e do 3ª ano do ensino médio (caso do Saeb). Em relação ao ensino médio, o resultado foi 3,7, menor do que a meta de 3,9 estipulada para 2013, o que reflete a necessidade de se intensificar as políticas voltadas para esta etapa de ensino de forma compartilhada com os entes federados, de forma a reverter o grande desafio de melhoria da qualidade do ensino médio.

Nesse sentido, uma das estratégias implementadas pelo MEC é o Programa Ensino Médio Inovador, que busca apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola.

Destaca-se também o Programa Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, com o objetivo de promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam nesse nível de ensino nas áreas rurais e urbanas, além de rediscutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Quantidade alcançada

3,7

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o IDEB dos anos finais do ensino fundamental para 4,7**

Análise Situacional da Meta

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação. É calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) obtida a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, e as médias de desempenho nos exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), aplicados bienalmente, obtidas pelos estudantes ao final dos anos iniciais (5º ano), dos anos finais (9º ano) do ensino fundamental, e do 3ª ano do ensino médio (caso do Saeb). Em 2011, o Ideb dos anos finais do ensino fundamental foi 4,1 e em 2013 foi alcançado um índice igual a 4,2, abaixo da meta prevista de 4,4. Entre os esforços para a melhoria da qualidade do

ensino fundamental, destaca-se o Programa Mais Educação, que induz a agenda da educação em jornada ampliada.

Quantidade alcançada

4,2

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental para 5,2**

Análise Situacional da Meta

O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação. É calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) obtida a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, e as médias de desempenho nos exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), aplicados bienalmente, obtidas pelos estudantes ao final dos anos iniciais (5º ano), dos anos finais (9º ano) do ensino fundamental, e do 3ª ano do ensino médio (caso do Saeb).

Os resultados do Ideb 2013, divulgados em setembro de 2014, mostram que o País segue melhorando seu desempenho nos anos iniciais do ensino fundamental, alcançando um índice igual a 5,2, que é 0,3 ponto superior a meta proposta (4,9) . O Brasil tem hoje quase 16 milhões de alunos nos primeiros anos do ensino fundamental. Mais de 13 milhões estão em escolas públicas. Desse total, 81,6% estudam na rede municipal, onde a meta foi atingida por 69,7% dos municípios. Na rede estadual que conta com 18% de estudantes, a meta foi alcançada por mais de 75% dos municípios.

Uma estratégia importante para elevação do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que tem como eixos estruturantes: formação continuada de professores alfabetizadores; orientação quanto aos resultados alcançados nas avaliações externas universais aplicadas pelo Inep; material didático; e gestão, controle social e mobilização.

Quantidade alcançada

5,2

Data de Referência

31/12/2013

- **Elevar o percentual de crianças alfabetizadas até os 8 anos de idade, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A principal ação estratégica para o alcance desta meta é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O Pacto constitui um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, por meio de um conjunto integrado de ações, materiais e referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados pelo MEC e que contribuem para a alfabetização e o letramento, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores.

A formação continuada de professores alfabetizadores tem como objetivo apoiar todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam nas turmas multisseriadas e multietapas, de forma que planejem as aulas e que utilizem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC. Em 2014, o PNAIC completou seu segundo ano de vigência, tendo agora como foco a formação continuada de professores em Matemática, complementando a capacitação em Língua Portuguesa, ofertada em 2013. O Pacto contou, em 2013, com a adesão dos 27 estados e 5.420 municípios, para formação de 15.988 orientadores de estudos e 317.572 professores alfabetizadores. Já em 2014, houve a adesão de 26 Estados e do Distrito Federal e de 5.421 Municípios, envolvendo 311.916 professores alfabetizadores e 15.072 orientadores de estudos, com concessão de bolsas que alcançou um montante superior a R$ 560 milhões. Ademais, cerca de 6 milhões de alunos foram beneficiados pelo Pacto, em 108.733 escolas.

Outra ação que contribui para o alcance dessa meta é a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), avaliação censitária que integra o PNAIC. Em 2014 foram avaliados cerca de 2,3 milhões de estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas, das zonas urbana e rural, organizadas no regime de nove anos de duração. As 55.454

escolas onde se encontravam esses alunos receberam os resultados por meio de um boletim próprio. A divulgação do Relatório Pedagógico da ANA de 2013, ocorrida em 2014, para os sistemas de ensino estaduais e municipais, teve como objetivo oferecer a possibilidade de análise dos resultados pedagógicos, fomentando o debate de gestores, professores e comunidade escolar.

- **Equiparar a escolaridade média entre negros e não negros**

Análise Situacional da Meta

A escolaridade média dos negros na faixa etária de 18 a 24 anos evoluiu de 8 anos em 2005 para 9,0 em 2012 e 9,2 em 2013, enquanto a da população não negra passou de 9,6 anos em 2005 para 10,4 em 2012, número que se repete em 2013.

Com vistas à eliminação de práticas institucionais discriminatórias e preconceituosas, o MEC implementa políticas destinadas à formação de professores e elaboração e distribuição de material didático, paradidático e instrucional voltados à educação para as relações étnico-raciais, ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e à educação escolar quilombola. No âmbito da educação para as Relações Étnico-Raciais, em 2014, foram abertas 10.260 vagas em cursos de aperfeiçoamento e especialização, em 45 universidades federais. Ressalta-se o curso Educação Escolar Quilombola, oferecido para a população das comunidades remanescentes de quilombo e tem como característica a abordagem da Educação Escolar Quilombola, por meio da perspectiva única de cada região e universidade. O curso é estruturado em três etapas, que podem ser, a critério das universidades, divididos em módulos, disciplinas ou outras unidades. Em 2014, foram oferecidas 850 vagas, por meio de oito IFES.

Ainda nesse contexto destaca-se o Prêmio “Curta Histórias”, que possui como uma de suas vertentes a realização de atividades que promovem a educação para as relações étnico-raciais. Seguindo a perspectiva da Lei nº 10.639/03 e Parecer CNE 03/2004, o Prêmio tem como objetivos apoiar ações que valorizam a diversidade étnico-racial brasileira e estimular a pesquisa, o debate e a compreensão da importância dos africanos e dos afrobrasileiros no processo de formação do Brasil, entre outros objetivos. Ao todo foram feitas 646 inscrições, abrangendo a participação de 26 estados e 369 municípios. Ao todo foram feitas 646 inscrições, abrangendo a participação de 26 estados e 369 municípios. Foram premiados 8 vídeos, dois para Ensino Fundamental - Anos Iniciais (Bahia e Rio Grande do Sul); dois para Ensino Fundamental - Anos Finais (ambos de Minas Gerais); dois para o Ensino Médio (Minas Gerais e Mato Grosso) e dois para Educação de Jovens e Adultos (Rio de Janeiro e Pernambuco). Ao todo foram 8 professores contemplados e 38 alunos. O prêmio foi desenvolvido em parceria com a Fundação Cultural Palmares, Fundação Telefônica, Fundação Vale e UNESCO.

No âmbito da educação superior, mas entre as ações que contribuem para o aumento da escolaridade, destacam-se ações como o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, que tem como objetivos a formação e a mobilidade internacional de estudantes brasileiros pretos, pardos e indígenas, estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, conferindo-lhes a oportunidade de novas experiências educacionais e profissionais em áreas prioritárias para a promoção da igualdade racial, do combate ao racismo, do estudo e valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, da acessibilidade e inclusão. O 1º edital do programa foi publicado em maio de 2014, e as propostas selecionadas beneficiarão, em 2015, mais de mil estudantes de 30 universidades brasileiras na Alemanha, Argentina, Cabo Verde, Camarões, Colômbia, Equador, Espanha, EUA, México, Moçambique, Portugal, Senegal, Suécia e Suriname.

Com a publicação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), 50% das vagas ofertadas pelas instituições públicas federais de ensino superior devem ser destinadas, até 2016, a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas, sendo 25% para aqueles com renda familiar bruta mensal por pessoa de até um salário mínimo e meio. Um percentual destas vagas é reservado a estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas em proporção igual a destes segmentos na população em cada unidade da Federação.

- **Expandir a oferta de educação em tempo integral em escolas públicas de educação básica, de forma a alcançar a**

meta do PNE 2011-2020

Análise Situacional da Meta

O financiamento permanente da educação integral vem sendo garantido por meio do Fundeb, que, desde 2007 financia as matrículas em educação integral (mínimo de 7 horas/diárias na escola) com valores até 30% superiores às matrículas regulares no ensino fundamental e também com um acréscimo para as matrículas no ensino médio. Cabe mencionar que o Conselho Nacional de Educação incluiu a educação integral nas novas diretrizes para a educação básica.

O Programa Mais Educação (PME) representa a estratégia mais significativa do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar, dos tempos, espaços e oportunidades educativas, propondo a organização curricular na perspectiva da Educação Integral em tempo integral. O programa é um indutor da agenda da educação integral em jornada ampliada no Brasil e tem por finalidade contribuir para a melhoria da aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens matriculados no ensino fundamental em escolas públicas, mediante oferta de educação básica considerando-se a jornada escolar de, no mínimo, sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais. Para a execução do Programa, são repassados recursos diretamente às escolas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Há ainda recursos para complementação da alimentação escolar, envio de equipamentos às escolas e formação específica para professores. A adesão ao PME, em 2014, alcançou mais de 58 mil escolas, superando em mais de 18% o número do ano anterior. Destas, aproximadamente 46% são compostas em sua maioria por estudantes cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família e mais de 30% são escolas rurais. Em 2014 os investimentos no programa foram da ordem de R$ 1,5 bilhão.

- **Fomentar programas de combate à violência e ao "bullying" na escola e promover educação em direitos humanos**

Análise Situacional da Meta

O Programa Escola que Protege promove ações de pesquisa, formação continuada, elaboração de materiais didático-pedagógicos e mobilização, na construção de estratégias de enfrentamento às diversas formas de violência no ambiente escolar contra crianças e adolescentes, por meio de apoio técnico às atividades de formação, sob a responsabilidade das secretarias estaduais de educação e a criação de grupos gestores do programa. Em 2014, o MEC apoiou a formação de professores e profissionais da educação em direitos de crianças e adolescentes - preconceito, discriminação e violência no ambiente escolar - financiando a oferta de 1.725 vagas em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização em seis universidades e institutos federais, com um investimento de mais de R$ 1,4 milhão.

O MEC também apoiou a formação de professores e profissionais da educação na área de educação em direitos humanos, financiando a oferta de 3.025 vagas em cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, por meio de 16 universidades e institutos federais, com um investimento de aproximadamente R$ 6,6 milhões.

Além disso, para o enfrentamento da violência no ambiente escolar, foi finalizado e distribuído o livro “Conversando sobre violência e convivência na escola” em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), com tiragem de seis mil exemplares. O livro foi distribuído a todas as secretarias municipais e estaduais de educação do País.

- **Promover ações voltadas à elevação da escolaridade integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação social e cidadã para jovens de 18 a 29 anos.**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, nas modalidades ProJovem Urbano e o ProJovem Campo - Saberes da Terra, que objetiva apoiar estados e municípios para a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não terminaram o ensino fundamental na época prevista, por meio da integração da formação básica, da qualificação profissional e ações de participação cidadã. É oferecido em forma de curso, organizado em 18 meses, que busca a formação integral do jovem, sua reinserção no processo de escolarização e de novas possibilidades de identificação de oportunidades no mundo do trabalho, contribuindo para a promoção de

direitos e aquisição de novas trajetórias de educação e emancipação ao longo da vida.

Em 2014, foi investido valor superior a R$ 58 milhões destinado à formação de professores, formadores e gestores do Projovem Urbano, bem como para o desenvolvimento das ações voltadas à elevação de escolaridade, com qualificação profissional e participação cidadã em 87 municípios e oito estados, garantido a continuidade da edição 2013, que contou com 100.823 jovens matriculados. Na Concessão de Auxílio Financeiro aos estudantes do Programa foi executado o valor de R$ 38 milhões. Já para a implementação da edição 2014 do Projovem Urbano, foram investidos recursos superiores a R$ 19 milhões, garantindo as atividades inicias para execução das ações em 15 estados e 116 municípios, que totalizaram uma meta pactuada para atendimento a 105.200 jovens. Para a edição 2014 do Projovem Campo foram investidos mais de 55 milhões para atendimento a 45.550 jovens em 15 Estados e 303 Municípios.

- **Reduzir a taxa de analfabetismo, especialmente entre as mulheres, a população do campo e afrodescendentes**

Análise Situacional da Meta

O analfabetismo entre jovens e adultos (população com 15 anos ou mais) vem sendo reduzido no Brasil, passando, segundo os índices da PNAD, de 9,7% em 2009 para 8,7 em 2012 e 8,5% em 2013. Em relação às mulheres, em 2009, a taxa de analfabetismo era de 9,6%, e em 2013 o valor apurado foi de 8,2%. Ainda conforme os dados da PNAD, a taxa de analfabetismo da população rural vem apresentando queda: em 2009, o índice era de 22,8%, passando para 20,8% em 2013. Quanto à população negra, a taxa de analfabetismo caiu de 13,4% em 2009 para 11,5% em 2013.

Para o alcance dessa meta destaca-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido em todo o território nacional, que prioriza municípios com alta taxa de analfabetismo e visa a garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos.

O ciclo do PBA 2013, com execução em 2014, teve a adesão de 25 Estados, o DF e 1.029 Municípios, com uma meta de atendimento de 1,5 milhão de alfabetizandos. Já estão cadastrados 983.443 alfabetizandos dos quais 735.036 em alfabetização e 248.036 aguardando o início do processo de alfabetização. Para esse atendimento, conta-se com cerca de 96 mil alfabetizadores, 17 mil alfabetizadores-coordenadores de turmas e 1.500 tradutores intérpretes de Libras. O PBA buscou fortalecer a integração entre as políticas de alfabetização e outras ações do Governo Federal, de modo a ampliar o acesso dos beneficiários do Programa aos serviços públicos já existentes, visando à melhoria das suas condições de vida, renda e cidadania.

Considerando a necessidade de garantir a oferta de atendimento educacional e a elevação de escolaridade para jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não concluíram o ensino fundamental, foi publicada a Resolução/CD/FNDE nº 48/2012, que tem por objetivos ampliar a oferta de EJA, especialmente, aos egressos do PBA, às populações do campo, às comunidades quilombolas, aos povos indígenas e às pessoas em unidades prisionais, e fortalecer a articulação e o compromisso dos entes federados com a efetivação do ingresso, a permanência e a continuidade de estudo de jovens e adultos nos sistemas de ensino, a título de apoio e manutenção de novas turmas de EJA oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb. Em 2014 foi realizado um aporte no valor R$ 33 milhões para abertura de novas turmas de educação de jovens e adultos, referentes a 36 mil matrículas. A EJA para pessoas em estabelecimentos penais recebeu a solicitação de 11.191 matrículas, sendo 10.091 pelos estados e 1.100 pelos municípios.

- **Reduzir a taxa de analfabetismo funcional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O analfabetismo funcional é mensurado pela proporção da população que tem menos de 4 anos de estudo, sendo uma variável considerada como fator relevante na sua condição de vulnerabilidade social. Em 2005, a taxa de analfabetismo funcional na população de 15 anos ou mais era de 23,4% e, em 2012 foi de 18,3 e 18,1 em 2013

Para o alcance dessa meta destaca-se o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), desenvolvido em todo o território nacional, que prioriza municípios com alta taxa de analfabetismo e visa a garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos.

O ciclo do PBA 2013, com execução em 2014, teve a adesão de 25 Estados, o DF e 1.029 Municípios, com uma meta

de atendimento de 1,5 milhão de alfabetizandos. Já estão cadastrados 983.443 alfabetizandos dos quais 735.036 em alfabetização e 248.036 aguardando o início do processo de alfabetização. Para esse atendimento, conta-se com cerca de 96 mil alfabetizadores, 17 mil alfabetizadores-coordenadores de turmas e 1.500 tradutores intérpretes de Libras. O PBA buscou fortalecer a integração entre as políticas de alfabetização e outras ações do Governo Federal, de modo a ampliar o acesso dos beneficiários do Programa aos serviços públicos já existentes, visando à melhoria das suas condições de vida, renda e cidadania.

Considerando a necessidade de garantir a oferta de atendimento educacional e a elevação de escolaridade para jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos que não concluíram o ensino fundamental, foi publicada a Resolução/CD/FNDE nº 48/2012, que tem por objetivos ampliar a oferta de EJA, especialmente, aos egressos do PBA, às populações do campo, às comunidades quilombolas, aos povos indígenas e às pessoas em unidades prisionais; e fortalecer a articulação e o compromisso dos entes federados com a efetivação do ingresso, a permanência e a continuidade de estudo de jovens e adultos nos sistemas de ensino, a título de apoio e manutenção de novas turmas de EJA oferecidas pelas redes públicas de ensino que tenham matrículas ainda não contempladas com recursos do Fundeb. Em 2014 foi realizado um aporte no valor R$ 37,5 milhões (referente a primeira parcela de 50% do valor total do recurso devido) para abertura de novas turmas de educação de jovens e adultos, referentes a 41 mil novas matrículas. A EJA para pessoas em estabelecimentos penais recebeu a solicitação de 11.191 matrículas, sendo 10.091 pelos estados e 1.100 pelos municípios.

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

Com o objetivo de aprimorar os processos de gestão e articulação no campo da política educacional, o MEC busca aperfeiçoar as relações e estabelecer uma coordenação compartilhada entre os entes federados, a fim de viabilizar o processo de alinhamento, já em curso, dos planos estaduais, distrital e municipais de educação ao PNE. Como estratégia, o MEC estruturou uma agenda de trabalho com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação (CONSED) e com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Destaca-se também a promoção de espaços de diálogo e formulação que possam subsidiar a instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE). Em 2014 foi lançado o sítio Planejando a Próxima Década (http://pne.mec.gov.br), que fortalece a assistência técnica para elaboração e adequação dos planos estaduais e municipais de educação em consonância com o PNE, conforme estabelece a Lei. O sítio oferece um conjunto de materiais de orientação composto por documentos, sistemas interativos com sugestões de metas intermediárias, além de indicadores educacionais e informações sobre programas que o Ministério já dispõe para apoiar os entes federados no cumprimento das metas nacionais. Considerada referencial para construção das políticas públicas educacionais, a realização da segunda edição da Conferência Nacional de Educação (CONAE) em novembro de 2014 contou com mais de 3,5 mil participantes e teve como tema central “O PNE na Articulação do Sistema Nacional de Educação: Participação Popular, Cooperação Federativa e Regime de Colaboração”. De caráter deliberativo, a Conferência apresentou um conjunto de propostas que subsidiará a efetivação e a implementação do PNE, indicando responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino.

Durante o ano de 2014 foi intensificado o debate sobre cooperação territorial, com a coordenação de um Grupo de Trabalho (GT), instituído pela Portaria nº 1.238, de 11 de outubro de 2012, para elaborar estudos sobre experiências existentes e suas contribuições como reforço ao associativismo entre os entes federativos, visando ao fortalecimento das capacidades públicas na área da educação. Esta ação está sendo desenvolvida por meio de contratação de consultorias para identificar as experiências associativistas existentes e de regiões de vulnerabilidade educacional, que resultará em

apoio técnico para subsidiar a elaboração do relatório final do GT. Um trabalho prático paralelo está em andamento no Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu (envolvendo os 11 municípios afetados pela obra de Belo Monte), a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) do Pará e o MEC, com o objetivo de fortalecer a articulação federativa pela via da elaboração e execução de um Plano Regional de Educação, vinculado aos planos municipais, ao plano estadual e ao PNE. Em 2014 esta ação foi ampliada para a região do Tapajós (envolvendo outros seis municípios), a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) do Pará, o MEC, e as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Essas ações resultarão no aperfeiçoamento de metodologia que poderá ser ajustada em outras realidades regionais.

A produção de estatísticas, indicadores, estudos e pesquisas contribui para a melhoria da qualidade da educação básica e para a universalização do acesso à escola, na medida em que possibilitam a elaboração de subsídios concretos para a formulação, reformulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais.

No que se refere aos instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica, cabe ressaltar o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), cujos resultados oferecem subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para essa etapa de ensino. A partir das avaliações do Saeb, é calculado bianualmente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb, que permite reunir, num só indicador, informações de fluxo escolar e de desempenho no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - Saeb. O Saeb é composto pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil), pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e pela Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). Exceto a ANA, cuja avaliação é anual, as demais ocorrem a cada dois anos, sendo as últimas realizadas em 2013. Inserida no contexto de atenção voltada à alfabetização, a ANA é direcionada para as unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do ensino fundamental, fase final do ciclo de alfabetização. Em 2014, participaram da ANA 49.791 escolas, com 106.432 turmas e 2.708.389 alunos do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas, das zonas urbana e rural, organizadas no regime de nove anos de duração Além de participarem da ANA, em 2014 as escolas puderam analisar pedagogicamente os resultados de sua participação em 2013 das avaliações do Saeb, por meio de boletins eletrônicos, que apresentaram as médias do desempenho de aproximadamente 6,6 milhões de alunos, e o percentual de alunos posicionados em cada nível nas escalas de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática.

Já a Provinha Brasil possibilita um diagnóstico dos níveis de alfabetização dos alunos após um ano de estudos no ensino fundamental, de maneira que as informações resultantes possam apoiar a prática pedagógica do professor em sala de aula. Esta avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo, com foco em Leitura e Matemática. Em 2014, no primeiro semestre foi prevista a participação 2.697.849 alunos e 2.595.485 alunos no segundo semestre.

Com relação ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), este se tornou, nos últimos anos, a principal porta de entrada de estudantes em universidades públicas e privadas do País. Hoje, cerca de 90% das 63 universidades federais do Brasil utilizam o Exame. Algumas usam como nota complementar, outras destinando uma porcentagem de seu total de vagas, e ainda há aquelas que usam o exame como única forma de ingresso. A edição 2014 do Enem, realizada em novembro, contou com aproximadamente 8,7 milhões de inscritos, sendo aplicado em cerca de 1,7 mil cidades brasileiras. Em 2014, mais de cinco milhões de redações, da edição 2013, foram corrigidas por 7.121 avaliadores, os quais passaram por processo de capacitação com duração de 136 horas.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a instituição do Sistema Nacional de Educação, responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do PNE 2011-2020.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, o MEC intensificou sua ação em quatro eixos: i) a agenda instituinte do Sistema Nacional de Educação (SNE); ii) a assistência técnica aos estados e municípios para elaboração ou adequação de seus planos de educação em consonância ao PNE; iii) o desenvolvimento do software para criação e simulação de planos de carreira, além do aprofundamento do diálogo para a valorização do profissionais da educação; e iv) os trabalhos de acompanhamento e estudos sobre a territorialização da cooperação educacional.

Os debates conceituais sobre o SNE culminaram na elaboração do documento “O Sistema Nacional de Educação” e do livro “O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto”. Ambos ofereceram referenciais importantes para a etapa nacional da CONAE 2014. O MEC também assumiu a coordenação do “Estudo Comparado dos Sistemas Educacionais”, aprovado pelo Conselho Sul Americano de Educação da União das Nações Sul Americanas (UNASUL), que resultou no “Seminário Internacional Sistemas Educacionais dos Países da Unasul”.

- **Apoiar os entes federados na elaboração ou adequação de planos de educação alinhados ao PNE 2011-2020, bem como na implementação de iniciativas de cooperação e colaboração entre os sistemas de ensino.**

Análise Situacional da Meta

A assistência técnica aos estados, Distrito Federal e municípios foi consolidada, fortalecendo a adequação ou elaboração de planos de educação dos entes federados em consonância ao PNE. Já conta com o envolvimento direto de todas as 27 Secretarias Estaduais de Educação e das Undimes seccionais, resultando em uma rede com 304 Avaliadores Educacionais técnicos que assistem 5.042 municípios, além dos 26 estados e o DF até o momento, pois o foco está no atendimento da totalidade dos entes federados. Foram realizadas etapas de capacitação da rede, além do lançamento do portal “Planejando a Próxima Década” (http://pne.mec.gov.br), produzido com a colaboração UNDIME, CONSED, UNCME, FNCE e CNE. Estão disponíveis neste portal materiais de orientação como documentos, sistemas interativos de acompanhamento do trabalho nos estados e municípios, indicadores educacionais e informações sobre programas que o MEC já dispõe, articulados com cada uma das metas do Plano. O ano se encerrou com 03 estados e 15 municípios com Planos já sancionados.

Durante o ano de 2014 o debate sobre cooperação territorial se intensificou. Foram identificadas as experiências existentes e as regiões de maior vulnerabilidade educacional. Paralelamente, o MEC está atuando na Região do Xingu/PA com 11 municípios afetados pela obra de Belo Monte e com a Secretaria de Estado de Educação, fortalecendo a articulação federativa pela via da elaboração e execução de um Plano Regional de Educação. Em 2014 ação semelhante foi ampliada para a região do Tapajós. Essas experiências também permitirão ajustar a ação do MEC às realidades regionais.

- **Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade da educação básica**

Análise Situacional da Meta

O Censo Escolar 2014 registrou cerca de 190 mil estabelecimentos de educação básica, em que estão matriculados mais de 49 milhões de alunos, sendo 81,7% em escolas públicas e 18,3% em escolas privadas. Ressalta-se que há cerca de 2,2 milhões de funções docentes, mais de 2,1 milhões de turmas de escolarização, mais de 267 mil turmas de atividades complementares, além de 74 mil turmas de Atendimento Educacional Especializado.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica, cujos resultados oferecem subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para essa etapa de ensino. A partir das avaliações do Saeb, é calculado bianualmente o Ideb, que representa a iniciativa de reunir, num só indicador, fluxo escolar e desempenho nas avaliações.

O Saeb é composto pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, pela Avaliação Nacional da Educação Básica e pela Avaliação Nacional da Alfabetização Cerca de 6,6 milhões de estudantes do ensino fundamental de todas as unidades da federação fizeram as provas do Saeb em sua última edição, realizada em 2013. Em 2014, as escolas puderam analisar pedagogicamente seus resultados, por meio de boletins eletrônicos, que apresentam as médias de desempenho dos alunos da escola e o percentual de alunos posicionados em cada nível nas escalas de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática.

Inserida no contexto de atenção voltada à alfabetização, a ANA é direcionada para as unidades escolares e estudantes matriculados no 3º ano do ensino fundamental, fase final do ciclo de alfabetização. Em 2014 foram avaliados cerca de 2,3 milhões de estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas, das zonas urbana e rural, organizadas no regime de nove anos de duração.

A Provinha Brasil possibilita um diagnóstico dos níveis de alfabetização dos alunos após um ano de estudos no ensino

fundamental, de maneira que as informações resultantes possam apoiar a prática pedagógica do professor em sala de aula. Esta avaliação acontece em duas etapas, uma no início e a outra ao término do ano letivo, com foco em Leitura e Matemática.

Com relação ao Exame Nacional do Ensino Médio, este se tornou, nos últimos anos, a principal porta de entrada de estudantes em universidades públicas e privadas do País. Hoje, cerca de 90% das 63 universidades federais do Brasil utilizam o Exame. Algumas usam como nota complementar, outras destinando uma porcentagem de seu total de vagas, e ainda há aquelas que usam o exame como única forma de ingresso. A edição 2014 do Enem, realizada em novembro, contou com aproximadamente 8,7 milhões de inscritos, sendo aplicado em cerca de 1,7 mil cidades brasileiras. Em 2014, mais de cinco milhões de redações, da edição 2013, foram corrigidas por 7.121 avaliadores, os quais passaram por processo de capacitação com duração de 136 horas.

Já o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) tem a finalidade de aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não puderam concluir seus estudos da educação básica na idade apropriada. Para brasileiros residentes no País, é ofertado somente para certificação de conclusão do ensino fundamental aos que possuírem no mínimo 15 anos completos até a data de realização do Exame. Já para os brasileiros residentes no exterior, além do ensino fundamental, o Encceja é ofertado em nível de conclusão do ensino médio para jovens e adultos com 18 anos completos até a data de realização do exame. Em 2014, 112.577 participantes se inscreveram para o Encceja Nacional; 34.001 participantes se inscreveram para o Encceja para as Pessoas Privadas de Liberdade e os jovens sob medida socioeducativa; e, por fim, 2.303 participantes se inscreveram para o Encceja Exterior.

A produção de estatísticas, indicadores, estudos e pesquisas contribui para a melhoria da qualidade da educação básica e para a universalização do acesso à escola, na medida em que possibilitam a elaboração de subsídios concretos para a formulação, reformulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais.

Em 2014, diversas ações foram realizadas com o objetivo de aprimorar esses instrumentos. Entre elas destacam-se:

a)Consolidação da matriz para Ciências da Natureza e Ciências Humanas para as Avaliações da Anresc e Aneb, com realização de oficinas para elaboração de itens e pré-teste;

b)Capacitação de colaboradores para elaboração e revisão de itens;

c)Concentração do processo de elaboração e revisão de itens em oficinas remotas, com interferência dos pesquisadores do Inep na validação final em painéis presenciais e no controle de qualidade no decorrer do processo;

d)Desenvolvimento de Banco de Imagens, com capacitação e credenciamento de colaboradores;

e)Início do processo de revisão das matrizes de Matemática e de Linguagem da Anresc e Aneb;

f)Conclusão da atualização da interpretação pedagógica das Escalas do Saeb/Prova Brasil, das edições de 2007, 2009 e 2011.

- **Elevar o percentual de diretores de escola com nomeação vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Em conjunto com a Associação Nacional de Política e Administração Educacional (ANPAE), o MEC firmou parceria para a elaboração de subsídios ao debate sobre critérios para a escolha de diretores de escola. Nesse trabalho foram elaborados textos para compor cadernos temáticos. Um deles versa sobre a gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas, contemplando critérios técnicos, de mérito e participação da comunidade, como define a Meta 19 do PNE.

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de matrículas em cursos de educação profissional técnica de nível médio	milhar	01/01/2010	1.140,4	31/12/2013	1.482,32
Número de matrículas em cursos de educação profissional tecnológica de graduação	milhar	31/12/2011	870,5	31/12/2013	995,746
Número de matrículas em cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional	milhar	31/12/2012	1.298,768	31/12/2013	2.087,628
Número de matrículas na rede federal de educação profissional e tecnológica	milhar	01/01/2009	250,9	31/12/2013	303,193
Número de unidades da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	unidade	31/12/2010	354	31/12/2014	562
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2011	6,1	31/12/2013	6,6
Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional	%	31/12/2010	1,3	31/12/2013	1,85

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo contempla iniciativas que visam principalmente: à reestruturação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica; à ampliação da oferta de cursos a distância; e à ampliação do acesso gratuito a cursos de educação profissional em instituições públicas e privadas.

Nos últimos anos, a educação profissional tem passado por um processo de expansão, interiorização e democratização da oferta. Neste contexto, cabe destacar o papel preponderante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica como referência nesta modalidade de ensino. Merece destaque também a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada em todo o País.

O Pronatec tem o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional no Brasil, além de contribuir para o desenvolvimento social e econômico por meio da formação profissional para jovens e trabalhadores, em todas as regiões do País. Para fazer frente ao desafio de ofertar educação profissional em escala nacional, em cursos com perspectivas para a inserção laboral e de forma a fortalecer a inclusão produtiva, o Programa contou com as instituições de referência em formação profissional: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; as Redes Estaduais de Educação Profissional, e os

Serviços Nacionais de Aprendizagem.

O Pronatec é composto por cinco iniciativas: a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Bolsa-Formação, a Rede e-Tec Brasil, o Acordo de Gratuidade com o Sistema S e o Brasil Profissionalizado. São oferecidos cursos técnicos de nível médio, que possuem carga horária mínima de 800 horas, e cursos de formação inicial e continuada (FIC), com no mínimo 160 horas de carga horária. Até o ano de 2014, o Programa já atendeu mais de 8,1 milhões de matrículas em todas as suas iniciativas, superando a meta inicialmente estabelecida de 8 milhões de vagas a serem ofertadas. Somente em 2014, foram realizadas mais de 3,2 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e cursos FIC.

Na Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no ano de 2014 entraram em funcionamento mais 92 unidades, resultando na entrega, entre 2011 e 2014, do total de 208 novas unidades de Institutos Federais, perfazendo um total de 562 unidades. Os investimentos na expansão e da Rede, em 2014, alcançaram o valor de R$ 678 milhões.

Além da oferta de vagas, foram realizados nos Institutos Federais investimentos em políticas de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação. Cabe destaque à parceria com a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), com o objetivo de promover e incentivar a realização de projetos empresariais de pesquisa, desenvolvimento e inovação – PD&I voltados para setores industriais, por meio de cooperação com instituições de pesquisa tecnológica e contribuir para a promoção do desenvolvimento dos Polos de Inovação dos Institutos Federais. Em 2014 foi dado início ao processo de habilitação de 5 Polos de Inovação em Institutos Federais, visando à prospecção e à execução de projetos de inovação, em parceria com empresas do setor industrial.

Outro destaque é o lançamento da Chamada Pública nº 17/2014, realizada pelo MEC e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A chamada selecionou 436 propostas para apoio financeiro a projetos que visem a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do País, oriundos de pesquisadores da Rede Federal de Educação Profissional, Cientifica e Tecnológica. Tais projetos envolvem a cooperação com o setor produtivo, para atendimento de suas demandas e alinhados às características do Plano Brasil Maior e da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O investimento será de R$ 40 milhões, a serem executados até 2016.

Uma iniciativa de grande relevância do Pronatec é a Bolsa-Formação, por meio da qual são ofertados cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica. Por meio da Bolsa-Formação Trabalhador, no âmbito da qual são ofertados cursos FIC ou qualificação profissional, foram 2,9 milhões de matrículas de 2011 a 2014. Já por meio da Bolsa-Formação Estudante, que oferta cursos técnicos de nível médio, foram registradas 1,2 milhão de matrículas, totalizando 4,1 milhões de matrículas no período. No âmbito da Bolsa-Formação do Pronatec também são oferecidas vagas para jovens que participam do ProJovem Urbano, sendo que um total de 1.980 vagas foram pactuadas e 1.263 executadas no ano de 2014.

Ainda no que se refere ao Bolsa-Formação Estudante, destaca-se a seleção realizada por meio do Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), que oferta vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para estudantes que concluíram o ensino médio e para participantes do Enem. A edição que ocorreu no primeiro semestre de 2014 alcançou, aproximadamente, 528 mil inscritos e realizou cerca de 200 mil matrículas em 122 cursos técnicos, ofertados em 391 Municípios dos 26 Estados e no Distrito Federal. Já a edição que ocorreu no segundo semestre de 2014 atingiu cerca de 354 mil inscritos e matriculou cerca de 250 mil estudantes em 118 cursos técnicos e gratuitos em 466 Municípios de todas as unidades da Federação.

Ainda nesse contexto, algumas iniciativas estratégicas, envolvendo diversos Ministérios, foram intensificadas em 2014, no âmbito da Bolsa-Formação. Por meio do Pronatec Brasil Maior, modalidade que envolve a parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Sistema S. O mapeamento da demanda por qualificação profissional é realizada pelo MDIC junto às empresas e associações representativas do setor produtivo.

O Pronatec Brasil sem Miséria promove a formação profissional de beneficiários do Programa Bolsa Família e do

Benefício de Prestação Continuada. Em março de 2014, foi atingida a meta de 1 milhão de alunos, prevista para o período 2011- 2014. Em 2014 foram efetuadas 670 mil matrículas. Entre o total de alunos matriculadas no Programa, 59% têm entre 15 e 29 anos, 68% são negros e 68% são mulheres.

O Acordo de Gratuidade com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), por meio do qual são ofertadas vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores, alcançou em 2014 a meta estabelecida de 66,66% de aplicação dos recursos recebidos da contribuição compulsória em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional. Em 2009, quando da celebração do Acordo, o percentual de oferta gratuita era de 50% no SENAI e 20% no SENAC.

O Programa Brasil Profissionalizado atua na expansão e fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, com ações de infraestrutura, aquisição de laboratórios, equipamentos e itens gerais de composição de escolas, além de ações formativas para professores, gestores e demais profissionais da educação. Desde 2011, no âmbito deste Programa, foram realizadas 341 mil matrículas, sendo 86.615 em 2012, 88.607 em 2013 e 86.328 em 2014. São 292 obras concluídas, sendo 70 construções e 222 ampliações. O investimento em 2014 totalizou R$ 61 milhões.

A Rede e-Tec Brasil, iniciativa do Pronatec que oferta educação profissional e tecnológica a distância, desde 2011, realizou 276 mil matrículas, sendo 67.962 em 2012 e 111.358 em 2013. Em 2014 foram 61.928 estudantes matriculados em 2.243 polos de apoio presencial, tendo sido criados 897 novos polos, com um investimento de R$ 161 milhões. Cabe ressaltar que a partir de 2014, o MEC passou a exigir o registro, no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) o cadastro dos alunos e dos polos de apoio presencial, conferindo maior controle do número de matrículas que, até 2013, era fornecido por ato declaratório das instituições.

Além disso, os Serviços Nacionais de Aprendizagem iniciaram sua atuação na Rede e-Tec Brasil, com a oferta de cursos de formação inicial e continuada pelo SENAI.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de cursos de educação profissional articulados com a elevação da escolaridade para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Mulheres Mil, cujo objetivo é viabilizar a mulheres em situação de vulnerabilidade social o acesso à educação profissional, ao emprego e à renda, está articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema, estabelecida pelo Governo Federal e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. A oferta de cursos de formação contribui para a promoção da autonomia da mulher e a criação de oportunidades no mercado de trabalho para que consigam melhorar a qualidade de suas vidas e de suas comunidades.

  De 2011 a 2013, o programa alcançou 37.183 mulheres qualificadas e, apenas em 2014, quando passou a ser executado no âmbito do Pronatec Bolsa-Formação, mais 37.881 mulheres foram atendidas, totalizando mais de 75 mil mulheres. O aumento no número de matrículas, passando de 18.787 em 2012 e 18.396 em 2013 para os mais de 37 mil já apresentados mostra o sucesso dessa estratégia para o Programa Mulheres Mil.

  Quantidade alcançada

  75.064

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  O investimento público total em educação, segundo dados do Inep, apresentou um importante incremento de 46,6%, passando de 4,5% do PIB, em 2005, para 6,4%, em 2012 e 6,6% em 2013. Nesse período, substanciais recursos foram

introduzidos por modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino, principalmente a introdução do Fundeb em 2007, e a eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) entre 2009 e 2011. Para cumprir as metas do PNE será necessário, contudo, manter positiva essa evolução do investimento público em educação com a colaboração da União e dos entes federados no suprimento de novas fontes de recursos.

Nesse sentido, a recente Lei nº 12.858/2013 reserva para a educação 75% e saúde 25% de todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas da plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de 3 de dezembro de 2012, bem como as receitas de individualização da produção no Pré-Sal e áreas estratégicas que se estendam para além do bloco contratado. A mesma lei também destina à educação 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União criado pela Lei nº 12.351/2010, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE, e prescreve que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Os gastos constitucionais mínimos com a manutenção e desenvolvimento do ensino decorrem da vinculação de impostos nos entes federados, sem especificação prévia de nível/modalidade de ensino, mais a contribuição social do salário educação e a complementação da União ao Fundeb que são restritas à educação básica.

Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da educação Básica e também da educação superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica. O maior crescimento relativo da educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da educação superior sobre a educação básica por estudante, se reduzisse de 10,1 em 2002, para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no ensino superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na educação básica, de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

- **Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional da Educação (PNE) apresenta duas metas importantes para o fortalecimento da educação profissional e tecnológica do País. A Meta 11 é triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. Já a Meta 12 pretende elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Uma das estratégias para se alcançar as Metas 11 e 12 do PNE) é atingir a relação de 20 alunos por professor para a educação profissional técnica de nível médio e 18 alunos por professor para a educação superior. Esta relação visa ampliar a capacidade institucional e garantir o desenvolvimento de todas as atividades inerentes à atuação do docente: pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga.

A relação aluno/professor das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, calculada pela razão entre o número de estudantes matriculados e o de professores lotados nas instituições, estava em 24,1 em 2011, subindo para 29,4 em 2012. No exercício 2013, a relação aluno/professor apurada foi de 20,40 e atingiu o valor de 22,25 estudantes por professor em 2014.

- **Elevar o número de escolas da rede federal de educação profissional e tecnológica para 562**

Análise Situacional da Meta

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, uma das iniciativas do Pronatec, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e

continuada para a população brasileira.

Das 208 novas unidades previstas para o período 2011-2014, todas já entraram em funcionamento. Dessas, 92 unidades da Rede Federal de 24 Estados iniciaram suas atividades em 2014, totalizando 562 escolas em atividade. Os investimentos no Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal desde 2011 foram de R$ 3,3 bilhões, sendo R$ 678 milhões em 2014.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica cobre todos os estados brasileiros, oferecendo cursos técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado: com a expansão, o País passa a ter 61 unidades na região Norte, 184 na região Nordeste, 57 na região Centro-Oeste, 147 na região Sudeste e 113 na região Sul.

Quantidade alcançada

562

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

As matrículas em Educação Profissional e Tecnológica em cursos de formação inicial e continuada (cursos FIC), cursos de educação profissional técnica de nível médio (cursos técnicos) e cursos de graduação tecnológica (cursos superiores de tecnologia) vêm sendo significativamente ampliadas desde 2010. O Pronatec constitui o esforço mais representativo do Governo Federal para elevar o número de matrículas em cursos de educação profissional e tecnológica. Foram realizadas, entre 2011 e 2014, mais de 8,1 milhões de matrículas em cursos técnicos e cursos FIC, por meio do Pronatec, que objetivam formar e qualificar jovens e trabalhadores, promovendo o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social, a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica. Por meio da Bolsa-Formação, uma das iniciativas que compõe o Pronatec, foram realizadas 4,1 milhões de matrículas, sendo 2,9 milhões em cursos FIC e cerca de 1,2 milhão em cursos técnicos de nível médio. Tais ações envolvem todas as redes de educação profissional referência para o País, incluindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, as Redes Estaduais de Educação Profissional e os Serviços Nacionais de Aprendizagem.

Os dados do Censo Escolar da Educação Básica registraram um aumento de matrículas em cursos técnicos de nível médio, de 1.250.900 matrículas em 2011 para 1.398.193 em 2012, 1.482.320 em 2013 e 1.784.403 em 2014. Já os dados do Censo de Educação Superior de 2013 registraram um aumento significativo em cursos superiores de tecnologia, de 870.534 matrículas em 2011 para 995.746 matrículas em 2013.

Dar continuidade à ampliação de vagas na educação profissional e tecnológica constitui um grande desafio. O PNE prevê, em sua Meta 11, “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público”. É necessário, portanto, fortalecer a integração entre educação profissional e setor produtivo, com cursos que cada vez mais reflitam a demanda por formação profissional e incentivar a progressão dos estudos na educação profissional, por meio de itinerários formativos.

- **Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

De 2011 a 2014, por meio das iniciativas que compõem o Pronatec, foram realizadas 2,7 milhões matrículas em cursos técnicos de nível médio, somando os cursos oferecidos por meio da Bolsa-Formação, Brasil Profissionalizado, e-Tec, Acordo de Gratuidade e Rede Federal. Como uma das formas de ingresso para vagas ofertadas por meio do Bolsa formação Estudante, destaca-se o Sisutec, no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação

profissional oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Enem. A edição que ocorreu no primeiro semestre de 2014 alcançou, aproximadamente, 528 mil inscritos e realizou cerca de 200 mil matrículas em 122 cursos técnicos, ofertados em 391 Municípios dos 26 Estados e no Distrito Federal. Já a edição que ocorreu no segundo semestre de 2014 atingiu cerca de 354 mil inscritos e matriculou cerca de 250 mil estudantes em 118 cursos técnicos e gratuitos em 466 Municípios de todas as unidades da Federação.

Dar continuidade à ampliação de vagas na educação profissional e tecnológica constitui um grande desafio. O PNE prevê, em sua Meta 11, "triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público". É necessário, portanto, fortalecer a integração entre educação profissional e setor produtivo, com cursos que cada vez mais reflitam a demanda por formação profissional e incentivar a progressão dos estudos na educação profissional, por meio de itinerários formativos.

Segundo os dados do Censo Escolar da Educação Básica, em 2014 estavam matriculados em cursos de educação profissional técnica de nível médio, incluindo as turmas nas formas integrada, concomitante e subsequente, 1.784.403 estudantes. Em 2011, eram 1.250.900 matrículas. Os cursos técnicos de nível médio nas formas concomitante ou subsequente duram até dois anos e são oferecidos para quem está fazendo ou já terminou esse nível de ensino. Cabe ressaltar que, entre as matrículas apuradas pelo Censo, não estão contabilizadas aquelas geradas por meio da Rede e-TEC Brasil nem do Sisutec. Pela Rede e-TEC são ofertadas vagas em cursos técnicos na modalidade a distância. Por meio do Sisutec, instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente, preferencialmente para candidatos que realizaram o Enem.

- **Oferecer 8 milhões de vagas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, contemplando a oferta de 3 milhões de vagas por meio de bolsas, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes**

Análise Situacional da Meta

O número total de matrículas realizadas pelo Pronatec, desde 2011 até 2014, é de mais de 8,1 milhões de matrículas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada (FIC). Somente a Bolsa-Formação já realizou 4,1 milhões de matrículas, sendo 2,9 milhões Bolsa-Formação Trabalhador e cerca de 1,2 milhão Bolsa-Formação Estudante. Em 2014, os investimentos da iniciativa somam R$ 3,8 bilhões.

Para atender aos públicos prioritários, foram desenvolvidas modalidades de oferta do Bolsa Formação: Pronatec Brasil sem Miséria, Pronatec Viver sem Limite, Pronatec Seguro-Desemprego e Pronatec Campo, dentre outras modalidades. A partir da Medida Provisória convertida na Lei 12.816/2013, o Pronatec também passou a ofertar, no âmbito da Bolsa-Formação, cursos técnicos na forma subsequente para egressos do ensino médio, além dos cursos FIC e cursos técnicos concomitantes. Assim, estudantes de escolas públicas são atendidos por cursos técnicos concomitantes demandados pelas Secretarias Estaduais de Educação e possuem reserva de vagas nas seleções realizadas por meio do Sisutec. Esse reserva, ainda, vagas para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, que optem por vagas em Instituições Federais de Ensino e que tenham cursado o ensino médio completo em escolas públicas ou em instituições privadas, na condição de bolsista integral.

Quantidade alcançada

8.123.689

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

As rápidas mudanças na base científica e tecnológica e nos processos produtivos exigem a formação de um novo trabalhador, sintonizado com a complexidade da realidade atual e capaz de superar os desafios que ela representa, de pensar e agir em prol das transformações econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de um país menos desigual e mais justo. A contextualização do conhecimento e a vinculação entre teoria e prática devem incentivar a investigação científica, a produção e o desenvolvimento de novas tecnologias. Para além da integração com o mundo do trabalho, a educação profissional e tecnológica deve incorporar ainda elementos inseridos no âmbito das relações sociais na perspectiva da promoção da inclusão, da equidade e da cidadania.

Entre os programas que buscam promover o acesso à educação, com respeito às diferenças culturais e modos de vida e especificidades em termos de aprendizagem, destacam-se o Programa Mulheres Mil, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de educação de jovens e adultos (Proeja), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Urbano) e a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Rede Certific). Com o objetivo de ampliar o seu alcance, o MEC reorganizou a dinâmica e o desenvolvimento dos Programas, inserindo-os no âmbito no Pronatec Bolsa-Formação, nas modalidades Pronatec Mulheres Mil, Pronatec EJA, Pronatec ProJovem Urbano e Pronatec Certific.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional**

  Análise Situacional da Meta

  Desde a implantação da Rede Certific, em 2011, foram atendidos mais de 3,5 mil trabalhadores em processos de reconhecimento de saberes. De modo a possibilitar uma ampliação das ações de reconhecimento de saberes, em 2014 as ações foram concentradas na reestruturação da Rede Certific, elaborada conjuntamente entre MEC e Ministério do Trabalho e Emprego.

  Entre as principais diretrizes para o plano de reestruturação da Rede Certific, destacam-se as ações de melhoria nos processos e nos procedimentos para reconhecimento de saberes, para reforçar a valorização social pelos empregadores e empregados; a incorporação de instituições das redes federal e estaduais de educação profissional e tecnológica e dos Serviços Nacionais e Aprendizagem como instituições certificadoras; a garantia de gratuidade na oferta; a utilização do processo de certificação profissional como mecanismo de acesso a cursos técnicos e FIC (inclusive Proeja); e a possibilidade de vinculação de certificação escolar para a educação básica.

  Em 2014, foi publicada a Portaria Interministerial MEC/MTE nº 5, de 25 de abril de 2014, que dispõe sobre a reorganização da Rede Certific, e a Portaria SETEC/MEC nº 8, de 2 de maio de 2014, que regulamenta o desenvolvimento de processos de certificação profissional no âmbito da Rede Certific. No segundo semestre de 2014, foram realizadas ações de sensibilização e publicização junto às instituições certificadoras.

  A partir de 2015, as instituições realizarão os processos de certificação no âmbito do Pronatec/Bolsa-Formação, com base nas vagas pactuadas com o Ministério do Trabalho e Emprego, principal demandante da ação.

- **Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional, em consonância com o PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  De acordo com os dados do Censo Escolar 2014, no Brasil foram realizadas mais de 3,5 milhões matrículas iniciais na educação de jovens e adultos (EJA). Considerando as matrículas de EJA na forma articulada à educação profissional e as 48.990 matrículas no ProJovem no mesmo ano, alcançamos o índice de cerca de 3% de matrículas de EJA integrada à educação profissional.

  No Pronatec EJA, a organização da oferta de cursos técnicos ou de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional se dá por meio de pactuação entre demandantes e ofertantes. No mês de julho de 2014,

ocorreu o primeiro processo de pactuação entre as partes para a definição da oferta dos cursos. O MEC realiza articulação e sensibilização das unidades demandantes: secretarias estaduais e municipais de educação. No ano de 2014, foram executadas 4.585 vagas, das quais 1.731 são vagas de cursos técnicos concomitantes ou integrados ao ensino médio e 2.854 de cursos de formação inicial e continuada.

Ainda em relação a esta meta, o MEC oferece apoio técnico e financeiro aos entes federados para o desenvolvimento do ProJovem Urbano, que se destina ao atendimento de jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. O objetivo do programa é oferecer elevação da escolaridade com conclusão etapa de ensino, qualificação profissional inicial e apoiar o desenvolvimento de ações comunitárias, na forma de cursos com duração de 18 meses. No âmbito da Bolsa-Formação/Pronatec, são oferecidas vagas para jovens que participam do ProJovem Urbano. Em 2014, um total de 1.980 vagas foram pactuadas e 1.263 executadas.

O Programa Mulheres Mil tem como objetivo oferecer cursos de profissionalização e complementação de estudos às mulheres inscritas no Cadastro Único em situação de vulnerabilidade social. A oferta de cursos de formação contribui para a promoção da autonomia da mulher e a criação de oportunidades no mercado de trabalho para que consigam melhorar a qualidade de suas vidas e de suas comunidades. De 2011 a 2013, o programa alcançou 37.183 mulheres qualificadas e, apenas em 2014, quando passou a ser executado no âmbito do Pronatec Bolsa-Formação, mais 37.881 mulheres foram atendidas, totalizando mais de 75 mil mulheres.

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	5,94	31/12/2013	7,6
Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	01/01/2009	20,26	31/12/2013	24,5
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2011	6,1	31/12/2013	6,6
Taxa bruta de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	26,7	31/12/2013	30,3
Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres	%	01/01/2009	3,7	31/12/2013	7,3
Taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do país	%	01/01/2009	18,4	31/12/2013	24,5
Taxa bruta de matrículas na educação superior para a população negra	%	01/01/2009	17,7	31/12/2013	22,1
Taxa de docentes em exercício com doutorado	%	01/01/2009	26,4	31/12/2013	32,8
Taxa de docentes em exercício com mestrado	%	01/01/2009	36,2	31/12/2013	39,8
Taxa líquida de matrícula na educação superior	%	01/01/2009	14,4	31/12/2013	16,3
Taxa líquida de matrícula na educação superior, ajustada	%	01/01/2009	17,3	31/12/2013	20,2

OBJETIVO: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O levantamento nacional de dados educacionais e a realização de avaliações sistemáticas para a educação superior, considerando as especificidades das diferentes regiões e públicos existentes, constitui ferramenta imprescindível para a melhoria da qualidade e a orientação da expansão da oferta da educação superior e das políticas de financiamento e de inclusão nesta etapa de ensino.

O Censo da Educação Superior proporciona anualmente diagnósticos sobre a educação Superior no Brasil e subsidia a formulação de políticas públicas para este nível, além de propiciar o acompanhamento, a avaliação e o fomento do sistema de Educação Superior.

Ao apurar periodicamente a trajetória de todos os alunos e docentes, o Censo da Educação Superior fornece subsídios relevantes sobre a abrangência e eficiência do sistema em suas diferentes dimensões. O Censo levanta dados pormenorizados referentes a cada aluno, curso, docente e instituição, subsidiando a implementação de ações mais efetivas para a sociedade brasileira.

O Censo da Educação Superior de 2013 alcançou a participação de 2.391 instituições com seus 32.049 cursos de

graduação, os quais abrigaram 321.700 funções docentes e 7.305.977 matrículas em cursos de graduação presencial e à distância, um incremento de 3,8% em relação ao ano anterior (7.037.688) e de 83% em relação a 2003. Aferiu-se, ainda em 2013, mais de 991 mil concluintes nos cursos de graduação. Entre os anos de 2012 e 2013, a matrícula cresceu 3,8% nos cursos presenciais e 3,6% nos cursos a distância. Os cursos à distância já contam com uma participação superior a 15,8% na matrícula de graduação, sendo que, em 2013, o Censo da Educação Superior registrou 1.153.572 matrículas nessa modalidade. Dados do Censo beneficiam a sociedade brasileira como todo, mas em destaque os órgãos governantes que possuem políticas tangentes à educação superior, pesquisadores, organizações não governamentais, organizações internacionais e sociedade brasileira em geral.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) abrange o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, tendo por finalidade, dentre outras, a melhoria da qualidade e a orientação da expansão da oferta da educação superior e das políticas de financiamento e de inclusão nesse nível de ensino. Para implementar o processo de avaliação, em 2014, foram realizadas 5.647 avaliações in loco, as quais possuem alto impacto interno e externo , uma vez que seu resultado provoca ações de melhoria nas IES e subsidia o processo de regulação e supervisão da educação superior, por meio dos atos de Credenciamento e Recredenciamento Institucional, Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de cursos. Os resultados da avaliação orientam a política de financiamento estudantil e de distribuição de recursos para manutenção das IES públicas federais, além de serem utilizados como critérios para programas e políticas desse nível de ensino. Ainda no âmbito da avaliação, destaca-se o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), cuja edição de 2014 avaliou o desempenho de 483.520 concluintes de 34 áreas de conhecimento, em 1.503 Municípios, cobrindo 9.994 cursos. Este Exame é um dos instrumentos de avaliação do Sinaes e visa ao acompanhamento do processo de aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação. Sua realização subsidia a construção e o calculo de indicadores de qualidade de cursos e instituições, com o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC).

No que se refere à pós-graduação, a avaliação se consolidou como uma atividade fundamental para a garantia e manutenção da qualidade da pós-graduação stricto sensu no País e como instrumento fundamental para indução e expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). As metas e desafios antepostos a todos os programas de pós-graduação stricto sensu têm resultado em consistentes e continuados avanços na formação de recursos humanos altamente qualificados, na ciência, na tecnologia e na inovação. O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, funciona como instrumento para a busca de um padrão de excelência acadêmica na formação de mestres e doutores. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento, como a concessão de bolsas de estudo, os auxílios e os apoios. Entre todas essas ações destaca-se, ainda, o sistema de consultas a informações estatísticas produzidas pelo Inep, tais como número de matrículas, número de estabelecimento de ensino, funções docentes segundo a abrangência geográfica, categoria administrativa, modalidade de ensino, dentre outros. Esse sistema tem com público beneficiado os gestores, pesquisadores, servidores e demais interessados em informações educacionais produzidas pelos Censos.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do ensino superior, inclusive pós-graduação**

  Análise Situacional da Meta

  O MEC busca aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade da educação por meio da realização de censos escolares e avaliações institucionalizadas. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) assegura o processo nacional de avaliação das instituições de Educação Superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, tendo por finalidade, dentre outras, a melhoria da qualidade e orientação da expansão da oferta da Educação Superior e das políticas de inclusão. Para implementar o processo de avaliação, em 2014, foram realizadas 5.647 avaliações in loco, as quais possuem alto impacto externo, tendo em vista a sua função de

garantir a qualidade de cursos e instituições, bem como servir ao processo regulação da atividade da educação superior no País. Essa avaliação apresenta também impacto interno, pois possibilita a manutenção de uma base de dados histórica que permite a realização de estudos e pesquisas, bem como subsidia a formação de comissões de especialistas para assessorar a realização do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade, outro componente do Sinaes. As avaliações sob a égide do Sinaes revestem-se de caráter de grande importância ao serem insumos para as políticas públicas de regulação e de financiamento, entre as quais se encontram o ProUni e o FIES, políticas que tem como elegíveis apenas instituições que apresentam cursos com avaliação positiva no Sinaes. Além disso, o Sinaes subsidia a construção da matriz orçamentária das instituições de Educação Superior públicas, sinalizando um impacto externo e social do trabalho realizado pelo Inep.

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), um dos instrumentos de avaliação do Sinaes, visa ao acompanhamento do processo de aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes curriculares dos respectivos cursos de graduação. A edição de 2014 avaliou o desempenho de 483.520 concluintes de 34 áreas de conhecimento, em 1.503 Municípios, cobrindo 9.994 cursos. Prevê-se, para 2015, a aplicação do Enade para alunos concluintes de cursos nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas a áreas afins, sendo avaliadas 18 áreas distintas, para as quais serão selecionados especialistas que irão compor as Comissões Assessoras para a concepção, elaboração, aplicação e análise das provas e dos resultados do Enade 2015.

Os resultados do Enade subsidiam a construção e o calculo de indicadores de qualidade de cursos e instituições, com o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC), representando impacto interno de alta relevância, pois sem a realização do Exame a construção dos cálculos não seria possível e a avaliação da qualidade e o processo de regulação ficariam seriamente comprometidos, bem como geraria profundo impacto social (externo) no âmbito da apresentação dos índices de qualidade de cursos e instituições de educação superior.

O MEC disponibiliza, via internet, o INEPData, que é uma ferramenta que possibilita a consulta de estatísticas e indicadores produzidos pelo Inep (http://portal.inep.gov.br/inepdata). Nesta ferramenta, estão disponíveis dados dos Censos da Educação Superior e Censo Escolar da Educação Básica. Para 2015 está previsto o aperfeiçoamento dessa ferramenta e o planejamento de um conjunto de publicações, contendo análises dos resultados dos censos, avaliações e exames realizados pelo Inep.

Em termos do aprimoramento dos instrumentos da avaliação da pós-graduação stricto sensu, a Plataforma Sucupira, lançada em 2014, permite maior transparência dos dados para toda a comunidade acadêmica, maior facilidade no acompanhamento da avaliação e maior confiabilidade, precisão e segurança das informações. Em 2014, foram analisadas, diretamente na Plataforma Sucupira, por 450 consultores ad hoc, 859 propostas de cursos novos de pós-graduação.

OBJETIVO: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem expandindo suas ações de apoio e fomento à pós-graduação stricto sensu e à mobilidade internacional no âmbito do ensino superior, provendo o País de melhores quadros de nível técnico e científico, com vistas a elevar o padrão de qualidade da educação superior e o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

Nesse sentido, destaca-se o Programa Ciências sem Fronteiras (CsF), que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileiras por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O Programa oferece bolsas para que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no

exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. A meta de oferecer 101 mil bolsas de 2011 a 2014 foi superada, tendo sido concedidas 101.446 bolsas de estudo, sendo 36.241 pelo CNPq e 65.205 pela Capes.

Com vistas a propiciar maior oportunidade de aprendizagem e aperfeiçoamento do idioma estrangeiro para o CsF, foi criado, em 2012, o Programa Inglês sem Fronteiras (IsF), cujas ações são: aplicação de testes de proficiência (TOEFL ITP), acesso a curso de inglês online auto instrucional (MyEnglish Online) e oferta de cursos presenciais em universidades federais brasileiras. Em 2014 foram aplicados mais de 150 mil testes em 116 instituições públicas de ensino superior em todos os estados brasileiros. O curso de inglês MyEnglish Online já possui mais de 650 mil usuários e os cursos presenciais fomentados pelo Governo Federal com recursos da ordem de R$ 4,5 milhões em 43 universidades federais já conta com mais de 35 mil inscritos.

Com o sucesso do Programa IsF e o crescente processo de internacionalização da comunidade acadêmica brasileira, o MEC lançou, em novembro de 2014, o Programa Idiomas sem Fronteiras, que incorpora outras línguas e tem como objetivo a formação de estudantes, professores e corpo técnico-administrativo de instituições de educação superior e de professores de idiomas da rede pública de educação básica. Com essa ampliação, o Programa, complementar ao CsF e às demais políticas públicas de internacionalização, ofertará, além da língua inglesa, os idiomas francês, espanhol, italiano, japonês, mandarim, alemão e português para estrangeiros. Em 2014, foram distribuídos 1.500 acessos ao curso de francês online em parceria com o governo francês e a Aliança Francesa.

Ainda em 2014, deu-se continuidade às atividades do Programa IsF – Inglês sendo aplicados e corrigidos mais de 155 mil testes de proficiência TOEFL – ITP no âmbito da comunidade acadêmica discente. Projeta-se a expansão, a partir de 2015, das iniciativas às línguas espanhola, francesa, italiana, chinesa, japonesa e português brasileiro para estrangeiros, por meio de parcerias em curso de negociações e já firmadas.

Além das ações vinculadas ao CsF, houve expansão das ações de Cooperação Internacional. Os programas tradicionais de mobilidade acadêmico-científica tiveram resultado acima da média, com um total de 7.358 bolsistas de todos os níveis beneficiados por programas não contemplados no CsF. Foram financiados, ainda, 1.243 projetos conjuntos de pesquisa, dos quais participaram pesquisadores brasileiros e estrangeiros de vários países (Alemanha, Suécia, Japão, Canadá, Reino Unido, Espanha, França entre outros), e concedidos 1.648 auxílios para participação de doutores em eventos científicos no exterior. Em atendimento principalmente às demandas do setor produtivo, em 2014 foi implementada a modalidade Mestrado Profissional no Exterior, concedendo na primeira edição do Edital um total de 596 bolsas de estudo para os Estados Unidos. O número de bolsas ativas da CAPES em 2014 para todas as áreas (programas tradicionais e CsF) praticamente dobrou, chegando a 46.855 bolsistas beneficiados por programas tradicionais e pelo CsF da Capes, incluindo os de mestrado profissional no exterior. Esse o número de projetos subiu 15% em relação a 2013.

Nos últimos anos, o Portal de Periódicos tem possibilitado o acesso à informação científica por meio eletrônico, tanto dos professores e alunos, quanto dos pesquisadores brasileiros, buscando democratizar o acesso à informação científica por meio eletrônico. Atualmente 424 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de Governo têm acesso ao Portal de Periódicos, que disponibiliza 36.877 periódicos em textos completos, 126 bases referenciais e de resumos, 259.503 mil livros eletrônicos, 11 bases de patentes, 56 bases de estatísticas, duas bases de normas técnicas e, nove de Audiovisuais. Em 2014, o Portal contou com investimentos da ordem de U$ 99,3 milhões, registrando mais de 104 milhões de acessos ao Portal de Periódicos, o que representa 285,7 mil acessos diários.

Metas 2012-2015

- **Elevar o número de mestres e doutores titulados por ano, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Nacional da Pós-Graduação (PNPG 2011-2020) estabelece orientações gerais com vistas à expansão qualificada do sistema de pós-graduação, que pressupõe o aprimoramento contínuo dos instrumentos de avaliação. Em 2014 foram recebidas 859 propostas de cursos novos de pós-graduação, sendo 584 de acadêmicos (mestrado e/ou doutorado) e 275 de profissionais, além de 165 projetos de Mestrados e Doutorados Interinstitucionais, que foram

avaliadas com o apoio da comunidade acadêmico-científica, por meio de 450 consultores ad hoc, cuja atividade essencial é avaliar os cursos de mestrado e doutorado para assegurar e manter a qualidade dos cursos de pós-graduação do país.

O MEC concede bolsas de estudo no Brasil visando estimular a formação de recursos humanos de alto nível. Em 2014, o MEC apoiou a expansão do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), ampliou a concessão de bolsas de estudos no País para 105.579, sendo 48.111 de mestrado, 39.906 de doutorado, 6.820 de pós-doutorado, 214 de Professor Visitante Sênior, 253 de Supervisão, 9.902 de iniciação científica e 373 para o Programa Inglês sem Fronteiras. Em 2013, foram 45.754 bolsas de mestrado, 32.111 de doutorado, 6.217 de pós-doutorado, 155 de Professor Visitante, 106 de Supervisão, 216 iniciação científica e 445 pelo Programa Inglês sem Fronteiras.

Ainda em 2014, destacam-se as concessões adicionais de mais de 5 mil de bolsas de mestrado e doutorado por meio do Programa Demanda Social e o Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP). Além dessas bolsas, como ação específica de incentivo à internacionalização, foram concedidas 1.386 bolsas de doutorado para pesquisadores brasileiros no país em contrapartida aos cursos que enviaram discentes para o exterior. Convêm ressaltar a atenção dispensada às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com vistas à redução das assimetrias regionais, destacando-se ações como o Programa de Doutorado Interinstitucional (Dinter), o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) e o Programa Pró-Amazônia: Biodiversidade e Sustentabilidade.

Em consonância com a política externa brasileira, o MEC atua de modo crescente, na disponibilização de recursos para atividades, projetos e programas de modo a ampliar a chamada Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi). Entre estas iniciativas destaca-se o Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), criado em 1981, como resultado da parceria entre o MEC, o CNPq e o MRE. O Programa concede bolsas de mestrado e doutorado, no Brasil, para aprimorar a qualificação de professores universitários, pesquisadores, profissionais e graduados do ensino superior provenientes de países em desenvolvimento e com os quais o Brasil mantém Acordo de Cooperação Cultural e/ou Educacional. Em 2014, programa beneficiou 514 bolsistas ativos provenientes de 30 países da África, Ásia, América Latina e Oceania. Em 2013, foram 480 bolsas ativas.

Em atendimento principalmente às demandas do setor produtivo, o MEC implementou durante o ano de 2014, a modalidade de Mestrado Profissional no Exterior, concedendo nesta primeira edição do edital 596 bolsas de estudo para os Estados Unidos. Para 2015, como parte da expansão da concessão de bolsas na referida modalidade, estão previstos lançamentos de editais para Alemanha, França, Austrália, Canadá e Irlanda.

Em 2014 o MEC deu prosseguimento às ações de indução em áreas estratégicas, entre elas, Saúde, Defesa Nacional, Ciências do Mar, Biologia Computacional, Toxinologia, Parasitologia e Agropecuária. Entre as novas ações estratégicas implementadas este ano estão os editais de apoio à pesquisa científica e tecnológica em Desenvolvimento Socioeconômico (PGPSE), em Desastres Naturais (Pró-Alertas), em Ciências Forenses (Pró-Forenses) e pesquisas em Mar Profundo (IODP/CAPES-BRASIL). Além disso, foram firmados novos acordos com os seguintes órgãos: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e MCTI (Tecnologia Assistiva), Instituto do Aço (Aço Brasil) e com as Fundações Estaduais de Amparo a Pesquisa (FAP's) dos seguintes estados: AM, PA, RO e MA. Atualmente, a CAPES possui acordos de cooperação com 22 FAP's. Em 2014 foi lançada a 3ª edição do Programa Jovens Talentos para a Ciência (PJT-IC). Esse edital recebeu 29.757 inscrições válidas e serão selecionados até 11 mil bolsistas para iniciarem suas atividades em março de 2015.

Por conseguinte, todas as ações citadas anteriormente foram essenciais para o aumento do número de discentes titulados tanto no mestrado como no doutorado o que contribui para o crescimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação e para o alcance da meta estabelecida no PNE 2011-2020. No ano de 2013, 45.067 discentes titularam no mestrado, um aumento de 5,1% em relação ao ano de 2012. Já no doutorado foram 15.287 titulados, o que representa um aumento de 9,9% em relação ao mesmo período.

- **Elevar o percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A evolução do percentual de mestres e doutores no corpo docente em efetivo exercício nas instituições de ensino superior está associada ao aumento e ao fortalecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

Além disso, o MEC estimula a contratação de docentes com mestrado e doutorado, visando à melhoria da qualidade da formação dos novos profissionais.

O percentual de mestres ou doutores no corpo docente das instituições de ensino superior aumentou de 66,2% em 2010 para 70,7% em 2012 e 72,61% em 2013, de acordo com os dados do Censo Escolar da Educação Superior.

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Análise Situacional do Objetivo

As ações implementadas pelo MEC vêm proporcionando uma expansão significativa do sistema público federal de educação superior, com um importante aumento no número de vagas de graduação oferecidas nos processos seletivos de ingresso. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2013, foram ofertadas aproximadamente, na graduação presencial, 246 mil vagas por meio de processo seletivo, e 61 mil vagas remanescentes ofertadas por meio de outras formas de ingresso, e registradas 1.015.868 matrículas em cursos de graduação nas universidades federais, sendo 932.263 delas na modalidade presencial e 83.605 a distância. Em 2012 eram 885.716 matrículas na modalidade presencial e 88.511 a distância.

Em virtude da preocupação com a qualidade da oferta, com a permanência e com o sucesso dos estudantes, a expansão vem sendo implementada com um conjunto de programas associados, como o Programa de Extensão Universitária (PROEXT), o Programa de Educação Tutorial (PET) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Com relação ao PROEXT, em 2014 foram selecionadas 826 propostas de programas e projetos de extensão em todo o território nacional, com previsão de atendimento em 2015. Ainda em relação aos projetos especiais de graduação, o PET consolida-se como uma importante ação desenvolvida por estudantes bolsistas que contam com a tutoria de um docente doutor. No ano de 2014, foram apoiados 670 grupos nas universidades federais e 170 grupos em instituições não federais, totalizando 840 grupos.

O PNAES objetiva promover a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, por meio da oferta de assistência à moradia estudantil, à alimentação, ao transporte, à saúde, à inclusão digital, à cultura, ao esporte, e ao apoio pedagógico. O Programa contou, em 2014, com um investimento de R$ 742,7 milhões para atender estudantes das 63 universidades federais do País.

O Programa Bolsa Permanência (PBP) concede auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais, e tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Para os estudantes indígenas e quilombolas, é garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes. Em 2013, o PBP concedeu bolsas para 5.889 estudantes, e em 2014 mais de 12,5 mil foram beneficiados.

Com relação às pessoas com deficiência, os dados do Censo da Educação Superior 2013 apontam 29.221 alunos, sendo 32% das matrículas em Instituições Públicas de Educação Superior. No âmbito do Viver Sem Limite, tendo como objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais e a eliminação de barreiras físicas e pedagógicas, o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, em 2014, disponibilizou recursos da ordem de R$ 11 milhões para 59 universidades.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, tem como objetivo propiciar a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos globais do

desenvolvimento e altas habilidades, com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Em 2014 foi lançado o primeiro edital do Programa e selecionadas 20 propostas de cursos de formação preparatória, que serão ofertadas em 2015, para pós-graduação de diferentes instituições de educação superior federais, estaduais, municipais e comunitárias, contribuindo para a institucionalização e solidificação de experiências de ação afirmativa.

No âmbito das políticas de inclusão do Governo Federal, o Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído em 2005, amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas em contrapartida à isenção de impostos. Em 2014, o ProUni concedeu 223.498 bolsas, tendo alcançado a aproximadamente 1,5 milhão de estudantes atendidos desde 2005.. No ano anterior, foram 177.308 e, em 2012, 176.752 bolsas concedidas pelo Prouni.

Integrando as ações de democratização do acesso ao ensino superior, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um processo unificado que seleciona os estudantes para a educação pública do País, com base nas notas obtidas no Enem, por meio de um sistema informatizado. Em 2013, o Sistema contou com a participação de 102 instituições e a oferta de 169.043 mil vagas, registrando mais de 2,7 milhões de inscritos. Já em 2014, houve a participação de 120 instituições que ofertaram 222.813 vagas, em 4.723 cursos na edição do primeiro semestre e 1.447 cursos na edição do segundo semestre.

Em consonância com a política de expansão da educação superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) possibilita a concessão de financiamento a estudantes de instituições privadas, em cursos com avaliação positiva pelo MEC. Com os aprimoramentos instituídos a partir de 2010, entre eles, a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa a apresentação de fiador e institui a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho, o Fies registrou, de 2010 a 2014, a assinatura de 1,9 milhão de novos contratos, superando a meta prevista de 1,5 milhão, dos quais 723.588 mil foram firmados em 2014, com valores desembolsados no total de R$ 28 bilhões. Desde sua criação em 1999, o Fies já atendeu a 2,45 milhões de estudantes.

Os Ministérios da Educação e da Saúde executam ações compartilhadas, no âmbito do Programa Mais Médicos, visando ao aperfeiçoamento de médicos na área de atenção básica em saúde, mediante a integração ensino-serviço. Estas ações contam, ainda, com intercâmbio internacional. Os médicos integrantes do Programa Mais Médicos recebem supervisão acadêmica conduzida por 148 tutores, sendo a maioria docente de Medicina, integrantes de 49 IES, e por 1.741 supervisores médicos, que acompanham mensalmente o desempenho acadêmico e profissional dos médicos em exercício em articulação com tutores e gestores municipais de saúde. Encontram-se em desenvolvimento novos parâmetros para a formação médica no País, além da reordenação da oferta de cursos de Medicina e de vagas de residência na rede federal de educação superior e em instituições privadas. Em 2014, foram criadas 2.792 novas vagas em cursos de Medicina, das quais 641 em IES públicas. Deste total de novas vagas, 1.929 referem-se a vagas em novos cursos e 863 são relativas a aumento ou reativação de vagas em cursos já existentes. Cabe registrar que em dezembro de 2014 foi publicado Edital para seleção das IES que ofertarão cursos de Medicina em 39 municípios selecionados no País.

No que tange às Residências em Saúde, foram ofertados, pelas universidades federais, 1.180 programas de Residência Médica e 242 programas de Residência Multiprofissional, com financiamento de 8.238 bolsas para os estudantes residentes em Medicina e 3.324 bolsas para estudantes residentes em outras áreas da saúde.

Na área de educação em saúde, cabe destacar o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), que visa a auxiliar os 46 Hospitais da rede nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão e na dimensão da assistência à saúde. Contando com financiamento compartilhado pelos Ministérios da Educação e da Saúde, o Rehuf investiu, em 2014, aproximadamente R$ 738,6 milhões para a aquisição de insumos, medicamentos, material médico-hospitalar, serviços, equipamentos e aparelhos, reformas, obras e construções para beneficiar os hospitais da rede. Por meio de pregões eletrônicos, a economia alcançada no ano de 2014, foi de R$ 513,3 milhões, representando 26,4% de economia em relação ao valor de referência.

A fim de conferir maior racionalidade, transparência e efetividade aos procedimentos de regulação e supervisão que desempenha, o MEC tem investido no aprimoramento de seus instrumentos de gestão e nos controles internos, além de centrar esforços na edição de atos normativos e definição dos padrões decisórios aplicados aos processos regulatórios.

Em 2014, foram editados 7.152 atos regulatórios, destacando-se 1.537 autorizações de cursos, 4.262 reconhecimentos e renovação de reconhecimento de cursos e 295 atos de supervisão - instauração de processos, despachos para aplicação de penalidades.

O exercício das atividades de regulação e supervisão da educação superior, que tem na avaliação seu referencial básico, tem como principal objetivo zelar pela conformidade entre a oferta da educação superior e a legislação vigente, induzindo a melhoria necessária à garantia da qualidade do ensino. A atuação do MEC não se dá apenas no controle prévio, durante o processo de credenciamento de instituição ou autorização de um curso; dá-se igualmente no controle e fiscalização posteriores permanentes do ensino oferecido, como forma de garantir a melhoria da qualidade.

Merece destaque também o trabalho de revisão do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), com o propósito de aprimorar e fortalecer os Cursos Superiores de Tecnologia (CST). Esta atualização do CNCST resultou na revisão dos descritores dos 113 cursos já constantes do catálogo anterior, e no acréscimo de 30 novas denominações, totalizando assim 143 denominações de CST a integrarem a terceira edição do Catálogo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a participação proporcional de grupos historicamente excluídos na educação superior, especialmente afrodescendentes.**

  Análise Situacional da Meta

  O sistema de cotas afirmativas definido pela Lei nº 12.711/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.824/2012, visa a reservar parte das vagas das universidades federais para grupos considerados vulneráveis socialmente. Os grupos acolhidos pelas políticas de ações afirmativas foram negros, índios, pardos e estudantes oriundos de escolas públicas, pois a desigualdade no acesso à educação superior ainda constitui um grande desafio. Sua implantação apresenta resultados positivos em diversos aspectos. Pesquisas realizadas junto às IFES revelam que a evasão entre os estudantes que ingressam por meio de cotas é significativamente inferior à dos demais. Também o desempenho acadêmico entre os estudantes beneficiados mostra-se igual ou superior à média. Esse dado permite afastar a preocupação comumente apontada pelos críticos do sistema de cotas, que enxergam em sua implantação uma margem à queda no desempenho dos alunos.

  O Programa Bolsa Permanência (PBP) concede auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais, e tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica. Para os estudantes indígenas e quilombolas, é garantido um valor diferenciado, igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, minimizando as desigualdades sociais e contribuindo para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou indígenas e/ou quilombolas. Como resultado desta política podemos citar a promoção de condições de permanência e equidade a 12,5 mil estudantes em 2014, com recursos da ordem de R$ 69,9 bilhões. Destaca-se ainda que desse total de estudantes beneficiados em 2014 com o PBP, 2.502 são indígenas e 641 são quilombolas.

  Com relação às pessoas com deficiência, os dados do Censo da Educação Superior 2013 apontam 29.221 alunos, sendo 32% das matrículas em Instituições Públicas de Educação Superior. No âmbito do Viver Sem Limite, tendo como objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais e a eliminação de barreiras físicas e pedagógicas, o Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, em 2014, disponibilizou recursos da ordem de R$ 11,53 milhões para 59 universidades. No período de 2011 a 2014 foram investidos R$ 30,5 milhões em 59 Universidades federais para projetos de acessibilidade.

  Desde a sua criação, o ProUni reserva bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, de acordo com a participação desses segmentos na população da respectiva UF, segundo os dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De 2012 a 2014 foram concedidas 577.552 mil bolsas de estudos, 223.498 delas concedidas em 2014. Cabe ressaltar que desde a criação do programa, em 2005, foram concedidas 1.497.205 bolsas de estudo, sendo que 50,7% dos beneficiados são pretos ou pardos.

A edição do Sisu referente ao 1º semestre de 2014 registrou 2.559.987 candidatos inscritos. Já no 2º semestre foram registrados 1.214.259 candidatos inscritos. Cumpre salientar o caráter inclusivo do Sisu que, no ano de 2014, teve 37% de suas vagas reservadas para estudantes do ensino médio público. Tal percentual é superior àquele definido pela Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), que para o ano de 2014 estipulou a reserva de, no mínimo, 25% das vagas nas instituições públicas de ensino superior aos estudantes do ensino médio público.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento tem como objetivo propiciar a formação e a capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades com elevada qualificação, em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa no Brasil e no exterior. Em 2014 foi lançado o primeiro edital do Programa e selecionadas 20 propostas de cursos de formação preparatória, que serão ofertadas em 2015, para pós-graduação de diferentes instituições de educação superior federais, estaduais, municipais e comunitárias, contribuindo para a institucionalização e solidificação de experiências de ação afirmativa.

- **Ampliar o número de vagas em graduação presencial em universidades federais, com foco em cursos noturnos, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007, previa, além do aumento da oferta de vagas, outras ações como ampliação ou abertura de cursos noturnos, melhora da relação de alunos por professor, elevação da taxa de conclusão nas graduações presenciais, redução do custo por aluno, flexibilização de currículos e combate à evasão. Um dos resultados dessas iniciativas foi o aumento da oferta de vagas em graduação presencial: em 2009 foram 186.984 e em 2013 foram 245.933 vagas ofertadas por meio de processo seletivo, e 61.257 vagas remanescentes ofertadas por meio de outras formas de ingresso. O PNE estabelece como a estratégia a oferta de no mínimo um terço das vagas em cursos noturnos. Em 2013, a oferta de vagas de graduação presencial em cursos noturnos foi de 74.518, representando 30% das vagas ofertadas.

- **Ampliar progressivamente, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o investimento público em educação, em termos de percentual do Produto Interno Bruto do país, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

O investimento público total em educação, segundo dados do Inep, apresentou um importante incremento de 46,6%, passando de 4,5% do PIB, em 2005, para 6,4%, em 2012 e 6,6% em 2013. Nesse período, substanciais recursos foram introduzidos por modificações na legislação de financiamento da manutenção e desenvolvimento do ensino, principalmente a introdução do Fundeb em 2007, e a eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) entre 2009 e 2011. Para cumprir as metas do PNE será necessário, contudo, manter positiva essa evolução do investimento público em educação com a colaboração da União e dos entes federados no suprimento de novas fontes de recursos.

Nesse sentido, a recente Lei nº 12.858/2013 reserva para a educação 75% e saúde 25% de todas as receitas dos órgãos da administração direta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios provenientes dos royalties e da participação especial sobre a exploração de petróleo e gás natural em áreas da plataforma continental, no mar territorial ou zona econômica exclusiva, cuja declaração de comercialidade se tenha dado a partir de 3 de dezembro de 2012, bem como as receitas de individualização da produção no Pré-Sal e áreas estratégicas que se estendam para além do bloco contratado. A mesma lei também destina à educação 50% dos recursos recebidos pelo Fundo Social da União criado pela Lei nº 12.351/2010, até que sejam cumpridas as metas estabelecidas no PNE, e prescreve que os recursos destinados para a educação e saúde sejam aplicados em acréscimo ao mínimo obrigatório previsto na Constituição Federal.

Os gastos constitucionais mínimos com a manutenção e desenvolvimento do ensino decorrem da vinculação de impostos nos entes federados, sem especificação prévia de nível/modalidade de ensino, mais a contribuição social do salário educação e a complementação da União ao Fundeb que são restritas à educação básica.

Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução orçamentária de todas as subfunções que consolidam o nível de ensino da educação Básica e também da educação superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da educação superior sobre a educação básica. O maior crescimento relativo da educação básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da educação superior sobre a educação básica por estudante, se reduzisse de 10,1 em 2002, para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no ensino superior cresceram de R$ 16.912 para R$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na educação básica, de R$ 1.678 para R$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

- **Apoiar Entidades de Ensino Superior Não Federal**

Análise Situacional da Meta

O MEC possui Programas de apoio a entidades de Ensino não Federais, cuja execução ocorre por meio de convênios, a exemplo do Programa de Extensão Universitária (PROEXT), do Programa de Educação Tutorial (PET) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil para Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST).

Em 2014 estava previsto o apoio a 121 propostas de extensão em 28 instituições estaduais e municipais, por meio do PROEXT. Tais propostas foram selecionadas, mas não foi possível formalizar os convênios em virtude do período eleitoral e contingenciamento de recursos orçamentários. Os principais desafios para a implementação do PROEXT em instituições de ensino superior não federais referem-se a questões operacionais, como dificuldades inerentes ao processo de conveniamento para o repasse dos recursos, além de entraves pelas Instituições para a execução financeira das ações propostas.

O PET apoia atividades acadêmicas que integram pesquisa, ensino e extensão por meio de grupos tutoriais de aprendizagem. Em 2014 foram apoiados 170 grupos PET em Instituições não Federais, com recursos que totalizaram 15,9 milhões.

O PNAEST proporciona apoio financeiro para que as instituições não federais participantes do Sisu possam desenvolver ações de assistência estudantil que atendam os estudantes matriculados em cursos de graduação presencial. No período de 2012 a 2014 foram apoiadas 18 Instituições, sendo que em 2014 o Programa apoiou 11 Instituições, com recursos da ordem de R$ 27 milhões.

- **Elevar a relação aluno/professor nas Instituições Federais de Ensino Superior, em consonância com o PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE) prevê a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e da taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. Uma das estratégias para seu alcance é atingir a relação de 18 alunos por professor para a educação superior. Esta relação aluno professor (RAP) impacta na prática pedagógica e reflete a eficiência da gestão acadêmica, apontando os resultados do esforço empreendido na condução das atividades inerentes à atuação do docente na universidade: ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, sem sobrecarga.

A análise das quantidades levantadas no período de 2007 a 2011 demonstram que após um decréscimo discreto em 2008, ocorreu um crescimento constante que culminou com o atingimento da meta em 2009 com a quantidade de 18,70 alunos por professor na rede federal de educação superior. Em 2012, o valor apurado para a relação aluno por professor na rede federal de educação superior foi de 18,26 e em 2013, o valor apurado foi de 15,94.

A diferença da RAP em relação ao ano anterior é justificada pela criação e implantação de novos cursos, novos câmpus, bem como da criação de quatro novas universidades (Unifesspa, Ufesba, Ufob e UFCA) e programas específicos como educação bilíngue, educação no campo e expansão do ensino médico nesse período, o que gera a necessidade de docentes e influencia diretamente na RAP.

A relação aluno docente não é construída num único momento. Diferentemente de outras atividades, a implantação de um curso nas Universidades leva em média, de 3 a 6 anos, conforme a natureza e área do curso. A demanda de pessoal

acompanha o processo de implantação e a liberação de docentes ocorre antecipadamente, ao inicio do semestre. Assim, somente ao final da implantação a IFES se alcançará a RAP programada.

É necessário ressaltar ainda que, a partir de 2014, com informações referentes ao ano de 2013, a coleta dos dados para composição da RAP passou a ser exclusivamente pelo Censo da Educação Superior/Inep.

- **Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A taxa bruta de matrícula na educação superior refere-se ao percentual da população matriculada na educação superior em relação ao total população na faixa etária de 18 a 24 anos. A meta 12 do PNE propõe elevar essa taxa para 50%, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. No Censo da Educação Superior 2013, divulgado em 2014, o número de matrículas de graduação registrado foi de 7,3 milhões, um incremento de 3,8% em relação ao ano anterior e de 83% em relação a 2003. Do número total de matrículas, 26,4% estão nas redes públicas de ensino.

Dar continuidade à ampliação do acesso ao ensino superior com qualidade constitui um dos grandes desafios explicitados do PNE. Diversas iniciativas estão sendo implementadas com vistas à ampliação de cursos e vagas nas universidades federais, à interiorização dos câmpus universitários, à permanência e à diplomação dos estudantes, à democratização do acesso a universidades privadas, ao desenvolvimento de programas de assistência estudantil, além dos programas de pesquisa e extensão e da ampliação e fortalecimento da pós-graduação.

A taxa de escolarização bruta na educação superior vem apresentando, desde 2005, crescimento consistente, acompanhada das políticas de expansão do acesso à educação superior, como o ProUni, o Fies, o Reuni e a Expansão da Rede Federal de Educação Superior. A referida taxa evoluiu de 19,9% em 2005, para 28,7 em 2012 e 30,3% em 2013.

- **Elevar a taxa líquida de matrícula na educação superior, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

A taxa líquida de matrícula na educação superior ajustada considera a razão entre as pessoas de 18 a 24 anos que frequentam o ensino superior ou já concluíram esta etapa de ensino em relação à população total na mesma faixa etária. A meta 12 do PNE propõe elevar essa taxa para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. No Censo da Educação Superior 2013, divulgado em 2014, o número de matrículas de graduação registrado foi de 7,3 milhões, um incremento de 3,8% em relação ao ano anterior e de 83% em relação a 2003. Do número total de matrículas, 26,4% estão nas redes públicas de ensino.

Dar continuidade à ampliação do acesso ao ensino superior com qualidade constitui um dos grandes desafios explicitados do PNE. Diversas iniciativas estão sendo implementadas com vistas à ampliação de cursos e vagas nas universidades federais, à interiorização dos câmpus universitários, à permanência e à diplomação dos estudantes, à democratização do acesso a universidades privadas, ao desenvolvimento de programas de assistência estudantil, além dos programas de pesquisa e extensão e da ampliação e fortalecimento da pós-graduação.

A taxa líquida de matrículas na educação superior vem apresentando, desde 2005, crescimento consistente, acompanhada das políticas de expansão do acesso à educação superior, como o ProUni, o Fies, o Reuni e a Expansão da Rede Federal de Educação Superior. A referida taxa evoluiu de 11,2% em 2005, para 15,1 em 2012 e 16,3% em 2013. Já a taxa líquida ajustada, que considera também aqueles que têm 18 a 24 anos que não frequentam a escola e já concluíram a educação superior, evoluiu de 13,2% em 2005, para 18,8 em 2012 e 20,2% em 2013.

- **Elevar o número de campi da Rede Federal de Educação Superior para 324**

Análise Situacional da Meta

Os objetivos da Rede Federal de Educação Superior são ampliar e democratizar o acesso, além de interiorizar a educação superior com qualidade, tendo como foco as necessidades e vocações econômicas de cada região.

A meta de implantar 47 novos câmpus no período de 2011 a 2014 foi atingida, sendo que destes, 30 iniciaram suas

atividades em 2014. A distribuição regional destes 47 novos câmpus é a seguinte: 8 na região sudeste, 14 na região norte, 6 na região sul, 17 na região nordeste e 2 na região centro-oeste.

Atualmente a Rede Federal de Educação Superior conta com 321 câmpus em 272 municípios. Como resultado de investimentos, o Governo Federal espera consolidar a implantação desses câmpus até o final de 2015, além de dar continuidade à implantação de quatro novas IFES (Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA, Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB, Universidade Federal do Cariri - UFCA e Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA), e a continuidade do processo de implantação das quatro instituições recentemente criadas (Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS e Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA).

Quantidade alcançada

321

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar o número de universidades federais para 63**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta foi atingida no ano 2013 por meio da criação da Universidade do Cariri (UFCA), da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA) e da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

  Desta forma, o Brasil passou a contar com 63 universidades federais, presentes em todas as regiões do país, de acordo com a seguinte distribuição regional: Norte com 10 instituições, Nordeste com 18, Sudeste com 19, Sul com 11 e o Centro-Oeste com 5 instituições.

  Quantidade alcançada

  63

  Data de Referência

  31/12/2014

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Livros lidos por habitante/ano	unidade	31/12/2008	4,7	03/07/2011	4
Oferta de equipamentos culturais	índice numérico	31/12/2009	3,19	31/12/2012	3,39
Proporção dos gastos em cultura no gasto total	%	31/12/2009	2	-	-

Observações:

Livros lidos por habitante/ano - Não houve edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, pelo Instituto Pró-Livro, em 2013. A última edição foi divulgada em 29 de março de 2012, e se refere a dados obtidos entre 11 de Junho e 3 de Julho de 2011.

Proporção dos gastos em cultura no gasto total - Em 2012, houve uma versão simplificada da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, realizada pelo IBGE. Esta incluía apenas gastos com recreação, diferentemente da versão anterior, que abrangia recreação e cultura. Portanto, não há como atualizar o indicador.

OBJETIVO: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

A formulação e o desenvolvimento da política pública de cultura têm como principais estratégias de ação:

1. A criação de um Sistema Nacional de Cultura, de forma a dar corpo e consistência a uma política cultural de abrangência nacional, cujo marco fundamental é o Plano Nacional de Cultura, ora em implementação;

2. A realização da III Conferência Nacional de Cultura, ocorrida em 2013, na qual foram avaliados os avanços e revisitadas as estratégias de implementação do Plano Nacional de Cultura;

3. A criação de uma instituição pública para regulação dos direitos autorais de produtos culturais e a atualização da legislação sobre o Direito Autoral no Brasil;

4. A elaboração de uma cartografia da diversidade cultural Brasileira.

Com relação ao primeiro item, até o momento, 100% dos estados e 34,49% dos municípios brasileiros aderiram ao Sistema Nacional de Cultura – SNC. Paralelamente à celebração de termos de adesão, tem sido fornecido suporte aos estados e municípios para a implementação dos componentes necessários para o adequado funcionamento destas instâncias, que envolve: capacitação de Gestores e Conselheiros, Oficinas de Treinamento, Debates sobre a Transversalidade da Cultura, entre outras iniciativas. Especificamente, em relação aos municípios, em dezembro de 2014, foi alcançada a adesão voluntária de 1.921 municípios (34,49% dos municípios brasileiros), que tiveram adesões publicadas no DOU, 209 Planos de Trabalho foram incorporados à Plataforma de Automação do Ministério da Cultura (MinC), construída para a gestão do SNC e 38 já inseriram evidências comprovando a institucionalização do Sistema Municipal de Cultura.

A III Conferência Nacional de Cultura foi realizada em Brasília, nos dias 26 a 29 de novembro de 2013, com 1.745 participantes, dentre delegados, convidados, observadores, expositores, além da imprensa e de membros da organização e apoio. O evento foi um exemplo dos esforços empreendidos pelo Ministério da Cultura no sentido de atender o art. 216-A da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Cultura (SNC) e de apoiar a implementação de mecanismos e dispositivos que permitam sua operacionalização.

A proposta de criação da instituição pública de regulação dos direitos autorais foi elaborada para análise e discussão em conjunto com Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A expectativa é de que a Instituição Pública para regulação de direitos autorais esteja criada até o início do segundo semestre de 2016, para isso deverão ocorrer em 2015

várias negociações com o MPOG, além de possíveis revisões a serem realizadas no texto da minuta de criação da Instituição. Paralelamente, foram efetuadas consultas e discussões com a sociedade civil organizada, que resultaram na elaboração de proposta de alteração na legislação que rege o direito autoral no país. Esta proposta foi encaminhada à Casa Civil, onde permanece em análise, após o que, espera-se, siga em 2015 para votação no Congresso Nacional.

No 1º semestre de 2013, foi iniciado o envio de questionários para todas as redes de pontos de cultura a fim de obter o levantamento necessário para a cartografia dos pontos de cultura. Até o momento foram obtidas respostas de 71% desses questionários de maneira satisfatória e está sendo realizado um acompanhamento necessário para finalizar o envio das informações solicitadas, com orientações e esclarecimentos por parte da Cartografia. Em 2014, foi instituída a Política Nacional de Cultura Viva, Lei nº 13.018/2014, a qual traz o Cadastro Nacional de Pontos de Cultura como instrumento da Lei e, portanto, será realizado o levantamento e publicação de todos os pontos de cultura já fomentados pelo programa, bem como dos novos pontos que serão fomentados em 2015 e exercícios seguintes. Dessa maneira, a participação do MinC na Cartografia da Diversidade Cultural se concretizará com o lançamento do Cadastro em plataforma digital que está previsto para o primeiro semestre de 2015.

Metas 2012-2015

- **100% dos estados integrados ao Sistema Nacional de Cultura**

  Análise Situacional da Meta

  Embora desde dezembro de 2013, tenha sido obtida a adesão de 100% das Unidades Federativas ao Sistema Nacional de Cultura - SNC, em muitos deles ainda faz-se necessário a implementação da estrutura necessária para o adequado funcionamento desta instância. Durante o ano de 2014, foi fornecido o suporte para a referida estruturação, que envolveu a Capacitação de Gestores e Conselheiros, a realização de Oficinas de Treinamento e Debates sobre a Transversalidade da Cultura, entre outras iniciativas.

  Atualmente, somente 6 estados possuem lei própria de criação de seus sistemas estaduais de cultura: AC; BA; PB; RS; RO e RR.

  Quantidade alcançada

  100

  Data de Referência

  31/12/2014

- **30% municípios integrados ao Sistema Nacional de Cultura**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2014 a adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Cultura alcançou o percentual de 34,49%. Aos municípios aderentes está sendo fornecido suporte para a implementação dos componentes necessários para o adequado funcionamento destas instâncias, que envolve: capacitação de Gestores e Conselheiros, Oficinas de Treinamento, Debates sobre a Transversalidade da Cultura, entre outras iniciativas.

  Em dezembro de 2014, foi alcançada a adesão voluntária de 1.921 municípios (34,49% dos municípios brasileiros), que tiveram adesões publicadas no Diário Oficial da União (DOU). 209 Planos de Trabalho foram incorporados à Plataforma de Automação e 38 já inseriram evidências comprovando a institucionalização do Sistema Municipal de Cultura.

  Quantidade alcançada

  34,49

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Criação e implantação de Instituição Pública para regulação de direitos autorais**

  Análise Situacional da Meta

  Foi elaborada proposta de criação da instituição pública de regulação dos direitos autorais para análise e discussão em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Até o presente momento a referida proposta continua em análise naquele órgão.

A expectativa é de que a Instituição Pública para regulação de direitos autorais esteja criada até o início do segundo semestre de 2016, já que a proposta de criação e implantação foi encaminhada ao MPOG em 2014. Portanto, espera-se que durante o ano de 2015, ocorram várias negociações com o MPOG, além de possíveis revisões a serem realizadas no texto da minuta de criação da Instituição. Cabe ressaltar que o atingimento desta meta envolve outros órgãos, como o MPOG, Casa Civil e Congresso Nacional.

- **Encaminhar alteração da legislação que rege o direito autoral no país**

  Análise Situacional da Meta

  Com relação à meta "Encaminhar alteração da legislação que rege o direito autoral no País", as consultas e discussões com a sociedade civil organizada resultaram na elaboração da respectiva proposta, encaminhada à Casa Civil, tendo sido devolvida recentemente ao MinC em função da mudança ministerial. A nova gestão pretende analisar o Anteprojeto de Lei e apresentar uma proposta à Casa Civil ainda no primeiro semestre de 2015, após o que, espera-se, siga para votação no Congresso Nacional. Além disso, parte da revisão da legislação autoral foi realizada com a aprovação da Lei nº 12.853/2013, cujo Decreto de regulamentação foi encaminhado à Casa Civil em 2014, e reencaminhado em fevereiro de 2015 para a sua publicação no DOU. Com isso, no que cabe ao MinC, ou seja, o encaminhamento da proposta de alteração da legislação que rege o Direito Autoral no País, a meta teria sido atingida.

- **III Conferência Nacional de Cultura realizada em 2013**

  Análise Situacional da Meta

  A III Conferência Nacional de Cultura (CNC) ocorreu no período de 27/11 a 01/12/2013. Contou com 1.745 participantes, sendo 953 deles delegados dos 26 estados e do Distrito Federal. Os delegados com direito ao voto (70% representantes da sociedade civil) elegeram 64 diretrizes para os próximos anos. Destas, 20 foram destacadas como prioridade.

  Entre os destaques, estão o pedido de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 150, a proposta de fortalecimento das cadeias dos setores criativos e a proposição de desapropriação de imóveis ociosos da União, estados, DF e municípios para que sejam aproveitados como equipamentos culturais.

  Dentre as diretrizes, destacam-se: o fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura; a aprovação da PEC 49/2007 e da PEC 236/2008, que incluem a cultura como direito social dos brasileiros; a aprovação de Marco Regulatório das Comunicações no Brasil e do Marco Civil da Internet; e a ampliação das políticas de editais.

  Mais informações acerca da III CNC podem ser adquiridas no sítio http://www.cultura.gov.br/3cnc.

- **Realizar a cartografia da diversidade cultural brasileira, identificando territórios culturais, agentes, grupos e populações com pouco acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural, ou com pouco reconhecimento social de sua identidade cultural**

  Análise Situacional da Meta

  A cartografia da diversidade se materializa a partir das ações de reconhecimento das iniciativas culturais realizadas pelo Programa Cultura Viva, entre elas: os pontos de cultura e os editais de premiações. Com a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores da Cultura - SNIIC em 2012 e na medida em que os estados e municípios disponibilizam suas informações a respeito dos grupos e coletivos em seus territórios e que dados oriundos dos editais de premiações de todo o sistema MinC sejam, gradativamente, lançados no SNIIC, o objetivo desta meta será alcançado, que é a visualização da diversidade cultural brasileira distribuída em seu território. O atual desafio enfrentado é o levantamento detalhado de dados dos pontos de cultura já conveniados e também dos dados dos editais de premiações de todo o sistema MinC ainda não levantados.

  No 1º semestre de 2013, foi iniciado o envio de questionários para todas as redes de pontos de cultura a fim de obter o levantamento necessário para a cartografia dos pontos de cultura, até o momento obtivemos resposta de 71% desses questionários de maneira satisfatória e está sendo realizado um acompanhamento necessário para finalizar o envio das informações solicitadas, com orientações e esclarecimentos por parte da Cartografia. Em 2014, foi instituída a Política Nacional de Cultura Viva, Lei nº 13.018/2014, na qual traz o Cadastro Nacional de Pontos de Cultura como

instrumento da Lei e, portanto, será realizado o levantamento e publicação de todos os pontos de cultura já fomentados pelo programa, bem como dos novos pontos que estarão sendo fomentados em 2015 e exercícios seguintes. Dessa maneira, a participação do MinC na Cartografia da Diversidade Cultural se concretizará com o lançamento do Cadastro em plataforma digital e está previsto para o primeiro semestre de 2015.

OBJETIVO: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

A tarefa de preservar e proteger a memória e o patrimônio cultural é um dos pilares da atuação do Ministério da Cultura (MinC) e envolve ações continuadas na identificação, restauração e conservação de elementos constituintes desse patrimônio. Além disso, envolve ainda a conscientização da população sobre a importância desses acervos, bem como a promoção da capacitação continuada de profissionais para lidar com estes desafios. No ano de 2014 foram realizadas diversas atividades nessa direção.

A capacitação de profissionais na área de preservação do patrimônio cultural é importante para consolidar a política participativa de preservação patrimonial. Nestes encontros são apresentados e discutidos os instrumentos de diálogo com instâncias governamentais para o desenvolvimento de políticas culturais construídas democraticamente junto aos diversos segmentos formadores da sociedade brasileira. Nesse sentido, ao longo do período do PPA 2012-2015, pode-se destacar a participação de pesquisadores e técnicos em cursos, seminários, palestras, nas áreas relativas à gestão interna do Iphan e nas áreas de Políticas Culturais e Antropologia, bem como a implementação de Mestrado Profissional dedicado à formação de especialistas em patrimônio cultural, gerido pelo IPHAN/MinC, que já conta com 75 alunos em diferentes estágios de formação para a obtenção do grau de mestre.

O IPHAN desenvolve permanente ação de edição de publicações voltadas para a temática da preservação do patrimônio cultural. Os livros em sua maioria são distribuídos a universidades, bibliotecas públicas e instituições especializadas na preservação cultural. Nos últimos três anos diversas obras foram publicadas a partir de Termos de Ajustamento de Condutas e ações de compensação por dano ao Patrimônio Cultural e foram distribuídas ao público em geral.

O MinC, por meio IPHAN, seu braço operacional na área de preservação cultural, desenvolveu diversos procedimentos de fiscalização conforme definido no Decreto-Lei nº 25/1937. Estes procedimentos ocorrem com base nos planos de fiscalização elaborados por cada Unidade do IPHAN. Também são realizadas fiscalizações em bens tombados em situações de risco e emergenciais, bem como por demandas externas, advindas da sociedade (cidadão isoladamente ou associações), do Ministério Público Federal, prefeituras, governos etc. Dentre os procedimentos realizados, foram fiscalizadas edificações, sítios arqueológicos, coleções museológicas e monitorados bens registrados como Patrimônio Imaterial.

A preservação de bens culturais de natureza material e imaterial envolve uma série de etapas e procedimentos tais como: a identificação, o reconhecimento, o tombamento, a restauração, a elaboração de inventários, entre outros. Toda ação de reconhecimento de bens como patrimônio cultural demanda, por sua vez, o cumprimento de etapas e procedimentos regulamentados por meio de legislação específica. Para o correto atendimento do devido processo legal, faz-se necessário não apenas a análise técnica da documentação apresentada nos processos administrativos abertos para registro, tombamento, chancela de paisagem cultural ou cadastro de sítios arqueológicos, mas também o estabelecimento de uma "abertura discursiva" do procedimento de reconhecimento de um bem cultural como patrimônio. Isto implica no estabelecimento de instâncias de diálogo com as partes interessadas, com a realização de audiências públicas, seminários, reuniões, estabelecimento de processos de obtenção de anuências prévias informadas junto a comunidades tradicionais e grupos indígenas (atendimento ao estabelecido na Convenção 169 da OIT). Para identificação de bens culturais de natureza imaterial são realizados inventários e para os de natureza material, dossiês de tombamento. Os inventários implicam pesquisa de caráter etnográfico, realização de documentação audiovisual e mobilização de grupos e

comunidades com o objetivo de promover a valorização de sua própria cultura e história e a mobilização de grupos sociais. Por meio dos inventários são identificadas referências culturais de territórios ou de grupos. Já os dossiês de tombamento são realizados através da identificação de dados históricos, arquitetônicos, fotográficos e paisagísticos dos bens a serem preservados. Das ações de identificação, destacam-se as diversas línguas de diferentes comunidades que começaram a ser identificadas por meio do Inventário Nacional da Diversidade Linguística e inventários de edificações de expressivo valor cultural. Diversos processos dessa natureza foram desenvolvidos pelo IPHAN/MinC durante o período de vigência do atual PPA, demandando, recursos materiais, humanos, tecnológicos e de gestão, de forma a conduzir a complexidade dos procedimentos envolvidos na preservação de nosso patrimônio cultural e que resultaram em avanço significativo nesse setor, com a expectativa de cumprimento das metas previstas para este segmento ao final do próximo ano.

No segmento museal foram levados a cabo importantes ações de incentivo à "Pontos de Memória", iniciativas dedicadas à construção de memória social e práticas museais desenvolvidas por grupos, povos e comunidades, a fim de fomentar sua continuidade e sustentabilidade, na perspectiva da museologia social. Importante também é o esforço que vem desenvolvendo o MinC, por meio do Ibram, seu braço operacional na área de museus, para a identificação e difusão do Patrimônio Museal brasileiro, com as iniciativas "Semana Nacional de Museus e "Primavera dos Museus", que constituem ações permanentes de promoção e divulgação voltadas aos museus brasileiros. Ambas auxiliam na busca pela dinamização e divulgação do setor ao propiciar às instituições participantes uma promoção acima da habitual, gerando repercussão nacional não só para os museus, mas para o setor como um todo, contribuindo de sobremaneira para a elevação do número anual de visitantes aos museus brasileiros.

No que se refere à preservação da produção literária brasileira, o MinC, por meio da Fundação Biblioteca Nacional, é responsável pelas políticas públicas de salvaguarda da língua e da cultura escrita nacional, enquanto depositária legal do patrimônio bibliográfico brasileiro, garantindo às futuras gerações o acesso à produção intelectual, consubstanciada nas diversas formas de registro do saber, que constituem o acervo memorial do Brasil. Disponibilizar ao público essas coleções faz parte da democratização do acesso ao patrimônio documental e bibliográfico do país.

As atividades de preservação do acervo envolvem a identificação, o inventário, o registro patrimonial, a catalogação e indexação das obras, a conservação reparadora e preventiva, a restauração das obras, a microfilmagem dos originais e a digitalização, tratamento e disponibilização de arquivos digitais na internet.

A Instituição no período de 2012 a 2014 preservou 3.990.226 itens do patrimônio e vem apoiando o fortalecimento dessas ações, através da preservação e difusão desse acervo, presencial e remotamente, bem como da geração de conteúdos digitais que democratizam, nacionalizam e internacionalizam a acessibilidade do conhecimento e da informação.

Metas 2012-2015

- **Ampliar continuamente o número anual de visitantes aos museus brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  As estratégias adotadas pelo Ibram para ampliar a visitação e diversificar o público frequentador têm como um de seus principais pilares a realização de ações anuais permanentes de promoção e divulgação dos Museus (Semana Nacional de Museus e Primavera dos Museus) com o intuito de integrar os museus brasileiros entre si e nos seus contextos social e territorial.

  A primeira edição da Semana Nacional de Museus foi realizada em 2003, quando contou com a participação de 57 museus, os quais realizaram cerca de 270 eventos em 36 cidades brasileiras. A cada edição da Semana, aumenta o número de museus participantes, consequentemente, o número de eventos. Em 2014, foram inscritos, na 12º Semana Nacional de Museus, 1.337 museus e organizações culturais, e realizadas 4.268 atividades. Desde a primeira edição até 2014 houve um crescimento de 2.246% no número de instituições participantes, 1.481% no número de eventos inscritos e um aumento de 1819% no número de municípios brasileiros envolvidos. Além disso, há um aumento anual médio de 41% ao ano de participação dos museus e crescimento de 33% no número de eventos cadastrados.

Já a primeira edição da Primavera dos Museus, realizada em 2007, contou com 300 museus, que realizaram mais de 870 eventos relacionados. Assim como a Semana Nacional dos Museus, cada edição da Primavera dos Museus também contribui para o alcance dessa meta e, consequentemente para ampliar o acesso à cultura. Um dos reflexos disso é a crescente participação das instituições museais na Primavera dos Museus (crescimento médio de 40% ao ano) e o expressivo aumento no número de eventos cadastrados em cada edição do evento (média de crescimento anual de 37%). Na penúltima edição realizada da Primavera dos Museus (7ª), em 2013, houve a participação de 884 instituições, com 2.664 atividades inscritas, um aumento de 10% e 11%, respectivamente, em relação ao ano de 2012. Se a comparação é feita com a 1ª Primeira Primavera dos Museus (2007), o incremento verificado é de, respectivamente, 168% e 270%.

A 8ª Primavera dos Museus, realizada em setembro de 2014, com participação de 761 instituições museológicas, registrou um pequeno decréscimo no número de instituições participantes. Isso se deve a sua realização ter coincidido com o período eleitoral de 2014, ficando, portanto, submetida a restrições de divulgação, o que ocasionou uma diminuição de 14% do número de participantes em relação a sua edição anterior.

Contudo, pesquisa realizada anualmente pelo Instituto sobre a Semana Nacional de Museus tem detectado aumentos sistemáticos da visitação a essas instituições como resultado da realização desse evento. Os últimos dados, relativos à Semana Nacional de Museus/2014 revelam, com base nas respostas de 584 museus (43,68% do total de instituições participantes do evento), que o fluxo de visitantes durante essa semana aumentou em 103,2% em relação à semana anterior. Em relação ao mês anterior, o aumento foi de 24,2%. Em números absolutos, os dados obtidos pela amostra da pesquisa são os seguintes: na semana anterior ao evento, o público visitante dos museus da amostra foi de 114.974; durante a Semana, 233.627; na semana seguinte, 133.745. No mês anterior ao evento, a visitação foi de 472.788 pessoas. No mês da Semana, o número aumentou para 587.198. Registre-se que essa Pesquisa é apenas indicativa da tendência de aumento da visitação dos museus em função da realização desse evento.

- **Capacitar 883 profissionais na área de preservação do patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

PRINCIPAIS RESULTADOS: A capacitação de profissionais na área de preservação do patrimônio cultural é importante para consolidar a política participativa de preservação patrimonial. Nestes encontros são apresentados e discutidos os instrumentos de diálogo com instâncias governamentais para o desenvolvimento de políticas culturais construídas democraticamente junto aos diversos segmentos formadores da sociedade brasileira. Também têm sido desenvolvidas ações voltadas à capacitação técnica de gestores governamentais. Dentre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se:

- Capacitação de 700 profissionais através dos Editais Salve a Capoeira e Ciclo de Seminários e Assembleias de Articulação Itinerantes 2014 dos Sambadores e Sambadeiras da Bahia;
- 13º Encontro Nacional do Jongo no Sudeste, realizado em São José dos Campos-SP, entre os dias 5 e 7 de dezembro, com a participação de 600 jongueiros (22 grupos de jongo e representação de mais 20 grupos);
- O Mestrado Profissional do IPHAN dedicado à formação de especialistas em patrimônio cultural, tem na atualidade 75 alunos em diferentes estágios de formação para a obtenção do grau de mestre;
- O Centro Lucio Costa qualificou 30 profissionais para o reconhecimento e gestão do patrimônio cultural;
- Capacitação de 20 alunos na Pesquisa arqueológica, no formato sítio-escola, com vistas ao ensino da arqueologia, à pesquisa e à socialização do Sitio Sol de Campina-AC;
- Capacitação de 22 alunos Curso de Capacitação em Patrimônio Edificado em Madeira - Parceria IPHAN-AC e IFAC;
- Capacitação de 20 alunos nas Oficinas de Preservação Fotográfica, Processos Fotográficos Históricos do Século XIX e Conservação de Documentos em Suporte de Papel (funcionários do Arquivo Histórico de Antonina, profissionais da UFPR e autônomos).

PRINCIPAIS DIFICULDADES: Não houve dificuldades para o alcance desta meta, considerando que, ainda em 2014, o quantitativo de profissionais capacitados na área de preservação do patrimônio cultural já superou a expectativa.

Quantidade alcançada

2.465

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	88	unidade	476	31/12/2014
Região Nordeste	265	unidade	899	31/12/2014
Região Norte	221	unidade	170	31/12/2014
Região Sudeste	221	unidade	818	31/12/2014
Região Sul	88	unidade	102	31/12/2014

- **Identificar e difundir o patrimônio museológico de 40% das instituições museais brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Considerando apenas os museus participantes da Semana Nacional de Museus - SNM, que abrangem o maior quantitativo, e considerando o valor de corte do Cadastro Nacional de Museus de outubro de 2014, do qual se perfaz o total de 3.400 instituições museais no Brasil, temos um total de 39,32% de instituições museais brasileiras difundindo seu patrimônio. Podemos acrescentar a esse valor as instituições que participam das outras ações, mas não participaram da SNM. Dessa forma, podemos prever que a meta será atingida.

As seguintes ações contribuem para identificar e difundir o patrimônio museológico das instituições brasileiras. Projeto Conhecendo Museus: a 3ª Temporada contemplará 70 instituições com patrimônio difundido.

Fruto de parceria entre Ibram, Empresa Brasil de Comunicação - EBC, Fundação José de Paiva Netto – FJPN e Ministério da Educação - MEC, o Projeto Conhecendo Museus consiste na produção e veiculação de programas televisivos com cunho de entretenimento e conteúdo alusivo aos museus brasileiros. A exibição dos programas em canais de televisão e na internet é também uma importante alternativa de fruição para públicos remotos e de estímulo de visitação aos museus brasileiros.

O Projeto contemplou, em sua 1ª Temporada em 2011, 15 museus brasileiros, contudo, nessa primeira edição, os filmes não foram veiculados em rede nacional, apenas distribuídos pelo MEC, por meio de kits, às escolas da rede pública de ensino.

A 2ª Temporada, com 52 episódios, foi realizada entre o ano de 2012 e o 2º semestre de 2013. Nela foram contemplados 53 museus e um episódio retratou o Festival Europália - o Brasil em Bruxelas. Observa-se que dos 53 museus divulgados na 2ª edição da série Conhecendo Museus, 43 tiveram programação participativa na 11ª Semana Nacional de Museus.

Para a 3ª Temporada, que abrange 60 episódios e 70 museus brasileiros foram finalizados, até o final de 2014, 51 episódios e veiculados 30 episódios na TV Brasil e na internet . A expectativa é de que os demais episódios televisivos sejam finalizados e veiculados até 2015. Assim, em 2015, estarão disponíveis para o grande público, por meio da rede mundial de computadores, 113 episódios, que contemplarão cerca de 123 museus brasileiros, sem contabilizar os 15 museus/episódios da 1ª edição.

Os episódios da Serie Conhecendo Museus são difundidos por meio do canal TV Brasil e do sítio eletrônico www.conhecendomuseus.com.br.

Semana Nacional de Museus: 1.337 instituições museológicas participantes da Edição 2014

A Semana, como parte das ações permanentes de promoção e divulgação do IBRAM voltada aos museus brasileiros, auxilia na busca pela dinamização e divulgação do setor ao propiciar às instituições participantes uma promoção acima da habitual, gerando repercussão nacional não só para os museus, mas para o setor como um todo.

Primavera dos Museus: 761 instituições museológicas participantes da Edição 2014.

Assim como a Semana dos Museus, cada edição da Primavera dos Museus também contribui para a difusão do patrimônio museológico brasileiro. Na sua penúltima edição, em setembro de 2013, houve a participação de 884 instituições, com 2.664 atividades inscritas. Já em setembro de 2014, a 8ª edição contou com a participação de 761

instituições. Essa diminuição deve-se à coincidência com o período eleitoral de 2014, que obrigou a restrições de divulgação, ocasionando em uma redução de 14% do número de participantes em relação a sua edição anterior.
A Semana Nacional de Museus e a Primavera dos Museus são ações permanentes de promoção e divulgação do Ibram voltadas aos museus brasileiros. Ambas auxiliam na busca pela dinamização e divulgação do setor ao propiciar às instituições participantes uma promoção acima da habitual, gerando repercussão nacional não só para os museus, mas para o setor como um todo. A promoção e divulgação da Semana Nacional de Museus e da Primavera dos Museus são realizadas pelo IBRAM e incluem a divulgação pelo site e boletins do Instituto, a sensibilização (ofícios convite enviados a mais de 3.400 instituições museais), bem como realização de ligações telefônicas. A cada ano, registra-se aumento de instituições participantes e espera-se manter essa tendência nas edições seguintes.

Quantidade alcançada

39

Data de Referência

31/12/2014

- **Identificar e premiar 180 novos Pontos de Memória**

Análise Situacional da Meta

Meta em execução por meio do projeto "Prêmio Pontos de Memória", idealizado de modo a selecionar e premiar iniciativas dedicadas à construção de memória social e práticas museais desenvolvidas por grupos, povos e comunidades, a fim de fomentar sua continuidade e sustentabilidade, na perspectiva da museologia social. O prêmio está dividido em duas categorias, a saber: categoria 01 - Pontos de memória no Brasil e categoria 02 - Pontos de memória no exterior.
O processo de seleção e premiação das iniciativas comunitárias de memória museologia social e, o consequente repasse de recursos tem cumprido um ciclo temporal superior a um ano.
A premiação possibilitou identificar um incremento no mapeamento dos Pontos de Memória, bem como a atualização das informações referentes às estruturas e às ações desenvolvidas nas iniciativas de Memória. A criação da Rede dos Pontos de Memória e Iniciativas Comunitárias em Memória e Museologia Social impactaram positivamente para o cumprimento parcial da meta.
No 2º semestre de 2014, foi realizado pagamento relativo a mais um prêmio para Ponto de Memória, finalizando assim as transferências de recursos para os Pontos de Memória que haviam sido selecionados.
Como no primeiro semestre de 2014 haviam sido transferidos recursos para 59 (cinquenta e nove) Pontos de Memória selecionados pelo Edital de 2012, e considerando os 48 Pontos de Memória que já haviam recebido recursos em 2012, chega-se a um total de 108 pontos de memória identificados e premiados até o momento, o que corresponde a 60% do total da meta estipulada até 2015.
Há que se observar, contudo, que, em 06 de outubro de 2014, foi lançada nova Edição do Edital, com previsão de atendimento a mais 47 novos pontos de memória.
Desta forma, considerando que a conclusão desse certame está prevista para o ano de 2015, estima-se, até o final de 2015, atender ao total de 155 pontos de memória, o que representará o alcance de 85,55% da meta estipulada para o quadriênio 2012-2015.

Executado até o exercício;
2012 – 48
2013 – 00
2014 _ 60
TOTAL:108

Quantidade alcançada

108

Data de Referência

31/12/2014

- **Integrar em rede 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico brasileiro**

Análise Situacional da Meta

O projeto de integração em rede de 50% de bibliotecas e 50% dos arquivos que atuam no campo museológico foi divido em três fases. A primeira fase consiste na integração dos arquivos e bibliotecas dos museus do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Essa ação permitirá a difusão de expressiva parcela da história brasileira preservada em nossas 30 unidades museais.

Em 2013 e 2014, o IBRAM esteve trabalhando na primeira fase, desenvolvendo um termo de referência para aquisição de licença de um software de gestão e catalogação de bibliotecas.

A segunda fase é constituída na indução de adoção dessas mesmas ferramentas nas bibliotecas e arquivos históricos das unidades museológicas que não integram o IBRAM. A terceira e última fase se relaciona à construção de um ambiente informacional e comunicacional, de base web, que permita a interligação entre todas as unidades biblioteconômicas e arquivísticas dos museus brasileiros. Para isso, será necessária a contratação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Preservar 3 milhões de bens do patrimônio arquivístico e bibliográfico brasileiro**

Análise Situacional da Meta

A Fundação Biblioteca Nacional (FBN) é responsável pelas políticas públicas de salvaguarda da língua e da cultura nacional, enquanto depositária legal do patrimônio bibliográfico brasileiro, garantindo às futuras gerações o acesso à produção intelectual, consubstanciada nas diversas formas de registro do saber, que constituem o acervo memória do Brasil. Disponibilizar ao público essas coleções faz parte da democratização do acesso ao patrimônio documental e bibliográfico do país.

As atividades de preservação do acervo envolvem a identificação, o inventário, o registro patrimonial, a catalogação e indexação das obras, a conservação reparadora e preventiva, a restauração das obras, a microfilmagem dos originais e a digitalização, tratamento e disponibilização de arquivos digitais na internet.

A Instituição no período de 2012 a 2014 preservou 3.990.226 itens do patrimônio e vem apoiando o fortalecimento dessas ações, através da preservação e difusão desse acervo, presencial e remotamente, bem como da geração de conteúdos digitais que democratizam, nacionalizam e internacionalizam a acessibilidade do conhecimento e da informação. A FBN contribui para os processos de inclusão social e digital, complementando a educação formal.

Em termos anuais os números obtidos foram:

2012: 776.508
2013: 603.366
2014: 2.610.352

Em termos acumulados:

2012: 776.508
2013: 1.379.874
2014: 3.990.226

Quantidade alcançada

3.990.226

Data de Referência

31/12/2014

- **Produzir e distribuir 111.383 exemplares de material sobre o patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

O IPHAN desenvolve permanente ação de edição de publicações voltadas para a temática da preservação do patrimônio cultural. Os livros em sua maioria são distribuídos a universidades, bibliotecas públicas e instituições especializadas na preservação cultural. Houve quantidade considerável de exemplares oriundos de Termos de Ajustamento de Condutas e ações de compensação por dano ao Patrimônio Cultural, tais como realização de obras sem o devido acompanhamento arqueológico, desmobilização de comunidades detentoras de saberes reconhecidos como Patrimônio Cultural, etc.). Dentre os principais assuntos dos exemplares distribuídos, destacam-se: Manifestação Cultural Marabaixo do Amapá; Encontro de Folias Religiosas do Amapá; Guia Lírico de Rio de Contas; exemplares sobre o conjunto interativo “Pinte Vitória; livreto sobre as Paneleiras de Goiabeiras; Centro Histórico de Vitória; Espirito Santo Patrimônio Cultural Do Brasil; Igreja Nossa Senhora de Assunção Anchieta – ES; Panelas De Barro Das Paneleiras De Goiabeiras; DVD De Bois e Folias; Anchieta – A Restauração De Um Santuário; Arte Rupestre em Mato Grosso do Sul; Educação Patrimonial sobre a Casa Lacerda, na Lapa; Catálogo do Samba – Patrimônio Cultural do Brasil; Roteiro Geoturístico de Porto Nacional. Foram 25.616 exemplares sobre Patrimônio Material; 5.893 sobre Patrimônio Imaterial; 18.206 sobre Educação Patrimonial e 31.456 sobre Divulgação do Patrimônio Cultural em geral, totalizando 81.171 exemplares produzidos e distribuídos em 2014.

Não houve dificuldades para o alcance desta meta, considerando que, ainda em 2014, o quantitativo de exemplares de material sobre o patrimônio cultural produzido e distribuído já superou a expectativa.

Quantidade alcançada

313.935

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11.138	unidade	80.630	31/12/2014
Região Nordeste	33.415	unidade	115.676	31/12/2014
Região Norte	27.846	unidade	43.752	31/12/2014
Região Sudeste	27.846	unidade	27.200	31/12/2014
Região Sul	11.138	unidade	46.677	31/12/2014

- **Realizar 168 ações de reconhecimento de bens culturais de natureza material e imaterial**

Análise Situacional da Meta

Foram efetuados inventários de bens móveis e imóveis, dossiês de tombamento e instruções de processos, bem como Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do patrimônio cultural brasileiro de natureza imaterial. Estas ações são provenientes do planejamento do Iphan e demandas da sociedade para a preservação da cultura através do reconhecimento de bens ainda não protegidos.

Para o correto atendimento do devido processo legal, faz-se necessário não apenas a análise técnica da documentação apresentada nos processos administrativos abertos para registro, tombamento, chancela de paisagem cultural ou cadastro de sítios arqueológicos, mas também o estabelecimento de uma “abertura discursiva” do procedimento de reconhecimento de um bem cultural como patrimônio. Isto implica no estabelecimento de instâncias de diálogo com as partes interessadas, com a realização de audiências públicas, seminários, reuniões, estabelecimento de processos de obtenção de anuências prévias informadas junto a comunidades tradicionais e grupos indígenas (atendimento ao estabelecido na Convenção 169 da OIT). A política patrimonial implementada pelo IPHAN é de suma importância para que o Estado Brasileiro cumpra com a determinação constitucional de defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro (artigo 215 da CF) assim como com tratados internacionais dos quais é signatários, como a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003 (Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006) e a Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada em 1972 sob a égide da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), entre outros.

Quantidade alcançada

164

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	unidade	27	31/12/2014
Região Nordeste	50	unidade	44	31/12/2014
Região Norte	42	unidade	32	31/12/2014
Região Sudeste	42	unidade	27	31/12/2014
Região Sul	17	unidade	34	31/12/2014

- **Realizar 321 ações de identificação de bens culturais de natureza material e imaterial**

Análise Situacional da Meta

Para identificação de bens culturais de natureza imaterial são realizados inventários e para os de natureza material dossiês de tombamento. Os inventários implicam em pesquisa de caráter etnográfico, realização de documentação audiovisual e mobilização de grupos e comunidades com o objetivo de promover a valorização de sua própria cultura e história e a mobilização de grupos sociais. Por meio dos inventários são identificadas referências culturais de territórios ou de grupos. Já os dossiês de tombamento são realizados por meio da identificação de dados históricos, arquitetônicos, fotográficos e paisagísticos dos bens a serem preservados. Das ações de identificação, destacam-se as diversas línguas de diferentes comunidades que começaram a ser identificadas por meio do Inventário Nacional da Diversidade Linguística e inventários de edificações de expressivo valor cultural.

Quantidade alcançada

257

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	32	unidade	39	31/12/2014
Região Nordeste	97	unidade	75	31/12/2014
Região Norte	80	unidade	42	31/12/2014
Região Sudeste	80	unidade	52	31/12/2014
Região Sul	32	unidade	49	31/12/2014

- **Realizar 450 obras e serviços de conservação e manutenção de bens culturais protegidos**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a execução de obras garantiu a preservação de importantes monumentos da cultura brasileira, possibilitando à sociedade o livre acesso e o conhecimento de edificações como o Convento de Nossa Senhora dos Anjos – AL.

Projetamos que a meta será superada considerando que as obras do PAC-Cidades Históricas que estão em fase de contratação de projetos e se realizarão durante o ano de 2015.

Em 2014 foram realizadas 79 obras e serviços de conservação e manutenção, garantindo a preservação de importantes monumentos da cultura brasileira, possibilitando à sociedade o livre acesso e o conhecimento de edificações como o Convento de Nossa Senhora dos Anjos – AL. As principais dificuldades encontradas se deram em função da dificuldade de localizar empresas especializadas para realizar os serviços, resultando em licitações desertas.

Quantidade alcançada

376

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 52.000 procedimentos de fiscalização e monitoramento de bens do patrimônio cultural**

Análise Situacional da Meta

A meta envolve planejar, desenvolver, fomentar, coordenar, monitorar e avaliar ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro com vistas ao desenvolvimento socioeconômico do país, incluindo as ações de pesquisa aplicada à educação patrimonial, dentre outras, vinculadas a esta finalidade.

A atividade de fiscalização é realizada conforme definido no Decreto-Lei nº 25/1937, e ocorre com base nos planos de fiscalização elaborados por cada Unidade do IPHAN. Também são realizadas fiscalizações em bens tombados em situações de risco e emergenciais verificadas pelo IPHAN, bem como por demandas externas, advindas da sociedade (cidadão isoladamente ou Associações), do Ministério Público Federal, prefeituras, governos etc. Dentre os 13.126 procedimentos realizados, em 2014, foram fiscalizadas edificações, sítios arqueológicos, coleções museológicas e monitorados bens registrados como Patrimônio Imaterial, tais como capoeira, toque dos sinos, roda de samba e círio de Nazaré.

Quantidade alcançada

39.276

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo envolve o desenvolvimento de ações que visam ampliar a produção sustentável audiovisual nacional, bem como incentivar a fruição desta produção pela população de forma a permitir a difusão de valores nacionais e práticas constitutivas de nossa identidade cultural.

A materialização deste objetivo em termos de política social envolve ações do Ministério da Cultura para fomentar a ampliação da produção de material audiovisual nacional e dos equipamentos culturais necessários para a sua devida difusão.

Estes esforços têm se mostrado eficazes, como é possível observar na tabela abaixo, que apresenta a evolução anual da participação da produção nacional na preferência revelada pelo publico brasileiro que frequenta salas de exibição.

SÉRIE HISTÓRICA - PARTICIPAÇÃO DE PÚBLICO EM SALAS DOS FILMES BRASILEIROS (EM %)

Ano	Participação
2008	10,2%
2009	14,3%
2010	19,1%
2011	12,4%
2012	10,6%
2013	18,6%
2014	12,2%

Fonte: SADIS/ANCINE

Dados consolidados em 09/01/2015

A produção nacional de filmes de longas metragens tem respondido bem aos incentivos fornecidos, apresentando crescimento robusto em 2013, quando foram lançadas comercialmente em salas de exibição, 129 obras. Em 2014, foram lançados 114 novos títulos.

A veiculação de produção nacional audiovisual no mercado televisivo por assinatura tem crescido, alcançando em 2013, entre os canais monitorados, o expressivo número de 13.721 obras veiculadas, representando um acréscimo de 51,8% em relação ao ano de 2011.

Em 2014, o número de veiculações de obras brasileiras para os mesmos canais monitorados totalizou 14.372, ou seja, um acréscimo de 58,9% em relação a 2011.

Da mesma forma, tem sido apreciável o crescimento no número de salas do circuito comercial de exibição de filmes que apresentou variação positiva no triênio 2011-2014, conforme é possível observar na tabela a seguir:

QUADRO XII - NÚMERO DE SALAS DE EXIBIÇÃO POR REGIÃO COMPARATIVO 2014/2011

Região	Salas 2011	Salas 2012	Salas 2013	Salas 2014	Crescimento 2011-2014
Centro-Oeste	203	214	241	245	20,7%
Nordeste	284	307	350	403	41,9%
Norte	113	125	136	152	34,5%
Sudeste	1.353	1.440	1.497	1.574	16,3%
Sul	399	432	454	456	14,3%
Total	2.352	2.517	2.678	2.830	20,3%

Fonte: Elaboração ANCINE. Dados consolidados em 15/01/2015.

Metas 2012-2015

- **11% de participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, a participação de público dos títulos nacionais nas salas de exibição foi de 12,2%. As produções nacionais acumularam 19.030.900 milhões de ingressos vendidos no ano.

  A participação de público alcançada pelas obras brasileiras em 2014 superou o índice de 11% anuais estabelecidos pelo Plano Plurianual para o exercício 2012–2015. Na média dos últimos três anos, horizonte já percorrido do atual PPA, a participação das produções nacionais é de 13,8%.

  Ano Participação
  2008 10,2%
  2009 14,3%
  2010 19,1%
  2011 12,4%
  2012 10,6%
  2013 18,6%
  2014 12,2%

  Fonte: SADIS/ANCINE
  Dados consolidados em 09/01/2015

  Quantidade alcançada

  12,2

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ampliar em 20% a exibição das obras brasileiras no segmento de TV por assinatura**

  Análise Situacional da Meta

  Com a base de 16 canais de TV Paga monitorados – AXN, Canal Brasil, Cinemax, HBO, HBO Family, HBO Plus, Maxprime, Sony, Telecine Premium, Telecine Action, Telecine Fun, Telecine Pipoca, Telecine Cult, Telecine Touch, TNT e Warner Channel – apurou-se que em 2011 tivemos 9.042 veiculações de obras brasileiras. Logo a meta

estabelecida é de 10.850 obras brasileiras exibidas no segmento de TV por assinatura.

Em 2012, foram 11.245 exibições, em 2013, 13.294 exibições e em 2014 foram 14.372 exibições. Isto corresponde a um acréscimo de 58,95% em relação a 2011. Mais do que o dobro da meta estabelecida.

A partir da Lei nº 12.485, de 2011, e sua posterior regulamentação, institui-se um novo cenário na política pública para a TV por assinatura no Brasil, com a criação das obrigações de veiculação de conteúdo brasileiro, e de novas fontes de recursos para aplicação no segmento. A progressiva operacionalização desses mecanismos instituídos pela lei impacta no aumento gradual das horas de conteúdo brasileiro na TV paga, principalmente a partir de 2012, o que pode ser observado na evolução do indicador proposto. Cumpre observar que, paralelamente à disponibilização de recursos públicos e a criação de obrigação de veiculação pelos canais, faz-se necessária a expansão da capacidade produtiva da indústria audiovisual brasileira, fenômeno que ocorre em médio prazo.

O monitoramento realizado pela Agência cobre 16 canais de filmes e séries, não abarcando a totalidade dos canais de TV paga distribuídos no Brasil. Foram consideradas as 24 horas de programação e desconsideradas as inserções publicitárias em meio às obras não publicitárias exibidas.

Quantidade alcançada

58,95

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir em 20% o total de salas do circuito comercial de cinema nas regiões Norte e Nordeste**

Análise Situacional da Meta

Em 2011 existiam 397 salas no somatório de salas dessas regiões (284 na região Nordeste e 113 na região Norte). A meta de expansão de salas na região Norte e Nordeste deve alcançar 476 salas ao final de 2015.

Em 2012 o número de salas chegou a 432, o que representa 8,82% de aumento. Em 2013, o parque exibidor dessas regiões somaram 487 salas, o equivalente a 22,67% mais salas do que 2011.

Em 2014, o parque brasileiro de salas de exibição cresceu 5,7% em relação a 2013, com incremento acima da média nas regiões Nordeste (15,1%) e Norte (11,8%). A região Sudeste teve um aumento de 5,1% nas suas salas de exibição. As regiões Centro- Oeste e Sul terminaram o ano com um total de 701 salas de exibição. Em relação a 2011 o acréscimo foi de 158 salas nas regiões Norte e Nordeste, o que representa um crescimento de 39,8%. O País encerrou 2014 com um total de 2.830 salas de exibição.

QUADRO XII - NÚMERO DE SALAS DE EXIBIÇÃO POR REGIÃO COMPARATIVO 2014/2011

Região	Salas 2011	Salas 2012	Salas 2013	Salas 2014	Crescimento 2011-2014
Centro-Oeste	203	214	241	245	20,7%
Nordeste	284	307	350	403	41,9%
Norte	113	125	136	152	34,5%
Sudeste	1.353	1.440	1.497	1.574	16,3%
Sul	399	432	454	456	14,3%
Total	2.352	2.517	2.678	2.830	20,3%

Fonte: Elaboração ANCINE. Dados consolidados em 15/01/2015.

Quantidade alcançada

39,8

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Canal da Cultura**

Análise Situacional da Meta

O primeiro passo para a implementação do Canal da Cultura é a elaboração de projeto técnico de implantação e a

regulamentação do canal, etapas a serem cumpridas até abril de 2015. No momento, o MinC está elaborando o projeto técnico, por meio de parceria entre o MinC, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o MiniCom, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e produtores audiovisuais independentes. Esse projeto, cuja primeira versão deve ser concluída em janeiro de 2015, será pautado e acrescido de avaliação do setor cultural no Fórum do Canal da Cultura, a ser realizado em fevereiro de 2015. Após ajustes finais no projeto, está prevista para abril de 2015 a publicação de portaria pelo Ministério das Comunicações (MiniCom), autorizando o Ministério da Cultura a operar faixa de radiofrequência específica para o canal, conforme previsto no Decreto nº 5.820/2006. O segundo passo, que envolve o efetivo funcionamento e programação do canal, será desenvolvido ao longo do exercício de 2015.

- **Lançamento de média anual de 75 filmes brasileiros no circuito comercial de salas de exibição**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2012, foram lançadas 83 obras brasileiras no circuito comercial de salas de exibição. Em 2013, foram lançadas 129 obras brasileiras.

Em 2014, 114 obras brasileiras foram lançadas comercialmente nas salas de exibição. Dessas, 5 ultrapassaram a marca de um milhão de espectadores. Foram eles: O candidato honesto; Os Homens são de Marte... E é para lá que eu vou; S. O. S. Mulheres ao Mar; Muita calma nessa hora 2; Vestido pra Casar. Ao todo, as produções nacionais geraram a venda de 19.030.900 ingressos.

Comparando com anos anteriores, esse dado anualizado indica o período mais prolífico para o cinema brasileiro em todos os tempos.

A tendência é que esse ritmo de produção, no mínimo, se mantenha até o final do período de abrangência do PPA. Levantamento feito pela Ancine de obras produzidas em 2014 mostra que mais de 200 obras devem chegar aos cinemas ao longo de 2015 e 2016. O aumento dos investimentos e da variedade de linhas de fomento do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), com linhas dedicadas apenas às distribuidoras brasileiras, também indicam que o volume de obras produzidas deve continuar alto, propiciando uma vasta carteira de produções nacionais disponíveis para lançamento. Esses fatores somados apontam para que o mercado brasileiro se firme nesse novo patamar de 100 lançamentos por ano.

Quantidade alcançada

114

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0786 - Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

O alcance desse objetivo requer ações variadas de diversas unidades e instituições vinculadas do Ministério da Cultura (MinC). Representa esforço contínuo considerável no sentido de fomentar as atividades culturais, por meio de apoio a projetos culturais, a formação e intercâmbio de profissionais em diversos segmentos da cadeia produtiva do setor criativo, incentivos ao consumo de produtos culturais, iniciativas no sentido de valorizar, promover e apoiar eventos e comunidades de afrodescendentes e o incentivo à leitura e à produção literária. Como principais destaques de ações de 2014 registra-se:

Com relação ao fomento à cultura e à sustentabilidade das comunidades afrodescendentes, destacamos o apoio às diversas festas e eventos tradicionais, como o Seminário Internacional – Carnaval, Identidade Negra e Economia Criativa e 1ª Mostra da Arte Negra de Goiânia, envolvendo a cultura afro-brasileira e a certificação de comunidades quilombolas. Merecem destaque ainda, as manifestações do MinC, por meio da Fundação Cultural Palmares sobre licenças ambientais

relacionadas a impactos em áreas quilombolas, o apoio fornecido a grupos culturais regionais e a outros eventos da cultura afro-brasileira.

Durante o período de 2012 a 2014, foram realizados diversos eventos com o intuito de difundir princípios e discutir propostas envolvendo temas ligados à diversidade cultural tais como: seminários/fóruns e oficinas que também são Conferências Livres de Cultura; encontros com os gestores públicos estaduais e municipais para discussão de propostas para a qualificação da gestão do Programa Cultura Viva - PCV; a Teia Nacional da Diversidade Cultural, em 2014, que reuniu cerca de 3000 pessoas cadastradas, entre representantes de pontos de cultura, dos segmentos culturais da diversidade e gestores públicos, dentre outros. No segundo semestre de 2014, houve a realização do Seminário Mulher e Cultura que debateu as ações e espaços de visibilidade das mulheres para os segmentos da cultura; a realização da Semana Cultura Viva que debateu o fomento das ações para o fortalecimento das Redes do Programa Cultura Viva, bem como do debate e participação social para a regulamentação da Lei Cultura Viva, dentre outros seminários e oficinas.

Ainda no escopo do objetivo em questão, foram implementadas diversas iniciativas com a finalidade de incentivar o hábito de leitura, apoiar a criação literária e preservar a cultura bibliográfica nacional, das quais merecem destaque: o apoio a 175 bibliotecas comunitárias e/ou pontos de leitura.

O incentivo ao audiovisual foi confirmado pela implantação em 2014 de 19 novos cineclubes e a capacitação de profissionais de cultura alcançou no período de 2012-2014 um total de 12.298 artistas, técnicos e produtores de arte e cultura qualificados.

O incentivo aos vários segmentos artísticos se deu pela realização ou apoio a diversos eventos, tais como: os Painéis Funarte de Regência Coral, os Painéis Funarte de Bandas de Música e os Painéis Funarte de Música Popular, Prêmio de Concertos Didáticos, Mostra Bola na Rede 2014, Mostra Grande Área 2014, VI Edição do Projeto Cultural Arte em Foco – 4 ciclos de reflexão teórica sobre os diferentes campos das artes, Seminário Funarte Residências no Brasil, entre inúmeros outros.

O incentivo à demanda por produtos culturais recebeu forte impulso com a criação da política do Vale Cultura. Ao final de 2014, mais de 340 mil trabalhadores já possuem o seu cartão Vale-Cultura, utilizando uma rede com mais de 24 mil recebedoras, ou seja, pontos que aceitam o cartão como forma de pagamento para consumo de bens e produtos culturais. O consumo com o Vale Cultura já supera a marca de R$ 48 milhões que fomentam as cadeias produtivas da cultura, distribuídos em todo o território nacional.

O incentivo às manifestações culturais populares prosseguiu em 2014 a partir de ações implementadas pelo Programa Cultura Viva. No período de 2004 a 2014, o Programa Cultura Viva (PCV) já fomentou 176 Pontões de Cultura em todo o território nacional que estão presente em quase todos os estados brasileiros.

Metas 2012-2015

- **100% dos Estados e Distrito Federal com estrutura técnica de apoio à produção e formação de mão de obra para o audiovisual**

  Análise Situacional da Meta

  No acumulado de 2012 a 2014, 14 Unidades da Federação foram beneficiadas com ações de apoio à produção e formação de mão de obra. Desta forma, somando-se o resultado obtido no primeiro semestre de 2014 às 12 unidades da Federação beneficiadas até 2013, nota-se que aproximadamente 52% da meta foi cumprida, o que possibilita o alcance do previsto até o final do exercício de 2015.

  Até o terceiro trimestre de 2014, foram implantados 14 núcleos de produção digital (NPDs) em 14 Unidades da Federação, o que representa um alcance de 52% da meta. No primeiro semestre de 2014 foram repassados recursos para a criação de 3 novos núcleos em 3 novas UFs, em fase final de implantação. Além deles, outros 10 NPDs serão implantados nas 10 UFs restantes até o fim de 2015, de forma a alcançar a meta até o fim da vigência do PPA, com o alcance das 27 UFs.

  Quantidade alcançada

  51,8

  Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar em 1000 unidades os espaços não-comerciais de exibição de conteúdos audiovisuais, em todo o território nacional**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implantados 19 novos cineclubes, a partir de repasses de recursos realizados no segundo semestre de 2013, à Universidade Federal do Mato Grosso, à Prefeitura Municipal de Aracaju (SE) e à Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas, além de 44 unidades CEUs (Centros de Artes e Esportes Unificados), inauguradas em 2014, que receberam obras audiovisuais brasileiras do catálogo da Programadora Brasil, totalizando 63 novos espaços. Considera-se que a meta foi superestimada e dificilmente será atingida até o fim de 2015. A partir de 2011, com a instituição do Decreto nº 7.568/2011, que impôs uma série de restrições ao conveniamento com entidades privadas sem fins lucrativos, essa estratégia de parceria com a sociedade civil tornou-se inviável, visto a impossibilidade de formalização de parceria direta. Face aos impedimentos impostos pelo referido Decreto, uma parceria firmada entre o Ministério da Cultura e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) vem desenvolvendo recursos tecnológicos que possibilitem a difusão em grande escala, via banda larga, de conteúdos audiovisuais a todo e qualquer possível ponto de exibição público ou privado, implicando novo modelo de difusão e exibição audiovisual.

Quantidade alcançada

63

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 130 projetos sociais de leitura**

Análise Situacional da Meta

Principais resultados obtidos em 2014:

1. Implementação do “Edital Leitura para Todos” com o empenho de 30 prêmios no valor unitário de R$ 50.000,00 em favor de 30 entidades da sociedade civil atuantes nas 4 regiões do país;

2. Publicação da Portaria Interministerial nº 04, de 22 de outubro de 2014 que inaugura a modalidade de financiamento da 7º Prêmio VIVALEITURA com recursos públicos e privados. A 7ª edição é financiada pelo MEC e conta com apoio institucional do MinC para premiar 4 projetos de fomento à leitura nas categorias “Bibliotecas públicas, privadas e comunitárias”, “Escolas públicas e privadas”, “Práticas continuadas de leitura em contextos e espaços diversos desenvolvidos pela sociedade” e “Promotor de leitura (pessoa física)” com valor de R$ 25.000,00 cada, totalizando 34 projetos apoiados.

Principais desafios para o alcance da meta em 2014:

O processo seletivo do Edital Leitura para Todos deu-se em paralelo a transferência de sede da Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLB) da FBN (Rio de Janeiro) para o MinC (Brasília), o que proporcionou algumas interrupções no processo e dificuldades relacionadas às tramitações para o efetivo pagamento dos prêmios;

Expectativas para 2015:

De acordo com a disponibilidade orçamentária, o Edital Leitura para Todos deverá apoiar um mínimo de 21 (vinte e um) projetos de estímulo à leitura. Também se pretende ampliar as categorias da 8ª edição do Prêmio VIVA LEITURA e realizar certame voltado para o reconhecimento e apoio a projetos de incentivo à leitura voltados para a primeira infância (crianças de 0 a 6 anos).

Resumo dos resultados alcançados a cada ano:

2012: 95
2013: 0
2014: 34

Resumo dos resultados acumulados alcançados até cada ano:

2012: 95
2013: 95
2014: 129

Quantidade alcançada

129

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 2000 pontos de leitura**

Análise Situacional da Meta

Pontos de Leitura e Bibliotecas Comunitárias são organizações similares, visto que, conceitualmente ambos são considerados como espaços de incentivo à leitura e acesso ao livro, criados e mantidos pela comunidade local, sem vínculo direto com o Estado.

Os resultados alcançados até o momento para esta meta podem ser resumidos da seguinte forma:

Pontos de leitura apoiados:

2012: 24
2013: 61
2014: 0

Resultados acumulados

Até 2012: 24
Até 2013: 85
Até 2014: 85

Para 2015, espera-se elevar substancialmente o apoio aos pontos de leitura, pois suas ações serão abordadas juntamente com o apoio às bibliotecas comunitárias.

Quantidade alcançada

85

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 400 bibliotecas comunitárias**

Análise Situacional da Meta

Principais resultados obtidos em 2014:

Em 2014 foram apoiadas 175 bibliotecas comunitárias e/ou pontos de leitura, sendo:

• 158 bibliotecas comunitárias da região amazônica, contemplado na II Convocatória do Programa Iberbibliotecas do qual o Brasil é país membro; e

• 17 bibliotecas comunitárias apoiadas através de doações de acervo oriundo da Lei de Incentivo (Pronac).

Além disso, foram monitoradas as ações da rede dos Pontos de Leitura e Bibliotecas Comunitárias, através da realização de atividades de formação/capacitação na TEIA 2014, e de visitas técnicas.

Principais desafios para o alcance da meta em 2014:

Ampliar o volume de recursos para atender esse tipo de equipamento cultural. Expectativas para 2015:
Dar seguimento e monitoramentos das ações através do fortalecimento da rede dos Pontos de Leitura e Bibliotecas Comunitárias, e lançar um edital de bolsas de Intercâmbio e Interações de Pontos de Leitura, Bibliotecas Comunitárias e Bibliotecas Públicas.

Em resumo, os resultados alcançados até o momento foram:

Em 2012: 828 bibliotecas apoiadas
Em 2013: 928 bibliotecas apoiadas
Em 2014: 175 bibliotecas apoiadas

Em termos acumulados:

Até 2012: 828 bibliotecas apoiadas
Até 2013: 1756 bibliotecas apoiadas
Até 2014: 1931 bibliotecas apoiadas

Quantidade alcançada

1.931

Data de Referência

31/12/2014

- **Chancelar 30 cidades criativas distribuídas nas 5 regiões do país**

  Análise Situacional da Meta

  Ainda não houve a chancela de nenhuma cidade criativa. No entanto, o MinC, já tornou público em 2012 que realizaria esse chancelamento e em função disso foram iniciadas as articulações e discussões acerca da construção e definição da metodologia e dos critérios para reconhecimento desses aspectos, associados à temática da cultura e da economia criativa. No exercício de 2014, finalizou-se consultoria para modelagem do processo, possibilitando que em 2015 seja realizado o agraciamento dos territórios que, atendendo aos requisitos a serem estabelecidos, terão o reconhecimento, por meio de chancela, como território criativo.
  Também vale salientar que o processo de revisão das metas do Plano Nacional de Cultura proporcionou um debate ampliado e qualificado institucionalmente, que possibilitou uma requalificação dos conceitos operados nessa meta e da abordagem do processo de chancelamento.
  No exercício de 2015 será lançado um processo de seleção pública para que os territórios brasileiros se credenciem a receber a chancela de 'Cidade Criativa', que será concedido após avaliação por uma comissão de especialistas a partir de critérios objetivos. Em função disso, presume-se que a meta será alcançada no prazo de vigência do PPA.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Conceder 400 bolsas de incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário**

  Análise Situacional da Meta

  Desde 2012, diversos editais foram lançados para a concessão de bolsas de fomento à literatura com vistas a atender

demandas do setor no campo da criação, circulação, difusão, formação, intercâmbio, tradução e pesquisa literária com os seguintes resultados: em 2012 foram concedidas 139 bolsas de tradução de obras brasileiras; em 2013 foram concedidas 210 bolsas de tradução de obras brasileiras, 57 bolsas de intercambio de autores brasileiros, 30 bolsas de criação literária e 20 bolsas de circulação literária; em 2014 foram concedidas 100 bolsas de tradução de obras brasileiras e 30 bolsas de intercambio de autores brasileiros. Para 2015 há expectativa de concessão de mais 95 bolsas, nas diversas modalidades já referidas.

Quantidade alcançada

586

Data de Referência

31/12/2014

- **Criação da Rede Popular do Livro Acessível**

Análise Situacional da Meta

A criação dessa rede vem atender uma demanda reprimida do setor que carece de políticas e de ações articuladas entre as entidades públicas e privadas em favor da promoção da acessibilidade para leitores deficientes visuais. A rede visa estimular o acesso ao livro em diversos formatos acessíveis, seja na produção de novos títulos ou na difusão e compartilhamento de conteúdos acessíveis.

Ações realizadas

A primeira ação para contribuir com a rede foi o lançamento e a execução do Edital de Fomento à Produção, Difusão e Distribuição de Livros em Formato Acessível que selecionou 04 entidades que receberão apoio financeiro para produção de livros acessíveis (livros em braile e áudio livro) e o desenvolvimento um sítio na internet para difusão e compartilhamento de conteúdos entre entidades representativas. Atualmente as 04 entidades selecionadas estão em fase de conveniamento. Os recursos estão empenhados no orçamento do exercício em 2014, com previsão de recebimento de recursos e execução dos quatro projetos previstos para 2015. A rede será criada a partir da integração dos projetos selecionados no edital, na articulação com ações de acessibilidade do Governo Federal e sociedade civil. A expectativa é de que a Meta de criação da rede seja atingida em 2015.

- **Criação do programa Livro Popular**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi implantado um projeto piloto que estruturaria as bases para criação e manutenção de um programa denominado “Livro Popular”, com a finalidade de ampliar o acesso ao livro e a leitura e fomentar a produção e a comercialização de livros, adquiridos através de preço acessível no valor de até R$ 10,00.

Inicialmente o projeto piloto foi lançado com o objetivo principal de ampliar e atualizar o acervo das bibliotecas de acesso público, através da doação de livros por parte do governo. O Governo por sua vez, ao adquirir os livros a preço acessíveis, alimentaria uma rede de editoras e livrarias espalhadas pelo país.

Ao longo de 2012 e 2013 foram executadas as seguintes ações no âmbito do projeto piloto:

- Desenvolvimento do Portal do Livro, ambiente virtual de gestão da compra de livros e doação deles às bibliotecas. Foram lançados 03 editais para convocação, seleção e credenciamento no Portal do Livro dos antes envolvidos nessa ação: de um lado, bibliotecas interessadas em adquirir o acervo e de outro, pontos de vendas (editoras e livrarias) interessados em oferecer títulos disponíveis ao preço máximo de até R$ 10,00. O credenciamento foi realizado por meio de edital de seleção pública.

A aquisição dos livros foi feita, mediante a escolha de títulos em pontos de venda pelas bibliotecas credenciadas no Portal e o pagamento se dava por meio de um cartão-livro concedido diretamente às bibliotecas. Ao longo da execução, diversas fragilidades foram identificadas na operação desse projeto piloto. Foram identificadas falhas na funcionalidade dos cartões de débito para pagamento de livros adquiridos, no cadastramento de dados no Portal e falta de capacidade de monitoramento e fiscalização na entrega dos livros nas bibliotecas em todo país dentre outros

aspectos que resultaram na suspensão do projeto piloto e da resolução no âmbito do MinC de não implementar o programa.

Nessa perspectiva, o programa livro popular não será criado, mas os resultados relativos ao numero de livros adquiridos e distribuídos para bibliotecas públicas e comunitárias estão mensurados em outras metas do PPA (implantação e modernização de bibliotecas públicas e apoio a bibliotecas comunitárias).

- **Disponibilização de linha de crédito específica para os setores criativos ofertada por bancos oficiais**

Análise Situacional da Meta

Por se tratar de uma ação considerada estratégica, estão em curso atividades de prospecção que possuam o condão de identificar segmentos culturais que possam ser beneficiados com a disponibilização de linhas de microcrédito.

Para a disponibilização de linha de crédito específica, há a necessidade de serem estabelecidas duas premissas: a primeira associada à modelagem de negócio que se pretende disponibilizar e a segunda, a implementação, propriamente dita. Para atingimento da primeira iniciativa de modelagem da linha de crédito, está em curso uma contratação de serviços de consultoria tendo como um dos produtos a modelagem de linhas de crédito para financiamento a micro e pequeno empreendedores criativos. Trata-se do desenvolvimento de estudos que permitirão estruturar a disponibilização de linhas de crédito a partir de 2015. Além dessa iniciativa, iniciou-se um diálogo com instituições financeiras visando à prospecção de segmentos culturais que possam ser beneficiados com a disponibilização de linhas de microcrédito.

- **Disponibilização do vale-cultura a 6 milhões de brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Implementado em setembro de 2013, o Programa de Cultura do Trabalhador é a maior iniciativa de democratização do acesso à cultura criada no Brasil. Por meio do cartão Vale-Cultura, o programa tem o potencial de injetar mais de R$ 25 bilhões ao ano na cadeia produtiva cultural, potencializando o acesso e a fruição de produtos e serviços culturais.

Ao final de 2014, mais de 340 mil trabalhadores já possuíam o seu cartão Vale-Cultura, utilizando uma rede com mais de 24 mil recebedoras, ou seja, pontos que aceitam o cartão como forma de pagamento para consumo de bens e produtos culturais. O consumo com o Vale Cultura já supera a marca de R$ 48 milhões que fomentam as cadeias produtivas da cultura, distribuídos em todo o território nacional.

Quantidade alcançada

339.612

Data de Referência

31/12/2014

- **Emitir certidão de autodefinição de comunidades remanescentes de quilombo e implementar projetos culturais de fomento, qualificação e capacitação para 300 comunidades quilombolas e de terreiros.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizadas 164 certificações distribuídas da seguinte forma:

Região Sul: 13 Comunidades Quilombolas;

Região Nordeste: 110 Comunidades;

Região Sudeste: 15 Comunidades Quilombolas;

Região Centro-Oeste: 05 Comunidades;

Região Norte: 21 Comunidades

A expectativa é que esta meta será alcançada ao final do PPA.

Quantidade alcançada

549

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomentar/realizar 36 seminários ou oficinas para formação e qualificação de agentes públicos e da sociedade civil, como foco no público prioritário do Programa Cultura Viva, visando sua participação qualificada em instâncias colegiadas e na formulação e acompanhamento da política cultural, promovendo intercâmbio, produzindo e difundindo documentos com diretrizes e ações prioritárias.**

Análise Situacional da Meta

De 2012 a 2014, foram realizados 55 seminários/fóruns e oficinas que também são Conferências Livres de Cultura e desenvolveram propostas e diretrizes de políticas específicas dos segmentos da diversidade cultural, como: Culturas Populares, Ciganas, Indígenas, Quilombolas, dentre outros. Foram realizados, ainda, encontros com os gestores públicos estaduais e municipais para discussão de propostas para a qualificação da gestão do Programa Cultura Viva - PCV, como também o Fórum de Culturas Indígenas, Oficina sobre a implementação da Convenção 169 da OIT, Encontro de Culturas Populares e Tradicionais, além do fomento à realização de várias Teias Estaduais.

Em 2014, foi realizada a Teia Nacional da Diversidade Cultural, que reuniu cerca de 3000 pessoas cadastradas, entre representantes de pontos de cultura, dos segmentos culturais da diversidade e gestores públicos, dentre outros. Foram realizados além da programação de mostra artística, feira de economia solidária e oficinas temáticas, os seguintes fóruns: Fórum Nacional de Pontos de Cultura, Fórum Nacional de Pontos de Memória, Fórum da Diversidade, Fórum de Cultura Afro-Brasileira, Fórum de Cultura Indígena e Fórum de Cultura Cigana, que apresentaram e discutiram diretrizes para o PCV, considerando principalmente os 10 anos do Programa, a Lei Cultura Viva que o torna uma política de Estado e seu desenvolvimento enquanto política de base comunitária no âmbito do Sistema Nacional de Cultura. Além dos fóruns foi realizado também o Seminário Nacional de Acessibilidade Cultural durante a Teia Nacional, 13 fóruns estaduais de pontos de cultura que antecederam o evento e o 1º Encontro Nacional de Arte e Cultura LGBT, além de duas oficinas preparatórias da Teia – a oficina de elaboração da programação e metodologia da TEIA, com representantes do Sistema MinC, gestores estaduais das Redes de Pontos de Cultura, representantes dos pontos de cultura, parceiros realizadores do evento e gestores federais de políticas públicas sociais – SEPPIR, MS, MJ e SDH. A segunda oficina foi de capacitação para uso dos instrumentos de cadastro e avaliação de propostas para alunos do curso de produção cultural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

No segundo semestre de 2014, houve a realização do Seminário Mulher e Cultura que debateu as ações e espaços de visibilidade das mulheres para os segmentos da cultura, a realização da Semana Cultura Viva que debateu o fomento das ações para o fortalecimento das Redes do Programa Cultura Viva, bem como do debate e participação social para a regulamentação da Lei Cultura Viva, dentre outros seminários e oficinas como: Seminário LGBT, Encontro CNPdC, Oficina para a formação de políticas para a juventude indígena, II Encontro de gestores e procuradores federais, estaduais e municipais, Encontro da Ministra de Estado da Cultura com grupos folclóricos e mestres de cultura popular do Brasil e do Exterior - FIFAT, Encontro Internacional de Teatro Comunitário do Rio de Janeiro, Oficinas Prêmio Cultura Cigana, Oficinas Salic Web, Oficinas Prêmio Hip Hop, Reunião GT Teia, Reunião GT Acessibilidade, Reunião GT Cultura Indígena, Reunião GT Cultura Popular, Reunião Comitê Técnico LGBT, dentre outros.

Também cabe mencionar que a atuação de bolsistas da Rede Saúde e Cultura e de consultores em conjunto com os servidores e escritórios das Regionais do MinC, aumentaram a eficiência da pesquisa de resultados e articulação da implementação do PCV junto às redes estaduais e municipais, rede de pontos de cultura indígena, dentre outras.

Quantidade alcançada

55

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomentar, valorizar e preservar a cultura e o patrimônio afro-brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizadas as ações:

1. Oficinas relacionadas sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro, como a "Oficina do Acarajé" e também oficinas

em União dos Palmares/ AL;

2. Acompanhamento 29 Processos de licença ambiental, totalizando 41 pareceres, nos quais a Fundação Cultural Palmares manifesta-se acerca de impactos em áreas quilombolas, tendo em vista a proteção do patrimônio cultural, bens, documentos, sítios históricos e as reproduções físicas, sociais e econômicas, consoante os art. 215 e 216 da CF/88 e do Decreto nº 4.887/03.

3. Apoio a grupos culturais regionais.

4. Apoio a eventos da cultura afro-brasileira como música, religiosidade e dança.

5. Reuniões preparatórias com a finalidade de ouvir a comunidade afro-brasileira com o intuito de colher subsídios para a construção do Plano Setorial para a Cultura Afro-brasileira.

- **Fomento a 1,2 mil Projeto de Produção, Difusão e Circulação de Projetos, Atividades e Eventos Artísticos**

Análise Situacional da Meta

A meta realizada encontra-se dentro da estimativa fixada no PPA 2012-2015. A Funarte, para atingir seus objetivos no contexto do fomento às artes, executou diversas atividades em âmbito nacional, voltadas para os processos de criação, produção e circulação da produção e do produto cultural brasileiro, nas áreas do circo, dança, teatro, música, artes visuais e artes integradas, proporcionando a fruição e o acesso da população aos bens culturais. As principais realizações estão elencadas a seguir:

•Prêmio de Concertos Didáticos a 42 projetos para a realização de 314 concertos em 259 escolas da rede pública;

•Mostra Bola na Rede 2014 – Realizada na Funarte / DF, que reuniu vários artistas com trabalhos sobre o esporte e o futebol;

•Mostra Grande Área 2014, que levou arte para as 06 cidades-sede da Copa, macroprojeções de vídeo, exposições, intervenções, instalações e performance, exposições de grafite, entre outras;

•VI Edição do Projeto Cultural Arte em Foco – 4 ciclos de reflexão teórica sobre os diferentes campos das artes;

•Seminário Funarte Residências no Brasil. Evento sediado Funarte/RJ e que contou com apresentações, estudos de casos, mesas de debates e trocas de experiências de natureza prática e teórica, sobre o fenômeno das residências artísticas;

•Realização do IV Encontro Funarte de Políticas para as Artes, nas cidades de Belém/PA, Recife/PE, Goiânia/GO, Curitiba/PR e Rio de Janeiro/RJ;

•Encontro Iberescena de Dança, que reuniu representantes de diversos países, e discutiu novas ideias e experiências, além do intercâmbio cultural entre agentes e difusores da arte. Contou com 600 participantes inscritos de diferentes regiões do Brasil, entre artistas, coreógrafos, bailarinos, e gestores dos países envolvidos (Brasil, Chile, Colômbia, Argentina, Uruguai, Espanha, Peru, México, Bolívia, Costa Rica, Paraguai e Venezuela);

•Prêmio Funarte de Dramaturgia visando incentivar a literatura dramática e o surgimento de novos dramaturgos, através da premiação de autores brasileiros de textos teatrais inéditos, na categoria teatro adultos. Foram premiados 15 projetos;

•Prêmio Funarte de Arte Contemporânea que premiou 15 projetos de exposição, na área de artes visuais;

•Prêmio Funarte de Composição Clássica que possibilitou a 37 compositores a oportunidade de receber um prêmio de composição mediante inscrição em concurso para estreia na XXI Bienal de Música Brasileira Contemporânea, a ser realizada no segundo semestre de 2015, além de encomenda de obras inéditas a 30 compositores;

•Prêmio Funarte Caixa Carequinha de Estímulo ao Circo que tem como objetivo o apoio, parcial ou integral, a circos, companhias, empresas, trupes ou grupos circenses, por meio da destinação de recursos que viabilizem projetos de artes circenses nas diversas regiões do país. Foram distribuídos 60 prêmios com recursos da Funarte.

•Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna/2013, a 82 iniciativas voltadas para a área de Dança;

•Prêmio Funarte de Artes na Rua (Circo, Dança e Teatro)2013/2014 a 140 iniciativas voltadas para a área de circo, dança e teatro;

•Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais a 10 projetos, visando à prática de linguagens artísticas, à reflexão crítica

e à profissionalização dos processos de gestão cultural;

•XIII Prêmio Marc Ferrez de Fotografia a 18 projetos inéditos de criação, documentação e produção de reflexão crítica sobre fotografia;

•Edital Funarte para a Realização de Encontros, Seminários, Mostras, Feiras e Festivais / 2013 em todo o território nacional, nas diferentes linguagens artísticas da Funarte: circo, dança, teatro e música. Ao todo foram apoiados 25 eventos;

•Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça a 06 projetos para incentivar produções artísticas destinadas ao acervo de arte contemporânea das instituições museológicas, fomentando a difusão das artes visuais;

•Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz / 2014 a 96 projetos de teatro, voltados para a montagem e circulação de espetáculos ou outras atividades específicas da área;

•Programa Rede Nacional de Artes Visuais a 25 projetos objetivando fomentar a reflexão crítica e o debate sobre as artes visuais;

•Prêmio Funarte de Apoio a Orquestras a 29 orquestras possibilitando assegurar a seus instrumentistas realizar apresentações públicas com instrumentos musicais nas melhores condições possíveis;

•Grande Dança da Copa, série de “flash mobs” totalizando 48 eventos, realizados nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo, abertos a toda a população, realizados em espaços públicos.

•Bolsa Funarte de Estímulo à Produção em Artes Visuais a 14 bolsas com projetos de criação e pesquisa em artes visuais;

Quantidade alcançada

3.337

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementação do Programa Nacional de Cultura - PROCULTURA**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Nacional de Cultura (Procultura) ainda não foi instituído. O texto que normatizará o Programa tramita no Congresso Nacional sob a identificação de PL nº 6.722/10. Em novembro de 2013, houve a análise e aprovação do relatório apresentado pelo Deputado Pedro Eugênio na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), da Câmara dos Deputados, concernente ao Projeto de Lei (PL) n° 1.139/2007, que se encontra apensado ao PL do poder executivo n° 6.722/2010 - ProCultura. Atualmente, o PL encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), tendo sido o Deputado João Magalhães designado para ser o relator

  Com relação a 2014, o PROCULTURA ainda não está em execução. A meta será atingida quando o Projeto de Lei que o institui for aprovado no Congresso Nacional. O Projeto de lei tramita com o código PL 1.139/2007. Atualmente encontra-se em tramitação no Senado. A expectativa é de que a meta seja atingida até 2015.

- **Manter apoio e parceria com pelo menos 120 Pontões de Cultura, sendo pelo menos um em cada estado e no DF e pelo menos 15% em cada macro-região do país.**

  Análise Situacional da Meta

  No período de 2012 até o 2014, 45 pontões já receberam apoio para a continuidade dos convênios firmados, realizando os pagamentos das parcelas previstas, que podem ir de uma a cinco parcelas anuais. A distribuição regional foi a seguinte: Centro- Oeste: 4 (8,9%); Nordeste: 6 (13,3%); Norte: 1 (2,2%); Sudeste: 29 (64,4%); Sul: 5 (11,1%); Total: 45 (100,0%).

  No ano de 2012, 17 Pontões receberam apoio; no ano de 2013, foram 15 Pontões; e, em 2014, 13 Pontões receberam o apoio financeiro do MinC. Entre os Pontões apoiados no período, estão os Pontões diretamente conveniados com o MinC e Pontões conveniados com os entes parceiros através das Redes de Pontos de Cultura Municipais e Estaduais do Programa Cultura Viva.

  A partir do redesenho e do planejamento estratégico para o PCV, a meta dificilmente será atingida em função das áreas temáticas identificadas, que por sua vez, não necessita de uma quantidade de pontões instalados, mas sim, da atuação

por área temática dos pontões que terão suas atividades desenvolvidas dentro de cada macrorregião. Com esse aperfeiçoamento, o PCV terá maior efetividade com o apoio a um menor número de Pontões que irão integrar as áreas temáticas de atuação dos pontos de cultura instalados.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2014

- **Promoção de 208 eventos de intercâmbio entre artistas, técnicos e agentes culturais**

Análise Situacional da Meta

A meta encontra-se dentro do Planejado no PPA 2012-2015. Apresentando um total de 665 eventos realizados/apoiados, dos quais 549 em 2012, 113 em 2013 e 3 em 2014. Em âmbito internacional, teve início no mês de junho a Exposição Brazil: Modernity As Tradition, na 14ª Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza – Itália tem como contexto a retrospectiva da produção arquitetônica modernista brasileira entre os anos de 1974 a 2014, com a coordenação do renomado arquiteto Ruy Ohtake e a curadoria de André Correa do Lago. A retratação de obras como Palácio Gustavo Capanema, a construção da Pampulha e da Cidade de Brasília constarão como atrações do espaço do Brasil na Bienal. Sendo o tema da mostra Absorbing Modernity: 1914-2014, idealizado pelo curador local, o arquiteto holandês Rem Koolhaaas, será apresentado, no pavilhão brasileiro, a exposição retrospectiva e mostra da produção arquitetônica nacional, Brazil: Modernity As Tradition, com a proposta de impactar visualmente o público com o cruzamento da arquitetura com as artes. Integrarão a exposição, além da obra, informações, fotos e documentos sobre os diversos projetos e obras desenvolvidas pelo Brasil nestes últimos cem anos.

Em âmbito nacional, tivemos a realização de dois espetáculos encenados durante o Festival de Teatro de Curitiba:

- Os Gigantes da Montanha

- Conselho de Classe

Informamos que o evento “Residências Matadero Madrid/São Paulo” previsto para 2014, não foi realizado em virtude do MinC/ Diretoria de Relações Internacionais (DRI) não ter dado continuidade ao projeto.

Quantidade alcançada

665

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover o funcionamento contínuo das Redes de Pontos de Cultura em todos os estados e no Distrito Federal, ampliando o número de pontos fomentados alcançando a marca de 5 mil, em pelo menos 30% dos municípios**

Análise Situacional da Meta

Desde a implantação do Programa Cultura Viva - PCV, já foram fomentados de 4.502 pontos de cultura nos estados, municípios e no DF. Assim, os pontos de cultura estão presentes em 1.036 municípios brasileiros, número que deverá ser ampliado com a execução dos convênios em curso e com a finalização do mapeamento realizado (Cadastro de Pontos de Cultura). Este número representa uma cobertura de 18,6% do total de 5.570 municípios brasileiros, com a seguinte distribuição por região: Norte – 18,4% (83 municípios de 450); Nordeste – 23% (413 de 1.794); Centro-Oeste – 14,8.% (69 de 467); Sudeste – 21,9% (366 de 1.668); Sul – 8,8% (105 de 1.191). Após os editais que serão lançados, será realizada a revisão e atualização dos municípios alcançados pelo programa.

No ano de 2012, 3.665 pontos já haviam sido fomentados, em 2013 eram 4060 pontos a partir das propostas de novas redes que se encontram em fase final de conveniamento, 442 novos pontos foram fomentados, totalizando assim, 4.502 pontos de cultura fomentados até o dia 31/12/2014.

A partir da Lei Cultura Viva, Lei nº 13.018/2014, os pontos de Leitura, pontos de Memória e pontos de Ancestralidade Africana serão também contabilizados para o atingimento desse meta, sendo assim, o número inicialmente previsto de 5.000 pontos até 2015 será superado. Em 2015, o MinC, em parceria com o IPHAN, IBRAM e FCP, irá promover a contagem dos pontos de cultura já fomentados até o presente momento, incluindo assim, os pontos de leitura, de memória e pontos de ancestralidade africana.

Quantidade alcançada

4.502

Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificação de 10,5 mil artistas, técnicos e produtores de arte e cultura**

Análise Situacional da Meta

A meta encontra-se dentro do planejado pelo PPA 2012-2015, apresentando um total de 12.298 artistas, técnicos e produtores de arte e cultura qualificados, dos quais 4.760 em 2012, 4.133 em 2013 e 3.405 em 2014. As principais ações realizadas pela instituição para o atingimento da meta consistem na promoção de diversas oficinas nas áreas de teatro, circo, dança, música popular, bandas de música e regência coral. As oficinas qualificam artistas, criadores e profissionais residentes em capitais e em cidades do interior distribuídos nas cinco regiões do país. São elas:

•Capacitação Artística e Técnica em artes Cênicas

Visa oferecer a artistas, técnicos e pesquisadores do setor, a oportunidade de aprimorar seus talentos e aprofundar seus saberes. Além de qualificar profissionais para o competitivo mercado de trabalho, a iniciativa consistiu na execução de oficinas de artes cênicas (circo, dança, técnicas cênicas e teatro).

Foram realizadas, em 2014, 97 oficinas em diversas cidades do país. Os cursos, com carga horária entre 20h/aula a 40h/aula cada, foram ministrados por profissionais de notório saber em cada área, qualificando 1.697 pessoas.

•Painéis Funarte de Regência Coral

O evento teve por finalidade fomentar nas cidades de Maceió (AL), Macapá (AP), Maringá (PR) e São João Del Rei (MG), um intenso programa de apoio ao canto coral, com cursos de técnica de regência, dinâmica de corpo, técnica vocal e percepção musical. Foram realizados, em 2014, 04 painéis, capacitando 604 pessoas.

•Painéis Funarte de Bandas de Música

O evento teve por finalidade atualizar conhecimentos musicais para músicos e regentes de bandas e promover a integração e a troca de experiências de forma a que se tornem conhecidos os trabalhos e experiências das diferentes regiões do país. Foram realizados, em 2014, 03 Painéis, qualificando cerca de 1.082 pessoas nas cidades de Cachoeira (BA), Salvaterra (PA) e Marechal Floriano (ES).

•Painéis Funarte de Música Popular

O evento teve por finalidade fomentar a criação e a produção de música instrumental e vocal de cunho popular, capacitar e reciclar instrumentistas, arranjadores, estudantes, músicos e professores de música, engajando a sociedade local em manifestação artística de alto nível. Para tanto, foram capacitadas, em 2014, cerca de 22 pessoas na Cidade de Fortaleza (CE).

Quantidade alcançada

12.298

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 01 circuito nacional de feiras de livros implantado em parceria com o setor produtivo do livro**

Análise Situacional da Meta

A 1ª edição do Circuito Nacional de Feiras de Livros foi realizada no período de 2012 a 2013 com a finalidade de apoiar as feiras do livro existentes e estimular a criação de novas pelo país, principalmente em pequenas e médias cidades, além de organizar e sistematizar um Calendário Anual de Feiras e Eventos Literários para atender a uma antiga demanda dos organizadores de feiras, expositores, escritores e promotores da leitura.

O circuito consistiu na realização das seguintes ações:

- Cadastramento de feiras de livros existentes no país por meio de preenchimento de formulário específico disponível no sítio da Fundação Biblioteca Nacional e enviado pelo e-mail feiradelivros@bn.br.
- Lançamento do Edital de Apoio a Feiras de Livros, executado ao longo de 2012 e 2013, resultando na seleção e apoio financeiro de feiras de livros através de convênios com prefeituras e entidades privadas.
- Caravana de Escritores, ação realizada dentro do Circuito e em parceria com a Câmara Brasileira do Livro (CBL) que permitiu apoio financeiro para custear a participação de autores nacionais e locais em feiras e eventos literários cadastrados no Circuito.

Resultados alcançados na 1ª edição: - 297 feiras e eventos cadastrados; - 16 feiras apoiadas; - 228 participações de 75 autores.

Após a realização do Circuito e na perspectiva de ampliar e fortalecer o calendário nacional de feiras de livros e eventos literários, o MinC lançou em 2014 o Edital de Apoio ao Circuito Nacional de Feiras de Livros e Eventos Literários que se encontra em fase de execução e tem previsão de apoiar financeiramente a realização de 10 feiras e eventos literários até dezembro de 2014.

Em 2014, foi realizado edital de chamada pública para apoiar a 2ª edição do circuito Nacional de Feiras de Livros e Eventos Literários. O resultado com 10 projetos selecionados, dos quais 2 já foram executados (convênios celebrados e pagos e eventos realizados); 6 projetos estão em fase de conveniamento com previsão de realização). Considerando as ações que foram realizadas no período 2012 a 2013, a meta foi atingida em 2013 e será superada em 2015 com os projetos selecionados no edital em 2014, cuja realização dos eventos será no decorrer de 2015.

Em resumo, os resultados alcançados até agora foram:

Resultados alcançados no ano

2012: 0

2013: 1

2014: 0

Resultados acumulados alcançados:

Até 2012: 0

Até 2013: 1

Até 2014: 1

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar ações para o desenvolvimento sustentável de 300 comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre foram realizados acompanhamentos em 09 processos de licenciamento ambiental, nos quais a Fundação Cultural Palmares (FCP) manifesta-se acerca dos impactos em áreas quilombolas, tendo em vista a proteção do patrimônio cultural, bens, documentos, sítios históricos e as reproduções físicas, sociais e econômicas, consoante os art. 215 e 216 da CF/88 e do Decreto n. º 4.887/03.

Nesse sentido, foram atendidas 40 comunidades quilombolas impactadas pelos seguintes empreendimentos:

Estado da Bahia : 04

Barragem de Baraúna (Empreendimento Barragem) - 01 Comunidade

Pedreira Valéria (Empreendimento Mineração) – 03 Comunidades

Contorno Ferroviário de Camaçari (Empreendimento Transporte) - 01 Comunidade

Linha de Transmissão de 500 KV Miracema - Sapeaçu (Empreendimento Energia) – 08 Comunidades

Estado de Sergipe : 01

Projeto Carnalita (Empreendimento Mineração) – 03 Comunidades

Estado do Tocantins : 01

Linha de Transmissão Tucuruí II - Itacaiúnas - Colinas II (Empreendimento Energia) – 04 Comunidades

Estado do Rio Grande do Norte: 01

Linha de Transmissão de 230 kV Paraiso – Lagoa Nova II, subestações SE Lagoa Nova – 01 Comunidade

Estado do Piauí :01

Ferrovia Transnordestina (Empreendimento Transporte) – 11 Comunidades

Estado de Pernambuco :01

Ferrovia Transnordestina (Empreendimento Transporte) – 08 Comunidades

No período de 2013/2014 a FCP promoveu ações voltadas para o desenvolvimento sustentável de 69 comunidades quilombolas (2013 = 29/ 2014 = 40), e considerando estes resultados, dificilmente a meta prevista no PPA será atingida.

Quantidade alcançada

204

Data de Referência

30/06/2014

OBJETIVO: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo acomoda as ações do Ministério da Cultura (MinC) que envolvem a instalação, a manutenção e a utilização de espaços culturais, bem como esforços para recuperação e disponibilização, em meio digital, de acervos audiovisuais; pertencem a este escopo, portanto, as políticas de implementação de Centros de artes e esportes unificados - CEU's; de gestão de equipamentos culturais diversos sob a responsabilidade do Governo Federal; de modernização de bibliotecas e museus e de recuperação e digitalização de acervos audiovisuais de grande relevância para a cultura nacional.

No período de 2012 a 2014 foram implantados e/ou modernizados 116 unidades museais e, somente no ano de 2014, modernizadas 119 bibliotecas públicas. Os espaços e equipamentos culturais do MinC/ Funarte, apresentaram intensa movimentação, com cerca de 847 atividades artísticas, entre espetáculos de circo, dança, teatro, música, exposições e outras atividades, beneficiando um público de 334.501 pessoas.

Os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) são espaços sociais que levam à população a oportunidade de usufruir, no mesmo espaço físico, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócio assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital. Em 2014 foram concluídos 36 CEUs, totalizando 56 CEUs concluídos durante a vigência do atual Plano Plurianual;

Em 2012 foram digitalizados e disponibilizados 145 novos títulos no âmbito do projeto Programadora Brasil. A previsão para 2015 é de que 144 novos títulos, frutos de editais de fomento à produção lançados pelo MinC, devam ser incorporados ao catálogo da Programadora. Além disso, 250 títulos do catálogo deverão ser novamente licenciados, passando por novo processo de digitalização. Apesar de a meta ter sido superestimada em relação à Programadora, a Cinemateca Brasileira lançou em 2013 o projeto Banco de Conteúdos Culturais, realizado em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP/MCTI), que digitalizou e disponibilizou por meio de plataforma na internet aproximadamente 6.000 títulos. Em 2014 foi formalizada nova parceria com a RNP/MCTI, para novo ciclo de digitalização de acervos e de plataformas de distribuição.

Metas 2012-2015

- **Acesso de 1,2 milhão de visitantes aos Espaços Culturais da União**

Análise Situacional da Meta

A Funarte mantém 20 equipamentos culturais entre teatros, salas de exposições, salas de música, Escola Nacional de Circo e Espaços para Projetos de Residência para grupos de artistas, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

Em 2013, a Escola Nacional de Circo, centro de referência na formação circense na América Latina, teve sua sede totalmente reformada e reequipada e ampliou seu número de vagas, de forma a oferecer ainda mais oportunidades a artistas de construir uma carreira no circo.

Ressalta-se que, ainda neste ano, foram realizadas, nos equipamentos culturais da Funarte, 847 atividades artísticas, entre espetáculos de circo, dança, teatro, música, exposições e outras atividades, beneficiando um público de 334.501 pessoas, superior àquele registrado em 2012, que foi de 287.094. A meta encontra-se dentro do Planejado no PPA 2012-2015.

As atividades da Funarte tiveram um alcance exitoso, principalmente no que concerne à possibilidade de dar acesso à população a atrações artísticas a preços reduzidos e populares, atrações estas que foram apresentadas originalmente em espaços privados a preços fora do alcance do público. Também logrou êxito a possibilidade de o palco público facilitar experimentação das linguagens, exibir novos talentos e trazer público jovem, hoje distante dessas manifestações.

A localização destes espaços, o horário dos espetáculos e os ingressos baratos facilitam a grande circulação de pessoas. Apesar da preocupação da Funarte em manter os espaços em nível de qualidade alta, com todos os equipamentos de que um palco cênico ou musical necessita, a dificuldade que se impõe é sempre a de manutenção.

Ressalta-se que em 2014 foram realizadas diversas atividades artísticas, entre espetáculos de circo, dança, teatro, música, exposições e outras atividades, beneficiando um público de 459.806. Um percentual expressivo de público deve-se a exposição "Bola na Rede", na Funarte Brasília, durante a realização da Copa do Mundo de Futebol.

Quantidade alcançada

1.081.401

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	400.000	unidade	528.849	31/12/2014
Região Sudeste	800.000	unidade	552.552	31/12/2014

- **Digitalizar e disponibilizar 4.000 títulos da produção audiovisual nacional, por meio do projeto Programadora Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram digitalizados e disponibilizados 145 novos títulos no âmbito do projeto Programadora Brasil. A previsão para 2015 é de que 144 novos títulos, frutos de editais de fomento à produção lançados pelo MinC, devam ser incorporados ao catálogo da Programadora. Além disso, 250 títulos do catálogo deverão ser novamente licenciados, passando por novo processo de digitalização. Apesar de a meta ter sido superestimada em relação à Programadora, a Cinemateca Brasileira lançou em 2013 o projeto Banco de Conteúdos Culturais, realizado em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP/MCTI), que digitalizou e disponibilizou por meio de plataforma na internet aproximadamente 6.000 títulos. Considera-se que houve um equívoco na definição da meta em torno apenas do projeto Programadora Brasil, uma vez que se poderia considerar a meta atingida de certa forma, do ponto de vista do acesso da população ao conteúdo digitalizado e disponibilizado por meio do referido Banco de Conteúdos Culturais. Em 2014 foi formalizada nova parceria com a RNP/MCTI, para novo ciclo de digitalização de acervos e de plataformas de distribuição.

Quantidade alcançada

145

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar e induzir a gestão de 360 Centros de Artes e Esportes Unificados - CEU**

Análise Situacional da Meta

Os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU) são espaços sociais que levam à população a oportunidade de usufruir, no mesmo espaço físico, atividades esportivas, culturais e de lazer, além de formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços sócio assistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital.

As obras dos empreendimentos dos CEUs estão no âmbito do PAC 2 e, de acordo com o 11º Balanço do PAC, foram contratados 342 empreendimentos em 315 municípios de 26 estados e no Distrito Federal. O Programa teve o cronograma alterado e consequentemente os municípios atrasaram a execução das obras. Os Principais Resultados alcançados em 2014 foram:

1.A conclusão de mais 36 CEUs, totalizando 56 CEUs concluídos;

2.A assinatura das Atas de Registro de Preços resultantes dos Pregões Eletrônicos SRP nº 10, 12 e 13/2014, que dizem respeito à aquisição de livros, equipamentos cênicos e materiais e equipamentos esportivos para os CEUs.

Resumindo, até agora foram obtidos os seguintes resultados:

Quantidades alcançadas a cada ano:

2012 - 2

2013 - 18

2014 - 36

Quantidades alcançadas acumuladas para cada ano:

2012 - 2

2013 - 20

2014 - 56

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar e/ou modernizar 60 unidades museais.**

Análise Situacional da Meta

Principais Resultados: de janeiro a novembro de 2014 foram transferidos recursos para 34 processos de implantação/modernização de museus.

A meta estabelecida para 2015 de 60 unidades museais já havia sido superada desde o primeiro semestre de 2014 pela realização de 114 ações de implantação/modernização, dos quais 74 foram oriundas de Convênios e Prêmios e 40 de Projetos PRONAC analisados pelo Ibram com recursos efetivamente repassados/captados.

No segundo semestre de 2014 foram contabilizadas mais 2 ações de implantação/modernização oriundas de Projetos PRONAC analisados pelo Ibram com recursos efetivamente captados.

Totalizando até novembro de 2014, foram 116 unidades museais implantadas/modernizadas, o que representa 193% da meta até 2015, que já foi superada em 2014.

Os resultados obtidos foram impactados principalmente pelo lançamento dos Editais de Prêmios o que resultou em instrumento eficiente no repasse de recursos junto às instituições museológicas.

Expectativas: Ainda espera-se concluir no ano de 2014 mais 30 ações de implantação/modernização de museus cujos processos ainda se encontram em fase de finalização de análise, a saber:

13 ações oriundas do Edital de Modernização de Museus 2013, 06 do Edital Mais Museus 2013, 03 de Emendas

Parlamentares 2013 e 03 de demandas espontâneas 2013; bem como mais 05 ações originadas de Emendas Parlamentares 2014 – Orçamento Impositivo.

Principais dificuldades enfrentadas: A maior dificuldade encontrada ainda consiste na falta de capacitação dos proponentes na utilização das ferramentas tecnológicas (Salicweb e Siconv), bem como a deficiência na elaboração e estruturação de projetos a serem inscritos nos certames realizados pelo Instituto. Tal deficiência impacta no alto índice de inadmissibilidade das propostas; em grande dispêndio da força de trabalho dos técnicos em diligências na tentativa de maior aproveitamento das propostas selecionadas; podendo resultar em escassez de tempo para conclusão dos atos administrativos dentro do exercício financeiro previstos no edital.

Executado até o exercício:

2012- 56

2013- 26

2014- 34

Total- 116

Quantidade alcançada

116

Data de Referência

31/12/2014

- **Modernizar ou implantar 241 bibliotecas públicas**

Análise Situacional da Meta

Principais resultados obtidos:

Em 2014 foram modernizadas 109 bibliotecas públicas, por meio de:

• Modernização de 21 de bibliotecas públicas, por meio da distribuição de kits referentes a contratos de comodatos estabelecidos entre a FBN e municípios brasileiros nos anos de 2008 a 2012. Vale esclarecer que os materiais que compunham os Kits foram adquiridos nos anos de 2008 e 2012, no entanto, em função de pendências documentais só foram entregues as prefeituras em 2014.

• 10 bibliotecas públicas beneficiadas no Edital de seleção pública nº02/2013/SNBP: Edital de Acessibilidade em Bibliotecas Públicas – 2013 – recurso 2014.

• 52 bibliotecas públicas beneficiadas no Edital DLLLB/FBN/MinC N° 01 / 2014: Prêmio Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas. Em processo de seleção, com previsão de pagamento em outubro de 2014.

• 6 bibliotecas apoiadas por meio do SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO DE JANEIRO, contemplado na I Convocatória do Programa Iberbibliotecas.

• 1 biblioteca pública da Bahia apoiada na II Convocatória do Programa Iberbibliotecas.

• 3 Bibliotecas públicas modernizadas, por meio do projeto Pontos de Informação e Comunicação em Bibliotecas Públicas – PIC-BP, em parceria com a Bill & Melinda Gates Foudantion.

• 16 bibliotecas públicas apoiadas por meio de doações de acervo oriundo da Lei de Incentivo (Pronac) Principais desafios para o alcance da meta em 2014:

A meta de 241 modernização/implantação de bibliotecas públicas estava pautada na distribuição de kits padronizados para bibliotecas em todo o país. No entanto, numa nova fase de modernização, o foco está sendo dado na qualificação dos equipamentos e serviços prestados pelas bibliotecas públicas apoiadas, indo mais além do que a simples entrega de kits, de maneira a torná-las referência na área. Além disso, a fragilidade institucional dos municípios e dos estados para executar e gerenciar o repasse de recursos via convênios tem sido um desafio institucional.

Expectativas para 2015:

No ano 2015 pretende-se modernizar 100 bibliotecas por meio do lançamento do segundo edital para reconhecer as boas práticas e projetos inovadores em Bibliotecas Públicas.

Em resumo, os resultados obtidos até agora para alcançar esta meta foram:
2012: 407 bibliotecas modernizadas ou implantadas;
2013: 172 bibliotecas modernizadas ou implantadas;
2014: 109 bibliotecas modernizadas ou implantadas.

Em termos acumulados:
Até 2012: 407 bibliotecas modernizadas ou implementadas;
Até 2013: 579 bibliotecas modernizadas ou implementadas;
Até 2014: 688 bibliotecas modernizadas ou implementadas.

Quantidade alcançada

688

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0788 - Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo em questão reúne as atividades de produção e difusão de conhecimento sobre cultura; fornecimento de apoio e fomento à economia criativa; formação e qualificação de profissionais que lidam com atividades culturais e apoio a projetos envolvendo a integração entre a educação e a cultura.

Produção e difusão do conhecimento

Em 2012, foram produzidos e difundidos 64 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil. Em 2013, foram totalizados 182 produtos realizados. Destes 182 destacam-se a produção de 52 artigos e/ou livros e a participação em 48 encontros científicos (com trabalhos apresentados). Em 2014, foram produzidos 32 relatórios parciais e 21 relatórios finais sobre estudos e pesquisas; 10 publicações impressas e uma virtual; 12 cursos e outros 82 eventos dentre seminários, encontros, palestras, mesas redondas, exposições, participações em encontros científicos e visitas técnicas, totalizando 158 produtos tendo como foco aspectos da cultura brasileira. Foram ainda concedidos apoios à realização de 6 pesquisas/estudos revertidos em publicações do Ciclo de Palestras "Conheça Mais", coordenado pela Fundação Cultural Palmares.
Nas políticas públicas de garantia dos direitos do autor e de outros que lhe são conexos, como o de preservar a criação intelectual, assegurando a autoria da liberdade criativa, a Fundação Biblioteca Nacional atua como órgão responsável pelo Registro de Averbação de Direitos Autorais, segundo o estabelecido na Lei 9.610/98. No período de 2012-2014 foram registradas 121.756 obras intelectuais.

Economia Criativa

Três importantes linhas de ação para a dinamização do setor criativo são as incubadoras de empresas criativas, a instalação de suporte ao setor criativo por meio da instalação da Criativa Birôs e o apoio aos Arranjos Produtivos Locais voltados para a economia criativa.

Em 2013, foi firmada parceria com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), para ofertar suporte técnico-metodológico aos 13 Criativas Birôs conveniados no exercício de 2013, no sentido de qualificar seu modelo de gestão. Em 2014, o processo de implementação dos "Criativas Birôs" decorre de parcerias firmadas com os entes da federação. E nesse sentido foram firmados convênios com 13 estados. Desse total, 09 (nove) já foram inauguradas e estão em pleno funcionamento, estimando-se que até o início do primeiro semestre de 2015 outras 05 (cinco) estejam concluídas.

Em 2013, foi ainda estabelecida parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para aproveitar a experiência e capacidade operacional daquela pasta no reconhecimento e apoio a arranjos produtivos locais. Dessa parceria resultou a seleção de 27 APL's de todas as regiões brasileiras. O início dos trabalhos ocorreu no exercício de 2014.

Formação e qualificação de profissionais na área cultural

Em complementação aos estímulos dirigidos ao setor de economia criativa, em 2013 foram selecionadas 11 instituições para oferecerem cursos de formação livre a cerca de 1.000 profissionais criativos. Além disso, estabeleceu-se a cooperação entre a SEC e a SEFIC para realização de curso em EAD pelo SENAC com temática semelhante. Dessa forma, as capacitações de profissionais criativos têm ocorrido por meio dos instrumentos: Edital "Conexão Cultura Brasil: intercâmbios e negócios", que, ao estimular a mobilidade de profissionais criativos contribuem para sua qualificação profissional; ações realizadas pelos "Criativas Birôs", que incluem consultorias e cursos destinados a agentes culturais e criativos nos estados onde estão instaladas, além da já mencionada cooperação tripartite entre MinC e SENAC para realização de cursos em EAD destinados a agentes culturais e criativos.

Em 2014, foram formados e atuaram em campo 98 agentes de leitura, beneficiando 14 cidades do Estado do Rio de Janeiro e São Bernardo do Campo em São Paulo. Foram também realizadas reuniões técnicas com os gestores do Rio de Janeiro e visitas técnicas no Rio Grande do Norte, Bahia, São Bernardo do Campo, Acre e Santa Catarina e ainda articulou-se juntamente com a Secretaria Nacional de Juventude a inserção dos Agentes de Leitura no Portal da Juventude, ferramenta de troca de experiências, interação e acesso a oportunidades da Política Nacional de Juventude. De 2012 a 2015 foram formados 1332 agentes de leitura.

Em 2013, O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), instituição vinculada ao MinC, realizou duas oficinas no âmbito do Programa para a Gestão de Riscos do Patrimônio Musealizado Brasileiro. Ainda neste ano, no âmbito dos museus vinculados, foram realizadas oficinas voltadas a profissionais que atuam diretamente na área ou em áreas relacionadas ao campo museal (como turismo e pedagogia, por exemplo), voltadas ao público escolar e também oficinas de artes, literatura, artesanato, dança, desenho etc., visando estimular, disseminar e preservar a memória de culturas, conhecimentos, técnicas e tradições populares de cada região. No total, foram realizadas 234 oficinas com 5.126 pessoas capacitadas em 2013 e 45 oficinas realizadas em 2014, na mesma modalidade.

No segmento do audiovisual, no período de 2012 a 2013 foram oferecidas 22 atividades de formação, capacitando 880 pessoas. Em 2014, foram realizadas 3 oficinas de formação em produção audiovisual, das quais participaram 90 pessoas, além de 3 seminários de qualificação de produtores e realizadores audiovisuais que capacitaram 150 pessoas. Foram ainda realizadas 3 oficinas de formação audiovisual no âmbito do Núcleo de Produção Digital de Mato Grosso, com a participação de 220 pessoas. Ainda em 2014, o MinC viabilizou a participação de 35 alunos em cursos da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, no município do Rio de Janeiro (RJ).

O Programa de Capacitação em Gestão de Projetos e em Empreendimentos Criativos é composto por 4 Etapas: Curso Introdutório (40/h aula, à distância), Curso Avançado (95/h aula, à distância), Oficinas de "Modelagem de Projetos Culturais e Planos de Negócio de Empreendimentos Criativos" (32h/aula a ser realizada em 9 cidades polos) e Oficina de Formação de Facilitadores (32h/aula, quatro turmas, em Brasília. A primeira etapa do Programa ocorreu ao longo do ano de 2013. Ao decorrer do exercício de 2014, procedeu-se à execução da 2ª e a 3ª etapa do Programa. A 3ª Etapa do programa consistiu em Oficinas Práticas – destinados aos aprovados na 1ª e 2ª etapas, para o desenvolvimento da

“modelagem de projetos culturais e planos de negócio de empreendimentos criativos”.
Importante mencionar, por fim, que no período de 2009 a 2013 foram formados 3.714 pessoas em gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura.

Ações integradas de educação e cultura

O Programa Mais Cultura nas Escolas é projeto inclusivo, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), com vistas ao fortalecimento das artes e da cultura na educação integral. Segundo levantamento prévio feito pelos ministérios da Cultura, da Educação e do Desenvolvimento Social, 67% das escolas que enviaram projetos habilitados a participar do programa têm a maioria de seus alunos beneficiados pelo Programa Bolsa Família.
Estão sendo atendidas atualmente 5.000 escolas públicas com repasses de recursos via PDDE/FNDE, por meio do Programa Mais Cultura nas Escolas.
O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011 e é coordenado pelo Ministério da Educação. Em dezembro de 2012, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, o Ministério da Cultura participou pela primeira vez da pactuação de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no âmbito da cultura e das artes. Dessa parceria surgiu o Pronatec Cultura. Seus objetivos principais são: (1) promover o reconhecimento das Artes e da Cultura como campo de formação e qualificação profissional; (2) capacitar profissionais que trabalham no ramo e aumentar o número de cursos ofertados na área. As ações do PRONATEC Cultura envolvem cerca de 65 cursos voltados para a Cultura, relacionados ao Eixo Tecnológico de Produção Cultural e Design. Trata-se de cursos como: editor de projeto visual gráfico, vitrinista, eletricista de áudio visual, iluminador cênico, sonoplasta, roteirista de animação, operador de câmera, operador de áudio, maquiador cênico, ilustrador, editor de vídeo, assistente de produção cultural, entre outros. Até dezembro de 2014 foram pactuadas ao todo 71.048 vagas e homologadas 31.667 em cursos FIC de cultura e artes, no âmbito do PRONATEC Cultura.

Metas 2012-2015

- **5 elos da cadeia produtiva do audiovisual - formação, produção, distribuição, exibição e preservação - mapeados e com dados sistematizados**

  Análise Situacional da Meta

  O mapeamento da cadeia produtiva do setor audiovisual foi realizado pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), o que resultou na plataforma Ancine Digital, em que está alojado o Observatório do Cinema e do Audiovisual (OCA). O mapeamento dos elos foi concluído. O Observatório do Cinema e do Audiovisual (OCA) da Agência Nacional do Cinema (Ancine) disponibiliza dados referentes ao elo de exibição, incluindo salas de exibição de cinema e mercado de televisão por assinatura, visto que os agentes desse elo são obrigados por lei a atender às demandas de registro e fiscalização da Ancine. Os dados dos demais elos (formação, produção, distribuição e preservação) já se encontram na base de dados do sistema de gerenciamento de registro e fomento da Ancine, mas a sistematização e disponibilização desses dados ainda está em processamento. Essa base de dados é própria da Ancine, sendo alimentada pelo sistema de registro de empresas e obras/títulos, bem como pelo sistema de fiscalização e controle do circuito exibidor e de televisão por assinatura.

  Quantidade alcançada

  5

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Apoio a formação de 12.000 agentes de leitura**

  Análise Situacional da Meta

  Principais resultados obtidos em 2014:

  Por meio do assessoramento técnico prestado pela Coordenação Geral de Leitura, foram formados e atuaram em campo

98 agentes de leitura, junto às famílias beneficiárias do projeto (preferencialmente integrantes do Programa Bolsa Família), atingindo 14 cidades do Estado do Rio de Janeiro e São Bernardo do Campo em São Paulo. Ainda em 2014, foram realizadas reuniões técnicas com os gestores do Rio de Janeiro e visitas técnicas no Rio Grande do Norte, Bahia, São Bernardo do Campo, Acre e Santa Catarina e ainda articulou-se juntamente com a Secretaria Nacional de Juventude a inserção dos Agentes de Leitura no Portal da Juventude, ferramenta de troca de experiências, interação e acesso a oportunidades da Política Nacional de Juventude.
A formação presencial dos agentes de leitura, estimada em 96h (40h antes de atuar, 40h após 6 meses de atividades e 16h ao final dos 12 meses de mediação de leitura) é meta específica dos Convênios e atribuição do órgão executor (estados e municípios CONVENENTES signatários do Programa Mais Cultura – MinC) que aplicam o projeto pedagógico comum elaborado pela Coordenação Pedagógica Nacional do projeto. A formação EAD (estimada em 40h) é incumbência da Coordenação Pedagógica Nacional do Projeto (Cátedra UNESCO de Leitura – PUC Rio de Janeiro). Tal coordenação é objeto de Convênio específico do Ministério da Cultura com a PUC Rio de Janeiro.

Principais desafios enfrentados para o alcance da meta em 2014:

Fragilidades institucionais dos estados e municípios na execução do projeto e a defasagem do valor da bolsa de complementação de renda do agente de leitura, definida pelo MinC em 2008/2009, que se tornou menos atraente para o perfil de jovens no projeto. Também identificamos nas visitas técnicas que os jovens carecem de maior e melhor estrutura e acompanhamento das gestões locais no sentido de apresentá-los às famílias e espaços beneficiados e do apoio logístico e material para o desempenho de suas atividades, notadamente aquelas realizadas em grupos de agentes de leitura diretamente com as famílias ou na dinamização de espaços públicos como bibliotecas públicas, comunitárias, escolares, escolas, pontos de cultura, pontos de leitura, centros comunitários, praças, etc.
Também cabe ressaltar que o Programa Mais Cultura praticamente encerrou a gestão iniciada em 2011. Assim, o Ministério da Cultura passou a negar os pedidos de celebração de novos convênios tendo Agentes de Leitura como objeto, o que implicou na queda do número de agentes formados. Com isso, não há previsão de novos agentes formados em 2016.

Expectativas para 2015:

1. Executar os recursos aprovados no Fundo Nacional de Cultura para avaliação externa do projeto (a DLLLB chegou a selecionar entidade para realizar a avaliação, porém, a Procuradoria da FBN indicou impedimentos legais para a efetiva contratação da única entidade que apresentou proposta no certame). Esta avaliação inclui a etapa referente ao redesenho do modelo de implementação do programa;
2. Assessorar tecnicamente o Distrito Federal e os municípios de Guarulhos-SP e Sobral-CE para a seleção, formação, apoio e atividades de 266 novos Agentes de Leitura;
3. Retomar articulações no âmbito do Governo Federal notadamente com os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde, da Justiça, entre outros, com o objetivo de levantar recursos financeiros e institucionais e apoiar a implementação do projeto nos Estados.

Os resultados alcançados para esta meta foram:

2012: 0
2013: 1234
2014: 98
Em termos acumulados:
Até 2012: 0

Até 2013: 1234

Até 2014: 1332

Quantidade alcançada

1.332

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender 150 grupos, comunidades ou coletivos com projetos de formação e práticas de comunicação**

Análise Situacional da Meta

A meta é atendida pelo Edital "Comunica Diversidade", lançado em agosto de 2014 e realizado em parceria com a UFRJ e a Fundação José Bonifácio. Este Edital encontra-se atualmente em fase de cadastramento das propostas e permite atender diretamente 60 inciativas de comunicação e cultura de jovens realizadores, de 15 a 20 anos. Foram recebidos 520 projetos e habilitados 297. No momento, os projetos estão sendo avaliados pela Comissão de seleção. Na fase pós-seleção será realizado um acompanhamento das iniciativas selecionadas para mapeamento dos grupos/redes/coletivos e comunidades beneficiadas com a ação e levantamento dos números.

Quantidade alcançada

60

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender 3.000 professores de Arte de escolas públicas, em parceria com o MEC, por programa de aperfeiçoamento**

Análise Situacional da Meta

Realizações em 2014

1- O FREPOP – Fórum de Educação Popular teve sua XII edição nacional e IX internacional realizada entre os dias 22 e 26 de julho de 2014, no estado de Sergipe. Foram realizadas cinco atividades de mobilização que antecederam o Fórum, denominadas Cirandas Regionais de Mobilização e Organização, abrangendo as regiões sul, sudeste, centro oeste, norte e nordeste do Brasil. Ocorreram também atividades autogestionárias de grupos de apoio denominadas Rodas de Conversa de Mobilização e Organização do XII FREPOP – IX Internacional.

O objetivo destas atividades foi ampliar a participação de arte-educadores, professores e educadores populares na organização e mobilização do XII FREPOP – IX Internacional, em particular no terreno das decisões sobre seu modelo de organização. Durante o Fórum foram discutidas metodologias de promoção do diálogo entre o saber popular e cultural e a educação formal.

2- Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), o 1º Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes, foi realizado no período de 24 a 26 de março de 2014, na cidade de Ouro Preto/MG, com a participação de Professores-Coordenadores dos Cursos de Artes de todas as universidades federais, representantes do Ministério da Cultura - MinC, Ministério da Educação - MEC, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEXT) e Universidade Federal de Ouro Preto. O objetivo do encontro foi mobilizar e articular Instituições Públicas de Ensino Superior das Artes para dialogar ações que promovam o fortalecimento e a ampliação de programas e cursos voltados para a formação, pesquisa e extensão em arte e cultura.

Quantidade alcançada

750

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender 5.000 escolas pelo Programa Mais Cultura nas Escolas, em parceria com o MEC**

Análise Situacional da Meta

Realizações em 2014:

1- Estão sendo atendidas 5000 escolas públicas com repasses de recursos via PDDE/FNDE, por meio do Programa Mais Cultura nas Escolas.

2- Foi realizado, também, em parceria com a Universidade Federal do Ceará, mapeamento de boas práticas em educação infantil para promoção da diversidade cultural, através do Edital Escola Lugar de brincadeira e diversidade.

Quantidade alcançada

5.000

Data de Referência

31/12/2014

- **Formar e qualificar 30.000 pessoas em gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura**

Análise Situacional da Meta

De 2009 a 2013 foram realizados 8 cursos para formação de gestores e conselheiros de cultura. 6 Cursos de extensão e 2 de pós-graduação. Foram realizados também apoio técnico à elaboração de planos estaduais e municipais de cultura. Tendo em vista que geralmente são cursos para uma média de 100 alunos, dificilmente a meta 30.000 pessoas qualificadas será atingida.

Quantidade alcançada

3.714

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementar 27 birôs de serviços para suporte, assessoria e consultoria de empreendedores e empreendimentos criativos**

Análise Situacional da Meta

Principais realizações até 2013 para o atingimento da meta

Firmada parceria com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB), para ofertar suporte técnico-metodológico aos 13 Criativas Birôs conveniados no exercício de 2013, no sentido de qualificar seu modelo de gestão.

2014

O processo de implementação dos “Criativas Birôs” decorre de parcerias firmadas com os entes da federação. E nesse sentido foram firmados convênios com 13 estados, e mais um com uma universidade, resultando em seus respectivos repasses de recursos. Desse total, 09 (nove) já foram inauguradas e estão em pleno funcionamento, estimando-se que até o início do primeiro semestre de 2015 outras 05 (cinco) estejam concluídas. Entretanto, deve-se ponderar que essa iniciativa depende de fatores como disponibilidade de recursos em cada exercício, para viabilizar a implantação de novos birôs. Acredita-se que a meta dificilmente será alcançada até o final da vigência do PPA.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementar 30 incubadoras de empreendimentos criativos**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi realizado processo seletivo por meio de edital, que resultou na seleção de 14 propostas de fomento a incubadoras. O Edital foi publicado pelo MinC, por intermédio da Secretaria da Economia Criativa (SEC), em 2013. Seus desdobramentos (início das diligências para formalização dos convênios) foram iniciados em 2014. A seleção contou com 44 inscrições, das quais 29 foram habilitadas e 16 foram inabilitadas. O processo de seleção encontra-se em fase de diligência aos proponentes para, obedecidas as formalidades legais, possibilitarem a formalização dos

respectivos conveniamentos.

Acredita-se que não haverá o alcance da meta.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2014

- **Institucionalizar 30 arranjos produtivos locais criativos distribuídos nas 5 regiões do país**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), para aproveitar a experiência e capacidade operacional daquela pasta no reconhecimento e apoio a arranjos produtivos locais. Dessa parceria resultou a seleção de 27 APL's de todas as regiões brasileiras. O início dos trabalhos ocorreu no exercício de 2014. Em razão da concretização da parceria entre MinC e MDIC, a julgar pelo número de APLs selecionados em 2013 e considerando-se a perspectiva de nova seleção em 2015, espera-se que a meta seja alcançada.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Ofertar 60.000 vagas em cursos técnicos e profissionalizantes no campo da arte e cultura, em parceria com o MEC, por meio do PRONATEC**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011 e é coordenado pelo Ministério da Educação. Em dezembro de 2012, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, o Ministério da Cultura participou pela primeira vez da pactuação de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) no âmbito da cultura e das artes. Dessa parceria surgiu o Pronatec Cultura. Seus objetivos principais são: (1) promover o reconhecimento das Artes e da Cultura como campo de formação e qualificação profissional; (2) capacitar profissionais que trabalham no ramo e aumentar o número de cursos ofertados na área. As ações do PRONATEC Cultura envolvem cerca de 65 cursos voltados para a Cultura, relacionados ao Eixo Tecnológico de Produção Cultural e Design. Tratam-se de cursos como: editor de projeto visual gráfico, vitrinista, eletricista de áudio visual, iluminador cênico, sonoplasta, roteirista de animação, operador de câmera, operador de áudio, maquiador cênico, ilustrador, editor de vídeo, assistente de produção cultural, entre outros.

Os recursos do PRONATEC Cultura são repassados pelo MEC diretamente à rede ofertante (Sistema S, Rede Federal e Estadual de Ensino, no âmbito do Ensino Técnico). O trabalho do MinC atualmente tem sido articular demandas do Sistema MinC e dos territórios para mobilizar o aumento da demanda por cursos e vagas nas áreas de cultura e artes. Em 2013 foram 9.576 vagas. Em 2014 foram 22.091 vagas. Até dezembro de 2014 foram pactuadas ao todo 71.048 vagas e homologadas 31.667 em cursos FIC de cultura e artes, no âmbito do PRONATEC Cultura.

Está em andamento a pactuação dos cursos referentes ao 1º sem/2015, tendo sido identificadas 62.315 vagas no eixo produção cultural e designer, no mapeamento de demandas.

Quantidade alcançada

31.667

Data de Referência

31/12/2014

- **Ofertar 8.300 vagas para capacitação de agentes culturais em elaboração e gestão de projetos culturais**

Análise Situacional da Meta

Em agosto de 2013, foi assinado contrato com o SENAC para execução do Programa de Capacitação com a implantação de nova metodologia de ensino.

Desde então, destaca-se a grande receptividade que o programa vem alcançando perante a sociedade, tendo mais de 8.000 pessoas inscritas, o que demonstra o grande sucesso, o aperfeiçoamento e o aprimoramento desse projeto,

superando todas as expectativas em relação ao contrato anterior com a FGV.

O Programa de Capacitação em Gestão de Projetos e em Empreendimentos Criativos é composto por 4 Etapas: Curso Introdutório (40/h aula, à distância), Curso Avançado (95/h aula, à distância), Oficinas de "Modelagem de Projetos Culturais e Planos de Negócio de Empreendimentos Criativos" (32h/aula a ser realizada em 9 cidades polos) e Oficina de Formação de Facilitadores (32h/aula, quatro turmas, em Brasília). Até o momento, o Programa não enfrenta qualquer dificuldade relacionada ao alcance das metas inicialmente previstas. Entretanto, o que poderá ocasionar uma oscilação entre a previsão inicial e o quantitativo alcançado ao final desse 2º ciclo é o fato de que em relação às oficinas presenciais, relativas às 3º e 4ª etapas do Programa, não há como dimensionar, com precisão, o número de gestores culturais que efetivamente comparecerão aos encontros, pois o deslocamento entre as cidades envolve custos que, muitas vezes, não podem ser arcados por aqueles que residem em municípios distantes do local da oficina ou em outras regiões.

Ao decorrer do exercício de 2014, procedeu-se à execução da 2ª e a 3ª etapa do Programa de Capacitação em Gestão de Projetos e Empreendimentos Criativos. Este programa ofertou 5.900 vagas na 2ª Etapa e 810 vagas na 3ª Etapa.

A 2ª Etapa do Programa foi um curso avançado, à distância, dividido em duas fases, uma sem tutoria e outra com tutoria, que englobou os módulos "Gestão de Empreendimentos Criativos" e "Elaboração e Gestão de Projetos Culturais".

Entre os meses de julho a novembro, concretizamos a 3ª Etapa do programa que consistiu em Oficinas Práticas – destinadas aos aprovados na 1ª e 2ª etapas, para o desenvolvimento da "modelagem de projetos culturais e planos de negócio de empreendimentos criativos". O polo Rio Branco-Acre foi cancelado por falta de quórum, mas os interessados foram alocados nas outras localidades.

Quanto às dificuldades enfrentadas no exercício de 2014 destaca-se a necessidade realizar alguns ajustes pedagógicos durante a realização da 3ª Etapa no intuito de atender demandas específicas do público alvo do programa. Tais modificações, entretanto, resultaram em melhorias que foram incorporadas e subsidiaram o planejamento da a próxima etapa.

Quantidade alcançada

19.228

Data de Referência

31/12/2014

- **Produzir e difundir 316 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram totalizados 182 produtos realizados. Destes 182 destacam-se a produção de 52 artigos e/ou livros e a participação em 48 encontros científicos (com trabalho apresentado). Destaque-se que em 2012 foram produzidos e difundidos 64 estudos, pesquisas e eventos sobre a cultura no Brasil.

Em 2014 a FCRB produziu 32 relatórios parciais e 21 relatórios finais sobre estudos e pesquisas desenvolvidos pelos bolsistas da casa nas áreas de seus projetos; produziu 10 publicações impressas e 1 virtual; realizou 12 cursos e outros 82 eventos dentre seminários, encontros, palestras, mesas redondas, exposições, participações em encontros científicos e visitas técnicas, totalizando 158 produtos.

Quantidade alcançada

404

Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificar 20.000 profissionais criativos**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, as capacitações de profissionais criativos associados a esta meta ocorrem por meio de diversas ações, tais como: as iniciativas viabilizadas por intermédio do Edital Conexão Cultura Brasil #intercâmbios e #negócios, que, ao estimular a mobilidade de profissionais criativos contribuem para sua qualificação profissional, as ações realizadas

pelos “Criativas Birôs”, que incluem consultorias e cursos destinados a agentes culturais e criativos nos estados onde estão instaladas, além de cooperação tripartite entre MinC e SENAC para realização de cursos em EAD destinados a agentes culturais e criativos. Essa metodologia tem se mostrado bastante satisfatória e os resultados permitem compreender que a manutenção desta política viabilizará o alcance da meta no exercício de 2015. Foram qualificados 2.000 profissionais em 2013, e 6.760 em 2014.

Quantidade alcançada

8.760

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 10 atividades de formação, capacitação e qualificação do setor audiovisual, de acordo com os potenciais macrorregionais, com 2.000 pessoas capacitadas**

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 a 2013 foram implementadas 13 parcerias para formação de mão de obra técnica, as quais resultaram em 22 atividades de formação, capacitando 880 pessoas. Em 2014, a partir de Termo de Cooperação firmado em 2013 entre o MinC e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), foram realizadas 3 oficinas de formação em produção audiovisual, das quais participaram 90 pessoas, além de 3 seminários de qualificação de produtores e realizadores audiovisuais, com foco em produção televisiva, os quais capacitaram 150 pessoas. Foram ainda realizadas 3 oficinas de formação audiovisual no âmbito do Núcleo de Produção Digital de Mato Grosso, das quais participaram 220 pessoas. Ainda em 2014, o MinC viabilizou, por meio de convênio com o Instituto Brasileiro de Audiovisual, a participação de 35 alunos em cursos da Escola de Cinema Darcy Ribeiro, no município do Rio de Janeiro (RJ). Por fim, realizou-se em 2014 parceria com a Fundação Joaquim Nabuco, do Ministério da Educação (Fundaj/MEC), para a realização no início de 2015 de 36 oficinas de capacitação regionais nas 5 regiões geográficas brasileiros, com um público estimado de 1.000 pessoas. Ao todo, foram realizadas quatro parcerias em 2014.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	11	31/12/2014
Região Nordeste	2	unidade	3	31/12/2014
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	2	unidade	4	31/12/2014
Região Sul	2	unidade	0	31/12/2014

- **Realizar 10 pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro de forma a subsidiar políticas públicas de inserção da comunidade negra no sistema político, social e econômico**

Análise Situacional da Meta

Foi concedido apoio à realização de 6 pesquisas/estudos revertidos em publicações do Ciclo de Palestras "Conheça Mais". A expectativa, contudo é de que esta meta seja atingida ao final do ano de
2015.

Quantidades realizadas

2012:1
2013:22
2014: 6

Acumulado:

2012:1

2013:23

2014:29

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	12	31/12/2014
Região Nordeste	3	unidade	5	31/12/2014
Região Norte	1	unidade	4	31/12/2014
Região Sudeste	3	unidade	7	31/12/2014
Região Sul	2	unidade	1	31/12/2014

- **Realizar 300 oficinas de capacitação no setor museal**

Análise Situacional da Meta

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) realizou duas oficinas no âmbito do Programa para a Gestão de Riscos do Patrimônio Musealizado Brasileiro em 2013.

No âmbito dos museus vinculados, foram realizadas oficinas voltadas a profissionais que atuam diretamente na área ou em áreas relacionadas ao campo museal (como turismo e pedagogia, por exemplo), voltadas ao público escolar e também oficinas de artes, literatura, artesanato, dança, desenho etc., visando estimular, disseminar e preservar a memória de culturas, conhecimentos, técnicas e tradições populares de cada região. No total, foram realizadas 234 oficinas com 5.126 pessoas capacitadas em 2013.

Em 2014, no 6º Fórum Nacional de Museus, foram realizadas 6 oficinas, abrangendo as seguintes temáticas e públicos:

I - Decreto 8.124/13: Plano Museológico instrumento de gestão dos museus; 55 participantes

II- Elaboração de Projetos e Fomento para a Área Museológica; 60 participantes

III - Promoção em museus: Estratégias criativas e sustentáveis; 48 participantes

IV - Museus e acessibilidade: uma temática contemporânea; 44 participantes

V - Documentação museológica: Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados; 62 participantes

VI - Estudo de Público: conceitos e aplicações; 23 participantes

Em 2013, foram realizadas 234 oficinas com 5.126 pessoas capacitadas.

Quantidade alcançada

240

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar o registro de 160.000 obras intelectuais**

Análise Situacional da Meta

Nas políticas públicas de garantia dos direitos do autor e de outros que lhe são conexos, como o de preservar a criação intelectual, assegurando a autoria da liberdade criativa, a FBN atua como órgão responsável pelo Registro e Averbação de Direitos Autorais, segundo o estabelecido na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. O Escritório de Direitos Autorais – EDA, na sua feição cartorial, manteve processo de crescimento e expansão da demanda por registro solicitado pelo público. O EDA tem procurado consolidar a sua capilaridade nacional por meio da abertura de novos postos avançados nas capitais estaduais, em regime de “cooperação técnica” e parcerias, com universidades federais

locais. O EDA vem cumprindo sua missão institucional, no período de 2012 a 2014. Realizou o registro de 121.756 obras intelectuais com segurança.

Realizado por ano:

2012: 40.865
2013: 40.561
2014: 40.330

Acumulado:

2012: 40.865
2013: 81.426
2014: 121.756

Quantidade alcançada

121.756

Data de Referência

31/12/2014

- **Viabilizar a participação de 5.158 artistas, estudantes, técnicos e agentes culturais em atividades com aderência ao Plano de Trabalho Anual do FNC**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foi lançado Edital de intercâmbio 1/2013, visando ao alcance de parte da meta global (2012 a 2015) de atendimento a 5.158 artistas, técnicos e estudiosos.

Ocorre que, em 2013, o programa sofreu descontinuidade em razão de recomendações da Controladoria-Geral da União (CGU) e, visando a melhorias, decidiu-se que não haveria seleção no segundo semestre, mas tão somente em 2014, quando novas seleções decorrerão de edital lançado ainda ao final de 2013.

Tendo em vista que o Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural foi interrompido, o número de beneficiários, em 2014, foi menor que dos anos anteriores.

Foram 600 beneficiários em 2014. Para o alcance desse resultado, além da divulgação de edital, foram realizadas diversas ações relativas à publicização do Programa de Intercâmbio, objetivando conceber ampla visibilidade. Por se tratar de um edital de demanda espontânea e cuja ênfase estava voltada ao desembolso na ordem de até R$ 800mil por cada período, não havia um número pré-determinado de vagas.

Quantidade alcançada

2.308

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte	%	31/12/2009	89,45	-	-
Proporção de Municipios com calendário de eventos esportivos	%	31/12/2009	65,91	-	-
Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte	%	31/12/2009	11,2	-	-
Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal	%	31/12/2009	83,22	-	-
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2010	11,49	31/12/2014	45,76
Volume de Recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte - LIE	R$ milhão	31/12/2010	193,22	31/12/2014	246,48

Observações:

Proporção de Municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área de esporte - A pergunta relativa à relação entre o número de municípios com ações, projetos e/ou programas executados pela Prefeitura isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades na área do de esporte e o total de municípios pesquisados foi retirada das Munic's 2011, 2012 e 2013. Portanto, não há como atualizar o indicador.

Proporção de Municipios com calendário de eventos esportivos - A pergunta relativa à Relação entre o número de municípios com calendário de eventos esportivos e o total de municípios pesquisados foi retirada das Munic's 2011, 2012 e 2013. Portanto, não há como atualizar o indicador.

Proporção de Municípios com Conselho Municipal de Esporte - A pergunta relativa à relação entre o número de municípios com Conselho Municipal de Esporte e o total de municípios pesquisados foi retirada das Munic's 2011, 2012 e 2013. Portanto, não há como atualizar o indicador.

Proporção de Municípios com Política de Esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal - A pergunta relativa à relação entre o número de municípios que possuem política de esporte contemplada na Lei Orgânica ou outro instrumento legal e o total de municípios pesquisados foi retirada das Munic's 2011, 2012 e 2013. Portanto, não há como atualizar o indicador.

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Com vistas ao cumprimento desse Objetivo, de 2012 a 2014 foram mantidos os principais Programas desenvolvidos pelo Ministério do Esporte, destacando-se:

• Programa Segundo Tempo (PST) – Padrão e suas vertentes (projetos especiais): O PST é um programa que visa democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social;

• Esporte da Escola: O Esporte da Escola é uma atividade assumida pelo PST na parceria com o Ministério da Educação

por meio do Programa Mais Educação no Macrocampo Esporte e Lazer e que tem como objetivo viabilizar a oferta do Esporte Educacional na escola, integrado ao projeto político pedagógico na perspectiva da educação em tempo integral;

• Forças no Esporte: O Forças no Esporte (PROFESP) é um programa decorrente da parceria firmada entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Defesa, que tem por objetivo implantar o Programa Segundo Tempo na infraestrutura das organizações militares, para atender crianças e adolescentes de 7 a 17 anos, prioritariamente da rede pública escolar, e que estejam em situação de vulnerabilidade social;

• Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e suas vertentes (Núcleos "Urbanos" e "Para Povos e Comunidades Tradicionais"):
O PELC tem por objetivo geral contribuir com a democratização do acesso ao esporte recreativo e ao lazer, por meio da promoção de ações educativas que propiciam: a prática de atividades físicas, culturais e de lazer, que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas portadoras de deficiência; o estímulo à convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias; o fomento à pesquisa e à socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos;

• Programa Vida Saudável: Com o objetivo de democratizar o lazer e o esporte recreativo, priorizando o protagonismo da pessoa que envelhece, na perspectiva da emancipação humana e do desenvolvimento comunitário. Em 2013 o Vida Saudável (que no exercício anterior era um núcleo do PELC – Todas as Idades), foi desmembrado e implantado como um Programa Social de Esporte e Lazer. Assim, em 2014, promove acesso de idosos (acima de 60 anos) à prática de atividades físicas, culturais e de lazer;

• Realização dos Jogos dos Povos Indígenas: O Ministério do Esporte, tem buscado incentivar, fomentar e valorizar o esporte tradicional indígena, bem como implementar programas e projetos voltados a esse público, fomentando a participação, ampliação e efetivação de programas já existentes, no intuito da valorização dos atletas indígenas, dando-lhes, a oportunidade de ascensão no esporte profissional. A ação dos Jogos foi substituída em 2014 por um Plano Orçamentário na Ação 20JP para passar a recepcionar pleitos não só de Jogos Nacionais, como também jogos locais de etnias diversas e mesmo Jogos Mundiais, e nos anos seguintes passará a estabelecer uma relação entre esses jogos enquanto etapa de uma política mais ampla de esporte e lazer para os povos indígenas;

• Apoio a Eventos de Esporte Participação e Escolar: São viabilizados a promoção e o apoio a eventos de esporte e lazer, inclusive os de criação nacional, identidade cultural, natureza comunitária e interdisciplinar; a participação em eventos que possibilitem a iniciação e a vivência esportiva; além do desenvolvimento e apoio a ações ligadas a estudos, diálogos e práticas de esporte e lazer;

A finalidade da Realização e Apoio a Eventos e Competições de Esporte Participativo e de Esporte Escolar é desenvolver atividades que contribuam para ampliar o acesso ao esporte a todas as faixas etárias, estruturar e apoiar o desenvolvimento de uma política de esporte escolar, articulando as ações voltadas à formação esportiva, iniciação esportiva e competições estudantis, bem como apoiar ações ligadas ao estudo e prática de esporte e lazer;

• Redes CEDES: Foi uma ação estruturante para fomento e difusão de pesquisas executadas através da Chamada ME/CNPq Nº 091/2013 (Seleção pública de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do Esporte em suas diferentes dimensões). Esse edital possibilitou participação dos diversos pesquisadores da rede no processo de seleção supracitado. Destaque-se também como importante a parceria com o MEC no PROEXT - Programa de Extensão Universitária, que estimula experiências inovadoras no campo da extensão com projetos esportivos, ao tempo que estimula novos pesquisadores a registrarem suas experiências.

Ademais, além os resultados dos Programas apresentados nas metas instituídas no PPA 2012-2015 objeto do presente monitoramento, importa registrar os resultados aferidos em Ações previstas no Plano Orçamentário, relativos aos exercícios de 2012 – 2014:

• Desenvolvimento de atividades e Apoio a Projetos para a População Indígena:

- Formalização/realização de 3 eventos, sendo possível ultrapassar a Meta Física prevista de 6 etnias, quais sejam:
a) 1º Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (evento previsto para Setembro/2015): com a participação de 44 etnias em beneficio de 2.200 indígenas, sendo 22 etnias brasileiras (com até 50 indígenas por delegação = 1.100 indígenas) e de 22 etnias de países convidados (com até 50 etnias por delegação = 1.100 indígenas);
b) Jogos Indígenas Pataxós: com a participação de 1 etnia e 2.500 indígenas/beneficiados;
c) Fórum Nacional de Políticas Públicas de Esporte e Lazer dos Povos Indígenas: prevendo o atendimento de 190 etnias/indígenas participantes.

• Realização e apoio a eventos de Esporte, Lazer e Inclusão Social:

- Eventos e Competições Educacionais: Foram apoiados 27 eventos, por meio de 11 parcerias firmadas no exercício.

- Eventos e Competições de Participação: Foram realizados 06 eventos, por meio de 06 parcerias.

- Eventos Científicos, Acadêmicos e de Gestão, e Fomento a Pesquisas (Que implementa o Programa REDE CEDES): Foram totalizados 21 projetos mediante a realização de 13 eventos científicos e 01 pesquisa; publicação de 03 livros e 03 periódicos; e desenvolvimento de 01 repositório de armazenamento e documentação de produtos apoiados pela Rede CEDES.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% ao ano o acesso ao esporte a crianças, adolescentes e jovens escolares, com a oferta de múltiplas vivências esportivas voltadas ao seu desenvolvimento integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social (Segundo Tempo), beneficiando 1.296.000 nas capitais e municípios com mais de 1000 habitantes e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Segundo Tempo (PST) oferece a crianças, adolescentes e jovens acesso às atividades esportivas realizadas no contraturno escolar, contribuindo para a formação integral, a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde, o desenvolvimento humano e a inclusão social.

  De forma a demonstrar a evolução histórica, foi estratificado o quantitativo de beneficiados pelo PST ao longo dos exercícios de 2012 - 2014:

  • 2012: 2,4 milhões;

  • 2013: 4.061.861 milhões; e

  • 2014: 4.091.661 milhões.

  Convém destacar que dos 4.091.661 beneficiados do exercício de 2014, 410.800 beneficiados são relativos ao PST implementado por meio de parcerias públicas (Capitais e Municípios); e 3.680.861 beneficiados nas Escolas do Mais Educação por meio do Esporte da Escola.

  Sendo assim, considerando a meta de 1.296.000 beneficiados nas capitais e municípios e 6.136.960 nas escolas do Mais Educação, e que já acumulado 4.091.661 beneficiados, tem-se o alcance global de 55,04% dessa Meta até Dezembro/2014.

Ressalte-se que para fins de cálculo, não são somados os resultados dos exercícios anteriores com o apresentado em 2014, uma vez que se trata de uma política contínua, onde o total de beneficiados do último exercício de 2014 representa o acumulado do atendimento, ou seja, o crescimento do Programa ao longo dos anos.

Por fim, quanto a regionalização, tendo em vista que o maior volume de beneficiados do Programa se dá por meio da parceria com o Mais Educação – Esporte da Escola, e que o programa está sendo implementado em escolas de IDEB abaixo de 2,9, há uma maior concentração de beneficiados na Região Nordeste. Nessa perspectiva e em face dos percentuais ora apresentados, resta evidente que a meta da região Nordeste será superada, enquanto que a de outras regiões pode não ser atingida. Assim, revela-se a viabilidade de revisão também das metas regionais.

Quantidade alcançada

4.091.661

Data de Referência

13/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	241.000	unidade	585.187	13/02/2015
Região Centro-Oeste	505.017	unidade	203.362	13/02/2015
Região Nordeste	2.033.595	unidade	1.865.050	13/02/2015
Região Norte	887.638	unidade	462.760	13/02/2015
Região Sudeste	2.961.661	unidade	660.934	13/02/2015
Região Sul	804.049	unidade	314.368	13/02/2015

- **Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos - Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados à inclusão social, juventude e educação.**

Análise Situacional da Meta

As parcerias do PST, PELC e Vida Saudável contemplaram a iniciativa da gestão de implementação do “Projeto Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades – sede e regiões metropolitanas da Copa do Mundo”, destinando-se ao atendimento das 12 cidades e regiões metropolitanas, voltadas para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas.

No particular dos Projetos destinados ao atendimento das 12 cidades e regiões metropolitanas, voltados para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-Sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas, em 2014 foram executados os 57 Projetos formalizados em 2013, sendo 24 do PST; 08 do Vida Saudável e 25 PELC.

Com relação aos Eventos, em 2014 foram realizados 54 Eventos como legado dos megaeventos (os quais estão articulados ao proposto na meta), sendo 45 em “cidades-sedes” e 09 “nacionais”.

Desta forma, somando-se os 25 projetos/eventos obtidos em 2012, os 65 projetos/eventos obtidos em 2013 e os 111 projetos/eventos obtidos em 2014, tem-se o total de 201 projetos como resultado realizado até Dezembro de 2014, correspondendo ao percentual de 88,16% da meta (228 projetos/eventos).

Contudo, convém reiterar a proposta de suprimir esta meta com base na seguinte justificativa apresentada em 2013, quando da avaliação do PPA: “Considerando que para 2013 houve a fusão da ação orçamentária correspondente 20JR – Desenvolvimento de Ações de Esporte e Lazer como Legado Social dos Grandes Eventos, com as ações 20JP – Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos de Esporte Educacional e de Esporte e Lazer e 20 JQ – Realização e apoio a competições e eventos de esporte e lazer , entende-se que essa meta deverá ser suprimida, já que os projetos de legado estarão integrados aos programas desenvolvidos nessas ações, não tendo como garantir, nem tampouco aferir os resultados inicialmente previstos para essa meta no PPA quando de sua elaboração, visto que a partir desse ano não houve orçamento específico para projetos de legado social.” Desta forma, desde 2013 os dados relativos aos projetos dessa natureza passaram a ser computados nas demais metas que mensuram os diversos programas.

Quantidade alcançada

201

Data de Referência

13/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Cidades-sede	12	unidade	30	13/02/2015
Nacional	215	unidade	168	13/02/2015
Rio de Janeiro	1	unidade	3	13/02/2015

- **Criar projetos de esporte e atividade física que contribuam com a promoção da saúde e da qualidade de vida da população, com atenção especial aos idosos nos espaços e equipamentos públicos de esporte e lazer nas 27 capitais e 553 municípios**

Análise Situacional da Meta

Até o exercício de 2012 o Vida Saudável era um núcleo do PELC. Somente a partir de 2013 é que foi desmembrado e implantado como um Programa Social de Esporte e Lazer. O Programa Vida Saudável promove acesso de idosos, acima de 60 anos, à prática de atividades físicas, culturais e de lazer.

De forma a demonstrar a evolução histórica, foram estratificados os municípios beneficiados pelo Vida Saudável ao longo dos exercícios de 2012-2014, totalizando 78 municípios e 36,6 mil beneficiados.

• 2012: 27 municípios; 7.600 beneficiados;

• 2013: 39 municípios; 21.200 beneficiados; e

• 2014: 12 municípios; 7.800 beneficiados.

Cabe destacar, ainda, que nos resultados do Vida Saudável de 2014 estão incluídas as parcerias firmadas no sentido do cumprimento da meta de Legado Social e Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paralimpíadas 2016.

Contudo, considerando a descrição da meta em apreço, embora constem 27 capitais e 553 municípios, vislumbra-se que esses não são cumulativos, tendo em vista que a distribuição regional totaliza apenas 553 municípios.

Desta forma, para fins de cálculo foi levado a efeito a meta de 553 municípios (sendo 27 capitais), tendo o Vida Saudável apresentado um resultado acumulado de 78 municípios, que corresponde ao alcance global de 14,10% dessa Meta até Dezembro de 2014 (justifica-se a redução em face do resultado apresentado em Junho/2014, devido a exclusão de municípios em função da identificação de sobreposição de projetos).

Quantidade alcançada

78

Data de Referência

13/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	327	unidade	68	13/02/2015
Região Centro-Oeste	10	unidade	0	13/02/2015
Região Nordeste	42	unidade	2	13/02/2015
Região Norte	12	unidade	0	13/02/2015
Região Sudeste	122	unidade	5	13/02/2015
Região Sul	40	unidade	3	13/02/2015

- **Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade, à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios.**

Análise Situacional da Meta

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) oportuniza o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer. Na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam

tratados como políticas públicas e direito de todos.

De forma a demonstrar a evolução histórica, foram estratificados os municípios beneficiados pelo PELC ao longo dos exercícios de 2012 – 2014, totalizando 251 municípios e 413.454 beneficiados.

• 2012: 28 municípios; 15.254 beneficiados;

• 2013: 95 municípios; 224.000 beneficiados; e

• 2014: 128 municípios; 174.200 beneficiados.

Cabe destacar, ainda, que nos resultados do PELC de 2014 estão incluídas as parcerias firmadas no sentido do cumprimento da meta de Legado Social e Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paralimpíadas 2016. Desta forma, para fins de cálculo (considerando a meta de 553 municípios), o PELC apresenta um acumulado de 251 municípios e o alcance global de 45,39% dessa Meta até Dezembro de 2014. (justifica-se a redução em face do resultado apresentado em Junho/2014, devido a exclusão de municípios em função da identificação de sobreposição de projetos).

Quantidade alcançada

251

Data de Referência

13/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	327	unidade	204	13/02/2015
Região Centro-Oeste	10	unidade	0	13/02/2015
Região Nordeste	42	unidade	13	13/02/2015
Região Norte	12	unidade	1	13/02/2015
Região Sudeste	122	unidade	17	13/02/2015
Região Sul	40	unidade	16	13/02/2015

- **Incluir nas diretrizes dos programas relacionados ao esporte, lazer e atividade física a equidade de gênero e raça**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram produzidos e distribuídos 10.000 exemplares da Coleção de Práticas Corporais da Escola, composta de 4 volumes: 1 - Esportes de Invasão; 2 - Esportes de Marca e com Rede Divisória ou Muro/Parede de Rebote; 3 - Ginástica, Dança e Atividades Circenses; e 4 - Lutas, Capoeira e Práticas Corporais de Aventura. Ressalta-se que a referida Coleção é voltada para os monitores que participam do Curso de Extensão do Esporte da Escola, e aborda de forma transversal as temáticas de gênero e de raça, incentivando atitudes inclusivas e respeitosas, bem como desencorajando comportamentos preconceituosos.

Ademais, em 2014 também foram publicado os livros:

• CELEBRANDO OS JOGOS, A MEMÓRIA E A IDENTIDADE: XI Jogos dos Povos Indígenas – Porto Nacional – Tocantins, 2011;

• LEGADOS DO ESPORTE BRASILEIRO: contemplando as temáticas “Patrimônio indígena e afro-brasileiro como legado cultural de esporte e lazer”, “Múltiplas ações e diversidade de corpos na inclusão social pelo esporte: contribuição do Programa Segundo Tempo” e “Legados esportivos e inclusão social: por uma política de equidade de gênero no futebol”;

• I CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE LAZER: contemplando na temática “GT 05 – Juventudes e Jovens negros nos estudos do Lazer: onde estão?”.

Por fim, registra-se que foram mantidas todas as ações implementadas e já informadas nos exercícios de 2012 e 2013, quais sejam:

(1) Capítulo do Livro Fundamentos Pedagógicos do Programa Segundo Tempo com o tema “Corpo, Gênero e Sexualidade – Educando para a diversidade”;

(2) Consolidação “da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social” nas Diretrizes do PST Padrão (desde 2012), no item “o que se espera com o desenvolvimento dos Projetos”, incluindo-se raça e gênero em sentido macro;

(3) Capacitação de pessoal com orientações voltadas ao tema;

(4) Inserção nas Diretrizes do Esporte da Escola (PST no Mais Educação – desenvolvido em parceira com o MEC) do objetivo específico de “Promover a inclusão, minimizando as desigualdades e qualquer tipo de discriminação por condições físicas, sociais, de raça, de gênero, de cor ou de qualquer natureza que limitem o acesso à prática esportiva”;

(5) Previsão, nas Diretrizes do PELC, do objetivo de ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano.

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

No contexto dos esforços para cumprimento do Objetivo em questão, o ME tem desenvolvido os seguintes projetos:
Preparação de Atletas
O apoio aos atletas é o caminho estruturante para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento no Brasil. A ação passa pelo apoio às entidades do Sistema Nacional do Desporto (COB, CPB, Confederações, Federações, Clubes, entre outros), por meio de projetos aprovados em editais de chamadas públicas, com a aquisição de equipamentos e materiais esportivos, apoio a equipes multidisciplinares, apoio à realização e participação em treinamentos e competições nacionais e internacionais, procedimentos científicos e preparação de profissionais dessa área esportiva.

Programa Bolsa Atleta

É o maior programa de patrocínio individual do mundo, tendo beneficiado 7.620 atletas, em 2014. O público-beneficiário é composto por atletas de alto rendimento que obtiveram 1ª, 2ª ou 3ª colocação em competições nacionais e internacionais de sua modalidade, com prioridade para modalidades que compõe os programas Olímpicos e Paralímpicos. Desde sua criação em 2005, com o objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas, o programa já ofereceu mais 43 mil bolsas, com investimentos superiores a R$ 521 milhões. Atualmente, são cinco as categorias de bolsa oferecidas pelo Ministério do Esporte: Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico/Paralímpico, além da categoria Atleta Pódio.
Para aprimorar a destinação dos recursos e otimizar o processo de concessão, foi iniciado em 2014 o processo de revisão de marcos legais, com as primeiras mudanças apontadas na Portaria ME 164/2011 e na publicação das Resoluções 40 e

41 aprovadas pelo CNE em dezembro de 2014.

Plano Brasil Medalhas

Com o objetivo de colocar o Brasil entre os 10 primeiros colocados no quadro de medalhas dos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro, em 2016, foi lançado, em 2012, o Plano Brasil Medalhas. Além do financiamento já existente ao esporte de alto rendimento, o Plano Brasil Medalhas assegurou R$ 1 bilhão adicional aos esportes olímpicos e paralímpicos em sua preparação para o Rio 2016. Uma parte desse montante, R$ 690 milhões, destina-se a apoiar as seleções, por diversas ações, entre elas a Bolsa Pódio (criada pela Lei 12.395/2011), contratação de técnicos e equipes multidisciplinares, compra de equipamentos e materiais e viagens para treinamentos e competições. Os outros R$ 310 milhões estão sendo utilizados em construção, reforma e equipagem de centros de treinamento de várias modalidades e complexos multiesportivos.
As modalidades olímpicas apoiadas pelo Plano são: águas abertas (novo nome para maratona aquática), atletismo, basquetebol, boxe, canoagem, ciclismo BMX, futebol feminino, ginástica artística, handebol, hipismo (saltos), judô, lutas, natação, pentatlo moderno, taekwondo, tênis, tiro esportivo, triatlo, vela, vôlei e vôlei de praia. As paralímpicas são: atletismo, bocha, canoagem, ciclismo, esgrima em cadeiras de rodas, futebol de 5, futebol de 7, goalball, halterofilismo, hipismo, judô, natação, remo, tênis de mesa e voleibol sentado.
Outra ação do Plano Brasil Medalhas 2016 é a destinação de recursos para construção, reforma e operação de 22 centros de treinamento, selecionados em conjunto com os Comitês Olímpico e Paralímpico, as confederações nacionais, clubes, estados e municípios. Desses, 21 são centros de modalidades olímpicas e um paralímpico, seguindo a recomendação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que vai unificar todas as modalidades em um só local de treinamento. O apoio também prevê a aquisição de equipamentos esportivos.
As empresas estatais também fazem parte do projeto ao apoiar modalidades esportivas por meio de patrocínio. Banco do Brasil (apoio à vela, vôlei de praia e o pentatlo moderno), Banco do Brasil e Correios (handebol), BNDES (canoagem e hipismo), Caixa Econômica Federal (atletismo, ciclismo, BMX, futebol feminino, ginástica, lutas, modalidades paralímpicas e tiro esportivo), Correios (natação, águas abertas e tênis), Petrobras (judô) e a Petrobras (boxe e taekwondo).

Programa Atleta Pódio

O programa oferece apoio diferenciado aos atletas, com bolsas que variam de R$ 5 mil a R$ 15 mil. O principal requisito para entrada no programa é o atleta figurar entre os 20 primeiros colocados no ranking mundial das respectivas modalidades olímpicas. O programa define a forma, os critérios e os apoios para os atletas do Plano Brasil Medalhas, ou seja, aqueles que competem em modalidades individuais com maiores chances de conquista de medalhas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicas Rio 2016. Em 2014, 220 atletas, estavam no programa, sendo 138 olímpicos e 82 paraolímpicos.

Centro de Iniciação ao Esporte – CIE

Objetiva a construção de instalações esportivas com a adoção de parâmetros oficiais, com o intuito de ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de alta vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras, permitindo a identificação de talentos e a formação de atletas nos municípios e estimulando o desenvolvimento da base do esporte de alto rendimento nacional, de forma a atender crianças e jovens que iniciarem a prática de modalidades olímpicas e paralímpicas.
O Ministério do Esporte aprovou 285 projetos que beneficiam 263 municípios brasileiros distribuídos por regiões da seguinte forma: Centro-Oeste, 19; Nordeste, 77; Norte, 27; Sudeste, 104; Sul, 36. Dos 285 projetos aprovados foram

assinados 269 Termos de Compromisso. Os entes selecionados já concluíram a primeira etapa do Projeto, referente à entrega dos projetos de sondagem, fundação e implantação à CAIXA. Os municípios já estão na segunda etapa, referente ao Início da Obra, tendo no máximo 180 dias para conclusão da obra para os Modelos 1 (Ginásio) e 2 (Ginásio e Quadra Externa Descoberta), e 210 para conclusão da obra para o Modelo 3 (Ginásio e Estrutura de Atletismo).

O ME desenvolveu a concepção do Centro de Iniciação ao Esporte (CIE) no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). O projeto integra, num só espaço físico, atividades de iniciação e de formação de atletas em até 13 modalidades olímpicas, seis paralímpicas e uma não olímpica.

Os diferenciais do programa são: fornecimento de projeto-padrão básico para tornar mais ágil a ação; pagamento do projeto de adaptação (implantação, sondagem e fundação) pelo órgão gestor – ME; projetos com tipologia compatível com os dados eólicos de cada região do país, permitindo economicidade e segurança; adaptabilidade do projeto para criação de centros especializados em determinadas modalidades esportivas; possibilidade de alteração do modelo de projeto-padrão básico inscrito no ato da seleção para outro de dimensão inferior, com o objetivo de adaptação ao terreno selecionado. Com isso, amplia-se a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em áreas de alta vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras.

Rede Nacional de Treinamento

A Rede Nacional de Treinamento está sendo estruturada pelo governo federal em parceria com estados, municípios e universidades. Instituída por meio da nova Lei nº 12.395/2011, tem como finalidade identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paralímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais e locais, a rede é coordenada pelo Ministério do Esporte, em parceria com o COB, CPB e centros regionais e locais.

A ação articulada tem a finalidade de disseminar métodos de treinamento; desenvolver e aplicar ciência e medicina do esporte; capacitar profissionais e expandir conhecimento esportivo; proporcionar encadeamento de carreira ao atleta; modernizar instalações esportivas; e viabilizar materiais adequados a cada fase de preparação do atleta.

Objetiva organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. A Rede integra os centros esportivos locais, regionais e nacionais com a finalidade de propiciar um caminho ao atleta, desde a iniciação esportiva até o mais alto grau de competitividade e requer modernização de estruturas, padronização de metodologias, troca de experiências e melhoria da gestão do esporte brasileiro, com a contribuição essencial da medicina, ciência e tecnologia aplicadas ao esporte.

Os projetos estão em diferentes estágios, desde instalações inauguradas nos últimos anos e em pleno funcionamento, outras prontas para inauguração, até as que estão com obras em andamento, e ainda as que se encontram em fase de projeto ou com licitações em andamento ou concluídas.

As obras são de responsabilidade da parte conveniada com o ME, tendo a Rede Nacional conexão com o programa Atleta na Escola, criado em 2013, e com outros programas de esporte educacional ou de iniciação esportiva do governo federal, de prefeituras, da confederação e outras instituições.

Atualmente temos 31 universidades, 3 clubes, 3 instalações militares, 3 complexos multiesportivos, 5 instalações estaduais, 7 instalações municipais e 1 instalação federal, além da previsão de 168 CIE's.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 100% das modalidades esportivas dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016.**

  Análise Situacional da Meta

  Considerando o valor acumulado entre 2012 a 2014 a o Ministério do Esporte apoiou a 59 das 61 modalidades que compõem os programas Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, alcançando 97% da meta acumulada. Cabe ressaltar que em 2014 houve um avanço de 13% na meta, com a contemplação de mais 08 modalidades.

Obs.: Em 2013 eram considerada 58 modalidades, todavia houve o desmembramento de algumas delas passando a ser considerado 61 modalidades (em anexo).

Quantidade alcançada

97

Data de Referência

31/12/2014

- **Atuar na promoção da defesa dos direitos do torcedor em todos os seus aspectos, especialmente por meio do mapeamento das condições de segurança e conforto dos estádios, do estímulo ao cadastramento de 475 torcidas organizadas, visando a integração com projetos de inclusão social.**

Análise Situacional da Meta

Na promoção da defesa dos direitos do torcedor, foi realizado um ciclo de Seminários: "Uma Década do Estatuto do Torcedor e a Violência nos Estádios", nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná (com a participação de autoridades de Santa Catarina e Rio Grande do Sul). O objetivo central dos encontros é a criação de uma cooperação regular entre as instâncias do futebol, da polícia e da justiça, as quais, historicamente, são desarticuladas em todos os entes federados.

Especificamente na prevenção da violência, relacionadas às torcidas organizadas em todo o território nacional, foi realizado o III Seminário Nacional de Torcidas Organizadas que teve por foco a estruturação de uma organização de torcedores em nível nacional visando a interlocução com órgãos e políticas públicas voltadas para construção de uma política de paz nos espetáculos esportivos.

Para promover a articulação em todos os órgãos federais, estaduais e municipais que tenham relação direta com a prevenção e o enfrentamento às questões de segurança pública dos torcedores, foram realizadas reuniões com representantes do Ministério da Justiça, do Ministério Público, das Federações de Futebol, das Polícias Militar e Civil e das Torcidas Organizadas. Essas iniciativas têm o objetivo de pacificar os estádios e arenas de futebol no país e garantir o respeito aos direitos do torcedor.

Tendo como finalidade dar efetividade ao art. 2º- A do Estatuto do Torcedor, o ME desenvolveu o cadastro de torcidas organizadas, com o objetivo de identificar os locais de atuação e a identificação dos principais responsáveis pelas torcidas organizadas em todos os estados do Brasil.

Com o intento de promover a paz pela integração social, foram iniciadas conversações, por meio da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, com o Governo da Alemanha, tendo por objetivo promover um acordo internacional de cooperação.

Com o propósito de desenvolver mecanismos de integração, monitoramento e cooperação voltados ao enfrentamento da violência no futebol, foi celebrado o Acordo de Cooperação Técnica n° 015/2014, com o Ministério da Justiça, visando criar um ambiente de coordenação integrado para planejamento e execução de ações conjuntas ao enfrentamento da violência nos estádios e em seu entorno.

Com vistas às melhorias contínuas nas áreas de segurança, acessibilidade e conforto, houve a finalização da metodologia do Sistema Brasileiro de Classificação de Estádios, como uma das etapas do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito n° 24/2012, firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo sua aplicação a 152 estádios de futebol.

Dada a necessidade de se aperfeiçoar os laudos técnicos de incêndio, engenharia, vigilância sanitária, estabilidade estrutural e segurança, exigidos pela Portaria 238, um estudo de melhorias a estes instrumentos foi realizado no bojo do Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito n° 24/2012, firmado com a UFRJ.

Tendo por finalidade a elaboração de estudo e medidas necessárias ao aperfeiçoamento das condições de segurança nos espetáculos esportivos, o ME deu ênfase às reuniões da Comissão Nacional de Prevenção e Segurança nos Espetáculos Esportivos – CONSEGUE, dando início à criação das Câmaras Temáticas, que têm por objetivo promover estudos que auxiliem os membros da CONSEGUE na tomada de decisões.

Quantidade alcançada

35,58

Data de Referência

31/12/2014

- **Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa-Atleta, em todas as suas categorias.**

Análise Situacional da Meta

A concessão de Bolsa-Atleta se divide em duas fases. Na primeira fase do pleito, destinada a atletas que compõem os Programas Olímpico e Paralímpico foram cadastradas 7575 inscrições, das quais 6703 foram contempladas. Os atletas inscritos que não foram contemplados deixaram de cumprir os requisitos de concessão e por isso tiveram as solicitações indeferidas.

A segunda fase do pleito, destinada a atletas de modalidades dos Programas Pan-Americano, Parapan-Americano e a modalidades que não compõem nenhum Programa oficial, foram registrados 1131 inscritos, dos quais 338 exclusivamente das modalidades dos Programas Pan e Parapan-Americano. O número geral de contemplados na segunda fase foi de 734 atletas, sendo 246 atletas das modalidades dos Programas Pan e Parapan-Americano". A queda de aproximadamente 9% é atribuída a rigidez no controle dos processos e as modificações estabelecidas na legislação.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar os indicadores médios de estrutura de gestão e estrutura de governança dos clubes de futebol profissional das séries A, B, C e D**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, como legado da Copa do Mundo no Brasil, Ministério do Esporte trabalhou no sentido de acompanhar e participar da tramitação da Proposta de Emenda ao Projeto de Lei n° 5.201/2013 (Lei de Responsabilidade Fiscal do Esporte). Este Projeto estabelece princípios e práticas de responsabilidade fiscal e financeira, de gestão transparente e democrática para entidades desportivas, institui um parcelamento especial das dívidas dos clubes de futebol devidas para União, cria o Fundo para Financiamento de Iniciação Esportiva e autoriza a criação de novas fontes de recursos para o esporte escolar.

Foi postergado para 2015, em virtude da conclusão do levantamento realizado com a UFRJ ter sido apenas no final do segundo semestre, O Seminário Nacional com os gestores dos estádios de futebol para os quais foram realizados os estudos técnicos de classificação e mapeamento da situação atual, em confronto com os laudos técnicos, estabelecido na proposta de aprimoramento dos laudos técnicos exigidos pelo Decreto nº 6.795, de 16 de março de 2009.

Em apoio à prática de futebol como ferramenta de desenvolvimento social foram realizadas visitas técnicas a municípios brasileiros visando a implementação da qualificação e requalificação de campos de futebol de várzea, como meta objetiva para o ano de 2015. E o apoio ao projeto de Cooperação Técnica Bilateral Brasil-Benin "Inclusão Social por meio da Prática Esportiva do Futebol – Fase II". O projeto tem por objetivo fornecer qualificação em práticas desportivas no Brasil, na cidade de Ribeirão Preto/SP, a 22 jovens beninenses, entre 14 e 15 anos em situação de vulnerabilidade social. Este projeto contemplou o desenvolvimento das capacidades técnicas de dois treinadores beninenses na formação continuada de jovens em práticas desportivas de futebol.

- **Estimular a formação de atletas e árbitros em parceria com os clubes esportivos e entidades representativas de árbitros**

Análise Situacional da Meta

A formalização de parcerias e convênios com governos municipais e estaduais, universidades, entidades de administração do esporte, comitês olímpico e paralímpico nacionais e entes federais, principalmente para o apoio à realização de eventos/competições esportivas, estimulam a formação de atletas e árbitros. Além do investimento direto em congressos e cursos de capacitação voltados aos atletas, árbitros, técnicos, dirigentes e estudiosos do esporte é propiciado o intercâmbio tecnológico e científico no meio esportivo. Em 2014, foram formalizados convênios e

parcerias para o atendimento de aproximadamente 7.300 beneficiários entre eventos/competições esportivas e congressos de modalidades esportivas como: atletismo, basquetebol, balonismo, futsal, futebol de areia, motocross, velocross, paralímpicas (natação, voleibol sentado, tênis de mesa, basquete em cadeira de rodas, futebol de cinco, futebol de sete). Ainda, aguarda-se 2015 para a publicação da formalização de parcerias de 2014 para o atendimento previsto de mais 2.400 beneficiários em modalidades como: biathlon, cross country, ski alpino, ski freestyle, snowboard, judô, luta olímpica, natação, nado sincronizado e polo aquático.

- **Estimular a profissionalização da gestão das Entidades Nacionais de Administração do Esporte, com ênfase nas entidades dos programas Olímpicos e Paraolímpicos.**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, propiciou alterações na Lei nº 9.615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé) e especialmente o Art. 18-A da respectiva norma passou a ter efeito em abril de 2014. Este dispositivo determinou às Entidades do Sistema Nacional do Desporto tais como comitês olímpico e paralímpico nacionais, confederações e federações esportivas, entidades de práticas esportivas (clubes), ligas esportivas e a Confederação Brasileira de Clubes, o cumprimento de uma série de medidas voltadas a melhoria e transparência da gestão dessas Entidades como condição "sine qua non" para o recebimento de recursos da administração pública federal direta e indireta. Tais medidas são voltadas de modo geral à: limitação de mandato de dirigentes, transparência na gestão e de dados econômicos e financeiros, garantia da representação de atletas e assegurar uma gestão democrática nas Entidades. O Ministério do Esporte, por meio da Portaria/ME nº 224, de 18 de setembro de 2014, passou a definir os procedimentos para verificação do cumprimento dessas exigências agora impostas pela Lei Pelé. No ano de 2014 o ME analisou a situação de 37 Entidades do Sistema e em 9 destas puderam ser comprovados o cumprimento das exigências.

O ME está organizando um novo formato de avaliação considerando as adequações previstas na Lei e em 2015 será realizada a próxima avaliação das ENADs.

Quantidade alcançada

71,42

Data de Referência

31/12/2014

- **Estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino.**

Análise Situacional da Meta

No estímulo à criação e consolidação de competições regionais, à racionalização do calendário do futebol profissional e contribuição para o desenvolvimento do futebol feminino, foram realizadas várias atividades de estruturação:

- Realizada a I Copa Brasil Universitária de Futebol Feminino, no período de 18 a 26 de maio de 2014, com 24 a participação de Universidades dos Estados da Federação.

- Através de Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte e o Ministério das Relações Exteriores, foi realizada oficina de treinamento de futebol feminino em El Salvador. A proposta de capacitação foi uma iniciativa de grande relevância, pois reforçou o interesse pelo futebol como uma disciplina que ajuda em diversas áreas, como aprender melhores técnicas, trocar experiências sobre os desafios que implicam na atuação da mulher em um esporte tradicionalmente masculino e a prevenção de violência. O evento contou com a participação de aproximadamente 450 mulheres.

- Participação da representante do Ministério do Esporte no evento denominado MOVE BRASIL / SESC CAMPINAS, e do Seminário Estadual "A Mulher no Futebol" Pelotas – RS, nos dias 27 e 28 de maio de 2014. Participação conjunta com a FIFA e COL, para tratar da Copa do Mundo Feminina da FIFA 2015. Participação no debate "O futebol feminino profissional que queremos para o Brasil" no Museu da República (Catete) palco do Espaço Futebol para a Igualdade.

- Realização de Reunião do Grupo de Trabalho, instituído através da Portaria nº 316 de 19 de dezembro de 2013, com objetivo de debater melhorias para o desenvolvimento do futebol feminino.

- Em relação ao Futebol Feminino, foi promovido o “Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino”, que contou com a participação de 20 (vinte) equipes esportivas, realizado com o apoio da Caixa Econômica Federal e da Confederação Brasileira de Futebol – CBF. Foram realizadas a “I Copa Brasil Escolar Universitária de Futebol Feminino”, por convênio com a Confederação Brasileira de Desporto Universitário – CBDU, com a participação de 24 (vinte e quatro) estados da federação e a “VI Copa Libertadores de Futebol Feminino”. Para o desenvolvimento do esporte escolar foi realizada Chamada Pública para formatação e promoção da Copa Brasil Feminina Escolar de Futebol de Campo (Sub-17), a ser realizada em duas etapas, estadual – para os 27 estados da federação Nacional.

- **Interligar e alinhar Centros de Treinamento nacionais, regionais e municipais - Rede Nacional de Treinamento.**

Análise Situacional da Meta

A Rede Nacional de Treinamento está sendo estruturada pelo governo federal em parceria com estados, municípios e universidades. Instituída por meio da nova Lei nº 12.395/2011, tem como finalidade identificar e desenvolver talentos e jovens atletas nas modalidades olímpicas e paralímpicas, desde a base até a elite esportiva. Composta por centros de treinamento de alto rendimento, nacionais, regionais e locais, a rede é coordenada pelo Ministério do Esporte, em parceria com o COB, CPB e centros regionais e locais.

A ação articulada tem a finalidade de disseminar métodos de treinamento; desenvolver e aplicar ciência e medicina do esporte; capacitar profissionais e expandir conhecimento esportivo; proporcionar encadeamento de carreira ao atleta; modernizar instalações esportivas; e viabilizar materiais adequados a cada fase de preparação do atleta.

Objetiva organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. A Rede integra os centros esportivos locais, regionais e nacionais com a finalidade de propiciar um caminho ao atleta, desde a iniciação esportiva até o mais alto grau de competitividade e requer modernização de estruturas, padronização de metodologias, troca de experiências e melhoria da gestão do esporte brasileiro, com a contribuição essencial da medicina, ciência e tecnologia aplicadas ao esporte.

Os projetos estão em diferentes estágios, desde instalações inauguradas nos últimos anos e em pleno funcionamento, outras prontas para inauguração ainda em 2014, até as que estão com obras em andamento, e ainda as que se encontram em fase de projeto ou com licitações em andamento ou concluídas.

As obras são de responsabilidade da parte conveniada com o ME, tendo a Rede Nacional conexão com o programa Atleta na Escola, criado em 2013, e com outros programas de esporte educacional ou de iniciação esportiva do governo federal, de prefeituras, da confederação e outras instituições.

Atualmente temos 31 universidades, 3 clubes, 3 instalações militares, 3 complexos multiesportivos, 5 instalações estaduais, 7 instalações municipais e 1 instalação federal, além da previsão de 168 CIEs.

Na área de esporte educacional e de lazer foi investido R$ 394,7 milhões em infraestrura esportiva, possibilitando o atendimento a 833 municípios brasileiros. Do referido montante de recursos, 82,4% é decorrente de emendas de 346 parlamentares.

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil é uma oportunidade de investimentos para a ampliação do esporte de alto rendimento e do esporte de base, reduzindo as desigualdades regionais na prática do esporte.

Em 2014, foram concluídas 3 (três) instalações de alto rendimento para modalidade de atletismo em parceria com as Universidades Federais do Rio Grande do Norte, de Goiás e do Maranhão. Ainda na modalidade atletismo, estão em execução 14 (catorze) instalações em parceria com Universidades Federais e Municípios, além de outras 10 instalações com operações contratadas - com recursos empenhados -, executadas em parceria com estados e municípios.

Somam- se a isso mais 7 (sete) instalações, que atendem diversas modalidades, realizadas em parceria com Universidades Federais, Governos Estaduais e Municipais.

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Sediar a Copa do Mundo foi uma oportunidade histórica para o Brasil acelerar projetos de desenvolvimento econômico e social, alavancar investimentos em infraestrutura urbana e incrementar a promoção do país no cenário internacional. A missão assumida pelo Ministério do Esporte de coordenar os Planos Operacionais para a Copa do Mundo e o monitoramento da execução das obras apresentadas na Matriz de Responsabilidade foi muito bem sucedida e demonstra o alcance pleno de seus objetivos propostos com a aprovação absoluta do mundial pelo público.

A liderança do Governo Federal na gestão integrada de atores públicos demonstra a capacidade deste país em vencer o desafio de organizar um mundial de futebol, com um sistema de governança participativa sem precedentes, que coordenou esforços conjuntos para viabilizar o êxito dos temas demandados pelo evento: estádios, mobilidade urbana, aeroportos, portos, telecomunicações, saúde, segurança, energia, acomodações e receptivo turístico, comunicação, meio ambiente, cultura e voluntariado.

A estrutura planejada foi fundamental no sucesso da realização dos 64 jogos nas 12 arenas – sete delas ganharam certificações internacionais na adoção de conceitos de sustentabilidade. Elas receberam 3.429.973 torcedores (uma média de 53,5 mil por partida) o segundo maior público de todas as edições do mundial. O trabalho permitiu receber com segurança e tranquilidade pouco mais de um milhão de turistas estrangeiros, de 203 nacionalidades; 3.056.397 de turistas brasileiros e dos torcedores que participaram das “Fan Fests” e festas de rua. O sucesso do planejamento também se evidencia pela assistência na mobilidade urbana, seja no transporte coletivo municipal ou interestadual; com o movimento record nos aeroportos durante a Copa, que registraram 16,7 milhões de passageiros, e também no sucesso do planejamento da segurança, com a criação de Centros Integrados de Comando e Controle, que unificaram as ações da segurança, defesa e inteligência, garantindo a paz a tranquilidade do evento. Além das diversas ações que consagraram a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 como a primeira a adotar conceitos de sustentabilidade em todas as cadeias de preparação do evento, ressalta-se também os projetos sociais, que incrementaram e promoveram a promoção da produção de alimentos orgânicos e da agricultura familiar que beneficiaram centenas de grupos e associações de produtores na produção de kits para o voluntariado, também há as iniciativas que beneficiaram cooperativas e catadores de lixo.

O planejamento também foi fundamental para que as operações nas áreas de energia – que não registrou nenhum problema durante todo o evento – telecomunicações, saúde, cultura, turismo e voluntariado garantissem a realização da Copa das Copas no Brasil.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o programa de voluntariado da Copa do Mundo FIFA 2014, com mobilização de 30 mil voluntários**

  Análise Situacional da Meta

  Após a experiência da Copa das Confederações, as metas de mobilização para o ano de 2014 foram ajustadas de 23 mil para 18 mil voluntários, visto que foi constatado que o quantitativo de 1.500 voluntários por cidade-sede supria a necessidade local de apoio voluntário ao evento Copa do Mundo FIFA 2014.

  Contudo, durante a Copa do Mundo FIFA 2014 foi concretizado o apoio de 6.156 voluntariados, os quais aderiram ao Programa Brasil Voluntário e foram convocados após o cumprimento de documentação e seguro de vida. O número de voluntários mobilizados pelo programa foi assim distribuído nas cidades-sede:

  Manaus = 631;

  Fortaleza = 288;

  Natal = 424;

  Recife = 634;

  Salvador = 319;

  Brasília = 493;

  Cuiabá = 451;

Belo Horizonte = 576;

Rio de Janeiro = 610;

São Paulo = 951;

Curitiba = 432;

Porto Alegre = 347

Porém, cabe ressaltar que pela FIFA foram mobilizados 152.100 voluntários.

Quantidade alcançada

6.156

Data de Referência

14/08/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Cidades-sede	21.000	unidade	6.156	15/08/2014
Nacional	9.000	unidade	0	15/08/2014

- **Coordenar o Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa do Mundo FIFA 2014 e garantir o funcionamento do seu modelo de governança com a atuação plena das nove Câmaras Temáticas**

Análise Situacional da Meta

Na qualidade de coordenador do Comitê Gestor do Governo Brasileiro para a Copa – CGCOPA – e do Grupo Executivo da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 – GECOPA –, o Ministério do Esporte - ME teve por atribuição coordenar a organização da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014 no âmbito do Governo Federal, por meio da realização de ações relacionadas ao planejamento, execução e acompanhamento da preparação para o evento. Esse papel incluiu o planejamento da operação da Copa das Confederações 2013, bem como da Copa do Mundo 2014. A ação do ME teve como principal foco, a partir de dezembro de 2013, os Planos Operacionais para a Copa do Mundo das diversas áreas temáticas incluídas no GECOPA, quais sejam: Telecomunicações, Energia, Segurança, Transporte e Mobilidade, Aeroportos, Acomodações e Receptivo Turístico, Saúde, Comunicação, Meio Ambiente, Cultura e Voluntariado. Em reuniões presenciais realizadas em todas as cidades-sede (Reuniões de Integração e Validação dos Planos Operacionais), com participação das equipes das Pastas federais e dos representantes dos governos estaduais e municipais envolvidos na preparação para o evento, levantaram-se as demandas e ações necessárias para a execução dos planos em cada área temática, bem como possíveis entraves e suas respectivas soluções. Após os encontros, foram elaborados diagnósticos para cada cidade-sede, com encaminhamentos, prazos e respectivos responsáveis. Na etapa seguinte, o Ministério do Esporte monitorou a execução dos encaminhamentos, contactando, quando necessário, os órgãos participantes do GECOPA que detivessem a responsabilidade pela área temática em questão. Finalmente, durante a realização da Copa do Mundo, os Planos Operacionais de todas as áreas – e a articulação entre eles – foram postos em prática pelos órgãos governamentais, com monitoramento por parte do Ministério do Esporte.

Ao fim do processo, a análise de resultado alcançado mostrou a eficiência e eficácia do processo de coordenação deste ME, não tendo ocorrido ao longo do evento qualquer problema significativo que tenha impedido o sucesso obtido na Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

- **Implementar, conjuntamente com os demais órgãos do Governo Federal, 100% do Plano para promoção dos interesses estratégicos do país como sede do evento**

Análise Situacional da Meta

O Plano de Comunicação Integrada, instituído pelo GECOPA para a projeção da imagem do Brasil atendeu plenamente as metas fixadas, apresentando como resultado a recepção de 1.015.035 estrangeiros de 202 países, entre 23/05 e 13/07, visitando 491 municípios, gerando US 1,4 bi divisas de 01/06 a 23/07, tendo 83% declarado que o Brasil atendeu plenamente ou superou suas expectativas. Em contrapartida, o evento contou com a participação de 3.056.397 de turistas brasileiros.

Além disso, 20.000 profissionais de comunicação estiveram cobrindo a Copa do Mundo, entre brasileiros e de outros 113 países credenciados pela FIFA.

- **Monitorar a execução dos empreendimentos apontados na Matriz de Responsabilidades e outras ações realizadas em conjunto com as cidades-sede, entes governamentais e agentes privados envolvidos no evento**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal realizou análise contínua dos empreendimentos da Copa do Mundo com os Governos Locais, para auxiliar nas decisões relativas à atualização ou revisão da Matriz de Responsabilidades.

As deliberações do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (GECOPA) foram publicadas na forma de Resolução no Diário Oficial da União, abrangendo, dentre outros assuntos, a inclusão, exclusão e atualização de empreendimentos da Matriz de Responsabilidades, com o intuito de atender o princípio da transparência sobre as ações relativas ao Evento.

Com o intuito de atender o princípio da transparência, e dando continuidade ao monitoramento dos empreendimentos, foram realizadas reuniões presenciais com representantes das cidades-sede e dos órgãos federais temáticos para atualização de datas e valores, e debatidos os resultados das ações, com o objetivo de informar à sociedade o Balanço Final da Copa (6º Balanço), que foi publicado no dia 24 de dezembro de 2014 e tendo como referência a data de 31 de julho de 2014.

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Análise Situacional do Objetivo

Com o intuito de viabilizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, varias obras iniciadas em 2013 já estão com percentuais de execução avançados em relação aos seus respectivos cronogramas. Em 2014, um valor médio acumulado de 20% de obras executadas, conforme aferição da Mandatária (Caixa Econômica Federal). Outras obras têm previsão de início em 2015.

Embora o foco das obras olímpicas e paralímpicas seja na Cidade do Rio de Janeiro/RJ, o Ministério do Esporte executa obras espalhadas voltadas para a preparação e desenvolvimento do atleta olímpico e paraolímpico por todo o país, como por exemplo, as obras do Centro Paralímpico Brasileiro, em São Paulo/SP, cujo valor total estimado é de R$ 264.700.000,00, sendo R$ 145.000.000,00 de repasse da União e o restante de Contrapartida do proponente. A obra conta com aproximadamente 66,63% de execução física já aferida pela Caixa Econômica Federal. Outra obra de grande magnitude e legado é a Implantação do Centro de Formação Olímpica do Nordeste em Fortaleza/CE, cujo investimento previsto total é de R$ 208.367.437,37, sendo R$ 207.000.000,00 de repasse da União, destes, tanto o valor orçamentário, quanto o valor financeiro já foram repassados, o empreendimento conta com 76,39% de obra aferida pela Caixa.

Destaca-se também, neste período, a conclusão da parceria, com o Ministério da Defesa, através da assinatura de Termos de Execução Descentralizada com os Comandos da Marinha (MB), Exército (EB) e Aeronáutica (FAB), totalizando em 2014, R$ 65.173.577,24, para obras de construção, ampliação, reformas, adequações, aquisição de equipamentos e melhoria de toda a infraestrutura e logística de vários centros de treinamento, que estão sob a gestão destes órgãos.

Metas 2012-2015

- **Garantir a eficiente atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal, através da integração de varias áreas e consequentemente através do próprio Ministério do Esporte, tem ampla atuação na cadeia de decisões que envolvem a plena execução dos esforços que estão sendo realizados para honrar os compromissos assumidos, desde a candidatura até a promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Nesta perspectiva, salienta-se o papel da Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público responsável por

coordenar as ações de planejamento, monitoramento e entrega de obras e serviços necessários à realização dos Jogos, elaboração da Matriz de Responsabilidades - visando à definição das obrigações das partes -, assim como o planejamento do uso do legado dos Jogos, entre outros pontos.

No âmbito do Governo Federal, nos moldes da estrutura de governança estabelecida para a organização da Copa do Mundo 2014, foi instituído o Comitê Gestor dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (CGOLIMPÍADAS), que deve estabelecer diretrizes para as ações do Governo. Grupo Executivo dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, com a missão de monitorar a implementação e execução das ações definidas pelo GEOLIMPÍADAS e coordenadas pelo Ministério do Esporte.

Além do que está sendo executado, o Ministério do Esporte promove a manutenção das ações iniciadas em exercícios anteriores e que contribuem para o alcance da meta:

- Acordo de Cooperação Técnica com a Caixa Econômica Federal, com duas equipes, uma em Brasília/DF e outra no Rio de Janeiro/RJ;
- Contratação de Consultorias Especializadas;
- Desenvolvimentos de sistemas e metodologias de acompanhamento e desempenho da execução dos objetivos;
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte, o Município do Rio de Janeiro e a APO - Autoridade Pública Olímpica.
- Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte, o Estado do Rio de Janeiro e a APO.

- **Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016 e identificar, fomentar e desenvolver ações e medidas que contribuam para a geração e ampliação de legado esportivo**

Análise Situacional da Meta

Apesar dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, terem como sede a Cidade do Rio de Janeiro, o Ministério do Esporte, tem como principais objetivos além da realização dos jogos, o legado que os jogos deixarão para o país e para as próximas gerações.

O legado, não esta restrito somente às ações regionais na sede dos jogos e, sim, na expansão do esporte e na inclusão social em todo o país através do esporte.

Destacamos que as ações inerentes ao legado são tratadas de forma a identificar as necessidades, histórico e vocação que determinada cidade, região tem com determinadas modalidades, e viabilizar sensivelmente a pratica esportiva, de modo a maximizar os resultados esperados, através da analise e verificação dos planos de uso dos equipamentos esportivos.

Deste o inicio o Ministério do Esporte tem por objetivo pluralizar as ações dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, desta forma continuará a desenvolver e priorizar as proposições que focam no esporte de alto rendimento, mas que trazem consigo a necessidade social do país, que outrora não teve os investimentos que estamos realizando neste momento. Podemos citar os Centros de Iniciação ao Esporte - CIE, que tem como objetivo ampliar a oferta de infraestrutura de equipamento público esportivo qualificado, incentivando a iniciação esportiva em territórios de vulnerabilidade social das grandes cidades brasileiras. O Ministério do Esporte desenvolveu a concepção no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Forma definidos 3 modelos:

- Modelo I - 2500m² : Ginásio Poliesportivo (arquibancada para 177 lugares);

Área de Apoio (administração, sala de professores/técnicos, vestiários, chuveiros, enfermaria, copa, depósito, academia, sanitário público.);

- Modelo II - 3500m²: Ginásio Poliesportivo (arquibancada para 177 lugares);

Área de Apoio (administração, sala de professores/técnicos, vestiários, chuveiros, enfermaria, copa, depósito, academia, sanitário público.);

Quadra Externa Descoberta;

- Modelo III - 7000m²: Ginásio Poliesportivo (arquibancada para 177 lugares);

Área de Apoio (administração, sala de professores/técnicos, vestiários, chuveiros, enfermaria, copa, depósito,

academia, sanitário público.); Estruturas de atletismo;

Modalidades previstas para os Centros de Iniciação Esportiva:

- Modalidades Olímpicas: Atletismo; Basquete; Boxe; Handebol; Judô; Lutas; Taekwondo; Vôlei; Esgrima; Ginástica Rítmica; Badminton; Levantamento de Peso; Tênis de Mesa;
- Modalidades Paraolímpicas: Esgrima de Cadeira de Rodas; Judô; Halterofilismo; Tênis de Mesa; Voleibol Sentado; Goalball;
- Modalidades Não-Olímpicas: Futebol de Salão;

Totalizando um total de 267 empreendimentos, distribuídos nas cinco regiões do país, com um orçamento estimado de R$ 956.000.000,00.

Ressaltando que todo o processo de seleção, criteriosamente voltado para a inclusão social, através da identificação de regiões de alta vulnerabilidade social, complementação de obras de urbanização do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ou do programa Minha Casa, Minha Vida já contratadas e situação fundiária que permitisse o rápido início de obras, buscando integrar os equipamentos esportivos com as necessidades da sociedade.

Quantidade alcançada

53,95

Data de Referência

31/12/2014

ANEXO I

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**381.270.694**	**394.559.623**	**393.532.564**
Despesas Correntes	381.133.930	394.422.865	393.455.019
Despesas de Capital	136.765	136.758	77.545
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**381.270.694**	**394.559.623**	**393.532.564**

OBJETIVO: 0250 - Promover ações de inclusão e permanência no sistema previdenciário, conhecendo o perfil do cidadão e fortalecendo a educação previdenciária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00QQ - Aprimorar as informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2564	95.000.000	123.500.000	106.308.525	106.308.525	106.308.525
20HT	1.800.000	1.260.000	382.790	382.342	382.342
Total	**96.800.000**	**124.760.000**	**106.691.314**	**106.690.867**	**106.690.867**

- **00QS - Fortalecer a educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GN	2.675.114	2.075.114	344.276	344.276	344.276
20HQ	3.110.324	2.177.227	1.127.088	1.112.934	1.112.934
Total	**5.785.438**	**4.252.341**	**1.471.364**	**1.457.210**	**1.457.210**

OBJETIVO: 0251 - Promover a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários e o reconhecimento automático de direito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00QU - Ampliar e modernizar a rede de atendimento da Previdência Social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20EI	687.627	687.627	535.526	535.526	535.526
8869	70.000.000	49.000.000	18.903.284	9.100.453	8.851.370
116V	60.090.000	64.290.000	51.599.949	34.915.103	33.418.230
2593	793.932.163	892.876.067	860.113.372	832.010.729	824.759.931
Total	**924.709.790**	**1.006.853.694**	**931.152.130**	**876.561.810**	**867.565.058**

- **00QW - Aperfeiçoar as decisões e minimizar as ocorrências de litígios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2015	17.200.543	20.500.543	20.078.967	20.078.967	20.078.967
2294	33.000.000	28.000.000	27.768.612	27.763.663	27.645.374
2290	353.223	353.223	175.922	175.016	175.016
Total	**50.553.766**	**48.853.766**	**48.023.501**	**48.017.646**	**47.899.357**

- **00R0 - Garantir o pagamento de benefícios com qualidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E81	292.144.977.841	303.163.160.094	303.139.714.160	302.455.007.651	283.682.695.400
009W	2.377.692.052	2.007.692.052	2.177.692.052	1.974.042.222	1.837.078.732
2292	290.720.000	356.364.000	335.979.676	325.441.998	325.441.998
0E82	85.080.756.158	87.611.636.216	87.611.253.686	87.571.503.288	84.387.527.572
Total	**379.894.146.051**	**393.138.852.362**	**393.264.639.574**	**392.325.995.159**	**370.232.743.702**

- **00R5 - Promover o acesso à informação de forma transparente e tempestiva**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20HR	3.990.000	3.090.000	1.619.044	1.113.416	1.113.416
4405	120.000.000	95.000.000	86.338.933	86.338.932	86.338.932
4641	24.139.099	16.897.370	16.697.285	15.227.132	15.178.402
2587	5.599.477	5.599.477	5.392.565	4.937.212	4.937.212
Total	**153.728.576**	**120.586.847**	**110.047.828**	**107.616.692**	**107.567.962**

- **00R6 - Promover o reconhecimento automático de direito**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2591	50.000.000	40.000.000	34.854.732	34.784.379	34.776.546
Total	**50.000.000**	**40.000.000**	**34.854.732**	**34.784.379**	**34.776.546**

- **00R8 - Simplificar e desburocratizar normas e uniformizar os processos previdenciários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2563	10.340.702	7.340.702	5.645.378	5.645.317	5.645.287
Total	**10.340.702**	**7.340.702**	**5.645.378**	**5.645.317**	**5.645.287**

OBJETIVO: 0252 - Fomentar políticas e ações de sustentabilidade dos regimes previdenciários, com foco em supervisão, controle e gestão de riscos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00RA - Aprimorar a prevenção de riscos ocupacionais e mitigar os efeitos da incapacidade laboral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2585	40.000.000	28.000.000	22.536.022	15.535.685	15.501.947
Total	**40.000.000**	**28.000.000**	**22.536.022**	**15.535.685**	**15.501.947**

- **00RC - Fortalecer os controles internos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8452	5.500.000	4.000.000	2.247.267	2.247.267	2.247.267
2562	13.800.000	9.660.000	5.779.035	5.778.182	5.777.878
Total	**19.300.000**	**13.660.000**	**8.026.302**	**8.025.449**	**8.025.145**

- **00RE - Otimizar a supervisão, fiscalização e licenciamento das entidades fechadas de previdência complementar e dos regimes próprios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2276	3.000.000	2.100.000	1.756.965	1.736.965	1.736.965
2592	1.230.070	1.230.070	277.962	277.962	277.962
Total	**4.230.070**	**3.330.070**	**2.034.926**	**2.014.926**	**2.014.926**

- **00RF - Promover políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8426	500.000	350.000	12.021	12.021	12.021
2274	20.000.000	22.183.097	21.684.985	0	0
212S	599.999	599.999	209.174	207.174	207.174
Total	**21.099.999**	**23.133.096**	**21.906.181**	**219.195**	**219.195**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2071 - Trabalho, Emprego e Renda

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**43.708.894**	**52.964.409**	**51.085.018**
Despesas Correntes	43.655.519	52.917.595	51.082.146
Despesas de Capital	53.375	46.813	2.872
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**43.708.894**	**52.964.409**	**51.085.018**

OBJETIVO: 0287 - Consolidar o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda no território nacional, ampliando o alcance da promoção de políticas públicas que visem ao aumento da inserção do trabalhador no mundo do trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00WU - Aprimorar as ações de intermediação de mão de obra e de qualificação social e profissional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z1	22.740.000	22.740.000	500.000	0	0
Total	**22.740.000**	**22.740.000**	**500.000**	**0**	**0**

- **00WZ - Otimizar a concessão dos benefícios do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Z3	12.046.873	14.456.247	14.186.108	9.769.927	9.769.927
0585	2.429.809.373	2.399.659.373	2.399.659.373	2.310.619.343	2.310.619.343
0686	5.063.392	5.063.392	3.192.086	3.192.086	3.192.086
0217	52.452.722	60.012.722	56.976.461	56.976.461	56.976.461
0653	36.734.311	40.559.311	33.962.338	33.357.798	33.357.798
0583	25.231.611.944	33.462.076.637	33.462.018.859	32.782.288.256	32.782.288.256
0581	15.236.848.498	15.877.398.498	15.876.742.344	15.497.431.099	15.497.431.099
Total	**43.004.567.113**	**51.859.226.180**	**51.846.737.569**	**50.693.634.969**	**50.693.634.969**

- **00X0 - Consolidar o sistema MTE Mais Emprego como instrumento de execução integrada das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4741	58.350.878	59.132.604	58.350.778	58.350.778	58.350.778
Total	**58.350.878**	**59.132.604**	**58.350.778**	**58.350.778**	**58.350.778**

- **00X3 - Aperfeiçoar os mecanismos de identificação do trabalhador e de registro profissional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2553	19.543.266	19.543.266	5.281.926	3.055.516	3.055.516
Total	**19.543.266**	**19.543.266**	**5.281.926**	**3.055.516**	**3.055.516**

- **00XC - Reestruturar a rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V39	4.500.000	4.500.000	0	0	0
20JT	148.243.101	146.988.245	138.688.345	673.029	673.029
Total	**152.743.101**	**151.488.245**	**138.688.345**	**673.029**	**673.029**

- **00XD - Aperfeiçoar os mecanismos de monitoramento, supervisão e avaliação das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JY	1.000.000	1.000.000	109	109	109
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**109**	**109**	**109**

- **04FQ - Fortalecer a participação e controle social do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2C43	9.123.190	6.937.190	6.672.589	2.844.480	2.844.480
Total	**9.123.190**	**6.937.190**	**6.672.589**	**2.844.480**	**2.844.480**

- **04FR - Aperfeiçoar sistemas e registros públicos relativos ao trabalhador**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8885	100.000	100.000	0	0	0
20YX	21.863.414	28.422.095	28.282.792	24.703.480	24.703.480
20YY	19.567.519	17.822.375	13.278.292	5.588.912	5.588.912
4245	4.525.680	4.525.680	4.265.183	4.116.643	4.116.643
Total	**46.056.613**	**50.870.150**	**45.826.267**	**34.409.035**	**34.409.035**

OBJETIVO: 0289 - Estimular a inclusão produtiva e contribuir para a geração de trabalho e renda

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00XX - Aprimorar os processos de estudos, monitoramento, controle e avaliação dos depósitos especiais do FAT (PROGER)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8617	8.306.080	9.967.295	9.967.295	8.306.080	8.306.080
Total	**8.306.080**	**9.967.295**	**9.967.295**	**8.306.080**	**8.306.080**

- **04FS - Estimular a universalização do microcrédito produtivo orientado, por meio de ações de fomento ao desenvolvimento institucional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B12	5.800.000	4.640.000	328.592	188.924	188.924
Total	**5.800.000**	**4.640.000**	**328.592**	**188.924**	**188.924**

- **04FT - Fomentar a concessão de financiamento de microcrédito produtivo orientado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
00JO	334.000.000	734.000.000	734.000.000	249.131.596	249.131.596
Total	**334.000.000**	**734.000.000**	**734.000.000**	**249.131.596**	**249.131.596**

OBJETIVO: 0869 - Assegurar ao trabalhador o direito ao emprego e trabalho decente

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04FV - Garantir direitos de proteção no trabalho urbano, rural, portuário e aquaviário, inclusive o FGTS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4767	6.122.002	6.122.002	6.122.002	5.174.293	5.174.293
20YU	30.588.000	29.288.000	24.693.189	23.150.967	22.892.973
2C45	1.000.000	800.000	0	0	0
Total	**37.710.002**	**36.210.002**	**30.815.191**	**28.325.261**	**28.067.266**

- **04FW - Fortalecer ações, estudos, pesquisas e inovações no campo da proteção ao trabalhador**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YW	5.200.000	4.900.000	4.691.650	3.896.045	3.896.045
Total	**5.200.000**	**4.900.000**	**4.691.650**	**3.896.045**	**3.896.045**

- **04FY - Fortalecer a democratização nas relações do trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YV	1.400.000	1.400.000	1.244.095	1.142.738	1.142.738
Total	**1.400.000**	**1.400.000**	**1.244.095**	**1.142.738**	**1.142.738**

- **04G0 - Aperfeiçoar a política laboral de imigração e emigração**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2599	2.353.640	2.353.640	1.767.858	1.059.311	1.059.311
Total	**2.353.640**	**2.353.640**	**1.767.858**	**1.059.311**	**1.059.311**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2015 - Aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**84.063.538**	**85.998.641**	**74.327.210**
Despesas Correntes	75.795.127	78.030.004	73.053.222
Despesas de Capital	8.268.410	7.968.637	1.273.987
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**55.583**	**55.583**	**49.752**
Totais	**84.119.121**	**86.054.224**	**74.376.961**

OBJETIVO: 0713 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02P9 - Ampliação e qualificação do acesso a uma alimentação saudável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8735	17.500.000	12.250.000	10.449.871	2.618.653	2.616.109
Total	**17.500.000**	**12.250.000**	**10.449.871**	**2.618.653**	**2.616.109**

- **02PA - Aperfeiçoamento, Avaliação, Desenvolvimento e Pesquisa Clínica de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8759	229.500.000	218.890.000	218.838.407	182.029.895	182.029.895
Total	**229.500.000**	**218.890.000**	**218.838.407**	**182.029.895**	**182.029.895**

- **02PB - Aperfeiçoamento, avaliação e desenvolvimento de ações e serviços especializados em oncologia - INCA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8758	310.796.000	287.506.000	281.167.705	256.880.173	249.740.289
Total	**310.796.000**	**287.506.000**	**281.167.705**	**256.880.173**	**249.740.289**

- **02PC - Aperfeiçoamento, Avaliação e desenvolvimento de Ações, Serviços e Pesquisas na Área Cardiovascular**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8755	107.100.000	102.815.000	102.806.340	80.481.284	75.294.685
Total	**107.100.000**	**102.815.000**	**102.806.340**	**80.481.284**	**75.294.685**

- **02PG - Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6217	684.179.697	623.039.451	611.949.287	470.306.470	460.202.469
Total	**684.179.697**	**623.039.451**	**611.949.287**	**470.306.470**	**460.202.469**

- **02PH - Atenção de referência, educação e pesquisa em reabilitação física qualificada**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6148	877.823.000	880.166.000	769.749.466	750.000.000	750.000.000
Total	**877.823.000**	**880.166.000**	**769.749.466**	**750.000.000**	**750.000.000**

- **02PM - Fortalecimento da hemorrede pública nacional visando garantir a disponibilidade de hemocomponentes à atenção especializada, e a atenção integral as pessoas portadoras de doenças hematológicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7690	57.300.000	55.700.000	27.029.442	5.748.169	5.748.169
6516	59.713.000	71.363.426	67.677.112	44.322.114	42.382.937
09LP	100.000.000	100.000.000	30.000.000	0	0
Total	**217.013.000**	**227.063.426**	**124.706.554**	**50.070.283**	**48.131.106**

- **02PN - Fortalecimento de mecanismos de programação e regulação nas redes de atenção à saúde do SUS, e entre os sistemas de saúde público e suplementar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8721	136.000.000	95.200.000	80.271.437	60.871.566	60.871.566
Total	**136.000.000**	**95.200.000**	**80.271.437**	**60.871.566**	**60.871.566**

- **02PO - Implantação do complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
125H	53.450.000	37.415.000	29.396.806	947.131	329.942
Total	**53.450.000**	**37.415.000**	**29.396.806**	**947.131**	**329.942**

- **02PV - Qualificação das ações em saúde para população em situação de privação de liberdade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B1	48.500.000	33.950.000	7.638.030	7.638.030	7.638.030
Total	**48.500.000**	**33.950.000**	**7.638.030**	**7.638.030**	**7.638.030**

- **02PW - Reordenamento da atenção especializada visando à integralidade de atenção, assim como ampliação da atenção primária e especializada em redes de atenção à saúde, com qualificação das práticas e da gestão do cuidado, buscando assegurar resolutividade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8730	241.024.000	225.194.536	178.316.163	165.095.166	165.040.629
7666	222.044.192	263.994.192	181.720.108	60.426.688	60.426.688
8585	36.303.600.000	39.172.540.850	39.157.371.247	38.849.537.157	38.749.594.634
4525	455.842.994	460.749.929	222.486.112	0	0
8577	5.287.000.000	5.062.092.550	5.061.914.265	5.033.792.293	5.033.768.273
4324	21.700.000	21.700.000	21.699.950	0	0
8535	3.585.582.157	3.635.668.136	1.343.955.021	75.191.321	75.191.321
20SP	61.250.000	42.875.000	25.658.034	14.308.894	14.308.894

7833	7.650.000	7.650.000	1.950.000	1.950.000	1.950.000
20G8	465.000.000	465.000.000	443.244.607	301.608.273	253.515.466
12L5	1.578.072.000	1.116.072.000	836.918.382	835.499.505	835.499.505
8581	2.109.326.755	2.188.166.461	1.432.759.577	10.881.557	10.881.557
8573	120.000.000	88.997.960	78.576.738	31.200.294	31.180.344
8762	2.680.000	1.876.000	1.829.392	1.000.000	1.000.000
20AD	11.173.500.000	11.025.043.000	11.017.263.937	10.979.104.161	10.977.931.478
Total	**61.634.272.098**	**63.777.620.614**	**60.005.663.533**	**56.359.595.310**	**56.210.288.790**

- **02PZ - Universalização do acolhimento e das práticas humanizadas nas redes de atenção à saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8739	10.000.000	7.000.000	6.999.416	3.004.123	3.004.123
Total	**10.000.000**	**7.000.000**	**6.999.416**	**3.004.123**	**3.004.123**

OBJETIVO: 0714 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02Q2 - Controle sanitário de viajantes, meios de transportes, infraestrutura e prestação de serviços nas áreas portuárias, aeroportuárias, fronteiras e recintos alfandegados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6138	20.412.000	20.412.000	15.300.461	11.025.458	10.995.599
Total	**20.412.000**	**20.412.000**	**15.300.461**	**11.025.458**	**10.995.599**

- **02Q4 - Fomento a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas regionalizadas, com vistas à sustentabilidade dos serviços e ações de saúde e saneamento ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20K2	5.000.000	4.000.000	691.645	21.189	21.189
Total	**5.000.000**	**4.000.000**	**691.645**	**21.189**	**21.189**

- **02Q5 - Fortalecimento da promoção e da vigilância em saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20K0	2.650.000	2.408.000	2.400.379	2.382.463	2.381.276
20YJ	463.230.000	345.421.000	259.184.149	180.743.614	180.743.614
Total	**465.880.000**	**347.829.000**	**261.584.528**	**183.126.077**	**183.124.891**

- **02Q6 - Fortalecimento da Vigilância em saúde ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20T6	16.900.000	13.520.000	1.825.812	630.303	630.303
Total	**16.900.000**	**13.520.000**	**1.825.812**	**630.303**	**630.303**

- **02Q8 - Gestão do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8327	12.450.000	11.871.641	11.452.444	9.276.848	9.238.890
20AC	168.000.000	178.437.980	178.437.979	163.546.906	163.546.906
20YE	1.288.000.000	1.256.719.000	1.256.719.000	1.068.581.537	1.065.961.739
20AL	1.700.000.000	1.689.562.020	1.689.093.378	1.515.691.368	1.515.608.936
4641	201.256.000	203.756.000	181.379.779	148.611.159	148.591.818
Total	**3.369.706.000**	**3.340.346.641**	**3.317.082.580**	**2.905.707.818**	**2.902.948.289**

- **02QB - Implantação de melhorias habitacionais para o controle da doença de Chagas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
3921	34.986.000	34.986.000	25.983.955	0	0
Total	**34.986.000**	**34.986.000**	**25.983.955**	**0**	**0**

- **02QC - Pesquisa, ensino e inovações tecnológicas em Medicina Tropical e Meio Ambiente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QF	56.850.000	52.380.000	45.345.053	34.909.119	34.863.632
Total	**56.850.000**	**52.380.000**	**45.345.053**	**34.909.119**	**34.863.632**

- **02QD - Publicidade de Utilidade Pública para Ações de Vigilância Sanitária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4641	5.000.000	3.500.000	0	0	0
Total	**5.000.000**	**3.500.000**	**0**	**0**	**0**

- **02QE - Qualificação e expansão das ações de vigilância sanitária, a serem executadas de forma transversal e integrada à política nacional de saúde, com o objetivo de prevenir e controlar os riscos oriundos da produção, comercialização e uso de bens e serviços mediante o monitoramento do risco sanitário, o controle sanitário, a regulamentação e regulação sanitária, e a coordenação do SNVS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20AB	185.000.000	185.000.000	185.000.000	174.898.793	174.898.793
8719	157.500.000	158.000.000	141.435.903	128.726.518	128.724.118
6174	8.000.000	7.750.000	5.502.561	5.315.657	5.315.657
Total	**350.500.000**	**350.750.000**	**331.938.465**	**308.940.968**	**308.938.568**

- **04E0 - Gestão de insumos para prevenção e controle de doenças.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YE	800.000.000	1.040.000.000	1.033.688.300	777.479.558	732.143.588
Total	**800.000.000**	**1.040.000.000**	**1.033.688.300**	**777.479.558**	**732.143.588**

OBJETIVO: 0715 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02QL - Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Saúde da Mulher, Criança e Adolescente e em doenças infecciosas na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8305	35.881.566	38.900.685	35.460.422	34.162.809	34.140.435
Total	**35.881.566**	**38.900.685**	**35.460.422**	**34.162.809**	**34.140.435**

- **02QM - Construção dos Institutos de Saúde da Mulher e da Criança e de Infectologia na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147J	47.880.000	33.516.000	13.657.618	3.126.054	3.126.054
Total	**47.880.000**	**33.516.000**	**13.657.618**	**3.126.054**	**3.126.054**

- **02QR - Implementação da Rede Cegonha mediante qualificação do modelo de atenção à gravidez, parto/nascimento, aborto e puerpério na perspectiva da promoção, humanização e práticas baseadas em evidências, na defesa dos direitos humanos e na adequação de ações para inclusão de mulheres, crianças e adolescentes mais vulneráveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R4	195.556.400	160.056.400	117.375.801	44.610.949	44.610.949
Total	**195.556.400**	**160.056.400**	**117.375.801**	**44.610.949**	**44.610.949**

- **02QS - Implementar a política de promoção à saúde e atenção integral à saúde da mulher e da criança**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6175	38.980.000	34.600.000	8.603.082	4.931.057	4.931.057
Total	**38.980.000**	**34.600.000**	**8.603.082**	**4.931.057**	**4.931.057**

OBJETIVO: 0717 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com as outras redes de atenção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02R1 - Ampliação, qualificação e reconhecimento das diversas portas de entrada de urgência e emergência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12L4	81.028.000	116.028.000	72.133.755	34.456.546	34.456.546
8933	257.824.589	248.174.589	65.259.720	18.890.247	18.890.247
Total	**338.852.589**	**364.202.589**	**137.393.475**	**53.346.793**	**53.346.793**

- **02R6 - Expansão e qualificação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para cobertura e atuação regional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8761	840.000.000	923.661.260	912.138.940	912.138.940	912.138.940
Total	**840.000.000**	**923.661.260**	**912.138.940**	**912.138.940**	**912.138.940**

- **02R9 - Implantação e manutenção da Força Nacional de Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20QI	8.800.000	6.160.000	358.642	258.379	258.379
Total	**8.800.000**	**6.160.000**	**358.642**	**258.379**	**258.379**

OBJETIVO: 0718 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02RC - Promoção da inclusão social dos usuários de saúde mental, crack, álcool e outras drogas, por meio da cultura, redes sociais e fomento às ações intersetoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6233	14.700.000	10.290.000	2.559.533	1.517.359	1.517.359
Total	**14.700.000**	**10.290.000**	**2.559.533**	**1.517.359**	**1.517.359**

- **02RE - Reestruturação da rede de atenção psicossocial, com responsabilização clara dos diversos pontos de atenção, com priorização para o enfrentamento do Crack, álcool e outras drogas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20B0	122.386.000	91.264.486	64.803.050	43.302.350	43.302.350
20AI	23.500.000	22.100.000	21.416.661	21.375.866	21.375.866
Total	**145.886.000**	**113.364.486**	**86.219.711**	**64.678.216**	**64.678.216**

OBJETIVO: 0719 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02RN - Implementação e qualificação de um modelo de atenção integral ao processo de envelhecimento ativo, com foco na saúde da pessoa idosa, favorecendo a ampliação do grau de autonomia e independência para o auto cuidado, envolvendo familiares e comunidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YL	13.663.000	13.253.000	7.400.000	0	0
6178	10.300.000	7.300.000	7.300.000	989.667	989.667
Total	**23.963.000**	**20.553.000**	**14.700.000**	**989.667**	**989.667**

- **04E1 - Ampliação e valorização da utilização dos espaços públicos de lazer, como proposta de inclusão social, enfrentamento das violências e melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população, ampliando a autonomia dos indivíduos sobre a escolha de modos de vida mais saudáveis.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YI	88.910.000	73.396.300	37.423.733	17.136.118	16.850.090
Total	**88.910.000**	**73.396.300**	**37.423.733**	**17.136.118**	**16.850.090**

OBJETIVO: 0721 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais de saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02RT - Ampliação do acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente e aprimoramento da qualificação em serviço**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YD	1.188.453.200	1.188.724.200	1.138.303.793	1.044.179.894	1.037.982.861
212H	3.000.000	3.000.000	0	0	0
Total	**1.191.453.200**	**1.191.724.200**	**1.138.303.793**	**1.044.179.894**	**1.037.982.861**

- **02S0 - Operação do Canal Saúde - Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Q4	14.700.000	14.299.950	11.076.974	10.406.483	10.406.483
Total	**14.700.000**	**14.299.950**	**11.076.974**	**10.406.483**	**10.406.483**

OBJETIVO: 0724 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02S3 - Fortalecimento do SUS por meio da gestão participativa, da participação social e da promoção da equidade em saúde.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YM	53.200.000	39.400.000	32.197.882	20.656.427	20.656.427
2016	11.000.000	11.000.000	9.456.854	7.316.448	7.316.448
Total	**64.200.000**	**50.400.000**	**41.654.736**	**27.972.875**	**27.972.875**

- **02S5 - Aprimoramento do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8287	50.000.000	35.000.000	32.245.400	24.633.134	24.633.134
Total	**50.000.000**	**35.000.000**	**32.245.400**	**24.633.134**	**24.633.134**

- **02S7 - Implementação de processos de informatização do SUS alinhados com a Política de Informação e Informática em Saúde – PNIIS.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YN	399.433.750	436.433.750	382.998.571	283.989.891	283.613.901
Total	**399.433.750**	**436.433.750**	**382.998.571**	**283.989.891**	**283.613.901**

OBJETIVO: 0725 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02S9 - Fortalecimento do Controle Interno do SUS, com foco nas marcas de governo e no Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) para a melhoria do acesso e do combate ao desperdício.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8708	14.000.000	9.800.000	5.794.504	4.967.881	4.967.881
Total	**14.000.000**	**9.800.000**	**5.794.504**	**4.967.881**	**4.967.881**

- **02SA - Desenvolvimento e aprimoramento das ações de Ouvidoria Ativa para ampliar e fortalecer o Sistema Nacional de Ouvidoria.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6182	81.200.000	62.500.000	58.821.371	41.393.606	41.392.856
Total	**81.200.000**	**62.500.000**	**58.821.371**	**41.393.606**	**41.392.856**

- **02SC - Aprimoramento dos mecanismos de gestão do SUS com ênfase no planejamento, monitoramento e avaliação, na racionalização dos gastos, na modernização administrativa e na articulação interministerial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8715	16.200.000	13.900.000	11.655.597	9.716.407	9.716.407
8753	8.000.000	5.600.000	4.811.135	2.526.206	2.526.206
Total	**24.200.000**	**19.500.000**	**16.466.732**	**12.242.613**	**12.242.613**

- **02SE - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B52	15.000.000	17.400.000	14.958.443	10.041.499	10.041.499
Total	**15.000.000**	**17.400.000**	**14.958.443**	**10.041.499**	**10.041.499**

- **02SG - Fortalecer a capacidade de gestão no SUS por meio do uso de ferramentas de Economia da Saúde, da produção de informações sobre investimentos em estruturação física e tecnológica e apoio à gestão de projetos de cooperação técnica nacional e internacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8648	14.000.000	13.070.000	7.320.126	2.205.298	2.199.879
Total	**14.000.000**	**13.070.000**	**7.320.126**	**2.205.298**	**2.199.879**

OBJETIVO: 0726 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02SP - Estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde, com o fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AH	69.399.580	69.399.580	17.110.571	14.510.571	14.510.571
Total	**69.399.580**	**69.399.580**	**17.110.571**	**14.510.571**	**14.510.571**

- **02SQ - Fornecimento de medicamentos hemoderivados para o SUS pela Hemobrás**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
146V	55.583.145	55.583.145	49.751.846
Total	**55.583.145**	**55.583.145**	**49.751.846**

- **02ST - Promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais através do Programa Farmácia Popular do Brasil e "Saúde não tem Preço"**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YS	939.887.044	690.297.044	621.485.875	549.980.505	541.737.481
20YR	1.729.750.000	1.874.191.470	1.658.786.586	1.654.917.587	1.654.917.587
211V	1.700.000	1.700.000	0	0	0
Total	**2.671.337.044**	**2.566.188.514**	**2.280.272.461**	**2.204.898.092**	**2.196.655.068**

- **02SU - Promoção da Assistência Farmacêutica por meio de Acesso aos Medicamentos e Insumos dos Componentes Básico, Estratégico e Especializado.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4370	780.250.000	864.187.200	863.694.200	703.416.974	649.643.328
20AE	1.374.491.100	1.312.869.206	1.292.642.014	1.117.723.158	1.116.686.366
4705	4.900.000.000	4.890.845.854	4.890.818.830	4.486.973.311	4.467.911.070
4368	171.750.000	165.730.448	163.937.097	111.375.695	110.213.338
4295	615.450.000	583.432.574	451.173.717	364.975.317	364.936.811
Total	**7.841.941.100**	**7.817.065.282**	**7.662.265.857**	**6.784.464.455**	**6.709.390.914**

- **02SV - Promoção do acesso seguro e uso racional de medicamentos, plantas medicinais e fitoterápicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20K5	11.611.750	10.011.750	4.056.311	3.901.211	3.901.211
Total	**11.611.750**	**10.011.750**	**4.056.311**	**3.901.211**	**3.901.211**

OBJETIVO: 0727 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02T7 - Fortalecimento do Sistema de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, como instância do Controle Social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20K4	11.340.000	11.340.000	9.340.000	1.982.087	1.982.087
Total	**11.340.000**	**11.340.000**	**9.340.000**	**1.982.087**	**1.982.087**

- **02T9 - Informação e divulgação em Ciência e Tecnologia em Saúde na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6179	23.000.000	21.527.683	21.130.503	20.418.655	20.395.292
Total	**23.000.000**	**21.527.683**	**21.130.503**	**20.418.655**	**20.395.292**

- **02TB - Manutenção do Patrimônio histórico e cultural de ciência e da Saúde na Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147V	2.100.000	2.100.000	1.746.898	662.174	662.174
20Q7	8.000.000	6.998.580	6.997.042	6.713.572	6.713.572
Total	**10.100.000**	**9.098.580**	**8.743.941**	**7.375.746**	**7.375.746**

- **02TD - Modernização e manutenção dos Laboratórios de Pesquisa biomédica e coleções biológicas da Fiocruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20AQ	2.600.000	2.039.120	1.956.734	1.643.126	1.643.126
11PJ	11.316.000	11.316.000	10.887.786	8.563.606	8.563.606
Total	**13.916.000**	**13.355.120**	**12.844.520**	**10.206.732**	**10.206.732**

- **02TE - Pesquisa, Desenvolvimento e Avaliação de Tecnologias em saúde para o SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6146	88.598.000	91.098.000	76.274.910	43.318.625	42.615.912
8315	93.000.000	117.758.278	113.696.423	106.853.677	106.496.794
Total	**181.598.000**	**208.856.278**	**189.971.333**	**150.172.302**	**149.112.706**

- **02TH - Qualificação da Incorporação/Manutenção de Tecnologias no âmbito do SUS - (Lei nº 12.401/2011)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K3	16.200.000	16.200.000	10.150.000	1.778.305	1.778.305
Total	**16.200.000**	**16.200.000**	**10.150.000**	**1.778.305**	**1.778.305**

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02TL - Garantia de acesso à informação em Saúde Suplementar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8727	39.000.000	38.700.000	29.293.785	17.742.032	17.742.032
Total	**39.000.000**	**38.700.000**	**29.293.785**	**17.742.032**	**17.742.032**

- **02TM - Publicidade de utilidade pública para o aprimoramento da regulação e da fiscalização da saúde suplementar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	4.200.000	4.550.000	3.700.000	3.350.048	3.350.048
Total	**4.200.000**	**4.550.000**	**3.700.000**	**3.350.048**	**3.350.048**

- **02TN - Regulação e Fiscalização para a geração de saúde em modelos sustentáveis de planos de saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4339	35.000.000	37.500.000	37.486.981	32.763.285	32.763.285
Total	**35.000.000**	**37.500.000**	**37.486.981**	**32.763.285**	**32.763.285**

OBJETIVO: 0729 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02TU - Fortalecimento da cooperação internacional brasileira, compartilhando e divulgando as experiências do Sistema Único de Saúde, e apoiando o seu desenvolvimento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B42	25.930.000	25.380.000	22.817.738	20.669.966	20.669.966
20QG	10.000.000	10.000.000	7.782.679	7.763.150	7.763.150
Total	**35.930.000**	**35.380.000**	**30.600.418**	**28.433.116**	**28.433.116**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2037 - Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**39.415.751**	**40.421.701**	**39.494.392**
Despesas Correntes	39.246.791	40.251.799	39.473.146
Despesas de Capital	168.960	169.902	21.246
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**39.415.751**	**40.421.701**	**39.494.392**

OBJETIVO: 0282 - Ampliar o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social ao acompanhamento familiar e ao atendimento pela proteção básica e especial; qualificar os serviços e promover sua articulação com os benefícios e transferência de renda; assegurar o funcionamento da rede de proteção social básica e expandi-la nos territórios intramunicipais e de extrema pobreza; e induzir a estruturação de unidades públicas de prestação de serviços socioassistenciais, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00WM - Ampliação, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da Rede de Proteção Social Básica, incluindo o aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2A60	1.657.556.783	1.522.556.783	1.522.556.783	1.187.244.009	1.181.470.509
2B30	111.881.382	113.881.382	74.293.023	10.187.903	9.670.865
20V5	120.000.000	120.000.000	118.160.863	64.324.586	47.037.206
Total	**1.889.438.165**	**1.756.438.165**	**1.715.010.669**	**1.261.756.497**	**1.238.178.580**

OBJETIVO: 0370 - Ampliar o acesso das famílias e indivíduos em situação de riscos sociais e violação de direitos aos serviços de acompanhamento e atendimento especializados; assegurar o funcionamento e expandir a rede de proteção social especial; qualificar os serviços ofertados e induzir a estruturação da rede de unidades de prestação de serviços de média e alta complexidade, de acordo com padrões estabelecidos nacionalmente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **013T - Expansão, qualificação e manutenção dos serviços e estruturação da rede de Proteção Social Especial, incluindo o aperfeiçoamento dos mecanismos de orientação, assessoramento e apoio técnico à gestão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B31	76.250.500	81.050.500	45.904.269	7.871.949	6.821.949
2A65	624.073.272	499.323.272	491.885.514	344.600.659	323.709.385
2A69	247.078.591	232.078.591	230.022.189	165.722.357	164.907.357
Total	**947.402.363**	**812.452.363**	**767.811.972**	**518.194.965**	**495.438.691**

OBJETIVO: 0371 - Conceder benefícios assistenciais a indivíduos que atendam aos critérios estabelecidos na legislação, contribuir para a integração entre os benefícios assistenciais e os serviços da rede socioassistencial e das demais políticas setoriais e qualificar a regulamentação do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e dos benefícios eventuais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **013X - Aperfeiçoamento do processo de concessão, manutenção, monitoramento, avaliação, controle, regulação, fiscalização, cadastramento, reavaliação periódica do BPC e das ações intersetoriais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2589	12.000.000	12.000.000	11.985.372	10.952.928	8.968.966
Total	**12.000.000**	**12.000.000**	**11.985.372**	**10.952.928**	**8.968.966**

- **0141 - Realização do pagamento dos benefícios (BPC e RMV)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0565	1.093.129.593	1.233.129.593	1.232.988.577	1.230.118.037	1.197.180.430
0573	15.877.876.718	17.292.441.632	17.292.430.502	17.257.090.244	16.631.155.050
2583	51.112.602	51.112.602	51.112.602	46.140.905	46.140.905
0561	557.446.831	423.246.831	423.007.314	421.449.989	410.158.230
0575	18.775.748.806	18.649.948.806	18.649.449.129	18.606.213.081	17.931.443.561
Total	**36.355.314.550**	**37.649.879.464**	**37.648.988.124**	**37.561.012.257**	**36.216.078.176**

OBJETIVO: 0372 - Coordenar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), apoiando e acompanhando sua implementação nas demais esferas de governo, assim como organizar e coordenar a Vigilância Social, para o monitoramento das vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, dos padrões dos benefícios e ações ofertadas pela política de assistência social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0146 - Qualificar a gestão do SUAS, por meio do acompanhamento, apoio técnico e financeiro às demais esferas, do apoio e fortalecimento das instâncias de pactuação e controle social, do aperfeiçoamento da regulação e da tecnologia da informação utilizada, da produção e disseminação de instrumentos para o diagnóstico das situações de vulnerabilidade, risco e violações de direitos e informações sobre os serviços ofertados, incluindo a produção de estatísticas nacionais e subnacionais, contemplando a realização anual do Censo SUAS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8893	202.584.789	182.609.721	177.799.896	138.135.536	88.861.194
Total	**202.584.789**	**182.609.721**	**177.799.896**	**138.135.536**	**88.861.194**

OBJETIVO: 0373 - Fortalecer o controle social e incentivar a participação da sociedade, visando ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0147 - Assegurar o funcionamento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), realizar as Conferências Nacionais de Assistência Social, incentivar a participação da sociedade civil nos conselhos de assistência social, apoiar e acompanhar o aprimoramento e fortalecimento do controle social no âmbito do SUAS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8249	9.011.483	8.321.239	7.054.520	4.340.046	4.340.046
Total	**9.011.483**	**8.321.239**	**7.054.520**	**4.340.046**	**4.340.046**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2019 - Bolsa Família

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**25.294.890**	**26.725.937**	**26.521.024**
Despesas Correntes	25.289.890	26.719.837	26.520.372
Despesas de Capital	5.000	6.100	652
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**25.294.890**	**26.725.937**	**26.521.024**

OBJETIVO: 0375 - Aprimorar a gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Bolsa Família.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014B - Aprimoramento e desenvolvimento de atividades terceirizadas de administração do cadastro único e de benefício do PBF, bem como daquelas atividades de apoio à fiscalização, controle e auditoria da execução do programa Bolsa Família**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IT	12.500.000	12.412.000	12.412.000	0	0
Total	**12.500.000**	**12.412.000**	**12.412.000**	**0**	**0**

- **014E - Fortalecimento da capacidade de gestão descentralizada do programa Bolsa Família**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8446	603.000.000	529.135.102	529.135.100	382.457.037	360.436.001
Total	**603.000.000**	**529.135.102**	**529.135.100**	**382.457.037**	**360.436.001**

OBJETIVO: 0376 - Localizar e caracterizar as famílias consideradas como público-alvo dos programas de transferência de renda e dos programas sociais do Governo Federal voltados à população de baixa renda, e realizar a gestão e manutenção de suas informações socioeconômicas, por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de metodologias, instrumentos e sistemas de informações, com objetivo de subsidiar o planejamento e a implementação de políticas de combate à pobreza e à desigualdade social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014H - Disponibilização de informações de identificação e caracterização socioeconômica qualificadas e atualizadas, de todas as famílias brasileiras de baixa renda, para elaboração de estudos e pesquisas, e para o planejamento e implementação de políticas públicas e ações governamentais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6414	28.500.000	28.500.000	22.227.423	12.889.212	12.889.212
Total	**28.500.000**	**28.500.000**	**22.227.423**	**12.889.212**	**12.889.212**

OBJETIVO: 0619 - Melhorar as condições socioeconômicas das famílias pobres e, sobretudo, extremamente pobres, por meio de transferência direta de renda e da articulação com outras políticas promotoras de emancipação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ER - Transferência de Renda às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8442	24.650.890.000	26.155.890.000	26.155.890.000	26.125.678.118	26.125.678.118
Total	**24.650.890.000**	**26.155.890.000**	**26.155.890.000**	**26.125.678.118**	**26.125.678.118**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.063.933**	**3.500.885**	**1.207.091**
Despesas Correntes	1.999.944	1.720.053	650.243
Despesas de Capital	2.063.989	1.780.832	556.848
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.063.933**	**3.500.885**	**1.207.091**

OBJETIVO: 0613 - Fomentar o abastecimento alimentar como forma de assegurar o acesso regular e permanente da população brasileira a alimentos, em quantidade suficiente, qualidade e diversidade, observadas as práticas alimentares promotoras da saúde e respeitados os aspectos culturais e ambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DY - Implantação de unidades de serviço de abastecimento móvel para aquisição de alimentos da agricultura familiar, do extrativismo e da pesca artesanal e de produtos de outras fontes de produção, com o objetivo de abastecer as populações em extrema pobreza, urbana e rural, em especial as ribeirinhas da Amazônia Legal, favorecendo o suprimento regular e a preços compatíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TB	17.550.000	10.500.000	0	0	0
Total	**17.550.000**	**10.500.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0930 - Controlar e prevenir os agravos e doenças consequentes da insegurança alimentar e nutricional com a promoção da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, por meio do controle e regulação de alimentos e da estruturação da atenção nutricional na rede de atenção à saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03XC - Estruturar a atenção nutricional na rede de atenção à saúde, em especial no âmbito da atenção primária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QH	34.400.000	27.520.000	7.655.044	6.760.884	6.748.183
Total	**34.400.000**	**27.520.000**	**7.655.044**	**6.760.884**	**6.748.183**

OBJETIVO: 0377 - Institucionalizar no Território Nacional o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e seus mecanismos de gestão, a fim de possibilitar o seu financiamento e a estruturação da capacidade institucional de planejamento, execução e monitoramento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, através do plano nacional e dos planos estaduais e municipais de segurança alimentar e nutricional, incluindo a promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no âmbito nacional e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014L - Apoio aos estados, Distrito Federal e municípios para (i) adesão ao SISAN; (ii) sua gestão; (iii) instituição dos Fóruns Bipartites de Pactuação (estados/Distrito Federal e municípios) para a instituição do Fórum Tripartite de Pactuação (União, estados/Distrito Federal e municípios); (iv) elaboração dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional; (v) a execução de ações intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, assim como (vi) o apoio aos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional para sua adequada participação do sistema**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8624	13.484.832	13.134.832	10.134.763	4.946.929	4.946.929
Total	**13.484.832**	**13.134.832**	**10.134.763**	**4.946.929**	**4.946.929**

OBJETIVO: 0378 - Consolidar a organização de circuitos locais de produção, abastecimento e consumo, por meio da expansão e estruturação da rede de equipamentos, ações e serviços públicos de comercialização, alimentação e nutrição sob a ótica do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **014V - Implantação e qualificação de equipamentos e serviços públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos, fomento às atividades de formação e capacitação profissional voltados à inclusão social e produtiva de pessoas inscritas no CadÚnico, com ênfase na participação das mulheres, integrando-os aos equipamentos da assistência social, educação, saúde e outros, bem como apoio aos sistemas agroalimentares locais para a promoção do DHAA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8929	90.321.790	90.471.790	85.700.944	9.458.311	7.511.598
Total	**90.321.790**	**90.471.790**	**85.700.944**	**9.458.311**	**7.511.598**

OBJETIVO: 0379 - Assegurar processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional e de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, de modo a estimular a autonomia do sujeito para produção e práticas alimentares saudáveis, por meio da mobilização social, articulação e trabalho em rede, valorizando e respeitando as especificidades culturais e regionais dos diferentes grupos e etnias, na perspectiva da Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0159 - Instituir ações de Educação Alimentar e Nutricional, prioritariamente para as famílias beneficiárias dos programas sociais, fomentando as organizações sociais e integrando as instituições que compõem o SISAN no território, além de estratégias de comunicação e sensibilização da população e de formação de profissionais sob a ótica da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do DHAA, de forma sinérgica com o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e com o Plano Brasil Sem Miséria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2784	6.000.000	6.000.000	3.921.980	2.141.222	2.141.222
Total	**6.000.000**	**6.000.000**	**3.921.980**	**2.141.222**	**2.141.222**

OBJETIVO: 0380 - Promover o acesso à alimentação adequada e fomentar a inclusão socioeconômica de agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, por intermédio da ampliação da sua participação, prioritariamente dos mais pobres, no abastecimento dos mercados institucionais, da rede socioassistencial e dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **015D - Aquisição, armazenagem e distribuição de alimentos produzidos por agricultores familiares, mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, bem como por suas organizações, com prioridade para os agroecológicos e oriundos da sociobiodiverdade, para distribuição a pessoas ou famílias, diretamente a essas ou por intermédio do abastecimento da rede socioassistencial, dos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e de mercados institucionais, para formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar e para composição de estoques públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2798	1.267.250.000	1.013.740.000	804.714.689	441.167.547	430.055.855
2B81	59.641.323	47.713.480	31.905.252	31.886.585	31.369.737
Total	**1.326.891.323**	**1.061.453.480**	**836.619.941**	**473.054.132**	**461.425.592**

- **015E - Aquisição de alimentos, inclusive de agricultores familiares, para composição e distribuição de cestas de alimentos a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar e a famílias atingidas por situações de emergência ou calamidade pública, de forma qualificada e em articulação com parceiros institucionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2792	82.000.000	82.000.000	67.920.096	54.282.883	40.960.616
Total	**82.000.000**	**82.000.000**	**67.920.096**	**54.282.883**	**40.960.616**

OBJETIVO: 0614 - Garantir o acesso à água para populações rurais de forma a promover qualidade e quantidade suficientes à segurança alimentar e nutricional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02E5 - Identificação, implantação e monitoramento de tecnologias para captação e armazenamento de água para famílias rurais, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais e em escolas rurais, associadas à capacitação dos beneficiários em gestão hídrica, convivência com a seca, segurança alimentar e nutricional e uso sustentável dos recursos naturais, além de execução de ações de monitoramento da qualidade da água consumida**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8948	643.000.000	643.000.000	572.846.446	215.361.190	215.361.190
12QC	1.351.222.553	1.151.222.553	998.184.122	338.835.228	294.845.360
Total	**1.994.222.553**	**1.794.222.553**	**1.571.030.568**	**554.196.417**	**510.206.550**

- **02E6 - Instalação, recuperação e gestão de sistemas de dessalinização adequados às populações difusas do semiárido**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8695	81.663.800	81.663.800	79.500.769	3.963	3.963
Total	**81.663.800**	**81.663.800**	**79.500.769**	**3.963**	**3.963**

OBJETIVO: 0615 - Fomentar e estruturar a produção familiar e a inclusão produtiva, especialmente dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de insegurança alimentar e nutricional, de forma a gerar alimentos, excedentes de produção e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02E8 - Atendimento de agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais em situação de extrema pobreza, por meio da transferência de recursos financeiros para o fomento às atividades produtivas, articulado com serviços de assistência técnica e extensão rural, adequados às especificidades socioculturais dos beneficiários e apoio a outras iniciativas de segurança alimentar e nutricional e de inclusão produtiva**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GD	417.398.600	333.918.900	281.572.924	102.246.589	102.246.589
Total	**417.398.600**	**333.918.900**	**281.572.924**	**102.246.589**	**102.246.589**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2060 - Coordenação de Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e outras Droga

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**246.554**	**245.954**	**15.232**
Despesas Correntes	232.318	232.861	15.124
Despesas de Capital	14.236	13.093	108
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**246.554**	**245.954**	**15.232**

OBJETIVO: 0912 - Promover e articular ações continuadas de prevenção do uso de drogas e capacitar, de forma continuada , atores governamentais e não governamentais envolvidos nas ações voltadas à prevenção do uso, ao tratamento e à reinserção social de usuários de crack, álcool e outras drogas e ao enfrentamento do tráfico de drogas ilícitas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03UG - Previnir o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas na sociedade brasileira, bem como capacitar diferentes atores sociais na temática de drogas.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20R9	79.167.700	79.167.700	72.066.978	5.643.581	5.348.812
Total	**79.167.700**	**79.167.700**	**72.066.978**	**5.643.581**	**5.348.812**

OBJETIVO: 0923 - Apoiar a estruturação de projetos e serviços voltados ao atendimento e acolhimento de usuário de drogas e seus familiares, bem como introduzir melhorias na gestão da política sobre drogas, alinhados com o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - SISNAD.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03X4 - Apoio a projetos estratégicos e serviços destinados ao atendimento de usuários e dependentes de crack, álcool e outras drogas e fortalecimento do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IE	167.386.000	166.786.000	120.127.954	9.588.304	9.584.304
Total	**167.386.000**	**166.786.000**	**120.127.954**	**9.588.304**	**9.584.304**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2070 - Segurança Pública com Cidadania

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.915.187**	**2.985.514**	**886.065**
Despesas Correntes	1.117.430	1.325.172	767.975
Despesas de Capital	1.797.756	1.660.342	118.090
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.915.187**	**2.985.514**	**886.065**

OBJETIVO: 0825 - Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DN - Fortalecimento e aprimoramento da capacidade de enfrentamento à criminalidade, em especial ao crime organizado, ao tráfico de pessoas, drogas e armas, à pirataria, aos ilícitos característicos da região de fronteira, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, pelos órgãos de segurança pública e outras instituições**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2586	170.000.000	170.000.000	155.589.687	123.269.793	75.754.373
2B00	152.818.794	190.699.496	147.160.801	142.983.689	142.983.689
148D	1.750.000	1.750.000	1.750.000	1.670.467	1.670.467
2726	118.900.000	152.249.600	146.567.120	102.308.447	97.904.220
Total	**443.468.794**	**514.699.096**	**451.067.608**	**370.232.396**	**318.312.749**

- **03DO - Implementação da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras para o monitoramento das regiões fronteiriças e Amazônia Legal, bem como para a ampliação da presença dos órgãos de segurança pública e outras instituições nessas regiões**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20IC	309.700.000	278.250.400	240.522.289	50.250.956	47.027.142
Total	**309.700.000**	**278.250.400**	**240.522.289**	**50.250.956**	**47.027.142**

OBJETIVO: 0828 - Induzir a formação, a capacitação e a valorização dos atores e profissionais de segurança pública, desenvolvendo e fomentando ações voltadas para a educação, melhoria das condições de trabalho e promoção dos direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DQ - Identificar, planejar, implementar, monitorar e avaliar atividades de educação qualificada e continuada, bem como ações e mecanismos de valorização e de promoção dos direitos humanos dos profissionais e atores de segurança pública, inclusive por meio de estudos, pesquisas e apoio técnico e financeiro visando ao aprimoramento da gestão e das estruturas de educação, valorização profissional e atenção biopsicossocial desenvolvidas pela SENASP em cooperação com as instituições de segurança pública das unidades federativas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8858	33.208.150	28.252.667	21.126.552	10.512.493	10.503.404
2320	54.837.272	58.808.662	41.053.007	19.223.581	19.187.626
Total	**88.045.422**	**87.061.329**	**62.179.559**	**29.736.074**	**29.691.030**

OBJETIVO: 0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DV - Apoiar a modernização organizacional e tecnológica, o reaparelhamento, a construção e reformas das instituições de segurança pública e de controle externo e interno (ouvidoria e corregedoria) dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e da Força Nacional de Segurança Pública, incluindo o desenvolvimento do Sinesp**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UE	42.075.000	42.075.000	41.036.438	546.835	509.257
20ID	240.706.151	250.506.151	96.694.729	27.077.697	27.077.697
8855	613.114.574	537.070.057	208.320.049	293.729	246.680
Total	**895.895.725**	**829.651.208**	**346.051.216**	**27.918.261**	**27.833.634**

- **03DW - Aprimorar as ações de investigação e operações de inteligência policial.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V2	47.000.000	45.967.640	24.863.174	16.577.784	16.577.784
Total	**47.000.000**	**45.967.640**	**24.863.174**	**16.577.784**	**16.577.784**

- **03E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8698	0	330.000	329.838	131.356	131.356
200G	32.636.488	40.112.434	16.080.928	5.290.334	4.952.087
Total	**32.636.488**	**40.442.434**	**16.410.766**	**5.421.691**	**5.083.444**

OBJETIVO: 0831 - Reestruturar e modernizar o sistema criminal e penitenciário, por meio da garantia do cumprimento digno e seguro da pena, objetivando o retorno do cidadão à sociedade, a redução da reiteração criminosa, a aplicação de medidas alternativas à prisão e o combate ao crime organizado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03E4 - Consolidação do Sistema Penitenciário Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WS	41.008.600	41.008.600	40.290.253	23.468.632	23.464.077
Total	**41.008.600**	**41.008.600**	**40.290.253**	**23.468.632**	**23.464.077**

- **03E7 - Humanizar o sistema prisional pela implementação de ações de reintegração social do preso, de alternativas penais e de controle social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UG	12.820.000	13.320.000	11.717.270	2.132.645	2.132.645
Total	**12.820.000**	**13.320.000**	**11.717.270**	**2.132.645**	**2.132.645**

- **03E9 - Apoiar os sistemas prisionais estaduais pela implementação de ações de redução do déficit de vagas e de modernização do sistema criminal e penitenciário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UH	276.589.000	278.489.000	259.509.782	17.692.695	17.692.460
Total	**276.589.000**	**278.489.000**	**259.509.782**	**17.692.695**	**17.692.460**

OBJETIVO: 0832 - Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EE - Adequar os serviços prestados pelos órgãos e outras instituições de segurança pública para o aumento da demanda ocasionada pelos grandes eventos, com prioridade para as sedes da Copa 2014**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U23	428.414.000	461.714.001	370.593.584	212.278.870	210.289.416
Total	**428.414.000**	**461.714.001**	**370.593.584**	**212.278.870**	**210.289.416**

OBJETIVO: 0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2723	175.295.621	172.371.681	161.153.287	88.512.384	86.424.095
86A1	49.000.000	115.196.697	53.392.799	38.690.964	38.674.516
4641	1.000.000	1.000.000	232.000	0	0
Total	**225.295.621**	**288.568.378**	**214.778.086**	**127.203.348**	**125.098.610**

OBJETIVO: 0834 - Ampliar a presença do Estado em territórios com elevados índices de vulnerabilidade social e criminal, por meio de ações multissetoriais de segurança, justiça e cidadania, combinando ações repressivas qualificadas e ações sociais de segurança, para a superação da violência e redução dos crimes letais intencionais contra a vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EI - Ampliação e fortalecimento do Programa Brasil Mais Seguro e do Sistema Único de Segurança Pública por meio da implementação de ações intersetoriais de repressão qualificada e prevenção à violência e à criminalidade, com especial atenção aos grupos em situação de vulnerabilidades.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UD	64.401.000	60.401.000	15.570.297	2.384.973	2.384.973
8124	38.761.950	34.790.560	15.875.246	0	0
Total	**103.162.950**	**95.191.560**	**31.445.543**	**2.384.973**	**2.384.973**

OBJETIVO: 0835 - Implantar e garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EJ - Consolidação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil pela implantação e manutenção da Unidade Central e das Unidades Regionais e pela implementação do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil e pela emissão dos documentos de registro de identidade civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UY	11.150.000	11.150.000	4.948.907	766.377	766.377
Total	**11.150.000**	**11.150.000**	**4.948.907**	**766.377**	**766.377**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2020 - Cidadania e Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**513.294**	**542.044**	**385.081**
Despesas Correntes	394.799	430.821	371.514
Despesas de Capital	118.495	111.223	13.567
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**513.294**	**542.044**	**385.081**

OBJETIVO: 0867 - Garantir e promover o direito à reparação, à memória e à verdade, por meio da análise de requerimentos de anistia política e da formulação, gestão e fomento de políticas públicas e projetos para a promoção da justiça de transição, preservação da memória e educação para a democracia e o Estado de Direito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KA - Gestão do acervo da Comissão de Anistia, estruturação do Memorial da Anistia Política do Brasil e implantação de ações para a promoção da cidadania, democracia, direitos humanos e Justiça de Transição: reparação, memória e verdade.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8946	11.508.275	11.508.275	10.094.579	2.777.873	2.777.873
Total	**11.508.275**	**11.508.275**	**10.094.579**	**2.777.873**	**2.777.873**

OBJETIVO: 0868 - Aperfeiçoar e fortalecer as ações de defesa do consumidor por meio da ampliação da participação social, do aprofundamento das iniciativas de formação e capacitação, do incremento na integração e sistematização de informações estratégicas, da maior atuação em fóruns e organismos nacionais e internacionais e da priorização da atuação na dimensão da saúde e da segurança do consumidor e em setores específicos, como saúde, transporte, saneamento, telefonia, energia elétrica e outros mercados regulados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KD - Fortalecimento da Proteção e Defesa do Consumidor no Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2334	7.489.765	7.489.765	4.531.287	3.026.035	3.021.015
Total	**7.489.765**	**7.489.765**	**4.531.287**	**3.026.035**	**3.021.015**

- **03KF - Fortalecimento do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Interesses Difusos e de sua atividade de análise e acompanhamento de projetos, garantindo a boa aplicação e efetividade dos recursos que transfere**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6067	5.768.680	6.432.035	6.321.472	6.006.469	5.390.228
Total	**5.768.680**	**6.432.035**	**6.321.472**	**6.006.469**	**5.390.228**

OBJETIVO: 0870 - Aperfeiçoar e fortalecer o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) por meio da estruturação do Novo CADE, da institucionalização de parcerias com outros órgãos da administração pública e organismos internacionais, do aprimoramento dos procedimentos de repressão e prevenção às infrações à ordem econômica, da adoção de práticas educativas e formativas e da disseminação da cultura da concorrência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KK - Aumentar a eficácia, eficiência e efetividade do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, com a priorização de setores de grande impacto econômico e social, a institucionalização de parcerias com órgãos da administração pública e organismos internacionais, com o fomento à livre concorrência nos setores regulados e com o fortalecimento da prevenção e do combate às infrações à ordem econômica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2807	26.307.510	26.307.510	24.691.936	20.176.440	20.176.440
Total	**26.307.510**	**26.307.510**	**24.691.936**	**20.176.440**	**20.176.440**

OBJETIVO: 0872 - Consolidar a política nacional de arquivos, modernizar os serviços arquivísticos governamentais e preservar o patrimônio arquivístico nacional de forma a harmonizar a responsabilidade do poder público com o direito constitucional dos cidadãos de acesso à informação e contribuir para a promoção do direito à memória e à verdade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KS - Modernização, gestão e integração sistêmica dos serviços arquivísticos da Administração Pública Federal e preservação, acesso e difusão do patrimônio arquivístico nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2810	19.205.255	22.691.255	21.074.349	14.929.738	14.923.023
Total	**19.205.255**	**22.691.255**	**21.074.349**	**14.929.738**	**14.923.023**

OBJETIVO: 0875 - Tornar o sistema de Justiça mais moderno, efetivo e democrático, com ênfase na garantia do direito ao acesso à Justiça, por meio da integração e aperfeiçoamento das instituições que compõem o sistema e da implementação de políticas públicas que enfoquem formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KW - Desenvolvimento de políticas públicas de democratização do acesso à Cidadania e à Justiça e de promoção de formas alternativas de prevenção e resolução de conflitos, bem como ações voltadas à conscientização e à efetivação de direitos.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8974	72.700.758	72.700.758	10.554.746	1.270.786	1.270.786
Total	**72.700.758**	**72.700.758**	**10.554.746**	**1.270.786**	**1.270.786**

OBJETIVO: 0880 - Estruturar e fortalecer a Política Nacional de Justiça por meio da defesa dos direitos dos migrantes, intensificação da cooperação jurídica internacional, e ênfase na articulação e integração das ações garantidoras de direitos no âmbito da cidadania, realçando a participação social e os diálogos interfederativos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03L9 - Implementação da Política Nacional de Justiça e promoção das políticas públicas de Justiça**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I7	9.153.020	17.053.020	16.349.645	8.797.890	8.797.890
Total	**9.153.020**	**17.053.020**	**16.349.645**	**8.797.890**	**8.797.890**

OBJETIVO: 0876 - Aprimorar a administração da Justiça com maior acessibilidade, celeridade, transparência, eficiência e efetividade, mediante a implantação e aperfeiçoamento dos sistemas de acompanhamento e tramitação de processos eletrônicos dos órgãos do Poder Executivo e do Ministério Público de forma integrada com os sistemas de informática dos órgãos do Poder Judiciário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KX - Implantação da Advocacia Pública Eletrônica, aumentando o número de processos judiciais eletrônicos tramitados de forma integrada com os sistemas da Advocacia Pública Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10TN	26.100.000	26.100.000	11.100.000	5.153.117	5.153.117
Total	**26.100.000**	**26.100.000**	**11.100.000**	**5.153.117**	**5.153.117**

OBJETIVO: 0878 - Garantir o acesso à justiça e ao sistema de garantia de direitos, por meio da prestação da assistência jurídica integral e gratuita a todos os cidadãos que dela necessitar, de forma permanente e contínua em todas as localidades sedes do Poder Judiciário da União, abarcando a prestação de assistência jurídica preventiva, informativa e consultiva; resolução extrajudicial de conflitos e assistência judicial na defesa dos direitos dos necessitados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03L1 - Fortalecimento do atendimento da DPU, com a estruturação das Unidades existentes e criação de novas Unidades, priorizando o atendimento aos grupos de maior vulnerabilidade social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00M1	56.543	56.543	56.543	25.323	25.323
2011	228.000	228.000	228.000	212.513	212.513
2010	156.000	196.000	191.000	190.645	190.645
20TP	150.343.244	161.643.244	161.643.244	160.271.926	160.147.428
2004	1.080.816	1.080.816	1.080.816	1.006.990	1.006.990
2725	150.706.000	153.075.450	152.827.978	126.196.517	126.189.923
2012	3.674.976	4.039.976	4.039.976	4.014.495	4.014.495
09HB	28.815.512	31.441.512	31.441.512	31.024.227	31.024.227
Total	**335.061.091**	**351.761.541**	**351.509.069**	**322.942.637**	**322.811.545**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**96.651**	**101.688**	**46.129**
Despesas Correntes	91.751	97.613	45.982
Despesas de Capital	4.900	4.075	148
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**96.651**	**101.688**	**46.129**

OBJETIVO: 0565 - Prevenir a violação de direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **025X - Preservação dos direitos humanos nas ações de desenvolvimento urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NU	750.000	750.000	0	0	0
Total	**750.000**	**750.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00S3 - Promoção e defesa dos direitos humanos contemplando disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores e o apoio a serviços de atendimento direto ao cidadão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZN	25.740.000	26.904.000	20.400.723	12.971.232	12.936.280
Total	**25.740.000**	**26.904.000**	**20.400.723**	**12.971.232**	**12.936.280**

- **00S5 - Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4906	28.000.000	26.668.262	21.687.196	17.808.700	17.808.700
Total	**28.000.000**	**26.668.262**	**21.687.196**	**17.808.700**	**17.808.700**

OBJETIVO: 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00SF - Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8819	3.101.429	7.965.429	2.542.124	0	0
Total	**3.101.429**	**7.965.429**	**2.542.124**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00SP - Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8810	2.710.000	3.200.000	796.087	0	0
Total	**2.710.000**	**3.200.000**	**796.087**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0451 - Concessão de indenizações às famílias de mortos e desaparecidos políticos e de indenizações decorrentes de decisões ou negociações da Corte Interamericana de Direitos Humanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0083	300.000	300.000	0	0	0
Total	**300.000**	**300.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **045G - Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210G	36.050.000	35.900.000	33.268.548	15.349.342	15.349.342
Total	**36.050.000**	**35.900.000**	**33.268.548**	**15.349.342**	**15.349.342**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**170.560**	**165.560**	**22.304**
Despesas Correntes	42.832	47.232	8.310
Despesas de Capital	127.728	118.328	13.994
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**170.560**	**165.560**	**22.304**

OBJETIVO: 0829 - Ampliar, qualificar e articular programas, ações e serviços para a proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes identificados em situação de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DT - Manter, expandir e qualificar os serviços de proteção social para crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil e suas famílias, combinado com a transferência de renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8662	7.000.000	7.000.000	6.359.607	5.408.380	5.408.380
Total	**7.000.000**	**7.000.000**	**6.359.607**	**5.408.380**	**5.408.380**

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00TA - Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional e dos Conselhos Tutelares.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UF	130.012.765	120.012.765	80.564.409	15.184.633	15.184.633
Total	**130.012.765**	**120.012.765**	**80.564.409**	**15.184.633**	**15.184.633**

- **00TJ - Expansão e qualificação dos programas de promoção, defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210M	31.304.347	36.304.347	23.645.505	1.682.330	1.662.239
Total	**31.304.347**	**36.304.347**	**23.645.505**	**1.682.330**	**1.662.239**

- **00TP - Implementação, em âmbito nacional, de ações preventivas e de sensibilização no que se refere à exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo, prioritariamente nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	2.243.000	2.243.000	28.404	28.404	28.404
Total	**2.243.000**	**2.243.000**	**28.404**	**28.404**	**28.404**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2044 - Autonomia e Emancipação da Juventude

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**226.790**	**196.189**	**9.544**
Despesas Correntes	215.524	189.445	9.514
Despesas de Capital	11.266	6.744	30
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**226.790**	**196.189**	**9.544**

OBJETIVO: 0967 - Ampliar o acesso às oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda da população jovem

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **044E - Fortalecer as ações de qualificação profissional voltadas para a juventude**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A26	35.606.009	28.605.598	7.019.800	0	0
2A95	146.924.990	123.423.990	2.161.250	2.161.250	2.161.250
Total	**182.530.999**	**152.029.588**	**9.181.050**	**2.161.250**	**2.161.250**

OBJETIVO: 0276 - Coordenar as políticas públicas de juventude, por meio da articulação das iniciativas governamentais e da intensificação da participação social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00UY - Ampliação e fortalecimento da participação e controle social de redes, grupos formais e informais de jovens e do Conselho Nacional de Juventude**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8700	2.210.000	2.210.000	1.518.743	885.654	885.654
Total	**2.210.000**	**2.210.000**	**1.518.743**	**885.654**	**885.654**

- **00VJ - Fortalecimento da Política Nacional de Juventude, por meio da articulação dos órgãos nacionais e internacionais relacionados ao tema estatais e não-estatais para a elaboração, implementação, integração e ampliação das ações que promovam a qualidade de vida, o desenvolvimento integral e a vida segura; apoio e realização de encontros, seminários, reuniões intersetoriais e capacitações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8699	13.944.000	11.974.000	7.529.561	3.144.874	3.125.710
Total	**13.944.000**	**11.974.000**	**7.529.561**	**3.144.874**	**3.125.710**

OBJETIVO: 0960 - Articular a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Mortalidade da Juventude Negra.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **043Q - Realização de campanhas de comunicação e sensibilização sobre a gravidade da mortalidade da juventude negra, com o objetivo de combater o racismo, desconstruir estereótipos e promover valores de igualdade racial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	1.433.333	1.433.333	0	0	0
Total	**1.433.333**	**1.433.333**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0988 - Implementar o programa Estação Juventude no território nacional, voltado para a produção e circulação de informações, a formação de redes sociais de interesse comum e experiências concretas de integração de políticas públicas capazes de modificar e enriquecer a realidade dos jovens, reafirmando a importância da dimensão territorial do desenvolvimento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047F - Implementação do programa Estação Juventude e fomento a ações de autonomia e emancipação de jovens, contemplando oferta, aos jovens, de políticas de inserção no mundo do trabalho, acesso à cultura, esporte, inclusão digital, convivência e mobilidade, voltadas para a promoção dos direitos e da participação social, e capacitação em políticas públicas de juventude com foco na liderança e articulação das redes e projetos locais para a juventude**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TM	25.685.666	27.555.666	9.855.662	3.021.955	1.650.262
Total	**25.685.666**	**27.555.666**	**9.855.662**	**3.021.955**	**1.650.262**

OBJETIVO: 0989 - Promover a autonomia e emancipação cidadã do jovem, com ações de capacitação e apoio à microprojetos produtivos juvenis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047D - Qualificação profissional e capacitação de jovens prioritariamente rurais e de comunidades tradicionais para o trabalho, cidadania e organização social, por meio de parcerias e articulações institucionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4786	986.000	986.000	669.370	329.798	329.798
Total	**986.000**	**986.000**	**669.370**	**329.798**	**329.798**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2016 - Política para as Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**194.423**	**196.785**	**54.952**
Despesas Correntes	120.443	111.988	43.127
Despesas de Capital	73.980	84.797	11.824
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**194.423**	**196.785**	**54.952**

OBJETIVO: 0931 - Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03XL - Promoção da autonomia das mulheres através da implementação e apoio à formulação de políticas públicas que visem ao enfrentamento da desigual divisão sexual do trabalho por meio da capacitação e qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do atendimento às demandas por equipamentos sociais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8843	17.439.000	16.439.000	13.824.293	5.390.135	4.185.003
Total	**17.439.000**	**16.439.000**	**13.824.293**	**5.390.135**	**4.185.003**

OBJETIVO: 0935 - Promover a gestão transversal da Política Nacional para as Mulheres, por meio da articulação intragovernamental, intergovernamental e do fomento à participação social, garantindo o monitoramento e avaliação das políticas públicas, a produção de estudos e pesquisas e o fortalecimento dos instrumentos e canais de diálogo nacionais e internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03YB - Fortalecimento da gestão da transversalidade das políticas para as mulheres, por meio da relação inter e intragovernamental em diálogo com a sociedade e movimentos sociais, a fim de promover a defesa e o atendimento dos direitos das mulheres nas três esferas da federação e a igualdade entre mulheres e homens**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210A	21.043.000	20.043.000	15.987.612	7.066.253	6.888.079
Total	**21.043.000**	**20.043.000**	**15.987.612**	**7.066.253**	**6.888.079**

OBJETIVO: 0936 - Fomentar e difundir o debate público, visando à promoção da igualdade entre mulheres e homens, ao fortalecimento da autonomia feminina e ao enfrentamento à violência contra a mulher.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03YF - Produção de peças de publicidade de utilidade pública nos diferentes meios de comunicação visando ao debate e à adesão da sociedade em torno de questões de gênero**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4641	14.957.000	14.500.000	14.005.010	13.734.135	13.734.135
Total	**14.957.000**	**14.500.000**	**14.005.010**	**13.734.135**	**13.734.135**

OBJETIVO: 0998 - Promover atendimento às mulheres em situação de violência por meio da ampliação, capilarização, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e a produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **049U - Fortalecimento e divulgação da Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180, com a ampliação para o atendimento internacional e como fonte de dados sobre a violência contra as mulheres.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8831	11.178.986	11.178.986	11.178.986	5.004.581	4.997.003
Total	**11.178.986**	**11.178.986**	**11.178.986**	**5.004.581**	**4.997.003**

- **049X - Ampliação e fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência e capacitação permanente da Rede de Atendimento e dos/as Operadores/as do direito sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) e as questões da violência contra as mulheres e de mobilizações e ações educativas permanentes que favoreçam a desconstrução de mitos e estereótipos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
210B	101.704.724	106.523.724	39.594.950	16.672.022	16.672.022
14XS	28.100.002	28.100.002	18.733.334	7.084.516	7.084.516
Total	**129.804.726**	**134.623.726**	**58.328.284**	**23.756.538**	**23.756.538**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2034 - Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**64.833**	**64.153**	**24.194**
Despesas Correntes	32.733	32.053	10.887
Despesas de Capital	32.100	32.100	13.307
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**64.833**	**64.153**	**24.194**

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047A - Ampliação da regularização fundiária dos territórios quilombolas por meio do seu Reconhecimento, Desintrusão e Titulação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210Z	30.500.000	30.400.000	29.931.557	16.694.541	16.550.156
Total	**30.500.000**	**30.400.000**	**29.931.557**	**16.694.541**	**16.550.156**

OBJETIVO: 0772 - Promover a incorporação da perspectiva da igualdade racial nas políticas governamentais, articulando ministérios e demais órgãos federais, estados e municípios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **032K - Construção de novos arranjos de planejamento e ações governamentais que garantam a transversalidade e a intersetorialidade das políticas de promoção da igualdade racial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210H	10.383.000	9.803.000	4.216.728	3.927.579	2.573.623
Total	**10.383.000**	**9.803.000**	**4.216.728**	**3.927.579**	**2.573.623**

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais voltadas para as comunidades quilombolas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **046Y - Ampliação do acesso das comunidades quilombolas às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas e apoio a projetos de desenvolvimento sustentável, visando ao etnodesenvolvimento dessas comunidades**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6440	17.850.000	17.850.000	4.275.953	2.022.380	2.019.029
Total	**17.850.000**	**17.850.000**	**4.275.953**	**2.022.380**	**2.019.029**

OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

OBJETIVO: 0986 - Articular junto aos ministérios e demais órgãos governamentais o acesso de povos e comunidades tradicionais a serviços públicos e programas sociais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04DX - Apoio ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas, com ênfase nos serviços, infraestrutura social e acessibilidade e a participação nos espaços de gestão pública, mediante articulação de parcerias com instituições públicas e privadas, visando ao etnodesenvolvimento desses povos e comunidades**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210Y	6.100.000	6.100.000	1.724.278	1.549.068	1.549.068
Total	**6.100.000**	**6.100.000**	**1.724.278**	**1.549.068**	**1.549.068**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2063 - Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**15.272**	**16.272**	**2.402**
Despesas Correntes	14.210	14.760	2.352
Despesas de Capital	1.062	1.512	50
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**15.272**	**16.272**	**2.402**

OBJETIVO: 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **026V - Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência contemplando apoio aos serviços de atendimento ao cidadão, fortalecimento da participação social e produção e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência em temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210N	8.512.000	9.512.000	7.621.942	1.567.372	1.567.372
Total	**8.512.000**	**9.512.000**	**7.621.942**	**1.567.372**	**1.567.372**

- **0271 - Promoção do incremento da qualidade, produção e acesso à tecnologia assistiva, incluindo assistência humana ou animal e de mediadores, tornando-os disponíveis a custo acessível, por meio da articulação com órgãos governamentais e não governamentais, instituições de pesquisas e entidades habilitadas para normalização e certificação, levando em conta todos os aspectos relativos à autonomia e segurança das pessoas com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E85	6.760.000	6.760.000	3.161.287	834.287	834.287
Total	**6.760.000**	**6.760.000**	**3.161.287**	**834.287**	**834.287**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.198.286**	**1.386.786**	**1.098.168**
Despesas Correntes	1.091.397	1.297.297	1.075.277
Despesas de Capital	106.889	89.489	22.891
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.198.286**	**1.386.786**	**1.098.168**

OBJETIVO: 0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0406 - Realizar a delimitação, a demarcação e a regularização fundiária, a fiscalização, a vigilância, o combate e a prevenção de ilícitos, o monitoramento territorial, espacial e ambiental e, a extrusão de não índios das terras indígenas, bem como localizar e proteger povos indígenas isolados e de recente contato**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UF	54.103.765	55.603.765	24.331.067	18.969.844	17.774.508
Total	**54.103.765**	**55.603.765**	**24.331.067**	**18.969.844**	**17.774.508**

OBJETIVO: 0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0413 - Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W4	2.111.220	2.111.220	165.107	36.087	36.087
Total	**2.111.220**	**2.111.220**	**165.107**	**36.087**	**36.087**

OBJETIVO: 0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0428 - Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social e ambiental dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais, o etnodesenvolvimento e as perspectivas de gênero e geracional destes povos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2384	40.349.730	40.349.730	30.623.918	22.263.335	20.442.103
Total	**40.349.730**	**40.349.730**	**30.623.918**	**22.263.335**	**20.442.103**

OBJETIVO: 0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **042A - Apoiar projetos, eventos e estudos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas, e preservar e difundir o conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8635	8.021.223	8.021.223	5.423.415	1.881.605	1.654.796
Total	**8.021.223**	**8.021.223**	**5.423.415**	**1.881.605**	**1.654.796**

OBJETIVO: 0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **042I - Construção do edifício sede da FUNAI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13D6	100.000	100.000	0	0	0
Total	**100.000**	**100.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0962 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0444 - Implementação de modelo de atenção integral centrado na linha do cuidado, com foco na família indígena, integralidade e intersetorialidade das ações, participação popular e articulação com as práticas e medicinas tradicionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YP	1.033.600.000	1.238.600.000	1.115.778.471	1.047.934.181	1.047.067.323
Total	**1.033.600.000**	**1.238.600.000**	**1.115.778.471**	**1.047.934.181**	**1.047.067.323**

- **0445 - Implementação de sistema de abastecimento de água, melhorias sanitárias e manejo de resíduos sólidos nas aldeias, em quantidade e qualidade adequadas, considerando critérios epidemiológicos e as especificidades culturais dos povos indígenas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7684	60.000.000	42.000.000	34.519.111	7.083.011	7.083.011
Total	**60.000.000**	**42.000.000**	**34.519.111**	**7.083.011**	**7.083.011**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2030 - Educação Básica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**30.727.144**	**32.885.004**	**21.353.130**
Despesas Correntes	22.979.169	25.133.431	20.146.789
Despesas de Capital	7.747.975	7.751.573	1.206.341
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**30.727.144**	**32.885.004**	**21.353.130**

OBJETIVO: 0596 - Elevar o atendimento escolar, por meio da promoção do acesso e da permanência, e a conclusão na educação básica, nas suas etapas e modalidades de ensino, em colaboração com os entes federados, também por meio da ampliação e qualificação da rede física.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BP - Apoio técnico, pedagógico e financeiro à rede física escolar pública para construções, reformas, ampliações e aquisições de equipamentos e mobiliário, inclusive para a formação dos profissionais da educação, garantindo acessibilidade e sustentabilidade socioambiental e atendendo às demandas e especificidades das etapas e modalidades da educação básica, considerando, inclusive, as populações do campo, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a educação de jovens e adultos e a ampliação gradativa da educação em tempo integral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RP	1.769.789.602	1.781.838.602	1.714.442.723	482.319.050	481.716.082
12KV	1.000.600.000	1.000.600.000	800.600.000	187.801.110	187.801.110
12KU	3.500.000.000	3.500.000.000	2.681.159.284	94.381.343	94.381.343
20TR	673.400.000	808.080.000	808.062.040	808.062.040	808.062.040
Total	**6.943.789.602**	**7.090.518.602**	**6.004.264.047**	**1.572.563.543**	**1.571.960.575**

OBJETIVO: 0597 - Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RJ	473.768.847	534.568.847	373.906.046	282.487.160	271.494.281
00O0	1.641.572.223	1.881.625.223	1.809.764.839	1.803.868.469	1.798.507.529
Total	**2.115.341.070**	**2.416.194.070**	**2.183.670.885**	**2.086.355.629**	**2.070.001.810**

OBJETIVO: 0598 - Apoiar o educando, a escola e os entes federados com ações direcionadas ao desenvolvimento da educação básica, à ampliação da oferta de educação integral e à alfabetização e educação de jovens e adultos segundo os princípios da equidade, da valorização da pluralidade, dos direitos humanos, do enfrentamento da violência, intolerância e discriminação, da gestão democrática do ensino público, da garantia de padrão de qualidade, da igualdade de condições para acesso e permanência do educando na escola, da garantia de sua integridade física, psíquica e emocional, e da acessibilidade, observado o regime de colaboração com os entes federados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BY - Manutenção das instituições federais de educação básica e apoio financeiro aos entes federados para a manutenção e desenvolvimento do ensino**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0E36	10.355.358.669	10.859.458.669	10.859.458.668	8.870.109.207	8.870.109.207
20RV	142.796.125	144.916.965	47.994.239	34.875.650	34.875.650
20RI	173.120.127	186.267.027	98.665.570	74.415.198	68.905.053
Total	**10.671.274.921**	**11.190.642.661**	**11.006.118.478**	**8.979.400.055**	**8.973.889.910**

- **02C0 - Prestação de assistência financeira, técnica e material as escolas, aos profissionais da educação e aos estudantes das redes públicas da educação básica, incluindo programas de transporte, alimentação (inclusive de professores e profissionais de educação básica), assistência à saúde, manutenção escolar, ampliação do tempo e espaços educativos e reforço da autogestão, material didático-escolar, paradidático, periódicos e obras de referencia, considerando, entre outras especificidades, o atendimento educacional especializado, a acessibilidade, a sustentabilidade socioambiental, as populações do campo, afrodescendentes, indígenas e a educação de jovens e adultos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A26	64.450.000	64.450.000	40.977.800	40.977.800	40.977.800
20RQ	1.981.200.000	1.981.200.000	1.856.405.692	1.125.219.439	1.124.428.922
20RS	14.000.000	14.000.000	12.649.687	4.431.575	3.274.605
8744	3.619.356.776	3.710.356.776	3.704.211.192	3.697.969.519	3.697.564.282
0E53	651.042.494	651.042.494	510.405.558	25.667.888	25.667.888
0509	401.664.698	1.302.264.698	264.169.883	207.241.787	205.935.424
2A95	135.500.000	135.500.000	134.325.308	134.325.308	134.325.308
0969	594.000.000	594.000.000	581.178.023	580.751.646	580.717.122
0515	2.556.877.232	2.559.777.232	2.550.784.215	2.122.263.451	2.119.334.401
Total	**10.018.091.200**	**11.012.591.200**	**9.655.107.358**	**7.938.848.414**	**7.932.225.752**

- **02BV - Ampliar a oferta de alfabetização e educação de jovens e adultos, garantindo apoio aos sistemas de ensino e auxílio financeiro para os profissionais que atuam na execução das ações de alfabetização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8790	313.000.000	219.100.000	219.089.471	68.294.868	68.294.868
0920	103.200.000	103.200.000	103.200.000	6.238.800	6.238.800
8526	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**417.200.000**	**323.300.000**	**322.289.471**	**74.533.668**	**74.533.668**

- **02C1 - Prover acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, equipamentos e recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, inclusive no campo, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RF	73.902.000	74.404.800	17.826.319	3.845.463	3.845.463
Total	**73.902.000**	**74.404.800**	**17.826.319**	**3.845.463**	**3.845.463**

- **02BX - Fomento ao uso de tecnologias educacionais e promoção de atividades de incentivo aos estudantes e de estímulo ao domínio das diversas dimensões do conhecimento, inclusive mediante certames e concursos nacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RT	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0599 - Fortalecer a gestão e o controle social, a cooperação federativa e intersetorial e as formas de colaboração entre os sistemas de ensino e produzir informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliações.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02C6 - Realização de provas, exames, avaliações nacionais e internacionais, bem como produção de estatísticas, informações, indicadores, estudos e pesquisas que gerem subsídios para a elaboração e a implementação da política pública educacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RM	463.692.192	748.499.849	734.880.523	684.959.619	638.978.325
4014	19.853.000	24.853.000	14.478.910	11.855.834	11.833.434
Total	**483.545.192**	**773.352.849**	**749.359.433**	**696.815.453**	**650.811.759**

- **02C2 - Articulação intersetorial da escola no seu território, considerando ações nas áreas de saúde, trabalho e emprego, assistência social, direitos humanos, justiça, meio ambiente, esporte, cultura e desenvolvimento regional; formação para a gestão escolar com controle social e integração escola e comunidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RU	2.000.000	2.000.000	871.245	767.842	767.842
20RR	1.000.000	1.000.000	32.600	0	0
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**903.845**	**767.842**	**767.842**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2031 - Educação Profissional e Tecnológica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**6.967.186**	**8.132.056**	**5.497.260**
Despesas Correntes	4.882.712	5.807.199	5.074.902
Despesas de Capital	2.084.474	2.324.857	422.358
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**6.967.186**	**8.132.056**	**5.497.260**

OBJETIVO: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02A0 - Expansão , reestruturação e funcionamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, promovendo a inclusão, equidade, acessibilidade e permanência do estudante.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RG	1.218.984.274	1.330.021.687	677.791.993	213.516.667	189.484.262
6358	24.010.374	23.309.976	16.821.609	14.475.303	14.134.924
20RL	2.177.855.386	2.387.049.151	1.970.420.999	1.362.103.628	1.294.556.034
Total	**3.420.850.034**	**3.740.380.814**	**2.665.034.601**	**1.590.095.598**	**1.498.175.221**

- **02A3 - Fomento à expansão e qualificação das redes estaduais de educação profissional e tecnológica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6380	100.000	100.000	0	0	0
8652	207.633.000	201.133.000	74.435.772	53.410.730	53.410.730
Total	**207.733.000**	**201.233.000**	**74.435.772**	**53.410.730**	**53.410.730**

- **029Z - Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8252	64.750.000	60.025.000	39.821.132	13.591.114	11.085.135
Total	**64.750.000**	**60.025.000**	**39.821.132**	**13.591.114**	**11.085.135**

- **02A5 - Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de condições de permanência aos estudantes.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2994	374.287.362	373.526.462	329.879.340	272.537.833	264.193.178
20RW	2.801.671.577	3.611.295.589	3.601.784.757	3.546.522.996	3.536.134.475
Total	**3.175.958.939**	**3.984.822.051**	**3.931.664.097**	**3.819.060.828**	**3.800.327.653**

- **02A2 - Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6380	97.894.109	145.595.412	43.501.787	21.101.638	17.687.729
Total	**97.894.109**	**145.595.412**	**43.501.787**	**21.101.638**	**17.687.729**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2032 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**14.448.372**	**16.437.320**	**10.888.554**
Despesas Correntes	10.278.724	12.059.177	9.791.834
Despesas de Capital	4.169.647	4.378.143	1.096.720
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**14.448.372**	**16.437.320**	**10.888.554**

OBJETIVO: 0593 - Produzir e tornar disponíveis subsídios para orientar a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas, por meio de informações estatísticas, indicadores, estudos, diagnósticos, pesquisas, exames, provas e avaliação da educação superior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BH - Realização de exames, provas e avaliações das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e de pós-graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, além de produção de indicadores com o propósito de constituir referencial básico para os processos relacionados aos programas e políticas da educação superior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20RN	103.859.775	122.301.868	114.172.274	80.076.428	79.467.474
Total	**103.859.775**	**122.301.868**	**114.172.274**	**80.076.428**	**79.467.474**

- **02BF - Coordenação, realização e disseminação de estudos e pesquisas e produção de informações a partir de levantamentos estatístico-educacionais sobre a Educação Superior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6503	1.900.000	1.900.000	1.435.097	1.298.481	1.297.601
Total	**1.900.000**	**1.900.000**	**1.435.097**	**1.298.481**	**1.297.601**

OBJETIVO: 0803 - Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer o sistema nacional de educação, contribuindo para a melhoria da educação básica e para o fortalecimento e o crescimento da ciência, da tecnologia e da inovação, visando ao desenvolvimento sustentável do Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GK	615.407.597	607.805.922	452.352.465	343.335.358	328.096.064
0487	3.552.812.735	4.307.781.525	4.035.721.783	4.003.861.071	4.000.334.239
Total	**4.168.220.332**	**4.915.587.447**	**4.488.074.248**	**4.347.196.429**	**4.328.430.302**

- **0391 - Fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico, com apoio à pesquisa, à inovação, à manutenção e promoção de mecanismos de cooperação internacional, à ampliação de programas de acesso a acervos digitais e a bases de dados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4909	827.500	827.500	827.500	622.232	617.898
2317	163.797.982	212.936.982	197.552.060	195.623.141	195.623.141
20U5	1.000.000	1.000.000	824.641	786.653	786.653
Total	**165.625.482**	**214.764.482**	**199.204.201**	**197.032.026**	**197.027.692**

OBJETIVO: 0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11G0	39.795.206	40.221.389	35.750.991	22.991.831	22.991.831
20RK	3.923.294.906	4.550.670.812	3.672.059.167	3.121.122.287	3.054.359.817
8282	3.313.003.151	3.601.397.903	2.401.342.866	1.518.804.055	1.460.398.993
125B	43.913.828	46.603.126	23.649.567	17.333.409	16.261.811
Total	**7.320.007.091**	**8.238.893.230**	**6.132.802.591**	**4.680.251.582**	**4.554.012.452**

- **03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4002	808.032.704	802.207.316	713.567.760	621.855.687	615.971.693
152X	40.000.000	36.000.000	12.440.983	0	0
0048	273.035.800	279.035.800	32.202.631	0	0
6328	11.192.588	4.695.588	3.638.470	3.061.776	3.061.510
0A12	100.000.000	100.000.000	77.500.700	77.376.300	77.366.700
Total	**1.232.261.092**	**1.221.938.704**	**839.350.544**	**702.293.763**	**696.399.904**

- **03GF - Promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos desse nível de ensino**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6344	4.370.000	6.370.000	3.120.727	2.363.228	2.361.415
Total	**4.370.000**	**6.370.000**	**3.120.727**	**2.363.228**	**2.361.415**

- **0482 - Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
125C	53.841.962	43.841.962	40.713.091	22.122.097	20.240.196
Total	**53.841.962**	**43.841.962**	**40.713.091**	**22.122.097**	**20.240.196**

- **0484 - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11G1	41.257.991	44.690.289	31.905.016	20.342.554	20.342.554
Total	**41.257.991**	**44.690.289**	**31.905.016**	**20.342.554**	**20.342.554**

- **049Z - Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XO	30.525.000	30.810.430	27.513.807	12.557.730	12.531.355
Total	**30.525.000**	**30.810.430**	**27.513.807**	**12.557.730**	**12.531.355**

- **04A0 - Implantação da Universidade Federal da Região do Cariri (UFRC)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XP	32.025.000	32.025.000	23.395.115	5.400.396	5.223.766
Total	**32.025.000**	**32.025.000**	**23.395.115**	**5.400.396**	**5.223.766**

- **04A1 - Implantação da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XN	20.725.000	20.725.000	19.063.759	11.661.363	10.950.932
Total	**20.725.000**	**20.725.000**	**19.063.759**	**11.661.363**	**10.950.932**

- **04A2 - Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XQ	20.725.000	20.725.000	14.325.837	9.418.930	7.821.882
Total	**20.725.000**	**20.725.000**	**14.325.837**	**9.418.930**	**7.821.882**

- **03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14IM	35.000.000	76.267.217	26.273.457	295.730	295.730
20RX	505.081.896	537.458.531	295.365.145	151.086.471	130.868.982
4086	271.388.916	424.127.005	235.171.987	194.537.687	187.849.383
4005	401.557.178	444.894.186	442.196.100	441.068.222	440.373.149
Total	**1.213.027.990**	**1.482.746.939**	**999.006.689**	**786.988.109**	**759.387.244**

- **03GC - Construção de prédios anexos ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
148G	40.000.000	40.000.000	36.020.573	9.550.552	6.538.241
Total	**40.000.000**	**40.000.000**	**36.020.573**	**9.550.552**	**6.538.241**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2027 - Cultura: Preservação, Promoção e Acesso

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.302.918**	**2.293.804**	**288.915**
Despesas Correntes	853.106	849.350	255.952
Despesas de Capital	1.449.811	1.444.454	32.963
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.302.918**	**2.293.804**	**288.915**

OBJETIVO: 0779 - Formular e desenvolver política pública de cultura

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **033P - Formulação, implementação, acompanhamento, monitoramento, avaliação, revisão e difusão da Política e do Plano Nacional de Cultura e dos planos setoriais, além do apoio aos planos estaduais e municipais de Cultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZG	52.476.902	48.009.683	30.239.921	15.485.052	15.395.721
Total	**52.476.902**	**48.009.683**	**30.239.921**	**15.485.052**	**15.395.721**

OBJETIVO: 0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **034P - Pesquisa, preservação, difusão e ampliação do patrimônio museológico brasileiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211F	45.000.000	45.000.000	43.209.217	35.939.169	35.938.423
20ZF	4.000.000	4.000.000	2.595.547	867.933	867.933
14U2	51.629.000	50.929.000	5.053.707	526.052	526.052
Total	**100.629.000**	**99.929.000**	**50.858.471**	**37.333.155**	**37.332.409**

- **04G2 - Preservação, salvaguarda, valorização, difusão, promoção, identificação e reconhecimento da memória e do patrimônio cultural, seu monitoramento e sua fiscalização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZH	95.938.777	91.136.777	67.518.037	27.952.633	27.676.951
5538	165.000.000	165.000.000	105.370.425	30.251.378	20.678.408
Total	**260.938.777**	**256.136.777**	**172.888.462**	**58.204.012**	**48.355.359**

OBJETIVO: 0785 - Regular, fiscalizar e fomentar a indústria audiovisual, visando ao seu desenvolvimento, ao fortalecimento das empresas nacionais, à ampliação da produção, inovação e difusão das obras e dos serviços audiovisuais brasileiros, assim como à garantia de acesso à população.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **034Z - Fomento à produção, distribuição e comercialização de obras audiovisuais no país e no exterior e concessão de Prêmio Adicional de Renda**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZI	15.551.252	13.112.752	12.755.963	4.674.248	4.674.248
Total	**15.551.252**	**13.112.752**	**12.755.963**	**4.674.248**	**4.674.248**

- **0350 - Gestão e fortalecimento dos Programas de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro - PRODECINE, do Audiovisual Brasileiro - PRODAV, da Infraestrutura do Cinema e do Audiovisual - PRÓ-INFRA, do Cinema Perto de Você e do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
006A	643.734.444	643.734.444	414.000.000	0	0
12PG	20.000.000	20.000.000	20.000.000	0	0
8106	30.723.000	30.723.000	30.723.000	11.156.691	11.156.691
006C	302.933.856	302.933.856	0	0	0
20ZK	29.477.000	29.477.000	21.810.534	1.717.366	1.717.366
005Z	1.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**1.027.868.300**	**1.027.868.300**	**486.533.534**	**12.874.058**	**12.874.058**

- **0353 - Implantação do Canal de Cultura, cuja transmissão será destinada a produções culturais e programas regionais independentes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13E1	250.000	250.000	0	0	0
Total	**250.000**	**250.000**	**0**	**0**	**0**

- **04G3 - Regulação do setor audiovisual e da atividade cinematográfica, fiscalização do cumprimento da legislação e combate à pirataria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212H	8.000.000	9.600.000	9.600.000	6.000.000	4.000.000
20ZJ	1.000.000	1.000.000	934.519	695.482	535.303
Total	**9.000.000**	**10.600.000**	**10.534.519**	**6.695.482**	**4.535.303**

OBJETIVO: 0786 - Fomentar a criação, produção, difusão, intercâmbio, distribuição, fruição e consumo de bens, serviços e expressões culturais no Brasil e no Exterior

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **033X - Criação de linhas de crédito específicas e adequação de linhas já existentes para micro e pequenos empreendimentos criativos, em parceria com instituições financeiras, de modo a promover a desconcentração regional de distribuição de recursos financeiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D07	2.600.000	2.600.000	0	0	0
0B85	15.000.000	15.000.000	0	0	0
Total	**17.600.000**	**17.600.000**	**0**	**0**	**0**

- **035B - Fomento à produção, difusão, intercâmbio, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos, à fruição cultural e à formação de público, garantida a diversidade de linguagens, e expressões culturais; fortalecimento e qualificação de equipamentos, pontos, redes, circuitos e espaços culturais.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZF	506.403.762	502.107.981	220.478.831	98.789.881	92.619.950
Total	**506.403.762**	**502.107.981**	**220.478.831**	**98.789.881**	**92.619.950**

OBJETIVO: 0787 - Implantar, ampliar, modernizar, recuperar, manter, gerir e articular a gestão e o uso de espaços e ambientes destinados a atividades artísticas, culturais, esportivas e de lazer

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035G - Implantação, ampliação, modernização, recuperação e articulação da gestão e do uso de espaços destinados a atividades culturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12MG	650.000	650.000	250.000	0	0
Total	**650.000**	**650.000**	**250.000**	**0**	**0**

- **035H - Programação e funcionamento dos espaços e ambientes artístico-culturais da União**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14U2	224.270.333	231.310.333	65.093.469	5.981.718	5.634.968
211F	69.554.918	68.504.918	58.656.810	42.892.500	42.816.200
Total	**293.825.251**	**299.815.251**	**123.750.279**	**48.874.218**	**48.451.168**

OBJETIVO: 0788 - Produzir fomentar e difundir pesquisas e conhecimento constitutivo da cultura brasileira

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035J - Desenvolver e implementar política nacional de integração entre Educação e Cultura que promova o reconhecimento das artes e dos saberes culturais como campo do conhecimento e como elemento estratégico para qualificação do processo cultural e educativo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20KH	1.820.515	1.820.515	1.609.550	904.477	902.795
Total	**1.820.515**	**1.820.515**	**1.609.550**	**904.477**	**902.795**

- **035M - Produção, fomento e difusão de conhecimento científico e cultural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZM	15.903.980	15.903.980	8.660.222	5.079.958	4.829.104
Total	**15.903.980**	**15.903.980**	**8.660.222**	**5.079.958**	**4.829.104**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.069.923**	**3.128.149**	**735.126**
Despesas Correntes	701.035	841.781	305.433
Despesas de Capital	1.368.888	2.286.368	429.693
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.069.923**	**3.128.149**	**735.126**

OBJETIVO: 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02HW - Ampliar o acesso de escolares e da população ao esporte e ao lazer (Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade, Recreio nas Férias, Pintando a Cidadania, Legados Sociais dos Grandes Eventos)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20JQ	38.004.000	34.004.000	27.304.148	13.909.464	13.751.842
20JP	179.621.268	183.521.268	159.238.278	70.899.554	70.710.913
Total	**217.625.268**	**217.525.268**	**186.542.426**	**84.809.018**	**84.462.756**

- **02I2 - Implantação de espaços e equipamentos de esporte e de lazer, garantindo políticas de acessibilidade, gestão e manutenção da infraestrutura (praças da Juventude, academias ao ar livre, quadras, ginásios)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5450	658.305.251	827.008.435	417.382.644	300.000	300.000
14TR	100.000.000	100.000.000	100.000.000	100.000	100.000
Total	**758.305.251**	**927.008.435**	**517.382.644**	**400.000**	**400.000**

OBJETIVO: 0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02J3 - Ampliação e qualificação do Bolsa-Atleta**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
09HW	181.344.960	181.066.546	181.066.546	123.008.255	123.008.255
Total	**181.344.960**	**181.066.546**	**181.066.546**	**123.008.255**	**123.008.255**

- **02J5 - Estímulo ao futebol e promoção da defesa dos direitos do torcedor**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
126V	16.623.534	13.298.828	5.284.061	0	0
20JO	4.493.560	5.841.628	5.777.578	3.353.534	3.353.534
Total	**21.117.094**	**19.140.456**	**11.061.639**	**3.353.534**	**3.353.534**

- **02J6 - Estímulo e apoio à preparação de atletas e profissionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20YA	176.898.040	173.398.040	114.630.170	14.741.351	14.520.860
Total	**176.898.040**	**173.398.040**	**114.630.170**	**14.741.351**	**14.520.860**

- **02J7 - Implantação da Política Nacional de Controle de Dopagem**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
211Z	12.032.315	12.032.315	6.547.417	1.785.325	1.785.325
Total	**12.032.315**	**12.032.315**	**6.547.417**	**1.785.325**	**1.785.325**

- **02J8 - Implantação da Rede Nacional de Treinamento e das Cidades Esportivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14TP	1.600.000	1.600.000	1.362.880	0	0
Total	**1.600.000**	**1.600.000**	**1.362.880**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0686 - Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e eventos a ela relacionados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02LO - Garantir a realização e o monitoramento de todas as ações definidas pela estrutura de governança da Copa do Mundo FIFA 2014, a partir da Matriz de Responsabilidades e Câmaras Temáticas, contemplando os legados do evento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20DB	70.000.000	59.500.000	37.500.272	33.954.297	31.796.104
Total	**70.000.000**	**59.500.000**	**37.500.272**	**33.954.297**	**31.796.104**

OBJETIVO: 0687 - Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02LQ - Planejamento e implantação de projetos de infraestrutura, bem como de outros projetos correlatos à preparação, à promoção e à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, no que tange a serviços, a obras e a compromissos governamentais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14TQ	500.000.000	1.252.700.266	1.110.170.765	426.363.292	415.030.963
20D8	131.000.000	284.177.917	89.546.560	46.710.933	45.246.675
Total	**631.000.000**	**1.536.878.183**	**1.199.717.325**	**473.074.225**	**460.277.638**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Secretaria de
Planejamento e Investimentos Estratégicos

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA
2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II

PROGRAMAS TEMÁTICOS

Tomo II - Programas de Infraestrutura

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II

PROGRAMAS TEMÁTICOS

Tomo II - Programas de Infraestrutura

Brasília - DF
2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTROS:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União
Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Kátia Regina de Abreu

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado da Cultura
Juca Ferreira

Ministro de Estado da Defesa
Jacques Wagner

Ministro de Estado da Educação
Renato Janine Ribeiro

Ministro de Estado da Fazenda
Joaquim Levy

Ministro de Estado da Integração Nacional – Interino
Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Helder Barbalho

Ministro de Estado da Previdência Social
Carlos Eduardo Gabas

Ministro de Estado da Saúde
Ademar Arthur Chioro dos Reis

Ministro de Estado das Cidades
Gilberto Kassab

Ministro de Estado das Comunicações
Ricardo Berzoini

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministro de Estado de Minas e Energia
Carlos Eduardo de Souza Braga

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias de Sousa

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Armando Monteiro Neto

Ministro de Estado do Esporte
George Hilton dos Santos Cecílio

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Henrique Eduardo Lyra Alves

Ministro de Estado dos Transportes
Antônio Carlos Rodrigues

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Interino
Roberto Mangabeira Unger

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Eliseu Padilha

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Edinho Araújo

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Edinho Silva

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Miguel Rosseto

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

CC-BY-NC Creative Commons 2015 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são:
http://www.planejamento.gov.br,
http://bibspi.planejamento.gov.br e
http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br.

Impresso no Brasil.

Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Gilson Alceu Bittencourt

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

André Arantes Luciano

Bráulio Santiago Cerqueira

Débora Nogueira Beserra

Jorge Abrahão de Castro

Rodolfo Osorio de Oliveira

Projeto gráfico

Roberto Tavares Walkowicz

Jucildo Augusto da Silva Lima

B823r

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015: ano-base 2014 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos. -- Brasília: MP, 2015.
2v.: il.

Conteúdo: v.1 – Dimensão estratégica v.2 – Programas Temáticos
1. Plano Plurianual - avaliação 2. Políticas Públicas I. Título

CDU 338.26"2012/2015"(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL 9

INTRODUÇÃO 11

PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA 13

2049 - MORADIA DIGNA 15

2068 - SANEAMENTO BÁSICO 29

2067 - RESÍDUOS SÓLIDOS 47

2040 - GESTÃO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES 54

2041 - GESTÃO ESTRATÉGICA DA GEOLOGIA, DA MINERAÇÃO E DA TRANSFORMAÇÃO MINERAL 78

2051 - OFERTA DE ÁGUA 113

2033 - ENERGIA ELÉTRICA 125

2022 - COMBUSTÍVEIS 147

2053 - PETRÓLEO E GÁS 166

2054 - PLANEJAMENTO URBANO 188

2048 - MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO 209

2075 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO 245

2074 - TRANSPORTE MARÍTIMO 263

2073 - TRANSPORTE HIDROVIÁRIO 288

2072 - TRANSPORTE FERROVIÁRIO 297

2017 - AVIAÇÃO CIVIL 316

2025 - COMUNICAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO, A INCLUSÃO E A DEMOCRACIA 334

ANEXO I - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS 364

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012 – 2015**, ano-base 2014, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012–2015, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Com o objetivo de facilitar a leitura, este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA (Volume I) compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende a Avaliação dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2014. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I – Programas Sociais; II – Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV – Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nelas retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas ainda neste último ano de implementação do PPA 2012–2015, bem como extrair aprendizados que orientem a elaboração e implementação do PPA 2016–2019.

Boa leitura!

Nelson Barbosa
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente volume (Volume II) do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano-base 2014, é dedicado à avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 4 tomos:

TOMO I - Programas Sociais;

TOMO II - Programas de Infraestrutura;

TOMO III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental;

TOMO IV - Programas de Soberania, Território e Gestão.

A avaliação anual dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 alinha-se ao processo de monitoramento centrado nos principais atributos do Plano. Como atividade contínua, o monitoramento temático aprimora o entendimento sobre o estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA, contribuindo para a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Desse modo, a gestão do Plano é exercício ativo de melhoria da atuação governamental.

Por outro lado, ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão do Plano, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, primordial para viabilizar a participação social no seu monitoramento.

Ao explicitar as principais realizações dos programas, esta parte do Relatório de Avaliação fornece os fundamentos para os resultados apresentados na avaliação da dimensão estratégica (Volume I do Relatório de Avaliação), uma vez que o conjunto dos programas temáticos – e das políticas públicas que eles incluem – é a expressão concreta da ação do Governo Federal que traduz de maneira operacional o modelo de desenvolvimento em curso no país.

Da mesma forma, o conjunto de informações disponibilizado neste documento enseja reflexões acerca dos desafios da operação do Estado, principalmente no que se refere à articulação e cooperação interinstitucional e ao fortalecimento do diálogo federativo. Essas questões são pontos estruturantes do modelo de planejamento que se adotou a partir das inovações introduzidas pelo PPA 2012-2015, com o fortalecimento do seu componente estratégico, participativo e territorial.

Para cada Programa Temático, apresenta-se a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira de todas as ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. Com a análise situacional de cada Objetivo e Meta, o Governo promove a transparência do conjunto de ações realizadas e previstas no âmbito do PPA para alcançar os resultados almejados pela sociedade brasileira. Assim, espera-se qualificar ainda mais o diálogo do Governo Federal com a sociedade, Congresso Nacional e demais entes federados na construção de um País com mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação.

Boa leitura!

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO BASE 2014

VOLUME II - PROGRAMAS TEMÁTICOS

TOMO II - PROGRAMAS DE INFRAESTRUTURA

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Assentamentos subnormais	unidade	31/12/2010	3.224,529	-	-
Déficit habitacional absoluto	unidade	30/09/2008	5.572.313	31/12/2010	6.940.691
Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	unidade	30/09/2008	942.481	31/12/2010	1.055.163
Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	unidade	30/09/2008	4.629.832	31/12/2010	5.885.528
Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo	unidade	30/09/2007	1.500.709	31/12/2010	1.583.763
Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada	unidade	30/09/2007	543.066	-	-
Déficit habitacional qualitativo - inadequação habitacional	unidade	30/09/2007	10.454.974	31/12/2010	13.007.952
Oferta de moradias	%	31/12/2011	1	-	-

Observações:

Assentamentos subnormais - Censo IBGE 2010

Déficit habitacional absoluto - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Déficit habitacional absoluto em áreas rurais - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Déficit habitacional qualitativo - cobertura inadequada - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.
Não houve atualização do índice pelo Censo 2010, pois não havia a pergunta referente ao indicador no Censo.

Déficit habitacional qualitativo - inadequação habitacional - Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 - Fundação João Pinheiro - baseado nas informações do Censo Demográfico 2010, elaborado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Oferta de moradias - Caixa Econômica Federal, Secretaria da Receita Federal, Contas Nacionais (IBGE), PAIC, Rais/CAGED do MTE - Oferta total de habitações e a produção de novas moradias no país

OBJETIVO: 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Inicialmente, é preciso destacar que o conceito do programa de urbanização de assentamentos precários possibilita a aplicação dos recursos em diversas obras e serviços necessários à superação das precariedades existentes nas áreas beneficiadas. Estas, por sua vez, se caracterizam por serem irregulares, ambientalmente frágeis e com riscos, habitadas por população de baixa renda.

A política pública nacional de urbanização de assentamentos precários nasceu de práticas bem sucedidas, realizadas em nível local. Sua relevância se confirma com a inclusão da ação no rol do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, o qual garante a alocação dos recursos necessários às favelas de maior porte e complexidade, situadas nas principais cidades e Regiões Metropolitanas do País.

Entre as dificuldades mais relevantes para implementação de um programa federal, cujas ações são executadas de forma descentralizada pelos entes subnacionais, está a promoção da articulação federativa necessária para, por meio de parcerias com governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, viabilizar a execução e potencializar a capacidade de investimento público. Destaca-se, também, que nem todos esses entes possuem estrutura institucional capaz de lidar com os desafios colocados.

Para a seleção dos principais territórios em que seriam alocados os recursos do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários, o Governo Federal, baseado nos estudos fornecidos pelo Centro de Estudos da Metrópole – CEM/CEBRAP e outros indicadores de precariedade urbana e social, definiu o conjunto de cidades prioritárias para atuação:

• municípios integrantes de Regiões Metropolitanas e Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico;
• capitais de estados que não integram as regiões metropolitanas;
• outros municípios de grande porte que, por sua atividade econômica ou infraestrutura logística, possuam raio de influência regional.

Contudo, o PAC - Urbanização de Assentamentos Precários pode atuar em todos os municípios brasileiros, a partir de demandas qualificadas que identifiquem a precariedade habitacional, na forma descrita nas normas que regem o programa, e apontem para a necessidade dos investimentos.

A distribuição de recursos alocados também seguiu a proporção da dimensão da precariedade habitacional em cada região.

O Governo Federal criou uma estrutura especial para monitorar as intervenções inseridas no PAC com o objetivo de assegurar o cumprimento de prazos e resultados; de gerenciar riscos, mediante identificação e solução de possíveis entraves na execução das intervenções; e de coordenar e articular ações dos governos Federal, municipais, estaduais e do Distrito Federal e demais atores envolvidos.

O Decreto nº 6.025, de 22 de janeiro de 2007, criou o Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento – CGPAC para acompanhar e supervisionar sua execução, e instituiu, ainda, o Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento - GEPAC, vinculado ao CGPAC, com o objetivo de consolidar as ações, estabelecer metas e acompanhar os resultados de implementação e execução do PAC.
Nas Salas de Situação ocorrem reuniões periódicas para acompanhar o andamento do PAC, com o objetivo de identificar problemas e buscar alternativas de solução. Essas reuniões são coordenadas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Ao mesmo tempo, uma das importâncias desse monitoramento diferenciado é a prestação de contas à sociedade dos recursos que estão sendo aplicados. Por esse motivo, quadrimestralmente, são apresentados balanços de todas as ações inseridas no PAC.

É importante lembrar que as intervenções do PAC – Urbanização de Assentamentos Precários são planejadas e executadas pelos governos locais, cabendo à esfera federal o estabelecimento de diretrizes, bem como o apoio

orçamentário e financeiro com o correspondente acompanhamento e monitoramento. Ressalte-se, ainda, a grandiosidade do território brasileiro e a diversidade de realidades locais, que muitas vezes impedem a padronização de soluções e encaminhamentos.

Embora o monitoramento realizado pelo Ministério das Cidades seja distanciado da execução diária de cada intervenção, é importante lembrar que a Caixa Econômica Federal, mandatária da União, possui estrutura descentralizada que conta com a expertise de um corpo funcional multidisciplinar, assegurando a execução das intervenções sobre um arcabouço de normas e procedimentos técnicos que garantem que os recursos investidos alcancem seus verdadeiros objetivos. Dessa forma, é possível realizar o acompanhamento das obras contratadas in loco, viabilizando a liberação dos recursos financeiros por parcela de obras/serviços executados.

Esse modelo conta com a aprovação dos órgãos de controle interno e externo, Controladoria-Geral da União - CGU e Tribunal de Contas da União - TCU, respectivamente. Sobre a atuação desses órgãos, é importante relatar sua atuação na verificação da legalidade dos processos, inibindo ou impedindo eventuais desvios de finalidade dos recursos alocados.

MEDIDAS DE GESTÃO

A partir dos critérios estabelecidos por meio da Portaria nº 43, de 28 de janeiro de 2014, para repactuação de metas das operações que não apresentaram relatório de execução por mais de 12 meses, foram realizadas reuniões de pactuação cujo objetivo foi estabelecer o alcance das sanções e, com efeito, definir o conjunto de metas a ser mantido. Para tanto, a Secretaria Nacional de Habitação realizou reuniões específicas para discutir a reprogramação de 259 operações paralisadas há mais de 12 meses de um total de 277, perfazendo 94% do universo em questão.

Com relação às operações inseridas na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), selecionadas em 2010, que não conseguiram obter Autorização de Início do Objeto (AIO), foi estabelecido, por meio da Portaria nº 550, de 10 de setembro de 2014, prazo até 30 de novembro de 2014 para obtenção da AIO. Essa mesma data foi estabelecida por meio da Portaria em questão para que as operações que já possuíam AIO tivessem o relatório de execução apresentados à mandatária, demonstrando o efetivo início das intervenções.

REALIZAÇÕES DO PERÍODO

Os dados a seguir foram extraídos do 11º balanço do PAC, referente ao período de abril de 2014 a outubro de 2014.

A carteira de obras e projetos de urbanização de assentamentos precários (945 operações que integram o eixo de infraestrutura social e urbana do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC) é de R$ 23,6 bilhões, sendo R$ 18,9 bilhões de termos de compromisso com recursos oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e R$ 4,7 bilhões de contratos de financiamento oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Desse total, R$ 16,7 bilhões (530 operações) foram selecionados no PAC 1 e R$ 12,2 bilhões (considera o valor PMCMV) foram selecionados no PAC 2 (415 operações).

Entre janeiro de 2011 e outubro de 2014 foram concluídos 88 empreendimentos de urbanização, perfazendo investimento de R$ 892,2 milhões e beneficiando 85 mil famílias. Dentre as obras concluídas estão: Bairro Floresta em Rio Branco/AC, Urbanização – Vila Mutirão em Planaltina/GO, Urbanização – Abençoada por Deus em Recife/PE,

Urbanização – Bairros Guatupé e Borda do Campo em São José dos Pinhais/PR, Urbanização – Nova Esperança I em Macaé/RJ, Urbanização - Bairros Jardim Adalberto Roxo e Jardim das Hortências em Araraquara/SP.

Ressalta-se que, devido à diversidade das metas contidas num projeto de urbanização de assentamentos precários, a conclusão de etapas da intervenção geram benefícios à comunidade antes mesmo do término do objeto. Por exemplo, entrega de equipamentos públicos, de unidades habitacionais e conclusão de metas de infraestrutura como drenagem e pavimentação.

Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2014 foram iniciadas 380 obras de urbanização, perfazendo investimento de R$ 6,4 bilhões com previsão de beneficiamento, após a conclusão, de 616 mil famílias. Dentre as obras iniciadas estão: Urbanização - Sapucaia e Aguazinha em Olinda/PE, Urbanização - Jardim Santa Rita em Osasco/SP, Urbanização - assentamentos Capelinha e Cocaia em São Bernardo do Campo/SP, Urbanização - Bairro São José no Baixo Jaguaribe em João Pessoa/PB, Urbanização - faixa de domínio da rodovia RSC 453 em Caxias do Sul/RS.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar R$ 30,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para urbanização de assentamentos precários**

  Análise Situacional da Meta

  Permanecem em andamento os procedimentos administrativos que visam à contratação das operações de crédito no âmbito do Programa Pró-Moradia dos municípios de São Bernardo do Campo (R$ 96,5 milhões) e Santo André/SP (R$ 23,5 milhões).

  Contratada operação de Urbanização – Rocinha 3ª Etapa, com valor correspondente a R$ 1.566,00 milhões, conforme proposta apresentada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e cuja seleção foi divulgada por meio da Portaria nº 152, de 01 de abril de 2014. Em andamento os procedimentos administrativos que antecedem o início das intervenções.

  Em andamento os procedimentos administrativos que visam à contratação das operações de crédito, no âmbito do Programa Pró-Moradia, com o Estado do Rio de Janeiro/RJ (R$ 815,00 milhões).

  Foram contratadas 86 operações para conclusão das obras remanescentes dos contratos firmados pelo Banco Morada S/A, conforme divulgado por meio da Portaria nº 375, de 11 de julho de 2014.

  O PAC 2 contratou 415 operações, totalizando investimentos de R$ 12,2 bilhões (com o valor PMCMV vinculado), das quais 70% estão em obras, que beneficiarão 839 mil famílias, em 336 municípios.

  Quantidade alcançada

  12,2

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma

subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2014, a segunda etapa do programa Minha Casa, Minha Vida superou a marca de contratação de 2,75 milhões de unidades no período 2011-2014. Dessa forma, o programa, assim como em sua primeira etapa – 2009/2010 –, atingiu a meta de contratação estabelecida para o período. Desde o seu lançamento, o programa já contabiliza 3,76 milhões de unidades contratadas.

A segunda fase do programa foi iniciada em 2011, originalmente com a meta de contratar, até dezembro de 2014, 2 milhões de unidades habitacionais. Em 2012 essa meta foi ampliada para 2,4 milhões de unidades e, em 2013, para 2,75 milhões. Os resultados alcançados evidenciam o esforço realizado por parte dos diversos intervenientes – Governo Federal, governos locais, instituições financeiras, construtoras e entidades organizadoras.

Além da superação das metas de contratação, o programa já entregou mais de 2 milhões de unidades habitacionais, sendo mais de 1,6 milhão de moradias entregues a partir de 2011. Ao todo, 5.329 municípios possuem ao menos uma unidade habitacional financiada pelo programa, ou seja, o MCMV tem participação em mais de 95% dos municípios brasileiros.

Um grande desafio do programa é garantir a adequada distribuição, pelas Unidades da Federação, das unidades habitacionais contratadas, que deve guardar compatibilidade com o déficit habitacional. Em 2014, a distribuição das contratações conforme o porte populacional dos municípios e por região manteve a dinâmica observada em 2013, indicando maior dificuldade de contratação em municípios situados nas capitais e respectivas regiões metropolitanas de estados localizados nas regiões Sul e Sudeste. As contratações nesses municípios representaram 17% das contratações em 2014. Em 2013, o desempenho foi semelhante.

Para as famílias com renda mensal até R$ 1.600,00– Faixa 1 –, o PMCMV contribui com resultados positivos para públicos específicos. Por exemplo, mais de 80% dos contratos foram firmados em nome das mulheres. Além disso, a partir de 2011, as unidades habitacionais do programa passaram a ser adaptáveis ao uso por famílias de que faça parte pessoa com deficiência: já foram entregues cerca de 11,6 mil unidades adaptadas, de um total de mais de 950 mil unidades habitacionais adaptáveis contratadas em 3.610 municípios. Acrescente-se que mais de 45 mil beneficiários do programa na Faixa 1 são idosos, o que corresponde a mais de 6% das famílias beneficiadas, ou seja, o dobro do que é exigido pelo estatuto do idoso.

No ano de 2014, com vistas a ampliar a sustentabilidade dos empreendimentos, o Governo Federal promoveu o aprimoramento dos processos de seleção de beneficiários, de realização do trabalho social e da gestão condominial junto a esse público. Ademais, foi criado um Grupo Executivo Interministerial para receber e apurar denúncias e propor medidas preventivas e corretivas de condutas ilícitas nos empreendimentos dos programas habitacionais do Governo Federal.

Em 2015 será lançada a terceira etapa do programa, com a meta de contratação ampliada para três milhões de unidades habitacionais. O detalhamento do programa está em discussão no Governo Federal e com os principais parceiros – movimentos sociais, empresários e poder local.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar 200 mil moradias para famílias com renda até R$ 5 mil mensais na área urbana e até R$ 60 mil anuais na área rural**

  Análise Situacional da Meta

  A meta de contratação de 200 mil moradias para famílias com esses limites de renda foi superada, com a contratação de 307.152 unidades habitacionais na segunda etapa do programa.

  Quantidade alcançada

  307.152
  Data de Referência

  31/12/2014

- **Disponibilizar 600 mil moradias para famílias com renda até R$ 3,1 mil mensais na área urbana e R$ 30 mil por ano na área rural**

  Análise Situacional da Meta

  O programa atingiu a marca de 1.113.687 unidades habitacionais contratadas para famílias com renda até R$ 3.275,00 (aumento de renda conforme Decreto Nº 7.825/12) A meta inicialmente prevista para 600 mil unidades foi ampliada para 950 mil.
  Quantidade alcançada

  1.113.687
  Data de Referência

  31/12/2014

- **Instituir programa de moradia transitória com a finalidade de criar alternativas de atendimento habitacional adequado ao perfil da população vulnerável, como catadores e moradores de rua, alternativo ao albergamento e à propriedade definitiva**

  Análise Situacional da Meta

  Não houve avanços significativos em relação ao final do ano passado.

- **Produzir ou reformar 1,6 milhão de moradias para as famílias com renda até R$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R$ 15 mil anuais na área rural**

  Análise Situacional da Meta

  O programa atingiu a marca de 1.337.632 unidades habitacionais contratadas para famílias com renda até R$ 1,6 mil por mês nas áreas urbanas e até R$ 15 mil anuais na área rural, superando a meta inicialmente estabelecida, de 1,2 milhão de unidades. Essa meta foi posteriormente ampliada para 1,6 milhão de moradias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.
  Quantidade alcançada

  1.337.632
  Data de Referência

  31/12/2014

- **Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no MCMV em áreas urbanas e municípios acima de 50 mil habitantes**

  Análise Situacional da Meta

  No período de 2011 a 2014, foram contratadas 950.229 unidades adaptáveis contratadas através do programa Minha Casa, Minha Vida. O programa também já entregou 11.627 unidades adaptadas ao uso por pessoas com deficiência.

  Quantidade alcançada

  950.229
  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0384 - Incentivar a expansão do crédito habitacional para construção, aquisição, ampliação e melhorias, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário com estímulos ao crescimento da sua oferta pelos agentes financeiros.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O desempenho observado ao longo do ano de 2014, relativo ao financiamento imobiliário com recursos do SBPE, apresentou resultado anual superior ao do ano anterior, em valor financiado e em quantidade de operações contratadas. No que se refere ao financiamento imobiliário com recursos do FGTS, o desempenho observado ao longo do mesmo ano apresentou resultados distintos para valor e quantidade financiados: aumento no valor e redução na quantidade de operações contratadas, sinalizando um aumento nos valores individuais financiados. Esses resultados nos financiamentos com recursos do FGTS esboçam uma tendência que vem se formando desde 2012, com redução na quantidade de imóveis financiados e elevação dos respectivos valores.

Durante o ano de 2014, os agentes financeiros do SFH contrataram 87.197 operações de crédito imobiliário com pessoas físicas, não enquadráveis nas condições do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Essa quantidade apresenta-se mais que 3% inferior ao total contratado em 2013, quando pouco mais de 90 mil operações foram formalizadas. Já os valores de financiamento cresceram 7,8% em relação ao ano anterior, saltando para R$ 7,8 bilhões, mantendo a tendência de crescimento observada desde 2012. Os valores de subsídio recuaram dos R$ 1,08 bilhão concedidos em 2013 para R$ 944,9 milhões em 2014, mantendo oscilação sem tendência perceptível no período 2011-2014. O desempenho do mercado imobiliário na 2ª metade do ano, nesse tipo de operação de crédito, foi ligeiramente superior àquele observado nos primeiros seis meses, quando 41.655 operações de crédito foram formalizadas. O resultado acumulado no período 2012-2014, de 268.606 operações, representa pouco mais de 53% da meta plurianual de 500 mil operações de crédito.

No Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), vem sendo mantida a tendência de crescimento observada desde 2011, embora com redução da velocidade. Em todo o ano de 2014, foram financiados R$ 105,8 bilhões em crédito imobiliário habitacional, o que representa crescimento de 3,5 % em relação ao ano de 2013, quando os financiamentos alcançaram R$ 102,2 bilhões. Confirmou-se, desse modo, a expectativa desenhada desde o final do ano anterior, reforçada ao final do 1º semestre deste ano, de continuidade da tendência de crescimento das operações com recursos do SBPE. Quanto à quantidade de contratos realizados, observou-se comportamento semelhante, com crescimento de 1,4%, atingindo mais de 512 mil unidades financiadas. Entretanto, ao se comparar o desempenho por semestre, é possível observar sinais de desaceleração desse crescimento: no 1º semestre de 2014, houve crescimento de quase 7% do valor financiado, acompanhado de evolução de mais de 5% na quantidade de operações realizadas, comparando-se a período análogo de 2013; já no 2º semestre, o valor financiado cresceu 0,64% enquanto a quantidade de operações experimentou decréscimo de quase 2%, quando comparados ao 2º semestre de 2013. O resultado acumulado no período 2012-2014, de R$ 284,5 bilhões, representa mais de 161% da meta plurianual de R$ 176 bilhões.

Esses resultados se mantêm como consequência da mesma combinação de fatores que interferiu positivamente no desempenho observado em 2012 e 2013: do lado dos tomadores de crédito, contribuíram para o aumento na demanda por crédito imobiliário a continuação da elevação da renda real, a manutenção do baixo índice de desemprego e Índice Nacional de Expectativa do Consumidor - INEC - com tendência de crescimento no período de junho a outubro de 2014; do lado da oferta, a disponibilidade de recursos da poupança, a manutenção do baixo índice de inadimplência na modalidade e o prazo máximo de financiamento.

Para 2015, conforme expectativa da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP –,

está prevista tendência de estabilização das operações de crédito imobiliário com recursos do SBPE.

Para as operações com recursos do FGTS há também sinalização para manutenção dos patamares observados em 2014, tendo em vista que no orçamento aprovado para 2015, por meio da Instrução Normativa nº 36, de 19 de dezembro de 2014, do Ministério das Cidades, foi contemplado R$ 1 bilhão para concessão de descontos nos financiamentos da espécie.

Fontes: Canal FGTS / BACEN / ABECIP / IBGE / CNI / CNC

Metas 2012-2015

- **Contratar 500 mil operações de financiamento imobiliário destinadas à construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais com recursos do FGTS**

Análise Situacional da Meta

Foram contratadas, no ano de 2014, 87.197 operações de financiamento imobiliário com recursos do FGTS, representando R$ 7,765 bilhões em financiamentos e R$ 944,9 milhões em subsídios (descontos), totalizando R$ 8,710 bilhões. A contratação acumulada no período 2012-2014 é de 268.606 operações.

Fonte: Canal FGTS, arquivo MC20150130.rar, posição de 28/01/2015

Quantidade alcançada

268.606

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R$ 176 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram contratados R$ 105,8 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Esse valor apresenta-se 3,51% superior ao observado no período equivalente de 2013. A contratação acumulada 2012-2014 já atingiu R$ 284,5 bilhões.

Quantidade alcançada

284,5

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento da capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, desde 2012, foi marcado pela continuidade do desenvolvimento dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social –

PLHIS e no fomento à realização de estudos e pesquisas relacionados à habitação de interesse social. No que tange ao PLHIS, o Governo Federal focou no apoio a conclusão dos planos contratados em anos anteriores, assim como no monitoramento da adesão ao PLHIS simplificado, instituído no final do ano 2010, para ser utilizado como opção, inicialmente pensada para os municípios com população até 20 mil habitantes e localizados fora de Regiões Metropolitanas (Resolução no. 37 – CGFNHIS, de 8/12/2010) e, posteriormente ampliada para todos os municípios com população até 50 mil habitantes (Resolução Nº 43, de 5 de julho de 2011).

Os Planos habitacionais com repasses do FNHIS, contratados entre os anos 2007 e 2010 contam, após alguns cancelamentos, com uma carteira ativa de 1.485 contratos, destes 86,2% foram concluídos até 31.12.2014 (Dados da Base Caixa). Para os municípios com menos de 50 mil habitantes, continuou-se a apoiar através da oferta de instruções, atualização do manual de elaboração do PLHIS-simplificado e a realização de oficinas regionalizadas para capacitação para elaboração do PLHIS e para a atuação de conselheiros.

Com relação ao apoio ao desenvolvimento institucional, particularmente em relação ao monitoramento dos programas habitacionais da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), foram aplicados recursos para firmar Termo de cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para contratação de estudos e pesquisas relativas à habitação de interesse social e, na área da cooperação técnica, foi firmado um termo de cooperação com a Universidade Federal do ABC (UFABC), para o apoio técnico-científico à atuação do Governo Brasileiro no Grupo de Trabalho de Assentamentos Humanos do Fórum de Diálogo IBAS (Índia – Brasil – África do Sul). Ainda destaca-se a continuidade do convênio firmado, em dezembro de 2011, com a Fundação João Pinheiro, cujo objetivo é realização de estudo do déficit habitacional no Brasil.

Foi realizada no mês de maio de 2014, a terceira reunião de ponto de controle, com apresentação e discussão de relatórios com os pesquisadores dos 38 projetos selecionados. Ressalta-se ainda a efetivação do termo de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC para a realização da segunda edição do EAD da área social.

Na avaliação da situação das pesquisas em 31.12.2014, foi solicitado ao CNPq o informe da situação das 38 pesquisas. Com os pedidos de prorrogação, 01 relatório final foi entregue (Equipe prof. Claudio Schüller – UNICAMP) e os demais foram prorrogados, com previsão de entrega entre 01 de fevereiro de 2015 a 19 de abril de 2015.

Metas 2012-2015

- **100% dos municípios com adesão ao SNHIS**

  Análise Situacional da Meta

  O termo de adesão é o instrumento por intermédio do qual os estados, Distrito Federal e municípios expressam sua decisão em participar do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS. A criação do SNHIS introduz a uma nova sistemática de acesso ao repasse dos recursos da União, destinados à habitação de interesse social. Este contém os compromissos, previstos no Art. 12 da Lei 11.124/2005, em constituir e elaborar, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios, os três elementos: o Fundo, o Conselho Gestor do Fundo e o Plano Local (ou Estadual ou Distrital) de Habitação de Interesse Social.

  Apesar da meta desejável de 100% de adesão entre os entes federados, a liberdade de decisão destes entes sobre a sua participação no Sistema poderá dificultar que esta seja atingida em plenitude. No entanto, apesar desta liberdade, os níveis de adesão atualmente são bastante altos, chegando a 97,61 %, onde a maior parte dos municípios fez sua adesão entre os anos 2006 e 2008, reduzindo-se a intensidade de tais pedidos nos anos seguintes.

Durante o ano de 2014 nenhuma nova adesão ao SNHIS foi efetivada. No entanto, está sendo tramitado o pedido de adesão de 02 (dois) municípios.

Quantidade alcançada

97,61

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

De um modo geral, os resultados alcançados ao longo dos anos de 2012, 2013 e 2014 revelam um ambiente favorável para atingir o objetivo proposto. Contudo, para atingir algumas metas, especialmente a criação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional para a Construção Civil Habitacional (SiCaP), o tempo que se leva para pactuar alguns acordos e a dificuldade de contratação de serviços especializados representam desafios. Por outro lado, vale destacar os seguintes avanços:

a) Nesse período houve aceitação, por parte das construtoras, do monitoramento dos indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras das empresas, no acompanhamento da geração de resíduos, consumo de água e energia, bem como a avaliação positiva da fusão dos níveis C e B; a adequação dos referenciais técnicos às novas versões da NBR ISO 9001 e a integração do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) aos outros sistemas (Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos - SiMaC e Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores - SiNAT) do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQP-H. Em 2014 a Comissão Nacional do SiAC iniciou uma discussão para propor uma nova revisão do Regimento, com vistas a atender os requisitos da ABNT NBR 15.575 ("Norma de Desempenho");

b) A realização de um Workshop com a participação de todos os atores envolvidos no SiMaC, que resultou na elaboração de uma minuta de documento com os requisitos gerais para subsidiar o processo de acreditação das Entidades Gestoras Técnicas - EGT's, bem como o fato de nove Programas Setoriais da Qualidade - PSQs, de um total de 24 monitorados, terem mantido a meta de 90% de conformidade com as normas técnicas brasileiras. Em 2014 foi publicada a Portaria nº 332, de 20 de junho de 2014, do MCIDADES, regulamentando os requisitos mínimos para habilitação técnica, para funcionamento e para o sistema de gestão do processo de acreditação de EGT's que operam PSQs, no âmbito do SiMaC do PBQP-H. Também, em 2014, no âmbito do Fórum dos Gerentes de PSQs, criou-se um grupo de trabalho envolvendo diversos PSQs com o objetivo de subsidiar as empresas construtoras que atuam no PMCMV para o atendimento à norma de desempenho, com a expectativa de alcançar os primeiros resultados no 2º semestre de 2015;

c) Enquanto houve a publicação de 7 Documentos de Avaliação Técnica (DATec's) no ano de 2013, representando um número 40% maior do que aquele alcançado em 2012, em 2014 foram publicados 4 DATec's e 2 Diretrizes SiNAT, contribuindo para o processo de industrialização no âmbito dos empreendimentos habitacionais do PMCMV.

A expectativa para 2015, em relação ao SiAC, continua sendo a realização de acordos setoriais para implementação das certificações das especialidades técnicas de Gerenciamento de Empreendimentos e Elaboração de Projetos, bem como a regulamentação da certificação dos Serviços Especializados. Para o ano de 2015 pretende-se revisar o regimento do SiAC para atender os requisitos da ABNT NBR 15.575 ("Norma de Desempenho"). Quanto ao SiMaC, a expectativa para 2014 foi alcançada e, para 2015, espera-se que todas as EGT's que atuam no SiMaC estejam acreditadas junto ao INMETRO. Para o SiNAT, a expectativa é que se concretize a criação da Rede SIBRATEC de laboratórios para o setor da construção civil, de forma a induzir a capacitação profissional para atuar nesses laboratórios, principalmente para atuarem em avaliações técnicas com base no conceito de desempenho.

Metas 2012-2015

- **Alcançar e manter em 90% o percentual médio de conformidade com as normas técnicas no âmbito do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), de todos os produtos que compõem a cesta básica de materiais de construção de uma habitação de interesse social**

Análise Situacional da Meta

Ao final do ano de 2014, 9 Programas Setoriais da Qualidade - PSQs atingiram a meta de 90% de conformidade e 15 PSQs ainda estão abaixo da meta, em função da heterogeneidade e grau de amadurecimento dos diversos setores que compõem a cesta básica dos materiais. Ressalta-se que 17 entidades setoriais nacionais mantêm os PSQs. Um aspecto positivo foi a realização de um Workshop com a participação de todos os atores envolvidos no Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), no ano de 2013, que teve como resultado a elaboração de uma minuta de documento com os requisitos gerais para subsidiar o processo de acreditação das entidades gestoras técnicas - EGT's, publicada na Portaria nº 332, de 20 de junho de 2014, do MCIDADES. Dessa forma, a expectativa é que todas as EGT's estejam acreditadas pelo INMETRO até 2015. O aspecto negativo ficou por conta do descredenciamento do PSQ de Tubos de Aço-carbono.

Quantidade alcançada

75,55

Data de Referência

31/12/2014

- **Certificar 100% das empresas de serviços e obras que executem empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC)**

Análise Situacional da Meta

A meta foi atingida, uma vez que desde 2013 foi incorporada a exigência da comprovação da certificação Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC) do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) nos empreendimentos habitacionais de interesse social para os municípios abaixo de 50.000 habitantes.

O número de empresas certificadas no âmbito do SiAC nos diferentes Níveis ("B" e "A") e na etapa de Adesão atingiu a marca de 2.870 empresas em 2014 (23,8% na etapa de adesão, 7,2% no Nível "B" e 69,0% no Nível "A"). Os organismos de avaliação da conformidade que certificam essas empresas têm avaliado positivamente o aperfeiçoamento do regimento do SiAC, especialmente em relação a inclusão de indicadores da qualidade voltados à sustentabilidade do canteiro de obras, que estão contribuindo para o monitoramento da geração de resíduos, consumo de água e energia. A expectativa para o ano de 2014, em relação ao aumento do número de empresas certificadas se confirmou, enquanto a realização de acordos setoriais para implementação das certificações das especialidades técnicas de Gerenciamento de Empreendimentos e Elaboração de Projetos, bem como a regulamentação da certificação dos Serviços Especializados ainda não foram implementadas. Para o ano de 2015 pretende-se revisar o regimento do SiAC,

principalmente, para atender os requisitos da ABNT NBR 15.575 ("Norma de Desempenho").

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador (DATec) para 100% dos produtos inovadores utilizados em empreendimentos de habitação de interesse social, por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram concedidos sete DATec's para empresas que utilizam sistemas construtivos inovadores no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), por meio do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT), número 20% maior que no ano de2013, bem como o número de ITA's cresceu em 10%.. Um aspecto positivo no ano de 2014 foi a concretização de uma parceria com a FINEP, visando ampliar a infraestrutura laboratorial que atende o setor da construção civil. Para o ano de 2015 espera-se, com essa parceria, a criação de uma rede de laboratórios destinados ao setor da construção civil, principalmente para atender a demanda de avaliações técnicas com base no conceito de desempenho.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Criar um Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação profissional para a construção civil habitacional (SiCaP)**

Análise Situacional da Meta

O SiCaP ainda não foi criado devido a dificuldades para o estabelecimento de parcerias com o setor privado, bem como na formalização de acordos com o poder público. Contudo, espera-se que em 2015 sejam estabelecidas parcerias com a FINEP, MDIC, INMETRO e agentes do setor privado, representantes da cadeia produtiva da construção civil, que poderão contribuir para o alcance da meta.

OBJETIVO: 0756 - Contribuir para a elevação de qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais e para a sustentabilidade social dos empreendimentos e articulação com as demais políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Com foco na disseminação da Política Nacional de Habitação, no que tange à efetividade da realização de ações voltadas para os beneficiários dos programas e ações da área habitacional de interesse social, o Governo Federal iniciou a preparação de uma segunda edição do curso a distância de trabalho social em projetos e programas habitacionais. destinados prioritariamente a entes federados que possuem contrato no Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), na modalidade FAR, dado que o conteúdo do trabalho social presente no normativo do referido programa não foi abordado na primeira edição do curso em função de sua inexistência. A primeira edição deste curso atingiu a marca de 2000 participações, com representantes de todos os estados e dos mais diversos municípios, sendo esperada para esta edição a superação deste montante.

Em novembro de 2013 foi firmado o termo de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para a realização da segunda edição do curso à distância. O objetivo é fomentar e disseminar nas equipes dos estados e

municípios brasileiros conhecimentos técnicos da área social, tendo em vista a obrigatoriedade de realização do Trabalho Social em todos os projetos habitacionais apoiados pelo Governo Federal.

Serão priorizados os participantes que sejam responsáveis pela supervisão e execução do Trabalho Social em empreendimentos do PAC - Urbanização de Assentamentos Precários e do PMCMV. Ao final do ano iniciou-se a transformação do EAD de Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social para o modelo auto instrucional por meio do Portal CAPACIDADES, com previsão de início para o final do 1º semestre de 2015

Ressalta-se ainda, que foi realizado workshop no dia 10 de julho de 2014, objetivando o aprimoramento da Integração do Cadastro Único com o Programa Minha Casa Minha Vida, com a participação da CAIXA, MDS e MCIDADES.
Este workshop teve sua efetiva realização, estando programada a continuidade das ações conjuntas para o primeiro semestre de 2015.

Metas 2012-2015

- **Beneficiar 100% das famílias atendidas por programas habitacionais de natureza social com o desenvolvimento de trabalho social envolvendo mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda**

  Análise Situacional da Meta

  Durante o primeiro semestre de 2014, foram realizadas oficinas de capacitação quanto ao novo marco regulatório do trabalho social, em 03 municípios âncoras, com a participação de 322 pessoas, que representaram 86 municípios dos estados de SP, PR, MS, GO e o DF. Foram ainda distribuídos 322 conjuntos de manuais temáticos sobre o trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social.

  Ao final do ano de 2014 foram realizadas oficinas de capacitação quanto ao novo marco regulatório do trabalho social, em 11 municípios âncoras, com a participação de 1.260 pessoas, que representaram 345 municípios de 25 unidades da federação e o DF. O Acre foi o único estado que não enviou represente. Foram ainda distribuídos 1.260 conjuntos de manuais temáticos sobre o trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social.

  Quantidade alcançada

  100

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Criação e manutenção do cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público**

  Análise Situacional da Meta

  De acordo com o Art. 14 da Lei nº 11.124/2005, é atribuída ao Ministério das Cidades a competência de instituir cadastro nacional de beneficiários das políticas de subsídios e zelar pela sua manutenção. Por força do Art. 11 da Lei 12.424/2011,fica instituído o cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais urbanos ou rurais e de regularização fundiária em áreas urbanas, promovidos pelo poder público, nos quais tenham sido concedidos, com recursos públicos, materiais ou financeiros, incentivos de qualquer natureza, que possam ser considerados como subsídio.

  Até o momento são utilizados como fonte de registro de beneficiários habitacionais, o Cadastro Único mantido pelo MDS, e o Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT), mantido pela Caixa Econômica Federal.

Contudo, no primeiro semestre de 2013, o Ministério das Cidades promoveu uma primeira aproximação com o SERPRO, na busca de uma possível parceria para o desenho e desenvolvimento de tal instrumento, no que tange a concretude de uma ferramenta de tecnologia da informação. As tratativas técnicas, entre o SERPRO e o Ministério das Cidades para a concepção do cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais de interesse social, evoluíram durante os últimos meses do ano, chegando a um modelo final de proposta de trabalho.

Por meio do ofício SUNCE – 027344/2014, foi manifestado o declínio pelo SERPRO em realizar o desenvolvimento, implantação e gestão do sistema de cadastro nacional de beneficiários de programas habitacionais de interesse social. Assim as tratativas passaram, após manifestação favorável da CONJUR/MCidades a serem realizadas com a DATAPrev, que aceitou e manifestou a sua capacidade em realizar o intento. Atualmente, encontra-se aguardando a autorização da Secretaria Executiva para a consecução do processo administrativo de contratação.

- **Viabilizar a priorização da implementação de investimentos em infraestrutura social, financiados pelo Governo Federal em outros programas do PPA 2012-2015,nas áreas selecionadas pelo Programa Moradia Digna, para implementação de empreendimentos de habitação de interesse social.**

Análise Situacional da Meta

A intersetorialidade das ações de governo é a tônica principal da política nacional de habitação, buscando complementariedade de esforços entre os programas de governo.

Neste sentido, vêm sendo realizadas pelo Governo Federal reuniões de sensibilização com o poder público local sobre a importância de articular políticas sociais complementares, como educação, saúde e assistência aos empreendimentos habitacionais, a fim de propiciar plenas condições para uma moradia digna aos beneficiários.

Além disso, o Ministério das Cidades vem buscando parceria com outros ministérios para que suas carteiras prioritárias de investimento, em especial as relativas à implantação de infraestrutura socioeducacional e de saúde, sejam aderentes aos territórios impactados por produção habitacional.

De forma a possibilitar uma melhor visualização das ações sociais já desenvolvidas ou em desenvolvimento nas áreas de atuação de implementação de empreendimentos de habitação de interesse social, durante o primeiro semestre de 2014 foram iniciadas tratativas com a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, pertencente ao Ministério do Desenvolvimento Social, para integrar as ações no âmbito de competência da SNH ao portal de gestão das informações. Localizado no sítio eletrônico http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/#, da qual se espera resultar a formalização de cooperação técnica entre os órgãos.

Durante o segundo semestre de 2014, continuou-se as tratativas de integração do Portal do Ministério do Desenvolvimento Social, estando na dependência da compatibilidade de sistemas entre os Ministérios para a efetiva implantação, após firmado termo de cooperação técnica.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Economias atingidas por intermitências no abastecimento de água	%	30/12/2010	31	31/12/2010	31
Índice de esgoto tratado referido à água consumida	%	31/12/2008	34,6	31/12/2013	39
Índice de perdas na distribuição de água	%	31/12/2009	41	31/12/2013	37
Percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2008	65,9	31/12/2013	73,5
Percentual de domicílios rurais atendidos por coleta direta e indireta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	30,2	31/12/2013	33,3
Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2008	25,1	31/12/2013	29,7
Percentual de domicílios sem banheiro ou sanitários	%	31/12/2008	3,6	31/12/2013	2,4
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2008	97,1	31/12/2013	98,1
Percentual de domicílios urbanos atendidos por coleta direta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	93,6	31/12/2013	93,6
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2008	81,9	31/12/2013	83,9
Percentual de municípios com plano de saneamento básico	%	31/12/2011	10,9	31/12/2013	39,55
Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos	%	31/12/2008	51	-	-
Percentual de tratamento de esgoto coletado	%	31/12/2008	53	-	-
Proporção de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso simultâneo à abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos	%	31/12/2008	57,4	31/12/2013	62,7

Observações:

Economias atingidas por intermitências no abastecimento de água - Os resultados do SNIS 2011, 2012 e 2013 não divulgam o dado nacional.

Percentual de municípios com plano de saneamento básico - MUNIC 2013 - Bloco 5 (Gestão de Riscos e Respostas a Desastres) - Instrumentos de Planejamento: municípios que possuem como instrumento de planejamento Plano de Saneamento Básico contemplando pelo menos um dos seguintes serviços: abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

Percentual de municípios com presença de lixões/vazadouros de resíduos sólidos - Não houve nova edição da PNSB.

Percentual de tratamento de esgoto coletado - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

As ações estruturantes consistem em ações que dão suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços e se encontram tanto na esfera do aperfeiçoamento da gestão, em todas as suas dimensões, quanto na melhoria cotidiana e rotineira da infraestrutura física. É uma dimensão explorada pelo Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), disponível no sítio eletrônico do Ministério das Cidades (www.cidades.gov.br).

Assim, o pressuposto é de que o fortalecimento das ações em medidas estruturantes assegurará crescente eficiência, efetividade e sustentação aos investimentos em medidas estruturais em aplicações através dos recursos disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Esse desenho foi inserido no PPA 2012-2015, com as iniciativas e ações orçamentárias que fazem parte do escopo deste objetivo descritas como estruturantes, pois buscam enfrentar os problemas das funções de gestão descritas na Lei 11.445/2007, relacionadas ao planejamento, melhoria da eficiência e efetividade da prestação de serviços, educação ambiental, capacitação, participação, controle social e regulação.

Prosseguindo a implantação de medidas estruturantes, o governo federal tem atuado na elaboração dos Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES e na capacitação e apoio à elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, no que tange um dos pilares da gestão expresso na Lei 11.445/2007 e Decreto 7.217/2010, que é o planejamento do setor e seus instrumentos.

Com relação aos Planos Municipais de Saneamento, cabe ressaltar que a Lei nº 11.445/2007, conhecida como a Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico, tornou obrigatória a elaboração da Política e do Plano de Saneamento Básico pelos titulares dos serviços Dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), conduzida pelo IBGE em 2011, dão conta de que havia, à época, 1.458 planos em elaboração no país. A pesquisa identificou, ainda, que 609 municípios já tinham o seu plano elaborado, dos quais, entretanto, apenas 261 contemplavam os quatro componentes que integram o saneamento básico, conforme preconiza a Lei 11.445/2007.

No período, deu-se prosseguimento à realização de atividades de capacitação dos membros de órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor. Tais atividades fomentam o debate e contribuem para aprimorar as políticas públicas voltadas para o setor. Entre estas, cabe destaque a cursos a distancia realizados, entre eles os cursos integrantes do Programa de Capacitação Acesso a Recursos de Saneamento, parceria com a ENAP – Escola Nacional de Administração Pública e o Curso sobre Planos Municipais de Saneamento, desenvolvido no âmbito da ReCESA - Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental.

Outra ação estruturante, executada no ano de 2014, no âmbito do Termo de Cooperação com o CDT/UnB – Centro de Desenvolvimento Tecnológico/Universidade de Brasília, é o desenvolvimento do Subsistema/Módulo – Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico (SIMISAB), que integrará o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA) e deverá ser finalizado no ano de 2015.

Além disso, no que tange a realização de estudos e pesquisas, foram contratados 6 (seis) consultores especialistas visando

à elaboração de estudos e projetos vinculados ao setor água, por intermédio do Programa Interáguas, cuja execução se iniciou no 2º semestre de 2014. Também, foram lançadas duas manifestações de interesse, visando futura contratação de empresa de consultoria: uma relativa à ação de Perdas de Água e Eficiência Energética e outra para a ação de Reúso de Efluentes Sanitários Tratados.

Por fim, no que tange às medidas estruturantes apoiadas pelo Governo Federal relacionadas à gestão e à melhoria da prestação dos serviços saneamento, cabe ressaltar as ações desenvolvidas na modalidade de desenvolvimento institucional, tendo sido contratados investimentos, com recursos onerosos, na ordem de R$ 341.534.453,78.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 1.125 comunidades especiais com ações de controle da qualidade da água para consumo humano**

  Análise Situacional da Meta

  A soma da atuação da área técnica em ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano é de 2.649 comunidades especiais, rurais e indígenas ao longo de três anos (2012, 2013, 2014). Em análise ao quantitativo ressalta-se que o resultado apurado é relacionado ao quantitativo do trabalho executado pela área no período, e que pode ter havido a execução das atividades em uma mesma comunidade nos três anos.

  Atividades executadas - visitas para a coleta e análises de amostras de água, capacitação, orientações técnicas e a realização de diagnóstico da situação das soluções alternativas coletivas de abastecimento de água.

  Quantidade alcançada

  2.649

  Data de Referência

  15/01/2015

- **Apoiar 1.500 municípios sede com ações de controle da qualidade da água para consumo humano**

  Análise Situacional da Meta

  Das atividades realizadas pra cumprimento da meta foram executadas a coleta e análise da água, capacitação, diagnóstico situacional de sistemas de abastecimento ou soluções alternativas coletivas. Foram apoiados 2.451 municípios ao longo de três anos (2012, 2013, 2014). Ressaltamos que o quantitativo expressa o trabalho produzido ao longo do tempo e que um mesmo município pode ter recebido o apoio da Funasa em ações de controle da qualidade da água durante todo o período de 3 anos.

  Avanços encontrados no ano de 2014

  Foram entregues nas Superintendências Estaduais do AM, AL, BA, MT, PR, PB e PE, 07 unidades móveis de tratamento de água - UMTA para consumo humano, equipamento destinado a apoiar o abastecimento emergencial de populações vitimadas por desastres naturais e/ou antropogênicos, e em localidades que sofrem com a drástica redução de água dos mananciais (utilizando-se de soluções alternativas como carros-pipa e cisternas), e em localidades afetadas com surtos de doenças diarreicas agudas.

  Foi concluída a entrega de equipamentos para análise de água para consumo humano em todas as Superintendências Estaduais.

  Foram publicados 3 manuais técnicos:

  Manual de Controle da Qualidade da Água para Técnicos que trabalham em Estações de Tratamento de Água; Manual de Cloração de Água em pequenas comunidades - utilizando o clorador simplificado desenvolvido pela Funasa; e Capacitação em Controle da Qualidade da Água para os técnicos dos municípios - Modelo Metodológico.

  Foram programados e executados 4 cursos de capacitação interna, ou seja, para os servidores técnicos da Funasa: Curso de Manejo da Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água para Motoristas;

Capacitação de multiplicadores das Superintendências Estaduais da Funasa em fluoretação para operadores de Estações de Tratamento de Água (ETAs); Curso de Operação da Unidade Móvel de Controle da Qualidade da Água (UMCQA); Capacitação em Ações de Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.

Foram descentralizados os recursos financeiros necessários para as reformas de laboratórios nas Superintendências Estaduais do Acre, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Norte e para a construção do laboratório em Sergipe.

Foi firmado um Convênio entre a Funasa e o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental do Paraná - CISPAR, no valor de R$ 500.000,00 cujo objeto é a aquisição de equipamentos para análise de água para consumo humano, conforme estabelecido na Portaria Funasa nº 190 de 27 de fevereiro de 2014, art. 4º - O Apoio ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano em consonância com o Subsistema Nacional de Saúde Ambiental do Ministério da Saúde, tem como diretrizes e competências: inciso XI - fomentar, por meio de convênio ou cooperação técnica, ou outro instrumento legal a estruturação de laboratórios de controle da qualidade da água.

Participamos das oficinas organizadas pelo Ministério da Saúde e realizadas nos Estados afetados pelo Surto de Doenças Diarreicas Agudas ocorrido com grande intensidade no ano de 2013 no Nordeste Semiárido.

Participamos das reuniões do COES (Centro de Operações de Emergência em Saúde) no Ministério da Saúde referentes aos Estados do Espírito Santo e Rondônia afetados por enchentes, onde a Funasa atuou em conjunto com as Vigilâncias Ambientais Estaduais realizando análises de água para consumo humano nas Unidades Móveis de apoio ao controle da qualidade da água (laboratórios móveis), também realizamos avaliação técnica dos danos causados aos sistemas de abastecimento de água e soluções alternativas coletivas das regiões afetadas.

Desafios encontrados no ano de 2014
Com relação ao Edital de Chamamento de Fluoretação das águas de abastecimento público, não houve nenhuma proposta por parte dos municípios em aderir ao proposto no referido edital. As empresas vencedoras do pregão que adquiriu os equipamentos destinados à análise de água trouxeram inúmeros problemas administrativos, os quais demandaram dedicação da equipe responsável por um longo período de tempo.

Quantidade alcançada

2.451

Data de Referência

15/01/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	225	município	291	15/01/2015
Região Nordeste	525	município	1.204	15/01/2015
Região Norte	450	município	365	15/01/2015
Região Sudeste	150	município	350	15/01/2015
Região Sul	150	município	241	15/01/2015

- **Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento**

Análise Situacional da Meta

O apoio à gestão dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico é uma ação estratégica por meio da qual possibilitará aos municípios o alcance da sustentabilidade prevista na Lei 11.445/2007 e Plano Nacional de Saneamento Básico-Plansab. A execução dessa ação é aplicada de forma pontual, por meio das superintendências Estaduais da FUNASA, com o apoio do nível central. Assim, foram contemplados com essa ação 440 municípios, superando a meta inicialmente prevista de 320, ou seja, 37,5% acima da meta do PPA.
Para o exercício 2015 pretende-se ampliar a atuação com o apoio técnico e financeiro aos municípios na gestão dos

serviços de saneamento, visto que em 2014 as ações se limitaram apenas à cooperação de natureza técnica.

Quantidade alcançada

440

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 450 municípios na elaboração do Plano de Saneamento Básico**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, a Funasa, por meio do Programa de Cooperação Técnica, investiu no financiamento de Planos Municipais de Saneamento, atingindo o total de 135 (cento e trinta e cinco) municípios beneficiados, distribuídos em todas as regiões do país. Como estratégia para ampliar o alcance da ação meta, esta Fundação atuou na priorização dos consórcios públicos, o que gerou um considerável ganho de escala, e, em razão disso, mais eficiência na utilização dos recursos orçamentários disponibilizados.

Em 2013 a atuação da Funasa foi voltada à capacitação dos municípios para elaboração de seus planos municipais de saneamento básico com vistas a ampliar o número de municípios atendidos com os recursos disponibilizados. As Superintendências Estaduais da Funasa buscaram parcerias para capacitação e elaboração dos planos. Foram celebradas parcerias nos Estados da BA, SC, MS e PI as quais atenderam mais de 174 municípios.

Em 2014, foram iniciados 12 (doze) procedimentos visando a identificação/formalização e celebração de Termos de Execução Descentralizada de apoio à elaboração de PMSB nos estados do AC, ES, GO, MA, MT, RR, RN, RO, RS, SE e TO. Entretanto, do total de processos iniciados foram efetivamente concluídos e celebrados, apenas 04 (quatro) nos estados do ES, MA, MT e SE. No total, foram beneficiados até 2014 326 municípios. Daí temos como resultado o percentual de 72,44% de execução se comparado com a meta prevista de 450 municípios.

Entende-se que a não definição da entidade parceira e/ou a não conclusão dos processos ainda em fase de celebração dos termos de execução nos estados do AC, GO, RR, RN, RO, RS e TO foram os principais fatores que contribuíram para o não cumprimento da meta estabelecida.

Portanto, considerando que o prazo para elaboração de PMSB vence em 31 de dezembro de 2015, pretende-se ampliar o universo de municípios atendidos mediante fomento para a execução dessa ação nos estados que ainda não identificaram os parceiros institucionais ou que ainda não concluíram os processos de celebração/formalização.

Quantidade alcançada

326

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 800 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram previstos 64 cursos com as seguintes temáticas: Política e Plano Municipal de Saneamento, Estruturação e implementação de consórcios públicos de saneamento, Gestão econômico-financeira no setor saneamento e Redução de perdas em sistemas de saneamento. A previsão de atendimento foi ampliada para 1.500 municípios até 2015.

Como avaliação dos cursos realizados, temos que o público alvo apontou pela plena consecução dos objetivos e metas previamente estabelecidas. Os registros evidenciaram significativa satisfação do treinando, quer seja no tocante aos conteúdos programáticos, quer seja em relação ao perfil e qualificação do corpo de instrutores, visto que a proposta pedagógica buscou dar voz aos participantes e ao mesmo tempo valorizar sua experiência profissional. Como aspectos

positivos das avaliações de 2013 tivemos:
-Intercâmbio de experiências
-Qualificação do gasto público
-Otimização da gestão
-Difusão das diretrizes e princípios das Leis 11.107/2005 e 11.445/2007 e decretos regulamentares
-1949 técnicos municipais e servidores da Funasa qualificados

Em 2014 foram realizados 14 cursos, contemplando 404 municípios e ainda existe a previsão de realização de mais uma etapa do Curso "Oficina de Política e Planos Municipais de Saneamento Básico", em março/2015.
Além disso, com a realização de mais 20 cursos de capacitação até o final do exercício 2015, espera-se superar a previsão ampliada para atendimento de 1.500 municípios.
Quantidade alcançada

1.433
Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar a elaboração de 20 estudos e/ou pesquisas para desenvolvimento científico e tecnológico de saneamento básico**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, no âmbito do Interáguas, 8 (oito) termos de referência para contratação de consultor individual foram lançados. Destes, 6 (seis) consultores individuais foram efetivamente contratados, sendo 1 (um) para o desenvolvimento técnico-conceitual e institucional do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA); 1 (um) para apoio técnico especializado às ações de gestão das perdas de água e uso eficiente de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água; 2 (dois) para ações relativas ao Sistema Integrado de Gestão em Saneamento (GSAN); 1 (um) para apoio técnico às ações de fomento à regulação em saneamento básico e 1 (um) para apoio técnico à ação de Planos Municipais de Saneamento Básico. Dois termos de referência ainda lograram a contratação: 1 (um) relativo à Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA) e outro relativo ao Sistema de Acompanhamento e Controle de Investimentos (SACI), cuja seleção ainda está em andamento.
Também, foram lançadas duas manifestações de interesse, visando futura contratação de empresa de consultoria: uma relativa à ação de Perdas de Água e Eficiência Energética e outra para a ação de Reúso de Efluentes Sanitários Tratados. Também foi contratada, por meio de 'shopping', empresa para a emissão de passagens aéreas, necessária ao regular andamento dos contratos de consultoria.
Assim, permanece a meta de 20 Estudos a ser alcançada no período do PPA de 2012 a 2015.
Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar a realização de 10 atividades de capacitação dos membros dos órgãos colegiados, prestadores e técnicos do setor saneamento**

Análise Situacional da Meta

Considerando o envolvimento na organização e a participação direta em seminários, oficinas de trabalho e demais atividades do gênero, o Ministério das Cidades esteve presente em diversos eventos realizados nas diferentes regiões do território nacional.

De 2012 a 2014, foram realizadas diversas atividades de capacitação sobre política e plano de saneamento básico, sendo 15 seminários em 2012 e 18 em 2013. Além disso, a SNSA/MCidades também contribuiu para a realização de atividades de capacitação decorrentes do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o Estado de Minas

Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – SEDRU. Este ACT objetivou a cooperação técnica para apoiar a elaboração de políticas e planos municipais de saneamento básico, tendo sido realizadas 13 oficinas de capacitação, entre os anos de 2012 e 2013, todas com abrangência regional, resultando na capacitação de cerca de 800 técnicos e servidores municipais. Em 2014, não aconteceram capacitações com a participação de técnicos desta Secretaria no âmbito do ACT firmado com a SEDRU/MG.

Em parceria com a CAIXA, durante o ano de 2014, no 1º semestre, foram realizados seminários em: Goiânia/GO (27/03) e Salvador/BA (10/04), com a presença de cerca de 300 participantes; no 2º semestre, ocorreram outras duas capacitações, em Porto Velho/RO (07/08) e Porto Alegre/RS (15/08), que totalizaram durante o ano cerca de 407 participantes. O público alvo foram gestores, técnicos, prestadores de serviços, e sociedade civil, e totalizou 37 atividades de capacitação no período de 2012 a 2014. Então, a meta foi alcançada e superada conforme já registrado em monitoramento anterior.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar municípios com fomento de Educação em Saúde Ambiental voltados para a sustentabilidade sócio ambiental**

Análise Situacional da Meta

As ações de Educação em Saúde Ambiental foram realizadas pela Funasa atendendo as metas estabelecidas para o ano de 2014. Foram realizadas ações educativas em 164 municípios, tendo sido priorizados os que tinham cisternas entregues pela instituição e os detentores de comunidades rurais e especiais na sua área de abrangência. Além do trabalho diretamente nas localidades, a Coordenação de Educação em Saúde Ambiental também realizou apoio técnico e financeiro a 119 municípios, através do Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental, conforme se demonstra a seguir.

a) atuação em municípios beneficiados com cisternas pela Funasa: - Número de Municípios contemplados com ações de Educação em Saúde Ambiental: 24 - Número de Comunidades beneficiadas: 62

b) Ações de Educação em Saúde Ambiental em comunidades rurais e especiais: - Número de Municípios: 139 - Número de Comunidades beneficiadas: 290

c) apoio técnico e financeiro a municípios em 2014, através do Programa de Fomento às Ações de Educação em Saúde Ambiental (Portaria Funasa nº 560/2012): - Edital de Chamamento Público de 2014: 7 municípios - Edital de Chamamento Público de 2013: 83 municípios - Edital de Chamamento Público de 2012: 29 municípios.

Desta forma, entendendo-se como fomento o apoio e estímulo para que os municípios se estruturem e sistematizem as ações de Educação em Saúde Ambiental no seu âmbito de competência, 283 municípios foram beneficiados pela Funasa com ações de Educação em Saúde Ambiental.

- **Contratar R$ 2 bilhões para a execução de intervenções de redução e controle de perdas em sistemas de abastecimento de água**

Análise Situacional da Meta

Não ocorreram seleções de empreendimentos e, consequentemente, não houve novas contratações durante a vigência do plano.

- **Contratar R$ 600 milhões para realização de projetos e planos de saneamento básico**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades possui sob sua gestão 374 contratos na esfera dessa meta que visam a realização de estudos, planos e projetos, totalizando de R$ 515,4 milhões em valor de investimentos, beneficiando 336 municípios. Em 2014, foram contratadas 24 (vinte e quatro) operações de Estudos e Projetos, totalizando o valor de R$ 66,87 milhões.

Apesar de terem sido cancelados 45 contratos de estudos e projetos no exercício de 2014, equivalentes a R$ 64,31 milhões em investimentos, o valor contratado aumentou no período, de modo a atingir-se 86% da meta. As causas dos cancelamentos são diversas: perda de prazo para início de objeto, desistência do proponente, inviabilidade de execução do objeto.

Em 2014 foram iniciados 65 empreendimentos (financiamento e OGU) de Estudos e Projetos e Planos contratados, com ou sem liberação financeira, que beneficiam 79 municípios de 17 unidades da federação, totalizado o valor de investimento de R$ 85,88 milhões.

Em relação aos Planos Municipais e Regionais de Saneamento Básico, em 2014 deu-se continuidade ao apoio aos municípios e consórcios na elaboração, com prosseguimento ao monitoramento dos contratos resultantes dos 89 selecionados em 2010 e contratados em 2011, cujos contratos estão ativos.

Quantidade alcançada

515,44

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar 3 Planos Regionais de Saneamento Básico das Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDES)**

Análise Situacional da Meta

Somando-se as ações iniciadas em 2013, ao longo do ano de 2014 foram realizados empenhos orçamentárias de cerca de R$ 1,937 milhão para o CDT/UNB - Centro de Desenvolvimento Tecnológico/Universidade de Brasília, visando a execução das ações do TC/RIDE nº 674746 – Estudo do Diagnóstico do Saneamento Básico nas Regiões Integradas de Desenvolvimento – RIDES, que abrange a RIDE DF e Entorno, RIDE Pólo Grande Teresina/PI, e RIDE Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, abrangendo 45 municípios pertencentes a 6 Estados Federados (MG, GO, PE, BA, PI e MA) e o Distrito Federal, sendo as etapas executadas da parte I - "Diagnóstico Analítico" (técnico, social, econômico e institucional) da situação do saneamento básico nas RIDES", foram: 1) detalhamento do Plano de Trabalho; 2) Formulação do Plano de Mobilização Social; 3) Definição de padrões, procedimentos e marca visual; 3) Desenvolvimento do sítio eletrônico e do banco de dados, e) início do levantamento dos dados secundários. O restante do projeto deverá ser desenvolvido ao longo do próximo ano. Portanto, os Planos Regionais de Saneamento Básico das RIDES estão em desenvolvimento. Todos os 3 Projetos/Planos Regionais de Saneamento Básico das RIDES estão em fase de elaboração, previstos para conclusão em 2015.

- **Estruturar e implantar o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA)**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, dentro do Termo de Cooperação com o CDT/UNB - Centro de Desenvolvimento Tecnológico/Universidade de Brasília, com recursos do GAP do PAC, no 2º semestre, foram selecionados 4 (quatro) consultores para o desenvolvimento do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico – SIMISAB, que deverá integrar o Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SINISA). A equipe restou dividida em duas frentes de trabalho: duas consultoras para as etapas conceitual e metodológica e dois consultores de TI para desenvolvimento do Banco de Dados. As atividades realizadas foram: 1) a revisão das bases de dados nacionais sobre saneamento básico, a saber: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (SISÁGUA) e Perfil dos municípios brasileiros (MUNIC); 2) a Organização e classificação das variáveis e indicadores do SNIS, da PNSB, SISÁGUA e MUNIC, assim como as novas variáveis e indicadores propostos, em categorias/núcleos analíticos, que caracterizam a gestão em saneamento; 3) Reuniões: em julho/14 e dezembro/14 foram realizadas 2 (duas) reuniões com equipe interna da SNSA e uma outra, também em novembro/2014, com convidados especialistas em diversas áreas

para apresentação e discussão dos módulos que comporão o Sistema; 4) a concepção de um formato web para o Módulo de auxílio aos municípios apoiados financeiramente pelo Ministério das Cidades; 5) a concepção de um formato web para o Subsistema I do SIMISAB. O projeto está em fase de consolidação dos diversos módulos e revisão dos seus conteúdos, bem como a estruturação dos questionários em formato eletrônico em plataforma web. A expectativa é de que a 1ª versão do SIMISAB seja testada com respondentes dos municípios durante o ano de 2015.

- **Fortalecer e ampliar a Rede Nacional de Capacitação e Extensão Tecnológica em Saneamento Ambiental (ReCESA), mediante o apoio a implantação de 5 núcleos regionalizados por macrorregião brasileira**

Análise Situacional da Meta

EEm 2013 ocorreu a finalização das atividades, apoiadas pelo Edital 43/2010, desenvolvidas por três núcleos regionais (nordeste, sul e sudeste). Foram produzidas plataformas de suporte tecnológico para cursos de capacitação à distância e revisão e atualização de materiais pedagógicos diversos. Assim, estima-se o pleno funcionamento dos cinco núcleos regionais, quer esteja instalados ou contemplados no escopo de outros núcleos, de forma a atender todas as regiões do país.

Em 2014, foram executadas duas edições do Curso de Ensino a Distância sobre Planos de Saneamento Básico, elaborado na vigência do 2º Ciclo da ReCESA. O conteúdo, organizado em 40h de estudos contemplou os principais aspectos a serem observados no processo de elaboração dos planos de saneamento, constituindo-se em ferramenta de apoio aos estados e municípios, em conformidade à Lei 11.445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico.

- **Fortalecer e monitorar as ações do trabalho socioambiental**

Análise Situacional da Meta

Essa meta possui caráter transversal e é realizada com recursos disponibilizados para o apoio às intervenções físicas em saneamento financiadas pelo PAC. Entre 2013 e 2014, quanto às ações de educação ambiental e mobilização social com foco em saneamento – o denominado “Trabalho Social” –, deu-se continuidade às atividades que vêm sendo desenvolvidas no âmbito do Programa desde o lançamento do PAC 1, com a adoção de alguns aperfeiçoamentos. Durante o ano de 2013, com o objetivo de melhor consolidar e subsidiar os executores do Trabalho Social foi concluído o processo de construção de um único manual para execução do Trabalho Social em intervenções de saneamento e habitação.

Em janeiro de 2014, foi publicada a Portaria nº 21, que aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades, normativo que contribui para o aprimoramento e o fortalecimento das ações do trabalho social. Ao longo do período, a SNSA/MCidades acompanhou a execução do trabalho social, visando, em parceria com a CAIXA, orientar os agentes executores na implementação das ações em conformidade ao novo normativo.

- **Implantar as atividades de monitoramento e revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)**

Análise Situacional da Meta

A implementação do Plansab é uma ação importante para o alcance do objetivo, pois além de um amplo diagnóstico da situação do saneamento no País, propõe metas, macrodiretrizes e estratégias voltadas para a universalização dos serviços. O Plansab foi elaborado em amplo processo participativo, contou com 10 seminários regionais, 2 audiências públicas, foi submetido à consulta pública e apreciado e aprovado nos Conselhos Nacionais da Saúde, do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e das Cidades, conforme prevê o Decreto 7.217/2010. Em 20/11/2013, foi publicado o Decreto 8.141, que dispõe sobre o Plansab, e institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do Plansab. Em 06/12/2013, o Plano Nacional de Saneamento Básico foi aprovado pela Portaria Interministerial n.º 571.

Em 2014 iniciou-se a vigência do Plansab e consequentemente a necessidade de seu monitoramento, avaliação,

implementação e revisão. Deu-se início aos trabalhos do GTI que é composto por representantes do Ministério das Cidades, que o coordena, Casa Civil da Presidência da República, Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Fundação Nacional de Saúde, Agência Nacional de Águas, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Conselho das Cidades. Foram planejadas e realizadas quatro reuniões para 2014 e foi realizada uma no primeiro semestre, em 14 de maio de 2014 com o objetivo de nivelar o entendimento sobre o Plansab pelos órgãos integrantes do GTI, compartilhar informações sobre a avaliação anual do Plano prevista na legislação, planejar seminários para a divulgação do Plano, e aprovar o Regimento Interno do Grupo.

No primeiro semestre de 2014 iniciou-se também o levantamento de dados necessários para atualizar e compor o relatório anual de avaliação do Plansab, foi realizado um planejamento das atividades necessárias para a elaboração do relatório anual de avaliação, e foi elaborada uma proposta de detalhamento, categorização e hierarquização das macrodiretrizes e estratégias, tema este que foi objeto da segunda reunião do GTI realizada em julho de 2014. No 2º semestre de 2014, prosseguiu-se a implementação das ações. Além das discussões das macrodiretrizes e estratégias, podem ser citadas a realização de: 3 (três) reuniões GTI-Plansab, e de 2 (dois) seminários nacionais (Brasília – 04/12 e Rio de Janeiro – 10/12) para discussão do plano.

OBJETIVO: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

A Política Nacional de Saneamento Básico em áreas rurais, com destaque para comunidades tradicionais, quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos, tem como objetivo o desenvolvimento de ações de saneamento básico, principalmente a implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nestas comunidades.

As ações de Saneamento Rural desenvolvidas principalmente em comunidades rurais quilombolas e assentamentos da reforma agrária tiveram suas metas estabelecidas até 2013 voltadas para atender principalmente ao programa “Água Para Todos”, mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria.

As metas de contratação das obras foram atingidas até 2013 e no ano de 2014 os esforços foram concentrados no acompanhamento das ações nos estados do Semiárido, bem como na contratação de obras de saneamento para comunidades rurais e quilombolas no sentido de atendimento das metas do PPA 2012-2015.

Metas 2012-2015

- **Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foi contratada 1 obra para comunidade quilombola e o acompanhamento das obras de exercícios anteriores. Foram beneficiadas 161 comunidades quilombolas com obras de saneamento nos últimos três anos.

  Quantidade alcançada

  161

  Data de Referência

  31/01/2015

- **Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram contratadas obras de melhorias sanitárias para 2 comunidades rurais, totalizando 298 comunidades rurais, tradicionais e especiais beneficiadas com obras de saneamento nos três últimos anos (296 comunidades com obras de abastecimento de água e 2 comunidades com obras de melhorias sanitárias). Além disso, foram contratados projetos técnicos para obras de abastecimento de água para 165 comunidades, projetos técnicos para obras de esgotamento sanitário para 30 comunidades e também foi realizado o acompanhamento das obras contratadas em anos anteriores.

Quantidade alcançada

298

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O reconhecimento da importância do saneamento para a melhoria da qualidade de vida e de saúde da população e das elevadas carências que o Brasil ainda tem a enfrentar nessa área têm ampliado as atenções governamentais dirigidas ao setor nos últimos anos. Após períodos de instabilidade financeira e institucional, o saneamento básico tem experimentado um dos melhores momentos da trajetória recente do setor, que se traduz em aportes crescentes de investimentos para implantação e ampliação dos sistemas públicos urbanos.

A ampliação dos investimentos foi notável a partir de 2007, quando o Governo Federal incluiu no PAC importante montante de recursos para o desenvolvimento social e urbano, principalmente para grandes obras nos principais aglomerados populacionais. Em 2010, o Governou reafirmou o compromisso de continuar a investir em saneamento, lançando a segunda fase do Programa (PAC 2), com expressivos investimentos destinados aos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem para controle de cheias e inundações em áreas urbanas.

O público-alvo desses investimentos inclui entes federados ou prestadores de serviços com baixos índices de acesso aos serviços de saneamento, com prioridade para empreendimentos que visem ao atendimento de usuários ou municípios que não tenham capacidade de pagamento compatível com a auto-sustentação econômico-financeira dos serviços, para o caso de recursos do OGU; e para os empreendimentos localizados em áreas com maior capacidade de endividamento, para o caso dos empréstimos.

A carteira de obras e projetos de saneamento básico sob gestão do MCidades é composta por 1.252 operações incluídas no PAC 2, no valor de R$ 39,98 bilhões. Desse total, foram contratadas, em 2014, 207 operações, contemplando investimentos de R$ 10,44 bilhões, sendo 80 operações (R$ 4,73 bilhões) em abastecimento de água; 84 operações (R$ 3,85 bilhões) em esgotamento sanitário; 7 operações em manejo de águas pluviais (R$ 755,59 milhões); 11 operações de saneamento integrado (R$ 1,04 bilhões); 1 operação de desenvolvimento institucional (R$ 1,33 milhão); e 24 operações de Estudos e Projetos (R$ 66,87 milhões).

Além dos empreendimentos contratados no âmbito do PAC, referente ao período do PPA 2012-2015, cabe acrescentar informações relativas aos contratos firmados em períodos anteriores que contribuem, em grande medida, para o alcance

do objetivo. Entre os anos de 1995 e 2013, segundo informações do Gasto Público em Saneamento Básico, foram firmados 47.884 contratos sob gestão do Ministério das Cidades, Ministério da Integração Nacional, Fundação Nacional da Saúde e Ministério do Turismo, no valor total de R$ 110,24 bilhões, para investimentos em ações de saneamento básico. Do total de contratos, 40.273 estavam sob gestão do Ministério das Cidades (R$ 101,40 bilhões); 242 contratos do Ministério da Integração (R$ 2,94 bilhões); e 7.369 contratos da Funasa (R$ 5,91 bilhões). Do montante total, em dezembro de 2013, 33.336 contratos já estavam concluídos (R$ 31,64 bilhões), 10.334 estavam com obras em andamento (R$ 54,82 bilhões) e 2.225 ainda não tinham obras iniciadas (R$ 21,57 bilhões).

Cabe mencionar também a participação do setor privado, em especial nos últimos anos, na consecução de ações de saneamento básico. Tendo em vista o aumento da participação das empresas privadas no setor saneamento, com o consequente aporte de recursos onerosos da União, optou-se por incluir, na avaliação do exercício de 2014, informações sobre os investimentos dos prestadores privados de serviços de saneamento, o que contribuiu, em alguns casos, para um sensível incremento da contribuição do financiamento extraorçamentário para o atingimento das metas associadas a este Objetivo. As operações de mercado (OM) realizadas com o setor privado ou as correspondentes a emissão de títulos de debêntures de companhias estaduais corresponderam às seguintes modalidades: Redução e Controle de Perdas (R$ 25,7 mi, em 2013); Desenvolvimento Institucional (R$ 340,2 mi entre 2011 e 2013 e R$ 1,3 mi em 2014); Manejo de Resíduos Sólidos (R$ 636,7 mi entre 2011 e 2013); Saneamento Integrado (R$ 123,0 mi entre 2012 e 2013 e R$ 327,5 mi em 2014); Abastecimento de Água (R$ 563,9 mi entre 2011 e 2013 e R$ 2,5 bi em 2014); e Esgotamento Sanitário (R$ 1,7 bi entre 2011 e 2013 e R$1,2 bi em 2014).

O aumento dos investimentos promovido pelo PAC tem contribuído para a melhoria dos indicadores de acesso aos serviços de saneamento. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD aponta que o número de domicílios urbanos com acesso à rede geral de água com canalização interna aumentou em 31% entre 2004 e 2013. Nesse período, o acesso aos serviços aumentou de 39,75 milhões domicílios urbanos em 2004 (90,4% de cobertura) para 52,02 milhões em 2013 (93,1% de cobertura). Isso representa um acréscimo de 12,27 milhões domicílios urbanos com acesso à rede geral de água. As Regiões Sudeste e Nordeste foram as que apresentaram o maior aumento da quantidade de domicílios com acesso à água entre 2004 e 2013 (4,85 milhões e 3,45 milhões, respectivamente). Em relação à cobertura do esgotamento sanitário (rede e fossa séptica), 34,22 milhões domicílios urbanos possuíam acesso a rede geral de esgoto ou fossa séptica em 2004 (77,8% de cobertura), número que passou a ser 46,84 milhões em 2013 (83,9% de cobertura). Ou seja, 12,63 milhões domicílios passaram a ter acesso aos serviços entre 2004 e 2013. A Região Sudeste teve o maior incremento de domicílios à rede de esgoto entre 2004 e 2013 (6,33 milhões domicílios), enquanto a Região Norte teve o menor índice, incrementando somente 516 mil domicílios ao sistema no período.

Conforme resultados mencionados acima, avalia-se que o desempenho do Programa tem sido satisfatório embora ainda ocorram dificuldades para a redução dos ciclos dos projetos, ou seja, ainda há que se reduzir os tempos entre a contratação e a conclusão das obras.

No que diz respeito a estas dificuldades, pode-se sintetizar que estão relacionadas aos atrasos e paralisações nas obras, determinados em geral por fatores múltiplos e complexos, mas o acompanhamento regular das iniciativas empreendido rotineiramente pelo Ministério das Cidades revela que a principal causa continua sendo a qualidade dos projetos de engenharia. Neste particular, cumpre salientar que parcela de responsabilidade importante deve ser creditada ao próprio mercado de consultoria e elaboração de projetos que não tem conseguido cumprir tempestivamente o calendário de desenvolvimento das iniciativas contratadas, sem contar problemas de qualidade que, infelizmente, têm sido frequentemente detectados. Entre as demais causas importantes, destacam-se: a) deficiência na gestão da execução dos empreendimentos, motivados pela insuficiência de quadros técnicos nos entes públicos contratantes das iniciativas; b) abandono de obras e contratos pelas empresas executoras, notadamente nos trechos e etapas de obras de maior

complexidade técnica e menor atratividade financeira; c) desaparelhamento dos órgãos ambientais locais e limitada capacidade de resposta dos órgãos públicos contratantes; d) mudanças frequentes na legislação, combinadas com decisões de órgãos de controle, que exigiram revisão dos critérios de elaboração e aprovação dos orçamentos das obras, entre os quais destacam-se as inovações introduzidas pela Lei nº 12.844/2013, que desonera a contribuição previdenciária patronal da folha de pagamento, e o Acórdão TCU nº 2622/2013 que introduz novos parâmetros de admissibilidade para cálculo de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI.

Entretanto, o Governo Federal tem buscado contornar as dificuldades mencionadas atuando em diversas frentes para resolução ou amenização desses obstáculos. Uma primeira estratégia é a intensificação do monitoramento dos empreendimentos selecionados e contratados no âmbito do Programa. Para as operações com cronograma atrasado ou paralisado são realizadas reuniões presenciais no Ministério, participação, videoconferências e reuniões dos Gabinetes de Gestão Integrada – GGI nas dependências da CAIXA localizadas nos estados, nas quais se busca remover os entraves e promover a retomada das obras paralisadas ou melhoria do ritmo de execução. Para tanto são pactuados prazos para a realização de tarefas de diversas atividades pelos proponentes e pela CAIXA. Estes prazos são monitorados e eventuais atrasos discutidos e assim têm sido encontradas soluções para melhorar o andamento destes termos de compromisso.

Além disso, foram aperfeiçoados os procedimentos para seleção de propostas, exigindo a necessidade de apresentação e análise expedita do projeto básico de engenharia da intervenção pelo MCidades para a seleção do empreendimento, o que permite a identificação de propostas mais atualizadas, em estágio mais avançado de planejamento e com concepções técnicas adequadas. Quanto às licitações, é oferecido apoio institucional aos agentes do setor, por meio de cursos de capacitação e de ações de desenvolvimento institucional em diversas áreas.

Metas 2012-2015

- **Beneficiar 45 municípios com a implantação e melhorias de serviços de drenagem**

  Análise Situacional da Meta

  Apenas 2 municípios foram beneficiados, pois não houve novas seleções desde 2012. Os recursos aprovados no orçamento (R$ 2.000.000,00 na LOA/2012,R$ 2.100.000,00 na LOA/2013 e R$ 2.100.000,00 na LOA/2014) foram utilizados na suplementação de termos de compromissos já celebrados, no sentido de ampliar o alcance dos projetos.

  Quantidade alcançada

  2

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos**

  Análise Situacional da Meta

  Análise situacional da meta pela Funasa/MS (data de referência: 31/12/2014):

  Em 16 de dezembro de 2013, foi publicada a portaria nº 1.365 que tornou público o resultado da seleção das 48 propostas elegíveis, referentes à portaria nº 1.225, de 22 de outubro de 2013, sendo 43 propostas referentes a municípios e 5 propostas feitas por consórcios (totalizando 32 municípios), porém, até o momento não foi finalizada a aprovação técnica dos projetos selecionados, devido à existência de pendências técnicas ainda não solucionadas por parte dos proponentes.

  Considerando o disposto no termo de Convênio, os proponentes deveriam apresentar o projeto básico/Termo de Referência no prazo de 9 meses a contar da assinatura do termo de Convênio. Após o extinção do prazo, providenciou-se a análise e foi constatado a existência de proponentes que não apresentaram o projeto no prazo estipulado. Dessa forma, a Funasa iniciou o cancelamento dos empenhos.

Análise situacional da meta pela Codevasf/MI (data de referência: 15/01/2015):
Os municípios com população abaixo de 50 mil habitantes que foram contemplados com sistemas de resíduos sólidos foram: no estado de Pernambuco (município de Ibimirim); em Minas Gerais (Nova Porteirinha, Congonhas, Ouro Branco e Inimutaba); na Bahia (Central, Gentio do Ouro, Ibititá, Itaguaçu da Bahia, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibaí e Xique-Xique); em Alagoas (Olho d'Água das Flores, Carneiros, Senador Rui Palmeira, São José da Tapera, Olivença, Monteirópolis, Jacaré dos Homens, Batalha, Santana do Ipanema, Major Isidoro, Jaramataia e Pão de Açúcar).

Quantidade alcançada

106

Data de Referência

31/12/2014

- **Beneficiar 650 municípios com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares**

Análise Situacional da Meta

Análise situacional da meta pela Funasa/MS (data de referência: 31/12/2014):
Em 16 de dezembro de 2013, foi publicada a portaria nº 1.364 que tornou público o resultado da seleção das 212 propostas elegíveis, referentes à portaria Nº 1.226, de 22 de outubro de 2013. Todas as propostas selecionadas foram aprovadas após sofrerem ajustes no seu plano de trabalho, porém até o momento não foi finalizada a aprovação técnica devido à existência de pendências técnicas ainda não solucionadas.

Considerando o disposto no termo de Convênio, os proponentes deveriam apresentar o projeto básico/Termo de Referencia no prazo de 9 meses a contar da assinatura do termo de Convênio. Após o extinção do prazo, providenciou-se a análise e foi constatado a existência de proponentes que não apresentaram o projeto no prazo estipulado. Dessa forma, a Funasa iniciou o cancelamento dos empenhos.

Análise situacional da meta pela Codevasf/MI:
Consiste na implantação de 77.532 ligações intradomiciliares de esgotos sanitários e módulos sanitários domiciliares na Bacia do Rio São Francisco e do Parnaíba, abrangendo os estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Piauí.
Em 2014, houve a conclusão de 1.407 ligações intradomiciliares em Catuti e Lagoa dos Patos, no estado de Minas Gerais.
Estão em execução, por meio da Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais – COPASA, 13.586 ligações intradomiciliares, que permitirão atender a população de 8 municípios do estado de Minas Gerais; por meio da EMBASA (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.), 5.478 ligações intradomiciliares em 3 municípios da Bahia, e com AGESPISA (Águas e Esgotos do Piauí S.A.), 296 ligações intradomiciliares no município de Porto Alegre do Piauí.
Está em fase de conclusão pela AGESPISA a licitação para a execução das obras e serviços relativos à implantação de 22.560 ligações intradomiciliares.
Foi concluída a licitação e contratação para execução de 5.478 ligações intradomiciliares em Canápolis, Morro do Chapéu e Várzea Nova na Bahia.
Como fatores que dificultaram a celebração de mais Termos de Compromisso com as Concessionárias para implantação das obras, destacam-se a não conclusão da grande parte dos sistemas.

Quantidade alcançada

307

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R$ 1,28 bilhão para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada**

insatisfatória

Análise Situacional da Meta

Análise situacional da Meta informada pela Funasa/MS (data de referência: 31/12/2014):

Em 2013, foram disponibilizados R$ 707,9 milhões na LOA, dos quais R$ 707,7 milhões foram utilizados na complementação dos termos de compromisso selecionados na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento conforme Portaria 808 de 07/12/2011 e emendas parlamentares, ou seja, execução de 99,9%.

Em 2014 foram contratados 349 empreendimentos selecionados por meio da Portaria n.º 372 de 05/05/2014, no valor total de R$ 1,93 bilhões, para os quais foram empenhados R$ 236,42 milhões. Ainda, foram contratados 3 empreendimentos selecionados por meio da Portaria n.º 808 de 07/12/2011, no valor total de R$ 23,68 milhões para os quais foram empenhados R$ 9,47 milhões.

Análise situacional da meta informada pela Codevasf/MI (data de referência: 15/01/2015):

Consiste na elaboração de projetos e implantação de obras de esgotamento sanitário, que incluem ligações intradomiciliares, unidades sanitárias, coleta, elevação, tratamento e destinação final de efluentes, em 157 municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Piauí, com investimento total previsto de R$ 1,580 bilhão no período de 2011 a 2014 (PAC).

Até o ano de 2014, foram concluídos 88 empreendimentos de esgotamento sanitário, beneficiando aproximadamente 875 mil pessoas de municípios localizados nas Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba.

Em 2014, foram empenhados R$ 211,6 milhões em obras e na elaboração de projetos de esgotamentos sanitários em diversos municípios das bacias do Rio São Francisco e do Parnaíba.

Foram concluídos 11 sistemas de esgotamento sanitário, sendo: 3/Minas Gerais (Santa Fé de Minas, Lagoa da Prata e São João do Pacuí); 5/Piauí (Ilha Grande, Murici dos Portelas, Oeiras, Ribeiro Gonçalves e Santa Filomena); 2/Maranhão (Alto Parnaíba e Brejo); e 1/Bahia (Glória), beneficiando mais de 110 mil pessoas.

Em 2014, estão em execução obras de esgotamento sanitário, sendo: 5/Alagoas; 3/Bahia; 19/Minas; 8/Pernambuco; 9/Piauí e 3/Sergipe.

No caso dos esgotamentos sanitários a maioria das obras foi conveniada com as empresas de saneamento dos estados, e os atrasos ocorreram principalmente por problemas fundiários, ambientais ou no projeto básico.

Quantidade alcançada

1,95

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R$ 14,5 bilhões, por meio de seleções públicas, para apoio à execução de intervenções de esgotamento sanitário em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou tratamento insuficiente**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PAC2, foram contratados 365 empreendimentos com vistas à execução de intervenções para implantação ou melhorias dos sistemas de esgotamento sanitário nos municípios com baixos índices de esgotamento sanitário, totalizando mais de R$ 14,65 bilhões em valor de investimento. Esses empreendimentos beneficiam 246 municípios. Desse montante contratado, R$ 6,45 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União - OGU - e R$ 8,20 bilhões a financiamentos (empréstimos públicos). Em relação ao montante contratado com recursos onerosos (R$ 8,2 bi), R$ 1,7 bi foi contratado entre 2011 e 2013 e R$ 1,2 bi no ano de 2014 com o setor privado ou com a emissão de títulos de debêntures com companhias estaduais de saneamento, e passaram a integrar esta avaliação de 2014.

Até o presente momento, foi atingido 101% da meta prevista. Do valor contratado, R$ 3,85 bilhões (84 empreendimentos) foram contratados em 2014. Dos empreendimentos contratados nesse período, 32 foram celebrados com recursos do OGU (R$ 1,23 bilhão), beneficiando 30 municípios, e 52 empreendimentos com recursos de financiamento (R$ 2,62 bilhões), beneficiando 33 municípios.

Do total de 365 empreendimentos, 88 foram contratados em 2013 (R$ 6,17 bilhões), 82 empreendimentos contratados

em 2012 (R$ 1,50 bilhão) e 111 empreendimentos contratados em 2011 (R$ 3,13 bilhões).

Além disso, no período de referência, até dezembro de 2014, do montante total de recursos da carteira de investimentos contratados, 61 empreendimentos foram iniciados em 2014 (R$ 2,45 bilhões); 210 empreendimentos estavam em fase de obras (R$ 7,02 bilhões); e um empreendimento foi concluído.

Destaca-se que, do Monitoramento Temático de 2013 para o atual, 30 contratos foram cancelados, equivalente a R$ 1,82 bilhão em investimentos. As causas dos cancelamentos são diversas: perda de prazo para aprovação do projeto, perda de prazo para efetivação do contrato de repasse, desistência do proponente.

Quantidade alcançada

14,65

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R$ 1,5 bilhão para apoio à execução de intervenções de destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em municípios com presença de formas inadequadas de disposição final**

Análise Situacional da Meta

AAnálise situacional da meta pela SNSA/MCidades:

Não ocorreram seleções de empreendimentos no período deste PPA e, consequentemente, não houve novas contratações com o setor público. Entretanto, foram contratadas 6 operações entre 2011 e 2013 com o setor privado, totalizando R$ 636,7 milhões, o que representa 42% da meta.

Análise situacional da meta pela Codevasf/MI:

Objetiva a prestação sustentável e universal dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, visando a salubridade ambiental e eliminação de lixões. A carteira atual é composta pela implantação, ampliação ou melhoria de 07 sistemas públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos e elaboração de 2 projetos, a que atenderá a população de diversos municípios dos estados Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco e Sergipe.

Está prevista para 2015 a conclusão do aterro Sanitário de Cigres/AL - 12 Municípios: Olho d'Água das Flores, Carneiros, Senador Rui Palmeira, São José da Tapera, Olivença, Monteirópolis, Jacaré dos Homens, Batalha, Santana de Ipanema, Major Isidoro, Jaramataia e Pão de Açúcar realizado 94%. O Aterro está em fase de finalização, com previsão de encerramento para julho de 2015.

Até o ano de 2014, foram concluídos 6 empreendimentos para a coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, beneficiando 19 municípios das Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e do Parnaíba, com população urbana de 820 mil habitantes.

Foram concluídos: (i) Aterro sanitário, remediação do lixão e unidade de triagem, beneficiando os municípios de Janaúba e Nova Porteirinha (MG); (ii) Aterro sanitário dos municípios de Curvelo e Inimutaba (MG); (iii) Aterro sanitário do município de Ibimirim (PE); (iv) Aterro sanitário do Consórcio ECOTRES, beneficiando os municípios de Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco (MG); (v) Aterro sanitário do Consórcio Desenvolvimento Sustentável de Irecê, beneficiando 10 municípios do estado da Bahia: Central, Gentio do Ouro, Ibititá, Irecê, Itaguaçu da Bahia, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel, Uibai, Xique-Xique; e (vi) Remediação ambiental do lixão do município de Juazeiro (BA).

Também foram concluídos 2 projetos básicos/executivos Moxotó/Itaparica e Moxotó/Agreste em Pernambuco.

Quantidade alcançada

636,7

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R$ 3 bilhões para apoio à execução de intervenções de saneamento integrado em municípios com baixos índices de acesso ou qualidade insatisfatória em dois ou mais componentes do saneamento**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA/MCid possui sob sua gestão 49 contratos na esfera dessa meta que visam a execução de intervenções para implantação ou melhorias de saneamento integrado em municípios com baixa cobertura dos serviços, totalizando mais de R$ 2,64 bilhões em valor de investimento. Esses empreendimentos beneficiam 32 municípios. Desse montante contratado, R$ 2,14 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União – OGU - e mais de R$ 500,7 milhões a financiamentos para entidades públicas e em operações de mercado com empresas privadas. Com relação às operações com o setor privado, foram contratados R$ 122.966.000,00 em 2013 e R$ 327.535.000,00 no ano de 2014.

Até dezembro de 2014, cerca de 88% da meta havia sido alcançada.

Do valor contratado acumulado, R$ 66,9 milhões (24 empreendimentos) foram contratados em 2014, R$ 639,5 milhões (6 empreendimentos) foram contratados em 2013; R$ 69,9 milhões (2 empreendimentos) em 2012; e R$ 894,0 milhões (30 empreendimentos) foram contratados em 2011.

Além disso, no período de referência (de janeiro a dezembro de 2014), do montante total de recursos da carteira de investimentos contratados, 5 empreendimentos foram iniciados em 2014 (R$ 202,3 milhões); 36 empreendimentos estavam em fase de obras (R$ 1,5 bilhão); e 1 empreendimento foi concluído.

Do Monitoramento Temático de 2013 para o atual, um contrato foi cancelado, equivalente a R$ 5,72 milhões em investimento. Esse contrato foi cancelado devido à obra estar paralisada há mais de doze meses.

Quantidade alcançada

2,64

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R$ 6,5 bilhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória**

Análise Situacional da Meta

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA/MCid possui sob sua gestão 320 contratos na esfera dessa meta que visam a execução de intervenções para implantação ou melhorias dos sistemas de abastecimento de água nos municípios com baixos índices de saneamento, totalizando aproximadamente R$ 11,28 bilhões em valor de investimentos. Esses empreendimentos beneficiam 278 municípios. Desse montante contratado, R$ 3,71 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e R$ 7,57 bilhões a financiamentos (empréstimos públicos).

Até dezembro de 2014, a meta havia sido ultrapassada em cerca de 74%. Do valor contratado, R$ 4,73 bilhões foram contratados em 2014, contabilizando 14 empreendimentos com recursos do OGU (R$ 447,4 milhões) e 66 empreendimentos com recursos de financiamentos (R$ 4,28 bilhões); R$ 2,87 bilhões (54 empreendimentos) foram contratados em 2013; R$ 1,92 bilhão (94 empreendimentos) em 2012; e R$ 1,76 bilhão (92 empreendimentos) em 2011.

Em relação ao montante contratado com recursos onerosos (R$ 7,57 bi), R$ 564 mi foi contratado entre 2011 e 2013 e R$ 2,5 bi no ano de 2014 com o setor privado ou com a emissão de títulos de debêntures com companhias estaduais de saneamento, e passaram a integrar esta avaliação de 2014.

Além disso, no período de referência, do montante total de recursos da carteira de investimentos contratados, 49 empreendimentos foram iniciados em 2014 (R$ 1,65 bilhão); 190 empreendimentos estavam em fase de obras (R$ 4,52 bilhões); e dois contratos foram concluídos.

Do Monitoramento Temático de 2013 para o atual, 23 contratos foram cancelados, equivalente a R$ 671,8 milhões em investimentos. As causas dos cancelamentos são diversas: perda de prazo para Início de obra, perda de prazo para efetivação do contrato de repasse, vencimento de cláusula suspensiva, desistência do proponente.

Quantidade alcançada

11,28

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar R$ 960 milhões para apoio à execução de intervenções de abastecimento de água em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade ofertada insatisfatória**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram disponibilizados R$ 233,5 milhões na LOA, dos quais R$ 233,5 milhões foram utilizados na complementação dos termos de compromisso selecionados na segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento conforme Portaria 808 de 07/12/2011 e emendas parlamentares, ou seja, execução de 100%.

Em 2014 foram contratados 286 empreendimentos selecionados por meio da Portaria n.º 372 de 05/05/2014, no valor total de R$ 960.303.862,52, para os quais foram empenhados R$ 161.544.642,18. Ainda, foi contratado 1 empreendimento selecionado por meio da Portaria n.º 808 de 07/12/2011, no valor total de R$ 4.341.251,27 para os quais foram empenhados R$ 1.736.500,51.

Quantidade alcançada

964,64

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de catadores ligados a cooperativas ou associações	unidade	31/10/2008	30.390	-	-
Número de cooperativas ou associações de catadores	unidade	31/10/2008	1.175	-	-
Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações	%	31/10/2008	8	-	-
Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva	%	31/10/2008	17,8	-	-
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados	tonelada por dia	31/10/2008	40.695	-	-
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários	tonelada por dia	31/10/2008	167.636	-	-
Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões	tonelada por dia	31/10/2008	45.710	-	-
Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgância e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo+ rpu) coletada	%	31/12/2008	0,96	31/12/2013	1,8

Observações:

Número de catadores ligados a cooperativas ou associações - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Número de cooperativas ou associações de catadores - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Percentual de municípios com coleta seletiva organizada através de cooperativas ou associações - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Percentual de municípios com iniciativas de coleta seletiva - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros controlados - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em aterros sanitários - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quantidade de resíduos sólidos recebidos por dia em lixões - Não houve atualização do indicador tendo em vista que não foi lançada a nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, elaborada e divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Os indicadores publicados pelos órgãos governamentais e por organismos de representação da sociedade civil apontam para um crescimento na cobertura dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos. O último Panorama da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE), publicado em agosto de 2014, demonstra que a cobertura do serviço regular de coleta domiciliar já alcança mais de 98% da população urbana. Dados obtidos junto às unidades da federação apontam para a disposição final ambientalmente adequada (aterro sanitário) em cerca de 2,2 mil municípios, ao passo que em 2008, a Pesquisa Nacional do Saneamento Básico (IBGE) apontou para somente 1.092 municípios dispondo adequadamente seus resíduos sólidos e rejeitos. Sobre os consórcios públicos, o Sistema Nacional de Informações em Saneamento - SNIS/MCID - constatou um aumento substancial no número de consórcios públicos intermunicipais. Este saltou de 81 em 2011 para 130 em 2012 e em 2013 registrou-se o número de 166. O aumento pôde ser percebido também no tocante à coleta seletiva. Em 2013, segundo ABRELPE, pouco mais de 62% dos municípios registraram alguma iniciativa de coleta seletiva. Embora seja expressiva a quantidade de municípios com iniciativas de coleta seletiva, convém salientar que muitas vezes estas atividades resumem-se à disponibilização de pontos de entrega voluntária ou convênios com cooperativas de catadores, que não abrangem a totalidade do território ou da população do município. Destacamos a conclusão da coleta de dados do SNIS/MCID, encerrada em agosto de 2014, que poderá trazer um novo panorama sobre o saneamento básico no país, incluindo indicadores sobre gestão de resíduos sólidos. Já sobre a temática inclusão de catadores, o IPEA publicou em 2013 o relatório da Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável. Dos programas de coleta seletiva nos municípios brasileiros em curso em 2008, apenas 43% envolviam a participação de cooperativas de catadores. Essa categoria profissional, além de ser fortemente heterogênea em termos de inserção no mundo do trabalho, constitui o elo mais vulnerável na cadeia de valor da reciclagem. Nesse sentido, o projeto Cataforte e o Prêmio Cidade Pró-Catador tem contribuído para superação dos obstáculos para a inclusão do catador na cadeia da reciclagem, apoiando iniciativas relacionadas a incubação, capacitação, assistência técnica às organizações produtivas de catadores.

Metas 2012-2015

- **Apoio a 150 municípios para implantação de programas de coleta seletiva**

  Análise Situacional da Meta

  O Ministério do Meio Ambiente, celebrou 96 contratos de repasse com estados, municípios e consórcios públicos para a elaboração dos planos estaduais de resíduos sólidos, planos intermunicipais de resíduos sólidos, planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos, planos microrregionais de resíduos sólidos, planos específicos destinados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas, e planos de coleta seletiva.

  Entende-se que os planos de resíduos sólidos precedem os programas de coleta seletiva e são ferramentas preparatórias para a implementação efetiva da coleta seletiva, bem como de todo o sistema de gestão integrada de resíduos sólidos, incluindo a reciclagem.

  Destaca-se que tanto os planos de resíduos sólidos de âmbito estadual, quanto regional, são fundamentais para o sucesso das políticas de resíduos sólidos locais, pois estabelecem diretrizes para integração entre as variáveis que afetam direta ou indiretamente a coleta seletiva.

  Por fim, com objetivo de obter êxito no processo de apoio aos planos de resíduos sólidos previstos pela Lei 12.305/2010, encontra-se em fase de andamento (2014), curso de ensino a distância (EaD) para a elaboração dos planos municipais simplificados de gestão integrada de resíduos sólidos. O público-alvo são técnicos e gestores de municípios com população inferior a 20.000 habitantes, exceto: aqueles integrantes de áreas de especial interesse turístico, inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; ou cujo território abranja, total ou parcialmente, unidades de conservação. Nos últimos anos foram disponibilizadas cerca de 2.900 vagas para os profissionais ligados à gestão de resíduos sólidos.

  Quantidade alcançada

  96

Data de Referência

26/11/2014

- **Fomento a constituição e implementação de 120 consórcios públicos com a atuação em resíduos sólidos**

Análise Situacional da Meta

O apoio do Ministério do Meio Ambiente aos planos intermunicipais de resíduos sólidos tem sido ferramenta de consolidação dos arranjos intermunicipais, por meio da criação de um canal de diálogo, compromissos e acordos firmados no âmbito dos planos. Ou seja, a efetiva implementação do consórcio público é facilitada quando ocorre o desenvolvimento do plano de resíduos sólidos de maneira conjunta entre os municípios integrantes do consórcio. Não obstante o desenvolvimento dos planos intermunicipais pelos municípios, a participação dos governos estaduais neste processo tem proporcionado a aproximação da União, estados e municípios no diálogo interfederativo para a implementação de Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Contudo, o apoio indireto aos consórcios se deu por meio de 38 contratos de repasse, que se encontram em execução para elaboração dos planos intermunicipais de resíduos sólidos, planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos destinados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.

Informações do SNIS/MCID (base 2013) apontam para a existência de 166 consórcios públicos que atuam em gestão de resíduos sólidos. Por este olhar, poderíamos considerar que a meta foi alcançada, tendo em vista que estes encontram-se constituídos. No entanto, entendemos que o desafio maior é tornar efetiva a atuação do consórcio junto aos municípios. Nesse sentido, entendemos que os planos de resíduos é o elo entre o planejamento e o funcionamento do consórcio.

Por isso, estabelecemos 38 consórcios como em condições para atuar coefetividade na gestão associada e integrada dos resíduos sólidos, tendo o Ministério do Meio Ambiente apoiado indiretamente.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomento e fortalecimento de 600 cooperativas/associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e nas cadeias da reciclagem**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi elaborado o Projeto Cataforte III – Estruturação de Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias de Empreendimentos de catadores de materiais recicláveis, com a finalidade de estruturar redes solidárias formadas por cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis de modo a possibilitar avanços na cadeia de valor e inserção no mercado da reciclagem de forma competitiva, consolidando-as, também, como prestadoras de serviços das políticas públicas de coleta seletiva de resíduos sólidos e da logística reversa. O Projeto envolve esforços conjuntos das seguintes entidades que compõem o Comitê Interministerial de Inclusão Socioeconômica de Catadores de Materiais Reutilizáveis e recicláveis (CIISC): Ministério do Meio Ambiente (MMA); MS/Fundação Nacional de Saúde (Funasa); MTE/Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES); Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR); Petrobras; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Fundação Banco do Brasil (FBB) e Banco do Brasil (BB).

Durante o ano de 2013 foram celebrados novos convênios por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, que contemplou 213 cooperativas de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Desde 2012 já foram apoiadas 536 cooperativas.

No primeiro semestre de 2014, foram celebrados convênios com cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 para a contratação das cooperativas/associações de catadores para a prestação de serviços relacionados à coleta seletiva, triagem e reciclagem dos resíduos oriundos das Arenas e Fan Fests/festividades. Das doze (12) cidades-sede, cinco (5) foram beneficiadas com recursos do Ministério do Meio Ambiente: Belo Horizonte/MG, Fortaleza/CE, Manaus/AM, Natal/RN e São Paulo/SP. O escopo do projeto inclui: Contratação das cooperativas/associações de catadores para a

prestação de serviços relacionados à coleta seletiva, triagem e reciclagem dos resíduos oriundos das Arenas e Fan Fests/festividades; Aquisição de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs) para os catadores; Contratação de assessoramento técnico e treinamento dos catadores para atuação durante os eventos e Fan fests/festividades; Contratação de transporte para os catadores até as Arenas e Fan fests/festividades; Execução de ações de comunicação informativa, reconhecendo os catadores como agentes ambientais para a promoção da educação ambiental; Aluguel de estruturas temporárias e de equipamentos para armazenamento do material coletado; Contratação de demais itens relacionados à logística, de acordo com o projeto proposto.

Assim, consideramos que em 2014, pelo menos cinco cooperativas/associações foram beneficiadas com o projeto acima descrito.

Registramos também o lançamento da nova edição do prêmio cidade pró-catador, que deu como vencedores os municípios de Brazópolis (MG) na categoria A; Manhumirim (MG) na categoria B, Santa Cruz do Sul (RS) na categoria C e Londrina (PR) na categoria D no tocante à reciclagem com a inclusão de catadores. Dessa forma pelo menos mais quatro cooperativas foram beneficiadas pelo programa, ampliando a alcance de meta para 545 cooperativas/associações/redes de catadores.

Quantidade alcançada

545

Data de Referência

26/11/2014

OBJETIVO: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos passa pelo estruturação de instrumentos de planejamento, seja por meio de planos ou programas para a gestão integrada de resíduos sólidos. Nesse sentido, podemos observar um aumento considerável do número de municípios com planos de resíduos sólidos no país. Segundo pesquisa IBGE MUNIC (2013), 1.865 municípios declararam ter planos. Os governos estaduais também devem desempenhar um papel de liderança no contexto da PNRS, por isso, tão importante tornam-se os planos estaduais de resíduos sólidos, que foram apoiados pelo Governo Federal por meio da disponibilização de recursos. Até novembro de 2014, 3 estados haviam concluído os respectivos planos estaduais: RJ, PE e MA. Os estados de SP e RS estão em fase de conclusão de seus planos. No estrato nacional acerca do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, observamos que o plano foi elaborado sob a coordenação do MMA, porém o Conselho Nacional de Políticas Agrícolas (CNPA) até então não o apreciou e, por consequência o mesmo não foi aprovado por Decreto. O processo de revisão do Plano Nacional já se iniciou e conta com a participação dos representantes do Comitê Interministerial da PNRS e representantes da sociedade civil.

Já sobre a logística reversa, tem-se a seguinte situação:

• Assinatura do acordo setorial de lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e luz mista geral no dia 27/11/2014

• Publicação da minuta de acordo setorial de embalagens em geral no dia 15/09/14 e posteriormente prorrogado até 20/11/2014 resultando em mais de 970 contribuições. As contribuições estão sendo analisadas individualmente e serão respondidas aos proponentes e apresentadas ao Comitê Orientador da Logística Reversa e aos proponentes para verificação da possibilidade de assinatura do acordo com as incorporações.

Metas 2012-2015

- **20 estados com inventário de áreas contaminadas disponibilizado**

  Análise Situacional da Meta

Mais um estado elaborou estudo para identificação dos valores de referência de qualidade do solo, Paraíba.

Foi assinado termo de cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e o IBAMA para ajustes no formulário específico para o RETP (Registro de Emissões e Transferência de Poluentes) do Cadastro Técnico Federal do IBAMA.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

11/08/2014

- **8 Acordos Setoriais de cadeias produtivas implementados**

Análise Situacional da Meta

No dia 27/11/14 foi assinado o segundo acordo setorial de logística reversa da cadeia de lâmpadas mercuriais de vapor de sódio e luz mista.

A minuta de acordo setorial de embalagens em geral esteve em consulta pública até dia 20/11, pois teve seu período de consulta prorrogado devido ao grande número de contribuições, contabilizadas até o momento cerca de 970 contribuições. Cada contribuição está sendo analisada individualmente e será respondida ao proponente e depois sintetizada no relatório final. Após a consolidação o novo texto do acordo com as contribuições incorporadas deverão ser apresentadas aos proponentes para verificação de admissibilidade.

As cadeias de eletroeletrônico e medicamentos ainda estão negociação. Já foram recebidas propostas de acordo setorial, mas essas precisam ser ajustadas. Esses ajustes estão sendo negociados com os proponentes. Após finalização da minuta, o próximo passo deverá ser consulta pública para que todos possam contribuir no texto final do acordo e seja cumprido o rito do decreto 7404/10.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

11/08/2014

- **Elaborar 27 Planos de Resíduos Sólidos em todos os estados e no Distrito Federal**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Meio Ambiente vem promovendo apoio aos estados desde 2007, para a elaboração dos estudos de regionalização para a gestão integrada de resíduos sólidos. Esses estudos de regionalização possibilitaram com que os estados sugerissem agrupamentos de municípios em arranjos intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos.

Com as novas definições, diretrizes e exigências introduzidas pela Lei 12.305/2010, os planos de resíduos sólidos foram instituídos como instrumentos de planejamento para a estruturação do setor público na gestão dos resíduos sólidos. Desta vez, não apenas referente aos resíduos sólidos urbanos, mas abrangendo uma ampla variedade de resíduos sólidos, tais como: resíduos industriais, resíduos dos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, resíduos dos serviços públicos de saneamento básico, resíduos de serviços de saúde, resíduos da construção civil, resíduos agrossilvopastoris, resíduos de serviços de transportes, resíduos de mineração, entre outros. Além disso, a nova legislação, através do artigo 16, combinado com o Art.55 da Lei 12.305/2010, estabeleceu a elaboração dos planos de resíduos sólidos (até 02 de agosto de 2012) como condição para os estados terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à gestão de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade. Atualmente, encontram-se em fase de elaboração 18 Planos Estaduais de Resíduos Sólidos (17 estados + DF) apoiados pelo Ministério do Meio Ambiente por meio de contratos de repasse.

Ressalta-se que os planos encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento, em alguns casos, em diferentes fases de licitação da empresa de consultoria para desenvolvimento dos trabalhos, incluindo ações de mobilização social e comunicação.

Além dos planos diretamente apoiados pelo MMA, por meio de repasse de recursos, os estados do MA, PE e RJ declararam concluir seus planos estaduais de resíduos sólidos.

O decréscimo registrado entre os anos de 2012 e 2013 se refere ao contrato de repasse celebrado com o estado de Pernambuco, que foi cancelado por solicitação do Tomador, conforme informações da CAIXA. Dessa forma, a elaboração do Plano foi paralisada e retomada posteriormente com recursos próprios do estado, sendo essa última informação apurada em 2014. Assim, a elaboração dos 21 planos se refere aos estados a seguir: AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PE, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SE, SP, TO.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

26/11/2014

- **Elaborar o Plano Nacional de Resíduos Sólidos**

Análise Situacional da Meta

No estrato nacional acerca do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, observamos que o plano foi elaborado sob a coordenação do MMA, porém o Conselho Nacional de Políticas Agrícolas (CNPA) até então não o apreciou e, por consequência o mesmo não foi aprovado por Decreto. O processo de revisão do Plano Nacional já se iniciou e conta com a participação dos representantes do Comitê Interministerial da PNRS e representantes da sociedade civil.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

26/11/2014

- **Elevar para 20% o percentual de municípios brasileiros com reciclagem de resíduos sólidos implantada**

Análise Situacional da Meta

Dados do Panorama ABRELPE 2013 permitem projetar uma expansão da coleta seletiva, que abrange 3.459 (62,10%) municípios com iniciativas em coleta seletiva. Não foi considerada a abrangência dessa iniciativa dentro do município, podendo ser integral ou somente em um bairro do município.

Quantidade alcançada

62,1

Data de Referência

26/11/2014

- **Implantar Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) em 35% dos municípios do país**

Análise Situacional da Meta

Por meio de programas de apoio à elaboração de planos intermunicipais, metropolitanos e municipais de resíduos sólidos, e por meio de esforços próprios, aproximadamente 33,48% dos municípios declaram ter planos de gestão integrada de resíduos sólidos, segundo pesquisa MUNIC/IBGE 2013. Com objetivo de obter êxito no processo de apoio aos planos de resíduos sólidos previstos pela Lei 12.305/2010, o MMA tem ofertado curso gratuito de ensino a distância (EaD) para a elaboração dos planos municipais simplificados de gestão integrada de resíduos sólidos. O público-alvo são técnicos e gestores de municípios com população inferior a 20.000 habitantes, exceto: aqueles integrantes de áreas de especial interesse turístico, inseridos na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional; ou cujo território abranja, total ou parcialmente, unidades de conservação. Já foram disponibilizadas nos últimos anos cerca de 2.900 vagas.

Quantidade alcançada

33,48

Data de Referência

26/11/2014

- **Sistema de Informação de Resíduos Sólidos implantado**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi colocado no ar o Portal SINIR (www.sinir.gov.br), disponibilizando de forma integrada consulta de todos os indicadores de resíduos sólidos urbanos disponíveis no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), por município, numa série histórica de 2002 a 2010. As informações obtidas por meio do SNIS, nos anos subsequentes a 2010 serão compatibilizadas com o SINIR, que atualmente está sendo desenvolvido para a articulação destas informações.

Este processo de implementação do SINIR tem passado por várias etapas, dentre elas:

-Deliberação no Comitê de TI sobre a criação e a implantação do SINIR;
-Inserção na programação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI);
-Reuniões internas com o IBAMA para articulação com os Cadastros gerenciados por eles (CTF/CNORP/RETP);
-Reuniões com a Secretaria de Saneamento do Ministério das Cidades para Instalação do banco de dados do Sistema de Informações sobre Saneamento - SNIS, do Ministério das Cidades, na infraestrutura montada para atender ao projeto;
- Reuniões com a CGTI, sobre a infraestrutura necessária para suportar o SINIR e acesso ao banco de imagens do cadastro Ambiental Rural - CAR;
-Formatação do portal e das primeiras informações que comporão o Sistema (dados de resíduos sólidos urbanos, legislação, documentos, editais, saiba mais, fale conosco, etc);
-Criação, no MPOG, do site de entrada no sistema (www.sinir.gov.br);
-Criação, junto a ASCOM MMA, do visual do portal SINIR;
-Criação da logomarca SINIR (ASCOM);
-Articulação com a SLTI/MPOG para definição de requisitos funcionais e intermediação com o IBGE para disponibilizar seus bancos de dados afins ao tema assim como as suas pesquisas (PNSB; PNAD; MUNIC e etc.).

Em 2013 um consultor visitou algumas Unidades da Federação (UF) coletando informações e identificando a capacidade instalada dos estados, a existência de sistemas de informações em resíduos e seu alinhamento com as premissas do SINIR.

A execução das etapas de arquitetura da informação está sendo elaborada em parceria com a UnB, de modo que o SINIR possa ampliar seu leque de informações a serem disponibilizadas ao público em geral e em atendimento aos requisitos para atendimento do disposto na Lei 12.305/2010.

As informações acerca da logística reversa estão sendo disponibilizadas no referido portal, dando ampla publicidade para o controle e participação da sociedade na condução da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de órgãos municipais de defesa civil integrados ao SINPDEC	unidade	21/03/2013	237	31/01/2015	1.847
Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres	porcentagem (%)	31/12/2012	0	31/12/2014	1,83
Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos)	porcentagem (%)	31/12/2012	35	18/12/2014	104,4
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade)	porcentagem (%)	31/12/2012	0	28/02/2015	33,4
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco)	porcentagem (%)	31/12/2012	0	21/08/2014	14,13

Observações:

Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres - Número de municípios críticos: 821
Porcentagem de municípios com carta geotécnica de aptidão à urbanização em relação a municípios críticos a desastres - 15/821, até dez de 2014.
Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos) - Porcentagem de municípios com setores de risco identificados em relação a municípios críticos a desastres (setorização de riscos) - 857/821, até 18 de dez/ 2014.

Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade) - Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapas de suscetibilidade) - 274/821, até janeiro de 2015.
Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco) - Porcentagem de municípios mapeados em relação a municípios críticos a desastres (mapeamento de risco) - 116/821, até dez/2014. Obs.: Este mapeamento foi descontinuado, por não corresponder aos resultados esperados.

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Para a consecução de diversas ações do Programa, houve um esforço de identificação das regiões mais críticas para os desastres de inundações, enxurradas, deslizamentos e seca. Como resultado, foi elencado conjunto de 821 municípios prioritários que apresentaram os maiores índices de letalidade, desabrigados, desalojados e recorrências desses desastres. O conjunto representa 88% dos desabrigados e desalojados e 94% das mortes registradas entre os anos de 1991 e 2010 no universo de 3.792 municípios que apresentaram registros de desastres naturais. Deste conjunto de municípios, pode-se identificar um subconjunto de maior criticidade composto por 286 municípios, responsáveis por 89% das mortes registradas no período de análise e por 55% da população afetada.

Em agosto de 2012, o Governo Federal lançou o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais,

que abrange parte substancial dos objetivos, metas e iniciativas deste Programa, além de atributos de outros Programas das áreas de saúde, defesa e recursos hídricos. O Plano Nacional é composto por quatro eixos: Prevenção, Monitoramento e alerta, Mapeamento das áreas de risco e Resposta e reconstrução. Especificamente neste objetivo, busca-se promover a prevenção de desastres de modo articulado com as políticas de desenvolvimento urbano, de uso e ocupação do solo e de gestão das respectivas bacias hidrográficas. Para isso, estão sendo realizados estudos e intervenções que envolvem os eventos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais e enchentes recorrentes em áreas urbanas.

As intervenções estruturais abrangem obras de engenharia e de recuperação ambiental, incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sob gestão do Ministério das Cidades e do Ministério da Integração Nacional e integrantes do Eixo Prevenção do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais.

O Ministério das Cidades tem sob sua responsabilidade, principalmente, a execução de intervenções de drenagem e de contenção de encostas em áreas urbanas com alto risco de deslizamentos. A ação é complementada com o apoio para execução de planos municipais de redução de riscos - que envolvem o mapeamento de risco, a definição de prioridades e a elaboração da concepção das intervenções de segurança mais adequadas nas áreas de risco prioritárias – e para a elaboração de projetos básicos de intervenções de contenção de encostas. Já as intervenções estruturais de drenagem urbana privilegiam as soluções de redução, retardamento e amortecimento do escoamento das águas pluviais, baseadas em estudos de alternativas que contemplem aspectos técnicos, econômicos e ambientais.

Em dezembro de 2014, no âmbito do PAC 2, o montante de investimentos contratados para obras de drenagem totalizava R$ 9,88 bilhões, equivalentes a 125 contratos, beneficiando 83 municípios. Desse valor contratado, R$ 8,08 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União - OGU e R$ 1,80 bilhão a financiamentos (empréstimos públicos).

Na dimensão do planejamento urbano, está prevista a montagem de um sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos. Até dezembro de 2014, foram iniciados os trabalhos de elaboração de 96 cartas geotécnicas de aptidão à urbanização em municípios críticos a esses desastres naturais, das quais 15 estão concluídas. Tais cartas consistem em um instrumento de planejamento urbano que define, segundo características geológicas e geomorfológicas do município, áreas aptas ou impróprias para a ocupação permanente.

Na ação de contenção de encostas, a carteira de empreendimentos contabiliza um valor de repasse de R$ 2,3 bilhões, referente a 137 empreendimentos contratados. Até dezembro de 2014, 90% dos termos de compromisso desta carteira foram iniciados, sendo que o restante encontra-se na fase de elaboração de projetos ou de preparação de processos licitatórios.

No âmbito do Ministério da Integração Nacional – MI, o objetivo visa promover ações preventivas à segurança da população em situações de riscos e desastres no âmbito nacional, com foco em municípios mais suscetíveis a inundações,

enxurradas e deslizamentos. As ações do Programa objetivam promover a gestão sustentável da drenagem com ações estruturais e não estruturais dirigidas à recuperação de áreas úmidas, à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provados por fatos climáticos e ação antrópica gerando enchentes urbanas e ribeirinhas e problemas de macrodrenagem, bem como, o controle dos efeitos da dinâmica marítima na zona costeira. No âmbito do Departamento de Obras Hídricas, compreendem: Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial e execução de obras de drenagem urbana e de controle de erosão marítima e fluvial. Diante desse contexto, os Estados relacionados às ações são: Pernambuco, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais, Ceará, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Amapá, Rio Grande do Sul, Tocantins. No total, são quase 100

empreendimentos, que consistem em obras e estudos que beneficiarão, aproximadamente 8 milhões de habitantes.

Tanto no caso da drenagem quanto no de contenção de encostas, estão sendo realizadas, constantemente, atividades de monitoramento das intervenções em andamento, bem como seleções públicas para escolha dos projetos a serem apoiados pela União por meio do PAC.

Metas 2012-2015

- **Contratar R$ 9 bilhões para apoio à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas**

Análise Situacional da Meta

Essa meta visa à execução de intervenções de drenagem urbana sustentável nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas, totalizando aproximadamente R$ 9,88 bilhões em valor de investimento equivalentes a 125 contratos abrangendo 83 municípios. Desse valor contratado, R$ 8,08 bilhões correspondem a contratações com recursos do Orçamento Geral da União - OGU e R$ 1,80 bilhão a financiamentos (empréstimos públicos). Até o presente momento, houve superação da meta estimada (R$ 9 bilhões em contratação) em cerca de 9%. Do valor total contratado, R$ 755,6 milhões (7 empreendimentos) foram contratados em 2014, R$ 2,94 bilhões foram contratados em 2013, para execução de 21 empreendimentos; R$ 2,64 bilhões foram contratados em 2012, para a execução de 26 empreendimentos, e R$ 3,54 bilhões contratados em 2011, para execução de 71 empreendimentos.

Além disso, até dezembro de 2014, do montante total de recursos da carteira de investimentos contratados, 8 empreendimentos foram iniciados em 2014 (R$ 778,8 milhões); 76 empreendimentos estavam em fase de obras (R$ 4,21 bilhões) e 3 empreendimentos foram concluídos.

De dezembro de 2013 a dezembro de 2014, 17 contratos de drenagem urbana foram cancelados, o que corresponde a um valor de investimento total de R$ 2,08 bilhões. As causas dos cancelamentos são diversas: perda de prazo para início de obra, perda de prazo para efetivação do contrato de repasse ou desistência do proponente.

Quantidade alcançada

9,88

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Pode-se destacar que até 2013, consolidou-se a metodologia de elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à ocupação urbana, instrumento de planejamento urbano que define, segundo características geológicas e geomorfológicas do município, seus setores seguros para ocupação. Até 2013, haviam sido iniciados os trabalhos para que 39 municípios tenham suas cartas geotécnicas e em 2014 avançou-se para 96 municípios, dos quais 13 em São Paulo; 27 em Santa Catarina; 4 no Rio Grande do Sul; 18 no Rio de Janeiro; 6 no Paraná; 5 em Pernambuco; 19 em Minas Gerais; 2 no Espírito Santo; 1 no Ceará; e 1 na Bahia.

Deste total, 5 cartas foram elaboradas de forma autônoma, com recursos próprios, pelo Departamento de Recursos Minerais do Governo do Estado do Rio de Janeiro – DRM nos municípios de Teresópolis, Nova Friburgo, Petrópolis, Barra Mansa e Itaperuna; enquanto que as cartas de Ouro Preto(MG), São José(SC), Gaspar(SC), Luiz Alves(SC), Antônio Carlos(SC), Palhoça(SC), Ilhota(SC), Florianópolis (RS), Igrejinha(RS) e Ipojuca(PE) foram elaboradas com

recursos federais, parte deles, a propósito, no âmbito da ação 8874 do Programa Planejamento Urbano (2054).

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	106	município	15	31/12/2014

- **Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

Esta meta guarda estreita relação com atividade de Monitoramento da Ocupação Urbana, objeto de meta a seguir.

Duas estratégias foram iniciadas para alcançar a implementação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana – SIMOU - em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos:
i) estruturação de Método para o monitoramento da Ocupação Urbana;
ii) estruturação do Laboratório de Computação Científica Aplicada à Análise Urbana.

Para a estruturação do Laboratório, foi promovida a reforma do espaço físico e promovidas licitações para aquisição de hardwares e softwares especializados para execução das tarefas relativas à estruturação do Sistema de Monitoramento (ambos os processos estão finalizados e os produtos licitados foram recebidos).

A funcionalidade do Sistema depende de contratação de consultoria técnica especializada, bem como da capacitação dos servidores efetivos para a operacionalização do Sistema. Além disso, faz-se necessária a aquisição de imagens de satélite, fotos aéreas ou levantamentos a laser, dos mapas de suscetibilidade e setorização de risco em elaboração pela CPRM, das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização, entre outros insumos e bases de informação.

Do ponto de vista da metodologia de Mapeamento e provimento de recursos humanos para a consecução das atividades, o Ministério das Cidades está em processo de negociação com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), uma parceria para apoio do órgão ao projeto.

Após a estruturação e operacionalização do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana, a atividade terá como produto mapas a serem encaminhados sazonalmente às prefeituras municipais para que, na qualidade de responsável constitucional pelo ordenamento do território urbano, possam tomar as medidas cabíveis ao controle da expansão e ocupação de áreas de riscos de desastres.

- **Executar intervenções de drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais em municípios suscetíveis a inundações e enxurradas**

Análise Situacional da Meta

Foram concluídas 6 obras, são elas: obras para implantação do sistema de drenagem pluvial nos municípios de Ilhota (SC) e no Município de Luís Alves (SC); obras de drenagem, desassoreamento, construção de canais, no Município de Pomerode (SC); obras de drenagem, canalização, canal de concreto no município de Paraíso do Tocantins (TO), a implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista (RJ) e as obras de Macrodrenagem em Salvador (BA). A conclusão dessas intervenções beneficiam aproximadamente 470 mil habitantes, sendo 400 mil em Salvador (BA).

Para essa meta, destaca-se também a Barragem Serro Azul (PE), cuja previsão de conclusão foi adiada para 30 de julho

de 2015. A Barragem beneficiará 135 mil habitantes.

Dos onze empreendimentos destinados ao controle de enchentes, além da Barragem Serro Azul, destacam-se as obras de dragagem, desassoreamento, construção de canais, no município de Navegantes, cuja execução física alcançou 98%, bem como a obra de macrodrenagem no município de Joinville, compostas por canalização na Rua Noruega, que está com 99% de execução. Para sua conclusão, resta repactuação de contrato para execução de obras adicionais usando saldo remanescente de convênio. No município de Blumenau, em Santa Catarina, faltam os documentos necessários à liberação de recursos para a conclusão da recuperação da drenagem na Bacia do Ribeirão da Velha, Ribeirão Garcia e Ribeirão de Itoupava. No município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, as obras de redragagem, recuperação de diques, desobstrução do canal central do rio dos Sinos está com 62% de obras concluídas. Esta obra, no entanto, se encontra paralisada devido ao fato de a análise da prestação de contas parcial estar pendente de esclarecimentos necessários à liberação de recursos, por parte da prefeitura do Município. Outro destaque é no município de Paulista, em Pernambuco, onde as obras de macrodrenagem na bacia hidrográfica do rio Paratibe abrangem cinco canais. O Canal do Araxá, da Avenida e das Tintas estão concluídos. O Canal do Rio Limoeiro está paralisado devido a um erro no projeto executivo que deverá ser readequado. O Canal do Rio Paratibe está com 45% de execução física.

Das obras de contenção de erosão fluvial no Amazonas, 18 dos 25 empreendimentos já se encontram em execução desde 2013, restando, para conclusão, envio de informação por parte do Estado

Em 2014 foi publicada portaria incluindo mais nove novos municípios para obras de contenção de erosão fluvial no Amazonas. Essas obras serão realizadas nos municípios de Manicoré, Tabatinga, Manacapurú, Maués, Jutaí, Codajás, Uricurituba, Lábrea e Borba.
Assim, no total, 59 obras sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional referentes a drenagem e controle de cheias e de erosões marítimas e fluviais estão contempladas no PAC com previsão de conclusão até 2015. A maior parte desses empreendimentos está na carteira do PAC- Prevenção em Áreas Risco (46), lançada em 2012, enquanto algumas obras de drenagem destinadas a controle de enchentes seguem na carteira do PAC-Recursos Hídricos (13).

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	município	0	04/09/2013
Região Nordeste	2	município	1	04/09/2013
Região Norte	1	município	1	04/09/2013
Região Sudeste	1	município	1	04/09/2013
Região Sul	2	município	3	04/09/2013

- **Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras de contenção de encostas nos municípios mais suscetíveis a desastres associados a deslizamentos em ambiente urbano**

Análise Situacional da Meta

A meta tem como referência a elaboração de planos, projetos e execução de obras de contenção de encostas selecionadas pelo PAC para municípios críticos.

Em 2011, foram contratados os termos de compromisso relativos à 1ª seleção de contenção de encostas do PAC. Essa seleção beneficia 65 municípios vulneráveis a deslizamentos de encostas e envolve 37 contratos de execução de obras de contenção, 24 de elaboração ou revisão de planos municipais de redução de riscos e 37 de projetos básicos de

estabilização de taludes. Esta seleção, que envolve um valor de repasse de R$ 575,6 milhões, encontra-se com todos os contratos iniciados, tendo 27% deles concluídos.

A seleção de 2012 envolveu os governos dos estados na organização e encaminhamento de propostas à SNAPU/MCidades. Foram contratadas 33 operações, contemplando 36 municípios dos estados do Amazonas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro, totalizando um investimento de R$ 1,4 bilhão. Dessa seleção, 31 contratos que representam R$ 1,37 bilhão para execução de obras foram iniciados. Da mesma forma como tratado acima, as dinâmicas percebidas nos quantitativos em relação a 2013 devem-se aos cancelamentos de contratos ocorridos durante o exercício de 2014.

Em 2013, ocorreram seleções de propostas de caráter extraordinário que beneficiaram 6 (seis) municípios dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, representando um investimento de R$ 277,9 milhões. Nesta seleção, foram iniciados 2 (dois) contratos que representam R$ 98,9 milhões.

Já em 2014, foi efetuada a contratação do termo de compromisso relativo à desocupação de áreas de alto risco de deslizamentos de encostas no Município de Petrópolis/RJ. Essa seleção beneficia 1.000 famílias que se encontram em área de risco muito alto com o valor de repasse de R$ 75 milhões e encontra-se iniciada. Foi realizada seleção de projetos e obras para municípios do Estado do Espírito Santo com previsão de contratação para 2015.

Dessa forma, os resultados alcançados entre 2011 a 2014 para esta Ação acusam a contratação de 137 operações, representando um valor de R$ 2,3 bilhões que beneficiam 82 municípios de 9 estados. Ao todo, 131 operações encontram-se em andamento, o que representa 90% da quantidade de operações e 96% em recursos financeiros contratados. Cumpre informar que, desse conjunto, 27 operações foram concluídas. O valor do desembolso financeiro acumulado, por sua vez, correspondeu a R$ 320 milhões.

Importante ressaltar que as alterações percebidas nos quantitativos em relação a 2013 devem-se também aos cancelamentos de contratos ocorridos durante o exercício de 2014.

- **Investir na elaboração de planos e projetos e execução de obras para a implantação e o aprimoramento da gestão de recursos hídricos em regiões suscetíveis à seca**

Análise Situacional da Meta

Esta ação abrange os empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento destinados à mitigação dos impactos da seca. A primeira discriminação de ações do PAC - Seca foi publicada através do Decreto nº 7836, de 9 de novembro de 2012. Hoje a carteira é formada por 49 empreendimentos/operações, no valor da ordem de 1,64 bilhão, que beneficiarão aproximadamente 1,8 milhão de pessoas. Desses 49 empreendimentos, 28 já estão com as obras iniciadas e 14 serão concluídos em 2015. A execução dessa carteira está no escopo do Programa Oferta de Água e não do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres. No entanto, vale esclarecer que as ações emergenciais de resposta aos impactos da seca, como o Auxílio Emergencial Financeiro, fazem parte deste Programa, no objetivo relativo à resposta aos desastres naturais.

- **Promover intervenções emergenciais de prevenção de desastres em situações de risco iminente**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Integração Nacional tem celebrado convênios com os municípios para execução de obras preventivas de desastres.

Até 2012, a Lei Orçamentária Anual – LOA - previa dotação específica para o MI com o objetivo de transferir recursos

para a execução de obras de prevenção de desastres. A partir da LOA de 2013 os recursos para execução da referida ação orçamentária foram provenientes exclusivamente de emendas parlamentares.

Em 2013, foram celebrados mais 12 convênios para obras de contenção de cheias, de construção de galerias de águas pluviais, de contenção de encostas e drenagem com pavimentação, de estabilização de terreno, de construção de passagens molhadas e de muros de arrimo, com municípios dos estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em 2014, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC aprovou 13 convênios, sendo que, deste total, 12 foram celebrados no segundo semestre de 2014 com municípios dos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e Goiás. Estes convênios foram firmados para construção de cortina atirantada e muro gabião, contenção de encostas, passagens molhadas, muros de arrimo, sistema simplificado de abastecimento de água e construção de ponte.

Durante a vigência do atual PPA, verificou-se a necessidade de aprimorar os instrumentos legais para transferir recursos federais para obras emergenciais que visam reduzir risco iminente de desastres. Isso decorre do fato do atual instrumento, convênio, não se adequar à urgência dessas intervenções.

Nessa perspectiva, foi publicada a Lei nº12.983/2014, alterando a Lei nº 12.340/10, que dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e às entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para executar ações de resposta e recuperação das áreas atingidas por desastre e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas - Funcap.

A nova Lei inseriu as ações de prevenção em áreas de risco de desastres no rol de transferências autorizadas pela Lei nº 12.340/10, bem como incluiu essas ações nas possibilidades de financiamento do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil – Funcap.

Espera-se que com a regulamentação da Lei e a instituição do Fundo, o repasse de recursos para obras de prevenção de desastres de áreas de risco iminente sejam agilizado.

Cabe ressaltar que a legislação em questão não compreende apenas as ações da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, mas sim de todos os órgãos federais que executam ações de prevenção em áreas de risco de desastres. Como é o caso do Ministério das Cidades e da Secretaria de Infraestrutura Hídrica, do Ministério da Integração Nacional.

- **Realizar o monitoramento da ocupação urbana nos municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Análise Situacional da Meta

A atividade de Monitoramento da Ocupação Urbana possui relação direta com a meta "Estruturação do sistema de monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos", cuja análise detalha as estratégias de implantação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana (SIMOU) e seu laboratório. Foi promovida a reforma do espaço físico e promovidas licitações para aquisição de hardwares e softwares especializados para execução das tarefas relativas à estruturação do Sistema de Monitoramento (ambos os processos estão finalizados e os produtos licitados foram recebidos).

A funcionalidade do Sistema depende de contratação de consultoria técnica especializada, bem como da capacitação dos servidores efetivos para a operacionalização do Sistema. Além disso, faz-se necessária a aquisição de imagens de satélite, fotos aéreas ou levantamentos a laser, dos mapas de suscetibilidade e setorização de risco em elaboração pela CPRM, das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização, entre outros insumos e bases de informação. Do ponto de vista da metodologia de Mapeamento e provimento de recursos humanos para a consecução das atividades, o Ministério das Cidades está em processo de negociação com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), uma parceria para apoio do órgão ao projeto.

Após a estruturação e operacionalização do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana, a atividade de mapeamento terá como produto os mapas de monitoramento que serão encaminhados sazonalmente às prefeituras municipais para que, na qualidade de responsável constitucional pelo ordenamento do território urbano, possa tomar as medidas cabíveis ao controle da expansão e ocupação de áreas de riscos de desastres.

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

As ações desenvolvidas neste Objetivo estimulam a atuação integrada dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e seu alcance foi potencializado pela modernização do marco legal da Defesa Civil, Lei nº. 12.608 de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e estabeleceu de forma individualizada as competências dos entes federados participantes do SINPDEC.

Para uma adequada atuação em rede dos órgãos de defesa civil nos três níveis federativos é necessário fortalecê-los. Assim, em nível federal, no âmbito do Eixo Monitoramento e Alerta do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, vem sendo realizado um conjunto de investimentos, principalmente na modernização do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos de Desastres - CENAD. No âmbito regional, ressalta-se a cooperação técnica entre a SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - e instituições de ensino e pesquisa que atuam na Amazônia com apoio financeiro ao Projeto Integração e Interdisciplinariedade para Preparação em Ações Preventiva na Gestão de Riscos e Respostas a desastres na Amazônia. No nível estadual, dado que suas defesas civis já estão implantadas, o Governo Federal tem apoiado seu fortalecimento por meio de capacitações, simulados e fomento à instalação de Centros Universitários de Ensino e Pesquisa sobre Desastres – CEPED. Os municípios, pelo quadro amplo de insuficiência de estrutura para atuação da defesa civil, consomem mais esforços. Para estruturação dos órgãos municipais foram feitos investimentos por meio da doação de kits de equipamentos básicos de defesa civil tendo como contrapartida municipal compromissos visando ao fortalecimento e à estruturação do órgão local, além de elaboração e entrega de material didático específico sobre implantação e estruturação das coordenadorias municipais.

As realizações no período de 2012 a 2014 também se destacam pelas ações de capacitação dos membros do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil cujas metas têm sido superadas devido, em grande parte, à implantação da modalidade de cursos à distância.

Metas 2012-2015

- **Capacitação de 4.500 pessoas nas atividades de defesa civil**

  Análise Situacional da Meta

  Os principais cursos de capacitação realizados pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC entre 2012 e 2014 foram:

-Simulados de Preparação para Desastres: desenvolvidos junto com as Coordenadorias Estaduais e Municipais de Proteção e Defesa Civil. O objetivo é capacitar a comunidade residente em áreas de risco para atuar em situação de desastre e consolidar procedimentos e conteúdos visando à criação de um sistema permanente de monitoramento, alerta e alarme. Capacitaram-se 5.477 colaboradores.

-Curso de Capacitação Básica Continuada - orientações de Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução: objetiva, na modalidade de ensino a distância, capacitar agentes de Proteção e Defesa Civil com conhecimentos básicos. Entre 2012 e 2014, houve 7.235 participantes.

- Fórum Nacional de Proteção e Defesa Civil: evento que visa o fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil por meio da congregação de atores interessados em compartilhar experiências e boas práticas sobre prevenção e mitigação de desastres. O IX e o X Fórum reuniram 2.056 participantes. O XI Fórum seria realizado em dezembro de 2014, entretanto optou-se por adiar para 2015, devido à realização da 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil, em novembro de 2014.

-Curso Bases Administrativas para Gestão de Desastres - BAGER: objetiva a capacitação na área de Planejamento e Gestão de Riscos. Até 2014 foram capacitados 94 agentes.

- Plano de Ação para o Período de Chuvas – Região Nordeste: teve como objetivo fomentar as atividades desenvolvidas pelo Governo Federal nos 56 municípios prioritários do Nordeste com maior incidência de desastres e auxiliar na elaboração de planos de contingência. A meta é trabalhar em conjunto com os municípios na preparação para o período de chuvas. Para a construção do Plano, foram realizadas oficinas em todas as capitais do nordeste.

- Plano de Ação para o Período de Chuvas – Regiões Sul e Sudeste: resultado de uma parceria com as Defesas Civis Estaduais das Regiões Sul e Sudeste foi executado em duas etapas. Estas etapas consistiram na realização de oficinas e simulados para capacitar técnicos e gestores de proteção e defesa civil a trabalharem em comunidades residentes em áreas de risco para atuar preventivamente em situação de desastre e consolidar procedimentos e conteúdos para a criação de um sistema permanente de monitoramento, alerta e alarme pelas Coordenadorias Municipais de Defesa Civil. Os capacitados nesta etapa devem ser multiplicadores em seus municípios.

- O curso Gestão de Desastres e Ações de Recuperação, à distância e realizado no primeiro semestre de 2014, tem por objetivo enfatizar as ações de planejamento para enfrentar eventos adversos. Foram capacitados 747 agentes de Defesa Civil. Iniciou-se a 2ª edição do curso no segundo semestre de 2014 com previsão de capacitar mais 650 pessoas no tema.

- A capacitação Gestão de Recursos Federais de Defesa Civil visa ampliar a capacidade de gestores integrantes da administração pública estadual e municipal no processo de captação, aplicação e prestação de contas de recursos federais, com o propósito de produzirem projetos passíveis de aprovação pela Secretaria Nacional de Defesa Civil. Na modalidade presencial, em 2014, foram capacitadas 908 pessoas.

- Curso de Atualização em Gestão de Riscos de Desastres – Capacitação em parceria com o PNUD e SEDEC, para permitir atuar sobre as causas do risco e os efeitos dos desastres. Até 2014, foram capacitadas 1.181 pessoas ligadas à gestão de Riscos de Desastres.

- 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil – A Conferência contou com a participação de 1.639 pessoas, que discutiram durante o evento, os princípios e diretrizes para nortear a proposição de políticas públicas voltadas à Proteção e Defesa Civil.

Diante do exposto, observa-se que a meta foi superada devido principalmente à modalidade de ensino a distância, que proporcionou a capacitação de número elevado de participantes por custo menor, mantendo a qualidade do conteúdo. As capacitações presenciais são um esforço de oferta qualificada, proporcionando capacitação aos atores de relevância para o tema de proteção e defesa civil.

Além dos cursos acima, realizou-se as seguintes capacitações: Primeira Resposta para Emergências com Produtos Perigosos (50 agentes), Curso de Gestão de Riscos Geológicos e Hidrológicos (490 agentes), Gestão em Defesa Civil (1.486 agentes), curso sobre o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID (3.341).

Assim, no período de 2012 a 2014 foram capacitados 27.803 agentes e gestores de proteção e defesa civil, além de representantes da sociedade civil, de outros órgãos que atuam na área e da comunidade, sendo 8.928 em 2012; 11.003 em 2013, e, já considerando as capacitações à distância, 7.872em 2014.

Quantidade alcançada

27.803

Data de Referência

31/12/2014

- **Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos estaduais de defesa civil**

Análise Situacional da Meta

As Defesas Civis Estaduais, diferentemente das Defesas Civis municipais, já estão implementadas e a melhoria na sua estruturação tem ocorrido a partir de troca de experiências e conhecimento técnico com o objetivo de ampliar suas atividades para atender às exigências mais atuais da gestão de risco de desastre.

Nesse sentido, tem-se atuado com o apoio à melhoria da estruturação de defesas civis estaduais a partir de incentivo junto às universidades para instalação de Centros Universitários de Ensino e Pesquisa sobre Desastres – CEPEDs. Estes Centros são destinados à pesquisa, extensão e capacitação de recursos humanos, com vistas ao gerenciamento e à execução de atividades de proteção e defesa civil. A implantação de tais Centros tem como objetivo a disseminação do conhecimento gerado nas universidades brasileiras para contribuir na prevenção, redução e mitigação de desastres em âmbito regional e nacional. Os CEPEDs desenvolvem pesquisas e projetos de extensão que podem vir a subsidiar a gestão de políticas públicas relacionadas à gestão de riscos e redução de desastres. Um dos principais objetivos é que a informação produzida nas universidades seja dirigida e apropriada à gestão pública e que se garanta a transferência desses conhecimentos para a sua aplicação efetiva pelos gestores públicos nas três esferas de governo.

Até 2012, com o incentivo da SEDEC, esses Centros foram criados em três Estados: Santa Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS) e Rio de Janeiro (RJ). Em 2013, foi criado um CEPED no Estado de São Paulo, a partir da assinatura de um acordo de cooperação da Secretaria Nacional de Defesa Civil com a Universidade de São Paulo – USP e a Defesa Civil do Estado de São Paulo.

Já em 2014, foi criado o CEPED no Estado do Paraná, formado pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná e pela Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

Além destes Centros, 7 Universidades localizadas em 7 diferentes Estados, em articulação com a SEDEC, estão em processo de constituição dos seus respectivos centros, a saber:

•Universidade Estadual do Ceará – UECE;
•Universidade Federal do Espírito Santo – UFES;
•Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN;
•Universidade Federal do Pará – UFPA;
•Universidade Federal da Bahia – UFBA;
•Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF; e
•Universidade Federal de Passo Fundo – UFPF.

Além dos CEPEDS, a SEDEC tem apoiado a implementação da Rede de Pesquisa na área de Gestão de Riscos e Redução de Desastres desde 2013, que tem por objetivo melhorar a articulação entre os diversos grupos de pesquisa e encontrar uma convergência entre as reais necessidades dos profissionais e pesquisadores que atuam na área e o setor de gestão de desastres.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	estado	0	31/12/2014
Região Nordeste	9	estado	0	31/12/2014
Região Norte	7	estado	0	31/12/2014
Região Sudeste	4	estado	2	31/12/2014
Região Sul	3	estado	3	31/12/2014

- **Celebrar e executar acordos de cooperação visando a estruturação de órgãos municipais de defesa civil.**

Análise Situacional da Meta

O Chamamento Público nº 1, publicado nas páginas 92/93, seção 3, do Diário Oficial da União, de 8 de agosto de 2012, selecionou 106 (cento e seis) municípios para serem contemplados com a doação de equipamentos necessários a assegurar uma estrutura mínima de funcionamento às defesas civis, como a doação de um veículo de tração 4 x 4, aparelhos de GPS e máquinas fotográficas digitais, dentre outros equipamentos e materiais que compõe um kit de fortalecimento de defesa civil.

Em contrapartida os municípios selecionados devem organizar sua defesa civil local.
Ressalte-se que tais municípios foram selecionados a partir da lista de 286 (duzentos e oitenta e seis) municípios prioritários para o governo federal.

Dentre esses, os municípios passíveis de serem contemplados pela distribuição de equipamentos para a estruturação das defesas civis municipais são os que possuem população de até 80.000 habitantes e receita per capita menor que 3 salários mínimos.

Destaca-se que, dos 106 (cento e seis) municípios selecionados inicialmente, 105 (cento e cinco) atenderam os requisitos, apenas o município de Oriximiná/PA não atendeu dentro do prazo os requisitos estabelecidos nos editais. Outro município, do rol prioritário foi, então, selecionado: Timóteo/MG. Portanto, 106 (cento e seis) municípios já receberam o veículo e receberão ao longo de 2015 o restante do Kit.

Os municípios foram orientados quanto à forma de utilização dos materiais e equipamentos que compõem o kit de fortalecimento de defesa civil.

Quanto ao desenvolvimento de metodologia para estruturação das Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil - COMDEC´s, o material didático da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil está sendo atualizado de acordo com a legislação vigente.

Quantidade alcançada

106

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	5	31/12/2014
Região Nordeste	277	município	23	31/12/2014
Região Norte	81	município	12	31/12/2014
Região Sudeste	292	município	43	31/12/2014
Região Sul	142	município	23	31/12/2014

- **Estruturar e manter o Grupo de Apoio a Desastres**

Análise Situacional da Meta

O Grupo de Apoio a Desastres – GADE é formado atualmente por 130 especialistas em gestão de desastres.

Os integrantes do GADE atuam como apoio operacional da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) podendo ser mobilizado a qualquer tempo conforme a necessidade. Ressaltamos que o GADE conta atualmente com representantes em todos os Estados. Este grupo participa de várias missões, dentre elas:

•Missões, em casos de desastres, em todo território nacional;

•Missões nos comitês de chuvas e estiagens;

•Oficinas e simulados;

•Grandes eventos.

No ano de 2014 o GADE foi mobilizado para atuação na Região Norte, nos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia. Designados para subsidiar o gerenciamento dos desastres entre os meses de fevereiro a abril, atuando conjuntamente com a Defesa Civil dos Estados, Forças Armadas e Secretarias Estaduais, nas ações de Assistência, Socorro e Restabelecimento. Destaca-se também a atuação do grupo no restabelecimento da comunicação entre os estados do Acre e Rondônia, por meio da ativação da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores - RENER.

No ano de 2015 serão empenhados maiores esforços em qualificar a própria equipe da SEDEC para que atue em apoio aos esforços municipais e estaduais nos cenários de desastres. Será selecionado um grupo de servidores aptos a serem mobilizados para esses cenários, auxiliando as equipes locais, viabilizando o apoio por parte do governo federal com seus recursos de resposta. Esta medida será adotada em função da dificuldade de mobilizar os membros dos GADE que são de outros órgãos, pois dependem de liberação dos órgãos aos quais pertencem.

- **Implementação e estruturação das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil**

Análise Situacional da Meta

Quanto à implementação e a estruturação de Coordenadorias Regionais de Defesa Civil nos anos de 2012 e 2013, foram instaladas Regionais representando o Ministério em três Estados - Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco. As Representações foram planejadas visando ao fortalecimento da capacidade de supervisão e de acompanhamento da execução de seus programas e ações. Nessa perspectiva, não se busca mais a meta de criação de coordenadorias regionais específicas de Defesa Civil, uma vez que já fazem parte da estratégia do Ministério as representações regionais.

- **Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres**

Análise Situacional da Meta

Para o período do PPA 2012-2015 e conforme previsão do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, pretende-se realizar a estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD) com a disponibilização de estrutura física (disponível 24 horas por dia, sete dias por semana) – inclusive feriados. Almeja-se a criação de um ambiente com processamento de dados e carga balanceados, computadores e sistema de armazenamento de dados de alto-desempenho e solução integradora georreferenciada.

O projeto de reestruturação e modernização do CENAD está dividido em quatro fases. Sendo que a primeira, referente às mudanças estruturais do Centro, e a segunda, relacionada ao reforço do quadro de pessoal e preparações normativas para o Sistema de Gestão, estão concluídas. Parte dos produtos previstos na terceira fase, que tem em vista a contratação e funcionamento da infraestrutura lógica do Centro, já está em funcionamento, como a solução de videoconferência e armazenamento de servidores e o sistema de monitoramento e operações, que atualmente auxilia os plantonistas do Centro.

A parte em andamento da terceira fase refere-se: ao sistema para gerenciamento das informações de riscos e desastres, contratação de suporte técnico e manutenção do Sistema de Monitoramento e Operações, confecção do Plano de Contingência pelas Defesas Civis utilizando o sistema S2ID, que passará pela fase de homologação e funcionamento, estimado até o primeiro semestre de 2015, e link de internet redundante para suprir o Centro quando houver indisponibilidade de comunicação pelo meio usual de acesso à Internet (Serpro – Infovia).

A quarta fase, a ser executada em 2015, inclui:
- a contratação de empresa especializada para desenvolvimento, customização e configuração da Solução Integrada Georreferenciada do CENAD;
- o treinamento e capacitação dos agentes de Defesas Civis Estaduais e Municipais em sua operação;
- a contratação de empresa de engenharia para operacionalização da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores – Rener - no Ministério, permitindo que o CENAD possa estabelecer comunicação redundante via radioamadorismo;
- parceria entre o CENAD e a empresa GOOGLE para divulgação de informações de riscos e desastres a serem consultadas pela população em geral;
- criação da “Rede de Agentes da Defesa Civil” que permitirá a troca informações de riscos e desastres entre os analistas da SEDEC com colaboradores externos (Defesas Civis dos Estados), utilizando a plataforma INTEGRA;
- aquisição de equipamentos de radioamadorismo, como: estações de rádio, instalação de torres, antenas e repetidoras, para viabilizar as operações de resposta a desastres utilizando-se a Rener.

- **Promover a participação brasileira nos fóruns e discussões internacionais de modo a permitir o diálogo e a cooperação com outros países em matéria de proteção civil**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013, foi inaugurado, no Rio de Janeiro, Centro de Excelência para Redução do Risco de Desastres, em parceria com as Nações Unidas (Estratégia Internacional para Redução de Desastres - UNISDR). O Centro é um espaço de produção, promoção e circulação do conhecimento na temática de desastre entre países latinoamericanos.

Ainda nesse ano, o Brasil participou da IV Plataforma Global para Redução do Risco de Desastres, na Suíça, com a maior delegação das Américas e uma das cinco maiores do mundo, composta por 53 representantes de diversos setores, entre eles Governos Federal, Estaduais e Municipais, Poder Legislativo, organizações da sociedade civil e membros da Academia.

Como reconhecimento ao melhor projeto em Redução de Riscos de Desastres em 2013, a cidade mineira de Belo Horizonte recebeu das Nações Unidas o prêmio Sasakawa.

Em 2014, foi criada uma Câmara Temática, no âmbito do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC para estudo da Plataforma Nacional de Gestão do Risco de Desastres. Ainda em 2014 a SEDEC participou da IV Sessão da Plataforma Regional para Redução de Risco de Desastres, na cidade de Quayaquil/Equador.

Destaca-se também a cooperação firmada entre Brasil e Japão, por meio de sua agência de cooperação internacional, JICA, para Projeto de Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais. Por meio do intercâmbio de experiências entre técnicos dos dois países, esse projeto busca fortalecer a capacidade de análise de risco, aperfeiçoar o planejamento, aprimorar o protocolo de aviso prévio e melhorar o Sistema Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais. No âmbito do projeto, Nova Friburgo/RJ, Petrópolis/RJ e Blumenau/SC foram escolhidos como municípios piloto para que se tornem referência nas melhores práticas de gestão integral de riscos no Brasil, e os resultados obtidos poderão ser replicados em outros municípios brasileiros.

Em dezembro de 2014, o Governo brasileiro também participou da XI Reunião Especializada de Redução de Riscos de Desastre Socionaturais, da Defesa Civil, da Proteção Civil e Assistência Humanitária do MERCOSUL em Buenos Aires/Argentina.

- **Realizar Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, para a organização da Conferência Nacional, foram contratados 14 consultores para conduzir as áreas de metodologia, de logística, de comunicação social, de texto de referência e de mobilização. Eles foram contratados, na modalidade produto, por meio do projeto de cooperação técnica internacional estabelecido com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), intitulado “Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil”. O processo conferencial teve início em 6 de novembro de 2013, com a realização das etapas municipais.

Em 2014, foram realizadas as etapa estaduais, e no período de 4 a 7 de novembro de 2014, em Brasília, foi realizada a etapa Nacional da Conferência, que contou com participantes de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal.

Foram realizadas 460 Conferências Municipais e Intermunicipais, com o envolvimento de 2.292 municípios e 31.527 participantes. Já as etapas estaduais foram realizadas em 25 estados, com a participação de 6.886 participantes. Ainda foram realizadas 18 conferências livres, com 452 participantes e uma conferência virtual, com a participação de 425 pessoas.

A etapa Nacional contou com representantes dos 26 estados e do Distrito Federal, com representantes oriundos de 537 municípios brasileiros, e um total de 1.639 participantes entre sociedade civil, profissionais de áreas setoriais e agentes e gestores de proteção e defesa civil.

Na etapa Nacional, foram elencados 10 princípios e 30 diretrizes, elencadas a partir de 10.701 propostas debatidas nas etapas municipais, intermunicipais, estaduais, livres e virtual. Estes princípios e diretrizes foram elaborados a partir dos seguintes eixos temáticos, tendo como objetivo nortear a proposição de políticas públicas voltadas à Proteção e Defesa Civil:

1) Gestão Integrada de Riscos e Resposta a Desastres;
2) Integração de Políticas Públicas Relacionadas à Proteção e Defesa Civil;
3) Gestão do Conhecimento em Proteção e Defesa Civil; e
4) Mobilização e Promoção de uma Cultura de Proteção e Defesa Civil na Busca de Cidades Resilientes.

Desta forma, a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil envolveu um volume expressivo de pessoas, mobilizando mais de 40.900 participantes nas diversas etapas, proporcionando uma ampla discussão do tema.

Algumas das principais medidas aprovadas relacionam-se à valorização dos agentes públicos que atuam no setor, por meio de criação de carreira própria, à implantação do Sistema Único de Proteção e Defesa Civil e à garantia de recursos específicos para implementação de políticas da área.

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento de um sistema de previsões de desastres naturais com alto grau de confiabilidade requer conhecer a suscetibilidade e a vulnerabilidade dos ambientes e os agentes deflagradores dos riscos naturais, o que, por sua vez, demanda uma rede observacional e computacional para monitorá-los e analisá-los de forma integrada, a fim de produzir modelos de previsão de eventos geodinâmicos e hidrometeorológicos extremos.

Os mapeamentos de suscetibilidade e de vulnerabilidade de risco - desenvolvidos pelo Serviço Geológico do Brasil, CPRM, e pelo CENAD, respectivamente, os quais integram outros objetivos deste Programa – são insumos da emissão de alertas com alto grau de confiabilidade. Assim, o presente Objetivo trata do monitoramento dos agentes deflagradores de desastres naturais e das atividades de integração, modelagem e análise dos dados necessários para identificação de riscos iminentes.

Logo, para o monitoramento dos agentes deflagradores, em particular os hidrometeorológicos, é necessária a ampliação, a captação, o processamento e a avaliação sistemática de uma série de variáveis indicativas da iminência de desastres naturais. Essas variáveis são obtidas por meio de radares meteorológicos; sensores remotos (satélites); estações meteorológicas e hidrológicas. Após a obtenção dos dados observacionais, faz-se necessário integrar todas as informações contando com uma infraestrutura computacional que possibilite analisar as variáveis e produzir modelos de previsão.

Além disso, o sistema em questão também deverá associar informações hidrometeorológicas a informações agronômicas, com vistas ao desenvolvimento de modelos de previsão de colapsos de safras de subsistência do semiárido brasileiro, que geram profundos impactos socioeconômicos.

Para a consecução deste objetivo, o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres, CEMADEN, criado pelo Decreto nº 7.513, de 1º de julho de 2011, tem procurado estruturar-se administrativa e organizacionalmente. Ainda em 2011, realizou processo seletivo simplificado para a contratação de 75 profissionais para atuarem junto à área técnica (geologia, hidrologia, meteorologia, desastres naturais e engenharia). A contratação destes servidores permitiu o início do monitoramento operacional contínuo das áreas de risco levantadas por CPRM e Agência Nacional de Águas (ANA), e permitiu iniciar os trabalhos de modelagem numérica dos elementos deflagradores de desastres naturais. O CEMADEN publicou no final de 2013 editais de concursos públicos para absorção de servidores efetivos para complementar seu

quadro de pessoal. As nomeações foram realizadas em 2014.

Buscou-se também formalizar parcerias com as principais instituições fornecedoras de dados ambientais, tendo sido estabelecidos acordos de cooperação técnica com diversas instituições, tais como a ANA, Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), Instituto Tecnológico SIMEPAR, Instituto Estadual do Ambiente (INEA), Agência Pernambucana de Águas e Clima (APAC), Companhia de Gestão de Recursos Hídricos do Ceará (COGERH), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outras. A interação com o CENAD/MI, o centro responsável pela tomada de ações quando os alertas são emitidos, foi consolidado com a publicação do Protocolo de Ação entre o CENAD/MI e o CEMADEN/MCTI, por meio da Portaria MI/MCTI Nº314, de 17 de outubro de 2012, alterada pela Portaria nº 149, de 18 de dezembro de 2013, a qual estabeleceu um Protocolo de Ação Integrada para os casos de Inundação Gradual entre a Agência Nacional de Águas - ANA, o CEMADEN, representado pela Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED/MCTI, o CENAD, representado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC/MI e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais –CPRM.

Com o intuito de estruturar a rede de observações de desastres naturais, meta prevista no Eixo Monitoramento e Alerta do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, foram lançados editais de processos licitatórios para a aquisição e instalação de 1.100 pluviômetros semiautomáticos, 1.500 pluviômetros automáticos e 9 radares meteorológicos. Estes processos já foram finalizados, e os equipamentos adquiridos foram quase todos instalados, exceto alguns pluviômetros semiautomáticos. Quanto ao monitoramento hidrológico, foi estabelecido um termo de cooperação com o CNPq, que culminou em encomenda de projeto de pesquisa que contemplou a aquisição e a instalação de 115 estações hidrológicas em áreas sujeitas a enxurradas e inundações bruscas. Estas estações já foram adquiridas, instaladas e estão em processo de integração na plataforma SALVAR do CEMADEN, com o intuito de auxiliar os operadores na emissão de alertas. Neste mesmo acordo, também foram adquiridos instrumentos para monitoramento geotécnico, como sensores de umidade do solo e uma estação total robotizada para monitorar movimentação de massa, o qual foi instalada em uma área piloto selecionada no município de Campos do Jordão/SP.

Em posterior decisão de reforçar a instrumentação do monitoramento, foram adquiridos novos equipamentos, de modo que, até 2014, pluviômetros automáticos e semiautomáticos totalizavam 4.250*, tendo sido entregues mais de 3.250, dos quais 3.238 já estão instalados. Em paralelo, ocorreram capacitações que envolveram 769 participantes comunitários de 217 Municípios. Complementando a rede observacional, novos editais de licitações adicionais foram lançados para aquisição de mais 186 plataformas de dados hidrológicos, 100 estações agrometeorológicas e 550 plataformas para monitoramento de chuvas e umidade do solo, os quais foram concretizados em 2014.

Para o monitoramento geotécnico, no escopo inicial do Plano Nacional previu-se a aquisição de 286 sensores de deslizamentos, os quais foram posteriormente substituídos por 09 estações totais robotizadas (ETRs) e 139 sensores geotécnicos ou Plataformas de Coleta de Dados geotécnicas para monitoramento de chuvas e umidade do solo a 3 metros de profundidade.

*Errata: no texto relativo ao ano de 2013, o total de pluviômetros automáticos e semiautomáticos adquiridos foi erroneamente apresentado como igual a 4750 equipamentos.

Metas 2012-2015

- **Modelos geodinâmicos e hidrológicos calibrados em 50 áreas críticas**

  Análise Situacional da Meta

  A modelagem hidrológica tem sido realizada considerando principalmente bacias hidrográficas da região Sudeste, uma

vez que na região Sudeste se concentra a maior parte dos municípios monitorados pelo CEMADEN. Espera-se para o próximo ano a realização da modelagem hidrológica considerando outras bacias situadas nas demais regiões do Brasil. Além disso, houve a inclusão de novos municípios monitorados nas bacias já estudadas da região Sudeste, aumentando com isso o número de áreas críticas modeladas.

Em termos de desenvolvimento de modelagem geodinâmica e hidrológica, estão sendo efetuadas calibrações diárias do modelo hidrológico distribuído (MHD) para as seguintes bacias: Rio Doce (ES e MG), Paraíba do Sul (SP, RJ e MG), São Mateus e Itapemirim (ES), Jequitinhonha (MG e BA), Velhas e Paraopeba (MG), as quais, em breve, deverão estar operacionalmente integradas à Plataforma computacional denominada SALVAR, do CEMADEN. Estas informações serão usadas com modelos meteorológicos que estão sendo avaliados para previsão de tempo por conjunto.

Também está sendo realizada a calibração de um modelo de escorregamentos sobre a região de Caraguatatuba (SP), o qual está sendo finalizado para se tornar operacional.
Errata: Em 2013, a quantidade de modelos calibrados para a Região Nordeste foi erroneamente apresentada como igual a 22. A informação correta é 2.

Quantidade alcançada

118

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	município	0	31/12/2014
Região Nordeste	10	município	2	31/12/2014
Região Norte	4	município	0	31/12/2014
Região Sudeste	18	município	116	31/12/2014
Região Sul	14	município	0	31/12/2014

- **Monitoramento e alerta para municípios com riscos de deslizamentos de massa**

Análise Situacional da Meta

Atualmente o CEMADEN conta com uma base de dados de mapeamentos de setores de risco para 845 municípios do território nacional. Há municípios que apresentam variados processos, outros apenas um, e, ainda, existem municípios que são prioritários, porém não foram mapeados pela entidade responsável, porque apresentavam graus de risco baixo e/ou médio.

Para o processo “deslizamento de massa” o CEMADEM monitora 584 municípios, dos quais 469 compõe a lista de 821 municípios prioritários. Alcançando o monitoramento dos municípios prioritários, será contínua a inserção de outros municípios para monitoramento e alerta do CEMADEN.

Ressalta-se que trabalho adicional foi feito para agrupar os dados de mapeamento das áreas de risco de deslizamentos na plataforma computacional de monitoramento SALVAR, pois alguns dos mapeamentos foram providos por outras fontes, que consideraram diferentes metodologias e padrões de setorização e cartografia de risco de deslizamentos de massa. As informações das áreas de risco de movimento de massa estão integradas e disponibilizados na plataforma. Esta plataforma conta com diversos dados e informações que auxiliam os operadores do CEMADEN na emissão dos alertas.

Vencida as dificuldades técnicas de consolidação dos dados de diferentes fontes e escalas, o trabalho de inserção dos mapeamentos tem sido realizado de forma rápida, uma vez que a maioria dos mapeamentos é feitos pela CPRM, seguindo um mesmo padrão.

O CEMADEN desenvolveu critérios técnicos para a definição dos diferentes graus de confiabilidade dos alertas de risco para desastres naturais. Os critérios levam em conta basicamente a qualidade/atualidade dos dados de mapeamento de áreas de risco, existência ou não de pluviômetros próximos às áreas de risco de movimentos de massa, a distribuição e representatividade espacial dos mesmos em relação às áreas de risco e existência ou não de dados de radares meteorológicos abrangendo as áreas de risco e disponibilidade em tempo hábil de dados de feedback de campo acerca de informações indicativas de desenvolvimento dos processos superficiais monitorados.

Quantidade alcançada

584

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	14	31/12/2014
Região Nordeste	277	município	133	31/12/2014
Região Norte	81	município	75	31/12/2014
Região Sudeste	292	município	256	31/12/2014
Região Sul	142	município	106	31/12/2014

- **Monitoramento e alerta para municípios com riscos de inundações e enxurradas**

Análise Situacional da Meta

Atualmente o CEMADEN conta com uma base de mapeamentos de setores de risco para 845 municípios do território nacional. Conforme mencionado, há municípios que apresentam variados processos, outros apenas um, e ainda existem municípios que são prioritários porém não foram mapeados pela entidade responsável, porque apresentavam graus de risco baixo e/ou médio. Para o processo de inundação e enxurradas, o CEMADEN monitora 653 municípios, dos quais 560 compõe a lista de 821 municípios prioritários

O aumento da cobertura por radares meteorológicos, o incremento da rede de pluviômetros automáticos e as novas estações hidrológicas já instaladas e a serem instaladas pelo CEMADEN ao longo de cursos d’água com áreas de risco, em conjunto com a continuidade dos trabalhos de mapeamento das áreas de risco de inundações e caracterização dos cenários de risco hidrológico, tendem a melhorar sobremaneira a qualidade e a confiabilidade dos alertas para os processos hidrológicos.

A qualidade e melhoria do grau de confiabilidade dos alertas de risco de desastres naturais é diretamente proporcional ao amadurecimento técnico dos analistas da sala de operação de monitoramento e alerta do Centro, bem como depende da melhoria da quantidade, qualidade, representatividade espacial e cobertura e periodicidade dos dados das redes observacionais.

Quantidade alcançada

653

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	11	31/12/2014
Região Nordeste	277	município	247	31/12/2014
Região Norte	81	município	75	31/12/2014
Região Sudeste	292	município	202	31/12/2014
Região Sul	142	município	118	31/12/2014

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Integração Nacional, por meio do Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, tem promovido ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população vitimada por desastres naturais. Para executar essas ações, destacam-se as seguintes ações do Governo Federal: execução do Auxílio Emergencial Financeiro – AEF, implementação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC e do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres – S2ID – e realização da Operação Carro Pipa.

Destacam-se, ainda, as ações de distribuição de materiais de assistência humanitária, essenciais ao atendimento às vítimas de desastres.

O Auxílio Emergencial Financeiro – AEF é destinado a socorrer e a assistir famílias atingidas pela seca com renda mensal média de até dois salários mínimos. Para que as famílias recebam o auxílio, o Município deve ter o estado de calamidade pública ou a situação de emergência reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional.

Dado o avanço da grave seca iniciada em 2012, o benefício foi mantido durante o ano de 2013 e estendido até dezembro de 2014. O AEF chegou a atender mensalmente mais de um milhão de famílias vítimas da estiagem, contribuindo para minimizar os efeitos ocasionados pela seca.
Neste objetivo destaca-se também o Cartão de Pagamento de Defesa Civil – CPDC. O CPDC é um meio de pagamento específico para ações de socorro, assistência às vítimas de desastres e restabelecimento de serviços essenciais. Ele proporciona mais agilidade, controle e transparência dos gastos da Administração Pública. A implantação do CPDC integra o Eixo Resposta do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais. A partir de 2012, o CPDC passou a ser forma exclusiva de execução dos recursos federais repassados para a execução de ações de resposta. Até Dezembro de 2014, 2.214 municípios aderiram ao CPDC, o que tem contribuído para diminuir o tempo de repasse de recursos federais aos municípios atingidos por desastres.

Por meio do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID, cujo uso é obrigatório deste o início de 2013, tem se obtido significativos ganhos em agilidade e transparência na gestão de riscos de desastres a partir da informatização do processo de reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Para atendimento mais célere às pessoas afetadas por desastres, iniciou-se a elaboração de instrumento administrativo que facilitará a aquisição e distribuição dos materiais de assistência humanitária, o Termo de Referência de Atas de Registro, que se adequa à estrutura sistêmica da Defesa Civil no Brasil e ao caráter complementar das ações de resposta federal.

Metas 2012-2015

- **Assistir às populações vitimadas e reabilitar cenários de desastres**

  Análise Situacional da Meta

  Com o objetivo de cumprir a meta estabelecida, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional atua em quatro frentes principais:

  i) transferência de recursos financeiros ;
  ii) liberação de kits/materiais de assistência humanitária;
  iii) acionamento de protocolo para saúde e transporte e logística;
  iv) operação carro pipa.

A transferência de recursos financeiros ocorre por meio de transferência obrigatória ao ente proponente dos recursos, via Cartão de Pagamento da Defesa Civil, e destina-se à execução de ações de resposta a desastres (socorro e assistência às vítimas e restabelecimento de serviços essenciais). Para liberação dos recursos, avalia-se tecnicamente o pedido (formalizado mediante instrumento padronizado e divulgado em sítio eletrônico oficial do Ministério da Integração Nacional), no qual as ações demandadas ao Governo Federal devem: ser complementares às ações de resposta executadas nos âmbitos municipal e estadual; decorrer de danos relacionados diretamente ao desastre em questão; e, no caso das ações de restabelecimento, é necessário ter reconhecimento federal da situação de anormalidade.

Em 2014, foram disponibilizados recursos em decorrência, especialmente, das chuvas intensas, enxurradas e movimentos de massa nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo; das enchentes na região Norte (Rondônia, Acre, Amazonas e Pará); das chuvas intensas e inundações na Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grade do Sul).

Em relação à disponibilização de materiais, foram liberados, em 2014, 148.575 kits de assistência humanitária do estoque estratégico (dentre kits dormitório, limpeza, higiene pessoal, cesta de alimentos e água), para atendimento à população diretamente afetada por desastres. A ação tem como objetivo aliviar o sofrimento humano e colaborar para o restabelecimento da normalidade na situação adversa.

Para atendimento mais célere às pessoas afetadas por desastres, iniciou-se a elaboração de instrumento administrativo que facilitará a aquisição e distribuição dos materiais de assistência humanitária, o Termo de Referência de Atas de Registro, que se adequa à estrutura sistêmica da Defesa Civil no Brasil e ao caráter complementar das ações de resposta federal. Por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), será possível a adesão às atas de registro de preços do Ministério da Integração Nacional pelos entes federativos ou, alternativamente, a aquisição direta por esse Ministério.

O escopo em construção desse instrumento inclui a possibilidade de descentralização no controle e gestão de estoques de materiais para assistência humanitária. A formação de estoque estratégico municipal e, sobretudo, estadual é imprescindível ao atendimento célere e efetivo das pessoas afetadas e seu controle qualiquantitativo torna-se mais viável dado que o estoque está sob sua custódia e proximidade física.

Para apoio nas ações de socorro e assistência humanitária, estão em processo de revisão protocolos de ação conjunta com Ministério da Saúde para o fornecimento de kits de medicamentos, equipes médicas e com o Ministério da Defesa, para o apoio logístico: aviões, helicópteros, navios, caminhões e equipes. Há, ainda, protocolo em elaboração junto ao Ministério do Desenvolvimento Social para o fornecimento de cestas de alimentos.

No que se refere à Operação Carro Pipa, o objetivo é atender a população com a distribuição de água potável nas localidades castigadas por períodos de seca ou estiagem nas regiões do semiárido nordestino e norte de Minas Gerais, sendo um complemento das ações de abastecimento de água a cargo dos estados e municípios. Estiveram em atendimento pela operação, em 2014, mais de 800 municípios, beneficiando cerca de 4 milhões de pessoas.

- **Implementar o Cartão de Pagamento de Defesa Civil em municípios**

Análise Situacional da Meta

O Cartão de Pagamento de Defesa Civil, CPDC, é um meio de pagamento específico para ações de resposta (definidas no Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010). Foi instituído em 2011 e a partir de 2012 tornou-se forma exclusiva de execução de recursos federais repassados para ações de resposta. O CPDC tem proporcionado mais agilidade, controle e transparência dos gastos da Administração Pública.

A meta até 2015 é alcançar a adesão ao CPDC de 2.856 municípios.

Para possibilitar a geração e o acompanhamento das contas pelo Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID, bem como atender exigência do Banco do Brasil (BB), foi criado, em 2014, número próprio da SEDEC/MI no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para viabilizar as transferências de recursos via Cartão. O próximo passo foi instituir a conectividade entre o BB e o Ministério da Integração para a troca de arquivos, questão superada em julho de 2014.

Foi incluído no S2ID a modelagem necessária para o CPDC e todo o fluxo do processo de resposta. O layout dos arquivos de abertura de conta e atualização de limite de contas – remessa e retorno – foi estabelecido. Após homologação do novo S2ID, com a inserção das novas funcionalidades específicas para o CPDC, todas as contas do Cartão serão abertas de forma indireta, pela SEDEC. As contas abertas na sistemática anterior serão canceladas, com exceção das que receberam recursos e têm saldo para movimentação.

Assim, pretende-se abrir as novas contas, iniciando pelos 821 municípios prioritários para ações de proteção e defesa civil. Após atender aos municípios que abriram contas conforma a sistemática antiga, a prioridade seguinte será dos municípios da região do semiárido.

O objetivo da proposta é garantir de fato a agilidade necessária para o atendimento à população afetada por desastre, o que será possibilitado pelo conhecimento, por parte da SEDEC, previamente ao desastre, dos dados bancários corretos. Outro ponto positivo do novo S2ID é o ganho de tempo nos procedimentos de análise do processo de resposta com sua informatização. Esse processo tramitará em meio eletrônico, nos moldes do processo de reconhecimento federal da situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Quanto à correção das informações inseridas no S2ID, a SEDEC celebrou convênio com a Secretaria da Receita Federal do Brasil com o objetivo de estabelecer condições que possibilitem o intercâmbio de informações de interesse recíproco entre os convenentes. A intenção é que o sistema valide, de forma automática, os registros de CPF e CNPJ. Para que a funcionalidade seja implantada ainda é necessária à formalização de contrato com o SERPRO, o que se espera realizar no primeiro semestre de 2015.

Objetivando garantir maior agilidade no atendimento às vítimas de desastres registra-se o avanço obtido em 2014 com a publicação da Lei nº 12.983/2014, que alterou a Lei nº 12.340/10, possibilitando o repasse de recursos federais para ações de socorro e assistência às vítimas antes do reconhecimento da situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Até o final de 2014, 2.214 municípios aderiram ao CPDC, 1.080 de forma indireta, pela SEDEC, e 1.134 por iniciativa do município. Dos 821 municípios prioritários para ações de proteção e defesa civil, 358 aderiram de forma direta e 445 de forma indireta, totalizando 98% de atendimento aos municípios prioritários.

Quanto aos governos estaduais, apenas Mato Grosso, Roraima e Tocantins não aderiram à sistemática do CPDC.

Entre 2012 e 2014, o valor total de recursos repassados para execução de ações de resposta alcançou o montante de R$ 812 milhões. O Governo Federal atendeu, diretamente, com recursos para ações de resposta 20 estados e 250 municípios.

Quantidade alcançada

2.214

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	161	município	60	31/12/2014
Região Nordeste	1.202	município	1.023	31/12/2014
Região Norte	104	município	113	31/12/2014
Região Sudeste	528	município	527	31/12/2014
Região Sul	861	município	491	31/12/2014

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O presente objetivo, incorporado ao Eixo Mapeamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, abrange o projeto de Mapeamento de Riscos de Inundação e Deslizamento e Plano de Intervenções, que prevê a contratação do mapeamento em 821 municípios prioritários e está dividido em 5 fases, a saber: fase 1 – 68 municípios; fase 2 – 137 municípios; fase 3 – 63 municípios; fase 4 – 212 municípios; fase 5 – 341 municípios.

Até o primeiro semestre de 2014, foram contratadas as fases de 1 a 3, totalizando um investimento aproximado de R$ 31 milhões. Foram entregues, até o momento, os produtos contratados em 179 municípios. A contratação desses mapeamentos complementa o esforço empreendido pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em mapear setores de alto e muito alto risco a inundações, enxurradas e movimentos de massa, o que denota o processo de integração desta política pública em diferentes órgãos federais. As setorizações de áreas de risco executadas pela CPRM são usadas como insumo neste trabalho de mapear os riscos e os planos de intervenções.

Para 2015 serão empenhados esforços objetivando uma aplicação mais efetiva dos dados coletados pela CPRM, que permitam, após complementações com dados de vulnerabilidade e capacidade de proteção e resposta, fazer uso dessas informações para elaboração de Planos de Contingência, possibilitando, assim, uma melhor interação e harmonia entre os órgãos envolvidos nesse projeto. Esse avanço foi possibilitado pelo aprendizado das três primeiras contratações.

Considerando essa nova abordagem, será reavaliada a necessidade de realizar contratação de empresas para execução do mapeamento no mesmo formato. Está em fase de validação o formato em que essa meta irá se concretizar, por meio de sistema georreferenciado que integre informações de riscos e vulnerabilidades, além da avaliação da capacidade de proteção e resposta dos municípios. Além disso, será proposta a integração desses mapeamentos e planos em um sistema informatizado, treinamento de multiplicadores e o desenvolvimento dos planos de contingência nos municípios.

Metas 2012-2015

- **Mapear áreas sujeitas a inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios**

  Análise Situacional da Meta

  Para o período do PPA 2012-2015, pretende-se realizar o mapeamento de áreas de risco em 821 municípios. Em 2012, foi realizada a 1ª etapa dos processos licitatórios para contratação de empresas para mapear 68 municípios. Em 2013, ocorreu a 2ª etapa de licitações para mapear 137 municípios. Encontram-se em andamento contratos para mais 63 municípios em 2014/15. Até dezembro de 2014, foram mapeados 179 municípios em situação crítica a desastres

naturais.

Quantidade alcançada

179

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	0	19/12/2014
Região Nordeste	277	município	75	19/12/2014
Região Norte	81	município	19	19/12/2014
Região Sudeste	292	município	48	19/12/2014
Região Sul	142	município	37	31/12/2014

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo de expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos vem sendo alcançado com sucesso por meio de duas frentes, ambas incorporadas ao Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, a saber: mapeamentos de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações e mapeamento de Suscetibilidade a Deslizamentos e Enchentes.

Os mapeamentos de setorização de risco já superaram em 5% a meta prevista de 821 municípios. Os mapas foram apresentados e disponibilizados a representantes das prefeituras e defesas civis locais, sendo também compartilhados com órgãos do governo federal envolvidos no monitoramento e alerta de desastres naturais.

Já os mapeamentos de suscetibilidade, destinados à orientação da ocupação do solo, alcançaram 92% da meta prevista de 286 municípios.

Metas 2012-2015

- **Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizados mapeamentos de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações em 310 municípios, totalizando, no período de 2012 - 2014, atendimento a 860 municípios, superando em 5% a meta prevista para 2012-2015.

Os mapas foram apresentados e disponibilizados a representantes das prefeituras e defesa civis locais, sendo também compartilhados com órgãos do governo federal envolvidos no monitoramento e alerta de desastres naturais, como o CEMADEN e o CENAD, além do Ministério das Cidades, atuante no apoio ao planejamento urbano municipal.

Quantidade alcançada

860

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	29	município	37	31/12/2014
Região Nordeste	277	município	320	31/12/2014

Região Norte	81	município	107	31/12/2014
Região Sudeste	292	município	241	31/12/2014
Região Sul	142	município	155	31/12/2014

- **Executar mapeamentos de suscetibilidade à inundações, enxurradas e deslizamentos em municípios críticos.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizadas Cartas Municipais de Suscetibilidade a Deslizamentos e Enchentes em 172 municípios, totalizando no período de 2012 - 2014, atendimento a 264 municípios, equivalente a 92% da meta prevista para o período 2012- 2015.

Quantidade alcançada

264

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	7	município	1	31/12/2014
Região Nordeste	47	município	46	31/12/2014
Região Norte	29	município	17	31/12/2014
Região Sudeste	144	município	136	31/12/2014
Região Sul	59	município	64	31/12/2014

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Conhecimento geológico do território nacional amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.505.000	31/12/2014	2.811.673
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:100.000	km²	31/12/2010	1.422.000	31/12/2014	1.794.651
Conhecimento geológico do território nacional não amazônico na escala 1:250.000	km²	31/12/2010	2.236.800	31/12/2014	2.297.535
Empregos diretos na Mineração	quantidade	31/12/2010	182.000	31/12/2013	227.000
Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral	quantidade	31/12/2010	872.000	31/12/2013	938.000
Exportações da Mineração	US$ bilhão	31/12/2010	31,6	31/12/2014	30,2
Exportações da Mineração e Transformação Mineral	US$ bilhão	31/12/2010	50,8	31/12/2014	51,5
Importação de Fertilizantes (variação)	%	31/12/2010	26,6	31/12/2014	-5,1
PIB da Mineração - Inclui pelotização	US$ bilhão	31/12/2010	17,8	31/12/2013	16,3
PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia)	US$ bilhão	31/12/2010	45,7	31/12/2013	50
PIB da Transformação de Não-Metálicos	US$ bilhão	31/12/2010	16,3	31/12/2013	20,3
PIB M&TM	US$ bilhão	31/12/2010	79,8	31/12/2013	85,6
Produção de insumos da construção civil (1992=100%)	%	31/12/2009	135,12	31/10/2014	104,3
Saldo Comercial da Mineração	US$ bilhão	31/12/2010	23,9	31/12/2014	22,6
Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral	US$ bilhão	31/12/2010	26	31/12/2014	23,4
Valor da Produção Mineral	US$ bilhão	31/12/2010	39	25/03/2014	39,4

Observações:

Empregos diretos na Mineração - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 19/08/2014). Valor referente ao ano de 2014 não disponível até 09/02/2015.

Empregos diretos na Mineração e Transformação Mineral - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 19/08/2014). Valor referente ao ano de 2014 não disponível até 09/02/2015.

Exportações da Mineração - Fonte: MME / Boletim Informativo do Setor Mineral (atualização em 13/02/2015).

Exportações da Mineração e Transformação Mineral - Fonte: MME / Boletim Informativo do Setor Mineral (atualização em 13/02/2015).

Importação de Fertilizantes (variação) - Atualizado em 09/02/2015. Valor arredondado para padronização das casa decimais, em 18/05/2015.

PIB da Mineração - Inclui pelotização - Valor referente ao ano de 2014 não disponível até 09/02/2015. Valor arredondado para padronização das casa decimais, em 18/05/2015.

PIB da Transformação de Metálicos (Metalurgia) - Valor referente ao ano de 2014 não disponível até 09/02/2015. Valor arredondado para padronização das casa decimais, em 18/05/2015.

PIB da Transformação de Não-Metálicos - Valor referente ao ano de 2014 não disponível até 09/02/2015.

PIB M&TM - Valor referente ao ano de 2014 não disponível até 09/02/2015.

Produção de insumos da construção civil (1992=100%) - A partir de 2014, a base do indicador é o ano de 2012

(2012=100%), em decorrência da mudança do método de cálculo pelo IBGE.
Saldo Comercial da Mineração - Fonte: MME / Boletim Informativo do Setor Mineral (atualização em 13/02/2015).
Saldo Comercial da Mineração e Transformação Mineral - Fonte: MME / Boletim Informativo do Setor Mineral (atualização em 13/02/2015).
Valor da Produção Mineral - Fonte: MME / SINOPSE 2014 (atualização em 25/03/2014). Valor relativo a 2014 não disponível.

OBJETIVO: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo contempla iniciativas destinadas a produzir o conhecimento do território, a subsidiar políticas de aproveitamento sustentável de médio e longo prazo, a ampliar e diversificar a produção mineral brasileira e a fornecer insumos para o ordenamento da atividade minerária no território.

No que toca aos levantamentos geológicos, no período 2012 - 2014 foram cobertos 701.520 km² do território brasileiro, sendo: 366.429 km² na escala 1:100.000; 328.251 km² na escala 1:250.000: e 6.840 km² na escala 1:50.000.

Em relação à avaliação de recursos minerais, no período 2012 - 2014 foram cobertos 350.026 km² com levantamentos de recursos minerais, envolvendo trabalhos de metalogenia das províncias minerais, definição de fontes e características tecnológicas de materiais para construção civil e definição de áreas com potencial para produção de minerais estratégicos (fosfato, terras raras e lítio), visando atrair investimentos privados para a pesquisa mineral e estimular a descoberta de novas jazidas minerais.

Na área de hidrogeologia, no período 2012 – 2014 foram cadastrados 45.310 novos poços no SIAGAS - Sistema de Informações de Águas Subterrâneas e 325 poços estão em permanente monitoramento através RIMAS - Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas. Foram também concluídos neste período vinte e dois Mapas Hidrogeológicos e encontram-se em operação quatro redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas.

Os levantamentos geoquímicos multiuso, que tem o propósito de ampliar e consolidar o conhecimento geoquímico do meio físico, avaliando em todo o território nacional as composições químicas do substrato rochoso, dos solos e águas de drenagem e de abastecimento público, alcançaram no período 2012 - 2014 uma cobertura de 860.293 km².

Ainda foram elaborados 17 mapas de geodiversidade, no período de 2012 - 2014, com o propósito de modelar as aptidões e fragilidades do território, tomando por base informações do meio físico para subsidiar o planejamento, o ordenamento e a gestão territorial. Destacam-se também, as implantações do Centro de Informações Geocientíficas (CIG), da Rede de Litotecas (armazenamento dos acervos de materiais geológicos coletados) e a Modernização da Rede de Laboratórios, que avançaram em direção ao cumprimento das metas estabelecidas, contribuindo para a reestruturação da informação geocientífica e da infraestrutura associada para o desenvolvimento do setor mineral.

As publicações periódicas relacionadas ao Setor Mineral e a Produção Mineral, como o Sumário Mineral e o Informe Mineral foram continuados, bem como iniciativas internas para processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento do Anuário Mineral Brasileiro.

No que diz respeito à geração e divulgação de produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, avalia-se que a meta vem sendo cumprida e a previsão é que a quantidade dos documentos relacionados seja gerada e publicada pelo

DNPM/MME e pela SGM/MME de acordo com a sua periodicidade.

Metas 2012-2015

- **Cadastrar poços profundos no Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS**

Análise Situacional da Meta

Esta meta pretende coletar, analisar, armazenar e difundir dados de poços profundos, através do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS, um instrumento de apoio à decisão, dando suporte aos pesquisadores, planejadores e gestores no desenvolvimento da pesquisa geocientífica e na aplicação das políticas públicas relacionadas com a gestão e o aproveitamento racional dos recursos hídricos subterrâneos.

Em 2014 foram cadastrados 19.479 novos poços no SIAGAS - Sistema de Informações de Águas Subterrâneas, totalizando 45.310 novos poços no período 2012 – 2014, atingindo-se desta forma 40% da meta prevista para o período 2012-2015.

Para agilizar o processo de cadastramento de novos poços no SIAGAS foi intensificada a formalização de Acordos de Cooperação Técnica com os órgãos gestores de recursos hídricos e implantado programa de transferência automática de dados destes órgãos para a CPRM, sendo concluída em 2014 a migração de dados do Estado do Paraná. Entretanto, mesmo com a adoção destas medidas a previsão é atingir 69 mil poços cadastrados ao final de 2015, e não 112 mil conforme estabelecido na concepção do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

45.310

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12.000	unidade	1.623	31/12/2014
Região Nordeste	40.000	unidade	17.341	31/12/2014
Região Norte	15.000	unidade	5.609	31/12/2014
Região Sudeste	25.000	unidade	17.745	31/12/2014
Região Sul	20.000	unidade	2.992	31/12/2014

- **Concluir a implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais - LAMIN**

Análise Situacional da Meta

Dos sete laboratórios analíticos previstos para serem implantados no PPA 2012-2015 – três unidades na região Sudeste e uma unidade em cada uma das demais regiões (Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul) – quatro já foram implantados e equipados até 31/12/2014, sendo três na região Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte/Caeté) e um na região Norte (Manaus).

As obras civis do Laboratório de Caeté (CPRM/SUREG-BH, MG) estão com percentual de execução de 63% e tem recursos orçamentários assegurados para sua conclusão.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	1	unidade	1	31/12/2014
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2014

- **Concluir a implantação da Rede de Litotecas**

Análise Situacional da Meta

A implantação da Rede de Litotecas consiste na implementação de estruturas físicas para a preservação de todo o acervo litológico coletado pelo Serviço Geológico do Brasil em várias atividades, ao longo de 45 anos e o que virá a ser coletado no futuro, acondicionado em caixas, frascos e prateleiras padronizadas, catalogado e armazenado em um banco de dados, de fácil acesso a usuários internos e externos, ou seja, a toda a comunidade geocientífica do País, subsidiando o planejamento de novos projetos de mapeamento geológico, o fomento à pesquisa mineral e o desenvolvimento de pesquisas científicas.

Litotecas são verdadeiros Centros de Pesquisa: correspondem a uma Biblioteca de rochas e outros materiais geológicos. Após a catalogação e organização, estes dados serão incluídos no Banco de Dados Geobank e poderão ser acessados por empresas, pesquisadores, órgãos públicos, de qualquer parte do mundo, via Web.

As Litotecas também dispõem de sala de estudo e pesquisa para os usuários, da mesma forma que uma biblioteca. Com estas Litotecas em operação, a economia advinda de se evitar o retrabalho (nos locais onde estes materiais foram amostrados, não haverá necessidade de retorno ao campo para nova coleta), será significativa, além da preservação do acervo.

Foram concluídas as obras da primeira fase das Litotecas Regionais de Porto Velho (RO), Manaus (AM), Belém (PA), Goiânia (GO), Araraquara (SP) e Caeté (MG). Estão ainda em fase final as obras em Mossoró (RN) e Teresina (PI), que sofreram com problemas em projetos técnicos executivos e com a tramitação de documentos contratuais, que têm atrasado significativamente a conclusão das obras. As obras das Litotecas de Feira de Santana (BA) e Caçapava do Sul (RS) não foram iniciadas.

Paralelamente às obras de engenharia é realizada a catalogação de amostras de material geológico (testemunhos de sondagens, amostras de rochas e alíquotas geoquímicas) para alimentação do banco de dados. Ressalta-se ainda que as litotecas concluídas já estão atendendo com satisfação aos pesquisadores da CPRM e ao público externo, especialmente professores e alunos de universidades públicas e privadas.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/0214

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	1	31/12/2014
Região Nordeste	3	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	3	unidade	3	31/12/2014
Região Sudeste	2	unidade	2	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2014

- **Concluir a implantação da Rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG**

Análise Situacional da Meta

A implantação da rede do Centro de Informações Geocientíficas - CIG envolve atividades físicas de instalações de links, equipamentos, configurações de acesso e definição de políticas de utilização. Além destas atividades, para que ocorra a alimentação dos dados dos levantamentos realizados em todo o País, estão sendo disponibilizados softwares e soluções tecnológicas que permitem o armazenamento de todos os dados em forma digital e segura, para ser disponibilizado ao público em geral. Assim, as etapas físicas estão sendo seguidas de configurações e disponibilização

de soluções de registro e integração de dados.

Em 2013 foi assinado contrato com a Embratel aumentando a velocidades dos links existentes nas Superintendências Regionais, ampliando-se esta rede de conectividade para os Núcleos Institucionais de Natal, Curitiba, Criciúma e Roraima, para o Centro Integrado de Estudos Multidisciplinares de Apiaí (CIEM Apiaí) e para o Escritório de Aracajú.

Para atender a esta implantação foram efetuados novos investimentos em equipamentos e softwares de infraestrutura como ativos de rede, servidores, bem como ampliado a quantidade e a qualidade os serviços disponibilizados, como autenticação segura para utilização de aplicativos e banco de dados pelo corpo técnico da CPRM.

Essa nova infraestrutura mais robusta irá possibilitar interconectividade em ambiente seguro, melhorias na comunicação entre os técnicos, maior rapidez na execução dos trabalhos institucionais, além de proporcionar um avanço na integração dos locais onde a CPRM está presente.

Após o aumento das velocidades dos links existentes nas Unidades Regionais em 2013, as seguintes atividades foram realizadas em 2014:
- Fornecimento de 52 terabytes de informações através da rede CPRM;
- Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Migração do Geobank de Salvador para o CPD da CPRM, iniciando a etapa de integração com demais bancos de dados técnicos da CPRM;
- Continuação da consistência de bases de dados;
- Prosseguimento da interação dos ambientes PHL/ISIS e DOCPRO/CITRIX, visando acesso imediato às coleções;
- Efetuados 12.900 atendimentos ao público através do Serviço de Atendimento aos Usuários (SEUS);
- Implantação de nova rede corporativa de comunicação de dados;
- Reestruturação do portal corporativo, com a elaboração de novo layout e início da programação do novo site;
- Continuação do desenvolvimento da fase IV do Geobank, permitindo acesso totalmente gráfico às consultas das bases de dados de geologia;
- Organização do acervo da Biblioteca do Museu de Ciências da Terra.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	2	31/12/2014
Região Nordeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Norte	3	unidade	3	31/12/2014
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	1	31/12/2014

- **Elaborar mapas da geodiversidade, no entorno de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e de aquíferos**

Análise Situacional da Meta

Esta meta refere-se à elaboração de mapas da geodiversidade nos Estados, nos distritos mineiros, no entorno de grandes obras do PAC, nas áreas de recarga dos principais aquíferos, em áreas de fronteira e em áreas da plataforma continental brasileira.

Em relação à Meta PPA 2012-2015, de elaborar 21 mapas de geodiversidade, foram concluídos 4 mapas em 2012

(Estados de Alagoas, Acre, Maranhão e Goiás) e 6 mapas em 2013 (Estado do Amapá, Estado da Paraíba, Área de Afloramento do Aquífero Guarani, Alto Vale do Ribeira, Área de Fronteira Brasil-Suriname, Cadeia Submarina Vitória-Trindade).

Em 2014 foram concluídos sete mapas de geodiversidade, a saber:
- Geodiversidade da Rodovia BR-163
- Geodiversidade da Rodovia BR-319
- Geodiversidade da Ferrovia Transnordestina
- Geodiversidade da Ferrovia Oeste-Leste
- Geodiversidade da Ferrovia Norte-Sul
- Geodiversidade do Porto Sul (Ilhéus-BA)
- Geodiversidade da Área de Fronteira Brasil-Guiana

Com esta produção de 2014, o total de mapas produzidos no período 2012 - 2014 chegou a 17, representando um cumprimento de 81% da meta 2012-2015.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	3	31/12/2014
Região Nordeste	5	unidade	4	31/12/2014
Região Norte	5	unidade	5	31/12/2014
Região Sudeste	5	unidade	4	31/12/2014
Região Sul	2	unidade	1	31/12/2014

- **Gerar e divulgar periodicamente produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente, o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro e o Anuário Metalúrgico Brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, as seguintes publicações foram geradas e divulgadas pelo DNPM e pela SGM/MME:
- 2 (dois) Informes Minerais (2º semestre de 2011 e 1º semestre de 2012) - DNPM;
- 2 (dois) Sumários Minerais (2011, Vol. 31 e 2012, Vol. 32) - DNPM;
- Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico 2012 - SGM/MME;
- Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos 2012 – SGM/MME;
- Sinopse Mineração e Transformação Mineral 2012 – SGM/MME e DNPM;
- Manual de Agregados para Construção Civil – SGM/MME e CETEM/MCTI.

Em 2013, as seguintes publicações foram geradas e divulgadas pelo DNPM e pela SGM/MME:
- 2 (dois) Informes Minerais (2º semestre de 2012 e 1º semestre de 2013) - DNPM;
- 1 (um) Sumário Mineral (2013, Vol. 33) - DNPM;
- Estudo da Economia Mineral do Estado do Pará - DNPM;
- Estudo da Economia do Estado do Goiás e do Distrito Federal - DNPM;
- Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico 2013 - SGM/MME;
- Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos 2013 – SGM/MME;
- Sinopse Mineração e Transformação Mineral 2013 – SGM/MME

Em 2014, as seguintes publicações foram geradas e divulgadas pelo DNPM e pela SGM/MME:

- 2 Informes Minerais) - DNPM;
- 1 Sumário Mineral Brasileiro 2014- DNPM;
- Informe Estadual do Pará;
- Informe Estadual do Goiás e Distrito Federal;
- Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico 2014 - SGM/MME;
- Anuário Estatístico do Setor de Transformação de Não Metálicos 2014 - SGM/MME;
- Sinopse Mineração e Transformação Mineral 2014 – SGM/MME;
- Boletim Informativo do Setor Mineral 2014– SGM/MME;
- Tecnologia de Rochas Ornamentais: Pesquisa, Lavra e Beneficiamento, Agosto/2014 -SGM/MME e CETEM/MCTI;
- Metodologia de Processos Prospectivos Aplicada ao Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável de APLs de Base Mineral: Experiência do Arranjo Produtivo Local de Cerâmica Vermelha do Norte Goiano, Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Ipea Jul - Dez 2014 - DTTM/SGM/MME e IDS.

Quanto à publicação do Anuário Mineral Brasileiro, que sintetiza as informações econômicas e sociais do setor mineral, deu-se a continuidade ao processo de modernização do sistema AMB-WEB, que foi finalizado e possibilita normalizar a divulgação dos Anuários que estão atrasados.

Todas estas publicações, contendo dados e estatísticas do setor mineral, encontram-se disponibilizados para a sociedade por meio da internet para consulta no portal do DNPM e MME.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	21	unidade	27	31/12/2014

- **Implantar a Rede de Monitoramento de Poços contemplando 1.000 poços monitorados nos principais aquíferos brasileiros**

Análise Situacional da Meta

A rede de monitoramento deverá ampliar o conhecimento hidrogeológico dos principais aquíferos do País e fornecer subsídios para a gestão integrada das águas. O monitoramento tem papel fundamental para o conhecimento amplo a respeito dos aquíferos e seu comportamento e capacidade de sustentação frente aos múltiplos usos, constituindo-se em uma demanda de caráter nacional e regional previsto em vários instrumentos legais.

De forma mais específica, os principais benefícios decorrentes da implantação de uma rede de monitoramento de água subterrânea em âmbito nacional são: a avaliação confiável da condição quantitativa dos corpos de água subterrânea; a estimativa das direções e taxas de fluxo da água subterrânea; e a identificação de tendências de longo termo, nos aspectos quali-quantitativos, como resultado de mudanças nas condições naturais ou derivadas de atividades antropogênicas.

Em 2013 foram incluídos 57 poços na Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas - RIMAS, totalizando-se 308 no período 2012-2013.

Em 2014 foram incluídos 17 novos poços na RIMAS - Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas, totalizando 325 poços monitorados no período 2012-2014, equivalente a 33% da meta prevista para o período 2012-2015.

Estão sendo perfurados 39 novos poços, sendo 8 poços em Rondônia, 9 em São Paulo, 10 no Rio Grande do Sul, 10 em Minas Gerais e 2 poços estratigráficos para estudos na bacia do Urucuia.

Em 2014 houve a exclusão de um poço da rede RIMAS, por perda de condições operacionais. Este poço foi na região Centro-Oeste, que não teve em 2014 nenhum novo poço inserido na rede de monitoramento para compensar esta perda.

As principais restrições para alcançar as metas pactuadas estão relacionadas aos seguintes fatores:
- Dificuldades operacionais para formalização de contratos de perfuração de poços e de acordos para cessão de poços, bem como dos processos de aquisição e implantação de equipamentos automáticos;
- Licitações “sem sucesso” devido ao mercado aquecido e/ou à inadimplência contratual;
- Não preenchimento, no concurso público realizado recentemente, de 74% das vagas de técnico e 37% das vagas de pesquisadores em geociências.

Para agilizar o processo de inclusão de novos poços na Rede de Monitoramento as providências tomadas foram a formalização de Acordos de Cooperação Técnica com os órgãos gestores de recursos hídricos e o estabelecimento de programa de transferência automática de dados destes órgãos para a CPRM.

Entretanto, mesmo com a adoção destas medidas, considerando a dificuldade de estruturar adequadamente a equipe de monitoramento de poços, a previsão é de se atingir 600 poços monitorados ao final de 2015, e não 1.000 conforme definido na concepção do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

325

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	150	unidade	16	31/12/2014
Região Nordeste	390	unidade	107	31/12/2014
Região Norte	200	unidade	67	31/12/2014
Região Sudeste	160	unidade	90	31/12/2014
Região Sul	100	unidade	45	31/12/2014

- **Implantar a Rede de Sismologia**

Análise Situacional da Meta

O escopo da Rede de Sismologia está em reavaliação na CPRM, em virtude da existência de um projeto de observação sismológica semelhante, desenvolvido pela Petrobras, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com o Observatório Nacional (ON), com o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) e com a Universidade de Brasília (UnB).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar e operar redes de monitoramento hidrológico em bacias experimentais e representativas**

Análise Situacional da Meta

A implantação e operação de redes de monitoramento em bacias experimentais e representativas e escolas contribui para o desenvolvimento de pesquisas sobre o comportamento dos processos geocientíficos, para o aprimoramento de instrumentos tecnológicos de coleta, análise e interpretação de dados e para o fomento da qualificação de técnicos e

pesquisadores.

No período 2012-2013 foram operadas quatro bacias com atividades voltadas para o monitoramento hidrológico, formação de base de dados hidrológicos, produção científica e capacitação de pessoal técnico, sendo uma experimental e representativa na região serrana do Rio de Janeiro, duas bacias representativas no cerrado mineiro (Ribeirão Teixeirão e Juatuba) e uma bacia escola na Bahia (Bacia do Catu).

Em 2014 não foi implantado monitoramento hidrológico em nenhuma nova bacia. Continuam sendo operadas quatro bacias, sendo uma experimental e representativa na região serrana do Rio de Janeiro, duas bacias representativas no cerrado mineiro (Ribeirão Teixeirão e Juatuba) e uma bacia escola na Bahia (Bacia do Catu). A implantação e operação destas quatro bacias já garantiu o cumprimento de 44% da meta 2012-2015. Na operação são realizadas atividades de monitoramento hidrológico, formação de base de dados hidrológicos, produção científica e capacitação de pessoal técnico.

A principal restrição para alcançar as metas pactuadas foi o subdimensionamento da equipe de hidrogeologia, devido ao não preenchimento, no concurso público realizado recentemente, de 74% das vagas de técnico e 37% das vagas de pesquisadores em geociências.

Assim, a previsão até 2015 é implantar e operar rede de monitoramento hidrológico em somente mais uma bacia, no semiárido nordestino, totalizando cinco bacias monitoradas ao final de 2015, e não nove conforme definido na concepção do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	2	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	3	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2014

- **Produzir estudos e mapeamento hidrogeológicos**

Análise Situacional da Meta

Os estudos e mapeamentos hidrogeológicos ampliam o conhecimento dos principais aquíferos brasileiros e identificam as potencialidades e vulnerabilidades dos mananciais subterrâneos, orientando ações estratégicas no campo da geociência para o adequado aproveitamento deste recurso.

No período 2012-2013 foram concluídos 20 estudos/mapas hidrogeológicos, correspondendo a 74% da meta definida para todo o período 2012-2015, dos quais os mapas hidrogeológicos de Manaus e da Bacia do Rio Prata, em 2013.

Em 2014 foram concluídos dois novos mapas Hidrogeológicos: o Mapa da Amazônia Legal e o Mapa Hidrogeológico do Brasil. Assim, no período 2012 – 2014 foram concluídos 22 mapas, correspondendo a 81% da meta definida para todo o período 2012 – 2015. Os Mapas Hidrogeológicos do Paraná e da Bacia do Rio da Prata serão concluídos no primeiro semestre de 2015.

A principal restrição em 2014 para execução dos estudos e mapas hidrogeológicos foi a dificuldade de obtenção de

dados dos países que compõem a bacia do Rio da Prata atrasando a finalização do respectivo mapa. Estes países se comprometeram a fornecer os dados de modo a concluir o mapa no primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	1	31/12/0214
Região Nordeste	10	unidade	7	31/12/2014
Região Norte	5	unidade	6	31/12/2014
Região Sudeste	5	unidade	5	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	3	31/12/2014

- **Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas**

Análise Situacional da Meta

Os levantamentos aerogeofísicos de alta resolução (magnetometria e gamaespectrometria) são uma poderosa ferramenta para o conhecimento geológico regional e sistemático de grandes áreas situadas em terrenos do embasamento cristalino e em bacias sedimentares, constituindo-se na opção mais econômica para avaliar a potencialidade mineral de uma região.

No período 2012 - 2014 foram cobertos 756.252 km² com levantamentos aerogeofísicos de magnetometria, gamaespectrometria e gravimetria, representando 71% da meta para o período 2012-2015.

A produção em 2014 foi de 374.453 km², referente aos seguintes projetos:
- Centro-Oeste: Rio Formoso e Cuiabá;
- Norte: Oeste do Carajás, Rio Maria, Branco-Machadinho, Complemento do Sucunduri, Rio Curuá e Rio Iriri;
- Nordeste: Extremo Oeste da Bahia.

A análise regional mostra que no Centro-Oeste a meta para todo o período 2012-2015 já foi ultrapassada em 33% e no Norte já atingiu-se 74% da meta, enquanto no Sul nada foi ainda realizado e no Sudeste e Nordeste atingiu-se, respectivamente, 23% e 35% da meta.

Estes resultados decorrem de um realinhamento das metas regionais, com migração de projetos anteriormente previstos para as regiões Sul e Sudeste para as regiões Norte e Centro-Oeste, em áreas de maior potencial mineral.

Quantidade alcançada

756.252

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	233.000	km²	309.615	31/12/2014
Região Nordeste	147.000	km²	51.815	31/12/2014
Região Norte	506.000	km²	372.746	31/12/2014
Região Sudeste	98.000	km²	22.076	31/12/2014
Região Sul	78.000	km²	0	31/12/2014

- **Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade**

Análise Situacional da Meta

Os resultados alcançados de mapear o conteúdo químico do substrato rochoso em mais de 30% do território nacional

promovem a gestão e a difusão do conhecimento geológico através das informações geoquímicas, com a detecção de alvos para a descoberta de novos depósitos minerais, delimitando regiões com conteúdo nos solos de macro (Ca, Cl, P, K, Na, S) e micronutrientes (Mg, Si, Fe, F, Zn, Cu, Mn, I, Se, Ni, Mo, V, Cr, Co) necessários ao desenvolvimento da agricultura e a saúde humana, animal e ambiental. Também detectam elementos nocivos à saúde como o Pb, As, Hg, Cd, Ba, Al, Sr e U.

Em 2014 foram coletadas amostras e executadas análises de águas de abastecimento e de drenagem, solos e sedimentos de corrente numa área equivalente a 189.947 km², totalizando, no período 2012 a 2014, uma área de 760.579 km², representando um cumprimento de 20% da meta 2012-2015.

Este desempenho abaixo da média deve-se à relocação de pesquisadores para outros empreendimentos atribuídos ao Serviço Geológico do Brasil – CPRM, para serem realizados em regime de urgência, particularmente o “Mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos”.

Para minimizar a carência de pesquisadores, em 2014 efetuou-se a contratação dos serviços de coleta de amostras.

Quantidade alcançada

760.579

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	680.000	km²	73.000	31/12/2014
Região Nordeste	630.000	km²	288.428	31/12/2014
Região Norte	1.430.000	km²	180.600	31/12/2014
Região Sudeste	690.000	km²	218.551	31/12/2014
Região Sul	379.000	km²	0	31/12/2014

- **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram cobertos 183.745 km² com levantamentos geológicos na escala 1:100.000, totalizando, no período 2012 – 2014 uma cobertura equivalente a 366.429 km², correspondente a 62% da meta definida para o período 2012-2015.

Quantidade alcançada

366.429

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	120.000	km²	66.280	31/12/2014
Região Nordeste	180.000	km²	165.917	31/12/2014
Região Norte	90.000	km²	18.990	31/12/2014
Região Sudeste	114.000	km²	89.599	31/12/2014
Região Sul	90.000	km²	25.643	31/12/2014

- **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram cobertos 88.660 km² com levantamentos geológicos na escala 1:250.000, totalizando, no período 2012 – 2014 uma cobertura equivalente a 328.251 km², correspondente a 87% da meta definida para o período 2012-2015.

Quantidade alcançada

328.251

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	108.000	km²	37.771	31/12/2014
Região Norte	270.000	km²	290.480	31/12/0214

- **Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram cobertos 2.250 km2 com levantamentos geológicos na escala 1:50.000, totalizando, no período 2012 – 2014 uma cobertura equivalente a 6.840 km2, correspondente a somente 12% da meta definida para o período 2012 - 2015.

Os mapeamentos geológicos na escala 1:50.000 estão sendo despriorizados como forma de mapeamento sistemático, por tratar-se de uma escala de detalhe, mais apropriada para estudos específicos de Avaliação de Recursos Minerais.

Quantidade alcançada

6.840

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15.000	km²	0	31/12/2014
Região Nordeste	15.000	km²	0	31/12/2014
Região Sudeste	12.750	km²	4.590	31/12/2014
Região Sul	12.750	km²	2.250	31/12/2014

OBJETIVO: 0035 - Implementar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, com vistas à identificação e à dinamização das áreas de interesse mineral e à consolidação das políticas de aproveitamento de médio e longo prazos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Após a construção do aplicativo Ordenamento Territorial Geomineiro (OGTM) pelo Ministério de Minas e Energia (MME), constituiu-se um banco de dados que tem sido alimentado com importantes informações de natureza geológica, mineral, geofísica, socioeconômica, ambiental, tecnológica, institucional, de infraestrutura, de restrição à mineração, dentre outras, imprescindíveis à concepção do Zoneamento Mineral Brasileiro, e que possibilitam o planejamento do território de uma forma integrada.

O OTGM, assim como o trabalho de Áreas de Relevante Interesse Mineral, é mais amplo que o zoneamento mineral, já que abrange a questão da mineração no contexto da gestão territorial. Os principais módulos contidos no OTGM são:

- Áreas Prioritárias para Levantamento Geológico;
- Disponibilidade Mineral para Ordenamento Territorial;
- Diagnóstico dos Distritos Mineiros frente às Intervenções no Meio Ambiente;
- Ameaças e Oportunidades aos Empreendimentos Mineiros de Médio e Grande Porte; e
- Avaliação de Áreas com Conflitos Associados à Mineração de Pequeno Porte.

Constantemente atualizada (novas Unidades de Conservação – UCs e áreas indígenas têm sido criadas, minas e potenciais minerais descobertos), esta ferramenta está sendo utilizada nas discussões e diretrizes visando o ordenamento territorial, facilitando a integração da atividade minerária com outras atividades importantes como preservação e conservação

ambiental (criação de UCs), instalação de grandes empreendimentos de infraestrutura (usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, rodovias e ferrovias), definição de regiões alvo de reformas agrárias, obras civis e política habitacional (Ex.: Minha Casa Minha Vida).

Em 2014, a SGM deu continuidade a inserção e a validação de informações do banco de dados Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM). A ferramenta tem sido útil em situações como a criação de UCs, instalação de usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, gasodutos, rodovias e ferrovias associadas ao PAC, que afetam, interferem ou cruzam regiões com atividades minerárias. Com a concretização das etapas e estudos necessários, será possível obter um panorama para finalizar uma proposta para o Zoneamento Mineral do Brasil.

Além disso, está em andamento a contratação de consultoria técnica para realização de – "Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil" (Projeto META TR-30) que se coaduna com as políticas do setor mineral e contribuirá com dados e informações necessárias para o direcionamento de políticas públicas em áreas ou zonas com vocação para o desenvolvimento da atividade minerária.

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos e projetos para definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral - ARIMs**

  Análise Situacional da Meta

  No período 2012 - 2014 vários projetos estão sendo executados visando a definição de Áreas de Relevante Interesse Mineral – ARIM´s, a saber:

  (a) área em RR (Repartimento) e adjacência – projetos Diamante Brasil, Terras Raras e Fosfato Metalogenia das Províncias;

  (b) áreas no AM (Juma) e adjacência - projetos Fosfato Brasil, Diamante Brasil e Terras raras, além de Metalogenia do Ouro;

  (c) áreas no PA (Carajás, Gurupi e Serra do Inajá, tapajós, Rio Maria) – projetos Metalogenia das Províncias, Diamante Brasil e Fosfato Brasil.

  (d) áreas de GO/MT/TO – projetos Diamante Brasil, Terras Raras e Metalogenia das Províncias;

  (e) áreas de RO – projetos Diamante Brasil, Terras Raras e Metalogenia das Províncias;

  (f) áreas da região Nordeste - Metalogenia das Províncias (áreas Seridó Leste, Seridó Oeste, Salgueiro Cachoeirinha, Granjeiro, Maciço Troia no Ceará Central, médio São Francisco) - projeto Fosfato (bacia Potiguar, bacia PE/PB);

  (g) áreas de MG/SP/MS/PR e RS – projetos Diamante Brasil, Terras Raras, Lítio e Metalogenia das Províncias, Fosfato Brasil;

  Os estudos também se estendem aos estados de AC, SC, BA, ES e RJ.

- **Realizar o Zoneamento Mineral do Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  As etapas para consolidar o Zoneamento Mineral do Brasil e mecanismos de gestão associados, dentro da programação realizada anteriormente induzem a uma série de trabalhos vislumbrando (1) a consolidação, a aplicação da metodologia e dos zoneamentos minerários já realizados por outras instituições (Ex.: Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, em São Paulo e aquele da Região de Planejamento - RP VI – Mato Grosso); (2) a identificação das regiões de interesse para o zoneamento piloto; e (3) a identificação de substâncias de interesse para o trabalho inicial, que terá como suporte os dados do trabalho Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil, uma cooperação entre o Ministério de Minas e Energia e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Estes trabalhos referentes ao Termo de Referência n° 30 - Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil, sofreram um atraso em virtude de problemas burocráticos, mas que deverão ser solucionados até o final de ano. Somente após a consolidação destas etapas, será possível obter um panorama para finalizar uma proposta para o Zoneamento Mineral do Brasil.

OBJETIVO: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Em 2013, houve avanço nas interlocuções, boa parte delas a partir do Plano Brasil Maior, cujo amadurecimento do plano de trabalho permitiu que a iniciativa, já direcionada para viabilizar a implantação de cadeia produtiva integrada de elementos terras raras (ETRs), fosse elevada à categoria de agenda estratégica. Dessa forma, a referida instância de governança foi instituída com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas de médio e longo prazo para aproveitamento econômico de minerais estratégicos (terras-raras). Nesse sentido, destacam-se: i) o Grupo de Acompanhamento de Minerais Estratégicos (minerais de fosfatos, potássio, terras-raras e lítio), instituído desde março de 2012, constituído por DNPM e SGM (que objetiva analisar o suprimento de insumos minerais para fertilizantes, elementos terras rara e lítio, visando a sua ampliação, por meio da fiscalização de concessões de lavra para fosfato, potássio, elementos terras-raras e lítio; ii) o Grupo de Trabalho de Normatização do Uso de Pós de Rocha na Agricultura (Rochagem - Remineralizadores), instituído a partir de agosto de 2012, constituído pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, do Ministério de Minas e Energia; pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; pela Secretaria de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; pelo Departamento Nacional de Produção Mineral e pela Universidade de Brasília, o qual objetiva definir critérios físicos, químicos e granulométricos para caracterização dos remineralizadores para seu registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, bem como ensaios e análise padrão para remineralizadores, por meio de alteração do decreto que disciplina insumos para agricultura e as instruções normativas que regulamentam sua caracterização e uso; e iii) no primeiro semestre 2014, foi iniciado novo trabalho com recursos do MCTI para subsidiar a implantação de uma cadeia de produção de imãs de terras raras. A Comissão de Acompanhamento do Programa de Elementos Terras-raras realizou reuniões para acompanhar a execução desse projeto e para articular a possibilidade do estabelecimento de parcerias com o setor empresarial para participarem no apoio e financiamento do referido projeto.

Como resultados alcançados pelo GT de Normatização, no período de 2012 a 2014, relatam-se:

- A Lei n° 12.890, de 10.12.2013, que altera a Lei n° 6.894, de 16 de dezembro de 1980 pela inserção dos remineralizadores como insumo para agricultura;
- Elaboração de minuta e exposição de motivo do Decreto n° 8.384, de 29.12.2014, que altera o Decreto n° 4.954, de 14.01.2004, no que se refere à regulamentação da produção e uso de remineralizadores na agricultura;
- Realização do II Congresso Brasileiro de Rochagem, realizado em Poço de Caldas, MG, de 13 a 15 de maio de 2013;
- Realização de Oficina sobre identificação e limite de Elementos Potencialmente Tóxicos para remineralizadores (2014).

Como resultados alcançados, no período de 2013 a 2014, pela Comissão de Acompanhamento do Programa de Elementos Terras-raras (ETR), instituída em 10 de dezembro de 2014, relatam-se as seguintes atividades:

- Em execução 13 Projetos de apoio à PD&I em ETR, no valor de R$ 9,0 milhões financiados pelo Edital CT-Mineral/MCTI/CNPq n° 76/2013
- Realização pelo CETEM, a partir do segundo semestre de 2013, do Projeto de PD&I PROTERRARAS, no valor de R$ 2,0 milhões, financiado pela Encomenda CT Mineral;
- Realização de reunião de apresentação de planos e projetos da CBMM em terras-raras, na SGM/MME, em 1° de agosto de 2014;
- Realização de Reunião de articulação visando à integração da cadeia industrial de Terras-Raras no país - ímãs e catalisadores, ABDI, CETEM, Fundação CERTI, UFSC, BNDES, MME/SGM, MCTI/SETEC, CBMM e FCC, no BNDES, Rio de Janeiro, em agosto de 2014;

- Realização de reunião com a Mineração Taboca para relatar os planos e projetos em ETR, novembro de 2014;
- Início em novembro de 2014 da realização do Convênio EMBRAPII – IPT-SP e CBMM – 2014 – 2016;
- Produzir Nd metálico – R$ 9,5 milhões;
- Realização de Workshop de Integração da Cadeia Produtiva de ETR, em Araxá/MG, de 20 e 21 de novembro de 2014.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram cobertos 117.654 km2 com levantamentos de recursos minerais, totalizando 350.026 km2 no período 2012 - 2014, superando em 40% a meta definida para o período 2012-2015. Esta Ação abrange trabalhos de Metalogenia das Províncias Minerais, definição de fontes e características tecnológicas de materiais para construção civil, e definição de áreas com potencial para produção de minerais estratégicos (Fosfato, Terras Raras, Lítio, ARIMs, Diamante Brasil).

O foco do trabalho se deu em áreas que apresentam melhores condições de acessibilidade, com as áreas “amazônicas”, de difícil acesso, sendo postergadas para outro momento. O contrato de coleta de amostras de sedimento de corrente, solo e concentrado de bateia também possibilitou um grande aumento na produtividade.

Quantidade alcançada

350.026

Data de Referência

31/12/0214

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	50.000	km²	21.852	31/12/2014
Região Nordeste	50.000	km²	184.576	31/12/2014
Região Norte	50.000	km²	97.338	31/12/2014
Região Sudeste	50.000	km²	22.494	31/12/2014
Região Sul	50.000	km²	23.766	31/12/2014

- **Elaborar programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, os Minerais de Elementos Terras Raras tiveram uma atenção maior por parte do Governo Federal que procurou promover e participar de debates sobre o tema.

Também segundo o Plano Brasil Maior, avança-se nos esforços para o “Mapeamento de Fornecedores da Cadeia de Mineração”, com especial atenção às cadeias dos minerais estratégicos, estando em trâmite um convênio entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Instituto Pró- Inovação e Competitividade da Metalurgia, Materiais e Mineração (IABM) para esse fim.

Foi instituída em dezembro de 2013 instância de governança denominada de Comissão do Programa de Elementos Terras Raras do Brasil, constituída pelo MME, MCTI, MDIC, ABDI, CGEE, CETEM, CPRM, DNPM e BNDES, no âmbito do Comitê Executivo da Indústria da Mineração, pertencente a estrutura organizacional e executiva do Plano Brasil Maior, com o objetivo de discutir e estabelecer as diretrizes para a elaboração de programas de aproveitamento econômico de minerais estratégicos de médio e longo prazo.

Deve-se também ressaltar que, no âmbito do Plano Brasil Maior, existe uma iniciativa de ampliação da produção mineral brasileira para atender a demanda por matérias-primas, com ênfase nos minerais em que o País é dependente, principalmente nas áreas de fertilizantes.

Para sua execução, foram propostas medidas de normatização do uso de rochas e minerais para fornecimento de macro e micro nutrientes para o solo (rochagem, rotas alternativas para adubação de solo) e a intensificação dos levantamentos temáticos de agrominerais (levantamentos geológicos, geoquímicos e aerogeofísicos) dentro da carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da CPRM.

Nesse sentido, o Ministério de Minas e Energia e suas vinculadas (DNPM, CPRM e Petrobras) instituíram um Grupo de Trabalho (GT) para a Normatização da Rochagem no Brasil, constituído em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Embrapa, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Esse GT tem atuado com o objetivo de discutir as questões do licenciamento e da comercialização dos produtos da rochagem, bem como de formular proposição que regulamente o seu uso no Brasil. O GT de Normatização está trabalhando na elaboração de proposta de regulamentação do uso e registro de remineralizadores em instrução normativa do Ministério da Agricultura e no desenvolvimento de metodologia de ensaios e análise.

Ressalta-se também em 2013 a edição da Lei nº 12.890, de 10 dezembro de 2013, que altera a Lei n° 6.894/1980 por meio da inclusão dos remineralizadores como uma categoria de insumo destinada à agricultura. Em 2014, o GT de Normatização tem trabalhado na elaboração da regulamentação desta Lei, por meio da alteração do Decreto N° 8.059/2013 e Instruções Normativas do MAPA. Para tanto, este GT tem tratado de estabelecer critérios de caracterização mineralógicos, físico-químicos e químicos para remineralizadores, identificar os elementos potencialmente tóxicos e seus limites de concentração, métodos de ensaios e análise e rede de laboratórios de análise e ensaios para remineralizadores credenciadas no MAPA. A previsão era que estes trabalhos de regulamentação estivessem concluídos até o final de 2014. Resultados alcançados pelo GT de Normatização, no período de 2012 a 2014:

- Publicação da Lei n° 12.890, de 10.12.2013, que altera a Lei n° 6.894, de 16 de dezembro de 1980 pela inserção dos remineralizadores como insumo para agricultura;
- Publicação do Decreto n° 8.384, de 29.12.2014, que altera o Decreto n° 4.954, de 14.01.2004;
- Realização do II CBR, Poço de Caldas, MG, de 13 a 15 de maio de 2013;
- Realização de Oficina sobre identificação e limite de Elementos Potencialmente Tóxicos para remineralizadores (2014).

Como resultados alcançados, no período de 2013 a 2014, pela Comissão de Acompanhamento do Programa de Elementos Terras-Raras – CAPETR:

- Em execução 13 Projetos de apoio à PD&I em ETR, no valor de R$ 9,0 milhões (CT-Mineral);
- Realização pelo CETEM, em 2013, do Projeto de PD&I PROTERRARAS, no valor de R$ 2,0 milhões (CT Mineral);
- Reunião com a CBMM em terras-raras, agosto de 2014;
- Realização de Reunião de articulação visando à integração da cadeia industrial de Terras-Raras no país - ímãs e catalisadores, ABDI, CETEM, Fundação CERTI, UFSC, BNDES, MME/SGM, MCTI/SETEC, CBMM e FCC, no BNDES, Rio de Janeiro, em agosto de 2014;
- Reunião com a Mineração Taboca para relatar os planos e projetos em ETR, novembro de 2014;
- Início em novembro de 2014 da realização do Convênio EMBRAPII – IPT-SP e CBMM – 2014 – 2016 – Produzir Nd (Neodímio) metálico – R$ 9,5 milhões;
- Realização de Workshop de Integração da Cadeia Produtiva de ETR, em Araxá/MG, de 20 e 21 de novembro de

- **Realizar 5 estudos da cadeia produtiva de minerais estratégicos**

Análise Situacional da Meta

O estudo "Usos e Aplicações de Terras-Raras no Brasil: 2012-2030", realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) indica que deverão ser priorizadas as seguintes cadeias produtivas de aplicação de elementos terras raras: imãs permanentes, catalisadores contendo terras raras, ligas metálicas, fósforos e pós para polimento. Com o desdobramento deste estudo, está em fase de execução o estudo que objetiva a "Estruturação da Cadeia Produtiva Competitiva em Produtos Derivados de Elementos de Terras Raras no Brasil", por meio de um consórcio tecnológico constituído pela Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras – CERTI, Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCTI, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que deverá desenvolver e estruturar a cadeia produtiva de ímãs de terras raras no Brasil.

Em 2014, foi iniciada a execução do referido projeto envolvendo estudo de mercado e tecnologias. A Comissão de Acompanhamento do Programa de ETR realizou reuniões para acompanhar a execução desde projeto e para articular a possibilidade do estabelecimento de parcerias com o setor empresarial para participarem no apoio e financiamento do referido projeto.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

As oscilações dos preços das "commodities" minerais, em um contexto de crise financeira internacional, têm conferido maior ênfase ao tema da cooperação em exploração, processamento e transformação mineral em encontros bilaterais e multilaterais sobre o tema. Até o ano de 2014, foi possível identificar algumas das principais demandas de interlocutores estrangeiros sobre a política brasileira para recursos minerais, entre elas o desenvolvimento de um marco regulatório para o setor, a questão da sustentabilidade na extração mineração e a agregação de valor à produção local.

Multilateralmente, o Brasil sediou importante evento internacional (Brasília, 3 a 5/12/2014), realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que buscou valorizar o compartilhamento de experiências e o debate franco acerca dos desafios e das oportunidades criadas pelo setor minerador para o desenvolvimento sustentável.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver projetos internacionais de cooperação técnico-científica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, com vistas a contribuir para o desenvolvimento de projetos internacionais, foram desenvolvidas as seguintes ações:

(i) A CPRM firmou o Memorando de Entendimento com o Instituto Nacional de Geologia y Minería do Equador (INIGEMM). Promoveu-se uma reunião com técnicos do INIGEMM e da CPRM e consolidou acordo em que consta o detalhamento dos projetos bilaterais a serem desenvolvidos. Este instrumento está em fase de coleta de assinaturas das instituições CPRM e INIGEMM;

(ii) Sob a coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), teve prosseguimento a execução das atividades do Projeto Apoyo a la Declaración del Patrimônio Geológico y Mineiro de la Republica de Cuba com apoio técnico da CPRM. Técnicos da CPRM participou da XII Reunião do Grupo de Cooperação Técnica Brasil-Cuba, realizada em

novembro de 2012;
(iii) No Programa Mapeamento Geológico e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira, foram retomados dois projetos pela CPRM: Brasil-Guiana e Brasil-Suriname, bem como a definição da implantação do Projeto Brasil-Peru;
(iv) A CPRM promoveu três eventos, no Rio de Janeiro: (a) GT-15 Geologia e Mineração do MERCOSUL; (b) Programa Comitê Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata (CIC Cuenca del Prata); e (c) Programa Cuenca Poopó, conduzido pelo Departamento do Governo Autônomo de Oruro, Bolívia, propiciando a discussão sobre a experiência da CPRM em Hidrologia e Gestão Territorial;

Em 2013 com recursos institucionais e financeiros da ABC do Ministério das Relações Exteriores (MRE), a CPRM priorizou a aproximação com os países do Cone Sul. Essa atuação ocorreu nos seguintes termos:
(i) Bolívia: assinado o Memorando de Entendimento com o Servício Nacional de Geología y Técnico de Minas (SERGEOMIN);
(ii) Cuba: foram concluídas as atividades do Projeto Apoyo a la Declaración del Patrimônio Geológico y Mineiro de la República de Cuba;
(iii) Equador: firmado o Acordo Especifico de Colaboração Técnica com o Instituto Nacional Geológico Minero Metalúrgico. No âmbito do acordo, dois treinamentos foram ministrados: “Curso Avançado em Geoprocessamento com Ferramentas ARCGIS”; e “Curso Capacitação no Tratamento e Interferometria com Base em Imagens SAR”;
(iv) Guiana: deu-se seguimento ao projeto Mapeamento Geológico e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira Brasil-Guiana. Em 2013, ocorreu na CPRM encontro entre técnicos da empresa e guianeses do Guyana Geological Mines Commission (GGMC), para discutir e integrar informações e dados entre os países;
(v) Suriname: deu-se continuidade ao Programa Mapeamento Geológico e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira Brasil-Suriname, abrangendo: (a) Encontro entre técnicos da CPRM e surinameses, ocorrido na CPRM; e (b) Realização da campanha de campo bilateral, no lado da fronteira no território do Suriname.
(vi) Países da Bacia do Prata: foram realizados três eventos em 2013, nos quais foram discutidos: (a) avanços na caraterização dos aqüíferos da fronteira na Bacia do Prata; e (b) discussão e análise da proposta da base metodológica para o desenvolvimento do Mapa Hidrogeológico da América do Sul.

Em 2014, foram desenvolvidas as seguintes ações, visando à troca de experiência e intercâmbio de conhecimento:
(i) No contexto do Programa Mapeamento Geológicos e dos Recursos Minerais em Área de Fronteira, executaram-se dois projetos: Mapeamento Geológico e da Geodiversidade na Fronteira Brasil-Guiana e Mapeamento Geológico e da Geodiversidade na Fronteira Brasil-Suriname;
(ii) Países da Bacia do Prata: deu-se prosseguimento ao Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, com suporte financeiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e apoio técnico e administrativo do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Organização dos Estados Americanos (DDS-OEA). Em seguida, a CPRM promoveu, no Rio de Janeiro, o Seminário Internacional Gestão Integrada das Águas Subterrâneas da Bacia do Prata. Foi finalizado o inventário dos sistemas dos aquíferos transfronteiriços integrado a um sistema de informações e GIS, em outubro de 2014 o Mapa Hidrogeológico da Bacia do Prata;
(iii) Equador: Projeto Capacitação Técnica nas Áreas de Geoprocessamento, Hidrologia e Sensoriamento Remoto, a ser desenvolvido pela CPRM para técnicos do Equador, financiado pelo governo equatoriano;
(iv) Cuba: Em função de ajustes nas prioridades internas estabelecidas pela ABC/MRE para os países com os quais o Brasil tem cooperação, procedeu-se à revisão do cronograma de implantação dos projetos “Organización y Conservación de Testigos, Muestars y Materiales Documentales Relacionados com las Investigaciones Geológicas para Desarrollo de uma Litoteca en Cuba” e “Banco de Dados Geológicos da República de Cuba”;
(v) Bolívia: demanda boliviana para análise de aspectos geológicos, tectônicos e metalogenéticos do Pre-Cambriano Boliviano e a sua extensão para a área de fronteira Brasil-Bolívia.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	36	projeto	30	31/12/2014

- **Fortalecer e ampliar a atuação internacional da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM**

Análise Situacional da Meta

A CPRM tem ampliado sua atuação internacional, com a aproximação e diálogo com países desenvolvidos e em desenvolvimento, portadores de avançado estágio tecnológico, entre os quais:

a) China: no primeiro semestre de 2014, foi assinado entre a CPRM e o China Geological Survey, Acordo para a execução do Projeto Avaliação Geológica e Metalogenética Regional dos Depósitos de Formações Ferríferas Bandadas (BIF´s) no Cráton São Francisco e seus Cinturões Proterozóicos Marginais.

b) Japão: realizou-se, em 2013, missão oceanográfica no Atlântico Sul (Expedição Cientifica Iatá-Piuna), no âmbito do Acordo de Implementação, assinado no final de 2012 entre CPRM – Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo – e a Japan Agency for Marine Earth Sciences and Techonology. Em dezembro de 2013, a CPRM apresentou à Comissão Jurídica e Técnica da Internation Seabed Authority proposta de Projeto de Prospecção e Exploração de Crostas Cobaltíferas Ricas em Fe e Mn na Região da Elevação do Rio Grande; aprovada em julho de 2014, concedeu ao Brasil direitos exclusivos de pesquisa por um período de quinze anos. Na área de Desastres Naturais, assinou-se em 2013 o documento contratual “Record of Discussion – RD” entre o Governo brasileiro e a Japan International Cooperation Agency, para a execução do Projeto Fortalecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Riscos de Desastres Naturais para o Aprimoramento da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – Projeto GIDES. A CPRM participou, em 2014: i) reuniões semanais do Joint Tactical Working Group, que discute metodologias e produtos que serão consolidadas no Manual Técnico; ii) treinamento intensivo no Japão, com a participação de 3 técnicos da CPRM, com aulas práticas de campo e visitas a instituições que atuam em ações preventivas e de reconstrução frente aos desastres naturais; iii) workshop na CPRM sobre conceitos para análises de suscetibilidade, vulnerabilidade e mapeamento de áreas de risco de deslizamento; e iv) continuação do mapeamento das áreas de riscos, totalizando 857 municípios mapeados em 3 anos.

c) França: foi renovado, em maio de 2013, o Memorando de Entendimento entre a CPRM e o Institut de Recherche pour le Développement, de 2006, e proposto Acordo para ações na Amazônia com a execução do Projeto Dinâmica Fluvial do Sistema Bacia. O projeto "Challenge Of Water Quality in Urban Environmental Issue: Recife Aquifers and Land Use" – Projeto Coqueiral é consorcio proposto por coordenadores brasileiros e franceses, para estudo das condições dos aquíferos e a relação com a questão ambiental urbana na Região Metropolitana do Recife. A CPRM formalizou a sua participação no projeto em dezembro de 2013.

d) Reino Unido: em 2014, a CPRM firmou Memorando de Entendimento de Colaboração Técnica de Avaliação de Desastres Naturais com o British Geological Survey, com foco em capacitação e treinamento, nos temas de deslizamentos, identificação de áreas de riscos, exame da casualidade das informações geológicas e atmosféricas, elaboração de mapas, e responsabilidades de governo e da sociedade diante dos desastres naturais.

e) Índia: em julho de 2014 consolidou-se o Memorando de Entendimento entre a CPRM e o India Geological Survey (IGS) na área Geociências, para o desenvolvimento de projeto de pesquisa e exploração mineral. O documento foi enviado para a Embaixada Indiana para assinatura do presidente do IGS.

f) Projetos da Comissão da Carta Geológica do Mundo (CGMW) e Associação de Serviços de Geologia e Mineração Ibero-americanos:

- Mapa Tectônico da América do Sul, 1:5M (projeto 13). O projeto foi concluído no primeiro semestre de 2014;

- Mapa Geológico e de Recursos Minerais da América do Sul (SIG-América do Sul, 1:1M) O projeto tem como objetivo a harmonização da geologia sul-americana em formato GIS, possibilitando o treinamento no uso de tecnologia

da informação na Cartografia Geológica, bem como o intercâmbio de conhecimento entre os treze serviços geológicos do continente americano;

- Mapa Geológico da América do Sul, 1:5M (projeto 15). A primeira etapa concluída constituiu-se de compilação preliminar de mapas geológicos nacionais dos diversos países sul-americanos. Em julho de 2014, na Colômbia, foram definidos métodos de trabalho para a continuidade do projeto, com vistas à criação de nova base geográfica sul-americana, georreferenciada e ortorretificada;

- Mapa Geológico do Cráton Amazônico, 1:2.5M. Aprovado em Assembleia Geral da CGMW em fevereiro de 2014, sua execução cabe aos serviços geológicos sul-americanos, sob a coordenação da CPRM.

g) Em outubro de 2014, pela primeira vez na América do Sul, a direção do OneGeology e a CPRM organizaram o evento OneGeology South America Meeting: Rio 2014, com participação de 11 países da região, para a troca de informações geocientíficas sobre o estado da arte da Geologia Sul Americana e a integração do conhecimento geológico sul-americano, em linguagem GeoSciML para a disponibilização na internet.

- **Promover cooperação internacional para fortalecimento da cadeia mineral com países sul-americanos e africanos**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram iniciadas atividades de mapeamento geológico em áreas fronteiriças dos países membros do Mercosul, em linha com as decisões emanadas do Subgrupo de Trabalho nº 15 do Mercosul, executadas com a colaboração do Serviço Geológico Brasileiro (CPRM).

Em dezembro de 2014, o Governo brasileiro realizou em Brasília, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o "Diálogo sobre o Setor Extrativista e o Desenvolvimento Sustentável", onde representantes de todo o mundo, inclusive países latino-americanos e africanos, puderam conhecer experiências e debater sobre os desafios e as oportunidades criadas pelo setor minerador para o desenvolvimento social, econômico e ambiental dos países onde prospera essa atividade.

Outras atividades para o fortalecimento da cadeia da transformação mineral em países da América do Sul e África ainda mantém-se em fase de planejamento por parte das áreas técnicas e políticas envolvidas, sem ser possível, até o momento, a definição de datas para início de execução.

OBJETIVO: 0042 - Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTMs) são distritos industriais incentivados em regiões menos desenvolvidas, com infraestrutura para o processamento de recursos minerais, objetivando reduzir os desequilíbrios socioeconômicos das macrorregiões brasileiras e intensificar as trocas comerciais de bens e produtos minerais entre os países sul-americanos. As ZPTMs objetivam induzir o desenvolvimento econômico das regiões em que estão inseridas e do País, devido à agregação de valor ao produto e à geração de emprego e renda com impacto territorial.

Este objetivo, portanto, trata da realização de estudos sobre a viabilidade de projetos específicos de ZPTMs, bem como definir seu marco legal. Faz-se necessário o delineamento do arcabouço jurídico, legal e normativo para viabilizar a implantação das ZPTMs, focada na distribuição equilibrada pelas Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIMs) no território, na indução de novos polos estratégicos nacionais e no desenvolvimento equilibrado do território brasileiro, a

partir de investimentos coordenados em siderurgia, infraestrutura e logística.

Em 2013, houve a incorporação das ZPTMs às agendas de políticas públicas, com interface perante o novo marco regulatório. O primeiro passo foi a inclusão, no PAC e na PLOA 2013, dos estudos e projetos para definição das ZPTMs.

Também em 2013, o amadurecimento dos critérios e da abrangência da proposta contribuiu para que a implantação das ZPTMs fosse elevada à categoria de Agenda Estratégica no âmbito do Comitê Executivo de Mineração do Plano Brasil Maior.

Para a contratação do estudo, o Ministério de Minas e Energia elaborou o Termo de Referência em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

Foi lançado, em 02/07/2014, por meio de publicação de Aviso de Licitação no DOU, processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico n° 18/2014, concluído em agosto de 2014. Foi selecionada empresa para a prestação de serviços e instituída Comissão de Fiscalização, Supervisão e Acompanhamento do Contrato, composta por servidores do DTTM. O Contrato n° 35-2014 – MME foi assinado pela SGM com a empresa J. Mendo Consultoria Empresarial Ltda, em 31 de outubro de 2014. O início dos trabalhos ocorreu em novembro de 2014 e sua conclusão está prevista para agosto de 2015. Em 2014, dois dos seis Produtos (Relatórios técnicos do Estudo) contratuais foram entregues.

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs**

Análise Situacional da Meta

No final de 2013 o processo licitatório foi concluído. No entanto, as empresas que se candidataram não conseguiram atender as condições do Pregão Eletrônico, devendo ser revisto o Termo de Referência e realizado um novo processo licitatório no primeiro semestre de 2014.

No primeiro semestre de 2014, foi elaborado novo Termo de referência e realizada nova consulta preliminar de preços junto ao mercado de maneira a realizar novo processo licitatório, que foi lançado em julho de 2014. Uma vez concluído este processo, foi contratada a empresa J.Mendo Consultoria Empresarial Ltda por meio do Contrato n° 35/2014 – MME, em 31 de outubro de 2014. O início dos trabalhos ocorreu em novembro de 2014 e sua conclusão está prevista para agosto de 2015. Em 2014 foram entregues dois dos seis Produtos contratuais (Relatórios técnicos do Estudo). Observação: A Meta Física estabelecida no PPA 2012-2015 para esta Ação foi “realizar estudos e projetos visando à implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral”, sendo 1 na Região Nordeste e 1 na Região Norte. No entanto, neste novo formato de contratação será realizado apenas um estudo, devendo a meta ser considerada como nacional.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A partir do estabelecimento pelo Conselho de Competitividade da Indústria de Mineração, no âmbito do "Plano Brasil

Maior", do objetivo estratégico "Ampliação do conteúdo local de bens e serviços de empreendimentos da mineração", iniciou-se, em 2013, a contratação do estudo para o “Projeto de Mapeamento das Cadeias de Fornecedores de Bens e Serviços da Indústria da Mineração”, a partir de um convênio entre a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e o Instituto Pró-Inovação e Competitividade da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (IABM), buscando identificar os itens de compras de bens e serviços das empresas de mineração e quem são seus fornecedores, origem e valor. Os trabalhos foram iniciados em dezembro de 2013, tendo sido produzidos em 2014 três produtos de um total previsto de seis produtos. A conclusão do Estudo está prevista para junho 2015.

Metas 2012-2015

- **Implantar a Rede do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM (CEDES/CPRM)**

  Análise Situacional da Meta

  O escopo do Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES) está sendo redefinido.

- **Realizar estudo diagnóstico sobre o conteúdo nacional de máquinas e equipamentos para a mineração e transformação mineral**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, no âmbito do Comitê Executivo Setorial da Indústria da Mineração do Plano Brasil Maior, foi articulado e aprovado o Termo de Referência para realização de “Estudo do Mapeamento das Cadeias de Fornecedores de Bens e Serviços das Indústrias da Mineração e da Metalurgia”, que se constitui na primeira medida para identificar a capacidade e o potencial do conteúdo local nestes setores. Durante o 1° semestre de 2013, foi articulado o estabelecimento de parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para a sua realização, somente para o setor da Indústria da Mineração, até novembro de 2014. A ABDI contratou em dezembro de 2013 o Instituto Pró-Inovação e Competitividade da Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (IABM). Os trabalhos, foram iniciados em dezembro de 2013, tendo sido produzidos em 2014 três produtos de um total previsto de seis produtos. A conclusão do estudo está prevista para junho de 2015.

OBJETIVO: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os estudos sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira deverão ser executados a partir de parcerias resultantes de articulações institucionais em andamento.

No que toca às fiscalizações efetuadas, caminha-se para o cumprimento global das metas, assim como aos estudos para redução dos acidentes de trabalho, para aumento da eficiência produtiva da indústria mineral e para a sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais.

Apesar do desaquecimento da economia global, o principal projeto de produção e transformação mineral – a produção de minério de ferro pela mina S11D da Vale, em Carajás, avançou na sua consolidação, corroborado pela obtenção da Licença de Instalação em 03/07/2013 e pelo significativo percentual de obras e serviços já contratados.

Em 2014, a SGM/MME não obteve êxito nos esforços para articulação de parcerias e captação de recursos para viabilizar a realização dos estudos previstos.

Metas 2012-2015

- **Fiscalizar anualmente 100% das minas subterrâneas brasileiras, das minas com barragens em 4 anos e das concessões de águas minerais e potáveis de mesa em 4 anos**

Análise Situacional da Meta

No âmbito da fiscalização das Minas Subterrâneas, a meta para o PPA é a de fiscalizar anualmente todas as minas subterrâneas de maneira que todo aumento na quantidade de empreendimentos minerais com essas características aumente a quantidade dos que são fiscalizados, resultando em uma redução dos riscos dessa estrutura de exploração. Em 2012 o total de minas subterrâneas identificadas foi de 64 (100% das ativas cadastradas pelo Relatório Anual de Lavra – RAL) e foram realizadas 100 fiscalizações.

Em 2013 a quantidade de minas subterrâneas ativas cadastradas pelo RAL somavam 87 (100%), das quais 62 foram fiscalizadas, ou seja, foram fiscalizadas 71,30%; contudo, o total de vistorias a essas minas, em razão da necessidade de acompanhar a adequação dos achados da fiscalização, representou 99 vistorias. Destaca-se o trabalho fiscalizatório na região sul de Santa Catarina, extratora de carvão mineral, e nas minas de ouro nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pará. Tais vistorias focam o cumprimento de normas técnicas para a garantia da segurança técnico-operacional das jazidas e minas e das condições de saúde e segurança dos trabalhadores.

No período de janeiro a dezembro de 2014 os resultados para a meta de fiscalizar todas as minas subterrâneas brasileiras, ou seja, 100% das minas, representando um total de 94 minas subterrâneas. Foram realizadas 138 vistoria técnicas.

No âmbito da fiscalização das minas com barragens, a meta para o PPA é a de fiscalizar todas as minas com barragens nos próximos 4 anos, a qual representa fiscalizar anualmente pelo menos 25% do total de minas em exploração, de maneira que todo aumento na quantidade de empreendimentos minerais com essas características aumente com a quantidade dos que são fiscalizados pela meta. Foram vistoriadas 85 minas com barragens em 2012. Em 2013 foram identificadas por meio do Cadastro Nacional de Barragens de Mineração (CNBM) 240 minas com barragens, sendo fiscalizadas 96 (40%) totalizando 112 barragens vistoriadas.

Em 2014, foram realizadas 151 vistorias em barragens de mineração. Nos últimos anos, as seguintes ações foram destaques nessa área:

1. publicação da Portaria DNPM nº 416/2012, que estabeleceu o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração e dispôs sobre o Plano de Segurança da Barragem de Mineração, a ser cumprido pelos mineradores;
2. elaboração, publicação e divulgação da Portaria DNPM nº 526/2013, que estabeleceu procedimentos para adoção e implantação do Plano de Ações Emergenciais para os empreendimentos que possuem Barragens de Mineração;
3. implantação do Cadastro Nacional de Barragem de Mineração e sua disponibilização ao público externo;
4. classificação de todas as barragens cadastradas, quanto ao risco e dano potencial associado e utilização dessa classificação no planejamento de fiscalização dessas barragens;
5. elaboração de Manual de Fiscalização de Barragens de Mineração; e
6. capacitação de equipes em cursos de Segurança de Barragens na Universidade Federal de Ouro Preto e em cursos da Agência Nacional de Águas.

As medidas adotadas trouxeram um melhor planejamento para as inspeções e otimizaram a identificação dos empreendimentos minerais com barragens a serem fiscalizados prioritariamente.

No âmbito da fiscalização das concessões de águas minerais, a meta para o PPA é a de fiscalizar todas as concessões de águas minerais e potáveis de mesa nos próximos 4 anos, a qual representa fiscalizar anualmente pelo menos 25% do total de minas em exploração, de maneira que todo aumento na quantidade de empreendimentos minerais com essas

características aumente a quantidade dos que são fiscalizados pela meta. Em 2012 foram vistoriados 184 empreendimentos. Em 2013, 25% dos empreendimentos de água mineral somavam 211, sendo fiscalizados durante o período 289 empreendimentos, representando um alcance de 136,9% da meta prevista para o ano.

Na meta de fiscalizar todas as concessões de águas minerais em quatro anos, foi estabelecido como quantitativo de fiscalizações 188 vistorias técnicas em concessões de águas minerais, representando 25% do total das minas de águas minerais brasileiras. No período de monitoramento foram realizadas 300 vistorias de empreendimentos de águas minerais.

- **Fiscalizar anualmente 100% dos projetos/empreendimentos de minerais estratégicos (potássio, fosfato, lítio e terras raras)**

Análise Situacional da Meta

A meta visa analisar o suprimento de insumos minerais para fertilizantes, visando a sua ampliação, por meio da fiscalização de concessões de lavra para fosfato e potássio, bem como de lítio e terras raras. No ano de 2012, foram levantados 88 títulos minerários com possibilidade de aproveitamento de minerais estratégicos, mas desse universo foram fiscalizados 16 em razão da maioria não estar em fase de aproveitamento dos minérios, reduzindo consideravelmente a necessidade de vistoria nas áreas. As áreas que foram vistoriadas representam 20% da meta.

Em 2013, foi atingido um percentual de 76,14% da meta prevista, com destaque para as seguintes ações:
- fiscalização das áreas concedidas visando o aumento da oferta e melhor aproveitamento de produtos, co-produtos e subprodutos tidos, atualmente, como estratégicos (potássio, fosfato, elementos de terras raras e lítio) para o desenvolvimento do País;
- aprovação de novas reservas e reavaliação de reservas em concessões já existentes (com destaque para a aprovação da Reserva de Terras Raras da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração – CBMM no município de Araxá, elevando o Brasil para a 2ª maior reserva de terras raras do mundo);
- aprovação e atualização dos planos de aproveitamento econômico em concessões já existentes (com destaque para a aprovação de nova reserva e do plano de aproveitamento econômico para extração de potássio na mina de Taquari – Vassouras, em Sergipe);
- emissão de “Guia de Utilização de Fosfato” para início de produção em áreas em fases de pesquisa ou requerimento de lavra nos Estados de Tocantins, Minas Gerais e Pará;
- abertura de processos de caducidade em áreas ociosas e pedido de renúncias.

Em 2014, foi atingido um percentual de 44,50% da meta prevista, tendo sido fiscalizadas áreas concedidas visando o aumento da oferta e melhor aproveitamento de produtos, co-produtos e subprodutos tidos, atualmente, como estratégicos (potássio, fosfato, elementos de terras raras e lítio) para o desenvolvimento do País. Buscou-se a aprovação de novas reservas e reavaliação de reservas em concessões já existentes. Além, disto, foi constituído Grupo de Acompanhamento de Minerais Estratégicos - GAME formado pelo DNPM/MME (DGTM, DIFIS e DIPLAM) e a SGM/MME (DTTM e DGPM), tendo atuação contínua ao longo do ano reunindo-se periodicamente para analisar o suprimento nacional de insumos minerais para fertilizantes.

Quantidade alcançada

44,5

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementar estudos e projetos de redução de acidentes de trabalho na mineração**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizadas atividades previstas do Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul que, além de trabalhos conjuntos para realização de estudos técnicos sobre segurança em minas

subterrâneas, tem como objetivo a capacitação em assuntos relacionados à Segurança de Mina. Esta parceria visa o melhor conhecimento técnico para as ações de fiscalização, principalmente nas minas de carvão do Sul do Brasil. Trata-se de dois projetos para redução de acidente de trabalho na mineração, que estão em fase inicial e serão desenvolvidos:
- Projeto I: Caracterização Geomecânica da camada Bonito na Bacia Carbonífera de Santa Catarina; e
- Projeto II: Metodologias e tecnologias para o monitoramento de minas subterrâneas de carvão.

O Termo de Cooperação Técnica entre o Departamento Nacional de Produção Mineral e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi firmado e publicado no D.O.U nº 217, de 07/11/2013.

O projeto iniciado no 1º Semestre de 2014 foi o de "Segurança Técnica em Minas Subterrâneas de Carvão" e teve como atividade de capacitação e treinamento conforme o plano de trabalho: i) Métodos de Lavra Subterrânea, com 30 horas; ii) Mecânica de Rochas, com 30 horas; iii) Ventilação e Medição de Poeira em Mina subterrânea, com 30 horas;

Em relação as atividades de caracterização geomecânica da Camada Bonito na Bacia Carbonífera de SC, foram realizadas as seguintes etapas também do projeto de Segurança Técnica em Minas Subterrâneas de Carvão: i) Coleta de amostras para ensaios em laboratório; ii) Descrição de furos de sondagem existentes que sejam representativos das minas; iii) Mapeamento de campo nas minas em termos de estruturas na camada Bonito.

As atividades estão seguindo o plano de trabalho acordado entre o DNPM e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar estudo sobre a eficiência produtiva da indústria mineral brasileira**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram realizadas discussões sobre indicadores que seriam utilizados para definir a linha-base e avaliar o desempenho do setor com relação à eficiência produtiva e energética, no âmbito do Comitê Executivo e Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração, detectando-se deficiências de informações que deverão ser sanadas com a contratação de estudos específicos. Em 2013 foi dada continuidade à discussão de indicadores para o setor mineral no âmbito do Comitê Executivo e Conselho de Competitividade da Indústria da Mineração.

Em 2014, a SGM/MME não obteve êxito nos esforços para a articulação de parcerias e captação recursos para viabilizar a realização dos estudos previstos.

- **Realizar estudos sobre sustentabilidade do aproveitamento dos recursos minerais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, foram concluídos 5 projetos (2 na Região Nordeste e 3 na Centro-Oeste), sendo que um deles trata do lítio na região dos Pegmatitos do Ceará. O lítio é considerado um mineral estratégico, tendo em vista seu uso crescente em baterias recarregáveis. Os outros projetos trazem informações sobre o desenvolvimento da mineração, seja dos granitos exóticos do Ceará, que possuem características próprias de lavra e beneficiamento, seja dos potenciais para minerais oriundos do basalto no Estado de Mato Grosso do Sul.

No ano de 2013 foram realizados 4 projetos de Distritos Mineiros:

i) Carvão em Santa Catarina, com possibilidade de aproveitamento das piritas na produção de enxofre,

ii) Basaltos no Rio Grande do Sul, com possibilidade de aproveitamento em rochagem para o restabelecimento de solo para agricultura, tema que também entra na linha dos estratégicos na área de fertilizantes.
iii) Em Mato Grosso do Sul foram realizados projetos que visaram agregação de valor para areias, assim como o potencial geológico da região para minerais como ametistas e ágatas, devido à similaridade geológica com a região que contém essas jazidas, no Rio Grande do Sul.
iv) No estado do Ceará foi realizado estudo sobre a indústria de agregados para a construção civil na região metropolitana de Fortaleza, com a localização das jazidas e tipos de minérios, que tem avançado junto com outro projeto sobre o aproveitamento de areia de britagem como alternativa tecnológica na construção civil daquela região. Os resultados observados nos projetos têm evidenciado a importância estratégica dessas ações para o desenvolvimento regional e também para a construção de soluções sustentáveis para a pequena mineração nos Distritos Mineiros.
v) Na região Norte foi realizado estudo sobre o Distrito Mineiro do Pitinga (AM), visando avaliar sua potencialidade, principalmente quanto aos chamados elementos terras raras, nos quais o Brasil é dependente. As terras raras e o lítio, juntamente com o fosfato e o potássio, são considerados minerais estratégicos, haja vista a deficiência do país e/ou o crescente uso em equipamentos de alta tecnologia.

Em 2014, foram finalizados os seguintes projetos:
i) Potencial de Ametista no Basalto, e Potencial de Ametista em Rochas do Proterozóico, Digitalização de Mapas Históricos do DNPM – Fase 1 (Região Centro-Oeste); e
ii) Modelamento das Zonas de Alteração Hidrotermal Associadas às Mineralizações de Ouro no Complexo Granítico Lavras do Sul/RS, o qual dará origem a uma publicação.

Destacam-se também os seguintes estudos em curso:
i) No Rio Grande do Sul foi iniciado um projeto sobre rochagem com fins de avaliação de um possível aproveitamento dos rejeitos de pedreiras de agregados na região. No Mato Grosso do Sul tem sido realizado ao longo dos últimos anos projetos com o intuito de verificar o potencial para gemas, principalmente ametista, dada a semelhança geológica com as ocorrências de basalto no Rio Grande do Sul.
ii) No Estado de Goiás há um projeto para a caracterização do setor de areia usada na construção civil. No Ceará tem sido desenvolvido um projeto para o Plano Diretor da Região Metropolitana de Fortaleza, assim como um Convênio com a Universidade Federal do Ceará para a caracterização da areia de britagem como alternativa tecnológica às areias naturais utilizadas na construção civil.
iii) No Rio de Janeiro está sendo desenvolvido um projeto de caracterização geológica-geoquímica da mina de fluorita de Tanguá. Outras ações incluem o Convênio com a AIST do Japão, que focou até o presente momento nos elementos Terras Raras, a participação em grupos de minerais estratégicos junto ao MME assim como a participação no grupo de trabalho para normatização do uso dos pós de rocha como fonte de nutriente.
iv) Destaca-se também convênio firmado com a Universidade Federal do Ceará para análise de Rejeitos da Construção Civil na região metropolitana de Fortaleza, projeto esse proposto para ser finalizado em maio de 2015.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	estudo	6	31/12/2014
Região Nordeste	16	estudo	3	30/06/2014
Região Norte	8	estudo	1	30/06/2014
Região Sudeste	12	estudo	0	30/06/2014
Região Sul	12	estudo	2	31/12/2014

- **Reduzir o tempo de resposta para aquisição e manutenção dos direitos minerários**

Análise Situacional da Meta

A gestão de títulos minerários é um processo essencial para o Setor Mineral, pois por meio do Título está expressa a autorização para o desenvolvimento das atividades de mineração. No PPA 2012-2015 a instituição adotou como Meta, medidas para redução do tempo de resposta nos pedido referentes aos direitos minerários que resultaram na visibilidade da demanda e da produtividade interna, sendo possível uma melhora estratégica na alocação de recursos humanos e financeiros.

Apesar da clareza trazida pelo cálculo da meta, existem diversos fatores ambientais que afetam o desempenho da análise realizada, como exemplo: a análise de processos antigos que aumentam significativamente a quantidade de dias medida; um aumento na quantidade de solicitações sem o acompanhamento em termos de produtividade interna; e interferência com áreas que possuem outras atividades econômicas (oleoduto, portos etc). Há que salientar que em 2013, em razão da proposta do novo marco regulatório, houve inserção de exigências para o processo minerário.

Na Região Norte, principalmente no Estado do Pará, foi observado um maior aumento na quantidade de dias de resposta, totalizando 4.142 dias e impactando na média nacional. A grande quantidade de requerimentos de Permissões de Lavra Garimpeira (PLG) apresenta pendências tais como: problemas de deslocamento de áreas (o requerimento apresentado para uma determinada área é apresentado em uma base cartográfica divergente resultando em inconsistências e erros na localização do título requerido); áreas de conflito (são áreas que conflitam com alguma legislação especifica, como as reservas ambientais, áreas de fronteira, áreas limítrofes de municípios, áreas militares ou com outra destinação de uso econômico); e, por último, áreas indígenas que não podem ser exploradas por falta de legislação, que constitucionalmente deve ser específica.

Na maioria dos casos da Região Norte, como a análise ocorreu em 2013 e a solicitação ocorreu há 20 anos, o peso do tempo decorrido contribui negativamente para a média do tempo de análise; à medida que os processos mais antigos forem avançando para processos mais recentes, o tempo em dias reduzirá e tenderá a se aproximar da meta estabelecida do PPA.

Na Região Centro-Oeste, houve redução do tempo de resposta, resultado das iniciativas adotadas para o aperfeiçoamento do processo de Gestão de Títulos Minerários.

No ano 2014, houve redução do tempo de resposta somente nas regiões do Nordeste e Sul. Nas demais regiões o tempo de resposta aumentou. O tratamento do passivo processual das superintendências colaborou para o aumento do tempo de resposta, por se tratarem de processos com maior tempo de vida.

Quantidade alcançada

406

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	258	d	406	31/12/2014
Região Centro-Oeste	220	d	361	31/12/2014
Região Nordeste	134	d	323	31/12/2014
Região Norte	310	d	512	31/12/2014
Região Sudeste	413	d	567	31/12/2014
Região Sul	227	d	266	31/12/2014

OBJETIVO: 0478 - Assegurar a governança pública eficaz do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A proposta de regulamentação do setor mineral, por meio da elaboração de um novo marco legal para a outorga de direitos minerários, foi concluída e encaminhada ao Congresso Nacional.

O Novo Marco da Mineração (Projeto de Lei nº 5.807/13), de iniciativa do Poder Executivo, foi apresentado à sociedade em 18 de junho de 2013, pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, oportunidade em que o encaminhou, com regime de urgência constitucional, ao Congresso Nacional, para avaliação e aprovação. O PL recebeu 372 emendas parlamentares.

O PL nº 5.807/13 dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) e a Agência Nacional de Mineração (ANM), bem como dispõe sobre os encargos financeiros do titular do direito minerário, como a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), o pagamento pela ocupação ou retenção de área e a parcela do proprietário do solo nos resultados da lavra e dá outras providências.

Para discutir e avaliar as alterações propostas, a Câmara dos Deputados criou a Comissão Especial do PL nº 37/11, ao qual foi apensado o Projeto de Lei nº 5.807/13. A Comissão Especial promoveu ciclos de audiências públicas em Brasília e em outros Estados da Federação, para debater, analisar e colher sugestões dos diversos atores da sociedade ligados ao setor mineral, com o intuito de aperfeiçoar o texto final a ser submetido à aprovação do Congresso Nacional.

Em 2013, a Comissão Especial elaborou um substitutivo ao Novo Marco, o qual ainda não foi votado pelos parlamentares.

Metas 2012-2015

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Decreto sobre Recursos e Reservas**

  Análise Situacional da Meta

  Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Decreto continua em discussão. Em 2014 não houve avanço nas discussões da proposta do Decreto.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Garantia para Financiamento por Direitos Minerários**

  Análise Situacional da Meta

  Meta em andamento tendo em vista que a matéria objeto da proposta está incluída no Projeto de Lei n° 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional. Até 31/12/2014, o Projeto de Lei nº 5.807/2013 ainda não havia sido votado.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Faixa de Fronteira**

  Análise Situacional da Meta

  A matéria está em discussão no âmbito da Secretaria de Segurança Institucional da Presidência da República. Em 2014 não houve avanço nas discussões da proposta do Projeto de Lei.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de Projeto de Lei - PL sobre Mineração em Terras Indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  O Projeto de Lei n° 1.610/1996, do Senado Federal, está atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados. Meta em andamento tendo em vista que a proposta de Projeto de Lei encontra-se no Congresso Nacional. Em 2014 não houve avanço da proposta.

- **Concluir, acompanhar e aprovar a proposta de revisão da política de participação governamental ("royalties")**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento tendo em vista que a proposta de revisão da política de participação governamental está inclusa no PL nº 5.807/13 que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração encaminhado ao Congresso Nacional. Até 31/12/2014, o Projeto de Lei nº 5.807/2013 ainda não havia sido votado.

- **Criar e reestruturar as instituições governamentais do setor mineral vinculadas ao Ministério de Minas e Energia em decorrência do novo modelo regulatório**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento. A reestruturação do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – entidades vinculadas ao Ministério de Minas e Energia – está contemplada no Projeto de Lei n° 5.807/2013, que trata do Novo Marco Regulatório da Mineração, atualmente em fase de tramitação no Congresso Nacional. Por sua vez, em 2014 o Termo de Referência para o estudo para a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), a ser realizado no âmbito do Projeto META, em parceria com o Banco Mundial, foi enviado para análise do Banco Mundial e aguarda publicação de não objeção. Após, será composta a comissão de licitação para encaminhamentos visando futura contratação.

- **Desenvolver planos estaduais e municipais de mineração**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento. Convênio celebrado em junho de 2012 com a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Pará (Seicom), que consistiu na realização de oficinas e estudos específicos com objetivo de elaborar e divulgar o Plano de Mineração do Estado do Pará 2013-2030. Tal iniciativa visou estimular o estabelecimento de políticas estaduais de mineração, inserindo o setor mineral na socioeconomia do Estado. O referido convênio encontra-se em fase de prestação de contas.

No final de 2013 foi firmado convênio para a elaboração de “Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Maranhão”, que tem por objetivo aprofundar o conhecimento das potencialidades minerais e identificar os principais entraves ao desenvolvimento sustentável da mineração, sendo utilizados como ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas e de planos de ação daquele Estado.

Em 31/12/2014, a SEICOM encaminhou a prestação de contas para análise e o Convênio com o Estado do Maranhão teve sua vigência encerrada.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	5	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	5	unidade	1	31/12/2014
Região Sudeste	5	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	5	unidade	0	31/12/2014

- **Realizar estudo e implementar a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - SGM/MME em decorrência das mudanças no modelo regulatório**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento visto que se aguarda o encaminhamento no âmbito do Projeto META (Banco Mundial), para contratação de estudo para a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), do Ministério das Minas e Energia.

Em 2014 o Termo de Referência para o estudo para a reorganização da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM), a ser realizado no âmbito do Projeto META, em parceria com o Banco Mundial, foi enviado para análise do Banco Mundial e aguarda publicação de não objeção. Após, será composta a comissão de licitação para encaminhamentos visando futura contratação.

OBJETIVO: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem metas relacionadas às micro e pequenas empresas individualizadas e organizadas em Arranjos Produtivos Locais (APLs) de base mineral, associações e cooperativas de mineração. Destacam-se as atividades desenvolvidas pela Rede APL Mineral e parceiros, como seminários, premiações, lançamento de publicação e realização de premiações de melhores práticas.

Neste sentido, está em andamento a contratação de consultoria técnica para o Projeto META – "Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil" (TR-30) que se coaduna com as políticas do setor mineral. O Projeto META (TR-30) contribuirá com dados e informações necessárias para o direcionamento de políticas públicas relativas ao setor mineral, em áreas ou zonas com vocação para o desenvolvimento da atividade minerária.

Em 2014, a SGM assinou um acordo de cooperação técnica com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP. Com a vigência do acordo de cooperação técnica, vislumbra-se o aprimoramento da relação com as cooperativas atuantes na área mineral e ainda um estímulo para a formalização, capacitação e organização da atividade produtiva, principalmente na mineração em pequena escala, em várias regiões do País, relacionadas ou não com Aglomerados Produtivos e Arranjos Produtivos Locais – APL.

Entre 2012 e 2014, foram apoiados 28 APLs de base mineral, com ações de programas do Ministério das Minas e Energia e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, sendo 1 na Região Norte, 12 na Região Nordeste, 3 na Região Centro-Oeste, 9 na Região Sudeste, e 3 na Região Sul. Neste período, também foram apoiados 5 APLs de Base Mineral em processo de formação.

Metas 2012-2015

- **Capacitar técnica, ambiental e gerencialmente trabalhadores de micro e pequenas empresas, associações e cooperativas de mineração**

  Análise Situacional da Meta

  O Governo brasileiro formalizou empréstimo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD para custear a 1ª Fase do Projeto de Assistência Técnica dos Setores de Energia e Mineral – Projeto META e pretende aplicar parte dos recursos para a contratação de serviços de consultoria. Nesse sentido, aprovou a publicação em jornais de grande circulação nacional de Manifestação de Interesse com objetivo de selecionar empresas de consultoria para realizar o "Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil". Os produtos desenvolvidos no âmbito da referida contratação deverão proporcionar: maior conhecimento sobre a mineração em pequena escala; melhor governabilidade do setor; iniciativas para melhorar o desempenho ambiental e técnico e o desenvolvimento socioeconômico; o estabelecimento de parcerias mais eficazes; renda aceitável por meio de práticas produtivas de mineração que fortaleçam a infraestrutura e os serviços locais; desenvolvimento de melhores práticas; e conhecimento dos impactos gerados pelas práticas da mineração.

O edital, lançado em 2013, está em andamento, na fase de elaboração da “lista curta”, prevendo-se a contratação da empresa vencedora no primeiro semestre de 2014.

No âmbito do Projeto META de assistência técnica dos setores de energia e mineral, com recursos do Banco Mundial, a SGM/MME lançou, em 2013, o edital do Projeto Inventário e Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Pequena Mineração no Brasil, que subsidiará as ações de políticas públicas com vistas à formalização da pequena mineração. O prazo para envio das manifestações de interesse para o TDR-30 iniciou-se 8/11/2013, sendo que as Manifestações de Interesse foram acolhidas até 06/12/2013. Houve manifestação de interesse por parte de quatorze empresas.

Em 2014, houve alterações realizadas no Termo de Referência nº 30 (TR), “Contratação de Consultoria para Realizar o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Mineração em Pequena Escala no Brasil”, de modo a atender as solicitações do Banco Mundial. Devido a requisitos estabelecidos nas diretrizes do Banco Mundial, houve mudança no prazo para a execução dos serviços abreviando-se para 540 dias.

O processo do TR-30 sofreu mais um atraso em 2014, tendo em vista uma nova orientação imposta pelo BIRD segundo a qual deveria ser obedecido um critério de distribuição geográfica para seleção de empresas, com divulgação de uma nova MI em setembro/2014, onde vinte e uma empresas manifestaram interesse. Após a divulgação desta MI, a contratação encontra-se em nova fase de seleção de lista curta de empresas. O prazo para cumprimento da meta não é passível de definição por estar condicionado às analises e diretrizes do Banco Mundial, porém espera-se que o processo de contratação seja concluído no primeiro semestre de 2015.

Ainda, em 2014, a SGM assinou um acordo de cooperação técnica (Processo 48000.001066/2013-76) com a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP (Diário Oficial da União – DOU em 3 de abril de 2014), visando o aprimoramento da relação com as cooperativas atuantes na área mineral e ainda um estímulo para a formalização, capacitação e organização da atividade produtiva, principalmente na mineração em pequena escala, em várias regiões do País, relacionadas ou não com Aglomerados Produtivos e Arranjos Produtivos Locais – APL.

- **Consolidar Arranjos Produtivos Locais - APLs atualmente apoiados pela RedeAPLmineral**

Análise Situacional da Meta

As seguintes ações de apoio a projetos de APLs consolidados foram implementadas:

Em 2012:

i) Acordo de Cooperação Técnica entre a SGM/MME e Associação Nacional da Indústria Cerâmica (Anicer);

ii) Apoio a dois Projetos pelo MCTI: APL de Rochas Bege Bahia, na Bahia, e APL de Cerâmica de Revestimento de Campo Largo, no Paraná;

iii) Apoio ao APL de Gesso de Pernambuco por meio do Fundo Setorial Mineral (CT Mineral); e

iv) APLs de Cerâmica do Seridó paraibano (PB) e potiguar (RN) - APL de Cerâmica Vermelha de Parelhas (RN) e APL de Cerâmica Vermelha de Patos (PB), no âmbito do projeto de Eficiência Energética nas Pequenas Cerâmicas do Brasil - Projeto EELA, financiado pela Consude/Suíça e Suisscontact.

Em 2013:

i) APL Cerâmica Vermelha do Norte Goiano recebeu apoio da SGM para realização de Estudo de Avaliação, Construção de Cenários e Prospecção de Futuro para o APL;

ii) Celebração do Acordo de Cooperação Técnica com o Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos:

- Apoio ao desenvolvimento e estruturação dos seguintes APLs de Gemas, Joias e Afins: APL do Pará ; APL de São

José do Rio Preto (SP); do RS; APL Joia Carioca (RJ); APL de Gemas, Joias e Artesanato Mineral de Cristalina (GO); APL de Opala do Piauí; APL de Bijuteria de Belo Horizonte (MG); e APL de Folheados de Limeira (SP).
- Coordenação do Grupo de Trabalho Setorial de Gemas, Joias e Afins vinculado ao Comitê Temático APLs de Base Mineral, subordinado ao GTP-APL.
- I Workshop de Integração dos APLs de Gemas, Joias e Afins, na UFES, em Vitória, ES;
iii) Oficinas da RedeAPLmineral e CT APL Mineral realizadas em Cristalina (GO), no APL de Gemas, Joias e Artesanato Mineral de Cristalina (GO) e no Morro da Fumaça (SC), no APL de Cerâmica Vermelha do Morro da Fumaça (SC);
iv) Realização do X Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VII Encontro da RedeAPLmineral, em Vitória (ES), com apoio à participação de lideranças e gestores do setor e lançamento da publicação RedeAPLmineral em Destaque;
v) Prêmio Melhores Práticas 2013 em APLs de Base Mineral com a participação dos seguintes APLs de Base Mineral: Cerâmica Vermelha do Morro da Fumaça (SC); Gemas, Joias e Afins do Rs; Gemas e Joias Carioca (RJ); Agrominerais do Sudoeste Goiano; e em Pegmatitos do Vale do Jequitinhonha (MG).

Em 2014:
i) Estabelecimento de Acordo de Cooperação Técnica entre a SGM/MME, Sindusgesso e SESI – Departamento Nacional;
ii) Realização do projeto apoiado pela SGM/MME para Avaliação, Construção de Cenários e Prospecção de Futuro para o APL Cerâmica Vermelha do Norte Goiano – GO;
iii)No âmbito da parceria com o IBGM foram realizados, financiado por projeto do SEBRAE Nacional:
- Planejamento estratégico e Plano de ações e 7 APLs de Gemas, Joias e Afins;
- II e III Workshops de Integração para 8 APLs de Gemas, Joias e Afins, realizados respectivamente, no Estado do Rio Grande do Sul e em Belém/PA: APLs de Gemas, Joias e Afins: APL do Pará; APL de São José do Rio Preto (SP); do RS; APL Joia Carioca (RJ); APL de Gemas, Joias e Artesanato Mineral de Cristalina (GO); APL de Opala do Piauí; APL de Bijuteria de Belo Horizonte (MG); APL de Gemas, Joias e Artefatos de Teófilo Otoni (MG) e APL de Folheados de Limeira (SP) .
iv) Continuação do projeto apoiado pela SGM/MME para realização de Estudo de Avaliação, Construção de Cenários e Prospecção de Futuro para o APL, utilizando a metodologia do Processo Prospectivo para desenvolvimento sustentável do APL Cerâmica Vermelha do Norte Goiano – GO;
v) APL Cerâmica Vermelha do Norte Goiano - As empresas TELHAS ESTRELA e Cerâmica Santo Antônio receberam recursos do Governo Federal (FINEP e MCTI) e do Estado de Goiás para o desenvolvimento de um novo modelo de telha;
vi) Realização do XI Seminário Nacional de APLs de Base Mineral e VIII Encontro da RedeAPL Mineral, em Criciúma.

APL's atendidos:

i) Região Centro-Oeste:
- Cerâmica Vermelha Terra cozida do Pantanal (MS)
- Gemas, Joias e Artesanato Mineral de Cristalina (GO)
- Cerâmica Vermelha Norte Goiano (GO)
ii) Região Norte:
- Gemas, Joias e Afins do (PA)
iii) Região Nordeste:
- Cerâmica Vermelha de Parelhas (RN)

- Cerâmica Vermelha de Patos (PB)
- Gesso de Pernambuco (PE)
- Opala do Piauí (PI)
- Quartzito PB (RN)
- Rochas Ornamentais Bege Bahia (BA)
- Pegmatitos do RN/PB
- Cerâmica do Seridó Paraibano (PB)
- Cerâmica do Seridó Potiguar (RN)
- Cerâmica Vermelha do Agreste Sergipano (SE)
- Cerâmica Vermelha do Sul Sergipano (SE)
- Cerâmica Vermelha do Baixo São Francisco(SE)

iv) Região Sul:

- Cerâmica de Revestimento de Campo Largo (PR)
- Gemas, Joias e Afins do RS
- Cerâmica Vermelha do Morro da Fumaça (SC)

v) Região Sudeste:

- Ardósia de Papagaios (MG)
- Bijuteria de Belo Horizonte (MG)
- Folheados de Limeira (SP)
- Gemas, Joias e Artefatos de Teófilo Otoni (MG)
- Joias e Afins de São José do Rio Preto (SP)
- Quartzito de São Tomé das Letras (MG)
- Rochas Ornamentais do Espírito Santo (ES)
- Pegmatitos do Vale do Jequitinhonha (MG)
- Joia Carioca (RJ)

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	3	31/12/2014
Região Nordeste	15	unidade	12	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	1	31/12/2014
Região Sudeste	20	unidade	9	31/12/2014
Região Sul	8	unidade	3	31/12/2014

- **Consolidar as cooperativas, associações e distritos mineiros**

Análise Situacional da Meta

Os Projetos de APLs desenvolvidos tiveram atuação em todas as Regiões do Brasil e contribuíram para o desenvolvimento da atividade minerária. Para isso, foram realizados seminários e oficinas com o objetivo de difundir o conhecimento mineral para fins de regularização e formalização. As ações desenvolvidas em áreas com demandas históricas de pendências em relação a questões de sustentabilidade, como Morro da Fumaça (SC), Pádua (RJ) e Pirenópolis (GO) registraram significativos avanços na atividade de extração mineral e melhoria geral da competitividade e sustentabilidade.

Os projetos desenvolvidos tomam como premissa a melhoria e fortalecimento de diversas cadeias produtivas locais e regionais e construção de soluções na área de concessão de títulos, com a viabilização de desmembramento vertical de

áreas de exploração de argila e exploração de carvão, um modelo desenvolvido que permite em uma mesma área, dadas as características de cada substância explorada, que ambas sejam extraídas de forma concomitante e sem interferência de uma na extração na outra. Esse modelo, precedido de estudos e projetos, pode ser replicado em outras regiões do Brasil e, assim, viabilizar diversas atividades de extração de argilas e agregados, garantindo o suprimento de materiais para a cadeia da construção civil e de cerâmica vermelha, produtos considerados estratégicos em função da sua demanda.

Os projetos são implementados de forma direta e contam com palestras e oficinas que permitem uma maior disseminação de conhecimento e difusão das exigências para a sustentabilidade legal da atividade minerária.

Com o intuito de agregar valor à produção local, alguns projetos objetivam apoiar o ordenamento mineral da atividade e as suas implicações no ordenamento territorial, contribuindo para a maximização do aproveitamento do potencial mineral regional.

O modelo de atuação busca realizar as ações de diagnóstico inicial/estudo de áreas – direitos minerários; análise legal dos títulos; avaliação geral da sustentabilidade do projeto (social, legal e ambiental); regularização/formalização; difusão tecnológica; difusão técnicas gerenciais; agregação de valor; legalização/regularização; cooperativismo / associativismo; estudos de mercado/cadeia produtiva; inserção no APL e fortalecimento da governança.

Os 12 Projetos finalizados em 2012 foram: Projeto Cristalina (GO); Formalização, Extensionismo e Sustentabilidade em Cavalcante (GO); participação no ciclo de eventos do setor mineral no Distrito Federal; verificação e regularização de posicionamento das áreas tituladas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – Superintendência do Rio Grande do Sul – DNPM/RS; práticas de sustentabilidade e competitividade da mineração no Mato Grosso; caracterização geral do fechamento de minas no Mato Grosso; o DNPM e a comunidade mineral do Estado de São Paulo, em Tatuí (SP); o DNPM e a comunidade mineral do estado de São Paulo, em Santa Gertrudes (SP); formalização da mineração de argila e da produção oleira, em Cássia (MG); formalização da produção de artesanato em pedra-sabão com tecnologias limpas em Mata dos Palmitos, em Ouro Preto (MG); regularização e fomento à formação da Cooperativa de Ceramistas de Biribeira e Litoral Norte, na Bahia; e organização e formalização das atividades de extração de argila no Baixo Jaguaribe, no Ceará.

Os 9 Projetos finalizados em 2013 foram: Termo de Ajustamento de Conduta – TAC Pirenopólis/GO; TAC Pádua/RJ; Morro da Fumaça/SC; Palestra e apoio para convênio Alagoas/Al; Ciclo de Palestras São Paulo/SP; Palestras Acre/AC; Palestras DF (Senado, Câmara, DNPN/Sede-Esc. Téc.Paracatu)/DF; Projeto de Esmeraldas Monte Santo de Tocantins/TO; Organização e formalização das atividades de extração de argila no baixo Jaguaribe/CE.

Os projetos finalizados em 2014 foram: o Estudo das condições de estabilidade no Distrito Mineiro de Ametista do Sul/RS; Cadastramento de Olarias na Região Centro-Oeste; e a Verificação e regularização de posicionamento das áreas tituladas pelo DNPM na Região Sudeste. Destacam-se as seguintes ações em andamento:

- Participação no Processo Prospectivo do APL de Cerâmica Vermelha do Norte de Goiás
- Apoio a operacionalização do convênio DNPM/SEPLANDE-Governo de Alagoas na regularização da extração artesanal de pedras
- No Rio de Janeiro destaca-se apoio aos seguintes APL: Cerâmica em Campos, Rochas ornamentais em Santo Antônio de Pádua e areia em Piranema
- Diagnóstico setor argilo-mineral do Amazonas
- Ações de apoio a Cooperativa de garimpeiros de Cristalina (orientação nos processos minerários e manutenção dos mesmos, quanto a CFEM)

- Desenvolvimento de estudo para estimular a adoção de modelo cooperativado de lavra de argilas para atender o setor ceramista
- Palestra em Goiânia para o setor de cerâmica sob gestão do DNPM/GO.
- Apoio a cooperativas na Bahia do setor mineral
- Apoio ao setor de calcário no nordeste do Ceará
- Diagnóstico do mercúrio em Tapajós/PA

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	unidade	8	31/12/2014
Região Nordeste	16	unidade	4	31/12/2014
Região Norte	8	unidade	2	31/12/2014
Região Sudeste	12	unidade	7	31/12/2014
Região Sul	12	unidade	3	31/12/2014

- **Organizar e desenvolver Arranjos Produtivos Locais - APLs em processo de formação atualmente apoiados pela RedeAPLmineral**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram apoiados a estruturação e o desenvolvimento dos seguintes APLs de Base Mineral:

i) instituição do APL de Agrominerais do Sudoeste Goiano/GO, tendo como cidade polo Jataí/GO, com apoio de Projeto FINEP denominado de ROCKAPL, coordenado pela Embrapa Cerrados; e

ii) instituição do APL de Areia de Piranema/ RJ, nos municípios de Seropédica e de Itaguaí do RJ, apoiado por projeto da FAPERJ, que propõe um sistema de gestão ambiental para a região e é executado pelo Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Os diversos agentes envolvidos no setor de mineração de areia de Piranema fazem parte desse APL, incluindo-se as prefeituras dos municípios de Seropédica e Itaguaí, os representantes das comunidades afetadas, os consumidores e os órgãos reguladores: Departamento de Recursos Minerais – DRM, o Instituto Estadual do Ambiente – Inea, o DNPM, UFRJ, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae/RJ e o Sindicato de Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro – Simarj.

Em 2013, foram apoiados a estruturação e o desenvolvimento dos seguintes APLs de Base Mineral, em parceria com o DNPM:

i) Desenvolvimento do APL na exploração da Extração Artesanal de Granitos da Zona da Mata de Alagoas; e

ii) APL da Indústria de Cerâmica Vermelha de São Miguel do Guamá/PA.

Em 2014, foi apoiada a estruturação e o desenvolvimento dos seguintes APLs de Base Mineral, em parceria com o Núcleo Estadual de Apoio aos APLs de Alagoas, especialmente, o APL de Cerâmica Vermelha de Alagoas.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	30/06/2014
Região Nordeste	12	unidade	2	31/12/2014
Região Norte	10	unidade	1	30/06/2014
Região Sudeste	13	unidade	1	30/06/2014
Região Sul	3	unidade	0	30/06/2014

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de Reservação de Água	milhão de m³	28/05/2013	29.300	19/12/2014	29.820
Quilometragem de Adução de Água	km	28/05/2013	2.039	19/12/2014	2.768,79

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Neste Objetivo encontram-se obras estruturantes para oferta de água (adutoras, barragens e sistemas integrados de abastecimento), planejadas para resolver por longo período problemas associados ao déficit hídrico para as localidades beneficiadas. Essa linha de ação é complementada por outras atuações federais constantes do PPA, e importantes para que a universalização do acesso à água potável seja alcançada. É o caso do Água Para Todos, presente no Programa Saneamento Básico e no Programa Segurança Alimentar e Nutricional (construção de poços, cisternas e sistemas simplificados de abastecimento de água), focado no alcance da população de baixa renda residente em comunidades rurais esparsas.

O foco para a realização das obras são as regiões de maior déficit hídrico do País, dentre as quais se destaca, pela gravidade da situação, o semiárido. A maior parte das intervenções aqui incluídas integra a carteira de investimentos do PAC, revelando a importância que assumem na estratégia de atuação do governo federal.
As seguintes obras foram concluídas em 2012:

(a) Adutora do Oeste (PE) com 292 km - Municípios de Parnamirim, Ouricuri, Trindade, Araripina, Ipubi, Bodocó, Exu, Timorante, Morelândia e Granito, beneficiando 274 mil habitantes;

(b) Adutora do Algodão (BA) - A primeira etapa foi entregue em 2012, sendo 67 km da adutora principal e 197 km de adutoras secundárias, com a captação no Rio São Francisco no Município de Malhada, e com capacidade de vazão de 450 litros/s. Com isso, 226 mil pessoas tiveram oportunidade de acesso ao abastecimento de água nos municípios de Malhada (sede e distrito de Julião), Iuiú, Palmas de Monte Alto, Guanambi (sede e distritos de Mutãs e Ceraíma), Candiba (sede e distrito de Pilões), Pindaí (sede e distrito de Guirapá), Matina e Caetité (localidade Pajeú do Vento);

(c) Sistema Adutor Cafarnaum (BA) com 168 km – Municípios de Cafarnaum, Barro Alto e Canarana, beneficiando 38 mil habitantes; e

(d) Sistema Adutor do Seridó (RN) com 31 km – Municípios de Currais Novos e Acari, beneficiando 66 mil habitantes.

Em 2013, foram concluídas as seguintes obras:
(a) Sistema Adutor Piaus (PI) com 111 km, que abrange os Municípios de São Julião, Campo Grande, Fronteiras, Pio IX, Vila Nova do Piauí, beneficiando 25 mil habitantes;

(b) Barragem Figueiredo (CE), executada no Rio Figueiredo, com acumulação de 520 hm3 de água para controle de cheia do baixo Vale do Rio Jaguaribe, abastecimento humano, irrigação e piscicultura, a qual abrange os núcleos urbanos Alto Santo, Iracema e Potiretama, com benefício potencial a 32 mil habitantes.

Em 2014, foram concluídas a 1ª Etapa do Sistema Siriji (PE), a 1ª Etapa da Adutora Pajeú, a Implantação de Nova Captação para o Sistema Cabrobó (PE), e as Etapas I e II do Trecho V do Eixão das Águas. Além disso, destacam-se os seguintes avanços:
(a) Cinturão das Águas (CE) – Está no PAC a Implantação do Trecho I do Projeto do Cinturão das Águas. O Cinturão, que em 2014 alcançou 10% de execução física, consiste num sistema adutor com extensão aproximada de 1.294 km, quase que integralmente gravitário. O intuito do projeto é aduzir parcela das vazões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco para 80% do território do Ceará, beneficiando 95% da população do Estado (aproximadamente 8 milhões de pessoas);

(b) Canal da Vertente Litorânea (PB) – Implantação dos trechos I e II do sistema adutor Vertente Litorânea Paraibana, com aproveitamento das águas oriundas do Projeto de Integração do São Francisco, composto por canais, adutoras, túneis e estações elevatórias, visando abastecimento humano. Abrange 11 municípios situados na planície costeira da Paraíba, e beneficia 200 mil habitantes. Em 2014, o empreendimento atingiu 28% de execução física;

(c) Canal do Sertão (AL) – Implantação dos trechos I, II, III e IV de canal adutor com captação no rio São Francisco e da adutora do Alto Sertão, visando abastecimento humano e irrigação. O projeto do Canal do Sertão abrange 42 municípios entre Delmiro Gouveia e Arapiraca e beneficiará 1 milhão de habitantes. Em 2013 foram concluídos os trechos I e II (64 km de canal), que foram inaugurados em 12/03/2013. Em 2014, foram concluídas as obras civis da subestação;

(d) O Sistema Adutor do Agreste abrange a construção de Adutora com 1.050 km de extensão, estações elevatórias, reservatórios e tubulações que visam garantir a oferta de água para o abastecimento das populações residentes em diversos municípios do Estado de Pernambuco, destacando-se: Pesqueira, São Bento do Una, Garanhuns, Caetés e Bom Conselho. Das cinco etapas previstas para o projeto, no momento focaliza-se a implantação da Etapa I e da 1ª fase da Etapa II da Adutora, derivada do Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF). A conclusão das obras está prevista para julho de 2015;

(e) A 2ª Etapa da Adutora do Algodão (BA) – Trecho Caetité/Maniaçu (BA), com 89,2 km de extensão, por meio de parceria com a Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA, que deverá beneficiar mais de 50 mil pessoas. O empreendimento tem como objetivo principal ampliar e melhorar o abastecimento de água nos Municípios de Caetité (sede e as localidades Velha Rita, Tanque do Caldeirão, Capoeira de Dentro, Rio Grande, Vargem, Lagoa de Fora, Lagoa

de Dentro, Maniaçu e Brejinho das Ametistas), Guanambi (distrito de Morrinhos), Lagoa Real e Rio do Antônio (distrito de Ibitira). A autorização das obras foi assinada em junho de 2012 e sua conclusão está prevista para o primeiro semestre de
2015;

(f) A Barragem de Atalaia (PI), com volume de acumulação de 211,1 milhões de m³ de água, apresenta potencial para abastecimento humano, projetos de irrigação e piscicultura, pretendendo elevar o crescimento da renda para a população beneficiada. A partir da sua futura interligação com adutoras, serão alcançados aproximadamente 30 mil habitantes dos Municípios de Sebastião Barros, Corrente e Cristalândia do Piauí e cidades circunvizinhas. A conclusão está prevista para dezembro de 2015;

Também faz parte deste Objetivo, o Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF, que atenderá aos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O projeto é constituído por dois Eixos, Norte (252 km) e Leste (217 km), que, por meio de túneis, canais, aquedutos e barragens, deverão levar água aos referidos Estados. Trata-se da principal obra de infraestrutura de abastecimento em execução no país, e objetiva garantir, em conjunto com suas obras complementares, segurança hídrica para 12 milhões de habitantes de 390 municípios do Agreste e do Sertão dos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Ao mesmo tempo em que busca garantir o abastecimento por longo prazo de grandes centros urbanos da região (Fortaleza, Juazeiro do Norte, Crato, Mossoró, Campina Grande, Caruaru e João Pessoa) e de centenas de pequenas e médias cidades inseridas no semiárido, o projeto beneficia áreas do interior do Nordeste com razoável potencial econômico, importantes no âmbito de uma política de desconcentração do desenvolvimento nacional.

Do escopo da obra, até o final de 2014, foram executados 69,2% (69,6% do Eixo Leste e 69,0% do Eixo Norte).

Metas 2012-2015

- **Regularizar a oferta de água para os sistemas de abastecimento**

  Análise Situacional da Meta

  A meta constante no PPA 2012-2015 é a de regularizar a oferta de água para sistemas de abastecimento em 297 municípios. Nesse sentido, em 2012 foram implantados 756 km de adutoras envolvendo 25 municípios da Região Nordeste, beneficiando aproximadamente 414 mil habitantes. Foram concluídas as seguintes obras nesse exercício:

  (a) Adutora do Oeste (PE) com 292 km - Municípios de Parnamirim, Ouricuri, Trindade, Araripina, Ipubi, Bodocó, Exu, Timorante, Morelândia, Santa Cruz, Santa Filomena e Granito, beneficiando 274 mil habitantes;

  (b) Sistema Adutor Cafarnaum (BA) com 168 km – Municípios de Cafarnaum, Barro Alto e Canarana, beneficiando 38 mil habitantes; e

  (c) Sistema Adutor do Seridó (RN) com 31 km – Municípios de Currais Novos e Acari, beneficiando 66 mil habitantes;
  (d) Adutora do Algodão – 1ª Etapa (BA), atendendo 226 mil pessoas ao longo da área de influência do sistema,

situadas em 8 municípios: Malhada, Iuiú, Palmas de Monte Alto, Candiba, Pindaí, Matina, Guanambi e Caetité.

Em 2013, as obras concluídas foram:

(a) Sistema Adutor Piaus (PI) com 111 km, o qual abrange os municípios de São Julião, Campo Grande, Fronteiras, Pio IX, Vila Nova do Piauí, beneficiando 25 mil habitantes;

(b) Barragem Figueiredo (CE), executada no Rio Figueiredo, com acumulação de 520 hm3 de água para controle de cheia do baixo Vale do Rio Jaguaribe, abastecimento humano, irrigação e piscicultura, a qual abrange os núcleos urbanos Alto Santo, Iracema e Potiretama, beneficiando 32 mil habitantes;

Ressalte-se que o alcance desta meta até 2013 foi de 33 municípios, e não de 31, conforme divulgado anteriormente. Em 2014, foram concluídas as seguintes obras:
• 1ª Etapa do Sistema Siriji (PE) – 1ª etapa do Sistema Integrado de Abastecimento de Água composto por captação, estação elevatória de água bruta, ETA, estação elevatória de água tratada e adutoras (44 km). Abrange os municípios de

Aliança, Buenos Aires e Vicência, em Pernambuco, e beneficiando 80 mil habitantes;

• Adutora Pajeú - 1ª etapa (PE) – Adutora Pajeú - 1ª etapa (PE) – Construção da etapa I de sistema adutor com 197 km, para fins de abastecimento humano, composto de captação no Lago de Itaparica em Floresta (PE), estações de bombeamento, reservatórios e tubulações até Afogados da Ingazeira (PE). Esta etapa encontra-se operando e beneficiando as cidades Floresta, Serra Talhada, Calumbi, Flores, Carnaíba e Afogados da Ingazeira, bem como os distritos de Carqueja e Canaã.

A 2ª etapa da obra encontra-se em fase inicial de execução, e irá beneficiar mais 14 cidades de Pernambuco e 8 municípios na Paraíba.

• Implantação de Nova Captação para o Sistema Cabrobó (PE) – Instalação de três conjuntos motobombas e adutora de água bruta, interligado à estação de tratamento de água, visando o abastecimento humano. Abrange o município Cabrobó, em Pernambuco, e beneficia 40 mil habitantes.

• Eixão das Águas – Trecho V – Etapas I e II (CE): 55 km de adução entre o açude Gavião e o Porto de Pecém abrangendo os municípios de Pacatuba, Maranguape, Caucaia e São Gonçalo do Amarante, visando ao abastecimento humano e uso industrial.

Das obras previstas para serem concluídas em 2015, destacamos as seguintes:

• Vertente Litorânea – Trechos I e II (PB) – Esse empreendimento corresponde à implantação de sistema adutor com aproveitamento das águas oriundas do Projeto de Integração do Rio São Francisco, e será composto por canais, adutoras, túneis e estações elevatórias. Atenderá onze municípios situados na planície costeira da Paraíba, beneficiando 200 mil habitantes;

• 2ª etapa da Adutora do Algodão (BA) – A implantação ocorrerá a partir da estação elevatória situada na estação de tratamento de água de Ceraíma. Será composto por 82,9 km de adutoras, estações de tratamento de água, estações de tratamento de lodo e casas de cloração, e deverá beneficiar cerca de 90 mil pessoas no Estado da Bahia;

• Adutora João Leite (GO) – Sistema de produção de água composto por captação na Barragem João Leite, estação elevatória de água bruta com capacidade de 4 m³/s e adutora de água bruta (2 km). Abrange a Região Metropolitana de Goiânia, em Goiás, e beneficiará 1,9 milhão de habitantes;

• Sistema Alto Oeste (RN) – Implantação do sistema adutor composto por 2 captações, 2 ETAs, 18 estações elevatórias, booster, reservatórios, chafariz e adutoras, com 288 km, abrangendo 22 municípios na região de Alexandria, no Rio Grande do Norte, e beneficiará 137 mil habitantes;

Considerando os empreendimentos concluídos em 2012, que beneficiaram 25 municípios, os concluídos em 2013, beneficiando mais 8 municípios, e os concluídos em 2014, que beneficiaram 14 municípios, conclui-se que esta meta alcançou 47 municípios.

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	município	0	31/12/2014
Região Nordeste	250	município	47	31/12/2014
Região Sudeste	37	município	0	31/12/2014
Região Sul	8	município	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A revitalização de infraestruturas hídricas prevê a recuperação de estruturas danificadas ou com capacidade reduzida, a sua modernização e ampliação, bem como sua regularização documental e ambiental. Desta forma, são executadas obras para recuperação das infraestruturas hídricas; atividades de prestação de assistência técnica para elaboração de estudos de regularização de segurança, fundiária e ambiental; modernização de novos sistemas que garantam a otimização e a

atualização do empreendimento. As infraestruturas hídricas compreendem sistemas adutores e de transposição de bacias, barragens e reservatórios, e poços profundos.

Barragem é uma importante infraestrutura de desenvolvimento que consiste em uma barreira artificial construída em um vale, objetivando o armazenamento da água a ser utilizado para diversos fins: regularização de vazão, controle de cheias, abastecimento humano e industrial, produção de energia, irrigação, retenção de resíduos minerais e industriais, piscicultura, lazer, entre outros. Este tipo de infraestrutura é uma obra de engenharia complexa, que esta sujeita a riscos geológicos, hidrológicos e técnicos que podem gerar acidentes com grandes danos sociais, econômicos e ambientais, incluindo perdas de vidas.

O Objetivo 0480 foi priorizado para revitalização de barragens, devido ao risco à perda de vidas humanas, porém foi registrada a necessidade de recuperação de adutoras e poços de propriedade dos Estados.

A Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), instituída pela Lei 12.334/2010, objetiva garantir a observância de padrões de segurança das barragens, através da fiscalização do poder público sobre o empreendedor, de maneira a reduzir a possibilidade de acidentes e suas consequências, em especial, junto à população potencialmente afetada. Basicamente a PNSB define: as características das barragens que se enquadram na nova politica, os instrumentos de controle e monitoramento, a competência dos fiscalizadores, e as responsabilidades do empreendedor da barragem.

A Lei determina ao empreendedor a responsabilidade legal pela segurança da barragem, cabendo-lhe o desenvolvimento de ações para garanti-la, que inclui: i) a operação e manutenção; ii) a inspeção periódica; e iii) a elaboração, divulgação e atualização do Plano de Segurança de Barragens. O artigo 18 da referida lei é especifico sobre a necessidade de recuperação de barragens:

“Art 18. A barragem que não atender aos requisitos de segurança nos termos da legislação pertinente deverá ser recuperada ou desativada pelo seu empreendedor, que deverá comunicar ao órgão fiscalizador as providências adotadas”.

Sendo assim, a Codevasf classificou suas barragens em níveis de responsabilidade, baseado no inciso IV do artigo 2º da Lei 12.334/10, que define o Empreendedor como agente privado ou governamental com direito real sobre as terras onde se localizam a barragem e o reservatório ou que explore a barragem para benefício próprio ou da coletividade, isto é, os proprietários ou usuários.

1) Empreendedora – barragens de uso e propriedade da Empresa;
2) Proprietária – barragem de propriedade da Codevasf, sem uso pela empresa;
3) Construtora ou Apoiadora – barragens construídas ou apoiadas pela Codevasf, sem uso e propriedade da Empresa;
4) Sem Registro – barragens sem registro de construção pela Empresa;
5) Outros Empreendedores – barragens as quais a Codevasf não tenha responsabilidade.

Por meio do presente Objetivo, busca-se não somente dar cumprimento ao comando legal acima, mas principalmente garantir a segurança do abastecimento de água à população. Assim, com fundamento no Programa de Segurança de Barragens (PROSB), foi identificada a necessidade de recuperação de 67 barragens (44 prioritárias e 23 assistidas) das 73 barragens diagnosticadas em 2012 e 2013. O PROSB tem o objetivo de adequar a gestão de segurança estrutural e hídrica das barragens estratégicas, visando à redução de riscos de desastres e manutenção do abastecimento de água para seus empreendimentos, além da reabilitação e transferência das barragens construídas pela Empresa aos seus usuários, adequando-se as exigências da Lei nº 12.334/10. As ações foram divididas em 3 eixos: i) Gestão e Operação; ii) Planos e Estudos; e iii) Reabilitação e Modernização. Até o final de 2014, as atividades desenvolvidas restringiram-se somente às despesas administrativas e de custeio com a operação, manutenção das infraestruturas hídricas e elaboração das Inspeções de Segurança conforme a Lei nº 12.334/2010.

Quanto às barragens de grande porte, que necessitam de manutenção permanente, haja vista o risco a pessoas, meio ambiente e sistema econômico regional, ressalta-se que têm sido realizadas vistorias, elaboração de checklists e relatórios de segurança, de forma a agregar informações necessárias à recuperação das Barragens, para promover a segurança hídrica e das próprias estruturas. Como exemplo, citam-se as barragens do Orós, Castanhão e Banabuiú, no Ceará.

Importante mencionar também que o DNOCS executa a recuperação de reservatórios estratégicos que deverão se integrar operacionalmente ao Projeto de Integração do Rio São Francisco. São intervenções complementares às obras do PISF, e importantes para que esta possa alcançar a máxima efetividade. Os trabalhos abrangem 21 Açudes Públicos, incluindo o Açude Poço da Cruz.

As obras de recuperação finalizadas até o final de 2014 são as seguintes: Barragem Pereiro, em Petrolina (PE), Barragem Lagoa da Pedra, em Santa Maria da Boa Vista (PE), Barragem Barreiro Grande, em Afrânio (PE), Barragens públicas São Mamede e de Santa Luzia (PB), Construção de passagem molhada no município de Riacho da Cruz/RN, Recuperação de Hidromecânicos nas barragens dos açudes de Custódia, de Cachoeira II, de Araripina, de Barra, do Cruzeiro, de Garanhuns, de Guilherme de Azevedo, e Mororó, no Estado de Pernambuco, e Recuperação do Sistema de Tomada D'Água e estrutura de saída do Açude Público Frios.

Metas 2012-2015

- **Revitalizar infraestruturas hídricas**

  Análise Situacional da Meta

  Contribui para essa meta a recuperação de reservatórios estratégicos para a integração do Rio São Francisco, empreendimento que faz parte do PAC. Abarca a recuperação de 21 barragens sob gestão do Governo Federal e que serão necessárias à operacionalização do PISF. Destacam-se as obras para recuperação e adequação do Açude Poço da Cruz, concluídas em 2014. No momento, aguarda-se o início do contrato que abarca diagnóstico e projetos para a recuperação dos demais 20 reservatórios.

  Quanto às barragens de grande porte, que necessitam de manutenção permanente, haja vista o risco a pessoas, meio ambiente e sistema econômico regional, ressalta-se que têm sido realizadas vistorias, elaboração de checklists e

relatórios de segurança, de forma a agregar informações necessárias para a recuperação das barragens, e promoção da segurança hídrica e das próprias estruturas. Como exemplo, citam-se as barragens do Orós, Castanhão e Banabuiú, no Ceará.

Foi concluída em 2014 a implantação de rede adutora variante de 23 km, no 1º Trecho da Adutora do Garrincho, visando ao abastecimento humano. Abrange os municípios de São Raimundo Nonato, Cel. José Dias, São Lourenço, Dirceu Arcoverde, Várzea Branca, Anísio de Abreu, Jurema e São Braz, no Estado do Piauí, beneficiando 58 mil habitantes.

Também cabe mencionar duas obras no âmbito do Ministério da Integração Nacional, em execução no PAC, com previsão de conclusão em 2015:

(i) A substituição de trecho de 5 km da Adutora de Amaraji, localizado no Município de Amaraji, em Pernambuco, atende aos Municípios de Gravatá e Chã Grande. A obra beneficiará 97 mil habitantes, sendo que em 2014 foi concluído o processo licitatório. No entanto, há atraso na entrega dos tubos, pois o fornecedor contratado está importando material para o atendimento da demanda;

(ii) A recuperação de 10,8 km da adutora de água bruta Hidrolândia-Irajá, no Ceará, que beneficiará 19 mil pessoas, e que alcançou em 2014, 22% de sua execução física;

O Programa de Segurança de Barragens (PROSB) tem o objetivo de adequar a gestão de segurança estrutural e hídrica das barragens estratégicas, visando à redução de riscos de desastres e manutenção do abastecimento de água para seus empreendimentos, além da reabilitação e da transferência das barragens construídas pela Codevasf aos seus usuários, adequando-se às exigências da Lei nº 12.334/10. As ações foram divididas em 3 eixos: i) Gestão e Operação; ii) Planos e Estudos; e iii) Reabilitação e Modernização.

Com fundamento no Programa de Segurança de Barragens (PROSB), a Codevasf é definida como Empreendedora de 9 barragens e proprietária de outras 35, as quais possuem outros usuários, totalizando 44 barragens sob sua responsabilidade, de um total de 73 diagnosticadas entre 2012 e 2013. Dessas, 62 são localizadas na região Nordeste, e 11 no Sudeste (Norte de Minas). Até o momento, foram encontradas 29 barragens construídas pela Codevasf, mas que possuem suas titularidades associadas a outros órgãos, além de 21 barragens com relação às quais a Codevasf não participou da construção, as demais barragens necessitam de um levantamento fundiário e administrativo mais aprofundado.

Em 2012, foram concluídas as recuperações da Barragem Pereiro, em Petrolina (PE) e Barragem Lagoa da Pedra, em Santa Maria da Boa Vista (PE). Ademais, foram licitadas a recuperação de 4 barragens no estado de Alagoas (Barragem Marcado Grande, Marcado dos Pereiras, Itapecuru e Poço do Boi), bem como realizados três contratos para recuperação de dez barragens em Pernambuco: Volta do Riacho, Soledade, Água Branca, Deserto, Água Fria, Várzea dos Ramos, Bom Jardim, Murici, Caiçara e Poço da Onça.

Em 2013, destaca-se a conclusão da recuperação da barragem de Barreiro Grande, na zona rural do município de Afrânio, sertão de Pernambuco, beneficiando quase 12 mil pessoas na região.

Em 2014, foram concluídas as recuperações de 8 barragens referentes aos contratos firmados em 2012, no estado de Pernambuco, permanecendo pendente de recuperação as barragens de Água Fria e Várzea dos Ramos. Além disso, o estado crítico da barragem de Zabumbão foi agravado e o Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

(INEMA/BA), solicitou providências via Notificação nº 2013-013486/TEC/NOT-2690. Como consequência, foi providenciada a contratação das obras necessárias para a recuperação.

Em 2015, está programada a finalização da recuperação das 4 barragens no estado de Alagoas: Marcado Grande, Marcado dos Pereiras, Itapecuru e Poço do Boi.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	18	unidade	11	31/12/2014

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Com a elaboração da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, pretende-se organizar a atuação do Poder Público, com a definição de instrumentos que possam induzir a organização deste setor de forma cooperativa com outras políticas setoriais e nacionais. A Política dará sinergia às ações do Estado e permitirá eliminar sobreposições e lacunas nos investimentos. Permitirá também a integração de sistemas, resultando em operação inteligente das infraestruturas com diminuição da pressão sobre o meio ambiente. A atuação articulada do Estado, em seus diversos níveis, e do setor privado dentro de uma estratégia de desenvolvimento regional e nacional contribui para a universalização do acesso à água e para a redução da pobreza.

O Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica – PNSH (que, a partir de 2012, é tratado como Plano Nacional de Segurança Hídrica), será o principal instrumento da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, e deverá organizar a atuação do Poder Público na formulação e na construção de programas e ações para o setor. Permitirá, com suas orientações, constituir intervenções específicas e até mesmo constituir banco de projetos estratégicos que fortaleça a atuação propositiva do Estado.

Além de buscar tratar problemas associados ao abastecimento de água, o PNSH também deverá abarcar a infraestrutura hídrica necessária à redução de riscos associados a inundações. As proposições associadas a essa temática guardam relação estreita com atividades executadas no escopo do Programa do PPA Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, e deverão estar alinhadas com as demais linhas de atuação ali presentes.

Metas 2012-2015

- **Diagnosticar a situação de operação e segurança física de infraestruturas hídricas**

  Análise Situacional da Meta

  Foram realizados levantamentos para subsidiar os termos de referência do edital de contratação de serviços e obras necessários para a revitalização de infraestruturas hídricas. Além disso, este Objetivo tem suas atividades relacionadas com outro Objetivo do presente Programa do PPA, o 0480 (Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais).

  Em 2012, foi realizado o cadastro técnico de 54 barragens, o relatório de implantação do plano de segurança de barragens, 66 Relatórios de Inspeções Regulares de Segurança, levantamento para orçamento dos serviços de recuperação de barragens, capacitação de 17 Analistas no 1º Curso de Segurança de Barragens, elaboração do 1º Workshop de Segurança de Barragens da Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

  Com fundamento no Programa de Segurança de Barragens (PROSB), em 2013, foram realizados 19 Relatórios de Inspeções Regulares de Segurança de novas barragens, que contém diagnóstico de 85 barragens, localizadas nas regiões Nordeste (74) e Sudeste (11), dentre as quais foi identificada a necessidade de recuperação de 44 barragens. Ao mesmo tempo, 12 barragens foram inspecionadas novamente, devido à periodicidade regular exigida na Lei nº 12.334/10. Além da capacitação de três analistas no Curso de Aperfeiçoamento de Segurança de Barragens da ANA.

  Quantidade alcançada

  85

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	36	unidade	74	31/12/2014
Região Sudeste	8	unidade	11	31/12/2014
Região Sul	4	unidade	0	31/12/2014

- **Elaborar marcos legal e institucional para a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 foi iniciada parceria entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, o qual será o principal instrumento da Política Nacional de

Segurança Hídrica.

Em 2014 foi contratada a empresa de consultoria, por meio de financiamento do Banco Mundial, visando a elaboração do diagnóstico, indicadores, critérios de priorização e hierarquização das obras estruturantes. Tais atividades subsidiarão a definição das diretrizes para o marco legal.

- **Elaborar o Plano Nacional de Segurança Hídrica**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Segurança Hídrica encontra-se no escopo do Programa de Desenvolvimento do Setor Água – INTERÁGUAS, e será executado em parceria com a Agência Nacional de Águas – ANA.

O INTERÁGUAS, com abrangência nacional, foi concebido para buscar uma melhor articulação e coordenação de ações no setor água, melhorando sua capacidade institucional e de planejamento e criando um ambiente integrador no qual seja possível dar continuidade a programas setoriais exitosos, tais como o Programa de Modernização no Setor Saneamento (PMSS) e o Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (PROÁGUA), como também fortalecer iniciativas de articulação intersetorial que visam aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços associados.

Seus objetivos são:

1. Contribuir para o fortalecimento da capacidade de planejamento e gestão no setor água, especialmente nas regiões menos desenvolvidas do País;
2. Aumentar a eficiência no uso da água e na prestação de serviços;
3. Aumentar a oferta sustentável de água em quantidade e qualidade adequadas aos usos múltiplos e;
4. Melhorar a aplicação de recursos públicos no setor água, buscando a eficiência por meio da melhor articulação e coordenação intersetoriais.

Em 2013, foi iniciado o processo de contratação da empresa para assistir à elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, segundo as regras do Banco Mundial. Em vista do reduzido número de propostas viáveis, optou-se por se refazer o processo de contratação em 2014.

Finalizado no segundo semestre de 2014 o processo de contratação da empresa, deu-se início as visitas aos estados brasileiros, com o intuito de conhecer melhor a realidade hídrica de cada local, bem como os planejamentos e projetos já existentes, os quais deverão ser resgatados de maneira organizada e aperfeiçoados com as novas tecnologias.

Foram realizadas visitas aos estados de Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, sendo que a programação para o primeiro semestre de 2015 inclui Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Maranhão e Piauí.

- **Implementar a gestão do Projeto de Integração do São Francisco**

Análise Situacional da Meta

A instituição de um modelo de gestão para o Projeto de Integração do Rio São Francisco é essencial à sua operação, pois viabilizará a gestão e o planejamento do uso da infraestrutura hídrica do Projeto. É por meio da constituição de um ente operador federal que serão celebrados contratos de fornecimento de água necessários à operacionalização do projeto, bem como instituído um modelo tarifário de cobrança pelo uso da água.

Em 2012, por meio das Portarias MI nº 512, de 30 de agosto, e nº 543, de 30 de setembro, foi criada a Comissão de Integração das Ações de Execução do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias do Nordeste Setentrional (PISF) – CIAPISF, com a competência de monitorar, avaliar, integrar e apoiar as ações atinentes à vigilância de todos os ativos, incluindo as estruturas civis, equipamentos eletromecânicos, subestações elétricas e outros; testes de obras concluídas e equipamentos instalados; operação e manutenção assistidas, com caráter preventivo, de obras e equipamentos e acompanhamento da implantação do Centro de Controle e Operação.

Em 2013, a implementação do Sistema de Gestão do PISF avançou, tendo em vista o posicionamento do Governo Federal de definir a Codevasf no papel de Operadora Federal do PISF, nos termos do Decreto no 5.995/2006, que instituiu o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio são Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. A formalização da Codevasf como operadora federal do PISF ocorreu com a publicação do Decreto nº 8.207 de 17 de março de 2014.

Após a definição da CODEVASF como operadora federal do PISF, foram desenvolvidas ações visando o início da fase de pré-operação, devendo ser concluído o processo de contratação de energia até junho de 2015.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica	MW	25/05/2011	114.858,459	23/01/2015	133.913
Capacidade instalada de geração - Hidráulica	MW	31/12/2011	82.458	23/01/2015	89.193
Capacidade instalada de geração - Renováveis (exceto Hidráulica)	MW	31/12/2011	10.301	23/01/2015	17.295
Capacidade instalada de geração - Termelétricas	MW	31/12/2011	24.375	23/01/2015	27.269
DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	hora por ano	31/12/2010	18,35	31/12/2014	17,58
FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora	unidade por ano	31/12/2010	11,29	31/12/2014	9,88
Rede Básica do SIN - linhas de transmissão	km	31/12/2011	103.401	31/12/2014	125.149
Rede Básica do SIN - transformação	MVA	31/12/2011	244.918	31/12/2014	292.829
Tarifa Média de Fornecimento de Energia Elétrica	R$/MWh	30/04/2011	272,41	23/01/2015	276,89
Taxa de importação de energia elétrica	%	31/01/2011	7,8	23/01/2015	5,74
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Biomassa	%	31/01/2011	6,42	23/01/2015	9,3
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Carvão Mineral	%	31/01/2011	1,58	23/01/2015	2,52
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Eólica	%	31/01/2011	0,75	23/01/2015	3,6
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Gás	%	31/01/2011	10,57	23/01/2015	9,4
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Hidráulica	%	31/01/2011	65,53	23/01/2015	66,6
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Petróleo	%	31/01/2011	5,71	23/01/2015	6,8
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Urânio	%	31/01/2011	1,63	23/01/2015	1,5
Taxa de universalização do acesso à energia elétrica	%	31/12/2009	98,91	31/12/2013	99,6

Observações:

Taxa de universalização do acesso à energia elétrica - PNAD. Valor de 2014 ainda não disponível.

OBJETIVO: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Nesse Objetivo, espera-se adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica ao Sistema Elétrico Brasileiro no período 2012-2015. A geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica predomina no Brasil e isso advém, especialmente, da sua grande disponibilidade e das características dos rios do País, que resultam em um grande potencial energético. Essa geração pode ocorrer por meio de uma Central Geradora Hidrelétrica (CGH), uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) ou uma Usina Hidrelétrica de Energia (UHE). Segundo as definições da ANEEL, CGH é uma unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 MW (um megawatt), PCH é toda usina hidrelétrica de pequeno porte cuja capacidade instalada seja superior a 1MW (um megawatt) e até
30MW (trinta megawatts) e, por fim, uma UHE é toda usina hidrelétrica cuja capacidade instalada seja superior a 30MW (trinta megawatts).

As usinas hidrelétricas (UHEs) disponibilizam grandes quantidades de energia a baixos preços, contribuindo para a modicidade tarifária, e ainda apresentam a vantagem de utilizar uma fonte limpa e renovável. As Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e as Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs) constituem fontes alternativas de energia que geram quantidades menores, porém com impactos ambientais reduzidos. Seu maior benefício está na estabilização da energia em horários de ponta do sistema e, por isso, também devem ser incentivadas.

Os projetos definidos no âmbito do PPA 2012-2015 estão em andamento e espera-se o alcance dos resultados desse objetivo ao final do período considerado. Dos 10.326 MW estimados para o período 2012-2015, entraram em operação, em 2012, 1.856 MW dessa fonte, com destaque para a entrada de máquinas da UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, e da UHE Estreito, situada entre o Maranhão e o Tocantins. Em 2013, foram incorporados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) 1.533 MW de capacidade instalada, com destaque para o início da operação da primeira máquina da UHE Jirau, além de máquinas da UHE Santo Antônio. Em 2014, entraram em operação, 3.314 MW, com destaque para a UHE Santo Antônio, no Rio Madeira, e a UHE Jirau.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 10.326 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica (UHEs, PCHs e CGHs)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, os resultados alcançados ficaram abaixo da expectativa para os primeiros anos de execução do PPA, com um aumento da capacidade instalada de 1.856 MW.

  Em 2013, a execução permaneceu aquém do planejado, com o acréscimo de 1.533 MW. Esse resultado justifica-se pela postergação da entrada em operação de algumas etapas de obras importantes como Santo Antônio e Jirau. Contudo, com a conclusão dessas duas usinas será possível acrescentar mais de 7.000 MW à capacidade instalada, o que possibilitará o atingimento da meta estabelecida para o quadriênio.

  Importante ressaltar a conclusão das obras das UHEs Estreito (1.087 MW) e Mauá (363,1 MW), e a entrada em operação comercial de 305,7 MW da UHE Simplício (333,7 MW). Destaca-se também a participação das UHEs Sinop (400 MW) e São Manoel (700 MW) nos leilões de energia realizados no ano de 2013.

  Em 2014, houve um acréscimo de 3.314 MW, devido, principalmente, ao avanço das obras das UHEs de Santo Antônio e Jirau que já contam com 94,8% e 97,5% de execução, respectivamente. Como ainda há previsão de um acréscimo de cerca de 3.700 MW para o ano 2015, espera-se que a meta estabelecida no PPA seja alcançada. Ressalta-se em 2014 também a conclusão das obras da UHE Batalha (52,5 MW), da assinatura dos contratos de concessão das UHEs Sinop e São Manoel, e avanço físico das UHEs Colider (85%), Santo Antônio do Jari (98,9%), Simplício (98,1%) e Teles Pires (94,45%).

Quantidade alcançada

6.703

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.280	MW	830	31/12/2014
Região Nordeste	326	MW	7	31/12/2014
Região Norte	6.950	MW	4.334	31/12/2014
Região Sudeste	75	MW	556	31/12/2014
Região Sul	695	MW	976	31/12/2014

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A expectativa com a realização desse Objetivo é de adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas ao Sistema Elétrico Brasileiro no período 2012-2015. No planejamento energético é importante a adoção do princípio da diversificação da matriz energética, levando em consideração a disponibilidade de matérias primas, fontes primárias renováveis e não renováveis. O parque de geração de energia elétrica no Brasil é predominantemente hidráulico e as usinas termelétricas (UTEs) estão entre as alternativas de diversificação. As principais vantagens das térmicas são o prazo menor de amortização dos investimentos, o custo de capital mais baixo, o menor risco para o setor privado e a contribuição para o aumento da confiabilidade do sistema elétrico interligado, compensando possíveis déficits hídricos.

Dos 9.338 MW estimados para o período 2012-2015, entraram em operação em 2012 753,2 MW e, em 2013, 2.209,7 MW. Assim, o acumulado dos dois primeiros anos do PPA foi de 2.962,9 MW, o que corresponde a 31,7% do total previsto.

Em 2014, a execução continuou abaixo do previsto, com o acréscimo de apenas 388,5 MW, totalizando 3.351,5 MW no último triênio.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 9.338 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram adicionados ao sistema 753,2 MW. Em 2013 foram adicionados mais 2.209,7 MW, totalizando 2.962,9 MW. Destaca-se que diversas usinas térmicas previstas inicialmente no PPA, e comercializadas nos leilões de energia de 2008 a 2011, já foram consideradas frustradas, uma vez que foram iniciativas de grupos empresariais em dificuldades ou extintos.

Em 2014, o índice de realização manteve-se abaixo do esperado, com o acréscimo de 388,5 MW. A expectativa para 2015 é de um aumento de mais 600 MW, aproximadamente, o que não é suficiente para alcançar a meta do PPA para o período, atingindo apenas 50% de realização.

Quantidade alcançada

3.351,4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Região Centro-Oeste	120	MW	363,6	31/12/2014
Região Nordeste	4.900	MW	2.507,5	31/12/2014
Região Norte	80	MW	51,2	31/12/2014
Região Sudeste	4.150	MW	409,1	31/12/2014
Região Sul	88	MW	20	31/12/2014

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A expectativa com a realização desse Objetivo é adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa e 3.680 MW a partir da fonte eólica, ao Sistema Elétrico Brasileiro, no período 2012-2015. A geração de energia elétrica a partir de fontes limpas e renováveis é uma alternativa importante na diversificação da matriz elétrica. O Brasil tem potencial estimado de 140 GW de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica, localizados principalmente nas regiões Sul e Nordeste. Até o ano 2012 foi desenvolvido cerca de 1,5 % desse potencial, fato que, associado à atratividade e à competitividade dos preços da energia elétrica gerada a partir dessa fonte observada nos leilões de 2010 e 2011, explicitam a grande oportunidade que a energia eólica representa para o Brasil. No caso da biomassa, o grande potencial de exploração é a disponibilidade de terra arável no Brasil, a intensa radiação solar recebida, o desenvolvimento tecnológico e uma agroindústria consolidada. O bagaço residual do processamento industrial da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e etanol é o principal combustível renovável para geração de energia elétrica. A produção principal de energia dessa biomassa é para consumo próprio das usinas do setor sucroalcooleiro, havendo também a possibilidade de venda do excedente de eletricidade para o Sistema Interligado Nacional (SIN), e isso tem sido estimulado por meio de ações do Governo, utilizando principalmente os leilões de energia.

No biênio 2012-2013 foram adicionados 769,4 MW de capacidade de geração de fonte eólica e 2.245 MW de fonte a biomassa à matriz energética nacional, dentro da regionalização estabelecida pelo PPA. Além disso, em 2014 foram adicionados mais 2.793,5 MW de fonte eólica e 980,5 MW de fonte à biomassa. Em relação à biomassa, foram adicionados nos últimos três anos 145,8 MW na região Sul, mas esses dados não são computados para efeito de apuração desse Objetivo.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 1.395 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fonte térmica a biomassa**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram acrescidos à capacidade instalada 863MW, representando 62% do total previsto para o período 2012-2015.

  Em 2013, o volume adicionado foi de 1.382 MW. Esse valor, somado ao total adicionado no ano anterior, representou um montante de 2.245 MW indicando que a meta estabelecida para o PPA foi ultrapassada em 62%.

  A expansão da matriz de energia elétrica a partir de fontes renováveis, no que tange especialmente à biomassa, já superou em duas vezes e meia a meta prevista no PPA 2012/2015, com o acréscimo de 980,5 MW em 2014, o que demonstra a grande potencialidade dessa fonte. Entretanto, a tendência é de que essa fonte não tenha a mesma performance no restante do período, uma vez que os principais aproveitamentos já foram consolidados, e espera-se um acréscimo somente de cerca de 200 MW para o ano 2015.

  Quantidade alcançada

3.225,5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	480	MW	1.032	31/12/2014
Região Nordeste	125	MW	502,4	31/12/2014
Região Norte	80	MW	14,8	31/12/2014
Região Sudeste	710	MW	1.676,3	31/12/2014

- **Adicionar 3.680 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram adicionados 456,2 MW de capacidade de geração de fonte eólica à matriz energética nacional. Em 2013 esse acréscimo foi de 313,2 MW. O montante da expansão da capacidade instalada de energia eólica gerada no período 2012-2013 representa cerca de 20% do total previsto para o período 2012-2015.

Houve postergação da entrada de diversas usinas em parques eólicos importantes, por conta no atraso das obras dos sistemas de transmissão associados para a integração das usinas.

O baixo índice de realização dessa Meta nos dois primeiros anos foi agora compensado com a excelente realização de 2014, com o acréscimo de 2.793,5 MW, devido à entrada em operação de diversas usinas em parques eólicos que se encontravam com atraso nas obras dos sistemas de transmissão associados, para a integração das usinas. A expectativa é de que essa meta seja superada em cerca de 50%, uma vez que está previsto um acréscimo de quase 2.000 MW em 2015 para a fonte eólica.

Quantidade alcançada

3.562,9

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3.360	MW	3.174,1	31/12/2014
Região Sul	320	MW	388,8	31/12/2014

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O monitoramento da expansão e do desempenho do sistema elétrico, realizado pelo Governo Federal, tem por objetivo assegurar o equilíbrio entre a oferta e a demanda, acompanhar as ações de integração elétrica com os países vizinhos e possibilitar a formulação de política tarifária, por meio da coordenação das ações de comercialização de energia elétrica e de políticas sociais de acesso e uso da energia elétrica. O monitoramento envolve os empreendimentos licitados a partir das assinaturas dos contratos de concessão ou emissão dos atos autorizativos. Com base nos cronogramas desses empreendimentos, a execução das obras é monitorada pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o qual atua para garantir a ampliação da oferta energética e assegurar a entrada em operação dos projetos conforme o planejado. Dessa forma, é realizada uma avaliação permanente da continuidade e da segurança do suprimento eletroenergético.

No monitoramento da expansão da geração, o Ministério acompanhou em 2012 um montante de 396 empreendimentos em implantação, quantidade acima do previsto no PPA. Em 2013, o objetivo manteve um bom índice de monitoramento com 407 empreendimentos monitorados. Em 2014 a quantidade de empreendimentos monitorados teve um crescimento

de aproximadamente 30% em relação ao verificado em 2013, estando agora na casa de 527 empreendimentos.

No primeiro semestre de 2014, e em continuidade ao trabalho realizado em 2013, o monitoramento concentrou-se essencialmente na preparação do sistema elétrico para a Copa do Mundo de 2014, realizada nos meses de junho e julho. A maior parte das inspeções de campo foram realizadas nas obras de distribuição de energia nas cidades sede (29 inspeções) e no sistema de transmissão (4 inspeções). Nas usinas em construção foram realizadas somente 3 inspeções.

Com relação aos leilões de energia, o montante realizado em 2012 ficou dentro da previsão para o período. Em 2013, foram realizados o 5º Leilão de Energia de Reserva (Edital 05/2013 - Aneel), o 16° Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração - Leilão "A-5", o 17° Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração - Leilão "A-3", e o 18° Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração - Leilão "A-5", em que foram comercializados um montante de 667.538,33 GWh de energia. Em 2014, foram realizados quatro leilões de energia nova pela ANEEL, onde foi comercializado um montante de 860.037,05 GWh de energia, a um preço médio de R$ 195 / MWh comercializado.

No caso da comercialização de energia com países vizinhos, a realizada com a Venezuela ficou no patamar previsto inicialmente, mas as trocas de energia com a Argentina e com o Uruguai não foram tão intensas em 2012. Em 2013, foi comercializado um total de 40.357,4 GWh de energia com os países vizinhos do Brasil, envolvendo as compras contratadas com o Paraguai de parte da energia gerada por Itaipu no montante de 39.528,2 GWh, as compras contratadas da Venezuela para o atendimento a Roraima no montante de 829,2 GWh e com a Argentina e Uruguai de energia interruptível foram realizadas apenas na modalidade de troca, sendo enviados e recebidos o mesmo montante no mesmo dia, em situações emergenciais, segundo os acordos com esses países. Em 2014, foi comercializado um total de 33.800 GWh de energia com os países vizinhos do Brasil.

Metas 2012-2015

- **Avaliar e emitir mensalmente informativos tarifários de Energia Elétrica**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 o MME planejou a elaboração de 3 exemplares do Informativo Tarifário, com vistas a disseminar informações referentes às tarifas de energia e subsidiar decisões do Ministério. As informações referentes aos meses de novembro e dezembro foram consolidadas no início de 2013.

  No tocante a 2013, o MME elaborou 3 exemplares do Informativo Tarifário, com vistas a disseminar informações e subsidiar decisões do Ministério em periodicidade compatível com o processamento dos reajustes/revisões tarifárias. Em 2014, foram igualmente emitidos 3 Informativos Tarifários, de forma quadrimestral (abril, agosto e dezembro), resumindo boletins, tabelas e gráficos que são emitidos constantemente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e por outras fontes.

- **Monitorar anualmente a execução de 250 novos empreendimentos de geração de energia elétrica em construção no País**

  Análise Situacional da Meta

  O montante de empreendimentos de geração monitorados em 2012 chegou a 396 empreendimentos, quantidade 58,4% acima do previsto inicialmente.

  Em 2013 foram monitorados 407 empreendimentos de geração de energia elétrica, montante 63% acima da meta anual estabelecida no PPA 2012-2015. O aumento do número de empreendimentos monitorados deve-se principalmente à segregação dos grandes parques eólicos em diversos projetos menores, o que resultou em um grande número de projetos a serem considerados individualmente, principalmente na região Nordeste.

  Em 2014, o índice de realização manteve-se acima do previsto, a quantidade de empreendimentos monitorados superou a meta inicialmente prevista em aproximadamente 110%, totalizando 527 empreendimentos

Quantidade alcançada

527

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	27	31/12/2014
Região Nordeste	65	unidade	373	31/12/2014
Região Norte	55	unidade	12	31/12/2014
Região Sudeste	40	unidade	29	31/12/2014
Região Sul	60	unidade	86	31/12/2014

- **Monitorar anualmente a execução de 270 novos empreendimentos de transmissão de energia elétrica em construção no País**

Análise Situacional da Meta

O valor realizado em 2012, de 450 empreendimentos monitorados, foi 70% maior do que o previsto no PPA 2012-2015.

Em 2013 foram monitorados 378 empreendimentos de transmissão de energia elétrica, valor cerca de 40% acima da meta estabelecida. Essa realização a maior deve-se principalmente à grande quantidade de obras de reforço e ampliações determinadas para melhorar o desempenho do sistema elétrico nacional após a elaboração deste plano. Em 2014 o índice de realização manteve-se acima do previsto, com a realização de 426 monitoramentos, aproximadamente 58% da meta inicialmente prevista.

Quantidade alcançada

426

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	35	unidade	36	31/12/2014
Região Nordeste	70	unidade	177	31/12/2014
Região Norte	55	unidade	66	31/12/2014
Região Sudeste	45	unidade	75	31/12/2014
Região Sul	65	unidade	72	31/12/2014

- **Realizar inspeção técnica em campo em 180 usinas em construção**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foram realizadas 56 inspeções em parques eólicos. Esse valor representa o número de inspeções consideradas individualmente para cada empreendimento segundo a metodologia aplicada nos leilões.

Em 2013 foram realizadas 43 inspeções a usinas em construção em todo o País, o que equivale a 23,9% da meta estabelecida no PPA. Além das inspeções em usinas, é importante ressaltar que foram realizadas também 17 inspeções em sistemas de transmissão e 34 inspeções em sistemas de distribuição.

Em 2014, foram realizadas 15 inspeções em usinas em construção, totalizando 114 inspeções dentro da meta estabelecida para o PPA.

Quantidade alcançada

114

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25	unidade	6	31/12/2014

Região Nordeste	45	unidade	66	31/12/2014
Região Norte	40	unidade	16	31/12/2014
Região Sudeste	30	unidade	8	31/12/2014
Região Sul	40	unidade	18	31/12/2014

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os estudos de inventário hidroelétrico, os estudos e projetos de parques eólicos e os projetos de usinas a biomassa estão sendo executados dentro da meta ou superando a meta estabelecida. Em 2013 esperava-se a conclusão dos estudos de viabilidade da UHE São Luis do Tapajós, o que ocorreu em 2014. Com relação às usinas termonucleares, caberá ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE definir a implantação de novas usinas nucleares no Brasil.

Metas 2012-2015

- **Inventariar o equivalente a 8.240 MW de capacidade de geração hidrelétrica**

Análise Situacional da Meta

Entre janeiro/2012 e dezembro/2013 foram aprovados pela ANEEL 62 Estudos de Inventário Hidrelétrico (incluindo revisões), totalizando 4.629,9 MW. Destaca-se a aprovação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Uruguai no trecho limítrofe entre Brasil e Argentina pelos Governos de ambos os países, resultando em um potencial compartilhado de 2.200 MW (sendo 1.100 MW pertencente a cada país). Em 2014 os estudos aprovados totalizaram 3.959,3 MW. Desse modo, as ações realizadas permitiram conhecer com maior nível de detalhamento o potencial hidrelétrico brasileiro, atingindo-se a meta prevista para o horizonte 2012-2015.

Quantidade alcançada

8.589,2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	5.700	MW	4.743,3	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Leste	140	MW	77,8	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Norte/Nordeste	70	MW	140,5	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	210	MW	323,5	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraná	630	MW	2.210	31/12/2014
Região Hidrográfica São Francisco	160	MW	256	31/12/2014
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	190	MW	595,9	31/12/2014
Região Hidrográfica Uruguai	1.140	MW	242,2	31/12/2014

- **Realizar e aprovar Estudos de Viabilidade de usinas hidrelétricas com potencial total da ordem de 15.365 MW**

Análise Situacional da Meta

No biênio 2012/2013 foram aprovados Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica (EVTE) de 4 aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 4.384 MW.

Em 2014, os EVTEs concluídos totalizaram 8.557,8 MW. Destaca-se a conclusão do estudo de viabilidade da usina hidrelétrica São Luiz de Tapajós.

Ressalta-se que o valor anteriormente informado para o período de 2012/2013 foi retificado, pois estava incompleto e se referia apenas ao período de janeiro de 2012 a outubro de 2013, contemplando as Regiões Hidrográficas Atlântico

Nordeste e Amazonas.

Quantidade alcançada

12.941,8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	13.500	MW	9.486,8	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Leste	225	MW	294	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Norte/Nordeste	110	MW	113	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraná	210	MW	438,9	30/10/2013
Região Hidrográfica São Francisco	450	MW	209,1	31/12/2014
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	150	MW	2.400	31/12/2014
Região Hidrográfica Uruguai	720	MW	0	30/10/2013

- **Viabilizar e projetar 1.100 MW de capacidade de geração a partir de biomassa**

Análise Situacional da Meta

Importante ressaltar que se considera viabilizado todo empreendimento habilitado tecnicamente e que se sagrou vencedor nos leilões de energia de novos empreendimentos. Desta forma, no biênio 2012/2013 foram viabilizados 808,8 MW empreendimentos de geração termelétrica à biomassa, incluindo-se novas centrais e ampliações. Em 2014 foram viabilizados mais 611 MW. O montante alcançado nos primeiros anos do PPA, de 1.419,8 MW, supera a meta prevista e sua localização se dá majoritariamente na Região Sudeste/Centro-Oeste.

Quantidade alcançada

1.419,8

Data de Referência

31/12/2014

- **Viabilizar e projetar 4.000 MW de capacidade de geração a partir de fonte eólica**

Análise Situacional da Meta

Ressalta-se que para fins de aferição da meta considera-se viabilizado todo o empreendimento habilitado tecnicamente e que se sagrou vencedor nos leilões de energia de novos empreendimentos. Desta forma, no biênio 2012/2013, os Leilões de Energia Nova e de Energia de Reserva viabilizaram a implantação de 4.992,5 MW em novas centrais eólicas. Desse montante, 4.405,4 MW estão localizados na região Nordeste, confirmando a vocação da região para a fonte eólica. Os 587,1 MW restantes encontram-se na Região Sul.

Em 2014, os Leilões de Energia viabilizaram a implantação de 2.246 MW em novas centrais eólicas. O potencial total viabilizado já superou o montante previsto da meta.

Quantidade alcançada

7.238,55

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3.000	MW	6.603,4	31/12/2014
Região Sul	1.000	MW	635,1	31/12/2014

- **Viabilizar e projetar 4 usinas termonucleares**

Análise Situacional da Meta

Projetos não iniciados. Caberá ao Conselho Nacional de Política Energética - CNPE definir a implantação de novas

usinas nucleares no Brasil, além de Angra 1, Angra 2 (em operação) e Angra 3 (em construção).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema Interligado Nacional (SIN) é um conjunto de usinas, linhas de transmissão e de subestações elétricas interconectadas entre si, cuja principal função é de transportar a energia para os grandes centros de consumo, integrando os diversos componentes, otimizando os recursos energéticos disponíveis, considerando a operação com a máxima confiabilidade e estabilidade, aproveitando as características hidrológicas das bacias hidrográficas nas diferentes regiões geográficas do nosso país.

Dessa forma, tanto a integração dos subsistemas ainda isolados e dos novos empreendimentos de geração de energia ao SIN é uma questão estratégica e de soberania nacional. Destaca-se os grandes desafios para exploração dos potenciais hidráulicos nos estados da região Norte nas bacias dos rios Madeira, Teles Pires e Tapajós, e do rio Xingú, com a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

No início da utilização da energia elétrica, cada região instalava seu próprio sistema de produção de energia. Todavia, com o passar do tempo, e o crescimento da utilização da energia elétrica, estes sistemas primitivos foram aumentando de tamanho e por conveniência e necessidade os sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia foram se interligando e tornando-se cada vez maiores. A estratégia brasileira de fazer uso de um sistema elétrico interligado – Sistema Interligado Nacional (SIN) – proporciona inúmeras vantagens para os serviços de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, pois possibilita que os sistemas elétricos de determinadas regiões possam proporcionar ajuda recíproca durante os períodos de manutenção de equipamentos; estabelece a possibilidade de que um sistema com superávit energético possa transacionar sua energia com um sistema elétrico deficitário; cria opções para que um sistema elétrico possa fornecer suporte para outro sistema em caso de perturbação; e melhora a confiabilidade do conjunto de sistema devido ao aumento efetivo da quantidade de opções operacionais. Assim, a interligação do sistema elétrico regional do Brasil é um objetivo primordial para proporcionar desenvolvimento, conforto e bem estar social para toda a população.

Portanto, todas as ações consideradas neste Objetivo são relativas às novas instalações que passarão a ser integradas ao SIN. Normalmente, essas ações, uma vez detalhadas, são objeto de concessão por meio de licitação pública da Agência Nacional de Energia Elétrica, evento em que participam entes públicos (estatais federais ou estaduais) e também empresas privadas.

Em 2012, entraram em operação 2.744,4 km de linhas de transmissão na Rede Básica (tensão maior ou igual a 230 kV), representando 17,5% do total previsto para o período do PPA 2012-2015. Em 2013 foram agregados ao SIN mais 9.928 km, elevando o percentual de execução da meta para 72,2%.

Além disso, em 2013, foram agregados 16.268 MVA de potência de transformação na Rede Básica, superando em 50% a meta 2012-2015. Destacam-se a Região Nordeste que superou em 160% a meta regional para o período, e os esforços que ainda estão sendo conduzidos para a expansão da potência instalada na Região Norte, onde o desafio é mais intenso.

Em 2014 foram adicionados ao SIN 7.921,5 km de linhas de transmissão e 7.619 MVA de capacidade de transformação, com destaque para a conclusão do sistema de transmissão para integração das UHEs do Rio Madeira, com 2.980 km.

Metas 2012-2015

- **Implantar 17.650 km de novas linhas de transmissão para integração de novas usinas e novos mercados, e promover a integração energética entre as regiões do País**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o desempenho ficou abaixo do esperado tendo sido adicionados ao sistema apenas 2.744,4 km de novas linhas de transmissão.

Em 2013 houve uma recuperação no ritmo de implantação, e foram adicionados mais 9.928,0 km ao Sistema Nacional. Essa execução fez com que o acumulado nos dois primeiros anos alcançasse 72% de realização.

As maiores contribuições para essa realização foram as conclusões da interligação do Amazonas, Pará e do Amapá ao SIN, além do sistema de integração das UHEs do Madeira.

Em 2014, o índice de realização manteve-se alto, principalmente por conta das ações do governo para reduzir a vulnerabilidade do sistema. No caso das linhas de transmissão a meta já foi superada em 16%, com o acréscimo de 7.921,5 km de novas linhas, e a tendência é de que ao final de 2015, último ano desse PPA, essa meta seja superada em cerca de 56%.

Quantidade alcançada

20.593,9

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	700	km	2.958,7	31/12/2014
Região Nordeste	900	km	1.707,5	31/12/2014
Região Norte	14.500	km	13.814	31/12/2014
Região Sudeste	800	km	580,8	31/12/2014
Região Sul	750	km	1.532,9	31/12/2014

- **Implantar 22.000 MVA em novas subestações de transformação para elevar a capacidade de atendimento ao mercado de energia elétrica pelo SIN**

Análise Situacional da Meta

O montante realizado em 2012, foi de 10.034,3 MVA, equivalente a 46% do total previsto para o período 2012-2015, fato esse que evidencia o volume de obras que vem sendo executado em subestações do SIN.

Em 2013, foram adicionados mais 11.666,0 MVA de capacidade transformadora ao sistema.

As maiores contribuições para essa realização foram também as conclusões das subestações dos sistemas de interligação do Amazonas, Pará e do Amapá ao Sistema Interligado Nacional, além das subestações do sistema de integração das UHEs do Madeira.

Apesar de em 2014 a realização da meta relativa à ampliação da capacidade de transformação ter sido um pouco mais baixa que nos anos anteriores, com o acréscimo de 7.619 MVA, o seu desempenho agregado no período está com excelente índice de realização, com a superação da meta do PPA em 33%. Até o final de 2015 a expectativa é de que a meta relativa a novas subestações de transformação seja superada em mais de 80%.

Quantidade alcançada

29.319,3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.500	MVA	3.125	31/12/2014
Região Nordeste	3.500	MVA	7.650	31/12/2014
Região Norte	6.800	MVA	4.300	31/12/2014
Região Sudeste	4.700	MVA	11.797,3	31/12/2014
Região Sul	2.500	MVA	2.447	31/12/2014

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A confiabilidade do sistema elétrico é uma característica fundamental para o desenvolvimento do país. Além de um parque gerador diversificado, é necessário um sistema de transmissão e distribuição robusto, de forma a atender às demandas e a minimizar as interrupções de fornecimento nas unidades consumidoras. Para tanto, as ampliações, reforços e melhorias nas instalações das usinas geradoras de energia elétrica existentes, assim como no sistema de transmissão nacional, tornam-se importante contribuição para o desenvolvimento do sistema eletro-energético nacional. Normalmente essas ações de ampliações, reforços e melhorias no sistema são autorizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica, a partir de uma solicitação das empresas proprietárias das instalações, seguindo um rito próprio e diferente daquele utilizado para as novas instalações do SIN.

Em 2012 foram revitalizados 342,7 km, com uma realização de 14,5% do previsto no PPA no primeiro ano. Além disso, foram executados 4,8 km referentes a regiões não presentes na regionalização do PPA. Em 2013, a realização foi de 377 km, somando assim 30% da meta para o período.

Entre 2012 e 2013 foram também reforçados todos os subsistemas do SIN, aumentando em 6.972,2 MVA de potência de transformação as subestações existentes, superando a meta estabelecida para 2012-2015.

Em 2014 foram reforçados 258 km de linhas de transmissão no sistema existente do SIN, e ampliados 3.730 MVA de capacidade de transformação.

Metas 2012-2015

- **Adicionar 5.100 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram adicionados 4.260,9 MVA de capacidade transformadora às subestações existentes no SIN, e, em 2013, foram adicionados mais 2.711,3 MVA, totalizando 6.972,2 MVA, superando a meta inicialmente prevista no PPA. Em 2014, o acréscimo de capacidade transformadora foi de 6.749 MVA, totalizando 13.721,2 MVA nos últimos três anos, o que corresponde a 200% acima da meta estabelecida.

No caso do reforço na transformação, o grande volume realizado no período de 2012 a 2014 deveu-se principalmente à dispensa de licenciamento ambiental da maioria dos empreendimentos, bem como pelas ações do CMSE, como medida de ajustamento no sistema em resposta aos blecautes de 2009 e 2010. E a expectativa é de que esse indicador continue com essa performance, e alcance o final do período do PPA com mais de 400% de realização.

Quantidade alcançada

13.721,2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	900	MVA	1.775	31/12/2014
Região Nordeste	1.500	MVA	4.651	31/12/2014
Região Norte	350	MVA	1.079	31/12/2014
Região Sudeste	1.100	MVA	3.663,2	31/12/2014
Região Sul	1.250	MVA	2.553	31/12/2014

- **Adicionar 600 MW de capacidade de geração nas usinas existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

No triênio 2012-2014 não houve incremento na capacidade efetiva de geração com as autorizações emitidas pela ANEEL. Esse aumento de capacidade depende efetivamente das ações que as empresas solicitam nos seus parques geradores, o que não ocorreu nesse período. Contudo, existe a expectativa de que haja algum incremento até 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Revitalizar/recapacitar 2.400 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Interligado Nacional**

Análise Situacional da Meta

O índice de realização em 2012, de 347,4 km, correspondeu apenas a 14,5% do previsto no PPA, sendo 4,6 km de reforços e 342,8 km de recapacitação de linhas existentes. Em 2013, houve mais 377 km de linhas recapacitadas. Assim, ocorreu o alcance de 30% do total da meta estabelecida para o período. Em 2014, o total de linhas recapacitadas correspondeu a 282,5 km, totalizando 1.006,9 km para o período 2012/2014.

No caso de linhas de transmissão, as ações relativas a reforços e melhorias no sistema apresenta baixo índice de realização, principalmente pelo atraso no processo de autorizações em andamento na ANEEL para essas atividades, uma vez que as ações das empresas devem ser feitas somente após autorização. A expectativa é de que essa meta não seja alcançada no período do PPA, ficando a maior parte dos reforços para a vigência do próximo PPA.

Quantidade alcançada

1.006,9

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	600	km	22,6	31/12/2014
Região Nordeste	500	km	565,6	31/12/2014
Região Sudeste	600	km	389,3	31/12/2014
Região Sul	700	km	29,4	31/12/2014

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A Universalização do acesso à energia elétrica é composta por duas ações concomitantes e complementares: o processo regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 488/12 e o Programa Luz para Todos, instituído pelo Decreto 7.520/11. Os moradores de áreas consideradas universalizadas ou que não se enquadrem nos critérios do Luz para Todos são atendidos de acordo com o Plano de Universalização aprovado e fiscalizado pela ANEEL e em consonância com a Lei nº 12.111/2009.

Em novembro de 2013, o Programa Luz para Todos completou 10 anos de criação e comemorou ao final do ano o atendimento a 3.109.842 famílias rurais, beneficiando mais de 15 milhões de pessoas. No período de 2012/2014 foram realizadas 298.012 novas ligações pelo Programa, e atendidas cerca de 2 milhões de pessoas.

Destaca-se que em dezembro de 2014, por meio do Decreto Nº 8.387, o Programa Luz para Todos foi prorrogado até dezembro de 2018, com o objetivo de levar energia elétrica a 228 mil famílias do meio rural.

Metas 2012-2015

- **Atender 495.000 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos**

Análise Situacional da Meta

O Programa Luz para Todos beneficiou nos últimos três anos 298.012 famílias, sendo 120.131 em 2012, 87.313 em 2013 e 90.568 em 2014. Esse total representa uma realização de 60% da meta estabelecida no PPA. Os benefícios atenderam cerca de 2 milhões de pessoas que vivem no campo, em assentamentos da reforma agrária, aldeias indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas.

Quantidade alcançada

298.012

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	65.670	domicílio	12.273	31/12/2013
Região Nordeste	222.000	domicílio	179.084	31/12/2013
Região Norte	174.500	domicílio	97.891	31/12/2013
Região Sudeste	31.450	domicílio	3.808	31/12/2013
Região Sul	1.380	domicílio	4.956	31/12/2013

- **Atender integralmente a população assistida pelo Programa Brasil Sem Miséria, através do Luz para Todos e da Universalização**

Análise Situacional da Meta

Das 257 mil famílias identificadas pelo Censo do IBGE como em situação de extrema pobreza, o Programa Luz para Todos atendeu 205.200 mil famílias no período 2012/2014, o que corresponde a 80% da meta estabelecida no PPA.

Quantidade alcançada

205.200

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A oferta do serviço de energia elétrica com qualidade envolve a realização eficiente de todas as etapas: geração, transmissão, distribuição e comercialização. Nesse sentido, os instrumentos regulatórios - em seu conjunto integrado de regulamentação, fiscalização, outorgas e incentivo à participação pública - devem propiciar que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica

Em 2012, no que diz respeito à regulamentação, merecem destaque a aprovação da metodologia de apuração da Diferença Mensal de Receita (DMR) e o montante de recursos a ser repassado às distribuidoras em virtude da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), o estabelecimento de novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço no setor elétrico e a definição da estrutura ótima de capital e o custo de capital considerado nas licitações de

transmissão. Foram realizados 51 processos de reajuste tarifário de distribuidora e 38 processos de revisão tarifária, sendo 28 de concessionárias de distribuição e 10 de transmissoras. Ao lado disso, foram prorrogadas as tarifas de 33 distribuidoras de energia elétrica, além da fixação das tarifas de potência de Itaipu Binacional, da definição da receita de venda de Angra I e Angra II, da definição dos encargos setoriais e do reajuste da Tarifa Anual de Referência (TAR).
No exercício de 2013, foram realizados 53 processos de reajuste tarifário e 76 processos de revisão tarifária, dentre eles, 32 de concessionárias de distribuição e 9 de agentes de transmissão. Houve prorrogação das tarifas de 10 distribuidoras de energia elétrica e foram realizados 101 processos de revisão tarifária extraordinária de distribuidoras.
Em 2014, foram realizados 101 processos de reajuste tarifário de distribuidoras e 28 processos de revisão tarifária, contando com a revisão de 21 agentes de transmissão e apenas uma concessionária de distribuição.

Fiscalização

No âmbito da fiscalização dos serviços de energia elétrica, em 2012, de um total previsto de 1.674, foram realizadas 1.816 fiscalizações. Na área econômico-financeira, também em 2012, destaca-se a continuidade das ações de fiscalização sobre a gestão de fundos e encargos setoriais e de empreendimentos enquadrados na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC). Também foi intensificada, por meio de descentralização, com o apoio das Agências Estaduais, a fiscalização periódica das permissionárias de distribuição – cooperativas de eletrificação rural – regularizadas recentemente. Ainda nesse campo, destacam-se as ações de fiscalização, por Monitoramento Contábil, Econômico e Financeiro, de todos os Agentes de distribuição e transmissão, em especial nas concessionárias integrantes do Grupo Rede, cujo trabalho subsidiou a decisão de intervenção administrativa tomada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Para o processo tarifário foram realizadas 24 fiscalizações referentes à Base de Remuneração, além de fiscalizações de custos incorridos, para o processo licitatório. Além disso, foram aceitas 417 solicitações de anuências prévias aos agentes do setor elétrico, referentes a operações comerciais.
Em 2013, de um total previsto de 2.528 fiscalizações, foram realizadas 1.669, sendo 632 fiscalizações econômico-financeiras, 262 fiscalizações dos agentes de distribuição e 111 de transmissão e 664 fiscalizações de geração.
Em 2014, de um total previsto de 929 fiscalizações, foram realizadas 1.322, sendo: 500 de geração, 496 na área econômico-financeira, 225 de agentes de distribuição e 101 de transmissão. As fiscalizações são realizadas principalmente pela ANEEL, contando com serviços de apoio de empresas credenciadas e, por delegação, pelas agências reguladoras estaduais conveniadas. Dentre as fiscalizações realizadas destacam-se: fiscalização, in loco, de 44 usinas da expansão da oferta, e 45 usinas estratégicas no Sistema Interligado Nacional (SIN) em fase de operação, referentes ao diagnóstico dos procedimentos de operação e manutenção.
Na área econômico-financeira, destaca-se a continuidade das ações de fiscalização sobre a gestão de fundos e encargos setoriais e de empreendimentos enquadrados na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), a fiscalização do controle patrimonial em 11 concessionárias de geração, transmissão e distribuição e a realização de 40 ações de fiscalização da Conta de Variações da Parcela "A" (CVA) em concessionárias de distribuição para apoio aos processos de reajuste tarifário.

Concessão

Em 2012, em atendimento ao disposto na Medida Provisória nº 579/2012 e no Decreto nº 7.805/2012, foram analisados os pedidos de prorrogação do prazo de concessão de 9 transmissoras, cujos contratos vencem em 2015. Em 2013, a referida Medida foi convertida na Lei nº 12.783, de 11/01/2013.

Ouvidoria

No âmbito da Ouvidoria Setorial da ANEEL, foram atendidas em 2012, 1.251.269 solicitações, de um total previsto de 1.761.222. Em 2013, foram atendidas 1.001.864 ligações e, em 2014, 1.050.565 ligações. Esses serviços serão mantidos por meio da Central de Teleatendimento da ANEEL (CTA) aos consumidores e as atividades de análises técnicas realizadas, por delegação, pelas Agências Estaduais Conveniadas, buscando sempre ampliar os índices de qualidade de atendimento.

Audiências Públicas

As audiências e consultas públicas representam mecanismos de controle social, com promoção do diálogo e ampliação da participação dos diversos segmentos da sociedade no processo de decisão da Agência. Nesse campo, destaca-se a realização de pesquisas de opinião pública, buscando avaliar as expectativas dos agentes setoriais, a satisfação dos consumidores (Pesquisa Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC) e a qualidade do serviço de energia elétrica prestado pelas distribuidoras.
Foram realizadas em 2012 125 audiências e consultas públicas à sociedade. Entre os temas apresentados estão: o pré e pós-pagamento de energia, procedimentos para prestação de atividades acessórias pelas distribuidoras, agenda regulatória para o biênio 2013/2014, o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição e temas já regulamentados, em fase de aprimoramento, a exemplo das condições gerais de fornecimento de energia elétrica, leilões, entre outros. Em 2013, foram finalizadas 50 Audiências Públicas, e a empresa contratada para a realização do cálculo do Índice de Satisfação do Consumidor iniciou os trabalhos de pesquisa, cujo status no último relatório indicava 58% de entrevistas realizadas. Em 2014, foram realizadas 91 audiências e consultas públicas à sociedade. Dentre os temas apresentados em Audiência Pública estão: metodologias e critérios gerais para as revisões tarifárias periódicas das concessionárias de distribuição de energia elétrica; metodologia de definição de limites para os Indicadores de Continuidade Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC das distribuidoras de energia elétrica; definição dos limites máximo e mínimo do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD; simplificação do processo de análise dos projetos básicos de

Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs; editais de leilões de linhas de transmissão e de energia, cálculo de perdas na distribuição, entre outros. Destaca-se, ainda, a realização de consulta pública com vistas a obter contribuições sobre regulamentação de critérios para a concessão de descontos na tarifa, em consonância com o princípio da isonomia, e diretrizes do processo de mediação na ANEEL.

Outorgas

Em 2012 foram concedidas 288 atos de outorga, sendo 211 para geração, 23 para transmissão e 54 para distribuição de energia elétrica, e em 2013 foram concedidas 159 atos de outorga, sendo 105 de geração, 33 de transmissão e 21 de

distribuição.

Em 2014, foram concedidas 370 atos de outorgas, sendo 334 de geração, 14 de transmissão e 22 de distribuição. Foram realizados ainda em 2014, o Leilão A-3, para contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração de fontes hidrelétrica, eólica, termelétrica a gás natural ou a biomassa; o Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado "A-5", e o Leilão de Energia Reserva (LER).

Metas 2012-2015

- **Reduzir DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 14 horas/ano**

Análise Situacional da Meta

A continuidade dos serviços públicos de energia elétrica é supervisionada, avaliada e controlada por meio de indicadores coletivos, como o DEC, que indica o número de horas que, em média, as unidades consumidoras de determinado conjunto ficaram sem energia elétrica durante um determinado período. O índice anual das regiões geográficas é obtido pela média ponderada dos valores de cada concessionária de distribuição da região (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas). O índice anual do Brasil é obtido pela média ponderada dos valores de cada região geográfica do país (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas).

Em 2012 o valor foi de 18,6 horas/ano, e em 2013, de 18,27 horas/ano.

Em 2014, o valor do DEC ficou em 17,58 horas/ano.

Quantidade alcançada

17,58

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	horas/ano	29,17	31/12/2014
Região Nordeste	16	horas/ano	20,48	31/12/2014
Região Norte	35	horas/ano	46,4	31/12/2014
Região Sudeste	10	horas/ano	10,3	31/12/2014
Região Sul	14	horas/ano	17,19	31/12/2014

- **Reduzir FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) para 10 vezes/ano**

Análise Situacional da Meta

A continuidade dos serviços públicos de energia elétrica é supervisionada, avaliada e controlada por meio de indicadores coletivos, como o FEC, que indica quantas vezes, em média, as unidades consumidoras de determinado conjunto sofreram interrupção. O índice anual das regiões geográficas é obtido pela média ponderada dos valores de cada concessionária de distribuição da região (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas). O índice anual do Brasil é obtido pela média ponderada dos valores de cada região geográfica do País (levando em conta a quantidade de unidades consumidoras existentes em cada uma delas).

Em 2012 o valor foi de 11,1 vezes/ano, e em 2013, foi de 10,49 vezes/ano. Em 2014 o valor do FEC ficou em 9,88 vezes/ano.

Quantidade alcançada

9,88

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	14	unidades/ano	20,12	31/12/2014
Região Nordeste	10	unidades/ano	9,56	31/12/2014
Região Norte	30	unidades/ano	29,29	31/12/2014
Região Sudeste	7	unidades/ano	5,53	31/12/2014
Região Sul	11	unidades/ano	10,63	31/12/2014

OBJETIVO: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A utilização de equipamentos mais eficientes no consumo de energia elétrica, além de proporcionar redução de custo aos usuários, reduz a pressão sobre a expansão da geração, da transmissão e da distribuição de eletricidade.

Em 2012, o país economizou 9.000 GWh de energia elétrica por meio de programas de eficiência energética, sendo o Selo Procel e o Programa Brasileiro de Etiquetagem os principais responsáveis por este feito. Em junho de 2012, iniciou-se a gradativa retirada das lâmpadas incandescentes ineficientes do mercado, a começar pelas de potência maior que 100 watts. Os benefícios energéticos dessa medida, nos próximos vinte anos, representarão cerca de 10 TWh/ano, equivalendo à expansão de 2.433 MW na oferta, proporcionando uma economia de aproximadamente R$ 6 bilhões em custos geração, transmissão e distribuição.

Em 2013, o país economizou 9.700 GWh de energia elétrica por meio de programas de eficiência energética. No âmbito da Lei de Eficiência Energética, foram regulamentados os

Transformadores de Distribuição em Líquido Isolante, gerando uma expectativa de redução de cerca de 12.000 GWh de economia de energia por esta medida até 2030.

Em 2014, dando continuidade ao processo de retirada das lâmpadas incandescentes do mercado, iniciado em junho de 2012, foram excluídos os modelos de 60W. Preliminarmente, o PROCEL auferiu uma economia de aproximadamente 10.500 GWh, equivalente ao consumo anual de 5,37 milhões de residências. Evitou-se ainda a emissão de 1.280 mil tCO2 equivalentes, que corresponde à emissão de 482 mil veículos em um ano.

Metas 2012-2015

- **Conservar 20.000 GWh do consumo de energia elétrica que ocorreria sem medidas de conservação**

  Análise Situacional da Meta

  Os resultados levantados no Relatório do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) que fazem referência a 2012 demonstraram que foram alcançados 9.000 GWh naquele ano. Para o ano de 2013, os resultados de economia de energia foram de aproximadamente 9.700 GWh. Em 2014, embora o relatório final ainda não tenha sido publicado, estima-se que o PROCEL tenha contribuído para uma economia de 10.500 GWh.

  Quantidade alcançada

  29.200

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Os sistemas de distribuição de energia elétrica caracterizam-se pela expansão dos ativos em serviço vinculada aos próprios contratos de concessão formalizados pelas empresas com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). O

processo de universalização nessas regiões também necessita de ações diferenciadas em face das suas peculiaridades geo-elétricas.

Por outro lado, na região Norte encontram-se em implementação três importantes ações estratégicas: a integração dos sistemas elétricos que atendem as capitais dos estados ao SIN; a implantação das usinas do Complexo do Rio Madeira; e a reestruturação e ampliação dos volumes de investimentos do Grupo Eletrobras nas empresas distribuidoras da Região. Mesmo com a integração prevista para todas as capitais, uma parte do atendimento no interior ainda deverá ser realizada com geração térmica local, geralmente a diesel, em áreas determinadas e bastante dispersas, com elevados custos de operação e manutenção. Associado a isso, são comuns as dificuldades de logística para suprimento de combustível, principalmente em períodos de estiagem.

Em 2012 foram construídos pelas distribuidoras do Grupo Eletrobras 1.018 km de novas redes de distribuição de energia elétrica, e adicionados 56 MW na capacidade de geração instalada das empresas do Grupo. Em 2013, foram construídos, 913 km de novas redes de distribuição, mas não houve acréscimo à capacidade de geração instalada nos Sistemas Isolados. Em 2014 também não houve acréscimo à capacidade de geração instalada nos Sistemas Isolados, mas foram construídos 500 km de novas redes de distribuição.

Metas 2012-2015

- **Acréscimo de 1.050 km de redes de distribuição de energia elétrica**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a rede de distribuição das empresas do Grupo Eletrobras foi expandida em 1.018km, correspondendo a 97% do total previsto para o período do PPA.

  Em 2013 a rede foi expandida em mais 913 km. Esse montante, agregado aos números do ano anterior, totaliza 1.931 km de novas redes de distribuição de energia, suplantando a meta inicial do PPA em 184%.

  Comparando o valor realizado ao final de 2014, de 500 km de novas redes de distribuição, com a meta inicialmente prevista no PPA, observa-se uma realização para essa iniciativa de 231,5%, ou seja, superada em mais de duas vezes a meta inicialmente prevista no PPA 2012-2015.

  Quantidade alcançada

  2.431

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	300	km	890	31/12/2014
Região Norte	750	km	1.541	31/12/2014

- **Acréscimo de 150 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 não houve agregação de capacidade adicional de geração de energia térmica nos sistemas isolados das empresas do Grupo Eletrobras. O total acumulado no período 2012-2014, de 56 MW de capacidade adicional, foi realizado em 2012. Sendo assim, a meta de 150 MW prevista no período do PPA dificilmente será alcançada, considerando a tendência de integração de boa parte dos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio dos sistemas de transmissão em implantação no norte do País, integrando os Estados do Acre, Rondônia, Amapá, Amazonas e Roraima ao SIN.

  Quantidade alcançada

  56,2

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	150	MW	56,2	31/12/2014

- **Redução do índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição em 1,25 pontos absolutos**

Análise Situacional da Meta

As perdas na rede de distribuição em 2012 foram reduzidas em média em 3,24% no âmbito das empresas do Grupo Eletrobras. O principal fator impulsor para a realização dessa meta é o programa específico da Eletrobras com o Banco Mundial. Em 2013 houve um aumento de perdas na rede de distribuição no âmbito das empresas do Grupo Eletrobras, em média, da ordem de 1,04%. Em 2014 houve novamente uma redução de perdas na rede de distribuição no âmbito das empresas do Grupo Eletrobras, em média, da ordem de 2,91%.

Importante ressaltar que a quantidade alcançada é obtida comparando-se o índice de perdas obtido no ano corrente (2012, 2013 e 2014) em comparação ao ano base (2011).

Quantidade alcançada

2,91

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	unidade	4,63	31/12/2014
Região Norte	1,5	unidade	1,76	31/12/2014

OBJETIVO: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Também são ações necessárias para sustentar a confiabilidade do sistema elétrico as ações de manutenção, modernização e revitalização das instalações dos sistemas elétricos. As atividades de manutenção envolvem todos os custos relativos à preservação das condições operacionais das instalações dos sistemas de geração, transmissão e distribuição de propriedade das empresas federais (Grupo Eletrobras). As ações de modernização e revitalização envolvem as atualizações tecnológicas nas instalações para promover a eficiência operacional dos sistemas. Em atendimento à regulamentação vigente, o Operador Nacional do Sistema (ONS) anualmente encaminha à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) o Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico – PMIS, composto por revitalizações no SIN necessárias ao reforço da segurança operacional elétrica, que apresenta o conjunto de revitalizações de natureza sistêmica. Já as melhorias representam a implantação ou substituição de equipamentos visando manter a disponibilidade e a supervisão das instalações de transmissão, não acarretando modificação da topologia da rede.

As empresas do Grupo Eletrobras estão realizando manutenção em todas as instalações de geração e transmissão de energia elétrica de sua propriedade nesse período.

Metas 2012-2015

- **Promover manutenção em 7.100 MW das instalações de geração do Sistema Elétrico Brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 as empresas do Grupo Eletrobras realizaram serviços de manutenção em todas as instalações de geração de energia elétrica, totalizando 32.199 MW. Em 2013, o Grupo considera que foi igualmente procedida a manutenção de todo o seu parque gerador em operação, perfazendo o mesmo montante de 2012, de 32.199 MW. O parque gerador pertencente às empresas do Grupo Eletrobras representa 24,7% de toda a capacidade de geração do parque gerador

existente no Brasil atualmente. Também, em 2014, a manutenção realizada pelo Grupo Eletrobras, envolveu todo o parque gerador em operação, correspondendo a 33.394 MW.

Ressalta-se que, houve uma retificação dos valores inicialmente informados para os anos de 2012 e 2013, pois os dados estavam incorretos.

Quantidade alcançada

33.394

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	800	MW	3.271	31/12/2014
Região Nordeste	2.000	MW	10.628	31/12/2014
Região Norte	1.800	MW	10.494	31/12/2014
Região Sudeste	1.200	MW	8.004	31/12/2014
Região Sul	1.300	MW	997	31/12/2014

- **Promover manutenção em 8.000 km das instalações de transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 as empresas do Grupo Eletrobras realizaram serviços de manutenção em todo o seu sistema de transmissão de energia elétrica, totalizando 58.947 km de linhas de transmissão. Em 2013, o Grupo considera que foi igualmente procedida a manutenção de todo o seu sistema de transmissão em operação, perfazendo o mesmo total de 2012. O sistema de transmissão pertencente às empresas do Grupo Eletrobras representa 57,4% de toda a extensão do sistema de transmissão existente no Brasil atualmente. Em 2014 a manutenção realizada pelo Grupo Eletrobras também envolveu todo o sistema de transmissão em operação, que conta atualmente com 59.925 km.

Quantidade alcançada

59.925

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Alguns dos principais investimentos previstos para o período de 2010 a 2014 do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) estavam associados ao projeto para desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias – Projeto LongDist.

No âmbito deste projeto encontra-se em construção o Laboratório de Ultra-alta Tensão (LabUAT), na unidade Adrianópolis, município de Nova Iguaçu. Sua finalidade será apoiar o desenvolvimento e avaliação do desempenho de soluções comerciais, de novas configurações de linhas de transmissão, em níveis de até 1.100 kV CA e ± 800 kV CC, com alta capacidade, para o transporte de grandes blocos de energia por longas distâncias. Esta nova infraestrutura laboratorial, pioneira no continente americano, terá papel essencial no apoio às atividades de pesquisa aplicada do Cepel, para vencer os desafios tecnológicos da transmissão da energia dos futuros aproveitamentos hidroelétricos da Amazônia, contribuindo para viabilizar o desenvolvimento sustentável da hidroeletricidade na região, atendendo em primeiro momento, o empreendimento de Belo Monte.

A fase inicial do LabUAT Externo, já concluida, é composta pelo pórtico central da instalação e está capacitada para realizar pesquisa experimental em UAT, em condições de tempo bom, abrangendo:

• Ensaios de tensão suportável em cadeias de isoladores:

• Monofásicos ou trifásicos, em corrente alternada;
• Mono polares ou bipolares, em corrente contínua;
• Ensaios de isolamento a impulso atmosférico e de manobra em cadeias de isoladores;
• Ensaios de isolamento a impulso atmosférico e de manobra em configurações de linha fase-fase;
• Medição da tensão de radio interferência em cadeias de isoladores;
• Medição de corona em cadeias de isoladores;
• Distribuição de potencial em cadeias de isoladores.

Metas 2012-2015

- **Realizar pesquisas nas áreas de geração, de transmissão, de distribuição e utilização de energia elétrica**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi celebrado um Convênio de Cooperação Técnica com o Centro de Pesquisa em Energia Elétrica - CEPEL, com o objetivo de apoio institucional para o desenvolvimento de pesquisa nas áreas supracitadas. Ademais, foram destinados recursos para a promoção e participação brasileira nos grupos de trabalho da Agência Internacional de Energia (AIE), a saber: (1) Bioenergia; (2) Hidroeletricidade; (3) Energia Solar.

  Tendo como fonte de financiamentos os recursos operacionais e da Eletrobras, o Cepel dedicou-se ao desenvolvimento de tecnologias de alta capacidade para transmissão de energia elétrica a longas distâncias - Projeto LONGDIST. As aquisições dos equipamentos envolvidos, bem como a realização das obras de infraestrutura laboratorial necessárias, apresentaram desafios em função de sua complexidade e ineditismo, que resultaram em prazos de duração para as fases de especificação, projeto e licitação mais longos do que inicialmente previsto.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Capacidade de armazenamento de derivados - bases de distribuição	m³	31/12/2010	2.906.999	31/12/2014	2.935.200
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - bases de distribuição	m³	31/12/2010	153.542	31/12/2014	153.100
Capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP - terminais	m³	31/12/2010	325.961	31/12/2014	369.642
Capacidade de armazenamento de petróleo e derivados - terminais	m³	31/12/2010	11.860.032	31/12/2014	12.939.461
Capacidade de transporte marítimo de derivados	tonelada de porte bruto	31/05/2011	544.835	31/12/2014	671.042
Capacidade de transporte marítimo de gases liquefeitos	tonelada de porte bruto	31/05/2011	40.171	31/12/2014	40.171
Capacidade de transporte marítimo de petróleo	tonelada de porte bruto	31/05/2011	1.449.843	31/12/2014	3.552.401
Capacidade nominal instalada de processamento de petróleo	milhão de barris de petróleo por dia	31/12/2009	2,1	31/12/2014	2,35
Consumo de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,397	31/12/2014	3,414
Consumo de etanol hidratado	milhão de m³ por ano	31/12/2010	15,074	31/12/2014	12,9941
Consumo de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	12,558	31/12/2014	13,4439
Consumo de gasolina C	milhão de m³ por ano	31/12/2010	29,847	31/12/2014	44,364
Consumo de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	49,239	31/12/2014	60,032
Consumo de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	6,25	31/12/2014	7,47
Exportações de biocombustíveis	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,763	31/12/2014	1,398
Extensão de oleodutos: transferência e transporte	km	11/07/2011	7.179	31/12/2014	7.936
Frequência de paridade etanol/gasolina favorável	%	31/12/2010	87,5	31/12/2014	25
Importações de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP	milhão de m³ por ano	31/12/2010	3,123	31/12/2014	3,8269
Importações de óleo diesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	9,007	31/12/2014	11,2751
Importações de Querosene de Aviação - QAV	milhão de m³ por ano	31/12/2010	1,923	31/12/2014	1,5036
Índice de conformidade da qualidade dos combustíveis	%	31/12/2010	97,64	31/12/2014	98,16
Participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB	famílias	31/12/2010	100.371	31/12/2013	83.754

Participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos	%	31/12/2010	21,4	31/12/2014	23,42
Produção de biodiesel	milhão de m³ por ano	31/12/2010	2,397	31/12/2014	3,4141
Produção de etanol	milhão de m³ por ano	31/12/2010	27,963	31/12/2014	28,571
Taxa de exportação de derivados em relação às exportações do setor de petróleo	%	31/12/2010	27,33	31/12/2014	31,53

Observações:

Consumo de biodiesel - Considerado consumo igual à produção.

Exportações de biocombustíveis - Fonte: MAPA (http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/agroenergia/estatistica)

Produção de etanol - Fonte: MAPA (http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/agroenergia/estatistica)

Taxa de exportação de derivados em relação às exportações do setor de petróleo - Relação em volume.

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A atividade de refino vem acompanhando de perto as tendências mundiais e as necessidades sociais, com vistas a se adequar ao novo modelo de mercado do setor petrolífero nacional. Além disso, as projeções do Governo apontam para o aumento de excedentes de petróleo nacional, com o desenvolvimento do pré-sal, e o crescimento da demanda por alguns derivados ainda dependentes de importação. Entre os pontos mais significativos, estão as tendências de aumento expressivo da demanda de óleo diesel, o qual representa, atualmente, cerca de 52% da matriz de combustíveis automotivos no Brasil, e de querosene de aviação - QAV, por conta da forte expansão do transporte aéreo.

Com o objetivo de processar a crescente produção de óleo pesado brasileiro, de priorizar a produção em maior quantidade de derivados leves e médios e de aprimorar a qualidade dos combustíveis produzidos, o parque nacional de refino tem passado por um processo de expansão e modernização. Os investimentos de qualidade, conversão e modernização abrangem todas as refinarias brasileiras. Em 6 de dezembro de 2014 deu-se início à operação da primeira fase da Refinaria do Nordeste - RNEST (1° Trem), com capacidade autorizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP de 74 mil bpd. Trata-se de uma capacidade ainda limitada por exigências ambientais mas que, tão logo sejam concluídas as unidades abatedoras de emissões, a ANP deverá ampliá-la para 115 mil bpd. Além disso, encontra-se em construção o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, previsto para iniciar operação em outubro de 2016.

Vale destacar as outorgas emitidas pela ANP, até dezembro de 2014, para as Refinarias Gabriel Passos (REGAP), Paulínia (REPLAN), Isaac Sabbá (REMAN) e Abreu e Lima (RNEST) permitindo o início ou ampliação da capacidade de refino.

No que tange à qualidade dos combustíveis, o fornecimento da nova gasolina de ultrabaixo teor de enxofre (S-50), obrigatória em todos os postos de revenda do País desde janeiro de 2014, e do diesel S-10, o qual substituiu o diesel S-50 a partir de janeiro de 2013, ocorreu de forma satisfatória, permitindo reduzir a emissão de gases poluentes em até 60%.

Os investimentos internacionais vinculados a este objetivo abrangem os negócios de refino e de distribuição de combustíveis e derivados, cujos principais ativos, em 30/11/2014, são, segundo a Petrobras - SDI (Sistema de Desempenho Internacional): a) refino (Refinaria de Bahia Blanca, na Argentina, com capacidade de 30,5 mil bpd; Refinaria de Pasadena, nos EUA, com capacidade de 100 mil bpd; Refinaria de Okinawa, no Japão, com capacidade de 100 mil bpd); e b) distribuição (265 Estações de Serviço na Argentina; 107 Estações de Serviço na Colômbia; 268 Estações de Serviço no Chile; 172 Estações de Serviço no Paraguai; 87 Estações de Serviço, no Uruguai).

O escopo básico de aplicação dos recursos é o de manutenção do nível das operações, com segurança na execução e qualidade nos produtos e processos, compatíveis com o padrão estabelecido pela Petrobras.

Metas 2012-2015

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a processar 2.205.000 bpd**

  Análise Situacional da Meta

  A média nacional de processamento de petróleo até dezembro de 2014 foi de 2.106.891,94 barris de petróleo por dia. Assim, considerando que a RNEST entrou em operação no fim de 2014 e estará produzindo durante todo o ano de 2015, estima-se que a meta será atendida no ano.

  Quantidade alcançada

  2.106.891,94

  Data de Referência

  30/11/2014

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 152 mil m³/dia de óleo diesel**

  Análise Situacional da Meta

  A média de produção de óleo diesel, até o mês de dezembro de 2014, foi de 137,08 x 10^3 m³/dia.Até o final de 2015 a expectativa é de que a meta seja atendida, haja vista a entrada em operação da RNEST, o que deverá ampliar a produção nacional de diesel.

  Já a Petrobras, em 2014, verificou um aumento de 0,38% na produção de diesel quando comparado com o mesmo período de 2013.

  Quantidade alcançada

  137,08

  Data de Referência

  30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	39	mil m³/dia	17,77	31/12/2014
Região Norte	3	mil m³/dia	2,27	31/12/0014
Região Sudeste	85	mil m³/dia	86,94	31/12/2014
Região Sul	25	mil m³/dia	30,1	31/12/2014

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 21 mil m³/dia de Querosene de Aviação (QAV)**

  Análise Situacional da Meta

  A média de produção de querosene de aviação (QAV), até o mês de dezembro de 2014, foi de16,63 x 10^3 m³/dia. A expectativa é de que, até 2015, a meta não será atingida.

  A Petrobras verificou, em 2014, um aumento de 9,43% na produção de QAV quando comparado com 2013, decorrente

do aumento de capacidade e de eficiência das unidades de processo.

Quantidade alcançada

16,63

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	mil m³/dia	1,08	31/12/2014
Região Norte	1	mil m³/dia	0,47	31/12/2014
Região Sudeste	16	mil m³/dia	13,54	31/12/2014
Região Sul	2	mil m³/dia	1,54	31/12/2014

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 30 mil m³/dia de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)**

Análise Situacional da Meta

A média de produção de gás liquefeito de petróleo (GLP) produzido nas refinarias nacionais, de janeiro a dezembro de 2014, foi de 20,74 x 10^3 m³/dia. Cabe esclarecer que esse valor ainda não inclui a produção de GLP em UPGNs fora das refinarias. Até o final de 2015dificilmente a meta será alcançada.

No que tange à Petrobras, verificou-se uma redução de 4,89% na produção de GLP em 2014, quando comparado a 2013.

Quantidade alcançada

20,74

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	mil m³/dia	3,15	31/12/2014
Região Norte	1	mil m³/dia	0,21	31/12/2014
Região Sudeste	21	mil m³/dia	12,95	31/12/2014
Região Sul	4	mil m³/dia	4,43	31/12/2014

- **Expandir a capacidade nacional de produção de derivados de petróleo para atendimento do mercado interno, de modo a produzir 62 mil m³/dia de gasolina**

Análise Situacional da Meta

A média de produção de gasolina A, até o mês de dezembro de 2014, foi de 79,09 x10^3 m³/dia, atingindo a meta proposta. Em 2014, a Petrobras apresentou aumento de 0,55% na produção de Gasolina quando comparado com o mesmo período de 2013.

Quantidade alcançada

79,09

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	8	mil m³/dia	10,82	31/12/2014
Região Norte	2	mil m³/dia	1,07	31/12/2014
Região Sudeste	39	mil m³/dia	50,11	31/12/2014
Região Sul	13	mil m³/dia	17,09	31/12/2014

- **Produzir, em padrões adequados de qualidade: - 68 mil m³/dia de óleo diesel S-10 - 18 mil m³/dia de óleo diesel**

S-500 - 66 mil m³/dia de gasolina S-50

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2014 a produção do diesel S-10, do diesel S-500 e da gasolina S-50 foram: Óleo Diesel S-10: 22,55 mil m³/dia; Óleo diesel S-500: 101,03 mil m³/dia; e Gasolina S-50: 79,10 mil m³/dia.

Importa destacar, ainda, que o diesel S-50 foi totalmente substituído pelo diesel S-10, não sendo mais produzido pela Petrobras. No que tange à gasolina S-50, cabe-nos observar que esta passou a ser fornecida em janeiro de 2014, em substituição à gasolina S-800. A meta para gasolina S-50 já foi atingida, porém, a meta de produzir 18 mil m3/dia de óleo diesel S-10 dificilmente será atingida até 2015.

OBJETIVO: 0184 - Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, foi dada continuidade às tratativas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros parceiros para a realização da segunda fase dos estudos de viabilidade já concluídos. Com o apoio financeiro do BID, foi dado início à segunda fase do estudo de viabilidade para produção de bioenergia na República Dominicana (projeto executivo de destilaria de Etanol). Cabe destacar a assinatura do Memorando de Entendimento com a Itália sobre cooperação na área de bioenergia, com vistas à promoção de projetos conjuntos de cooperação em terceiros países. Ao longo do ano, atendendo à crescente demanda, instituições brasileiras receberam visitas de diversas delegações de países em desenvolvimento interessados em conhecer a experiência do Brasil na área de produção e uso sustentáveis de bioenergia. O Brasil auxiliou na promoção dos indicadores de sustentabilidade da produção de bioenergia, acordados na Parceria Global de Bioenergia (GBEP), por meio da sua divulgação em diversos eventos e palestras.

Em 2013, o Brasil participou, em maio, do "Seminário Técnico sobre Tecnologias de Produção de Biocombustíveis", organizado pelo Governo indiano, em Nova Délhi. Por ocasião da VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Energia do Fórum IBAS, também realizada em Nova Délhi, em maio de 2013, acordou-se a realização de missão de especialistas, pesquisadores e funcionários sul-africanos e indianos ao Brasil, por ocasião da próxima reunião do GT, com vistas a conhecer melhor a experiência brasileira em energias renováveis. Com o objetivo de ampliar a cooperação com os países asiáticos, realizou-se, em setembro, a Reunião Brasil-China sobre cooperação em energias renováveis e eficiência energética e, em outubro, a "I Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Filipinas Sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis" e a "Reunião Brasil-China sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética".

Em 2014, destaca-se: foi apresentada a experiência brasileira em bioenergia para Embaixadores da ASEAN, em coordenação com a Embrapa Agroenergia; em fevereiro, realizou-se, em Bruxelas, a primeira reunião técnica sobre o tema, que contou com a participação de representantes do Itamaraty e da Direção-Geral de Energia da Comissão Europeia (DG-ENERGIA); foi concluído estudo de viabilidade para a produção de biocombustíveis no espaço da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), sob o amparo do acordo firmado pelo MRE e o BNDES; em relação à União Europeia, a partir de entendimento alcançado na V Reunião de Cúpula Brasil-UE, deu-se início às tratativas com vistas à celebração de acordo de equivalência entre a normativa ambiental brasileira e os requisitos de sustentabilidade europeus para os biocombustíveis.

Metas 2012-2015

- **Promover a internacionalização da produção e do uso sustentáveis de bioenergia**

Análise Situacional da Meta

O Brasil tem atuado em diversas frentes para promover e divulgar a produção e o uso sustentáveis de bioenergia. Nesse sentido, foi dado seguimento aos esforços de ampliar o número de países produtores no mundo, por meio da realização de estudos de viabilidade para a produção de biocombustíveis, promovidos em diversos países africanos e centro-americanos, em iniciativas de cooperação bilateral, trilateral e regional.

Em 2012, foi dada continuidade às tratativas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros parceiros para a realização da segunda fase dos estudos de viabilidade já concluídos. Com o apoio financeiro do BID, foi dado início à segunda fase do estudo de viabilidade para produção de bioenergia na República Dominicana (projeto executivo de destilaria de Etanol). Cabe destacar a assinatura do Memorando de Entendimento com a Itália sobre cooperação na área de bioenergia, com vistas à promoção de projetos conjuntos de cooperação em terceiros países. Ao longo do ano, atendendo à crescente demanda, instituições brasileiras receberam visitas de diversas delegações de países em desenvolvimento interessados em conhecer a experiência do Brasil na área de produção e uso sustentáveis de bioenergia. O Brasil auxiliou na promoção dos indicadores de sustentabilidade da produção de bioenergia, acordados na Parceria Global de Bioenergia (GBEP), por meio da sua divulgação em diversos eventos e palestras.

Em 2013, o Brasil participou, em maio, do "Seminário Técnico sobre Tecnologias de Produção de Biocombustíveis", organizado pelo Governo indiano, em Nova Délhi. Por ocasião da VIII Reunião do Grupo de Trabalho de Energia do Fórum IBAS, também realizada em Nova Délhi, em maio de 2013, acordou-se a realização de missão de especialistas, pesquisadores e funcionários sul-africanos e indianos ao Brasil, por ocasião da próxima reunião do GT, com vistas a conhecer melhor a experiência brasileira em energias renováveis. Com o objetivo de ampliar a cooperação com os países asiáticos, realizou-se, em setembro, a Reunião Brasil-China sobre cooperação em energias renováveis e eficiência energética e, em outubro, a "I Reunião do Comitê Conjunto Brasil-Filipinas Sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis" e a "Reunião Brasil-China sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética".

Em 2014, destaca-se: foi apresentada a experiência brasileira em bioenergia para Embaixadores da ASEAN, em coordenação com a Embrapa Agroenergia; em fevereiro, realizou-se, em Bruxelas, a primeira reunião técnica sobre o tema, que contou com a participação de representantes do Itamaraty e da Direção-Geral de Energia da Comissão Europeia (DG-ENERGIA); foi concluído estudo de viabilidade para a produção de biocombustíveis no espaço da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), sob o amparo do acordo firmado pelo MRE e o BNDES, com apresentação de seminário em Uagadugu para entrega dos resultados (agosto de 2014); em relação à União Europeia, a partir de entendimento alcançado na V Reunião de Cúpula Brasil-UE, deu-se início às tratativas com vistas à celebração de acordo de equivalência entre a normativa ambiental brasileira e os requisitos de sustentabilidade europeus para os biocombustíveis.

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

Etanol Combustível: Os dados consolidados na primeira quinzena de janeiro de 2015 referentes à safra 2014/2015, data em que historicamente já houve realização de mais de 95% da safra, mostram a moagem de 611 milhões de toneladas de cana de açúcar e produção de 28,6 bilhões de litros de etanol, sendo 11,3 bilhões de litros de etanol anidro e 16,7 bilhões de litros de etanol hidratado. A CONAB (4° Levantamento da Safra de Cana-De-Açúcar), referente à safra 2014/2015, prevê que sejam moídas 634,7 milhões de toneladas de cana na safra 2014/2015, volume 3,65% menor se comparado à safra anterior. No entanto, as produções de etanol anidro e hidratado convergem para um leve aumento em relação à safra anterior, pois houve uma maior destinação da cana-de-açúcar para a produção de etanol em detrimento da produção de

açúcar.

Biodiesel: A produção sustentável de biodiesel vem sendo ampliada, puxada pelo crescimento do consumo de diesel no País. Até 30 de junho de 2014 permaneceu a obrigatoriedade da mistura de 5% de biodiesel no diesel fóssil. A partir de então, a Medida Provisória nº 647, de 28 de maio de 2014, convertida na Lei 13.033 de 24 de setembro de 2014, estabeleceu que a adição obrigatória de biodiesel passa a ser de 6%, a partir de 1º de julho e 7%, a partir de 1º de novembro de 2014. A produção de biodiesel alcançou 3,414 bilhões de litros em 2014 o que representou um aumento de 16,5 % em relação à produção de 2013 que foi 2,930 bilhões de litros.

Querosene de Aviação: A Resolução ANP nº 20/2013 permitiu a mistura de Querosene de Aviação Alternativo ao Querosene de Aviação convencional até o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) em volume. Querosene de aviação alternativo corresponde a um combustível derivado de fontes alternativas ao petróleo, como biomassa, carvão e gás natural. A resolução ANP nº63, de 05/12/2014, estabeleceu especificações para Querosenes de Aviação Alternativos e do Querosene de Aviação B-X (QAV B-X).

Metas 2012-2015

- **Atender à estimativa de produção nacional de biocombustíveis indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente**

  Análise Situacional da Meta

  A produção de biocombustíveis, em 2014, alcançou 32bilhões de litros (28,6 bilhões de litros de etanol e 3,4 bilhões de litros de biodiesel), aproximadamente 12% maior que a do ano anterior: em 2013 foram produzidos 30,7 bilhões de litros. Destaca-se a importância do aumento da produção de biocombustíveis, dado o cenário adverso climático que apresentou temperaturas acima da média e baixa precipitação nas lavouras e resultou na menor produtividade da cana-de-açúcar, insumo primário para a produção do etanol.

  O PDE 2023 projetou a oferta para o ano de 2014 de 27,3 bilhões de litros de etanol e 3,4 bilhões de litros de biodiesel, num total de 30,7 bilhões de litros de biocombustíveis. A análise comparativa dos números mostra que a produção de biocombustíveis em 2014 superou em 4% à projetada no PDE 2023.

  Etanol Combustível: A produção de 28,6 bilhões de litros de etanol em 2014 (11,9 bilhões de litros de etanol anidro e 16,7 bilhões de litros de etanol hidratado) foi 3% superior à produção de 2013, de 27,7 bilhões de litros. Mesmo em um cenário adverso climático, o que resultou na menor produtividade da cana-de-açúcar, a produção de etanol foi ampliada, sendo suficiente para atender o mercado nacional e ainda proporcionar excedente para exportação, além de seu uso para fins não combustíveis.

  Biodiesel: A produção de 3,4 bilhões de litros em 2014 foi igual à projeção de consumo estabelecida no PDE 2023 para o ano. A partir de julho de 2014, a Medida Provisória nº 647, de 28 de maio de 2014, convertida na Lei 13.033 de 24 de setembro de 2014, estabeleceu a adição obrigatória de biodiesel de 6%, a partir de 1º de julho e 7%, a partir de 1º de novembro de 2014. Devido ao aumento da mistura de biodiesel ao diesel fóssil em 2014, a produção de biodiesel foi ampliada para atender ao dispositivo legal. Com isso, a produção saltou de 2,9 bilhões de litros, em 2013, para 3,4 bilhões de litros, em 2014, acréscimo de 17%. Esse aumento da produção foi suficiente para atender ao mercado nacional.

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O crescimento previsto da produção de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e petroquímicos deve estar associado à disponibilidade de uma infraestrutura de armazenamento, transporte e distribuição adequada aos volumes previstos e aos novos padrões de qualidade, segurança e preservação do meio ambiente, demandando investimentos em infraestrutura para garantir o adequado fornecimento de combustíveis ao consumidor, com redução de custos e otimização da logística.

Em 2012, a principal mudança em relação à regulação do mercado foi o aperfeiçoamento dos mecanismos de livre acesso a terceiros aos oleodutos de transporte, por meio da publicação da Resolução ANP nº 35/2012, que substituiu a Portaria ANP nº 115/2000.

No biênio 2012/2013, de acordo com a ANP, foram autorizadas a ampliação e a construção de novos terminais e oleodutos. Em 2013, merece destaque o Grupo de Avaliação dos Fluxos Logísticos de Produção, Transporte e Armazenagem de Combustíveis - GFL, que iniciou seus trabalhos em janeiro de 2013 e teve como objetivos: mapear os fluxos logísticos de produção, transporte e armazenagem de combustíveis em todo o território nacional; identificar os potenciais fatores de risco incidentes sobre os fluxos logísticos; e mensurar o potencial impacto dos fatores de risco sobre os estoques de segurança de combustíveis e propor e implementar ações de mitigação de riscos.

Quanto aos investimentos da Petrobras, destaca-se a conclusão, em 2013, das instalações para disponibilização de GLP pressurizado do Plangás GLP do Terminal de Barra do Riacho/ES, contribuindo com a meta de aumento da capacidade de escoamento de 1,89 mil m3/dia de GLP. Em 2014, destacaram-se as conclusões das linhas entre o píer e as distribuidoras no Terminal de São Luís - MA e no Terminal de Mucuripe - CE. Estas linhas adicionaram à meta, 2,5 km e 1,25 km, respectivamente.

Em 2013, a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis foi ampliada em 363.840 toneladas de porte bruto (TPB), que adicionadas às 301.000 TPB realizadas até 2012, totalizam um acréscimo acumulado de 664.840 TPB.

Já no que tange à capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis, houve adição de capacidade devido à:

•Entrada em operação, em agosto de 2013, do Sistema de Logística de Etanol Jataí - REPLAN, do trecho Ribeirão Preto-Paulínia, com 207 km de extensão;

•Conclusão da ampliação da capacidade de bombeamento do OSVAT 30'', entre o Terminal de Guararema e REPLAN, possibilitando aumento do escoamento da ordem de 6 mil m³/dia;

•Entrada em operação das linhas submarinas de petróleo em São Sebastião, que foram substituídas, adicionando uma capacidade de escoamento de 50 mil m³/dia;

•Entrada em operação do Terminal de Ilha Comprida, com GLP, e do Terminal de Uberaba (da LOGUM), com Etanol; e

•Entrada em operação dos dutos de interligação da RNEST com o Terminal de Suape da Transpetro e com as Cias. Distribuidoras.

Metas 2012-2015

- **Ampliação da capacidade de armazenamento de petróleo e de derivados - terminais em 630 mil m³**

  Análise Situacional da Meta

  Segundo a ANP, até dezembro de 2014, a ampliação da capacidade de armazenamento atingiu a marca de 920,35 mil

m³, valor acima da meta, resultado da entrada em operação de terminais de grande porte nas regiões sudeste e norte. Há, ainda, a previsão de acréscimo de novos terminais que se encontram em fase de construção.

A Petrobras registrou, no segundo semestre de 2014, a conclusão da construção de 2 tanques de 4.000 m3 cada no Terminal de Uberaba para movimentação de diesel S-10, adicionando uma capacidade de 8.000 m3 de armazenamento.

Quantidade alcançada

920,35

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	28	mil m³	4,39	31/12/2014
Região Nordeste	15,4	mil m³	105,33	31/12/2014
Região Norte	3,2	mil m³	81,71	31/12/2014
Região Sudeste	531,9	mil m³	613,45	31/12/2014
Região Sul	51,8	mil m³	115,47	31/12/2014

- **Ampliação da malha dutoviária nacional de transporte e transferência de petróleo, derivados e biocombustíveis em 341 km**

Análise Situacional da Meta

De acordo com os dados da ANP, a meta de ampliação da malha dutoviária da região sudeste já se encontra superada, e conta com a entrada em operação de dutos de transporte de etanol em 2014. Além disso, novos terminais e suas interligações foram concluídos e entraram em operação.

Vale destacar o Sistema Dutoviário para Escoamento de Etanol, em execução pela empresa Logum, que tem o objetivo de escoar a produção de etanol combustível das regiões de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, do sul do Estado de Goiás e de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, para o município de Paulínia, também no Estado de São Paulo, de onde seguirão para portos exportadores. Esse Projeto integra a infraestrutura para escoamento da produção de etanol inserida no Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal - PAC, e outros trechos de dutos e terminais encontram-se em fases de execução de obras ou de detalhamento e revisão de projetos. O projeto contempla a construção de 1.261 km de dutos, de 10 novos centros coletores de etanol, 3 ampliações de tancagem em terminais de distribuição de combustíveis, e a utilização de 750 km de hidrovias para o transporte de 20 milhões de m3/ano de etanol combustível. O trecho Ribeirão Preto - Paulínia, com 207 km de extensão, foi inaugurado em 12/08/2013 (Autorização de Operação ANP nº 587/13 publicada no DOU de 18.08.13).

No que tange aos investimentos da Petrobras, no primeiro semestre de 2014 houve a conclusão das linhas entre o píer e as distribuidoras no Terminal de São Luís - MA e no Terminal de Mucuripe - CE. No segundo semestre, entraram em operação os dutos de interligação da REDUC ao Terminal de Ilha Comprida bem como os de interligação da Ilha Comprida à Ilha Redonda.

Quantidade alcançada

668,98

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	km	27,78	31/12/2014
Região Norte	3	km	9,68	31/12/2014
Região Sudeste	337	km	631,52	31/12/2014

- **Ampliar a frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis, de modo a adicionar 2.994.496 toneladas de porte bruto (tpb)**

Análise Situacional da Meta

Com uma demanda total de 49 navios, que acrescentam 4 milhões de toneladas de porte bruto (tpb) à capacidade de transporte marítimo da Transpetro, o Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef) revitaliza a indústria naval brasileira e fomenta a criação de novos estaleiros no País. O Promef foi criado com as premissas de incentivar a construção de navios no Brasil; de alcançar os índices de nacionalização de 65% e 70% na primeira e na segunda fase, respectivamente; e de fomentar a competitividade internacional da indústria naval brasileira.

Em 2012 foram entregues três navios construídos por meio do Promef: Sérgio Buarque de Holanda (48.000 tpb), Rômulo Almeida (48.000 tpb), e João Cândido (157.000 tpb), que somados à entrega do navio Celso Furtado (48.000 tpb) ocorrida em 2011, adicionaram uma capacidade acumulada de 301.000 tpb.

Em 2013 outros três navios do Programa foram concluídos: Zumbi dos Palmares (157.770 tpb), Dragão do Mar (157.770 tpb) e José Alencar (48.300 tpb), ampliando a capacidade da frota em 363.840 tpb em relação ao ano anterior. Em 2014, foram entregues os navios Henrique Dias (157.700 tpb) e Anita Garibaldi (72.900 tpb), além do primeiro comboio hidroviário (5.928 tpb) constituído por um empurrador e quatro barcaças, representando um incremento no ano de 236.528 tpb.

Dessa forma, no horizonte compreendido entre 2012 e 2014, o Promef entregou nove navios e um comboio hidroviário, o que corresponde a um acréscimo de 901.368 tpb à frota da Transpetro.

Quantidade alcançada

901.368

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender a totalidade dos estados brasileiros com a comercialização de GLP em botijões P8 (8kg) e P5 (5kg)**

Análise Situacional da Meta

Segundo apurado pela ANP, todos os estados da Federação foram atendidos com a comercialização de botijões P5 e P8 no período de janeiro a junho de 2014. Contudo, conforme dados até novembro/2014, a meta não foi cumprida no Estado de Sergipe.

- **Aumentar a quantidade de botijões de GLP, de forma a melhorar o atendimento ao mercado consumidor doméstico em: - 1.148.865 unidades de botijões P13 (13kg) - 287.217 unidades de botijões P5 (5kg) e P8 (8kg)**

Análise Situacional da Meta

Os quantitativos de botijões apurados em dezembro de 2011(base para o PPA 2012-2015) foram revisados, definindo-se: i) P5: 346.504; ii) P8: 626.813; e iii) P13: 104.461.593.

Em dezembro de 2014, a ANP registrou: i) P5: aumento de 11.712 unidades; ii) P8: redução de 3.682 unidades; e iii) P13: aumento de 4.832.826 unidades. Com esses aumentos, o quantitativo de botijões passou para: i) P5: 358.276; ii) P8: 623.131; e P13: 109.294.419.

A Liquigás, em 2014, realizou compras somente de botijões de 13 quilos, em virtude do crescimento do mercado de GLP para este tipo de vasilhame, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, por conta de um crescimento econômico mais expressivo nestas regiões. Além deste fator, a Liquigás vem buscando atender fortemente as necessidades de requalificação de botijões P13, P45 e P20, o que vem deslocando recursos financeiros para cumprir estas metas. Aliado aos fatos descritos acima, a demanda do público por botijões de menor tamanho não vem

ocorrendo conforme o planejado, fato que não enseja a aquisição de vasilhames de menor tamanho.

Quantidade alcançada

4.832.826

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar em 305 mil m³/dia a capacidade de escoamento de derivados de petróleo e biocombustíveis entre as refinarias e os terminais de modo a permitir o suprimento destes produtos**

Análise Situacional da Meta

Além dos dutos novos em operação, os quais ampliaram a capacidade de escoamento, foram construídos novos sistemas de bombeamento que implicaram em aumento de capacidade de escoamento de oleodutos existentes na região Sudeste. Assim, essas ampliações de capacidade estão diretamente relacionadas a novos terminais e suas interligações, bem como a demandas para escoamento em dutos dedicados de óleo diesel S-10.

No segundo semestre, iniciaram-se as operações dos dutos de transferência da REDUC ao Terminal de Ilha Comprida bem como os de interligação da Ilha Comprida à Ilha Redonda.

Em 2014, a Petrobras registrou os seguintes acréscimos de capacidade de escoamento de derivados de petróleo biocombustíveis em seu sistema: ampliação da capacidade de bombeamento do OSVAT 30'', entre o Terminal de Guararema e REPLAN (6 mil m³/dia); ampliação da capacidade de bombeamento do OSVAT 42'/38"', entre o Terminal de São Sebastião e Terminal de Guararema (6 mil m³/dia); e substituição das linhas submarinas de petróleo em São Sebastião (50 mil m³/dia).

Quantidade alcançada

234.463

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5.000	m³/dia	0	31/12/2014
Região Sudeste	300.000	m³/dia	234.463	31/12/2014

OBJETIVO: 0187 - Ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil está entre os quatro maiores produtores e consumidores de biodiesel do mundo. Possui, segundo o Boletim Mensal de Combustíveis Renováveis do MME, 54 usinas de biodiesel, sendo 42 delas detentoras do Selo Combustível Social que representam hoje 99% da produção total de biodiesel no País, beneficiando aproximadamente 83,7 mil famílias e 77 cooperativas da agricultura familiar, com R$ 2,8 bilhões em compras de matérias-primas e aproximadamente R$ 36 milhões em assistência técnica e fomento a essas famílias.

Dentre os projetos e parcerias para apoio à participação da agricultura familiar na cadeia deste biocombustível que estão em andamento, merecem destaque os Termos de Cooperação de apoio ao Selo Social e à organização da base da produção de oleaginosas com os Governos Estaduais do Pará, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Tocantins, Rio Grande do Sul e Paraná, a Embrapa Amazônia Oriental, Embrapa Roraima, Embrapa Cerrados, Embrapa Clima Temperado, Embrapa Algodão, UFV e UFPA/NUMA.

Destaca-se também a Chamada Pública de ATER SAF/MDA 07/2012 que possibilitou a contratação de entidade executora do Projeto de ATER para gestão de 24 cooperativas de agricultores familiares participantes do PNPB nas Regiões Centro Oeste, Nordeste e Semiárido, com foco no fortalecimento gerencial desses empreendimentos e sua qualificação no programa.

Em relação aos trabalhos voltados aos marcos regulatórios com o objetivo de melhorar e adequar as parcerias com a agricultura familiar na cadeia agroindustrial de biodiesel, óleos vegetais e coprodutos, destacam-se a Lei 13.033/2014, de 24 de setembro de 2014, que aumentou a mistura de biodiesel no óleo diesel para B6 e B7; a Exposição de Motivos Interministerial (EMI) 0007/2014 com proposta do MDA de alteração do Decreto nº 5.297, de 06 de dezembro de 2004, já aprovada pelo MME e ainda em análise no MF; e as publicações das Portarias MDA Nº 80, de 21 de dezembro de 2010, que cria a Câmara Técnica de Avaliação e Acompanhamento do Selo Combustível Social e a Portaria MDA Nº 81, de 26 de novembro de 2014, que dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social. Essa portaria foi publicada após as rodadas de discussões do MDA com o setor (agricultores, cooperativas e indústria) para alteração da Portaria do MDA 60/2012, de 06 de setembro de 2012.

Metas 2012-2015

- **160.000 agricultores familiares participando da cadeia produtiva do biodiesel**

Análise Situacional da Meta

Diferente de outras cadeias de energias renováveis que possuem políticas e instrumentos ainda em fase de construção, o PNPB possui o Selo Combustível Social, instrumento com base legal consolidada, tanto para produção e uso do referido combustível, quanto para promover a inclusão da agricultura familiar no programa, responsabilidade essa delegada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em 2013 foram identificadas 83.754 famílias participantes do PNPB com contratos com a indústria e vendas de matérias-primas para biodiesel.

O número de famílias no programa em 2014 deverá ser levantado no primeiro semestre de 2015, dado que houve extensão de prazo para envio das informações por parte das indústrias e cooperativas referentes ao ano precedente.

A queda verificada no número de famílias de 2012 (92.673) para 2013 (83.754) ocorreu principalmente pela redução no número de famílias do Nordeste (25.210 para 12.949) por uma reorientação estratégica das empresas atuantes na Região que vem realizando uma seleção de famílias mais aptas aos contratos por filtragem de aptidão agrícola.

Cabe destacar as ações anteriormente citadas, relativas ao aumento da mistura de biodiesel no óleo diesel para B6 e B7, bem como as Portarias MDA criando a Câmara Técnica de Avaliação e Acompanhamento do Selo Combustível Social e aperfeiçoando os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso desse certificado.

Quantidade alcançada

83.754

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	8.000	unidade	5.133	31/12/2013
Região Nordeste	35.000	unidade	12.949	31/12/2013
Região Norte	6.000	unidade	327	31/12/2013
Região Sudeste	6.000	unidade	2.287	31/12/2013

Região Sul	105.000	unidade	63.058	31/12/2013

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

São princípios e objetivos da Política Energética Nacional, definidos em lei, a garantia do fornecimento de combustíveis em todo o território nacional e a proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos. Para alcançar esses objetivos são atividades essenciais o planejamento e a proposição de medidas que permitam manter o equilíbrio entre oferta e demanda dos combustíveis, no curto, médio e longo prazos, assim como a fiscalização e o controle da qualidade dos produtos.

No âmbito do MME, destacam-se as seguintes ações ao longo do triênio 2012-2014

• No que se refere ao óleo diesel, o Brasil iniciou uma nova etapa na busca pela melhoria da qualidade do ar com a adoção de metas mais rigorosas no controle das emissões veiculares, o que levou à introdução do óleo diesel de baixo teor de enxofre. Desde o dia 1º de janeiro de 2012, entraram em vigor as fases P-7 e L-6 (que abrange veículos leves movidos a diesel produzidos em 2012) do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - Proconve.

• Publicação da Lei nº 12.666/2012, de 14 de junho de 2012, que autorizou a União a conceder subvenção econômica, sob a forma de equalização das taxas de juros, nas operações de financiamento para a estocagem de etanol combustível, para reduzir a volatilidade dos preços do etanol e contribuir para a estabilidade da oferta do produto.

• O Ministério de Minas e Energia estabeleceu aprimoramentos no modelo de Leilões de Biodiesel por meio da publicação das Portarias nº 276, de 10 de maio de 2012, e nº 476, de 15 de agosto de 2012. A medida foi tomada após a verificação dos resultados dos últimos leilões e das sugestões de aperfeiçoamento apresentadas pelo setor produtivo. As novas regras foram aplicadas nos leilões de biodiesel realizados a partir de junho de 2012.

• Foi estabelecido o modelo de leilão para formação de estoque baseado na modalidade de “opção de compra”, definido pela Portaria MME nº 116/2013. Nesse modelo, ao invés de adquirir fisicamente o produto e transportá-lo até suas instalações, o adquirente tem um contrato comercial em que o biodiesel continuará no estoque regular do produtor, mas estará disponível para ser entregue ao adquirente, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, caso este exerça a opção a qualquer tempo, dentro do prazo contratual. Com o novo modelo, espera-se haver melhoria da logística e conseguinte redução de custos no setor.

• Em relação à gasolina automotiva, a partir de 1º de janeiro de 2014, toda a gasolina automotiva comercializada no País passou a conter, no máximo, 50 ppm de enxofre, em substituição ao limite anterior vigente, de 800 ppm. Em 2014, foram comercializados cerca de 43,36 bilhões de litros do produto.

• No que compete aos novos empreendimentos em refino de petróleo, foi iniciada, em dezembro de 2014, a operação do 1º Trem da Refinaria Abreu e Lima. Embora a capacidade do projeto do 1° Trem seja de 115 mil barris/dia, a ANP autorizou uma capacidade de 74 mil barris/dia, até que sejam cumpridas algumas exigências ambientais relacionadas a emissões.

•Em relação à Segurança Energética, o relatório técnico sobre a necessidade de formação de reservas estratégicas de petróleo e etanol e estoques de operação de combustíveis em atendimento à Lei 8.176/1991 e Decreto 238/1991, foi apresentado na 29ª Reunião Ordinária do CNPE, ocorrida em 09 de dezembro de 2014. O relatório conclui não ser necessária a formação de reservas estratégicas de petróleo e etanol carburante e recomenda a continuidade da implantação dos estoques de operação para os principais combustíveis derivados de petróleo.

• Com relação ao etanol, o MME vem participando das Reuniões Tripartites - com representantes do Governo (Ministérios de Minas e Energia, Agricultura e Abastecimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fazenda e

Agência Nacional do Petróleo), dos produtores (UNICA, Fórum Nacional Sucroenergético), dos distribuidores de combustíveis (Sindicom e Brasilcom) e da Petrobras, cujo objetivo é monitorar o abastecimento do mercado de etanol combustível mediante o balanço da oferta e da demanda desse biocombustível.

• A Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, por meio da Comissão de Estudos do Biodiesel publicou, em 29 de agosto de 2014, está concluindo os trabalhos de publicação da Norma Técnica ABNT NBR 15512 - Biodiesel - Armazenamento, transporte, abastecimento e controle de qualidade de biodiesel e/ou óleo diesel BX.

Para alcance deste Objetivo, nas atividades de regulação e fiscalização do setor, que são exercidas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), merecem destaque as seguintes ações no período de janeiro a dezembro de 2014:

• Análise de contratos e pedidos mensais entre distribuidoras e produtores de diesel, gasolina e OCTE, tendo homologado, em 2014, 208 contratos, 1.660 pedidos mensais e 327 alterações;

• Registro e análise de 583 contratos de etanol, dos quais 534 foram homologados, em atendimento a Resolução 67/2011, para a safra 2014/15;

• Análise das metas de estoque de operação de óleo diesel A S-10, óleo diesel A S500 e gasolina A estabelecidas na Resolução ANP 45/2013, a partir de abril de 2014. Foram avaliados 145 distribuidores de combustíveis por conta do estabelecimento de metas, ocasionando 41 notificações por não envio dos relatórios de estoques por esses distribuidores e instauração de 03 processos administrativos por não cumprimento das metas de estoque;

• Acompanhamento das modificações estabelecidas pela Resolução ANP 58/2014;

• Instrução de 38 processos administrativos contra distribuidores por não envio de SIMP;

• Instrução de 136 processos administrativos contra usinas e 31 processos administrativos contra distribuidores por não atingirem as metas de estoque estabelecidas pela Resolução ANP 67/2011;

• Coordenação das ações para mitigar os problemas causados pela cheia do Rio Madeira, entre abril e julho de 2014;

• Elaboração de manifestação encaminhada à Secretaria de Portos (SEP), por meio de Notas Técnicas, contendo contribuições relativas aos processos licitatórios de sete portos, envolvendo as instalações de armazenagem de combustíveis. As Notas Técnicas forma elaboradas entre janeiro e abril de 2014;

• Disponibilização de informações sobre o mercado de combustíveis através da realização do seminário anual do abastecimento, em março de 2014, e publicação dos boletins do abastecimento (Janeiro, abril e agosto de 2014);

• Realização de análise de fluxos logísticos de QAV, GFL JET, em 26/03/14;

• Elaboração de proposta de Resolução para estoques mínimos de QAV, com realização de audiência pública em 24/10/14, suportada pela Nota Técnica SAB 207/14;

• Realização de análise de fluxos logísticos do GLP, GFL GLP, em 08/05/14;

• Elaboração de proposta de Resolução para estoques mínimos de GLP, com realização de audiência pública em 10/11/14, suportada pela Nota Técnica SAB 201/14;

• Análise do mercado de Transportador Revendedor Retalhista (TRR), em junho de 2014, com elaboração de Nota Técnica com recomendações para autuação de agentes que desrespeitavam as regras de comercialização;

• Acompanhamento do abastecimento de QAV durante a Copa do Mundo;

• Elaboração de Preços Máximos de Referência, utilizados nos seis leilões bimestrais de biodiesel realizados entre janeiro e dezembro de 2014); e

• Lavratura de 147 documentos de fiscalização (autuações e notificações), com a finalidade de melhorar a qualidade das informações declaradas pelos distribuidores de combustíveis e TRRs.

Metas 2012-2015

- **Atender à demanda de biocombustíveis, tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) vigente**

Análise Situacional da Meta

A análise comparativa da produção em relação à demanda, mostra a produção de 31,4 bilhões de litros (28,6 bilhões de litros de etanol e 3,4 bilhões de litros de biodiesel) contra a demanda apontada no PDE 2023 para o ano de 2014 de 27,3 bilhões de litros (23,9 bilhões de litros de etanol e 3,4 bilhões de litros de biodiesel).

A demanda real consolidada no ano de 2014 apresenta os seguintes dados: (1) consumo de etanol 24,4 bilhões de litros; (2) consumo de biodiesel de 3,4 bilhões de litros e; (3) exportação líquida de etanol e uso para fins não combustíveis da ordem de 2 bilhões de litros. O balanço entre oferta e demanda mostra que a oferta foi suficiente para atender o consumo doméstico e proporcionou excedente exportável.

Etanol Combustível: a produção atendeu a demanda nacional, mesmo enfrentando um cenário climático adverso, e ainda proporcionou excedente para a exportação, bem como para o uso em fins não combustíveis.

Biodiesel: a partir de julho de 2014, a Medida Provisória nº 647, de 28 de maio de 2014, convertida na Lei 13.033 de 24 de setembro de 2014, estabeleceu que a adição obrigatória de biodiesel passasse a ser de 6%, a partir de 1º de julho e 7%, a partir de 1º de novembro de 2014. Devido ao aumento da mistura de biodiesel ao diesel fóssil em 2014 a produção de biodiesel foi ampliada para atender ao dispositivo legal. Com isso, a produção saltou de 2,9 bilhões de litros em 2013 para 3,4 bilhões de litros em 2014, acréscimo de 17%. Esse aumento da produção foi suficiente para atender ao mercado nacional.

Em relação à qualidade, em 2014, a ANP publicou a Portaria nº 45, atualizando a especificação do biodiesel. A especificação brasileira está em linha com as especificações da União Europeia e dos EUA. Para vários parâmetros, o Brasil é o País que apresenta os mais rígidos requisitos de qualidade.

- **Garantir o abastecimento do óleo diesel S-10, do óleo diesel S-500 e da gasolina S-50, de modo a atender integralmente o mercado nacional de combustíveis**

Análise Situacional da Meta

A fim de garantir o abastecimento nacional de gasolina e óleo diesel (S10, S50, S500 e S1800) e atender integralmente ao mercado nacional de combustíveis, o Governo autoriza a construção e a operação de novas bases de agentes, homologa contratos e quotas entre os produtores e distribuidoras, instaura processos administrativos para revogação dos agentes em situação irregular e atualiza e edita normas.

A homologação de quotas (Resolução ANP nº 72/2000) tem por objetivo garantir o acesso de distribuidores, com pequena participação no mercado, junto aos produtores nacionais de gasolina e de óleo diesel.

Além disso, a ANP fiscaliza o cumprimento de suas resoluções, visando à proteção do consumidor e à garantia do abastecimento nacional de combustíveis.

Após a introdução com sucesso do óleo diesel S50, foram realizados esforços para o acompanhamento das medidas necessárias para a introdução do diesel S10.

Com esse objetivo, a ANP organiza reuniões mensais para tratar de questões relativas à logística nos três níveis da cadeia de abastecimento do novo combustível: produção, distribuição e revenda. que contam com a presença de representantes das seguintes instituições: Ministério das Minas e Energia, Petrobras, ANFAVEA (Associação Nacional

dos Fabricantes de Veículos Automotores), Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição dos Veículos Automotores), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Sindicom (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes - sindicato com mais de 80% do mercado de diesel), Brasilcom (Sindicato das Distribuidoras Regionais Brasileiras de Combustíveis), INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), Sincopetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo), Instituto Estadual do Meio Ambiente (IEMA), Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes) e distribuidoras de combustíveis.

Em 2013, destacaram as seguintes realizações:- acompanhamento da implementação das medidas relacionadas ao acordo firmado com o MPF-SP e no Plano de Abastecimento, de forma a garantir a introdução do óleo diesel de baixo teor de enxofre, que vem sendo realizada com sucesso acompanhamento da substituição da gasolina em uso para a S50, prevista para conclusão até janeiro de 2014.

Em 2014, com vistas à garantia do abastecimento dos combustíveis destacados, a ANP analisou 60.938 Licenças de Importação - LI, atuando no sentido de aumentar a oferta de tais produtos no mercado nacional. Também efetuou um controle diário de informações sobre o abastecimento nacional de combustíveis com vistas a identificar possíveis restrições no abastecimento. Homologou, ainda, as quotas e contratos de abastecimento de óleo diesel e acompanhou as alterações logísticas decorrentes do aumento da demanda pelo S-10, priorizando a homologação de contratos de cessão de espaço e a autorização de bases.

restrições no abastecimento. Homologou, ainda, as quotas e contratos de abastecimento de óleo diesel e acompanhou as alterações logísticas decorrentes do aumento da demanda pelo S-10, priorizando a homologação de contratos de cessão de espaço e a autorização de bases.

- **Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%**

Análise Situacional da Meta

Ao se observar a evolução do Índice de Conformidade de Combustíveis nos últimos 3 anos (97,7% em 2012; 97,99, em 2013; e 97,99, em 2014), conclui-se que o Programa de Monitoramento da Qualidade dos Combustíveis - PMQC, juntamente com as ações de fiscalização, entre outras promovidas pela ANP, têm assegurado ao mercado nacional estabilidade nos índices de conformidade dos combustíveis, em níveis elevados e satisfatórios para os consumidores finais, superando a meta estipulada para o período.

Quantidade alcançada

98,13

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0604 - Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O CONPET (Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural) - um Programa do Governo Federal, vinculado ao Ministério de Minas e Energia - MME, e executado com o apoio técnico e administrativo da Petrobras, outorga o Selo de Eficiência Energética para Veículos Leves para os veículos mais eficientes que participam voluntariamente do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV). O PBEV é coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), em parceria com o CONPET, e objetiva permitir que os usuários comparem o consumo de veículos com diferentes combustíveis, estimulando a utilização e fabricação de veículos mais eficientes.

No encerramento do ano de 2013, de um total de 448 modelos, havia 111 certificados com o Selo CONPET de Eficiência Energética em Veículos Leves, ou seja, cerca de 25%. Em 2014, no final do ano, de um total de 588 modelos, 153 estavam certificados, o que representa um aumento de, aproximadamente, 38% em relação ao ano anterior.

Metas 2012-2015

- **Elevar o percentual de modelos de automóveis etiquetados pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular) para 50%**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, 37 de um total de 40 fabricantes que possuem vendas no Brasil aderiram ao PBE Veicular e o número de modelos/versões subiu de 205 para 448, um crescimento de cerca de 120%. Esse avanço se deveu, em grande parte, pela vinculação do PBEV ao Programa Inovar-Auto, em que cada fabricante deverá declarar um mínimo de 60% da frota. No ano, de um total de 448 modelos, havia 111 certificados com o Selo CONPET de Eficiência Energética em Veículos Leves, ou seja, cerca de 25%.

  Em 2014, houve um aumento de 38% no número de modelos de automóveis etiquetados, chegando a um total de 588. Esse avanço consolida a vinculação do PBEV ao Programa Inovar-Auto, em que cada fabricante deverá declarar 100% da frota até 2017.

  Quantidade alcançada

  50

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Evitar o consumo de 650 milhões de litros de óleo diesel por meio de ações de eficiência energética**

  Análise Situacional da Meta

  O Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET) possui dentro do Setor de Transportes um Programa chamado EconomizAr, que é fruto da parceria com as federações ou sindicatos patronais do transporte de cargas e passageiros. O Programa atende aos veículos de motor diesel das empresas filiadas a essas entidades, sendo que as empresas participantes são visitadas periodicamente pelos técnicos do programa que fazem a avaliação das respectivas frotas de ônibus e caminhões.

  Existem ainda, no âmbito interno das ações da Petrobras, programas de economia de diesel, como o TransportAR, que avalia os veículos que circulam pelas refinarias retirando produtos e o EngenhAR que avalia os veículos utilizados nas obras das novas unidades operacionais.

  No período de janeiro a outubro de 2012 estimou-se uma economia de 76 milhões de litros de diesel em programas realizados e apoiados pelo CONPET.

A Petrobrás/CONPET não possui dados atuais que possibilitem a aferição desta meta. Até a data de fechamento do ciclo de 2014 , ainda não havia números mais atualizados a respeito dos resultados de 2013, nem de 2014.

Quantidade alcançada

76

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Visando promover o uso sustentável dessas fontes energéticas (lenha e carvão) a Secretaria Executiva e as Câmaras Técnicas da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD vêm articulando com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e o Ministério de Minas e Energia - MME, ações que apresentem alternativas de sustentabilidade na matriz energética. As iniciativas focam na melhoria tecnológica para eficiência energética das indústrias cerâmicas e gesseiras, na promoção do manejo florestal da Caatinga e Cerrado, na diversificação de fontes renováveis, e na elaboração de ações para segurança energética familiar com fogões ecológicos. Apoiam, ainda, a definição de indicadores e capacitação para processos de auditoria técnica para melhoria da eficiência energética e o uso sustentável da biomassa florestal, estruturando, junto com instrumentos de fomento/crédito, ações para promover procedimentos de auditoria e uso energético sustentável da biomassa florestal.

Vale destacar as iniciativas para promover a segurança energética familiar por meio de projetos de fogões melhorados que apoiaram a implementação de mais de 1.500 fogões sem fumaça e uma análise para definir um programa de implementação de fogões melhorados nas famílias rurais.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver procedimento de auditoria para uso energético sustentável da biomassa florestal e auditar 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga**

  Análise Situacional da Meta

  Os trabalhos para promover o uso sustentável de lenha e carvão da Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD e os projetos apoiados pelo Fundo Clima, Fundo Socioambiental da CAIXA, Fundo Florestal e pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA vêm possibilitando definir indicadores para processo de auditorias por meio dos diagnósticos elaborados nas cerâmicas e gesseiras. Nesse sentido destacam-se:

  • Realização do diagnóstico de produção nas cerâmicas da PB, SE e CE e nas gesseiras de PE, definindo indicadores-padrão para processo de auditagem;

  • Capacitação e assistência técnica para colaboradores das empresas cerâmicas e gesseiras e a elaboração de manual de boas praticas para eficiência energética, possibilitando o desenvolvimento de indicadores para processos de auditagem; e

  • Os diagnósticos ambientais por meio de mapeamento do potencial florestal apresentando as áreas aptas para o manejo florestal em raio econômico dos polos gesseiro no Araripe e cerâmico no Seridó, possibilitam a definição das estratégias e do nível tecnológico das empresas.

- **Promover o uso energético sustentável da biomassa florestal em 300 empresas usuárias de carvão vegetal proveniente do bioma Caatinga**

Análise Situacional da Meta

Os trabalhos para promover o uso sustentável de lenha e carvão por meio de projetos de manejo florestal coordenados pela Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD com apoio do Fundo Clima, do Fundo Socioambiental da CAIXA, do Fundo Florestal e o do FNMA vêm possibilitando a ampliação das áreas sob uso sustentável e uma melhor compreensão do potencial da vegetação nativa para o manejo. Nesse sentido destacam-se:

• Os Pactos para sustentabilidade da matriz energética dos setores produtivos (cerâmicas e gesseiras), que estão apoiando a implementação de programas de fomento e a elaboração dos Planos de Suprimento Sustentável (PSS) conforme o artº 34 da Lei de Proteção das Florestas, promoveram estudos para a melhoria tecnológica e maior eficiência no sistema produtivo, além de promover o manejo florestal comunitário que vem apoiando a implantação de 20.000 hectares na Caatinga e Cerrado, beneficiando mais de 1.500 famílias. O Pacto apresenta alternativa para o desmatamento, maior vetor do processo de desertificação no Brasil. Essas ações promovem um autoabastecimento sustentável com áreas a serem implantadas de 26.000 ha para as cerâmicas e de 180.000 para as gesseiras num prazo de 6 anos. Os programas são partes integrantes dos pactos de sustentabilidade para a matriz energética das cerâmicas e gesseiras;

• A realização do Seminário sobre Manejo Silvopastoril Sustentável da Caatinga para inserir o manejo na segurança alimentar dos rebanhos;

• A criação da linha de credito especifica do BNB para apoiar a elaboração de planos de manejo florestal na Caatinga;

• A inserção do Programa Dryland Champions da UNCCD para 15 instituições que promovem as boas práticas de manejo florestal.

Quantidade alcançada

310

Data de Referência

06/12/2013

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Consumo Interno de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2010	61,7	31/12/2014	100
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Gás Natural	mil m³ por dia	31/12/2010	24	31/12/2014	77,03
Empresas de Pequeno e Médio Porte - Produção de Petróleo	mil barris por dia	31/12/2010	1,96	31/12/2014	13,51
Extensão de Gasodutos	km	31/12/2010	11.373	31/12/2014	11.696
Importação de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2010	34,65	31/12/2014	52,93
Participações Governamentais - Bônus de Assinatura	R$ mil por ano	31/12/2009	80.200	31/12/2014	0
Participações Governamentais - Participações Especiais (União, Estados e Municípios)	R$ bilhão por ano	31/12/2010	11,67	31/12/2014	16,83
Participações Governamentais - Royalties (União, Estados e Municípios)	R$ bilhão por ano	31/12/2010	9,93	31/12/2014	18,53
Produção de Gás Natural (excluido reinjeção, queimas, perdas e consumo próprio na produção)	milhão de m³ por dia	31/12/2010	34,53	31/12/2014	55,76
Produção de Petróleo e LGN (inclui condensado)	mil barris por dia	31/12/2010	2.137,42	31/12/2014	2.255
Reservas de Gás Natural	milhão de m³	31/12/2010	423.003,02	31/12/2014	471.153,29
Reservas Provadas de Petróleo	milhão de barris	31/12/2010	14.246,33	31/12/2014	16.154,45
Volume de Exportação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	230,49	31/12/2014	189
Volume de Importação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2010	123,65	31/12/2014	144

Observações:

Extensão de Gasodutos - Não houve ampliação em 2014.

Participações Governamentais - Bônus de Assinatura - Fonte: site ANP;
Nenhum novo contrato foi assinado em 2014.

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério de Minas e Energia (MME), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) retomaram os trabalhos de atualização necessários à publicação da versão 2014 do "Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás" prevista para o final de 2015.

A atual versão, publicada em out/2013, abrange duas perspectivas, a geológica e a econômica. Na primeira, a geológica, realizou-se uma combinação do passado com o futuro das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, especialmente em termos de poços pioneiros, possíveis prospectos, acumulações (jazidas) e campos. O resultado da aplicação dessa metodologia gera uma base de informações georreferenciadas que suporta a perspectiva econômica, a qual, por sua vez, mapeia zonas de importância relativa das diversas áreas do País para o desenvolvimento econômico do setor de petróleo.

Esse trabalho será atualizado a cada dois anos e deverá tornar-se um importante instrumento para o planejamento energético do País, também apoiando questões de ordenamento territorial e socioambientais que envolvam as atividades de exploração de petróleo e gás. Ele já serve de base ao planejamento de áreas a serem incluídas nas rodadas de licitação para atividades de exploração. Dá suporte à tomada de decisões sobre estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos e auxilia a definição das áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira.

O levantamento lista todas as 67 bacias sedimentares brasileiras, qualificadas em terrestres (52) e marítimas (15). Para cada bacia apresenta a área sedimentar, área efetiva (área da bacia que apresenta interesse para a exploração e produção de hidrocarbonetos) e maturidade exploratória.

Em 2012 iniciaram os estudos para instituição da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS (Portaria Interministerial MME-MMA nº 198, de 5 de abril de 2012), que disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades. Em 2013 definiu-se as sete áreas prioritárias que serão objeto de estudo, correspondendo às seguintes bacias: Solimões; Sergipe-Alagoas; Pará-Maranhão e Barreirinhas; Pernambuco-Paraíba; Espírito Santo – mar; Camamu-Almada e Cumuruxatiba – águas profundas.

Em 2014 foram publicadas as Portarias Interministeriais MME-MMA de nos 621 e 622, de 18 de novembro de 2014, constituindo os Comitês Técnicos de Avaliação (CTA) da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar, respectivamente para as bacias do Solimões e de Sergipe-Alagoas. Esses Comitês tem a participação de representantes do MME, MMA, ANP, EPE, IBAMA e ICMBio, e trabalham na elaboração dos Termos de Referência para a contratação dos estudos.

Metas 2012-2015

- **Definir plano plurianual para realização de rodadas de licitações (concessão e partilha)**

  Análise Situacional da Meta

  Após a seleção das áreas da Avaliação Ambiental de Área Sedimentar – AAAS, a qual disciplinará a relação do processo de outorga de blocos exploratórios marítimos e terrestres com o processo de licenciamento ambiental, realizar-se-ão estudos para a definição do plano plurianual para realização de rodadas de licitações nas regiões consideradas aptas sob o ponto de vista ambiental.

  Contribui para o cumprimento desse propósito o estudo "Zoneamento Nacional dos Recursos de Óleo e Gás", que foi concluído em outubro de 2013 e será atualizado a cada biênio. Esse estudo serve como instrumento para o

planejamento energético do País, o planejamento de áreas para as rodadas de licitação, suporte às atividades de exploração. Também fornece insumos para a tomada de decisões sobre estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos e para a definição das áreas prioritárias para o desenvolvimento e manutenção das atividades da indústria do petróleo e gás natural no território e na plataforma continental brasileira.

- **Realizar estudos geológicos e geofísicos visando disponibilizar áreas para oferta em cada rodada de licitação**

Análise Situacional da Meta

Os levantamentos englobam a realização de sísmica 2D, sísmica 3D, processamento sísmico, magnetotelúrico, geoquímica, estudos de sistemas petrolíferos e perfurações de poços estratigráficos.

Os estudos realizados nas doze bacias que compõem a regionalização sofreram alguns ajustes para adequar a questões técnicas, fruto de processamento de outros dados, indisponibilidade de equipamentos para perfuração de poços, além de questões contratuais e orçamentárias.

A situação atual desses levantamentos é a seguinte:

1) Bacia Sedimentar de Santos: poços estratigráficos cancelados. Levantamento sísmico 3D concluído.

2) Bacia Sedimentar do Acre/Madre de Deus: cancelada a perfuração do poço estratigráfico e parte dos recursos foi remanejada para levantamento sísmico, o qual foi concluído em 2014.

3) Bacia Sedimentar do Amazonas: processamento e levantamento sísmico concluídos, sendo este não previsto à época da primeira versão do PPA. Frise-se que o valor correto para a meta é de 1.667 km².

4) Bacia Sedimentar do Tucano/Jatobá: todos os projetos previstos para esta bacia foram cancelados.

5) Bacia Sedimentar do Marajó: levantamentos geoquímico e sísmico foram cancelados. O processamento de dados sísmicos foi concluído.

6) Bacia Sedimentar do Paraná: o Aerolevantamento foi cancelado e parte dos recursos foi mobilizada para o levantamento magnetotelúrico, que está em execução. O levantamento sísmico está paralisado, a empresa contrata está com dificuldades para continuar o projeto, a ANP intimou a contratada para rescisão contratual. O processamento de dados sísmicos foi concluído.

7) Bacia Sedimentar dos Parecis: o Aerolevantamento foi cancelado e parte dos recursos foi mobilizada para o levantamento magnetotelúrico que está em execução. O levantamento sísmico foi suspenso pela ANP até a regularização das obrigações trabalhistas e previdenciárias pela empresa contratada. Com relação aos poços, um deles fora cancelado e o outro está sendo perfurado.

8) Bacia Sedimentar do Parnaíba: o poço foi cancelado e os recursos foram remanejados para levantamento sísmico, o qual já foi concluído. Cabe ressaltar que esse projeto foi aditivado, o que explica a quantidade alcançada ser maior que o previsto. O processamento de dados sísmico foi concluído.

9) Bacia Sedimentar do São Francisco: Perfuração do poço concluída. Tal projeto encontra-se na etapa de avaliação dos dados coletados. Levantamento geoquímico concluído. Reavaliação geológica em execução. Frise-se que esta reavaliação não constava do PPA versão 2011.

10) Bacia Sedimentar do São Luis/Bragança-Vizeu: Levantamento sísmico cancelado. Perfuração do poço em execução. O processamento de dados sísmicos foi concluído.

11) Bacia Sedimentar do Solimões: o processamento sísmico foi concluído.

12) Bacia Sedimentar do Tacutu: levantamento sísmico cancelado e parte dos recursos transferido para o levantamento geoquímico, o qual já foi concluído.

O levantamento geoquímico marítimo na Bacia da Foz do Amazonas foi concluído. E em 2012, foi executado o

levantamento geoquímico contratado para a Bacia do Ceará.

Quantidade alcançada

334.441

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bacia Sedimentar Marítima Santos	250.000	km²	79.733	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Acre/Madre de Deus	50.000	km²	39.278	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Amazonas	16.667	km²	64.246	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Jatobá/Tucano Norte	49.167	km²	0	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Marajó	46.667	km²	56	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Paraná	82.500	km²	38.116	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Parecis	125.000	km²	20.882	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Parnaíba	42.500	km²	63.698	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre São Francisco	52.500	km²	25.611	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre São Luis-Bragança-Vizeu	91.667	km²	80	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Solimões	833	km²	1.091	31/12/2014
Bacia Sedimentar Terrestre Tacutu	41.667	km²	1.650	31/12/2014

- **Revisar e atualizar o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás a cada dois anos (2013 e 2015)**

Análise Situacional da Meta

A última versão do "Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás" foi apresentada em 10 de outubro de 2013. O trabalho compreendeu a coleta, o processamento e a produção de informações para representação da importância petrolífera das áreas do território nacional, sendo útil tanto às políticas públicas quanto à indústria petrolífera para o aproveitamento de recursos de petróleo e gás natural, especialmente no planejamento energético, no contexto do Plano Nacional de Energia (PNE), do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (PEMAT).

Os trabalhos de revisão e atualização estão sendo realizados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), e apoio da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), com publicação prevista para o final de 2015.

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

A indústria do Petróleo é complexa, rica e diversificada, tem resultados alcançados a longo prazo e requer grande aporte de capital. Obter recursos para o desenvolvimento dessa indústria e contratar a complexa rede de equipamentos, bens e serviços já é um desafio por si só.

A estratégia de desenvolvimento do setor de petróleo e gás envolve um amplo programa de investimentos para implantação de infraestrutura para Exploração e Produção (E&P) e processamento dos bens minerais extraídos. Tais investimentos tem como objetivo principal o atendimento do mercado interno e, no futuro, a produção de excedentes exportáveis que venham a contribuir para o resultado das contas externas do País.

Em relação ao segmento de E&P, a produção de petróleo e LGN no Brasil atingiu a média de 2 milhões e 255 mil barris por dia em 2014, 6,7% superior à produção do ano anterior. Esse aumento foi impulsionado principalmente pela contribuição de nove sistemas de produção. Cinco deles começaram a operar em 2013 e tiveram novos poços interligados ao longo de 2014. Ainda em 2014, outros quatro sistemas de produção foram implantados.

Registrou-se, no dia 16 de dezembro de 2014, novo recorde de produção no pré-sal, quando a Petrobras atingiu a marca histórica de 700 mil barris de petróleo por dia (bpd). Essa produção foi alcançada apenas oito anos depois da primeira descoberta de petróleo na camada pré-sal, ocorrida em 2006, e apenas seis meses após a marca dos 500 mil barris, obtida em junho. Representa, portanto, uma marca extremamente significativa na indústria do petróleo, especialmente diante do fato de os campos se situarem em lâminas d'água profundas e ultraprofundas.

Com a chegada de novas embarcações do tipo PLSV (Pipe Laying Support Vessel) e com a redução do tempo não produtivo dessas unidades, a Petrobras interligou 68 novos poços até novembro de 2014, o que já se constitui em um número bem superior aos 45 poços interligados ao longo de todo ano de 2013. Neste ano já foram incorporados novos PLSVs à frota da Petrobras, aumentando a disponibilidade de equipamentos necessários ao crescimento da produção.

O PROEF (Programa de Aumento da Eficiência Operacional) contribuiu com uma produção adicional de petróleo ao longo de 2014. Destaca-se, além da alta eficiência operacional dos campos localizados nas porções fluminense e capixaba da Bacia de Campos, o ótimo desempenho e a manutenção da estabilidade da produção nas Unidades Operacionais do Norte e Nordeste do País, que praticamente compensaram todo o declínio natural dos campos maduros da área.

No que se refere ao segmento de Gás Natural, houve avanços na implantação de projetos de ampliação, construção de instalações e manutenção das malhas de gasodutos sudeste e nordeste. Na malha sul, o gasoduto Bolívia-Brasil tem operado em volume próximo a sua capacidade máxima, demandando ações permanentes para assegurar elevados níveis de disponibilidade e confiabilidade, bem como para preservar a sua integridade e segurança operacional.

Ainda em relação aos projetos de ampliação da malha sul, destacam-se em 2014: a conclusão das etapas de construção civil do novo Ponto de entrega Itapetininga/SP e da Ampliação do Ponto de Entrega Araricá/RS; os projetos básicos da travessia do Rio Manoel Alves/SC e das melhorias nos abrigos de armazenamento de óleo de treze estações de compressão; a implantação de sistema de retenção de enxofre em dez pontos de entrega; overhauls do Turbo Compressor - A da ECOMP de Mirandópolis/SP e Turbo Compressor - B da ECOMP de Penápolis/SP.

No que tange a conclusão de pontos de entrega destacam-se: Barra Mansa II que esta interligado ao Gasoduto GASPAL e possui capacidade máxima de entrega de 450.000 m³/dia; São Bernardo do Campo II que esta interligado ao Gasoduto GASAN II e possui capacidade de vazão de 3 milhões m³/dia; São Mateus que esta interligado ao gasoduto Cacimbas-Catu (GASCAC) e possui capacidade máxima de 280 mil m³/dia.

Além da operação dos Terminais de Regaseificação de GNL em Pecém no Ceará (TR-Pecém) e Baía de Guanabara no Rio de Janeiro (TR-BGUA), com a entrada em operação em janeiro de 2014 do novo Terminal de Regaseificação de GNL da Bahia, localizado na Baía de Todos os Santos (BA), houve incremento da capacidade de regaseificação em até

14 milhões m³/dia de gás.

Metas 2012-2015

- **Agregar valor ao gás natural**

  Análise Situacional da Meta

  Os investimentos incluídos na carteira de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, aplicados na estruturação da malha de gasodutos, construção de novas facilidades de recebimento ou entrega ou manutenções, contribuem para atender à demanda, e com capacidade de movimentação da produção necessária para a agregação de valor ao gás natural.

  Ao longo de 2013 foram concluídos três novos pontos de entrega - PE de gás natural: o PE de Caçapava, no município de Caçapava e o PE de Pindamonhangaba II, no município de Pindamonhangaba, ambos no Estado de São Paulo; e o PE para atendimento da UTE Baixada Fluminense no Estado do Rio de Janeiro. Em 2014 entrou em operação do PE Barra Mansa II.

  Concluiu-se em 2014 o projeto do Terminal de Regaseificação de GNL na Baía de Todos Santos (BA), com capacidade para regaseificar até 14 milhões m³/dia de gás natural. O projeto incluiu um pier tipo ilha - único berço atracação, navio supridor GNL atracado a contrabordo do regaseificador (Side-By-Side - SBS), gasoduto com 45 km de extensão (30 km terrestre e 15 km submarino interligação cm o gasoduto Cacimbas-Catu (GASCAC).

  Compõe também o PAC, o projeto UPGN de Cabiúnas Pré-Sal – Rota 2 que permitirá o recebimento de até 13 milhões m³/dia de gás oriundo do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, ampliando a capacidade de processamento de gás do Sistema TECAB-REDUC de 23 para 28 milhões m³/dia, e de processamento de condensado do TECAB de 4.500 para 6.000 m³/dia.. Devido a postergação da chegada do primeiro gás pelo Gasoduto Rota 2, o inicio de operação da UPGN foi reprogramado para janeiro de 2016.

  Outro projeto que consta do PAC é o UPGN COMPERJ – Rota 3 que consiste na implantação de unidades dentro do site do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro para processamento de 21 milhões de m³ por dia de gás oriundo do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos. Os produtos gerados serão: gás natural especificado para venda (conforme resolução 16/2008 da ANP), etano, gás liquefeito de petróleo (GLP) e uma corrente de hidrocarbonetos da faixa do pentano e mais pesados (C5+). A entrada em operação do 1º módulo, com capacidade de 10,5 milhões de m3 por dia, está programada para o final de 2016 e a entrada em operação do 2º módulo, com mesma capacidade, será em 2017.

- **Aumentar a participação da oferta nacional no mercado de gás natural, possibilitando o suprimento e a expansão do mercado interno e buscando a geração de excedentes de produção com vistas à exportação**

  Análise Situacional da Meta

  A oferta de gás nacional ao mercado, excluindo reinjeção, queimas, perdas, consumo próprio na produção e transporte e absorção em UPGNs, até outubro de 2014 foi de 47,69 milhões m³ por dia, ficando 3,39 milhões m³ por dia acima do realizado em 2013 (44,3 milhões m³ por dia). Os principais motivos desse crescimento foram o aumento da produção nos campos de Mexilhão, Lula e Sapinhoá, além do início de produção do campo de Lula Nordeste (UO-BS).

  A produção nacional média de gás natural observou crescimento ao longo de todo o ano de 2014, saindo de 80,4 milhões de m³ por dia em janeiro para 92,7 milhões de m³ por dia em outubro.

  No que se refere à participação do gás nacional na oferta ao mercado interno, até outubro de 2014, 50% do gás ofertado internamente foi produzido no País, valor próximo ao obtido em 2013 (média de 49%).

Em dezembro de 2014, 94,9% do gás produzido foi aproveitado, seja para fornecimento ao mercado, seja para geração de energia nas plataformas ou reinjeção nos reservatórios para elevar a produção de petróleo. Até 2022, o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2022) prevê que a oferta de gás nacional apresentará aumentos significativos no decênio, atingindo cerca de 141 milhões m³/dia em função da entrada das novas unidades de produção de petróleo de gás natural nas Bacias de Campos, Santos e do Espírito Santo.

- **Aumentar a produção de petróleo e LGN para 3,07 milhões de barris por dia, abastecendo o mercado nacional e buscando gerar excedentes de produção que poderão ser exportados**

Análise Situacional da Meta

A produção de petróleo e LGN no Brasil atingiu em 2014 a média de 2 milhões e 255 mil barris por dia, 6,7 % superior à produção do ano anterior.

O crescimento da produção decorreu, principalmente, pela contribuição de nove sistemas de produção. Cinco deles começaram a operar em 2013 e tiveram novos poços interligados ao longo de 2014. Ainda em 2014, outros quatro sistemas de produção foram implantados.

Das plataformas instaladas em 2013, contribuíram para esse resultado a P-63, no campo de Papa-Terra, e P-55, no campo de Roncador, ambas na Bacia de Campos; o FPSO Cidade de Itajaí, em Baúna, no pós-sal da Bacia de Santos; além dos FPSOs Cidade de São Paulo, no campo de Sapinhoá, e Cidade de Paraty, na área de Lula Nordeste - ambos no pré-sal da Bacia de Santos.

Os sistemas de produção que entraram em operação em 2014 e que colaboraram para o desempenho foram a P-58, no Parque das Baleias, e P-62, no campo de Roncador, na Bacia de Campos; e os FPSOs Cidade de Mangaratiba, na área de Iracema Sul, e Cidade de Ilhabela, na de Sapinhoá Norte, ambos no pré-sal da Bacia de Santos.

Com a chegada de novas embarcações do tipo PLSV (Pipe Laying Support Vessel) e com a redução do tempo não produtivo dessas unidades, a Petrobras interligou 68 novos poços - produtores e injetores - até novembro de 2014, o que já se constitui em um número bem superior aos 45 poços interligados ao longo de todo ano de 2013.

Contribuiu, também, para o aumento da produção, a entrada em operação, desde o final do mês de maio, de um novo poço ligado à plataforma P-48, no campo de Caratinga, produzindo na camada pré-sal da Bacia de Campos. Além disso, houve a volta à operação da plataforma P-51, no campo de Marlim Sul, na mesma bacia, após parada programada para manutenção, e o começo do Teste de Longa Duração (TLD) do FPSO-Dynamic Producer, na área de Iara Oeste, na Bacia de Santos. Esse TLD, primeiro realizado nessa área, permite a aquisição de importantes informações para o desenvolvimento dessa descoberta, ocorrida em 2008. A produção inicial do poço testado, de 29 mil barris de óleo por dia, é similar à que vem sendo obtida nos poços já em produção comercial no pré-sal da Bacia de Santos, indicando, também, o bom potencial dessa área.

A produção do pré-sal das bacias de Santos e Campos vem apresentando sucessivos recordes, e alcançou, em 16 de dezembro de 2014, a marca histórica de 700 mil barris de petróleo dia (bpd), configurou novo recorde de produção mensal. A produção do pré-sal em dezembro de 2014, oriunda de 47 poços, foi de 667 mil bpd e 23,6 MMm³/d de gás natural, totalizando 815,8 mil barris de óleo equivalente (boe) por dia um aumento de 11,2% em relação ao mês anterior.

Esses recordes são consequência natural da implantação de novos projetos na camada pré-sal, assim como dos elevados níveis de produção dos poços nos campos de Lula e Sapinhoá, onde a Petrobras vem atingindo, com frequência, vazões

acima de 30 mil barris diários por poço.

Outro recorde importante no pré-sal foi a conclusão do primeiro poço perfurado e completado em apenas 92 dias, ocorrida no dia 30 de junho de 2014 no poço 8-LL-38D-RJS, na área de Lula/Iracema Sul.

Destaca-se o início do escoamento do gás produzido nas plataformas P-58, na área Norte do Parque das Baleias, no pré-sal da Bacia de Campos, e FPSO Cidade de Paraty, na área de Lula Nordeste, no pré-sal da Bacia de Santos. O escoamento do gás para as Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs) de Cacimbas (P-58) e Caraguatatuba (Cidade de Paraty) permitiu a elevação não apenas da produção de gás, mas também dos líquidos produzidos nessas UPGNs, uma vez que o gás do pré-sal tem riqueza elevada. O início do escoamento de gás dessas plataformas vem permitindo à Petrobras bater novos recordes de entrega de gás natural nacional ao mercado brasileiro.

O Programa de Aumento da Eficiência Operacional (PROEF), iniciado em 2012, continua mostrando excelentes resultados: a eficiência operacional do conjunto das unidades de produção da área de Exploração e Produção, em junho, alcançou 91,6%, recorde dos últimos 50 meses. A última vez em que a eficiência global esteve acima desse resultado foi em abril de 2010. A alta eficiência operacional dos campos localizados nas porções fluminense e capixaba da Bacia de Campos, como resultado do PROEF, também contribuiu para esse crescimento. Essas áreas têm mantido a produção sustentável, diante do declínio natural dos reservatórios. Cabe destacar também a alta eficiência operacional e a manutenção da estabilidade da produção nas Unidades Operacionais do Norte e Nordeste do país, que praticamente compensaram todo o declínio natural dos campos maduros da área.

Quantidade alcançada

2,25

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver e implantar meios alternativos de utilização do gás natural, através de soluções que envolvam transformações química e física, possibilitando incremento de valor agregado e maior eficiência no armazenamento e transporte**

Análise Situacional da Meta

Além da operação dos Terminais de Regaseificação de GNL em Pecém no Ceará (TR-Pecém) e Baía de Guanabara no Rio de Janeiro (TR-BGUA), com a entrada em operação em janeiro de 2014 do novo Terminal de Regaseificação de GNL da Bahia, localizado na Baía de Todos os Santos (BA), houve incremento da capacidade de regaseificação em até 14 milhões m³/dia de gás.

O Projeto UPGN COMPERJ – Rota 3 consiste na implantação de unidades para processamento de 21 milhões de m3 por dia de gás oriundo do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos dentro do site do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro cujos produtos gerados serão: gás natural especificado para venda, etano, gás liquefeito de petróleo (GLP) e uma corrente de hidrocarbonetos da faixa do pentano e mais pesados (C5+).

O Projeto UPGN de Cabiúnas Pré-Sal – Rota 2 permitirá o recebimento de até 13 milhões m³/dia de gás oriundo do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos, ampliando a capacidade de processamento de gás do Sistema TECAB-REDUC de 23 para 28 milhões m³/dia, e de processamento de condensado do TECAB de 4.500 para 6.000 m³/dia.

- **Identificar novas acumulações de petróleo e gás nas bacias sedimentares brasileiras terrestres e marítimas de forma a manter a relação Reserva x Produção em níveis sustentáveis**

Análise Situacional da Meta

A Petrobras alcançou, em 2014, uma "Relação Reserva e Produção (R/P)" de 19,3 anos no Brasil. Essa relação indica que as reservas são suficientes para cerca de vinte anos, desconsiderando-se novas descobertas e mantendo-se o ritmo da produção atual.

No ano de 2014, ressalta-se o expressivo crescimento de 23% das reservas provadas do Pré-Sal em relação ao ano de 2013. Desse modo, o Pré-Sal passou a responder por mais de 30% das reservas provadas da Petrobras em apenas seis anos após o início da produção do primeiro barril na área, o que aconteceu na Bacia de Campos, em 2008. Esse crescimento de reservas provadas contribuiu de forma significativa para que Petrobras, no Brasil, obtivesse como resultado um Índice de Reposição de Reservas de 125%, ficando acima de 100% pelo vigésimo terceiro ano consecutivo.

- **Possibilitar a atuação internacional para o acesso a reservas de produção de petróleo e gás natural, de forma a contribuir para a sustentabilidade de sua reposição e para o atendimento do mercado brasileiro**

Análise Situacional da Meta

A partir da reavaliação da atuação internacional da Petrobras, iniciada no Plano de Negócios 2012-2016 e mais fortemente implementada nos Planos de Negócios e Gestão subsequentes, foi definida uma nova estratégia que impactou a produção internacional de óleo, LGN e gás natural.

Como consequência, foram realizados desinvestimentos que proporcionaram a monetização antecipada de 0,164 bilhão de barris de óleo equivalente (boe) de reservas provadas na Colômbia, Peru, Argentina e Estados Unidos, com a correspondente dedução desse volume. Ao final de 2014, as reservas provadas da Petrobras no exterior chegaram a 7,5 anos.

Os destaques de 2014, em termos de reservas provadas no exterior, foram:

• Monetização antecipada de reservas da Petrobras no Peru, Colômbia, Argentina e Estados Unidos, totalizando um volume de reserva provada de 0,164 bilhão de boe, por meio de desinvestimentos;

• Aumento de prazo de concessões de campos na Argentina, que venceriam até 2017, por 10 anos, apropriando um volume de reserva provada de 0,031 bilhão de boe; e,

• Apropriações devidas à execução da campanha de poços exploratórios e de desenvolvimento da produção prevista em campos onshore da Argentina e offshore no Golfo do México americano.

A Petrobras não registra reservas na Bolívia, uma vez que a Constituição desse País proíbe divulgação e registro de suas reservas.

Os ativos internacionais contam atualmente com poços produtores na Argentina, Bolívia, EUA e Nigéria, além de projetos de exploração na Bolívia, EUA, Argentina, onde o processo de extensão das concessões de alguns campos já se efetivou.

OBJETIVO: 0061 - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento da indústria de petróleo e gás guarda uma relação estreita com as áreas disponíveis para realização de pesquisa e produção de hidrocarbonetos.

Por se tratar de bem estratégico e não renovável, é necessária a constante busca por novas reservas e a manutenção das atividades de exploração e produção por meio da oferta continuada de áreas em bacias sedimentares, tanto na modalidade de concessão quanto na de partilha de produção.

No ano de 2013, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) promoveu três licitações. A 11ª Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), foi realizada em maio de 2013. Nessa rodada, a ANP ofertou 289 blocos com risco exploratório, localizados em 23 setores de onze diferentes bacias sedimentares brasileiras. A ANP arrecadou um total de R$ 2,48 bilhões em bônus de assinatura e obteve compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R$ 5,8 bilhões. O conteúdo local médio dos contratos assinados é de 62% para a fase de exploração e 76% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A 1ª Licitação de Partilha de Produção, autorizada pela Resolução CNPE nº 04/2013, foi realizada no dia 21 de outubro de 2013. Nessa licitação, a ANP ofertou o prospecto de Libra, na bacia de Santos, com estimativa de volumes recuperáveis entre oito e doze bilhões de barris de petróleo. Participaram da licitação onze empresas habilitadas, que pagaram um total de R$ 22,7 milhões em taxa de participação. O consórcio vencedor, formado pelas empresas Petróleo Brasileiro S.A., Shell Brasil Petróleo Ltda., Total S.A, CNPC International Ltd. e CNOOC International Limited. ofertou excedente em óleo para a União de 41,65%. Além disso, o consórcio recolheu R$ 15 bilhões relativos ao bônus de assinatura e assumiu compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R$ 610,9 milhões.

Realizou-se, em novembro de 2013, a 12ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013. Nessa rodada, a ANP ofertou 240 blocos com risco exploratório, localizados em 13 setores de 7 bacias sedimentares brasileiras: Acre-Madre de Dios, Paraná, Parecis, Parnaíba, Recôncavo, São Francisco e Sergipe-Alagoas.

Dos 240 blocos ofertados, 72 foram arrematados, o que corresponde a uma área total arrematada de 47.427,60 km². O bônus de assinatura ofertado foi de R$ 165,2 milhões. O Programa Exploratório Mínimo (PEM) ofertado foi de 129.761 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R$ 503,5 milhões. O conteúdo local médio ofertado foi de 72,61% para a fase de exploração e 84,47% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Nos dias 15 de maio, 06 de junho e 26 de setembro de 2014, a ANP efetivou a assinatura de 62 contratos de concessão relativos à 12ª Rodada de Licitações após: i) a conferência da documentação das 12 empresas vencedoras; ii) o pagamento do Bônus de Assinatura e; iii) a análise das garantias financeiras do Programa Exploratório Mínimo.

Especificamente para a assinatura do contrato AC-T-8, localizado em faixa de fronteira, foi necessária também a obtenção do assentimento prévio junto à Coordenadoria-Geral de Assentimento Prévio do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Até 31 de dezembro de 2014, os contratos assinados totalizaram o pagamento de R$ 154,3 milhões de bônus de assinatura e R$ 388,5 milhões de compromisso de investimentos exploratórios. Em razão de liminar do Ministério Público Federal (Ação Civil Pública nº 5005509-18.2014.404.7005), a assinatura de contratos de concessão relativos a 10 blocos foi suspensa. Esses blocos totalizam R$ 10,9 milhões de bônus de assinatura e cerca de R$ 108,3 milhões de compromisso de investimentos exploratórios.

Em 2014, não houve autorização do CNPE para a ANP realizar rodadas de licitações com o objetivo de ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural. Entretanto, a ANP trabalhou na revisão da resolução que regulamenta os procedimentos licitatórios e dos editais e contratos, para a realização de rodadas de licitações sob o regime de concessão.

Entre os fatores que contribuíram para a execução deste objetivo, destacam-se: a experiência acumulada pela ANP em elaborar editais e contratos e promover rodadas de licitações, a boa interlocução da ANP com outros órgãos de governo, em especial com o TCU e o Ministério de Minas e Energia, e a atuação da Procuradoria Federal lotada junto à ANP para solucionar ações judiciais.

Entre os fatores que dificultaram a execução deste objetivo, destaca-se o tempo reduzido entre as publicações das resoluções do CNPE que autorizam as rodadas de licitações e as datas definidas para as sessões públicas de apresentação das ofertas. Diferentemente das rodadas anteriores, nas últimas licitações esse prazo vem sendo definido pelo CNPE e tem se apresentado bastante reduzido em comparação com o histórico de realização de rodadas da ANP (reduziu de 8 meses para 3 a 4 meses). Tal fato prejudica o tempo de discussão com a sociedade, a possibilidade de interação com os agentes econômicos acerca dos termos dos editais e dos contratos colocados em consulta/audiência pública, e o estudo do pacote de dados com as áreas em oferta pelos agentes econômicos interessados, disponibilizado pela ANP após a resolução do CNPE. Tais prejuízos podem impactar o interesse pela licitação e as ofertas apresentadas no leilão.

Em 2015, a ANP estima realizar a 13ª Rodada de Licitações de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural e a 3ª Rodada de Licitações de áreas inativas contendo acumulações marginais, aguardando, para isso, autorização do CNPE. Neste momento, os instrumentos licitatórios estão sendo revistos pela ANP.

Metas 2012-2015

- **Realizar duas rodadas de licitações em área do Pré-Sal na modalidade de partilha**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, foi realizada a primeira licitação em área do pré-sal sob o regime de partilha de produção. Essa licitação, autorizada pela Resolução CNPE nº 04/2013, foi realizada no dia 21 de outubro de 2013. A ANP ofertou a estrutura conhecida como prospecto de Libra, descoberto pelo poço 2-ANP-0002ARJS, na bacia de Santos. Participaram da licitação 11 empresas habilitadas, que pagaram um total de R$ 22,7 milhões em taxa de participação. O consórcio vencedor, formado pelas empresas Petróleo Brasileiro S.A., Shell Brasil Petróleo Ltda., Total S.A, CNPC International Ltd. e CNOOC International Limited ofertou excedente em óleo de 41,65% para a União. Além disso, o consórcio recolheu R$ 15 bilhões relativos ao bônus de assinatura e assumiu compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R$ 610,9 milhões. A cerimônia de assinatura do contrato de partilha de produção ocorreu no dia 2 de dezembro de 2013.

  O resultado atendeu às expectativas, principalmente no que diz respeito à composição do consórcio vencedor, formado por empresas de grande porte com vasta experiência na exploração e produção de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, e por empresas com recursos financeiros suficientes para incorrer nos elevados custos inerentes a essas atividades.

  Em 2014, não houve autorização do CNPE para a ANP realizar rodadas de licitações em área do pré-sal sob o regime de partilha de produção.

  Quanto a rodadas de licitações futuras sob o regime de partilha de produção, ressalta-se que a ANP depende de autorização do CNPE para promovê-las, segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local. Ressalta-se que a preparação de uma possível nova rodada de licitações na modalidade de partilha de produção também está condicionada ao resultado dos estudos no âmbito do PROMINP sobre a capacidade da indústria nacional.

  Quantidade alcançada

  1

Data de Referência
31/12/2014

- **Realizar sete rodadas de licitações com áreas de bacias maduras e de campos marginais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, realizaram-se duas rodadas de licitações com a oferta de blocos em bacias maduras.

A 11ª Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio das Resoluções CNPE nº 03/2012 e nº 02/2013, foi realizada no dia 14 de maio de 2013. A rodada atraiu o interesse de 71 empresas. Dessas, 68 pagaram taxas de participação no valor total de R$ 33,4 milhões, 64 foram habilitadas a participar da rodada, 39 apresentaram ofertas e 30 saíram vencedoras.

Dos 289 blocos ofertados, 142 foram arrematados e 120 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 61.258,60 km², localizados em 23 setores de onze diferentes bacias sedimentares brasileiras: Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Parnaíba, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Recôncavo, Sergipe-Alagoas e Tucano. A assinatura dos 120 contratos de concessão da 11ª Rodada de Licitações foi realizada nos dias 06 e 30 de agosto, 17 de setembro e 13 de novembro de 2013.

A ANP arrecadou um total de R$ 2,548 bilhões em bônus de assinatura e obteve das empresas signatárias o compromisso de investimentos exploratórios da ordem de R$ 5,8 bilhões. O conteúdo local médio dos contratos assinados é de 62% para a fase de exploração e 76% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Nessa rodada, a ANP ofertou 67 blocos nas bacias maduras Espírito Santo, Potiguar, Recôncavo e Sergipe-Alagoas, totalizando 1.974 km² de área. Dos 67 blocos ofertados em bacias maduras, 46 foram arrematados e 44 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 1.305,40 km². O bônus de assinatura arrecadado relativo a esses blocos foi de R$ 82,7 milhões, o Programa Exploratório Mínimo foi de 71.566 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R$ 271,9 milhões, e o conteúdo local médio dos contratos assinados foi de 78,18% para a fase de exploração e 84,84% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A 12ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013, foi realizada no dia 28 de novembro de 2013. A rodada atraiu o interesse de 26 empresas. Dessas, 25 pagaram taxas de participação no valor total de R$ 2,8 milhões, 21 foram habilitadas a participar da rodada e 12 apresentaram ofertas e saíram vencedoras.

Dos 240 blocos ofertados, 72 foram arrematados, o que corresponde a uma área total arrematada de 47.427,60 km². O bônus de assinatura ofertado foi de R$ 165,2 milhões (ágio de 755,95%). O Programa Exploratório Mínimo (PEM) ofertado foi de 129.761 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R$ 503,5 milhões (ágio de 322,89%). O conteúdo local médio ofertado foi de 72,61% para a fase de exploração e 84,47% para a etapa de desenvolvimento da produção.

Nessa rodada, a ANP ofertou 130 blocos nas bacias maduras do Recôncavo e de Sergipe-Alagoas, totalizando 3.870,66 km² de área. Dos 130 blocos ofertados em bacias maduras, 54 foram arrematados, o que corresponde a uma área de 1.578,80 km². O bônus de assinatura ofertado para esses blocos foi de R$ 132,2 milhões. O Programa Exploratório Mínimo ofertado foi de 67.156 unidades de trabalho, que correspondem a aproximadamente R$ 255,2 milhões. O conteúdo local médio é de 72,78% para a fase de exploração e 84,82% para a etapa de desenvolvimento da produção. Os contratos de concessão relativos aos 54 blocos em bacias maduras foram assinados nos dias 15 de maio e 06 de junho de 2014.

Ressalta-se que a realização de novas rodadas de licitações de blocos em bacias maduras ou de áreas inativas contendo

acumulações marginais pela ANP depende de autorização do CNPE para promovê-las e de suas diretrizes para fomento às pequenas e médias empresas, em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 12.351/2010.

Em 2014, não houve autorização do CNPE para a ANP realizar rodadas de licitações com áreas de bacias maduras ou de áreas inativas contendo acumulações marginais.

Importante observar que os instrumentos licitatórios para a 13ª Rodada de Licitações de blocos exploratórios e para a 3ª Rodada de Licitações de áreas inativas contendo acumulações marginais (resolução de procedimentos licitatórios, edital e contrato) estão em revisão pela ANP.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar três rodadas de licitações de blocos exploratórios na modalidade de contrato de concessão nas bacias de fronteira tecnológica e do conhecimento e nas de elevado potencial**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 realizaram-se duas rodadas de licitações que incluíram a oferta de blocos em bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento.

A primeira delas, a 11ª Rodada de Licitações, autorizada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) por meio das Resoluções CNPE nº 03/2012 e nº 02/2013, foi realizada no dia 14 de maio de 2013. Nessa rodada, a ANP ofertou 222 blocos nas bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento: Barreirinhas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Pará-Maranhão, Potiguar, Pernambuco-Paraíba, Parnaíba e Tucano. Desse 222 blocos ofertados, 96 foram arrematados e 76 concedidos, o que corresponde a uma área concedida de 59.953,20 km². O bônus de assinatura arrecadado relativo a esses blocos foi de R$ 2,4 bilhões, o Programa Exploratório Mínimo foi de 161.494 unidades de trabalho, que correspondem a R$ 5,53 bilhões, e o conteúdo local médio é de 52% para a fase de exploração e 70% para a etapa de desenvolvimento da produção.

A segunda, que corresponde à 12ª Rodada de Licitações, autorizada pela Resolução CNPE nº 06/2013, foi realizada no dia 28 de novembro de 2013. Nessa rodada, a ANP ofertou 110 blocos nas bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento Acre-Madre de Dios, Paraná, Parecis, Parnaíba e São Francisco, totalizando 160.045,91 km² de área. Nos dias 15 de maio, 06 de junho e 26 de setembro de 2014, a ANP providenciou a assinatura de 62 contratos de concessão, relativos à essa Rodada, após: i) a conferência da documentação das 12 empresas vencedoras; ii) o pagamento do Bônus de Assinatura e; iii) a análise das garantias financeiras do Programa Exploratório Mínimo. Até 31 de dezembro de 2014, os contratos assinados totalizaram o pagamento de R$ 154,3 milhões de bônus de assinatura e R$ 388,5 milhões de compromisso de investimentos exploratórios.

Quanto à realização de novas rodadas de licitações de blocos em bacias de novas fronteiras tecnológicas ou do conhecimento e em bacias de elevado potencial, ressalta-se que a ANP depende de autorização do CNPE para promovê-las segundo o planejamento do aproveitamento racional das reservas petrolíferas brasileiras e de forma articulada com a política de conteúdo local.

Em dezembro de 2014, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) aprovou a recomendação para que a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realize a 13ª rodada de licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência
31/12/2014

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

No conjunto de ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), que faz parte do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP), promoveu a qualificação de em diversas especialidades tais como montador, soldador, caldeireiro, eletricista, pintor, mecânico e instrumentista.

Também vem sendo conduzidos estudos para o aprimoramento da sistemática dos índices de conteúdo local e para o fortalecimento e incremento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

A Petrobras tem investido volumosos recursos em pesquisa e desenvolvimento - P&D e ocupa hoje lugar de destaque na indústria internacional de petróleo, principalmente pela sua capacidade de vencer desafios com desenvolvimento tecnológico e inovação. Capitaneia para isso os esforços da indústria nacional de petróleo para o desenvolvimento do pré-sal, através de parcerias com empresas do setor, universidades e centros de pesquisa nacionais, visando ao aumento da capacidade produtiva bem como do conteúdo nacional.

Metas 2012-2015

- **Elevar os índices de conteúdo local nos contratos de Exploração e Produção**

  Análise Situacional da Meta

  Em novembro/2013, foi realizada a 12ª Rodada de licitações de blocos, na modalidade de concessão. Foram mantidos os critérios de exigências de Conteúdo Local (CL) das rodadas anteriores, onde o CL teve peso de 20% na nota final que definiu os vencedores desse certame. As ofertas, a esse título, ocorreram para itens e subitens das tabelas de exploração e de desenvolvimento da produção, a partir de valores mínimos e dentro de determinadas faixas de valores, no caso dos valores globais de cada subsistema. Tais ofertas passaram a integrar os contratos assinados com a ANP. A Agência está montando um banco de dados com as informações das certificações executadas pelos concessionários, o qual servirá de base para eventuais revisões das tabelas de CL.

  Conforme cláusulas do contrato da Cessão Onerosa, assinado em setembro de 2010, encontra-se em revisão os índices de CL pactuados. Foram feitas duas reuniões em 2014, envolvendo o MME, a ANP e a Petrobras. Alguns dos índices das tabelas desse Contrato, que foram propostos tendo em vista as especificidades do Pré-sal, serão revistos com base em novas informações levantadas pela Companhia nas contratações que fez para tais áreas. A ANP providencia ainda a revisão de sua Resolução nº 39/2007, a qual tornará mais clara a apropriação dos diferentes equipamentos em relação aos itens e subitens das tabelas de CL, com previsível impacto sobre seus percentuais. Espera-se que esse processo de revisão da Cessão Onerosa seja concluído até o 2º semestre de 2015.

  O contrato de partilha de produção, assinado em 02 de dezembro de 2013, após a licitação ocorrida em 21 de outubro de 2013, manteve a sistemática, adotada pela primeira vez na Cessão Onerosa, de aumento dos índices de conteúdo local ao longo do tempo, haja vista que, na partilha, o CL não é alvo de oferta pelo licitante. As novas informações obtidas a partir da revisão da Cessão Onerosa serão utilizadas para o incremento de exigências dos percentuais de CL

para itens e subitens das tabelas, na próxima rodada no regime de partilha de produção, dado que as áreas para essa modalidade encontram-se inseridas no polígono do Pré-sal (com suas especificidades).

- **Implementar a política de empresas de pequeno e médio porte de Exploração e Produção e de seus prestadores de serviço**

Análise Situacional da Meta

O MME conduziu os estudos sobre o setor de Exploração e Produção de Petróleo para as empresas de pequeno e médio porte - EPM, de modo a implementar o disposto no art. 65 da Lei nº 12.351/2010, o qual determina que o Poder Executivo deverá estabelecer política e medidas específicas visando ao aumento da participação dessas empresas nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

O resultado desses estudos foi consubstanciado na Resolução CNPE nº 1/2013, de 7/2/2013, emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a qual estabelece a política e as medidas para aumentar a participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, e dá outras providências.

Dando continuidade à implementação da política, foi instituída, pela Portaria MME nº 37/2014 de 29 de janeiro de 2014, uma comissão com a finalidade de propor e acompanhar as ações relativas à política para aumento da participação das empresas de pequeno e médio porte, nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural.

Ainda nesse sentido, publicou-se em junho a Resolução ANP nº 32/2014, que estabeleceu definições para o enquadramento nas medidas específicas para o aumentar da participação das EPM.

- **Liderar o desenvolvimento tecnológico do setor, através da realização de projetos de pesquisa e desenvolvimento e da ampliação da infraestrutura experimental, visando a expansão dos objetivos dos negócios, a agregação de valor, a diversificação de produtos e a sustentabilidade dos projetos**

Análise Situacional da Meta

Entre 2011 e 2013 a Petrobras investiu mais de US$ 1,2 bilhões em P&D, cerca de oito vezes maior que o investimento aplicado entre 2001 e 2003. A Petrobras está entre as empresas que mais investem em Pesquisa e Desenvolvimento na indústria do petróleo, segundo dados da Energy Evaluate (que monitora a eficiência das companhias de energia). Pelo critério do percentual em relação à receita líquida, a Empresa lidera o grupo investindo 0,8%, contra 0,7% da Petrochina e 0,3% da Shell. Pelo critério do valor absoluto de investimentos, ocupa a terceira colocação do ranking, atrás apenas da Petrochina e da Shell. Esses indicadores mostram, pelo lado da tecnologia e inovação, o esforço para avançar em competitividade, produção, qualidade e eficiência. Obteve como principais resultados:

•Início da produção no Campo de Sapinhoá com sistema de produção baseado no uso da Boia de Sustentação de Riser (BSR), sistema pioneiro de conexão do poço à plataforma, que proporciona utilização de configurações de risers mais simples e materiais de menor custo.
•Escolha de materiais menos nobres para poços produtores do pré-sal com altas temperaturas, na Cessão Onerosa, permitindo, além da redução de custos, menor prazo de fornecimento e aumento do conteúdo local.
•Início da operação do primeiro riser flexível com conector “Olho Mágico”, que possibilita a instalação de sistemas de monitoramento integrados ao conector de topo de risers, facilitando a identificação de danos e, consequentemente, reduzindo paradas de produção prolongadas e a probabilidade de danos ambientais.
•Desenvolvimento de novo sistema de monitoramento por fibra ótica para risers flexíveis, que permite identificar, de forma antecipada, segura, em tempo real e com alta precisão, eventuais deformações na estrutura de risers flexíveis que possam indicar o comprometimento da integridade dos mesmos.
•Aplicação de tecnologia que combate à perda de circulação severa em poço do pré-sal, evitando riscos operacionais de

alto impacto financeiro, tais como, prisão de coluna, operações de pescaria e, em casos extremos, perda do poço .
•Aplicação de novos softwares que reduzem tempo de análise em dutos com corrosão, de 60 dias para 6 minutos, evitando paradas para manutenção e até interrupção da operação do duto para troca dos trechos corroídos.

Destaca-se, em 2014, inaugurações de laboratórios com um total aproximado de 16.500 m2 de área construída e reformas em 7 universidades e instituições de P&D no Brasil.

OBJETIVO: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O marco regulatório do setor de petróleo e gás está ancorado basicamente na Leis nº 9.478/1997, que regulamentou o regime de concessão e criou a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, e na Lei nº 12.351/2010, que criou o regime de partilha de produção e também o Fundo Social.

A complexidade do setor e sua importância para o desenvolvimento nacional exige constante aprimoramento desse marco regulatório e implementação de ações para reforçar o papel dos órgãos e entidades relacionadas. Entre eles, além da ANP, a Empresa de Pesquisa Energética - EPE, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a dar suporte ao planejamento do setor energético visando subsidiar o MME no cumprimento de suas atribuições.

Em 2012, o MME acompanhou a tramitação do Projeto de Lei que dispõe sobre royalties e participação especial, devidos pela produção petrolífera sob o regime de concessão, e sobre royalties devidos sob o regime de partilha de produção. No mesmo exercício, foi sancionada a Lei nº 12.734/2012, a qual definiu novas regras de distribuição, entre os entes da Federação, dos royalties e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos. A aplicabilidade dessas novas regras está suspensa pelo STF até o julgamento do seu mérito em ações interposta àquele Tribunal.

Em 2013, houve alteração nas regras de aplicação dos recursos oriundos de participações governamentais (royalties e participações especiais). O Congresso Nacional aprovou o PL 323-H/2007, convertido na Lei 12.858/2013, que estabeleceu novas regras para aplicação dos recursos do Pré-sal, prioritariamente em educação e saúde.

Em 2014 foram conduzidos no MME os trabalhos para o estabelecimento dos contratos de gestão da Pré-Sal Petróleo S.A., bem como dos critérios mais adequados à remuneração e das cláusulas do respectivo acordo, nos termos das Leis nº 12.351/2010 e nº 12.304/2010, para posterior submissão ao Ministério do Planejamento - MP, Ministério da Fazenda – MF e Tribunal de Contas da União - TCU.

No que se refere ao Contrato de Cessão Onerosa, foi contratada pela ANP a certificadora para levantamento dos volumes da União nos blocos cedidos à Petrobras.

Metas 2012-2015

- **Assegurar que a gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural ocorra de acordo com a política nacional para a indústria petrolífera no país**

Análise Situacional da Meta

A gestão governamental dos recursos de petróleo e gás natural vem ocorrendo em consonância com a política nacional para a indústria petrolífera no País. Desde 2012, conforme previsto no PPA, houve avanço na implantação da estratégia para tal, baseada na ampliação da atuação da EPE na área de estudos para o planejamento do setor petrolífero, na elaboração das minutas de contratos de partilha da produção com cláusulas específicas, assegurando a adequada gestão em prol da União, na previsão da gestão dos contratos de partilha e de comercialização de petróleo e gás natural da União pela Pré-Sal Petróleo S/A, na proposição de parâmetros técnicos e econômicos para as áreas a serem ofertadas na modalidade partilha de produção e na implantação da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S/A, criada pelo Decreto 8.063/2013.

Em 2014 foram conduzidos no MME os trabalhos para o estabelecimento dos contratos de gestão da Pré-Sal Petróleo S.A., bem como dos critérios mais adequados à remuneração e das cláusulas do respectivo acordo, nos termos das Leis nºs 12.351/2010 e 12.304/2010, para posterior submissão ao Ministério do Planejamento - MP, Ministério da Fazenda – MF e Tribunal de Contas da União - TCU.

No que se refere ao Contrato de Cessão Onerosa, foi contratada a certificadora, pela ANP, para levantamento dos volumes da União nos blocos cedidos à Petrobras.

OBJETIVO: 0065 - Elaborar estudos sobre o melhor aproveitamento das riquezas provenientes do petróleo e do gás natural, visando o beneficio das gerações presente e futura.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

A motivação dos estudos guarda relação com o ritmo de aproveitamento dos bens minerais, as oportunidades de desenvolvimento equilibrado do território, a distribuição ótima da renda que não implique sobrefinanciamento nem subfinanciamento dos seus beneficiários e a correta aplicação da renda da atividade, com a perpetuação da renda gerada a partir do desenvolvimento de novos polos e da aplicação de recursos no desenvolvimento de projetos e investimentos de interesse intergeracional.

No ano de 2013, avançou-se na dimensão das mudanças no marco legal do setor, da retomada programada das rodadas de licitação, em especial do pré-sal, bem como da implantação dos novos regramentos e instituições do setor, tais como a aplicação dos recursos, a operacionalização da Pré-Sal Petróleo S.A. e do Fundo Social.

No plano dos estudos metodológicos, avançou-se no diagnóstico do setor, dos conflitos distributivos que apresenta e das potencialidades de ajuste. Nesse sentido foi elaborado estudo temático sobre o setor de petróleo e gás, com abordagem sobre o marco regulatório e as perspectivas de evolução das participações governamentais.

Quanto aos estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural, destaca-se, em 2013, a edição do Decreto 8.127/2013, que instituiu o Plano Nacional de Contingência (PNC), que é aplicado para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional.

Metas 2012-2015

- **Concluir estudo sobre a distribuição e a aplicação da renda petrolífera, a fim de orientar projetos que perpetuem seus benefícios aos brasileiros**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, os estudos e análises relacionados ao objetivo em tela focaram as mudanças no marco legal do setor. Produziu-se, no período, estudos sobre os impactos da Lei 12.734/2012 (que redistribui compensações financeiras a favor de entes não produtores), da MP 592 (proposta do executivo para alterar a distribuição das participações, que teve seu prazo de vigência encerrado em maio de 2013), e do PL 323-H/2007, convertido na Lei 12.858/2013 (que traz nova aplicação das compensações financeiras nas áreas de saúde e educação). O mote geral das análises foi o de garantir a consistência do propósito intergeracional de longo prazo.

Acerca da Lei 12.734/2012, verificou-se que as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, e ainda sub judice no STF, representam uma considerável perda de recursos para os entes produtores.

Quanto à MP 592/2012, ao perder vigência por decurso de prazo de análise pelo Congresso Nacional, incluiu-se parte de sua proposta no PL 323-H/2007. Para essa proposta, elaborou-se estudo para estimar as receitas das participações governamentais que serão destinadas à educação e à saúde, conforme as novas regras de aplicação dos recursos.

Como resultado das alterações na legislação, segundo informações da ANP, em 2014 foram destinados ao Fundo Social, da parcela dos royalties e da participação especial, R$ 3,12 bilhões. Desse total, 50% serão alocados diretamente à educação e à saúde, conforme regras definidas na Lei 12.858/2013.

Continuarão sendo debatidas as questões relacionadas à distribuição das participações governamentais, seja pela análise do STF, seja pelas oportunidades de aperfeiçoamento do marco regulatório ou pela operacionalização do Fundo Social. No plano dos estudos metodológicos, avançou-se no diagnóstico do setor, dos conflitos distributivos que apresenta e das potencialidades de ajuste. Nesse sentido foi elaborado estudo temático sobre o setor de petróleo e gás, com abordagem sobre o marco regulatório e as perspectivas de evolução das participações governamentais.

- **Elaborar estudos sobre Instrumentos de Gestão Ambiental e Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável na área de influência da indústria do petróleo e gás natural**

Análise Situacional da Meta

Conforme previsto, desde o 2º trimestre de 2012, foram feitos contatos e diálogos com os órgãos que contribuem para o alcance dessa meta. Com o objetivo de simplificar a abordagem das questões previstas na meta, alterou-se a proposta de criação do grupo técnico previsto. Definiu-se, assim, cada órgão envolvido, um representante como ponto focal para tratar das questões relacionadas à sistematização e à metodologia a ser realizada.

Nesse sentido, bimestralmente, desde o início de 2013, estão em andamento reuniões entre os pontos focais, com a finalidade de definir formas de acompanhamento das atividades previstas.

Destaca-se, em 2013, a emissão do Decreto nº 8.127/2013, que instituiu o Plano Nacional de Contingência (PNC), para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional. Esse plano deverá ser adotado em caso de acidentes de maiores proporções, nos quais a ação individualizada dos agentes não se mostrar suficiente para a solução do problema.

Apesar dos esforços realizados para avançar no alcance da Meta, em 2014 não foi registrado progresso efetivo para elaboração dos estudos previstos. A despeito de não alcançada até o momento, considera-se que a Meta mantém sua relevância e, conforme informa a Petrobras, processos da Agenda 21 já foram implementados em 13 (treze) estados, 83 (oitenta e três) municípios, sendo abarcadas 203 comunidades. Devido à sinergia entre as metodologias adotadas pela

Petrobras e pelo MMA, as experiências de Agenda 21 Local implementadas constituem Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável (PLDS), os quais formam uma base de referência para replicação em outras áreas de influência do setor de petróleo e gás.

OBJETIVO: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O planejamento da expansão da infraestrutura de gás natural é formalizada por meio do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT). Esse plano é baseado em estudos desenvolvidos pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, que levam em consideração as projeções de crescimento da oferta e da demanda de gás natural, bem como a capacidade da infraestrutura existente para atender ao mercado nacional. A EPE concluiu no início de 2013 a versão preliminar dos estudos de expansão da malha, base para a elaboração do PEMAT 2021, que, após a aprovação da Lei do Gás (Lei nº 11.909/2009), será o primeiro plano a versar especificamente sobre a expansão dos gasodutos no Brasil no longo prazo.

A versão preliminar do PEMAT foi concluída em dezembro de 2013 e disponibilizada para consulta pública no início de 2014.

Metas 2012-2015

- **Elaborar Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)**

  Análise Situacional da Meta

  Durante o ano de 2012, discutiu-se com a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (ABEGÁS) e com a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (ABRACE) as condições para permitir aos agentes de mercado fornecerem as informações de demanda de gás que subsidiam os estudos de expansão da malha. Ainda durante o ano de 2012, foram recebidas as previsões de crescimento de demanda nos diversos Estados brasileiros. Também foram analisadas as previsões de crescimento da produção de gás, e estimados os volumes potenciais de oferta do energético. Para a infraestrutura, foi feita a análise da rede existente e das necessidades de expansão.

  A versão preliminar do PEMAT foi concluída em dezembro de 2013 e disponibilizada para consulta pública no início de 2014. A primeira edição do plano foi publicada após sua aprovação por meio da Portaria MME nº 128, de 26 de março de 2014. Em seguida deu-se início aos estudos para o próximo ciclo de planejamento.

OBJETIVO: 0559 - Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais, promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O MDIC coordena projeto para desenvolvimento de arranjos produtivos locais para a cadeia de petróleo, gás e naval, no âmbito do PROMINP. O foco tem sido o fortalecimento da governança e da articulação entre os setores público, privado e instituições de ensino e pesquisa de 5 territórios-precursores, sede dos APLs de Suape/PE e Vale do Aço/MG (a serem

consolidados), Baía de Todos os Santos/BA, Comperj/RJ e Rio Grande/RS (a serem implementados). Estão sendo elaborados planos de ação que contemplem uma ampla agenda de desenvolvimento, a qual abrange aspectos de infraestrutura, meio-ambiente, qualificação profissional e capacitação em gestão. Nos estados de Minas e Pernambuco as governanças estão formalizadas e já houve definição de agenda de projetos estruturantes para as regiões, que serão contemplados no plano de ação. Na Bahia houve avanço na elaboração do regimento e a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Preliminar, com suporte de consultoria do SEBRAE. No Rio Grande/RS, em agosto de 2014 foi realizada a primeira Assembleia Geral do APL Naval e Offshore, que formalizou a governança, por meio da criação de uma organização social representativa. Em relação ao COMPERJ, ainda não foi possível avançar na construção da governança e de um plano de ação para o desenvolvimento do APL.

Está em implementação plano com foco no desenvolvimento e capacitação de fornecedores, bem como no apoio à formação das governanças e de uma agenda de desenvolvimento de APLs nos estados de BA, MG, PE, RJ e RS. Os convênios firmados em 2012, com o Instituto Euvaldo Lodi de Minas e da Bahia, estão em fase de atendimento e qualificação das empresas e a previsão de término é para 2015. Em 2014 foi firmado convênio com o Instituto Euvaldo Lodi, nos estados de Pernambuco e Santa Catarina, já em execução e com término previsto para 2016.

Com o objetivo de promover a inserção de empresas na cadeia de petróleo, gás e naval, firmou-se, em dezembro de 2011, convênio com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) destinado a desenvolver planos de negócios para três empresas de médio porte localizadas na Bahia, três em Minas Gerais e três em Pernambuco. Esse convênio foi aditado para atender mais três empresas do estado do Rio Grande do Sul, perfazendo 12 empresas. Visando expandir a atuação, a ABDI firmou convênio com a Petrobras, estendendo o atendimento ao estado do Rio de Janeiro, que passou a contemplar 6 empresas atendidas em cada um dos 5 estados mencionados, dando cumprimento às metas estabelecidas no Memorando de Entendimentos firmado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Petrobras e ABDI, em agosto de 2012. Esse convênio da ABDI com o MDIC foi concluído em novembro de 2014 e está em fase de prestação de contas. Já no âmbito do convênio da ABDI com a Petrobras, em novembro de 2014 foi contratada empresa de consultoria para apoiar a estruturação da governança dos APLs do Vale do Aço/MG, Suape/PE e da Baia de Todos os Santos/BA, estando em fase de licitação a contratação da consultoria responsável pela qualificação das 18 empresas contempladas na ação da Petrobras.

Metas 2012-2015

- **Consolidar 2 polos empresariais regionais**

  Análise Situacional da Meta

  O MDIC vem atuando como coordenador de projeto no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais na cadeia de petróleo, gás e naval e, em relação aos APLs de Suape (PE) e Vale do Aço (MG), a previsão de término é o primeiro semestre de 2015, sendo que já há definição de agenda de projetos estruturantes para as regiões onde as governanças já estão formalizadas. Por meio do convênio ABDI/Petrobras foi contratada consultoria para apoiar a governança desses APLs e estão previstas as contratações de serviços de qualificação de fornecedores para as empresas selecionadas no projeto, bem como de serviços de elaboração de projetos estruturantes para os APLs. Assim, os polos empresariais já se encontram estruturados e consolidados.

  Em relação ao convênio firmado entre MDIC e ABDI em dezembro de 2011, a sua execução foi concluída em novembro de 2014, com entrega de planos de negócios às empresas com o objetivo de apoiar sua inserção na cadeia de petróleo, gás e naval.

Quanto ao convênio firmado com o IEL/MG em dezembro de 2012, para qualificação de fornecedores de pequeno e médio portes para a cadeia de petróleo, gás e naval, a execução encontra-se na fase de atendimento e implementação de melhorias para a qualificação das empresas fornecedoras.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Consolidar o Polo Tecnológico da Ilha do Fundão, Rio de Janeiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou projeto de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL) de equipamentos submarinos (projetos de engenharia e construção submarino-subsea, o qual terá seu centro na Ilha do Fundão). O apoio do MDIC se daria por intermédio de convênio, a ser firmado em 2014, para apoio à governança e para qualificação de fornecedores no âmbito de APL. No primeiro semestre de 2014, foi realizado o chamamento público, porém em novembro daquele ano a entidade selecionada desistiu do projeto antes de firmar o convênio e não havia remanescentes no processo que pudessem ser convocadas. Espera-se, para 2015, a retomada das discussões com o governo estadual, a fim de definir a melhor forma de conduzir o tema, visando o alcance da meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Formar 3 novos polos empresariais**

Análise Situacional da Meta

Os polos empresariais definidos nesta meta são o de Rio Grande (RS), do Comperj (RJ), e da Baía de Todos os Santos (BA). A previsão de alcance da meta é o primeiro semestre de 2015.As governanças em relação à Baía de Todos os Santos (BA) e ao Rio Grande (RS) foram formalizadas.

No que se refere ao APL de Petróleo, Gás e Naval da Baía de Todos os Santos(BA), o MDIC atua com a ABDI e com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/BA) em convênios para a qualificação de fornecedores de pequeno e médio portes para a cadeia e petróleo, gás e naval. O convênio como IEL/BA está na fase de elaboração do plano de melhoria das empresas selecionadas, com previsão de encerramento em 2015. O convênio com a ABDI foi concluído em novembro de 2014, com a entrega de planos de negócios a três empresas do Estado, com o objetivo de apoiar sua inserção na cadeia de petróleo, gás e naval.

Quanto ao Rio Grande do Sul, o Estado foi atendido por meio de aditamento, formalizado em 2013, ao convênio firmado com a ABDI em dezembro de 2011, visando a contratação de consultoria para desenvolver planos de negócios para três empresas de médio porte, com vistas à inserção na cadeia de petróleo, gás e naval.

Em relação ao Comperj/RJ, ainda não foi possível avançar na construção da governança e de um plano de ação para o desenvolvimento do APL. Isso se deve às sucessivas alterações do projeto da refinaria e outras dificuldades enfrentadas na articulação entre os diversos entes públicos e privados impactados.

Por meio do convênio ABDI – Petrobras foi contratada consultoria para apoiar a governança dos APLs do Rio Grande (RS) e da Bahia de Todos os Santos. Estão previstas as contratações de serviços de qualificação de fornecedores para mais três empresas no estado da Bahia, três no Rio Grande do Sul e seis no Rio de Janeiro. Com isso, dois polos estão

formados, estando pendente a criação do polo no âmbito do Comperj.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária	famílias	31/12/2010	243.268	12/12/2014	398.329
Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados	%	31/12/2009	61,4	31/12/2012	60,8
Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato	%	31/12/2009	17,6	31/12/2012	22,12
Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos	%	31/12/2009	40,5	-	-
Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos	%	31/12/2009	61,22	31/12/2013	54,6
Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos	%	31/12/2009	48,45	-	-
Taxa de municípios com Plano Diretor	%	31/12/2009	41,6	31/12/2013	50
Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade	%	31/12/2009	55,88	-	-
Taxa de vacância em imóveis urbanos	%	31/12/2008	10,6	31/12/2010	10,56

Observações:

Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária - Nota 1: Informações atualizadas em 12/12/2014, referentes às atividades apoiadas pelo Programa Papel Passado de 2004 a 2013, com recursos da ação orçamentária 8866, que impliquem a regularização jurídica do parcelamento do solo ou a entrega de títulos de concessão de uso e de propriedade. Em relação à aferição de 28/12/2012, cujo valor foi de 337.976 famílias, foram acrescidas 60.353 famílias contempladas por contratos de repasse, do Programa Papel Passado, celebrados no exercício de 2013.

Taxa de municípios com cadastro imobiliário e planta genérica de valores informatizados - Não houve apuração do indicador na MUNIC 2013.

Taxa de municípios com Conselho Municipal de Política Urbana ou correlato - Não houve apuração do indicador na MUNIC 2013.

Taxa de municípios com instrumentos de acesso à terra instituídos - Não é possível atualizar o índice, pois nem todas as variáveis que compõem o indicador foram objeto de pesquisa nos anos subsequentes.

Taxa de municípios com instrumentos de gestão da valorização da terra instituídos - Houve alteração de metodologia na coleta dos dados pela MUNIC.

Taxa de municípios com instrumentos de gestão de impacto instituídos - Não é possível atualizar o índice, pois nem todas as variáveis que compõem o indicador foram objeto de pesquisa nos anos subsequentes.

Taxa de municípios com secretarias ligadas aos temas: planejamento urbano, habitação, saneamento, transporte e mobilidade - Não é possível atualizar o índice, pois nem todas as variáveis que compõem o indicador foram objeto de pesquisa nos anos subsequentes.

Taxa de vacância em imóveis urbanos - Última apuração do indicador foi em 2010.

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A promoção de transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados vem sendo paulatinamente estruturada no Governo Federal, sobretudo através da produção de informações, da capacitação de entes federados, do fomento ao planejamento, da assistência técnica para elaboração e qualificação de projetos e do financiamento à realização de intervenções-piloto em áreas estratégicas.

Através de diversas iniciativas e ações, iniciadas em 2013 com continuidade ao longo do ano de 2014, e outras iniciadas no ano de 2014 e ainda não concluídas, busca-se integrar as dimensões social, ambiental e econômica do desenvolvimento urbano através de ações de reabilitação de áreas urbanas, da promoção da qualidade do ambiente urbano e do uso dos instrumentos do Estatuto da Cidade, tais como:

•Elaboração de pesquisa “Retrato das Áreas Centrais no Brasil”, em parceria com IPEA, que se destina a analisar a dinâmica econômica e populacional das áreas centrais de 12 cidades brasileiras nos últimos 20 anos;

•Elaboração de avaliação de impacto social, econômico e territorial de intervenções de reabilitação urbana em municípios brasileiros, em parceria com BID;

•Levantamento sobre a utilização de Operações Urbanas Consorciadas como forma de viabilizar empreendimentos de reabilitação/transformação urbana via parcerias com iniciativa privada;

•Desenvolvimento de formas alternativas de financiamento para intervenções de reabilitação urbana, com recursos do FGTS, BNDES e parcerias público-privadas;

•Apoio a obras de requalificação urbana e ambiental em diversos municípios;

•Realização de oficinas de elaboração do Plano de Gestão Integrada – PGI nos municípios de Florianópolis/SC, Fortim/CE, Igarassu/PE e Olinda/PE, bem como, reuniões de sensibilização nos municípios de Itamaracá/PE, Paulista/PE e em São José da Coroa Grande/PE, e reunião para discutir a revisão dos PGIs de Cabo/PE e em Goiana/PE, foi realizada também Audiência Pública no município de Canguaretama/RN;

•Continuação do trabalho de “Levantamento da cobertura vegetal e dos corpos d'água existentes em áreas efetivamente urbanizadas e periurbanas de 732 municípios brasileiros" mediante o tratamento de imagens de satélite e uso de base georreferenciada do IBGE. Foi concluído o mapeamento em 292 (duzentos e noventa e dois) municípios;

•Continuidade da atividade de “Implantação de 4 (quatro) Parques Fluviais Urbanos” na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, demonstrando que cada vez mais a questão ambiental tem aumentado de importância na política de desenvolvimento urbano. Foram realizadas videoconferências com as Prefeituras Municipais de Pirapora-MG, Petrolina-PE, Juazeiro-BA e Januária-MG, a fim de possibilitar o início da execução da obra dos parques fluviais/lineares urbanos e das ações de educação ambiental e mobilização da população beneficiária.

Metas 2012-2015

- **Desenvolvimento de projetos de parques e áreas verdes de domínio público ou projetos urbanos em áreas de preservação permanente (APP) ou áreas urbanas de valor histórico, paisagístico e cultural em municípios pertencentes aos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em municípios que possuam áreas de expansão urbana e/ou de mananciais, bem como áreas de preservação permanente (APP's) ameaçadas de ocupação irregular**

  Análise Situacional da Meta

  Em maio de 2012, a Fundação Universidade de Brasília foi contratada para realizar o levantamento da cobertura vegetal e dos corpos d’água existentes nas áreas urbanas e periurbanas de 732 municípios brasileiros selecionados. O objetivo é que este estudo forneça subsídios para orientar os investimentos em projetos de parques urbanos e ou projetos em áreas de APP’s. Nesse ano de 2012, foram entregues a metodologia a ser utilizada, a base cartográfica necessária ao estudo e o mapeamento de 218 municípios – 30% do total de 732 municípios selecionados. Além disso, em julho de 2013 o Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) lançou a Chamada II de edital que prevê a disponibilização, pelo Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (CAIXA), de R$ 13,33 milhões para a

implantação de parques fluviais/lineares urbanos. No ano de 2013 foram contemplados quatro dos dez municípios previamente selecionados como prioritários para atendimento na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

No ano de 2013 foram contemplados quatro dos dez municípios previamente selecionados como prioritários para atendimento na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Em 2014, deu-se continuidade ao Contrato Nº 01/2012 entre a SRHU e a Fundação Universidade de Brasília (FUB) mediante o tratamento de imagens de satélite e uso de base georreferenciada do IBGE. No segundo semestre de 2014, houve um atraso no andamento do serviço pelo fato de a FUB necessitar ajustar a metodologia utilizada, bem como rearticular a equipe técnica para realizar os ajustes solicitados. Em dezembro de 2014, todos os ajustes foram realizados e a metodologia para a realização dos mapeamentos dos demais municípios objeto do contrato foi aprovada. A FUB também solicitou um aditivo de prazo, até junho de 2015, para finalização do trabalho. Assim, a metodologia foi ajustada e aprovada e foi concluído o mapeamento em 292 desde 2012. (duzentos e noventa e dois) municípios.

A principal dificuldade, no âmbito da iniciativa com a FUB, foi referente à definição de uma metodologia adequada de mapeamento. A aplicação dessa metodologia nos produtos 2 e 3 necessitou de vários ajustes, o que levou a um pedido de aditivo ao contrato por parte da FUB, ocasionando um atraso para conclusão do trabalho.

Também em 2014 foram continuadas as atividades referentes à “Implantação de 4 (quatro) Parques Fluviais Urbanos” na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, objeto da Chamada II do Edital Nº 02/2013 do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). Nesse período, a CAIXA, por meio do Fundo Socioambiental (FSA), o FNMA/MMA e a SRHU/MMA realizaram videoconferências com as Prefeituras Municipais de Pirapora-MG, Petrolina-PE, Juazeiro-BA e Januária-MG. As videoconferências com os três primeiros municípios tiveram como objetivo ajustar os Planos de Trabalho (PT) dessas Prefeituras ao Termo de Referência do Edital citado anteriormente, a fim de possibilitar o início da execução da obra dos parques fluviais/lineares urbanos e das ações de educação ambiental e mobilização da população beneficiária, uma vez que esses municípios já haviam assinado ACF com a CAIXA. Aguarda-se a assinatura do 4º (quarto) e último ACF entre a Prefeitura Municipal de Januária-MG e a CAIXA.

Nessa atividade, a principal dificuldade foi a adequação das propostas das Prefeituras Municipais ao edital. Nesse contexto, os proponentes ainda necessitam de amadurecimento em relação ao entendimento de que o projeto dos Parques Fluviais não é uma obra tradicional, mas sim uma obra com foco ambiental que demanda a participação efetiva da sociedade para garantir sua efetividade.

- **Desenvolvimento de projetos integrados de reabilitação urbana que promovam o desenvolvimento social e econômico em municípios que integrem o Grupo 1 do PAC, possuam conjunto ou sítios históricos protegidos no âmbito do Patrimônio Cultural, estejam em área de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional ou estejam localizados em costas marítimas ou fluviais**

Análise Situacional da Meta

No período de execução deste PPA, deu-se continuidade às atividades de monitoramento dos contratos de repasse e convênios firmados em anos anteriores. Além disso, em 2014, foi realizada descentralização de crédito ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para realização da pesquisa “Retrato das Áreas Centrais no Brasil”, no valor de R$ 221.666,67. A pesquisa destina-se a analisar a dinâmica econômica e populacional das áreas centrais de 12 cidades brasileiras nos últimos 20 anos com base em dados comparados e georreferenciados dos censos 1991/2000/2010 e dados de emprego formal do Ministério do Trabalho (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS). Deverão ser feitas análises em relação a: perda de população nas últimas décadas; deslocamento das atividades econômicas; existência de parque imobiliário residencial vago ou subutilizado; e surgimento de novas áreas centrais a partir da concentração de empregos e atividades econômicas. As atividades serão concluídas no 2º semestre de 2015.

Além disso, está em fase de estruturação projeto de pesquisa para desenvolvimento de Metodologia Avaliação de impacto de programas de reabilitação urbana, no valor de R$ 50.000,00, no âmbito de Acordo de Cooperação Técnica

assinado entre o Ministério das Cidades e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As atividades serão iniciadas em março de 2015.

Foi consolidada uma estratégia de fomento à utilização do instrumento das Operações Urbanas Consorciadas, através da publicação da Instrução Normativa nº 33, que regulamenta a aquisição, pelo Agente Operador do FGTS, de cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs) e de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), de Debêntures e de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), que possuam lastro em Operações Urbanas Consorciadas. Esta linha de financiamento tem orçamento previsto para 2015 na ordem de R$ 700 milhões. Ainda no tema das Operações Urbanas Consorciadas, está sendo realizada, pela equipe da SNAPU/MCidades, levantamento geral sobre a utilização do instrumento no Brasil com o objetivo de informar: quantos e quais municípios têm o instrumento previsto no Plano Diretor; quantos e quais têm o instrumento regulamentado; quantos e quais municípios têm o instrumento aplicado, em que fase de aplicação e quais as características gerais dos municípios que prevêem, regulamentam e aplicam o instrumento. Em paralelo, está sendo realizada, em parceria com o BID, pesquisa qualitativa para analisar o enquadramento legal, os arranjos institucionais, mecanismos de financiamento e de implementação de Operações Urbanas através da elaboração de estudos de casos em três cidades brasileiras (Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro).

Também foram contratados 150 projetos/obras de reabilitação urbana com recursos oriundos de emendas parlamentares, totalizando R$ 77.126.294,31 em valores de investimento e R$ 71.104.360,33 em valores de repasse.

- **Implementação de ações de ordenamento territorial em municípios da orla marítima e municípios da orla de rios federais, no âmbito do Projeto Orla**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foram realizadas oficinas de elaboração do Plano de Gestão Integrada – PGI nos municípios de Itarema/CE, Aracati/CE, Paracuru/CE e Baía da Traição/PB; audiências públicas nos municípios de Fundão/ES, Corumbá/Ladário/MS; e reuniões de sensibilização nos municípios de Porto Velho/RO, Florianópolis/SC, Guajará-Mirim/RO e Marcação/PB. Também foi realizada reunião de planejamento do Projeto Orla Fluvial, para discutir a revisão dos PGIs de Itajaí/SC, Porto Belo/SC, Lucena/PB, Conde/PB e Pitimbu/PB e a agenda anual das reuniões do Comitê Gestor/RN.

Além disso, foi editada a Portaria nº 404/2012, que estabelece normas e procedimentos para a instrução de processos visando à cessão de espaços físicos em águas públicas e fixa parâmetros para o cálculo do preço público devido, para estruturas náuticas em espaço físico em águas públicas de domínio da União, tais como lagos, rios, correntes d'água e mar territorial, até o limite de 12 milhas marítimas a partir da costa.

Em 2014 foram realizadas oficinas de elaboração do Plano de Gestão Integrada – PGI nos municípios de Florianópolis/SC, Fortim/CE, Igarassu/PE e Olinda/PE, bem como, reuniões de sensibilização nos municípios de Itamaracá/PE, Paulista/PE e em São José da Coroa Grande/PE, e reunião para discutir a revisão dos PGIs de Cabo/PE e em Goiana/PE, foi realizada também Audiência Pública no município de Canguaretama/RN.

Cabe ressaltar que, o produto, Desenvolvimento do Projeto Orla, é meta física cumulativa, nesse sentido, as ações nos municípios são desenvolvidas em etapas com escala temporal diversificada de acordo com as especificidades locais. Total de 10 municípios atendidos.

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

De acordo com informações da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE), em 2012, 2.658 municípios possuíam Plano Diretor, o que corresponde a 91% do total de municípios com obrigatoriedade legal. Em relação ao uso dos instrumentos do Estatuto da Cidade a MUNIC identificou um avanço expressivo entre 2001 e 2012, a

saber:

• Zonas Especiais de Interesse Social: de 647 para 1794 municípios

• Outorga Onerosa do Direito de Construir: de 370 para 727 municípios

• IPTU progressivo: de 1.047 para 2.034 municípios

• Lei de Zoneamento ou equivalente: de 1.260 para 2.246 municípios

• Lei de Parcelamento do Solo: de 1.817 para 2.389 municípios

• Transferência de Potencial Construtivo: de 86 para 429 municípios

• Operações Urbanas Consorciadas: de 115 para 395 municípios

Dando continuidade à estratégia para promoção da implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais por meio de ações iniciadas no ano de 2013 e executadas ao longo do ano de 2014, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

• Iniciou-se a elaboração de cinco Cadernos Técnicos sobre instrumentos do Estatuto da Cidade para distribuição em 2015;

• Realização de reuniões e oficinas técnicas com as equipes das instituições parceiras contratadas para a elaboração dos cinco Cadernos Técnicos e com municípios brasileiros com experiência na utilização desses instrumentos;

• Iniciou-se pesquisa técnica e jurídica sobre regulamentação e implementação de Operações Urbanas Consorciadas, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

• Foi finalizada a etapa de produção da série de documentários “Sala de Notícias” com o tema “planejamento e desenvolvimento urbano”, realizados em parceria com o Canal Futura e a Fundação Vale;

• Continuidade das ações de capacitação (presencial e à distância) e de assistência técnica para cidades em processo de elaboração/revisão de Planos Diretores com visitas e trabalhos de assistência técnica nos municípios de Belo Horizonte/MG, Campo Grande/MS, Macaé/RJ, Nova Friburgo/RJ, Canaã dos Carajás/PA, Vitória/ES e Ijuí/RS;

• Discussão da linha programática de apoio aos municípios para elaboração de “Projetos Urbanos Estratégicos” para indução do desenvolvimento urbano, contemplando a elaboração de diagnóstico e levantamentos, de projeto urbanístico (viário, espaços públicos, acessibilidade, parcelamento e uso e ocupação do solo), de projetos de engenharia;

• Foram iniciadas discussões, em parceria com o Conselho Nacional das Cidades, sobre a elaboração e implementação de uma Campanha Nacional pelo cumprimento da Função Social da Propriedade;

• Criação de um Grupo de Trabalho para discutir o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU);

• Continuidade das atividades da Cooperação Técnica junto à Agência de Cooperação Japonesa (JICA), com o objetivo de elaborar proposta metodológica de planejamento territorial para áreas de expansão urbana. A elaboração da metodologia de planejamento da expansão que será aplicada nos municípios pilotos do projeto (Blumenau, Estado de Santa Catarina, Nova Friburgo e Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro), a partir do ano de 2015;

• Capacitação de técnicos e gestores dos Municípios, Estados e União em temas afetos ao planejamento da expansão urbana no Japão (a primeira capacitação em maio de 2014 e a segunda em novembro do mesmo ano);

• Continuidade do debate sobre a instituição de marco legal para planejamento metropolitano e interfederativo, reuniões temáticas com o Conselho das Cidades para elaboração de recomendações e instruções aos municípios para regulamentação e implementação de Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios, IPTU progressivo, desapropriação com títulos da dívida, Zonas Especiais de Interesse Social, Estudo de Impacto de Vizinhança, Transferência do Direito de Construir e IPTU;

• Cooperação via ação Diálogos Setoriais Brasil - União Europeia, 7ª Convocatória do Diálogo Políticas de Integração Regional, para pesquisas em Instrumentos de Planejamento e Governança Metropolitanos na Europa;

• Continuidade da discussão sobre marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa. O Ministério vem realizando diálogos para disseminar a nova legislação, traçar entendimentos e qualificar sua provável regulamentação;

• Assinatura do Termo aditivo para execução da Cooperação Técnica com a ONU Habitat para contratação de especialistas, visando a elaboração do da metodologia do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado-PDUI’s;

• Conclusão da revisão no conteúdo e impressão da publicação “Panorama da Biodiversidade nas Cidades – Ações e

Políticas – Avaliação global das conexões entre urbanização, biodiversidade e serviços ecossistêmicos" que trata das estratégias da Convenção da Diversidade Biológica para ambientes urbanos;

• Análise e ajustes dos estudos contratados, visando o desenvolvimento de metodologias de integração do Plano Diretor Participativo com instrumentos de planejamento e gestão ambiental e territorial;

• Seleção dos indicadores de qualidade ambiental urbana para avaliação de vulnerabilidades e fragilidades ambientais em áreas urbanas que podem ser utilizados pelos Municípios em uma primeira etapa de trabalho;

• Elaboração de "Cartas de Vulnerabilidade Ambiental de Regiões Metropolitanas", com a concepção da metodologia de trabalho a ser utilizada mediante a elaboração de "protótipo" da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RM-RJ). Essas "Cartas de Vulnerabilidade Ambiental de Regiões Metropolitanas" apresentam uma grande diversidade de assuntos envolvidos em sua elaboração, bem como a originalidade do assunto. Foi elaborada uma "minuta" de Termo de Referência, TdR, para contratação de serviços de consultoria – pessoa jurídica;

• Contratação, mediante edital, de pessoa jurídica em parceria com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para elaboração do conteúdo indutor "Integração de Políticas" do Programa Brasil+20;

• Sistematização dos resultados provenientes do Seminário Nacional Municípios Sustentáveis que reuniu 141 iniciativas para promoção da sustentabilidade;

• Publicação da proposta do Programa Brasil+20, ainda em fase de elaboração;

• Realização do evento "Brasil+20: A collective effort for defining a national policy for sustainable municipalities" em 08 de Abril no Fórum Urbano Mundial em Medellín, Colômbia para discutir com especialistas internacionais a proposta de Programa bem como suas premissas e diretrizes.

Metas 2012-2015

- **Construção de subsídios técnicos para formulação de Política Ambiental em Áreas Urbanas.**

  Análise Situacional da Meta

  Conclusão da revisão no conteúdo e impressão da publicação "Panorama da Biodiversidade nas Cidades – Ações e Políticas – Avaliação global das conexões entre urbanização, biodiversidade e serviços ecossistêmicos" que trata das estratégias da Convenção da Diversidade Biológica para ambientes urbanos; consolidação de um "plano de distribuição" da publicação internamente e externamente, abrangendo um total de 900 (novecentos) exemplares; e, disponibilização do conteúdo da publicação em meio digital no sítio eletrônico do MMA.

  Implementação de sete serviços de consultoria pessoa física por meio do Projeto BRA/OEA/08/001, no primeiro semestre. No segundo semestre, o trabalho focou na análise e nos ajustes aos estudos contratados com vistas a deixá-los adequados para disponibilização pública. Os 3 estudos concluídos, sobre metodologia de integração de instrumentos de planejamento e gestão ambiental e territorial, foram encaminhados ao Ministério das Cidades para análise. Ainda estamos aguardando um retorno do MCidades para publicização e envio dos estudos para os Estados e Municípios. Com relação ao estudo sobre indicadores ambientais, foi necessária uma análise da equipe técnica no sentido de selecionar os indicadores que podem ser utilizados pelos Municípios em uma primeira etapa de trabalho. Sobre a proposta de diretrizes ambientais, a equipe técnica elaborou uma proposta, ainda não finalizada e que deverá ser avaliada pelos demais setores do MMA e por futuros beneficiários, tais como Estados e Municípios, antes de sua publicação. Para a elaboração do "protótipo" da Carta de Vulnerabilidade Ambiental da RM-RJ, a equipe técnica da GAUTE/DZT/SRHU realizou pesquisas, reuniu informações e dados secundários, articulou e realizou três reuniões com órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e, por fim, elaborou uma "minuta" de Termo de Referência, TdR, para contratação de serviços de consultoria – pessoa jurídica. Esses esforços resultaram em um entendimento comum (da SRHU e do Governo do Estado do RJ) da complexidade do trabalho e da impossibilidade de a equipe técnica da GAUTE realiza-lo com os próprios esforços. Por este motivo, a complementação/consolidação da minuta do TdR será um trabalho conjunto a ser desenvolvido pelas equipes da GAUTE/DZT/SRHU em parceria com as equipes dos órgãos do Governo do Estado do RJ, que detêm o conhecimento da região e os dados secundários necessários. Os fatores que dificultaram a execução da ação foram:

•Atraso na distribuição da publicação “Panorama da Biodiversidade nas Cidades – Ações e Políticas – Avaliação global das conexões entre urbanização, biodiversidade e serviços ecossistêmicos” em virtude das restrições do período eleitoral.

•A contratação de serviços de consultoria pessoa física não foi considerada adequada em virtude da necessidade de integração entre os produtos. Para futuros trabalhos da mesma natureza, recomenda-se a contratação de pessoa jurídica. Outra dificuldade habitual é o curto prazo estabelecido para realização das ações. Estes prazos reduzidos estão sempre associados à necessidade de uso rápido do recurso, o que impede o planejamento de longo prazo, bem como compromete a qualidade do trabalho.

•Nessa atividade, as dificuldades foram: a originalidade da proposta e a diversidade dos assuntos envolvidos na elaboração de “Carta de Vulnerabilidade Ambiental de Região Metropolitana”; a falta de disponibilidade dos dados secundários necessários e suficientes à elaboração do protótipo da RM-RJ; a ausência de governabilidade da equipe GAUTE sobre os dados secundários necessários à elaboração do protótipo; e a falta de experiência acumulada.

•Com relação a elaboração do PRODOC/UNESCO, a não formalização do ACT em 2014, resultou em um atraso do início das atividades previstas para 2015, entre elas a elaboração da estratégia de nacional de gestão ambiental urbana.

- **Elaboração de Planos de Expansão Urbana em municípios que tenham áreas de expansão urbana previstas no Plano Diretor**

Análise Situacional da Meta

Motivada pela aprovação da Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012 que, dentre outras determinações, altera as Leis nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e, nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo), inserindo a necessidade de projeto específico para expansão urbana (artigo 42-B do Estatuto da Cidade), foi iniciada tratativa junto à Agência de Cooperação Japonesa (JICA) para o estabelecimento de Cooperação Técnica Internacional (CTI) com o Governo do Japão para concepção de planejamento territorial para áreas de expansão urbana, considerando aspectos de prevenção a riscos de desastres naturais geomorfológicos relacionados a movimentos de massa, uma vez que o governo japonês possui experiência na temática. Firmada em julho de 2013, a CTI com o governo japonês tem como proposta desenvolver uma metodologia para o planejamento da expansão urbana até 2017.

Os trabalhos foram iniciados em agosto daquele ano. Nesta CTI, está prevista a elaboração de três planos de expansão em municípios prioritários para a implementação de ações de gestão de risco (Blumenau-SC, Nova Friburgo-RJ e Petrópolis-RJ). Essa meta é correlata à meta de monitoramento de municípios em áreas de risco (meta do programa 2040).

Além disso, em novembro de 2013 foi realizado workshop internacional para discutir estratégias para o desenvolvimento da metodologia de Planejamento Urbano.

No ano de 2014 foram realizados 02 processos de capacitação de técnicos e gestores dos Municípios, Estados e União em temas afetos ao planejamento da expansão urbana no Japão (a primeira capacitação em maio de 2014 e a segunda em novembro do mesmo ano). Esse processo de capacitação também ocorrerá ao longo do ano de 2015.

A estratégia do Ministério das Cidades para o desenvolvimento da meta foi firmar Cooperação Técnica Internacional (CTI) junto à Agência de Cooperação Japonesa (JICA), com o objetivo de elaborar proposta metodológica de planejamento territorial para áreas de expansão urbana. A cooperação estrutura-se em ações técnicas periódicas (reuniões, workshops, treinamentos internacionais etc.) para aprofundar o entendimento sobre gestão integrada de risco.

Destacam-se como importante avanço o fortalecimento da coordenação horizontal entre os órgãos federais executores da cooperação e a articulação vertical com os governos municipais e estaduais no desenvolvimento de abordagens integradas de políticas de gestão de riscos.

Tal CTI apresenta os seguintes resultados para o ano de 2014:

Técnicos treinados no Japão: 38

Contrapartes do Brasil: 35 especialistas em mapeamento de riscos, planejamento urbano, monitoramento e alerta;
Especialistas enviados do Japão para o Brasil:
Longo prazo: 3 especialistas
Curto prazo: 15 especialistas

Reuniões interministeriais: cerca de 30
Reuniões técnicas: 3 por tema (com mais de 70 especialistas em cada evento e duração de 3 dias cada)

Seminários: 2 (Rio Bousai, 500 especialistas em riscos e técnicos de defesa civil, Brasília Bousai 150 especialistas)
Workshop: 3 (em fase de implementação).
Tais atividades são fundamentais para a elaboração da metodologia de planejamento da expansão que será aplicada nos municípios pilotos do projeto (Blumenau, Estado de Santa Catarina-SC, Nova Friburgo e Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro), a partir do ano de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/01/2015

- **Elaboração do Plano Diretor nos municípios com obrigatoriedade legal para sua elaboração, conforme artigo 41 da Lei nº 10.257/01 (Estatuto da Cidade).**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi dada continuidade ao processo de capacitação e fortalecimento institucional dos municípios, iniciado em 2012. Foram realizadas visitas e trabalhos de assistência técnica nos municípios de Belo Horizonte/MG, Campo Grande/MS, Macaé/RJ, Nova Friburgo/RJ, Canaã dos Carajás/PA, Vitória/ES e Ijuí/RS para auxiliar processos locais de elaboração e/ou revisão de Planos Diretores. Foi também discutida linha programática de apoio aos municípios para elaboração de “Projetos Urbanos Estratégicos” para indução do desenvolvimento urbano, contemplando a elaboração de diagnóstico e levantamentos, de projeto urbanístico (viário, espaços públicos, acessibilidade, parcelamento e uso e ocupação do solo), de projetos de engenharia: infraestrutura e de modelagem econômica e jurídica para execução das obras. Em 2015 será realizada seleção pública de projeto piloto sobre esse tema.
No 2º semestre de 2014, foram iniciadas discussões, em parceria com o Conselho Nacional das Cidades, sobre a elaboração e implementação de uma Campanha Nacional pelo cumprimento da Função Social da Propriedade. A campanha deverá ser estruturada em 5 eixos: i) mobilização e sensibilização; ii) normatização; iii) capacitação; iv) formação e v) fortalecimento institucional e assistência técnica, sobretudo nos processos de revisão dos Planos Diretores.
Também foi instituído grupo de trabalho interno no Ministério das Cidades para discussão do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU). O grupo, coordenado pela Secretaria Executiva e pela Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos do MCidades, trabalhou ao longo do ano na construção de uma minuta de Projeto de Lei para instituição do SNDU. A minuta, que será finalizada no 1º semestre de 2015, será levada para discussão em Grupo de Trabalho Interministerial a ser criado, também em 2015, para discutir a temática.

- **Implementar o Programa Nacional para Cidades Sustentáveis (Brasil + 20).**

Análise Situacional da Meta

A meta em questão está sendo implementada por meio das seguintes ações:
• Continuidade do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico do Programa;
• Continuidade do estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação técnica com diversos órgãos, através da realização de diversas reuniões/oficinas com representantes de segmentos sociais nos Conselhos Nacionais do Meio Ambiente e Cidades;
• Organização e realização, nos dias 23 e 24/10/2013, do Seminário Nacional Municípios Sustentáveis, durante a Feira

Nacional de Ciência e Tecnologia (MCTI) em Brasília/DF. O evento contou com a participação de aproximadamente 150 pessoas de 51 instituições governamentais e não governamentais. O Seminário teve como objetivo alinhar entendimentos das organizações participantes acerca do Programa BRASIL+20, identificar e potencializar as convergências entre as agendas em curso nas organizações participantes, articulando-as com os eixos de atuação do Programa BRASIL+20, gerar recomendações para aprimoramento dos eixos de atuação do Programa BRASIL+20 e desencadear o processo de construção de uma rede social pela sustentabilidade municipal;

• Continuidade das discussões do Seminário com a implantação na Rede SISNAMA do Fórum (virtual) de discussão do BRASIL+20, um meio de divulgação e articulação entre as organizações governamentais e não governamentais que participaram do Seminário e suas iniciativas (além de outras que vêm se incorporando ao Programa). A partir deste fórum será feita a formulação e implantação da Plataforma de Conexões Sustentáveis;

• Definição e início do desenvolvimento dos conteúdos indutores para a oferta do Programa BRASIL+20 aos municípios, são estes:

1. Integração de políticas – Estudo que, a partir da análise das possibilidades de articulação, defina subsídios à elaboração e implementação de políticas públicas de C&T, meio ambiente e desenvolvimento urbano para cidades brasileiras mais sustentáveis. Esse processo está em andamento no MCTI.
2. Estudos sobre Tipologia e Indicadores Ambientais – Urbanos
3. Desenvolvimento da Plataforma de Conexões Sustentáveis
4. Metodologia para articulação dos instrumentos de planejamento territorial
5. Conteúdos para Capacitação e Projeto Político Pedagógico (PPP) – desenvolvimento do PPP e dos conteúdos para a implementação dos eixos II e III do Brasil+20 junto aos atores locais a cada ciclo do Programa.

Em 2014 foram realizadas as seguintes atividades:

•Projeto Político Pedagógico do Programa associado ao Projeto Político Pedagógico do MMA que está em elaboração por intermédio de contratação de pessoa física.

•Sistematização dos resultados provenientes do Seminário Nacional Municípios Sustentáveis que reuniu 141 iniciativas para promoção da sustentabilidade - foi finalizado.

•Contratação, mediante edital, de pessoa jurídica em parceria com Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para elaboração do conteúdo indutor “Integração de Políticas” do Programa Brasil+20

• Desenvolvimento dos conteúdos indutores do Programa: “Metodologia para articulação dos instrumentos de planejamento territorial”, “Diretrizes ambientais para o desenvolvimento de municípios sustentáveis” e “Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana”. Tais conteúdos foram desenvolvidos em parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e atualmente estão na fase de validação interna pelas equipes técnicas.

•Realização do evento “Brasil+20: A collective effort for defining a national policy for sustainable municipalities” em 08 de Abril no Fórum Urbano Mundial em Medellín, Colômbia, para discutir com especialistas internacionais a proposta de Programa bem como suas premissas e diretrizes.

•Publicação da proposta do Programa Brasil+20, ainda em fase de elaboração.

•Em fase de reavaliação do Plano de Trabalho para construção dos conteúdos do processo de capacitação para a implementação dos eixos II e III do Brasil+20 junto aos atores locais a cada ciclo do Programa.

- **Instituição de planos de desenvolvimento urbano integrado em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas com gestão consorciada, selecionadas entre as metrópoles da hierarquização estabelecida pelo estudo Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC) realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foi realizada cooperação técnica junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), para elaboração de estudos nas temáticas metropolitana, tais como indicadores e parâmetros, instrumentos de planejamento e gestão, institutos legais e mecanismos tributários e arranjos políticos-administrativos nas regiões metropolitanas. Naquele ano também foi

realizado o Primeiro Workshop Internacional sobre Política Metropolitana Brasil-União Europeia, como contrapartida nacional no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia – Brasil, nos dias 7 e 8 de novembro de 2012, para debate e aprofundamento de temas tratados no Substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004 (Estatuto da Metrópole). Ainda no ano de 2012, realizou-se missão técnica junto a entidades que tratam de planejamento e gestão metropolitanos em Paris (França) e Berlim (Alemanha), no âmbito do Programa de Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil para conhecimento "in loco" de experiências relacionadas à política metropolitana.

Em continuidade aos trabalhos iniciados em 2012, no ano de 2013 foram realizadas atividades junto ao Ministério da Integração, ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para a concepção do texto Substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004. Nos dias 28 e 29 de maio o Ministério das Cidades realizou o Segundo Workshop sobre Política Metropolitana, para definir o posicionamento do Governo Federal frente ao tema. Na sequência, foram realizadas três audiências públicas na Câmara dos Deputados, nos dias 10, 17 e 24 de setembro, para debater com estados, governo federal e outras instituições relevantes, o direcionamento do texto a ser elaborado. Nos dias 17, 18, 31 de outubro e 1º de novembro, foram realizadas reuniões técnicas conduzidas pela Câmara dos Deputados, das quais o Ministério das Cidades participou e contribuiu ativamente, com o objetivo de finalizar a edição do texto substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004. Em relação à elaboração de proposta metodológica para o PDUI, foi formalizada Cooperação Técnica Internacional (CTI) com a ONU-HABITAT, que tem como objetivo o desenvolvimento da metodologia do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, dado que se trata de instituto de planejamento ainda não consolidado no país.

No final do ano de 2014 foram necessários ajustes no programa executivo e plano de trabalho da Cooperação técnica com o ONU- Habitat, sendo necessária a elaboração de termo aditivo para continuidade das atividades. A assinatura do termo aditivo ocorreu no início de janeiro de 2015, permitindo continuar os processos de seleção dos consultores que atuarão no projeto. A expectativa é de que a metodologia do plano de desenvolvimento urbano integrado seja gerada até dezembro de 2015.

Desta forma, iniciando o cronograma do programa executivo, o ONU-Habitat está realizando o processo de seleção de especialistas que atuarão na elaboração do da metodologia do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado-PDUI's. Cabe lembrar que tal metodologia é condição "sine qua non" para que o Ministério das Cidades passe a apoiar os governos Estaduais e Municipais na elaboração dos PDUI's.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

22/01/2015

- **Regulamentação complementar do Estatuto da Cidade e de marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, foram realizadas as seguintes atividades:

a) Inicio da elaboração de proposta de regulação do Art. 26 da Lei Federal 12.608/2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa, que modifica a Lei Federal 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, instituindo a obrigação do desenvolvimento do Plano de Expansão Urbana para os municípios que queiram expandir seu perímetro urbano;

b) elaboração, em conjunto com o CONCIDADES, de resolução recomendada que trata da obrigatoriedade de definição de coeficiente de aproveitamento básico nos Planos Diretores Municipais, bem como obrigatoriedade de cobrança de outorga onerosa sobre a concessão de potencial construtivo superior ao básico, buscando complementar e esclarecer os artigos 28 a 31 do Estatuto da Cidade.

c) Inicio da discussão da proposta de instituição de Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, com previsão de instituição de Grupo de Trabalho Interministerial para tratar da questão.

d) Discussão de marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa. Foram realizadas atividades junto ao Ministério da Integração, ao IPEA e à Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados para a concepção do

texto Substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004, denominado Estatuto da Metrópole. Realização de Workshop sobre Política Metropolitana, para definir o posicionamento do Governo Federal frente ao tema, e de duas audiências na Câmara dos Deputados, para debater com estados, governo federal e outras instituições relevantes o direcionamento do texto a ser elaborado. Foram realizadas 4 reuniões técnicas conduzidas pela Câmara dos Deputados, das quais o Ministério das Cidades participou e contribuiu ativamente, com o objetivo de finalizar a edição do texto substitutivo ao PL nº 3.460, de 2004.

No ano de 2014, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

a) reuniões temáticas com o Conselho das Cidades para elaboração de recomendações e instruções aos municípios para regulamentação e implementação de Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios, IPTU progressivo, desapropriação com títulos da dívida, Zonas Especiais de Interesse Social, Estudo de Impacto de Vizinhança, Transferência do Direito de Construir e IPTU.

b) Instituído GT do Ministério das Cidades para discussão de proposta de Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. A primeira reunião ocorreu em agosto de 2014.c) Cooperação via ação Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia, 7ª Convocatória do Diálogo Políticas de Integração Regional, para pesquisas em Instrumentos de Planejamento e Governança Metropolitanos na Europa. No âmbito da ação, foi realizada missão técnica em setembro de 2014 para Estocolmo (Suécia) e Berlim (Alemanha), com o objetivo de aprofundar o conhecimento em alguns instrumentos de planejamento dessas regiões.

d) Continuidade da discussão sobre marco jurídico sobre gestão territorial interfederativa. Após aprovação no Senado Federal, o PL sobre o Estatuto da Metrópole foi encaminhado à sanção e promulgado em janeiro de 2015. Neste sentido, o Ministério vem realizando diálogos para disseminar a nova legislação, traçar entendimentos e qualificar sua provável regulamentação.

- **Regulamentação de conjunto de instrumentos de gestão do solo urbano - prioritariamente Zonas Especiais de Interesse Social, Outorga Onerosa do Direito Construir, Operação Urbana Consorciada, Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, desapropriação com pagamento de títulos da dívida pública e Estudo de Impacto de Vizinhança - para o cumprimento da função social da propriedade em municípios com maiores carências urbanas, integrantes dos Grupos 1 e 2 do Programa de Aceleração do Crescimento e que possuam empreendimento habitacional enquadrado no Programa Minha Casa Minha Vida**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, ampliaram-se os trabalhos de pesquisa e regulamentação de instrumentos, sobretudo a partir de parcerias com outras instituições e com as demais Secretarias Nacionais do Ministério das Cidades.

Iniciou-se a elaboração de 5 Cadernos Técnicos de regulamentação e implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade, em parceria com instituições selecionadas no âmbito de edital publicado em 2013:

a)Caderno Técnico sobre Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV), em cooperação com a Universidade de Brasília (UnB);

b)Caderno Técnico sobre Transferência do Direito de Construir (TDC): em parceria com o Lincoln Institute of Land Policy;

c)Caderno Técnico sobre Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), em cooperação com a Universidade Federal do Pará (UFPA);

d)Caderno Técnico sobre Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU), em parceria com o Lincoln Institute of Land Policy; e

e) Caderno Técnico sobre Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC), em cooperação com a Universidade Federal do ABC (UFABC);

No âmbito desse trabalho, foram realizadas em 2014 reuniões e oficinas técnicas com as equipes das instituições parceiras e com municípios brasileiros com experiência na utilização desses instrumentos. A conclusão do trabalho está prevista para junho/2015.

Além disso, iniciou-se pesquisa técnica e jurídica sobre regulamentação e implementação de Operações Urbanas Consorciadas, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Também no 2º semestre de 2014

foi finalizada a etapa de produção da série de documentários “Sala de Notícias” com o tema “planejamento e desenvolvimento urbano”, realizados em parceria com o Canal Futura e a Fundação Vale. Os vídeos serão finalizados no inicio de 2015 e veiculados no 1º semestre de 2015 no Canal Futura.

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Considerando o papel estratégico da regularização fundiária para o desenvolvimento urbano, para a efetivação do direito constitucional à moradia e para o exercício pleno da cidadania pela população moradora em cidades e assentamentos informais, o Governo Federal instituiu no ano de 2003 o Programa Papel Passado, com o objetivo de fomentar ações de regularização fundiária urbana por todo o país.

Significativos avanços foram alcançados desde então, destacando-se a incorporação da regularização fundiária na agenda de um conjunto expressivo de municípios brasileiros e a aprovação das leis federais nº 11.481 de 2007, que dispõe sobre a regularização fundiária de interesse social nos imóveis da União, nº 11.952 de 2009, que trata da regularização fundiária de terras federais na Amazônia Legal, nº 11.977 de 2009, que versa sobre regularização fundiária de assentamentos urbanos, da Lei 12.424 de 2011, que alterou a lei nº 6.015 de 1973, lei dos registros públicos, para dispor sobre o registro imobiliário na regularização fundiária urbana e da Lei 12.651/2012, que institui o novo Código Florestal Brasileiro, para dispor sobre a regularização fundiária de assentamos urbanos em áreas de preservação permanente (APP’s).

Desde que começou a operar, o Programa Papel Passado vem apoiando atividades de regularização fundiária urbana com a transferência de recursos do Orçamento Federal. Neste contexto foram apoiadas, com recursos do Orçamento Geral da União, ações de regularização fundiária em benefício de cerca de 398 mil famílias, entre 2004 e 2014, tendo como produtos a regularização jurídica do parcelamento do solo ou a entrega de títulos de concessão de uso e de propriedade. Além dessas ações, em seu início o Programa também apoiou ações ligadas à estruturação de programas locais de regularização fundiária urbana, tais como a identificação e o mapeamento de áreas irregulares e a elaboração de planos municipais de regularização fundiária.

A transferência de recursos federais é essencial para aumentar a capacidade financeira dos agentes operadores da política de regularização fundiária no nível local e, dessa forma, possibilitar maior agilidade e escala no enfrentamento do problema do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda. O último processo de seleção de propostas para o Programa Papel Passado foi realizado em outubro de 2013. Nesse processo foram cadastrados 1.384 municípios, dos quais 425 tiveram suas propostas habilitadas, conforme os critérios estabelecidos para o processo seletivo. Como resultado final do processo de seleção, 66 propostas foram escolhidas, totalizando o valor de repasse de R$ 21,80 milhões, destinados à regularização fundiária de 111 assentamentos irregulares em 65 municípios do país, em benefício de cerca de 28 mil famílias.

No processo de seleção 2013, a demanda cadastrada foi muito superior à historicamente apresentada nos anos anteriores. Ao lado do aumento no orçamento, avalia-se que esse incremento na demanda é reflexo da presença do tema da regularização fundiária urbana nas políticas de gestão pública dos municípios e estados, bem como da apropriação dos aperfeiçoamentos de legislação obtidos por meio da ação do Governo Federal (destacam-se, entre outras, as Leis Federais 11.977/2009, 12.424/2012, 12.651/2012).

No exercício de 2014, foram realizadas duas operações de descentralização de crédito orçamentário com Universidades Federais. As duas operações visam à implementação de atividades específicas de regularização fundiária urbana em municípios dos estados do Pará e do Rio Grande do Norte, respectivamente.

Complementarmente à transferência de recursos federais (ampliação da capacidade financeira), há esforços em

capacitação técnica, fortalecimento e articulação interinstitucional, já que a regularização fundiária de assentamentos urbanos depende da atuação coordenada de diversos agentes, dentre os quais os cartórios de registro de imóveis, as corregedorias de justiça, municípios, estados e sociedade civil. Esse eixo de atuação é composto por diversas atividades de fomento, destacando-se a produção de material e a promoção de cursos de capacitação e a participação em eventos, oficinas e debates sobre a temática em diversas regiões do país. Com relação aos materiais de capacitação, foi elaborada uma proposta de manual de regularização fundiária de assentamentos urbanos, que aguarda publicação. Além disso, está prevista a disponibilização de curso de capacitação por ensino à distância na Plataforma Capacidades, do Ministério das Cidades, de caráter permanente e a realização de cinco oficinas regionais sobre regularização fundiária urbana no curso "Gestão de Projetos Urbanos", no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, das quais uma foi realizada, em maio de 2014, em João Pessoa/PB. No que se refere à articulação institucional, o Ministério das Cidades oferece, como atividade regular, apoio técnico à regularização fundiária no âmbito do PAC/Urbanização de Assentamentos Precários e apoio ao Ministério do Desenvolvimento Agrário na análise dos pedidos de doação de terras federais na Amazônia Legal, vinculados ao Programa Terra Legal. Também apoia os municípios e demais operadores na formulação de propostas de regularização fundiária urbana. Prosseguem as atividades de articulação institucional com estados e poderes legislativo e judiciário, para remoção de obstáculos normativos nos três níveis de governo, particularmente ligados ao licenciamento ambiental e ao registro imobiliário.

Por meio da SPU/MP, o Governo Federal atua em ações de regularização fundiária urbana em imóveis de seu próprio domínio, seja por meio de ações indiretas, de destinação de imóveis da União a entes federativos visando este fim, seja por meio de ações diretas de regularização fundiária, com foco nos assentamentos ocupados por populações de baixa renda, visando o reconhecimento do direito à moradia, e contribuindo para a erradicação da pobreza e para a redução das desigualdades sociais. Nessa atuação direta, o Governo Federal integra ações articuladas com entes federativos parceiros nos diferentes níveis administrativos, contando com a participação da sociedade civil beneficiária, por meio da realização de oficinas, seminários, audiências públicas, reuniões na comunidade, reuniões de grupos de trabalho e comitês gestores instituídos, entre outras atividades inerentes ao processo de regularização fundiária. Destaca-se nessa atividade a destinação de áreas, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, a entidades civis sem fins lucrativos cadastradas junto ao Ministério das Cidades.

Metas 2012-2015

- **Adequação aos novos dispositivos legais das normas de serviços extrajudiciais para o registro da regularização fundiária urbana**

  Análise Situacional da Meta

  Em dezembro de 2013 foram retomadas as tratativas, iniciadas em 2012, com a Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça que resultaram na produção de uma Minuta de Norma de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos. O documento foi discutido entre as entidades envolvidas. O Ministério das Cidades participou de reuniões, no primeiro semestre de 2014, com a Corregedoria Nacional de Justiça com a finalidade de aprimorar o documento.

  Em dezembro de 2014 o CNJ disponibilizou para consulta às entidades envolvidas uma nova minuta do documento. Na avaliação do Ministério das Cidades o último documento disponibilizado para consulta ainda requer aperfeiçoamento. Por este motivo, o Ministério das Cidades encaminhou suas contribuições ao CNJ e aguarda os encaminhamentos. Paralelamente à discussão da Norma Nacional de Serviço Extrajudicial para o Registro da Regularização Fundiária de Assentamentos Urbanos, o Ministério das Cidades participa das discussões de alteração da Lei 11.952/2009, (que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal), conduzida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário; e da Lei de desapropriações (DECRETO-LEI Nº 3.365/ 1941), conduzida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- **Ampliação do Programa Papel Passado para intensificar a regularização fundiária urbana em cidades irregulares da Amazônia Legal inseridas no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e em assentamentos irregulares de baixa renda situados em municípios pertencentes ao Grupo 1 do**

Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Papel Passado foram apoiadas, com recursos do Orçamento Geral da União, ações de regularização fundiária em benefício de cerca de 398 mil famílias, entre 2004 e 2014, tendo como produtos a regularização jurídica do parcelamento do solo ou a entrega de títulos de concessão de uso e de propriedade.

Em 2013, houve um incremento significativo no orçamento da Ação 8866 – Programa Papel Passado, que possibilitou a ampliação do apoio financeiro a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos para implementação de atividades específicas de regularização fundiária em assentamentos urbanos. No total, do orçamento previsto para o exercício de 2013, após o processo de contratação, foram repassados R$ 21,58 milhões destinados à regularização fundiária de 109 assentamentos irregulares em 63 municípios do país, em benefício de cerca de 25 mil famílias. A maioria desses contratos encontra-se em condição suspensiva, aguardando a aprovação de Termo de Referência para início dos serviços.

Em 2014, foram realizadas duas operações de descentralização de crédito orçamentário:

1 - Universidade Federal do Pará, para fins de regularização fundiária em municípios do Estado do Pará, inseridos no Programa Terra Legal e já contemplados por processos de transferência de terras federais para fins de regularização fundiária urbana, nos termos da Lei 11.952/2009.

2- Universidade Federal da Região do Semi-árido (UFERSA), para a elaboração de atividades específicas de regularização fundiária urbana em assentamentos urbanos de 10 municípios do estado do Rio Grande do Norte. No âmbito do Programa Terra Legal, de regularização fundiária na Amazônia Legal, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com a participação deste Ministério das Cidades nos casos de regularização fundiária urbana, durante o exercício de 2014, foram analisadas as condições de ocupação de 181 áreas, para verificar se essas atendiam aos requisitos legais para doação aos municípios para fins de regularização fundiária urbana. Salienta-se que, após a doação das terras federais, cabe aos municípios o procedimento de regularização com a consequente titulação dos possuidores dos lotes urbanos, ação que pode ser objeto de apoio financeiro pelo Programa Papel Passado.

- **Elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana**

Análise Situacional da Meta

A elaboração do plano nacional de regularização fundiária urbana não foi iniciada. A discussão do tema ocorre junto ao CONCIDADES, no âmbito do Comitê de Planejamento e Gestão do Solo Urbano, em grupo de trabalho constituído especificamente para esse fim.

Em 2014 a elaboração do Plano Nacional de Regularização Fundiária foi incluída na relação de projetos prioritários do planejamento estratégico do Ministério das Cidades. No entanto, o trabalho ainda não foi iniciado, e se aventa a possibilidade de associar sua elaboração com a revisão do Plano Nacional de Habitação, que também está relacionada como projeto prioritário do planejamento estratégico, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação, deste Ministério das Cidades.

- **Instituição de programas estaduais e municipais de regularização fundiária urbana nos municípios da Amazônia Legal inseridos no Programa Terra Legal que contenham áreas do INCRA/MDA e da SPU/MPOG e aqueles pertencentes ao Grupo 1 do Programa de Aceleração do Crescimento, com presença de favelas e loteamentos irregulares em seus territórios ou que possuam ações de urbanização de assentamentos precários.**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, prosseguiu-se com a estratégia de promoção de seminários com o objetivo de fomentar a estruturação de políticas e programas de regularização fundiária de assentamentos urbanos no âmbito dos estados e municípios, que se mostrou bem sucedida em iniciativas anteriores.

No segundo semestre de 2014, foram realizados seminários nos estados de Goiás e Rio Grande do Norte.

Trabalha-se na articulação com diversos estados (Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins) para a organização e realização dos eventos. Salienta-se que a estratégia somente se viabiliza pela parceria dos estados com o Ministério das Cidades.

- **Regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União**

Análise Situacional da Meta

Acerca da execução desta meta, prestamos os seguintes esclarecimentos conceituais:

- Imóveis regularizados - corresponde ao atendimento direto às famílias beneficiárias da ação, tituladas por meio de Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS), Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM) e doação (seja individual, seja coletivo).

- Portarias autorizativas – atos autorizativos de destinação de imóveis da União, por meio de publicação no Diário Oficial da União, onde elencamos os imóveis destinados para fins de:

- Reforma Agrária (áreas rurais)

- Provisão habitacional

- Regularização Fundiária para entes federativos

- Regularização Fundiária diretamente para as famílias

- Regularização Fundiária de Comunidades Tradicionais (Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos, Pescadores, etc.)

Nestes casos, as titulações futuras ou individualização das famílias beneficiadas são formalizadas pelo ente intermediário (cessionário) que recebeu o imóvel da União com encargo de promover a regularização fundiária. Em 2014 foram publicadas no Diário Oficial da União portarias autorizativas de destinação de 286 imóveis, além das 4 áreas encaminhadas ao INCRA para regularização de comunidades remanescentes de quilombos como adiante detalhado:

- 29 - Reforma Agrária (áreas rurais) - 3,5 mil hectares para o INCRA, correspondentes a 29 áreas rurais, no DF e nos estados de PE, RS e SC;

- 21 - Provisão habitacional – 21 áreas com cerca de 1,7 milhões de m², para construção de residências, no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida, beneficiando mais de 4,4 mil famílias, nos estados do AC, MA, MG, MT, PB, PI, RJ, RN, RS, SC e SP;

- 18 - Regularização Fundiária com agente intermediário entes federativos – 18 áreas com cerca de 19,7 milhões de m² para regularização fundiária da moradia de 24.065 famílias urbanas, no DF e estados de GO, MS, PI, RJ, RN, SC e SP;

- 217 - Regularização Fundiária diretamente para as famílias – autorizada a titulação direta de 215 famílias de baixa renda por meio de títulos de CUEM e CDRU, nos estados do CE, MA, PE e PI, bem como autorizada a regularização de 2 associações de missionárias capuxinhas em duas áreas de 7.140,00 m2 no estado do MA;

- Também foi destinada para a FUNAI área com 10.000,00m² para regularização fundiária de uma comunidade indígena Pankaru, composta por 30 famílias, em Muquém do São Francisco/BA; e, encaminhados ao INCRA processos de destinação de 4 áreas da União que representam 5,3 mil hectares, cujos processo foram encaminhados para titulação direta de 347 famílias de comunidades remanescentes de quilombos que vivem em áreas da União.

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Para a realização do objetivo: “Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social” tem-se a necessidade da incorporação de todos os agentes sociais no processo de construção de uma política urbana democrática e descentralizada, integrada e eficiente.

Nesse contexto, é importante o governo federal intervir para o alcance desse objetivo por meio da capacitação de agentes públicos e sociais para as políticas públicas urbanas integradas, o que constitui uma das tarefas importantes do Ministério das Cidades no processo de promoção do direito à cidade e da inclusão social.

Dessa forma, e tendo entre seus princípios e eixos de atuação a construção da igualdade e a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras, o Ministério das Cidades, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades - PNCC,

promove, coordena e apoia programas de desenvolvimento institucional e de capacitação técnica que tenham como objetivo não apenas atender requisitos de eficácia e eficiência na execução de programas e projetos, mas, principalmente, colaborar na construção de uma cidade democrática e com justiça social.

Na realização do objetivo verifica-se que a baixa capacidade técnica para a elaboração e gestão de projetos urbanos vêm impactando significativamente o desenvolvimento institucional dos municípios brasileiros. Fatos como a baixa execução orçamentária ou a imperícia na execução e monitoramento de obras e programas repercutem igualmente na efetividade das políticas e programas do Ministério das Cidades.

Para tanto, o governo federal vem atuando na capacitação de técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial, por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Destaca-se, o lançamento do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, com o objetivo de fomentar entre os técnicos e gestores municipais um conjunto de conhecimentos gerais necessários para a gestão de projetos nas áreas do desenvolvimento urbano, por meio de uma metodologia estruturante, de forma a garantir a efetividade e aplicabilidade imediata de seus resultados.

Além disso, é expressiva a ampliação do número e do alcance nacional das capacitações em função da consolidação do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, por meio do Portal Capacidades. No âmbito do PNCC, ocorreram 7.538 capacitações durante os anos de 2012 a 2013 e em 2014 ocorreram 4.922 capacitações. Dessa forma, tem-se um acumulado de 12.460 capacitações no período de vigência do Plano.

Em 2014, deu-se continuidade às atividades do Portal Capacidades, por meio da veiculação de 10 cursos à distância, e ao Programa de Apoio à Extensão Universitária – Proext, com a implementação de 19 projetos e 16 programas em parceria com instituições federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais. Dando continuidade ao Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, foi realizada a etapa presencial na região nordeste com a promoção das oficinas sobre projetos urbanos nas áreas de Habitação; Saneamento; Transporte e Mobilidade Urbana; Acessibilidade e Regularização Fundiária, capacitando 91 pessoas.

Outro grande destaque deste objetivo se refere à organização da 5ª Conferência Nacional das Cidades. O Ministério das Cidades organizou em parceria com a CAIXA e governos estaduais, 25 seminários estaduais de Mobilização para a 5ª Conferência Nacional das Cidades. Os encontros foram coordenados por Conselheiros Nacionais do ConCidades e tiveram o objetivo de estimular a realização da Conferências Municipais das Cidades, evento que fortalece a participação social, além de estimular a criação de conselhos locais. Os seminários reuniram no total cerca de 3.000 participantes em 25 estados da federação: Acre, Pernambuco, Goiás, Amazonas, Maranhão, Paraná, Sergipe, Roraima, Santa Catarina, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Piauí, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Como resultado, foram realizadas Conferências Municipais e Estaduais das Cidades em diversas partes do país. As Conferências permitiram conhecer as realidades locais, estaduais e regionais dentro das especificidades socioterritoriais e propiciaram a articulação nacional de diversos segmentos da sociedade civil. Elas ocorreram previamente à 5ª Conferência Nacional das Cidades, que ocorreu entre os dias 20 e 24 de novembro de 2013, em Brasília. A Conferência Nacional tratou da Reforma Urbana e da criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, considerando os avanços, as dificuldades, os desafios e as propostas consolidadas nas conferências locais. No âmbito do ConCidades foi desenvolvida uma proposta para a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, cujo texto aborda quatro grandes temas:

1. Políticas de incentivo à implantação de instrumentos de promoção da função social da propriedade;
2. Participação e controle social no Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
3. Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano;
4. Instrumentos e políticas de integração intersetorial e territorial.

O texto serviu de base para as discussões locais, onde foram apresentadas propostas de modificações e emendas. Além disso, as conferências locais discutiram e apresentaram propostas para as prioridades municipais e estaduais (incluindo o Distrito Federal), bem como para as prioridades do Ministério das Cidades no que se refere à Política de Desenvolvimento Urbano no período 2014-2016. O objetivo foi avaliar a prioridade que está sendo dada à política no

âmbito local, bem como avaliar se ações, programas e projetos eleitos como prioridades pelo Governo Federal no âmbito do Ministério das Cidades atendem às necessidades das políticas locais de desenvolvimento urbano.

Ainda no âmbito da 5ª Conferência foram eleitas as entidades para o 5º mandato do ConCidades com vigência de julho de 2014 a março de 2017.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a instituição e ações de Conselhos das Cidades nos Estados e nos Municípios brasileiros.**

  Análise Situacional da Meta

  As Conferências das Cidades são os fóruns adequados para criação de conselhos locais. Dessa forma a Secretaria-Executiva do ConCidades organizou, em parceria com a CAIXA e governos estaduais, 25 seminários estaduais de mobilização para a 5ª Conferência Nacional das Cidades. Os encontros foram coordenados pelos Conselheiros Nacionais do ConCidades e tiveram o objetivo de estimular a realização da Conferências Municipais das Cidades, eventos que fortalecem a participação social além de estimularem a criação de conselhos locais. Os seminários reuniram no total cerca de 3.000 participantes nos seguintes estados da federação: Acre, Pernambuco, Goiás, Amazonas, Maranhão, Paraná, Sergipe, Roraima, Santa Catarina, Bahia, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Piauí, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Ceará, Paraíba, Minas Gerais, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Sul e São Paulo. Ressaltamos que as informações aqui contidas são referentes ao ano de 2013, e não houve por parte desta Secretária nenhum evento a ser apoiado no ano de 2014.

- **Capacitar técnicos e agentes sociais para fortalecer a gestão urbana e territorial por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades**

  Análise Situacional da Meta

  Por meio do Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br), e de sua plataforma virtual de cursos à distância foram realizadas as seguintes atividades EAD e presenciais no período de janeiro a dezembro de 2014, no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades:

  · Atividades EAD, por meio do Portal Capacidades:

  - Curso de autoinstrução Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário – 201 pessoas;
  - Curso de autoinstrução Instrumentos do Estatuto da Cidade – 273 pessoas;
  - Curso de autoinstrução Reabilitação Urbana com foco em Áreas Centrais – 312 pessoas;
  - Curso de autoinstrução Introdução à Coleta de Dados 2012 do SNIS - Água e Esgotos – 143 pessoas;
  - Curso de autoinstrução Planos de Saneamento Básico – 560 pessoas;
  - Curso Moderado de Introdução ao Estudo do SNIS - Série Histórica – 106 pessoas;
  - Curso Moderado – Formação de Multiplicadores em Política e Gestão de Serviços de Saneamento Básico – 5 pessoas.

  · 1ª Etapa do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos:

  - Curso I – O Ministério das Cidades: estruturas e políticas sob sua responsabilidade – 489 pessoas;
  - Curso II – Projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – 298 pessoas;
  - Curso III – Operações decorrentes de financiamentos – 225 pessoas;
  - Curso IV – Projetos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida – 387 pessoas; Curso V – Transferências voluntárias – 263 pessoas.

  · 2ª Etapa do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos: Oficinas presenciais na Região Nordeste, João Pessoa/PB: 91 pessoas.

  · Atividades de capacitação presenciais realizadas com o apoio do Instituto Lincoln, Fundação VALE, e/ou CAIXA: Seminário de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana (Curitiba/PR) – 78 pessoas;

  · Seminários Regionais Planos Municipais de Saneamento Básico (Goiânia/GO, Salvador/BA, Porto Velho/RO, Porto Alegre/RS) – 408 pessoas;

  · Seminários Regionais do Plano Nacional de Saneamento Básico – Plansab (Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF) – 267 pessoas;

· Curso Plano de Mobilidade Urbana (Parauapebas/PA) – 50 pessoas;
· Seminário Regional Norte Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) - Macapá/AP – 180 pessoas.
· XI Congresso de Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial (Florianópolis/SC) – 250 pessoas.

Assim, no ano de 2014, por meio do Portal Capacidades no âmbito do Programa Nacional de Capacitação das Cidades, ocorreram 4.922 capacitações, e nos anos de 2012 a 2013, ocorreram mais 7.538 capacitações. Dessa forma, tem-se um acumulado de 12.460 capacitações no período de vigência do Plano.
Portanto, verifica-se uma ampliação do número de pessoas capacitadas, tendo em vista o lançamento do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos com cursos de autoinstrução e também maior número de ofertas de cursos moderados (com tutoria) e cursos de autoinstrução realizados pelo Portal Capacidades nos anos de 2013 e 2014.
Para o ano de 2015, tem-se a previsão de 320 capacitações na continuidade do Programa de Formação em Gestão de Projetos Urbanos, com a implantação das etapas subsequentes em 4 (quatro) cursos e oficinas regionais, sobre projetos urbanos nas áreas de Habitação; Saneamento; Transporte e Mobilidade Urbana; Acessibilidade e Regularização Fundiária.
Ainda em 2015, se dará continuidade às atividades do Portal Capacidades, por meio da veiculação de 10 cursos a distância, e ao Programa de Apoio à Extensão Universitária – Proext, com a implementação de 16 projetos e 11 programas em parceria com instituições federais e estaduais para a capacitação de técnicos e gestores municipais. Deste modo, resulta para os técnicos e gestores municipais um conjunto de conhecimentos gerais necessários para a gestão de projetos nas áreas do desenvolvimento urbano, por meio de uma metodologia estruturante, de forma a garantir a efetividade e aplicabilidade na elaboração e gestão de projetos urbanos na execução e monitoramento de obras e programas das políticas e programas do Ministério das Cidades.

- **Fomentar a estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e o uso e disseminação de geotecnologias voltadas para o planejamento e desenvolvimento urbano**

Análise Situacional da Meta

No Portal Capacidades (www.capacidades.gov.br), ambiente virtual que mantém uma agenda integrada de informações e atividades do PNCC, tais como biblioteca e videoteca virtuais, bate-papos com especialistas, blogs e fóruns temáticos, e uma plataforma virtual de cursos a distância, foram realizadas as seguintes atividades no ano de 2014: 4 edições do Curso EAD de autoinstrução - Diretrizes para o Cadastro Territorial, capacitando 201 pessoas e Seminário Regional Norte Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) – Macapá/AP, capacitando 180 pessoas. No ano de 2013: 2º Curso a Distância de Autoinstrução - Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário e o 3º Curso a Distância Moderado: Diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário, capacitando, no ano de 2013, 265 pessoas por meio do Portal Capacidades. No ano de 2012 foram capacitadas outras 66 pessoas, acumulando um total de 712 pessoas certificadas já capacitadas para estruturação de Cadastros Territoriais Multifinalitários e uso e disseminação de geotecnologias no período de vigência do Plano.

- **Fortalecer e aprimorar o Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC) foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades com objetivo de atender às necessidades de planejamento e gestão do Governo Federal e, principalmente, de disponibilizar para as administrações municipais e para a população em geral informações sobre as cidades brasileiras e ferramentas de apoio à gestão municipal. Voltado para permitir o controle da aplicação dos recursos públicos e apoiar o planejamento do Ministério das Cidades e das prefeituras brasileiras, o SNIC reúne em uma única base dados e informações de diversas fontes, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Datasus), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), entre outras, totalizando mais de 1.200 indicadores para cada

município brasileiro, cujas informações são constantemente atualizadas, no qual o Sistema é mantido.

Em 2013 foi realizada a aquisição de imagens de satélite do município de Itaquitinga – PE e no ano de 2012 foram realizadas duas edições do Curso “Brasil em Cidades – Sistema Nacional de Informações das Cidades”. Em 2014 deu-se continuidade à doação de imagens de satélite e no segundo semestre de 2014 está prevista uma atualização do Sistema. Durante o 2º semestre de 2014, foi iniciado um processo de negociação com a FUNCATE para atualização do sistema e instituída uma sala de situação no Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano/SNAPU.

- **Manter o Conselho Nacional das Cidades e amparar outras ações de participação social relevantes ao desenvolvimento urbano e sustentável**

Análise Situacional da Meta

O Conselho das Cidades se encontra em pleno funcionamento, sendo que no ano de 2012 foram realizadas 4 Reuniões Ordinárias do ConCidades, 5 Reuniões da Coordenação Executiva do ConCidades, 3 Reuniões da Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades (CNC) e 3 Reuniões da Comissão de Mobilização. No ano de 2013 foram realizadas 3 reuniões ordinárias do ConCidades, 4 Reuniões da Coordenação Executiva do ConCidades e 8 Reuniões da Coordenação-Executiva da 5ª CNC. Destaca-se a realização da 5ª Conferência Nacional das Cidades. Ocorreu entre os dias 20 e 24 de novembro de 2013 em Brasília e teve como tema “Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!”. A conferência debateu sobre os avanços, as dificuldades, os desafios e as propostas consolidadas nas Conferências estaduais. As Conferências municipais, estaduais e a nacional permitiram conhecer as realidades locais, estaduais e regionais dentro das especificidades socioterritoriais e propiciaram a articulação nacional de diversos segmentos da sociedade civil.

Em 2014, o Conselho realizou Reuniões Ordinárias e 1 Extraordinária do ConCidades, 2 reuniões de sua Coordenação-Executiva, e 1 reunião da Coordenação-Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades. Os membros eleitos na 5º Conferência Nacional das Cidades eleitos tomaram posse, no dia 23 de julho, durante a 41ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades, do 5º mandato do ConCidades. A 42ª Reunião do ConCidades aconteceu entre os dias 29 e 31/10/2014. Nessa reunião foi aprovada Resolução Administrativa nº 31. A reunião teve como ponto de pauta o seguinte: “Desafios e perspectivas para o desenvolvimento urbano após o processo eleitoral”. Esse tema de conjuntura contou com a participação do Ministro Gilberto Carvalho da Secretaria Geral da Presidência da República.

A 43ª Reunião do ConCidades foi realizada entre os dias 01 e 03/12/2014. Nessa reunião foram aprovadas as seguintes resoluções: Resolução Normativa nº 18 e a Resolução Recomendada nº 172 . O tema de conjuntura dessa reunião foi a Estratégia de Desenvolvimento Nacional e o PPA.

Durante o ano de 2014 foram realizadas quatro reuniões da Coordenação Executiva do Conselho, que dentre outras atribuições prepara a pauta das Reuniões do ConCidades. Também foi realizada uma reunião da Coordenação Executiva da 5ª Conferência Nacional das Cidades - CNC, para poder avaliar e dar encaminhamento às discussões/propostas da 5ª CNC. Somando-se a essas, foi realizada uma reunião Extraordinária do Comitê de Acessibilidade e Programas Urbanos.

Além disso, destacam-se algumas resoluções discutidas/aprovadas nas Reuniões do ConCidades, no período de 2012-2014:

- aprovação da proposta de Plano Nacional de Resíduos Sólidos;
- aprovação do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB;
- proposta de constituição de um Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB;
- recomendação para realização de seminários regionais no ano de 2012 e 2013 para debater a Lei nº 12.587/2012, com ênfase no conceito da Política Nacional de Mobilidade Urbana e do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, nas atribuições de cada ente federado, nos direitos dos usuários, estimulando, inclusive, o desenvolvimento do planejamento de mobilidade urbana pelos Estados e Municípios brasileiros;
- recomendação de utilização de energia solar fotovoltaica em empreendimentos e unidades habitacionais do Programa

Minha, Casa Minha Vida;

- recomendação de normatização do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, criando modalidade para a realização de estudos preliminares em terrenos indicados pela Entidade Organizadora para o programa;

- recomendação para que o Ministério das Cidades desenvolva nova metodologia participativa na definição de Programa Nacional de Regularização Fundiária, envolvendo: definição de objetivos e estratégias de sua implementação; estabelecimento de critérios para aplicação dos recursos; definição das localidades; sistemática de monitoramento e processo participativo na integralidade do programa;

- recomendação para realização de seminários regionais para a capacitação na elaboração de planos municipais de saneamento;

- recomendando da destinação de recursos para equipamentos públicos no programa Minha Casa Minha Vida Entidades, no sentido de prover ao FDS as mesmas regras que gozam os empreendimentos do FAR;

- recomendação da reabertura de processo de seleção pública para Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários e Assistência Técnica no âmbito do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

OBJETIVO: 1003 - Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A promoção da acessibilidade visando efetivar o acesso à cidade em condições isonômicas a todas as pessoas vem sendo construída ao longo desse último PPA com ações voltadas para a elaboração de projetos e execução de obras, seminários e parceiras.

Ao longo de 2013, foram apoiados oito projetos oriundos de seleção pública realizada em dezembro de 2012, com vistas à elaboração de projetos de acessibilidade nas áreas de entorno do PAC Mobilidade Grandes Cidades, beneficiando seis municípios. Também foram contratados 27 projetos/obras de acessibilidade com recursos oriundos de emendas parlamentares em municípios nos estados de AC, BA, CE, GO, MS, PR, RJ, SC, SP e TO.

No ano de 2014, a ação de acessibilidade voltou-se para a contratação de propostas para elaboração de projetos e execução de obras de acessibilidade, a realização de seminários e de cursos à Distância, bem como a continuidade com o trabalho em parceria com outras instituições da federação.

Foram selecionados 37 projetos e/ou obras de acessibilidade, com recursos oriundos de emendas parlamentares, para investimento em municípios nos estados de AL, BA, CE, GO, MG, PA, PE, PR, RJ, RN, RS, SP e TO. Foi divulgado no SICONV o edital de seleção de projetos (arquitetônicos e de engenharia) para calçadas e espaços públicos visando promover condições de acessibilidade prioritariamente em áreas contíguas às obras do PAC 2 – Mobilidade Médias e Grandes Cidades e Capitais de Estado, no qual foram classificadas 44 propostas, que deverão ser objeto de contratação em 2015.

Foram concluídas as atividades de Grupo de Trabalho instituído em 2013 (Portaria nº 450 de 02/10/2013) com intuito de analisar as normas de acessibilidade em projetos e obras financiadas com recursos públicos no âmbito do Ministério das Cidades.

Foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea), com vistas ao desenvolvimento de atividades de capacitação para incorporação do tema da acessibilidade em projetos e obras de arquitetura e urbanismo. No âmbito desse acordo, foi realizado, em setembro de 2014 na cidade de São Paulo (SP), um Seminário Técnico sobre Acessibilidade em Projetos de Arquitetura e Urbanismo. Deste seminário foram retirados subsídios para elaboração do check list de acessibilidade e para elaboração de curso EAD Acessibilidade em Projetos e Obras de Arquitetura e Urbanismo.

O Ministério das Cidades apresentou-se na Feira para Reabilitação, Inclusão, Acessibilidade e Esportes Adaptados -

REATECH, manteve representações no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, Conselho Nacional do Direito do Idoso - CNDI - e no Grupo de Trabalho Interministerial Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo. Ainda, o Ministério das Cidades mantém suas parcerias com instituições governamentais, em especial Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Casa Civil, Ministério do Turismo, Caixa Econômica Federal.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implantação de 8000 km de calçadas acessíveis em municípios com mais de 20.000 habitantes visando à remoção de barreiras urbanísticas e arquitetônicas e a garantia da acessibilidade universal para pessoas com restrição de mobilidade e deficiência.**

Análise Situacional da Meta

Em julho de 2014 foi divulgado no SICONV o edital de seleção de projetos (arquitetônicos e de engenharia) para calçadas e espaços públicos visando promover condições de acessibilidade prioritariamente em áreas contíguas às obras do PAC 2 – Mobilidade Médias e Grandes Cidades e Capitais de Estado. Após análise técnica da equipe do DEAP/SNAPU, 44 propostas foram selecionadas. Existe a intenção de aproveitar esta seleção para contração no exercício de 2015.

No primeiro semestre de 2014 foram selecionados 37 projetos e/ou obras de acessibilidade, totalizando R$ 12,8 milhões em repasse, com recursos oriundos de emendas parlamentares, para investimento em municípios nos estados de AL, BA, CE, GO, MG, PA, PE, PR, RJ, RN, RS, SP e TO. Estima-se que, como este investimento das emendas parlamentares, será possível a execução de obras para produção de aproximadamente 60 Km de calçadas acessíveis.

Em fevereiro de 2014 foi concluído o Grupo de Trabalho, instituído por meio da Portaria nº 450 de 02/10/2013, com intuito de analisar as normas de acessibilidade em projetos e obras financiadas com recursos públicos no âmbito do Ministério das Cidades. A criação deste GT foi decorrência de demanda proveniente da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal. O relatório sugere: 1. Elaboração de curso sobre acessibilidade em obras financiadas com recursos do MCidades; 2. Exigência de itens de acessibilidade (check list) nos Registros e Anotações de Responsabilidade Técnica (RRT e ART); 3. Laudo de Acessibilidade na Prestação de Contas de obras realizadas com recursos públicos.

Para levar a termo as sugestões do relatório, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (Abea), com vistas ao desenvolvimento de atividades de capacitação para incorporação do tema da acessibilidade em projetos e obras de arquitetura e urbanismo. No âmbito desse acordo, foi realizado, em setembro de 2014 na cidade de São Paulo (SP), um Seminário Técnico sobre Acessibilidade em Projetos de Arquitetura e Urbanismo. Este evento contou também com apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo, da Caixa Econômica Federal. Deste seminário foram retirados subsídios para elaboração do check list de acessibilidade e para elaboração de curso EAD “Acessibilidade em Projetos e Obras de Arquitetura e Urbanismo”, que será ofertado pelo Portal Capacidades em 4 turmas ao longo de 2015.

O Ministério das Cidades, por meio do DEAP/SNAPU, apresentou-se novamente na Feira para Reabilitação, Inclusão, Acessibilidade e Esportes Adaptados - REATECH, manteve representações no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE, Conselho Nacional do Direito do Idoso - CNDI - e no Grupo de Trabalho Interministerial Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo.

Ainda, o Ministério das Cidades mantém suas parcerias com instituições governamentais, em especial Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Casa Civil, Ministério do Turismo, Caixa Econômica Federal. Em 2013 a meta alcançada foi de 130 Km de calçadas acessíveis.

Em relação às propostas oriundas da Sistemática 2014, estima-se que serão projetados 830 Km de calçadas acessíveis.

Quantidade alcançada

867

Data de Referência

21/01/2015

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	28,96	31/12/2010	28,96
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	6,07	31/12/2010	6,07
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público	%	01/01/2010	64,98	31/12/2010	64,98
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado	%	01/01/2010	38,93	31/12/2010	38,93
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado	%	01/01/2010	25,17	31/12/2010	25,17
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público	%	01/01/2010	35,89	31/12/2010	35,89
Índice de mobilidade	viagens ao dia/habitante	01/01/2009	1,59	31/12/2012	1,76
Índice de vítimas de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	333,1	-	-
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000	31/12/2008	20,18	31/12/2013	20,12
Tempo médio de viagem no sistema de transporte individual motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2012	15
Tempo médio de viagem no sistema de transporte não-motorizado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	16	31/12/2012	16
Tempo médio de viagem no sistema de transporte público coletivo em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	36	31/12/2012	36
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades acima de 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	26	31/12/2011	26
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes	minuto	31/12/2009	17	31/12/2011	16
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes	minuto	31/12/2009	19	31/12/2011	19
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 60 mil e 100 mil habitantes	minuto	31/12/2009	15	31/12/2011	15

Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades maiores de 60 mil habitantes	minuto	31/12/2009	22	31/12/2011	21

Observações:

Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte individual motorizado - Pesquisa não foi repetida.
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte não motorizado - Pesquisa não foi repetida.
Distribuição percentual entre modais em capitais - Transporte público - Pesquisa não foi repetida.
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte individual motorizado - Pesquisa não foi repetida.
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte não motorizado - Pesquisa não foi repetida.
Distribuição percentual entre modais em não capitais - Transporte público - Pesquisa não foi repetida.
Índice de vítimas de acidentes de trânsito - Mudanças metodológicas têm dificultado a coleta e divulgação deste dado.
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito - DATASUS: Dados preliminares de 2013: Vítimas de acidentes de transporte terrestre: 40.451
IBGE: Projeção população: 201.054.500
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades acima de 1 milhão de habitantes - Não foi publicada atualização do indicador para 2012.
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 100 mil e 250 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador para 2012.
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 250 mil e 500 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador para 2012.
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 500 mil e 1 milhão de habitantes - Não foi publicada atualização do indicador para 2012.
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades entre 60 mil e 100 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador para 2012.
Tempo médio de viagem por modo agregado em cidades maiores de 60 mil habitantes - Não foi publicada atualização do indicador para 2012.

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A consecução deste Objetivo teve início com a seleção pública de propostas inscritas no PAC Mobilidade Grandes Cidades, concluída em abril de 2012, quando começaram as contratações, atingindo, em 2013, mais de 31% do total selecionado, ampliado para quase 50% até o final de 2014. O total selecionado foi de R$ 22,431 bilhões (OGU 10,208 e FIN 12,163).

Os valores de investimentos, incluindo as contrapartidas dos demais partícipes, são da ordem de R$ 32,488 bilhões; as fontes de recursos são o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, outras fontes de financiamento como do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o Orçamento Geral da União - OGU.

O recorte populacional desta seleção considerou cidades com população superior a 700 mil habitantes, bem como municípios integrantes das regiões metropolitanas, com vistas a requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível. Com vistas a suprir a carência de projetos qualificados na área de mobilidade urbana, o Governo Federal disponibilizou no PAC Mobilidade Grandes Cidades recursos orçamentários inclusive para elaboração de estudos e projetos.

A seleção beneficiou 51 municípios, entre os quais, as regiões metropolitanas de Salvador/BA, Fortaleza/CE, Brasília/DF, Belo Horizonte/MG, Recife/PE, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Manaus/AM, Goiânia/GO, São Luís/MA, Belém/PA, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Maceió/AL, Campo Grande/MS, João

Pessoa/PB, Teresina/PI, Natal/RN, Nova Iguaçu/RJ e São Bernardo do Campo/SP.

Visando atender à crescente demanda por melhorias da mobilidade urbana nas cidades brasileiras, a partir de junho de 2013 foi dado início à nova pactuação, com proposições do governo federal ao Pacto pela Mobilidade colocando mais recursos para investimentos em transporte público coletivo urbano, com estimativa inicial de R$ 50 bilhões, incluindo também recursos para elaboração de Estudos de Viabilidade Técnico- Econômica – EVTE e projetos. Estes empreendimentos serão denominados aqui como pertencentes ao Pacto pela Mobilidade.

Na primeira fase de pactuação foram beneficiados os maiores municípios brasileiros, principalmente aqueles com mais de 700 mil habitantes, e as oito maiores regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Curitiba, acrescentando maior disponibilização de recursos a estes municípios já selecionados no PAC Mobilidade Grandes Cidades.
A partir de abril de 2014, na segunda parte das pactuações do Pacto pela Mobilidade, foi expandida a consulta de interesse aos municípios com população entre 400 mil e 700 mil habitantes a investir em mobilidade urbana, adicionando possibilidade de acesso desta faixa populacional aos recursos vinculados ao denominado Pacto pela Mobilidade.

Em todas estas seleções os integrantes de regiões metropolitanas puderam apresentar propostas.

Essas pactuações de investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana do Pacto pela Mobilidade estão sendo realizadas observando, conforme anúncio inicial, as seguintes características:

• destinação para empreendimentos de transporte público coletivo urbano;
• priorização para transporte de alta e média capacidade e que atendam áreas com população de baixa renda;
• integração da intervenção proposta com:
- empreendimentos já existentes ou em execução;
- integração entre modos e serviços de transporte coletivo;
• foco em empreendimentos que:
- atendam à demanda imediata;
- apresentem soluções de caráter metropolitano.

Neste sentido, até o final de 2014, foram destinados recursos novos que totalizam R$ 32 bilhões para atendimento de demandas de mobilidade urbana provenientes de municípios e estados, de fontes de recurso de financiamento e do OGU. No total a pactuação inclui propostas de municípios dos estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins.

No âmbito do PAC tem-se também a categoria PAC Mobilidade Médias Cidades no qual foram selecionados, em 2013, empreendimentos de sistemas de mobilidade urbana para cidades entre 250 a 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE e de outras fontes de financiamento, com previsão de contratações no valor total de R$ 7,032 bilhões, sem considerar os valores de contrapartidas. Em 2014 foi dada continuidade à assinatura dos contratos de financiamento desta seleção.

Também contribuíram para realização deste Objetivo as empresas Trensurb e CBTU que operam os sistemas metroviários e de trens urbanos de Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal, expandindo e modernizando seus sistemas e ampliando o número de passageiros transportados. Com o PAC Equipamentos em 2012 e em 2014 com a entrada dos sistemas de Natal, João Pessoa e Maceió no PAC Grandes Cidades, tornou-se possível

viabilizar seus Projetos de Modernização. Em 2014 foram entregues em Natal as 2 locomotivas contratadas e os 3 primeiros VLTs dos 12 contratados, e para João Pessoa 2 VLTs da frota de 8 previstos. Em Fortaleza, a Linha Sul do Metrô, no trecho Vila das Flores – João Felipe, está em operação assistida. Em Recife, 15 novos trens foram entregues (TUEs) para a CBTU, reforçando o sistema metroviário, que segue entregando novas estações e terminais de integração. Para BH, estão sendo fabricados mais 10 TUEs, para a Linha 1, sendo o 1º entregue em outubro de 2014, com previsão de início da operação em janeiro/2015. Com relação à Região Metropolitana de Porto Alegre, operada pela Trensurb, as melhorias ocorreram pela expansão do sistema de trens urbanos de passageiros até o município de Novo Hamburgo e também pela implantação do sistema Aeromóvel, que liga a estação Aeroporto da Trensurb ao Aeroporto Internacional Salgado Filho. Em Porto Alegre, pela Trensurb, também estão sendo adquiridos 60 modernos carros de passageiros para renovação da frota atual, quatorze composições foram entregues até dezembro de 2014.

REALIZAÇÕES EM 2014

O total de contratações formalizadas até 31 de dezembro de 2014 no PAC Mobilidade Grandes Cidades foi de R$ 10,905 bilhões, sendo R$ 5,635 bilhões de OGU e R$ 5,270 bilhões de FIN, considerando somente os recursos disponibilizados pelo Governo Federal. Estes valores, acrescidos às contrapartidas dos proponentes Estados e Municípios, chegam a R$ 14,228 bilhões até esta data, com um total de 44 instrumentos formalizados.

As principais realizações em 2014, no que se refere ao PAC Mobilidade Grandes Cidades, foram a assinatura de oito termos de compromissos com valor de repasse de R$ 1,969 bilhões e de sete contratos de financiamento, cujo somatório de valores de empréstimo é de R$ 1,836 bilhões.

No ano de 2014, no âmbito do Pacto pela Mobilidade foram contratados empreendimentos que totalizam R$ 5,950 bilhões, cumulativamente com 2013 tem-se R$ 7,990 bilhões, com recursos do OGU. Estes empreendimentos, considerando as contrapartidas dos entes federados, alcançam R$ 8,306 bilhões contratados.

De forma complementar informa-se que foi empenhado o valor de R$ 1,211 bilhões e efetuou-se o pagamento de R$ 418,903 milhões de serviços medidos, de recursos do OGU, em 2014, referentes aos empreendimentos que compõem este Objetivo.

Os recursos empenhados em 2014 referem-se a 99 empreendimentos apresentados a seguir em porcentagem por regiões brasileiras:

Centro Oeste: 1,15% Nordeste: 58,88% Norte: 10,51% Sudeste: 27,30% Sul: 2,16%

O PAC Mobilidade Médias Cidades teve concluída a fase de seleção em 5 de março de 2013, quando foram selecionadas 62 propostas (63 empreendimentos) beneficiando 59 municípios.

Até 31/12/2014, 42 (quarenta e dois) contratos de financiamento do PAC Mobilidade Médias Cidades foram assinados no valor de R$ 5,510 bilhões de empréstimo, que, somado às contrapartidas dos tomadores, atinge R$ 6,666 bilhões de valor de investimento.

Ressalta-se que, de uma forma geral, o alcance das metas está relacionado diretamente ao desempenho dos entes federados neste processo de contratação. Sistemas viários mais complexos, como o metroviário, para serem implantados necessitam de arranjos e de parcerias, envolvendo diversas fontes de recursos, aliado ao fato de que o proponente, tomador dos recursos, é também gestor da operação dos sistemas, que envolvem obras de engenharia, cujo prazo de

execução, em muitos casos, é superior a 36 (trinta e seis) meses.

Uma das novidades destes empreendimentos do PAC na área de mobilidade urbana é o interesse de alguns proponentes em utilizarem Parcerias Público Privadas - PPPs nas suas licitações e contratações, incluindo recursos da União na fase preliminar, cuja forma de implementação requer mecanismos novos de execução e controle.

Esses empreendimentos de mobilidade urbana visam a melhoria do transporte público coletivo urbano e intermunicipal/interestadual de caráter urbano, com consequente melhoria da qualidade de vida da população diretamente beneficiada por estes investimentos, conforme preconiza a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Com relação aos sistemas da CBTU, os cinco sistemas operados - Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal - transportaram até dezembro de 2014 uma média mensal de 15,0 milhões de passageiros, o que significou um aumento de 5,9% em comparação ao resultado no ano anterior. A média mensal de 596,4 mil passageiros por dia útil foi 5,6% maior do que a média apurada em 2013.

Com relação à Trensurb, foram transportados 58.792.721 passageiros até 31/12/2014, com uma média dia útil de 191.251 passageiros.

Metas 2012-2015

- **Aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metro ferroviários sob a gestão do governo federal**
  Análise Situacional da Meta
  Os cinco sistemas operados pela CBTU - Recife, Belo Horizonte, Maceió, João Pessoa e Natal - transportaram até dezembro de 2014 uma média mensal de 15,0 milhões de passageiros, o que significou um aumento de 5,9% em comparação ao resultado no ano anterior. A média mensal de 596,4 mil passageiros por dia útil foi 5,6% maior do que a média apurada em 2013. Considerando todos os sistemas da CBTU, o índice médio mensal de regularidade atingiu no ano 95,0%, e de pontualidade 88,6%, não apresentando variação expressiva se comparado ao resultado de 2013.

  Com relação à pontualidade, o índice alcançou a média mensal de 88,6%, não apresentando variação comparada ao resultado de 2013. A partir de 2009, a aquisição de novos materiais rodantes (Locomotiva, TUE e VLT), vem contribuindo para o crescimento constante dos índices anuais alcançados de demanda, nos sistemas da CBTU, continuando nos próximos anos após a efetiva conclusão de obras de modernização de todo o sistema. Já foi percebido em Natal um significativo aumento no mês de dezembro, com a entrada em operação de locomotivas e VLTs. Na CBTU, investimentos têm sido realizados ao longo dos anos com a finalidade de se aumentar a demanda transportada por dia útil nos sistemas metroferroviário sob a gestão do governo federal.

  Com relação aos sistemas operados pela Trensurb em Porto Alegre e região metropolitana, em 2014, houve um aumento do número de passageiros transportados em relação ao exercício de 2013. Isto se deve a ações na operação dos sistemas realizadas pela Trensurb com relação à implantação da bilhetagem eletrônica, ajustes na grade horária, a entrada em operação comercial das cinco novas estações e a entrada em operação do sistema Aeromóvel. Em 2014, foram transportados 58.792.721 passageiros, um percentual de 8,07% superior a demanda de passageiros transportados em 2013.

  Com relação à Iniciativa 283 de implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos da Ação 14TT, no primeiro semestre de 2014, os projetos contratados em 2013, que tiveram seus empenhos inscritos em restos a pagar, seguem com sua execução em andamento. O contrato firmado com a STEMAC

S/A, contempla a substituição de 20 grupos geradores diesel (GGD´s) sendo que a fase de instalação já está concluída, restando ainda a instalação do software de supervisão que tornará possível o controle das falhas do equipamento direto do centro de controle operacional - CCO. A cobertura e iluminação da passarela de pedestres da estação Esteio, o contrato encontra-se em fase final, aguardando apenas o termo de encerramento definitivo da obra, que deve ser dar até a primeira metade do semestre de 2015.

Quanto aos projetos a serem realizados com em 2014, foi dada prioridade à contratação de serviços de engenharia para a modernização da prensa de eixamento de rodeiros, utilizada para retirada e colocação do eixo do trem no setor de oficinas.

Complementando as informações com relação à Iniciativa 0283, nas ações sob responsabilidade da CBTU tem-se que em Natal foi contratado: aquisição de projetos complementares de engenharia e redimensionamento de instalações prediais, aquisição de tampa para turboalimentador, recuperação de 2 dois turbo superalimentadores, aquisição de insumos para locomotivas, aquisição de caixas de engrenagem, recuperação de mancais de locos, aquisição de peças para locos e carros de passageiros, recuperação de motores de tração, aquisição de truque/troller, entre outros que totalizaram empenhos de R$3.067.741,58.

Em João Pessoa foi contratado: aquisição de caminhão caçamba rodoferroviário, aquisição de retroescavadeira motor diesel, aquisição de turboalimentador, recuperação de motores de tração, recuperação de engates e aparelhos de choque tração que totalizaram empenhos de R$1.894.134,98.

Em Maceió foram feitas as contratações: reforma prédio anexo, construção do refeitório, construção de novo posto de abastecimento, aquisição de pedra britada, remodelação de trecho da via permanente, aquisição de serviço de ultrasom de solda aluminotérmica e aquisição de container habitável que totalizaram empenhos de R$2.340.897,14.

A quantidade total alcançada 787.604 refere-se ao somatório dos dados dos sistemas da CBTU e da Trensurb.

Quantidade alcançada

787.604

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Belo Horizonte	230.000	pessoas/dia	216.527	01/01/2015
Fortaleza	190.000	pessoas/dia	0	01/01/2015
João Pessoa	33.000	pessoas/dia	5.562	01/01/2015
Maceió	40.000	pessoas/dia	9.550	01/01/2015
Natal	61.000	pessoas/dia	6.026	01/01/2015
Porto Alegre	283.236	pessoas/dia	191.251	01/01/2015
Recife	420.000	pessoas/dia	358.688	01/01/2015
Salvador	200.000	pessoas/dia	0	01/01/2015

- **Investir R$22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível**

Análise Situacional da Meta

Especificamente nesta meta, de forma cumulativa, considerando 2012, 2013 e 2014, atinge-se, até 31 de dezembro de 2014, 29 (vinte e nove) termos de compromisso assinados com recursos do OGU do PAC Mobilidade Grandes Cidades perfazendo em valores de repasse R$ 5,918 bilhões (R$ 2,252 bilhões em 2014) e 16 contratos de financiamento com recursos do FGTS, pactuados no Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, e com recursos do BNDES, no valor de empréstimo de R$ 5,270 bilhões (R$ 1,836 bilhão em 2014).

Assim, no cômputo geral, no PAC Mobilidade Grandes Cidades tem-se R$ 4,088 bilhões contratados em 2014, incluindo as demais contratações do Pacto pela Mobilidade, neste ano, em cidades com população superior a 700 mil habitantes, acresce R$ 5,337 bilhões de valor de repasse contratado, perfazendo R$ 9,425 bilhões.

O valor das contratações, incluindo OGU e FIN, PAC Mobilidade Grandes Cidades, Pacto pela Mobilidade e PAC Mobilidade Urbana, somando 2012, 2013 e 2014, é de R$ 19,96 bilhões, em valores de empréstimo e repasse e, em valores de investimento, R$ 23,340 bilhões, incluindo as contrapartidas dos entes federados, abrangendo:

PAC Mobilidade Grandes Cidades e PAC Mobilidade Urbana (Extra Pauta): Elaboração de projetos de:
• Corredores e BRTs em Campo Grande, Campinas, Belém, Recife, Teresina, João Pessoa, Natal;
• VLT em Maceió;
• Metrô em Belo Horizonte;
• Trem Urbano em Teresina.

Entre as obras contratadas com recursos do OGU tem-se:
• Metrô em Fortaleza, Salvador e Brasília;
• BRT em Fortaleza, Salvador, Recife, Goiânia e Campinas;
• Corredor de ônibus em Manaus, São Bernardo do Campo, São Paulo, Guarulhos, Recife, João Pessoa e Brasília;
• Transporte fluvial em Recife;
• VLT no Rio de Janeiro;
• Qualificação de vias em Teresina, Belém.

Por outro lado, os contratos de financiamento assinados são de:
• BRT em Brasília, Goiânia e Campinas;
• BRT e Corredor em Belém;
• BRT Transbrasil Rio de Janeiro;
• Metrô em Fortaleza e Salvador;
•Corredores em Belo Horizonte, Manaus Teresina, João Pessoa, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Brasília e Campo Grande.

Pacto pela Mobilidade:
Para elaboração de estudos e projetos: Teresina, São Gonçalo, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul.

Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica – EVTE : Teresina, Duque de Caxias, Campinas e Corredores e terminais em São Paulo.

Entre obras contratadas pelo Pacto pela Mobilidade (recursos do OGU) tem-se:
• Metrô e BRT em Curitiba;
• Corredores de ônibus em São Paulo, Goiânia, Teresina e Curitiba;
• VLT e Centro de Controle Operacional em Teresina.

Os demais proponentes devem efetuar a entrega da documentação técnica institucional e jurídica à Mandatária da União, Caixa Econômica Federal – CAIXA para assinatura dos Termos de Compromisso com recursos do OGU e aos

Agentes Financeiros visando efetivar as contratações das operações de crédito dos empreendimentos selecionados.

À medida que estão sendo habilitados passam a assinar os termos de compromisso e os contratos de financiamento possibilitando o início das obras de infraestrutura de mobilidade urbana selecionadas.

No preenchimento da meta foram consideradas as contratações formalizadas, com valores de repasse e de empréstimo.

Conforme apresentado a meta de investir R$ 22,4 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população superior a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível atingiu 89,11% de execução.

Quantidade alcançada

19,96

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios entre 1 e 3 milhões de habitantes	1,7	R$ bilhão	1,62	31/12/2014
Municípios entre 700 mil e 1 milhão de habitantes	2,2	R$ bilhão	1,04	31/12/2014
Municípios-sede de Regiões Metropolitanas acima de 3 milhões de habitantes e Distrito Federal.	18,5	R$ bilhão	17,3	31/12/2014

- **Investir R$ 7 bilhões em empreendimentos que visem dotar os centros urbanos com população entre 250 a 700 mil habitantes de sistemas de transporte público coletivo de forma sustentável e amplamente acessível**

Análise Situacional da Meta

A realização desta meta está vinculada ao PAC Mobilidade Médias Cidades que se refere a empreendimentos de sistemas de mobilidade urbana selecionados para cidades entre 250 e 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE (FGTS) e de outras fontes de financiamento, como financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor total selecionado de R$ 7,195 bilhões. O resultado da seleção foi publicado em 5 de março de 2013.

Ao todo, em 2013, foram formalizados 9 contratos de financiamento com os municípios de Feira de Santana/BA, Rio Branco/AC, Contagem/MG, Niterói/RJ, Mogi da Cruzes/SP, Caxias do Sul/RS diretamente e com tomador o Governo do Estado, beneficiando os municípios de: Aracaju/SE, São Vicente/SP, Santos/SP, Carapicuiba/SP, Jandira/SP, Barueri/SP e Osasco/SP.

Nesta mesma linha, em 2014, outros 33 novos contratos de financiamento foram assinados beneficiando os municípios de Aparecida de Goiânia/GO, Anápolis/GO, Vitória da Conquista/BA, Aracaju/SE, Boa Vista/RR, Uberaba/MG, Uberlândia/MG, Juiz de Fora/MG, Campos dos Goytacazes/RJ, Petrópolis/RJ, Volta Redonda/RJ, Jundiaí/SP, Piracicaba/SP, Ribeirão Preto/SP, São José dos Campos/SP, Sorocaba/SP, São José do Rio Preto/SP, Praia Grande/SP, Santos/SP, Foz do Iguaçu/PR, Londrina/PR, Maringá/PR, Canoas/RS, Pelotas/RS, Blumenau/SC, Joinville/SC, Florianópolis/SC, Caucaia/CE, Petrolina/PE e Mossoró/RN.

Trata-se de propostas para implantação, reestruturação e ampliação de corredores de ônibus, implantação de BRT e VLT, bem como terminais de integração e ciclovias articuladas a sistemas estruturantes de transporte público coletivo, os quais buscam potencializar a fluidez da mobilidade urbana nas cidades brasileiras de porte médio, corrigindo, minimizando ou prevenindo os problemas de circulação, a partir da priorização dos investimentos nos sistemas de

transporte público coletivo.

Dessa forma, até o fim de 2014 haviam sido contratadas do PAC Mobilidade Médias Cidades 67% das propostas selecionadas, as quais perfazem R$ 5,510 bilhões em valores de financiamento, sendo R$ 1,406 bilhão em 2013 e R$ 4,104 bilhões, em 2014. Incluindo as contrapartidas, os contratos firmados totalizam R$ 6,666 bilhões em investimentos em sistemas de transporte público coletivo para atender demandas estruturantes nas cidades médias do país.

As demais propostas selecionadas estão em processo de validação e habilitação e verificação das condições de endividamento dos proponentes para a assinatura dos contratos de financiamento.

No âmbito do Pacto pela Mobilidade, para as cidades com população inferior a 700 mil habitantes, foram contratados, até 31 de dezembro de 2014, mais R$ 0,61 bilhões, e com relação ao Extra Pauta foram contratados mais R$ 0,043 bilhões, atingindo o total de R$ 6,17 bilhões, além das contrapartidas.

Assim, esta meta atingiu 88,14% de execução.

A meta está sendo apurada considerando os valores de empréstimo das contratações formalizadas até 31/12/2014.

Quantidade alcançada

6,17

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0577 - Dotar as cidades-sede da Copa do Mundo de Futebol 2014 de sistemas de mobilidade urbana que conectem os polos geradores de viagens do evento, com ênfase no legado e na integração entre aeroportos, estádios, áreas centrais e de hotelaria.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Os grandes eventos esportivos são reconhecidamente uma oportunidade para catalisar planos de investimentos que tenham por objetivo melhorar a infraestrutura e as condições de vida da sociedade. A Copa do Mundo é, portanto, mais do que organizar jogos de futebol. O país acolheu essa tarefa compreendendo seu caráter estratégico para consolidar uma perspectiva de crescimento econômico de longo prazo. Além do investimento em infraestrutura, os grandes eventos esportivos fortalecem a imagem do país no cenário externo.

ESTRUTURAS DE GESTÃO

Pela complexidade do evento e, em especial, com o objetivo de garantir a formação de um legado alinhado aos interesses estratégicos do país a partir da realização da Copa, foi criada uma estrutura de governança para articulação entre os entes federados, órgãos públicos e parceiros privados envolvidos e com o “Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA 2014” (COL). O objetivo da estrutura de governança é definir, desde o primeiro momento, o planejamento das ações, a função e as responsabilidades de cada ator envolvido, bem como os fluxos de informações, monitoramento de resultados e implementação de ações preventivas e corretivas. No âmbito do Governo Federal o Comitê Gestor da Copa do Mundo FIFA 2014 – CGCOPA é responsável por definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Vinculado ao CGCOPA o Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 – CGCOPA tem o objetivo de coordenar e consolidar as ações, estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do Plano Estratégico para Copa 2014.

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES

Um dos principais desafios da organização da Copa no Brasil foi o de coordenar os esforços entre os diferentes entes federativos, preservando a autonomia e a atribuição de cada um e garantindo, ao mesmo tempo, o cumprimento de um único projeto. Assim como o Governo Federal assumiu garantias perante a FIFA, as cidades-sede também assumiram responsabilidades e celebraram compromissos sobre temas específicos, especialmente em relação à mobilidade urbana. Neste contexto foi criado um instrumento de planejamento e pactuação: a Matriz de Responsabilidades. Este protocolo de cooperação federativa assinado entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal define as responsabilidades de cada um dos entes no que se refere às fontes de recursos e execução dos projetos considerados essenciais para a realização da Copa, além de permitir a transparência das ações governamentais. As ações previstas são descritas em anexos temáticos à Matriz de Responsabilidades, discriminando os investimentos, etapas, prazos e responsáveis para cada uma. Tais anexos são dinâmicos, isto é, comportam alterações e adições de projetos. Em janeiro de 2010, o Governo Federal, Governadores e Prefeitos das cidades-sede da Copa assinaram a Matriz de Responsabilidades e os anexos relativos à mobilidade urbana.

MONITORAMENTO DOS PROJETOS

A partir da definição dos projetos e da assinatura dos anexos da Matriz de Responsabilidades, iniciou-se a fase de monitoramento das etapas dos projetos. Com base nas informações fornecidas pelos responsáveis pelos projetos, são realizados ciclos de monitoramento dos compromissos assumidos na Matriz de Responsabilidades sob método similar ao adotado pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e conduzidos pelo GECOPA, com envolvimento das cidades-sede, órgãos de financiamento e outros agentes. Nesses ciclos de monitoramento, as informações recebidas são analisadas e, caso sejam identificados pontos de atenção, são definidas ações preventivas e/ou corretivas. O processo de monitoramento dos projetos prevê atuação local e realização de análise crítica da evolução dos empreendimentos.

MOBILIDADE URBANA

Os projetos de mobilidade urbana para as cidades-sede da Copa foram apresentados pelas Prefeituras e Governos Estaduais ao Governo Federal em setembro de 2009. Os projetos foram priorizados para receber financiamento federal, por meio do Programa Pró-Transporte com recursos do FGTS e operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, com exceção do Corredor Transcarioca da cidade do Rio de Janeiro, com financiamento do BNDES, considerando as seguintes diretrizes:

•Ligação entre aeroporto, porto, área hoteleira, terminal rodoviário e o estádio definido para a Copa;
•Legado para a sociedade;
•Sistema de transporte coletivo urbano;
•Projeto básico e executivo existentes;
•Conclusão até o período da Copa 2014.

O Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana – Pró-Transporte atua no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e da Política Setorial de Transporte e Mobilidade Urbana, e tem por finalidade propiciar o aumento da mobilidade urbana, da acessibilidade, dos transportes coletivos urbanos e da eficiência dos prestadores de serviços, de maneira a garantir o retorno dos financiamentos concedidos ao setor público e privado e conferir maior alcance social às aplicações do FGTS. O Pró-Transporte tem 48 meses de prazo de carência e prazo máximo de amortização de até 20 anos, exceto para o sistema de transporte sobre trilhos cujo prazo é de até 30 anos. A taxa de juros nominal é de 6% ao ano, com exceção para o transporte sobre trilhos, que tem taxa de juros nominal de

5,5% ao ano. Os principais projetos de mobilidade envolvem à implantação de corredores exclusivos para transporte coletivo, Bus Rapid Transit – BRT, Veículo Leve sobre Trilhos - VLT, implantação e readequação de vias, estações, terminais e sistemas de monitoramento de controle de tráfego. O BRT prevê vias segregadas para ônibus, embarque pré-pago e estações fechadas. O Corredor consiste em faixas de rolamento preferenciais e exclusivas para ônibus. O VLT é baseado em veículos sobre trilhos na superfície, que possibilita uma convivência harmoniosa em meio urbano.

REALIZAÇÕES DO PERÍODO

No âmbito do Ministério das Cidades foi dada continuidade ao monitoramento dos empreendimentos de mobilidade urbana vinculadas à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Após a última atualização da Matriz de Responsabilidades, autorizada pela Resolução GECOPA nº 25, de novembro de 2013, permaneceram no âmbito da Copa 32 empreendimentos associados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Todos esses empreendimentos tiveram contratos de financiamento assinados e estavam em andamento em dezembro de 2014, com exceção do empreendimento "Implantação da Via Prudente de Morais", em Natal, com obra não iniciada, culminando com o distrato do contrato. Doze obras de mobilidade urbana vinculada à COPA 2014 foram concluídas até o final de 2014 e outras três encontram-se com percentual de execução superior a 90%. As obras de mobilidade urbana somam um total de R$ 7,7 bilhões de investimento, sendo R$ 4,3 bilhões em financiamento. Em 31/12/2014, os desembolsos dos financiamentos atingiram o valor de R$ 3,5 bilhões. Foi viabilizada a continuidade das obras de infraestrutura de transporte e de mobilidade urbana, apesar de excluídas da Matriz de Responsabilidade, permanecendo em andamento, porém, com conclusão em período posterior ao prazo de início da Copa, mantendo o legado e o benefício à população.

FATORES QUE CONTRIBUÍRAM E QUE DIFICULTARAM A EXECUÇÃO DO OBJETIVO

Um dos fatores que dificultaram a execução do objetivo foi o reduzido grau de detalhamento dos projetos apresentados pelos entes federados ao Governo Federal. À medida que foram gradualmente maturados surgiram dificuldades tais como: readequação de projetos (devido grande número de desapropriação/reassentamento e alteração de traçado), cumprimento das pendências para o desembolso (apresentação de projeto adequado, planilhas orçamentárias, obtenção de licença de instalação, titularidade do terreno), mudança de mandato na prefeitura e a própria característica das intervenções, realizadas nos grandes centros urbanos exigindo grandes desvios de fluxos de veículos nas principais vias das cidades e desapropriações. Isso culminou em várias alterações da Matriz de Responsabilidades em virtude de ajustes nas obras, união ou divisão de projetos, exclusão de empreendimentos, alteração de valores de investimentos, exigindo mais tempo na repactuação dos entes envolvidos e reprogramação das atividades a serem executadas.

Por outro lado, entre os fatores que contribuíram para o processo está a Lei nº 12.462, de 05 de agosto de 2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), possibilitando novas modalidades de contratações e agilidade nos processos licitatórios, e a Medida Provisória 496/2010 (Lei 12.348, de 15 de dezembro de 2010), que excepcionalizou o limite de endividamento de municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a realização da Copa e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Para o próximo período, considerando que a maioria dos empreendimentos de mobilidade urbana vinculados à Matriz de Responsabilidades, apesar da evolução das obras, tiveram seus prazos de conclusão postergados para o pós-Copa, e considerando que as metas parciais atingidas atenderam ao evento e as etapas ainda não concluídas não impactaram negativamente nos sistemas de trânsito e transportes das cidades-sede durante o evento, os trabalhos subsequentes serão realizados com enfoque a continuidade e finalização das obras de mobilidade urbana priorizando a implantação e melhoria dos sistemas de transporte público coletivo nos deslocamentos diários da população para que esses empreendimentos se constituam em importante legado para a sociedade e para o desenvolvimento urbano das cidades-

sede.

Metas 2012-2015

- **Implantar e requalificar sistemas de mobilidade urbana pactuados na Matriz de Responsabilidade**

  Análise Situacional da Meta

  Em virtude das revisões da Matriz de Responsabilidades alguns empreendimentos foram desvinculados do evento esportivo. Atualmente 32 empreendimentos de mobilidade urbana permanecem associados à realização da Copa do Mundo FIFA 2014. Todos esses empreendimentos têm contrato de financiamento assinados.

  Essas obras de mobilidade urbana vinculadas à Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014 utilizam exclusivamente recursos de financiamento e têm como objetivo melhorar a mobilidade nas cidades que sediarão o evento, beneficiando a população, que usufruirá permanentemente dos novos sistemas de transporte coletivos, sistemas viários e equipamentos.

  Em 2013, as obras que saíram da Matriz de Responsabilidades passaram a integrar formalmente o rol de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

  Em junho de 2013, foi concluída a primeira obra de mobilidade na cidade de Belo Horizonte (MG) – empreendimento denominado Boulevard Arrudas / Tereza Cristina – que requalificou o espaço viário com obras estruturais, viárias e urbanísticas. A cobertura do rio, com estrutura em concreto armado, além do viaduto de transposição da linha férrea, possibilitou a implantação de um sistema viário que melhorou a mobilidade urbana de maneira geral e facilitou a integração do oeste da Região Metropolitana ao Centro. Em Belo Horizonte, até o final de 2014 foram concluídos mais cinco empreendimentos (Corredor Pedro II e Obras Complementares nos BRTs Antonio Carlos/Pedro I e Cristiano Machado, BRT Área Central, Expansão da Central de Controle de Trânsito, Via 210 - Ligação Via Minério/Tereza Cristina e BRT Cristiano Machado) e uma obra finalizou o período com 92% de execução - BRT Antônio Carlos / Pedro I.

  Em Brasília (DF), a obra de ampliação do acesso ao aeroporto foi entregue em maio de 2014.

  Em Cuiabá (MT), o corredor Mário Andreazza finalizou o período com 100% de execução física e o VLT Cuiabá/Várzea Grande com 73%, incluindo o material rodante adquirido.

  Na cidade de Curitiba (PR), estão sendo implementados sete empreendimentos, entre eles um corredor ligando o aeroporto à Rodoferroviária, a modernização do sistema de controle e monitoramento de tráfego, o BRT, a requalificação do Terminal Santa Cândida, Rodoferroviária e do Corredor Marechal Floriano e as obras nas Vias de Integração Radial Metropolitanas, para facilitar o acesso ao centro da cidade. Desses, destaque à requalificação da Rodoferroviária e a implantação do BRT – Linha Verde, ambos com 100% de execução física.

  Em Fortaleza (CE), o empreendimento BRT Av. Alberto Craveiro, que liga o Eixo Via Expressa/Raul Barbosa ao estádio, ultrapassou 75% de execução. Também em Fortaleza, a implantação do BRT Av. Paulino Rocha ultrapassou os 70% e o VLT Parangaba/Mucuripe e duas novas estações do Metrô ultrapassam 50% de execução.

  No Rio de Janeiro (RJ), o BRT TransCarioca está com 100% de execução. A obra foi inaugurada em 1º de junho de 2014 e já está em operação. O empreendimento interliga bairros do subúrbio carioca, desde a Barra da Tijuca até o aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador, passando por Barra da Tijuca, Curicica, Ilha do Governador, Taquara, Tanque, Praça Seca, Campinho, Madureira, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha,

Penha, Olaria e Ramos. Este é o primeiro corredor de alta capacidade a cortar transversalmente a cidade.

Em Recife (PE), o Corredor Via Mangue tem 99% de execução, enquanto o Terminal Integrado Cosme e Damião tem 100%. Os outros três empreendimentos previstos estão com execução superior a 80%, dos quais dois BRTs e um corredor.

Em Natal (RN), o Corredor Estruturante – Zona Norte / Estádio Arena das Dunas tem 69% de execução. O acesso ao novo aeroporto de São Gonçalo do Amarante superou os 30% de execução e a implantação da Via Prudente de Morais foi a única obra não iniciada.

As obras de mobilidade urbana somam um total de R$ 7,7 bilhões de investimento, sendo 4,3 bilhões em financiamento, e estão em sua maioria em obras. Valores de investimentos conforme as atualizações contratuais efetivadas pela CAIXA:

Belo Horizonte: 7 empreendimentos - Valor de Investimento: 1,4 bilhões
Brasília: 1 empreendimento - Valor de Investimento: 54,22 milhões
Cuiabá: 2 empreendimentos - Valor de Investimento: 1,6 bilhões
Curitiba: 7 empreendimentos - Valor de Investimento: 526,59 milhões
Fortaleza: 6 empreendimentos - Valor de Investimento: 662,69 milhões
Natal: 3 empreendimentos - Valor de Investimento: 472,10 milhões
Recife: 5 empreendimentos - Valor de Investimento: 994,73 milhões
Rio de Janeiro: 1 empreendimento - Valor de Investimento: 1,9 bilhões

Em 31/12/14, os desembolsos dos financiamentos atingiram o valor de R$ 3,5 bilhões, correspondente a 81% do total financiado.

Obs: A quantificação das metas preenchidas considera os contratos de financiamento assinados que se mantiveram vinculados à Copa.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Belo Horizonte	8	projeto	7	31/12/2014
Brasília	1	projeto	1	31/12/2014
Cuiabá	2	projeto	2	31/12/2014
Curitiba	8	projeto	7	31/12/2014
Fortaleza	6	projeto	6	31/12/2014
Natal	3	projeto	3	31/12/2014
Porto Alegre	10	projeto	0	31/12/2014
Recife	5	projeto	5	31/12/2014
Rio de Janeiro	1	projeto	1	31/12/2014

OBJETIVO: 0578 - Pavimentar e qualificar vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal, desde 2010, vem alocando recursos para pavimentação e qualificação de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente. O objetivo é proporcionar à população local beneficiada um ambiente urbano dotado de infraestrutura completa de via e de saneamento, por meio da implantação de pavimentação nova em vias existentes, sistema de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto, calçadas, sistemas cicloviários, medidas de moderação de tráfego, elementos que promovam a acessibilidade universal e sinalização viária.

Espera-se, assim, melhorar as condições de salubridade e segurança viária local, sobretudo nos deslocamentos a pé e por bicicleta, além de melhorar o acesso dos moradores às vias por onde trafegam as linhas de ônibus que atendem à região beneficiada.

Assim, ao encontro da implementação desta política, foram lançadas três etapas do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. A 1ª etapa selecionou 387 propostas perfazendo um montante de R$ 2,4 bilhões em valores de financiamento, sem incluir as contrapartidas dos entes federados, a 2ª etapa selecionou 488 propostas com valor total de R$ 8,2 bilhões de financiamento e a 3ª etapa alocou recursos da ordem de R$ 3 bilhões para 1.222 propostas.

Essas seleções tiveram abrangência nacional beneficiando todas 27 unidades federativas, sendo 26 estados e o Distrito Federal, e 1.509 municípios brasileiros com valor total de R$ 13,6 bilhões. Os recursos foram distribuídos da seguinte forma no país: 16% na Região Centro Oeste, 22% na Região Nordeste, 11% na Região Norte, 30% na Região Sudeste, 20% na Região Sul.

RESULTADOS

Na 1ª etapa foram contratados 173 empreendimentos de financiamento, assinados no Pró-Transporte, no valor de financiamento de R$ 1,35 bilhão, aproximadamente 56% do volume de recursos alocados. Foram desembolsados R$ 764,95 milhões.

Na 2ª etapa foram contratadas 280 operações de crédito, totalizando em valor de empréstimo R$ 5,62 bilhões, aproximadamente 68% dos recursos selecionados. Foram desembolsados R$ 145,89 milhões.

Como resultado da 1ª e 2ª etapa, até 31/12/2014, foram executados 1.279 km de vias pavimentadas.

A distribuição deste quantitativo deu-se da seguinte forma: no Grupo 1 tem-se 712 km de vias pavimentadas executadas; no Grupo 2 foram executados 282 km e no Grupo 3 foram executados 285 km. Os recortes populacionais foram definidos da seguinte maneira: Grupo 1 - municípios sedes de regiões metropolitanas, capitais, municípios acima de 70 mil habitantes localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e acima de 100 mil habitantes localizados no Sul e Sudeste; Grupo 2 - municípios entre 50 mil e 70 mil habitantes localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e entre 50 mil e 100 mil habitantes no Sul e Sudeste; Grupo 3 - municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Na 3ª etapa foram contratadas 4 operações de crédito, totalizando em valor de empréstimo R$ 26,2 milhões, aproximadamente 0,87 % do volume de recursos alocados.

FATORES QUE DIFICULTARAM A EXECUÇÃO DO OBJETIVO

Os recursos alocados para o PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas são de financiamento, desta forma a falta de capacidade de endividamento dos municípios brasileiros prejudica a contratação das propostas selecionadas. Outro

fator que dificulta a execução do objetivo é o fato desta ação ser implementada de forma delegada, através dos estados e municípios, nem sempre com estruturas técnicas suficientes para fazer frente às tarefas de elaboração dos projetos, obtenção de licenças, licitação das obras e serviços, aporte de contrapartidas e gestão da execução das intervenções.

A previsão para o próximo período é de que haja evolução física das obras da 1ª etapa, conclusão de mais obras e consequente entrega à sociedade de áreas totalmente pavimentadas dotadas de infraestrutura completa da via; contratação das demais propostas de operação de crédito selecionadas na 2ª etapa; e finalização do processo das contratações da 3ª etapa das operações habilitadas.

Metas 2012-2015

- **Pavimentar e qualificar 5.000 km de vias urbanas de regiões de baixa renda com adensamento populacional e infraestrutura deficiente**

Análise Situacional da Meta

As operações de crédito referentes ao PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, na sua 1ª Etapa, totalizam 173 contratos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de financiamento de R$ 1,35 bilhão, sem incluir as contrapartidas dos entes federados.

Este R$ 1,35 bilhão está distribuído da seguinte forma no país: 12% na Região Centro Oeste, 15% na Região Nordeste, 21% na Região Norte, 26% na Região Sudeste, 25% na Região Sul.

As operações de crédito referentes ao PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, 3ª Etapa, totalizam 4 contratos de financiamento assinados no Pró-Transporte, no valor de financiamento de R$ 26,2 milhões, sem incluir as contrapartidas dos entes federados.

Como resultado da 1ª e 2ª etapa, até 31/12/2014 na quantificação da meta tem-se 1.279 Km de vias pavimentadas representando 25% da meta total que foram executadas com os citados recursos de financiamento do Pró-Transporte (FGTS) neste eixo do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas (quantitativo total dos três grupos de municípios).

A distribuição deste quantitativo deu-se da seguinte forma: no Grupo 1 tem-se 712 km de vias pavimentadas executadas; no Grupo 2 foram executados 282 km e no Grupo 3 foram executados 285 km. Os recortes populacionais foram definidos da seguinte maneira: Grupo 1 - municípios sedes de regiões metropolitanas, capitais, municípios acima de 70 mil habitantes localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e acima de 100 mil habitantes localizados no Sul e Sudeste; Grupo 2 - municípios entre 50 mil e 70 mil habitantes localizados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste e entre 50 mil e 100 mil habitantes no Sul e Sudeste; Grupo 3 - municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Quantidade alcançada

1.279

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	500	km	282	31/12/2014
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	500	km	285	31/12/2014
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	4.000	km	712	31/12/2014

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo agrega realizações de acessibilidade universal nos sistemas de transporte coletivo operados pelo Governo Federal (CBTU e Trensurb).Tem-se apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária.

Todos os segmentos em desenvolvimento de implantação de sistemas de transporte e de mobilidade urbana estão sendo executados com as premissas de acessibilidade universal.

REALIZAÇÕES EM 2014

Com relação às ações de promoção de acessibilidade universal, a CBTU vem contribuindo para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, na execução de projetos promovendo a integração entre modos de transporte, áreas lindeiras, para crescimento significativo do transporte coletivo urbano.

No sistema de Belo Horizonte, foi concluída a obra na estação de São Gabriel. Foram contratados no final de 2013 serviços para continuidade às obras nas estações de Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar, os projetos executivos nas estações Lagoinha, Calafate, Gameleira e Cidade Industrial, complementando em junho 50% do volume total. Foi contratado serviço de adaptação às normas de acessibilidade dos elevadores das estações e do edifício sede da STU-BH, das estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping. Em Recife os recursos foram aplicados em obras civis, para instalação de elevadores em estações da Linha Centro e Sul, e na aquisição de elevadores hidráulicos para passageiros.

No que se refere à Trensurb, no exercício de 2014, foram executadas obras de acessibilidade nas estações Farrapos e Rodoviária com vistas ao evento Copa do Mundo FIFA 2014, com os recursos inscritos em restos a pagar no exercício de 2013. Estas obras tiveram como principal foco a reforma, ampliação e acessibilidade das estações com a aquisição de elevador e contratação de serviços de engenharia para a execução da infraestrutura para a instalação de escadas rolantes.

Os investimentos do Governo Federal em mobilidade urbana priorizam a implantação de sistemas de média e alta capacidade, que são os modos de transporte que exigem maior aporte de recursos e que, portanto, os Estados e Municípios necessitam de parceria com a União para lograrem avanços. No entanto, diante da grande demanda, o Ministério das Cidades tem apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado (bicicleta e pedestres) por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária. Neste sentido tem-se construções de calçadas associadas às pavimentações que estão sendo executadas no PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas e de ciclovias ao longo de eixos de transporte coletivo, como metrôs e BRTs.

Este fato positivo de associação pode ser confirmado na possibilidade de financiar infraestrutura cicloviária no PAC Mobilidade Grandes Cidades, Mobilidade Médias Cidades e Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas. Estas estimativas estão demonstradas nas metas específicas.

Registra-se que nos empreendimentos selecionados no Pacto pela Mobilidade estão previstos investimentos em transporte

não motorizado de aproximadamente 650 km de ciclovias ou ciclofaixas e 1.000 km de calçadas nas seguintes cidades: Brasília, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Maceió, João Pessoa, São Luís, Recife, São Paulo, Osasco, Diadema, Rio Grande da Serra, São Bernardo, Santo André, Santos e São Vicente.

Essas implantações de sistemas não motorizados contribuem diretamente com a mitigação das mudanças do clima, pois as transferências modais ocorridas farão com que migrem usuários de outros modos de transporte motorizados para não motorizado, que não emite gases de efeito local e estufa.

Até 31 de dezembro de 2014 foram executadas 1.334 km de calçadas e 35,85 km de ciclovias.

Metas 2012-2015

- **Adequação dos sistemas metroferroviários à Acessibilidade Universal até 2014, conforme Decreto nº 5.296 de 2004**

  Análise Situacional da Meta

  Foram contratados serviços em Belo Horizonte para adaptação das estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping, e na adaptação às normas de acessibilidade dos elevadores das estações e do prédio sede da Unidade. Em Recife os recursos foram aplicados em comunicação visual e na aquisição de elevadores hidráulicos para passageiros.

  No sistema de Belo Horizonte, foi concluída a obra na estação de São Gabriel. Foram contratados no final de 2013 serviços para continuidade às obras nas estações de Primeiro de Maio, Waldomiro Lobo e Floramar, os projetos executivos nas estações Lagoinha, Calafate, Gameleira e Cidade Industrial, complementando em junho 50% do volume total.

  Está em andamento o processo para contratação de adaptação às normas de acessibilidade dos elevadores das estações e do edifício sede da STU-BH, das estações Santa Inês, José Cândido da Silveira e Minas Shopping, no âmbito da CBTU. Em Recife os recursos foram aplicados na instalação de elevadores em estações da Linha Centro e Sul. Não houve, nos demais sistemas, de João Pessoa, Maceió e Natal, um avanço físico significativo. As intervenções previstas com os recursos do PAC para suas modernizações já contemplarão os dispositivos para acessibilidade necessários.

- **Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 2.000 Km de infraestrutura cicloviária**

  Análise Situacional da Meta

  O Ministério das Cidades tem apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária.

  Neste sentido, tem-se, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2 Mobilidade Grandes Cidades, estimativa de investimentos em infraestrutura cicloviária conforme dados a seguir apresentados:

  Proponente - Item de Investimento - Valor Previsto:
  Governo de Estado da Bahia - ciclovia e bicicletários - R$ 5.331.388,00
  Governo do Estado do Rio Grande do Sul - ciclotrilha - R$ 907.051,41
  Prefeitura de Fortaleza/CE - ciclovia - R$ 1.272.693,93
  Prefeitura de São Luís/MA - ciclovia - R$ 1.038.786,80
  Prefeitura de Campo Grande/MS - ciclovia e bicicletários - R$ 9.796.200,00
  Prefeitura de Recife/PE - bicicletários - R$ 800.000,00
  Prefeitura de Teresina/PI - bicicletários R$ 316.800,00
  Prefeitura de João Pessoa/PB - ciclovia/faixa, paraciclos e bicicletários - R$ 8.043.328,19

Prefeitura do Rio de Janeiro/RJ - bicicletários - R$ 50.000,00
Prefeitura de Nova Iguaçu/RJ - bicicletários - R$ 27.072,00
TOTAL: R$ 27.583.320,33

Fonte: Quadros de Composição do Investimento (QCI) apresentados pelos proponentes.

Por outro lado, levantamento feito nas propostas selecionadas no PAC Mobilidade Médias Cidades, indica a previsão de implantação de 704 km de ciclofaixas e/ou ciclovias, integradas aos projetos de transporte público.

O PAC Mobilidade Médias Cidades refere-se a projetos de sistemas de mobilidade urbana para cidades entre 250 a 700 mil habitantes, exclusivamente com recursos de financiamento, do PRÓ-TRANSPORTE e de outras fontes de financiamento.

No PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas também possibilitou a inclusão de ciclovias/ciclofaixas a partir da 2ª etapa.

Nesta meta deve-se registrar que nos empreendimentos selecionados no Pacto pela Mobilidade estão previstos investimentos em transporte não motorizado de aproximadamente 650 km de ciclovias ou ciclo faixas nas seguintes cidades: Brasília, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Belo Horizonte, Fortaleza, Maceió, João Pessoa, São Luís, Recife, São Paulo, Osasco, Diadema, Rio Grande da Serra, São Bernardo, Santo André, Santos e São Vicente.

RESULTADOS

Até o final de 2014 foram executadas 35,85 km de ciclovias.
A maior parte das ciclovias, 33,30 km, foram executadas nos empreendimentos vinculados a Copa do Mundo de 2014, conforme discriminado abaixo:

Belo Horizonte:
BRT Área Central = 1,3 km de ciclovias realizadas VIA 210= 1,7 km de ciclovias realizadas
Boulevard Arrudas = 3,5 km de ciclovias realizadas

Fortaleza:
Alberto Craveiro = 2,5 km de ciclovias realizadas

Porto Alegre:
Corredor Padre Cacique (Obra excluída da Matriz de Responsabilidades) = 4,6 km de ciclovias realizadas

Curitiba:
Corredor Aeroporto/Rodoferroviária = 10,0 km de ciclovias realizadas Requalificação do Corredor Marechal Floriano = 4,5 km de ciclovias realizadas
Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos) = 0,5 km de ciclovias realizadas Extensão linha verde sul = 1,7 km de ciclovias realizadas

Recife:
Ramal Cidade da Copa = 3km de ciclovias realizadas

Outros 2,55 km foram executados nos empreendimentos do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas.

Quantidade alcançada

35,85

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementação de infraestrutura de transporte não motorizado: 8.000 Km de calçadas**

Análise Situacional da Meta

O Ministério das Cidades tem apoiado a infraestrutura de transporte não motorizado por meio de ações inseridas no PAC conjuntamente com a implantação de infraestrutura de transporte público coletivo urbano e infraestrutura viária.

Nesta meta deve-se registrar que serão revitalizados mais de 1.000 km de calçadas nos empreendimentos selecionados no Pacto pela Mobilidade nas seguintes cidades: Brasília, Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Fortaleza, Maceió, Natal, João Pessoa, São Luís, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Osasco, Diadema, Mauá, Rio Grande da Serra, São Bernardo, Santo André, Ribeirão Pires, Santos, São Vicente e Praia Grande que quando executados virão a contribuir efetivamente nesta meta.

RESULTADOS

Como resultado dessa ação, até 31/12/2014, foram executados 1.334 km de calçadas associadas aos empreendimentos do PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, ou 16,67% da meta total.

Quantidade alcançada

1.334

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Municípios com população entre 50 mil e 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou entre 50 mil e 100 mil habitantes (S e SE)	800	km	306	31/12/2014
Municípios com população menor que 50 mil habitantes	800	km	298	31/12/2014
Municípios de RMs prioritárias ou com mais de 70 mil habitantes (N, NE e CO), ou com mais de 100 mil habitantes (S e SE)	6.400	km	730	31/12/2014

OBJETIVO: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal tem optado por atuar por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento, na expansão dos investimentos em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte.

Orientados pela lógica de integração intermodal e mobilidade em rede, tais intervenções não só ampliam a oferta de transporte de maior qualidade nas cidades, como compreendem melhorias de infraestrutura de transporte não motorizado e medidas de moderação de tráfego, contribuindo para a redução dos conflitos entre os diversos modos de transporte.

Desta forma, ressalta-se que os empreendimentos de mobilidade urbana vinculados ao PAC, como o PAC Mobilidade Grandes Cidades, PAC Mobilidade Médias Cidades e o PAC Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas, possuem como diretrizes o tratamento dos conflitos entre os modos de transporte utilizando-se de medidas de moderação de tráfego, reduzindo os conflitos entre os diversos modos de transporte ao longo dos corredores e sistemas de transporte selecionados nos respectivos eixos do PAC.

Assim, apesar da dificuldade de quantificação tem-se empreendimentos em diversas cidades que estão implantando sistemas de transporte público tipo BRTs e VLTs onde estão sendo executadas intervenções de moderação de tráfego, especialmente nas áreas centrais, reduzindo velocidades dos veículos e privilegiando o acesso de pedestres às estações.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 50 municípios com medidas de moderação de tráfego**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente tem sido priorizado o investimento em sistemas de transporte público coletivo urbano de médio e grande porte. Assim, de forma específica, ficaram prejudicadas as iniciativas voltadas à implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os diversos modos de transporte.

  A implantação de medidas de moderação de tráfego está sendo realizada no âmbito dos projetos selecionados no PAC, de forma complementar às propostas apoiadas.

  Neste sentido, apesar de atualmente ainda não ser possível quantificar, vários empreendimentos em diversas cidades que estão implantando sistemas de transporte público tipo BRTs e VLTs estão sendo executadas intervenções de moderação de tráfego, especialmente nas áreas centrais, reduzindo velocidades dos veículos e privilegiando o acesso de pedestres às estações.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

A realização deste Objetivo envolve diversos atores da estrutura organizacional do Ministério das Cidades.

Na esfera de transporte e da mobilidade urbana tem-se a atuação da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, onde estão sendo desenvolvidas as questões relativas à regulação do setor, o sistema de informações da área, a previsão de apoio à elaboração de projetos e planos de mobilidade urbana, de forma descentralizada para execução pelos entes federados municipais e estaduais e a capacitação dos agentes públicos para desenvolvimento dos referidos instrumentos de planejamento.

Do ponto de vista da regulação da mobilidade urbana tem-se a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que vem a definir as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, cuja aplicação requer ação conjunta de todos os níveis de governo. Com a instituição da lei, o arcabouço legal da mobilidade urbana ficou estabelecido, definindo seus objetivos e diretrizes, entre os quais contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para o desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do conjunto organizado e coordenado dos modos de transporte, de serviços e de infraestruturas que garantam os deslocamentos de pessoas e cargas no território urbano.

A Lei também elenca entre seus princípios a acessibilidade universal, o desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais, a equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo, a eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano e na circulação urbana. Trata- se assim de um marco regulatório que consiste em importante avanço na área.

No âmbito do Pacto pela Mobilidade Urbana, em atendimento às demandas da sociedade o Governo Federal apresentou propostas centradas em três principais eixos: redução de tarifa para os usuários; maior controle social e mais qualidade nos serviços de transporte público coletivo.

No quesito redução de tarifa é importante ressaltar que foram desonerados importantes tributos federais do transporte coletivo urbano para baratear ou manter o preço das tarifas de transporte público urbano.

No que se refere ao maior controle social, foi discutido o papel do Conselho das Cidades, a criação de conselhos em níveis estaduais e municipais, além da necessidade de sistema de informações sobre mobilidade urbana.

No quesito mais qualidade, houve o anúncio de mais investimentos para projetos de infraestrutura de mobilidade urbana, e identificação da necessidade de estabelecimento de requisitos mínimos para a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana, de formas de reestruturação da capacidade de planejamento e de elaboração de projetos pelos entes federados, entre outras iniciativas visando melhorias na qualidade de serviços de transporte público coletivo urbano.

No âmbito da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana foi desenvolvido programa de capacitação, para atendimento à lei que estabeleceu a Política Nacional da Mobilidade Urbana onde há obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana por todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor e, também, que prevê como atribuição da União prestar assistência técnica e capacitação continuada aos entes federados.

O programa de capacitação em andamento na área de mobilidade urbana consiste em três etapas: Seminário de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana, Cursos de Capacitação e Assistência Técnica.

Com relação às questões de sustentabilidade, destaca-se o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM), desenvolvido pelo Ministério das Cidades no que se refere ao transporte de passageiros, em conjunto com o Ministério dos Transportes, que se ateve ao transporte de cargas. A elaboração de mais este instrumento de planejamento foi realizada em função do Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamentou a Política Nacional sobre Mudança do Clima. Trata-se de importante progresso institucional da área de mobilidade urbana, pois possibilitou identificar as reduções das curvas de emissões advindas das implantações de infraestruturas mais eficientes, verificando as correlações existentes entre o transporte urbano e as mudanças do clima.

A Trensurb, através de empresa de consultoria, está realizando desde 2013 estudos e projetos executivos para a expansão

do sistema. Para a realização deste projeto, foi elaborado o Relatório de caracterização da área de estudo, que consiste numa avaliação da situação atual do transporte coletivo que atende a região, bem como, levantamentos de dados sócio econômicos da população e seus hábitos de deslocamentos, elaborou-se relatório de Estudo de Demanda, com os resultados das pesquisas de campo, nos veículos de transporte coletivo e individual, que circulam pela região e em cruzamentos das principais vias. A partir dos dados de demanda, serão estabelecidos os modos de transporte que melhor atendem a demanda, num horizonte futuro, elaborou-se também relatório de Avaliação Ambiental que consiste em um diagnóstico e a preparação do documento que servirá para a consulta prévia para especificação do instrumento de licenciamento ambiental e proposição de Plano de Trabalho.

No âmbito do DENATRAN, em 2014 o Governo Federal, visando o fortalecimento institucional do Sistema Nacional de Trânsito (SNT), realizou ações voltadas para a regulação na área de trânsito por meio da edição de 42 Resoluções analisadas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Trânsito-CONTRAN, dentre as quais destacam-se a Resolução n°. 473 que altera as normas e os procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos; Resolução n°. 486 que aprova o Volume III do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito – Sinalização Vertical de Indicação; Resolução n°. 489 que fixa metodologia de aferição de peso de veículos, estabelece percentuais de tolerância e dá outras providências; Resolução n°. 508 que dispõe sobre os requisitos de segurança para a circulação de veículo de carga ou misto transportando passageiros no compartimento de cargas; Resolução n°. 510 que estabelece o sistema de placas de identificação de veículos no padrão estabelecido para o MERCOSUL; Resolução n°. 511 que regulamenta a produção e expedição da Carteira Nacional de Habilitação e da Permissão para Dirigir; Resolução n°. 512 que altera os modelos e especificações do Certificado de Registro de Veículo – CRV e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV e sua produção e expedição e a Resolução n°. 514 que aprova a Política Nacional de Trânsito.

A nova PNT tem por objetivos: promover a melhoria da segurança viária, aprimorar a educação para a cidadania no trânsito; garantir a melhoria das condições de mobilidade urbana e viária, a acessibilidade e a qualidade ambiental; fortalecer o Sistema Nacional de Trânsito e incrementar o planejamento e a gestão do trânsito.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a elaboração de projetos de sistemas de mobilidade urbana que priorizem e qualifiquem o transporte público coletivo e não motorizados em 50% dos municípios acima de 100 mil habitantes**

  Análise Situacional da Meta

  REALIZAÇÕES EM 2014 E EXPECTATIVAS FUTURAS

  Contribuem para atingimento deste objetivo os projetos de sistemas de transporte público coletivo urbano e intermunicipal/interestadual de caráter urbano que estão sendo apoiados no PAC Mobilidade Grandes Cidades e Mobilidade Médias Cidades.

  Várias cidades brasileiras estão recebendo recursos para desenvolvimento de projetos, dentre elas, no Pacto pela Mobilidade: Luziânia, Duque de Caxias, Canoas, Florianópolis, São Vicente. Também outras cidades receberam recurso para desenvolver Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica, dentre elas: Rio Branco, Campos dos Goytacazes, Florianópolis, Santos / Cubatão, Guarujá Osasco / Carapicuíba. À medida que estes projetos forem sendo concluídos serão computados nesta meta.

  A Trensurb, através de empresa de consultoria, está realizando desde 2013 estudos e projetos executivos para a expansão do sistema. Para a realização deste projeto, foi elaborado o Relatório de caracterização da área de estudo, que consiste numa avaliação da situação atual do transporte coletivo que atende a região, bem como, levantamentos de dados sócio econômicos da população e seus hábitos de deslocamentos, elaborou-se relatório de Estudo de Demanda, com os resultados das pesquisas de campo, nos veículos de transporte coletivo e individual, que circulam pela região e

em cruzamentos das principais vias. A partir dos dados de demanda, serão estabelecidos os modos de transporte que melhor atendem a demanda, num horizonte futuro, elaborou-se também relatório de Avaliação Ambiental que consiste em um diagnóstico e a preparação do documento que servirá para a consulta prévia para especificação do instrumento de licenciamento ambiental e proposição de Plano de Trabalho.

Atualmente, na Trensurb está sendo elaborado o Relatório das Diretrizes Tecnológicas, que consiste no estudo das alternativas de itinerário, localização das estações e definição das tecnologias que podem ser utilizadas para atendimento da demanda de passageiros do sistema.

Cálculo da meta: 10 municípios com projeto contratado/299 municípios (50% dos municípios acima de 100 mil hab) = 0,0334 = 3,34%

Quantidade alcançada

3,34

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar a elaboração e atualização dos Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana em 100% dos municípios acima de 500 mil habitantes**

Análise Situacional da Meta

Foi desenvolvido programa de capacitação, para atendimento à referida obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana por todos os municípios com população superior a 20 mil habitantes além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor (Lei nº 12.587/2012) e, também, que prevê como atribuição da União prestar assistência técnica e capacitação continuada aos entes federados.

O programa de capacitação em andamento na área de mobilidade urbana consiste em três etapas: Seminários de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana, Cursos de Capacitação e Assistência Técnica.

Ao mesmo tempo, a efetividade desta meta só poderá ser atingida com ampliação significativa de recursos disponíveis, visto que os Planos de Mobilidade Urbana não são produtos financiados nos eixos do PAC.

São necessárias atualizações dos Manuais e publicações para elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana, configurando como outra ação cuja entrega agregada em desenvolvimento irá contribuir com o atingimento da meta visando adequar à Lei nº 12.587/2012.

Para se garantir a efetividade dos projetos de mobilidade, com sistemas eficientes e de qualidade, é imprescindível que os municípios elaborem tais projetos compatíveis com o planejamento sistêmico da mobilidade urbana. Além disso, a Lei torna obrigatória a elaboração de Plano de Mobilidade Urbana para municípios acima de 20.000 habitantes, além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor que, atualmente perfaz mais de 3.000 municípios.

Neste sentido, está em andamento a revisão do Caderno de Referência para a Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana visando atender às novas exigências legais. A conclusão do trabalho está prevista para o primeiro semestre de 2015.

Apesar das atividades de apoio citadas houve limitações para atingimento da meta especificamente ao que se refere à elaboração do Plano.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2014

- **Capacitar 6.000 agentes públicos em municípios acima de 60 mil habitantes para implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, fortalecendo a gestão do transporte público coletivo municipal e regional**

Análise Situacional da Meta

O programa de capacitação em andamento na área de mobilidade urbana consiste em três etapas: Seminários de Sensibilização para a Política e o Plano de Mobilidade Urbana, Cursos de Capacitação e Assistência Técnica.

Quanto à capacitação de agentes públicos estão sendo realizados seminários de sensibilização para os municípios voltados às diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, onde está prevista a obrigatoriedade de municípios acima de 20.000 habitantes, além dos demais obrigados por lei à elaboração do Plano Diretor, elaborarem Planos de Mobilidade Urbana.

Foram realizados seminários de sensibilização em Campinas/RJ, Brasília/DF, Parauapebas/PA, Porto Alegre/RS, Corumbá/MS, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ e Mogi das Cruzes/SP com os seguintes números de participantes: Campinas: 126; Brasília: 62, Parauapebas: 74, Porto Alegre: 61, Corumbá: 165, Curitiba: 76, Rio de Janeiro: 183 e Mogi das Cruzes: 289, perfazendo 1.036 participantes, com participação de 134 municípios. O seminário de Parauapebas foi realizado em parceria com a Fundação Vale, com base no Acordo de Cooperação Técnica existente desta Fundação com o Ministério das Cidades.

No segundo semestre de 2014 foi realizado de um Curso de Capacitação para elaboração do Plano de Mobilidade na cidade de Parauapebas/PA. Este curso presencial contou com a participação de 48 agentes públicos de 4 diferentes municípios. As aulas ministradas neste curso foram gravadas e, juntamente com o material didático elaborado, irão servir como base para um curso à distância que estará disponível a todos os municípios brasileiros.

A quantificação da meta é cumulativa para atendimento ao previsto no PPA 2012/2015. 1.418 em 2012, 323 em 2013, e 761 em 2014, perfazendo 2.502.

Quantidade alcançada

2.502

Data de Referência

31/12/2014

- **Definir e implantar sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana**

Análise Situacional da Meta

REALIZAÇÕES EM 2014

Em 2013, o Ministério das Cidades, através da Portaria nº 114/2013, instituiu Grupo Técnico composto de diversos órgãos e entidades ligadas ao setor de transporte e de mobilidade urbana para elaborar a proposta de um Sistema de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU) em conformidade com o artigo 16, inciso III, da Lei nº 12.587/2012.

Os principais objetivos do Sistema de Informações em Mobilidade Urbana são: I - Apoiar a implantação e monitoramento da Política Nacional de Mobilidade Urbana; II - Reunir, em um único ambiente de armazenamento, os principais dados e informações da área de mobilidade urbana; III - Ser referência nacional para coleta, consolidação e disponibilização de informações para formulação de políticas públicas na área de mobilidade urbana; IV - Disponibilizar informações à sociedade sobre o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana.

O Grupo de Trabalho desenvolveu suas atividades por seis meses (junho a dezembro/13). Foram realizadas sete

reuniões de trabalho.

Participaram das reuniões as seguintes instituições: SEMOB, IPEA, NTU, ANTP, ANPTrilhos, IEMA, EMBARQ Brasil, SNAPU/MCidades, CGMI/MCidades e ITDP.

Em 19/12/13 foi concluído e entregue o produto final do GT constando de relatório final com a proposta do Sistema Nacional de Informações da Mobilidade Urbana (SIMU) acompanhado de modelo de formulário para coleta de dados.

Para validação desta metodologia, serão realizados projetos pilotos em 10 cidades. Para cinco destas cidades o formulário será enviado para o preenchimento pelos gestores com auxílio de um manual de coleta de dados e com esclarecimento de eventuais dúvidas. Nos outros cinco municípios, o preenchimento do questionário de dados será realizado de forma assistida com a presença de técnicos do Ministério das Cidades e de instituições parceiras atuando no levantamento das informações em conjunto com a gestão local.

A partir do projeto piloto será possível identificar dificuldades encontradas no momento da coleta e produção de dados, além de sugestões dos próprios técnicos e gestores municipais. O projeto piloto orientará possíveis ajustes no questionário e no próprio sistema a ser implantado, como por exemplo, redistribuição de dados dentro dos Blocos Temáticos, reformulação ou eliminação de perguntas, entre outros.

Dessa forma, o processo de planejamento para o alcance da meta está em pleno desenvolvimento.

Em virtude dos avanços de definições do grupo considerou-se que 30% da meta já foi alcançada, sendo entregas agregadas ao produto.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2014

- **Instituir o marco regulatório da mobilidade urbana**

  Análise Situacional da Meta

  Meta alcançada com a publicação da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

- **Monitorar e atualizar o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima – PSTM**

  Análise Situacional da Meta

  O Plano Setorial de Transporte e da Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima (PSTM) foi concluído em junho de 2013.

  A participação do Ministério das Cidades na elaboração do Plano foi referente à mobilidade urbana de passageiros, onde se evidenciou a importância de planejar e investir em modos de transporte mais eficazes, criando condições objetivas para melhorar a eficiência energética dos modos de transporte de passageiros.

  O PSTM tem como objetivo contribuir para a mitigação das emissões de GEE no setor, por meio de iniciativas que levam à ampliação da infraestrutura de transporte de cargas e à maior utilização de modos mais eficientes energeticamente e ao aumento do uso de sistemas eficientes de transporte público de passageiros.

  O PSTM aborda medidas em implementação e outras complementares, que promovem a melhoria do sistema de

mobilidade urbana, ampliam a acessibilidade das pessoas nas cidades e avaliam a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e locais (GELs).

Permite estimar a redução das emissões de CO2 proporcionadas pela implantação de infraestrutura de mobilidade urbana, a partir da adoção de premissas e simplificações, para a realização do cálculo de mitigação.

O monitoramento será realizado com periodicidade bianual por meio da aferição de indicadores definidos, avaliando a implantação dos projetos de mobilidade urbana identificados no PSTM, por quilômetro e por modo. No horizonte máximo estabelecido no PSTM, em 2020, a meta é mitigar 3,7 MtCO2.

Outras ações realizadas e em andamento com relação às questões ambientais e de mudanças do clima:

1. Plano Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC
Descrição: Atualização do PNMC lançado em dezembro de 2008 que foi elaborado como um instrumento voltado para o desenvolvimento e o aprimoramento de ações de mitigação da mudança do clima no Brasil, colaborando com o esforço mundial de redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Foram incluídos os recentes planos setoriais de mitigação e adaptação, como o Plano Setorial de Transporte e de Mobilidade Urbana para Mitigação e Adaptação a Mudança do Clima (PSTM).

Atividades Desenvolvidas:
• Formatação de texto sobre o PSTM para inclusão no PNMC;
• Participação em reuniões do Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (Gex) para discussão do PNMC;
• Consulta Pública.

2. Programa de Mobilidade Urbana de Baixo Carbono para Grandes Cidades (BID + GEF)

Descrição: Recursos do Global Enviroment Facility – GEF para redução de emissões de CO2: elaboração de manuais técnicos, capacitação de pessoal, promoção de projetos de transporte não motorizado, metodologia de contabilização de GEE mitigados, pesquisas e divulgação do conhecimento aos entes federados.

Atividades Desenvolvidas:
• Apoio ao BID no desenvolvimento do Project Preparation Grant (PPG) para aprovação no GEF;
• Aprovação do PPG pelo BID e GEF .

3. Cooperação Técnica Brasil - Alemanha
• Descrição: Projeto de cooperação técnica na área de eficiência energética em mobilidade urbana a ser desenvolvido com a GIZ no valor de €$ 2 milhões.

Atividades Desenvolvidas:
• Aprovação do Projeto no âmbito da Cooperação Brasil-Alemanha
• Missão da GIZ no Brasil para estudo e conhecimento de atividades desenvolvidas no Brasil
• Assinatura de Ata de Compromisso entre as partes para o desenvolvimento do projeto;
Missão do Ministério das Cidades na Alemanha para conhecimento da gestão da mobilidade urbana

4. Apoio à Construção da Matriz Energética do Brasil para 2050

Descrição: Construção da matriz energética do Brasil para 2050 pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, com o apoio de órgãos afins.

Atividade Desenvolvida: reunião realizada na EPE para discussão da matriz energética para 2050 na área de transporte público, onde a SeMob apresentou um panorama da divisão modal discutida dentro do PSTM e se colocou à disposição para o prosseguimento das discussões.

5. Agenda Pós-2015

Descrição: A Agenda Pós-2015 abrange um conjunto de programas, ações e diretrizes que vão orientar os trabalhos das Nações Unidas e de seus países-membros em direção ao desenvolvimento sustentável, após 2015. O calendário das negociações sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015 é o seguinte:

• Março de 2014 - iniciam-se as negociações sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável no Grupo de Trabalho Aberto da Assembleia Geral.
• Setembro de 2014 - iniciam-se as negociações sobre a agenda de desenvolvimento pós-2015, na abertura da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas, incorporando os resultados do Grupo de Trabalho e do Comitê de Peritos sobre Financiamento.
• Setembro de 2015 - lançamento da agenda de desenvolvimento pós-2015 em evento de alto nível da Assembleia-Geral.

Atividade Desenvolvida: Discussão e proposta de minuta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Encaminhamento à Assessoria de Relações Internacionais do MCidades e posteriormente ao Ministério das Relações Exteriores.

- **Promover a inovação tecnológica e a produção e disseminação de conhecimento na área de trânsito**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Departamento Nacional de Trânsito DENATRAN em 2014 foram tratados projetos relevantes para promover a inovação tecnológica e a produção e disseminação de conhecimento na área de trânsito, a saber:

O Termo de Cooperação nº. 1/2012 firmado entre o DENATRAN e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) obteve como produto, em 2014, um estudo a nível mundial de tendências existentes no uso de simuladores de direção para a formação de condutores, com a verificação de viabilidade econômica e a adequação a legislação de trânsito. Nesse sentido, as etapas de desenvolvimento do estudo transcorreram de modo a avaliar os produtos existentes no mercado internacional e a desenvolver três protótipos funcionais para apresentação conceitual do produto, de forma a orientar um workshop visando à elaboração de um caderno de requisitos.

Esse estudo definiu as especificações de hardware e software de simulação de direção para os Centros de Formação de Condutores (CFCs) na obtenção de Carteira Nacional de Habilitação. Tais especificações serviram de base para regulamentação do uso de simuladores de direção a nível nacional. Para o ano 2015 está prevista a aplicação das tecnologias de simulação para formação de condutores da categoria Motocicletas, com o propósito de melhorar o processo de treinamento e a qualificação desses condutores e a consequente redução de acidentes com esse tipo de veículo.

Além disso, foi firmado o Termo de Execução Descentralizada nº. 1/2014 entre o DENATRAN e a Universidade de Brasília – UNB para a análise de projeto e vínculo causal na ocorrência de supostos defeitos em veículos, visando atender demanda do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor – DPDC do Ministério da Justiça, e também, para o desenvolvimento do projeto do Centro de Teste em Segurança Veicular. Foi apresentada pela UNB uma proposta de formatação para os procedimentos de investigação de acidentes de consumo, onde foram fornecidos pareceres para 15 dos 33 processos encaminhados àquela instituição. Com relação ao projeto do Centro de Teste em Segurança Veicular, ficou definida como estratégia inicial a elaboração de um pré-projeto utilizando o instrumento de gestão benchmarking com propósito de analisar e consultar outros laboratórios de mesma natureza.

Com relação ao Prêmio Denatran de Inovação Tecnológica em Segurança Veicular foram iniciadas as discussões internas e estudos para a formalização do prêmio, ou seja, a elaboração do projeto que definirá o que é necessário para a instituição oficial do prêmio. Esse projeto encontra-se em fase de formatação final para implementação em 2015.

OBJETIVO: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Foram integrados 57 municípios em todo o País ao Sistema Nacional de Trânsito, o que representou um aumento de 3,97% no número de municípios integrados. Contudo, estes municípios integrados ao longo do ano representam apenas 0,81% da população nacional, ou seja, 1.667.162 habitantes, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Isto porque os municípios de grande e médio porte já foram integrados ao SNT e muitos municípios de pequeno porte cumpriram as exigências para integração até dezembro de 2014. Vale ressaltar, ainda, que a baixa adesão dos municípios tem relação com o desafio institucional requerido, pois para os municípios se integrarem ao SNT, exercendo plenamente suas competências, precisam criar um órgão municipal executivo de trânsito com estrutura para desenvolver atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito e controle e análise de estatística. Conforme o porte do município, o art. 16 do Código de Trânsito Brasileiro prevê, ainda, que junto a cada órgão de trânsito deve funcionar a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades impostas pelo órgão executivo de trânsito. Trata-se, portanto, de um desafio que permeia a política de trânsito, que é de natureza descentralizada, pois apesar do CTB estabelecer que todos devem ser integrados, não está estabelecida uma data limite.

Foram realizadas melhorias e manutenções nos sistemas de Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, Registro Nacional de Condutores Habilitados – RENACH, Registro Nacional de Infrações de Trânsito – RENAINF, Restrições Judiciais de Veículos Automotores – RENAJUD e no sistema que registra e acompanha os veículos que possuam chamamento para conserto de falhas de fabricação – RECALL. Também estão em estudos ou em fase de implementação outros sistemas que visam melhorias no setor.

Concernente à fiscalização de Órgãos e Entidade de Trânsito, em 2014, o DENATRAN realizou 99 fiscalizações em Empresas Credenciadas de Vistorias – ECV, sendo 15 na Bahia, 2 no Amazonas, 3 em Rondônia e 79 em São Paulo, e 21 fiscalizações em Instituições Técnicas Licenciadas (ITL), sendo 3 em Alagoas, 1 no Distrito Federal, 2 em Goiás, 4 no Rio Grande do Sul, 10 no Rio de Janeiro e 1 em São Paulo.

Em 18 de dezembro de 2014 foi aprovada e publicada a Política Nacional de Trânsito (PNT) por meio da Resolução CONTRAN n°. 514, de 18 de dezembro de 2014. A nova PNT tem por objetivos: promover a melhoria da segurança

viária, aprimorar a educação para a cidadania no trânsito; garantir a melhoria das condições de mobilidade urbana e viária, a acessibilidade e a qualidade ambiental; fortalecer o Sistema Nacional de Trânsito e incrementar o planejamento e a gestão do trânsito.

Desde 2011 o DENATRAN em conjunto com o INMETRO tem realizado o acompanhamento de Ensaios de Segurança Veicular Passiva nos laboratórios das empresas fabricantes de veículos. Em 2014, foram realizadas duas viagens internacionais, ambas ao Japão, onde foram avaliados os laboratórios de três montadoras: Nissan, Toyota e Suzuki. O ano de 2014 marcou a retomada da participação do governo brasileiro no Fórum Mundial para a Harmonização dos Regulamentos Veiculares (WP.29) da ONU. A delegação brasileira é composta por servidores do DENATRAN e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, que participaram como observadores de cinco reuniões do WP.29, todas em Genebra, na Suíça, sendo 3 reuniões plenárias e 2 reuniões técnicas do Grupo de Trabalho em Segurança Passiva (GRSP). Algumas dessas reuniões foram acompanhadas por servidores do Ministério das Relações Exteriores – MRE, para onde os Ministros de Estado das Cidades e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior encaminharam solicitação conjunta para verificar a possibilidade do Brasil aderir aos Acordos estabelecidos naquele Fórum, de modo a impulsionar o desenvolvimento da indústria automotiva brasileira e elevar o padrão de segurança dos veículos comercializados no país.

O DENATRAN participou, também, de 2 reuniões do Sub-grupo de Trabalho da Indústria Automotiva (SGT-03) do Mercosul, realizadas na Argentina, onde foi discutido o tema da segurança veicular com os países da região.

Entre os principais avanços nos marcos institucionais regulatórios, destacam-se a obrigatoriedade do uso do equipamento suplementar de segurança passiva (Air Bag), na parte frontal dos veículos, bem como o sistema antitravamento das rodas (ABS) para 100% dos veículos novos nacionais e importados, em atendimento às Resoluções CONTRAN nº 394 e 395, respectivamente.

Vale mencionar, a realização de estudos e projetos pelo DENATRAN para alteração de normas a fim de promover a melhoria da legislação de segurança veicular no Brasil, a exemplo da regulamentação que estabelece a obrigatoriedade de ABS ou CBS para as motocicletas e a obrigatoriedade do Sistema Eletrônico de Estabilidade nos freios de veículos.

O Comitê Gestor do RENAINF (CGRenainf), que tem a finalidade de gerir, integrar, propor alterações normativas e ações concretas para solução de problemas nos aspectos técnicos e financeiros da 1ª e 2ª Fases do Renainf, a fim de garantir o adequado procedimento de repasse dos valores e a completa integração dos órgãos de trânsito e rodoviários do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) ao referido sistema, realizou ao longo de 2014 três reuniões ordinárias, uma diligência ao órgão estadual de trânsito da Bahia, quatro visitas de monitoramento aos órgãos estaduais de trânsito de Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro, e uma reunião técnica com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF).

Como resultado, o CGRenainf melhorou o fluxo de repasse financeiro entre os órgãos arrecadadores e autuadores no sistema Renainf, reduzindo a inadimplência entre esses órgãos de trânsito no sistema Renainf em 23,20%, passando de R$ 79.808.151,39 milhões em 31 de janeiro de 2014, para R$ 61.291.372,44 milhões em 31 de dezembro de 2014, gerando arrecadação suplementar ao DENATRAN, referentes à gestão, administração e prestação de informações e para custeio da infraestrutura de dados do Sistema.

Como apoio ao fortalecimento do SNT, em 2014, as seguintes publicações foram elaboradas: Manual de Sinalização Vertical de Indicação (Volume III) – revisado pela Câmara Temática de Engenharia da Via e aprovado pelo CONTRAN; Manual de Sinalização Semafórica (Volume V) – aprovado pela Câmara Temática de Engenharia da Via e aprovado pelo

CONTRAN; e o Guia Básico para Gestão Municipal que foi atualizado e revisado para publicação e distribuição aos municípios.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar o padrão de qualidade das informações do Sistema Nacional de Trânsito - SNT**

  Análise Situacional da Meta

  Os sistemas Registro Nacional de Veículos Automotores – RENAVAM, Registro Nacional de Condutores Habilitados – RENACH, Registro Nacional de Infrações de Trânsito – RENAINF, Restrições Judiciais de Veículos Automotores – RENAJUD e o sistema que registra e acompanha os veículos que possuam chamamento para conserto de falhas de fabricação – RECALL estiveram em operação e, por conta da robustez de cada um, sofreram melhorias e manutenções. O Sistema de Registro Nacional de Acidentes e Estatística de Trânsito – RENAEST encontra-se em fase de planejamento visando a melhoraria na coleta de dados relativos ao trânsito e a ampliação dos objetos alvo. O novo Sistema de Certificação de Segurança Veicular – SISCSV está em desenvolvimento pelo SERPRO, devendo ser finalizado no primeiro semestre de 2015. O FUNSETNET está com o seu ambiente de produção concluído, aguardando a publicação de atos normativos (portarias de implementação, regulamento do sistema e manual do usuário). O sistema permitirá o gerenciamento da arrecadação de recursos oriundos de 5% das multas de trânsito, destinados a política de segurança e educação no trânsito.

  O Sistema Integrado de Monitoramento e Rastreamento Automático de Veículos – SINIAV foi dividido em duas fases para futuramente aplicar-se uma evolução baseada num modelo de negócios mais atualizado, tendo-se por base as constantes evoluções tecnológicas e os benefícios a serem oferecidos aos usuários finais. Além da fiscalização por parte dos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, verificou-se uma tendência no oferecimento de serviços baseados em Identificação por Rádio Frequência - RFID, e assim viabilizar a implantação do sistema sem maiores resistências. O segundo semestre de 2014, foi marcado pela formulação de uma segunda geração do SINIAV e paralelamente a consolidação do modelo atual a ser implantado. Assim como a revisão do módulo de emplacamento eletrônico desenvolvido pelo SERPRO e já disponível para implantação nos Órgão e Entidades Executivas de Trânsito dos Estados e do Distrito Federal. Ademais, foram verificados alguns erros presentes no mapa de memória publicado pela Resolução CONTRAN nº 412, além de uma duplicidade de interpretações realizadas nos modelos de certificação para os testes de Interoperabilidade realizados pelo Centro de Pesquisas Avançadas Werner Von Braun. Nova minuta de Resolução para correção desses erros foi elaborada e submetida à Assessoria Técnica do CONTRAN – ATEC para apreciação do Conselho Nacional de Trânsito.

- **Aumentar em 10% a população atendida pela municipalização do trânsito e dar suporte aos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, o Denatran alcançou cerca de 1,94% da população brasileira. Em 2014, foram integrados 57 municípios em todo o País ao Sistema Nacional de Trânsito, o que representou um aumento de 3,97% no número de municípios integrados. Contudo, estes municípios integrados ao longo do ano representam apenas 0,81% da população nacional, ou seja, 1.667.162 habitantes. Isto porque os municípios de grande e médio porte já foram integrados ao SNT e muitos municípios de pequeno porte cumpriram as exigências para integração em 2012.

  Dessa forma, no horizonte do PPA 2012-2015 este Departamento alcançou 45,9% da meta estabelecida, ou seja, aumentou em 4,59% o total de população atendida da municipalização do trânsito. Vale ressaltar, ainda, que a baixa adesão dos municípios tem relação com o desafio institucional requerido, pois para os municípios se integrarem ao SNT, exercendo plenamente suas competências, precisam criar um órgão municipal executivo de trânsito com estrutura para desenvolver atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito e controle e análise de estatística. Conforme o porte do município, o art. 16 do Código de Trânsito Brasileiro prevê, ainda, que junto a cada

órgão de trânsito deve funcionar a Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), órgão colegiado responsável pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades impostas pelo órgão executivo de trânsito. Trata-se, portanto, de um desafio que permeia a política de trânsito, que é de natureza descentralizada, pois apesar do CTB estabelecer que todos devem ser integrados, não está estabelecida uma data limite.

Quantidade alcançada

4,59

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	0,3	%	0,14	31/12/2014
Região Nordeste	4,3	%	1,57	31/12/2014
Região Norte	1,3	%	0,42	31/12/2014
Região Sudeste	2,9	%	1,21	31/12/2014
Região Sul	1,2	%	1,26	31/12/2014

- **Capacitar 50.000 profissionais do Sistema Nacional de Trânsito - SNT**

Análise Situacional da Meta

Para capacitar os profissionais do SNT foi firmado entre o DENATRAN e a Universidade de Brasília – UnB um Termo de Execução Descentralizada n°. 2/2013, cujo objeto é implantar uma plataforma educacional composta por um sistema para avaliação de instrutores e examinadores de trânsito e por uma Escola Virtual de Trânsito para capacitar os profissionais que atuam nos órgãos e entidades de trânsito. Como produtos a UNB já entregou ao DENATRAN o Kit-Didático PARADA – Trânsito na Escola e também já realizou a atualização de conteúdos e a reprodução dos materiais educativos do DENATRAN para distribuição nas escolas, a saber:

a) Diretrizes educacionais do ensino da educação de trânsito (1 milhão de unidades, sendo 500 mil de pré-escola e 500 mil para ensino fundamental);

b) Viva o Trânsito – histórias infantis (coleção de 6 volumes, impressão de 1 milhão de unidades de cada volume);

c) Criação do CTB ilustrado para crianças (1 milhão de unidades).

Destaca-se que o projeto de concepção, desenvolvimento e implantação da Plataforma Educacional do DENATRAN é um empreendimento de grande envergadura, que ultrapassa o mero desenvolvimento de um artefato técnico e que avança na direção de questões de pesquisa pertinentes não apenas no que se refere ao uso da Plataforma no ambiente organizacional a que se destina, mas também à sua compreensão enquanto tecnologia educativa e enquanto inovação tecnológica para o campo da educação não formal.

Quantidade alcançada

9.036

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	7.500	pessoas	382	31/12/2014
Região Nordeste	14.000	pessoas	844	31/12/2014
Região Norte	3.000	pessoas	50	31/12/2014
Região Sudeste	16.000	pessoas	6.740	31/12/2014
Região Sul	9.500	pessoas	1.020	31/12/2014

- **Fiscalizar 2.000 Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos - ECV, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

Concernente à fiscalização de Órgãos e Entidade de Trânsito, no horizonte PPA 2012-2015, foram realizadas 279 ações de fiscalizações em Empresas Credenciadas em Vistoria de Veículos – ECV: sendo que 214 fiscalizações foram realizadas no estado de São Paulo, 37 em Santa Catarina, 15 na Bahia, 6 em Mato Grosso do Sul; 2 no Espírito Santo; 3 em Rondônia e 2 em Manaus. O alcance de realização da meta é de 14%.

Outro aspecto que afetou o cenário de fiscalizações, diz respeito à Resolução CONTRAN nº 466, de 11/12/2013, que estabelece novos procedimentos para o exercício da atividade de vistoria de identificação veicular, em que a partir de 1/11/2014 o credenciamento das ECVs passará a ser realizado pelos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, porém o DENATRAN continuará a fiscalizar, quando motivado e a qualquer tempo, essas empresas.

Quantidade alcançada

279

Data de Referência

31/12/2014

- **Fiscalizar 400 Instituições Técnicas Licenciadas - ITLs, credenciadas para a inspeção de segurança veicular nos termos da legislação vigente, em todas as Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

O alcance da meta no eixo referente à fiscalização das ITL's está aquém do previsto, e tal fato tem se dado principalmente pelas limitações administrativas. Todavia foram realizadas 26 ações de fiscalização em Instituições Técnicas Licenciadas (ITL's): sendo 1 no estado de São Paulo; 1 em Santa Catarina; 4 no Rio Grande do Norte; 3 em Alagoas; 1 no Distrito Federal, 2 em Goiás, 4 no Rio Grande do Sul e 10 no Rio de Janeiro.

Quantidade alcançada

26

Data de Referência

31/12/2014

- **Fiscalizar 96 Órgãos de Trânsito e Entidades credenciadas pelo Denatran**

Análise Situacional da Meta

Concernente à fiscalização de Órgãos e Entidade de Trânsito, o Denatran já realizou 90 fiscalizações, o que representa 93% da meta. Foram realizadas ações de fiscalização da seguinte forma:

a) Em 12 órgãos e entidades do SNT em diferentes estados a saber: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins;

b) Foram realizados acompanhamentos de Ensaios de Segurança Passiva (Teste de Segurança Veicular) em 18 laboratórios, que envolveram 11 empresas montadoras nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Suécia, e na cidade de Caxias do Sul/RS, no Brasil;

c) Merece destaque o Comitê Gestor do RENAINF (CGRenainf), que tem a finalidade de gerir, integrar, propor alterações normativas e ações concretas para solução de problemas nos aspectos técnicos e financeiros da 1ª e 2ª Fases do Renainf, a fim de garantir o adequado procedimento de repasse dos valores e a completa integração dos órgãos de trânsito e rodoviários do Sistema Nacional de Trânsito (SNT) ao referido sistema, realizou ao longo de 2014 três reuniões ordinárias, uma diligência ao órgão estadual de trânsito da Bahia, quatro visitas de monitoramento aos órgãos estaduais de trânsito de Goiás, Mato Grosso, Pernambuco e Rio de Janeiro, e uma reunião técnica com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF).

Como resultado, o CGRenainf melhorou o fluxo de repasse financeiro entre os órgãos arrecadadores e autuadores no sistema Renainf, reduzindo a inadimplência entre esses órgãos de trânsito no sistema Renainf em 23,20%, passando de

R$ 79.808.151,39 milhões em 31 de janeiro de 2014, para R$ 61.291.372,44 milhões em 31 de dezembro de 2014, gerando arrecadação suplementar ao DENATRAN, referentes à gestão, administração e prestação de informações e para custeio da infraestrutura de dados do Sistema.

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

31/12/2014

- **Reformular a Política Nacional de Trânsito e adequar as referências normativas a partir do Plano Nacional de Redução de Acidentes no Trânsito para a Década 2011-2020**

Análise Situacional da Meta

Foi aprovada e publicada a Política Nacional de Trânsito (PNT) por meio da Resolução CONTRAN n°. 514, de 18 de dezembro de 2014. A nova PNT tem por objetivos: promover a melhoria da segurança viária, aprimorar a educação para a cidadania no trânsito; garantir a melhoria das condições de mobilidade urbana e viária, a acessibilidade e a qualidade ambiental; fortalecer o Sistema Nacional de Trânsito e incrementar o planejamento e a gestão do trânsito.

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Análise Situacional do Objetivo

Dando continuidade à campanha permanente pela redução de acidentes de trânsito lançada em 2012, cuja meta é reduzir pela metade o número de mortes no trânsito até 2020, no ano de 2014, este Departamento desenvolveu ações para reduzir as mortes no trânsito. Foram realizadas duas campanhas publicitárias de utilidade pública, a saber: a) Campanha Carnaval, que teve como tema principal o consumo de álcool aliado ao uso da direção que ainda é o campeão dentre as causa de mortes em acidentes de trânsito durante as comemorações do carnaval, principalmente entre os jovens; b) Campanha Semana Santa, cujo objetivo foi chamar a atenção do público para o risco da imprudência no trânsito. Essas campanhas foram mais um esforço do Pacto Nacional Pela Redução de Acidentes (PARADA), uma iniciativa do Governo Federal, cujo objetivo é reduzir em 50% o número de acidentes entre 2011 e 2020.

De acordo com os dados do Núcleo de Estatística da Polícia Rodoviária Federal (PRF), 63% das vítimas envolvidas em acidentes de trânsito nas rodovias federais têm entre 18 e 30 anos, e se encontram em estado de embriaguez alcoólica. Agravantes como falta dos equipamentos de segurança, excesso de velocidade, desrespeito à sinalização e direção perigosa também contribuem para o crescimento do número de óbitos nesse período.

Dados divulgados pelo Ministério da Saúde e corroborados pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) apontam queda na taxa de mortalidade por acidentes de trânsito nas rodovias federais, em decorrência das campanhas sazonais promovidas pelo PARADA, o que demonstra a efetividade das ações empreendidas.

De acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Saúde, as mortes em acidentes de trânsito caíram 10% em todo país no ano de 2013. O número registrado de vítimas em 2013 foi de 40,5 mil, ante 44,8 mil no ano de 2012.

Para capacitar os profissionais do SNT foi firmado entre o DENATRAN e a Universidade de Brasília – UnB um Termo de Execução Descentralizada n°. 2/2013, cujo objeto é implantar uma plataforma educacional composta por um sistema para avaliação de instrutores e examinadores de trânsito e por uma Escola Virtual de Trânsito para capacitar os profissionais que atuam nos órgãos e entidades de trânsito. Como produtos a UNB já entregou ao DENATRAN o Kit-Didático PARADA – Trânsito na Escola e também já realizou a atualização de conteúdos e a reprodução dos materiais

educativos do DENATRAN para distribuição nas escolas, a saber:

a) Diretrizes educacionais do ensino da educação de trânsito (1 milhão de unidades, sendo 500 mil de pré-escola e 500 mil para ensino fundamental);

b) Viva o Trânsito – histórias infantis (coleção de 6 volumes, impressão de 1 milhão de unidades de cada volume);

c) Criação do CTB ilustrado para crianças (1 milhão de unidades).

No que se refere à atividade de gestão das ações específicas de educação foi articulado junto ao Ministério da Educação (MEC) e Casa Civil a concretização da formação de professores, que acontecerá por meio de Educação a Distância - EAD, cujo material encontra-se em processo de análise para disponibilização aos professores. Os eixos principais de discussão foram: art. 76 do Código de Trânsito Brasileiro; Diretrizes Nacionais da Educação para o Trânsito no Ensino Fundamental e na Pré-Escola.

Outra etapa importante foi a aprovação pelo MEC do conteúdo das diretrizes educacionais a serem disponibilizadas para as escolas. Entretanto, as escolas possuem autonomia para definir quais conteúdos serão incluídos no Projeto Político Pedagógico, e a própria escola define qual conteúdo será trabalhado como tema transversal. Hoje os órgãos estaduais e municipais de trânsito estão realizando o acompanhamento das escolas quanto ao conteúdo de educação de trânsito. Com relação à meta de desenvolver o curso de “Metodologia do Ensino da Educação de Trânsito”, foi celebrado Termo de Cooperação com a Universidade de Brasília (UnB), para implementação do projeto Plataforma Educacional do DENATRAN – Sistema de Avaliação de Examinadores e Instrutores de Trânsito e a Escola Virtual de Trânsito, que entre as suas etapas inclui a pesquisa e desenvolvimento de estratégias de aplicação da Escola Virtual de Trânsito.

Metas 2012-2015

- **Articular gestão junto ao MEC para a formação de 1.000 professores multiplicadores em Educação de Trânsito e implementar as Diretrizes Nacionais da Educação de Trânsito no Ensino Fundamental e da Pré-escola (Portaria 147/2009 Denatran)**

  Análise Situacional da Meta

  A capacitação dos professores acontecerá por meio do convênio da UNB. Para implantar o programa “Educação para Cidadania no Trânsito” em 5% dos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito realizamos reuniões com os órgãos gestores municipais para o apoio regional do projeto. O MEC atendendo a demandas do DENATRAN aprovou e publicou a Resolução no. 7/2010 do CNE, que Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e reconhece o Trânsito como tema transversal permitindo que as escolas o insiram em sua matriz curricular. Para implementação do “Programa Jovem Consciente” nas escolas públicas, a Resolução CONTRAN 265/07 está passando por alterações a fim de contemplar as escolas de acordo com a Resolução do CNE no 2/2012, que considera o tema trânsito como transversal no ensino médio.

- **Desenvolver, em parceria com universidades, o curso de "Metodologia do Ensino da Educação de Trânsito" para 10.000 professores da Educação Básica**

  Análise Situacional da Meta

  A implementação da Escola Virtual do Denatran favorecerá a ruptura de paradigmas tradicionais do processo educativo, promoverá ensino e aprendizagem contextualizados, atrativos, dinâmicos, significativos, interessantes, e, acima de tudo, interativos com os alunos e com os profissionais que atuam no SNT.

  Esse projeto contempla o programa de atualização dos instrutores de Centros de Formação de Condutores - CFCs e examinadores de trânsito de todo o país, mediante a oferta de 75.000 (setenta e cinco mil) vagas na metodologia à distância.

Nesse curso de capacitação de instrutores e examinadores, a UnB irá disponibilizar todo apoio e suporte de tutoria para garantir todas as condições de realização dos cursos com total qualidade e exigência que o mercado necessita, a fim de atender os preceitos pedagógicos da formação do instrutor e do examinador de trânsito.

Está em análise pelo Ministério da Educação – MEC a proposta do DENATRAN para capacitar jovens para o mercado de trabalho e a formação de motoristas profissionais por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, com a inclusão no guia PRONATEC dos cursos de Instrutor de Trânsito e de Vistoriador Veicular.

- **Implantar o programa "Educação para Cidadania no Trânsito" em 5% dos municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta deverá ser alinhada em parceria com os órgãos municipais de trânsito e de educação, porém a implantação do programa depende da anuência da Secretaria Educação de cada município interessado.

Está sendo feita a articulação com o MEC, por meio de diversas reuniões, que já apresentou como resultado a aprovação do conteúdo das Diretrizes Educacionais a serem disponibilizadas para as escolas, bem como a publicação da Resolução do CNE no 07/2010, que define a necessidade dos temas transversais, incluindo-se o Trânsito, a serem trabalhados de forma integrada aos componentes curriculares e as áreas do conhecimento articulando seus conteúdos aos temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global.

- **Implementar "Programa Jovem Consciente" nas escolas públicas, para 40.000 alunos, com a finalidade de educar o jovem para o exercício da cidadania, desenvolvendo comportamentos conscientes e responsáveis**

Análise Situacional da Meta

Para implementação do “Programa Jovem Consciente” nas escolas públicas, a Resolução CONTRAN 265/07 está passando por alterações a fim de contemplar as escolas de acordo com a Resolução do CNE no 2/2012, que considera o tema trânsito como transversal no ensino médio.

A principal alternativa é a parceria com o MEC, por meio do PRONATEC, para capacitação de jovens para o mercado do trabalho e a formação de motoristas profissionais. Outra proposta é a implantação do projeto com base na Resolução do Contran no 265/07.

- **Realizar 60 encontros com educadores de trânsito, com vistas à implementação e fortalecimentos das metas educativas**

Análise Situacional da Meta

Com relação à realização dos encontros de educadores não foi possível ser concluída, pois o Ministério das Cidades não possui contrato com empresa prestadora de serviços para eventos, o que inviabiliza a realização dos encontros nacionais de educadores. Somente um encontro com educadores de trânsito foi realizado no período. A execução da meta está aquém do previsto, e tem sido estudado alternativas para a implementação da meta.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	unidade	1	31/12/2014
Região Nordeste	12	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	12	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	12	unidade	0	31/12/2014

Região Sul	12	unidade	0	31/12/2014

- **Realizar, anualmente, o Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito, para incentivar a sociedade brasileira a produzir 40.000 trabalhos técnicos, científicos e artísticos voltados ao tema Trânsito**

Análise Situacional da Meta

O Prêmio DENATRAN de Educação para o Trânsito não foi realizado no ano de 2014, por motivos de redefinição das categorias a fim de torná-lo mais amplo e contemplar o prêmio Inovação Tecnológica em Segurança Veicular.

- **Realizar cursos de pós graduação em educação e gestão de trânsito para 100 pessoas**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas três reuniões com universidades públicas e privadas, com a participação da Associação Nacional dos Detrans (AND), onde foi verificado que diversas universidades já oferecem cursos de pós-graduações na área de educação e gestão de trânsito. Diante desse cenário, este Departamento está estudando a possibilidade de criar um selo de qualidade para certificar os cursos já existentes no exercício de 2014.

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Acidentes rodoviários com vítimas fatais em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	7.376	31/12/2014	7.391
Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2009	158.893	31/12/2014	181.272
Malha classificada entre bom e ótimo estado de conservação	%	31/12/2010	57	31/12/2014	60
Malha rodoviária federal pavimentada	km	29/10/2010	62.093	31/12/2014	66.712
Percentual de pavimentação das rodovias federais implantadas	%	29/10/2010	81,86	31/12/2014	84
Preço médio das tarifas rodoviárias - concessões	R$/100 km	25/02/2011	4,8	31/12/2014	5,07
Ranking da Qualidade das Estradas (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	105	03/09/2014	122
Transações comerciais com países sulamericanos por rodovias	mil toneladas por ano	31/12/2010	11.303,141	31/12/2014	11.271,6586

OBJETIVO: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal adotou ações com vistas a assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais. Para tanto, foram contratados serviços de manutenção da malha rodoviária federal, pavimentada e não pavimentada. Do total previsto estão sendo executados serviços em quase a totalidade das vias pavimentadas, com contratos variando de um ano - Conservação Tradicional, até contratos de cinco anos – CREMA (Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas), contemplando ações de recuperação funcional e estrutural do pavimento. Objetiva-se com o uso de contratos de maior duração que as empresas realizem intervenções mais duradouras, de modo a reduzir os seus custos de manutenção e aumentar a vida útil da rodovia. Consequentemente, tais trechos permanecerão em bom estado por mais tempo e ficarão interditados para reparos em menor frequência. Quanto aos trechos rodoviários sem pavimentação, foram cumpridas as metas em 69% para o período 2012-2015, considerando somente os segmentos sob a responsabilidade do Governo Federal.

Quanto à recuperação, adequação e reforço estrutural em 502 pontes e viadutos. Atualmente encontram-se em fase de elaboração os projetos para licitação das obras, sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Planejamento e Programação de Investimentos/DNIT.

Metas 2012-2015

- **Realizar a manutenção de 13.462,2 km de rodovias federais não pavimentadas**

  Análise Situacional da Meta

  O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT é responsável pela manutenção de 12.474,50 km de

rodovias federais não pavimentadas. A meta estabelecida de 13.462,2 km compreende o total da malha, considerando os segmentos de responsabilidade dos Departamentos Estaduais de Rodagem (DERs), estabelecidos por meio de convênios, trechos em fase de pavimentação, segmentos em fase de implantação e trechos em situação de leito natural.

Quantidade alcançada

8.562,8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.487	km	1.070,8	31/12/2014
Região Nordeste	2.375,2	km	774,6	31/12/2014
Região Norte	7.728,3	km	5.996	31/12/2014
Região Sudeste	1.315,6	km	452,4	31/12/2014
Região Sul	556,1	km	269	31/12/2014

- **Realizar a manutenção de 52.950,6 km de rodovias federais pavimentadas, de forma permanente**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal tem tomado ações com vistas a assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais. Para tanto, foram contratados serviços de manutenção da malha rodoviária federal, pavimentada e não pavimentada. Do total previsto estão sendo executados serviços em quase a totalidade das vias pavimentadas, com contratos variando de um ano - Conservação Tradicional, até contratos de cinco anos – CREMA (Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas), contemplando ações de recuperação funcional e estrutural do pavimento. Objetiva-se com o uso de contratos de maior duração que as empresas realizem intervenções mais duradouras, de modo a reduzir os seus custos de manutenção e aumentar a vida útil da rodovia. Consequentemente, tais trechos permanecerão em bom estado por mais tempo e ficarão interditados para reparos em menor frequência.

Quantidade alcançada

46.443,5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.673,3	km	8.031,8	31/12/2014
Região Nordeste	18.439,3	km	16.530,8	31/12/2014
Região Norte	7.518	km	7.142,8	31/12/2014
Região Sudeste	9.495,5	km	6.858,7	31/12/2014
Região Sul	6.824,5	km	7.879,4	31/12/2014

- **Recuperar, adequar e reforçar 502 estruturas (pontes e viadutos) em estado crítico**

Análise Situacional da Meta

Quanto à recuperação, adequação e reforço estrutural em 502 pontes e viadutos, atualmente encontram-se em fase de elaboração os projetos para licitação das obras, sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Planejamento e Programação de Investimentos/DNIT.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Em meados dos anos 90, o Brasil iniciou o programa de concessões de rodovias federais com o objetivo de oferecer vias de transporte capazes de prestar serviço de melhor qualidade aos usuários. Desse modo, houve a transferência da gestão de parte da malha rodoviária à iniciativa privada como forma alternativa de investimentos.

O programa de concessão rodoviário está estruturado em três etapas.

A Primeira Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais é composta por seis trechos, perfazendo uma extensão total de 1.315,90 km.

Com a implementação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a Segunda Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, em sua Fase I, abrangeu 2624,40 km, englobando sete trechos rodoviários. Já a Fase II compreendeu a concessão de um trecho rodoviário com a extensão de 680,6 km.

Para as concessões da Segunda Etapa foram firmados em 2013 oito Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) (Autopista Planalto Sul, Autopista Litoral Sul, Autopista Regis Bitencourt, Autopista Fernão Dias, Rodovia do Aço, Autopista Fluminense, Transbrasiliana e ViaBahia) para execução das obras com cronogramas em atraso.

A Terceira Etapa do Programa de Concessão de Rodovias Federais, também integrante do PAC, está dividida em três fases, com extensão total de 7.313,3 km.

Atualmente, o Governo Federal administra 21 concessões rodoviárias, perfazendo um total de 9.969,6 km. Dentre estas, destaca-se a concessão da BR-101/RJ, Ponte Rio/Niterói (13,2 km), cujo processo preparatório para licitação de uma nova concessão encontra-se em andamento.

A continuidade da descentralização da malha rodoviária federal, visa ampliar a oferta da prestação de serviços, segurança e qualidade no deslocamento, e evolui por meio do Programa de Investimentos em Logística (PIL).

As principais características do PIL envolvem investimentos concentrados nos primeiros cinco anos da concessão (grandes extensões de duplicações, contornos, travessias e obras de arte), realização de estudos ambientais pelo Governo Federal como forma de agilizar o processo de licenciamento ambiental, seleção do concessionário pela menor tarifa de pedágio ofertada, tráfego urbano não pedagiado e início da cobrança de pedágio após a implantação de 10% das obras de duplicação previstas nos Programas de Exploração de Rodovias (PER).

As empresas concessionárias de rodovias federais devem cumprir uma gama de obrigações previstas nos contratos de concessão e nos PER, bem como devem orientar esforços para atingir parâmetros pré-estabelecidos de desempenho para os elementos físicos e operacionais. Com base nesses parâmetros são obrigatórias intervenções ao longo de todo o período de concessão, tais como: recuperação, operação, manutenção, conservação, monitoramento e melhoramentos. No ano de 2014, foram iniciados os Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI's) com a publicação de cinco Editais de Chamamento Público para empresas interessadas em elaborar os estudos para concessão de novos trechos rodoviários. O Edital de Chamamento nº 1/2014, da Ponte Rio-Niterói, foi publicado em 29/01/2014. Os demais Editais de Chamamento nº 2 a 5/2014 foram publicados em 03/02/2014.

As empresas interessadas devem elaborar s estudos que abrangem atividades como demanda, engenharia, operação, meio ambiente, modelagem econômico-financeira, além de apoio na elaboração de minutas de documentos, em conformidade com o Termo de Referência disponibilizado para cada Edital de Chamamento.

Os estudos visam à concessão de 2.625,40 km de rodovias. Os segmentos rodoviários e a quantidade de empresas autorizadas para a elaboração dos estudos estão apresentados a seguir:

•BR-101/RJ, Ponte Rio/Niterói: extensão de 13,2 km, com um Contrato de Concessão que se encerrará em 31/05/2015. 12 empresas foram autorizadas pela Portaria nº 52, publicada no DOU de 27/02/2014. 3 empresas entregaram os estudos de viabilidade técnico-econômica em 22 de setembro de 2014 e foi escolhido, por meio do Despacho do Ministro dos Transportes de 07 de outubro de 2014, como estudo vencedor o da CCR S.A.. Estes estudos foram em seguida submetidos ao Processo de Participação e Controle Social, por meio das Audiências Públicas nº 012 e 013/2014,

ocorridas entre 10 e 24 de outubro de 2014 e da Reunião Participativa nº 011/2014, ocorrida em 11 de novembro de 2014. Após ajustes, os estudos foram encaminhados ao Tribunal de Contas da União – TCU em 28 de novembro de 2014, em atendimento à Instrução Normativa nº 46 / 2004, a qual dispõe sobre a fiscalização dos processos de concessão para exploração de rodovias federais, inclusive as rodovias ou trechos rodoviários delegados pela União a estado, ao Distrito Federal, a município, ou a consórcio entre eles. O leilão da BR-101/RJ, Ponte Rio/Niterói está previsto para março de 2015;

•BR-476/153/282/480/SC/PR: com extensão de 493,3 km. Sendo o seu trecho entre Lapa (PR) e divisa SC/RS, passando por Chapecó (SC). 18 empresas foram autorizadas pela Portaria nº 58, publicada no DOU de 27/02/2014. A previsão de entrega dos estudos é 15 de janeiro de 2015, de acordo com a Portaria MT nº 396, de 14 de novembro de 2014;

•BR-364/060/MT/GO: com extensão de 703,7 km. Sendo o seu trecho entre Rondonópolis (MT), Jatái (GO) e Goiânia (GO). 18 empresas foram autorizadas pela Portaria nº 59, publicada no DOU de 27/02/2014;

•BR-163/230/MT/PA: com extensão de 976,0 km. Sendo o seu entre entroncamento com a MT-220 até o Porto de Miritituba (PA). 20 empresas foram autorizadas pela Portaria nº 57, publicada no DOU de 27/02/2014. A previsão de entrega dos estudos é de 15 de janeiro de 2015, de acordo com a Portaria MT nº 396, de 14 de novembro de 2014;

•BR-364/GO/MG: com extensão de 439,2 km. Sendo o seu trecho entre Jataí (GO) e entroncamento com a BR-153/MG (Comendador Gomes). 19 empresas foram autorizadas pela Portaria nº 56, publicada no DOU de 27/02/2014. A previsão de entrega dos estudos é de 15 de janeiro de 2015, de acordo com a Portaria MT nº 396, de 14 de novembro de 2014;

Metas 2012-2015

- **Conceder 8.044 km de rodovias**

  Análise Situacional da Meta

  Meta: Conceder 8.044 km das rodovias

  A Meta referente ao Objetivo 0130 do Programa de Transportes Rodoviários abarca todos os trechos pertencentes às três fases da Terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias, conforme a seguir:

  •Fase I compreende as rodovias BR-040/DF/GO/MG, no trecho entre Brasília/DF e Juiz de Fora/MG, com extensão de 936,8 km e BR-116/MG, no trecho entre a Divisa dos Estados BA/MG e a Divisa dos Estados MG/RJ, com extensão de 816,7 km.

  •Fase II compreende a rodovia BR-101/ES/BA, no trecho entre Divisa RJ/ES ao entroncamento com a BA-698 (acesso a Mucuri), com extensão de 475,9 km.

  •Fase III compreende as rodovias BR-163/262/267/MS: BR-163/MS, no trecho entre a Divisa PR/MS a Divisa MS/MT, BR-262/MS, no trecho entre Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP e BR-267/MS, no trecho entre Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP, com extensão total de 1.423,3 km; BR-163/MT, no trecho entre a Divisa MS/MT a Sinop/MT, com extensão 821,6 km; BR-153/GO/TO e TO-080, no trecho entre Entroncamento BR-060 (Anápolis/GO) a Palmas/TO, com extensão de 814,0 km; BR-060/153/262/DF/GO/MG: BR-060/DF, no trecho entre Brasília/DF a Divisa DF/GO, BR-060/GO, no trecho entre Divisa DF/GO a Goiânia/GO, BR-153/GO, no trecho entre Goiânia/GO e Divisa GO/MG, BR-153/MG, no trecho entre Divisa GO/MG a Divisa MG/SP e BR-262/MG, no trecho entre o entroncamento da BR-153/MG a Betim/MG, com extensão total de 1.176,5 km; BR-101/BA, no trecho entre

  Feira de Santana/BA e entroncamento com a BA-698, com extensão de 772,3 km; BR-050/GO/MG, no trecho entre Cristalina/GO e a Divisa MG/SP, com extensão de 425,8 km; BR-262/ES/MG, no trecho entre Viana/ES a João Monlevade/MG, com extensão 376,9 km.

Após a conclusão dos estudos de viabilidade, o escopo original anteriormente descrito evoluiu com as seguintes considerações:

•No que se refere à concessão das BR-163/262/267/MS, o Governo Federal concluiu pela retirada dos trechos das BR-262/267/MS (576,1 km);
•Com relação à concessão do trecho BR-163/MT, a extensão inicial foi alterada de 821,6 km para 850,9 km com a inclusão do trecho Sinop/MT ao Entroncamento MT-220;
•Quanto à concessão das BR-153/TO/GO e TO-080, foi realizada audiência pública em dezembro de 2013, concluindo-se pela retirada dos trechos na BR-153/TO, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) e o entroncamento com a TO-080 (Paraíso do Tocantins) e a TO-080, entre Paraíso de Tocantins a Palmas (189,2 km);
•Em se tratando da concessão do trecho BR-050/GO/MG, a extensão inicial foi alterada de 425,8 km para 436,6 km, em virtude de mudança de traçado com passagem pelo Contorno de Uberlândia;
•No que se refere à concessão do trecho BR-262/ES/MG, houve supressão de 1,3 km devido ao trecho coincidente com a BR-116/MG;
•Com relação às BR-101/BA, BR-262/ES/MG e BR-116/MG, a ANTT aguarda orientações do Ministério dos Transportes sobre os próximos passos a serem seguidos.

Assim, as extensões preliminares referentes aos trechos relativos à terceira Etapa do Programa de Concessões Rodoviárias foram redefinidas, passando de 8.044 km para 7.313,3 km. Desse total, 5.348,7 km tiveram o processo licitatório consolidado, resultando em expressivos deságios sobre a tarifa máxima estipulada. O desenvolvimento dos projetos de concessão resultou na redução de 730,7 km (9,08%) da meta inicialmente prevista no PPA, sem diminuição dos esperados benefícios à sociedade, dispostos no objetivo 0130. Contribuíram para o avanço de 5.348,7 km, verificados em 2014 e os 912,5 km referentes à assinatura de contratos de leilões realizados em 2013.

O contrato de concessão da BR-101/ES/BA foi assinado em abril de 2013, e o início da concessão se deu em maio do mesmo ano. Atualmente estão em execução intervenções de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos do sistema rodoviário.
Os contratos dos empreendimentos que fazem parte do escopo do PIL estabelecem que, para o início da cobrança de pedágio, há necessidade da implantação de no mínimo 10% das obras de duplicação previstas no PER. Abaixo segue descrição do avanço das obras realizadas em 2014:

•BR-040/DF/GO/MG, duplicação de 557,20 km, com execução de 6,28% em 2014.
•BR-060/153/262/DF/GO/MG, duplicação de 647,80 km, com execução de 5,80% em 2014.
•BR-050/GO/MG, duplicação de 218,90 km, com execução de 9,8% em 2014.
•BR-163/MS, duplicação de 806,30 km, com execução de 2,37% em 2014.
•BR-163/MT, duplicação de 453,60 km, com execução de 4,15% em 2014.

Quantidade alcançada
5.348,7
Data de Referência
31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Região Centro-Oeste	3.458	km	2.910,9	31/12/2014
Região Nordeste	772,3	km	0	31/12/2014
Região Norte	368,9	km	179,7	31/12/2014
Região Sudeste	3.445,2	km	2.258,1	31/12/2014

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

No transporte rodoviário, o Governo Federal tem priorizado os investimentos destinados à melhoria das condições de fluxos de cargas e passageiros, de forma a eliminar pontos de estrangulamento em eixos rodoviários, propiciar o desenvolvimento de regiões, facilitar o escoamento da produção agroindustrial e promover a integração nacional e com os países da América do Sul. Os investimentos realizados no período do PPA voltados às ações de adequação de rodovias constituem prioridade dentre os empreendimentos constantes da carteira do PAC e são acompanhados dentro da estrutura de governança deste Programa, que busca maior eficiência nas entregas do governo e rápida solução de entraves que possam atrasar a conclusão das obras.

O processo de adequação de capacidade refere-se, portanto, à melhora nas condições de tráfego de uma rodovia, que pode vir tanto por meio de uma duplicação como pela construção de terceiras faixas, viadutos e outras obras similares. Com isso, espera-se atender às demandas decorrentes do crescimento populacional, do aumento da frota de veículos, da ascensão na produção agroindustrial e dos decorrentes fluxos de cargas, tanto internamente como para exportação. Adicionalmente, a melhora no fluxo de veículos traz um importante ganho em relação à segurança, ao permitir a melhor segregação do tráfego que segue em diferentes velocidades, reduzindo o risco de acidentes.

Até dezembro de 2014 foram concluídos 1.726,20 km de obras de adequação rodoviária, sendo que o restante está em execução ou em fase de ação preparatória.

Metas 2012-2015

- **Adequar 5.103,7 km de rodovias federais**

  Análise Situacional da Meta

  Obras concluídas em 2013, no contexto desta meta:

  Ago/2013: BR-101/PE/PB/RN – Duplicação
  Set/2013: BR-050/MG – Duplicação Uberlândia – Araguari .

  Obras concluídas em 2014, no contexto desta meta:
  BR-365/MG – Trevão – Uberlândia
  BR-101/SC – Palhoça – Div. SC/RS
  BR-060/GO – Goiânia – Jataí
  BR-101/SE – Divisa AL/SE – Divisa SE/BA

  Quantidade alcançada

  1.726,2

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	362,2	km	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	26,3	km	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1.024,8	km	606,5	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	545,2	km	394,1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	819,5	km	29,6	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.362,7	km	366,7	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	963	km	329,3	31/12/2014

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Uma das grandes preocupações do Governo Federal, refletida em programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o PIL (Programa de Investimentos em Logística) é aumentar a sinergia entre os diversos modais, o que implica, entre outras coisas, em investimentos nos acessos terrestres aos portos. Pretende-se, com isso, facilitar o escoamento da produção agroindustrial do país, aumentar a competição entre os portos e diminuir a pressão sobre áreas portuárias tradicionais e, indiretamente, fomentar a navegação de cabotagem, ao facilitar a interligação por via marítima das diferentes regiões do país.

O PPA 2012-2015 já previu uma série de empreendimentos nesta linha, que estão em diferentes fases de execução, conforme pode ser visualizado na meta deste objetivo. Em 2014, destaca-se a formalização dos convênios para acesso ao porto de Aratú/BA e porto de Pecém/CE, a liberação ao tráfego do acesso ao porto de Itaguaí/RJ, e a licitação do acesso ao porto de Mirituba/PA como lançamento do edital no início de 2015.

Metas 2012-2015

- **Adequar 402,9 km de acesso portuário, por meio de rodovias federais**

Análise Situacional da Meta

Esta meta prevê a adequação de acessos a 5 portos: Pecém no Ceará, São Francisco do Sul em Santa Catarina - não licitou, Salvador na Bahia, Pelotas no Rio Grande do Sul e Itajaí em Santa Catarina. A Via Expressa para o porto de Salvador foi concluída em dezembro/2013. Os outros empreendimentos estão em diferentes estágios de execução. São Francisco do Sul, Pelotas e Rio Grande estão com problemas ambientais, sendo tratados com as secretaria de meio ambiente do RS. Em 2014 destaca-se a assinatura dos convênios do acesso ao Porto de Aratu/BA. O acesso ao porto de Pecém/CE tem previsão de conclusão para 2015, assim como a liberação do tráfego das obras do acesso ao porto de Itaguaí/RJ. Além disso, no início de 2015, será publicado o edital do acesso ao porto de Mirituba/PA.

Quantidade alcançada

198,3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	15	km	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	4,3	km	4,3	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	217,7	km	194	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	165,9	km	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O tráfego rodoviário pode ter sérios impactos negativos nas aglomerações urbanas sob vários aspectos, tais como a segurança de motoristas e pedestres, níveis de ruído e poluição, concorrência entre o tráfego local e o de longa distância, entre outros. Para mitigar tais impactos pode-se tanto optar pela construção de contornos rodoviários, que desviam o tráfego intermunicipal para fora das regiões com maior adensamento populacional, como pela implementação de travessias urbanas, que, embora atravessem os municípios, o fazem de forma segregada, com mecanismos para a redução dos impactos no tráfego local e na qualidade de vida da população.

Dentre os empreendimentos nesta categoria previstos no PPA 2012-2015, destaca-se o rodoanel de São Paulo, uma rodovia com acesso restrito que contornará a Região Metropolitana num distanciamento de 20 a 40 km do centro do município. A sua extensão total será de 177 km, interligando os grandes corredores de acesso à metrópole: Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias. O projeto contempla dispositivos e medidas operacionais que visam reduzir as consequências de acidentes com cargas perigosas, controlando e impedindo a contaminação ambiental. Nos túneis, está prevista a implantação de sistemas de ventilação e filtros, facilitando a dissipação dos gases já devidamente filtrados.

Destaca-se no ano de 2014 a conclusão das obras da travessia de Luis Eduardo Magalhães na Bahia e do Contorno de Cuiabá, o começo das obras do trecho Santa Guilhermina - Manilha no Rio de Janeiro, a conclusão do Contorno de Vitória e contratação das obras da travessia urbana de Porto Velho.

Metas 2012-2015

- **Construir 19 contornos ou anéis rodoviários**

  Análise Situacional da Meta

  Até 2013, foram concluídos os seguintes contornos ou anéis rodoviários: Cascavel e Maringá no Paraná, Barreiras na Bahia, Vitória no Espírito Santo e Aracajú no Estado de Sergipe.

  O contorno de Mossoró (RN) está em fase de conclusão, com entrega prevista para final de 2015.

  Vários contornos estão ainda em fase preparatória, com atividades como licenciamento ambiental e preparação para a licitação. Destaca-se o uso do regime diferenciado de contratação (RDC), que busca a aceleração na execução e entrega das obras. O contorno de Recife (PE) já está contratado através de convênio com o Governo do Estado. Do trecho sul do Anel Metropolitano de Belo Horizonte (MG), foram retiradas as Obras de Arte Especiais do convênio e serão licitadas à parte. O restante está com o Governo do Estado em fase preparatória.

  Destaca-se, ainda, o início da construção do trecho norte do Rodoanel de São Paulo (SP), com conclusão da obra prevista para junho de 2015. O Anel Rodoviário do Rio de Janeiro (RJ) tem o trecho do convênio concluído. O Trecho Manilha - Santa Gulhermina já foi contratado (RDCi) tendo o projeto executivo em fase de aceitação, com previsão de conclusão da obra em 2017.

  Quantidade alcançada

  5

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	6	unidade	2	31/12/2014
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	6	unidade	1	31/12/2014
Região Sul	4	unidade	2	31/12/2014

- **Construir 20 travessias urbanas**

Análise Situacional da Meta

Até 2013, foram concluídas as seguintes travessias urbanas: Sorriso, no Mato Grosso, Colinas do Tocantins, Guaraí e Miranorte, no estado do Tocantins, Ji-Paraná e Pimenta Bueno em Rondônia e Professor Jamil em Goiás. A Travessia Urbana de Porto Velho (RO) está com a obra contratada. As travessias de Campo Grande (MS) e Cuiabá (MT) estão em fase de conclusão. A obra em Luiz Eduardo Magalhães (BA) foi concluída. Em Uberaba (MG), o segmento 2 está concluído. A travessia urbana em Lajes (SC) foi concluída no final de 2014.

Alguns empreendimentos ainda estão em fase preparatória, com atividades de licenciamento e preparação para a licitação, entre outras.

Quantidade alcançada

9

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	3	31/12/2014
Região Nordeste	2	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	8	unidade	5	31/12/2014
Região Sudeste	2	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	1	31/12/2014

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil ainda possui uma malha rodoviária cuja extensão está aquém das necessidades de escoamento de mercadorias e de integração nacional e sul-americana. Assim, o governo federal tem investido na construção de novas rodovias de modo a aumentar a abrangência da rede, reduzindo os custos de transporte e trazendo conforto e bem-estar à população.

Adicionalmente, com a criação, em 2012, da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) e o lançamento do Programa de Investimentos em Logística (PIL), objetiva-se uma melhora na capacidade de planejamento do setor, que permitirá a definição mais precisa dos futuros empreendimentos a serem conduzidos.

Ressalta-se em 2014 a contratação para duplicação de 4 lotes na BR-101/BA, 6 Lotes na BR-116/BA, 1 Lote na BR-163/364/MT. Quanto a projetos de implentação destacam-se 4 lotes na BR-235/BA e o início das obras da BR-381/MG, BR-470/SC e BR-280/SC.

Metas 2012-2015

- **Construir 5007,9 km de rodovias**

Análise Situacional da Meta

Fev/2013: BR-235/BA – Construção – Canché – Uauá

Jul/2013: BR-364MG – Implantação e Pavimentação – Gurinhatã – Divisa MG/GO Ago/2013: BR-020/PI –

Pavimentação – Div. BA/PI – São Raimundo Nonato/PI Ago/2013: BR-158/MT – Construção – Alô Brasil – Ribeirão Cascalheira
Set/2103: BR-487/PR – Pavimentação Cruzeiro do Oeste – Tuneiras do Oeste
Dez/2013: BR-135/PI – Pavimentação - Bertolínea – Eliseu Martins

Alguns empreendimentos já estão em fase final de construção, tais como:
BR-226/RN, construção e pavimentação do trecho entre Pau dos Ferros (RN) e a divisa RN/CE: conclusão no final de 2014,e, a BR-418/BA, construção do trecho entre Caravelas (BA) e o entroncamento com a BR-101.

Dentre os empreendimentos em fase preparatória, destacam-se:
BR-146/MG, pavimentação do trecho entre Passos (MG) e Bom Jesus da Penha (MG): Construtora já contratada com previsão de conclusão para 2016.

BR-158/PR, construção do trecho entre Campo Mourão (PR) e Palmital (PR): em fase de início das obras.
BR-285/SC, pavimentação do trecho entre Timbé do Sul (SC) e a divisa SC/RS: em fase de licitação (RDC Integrada), com previsão de início das obras em junho de 2014.
BR-487/PR, construção e pavimentação do trecho entre Porto Camargo (PR) e Campo Mourão (PR): Licitação concluída e empresa contratada, obras já iniciadas.
Também é importante mencionar a pavimentação da BR-163, no trecho entre Rurópolis (PA) e Santarém (PA), que, até o presente momento, está com 70% de execução física e conclusão prevista para dezembro de 2015.

Quantidade alcançada

1.229,4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1.565,3	km	285	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	885,5	km	174,4	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	646	km	350,8	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	245,3	km	105,1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	573,5	km	74,1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	404,3	km	124,3	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	366,4	km	115,7	31/12/2014

OBJETIVO: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A melhoria das condições de logística é fundamental para uma integração bem-sucedida dos países da América do Sul. No contexto da Unasul – União de Nações Sulamericanas, a IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana) busca a identificação de projetos que possam alcançar o objetivo de melhor interconexão entre as nações da região, sendo que parte deles já está em execução no PPA 2012-2015.
Destacam-se em 2014 a formalização do convênio de um lote da BR-156/AP (Tronco Sul).

Metas 2012-2015

- **Construir 1.207,7 km de rodovias fronteiriças**

Análise Situacional da Meta

A situação dos empreendimentos previstos no PPA 2012-2015 no contexto desta meta é a seguinte:

Eixo do Escudo Guianês - BR-156/AP: a pavimentação do trecho entre Ferreira Gomes (AP) e Oiapoque (AP) apresenta 70% de execução física, com conclusão prevista para dezembro de 2016, devido à realocação de 8 aldeias, fato este impeditivo para a conclusão de um dos dois lotes remanescentes e que tem exigido especial atenção ao empreendimento. A pavimentação do Subtrecho Calçoene - Oiapoque, relativo ao lote 1 e com extensão de 56 km, foi concluída. O trecho entre Laranjal do Jarí (AP) e o entroncamento com a BR-210/AP encontra-se em fase preparatória, tendo o anteprojeto de engenharia sido aprovado em 4 lotesO Lote 1 partindo de Laranjal do Jari e finalizando com o Lote 4 no Entroncamento com a BR-210/AP. Os lotes 1 e 2 encontram-se em fase de licenciamento ambiental. Os lotes 3 e 4 estão licenciados e com previsão de publicação do edital em setembro de 2014. Prazo de conclusão da obra em 2017.

Eixo Amazônico - BR-364/AC: a construção e pavimentação do trecho entre Sena Madureira (AC) e Cruzeiro do Sul (AC) está com 100% de execução física. Alguns trechos não foram recebidos pelo DNIT, uma vez que sua qualidade estava em desacordo com as especificações. Em tais casos foi solicitado ao executor da obra a correção das irregularidades; paralelamente o DNIT continua avaliando a qualidade do pavimento, com previsão de conclusão dos serviços até Janeiro de 2015. Alguns trechos já têm contratos de manutenção de forma preventiva.

Eixo Peru-Brasil-Bolívia - BR-429/RO: no trecho entre Alvorada d'Oeste (RO) e São Miguel (RO) já foram pavimentados 78,3 km, no entanto o DNIT detectou problemas na qualidade do pavimento e estabeleceu uma comissão para analisá-los. A finalização desta obra tem como fato impeditivo principal a liberação da questão ambiental (geoglifos). Ainda há quinze obras de arte especial (pontes, viadutos entre outras) em construção. Para essas, a expectativa de conclusão é dezembro de 2015.

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Eixo Amazônico	349	km	0	31/12/2014
Eixo do Escudo-Guianês	553,2	km	56	31/12/2014
Eixo Peru-Brasil-Bolívia	305,5	km	0	31/12/2014

- **Construir 3 pontes internacionais**

Análise Situacional da Meta

A situação dos empreendimentos previstos no PPA 2012-2015 no contexto desta meta é a seguinte: No Eixo de Capricórnio, na BR-116/RS, são as obras de restauração da antiga ponte e construção de uma nova parte entre Brasil e Uruguai, Jaguarão (RS). A fase preparatória da ponte em Jaguarão/RS foi superada, com previsão de início da obra em janeiro de 2015.

No Eixo do Escudo Guianês, na BR-156/AP, a obra de construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque está concluída.

Finalmente, no Eixo Hidrovia do Paraguai-Paraná, na BR-277/PR, a construção da segunda ponte internacional de Foz do Iguaçu (PR) foi contratada em maio de 2014 e tem previsão de conclusão em 2016.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná	1	unidade	0	31/12/2014
Eixo de Capricórnio	1	unidade	0	31/12/2014
Eixo do Escudo-Guianês	1	unidade	1	31/12/2014

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O bioma amazônico apresenta particularidades em relação ao restante do País, especialmente no que tange aos transportes. O aproveitamento do potencial hidroviário, com maior compatibilidade e adequação às características e a sustentabilidade local, deve ser orientador da política. Contudo, não se pode relegar a complementação modal necessária ao desenvolvimento da região. Rodovias de integração nacional, como a BR-210 e BR-230, conhecidas como Perimetral Norte e Transamazônica, permitirão as interligações terrestres entre os estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Amapá e Acre, abrangendo grande parte da região Norte do País.

Destacam-se em 2014, a conclusão de 2 lotes na BR-230/PA, a publicação de do edital para contratação de 7 pontes remanescentes na BR-163/PA e a formalização do convênio para o tronco sul da BR-156/AP.

Metas 2012-2015

- **Construir 1.816,2 km de rodovias**

Análise Situacional da Meta

A situação dos empreendimentos previstos no PPA 2012-2015 no contexto desta meta é a seguinte:

BR-230/PA, construção e pavimentação do trecho entre a divisa PA/TO e Rurópolis (PA): 40,3% de execução física, conclusão prevista para julho de 2019. No trecho entre Medicilândia e Rurópolis foram detectados, durante o licenciamento ambiental, alguns ajustes a serem efetuados no projeto, decorrentes do fato de a rodovia passar próxima a terras indígenas. Em 2015 serão licitadas 64 pontes por RDC Integrado.

BR-317/AM, construção e pavimentação do trecho entre Boca do Acre (AM) e a divisa AM/AC: 70 km concluídos. Restam trinta em terras indígenas e outros dez ainda a serem licitados. Para a área no interior de terras indígenas é necessária a elaboração de um PBA (Projeto Básico Ambiental) indígena, atualmente em fase de contratação. Será elaborado um anteprojeto pelo DNIT para os 40 km , e assim, viabilizar a licitação via RDC Integrado.

BR-319/AM, restauração e pavimentação do trecho entre Manaus (AM) e Porto Velho (RO): a maior parte dos trechos está em fase preparatória. A relevância ambiental do trecho, que atravessa a floresta amazônica, demanda uma atenção especial do ponto de vista do licenciamento ambiental e do respeito às populações indígenas ao redor da rodovia. Note-se ainda que, para vários dos trechos construídos ou recuperados, adotou-se o Exército como executor, uma vez que este possui grande experiência com obras de engenharia na região.

BR-432/RR, construção do trecho entre Vila Nova Paraíso (RR) e o entroncamento com a BR-401: as obras foram iniciadas recentemente, sendo que alguns trechos serão licitados em 2015. A conclusão prevista é para agosto de 2017.

Quantidade alcançada

329,4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	1.816,2	km	329,4	31/12/2014

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

As dimensões das Obras de Arte Especial – OAE (pontes) normalmente têm suas larguras vinculadas às dimensões das rodovias. Em muitos casos, os vãos mínimos (largura entre pilares) e os calados aéreos (altura livre entre a parte inferior da plataforma e a linha d'água) dessas pontes não foram dimensionados de modo a permitir a navegação no curso d'água transposto, impedindo a passagem de "embarcações-tipo" (embarcações padrões) e prejudicando a logística nacional. Assim, os empreendimentos em realização no contexto deste objetivo buscam adequar tais construções de modo a aumentar a trafegabilidade das hidrovias brasileiras, objetivando a redução nos custos de logística para o país e reduzindo seu impacto ambiental. Neste caso pode-se destacar a construção da Ponte do Rio Abunã na BR-364/RO prevendo o gabarito de navegação, a conclusão dos dolphis da ponte sobre o Rio Madeira na BR-319/RO que permitirá a navegação mais segura, a contratação da ponte de Foz do Iguaçu e da Ponte do Guaíba.

Metas 2012-2015

- **Construir 11 pontes sobre travessias fluviais**

  Análise Situacional da Meta

  Vetor Centro-Norte:

  BR-153/PA/TO, ponte sobre o rio Araguaia – Xambioá (TO): em fase preparatória, será licitada por RDC.

  Vetor Centro-sudeste:

  BR-158/SP/MS, construção do acesso do lado do estado de São Paulo: concluído em março de 2012.

  BR-262/SP/MS, ponte sobre o rio Paraná – Três Lagoas (MS) a Castilho(SP): 90% de execução física da ponte. Os acessos têm previsão de conclusão prevista para junho de 2015. BR-153/GO, ponte sobre o rio Paranaíba – Itumbiara (GO): em fase preparatória, licitação prevista para junho de 2015.

  Vetor Amazônico:

  BR-319/RO, ponte sobre o rio Madeira: 98% de execução física, aguarda conclusão das obras de realocação das famílias para construção do acesso na margem de Porto Velho. Previsão de conclusão das obras de realocação das famílias em fevereiro de 2015.

  BR-364/RO, ponte sobre o rio Madeira em Abunã: obra iniciada em dezembro de 2013, com previsão de conclusão para novembro de 2016.

  Vetor Leste:

  BR-080/GO, ponte sobre o rio Araguaia: em fase de licitação.

  Vetor Sul:

  BR-285/RS, ponte sobre o Rio das Antas: Em fase de licitação.

  BR-116/290/RS, 2ª ponte sobre o rio Guaíba: previsão de início das obras para o primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	2	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	2	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	2	unidade	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT estabelece em seu artigo 22 a esfera de atuação da ANTT. Entre os aspectos elencados no referido artigo constam como atuação o transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e o transporte rodoviário de cargas. De acordo com o inciso VIII do artigo 24 do mesmo instrumento legal, cabe à ANTT fiscalizar a prestação dos serviços e a manutenção dos bens arrendados, cumprindo e fazendo cumprir as cláusulas e condições avençadas nas outorgas e aplicando penalidades pelo seu descumprimento. Destaca-se também o inciso XVII do artigo 24 que estabelece que a ANTT tem atribuição para exercer, diretamente ou mediante convênio, as competências expressas no inciso VIII do art.21 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, nas rodovias federais por ela administradas, a saber; fiscalizar, autuar, aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar.

No Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) são fiscalizados pela ANTT o serviço de transporte regular e o serviço de transporte mediante fretamento. Tais fiscalizações podem ocorrer em terminais rodoviários de passageiros, em rodovias, em viagens embarcadas, em garagens e em locais específicos, propiciando maior segurança e qualidade no serviço prestado aos passageiros e à sociedade.

Por sua vez, no Transporte Rodoviário de Cargas (TRC) são fiscalizados pela ANTT o excesso de peso, dimensões e lotação de veículos (EP), o pagamento eletrônico de frete (PEF), o Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC), o transporte rodoviário de produtos perigosos (TRPP), o transporte rodoviário internacional de cargas (TRIC) e as exigências quanto o Vale Pedágio Obrigatório (VP). As fiscalizações do TRC podem ocorrer nas rodovias, dependências de empresas e locais específicos conforme demandas judiciais, a fim de assegurar o cumprimento das exigências normativas referentes a autorização para o transporte de carga.

Ainda com relação à fiscalização por parte da ANTT, com o intuito de ampliar a atuação da Agência em todo território nacional, a ANTT desenvolve convênios e termos de cooperação com diversos órgãos, visando abranger a maior quantidade possível de locais a serem fiscalizados.

Metas 2012-2015

- **Implantar e operar 220 equipamentos de medição de peso**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Pesagem – PNP foi elaborado pelo DNIT em parceria com o Centro de Excelência em Engenharia

de Transportes – CENTRAN no ano de 2006, e visa fiscalizar o excesso de peso transportado na malha rodoviária federal. Atualmente, o DNIT está efetuando a transição para um novo modelo de fiscalização, com a introdução dos Postos Integrados Automatizados de Fiscalização – PIAFs. Para tal, foram publicados editais para a contratação de 35 postos nesse modelo, com previsão de assinatura dos contratos em 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar e operar 2.696 equipamentos de controle de velocidade e fluxo**

Análise Situacional da Meta

O Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade (PNCV) tem como objetivo principal a redução do número de acidentes e o aumento dos níveis de segurança dos usuários das rodovias federais. Este programa tem como previsão a instalação de 2.696 equipamentos de controle de velocidade para o monitoramento de 5.392 faixas de trânsito. No período do PPA 2012-2015, foi autorizada a instalação de 3.342 equipamentos eletrônicos de controle de velocidade. Destes, 2.756 encontram-se instalados e em operação. Encontram-se em fase de instalação 586 equipamentos.

Quantidade alcançada

2.756

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	596	unidade	460	31/12/2014
Região Nordeste	788	unidade	907	31/12/2014
Região Norte	195	unidade	206	31/12/2014
Região Sudeste	715	unidade	654	31/12/2014
Região Sul	402	unidade	529	31/12/2014

OBJETIVO: 0281 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura rodoviária federal de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Diversas ações, projetos e estudos estão sendo executados no âmbito do Ministério dos Transportes e de seus órgãos vinculados no sentido de promover o adequado aproveitamento da infraestrutura de transporte existente, bem como avaliar a necessidade de ampliação dos modos segundo os critérios de eficiência e economia. A visão estratégica estabelecida pelo Ministério, a partir do Plano Nacional de Logística em Transporte - PNLT, e que terá continuidade com o Programa de Investimentos em Logísticas – PIL, realinhou as iniciativas dos órgãos como Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT e a Agencia Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, responsáveis respectivamente pela infraestrutura e operações de transportes rodoviários. Destaca-se, ainda, a criação da EPL (Empresa de Planejamento e Logística), que objetiva realizar o planejamento de longo prazo do setor, não apenas para o modal rodoviário, mas pensando uma visão integrada de logística de transportes, buscando a redução nos custos dos transportes e um contínuo aumento da qualidade dos serviços prestados. Entre os trabalhos desenvolvidos até 2014, podemos destacar:

- Com o objetivo de melhorar o escoamento de produção e integração multimodal, reduzindo os custos de transportes, foi elaborado pelo DNIT o Plano de Avaliação Socioeconômica de Projetos de Infraestrutura de Transportes – PAS, sendo este um planejamento de médio e longo prazo para a realização de estudos técnicos e de viabilidade socioeconômicos para o período de 2012-2016. Os empreendimentos de infraestrutura contemplados pelo PAS fazem parte da carteira de investimentos compostos pelo PPA e pelo PNLT, bem como os localizados em áreas de expansão produtivas e com um

expressivo volume de tráfego que não foram atendidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Com a implementação do PAS é possível obter informações para o desenvolvimento das atividades técnicas de gestão, possibilitando uma visão aprimorada da necessidade de expansão, adequação e integração de vias de transportes, além da sistematização do processo de obtenção dos dados.

- Contratação de Serviços de contagem de Tráfego em pontos específicos da malha Rodoviária Federal, para atender a necessidade da retomada do Plano Nacional da Contagem de Tráfego, no qual o DNIT em parceria com o IPR – Instituto de Pesquisas Rodoviárias e UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, desenvolveram um estudo que resultou na identificação da necessidade de implantação de 320 Postos de Contagem Permanente, com objetivo de representar a Sazonalidade na Malha Rodoviária Federal pavimentada em 3.676 subtrechos homogêneos de tráfego.

- Calibração e aferição do Modelo HDM-4 para as Condições da Rede Rodoviária do Brasil. O HDM-4 (Highway Development and Management Model), ferramenta difundida pelo Banco Mundial e utilizada em mais de 40 países, é um modelo matemático que simula as condições físicas e econômicas do modo de transporte rodoviário para alternativas de intervenções e cenários de investimentos especificados pelos usuários considerando determinado período de análise.

- Aprimoramento da Gerência de Pavimentos – o sistema de Gerência está sendo remodelado para que o DNIT possa planejar de modo mais eficiente as intervenções de manutenção da Malha rodoviária federal.

- Estudos iniciais para o Planejamento Estratégico de Geoinformações em Transportes - PEGEO, em conjunto com as entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes e com a Secretaria Especial de Portos, ANTAQ e Secretaria de Aviação Civil. O projeto tem por finalidade estabelecer missão, visão, valores, objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o uso de geoinformação no Setor de Transportes, com qualidade tal que o torne um plano exequível, contínuo, atual e representativo.

- Elaboração de um estudo para a definição das Diretrizes Socioambientais do Ministério dos Transportes (MT), partindo-se de uma revisão do documento “Política Ambiental do Ministério dos Transportes, através de Contrato celebrado entre o MT e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para prestação de serviços técnicos especializados para realização desse estudo. O resultado deste trabalho deverá permitir a elaboração de diretrizes e ações socioambientais com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas do setor.

- Estudos para Desenvolvimento de Metodologia para Implementação de Documentos Eletrônicos aplicados aos Processos Logísticos com vista a agilizar as Operações do Transporte de Carga Conteneirizada. Este estudo objetiva a análise dos atuais procedimentos documentais e operacionais utilizados nas diversas modalidades de transporte, simplificando a burocracia, no sentido de propor processos com maior segurança, celeridade e confiabilidade com ênfase na utilização do contêiner como equipamento de transporte. A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens obtidas com o emprego de processos da Tecnologia da Informação e da Comunicação – TIC, de modo a proporcionar benefícios às operações com carga conteneirizada, reduzindo o chamado “Custo Brasil”. Esse estudo foi formalizado em 2014 com a Universidade Federal Fluminense – UFF, por meio de Termo de Execução Descentralizada, com início previsto para janeiro de 2015 e conclusão prevista para junho de 2016.

- A EPL, visando a realização de estudos para traçar as características da demanda de transporte de cargas no Brasil, contratou uma empresa especializada em maio de 2014, com previsão de encerramento em fevereiro de 2015, que através de formulário estruturado para aplicação via internet, apresentará os dados que serão utilizados para uma segunda contratada, que tem como objetivo o planejamento, execução, supervisão, codificação, tabulação e geração de resultados da Pesquisa Origem e Destino do transporte rodoviário de carga e de veículos de passeio e pesquisas de contagem volumétrica classificatória de veículos nas rodovias brasileiras.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha rodoviária federal**

  Análise Situacional da Meta

  O DNIT executa, anualmente, levantamentos para avaliação funcional da malha rodoviária federal com a finalidade de

identificar as condições de qualidade e trafegabilidade. Os resultados obtidos por meio desses levantamentos visam subsidiar no planejamento da Autarquia, no que tange, principalmente, as intervenções de manutenção sob sua administração.

Nos exercícios de 2012 a 2014 a condição da malha rodoviária federal apresentou os seguintes resultados: Bom, Regular e Ruim, respectivamente.

- Condição da malha no exercício de 2012 – Bom 60%, Regular 19%, Ruim 20%.
- Condição da malha no exercício de 2013 – Bom 60%, Regular 24%, Ruim 16%.
- Condição da malha no exercício de 2014 – Bom 60%, Regular 24%, Ruim 16%.

- **Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada**

Análise Situacional da Meta

O planejamento do projeto de Levantamento, Documentação e Categorização dos Metadados* de Bases de Dados Georreferenciados existentes no Ministério dos Transportes (MT) e nos órgãos vinculados foi iniciado em 2012. O Projeto visava efetuar o levantamento e documentação dos metadados de todos os sistemas desenvolvidos com tecnologias de geoprocessamento existentes no ministério e órgãos vinculados (DNIT, ANTT, ANTAQ e VALEC), a fim de subsidiar o estabelecimento das diretrizes e padrões para a implantação de banco de dados georreferenciados do MT observando o estabelecido pela infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, instituída pelo Decreto nº 6.666/2008, e as normas relativas à Cartografia Nacional criadas pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR.

A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens a obter com o emprego de padrões de metadados, tais como:

- diminuição nos custos tecnológicos na produção e utilização de dados georreferenciados;
- aumento na comunicação e integração de dados georreferenciados;
- aumento na quantidade de produtores potenciais da informação;
- aumento de dados produzidos.

Ao final de 2013, com a finalidade de uma melhor adequação entre os órgãos vinculados e órgãos afins ou de objetivos colimados, a proposta inicial evoluiu para uma estratégia mais abrangente, de sorte que se desenvolveu o Planejamento Estratégico de Geoinformações em Transportes - PEGEO, em conjunto com as entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes e com a Secretaria Especial de Portos, ANTAQ e Secretaria de Aviação Civil.

Como previsto, no ano de 2014, o PEGEO foi concluído e atingiu a objetivo de estabelecer missão, visão, valores, objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o uso de geoinformação no setor de transportes, com qualidade tal que o tornou um plano exequível, contínuo, atual e representativo.

A estratégia estabelecida pelo PEGEO busca padronizar as informações, mantendo-as atualizadas e prevenindo riscos de duplicidade de informações produzidas internamente ou solicitadas de outras entidades. Prima, ainda, pela diminuição dos riscos de contratações de levantamento de informações repetidas, o que geraria gastos desnecessários; uso de informações desatualizadas; ambiguidades e atraso nas demandas internas e externas.

No segundo semestre de 2014, foi implantada a versão inicial da Infraestrutura de Dados Espaciais em Transportes (IDE-T), iniciativa oriunda do PEGEO. A IDE-T consiste em um sistema gerencial único e centralizado do banco de dados de infraestrutura de transporte. Com a implantação da IDE-T, os resultados esperados são: padronização, governança, atualização, acessibilidade e disponibilização eficientes e eficazes.

Tal projeto visa aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações para o setor transportes e público externo, atendendo ao Decreto n° 6.666/2008 referente à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE.

Dentre os produtos já desenvolvidos no projeto, em fase de implantação, está o Portal da IDE-T que proporcionará acesso interativo aos dados de transportes atualizados, integrados, interoperáveis e consistentes, visto que poderão ser

acessados de forma dinâmica e confiável: mapas, gráficos, planilhas, dentre outros produtos.

Após a conclusão das iniciativas do PEGEO, será elaborado o PDGEO (Plano Diretor de Geoinformação) do Ministério dos Transportes que, baseado em levantamento/diagnóstico do fluxo de informações das secretarias do MT, identificará onde e como o geoprocessamento deverá otimizar os processos existentes.

(*) METADADOS: Conjunto de informações descritivas sobre os dados, incluindo as características do seu levantamento, produção, qualidade e estrutura de armazenamento, essenciais para promover a sua documentação, integração e disponibilização, bem como possibilitar a sua busca e exploração (Decreto 6.666/08, Art. 2°, inciso II).

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Movimentação anual de carga geral nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	119,538	31/12/2013	142,05
Movimentação anual de granéis líquidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	208,458	31/12/2013	219,99
Movimentação anual de granéis sólidos nos portos organizados e TUPs	milhões de toneladas	31/12/2010	505,887	31/12/2013	569,01
Movimentação de carga por tipo de navegação - Cabotagem	milhões de toneladas	31/12/2010	188,011	31/12/2013	204,66
Movimentação de carga por tipo de navegação - Longo Curso	milhões de toneladas	31/12/2010	616,398	31/12/2013	685,84
Movimentação geral de contêineres, nos portos organizados e terminais de uso privativo	milhões de toneladas	31/12/2010	74,631	31/12/2013	98
Número de passageiros de cruzeiros marítimos no Brasil	unidade	31/12/2010	720.621	31/12/2014	596.352
Ranking do Índice de Competitividade Global	posição em listagem de países	30/08/2010	58	31/12/2014	57
Ranking do Índice de Desempenho Logístico (LPI)	posição em listagem de países	31/12/2010	41	31/12/2014	65
Tempo médio de desembaraço de cargas - Índice de Desempenho Logístico (LPI)	dia	31/12/2010	5,47	31/12/2014	8

Observações:

Movimentação anual de carga geral nos portos organizados e TUPs - Em 31/12/2014 ainda não havia dados disponíveis.

Movimentação anual de granéis líquidos nos portos organizados e TUPs - Em 31/12/2014 ainda não havia dados disponíveis.

Movimentação anual de granéis sólidos nos portos organizados e TUPs - Em 31/12/2014 ainda não havia dados disponíveis.

Movimentação de carga por tipo de navegação - Cabotagem - Em 31/12/2014 ainda não havia dados disponíveis.

Movimentação de carga por tipo de navegação - Longo Curso - Em 31/12/2014 ainda não havia dados disponíveis.

Movimentação geral de contêineres, nos portos organizados e terminais de uso privativo - Em 31/12/2014 ainda não havia dados disponíveis.

Tempo médio de desembaraço de cargas - Índice de Desempenho Logístico (LPI) - O relatório apresenta dois resultados para o tempo de desembaraço aduaneiro no Brasil (com e sem inspeção física das cargas). Para esse indicador utiliza-se a informação que contempla o tempo médio de desembaraço aduaneiro com inspeção física.

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Um eficiente sistema de portos é fundamental para o desenvolvimento de um país. No Brasil, aproximadamente 95% do volume total das importações e exportações são provenientes de portos.

Atento ao fato, o Governo Federal contempla, em suas políticas e diretrizes para o desenvolvimento do Setor Portuário,

medidas que fomentam a melhoria da gestão portuária e a promoção de programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura e superestrutura dos portos e terminais portuários marítimos, a fim de compatibilizá-los com a nova ordem econômica e política internacional.

Nesse cenário, destacam-se as obras de dragagem nos portos, que são fundamentais para garantir a manutenção do calado operacional, de forma a permitir que os grandes navios frequentem a costa brasileira sem riscos à segurança da navegação, ademais proporcionam confiabilidade ao porto. Como resultante, entre outros, ocorre à diminuição dos custos dos produtos brasileiros, devido ao fato do país ter se tornado mais competitivo na exportação.

O Governo Federal, respondendo as demandas do Comércio Internacional, implantou o Programa Nacional de Dragagem –PNDI, por meio da Lei nº 11.610/2007, como objetivo de desassorear os Portos Brasileiros.

Com a publicação da Lei nº 12.815/2013, novo marco regulatório dos Portos, foi instituído o Programa Nacional de Dragagem II – PNDII, cujo objetivo é manter as condições de profundidade e segurança estabelecidas no projeto implantado. O PNDII estabelece o conceito de "Dragagem por Resultado", compreendendo, em síntese, o que se segue:

•Aprofundamento, alargamento ou expansão de áreas portuárias, inclusive canais de navegação, bacias de evolução e de fundeio e berços de atracação;

•Serviços de sinalização e balizamento;

•Serviços de monitoramento ambiental;

•Contratação em Blocos (mais de um porto, em um mesmo contrato);

•Duração dos contratos de até 10 anos, improrrogável;

•As Licitações poderão ser internacionais e utilizar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), de que trata a Lei nº 12.462,de 04/08/11.

Metas 2012-2015

- **Intervir em 17 portos marítimos brasileiros de forma a assegurar condições adequadas de profundidade**

  Análise Situacional da Meta

  Durante a vigência do PPA 2012/2015, obtivemos os seguintes resultados na respectiva meta;

  No ano de 2012 houve execução de obras de dragagem em 06 Portos Marítimos: Fortaleza, CE / Natal, RN / Santos, SP / São Francisco do Sul, SC / Itajaí, SC / Rio Grande, RS.

  Já no ano de 2013 a Secretaria de Portos executou obras de dragagem em 03 portos marítimos, entre eles: Suape, PE / Santos, SP / Vitória, ES.

  Em 2014, tivemos execução de obras de dragagem em 03 portos marítimos, dentre eles: Imbituba, SC / Itaguaí, RJ / Vitória, ES.

  A seguir a análise situacional desses empreendimentos:

  •Dragagem e Adequação da Navegabilidade no Porto de Vitória/ES – Obra de dragagem em execução. Derrocamento - 92% das rochas detonadas e 35% de remoção do material fragmentado.

  •Porto de Itaguaí, RJ (Ilha das Cabras) - Obra de dragagem concluída. Derrocagem em andamento, com previsão de conclusão em fevereiro de 2015.

  •Porto de Imbituba, SC - Dragagem de Aprofundamento concluída.

  Movimentações levadas a cabo em 2014 para execução de obras em 2015:

  • Porto de Santos/SP – Adequação da navegabilidade no Porto de Santos (manutenção). Duas licitações fracassadas. Novo Edital e Abertura de propostas previstos para o primeiro trimestre de 2015, levando em consideração as novas diretrizes adotadas pela SEP, como a diminuição do escopo da obra e a consideração da taxa de assoreamento estimada para o período de execução do empreendimento.

  •Porto de Paranaguá/PR – Adequação da navegabilidade no Porto de Paranaguá, PR (aprofundamento). Novos Anteprojeto e Termo de Referência concluídos. O Edital será relançado em janeiro/2015, e o processo terá andamento no 1º semestre de 2015.

  •Porto de Rio Grande/RS – Dragagem de Manutenção. O Edital será relançado em fevereiro/2015, e o processo terá

andamento no 1º semestre de 2015.

•Porto de Itaguaí/RJ – Canal Preferencial – Dragagem de Aprofundamento. Anteprojeto concluído; Projeto Básico revisado pelo INPH. Aguarda-se análise do EIA RIMA enviado ao INEA (Instituto Estadual do Ambiente/RJ), para análise.

•Porto de Maceió/AL (Canal Preferencial – Dragagem de Aprofundamento) e Porto de Mucuripe/CE (Dragagem de aprofundamento). Anteprojeto concluído. Publicação do Edital, de contratação em bloco, prevista para até 30 de abril de 2015.

•Porto do Rio de janeiro/RJ – Dragagem de Aprofundamento - 2ª fase – Contrato para execução da obra assinado em dezembro de 2014, entre o Consórcio Van Oord/Boskalis e a SEP/PR.

- Ressaltamos que desde o início da gestão do PPA 2012-2015 a Secretaria de Portos alcançou o total de 10 portos marítimos até o final de 2014. Lembrando que a meta refere-se a 17 portos marítimos e devido a recorrência de obras num mesmo Porto, consideramos apenas uma intervenção.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	4	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5	unidade	3	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	2	unidade	4	31/12/2014

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil possui um setor portuário que movimenta anualmente cerca de 900 milhões de toneladas, das mais diversas mercadorias, e responde, sozinho, por mais de 90% das exportações (Fonte: Anuários Estatístico Portuário e Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ / 2012). Segundo a mesma fonte, houve um acréscimo de aproximadamente 70% na quantidade de cargas movimentadas, em toneladas, nos últimos dez anos.

Ainda segundo a ANTAQ, a movimentação total de cargas nas instalações portuárias brasileiras no ano de 2014 foi de 969 milhões de toneladas, apresentando um incremento relativo de 4,25% em relação ao ano de 2013.

A saturação da capacidade é um dos principais obstáculos que afligem os portos brasileiros, tratando-se de importante ponto a ser enfrentado para o aumento da eficiência do sistema de transporte nacional,. Para enfrentar esse desafio, a carteira de empreendimentos do Governo Federal é ampla, contemplando intervenções em instalações de acostagem, armazenagem, proteção à atracação, circulação e operação de navios, tanto nos portos delegados ou administrados diretamente.

O Sistema Portuário atual é composto por 37 portos organizados (34 marítimos e 3 fluviais) sob atuação da SEP/PR, dos quais 19 encontram-se delegados ou tem sua operação autorizada aos governos estaduais ou municipais e outros 18 são administrados diretamente pelas 7 Companhias Docas – sociedades de economia mista, que têm como acionista majoritário a União e são diretamente vinculadas à SEP/PR.

No que diz respeito aos empreendimentos de adequação da infraestrutura nos portos delegados, são seis as ações de melhoria na infraestrutura que compõem este objetivo, distribuídas em três portos delegados (Porto do Rio Grande/RS,

Porto de Itajaí/SC e Porto do Itaqui/MA) e um porto autorizado (Porto de Suape/PE). Foram concluídas as melhorias previstas no Porto de São Francisco do Sul/SC (porto delegado). Esse investimento proporcionou ao Porto de São Francisco do Sul condições de ampliação de sua capacidade de movimentação de cargas em 2 milhões de toneladas/ano. Os demais empreendimentos encontram-se na seguinte situação: três em obras (Reforço e alinhamento do Berço 4 no Porto de Itajaí/SC, Construção do Berço 108/MA-Terminal de Graneis Líquidos II do Porto do Itaqui, e, Modernização do cais público do Porto Novo do Porto do Rio Grande/RS) e dois em fase preparatória (Restauração do leito marítimo em área adjacente ao molhe leste do Porto do Rio Grande/RS, e, Terminal de Granéis Sólidos e Dragagem, no Porto de Suape).

Já com relação aos portos organizados marítimos administrados pelas Cias Docas são 18 empreendimentos dentro desse mesmo Objetivo distribuídos em Iniciativas de adequação de infraestrutura viária e de infraestrutura de acostagem e de operação de cargas. Esses empreendimentos estão assim distribuídos: 2 na Cia Docas do Pará (CDP); 1 na Cia Docas do Ceará (CDC); 2 na Cia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN); 1 na Cia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA); 3 na Cia Docas do Espírito Santo (CODESA); 1 na Cia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ); e 8 na Cia Docas do Estado de São Paulo (CODESP). Esses empreendimentos se encontram no seguinte estágio: 3 concluídos; 6 em execução; 2 em fase de contratação e 7 ainda a serem licitados.

A Ação de Ampliação do Píer Principal, Alargamento do Berço 302 e Duplicação da Ponte de Acesso, no Porto de Vila do Conde (PA) foi concluída em agosto/2012.

A Recuperação, Alargamento e Ampliação do Cais Comercial em 456 m, no Porto de Vitória (ES) foi concluída em junho/2013; e Implantação da primeira fase da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, no município de Guarujá foi concluída em setembro/2013. Foi contratado o projeto executivo da 2ª fase, com previsão de conclusão no 1º semestre de 2015

Encontram-se em fase de execução os seguintes empreendimentos: 1. Porto de Fortaleza/CE-Construção de Terminal de Contêineres-1ª Fase, 2. Porto de Salvador/BA - Ampliação do Quebramar, 3. Porto de Vitória/ES - Construção de berço nos dolfins do Atalaia com retroárea, 4. Porto de Santos/SP - Reforço de cais para aprofundamento dos berços entre os Armazéns 12A ao 23, 5. Porto de Santos/SP – Reforços dos Píeres de Acostagem na Alamoa, e, 6. Porto de Santos/SP – Construção de 2 píeres de atracação na Ilha de Barnabé, com suas respectivas pontes de acesso.

A descrição de cada empreendimento em fase de execução encontra-se no anexo da presente análise situacional.

Metas 2012-2015

- **Adequar instalações portuárias de acostagem, de proteção à atracação e operação de navios, de movimentação e armazenagem de cargas, de circulação e das instalações gerais e de suprimento em 21 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

Dentre os portos organizados delegados ou concedidos, 5 constam da presente meta intervenções nos seguintes portos: 1-Porto de Suape; 2-Porto do Rio Grande; 3-Porto de Itajaí; 4-Porto de São Francisco do Sul; e 5-Porto do Itaqui .

Dentre os portos organizados administrados pelas Companhias Docas, constam da presente meta intervenções nos seguintes portos: 1-Cia Docas do Pará (CDP): Porto de Santarém, e Porto de Vila do Conde (concluído em ago/2012); 2-Cia Docas do Ceará (CDC): Porto de Fortaleza; 3-Cia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN): Porto de Natal; 4-Cia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA): Porto de Salvador; 5-Cia Docas do Espírito Santo (CODESA): Porto de Vitória; 6-Cia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ): Porto do Rio de Janeiro; e 7-Cia Docas do Estado de São Paulo (CODESP): Porto de Santos.

Informações mais detalhadas sobre a análise da meta encontram-se em arquivo em anexo, devido à limitação de caracteres deste campo.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	1	30/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Leste	3	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	5	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Sul	4	unidade	1	30/12/2014

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

As intervenções na infraestrutura portuária visaram garantir leitos em navios para a Copa 2014 e, como legado, atenderão à demanda do turismo marítimo por meio da implantação de terminal marítimo de passageiros e de acessos marítimo e terrestre, para atendimento adequado à operação de embarque e desembarque.

Dos portos delegados ou concedidos, apenas o Porto do Recife foi contemplado com a construção de terminal de passageiros (concluída em agosto/2013). O Terminal Marítimo de Passageiros (TMP), como foi denominado, consiste na adaptação do armazém 7, construção de anexo, chamado de “Sala Pernambuco”, além da pavimentação e urbanização para implantação de estacionamento na área portuária. No período da Copa do Mundo/2014 atracaram 2 navios neste Porto, como demanda do evento esportivo, sendo possível verificar a operação do TMP atendendo às necessidades à que foi proposto.

Quanto aos Portos Administrados pelas 7 Cias Docas, 5 foram contemplados com Ações deste Objetivo: Cia Docas do Ceará; Cia Docas do Rio Grande do Norte; Cia das Docas do Estado da Bahia; Cia Docas do Rio de Janeiro; e Cia Docas do Estado de São Paulo, cada uma com 1 Terminal Marítimo de Passageiros. Com exceção da Cia Docas do Rio de Janeiro, as 4 demais integraram a Matriz de Responsabilidade para a Copa 2014.

O Terminal Marítimo para Passageiros no Rio de Janeiro não foi implantado. O município do Rio de Janeiro pediu o cancelamento do empreendimento, por possíveis interferências nas ações do Porto Maravilha.

Dessas Ações vinculadas às Cias Docas, três foram concluídas até o final de 2014. No entanto, todas elas proporcionaram condições operacionais para o evento Copa do Mundo 2014.

No Porto de Fortaleza, o investimento consistiu na implantação de Terminal Marítimo de Passageiros (TMP), construção de cais com 1 berço para múltiplo uso; e pavimentação e urbanização de via interna de acesso e estacionamento e pátio. Para o evento esportivo, apenas o primeiro pavimento do TMP esteve operacional, mas atendeu sem dificuldades à demanda, uma vez que ocorreu a atracação de uma única embarcação. A construção do cais e a pavimentação e urbanização foram concluídas no prazo previsto, atendendo ao objetivo proposto.

No Porto de Natal, o investimento consistiu na adaptação de antigo armazém frigorífico e construção de terminal marítimo de passageiros (TMP); ampliação do cais, de 209m para 236m; recuperação estrutural do cais; retroárea e dolfim de amarração. Para o evento esportivo, apenas o primeiro pavimento do TMP esteve operacional, mas não houve demanda. A razão da falta de demanda nesse Porto, para o evento esportivo, deveu-se à dificuldade para embarque e desembarque dos passageiros, uma vez que os navios de passageiros que frequentaram os portos brasileiros possuiam altura superior à permitida para passagem sob a Ponte Newton Navarro, impossibilitando atracação no TMP de Natal. A recuperação e ampliação do cais, bem como as melhorias na retroárea e dolfim foram concluídas no prazo previsto, atendendo ao objetivo proposto. O empreendimento como um todo foi concluído em julho/2014.

No Porto de Salvador, o investimento consistiu na implantação de Terminal Marítimo de Passageiros (TMP) e urbanização da área portuária. Para o evento esportivo, apenas o primeiro pavimento do TMP esteve operacional, mas

atendeu sem dificuldades à demanda, uma vez que ocorreu a atracação de uma única embarcação. A urbanização foi concluída no prazo previsto, atendendo ao objetivo proposto.

No Porto de Santos, o investimento consiste na execução de obras para a construção de 1.283m de cais com larguras variáveis para promover o alinhamento de cais existente em frente às instalações da Marinha do Brasil, terminal de grãos e de passageiros, a fim de otimizar a atracação de embarcações de grande porte. Para o evento esportivo, foi prevista a necessidade de construção de 512 dos 1.283 metros do cais. A obra foi concluída no prazo proposto e ocorreu a atracação de duas embarcações demandadas pelo evento, com atendimento das expectativas. O empreendimento terá continuidade até agosto de 2015, quando serão concluídos os 267m da primeira fase da obra, com 779m de extensão. A segunda fase da obra, 504m, será concluída até dezembro de 2016.

Metas 2012-2015

- **Implantar 6 terminais de passageiros em portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

1- Porto do Recife - Construção do terminal marítimo de passageiros, no Porto do Recife(concluída em agosto/2013). Para o evento esportivo, dois navios atracaram no Porto, demandando o TMP, que atendeu sem dificuldades, uma vez que já se encontrava operacional.

2- Cia Docas do Ceará (CDC) - Porto de Fortaleza: Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros com a construção de cais para um berço de múltiplo uso, além de pavimentação e urbanização de via interna de acesso, com estacionamento e pátio de armazenagem. Sua conclusão está prevista para o 1º semestre de 2015.

3- Cia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN) - Porto de Natal: Construção de Terminal Marítimo de Passageiros, Ampliação de Cais do Berço 1 de 209m para 236m; recuperação do cais; retroárea e dolfim de amarração(concluído em julho/2014).

4- Cia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA) - Porto de Salvador: Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros e urbanização de área portuária (concluído em dezembro/2014).

5- Cia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) - Porto do Rio de Janeiro: Implantação de píer em formato de Y (350x30m; 400x30m e 400x30m), oferecendo 6 berços exclusivos para navios de passageiros. A obra foi excluída da carteira do PAC.

6- Cia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) - Porto de Santos: Adequação do Cais para Terminal de Passageiros. Consiste na execução de obras para a construção de 1.283 metros de cais com larguras variáveis para promover o alinhamento do cais existente em frente às instalações da Marinha do Brasil, Terminal de Grãos e de Passageiros, a fim de otimizar a atracação de embarcações de grande porte. A primeira fase, cujo escopo integra a Matriz de Responsabilidade para a Copa, foi concluída em abril/2014.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1	unidade	1	28/04/2014
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	30/06/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3	unidade	2	31/12/2014

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Dos cinco projetos que sustentam o objetivo em tela – (i) modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR); (ii) Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel – PSP; (iii) Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS); (iv) Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária e (v) Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente, verifica-se que a maior parte dos projetos encontra-se em fase de desenvolvimento.

Exceção feita ao PSP que cumpriu sua meta estipulada no presente PPA, de implantação em 35 portos, no 1º semestre de 2013. Com a implantação do PSP, os portos públicos brasileiros têm condições de promover a desburocratização dos procedimentos de estadia dos navios nos portos brasileiros, de forma a otimizar os processos de importação e exportação. Para contribuir nesse esforço, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.861/2012, criou a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos - CONAPORTOS, com o objetivo de harmonizar as atividades dos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e nas instalações portuárias. Esses trabalhos de harmonização tiveram início em fevereiro de 2013. Ao longo de 2013 e 2014, o projeto PSP avançou nas integrações com sistemas de informação dos órgãos anuentes, tendo o CONAPORTOS como fórum de negociação e monitoramento desse trabalho, destacando-se a implantação do tramite eletrônico dos formulários da Autoridade Marítima utilizando-se de assinatura digital no Porto sem Papel pela Marinha do Brasil e as agências de navegação, além do início da integração com os sistemas da Vigiagro. O Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária foi implantado no início de 2014 com acompanhamento de operação assistida durante o primeiro semestre, sendo que, a partir do segundo semestre, o sistema passou a estar disponível para todas as companhias docas. Em relação ao projeto Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente, cujas implementações dependem de sistemas de informação contratados pela SEP/PR, estavam em processo de desenvolvimento de sistemas no período em 2013. Em 2014, o sistema entrou em fase de homologação e treinamento com os terminais portuários para experimentação e verificação de ajustes a serem feitos.

O modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR), por sua vez, avançou de forma satisfatória no projeto piloto feito na Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN. Foram executadas ainda ações pontuais na Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA e Companhia Docas do Ceará – CDC até 2013. No primeiro semestre de 2014, iniciou-se o trabalho na CODESP, CDRJ e CDP, denominado projeto Modernização da Gestão Portuária, que complementa o modelo anterior. Dentre as ações empreendidas em 2014 estão o estabelecimento de reuniões preliminares com superintendentes para identificação, análise e planejamento dos processos internos das DOCAS e seus respectivos responsáveis.

Já o projeto Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) teve sua fase licitatória lançada no 1º semestre de 2013, porém, revogada. No primeiro semestre de 2014 a fase licitatória nos portos de Santos e Vitória foi retomada com sucesso, avançando para a fase de implantação. Ainda em 2014, foi feita a republicação do edital do Rio de Janeiro, em licitação pela CDRJ e realizadas análises pela Marinha do Brasil dos portos de Aratu/BA e Itaguaí/RJ, sendo este último já aprovado pela autoridade marítima.

Metas 2012-2015

- **Implantar o modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas 7 companhias docas vinculadas à Secretaria de Portos da Presidência da República**

  Análise Situacional da Meta

  A Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP/PR), por intermédio do convênio firmado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Santa Catarina (SENAI/SC), atuou na implantação de ações para desenvolver a gestão de Companhias Docas vinculadas à Secretaria, por meio da implantação da reorganização de suas estratégias, gestão e processos internos. As companhias contempladas foram: Companhia Docas do Rio grande do Norte (CODERN), Companhia Docas do Ceará (CDC) e Companhia Docas da Bahia (CODEBA).

  Tais medidas foram adotadas conforme o inciso IV, art. 2°, do Anexo I do Decreto nº. 7.262/2010, visando ao fiel

cumprimento do Decreto nº 6.413/2008, que no seu art. 2º determinou a implantação do novo modelo de Gestão Portuária Por Resultados (GPPR), operacionalizado pela SEP/PR por meio da Portaria SEP/PR nº 214/2008.

No âmbito desse convênio, foi desenvolvido trabalho de implementação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) na CODERN como projeto piloto. Além disso, SEP/PR e SENAI/SC desenvolveram atividades pontuais na CDC e CODEBA. O mencionado instrumento foi finalizado em dezembro/2013.

Os principais resultados alcançados foram: 1) Finalizado o Plano de Desenvolvimento de Pessoas dos portos de Areia Branca/RN e Natal/RN em abril/2013; 2) Finalizado o Planejamento Estratégico dos portos de Areia Branca/RN e Natal/RN em julho/2013 e de Maceió/AL em outubro/2013; 3) Finalizado o Mapeamento de Processo dos portos de Areia Branca/RN e Natal/RN em agosto/2013; 4) Finalizado a Gestão Financeira e de Custos dos portos de Areia Branca/RN e Natal/RN em agosto/2013; 5) Finalizado o Mapa Estratégico/Balanced Scorecard – BSC dos portos de Fortaleza (CDC) em setembro/2013 e de Maceió/AL em outubro/2013; e 6) Finalizada avaliação do Plano de Cargos e Salários da CODEBA em outubro/2013.

Nesse cenário, busca-se alternativa de continuação dos trabalhos do projeto GPPR para a realização de atividades específicas na CDC, CODEBA e Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA).

Compete informar que as outras 3 Companhias Docas - Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP), Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) e Companhia Docas do Pará (CDP) encontram-se como beneficiárias do Programa Modernização da Gestão Portuária, que derivou do Novo Marco Regulatório do setor – em especial dos artigos 3°, 22° e 64º, da Lei nº 12.815/2013, e do conjunto de medidas anunciados para o setor portuário pela Presidenta da República em dezembro/2012.

Ressalte-se que o Programa Modernização da Gestão Portuária (CODESP, CDP e CDRJ) e o GPPR (CODERN, CDC, CODESA, CODEBA) são ações complementares. A diferença entre os projetos mencionados reside no escopo mais abrangente do Programa Modernização da Gestão Portuária, que contempla a modernização de processos logístico-portuário, isto é, envolvendo outras autoridades que interferem na atividade portuária.

O Programa Modernização da Gestão Portuária (CODESP, CDP e CDRJ) teve edital de licitação publicado para contratação de empresa de consultoria em 27/12/2013. A licitação foi homologada e adjudicada em 11/04/2014, sendo o Contrato SEP/PR nº 06/2014 celebrado em 28/04/2014. A execução do contrato foi iniciada em 02/05/2014, bem como realizada a reunião de kick-off do projeto na CODESP, em 05/06/2014.

Dentre as ações já empreendidas no 1º semestre de 2014, estão o estabelecimento de reuniões preliminares com superintendentes para identificação dos processos e seus respectivos responsáveis, a realização de entrevistas para mapeamento dos processos de infraestrutura e operação de terminais e a realização de entrevistas com representantes CODESP / MP-DEST/ MP-SEPAC/TESOURO NACIONAL / ANTAQ/ SEP/ para priorização dos processos internos.

No segundo semestre de 2014, ainda no âmbito do projeto de consultoria para o desenvolvimento e implementação de melhorias na gestão portuária nas Docas, foi concluída a Etapa 1, que compreendeu o planejamento e análise geral dos processos atuais nas referidas Docas, bem como iniciada a Etapa 2, de revisão de seus processos.

A Etapa 1 possui, dentre outras, as seguintes atividades: apresentação do Plano de Trabalho detalhado à Contratante acompanhado dos diagnósticos dos processos e validação dos processos elencados e definição das prioridades para revisão. A Etapa 2 compreende: crítica dos processos específicos, identificação de lacunas frente às melhores práticas nacionais e internacionais; e consolidação de propostas de melhorias através da elaboração do Mapa dos Processos analisados e apresentação à Contratante.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	2	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2	unidade	1	31/12/2014

- **Implantar o Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS) em 06 portos**

Análise Situacional da Meta

O VTMIS, sigla em inglês para Vessel Traffic Management Information System, consiste em um sistema de auxílio eletrônico à navegação, com capacidade de prover monitoração ativa do tráfego aquaviário, cujo propósito é ampliar a segurança da vida humana no mar, a segurança da navegação e a proteção ao meio ambiente nas áreas em que haja intensa movimentação de embarcações ou risco de acidente de grandes proporções. Além disso, com a implantação do sistema, espera-se a melhora na eficiência nas manobras de embarcações, diminuindo, de forma significativa, os tempos de espera dos navios para atracação, os tempos de tráfego dentro da área portuária e alcança, até mesmo, os tempos de carga e descarga de mercadorias.

A primeira fase do projeto, iniciada em dezembro de 2011, visa à implantação do sistema em 6 portos brasileiros, quais sejam: Salvador/Aratu/BA, Vitória/ES, Itaguaí/RJ, Rio de Janeiro/RJ, e Santos/SP.

Por se tratar de um assunto absolutamente inovador no país, algumas definições iniciais foram os principais entraves ao projeto VTMIS. Uma vez que o Brasil não possui uma força de segurança voltada para vigilância e salvaguarda da costa do país, assim como a guarda-costeira em alguns países do mundo, a modelagem dos requisitos mínimos para implantação do sistema e a definição do modelo de exploração e responsabilidade de operação compuseram as principais dificuldades.

Em 2012 foram elaborados os projetos básicos de implantação dos portos do Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES e iniciados os projetos para os portos de Salvador/BA e Aratu/BA. Destaque-se que a SEP/PR está apoiando as Autoridades Portuárias na fase preparatória de implantação do projeto até a etapa de formalização da documentação necessária ao processo licitatório, por meio do Regime Diferenciado de Contratação – RDC. Quanto à implantação do VTMIS no Porto de Santos, a Autoridade Portuária local está conduzindo integralmente o processo de implementação do projeto. Quanto ao financiamento do projeto, à exceção do Porto de Santos, a totalidade dos recursos de implantação provém do Orçamento Geral da União – OGU, no âmbito do PAC. No Porto de Santos, a Autoridade Portuária local arca com parte da quantia necessária para o financiamento do projeto, sendo o restante complementado pelo OGU no âmbito do PAC.

Em 2012, iniciando a segunda fase do projeto, foi celebrada parceria com a UFSC para o desenvolvimento das ações preparatórias necessárias à implantação do sistema VTMIS, sendo os principais produtos: (i) estudo conceitual do projeto a ser submetido à análise da Marinha do Brasil e (ii) anteprojeto de engenharia para permitir a licitação por RDC. Nessa segunda fase, mais 12 portos serão contemplados no projeto: Manaus/AM; Belém/PA; Vila do Conde/PA; Itaqui/MA; Suape/PE; Fortaleza/CE; Paranaguá/PR; Antonina/PR; São Francisco do Sul/SC; Itajaí/SC; Imbituba/SC e Rio Grande/RS.

Com relação aos resultados, os editais de licitação do VTMIS dos portos de Vitória/ES, Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ foram publicados entre maio e junho de 2013, porém revogados para adequação dos instrumentos convocatórios, e republicados em 2014. Vitória/ES adjudicou ao licitante vencedor em julho/2014 e assinou Ordem de Serviço em agosto/2014. Santos/SP assinou contrato em outubro/2014. Quanto aos portos de Salvador/Aratu/BA, os estudos conceituais foram submetidos à Marinha do Brasil em março (1ª versão) e novamente em outubro de 2014, respectivamente. O projeto de implantação no Porto de Itaguaí/RJ foi aprovado pela Marinha em julho de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária nas 07 companhias docas**

vinculadas à Secretaria de Portos da Presidências da República.

Análise Situacional da Meta

O projeto objetiva fornecer um sistema de apoio aos gestores da Secretaria de Portos e das Autoridades Portuárias, por meio de aquisição e implantação de um Sistema Corporativo Integrado Governamental nas respectivas Autoridades Portuárias, denominado atualmente como Infraport.

O projeto, iniciado em fevereiro de 2012, visa à implementação do referido sistema nas 7 Companhias Docas vinculadas à SEP/PR: CDP, CDC, CODERN, CODEBA, CODESA, CDRJ e CODESP. Para desenvolvimento do sistema e implantação nas Companhias Docas, foi contratado o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Destaca-se que a celebração do contrato com o fornecedor após a data programada – firmada em fevereiro de 2012 ao invés de outubro de 2011 – levou ao atraso no cronograma do projeto.

O resultado esperado do projeto é a otimização do fluxo de informações – indispensáveis ao planejamento, à gestão, à tomada de decisão, ao controle e à supervisão das atividades e das operações portuárias de modo sustentável – inclusive com a disseminação, de forma eficaz, de informações entre SEP/PR e Autoridades Portuárias.

Em 2012, os resultados alcançados pelo projeto no exercício foram as entregas pelo SERPRO do relatório da situação dos processos nas Companhias Docas, dos relatórios de detalhamento da solução e o início do desenvolvimento do sistema. Em setembro de 2013, o sistema foi homologado. O treinamento dos usuários e a colocação do sistema em produção foram concluídos em novembro de 2013.

No primeiro semestre de 2014, houve operação assistida do sistema Infraport nas Companhias Docas. A partir do segundo semestre de 2014, o sistema passou a estar disponível para uso por todas as Companhias Docas. Em complemento à implementação do sistema de informação nas empresas, o projeto prevê aquisições dos equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações pelas Companhias Docas. Tal contratação foi realizada pela CODESP e CDC ainda no primeiro semestre, enquanto CDP, CODEBA, CDRJ, CODESA e CODERN fizeram seus Termos de Referência para suas aquisições no segundo semestre de 2014. A orientação às Companhias Docas é que as referidas aquisições sejam realizadas até o final do primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	2	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2	unidade	2	31/12/2014

- **Implantar o Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Porto Sem Papel em 35 portos**

Análise Situacional da Meta

O projeto Porto Sem Papel – PSP tem a finalidade de desenvolver um sistema capaz de permitir a troca eletrônica de dados entre as entidades intervenientes na atividade portuária por meio de uma janela única, a padronização de documentos e a consequente redução do tempo para as anuências nos portos do Brasil. O resultado desse projeto será a diminuição dos custos e a racionalização da burocracia dos processos portuários, estabelecendo um documento virtual único que processa e distribui, em tempo real, as informações necessárias ao funcionamento do setor, beneficiando assim os usuários e as entidades intervenientes.

O projeto foi iniciado em dezembro de 2009. A primeira fase, concluída em 2011, representou sua implantação nos portos de Santos/SP, Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES. A segunda fase tratou da difusão da ferramenta tecnológica para os demais 32 portos marítimos brasileiros a partir de novembro de 2011.

Em 2012, a meta de implantação do sistema em 26 portos foi cumprida, conforme segue: Pecém/CE, Fortaleza/CE,

Areia Branca/RN, Natal/RN, Suape/PE, Recife/PE, Aratu/BA, Salvador/BA, Ilhéus/BA, Barra do Riacho/ES, Forno/RJ, Niterói/RJ, Itaguaí/RJ, Angra dos Reis/RJ, Cabedelo/PB, Maceió/AL, São Sebastião/SP, Paranaguá/PR, Antonina/PR, São Francisco do Sul, Itajaí/SC, Imbituba/SC, Laguna/SC, Porto Alegre/RS, Pelotas/RS e Rio Grande/RS.

Em 2013, o projeto alcançou sua meta de ser implementado em 35 portos, uma vez que passou a funcionar em mais 6 portos: Itaqui/MA, Belém/PA, Santarém/PA, Vila do Conde/PA, Macapá/AP e Manaus/AM.

Concomitante à implantação do PSP nos portos, foram iniciados os trabalhos da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – CONAPORTOS, instituída pelo Decreto nº 7.861, de 06/12/2012, que visa a harmonização das atividades dos órgãos e entidades públicos nos portos organizados e nas instalações portuárias. Esse fórum institucional caracteriza-se como o local de tomada de decisão para aperfeiçoamentos e ajustes tanto da implantação como na gestão do PSP.

Em março de 2013, a primeira reunião específica de integração de sistemas de informação do CONAPORTOS foi realizada e, desde então, SEP/PR e os demais órgãos envolvidos – Receita Federal, Marinha, ANVISA, VIGIAGRO e Polícia Federal – vem trabalhando em uma agenda de integrações entre o PSP e os sistemas dos anuentes. Destaque-se que o primeiro nível de integração do PSP com o sistema Siscomex Mercante (Receita Federal) ocorreu em agosto de 2013.

No primeiro semestre de 2014, continuaram os trabalhos da agenda de integrações entre o PSP e os demais sistemas dos Órgãos Intervenientes. Com isso, foram realizados desenvolvimento, testes e homologação do segundo nível de integração entre o PSP e o sistema Siscomex Mercante (Receita Federal); a integração entre os sistemas DATAVISA e Peticionamento (da ANVISA) com o PSP. No segundo semestre do ano, foi implantada a tramitação eletrônica dos formulários da Autoridade Marítima utilizando-se de assinatura digital no PSP pela Marinha do Brasil e as Agências de Navegação. Ademais, deu-se início às atividades de integração do PSP com os Sistemas da Vigiagro.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	3	unidade	3	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	3	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	4	unidade	4	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	7	unidade	7	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	3	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	8	unidade	8	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	7	unidade	7	31/12/2014

- **Implantar o Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente em 12 portos**

Análise Situacional da Meta

O projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente consiste em um sistema para o rastreamento e monitoramento da carga com destino final aos portos, sequenciamento e ordenamento do acesso terrestre de veículos, atendimento das exigências e regulamentações internacionais de segurança e disponibilização de informações com antecedência para a comunidade portuária e anuentes.

Para tanto, faz necessário um sistema de informação para esse propósito, hoje denominado Portolog, e a adaptação ou construção de infraestruturas físicas que permitam o uso das ferramentas tecnológicas previstas no escopo do projeto. O sistema será alimentado por dados coletados a partir de sensoriamento digital, utilizando-se das tecnologias de “Identificação por Rádio Frequência (RFID – Radio Frequency Identification)”, “Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR – Optical Character Recognition)”, “Selos Eletrônicos (e-seal)” e “Reconhecimento Biométrico”,

além de trocar informações eletronicamente com outros sistemas governamentais.

O parceiro da SEP/PR no desenvolvimento do sistema de informação é o SERPRO, contratado em dezembro de 2011.

Com relação ao aspecto de infraestrutura física necessária à implantação do projeto, especificamente o estudo dos layouts dos “gates” de acesso dos portos, a SEP/PR firmou parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

O sistema será desenvolvido e implantado em 12 portos nacionais: Santarém/PA; Itaqui/MA; Pecém/CE; Fortaleza/CE; Suape/PE; Salvador/BA; Vitória/ES; Itaguaí/RJ; Rio de Janeiro/RJ; Santos/SP; Paranaguá/PR e Rio Grande/RS.

Em 2012, pelo contrato com o SERPRO, foi iniciada uma prova de conceito no Porto de Santos/SP, com o objetivo de se validar os processos e tecnologias. Além disso, foram entregues o Documento de Visão Global do Projeto e o Projeto Lógico e foi iniciado o desenvolvimento do sistema. Além disso, foram realizadas visitas técnicas pela equipe da UFSC e da SEP/PR para coleta de dados e definição de layouts dos gates de acesso dos portos de Santos/SP e Vitória/ES.

Em julho de 2013, houve a conclusão da Prova de Conceito no Porto de Santos/SP; entrega e validação do Projeto Conceitual do Porto de Fortaleza/CE, Pecém/CE e Paranaguá/PR em agosto; entrega da versão preliminar do Termo de Referência e edital do Porto de Santos/SP e Vitória/ES em agosto; homologação do sistema em setembro; treinamento dos usuários e a colocação do sistema em produção, concluídos em novembro.

Em 2014 o projeto evoluiu significativamente, tendo como resultados mais expressivos a implantação em Santos/SP e Vitória/ES, em estágios mais avançados. No porto de Santos/SP foi concluído o anteprojeto e publicado o edital para aquisição dos equipamentos, adequação dos “gates” públicos e construção dos “pré-gates”. Além disso, foi iniciada a operação assistida do sistema de agendamento de caminhões (Portolog) em novembro de 2014, com o objetivo de que a operação plena do sistema, para os granéis vegetais seja iniciada após a safra de grãos, no segundo semestre de 2015. Para o porto de Vitória/ES foi concluído o anteprojeto para construção das portarias automatizadas das margens de Capuaba e Vitória, em dezembro de 2014.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

À exceção do contrato para permissão para exploração dos serviços de armazenagem de mercadoria em zona secundária, fora das instalações portuárias, no perímetro urbano do Porto de Suape, não houve outorga por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil para instalações de novos recintos alfandegados fora das instalações portuárias, sob a forma de porto seco ou Centro Logístico Industrial Aduaneiro (CLIA).

Com a edição de Medida Provisória nº 612, de 2 de abril de 2013, que criou um novo marco regulatório para exploração dos serviços de terminal alfandegado de uso público, do tipo Centro Logístico Industrial Aduaneiro (CLIA), cujo modelo baseia-se no sistema de licenciamento, dispensada a licitação na modalidade concorrência, 22 (vinte e dois) terminais já autorizados a operar, por concessão, autorização ou medida judicial, solicitaram a conversão do antigo modelo de Porto Seco em CLIA. Não houve expansão de terminais, mas tão somente alteração no modelo de exploração.

A Medida Provisória nº 612, de 2013, vigente de 3 de abril a 31 de julho de 2013, não foi convertida em Lei. O Congresso Nacional, por sua vez, não editou ato normativo disciplinando as relações jurídicas nascidas na sua vigência. Assim sendo, 83 (oitenta e três) solicitações, dessas a maioria para criação de novos terminais restaram prejudicadas,

devido à falta de amparo legal.

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR) contratou, em dezembro de 2013, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para realizar estudos para implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário (AAPL) nos portos brasileiros, que se encontram em sua fase inicial e se estenderão até março de 2015.

À exceção do contrato para permissão para exploração dos serviços de armazenagem de mercadoria em zona secundária, fora das instalações portuárias, no perímetro urbano do Porto de Suape, não houve outorga por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil para instalações de novos recintos alfandegados fora das instalações portuárias, sob a forma de porto seco ou Centro Logístico Industrial Aduaneiro (CLIA).

Com a edição de Medida Provisória nº 612, de 2 de abril de 2013, que criou um novo marco regulatório para exploração dos serviços de terminal alfandegado de uso público, do tipo Centro Logístico Industrial Aduaneiro (CLIA), cujo modelo baseia-se no sistema de licenciamento, dispensada a licitação na modalidade concorrência, 22 (vinte e dois) terminais já autorizados a operar, por concessão, autorização ou medida judicial, solicitaram a conversão do antigo modelo de Porto Seco em CLIA. Não houve expansão de terminais, mas tão somente alteração no modelo de exploração.

A Medida Provisória nº 612, de 2013, vigente de 3 de abril a 31 de julho de 2013, não foi convertida em Lei. O Congresso Nacional, por sua vez, não editou ato normativo disciplinando as relações jurídicas nascidas na sua vigência. Assim sendo, 83 (oitenta e três) solicitações, dessas a maioria para criação de novos terminais restaram prejudicadas, devido à falta de amparo legal.

A Secretaria Especial de Portos da Presidência da República (SEP/PR) contratou, em dezembro de 2013, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para realizar estudos para implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário (AAPL) nos portos brasileiros, que se encontram em sua fase inicial e se estenderão até março de 2015.

A despeito da existência de dois projetos para implantação da denominada Zona de Apoio Logístico no Porto de Santos, bem como de um conjunto de articulações interinstitucionais da SEP/PR com Governo do Estado de São Paulo e Prefeituras Municipais da Baixada Santista, não houve avanço para o incremento das zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, no período analisado.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 17 estudos para implantação de Áreas de Apoio Logístico Portuário - AAPLs em portos brasileiros.**

  Análise Situacional da Meta

  No primeiro semestre de 2013, a SEP/PR adotou a seguinte estratégia com relação a essa meta: contratar estudos para 16 AALPs (menos o Porto de Santos) e tratar o estudo conceitual da AALP-Santos como um projeto específico.

  Com relação aos estudos a serem contratados, a SEP/PR formulou o respectivo Termo de Referência, bem como prospectou o parceiro para a realização do estudo: a UFSC. O estudo foi contratado em dezembro de 2013 e o prazo de execução do trabalho está previsto para março de 2015.

  Quanto ao projeto do estudo conceitual da AALP-Santos, compete contextualizar que, antes do Governo Federal decidir pela política de implementação de Áreas de Apoio Logístico Portuário (AALPs) nos portos brasileiros, o Porto de Santos já contava com dois projetos diferentes para implantação de sua denominada Zona de Apoio Logístico. Nesse sentido, a elaboração do estudo da AALP-Santos nos termos dessa meta representa a integração dos conceitos preconizados nesses projetos à atual conjuntura logística e de geografia do entorno do Porto de Santos.

  Dessa forma, no período em análise, a SEP/PR fez um conjunto de articulações interinstitucionais com Governo do Estado de São Paulo e Prefeituras Municipais da Baixada Santista com vistas a eleger uma área para o empreendimento que, uma vez definida e assegurada, possibilitará o avanço do estudo conceitual da AALP-Santos.

  Quantidade alcançada

  0

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar 2 estudos para identificação de demanda pela instalação de portos secos**

Análise Situacional da Meta

1 -Após acompanhamento por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), Acórdão 3012/2012 – TCU – Plenário, de 8/11/2012, inclusive consoante à representação de empresa Yolanda Logística Armazém, Transportes e Serviços Gerais Ltda, acerca de irregularidades na Concorrência Pública SRRF 4/2012, Acórdão 3.679/2013 – TCU – Plenário, de 10/12/2013, o Tribunal manifestou-se favorável a continuidade do processo licitatório para a contratação da permissionária para exploração dos serviços de armazéns gerais (Porto Seco).

Após assinatura do contrato de permissão, a Superintendência Regional da Receita Federal da 4ª Região Fiscal expediu e publicou no Diário Oficial da União (DOU) o Ato Declaratório Executivo nº 17, de 9 de setembro de 2014, em que declara alfandegada, com fiscalização aduaneira em horários determinados, a área que menciona.

2 - No que se refere à EADI Empório na Região Metropolitana de Salvador - BA, com a entrada em vigor da MP 612, de 3 de abril de 2013, que criou os Centros Logísticos Industrias Aduaneiros (CLIA) a empresa desistiu do processo administrativo para a concessão de autorização para exploração dos serviços de armazéns gerais, e solicitou a transformação em CLIA. O pleito da interessada (transformação para CLIA) foi atendido por meio da publicação do Ato Declaratório Executivo nº 7, de 29 de julho de 2013, da Superintendência Regional da Receita Federal da 5ª Região Fiscal.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, houve um avanço nas questões ambientais portuárias com a finalização de estudos para regularização de 3 portos dos 10 previstos a partir da edição da Portaria SEP/MMA nº 445/2011, consolidando, assim o Programa Nacional de Apoio a Regularização e Gestão Ambiental Portuária (PRGAP) e dando prosseguimento aos processos de licenciamento dos portos que não o possuem.

Em paralelo foram revistos regulamentos federais que resultaram em uma nova resolução do CONAMA redefinindo as diretrizes e parâmetros para licenciamento de dragagens portuárias.

No tratamento dos resíduos sólidos e efluentes líquidos foram dados os primeiros passos com a consolidação de uma rede de 14 universidades que darão apoio ao projeto, e do diagnóstico da situação de portos brasileiros quanto ao tratamento de resíduos.

Na questão de saúde, deu-se continuidade no relacionamento com as Companhias Docas para instalação dos sistemas de sala de situação de monitoramento de pandemias e dos equipamentos de esterilização de resíduos (autoclaves) nos portos.

No campo legal e institucional, ocorreu a adesão de atores para discussões específicas sobre saúde do trabalhador em cada porto.

Em 2013, a finalização do Guia e dos 22 Manuais de Boas Práticas Portuárias no âmbito do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, colocou em evidência ações a serem tomadas nos diversos portos, havendo avanço nas discussões deste tema porto a porto.

Além disso, houve o acompanhamento dos licenciamentos de diversas obras do PAC, tais como, Quebra-Mar do Porto de Salvador, dragagem de aprofundamento do Porto de Paranaguá e dragagem de aprofundamento/derrocamento do Porto de Vitória.

Foi firmado, em dezembro de 2013, novo Termo de Cooperação para dar continuidade ao processo de Regularização dos portos de Maceió e Areia Branca, cujos estudos estão com conclusão prevista para dezembro de 2015.

Avançaram também as discussões no sentido de modificar o modo de licenciamento dos portos organizados de forma que esses licenciamentos tenham abrangência sobre as operações do porto de forma geral, evitando a necessidade de constantes avaliações ambientais específicas para cada atividade ou obra específica a ser realizada nos portos.

Os dispositivos de controle de saúde continuam a ser instalados e deverão ser tratados sob uma visão integrada de gestão de resíduos sólidos.

Nos próximos anos, espera-se uma maior incorporação da consciência de gestão sustentável nos portos brasileiros por meio do aprofundamento dessas ações e disseminação para os portos ainda não atingidos.

Em 2014, foi dada continuidade à Fase 2 do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos (PGRS), que destina-se a elaborar projetos de implementação das ações e detalhamento dos procedimentos previstos nos Manuais de Boas Práticas Portuárias.

No âmbito do PRGAP, foram protocolados, em 2014, os Estudos de Regularização Ambiental dos Portos de Itaguaí – RJ e Rio de Janeiro – RJ no órgão ambiental competente.

Metas 2012-2015

- **Implantação de dispositivos de controle de saúde em 22 portos organizados marítimos**

  Análise Situacional da Meta

  A implantação de dispositivos de controle de saúde nos portos organizados marítimos é vinculada ao Plano Brasileiro de Prevenção a Epidemia de Influenza, coordenado pelo Ministério da Saúde. Ele consiste na aquisição de autoclaves e equipamentos de vídeo conferência que possam ser usados em situações de crise. Em anos anteriores, foram adquiridas 22 autoclaves (equipamentos para esterilização de resíduos sólidos), sendo finalizadas as instalações em 2 portos: Belém/PA com 2 equipamentos e Fortaleza/CE com 1. Tais equipamentos encontram-se prontos para operação.

  Em 2012, buscou-se atuar junto às Companhias Docas a fim de que fossem realizadas as obras civis a encargo delas para que os equipamentos pudessem ser instalados e se tornassem operacionais.

  Em 2013, a SEP/PR deu continuidade às ações de gestão junto aos portos organizados no sentido de viabilizar a instalação e operacionalização das autoclaves.

  Em 2014, 6 portos estavam com 12 autoclaves instaladas e aptas ao funcionamento: Belém/PA com 2 unidades, Fortaleza/CE com 1 unidade, Recife/PE com 3 unidades, Paranaguá/PR com 2 unidades e Rio Grande/RS com 2 unidades e Vitória/ES com 2 unidades. Os portos que ainda não tinham instalado as autoclaves não o fizeram por estarem aguardando o projeto básico de Área de Transbordo de Resíduos Sólidos, que incorpora a operação de estrutura de inertização de resíduos orgânicos – autoclave. Este projeto está em fase final de elaboração no âmbito do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos Brasileiros, objeto de Cooperação Técnico-financeira entre a SEP/PR e a UFRJ, por intermédio da COPPE/UFRJ.

  Quantidade alcançada

  6

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	1	30/12/2014
Vetor Logístico Leste	3	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	6	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	4	unidade	1	31/12/2014

- **Implantar o Programa Nacional de Regularização Ambiental Portuária (PRGAP) em 10 portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

O Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária – PRGAP, instituído pela Portaria Interministerial MMA/SEP nº 425/2011, consiste na elaboração de estudos ambientais, visando à emissão pelos órgãos competentes da licença ambiental de operação a portos administrados pelas Companhias Docas vinculadas à SEP/PR. Busca-se com esse projeto promover e apoiar os portos marítimos beneficiados, de forma continuada, para permitir a compatibilização das necessidades de sua operação e manutenção às normas ambientais vigentes. A implementação do programa é feita em parceria com as Universidades Federais da Bahia – UFBA e de Santa Catarina – UFSC.

O programa contempla 10 portos: Areia Branca/RN, Natal/RN e Maceió/AL, vinculadas à CODERN; Aratu/BA, Salvador/BA e Ilhéus/BA, vinculados à CODEBA; Vitória/ES, vinculado à CODESA; Rio de Janeiro/RJ e Itaguaí/RJ, vinculados à CDRJ, e Santos/SP, vinculado à CODESP, porém este Porto utiliza recursos próprios para a obtenção da Licença.

A partir da adesão das Companhias Docas ao Programa, por meio de assinatura de Termo específico, foram apresentados os Termo de Referência que nortearam a elaboração dos estudos ambientais. Em 2012, foram finalizados os estudos dos portos de Natal/RN, Vitória/ES, Aratu/BA e Ilhéus/BA, que foram encaminhados para os órgãos ambientais licenciadores competentes. Em outubro daquele ano, inclusive, foi emitida a licença de operação provisória do Porto de Natal/RN, denominada CERTIDÃO AMBIENTAL, informando que consta nos arquivos protocolares daquele Instituto, em tramitação, o processo n.º 2011.042500/TEC/LRO-0036, referente ao requerimento da Licença de Regularização de Operação – LRO para Porto de Natal.

Em 2013, o IEMA emitiu a Licença Ambiental de Regularização-LAR n.º 17/2013 com validade de 2 anos para o Porto de Vitória/ES. Em outros três portos (Ilhéus/BA, Rio de Janeiro e Itaguaí/RJ) foram concluídos os estudos, dos quais o do porto baiano foi protocolado no órgão ambiental em fevereiro de 2013.

Em maio de 2014, foram protocolados no órgão ambiental os Relatórios de Controle Ambiental - RCA's do Porto do Rio de Janeiro e Porto de Itaguaí, os quais não tiveram a análise concluída pelo órgão ambiental ao final de 2014.

Apesar de os estudos dos portos de Ilhéus e Aratu terem sido elaborados com base em Termos de Referências do Órgão Ambiental, a emissão das respectivas Licenças de Operação depende ainda de complementações dos estudos protocolados, que foram solicitados durante a análise dos documentos.

Os estudos relativos ao Porto de Salvador encontram-se em análise pela CODEBA e deverão ser entregues ao IBAMA no 1º semestre de 2015.

Os estudos relativos ao Porto de Santos estão em análise no órgão ambiental (IBAMA) aguardando manifestação daquele Instituto.

Em 2014, foram discutidos junto aos órgãos ambientais competentes a Regularização dos Portos de Areia Branca e Maceió, para os quais foram apresentados os respectivos Termos de Referência. A previsão de conclusão dos estudos é até Dezembro de 2015, os quais serão remetidos posteriormente aos órgãos ambientais competentes.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Sudeste	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	3	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	3	unidade	1	31/12/2014

- **Implantar o Sistema de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em 22 portos organizados**

marítimos

Análise Situacional da Meta

O Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos Brasileiros compreende um conjunto de ações que visam a promover a conformidade legal dos portos marítimos frente às exigências ambientais, das vigilâncias sanitária e agropecuária, relacionadas ao gerenciamento de resíduos sólidos, efluentes líquidos e o manejo da fauna sinantrópica nociva.

O objetivo do programa é implantar um sistema integrado de gestão de resíduos sólidos, efluentes líquidos e controle de fauna sinantrópica nociva, inicialmente, em 22 portos marítimos brasileiros, quais sejam: Belém/PA; Vila do Conde/PA; Itaqui/MA, Fortaleza/CE, Natal/RN, Cabedelo/PB, Recife/PE, Suape/PE, Maceió/AL, Aratu/BA, Salvador/BA, Ilhéus/BA; Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ, Itaguaí/RJ, Santos/SP, São Sebastião/SP; Paranaguá/PR, São Francisco do Sul/SC, Imbituba/SC, Itajaí/SC e Rio Grande/RS.

O programa é desenvolvido em três fases.

A primeira, iniciada em julho de 2011 e desenvolvida por meio de parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, consiste na elaboração de inventário e diagnóstico da situação atual de geração e movimentação de resíduos e efluentes, resultando em 22 Manuais de Boas Práticas, que contêm perspectivas de gestão sustentável dos resíduos e efluentes e apresentação de uma proposta de mitigação da fauna sinantrópica nociva presente nesses portos. A segunda fase caracteriza-se pela elaboração de projetos específicos à implantação das práticas indicadas nos manuais. A terceira fase corresponde a implantações das ações e obras projetadas na segunda fase, de acordo com as características de cada porto.

Com relação aos resultados alcançados pelo Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos dos portos marítimos brasileiros, durante o ano de 2012, na primeira fase do projeto, foram realizados os diagnósticos necessários para a elaboração dos manuais de boas práticas nos 22 portos.

No decorrer de 2013, foram elaborados 22 manuais de boas práticas para os portos selecionados bem como o Guia de Boas Práticas Portuárias baseado nas melhores práticas ambientais conduzidas em portos no exterior. Além disso, foi dado início a segunda fase do programa que corresponde ao detalhamento das ações, identificadas na primeira fase, como necessárias para tratamento de resíduos em cada porto.

Ao longo dos primeiros seis meses do ano de 2014, foram lançados os manuais de boas práticas anteriormente elaborados. Já no âmbito do trabalho da segunda fase do programa, foram apresentados produtos intermediários, quais sejam: Planejamento da Segunda Fase para o ano de 2014; Modelo de Tomada de Decisão para Localização de Área de Transbordo (resíduos); Metologia Multi-critério para Selecionar Projetos Básicos de Efluentes Líquidos; Modelo Centralizado de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Métodos para Avaliação do Potencial de Geração de Energia. Ao final da Segunda Fase serão entregues aos 22 Portos projetos básicos/conceituais e notas técnicas relativas a soluções para o aperfeiçoamento da gestão de resíduos, efluentes e fauna sinantrópica nociva, considerando-se o atendimento do crescimento das operações portuárias em um horizonte de até 20 anos.

No segundo semestre de 2014, em continuidade à segunda fase do PGRS, foram priorizados os Portos de Salvador, Belém e Vitória para a elaboração do Projeto Básico do tema efluentes líquidos, no qual foram entregues pela UFRJ versão preliminar do anteprojeto da rede de esgotamento sanitário para o Porto de Salvador, Porto de Vitória (Cais de Capuaba) e Porto de Belém (Terminal de Miramar); e o Projeto Básico das Estações de Tratamento de Esgoto para o Porto de Belém (Terminal de Miramar) e Porto de Vitória (Cais de Capuaba).

O cumprimento gradual da meta será considerado à medida que os portos completem a terceira fase do programa.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com a publicação do novo marco regulatório do setor portuário, inicialmente pela Medida Provisória - MP nº 595, em dezembro de 2012, e posteriormente com a Lei nº 12.815/2013, em junho de 2013, o papel da SEP/PR como órgão planejador e formulador de políticas para o setor ficou definido de forma mais precisa.

Em 2012, a SEP/PR havia elaborado e entregue à sociedade o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP e os 15 Planos Diretores Estratégicos – Master Plans dos principais portos públicos nacionais, bem como firmado parceria para elaboração do plano de investimentos e desenvolvimento para os demais 19 portos e a integração do PNLP e dos 15 Planos Mestres já realizados com os demais planos de governo e dos portos. Nesse contexto, em 2013 e até o presente momento, o trabalho de planejamento de longo prazo iniciado pela SEP/PR em 2010 passou a contar, além do respaldo institucional da Secretaria e da Presidência da República, com o respaldo legal proveniente do novo marco regulatório.

O mesmo marco regulatório definiu como responsabilidade das Autoridades Portuárias a competência para a elaboração dos seus respectivos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZs, cabendo a SEP/PR a aprovação dos mesmos. A concatenação entre o planejamento nacional, a cargo da SEP/PR, e o planejamento local, de responsabilidade das Autoridades Portuárias, é mediada por meio de regulamentação infralegal, em nível de portaria ministerial, materializada na Portaria/SEP nº 3/2014, de 07 de janeiro de 2014.

Com relação às políticas de cabotagem, destaque-se que o novo marco regulatório não alterou a competência do tema, que permanece a cargo do Ministério dos Transportes – MT. Dessa forma, o principal fórum para a discussão de políticas desse assunto, o Procabotagem, está sob coordenação do MT.

Mesmo com a competência em relação às hidrovias e, em decorrência, à cabotagem permanecendo no MT, a SEP/PR tem papel relevante na formulação de políticas públicas para o tema e, por conta disso, já concluiu 2 estudos sobre o assunto - Estudo para a Implantação do Sistema para Desenvolvimento Logístico de Cabotagem (em parceria com o Porto de Cingapura) e Estudo de Viabilidade para Implantação de Linhas Regulares de Cabotagem no Brasil (em parceria com a UFSC) e tem contratado mais um estudo sobre o tema - Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil (em parceria com o Banco Mundial).

Metas 2012-2015

- **Elaborar 3 estudos para simplificar procedimentos e reduzir o custo de movimentação nos portos organizados marítimos no transporte de mercadorias por cabotagem**

  Análise Situacional da Meta

  Os 3 estudos que esta meta trata são:

  1. Estudo de Viabilidade para Implantação de Linhas Regulares de Cabotagem no Brasil, em parceria com a UFSC: concluído em 2012 com a entrega do estudo de viabilidade;

  2. Estudo para a Implantação do Sistema para Desenvolvimento Logístico de Cabotagem, em parceria com o Porto de Cingapura: estudo concluído na forma de relatório final em 2012; e

  3. Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil, em parceria com o Banco Mundial: ações

preparatórias em andamento.

Com relação ao Estudo para a Implantação do Sistema para Desenvolvimento Logístico de Cabotagem, foi finalizada ,em 2012, a etapa programada relativa ao acordo de assistência técnica firmado em outubro de 2011 entre a SEP/PR e a Agência de Desenvolvimento de Informática e Telecomunicações de Singapura – IDA International, com a entrega do relatório final contendo a modelagem e as recomendações para implementação de um moderno sistema de informações voltado à integração e gestão dos processos relativos à cabotagem nos portos brasileiros.

Já o Estudo para o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil, parceria entre SEP/PR e Banco Mundial, denominado “Desenvolvimento da Cabotagem no Brasil” é um projeto financiado, com recursos não reembolsáveis, pelo Fundo Espanhol para América Latina e Caribe (Spanish Fund for Latin America and Caribbean - SFLAC), com igual contrapartida da União (ambos com valor equivalente de 300 mil dólares). O referido projeto visa à realização de um diagnóstico sobre a cabotagem no país, com a finalidade de subsidiar a proposição de políticas públicas para o setor no médio e longo prazos.

Em 2012, desenvolveram-se as ações preparatórias, tendo sido desenvolvido e aprovado pelo Banco Mundial o Termo de Referência do projeto. Em 2013, em decorrência de alguns problemas relacionados ao procedimento licitatório, houve atraso na contratação.

O terceiro e último estudo planejado, denominado “Estudo sobre o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil”, foi celebrado em abril 2014, com trabalhos iniciados em setembro. A previsão de encerramento do estudo é para o segundo semestre de 2015.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	3	unidade	2	31/12/2014

- **Elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) para 34 Portos Organizados Marítimos**

Análise Situacional da Meta

Com o advento do Novo Marco Regulatório do setor, por meio da edição da Medida Provisória - MP nº 595, de 06/12/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e com o Decreto nº 8.033, de 27/06/2013, a elaboração dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário - PDZs é de responsabilidade das Autoridades Portuárias, cabendo a SEP/PR, com base em regulamentação infralegal, a aprovação dos mesmos. Esta regulamentação foi publicada em janeiro de 2014, pela Portaria nº 03, alterada pela Portaria nº 206/2014.Em 2014 foram concluídas as elaborações dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário nos portos de Santarém, Vila do Conde, Belém, Paranaguá, Antonina e Imbituba. Está em fase de análise para publicação de nova portaria, a qual estabelecerá novos prazos para os demais PDZs em desenvolvimentos.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	3	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	3	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	4	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	7	unidade	0	31/12/2014

Vetor Logístico Nordeste Meridional	3	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	7	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	7	unidade	1	31/12/2014

- **Elaborar o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP)**

Análise Situacional da Meta

Com relação ao planejamento de longo prazo do setor portuário brasileiro, foram recebidos e aprovados o Plano Nacional de Logística Portuária – PNLP e os 15 Planos Diretores Estratégicos – Master Plans, dos principais portos públicos nacionais.

Na fase seguinte, as ações propostas foram: a definição de plano de investimentos e desenvolvimento para os demais 19 portos – Master Plans, e a Integração do Plano Nacional de Logística Portuária/PNLP e dos 15 Planos Mestres já realizados com os demais planos de governo e planos dos portos.

Em 2012, foram concluídas as versões finais dos seguintes Planos Mestres:
•Porto de São Francisco do Sul/SC, em dezembro/2012;
•Porto de Imbituba/SC, em dezembro/2012; e
•Porto de Ilhéus/BA, em dezembro/2012;

Em 2013, foram concluídas as versões finais dos seguintes Planos Mestres:
•Porto de Manaus, em abril/2013;
•Porto de Belém/PA, Santarém/PA e Vila do Conde/PA, em agosto/2013;
•Porto de Paranaguá/PR e Antonina/PR, em agosto/2013;
•Porto de Santana/AP, em agosto/2013;
•Porto de Porto Alegre/RS, em setembro/2013;
•Porto de Pelotas/RS, em setembro/2013;
•Porto de Cabedelo/PB, em outubro/2013; e
•Porto de Rio Grande/RS, em outubro/2013.

Em 2014, foram concluídas as versões finais dos seguintes Planos Mestres:
• Rio de Janeiro , em março/2014
• Forno, em abril/2014
• Itaguaí, em março/2014
• Porto Velho, em setembro/2014
• Estrela, em outubro/2014

- **Implantar o Projeto de Incentivo à Cabotagem (PIC)**

Análise Situacional da Meta

A SEP/PR desenvolve, desde o Projeto de Incentivo à Cabotagem – PIC iniciado em 2010, um conjunto de projetos com o objetivo de estabelecer políticas diretamente voltadas para o incentivo da navegação de cabotagem. Tais políticas buscam promover a transferência de cargas dos modais terrestres para o aquaviário de cabotagem, modelando soluções para viabilizar a implantação de linhas de cabotagem, interligar os portos nacionais, contribuir para a redução de custos logísticos, de implantação e conservação de infraestrutura viária, reduzir os impactos ambientais e acidentes em rodovias e ampliar a competitividade da economia nacional.

Devido ao caráter multidisciplinar do tema, em 2012 decidiu-se por estabelecer uma agenda comum entre SEP/PR, Ministério dos Transportes - MT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ resultando na criação de um Grupo de Trabalho - GT, expandindo assim a abrangência do projeto, que evoluiu para um programa de

desenvolvimento do setor. Assim, com o objetivo de estimular o aumento da participação da navegação de cabotagem no Brasil, a SEP/PR e o MT estabeleceram as tratativas e institucionalizaram no último trimestre de 2012, por intermédio da Portaria Interministerial SEP/PR-MT nº 01/2012 o programa "Pró Cabotagem". O programa criou GT interinstitucional, coordenado pelo MT, para propor ações de curto, médio e longo prazo para os níveis institucional, operacional e de infraestrutura, com indicação de estudos para integração da rede de transportes, ampliação da infraestrutura, adequação da legislação, melhoria da operação e proposição de incentivos fiscais, encaminhando-as no âmbito do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT.

Compete destacar que o alcance da meta apenas será atingido quando o programa "Pró Cabotagem", Grupo de Trabalho comporto por SEP/PR, Ministério dos Transportes - MT e Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ apresentarem diretrizes nacionais para as políticas públicas atinentes à cabotagem. Esta meta se relaciona diretamente com o estudo denominado "Estudo sobre o Desenvolvimento do Setor de Cabotagem no Brasil", o qual, ao seu final, subsidiará a realização do Projeto.

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com o advento do Novo Marco Regulatório do setor, por meio da edição da Medida Provisória - MP nº 595, de 06/12/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e do conjunto de medidas anunciados para o setor portuário pela Presidenta da República em 06/12/2012, o Governo Federal visa ao aumento da competitividade da economia brasileira pela eliminação de barreiras ao fluxo de comércio brasileiro.

Com base nesse objetivo, as ações estão orientadas para o aumento da movimentação portuária, redução do custo e aumento da eficiência, a partir de uma maior participação da iniciativa privada no setor. O montante de recursos privados estimados para serem investidos nos portos brasileiros é da ordem de R$ 50 bilhões.

Nesse arcabouço, a SEP/PR, em parceria com a ANTAQ, conduz três ações complementares para a ampliação de capacidade do sistema portuário nacional: o Programa de Arrendamentos Portuários, Anúncios Públicos para Autorizações de Exploração de Terminais de Uso Privado (TUPs), e o Programa de Reequilíbrio e Prorrogação de Contratos.

O Programa de Arrendamentos Portuários visa à celebração de contratos de arrendamentos, sempre precedida de licitação, em áreas localizadas dentro dos Portos Organizados. Na primeira fase do programa, incorporada ao Programa de Investimentos de Logística (PIL) – Portos, SEP/PR e ANTAQ estão desenvolvendo Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA para 159 áreas passíveis de serem arrendadas nos portos públicos brasileiros - contratos de arrendamento vencidos ou a vencer até 2017, com a previsão de investimentos de aproximadamente R$ 17 bilhões.

Com relação aos Anúncios Públicos para Autorizações de exploração de TUPs, prevê-se que, mediante autorização, sempre precedida de chamada ou de anúncio públicos, instalações portuárias localizadas fora das áreas dos portos organizados possam ser exploradas pelos agentes econômicos habilitados no processo de autorização. A partir de julho de 2013, foi dado início ao processo de anúncios públicos relativos à implantação de novos TUPs, e até dezembro de 2014, 38 contratos foram assinados.

Outra linha de ação da SEP/PR para alcançar o objetivo do Governo Federal é concessão de portos organizados. Para

tanto, está sendo estudada a concessão de 4 portos organizados, a saber: Manaus/AM; Ilhéus/BA; Águas Profundas/ES e Imbituba/SC. Os portos de Ilhéus/BA e Imbituba/SC estão em funcionamento e administrados pela Companhia Docas do Estado da Bahia – CODEBA e SCPar Porto de Imbituba S/A, respectivamente. Já os portos de Manaus/AM e Águas Profundas/ES precisam ser construídos e implementados.

Em decorrência de aprovação do novo marco regulatório do setor portuário, Lei 12.815 de 2013, e previsão expressa em seu artigo 57, instituiu-se Programa de Reequilíbrios Econômico-Financeiros de Contratos e Prorrogações Antecipadas, que objetiva impulsionar os investimentos portuários por parte dos arrendatários já em operação e que não têm seus arrendamentos enquadrados no Programa de Arrendamentos Portuários.

Foram formulados, na SEP/ANTAQ, 46 pleitos, dos quais 20 são relativos a Prorrogações Antecipadas, assim dispostos:
•1 pleito já assinado – R$ 187 milhões;
•5 pleitos já assinados pela ANTAQ e em análise pela SEP – R$ 6,7 bilhões; e
•14 pleitos em análise pela SEP/ANTAQ – R$ 2,7 bilhões.

Os 26 restantes correspondem a Reequilíbrios, Prorrogações ordinárias, Unificações de Contratos, somando R$ 1,7 bilhão.

Metas 2012-2015

- **Conceder dois portos organizados marítimos**

  Análise Situacional da Meta

  Os dois portos que constituem o objeto dessa meta são Ilhéus/BA e Imbituba/SC, ambos já existentes e em operação. O Porto de Ilhéus/BA permanece sob administração da Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA, que também administra os portos de Salvador/BA e Aratu/BA, não havendo, no momento, nenhuma diretriz para realização de estudos no sentido de conceder o Porto. Já o Porto de Imbituba/SC encontra-se delegado ao Estado de Santa Catarina - SCPar Porto de Imbituba S/A, com recente Termo Aditivo assinado, estabelecendo prazo de duração deste de 25 anos, a contar de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado por mais 25 anos. Assim, sugere-se a exclusão da meta.

  A execução dessa meta depende do cumprimento da meta "Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos".

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Dotar de infraestrutura adequada as instalações portuárias do Porto de Pecém (CE)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a SEP/PR não recebeu do Porto de Pecém o projeto/estudo para ampliação da capacidade do porto. Tal situação só foi parcialmente resolvida em 2013. Entretanto, os estudos e projetos recebidos não foram suficientes para a implantação das obras. Em 2014, até a presente data, nenhum estudo adicional foi apresentado pelo Porto.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos**

Análise Situacional da Meta

Os 4 estudos de que tratam essa meta e o status de cada um deles segue abaixo:

•Porto de Manaus/AM: os estudos e o projeto básico estão finalizados , porém como esses documentos eram anteriores à mudança do marco regulatório, atualmente eles estão em processo de atualização;
•Porto de Águas Profundas/ES: os estudos e projetos foram entregues. Trata-se de um investimento vultoso, a princípio público, da ordem de R$ 4,0 bilhões, e após debate acerca da matéria no âmbito desta SEP/PR, orientou-se o sobrestamento da análise.
•Porto de Ilhéus/BA: estudos e projetos ainda não foram iniciados e não há, nesse momento, diretriz nesse sentido;
•Porto de Imbituba/SC: estudos e projetos ainda não foram iniciados e, a princípio, diante da recente delegação, provavelmente não serão realizados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar as diretrizes de outorgas para os Portos Organizados Marítimos**

Análise Situacional da Meta

Parte das diretrizes para outorgas nos portos organizados foi definida como advento do Novo Marco Regulatório do setor, por meio da edição da Medida Provisória -MP nº595, de 06/12/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e com o Decreto nº 8.033, de 27/06/2013. Com base nesse novo marco regulatório ,estão sendo elaborados os editais e contratos para realização dos arrendamentos nos portos organizados.
Para o cumprimento integral da meta, resta pendente a atualização do normativo referente ao Plano Geral de Outorgas - PGO, em fase de concepção nesta SEP/PR, no âmbito da regulamentação dos Instrumentos de Planejamento do Setor Portuário.

Aguarda-se orientação do Gabinete da Secretaria de Políticas Portuárias/SPP acerca da previsão de conclusão e publicação do Plano Geral de Outorgas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 2 novos portos organizados marítimos**

Análise Situacional da Meta

Houve mudança nessa meta durante o período de revisão do PPA em 2013. Anteriormente, a meta era: “Implantar 1 novo porto organizado marítimo”. Com o advento do Novo Marco Regulatório do setor, por meio da edição da Medida Provisória - MP nº 595, de 06/12/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.815, de 05/06/2013, e do conjunto de medidas anunciados para o setor portuário pela Presidenta da República em 06/12/2012, a meta foi redefinida para 2 novos portos organizados marítimos, quais sejam: Porto de Manaus/AM e Porto de Águas Profundas/ES.

Cabe ressaltar que a execução dessa meta depende do cumprimento da meta "Elaborar 4 estudos e projetos para outorga de novos portos organizados e terminais portuários marítimos", que ainda não foi implementada.

Registre-se que os Portos de Manaus/AM e o de Águas Profundas/ES encontram-se, respectivamente, nos Vetores Logísticos Amazônico e Leste;

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 159 arrendamentos em portos organizados marítimos.**

Análise Situacional da Meta

Dentre os investimentos privados previstos no conjunto de medidas anunciados para o setor portuário em 6/12/12 da ordem de R$50 bilhões, boa parte desses investimentos (cerca de R$17 bilhões) se refere à celebração de arrendamentos nas áreas de portos organizados com contratos vencidos ou a vencer até 2017. Esse pacote de investimentos consiste no Programa de Arrendamentos Portuários.

Compete contextualizar que SEP/PR e ANTAQ, juntamente com outros parceiros no âmbito do Governo Federal (Casa Civil, Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Fazenda e Empresa de Planejamento e Logística), estão desenvolvendo Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA para as 159 áreas passíveis de serem arrendadas, que representa o universo da meta proposta. A execução desses estudos está a cargo da Estruturadora Brasileira de Projetos S/A – EBP, instituição autorizada pela SEP/PR, por meio da Portaria SEP/PR 38, de 14/3/13.

A referida autorização foi concedida conforme previsão do art. 21 da Lei nº 8.987/95, e sem caráter de exclusividade, possibilitando que outras pessoas, físicas ou jurídicas, pudessem oferecer, a critério de seu interesse, os projetos ou estudos técnicos especificados na portaria.

Isto permitirá avaliar de maneira sistêmica a vocação dos terminais portuários, com respaldo no que prevê o Plano Nacional de Logística Portuária - PNLP, inclusive para definição do objeto das áreas que serão licitadas.

Os referidos estudos foram divididos em quatro blocos, conforme segue:

•Bloco 1: Santos/SP e do Estado do Pará: Belém, Miramar, Outeiro, Santarém e Vila do Conde;

•Bloco 2: Salvador/BA, Aratu/BA, Paranaguá/PR e São Sebastião/SP;

•Bloco 3: Maceió/AL; Suape/PE; Recife/PE; Cabedelo/PB; Fortaleza/CE; Itaqui/MA e Santana/AP;

•Bloco 4: Rio Grande/RS; Porto Alegre/RS; Imbituba/SC; Itajaí/SC; São Francisco do Sul/SC; Rio de Janeiro/RJ; Niterói/RJ; Itaguaí/RJ; e Vitória/ES.

Para a fase de análise dos estudos entregues, foi constituída Comissão Mista composta por membros da SEP/PR e da ANTAQ, que tem se manifestado de forma unificada quanto ao conteúdo técnico dos estudos, além de propor minutas de editais e contratos para as licitações.

Nesse contexto, os EVTEAs referentes aos Blocos 1 e 2 foram entregues em 15/7/13 e 9/9/13, respectivamente. Versões preliminares dos demais blocos, além de atualizações daqueles dois primeiros blocos foram entregues no último bimestre de 2013. Com relação ao quantitativo, após as últimas atualizações, no Bloco 1 foram confeccionados 29 EVTEAs, relativos a 52 áreas denominadas "passíveis de licitação"; no Bloco 2, 18 EVTEAs, de um total de 39 áreas; no Bloco 3, 22 EVTEAs, de um total de 36 áreas; e no Bloco 4, 20 EVTEAs, de um total de 32 áreas.

Ressalte-se que uma das diretrizes do programa é o adensamento de áreas a serem licitadas nos portos organizados, isto é, um menor número de áreas com tamanhos maiores. Por conta disso, verifica-se que o número de EVTEAs entregues para compor o Programa de Arrendamentos Portuários é menor do que o número de áreas com contratos vencidos ou a vencer até 2017, conforme resultados apresentados nos quatro blocos de arrendamento.

Os editais de licitação e minutas de contratos referentes aos arrendamentos dos 4 blocos serão objeto de consulta e audiência públicas, com o objetivo de colher subsídios junto à sociedade, e em especial ao setor produtivo. Feito isso, os EVTEAs e demais documentos que comporão o edital seguem para análise do TCU. Encerrada essa etapa, têm-se as condições para a publicação do edital de cada bloco de arrendamento e, mais adiante, da realização do certame licitatório pelo procedimento de leilão.

Com base nesse fluxo, para os portos inclusos no Bloco 1, a Consulta Pública foi realizada entre os dias 12/8/13 e 6/9/13, enquanto a Audiência Pública do Porto de Santos ocorreu em 30/8/13 e a dos Portos do Estado do Pará em

2/9/2013. A entrega dos estudos do Bloco 1 de arrendamentos para análise do TCU aconteceu em 11/10/13. Em 10/12/13, com a publicação do Acórdão 3661/13, o TCU concluiu a análise do Bloco 1, sugerindo 19 correções. Dos 19 itens, 15 foram atendidos (conforme Acordão 1555/14, de 11/6/14) e 4 foram alvo do Pedido de Reexame em 24/1/14.Quanto ao Bloco 2 de arrendamentos, o período de Consulta Pública foi realizado entre os dias 30/9/13 e 25/10/13. Já as Audiências Públicas para os portos de São Sebastião, Salvador/Aratu e Paranaguá ocorreram nos dias 17/10/13, 18/10/13 e 21/10/13, respectivamente. Conforme análise do TCU feita do Bloco 1, este órgão solicitou que sejam refeitas as audiências seguindo novos moldes estabelecidos na análise feita.Até o final do 2º semestre de 2014, não houve publicação dos editais de licitação para o primeiro bloco de arrendamentos.Deve-se destacar que, até dezembro de 2014, foi assinado um contrato de prorrogação antecipada entre a SEP/PR e uma arrendatária de terminal do Porto de Santos, conforme dispõe art. 57 da Lei 12.815/2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Malha hidroviária navegável comercialmente	km	01/12/2012	20.956	-	-
Total de autorizações para transporte longitudinal de passageiros e misto	unidade	31/12/2010	22	31/12/2013	11
Volume de cargas transportado por navegação interior	tonelada	31/12/2010	21.746	31/12/2013	35.213
Volume do comércio exterior entre Brasil e outros países - volume transportado por via fluvial e lacustre	tonelada	31/12/2010	14.777	31/12/2014	18.005

Observações:

Malha hidroviária navegável comercialmente - Indicador não apurado em 2013.
Em Dez/2014 ainda não haviam dados disponíveis.
Total de autorizações para transporte longitudinal de passageiros e misto - Em Dez/2014 ainda não haviam dados disponíveis.
Volume de cargas transportado por navegação interior - Em Dez/2014 ainda não haviam dados disponíveis.

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento do transporte hidroviário é fundamental para tornar a matriz de transporte de cargas do país mais equilibrada e eficiente economicamente e ambientalmente sustentável. De modo a propiciar a migração de cargas por longas distâncias, para o modo hidroviário, é necessário garantir as condições de navegabilidade dos principais corredores durante todo o ano.

Visando alcançar esse objetivo, os empreendimentos do governo federal para as principais hidrovias do País se distribuem em intervenções em trechos específicos, como derrocamento de pedrais, e intervenções de adequação ao longo dos corredores, como dragagens, sinalização, balizamento e retirada de toras e galhadas. Vale ressaltar que boa parte da carteira de investimentos tem sido executada com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento e os empreendimentos encontram-se em estágios distintos de execução.

Para o biênio 2014-2015, prosseguem as ações localizadas, as manutenções estruturadas de longo prazo e os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEAs) para as adequações das Hidrovias Araguaia-Tocantins, Amazonas e São Francisco. Também estão em fase de execução as intervenções nas Hidrovias do Tietê, Paraná, Madeira e Mercosul.

Metas 2012-2015

- **Eliminar 2 pontos críticos em hidrovias**

  Análise Situacional da Meta

  A existência de pontos críticos, tais como pedrais, bancos de areia e travessões nos cursos d'água, impede ou restringe a navegação durante todo o ano ou em determinados períodos. A meta de eliminar pontos críticos consiste em realizar intervenções nestas vias ou em pontos específicos onde, frequentemente, há restrições à navegação das embarcações de maior dimensão, de modo a aproveitar melhor o potencial de navegação das hidrovias brasileiras.

Um dos pontos críticos constante nessa meta é o derrocamento do Pedral do Lourenço, localizado no km 360 do rio Tocantins. Em 2014, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) contratou a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para revisar o anteprojeto de derrocamento do Pedral do Lourenço, visando a realização de licitação na modalidade RDC, mas a única proponente acabou desistindo. Para 2015, a expectativa é que após uma revisão do orçamento, nova licitação seja feita até meados de abril/2015.

Já o segundo ponto crítico é o derrocamento do Pedral localizado no km 2150 do Rio Paraná. Essa intervenção enfrenta oposição do Ministério Público e o DNIT está buscando formas de viabilizá-la.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Garantir manutenção e melhorias nos corredores hidroviários em 9.785 km**

Análise Situacional da Meta

O DNIT apresenta uma ampla carteira de empreendimentos para garantir a manutenção e melhorias nos corredores hidroviários brasileiros.

Quanto aos empreendimentos que estão em fase de estudos, alguns EVTEAs já foram finalizados, com entrega de seus produtos, tais como: rio Madeira, Brasil-Uruguai, rio Parnaíba e Paraná-Tietê. Ainda estão em elaboração os estudos do São Francisco, Tapajós/Teles-Pires, Araguaia-Tocantins, Paraguai e Amazonas. Assim que concluídos os estudos e formulados os projetos, novas obras terão início. Em relação aos empreendimentos que estão em fase de execução, as intervenções previstas para a Hidrovia do Madeira, as dragagens do rio Taquari, a sinalização da Hidrovia do Paraná e do tramo norte da Hidrovia do Paraguai já apresentam bons índices de execução.

Ainda há obstáculos a contornar, como as ações de meio ambiente, que tiveram seus custos multiplicados. A fim de superar esses obstáculos, está em andamento uma reestruturação administrativa do setor hidroviário no DNIT, que tem por objetivo melhorar a capacidade de gestão especialmente nas regiões em que estão as Hidrovias.

Quantidade alcançada

9.445

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	4.534	km	4.062	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	500	km	1.449	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.608	km	2.246	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	455,7	km	0	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	915,3	km	1.371	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	772	km	317	31/12/2014

OBJETIVO: 0236 - Aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O fortalecimento da integração sulamericana passa pela implantação de uma infraestrutura de transportes coesa e eficaz, que favoreça a circulação de bens e serviços e o desenvolvimento econômico e social dos países envolvidos. Para aumentar a integração hidroviária com países da América do Sul, o Brasil pretende firmar acordos bilaterais, desenvolver

estudos hidroviários e consolidar os empreendimentos da carteira da IIRSA - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, que estão, em sua maioria, vinculados ao objetivo 0234, de manutenção da navegabilidade das hidrovias brasileiras.

No que diz respeito aos acordos bilaterais, em 2012, o Brasil e o Uruguai assinaram o Acordo de Navegação com objetivo de consolidar uma hidrovia com uma malha fluvial entre os portos de La Charqueada, às margens do rio Cebollati no Uruguai e Estrela, no rio Taquari, abrangendo 5 eclusas e os portos de Santa Vitoria do Palmar (Lagoa Mirim), Pelotas (canal de São Gonçalo), Rio Grande (rio Guaiba), Porto Alegre (Lagoa dos Patos) e Cachoeira do Sul (rio Jacuí). Esse acordo está em tramitação no Congresso Nacional Brasileiro para aprovação. Já em relação aos estudos de integração hidroviária, o Brasil desenvolverá os projetos da futura hidrovia Uruguai-Brasil. Passo importante para a efetivação dos termos do acordo, o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, finalizado em dezembro de 2014, irá embasar a contratação dos projetos e obras necessárias para a implantação da hidrovia. Além disso, também já foi contratado, com previsão de término para dezembro de 2015, o estudo sobre a hidrovia Paraguai-Paraná, importante elo de integração do Brasil com os vizinhos Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Metas 2012-2015

- **Elaborar 2 estudos de integração hidroviária sulamericana**

  Análise Situacional da Meta

  Os dois estudos previstos nessa meta são: 1. prática regulatória, vantagens competitivas e oferta e demanda de carga entre os países signatários do Acordo da Hidrovia Paraguai–Paraná (Paraná entre Brasil, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai); e 2: transposição da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O primeiro estudo está sendo realizado pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, por meio do Termo de Execução Descentralizada – TED, TERM-SAF-ANTAQ/Nº 01/2015, assinado no dia 11/02/2015. O estudo tem como objetivos gerais: a) fomentar o desenvolvimento da hidrovia por meio de informações técnicas a respeito da via; b) constituição de uma base de dados que possa servir de matriz para estudos de eixos estratégicos envolvendo a hidrovia; c) subsidiar as decisões governamentais na formulação de política de apoio à indústria de construção naval e de afretamento de embarcações estrangeiras; d) gerar conhecimento técnico e científico sobre a demanda de transporte aquaviário relativa à hidrovia do Paraguai-Paraná; e) subsidiar o governo brasileiro no acompanhamento do Acordo da Hidrovia; e f) prover a Agência Nacional de Transporte Aquaviário (ANTAQ) de informações detalhadas para subsidiar possível revisão normativa. O TED terá duração de quatorze (14) meses, com todos os produtos entregues até o mês de dezembro de 2015.

  Quanto ao segundo estudo, em 2014 o Ministério dos Transportes reanalisou o estudo de Análise de Pré-Viabilidade da Transposição e Conexão Intermodal das Hidrovias Tietê-Paraná e Paraná-Prata realizado pelo Instituto ILOS, e entende que os dados levantados atendam satisfatoriamente a necessidade de informações. O trabalho foi resultado da Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/OC-11621-BR, firmada entre a ITAIPU Binacional e o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, em 14 de agosto de 2009. Entre outros tópicos, o estudo avaliou a viabilidade das obras de navegação previstas no ponto III.11 do Anexo B do Tratado de Itaipu, mediante uma avaliação comparativa das diversas opções logísticas de integração das hidrovias, no que se refere à competitividade em custo, à viabilidade técnica, ao investimento em obras de engenharia e ao risco socioambiental, considerando os aspectos técnicos, econômico-financeiros, os custos da cadeia logística, as restrições socioambientais e as intervenções de engenharia. Segundo o ofício E/FE/024884/14, de 30 de junho de 2014, endereçado ao Diretor- Geral da ANTAQ pela Diretoria Financeira Executiva de ITAIPU BINACIONAL, o estudo está sob apreciação das áreas da Casa Civil, transporte, energia e obras públicas e Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai. Dessa forma, a meta passaria a ser composta por apenas um estudo.

  Quantidade alcançada

  0

Data de Referência
31/12/2014

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Na região Norte do Brasil existe grande concentração de rios e uma rede rodoviária reduzida, fazendo com que o transporte hidroviário seja a principal forma de locomoção e abastecimento entre as comunidades da região. O transporte hidroviário de passageiros nessa região é um serviço relevante para as comunidades locais no acesso a serviços básicos de saúde, educação, emprego, lazer e abastecimento. Além disso, a referida atividade tem impacto significativo na economia local, incluindo a pesca, o turismo e os produtos da floresta. A melhoria da navegação e da infraestrutura hidroviária aumentará, portanto, a acessibilidade e a mobilidade dessas comunidades ribeirinhas, além de melhorar a qualidade do serviço prestado, garantindo maior conforto, confiabilidade e segurança, aumentando a interconexão entre os municípios da região.

Nesse sentido, para se atingir o objetivo de desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto na Região Norte, há que se desenvolver a rede de portos fluviais e adequar o Porto de Manaus para atender um volume ainda maior de navios de cruzeiros. Além disso, há que se implementar ações governamentais que permitam o desenvolvimento, a ampliação e a modernização do serviço de navegação na Região Norte, com o objetivo de oferecer à população local condições adequadas de utilização do transporte aquaviário, sobretudo no que tange à segurança, ao conforto e à disponibilidade dos serviços prestados.

No que concerne à construção da rede de portos fluviais, consta na carteira de empreendimentos do Governo Federal a construção de 52 (cinquenta e duas) instalações portuárias, sendo que 24 instalações já foram implantadas. Vale ressaltar que mesmo após a edição da MP nº 595/2012, posteriormente transformada na Lei nº. 12.815/2013, que transferiu os portos fluviais para a SEP, essas ações continuaram a ser executadas pelo DNIT, uma vez que, na citada lei, as responsabilidades relativas às Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte permaneceram com essa autarquia.

Quanto à adequação do Porto de Manaus, a SEP celebrou com o DNIT o Convênio de Descentralização (mai/2013) do Porto Organizado de Manaus - POM e o Termo de Cooperação nº 02/2013 (abr/2013) com vistas à realização das ações de adequação do Porto, sendo que o DNIT já efetivou o devido processo licitatório e as obras estão em execução, sendo a conclusão prevista para o primeiro semestre de 2015.

Metas 2012-2015

- **Adequar a infraestrutura do Porto de Manaus**

  Análise Situacional da Meta

  A adequação do Porto Organizado de Manaus contempla uma série de intervenções na infraestrutura do porto. Atualmente, está em execução o Contrato nº. 861/2013/DAQ/DNIT, cujo objeto é a elaboração dos projetos básico e executivo e a execução das obras de recuperação estrutural das pontes de acesso, cais flutuantes de atracação das Torres e do Roadway, bem como das obras de restauração, adequação e modernização da área retroportuária. Parte do empreendimento já foi concluído para a Copa do Mundo de 2014 e, atualmente, o percentual executado da obra está em 32,25%. A obra teve seu ritmo de execução reduzido em função de dificuldades relacionadas ao atraso de pagamento de medições, bem como decisões judiciárias que atrasaram o andamento dos serviços.

  Quantidade alcançada

  0,32

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	0,32	31/12/2014

- **Estruturar plano para a implantação, ampliação e modernização do transporte aquaviário de passageiros na Região Norte**

Análise Situacional da Meta

A estruturação de um plano para o transporte de passageiros na Região Norte deve ser precedida do desenvolvimento de estudos e levantamentos que possibilitem o diagnóstico do setor e a proposição de ações. Em 2012, a ANTAQ coordenou o Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Pará – UFPA, cuja parceria tem por objetivo o desenvolvimento de Estudo para a Caracterização da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica, contendo uma análise detalhada das linhas Belém/PA-Manaus/AM e Santarém/PA-Manaus/AM. O estudo foi concluído em dezembro de 2012 e servirá de apoio para a estruturação do plano constante desta meta.

Nesse sentido, a ANTAQ está desenvolvendo os seguintes projetos:

a) Pesquisa de satisfação com os usuários do serviço de transporte de passageiros e de serviço de transporte misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional: minuta de edital para pregão eletrônico em análise na Procuradoria da ANTAQ;

b) Monitoramento da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica: termo de execução descentralizada assinado com a Universidade Federal do Pará – UFPA em setembro de 2014, com duração de 2 anos;

c) Composição de Custos e Receitas para Proposição de Metodologia de Cálculo de Preço de Equilíbrio Econômico Financeiro na Prestação de Serviço de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Navegação Interior: termo de execução descentralizada assinado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com previsão de término para dezembro de 2015;

d) Análise de modelo regulatório mais adequado para exploração do serviço de transporte de travessia: projeto em desenvolvimento pela equipe da Gerência de Regulação da Navegação Interior – GRI;

e) Sistema de Desenvolvimento da Navegação – SDN: em desenvolvimento na ANTAQ, módulo de transporte longitudinal de passageiros e misto servirá para que as empresas de navegação possam encaminhar regularmente informações sobre suas operações.

Entende-se que os resultados destes projetos poderão gerar subsídios suficientes para a formatação de um Plano para o transporte de passageiros na Região Norte.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 52 Instalações Portuárias Públicas, na Região Norte**

Análise Situacional da Meta

A construção de instalações portuárias públicas de pequeno porte – IP4's, concentrada nos municípios da Região Norte, onde o modal hidroviário é preponderante, visa impulsionar o desenvolvimento do mercado regional e consequentemente melhorar a qualidade de vida da população por meio do acesso seguro, ordenado e controlado do fluxo de embarcações, passageiros e cargas das cidades contempladas.

Na carteira de empreendimentos do Governo Federal, tanto na carteira do PAC quanto fora dela, há tanto a confecção de estudos e projetos quanto a implantação de IP4's.

1) 42 IP4's constantes no PAC:

11 em licitação para contratação de projeto e obras: Envira – AM, Silves – AM, Parintins (Vila Amazônia) – AM, Tefé

(lago) – AM, Alvarães – AM, Anamã – AM, Anori – AM, Guajará-Mirim - RO, Conceição do Araguaia - PA, Tucuruí - PA, Altamira – PA;
09 em elaboração de projeto: Manaus Moderna – AM, Viseu - PA, São Miguel do Guamá - PA, Oriximiná - PA, Augusto Correa (novo) - PA, Juruti - PA, Cametá - PA, Belém - PA, Abaetetuba - PA
06 com obras em andamento: Apuí – AM, Japurá – AM, Itacoatiara (novo) – AM, Eirunepé – AM, São Gabriel da Cachoeira – AM, Satarém - PA
17 concluídos: Manicoré – AM, Canutama – AM, Codajás – AM, Tapauá – AM, Beruri – AM, Careiro da Várzea – AM, Itapiranga – AM, Boa Vista do Ramos – AM, Barreirinha – AM, Iranduba – AM, Monte Alegre – PA, Augusto Correa – PA, Humaitá - AM, Urucará - AM, Urucurituba - AM, Nova Olinda do Norte – AM, Santa Izabel do Rio Negro - AM.
04 em estudo de aperfeiçoamento: Ipixuna – AM, Itamarati – AM, Carauari – AM e Guajará – AM

2) 27 empreendimentos que não fazem parte do PAC e estão previstos para serem entregues à sociedade durante o período do PPA:
07 em obras: Novo Aripuanã – AM, São Paulo de Olivença – AM, Benjamin Constant – AM, Tonantins – AM, Fonte Boa – AM, Borba – AM, Autazes – AM
03 concluídas: Coari, Caracaraí - RR, Cai N'Água - RO
04 em fase de licitação de obras: Itacoatiara – AM, Tabatinga – AM, Manacapuru – AM, Lábrea – AM
01 paralisada: Barcelos – AM
02 em revisão de Projeto: Santo Antônio do Içá – AM e Jutaí – AM
08 em elaboração de projetos: Tabatinga (Belém do Solimões) – AM, Amaturá – AM, Maraã – AM, Juruá – AM, Caapiranga – AM, Pauiní – AM, Atalaia do Norte – AM, Coari (novo) – AM
02 em fase interna de licitação para contratação de projetos: Uarani – AM, Careiro Castanho – AM

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	47	unidade	24	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	5	unidade	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0283 - Estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário, dando continuidade à regulação do setor e garantindo a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Diversos estudos e projetos estão sendo idealizados pelo Ministério dos Transportes por meio da SPNT e pela ANTAQ, que embasarão melhor o planejamento do transporte hidroviário. Dentre esses estudos podemos destacar o Plano Nacional de Integração Hidroviária, já entregue a todos os interessados, e o Plano Hidroviário Estratégico, cujas diretrizes foram divulgadas em outubro de 2013. O portfólio do Plano Nacional de Logística em Transportes – PNLT se refere a esses estudos como importantes para reavaliação e perenização do processo de planejamento, na medida em que propõe integrar o setor à rede viária em condições mais adequadas de operação e em melhores condições de competitividade.

Metas 2012-2015

- **Definir classes de hidrovias**

Análise Situacional da Meta

A definição de classe de hidrovias faz parte da estratégia do Plano Hidroviário Estratégico - PHE. Portanto, os estudos que definem as diretrizes do Plano fazem referência também à classificação das hidrovias como forma de determinar sua capacidade, embarcação tipo, regime, enfim, todo o seu potencial de utilização. Informações sobre o andamento do PHE podem ser vistas nas metas de elaboração de 7 Planos, deste mesmo Objetivo (0283).

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Definir comboios tipo para os corredores hidroviários**

Análise Situacional da Meta

A definição e a classificação de comboios para os corredores hidroviários foram atendidas pelos estudos do Plano Hidroviário Estratégico - PHE, já concluído e divulgado. Assim, considera-se que a meta foi alcançada. Os comboios tipos associados às hidrovias comercialmente utilizadas, ou que venham a ser utilizadas, serão importantes para a melhoria das operações de transportes, visto que será determinante para a manutenção hidroviária, bem como, para a implantação e a ampliação de terminais hidroviários de cargas. Mais detalhes sobre o PHE estão descritos na Meta dos 7 Planos, relativa a este mesmo objetivo.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar 07 Planos para consolidar e estruturar o planejamento, a gestão, a operação e o controle do transporte hidroviário**

Análise Situacional da Meta

Em relação aos Planos:

1. Plano Hidroviário Estratégico – PHE - O estudo para elaboração do Plano PHE está concluído e sua divulgação se deu na primeira quinzena de Outubro de 2013, em evento específico, estando planejado, para os períodos seguintes, apresentações em fóruns que suscitem seu conhecimento. O estudo analisou a situação do transporte hidroviário no país e tem como objetivo geral o estabelecimento de um plano com vistas a inserir o Transporte Hidroviário Interior no contexto do Planejamento Nacional de Transportes, com propostas de investimentos necessários para o desenvolvimento.

2.Plano Nacional de Integração Hidroviária-PNHI incluindo o Plano Geral de Outorgas de Terminais Fluviais e Lacustres - O PNIH, lançado no dia 19 de fevereiro de 2013, foi concebido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) visando dois objetivos centrais: um estudo detalhado sobre as hidrovias brasileiras e a indicação de áreas propícias para instalações portuárias. Um dos objetos do PNIH foi analisar diferentes cenários logísticos, buscando avaliar a criação de terminais hidroviários e alternativas de escoamento utilizando as hidrovias nacionais. São apresentados, para seis bacias hidrográficas, a potencialidade de utilização do modal hidroviário, terminais e vias, para o transporte de cargas, delimitados pelos cenários de 2015, 2020, 2025 e 2030.

3.Plano Geral de Outorgas de Transportes Hidroviário de Passageiros e Cargas - A ANTAQ finalizou em fevereiro de 2013 os estudos do Plano Nacional de Integração Hidroviária, no qual o volume 14 era referente ao Plano Geral de Outorgas para Terminais Hidroviários. Em relação ao Plano Geral de Outorgas para Serviços de Transporte Aquaviário referente à Navegação Interior o mesmo está em processo de planejamento. Para tanto, a ANTAQ está desenvolvendo os seguintes projetos para obtenção de subsídios:

a) Pesquisa de satisfação com os usuários do serviço de transporte de passageiros e de serviço de transporte misto na navegação interior de percurso longitudinal interestadual e internacional: pesquisa realizada durante o ano de em 2014, com a aplicação de 14.703 entrevistas, em 80 embarcações de 64 empresas e que operam 21 linhas.

b) Composição de Custos e Receitas para Proposição de Metodologia de Cálculo de Preço de Equilíbrio Econômico Financeiro na Prestação de Serviço de Transporte Aquaviário Longitudinal de Passageiros e Misto na Navegação Interior: termo de execução descentralizada assinado com a UFSC em agosto de 2014, com previsão de término para dezembro de 2015;

c) Monitoramento da Oferta e da Demanda do Transporte Fluvial de Passageiros na Região Amazônica: termo de execução descentralizada assinado com a UFPA em setembro de 2014, com duração de 2 anos;

d) Análise de modelo regulatório mais adequado para exploração do serviço de transporte de travessia: projeto em desenvolvimento pela equipe da Gerência de Regulação da Navegação Interior – GRI;

e) Sistema de Desenvolvimento da Navegação Interior e Marítima – SDN: em construção pela ANTAQ, receberá, das empresas de navegação, informações operacionais. O primeiro módulo, Travessias, está em fase de testes. Os demais módulos estão em desenvolvimento.

O PGO será desenvolvido em três etapas, referentes às modalidades de serviços de transporte aquaviário de navegação interior: Travessias, Passageiros e Cargas (Misto) e Cargas.

4.Programa de Incentivo a Renovação da frota de embarcações de transporte de passageiros - Foi elaborado o "Estudo sobre Transporte Fluvial na Amazônia" cujo relatório foi apresentado ao conhecimento público em 20/06/2013. O estudo aborda os principais temas que orientam as tomadas de decisões para melhoria do transporte fluvial de passageiros, caracterização da oferta e da demanda e as características do transporte fluvial hoje existente.

5.Plano de Fomento à Cabotagem – Foram retomadas as atividades do Grupo de Trabalho sobre Cabotagem (Pro Cabotagem), coordenado pelo Ministério dos Transportes e Secretaria de Portos, criado com o objetivo de propor medidas e soluções visando a melhoria e o incremento da movimentação de carga por cabotagem. A agenda do Grupo incluiu a discussão de um Plano Estratégico. Ao final de 2013, as atividades do Pro Cabotagem foram ampliadas e transformadas em uma iniciativa estratégica, constante do Mapa Estratégico do Sistema Transportes. Essa iniciativa contribui para o alcance do objetivo estratégico de "incrementar a navegação de longo curso, de cabotagem e interior". Foi elaborado um estudo preliminar de Diagnóstico da Cabotagem e de estruturação da Iniciativa.

6.Plano Nacional de Fomento ao Transporte aquaviário - Os estudos, já concluídos, que orientarão a elaboração do PHE, também servirão de base para a proposta do Plano de Fomento ao Transporte Aquaviário.

7.Plano de corredores Hidroviários - Os estudos, já concluídos, que servirão de base para a elaboração do PHE, incluem também base de informações que nortearão o Plano de Corredores Hidroviário.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Análise Situacional do Objetivo

Com a publicação da Medida Provisória nº 595/2012, convertida na Lei nº 12.815/2013, a Secretaria de Portos passou a deter a responsabilidade por todas as ações e atividades relacionadas aos portos fluviais e lacustres, com exceção das Instalações Portuárias de Pequeno Porte.

As ações que estavam em curso pelo Ministério dos Transportes, por meio do DNIT, quando da assunção dos portos fluviais pela SEP em dez/2012, relacionadas com o transporte de cargas, eram a adequação do Porto Organizado de Porto Velho/RO, a implantação do Terminal Multimodal de Marabá/PA. O porto novo de Itacoatiara está sendo licitado pelo DNIT e, para a readequação do porto de Porto Velho, a SEP/PR celebrou o Termo de Compromisso nº003/2014 com a Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia - SOPH. A expectativa é licitar o projeto executivo das obras em 2015,

bem como concluir a aquisição de equipamentos.

Metas 2012-2015

- **Adequar 2 Instalações Portuárias Públicas**

Análise Situacional da Meta

A adequação do Porto Organizado de Porto Velho visa modernizar a instalação portuária, sendo composto pela execução de obras e aquisição de equipamentos. A SEP/PR celebrou o Termo de Compromisso nº003/2014 com a Sociedade de Portos e Hidrovias de Rondônia - SOPH, com a Interveniência do Governo do Estado de Rondônia. A expectativa é licitar o projeto executivo das obras em 2015, bem como concluir a aquisição de equipamentos. Do ponto de vista histórico, cite-se que ao final de 2012, as ações em curso pelo DNIT com vistas à adequação do Porto Organizado de Porto Velho foram suspensas devido às alterações decorrentes da Medida Provisória nº 595/2012, convertida na lei 12.815/2013, que entre outras coisas transferiu os portos fluviais para a SEP.

Outra ação relacionada com o transporte hidroviário de cargas visando à integração multimodal é a implantação do Terminal Intermodal de Marabá. O Projeto executivo desse porto foi contratado mediante convênio celebrado entre o governo do Estado do Pará e o DNIT. Porém, o referido convênio venceu e não foi renovado. A SEP está estudando a conveniência de celebrar Termo de Compromisso com o Estado para contratação de revisão do EVTEA e do Projeto Básico do Terminal.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de acidentes ferroviários	acidentes/(milhão.trens.km)	31/12/2010	15	31/12/2014	12
Malha ferroviária	km	31/12/2010	29.785	31/12/2014	27.509
Malha ferroviária inoperante ou subutilizada	km	31/12/2010	18.900	31/12/2014	7.048
Número de acidentes ferroviários	quantidade	31/12/2010	951	31/12/2014	831
Percentual de carga ferroviária movimentada pelo tráfego mútuo e direito de passagem	%	31/12/2010	7,36	31/12/2014	8,5
Produto médio anual do transporte ferroviário	R$/mil TKU	31/12/2010	50	31/12/2014	42,34
Ranking de Qualidade das Ferrovias (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	87	05/09/2014	95
Total da produtividade ferroviária	bilhões de tku	31/12/2010	279	31/12/2014	307
Total de carga geral transportada	milhão de tu	31/12/2010	103,1	31/12/2014	30,2
Total de movimentação de cargas por ferrovias	milhão de tu	31/12/2010	497	31/12/2014	465
Total de movimentação de passageiros por ferrovias	quantidade	31/12/2010	2.484.930	31/12/2014	2.016.359
Transações comerciais entre o Brasil e os demais países sulamericanos, via ferrovia	tonelada por ano	31/12/2010	818.844	31/12/2014	463.654,62
Velocidade média comercial dos trens	km/h	31/12/2010	25	31/12/2014	16,3

Observações:

Malha ferroviária inoperante ou subutilizada - Alteração da metodologia de cálculo do indicador.

Total de carga geral transportada - Alteração da metodologia de cálculo do indicador.

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O modo de transporte ferroviário responde por aproximadamente 21% da atual matriz de transporte de cargas nacional. Concentra-se em corredores de transporte orientados para os principais portos das Regiões Sul e Sudeste do Brasil, perfazendo, em 30/06/2014, uma extensão de 29.031 quilômetros. Assim, a ampliação do sistema ferroviário nacional é uma oportunidade para a consolidação da política de investimentos públicos e privados que fortaleça nosso desenvolvimento econômico e socioambiental, apoiado na exploração sustentável de nossas fronteiras minerais e agrícolas.

Os novos investimentos visam ao aumento da competitividade de nossa economia. O desempenho das ferrovias está limitado, atualmente, por fatores como as diferentes bitolas: métrica, padrão e larga. Esta última tem 1,6 metros de distância entre trilhos e permite mais carga e velocidade. Pode assim configurar um sistema de alta capacidade, contribuindo para o aumento da produtividade , com maior integração aos demais modos de transporte.

O Governo Federal tem adotado estratégias para a ampliação da malha ferroviária nacional, com destaque para os empreendimentos já em execução no PAC, como a Ferrovia Norte-Sul, trecho entre Palmas (TO) e Anápolis (GO), a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), trecho entre Ilhéus (BA) e Barreiras (BA) e a Transnordestina, trecho entre Missão Velha (CE) e Salgueiro (PE). Espera-se ainda que o uso do Regime Diferenciado de Contratação (RDC) leve a maior celeridade na execução das novas obras. A outra frente de ampliação da malha se daria por meio do Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado em 2012, que consiste na concessão de 15 novos trechos ferroviários, perfazendo 10.327 mil km, a serem construídos em bitola de 1,6 m, de maior capacidade.

Almeja-se a exploração da malha ferroviária nacional por meio do Modelo Aberto, que consiste na compra integral da capacidade de transporte da ferrovia diretamente do contratado (responsável pela construção e manutenção da ferrovia) para depois ofertá-la publicamente aos operadores ferroviários independentes. A adoção de tal modelo, a continuada aplicação do modelo de concessão vertical ou adoção de soluções alternativas ainda estão em avaliação por parte do Governo Federal.

Metas 2012-2015

- **Expandir em 4.546 km a malha ferroviária do país**

  Análise Situacional da Meta

  No que diz respeito à Ferrovia Norte-Sul, o trecho Palmas (TO) – Anápolis (GO) foi inaugurado em 22/05/2014, sendo a Licença de Operação com liberação dos serviços da superestrutura (linha principal) emitida em 28/04/2014. Foi realizada 100,0% da execução física do Pátio de Anápolis até 31/12/2014. Em 29/12/2014 foi assinado o contrato para manutenção preventiva, corretiva e preditiva da via permanente, da faixa de domínio, dos pátios de cruzamento, dos pátios de cargas e demais pátios, do trecho entre Porto Nacional e Alvorada (TO). Também foi assinado o contrato para atendimento de acidentes ferroviários e ambientais ao longo do trecho e para atendimento específico na área da Barragem de Gurupi (TO), quanto à prevenção de acidentes ambientais e adequação da via permanente para inclusão de contratrilho. Em relação ao trecho entre Ouro Verde (GO) a Estrela d'Oeste (SP), a previsão de entrega é dezembro de 2015, sendo que o trecho tinha 76,5% de execução física em 20/12/2014. Em dezembro de 2014, a execução física, em percentual, na Extensão Sul estava distribuída da seguinte forma: Lote 1 (Ouro Verde de Goiás – GO a GO-0156), 77,9%; Lote 2 (GO-0156 a Rio Verdão), 83,8%; Lote 3 (Rio Verdão a Córrego Cachoeirinha), 95,4%; Lote 4 (Córrego Cachoeirinha a Rio Arantes), 68,4% e Lote 5 (Rio Arantes a Estrela d'Oeste – SP), 86,0%. O investimento previsto para o período 2011-2015 é de 4,25 bilhões de reais. Foi aprovado em 26/02/2014 o projeto executivo da Ponte sobre o Rio Paranaíba, no Lote 4 e liberadas as obras da Ponte Sobre o Rio Grande junto à Marinha do Brasil em 31/01/2014, sendo concluído o projeto em 24/03/2014, com a infraestrutura aprovada. Em 24/04/2014, ocorreu a emissão da Ordem de Serviço para o fornecimento dos trilhos, com entrega da primeira remessa em 05/09/2014 e a previsão de entrega da última para 31/03/2015. Também foram assinados os contratos para a aquisição de AMV – Aparelhos de Mudança de Via e de dormentes especiais para aplicação nos AMV, com valor total contratado de R$ 30,6 milhões, para a execução de obras remanescentes no Lote 3 e de obras e serviços no trecho de ligação com a ALL, no Lote 5.

  Em relação à Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), o trecho de Ilhéus (BA) a Caetité (BA) apresentava em 20/12/2014 execução física de 60,1%, estando liberada 97,7% da frente de desapropriação. Em dezembro de 2014, o avanço físico dos lotes no trecho era a seguinte: no Lote 1 (Terminal de Ilhéus ao Rio da Preguiça), 26,9%; Lote 2 (Rio da Preguiça ao Riacho Jacaré), 75,1%; Lote 3 (Riacho Jacaré ao Rio de Contas), 72,8% e Lote 4 (Rio de Contas ao Riacho da Barroca), 65,8%. As obras do Lote 1 foram retomadas com a emissão da Ordem de Serviço em 07/02/2014. O Túnel de Jequié (Lote 2A) encontra-se com 37,9% de avanço físico na execução das obras, estando na fase escavação do emboque Oeste e Leste, com 350,25 metros executados. Foram realizadas 86,8% das sondagens complementares até 30/12/2014. Assinado o contrato de fornecimento dos trilhos em 15/04/2014. Foram assinados os contratos para a aquisição de AMV – Aparelhos de Mudança de Via e de dormentes especiais para aplicação nos

AMV, para os lotes de 1 a 3, com valor total contratado de R$ 26,7 milhões.

O trecho da mesma ferrovia que vai de Caetité (BA) a Barreiras (BA) possui um avanço físico total de 4,8% até 20/12/2014, tendo a frente liberada para desapropriação em 79,0% até 31/12/2014 e 100% das sondagens indiretas (geofísica) e convencionais realizadas. A Licença de Instalação tem validade até novembro/2015. As obras do Lote 5 (Riacho da Barroca – Final da Ponte do Rio São Francisco) foram retomadas com a assinatura de um novo contrato e a emissão da Ordem de Serviço em 07/02/2014. Encontrava-se com 10,4% de avanço físico em 20/12/2014, estando em estudo a alteração do projeto da Barragem Ceraíma (BA), que é condicionante do IBAMA. As obras dos Lotes 6 (Início da Ponte do Rio São Francisco até a Estrada Vicinal Acesso BR-153) e 7 (Estrada Vicinal Acesso BR-153 ao Rio das Fêmeas) foram liberadas pelo Acórdão 1022/2014 do TCU, sendo que para o Lote 6 foi assinada Ordem de Serviço em 16/06/2014 e para o Lote 7, a assinatura da Ordem de Serviço deu-se em 25/08/2014. A nova data para a conclusão do trecho é setembro de 2016.

As ordens de fornecimento dos trilhos, para os dois trechos da FIOL, foram emitidas em 09/06/2014, para o Lote A, em 19/05/2014, para o Lote B e 11/06/2014, para o Lote C e as entregas foram realizadas em 11/08/2014 e 07/11/2014 para o Lote A, 24/11/2014 para o Lote B e 08/10/2014 para o Lote C. Novas entregas estão previstas para o primeiro semestre de 2015, inclusive as primeiras dos Lotes D e E, sendo a última prevista para 09/07/2014. A nova previsão para conclusão das obras no trecho é dezembro/2015 para os Lotes 1, 3 e 4, julho/2015 para o Lote 2 e junho de 2015 para o Túnel de Jequié (Lote 2A).

Quantidade alcançada

2.744

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	855	km	855	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	941	km	772	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.022	km	362	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	1.728	km	755	31/12/2014

- **Realizar estudos de implantação de 9.513 km da malha ferroviária do país**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a Valec concluiu o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA - do trecho Barcarena (PA) a Açailândia (MA) da Ferrovia Norte-Sul (EF-151), que será complementado por meio da execução do Edital de Chamamento Público de Estudos nº 6/2014, do Ministério dos Transportes, publicado no D.O.U. de 10/06/2014 e do trecho Estrela d'Oeste (SP) a Panorama (SP) e de Panorama (SP) a Porto Murtinho(MS), na chamada Ferrovia do Pantanal, que será complementado pelo Edital de Chamamento Público de Estudos nº 9/2014, também publicado no D.O.U. de 10/06/2014, porém até Dourados (MS).

Iniciou, ainda, o processo de licitação para a contratação do EVTEA dos segmentos da FNS de Panorama (SP) a Chapecó (SC) e de Chapecó (SC) a Rio Grande (RS). O resultado das propostas técnicas foi publicado em 30/04/2014. Das três alternativas definidas no estudo, o menor trajeto passou a contar com a seguinte extensão: Lote 01: de 650km para 897 km e Lote 02: de 550km para 834 km, extensão essa a ser confirmada no relatório final do estudo. Pretende-se concluir o EVTEA até 30/01/2015 nos dois trechos. Adicionalmente, foram concluídos os Estudos referentes à ligação da Ferrovia Norte-Sul com a Transnordestina, de Porto Franco (MA) a Eliseu Martins (PI), no total de 596 km e ao Ramal de ligação de Itumbiara (GO) à Ferrovia Norte-Sul.

Em 15/10/2014 foi celebrado contrato para elaboração do EVTEA, do Levantamento Aerofotogramétrico e do Projeto Básico do Corredor Ferroviário de Santa Catarina, de Dionísio Cerqueira a Itajaí(SC).

O trecho ferroviário entre Maracaju(MS) e Paranaguá(PR), inicialmente chamado de Corredor Ferroviário do Paraná, passou a integrar o Programa de Investimentos em Logística do Governo Federal e foi dividido nos segmentos

Maracaju(MS) – Lapa(PR) e Lapa – Paranaguá (PR), que são objetos das Tomadas de Subsídios nº 009/2013 e 016/2013 – ANTT.

O Programa de Investimentos em Logística do Governo Federal, coordenado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) também possui publicados os seguintes Editais de Chamamento Público de Estudos: 7/2014, para o trecho ferroviário entre Anápolis(GO) e Corinto(MG); 8/2014, para o trecho Belo Horizonte(MG) – Guanambi(BA), 10/2014 para o do trecho Sapezal(MT) – Porto Velho(RO) da EF-354 e 11/2014, para o trecho entre Sinop(MT) e Itaituba(PA) e Editais de Tomadas de Subsídios para estudos dos trechos: Lucas do Rio Verde(MT) – Campinorte (GO), Rio de Janeiro(RJ) – Vila Velha(ES), Feira de Santana(BA) – Ipojuca(PE), Uruaçu(GO) – Campos dos Goytacazes(RJ), Mairinque(SP) – Rio Grande(RS) e Belo Horizonte(MG) – Candeias(BA).

Quantidade alcançada

9.205

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	2.571	km	170	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Norte	1.076	km	1.427	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2.456	km	2.306	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	928	km	3.434	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	2.482	km	1.868	31/12/2014

OBJETIVO: 0142 - Viabilizar trechos inoperantes ou subutilizados por meio de conexões ferroviárias e acessos até regiões demandantes de cargas, tornando-os mais competitivos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Trechos ferroviários inoperantes são aqueles em que não há tráfego de trens cargueiros ou de passageiros, e os subutilizados são aqueles onde o tráfego de trens está muito abaixo da real capacidade da via férrea, em geral menor do que uma composição ferroviária (ou trem) por dia.

Conexões ferroviárias são linhas ferroviárias construídas para a ligação de trechos de ferrovias que antes não se interligavam. Já os acessos ferroviários são pequenos trechos de linhas férreas que visam a expansão de um ramal ferroviário até um polo concentrador de cargas, capaz de integrar ainda mais os demais modos de transporte.

Parte da malha encontra-se inoperante ou subutilizada por falta de conexões e acessos ferroviários. Isto faz com que o percurso ferroviário fique superior, em alguns trechos, se comparado a outras alternativas de transporte de cargas ou de passageiros. Assim, complementando-se a malha viária, para que se conecte a polos concentradores e/ou consumidores de cargas, busca-se tornar trechos ferroviários antes inoperantes ou subutilizados, em atrativos e potenciais polos indutivos para os investimentos públicos e privados.

Para o alcance do objetivo, o primeiro esforço do governo é o de elaboração dos projetos de conexão dos trechos ferroviários em questão.

Metas 2012-2015

- **Construção de 434 Km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária existente**

Análise Situacional da Meta

Está em fase final a aprovação de dois projetos:

- EF-116 entre as cidades de Juazeiro (BA) e Salgueiro (PE), com 217,8 km de extensão, e a ligação na - EF - 225 entre

Crateús/CE e Piquet Carneiro/CE, com 186,2 km de extensão. Sobre estes projetos tem-se a seguinte posição: EF-116: o projeto do trecho ferroviário já foi aprovado, sendo que a obra foi dividida em dois subtrechos.

O subtrecho 1, entre Salgueiro (PE) e Parnamirim (PE), com a extensão de 54 Km, já foi executado integralmente pela Transnordestina Logística S/A, empresa concessionária da malha ferroviária do nordeste brasileiro. Para o subtrecho entre Parnamirim (PE) e Juazeiro (BA), o projeto está em fase final de aprovação e EVTEA, sendo atualizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico -SDEC (PE).

EF-225: o projeto entregue pela Secretaria de Estado de Infraestrutura do Ceará, encontra-se em fase final de analise no DNIT, aguarda obtenção da Licença Prévia. Estes dois projetos totalizam 404 km.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Sudeste	30	km	0	30/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	217	km	54	30/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	186	km	0	30/12/2014

- **Elaborar estudos e projetos de 434 km de conexões e acessos ferroviários à malha ferroviária**

Análise Situacional da Meta

Está em fase final a aprovação de dois projetos:

- EF-116 entre as cidades de Juazeiro (BA) e Salgueiro (PE), com 217,8 km de extensão, e a ligação na - EF - 225 entre Crateús/CE e Piquet Carneiro/CE, com 186,2 km de extensão. Sobre estes projetos tem-se a seguinte posição:

EF-116: o projeto do trecho ferroviário já foi aprovado, sendo que a obra foi dividida em dois subtrechos.

O subtrecho 1, entre Salgueiro (PE) e Parnamirim (PE), com a extensão de 54 Km, já foi executado integralmente pela Transnordestina Logística S/A, empresa concessionária da malha ferroviária do nordeste brasileiro. Para o subtrecho entre Parnamirim (PE) e Juazeiro (BA), o projeto está em fase final de aprovação e EVTEA, sendo atualizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico -SDEC (PE).

EF-225: o projeto entregue pela Secretaria de Estado de Infraestrutura do Ceará encontra-se em fase final de analise no DNIT, aguarda obtenção da Licença Prévia. Estes dois projetos totalizam 404 km.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2014

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A economia globalizada exige o transporte de maiores volumes de cargas com maior competitividade. Tal cenário pressiona nossos portos e vias de acessos nacionais. A adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos contribuem, portanto, para a eliminação de restrições operacionais agravadas pela idade da malha ferroviária existente e qualidade de seu material rodante.

O cenário é de oportunidade para a promoção de obras adequadamente dimensionadas, capazes de atender aos atuais e futuros fluxos de transporte. Melhores variantes e acessos ferroviários aos portos nacionais podem ser obtidos por meio da melhoria das condições técnicas das vias (rampas, curvas), bem como a duplicação de linha, transformação do acesso

de bitola única para mista, construção de variante e acesso, adequação dos gabaritos da via e adequação das rampas.

No PPA 2012-2015, foi especificado apenas um acesso ferroviário a uma instalação portuária, mais especificamente o trecho de linha férrea que ligará o pólo petroquímico de Camaçari (BA) ao Porto de Aratu (BA), com diminuição do tempo da viagem de 67 para 19 minutos. A obra desviará a linha férrea, que hoje passa dentro do município, para fora do ambiente urbano, encurtando o trajeto em 15 quilômetros.

Cabe ressaltar que o empreendimento definido para este objetivo foi objeto de estudo preliminar por meio do Programa Nacional de Segurança Ferroviária em Áreas Urbanas – PROSEFER, que avaliou 17 corredores ferroviários, este em especial é o corredor 11 – Belo Horizonte – Montes Claros – Salvador, tem 1.641 Km de extensão, operado pela concessionaria FCA – Ferrovia Centro Atlântica.

Esse Corredor movimenta uma grande diversidade de produtos, o que ocorre devido as diferentes características das regiões que atravessa. Assim as cargas variam de bens de consumo, produtos agrícolas, minerais e petroquímicos, produtos transportados em contêineres e até combustíveis. As mercadorias mais transportadas no Corredor são as de minério de ferro, de calcário, de cimento, de ferro gusa, de escória, de soja, de coque, de Magnesita, de contêineres e outros.

Metas 2012-2015

- **Construir 18 km de acessos a portos**

  Análise Situacional da Meta

  O empreendimento referente à meta é a ligação entre o pólo petroquímico de Camaçari com o porto de Aratu (BA). Tal projeto está em fase de atendimento de condicionantes sociais e de tribunais de contas. Além disso, será necessária uma nova licitação para completar a execução da obra, a ser realizada pelo DNIT assim que as condicionantes forem atendidas.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  30/12/2014

OBJETIVO: 0144 - Aumentar a interligação ferroviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A redução dos custos de logística é um importante fator de estímulo para o comércio entre os países da América do Sul. O modal ferroviário é relevante para se alcançar este objetivo. No contexto da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana)/COSIPLAN/UNASUL foi elencado um conjunto de projetos relevantes para a integração da região, dentre eles a ligação ferroviária entre os portos de Paranaguá, no Brasil, e Antofagasta, no Chile.

Especificamente para este projeto, o Brasil elaborou estudo de viabilidade denominado “Corredor Bioceânico Ferroviário” abrangendo pesquisas e estudos técnico, econômico, financeiro, jurídico-regulatório de distintas alternativas do sistema logístico ferroviário de carga entre os portos no Sul/Sudeste do Brasil e os portos no Chile. Tal estudo foi financiado pelo Fundo de Estruturação de Projetos – FEP do BNDES e realizado por um consórcio de empresas brasileiras, sob a supervisão de uma Comissão Quadripartite (Brasil, Paraguai, Argentina e Chile) criada em nível das Chancelarias de cada país. O Relatório Consolidado em 14 de setembro de 2011 foi submetido e aprovado no âmbito da II Reunião Ordinária de Ministras e Ministros do Conselho de Infraestrutura e Planejamento - COSIPLAN/UNASUL, realizada em Brasília, em 30 de novembro de 2011, adotado como justificativa e referencial para a instituição do GT de Integração Ferroviária, presidido pela República Oriental do Uruguai.

A última reunião do referido GT de Integração Ferroviária ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 12 de setembro de 2014. Na ocasião, foi apresentada a situação da infraestrutura ferroviária e planos de cada país. Outras reuniões de cunho multilateral e bilateral foram realizadas no decorrer de 2014. A definição de uma estratégia de financiamento e implementação do trecho brasileiro está em discussão pelos órgãos envolvidos.

Metas 2012-2015

- **Elaborar estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico**

  Análise Situacional da Meta

  O estudo, realizado pelo BNDES, foi concluído em outubro de 2011. Optou-se pelo chamado “eixo capricórnio”, iniciando-se em Paranaguá (PR) e passando (entre outras) por Araucária, Guarapuava e Cascavel no Paraná, Pirapóno Paraguay, J.V.Gonzales e Salta na Argentina e Augusta Victoria no Chile.

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Realizar estudos de implantação de 350 km de ferrovias para a integração sulamericana**

  Análise Situacional da Meta

  Uma vez que à época da elaboração do PPA o estudo de viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico não havia sido finalizado, foram inseridos na meta possíveis trechos e ramais até a fronteira com o Paraguai, no caso a EF-277 – Cascavel (PR) a Foz do Iguaçu (PR) (150 km), que permitiria a integração ferroviária regional.

  Tais iniciativas ainda não foram implementadas, uma vez que aguardam diretrizes do Programa de Investimento em Logística (PIL).

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Há uma grande oportunidade logística e comercial no desenvolvimento do transporte de passageiros com composições de trens de alto e médio desempenho, considerando velocidade, conforto e segurança no deslocamento, garantindo-se agilidade comercial competitiva com o transporte rodoviário. Em função disso, o Ministério dos Transportes desenvolveu o “Projeto de Trens Regionais de Passageiros”, cujo objetivo é resgatar o uso das estradas de ferro brasileiras em benefício direto de seus cidadãos, com a reimplantação dos trens de passageiros em várias regiões do País, buscando-se aproveitar linhas férreas existentes em operação de cargas, com capacidade ociosa e possibilidade de compartilhar tais linhas com o transporte de passageiros.

Os projetos de Trens Regionais, Trens Turísticos e Trem de Alta Velocidade foram concebidos a partir do Programa de Resgate dos Transportes Ferroviários de Passageiros, vinculado ao Plano de Revitalização das Ferrovias, lançado pelo Ministério dos Transportes - MT em 2003, no Governo Lula.

Os estudos iniciais sobre os Trens Regionais de Passageiros datam de 1996 e foram originalmente concebidos pelo BNDES, que contratou a COPPE/UFRJ para desenvolver estudos que identificassem trechos viáveis à sua implantação. No Brasil, consideráveis extensões de vias férreas apresentam níveis muito reduzidos de utilização e alguns trechos estão sendo devolvidos pelas concessionárias, pois não são viáveis para o transporte de cargas.

Com o advento do Projeto Trens Regionais do MT, os trabalhos desenvolvidos utilizaram alguns princípios adotados nos estudos desenvolvidos pela COPPE/UFRJ, entre os quais:

- Porte ou relevância dos Municípios: trechos que contassem com pelo menos um município com mais de 100.000 habitantes;
- Extensão da linha: extensão máxima de cada trecho de 200 km, podendo ser implantado em etapas;
- Ociosidade da linha: trechos com baixa densidade de cargas, com tráfego compartilhado na mesma linha e, naqueles adensados, em linha independente;
- Apoio institucional manifestado em respostas a questionários encaminhados aos executivos dos governos municipais e a órgãos dos Estados que tratam do setor de Transportes;
- Desempenho dos serviços: por trens modernos, seguros, confortáveis e com velocidade e tarifas competitivas com o transporte rodoviário.

Junto à manifestação de interesse local/regional, foi também avaliada a condição da infraestrutura e da concessão, por intermédio de informações solicitadas à ANTT, RFFSA e DNIT.

Segundo tais critérios, foram selecionados pelo MT quatorze trechos para possível implantação, localizados em todas as regiões providas de estradas de ferro, conforme a seguir: SE (São Cristóvão-Aracaju-Laranjeiras); PR (Londrina – Maringá); RS (Bento Gonçalves – Caxias do Sul e Pelotas – Rio Grande); PE (Recife Caruaru); RJ (Campos – Macaé e Santa Cruz – Mangaratiba); MG (Belo Horizonte – Ouro Preto – Conselheiro Lafaiete e Bocaiúva – Montes Claros – Janaúba); SC (Itajaí – Blumenau – Rio do Sul); SP (Campinas – Araraquara e São Paulo – Itapetininga); BA (Conceição da Feira - Salvador – Alagoinhas) e MA/PI (Codó – Teresina). A esses se acrescenta, ainda, a ligação São Luís a Itapecuru-Mirim no Estado do Maranhão, passando por Bacabeiras/MA, onde ocorrerá a implantação de um polo industrial de grande porte, acarretando um incremento nos fluxos de deslocamentos da força de trabalho entre a Capital e Itapecuru-Mirim, para atender ao mercado gerado no polo.

Os estudos de viabilidade, já concluídos, contemplaram os seguintes trechos:

No Estado do Rio Grande do Sul: Bento Gonçalves – Caxias do Sul e Pelotas – Rio Grande. No Estado do Paraná: Londrina – Maringá.

No Estado da Bahia: Conceição da Feira - Salvador – Alagoinhas.

Nos Estados do Piauí e do Maranhão: Codó (MA) - Teresina (PI) - Altos (PI) e Itapecuru-Mirim (MA) - São Luiz (MA).

O Ministério dos Transportes, por intermédio da Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT, continua mantendo entendimentos com os ministérios das Cidades e do Planejamento, visando a criar um grupo de trabalho composto de especialistas das três pastas para elaborar uma portaria conjunta com vistas ao equacionamento técnico e econômico para a implantação e a operacionalização dos Trens Regionais, bem a sua integração com os outros modais.

Pretende-se iniciar levantamentos e estudos para atualizar a situação da malha ferroviária nacional, suas disponibilidades e potencialidades, aliados a uma análise do marco regulatório existente, bem como a continuação de estudos para determinados trechos, objetivando avaliar a viabilidade técnica, econômica, financeira e jurídica e os benefícios sociais advindos com a implantação de sistemas ferroviários de transporte de passageiros de interesse regional. Nesse sentido, pretende-se, com base em dados disponíveis e levantamentos de campo, estabelecer, definir e identificar os elementos intervenientes e de apoio à tomada de decisão, avaliando a atratividade do investimento, seja do ponto de vista do interesse privado ou do público.

Cabe destacar que a ANTT contratou a UFSC para desenvolver estudos relativos ao contexto jurídico e legal necessários para o Marco Regulatório do Transporte Ferroviário de Passageiros, cujo trabalho tem prazo de entrega estipulado em 36 meses, dos quais oito meses já são transcorridos.

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos e projetos para implantação de 511 km de Trem de Alta Velocidade**

  Análise Situacional da Meta

A ideia inicial acerca dos trens regionais foi gestada pelo BNDES, nos anos 90, e teve sua concepção e primeiros estudos realizados pela COPPE/UFRJ. A proposta era aproveitar as linhas existentes promovendo adequações nos traçados, com o objetivo de possibilitar maior velocidade operacional, utilizando-se trens modernos para o transporte de passageiros. Muitos desses trens poderão desenvolver velocidades médias acima dos 100 km/h, mesmo em linhas antigas, desde que devidamente adequadas para a tecnologia veicular utilizada.

Em 2012, foi aprovada a modelagem econômico financeira da concessão do Trem de Alta Velocidade - TAV, realizadas as audiências públicas e publicada a licitação da fase 1 para seleção da tecnologia e da responsável pela montagem da superestrutura, operação e manutenção do sistema.

O Edital de Concessão nº 001/2012 para o Leilão de Exploração de Serviço Público de Transporte Ferroviário de Passageiros por Trem de Alta Velocidade – TAV, na EF-222 – Campinas – São Paulo – Rio de Janeiro foi publicado inicialmente em 13 de dezembro de 2012 e novamente, com alterações, em primeiro de julho de 2013, com previsão de realização do leilão para 19 de setembro de 2013.

Apesar dos procedimentos adotados e da atuação dos agentes econômicos envolvidos no projeto de implantação do TAV, o procedimento estava se encaminhando de forma a haver apenas um consórcio participando do leilão. Para evitar tal situação, foi publicado no D.O.U. de 16 de agosto de 2013 pela Comissão de Acompanhamento do processo de licitação do TAV o Comunicado Relevante nº 12/2013, que postergou "sine die" a realização do leilão, para dar oportunidade a outros grupos interessados de se adaptarem às regras estabelecidas.

Em relação a outros trechos com potencial para o transporte de passageiros, ressalta-se a contratação, por parte do governo federal, de um estudo de viabilidade técnica, econômica e socioambiental (EVTEA) para a implantação de um trem de média velocidade entre Brasília (DF), Anápolis e Goiânia (GO). Além disso, já há estudos em execução para trechos ligando Belo Horizonte (MG) a São Paulo (SP), Curitiba (PR) a São Paulo (SP) e Luziania (GO) a Brasília (DF).

A Implementação do TAV tem sua relevância sedimentada no desenvolvimento da região compreendida entre o Rio e SP conhecida como o maior eixo industrial e científico do território nacional. Para que isso ocorra faz-se necessário o levantamento de dados espaciais e digitais os quais auxiliarão na definição do traçado do TAV. Para tanto, foi firmado acordo com a Fundação Universidade de Brasília - FUB com o propósito de realizar estudos acerca do traçado, com o propósito de modelar as bases de dados em um sistema de informação geográfica e de sensoriamento remoto.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0146 - Conectar as Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZPTM) e as Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) aos polos industriais e comerciais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A integração física e econômica de regiões menos favorecidas (porém aptas ao desenvolvimento econômico sustentável) às mais desenvolvidas é fundamental para a mitigar as desigualdades sociais e econômicas em nosso país.

A grande diversidade de recursos naturais nacionais disponíveis (inclusive minerais) tanto no Sertão Nordestino quanto na Região Amazônica pode ser utilizada em favor de maior desenvolvimento e melhoria dessas regiões com reflexos positivos esperados em seus Índices de Desenvolvimento Humano – IDH locais.

A região nordeste pode se beneficiar de sistemas de transporte que atendam às suas necessidades de abastecimento, integração e comércio a menores preços.

O desenvolvimento de novas regiões de mineração, viabilizado pela atual política exportadora de minérios brutos, pode ser fortalecido, com a agregação de maior valor à cadeia produtiva mineradora. O beneficiamento de recursos naturais em áreas estratégicas do país, para posterior comercialização, tem potencial para a manutenção do desejado saldo positivo de nossa Balança Comercial. Busca-se no processo a integração e o desenvolvimento sócio-econômico em regiões atualmente deprimidas.

Assim, a consolidação das Zonas de Processamento e Transformação Mineral (ZTPM) cresce em importância. Neste contexto, a vocação do modal ferroviário se destaca como solução de transporte mais indicada para o acesso econômico às Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) nacionais com conexão a pólos industriais e comerciais, por meio da construção de novos ramais ferroviários.

De modo a diminuir os custos de logística e aumentar o valor agregado do setor de mineração nacional, planeja-se o estabelecimento de ramais ferroviários ligando as Zonas de Processamento e Transformação Mineral – ZPTM às Áreas de Relevante Interesse Mineral – ARIM, por meio da criação de novos ramais às ferrovias Norte-Sul (EF-151), de Integração Oeste Leste (FIOL – EF-334) e Transnordestina. Os seguintes trechos ferroviários foram identificados como relevantes para tal objetivo:

1.Ramal na EF-151 – Rio Tocantins a Imperatriz/MA com 40,0 km;
2.Ramal na EF-151 – Araguaína (TO) a Xinguara/PA com 200,0 km;
3.Ramal na EF-151 – Barro Alto/GO a Uruaçu/GO com 50,0 km;
4.Ramal na EF-334 – Brumado (BA) a Salinas/MG com 200,0 km;
5.Ramal na Região de Influência da Nova Transnordestina com 75,0 km.

O foco atual do governo tem sido em concluir as obras dos trechos principais dessas ferrovias, de modo que a introdução dos ramais necessários para a integração ZPTM-ARIM foi adiada para momento mais oportuno.

Metas 2012-2015

- **Realizar estudos para a implantação de 365 Km de conexão ferroviária nas ARIMs e ZPTMs**

  Análise Situacional da Meta

  O foco atual do governo tem sido em concluir as obras dos trechos principais das ferrovias Norte-Sul, FIOL e Transnordestina, de modo que a introdução dos ramais necessários para a integração ZPTM-ARIM foi adiada para momento mais oportuno.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O fluxo de trens e a movimentação de veículos e pedestres podem ser comprometidos em algumas áreas urbanas ou conurbadas em função do crescimento desordenado de algumas de nossas cidades. Congestionamentos, lentidão do tráfego rodoviário e ferroviário, acidentes e problemas de travessias de veículos e pedestres são efeitos esperados e devidos a imprevisões no planejamento urbano integrado. Tudo isso contribui para uma queda do nível de serviço dos modais de transporte integrados.

A inserção histórica dos aglomerados urbanos ao longo do sistema ferroviário nacional tem impactado negativamente o resultado da velocidade média comercial verificada nas ferrovias brasileiras.

Apesar de o país ter observado um aumento do movimento de cargas pelo modal ferroviário ao longo dos últimos anos (a modernização gradual do Sistema ferroviário nacional permite aos trens atingirem velocidade média de até 40 km/n nos trechos não urbanos do país), baixas velocidades são verificadas em áreas urbanas, já que para se evitar acidentes, a velocidade das composições ferroviárias tem que ser bastante reduzida em trechos urbanos.

Isto concorre para a redução da velocidade operacional média final do sistema ferroviário de cargas nacional. A Média de velocidade, apurada pela ANTT para todos os trens formados, encontra-se próxima a 16 km/h (para composição de trem e vagão em efetivo deslocamento para transporte de carga, onde se excetuam as operações de manobra).

A busca por maior competitividade econômica nacional passa pela mudança deste cenário. Nos

EUA, por exemplo, as velocidades médias estão em torno de 80 km/h.

Um conjunto de intervenções diferenciadas para cada tipo de tráfego ferroviário é necessário. A solução mais conveniente é a construção de contornos ou anéis ferroviários (uma ferrovia que circunda a zona urbana de uma cidade e à qual se ligam vias diversas com o objetivo de otimizar a função transporte).

Consegue-se, assim, retirar o fluxo de trens de carga de dentro das áreas urbanas, aumentando a velocidade das composições, com melhoria da operação ferroviária e redução dos impactos socioambientais com ganhos econômicos significativos.

As metas do Objetivo são construir contornos e adequações ferroviárias em perímetro urbano: Contorno de Araraquara (SP), Adequação de Barra Mansa (RJ), Contorno de Joinville (SC), Contorno de São Francisco do Sul (SC), Contorno de São Félix (BA), Rebaixamento Ferroviário de Maringá (PR), Contorno de Três Lagoas (MS), Contorno de Divinópolis (MG), Adequação Ferroviária em Mogi das Cruzes (SP), Adequação Ferroviária em São Carlos (SP) e Adequação Ferroviária em Paverama (RS).

Sobre as obras de adequações ferroviárias registraram-se os seguintes resultados:

Em 2012, foi concluída a obra de Rebaixamento da Linha Férrea no município de Maringá (PR); em 2014 foi concluída a obra em Paverama (RS).

Os contornos ferroviários têm o seguinte cenário:

Em 2014 foram concluídos os empreendimentos em Araraquara (SP) e Três Lagoas (MS).

Foram aprovados 10 projetos de contornos e adequações ferroviários (Araraquara (SP), Joinville (SC), São Francisco do Sul (SC), Tres Lagoas (MS), Divinópolis/MG, Barra Mansa/RJ, Maringá (PR), Mogi das Cruzes (SP), São Carlos (SP) e Paverama (RS)

Metas 2012-2015

- **11 projetos para construção de contornos e variantes ferroviárias**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta está com 90% de sua execução atendida, conforme os projetos aprovados abaixo:

  Contorno de Araraquara (SP) - Portarias DNIT n. 1767 e 1568;

  Adequação de Barra Mansa/RJ - Portaria DNIT n.495; Contorno de Joinville (SC) - Portaria DNIT n.1302;

  Contorno de São Francisco do Sul (SC) - Portaria DNIT n. 45; Rebaixamento de Maringá (PR) - Portaria DNIT n.055;

  Contorno de Tres Lagoas (MS) - Portaria DNIT n.442; Contorno de Divinópolis - Portaria DNIT n.1545;

  Adequação Ferroviária de Mogi das Cruzes - Portaria DNIT n. 1609; Adequação Ferroviária de Paverama (RS) - Portaria DNIT 630;

  Adequação Ferroviária de São Carlos (SP) - Portarias DNIT n. 1231, 1255, 1282 e 1283.

  O projeto de Contorno de São Félix (BA) está em análise, aguarda definições do Programa de Investimento e Logísitica(PIL).

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

30/12/2014

- **Construir 7 contornos ferroviários**

Análise Situacional da Meta

Ao analisar os resultados obtidos registram-se 28,5% de execução. O DNIT buscaa solução dos entraves que estão impedindo a plena execução da meta, e desta forma atingir o objetivo do programa, ordenando o trafego ferroviário nos perímetros urbanos.

Os principais desafios são:

-resolução das desapropriações, para liberação de frentes de serviço;

-obtenção de licenças previas, de instalação, e de operação para execução e entrega final das obras.

Quanto à primeira dificuldade, a alternativa encontrada é a realização de força tarefa com os diversos atores envolvidos no processo para agilizar os procedimentos, assistir as famílias afetadas e, desta forma, abrir frentes de trabalho.

Para obtenção das licenças ambientais há um esforço de todo governo para realizar os empreendimentos de forma sustentável, inserido no estreitamento dos canais de comunicação com IBAMA.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	2	30/12/2014
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Meridional	2	unidade	0	30/12/2014
Vetor Logístico Sul	2	unidade	0	30/12/2014

- **Realizar 5 adequações ferroviárias em perímetro urbano**

Análise Situacional da Meta

Com base nos resultados apresentados a meta encontra-se com 40% de execução. No entanto, para concluir os empreendimentos previstos neste PPA, será necessário intensificar a gestão sobre os principais fatores que prejudicam o cumprimento das metas, quais sejam:

-desapropriação: buscar o consenso com relação aos valores indenizatórios por região.

-projeto executivo desatualizado: está em análise revisão do projeto apresentado pelo ente federado conveniado. Neste cenário o DNIT tem intensificado suas estratégias ao realizar reuniões de busca de soluções.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sul	1	unidade	1	30/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3	unidade	1	30/12/2014
Vetor Logístico Leste	1	unidade	0	30/12/2014

OBJETIVO: 0148 - Fomentar a adequação dos trechos ferroviários existentes, os quais limitam a integração da malha e o crescimento da capacidade, por meio de alteração de bitola, mudança de geometria ou

duplicação de linhas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A malha ferroviária brasileira se desenvolveu ao longo do tempo com características distintas, o que prejudica a integração de trechos ferroviários e de regiões do país e reduz o número potencial de rotas que clientes e operadores poderiam utilizar.

Diferentes padrões e alternativas de traçado, raios de curvatura e principalmente bitolas foram adotados (a bitola é um termo ferroviário para designar a distância entre as faces internas dos trilhos sobre os quais os trens trafegam), para que se viabilizassem, à época, novas ferrovias pela iniciativa privada e governamental, a partir de cenários econômicos restritivos para o investimento em infraestrutura ferroviária.

Com a mudança para um cenário econômico mais favorável no início da década de 70, optou-se por padronizar a expansão da nossa malha férrea em bitola larga. Este novo conceito ganhou força devido à aptidão desta bitola para a maior produtividade do transporte ferroviário. Com a implantação de um terceiro trilho, tornando a via férrea em bitola mista; com a mudança de geometria ou a duplicação de linhas e ampliação de trechos em bitola larga, fortalecem-se as ligações entre as regiões brasileiras.

A globalização pressiona por maior produtividade no transporte de cargas e passageiros.

Existe um plano de investimentos e/ou recuperação de ativos, o qual visa ao aumento de capacidade e melhoria na segurança operacional dos trechos ferroviários, embasado pela pactuação de metas de desempenho, dentre as quais, o aumento no volume de transporte e a redução no índice de acidentes. Neste contexto as concessionárias estão implementando os seguintes projetos:

1. Malha concedida à TLSA: as obras da ferrovia Nova Transnordestina foram subdivididas em vários trechos, as quais se encontram em diferentes estágios de execução. A previsão de entrega para a obra completa é janeiro de 2017. Até o momento registra-se 45% de execução física do total do empreendimento. O Trecho Missão Velha – Salgueiro, com 96 km de extensão, está em fase de conclusão. O Trecho Missão Velha – Pecém, com 526 km de extensão, já iniciou as obras. O Trecho Eliseu Martins - Trindade, com 423 km de extensão, está com as obras em andamento. O Trecho Trindade – Salgueiro, com 163 km de extensão, está com as obras em andamento. O Trecho Salgueiro-Suape, com 544 km de extensão, está com as obras em andamento no Lote SPS 04 e 05.

2.Malha concedida à ALLMS: a Concessionária desenvolve projetos no Estado do Rio Grande do Sul para a reativação do tráfego ferroviário comercial, no âmbito da Deliberação ANTT nº 302/2012, entre os pátios de: Dilermando de Aguiar e Santiago, Santiago e São Luiz Gonzaga, Cruz Alta e Passo Fundo, Maringá e Cianorte, Santiago e São Borja, Marques dos Reis e Joaquim Murtinho, Mafra e Porto União, Porto União e Passo Fundo, Ramal de Cachoeira do Sul, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga e entre Entroncamento e Livramento. Os serviços de reativação estão em atraso e a ANTT já iniciou a aplicação das sanções contratuais cabíveis.

3.Malha concedida à ALLMN: a Ferrovia no trecho Alto Araguaia - Rondonópolis encontra-se com serviços pendentes de superestrutura.

4. Malha concedida à FCA: segue em implantação o projeto de modernização da ligação ferroviária entre Horto Florestal(Belo Horizonte/MG) e General Carneiro (Sabará/MG).

5.Malha concedida à EFVM: em andamento as obras de melhoria operacional e capacitação da ferrovia em implantação entre Barão de Cocais e Santa Bárbara, em Minas Gerais.

6. Malha concedida à EFC: em implantação a obra de duplicação do projeto de Capacitação Logística Norte, entre o Porto de Madeira (MA) e Parauapebas (PA).
As obras se desenvolvem em conformidade com os projetos autorizados pela ANTT. O trecho 1 (km 000 ao 265) encontra-se com aproximadamente 16% das obras concluídas; O trecho 2 (km 265 ao 633) e o trecho 3 (km 633 ao 892), apresentam, cada um, um avanço físico de 14%.

7. Malha concedida à MRS: encontra-se concluída a obra de duplicação entre Valongo (SP) e Perequê (SP). As obras da Segregação Leste, entre Manoel Feio (SP) e Suzano (SP), com 12km de extensão, encontram-se em fase de conclusão.

Metas 2012-2015

- **Adequar 150 km de trechos ferroviários**

Análise Situacional da Meta

Foi alcançado 89% da meta, com a execução (até dezembro de 2014) de um total de 133,4 km de via, considerando todos os segmentos do CLN S11D (CLN 150 e S11D Expansão EFC).

Quantidade alcançada

133,45

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	150	km	133,45	31/12/2014

OBJETIVO: 0149 - Aumentar a competitividade no transporte ferroviário, induzindo a entrada de novos operadores de transporte multimodal, proporcionando uma redução no custo do frete.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, o Governo Federal anunciou o Programa de Investimentos em Logística – PIL. Pretendia-se a implantação de um novo modelo de concessão ferroviária, que traria ferrovias em bitola larga, com alta capacidade de transporte de cargas, traçado geométrico otimizado e velocidade elevada.Almeja-se o resgate do transporte ferroviário como alternativa logística, com quebra de monopólio na oferta de serviços e redução de tarifas.
Operacionalmente, a Valec, cujo papel institucional foi reestruturado através do Decreto nº 8129, de 23/10/2013, compraria a capacidade integral de transporte da ferrovia diretamente da empresa construtora e mantenedora dos trechos. Em seguida, faria a oferta pública da capacidade de transporte da malha, assegurando o direito de passagem dos trens dos diversos operadores em todas as malhas concedidas sob o Modelo Aberto.. O PIL-Ferrovias estabeleceu, ainda, dois grupos de trechos ferroviários, perfazendo cerca de 10 mil km de extensão.
A Agência Nacional de Transportes Terrestres, responsável pelo Programa de Investimentos em Logística – PIL, publicou editais de Chamamento Público de Estudos e de Tomada de Subsídios, detalhados na Meta 2 do Objetivo 0141. A Agência realizou Audiências Públicas com o objetivo de colher subsídios para aprimorar as Minutas de Edital, de Contrato e dos Estudos Preliminares que se prestarão a disciplinar as condições em que se dará a concessão à iniciativa

privada (trecho compreendido entre Porto Nacional (TO) - Estrela D'Oeste (SP), projeto integrante do PIL).

Metas 2012-2015

- **Construção de 9 integrações intermodal e intramodal**

Análise Situacional da Meta

A Valec é responsável pela construção de nove pátios na Ferrovia Norte-Sul, sendo sete no Trecho Palmas (TO) - Anápolis/GO e dois na Extensão Sul, no trecho Ouro Verde de Goiás/GO - Estrela D'Oeste (SP). Porém, os recursos para construção foram ou serão alocados nas ações da própria ferrovia, conforme abaixo:

- Pátio multimodal de Porto Nacional com execução de 100%, recursos alocados na Ação 116X;
- Pátio multimodal de Gurupi, com execução de 100%, faltando apenas os ramais privativos, de responsabilidade dos terminais. Recursos alocados na Ação 116X;
- Pátio de Porangatu, perdeu o título de pátio, será desvio de cruzamento, recursos alocados na Ação 116X;
- Pátio de Uruaçu, obra iniciada em 2013, com 40% de execução, recursos alocados na Ação 116E;
- Pátio de Santa Izabel/GO, com execução de 50%, recursos alocados na Ação 116E;
- Pátio de Jaraguá/GO, com execução de 80%, recursos alocados na Ação 116E;
- Pátio Multimodal de Anápolis, obra iniciada em 2013, com 45% de execução, recursos alocados na Ação 116E;
- Pátio de São Simão/GO, obra iniciada em 2013, com 62% de execução, recursos alocados na Ação 11ZH;
- Pátio de Estrela D'Oeste (SP), obra ainda não iniciada, os recursos serão alocados na Ação 11ZD;

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

20/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	2	unidade	2	30/06/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	5	unidade	0	30/06/2014
Vetor Logístico Leste	2	unidade	0	30/06/2014

OBJETIVO: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A adequação e manutenção da malha ferroviária brasileira estão ligadas diretamente aos investimentos realizados em infraestrutura. Atualmente, cerca de 1.500 km de trechos ferroviários onde existe a prestação de serviço público de transporte ferroviário mediante concessão estão executando obras de melhorias como expansão, modernização, duplicação e construção de vias. Para os novos trechos a serem licitados no modelo do Programa de Investimentos em Logística – PIL, almeja-se a adoção do Modelo Aberto de exploração, no qual a construtora da malha, gestora da infraestrutura, seria responsável pela manutenção.

Metas 2012-2015

- **Realizar a manutenção permanente em 1.536 km de ferrovias federais**

Análise Situacional da Meta

A extensão de manutenção prevista nessa meta se refere unicamente à ferrovia Norte-Sul, que atualmente ainda está em construção. Em 29/12/2014 foi assinado o contrato para manutenção preventiva, corretiva e preditiva da via

permanente, da faixa de domínio, dos pátios de cruzamento, dos pátios de cargas e demais pátios da Ferrovia Norte-Sul, no trecho entre Porto Nacional e Alvorada (TO) e, também, para atendimento de acidentes ferroviários e ambientais ao longo do trecho e para atendimento específico na área da Barragem de Gurupi (TO), quanto à prevenção de acidentes ambientais e adequação da via permanente para inclusão de contratrilho.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/06/2014

OBJETIVO: 0492 - Estruturar o planejamento e a gestão da infraestrutura do Sistema Ferroviário Federal.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa estatal que tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no país, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. A empresa, vinculada ao Ministério dos Transportes e criada pela Lei 12.743/2012, foi inicialmente denominada Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. (ETAV) e passou a ser Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL), ampliando as suas competências.

À EPL cabe exercer a função de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte (CONIT), reformulado pelo Decreto 7.789 (15/08/2012) para incorporar em sua composição representantes da iniciativa privada. Além de estruturar e executar o planejamento integrado da logística no país, a EPL atuaria como sócia na concessão do Trem de Alta Velocidade (TAV), com o objetivo de absorver e difundir novas tecnologias no setor. Sob demanda, e mediante contratação, a EPL planejará e estruturará projetos logísticos e poderá celebrar contratos e convênios com instituições científicas e tecnológicas voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, absorção e transferência de tecnologias e licenciamento de patentes. A empresa assumirá também a função de empreendedora, para efeito de licenciamento ambiental, nos projetos de rodovias e ferrovias.

Ainda não foram desenvolvidos estudos e/ou projetos para a estruturação do planejamento e gestão da infraestrutura do sistema ferroviário federal por parte da EPL.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária federal**

  Análise Situacional da Meta

  O relatório de avaliação anual das condições de qualidade e trafegabilidade da malha ferroviária federal ainda não foi realizado por parte da EPL. Os projetos e estudos referentes a essa meta serão inicializados a partir de 2015 quando dos avanços das concessões ferroviárias.

- **Implantar o Sistema Gerencial Único com todo o banco de dados de infraestrutura de transportes centralizada**

  Análise Situacional da Meta

  O planejamento do projeto de Levantamento, Documentação e Categorização dos Metadados* de Bases de Dados Georreferenciadas existentes no Ministério dos Transportes - MT e nos Órgãos Vinculados foi iniciado em 2012. O Projeto visava efetuar o levantamento e documentação dos metadados de todos os sistemas desenvolvidos com tecnologias de geoprocessamento existentes no MT e órgãos vinculados (DNIT, ANTT, ANTAQ e VALEC), a fim de subsidiar o estabelecimento das diretrizes e padrões para a implantação de banco de dados georreferenciados do MT observando o estabelecido pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, instituída pelo Decreto nº 6.666/2008, e as normas relativas à Cartografia Nacional criadas pela Comissão Nacional de Cartografia – CONCAR. A importância do trabalho proposto pode ser medida pelas vantagens a obter com o emprego de padrões de metadados,

tais como:
- diminuição nos custos tecnológicos na produção e utilização de dados georreferenciados;
- aumento na comunicação e integração de dados georreferenciados;
- aumento na quantidade de produtores potenciais da informação;
- aumento de dados produzidos.

Ao final de 2013, com a finalidade de uma melhor adequação entre os órgãos vinculados e órgãos afins ou de objetivos colimados, a proposta inicial evoluiu para uma estratégia mais abrangente, de sorte que se desenvolveu o Planejamento Estratégico de Geoinformações em Transportes - PEGEO, em conjunto com as entidades vinculadas ao Ministério dos Transportes e com a Secretaria Especial de Portos, ANTAQ e Secretaria de Aviação Civil.

Como previsto, no ano de 2014, o PEGEO foi concluído e atingiu a objetivo de estabelecer missão, visão, valores, objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas para o uso de geoinformação no setor de transportes, com qualidade tal que o tornou um plano exequível, contínuo, atual e representativo. Sendo ainda, apresentado em eventos ligados a transportes, de renome nacional.

A estratégia estabelecida pelo PEGEO busca padronizar as informações, mantendo-as atualizadas e prevenindo riscos de duplicidade de informações produzidas internamente ou solicitadas de outras entidades. Prima, ainda, pela diminuição dos riscos de contratações de levantamento de informações repetidas, o que geraria gastos desnecessários; uso de informações desatualizadas; ambiguidades e atraso nas demandas internas e externas.

No segundo semestre de 2014, foi implantada a versão inicial da Infraestrutura de Dados Espaciais em Transportes (IDE-T), iniciativa oriunda do PEGEO. A IDE-T consiste em um sistema gerencial único e centralizado do banco de dados de infraestrutura de transporte, Com a implantação da IDE-T, os resultados esperados são: padronização, governança, atualização, acessibilidade e disponibilização eficientes e eficazes.

Tal projeto visa a aprimorar a disponibilidade, qualidade e integração das informações para o setor transportes e público externo, atendendo ao Decreto n° 6.666/2008 referente à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE. Dentre os produtos já desenvolvidos no projeto, em fase de implantação, está o Portal da IDE-T que proporcionará acesso interativo aos dados de transportes atualizados, integrados, interoperáveis e consistentes, visto que poderão ser acessados de forma dinâmica e confiável: mapas, gráficos, planilhas, dentre outros produtos.

Após a conclusão das iniciativas do PEGEO, será elaborado o PDGEO (Plano Diretor de Geoinformação) do Ministério dos Transportes que, baseado em levantamento/diagnóstico do fluxo de informações das secretarias do MT, identificará onde e como o geoprocessamento deverá otimizar os processos existentes.

(*) METADADOS: Conjunto de informações descritivas sobre os dados, incluindo as características do seu levantamento, produção, qualidade e estrutura de armazenamento, essenciais para promover a sua documentação, integração e disponibilização, bem como possibilitar a sua busca e exploração (Decreto 6.666/08, Art. 2°, inciso II).

OBJETIVO: 1002 - Ampliar a oferta da prestação de serviço aos usuários das ferrovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

Na década de 90, em busca de alternativas para aumentar a oferta e a melhoria dos serviços no setor, o Governo Federal decidiu pela concessão das operações ferroviárias. Por meio do Decreto nº 473, de 9 de março de 1992, foi incluída no Programa Nacional de Desestatização (PND) a transferência à iniciativa privada da operação da malha ferroviária pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período.

O PND, no que se refere ao modal ferroviário, teve como objetivos básicos a desoneração do Estado, a melhoria da

alocação de recursos, o aumento da eficiência operacional, o fomento ao desenvolvimento do mercado de transportes e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Para o acompanhamento da evolução do setor são considerados quatro parâmetros: o desempenho operacional, o desempenho econômico-financeiro, as metas contratuais de produção e a redução dos acidentes.

No contexto do Programa de Investimentos em Logística (PIL), seriam lançados 15 novos trechos ferroviários, perfazendo 10.327 mil km a serem construídos em bitola de maior capacidade. A intenção inicial era de explorar a malha ferroviária por meio do Modelo Aberto, no qual a Valec compra a capacidade integral de transporte da ferrovia diretamente do contratado (responsável pela manutenção da ferrovia) para depois ofertá-la publicamente aos operadores. Neste modelo, conhecido como de Acesso Aberto, vários operadores teriam acesso ao trecho, bastando a aquisição da capacidade de transporte. A adoção de tal modelo, a continuada aplicação do modelo de concessão vertical ou adoção de soluções alternativas ainda estão em avaliação por parte do Governo Federal.

Em 2014, no âmbito do PIL Ferrovias, destaca-se a inclusão de projeto piloto para a implantação de sistemas de controle e operação ferroviária, tendo sido selecionado o trecho da Ferrovia Norte-Sul situado entre Porto Nacional (TO) – Estrela D'Oeste (SP). Cabe ressaltar que o segmento Porto Nacional (TO) – Anápolis (GO) foi concluído e o segmento Estrela D'Oeste (SP) – Anápolis (GO) encontra-se ainda em fase de construção.

Metas 2012-2015

- **Implantar novo modelo de concessão ferroviária**

Análise Situacional da Meta

A implantação do novo modelo de concessão ferroviária enseja, por parte da ANTT, regulamentação no que se refere à atuação dos agentes envolvidos na prestação do serviço, bem como das relações que se estabelecerão entre eles. Parte dessa regulamentação consiste em estabelecer as regras para a atuação do OFI – Operador Ferroviário Independente, posto que no novo modelo de concessão ferroviária a manutenção/construção da infraestrutura é separada da operação. Em 05 de março de 2014, a Deliberação nº 34 submeteu à Audiência Pública a proposta de Resolução que dispõe sobre o Regulamento do Operador Ferroviário Independente.

Em 05 de junho de 2014 a Deliberação nº 129-A aprovou as Atas e o Relatório Final da Audiência Pública nº 003/2014 e a Resolução que Regulamenta o Operador Ferroviário Independente - OFI para a Prestação do Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas Não Associado à Exploração da Infraestrutura Ferroviária.

Os temas a serem regulamentados foram identificados por meio do instrumento de planejamento adotado pela ANTT, qual seja sua Agenda Regulatória. Após validação dos temas junto à Diretoria da Agência, a coordenação e gestão da Agenda Regulatória é feita diretamente pela área técnica no desenvolvimento da regulamentação.

No momento estão em andamento análises relacionadas ao novo modelo de concessão, embora não restrito apenas a ele, quais sejam: a) O Regulamento de Segurança na Circulação de Trens; b) A Caracterização do Serviço Adequado de Transporte Ferroviário de Cargas; c) A Definição dos Elementos Básicos de Projeto para Novas Outorgas; d) A Padronização dos Sistemas de Sinalização de Comunicações Ferroviárias.

Foi realizada, também,a Audiência Pública nº 007/2014, com o objetivo de colher subsídios para o aprimoramento das Minutas de Edital, de Contrato e dos Estudos Preliminares que disciplinarão a concessão à iniciativa privada dos trechos compreendidos entre Porto Nacional (TO) – Estrela D'Oeste (SP). Além disso, acompanham-se simulações realizadas pelo Labtrans/UFSC – Laboratório de Transporte e Logística da Universidade de Santa Catarina do trecho Lucas do Rio Verde – Campinorte, com o objetivo de testar o sistema (RTC) adquirido pela ANTT para simular fluxos de transportes e capacidade da malha.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar estudos para concessão de 10.417km em trechos ferroviários federais.**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Investimento em Infraestrutura Logística – PIL tem como objetivo dotar o país de um sistema de transporte adequado, após décadas de baixo investimento. Este programa deverá restabelecer a capacidade de planejamento integrado dos sistemas de transporte, promover a integração de ferrovias, rodovias, hidrovias, portos e aeroportos além de articular os modais logísticos as cadeias produtivas.

No primeiro semestre de 2013, foram realizados estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) para 13 trechos contemplados no PIL, de forma a verificar a viabilidade técnica, econômica e ambiental de uma determinada obra de infraestrutura de transportes, ou conjunto delas, nos segmentos considerados, dentre as diversas alternativas propostas.

A ANTT acompanha a entrega dos produtos pelas empresas projetistas, efetuando a análise de qualidade e adequabilidade dos estudos apresentados. No ano de 2013, a equipe GPFER analisou Estudos de Engenharia para os 13 trechos, e atualmente realiza revisão e ajustes nos documentos técnicos necessários para a concessão.

Até o momento, foram realizados estudos de viabilidade em 10.838 km, ultrapassanto em 421 km o total inicialmente proposto no Plano Plurianual (PPA 2012-2015). Vale ressaltar que os trechos Ouro Verde - Estrela d'Oeste (681 km) e Porto Nacional – Anápolis (855 km), pertencentes à Ferrovia Norte Sul, apesar de já terem seus estudos realizados anteriormente à criação do Programa de Investimentos em Logística (PIL), foram reestudados visando a sua readequação ao novo programa.

É importante destacar que se encontram em andamento outros estudos que, após conclusão, poderão compor o mencionado Programa.

Quantidade alcançada

10.327

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Centro-Norte	480	km	1.427	16/01/2015
Vetor Logístico Centro-Sudeste	3.327	km	2.306	16/01/2015
Vetor Logístico Leste	3.959	km	3.434	16/01/2015
Vetor Logístico Nordeste Meridional	1.101	km	1.357	16/01/2015
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	400	km	446	16/01/2015
Vetor Logístico Sul	1.150	km	1.868	16/01/2015

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	bilhões de US$ FOB	31/12/2010	45,8	31/12/2014	52,6
Corrente de comércio exterior pelo modo aéreo	milhões de toneladas	31/12/2010	1,4	31/12/2014	1,26
Índice de acidentes com fatalidade por milhão de decolagens	unidade	31/12/2007	1,48	31/12/2014	0,19
Movimentação de aeronaves nos terminais administrados pela Infraero + Concedidos	milhões de unidades	31/12/2010	2,6	31/12/2014	3,03
Movimentação de carga aérea nos terminais administrados pela Infraero + Concedidos	milhões de toneladas	31/12/2010	1,14	31/12/2014	1,1
Movimentação de passageiros nos terminais administrados pela Infraero + Concedidos	milhões de unidades	31/12/2010	155	31/12/2014	227,94
Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico	bilhões de pax.km	31/12/2010	70,2	31/12/2014	92,75
Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional	bilhões de pax.km	31/12/2010	23,5	31/12/2014	28,88
Percentual de Atrasos superiores a 30 minutos	%	31/12/2010	13,7	31/12/2014	7,95
Percentual de Atrasos superiores a 60 minutos	%	31/12/2010	5,2	31/12/2014	3,36
Percentual de Cancelamento	%	31/12/2010	10,3	31/12/2014	11,95
Quantidade de aeroportos com voos regulares	unidade	31/12/2011	130	31/12/2014	109
Ranking da Qualidade da Infraestrutura Aeroportuária (Índice de Competitividade Global - GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	93	31/12/2014	113
Ranking do Índice de Competitividade Global (GCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	58	31/12/2014	57
Tarifa aérea média nominal	R$	31/12/2009	315,43	30/06/2014	319,76
Taxa de ocupação (load factor)	%	31/12/2009	62,5	31/12/2014	80,3
Tonelada quilômetro de carga transportada	milhões de toneladas	31/12/2010	1.110,79	31/12/2014	1.661,168
Yield tarifa aérea nominal	R$	31/12/2009	0,4677	30/06/2014	0,3035

Observações:

Passageiro-quilômetros transportado no mercado doméstico - Dados de Dez/2014 não disponíveis. Foram utilizados os últimos 12 meses (dez/13 a nov/14).

Passageiro-quilômetro transportado por empresa brasileira no mercado internacional - Dados de Dez/2014 não disponíveis. Foram utilizados os últimos 12 meses (dez/13 a nov/14).

Tarifa aérea média nominal - Dados ref. ao 1º sem/2014.

Taxa de ocupação (load factor) - Dados de Dez/2014 não disponíveis. Foram utilizados os últimos 12 meses (dez/13 a nov/14).

Tonelada quilômetro de carga transportada - Dados de Dez/2014 não disponíveis. Foram utilizados os últimos 12

meses (dez/13 a nov/14).
Yield tarifa aérea nominal - Dados ref. ao 1º sem/2014.

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, o Brasil seguiu ampliando a capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e cargas, com expansão dos investimentos em obras de construção, reforma, ampliação e modernização. A capacidade anual de processamento de passageiros no ano de 2014 foi 303.127.500, o que representa 99% da meta para o período do Plano. A capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos para o ano de 2014 foi de 1.798.519 toneladas e alcançou 75% da meta para o período do plano.

O Brasil sediou a Copa do Mundo FIFA 2014. Entre 10 de junho e 15 de julho passaram pelos 21 principais aeroportos brasileiros 17,8 milhões de passageiros. A demanda foi atendida dentro dos padrões esperados; por exemplo, a média de atrasos acima de 30 minutos foi de 6,9%, inferior ao da União Européia, que foi de 7,6% em 2013.

Para permitir a expansão do setor aeroportuário do país, o Governo Federal estabeleceu critérios para definir a política de outorgas dos aeroportos, definindo os aeroportos que ficarão sob o controle da União, os que devem ser administrados por estados ou municípios e, por fim, os que poderão ser concedidos à iniciativa privada. O novo Plano Geral de Outorgas - PGO - foi aprovado e publicado por meio da Portaria nº 183, de 14 de agosto de 2014. O PGO estabelece políticas, critérios e diretrizes gerais para definição do modelo de exploração de infraestrutura aeroportuária mais adequado para os aeródromos civis públicos. A partir disso estão sendo elaborados Planos de Outorga Específicos - POE - para cada aeródromo público, definindo o modelo a ser adotado para a sua exploração. No decorrer do ano de 2014, foram celebrados 59 novos convênios de delegação da exploração de aeródromos civis públicos, sendo: 51 outorgas para aeródromos até então sem instrumento de exploração da União e 8 outorgas para novos aeródromos. Também, foram realizadas 11 renovações de outorgas (modernização de convênios já existentes) e 2 transferências de delegatário (repasse do Estado para o Município ou vice e versa).

O ano de 2014 foi marcado pela entrega de grandes obras nos primeiros aeroportos concedidos à iniciativa privada: a inauguração do novo Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, no Rio Grande do Norte; a entrega das ampliações e melhorias de estacionamentos, áreas de terminais de passageiros, pátios e pistas, com destaque para o novo Terminal Internacional de Guarulhos e para os Píeres Norte e Sul do Aeroporto Internacional de Brasília, concluídos em maio. No segundo semestre, houve a entrega do novo Terminal do Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas - SP.

Dando continuidade ao processo de concessão, em abril de 2014, foram assinados os contratos de concessão de outros dois grandes aeroportos brasileiros concedidos à iniciativa privada: o Aeroporto Internacional do Galeão/RJ e o Aeroporto Internacional de Confins/MG. Com a assinatura dos contratos, deu-se início à fase de transição das operações desses aeroportos. Até agosto de 2014, a Infraero continuou operando os aeroportos, assistida pelas respectivas concessionárias. Após essa fase, a concessionária passou a ser responsável pelas operações, assistida pela Infraero. No início de 2015, a gestão dos aeroportos do Galeão/RJ e Confins/MG será definitivamente transferida às concessionárias.

No âmbito do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – PROFAA, destinado à construção, reforma e ampliação de infraestrutura aeroportuária de interesse regional e estadual, em parceria com os estados da Federação, no ano de 2014, foi aprovado o projeto do convênio de Vitória da Conquista/BA. Anteriormente já haviam sido aprovados os projetos de Cabo Frio/RJ, Cascavel/PR, Dourados/MS, Fernando de Noronha/PE e Santo Ângelo/RS. As obras dos aeroportos de Cascavel/PR e Vitória da Conquista/BA foram iniciadas no primeiro semestre de 2014 e os aeroportos de Fernando de Noronha/PE e Santo Ângelo/RS continuam em obras. Para a adequação de aeroportos regionais, existem também convênios para aquisição de 39 Caminhões Contraincêndio de Aeródromos. Em 2014 foram entregues 57 caminhões, 21

deles de convênios do Governo Federal com Estados, 13 aquisições diretas e 23 aquisições pela Infraero.

Já o Programa para a Aviação Regional, lançado em 2012, constitui-se um novo paradigma de investimentos no âmbito da administração pública federal, cujo escopo de execução é inédito em comparação com outros programas de aviação civil regional de outros países no mundo. A implantação do Programa demandou a estruturação da execução e a realização dos atos normativos no 1º semestre de 2013, além de ajustes na legislação para permitir que o Banco do Brasil passasse a ser o gestor do Fundo Nacional da Aviação Civil - FNAC. Assim, o principal enfoque do 2º semestre de 2013 foi a realização dos procedimentos licitatórios para a contratação de estudos (de engenharia e ambiental), projetos, e serviços de engenharia em campo (topografia, perfilamento a laser, ensaios e sondagens de solo), com vistas a viabilizar a realização das obras e aquisição dos equipamentos para os aeroportos regionais. Em 2014, 219 Estudos de Viabilidade Técnica foram analisados pela equipe da SAC (cada um contendo no mínimo 4 cenários de investimento). Desses, até dezembro de 2014, 181 tiveram cenário escolhido para o Estudo Preliminar. Os demais necessitaram de revisão pela empresa projetista, ou foram solicitados novos cenários para análise. Ressalta-se que 117 Estudos Preliminares tiveram sua análise concluída.

Metas 2012-2015

- **Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 305 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC**
  Análise Situacional da Meta
  A capacidade de movimentação de passageiros, que agrega embarques, desembarques e conexões, para o exercício de 2014 foi de 303.127.500, dos quais 36.464.000 refere-se à Região Sul, 139.471.500 à Região Sudeste, 31.305.500 à Região Norte, 65.659.000 à Região Nordeste e 30.227.500 à Região Centro-Oeste.
  •Região Norte: Reforma, ampliação e modernização do Terminal de Passageiros - TPS - do aeroporto de Manaus, ampliando sua capacidade para 13,5 milhões de passageiros/ano. Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros do aeroporto de Rio Branco, ampliando sua capacidade para 3,0 milhões de passageiros/ano;

  •Região Nordeste: Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Fortaleza, aumentando sua capacidade para 14,3 milhões de passageiros/ano; Reforma e adequação do Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Salvador, ampliando sua capacidade para 13,0 milhões de passageiros/ano. Ampliação do Terminal de Passageiros com Módulos Operacionais de Desembarque, Embarque e Saguão do aeroporto de São Luis, expandindo sua capacidade para 5,9 milhões de passageiros/ano;

  •Região Centro-Oeste: Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Cuiabá, ampliando sua capacidade para 5,7 milhões de passageiros/ano. Retomada das obras de construção do novo Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Goiânia, ampliando sua capacidade para 9,8 milhões de passageiros/ano;

  •Região Sudeste: Reforma, modernização e ampliação do Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Confins, ampliando sua capacidade para 17,1 milhões de passageiros/ano. Reforma do Terminal de Passageiros – TPS 1 e 2 do aeroporto do Rio de Janeiro/Galeão, ampliando sua capacidade para 43,2 milhões de passageiros/ano. Construção do novo Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Vitória, ampliando sua capacidade para 10,7 milhões de passageiros/ano;

  •Região Sul: Ampliação do Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Curitiba, ampliando sua capacidade para 14,8 milhões de passageiros/ano. Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros – TPS 1 do aeroporto de Porto Alegre, ampliando sua capacidade para 18,9 milhões de passageiros/ano. Construção do novo Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Florianópolis, ampliando sua capacidade para 10,8 milhões de passageiros/ano. Reforma e ampliação do Terminal de Passageiros – TPS - do aeroporto de Foz do Iguaçu, ampliando sua capacidade para 3,9

milhões de passageiros/ano;

Quantidade alcançada

303.127.500

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	40.166.680	unidade	30.227.500	31/12/2014
Região Nordeste	51.575.690	unidade	65.659.000	31/12/2014
Região Norte	19.221.206	unidade	31.305.500	31/12/2014
Região Sudeste	158.208.606	unidade	139.471.500	31/12/2014
Região Sul	35.827.818	unidade	36.464.000	31/12/2014

- **Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas**

Análise Situacional da Meta

A capacidade de processamento de cargas dos Terminais de Carga, no ano de 2014, foi de 1.798.519 toneladas, das quais 129.483 referem-se à Região Sul, 1.157.154 à Região Sudeste, 265.751 à Região Norte, 124.155 à Região Nordeste e 121.976 à Região Centro-Oeste.

No período de janeiro de 2013 a dezembro de 2014, a média do indicador Tempo de Processamento de Carga - TPC, da Infraero, caiu de 76 horas, 15 minutos e 34 segundos para 54 horas e 37 minutos. Contribuíram mais fortemente para a redução das médias dos tempos de processamento as ações desenvolvidas pela Rede Teca junto aos clientes estratégicos (grandes importadores) que, por meio dos Programas de Visitas e de Fidelização e, sobretudo, do Programa Infraero de Eficiência Logística - PIEL - sensibilizaram estes clientes para a melhoria de suas operações e retirada de cargas no menor tempo possível, com ganhos significativos para toda a cadeia produtiva. Tais ações buscaram ainda estreitar as relações e o entendimento entre os clientes e órgãos anuentes para liberação de cargas de forma cada vez mais ágil, segura e com menores custos para todos os envolvidos.

A projeção de movimentação de cargas para o exercício de 2015, excluídos os aeroportos concedidos, é estimada em 0,39 milhão de toneladas, com ocupação média próxima de 49%. Até 2016, estima-se que a movimentação de cargas pelos Tecas da Rede Infraero alcance 0,41 milhão de toneladas mantendo a ocupação dentro dos limites operacionais desejáveis.

Os investimentos previstos para inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, para o período 2015/2018, são da ordem de R$ 417,8 milhões e voltados para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos logísticos. Tais investimentos, somados às constantes melhorias de processos implementadas, têm como prioridade o aumento da capacidade de processamento de cargas pelos Terminais de Logística da Infraero.

Os Aeroportos da Rede Infraero têm obtido desempenho satisfatório quanto à meta relativa ao Objetivo 0083 - Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas até 2015, do Programa 2017 - Aviação Civil - PPA 2012/2015. Em 2010, a capacidade de processamento de carga da Rede de Terminais de Logística de Carga da Infraero, incluindo os Aeroportos concedidos (Guarulhos, Campinas, Brasília, Galeão, Confins e Natal) correspondia a 52% da meta, ou 1,25 milhão de toneladas. Ao término de 2014, e após as necessárias revisões ocorridas em função das concessões aeroportuárias, a capacidade de processamento de carga dos Tecas da Infraero é equivalente a 33% da meta estabelecida, ou cerca de 0,80 milhão de toneladas por ano.

Quantidade alcançada

1.798.519

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	39.000	TON	121.976	31/12/2014
Região Nordeste	164.000	TON	124.155	31/12/2014
Região Norte	393.000	TON	265.751	31/12/2014
Região Sudeste	1.621.000	TON	1.157.154	31/12/2014
Região Sul	183.000	TON	129.483	31/12/2014

- **Instituir o Plano de Outorgas da Infraestrutura Aeroportuária**

Análise Situacional da Meta

O Departamento de Outorgas da Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil trabalhou no decorrer de 2014, na revisão do Plano Geral de Outorgas – PGO, buscando alinhar a política pública de outorga de aeródromos ao programa de incentivo à aviação regional, recentemente anunciado pelo Governo Federal, por meio do qual estão sendo realizados investimentos na infraestrutura de aeroportos regionais, com o objetivo de universalizar o acesso da população ao transporte aéreo regular. O programa prevê a utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC - para a reforma e construção de pistas, melhorias em terminais de passageiros, ampliação de pátios, revitalização de sinalizações e de pavimentos, entre outros.

A atualização do PGO considera que o setor aéreo é estruturado em rede. Assim, para que haja equilíbrio de todo o sistema, deve-se encontrar alternativas que permitam a viabilidade de aeroportos grandes, médios e pequenos, de modo que os passageiros sejam tratados com mesmo padrão de qualidade em todas as regiões do país.

O novo Plano tem por objetivo definir e divulgar as diretrizes de política pública que nortearão as decisões da SAC-PR no processo de seleção do modelo de exploração mais adequado a cada aeródromo civil público, instituindo um conjunto de regras para o planejamento das instituições federais, estaduais e municipais responsáveis pelo desenvolvimento da aviação civil brasileira. A proposta foi colocada em consulta pública e recebeu 52 sugestões de aprimoramento. O novo Plano Geral de Outorgas foi aprovado e publicado por meio da Portaria nº 183, 14 de agosto de 2014.

OBJETIVO: 0084 - Ampliar a oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

Em 31/12/2011, o total de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 130 e o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 848, de acordo com dados da contextualização do Programa Temático Aviação Civil e com dados do sistema Horário de Transporte - HOTRAN, da ANAC, respectivamente. Durante o ano de 2012, chegou-se a 124 aeroportos e ao fim do ano de 2013 esse número foi reduzido para 120. Já a quantidade de rotas era de 789 ao fim de 2012 e em dezembro de 2013 registrou-se 663 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Em 31/12/2014, 109 aeroportos e 636 rotas eram servidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Entre os motivos para justificar a queda no número de rotas está a busca por readequação de custos como a otimização da malha, de forma a melhorar a taxa de ocupação dos assentos. E para entender a redução no número de aeroportos, dentre outras razões, verifica-se que houve uma maior concentração do mercado imposta pelas aquisições realizadas no ano de 2012 e 2014.

O “Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos (PIL)”, anunciado pelo Governo Federal em dezembro de 2012,

prevê a ampliação da oferta de transporte aéreo à população brasileira e a reconstrução da rede de aviação regional por meio de investimentos no valor de R$ 7,3 bilhões em 270 aeroportos, bem como parcerias com Estados e Municípios para a gestão dos aeroportos.

Assim, com fundamento no § 1º do art. 63-A da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011, a SAC-PR, em 2013, firmou contrato com o Banco do Brasil S/A, que tem prestado serviços ao Governo Federal para realização de investimentos em logística nos aeroportos regionais. Os recursos alocados para os investimentos são oriundos do Fundo Nacional da Aviação Civil – FNAC - e são destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma dos aeródromos regionais integrantes do PIL.

Além disso, com o intuito de fortalecer a aviação regional, de 1º/2 a 3/3/2013 foi submetido à consulta pública modelo de subsídio para rotas aéreas de baixa e média densidade de tráfego, inicialmente intitulado “Programa de Subsídio de Rotas Regionais”. A partir das contribuições obtidas na consulta pública e após inúmeras discussões sobre o assunto com a Casa Civil e o MF, chegou-se ao texto que deu origem à MP nº 652, de 25 de julho de 2014, que cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR. Entretanto, tal MP perdeu eficácia por decurso de prazo, nos termos do art. 62, § 3º da CRFB/88. As disposições contidas na MP nº 652 foram então inseridas na MP nº 656, de 7 de outubro de 2014, a qual foi convertida na Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, em seu Capítulo VIII (“Da Legislação Relativa aos Transportes”), Seção I (“Da Legislação Relativa ao Transporte Aéreo”), artigos 114 a 121.

O PDAR tem como objetivos aumentar o acesso da população brasileira ao sistema aéreo de transporte; integrar comunidades isoladas à rede nacional de aviação civil, no intuito de facilitar a mobilidade de seus cidadãos e o transporte de bens fundamentais, como alimentos e medicamentos; facilitar o acesso a regiões com potencial turístico; aumentar o número de municípios e rotas atendidos por transporte aéreo regular de passageiros; e aumentar o número de frequências das rotas regionais operadas regularmente. A implementação do referido programa dependerá de regulamentação da Lei nº 13.097/2015 pelo Poder Executivo Federal.

Com vistas a efetivar mecanismos de financiamento de aeronaves, já no ano de 2012 realizou-se articulação junto ao Ministério da Fazenda, que informou estar o Fundo Garantidor regulamentado pelo Decreto nº 7.333, de 19/10/2010. Tais informações foram repassadas às empresas, pois consideravam que o Fundo Garantidor não estava operacional para a aquisição de aeronaves.

Em relação às medidas de estímulo à concorrência entre os prestadores de serviço de transporte aéreo, o Projeto de Lei nº 6.716/09 e apensos, que alteram a Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), com vistas a atualizar o referido código, continuaram sem movimentação na Câmara dos Deputados durante o ano de 2014, a despeito dos requerimentos para inclusão e votação.

Quanto à redução de barreiras à entrada de novas companhias aéreas em aeroportos coordenados, como continuidade às tratativas iniciadas em 2013, após a realização de duas audiências públicas sobre o tema (Consulta Pública nº 1/2013 SAC e Audiência Pública nº 02/2013 ANAC), foi publicada a Resolução CONAC nº 3, de 8 de julho de 2014, específica

para o Aeroporto de Congonhas (SBSP), com um conjunto de diretrizes para implantação de uma sistemática de redistribuição periódica dos slots perdidos pelas companhias aéreas em decorrência de critérios de regularidade e pontualidade, bem como para alocação de novos slots, que venham a surgir no aeroporto, em decorrência de uma expansão da sua capacidade declarada.

Em sequência, a ANAC publicou a Resolução nº 336, de 9 de julho de 2014, por meio da qual regulamentou o procedimento de alocação de slots em Congonhas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONAC. O normativo da ANAC com regras gerais para todos os aeroportos coordenados, por sua vez, foi editado em 22 de julho de 2014, por meio da Resolução nº 338.

Promoveu-se em 2014, a celebração de novos Acordos de Serviços Aéreos, bem como a atualização de Acordos já vigentes com diferentes países.

Dentre os Acordos negociados e atualizados no período, tem-se:

- Brasil/Japão: atualização do Memorando de Entendimentos com avanços no que concerne ao regime tarifário e à consolidação de cláusula de código compartilhado com empresas de terceiros países;
- Brasil/Panamá – acordado aumento faseado da capacidade, com liberação total prevista para dezembro de 2016;
- Brasil/Rússia – atualizado o projeto de Acordo, rubricado por ocasião da visita presidencial russa ao Brasil;
- Brasil/Sri Lanka: rubrica de acordo “céus abertos”.

Durante o ano, foram alocadas 87 frequências mistas, 18 frequências exclusivamente cargueiras e devolvidas 10 frequências mistas em diversos mercados, representados por 14 países.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas**

  Análise Situacional da Meta

  Em 31/12/2011, o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 848, de acordo com dados do sistema Horário de Transporte - HOTRAN, da ANAC. Ao fim dos anos de 2012 e 2013, chegou-se a 789 e 663 rotas, respectivamente, e o HOTRAN do dia 31/12/2014 registrou 636 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

  Os motivos para a redução no número de operações são diversos, pois as empresas concessionárias de serviços aéreos possuem liberdade para operar voos para os destinos que as convier, de acordo com o §1º do Art. 48 da Lei 11.182/2005. Ressalte-se que, após um período de forte concorrência, as empresas vêm readequando seus custos, por meio de diversas ações, tais como otimização da malha, de forma a melhorar o aproveitamento (taxa de ocupação dos assentos) das aeronaves.

  Contudo, as dificuldades decorrentes do aumento dos custos operacionais se destacam. Tais custos foram especialmente afetados pelo aumento do preço do Querosene de Aviação e pelo aumento do valor do dólar norte-

americano frente ao real.

É importante registrar que a participação do combustível nos custos operacionais da indústria de transporte aéreo, em decorrência do aumento de preços, é da ordem de 40%. Além do combustível, há uma série de itens influenciados pela variação cambial, como por exemplo, os custos com arrendamento, compra e manutenção de aeronaves.

Por fim, a maior concentração do mercado, devido a aquisições realizadas no ano de 2012 (GOL/WEBJET) e a fusão das empresas aéreas TRIP e AZUL em 2014, impactaram diretamente a oferta de voos.

No âmbito das competências da SAC-PR, têm sido objeto de análise medidas que possam contribuir para a redução do custo operacional da indústria de transporte aéreo. Tais medidas deverão impactar de imediato no aumento da oferta de novas rotas.

A Lei nº 13.097/2015 autoriza a subvenção econômica para voos que tenham origem ou destino em um aeroporto classificado como regional a partir da movimentação anual de passageiros – inferior a 600 mil passageiros em aeroportos que não estejam situados na região da Amazônia Legal e 800 mil naqueles localizados nessa região.

Nesse sentido, voos regulares com origem ou destino nessa localidade deverão ser passíveis de receber a subvenção econômica. Cabe destacar que, para tanto, é necessário que empresas aéreas estejam dispostas a atender o aeroporto com voos regulares ou ligações aéreas sistemáticas. Lembrando que a implementação do PDAR, conforme comentado anteriormente, dependerá de regulamentação da Lei nº 13.097/2015 pelo Poder Executivo Federal, cujo decreto está em fase de elaboração.

Quantidade alcançada

636

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas**

Análise Situacional da Meta

Em 31 de dezembro de 2011, o total de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas era de 130, de acordo com dados da contextualização do Programa Temático Aviação Civil. Ao fim dos anos de 2012 e 2013, chegou-se a 124 e 120 aeroportos, respectivamente, sendo que em 31 de dezembro de 2014 esse número foi reduzido para 109 aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

De dezembro de 2012 a dezembro de 2014, o número de aeroportos variou da seguinte forma: a Região Centro-Oeste perdeu 2 dos 15 aeroportos; a Região Nordeste teve um incremento de 5 aeroportos, totalizando 24 aeroportos; no Norte a variação foi de 35 para 30; no Sudeste de 31 para 27 e no Sul, de 24 para 15 aeroportos. A única região que apresentou aumento do número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas foi a Nordeste. Entretanto todas as regiões necessitam de mais aeroportos para que a meta seja atingida.

A otimização da malha aérea para evitar possíveis prejuízos e a maior concentração do mercado, devido a aquisições

realizadas no ano de 2012 e 2014, são alguns dos fatores relacionados a esse cenário de diminuição do número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas. Assim, o Governo Federal por meio de iniciativas como, por exemplo, o Programa de Investimentos em Logística, tem procurado reativar esse panorama.

Quantidade alcançada

109

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	19	unidade	13	31/12/2014
Região Nordeste	28	unidade	24	31/12/2014
Região Norte	46	unidade	30	31/12/2014
Região Sudeste	30	unidade	27	31/12/2014
Região Sul	27	unidade	15	31/12/2014

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita (security). A segurança de voo (safety) é o estado no qual o risco de ocorrência de acidentes ou incidentes aeronáuticos é reduzido ou mantido em um nível aceitável por meio de um processo contínuo de identificação de perigos e gerenciamento dos riscos. As ações relativas a safety – certificação e fiscalização – alcançam as empresas aéreas, os tripulantes, os operadores de aeródromos e os fabricantes de produtos aeronáuticos. Já security é a combinação de medidas, recursos humanos e materiais destinados a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita em aeroportos e aeronaves que possam colocar em risco a operação aérea – como, por exemplo, os atentados terroristas. As ações relativas a security são principalmente focadas nos aeroportos, por ser o local a partir do qual os atos de interferência ilícita podem atingir as aeronaves, mas também alcançam as empresas aéreas.

No que tange a security, a ANAC tem mantido sua rotina de fiscalização, com 562 itens fiscalizados no ano de 2014.

No que se refere a safety, em termos quantitativos, a Agência fiscalizou, no ano de 2014, 15.216 itens relativos à segurança operacional, infraestrutura aeroportuária, regulação econômica e aeronavegabilidade. A quantidade de ações rotineiras de fiscalização de 2014 diminuiu em relação a de 2013 devido ao esforço empreendido na operação da Copa do Mundo e em outras iniciativas da Agência.

Além disso, essas ações também contribuem para a redução do índice anual de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48, atingiu 0,21 no ano de 2012 e obteve 0,19 no ano de 2014.

Outra ação realizada no sentido de promover a segurança da aviação civil foi a edição e revisão de normas e requisitos relacionados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, operações aéreas e aeronavegabilidade. No decorrer de 2014 foram editados e revisados 62 normativos. Além disso, destaca-se que foram realizadas 21 audiências públicas que possibilitaram a participação da sociedade no processo de aperfeiçoamento do arcabouço jurídico da Agência.

Metas 2012-2015

- **Realizar 1224 auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita no período de abrangência do PPA 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram fiscalizados 562 itens referentes a auditorias, inspeções e testes de segurança da aviação civil

contra atos de interferência ilícita, de forma a totalizar o valor de 4.448 itens fiscalizados nos anos de 2012, 2013 e 2014. Cabe ressaltar que a metodologia de apuração das inspeções foi alterada no ano de 2013, assim, a meta está em processo de readequação.

Quantidade alcançada

4.448

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir, até 2015, o índice anual de acidentes aeronáuticos para nível igual ou melhor que a média mundial, com referência ao ano de 2011 (índice 0,46), considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade de passageiros em operações regulares, por 1 milhão de decolagens**

Análise Situacional da Meta

A Agência alcançou no primeiro semestre de 2014 o índice de 0,19.

Quantidade alcançada

0,19

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo possui amplo escopo visando, dentre outros aspectos, à elaboração do planejamento estratégico de longo prazo para o setor, à revisão do marco legal, à elaboração de estudos para o planejamento e gestão do transporte aéreo, à elaboração de diagnósticos e à capacitação de profissionais para a atuação no sistema de aviação civil, bem como ao desenvolvimento de requisitos para novas tecnologias da indústria aeronáutica.

A SAC-PR tem trabalhado na concepção do planejamento estratégico de longo prazo para o setor, por meio de um Plano de Ação que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados com o controle e o gerenciamento do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas pela Política Nacional de Aviação Civil (PNAC).

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2013, a SAC-PR participou de processo para constituição de duas atas de registro de preços, no âmbito do MPOG, relativas à eventual contratação, sob demanda, de i) empresa especializada na prestação de serviço de consultoria para realização de serviços de modelagem de processos organizacionais; e ii) empresa especializada para apoio ao processo de planejamento e gestão estratégica, utilizando como referência a metodologia do Balanced Scorecard – BSC. Como resultado dos processos, venceram os respectivos pregões eletrônicos as empresas Totvs S.A. e GD – Gestão e Desenvolvimento Empresarial Ltda. Em junho de 2014, foi assinado contrato com essa última para elaboração de Planejamento Estratégico e para a Diretoria do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (DPROFAA/SEAP/SAC-PR). A expectativa é de que, ao fim dos trabalhos, o DPROFAA tenha aperfeiçoadas suas capacidades e possa executar de maneira mais eficiente o PIL: Aeroportos, buscando resultados superiores especialmente no que se refere aos investimentos em infraestrutura dos Aeroportos Regionais.

De 2012 a 2014, foram realizados sete estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo.

Em 2012, a ANAC desenvolveu o Estudo de Regionalização da Agência, e durante o ano de 2014, adotou medidas para a prospecção de parcerias com Instituições de Ensino Superior, como forma de aprimorar a atividade regulatória e também

fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas relativas à aviação civil que sejam de interesse do País. Dos 36 temas de estudos identificados, quatro foram priorizados e os documentos necessários à contratação estão em fase de desenvolvimento. O projeto básico relativo à contratação de estudo de "Percepção sobre Ruído Aeronáutico" foi concluído em 2014 e está em fase de licitação.

Em 2013, a SAC-PR realizou cinco estudos voltados para o estabelecimento de diagnósticos sobre a aviação civil: (1) Indicadores de desempenho de aeroportos brasileiros; (2) Estimativa de demanda para os aeroportos brasileiros; (3) Modelos alternativos para estimar demanda para aeroportos regionais; (4) Estimativa de movimentação na hora pico para os aeroportos regionais e (5) Estimativa de mix e movimentação de aeronaves para os aeroportos regionais (DPE/SEAP).

Em 2014, a SAC-PR realizou estudo em conjunto com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), cujo objeto é conjunção de esforços, conhecimentos, dados e apoio técnico necessários à realização de pesquisa de Dimensionamento e Caracterização da Matriz Origem Destino do Transporte Aéreo no Brasil. Com os dados da pesquisa será possível aprimorar, em futuros estudos, o sistema de informações da Aviação Civil no Brasil, em particular no que tange à demanda por transporte aéreo e aos modais associados de apoio às viagens aéreas, fornecendo elementos essenciais aos planejadores do setor.

Também foi dado andamento ao Termo de Cooperação nº 04/2013, celebrado entre a SAC/PR e a Universidade Federal de Santa Catarina, que contempla a realização de estudos e pesquisas visando ao apoio no diagnóstico e planejamento do sistema aeroportuário do país.

Visando à ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil, foram capacitadas 4.853 pessoas de 2012 a 2014.

A ANAC formou, em 2012, mecânicos de manutenção aeronáutica por meio de convênios celebrados em 2010. A Agência também realizou, de 2012 a 2014, cursos e seminários por meio da "Ação Nacional de Aviação Civil", conjunto de eventos promovidos conforme a demanda dos regulados, a fim de reduzir a assimetria de informações e contribuir para a redução de não-conformidades durante as inspeções realizadas pela Agência. Tais eventos divulgam boas práticas de segurança, esclarecimentos sobre normas, leis e procedimentos próprios do setor aeronáutico e apresentação do rol de serviços disponibilizados pela ANAC.

No âmbito da SAC-PR, foram capacitados, durante o ano de 2013, bombeiros de aeródromo, gestores e/ou administradores de aeroportos regionais e gerentes de seções contra incêndio de aeroportos regionais.

Em 2014, a SAC-PR nomeou as ações voltadas à formação e capacitação de recursos humanos para o setor de aviação civil de "Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos Regionais – TREINAR", que reúne ações de formação e capacitação de profissionais envolvidos com a gestão e a operação de aeroportos de médio e pequeno porte situados fora dos grandes centros urbanos.

Essa iniciativa resulta da integração das políticas públicas de desenvolvimento de infraestruturas aeroportuárias e de fomento ao desenvolvimento do setor aéreo civil e complementa o "Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos", um conjunto de medidas para melhorar a qualidade dos serviços e expandir a infraestrutura aeroportuária, em especial, a malha de aeroportos regionais.

Nesse sentido, as ações do TREINAR têm o intuito de colocar os aeroportos regionais em condições de operarem voos de linhas aéreas regulares, por meio do potencial conferido pelas novas infraestruturas aeroportuárias, como também por meio da capacitação de profissionais de aeroportos regionais, a fim de que eles possam proporcionar às populações

atendidas qualidade nos serviços prestados, o que pode vir a trazer grandes benefícios aos usuários e ao país.

As ações foram compostas por cursos oferecidos pela SAC-PR em diversas áreas de conhecimento relacionadas à aviação civil, tais como: operações aéreas com aeronaves; operações em solo com aeronaves; serviços de prevenção, salvamento e combate a incêndios em aeródromos civis; controle de eventos que possam gerar atos de interferência ilícita; e a sustentabilidade do negócio “aeroporto”.

Quanto à identificação de novas tecnologias que estão sendo desenvolvidas na indústria aeronáutica e estabelecimento de requisitos para a sua homologação, a ANAC realizou, durante o ano de 2014, estudos internos e contatos com autoridades aeronáuticas estrangeiras para uma normatização harmonizada acerca da tecnologia das aeronaves pilotadas remotamente. Essa providência atenderá ao interesse da sociedade na utilização de aeronaves pilotadas remotamente nas mais diversas áreas, como segurança pública, inspeção de linhas de transmissão e dutos, fotografia aérea e agricultura, dentre outras.

Também foram emitidas normas relativas à utilização de assentos transversais em aviões da categoria transporte, à proteção dos sistemas eletrônicos contra acessos não autorizados que possam ocorrer externamente e também no interior do avião, normas relativas a extintores de incêndio portáteis, em resposta às restrições de fabricação e utilização de gases que agridem a camada de ozônio (protocolo de Montreal de 1987), instruções para uso de equipamentos dispersores com novas tecnologias em aviões agrícolas, dentre outras.

Com o intuito de revisar o marco legal do setor de aviação civil, foi publicada a Resolução CONAC nº 1, de 28 de fevereiro de 2014, que tratou da operação do Aeroporto de Congonhas durante a Copa do Mundo,a Resolução CONAC nº 2, de 29 de maio de 2014, que revoga a restrição à alocação, nos novos acordos bilaterais e multilaterais, de pontos relativos a frequências de voos internacionais no Aeroporto de Guarulhos, e a Resolução CONAC nº 3, de 8 de julho de 2014, específica para o Aeroporto de Congonhas (SBSP), com um conjunto de diretrizes para implantação de uma sistemática de redistribuição periódica dos slots perdidos pelas companhias aéreas em decorrência de critérios de regularidade e pontualidade, bem como para alocação de novos slots que venham a surgir no aeroporto em decorrência de uma expansão da sua capacidade declarada.

A SAC-PR procedeu à revisão do Plano Geral de Outorgas, com o objetivo de alinhar a política pública de outorga de aeródromos ao programa de incentivo à aviação regional, recentemente anunciado pelo Governo Federal, por meio do qual serão realizados investimentos na infraestrutura de aeroportos regionais, com o objetivo de universalizar o acesso da população ao transporte aéreo regular.

A Portaria SAC-PR nº 301, de 11 de dezembro de 2014, que estabelece critério para conversão cambial do adicional tarifário instituído pela Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, foi editada tendo em vista a necessidade de padronização e uniformização do recolhimento da cobrança efetuada pelos operadores aeroportuários junto ao FNAC.

O Projeto de Lei nº 6.716/09 e apensos, que alteram a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), com vistas a atualizar o referido código, ainda se encontra no Congresso Nacional, a despeito dos requerimentos para inclusão e votação.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil**
  Análise Situacional da Meta

De 2012 a 2014 foram capacitados 4.853 profissionais da aviação civil.

Em 2012, a ANAC formou 391 profissionais no âmbito do projeto de bolsas para formação de mecânicos de manutenção aeronáutica, por meio de três convênios celebrados em 2010.

No início do ano de 2013, por meio de uma adequação no perfil da execução da Ação Orçamentária 20SW, foi possível ampliar o público-alvo e também o rol de iniciativas realizadas no âmbito daquela Ação, que estava focada, anteriormente, na concessão de bolsas de estudos para a formação de profissionais detentores de licença para a aviação civil, a exemplo de pilotos e mecânicos de manutenção. A partir da readequação, foi possível realizar cursos e seminários no âmbito da "Ação Nacional de Aviação Civil" – conjunto de eventos realizados em diversas capitais do país, que tem como objetivo disseminar conhecimentos sobre a segurança no transporte aéreo, esclarecimentos sobre normas, leis e procedimentos próprios do setor aeronáutico e apresentação do rol de serviços disponibilizados pela ANAC, aumentando assim a proximidade da Agência com parte de seu público: pilotos, comissários, mecânicos, despachantes de voo, alunos de escolas de aviação civil, proprietários de aeronaves, representantes de empresas aéreas, oficinas, administração aeroportuária e entidades do setor. Dessa forma, busca-se reduzir a assimetria de informações e contribuir para a redução de não-conformidades durante as inspeções. Assim, no âmbito da "Ação Nacional de Aviação Civil", a ANAC capacitou, em 2013, 993 profissionais.

Ainda em 2013, a Meta começou a ser compartilhada entre ANAC e SENAV/SAC-PR, que, por sua vez, planejou as seguintes ações: (1) a formação de bombeiros de aeródromos para aeroportos regionais brasileiros; e (2) a capacitação de profissionais aeroportuários de aeroportos regionais brasileiros.

Assim sendo, a SAC-PR capacitou, durante o ano de 2013, 607 profissionais do setor aéreo civil, os quais podem ser distribuídos nas seguintes áreas profissionais: 386 bombeiros de aeródromo; 155 gestores e/ou administradores de aeroportos regionais; e 66 gerentes de seções contra incêndio de aeroportos regionais.

Durante o ano de 2014, a ANAC realizou, no âmbito da "Ação Nacional de Aviação Civil", 51 eventos, tendo sido capacitados 2.128 profissionais da área.

No mesmo período, a SAC-PR, através do Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos Regionais – TREINAR, capacitou 734 profissionais em diversas áreas, sendo 433 bombeiros de aeródromo; 175 gestores e/ou administradores de aeroportos; 36 gerentes de seções contra incêndio de aeroportos; 38 fiscais de pátio e pista; 20 gestores de operações aeroportuárias e 32 gestores de manutenção aeroportuária.

Resultados alcançados:

Número de vagas cedidas: 1.124

Número de vagas preenchidas: 999

Número de aprovados: 734 capacitados

Regiões atendidas: Todas.

Número de capacitados por região:

Norte: Amazonas 64; Pará 13; Rondônia 27 e Tocantins 15. Total = 119 capacitados.

Nordeste: Bahia 71; Ceará 22; Maranhão 12; Paraíba 02; Pernambuco 44; Piauí 59; Sergipe 02; Total = 212.

Centro Oeste: Goiás 11; Mato Grosso 39; Mato Grosso do Sul 14. Total = 64.

Sudeste: Espírito Santo 40; Minas Gerais 92; Rio de Janeiro 28; São Paulo 56. Total = 216.

Sul: Paraná 67; Santa Catarina 39; Rio Grande do Sul 17 = Total 123.

Os resultados alcançados proporcionarão aos aeroportos regionais atendidos a possibilidade de operação de voos regulares, haja vista os requisitos obrigatórios de números mínimos de bombeiros de aeródromo em exercício no aeroporto. Além disso, as capacitações em nível gerencial têm o fito de proporcionar a melhoria dos serviços prestados nos aeroportos do interior do país e de qualificar profissionais que possam contribuir para o crescimento sustentável da rede de aeroportos regionais brasileiros.

Em 29/12/2014, foi celebrado Termo de Execução Descentralizada para que o Programa de Concessão de Bolsas para Formação de Pilotos (iniciativa que representa 95% da despesa da ação orçamentária 20SW) fosse transferido da ANAC para a SAC-PR. Assim sendo, os recursos alocados na Ação 20SW destinados à formação de pilotos serão

descentralizados por meio do SIAFI. Para 2015, está prevista a oferta de 65 bolsas para formação prática de pilotos, sendo: 50 pilotos privados de avião e 15 pilotos comercias de avião

Dessa forma, a meta de capacitar, até o ano de 2015, 1.900 profissionais para atuação no sistema de aviação civil foi alcançada em 2013 e superada, em 2014, em 155%.

Quantidade alcançada

4.853

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver 8 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 a ANAC desenvolveu o Estudo de Regionalização da Agência, por meio de modelagem e simulação, de interações com as Superintendências finalísticas e de discussões no âmbito estratégico da Agência. Foi elaborado modelo direcionador para definição da disposição geográfica ótima da ANAC, que poderá atender ao perfil de demanda por atividades predominantemente finalísticas da Agência, e subsidiar o processo de tomada de decisões de negócios de atores do setor, contribuindo, dessa forma, para o planejamento e a gestão com qualidade da aviação civil brasileira.

Durante o ano de 2014, a Agência adotou medidas para a prospecção de parcerias com Instituições de Ensino Superior como forma de aprimorar a atividade regulatória e também fomentar o desenvolvimento de novas pesquisas relativas à aviação civil que sejam de interesse do País. Foram identificados 36 temas para desenvolvimento de estudos e pesquisas, contudo, dada a impossibilidade de realização simultânea de todos, quatro temas foram priorizados e os documentos necessários à contratação estão em fase de desenvolvimento. O projeto básico relativo à contratação de estudo de “Percepção sobre Ruído Aeronáutico” foi concluído em 2014 e está em fase de licitação.

A partir de 2013, a meta começou a ser compartilhada com a SEAP/SAC-PR, que realizou cinco estudos voltados para o estabelecimento de diagnósticos sobre a aviação civil, a saber:

1 - Indicadores de desempenho de aeroportos brasileiros (DGA/SEAP):

Consistiu na coleta presencial de dados, distribuição e geração de resultados de indicadores de desempenho das operações aeroportuárias do lado terra dos aeroportos. Com a obtenção desses resultados de indicadores de desempenho aeroportuário é possível a criação de um banco de dados da percepção, perfil e tempos de processamento do passageiro e, assim, a proposição de políticas públicas para o setor e ações visando a melhoria da gestão nos aeroportos brasileiros.

2 - Estimativa de demanda para os aeroportos brasileiros (DPE/SEAP):

Estudo para estimativa de demanda de passageiros dos aeroportos brasileiros que operam voo regular, considerando curto, médio e longo prazos e utilizando modelos estatísticos. O trabalho é de fundamental importância para subsidiar o planejamento da rede de infraestrutura aeroportuária do país.

3 - Modelos alternativos para estimar demanda para aeroportos regionais (DPE/SEAP):

Em 2013 desenvolveram-se estudos que balizaram modelos alternativos para estimativa de demanda de passageiros em aeroportos regionais, em especial naqueles com baixa disponibilidade de uma base de informações sobre movimentação de passageiros.

4 - Estimativa de movimentação na hora pico para os aeroportos regionais (DPE/SEAP):

Estudo com estimativas de movimentação de passageiros na hora pico, para os terminais aeroportuários contemplados no programa de fomento à aviação regional do Governo Federal. O estudo subsidiará os trabalhos de dimensionamento dos terminais aeroportuários supracitados.

5 - Estimativa de mix e movimentação de aeronaves para os aeroportos regionais (DPE/SEAP):

Para auxiliar o planejamento dos aeroportos regionais, foi desenvolvido estudo propondo estimativas de movimentação

e mix de aeronaves para todos os aeroportos contemplados no programa de fomento à aviação regional do Governo Federal.

Em razão de dados recebidos acerca da movimentação de passageiros e aeronaves durante o ano de 2013, a SAC-PR realizou, em 2014, atualização das estimativas de demanda para os aeroportos brasileiros, bem como das estimativas de movimentação de passageiros em hora-pico e mix de aeronaves.

Em 2014, a SAC-PR também realizou estudo em conjunto com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), por meio de Acordo de Cooperação Técnica publicado no Diário Oficial da União, de 27 de agosto de 2013, Seção 3, página 145, cujo objeto é conjunção de esforços, conhecimentos, dados e apoio técnico necessários à realização de pesquisa de Dimensionamento e Caracterização da Matriz Origem Destino do Transporte Aéreo no Brasil. Ao total foram realizadas quatro rodadas de pesquisa em 65 aeroportos brasileiros. Com os dados da pesquisa será possível aprimorar, em futuros estudos, o sistema de informações da Aviação Civil no Brasil, em particular no que tange à demanda por transporte aéreo e aos modais associados de apoio às viagens aéreas, fornecendo elementos essenciais aos planejadores do setor.

Também foi dado andamento ao Termo de Cooperação nº 04/2013, celebrado entre a SAC/PR e a Universidade Federal de Santa Catarina, que contempla a realização de estudos e pesquisas visando ao apoio no diagnóstico e planejamento do sistema aeroportuário do país.

Assim, no acumulado dos anos de 2012 a 2014, foram realizados 7 estudos para planejamento e gestão do transporte aéreo, o que corresponde a 87,5% da meta.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar o planejamento estratégico de longo prazo para o setor**

Análise Situacional da Meta

Atualmente encontra-se em fase de concepção o planejamento estratégico de longo prazo para o setor, por meio de um Plano de Ação que tem por objetivo integrar e harmonizar o desenvolvimento das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, considerando os aspectos relacionados com o controle e o gerenciamento do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas pela Política Nacional de Aviação Civil (PNAC). Com o lançamento, pela Presidência da República, do Programa de Investimento em Logística: Aeroportos (PIL), em dezembro de 2012, instrumento que reúne os principais eixos de atuação da SAC-PR, observou-se a necessidade de alteração da estrutura organizacional da Secretaria. A proposta de decreto de nova estrutura já se encontra em análise no âmbito dos órgãos responsáveis - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Presidência da República.

No âmbito da melhoria dos processos de gestão, foi assinado em dezembro de 2013 o termo de cooperação junto à Universidade Federal de Santa Catarina para fornecimento, dentre outros, de pessoal qualificado em áreas de Tecnologia da Informação para implementação de sistema de gerenciamento e acompanhamento de projetos. Como resultado está em fase final de desenvolvimento o sistema Hórus, que será utilizado inicialmente para auxílio no armazenamento de dados e na gestão do PIL: Aeroportos.

Dando continuidade aos trabalhos iniciados em 2013, a SAC-PR participou de processo para constituição de duas atas de registro de preços, no âmbito do MPOG, relativas à eventual contratação, sob demanda, de i) empresa especializada na prestação de serviço de consultoria para realização de serviços de modelagem de processos organizacionais envolvendo mapeamento, análise, desenho e redesenho de processos, implementação e monitoramento de ações propostas para melhoria, suporte técnico e transferência de conhecimento; e ii) empresa especializada para apoio ao processo de planejamento e gestão estratégica, utilizando como referência a metodologia do Balanced Scorecard – BSC. Como resultado dos processos, venceram os respectivos pregões eletrônicos as empresas Totvs S.A. e GD –

Gestão e Desenvolvimento Empresarial Ltda. Em junho de 2014, foi assinado contrato com essa última para elaboração de Planejamento Estratégico e para a Diretoria do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (DPROFAA/SEAP/SAC-PR). No âmbito deste contrato foram realizados, até o final de 2014, cinco produtos: i) Mapa Estratégico, ii)Definição de Indicadores e Metas, iii) Definição e Composição da Carteira de Projetos Estratégicos, iv) Estruturação da Área de Gestão da Estratégia, e v) Desenho do Processo de Monitoramento da Estratégia. Logo, resta apenas a implementação do Acompanhamento do Processo de Monitoramento da Estratégia. A expectativa é de que, ao final dos trabalhos, o DPROFAA tenha aperfeiçoadas suas capacidades e possa executar de maneira mais eficiente o PIL: Aeroportos, buscando resultados superiores especialmente no que se refere aos investimentos em infraestrutura dos Aeroportos Regionais.

- **Revisar o marco legal do setor de aviação civil**

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista a realização da Copa do Mundo de 2014 e frente à expectativa de 600 mil visitantes estrangeiros no país, publicou-se a Resolução CONAC nº 1/2014, de 28 de fevereiro de 2014, ad referendum, que tratou da operação do Aeroporto de Congonhas durante o evento. A Resolução determinou que a ANAC, para o período de 6 de junho a 20 de julho de 2014, estendesse o raio de cobertura das operações de voos do Aeroporto de Congonhas e regulamentasse a autorização de voos charter e de fretamento no aeroporto, observadas exclusivamente as limitações de ordem técnica e operacional.

Considerando as concessões para exploração da infraestrutura aeroportuária e o aumento da capacidade prevista nos planos de exploração aeroportuária, especialmente no que se refere ao Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, o CONAC também aprovou, ad referendum, a Resolução nº 2/2014, de 29 de maio de 2014, que revoga a restrição à alocação, nos novos acordos bilaterais e multilaterais, de pontos relativos a frequências de voos internacionais no Aeroporto de Guarulhos.

Em continuidade às tratativas iniciadas em 2013 visando a redução de barreiras à entrada de novas companhias aéreas em aeroportos coordenados, após a realização das duas audiências públicas sobre o tema (Consulta Pública nº 1/2013 SAC e Audiência Pública nº 02/2013 ANAC), foi publicada a Resolução CONAC nº 3, de 8 de julho de 2014, específica para o Aeroporto de Congonhas (SBSP), com um conjunto de diretrizes para implantação de uma sistemática de redistribuição periódica dos slots perdidos pelas companhias aéreas em decorrência de critérios de regularidade e pontualidade, bem como para alocação de novos slots que venham a surgir no aeroporto em decorrência de uma expansão da sua capacidade declarada.

No decorrer de 2014, o Plano Geral de Outorgas – PGO foi revisado, buscando alinhar a política pública de outorga de aeródromos ao programa de incentivo à aviação regional – Programa de Investimento em Logística: Aeroportos (PIL: Aeroportos) – por meio do qual estão sendo realizados investimentos na infraestrutura de aeroportos regionais, com o objetivo de universalizar o acesso da população ao transporte aéreo regular. O programa prevê a utilização de recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC para a reforma e construção de pistas, melhorias em terminais de passageiros, ampliação de pátios, revitalização de sinalizações e de pavimentos, entre outros.

A Lei nº 9.825/1999 atribui, em seu art. 1º, ao Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, a parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2, de 9 de dezembro de 1997, do Ministério da Aeronáutica, às tarifas de embarque internacional vigentes naquela data, incluindo o seu correspondente adicional tarifário, previsto no art. 1º da Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989.

Como a referida Lei fazia menção a um aumento dado à Tarifa de Embarque Internacional que, à época, era cobrada em dólar norte-americano, os valores destinados ao FNAC também eram cobrados em dólar norte-americano e careciam de uma regra de conversão que padronizasse as cobranças efetuadas por diferentes agentes arrecadadores no

país.

Tal regulamentação se justificava pela necessidade de padronização e uniformização do recolhimento da cobrança efetuada pelos operadores aeroportuários junto ao FNAC a partir da conversão do Adicional Tarifário referente à Lei º 9.825, de 1999 para a moeda nacional. De fato, o que se verificava é que a taxa de câmbio (valor do dólar norte-americano em Reais) praticada era definida por cada aeroporto, resultando em valores diferentes, em Reais, devidos a título do Adicional Tarifário em tela. Tal disparidade gerava transtornos às empresas aéreas, que recolhiam o Adicional dos passageiros e, posteriormente, o repassavam aos operadores aeroportuários.

Dessa forma, em 11 de dezembro de 2014 foi editada a Portaria SAC-PR nº 301, que estabelece critério para conversão cambial do adicional tarifário instituído pela Lei n. 9.825, de 23 de agosto de 1999.

OBJETIVO: 0087 - Formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento da infraestrutura aeronáutica civil, com vistas ao atendimento da demanda por transporte aéreo, de forma segura e eficiente.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Análise Situacional do Objetivo

No que se refere à implantação de novas tecnologias de comunicação, navegação e vigilância para o gerenciamento do tráfego aéreo que visam à otimização da infraestrutura aeronáutica civil, a SAC-PR vem coordenando as ações institucionais do COMAER, da ANAC, da Infraero e/ou operador aeroportuário privado e das Prefeituras Municipais envolvidas para a implantação e operação dos equipamentos para aproximação e pouso por instrumentos - ILS (Instrument Landing System) CAT III - nos aeroportos de Galeão (RJ), Curitiba (PR) e Guarulhos (SP), ILS CAT II nos aeroportos de Porto Alegre (RS), Curitiba (PR) e Manaus (AM) e ILS CAT I nos aeroportos de Joinville (SC), Londrina (PR), Uberlândia (MG), Vitória (ES) e Campina Grande (PB).

No primeiro semestre de 2014, os seguintes ILS foram colocados em operação: aeroporto de Uberlândia (MG) – CAT I, aeroporto de Joinville (SC) – CAT I e Porto Alegre (RS) – CAT II, fato que causou uma sensível melhora da acessibilidade das aeronaves aos referidos aeroportos, que continuam a operar mesmo na presença de condições meteorológicas desfavoráveis.

No segundo semestre de 2014, entrou em operação, sob a coordenação da SAC-PR, o ILS CAT I do aeroporto de Vitória (ES) que também melhorou, sensivelmente, as condições de aproximação e pouso no referido aeródromo.

Em relação à formulação do Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira (PNDIA), esta Secretaria objetiva, ainda, consolidar uma linha de ação para atuar junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo do Comando da Aeronáutica para o desenvolvimento em conjunto do referido Plano.

A Secretaria de Navegação Aérea Civil, em 2014, trabalhou na proposição das diretrizes para a implantação da infraestrutura aeronáutica dos aeroportos regionais do Programa de Investimentos em Logística (PIL). Para tal, executou um modelamento para o desenvolvimento da navegação aérea dos 270 aeroportos elencados no Programa, por meio da indicação da infraestrutura aeronáutica a ser implantada, o que envolve equipamentos, órgãos de controle e de informação de voo. Além disso, vem trabalhando na realização de um diagnóstico das necessidades de treinamento dos recursos humanos para as Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA).

Metas 2012-2015

- **Formular o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira**

  Análise Situacional da Meta

  O Plano Nacional para o Desenvolvimento da Infraestrutura Aeronáutica Civil Brasileira - PNDIA - continua em fase de formulação e conterá as diretrizes que nortearão o desenvolvimento dos demais planos que se relacionam com a infraestrutura aeronáutica brasileira. Atualmente, busca-se desenvolver uma metodologia alinhada com as normas preconizadas pelos organismos internacionais da aviação civil que se adapte à realidade nacional e deverá conter indicadores e metas para a consecução de objetivos estratégicos para o setor, inclusive a melhoria da eficiência dos serviços prestados. A partir da consolidação desta metodologia, serão iniciadas as tratativas junto às demais organizações nacionais responsáveis pela infraestrutura aeronáutica civil brasileira para o desenvolvimento do PNDIA. Ressalta-se que este Plano tem por objetivo o desenvolvimento integrado da infraestrutura aeronáutica brasileira, considerando os aspectos relacionados com o controle do espaço aéreo e a infraestrutura aeroportuária nacional, de acordo com as diretrizes emanadas na Política Nacional de Aviação Civil – PNAC. De forma complementar, trabalha-se na proposição de uma interface do PNDIA com o Programa de Investimentos em Logística – Aeroportos Regionais.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Déficit anual da balança comercial do setor eletroeletrônico na área de telecomunicações	US$ milhão	31/12/2010	1.529	31/12/2014	2.589
Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel	minuto	31/12/2010	114	31/12/2014	200,6
Número de domicílios com TV por assinatura	unidade	31/07/2011	11.295.511	31/12/2014	19.756.156
Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado	unidade	31/12/2009	67.900.000	22/12/2014	103.852.931
Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia	unidade	30/04/2011	18.481	31/12/2014	38.988
Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal	unidade	30/04/2011	69.934	31/12/2014	106.074
Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada	unidade	30/04/2011	44.473	31/12/2014	79.261
Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura	unidade	30/04/2011	6.915	31/12/2014	30.243
Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre	%	30/06/2011	25	31/12/2014	85,69
Percentual da população com cobertura de telefonia móvel	%	31/07/2010	75	26/06/2014	82
Percentual de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	27	26/06/2014	43
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural	%	31/12/2008	3	26/06/2014	15
Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana	%	31/12/2008	23,4	26/06/2014	48
Percentual de domicílios com telefone fixo	%	31/12/2009	43,1	26/06/2014	35
Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga	%	31/12/2011	37,24	31/12/2014	42,86
Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital	%	14/04/2011	9	31/12/2014	37,61
Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária	%	30/04/2011	46,59	31/12/2014	51,39
Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada	%	30/04/2011	57,6	31/12/2014	69,83
Percentual populacional com distribuição postal	%	31/12/2010	82,62	31/12/2014	84,77
Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país	%	31/03/2011	5	31/12/2014	1,42

Proporção de conexões de Banda Larga dentre o total de domicílios com acesso à Internet	%	30/11/2010	68	26/06/2014	88
Proporção de domicílios com computador	%	30/11/2010	35	26/06/2014	49
Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90%	%	31/12/2009	80	22/12/2014	46,88
Satisfação com os serviços postais	%	31/07/2010	95,5	31/12/2014	93,2
Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico	%	31/12/2010	75,48	31/12/2014	86,25

Observações:

Déficit anual da balança comercial do setor eletroeletrônico na área de telecomunicações - Fonte: ABINEE (Janeiro a Dezembro 2014)

Minutos médios mensais de uso por usuário de telefonia móvel - Fonte: Anatel

Número de domicílios com TV por assinatura - Dados: Anatel

Número de usuários de Internet acesso banda larga e discado - Fonte:STE-MC/Cetic

Número médio reclamações por mês - Serviço de Comunicação Multimídia - Dados: Anatel

Número médio reclamações por mês - Serviço Móvel Pessoal - Dados: Anatel

Número médio reclamações por mês - Serviço Telefonia Fixa Comutada - Dados: Anatel

Número médio reclamações por mês - Serviço TV por Assinatura - Dados: Anatel

Percentual da população com acesso à radiodifusão pública terrestre - Dados: EBC

Percentual da população com cobertura de telefonia móvel - Fonte: STE-MC/Cetic.br

Percentual de domicílios com acesso à Internet - Dados: STE-MC/Cetic.br

Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Rural - Fonte: STE-MC/Cetic.br

Percentual de domicílios com acesso fixo à Internet Banda Larga - Área Urbana - Fonte: STE-MC/Cetic.br

Percentual de domicílios com telefone fixo - Fonte: STE-MC

Percentual de escolas públicas com Internet Banda Larga - Fonte: Microdados do Censo Escolar Inep/MEC.
Em relação à abrangência do conceito “escolas públicas”, delimita-se que se trata de ensino básico municipal, estadual e federal, com dados apurados a partir do Censo Escolar do INEP"

Percentual de municípios atendidos com sinal de TV Digital - Fonte: SCE/MC

Percentual de municípios com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária - Fonte: SCE/MC - Anatel

Percentual de municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada - Fonte: SCE/MC - Anatel

Percentual populacional com distribuição postal - Fonte: ECT

Preço mensal médio do acesso à internet em relação à renda média no país - Fonte:STE-MC
Indicador base da UIT que tem como referência um plano pós pago fixo mais plano de dados com velocidade de 255 Kbps dividido pela renda bruta em dólar.

Proporção de conexões de Banda Larga dentre o total de domicílios com acesso à Internet - Fonte: STE-MC/Cetic.br

Proporção de domicílios com computador - Fonte: STE-MC/Cetic.br

Proporção de municípios em que o principal provedor de acesso à Internet tem participação no mercado acima de 90% - Fonte:STE-MC

Satisfação com os serviços postais - Fonte: ECT

Taxa de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com atendimento postal básico - Dados: ECT

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério das Comunicações tem atuado nas seguintes frentes: expansão dos serviços de comunicação social através

da radiodifusão; expansão da infraestrutura e dos serviços de telecomunicações e regulação e fiscalização dos serviços de comunicações.

RADIODIFUSÃO

Os serviços de radiodifusão compreendem a transmissão de sons (radiodifusão sonora) e a transmissão de sons e imagens (televisão), a serem direta e gratuitamente recebidas pelo público em geral. Uma das iniciativas na busca da expansão dos serviços é a definição do padrão de rádio digital brasileiro.

A radiodifusão sonora (rádio) utiliza as tecnologias analógica e digital em suas transmissões. A tecnologia digital possibilita padrão de qualidade bem superior, reduzindo interferências e/ou ruídos. Ademais, permite a disponibilização de serviços de dados e de mais de uma programação por canal, além do uso mais eficiente do espectro eletromagnético. Para atender às diretrizes previstas no Decreto nº 8.139, de 2013 e na Portaria MC nº 127, de 2014, teve início, em março desse ano, o recebimento dos pedidos das emissoras de rádio que operam na faixa AM interessadas em migrar para a faixa FM.

A definição do padrão para os serviços de radiodifusão sonora digital no Brasil é fundamental para a continuidade da expansão dos serviços de comunicação eletrônica. Os estudos realizados até o momento demonstraram a necessidade de adequações dos sistemas à realidade brasileira. Uma dessas adequações diz respeito à área de cobertura do sinal digital, com atenção especial para as recepções em mobilidade, para usuários em movimento, e em ambientes internos.Em Dezembro de 2014 3.886 dispunham ao menos, de um serviço de Radiodifusão Comunitária.

Outra iniciativa é o desligamento da TV analógica no País. O cronograma de transição da transmissão analógica tem sua conclusão prevista para novembro de 2018, conforme definido pelo MC na Portaria n°477, de 20/6/2014. Em complemento, a Portaria MC nº 481, de 9/7/2014, estabeleceu premissas e condições para a efetivação do referido desligamento. Para isso, faz-se necessário que, pelo menos, 93% dos domicílios do município que acessem o serviço por transmissão terrestre estejam aptos à recepção da televisão digital.Em Dezembro de 2014 1.644 municípios contavam,ao menos com um serviço de TV Digital.Outra condição prevista na Portaria é que a Anatel distribua um set-top-box para recepção da televisão digital terrestre às famílias cadastradas no Programa Bolsa Família. Como benefício, a digitalização da TV liberará a faixa de 700 MHz.

Essa faixa será usada para expandir o serviço de telefonia e internet 4G, que possibilitará cobertura de grandes áreas com o uso de menos antenas, o que permitirá levar os serviços de telecomunicações inclusive às áreas rurais, a um custo menor.

EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

O Programa Nacional de Banda Larga – PNBL tem o objetivo de expandir a infraestrutura e os serviços de telecomunicações, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade. Para tanto, foram executadas diversas ações, dentre elas: os incentivos fiscais para a implantação de novas redes privadas de telecomunicações, por meio do Regime Especial de Tributação do PNBL e o investimento da Telebrás na expansão da rede pública de fibra óptica, de 16 mil km, para 21 mil km de extensão, no exercício de 2014.

Nos últimos anos, a difusão da Internet, foi favorecida pelo serviço de banda larga popular, com velocidade de 1 Mbps ao preço máximo de R$ 35,00 mensais, resultado de acordo firmado em 2011 entre as operadoras, o MC e a Anatel. Em 2014, houve o acréscimo de 569 novos municípios, o que resultou em 46 mil novas conexões de um total de 2,6 milhões, em cinco mil municípios atendidos.

A Anatel realizou, em 2012, a licitação da faixa de 2,5GHz para o serviço de banda larga móvel 4G, cuja conexão atenderá, até 2017, a todos os municípios com mais de 30 mil habitantes. Em 2014 o serviço já estava disponível em 147 municípios. Além disso, o edital determina que, até 2019, todos os municípios brasileiros sejam cobertos pelo serviço 3G, que em dezembro de 2014, abrangia 3.805 municípios.

Adicionalmente, previu-se na mesma licitação, o atendimento de serviços de voz e dados em áreas rurais, em um raio de 30 km a partir da sede de cada município do país. As ações do PNBL não se concentraram somente em ampliar e democratizar o acesso à Internet, mas também em garantir a qualidade do serviço prestado.

Desde 2012, a Anatel instituiu regulamento de gestão da qualidade nos serviços de comunicação, exigindo a entrega

gradativa de velocidade e, desde outubro de 2014, as empresas estão obrigadas a entregar, em média, 80% da velocidade contratada pelo cliente. A Anatel publicou, em março de 2014, o Regulamento dos Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, que representou um marco na busca por mais transparência nas relações de consumo, ampliação dos direitos do consumidor e aumento da competitividade no setor.

Em janeiro de 2014, foi iniciada a construção do Satélite Geoestacionário Brasileiro de Defesa e Comunicações Estratégicas operado pela Telebras, provendo conectividade em banda larga a todo o Brasil, principalmente em regiões não atendidas por fibra óptica ou rádio micro-ondas, por meio da banda Ka. Outra função do satélite é servir de suporte a comunicações estratégicas relacionadas à defesa nacional. Nesse caso, a operação será realizada por meio da banda X, de uso exclusivo militar, e gerenciada pelo Ministério da Defesa. A previsão é que o satélite seja lançado no final de 2016.

Como reflexo desse conjunto de ações, os serviços de telecomunicações vêm evoluindo significativamente. De dezembro de 2013 a novembro 2014, o número de acessos de TV por Assinatura cresceu 10%, ou seja, 1,8 milhão de novos assinantes do total de 19,8 milhões. A banda larga fixa aumentou 8% no exercício, correspondendo a 1,7 milhão de novos acessos. Em novembro de 2014 chegou a 23,9 milhões de acessos. A telefonia fixa cresceu em 2014, 0,3%, alcançando uma base de 45 milhões de acessos. Em relação aos serviços móveis (pessoal e especializado), o incremento em 2014, foi de 3%, equivalentes a 8,5 milhões de acessos e chegando à base de 283,3 milhões de acessos. A banda larga móvel (acessos 3G e 4G) aumentou 48%, com 49,2 milhões novos acessos do total de 152,3 milhões.

De outubro de 2013 a outubro de 2014, os principais serviços de interesse coletivo contaram com aumento de mais de 368 milhões de acessos, ou seja, o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) com 8% de expansão, os serviços de TV por assinatura, com 10,6% e o número de acessos ao Serviço Móvel Pessoal (SMP) com 3,5% de crescimento. A regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), em março de 2012, no âmbito dos serviços de TV por assinatura, promoveu a simplificação do processo de prestação do serviço por meio da uniformização das regras, tanto para as prestadoras já consolidadas como para as novas entrantes.

No que se refere ao SCM, a nova regulamentação, aprovada em maio de 2013, promoveu a simplificação dos procedimentos necessários à obtenção de outorga, bem como a redução do seu valor. Desse modo, a oferta triple play (oferta tripla de acessos a serviços: banda larga, telefonia fixa e TV por assinatura) tornou-se mais viável, ampliando a competição, força motriz da expansão da prestação dos serviços.

Nesse viés, o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC) continua produzindo resultados, com suas medidas assimétricas para as prestadoras com Poder de Mercado Significativo (PMS), com destaque ao aprimoramento do Sistema de Negociação de Ofertas de Atacado (SNOA), plataforma por meio da qual são negociados insumos de telecomunicações, contribuindo para o aumento da competição na oferta de serviços e ganho de transparência nas relações comerciais de produtos do setor.

De dezembro de 2013 a novembro de 2014, o número de acessos de banda larga evoluiu de 125,3 milhões para 176,6 milhões, um crescimento de 40,9%. Já a banda larga fixa, no mesmo período, evoluiu de 22,2 milhões para 23,9 milhões, ou seja, 7,66%. Crescimento que refletiu, especialmente, nas regiões Norte e Nordeste.

Os dados de banda larga móvel (3G e 4G) são ainda mais expressivos. Em novembro de 2014, os acessos nessa categoria somaram 152,3 milhões, representando uma evolução de 57,97%, desde o final de novembro de 2013, quando somavam 96,4 milhões. Nesse caso, evidencia-se redução das desigualdades regionais, pois a quantidade de acessos de banda larga móvel cresceu mais nas regiões Norte (65,34%) e Nordeste (62,83%) do que no restante do país. Além disso, no mesmo período, o número de cidades com banda larga móvel cresceu de 3.106 para 3.796. Um avanço de 22,22%.

Em setembro de 2014, a Anatel realizou leilão da faixa de 700 MHz para otimizar a cobertura de serviços 4G, diminuir o custo de investimento e possibilitar o avanço da banda larga móvel de alta capacidade, inclusive em regiões de baixa densidade populacional.

REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES

Em 2014, avanços importantes foram alcançados na implementação das políticas públicas instituídas pelo Decreto nº 7.175/2010, em especial ao uso do espectro de radiofrequências, à universalização e ampliação do acesso aos serviços, à promoção da competição e à massificação do acesso a serviços de conexão à internet em banda larga, além de outros

benefícios aos consumidores. Neste ano, foram aprovadas 17 Resoluções pela Agência, além de dois Editais de Licitação e vários outros atos de caráter normativo.

A Anatel inaugurou, em 2014, o Centro de Monitoramento de Redes de Telecomunicações, espaço onde será realizada a gestão de risco das redes e, no Rio de Janeiro (RJ), a primeira estação terrena da Agência, no hemisfério sul, para monitoração e fiscalização das comunicações por satélites. Somente oito países têm esse tipo de infraestrutura operada pelo órgão regulador.

Metas 2012-2015

- **90% de emissoras de televisão analógicas já digitalizadas (geradora ou retransmissora)**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2014, o Ministério das Comunicações autorizou 37,61% das emissoras de TV e RTV, com outorga para a execução de serviços de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia analógica, a veicular sua programação em tecnologia digital. Esse percentual corresponde a 4.173 consignações de um universo de 11.094 estações outorgadas.

Para atingir a meta de 90% dessas emissoras será necessário consignar mais 5.812 entidades, perfazendo um total de 9.985 emissoras aptas a operarem com a tecnologia digital. Cumpre esclarecer que, de acordo com a legislação aplicável à espécie, o Poder Concedente somente poderá consignar o canal às entidades que o requereram e atenderem aos requisitos legais exigidos.

Vale ainda ressaltar que do montante de 11.094 estações outorgadas, 4.826 são retransmissoras secundárias, ou seja, 43,50% do total. Analisando a evolução dessas consignações, percebe-se que houve um enorme salto quantitativo de emissoras autorizadas a operar na nova tecnologia. Entre 2006 e 2011 aproximadamente 280 emissoras foram consignadas pelo MC, nos anos subsequentes, 3.893 portarias de consignações foram publicadas.

Quantidade alcançada

37,61

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	%	46,91	31/12/2014
Região Nordeste	90	%	34,38	31/12/2014
Região Norte	90	%	43,21	31/12/2014
Região Sudeste	90	%	38,22	31/12/2014
Região Sul	90	%	32,35	31/12/2014

- **Alcançar 100% de satisfação com os serviços postais**

Análise Situacional da Meta

A pesquisa de imagem e satisfação com os Correios é realizada bianualmente, sendo que a última foi realizada em 2014. No total foram realizadas 13.445 entrevistas pessoais em 177 municípios, abrangendo todos os Estados e as 28 diretorias regionais. Comparando-se com a última pesquisa, nota-se um avanço de 90% em 2012, para 93,2% em 2014.

Quantidade alcançada

93,2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	94,72	31/12/2014
Região Nordeste	100	%	88,38	31/12/2014
Região Norte	100	%	88,8	31/12/2014
Região Sudeste	100	%	94,12	31/12/2014
Região Sul	100	%	97,93	31/12/2014

- **Alcançar, em média, 190 minutos por mês trafegados por usuário de telefonia móvel**

Análise Situacional da Meta

Em atendimento à premissa legal de estímulo a competição, a Anatel tem adotado diversas medidas que buscam incrementar a concorrência no setor de telefonia móvel (Serviço Móvel Pessoal – SMP). Entre tais ações destacamos os Editais de Licitação para Autorização de uso de novas faixas de radiofrequências (1,9 / 2,1 GHz, por meio do Edital 002/2007/SPV-Anatel e Edital 002/2010/PVCP/SPV, e 450 MHz e 2,5 GHz, por meio do Edital 004/2012/PVCP/SPV), o Regulamento para Exploração de SMP por meio de Rede Virtual – RRV-SMP e o Plano Geral de Metas de Competição – PGMC.

O valor alcançado no terceiro trimestre de 2014 foi de 200,6 minutos, valor menor do que o atingido em 2013 (seguindo tendência de queda verificada em todas as prestadoras de SMP), mas ainda assim acima da meta. Convém destacar que o alcance da meta desde o 1º ano de vigência do PPA se deve pelas ações descritas acima, que resultaram em um incremento na competição do mercado com o surgimento de novas ofertas de serviço, mais aderentes e customizadas às necessidades de cada usuário, o que impactou no aumento do uso do serviço. Além disso, o Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) definiu um cronograma de redução do valor da interconexão de redes fixas com móveis (VC) e do valor de remuneração de uso de rede do SMP (VU-M), potencializando as prestadoras introduzirem novas ofertas de serviço com redução nos valores praticados e, consequentemente, aumento no uso dos celulares pelos usuários.

Os dados do indicador não foram atualizados relativos ao 4º trimestre de 2014 uma vez que as prestadoras precisam consolidar suas demonstrações contábeis anuais. O prazo estipulado em regulamento para a entrega destas informações contábeis é até 30 de abril. Como as informações de tráfego estão atreladas as informações de receitas, somente a partir desta data as informações estarão disponíveis.

Quantidade alcançada

200,6

Data de Referência

30/09/2014

- **Ampliar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais, considerando as suas especificidades históricas e culturais**

Análise Situacional da Meta

O MC estabeleceu diversas parcerias com universidades e organizações da sociedade civil para a inclusão digital de crianças e jovens, com destaque para atividades de formação envolvendo comunidades de agricultores familiares, por meio das quais foi possível capacitar, no período de 2011 a 2014, aproximadamente 16,4 mil jovens de comunidades rurais, dentre as quais 45 assentamentos da Reforma Agrária de 13 estados; e comunidades indígenas das etnias Guarani, Pataxó, Macuxi, Aticum, Piratapuia, Potiguara e Fulni-ô, localizadas em sete Unidades da Federação.

Destaca-se também o projeto Computadores para Inclusão que tem por objetivo capacitar jovens em recondicionamento de computadores por meio do apoio a iniciativas da sociedade civil na implantação dos chamados Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC). Esses Centros recuperam e promovem a reutilização de equipamentos de informática que, de outra forma, iriam transformar-se em lixo eletrônico. A iniciativa é modesta, tendo envolvido de 2011 a 2014 convênios com CRC de 10 Unidades da Federação. Em 2014 foram apoiados 5 CRC, tendo sido capacitados neste ano 1.180 jovens até dezembro, totalizando 4,7 mil jovens ao longo de todo o período de 2011 a 2014.

- **Atender 100% dos distritos, com população igual ou superior a 500 habitantes, com atendimento postal básico**

Análise Situacional da Meta

Tendo por base a determinação do Ministério das Comunicações, por meio da Portaria nº 566/2011, quanto ao estabelecimento de metas para a universalização do atendimento dos serviços postais básicos no período de 2012 a

2015, estava previsto para o ano de 2014 o atendimento em mais 450 distritos com população igual ou superior a 500 (quinhentos) habitantes.

Em 2014, a ECT propiciou atendimento a 263 (duzentos e sessenta e três) distritos cuja população atendida perfaz um total de 897.999 habitantes, conforme informações do Censo do IBGE 2010, atingindo um percentual anual de 58,44% e acumulado de 86,25%, com relação à meta global de 4.261 distritos a ser alcançada até dezembro/2015.

Além dos 263 distritos atendidos em 2014, a ECT atendeu outros 668 no período de 2012 a 2013, consideradas as localidades supridas por Agência de Correios Comunitária – AGC e pela forma de atendimento Alternativo ou Compartilhado, totalizando 919 distritos.

Para 2015, considerando o alcance da meta em 2014, está prevista a expansão do atendimento a mais 586 distritos, de modo a atingir a meta global na prestação de serviço de atendimento postal básico a 4.261 distritos com população igual ou superior a 500 habitantes.

Entre os fatores dificultadores para o alcance das metas de universalização de atendimento dos serviços postais básicos, por meio de parceria para operação de Agências de Correios Comunitárias, tiveram destaque a não obrigatoriedade dos entes públicos em estabelecer uma parceria, considerando o contexto e a inclusão social inerentes a esse serviço público, cabendo apenas à ECT garantir o estabelecimento da parceria.

Quantidade alcançada

86,25

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	85,33	31/12/2014
Região Nordeste	100	%	82,68	31/12/2014
Região Norte	100	%	55,12	31/12/2014
Região Sudeste	100	%	94,86	31/12/2014
Região Sul	100	%	85,25	31/12/2014

- **Atender 85% da população com distribuição postal**

Análise Situacional da Meta

A meta estipulada para os Correios, pelo Ministério das Comunicações, foi de 84% para 2014 e o resultado alcançado foi de 84,77% dos domicílios atendidos. Dentre as principais realizações destaca-se o atendimento por distribuição domiciliaria em áreas de expansão e por meio de instalação de Caixa Postal Comunitária - CPC nas localidades onde não há distribuição domiciliaria. Com relação às expectativas para o próximo período, estipula-se uma meta de 85,35% para 2015. A população atendida, em relação ao Censo 2010, foi de 161.695.738. O principal desafio de implementação é a ampliação do efetivo de carteiros e a compra de novos Módulos de Caixa Postal Comunitária.

Quantidade alcançada

84,77

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	88,3	%	86,43	31/12/2014
Região Nordeste	73,6	%	74,55	31/12/2014
Região Norte	76,9	%	75,51	31/12/2014
Região Sudeste	93,1	%	91,06	31/12/2014
Região Sul	86,1	%	90,97	31/12/2014

- **Atender os pedidos de instalação de Telefone de Uso Público nas comunidades remanescentes de quilombos ou quilombolas, devidamente certificadas; populações tradicionais e extrativistas fixadas nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; assentamentos de trabalhadores rurais; aldeias indígenas; organizações militares das Forças Armadas; postos da Polícia Rodoviária Federal; e, aeródromos públicos**

Análise Situacional da Meta

O atendimento aos locais em questão se dá mediante solicitação dos respectivos órgãos competentes, definidos pela Resolução Anatel nº 598, de 23/10/2012, que aprovou o Regulamento de Obrigações de Universalização.

Conforme o §1º do Art. 16 do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, a responsabilidade pelo cumprimento desta meta para os locais situados na distância geodésica igual ou inferior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acesso individual do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC é da concessionária do serviço na modalidade Local. Nesse caso, a meta é exigível em até noventa dias a partir da correspondente cobertura, pela prestadora detentora da respectiva outorga de autorização de uso de radiofrequência, por sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz. A primeira etapa, referente ao cumprimento das obrigações de cobertura para as subfaixas de radiofrequência em comento, se encerrou em junho de 2014.

Nos locais situados numa distância geodésica superior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acessos individuais do STFC (§2º do Art. 16 do PGMU), a responsabilidade pelo cumprimento desta meta é da concessionária do serviço nas modalidades LDN (Longa Distância Nacional) e LDI (Longa Distância Internacional), sendo exigível desde a publicação do Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011.

Até dezembro de 2014, foram atendidas 408 solicitações pelas concessionárias locais e de longa distância. O elevado crescimento das instalações justifica-se pela inclusão dos dados das concessionárias locais, que tiveram suas obrigações iniciadas em junho de 2014.

Quantidade alcançada

408

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender todas as escolas públicas rurais com Internet Banda Larga**

Análise Situacional da Meta

A licitação da Faixa de 450 MHz (Edital da Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV-Anatel), realizada em 12/6/2012, incluiu entre as suas obrigações o compromisso de conectar à Internet todas as escolas públicas rurais dentro da área de abrangência da faixa (30 km a partir dos limites do distrito-sede de município), em todos os municípios brasileiros. As metas de cobertura impostas aos detentores da faixa de 450 MHz estabelecem o atendimento progressivo com serviços de voz e dados dos municípios presentes dentro da área de autorização, de modo a cobrir no mínimo 30% dos municípios até 30/6/2014, 60% até 31/12/2014 e 100% até 31/12/2015. Estudos do Ministério das Comunicações indicam que 96% das escolas públicas rurais estão dentro desse raio de cobertura. Entretanto, dado que a distribuição de escolas públicas rurais não é uniforme em todos os municípios, o avanço da meta de escolas rurais não necessariamente acompanhará o avanço da cobertura imposta aos detentores da faixa de 450 MHz.

Na primeira fase de cumprimento das metas de cobertura, as empresas vencedoras do Edital declararam o atendimento a 7.231 escolas rurais, total que representa 11% (onze por cento) do total de escolas rurais constantes do Censo Escolar do INEP. Ainda não foram divulgados os dados referentes ao compromisso de 31/12/2014.

Vale ressaltar que, se restringirmos o universo de escolas rurais àquelas que, segundo o INEP, dispõem de energia elétrica e recursos de informática, o percentual de atendimento sobe para 20% (vinte por cento).

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

15/07/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	7	15/07/2014
Região Nordeste	100	%	11	15/07/2014
Região Norte	100	%	10	15/07/2014
Região Sudeste	100	%	17	15/07/2014
Região Sul	100	%	5	15/07/2014

- **Atingir uma densidade de 32 assinaturas de televisão por assinatura por 100 domicílios no Brasil**

Análise Situacional da Meta

Em 31/12/2013 a densidade de assinaturas de TV por 100 domicílios alcançou o patamar de 28,9 assinaturas, um pequeno acréscimo em relação a 2012, quando havia 27,2 assinaturas por 100 domicílios. A projeção utilizada para o cálculo da densidade em tela era a projeção populacional de 2008.

A partir de janeiro de 2014, passou-se a utilizar a projeção de habitantes do IBGE – a projeção populacional de 2013, conforme fonte a seguir: “IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeção 2013 da População por Sexo e Idade para o Período 2000 – 2030”.

No decorrer do primeiro semestre de 2014, a densidade alcançou 29,02 assinaturas por 100 domicílios. Em 31/12/2014, a densidade alcançou 29,8 assinaturas por 100 domicílios. Nessas proporções, se a taxa de crescimento média for mantida, a meta estimada poderá ser alcançada em 2015.

Quantidade alcançada

29,8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25,4	%	27,6	31/12/2014
Região Nordeste	18,6	%	13,6	31/12/2014
Região Norte	20,6	%	17,1	31/12/2014
Região Sudeste	45,1	%	42,3	31/12/2014
Região Sul	30,7	%	29,5	31/12/2014

- **Chegar a 42 milhões de domicílios com Internet Banda Larga de qualidade por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL)**

Análise Situacional da Meta

Segundo a PNAD 2013 (IBGE), 27,62 milhões de domicílios particulares permanentes possuíam acesso à Internet em setembro 2013. Esse indicador é o melhor disponível, mas tem duas limitações: considera domicílios que possuem somente conexões discadas e não contempla aqueles em que o acesso em banda larga é feito exclusivamente por meio de telefone celular e tablet. Como resultado de colaboração entre o Ministério das Comunicações e o IBGE, essas inconsistências serão corrigidas a partir da publicação do suplemento “Acesso à televisão, à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal” da PNAD 2013, prevista para 2015. Desse modo, será possível obter resultados mais atualizados e precisos referentes à quantidade alcançada para a meta.

Observação: O suplemento da PNAD 2013, denominado pelo IBGE de PNAD 2013(1) a que se refere o texto acima já foi publicado em 2015 pelo IBGE em: (ftp://ftp.ibge.gov.br/Acesso_a_internet_e_posse_celular/2013/pnad2013_tic.pdf). As inconsistências foram corrigidas e na mesma foram considerados também os acessos em banda larga por meio de celulares e tablets, sendo esse valor total de 31,2 milhões de domicílios.

de Internet por meio
de microcomputador = 27,6 milhões de domicílios.

*Domicílios com utilização
de Internet somente por meio
de outros equipamentos (celulares e tablets) = *3,6 milhões de domicílios
*Quantitativo considerado pelo suplemento da PNAD 2013(1) publicado em 2015

Total de domicílios = 31,2 milhões de domicílios

Quantidade alcançada

27,62

Data de Referência

28/09/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2,8	milhão	2,15	28/09/2013
Região Nordeste	10	milhão	4,68	28/09/2013
Região Norte	4	milhão	1,13	28/09/2013
Região Sudeste	18,7	milhão	14,83	28/09/2013
Região Sul	6,5	milhão	4,83	28/09/2013

- **Cobrir 91,5% da população brasileira com o serviço de telefonia móvel**

Análise Situacional da Meta

Dados coletados entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014 pelo NIC.br, e publicados em 7 de outubro de 2014, mostram que a proporção de indivíduos que possuem telefone celular está em torno de 82%, numa base de 168,3 milhões de pessoas. Um ano antes, no início de 2013, a proporção apurada por essa mesma instituição foi de 80%, numa base de 166,6 milhões de pessoas. A região Norte foi a que mais evoluiu, passando de 71% para 82%, com aumento de 11 pontos percentuais. É esperada uma nova publicação da pesquisa para meados de 2015.

Quantidade alcançada

82

Data de Referência

07/10/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	93,1	%	89	07/10/2014
Região Nordeste	85,9	%	74	07/10/2014
Região Norte	85	%	82	07/10/2014
Região Sudeste	95,6	%	84	07/10/2014
Região Sul	90	%	87	07/10/2014

- **Contratar o desenvolvimento do primeiro satélite do Sistema Geoestacionario Brasileiro (SGB)**

Análise Situacional da Meta

O Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC) é um projeto estratégico para as comunicações civis e militares brasileiras com vistas a garantir a soberania nacional e será usado para prestação de serviços de telecomunicações para o Ministério da Defesa (MD), especificamente para o Sistema Brasileiro de Comunicação Militar por Satélite - SISCOMIS e para o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), o que inclui as comunicações estratégicas do Governo Federal. O SGDC levará conexão de alta velocidade aos municípios mais remotos, aonde não chega a rede de fibra óptica da Telebras. Estima-se que o satélite servirá para atender a mais de 2 mil municípios, em especial na região Norte do País. O satélite vai garantir a segurança das comunicações na área do pré-sal, a chamada Amazônia Azul.

O projeto envolve a aquisição, pela Telebras, e lançamento de um satélite geoestacionário, cujo desenvolvimento, construção e testes estão sendo acompanhados por uma empresa integradora nacional. Com esse objetivo, no dia 29/5/12 a Embraer e a Telebras criaram a Visiona Tecnologia Espacial S.A., uma joint-venture controlada pela Embraer Defesa e Segurança (51%) e com a participação da Telebras (49%). A constituição da Visiona, no lugar de uma simples aquisição de satélite no mercado internacional, visa possibilitar também a absorção e a transferência de tecnologia para o setor espacial brasileiro, criando condições para o País construir seus próprios satélites, no futuro.

O satélite será de propriedade da Telebras, que controlará as comunicações em banda Ka. A gestão do projeto é instruída pelo Decreto 7.769/12 e participam do projeto o Ministério das Comunicações - com a atribuição da governança do projeto –, da Defesa (MD) – o qual participará da operação do satélite junto com a Telebras, e irá operar a carga em banda X – e da Ciência, Tecnologia e Integração (MCTI) - o qual irá conduzir o Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia, elaborado pela Telebras e pela Agência Espacial Brasileira – AEB.

Em 15/2/13 a Visiona lançou o Request for Proposal (RFP, Requisição Formal de Proposta) para a contratação do SGDC. Trata-se de contratação de "solução completa", incluindo o satélite, equipamentos de solo necessários para seu controle e o serviço de lançamento.

Em 6/8/13, como resultado do RFP, a Visiona definiu que a francesa Thales Alenia Space será a fornecedora do artefato satelital e que a Arianespace será a companhia que lançará o satélite ao espaço. A escolha foi referendada pelas duas empresas que controlam a Visiona: a Telebras e a Embraer.

Em 14/11/13 a Anatel aprovou as outorgas de direito de exploração do SGDC e o uso de radiofrequências associadas para a Telebras e o MD. Os direitos de exploração têm prazo de validade de 15 anos.

Em 11/9/14, a Telebras e o MD assinaram contrato de cessão de direito de uso futuro de infraestrutura do Satélite Geoestacionário para a Banda X, instrumento a partir do qual o MD poderá fazer uso da Banda X a partir do início da operação do satélite.

Ainda em setembro/2014 a Telebras lançou a licitação do projeto arquitetônico do Centro de Operações (COPE) do satélite com sedes em Brasília e no Rio de Janeiro.

A Telebras prepara a licitação dos gateways, que são os equipamentos responsáveis pelo tráfego de dados até o satélite e ficam instalados em terra. A expectativa é que empresas nacionais participem desse processo, que será concluído em 2015, como fornecedoras dos terminais para atendimento aos usuários (CPEs).

O projeto prevê uma série de condições que possibilitam alavancar a indústria aeroespacial brasileira. Espera-se que a base industrial nacional seja fortalecida de forma a estar apta a fornecer partes e peças para a construção dos próximos satélites brasileiros.

A preocupação com a segurança e o bloqueio de possíveis espionagens é um ponto importante no projeto. As comunicações serão encriptadas entre os gateways e as CPEs.

O SGDC já está sendo construído há 12 meses e tem lançamento previsto para setembro/2016, do centro espacial de Kourou, na Guiana Francesa. O satélite e os sistemas de solo estão sendo produzidos na França. O artefato pesará aproximadamente 5,6 toneladas, terá vida útil nominal de 15 anos e será operado de dois centros: do Centro de Controle (COPE) localizado em Brasília, pela Telebras em conjunto com o MD, e do backup no Rio de Janeiro. A fabricação do SGDC terá a duração de 32 meses, período durante o qual serão definidos os equipamentos utilizados nas estações terrenas (CPEs, gateways e sistemas), assim como possibilitará, além de outras implementações, o planejamento comercial e técnico da migração de clientes de outros satélites para o SGDC.

- **Disponibilizar conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal - SMP em alta e média capacidade, nas faixas de 1,9 / 2,1 GHz, em pelo menos 75% dos Distrito-Sede de Município do Brasil**

Análise Situacional da Meta

Há de se destacar, dos Editais de Licitação nº 002/2010/PVCP/SPV ("Banda H") e nº 004/2012/PVCP/SPV ("banda larga rural e urbana"), que a obrigação de cobertura foi estendida a todos os municípios brasileiros até o ano de 2019, sendo que cerca de 80% serão atendidos até o final de 2016.

Até dezembro de 2014, foram disponibilizadas conexões de dados do Serviço Móvel Pessoal - SMP de alta e média

capacidade a 3.805 municípios (68,3% do total).

O crescimento acelerado do valor do indicador no período entre setembro e dezembro de 2013 justifica-se pela inserção, no cálculo da meta, dos municípios onde as prestadoras utilizam outras faixas de radiofrequências, além de 1,9 GHz e 2,1 GHz, para fornecimento de conexões de dados em alta e média velocidade.

Quantidade alcançada

68,3

Data de Referência

31/12/2014

- **Instalar Telefone de Uso Público em todos os postos de saúde públicos e escolas públicas, ambos localizados em área rural**

Análise Situacional da Meta

O atendimento aos locais em questão se dá mediante solicitação dos respectivos órgãos competentes, definidos pela Resolução Anatel nº 598, de 23/10/2012, que aprovou o Regulamento de Obrigações de Universalização.

Conforme o §1º do Art. 16 do PGMU, a responsabilidade pelo cumprimento desta meta para os locais situados na distância geodésica igual ou inferior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acesso individual do STFC é da concessionária do serviço na modalidade Local. Nesse caso, a meta é exigível em até noventa dias a partir da correspondente cobertura, pela prestadora detentora da respectiva outorga de autorização de uso de radiofrequência, por sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz. A primeira etapa, referente ao cumprimento das obrigações de cobertura para as subfaixas de radiofrequência em comento, se encerrou em junho de 2014.

Nos locais situados numa distância geodésica superior a trinta quilômetros de uma localidade atendida com acessos individuais do STFC (§2º do Art. 16 do PGMU), a responsabilidade pelo cumprimento desta meta é da concessionária do serviço nas modalidades LDN (Longa Distância Nacional) e LDI (Longa Distância Internacional), sendo exigível desde a publicação do Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011.

Até dezembro de 2014, foram instalados 123 Telefones de Uso Público pelas concessionárias locais e de longa distância. O elevado crescimento das instalações em área rural justifica-se pela inclusão dos dados das concessionárias locais, que tiveram suas obrigações iniciadas em junho de 2014.

Quantidade alcançada

123

Data de Referência

31/12/2014

- **Ofertar banda larga fixa a 10 Mbps e móvel em redes 4G nas cidades-sede da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, bem como atender aos requisitos de qualidade necessários à realização dos eventos**

Análise Situacional da Meta

A licitação da Faixa de 2,5 GHz (Edital da Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV - Anatel), em 12/06/2012, incluiu entre as suas obrigações o compromisso de oferta de serviços de banda larga móvel de quarta geração até abril de 2013 nas cidades-sede da Copa das Confederações 2013 e até dezembro de 2013 nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014.

Desta forma, o serviço móvel de quarta geração foi implantado ao longo do ano de 2013 nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 (Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Cuiabá, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal e Manaus).

Em relação à banda larga fixa, pesquisa de mercado realizada pelo Departamento de Banda Larga indica que a meta de oferta de pacote de banda larga fixa à velocidade de 10 Mbps já está atendida. Por fim, a qualidade do serviço prestado nas cidades-sede dos eventos internacionais está sendo monitorada pela Anatel (que recebeu recursos adicionais para aquisição de equipamentos e sistemas direcionados a esse fim).

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Cidades-sede	100	%	100	31/12/2014

- **Ofertar o acesso individual de telefonia fixa na área rural, nas condições definidas em regulamento específico a ser editado pela Anatel**

Análise Situacional da Meta

A meta está prevista no PGMU – Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado em Regime Público, aprovado pelo Decreto 7.512, de 30/6/2011. A meta é exigível no prazo de noventa dias a partir da cobertura da região pela prestadora detentora das obrigações decorrentes da licitação para uso de radiofrequências nas subfaixas de 450-470 MHz, nos termos do Edital nº 004/PVCP/SPV, de 17/04/2012, cuja primeira Etapa para a oferta de capacidade de rede para a concessionária do STFC na modalidade Local ofertar o acesso individual na área rural se encerrou em junho de 2014. Nesse sentido, as concessionárias já deveriam ofertar o acesso individual na área rural desde 1º de outubro de 2014, mas o prazo máximo de instalação é de 90 dias contados da data de solicitação de adesão do usuário ao Plano de Atendimento Rural.

Os dados da meta relacionados ao mês de dezembro não foram atualizados devido à necessidade de ajustes pelas prestadoras para validação dos dados.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

07/10/2014

- **Pelo menos 2% dos habitantes com acesso à Internet Banda Larga em 95% dos municípios**

Análise Situacional da Meta

Em 91,02% dos municípios a quantidade de assinaturas do serviço de acesso à Internet em banda larga fixa corresponde a pelo menos 2% do número de domicílios particulares permanentes. Esse cálculo considera a quantidade de assinaturas do Serviço de Comunicação Multimídia – SCM em outubro de 2014, divulgado pela Anatel, e o número de domicílios particulares permanentes em 2010, conforme o Censo (IBGE). Esse indicador não abrange assinaturas do serviço de banda larga móvel (3G e 4G) e, por isso, subestima a disponibilidade do acesso à Internet em banda larga. Ainda não existem dados mais recentes disponíveis devido ao tempo necessário para que a Anatel processe todos os dados recebidos das operadoras.

Quantidade alcançada

91,02

Data de Referência

31/10/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97	%	99,14	31/10/2014
Região Nordeste	97	%	84,39	31/10/2014
Região Norte	60	%	67,56	31/10/2014
Região Sudeste	99	%	98,62	31/10/2014
Região Sul	99	%	96,05	31/10/2014

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

A última pesquisa disponível ainda é a TIC Domicílios 2013 do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br), com entrevistas realizadas entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014 em uma amostra de 350 municípios, 1.810 setores censitários e 16.887 domicílios. De acordo com os resultados dessa pesquisa, a proporção de pessoas que teriam utilizado a internet nos três meses anteriores à pesquisa teria aumentado de 39% em 2009 para 51% em 2013 e a proporção de domicílios com acesso à internet, de 24% em 2009 para 43% em 2013.

O aumento do acesso à internet em domicílios próprios, pelos celulares e em centros de acesso gratuito tem relação com as medidas regulatórias, de desoneração de tributos e de investimento direto do governo federal na implantação de telecentros e disponibilização de mais de 13.000 pontos de presença, via programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac), para conexão de espaços públicos em áreas rurais, remotas e excluídas.

Como exemplo de medidas regulatórias e de desoneração, destaca-se a desoneração de tributos para aquisição de computadores, bem como tablets e telefones celulares do tipo smartphones. Além disso, também se pode destacar a desoneração de tributos federais e de ICMS, no caso de alguns estados, que viabilizou a implementação da internet popular permitindo a oferta de pacotes de conexão à internet a preços que variam de R$ 29,00 a R$ 35,00. A abertura de canais para novos mercados consumidores acabou por abrir espaço para a concorrência possibilitando a redução de preços para patamares ainda mais baixos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados em valores iguais ou inferiores aos da internet popular.

A criação da Secretaria de Inclusão Digital – SID, em abril de 2011, incorporou as ações de telecentros e de promoção de acesso à internet implementadas pelo governo federal — os Telecentros Comunitários, o Gesac e o Telecentros.BR —, possibilitando uma melhoria na eficiência da gestão dessas políticas. No caso dos dois programas de telecentros, destacam-se, a repactuação com os proponentes do Telecetros.BR para garantir a instalação dos telecentros já distribuídos; a conclusão dos trabalhos da Rede Nacional de Formação e estabelecimento de uma parceria com a UNEB para reformulação da metodologia de formação para agentes de Inclusão Digital; e a publicação das novas portarias dos programas dos Telecentros.BR e dos Telecentros Comunitários, buscando estabelecer uma maior coordenação entre esses dois programas. Até dezembro de 2014 já eram contabilizados 8.166 telecentros em funcionamento e que cotavam com o apoio direto do governo federal.

De acordo com a pesquisa TIC Domicílios 2013 do Comitê Gestor da Internet (CGI), cerca de 5% da população brasileira recorre a tais espaços de uso público para acessar a internet e, de acordo com a Pesquisa TIC Centros Públicos de Acesso 2013, realizada também pelo CGI em parceria com o Ministério das Comunicações, 62% dos usuários são adolescentes e jovens na faixa etária de 16 a 24 anos e 80% são das classes C, D e E. Do total de usuários, 69% declararam utilizar os telecentros para realizar atividades e pesquisas para a escola.

O programa Gesac é um projeto estratégico que viabiliza a conexão à internet dos telecentros implantados, escolas públicas e demais espaços de uso público localizados em áreas rurais, remotas e de zonas urbanas de periferia com alta concentração de populações de baixa renda, com dificuldades de acesso aos serviços prestados pelas operadoras atuantes no mercado. De 2008 até julho de 2014, foram mantidos pelo Ministério das Comunicações contratos diretos de conexão, a maior parte via satélite, para mais de 13 mil pontos de presença.

Um novo contrato foi assinado em agosto de 2014, fruto de uma licitação que tomou por base uma Ata de Registro de Preços. A opção por uma Ata de Registro de Preços foi para permitir que cada órgão federal interessado em conexão de espaços públicos em áreas remotas tivesse a oportunidade de aderir a essa ata e ao mesmo tempo formalizar e gerir seus próprios contratos. Pelo contrato que vigorava até julho de 2014 a gestão o orçamento era exclusivo do MC. A partir de agora, existe a possibilidade de adesão à Ata para contratação de até de 30 mil pontos de presença. Houve também um aumento da velocidade de conexão média que passou de 512kB para 1MB.

Até o momento, somente o Ministério da Saúde aderiu à Ata, tendo contratado até dezembro 11.424 pontos de presença destinados à conexão de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Vale ressaltar que o Ministério da Saúde passa a gerir e se responsabilizar por esses contratos.

O Ministério das Comunicações contratou até dezembro 7.918 pontos de presença a serem mantidos em telecentros,

bibliotecas, postos de fronteira e espaços diversos uso público que desenvolvem ações de inclusão digital em áreas remotas ou em áreas de exclusão social com problemas de acesso à internet. Destaca-se que a demanda por esse tipo de conexão ainda é bastante elevada, especialmente, por parte de órgãos públicos, gestores de telecentros e de comunidades tradicionais.

O projeto das Cidades Digitais tem como meta contribuir para aperfeiçoar os instrumentos de gestão, dotando as prefeituras de infraestrutura de conexão à internet, de aplicativos na área de TIC, e de ferramentas de transparência e de participação da sociedade civil, viabilizando a formação de uma rede digital voltada para a troca de experiências e de conteúdos entre níveis de governo e entre o governo e a sociedade. A criação de uma rede digital interligando as cidades digitais é uma oportunidade de viabilizar em escala nacional a experiência de compartilhamento da gestão pública por meio da transferência de uma parcela do poder de decisão das ações do governo. Por outro lado, também é um canal importante para integração de outras políticas de governo que têm a inclusão digital como foco ou que dependem da inclusão digital para melhorar a sua eficiência e os seus respectivos resultados.

Em 2012 foram selecionados 80 projetos por meio de chamadas públicas e, com a desistência de três dos municípios, 77 firmaram acordo com o MC. Desse total, foram implantados, até dezembro/2014, 33 Cidades Digitais.

Como em 2013 o projeto de Cidades Digitais foi incluído no PAC 2, uma nova chamada pública foi lançada tendo sido selecionados 262 municípios. A licitação para seleção das empresas responsáveis pela implantação da infraestrutura foi concluída em julho e homologada em agosto de 2014. O processo de implantação dessas cidades foi iniciado a partir daí com a elaboração de 91 projetos executivos, dos quais 11 foram finalizados e 80 encontravam-se em processo de finalização, em dezembro de 2014.

Metas 2012-2015

- **40% das populações da classes D e E fazendo uso da internet (acesso em banda larga e discado)**

  Análise Situacional da Meta

  O último dado disponível é da pesquisa da TIC Domicílios 2013 do CETIC/CGI, realizada entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014. A proporção de pessoas das classes D e E que declararam ter utilizado a internet aumentou de 14% em 2012 para 17% em 2013. Não foi possível regionalizar o alcance da meta, pois o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação - CETIC.br, que fornece o indicador utilizado para a presente aferição, não faz a apuração com esse detalhamento.

  Quantidade alcançada

  17

  Data de Referência

  31/12/2014

- **70% da população fazendo uso da internet banda larga e discado (seja em casa, no trabalho, em telecentros etc), levando em consideração desigualdades regionais e socioeconômicas**

  Análise Situacional da Meta

  Não houve alterações. O último dado disponível é da pesquisa da TIC Domicílios 2013 do CETIC/CGI, realizada entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014. A proporção de pessoas que declararam ter utilizado a internet aumentou de 49% em 2012 para 51% em 2013.

  Quantidade alcançada

  51

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	69	%	58	31/12/2014
Região Nordeste	65	%	42	31/12/2014
Região Norte	65	%	39	31/12/2014
Região Sudeste	75	%	56	31/12/2014
Região Sul	67	%	56	31/12/2014

- **70% das populações da classe C fazendo uso da internet (acesso em banda Larga e discado)**

Análise Situacional da Meta

O último dado disponível é da pesquisa da TIC Domicílios 2013 do CETIC/CGI, realizada entre setembro de 2013 e fevereiro de 2014. A proporção de pessoas da casse C que declararam ter utilizado a internet aumentou de 47% em 2012 para 49% em 2013. Não foi possível regionalizar o alcance da meta, pois o Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação - CETIC.br, que fornece o indicador utilizado para a presente aferição, não faz a apuração com esse detalhamento.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2014

- **Poder público de 3.700 municípios, dentre aqueles de menor índice de desenvolvimento humano (IDH-M abaixo de 0,800) usando e oferecendo aplicações e serviços de comunicação digital**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas duas chamadas públicas de Cidades Digitais (uma em 2012 e outra em 2013) e selecionados 342 municípios para serem beneficiários do projeto. A implantação efetiva foi iniciada em 2014, com um total de 33 cidades digitais instaladas até dezembro de 2014. Ainda não há estatísticas conclusivas de usuários e benefícios diretos para as populações, mas já se pode observar que essa ação vem tendo um grande impacto na melhoria da conexão e do atendimento em escolas e em postos de saúde nas cidades digitais em funcionamento. Além disso, os pontos de acesso público acabam atraindo uma grande quantidade de crianças e jovens que aproveitam a boa velocidade de conexão e a gratuidade do acesso para utilizar dispositivos móveis de acesso à internet como computadores portáteis, tablets e celulares. A partir de 2015 será possível obter os primeiros dados da efetividade da política para a melhoria do bem-estar das populações beneficiadas.

Quantidade alcançada

33

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	315	município	0	31/12/2014
Região Nordeste	1.337	município	18	31/12/2014
Região Norte	336	município	7	31/12/2014
Região Sudeste	1.083	município	1	31/12/2014
Região Sul	629	município	7	31/12/2014

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

De forma a estimular a diversidade, a pluralidade e a competição no setor, o MC desde 2012 tem envidado esforços na revisão das normas e regulamentos de radiodifusão simplificando os procedimentos administrativos em praticamente todos os serviços. Nesse quesito, merece destaque a revisão dos critérios de outorga de radiodifusão educativa e dos serviços de retransmissão de televisão, com a implementação de melhorias para a seleção das entidades e a adoção do modelo de avisos de habilitação para apresentação de propostas. Também foi publicada a Norma Regulamentar do Canal da Cidadania. Além disso, a revisão da Norma do Serviço de Radiodifusão Comunitária e a publicação do Decreto que

altera as regras para a licitação dos serviços de radiodifusão comercial permitiram a modernização dos procedimentos de análise processual, bem como dirimiram as dúvidas existentes em relação a esses procedimentos.

Ademais, visando à massificação dos serviços de radiodifusão, seja por meio do rádio ou da televisão, disponibilizando o acesso ao maior número de municípios brasileiros, foram implementados os planos nacionais de outorga (PNO). Além de estabelecer os critérios dos processos de seleção, o PNO fixa o cronograma acerca da periodicidade de publicação dos avisos de habilitação, de modo que todos os interessados tenham conhecimento prévio das datas e de todas as exigências para cada etapa do processo. Assim, as entidades dispõem de maior prazo para preparar a documentação necessária para entrega das propostas.

Em julho/2011, o Ministério das Comunicações publicou os PNOs para emissoras de TV e rádios FM educativas. Esses PNOs estabeleceram a realização de 13 avisos de habilitação para FMs educativas e outros 4 avisos de habilitação para TVs educativas. No que se refere ao Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, foi publicado o PNO de RTV 2012, que estabeleceu um cronograma com 4 avisos de habilitação para retransmissoras de televisão em caráter primário, contemplando 91 localidades a serem atendidas com o serviço. O Serviço de Radiodifusão Comunitária já foi objeto de dois PNOs. O primeiro, no ano de 2011, contemplou 431 municípios distribuídos por onze avisos de habilitação. O segundo, nos anos de 2012 e 2013, atendeu 1.425 cidades em 26 avisos. Os PNOs lançados buscaram contemplar as localidades com canais disponíveis no Plano Básico da Anatel e a demanda registrada no Ministério das Comunicações.

Não obstante a implantação dos PNOs, o Ministério das Comunicações instituiu em 2013 uma Força Tarefa com o objetivo de possibilitar maior oferta dos sinais de televisão no interior do País mediante procedimento específico para outorga do Serviço de RTV, em caráter secundário. Como resultado desses trabalhos, já realizados nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Bahia, Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, foram recebidos, diversos pedidos de entidades interessadas em executar esses serviços. Sendo que até o final de 2014, muitos desses pedidos já haviam sido analisados e 566 autorizações publicadas no Diário Oficial da União.

No exercício de 2014 não houve lançamento de PNO e de edital para obtenção de novas outorgas comerciais, uma vez que o MC aguarda a aprovação do estudo de viabilidade econômico-financeira, pelo Tribunal de Contas da União. A metodologia para realização do cálculo do preço mínimo das outorgas já foi realizado pela empresa contratada pelo Ministério das Comunicações e encontra-se em análise pelo TCU.

Com a publicação do Decreto nº 8.139, em 7 de novembro de 2013, e da Portaria MC nº 127, em 13 de março de 2014, mais de 70% das entidades que atualmente executam o serviço de radiodifusão sonora em ondas médias (OM), manifestaram interesse em adaptarem suas emissoras a prestarem seus serviços em frequência modulada (FM). Os pedidos estão sendo analisados à medida que os estudos de viabilidade de cada localidade são aprovados pela Anatel. Já estão sob análise os pedidos referentes aos estados de Rio Grande do Norte, Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Acre, Mato Grosso, Alagoas, Maranhão, Piauí, Pará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Ceará e Sergipe. Contudo, a conclusão desses processos depende da aprovação, pelo TCU, do estudo de viabilidade para cálculo do preço mínimo das Outorgas, o qual foi submetido à apreciação daquele Tribunal em Outubro/2014.

Metas 2012-2015

- **100% de entidades radiodifusoras fiscalizadas em um intervalo de 4 anos**

  Análise Situacional da Meta

  Situação em 31/12/2014: 77,70% das emissoras de radiodifusão fiscalizadas.

  Inicialmente, cabe esclarecer que a meta refere-se às entidades autorizadas a executar os serviços principais de radiodifusão, a saber: sonora (em ondas médias, curtas, tropicais e frequência modulada); radiodifusão de sons e imagens; e radiodifusão comunitária. Estão excluídas deste grupo, portanto, as entidades detentoras apenas de outorgas para execução de Serviços Auxiliares (SARC), tendo em vista que esses foram reconhecidos como serviços de telecomunicações pela Portaria MC nº 252/2013; e de Serviço de Retransmissão de TV, já que este é serviço ancilar ao serviço de radiodifusão. Para efeito de cumprimento da meta estão sendo consideradas as emissoras executantes dos

serviços citados que já tenham licença definitiva ou possam funcionar em caráter provisório (fases 2, 3 e P, no caso de radiodifusão comunitária). As fiscalizações poderão ser de natureza técnica (competência exclusiva da Anatel), de conteúdo (competência compartilhada entre MC e Anatel) e/ou de legalidade (competência exclusiva do MC).

No intuito de alcançar a meta prevista de fiscalizar 100% das emissoras autorizadas a executar os serviços de radiodifusão, o Ministério das Comunicações já efetivou ações de fiscalização em todas as capitais do país. Ainda, deu continuidade aos Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão – SAR estabelecidos pela Portaria SCE n° 1613/2012, que definirão os municípios nos quais todas as entidades executantes de serviços de radiodifusão, licenciadas ou autorizadas a funcionar em caráter provisório, nos termos da Portaria nº 159, de 11 de junho de 2013, serão fiscalizadas. Os Sorteios são realizados em intervalos de no máximo dois meses, contemplando pelo menos um município de cada macrorregião brasileira. Já foram realizados 21 Sorteios para o Acompanhamento da Radiodifusão - SAR, sendo 10 no ano de 2014.

Como resultado do fortalecimento da ação fiscalizatória, até dezembro de 2014, foram publicadas 591 portarias de sanções administrativas. As sanções de multa aplicadas totalizam mais de R$ 2 milhões em valores potencialmente arrecadáveis. Além das sanções de multa (565 registros), foram aplicadas 52 advertências; e 7 suspensões. Esses totais não incluem a aplicação de sanções referentes a infrações de aspectos técnicos, que são de competência da Anatel.

Quantidade alcançada

77,7

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	%	84	31/12/2014
Região Nordeste	100	%	79	31/12/2014
Região Norte	100	%	82	31/12/2014
Região Sudeste	100	%	73	31/12/2014
Região Sul	100	%	79	31/12/2014

- **20% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos**

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2014: 8,25% dos municípios brasileiros contém pelo menos uma emissora de radiodifusão outorgada com fins exclusivamente educativos. Este percentual traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios brasileiros, sendo considerado o total de municípios existentes no momento da fixação da meta que, segundo dados do IBGE, em 2012, totalizavam 5565 municípios. Assim, perfizeram 705 outorgas em 459 municípios, valor este que corresponde a 8,25% dos municípios atendidos. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de outorgas e o número de municípios naquela região.

Em 2011, foi publicado o Plano Nacional de Outorgas (PNO) de TVE e FME para 2011/2012. Estes PNOs estabeleceram a realização de 13 Avisos de Habilitação para FME e outros 4 Avisos de Habilitação para TVE. Com o cumprimento do plano, pode-se alcançar, potencialmente, o número de 884 municípios atendidos por FME e 243 municípios atendidos por TVE. No entanto, o atendimento desses municípios depende da existência de entidades interessadas na execução do serviço e no encaminhamento correto da documentação necessária.

Cabe ressaltar que, além dos 459 municípios já outorgados, encontra-se em fase avançada de análise (homologação de resultados) avisos de habilitação para outorgas de radiodifusão educativa em 24 localidades, além de um total envolvendo 198 outros municípios, cujos processos estão em fase de análise inicial e em fase recursal.

Além disso, com o advento do Decreto nº 8.061, de 2013, não é mais possível, desde 31 de agosto de 2013, a outorga de televisão em tecnologia analógica. Porém, a Consultoria Jurídica deste Ministério já se pronunciou por meio do Parecer n.º 272/2014/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/AGU, pela viabilidade do prosseguimento das seleções públicas em tecnologia analógica, que estavam participando de Avisos de Habilitação, para outorgas do serviço de radiodifusão de

sons e imagens com fins exclusivamente educativos, de modo que, depois de instruídos, aguardassem a consignação do canal com tecnologia digital pela Agência Nacional de Telecomunicações. Assim, foi dado prosseguimento à análise desses processos, ressalvando a necessidade de indicação por parte da Anatel do canal digital a ser outorgado. Essa indicação depende da finalização dos estudos de reconfiguração do plano básico de canalização realizado pela Agência, com a participação do Ministério das Comunicações. Somente após a reconfiguração do espectro radioelétrico de frequências será possível publicar o cronograma de desligamento e, consequentemente, programar novos avisos de habilitação para outorga de serviços de televisão educativos já na tecnologia digital.

Quantidade alcançada

8,25

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25	%	6,01	31/12/2014
Região Nordeste	18	%	6,97	31/12/2014
Região Norte	30	%	9,35	31/12/2014
Região Sudeste	20	%	11,93	31/12/2014
Região Sul	18	%	5,47	31/12/2014

- **4,5% dos municípios com pelo menos uma geradora de televisão outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente lucrativos**

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2014: Até 31 de dezembro de 2014, o Ministério das Comunicações possibilitou 3,07% dos Municípios brasileiros a disporem de pelo menos uma geradora de televisão outorgada a executar os serviços de radiodifusão de sons e imagens com fins não comerciais. Este percentual corresponde a 171 municípios, dos 251 municípios objeto da meta, e nele não estão inseridas as emissoras comerciais.

Cabe ressaltar que, devido à complexidade do processo seletivo do serviço em questão, que prevê diversas possibilidades e instâncias recursais, a maioria dos Avisos de Habilitação ainda encontra-se em andamento, fazendo com que o percentual de atingimento da meta restasse prejudicado devido a este quesito.

A redução na meta alcançada de 3,09% em 2013, para 3,07% em 2014, foi devido o único canal de TVE existente no município de Porto Velho/RO, ter sua consignação extinta à pedido da Empresa Brasil de Comunicação S. A. Consequentemente houve redução no percentual da Região Norte de 1,56% para 1,34%.

Quantidade alcançada

3,07

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4,5	%	1,5	31/12/2014
Região Nordeste	4,5	%	1,39	31/12/2014
Região Norte	4,5	%	1,34	31/12/2014
Região Sudeste	4,5	%	6,12	31/12/2014
Região Sul	4,5	%	2,61	31/12/2014

- **48% dos municípios com pelo menos uma emissora de radiodifusão sonora outorgada, exceto aquelas com fins exclusivamente educativos ou comunitários**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, as outorgas concedidas não impactaram significativamente no incremento de novos municípios com emissoras de radiodifusão comercial sonora, uma vez que o estudo de viabilidade econômico-financeira, visando à fixação da metodologia de cálculo do preço mínimo das outorgas de serviços de radiodifusão, requisito necessário ao lançamento de editais para obtenção de novas outorgas, apesar de concluído e já apresentado ao TCU, ainda encontra-

se em análise por aquele Tribunal.

A redução na meta alcançada de 40,43% em 2013, para 40,41% em 2014, foi devido à anulação do ato de outorga de FM em Santa Adélia/SP. Consequentemente houve redução no percentual da Região Sudeste de 42,75% para 42,69%.

Quantidade alcançada

40,41

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	60	%	55,15	31/12/2014
Região Nordeste	40	%	29,71	31/12/2014
Região Norte	55	%	48,78	31/12/2014
Região Sudeste	50	%	42,69	31/12/2014
Região Sul	50	%	44,44	31/12/2014

- **51% dos municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão outorgada, exceto rádio comunitária**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2014, 51,39% dos municípios brasileiros já dispunham de mais de uma emissora de radiodifusão outorgada. Este percentual corresponde a 2.860 e nele não estão inclusas as rádios comunitárias. Isto significa que o MC já excedeu esta meta Brasil em 21 municípios.

Este percentual traduz a relação entre o número de municípios brasileiros com mais de uma emissora de radiodifusão (exceto RADCOM) e o número de municípios que, segundo dados do IBGE em 2012, totalizavam 5.565. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a mesma relação, considerando, no entanto, o número de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 308 outorgas em relação aos 466 municípios, o que indica que 66,09% dos municípios já foram alcançados até o momento.

No que se refere às novas outorgas de Televisão, apesar do Decreto nº 8.061/2013 estabelecer que a partir de 31/8/2013 não seria mais possível a outorga de canais de televisão em tecnologia analógica, impondo-se a revogação das concorrências de TV que previam outorgas nessa tecnologia, diante da perda do objeto, o Ministério, mediante consultoria à CONJUR/MC, com o intuito de não prejudicar os processos em andamento, alterou o canal dessas licitações, o que possibilitou dar sequência aos procedimentos licitatórios já iniciados, que ainda se encontram em andamento. Além disso, a publicação de novos editais está condicionada à aprovação, pelo TCU, da metodologia para realização de estudos de viabilidade econômico-financeira das novas outorgas. Ressalte-se que o estudo já foi apresentado e encontra-se em análise por aquele Tribunal.

Quantidade alcançada

51,39

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	65	%	66,09	31/12/2014
Região Nordeste	45	%	41,97	31/12/2014
Região Norte	60	%	65,03	31/12/2014
Região Sudeste	52	%	56,71	31/12/2014
Região Sul	50	%	47,22	31/12/2014

- **60% dos municípios com pelo menos uma emissora de TV digital outorgada (geradora ou retransmissora)**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2014, 29,54% dos municípios já possuíam ao menos uma emissora de TV Digital outorgada (geradora ou retransmissora). Esse percentual traduz a relação entre o número de municípios com oferta de, ao menos,

um serviço de televisão em codificação digital (geradora + retransmissora) e o número de municípios brasileiros que, segundo dados do IBGE em 2012, totalizavam 5.565. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a mesma relação, considerando, no entanto, o número de municípios naquela região. Dessa forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 244 municípios outorgados de um total de 466, o que indica que 52,36% dos municípios já foram contemplados até o momento.

A Portaria MC nº 477, de 20 de junho de 2014 e a Portaria MC nº 481, de 9 de julho de 2014 estabeleceram respectivamente o cronograma de desligamento do sinal analógico de televisão e as condições para o desligamento da transmissão analógica dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão, que tiveram como objetivo principal a garantia do acesso à tecnologia digital pela população, bem como a diminuição do impacto causado pela transição para o sistema digital, com o permanente foco no desenvolvimento e inclusão sociais, com o escopo de acelerar e aperfeiçoar a implantação do SBTVD-T no Brasil.

Quantidade alcançada

29,54

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	70	%	52,36	31/12/2014
Região Nordeste	50	%	23,91	31/12/2014
Região Norte	70	%	44,54	31/12/2014
Região Sudeste	65	%	30,16	31/12/2014
Região Sul	58	%	22,56	31/12/2014

- **65% dos municípios com pelo menos uma emissora de televisão outorgada (geradora ou retransmissora)**

Análise Situacional da Meta

Até 31 de dezembro de 2014, 58,98% dos Municípios brasileiros já dispunham de pelo menos uma emissora de televisão outorgada analógica. Este percentual corresponde a 3.282 de um total de 5.565 municípios, segundo dados do IBGE de 2012. Para mensuração dos dados regionais, a quantidade alcançada traduz a relação entre o número de municípios com oferta de, ao menos, um serviço de televisão (geradora + retransmissora) e o número total de municípios naquela região. Desta forma, na região Centro-Oeste, por exemplo, há 330 outorgas em relação aos 466 municípios, o que indica que 70,82% dos municípios foram alcançados até o momento.

No que se refere às novas outorgas de Televisão, apesar do Decreto nº 8.061/2013 estabelecer que a partir de 31/8/2013 não seria mais possível a outorga de canais de televisão em tecnologia analógica, impondo-se a revogação das concorrências de TV que previam outorgas nessa tecnologia, diante da perda do objeto, o Ministério, mediante consultoria à CONJUR/MC, com o intuito de não prejudicar os processos em andamento, alterou o canal dessas licitações, o que possibilitou dar sequência aos procedimentos licitatórios já iniciados, que ainda se encontram em andamento. Além disso, a publicação de novos editais está condicionada à aprovação, pelo TCU, da metodologia para realização de estudos de viabilidade econômico-financeira das novas outorgas. Ressalte-se que o estudo já foi apresentado e encontra-se em análise por aquele Tribunal.

Quantidade alcançada

58,98

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	75	%	70,82	31/12/2014
Região Nordeste	58	%	49,89	31/12/2014
Região Norte	80	%	71,49	31/12/2014
Região Sudeste	69	%	68,47	31/12/2014
Região Sul	60	%	50	31/12/2014

- **80% dos municípios com pelo menos uma rádio comunitária outorgada**

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2014: 69,83% dos municípios cobertos com pelo menos uma entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Após a conclusão do Plano Nacional de Outorgas 2012/2013, por meio do qual foram publicados 26 avisos de habilitação, contemplando 1.425 municípios e atendendo a demanda reprimida registrada no Ministério e os municípios brasileiros que ainda não possuíam outorga, a Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária (CGRC) trabalhou para reduzir o estoque processual.

Até dezembro de 2014, foram concluídos 1.584 processos de outorgas, resultando em 51 novas autorizações.

Nesse sentido, o MC avança no alcance da meta constante do PPA 2012-2015, de que 80% dos municípios brasileiros tenham pelo menos uma emissora de radiodifusão comunitária em cada município, tendo em vista que 69,83% dos municípios estão cobertos pelo serviço, havendo 4.655 emissoras de RadCom devidamente autorizadas no Brasil.

Quantidade alcançada

69,83

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	80	%	72,96	31/12/2014
Região Nordeste	80	%	66,56	31/12/2014
Região Norte	80	%	63,92	31/12/2014
Região Sudeste	80	%	73,98	31/12/2014
Região Sul	80	%	69,95	31/12/2014

- **Pelo menos um canal da cidadania implantado em cada unidade da federação**

Análise Situacional da Meta

Situação em 31/12/2014: 1(um) canal da cidadania implantado no município de Salvador/BA.

Ressalte-se que 325 municípios já solicitaram autorização para exploração do canal da cidadania e os processos estão em análise. Do total, 23 pedidos foram da região Norte, 90 da região Nordeste, 39 da região Centro-oeste, 120 da região Sudeste e 53 da região Sul.

Os pedidos de outorga podem ser feitos por municípios, estados, Distrito Federal e fundações e autarquias a eles vinculadas. Visando acelerar a implantação do Canal da Cidadania nos municípios brasileiros, foi publicada a Portaria nº 57, de 13 de março de 2013, permitindo que as emissoras educativas que já possuem outorga para transmitir o sinal de TV digital, desde que vinculadas a governos estaduais e municipais, possam solicitar autorização do ministério para utilizar o recurso da multiprogramação, funcionando nos moldes do Canal da Cidadania. Após a conclusão dos processos de outorga, o MC vai abrir avisos de habilitação para selecionar as associações comunitárias, que ficarão responsáveis pela programação em cada localidade.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Análise Situacional do Objetivo

O Regime Especial do Programa Nacional de Banda Larga – REPNBL-Redes, criado pela Lei nº 12.715, de 2012, foi regulamentado, em 2013, por meio do Decreto nº 7.921, da Portaria MC nº 55 e da Instrução Normativa nº 1.355, da SRFB. Com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico e a produção local, a lei do REPNBL-Redes estabeleceu que os projetos devem cumprir percentuais mínimos de equipamentos e componentes de redes produzidos e desenvolvidos no país. Até o final de 2014, foram submetidos 1.198 projetos, totalizando R$ 15,3 bilhões em propostas de investimento.

Até o final de 2014, 584 projetos foram aprovados, totalizando R$ 7,8 bilhões em investimentos. Além disso, ainda existem 614 projetos, totalizando R$ 7,4 bilhões de investimento em processo de aprovação. A Lei nº 13.043/2014 prorrogou o prazo de apresentação de projetos para 30/6/2015 e a execução dos projetos continua até 31/12/2016.

Além dessa ação, o Ministério das Comunicações trabalhou na inclusão dos terminais móveis do tipo smartphones e tablets na Lei do Bem. Por meio dessa ação, a venda a varejo de equipamentos que se enquadram nas características técnicas determinadas na Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013 fica desonerada das contribuições para o PIS/COFINS. A estimativa de redução no preço final desses dispositivos pode chegar a 30%, considerando a sinergia com os outros instrumentos vigentes – Lei de Informática – e pelo fato do mercado ser altamente competitivo.

A Portaria MC nº 87/2013 definiu obrigação de que cada fabricante de equipamentos beneficiados disponibilize nos smartphones um pacote mínimo de aplicativos desenvolvidos no país, como precondição para usufruir da isenção fiscal. Tal obrigação foi regulamentada pela Portaria nº 2/2013 da Secretaria de Telecomunicações, que estabeleceu as regras de comprovação de origem nacional e os prazos para a inclusão dos aplicativos desenvolvidos no Brasil.

Com essa medida, o Ministério das Comunicações pretende destacar os aplicativos desenvolvidos no Brasil e, assim, fortalecer o desenvolvimento de aplicativos com soluções voltadas às características específicas de nossa população e criação de renda para os desenvolvedores de aplicativos em um dos mercados mais promissores da atualidade.

Até o fim de 2014 foram aprovados 332 aplicativos nacionais, distribuídos em 32 categorias diferentes, desenvolvidos por 120 pessoas jurídicas e 44 pessoas físicas. Os fabricantes declararam que 284 modelos de smartphones cumprem as características técnicas mínimas determinadas na Portaria MC nº 87, de 10 de abril de 2013.

Outras medidas para o desenvolvimento da cadeia produtiva foram as licitações em junho de 2012, pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, de frequências em 2,5 GHz, e da faixa de 700 MHz em setembro de 2014, ambas para a implantação de redes 4G. As empresas que adquiriram estas frequências foram: Vivo, Tim, Claro, Oi, Sky e Sunrise. Foram incluídos entre as exigências requisitos de investimentos em equipamentos com desenvolvimento tecnológico nacional e com equipamentos produzidos no Brasil de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico - PPB.

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) é um fundo de natureza contábil, instituído pelo governo brasileiro com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital para ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, conforme previsto pela Lei Geral de Telecomunicações. É um dos principais meios de acesso a recursos para a realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação na cadeia produtiva do setor.

Sua atuação impacta as metas para o segmento na geração de inovação, nas exportações e contribui para um índice maior de nacionalização de equipamentos e aparelhos de telecomunicação usados pela indústria do segmento no país. Entre os projetos de relevante interesse para o setor e, por conseguinte, para o país, pode se mencionar o desenvolvimento da tecnologia LTE (4G), em especial operando na radiofrequência de 450 MHz, para atendimento de áreas rurais e urbanas

com baixa densidade populacional e o desenvolvimento de tecnologias de vanguarda em tecnologias ópticas.

Em 2013, o fundo aportou valores da ordem de R$ 252 milhões em projetos nas quatro áreas prioritárias do fundo: comunicações ópticas, comunicações digitais sem fio, redes de transporte de dados e comunicações estratégicas. Também foram realizados gastos de R$ 50 milhões no estímulo à criação de tecnologias inovadoras visando a melhoria, eficiência e competitividade do setor de telecomunicações por meio do apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que possam aproveitar as oportunidades geradas pelas transições e pelo processo de convergência nas comunicações, para ampliar o domínio nacional no setor. Ademais, cerca de R$ 2 milhões foram investidos por meio de Termo de Cooperação firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq para a capacitação de profissionais de diversos níveis de qualificação em TIC, apoiando programas governamentais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI (graduação) e o Ciência sem Fronteiras (pós-graduação).

Em 2014, o Fundo aplicou cerca de R$ 50 milhões do orçamento de fomento no apoio a projetos de pesquisa, inovação, desenvolvimento e capacitação de recursos humanos em telecomunicações e disponibilizou R$ 176 milhões em recursos de capital para empresas nacionais do setor. Iniciou também a contratação dos projetos aprovados pelo edital do Inova Telecom, chamamento público conjunto formado pelo Ministério das Comunicações, Ministério da Saúde, BNDES, Finep, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com previsão de investimentos da ordem de R$ 1,5 bilhão em quatro anos.

Além do exposto, destaca-se que os resultados de todos esses investimentos vêm sendo mensurados por meio de indicadores de resultado dos projetos que no último período avaliativo, que se estendeu de 2001 a 2011, demonstrou que a cada R$ 1,00 investido pelo FUNTTEL, em projetos cujos resultados foram transferidos para a indústria nacional, gerou um faturamento para o mercado nacional de R$ 4,88, o que evidencia a eficiência da estratégia de investimentos definida pelo Conselho que gerencia o FUNTTEL.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a geração de inovação pela indústria nacional de telecomunicação e de serviços, por meio do aumento de 50% (R$1,71 bilhão) no dispêndio do Setor Privado em atividades inovativas**

  Análise Situacional da Meta

  Segundo as Pesquisas de Inovação (PINTEC) 2008 e 2011 publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o dispêndio em atividades inovativas reduziu no período 2006-2011, conforme tabela abaixo. Ainda não há informações sobre o período 2012-2014.

  Taxas de inovação,dispêndios realizados e incidência sôbre a receita líquida de vendas dos dispêndios realizados, nas atividades inovativas e internas de P&D, segundo as atividades da indústria, do setor de eletricidade e gás e dos serviços delecionados - Brasil

  Atividades da indútria,do setor de eletricidade e gás e dos serviços selecionadosTaxas de inovaçãoDispêndios realizados nas atividades (1.000 R$)Incidência sobre a receita líquida de vendas dos dispêndios realizados nas atividades
  InovativasInternas de P&DInovativasInternas de P&D
  Telecomunicações (2009-2011)32,65.179.2641.044.0013,660,74
  Telecomunicações (2006-2008)46,65.567.7461.208.3064,580,99

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Aumentar em 40% as exportações de equipamentos e componentes eletroeletrônicos de telecomunicação**

Análise Situacional da Meta

O setor de eletroeletrônico de telecomunicações é um mercado altamente globalizado e dinâmico, em que as tecnologias assumem padrão mundial, com equipamentos lançados em escala global e em períodos cada vez menores. As estações rádio base e os celulares, principalmente, têm sido impactados pela rápida dinâmica do setor, que demanda mudanças expressivas em suas características tecnológicas, alcançadas por meio de investimentos constantes. A queda na exportação destes equipamentos pode ser atribuída a uma concentração de modelos com tecnologias já estabelecidas sendo produzidos no Brasil.

Desta maneira, as exportações de equipamentos e componentes eletroeletrônicos de telecomunicação são diretamente influenciadas por aspectos macroeconômicos, como taxa de câmbio, nível de investimento, nível de consumo e taxa de juros. As ações do MC estão inseridas nesse contexto, no sentido de mitigar possíveis efeitos deletérios ao setor. Nesse sentido, os investimentos no mercado interno estão sendo ampliados devido às demandas por tecnologia nacional na rede 4G, bem como as metas agressivas de cobertura móvel e o aumento do acesso aos dispositivos de comunicação celular, o que deve levar a uma atualização tecnológica da cadeia produtiva do setor.

As exportações de produtos de telecomunicações no período de janeiro a novembro de 2013 e 2014 reduziram 39,5%, com projeção de encerrar o ano de 2014 com redução de 37,7%, se comparado com 2013. Destacou-se a queda expressiva de 77% nas vendas externas de telefones celulares, que diminuíram de US$ 147 milhões, para US$ 33 milhões no período citado. Importante destacar que os componentes eletrônicos de telecomunicação estão incluídos na rubrica Equipamentos de Telecomunicações detalhada abaixo. As exportações, no exercício de 2014, somaram US$ 263,1 milhões (FOB), o que corresponde a uma retração de 70,54%, se comparada com 2011.

Exportações Equipamentos de Telecomunicações (US$ FOB milhões)

2011 - 893,1

2012 - 569,0

2013 - 432,0

2014 - 263,1

Quantidade alcançada

-70,54

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver pelo menos dois terminais móveis de baixo custo para acesso à Internet Banda Larga**

Análise Situacional da Meta

O Ministério das Comunicações assinou memorando de entendimentos com empresa do setor de telecomunicações e deram andamento ao processo de desenvolver equipamentos móveis brasileiros. A empresa já criou o reference design (desenho de referência) do equipamento que será produzido pela indústria nacional. Informou ainda que já está transferindo o reference design para as indústrias nacionais que produzirão tablets nacionais com alta tecnologia e custos reduzidos para o mercado interno.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar para 70% a participação da produção nacional no mercado nacional de equipamentos e aparelhos de telecomunicação**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 a participação da produção de equipamentos de telecomunicações nacionais passou a representar 76% das aquisições no mercado nacional. A fórmula utilizada para calcular o índice é a seguinte:

IPN={[(Faturamento/Taxa de Câmbio)-Exportações]/[(Faturamento/Taxa de Câmbio)-Exportações+(1+k)xImportações]}

Onde:

Taxa de câmbio = Taxa de Câmbio (R$/US$) média

Faturamento = Faturamento dos fabricantes de equipamentos de Telecom em R$

Exportações = Valor das Exportações (FOB) em US$

Importações = Valor das Importações (FOB) em US$

k = coeficiente de ajuste das importações

Observação: veja anexa a metodologia de cálculo.

Em março de 2013, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria MC nº 55/2013 que definiu as regras necessárias para a submissão de projetos para o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga – REPNBL. Dentre as contrapartidas exigidas para o enquadramento dos projetos de investimento em redes de telecomunicações em banda larga está a necessidade de aquisição de equipamentos que são produzidos no Brasil, segundo o Processo Produtivo Básico – PPB, e de equipamentos que foram desenvolvidos no país, conforme a Portaria MCTI nº 950/2006.

Outra ação de incentivo a produção nacional foi a desoneração dos smartphones. Em abril de 2013, a Portaria MC nº 87 regulamentou as características técnicas para que os telefones portáteis que possibilitam o acesso à internet em alta velocidade do tipo smartphone pudessem usufruir dos benefícios fiscais da "Lei do Bem". Desde então, todos os equipamentos que cumprirem essas características de hardware e possuam PPB passam a ter a desoneração de seu PIS/COFINS em sua venda no varejo.

Essas duas ações do MC pretendem atrair investimentos com o intuito de reduzir a dependência nacional na produção de equipamentos de telecomunicações em território brasileiro e, consequentemente, gerar produção suficiente para o aumento das exportações desses produtos.

Quantidade alcançada

76

Data de Referência

22/12/2014

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

O exercício de 2014 foi marcado pela continuidade dos avanços realizados nos anos de 2012 e 2013. A EBC, por meio de seus macroprocessos finalísticos (operacionais), dedicou-se a dar sustentabilidade às ações e políticas voltadas para sua missão primordial, que é a de prestar serviços de radiodifusão pública, visando à garantia do direito à comunicação e à promoção da cidadania e da diversidade.

Nos últimos três anos a Empresa consolidou a estratégia definida para a Rede Nacional de Comunicação Pública, formada por sete geradoras próprias, 10 retransmissoras próprias, 48 geradoras de parceiros e 728 retransmissoras de TV aberta terrestre, que alcançam 1.787 municípios de 24 estados brasileiros mais o Distrito Federal que abrigam 118,6 milhões de pessoas. Está disponível para 19 milhões de assinantes de TV fechada e 20 milhões de domicílios que recebem o sinal por antena parabólica.

De 2012 a 2014, o novo modelo de produção e distribuição de conteúdos de rádio, televisão e web foi responsável pela difusão de mais de 420 mil horas de conteúdos informativos, educacionais, artísticos, culturais, científicos e de cidadania, produzidos com o propósito de contribuir com a formação crítica do cidadão brasileiro.

A EBC em 2014 avançou no aprimoramento da gestão com a concentração de esforços na atualização da sua estratégia para os próximos oito anos. Foram identificadas as principais tendências mundiais que impactam o setor da comunicação e a correlação de cenários com a atuação da EBC. Esses estudos possibilitaram a definição dos direcionadores estratégicos da empresa e reorientaram a atualização da sua estratégia. Os resultados dessas ações foram a atualização do

mapa estratégico da EBC, indicadores e metas, bem como o detalhamento de 15 projetos estratégicos.

A metodologia utilizada para o ciclo do planejamento anual e elaboração do Plano de Trabalho em 2014 também foi aprimorada para focar a gestão por resultados. Sua construção foi estruturada sob a definição dos projetos operacionais, com a definição de indicadores e metas que evidenciaram as entregas e a análise situacional trimestral, assim como a definição de medidas de gestão.

Durante o ano de 2014 foram distribuídas 140.160 horas de conteúdos informativos, educacionais, artísticos, culturais, científicos e de cidadania, por meio de seus veículos.

A fim de garantir a produção de conteúdos próprios e de parceiros, para a programação da TV Brasil, emissoras de rádio e para o portal da EBC, a Empresa planejou, produziu e distribuiu nas três plataformas – TV, Rádio e Web - novos programas, campanhas e peças de serviços e utilidade pública, bem como conteúdos especiais em múltiplas plataformas. Além disso, realizou coberturas e transmissões ao vivo de importantes eventos, como a Copa do Mundo e as Eleições Gerais.

As pesquisas de audiência realizadas em seis das principais capitais brasileiras, em 2014 indicaram que 32 milhões de pessoas nessas localidades assistiram, por TV aberta, à programação da TV Brasil. A programação direcionada ao público infantil e jovem foi assistida por aproximadamente sete milhões de telespectadores.

A Plataforma web é composta pelo Portal EBC e sites da TV Brasil, Rádios, Agências de Notícia e Central de Conteúdos. Em 2014, em termos de visibilidade o Portal e os sites da TV Brasil e Rádios apresentaram a audiência de 27,6 milhões de visitantes únicos. Já as Agências e a Central de Conteúdos tiveram 8,4 milhões de visitantes únicos. O Portal EBC trabalhou na perspectiva de convergência de conteúdos, integrando a produção das plataformas – TV, rádio e web e possibilitando o aproveitamento do potencial de difusão do conteúdo pela internet, para mais pessoas.

A Copa do Mundo no Brasil, as Eleições Gerais, os 50 anos do Golpe de 1964 e a Comissão da Verdade foram destaques do ano de 2014 na cobertura do jornalismo em todos os veículos EBC.

O jornalismo consolidou e concluiu projetos iniciados em 2013, como a unificação da identidade visual em todos os telejornais locais com os telejornais da rede parceira e a integração do radiojornalismo.

Considerado como evento de grande relevância foi a transferência da emissora geradora de rede do Rio de Janeiro para Brasília. Pela primeira vez uma emissora geradora de rede de TV aberta com emissoras espalhadas por todo o país deixou o eixo Rio-São Paulo. A programação da TV Brasil passou a ser distribuída a partir de Brasília, sede da Empresa com ganhos de qualidade e controle técnico. Em 2014, foram exibidos 18.775 programas. Destes, 4.400 inéditos. Para permitir o acesso de pessoas com deficiência visual e auditiva à programação da TV Brasil, 8.693 horas da programação foram ao ar com o recurso de closed caption e aproximadamente 468 horas com audiodescrição.

Nas Rádios, as ações desenvolvidas em 2014 foram direcionadas ao alinhamento da programação por eixos temáticos, elencou também como prioridades: o aumento, a diversificação e a fidelização do ouvinte; a ampliação do alcance e distribuição dos conteúdos radiofônicos; a consolidação da rede pública de rádio, o oferecimento de conteúdo diversificado e atrativo de forma integrada, interativa e colaborativa e a utilização do acervo das rádios MEC e Nacional. Com base nos novos eixos temáticos, a programação das sete rádios foi reposicionada possibilitando melhor segmentação dos conteúdos, redução da competitividade entre emissoras, otimização de recursos técnicos e de equipes.

Em 2014, a EBC alcançou a receita de venda de R$ 93,08 milhões com a comercialização de produtos e serviços distribuídos em seis linhas de captação. Por meio de contrato de prestação de serviços, a EBC produziu e distribuiu conteúdos em múltiplas plataformas de atos e fatos do Governo Federal, monitoramento e análise de mídia, distribuição de publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal. O serviço de distribuição de publicidade legal auferiu a receita total de R$ 22 milhões, a o apoio institucional de anunciantes, destinado a programas da TV Brasil foi de R$ 12,8 milhões. Além disso, a receita obtida pela prestação de serviços técnicos de tv e áudio e de radiodifusão foi R$ 47,8 milhões em 2014.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cobertura da TV Brasil Internacional.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, a EBC encerrou o ano com presença em 65 países dos quatro continentes. A redução relativamente ao ano de 2012, de 2 países (Costa Rica e Honduras), foi ocasionada pela não aceitação dos operadores Latinos Americanos de oferecer em sua grade programas dublados e legendados em Espanhol. Além disso, os valores em algumas negociações se mostraram inviáveis para o orçamento da TV Brasil Internacional que decidiu buscar outras possibilidades de distribuição na Europa a partir de 2014.

A EBC encerrou o ano de 2014 com a cobertura de 66 países de quatro continentes, com a inclusão da Nicaraguá em dezembro desse ano, atendendo à demanda de informação dos brasileiros que residem no exterior e de países de língua portuguesa. A TV apresentou como destaques o projeto “Temas Capitais” que produziu os documentários “Na Proa do Barco Hacker”, “Teia da Diversidade”, “Mobilidade Urbana”, “Refugiados na América Latina” (ganhador de dois prêmios: ONU e OAB) e “São Jorge, Cavaleiro das Tradições”. Os programas “Brasileiros no Mundo”, “Conexão Internacional” e “Brasil Hoje” passaram por reformulação e a programação internacional lançou o “Aqui tem Brasil”, programa com vídeos gravados por emigrantes brasileiros que vivem em outros países.

Ao longo do exercício foram realizadas negociações dos contratos de intercâmbio de conteúdos com TVs públicas, Universidades e Produtores de conteúdo na América Latina para a faixa especial da programação da TV Brasil Internacional. Destaque para a Universidade de Medellín e Telemedellín (Colômbia), UNTREF (Argentina), Canal Once (México), TNU (Uruguai) e Casa de Cultura Ecuatoriana (Equador). A EBC recebeu 75 horas de conteúdo dos parceiros que será exibido na TV Brasil Internacional em 2015.

Nas atividades relacionadas à expansão do sinal da TV Brasil Internacional, as negociações se concentraram nas renovações com os distribuidores na América Latina. Ao mesmo tempo foram realizadas negociações com operadores no exterior, com o objetivo de chegar a países com maior presença de emigrantes brasileiros.

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	80	unidade	66	31/12/2014

- **Ampliar a cobertura do sinal terrestre de radiodifusão (rádio e televisão), por meio de geração própria ou da Rede Nacional de Comunicação Pública, para garantir disponibilidade de acesso à população brasileira.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a EBC redefiniu sua estratégia de distribuição para a TV Brasil por meio do fortalecimento da rede parceira, presente em 24 estados, além do Distrito Federal o que permitiu, naquele ano, o acesso a 126,4 milhões de pessoas (66,27%) da população brasileira distribuída em 3.121 municípios (56% dos municípios brasileiros). Nos anos de 2013 e 2014, a EBC possibilitou disponibilização do acesso a 163,4 milhões de pessoas, que representam 85,69% da população brasileira distribuída em 3.582 municípios (64% dos municípios brasileiros, exceto os municípios de interseção) considerando a geração, emissão e retransmissão com rede própria de rádio e televisão terrestre.

A área de cobertura dos sinais das emissoras de rádio e televisão da EBC não foi alterada em 2014. É importante ressaltar que 2014 foi um ano de transição na estratégia do fortalecimento da Rede Pública de Rádio e Televisão. Antes voltada para a ampliação quantitativa de sua abrangência, a Rede vem alterando seus propósitos em direção à qualificação das parcerias, com maior aprofundamento do relacionamento e troca de conteúdos, resultando em melhor aproveitamento de produções regionais na programação dos veículos da Empresa.

Essa transição ocorre principalmente na área de televisão porque há pouco espaço para ampliação quantitativa, uma vez que os sinais das emissoras de rádio e televisão da EBC atingem praticamente todos os estados, com exceção de Amapá e Rondônia, onde não existem emissoras públicas. Nesses estados não houve avanços nas negociações para que as universidades federais assumissem o compromisso de estruturar e operar televisões públicas.

Ainda na área de rádio, foi realizado em 2014, significativo avanço no processo de formalização da construção da Rede

Pública de Rádio. Foi realizado em Brasília, encontro com emissoras parceiras para discussão da Norma de Rede de Rádio, primeiro passo para a elaboração de contratos de adesão e formalização da associação de emissoras parceiras. Este é um objetivo para 2015.

A Rede Nacional de Radiodifusão Pública é formada por 55 geradoras e 728 retransmissoras da TV Brasil de TV aberta terrestre e pelas sete emissoras de Rádios da EBC e duas retransmissoras operadas diretamente. A rede de TV está presente em 24 estados mais o Distrito Federal, alcançando 1.787 municípios e a de Rádios em 3.103 municípios. Na Região Centro-Oeste a EBC conta com cinco geradoras e 34 retransmissoras de televisão e três emissoras (AM e FM), uma (FM) retransmissora e uma repetidora (AM) de rádio, em Brasília. Na região Norte, a EBC possui cinco geradoras e 98 retransmissoras de televisão, e a Rádio, disponibiliza uma emissora (AM) e uma retransmissora (FM) em Alto Solimões – Amazonas. As Regiões Centro-Oeste (98,34%) e Norte (100%) são as regiões que apresentam maior disponibilização de acesso ao sinal de TV e Rádio às populações.

A Região Sudeste (96,71%) conta com disponibilidade de acesso das Rádios (MEC – FM/AM e Nacional do RJ/AM) e também da TV Brasil, onde a empresa tem 26 geradoras e 256 retransmissoras (próprias e parceiras), consolidando a maior parte da rede de transmissão de televisão pública entre as regiões brasileiras. Esta parcela da rede cobre os Estados do RJ, MG e SP.

Na Região Nordeste (74,28%), a EBC possui 11 geradoras e 249 retransmissoras (próprias e parcerias) de televisão e nenhuma emissora própria de Rádio instalada na Região. Em 2014, foram incorporadas as geradoras: TV Sinal da cidade de Aracati (CE) e a TV Mossoró da cidade de Mossoró (RN) com a disponibilidade do sinal para mais de 340 mil pessoas.

Com relação à disponibilidade de acesso ao sinal da TV Brasil na Região Sul (60,71%), onde a empresa possui seis geradoras (própria e parceira), a EBC ampliou sua cobertura com a incorporação das TVs Educativas do Rio Grande do Sul – TVE/RS e do Paraná – TVE/PR.

Quantidade alcançada

85,69

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	%	98,34	31/12/2014
Região Nordeste	80	%	74,28	31/12/2014
Região Norte	100	%	100	31/12/2014
Região Sudeste	90	%	96,71	31/12/2014
Região Sul	70	%	60,71	31/12/2014

- **Ampliar a cobertura geográfica dos sinais de radiodifusão em Ondas Curtas (OC) da EBC para assegurar a recepção radiofônica às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, não alcançadas por outras frequências.**

Análise Situacional da Meta

A EBC ao concentrar suas metas nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, priorizou o acesso a populações de regiões carentes da radiodifusão pública em ondas curtas (OC) e ondas tropicais (OT), onde a iniciativa privada não opera. Encontra-se em discussão no Brasil o padrão digital para o rádio, que poderá alterar o rumo dos investimentos da EBC nos próximos anos, o que contribui, também, para a redução da velocidade da expansão prevista na meta.

A ampliação da cobertura das emissoras de Rádios de Ondas Curtas (OC) da EBC em operação nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste está condicionada a investimentos em novos transmissores, sobretudo na definição da tecnologia do padrão digital para rádios.

A indefinição do padrão digital para o rádio influenciou a decisão estratégica da EBC de adiar os investimentos nesses transmissores.

Nas Regiões Norte (99,23%) e Centro-Oeste (39,51%) a meta já se encontra bem próximo do programado. Com relação à Região Nordeste (10,66%), os equipamentos disponíveis não apresentam capacidade técnica para fazer a

cobertura de grande parte dos municípios dessa Região, sendo necessária sua substituição para a cobertura pretendida.

Quantidade alcançada

49,28

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	40	%	39,51	31/12/2014
Região Nordeste	25	%	10,66	31/12/2014
Região Norte	100	%	99,23	31/12/2014

ANEXO I

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**15.728.765**	**17.284.760**	**11.184.827**
Despesas Correntes	2.234.533	2.230.533	812.704
Despesas de Capital	13.494.232	15.054.227	10.372.123
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**15.728.765**	**17.284.760**	**11.184.827**

OBJETIVO: 0382 - Melhorar a condição de vida das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, desenvolvendo iniciativas necessárias à regularização urbanística e fundiária, à promoção da segurança e salubridade e à melhoria das condições de habitabilidade, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura e inclusão socioambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **015M - Apoio à urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10S3	581.306.200	217.301.240	96.337.235	9.197.535	9.197.535
10S6	165.490.000	135.490.000	26.552.074	7.033.043	7.033.043
Total	**746.796.200**	**352.791.240**	**122.889.309**	**16.230.579**	**16.230.579**

OBJETIVO: 0383 - Ampliar por meio de produção, aquisição ou melhoria o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, com auxílio de mecanismos de provisão habitacional articulados entre diversos agentes e fontes de recursos, fortalecendo a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **015S - Provisão ou reforma de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais em articulação com o setor público e privado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CW	612.000.000	612.000.000	612.000.000	0	0
0E64	223.000.000	393.000.000	393.000.000	142.981.961	142.981.961
00CY	100.000.000	10.000.000	10.000.000	0	0
10SJ	273.570.710	223.570.710	19.263.644	206.008	206.008
00AF	12.500.000.000	14.500.000.000	14.500.000.000	10.355.699.453	10.355.699.453
00CX	1.255.000.000	1.175.000.000	1.175.000.000	669.520.201	669.520.201
Total	**14.963.570.710**	**16.913.570.710**	**16.709.263.644**	**11.168.407.624**	**11.168.407.624**

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos agentes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para implementação da política habitacional sob os princípios de descentralização, articulação intergovernamental e intersetorial, participação e controle social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **015Y - Apoio à elaboração de Planos e Projetos para Habitação de Interesse Social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8875	2.096.000	2.096.000	0	0	0
Total	**2.096.000**	**2.096.000**	**0**	**0**	**0**

- **015Z - Fortalecimento da Política Nacional de Habitação - PNH e implantação de monitoramento e avaliação dos Programas e Ações do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20Z0	261.225	261.225	0	0	0
Total	**261.225**	**261.225**	**0**	**0**	**0**

- **0163 - Promoção de ações de Desenvolvimento Institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8873	15.564.000	15.564.000	1.711.300	189.103	189.103
Total	**15.564.000**	**15.564.000**	**1.711.300**	**189.103**	**189.103**

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZV - Promoção da Qualidade, produtividade e sustentabilidade do Habitat, integrando todos os atores públicos e privados por meio da implantação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional (SiCaP), consolidação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC) e do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20Z9	176.959	176.959	0	0	0
Total	**176.959**	**176.959**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0756 - Contribuir para a elevação de qualidade da inserção urbana dos empreendimentos habitacionais, assim como, para a inserção socioeconômica das famílias beneficiadas por programas habitacionais e para a sustentabilidade social dos empreendimentos e articulação com as demais políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZY - Apoio aos agentes do SNHIS para cadastramento e acompanhamento de beneficiários, operação e manutenção das ações de habitação de interesse social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20NX	300.000	300.000	0	0	0
Total	**300.000**	**300.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.129.237**	**2.490.821**	**358.402**
Despesas Correntes	42.026	47.991	4.225
Despesas de Capital	3.087.211	2.442.830	354.177
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.129.237**	**2.490.821**	**358.402**

OBJETIVO: 0355 - Ampliar a cobertura de ações e serviços de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (quilombolas, assentamentos da reforma agrária, indígenas, dentre outras), e população rural dispersa, priorizando soluções alternativas que permitam a sustentabilidade dos serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **011Q - Implantação, ampliação ou melhorias de ações e serviços sustentáveis de saneamento básico em comunidades rurais, tradicionais e especiais (remanescentes de quilombos, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas, ribeirinhos, dentre outras)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116F	50.388.250	54.201.582	54.183.715	15.749.021	12.774.431
7656	120.476.000	120.471.966	107.875.557	14.457.073	8.985.088
Total	**170.864.250**	**174.673.548**	**162.059.272**	**30.206.093**	**21.759.520**

OBJETIVO: 0353 - Implantar medidas estruturantes que visem à melhoria da gestão em saneamento básico, compreendendo a organização, o planejamento, a prestação dos serviços, a regulação e fiscalização, e a participação e controle social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **011L - Implantação de medidas estruturantes de apoio à gestão e à prestação de serviços, inclusive de capacitação e assistência técnica, e de desenvolvimento científico e tecnológico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NV	2.126.571	2.126.571	2.126.571	0	0
6908	5.000.000	4.300.000	1.404.083	414.915	414.915
1P95	21.576.423	27.976.423	23.667.134	6.430.123	6.389.854
20AG	38.665.000	38.665.000	28.846.983	3.391.078	1.241.078
8871	4.600.000	4.600.000	1.937.899	784.074	784.074
20AF	4.940.000	4.940.000	1.042.005	267.315	267.315
12MH	100.000	100.000	0	0	0
20Z5	424.483	424.483	0	0	0
20NW	100.000	100.000	0	0	0
Total	**77.532.477**	**83.232.477**	**59.024.675**	**11.287.506**	**9.097.237**

OBJETIVO: 0610 - Expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas, por meio da implantação, ampliação e melhorias estruturantes nos sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e resíduos sólidos urbanos, com ênfase em populações carentes de aglomerados urbanos e em municípios de pequeno porte localizados em bolsões de pobreza.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DO - Ampliar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos com prioridade para os municípios operados mediante mecanismos de gestão associada**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116I	8.100.000	8.100.000	78.334	0	0
10GG	103.744.418	108.944.418	36.700.000	0	0
10RP	11.726.720	1.676.162	1.673.550	25.693	16.775
Total	**123.571.138**	**118.720.580**	**38.451.885**	**25.693**	**16.775**

- **02DP - Implantação, ampliação ou melhorias estruturais nos sistemas públicos de abastecimento de água**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SC	577.071.839	373.771.839	305.398.945	60.683.028	60.683.028
10GD	202.930.000	202.930.000	162.880.000	50.160.164	50.144.188
Total	**780.001.839**	**576.701.839**	**468.278.945**	**110.843.192**	**110.827.216**

- **02DQ - Implantação, ampliação ou melhorias nos sistemas públicos de esgotamento sanitário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GE	501.626.526	514.151.526	260.940.000	81.365.738	81.336.593
1N08	1.040.254.959	513.154.959	384.693.384	32.290.221	32.290.221
141J	4.580.750	10.380.750	10.380.565	190.487	190.487
10RM	165.786.504	215.416.504	211.592.922	89.775.678	62.049.068
Total	**1.712.248.739**	**1.253.103.739**	**867.606.872**	**203.622.125**	**175.866.369**

- **02DR - Implantação de soluções integradas de saneamento, com ênfase na promoção das condições de salubridade, habitabilidade e infraestrutura de populações com carência simultânea de serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1I62	4.563.344	4.563.344	0	0	0
7652	160.550.000	145.340.462	99.367.672	999.854	999.854
10S5	88.105.295	123.105.295	85.158.149	1.417.424	1.417.424
Total	**253.218.639**	**273.009.101**	**184.525.821**	**2.417.278**	**2.417.278**

- **02DS - Promover a gestão sustentável da drenagem e o manejo de águas pluviais urbanas com ações estruturais para minimização dos impactos provocados por cheias e alagamentos em áreas urbanas e ribeirinhas vulneráveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3883	11.800.000	11.380.000	6.874.378	0	0
Total	**11.800.000**	**11.380.000**	**6.874.378**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2067 - Resíduos Sólidos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**82.321**	**84.596**	**8.997**
Despesas Correntes	57.655	56.061	7.627
Despesas de Capital	24.666	28.536	1.370
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**82.321**	**84.596**	**8.997**

OBJETIVO: 0319 - Ampliar o acesso aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos de forma ambientalmente adequada, induzindo a gestão consorciada dos serviços e a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZE - Apoio e fomento às associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8274	62.750.000	62.750.000	60.379.910	7.998.463	7.998.463
20AM	11.375.000	13.650.000	13.284.358	254.910	254.910
Total	**74.125.000**	**76.400.000**	**73.664.268**	**8.253.373**	**8.253.373**

- **00ZH - Implementação de sistemas de coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MG	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0342 - Promover a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com ênfase na reestruturação das cadeias produtivas, na integração das associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores, na estruturação do planejamento do setor, no gerenciamento de áreas contaminadas e na inovação tecnológica respeitando as peculiaridades regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **010H - Elaboração, implementação e monitoramento da Política Nacional de Resíduos Sólidos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W5	1.400.000	1.400.000	0	0	0
20W6	6.105.670	6.105.670	1.219.691	729.127	729.127
Total	**7.505.670**	**7.505.670**	**1.219.691**	**729.127**	**729.127**

- **010L - Promoção de monitoramento de áreas contaminadas por resíduos e recuperação de áreas órfãs contaminadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10TT	190.460	190.460	148.925	14.326	0
Total	**190.460**	**190.460**	**148.925**	**14.326**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e Resposta a Desastres

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.921.761**	**4.398.365**	**1.780.662**
Despesas Correntes	176.262	2.021.112	1.374.960
Despesas de Capital	2.745.499	2.377.253	405.702
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.921.761**	**4.398.365**	**1.780.662**

OBJETIVO: 0173 - Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00FM - Implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12QB	91.200.000	91.200.000	33.293.261	14.291.020	14.215.884
Total	**91.200.000**	**91.200.000**	**33.293.261**	**14.291.020**	**14.215.884**

- **00FQ - Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L9	2.860.000	2.860.000	1.825.578	1.310.643	798.918
20GB	8.000.000	8.200.000	7.650.815	7.176.296	7.166.853
Total	**10.860.000**	**11.060.000**	**9.476.393**	**8.486.938**	**7.965.770**

OBJETIVO: 0602 - Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02CR - Levantamento e divulgação de informações geológicas-geotécnicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LA	29.720.000	29.720.000	27.635.675	24.919.142	16.350.095
Total	**29.720.000**	**29.720.000**	**27.635.675**	**24.919.142**	**16.350.095**

OBJETIVO: 0172 - Induzir a atuação em rede dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil em apoio às ações de defesa civil, em âmbito nacional e internacional, visando a prevenção de desastres.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00FF - Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil e capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil.**

- **00FF - Implementação e estruturação de órgãos integrantes do Sistema Nacional de Defesa Civil e capacitação de técnicos e integrantes da sociedade nas atividades de defesa civil.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8172	35.348.700	35.348.700	8.866.130	3.495.064	3.482.814
14LJ	12.000.000	12.000.000	0	0	0
152P	100.000	100.000	0	0	0
Total	**47.448.700**	**47.448.700**	**8.866.130**	**3.495.064**	**3.482.814**

- **00FG - Modernização e estruturação do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UX	20.186.280	20.186.280	1.920.496	605.600	605.600
Total	**20.186.280**	**20.186.280**	**1.920.496**	**605.600**	**605.600**

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de pronta resposta e reconstrução de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população em situações de desastre em âmbito nacional e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00FT - Socorro e assistência às populações vitimadas, reabilitação do cenário de desastres e reconstrução de infraestruturas danificadas por desastres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A01	0	512.640.000	512.639.917	487.015.692	487.015.692
22BO	0	1.600.000.000	1.123.110.695	900.693.490	886.497.721
Total	**0**	**2.112.640.000**	**1.635.750.613**	**1.387.709.182**	**1.373.513.413**

OBJETIVO: 0587 - Expandir o mapeamento de áreas de risco com foco em municípios recorrentemente afetados por inundações, erosões marítimas e fluviais, enxurradas e deslizamentos, para orientar as ações de defesa civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02B2 - Mapeamento de áreas de risco, com foco em inundações, enxurradas e deslizamentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N2	77.400.000	77.400.000	4.016.771	1.414.667	1.282.173
Total	**77.400.000**	**77.400.000**	**4.016.771**	**1.414.667**	**1.282.173**

OBJETIVO: 0169 - Promover a prevenção de desastres com foco em municípios mais suscetíveis a inundações, enxurradas, deslizamentos e seca, por meio de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, monitoramento da ocupação urbana e implantação de intervenções estruturais e emergenciais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00EN - Construção da Barragem Serro Azul (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140M	100.000	0	0	0	0
Total	**100.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00ER - Execução de estudos e intervenções para prevenção de riscos de deslizamentos de encostas, enxurradas, erosões marítimas e fluviais, enchentes e inundações recorrentes em áreas urbanas por meio de obras de engenharia e recuperação ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8865	369.000.000	369.000.000	62.594.877	0	0
10SG	1.497.202.300	987.202.300	664.726.114	291.489.253	291.489.253
14RL	378.678.087	302.735.183	108.156.438	46.926.779	39.888.819
126X	100.000	0	0	0	0
127A	243.750.000	243.750.000	2.750.000	0	0
Total	**2.488.730.387**	**1.902.687.483**	**838.227.429**	**338.416.033**	**331.378.073**

- **00ET - Execução de obras emergenciais em situações de risco iminente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8348	95.027.270	95.466.007	11.342.472	228.404	159.273
Total	**95.027.270**	**95.466.007**	**11.342.472**	**228.404**	**159.273**

- **00EV - Obras de Macrodrenagem em Salvador (BA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
127D	100.000	0	0	0	0
Total	**100.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00EW - Planejamento e monitoramento da ocupação urbana em áreas suscetíveis a inundações, enxurradas e deslizamentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NN	10.600.000	10.556.568	2.792.664	1.095.741	1.095.741
Total	**10.600.000**	**10.556.568**	**2.792.664**	**1.095.741**	**1.095.741**

- **04HD - Construção da Barragem Castelo (PI)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GW	50.388.250	0	0	0	0
Total	**50.388.250**	**0**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2041 - Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**95.911**	**93.945**	**42.555**
Despesas Correntes	87.577	85.612	39.728
Despesas de Capital	8.333	8.333	2.827
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**95.911**	**93.945**	**42.555**

OBJETIVO: 0032 - Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0016 - Implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais - LAMIN**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B53	4.360.000	4.360.000	4.056.173	3.550.984	2.274.650
Total	**4.360.000**	**4.360.000**	**4.056.173**	**3.550.984**	**2.274.650**

- **0018 - Promoção da gestão e difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B51	14.440.000	14.440.000	13.236.529	9.727.668	5.055.521
8890	426.459	426.459	165.761	165.761	165.761
Total	**14.866.459**	**14.866.459**	**13.402.290**	**9.893.429**	**5.221.282**

- **001C - Realização de levantamentos geológicos, geofísicos e de recursos minerais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2398	9.930.000	9.930.000	8.854.455	6.445.466	5.222.408
4872	27.610.000	27.610.000	11.217.043	2.514.984	1.188.730
Total	**37.540.000**	**37.540.000**	**20.071.498**	**8.960.449**	**6.411.139**

- **001H - Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D84	1.090.200	1.090.200	258.150	215.910	170.750
2D62	1.090.200	1.090.200	532.246	442.771	373.573
2397	7.459.996	7.459.996	5.429.146	3.698.441	2.667.242
Total	**9.640.396**	**9.640.396**	**6.219.541**	**4.357.122**	**3.211.565**

OBJETIVO: 0038 - Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002I - Estudos de minerais estratégicos por meio de levantamentos específicos em escala de detalhe**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2399	10.960.000	10.960.000	10.428.722	7.016.940	6.284.710
Total	**10.960.000**	**10.960.000**	**10.428.722**	**7.016.940**	**6.284.710**

- **002M - Produção de minerais estratégicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2489	7.066.110	6.566.110	4.916.690	3.979.989	3.947.742
Total	**7.066.110**	**6.566.110**	**4.916.690**	**3.979.989**	**3.947.742**

OBJETIVO: 0042 - Realizar estudos e projetos visando a implantação de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs associadas às Áreas de Relevante Interesse Mineral, nos polos de desenvolvimento, voltadas à integração mineral sul-americana, à industrialização de base da América do Sul e ao desenvolvimento equilibrado do território.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002U - Realização de estudos e projetos de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211G	1.320.000	1.320.000	208.626	0	0
Total	**1.320.000**	**1.320.000**	**208.626**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0044 - Fortalecer as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e articular com a indústria mineral para promover a cultura e a prática da inovação tecnológica no setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002X - Consolidação do centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de geologia, recursos minerais e hídricos (CEDES/CPRM)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LB	100.000	100.000	63.288	61.398	11.398
Total	**100.000**	**100.000**	**63.288**	**61.398**	**11.398**

OBJETIVO: 0046 - Otimizar o aproveitamento dos recursos minerais e promover mecanismos para o desenvolvimento das atividades, visando o presente e o futuro, por meio de regulação, fiscalização e execução de projetos de produção e transformação mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **003D - Estudos e projetos para otimização do aproveitamento dos recursos minerais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4396	519.472	519.472	95.217	75.167	68.367
Total	**519.472**	**519.472**	**95.217**	**75.167**	**68.367**

- **003E - Fiscalização da atividade minerária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20WT	7.328.295	5.862.636	3.821.679	3.727.840	3.600.652
Total	**7.328.295**	**5.862.636**	**3.821.679**	**3.727.840**	**3.600.652**

- **003G - Gestão dos direitos minerários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2377	1.200.000	1.200.000	847.114	688.163	684.132
Total	**1.200.000**	**1.200.000**	**847.114**	**688.163**	**684.132**

OBJETIVO: 0481 - Consolidar e ampliar os programas de formalização da atividade minerária e de fortalecimento de micro e pequenas empresas do setor mineral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01LR - Consolidação, ampliação, fortalecimento e incentivo a programas de extensionismo mineral, formalização, capacitação e financiamento de micro e pequenas empresas de mineração, de cooperativas, associações e distritos mineiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20TZ	910.000	910.000	218.972	214.072	213.249
Total	**910.000**	**910.000**	**218.972**	**214.072**	**213.249**

OBJETIVO: 0039 - Estabelecer cooperação em exploração, processamento e transformação mineral com foco nos países da América do Sul e da África a fim de ampliar a troca comercial e o desenvolvimento equilibrado entre os países.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002R - Fortalecimento e ampliação da atuação internacional da CPRM**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20LD	100.000	100.000	29.821	29.821	29.821
Total	**100.000**	**100.000**	**29.821**	**29.821**	**29.821**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2051 - Oferta de Água

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.899.901**	**3.996.186**	**1.448.535**
Despesas Correntes	28.350	28.350	102
Despesas de Capital	3.871.551	3.967.836	1.448.433
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.899.901**	**3.996.186**	**1.448.535**

OBJETIVO: 0479 - Aumentar a oferta de água em sistemas integrados, com prioridade nas regiões com déficit, e contribuir para a indução ao desenvolvimento econômico e social, por meio de intervenções de infraestrutura hídrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04FL - Implantação do Sistema Adutor do Pajeú (PE e PB)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1N64	58.175.525	78.175.525	78.167.665	38.700.579	14.404.795
Total	**58.175.525**	**78.175.525**	**78.167.665**	**38.700.579**	**14.404.795**

- **01L5 - Implantação da Barragem Congonhas (MG)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3735	18.323.000	3.000	0	0	0
Total	**18.323.000**	**3.000**	**0**	**0**	**0**

- **01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11AA	22.170.830	22.170.830	22.128.813	265.848	98.813
Total	**22.170.830**	**22.170.830**	**22.128.813**	**265.848**	**98.813**

- **01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10DC	55.518.690	73.018.690	70.000.000	28.000.000	28.000.000
Total	**55.518.690**	**73.018.690**	**70.000.000**	**28.000.000**	**28.000.000**

- **01LA - Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G7	200.000.000	235.000.000	135.983.952	35.983.512	35.983.512
Total	**200.000.000**	**235.000.000**	**135.983.952**	**35.983.512**	**35.983.512**

- **01LB - Implantação do Canal do Sertão Alagoano (AL)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10CT	289.988.758	510.493.171	509.942.219	281.280.002	281.280.002
Total	**289.988.758**	**510.493.171**	**509.942.219**	**281.280.002**	**281.280.002**

- **01LC - Implantação do Canal do Sertão Pernambucano (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
141H	13.742.250	5.812.250	5.776.151	2.213.090	1.690.921
Total	**13.742.250**	**5.812.250**	**5.776.151**	**2.213.090**	**1.690.921**

- **01LF - Implantação do Cinturão das Águas (CE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7L29	210.714.500	210.714.500	139.000.000	45.000.000	45.000.000
Total	**210.714.500**	**210.714.500**	**139.000.000**	**45.000.000**	**45.000.000**

- **01LG - Implantação do Eixão das Águas (CE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10GJ	916.150	0	0	0	0
10E9	100.000	0	0	0	0
Total	**1.016.150**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **01LH - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5900	638.842.158	1.104.585.969	969.821.713	563.854.955	401.935.245
12EP	379.600.000	265.010.000	255.892.488	69.954.490	64.110.185
Total	**1.018.442.158**	**1.369.595.969**	**1.225.714.201**	**633.809.445**	**466.045.430**

- **01LJ - Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10F6	201.553.000	236.553.000	236.553.000	171.983.784	124.483.168
Total	**201.553.000**	**236.553.000**	**236.553.000**	**171.983.784**	**124.483.168**

- **01LL - Implantação do Sistema Jequitaí (MG)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5308	36.646.000	32.498.491	19.256.982	103.057	90.089
Total	**36.646.000**	**32.498.491**	**19.256.982**	**103.057**	**90.089**

- **01LM - Implantação e ampliação de sistemas de infraestruturas hídricas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14SN	100.000	100.000	0	0	0
14S6	100.000	100.000	0	0	0
1I67	100.000	100.000	0	0	0
14SC	100.000	100.000	0	0	0
14RV	5.310.404	5.310.404	0	0	0
109J	12.000.000	12.000.000	0	0	0
5910	100.000	0	0	0	0
14ST	22.531.313	42.531.313	37.365.333	26.531.313	26.531.313
109I	1.250.000	1.250.000	500.000	0	0
14VJ	100.000	100.000	0	0	0
14SK	100.000	100.000	0	0	0
14SB	100.000	100.000	0	0	0
14RU	23.205.546	0	0	0	0
14SG	13.742.250	100.250	0	0	0
14SP	100.000	100.000	0	0	0
14RS	5.214.283	6.639.010	5.214.283	326.496	326.496
14VI	226.577.931	292.837.276	255.410.336	116.360.591	93.117.194
14SS	100.000	4.100.274	4.100.224	100.000	100.000
1K44	7.329.200	0	0	0	0
124L	916.150	0	0	0	0
7M10	12.093.180	0	0	0	0
14S8	802.692	947.902	0	0	0
14S5	13.796.107	23.796.107	20.996.107	8.058.118	8.058.118
14S7	100.000	100.000	0	0	0
1851	458.990.225	477.883.825	34.395.430	2.504.687	180.357
14RW	100.000	0	0	0	0
14SR	100.000	0	0	0	0
109H	37.500.000	37.500.000	500.000	0	0
14SF	11.369.369	11.369.369	0	0	0
14S9	100.000	1.213.704	1.213.704	0	0
7I31	100.000	1.700.000	1.520.710	520.245	520.245
14RM	9.292.211	0	0	0	0
14SE	100.000	100.000	0	0	0
12G4	18.323.000	18.323.000	10.000.000	0	0
14RZ	100.000	100.000	0	0	0
14LA	15.317.505	2.565.372	2.564.270	104.478	104.478
14VL	100.000	10.100.000	9.600.000	100.000	100.000
1I61	9.161.500	24.161.500	5.000.000	0	0
1I60	18.323.000	24.323.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000
14RR	5.929.276	10.467.276	5.929.276	0	0
14SV	100.000	3.100.000	0	0	0
14SD	13.742.250	13.742.250	12.322.496	2.145.826	2.145.826
11NF	2.438.494	2.438.494	0	0	0
12FV	3.343.948	0	0	0	0
12G5	10.642.401	1.732.401	1.054.308	1.049.319	17.066
3445	100.000	0	0	0	0

140S	13.742.250	18.742.250	12.318.379	0	0
7G88	3.768.675	3.768.675	0	0	0
14RQ	2.059.865	2.248.865	2.244.405	49.138	49.138
Total	**980.713.025**	**1.055.992.517**	**432.249.262**	**167.850.212**	**141.250.230**

- **04AL - Implantação da Adutora de Campo Alegre de Lourdes/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14RX	22.903.750	40.803.750	40.631.902	24.838.410	22.363.415
Total	**22.903.750**	**40.803.750**	**40.631.902**	**24.838.410**	**22.363.415**

- **04CS - Construção da Barragem Berizal no Rio Pardo em Minas Gerais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
3715	100.000	100.000	0	0	0
Total	**100.000**	**100.000**	**0**	**0**	**0**

- **04D0 - Construção da Barragem dos Milagres no Estado do Piauí**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14RY	22.903.750	0	0	0	0
Total	**22.903.750**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **04EM - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Oeste (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14SH	100.000	10.935.912	8.853.912	0	0
Total	**100.000**	**10.935.912**	**8.853.912**	**0**	**0**

- **04H6 - Implantação da Barragem Lontras (CE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
151Q	82.453.500	0	0	0	0
Total	**82.453.500**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **04H9 - Implementação do Ramal do Apodi (CE, PB e RN)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
152F	174.984.650	5.846.891	5.846.891	0	0
Total	**174.984.650**	**5.846.891**	**5.846.891**	**0**	**0**

- **04HA - Implantação do Ramal do Entremontes (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
152E	91.615.000	4.520.276	4.520.276	199.807	64.445
Total	**91.615.000**	**4.520.276**	**4.520.276**	**199.807**	**64.445**

- **04HB - Implantação do Ramal do Agreste (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152D	290.266.500	1.585.172	1.585.172	350.745	333.384
Total	**290.266.500**	**1.585.172**	**1.585.172**	**350.745**	**333.384**

OBJETIVO: 0480 - Revitalizar infraestruturas hídricas existentes, de forma a preservar ou ampliar suas capacidades, sua segurança e sua vida útil e reduzir perdas decorrentes de questões estruturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01LO - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N4	1.740.000	1.740.000	1.177.947	1.080.226	1.077.449
Total	**1.740.000**	**1.740.000**	**1.177.947**	**1.080.226**	**1.077.449**

- **01LP - Recuperação e adequação de sistemas de infraestruturas hídricas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14S0	100.000	200.000	200.000	100.000	100.000
14SL	100.000	100.000	0	0	0
14RP	458.352	4.458.352	0	0	0
14VK	100.000	100.000	0	0	0
12G6	18.323.000	17.323.000	8.904.533	4.507.795	2.439.895
Total	**19.081.352**	**22.181.352**	**9.104.533**	**4.607.795**	**2.539.895**

OBJETIVO: 0549 - Formular a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e elaborar seus principais instrumentos, de forma a organizar o setor e a atuação do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **023J - Elaboração de planos e estudos no âmbito da infraestrutura hídrica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13RU	10.993.800	17.809.453	9.000.000	8.897.303	8.897.303
8062	50.000	50.000	30.642	27.458	27.458
10GM	75.704.948	60.584.948	11.801.817	3.343.888	1.592.267
Total	**86.748.748**	**78.444.401**	**20.832.459**	**12.268.650**	**10.517.029**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.086.331**	**1.086.079**	**195.836**
Despesas Correntes	1.034.005	1.032.732	195.836
Despesas de Capital	52.326	53.346	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**9.723.616**	**8.953.706**	**6.597.644**
Totais	**10.809.946**	**10.039.784**	**6.793.480**

OBJETIVO: 0019 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica com modicidade tarifária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1G98	62.995.812	43.028.206	20.139.593
Total	**62.995.812**	**43.028.206**	**20.139.593**

- **000R - Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10D7	116.074.372	43.760.633	5.525.566
Total	**116.074.372**	**43.760.633**	**5.525.566**

- **000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14N8	33.633.600	300.000	0
14L2	100.000	100.000	0
14NB	1.000.000	1.000.000	0
10D6	368.800	0	0
Total	**35.102.400**	**1.400.000**	**0**

- **04A9 - Implantação da Usina Hidrelétrica Batalha (GO/MG)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1G96	26.169.684	29.706.852	20.929.283
Total	**26.169.684**	**29.706.852**	**20.929.283**

OBJETIVO: 0023 - Utilizar as fontes térmicas para geração de energia elétrica, contribuindo para o equilíbrio, complementariedade e diversificação da matriz elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **000U - Implantação da Usina Termonuclear Angra III (RJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
5E88	2.110.817.554	2.038.168.595	1.776.520.209
Total	**2.110.817.554**	**2.038.168.595**	**1.776.520.209**

- **000W - Implantação de Usinas Termelétricas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
14LC	179.155.000	148.600.000	139.912.482
151G	84.119.000	1.740.000	1.786.713
10WI	88.740.000	147.956.000	145.111.256
14LB	112.770.000	9.707.000	7.714.792
15BF	0	3.998.000	2.691.848
Total	**464.784.000**	**312.001.000**	**297.217.091**

- **04EQ - Implantação da Usina Termelétrica Mauá 3 em Manaus (AM)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
151B	276.629.248	276.629.248	26.736.957
Total	**276.629.248**	**276.629.248**	**26.736.957**

OBJETIVO: 0025 - Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **000X - Implantação de Parques Eólicos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
12OR	86.356.677	201.856.677	57.336.062
15BB	0	200.000.000	194.114.428
14L5	100.000	28.840.836	0
146A	42.266.983	55.266.983	2.168.596
Total	**128.723.660**	**485.964.496**	**253.619.086**

- **000Y - Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
14NC	1.602.345	1.602.345	104.950
13FD	316.380	3.869.670	3.856.568
14LF	2.249.000	2.249.000	657.034
Total	**4.167.725**	**7.721.015**	**4.618.552**

- **000Z - Implantação de usinas termelétricas a biomassa**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
14L6	100.000	100.000	0
Total	**100.000**	**100.000**	**0**

OBJETIVO: 0029 - Monitorar, acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, os processos de comercialização e a implementação da política tarifária em todo o território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0010 - Coordenar as ações de integração elétrica com os países vizinhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L6	60.000	60.000	27.416	14.389	14.389
Total	**60.000**	**60.000**	**27.416**	**14.389**	**14.389**

- **0014 - Monitorar a expansão e o desempenho dos sistemas elétricos em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L7	210.000	210.000	138.368	138.368	138.368
Total	**210.000**	**210.000**	**138.368**	**138.368**	**138.368**

- **0015 - Monitorar as ações de comercialização de energia e da política tarifária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20L8	50.000	50.000	20.676	8.550	8.550
Total	**50.000**	**50.000**	**20.676**	**8.550**	**8.550**

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica para orientar o desenvolvimento do setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **001Q - Realização de Estudos e Projetos do Setor Elétrico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LF	11.100.000	11.100.000	8.722.887	6.509.431	4.778.039
6907	200.000	200.000	50.000	50.000	50.000
20LG	100.000	100.000	99.997	0	0
Total	**11.400.000**	**11.400.000**	**8.872.885**	**6.559.431**	**4.828.039**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
6508	26.883.638	15.883.638	5.489.166
Total	**26.883.638**	**15.883.638**	**5.489.166**

OBJETIVO: 0036 - Expandir o Sistema Interligado Nacional (SIN), para o pleno atendimento ao mercado, para a integração dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para a extensão a todas capitais brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações**

- **0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
121X	11.921.841	21.717.886	20.478.751
1G97	17.148.649	23.968.376	21.947.774
5107	629.144.814	629.144.814	418.833.362
14XC	51.439.728	173.663.248	168.573.400
11ZY	1.000.000	1.000.000	500.703
151C	31.500.000	47.739.494	40.432.624
126T	27.000.000	57.000.000	31.284.368
1O50	153.773.157	80.713.821	42.980.348
14NA	30.195.277	22.257.391	18.538.845
14L3	23.448.495	45.058.633	26.718.574
14XD	123.565.169	407.087.604	420.920.569
12DB	54.043.954	30.294.939	16.424.317
7V16	40.061.000	83.000.000	38.679.299
Total	**1.194.242.084**	**1.622.646.206**	**1.266.312.934**

OBJETIVO: 0037 - Implementar os reforços e as melhorias necessárias às instalações de geração e transmissão, adequando-as às necessidades de atendimento ao mercado, conforme planejamento da expansão e da operação do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **002C - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
3414	61.851.859	75.000.000	19.588.559
1H05	1.085.460	1.085.460	160.201
10WL	0	39.000	20.858
1H19	5.000.000	1.500.000	754.641
1H18	1.500.000	1.500.000	688.675
14LE	100.000	100.000	0
Total	**69.537.319**	**79.224.460**	**21.212.934**

- **002D - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20OJ	358.304.214	320.769.676	223.025.259
2C49	16.410.000	19.110.000	15.593.907
125W	200.000	200.000	0
14MI	0	35.000.000	6.195.796
14MJ	0	35.000.000	6.195.796
2D94	5.866.086	3.965.778	1.542.732
1891	5.000.000	5.000.000	4.763.162
2C47	312.728.023	296.304.623	245.980.487
2D61	433.056.133	433.056.133	341.431.892
Total	**1.131.564.456**	**1.148.406.210**	**844.729.031**

- **04DJ - Ampliação da capacidade de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga em Itaparica (BA)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14ND	625.000	625.000	0
Total	**625.000**	**625.000**	**0**

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0035 - Ampliação do Acesso à Energia Elétrica na Área Rural (Luz para Todos)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00NY	961.323.061	961.323.061	159.480.021	155.573.637	45.250.867
Total	**961.323.061**	**961.323.061**	**159.480.021**	**155.573.637**	**45.250.867**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
11X8	46.058.254	7.134.000	6.941.395
11YL	112.125.000	67.040.000	39.982.143
11XI	100.000.000	10.000.000	6.999.807
11XE	41.709.660	2.487.507	1.640.855
10WO	8.808.985	800.000	109.258
11XU	173.438.524	130.000.000	125.261.355
7V31	5.305.000	0	0
Total	**487.445.423**	**217.461.507**	**180.934.813**

- **0036 - Coordenação das providências para o cumprimento das metas de universalização do acesso à energia elétrica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V36	41.076.000	41.076.000	0	0	0
1379	17.306.132	17.306.132	847.457	7.469	7.469
Total	**58.382.132**	**58.382.132**	**847.457**	**7.469**	**7.469**

- **0037 - Fomentar ações de desenvolvimento social e geração de emprego e renda e o uso eficiente, racional e produtivo da energia elétrica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20A9	2.642.000	2.642.000	57.188	39.680	39.680
Total	**2.642.000**	**2.642.000**	**57.188**	**39.680**	**39.680**

OBJETIVO: 0047 - Aprimorar a qualidade do fornecimento e zelar pela modicidade dos preços dos serviços de energia elétrica para a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **003Q - Regulação do Setor Elétrico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2993	14.098.032	13.678.426	12.996.527	10.539.641	10.539.641

4703	2.900.000	2.900.000	2.823.444	2.059.674	1.997.920
4880	26.437.332	28.170.499	26.176.880	17.510.151	16.645.040
4699	2.759.854	2.207.884	1.780.910	1.464.507	1.328.926
2C42	5.068.300	4.054.640	3.351.074	1.920.422	1.831.634
Total	**51.263.518**	**51.011.449**	**47.128.835**	**33.494.395**	**32.343.161**

OBJETIVO: 0048 - Estimular medidas de eficiência energética, que contribuam para a otimização da transmissão, da distribuição e do consumo de energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **003W - Promover a Conscientização Sobre o Uso Eficiente de Energia Elétrica**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
4394	85.982.000	16.671.000	12.094.620
Total	**85.982.000**	**16.671.000**	**12.094.620**

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica, incluindo a geração nos sistemas isolados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01FS - Ampliar, manter e reforçar as redes de distribuição de energia elétrica**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
4881	38.732.000	38.732.000	38.729.704
20P3	101.457.261	53.671.855	51.058.932
14L1	51.809.397	13.075.988	14.789.912
6749	42.244.394	24.197.232	19.344.005
20PA	5.796.944	6.755.444	4.006.770
20P0	21.308.400	37.474.172	12.172.553
20P2	30.145.177	7.458.400	15.271.809
3375	63.979.584	14.041.000	11.748.965
20PI	90.638.928	60.484.737	38.223.686
2D89	76.575.832	57.396.177	37.901.773
20PD	150.169.020	55.923.261	31.207.609
20P7	89.766.321	43.087.000	19.304.340
14L7	319.111.717	110.872.323	106.943.067
14KY	125.931.076	58.820.306	20.016.343
14L0	14.880.000	16.500.000	6.806.663
14KZ	268.023.679	86.584.645	84.944.976
20P5	78.414.911	63.249.284	30.429.266
20PC	25.990.394	8.726.000	4.978.406
Total	**1.594.975.035**	**757.049.824**	**547.878.779**

- **01FU - Prover a geração de energia elétrica necessária aos Sistemas Isolados**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20PE	8.000.000	3.000.000	4.290
3267	4.100.000	8.340.000	1.348.719
Total	**12.100.000**	**11.340.000**	**1.353.009**

OBJETIVO: 0437 - Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando a confiabilidade e a segurança do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01G1 - Manutenção do parque gerador de energia**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
4467	24.038.182	24.038.182	9.349.499
4477	405.743.678	275.811.930	193.275.595
212U	60.450.000	32.194.078	24.405.471
20OG	17.311.992	19.546.403	7.375.811
4476	151.590.007	151.590.007	98.569.054
4493	74.000.000	74.000.000	13.617.586
3372	113.370.005	18.000.000	3.284.610
20OM	74.253.260	59.175.224	47.154.268
3292	50.442.140	56.816.722	44.136.306
3380	50.237.000	50.237.000	9.098.885
6556	232.121.000	382.044.500	374.953.321
1C63	1.400.000	0	0
Total	**1.254.957.264**	**1.143.454.046**	**825.220.406**

- **01G2 - Manutenção do sistema de transmissão**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
4462	35.000.000	45.000.000	32.138.539
2D63	190.502.302	190.502.302	146.267.225
4471	6.070.000	15.213.442	1.831.016
4478	376.541.720	432.497.984	297.709.533
212V	5.500.000	0	0
Total	**613.614.022**	**683.213.728**	**477.946.313**

OBJETIVO: 0439 - Pesquisar fontes e tecnologias para o desenvolvimento e inovação no setor de energia elétrica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01GD - Realização de pesquisas no setor elétrico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20AA	200.000	200.000	33.000	0	0
20L5	800.000	800.000	0	0	0
Total	**1.000.000**	**1.000.000**	**33.000**	**0**	**0**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
2745	26.125.000	19.250.000	9.165.461
Total	**26.125.000**	**19.250.000**	**9.165.461**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**122.243**	**124.743**	**57.483**
Despesas Correntes	119.943	121.043	56.408
Despesas de Capital	2.300	3.700	1.075
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**22.694.932**	**22.423.462**	**19.386.209**
Totais	**22.817.175**	**22.548.206**	**19.443.692**

OBJETIVO: 0054 - Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **004D - Desenvolvimento de mercados de combustíveis no exterior**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
4864	109.861.000	454.990.000	345.281.289
Total	**109.861.000**	**454.990.000**	**345.281.289**

- **004E - Implantação da Refinaria Abreu e Lima (PE)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1P65	4.814.646.000	6.947.626.000	5.796.227.806
Total	**4.814.646.000**	**6.947.626.000**	**5.796.227.806**

- **004F - Implantação da Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12O9	6.584.381.000	5.540.737.000	5.437.790.835
Total	**6.584.381.000**	**5.540.737.000**	**5.437.790.835**

- **004G - Implantação da Refinaria Premium I (MA)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
117R	1.263.071.000	162.227.000	144.882.262
Total	**1.263.071.000**	**162.227.000**	**144.882.262**

- **004H - Implantação da Refinaria Premium II (CE)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
119J	165.483.000	126.450.000	103.368.598
Total	**165.483.000**	**126.450.000**	**103.368.598**

- **004I - Implantação de Refinarias**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
125M	102.095.000	300.439.000	240.171.313
Total	**102.095.000**	**300.439.000**	**240.171.313**

- **004M - Manutenção, modernização e ampliação do parque de refino**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
1I88	13.044.000	985.000	965.558
4108	1.189.464.000	1.124.638.000	1.121.407.883
2767	293.042.000	134.110.000	130.682.667
1C60	86.909.000	67.839.000	65.951.975
146C	278.521.000	832.058.000	817.351.800
3157	0	2.000.000	1.927.708
Total	**1.860.980.000**	**2.161.630.000**	**2.138.287.591**

- **004R - Modernização e ampliação da Refinaria Duque de Caxias - REDUC (RJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
3135	279.000.000	122.734.000	122.254.175
Total	**279.000.000**	**122.734.000**	**122.254.175**

- **004S - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Getúlio Vargas - REPAR (PR)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
3161	1.261.000	65.464.000	44.894.065
Total	**1.261.000**	**65.464.000**	**44.894.065**

- **004T - Modernização e ampliação da Refinaria de Paulínia - REPLAN (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
3155	220.114.000	468.814.000	284.082.093
Total	**220.114.000**	**468.814.000**	**284.082.093**

- **004U - Modernização e ampliação da Refinaria Landulpho Alves - RLAM (BA)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
3129	150.661.000	131.630.000	124.931.096
Total	**150.661.000**	**131.630.000**	**124.931.096**

- **004V - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
3125	553.964.000	517.492.000	415.099.334
Total	**553.964.000**	**517.492.000**	**415.099.334**

- **04A6 - Modernização e ampliação da Refinaria Gabriel Passos - REGAP (MG)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3143	345.181.000	183.290.000	153.397.490
Total	**345.181.000**	**183.290.000**	**153.397.490**

- **04A7 - Modernização e ampliação da Refinaria do Vale do Paraíba - REVAP (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3151	214.218.000	224.224.000	218.220.725
Total	**214.218.000**	**224.224.000**	**218.220.725**

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00L5 - Implantação e ampliação da capacidade de unidades produtoras de biodiesel, etanol e unidades esmagadoras**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
124N	7.910.000	7.689.000	4.610.263
124J	3.090.000	17.318.000	9.699.101
124I	4.940.000	9.378.000	9.264.293
Total	**15.940.000**	**34.385.000**	**23.573.657**

OBJETIVO: 0186 - Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00L8 - Expansão da frota marítima e hidroviária para transporte de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e petroquímicos e apoio logístico off-shore**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
125Q	91.750.000	78.474.000	26.782.970
1063	1.583.508.000	1.669.351.000	989.906.191
Total	**1.675.258.000**	**1.747.825.000**	**1.016.689.161**

- **00LA - Implantação e expansão da malha dutoviária e de ativos logísticos para ampliação da capacidade de escoamento de petróleo, derivados e biocombustíveis**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1I92	51.327.000	34.178.000	30.393.251
152G	740.191.000	340.195.000	278.811.968
11SW	27.261.000	16.953.000	14.170.526
11UN	4.730.000	2.877.000	2.527.059
111S	11.880.000	11.656.000	7.672.910

111R	10.966.000	75.216.000	57.635.490
152H	264.200.000	373.366.000	304.776.562
1C22	3.868.000	9.754.000	9.410.595
Total	**1.114.423.000**	**864.195.000**	**705.398.361**

- **00LC - Modernização, ampliação e adequação da infraestrutura logística de petróleo, derivados e biocombustíveis**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
2B38	101.962.000	71.748.000	56.538.788
4107	1.803.605.000	1.171.742.000	907.405.227
2D37	39.500.000	33.876.000	32.939.900
4451	238.191.000	108.928.000	102.287.370
Total	**2.183.258.000**	**1.386.294.000**	**1.099.171.285**

- **00LD - Modernizar e ampliar a capacidade logística de distribuição para atender, de forma otimizada, ao crescimento dos diversos mercados e às demandas legais e regulatórias, primando pela segurança, meio ambiente e saúde pública**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
14UI	35.000.000	31.300.000	31.299.838
2787	539.043.000	512.009.000	509.951.106
2799	127.506.000	62.383.000	61.607.784
2B44	1.702.000	2.641.400	2.639.773
2B43	84.633.000	87.350.100	87.345.898
3348	677.000	0	0
2809	33.795.000	36.675.000	35.891.959
2797	173.043.000	218.302.000	215.898.463
Total	**995.399.000**	**950.660.500**	**944.634.821**

- **04A8 - Reformulação da malha dutoviária da grande São Paulo**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
1C59	45.738.000	32.356.000	27.853.120
Total	**45.738.000**	**32.356.000**	**27.853.120**

OBJETIVO: 0553 - Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **023X - Regular e fiscalizar o setor de derivados de petróleo, de gás natural e de biocombustíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10TP	1.000.000	1.300.000	1.299.382	431.472	431.472
00EI	62.706.948	62.706.948	16.543.000	0	0
212J	58.436.292	60.636.292	60.511.294	57.051.312	49.242.904
Total	**122.143.240**	**124.643.240**	**78.353.676**	**57.482.784**	**49.674.376**

OBJETIVO: 0797 - Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal (lenha e carvão) para fins energéticos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **037M - Apoiar e fomentar o desenvolvimento de estratégias empresariais de uso sustentável da biomassa florestal como fonte primária de energia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20LY	100.000	100.000	0	0	0
Total	**100.000**	**100.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**151.338**	**149.338**	**73.738**
Despesas Correntes	149.438	147.438	72.798
Despesas de Capital	1.900	1.900	939
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**56.909.779**	**63.742.667**	**58.201.660**
Totais	**57.061.117**	**63.892.005**	**58.275.397**

OBJETIVO: 0053 - Planejar o desenvolvimento e a manutenção das atividades exploratórias de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, de forma a possibilitar a escolha pública sobre o momento de sua exploração, a definição de áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional e o aproveitamento racional das reservas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **004B - Realização de estudos geológicos e geofísicos para aumentar o conhecimento das bacias sedimentares brasileiras, bem como para a prospecção de petróleo e gás natural, incluindo a área do Pré-Sal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2050	100.000.000	100.000.000	58.999.451	33.704.713	33.704.713
Total	**100.000.000**	**100.000.000**	**58.999.451**	**33.704.713**	**33.704.713**

OBJETIVO: 0057 - Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como de transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0053 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção II**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1I72	105.413.000	806.790.000	782.229.068
Total	**105.413.000**	**806.790.000**	**782.229.068**

- **0054 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção III**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
117Q	99.734.000	717.630.000	379.747.958
Total	**99.734.000**	**717.630.000**	**379.747.958**

- **0057 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção V**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146Q	5.951.927.000	5.265.930.000	5.135.651.816
Total	**5.951.927.000**	**5.265.930.000**	**5.135.651.816**

- **0058 - Desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, através da instalação de novos sistemas de produção e manutenção e melhorias dos sistemas atualmente existentes**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
4237	746.048.000	572.303.000	535.602.726
213U	0	34.487.000	23.626.324
2851	2.946.700.000	1.779.381.000	1.479.409.150
2751	390.333.000	472.834.000	460.037.477
2D01	260.692.000	131.180.000	176.899.005
8055	13.021.000	64.150.000	61.957.227
213V	0	41.532.000	22.947.125
4109	5.223.041.000	4.769.476.000	4.363.304.671
8019	1.196.146.000	3.403.507.000	3.183.531.732
2761	2.335.084.000	3.171.100.000	2.989.771.659
2D00	188.624.000	79.780.000	76.921.625
Total	**13.299.689.000**	**14.519.730.000**	**13.374.008.721**

- **005A - Desenvolvimento e implantação de instalações de GNL (Gás Natural Liquefeito), dominando a tecnologia e operação, inserindo o Brasil no conjunto dos países que detém tecnologia, processos e operação de GNL**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20T7	17.672.000	21.226.000	20.327.266
14UG	19.253.000	2.304.000	1.045.137
146K	55.376.000	202.564.000	189.826.892
Total	**92.301.000**	**226.094.000**	**211.199.295**

- **005C - Desenvolvimento da Produção da Bacia de Santos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20OP	261.201.000	367.910.000	332.670.024
Total	**261.201.000**	**367.910.000**	**332.670.024**

- **005D - Desenvolvimento da Produção da Cessão Onerosa**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20OR	3.184.117.000	2.760.997.000	2.587.417.728
Total	**3.184.117.000**	**2.760.997.000**	**2.587.417.728**

- **005E - Desenvolvimento da Produção do Espírito Santo e Bacia de Campos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20OU	5.487.631.000	9.459.080.000	8.944.260.574
Total	**5.487.631.000**	**9.459.080.000**	**8.944.260.574**

- **005F - Desenvolvimento da Produção do Pré-Sal**

- **005F - Desenvolvimento da Produção do Pré-Sal**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20OS	7.560.407.000	6.928.745.000	6.519.808.903
Total	**7.560.407.000**	**6.928.745.000**	**6.519.808.903**

- **005H - Implantação, adequação e manutenção da malha de gasodutos de transporte de gás natural**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
150Z	34.219.000	5.062.000	2.144.171
4867	121.000	216.000	192.580
8020	28.303.000	8.490.000	9.130.415
4861	192.967.000	160.706.000	129.044.745
146S	128.581.000	59.253.000	55.946.865
152I	1.037.000.000	1.409.740.000	1.401.992.223
146R	185.914.000	216.888.000	184.355.497
Total	**1.607.105.000**	**1.860.355.000**	**1.782.806.496**

- **005P - Manutenção da Produção das Bacias de Campos e do Espirito Santo**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20OQ	3.991.497.000	4.496.710.000	4.557.509.013
Total	**3.991.497.000**	**4.496.710.000**	**4.557.509.013**

- **005Q - Manutenção da Produção das Bacias de Santos e da Região Sul**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20OT	370.863.000	892.930.000	887.074.846
Total	**370.863.000**	**892.930.000**	**887.074.846**

- **005S - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Marítimas I**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
146F	10.230.665.000	11.668.144.000	9.224.972.730
Total	**10.230.665.000**	**11.668.144.000**	**9.224.972.730**

- **005T - Realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços - Exploração de Bacias Sedimentares Terrestres I**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
146G	1.172.839.000	1.264.030.000	1.202.214.645
Total	**1.172.839.000**	**1.264.030.000**	**1.202.214.645**

- **04DD - Ampliar a capacidade de processamento de Gás Natural do Terminal de Cabiúnas (RJ).**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10TF	12.000.000	18.189.000	18.109.674
14KK	482.303.000	485.341.000	471.910.800
Total	**494.303.000**	**503.530.000**	**490.020.474**

- **04H4 - Implantação de Unidades de Processamento de Gás Natural do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
151A	511.166.000	245.882.000	216.809.724
Total	**511.166.000**	**245.882.000**	**216.809.724**

- **04H7 - Implantação de Unidade de Armazenagem e Regaseificação de Gás Natural em Barra do Riacho (ES)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14VS	28.970.000	646.000	2.548
Total	**28.970.000**	**646.000**	**2.548**

- **04HC - Implantação de Gasoduto de escoamento de Gás Natural do Pré-Sal para processamento no COMPERJ**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
152J	419.050.000	95.419.000	74.668.800
Total	**419.050.000**	**95.419.000**	**74.668.800**

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0066 - Realização de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para petróleo e gás natural**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2D83	180.000.000	78.159.000	57.133.377
20LE	1.074.174.000	981.808.000	924.835.747
20OW	324.094.000	231.191.000	191.687.150
20OV	462.633.000	370.957.000	324.930.099
Total	**2.040.901.000**	**1.662.115.000**	**1.498.586.373**

OBJETIVO: 0064 - Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **006N - Regulação (incluindo fiscalização e autorização) da implementação dos contratos, projetos e normas socioambientais da indústria do petróleo e gás natural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212L	14.958.661	13.958.661	13.851.051	11.693.159	8.699.157
212K	35.579.646	34.579.646	32.664.365	28.339.721	20.146.236
Total	**50.538.307**	**48.538.307**	**46.515.416**	**40.032.880**	**28.845.392**

OBJETIVO: 0529 - Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0203 - Elaboração e acompanhamento do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20LH	800.000	800.000	0	0	0
Total	**800.000**	**800.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.503.843**	**2.997.304**	**3.340**
Despesas Correntes	69.279	59.485	3.027
Despesas de Capital	2.434.564	2.937.819	313
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.503.843**	**2.997.304**	**3.340**

OBJETIVO: 0321 - Promover transformações urbanísticas estruturais em territórios de especial interesse em áreas urbanas para efetivar as funções sociais da cidade e da propriedade por meio de projetos urbanos integrados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZN - Reabilitação de áreas urbanas centrais, áreas subutilizadas ou áreas de especial interesse de preservação cultural ou ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20NR	29.025.000	29.025.000	5.740.000	190.000	190.000
Total	**29.025.000**	**29.025.000**	**5.740.000**	**190.000**	**190.000**

OBJETIVO: 0322 - Promover a implementação de instrumentos de planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento urbano sustentável com redução de desigualdades sociais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZP - Instituição do planejamento urbano municipal e interfederativo para o desenvolvimento sustentável com redução de desigualdades sociais e melhoria da qualidade ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8874	2.000.000	1.600.000	238.684	152.551	152.551
20W3	2.125.000	2.125.000	166.548	10.762	10.762
Total	**4.125.000**	**3.725.000**	**405.232**	**163.313**	**163.313**

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, combinando ações de fortalecimento institucional e de implementação de processos de regularização fundiária urbana.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZT - Promoção da regularização fundiária urbana, incluindo adequações de normas pertinentes, o fortalecimento e a articulação interinstitucionais, como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8866	47.321.155	43.906.155	7.137.184	1.047.674	1.047.674
Total	**47.321.155**	**43.906.155**	**7.137.184**	**1.047.674**	**1.047.674**

OBJETIVO: 0589 - Fortalecer a gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02B4 - Fortalecimento da gestão municipal e interfederativa para o desenvolvimento urbano integrado e com participação social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1D73	2.390.976.578	2.891.356.042	1.222.279.049	122.925	122.925
8872	583.383	583.383	79.366	49.366	49.366
4055	486.152	486.152	449.002	389.792	389.792
20NP	1.750.147	1.468.584	0	0	0
4420	1.507.071	1.707.071	1.393.896	1.376.491	1.376.491
Total	**2.395.303.331**	**2.895.601.232**	**1.224.201.313**	**1.938.574**	**1.938.574**

OBJETIVO: 1003 - Promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações, eliminando barreiras arquitetônicas e urbanísticas, como forma de garantir o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04FB - Apoiar a promoção da acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10T2	28.068.154	25.046.586	740.000	0	0
Total	**28.068.154**	**25.046.586**	**740.000**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.112.905**	**2.508.894**	**602.629**
Despesas Correntes	163.765	173.190	71.235
Despesas de Capital	2.949.140	2.335.703	531.394
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.112.905**	**2.508.894**	**602.629**

OBJETIVO: 0574 - Requalificar, implantar e expandir sistemas de transportes públicos coletivos, induzindo a promoção da integração modal, física e tarifária de forma sustentável e amplamente acessível.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **027W - Apoiar implantação, modernização e complementação de sistemas de transporte público coletivo, incluindo a aquisição de veículos e equipamentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SS	2.668.409.000	1.954.462.812	1.224.300.815	418.903.279	418.903.279
Total	**2.668.409.000**	**1.954.462.812**	**1.224.300.815**	**418.903.279**	**418.903.279**

- **027Z - Implantação do Trecho Eldorado-Vilarinho do Sistema de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5176	100.000	100.000	0	0	0
Total	**100.000**	**100.000**	**0**	**0**	**0**

- **0280 - Implantação do Trecho Lapa-Pirajá do Sistema de Trens Urbanos de Salvador - BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SX	1.000.000	446.293	0	0	0
Total	**1.000.000**	**446.293**	**0**	**0**	**0**

- **0281 - Implantação do Trecho Rodoviária-Camaragibe e Modernização dos Trechos Recife-Jaboatão; Coqueiral-Rodoviária e Recife-Cabo do sistema de Trens Urbanos de Recife - PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5754	54.981.684	54.981.684	22.935.879	2.763.530	2.451.673
Total	**54.981.684**	**54.981.684**	**22.935.879**	**2.763.530**	**2.451.673**

- **0282 - Implantação do Trecho Sul Vila das Flores-João Felipe do Sistema de Trens Urbanos de Fortaleza - CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10SY	138.000.000	138.000.000	138.000.000	107.700.000	0
Total	**138.000.000**	**138.000.000**	**138.000.000**	**107.700.000**	**0**

- **0283 - Implantar, expandir, recuperar e modernizar os sistemas de transporte metroferroviário nos centros urbanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152U	1.000.000	37.524.259	32.212.125	0	0
152T	1.000.000	54.387.950	35.067.701	0	0
14TT	15.150.000	12.150.000	7.408.899	1.304.845	1.304.845
152S	1.000.000	25.587.686	17.408.647	13.804	0
Total	**18.150.000**	**129.649.895**	**92.097.371**	**1.318.649**	**1.304.845**

OBJETIVO: 0580 - Apoiar sistemas de transportes não motorizados integrados aos sistemas de transporte público coletivo e promover a acessibilidade universal.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029W - Apoiar a implantação e adequação de infraestrutura urbana para propiciar acessibilidade às pessoas com restrição de mobilidade e deficiência**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TS	5.100.000	5.100.000	2.383.245	677.522	677.522
Total	**5.100.000**	**5.100.000**	**2.383.245**	**677.522**	**677.522**

- **029X - Implantação, reforma ou ampliação de infraestrutura de transportes públicos não motorizados e intervenções que contribuam para a minimização dos conflitos do transporte a pé e de bicicleta no espaço urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ST	62.543.000	62.463.000	3.043.000	0	0
Total	**62.543.000**	**62.463.000**	**3.043.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0581 - Apoiar a implantação de medidas de moderação de tráfego visando a qualificação do sistema viário urbano nos pontos que apresentem conflitos entre os modais de transporte.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029Y - Apoiar projetos de alteração ou adequação de vias para limitar a velocidade dos veículos, ordenar fluxos ou restringir e, implantar sinalização de trânsito e dispositivos de redução de velocidade dos veículos, aliados a melhoria do ambiente urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D47	155.977	124.782	0	0	0
Total	**155.977**	**124.782**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0584 - Fomentar ações estruturantes para o fortalecimento institucional, promovendo a regulação do setor, a pesquisa, a implantação de sistemas de informação, a elaboração de projetos e planos de Transporte, de Mobilidade Urbana e Trânsito e a capacitação institucional dos agentes públicos e sociais para os sistemas de mobilidade urbana, de forma integrada e sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02AS - Apoiar a capacitação e o desenvolvimento institucional para gestão de sistemas de mobilidade urbana e de transporte sobre trilhos, o fomento à elaboração de Planos Diretores de Transporte e da Mobilidade Urbana, e a elaboração de projetos de infraestrutura da mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D49	4.000.000	3.200.000	0	0	0
10SR	5.500.000	5.400.000	4.096.911	0	0
20YB	100.000	100.000	0	0	0
123N	100.000	100.000	0	0	0
Total	**9.700.000**	**8.800.000**	**4.096.911**	**0**	**0**

- **02AV - Desenvolvimento de estudos, pesquisas e soluções técnicas, promovendo a produção e disseminação de conhecimento e a inovação tecnológica nas áreas de mobilidade urbana, trânsito e transporte sobre trilhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4398	5.000.000	5.000.000	4.623.098	203.271	203.271
Total	**5.000.000**	**5.000.000**	**4.623.098**	**203.271**	**203.271**

OBJETIVO: 0591 - Aprimorar o Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BB - Aprimoramento do Sistema Nacional de Trânsito promovendo a melhoria do desempenho de seus órgãos e entidades, estimulando a educação, a fiscalização, a engenharia e a preservação do ordenamento e da segurança do trânsito**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8487	1.500.000	1.500.000	0	0	0
20YZ	126.135.244	126.135.244	75.842.823	60.934.771	60.934.771
Total	**127.635.244**	**127.635.244**	**75.842.823**	**60.934.771**	**60.934.771**

OBJETIVO: 0592 - Promover a educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02BC - Promoção de ações de educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito, por meio das diversas mídias e peças, e sensibilização dos profissionais da educação para o tema trânsito**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	10.000.000	10.000.000	9.092.125	8.883.649	8.689.664
4414	12.130.000	12.130.000	1.803.489	1.244.277	1.244.277
Total	**22.130.000**	**22.130.000**	**10.895.614**	**10.127.927**	**9.933.942**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2075 - Transporte Rodoviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**12.610.465**	**12.183.403**	**4.259.402**
Despesas Correntes	467.151	168.233	67.272
Despesas de Capital	12.143.315	12.015.169	4.192.130
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**12.610.465**	**12.183.403**	**4.259.402**

OBJETIVO: 0129 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais, por meio da manutenção das vias e da adequação e recuperação da capacidade estrutural das pontes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **009J - Manutenção da malha rodoviária Região Centro-Oeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VI	797.436.676	820.039.196	752.825.460	417.142.217	295.736.055
Total	**797.436.676**	**820.039.196**	**752.825.460**	**417.142.217**	**295.736.055**

- **009K - Manutenção da malha rodoviária Região Nordeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VJ	1.211.612.000	1.281.234.217	1.158.378.450	484.398.070	307.340.803
2E65	12.000.000	12.000.000	0	0	0
Total	**1.223.612.000**	**1.293.234.217**	**1.158.378.450**	**484.398.070**	**307.340.803**

- **009L - Manutenção da malha rodoviária Região Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VK	1.007.825.400	1.353.226.462	1.202.538.680	587.996.024	425.588.659
Total	**1.007.825.400**	**1.353.226.462**	**1.202.538.680**	**587.996.024**	**425.588.659**

- **009M - Manutenção da malha rodoviária Região Sudeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VL	759.458.000	755.509.000	719.855.707	367.370.749	281.054.372
Total	**759.458.000**	**755.509.000**	**719.855.707**	**367.370.749**	**281.054.372**

- **009N - Manutenção da malha rodoviária Região Sul**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VM	549.753.000	1.005.918.428	895.546.999	514.508.295	324.684.166
Total	**549.753.000**	**1.005.918.428**	**895.546.999**	**514.508.295**	**324.684.166**

OBJETIVO: 0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das rodovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **009T - Fiscalização e regulação de concessões no transporte rodoviário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2907	23.578.018	23.718.018	23.660.755	17.415.364	17.353.004
Total	**23.578.018**	**23.718.018**	**23.660.755**	**17.415.364**	**17.353.004**

OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, garantindo condições estáveis de fluxo e segurança, com a finalidade de atender às demandas de cargas e ao volume de tráfego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **009V - Adequação da Rodovia BR-060/GO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7I40	34.400.000	84.400.000	84.400.000	32.703.247	22.894.834
Total	**34.400.000**	**84.400.000**	**84.400.000**	**32.703.247**	**22.894.834**

- **009W - Adequação da Rodovia BR-101/AL**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7624	240.000.000	190.000.000	182.650.491	111.671.786	95.423.052
Total	**240.000.000**	**190.000.000**	**182.650.491**	**111.671.786**	**95.423.052**

- **009X - Adequação da Rodovia BR-101/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
105S	234.500.000	234.500.000	154.499.999	1.193.686	1.193.686
13X9	129.000.000	0	0	0	0
Total	**363.500.000**	**234.500.000**	**154.499.999**	**1.193.686**	**1.193.686**

- **009Z - Adequação da Rodovia BR-101/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
105T	24.100.000	24.100.000	23.720.647	600.647	600.647
Total	**24.100.000**	**24.100.000**	**23.720.647**	**600.647**	**600.647**

- **00A0 - Adequação da Rodovia BR-101/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7435	86.000.000	16.000.000	7.499.745	2.042.400	761.241
Total	**86.000.000**	**16.000.000**	**7.499.745**	**2.042.400**	**761.241**

- **00A1 - Adequação da Rodovia BR-101/RJ**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13XP	860.000	0	0	0	0
Total	**860.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00A3 - Adequação da Rodovia BR-101/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3766	1.000.000	1.500.000	1.500.000	0	0
7V08	3.000.000	3.000.000	0	0	0
Total	**4.000.000**	**4.500.000**	**1.500.000**	**0**	**0**

- **00A4 - Adequação da Rodovia BR-101/SC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1208	258.000.000	417.934.589	374.184.119	251.217.587	220.960.567
Total	**258.000.000**	**417.934.589**	**374.184.119**	**251.217.587**	**220.960.567**

- **00A6 - Adequação da Rodovia BR-101/SE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
110Q	128.400.000	190.400.000	165.399.616	74.965.554	61.635.762
110R	70.000.000	35.000.000	23.270.737	8.567.326	6.103.702
Total	**198.400.000**	**225.400.000**	**188.670.353**	**83.532.880**	**67.739.464**

- **00A8 - Adequação da Rodovia BR-116/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K53	60.000.000	13.900.000	13.900.000	7.653.029	6.210.752
10KV	10.000.000	0	0	0	0
7L04	192.900.000	467.369.930	451.950.000	256.921.963	215.636.771
Total	**262.900.000**	**481.269.930**	**465.850.000**	**264.574.992**	**221.847.523**

- **00A9 - Adequação da Rodovia BR-163/MT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10L1	150.000.000	250.000.000	222.000.000	64.613.589	41.555.210
7M76	4.000.000	4.000.000	800.000	239.486	239.486
14L8	1.000.000	500.000	0	0	0
Total	**155.000.000**	**254.500.000**	**222.800.000**	**64.853.075**	**41.794.696**

- **00AB - Adequação da Rodovia BR-262/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13XJ	23.400.000	13.400.000	10.800.000	0	0
Total	**23.400.000**	**13.400.000**	**10.800.000**	**0**	**0**

- **00AF - Adequação da Rodovia BR-381/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10IX	275.200.000	205.200.000	200.935.783	68.145.292	46.937.885
Total	**275.200.000**	**205.200.000**	**200.935.783**	**68.145.292**	**46.937.885**

- **00AH - Adequação da Rodovia BR-470/SC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7530	146.200.000	78.530.062	68.438.062	16.537.010	7.606.143
Total	**146.200.000**	**78.530.062**	**68.438.062**	**16.537.010**	**7.606.143**

- **00AI - Adequação de capacidade dos eixos rodoviários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13XL	30.000.000	0	0	0	0
12KF	25.800.000	93.799.634	52.104.830	22.623.366	19.313.049
7S72	21.038.000	21.038.000	0	0	0
150H	6.000.000	6.000.000	0	0	0
7R82	36.076.000	37.576.000	1.424.044	1.279.168	1.279.168
1K23	30.100.000	22.100.000	22.100.000	5.427.356	1.283.096
7S66	860.000	860.000	860.000	631.705	437.252
1304	21.500.000	18.464.388	13.424.319	9.363.798	7.584.278
7M83	860.000	0	0	0	0
13NC	6.000.000	44.524.967	39.616.393	14.728.111	11.265.187
7S90	6.000.000	6.000.000	2.350.000	2.198.088	2.198.088
7L94	5.000.000	5.000.000	2.000.000	0	0
7V23	26.646.000	26.646.000	0	0	0
7V32	4.244.000	4.244.000	0	0	0
7542	1.000.000	0	0	0	0
127H	51.600.000	220.422.669	201.600.000	155.768.298	117.309.037
14UV	30.100.000	100.000	0	0	0
7V03	7.500.000	7.500.000	0	0	0
7U43	42.869.526	44.969.526	2.100.000	209.109	209.109
7V35	3.000.000	3.000.000	0	0	0
7626	25.800.000	42.550.472	22.172.510	951.496	500.000
7M88	20.000.000	5.000.000	0	0	0
1558	8.600.000	10.482.267	22.561	22.561	22.561
13YM	12.040.000	5.040.000	0	0	0
13X6	21.500.000	29.205.302	0	0	0
7E90	1.000.000	13.400.000	13.400.000	0	0
14K8	1.000.000	1.000.000	935.000	0	0
7V02	6.000.000	6.000.000	0	0	0
14OW	26.038.000	26.038.000	0	0	0
13Y2	17.200.000	0	0	0	0
7V26	56.625.000	0	0	0	0
7S73	15.480.000	15.480.000	15.480.000	0	0

12IW	68.800.000	68.800.000	7.800.000	7.668.428	7.668.428
7M69	860.000	0	0	0	0
123U	93.600.000	80.600.000	45.000.000	1.706.709	0
Total	**730.736.526**	**865.841.225**	**442.389.658**	**222.578.195**	**169.069.254**

- **00A7 - Adequação da Rodovia BR-116/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13X7	116.186.000	116.186.000	106.101.581	0	0
Total	**116.186.000**	**116.186.000**	**106.101.581**	**0**	**0**

- **00AA - Adequação da Rodovia BR-262/ES**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7M71	25.800.000	15.800.000	15.800.000	0	0
Total	**25.800.000**	**15.800.000**	**15.800.000**	**0**	**0**

- **04AY - Adequação da Rodovia BR-364/RO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7M63	5.000.000	28.820.755	21.999.999	0	0
Total	**5.000.000**	**28.820.755**	**21.999.999**	**0**	**0**

- **04BL - Adequação da Rodova BR-155/PA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13Y5	17.200.000	7.200.000	0	0	0
Total	**17.200.000**	**7.200.000**	**0**	**0**	**0**

- **04BS - Adequação da Rodovia BR-163/PR**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7U22	17.200.000	17.200.000	12.000.000	0	0
12JL	43.000.000	64.500.000	64.500.000	50.445.254	42.509.308
Total	**60.200.000**	**81.700.000**	**76.500.000**	**50.445.254**	**42.509.308**

- **04BV - Adequação da Rodovia BR-343/PI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7J07	5.500.000	4.400.000	0	0	0
Total	**5.500.000**	**4.400.000**	**0**	**0**	**0**

- **04BY - Adequação da Rodovia BR-304/RN**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7S75	31.390.000	43.152.972	9.436.064	1.753.108	1.719.270
14YC	8.600.000	0	0	0	0
Total	**39.990.000**	**43.152.972**	**9.436.064**	**1.753.108**	**1.719.270**

- **04C2 - Adequação da Rodovia BR-386/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10M9	20.000.000	20.000.000	20.000.000	14.119.484	11.242.233
Total	**20.000.000**	**20.000.000**	**20.000.000**	**14.119.484**	**11.242.233**

- **04CQ - Adequação da Rodovia BR-153/GO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1310	20.554.000	2.554.000	500.000	362.872	352.702
Total	**20.554.000**	**2.554.000**	**500.000**	**362.872**	**352.702**

- **04D7 - Adequação da Rodovia BR-110/RN**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12JT	12.212.000	31.127.566	16.167.028	5.555.779	5.227.808
Total	**12.212.000**	**31.127.566**	**16.167.028**	**5.555.779**	**5.227.808**

- **04DK - Adequação da Rodovia BR-104/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7G66	38.500.000	0	0	0	0
Total	**38.500.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **04DO - Adequação da Rodovia BR-230/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7T98	15.500.000	15.500.000	0	0	0
Total	**15.500.000**	**15.500.000**	**0**	**0**	**0**

- **04GT - Adequação da Rodovia BR-423/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14X0	30.000.000	17.000.000	0	0	0
Total	**30.000.000**	**17.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0132 - Ampliar a capacidade dos acessos terrestres aos portos, por vias federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00AL - Adequação do acesso ao Porto de Rio Grande - BR-392/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1214	99.000.000	40.000.000	15.000.000	0	0
Total	**99.000.000**	**40.000.000**	**15.000.000**	**0**	**0**

- **00AM - Adequação do acesso ao Porto de São Francisco do Sul - BR-280/SC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10JQ	146.200.000	52.885.856	45.933.450	7.556.481	7.508.415
Total	**146.200.000**	**52.885.856**	**45.933.450**	**7.556.481**	**7.508.415**

- **00AN - Construção e adequação de acessos rodoviários a portos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U25	7.826.000	7.826.000	0	0	0
12JU	25.198.000	10.198.000	8.898.000	0	0
7U28	6.880.000	6.880.000	6.880.000	3.331.751	3.331.751
7U29	860.000	860.000	0	0	0
7U27	13.760.000	38.408.286	29.016.000	0	0
10KT	860.000	42.060.000	0	0	0
10L3	39.646.000	146.000	0	0	0
7U30	860.000	0	0	0	0
3E56	17.200.000	5.000.000	0	0	0
Total	**113.090.000**	**111.378.286**	**44.794.000**	**3.331.751**	**3.331.751**

- **04HL - Construção do acesso ao Terminal Portuário de Capuaba - BR-447/ES**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U06	6.880.000	6.880.000	6.880.000	0	0
Total	**6.880.000**	**6.880.000**	**6.880.000**	**0**	**0**

- **04HM - Adequação do acesso ao Porto de Itaguaí - BR-101/RJ**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3E49	23.220.000	33.220.000	21.694.306	7.048.209	2.097.054
Total	**23.220.000**	**33.220.000**	**21.694.306**	**7.048.209**	**2.097.054**

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário de passagem nos trechos de perímetro urbano que possuam nível de serviço inadequado ou alto índice de acidentes, por meio de intervenções nas rodovias federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00AT - Construção do Anel de Belo Horizonte - BR-381/MG e BR-040/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10UL	860.000	0	0	0	0
Total	**860.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00AX - Construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - BR-101/RJ e BR-493/RJ**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7630	860.000	5.860.000	4.822.485	0	0
1K17	60.200.000	60.200.000	60.200.000	60.200.000	0
3E50	129.000.000	42.540.756	42.540.756	33.380.287	96.301
Total	**190.060.000**	**108.600.756**	**107.563.241**	**93.580.287**	**96.301**

- **00B1 - Construção do Rodoanel de São Paulo - SP-021/SP**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12JP	129.000.000	129.000.000	129.000.000	129.000.000	129.000.000
Total	**129.000.000**	**129.000.000**	**129.000.000**	**129.000.000**	**129.000.000**

- **00B2 - Construção e adequação de contornos ou anéis rodoviários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7I71	47.576.000	46.076.000	9.855.902	746.263	746.263
15CU	0	1.800.000	0	0	0
7M91	860.000	0	0	0	0
7V17	49.936.600	49.936.600	0	0	0
151V	60.200.000	20.200.000	0	0	0
7S51	34.400.000	900.000	0	0	0
12JV	860.000	6.271.700	4.860.000	4.365.980	2.647.609
7T10	0	1.000.000	0	0	0
7T99	12.000.000	12.000.000	0	0	0
7L03	25.198.000	84.020.669	76.838.000	44.465.573	0
7V27	25.000.000	25.000.000	0	0	0
12ER	860.000	2.500.000	2.500.000	2.036.390	2.036.390
123S	1.462.000	1.462.000	0	0	0
11WB	12.900.000	0	0	0	0
7T95	9.000.000	9.000.000	0	0	0
7M92	860.000	0	0	0	0
7N37	1.000.000	15.662.000	0	0	0
7V15	28.861.000	28.861.000	0	0	0
7N84	40.860.000	40.000.000	0	0	0
13XZ	17.800.000	2.800.000	0	0	0
7V29	60.907.526	60.907.526	0	0	0
113X	9.000.000	9.000.000	8.981.200	0	0
7V25	162.339.000	162.339.000	0	0	0
113V	860.000	6.360.000	2.533.300	946.692	946.692
12KB	12.900.000	12.900.000	0	0	0
12MK	1.000.000	1.000.000	700.000	216.588	22.473
7V01	25.000.000	25.000.000	0	0	0
12KY	95.000.000	0	0	0	0
7I74	3.440.000	8.840.000	0	0	0
Total	**740.080.126**	**633.836.495**	**106.268.402**	**52.777.486**	**6.399.428**

- **00B4 - Construção e adequação de travessias urbanas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14OB	3.000.000	3.000.000	3.000.000	0	0
13X5	13.760.000	14.760.000	14.760.000	590.873	0
14P2	1.000.000	1.000.000	0	0	0
11ZK	2.000.000	2.000.000	0	0	0
12IX	3.784.000	784.000	0	0	0
14LV	17.286.000	7.286.000	7.286.000	0	0
12KG	81.800.000	42.800.000	24.750.000	449.241	449.241
7R27	10.000.000	0	0	0	0
127L	860.000	860.000	860.000	0	0
13SQ	2.500.000	2.500.000	0	0	0
14P4	1.000.000	1.000.000	0	0	0
11Z7	5.000.000	0	0	0	0
7P87	1.000.000	1.200.000	1.200.000	0	0
12H0	8.000.000	0	0	0	0
13ZD	1.000.000	1.000.000	841.542	0	0
7N81	1.000.000	1.000.000	0	0	0
11ZC	860.000	0	0	0	0
13OP	3.000.000	2.400.000	0	0	0
13Y0	21.500.000	0	0	0	0
13XW	2.064.000	17.564.000	16.785.608	5.311.200	2.714.594
12HH	5.000.000	0	0	0	0
7S96	1.000.000	1.000.000	1.000.000	0	0
Total	**186.414.000**	**100.154.000**	**70.483.149**	**6.351.314**	**3.163.834**

- **04ER - Adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte - BR-040/MG, BR-262/MG e BR-381/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M95	19.100.000	40.125.000	19.125.000	2.275.446	2.275.446
Total	**19.100.000**	**40.125.000**	**19.125.000**	**2.275.446**	**2.275.446**

- **04F4 - Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14X3	76.000.000	44.600.000	0	0	0
Total	**76.000.000**	**44.600.000**	**0**	**0**	**0**

- **04H2 - Construção do Anel Rodoviário de Uberaba/MG - BR-262/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
150T	860.000	0	0	0	0
Total	**860.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0137 - Promover a expansão da malha rodoviária federal buscando a integração regional e interestadual e o atendimento aos fluxos de transporte de grande relevância econômica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00B6 - Construção da BR-135/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1C09	86.000.000	86.000.000	76.480.473	0	0
Total	**86.000.000**	**86.000.000**	**76.480.473**	**0**	**0**

- **00B9 - Construção da BR-163/PA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1490	201.756.000	201.756.000	178.822.743	63.569.486	45.104.227
Total	**201.756.000**	**201.756.000**	**178.822.743**	**63.569.486**	**45.104.227**

- **00BB - Construção da BR-235/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7F51	200.600.000	170.600.000	154.838.412	57.592.183	36.304.936
Total	**200.600.000**	**170.600.000**	**154.838.412**	**57.592.183**	**36.304.936**

- **00BE - Construção de rodovias federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V07	2.250.000	2.250.000	0	0	0
7E87	12.900.000	0	0	0	0
13XG	11.360.000	10.500.000	0	0	0
13XQ	20.000.000	500.000	0	0	0
7U21	9.460.000	14.673.349	3.250.000	0	0
7M66	18.900.000	4.590.000	4.590.000	0	0
7S78	8.527.000	7.977.000	6.427.000	0	0
7E79	57.600.000	16.250.000	6.817.603	3.594.426	2.445.414
7G16	17.200.000	17.200.000	17.200.000	0	0
7N22	15.200.000	39.905.189	35.200.000	18.747.234	18.747.234
111J	8.600.000	4.000.000	0	0	0
7S59	48.994.000	48.994.000	48.994.000	24.569.465	11.598.092
7M81	8.600.000	8.600.000	8.600.000	842.592	666.920
128W	64.500.000	10.500.000	500.000	0	0
7H16	1.000.000	1.000.000	0	0	0
7T74	10.000.000	10.000.000	0	0	0
13SL	20.000.000	5.000.000	0	0	0
13WQ	860.000	0	0	0	0
10KK	82.800.000	27.800.000	10.010.391	4.774.402	4.774.402
12L0	6.880.000	0	0	0	0
7J39	500.000	500.000	0	0	0
1B99	1.000.000	6.250.000	6.250.000	0	0
12JG	56.932.000	36.932.000	15.000.000	2.378.443	0
7V28	10.898.371	10.898.371	0	0	0

7441	30.000.000	6.990.611	6.849.083	661.907	609.948
7474	8.600.000	8.600.000	8.591.322	2.920.857	1.377.212
12JW	12.900.000	0	0	0	0
7M32	5.000.000	4.000.000	0	0	0
13UW	6.000.000	6.000.000	6.000.000	0	0
7N85	25.800.000	5.000.000	0	0	0
13R0	1.000.000	1.000.000	0	0	0
7U07	3.000.000	3.000.000	0	0	0
7V18	97.405.200	97.405.200	0	0	0
7152	860.000	0	0	0	0
10IW	21.500.000	21.500.000	20.500.000	0	0
7V00	32.000.000	32.000.000	0	0	0
1D70	860.000	6.740.000	6.739.999	2.747.795	1.487.665
7V19	97.405.200	97.405.200	0	0	0
7K23	64.950.000	1.600.000	1.600.000	1.174.980	833.184
Total	**902.241.771**	**575.560.920**	**213.119.399**	**62.412.101**	**42.540.072**

- **00B8 - Construção da BR-158/MT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
11VA	50.000.000	17.000.000	16.999.999	9.548.653	8.570.935
Total	**50.000.000**	**17.000.000**	**16.999.999**	**9.548.653**	**8.570.935**

- **00BD - Construção da BR-242/TO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
5E15	60.200.000	6.147.000	3.000.000	0	0
Total	**60.200.000**	**6.147.000**	**3.000.000**	**0**	**0**

- **04AE - Construção da BR-448/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10L7	30.000.000	12.000.000	12.000.000	5.210.037	3.230.521
14YA	9.000.000	0	0	0	0
Total	**39.000.000**	**12.000.000**	**12.000.000**	**5.210.037**	**3.230.521**

- **04F7 - Construção da BR-392/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14YB	9.000.000	0	0	0	0
Total	**9.000.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **04FA - Construção da BR-422/PA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7V04	4.500.000	4.500.000	0	0	0
Total	**4.500.000**	**4.500.000**	**0**	**0**	**0**

- **04HN - Construção da BR-174/MT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7T97	15.200.000	15.200.000	10.200.000	0	0
Total	**15.200.000**	**15.200.000**	**10.200.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0138 - Aumentar a interligação rodoviária com os países da América do Sul, fortalecendo os eixos de integração e desenvolvimento, criando correntes logísticas na região.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00BG - Construção da BR-364/AC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1422	860.000	60.000	0	0	0
Total	**860.000**	**60.000**	**0**	**0**	**0**

- **00BH - Construção da BR-429/RO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
113Y	22.800.000	69.821.816	55.800.000	17.938.322	12.192.068
Total	**22.800.000**	**69.821.816**	**55.800.000**	**17.938.322**	**12.192.068**

- **00BI - Construção de pontes internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
112N	30.000.000	5.000.000	0	0	0
7V33	28.648.000	28.648.000	0	0	0
110O	34.400.000	5.000.000	5.000.000	0	0
126R	1.000.000	13.000.000	4.373.830	3.850.277	873.830
14Y4	1.300.000	1.300.000	0	0	0
Total	**95.348.000**	**52.948.000**	**9.373.830**	**3.850.277**	**873.830**

- **00BJ - Construção de rodovias fronteiriças**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1418	33.500.000	8.500.000	0	0	0
13YK	50.000.000	1.000.000	0	0	0
Total	**83.500.000**	**9.500.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0139 - Ampliar a malha rodoviária federal, de forma a promover a ligação entre todos os estados brasileiros, rompendo com o isolamento regional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00BM - Construção da Rodovia BR-230/PA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**

111D	12.900.000	6.180.000	6.171.552	1.388.377	532.358
110I	124.700.000	24.700.000	24.700.000	6.859.097	4.127.175
10KR	163.400.000	133.400.000	128.400.000	57.133.440	12.473.342
Total	**301.000.000**	**164.280.000**	**159.271.552**	**65.380.914**	**17.132.875**

- **00BN - Construção da Rodovia BR-319/AM**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1248	40.000.000	9.011.000	7.386.368	5.851.432	3.548.738
Total	**40.000.000**	**9.011.000**	**7.386.368**	**5.851.432**	**3.548.738**

- **00BP - Construção de rodovias de integração nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7242	68.263.000	48.263.000	27.011.127	0	0
1428	25.000.000	200.000	156.945	0	0
7N44	37.076.000	37.076.000	0	0	0
Total	**130.339.000**	**85.539.000**	**27.168.072**	**0**	**0**

- **04BP - Construção da BR-308/PA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7S62	54.114.000	54.114.000	0	0	0
Total	**54.114.000**	**54.114.000**	**0**	**0**	**0**

- **04C1 - Construção da BR-470/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7M65	1.000.000	1.500.000	1.500.000	0	0
7V09	3.000.000	3.000.000	0	0	0
Total	**4.000.000**	**4.500.000**	**1.500.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0140 - Adequar as interseções das rodovias federais pavimentadas que apresentem travessias fluviais ou cruzamento de vias, de forma a garantir a continuidade do tráfego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00BR - Construção e adequação de pontes sobre interseções fluviais em rodovias federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7L92	17.200.000	1.200.000	0	0	0
14Y0	2.000.000	1.600.000	0	0	0
7V21	21.646.000	21.646.000	0	0	0
7K18	21.242.000	11.242.000	11.186.590	104.921	0
14O2	5.000.000	4.000.000	0	0	0
113K	860.000	8.060.000	7.423.655	0	0
7I84	75.000.000	35.000.000	21.817.000	17.623.335	17.443.335
Total	**142.948.000**	**82.748.000**	**40.427.245**	**17.728.256**	**17.443.335**

- **00BS - Construção e adequação de viadutos sobre interseções de vias terrestres em rodovias federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14Y1	5.000.000	2.200.000	0	0	0
7P68	6.000.000	17.990.033	0	0	0
7V30	39.261.526	39.261.526	0	0	0
7V20	41.076.000	41.076.000	0	0	0
7N46	11.000.000	11.000.000	0	0	0
14X2	5.000.000	18.320.406	0	0	0
7V24	31.832.000	31.832.000	0	0	0
14OD	1.000.000	1.000.000	0	0	0
14X1	5.000.000	17.000.000	0	0	0
7V05	2.300.000	2.300.000	0	0	0
7S88	6.880.000	11.880.000	7.531.144	0	0
Total	**154.349.526**	**193.859.965**	**7.531.144**	**0**	**0**

- **04CB - Construção de ponte sobre o Rio Madeira - na BR-364**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1D02	50.000.000	5.000.000	1.061.083	0	0
Total	**50.000.000**	**5.000.000**	**1.061.083**	**0**	**0**

- **04ES - Construção da 2a ponte sobre o Rio Guaíba - na BR-116/RS e BR-290/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14PC	74.200.000	74.200.000	74.200.000	17.824.539	2.616.371
Total	**74.200.000**	**74.200.000**	**74.200.000**	**17.824.539**	**2.616.371**

OBJETIVO: 0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e da utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UB	44.716.236	44.716.236	42.682.603	21.944.888	20.725.879
Total	**44.716.236**	**44.716.236**	**42.682.603**	**21.944.888**	**20.725.879**

- **00WH - Instalação e operação de equipamentos de controle de velocidade e fluxo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2036	300.000.000	65.530.000	58.780.000	4.705.003	4.356.880
4482	2.000.000	2.000.000	922.083	686.220	648.565
Total	**302.000.000**	**67.530.000**	**59.702.083**	**5.391.223**	**5.005.445**

· 00WI - Instalação e operação de postos de controle de pesagem

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2325	96.856.371	33.769.002	32.129.999	22.520.664	22.088.905
108X	80.037.629	48.565.966	23.625.000	0	0
Total	**176.894.000**	**82.334.968**	**55.754.999**	**22.520.664**	**22.088.905**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2074 - Transporte Marítimo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**633.203**	**632.454**	**51.994**
Despesas Correntes	77.426	101.436	30.142
Despesas de Capital	555.777	531.018	21.852
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**1.243.495**	**1.384.955**	**492.871**
Totais	**1.876.698**	**2.017.409**	**544.865**

OBJETIVO: 0218 - Fomentar a implantação de portos secos e de zonas de atividades logísticas em áreas estratégicas, de forma a suprir a deficiência de retroárea e desafogar a zona portuária utilizada para armazenagem.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00OM - Implantação de Áreas de Apoio Logístico nos Portos Organizados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U41	2.940.000	0	0	0	0
Total	**2.940.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7U39	28.560.000	28.560.000	0
7U31	2.940.000	0	0
7U35	11.000.000	8.060.000	0
7U36	340.000	0	0
7U34	2.940.000	0	0
7U33	2.940.000	0	0
7U32	2.940.000	0	0
7U38	2.940.000	0	0
7U37	2.940.000	0	0
Total	**57.540.000**	**36.620.000**	**0**

OBJETIVO: 0177 - Assegurar condições adequadas de profundidade aos portos marítimos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00II - Adequação da navegabilidade em Portos Marítimos Brasileiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UD	2.000.000	0	0	0	0
122O	79.099.062	29.291.126	0	0	0
122K	13.135.500	0	0	0	0
12IV	2.000.000	0	0	0	0
122I	2.000.000	22.000.000	22.000.000	1.026.272	1.026.272
12Y0	2.000.000	500.000	0	0	0

212A	157.555.500	139.639.500	0	0	0
122H	2.000.000	0	0	0	0
12DG	2.000.000	500.000	500.000	0	0
11XL	2.000.000	0	0	0	0
131L	2.000.000	0	0	0	0
Total	**265.790.062**	**191.930.626**	**22.500.000**	**1.026.272**	**1.026.272**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
143N	6.000.000	6.000.000	0
Total	**6.000.000**	**6.000.000**	**0**

- **00IJ - Adequação da navegabilidade no Porto de Itaguaí (RJ)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122L	2.000.000	0	0	0	0
Total	**2.000.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7376	1.155.309	790.388	0
Total	**1.155.309**	**790.388**	**0**

- **00IL - Adequação da navegabilidade no Porto de Santos (SP)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122E	2.000.000	1.185.000	1.033.869	160.712	0
Total	**2.000.000**	**1.185.000**	**1.033.869**	**160.712**	**0**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
3E66	13.140.150	28.137.521	7.128.179
Total	**13.140.150**	**28.137.521**	**7.128.179**

- **04DS - Adequação da navegabilidade no Porto do Rio de Janeiro (RJ)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
122A	97.300.000	97.300.000	60.665.000	0	0
Total	**97.300.000**	**97.300.000**	**60.665.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0183 - Ampliar a capacidade portuária, por meio da adequação da infraestrutura e superestrutura nos portos organizados marítimos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00JJ - Adequação da infraestrutura viária em Portos Organizados Marítimos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
147D	100.000	200.000	0

144H	1.100.000	7.801.889	3.092.411
143F	1.300.000	18.974.526	14.329.033
143L	5.000.000	5.000.000	0
14WO	10.000.000	26.000.000	447.759
144Z	12.319.125	12.319.125	0
144Y	3.650.000	3.650.000	0
144E	1.000.000	3.700.000	2.430.649
Total	**34.469.125**	**77.645.540**	**20.299.852**

- **00JK - Adequação da infraestrutura viária no Porto de Santos (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
122T	5.753.846	7.081.758	4.373.460
14U5	36.000.000	9.534.691	0
1C67	16.739.478	14.613.717	2.458.919
1C66	9.195.496	8.100.000	3.449.887
Total	**67.688.820**	**39.330.166**	**10.282.266**

- **00JN - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas em portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
122Z	9.730.000	31.235.309	31.235.309	15.730.000	15.730.000
14XM	1.000.000	0	0	0	0
7L25	58.380.000	63.500.000	53.755.000	4.934.982	4.934.982
12K7	49.623.000	49.623.000	49.623.000	0	0
Total	**118.733.000**	**144.358.309**	**134.613.309**	**20.664.982**	**20.664.982**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
12LN	35.000.000	11.000.000	0
142Z	1.000.000	1.623.046	16.670
12LM	17.100.000	19.889.195	1.176.040
143J	9.500.000	12.100.000	9.063.320
143I	500.000	500.000	0
144X	9.500.000	10.569.000	7.277.903
144A	4.100.000	2.881.118	652.521
7V13	44.860.266	44.860.266	0
12L8	69.400.000	39.332.000	0
12L7	500.000	1.654.003	417.600
12LG	117.820.000	1.000.000	0
Total	**309.280.266**	**145.408.628**	**18.604.054**

- **00JS - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Santos (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
153M	0	142.544.124	162.130.207
12LS	6.000.000	0	0
12LQ	44.190.000	81.174.104	1.149.801

12NK	24.000.000	17.400.000	0
12NJ	22.000.000	28.600.000	21.779.126
Total	**96.190.000**	**269.718.228**	**185.059.134**

- **00JT - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de São Francisco do Sul (SC)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10NP	1.000.000	0	0	0	0
Total	**1.000.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00JU - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Suape (PE)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
138S	9.730.000	0	0	0	0
Total	**9.730.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00JV - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vitória (ES)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
3E79	0	11.755.776	11.755.776
143D	55.000.000	57.682.536	20.347.943
14RJ	0	2.000.000	0
143B	0	1.840.000	0
14RG	10.000.000	8.000.000	0
Total	**65.000.000**	**81.278.312**	**32.103.719**

- **00JW - Adequação de estruturas de segurança a operação de navios em Portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
128N	9.730.000	0	0	0	0
153G	2.000.000	67.000.000	67.000.000	0	0
Total	**11.730.000**	**67.000.000**	**67.000.000**	**0**	**0**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
144K	1.600.000	3.500.000	3.477.909
147E	1.500.000	1.600.000	831.570
143R	100.000	100.000	0
144J	245.000	116.815	105.857
144L	297.798	600.000	0
12LK	29.067.500	44.766.720	0
143Q	5.000.000	5.000.000	0
7390	1.760.000	2.130.000	0
Total	**39.570.298**	**57.813.535**	**4.415.336**

- **00KR - Adequação de instalações gerais e de suprimentos em Portos Organizados Marítimos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
145H	5.720.000	10.710.596	2.256.277
145U	6.150.000	16.533.305	7.605.381
144T	2.400.000	2.900.000	410.087
143Y	6.000.000	8.544.694	2.990.805
143A	3.600.000	3.291.759	1.815.062
10IO	2.750.000	5.000.000	0
143S	1.350.000	927.000	0
143V	3.500.000	3.400.000	0
143G	1.200.000	1.700.000	530.387
145D	4.563.045	4.553.045	1.001.904
14N0	0	1.000.000	0
144R	1.700.000	2.065.913	927.887
144V	5.100.000	5.525.577	4.572.116
144W	800.000	740.000	387.293
145B	18.701.780	17.119.034	366.650
144U	2.400.000	800.000	60.000
Total	**65.934.825**	**84.810.923**	**22.923.849**

- **00KT - Estudos para infraestrutura portuária**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
20HL	12.300.000	14.819.871	3.013.009
11WH	2.200.000	3.279.600	550.894
Total	**14.500.000**	**18.099.471**	**3.563.903**

- **048C - Adequação de estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Vila do Conde (PA)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
11X0	8.300.000	8.336.940	0
Total	**8.300.000**	**8.336.940**	**0**

OBJETIVO: 0188 - Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00LN - Implantação de terminais de passageiros em Portos Organizados Marítimos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
12LO	26.700.000	89.300.000	64.600.959
12LL	3.675.401	21.579.427	14.896.440
12LP	11.177.000	71.672.841	24.469.656
Total	**41.552.401**	**182.552.268**	**103.967.055**

- **00LR - Implantação de terminal de passageiros no Porto do Rio de Janeiro (RJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
12LI	214.936.023	19.289.395	974.834
Total	**214.936.023**	**19.289.395**	**974.834**

- **04DV - Adequação de terminal de passageiros no Porto de Santos (SP)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
12LR	38.459.820	123.152.301	80.352.230
Total	**38.459.820**	**123.152.301**	**80.352.230**

OBJETIVO: 0198 - Aprimorar a gestão e a operação da infraestrutura portuária brasileira por meio do desenvolvimento de sistemas de inteligência logística e de segurança portuária, e pela implantação do modelo de Gestão Portuária por Resultados (GPPR) nas entidades responsáveis pela administração de portos marítimos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00NQ - Estudos e projetos para o aprimoramento da logística, segurança, gestão e operação dos Portos Organizados Marítimos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
122X	22.500.000	30.590.000	30.590.000	19.027.774	17.291.663
12KP	29.679.907	23.169.907	0	0	0
12KQ	5.300.000	5.300.000	5.300.000	820.000	0
Total	**57.479.907**	**59.059.907**	**35.890.000**	**19.847.774**	**17.291.663**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
14KL	9.000.000	10.400.000	2.337.419
14KM	12.000.000	20.000.000	0
Total	**21.000.000**	**30.400.000**	**2.337.419**

- **00NZ - Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios (VTMIS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
12KR	2.300.000	0	0	0	0
Total	**2.300.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
14KJ	97.250.000	114.206.960	706.960
Total			

OBJETIVO: 0232 - Promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12KS	8.700.000	8.700.000	4.439.719	0	0
138Y	1.500.000	1.500.000	0	0	0
Total	**10.200.000**	**10.200.000**	**4.439.719**	**0**	**0**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
14RC	40.100.000	42.000.000	75.100
Total	**40.100.000**	**42.000.000**	**75.100**

OBJETIVO: 0233 - Aprimorar a gestão e a formulação de políticas para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00Q1 - Estudos para o planejamento e gestão do setor portuário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B9	29.000.000	27.420.000	14.350.296	3.605.217	2.242.177
210I	2.000.000	2.000.000	2.000.000	0	0
8785	17.000.000	30.000.000	25.835.961	6.689.375	6.689.375
Total	**48.000.000**	**59.420.000**	**42.186.257**	**10.294.592**	**8.931.552**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20HM	9.427.876	11.678.107	77.183
Total	**9.427.876**	**11.678.107**	**77.183**

OBJETIVO: 0453 - Ampliar a capacidade portuária por meio da reestruturação e da implantação de novos portos organizados marítimos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01H9 - Reestruturação de instalações portuárias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V37	2.000.000	2.000.000	0	0	0
Total	**2.000.000**	**2.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **01HA - Estudos e projetos de implantação de novos portos organizados e terminais portuários marítimos**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LJ	2.000.000	7.686.569	0
Total	**2.000.000**	**7.686.569**	**0**

- **01HB - Implantação de novos portos organizados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7L86	2.000.000	0	0	0	0
Total	**2.000.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2073 - Transporte Hidroviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**296.971**	**326.448**	**37.585**
Despesas Correntes	17.092	32.652	21.829
Despesas de Capital	279.879	293.796	15.756
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**296.971**	**326.448**	**37.585**

OBJETIVO: 0234 - Fortalecer os corredores hidroviários garantindo condições de navegabilidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00Q3 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Madeira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12HL	4.386.000	18.386.000	18.386.000	0	0
Total	**4.386.000**	**18.386.000**	**18.386.000**	**0**	**0**

- **00Q5 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio São Francisco**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12J1	4.300.000	14.342.575	14.342.575	2.533.227	2.212.885
Total	**4.300.000**	**14.342.575**	**14.342.575**	**2.533.227**	**2.212.885**

- **00Q7 - Adequação da navegabilidade de corredores hidroviários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M52	11.200.000	4.339.425	4.339.425	0	0
13LJ	4.774.000	1.592.000	1.234.894	927.246	232.135
12HY	3.440.000	3.440.000	3.440.000	0	0
Total	**19.414.000**	**9.371.425**	**9.014.319**	**927.246**	**232.135**

- **00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14KV	135.020.000	135.020.000	135.020.000	909.631	909.631
Total	**135.020.000**	**135.020.000**	**135.020.000**	**909.631**	**909.631**

- **00QA - Adequação da navegabilidade das Hidrovias dos Rios Paraná e Paraguai**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
110S	8.600.000	13.600.000	13.747.579	2.312.429	1.119.639
Total	**8.600.000**	**13.600.000**	**13.747.579**	**2.312.429**	**1.119.639**

- **00QE - Gestão, manutenção e operação de eclusas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20LO	4.500.000	4.500.000	4.500.000	2.233.077	2.233.077
Total	**4.500.000**	**4.500.000**	**4.500.000**	**2.233.077**	**2.233.077**

- **04DL - Adequação da Navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
123M	860.000	860.000	0	0	0
Total	**860.000**	**860.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0278 - Desenvolver o transporte aquaviário de passageiros e misto (passageiros e cargas) na Região Norte.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00VW - Adequação de Infraestrutura Portuária Pública na Região Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14MZ	500.000	500.000	0	0	0
13LF	9.000.000	12.000.000	12.000.000	3.792.288	608.276
Total	**9.500.000**	**12.500.000**	**12.000.000**	**3.792.288**	**608.276**

- **00W3 - Implantação de Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
127G	45.446.000	56.052.889	25.696.073	2.207.939	2.207.939
7V22	13.715.000	13.715.000	0	0	0
151H	2.000.000	400.000	0	0	0
Total	**61.161.000**	**70.167.889**	**25.696.073**	**2.207.939**	**2.207.939**

- **00W4 - Implantação do Porto de Manaus Moderna/AM**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13LO	9.730.000	0	0	0	0
Total	**9.730.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00W8 - Operação e manutenção da Infraestruturas Portuárias Públicas na Região Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20LN	10.500.000	10.500.000	10.500.000	10.500.000	10.500.000
124E	0	7.500.000	2.385.953	0	0
211X	11.000.000	17.460.000	14.743.155	8.169.169	8.169.169
Total	**21.500.000**	**35.460.000**	**27.629.108**	**18.669.169**	**18.669.169**

OBJETIVO: 0798 - Desenvolver rede de instalações portuárias de navegação interior para transporte de carga considerando a integração multimodal.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **037R - Adequação de Infraestruturas Portuárias Públicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
151N	6.000.000	1.240.000	0	0	0
14XR	4.000.000	0	0	0	0
12I0	4.000.000	7.000.000	7.000.000	4.000.000	4.000.000
Total	**14.000.000**	**8.240.000**	**7.000.000**	**4.000.000**	**4.000.000**

- **037S - Construção de Infraestruturas Portuárias Públicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
150L	4.000.000	4.000.000	0	0	0
Total	**4.000.000**	**4.000.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2072 - Transporte Ferroviário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.212.733**	**3.288.158**	**2.014.775**
Despesas Correntes	41.873	34.873	9.181
Despesas de Capital	2.170.860	3.253.285	2.005.594
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.212.733**	**3.288.158**	**2.014.775**

OBJETIVO: 0141 - Ampliar o sistema ferroviário nacional em bitola de maior capacidade, de forma integrada com os demais modos de transportes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00BU - Construção de Ferrovia - EF 151 - Ferrovia Norte-Sul**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
116X	63.080.000	60.391.597	58.114.879	47.798.821	33.552.408
11ZD	252.840.000	190.446.558	189.215.501	116.543.508	114.954.630
5E83	860.000	0	0	0	0
13E8	860.000	0	0	0	0
11ZH	404.200.000	831.287.133	762.949.173	644.523.166	643.420.483
11ZI	202.100.000	304.388.852	276.627.396	209.507.464	192.729.668
14X6	860.000	129.860.000	0	0	0
116E	42.140.000	145.184.718	145.184.718	121.315.828	118.885.445
Total	**966.940.000**	**1.661.558.858**	**1.432.091.668**	**1.139.688.789**	**1.103.542.634**

- **00BV - Construção de Ferrovia - EF 232/116 - Ferrovia Nova Transnordestina**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11ZT	860.000	0	0	0	0
10MK	4.472.000	4.472.000	707.181	0	0
Total	**5.332.000**	**4.472.000**	**707.181**	**0**	**0**

- **00BW - Construção de Ferrovia - EF 267 - Ferrovia do Pantanal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13EB	860.000	0	0	0	0
Total	**860.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00BZ - Construção de Ferrovia - EF 334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
11ZE	617.835.203	918.465.944	888.007.430	715.256.057	713.279.223
124G	256.000.000	292.630.401	240.039.752	148.949.550	148.124.034
Total	**873.835.203**	**1.211.096.345**	**1.128.047.182**	**864.205.607**	**861.403.257**

- **00C1 - Construção de Ferrovia - EF 354 - Ferrovia de Integração Centro-Oeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13ED	860.000	0	0	0	0
Total	**860.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00C4 - Construção de Ferrovia - EF 484 - Ferroeste**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V12	100.000.000	100.000.000	0	0	0
Total	**100.000.000**	**100.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **00C7 - Construção de ferrovias federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7V34	79.579.000	79.579.000	0	0	0
Total	**79.579.000**	**79.579.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0143 - Promover a adequação e construção de variantes e acessos ferroviários aos portos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00CN - Construção de ferrovias de acesso aos portos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1K25	26.144.000	26.817.793	24.702.415	793.668	588.453
Total	**26.144.000**	**26.817.793**	**24.702.415**	**793.668**	**588.453**

OBJETIVO: 0145 - Fomentar o transporte ferroviário de passageiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00D7 - Estudos para o Transporte Ferroviário de Alta Velocidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
128D	11.600.000	4.600.000	0	0	0
Total	**11.600.000**	**4.600.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego ferroviário nos perímetros urbanos das cidades, de forma a reduzir os riscos de acidentes, melhorar a operação ferroviária e reduzir os impactos socioambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00DF - Adequação ferroviária em perímetro urbano**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13EK	26.038.000	24.838.000	0	0	0

7V11	6.000.000	6.000.000	0	0	0
7V10	6.000.000	6.000.000	0	0	0
13KH	0	3.906.000	0	0	0
11H1	4.300.000	4.300.000	2.220.000	821.149	622.114
153S	0	56.625.000	0	0	0
13L9	0	65.000	65.000	0	0
14TL	5.800.000	5.800.000	5.800.000	0	0
10HH	6.000.000	0	0	0	0
7T02	12.000.000	12.000.000	0	0	0
7V06	15.000.000	17.000.000	2.000.000	0	0
14MM	700.000	700.000	174.285	84.883	84.883
15CV	0	4.000.000	0	0	0
Total	**81.838.000**	**141.234.000**	**10.259.285**	**906.032**	**706.996**

- **00DI - Construção de contornos, variantes e anéis ferroviários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
10H8	26.611.000	22.705.000	0	0	0
1K24	10.320.000	10.320.000	0	0	0
10HE	500.000	435.000	435.000	0	0
1D69	0	500.000	0	0	0
1276	10.320.000	9.146.207	0	0	0
Total	**47.751.000**	**43.106.207**	**435.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0484 - Assegurar condições permanentes de trafegabilidade, segurança e eficiência aos operadores da malha ferroviária nacional, por meio da manutenção contínua da infraestrutura, da superestrutura e dos sistemas das vias férreas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01M0 - Manutenção da malha ferroviária federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
869U	1.293.824	1.293.824	1.099.081	471.212	471.212
20LJ	4.300.000	2.000.000	0	0	0
Total	**5.593.824**	**3.293.824**	**1.099.081**	**471.212**	**471.212**

OBJETIVO: 1002 - Ampliar a oferta da prestação de serviço aos usuários das ferrovias federais, propiciando mais segurança e qualidade no deslocamento, por meio de contratos de concessão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04EV - Fiscalização das concessões ferroviárias.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2348	12.400.000	12.400.000	12.302.457	8.709.323	8.644.118
Total	**12.400.000**	**12.400.000**	**12.302.457**	**8.709.323**	**8.644.118**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**832.281**	**820.582**	**177.509**
Despesas Correntes	128.173	127.923	71.703
Despesas de Capital	704.108	692.659	105.806
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**1.658.582**	**1.835.635**	**1.366.028**
Totais	**2.490.863**	**2.656.217**	**1.543.537**

OBJETIVO: 0083 - Adequar a prestação dos serviços aeroportuários e a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **006Z - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Campinas**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7H34	1.000.000	28.600.000	3.584.800
Total	**1.000.000**	**28.600.000**	**3.584.800**

- **0070 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Confins**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10ZA	189.614.549	199.245.057	121.329.483
Total	**189.614.549**	**199.245.057**	**121.329.483**

- **0071 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Fortaleza**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
10ZB	148.565.644	146.718.611	10.902.804
Total	**148.565.644**	**146.718.611**	**10.902.804**

- **0074 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
12LF	344.773.828	183.952.373	88.237.102
Total	**344.773.828**	**183.952.373**	**88.237.102**

- **0075 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional do Galeão**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
7J01	126.461.285	152.685.867	77.294.178
Total			

- **0076 - Construção e Adequação das Infraestruturas Aeronáutica Civil e Aeroportuária de Interesse Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UC	135.323.509	135.323.509	135.484.027	72.590.207	67.014.466
Total	**135.323.509**	**135.323.509**	**135.484.027**	**72.590.207**	**67.014.466**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1J95	152.562.498	36.847.454	17.211.202
1F53	90.900.091	1.104.207	42.704
12LD	16.014.606	39.067.741	38.738.110
7U24	12.980.940	7.583.097	6.391.652
1J98	32.109.043	40.742.840	38.632.503
145V	500.000	963.798	167.742
4099	29.803.645	546.019.030	537.612.282
1F54	1.000.000	1.000.000	0
145X	18.440.908	12.700.000	11.655.824
1F56	181.446.632	34.821.873	34.802.416
1F52	164.978.461	215.263.278	192.936.949
10Z9	8.756.444	102.390.644	100.560.696
Total	**709.493.268**	**1.038.503.962**	**978.752.080**

- **0078 - Construção e Adequação dos Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8785	43.212.198	43.212.198	41.929.720	23.925.931	23.785.344
14UB	554.307.802	546.358.552	143.805.177	34.177.841	34.177.841
Total	**597.520.000**	**589.570.750**	**185.734.897**	**58.103.772**	**57.963.185**

- **04BT - Adequação da Capacidade do Aeroporto Internacional Afonso Pena**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1J93	129.396.469	80.904.053	80.902.012
Total	**129.396.469**	**80.904.053**	**80.902.012**

- **04DW - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
1F55	9.276.554	5.025.450	5.025.450
Total	**9.276.554**	**5.025.450**	**5.025.450**

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **007V - Promoção de programas, vigilância continuada e fiscalização dos requisitos de regulação junto aos provedores de serviço de aviação civil e órgãos envolvidos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2912	69.332.259	65.582.259	60.683.361	40.428.142	40.428.142
Total	**69.332.259**	**65.582.259**	**60.683.361**	**40.428.142**	**40.428.142**

OBJETIVO: 0086 - Desenvolver a aviação civil mediante o planejamento e coordenação de atividades ligadas à indústria aeronáutica, à formação de profissionais e à sustentabilidade ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **007W - Ampliação da capacitação dos profissionais da aviação civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SW	17.963.546	17.963.546	10.229.938	6.387.164	4.572.729
Total	**17.963.546**	**17.963.546**	**10.229.938**	**6.387.164**	**4.572.729**

- **007Z - Elaboração de estudos e projetos para a aviação civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6640	500.000	500.000	0	0	0
211I	11.642.000	11.642.000	9.974.202	0	0
Total	**12.142.000**	**12.142.000**	**9.974.202**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**740.036**	**856.332**	**425.925**
Despesas Correntes	496.642	524.658	240.400
Despesas de Capital	243.393	331.674	185.525
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**517.603**	**1.003.548**	**775.248**
Totais	**1.257.639**	**1.859.880**	**1.201.173**

OBJETIVO: 0964 - Ampliar e fortalecer o Sistema Público de Comunicação e Radiodifusão, buscando universalizar o acesso da população à programação complementar e diversificada de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora da cidadania.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0449 - Ampliar e aprimorar a infraestrutura de produção e transmissão, a qualidade dos sinais e da programação, a acessibilidade, interatividade, alcance e abrangência dos veículos do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20B5	134.813.001	171.775.601	126.654.487	75.722.589	68.040.308
Total	**134.813.001**	**171.775.601**	**126.654.487**	**75.722.589**	**68.040.308**

- **044B - Implantar o Sistema Operador da Rede Nacional de Televisão Pública Digital**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
128Z	400.000	400.000	400.000	0	0
Total	**400.000**	**400.000**	**400.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0751 - Expandir a infraestrutura e os serviços de comunicação social eletrônica, telecomunicações e serviços postais, promovendo o acesso pela população e buscando as melhores condições de preço, cobertura e qualidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02Y9 - Ampliação de Redes e Serviços de Telecomunicações por meio de outorgas, certificação de produtos e gestão econômica e de recursos escassos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZE	1.701.419	1.701.419	0	0	0
Total	**1.701.419**	**1.701.419**	**0**	**0**	**0**

- **02YA - Ampliar a capacidade dos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de distribuição**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
146X	27.200.396	27.200.396	1.846.623

- **02YB - Ampliar o acesso aos serviços postais para a sociedade, por meio do desenvolvimento da infraestrutura de atendimento**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
146W	4.976.000	4.976.000	4.258.012
Total	**4.976.000**	**4.976.000**	**4.258.012**

- **02YE - Coordenar os investimentos em comunicações necessários para Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016 com as demandas futuras de desenvolvimento do setor**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14WM	145.710.450	124.710.450	124.446.879	102.009.572	102.009.572
Total	**145.710.450**	**124.710.450**	**124.446.879**	**102.009.572**	**102.009.572**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
147A	58.730.000	58.730.000	21.449.566
Total	**58.730.000**	**58.730.000**	**21.449.566**

- **02YK - Implantação da Infraestrutura da Rede Nacional de Banda Larga**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
12OF	156.066.648	156.066.647	76.006.433
Total	**156.066.648**	**156.066.647**	**76.006.433**

- **02YT - Lançamento de satélite para comunicações**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
146Z	270.630.005	756.574.791	671.687.562
Total	**270.630.005**	**756.574.791**	**671.687.562**

OBJETIVO: 0752 - Promover o uso de bens e serviços de comunicações, com ênfase nas aplicações, serviços e conteúdos digitais criativos para potencializar o desenvolvimento econômico e social do País.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02YY - Apoio a projetos de conteúdos e aplicações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14U7	59.354.000	59.354.000	14.675.992	1.388.465	1.388.465
Total	**59.354.000**	**59.354.000**	**14.675.992**	**1.388.465**	**1.388.465**

- **02YZ - Estímulo à inclusão digital com base em modelos criativos e inovadores e em arranjos institucionais federativos de fomento para massificação do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20V8	17.996.200	18.766.721	12.446.725	626.105	626.105
Total	**17.996.200**	**18.766.721**	**12.446.725**	**626.105**	**626.105**

- **02Z1 - Formação e capacitação de agentes e prestadores dos serviços de comunicações visando o atendimento de demandas dos cidadãos e de comunidades locais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212H	100.000	100.000	100.000	0	0
Total	**100.000**	**100.000**	**100.000**	**0**	**0**

- **02Z3 - Implantação de espaços e equipamentos públicos para dar acesso à internet banda larga, com oferta de serviços eletrônicos, no campo e na cidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZB	74.583.000	74.583.000	49.785.889	20.060.988	20.060.988
Total	**74.583.000**	**74.583.000**	**49.785.889**	**20.060.988**	**20.060.988**

- **02Z6 - Integração das ações de inclusão digital às políticas sociais do governo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZP	2.957.200	2.957.200	171.901	143.430	143.430
Total	**2.957.200**	**2.957.200**	**171.901**	**143.430**	**143.430**

- **02Z2 - Implantação de Cidades Digitais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212N	1.000.000	101.000.000	37.418.879	0	0
Total	**1.000.000**	**101.000.000**	**37.418.879**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0753 - Estimular a diversidade, a pluralidade e a competição entre meios e agentes da área das comunicações por meio da revisão do arcabouço regulatório e de ações que busquem oferecer o maior número possível de fontes de informação aos brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZA - Fortalecimento da ação fiscalizatória**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2424	45.314.611	40.277.937	24.128.333	18.611.949	18.611.949
Total	**45.314.611**	**40.277.937**	**24.128.333**	**18.611.949**	**18.611.949**

- **02ZF - Modernização do ambiente regulatório em comunicações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZD	25.943.570	30.543.570	27.606.164	23.690.043	23.690.043
Total	**25.943.570**	**30.543.570**	**27.606.164**	**23.690.043**	**23.690.043**

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao

OBJETIVO: 0754 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva brasileira das comunicações e sua inserção internacional a partir do fomento à pesquisa, desenvolvimento, inovação e do estímulo ao uso de bens e serviços com tecnologia nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02ZK - Estímulo à promoção de estudos relativos a novas tecnologias que possibilitem a ampliação da oferta de serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20ZQ	2.200.000	2.200.000	2.190.000	1.350.000	1.350.000
Total	**2.200.000**	**2.200.000**	**2.190.000**	**1.350.000**	**1.350.000**

- **02ZO - Fomentar o desenvolvimento de equipamentos e terminais de Tecnologias de Informação e Comunicação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20ZR	51.653.000	51.653.000	18.347.009	6.012.689	1.991.112
0505	176.309.153	176.309.153	176.309.153	176.309.153	176.309.153
Total	**227.962.153**	**227.962.153**	**194.656.162**	**182.321.842**	**178.300.265**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Secretaria de
Planejamento e Investimentos Estratégicos

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA
2012 2015

RELATǍRIO ANUAL DE AVALIA¢ ì O DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II

PROGRAMAS TEMćTICOS

Tomo III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

MINIST£RIO DO PLANEJAMENTO, OR¢AMENTO E GEST ì O
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRAT£GICOS

RELATŎRIO ANUAL DE AVALIA¢ ì O DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II

PROGRAMAS TEM ć TICOS

Tomo III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

Bras²lia - DF
2015

REPÊBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da Rep¼blica
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da Rep¼blica
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTROS:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da Uni«o
Lu²s In§cio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da Uni«o
Valdir Moys®s Sim«o

Ministro de Estado da Agricultura, Pecu§ria e Abastecimento
K§tia Regina de Abreu

Ministro de Estado da Ci°ncia, Tecnologia e Inova-«o
Jos® Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado da Cultura
Juca Ferreira

Ministro de Estado da Defesa
Jacques Wagner

Ministro de Estado da Educa-«o
Renato Janine Ribeiro

Ministro de Estado da Fazenda
Joaquim Levy

Ministro de Estado da Integra-«o Nacional ð Interino
Gilberto Magalh«es Occhi

Ministro de Estado da Justi-a
Jos® Eduardo Martins Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Helder Barbalho

Ministro de Estado da Previd°ncia Social
Carlos Eduardo Gabas

Ministro de Estado da Sa¼de
Ademar Arthur Chioro dos Reis

Ministro de Estado das Cidades
Gilberto Kassab

Ministro de Estado das Comunica-»es
Ricardo Berzoini

Ministro de Estado das Rela-»es Exteriores
Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministro de Estado de Minas e Energia
Carlos Eduardo de Souza Braga

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agr§rio
Patrus Ananias de Sousa

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate ¨ Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Ind¼stria e Com®rcio Exterior
Armando Monteiro Neto

Ministro de Estado do Esporte
George Hilton dos Santos Cec²lio

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella M¹nica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Or-amento e Gest«o
Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Henrique Eduardo Lyra Alves

Ministro de Estado dos Transportes
Ant¹nio Carlos Rodrigues

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presid°ncia da Rep¼blica
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estrat®gicos da Presid°ncia da Rep¼blica ð Interino
Roberto Mangabeira Unger

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Avia-«o Civil da Presid°ncia da Rep¼blica
Eliseu Padilha

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presid°ncia da Rep¼blica
Gilberto Jos® Spier Vargas

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Pol²ticas de Promo-«o da Igualdade Racial da Presid°ncia da Rep¼blica
Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Pol²ticas para as Mulheres da Presid°ncia da Rep¼blica
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presid°ncia da Rep¼blica
Edinho Ara¼jo

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunica-«o Social da Presid°ncia da Rep¼blica
Edinho Silva

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presid°ncia da Rep¼blica
Miguel Rosseto

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Seguran-a Institucional da Presid°ncia da Rep¼blica
General-de-Ex®rcito Jos® Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

CC-BY-NC Creative Commons 2015 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são:
http://www.planejamento.gov.br,
http://bibspi.planejamento.gov.br e
http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br.

Impresso no Brasil.

Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Gilson Alceu Bittencourt

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

André Arantes Luciano

Bráulio Santiago Cerqueira

Débora Nogueira Beserra

Jorge Abrahão de Castro

Rodolfo Osorio de Oliveira

Projeto gráfico

Roberto Tavares Walkowicz

Jucildo Augusto da Silva Lima

B823r

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015: ano-base 2014 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos. -- Brasília: MP, 2015.
2v.: il.

Conteúdo: v.1 – Dimensão estratégica v.2 – Programas Temáticos
1. Plano Plurianual - avaliação 2. Políticas Públicas I. Título

CDU 338.26"2012/2015"(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL 9

INTRODUÇÃO 11

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL 13

2055 - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO 15

2021 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 52

2047 - MICRO E PEQUENAS EMPRESAS 75

2023 - COMÉRCIO E SERVIÇOS 84

2024 - COMÉRCIO EXTERIOR 92

2076 - TURISMO 123

2050 - MUDANÇAS CLIMÁTICAS 136

2018 - BIODIVERSIDADE 154

2036 - FLORESTAS, PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS 197

2045 - LICENCIAMENTO E QUALIDADE AMBIENTAL 217

2066 - REFORMA AGRÁRIA E ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA 236

2012 - AGRICULTURA FAMILIAR 255

2014 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL, ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO 283

2013 - AGRICULTURA IRRIGADA 311

2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA 327

2042 - INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA 345

2026 - CONSERVAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS 366

2052 - PESCA E AQUICULTURA 383

ANEXO I - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS 407

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012 – 2015**, ano-base 2014, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012–2015, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Com o objetivo de facilitar a leitura, este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA (Volume I) compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende a Avaliação dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2014. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I – Programas Sociais; II – Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV – Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nelas retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas ainda neste último ano de implementação do PPA 2012–2015, bem como extrair aprendizados que orientem a elaboração e implementação do PPA 2016–2019.

Boa leitura!

Nelson Barbosa
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente volume (Volume II) do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano-base 2014, é dedicado à avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 4 tomos:

TOMO I - Programas Sociais;

TOMO II - Programas de Infraestrutura;

TOMO III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental;

TOMO IV - Programas de Soberania, Território e Gestão.

A avaliação anual dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 alinha-se ao processo de monitoramento centrado nos principais atributos do Plano. Como atividade contínua, o monitoramento temático aprimora o entendimento sobre o estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA, contribuindo para a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Desse modo, a gestão do Plano é exercício ativo de melhoria da atuação governamental.

Por outro lado, ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão do Plano, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, primordial para viabilizar a participação social no seu monitoramento.

Ao explicitar as principais realizações dos programas, esta parte do Relatório de Avaliação fornece os fundamentos para os resultados apresentados na avaliação da dimensão estratégica (Volume I do Relatório de Avaliação), uma vez que o conjunto dos programas temáticos – e das políticas públicas que eles incluem – é a expressão concreta da ação do Governo Federal que traduz de maneira operacional o modelo de desenvolvimento em curso no país.

Da mesma forma, o conjunto de informações disponibilizado neste documento enseja reflexões acerca dos desafios da operação do Estado, principalmente no que se refere à articulação e cooperação interinstitucional e ao fortalecimento do diálogo federativo. Essas questões são pontos estruturantes do modelo de planejamento que se adotou a partir das inovações introduzidas pelo PPA 2012-2015, com o fortalecimento do seu componente estratégico, participativo e territorial.

Para cada Programa Temático, apresenta-se a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira de todas as ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. Com a análise situacional de cada Objetivo e Meta, o Governo promove a transparência do conjunto de ações realizadas e previstas no âmbito do PPA para alcançar os resultados almejados pela sociedade brasileira. Assim, espera-se qualificar ainda mais o diálogo do Governo Federal com a sociedade, Congresso Nacional e demais entes federados na construção de um País com mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação.

Boa leitura!

RELATĎRIO DE AVALIA¢ ì O DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II - PROGRAMAS TEMćTICOS

TOMO III - PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB	%	31/12/2010	0,55	31/12/2011	0,59
Idade média da frota - apoio marítimo	ano	31/12/2010	14,67	31/12/2013	12,78
Idade média da frota - apoio portuário	ano	31/12/2010	22,49	31/12/2013	17,76
Idade média da frota - cabotagem e longo curso	ano	31/12/2010	18,32	31/12/2013	15,3
Idade média da frota - navegação interior (autorizadas)	ano	31/12/2010	16	31/12/2013	18
Índice de demanda de energia pelas indústrias em relação ao produto Interno Bruto Industrial (PIB industria)	tep/R$ milhão	31/12/2010	150,7	31/12/2011	142,5
Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação	%	31/12/2009	44,3	31/12/2012	45,3847
Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira	%	31/12/2009	32,9	31/12/2011	31,7
Taxa de investimento fixo em relação ao PIB	%	01/12/2010	19,5	30/09/2014	17,192

Observações:

Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB - Fonte: MDIC.
Ainda não se divulgaram dados mais recentes.
Idade média da frota - apoio marítimo - Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2013, acessível em http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2013 (tabela 1.1.5).
Ainda não se divulgou o anuário 2014.
Idade média da frota - apoio portuário - Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2013, acessível em http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2013 (tabela 1.1.3).
Ainda não se divulgou o anuário 2014.
Idade média da frota - cabotagem e longo curso - Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2013, acessível em http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2013 (tabela 1.1.1).
Ainda não se divulgou o anuário 2014.
Idade média da frota - navegação interior (autorizadas) - Fonte: Anuário Estatístico Aquaviário 2013, acessível em http://www.antaq.gov.br/portal/Anuarios/Anuario2013 (tabela 1.2.2).
Ainda não se divulgou o anuário 2014.
Índice de demanda de energia pelas indústrias em relação ao produto Interno Bruto Industrial (PIB industria) - Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB
Intensidade de agregação de valor na indústria de transformação - Fonte: Pesquisa Industrial Anual (Empresa) 2012, acessível em 11/2/2015 pelo endereço: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2012/defaulttabpdf.shtm (tabela 1.8).
Dado consolidado mais recente disponível.
arquivo: tab108.xls
Calculado pela fórmula: P10/D10 no MS Excel
Participação da indústria de alta- e média-alta tecnologia no Valor da Transformação Industrial Total Brasileira - Fonte: MDIC.
Dispêndios empresariais (privados e públicos) em P&D em relação ao PIB
Taxa de investimento fixo em relação ao PIB - Resultado referente ao período jan-set 2014 (terceiro trimestre), conforme Contas Nacionais Trimestrais, disponíveis através do site: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm

Link para download em 11/2/2014:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Compl_CNT.zip

Arquivo: Tab_Compl_CNT_3T14.xls
Planilha: valores correntes
Fórmula: somatório dos valores da coluna U para cada ano, dividido pelo somatório dos valores da coluna R do mesmo ano, dado em percentual.

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Análise Situacional do Objetivo

O fomento ao complexo da saúde se baseia no financiamento da produção dos insumos estratégicos, no fortalecimento da produção para favorecer o acesso a equipamentos e materiais de uso em saúde, fármacos e medicamentos desenvolvidos nacionalmente e em acordo com as linhas de cuidado prioritárias – articulando programas da assistência farmacêutica com a modernização da rede de laboratórios públicos –, e no uso do poder de compra governamental, sobretudo para estimular a produção no país, mediante Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) ou desenvolvimento tecnológico.

Tendo em vista a importância do fortalecimento dos Produtores Públicos e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e de suporte tecnológico, em 2014 foram contemplados 10 Produtores Públicos e 13 ICTs, que receberam investimentos da ordem de R$ 149 milhões para o fomento a 49 projetos plurianuais voltados a infraestrutura, desenvolvimento e inovação e qualificação da gestão da mão de obra.

Outra medida de destaque são as Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), que envolvem a cooperação entre instituições públicas e entre instituições públicas e entidades privadas para o desenvolvimento, transferência e absorção de tecnologia, produção, capacitação produtiva e tecnológica do País em produtos estratégicos para atendimento às demandas do SUS.

Até o momento, foram aprovadas 104 propostas de projetos de PDPs, nove delas destinadas a P&D, sendo que a parceria da vacina Influenza com o Instituto Butantan foi concluída em 2014 e cinco parcerias foram extintas. Esse consolidado destina-se à transferência de tecnologia e produção de 73 medicamentos e 28 produtos para a saúde. Até dezembro de 2014, 32 PDPs possuíam produtos com registros na Agência Nacional de Vigilância Sanitária pelas instituições públicas, sendo que 27 já estão sendo adquiridos pelo Ministério da Saúde. Em 2014, o impacto das PDPs correspondeu a 33,61% do volume total de compras, considerando, inclusive, os processos de aquisição em andamento.

Também no ano de 2014, 55 tecnologias foram incorporadas ao SUS, destacando-se: alfataliglicerase para o tratamento da doença de Gaucher; clorafenicol suspensão e doxiciclina injetável para febre maculosa; fingolimode para esclerose múltipla; risperidona no transtorno do espectro do autismo; raltegravir como antirretroviral para uso pediátrico; avaliação diagnóstica, procedimentos laboratoriais e aconselhamento genético para doenças raras; PET CT para estadiamento do câncer de pulmão de células não pequenas potencialmente ressecável, detecção de metástase de câncer colorretal, exclusivamente hepática e potencialmente ressecável e Linfoma de Hodgkin e Linfoma não Hodgkin; procedimentos relativos ao processo transexualizador; procedimentos relativos à assistência hospitalar à saúde auditiva (implante coclear e prótese auditiva ancorada no osso); stent farmacológico para o tratamento da doença arterial coronariana e suplemento alimentar em pó com múltiplos micronutrientes para fortificação da alimentação infantil, no âmbito do Programa NutriSUS.

Desde a criação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), em 2012, foram incorporadas 115 tecnologias. Dentre as 380 demandas de incorporação de tecnologia, 240 foram referentes à solicitação de inclusão no rol do SUS de medicamentos; 60 de produtos; 76 de procedimentos e quatro de protocolos. Em relação à procedência, foram 200 demandas internas ao SUS, 180 demandas externas, provenientes da indústria farmacêutica, de órgãos do

Poder Judiciário, de associações de pacientes e sociedades médicas. A maioria das demandas foi relacionada a especialidades de oncologia, reumatologia, infectologia e pneumologia.

Em 2014, foram publicadas durante o processo de avaliação das demandas de incorporação tecnológica, 28 consultas públicas e mais de 2,3 mil contribuições foram recebidas de instituições de saúde, associação de pacientes, empresas, instituições de ensino, sociedades médicas, entre outros, sobre as tecnologias analisadas.

Metas 2012-2015

- **Adequação e ampliação do parque produtivo de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS, em especial de centros de pesquisa biomédica responsáveis pela produção de soros e vacinas**

  Análise Situacional da Meta

  Informações disponíveis para 2013 indicam que foram apoiados projetos plurianuais (iniciados em anos anteriores) e no âmbito do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Procis), contemplando 10 Laboratórios Públicos. Estão em análise 48 novos projetos.

- **Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Considerando as aquisições realizadas somente em 2014, os produtos corresponderam a 33,61% do total de compras efetuadas pelo MS. No consolidado 2011-2014, esta participação compreende 86% da meta inicial do PPA, ou seja, 30% de ampliação no período.

  Quantidade alcançada

  30

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Até abril de 2014, informação mais recente disponível, o percentual alcançado foi 28%, sendo 27,3% até 2013 e 0,7% de janeiro a abril de 2014.

  Quantidade alcançada

  28

  Data de Referência

  30/06/2014

- **Ampliar de 20 para 40 o número de projetos de pesquisa clínica realizadas na FIOCRUZ**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, 52 ensaios clínicos estavam em desenvolvimento ou em avaliação de produtos. Foi considerada somente a métrica de ensaios clínicos. Se fosse considerada a Pesquisa Clínica da Fiocruz, esse número aumentaria significativamente; no entanto, não necessariamente, estas destinam-se à geração de insumos para a saúde. No primeiro semestre de 2014 está sendo realizada análise para melhor classificação das novas pesquisas. Desta forma, manteremos o informado em 2013.

  Quantidade alcançada

  52

  Data de Referência

  30/06/2014

- **Ampliar de 63 para 73 o número de medicamentos produzidos na Fiocruz, com foco em medicamentos de maior valor agregado até 2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram criados mais 12 medicamentos, que somados aos 63 existentes, dá um total de 75. A maioria dos produtos novos são provenientes das PDPs (exceção : Atorvastatina – podemos produzir a qualquer momento). Conforme previsto no processo das PDPs, embora não estejamos na fase de produção em Far, estamos disponíveis para fornecimento (aquisição com os respectivos parceiros e embalagem de Far). Esta etapa faz parte do processo de transferência de tecnologia.

Quantidade alcançada

75

Data de Referência

30/06/2014

- **Apoiar a modernização produtiva e gerencial de pelo menos oito produtores públicos**

Análise Situacional da Meta

A dotação orçamentária para 2014 é da ordem de R$ 215,89 milhões, destinados a projetos de infraestrutura, desenvolvimento e inovação, qualificação da gestão e ampliação da produção no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS). Deste total, já foram empenhados R$ 149 milhões, em 49 projetos plurianuais (iniciados em anos anteriores), destinados a infraestrutura, desenvolvimento e inovação e qualificação da gestão e da mão-de-obra sendo os beneficiários 10 laboratórios oficiais produtores e 13 Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs). Cabe destacar que R$ 49,5milhões da dotação total são recursos de emenda parlamentar.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar dois testes clínicos da vacina contra a dengue**

Análise Situacional da Meta

Meta atingida. Os projetos apoiados são do Instituto-Fundação Butantan – IFB e Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos/Fiocruz

- **Atender a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose com produção nacional de 2 medicamentos**

Análise Situacional da Meta

O medicamento tuberculostático 4 em 1 (rifampicina + isoniazida + etambutol + pirazinamida) – objeto de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) firmada com Farmanguinhos/Fiocruz – teve registro sanitário de novo medicamento no país publicado em 13/11/2014. Outro produto objeto de desenvolvimento próprio de Farmanguinhos/Fiocruz obteve registro publicado em 29/09/2014 para o produto rifampicina (150mg) + isoniazida (300mg), não se tratando, porém, de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo.

- **Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais com produção nacional de 2 medicamentos**

Análise Situacional da Meta

O insumo farmacêutico ativo antirretroviral (Hepatite Viral B) Entecavir foi produzido nacionalmente no âmbito da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), estabelecida entre o Ministério da Saúde e FUNED, com parceiro privado Microbiológica. O medicamento Entecavir se encontra-se na fase de desenvolvimento.

- **Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids com produção local de 3 medicamentos**

Análise Situacional da Meta

Os medicamentos antirretrovirais TENOFOVIR (objeto de duas Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo firmadas com Funed e Lafepe), TENOFOVIR+LAMIVUDINA 2 em 1 (Farmanguinhos, Funed e Lafepe) e ATAZANAVIR (objeto de PDP firmada com Farmanguinhos) tiveram registro sanitário publicado em 2011, 2014 e 2014, respectivamente, para as instituições públicas e estão em processo de aquisição pelo Ministério da Saúde. Outros três medicamentos para o Programa DST/Aids, objetos de PDPs, encontram-se em fase de desenvolvimento: ENTECAVIR (Funed), RITONAVIR (Lafepe), TENOFOVIR+LAMIVUDINA+EFAVIRENZ 3 em 1 (Farmanguinhos, Funed e Lafepe).

- **Atender o mercado brasileiro e internacional com a produção nacional de pelo menos uma vacina com a marca Brasil**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo adquiridas pelo PNI as vacinas HEPATITE A, VACINA TETRAVIRAL e Vacina quadrivalente contra HPV – produtos objetos de PDP, estabelecidas em 2012 e 2013, com Butantan, Biomanguinhos e Butantan, respectivamente. Dois projetos tecnológicos, enquadrados como PDP para fins de acompanhamento, estão com seus produtos sendo adquiridos pelo PNI: Vacina Pneumocócica e Vacina Meningocócica. Um terceiro projeto tecnológico, da Vacina Influenza, atingiu a fase de internalização de tecnologia em 214 pelo Butantan. A Vacina Adsorvida Difteria, Tétano e Pertussis acelular (DTPa) foi incorporada ao SUS em setembro/2013 e também é objeto de PDP, após concluído o processo de transferência de tecnologia será produzida pelo Instituto Butantan.

- **Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015**

Análise Situacional da Meta

Executado na implantação da indústria (obras e equipamentos) até 31 de dezembro de 2014 o valor de R$ 167.799.964,00 que corresponde a 64,3% do programado para o exercício (R$260.948.517,00). Desta forma percentual financeiro executado acumulado na implantação da indústria (obras e equipamentos) até 31/12/2014 com base no valor do investimento (R$855.000.000,00 posição 2012) é de 59,8% ou seja o montante de R$511.368.233,00. No que se refere à execução física das obras, o bloco B01 (Câmara Fria - plasma) está concluído e em funcionamento desde 02 de setembro de 2012 e os blocos B04 (Embalagem), B05 (Almoxarifado) e B06 (Laboratório) apresentam a execução de 77% em outubro de 2014 e os blocos B02 (Fracionamento) e B03 (Envase) apresentam execução física acumulada de 19,5% na mesma data .

O baixo percentual de execução das obras se deve ao fato de o Consórcio não ter disponibilizado o efetivo de mão de obra compatível com o cronograma estabelecido no 3º Termo Aditivo e tampouco o montante de recursos financeiros necessários para aplicação nas obras da Hemobrás.

O Consórcio Mendes Junior, TEP e Squadro (MJTS) comunicou a suspensão da execução do Contrato 02/2011, com pedido de rescisão do ajuste, por meio do ofício MJTS/CGC/087/2014 de 28/julho/2014. E a Hemobrás respondeu ao Consórcio por meio do ofício nº 1135/2014 de 27/agosto/2014 com a determinação de retomada imediata das atividades. Em seguida, iniciaram-se tratativas para viabilizar a retomada das obras, que culminaram, no último bimestre de 2014, com a anuência da Hemobrás à alteração contratual de uma nova composição societária, onde a Empresa TEP assume a liderança do consórcio com 95% das cotas e a Mendes Junior com 5% remanescente, denominado de Biotec. Em 5 de dezembro o consórcio com a nova composição entregou um cronograma com estimativa de conclusão das obras para o exercício 2016.

- **Desenvolver 10 produtos em plataformas do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS) até 2015**

Análise Situacional da Meta

Sem a infraestrutura física plenamente disponível, o desenvolvimento de produtos na Fiocruz tem sido realizado através das atuais plataformas de pesquisa e fomentado pelo Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Insumos para Saúde (PDTIS). Por meio do PDTIS, são fomentados atualmente, 40 projetos de desenvolvimento tecnológico, os quais podem gerar produtos para esta meta do PPA 2012 – 2015. Há quatro projetos em negociação com parceiros do setor produtivo: dois em processo de acompanhamento pós-transferência de tecnologia, um com transferência de tecnologia para a Fábrica Fiocruz de Farmanguinhos e um com produção local. Os demais projetos estão em andamento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/06/2014

- **Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia**

Análise Situacional da Meta

As pesquisas ainda estão em andamento. Na pesquisa, que ocorre na Fiocruz Minas Gerais (CPqRR), o resultado esperado para o primeiro semestre de 2014 foi: conclusão dos testes imunohistoquímicos para verificação do reconhecimento da proteína Rap1 humana em biópsias cervicais pelo anticorpos anti-Rap1 gerados pelo grupo de pesquisa utilizando anticorpos Anti-Rap1 comerciais como controle. Na unidade Fiocruz Bahia (CPqGM), além da pesquisa já informada em 2013 (Desenvolvimento de sistema de screening por bioensaio, in vitro e in vivo para avaliação prospectiva de tratamento oncológico), há a pesquisa Estudo multidisciplinar de Carcinomas Primários de Fígado do Estado da Bahia. Esta última pesquisa possui foco no diagnóstico e a anteriormente informada possui foco no tratamento, assim como outras pesquisas na área oncológica que já ocorrem na Fiocruz Bahia.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/06/2014

- **Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram recebidas e armazenadas 552.157 bolsas de plasma, que compõem um volume estimado de 121.475 litros, resultando em um acumulado de 313.544 litros desde 2012.

Quantidade alcançada

313.544

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	300.000	l	313.544	31/12/2014

- **Disponibilizar para o SUS um novo modelo de multiteste para diagnóstico de doenças selecionadas (plataformas de micro arranjos líquidos)**

Análise Situacional da Meta

Os recursos para execução dos projetos foram disponibilizados pelo BNDES para a FIOCRUZ e, nesse sentido, estão sendo estabelecidos os contratos com a Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde para que estes estudos possam ser realizados nas Unidades da Hemorrede Brasileira. O protótipo desenvolvido está em fase final.

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em relação ao fomento à Base Industrial de Defesa (BID), foi dada continuidade aos trabalhos realizados pela Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID), visando o credenciamento das Empresas Estratégicas de Defesa (EED), classificar Produtos Estratégicos de Defesa (PED) e mapear as cadeias produtivas do setor, sendo credenciadas 34 (trinta e quatro) EED; participação em feiras internacionais de Defesa, tais como: FIDAE (Chile), EURONAVAL e EUROSATORY (França), MILIPOL (Qatar), 1ª Exposição e Conferência Internacional da Indústria de Defesa e Exposição de Defesa no Azerbaijão – ADEX 2014, EXPODEFENSA 2014 na Colômbia e ITSEC (EUA), que contaram com a presença da ABIMDE e apoio da APEX-Brasil; e Realização da III Mostra BID-Brasil 2014, tendo como participação as comitivas do Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Suriname, Venezuela, África do Sul, Angola, Tanzânia e França.

No âmbito do Acordo de Cooperação Brasil-Turquia, foram realizadas duas reuniões e um Seminário GT- Naval, no Rio de Janeiro-RJ, que teve como objetivo promover a aproximação de empresas brasileiras e turcas visando possíveis parcerias no desenvolvimento conjunto de produtos de Defesa.

Em relação à cooperação no Conselho de Defesa Sul-Americano, entre as atividades desenvolvidas no âmbito do UNASUL I 2014 destacam-se prioritariamente a aprovação do Instrumento Marco (IM), que teve por objetivo materializar, o compromisso sobre a vinculação dos Estados Membros no desenvolvimento do PROGRAMA UNASUL I, que tem como objetivo o desenho, desenvolvimento, certificação, fabricação, comercialização e suporte logístico do Avião de Treinamento Primário e Básico - UNASUL I, correspondente ao Ciclo de Vida completo do produto, como também a um sistema de treinamento de terra.

Foram elaborados e encontram-se em fase final de tramitação os seguintes marcos legais: Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), que visa capacitar, de forma competitiva, a indústria nacional de defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa nacional; a Política Nacional de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (PNAC); a Política Nacional de Exportações de Produtos de Defesa (PNEPRODE).

Vinculado ao Fomento à BID, foi inserida no contexto do Plano Brasil Maior a Política de Obtenção Conjunta de Produtos de Defesa (PRODE), com a participação da administração central do Ministério da Defesa e das Forças Armadas;

Na área de Catalogação, destacam-se as seguintes atividades: especificação da arquitetura do ambiente conceitual e tecnológico do Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT); elaboração de subsídios para a proposta da Política Nacional de Catalogação (PNC); elaboração das Normas de Governança Operacional do SISMICAT (NORCAT); e, principalmente, a elaboração da estratégia e do projeto básico (requisitos conceituais e tecnológicos) da modernização do SISMICATe a contratação da EMGEPRON, com o objetivo de disponibilizar no âmbito do SISMICAT uma solução tecnológica que permita de forma padronizada, única e integrada, as operações, o planejamento e a coordenação da Atividade de Catalogação, contribuindo para o cumprimento das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e relativas ao aprimoramento da Logística Militar e do desenvolvimento da BID no país, por meio da aquisição tempestiva de uma ferramenta tipo “COTS” para a catalogação no padrão internacionalmente reconhecido do Sistema OTAN de Catalogação (SOC).

Na área de Ciência e Tecnologia, foram viabilizados os programas mobilizadores, projetos inovadores e integração das atividades de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) das Forças Armadas, tais como: PROSUB-DGPM e Projeto Quercetina,. Além disso, houve a participação em fóruns internacionais e comissões governamentais em assuntos relacionados à C,T& I na área de Defesa, tais como: participação da IX Reunião da Instância Executiva e V Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul- Americano (CDS), encontro de Especialistas Técnicos do Regime de Controle de Mísseis (MTCR), reunião do Comitê de Cooperação Conjunta Brasil-França, Workshop sobre o Sistema Integrado de Indústria e Tecnologia de Defesa; e Realização de seminários e participação em exposições, promoção de seminários e "workshops" sobre temas relativos a C,T&I de interesse da Defesa Nacional, tais como: Semana Nacional de Ciência e

Tecnologia (SNCT), coordenação do GT Naval Brasil-Turquia, realização iniciativa a cargo do Brasil do Plano de ação 2014/CDS referente a 3ª e 4ª Reunião do Sistema VANT UNASUL, Workshop sobre Instrumentos de apoio ao desenvolvimento dos setores de Defesa, Aeronáutico e Espacial, dentre outros.

Metas 2012-2015

- **Fabricar o fuzil brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Como empresta pública estratégica, a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) é fortemente dependente das encomendas de produtos e serviços do seu principal cliente, o Governo, o que implica, necessariamente, disponibilizar orçamentos públicos consistentes e regulares que possibilitem um planejamento de longo prazo, envolvendo a capacitação e treinamento dos recursos humanos, a modernização das plantas industriais, as encomendas de insumos e a manutenção da capacidade estrutural de atendimento à demanda do setor, sob quaisquer circunstâncias. A permanente disponibilidade da capacidade produtiva mínima da IMBEL é imprescindível para atender, se necessário, a mobilização nacional , sendo que os custos financeiros decorrentes dessa "prontidão produtiva", denominado "custo Estado", devem ser entendidos como inerentes ao setor industrial de defesa devido à sua natureza estratégica.

Nesse contexto, o ano de 2014 foi emblemático para o futuro da IMBEL. Iniciado com expectativas de novas oportunidades de negócios, ele terminou com a consolidação e o aprofundamento de transformações que vêm preparando a empresa para um papel de destaque cada vez mais relevante no setor industrial de defesa. Dentre seus inúmeros produtos de defesa, deu ênfase à produção do Fuzil de Assalto 5,56 IA2, da Carabina 5,56 IA2 e do Fuzil 7,62 IA2.

No ano de 2014, foram produzidos 3.892 Fuzis 5,56 IA2. Foram desenvolvidas novas funcionalidades, que permitem que o armamento seja mais ergonômico e também mais resistente. Iniciou-se o desenvolvimento de uma nova coronha telescópica e rebatível, agregando valor ao produto já aprovado. Somente a linha de produção do fuzil envolve cerva de 700 funcionários, entre empregos diretos e indiretos, além do importante e favorável impacto sócioeconômico no município mineiro de Itajubá.

O fuzil 5,56 IA2 encontra-se em avaliação operacional nas Forças Armadas que já apresentaram algumas solicitações de aperfeiçoamentos que atendem interesses específicos de cada Força. Essas solicitações se encontram em processo de desenvolvimento avaliação de viabilidade. Da mesma maneira, o Fuzil de Assalto 7,62 IA2 encontra-se em avaliação pelo Exército (CAEx), por meio do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT).

Para o próximo semestre foram efetuados contratos para a fabricação de mais 180 fuzis e carabinas, para atender às Forças Armadas e Órgãos de Segurança Pública, tendo a Fábrica de Itajubá a capacidade de produzir até 5.000 armas no período, graças à atualização e modernização de uma linha de produção exclusiva.

Indubitavelmente, o setor de defesa vem conquistando espaço na agenda política governamental. Ações concretas aumentaram a segurança das empresas do setor, em decorrência de aplicação de mecanismos previstos na Lei nº 12.598 de 2012, como a categorização das Empresas Estratégicas de Defesa (EED), o benefício do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID) e a participação de Empresas nacionais em melhores condições competitivas nas licitações para reaparelhamento das Forças Armadas. Apesar desses avanços, enormes desafios ainda devem ser enfrentados pela BID, reconhecendo a necessidade de aperfeiçoar seus processos produtivos para fortalecer-se desempenhar, com eficácia, seu papel como vetor de desenvolvimento nacional.

- **Modernizar o Sistema Militar de Catalogação (SISMICAT)**

Análise Situacional da Meta

Esta meta visa disponibilizar, no âmbito do SISMICAT, uma Solução Tecnológica que permita de forma padronizada, única e integrada, as operações, o planejamento e a coordenação da Atividade de Catalogação, contribuindo para o cumprimento das diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa e relativas ao aprimoramento da Logística Militar e do desenvolvimento da BID no país, por meio da aquisição tempestiva de uma ferramenta tipo "COTS" para a catalogação no padrão internacionalmente reconhecido do Sistema OTAN de Catalogação (SOC). Dessa forma, nosso objetivo

imediato é a obtenção e implantação de um sistema de informações gerenciais aderente ao SOC, que suporte o cumprimento da missão do DECAT/CECAFA.

Nesse sentido, foi assinado um contrato (nº 070/2014) entre o MD e a EMGEPRON, vinculado ao Processo Administrativo nº 60311.000065/2014-87, por meio do Termo de Justificativa de Dispensa de Licitação nº 144-DECAT-COLIC/2014. O objeto do referido contrato é a prestação de serviços de aquisição e implantação de Solução Tecnológica, que atenda aos protocolos definidos pelos Acordos internacionais do (SOC) previstos nos documentos STANAG (Standardization Agreement) 3150, 3151, 4177, 4199 e 4498.

Como atividades futuras, estão previstos: a) operacionalização da nova Solução Tecnológica do SISCAT-BR – "Um único processo de catalogação, uma única plataforma tecnológica"; b) consolidação da Norma Operacional de Governança do SISMICAT - NORCAT; c) desenvolvimento da Proposta de Projeto sobre o Gerenciamento do Custo do Ciclo de Vida de Sistemas de Defesa (conforme o Comitê Aliado para o Custo do Ciclo de Vida – AC/327); d) desenvolvimento de cursos à distância sobre catalogação; e) implementação dos cursos de catalogação no âmbito dos Acordos Bilaterais (África do Sul, Chile etc.); f) consolidação do Seminário Permanente de Catalogação do CDS-UNASUL (CATSUL); g) realização do Seminário Internacional de Catalogação (LAAD-2015); e h) participação nos programas especiais no âmbito da OTAN (NATO Logistics Stock Exchanges - NLSE, Ammunition Support PartnerShip - ASP, Electronic NATO Ammunition Data Base (e-NADB).

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Análise Situacional do Objetivo

O fomento à modernização, renovação e ampliação da frota naval brasileira, além de contribuir para a geração de emprego e renda, é fundamental para o aumento da competitividade sistêmica da economia, pois no caso da cabotagem e navegação interior, propicia a redução de custos logísticos por meio do desenvolvimento do modal aquaviário.

O volume de construções de embarcações e estaleiros foi ampliado nos últimos anos, principalmente nos Estados do Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. De janeiro até dezembro de 2014, houve a entrega de 89 embarcações e mais 2 projetos em estaleiros. Considerando o horizonte do PPA 2012-2015 já foram entregues 196 embarcações e 6 estaleiros.

Em 2014 foram priorizados projetos que somam de R$ 25 bilhões, e que englobam 336 projetos. Considerando o período do PPA tivemos a priorização de R$ 65,2 bilhões em projetos. As contratações em 2014 chegaram aos R$ 2,85 bilhões sendo que desde 2012 já somam R$ 20,55 bilhões contratados com os agentes financeiros do FMM (BNDES, BB, CAIXA, BNB e BASA).

Atualmente o Fundo da Marinha Mercante (FMM) tem uma carteira de 345 projetos contratados com os agentes financeiros. Em dezembro de 2014, havia 136 embarcações e 7 estaleiros em construção e 199 embarcações e 3 estaleiros contratados, aguardando início da construção. A carteira do FMM é bastante dinâmica, pois ocorrem entregas de embarcações, ao mesmo tempo em que novos projetos são iniciados.

Devido à complexidade e especificidades do setor, os empreendimentos de construção naval têm longo prazo de execução.

Vale salientar que o ritmo e desenvolvimento das obras financiadas pelo FMM são condicionados pelo interesse privado.

Metas 2012-2015

- **Fomentar a construção de 12 estaleiros com recursos do FMM**

  Análise Situacional da Meta

  Até dezembro de 2014, foram concluídos seis projetos de estaleiros: São Miguel e Aliança (ambos em São

Gonçalo/RJ), Wilson Sons II (Guarujá/SP), Vard Promar e EAS load out (PE) e ERG2 (RS). Todos os demais projetos estão iniciados. Todos têm previsão de conclusão até 2015, exceto o Estaleiro Keppel, que tem previsão de entrega em 2016.

Devido a alterações ocorridas nos projetos, a meta manteve-se em 12 estaleiros, mas na regionalização houve mudanças. Será necessário incluir um projeto de estaleiro no Vetor Logístico Nordeste Meridional (Estaleiro Enseada Paraguaçu/BA). Atualizando a meta teremos um projeto no Vetor Logístico Amazônico (Estaleiro Hermasa/AM), um no Vetor Logístico Centro-Sudeste (Wilson Sons Guarujá/SP - já entregue), dois no Vetor Logístico Leste (São Miguel e Aliança/RJ - já entregues), dois no Vetor Logístico Nordeste Setentrional (Promar/PE e EAS Load out/PE - já entregues) e cinco no Vetor Logístico Sul (ERG2 - já entregue, CQG, OCEANA, Keppel e HUISMAN).

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Vetor Logístico Amazônico	1	unidade	0	31/12/2014
Vetor Logístico Centro-Sudeste	2	unidade	1	31/12/2014
Vetor Logístico Leste	4	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Nordeste Setentrional	2	unidade	2	31/12/2014
Vetor Logístico Sul	3	unidade	1	31/12/2014

- **Fomentar a contratação de 24,5 bilhões em projetos de embarcações com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM)**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram contratados R$ 2,85 bilhões em projetos de embarcações financiadas com recursos do Fundo da Marinha Mercante. Em 2012 foram contratados R$ 12,2 bilhões e em 2013 foram R$ 5,5 bilhões contratados, totalizando R$ 20,55 bilhões de 2012 até o final de 2014. Até 2015, considerando os projetos já aprovados (priorizados) pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, estima-se que o montante contratado seja ampliado, o que permitirá atingir a meta do PPA.

Quantidade alcançada

20,55

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

A fiscalização do Processo Produtivo Básico (PPB) é uma atividade de rotina e vem ocorrendo de acordo com o cronograma de execução. No ano de 2014, foram feitas 32 fiscalizações a empresas habilitadas no Programa.

No extensionismo industrial e empresarial, durante o ano de 2014, foram firmados 4 (quatro) convênios, beneficiando fornecedores dos segmentos automotivo e de petróleo, gás e naval, no valor global de R$ 4.666.384,60, com vigência de até 36 meses. Os estados beneficiados que foram selecionados em chamamento público, divulgado no Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV) e na página da SDP, são: São Paulo (Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC), com projeto de qualificação e fornecedores do setor automotivo; Pernambuco e Santa Catarina (Instituto Euvaldo Lodi), com projetos de qualificação de fornecedores dos setores de Petróleo, gás e naval; e Minas Gerais (Associação Internacional de Competências Empresariais), com projeto de qualificação de fornecedores do setor automotivo, do segmento autopeças.

No que se refere ao fomento à instalação de incubadoras industriais e centrais de serviços e de comercialização industrial em arranjos produtivos locais (APLs), sua implementação dá-se por meio de repasse de recursos financeiros entre Governo Federal e Administrações Públicas Municipais, Estaduais e/ou Distrital, contemplados por emendas parlamentares. Porém, com a criação da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, a partir de 2013 a ação foi transferida para aquela pasta. No ano de 2014, o MDIC manteve a governança somente sobre os convênios em andamento e, sobretudo, aqueles firmados em 2013, num total de 23, no valor global de R$ 7.150.000,00. Encerrou-se o exercício com: apenas 2 desses projetos, firmados em 2013, pagos; 18 permaneceram inscritos em Restos a Pagar; e 3 foram extintos diante da falta de cumprimento de exigência no prazo legal.

A partir do encontro Brasil-União Europeia em Clusters de Biotecnologia, ocorrido durante a feira internacional BioPartnering Latin America 2013, houve enorme integração e articulação dos representantes dos APLs. Conforme previsto em agenda, foi realizado um workshop internacional promovido pela Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), em Belém, no período de 22 a 24 de setembro de 2014, envolvendo inclusive universidades e representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que atuam no programa Ciências Sem Fronteiras, com o objetivo de fortalecer a integração, troca de experiências e compartilhamento de iniciativas e ações.

Com foco no fortalecimento dos APLS, foi firmada parceria com o Ministério da Cultura tendo como objeto a elaboração e pactuação de 27 Planos Estratégicos de Melhoria da Competitividade, beneficiando APLs de economia criativa. Esses Planos foram entregues e apresentados aos membros do Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL) na última reunião plenária, realizada em novembro de 2014, e, também, distribuídos às instituições apoiadoras dos APLs, com o intuito de obter financiamento para sua implementação.

A informatização do processo de concessão e acompanhamento de PPBs depende do Sistema que ainda se encontra em fase de teste, rodando no ambiente de homologação, cuja previsão de lançamento é para 2015.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 80 Arranjos Produtivos Locais no país**

  Análise Situacional da Meta

  Apoiar os Arranjos Produtivos Locais é uma atividade contínua da Secretaria do Desenvolvimento da Produção (SDP), sendo que em 2013 já havíamos atingido um universo de 273 arranjos. As iniciativas vêm sendo implementadas e estão voltadas à elaboração de planos de desenvolvimento, internacionalização de clusters, desenvolvimento e capacitação de fornecedores, gestores e multiplicadores de APLs, dentre outras.

  Quantidade alcançada

  273

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Implantar sistema informatizado integrado para concessão e acompanhamento de PPBs**

  Análise Situacional da Meta

  O cumprimento desta meta ainda não ocorreu, e o atraso deve-se às várias reformulações, mas o sistema continua em fase de teste, rodando em ambiente de homologação e deve entrar em operação em 2015. (A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução'.)

  Quantidade alcançada

  85

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Reformular a metodologia de concessão de Processo Produtivo Básico (PPB)**

Análise Situacional da Meta

A meta foi totalmente alcançada já em 2012. O fluxo de processo de concessão de PPB foi redesenhado e já está sendo implementado, bem como o incremento de controles internos, a fim de observar melhor os prazos previstos e dar maior transparência às empresas que participam do processo.

OBJETIVO: 0848 - Induzir a ampliação do investimento fixo na indústria por meio de benefícios fiscais e creditícios, simplificação de exigências regulatórias e disseminação da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em dezembro de 2014, chegou ao fim a vigência do Plano Brasil Maior (PBM). Das 299 medidas desenhadas, 149 foram concluídas, 145 estão em andamento, e apenas cinco não foram iniciadas. As medidas ainda em andamento, apesar do fim do cronograma de execução do Plano, possuem indicação de continuidade no próximo ciclo de política industrial.

As medidas podem ser organizadas em três grandes blocos: i) redução dos custos do trabalho e do capital; ii) estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas; e iii) estímulos às exportações e defesa comercial.

Entre as realizações em 2014, sobre redução dos custos do trabalho e capital, destaca-se que a desoneração da folha de pagamento para os 56 setores contemplados tornou-se permanente com a Medida Provisória nº 651, de 9 de julho de 2014. A renúncia fiscal estimada para o ano de 2014 é de R$ 21,607 bilhões. Encontra-se em vigor, desde janeiro de 2014, a Lei nº 12.844, de 13 de julho de 2013, com impacto na arrecadação desde fevereiro de 2014, que inclui a desoneração dos seguintes setores: transporte ferroviário ou metroviário de passageiros; transporte ferroviário e rodoviário de cargas; carga e descarga em portos; construção de obras de infraestrutura; empresa de jornalismo; e ampliação dos setores industriais (Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM).

Ainda houve elevação do número de empresas optantes pelo Simples Nacional, que alcançou 9,1 milhões de beneficiados, dos quais 46% são Microempreendedores Individuais (MEI). A ampliação dos valores contemplados pelo Simples Nacional proporcionou reajuste de 50% em todas as faixas de faturamento dos beneficiários. Já a ampliação do MEI elevou o limite de faturamento de R$ 36 mil para R$ 60 mil, alcançando o total de 4,3 milhões de optantes registrados até agosto de 2014. Ainda, a publicação da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, atualizou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, dando possibilidade de adesão por parte de empresas prestadoras de serviços.

Destaque-se também a edição da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.300, de 30 de dezembro de 2013, que ampliou o limite de financiamento subvencionado pela União ao Programa BNDES de Sustentação do Investimento (PSI) em R$ 50 bilhões e estendeu o prazo para concessão de financiamentos até 31 de dezembro de 2014; e a Circular BNDES nº 01, de 2014, que definiu as novas condições do PSI: taxas de juros entre 4% e 8% ao ano.

No âmbito dos estímulos ao desenvolvimento das cadeias produtivas, foi relevante a publicação do segundo edital do Inova Petro, programa que visa o fomento de fornecedores brasileiros para a cadeia produtiva da indústria de petróleo e gás natural, que envolveu valor total de R$ 3 bilhões, e conclusão do edital destinado ao Plano de Apoio Conjunto à Inovação Tecnológica Agrícola no Setor Sucroenergético (PAISS Agrícola), com valor total de R$ 1,85 bilhão. Os editais conjuntos e programas integrados (parceiros públicos e privados) realizados no âmbito do Inova Empresa, plano de investimento em inovação que prevê apoio a empresas por meio de subvenção, crédito, financiamento não reembolsável e participação em capital, resultaram em: 10 editais com estimativa de recursos na ordem de R$ 17,8 bilhões, com manifestação de interesse por parte de 2.020 empresas e envolvimento de R$ 69,6 bilhões; e seleção de 594 planos de negócios, referentes a 523 empresas, e montante de recursos de R$ 32,5 bilhões.

Nesse sentido, a publicação da Lei nº 12.966, de 18 de junho de 2014, permitiu o estabelecimento de alíquotas de IPI menores para os veículos que adotarem motores flex que tiverem relação de consumo entre etanol hidratado e gasolina superior a 75%, sem prejuízo da eficiência energética da gasolina nos veículos novos. Outra norma importante é a Lei nº

13.033, de 24 de setembro de 2014, que permitiu o aumento da mistura do etanol anidro na gasolina de 25% para 27,5%, possibilitando o aumento da rentabilidade do setor com a venda de etanol anidro e a redução da emissão de gases de efeito estufa. Esse mesmo dispositivo legal dispõe sobre a adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final: o percentual de adição obrigatória desse biocombustível ao óleo foi de 6% e, desde novembro de 2014, passou para 7%. Com isso, a demanda obrigatória do biodiesel deve crescer 40% até o final do ano.

No contexto das cadeias produtivas, em 2014, o número de concessões do benefício de redução do Imposto de Importação (Ex-tarifário) alcançou 3.800, com 50 consultas públicas realizadas e mais de 4.927 pleitos analisados. De 2008 a 2014, o Ex-tarifário produziu números relevantes para a economia brasileira. Foram mais de 17,6 mil máquinas e equipamentos (BK e BIT) beneficiados, gerando um montante de mais de US$ 56 bilhões em importações vinculadas a projetos de investimentos, com valor total superior a US$ 277,5 bilhões.

Também notória foi a publicação de 275 portarias de habilitação definitiva de empresas aos benefícios da Lei de Informática, totalizando 435 portarias de habilitação (entre habilitações definitivas e provisórias) contra 333 no ano anterior. O instrumento da habilitação provisória de empresas aos benefícios da Lei n° 8.248, de 23 de outubro de 1991 (Lei de Informática), é um procedimento sumário que permite acesso mais rápido e simplificado aos incentivos da mencionada norma, enquanto o processo de habilitação definitiva ou de inclusão de novos produtos tramita sem interrupção.

Os gastos tributários projetados na Lei Orçamentária Anual de 2014 (LOA 2014), em que se incluem muitos regimes tributários especiais, foram de R$ 249,8 bilhões. Apenas ao Regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados a atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), que permite a importação de equipamentos específicos para serem utilizados diretamente em pesquisa e exploração de petróleo e gás natural, associam-se R$ 12,9 bilhões. Também destacam-se os valores destinados ao Regime Especial da Indústria Química (REIQ) – R$ 2,2 bilhões; Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REID) – R$ 1,7 bilhão; Inovar Auto – R$ 1,5 bilhão, e Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicação (REPNBL REDES) – R$ 1,01 bilhão.

Destaque para o aperfeiçoamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis) com a aprovação do Decreto nº 8.247, de 23 de maio de 2014, que regulamentou atualizações da Lei nº 11.484, de 2007, e a edição da Portaria Interministerial MCTI/MDIC nº 1.045, de 2 de outubro de 2014, que viabiliza a produção de painéis fotovoltaicos sob o Programa.

Quanto aos desembolsos realizados pelo Sistema BNDES por setor da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), o detalhe do desembolso destinado a setores do PBM até novembro de 2014 foi de R$ 439,1 milhões para farmoquímicos e farmacêuticos; R$ 5.066,9 milhões para telecomunicações; R$ 5.012,8 milhões para o setor de coque, petróleo e combustível; R$ 552,7 milhões para o setor de equipamentos de informática, eletrônicos e óticos; R$ 15.152,8 milhões para eletricidade e gás, sendo que o desembolso total do sistema BNDES por CNAE foi de R$ 162.236,4 milhões. Já o desembolso total na comercialização no país de Máquinas e Equipamentos Nacionais – Finame, Finame Leasing e Finame Agrícola teve montante de R$ 55.582,9 milhões até novembro de 2014; e o desembolso total do sistema BNDES para exportação por setor CNAE atingiu US$ 4 bilhões.

Na área de estímulos às exportações e defesa comercial, houve aprovação de recursos para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex Financiamento) da ordem de R$ 2,9 bilhões, sendo que já foram desembolsados US$ 456,2 milhões e alavancados US$ 514,3 milhões em exportações até 31 de dezembro de 2014. Já na modalidade Proex Equalização, a dotação orçamentária para 2014 foi de R$ 1 bilhão, tendo sido realizados pagamentos no montante de US$ 286,8 milhões, alavancando exportações num total de US$ 6,3 bilhões até 31 de dezembro de 2014.

No âmbito das ações de compras governamentais, instituiu-se margem de preferência de até 25% para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras e incorporem inovação. As alterações deste ano foram para fármacos e medicamentos (Decreto nº 8.225, de 3 de abril de 2014); equipamentos de tecnologia da informação e comunicação (Decretos nº 7.903, de 4 de fevereiro de 2012; nº 8.184, de 17 de janeiro de 2014; e nº 8.194, de 12 de fevereiro de 2014); aquisição de licenciamento de uso de programas de computador e serviços correlatos

(Decreto nº 8.186, de 17 de janeiro de 2014); aeronaves executivas (Decreto nº 8.185, de 17 de janeiro de 2014); brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte (Decreto nº 8.223, de 3 de abril de 2014); e máquinas e equipamentos (Decreto nº 8.224, de 3 de abril de 2014).

O Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra) foi reinstituído e sua regulamentação é feita pelo Decreto nº 8.304, de 12 de setembro de 2014. O Reintegra havia chegado ao fim em 31/12/2013, de acordo com a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013. Na nova regra, os resíduos tributários reintegrados à empresa podem variar de 0,1% a 3% da receita de atividades exportadoras, e o Regime Especial não tem prazo de vigência.

Metas 2012-2015

- **Criar o Portal do Observatório do Investimento**

  Análise Situacional da Meta

  A criação do Portal do Observatório do Investimento foi descartada por dois motivos.

  Em primeiro lugar, chegou-se à conclusão de que um novo Portal poderia concorrer com o próprio portal já existente da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento, a Renai (http://investimentos.mdic.gov.br/), que já divulga informações relevantes ao investidor e demais interessados no assunto, como oportunidades de investimento, apoio ao investidor, investimentos anunciados e incentivos.

  Em segundo lugar, percebeu-se que o assunto “investimento” poderia ser tratado, do ponto de vista estatístico, pelo projeto do Observatório da Indústria, que trataria de diversos temas relacionados à atividade industrial, como emprego e comércio exterior.

  O Observatório da Indústria ainda encontra-se em construção, mas pode-se considerar que, embora não esteja oficializado, já opera em capacidade mínima, com um conjunto razoável de dados sobre a atividade dos setores industriais.

OBJETIVO: 0849 - Atrair projetos e centros de P&D de empresas estrangeiras, por meio de medidas fiscais, regulatórias e creditícias.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal tem conjugado esforços para a atração de centros e projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o Brasil. A priorização de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação representa questão estratégica para que o país consiga elevar seu nível de produtividade industrial e caminhar em direção ao desenvolvimento econômico.

Com o lançamento, em março de 2013, do Plano Inova Empresa – pacote de estímulos de R$ 32,9 bilhões que objetiva elevar o índice de inovação tecnológica, a competitividade e a produtividade da indústria nacional –, o Governo Federal passou a dar ainda mais prioridade ao tema.

A Secretaria de Inovação (SI) do MDIC tem contribuído para atingir as metas deste objetivo, principalmente, por meio do trabalho que está sendo realizado em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) para gerar inteligência sobre a inovação no país e atrair centros e projetos de P&D. O projeto busca definir uma estratégia para o posicionamento do Brasil como um player global na atração de investimentos em inovação. O projeto tem como objetivo entender o atual estágio de desenvolvimento da atividade de P&D no Brasil, identificar os pontos fortes e fracos do ambiente de inovação, as oportunidades de melhoria e de potenciais investimentos. Os setores escolhidos para estudo foram Petróleo e Gás, Energias Renováveis, Saúde, e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). O estudo foi iniciado em maio de 2013 e ao longo do ano foram entregues os resultados da fase 1 e 2 do estudo (panorama do ambiente de inovação no Brasil e tendências de investimentos nos quatro setores selecionados). No mês de abril de 2014, por sua vez, foi concluída a fase 3 do estudo (benchmark internacional e recomendações de políticas

públicas).

É importante ressaltar que os subsídios gerados pelo estudo servem para aperfeiçoar os instrumentos e políticas públicas de atração de investimentos em P&D. O Governo Federal adotará uma postura proativa na prospecção internacional de investimentos em P&D.

Com a conclusão do estudo, foi elaborada a estratégia de promoção do Brasil como destino competitivo para atração de investimentos em inovação. A estratégia será lançada em março de 2015 em evento que contará com a participação de órgãos governamentais e de representantes de empresas.

Além disso, para a promoção do Brasil estão sendo elaborados conteúdos direcionados a potenciais investidores na área de P&D no Brasil. Essa comunicação se dará por meio de um portal de informações e de relacionamento com investidores, vídeos, conteúdo impresso e também por ações de promoção comercial (divulgações em eventos, missões, reuniões, feiras de divulgação do país etc.).

No que diz respeito à adaptação ou criação de instrumentos, destaca-se que o MCTI lançou, em setembro de 2013, um edital para atração de Centros Globais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no país. Esse edital tem o objetivo de ampliar o mercado e a pesquisa na área de Tecnologia da Informação por meio de parcerias com multinacionais para a implementação de centros de pesquisa no Brasil. A iniciativa visa orientar e estimular empresas estrangeiras e nacionais que tenham entre suas atividades o desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). As propostas aprovadas pela chamada pública contavam com R$ 14 milhões em recursos de bolsas oriundos do Fundo Setorial de Tecnologia da Informação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT/CT-Info), administrados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientifico e Tecnológico (CNPq/MCTI) e utilizados em até cinco anos. O financiamento teve o valor máximo de R$ 2 milhões por projeto e a contrapartida mínima de 100% do valor solicitado. A banca avaliadora do CNPq recomendou a aprovação de 5 (cinco) propostas: IBM Research Brazil, Intel Semicondutores, ITVale, CPqD e Freescale. O valor total de bolsas do CNPq para essas 5 propostas contempladas é de R$6.185.875,40, não sendo, portanto, utilizado o montante de R$ 14 milhões disponíveis.

Outro diferencial para apoiar esse tipo de investimento é o trabalho realizado pela Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex) de apoio às empresas interessadas em participar do edital. A Softex, como braço do Programa Estratégico de Software e Serviços de TI (TI Maior), iniciativa do MCTI de apoio ao setor, fornece assessoramento na utilização dos mecanismos públicos de apoio à inovação, quer sejam incentivos fiscais ou captação de recursos e transferência de tecnologia. Além disso, a entidade atua na construção de cooperações em rede entre empresas privadas, governo e universidades que, além de P&D, inclui a propriedade intelectual como fator competitivo para empresas.

Em relação ao Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), foi identificado, ao longo de 2014, que grande parte dos seus desafios – atração de pesquisadores nacionais e estrangeiros, concessão de bolsas de pesquisa, concessão de auxílios a pesquisa, entre outros – decorrem de deficiências relacionadas a sua gestão científica. Por isso, no primeiro semestre do ano, foi criado grupo de trabalho informal, coordenado pela Secretaria Executiva do MDIC e com participação de SUFRAMA, ABDI e Secretaria de Inovação do MDIC, para avançar no tema. O grupo realizou agendas no CBA e com diversos atores locais. Ao final dos trabalhos, propôs Plano Executivo para o Centro, com horizonte para 2015/2018, que, no momento, encontra-se em análise no MPOG e na Casa Civil.

Em paralelo, como solução emergencial de curto prazo, o MDIC identificou conhecimento técnico-científico e competências humanas e organizacionais no INMETRO em temas afetos à gestão científica do CBA e propôs a disponibilização dessas à SUFRAMA, autarquia ao qual o CBA faz parte. Isto foi concretizado por meio do Termo de Cooperação Técnica nº 14/2014, que entrou em vigor a partir de 18 de dezembro de 2014 e vigência de 5 meses, prorrogável por igual período.

Em resumo, enquanto aguarda-se a definição final quanto à constituição da Empresa Pública CBA e sua efetiva implementação, trabalha-se, no curtíssimo prazo, na estruturação de processos críticos do Centro, com o apoio fundamental do INMETRO, ao passo que no curto e médio prazo articula-se a constituição da Associação privada, a ser qualificada como Organização Social, para a gestão mais qualificada e eficiente do CBA.

Metas 2012-2015

- **Atrair 40 centros de P&D**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal atuou, por meio de diversas medidas fiscais, de crédito e de regulação, na atração de investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para o Brasil. Os centros de P&D atraídos para o país estão espalhados por todo o território, sendo que diversos desses centros receberam apoio do governo para sua instalação e desenvolvimento.

Para contabilização na meta do PPA, serão consideradas as datas de inauguração / início das atividades no centro de P&D. Com esse critério, foram mapeados 25 centros inaugurados no período de 2012 a 2014 (2012: FMC Technologies, Microsoft, Siemens, Ericsson, Qualcomm, Basf, EADS, IMPSA, Huawei; 2013: Basf, Boeing, Cisco, Intel, SAP, Halliburton, Elanco, 3M, Vallourec; 2014: Tenaris, Lenovo, EMC, General Electric, Honda, Siemens, Alstom).

Além disso, outras 12 empresas já anunciaram que inaugurarão seus centros de P&D no ano de 2015. Considerando que outros anúncios serão feitos ao longo de 2015, entendemos assim que a meta de 40 centros de P&D será alcançada.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

As ações de expansão, diversificação e aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à inovação têm sido priorizadas pelo Governo Federal, em especial pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que buscam sempre uma maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

O Governo Federal, intensificando sua atuação no incentivo à inovação, lançou o Plano Inova Empresa, o qual consiste em um investimento em inovação a fim de elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira. O plano, com investimento total previsto de R$ 32,9 bilhões em 2013 e 2014, é um novo modelo de fomento à inovação que atua na descentralização do crédito e da subvenção econômica para grandes, médias e pequenas empresas, na articulação entre as instituições de fomento para o uso coordenado dos diferentes instrumentos e, ainda, na redução de prazos e simplificação administrativa.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), além de outras instituições como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), trabalham juntos no Plano Inova Empresa para o financiamento público de projetos, apoiando setores considerados prioritários pelo Governo, como Saúde, Aeroespacial, Energia, Petróleo e Gás, Sustentabilidade Socioambiental e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

A Secretaria de Inovação (SI) do MDIC, em parceria com entes privados, também realiza o programa InovAtiva Brasil. O objetivo do programa é capacitar em larga escala empreendedores de negócios de alto impacto (startups). Além disso, o programa oferece oportunidades e fomenta o networking entre os empreendedores. Em 2013, o programa foi realizado em três etapas. A primeira, 100% online, ofereceu vídeos gratuitos com conteúdo de empreendedorismo. Nessa etapa, além da capacitação, os empreendedores tiveram a oportunidade de enviar seus projetos de negócio. Entre as 1.600 propostas recebidas (bem acima da expectativa, de 300 projetos), os 50 melhores foram selecionados para participar da segunda fase que, além de disponibilizar mais conteúdo online, teve um workshop presencial em que os empreendedores

tiveram acesso a uma rede de mentores dos parceiros privados da iniciativa. Os 20 melhores projetos foram selecionados para participar da última fase, em que os empreendedores tiveram uma nova rodada de capacitação, mentoria e coaching e, no final, apresentaram seu negócio a uma banca de investidores e especialistas. Em janeiro de 2014, a SI levou os finalistas para uma semana de reuniões e apresentações com universidades, incubadoras de empresas e investidores no Vale do Silício (EUA).

Em 2014 o Inovativa teve como grande ativo a formação de sua rede de mentores (que está em constante expansão). Houve 6.400 participantes na plataforma. 703 projetos submetidos para a segunda fase (número menor que em 2013 em razão de mudanças nos critérios, sendo o próprio processo de inscrição uma forma de capacitação); 128 projetos foram selecionados para a segunda fase, com workshops e acesso a mentores; 75 projetos foram selecionados para a terceira fase, quando os empreendedores desfrutaram de: Acompanhamento de mentores especializados; Treinamento a distância, em dois webinars seguidos de entregáveis; 2 dias de treinamento intensivo em São Paulo, com mentores da rede de mentores InovAtiva, especialistas em modelagem de negócios, acesso a capital e treinamento de pitch (apresentação). Apresentação para grandes empresas e investidores em São Paulo, como parte da Conferência Anual da Anjos do Brasil. Os participantes da fase 3 de 2014 continuarão tendo acompanhamento de mentores por mais quatro meses, até abril de 2015.

Para 2015 os principais objetivos do Inovativa Brasil são: selecionar até 300 empresas para a fase 2; selecionar até 100 empresas para a fase 3; expandir a rede de mentores; fomentar canais de aproximação entre as startups do programa e grandes empresas; integrar o Inovativa com outros programas, como editais de fomento, de forma que as empresas capacitadas possam acessar essas fontes de financiamento, gerando sinergia para toda a cadeia de políticas públicas voltadas para a inovação. No que diz respeito à disseminação da cultura da inovação, em 2013, apoiou-se a 1ª Edição do Congresso de Investimento Anjo. Os investidores anjo são pessoas físicas, tipicamente ex-empresários, que proveem capital financeiro e sua rede de contatos a negócios nascentes e com alto potencial de crescimento. Em troca desse apoio, esses investidores recebem uma participação na empresa. Tais investidores são fundamentais para fomentar o surgimento e o desenvolvimento de novos negócios inovadores e, portanto, são alvo de políticas públicas. Além desse evento, apoiaram-se ainda o 5º Congresso Brasileiro de Inovação na Indústria, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), e o XXIII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, promovido pela Associação Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas (Anprotec). Destaca-se que a CNI e a Anprotec são duas instituições de suma importância para o fomento à inovação no setor produtivo brasileiro e o apoio a tais eventos está em linha com os objetivos de disseminação da cultura de inovação.

Já em 2014, apoiou-se a 2º e a 3° Edição do Congresso de Investimento Anjo. O Instituto Anjos do Brasil é a mais importante e experiente entidade de nível nacional a representar e fomentar o setor. Por isso, o Congresso do instituto é o mais importante do país, uma oportunidade única de conectar o MDIC com os principais agentes brasileiros e internacionais desse segmento, em que a Secretaria de Inovação vem ampliando a sua atuação nos últimos anos. Investidores-anjo e gestores de fundos de investimentos são contatos fundamentais para o Inovativa Brasil, pois podem participar voluntariamente como mentores dos empreendedores participantes e, na última etapa do programa, são potenciais investidores das empresas finalistas. Além desses eventos, apoiaram-se ainda o A 14ª Conferência ANPEI de Inovação Tecnológica e o XXIV Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas, organizado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec). A ANPEI é a mais importante entidade representativa do setor produtivo com foco em PD&I, congregando as principais empresas e institutos de pesquisa científica e tecnológica do país e a Anprotec é uma associação civil sem fins lucrativos que representa os interesses das incubadoras de empresas, parques tecnológicos e empreendimentos inovadores no Brasil, notadamente as gestoras de incubadoras, parques, pólos e tecnópoles.

Na área de cooperação internacional, a Secretaria de Inovação lançou em julho de 2014 o edital da Terceira chamada para apresentação de propostas de cooperação em P&D Industrial entre Brasil e Israel com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços de aplicação industrial direcionados à comercialização nos mercados domésticos e/ou global. Em setembro de 2014, a Secretaria de Inovação participou da Segunda Reunião do

Grupo de Trabalho em Inovação Brasil-França, que permitiu a troca de experiências e conhecimentos em inovação e reiterou o interesse dos dois países em lançar em 2015 um programa de cooperação em P&D Industrial nos moldes da cooperação com Israel. Também em 2014, acordou-se com o governo da Alemanha, após missão técnica realizada em setembro a este país, o lançamento de programa de cooperação tecnológica em P&D. Finalmente, foram apresentados à Embaixada do Reino Unido dois projetos de cooperação internacional em inovação para desenvolver ações de internacionalização de start-ups relacionadas ao InovAtiva Brasil e trocar experiências em políticas públicas de fomento à inovação.

Para o ano de 2015, a SI espera atingir os seguintes objetivos: lançamento da 1ª Chamada para Apresentação de Propostas de Cooperação Tecnológica entre Brasil e França, lançamento da 1ª Chamada para Apresentação de Propostas de Cooperação Tecnológica entre Brasil e Alemanha; criação do Grupo de Trabalho de Inovação com o Reino Unido e realização de missão ao Reino Unido para troca de experiências em políticas públicas nos seguintes temas: manufatura avançada, incentivos fiscais para promoção de capital de risco e programas para o desenvolvimento de aceleradoras e startups.

Em relação Programa Brasileiro de Design (PBD), no ano de 2013, propôs-se a alteração do Decreto, que consiste em atualizar a composição do Comitê Executivo do PBD; ajustar a denominação de órgãos membros do Comitê Executivo à situação atual e redefinir competências. Contratou-se, mediante convênio celebrado com a APEX, o estudo “Mapeamento e Diagnóstico do Design no Brasil”, que está foi realizado pelo Centro Brasil Design. O estudo foi entregue em maiode 2014. O estudo apresenta um abrangente diagnóstico do setor na indústria e, também, informações sobre os escritórios de design e os cursos de graduação e pós-graduação na área. O estudo é um baseline para elaboração e políticas públicas de fomento do design no país como instrumento de competitividade.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 4728 para 5328 o número de empresas brasileiras que lançaram produto novo no mercado nacional, segundo a PINTEC.**

  Análise Situacional da Meta

  Os números para a apuração dessa meta são baseados na Pesquisa de Inovação (Pintec), publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no fim de 2013, com dados referentes ao período de 2009 a 2011.

  A referida pesquisa conta com dados de 128.699 empresas. Desse total, de acordo com o IBGE, 5.299 companhias lançaram produtos novos para o mercado nacional no período da pesquisa, o que corresponde a 99,5% da meta proposta.

  Quantidade alcançada

  5.299

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Fomentar a participação de 100 produtos brasileiros em concursos internacionais de design em mercados prioritários**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi 100% alcançada já em 2012. A ação ocorreu por meio de parceria com Centro de Design do Paraná, pela qual foi possível viabilizar a participação de 100 produtos brasileiros no iF Product Design Award. Desses, 18 foram premiados e participaram da exposição em Hannover, durante a CEBIT, uma das maiores feiras de tecnologia do mundo.

  Quantidade alcançada

  100

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Fomentar o desenvolvimento de 2 canais de comercialização para produtos brasileiros com valor agregado pelo design**

Análise Situacional da Meta

Como parte das ações realizadas pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) para identificação das oportunidades de inserção de produtos brasileiros com valor agregado pelo design, cita-se a compra, a partir de 2013, de produtos com design brasileiro pela rede Muji, um conglomerado de venda ao varejo japonês, que oferta uma grande variedade de bens domésticos e bens de consumo. Esse é um canal de comercialização alcançado dentro da meta estabelecida.

Além disso, destaca-se outra iniciativa com o mesmo objetivo, o estudo acerca do mercado dos Estados Unidos da América para inserção do design brasileiro. Entre os objetivos desse estudo estão:

• Mapeamento das oportunidades de negócio e ações de design no mercado norte-americano, como diferencial competitivo com vistas às possibilidades futuras de negócios para empresas brasileiras;

• Elaboração de um diagnóstico das ações de design nos Estados Unidos; identificando seus pontos fortes e pontos fracos, ameaças e oportunidades;

• Proposição de estratégias específicas para o setor; e

• Identificação e entendimento da cultura americana, sob a ótica do design etnográfico, mapeando técnicas e práticas que a constituem, de forma a traduzi-las de maneira a que possa ser entendida e compartilhada.

Em 2014 a Apex realizou também negociações com uma das maiores redes varejistas japonesas, Isetan, que proporcionou a comercialização de produtos diversos e com design no mercado japonês, alcançando 100% da meta estabelecida.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 5 exposições de design em representações brasileiras no exterior**

Análise Situacional da Meta

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil) viabilizou a promoção internacional do design brasileiro, tendo participado dos seguintes eventos em 2012 e 2013:

1. Exposição Pocket da Bienal Brasileira de Design, no evento Brazil S/A, realizado em Milão, Itália, em abril de 2012;

2. Exposição Casa Brasileira, em que 11 projetos setoriais da Agência apresentaram produtos no evento Brazil S/A, supracitado;

3. Evento Brazil S/A, realizado durante a semana de design de Milão em abril de 2013, onde foram realizadas 5 grandes exposições do design brasileiro, que puderam fortalecer o valor de soluções brasileiras com design autêntico e iniciar negócios;

4. Evento Be Brasil, em outubro de 2013, em Nova Iorque (EUA). O projeto é uma iniciativa que traz o visionário ponto de vista e inovação do Brasil nos setores de Moda, Beleza, Arquitetura, Design, Alimentos e Bebidas, Sustentabilidade, Aeroespacial, Obras Audiovisuais e Produções Cinematográficas, Música, Tecnologia e Arte. O Be Brasil fez parcerias com organizações, empresas e marcas em diversos setores e contou com empresários brasileiros que estão revolucionando em suas áreas e levando o Brasil para o futuro.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	5	unidade	4	28/01/2014

- **Realizar a Bienal Brasileira de Design - 2012 e 2014**

Análise Situacional da Meta

A IV Bienal ocorreu em 2012. A próxima será em 2015. Essa ocorreria em 2014 e foi transferida para 2015, por

decisão do Comitê de Orientação Estratégica da Bienal Brasileira do Design (Coeb), para não coincidir com os grandes eventos esportivos.

A V Bienal Brasileira de Design será em maio de 2015, em Florianópolis (SC), e terá o tema Design for All (design para todos).

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) preside o Coeb, que realizou quatro reuniões no ano de 2013. Houve o lançamento oficial da Bienal 2015, em Florianópolis. Nessas reuniões já se aprovou o plano de trabalho da Bienal, o tema e a curadoria.

Em 2014, o Coeb aprovou a proposta da curadoria para a Bienal, o layout do site, bem como a identidade visual da Bienal.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução' - realizou-se um evento, do total previsto de dois durante o período do PPA).

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério da Educação (MEC) continuaram coordenando as diversas ações para a consecução deste objetivo, especialmente no âmbito da Coordenação Sistêmica de Formação e Qualificação Profissional do Plano Brasil Maior.

Destaca-se o lançamento, em setembro de 2013, do Programa Pronatec Brasil Maior, que permite a disponibilização dos recursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e da infraestrutura de todos os ofertantes de cursos do Sistema S, dos institutos federais e estaduais para o atendimento das demandas por qualificação profissional dos 19 setores econômicos priorizados pelo Plano Brasil Maior (PBM).

Durante a fase piloto foram realizados alguns ajustes, sendo que as demandas superestimadas e subestimadas foram corrigidas de forma a refletirem as reais necessidades dos setores produtivos. Todas as informações que nortearam o ajuste do modelo de gestão do Programa foram obtidas junto às áreas de recursos humanos das próprias empresas ou junto às entidades representativas do setor produtivo, com vistas à identificação mais fidedigna possível entre a oferta de cursos a ser planejada e a demanda futura por qualificação profissional na economia nacional.

Até o final de 2014 foi mapeada a necessidade de criação de cerca de 558 mil vagas em cursos específicos a serem realizados durante o ano corrente. Somente para o ano de 2014, cerca de de 351 mil vagas já foram disponibilizadas dentro dessa perspectiva no Pronatec em diversas regiões do País. Em 2014 a exemplo do que ocorreu em 2013, o MDIC assinou Acordos de Cooperação Técnica com diversas entidades representativas dos setores acima referidos com a finalidade de garantir e aprimorar a qualidade das informações tanto sobre adequação entre oferta e demanda por cursos quanto da qualidade e adequação de seus conteúdos. No âmbito do PRONATEC Brasil Maior, receberam-se demandas por qualificação profissional de dezessete setores produtivos do Plano Brasil Maior. Totalizaram-se, em 2013, 20.668 matrículas.

Em relação ao Ciência sem Fronteiras (CsF), o programa de internacionalização da ciência e tecnologia brasileiras, o trabalho desenvolvido pelo MDIC é de interlocução do Programa com empresas de outros países para receberem os alunos do CsF em seus centros de P&D. Toda a operacionalização é feita por outros atores do governo (CNPq, Capes e outros). Nesse sentido, foi realizado um seminário via web (webinar) em janeiro 2013 numa parceria entre o MDIC, CAPES e CNPq, a Câmara Americana de Comércio e o Departamento de Comércio Americano (DoC) com o objetivo de

sensibilizar a participação de empresas americanas no programa. Também foi incluído este tema em diversas agendas com outros países.

Metas 2012-2015

- **Criar 500 novas vagas nas instituições de ensino e qualificação profissional para os setores identificados e afetados pelos programas de treinamentos**

Análise Situacional da Meta

A meta foi ultrapassada com ampla margem, tendo em vista a estratégia adotada de integração das ações de vários órgãos do Governo Federal.

Com a formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério da Educação (MEC), e a entrada de novos setores produtivos no Pronatec Brasil Maior, em 2014, foram disponibilizadas ao setor produtivo 351.196 vagas.

Quantidade alcançada

371.864

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem dando atenção à indústria de semicondutores em todas as políticas industriais lançadas desde 2003. No Plano Brasil Maior, atual política industrial, o tema tem sido tratado no âmbito do Comitê Executivo de Tecnologias da Informação e Comunicação e Complexo Eletroeletrônico. Entre as prioridades eleitas está o apoio ao desenvolvimento das indústrias de semicondutores e de displays no país. Nesse contexto, a principal realização foi a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012. Os artigos 57 e 58 do referido documento legal dispõem sobre a evolução do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores – Padis. Entre os principais avanços está a inserção entre os beneficiários do Padis da pessoa jurídica que investir percentual mínimo em pesquisa e desenvolvimento no país e produzir, de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico (PPB), insumos e equipamentos dedicados e destinados à fabricação de dispositivos eletrônicos semicondutores ou displays. A medida visa facilitar a implantação de unidades fabris no Brasil por meio da desoneração de seus insumos e equipamentos. Em relação ao setor de software e serviços de TI, foi lançado, em meados de 2012, o Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – TI Maior. O programa está alicerçado no Plano Brasil Maior e na Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia e tem como diretrizes: o desenvolvimento econômico e social, o posicionamento internacional da indústria nacional, o estímulo ao empreendedorismo e inovação no setor, o aumento da competitividade da indústria nacional e o apoio à pesquisa e desenvolvimento. Neste objetivo destaca-se o Programa CENTROS GLOBAIS DE P&D: Programa de Atração de Centros Globais de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. Um edital do CNPq foi lançado em 2013 e 37 proposições foram enviadas ao CNPq. Desse total, 14 propostas foram enquadradas e avaliadas pela banca, resultando num total de 5 propostas recomendadas. O valor aprovado em bolsas foi de R$ 7,7 milhões. Em Setembro foi organizado o Seminário "Centros Globais de P&D em TIC", na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a presença de 75 participantes. Além do edital, a ação contabiliza 6 centros que estão instalados, ou em instalação no país, e ainda a contrapartida das empresas privadas selecionadas no valor de R$ 21,8 milhões.

Metas 2012-2015

- **Investir R$ 1 bilhão de reais em nova capacidade instalada em componentes eletrônicos**

Análise Situacional da Meta

A meta busca mensurar investimentos, na sua grande maioria de origem privada, destinados ao incremento da capacidade instalada em componentes eletrônicos no País. Tais investimentos dependem da conjuntura econômica internacional e demanda global por tais componentes. Assim, os investimentos em 2012 no setor de componentes eletrônicos foram da ordem de R$ 100 milhões

No que tange aos dispositivos eletrônicos semicondutores, existem cinco empreendimentos voltados para a fabricação desses componentes em diferentes estágios de maturidade. A design house e foundry Ceitec S.A., empresa pública instalada no Rio Grande do Sul, e a Smart Technologies, em São Paulo, são as que estão mais adiantadas em termos operacionais. Em relação aos montantes estimados de investimento, é preciso ressaltar aqueles realizados pela HT Micron, uma parceria entre a coreana Hana Micron e a brasileira Parit Participações. Estima-se a aplicação de US$ 200 milhões nos próximos 5 anos na construção de uma unidade fabril de empacotamento e testes no Rio Grande do Sul. Outro destaque são os investimentos anunciados pela Six Semicondutores, do Grupo EBX, visando a implantação de uma foundry em Minas Gerais. Os valores estão orçados em aproximadamente US$ 500 milhões, até 2014. Já a Smart prevê investimentos em torno de R$ 100 milhões nos próximos 3 anos na modernização e ampliação do seu parque fabril em Atibaia/SP. Há ainda o projeto de investimentos da portuguesa Nanium S.A. na ordem de R$ 100 milhões para a instalação de uma unidade fabril de empacotamento e testes, também em Minas Gerais. O projeto da empresa CBS/SIX em Minas Gerais e os novos investimentos de empresas de semicondutores já se encontram em implantação. Em outubro, foi inaugurada em São Leopoldo a empresa HT Semicondutores, com investimento superior a US$ 100 milhões. Como principal obstáculo aos investimentos privados em semicondutores no País é importante destacar que a continuidade da crise econômica internacional tem afetado, em especial, a capacidade de investimento dos países da União Europeia. Permanecem os diálogos com as empresa japonesas visando uma maior cooperação no setor. Ainda não é possível quantificar com precisão os investimentos efetivos em capacidade instalada no setor.

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O alcance deste Objetivo tem-se apoiado em iniciativas que, em sua maioria, estão sob responsabilidade da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. As principais obras concluídas em 2014 foram:

- Embutidos do circuito primário da Usina Nuclear de Angra 3 (30 toneladas);
- B.O.P. Hydril da Plataforma P-23 (213 toneladas), para a Petrobras;
- Vaso de Pressão para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ (305 toneladas);
- Fabricação de estruturas metálicas e montagem de 2 (dois) SKIDS e 5 (cinco) Módulos da Plataforma (FPSO) P-66 (2300 toneladas), cliente final Petrobras;
- Fornecimento de 2 (dois) Vasos de Pressão 30B e 48Y (3 toneladas), para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB);
- Fornecimento de 2 (duas) Caixas de semi-condensadores para a Usina Nuclear de Angra 3 (320 toneladas);
- Fornecimento de pacote de Embutidos para a Usina Nuclear de Angra 3 (115 toneladas);
- Fornecimento parcial de Suportes Especiais para a Usina Nuclear de Angra 3 (20 toneladas); e
- Fornecimento de “Seção de Qualificação” para a fabricação de seções do Casco Resistente de Submarino Convencional classe Escorpene, cliente final Marinha do Brasil. (40 toneladas).

Ao final de 2014, as principais obras em andamento eram as seguintes:

- Fornecimento de Cascos Resistentes de Submarino Convencional classe Escorpene para a Marinha do Brasil;
- Fornecimento de Equipamentos Pesados para a Usina Nuclear de Angra 3;
- Fornecimento de 1 (um) Vaso de Pressão do Reator e 2 (dois) Geradores de Vapor (66 toneladas), para o Submarino Nuclear, Marinha do Brasil;

- Fornecimento de 36 (trinta e seis) Bocas de Sino Multifuncionais (540 toneladas) para a Petrobras; e
- Fabricação de estruturas metálicas e montagem de 14 (quatorze) Módulos e 16 (dezesseis) Skids (7307 toneladas) para Plataformas (cliente final Petrobras).

Além desses investimentos, a implementação de melhorias no processo de concessão de ex-tarifários está relacionada à implantação do sistema integrado informatizado de concessão, ainda sem previsão de término, haja vista reformulação de requisitos e redefinição de entrega do sistema em sete módulos. Estão previstas melhorias e acréscimo de funcionalidades em outras etapas/versões.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 2048 profissionais na área metal-mecânica para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2012 e 2013, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A (Nuclep) capacitou, respectivamente, 721 e 562 profissionais em diferentes áreas de metal-mecânica.

Para 2014, a previsão era capacitar 612 profissionais para as indústrias Nuclear e Pesada. No 1° semestre de 2014 houve a capacitação de 15 funcionários. Já no segundo semestre houve treinamento de 32 funcionários, resultando, no ano, 47 capacitações. O principal motivo pelo não alcance da meta anual, de acordo com a Nuclep, foi a ausência de aprovação do PAT (Plano Anual de Treinamento) pela empresa.

Quantidade alcançada

1.330

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	2.048	unidade	1.330	31/12/2014

- **Implantar sistema informatizado para concessão de ex-tarifários**

Análise Situacional da Meta

O sistema informatizado para concessão de ex-tarifários ainda se encontra em desenvolvimento pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O protótipo já foi finalizado e a entrega do sistema, em pleno funcionamento, é prevista para 02/07/2015, com algumas entregas parciais ocorridas no final do ano de 2014. O projeto do sistema Ex-tarifário foi dividido em 08 (oito) iterações (entregas). As iterações 01, 02 e 03 - referentes à segurança, apoio ao sistema e pleitos, respectivamente - já foram entregues, sendo que as iterações 01 e 02 já foram homologadas. A iteração 03, que contempla os diversos tipos de pleitos, está em fase de homologação.

(A unidade de medida desta meta é 'percentual de execução’.)

Quantidade alcançada

85

Data de Referência

31/12/2014

- **Obter e preservar o selo N (projeto de equipamentos nucleares) do American Society of Mechanical Engineers (ASME)**

Análise Situacional da Meta

Baseada na conjuntura atual (2014), a Nuclep descartou o interesse pela obtenção do selo N (projeto de componentes nucleares), pois a expectativa de entrada de obras com projeto pela Nuclep não se concretizou. E há custos relacionados à obtenção e manutenção desta certificação impostos pelas regras do código ASME. Dessa forma, os selos que a empresa já possui (para fabricação e montagem) são suficientes para sua participação em concorrências internacionais como fabricante de componentes nucleares em conformidade com a seção III do Código ASME.

- **Produzir 12.000 toneladas de equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia**

Análise Situacional da Meta

A meta para 2014 ficou estabelecida em 3.000 toneladas de equipamentos e a Nuclep produziu 2.293,7 toneladas no primeiro semestre e 5.322,3 toneladas no segundo semestre, resultando em 7.616 toneladas/ano.

Registra-se, ainda que, em 2012 e 2013, a meta atingida foi de 2.584,6 toneladas e 3.171,2 toneladas, respectivamente. Com isso, encerrou-se 2014 com superação da meta.

Quantidade alcançada

13.371,8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	12.000	TON	13.371,8	31/12/2014

OBJETIVO: 0855 - Promover a competitividade das empresas de base biotecnológica e nanotecnológica, por meio do fortalecimento da capacidade inovativa e adensamento da cadeia produtiva da indústria, via atração de investimentos e oferta de infraestrutura tecnológica para alcance de economia de escala.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Com relação à atração de empresas-âncora para os núcleos de nanotecnologia e biotecnologia, destaca-se a organização, pela Secretaria de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SI/MDIC), de missão governamental ao evento BIO Convention, maior feira internacional do setor de Biotecnologia, nos anos de 2012 (Boston), 2013 (Chicago) e 2014 (San Diego). Cada missão contou com no mínimo 30 representantes governamentais de mais de 10 ministérios e órgãos. Em 2014, ainda, destacou-se a organização de uma missão internacional para o World Congress on Industrial Biotechnology (Filadélfia), oportunidade em que foram apresentadas as políticas públicas brasileiras nas áreas de biocombustíveis e química renovável. Nas convenções, as autoridades brasileiras apresentaram informações sobre as políticas relacionadas ao desenvolvimento da biotecnologia em palestras e painéis para uma plateia de investidores e empresários de todo o mundo.

Quanto à divulgação, junto à sociedade, do papel da biotecnologia e da nanotecnologia como fator de melhoria na qualidade de vida, geração de emprego, renda, produtos, processos e serviços, buscou-se a participação e divulgação de material informativo em eventos referência dos setores, como o 4º Congresso Brasileiro de Biotecnologia (2012), a 4ª edição da feira BioPartnering (2013), o III Workshop Nanotecnologias (2013) e a feira BIO Latin America (2014). Todos estes eventos contaram, entre outros, com a apresentação de casos brasileiros de sucesso, promovendo a divulgação e o investimento em tais áreas. Alguns destes eventos contaram com rodadas de negócios organizadas pela SI/MDIC.

No que se refere ao fomento à construção de instalações para prestação de serviços de escalonamento industrial e semi-industrial, incluindo produção de lotes piloto, destaca-se a finalização e divulgação do “Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de tecnologias inovadoras relacionadas à cadeia sucroenergética”, e a execução e divulgação do “Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de nanotecnologias relacionadas a setores competitivos definidos no Plano Brasil Maior (PBM)”. Este último visou estimular o interesse dos empreendedores brasileiros ou estrangeiros no investimento em novas tecnologias com vistas à produção de insumos nanométricos e na prestação de serviços e/ou aperfeiçoamento de equipamentos para o setor de petróleo e gás (estratégico para o PBM), com vistas à exploração econômica do pré-sal. Ambos os estudos apresentam, em detalhe, informações sobre a viabilidade técnica e econômica das tecnologias abordadas, que inclui a fase de escalonamento e produção de lotes piloto.

Metas 2012-2015

- **Realização de 2 rodadas de negócios para empresas, academia e governo**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 e 2014 foram realizadas as seguintes rodadas de negócios e atividades complementares para a promoção da interação entre empresas, academia e governo:

1) “Match-making” entre "clusters" de biotecnologia brasileiros e europeus, durante a realização da feira “BioPartnering Latin America”, realizada em setembro de 2013, no Rio de Janeiro (RJ). A SI/MDIC coordenou três dias de atividades que incluíram visitas a empresas de biotecnologia do polo Bio-Rio, apresentações de empresários e acadêmicos, mesas-redondas para discussão de instrumentos de apoio e políticas públicas para o desenvolvimento da indústria de biotecnologia, além de rodadas exclusivas entre representantes governamentais (“administration to administration”), entre representantes de empresas de biotecnologia (“business to business”), e entre os gestores de clusters e parques tecnológicos que abrigam tais empresas (“cluster to cluster”).

2) III Workshop “Nanotecnologias: da Ciência ao Mundo dos Negócios”, realizado em novembro de 2013, em Florianópolis (SC). O evento, organizado em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), recebeu um público de mais de 300 pessoas, entre empresários, potenciais investidores, acadêmicos e representantes governamentais. Os empresários tiveram a oportunidade de apresentar projetos e casos de sucesso para os demais públicos, visando o estabelecimento de parcerias com outros empresários e com o setor acadêmico para o desenvolvimento de produtos nanotecnológicos. Representantes do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologias (SisNano) de todo o país apresentaram suas linhas de pesquisa e serviços disponíveis à iniciativa privada. Os representantes governamentais, por sua vez, apresentaram algumas das políticas públicas de incentivo à inserção de tecnologias inovadoras no setor produtivo, que poderão ser utilizadas nas parcerias academia-empresa formadas. Foram enfocados no evento os seguintes setores: têxtil, de saúde animal e humana, e metal-mecânica. Também durante o evento foi apresentado o “Estudo de viabilidade técnica e econômica de um grupo selecionado de nanotecnologias relacionadas a setores competitivos definidos no Plano Brasil Maior (PBM)”, com vistas à exploração econômica do pré-sal.

3) Fórum dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) durante o evento BIO Latin America 2014 (Rio de Janeiro, setembro de 2014), em parceria com a ABDI. Na ocasião, representantes de 10 NITs, selecionados dentre os NITs de todo o país, apresentaram tecnologias e patentes depositadas da área de biotecnologia e disponíveis para licenciamento e outras formas de parceria para empresas e investidores. A SI/MDIC, ainda, promoveu um treinamento prévio ao evento dos representantes dos NITs para reuniões individuais de negócios (partnering).

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Dentre as iniciativas compatíveis com as medidas da Agenda Estratégica do Plano Brasil Maior (PBM), foi concluído e divulgado estudo de diversificação da indústria química liderado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O Regime de Incentivo ao Investimento na Indústria Química (Repequim) e o Regime de Incentivo à Inovação em Produtos de Origem Renovável na Indústria Química (Reiq-Inovação) encontram-se ainda sem previsão de implantação, em virtude das restrições fiscais para a concessão de novas desonerações.

Quanto à política de utilização do gás natural como matéria-prima, instituiu-se um grupo de trabalho envolvendo o BNDES, a Petrobras e a Associação Brasileira das Indústrias Químicas (Abiquim) para construir uma proposta até dezembro de 2014. Até o momento não há posições conclusivas a respeito. No âmbito desse Grupo de Trabalho durante o primeiro semestre de 2014, houve reuniões para discussão de propostas. O MDIC não participa do GT, apenas o acompanha.

Metas 2012-2015

- **Aumentar a oferta de Ácido tereftálico (PTA) em 700 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

A Petroquímica Suape iniciou a produção de ácido tereftálico (PTA) em Ipojuca (PE) em junho de 2013. A unidade tem condições de disponibilizar 700 mil t/ano, a depender da demanda. O atingimento da meta foi informado em 31/12/2013.

Quantidade alcançada

700.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	700.000	TON	700.000	31/12/2014

- **Aumentar a oferta de amônia para 124 mil t/ano**

Análise Situacional da Meta

Ainda não foi mensurada a meta, devendo ser atingida no período de vigência do PPA 2012-2015. O alcance da meta depende da conclusão da obra de Uberaba/MG e de Três Lagoas/MS. A obra de Três Lagoas está prevista para ser concluída no primeiro semestre de 2015, já a obra de Uberaba permanece na terraplanagem, pois houve rescisão contratual com a construtora e a obra somente será retomada a partir da formalização de novo contrato, ainda sem previsão.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar a oferta de estireno em 250 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foi aprovada pelo CADE a privatização da INNOVA (empresa de capital da Petrobras) pela Videolar (empresa privada), devendo este projeto não fazer mais parte do PPA. Na hipótese de ocorrer a projetada expansão, a mesma deverá ser viabilizada pela Videolar.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar a oferta de filamentos de poliéster e resina têxtil em 240 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

A unidade de produção de poliéster e resina têxtil ainda não entrou em operação. A Petroquímica de Suape, em Ipojuca (PE) deverá estar em plena atividade no segundo trimestre de 2015 e os filamentos de poliéster e resina têxtil é o último item em sua escala de produção.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar a oferta de Politereftalato de Etileno (PET) em 450 mil toneladas/ano**

Análise Situacional da Meta

A primeira etapa da planta de produção de resina PET, com capacidade de produção de 225 mil toneladas, entrou em operação em agosto de 2014, em Ipojuca (PE). A produção de PET na planta do Complexo PQS – Petroquímica de Suape/Ipojuca (PE) deverá atingir a sua plena capacidade no primeiro semestre 2015, quando entrará em operação a segunda etapa, também com capacidade de 225 mil toneladas, e todos os clientes tiverem finalizado seus testes de conformidade do produto e começarem a comprar em maior volume a produção de PET.

De acordo com sua escala de produção já estão produzindo PTA e PET, e na sequência entrará em produção, os filamentos de poliéster e resina têxtil.

Quantidade alcançada

225.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	450.000	TON	225.000	31/12/2014

- **Aumentar a oferta de ureia para 1.210 mil t/ano**

Análise Situacional da Meta

Esta meta deve ser atingida com a conclusão do projeto da unidade de Três Lagoas (MS), em fase de acabamento da obra, que deve entrar em produção no primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0858 - Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Dando continuidade à implementação do Plano Indústria, permanece indefinida a data para a formalização de Acordo de Cooperação Técnica, entre MDIC e representantes dos setores Químicos e Papel & Celulose, pelo qual se pretende discutir os parâmetros de coleta de informações desses setores.

No tocante às tecnologias de baixo carbono, O MDIC contratou estudo sobre tecnologias de baixo carbono na produção de ferro-gusa a partir de carvão vegetal, concluído no mês de novembro de 2014. Essas informações, conjuntamente com os resultados para os setores de ferro & aço, cal e vidro servirão de base para criação do banco de dados de tecnologias de baixo carbono. A criação do banco está prevista para o segundo semestre de 2015.

Metas 2012-2015

- **Criar banco de dados de tecnologias de baixo carbono**

Análise Situacional da Meta

O cumprimento da meta evolui dentro do previsto. A criação de banco de dados de tecnologias de baixo carbono está incluída no Plano de Ação do Plano Indústria e em discussão no âmbito da Comissão Técnica do Plano Indústria (CTPIn).

Os estudos concluídos estão disponibilizados no site http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=4147&refr=3651. Já os estudos dos setores de cal, vidro e ferro e aço, produzidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram entregues no final de 2014, mas estão sendo revistos, para depois serem divulgados.

Considera-se que 65% das etapas da meta estão concluídos, porém o registro do alcance da meta (criação do banco) somente será feito ao final da execução.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do Plano Brasil Maior, está sendo implantado o Centro de Tecnologia Automotiva com o principal objetivo de pesquisa e desenvolvimento para incrementar a segurança e qualidade dos carros produzidos no país. O projeto executivo está em fase final de elaboração, e sua entrada em operação deve ocorrer no final de 2015 ou no início de 2016.

Em 2014 foram implantados 28 Programas de Avaliação da Conformidade com destaque para os setores automotivo e da construção civil, cujos principais programas foram: Líquidos para freios hidráulicos para veículos automotores; Baterias chumbo-ácido para veículos automotivos; Componentes automotivos; Instalação elétrica de baixa tensão e Blocos de concreto para Alvenaria. Ressaltam-se também outros programas implantados em 2014, que foram: Reatores eletromagnéticos para lâmpadas a vapor de sódio e lâmpadas a vapor metálico (Halogenetos); Equipamentos elétricos para atmosferas explosivas, nas condições de gases e vapores inflamáveis; Berços infantis; Serviço de requalificadoras de recipientes transportáveis de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP); Dispositivo antifurto e tinta de segurança.

O Inmetro criou o site “Inmetro Inovação”, para contar com um canal de comunicação entre o governo e o setor produtivo, de divulgação das competências tecnológicas e condições de infraestrutura disponíveis, para o apoio à inovação e ao desenvolvimento industrial.

O Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular do Inmetro conta com a adesão de 36 fabricantes, com 576 modelos/versões que poderão exibir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) afixada em seus vidros, contendo informações quanto à eficiência energética, autonomia em km por litro de combustível e emissão de gases poluentes.

Na área da metrologia, o Brasil saiu da 17ª posição em 2010 para a 12ª posição em 2014 dentre os 96 países membros do Bureau Internacional de Pesos e Medidas, passando de 430 serviços de medição disponibilizados em 2010 para 560 serviços em 2014, apresentando nos últimos quatro anos um crescimento da ordem de 30%, com melhor capacidade de medição. Esse resultado reflete os investimentos do governo em infraestrutura e capacitação de pessoal para os laboratórios do Inmetro como referência nacional.

Em 2014, foram acreditados 9 organismos para verificação e validação em emissões de gases de efeito estufa, em programa que visa atestar a competência técnica em matéria de verificação de inventários de emissões, aumentando a inserção internacional das indústrias brasileiras.

Destaque-se a participação do Inmetro no projeto Nanovalid, que consiste em esforço de 24 parceiros europeus de 14 países diferentes e 6 parceiros do Brasil, Canadá, Índia e os EUA, para o desenvolvimento de um conjunto de métodos e materiais de referência confiáveis para a fabricação, caracterização físico-química, identificação de perigos e avaliação quanto à exposição com relação a nanomateriais artificiais.

Em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e o Instituto de Criminalística de São Paulo, o Inmetro desenvolveu métodos rápidos de análise por espectrometria de massa capazes de diferenciar cédulas bancárias falsas de verdadeiras e de identificar explosivos usados em explosões de caixas eletrônicos.

Foi lançado edital para as obras de infraestrutura do Parque Tecnológico do Inmetro, com previsão de início em 2015, estabelecendo importante espaço na atração de centros de P&D&I, unidades produtoras de insumos para P&D,

laboratórios com finalidades da pesquisa ao controle de qualidade, empreendedores e negócios nascentes, em um ambiente próprio à inovação colaborativa, com apoio da infraestrutura e corpo técnico do Inmetro.

Foi realizada pela primeira vez no Brasil consulta pública de um estudo de Análise de Impacto Regulatório (AIR), no caso em equipamentos para playground. O caráter inovador desta prática propicia mais transparência aos atos de governo e amplia a participação da sociedade nas decisões sobre regulamentos técnicos nas áreas de avaliação da conformidade de produtos, insumos e serviços, além de apoiar os regulamentadores a conhecer a pluralidade de opiniões sobre os temas regulatórios.

No que se refere ao apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente, o Inmetro tem apoiado o projeto "Caminho da Escola" iniciado em 2008, elaborando as especificações em avaliação da conformidade nas áreas de segurança e acessibilidade e de aprovação dos protótipos de ônibus escolares, que ultrapassou a marca de 31.800 ônibus inspecionados, beneficiando mais de 4,6 milhões de crianças em 5.491 municípios. Em 2014 foram inspecionados cerca de 3.500 ônibus.

Para conferir mais segurança ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), foi concluída a norma de segurança na produção gráfica, permitindo a atividade da acreditação de organismos de certificação e inspeção.

No que concerne à iniciativa de promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão, foi ampliado o número de Programas de Avaliação da Conformidade, contemplando a figura do Registro de Objetos, que explicita a responsabilidade do fornecedor, facilita e agiliza as ações de acompanhamento do objeto no mercado e aumenta a efetividade do poder de polícia administrativa do Estado para objetos com conformidade avaliada de forma compulsória. No ano de 2014 foram concedidos 9.896 registros de objeto, atingindo a marca de 22.898 registros concedidos desde 2011, quando o processo teve início.

O Inmetro vem trabalhando no aperfeiçoamento do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e na implementação dos Planos de Trabalho e de Aplicação e Prestações de Contas nos 26 Órgãos da RBMLQ-I. Na comparação com o ano de 2013, o número de verificações periódicas de instrumentos de medição variou de 3.477.341 para 3.655.34 representando um crescimento de 5,12%, e o número de verificações após reparo variou de 546.921 para 623.372 representando um crescimento de 13,98%. Cabe ressaltar que todos os serviços de verificação que dependem exclusivamente do planejamento e da atuação dos Órgãos integrantes da RBMLQ-I obtiveram crescimento de 6,32% no período analisado, saindo de 4.024.262 para 4.278.716, podendo se destacar também o crescimento de 53,98% no número de instrumentos fiscalizados, que variou de 289.470 para 445.713.

Cabe destacar que o Inmetro tem dado especial atenção à implementação do controle metrológico de cronotacógrafos nos 26 Órgãos da RBMLQ-I, sendo que no período Janeiro a Dezembro de 2014 foram realizadas 744.278 verificações metrológicas e 231.389 fiscalizações, que corresponde a um aumento respectivo de 12,65% e 54,57% frente às 660.710 verificações e 149.694 fiscalizações realizadas de janeiro a dezembro de 2013. A receita gerada de Janeiro a Dezembro de 2014 foi de R$ 58.824.094,12 que corresponde a um aumento de 4,73% frente aos R$ 56.169.039,11 de receita no mesmo período de 2013.

Com o objetivo de aumentar a eficácia no controle das relações de consumo, na promoção da justa concorrência e da proteção do cidadão, destacam-se as seguintes ações: verificação de mais de 27 milhões de instrumentos de medição tais como balanças, bombas de combustíveis e medidores de pressão arterial; fiscalização de 126.136 empresas na conformidade de produtos regulamentados pelo Inmetro; visita a 41.572 estabelecimentos para realizar 1.554.399 inspeções da indicação quantitativa de produtos pré-medidos, em especial os que compõem a cesta básica; formação de 305 novos agentes fiscais para atuação em todo o território nacional e curso sobre fraudes eletrônicas em bombas medidoras de combustíveis.

Pelo convênio entre Inmetro e Receita Federal do Brasil, foram realizadas algumas operações conjuntas, destacando-se as de vigilância na importação para coibir a entrada de produtos que não atendam aos requisitos dos Programas de Avaliação da Conformidade. A operação em Cadeirinhas de Carro para Crianças verificou 37.820 unidades e outras operações verificaram 15.070 máquinas de cortar cabelo e 133.329 brinquedos.

O Inmetro iniciou a fase de testes de base de dados para cadastro de veículos e equipamentos de transporte de produtos

perigosos, que possibilitará ao Instituto e à Polícia Rodoviária Federal, em 2015, maior controle e efetividade nas operações de fiscalização no transporte destes produtos.

Com o intuito de combater fraudes em bombas medidoras combustíveis, foram ampliadas as ações de fiscalização nos postos de abastecimento, entre Inmetro, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal, Instituto de Pesos e Medidas (Ipem), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Secretaria de Fazenda dos estados e Distrito Federal. Em 2015 será iniciado projeto de nova geração de bombas combustíveis, criando dispositivo transdutor fisicamente selado, que fará uso de criptografia digital e publicará o resultado inequívoco da medição através de interface sem fio.

No que se refere à colaboração de ensino, pesquisa e inovação o Inmetro utilizou seu Centro de Informação e Capacitação em Metrologia e Avaliação da Conformidade para capacitar em 2014, 257 profissionais dos postos de ensaios de cronotacógrafos, credenciados pelo Inmetro para a realização dos ensaios previstos na legislação metrológica.

A fim de disseminar a cultura em metrologia e avaliação da conformidade no segmento acadêmico, o Inmetro, em parceria com a Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro POLI-UFRJ, vem desenvolvendo disciplina sobre Fundamentos da Metrologia e Avaliação da Conformidade. Nesse sentido, também, realizou um projeto piloto, com a participação de sua Superintendência do Rio Grande do Sul, ofertando um Curso Básico em Metrologia Legal para o público externo ao Inmetro, procurando atender candidatos com nível médio completo, com formação técnica em mecânica, mecatrônica, automação industrial, eletromecânica, eletroeletrônica, eletrotécnica, eletrônica, elétrica ou química.

Metas 2012-2015

- **Implantar 10 laboratórios delegados à Rede Laboratórios Associados ao INMETRO para inovação na empresa**

  Análise Situacional da Meta

  Com o objetivo de construir ampla base de apoio à inovação nas empresas, estimulando a conexão entre grupos científicos de alto nível e empresas demandantes de soluções inovadoras, está sendo ampliada a Rede de Laboratórios Associados ao Inmetro para Inovação e Competitividade (RELAI), em parceria com universidades, centros de pesquisa e agências de fomento federais. Até o final de 2014 foram implantados dois Laboratórios Associados, o de Nanoespectroscopia, ligado ao Departamento de Física da UFMG, implantado em 2013, e o de Materiais Cerâmicos, ligado ao Instituto de Materiais Cerâmicos da Universidade de Caxias do Sul (UCS), implantado em 2014. Espera-se que a meta de 10 laboratórios associados seja alcançada no final de 2015.

  A dificuldade enfrentada em 2014 foi o atraso na publicação de edital para a qualificação de novos laboratórios associados. O edital CAPES/Inmetro N º 076/2014 para implantação da Rede de Laboratórios Associados ao Inmetro para Inovação e Competitividade foi publicado no final de dezembro.

  Quantidade alcançada

  2

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ter 1180 organismos de avaliação da conformidade acreditados pelo INMETRO**

  Análise Situacional da Meta

  A meta estipulada foi superada antes de 2015, consequência dos seguintes fatores:

  a) novas organizações têm solicitado acreditação em áreas que já possuem organizações acreditadas, demonstrando que ainda há mercado disponível para atuação de novos organismos e laboratórios, podendo ser em decorrência do crescimento industrial;

  b) publicação de regulamentos de avaliação da conformidade em novas áreas que demandam organismos e laboratórios acreditados para prover confiança em produtos e serviços à sociedade;

  c) adoção de práticas de gestão, ferramentas de trabalho internas e processos automatizados no Inmetro que proporcionam maior agilidade na condução e conclusão dos processos de acreditação;

  d) maior interação com órgãos regulamentadores, o que tem gerado um aumento significativo na quantidade de

solicitações de novas acreditações, em grande parte derivadas de regulamentos emitidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo;

e) novas regulamentações nos setores automotivo, de construção civil, de eletrodomésticos, de eletromédicos e de certificação de implantes mamários também foram responsáveis por parte do aumento da demanda por acreditações.

Quantidade alcançada

1.509

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0860 - Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e de parcerias entre as empresas, de forma competitiva e sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo se cumpre na medida em que os Grupos de Trabalho do Conselho de Competitividade de Petróleo, Gás e Naval avançam em seus propósitos. Em relação ao tema "produtividade de estaleiros", o MDIC iniciou tratativas com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a qual pretende estabelecer parceria visando à contratação de estudo para desenvolvimento de indicadores de produtividade na construção naval e a expectativa é de formalizá-la em 2015, para a qual já há dotação orçamentária prevista.

Quanto ao tema "recursos para inovação", a Agência Nacional de Petróleo (ANP) realizou audiência pública, em agosto de 2014, para viabilizar a proposta de utilização dos recursos da cláusula de P&D dos contratos de operadoras junto à ANP. Diante das inúmeras propostas de alteração sobre a audiência pública, a ANP informou que deverá refazer o processo, e nova audiência está prevista para janeiro de 2015.

No que se refere ao tema "Apoio ao Desenvolvimento de Empresas de Conteúdo Tecnológico", foi construída proposta de dispositivo para integrar o Projeto de Lei n° 2177, de 2011, com o objetivo de conceder tratamento preferencial, diferenciado e favorecido, na aquisição de bens e serviços pela Administração Pública, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país e às empresas de base tecnológica (EBT), todavia o projeto de lei não tem previsão de votação.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas profundas (profundidade entre 100m e 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

  Análise Situacional da Meta

  A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas rasas (profundidade inferior a 100 m), de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (56%) e desenvolvimento (68%)**

  Análise Situacional da Meta

  A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em águas ultraprofundas (profundidade superior a 400 m): exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

Análise Situacional da Meta

A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera em terra, de forma a atingir os seguintes níveis em 2015: exploração (75%) e desenvolvimento (82%)**

Análise Situacional da Meta

A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

- **Aumentar em 5 pontos percentuais os índices de nacionalização mínimos na origem dos equipamentos utilizados para exploração e desenvolvimento da extração petrolífera no pré-sal: exploração (42%) e desenvolvimento (60%)**

Análise Situacional da Meta

A apuração desta meta pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) não tem periodicidade definida, dependendo da dinâmica das rodadas de concessão de novos blocos para exploração. Em 2013, após cinco anos de suspensão, foram retomadas as rodadas de concessão.

OBJETIVO: 0865 - Promover a formação de empresas globais e apoiar a internacionalização de empresas brasileiras de capital nacional, sobretudo daquelas situadas em posição promissora nas cadeias produtivas e de conhecimento mundiais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo se cumpre com o apoio de iniciativas implementadas tanto pelo BNDES, quanto pela APEX-Brasil. A meta foi plenamente atingida, na medida em que o BNDES, por meio de linhas de crédito fomentou projetos de investimentos de empresas de capital nacional no exterior e, a APEX Brasil, paralelamente, atuou com a disponibilização de serviços de inteligência customizada, envolvendo diversos aspectos relacionados à estruturação do processo de internacionalização de empresas.

Metas 2012-2015

- **Internacionalizar 30 empresas da indústria de transformação**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, 79 empresas brasileiras solicitaram um total de 106 serviços aos Escritórios da Apex-Brasil no Exterior. Também, 81 empresas usufruíram dos serviços de incubação dos escritórios da Agência no exterior neste mesmo ano.

Além disso, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desembolsou ao longo do ano de 2014 R$ 481.318.567,00 para a linha de Internacionalização de Empresas, tendo sido o valor total acumulado no período 2012-2014 somente para essa linha R$ 1.320.902.490,00.

No ano de 2014, portanto, computa-se a internacionalização de 81 empresas, as quais utilizaram serviços para instalação local por meio dos escritórios da APEX no exterior, sendo que 23 empresas foram internacionalizadas no primeiro semestre de 2014 e 58 no segundo semestre. Para o período de 2012-2014, somam-se 110 empresas internacionalizadas, refletindo um total cumprimento da meta desenhada e expressando sucesso da atuação dos mencionados escritórios. O importante aporte financeiro disponibilizado pelo BNDES também foi decisivo para esse trabalho, proporcionando, inclusive, o processo de internacionalização de um número muito maior de empresas do que

se pretendia inicialmente. Essas ações possuem caráter de desenvolvimento contínuo e provavelmente permanecerão sendo interessantes para ambas instituições

Obs.: O dado da meta é cumulativo.

Quantidade alcançada

110

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	30	unidade	110	31/12/2014

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, a disseminação da propriedade industrial alcançou 13 mil pessoas por meio de várias ações e atendimentos em estandes de eventos científicos e técnicos realizados pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) em todo o País. Ademais, o total de atendimentos e orientações feitas pelas unidades regionais foi de 88.200.

Na área de Cooperação Nacional destaca-se a assinatura de novos Acordos de Cooperação Técnica, dentre outros, a saber: (i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de identificar oportunidade de melhoria nas diretrizes e procedimentos de uso da Propriedade Intelectual (PI), nos mecanismos de apoio à Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I), bem como promover a disseminação e capacitação sobre o tema para um melhor uso do sistema de proteção do intangível, visando ao desenvolvimento industrial, científico e tecnológico do País; (ii) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que resultará em ações voltadas à normalização, suporte à análise espacial, difusão e o fortalecimento das Indicações Geográficas (IG) no Brasil, contribuindo para o acesso, o uso e o aprimoramento de informações e procedimentos relativos à delimitação da área geográfica e aspectos correlatos em conformidade com o Sistema Cartográfico Nacional e a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE); (iii) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a fim de apoiar a capacitação e o desenvolvimento de novos conhecimentos na área de PI. Esse apoio será por meio do oferecimento de bolsas de estudo para os cursos de Mestrado Profissional e Doutorado em Propriedade Intelectual e Inovação do INPI; (iv) Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), dando continuidade às ações em conjunto relacionadas à disseminação do tema entre os pesquisadores do Inmetro, além de buscas e estudos voltados para Informação Tecnológica; (v) Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), com o objetivo de troca de informações técnicas para a elaboração de estudos e pesquisas sobre PI e desenvolvimento econômico do Brasil.

Quanto às ações da Academia da Propriedade Intelectual e Inovação, destacam-se: edição do curso EaD de extensão de nível básico com 2.029 participantes; e entrada de sete novos doutorandos e 20 novos mestrando. Ademais, foram realizados 28 cursos de curta duração na Sede do INPI, incluindo capacitação para 100 Agentes Locais de Inovação (ALIs) do Sebrae.

No tema de cooperação com o sistema internacional de PI, foram realizadas 15 atividades no âmbito de seus dois Acordos de Cooperação Técnica para melhorar o uso dos procedimentos técnicos e administrativos, e aprimorar o acesso de diversos setores da sociedade, bem como de países em desenvolvimento, à cultura de propriedade intelectual. Essas atividades se constituem, em sua maioria, em missões técnicas de especialistas internacionais que vêm ao Brasil a fim de

compartilhar experiências e melhores práticas.

O Sistema de Cooperação sobre Aspectos de Informação Operacional e de Propriedade Industrial – PROSUL avançou rumo à consecução dos objetivos previstos em seu escopo. Destaca-se a renovação do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) até 2017, dando início à Fase II do PROSUL. Com isso, os projetos de cooperação em patentes, marcas, comunicação e informação tecnológica poderão ser desenvolvidos e aprimorados.

O INPI tem participado de atividades de capacitação que fomentam a estruturação de IGs no País, em consonância com as políticas públicas do governo federal, além das discussões relativas à IG no Grupo Interministerial da Propriedade Industrial (GIPI), na Câmara Setorial da Cachaça, no Grupo de Trabalho do Ministério da Agricultura (MAPA) sobre o queijo artesanal e no Grupo de Estudos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Com o Sebrae, foram publicados quatro novos livros sobre IGs brasileiras, com destaque para os de Café, Vinhos e Artesanato.

No tocante à implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico (CBMB), objeto do Termo de Cooperação entre INPI e Inmetro, a fase de construção do edifício, sob a responsabilidade deste último, foi paralisada em 2013. Constituiu-se um grupo de trabalho composto por representantes do INPI e do Inmetro para proceder à revisão do projeto para a nova licitação.

Quanto ao Centro de Disseminação da Informação Tecnológica (CEDIN), foi concluída a renovação do acesso aos Bancos de Dados Epoque (por mais cinco anos) e Dialog (até junho de 2015). A contratação do Banco de Dados STN foi efetivada, assim como a da ferramenta Vantage Point. Além disso, um módulo especialmente desenvolvido em parceria com a OMPI do programa de limpeza e indexação de imagens WIPOScan foi implantado no INPI com consideráveis ganhos de produtividade na geração dos documentos brasileiros de patentes. Ainda por meio desta parceria, finalizou-se o processo de reconhecimento óptico de caracteres (OCR) da documentação brasileira publicada até dezembro de 2012. Esse processo de OCR é contínuo e esta documentação é incorporada ao PatentScope (base de dados da OMPI), ao Escritório Europeu de Patentes (EPO) e no Portal Latipat. Em parceria com o Escritório Coreano de Patentes, foi disponibilizado intercâmbio da coleção completa das patentes coreanas, com resumos em inglês. Assim, há um total de 18 escritórios/organizações de patentes com os quais o INPI realiza intercâmbio de documentação.

Com foco na expansão dos serviços que fomentam o uso estratégico da informação tecnológica, o CEDIN desenvolveu no primeiro semestre de 2014 estudos setoriais de monitoramento tecnológico em parceria com atores do sistema nacional de inovação e dois Radares Tecnológicos, além do projeto do calendário de patentes a expirar, que é uma remodelação da área do Portal do INPI denominada “Patentes em Aniversário”, a fim de facilitar a recuperação dos dados pelos usuários externos. Em relação ao e-buscas, foi elaborado um tutorial básico de busca em documentação patentária nacional e, para buscas em documentação de outros países, as bases Latipat e Espacenet. Inseriu-se também no e-buscas um tutorial anexo referente à Classificação Internacional de Patentes. O objetivo é prestar assistência remota ao usuário, em seus passos iniciais na busca de informação tecnológica nas bases gratuitas de patente. No âmbito dos estudos setoriais, desenvolveu-se a segunda oficina de monitoramento tecnológico em oncológicos em parceira com a Fundação Oswaldo Cruz e apoio do Instituo Nacional de Câncer. Em parceria com a Agência Brasileira da Inovação, foi desenvolvido um estudo sobre tecnologias voltadas para doenças hipertensivas. Com a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), houve apresentação e levantamento de dados referentes a informações tecnológicas contidas em patentes para seis comissões setoriais dessa Associação. Quanto ao Radar Tecnológico, ele é um novo produto de informação tecnológica desenvolvido com o objetivo de subsidiar o processo de tomada de decisão na indústria por meio de um relatório estatístico setorial. O primeiro Radar Tecnológico desenvolvido teve como tema o tratamento e o acabamento de couro, que foi validado pela comissão setorial de produtos químicos para couro da Abiquim no segundo semestre de 2014. O segundo Radar Tecnológico seguiu o tema do estudo desenvolvido em parceria com a Finep e apresenta, no formato de infográfico, as informações sobre o setor de anti-hipertensivos.

O Portal Periódicos Capes tem sido amplamente utilizado pelo INPI, especialmente no contexto acadêmico e para fins de busca e exame de patentes. Em 2014, o acesso às bases de dados disponibilizadas para o Instituto tornou-se gratuito, em virtude do aumento da nota do Mestrado Profissional, gerando grande economia de recursos para o INPI. Além disso, a Autarquia também passou a ter acesso a mais bases de dados, de 95 em 2013, para 107 em 2014.

Os esforços de aumento da eficiência do Instituto continuam sendo desenvolvidos pela área de Tecnologia da Informação. Destaca-se o sistema de depósito eletrônico de patentes - e-Depósito -, operando desde março de 2013 e que tem permitido a entrega de documentos relacionados a pedidos de patentes na forma digital, o que representa uma economia significativa de recursos que seriam destinados à digitalização e guarda do documento entregue em papel. Em 2014, 70% dos documentos foram apresentados de forma eletrônica. Estima-se ser este o limite na proporção de documentos eletrônicos frente ao papel, e que para o alcance máximo será necessário um meio alternativo de peticionamento eletrônico, de uso simplificado.

Em dezembro de 2014, completou um ano e meio da implantação do IPAS (Industrial Property Automation System), desenvolvido pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Após a fase de consolidação, os ganhos operacionais e gerenciais esperados foram obtidos. Além disso, devido ao programa de transferência de conhecimento entre a OMPI e o INPI, este instituto passou a ter mais autonomia para gerenciar e modificar alguns aspectos do sistema, possibilitando otimizar fluxos de trabalho e procedimentos. Em paralelo, o e-Marcas, sistema de depósito pela internet implantando em 2006, já corresponde a cerca de 95% dos depósitos.

Foram iniciados os testes do Formulário Eletrônico de requerimentos de registro e petições do e-Contratos de Tecnologia e implantado o Formulário Eletrônico de exame do e-Desenho Industrial. Também foi implementada a padronização da numeração dos requerimentos de averbação ou registro de contratos e faturas, seguindo o padrão internacional sugerido pela OMPI.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 2.500 para 5.000 o número de pessoas capacitadas em cursos de propriedade intelectual oferecidos pelo INPI**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram capacitadas 3.168 pessoas. Em 2013, foram capacitadas 4.027. Em 2014, foram capacitadas 3.110, o que representa 62,2% da meta de 5.000 pessoas em 2015.

  Ressalte-se que a meta é anual, e não cumulativa.

  Quantidade alcançada

  3.110

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Aumentar de 30 para 60 o número de publicações do corpo docente do mestrado relacionadas à propriedade intelectual**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram publicados 56 trabalhos. Em 2013, foram publicados 65. Em 2014, foram 63 publicações. 2014 foi um ano atípico, com a Copa do Mundo, por exemplo, o que impactou o total de congressos no período. Apesar disso, o total de publicações foi maior do que a meta estabelecida.

  Ressalte-se que esta meta é anual, e não cumulativa.

  Quantidade alcançada

  63

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Aumentar de 5.441 para 6.250 o número de registros de desenho industrial**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, houve 4.334 registros de desenho industrial. Em 2013 foram concedidos 2.656 registros de desenho industrial. Em 2014, foram 4.339 concessões de registro de desenho industrial.

  Esse resultado pôde ser alcançado devido ao desenvolvimento e implementação da tela de exame eletrônico de primeira instância de pedidos de registro desenho industrial; ao ingresso de três novos servidores na Divisão de DI; e aos resultados alcançados pelo Grupo de Trabalho de Exame de Primeira Instância de Desenho Industrial, criado com o

objetivo de reduzir o backlog de pedidos de DI, que contou com servidores da Segunda Instância.

Quantidade alcançada

4.339

Data de Referência

31/12/2014

- **Conceder 120 registros de indicação de procedência e 30 registros de denominação de origem**

Análise Situacional da Meta

O INPI recebeu 12 depósitos de pedidos de registro em 2014. Foram concedidas 3 indicações geográficas. A concessão é condicionada ao número de pedidos de registro depositados e ao cumprimento à legislação vigente.

Considerando os resultados obtidos em 2012, de 21 registros concedidos (10 indicações de procedência e 11 denominações de origem), em 2013, de 7 registros (5 IP e 2 DO), e em 2014, 3 registros de IP, o resultado acumulado até 2014 é de 31 IG concedidas, sendo 18 IP e 13 DO.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2014

- **Disseminar a cultura de Propriedade Intelectual em 123 instituições públicas de educação superior brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram desenvolvidas atividades de disseminação de propriedade intelectual (PI) em 39 Instituições Públicas de Ensino Superior (IES). Em 2013, foram realizadas atividades em 35 IES e, em 2014, o número foi de 32 IES.

Somando-se os números dos três últimos anos, tem-se 106 instituições públicas de educação superior brasileiras contempladas com a disseminação da cultura de PI, representando 86% da meta a ser alcançada até 2015.

Esta meta é cumulativa.

Quantidade alcançada

106

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir de 2,5 anos, a partir do pedido de exame, para 1 ano o prazo para manifestação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) quanto à viabilidade dos pedidos de patente**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi descontinuada por não mais refletir os procedimentos do fluxo de análise dos pedidos de patente, uma vez que sofreram alterações com a implantação do novo sistema "EPTOS" (depósito online de patentes) em 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/06/2013

- **Reduzir de 50 para 9 meses a estimativa de tempo médio para análise dos pedidos de registro de marca pendentes de primeiro exame**

Análise Situacional da Meta

Houve uma redução da estimativa de tempo até o primeiro exame de 74,42 meses em 2013 para 41,6 meses em 2014. Este resultado deveu-se ao aumento do número de examinadores de 69 (2013) para 102 (2014) e às ações de informatização (Sistemas eMarcas e IPAS).

Em dezembro de 2014, a capacidade de processamento era superior à demanda. Todavia, a meta de 9 meses, em 2015, provavelmente não será atingida porque as últimas contratações demoraram a ser realizadas e os concursos anteriores foram seguidos de evasão. Por isso o estoque de pedidos de registro de marcas a serem examinados (backlog) se manteve alto (501.785 pedidos).

Quantidade alcançada

41,6

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir de 81 meses para 57 meses o prazo médio de decisões finais em pedidos de patentes no ano de apuração, a partir da data de entrada do pedido no INPI.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 registrou-se um tempo médio de 87,9 meses para a decisão final dos pedidos de patentes. Em relação a 2013 (90,3 meses), observou-se recuo no prazo médio de decisões finais. No entanto, estima-se que a meta prevista para 2015 não será alcançada. Este resultado se deve a não concretização de fatores condicionantes considerados para o alcance da meta, principalmente quanto à retomada e normalização do serviço de digitalização e ao preenchimento de vagas para a função de examinador de patentes. O concurso para o preenchimento de 100 vagas de examinadores ocorreu em dezembro de 2014 e a contratação da nova empresa prestadora do serviço de digitalização dos processos ainda não aconteceu.

Quantidade alcançada

87,9

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Concessão de patentes a residentes no país pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)	unidade por ano	31/12/2008	529	31/12/2012	644
Dispêndio empresarial em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao produto interno bruto (PIB)	%	31/12/2010	0,55	31/12/2012	0,56
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,6	31/12/2012	1,74
Dispêndio nacional em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2009	1,17	31/12/2012	1,24
Investimentos privados anuais em pesquisa e desenvolvimento no setor industrial de tecnologia da informação	R$ milhão	31/12/2010	800	31/12/2013	1.500
Número de artigos brasileiros publicados em periódicos científicos indexados pela Scopus	unidade por ano	31/12/2011	46.933	31/12/2013	56.017
Número de cursos de doutorado	unidade	31/12/2009	1.421	31/12/2013	1.804
Número de cursos de mestrado	unidade	31/12/2009	2.678	31/12/2013	3.432
Número de empresas (exceto instituições governamentais de P&D) que realizam atividades contínuas de P&D	unidade	31/12/2008	3.425	31/12/2011	5.609
Número de técnicos e pesquisadores ocupados em atividades de P&D nas empresas brasileiras	unidade	31/12/2008	58.046	31/12/2011	94.646
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus	%	31/12/2011	2,28	31/12/2013	2,47
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	%	31/12/2008	47,67	31/12/2012	45,07
Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país	unidade por ano	31/12/2008	7.873	31/12/2012	7.692
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	%	31/12/2010	27,3	31/12/2014	34,95

OBJETIVO: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A realização do conjunto das metas definidas e em andamento agrega valor à estratégia de expansão, modernização e consolidação do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I), uma vez que promove constantes otimizações no desenvolvimento dos mecanismos de financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de uma atuação voltada ao desenvolvimento nacional, em uma singular parceria com diferentes ações governamentais envolvendo variados órgãos e entidades nacionais. Exemplo disso são as parcerias firmadas com diversos atores promotores e formuladores de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional, superação dos gargalos relativos à C,T&I e redução das desigualdades regionais.

A ampliação do número e da intensidade das parcerias com entidades estaduais de fomento à pesquisa tem-se demonstrado uma estratégia essencial, tanto ao processo de fomentar projetos e processos inovadores, como ao processo de expansão, formação e fixação de recursos humanos qualificados comprometidos com a realidade local.

A ampliação do apoio a projetos de pesquisa, uma ação tradicional do CNPq, tem apresentado resultados satisfatórios no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo inovativo e para criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos.

Superar a meta de 10 mil projetos de pesquisa apoiados demonstra todo o esforço pró-ativo que o CNPq vem realizando no sentido de maximizar sua capacidade de fomento, racionalizando seus processos internos de trabalho, melhorando a interação com as outras agências de fomento e incrementando as parcerias, e com isso os recursos voltados à pesquisa, com diversos órgãos governamentais e instituições públicas e privadas tornando-se um agente essencial na execução de políticas públicas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 3.500 para 10 mil o número de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq**

  Análise Situacional da Meta

  A ampliação do número de projetos apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vem contribuindo para o desenvolvimento do país, de forma regionalmente equilibrada, e com maior interação entre o sistema produtivo e com a sociedade.

  A meta prevista foi superada. Só o edital universal apoiou cerca de 4.000 projetos em 2014.

  A ampliação do apoio a projetos de pesquisa apresenta resultados satisfatórios no que se refere ao estímulo de áreas fundamentais para a sustentação do processo de inovação e para criação de tecnologias, com crescente aplicação na solução de problemas sociais e econômicos.

  Quantidade alcançada

  11.754

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Firmar, com entidades estaduais, 42 convênios de cooperação para fomento a projetos de pesquisa no período 2012-2015**

  Análise Situacional da Meta

  As parcerias vêm se viabilizando a partir do desenvolvimento de diferentes programas: Programa de Apoio a Núcleo de Excelência (PRONEX), Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores (PPP), Programa de Apoio a Núcleos Emergentes (PRONEM), Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional, Programa Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE) com as Fundações de Amparo à Pesquisa estaduais, dentre outros. Os dados de 2014 ratificam o sucesso dessa estratégia: já foram firmados um total de 76 convênios envolvendo todas as unidades da federação, o que resultou tanto na ampliação de recursos voltados à ciência, tecnologia e inovação, como no número total de projetos apoiados.

  Cabe esclarecer que, a partir de entendimento com a Controladoria-Geral da União (CGU), consideramos como

firmados apenas os convênios cadastrados no Sistema de Convênios do Governo Federal (SICONV), na condição de assinados, não considerando mais os convênios exaustivamente acordados mas ainda não cadastrados no SICONV. Por isso a aparente redução da meta alcançada em 2014 em relação à apresentada em 2013.

Quantidade alcançada

76

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Quanto aos ativos de propriedade intelectual, os arranjos de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) da Amazônia (AMOCI e Rede Namor) se consolidaram, com o primeiro congregando 26 NITs em toda a Amazônia Ocidental e o segundo, 12 NITs na Amazônia Oriental. Ambos foram institucionalizados em 2014. O Instituto Mamirauá, com apoio do MCTI, inaugurou sua incubadora de empresas.

A infraestrutura laboratorial também foi ampliada. Foi criado o primeiro centro de pesquisa em quelônios da Amazônia (Cequa) e equipamentos de alta tecnologia foram adquiridos, como no caso do Museu Paraense Emílio Goeldi, que adquiriu um espectrômetro de massas para seu Laboratório de Análises Químicas.

Quanto à expansão da infraestrutura de rede, foram incorporadas à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) diversas unidades de ensino e pesquisa em todos os estados da Amazônia, inclusive em áreas muito remotas, como por exemplo, Cruzeiro do Sul, no Acre.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 113 para 200 o número de bolsas especializadas em inovação em curso no Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA)**

  Análise Situacional da Meta

  Houve redução do número de bolsas de 113 para 54 em decorrência de dificuldades com o convênio 002/2011, firmado com a Fundação de Defesa da Biosfera (FDB), e o reajuste dos valores das bolsas, em dezembro de 2013. Havia um saldo remanescente relativo a bolsas de pesquisas que não foram implementadas no período de outubro de 2013 a abril de 2014, porém não suficiente para cobrir o reajuste. Esses fatos levaram a Suframa a adequar o Plano de Trabalho do referido convênio de maneira a manter o número de bolsas e aumentar o prazo de vigência do convênio até dezembro de 2014. Por isso, no período janeiro a junho de 2014, foi mantido o quantitativo de 54 bolsas, até que seja realizado o chamamento público para seleção da nova Instituição que irá gerir as atividades de operação e manutenção desenvolvidas no CBA.

  Quantidade alcançada

  54

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Aumentar para 4% a contribuição da Região Amazônica para o número de publicações brasileiras no Essential Science Indicators, Thomson Reuters**

  Análise Situacional da Meta

  De acordo com Termo de Compromisso de Gestão (TCG) 2013/2014 do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), houve um aumento de 12% no Índice de Publicações do SCI (Science Citation Index).

  Quantidade alcançada

  3,98

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Concluir a ampliação e modernização da infraestrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais**

Análise Situacional da Meta

A ampliação e modernização da infraestrutura do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) está em parte concluída, com cerca de 60% de execução física.

Um passo importante alcançado em 2013 foi o início das atividades científicas no biotério recém-implantado, equipado com aparelhos de climatização, mobiliário, sistema de purificação de ar e outros equipamentos relacionados ao seu pleno funcionamento. Também foram concluídas em 2013 as obras de construção do prédio da Estação Experimental de Fruticultura Tropical e do Depósito de Materiais Radioativos no Campus I do INPA.

Em 2014 foram concluídas as obras de Reforma do Pavilhão anexo da Coordenação de Apoio Técnico e Logístico no Campus I.

- **Implementar 50 bolsas especializadas em tecnologia e inovação no Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CTPIM)**

Análise Situacional da Meta

A execução das bolsas que seria realizada mediante convênio tripartite firmado entre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)/CT-PIM, em que a FAPEAM atuaria como executora financeira, não ocorreu.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

No que diz respeito à inovação nas unidades de pesquisa, foram consolidados os arranjos de núcleos de inovação tecnológica. Analisando com base em série histórica iniciada em 2002 foi enorme o avanço em depósito de ativos de propriedade intelectual (PI). A média saltou de dois ativos por ano (para o conjunto de unidades do MCTI) para 58,67 ativos por ano. Embora o número ainda não seja competitivo do ponto de vista internacional, há de se considerar a histórica vocação das unidades do MCTI para a pesquisa científica clássica; e o corpo funcional das unidades, cujos pesquisadores em sua maioria não têm uma cultura empreendedora. Mesmo assim, unidades como Observatório Nacional, Laboratório Nacional de Astrofísica e Museu Paraense Emílio Goeldi já depositam ativos com mais frequência e participam ativamente de seus respectivos arranjos.

Já a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação (Embrapii) consolidou suas atividades, com a integração das três unidades piloto (IPT – Tecnologias de Materiais de Alto Desempenho; SENAI CIMATEC – Manufatura Integrada e INT– Tecnologia Química Industrial); com o lançamento de chamadas públicas para seleção de unidades Embrapii e sua contratação, diversificando seu escopo de competências; e com o credenciamento de polos formados por unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Embora ainda não tenhamos o número consolidado para 2014, há forte tendência de cumprimento das metas de publicações e processos técnicos. O Programa de Capacitação Institucional (PCI) continua importantíssimo para o atingimento destas metas. Só em 2014 foram contratadas 953 bolsas, que por sua vez carecem de reajuste, uma vez que seus valores estão congelados desde 2011.

Em termos de parcerias internacionais, estão em forte andamento as tratativas para engajamento do Brasil (e das unidades

do MCTI) no projeto Large Synoptic Survey Telescope (LSST), um dos maiores telescópios do planeta, que terá a maior câmera digital do mundo. No mesmo sentido, estão em andamento iniciativas como o projeto Torre Alta da Amazônia, capitaneado pelo INPA; o experimento Large Hadron Collider beauty (LHCb), o maior acelerador de partículas do mundo, com participação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); o LIneA – Laboratório Interinstitucional de e-Astronomia (constituição de um grande banco de dados de astronomia, dentro de um Programa Internacional), com a participação do CBPF, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC) e Observatório Nacional (ON), todos Unidades de Pesquisa do MCTI).

Quanto à infraestrutura, destacam-se a criação de 10 novos laboratórios multiusuários; a expansão da rede da RNP para 288 novos pontos; a criação do Núcleo Regional do CETEM em Cachoeiro do Itapemirim; e o lançamento da pedra fundamental do Projetos Sirius, a nova fonte de luz sincrotron brasileira, cujos investimentos são da ordem de 1,3 bilhões de reais.

Em termos de realizações, destaca-se o recebimento da maior honraria oferecida a um matemático, a medalha Fields, ao pesquisador Artur Ávila, do Instituto de Matemática Pura Aplicada.

Foram criadas quatro novas unidades de pesquisa em 2014: o Centro de Tecnologias Estratégicas da Região Nordeste (CETENE), o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal (INPP), o Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) e o Instituto Nacional de Águas (INA). Destes, o CETENE já se encontra em pleno funcionamento. O INMA, que constituía anteriormente um museu ligado ao Ministério da Cultura, está em franco processo de transição para a estrutura do MCTI, com a criação de uma comissão para transferência de bens, a implantação do programa PCI, a incorporação à rede da RNP e o repasse de recursos financeiros. O INPP teve seu edifício finalizado no campus da UFMT em Cuiabá (atualmente o edifício está ocupado por redes de pesquisa da universidade) e encontra-se sob gestão do Museu Goeldi. Foram tomadas medidas para o estreitamento da parceria com a UFMT com vistas a viabilizar sua manutenção e foi cedido um servidor, então lotado na sede em Brasília, para exercer suas funções no Instituto. O INA ainda não teve iniciadas suas atividades.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCTI (PcTD) de 0,83 para 0,95**

  Análise Situacional da Meta

  O preenchimento definitivo deste campo depende de informações advindas dos relatórios anuais dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) das Unidades de Pesquisa. A entrega dos relatórios atrasou em função das mudanças que ocorreram na Administração do MCTI em 2014, que por sua vez geraram atraso na assinatura dos TCG. A previsão para o recebimento de todas as informações é a segunda quinzena de março de 2015. De toda forma, considerando os dados enviados nos relatórios semestrais, há forte tendência de atingimento da meta, pois todas as unidades cumpriram com suas metas pactuadas para o semestre.

  Quantidade alcançada

  1,24

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ampliar para 117 o número anual de depósitos de patentes, registros de software ou outros títulos de Propriedade Intelectual das criações desenvolvidas nas Unidades de Pesquisa do MCTI**

  Análise Situacional da Meta

  Foram depositados 49 ativos no ano de 2014. Comparando este ciclo de gestão com o anterior, e mais ainda, com uma série histórica iniciada em 2002, os avanços foram muito significativos. Saltou-se de uma média anual de dois depósitos por ano em 2002 para os 49 atuais. Considerando este e o último ciclo, foram depositados entre 2012 e 2014, 176 ativos. E em todo o último ciclo de gestão, 159. Frisa-se também que a maior parte das unidades tem forte vocação para a pesquisa científica e não para o desenvolvimento tecnológico. Atualmente, mesmo unidades como o

Observatório Nacional e o Laboratório Nacional de Astrofísica, historicamente dedicados à produção científica tradicional, geram ativos de PI.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar o Índice Geral de Publicações (IGPUB) nas Unidades de Pesquisa do MCTI de 1,85 para 2,20**

Análise Situacional da Meta

O preenchimento definitivo deste campo depende de informações advindas dos relatórios anuais dos Termos de Compromisso de Gestão (TCG) das Unidades de Pesquisa. A entrega dos relatórios atrasou em função das mudanças que ocorreram na Administração do MCTI em 2014, que por sua vez geraram atraso na assinatura dos TCG. A previsão para o recebimento de todas as informações é a segunda quinzena de março de 2015. De toda forma, considerando os dados enviados nos relatórios semestrais, há forte tendência de atingimento da meta, pois todas as unidades cumpriram com suas metas pactuadas para o semestre.

Quantidade alcançada

2,32

Data de Referência

31/12/2014

- **Conectar 41 campi em municípios médios a 1 Gbps e 681 campi em municípios pequenos a 100 Mbps**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram conectados 288 novos campi pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). O Programa Veredas Novas, de interiorização da rede Ipê, alcançou 60% da meta de conectar todos os campi do interior a 100 Mb/s ou 1 Gb/s, com ampliação significativa da base de fornecedores. Foi implantada solução de infraestrutura para as conexões internacionais para os EUA em parceria com a Ansp, com uma saída de 40 Gb/s, 20 Gb/s pelo Atlântico e 20 Gb/s pelo Pacífico, a partir de São Paulo e também de Fortaleza. Foi finalizada a implantação da rede metropolitana do Rio de Janeiro, a maior rede metropolitana acadêmica da América Latina, tanto em extensão quanto em capacidade. Ocorreu também a implantação do serviço de conferência web com a plataforma aberta Mconf, desenvolvimento do appliance fone@RNP, trazendo redução de custos de implantação, e expansão do eduroam para além das fronteiras dos campi das universidades. Foi realizado o lançamento do serviço FileSender@RNP, que viabiliza, de maneira simples, o envio de arquivos grandes entre usuários da rede por meio de uma interface web. A Rede Universitária de Telemedicina (Rute) atingiu a marca de 108 núcleos implantados e 67 grupos de interesse especial. Foram capacitadas 36.496 pessoas-hora em cursos oferecidos pela Escola Superior de Redes. Em 2014 ainda ocorreu a transmissão em super alta definição (8K) dos jogos da Copa do Mundo FIFA, e a implantação de dois Centros de Dados, em Manaus e Recife.

Quantidade alcançada

288

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	71	unidade	27	31/12/2014
Região Nordeste	216	unidade	94	31/12/2014
Região Norte	111	unidade	42	31/12/2014
Região Sudeste	186	unidade	62	31/12/2014
Região Sul	138	unidade	63	31/12/2014

- **Criar 5 laboratórios multiusuários no país**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 foram criados os seguintes laboratórios multiusuários: Laboratório de Energia Fotovoltaica do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer; Laboratório de Modelagem Molecular, Laboratório de Pesquisas

Gemológicas (LAPEGE), Núcleo Regional de Cachoeiro do Itapemirim (voltado para pesquisa e desenvolvimento em rochas ornamentais) do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM); e Centro de Estudos de Quelônios da Amazônia (Cequa), finalizado em 2014 e inaugurado em janeiro de 2015, do INPA.

No Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM) foram abertas cinco novas instalações aos usuários externos: uma linha de luz, a IR (Espectroscopia de Infravermelho); um equipamento de simulação termomecânica (XTMS) que opera acoplado a linha XRD1 (Difração de Raios X); o Laboratório de Desenvolvimento de Processos (LDP); o Laboratório de Materiais Nanoestruturados (LMN); e a Planta Piloto de Desenvolvimento de Processos (PPDP), incluída no Portal de Usuários a partir de janeiro de 2014.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	5	unidade	10	31/12/2014

OBJETIVO: 0485 - Consolidar o Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O SIBRATEC, Sistema Brasileiro de Tecnologia, está subdividido em três componentes: Centros de Inovação, Extensão Tecnológica e Serviços Tecnológicos. O SIBRATEC é um dos principais instrumentos de integração de Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) com empresas, proporcionando condições para ampliar os atuais índices de inovação e de competitividade, principalmente das micro, pequenas e médias empresas (MPME). Em 2014 foi implementada uma rede nova de Serviços Tecnológicos de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia, totalizando 19 Redes de Serviços Tecnológicos e permanecendo as 13 Redes de Centros de Inovação e 22 Redes de Extensão Tecnológica. Ressaltam-se como resultados das Redes SIBRATEC em 2014:

- Redes SIBRATEC de Centros de Inovação – A contratação de 14 projetos cooperativos entre instituições das Redes e empresas, totalizando 31 projetos, no valor total de R$56,3 milhões. As empresas beneficiadas foram as micro e pequenas (81%) e as médias (16%).

- Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos – A realização de mais de 1,5 milhão de ensaios e calibrações de produtos pelos laboratórios das Redes, beneficiando mais de 380 mil empresas brasileiras; o apoio ao fortalecimento da infraestrutura laboratorial para ensaios de produtos com nanotecnologia, o MODERNIT – Sisnano, visando constituir uma nova Rede de Serviços Tecnológicos do SIBRATEC; a realização do workshop das Redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos no 14° Congresso Enqualab-RESAG; a implantação da rede de Desempenho em Edificações Habitacionais; a consolidação da implantação do sistema de informações estratégias deste componente e o apoio à infraestrutura laboratorial do Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), unidade de Pesquisa do MCTI, para suporte ao setor de Gemas e Joias.

- Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica – A realização de 3.287 atendimentos para micro, pequenas e médias empresas. As empresas atendidas foram principalmente as micro e pequenas empresas. Houve continuidade de apoio para a consolidação de duas Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica implantadas (SP e SC) e do fortalecimento do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT), que em 2014 atendeu a 2.328 demandas, elaborou 1.005 respostas técnicas, dois dossiês técnicos e 1.325 informações referenciais, de forma gratuita, por meio da Rede de instituições e especialistas. Foi iniciada a elaboração de um Manual de Extensão Tecnológica do SIBRATEC. Em conjunto com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi realizado o Workshop Internacional de Boas Práticas em Extensão Tecnológica.

Foram finalizados o processo de avaliação dos componentes SIBRATEC por consultores da Organização das Nações

Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e a proposta de sistema de monitoramento e indicadores do Programa, pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). As conclusões desses trabalhos proporcionarão ações de melhoria nos componentes e o aperfeiçoamento do programa.

Metas 2012-2015

- **Realizar 150.000 serviços anuais de ensaios ou calibração pelas redes SIBRATEC de Serviços Tecnológicos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 foram realizados mais de 560 mil ensaios e calibrações, totalizando desde 2013 1,5 milhão de ensaios e calibrações executados, pelos 259 laboratórios das Redes, distribuídos em 11 estados da federação, beneficiando mais de 380 mil empresas.

  Quantidade alcançada

  560.000

  Data de Referência

  03/02/2015

- **Realizar 1.500 atendimentos anuais de extensão tecnológica em micro, pequenas e médias empresas pelas redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 foram realizados 229 atendimentos, totalizando 3.278 atendimentos realizados entre 2009 e 2014, para2.788 micro, pequenas e médias empresas. As empresas atendidas foram principalmente as micro (49%) e pequenas empresas (35%). Houve continuidade de apoio para a consolidação de duas Redes SIBRATEC de Extensão Tecnológica implantadas (SP e SC).

  Por outro lado, houve dificuldades para a renovação dos projetos de seis Redes (PA, CE, BA, MG, PR, RS) e dificuldades de desembolso de recursos para uma Rede de alto desempenho (SC), o que causou grande impacto nos resultados de 2014.

  Quantidade alcançada

  229

  Data de Referência

  03/02/2015

- **Ter em curso 80 projetos de desenvolvimento tecnológico em cooperação entre as Redes SIBRATEC de Centros de Inovação e Empresas**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 foram contratados 14 projetos cooperativos entre instituições das Redes e empresas, totalizando 31 projetos, no valor total de R$56,3 milhões. As empresas beneficiadas foram as micro e pequenas (81%) e médias (16%), confirmando que esse componente proporciona alcance do financiamento da inovação às MPME.

  Quantidade alcançada

  31

  Data de Referência

  03/02/2015

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Foi realizada a execução do Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior), desenhado no contexto do Plano Brasil Maior, para atuar na promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor de software e serviços de tecnologia da informação, com impacto em diversos segmentos da sociedade. Dentre os programas do TI Maior destaca-se a realização das chamadas públicas do Programa Start-Up Brasil: Programa de

estímulo ao empreendedorismo de base tecnológica, que visa apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação de empresas nascentes de base tecnológica (startups). O Start-Up Brasil já publicou dois editais nos anos 2013 e 2014, com cada edital contemplando duas turmas. Ao todo, 2.839 projetos já foram submetidos. Desse total, 226 startups foram aprovadas. O Programa envolveu ainda a realização de vários eventos como os primeiros "demo-days" nacional e internacional, que são os eventos de demonstração dos resultados alcançados pelos projetos que já estão em oferta no mercado. Outros eventos importantes são os "welcome aboard", onde as startups aprovadas no edital se apresentam oficialmente e participam de atividades de mentoria, "networking" e troca de experiências com aceleradoras, mentores e outros empreendedores. Os dados da turma 1, já acelerada, revelam que o investimento privado naquelas startups totalizou 10,25 milhões e que supera os 7,7 milhões de investimento público pagos em bolsas pelo programa.

No âmbito do Programa CERTICS (certificação que identifica, credencia e diferencia software e seus serviços, resultante de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País), em 2014, 15 certificações foram concluídas. Em dezembro de 2014, um total de 30 softwares estavam em processo de avaliação e mais 51 registrados em pré-análise. A rede conta hoje com 10 entidades habilitadas para apoiar a avaliação e 153 profissionais capacitados na metodologia. Destaca-se também a formulação da expansão do programa de capacitação técnica e profissional em tecnologia da informação (Brasil Mais TI), o estabelecimento de um quarto centro global de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias de informação e comunicação (TIC), e avanços na prospecção em inteligência de mercado do setor de tecnologia da informação e em estudos sobre segurança da informação. Na área de microeletrônica e dispositivos semicondutores, mantiveram-se as atividades de atração de investimentos e grandes projetos (ex.: Foxconn, SIX, HT Micron, Smart, etc.), formação e treinamento de mão obra especializada para o setor (Programa CI-Brasil e CT) e programas como o PADIS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays). Em dezembro de 2013, uma nova empresa fabricante de componentes semicondutores teve o seu projeto PADIS aprovado. Ressalta-se também o investimento do governo a partir dos fundos setoriais no apoio às empresas e centros de projeto de circuitos integrados, por intermédio da Finep e do CNPq.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implantação de 2 laboratórios-fábrica na área de semicondutores orgânicos e componentes avançados**
  Análise Situacional da Meta
  Em 2014, os dois centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D) – CSEM Brasil (Belo Horizonte/MG) e CERTI (Florianópolis/SC) – deram continuidade às suas atividades nas áreas de semicondutores orgânicos e componentes avançados, e em 2015 deverão transferir tecnologia para o setor produtivo. Foi contratada pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) a realização de um estudo junto às empresas e instituições de P&D da área de semicondutores no Brasil, avaliando a situação atual, os resultados obtidos com o Programa CI-Brasil e apresentando um conjunto de recomendações para a sua evolução, centros de P&D e unidades de projeto e de fabricação na área de semicondutores. O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD) em Campinas recebeu recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL) e iniciou atividades de projeto de circuitos integrados na área de fotônica, criando uma empresa privada. A meta foi cumprida em 2014.

- **Constituir, no país, 4 Design Houses (DHs) nacionais, com pelo menos 500 projetistas no total**
  Análise Situacional da Meta
  Foi dada continuidade às atividades de incentivo governamental para o projeto, produção e comercialização de componentes semicondutores e displays no País, integrando as ações do Programa CI-Brasil com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e Displays (PADIS). Foi aprovado mais um projeto de corte, encapsulamento e teste de memórias e verificou-se um avanço significativo na implantação da empresa SIX em Minas Gerais. Em 2014, cinco empresas de projeto de circuitos integrados (Design Houses) privadas estavam em operação, com mais de 200 projetistas em atividade.

- **Desenvolver e fortalecer competências e habilidades para o setor de TIC em pelo menos 35.000 profissionais**

Análise Situacional da Meta

O Programa Brasil Mais TI integra o Plano Estratégico de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (TI Maior). Com a cooperação entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC), o programa oferta, para jovens e outros interessados, trilhas de formação em competências fundamentais na área de tecnologia da informação em um ambiente de "elearning" massivo. Em 2014 foram alcançados 10.000 profissionais, atingindo no final de 2014 a quantidade de 40.735 profissionais, superando a meta estabelecida. Em 2014 houve ampliação dos cursos oferecidos, com destaque para a inclusão do curso de inglês, inclusão de novas ferramentas e ampliação de parcerias com empresas do setor de TI. O Programa está iniciando a sua terceira fase.

Quantidade alcançada

40.735

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em relação à Biotecnologia, houve as seguintes realizações até 2014:

A - Chamada em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) em medicamentos fitoterápicos oriundos de espécies nativas da flora brasileira: a chamada, lançada em 2013, teve demanda total de 263 propostas, tendo sendo selecionados 10 projetos, perfazendo um total de R$ 3.685.198,00, em custeio, com desembolsos em 2013 e 2014.

B - O Laboratório Nacional de Biociências (LNBio) concluiu a primeira etapa do projeto de implantação da plataforma biotecnológica de produção de esteróides. Para esta ação, foram destinados recursos globais no valor de R$ 1,0 milhão em 2013, R$ 949 mil em capital e R$ 51 mil em custeio.

C - Apoio à gestão da Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio): foram destinados R$ 300 mil em custeio, com o objetivo de dar continuidade às ações da Renorbio, como a formação de recursos humanos na área e a promoção do desenvolvimento científico nas suas diversas aplicações.

D - Chamada para apoio a projetos para estruturação da Rede Nacional de Métodos Alternativos ao Uso de Animais (RENAMA): foi instituída a RENAMA, cujo objetivo é desenvolver, validar e certificar tecnologias e métodos alternativos para os testes de segurança e de eficácia de medicamentos e cosméticos. Os modelos desenvolvidos/implementados poderão ser utilizados para avaliar os mecanismos de ação, a efetividade e a toxicidade de substâncias relevantes para saúde humana, incluindo fármacos, medicamentos, cosméticos, químicos, pesticidas e testes de potência para produtos imunobiológicos. Foi lançada uma chamada pública em 2012, com valor global de R$ 1,1 milhão, que selecionou nove projetos de P,D&I, para uma demanda total de 53 propostas.

E - Apoio a gestão e desenvolvimento de estudos in silico da RENAMA. Em 2014, foram destinados recursos para apoiar dois projetos, via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), visando ao fortalecimento da RENAMA, a saber: (i) Vetores Virais para desenvolvimento de ensaios in vitro (R$ 290 mil – LNBio) e; (ii) Validação do método de HET-CAM (R$ 296 mil – INCQS-Fiocruz).

F - Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia (CBAB):trata-se de uma cooperação exitosa que o Brasil mantém com a Argentina há 28 anos, por meio de cursos de curta duração e projetos conjuntos de P&D. No período, foram apoiadas quatro ações no âmbito do CBAB: (i) 2012 – Chamada pública para seleção de projetos de P,D&I conjuntos e encomenda para apoio à gestão do Centro (R$ 525.497,00 em custeio); (ii) Chamadas públicas para seleção de cursos de curta duração no âmbito do Centro, em 2013 (R$ 600 mil em custeio) e 2014 (R$ 700 mil em custeio); (iii) 2014 - Chamada pública para seleção de projetos de P,D&I conjuntos (R$ 976.300,00 em custeio).

G - Projeto Papilomavírus Bovino – Instituto Butantan:a infecção por papilomavírus bovino (BPV) provoca perdas significativas na produção de carne, leite e derivados e da qualidade do couro, decorrendo em relevantes prejuízos econômicos. Foram destinados R$ 147 mil, em 2012. Aguarda relatório final para fevereiro de 2015.

H - Chamada para seleção de projetos em P,D&I de bioprodutos e bioprocessos aplicados à saúde humana:esta é considerada uma área estratégica para o país, pois anualmente o sistema público de saúde gasta mais de quatro bilhões de dólares com a importação de medicamentos biológicos. Os recursos aplicados nesta Chamada (R$ 1,3 milhões) ainda estão aquém da demanda e das necessidades do país.

I - Cooperação Internacional com o Canadá:foi lançada uma Chamada conjunta em 2012, no âmbito da Cooperação CNPq/International Science and Technology Partnerships Canada (ISTP-Canada) visando intensificar e promover novas parcerias entre os setores industrial, acadêmico e de pesquisa entre o Brasil e o Canadá. No campo da Biotecnologia, foram apoiados cinco projetos nos temas de doenças neurodegenerativas e infecciosas, totalizando R$ 400 mil em custeio, além de significativo aporte do Programa Ciência sem Fronteiras. Apenas um dos projetos aprovados está finalizado. Os demais foram prorrogados.

J - Apoio à gestão e estruturação da Rede Biosul de Biotecnologia: iniciou-se a estruturação da Rede, abrangendo os três estados do sul do Brasil, com o objetivo de promover P,D&I e aumentar a interface entre a pesquisa das ICTs e o setor privado, por meio de edital do CNPq no valor de R$ 250 mil.

K - Apoio ao evento BIO Latin America 2014 (R$ 25 mil, via CNPq): o evento abordou temas como saúde humana e animal (biossimilares, pesquisa clínica, etc.), biotecnologia industrial (biocombustíveis), propriedade intelectual (lei da inovação), investimento (venture, seed e angel capital), recursos humanos, dentre outros, com destaque para a apresentação das potencialidades das empresas e tecnologias inovadoras de biociências, proporcionando excelentes oportunidades de contatos, negócios e parcerias.

L - No âmbito do Fundo Setorial de Biotecnologia (CT-BIOTEC) foram apoiadas sete chamadas públicas visando alavancar o desenvolvimento da biotecnologia nacional:

1 - Chamada pública conjunta Brasil-Holanda para Pesquisa e Inovação em Bioeconomia - Convênio CNPq/NWO (Holanda)

2 - P,D&I na produção de vacinas recombinantes para promoção da saúde humana e animal

3 - Engenharia de Sistemas Biológicos

4 - Chamada pública sobre espécies vegetais

5 - P,D&I em Biotecnologia para solução de problemas ambientais

6 - Novas Terapias Portadoras de Futuro

7 - P,D&I para a produção de biocombustíveis a partir de microalgas

No primeiro semestre de 2013, o programa de nanotecnologia do MCTI foi revisto e reestruturado, com o objetivo de otimizar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em nanotecnologia e novos materiais. Esse trabalho culminou com a elaboração da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN), lançada em 19 de agosto de 2013.

De forma estratégica, a IBN prioriza o fomento nas áreas definidas no Plano Brasil Maior, sem deixar de considerar eventuais desenvolvimentos nanotecnológicos que passarem a ter importante papel na competitividade da indústria brasileira, a médio e curto prazo. A maioria das ações que compõem a IBN apresentam um viés tecnológico, o que estimula e induz empresas em atividades de P&D. O Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologia (SisNANO), que faz parte da IBN, conta com oito laboratórios estratégicos e 18 laboratórios associados. Esses laboratórios tem compromisso de dedicar 50% e 15%, respectivamente, de seu tempo de laboratório a usuários externos públicos e privados. Nos programas de Cooperação internacional, seja com o Canadá, China ou União Européia, o foco está direcionado a viabilizar produtos de base nanotecnológica envolvendo, preferencialmente, a participação de empresas. Em 2014 a IBN agregou ao Programa Sibratec, implementando uma Rede Serviços Tecnológicos em Nanotecnologia, e duas redes de Inovação Tecnológica: Nanodispositivos e Nanosensores e Nanomateriais e Nanocompósitos. Ainda em

2014, foram contratados seis estudos nos setores de Eletrônica, Nanoeletrônica, Dispositivos e Sensores, Tintas e Revestimentos, Aeroespacial, Automobilístico e Odontologia, Fármacos e Medicina, Óleo e Gás e Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, Meio Ambiente e Têxtil. Esses estudos contemplam aspectos do mercado atual e o potencial de futuro, patentes e competências científicas, potencial de impacto da nanotecnologia do ponto de vista da inovação e competitividade, análise do mercado internacional e potenciais aplicações a serem exploradas pelo Brasil.

Em termos de promoção de PD&I em nanotecnologia, foram implementadas as seguintes ações:

1- Workshop de avaliação das redes de nanotoxicologia e nanoinstrumentação.

2- 16º Encontro ISO-TC229 Nanotechnology:

3- Workshop de integração SisNANO/SENAI/CNI juntamente com o workshop para discutir a inserção do Brasil no Programa NanoReg da União Européia;

4- Apoio à instalação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) do Microscópios de tunelamento (STM) doado pela HP de Palo Alto (Califórnia) e um sistema de Litografia por Feixe Eletrônico;

5- 17ª Conferência em filmes sólidos e superfícies e a 4ª Conferência internacional em TERS ("Tip Enhanced Raman Spectroscopy");

6- Renovação das seis redes de nanotoxicologia e duas redes de nanoinstrumentação,

7- Renovação das bolsas dos pesquisadores que atuam no SisNANO,

8- Apoio para fortalecer três laboratórios do SisNANO em Microscopia por feixe eletrônico,

9- Apoio ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para atuar na implementação do Programa de Regulação da Nanotecnologia (NanoReg).

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 120 o número de empresas que realizam pesquisa e desenvolvimento em nanotecnologia em seus processos produtivos**

  Análise Situacional da Meta

  O último levantamento da PINTEC, publicado em 2013, e que reflete os resultados do período de 2009 a 2011, reporta que existiam 1132 empresas que realizavam alguma atividade baseada em nanotecnologia. Entretanto, apenas 123 empresas desenvolviam atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de produtos, insumos ou processos nanotecnológicos.

  Atualizações permanentes promovidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) mostram que aproximadamente 190 empresas brasileiras desenvolvem atividades de P&D em nanotecnologia. Este resultado contabiliza empresas que participaram de Chamadas Públicas realizadas até 2014, assim como empresas identificadas por meio de contato direto. A expectativa é que, com as ações apoiadas em 2014, novas empresas internalizem o componente de P&D em suas estruturas.

  Quantidade alcançada

  190

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Promover o aumento em 40% do número de pedidos de patentes de produtos, processos e serviços biotecnológicos depositados no Brasil e no exterior por residentes no país**

  Análise Situacional da Meta

  Entre 2008 e 2011, período do PPA anterior, houve um total de 1.095 pedidos de patentes em biotecnologia. Em 2012, o número de pedidos de patentes em biotecnologia foi de 160. Em meados de 2015 será possível obter o número de patentes solicitadas durante o ano de 2013.

  Neste momento, portanto, não é possível avaliar o cumprimento da meta, pois os dados estão incompletos devido ao prazo de sigilo dos documentos (18 meses) para a sua indexação nas bases de dados.

OBJETIVO: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial

da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2014, os esforços empreendidos pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) com a finalidade de intensificar a realização de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) em setores estratégicos estiveram relacionados, sobretudo, à continuidade do Plano Inova Empresa e à consolidação do Finep 30 Dias Inovação.

O Plano Inova Empresa, lançado em março de 2013 com o objetivo de elevar a produtividade e a competitividade da economia brasileira, previu recursos da ordem de R$ 32,9 bilhões para apoio à inovação em setores considerados prioritários pela Política Industrial e Tecnológica do Governo Federal. Entre as principais características do Plano estão: a articulação entre diferentes instituições governamentais – ministérios, agências de fomento, agências reguladoras; o incentivo a projetos de maior risco tecnológico; a disponibilização, de forma integrada, de diferentes modalidades de financiamento; a potencialização do uso do poder de compra do Estado; o estímulo a parcerias entre empresas e instituições científicas e tecnológicas (ICTs); a descentralização do fomento para micro, pequena e médias empresas; e a simplificação de processos e redução de prazos. A operacionalização dos programas do Inova Empresa estão a cargo da Finep e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No âmbito do Plano Inova Empresa, foram lançados 12 editais (Inova Petro I e II, Inova Energia, Inova Agro, Inova Aerodefesa, Inova Telecom, Inova Sustentabilidade, PAISS Etanol 2ª geração, PAISS Agrícola, Infraestrutura e Inova Saúde - Fármacos e Equipamentos Médicos) direcionados às seguintes áreas prioritárias: energia, petróleo e gás, complexo da saúde, complexo aeroespacial e defesa, TICs, sustentabilidade socioambiental, cadeia agropecuária, ações transversais (inovação e engenharia, descentralização para MPEs, infraestrutura para inovação).

A demanda por financiamento decorrente desses editais foi de R$ 98,7 bilhões, envolvendo 2787 empresas e 238 instituições de pesquisa. Até dezembro de 2014, o valor total contratado correspondia a R$ 35,4 bilhões, sendo R$ 17,8 bilhões via BNDES e R$ 17,6 bilhões via Finep. Já o saldo a ser contratado nos próximos meses corresponde a R$ 15,91 bilhões, divididos entre Finep (R$ 7,1 bi) e BNDES (R$ 8,82 bi).

Outra importante iniciativa da Finep no período foi a consolidação do Finep 30 Dias Inovação como metodologia para a análise de operações reembolsáveis. O modelo permite processar as solicitações de financiamento e responder ao cliente sobre a aprovação e condições de contratação em 30 dias. O Finep 30 Dias contribui significativamente para melhorar a alocação dos recursos, aumentar a transparência da tomada de decisão dos agentes públicos e diminuir as incertezas enfrentadas pelas empresas no processo de concessão de crédito público.

O aumento da eficiência operacional proporcionado pelo Finep 30 Dias permitiu elevar a escala das operações de crédito da Finep, com impactos positivos sobre o objetivo de promover PD&I. Até o final de 2014, o portal do Finep 30 Dias havia registrado mais de 4 mil cadastros de empresas, dos quais 1247 estavam concluídos. Das empresas com cadastro concluído, 680 apresentaram projetos de inovação à Finep, totalizando uma demanda de R$ 31 bilhões.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 41% para 50% a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial brasileiro em pesquisa e desenvolvimento**

  Análise Situacional da Meta

  A apuração dessa meta só poderá ser realizada após a publicação da Pesquisa de Inovação (PINTEC) referente ao período em questão. No entanto, pode-se adiantar informações referentes à atuação da Finep. Desde 2012 até o final do primeiro semestre de 2014, a Finep desembolsou aproximadamente R$ 7,1 bilhões para apoio a projetos de inovação de empresas brasileiras. A contrapartida aportada por essas empresas foi de R$ 3,4 bilhões. Desse modo, tendo em vista que a concessão de crédito e subvenção econômica a empresas leva em consideração as prioridades setoriais das políticas públicas do Governo Federal, a contribuição da Finep para elevar a participação dos setores estratégicos no dispêndio empresarial em atividades de PD&I totalizou cerca de R$ 10,5 bilhões. A previsão é de que essa parcela seja sensivelmente ampliada no próximo ano, com o desembolso dos planos de inovação contratados e em processo de

contratação do Plano Inova Empresa e os que ingressaram pelo Finep 30 Dias.

OBJETIVO: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) atua em todas as etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, infraestrutura, melhoria e desenvolvimento de produtos, serviços e processos. A Finep apoia, ainda, a incubação de empresas de base tecnológica, a implantação de parques tecnológicos, a estruturação e consolidação dos processos de pesquisa, o desenvolvimento de mercados, e projetos de pré-investimento.
O apoio dado a empresas é realizado por meio de financiamento não-reembolsável (Subvenção Econômica, Projetos Cooperativos entre ICT e Empresa), investimento direto e por intermédio de fundos, e financiamento reembolsável com equalização das taxas de juros.
Com o intuito de aumentar utilização desses instrumentos, a Finep tem empreendido esforços para ampliar o volume de recursos ofertados, aumentar a eficiência operacional interna, melhorar as condições de financiamento com o uso articulado dos diferentes instrumentos de apoio a CT&I e facilitar o acesso das empresas a esses instrumentos. Nesse sentido, a Finep intensificou suas ações de divulgação e de prospecção de novos clientes, bem como aumentou a capilaridade de sua atuação por meio da descentralização do apoio financeiro. No que tange à descentralização, estão em operação os programas TECNOVA (subvenção econômica) e INOVACRED (operações de crédito).

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 22,3% para 30% o percentual de empresas inovadoras que utilizam ao menos um dos diferentes instrumentos de apoio governamental à inovação nas empresas**

  Análise Situacional da Meta

  A apuração dessa meta só poderá ser realizada após a publicação da Pesquisa de Inovação (PINTEC) referente ao período em questão. No entanto, pode-se adiantar informações referentes à atuação da Finep.
  Desde 2012 até o final de 2014, a Finep apoiou 569 empresas por meio de 324 operações de crédito, 163 operações de subvenção econômica e 174 projetos cooperativos. Nesse período, o número de empresas que receberam apoio da Finep pela primeira vez foi de 345. Especificamente em relação ao ano de 2014, esse número correspondeu a 137, sendo 81 apoiadas através do Crédito, 34 pela Subvenção Econômica, e 22 através de projetos cooperativos.
  Além dos clientes diretos, a Finep também apoiou 69 empresas por meio do Inovacred e 382 através do Tecnova. Essas informações podem ser complementadas com as que foram capturadas pelo Finep 30 dias: das 1247 empresas que concluíram o cadastro, 644 declararam terem sido beneficiadas por algum instrumento governamental de apoio à inovação nos últimos três anos.

- **Aumentar para 5.000 o número de empresas que fazem pesquisa e desenvolvimento contínuo**

  Análise Situacional da Meta

  A apuração dessa meta só poderá ser realizada após a publicação da Pesquisa de Inovação (PINTEC) referente ao período em questão. No entanto, cabe destacar que o estímulo à implantação de atividades contínuas de P&D nas empresas está entre os desafios que a Finep se propõe a enfrentar. Assim, além das diversas modalidades de apoio à inovação oferecidas, essa instituição mantém uma linha de ação voltada especificamente para a implantação e fortalecimento de atividades de PD&I compreendidas na estratégia empresarial de médio e longo prazo. Atualmente, da carteira de clientes da Finep, composta por 427 empresas, é possível estimar que, no mínimo, 160 realizam P&D contínuo.
  Outra fonte de informação importante sobre o tema é o cadastro do Finep 30 Dias, segundo o qual, das 1247 empresas

que concluíram seu preenchimento, 937 declararam realizar P&D contínuo.

- **Aumentar para 80.000 o número de técnicos e pesquisadores ocupados em pesquisa e desenvolvimento nas empresas**

Análise Situacional da Meta

O sistema Finep 30 Dias registrou que, nas 1247 empresas que concluíram o cadastro, o número de técnicos e pesquisadores ocupados em P&D no último ano era de 83.974. Contudo, apesar desses dados indicarem a superação da meta, sua apuração de forma mais precisa só poderá ser realizada após a publicação da PINTEC referente ao período.

A Finep contribui diretamente para consecução desta meta por meio do custeio da folha de pagamento do pessoal próprio previsto para executar os projetos apoiados. Desde 2012 até o fim do primeiro semestre de 2014, a FINEP destinou R$ 2,9 bilhões à rubrica de manutenção de equipe própria de P&D nas empresas, dos quais R$ 432,0 milhões são referentes a projetos contratados em 2014.

OBJETIVO: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Para que o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades modernas ocorra, de modo amplo, sistemático e integrado, torna-se uma necessidade primordial o investimento contínuo na formação, capacitação e fixação de recursos humanos, capaz de se dedicar ao desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) e à produção e incorporação de conhecimento na sociedade. O alcance do conjunto das metas estabelecidas para esse fim, no âmbito do atual Plano Plurianual, já apresenta resultados bastante significativos, não apenas no que se refere à reposição e ampliação das diferentes categorias de profissionais envolvidos com C,T&I, como também na identificação de lacunas e deficiências relacionadas à pesquisa e desenvolvimento, e redirecionamento de focos de atuação, buscando agregar valor ao processo de mudanças qualitativas na dinâmica dos diversos setores da sociedade.

Uma análise comparativa do montante de recursos disponível frente ao número de bolsas concedidas já apresenta um quadro geral de execução em 2014 positivo, em termos de índices já alcançados. Quanto a uma abordagem relacionada com um resultado mais qualitativo, em relação ao que o conhecimento adquirido pelos bolsistas tem agregado no Sistema Nacional de C,T&I, cabe ressaltar que a agregação de valor ao sistema e as mudanças realizadas no aumento da produção científica nacional, aumento do número de patentes e processos inovativos, ocorrem no tempo, não sendo uma análise pontual ou isolada da execução da missão institucional, que tem apresentado resultados visíveis e comprováveis no tempo.

Ao final do exercício de 2014 é possível observar que, apesar de resultados gerais bastante significativos no âmbito deste objetivo, houve uma evolução média no número de bolsas concedidas nas diferentes modalidades relacionadas que não aponta para o alcance integral das metas ao final do PPA, com exceção das bolsas relacionadas ao Intercâmbio Internacional (Ciência sem Fronteiras), já superadas.

De qualquer forma, cabe ressaltar que o já observado alcance de alto percentual das metas estabelecidas e os resultados observados no contexto da formação e capacitação de pessoas qualificadas para C,T&I garante avaliação positiva sobre a execução do objetivo em pauta.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o número de 26.000 bolsas de produtividade em pesquisa concedidas pelo CNPq**

Análise Situacional da Meta

Ao final do exercício de 2014 observa-se uma execução de 67% da meta prevista. Cabe salientar, no entanto, que a previsão é de não atingimento da meta na sua integralidade ao final de 2015.

Quantidade alcançada

18.261
Data de Referência

31/12/2014

- **Alcançar o número de 30.000 bolsas de pós-graduação concedidas pelo CNPq**

Análise Situacional da Meta

Verifica-se, ao final do exercício, que não houve acréscimo na execução de 2014 em relação a 2013, tendo em vista a impossibilidade de incremento no volume de recursos orçamentários e financeiros aportados. Nessa nova tendência, a previsão é de não alcance, na sua integralidade, da meta prevista para o final de 2015.
Quantidade alcançada

26.729
Data de Referência

31/12/2014

- **Alcançar o número de 35.000 bolsas voltadas para o Intercâmbio Internacional concedidas pelo CNPq**

Análise Situacional da Meta

O alcance dessa meta tem sido priorizado no contexto do conjunto de ações institucionais, tanto no que se refere à infraestrutura, recursos humanos e orçamentários. A previsão, portanto, é de cumprimento integral da meta prevista. Cabe esclarecer que, no caso das bolsas voltadas para o intercâmbio internacional, diferentemente do restante das modalidades concedidas, computadas como bolsa-ano, a mensuração se dá de forma cumulativa, a partir de 2011 (início do programa Ciência sem Fronteiras).

A meta prevista para o final do PPA já foi ultrapassada, o que já era esperado tendo em vista o contexto de execução do Programa Ciência Sem Fronteiras.

Quantidade alcançada

36.241
Data de Referência

31/12/2014

- **Alcançar o número de 49.500 bolsas de iniciação à pesquisa concedidas pelo CNPq**

Análise Situacional da Meta

O incremento do biênio 2013/2014 foi menor do que o observado no biênio 2012/2013, contexto que põe em risco o cumprimento da meta conforme previsto. De qualquer forma, esforços institucionais continuarão a ser feitos no sentido de alcance da meta ao final do PPA.
Quantidade alcançada

44.028
Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0498 - Promover a formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, priorizando a concessão de bolsas nessas áreas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo foi desenhado para ajudar a mudar a realidade em relação à defasagem tecnológica do país, promovendo a formação para um engajamento de pesquisadores e de profissionais em desenvolvimento tecnológico, de extensão e inovação, em áreas e temas estratégicos e de interesse de empresas. Certamente que outros objetivos do Programa Ciência, Tecnologia e Inovação agregam iniciativas que também favorecem a mudança de realidade prevista. No entanto, as metas estabelecidas no âmbito deste objetivo buscavam, por meio de uma atuação mais concentrada, uma mudança

rápida de contexto e resultados mais imediatos.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o número anual de 500 empresas apoiadas pelo programa RHAE**

  Análise Situacional da Meta

  Ao final do exercício de 2014, 263 empresas foram apoiadas pelo Programa RHAE. Observa-se, desde o ano de 2007, uma evolução no número de empresas apoiadas, saindo de um patamar de 124 em 2007 para 263 em 2014.

  Quantidade alcançada

  263

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Alcançar o número de 16.000 bolsas de iniciação tecnológica concedidas pelo CNPq para as Engenharias**

  Análise Situacional da Meta

  Infelizmente, houve decréscimo no número de bolsas de iniciação tecnológica concedidas no biênio 2013/14, voltadas para as Engenharias. Embora já previsto o não atingimento da meta, havia uma tendência de acréscimo, que não se concretizou. Não estão computadas aqui as bolsas no exterior.

  Quantidade alcançada

  6.340

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ampliar a participação das Engenharias no total de bolsas concedidas pelo CNPq, de 19% para 30%**

  Análise Situacional da Meta

  O percentual de execução da meta apresentou ligeira queda em relação aos exercícios anteriores. Cabe observar que o percentual de bolsas destinadas às engenharias em relação a todas as outras áreas, no contexto do Programa Ciência sem Fronteiras, correspondeu, no biênio 2013/2014, a valores superiores a 45%.

  Quantidade alcançada

  19,32

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O presente Objetivo está subdividido em três iniciativas principais, cujas metas refletem a grande necessidade de popularizar a ciência no país. Diante das grandes desigualdades enfrentadas pela população, é necessário envidar esforços para atingir todo o território brasileiro. Como resultado desses esforços, já se percebe uma mudança de atitude do brasileiro em relação à ciência. A terceira edição da Pesquisa de Percepção Pública de C&T indica que a participação em atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia aumentou 37,5% em relação a 2010 (3% em 2006, 4,8% em 2010 e 6,6% em 2014). A visitação a museus e centros de ciência e tecnologia cresceu de 8,3% em 2010 para 10,9% em 2014. Atividades de popularização da ciência vêm sendo cada vez mais reconhecidas e valorizadas no currículo e o número de trabalhos científicos de avaliação das políticas e dos resultados obtidos nesses últimos 10 anos vem aumentando constantemente. Pode-se perceber o fortalecimento das articulações entre instituições de ensino, pesquisa e divulgação, num esforço coordenado, dirigido a promover a apropriação da ciência e tecnologia pelos diferentes públicos: estudantes do ensino fundamental e médio, estudantes de graduação e cidadãos já fora do sistema escolar. Somado a isso,

nota-se, também, o revigoramento das práticas de ensino e divulgação, que são cada vez mais voltadas para atrair e reter a atenção dos diferentes públicos, levando a ressignificação da ciência e da tecnologia para a sociedade. Devido à temática abordada na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em 2014 (“Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social”), houve também uma intensa disseminação entre instituições de ciência e tecnologia do conceito de Inclusão Social, algo particularmente novo para a comunidade científica brasileira.

Porém, ainda enfrentam-se dificuldades, comprometendo o atingimento da meta de ampliação do número de museus no país.

Portanto, o tema desse objetivo é recorrente, pois ainda estamos longe de uma realidade onde a população tenha equidade no acesso ao conhecimento científico. As iniciativas deste Objetivo foram pensadas de forma a gerar uma integração duradoura entre os ambientes não formais de educação científica (museus e centros de ciência, eventos de divulgação), ações como feiras e olimpíadas de ciências e o ambiente formal de ensino, em especial as escolas públicas. Os resultados alcançados em 2014 são positivos, mas diante das dificuldades, principalmente no que diz respeito à criação de novos museus de ciência no Brasil, entende-se que, a não ser que haja uma mudança considerável no cenário atual, talvez não seja possível atingir as metas do PPA em 2015.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 300 o número de espaços científico-culturais dos estados brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  Desde o início dos anos de 1980 vêm sendo criados por todo o país dezenas de centros de ciência. Segundo os dados do livro “Centros e Museus de Ciência do Brasil 2015” da Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABCMC), até início de 2015, eram 268 os espaços de ciência registrados no país (155 na região Sudeste; 44 na região Sul; 43 na região Nordeste; 15 na região Norte; e 11 na região Centro Oeste). No segundo semestre de 2014 foram repassados ao CNPq R$ 7,5 milhões do FNDCT, para apoiar os projetos aprovados no edital de criação e desenvolvimento de museus e centros de ciência lançado em 2013. Apesar de o valor não ser suficiente para apoiar os 62 projetos originalmente aprovados, possibilita que seja ampliado o número de museus no Brasil. Somados aos R$ 7,5 milhões do FNDCT, no final do ano de 2014 foi realizado aditivo a esse edital, da ordem de R$ 4 milhões. Com esses recursos, estima- se que seja possível apoiar 18 projetos adicionais, do banco de reservas do edital. Portanto, embora lançado em 2013, esse edital ainda está sendo executado e deverá contribuir para a implementação de novos museus e centros de ciências no país, de forma que deve ser possível chegar às 300 instituições (implantadas ou em implantação) até o final de 2015. Tais resultados vão também ao encontro da meta de implantação de cinco grandes museus de ciência no Brasil, um para cada região, prevista na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2012-2015. Adicionalmente ao aditivo acima mencionado, no ano de 2014 foram apoiados sete projetos individuais de atividades de divulgação científica realizados por museus de ciência, compondo um total de cerca de R$ 1,8 milhão.

  Quantidade alcançada

  268

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Atingir 1000 municípios com atividades em eventos de divulgação científica no ano**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2014, foram apoiados diretamente cerca de 45 projetos, envolvendo eventos e atividades que aconteceram principalmente durante a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT), executados pelas coordenações regionais e pelas Unidades de Pesquisa do MCTI. Nessa edição, a SNCT alcançou 905 cidades brasileiras, cerca de 20% a mais que em 2013. Foram registradas no sítio eletrônico da SNCT 107.981 atividades desenvolvidas em todo o território nacional, o que representa um aumento de mais de 300% em relação ao ano anterior. Esse aumento significativo é atribuído ao empenho em formular um sítio e estimular e instruir a forma correta de preenchimento por parte das coordenações regionais. Ainda que esse aumento tenha sido expressivo em comparação com os anos anteriores, acredita-se que este número ainda esteja subestimado, pois houve problemas técnicos no sítio, o que dificultou o

cadastramento por parte dos parceiros. No ano de 2015, espera-se melhorar o procedimento de cadastramento e estimular os executores a cadastrarem as atividades de modo a fornecer indicadores reais da participação popular na SNCT. Ainda dentro do escopo dessa meta, foi lançado um edital junto ao CNPq para o financiamento de feiras de ciências e mostras científicas. No total, foram apresentadas 182 propostas para as três linhas (123 para municipal, 47 para estadual/distrital e 12 para nacional), das quais foram selecionadas quatro de âmbito nacional, 18 estaduais e 83 municipais, totalizando 105 projetos. Portanto, somando todas as ações empreendidas no ano de 2014, estima-se que foram atingidos com atividades de divulgação científica, individualmente, no mínimo 1000 municípios, superando esta meta.

Quantidade alcançada

1.000

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar a participação do público elegível na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) para 95%**

Análise Situacional da Meta

Desde 2013, a Olimpíada é executada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA). No ano de 2014, participaram da primeira fase da competição 18.192.526 alunos, de 46.711 escolas em 99.41% dos municípios brasileiros. O número de municípios participantes cresceu ligeiramente em relação a 2013. De acordo com o Censo Escolar de 2013, o Brasil tem 21.460.997 alunos (ensino regular e EJA) matriculados nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio em escolas públicas (estaduais e municipais, rurais e urbanas). Portanto, em 2014, a participação do público elegível na OBMEP foi de 84,7%. Os resultados alcançados nos 10 anos da OBMEP têm sido bastante positivos e o IMPA tem conduzido esforços para garantir a participação de 100% dos municípios brasileiros, além de aumentar o número de escolas participantes e de alunos participantes por escola. Sendo assim, até 2015 espera-se que a participação do público elegível na OBMEP se aproxime da meta.

Quantidade alcançada

84,7

Data de Referência

31/12/2014

- **Criar o Desafio Nacional de Ciências**

Análise Situacional da Meta

A presente meta constou do planejamento quando da definição do PPA 2012-2015. Entretanto, mais recentemente, percebeu-se a necessidade de uma reformatação do projeto, modificando sua concepção inicial, no sentindo de instituir uma olimpíada integrada, composta por questões de diferentes áreas do conhecimento. A realização de um evento dessa escala, no entanto, depende de articulação com a comunidade acadêmica e da colaboração dos organizadores das diversas olimpíadas que já acontecem anualmente no Brasil, o que demonstrou ser uma tarefa árdua. Existe a possibilidade da criação de uma linha específica no edital regular de Olimpíadas Científicas/CNPq para eleger o melhor projeto de uma Olimpíada Nacional de Ciências ainda em 2015.

OBJETIVO: 0500 - Promover a ciência, tecnologia e inovação para a inclusão produtiva e o desenvolvimento social.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O presente objetivo está subdividido em cinco iniciativas principais, cujas metas refletem a grande necessidade de apoiar o desenvolvimento social e inclusão de pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida. As metas desse objetivo visam gerar uma integração entre academia e a realidade social em suas diversas facetas. Avaliando a atuação deste Ministério nos últimos anos e no ano de 2014, a tendência é de que todas as metas sejam cumpridas até o ano de 2015.

Em relação aos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT), de 2012 a 2014 foram apoiados 121 CVTs. A Rede Nacional de Núcleos de Tecnologia Assistiva tem a finalidade de promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologia Assistiva, por intermédio da interação de núcleos de Tecnologia Assistiva (TA) de universidades, Institutos Federais e Unidades de Pesquisa. A rede originou-se da articulação dos pesquisadores em TA em torno da prospecção de demanda social e das perspectivas de inovação a partir da articulação com o setor produtivo. O foco é potencializar a pesquisa, o desenvolvimento ou inovação voltados para a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência. A Rede iniciou com 29 núcleos, com representação em todas as regiões brasileiras, atuando nas seguintes áreas: comunicação alternativa, órteses e próteses, recursos de acessibilidade ao computador, dispositivos de orientação, acessibilidade na internet, reconhecimento de voz, cadeiras de roda, novos produtos para pessoas com paralisia cerebral e AVC, entre outros.

Em 2013 foi lançado o Edital CNPq nº 84/2013 Tecnologia Assistiva, com a finalidade de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos para o desenvolvimento de produtos e serviços em tecnologia assistiva. Foram selecionados 63 projetos de instituições de ensino e pesquisa distribuídos em três categorias: Categoria A (núcleo em consolidação), Categoria B (núcleo emergente), Categoria C (núcleo nascente); resultando na ampliação da Rede Nacional de Núcleos. Essas iniciativas resultaram na criação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva (NPDTA), composta por 54 instituições. As instituições que compõem a Rede passam a ser orientadas a partir das políticas públicas estabelecidas pelo Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. As diretrizes para as ações colaborativas e interativas da Rede serão estabelecidas em instrumento específico.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 15 projetos de tecnologia social, tecnologia assistiva e extensão tecnológica**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 foi articulado o Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Tecnologia Assistiva no Brasil (PGPTA), por meio do Edital Tecnologia Assitiva no Brasil e Estudos sobre Deficiência (PGPTA) N° 59/ 2014. O Programa constitui ação do governo brasileiro destinada a fomentar a cooperação entre instituições civis para implementação de projetos voltados ao ensino, à pós-graduação e ao desenvolvimento de projetos de pesquisas científicas e tecnológicas e à formação de recursos humanos qualificados na área de Tecnologia Assistiva. Sua execução foi realizada mediante parceria entre a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Treze projetos foram apoiados no âmbito desse edital.

  Com relação à Tecnologia Social, foi lançada a Chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq Nº 89/2013 para apoio financeiro a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e extensão de incubadoras tecnológicas de empreendimentos econômicos solidários. As linhas da Chamada foram: A) Apoio ao fortalecimento de incubadoras tecnológicas de economia solidária; e B) Apoio à formação e institucionalização de novas incubadoras tecnológicas de economia solidária. O público alvo final das incubadoras tecnológicas apoiadas são empreendimentos econômicos solidários em todo o país. Essa Chamada aprovou 86 projetos de incubadoras que apoiarão até 700 empreendimentos econômicos solidários em 2013, 2014 e 2015. Em 2014 foram liberados para os projetos os recursos financeiros previstos.

  O Programa de Apoio à Pós-Graduação e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Tecnologia Assistiva no Brasil (PGPTA) foi elaborado para estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa que estimulem a formação de recursos humanos pós-graduados na área de Tecnologia Assistiva no Brasil, contribuindo, assim, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro contemporâneo na área.

  Com o edital nº 59/2014 selecionaram-se 13 propostas, apresentadas por pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior (IES), para implantação de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e cooperação acadêmica com vistas à formação de recursos humanos (RH) na área de Tecnologia Assistiva no Brasil. As propostas selecionadas

receberão recurso para bolsas na modalidade de mestrado, de doutorado e de doutorado- sanduíche, todas no país, passagens aéreas para missões de estudo e de trabalho, diárias para missões de pesquisa e docência, auxílio-moradia concedido aos doutorandos vinculados aos projetos aprovados para a realização de doutorado sanduíche no país nas instituições associadas, despesa de consumo, entre outros benefícios.

Quantidade alcançada

99

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 20 projetos de pesquisa e desenvolvimento em segurança alimentar e nutricional**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foi elaborado e articulado junto ao CNPq o Termo de Referência para a Chamada MCTI/Ação Transversal-LEI/CNPq nº 82/2013 em Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito da Unasul e da África, que resultou na aprovação de 25 projetos com total de R$ 4 milhões. O edital previa a colaboração entre Universidades e Instituições Brasileiras e parceiros nos países da UNASUL, sendo que alguns projetos também possuíam uma colaboração com países da África, a saber, Angola, Cabo Verde, Etiópia, Moçambique, Niger, Malawi, Camarões e Guiné Bissau. Assim, foram contemplados pelo Edital um total de 103 instituições, entre Universidades, Empresas Públicas, Fundações, Organismos Internacionais e Institutos. Articulou-se, ainda, parceria com a Universidade Estadual Paulista (Unesp), no valor de R$ 700 mil, para coordenação do projeto denominado "Rede-SANS Brasil UNASUL de pesquisa, extensão e ensino em Soberania e Segurança Alimentar Nutricional Sustentável", que coordenará a Rede Nacional dos 25 Núcleos aprovados pela Chamada nº 82. Em 2014 também ocorreu o apoio à participação do MCTI na Expo Milão 2015, cujo tema é "Alimentando o Mundo".

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar 25 projetos de pesquisa e desenvolvimento em arranjos produtivos locais e micro e pequenos empreendimentos no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 não houve execução orçamentária, em que pese o fato de ter sido previsto um edital para apoio a soluções tecnológicas para Arranjos Produtivos Locais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar a modernização ou implantação de 120 Centros Vocacionais Tecnológicos no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram apoiados projetos frutos de parcerias e articulações interinstitucionais. Foram apoiados projetos para implantação de: CVT da Diversificação da Fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS, CVT Móvel no estado do Goiás, CVT para apoio ao desenvolvimento tecnológico da cadeia produtiva de bambu no Estado do Acre, CVT voltado à indústria do Carnaval no município do Rio de Janeiro e CVT Unesp, campus Itapeva/SO, voltado ao Cultivo e Transformação do Bambu como Alternativa Sustentável para Geração de Renda na Agricultura Familiar.
Também foi apoiado um CVT por meio de emenda parlamentar no estado de Pernambuco.

Quantidade alcançada

121

Data de Referência

31/12/2014

- **Criar Rede Nacional de Tecnologia Assistiva com 40 núcleos interdisciplinares em universidades nas cinco regiões do país e implantar o Centro de Referência em Tecnologia Assistiva**

Análise Situacional da Meta

Uma das ações na área de Tecnologia Assistiva (TA) trata-se da Rede Nacional de Núcleos em Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva, uma estratégia no âmbito do Plano Viver sem Limite para a promoção da pesquisa, desenvolvimento e inovação na área em questão, por meio da interação de núcleos de TA de Universidades, Institutos Federais e Unidades de Pesquisa, Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva (CNRTA, inaugurado em 20/07/2012) e

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

No primeiro semestre de 2013 o foco foi a realização da análise técnica dos projetos habilitados no chamamento público realizado em maio de 2012. Tal análise culminou na descentralização dos respectivos créditos orçamentários no segundo semestre de 2013, para os seis núcleos que apresentaram projetos adequados, enquadrando-se no escopo do Plano Viver sem Limite.

Também foi articulada entre o MCTI e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) "Chamada para Seleção de Projetos" com o objetivo de apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação que possuam como objeto o desenvolvimento de produtos e serviços em TA. Os itens do referido documento foram exaustivamente discutidos pelo Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva, visando à otimização da sua futura execução. Tais articulações culminaram no lançamento da Chamada Pública MCTI-SECIS-CNPq nº 84, que teve 62 projetos aprovados.

Foi também articulado com o CNPq o fornecimento de bolsas de estudo para alunos do curso de formação de instrutores/treinadores de cães-guia, do Instituto Federal de Santa Catarina, Campus Camboriú. A implementação de tais bolsas se efetivará em fevereiro de 2014.

Em parceria com o MDS, o MCTI, por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), lançou edital para contratação de consultoria para elaboração de projetos de residências inclusivas. A empresa vencedora do certame já iniciou a realização dos trabalhos propostos naquela chamada.

A SECIS/MCTI, em parceria com o CTI Renato Archer, iniciou articulação com demais órgão do governo federal para fins de produzir normas para certificação de cadeiras de rodas. Foi também lançado edital da Finep no valor de R$ 20 milhões e está em fase de avaliação das propostas.

Quantidade alcançada

91

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0501 - Fomentar o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras para cidades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

As metas desse objetivo visam gerar uma integração entre a academia e a realidade social em suas diversas facetas. Para cumprimento das metas, foram apoiados projetos que incluem pesquisa aplicada em bambu como indutora de desenvolvimento regional na Amazônia e na região Sudeste, desenvolvimento de ônibus elétrico alimentado por energia solar fotovoltaica e utilização de microalgas para segurança alimentar e na produção de biopolímeros para a construção civil. Os projetos abrangem municípios do Acre, Bahia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, beneficiando populações locais como, alunos, professores, merendeiras, pescadores, comunidades quilombolas e pequenos agricultores por meio de geração de emprego e renda, capacitação, oferta de meios de transporte de baixo impacto ambiental e tecnologias para o desenvolvimento sustentável.

Ainda em 2014, foi realizado acompanhamento de projetos vigentes submetidos diretamente ao MCTI e projetos resultantes da chamada pública nº 66/2013 para Estruturação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Bambu – Redebambu/BR.

Foram contratados dois estudos sobre o tema Cidades Sustentáveis junto ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), ambos complementares e com o objetivo de orientar de forma qualificada os investimentos realizados em PD&I nessa área.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 12 projetos de inovações tecnológicas para os setores de reciclagem, saneamento e fontes alternativas de energia**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 foram aprovadas quatro propostas de três subtemas do programa Tecnologia para Cidades Sustentáveis. Nos subtemas “Sistemas Sustentáveis de Energia” e “Mobilidade e Transporte Coletivo” foi aprovada a proposta “Desenvolvimento de Ônibus Elétrico para Transporte Público Alimentado por Energia Solar Fotovoltaica”. Trata-se de um Termo de Execução Descentralizada firmado com a Universidade Federal de Santa Catarina. No subtema “Construções Sustentáveis de Interesse Social”, foram aprovadas as seguintes propostas:

  • Centro Vocacional Tecnológico de Pesquisa Aplicada e Tecnologia do bambu;

  • Centro de Capacitação Tecnológica de Bambu e Madeira;

  • Cultivo de microalgas no Brasil: Segurança Alimentar, Desenvolvimento Sustentável e Alternativa de Trabalho e Renda.

  Quantidade alcançada

  4

  Data de Referência

  31/12/2014

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas	%	01/01/2011	102,1	31/12/2014	99,4
Número de micro, pequenas e médias empresas inovadoras	unidade	31/12/2008	37.100	31/12/2011	43.620
Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal	%	31/12/2010	48,51	31/12/2012	51,6573
Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações	%	31/12/2009	0,86	31/12/2014	0,87
Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal	%	31/12/2010	55,2	31/12/2014	44,5
Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade	%	31/12/2007	71,9	31/07/2013	75,6

Observações:

Índice de faturamento real de micro e pequenas empresas - Resultado referente à variação entre o ano de 2013 e o ano de 2014, conforme publicação 'Indicadores SEBRAE-SP - Pesquisa de Conjuntura', de fev 2014, acessível em: http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/EstudosPesquisas/indicadores/indicadores_fev_15.pdf
Páginas 4 e 14
Número de micro, pequenas e médias empresas inovadoras - Dado mais recente disponível, devido à periodicidade da pesquisa.
Fonte: http://www.pintec.ibge.gov.br/downloads/dados/Dados%20Brasil/2011%20faixas%20de%20po/Tabela%201.2.1.xls
arquivo: Tabela 1.2.1.xls
Fórmula de cálculo: somatório das colunas C11 à C14
Participação das micro e pequenas empresas no emprego formal - Resultado referente a 2012, conforme Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2013
Link disponível em:
http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/Emprego,destaque,13
Arquivo:
http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf
Página 183
Fórmula de cálculo: divisão do número absoluto de empregos gerado pelas MPE pelo total de empregos, em percentagem (16.157.382 / 31.277.977 = 51,65%)
Participação das micro e pequenas empresas no volume total de exportações - Resultado referente ao período jan-dez 2014, conforme relatório 'Exportações por porte de empresa - 2014-2013 - Distribuição por Porte:
Link acessível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608
download: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1426776648.zip
Planilha: resumo
Fórmula de cálculo: somatório das células C10 e C11, dividido pela célula C8, em percentual
Regulamentação da Lei Geral de Micro e Pequenas Empresas em Nível Municipal - Fonte: Sebrae e MDIC.
http://app.pr.sebrae.com.br/leigeralnacional/VisualizarRankingEstados.do?acao=

Taxa de sobrevivência de empresas aos primeiros dois anos de atividade - Fonte: Não houve atualização do relatório 'Sobrevivência das Empresas no Brasil', de julho de 2013, acessível em http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasil/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil.pdf. Dado consolidado mais recente disponível.

OBJETIVO: 0836 - Regulamentar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

1)Marco legal das MPE: Desde o início das suas atividades a SMPE-PR passou a acompanhar a tramitação do Projeto de Lei Complementar n. 221, de 2012, que propunha alterações no Estatuto Nacional da MPE (Lei Complementar 123, de 2006) , nele identificando a oportunidade de introduzir avanços necessários para aprimorar a política pública de tratamento diferenciado e favorecido para a MPE, de forma a viabilizar vários dos seus objetivos institucionais. A partir do desenvolvimento de esforços de diálogo e construção de consenso no âmbito do Governo Federal, do Confaz, da Abrasf e instâncias de representação empresarial o projeto foi sancionado sem vetos essenciais pela Presidência da República no dia 07 de agosto de 2014, vindo a transformar-se na Lei Complementar 147. O novo marco normativo da MPE representa uma nova e importante conquista, pois universaliza o Simples Nacional e traz inovações em praticamente todos os capítulos do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Com a universalização, mais de 450 mil empresas serão beneficiadas e 142 novas atividades poderão, a partir de 2015, optar pelo regime simplificado. A importância desse passo é gigantesca para aumentar o potencial de geração de trabalho e renda na sociedade, incentivar o empreendedorismo e a transição dos negócios para a formalidade. O regime tornou-se mais atrativo e justo, incentivando a melhora no ambiente de negócios das micro e pequenas empresas. Dentre os mais de 80 pontos de inovação da nova lei, que cuida, dentre outros aspectos, dos direitos fundamentais da MPE, de mecanismos para a facilitação da obtenção de licenciamento de atividade, dispensa de certidão negativa de débitos em atos da vida empresarial, ampliação da fiscalização orientadora e do mercado de compras públicas, inovações na recuperação judicial e na falência, merecem destaque os mecanismos que induzem a redução da burocracia. A simplificação tributária, com a diminuição dos encargos, aponta para a formalização dos empreendimentos, gerando milhares de empregos e ampliando a renda. Proporciona o aumento a base de contribuintes e estimula o crescimento econômico com justiça social. Na esfera da simplificação, a nova lei criou o cadastro nacional único de empresas, abrindo espaço para a implementação de um sistema informatizado nacional que garanta a execução de processo único e sequencial de registro e legalização, o Portal Empresa Simples, portal de serviços do governo federal destinado ao setor empresarial. Dessa forma, as empresas de qualquer porte poderão obter, em prazo reduzido e por meio eletrônico, a permissão da Prefeitura para exercício de suas atividades no endereço indicado, o registro na Junta Comercial, a inscrição no CNPJ e nos fiscos estadual e municipal, assim como as licenças de funcionamento. A entrada única permitirá o uso de contratos e declarações eletrônicos, isto é, com o processo todo realizado pela internet. A obtenção da licença ou do alvará será simplificada para empresas que exerçam atividades de baixo risco nos aspectos sanitários, ambientais e de segurança contra incêndio e pânico, mediante o simples fornecimento de dados e declarações sobre o cumprimento de exigências em substituição da comprovação prévia mediante vistoria. Para que tal avanço seja possível, estados, municípios e órgãos federais devem estabelecer as listas de classificação de risco. Na ausência de normas estaduais ou municipais sobre a classificação de risco, será aplicada norma nacional. As inovações legislativas permitiram também desburocratizar a vida das empresas em seus processos de registro empresarial. Norma regulamentadora da SMPE dispensou os empreendedores da apresentação de certidões negativas tributárias, trabalhistas e previdenciárias em todos os atos levados ao registro nas Juntas Comerciais brasileiras, reduzindo custos e agilizando o atendimento de suas demandas. Imediatamente após a aprovação da Lei Complementar 147 , de 2014, a SMPE iniciou ações voltadas à implantação das medidas nela preconizadas, bem como de disseminação do seu conhecimento pela sociedade. São algumas dessas ações: a) elaboração e edição em parceria com a OAB da cartilha “81 Inovações do Simples”, em meio digital e impresso, voltada a atingir os mais de 850 mil advogados inscritos em todo o Brasil; b) elaboração e edição de coletânea de artigos de especialistas, em parceria com a OAB, a respeito dos temas mais importantes trazidos pela nova lei, com lançamento previsto para 1º de dezembro de 2014; c) elaboração em parceria com o Senado Federal, com colaboração do SEBRAE, da segunda edição da cartilha “Tratamento Diferenciado às Micro e Pequenas Empresas – Legislação para Estados e Municípios”, que apresenta as atualizações promovidas pela nova lei, com o objetivo fornecer aos Estados e Municípios informações e sugestões para regulamentar e aprimorar sua legislação; d) envio de expedientes a todas as agências reguladoras e órgãos e entidades federais com poder

normativo para comunicar a edição da nova legislação e solicitar informações a respeito da implantação do tratamento favorecido e diferenciado à MPE; e) Desenvolvimento de novas edições da Caravana da Simplificação, envolvendo reuniões promovidas em 14 cidades de três estados, bem como a participação em reuniões de Fóruns Regionais da MPE, para apresentar as novas disposições normativas; f) edição de ato normativo para dispensar a apresentação de certidões negativas em todos os atos empresariais perante as juntas comerciais (Instruções Normativas DREI 25 e 26, de 10 de setembro de 2014); g) elaboração de minuta de texto para alterações ao Decreto 1800, de 1996, sobre o registro empresarial; h) elaboração de minuta de texto para alterações ao Decreto 6.207, de 2007, que regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido nas contratações públicas e estabelecimento de diálogo com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e, i) estabelecimento de acordo de cooperação técnica com o Ministério Público Federal (Coordenação da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão), objetivando a adoção de ações conjuntas para garantir a efetivação do tratamento diferenciado e favorecido. Novos avanços são necessários, no entanto. Com essa visão, a SMPE-PR, a partir de estudos econômicos encomendados, em parceria com o Sebrae Nacional, da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Dom Cabral, elaborou proposta de revisão das alíquotas e tabelas do Simples e de criação de regime de transição do MEI para microempresa e de saída do regime, que será enviada ao Congresso Nacional. A SMPEPR trabalha com foco na necessidade de eliminar a chamada "morte súbita" das empresas que estão no Simples. É necessário melhorar o atual modelo de faixas, que tem elevação brusca da tributação. Em vez de escada com altos degraus, rampa de acesso. Isso vai garantir que as empresas percam o medo de crescer e que tenham um ambiente favorável para isso.

2)Implementação da Lei: a implementação da Lei Geral de MPE nos municípios é realizada em cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Conforme dados do Observatório da Lei Geral, a Lei Geral está implementada em 2.423 municípios, ou seja, 43,5% (dados de dezembro de 2014).

3)Fórum Permanente de ME e EPP: Durante o ano de 2014, foram realizadas 19 Caravanas da Simplificação em diversas unidades da federação, com o objetivo de iniciar o processo de fortalecimento dos Fóruns Estaduais das MPE em todo o país, a partir da atuação conjunta do Fórum Permanente com a Secretaria da Micro e Pequena da Presidência da República (SMPE/PR). Em novembro, houve a 24ª Reunião Plenária, momento em que foram apresentados os resultados das ações realizadas em 2014. Em destaque, a promulgação do Decreto n° 8.364/2014, regulamentando o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, que transferiu a responsabilidade pela gestão do Fórum Permanente, previsto no art. 2°, inciso II, da LC 123/2006 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) para a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE); e, também, a criação do Site do Fórum Permanente para facilitar a gestão, a transparência, os debates e a divulgação dos resultados de seus trabalhos, disponibilizando em sua homepage o Empresômetro MPE, ferramenta que objetiva apresentar um resultado prático e facilitar o acompanhamento da aplicação da LC 123/2006.

4)Agenda Nacional: as oficinas de coleta de insumos e construção da Agenda Nacional de Desenvolvimento e Competitividade da Micro e Pequena Empresa foram finalizadas em maio de 2013. Posteriormente, elaborou-se plano de trabalho consolidando os resultados apresentados e vinculando-os às ações constantes do planejamento da SMPE/PR para a política pública de apoio à micro e pequena empresa. Das 120 ações propostas, 25 foram apresentadas ao relator do PLP 221 , que altera a Lei Complementar 123/2006, e passaram a compor o conteúdo da proposta de alteração da lei, outras 52 serão executadas diretamente pelo Portal Empresas Simples, enquanto as demais serão tratadas no âmbito do Fórum Permanente (ação finalizada).

Metas 2012-2015

- **Regulamentar a Cédula de Crédito Microempresarial - art. 46 da Lei Complementar 123/2006**

  Análise Situacional da Meta

  A Lei Complementar nº 147/14, que alterou a Lei Complementar nº 123/2006, estabeleceu eficácia plena a este dispositivo, desobrigando o poder público de sua regulamentação. Neste sentido, esta meta se encontra cumprida.

- **Regulamentar a Fiscalização Orientadora - art. 55 da Lei Complementar 123/2006**

Análise Situacional da Meta

Publicada a norma RDC ANVISA nº 49/2013, que regulamenta a fiscalização orientadora em matéria sanitária. Em matéria ambiental, o Ibama, após demanda da SMPE/PR à Consultoria Geral da União/AGU, publicou a Instrução Normativa nº 8, de 28 de março de 2014, que garante que o princípio da fiscalização orientadora deve ser observado pelo Ibama nas seguintes situações: i) ausência de inscrição da empresa no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental e no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais; ii) utilização de motosserra sem autorização da autoridade ambiental competente; iii) não apresentação dos documentos solicitados pela autoridade ambiental competente referentes à atividades exercida; iv) infração administrativa ambiental passível de sanção de advertência.

A Advocacia Geral da União (AGU) emitiu parecer favorável à MPE após consulta da SMPE/PR (Parecer 075/2013 /DECOR/CGU/AGU, aprovado em sete de novembro de 2013). Ao avaliar a divergência de entendimento entre SMPE/PR e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a AGU assegurou a aplicação da fiscalização orientadora em matéria ambiental. A Lei Complementar 123, de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, prevê a realização de fiscalização orientadora pelos órgãos e entidades competentes quando a atividade ou situação for classificada como de baixo risco. A lei, segundo a AGU, não se restringe apenas ao aspecto trabalhista, mas tem incidência também nos aspectos metrológico, sanitário, ambiental e de segurança. Isso quer dizer que, nesses casos, deve ser observado o critério da dupla visita, a primeira de orientação quanto ao cumprimento de eventuais exigências, com prazo para regularização, exceto se ocorrer reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização. Segundo a interpretação que vinha sendo aplicada pelo órgão ambiental os campos de incidência metrológico, sanitário, ambiental e de segurança se referiam ao primeiro, o trabalhista. Deste modo, excluía a sua aplicação da fiscalização ambiental e autorizava que os fiscais autuassem com multa as micro e pequenas empresas na primeira visita. Neste sentido, o princípio constitucional presente no art. 179 da Constituição, pelo qual, todas as esferas públicas devem dar "tratamento jurídico diferenciado para a simplificação, eliminação ou redução de obrigações legais às microempresas e empresas de pequeno porte" foi fundamental para assegurar o parecer favorável à SMPE-PR. A fiscalização não ficou restrita apenas ao meio ambiente do trabalho, pois isto não estaria em sintonia com o disposto na Constituição.

- **Regulamentar a Sociedade de Propósito Específico - art. 56 da Lei Complementar 123/2006**

  Análise Situacional da Meta

  O decreto de regulamentação se encontra em fase final de revisão, com previsão de publicação em 2015.

- **Regulamentar o acesso simplificado à justiça - art. 73, 74 e 75 da Lei Complementar 123/2006**

  Análise Situacional da Meta

  Encontram-se em curso tratativas para a celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, o Ministério da Justiça e o Ministério Público da União para implementação do acesso aos mecanismos extrajudiciais de solução de controvérsias por meio do portal Empresa Simples, que será um portal de serviços dirigidos às micro e pequenas empresas. A previsão para a celebração do acordo é para 2015.

- **Regulamentar o apoio à inovação - art. 65 da Lei Complementar 123/2006**

  Análise Situacional da Meta

  Encontra-se pendente de regulamentação dispositivo que prevê a concessão de incentivos fiscais para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados à inovação em micro e pequenas empresas. A regulamentação desse dispositivo deixou de ser prioritária, em função das diretrizes do Plano Brasil Maior.

- **Regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito - art. 60-A da Lei Complementar 123/2006**

  Análise Situacional da Meta

  A regulamentação do dispositivo encontra-se em estudo pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

a) Portal Empresa Simples: em outubro de 2014, foi inaugurado o módulo do Portal Empresa Simples para baixa de empresas no Distrito Federal, já que a Junta Comercial do Distrito Federal é a única sob a responsabilidade direta do Governo Federal. A ampliação do modelo integrado para a baixa e a abertura de empresas deve alcançar todo o Brasil em 2015 . No âmbito do registro e legalização de empresas (RLE), o empresário, pessoalmente, baixa a sua empresa na Junta Comercial e na Receita Federal do Brasil num único processo, de forma simples e rápida. Com certificado digital, o procedimento pode ser feito pela Internet, sem necessidade de comparecimento em qualquer órgão público. Além dos serviços relacionados ao registro e legalização de empresas (RLE), o Portal Empresa Simples (PES) disponibilizará ao segmento empresarial brasileiro, especialmente à MPE, um conjunto de soluções voltadas à melhoria da competividade e expansão da lucratividade. Essas soluções compõem o serviço do Portal Empresa Simples denominado Praça Eletrônica de Negócios (PEN), ponto de encontro entre a MPE e seus parceiros comerciais no mercado interno e externo. Entre 2013 e 2014 foi realizada a especificação técnica dos sistemas que comporão a Praça Eletrônica de Negócios. A implantação dos sistemas está prevista para o segundo semestre de 2015. A PEN foi concebida para integrar a empresa com seus compradores e fornecedores. Com a ferramenta, o catálogo da empresa poderá ser facilmente pesquisado pelos compradores usando os mesmos termos usados pelo vendedor para a caracterização. O comprador por sua vez, também poderá demandar à rede de empresas que tenham catálogo com um determinado produto ou serviço, solicitando fornecimento com determinada característica desejada. Em relação ao comércio exterior, a PEN, via consulta ao catálogo de produtos e serviços, promoverá a aproximação dos compradores estrangeiros, funcionado como poderoso instrumento de promoção comercial. A PEN disponibilizará também informações sobre as licitações de entes públicos bem assim informações cadastrais e certificados requeridos no processo de habilitação para vender para esses entes facilitando o cumprimento de exigências para participação em certames.

b)acesso ao mercado externo (Simples Internacional): em outubro de 2015, foi realizado o III Diálogo Interamericano de Altas Autoridades para Micro, Pequenas e Médias Empresas, em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA) e com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micros e Pequenas Empresas (Sebrae), evento que contou com a participação de representantes de 30 países na discussão de medidas de simplificação e ampliação do comércio exterior para micro e pequenas empresas. Na ocasião, foi aprovada proposta brasileira de criação do Simples Internacional, que prevê a celebração de acordos bilaterais entre países que dispensem reciprocidade no tratamento tributário privilegiado e simplificado às exportações de micro e pequenas empresas. No âmbito do contrato SMPE – SERPRO encontra-se em fase final de especificação técnica o módulo de simplificação do comércio exterior para micro e pequenas empresas do Portal Empresas Simples. Sob a denominação de Simples Internacional, o sistema permitirá a criação de regime de exportação que contemplará procedimentos simplificados de habilitação, licenciamento, despacho aduaneiro e câmbio. Encontram-se também em curso tratativas com RFB/MF, SECEX/MDIC e operadores logísticos para a implementação do Simples Internacional.

c)acesso ao crédito: no âmbito do Portal Empresa Simples, foi concluída em julho a especificação funcional da solução CREDIRETO, mecanismo que facilitará a interação entre MPE e bancos. O início do desenvolvimento da solução está previsto para março de 2015, com previsão de lançamento para julho de 2015. Em 2014, foi assinada parceria para oferta do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas – FAMPE, por meio do Bradesco e Santander. O objetivo é facilitar o acesso dos pequenos negócios a financiamentos, por intermédio de garantias complementares, em operações de crédito contratadas junto às instituições financeiras conveniadas.

d)acesso à inovação: no âmbito do Portal Empresa Simples, foi finalizada em junho de 2014 a especificação técnica da

solução Inova Fácil, que facilitará o acesso do empresário de MPE às soluções de inovação. O início do desenvolvimento da solução está previsto para março de 2015

e)capacitação de micro e pequenos empreendedores: em 2014, foi lançado o PRONATEC Aprendiz MPE, que permitirá aos pequenos negócios com um empregado a contratação de ao menos um aprendiz, o que aumenta o potencial do segmento para contribuir com a introdução do jovem no mundo do trabalho. O programa custeará o curso de formação de jovens em situação de vulnerabilidade social e matriculados na rede pública de ensino. No âmbito das ações de capacitação financiadas com recursos provenientes de emenda parlamentar, foram atendidos 2.565 empreendedores em convênios firmados com as unidades do SEBRAE em RR e DF. No âmbito do Portal Empresa Simples, foi finalizada em junho de 2014 a especificação técnica da solução Gestão Progressiva, que facilitará o acesso do empresário aos instrumentos de capacitação e de melhoria de gestão empresarial. O início do desenvolvimento da solução está previsto para março de 2015, com previsão de lançamento para julho de 2015.

f)desenvolvimento do artesanato brasileiro: por meio do Programa do Artesanato Brasileiro, coordenado pela SMPE/PR, são desenvolvidas ações voltadas à geração de oportunidades de trabalho e renda, ao aproveitamento das vocações regionais, à preservação das culturas locais, à formação de uma mentalidade empreendedora e à capacitação de artesãos para o mercado competitivo, promovendo a profissionalização e a comercialização dos produtos artesanais brasileiros. As ações do Programa visam, portanto, a consolidação do artesanato brasileiro enquanto setor econômico de forte impacto no desenvolvimento das comunidades. O Programa é responsável pela elaboração de políticas públicas em nível nacional, contando com a parceria das Coordenações Estaduais do Artesanato, unidades responsáveis pela intervenção e execução das atividades de desenvolvimento do segmento. No período 2013 a 2014, foram ações da SMPE-PR: 1) Apoio logístico às Coordenações Estaduais: a SMPE-PR doou um caminhão baú a cada uma das 27 unidades da federação. A concessão dos veículos tem o objetivo de atender as Coordenações Estaduais do Artesanato e entidades representativas do segmento para aumentar as oportunidades de negócios com diferentes parceiros, e consequentemente, fomentar a renda e produção do artesão. O aumento da comercialização do artesanato é um dos principais objetivos do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Nesse sentido, com a melhoria na logística, é possível aumentar a oportunidade de participação de um maior número de artesãos e produtos nas feiras, além de viabilizar a presença em eventos por todo o país, como parte da política de apoio ao artesanato brasileiro; 2) Acordo de Cooperação com a Marinha brasileira: o navio-escola da Marinha que leva várias peças do artesanato brasileiro para apresentar a população de vários países da Europa e da América, percorrerá 12 países (Espanha, França, Grécia, Itália, Portugal, Inglaterra, Suécia, Finlândia, Alemanha, EUA, México e Colômbia) até dezembro de 2014. A iniciativa é fruto da parceria entre a Marinha e a SMPE- PR, e faz parte do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB). Sob o conceito “Amazônia Azul”, as peças remetem ao mar e trazem um pouco da cultura brasileira como, por exemplo, as obras Sereia, Tartaruga Marinha, Caranguejo Gigante da Amazônia, Peixe Tucunaré, dentre outros trabalhos artesanais que farão parte da mostra. Em cada cidade que o navio-escola atracar será realizado um coquetel para as autoridades locais, que serão presenteadas com alguma peça do artesanato brasileiro; 3) Apoio em oportunidades de negócios: apoio à participação de artesãos em sete eventos de oportunidades de negócios, onde foram comercializadas 235 mil peças, com faturamento aproximado de R$ 5,5 milhões; 4) Plano Nacional de Capacitação de Artesãos: realização de três turmas para artesãos em três unidades da federação, que promoveram a formação de oitenta multiplicadores da metodologia; 5) Apoio aos estados para utilização do SICAB: aquisição e doação aos estados de 27 impressoras da Carteira do Artesão e do Trabalhador Manual no âmbito do Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB); 6) Cooperação Técnica com Secretaria de Promoção da Igualdade Racial: assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria da Micro e Pequena Empresa e a Secretaria de Política para Promoção da Igualdade Racial com objetivo de realizar ações conjuntas voltadas à promoção do artesanato quilombola, durante a 3ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, ocorrida em Brasília; 7) Projeto Vitrines Culturais: parceria com o Ministério da Cultura que viabilizou espaços de comercialização nas doze cidades-sede da Copa do Mundo – FIFA 2014, que contaram com a participação de artesãos de todos os estados; 8) Promoção da Feira de Natal Mãos Brasileiras – Capital – SP: realizou-se no Pavilhão do Anhembi, em São Paulo-SP, entre os dias 10 e 20 de dezembro de 2014, com representação de 24 estados, ocupando 9.044 m² de área para comercialização. Foram

vendidas cerca de 93 mil peças artesanais, totalizando a comercialização em aproximadamente R$ 1.800.000,00.

Metas 2012-2015

- **Atender 3 milhões de micro e pequenos empresários por meio de portal de serviços disponível na internet**

Análise Situacional da Meta

A implantação do Portal está prevista para o segundo semestre de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 100 mil micro e pequenas empresas e/ou empreendedores, inclusive as artesanais e as organizadas em APLs**

Análise Situacional da Meta

Os valores referentes à execução de 2013 foram revistos. Os valores inicialmente informados eram referentes a informações declaradas. Os valores inicialmente informados eram referentes a informações declaradas pelos convenentes dos convênios nºs 780589/2012 e 781211/2012 se referiam, na verdade, ao número de empresários matriculados e não efetivamente concluintes das atividades de capacitação. Após revisão dados referentes a 2013, os seguintes resultados foram consolidados por região: sul: 0; sudeste: 0; centro oeste: 605: nordeste: 52; e norte: 736. Em 2014, foram atendidos 2.565 empreendedores em convênios firmados com as unidades do SEBRAE em RR e DF. A meta alcançada até 2014 é de 4.908 empreendedores capacitados.

Quantidade alcançada

4.908

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15.000	unidade	3.163	31/12/2014
Região Nordeste	20.000	unidade	302	31/12/2014
Região Norte	5.000	unidade	998	31/12/2014
Região Sudeste	40.000	unidade	240	31/12/2014
Região Sul	20.000	unidade	205	31/12/2014

- **Elevar o montante de crédito disponibilizado pelo BNDES para micro e pequenas empresas de R$ 5 bilhões em 2010 para R$ 21,2 bilhões.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram concedidos R$ 38,3 bilhões, superando a meta em mais de 80%.

Quantidade alcançada

38,3

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0838 - Promover a cooperação técnica e financeira internacional para as micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

As ações de cooperação técnica internacional realizadas no âmbito desse objetivo buscaram promover o intercâmbio de boas práticas em políticas públicas para micro e pequenas empresas, focando essencialmente a transferência de conhecimentos que possam apoiar o desenvolvimento de iniciativas correlatas em nível nacionalEntre 2012 e 2013,

foram realizadas três ações de cooperação técnica do Projeto de Apoio aos Diálogos Setoriais União Europeia - Brasil sobre o tema pequenas empresas. No âmbito destas ações foram produzidos três estudos sobre capacitação empreendedora, fomento ao artesanato e anjos de investimento, que buscam identificar boas práticas sobre o tema encontradas na União Europeia que possam auxiliar o Brasil na definição de políticas públicas para os temas. Ainda no âmbito do Projeto foram lançados em junho livros correspondentes que compilam os resultados da ação empreendedorismo e competitividade para pequenas empresas.

Em outubro de 2013, foi realizado o III Diálogo Interamericano de Altas Autoridades para Micro, Pequenas e Médias Empresas, em parceria com a Organização dos Estados Americanos - OEA e com o SEBRAE, evento que contou com a participação de representantes de 30 países na discussão de medidas de simplificação e ampliação do comércio exterior para micro e pequenas empresas. Na ocasião, foi aprovada proposta brasileira de criação do Simples Internacional, de autoria da SMPE-PR, que prevê a celebração de acordos bilaterais entre países que dispensem reciprocidade no tratamento tributário privilegiado e simplificado às exportações de micro e pequenas empresas.

Em 2014, foram realizadas reuniões com organismos multilaterais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização dos Estados Americanos (OEA). Na ocasião, foram tratadas possibilidades de cooperação em estudos e políticas para micro e pequenas empresas. Foram ainda mantidos contatos com representantes da Colômbia, do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan, com o objetivo de discutir intercâmbio de experiências em políticas para MPE e facilitação do comércio. Em reuniões mantidas com a Secretaria Executiva, representantes de países africanos como Angola e Senegal demonstraram interesse nas políticas para MPE desenvolvidas no Brasil. O Ministro de Estado realizou visita à Argentina com o objetivo de discutir ações para simplificação do comércio bilateral das micro, pequenas e médias empresas. A SMPE participou do Foro PYMES Itália-América Latina, evento que teve por objetivo promover o intercâmbio de boas práticas e a colaboração entre os sistemas de PME italiano e latino-americano. Para discutir políticas de financiamento às MPE, o Secretário-Executivo da SMPE participou do FOROMIC, evento organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Metas 2012-2015

- **Estabelecer acordo de cooperação técnica internacional para implantação do Simples Internacional**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foram realizados contatos com representantes da Colômbia, do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan, com o objetivo de discutir intercâmbio de experiências em políticas para MPE e facilitação do comércio. O Ministro de Estado realizou visita à Argentina com o objetivo de discutir ações para simplificação do comércio bilateral das micro, pequenas e médias empresas.

- **Incluir a agenda brasileira de desenvolvimento das micro e pequenas empresas nas principais instâncias internacionais de cooperação (União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial, CAF)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foram realizadas reuniões com organismos multilaterais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

- **Realizar cooperação técnica internacional em melhores práticas com União Europeia, Mercosul, UNIDO, BID, Banco Mundial e CAF**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foram realizadas reuniões com organismos multilaterais como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

OBJETIVO: 0839 - Desenvolver, disponibilizar e consolidar sistemas de gestão do conhecimento sobre micro e pequenas empresas, inclusive as artesanais e as organizadas em Arranjos Produtivos Locais, para o compartilhamento de conhecimento e a geração de vantagem competitiva de mercado.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

Foi apresentada proposta de exclusão deste objetivo, pois o conteúdo deste objetivo caracteriza na verdade um conjunto específico de iniciativas do objetivo 0837.

Metas 2012-2015

- **Criar a rede nacional de disseminação de conhecimentos e boas práticas em gestão empreendedora de micro e pequenas empresas e artesanato**

  Análise Situacional da Meta

  Não houve execução desta meta tendo em vista que a iniciativa deixou de ser prioritária a partir da contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para desenvolvimento do portal Empresa Simples, plataforma de serviços que disponibilizará ao empresário brasileiro soluções na área de abertura e fechamento de empresas, acesso a mercados, crédito, inovação e acesso à justiça.

- **Elaborar diagnósticos regionais sobre as tipologias de produção artesanal no Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta foi alcançada em 2012, por meio de acordo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Foi desenvolvido o mapeamento da produção artesanal, a partir de dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que ilustra, por unidade da federação, quais os principais produtos artesanais produzidos na região. O estudo foi realizado para 18 categorias de artesanato, o que apoiará a elaboração do diagnóstico e o planejamento de ações específicas para cada segmento, buscando identificar desafios e oportunidades para cada tipologia de artesanato.

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de empregos formais no setor terciário	unidade	31/12/2010	19.591.282	31/12/2012	22.217.595
Número de estabelecimentos do setor de comércio	unidade	31/12/2008	1.402.075	31/12/2012	1.613.060
Número de estabelecimentos do setor de serviços	unidade	31/12/2008	848.970	31/12/2012	1.155.634
Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro	%	31/12/2010	66,6	31/12/2014	71,03
Variação do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços	%	31/12/2010	3,21	31/12/2014	9,16

Observações:

Número de empregos formais no setor terciário - Fonte: IBGE - Pesquisa Anual do Comércio e Pesquisa Anual de Serviços.
Somatório dos pessoal ocupado dos serviços empresariais não financeiros e do pessoal ocupado das empresas comerciais.
ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Servicos/pas2012/xls/tab01.zip (serviços não financeiros)
ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Comercio/2012/xls/total_empresas_2012.zip (comércio)

Número de estabelecimentos do setor de comércio - Fonte: IBGE - Pesquisa Anual do Comércio.
Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pac/2012/default_xls.shtm
ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Comercio/2012/xls/total_empresas_2012.zip
arquivo: tab01.xls
planilha: TAB01C

A Pesquisa Nacional do Comércio de 2013 do IBGE tem previsão de publicação em 2015.
Número de estabelecimentos do setor de serviços - Fonte: IBGE - Pesquisa Anual de Serviços.
Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pas/pas2012/defaulttabzip_xls_2012.shtm
ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Anual_de_Servicos/pas2012/xls/tab01.zip
arquivo: tab01.xls
planilha: Tab01B

A Pesquisa Nacional de Serviços de 2013 do IBGE tem previsão de publicação em 2015.
Participação do setor terciário no Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro - Resultado referente ao período entre janeiro e dezembro de 2014, cf. Contas Nacionais Trimestrais do IBGE.
Link para acesso em 8/4/2015:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaultcnt.shtm

Link para download em 11/2/2015:
ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Compl_CNT.zip
Arquivo: Tab_Compl_CNT_4T14.xls
Planilha: Valores Correntes
Calculado pela soma dos quatro últimos trimestres disponíveis da coluna "O" (Total Serviços) dividido pela soma dos quatro últimos trimestres disponíveis da coluna "P" (VA), dado em percentual.
Variação do Valor Adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) de Serviços - Resultado referente ao período entre janeiro e dezembro 2014, comparado a igual período de 2013, cf. Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, disponíveis em:
ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Tabelas_Completas/Tab_Compl_CNT.zip

Arquivo: Tab_Compl_CNT_4T14.xls
Planilha: Valores Correntes
Fórmula de cálculo: (Somatória dos valores dos últimos 4 quadrimestres da coluna "Total - Serviços" (coluna O da planilha), dividido pela somatória dos 4 quadrimestres anteriores)-1

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Análise Situacional do Objetivo

1.Atos registrados: Micro Empreendedor Individual – MEI: O número de microempreendedores individuais (MEI) atingiu 4.653.131 de beneficiários registrados pelo Portal do Empreendedor, desde sua implantação em julho de 2009. Para facilitar a realização do pagamento pelo MEI e garantir o seu acesso aos benefícios previdenciários, incentivando a inadimplência, no ano de 2014 a SMPE-PR promoveu o Carnê da Cidadania, com a impressão e remessa de carnês a todos os formalizados até o ano anterior e no decorrer deste período.

Outras Naturezas Jurídicas: tendo como fonte os relatórios estatísticos enviados pelas Juntas Comerciais de todo o País em 2014, o Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI apurou a abertura de 529.759 empresas e o registro de 993.350 microempreendedores individuais (MEI), totalizando 1.523.109 constituições de empresas no país. Processaram-se 1.716.534 alterações e 281.271 extinções, totalizando 3.520.914 atos registrados, exceto atos concernentes a alterações e extinções do MEI.

2.Projeto Integrar: em continuidade com a implantação do Projeto Integrar, foi implantada mais uma etapa prévia de coleta eletrônica de informações e consulta sobre a viabilidade de nome empresarial nas Juntas Comerciais e de localização do empreendimento, mediante integração com prefeituras. Decorrente de parceria com o Sebrae e a Junta Comercial de Minas Gerais, foram iniciadas operações nos estados de Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Ceará. A iniciativa reduz as etapas do processo de legalização para os usuários e prepara as equipes técnicas para a execução dos novos processos do RLE - Registro e Licenciamento de Empresa.

3.Normatização: atualizou-se o normativo vigente sobre o registro empresarial, resultando na edição de um novo conjunto de 20 instruções normativas, publicadas em dezembro de 2013, e revogação de 39 atos, alguns superados há muitos anos. A iniciativa traz mais segurança e previsibilidade aos usuários e facilita revisões normativas para adaptação aos novos processos de trabalho que serão implantados. Uma das mais importantes inovações trazidas pela revisão é a possibilidade de utilização de via única para registro. Atualmente são necessárias três vias. A simplificação facilita a operação de análise e registro, devendo aumentar a agilidade do atendimento dos usuários.

4.Migração de sistemas de registro mercantil do MDIC/SMPE/SERPRO: Em 2014, deu-se ainda, continuidade da transição de bases cadastrais e aplicativos informatizados relativos ao sistema de registro mercantil (migração dos sistemas, CNE, SIARCO V3, SEDMEI, RE e FCN) de atendimento de Juntas Comerciais brasileiras, inclusive a Junta Comercial do Distrito Federal, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para o SERPRO, por força da lei de criação da SMPE-PR.

5.Capacitação de técnicos e vogais das juntas comerciais: reunião técnica, em seis de outubro de 2014, com a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis – FENACON com vista à parceria, por meio de acordo de cooperação técnica para a capacitação das equipes técnicas das juntas comerciais, dos vogais, e de usuários, em especial, os contabilistas e empresários contábeis, por meio de ações voltadas para o compartilhamento de conhecimento e metodologias relacionadas ao processo de simplificação do registro e da legalização de empresas e negócios que resultem no intercâmbio de informações, cursos e projetos para capacitação à distância. Em análise técnica pela FENACON, a minuta de ACT será encaminhada, posteriormente, para a análise e aprovação da Assessoria Jurídica da SMPE.

Metas 2012-2015

- **Conceder registro a empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até cinco dias úteis para atos sujeitos a decisão colegiada, na forma da lei**

Análise Situacional da Meta

Levantamento realizado pela aferição dos prazos de registro micro e pequenas empresas de baixo risco pelas juntas comerciais, por meio de pesquisa junto a essas, com resultado divulgado em janeiro de 2015. Nos anos de 2012 e 2013, pelo fato de o departamento não possuir ferramentas adequadas para o levantamento, os dirigentes do DREI (antigo DNRC) optaram por não realizá-lo. Manteve-se o número de nove dias, resultado da Pesquisa Base do ano de 2011.

Quantidade alcançada

4,7

Data de Referência

31/12/2014

- **Conceder registro a micro e pequenas empresas de baixo risco pelas Juntas Comerciais no prazo de até dois dias úteis para atos sujeitos a decisão singular, na forma da lei**

Análise Situacional da Meta

Levantamento realizado pela aferição dos prazos de registro micro e pequenas empresas de baixo risco pelas juntas comerciais, por meio de pesquisa junto a essas, com resultado divulgado em janeiro de 2015. Nos anos de 2012 e 2013, pelo fato do departamento não possuir ferramentas adequadas para o levantamento, os dirigentes do DREI (antigo DNRC) optaram por não realizá-lo. Manteve-se o número de seis dias, resultado da Pesquisa Base do ano de 2011.

Quantidade alcançada

2,7

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir, anualmente, em 5% o número de horas para a decisão de processos de empresários individuais e sociedades contratuais**

Análise Situacional da Meta

Levantamento realizado pela aferição das soma dos prazos para a decisão de processos/registro de empresários individuais e sociedades contratuais, por meio de pesquisa junto as Juntas Comerciais, com resultado em janeiro de 2015. Nos anos de 2012 e 2013, pelo fato do departamento não possuir ferramentas adequadas para o levantamento, os dirigentes do DREI (antigo DNRC) optaram por não realizá-lo. Em 2014, apurou-se a taxa de 5% para redução de tempo de registro de processo.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Durante a elaboração e divulgação do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços, sabia-se que a existência de informações oficiais que permitissem avaliar oportunidades dispersas pelo País seria um dos principais requisitos para a formulação de políticas públicas e a realização de bons negócios no setor privado. A assimetria de informações poderia prejudicar investimentos regionais e comprometer o desenvolvimento econômico e social locais. A primeira edição do Atlas Nacional do Comércio e Serviços representa medida pioneira das Agendas Estratégicas dos três Conselhos de Competitividade do Bloco 5 do Plano Brasil Maior. Trata-se de um referencial público de informações, com vistas a caracterizar o setor terciário brasileiro com maior exatidão, e orientar as políticas públicas e os investimentos privados mediante o mapeamento do setor.

Para a elaboração da 1ª edição impressa, em 2013, fez-se necessária uma intensa articulação com diversas instituições, em especial o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-Nacional). Tem havido apoio também da Secretaria de Planejamento e Investimentos (SPI/MP) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Encontra-se vigente Acordo de Cooperação Técnica com o Sebrae, assinado em 2012, no qual está prevista a parceria para o Atlas.
Em 2014, discutiu-se a parceria com o IBGE para desenvolver plataforma eletrônica online específica para o Atlas em 2015 para realização de novos cruzamentos e geração de mais informações, bem como gerar novos dados e mapas para a versão on-line. Está prevista também a publicação da 2ª edição impressa do Atlas ao final desta parceria.

Para esta atividade, os principais resultados, acumulados até dezembro de 2014, foram: 1) Disponibilização da Primeira Edição 2013, em versão em pdf na página da SCS; 2) Inclusão de camadas do Atlas na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE; e 3) Elaboração de proposta de Termo de Execução de Descentralização de Crédito entre SCS/MDIC e IBGE para o desenvolvimento de plataforma online, atualização de dados e elaboração de novos mapas e informações.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o Atlas Nacional de Serviços**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foram realizadas tratativas com o IBGE para o desenvolvimento do projeto do Atlas Nacional de Comércio e Serviços com base em Termo de Execução de Descentralização de Crédito para este órgão com duração de cinco anos. Nesta cooperação estão previstos o desenvolvimento de plataforma eletrônica online específica para o Atlas, contemplando atualização de mapas existentes e inclusão de novas informações e variáveis; e a formulação, publicação e divulgação de segunda edição do Atlas, amplamente revista, ao término desta cooperação.

  Quantidade alcançada

  100

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Elaborar o Atlas Nacional do Comércio**

  Análise Situacional da Meta

  O processo de elaboração do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços produziu um único documento chamado Atlas Nacional de Comércio e de Serviços. Esse processo ocorreu conforme descrito na análise situacional da meta “Elaborar Atlas Nacional de Serviços”.

  Quantidade alcançada

  100

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Um dos principais objetivos do Programa Comércio e Serviços é traçar uma agenda de ações para promover uma

inserção econômica competitiva nos ambientes doméstico e internacional do setor terciário nacional. Para isso, é importante a compreensão das perspectivas de crescimento e desenvolvimento do País.

Até o terceiro trimestre de 2014, para o acumulado nos últimos quatro trimestres, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor de terciário, que inclui comércio e serviços, respondeu por 69,82% do valor adicionado do PIB (frente a 66,6% registrado em 2010). Outro dado relevante do setor é que no acumulado de janeiro a novembro de 2014, de acordo com os dados atualizados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE), Comércio e Serviços, corresponderam a 86% do saldo total de empregos com carteira assinada, ao adicionarem, respectivamente, 191 mil e 614 mil postos de trabalho. Esses dados atestam a importância dos setores de comércio e serviços para a dinâmica da economia brasileira.

No âmbito da estruturação de informação estatística mensal relacionada à exportação e importação de serviços e intangíveis, cabe destacar que, para fazer frente aos desafios do comércio exterior de serviços, em 01/01/2014, entrou em produção o submódulo Registro de Presença Comercial no Exterior (RPC), integrante do Módulo Venda do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV). Esse submódulo destina-se à coleta de informações, para fins econômicos e comerciais, a respeito de operações realizadas por meio de presença comercial no exterior (filial, sucursal ou controlada) relacionada à pessoa jurídica domiciliada no Brasil, relativas à prestação de serviços, à transferência de intangíveis ou à realização de outras operações que produzam variações no patrimônio. Em 2014, deu-se prioridade ao desenvolvimento e à homologação do Data Warehouse – DW para o Siscoserv, que deverá entrar em produção e estar disponível como ferramenta de geração de estatísticas a partir de 2015. Com as informações coletadas e processadas a partir dessa funcionalidade, serão disponibilizados insumos estatísticos essenciais tanto à implementação do sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços e intangíveis quanto para a formulação de políticas públicas para fomento à exportação.

Em 2014, iniciou-se uma nova revisão da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações (NBS), de forma mais ampla que a de 2013, cujo objetivo foi corrigir as inexatidões presentes na versão original da Nomenclatura, analisando as contribuições advindas dos setores público e privado para que seja possível acrescentar novos serviços que não foram incluídos nas

versões anteriores da NBS. Uma nova versão da NBS e de suas Notas Explicativas deve entrar em vigor a partir de 2016.

Ainda, entre as ações estratégicas do Plano Brasil Maior (PBM), foram realizadas atividades para a elaboração de estudo visando o fomento do uso de etiquetas inteligentes nos setores de Comércio e Serviços Logísticos do Brasil. Essa tecnologia possibilita a modernização do varejo, fortalecimento da logística e construção de maior integração e competitividade das cadeias produtivas. Trata-se de uma nova ferramenta da automação, que carrega informações completas do produto, que, ao ajudar a criar um sistema global de registro de bens usando um sistema de numeração único (Eletctronic Product Code), viabiliza a chamada internet das coisas e possibilita a leitura dos dados por radiofrequência, em todos os elos da cadeia de suprimentos e em todos os mercados. Nesse sentido, em conjunto com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial-ABDI, a SCS/MDIC realizou quatro oficinas para levantamento do cenário nacional de possibilidades de uso de etiquetas inteligentes por instituições de Governo e pelo Setor Privado, nas seguintes temáticas:

1) as experiências públicas de uso das etiquetas inteligentes; 2) aspectos fiscais relacionados a etiquetas inteligentes; 3) as experiências privadas no uso das etiquetas inteligentes; e 4) soluções tecnológicas e industriais fornecidas no País. Além das oficinas, foi realizado benchmark internacional com países selecionados (Reino Unido, Alemanha, Japão, Coréia do Sul e Estados Unidos), para a identificação de boas práticas, cases e políticas adotadas para estimular a utilização da tecnologia. O resultado do estudo foi apresentado em evento ocorrido no MDIC em dezembro de 2014, com a participação de representantes do setor público e privado.

O Programa Servir foi lançado durante o Simbracs de 2013 e busca identificar e disseminar boas práticas no atendimento prestado aos consumidores, provendo informações de qualidade para a busca da excelência nos serviços prestados pelos setores de Comércio e Serviços. O piloto foi realizado em 2014 com o setor supermercadista e as informações foram coletadas por meio de aplicativo digital desenvolvido especialmente para o programa e pode ser acessado por

smartphones (inicialmente sistema Android).

Com o objetivo de ampliar as fontes de informação disponíveis e apoiar os potenciais exportadores de serviços, elaborou e publicou-se o Guia Básico para Exportação de Serviços. O Guia explica como fazer um planejamento estratégico para exportação de serviços e detalha os mecanismos de apoio à exportação de serviços e intangíveis. Essa iniciativa foi elaborada com a parceria do MRE, o que possibilitou a sua publicação sem a utilização de recursos financeiros.
Cabe também destacar que, no primeiro semestre de 2014, foi disponibilizada 4ª edição do Catálogo de Oportunidades para Investimentos no Brasil, atualizada até junho/2014. Essa edição contém cerca de 176 projetos, totalizando mais de US$ 136,2 bilhões a serem realizados nos próximos anos, nos setores de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, telecomunicações, geração e transmissão de energia, mobilidade urbana, construção, turismo e óleo e gás. O Catálogo é um instrumento para a atração de recursos voltados aos projetos de desenvolvimento do País, com objetivo principal de apoiar a tomada de decisões por parte dos investidores, oferecendo acesso a informações seguras, organizadas e de qualidade sobre os projetos. Sua elaboração contou ainda com o apoio do MRE, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), do Ministério da Fazenda (MF), da Rede Nacional de Informações sobre Investimento (RENAI) e do Conselho Nacional dos Secretários de Desenvolvimento Econômico (CONSEDIC). A publicação do Catálogo foi realizada pela Apex-Brasil.
A 4ª Edição do Catálogo encontra-se disponível no sítio do MDIC, no seguinte link: http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=4470.
Em 2014, desenvolveu-se um sistema on-line, que está em fase de homologação, que irá receber informações de novos projetos, promovendo as oportunidades de investimento no Brasil de forma mais dinâmica. O Catálogo, bem como o sistema on-line, será administrado, ao ser concluído, pela Rede Nacional de Informações sobre Investimento (RENAI).

Metas 2012-2015

- **Implantar Sistema de Informação e Gestão do Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV)**

  Análise Situacional da Meta

  Implantou-se o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (SISCOSERV) em 1º de agosto de 2012.O Sistema teve implantação gradual, por capítulos da NBS, e em outubro de 2013 concluiu-se essa implantação. Em 2014, o Submódulo de Presença Comercial no Exterior, parte integrante do Módulo Venda do Siscoserv, foi implantado possibilitando o conhecimento dos serviços prestados e intangíveis transferidos pelas empresas brasileiras com presença comercial no exterior (filiais, sucursais ou controladas)

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Implementar sistema de informação estatística mensal relacionada ao comércio exterior de serviços intangíveis**

  Análise Situacional da Meta

  O Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços e Intangíveis (Siscoserv) foi implantado, em 1º de agosto de 2012.

  Para propiciar ao setor privado um tempo de adaptação às exigências do Sistema, sua implantação ocorreu de acordo com um cronograma, que adota como referência os capítulos da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio – NBS , disponível em http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=4&menu=2234. Além do cronograma de implantação do Sistema por capítulo da NBS, e com o objetivo de oferecer um período de transição para adaptação dos usuários ao sistema, foram previstos prazos diferenciados para o registro no sistema:

  -De 1º/8/2012 a 31/12/2013: até o último dia útil do sexto mês subsequente à data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização de operação que produza variação no patrimônio;

-De 1º/1/2014 a 31/12/2015: até o último dia útil do terceiro mês subsequente à data de início da prestação de serviço, da comercialização de intangível ou da realização de operação que produza variação no patrimônio (alteração de prazo em virtude de diversas demandas recebidas do setor privado quanto à necessidade de ampliar o prazo de adaptação do setor privado às exigências do Sistema); e

-A partir de 1º/1/2016: até o último dia útil do mês subsequente à data de início da prestação de serviço.

Tendo em conta as etapas e prazos descritos acima, bem como o tempo necessário para o desenvolvimento e homologação do DW, o início da divulgação periódica de estatísticas do Sistema dar-se-á a partir de 2015, para que se possa garantir uma série histórica que gere comparabilidade e maior qualidade dos dados.

Não obstante, no Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços – ENASERV 2014, ocorrido em 30/5/2014, foram apresentados dados preliminares oriundos do Siscoserv, referentes ao período de janeiro a dezembro de 2013. Na ocasião, demonstrou-se um total de 6.616.206 operações realizadas no Sistema. Apuraram-se US$ 16.951 milhões em vendas ao exterior e US$ 31.556 milhões em aquisições pelo Brasil.

Adicionalmente, os dados extraídos das informações registradas no Sistema já estão sendo utilizados como subsídios para o desenho de trabalhos de inteligência comercial e de estratégias de ação e políticas para o fomento ao comércio exterior de serviços, bem como para subsidiar reuniões bilaterais. Como exemplo, podem ser enumerados o Perfil dos negócios em Serviços do Brasil com os países da Copa, com os países dos BRICS e com os países do G-20. O Perfil, fruto da utilização de dados agregados do SISCOSERV, traça panoramas bilaterais de relação comercial no setor de serviços e intangíveis entre o Brasil e os demais países participantes da Copa e dos Blocos mencionados, oferecendo novas perspectivas para a inteligência comercial do setor privado de serviços.

No primeiro mês de produção do Sistema (agosto de 2012), 27 usuários efetivaram registros de operações de venda e aquisições de serviços e intangíveis com o exterior. Com o transcorrer do tempo, houve um aumento considerável na quantidade de usuários mensais do Sistema. Em dados ainda preliminares, computou-se, até o início de outubro de 2014, 10.464.263 operações realizadas no Sistema, por cerca de 27.500 usuários, em transações com 243 países.

Adicionalmente, o DW do Siscoserv, ferramenta que possibilitará a disponibilização de dados acurados e de forma ágil e segura foi desenvolvido e homologado em 2014 e estará disponível a partir de 2015, como ferramenta que possibilitará maior qualificação dos dados gerados a partir do Sistema.

Cabe, ainda, destacar que em 2014 trabalhou-se na homologação do DW, para sua entrada em produção a partir de 2015. Com as informações coletadas e processadas a partir dessa funcionalidade, serão disponibilizados insumos estatísticos essenciais à implementação do sistema de informação estatística mensal.

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2014

- **Premiar anualmente empresas e profissionais do setor de comércio e serviços**

  Análise Situacional da Meta

  Essa meta foi descontinuada, em função das dificuldades operacionais e técnicas para executar a premiação.

- **Realizar 4 Encontros Nacionais de Comércio**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, em parceria com o Sebrae Nacional, elaborou-se e divulgou-se a revista referente à edição de 2013 do Simpósio Brasileiro de Políticas Públicas para Comércio e Serviços (Simbracs), que possui como objetivo difundir os avanços, as propostas, as ideias, e sugestões discutidas durante toda a programação do evento. O Simbracs integrou o Plano Brasil Maior (PBM) e se propôs a congregar a sociedade brasileira e parceiros internacionais em torno de ações que fortalecessem a competitividade do setor terciário e o bem-estar do consumidor.

  A discussão sobre a estrutura e programação do evento foi iniciada durante as reuniões dos Conselhos de Competitividade de Comércio, Serviços e Serviços Logísticos do Plano Brasil Maior, realizadas em 23, 24 e 30 de abril de 2014. No dia cinco de junho de 2014 foi realizada a primeira reunião do Grupo de Trabalho formado por membros

dos três Conselhos (Comércio, Serviços e Serviços Logísticos) do PBM, noqual foram detalhadas e debatidas as principais propostas de temas e estrutura do evento. Entretanto, pelo fato do evento necessitar de ampla divulgação principalmente nos meses que o antecederiam (setembro e outubro), considerando as restrições do período eleitoral o Simbracs não foi realizado em 2014.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

12/12/2014

- **Realizar 4 Encontros Nacionais de Serviços**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014, em parceria com a AEB - Associação de Comércio Exterior do Brasil, organizou-se no dia 30 de maio, o ENAServ 2014 –Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços, com o objetivo de discutir uma agenda propositiva para as exportações de serviços do país. Durante o evento, foram realizados painéis para a discussão das perspectivas das exportações brasileiras sob a ótica das autoridades públicas e das lideranças empresariais, que contou com a presença do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior, bem como do Secretário de Comércio e Serviços; os avanços e aprendizados para a internacionalização do setor de serviços e as iniciativas para a alavancagem de exportação de serviços.

Além disso, durante o encontro foram lançadas estatísticas do Siscoserv atualizadas, e o Prêmio Destaque nas Exportações de Serviços 2014, conferido pelo MDIC e pela AEB para empresas que tiveram expressiva participação nas vendas externas de serviços e intangíveis no ano de 2013. As indicações do MDIC tomaram por base as informações registradas no Siscoserv.

Em agosto, participou-se da 33ª edição do Encontro Nacional de Comércio Exterior– ENAEX 2014, no Rio de Janeiro, organizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil–AEB, o evento de referência no Brasil em matéria de comércio exterior. Naquela oportunidade, em parceria com a AEB organizou-se uma oficina para avaliar os dois anos de funcionamento do Siscoserv, na qual foram discutidos os desafios e as oportunidades para a utilização do sistema.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

12/12/2014

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro	%	01/01/2011	9,7	31/12/2013	10,8
Corrente de comércio de bens	US$ bilhão	01/01/2011	383,564	31/12/2014	454,1609
Exportação total de bens	US$ bilhão	01/01/2011	201,915	31/12/2014	225,101
Exportação total de serviços	US$ bilhão	01/01/2011	30,072	31/12/2014	41,107
Participação brasileira no comércio mundial	%	01/01/2011	1,36	31/12/2013	1,33
Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais	%	01/01/2011	35,5	31/12/2014	31,9
Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados	%	01/01/2011	22,7	31/12/2014	-10,44
Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais	%	01/01/2011	15,43	31/12/2014	7,1974
Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras	%	01/01/2011	25,5	31/12/2014	23,7

Observações:

Contribuição das exportações ao PIB Brasileiro - Fonte: Secex/MDIC e IBGE - Balança Comercial - Dados consolidados 2014.
Site www.mdic.gov.br: Página Inicial » Comércio Exterior » Estatísticas de comércio exterior - DEAEX » Balança comercial brasileira: dados consolidados (publicação)
http://www.mdic.gov.br//arquivos/dwnl_1423144482.pdf (página 33)
Corrente de comércio de bens - Resultado de 2014, cf. relatório 'Balança Comercial Brasileira: acumulado em 12 meses', disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivo/secex/balanca/balcombrasileira/mensal/brasileiro/2014_12/bcb002.doc
Arquivo: bcb002.doc
Alternativa: http://www.mdic.gov.br//arquivos/dwnl_1423144482.pdf
Pelo site do www.mdic.gov.br: Página Inicial » Comércio Exterior » Estatísticas de comércio exterior - DEAEX » Balança comercial brasileira: Mensal » 2014 » Dezembro 2014
Exportação total de bens - Resultado de 2014, cf. relatório 'Balança Comercial Brasileira: acumulado em 12 meses', disponível em http://www.mdic.gov.br//arquivos/dwnl_1423144482.pdf
Alternativa: http://www.mdic.gov.br//arquivo/secex/balanca/balcombrasileira/mensal/brasileiro/2014_12/bcb002.doc
Pelo site do www.mdic.gov.br: Página Inicial » Comércio Exterior » Estatísticas de comércio exterior - DEAEX » Balança comercial brasileira: Mensal » 2014 » Dezembro 2014
No site www.mdic.gov.br: Página Inicial » Comércio Exterior » Estatísticas de comércio exterior - DEAEX » Balança comercial brasileira: Mensal » 2014 » Dezembro 2014

Exportação total de serviços - Resultado acumulado em 2014, cf. relatório 'Série Histórica do Balanço de Pagamentos', disponível em http://www.bcb.gov.br/ftp/notaecon/balpagm.zip
No site www.bcb.gov.br: Início » Economia e finanças » Séries temporais » Tabelas especiais » Setor Externo » Balanço de pagamentos
Participação brasileira no comércio mundial - Fonte: Secex/MDIC e OMC-WTO - Balança Comercial Brasileira - Dados consolidados - janeiro-dezembro de 2014.
Site www.mdic.gov.br: Página Inicial » Comércio Exterior » Estatísticas de comércio exterior - DEAEX » Balança comercial brasileira: dados consolidados (publicação)
http://www.mdic.gov.br//arquivos/dwnl_1423144482.pdf (página 35)

Participação das exportações da indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica nas exportações de produtos industriais - Fonte: Secex/MDIC - Balança Comercial Brasileira - Dados consolidados - janeiro-dezembro de 2014. Extraído da página 21 da apresentação 2014: http://www.mdic.gov.br//arquivos/dwnl_1423144482.pdf
Dados completos de 2013 disponível em:
http://www.mdic.gov.br//arquivos/dwnl_1389617044.xls
Link disponível na página do Ministério: http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1113&refr=608 (Página Inicial » Comércio Exterior » Estatísticas de comércio exterior - DEAEX » Outras estatísticas de comércio exterior » Exportações / importações dos setores industriais por intensidade tecnológica)
Taxa de crescimento das exportações brasileiras de manufaturados e semi-manufaturados - Resultado referente ao período entre janeiro e dezembro de 2014, comparado a igual período anterior, cf. relatório 'Exportação brasileira – FOB – Por fator agregado', disponível em http://www.bcb.gov.br/?INDECO.
No site www.bcb.gov.br: Início » Economia e finanças » Indicadores de conjuntura » Indicadores econômicos >> Exportação brasileira – FOB – Por fator agregado
http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/ie5-04.xls

Taxa de crescimento das exportações de serviços, exceto serviços governamentais - Resultado referente ao período entre janeiro de 2014 e dezembro de 2014, comparado a igual período anterior, cf. relatório 'Série Histórica do Balanço de Pagamentos', disponível em http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG.
No site www.bcb.gov.br: Início » Economia e finanças » Séries temporais » Tabelas especiais » Setor Externo » Balanço de pagamentos
No arquivo .xls, subtrai-se a linha 49 (receita governamental de serviços) da linha 11 (receita de exportação de serviços) e se tira a variação percentual.
Taxa de participação das exportações amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em relação ao valor total das exportações brasileiras - Fonte: MDIC - Dados referentes ao acumulado de 2014.
No site www.mdic.gov.br: Página Inicial » Comércio Exterior » Operações de Comércio Exterior - DECEX » Drawback » Dados Consolidados de Drawback (Suspensão)
http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1421841683.pdf (página 5)

OBJETIVO: 0795 - Modernizar os sistemas informatizados de controle aduaneiro com vistas à simplificação, agilização, harmonização de rotinas e procedimentos e eficácia no combate às irregularidades e fraudes.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Durante o ano de 2014 foram implementadas diversas melhorias em sistemas informatizados aduaneiros, com destaque para:

1. Programa Portal Único do Comércio Exterior

1.1 Lançamento do Portal Único do Comércio Exterior com a Implantação do Portal Siscomex e da Visão Integrada do Comércio Exterior - VICOMEX.

O Portal Siscomex visa centralizar o acesso aos serviços e sistemas governamentais destinados à obtenção de autorizações, certificações e licenças para exportar ou importar e à legislação pertinentes às operações de comércio exterior. No mesmo portal, o sistema Visão Integrada do Comércio Exterior (Vicomex), quando concluída todas suas fases de produção, irá facilitar o monitoramento das operações de comércio exterior, oferecendo aos usuários um painel de controle de suas operações, concentrando num só ponto informações até então dispersas em diferentes sistemas.

1.2 Piloto em quatro unidades aduaneiras, o projeto de anexação eletrônica de documentos e imagens digitais aos processos de importação, desenvolvido em âmbito do Portal Único do Comércio Exterior, a partir da Visão Integrada do Contribuinte.

1.3. Os demais projetos do programa também tiveram avanços significativos, com destaque para os projetos Catálogo de Produtos, Cadastro de Interveniente e Novo Processo de Exportação, que estão em fase de modelagem de processos.

2. Melhorias e Avanços nos Sistemas de Controle de Carga:

2.1. Foram implantadas diversas alterações no Sistema Mercante para absorção pela RFB da fiscalização e controle do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) decorrentes da publicação do Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014.

2.2. Integração entre os sistemas Mercante x Porto Sem Papel (PSP) para a disponibilização de entrada única de dados relativos às cargas a partir do Sistema Mercante. A 1ª fase de integração, que contemplava a integração somente das informações comuns aos dois sistemas, foi implantada ainda em 2013. A 2ª fase da integração, correspondente à disponibilização da entrada única a partir do Sistema Mercante contendo todos os dados necessários aos dois sistemas, já foi entregue e está em fase de testes pelas Agências Marítimas desde 05/03/2014.

2.3. Foram desenvolvidas e implantadas novas funcionalidades e melhorias relativas ao Controle de Carga no Siscomex Carga, como o Boletim de Carga e Descarga fornecido pelos operadores portuários, contendo a lista de itens movimentados, motivos da movimentação, avarias e ocorrências, bem como o termo de constatação eletrônico para ciência do transportador frente às irregularidades apontadas pela Aduana.

2.4. Foi também efetuada uma ampla extração em diversos sistemas da RFB para se realizar um levantamento global e detalhado dos tempos dispendidos para a carga marítima em cada etapa do processo de importação, em todas as unidades do país, abrangendo os tempos médios gastos por cada interveniente no processo, incluindo os demais órgãos intervenientes, e permitindo que se efetuasse um diagnóstico dos entraves e dificuldades enfrentadas em cada etapa.

3. Novas Versões do Siscomex Importação Web:

3.1. Em continuidade ao processo de modernização da plataforma do Siscomex Importação, foram implantadas novas versões web do sistema, disponibilizando funcionalidades e facilidades até então somente disponíveis na versão desktop. As principais entregas e inovações do sistema até o momento foram:

- Registro e consulta aos demais tipos de declaração de importação;
- Consulta ao Tratamento Administrativo da SECEX e demais órgãos anuentes;
- Despacho Simplificado de Importação;
- Registro da declaração simplificada de importação;
- Consulta à tabelas do SISCOMEX;
- Declarações de internação provenientes das importações de produtos através da Zona Franca de Manaus;
- Cadastro da Nomenclatura de Valor Aduaneiro e Estatística.
- Envio e recepção de declarações de importação via estrutura .XML;
- Despacho de declarações vinculadas a processos de perdimento de mercadoria;
- Alteração do fluxo do despacho de importação necessária ao desenvolvimento do projeto de Anexação Eletrônica de Documentos. Esta versão teve lançamento simultâneo com a implantação da anexação eletrônica de documentos no Portal Único de Comércio Exterior (dezembro 2014).

4. Melhorias na Gestão de Risco e Seleção para Conferência Aduaneira:

4.1. Está em processo de testes para implantação uma nova versão do atual sistema de seleção para conferência aduaneira, com implementação de melhorias nos atuais critérios de seleção das declarações de importação.

4.2. Está também em fase de piloto em três unidades da RFB o Sistema de Seleção por Aprendizado de Máquina (SISAM), o qual utiliza modernas técnicas de Inteligência Artificial para indicar possíveis riscos e irregularidades nos registros das declarações aduaneiras de importação.

5. Nova versão Web da Declaração de Exportação:

5.1 Iniciou o Piloto da versão Web da Declaração de Exportação em três unidades da RFB (modal marítimo, aéreo e terrestre), em dezembro de 2014, com possibilidade de upload de arquivo e acesso via certificação digital. Essa versão web traz ainda inovações como a vinculação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) à declaração e ao processo de exportação.

5.2 Estão sendo estruturados documentos eletrônicos como o conhecimento de carga terrestre eletrônico (CRT-e) e o Mic/Dta eletrônico, permitindo automatizar e simplificar procedimentos do controle aduaneiro de exportação atualmente exigidos em papel, como a autorização de embarque eletrônica, o controle do fracionamento da Declaração de Exportação e o Mic/Dta de saída.

Metas 2012-2015

- **Implementar a emissão e vinculação de documentos necessários às atividades exportadora e importadora por meio eletrônico, com reaproveitamento de dados (exs: e-NF, e-CRT, e-MIC/DTA, e-BL e e-AWB)**

Análise Situacional da Meta

Além do desenvolvimento de uma nova versão Web da Declaração de Exportação, com possibilidade de upload de arquivo e acesso via certificação digital, está em desenvolvimento o Conhecimento de Carga Eletrônico Terrestre (CRT-e) no Siscomex Carga e o MIC/DTA eletrônico no Siscomex Trânsito, o que permitirá automatizar e simplificar procedimentos do controle aduaneiro de exportação atualmente exigidos em papel, como autorização de embarque eletrônica, o controle do fracionamento da Declaração de Exportação e o MIC/DTA de saída.

- **Reduzir o percentual de declarações selecionadas para controle no despacho de importação de 21% para 13%, com aumento da qualidade na seleção pela concentração da ação da fiscalização nas operações de maior risco**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2014 incidiram em canal de conferência 11,02% das Declarações de Importação registradas, superando, portanto, a meta estabelecida. A implementação e operacionalização do Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro foi relevante para o melhor direcionamento das ações de fiscalização aduaneira nos despachos de importação.

Quantidade alcançada

11,02

Data de Referência

31/12/2014

- **Simplificar e padronizar os procedimentos aduaneiros de importação e exportação, reduzindo os tempos de despacho de importação de 2,22 dias para 1,5 dias e de exportação de 0,51 dia para 0,4 dia**

Análise Situacional da Meta

Em relação a 2012, não houve impacto por movimento paredista, todavia continuam a ocorrer operações para defesa da capacidade concorrencial das empresas brasileiras, que impactaram o atingimento da meta de 1,5 dia. Obteve-se em 2013 tempo de 1,68 dia.

Na exportação a meta foi superada com folga, atingindo-se o tempo de 0,3 dia.

O tempo bruto do despacho de importação, no ano de 2014, foi de 1,64 dias, superando, portanto, a meta estabelecida de 2,22 dias.

Para o despacho de exportação obteve-se o tempo de 0,1 dia, tempo este bastante inferior à meta de 0,4 dia.

Quantidade alcançada em 2014: 1,64 dia para importação e 0,11 dia para exportação.

Quantidade alcançada

0,1

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0802 - Intensificar e aprimorar os instrumentos de controle administrativos e de fiscalização aduaneira para o combate às práticas ilegais no comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

No que concerne à Receita Federal, foram realizadas ações com vistas ao aprimoramento da fiscalização do comércio exterior no combate às práticas ilegais. Destaque-se a implantação e operacionalização do Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros, o qual tem contribuído para aumentar o grau de eficácia na seleção e a efetividade da atuação da Receita Federal no combate às irregularidades nas operações de importação e exportação. Faz-se relevante destacar ainda o crescente aumento das apreensões, cujo valor total de 2013, R$1,68 bilhão, foi ultrapassado no ano de 2014, quando o valor total obtido das apreensões foi de R$1,80 bilhão. Quanto à fiscalização aduaneira em zona secundária, o total de créditos tributários lançados chegou a R$ 4,5 bilhões, resultado inferior ao mesmo período do ano passado (R$ 5,5 bilhões), embora tenham sido realizadas 2256 fiscalizações, contra 1585 realizadas no ano de 2013.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 40% as apreensões de mercadorias nos portos, aeroportos e pontos de fronteiras**

Análise Situacional da Meta

A meta estabelecida para 2013 foi de 20% de incremento em relação às apreensões de 2011, ou seja, de R$ 1,77 bilhão. A partir da realização de diversas operações especiais, o valor de apreensões obtido em 2013 foi de R$1,68 bilhão, atingindo-se 95% da meta anual de 2013

No primeiro semestre de 2014 o valor total das mercadorias apreendidas em operações de repressão ao contrabando e descaminho atingiu o montante de R$ 889 milhões. Tal volume de apreensões representa um incremento de 20,5% em relação às apreensões realizadas em 2011 (50% de R$ 1,475 bilhões).

A meta estabelecida para 2014 foi de 30% de incremento em relação às apreensões de 2011, ou seja, de R$ 1,92 bilhão. A partir da realização de diversas operações especiais, o valor de apreensões obtido em 2014 foi de R$1,80 bilhão, atingindo-se 93,7% da meta anual de 2014.

No acumulado de 2012 a 2014 o valor total das mercadorias apreendidas em operações de repressão ao contrabando e descaminho atingiu o montante de R$ 5,51 bilhões, que equivale a 103,5% da meta prevista para os 3 anos, R$ 5,32 bilhões.

Quantidade alcançada

93,7

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar em 40% o número de fiscalizações de zona secundária e, em igual percentual, o crédito tributário lançado**

Análise Situacional da Meta

Analisando os resultados do 1º semestre de 2014, houve o encerramento de 527 ações fiscais, o que representa um incremento de 29,8% em relação às ações encerradas em 2011, considerando que no primeiro semestre programa-se a realização de 40% da meta anual.

O total de crédito tributário lançado no 1º semestre de 2014 atingiu R$ 1,93 bilhões, o que representa um crescimento de 12,2% em relação ao valor lançado em igual período de 2011 (40% de R$ 4,3 bilhões)

Quantidade alançada no 1º semestre de 2014: 29,8% no número de ações fiscais e 12,2% no valor dos lançamentos.

Até o final do ano de 2014 foram lançados R$ 4.461.759.898,22, valor um 3% inferior ao lançado no ano de 2011. Com relação à meta de aumentar em 40% o número de fiscalizações de zona secundária, no ano de 2014 foram realizadas 2256 fiscalizações, quantidade superior em 79% à realizada em 2011.

Quantidade alcançada

79

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar o número de processos simultâneos de investigação de origem não preferencial de produtos importados**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, estiveram em curso 26 processos de investigação de origem na Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O mecanismo de falsa declaração de origem teve sua primeira investigação concluída em 2011. Concluíram-se 29 investigações de origem não preferencial, sendo seis em 2011, nove em 2012, oito em 2013 e seis em 2014. O universo de produtos investigados inclui ímãs de ferrite, escovas de cabelo, lápis de madeira, magnésio metálico, calçados, cadeados, malhas de viscose e ácido cítrico. Apesar de relativamente novo, o mecanismo tem se mostrado eficaz na proteção da indústria contra práticas ilegais de comércio.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

- **Criar marco legal para instauração de processo administrativo de identificação, apuração e punição, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de práticas ilegais no comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

Cumpriu-se a meta com a publicação da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

- **Criar sistema informatizado necessário à atividade de identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

Não será criado sistema informatizado para a atividade de identificação, apuração e punição de práticas ilegais no comércio exterior. Em vez disso, está em desenvolvimento o Sistema DECOM Digital, que permitirá que os trâmites relativos aos processos administrativos de defesa comercial sejam feitos por via eletrônica. O mencionado sistema relaciona-se ao combate a práticas desleais (e não a práticas ilegais) no comércio exterior.

- **Implantar o Centro Nacional de Gestão de Risco Aduaneiro**

Análise Situacional da Meta

Meta atingida. O Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros já se encontra instalado no prédio do Ministério da Fazenda, na cidade do Rio de Janeiro e está totalmente operacional.

- **Implantar o Plano de Modernização e de Reestruturação das unidades aduaneiras**

Análise Situacional da Meta

No Projeto de Adequações algumas obras de reformas e ampliações já foram concluídas, outras estão em andamento e outras foram iniciadas ainda no segundo semestre de 2014. No Projeto de Unidade Modelo, foi abandonada a ideia se construir inicialmente cinco unidades modelo, passando a trabalhar com um projeto macro visando englobar todos os 34 pontos de fronteira, para definir o Projeto Básico com módulos interconectáveis, concentrando diversas edificações em função de suas atividades e fluxo de serviço, sendo a quantidade e tamanho dos módulos de acordo com a necessidade específica da Unidade.

A Minuta do Edital de Licitação do Projeto Básico dos Módulos, a ser implantado em cada unidade de fronteira para atender as necessidades e especificidades de cada localidade encontra-se em análise na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que se autorizado, será licitado para dar início ao Plano de Modernização das Unidades Aduaneiras das Fronteiras.

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014 foram iniciadas 45 investigações de defesa comercial, número 32% inferior ao alcançado em 2013. Nesse período, foram recebidas e analisadas 53 petições de investigação, número 26% inferior ao de 2013. Atualmente, estão em curso 56 investigações de dumping e uma de subsídios. Em se tratando de investigações de fraude de origem, foram concluídos seis procedimentos em 2014. Ainda em 2014 foram iniciados 24 novas investigações de origem, com previsão de conclusão ainda durante o primeiro semestre de 2015.

Com a publicação e a entrada em vigor do Decreto nº 8.058, de 2013, bem como o contínuo treinamento da equipe de investigadores, em 2014, houve redução dos prazos em todas as etapas das investigações. Em média, a análise das petições de investigação original ocorreu em 40 dias, as verificações in loco na indústria doméstica ocorreram em 35 dias, as determinações preliminares ocorreram em 118 dias e as determinações finais em 275 dias.

No que se refere às revisões de direitos antidumping em vigor, que têm procedimento diferenciado das investigações

originais, os prazos também foram reduzidos. Destaque-se que as verificações na indústria doméstica têm sido conduzidas antes do início dos procedimentos, a fim de evitar que possíveis inconsistências nos dados possam inviabilizar a investigação após seu início.

Cabe destacar também a consulta pública realizada com o objetivo de coletar sugestões da iniciativa privada para a atualização da legislação de medidas compensatórias, com regras mais precisas que possam neutralizar os efeitos negativos à indústria doméstica decorrentes de concessão de subsídios por governos estrangeiros aos seus exportadores.

No que concerne à orientação do setor produtivo nacional, destaca-se a contínua instrução da indústria doméstica na elaboração de petições e o auxílio prestado por meio do Comex Responde, canal direto do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) com o público externo.

Em 2015, prevê-se a publicação de regulamentações previstas no Decreto nº 8.058, de 2013, sobre revisão por alteração de circunstâncias, revisão para novo produtor ou exportador, restituição e redeterminação.

Além dos atos normativos supracitados, espera-se que a atualização do texto legal sobre investigações de subsídios, cuja minuta de decreto está em elaboração, seja discutido e aprovado no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

Ademais, prevê-se que esteja em funcionamento o Sistema DECOM Digital, cuja finalidade é a formação de autos digitais, nos quais as partes interessadas em investigações de defesa comercial deverão enviar apenas versões eletrônicas dos documentos e terão acesso online aos autos, garantindo maior celeridade e transparência aos procedimentos.

Metas 2012-2015

- **Reduzir de 8 para 6 meses o prazo para alcançar determinações preliminares nos casos em que seja necessário proteger a indústria doméstica de práticas comerciais desleais durante o período de investigação**

  Análise Situacional da Meta

  Desde a entrada em vigor do Decreto nº 8.058/2013, já foram iniciados 49 processos de defesa comercial sob seu amparo, dos quais 39 tiveram determinações preliminares publicadas. Registra-se que, para tais investigações iniciadas ao amparo do Decreto nº 8.058/2013, o prazo para a publicação da determinação preliminar foi, em média, de quatro meses. O prazo médio das determinações preliminares concluídas em 2013 ao amparo do Decreto 1.602/1995 foi de 12 meses. Contribuíram para a superação da meta a nova legislação (Decreto 8.058, de 2013), o aumento do número de investigadores e o seu contínuo treinamento. Na nova legislação foi estabelecida a obrigatoriedade das determinações preliminares, bem como a clara delimitação das fases probatória e de manifestações, além de uma linha do tempo precisa para todas as etapas da investigação. Com as novas regras, foram especificados todos os prazos que a autoridade investigadora e as partes interessadas devem observar ao longo de toda a investigação, inclusive as situações em que solicitações de extensão de prazos podem ser concedidas.

  Quantidade alcançada

  4

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Reduzir prazo médio das investigações de 15 para 12 meses**

  Análise Situacional da Meta

  Das investigações iniciadas sob a égide do Decreto nº 8.058/2013, quatro foram concluídas até a data de referência. Registra-se que, para tais investigações, o prazo para a publicação da determinação final foi, em média, de nove meses, superando com folga a meta para esse PPA.

  Quantidade alcançada

  9

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0806 - Simplificar, modernizar e harmonizar normas, procedimentos e exigências relativos às operações de comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Programa "Portal Único do Comércio Exterior" foi lançado oficialmente, em 23 de abril de 2014, com dois produtos (sistemas) em produção, a saber: O sistema de Visão Integrada (consulta processual integrada sobre declarações do comércio exterior) e o Portal Siscomex, que agrega em um único site os sistemas, legislação e notícias de comércio exterior de todos os órgãos governamentais intervenientes.

A fim de atender aos objetivos do programa Portal Único, foi editado o Decreto no 8.229/2014, de 23 de abril de 2014, que alterou o Decreto nº. 660, de 25 de setembro de 1992, que institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), e dispõe sobre o Portal Único de Comércio Exterior, criando uma Comissão Gestora responsável por sua governança. Em 17 de outubro de 2014, publicou-se a Portaria Interministerial nº 444 que aprovou o Regimento Interno da Comissão Gestora do SISCOMEX.

Os projetos constantes do Programa Portal Único obtiveram avanços importantes em consonância com o cronograma de trabalho. O Projeto Exportação concluiu o mapeamento de processos e legislação, situação atual e iniciou as discussões para a criação de uma nova sistemática de exportação. Projeto Plataforma e Anexação concluíram as fases de levantamento de requisitos e passaram a trabalhar na criação da especificação dos novos sistemas enquanto o Projeto Catálogo de Produtos encerrou a primeira etapa de pré-especificação.

Criou-se um novo Projeto dedicado à harmonização de dados, que consiste na coleta e análise de dados de formulários papel e eletrônicos solicitados por órgãos de governo com o objetivo de eliminar redundâncias e tornar o pacote de dados utilizados pelo governo brasileiro aderente aos modelos internacionais. Esse projeto tem por objetivo facilitar a integração dos sistemas de governo e a integração entre janelas únicas de diversos países tramitando protocolos de dados harmonizados com padrões internacionais.

No andamento dos trabalhos da criação de uma nova portaria que regulamente as normas de tratamento administrativo em conjugação ao trabalho do Programa Portal Único, surgiu a necessidade de tratar com prioridade a reformulação da regulamentação do Regime Aduaneiro Especial de Drawback. A partir de dois de setembro de 2014, com a edição da Portaria Conjunta RFB/SECEX nº 1.618, as empresas que utilizam a modalidade suspensão do regime aduaneiro especial de drawback podem substituir os insumos adquiridos por mercadorias equivalentes compradas sem o benefício para incorporação às exportações vinculadas ao regime. A atual norma elimina a obrigação de controles segregados de estoques físicos por parte das empresas beneficiárias e reduz custos de acesso aos mecanismos de desoneração tributária.

Metas 2012-2015

- **Consolidar a legislação de comércio exterior em um diploma central, no nível legal**

  Análise Situacional da Meta

  O Grupo Técnico Interministerial de Consolidação da Legislação de Comércio Exterior (GTIC) estabeleceu o cumprimento de seu mandado em duas etapas:

  i) Elaboração de projeto de norma em nível de lei. Desenvolveu-se, com apoio de consultores contratados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), uma proposta de medida provisória.

  ii) Na segunda etapa, o GTIC reunirá, em um só diploma legal, todas as normas que o exportador e o importador precisam conhecer para tomar decisão sobre a realização dos seus negócios. Aqui seria produzido, em nível de decreto, o Regulamento de Comércio Exterior. Esta etapa encontra-se em fase de elaboração.

  O Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) decidiu contemplar o tema da racionalização das normas de comércio exterior entre seus objetivos. Dessa forma, a proposta ganhou suporte na meta de "Simplificação do Comércio Exterior Brasileiro", que foi dividida em três fases: a) saneamento da legislação de comércio exterior; b) lastro para o Portal Único de Comércio Exterior; e c) segurança e transparência no comércio exterior.

  Ao todo, a proposta de medida provisória revoga seis leis e 13 decretos-leis, em razão de as suas normas não mais atenderem às necessidades de controles governamentais e dos operadores de comércio exterior, em face da evolução

quantitativa e qualitativa dessas operações, ou por aglutinação das suas normas vigentes nessa proposta de medida provisória, e ainda:

• Define em lei a competência da Camex para deliberar sobre matérias relativas ao comércio exterior e alterar as alíquotas do imposto de importação, observando os acordos internacionais;

• Identifica, segundo a natureza do produto ou da operação, os órgãos responsáveis por esses controles sobre o comércio exterior;

• Estabelece infrações às atividades de controle, autorização e fiscalização exercidas pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e cria o marco legal sobre o processo administrativo competente;

• Dispõe sobre as infrações e penalidades ao controle administrativo exercido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (MAPA);

• Adequa a base de cálculo do PIS/Pasep-importação e da Cofins-importação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) (RE 559.937);

• Faz o Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966, passar a ser a norma guia do comércio exterior, agregando-se a essa norma, entre outras, as regras de exportação, as regras do controle administrativo, as regras do regime de tributação simplificada sobre remessas postais internacionais e a legislação sobre bagagem;

• Compatibiliza o prazo decadencial de que dispõe a Receita Federal (RFB) para realizar a revisão aduaneira com os prazos decadenciais previstos no Código Tributário Nacional, harmonizando-se, assim, com a legislação dos demais tributos internos;

• Determina que o termo inicial do prazo concedido para aplicação de regime aduaneiro especial passa a ser a data do desembaraço aduaneiro da mercadoria submetida e não a data do despacho concessório do regime, como é hoje;

• Declara não constituir fato gerador do Imposto de Importação a entrada no território aduaneiro de mercadoria à qual tenha sido aplicado o regime de exportação temporária (reimportação), ainda que descumprido o regime (adequação à decisão do STF e Resolução do Senado Federal no 436, de 1987);

• Inclui a intimação postal como forma de intimação no processo de perdimento, a exemplo do que ocorre no processo administrativo fiscal regido pelo Decreto no 70.235, de 1972, medidas em consonância com o rito célere próprio daquele tipo de processo;

• Desconcentra o despacho aduaneiro na zona primária de portos, aeroportos e pontos de fronteira alfandegados, potencializando-se a liberação de mercadorias com maior celeridade, sem a perda dos pertinentes controles aduaneiros;

•Cria um sistema integrado único para o controle das operações de comércio exterior.

Em relação à meta de criação de um sistema integrado único, a instituição do Portal Único de Comércio Exterior, por meio do Decreto 8.229, de 22 de abril de 2014, representa o primeiro passo para a operacionalização do sistema. O ato normativo constitui o marco legal necessário para a implementação da abordagem de guichê único (single window).

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução").

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver Sistema de Desempenho Logístico, no qual serão definidos indicadores qualitativos e quantitativos e ferramentas de auxílio à análise, para fins mensuração da efetividade e eficácia das operações de comércio exterior, antes e após a modernização e simplificação das normas e procedimentos**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi suspensa, por ter sido priorizada a implantação de outro sistema com alto impacto na racionalização e aperfeiçoamento da logística de fluxo informacional e de processos na exportação, importação e trânsito: o Portal Único do Comércio Exterior.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver sistema para a integração de sistemas de governo de gestão do comércio exterior e suas bases de dados, em uma abordagem de single window, considerando perfis pré-definidos de usuários, segundo o nível de risco, e uso obrigatório de certificação digital**

Análise Situacional da Meta

O Governo Federal lançou, no dia 23 de abril de 2014, o Programa "Portal Único de Comércio Exterior" que pretende atingir os seguintes objetivos estratégicos: i) integração dos sistemas de controle dos órgãos governamentais que atuam no comércio exterior; ii) otimização e simplificação da intervenção estatal nos fluxos logísticos internacionais; e iii) fortalecimento do comércio exterior e da competitividade exportadora do País. Além da integração dos sistemas atuais de controle fiscal, logístico, aduaneiro e administrativo e do agendamento de inspeções físicas de órgãos em um único momento, pretende-se, fundamentalmente, atingir a meta de redução do prazo médio para conclusão de operações de exportação, de 13 para 8 dias; e de 17 para 10 as operações de importação.

O programa é dividido em sete projetos: i) Projeto Plataforma do Portal Único do Comércio Exterior; ii) Projeto Novo Processo de Exportação; iii) Projeto Cadastro de Intervenientes; iv) Projeto Catálogo de Produtos; v) Projeto de Anexação Eletrônica de Documentos Digitais; vi) Projeto Novo Processo de Importação e vii) Projeto Harmonização de Dados.

O Projeto "Novo Processo de Exportação" é atualmente o eixo principal das mudanças que o Programa Portal Único pretende promover e compreende, fundamentalmente, as seguintes etapas básicas: i) mapeamento de processos, levantamento de dados e identificação de necessidades; ii) revisão de exigências, reengenharia de processos e harmonização de dados; iii) avaliação de impacto das novas soluções propostas; iv) pré-especificação do Sistema de Exportação; e v) entrada em produção pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO).

Os eventos mais significativos relacionados à condução das atividades desse projeto, durante o ano de 2014, foram os seguintes: i) levantamento dos atos normativos e de toda a legislação dos órgãos anuentes em operações de exportação; ii) modelagem de processos, macro levantamento de dados e identificação de necessidades dos órgãos de Governo com atribuições de controle nas operações de exportação (Modelagem AS IS); iii) apresentação de proposta preliminar de novo fluxo de exportação, elaborada por integrante do Projeto pertencente aos quadros técnicos da Secretaria da Receita Federal do Brasil; iv) lançamento do Portal Único de Comércio Exterior, no dia 23 de abril de 2014, e publicação do Decreto nº 8.229, de 22 de abril de 2014, que altera o Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992, que institui o Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), e dispõe sobre o Portal Único de Comércio Exterior; v) aprovação do Regimento Interno da Comissão Gestora do SISCOMEX com a publicação da Portaria Interministerial nº 444, de 17 de outubro de 2014.

As peças mais relevantes produzidas no período mencionado foram: i) identificação e mapeamento do macroprocesso de exportação; ii) modelagem dos procedimentos preliminares ao Registro de Exportação (RE), sob responsabilidade do Órgãos Anuentes; iii) modelagem do Tratamento Administrativo na Exportação, com o detalhamento das atividades sob a responsabilidade direta do exportador e iv) modelagem do Tratamento Aduaneiro na Exportação, com o detalhamento das atividades dos intervenientes no processo.

O Projeto Plataforma iniciou a especificação de uma nova versão do sistema Visão Integrada, franqueando o acesso ao sistema aos servidores de todos os órgãos intervenientes além de aumentar os filtros e os escopos das pesquisas disponíveis aos operadores de comércio exterior. O sistema Visão Integrada é uma importante ferramenta de garantia de previsibilidade nos processos de comércio exterior.

O Projeto Anexação de Documentos Digitais, no primeiro semestre de 2014, concluiu o trabalho de levantamento de requisitos do sistema junto ao SERPRO. A implantação do sistema, prevista para o segundo semestre de 2014, foi finalizada em 15 dezembro de 2014.

O Projeto Catálogo de Produtos finalizou, no primeiro semestre de 2014, a especificação da primeira etapa do Cadastro de Atributos e iniciou a especificação do Catálogo de Produtos. Os sistemas têm previsão de entrega no primeiro

semestre de 2015.

O novo Projeto Harmonização de Dados foi formalizado no primeiro semestre de 2014 e, com o intuito de iniciar a análise, iniciou a coleta dos dados que todos os órgãos intervenientes no comércio exterior solicitam aos operadores.

De acordo com o cronograma estabelecido, importantes avanços já foram realizados, destacando-se:

-Lançamento oficial do Programa Portal Único de Comércio Exterior;

-Publicação do Decreto nº 8.229/2014;

-Lançamento do Sistema Visão Integrada de Comércio Exterior;

-Lançamento do novo Portal Siscomex;

-Criação do Projeto Harmonização de Dados;

-Aprovação do Regimento Interno da Comissão Gestora do SISCOMEX;

-Publicação da Portaria Interministerial nº 444/ 2014;

-Publicação da Portaria Conjunta RFB/SECEX nº 1.618/2014;

-Lançamento do sistema de anexação eletrônica de documentos;

-Lançamento do sistema Drawback Integrado Isenção.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar, em cooperação com os órgãos anuentes no comércio exterior e considerando-se as premissas da OMC sobre Facilitação de Comércio, atos normativos infralegais do Executivo destinados a inovar, modernizar, simplificar e harmonizar os procedimentos administrativos e exigências de controle incidentes sobre as operações de comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

A Secex/MDIC reformulou a regulamentação do Regime Aduaneiro Especial de Drawback sob sua alçada, com a incorporação de sugestões provenientes do setor privado, recebidas em pesquisa divulgada no sítio do Ministério, para a regulamentação das normas de tratamento administrativo das exportações, importações e drawback.

Com a edição da Portaria Conjunta RFB/SECEX nº 1.618, em dois de setembro de 2014, as empresas que utilizam a modalidade suspensão do regime aduaneiro especial de drawback podem substituir os insumos adquiridos por mercadorias equivalentes compradas sem o benefício para incorporação às exportações vinculadas ao regime. A permissão elimina a obrigação de controles segregados de estoques físicos e reduz custos de acesso aos mecanismos de desoneração tributária. A medida visa facilitar o uso do regime de drawback sem alterar o controle e a fiscalização do benefício fiscal. Trata-se, após consulta e intenso diálogo com as empresas beneficiárias, da reforma do regime de drawback.

No âmbito do Programa Portal Único de Comércio Exterior, está em curso a revisão de processos das operações de importação e exportação. Assim que concluída a revisão dos processos, será feito levantamento para identificar as alterações normativas necessárias. Por garantir um comando político de alto nível, a nova Comissão Gestora do Siscomex, formada por órgãos do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), tem papel importante na articulação com os órgãos e entidades da Administração Pública intervenientes no comércio exterior para que as regulamentações por eles emitidas sejam executadas por meio do Siscomex

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Sobre a iniciativa de disponibilização de alternativas de garantias para o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), a Resolução nº 21, de quatro de abril de 2012, da Câmara de Comércio Exterior (Camex) autorizou o Banco do Brasil – agente da União para o Proex – a aceitar outras garantias admitidas em lei, inclusive quando apresentadas pelo próprio exportador. Com isso, empresas com faturamento de até R$ 3,6 milhões, em operações de até US$ 50 mil, poderão obter financiamento do Proex com as mesmas garantias que são aceitas para operações no mercado interno, como bens móveis e imóveis, fundos garantidores, mecanismos de autoliquidez e aval/fiança de pessoa física. Até o momento, contudo, o Banco do Brasil não concluiu a adequação de seu sistema para comportar essa mudança nos normativos do Programa. Cabe mencionar, sobre a mesma iniciativa, que a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S/A (ABGF), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda instituída pelo Decreto n° 7.976, de 1º de abril de 2013, entrou em efetivo funcionamento. A nova agência passou, no dia 1º de julho de 2014, a executar os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação – SCE, coberto pelo Fundo de Garantia às Exportações – FGE, depois de ser contratada para essa finalidade em substituição à Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação S/A – SBCE. Destaca-se que a Lei n° 12.712, de 2012, autorizou a União a contratar a agência.

Destaca-se, ainda, que o Conselho de Ministros da CAMEX aprovou, em outubro de 2014, Nota Técnica Atuarial sobre Risco de Curto Prazo Político e Extraordinário Não-Financeiro. Por meio desta, passou a ser regulamentada a cobertura do SCE/FGE contra risco político e extraordinário em operações de financiamento de até dois anos – como costuma ser o caso nas exportações de bens – a exportações para a África. Dessa forma, preenche-se uma importante lacuna no mercado de crédito a exportações, que dificultava a venda de bens para países de alto risco político e extraordinário, aos quais as seguradoras privadas são avessas. Destaca-se que o FGE seguirá sem cobrir, contudo, risco comercial em operações de curto prazo (exceto quando os exportadores se enquadrarem na categoria de micro, pequena ou média empresa), uma vez que seguradores privadas têm apetite por esse tipo de risco e podem, então, atuar em parceria com o fundo da União.

No que tange ao desempenho dos programas oficiais, somente no âmbito do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) e da CAMEX, entre janeiro e dezembro de 2014, foram aprovadas 44 operações, que poderão alavancar em torno de US$ 6,6 bilhões em exportações brasileiras, com o apoio do Proex-financiamento, do Proex-equalização, do FGE ou, ainda, destes dois últimos combinados. Os principais destinos das exportações apoiadas por esses instrumentos, no período, são: Angola, Equador, Estados Unidos, Gana, Guatemala, Paraguai e Tanzânia. Considerando-se todas as operações aprovadas do PROEX, nas alçadas do COFIG e do Banco do Brasil, verifica-se que, na modalidade financiamento, foram alavancados US$ 514,3 milhões em exportações, tendo sido desembolsados US$ 456,2 milhões; já na modalidade equalização de taxas de juros, um valor total de US$ 6,3 bilhões em exportações foi alavancado, no mesmo período, tendo sido, para tanto, emitidos títulos pelo Tesouro Nacional no valor US$ 286,8 milhões.

Quanto ao FGE, sua exposição no final de 2014 alcançou US$ 31 bilhões, dos quais US$ 19 bilhões referem-se a operações concretizadas e US$ 12 bilhões, a operações aprovadas. Em relação ao início do período plurianual, em janeiro de 2012, a exposição do fundo cresceu 36%, o que demonstra que o fundo vem se consolidando cada vez mais como um importante instrumento de apoio às exportações brasileiras.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 31 para 89 as empresas beneficiadas pelo PROEX Equalização**

  Análise Situacional da Meta

  Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, 54 empresas foram beneficiadas pelo PROEX-equalização. Houve, portanto, um crescimento de 74% desse indicador, tomando-se o ano de 2010, quando 31 empresas foram atendidas, como base.

  Destaca-se que, em 2012, 38 empresas foram atendidas pelo Programa. No ano seguinte, 14 novas empresas passaram a integrar a carteira de beneficiários do Programa. Já em 2014, 2 novas empresas foram atendidas pelo PROEX-equalização. Assim, em média, a cada ano 8 empresas entram no grupo de beneficiadas pela equalização de taxas de juros.

Mantida essa progressão, estima-se que o Programa poderá atingir 62 empresas no quadriênio, de modo que o atingimento da meta de 89 empresas mostra-se pouco factível.

Convém acrescentar que em 2014 a aprovação de novas operações do PROEX-equalização foi suspensa, tanto no âmbito do COFIG quanto na alçada do Banco do Brasil, devido ao esgotamento do orçamento disponível para o Programa ainda no mês de outubro. Por essa razão, menos empresas foram beneficiadas pelo Programa, o que compromete o atingimento da meta.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 35 para 100 as empresas beneficiadas pelo Fundo de Garantia à Exportação (FGE)**

Análise Situacional da Meta

A carteira de clientes do FGE conta atualmente com 54 exportadores, de acordo com dados da ABGF, sendo que, no ano de 2014, apenas uma nova empresa foi atendida pelo produto. Esse quantitativo correspondia, em 2010, a 48 empresas, de modo que o crescimento da carteira de clientes do SCE/FGE foi de apenas 12,5% em quatro anos. Dessa forma, o atingimento da meta de 100 empresas beneficiadas pelo FGE aparenta ser pouco plausível. Fundamentalmente, isso se deve ao número restrito de empresas exportadoras que atuam em operações de prazo superior a dois anos, as quais, no período selecionado, foram as únicas elegíveis ao apoio do fundo. Além disso, considera-se que, nos anos de 2008 e 2009, por conta da crise financeira internacional de então, o número de empresas beneficiadas cresceu muito acima da média do período 2006-2014, indo de 29 para 46, o que possivelmente distorceu a definição da meta.

Por outro lado, em 2014 foram implementadas medidas que devem incrementar a utilização do FGE. Com efeito, o SCE/FGE para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) e para cobertura de risco político e extraordinário para operações de curto prazo foi disponibilizado, no final daquele ano, aos exportadores.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 371 para 1060 as empresas beneficiadas pelo PROEX Financiamento**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 205 empresas foram atendidas pelo PROEX-financiamento. Esse indicador foi majorado para 293 empresas em 2013 (crescimento de 43% em relação a 2012) e para 363 empresas em 2014 (crescimento de 24% em relação a 2013). Assim, embora tenha sido verificado um crescimento expressivo do indicador, o atingimento da meta de 1060 empresas mostra-se bastante infactível.

Contudo, com a entrada em operação do SCE destinado a operações de micro, pequenas e médias empresas e com o ajuste do sistema do Banco do Brasil para comportar operações envolvendo garantias reais, espera-se que mais empresas possam ser beneficiadas pelo programa. Isso porque, com ambas as inovações, o custo das garantias exigidas do exportador deverá decrescer substancialmente.

Quantidade alcançada

363

Data de Referência

31/12/2014

- **Pôr em operação o PROEX Financiamento à Produção Exportável**

Análise Situacional da Meta

Modalidade criada por meio da Resolução CAMEX n° 45, de 26 de agosto de 2009, o PROEX Financiamento à Produção Exportável (pré-embarque) ainda não está em operação, uma vez que está pendente a atualização dos normativos que regem o PROEX. Embora já tenha sido publicada a Resolução CAMEX n° 126, de 26 de dezembro de

2013, que disciplina aspectos comerciais do Programa, é necessário que o Conselho Monetário Nacional (CMN) redefina as condições financeiras do PROEX, inclusive na modalidade pré-embarque.

Destaca-se que, na referida resolução, deverá constar um anexo no qual ficarão estabelecidos os prazos máximos de financiamento, tanto para a modalidade equalização de taxas de juros quanto para a modalidade financiamento. Por essa razão, para que a minuta de resolução, já elaborada por grupo técnico constituído no âmbito do COFIG, seja submetida ao CMN, é necessária a publicação de decreto estabelecendo os prazos máximos e limites para a concessão de equalização de taxas de juros em financiamentos pré-embarque. A minuta do referido decreto encontra-se atualmente na Casa Civil da Presidência da República.

- **Pôr em operação o Seguro de Crédito à Exportação destinado às operações de micro, pequenas e médias empresas, com cobertura do Fundo de Garantia à Exportação (FGE)**

Análise Situacional da Meta

O SCE, com cobertura do FGE, para micro, pequenas e médias empresas, na modalidade pós-embarque, após a necessária regulamentação e desenvolvimento de sistema informatizado, foi disponibilizado, em dezembro de 2014, aos exportadores que o tomam diretamente, sem intermediário bancário. Está em fase final de ajustes o sistema mediante o qual o SCE/FGE para MPME poderá ser concedido via instituição financiadora.

No caso da modalidade pré-embarque do SCE/FGE para MPME, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) concluiu a análise do Certificado de Garantia de Cobertura. Para que o produto seja disponibilizado, é necessária a criação de um sistema informatizado, cujo desenvolvimento deverá ser iniciado tão logo sejam concluídos os ajustes no sistema da modalidade pós-embarque.

OBJETIVO: 0808 - Promover a difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação, mobilizando e capacitando gestores públicos, empresários e profissionais de comércio exterior, com a finalidade de aumentar e qualificar a base exportadora.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Dentre as diversas ações para a Promoção da Cultura Exportadora planejadas para o ano de 2014, destacam-se: a Implantação de cinco novos Núcleos Operacionais nas seguintes regiões: São Bento do Sul/Joinville – SC (FITEJ), Goiânia - GO (FAPEG), Rio de Janeiro – RJ (PUC Rio), São José do Rio Preto - SP e São José dos Campos-SP (ambos com a Fundação Vanzolini). As ações acima citadas foram realizadas e atualmente o Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX) conta com 37 (trinta e sete) Núcleos Operacionais em funcionamento.

Em 2014 foram distribuídas 19.100 unidades de material destinado à difusão da cultura exportadora, como apostilas do Programa Redeagentes, fôlderes, incluindo 3.100 DVDs e 1.200 CDs da série “Aprendendo a Exportar”. Os sítios da série Apendendo a Exportar (www.aprendendoaexportar.gov.br) receberam, no mesmo período, 630.001 visitas gerais por parte de 480.078 visitantes únicos. Elaboração do “Guia Básico para Exportação de Serviços”, lançado no Encontro Nacional de Comércio Exterior de Serviços (ENASERV) 2014, ocorrido em 30 de maio de 2014, que busca fomentar a exportação e a internacionalização das empresas do setor de serviços e intangíveis. No segundo semestre de 2014, foi elaborada metodologia apropriada para o setor de serviços com vistas a atualizar os Estudos de Oportunidades para Exportação de Serviços e Investimentos em Presença Comercial no Exterior, com o apoio dos Setores de Promoção Comercial (SECOM) do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e com as estatísticas do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (Siscoserv). Encontra-se em fase de conclusão o primeiro estudo sobre a Colômbia. No que se refere à Série Aprendendo a Exportar, que também consiste em uma das ações que integram a matriz de oferta no âmbito do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), foram realizadas as seguintes ações em 2014:

1) Elaboração e atualização de dados estatísticos do Portal de Negócios Brasil-África;

2) Atualização do conteúdo dos produtos da Série Aprendendo a Exportar com inclusão de novos temas e elaboração de

conteúdo para o Aprendendo a Exportar - versão 3; e

No que tange ao estabelecimento de parcerias com organismos internacionais de cooperação, no primeiro semestre de 2014, o grupo de estatística de comércio exterior do Mercosul não teve atividade. No segundo semestre, ocorreram reuniões para promover a revisão anual do manual de produção estatística de comércio exterior elaborado pelo grupo; recepcionar a volta do Paraguai, que estava suspenso; e promover as análises dos fluxos de comércio intrabloco. A Secretaria de Comércio Exterior (Secex) também mantém intercâmbio de dados com os países do Mercosul e mantém aberto ao público um sistema denominado AliceWeb Mercosul, onde é possível consultar os dados dos países membros. Foram realizadas reuniões com o setor privado e com órgãos gestores dos mecanismos de fomento ao comércio exterior de serviços (Programa de Financiamento às Exportações (Proex); adiantamento sobre contrato de câmbio e adiantamento sobre cambiais entregues (ACC/ACE); redução a zero da alíquota do Imposto de Renda para a promoção de serviços no exterior; Fundo de Garantia à Exportação (FGE), etc.) para identificação das razões da subutilização dos mecanismos de apoio ao comércio exterior de serviços, com vistas a estabelecer a estratégia de divulgação ou a promoção de ajustes nos normativos e a estruturar operações que propiciem alavancagem para oportunidades de exportação de bens e serviços.

A Secretaria de Comércio e Serviços (SCS/MDIC) lançou, no ENASERV 2014 pesquisa junto aos Exportadores e Potenciais Exportadores de Serviços e Intangíveis com vistas a conhecer o perfil das empresas exportadoras e com potencial para exportação, identificar as limitações dos mecanismos públicos de apoio ao comércio exterior para o setor de serviços, entraves no Brasil à exportação de serviços e obstáculos nos mercados externos. A despeito das diversas tentativas da SCS de sensibilizar as Associações representativas do setor privado, bem como as empresas que atualmente registram suas operações de exportação no Módulo Venda do Siscoserv, não foi possível obter uma amostra significativa de questionários respondidos (99 respostas num total de 27.500 empresas usuárias do Siscoserv). Neste sentido, não foi possível extrair informações precisas a partir dos questionários respondidos e por isso não houve divulgação dos resultados da pesquisa. Ainda no ENASERV, foi realizado o painel “Iniciativas para a Alavancagem da Exportação de Serviços”, no qual foi apresentado o diagnóstico dos mecanismos de apoio ao comércio exterior de serviços, com base nos dados do Siscoserv.

No que se refere à implementação do PNCE, destacam-se a execução de 213 atividades, a inclusão de uma nova Unidade da Federação (DF) e de um novo parceiro (INPI) e a ampliação das ofertas do MDIC. Quanto aos cursos e treinamentos do Projeto Redeagentes, destacam-se a realização de 29 treinamentos em todas as regiões do País.

No que se refere ao Projeto Primeira Exportação, em 2014 foi feita a avaliação do realizado pelo Projeto e estudos adicionais com objetivo de reformular a proposta metodológica. Além disso, para contribuir com essa avaliação, foram realizados contatos com servidores e instituições que participaram ativamente do Projeto.

No primeiro semestre de 2014 foi realizado o Encontro de Comércio Exterior (ENCOMEX) em Jaraguá do Sul-SC no dia cinco de junho com 627 participantes.

No que tange à atuação do Banco de Brasil, no desenvolvimento de cursos, treinamento e seminários na área de negócios internacionais que possibilitam conhecimento prático sobre comércio exterior e câmbio, ressalta-se que tal ação é executada pelas 16 Gerências Regionais de Apoio ao Comércio Exterior (Gecex), localizadas em diversas regiões do país, cobrindo 100% do território nacional. Os instrutores dos cursos são Educadores Corporativos do BB, formados e capacitados pela Diretoria Gestão de Pessoas com fundamentos pedagógicos baseados na orientação metodológica Construtivista. Com iniciativas próprias e ações conjuntas com entidades parceiras que atuam nas políticas voltadas para o setor, em 2014 foram capacitados em todo país 9.200 pessoas. O Programa de Capacitação em Negócios Internacionais do Banco do Brasil tem viés social, pois oferece uma capacitação de qualidade a um preço abaixo da média do mercado, beneficiando principalmente pequenos e médios empresários, assim como estudantes, que operam ou desejam operar com câmbio e comércio exterior, contribuindo para que suas operações sejam feitas de forma mais eficiente e segura. Também tem um viés econômico, pois capacitando as pessoas em câmbio e comércio exterior, o desempenho das empresas em seus negócios internacionais tende a ser maior e melhor, potencializando o crescimento das empresas, a eficiência em seus negócios, a ampliação de mercado, contribuindo para o crescimento econômico do país.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 50 o número de núcleos operacionais do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX)**

Análise Situacional da Meta

Considerando a abertura dos cinco Núcleos Operacionais, conforme informado na análise do objetivo, e o fechamento dos núcleos de Nova Friburgo - RJ (UERJ), Vale do Itajaí e do Oeste Catarinense - SC (CIN), o PEIEX conta hoje com 37 (trinta e sete) Núcleos Operacionais em funcionamento. Para o ano de 2015, diante da disponibilidade orçamentária do objetivo, priorizarmos a Renovação dos Convênios Vigentes.

Os dados abaixo refletem a situação atual do Projeto Extensão Industrial Exportadora (PEIEX), executado pela Apex Brasil, como se segue (Entidade e Núcleo Operacional):

1. FACCAT - Região do Paranhana, Encosta da Serra e Hortências - Taquara-RS;
2. FEEVALE- Vale dos Sinos do Rio Grande do Sul - Novo Hamburgo-RS;
3. FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA- Região Metropolitana de Curitiba – PR;
4. FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA- Região Metropolitana de Londrina – PR;
5. FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA- Região Metropolitana de Cascavel – PR;
6. FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA- Região Metropolitana de Maringá – PR;
7. Fundação Vanzolini- Região do Grande São Paulo – SP;
8. Fundação Vanzolini- Região do Grande Ribeirão Preto – SP;
9. Fundação Vanzolini- Região da Grande Campinas – SP;
10 .Fundação Vanzolini- Região de São José dos Campos – SP;
11. Fundação Vanzolini- Região de São José do Rio Preto – SP;
12. IEL/AL- Região Metropolitana de Maceió – AL;
13. IEL/BA- Portal do Sertão - Feira de Santana/BA;
14. IEL/MG- Centro-Oeste de Minas - Divinópolis-MG;
15. IEL/MG- Região Metropolitana Belo Horizonte;
16. IEL/MG- Sul de Minas Santa Rita do Sapucaí;
17. IEL/MG- Triângulo Mineiro Uberlândia;
18. IEL/MG- Vale do Aço -Ipatinga;
19. IEL/MG- Zona da Mata Juiz de Fora;
20. IEL/MG- Teófilo Otoni;
21. IEL/MG- São João Del Rei;
22. IEL/MG- Muriaé – MG;
23. URI- Erechim – RS;
24. IEL/RS – CIERGS - Região Metropolitana Porto Alegre – RS;
25. IEL/RS – CIERGS - Serra Gaúcha - Caxias do Sul – RS;
26. IEL/RS – CIERGS - Sul do Rio Grande do Sul - Pelotas – RS;
27 .IEL/SE- Região Metropolitana de Aracajú – SE;
28 .ITEP- Região Metropolitana de Recife – PE;
29. NUTEC- Região Metropolitana de Fortaleza – CE;
30. AIPD- Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul - Ijuí-RS;
31. UNISC- Região do vale do Rio Pardo e Região Central do Rio Grande Sul - Sta. Cruz do Sul-RS;
32. UNIVATES- Região do Vale do Taquari e Vale do Caí do Rio Grande do Sul - Lajeado-RS;
33. IBTI- Brasília – DF;
34. FIEPA- Núcleo Operacional de Belém-PA;
35. FAPEG – Núcleo Operacional Região Metropolitana de Goiânia – GO;
36. FITEJ – Núcleo Operacional Região São Bento do Sul e Joinville – SC; e

37 PUC-RJ - Núcleo Operacional Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RJ.
Quantidade alcançada

37
Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar e implementar, em conjunto com as Unidades da Federação, Mapas Estratégicos de Comércio Exterior**

Análise Situacional da Meta

Foram construídos 24 Mapas de Comércio Exterior, para as seguintes UFs: Alagoas / Amapá / Amazonas / Bahia / Ceará /Espírito Santo / Goiás / Maranhão / Mato Grosso / Mato Grosso do Sul / Minas Gerais / Pará / Paraná / Pernambuco / Piauí / Rio de Janeiro / Rio Grande do Norte / Rio Grande do Sul / Rondônia / Roraima / Santa Catarina / Sergipe / Tocantins / Distrito Federal. Foram planejadas e pactuadas entre diversos parceiros nacionais e locais ações e iniciativas, consolidadas em um único documento, alinhadas ao Plano Brasil Maior. A organização dos Mapas está sustentada sobre os seguintes eixos:

• Cultura exportadora

• Inteligência comercial e competitiva

• Ambiente de negócios

• Diversificação e qualificação da pauta exportadora

• Promoção comercial

Quantidade alcançada

24
Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar estudos sobre a vocação exportadora de todos os estados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram elaborados quatro estudos. Em 2013, foram realizados 10 estudos sobre vocação exportadora dos seguintes estados: AL, GO, MG, MT, RJ, RO, RR, RN, RS e SC. Considerando os seis estudos realizados em 2012, foram elaborados até o momento 20 estudos.
Quantidade alcançada

20
Data de Referência

31/12/2014

- **Implementar o Plano Nacional da Cultura Exportadora**

Análise Situacional da Meta

O PNCE procura organizar a oferta de ações cuja natureza e características possibilitem obter nos estados a difusão da cultura exportadora e a capacitação de gestores, empresários e profissionais de comércio exterior. Realizam-se ações de capacitação e treinamento sobre como exportar, sobre como utilizar as ferramentas destinadas ao apoio ao exportador, sobre barreiras técnicas à exportação e outras. Realizam-se palestras, feiras e encontros voltados para a temática do comércio exterior como, por exemplo, Seminário do Agronegócio para Exportação (AGROEX) e ENCOMEX.

No Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) para 2014, foram mapeadas 499 ações a serem executadas em 24 estados (AC; AL; AP; AM; BA; CE; ES; GO; MA; MT; MG; MS; PA; PR; PE; PI; RJ; RN; RS; RO; RR; SC; SE; TO), em parceira com 15 instituições (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Apex Brasil; Banco da Amazônia (Basa); Banco do Brasil; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); Caixa Econômica Federal (CEF); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Correios; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)). Até o dia 31/12/2014 foram realizadas 213 do total de 499 atividades previstas, correspondentes a 42,77% do total planejado. Foram canceladas 125 atividades e 161 atividades ainda estão pendentes de informação.

As principais atividades realizadas em 2014 pelo Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) são:

1) Realização de 213 atividades do total de 499 previstas no PNCE 2014;

2) Adesão do Distrito Federal ao PNCE;

3) Adesão do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI);

4) Ampliação das ofertas do MDIC, com a inclusão de ações desenvolvidas pelo Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX), Departamento de Negociações Internacionais (DEINT) e pela Secretaria de Comércio e Serviços, além das já oferecidas pelo Departamento de Estatística e Apoio à Exportação (DEAEX);

5) Início do desenvolvimento do sistema de gerenciamento e acompanhamento das ações do PNCE.

6) Início do planejamento do PNCE para 2015 com a elaboração da matriz de ofertas das 17 instituições participantes (ABDI, Apex-Brasil, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, BNDES, BRDE, CAIXA, Correios, CNI, Inmetro, INPI, MAPA, Ministério das Relações Exteriores (MRE), MDIC, Sebrae, Senac, e Suframa).

Quantidade alcançada

42,77

Data de Referência

31/12/2014

- **Lançar 6 Aprendendo a Exportar Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

A elaboração dos seis produtos multimídia “Aprendendo a Exportar Unidades da Federação” não será realizada. Está sendo avaliada a viabilidade de se elaborar Guias de Exportação Estaduais, sob a nova dinâmica que está sendo implementada por intermédio do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE). A evolução do assunto depende do interesse das Unidades da Federação a ser manifestada por intermédio dos seus pontos focais e, posteriormente, da disponibilidade operacional da Coordenação-Geral de Modernização e Informática (CGMI), bem como da viabilização de recursos financeiros e logísticos para realização do produto.

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução")

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Lançar o Aprendendo a Exportar para a África**

Análise Situacional da Meta

Concluída a elaboração do Portal de Negócios Brasil-África com a correspondente atualização mensal dos dados estatísticos que integram o produto. Originalmente, esse produto estava previsto como um produto da série Aprendendo a Exportar, mas, no decorrer dos trabalhos de desenvolvimento, optou-se pela construção de um portal denominado Portal de Negócios Brasil-África, realizado pela equipe do Aprendendo a Exportar. Apesar de concluído, o produto ainda não foi lançado.

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução")

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Lançar o Aprendendo a Exportar Versão 3**

Análise Situacional da Meta

A série Aprendendo a Exportar integra a matriz de oferta no âmbito do PNCE. Em 2013 iniciou-se a elaboração do conteúdo do “Aprendendo a Exportar- versão 3” com a solicitação da construção do referido sítio. Em 2014 não houve

disponibilidade operacional da CGMI para desenvolvimento e implementação do produto multimídia. A continuação da elaboração deste produto permanece dependendo da disponibilidade operacional da CGMI.

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução")

Quantidade alcançada

60

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar anualmente, no mínimo, 24 treinamentos de comércio exterior, incluindo aspectos operacionais, financeiros, creditícios e de acesso a mercados, com pelo menos 450 participantes, entre gestores públicos, empresários, estudantes e profissionais de comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizados 29 treinamentos, cursos e oficinas para 620 participantes com a seguinte distribuição:

• Etapa específica (fevereiro) do. Curso para Capacitação de Formadores do Programa Redeagentes.

• Etapa didático-pedagógica do Curso para Capacitação de Formadores do Programa Redeagentes(maio).

• Seis treinamentos para Agentes de Comércio Exterior nos seguintes locais: Belém-PA e Salvador-BA; Recife-PE; Rio de Janeiro-RJ; Boa Vista-RR e Natal-RN (realizado pelos Correios).

• 10 treinamentos em exportação para empresas de pequeno porte-Treinamento EPP em Serra-ES, Aracaju-SE, Rio de Janeiro-RJ, Belém-PA, Parnaíba-PI, Macapá-AP, Recife-PE e Cachoeiro do Itapemirim-ES; Maceió-AL e Natal-RN (realizado pelos Correios).

• Oito cursos básicos de exportação em Parnaíba-PI, Aracaju-SE, Jequié-BA, Belém-PA, Rio de Janeiro-RJ, Jaraguá do Sul-SC e Primavera do Leste-MT e ; e Passo Fundo-RS.

• Três oficinas sobre os Sistemas AliceWeb,Radar Comercial e Vitrine do Exportador em Niterói-RJ, Caxias do Sul-RS e Teresina-PI.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Uma das ações para promover o comércio exterior brasileiro em 2014 consistiu na distribuição de 4.200 exemplares da série Aprendendo a Exportar, em mídia física (1.142 CDs e 3.058 DVDs), em eventos de comércio exterior, balcões, treinamentos e cursos. O acesso a tal conteúdo também é disponibilizado por intermédio do sítio www.aprendendoaexportar.gov.br, que, no mesmo período, recebeu 630.001 visitas gerais por parte de 480.078 visitantes únicos.

O Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC) vem trabalhando na consolidação de um programa para fortalecer o fomento das exportações brasileiras de serviços, com a parceria da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil), do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de órgãos gestores de mecanismos de apoio ao comércio exterior brasileiro e entidades representativas do setor privado. Foi realizado, em 30 de maio de 2014, em São Paulo, o Encontro Nacional do Comércio Exterior de Serviços (ENASERV 2014). O evento, resultado de uma parceria da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) com o MDIC, reuniu mais de 450 pessoas, entre autoridades e empresários, para tratar do tema da exportação de serviços. A Secretaria de Comércio e Serviços (SCS/MDIC) estreitou, ainda, a parceria com o

Departamento de Promoção Comercial do Ministério das Relações Exteriores para o fomento ao comércio exterior de serviços e a internacionalização das empresas do setor.

Em 2014, com o objetivo de capacitar o setor empresarial para utilizar de maneira eficiente os instrumentos de Propriedade Industrial (PI) e proporcionar um melhor entendimento sobre sua importância no processo de inovação, fornecendo conhecimentos básicos sobre inovação, PI (Marcas, Patentes, Desenho Industrial, Indicação Geográfica, Software, Topografia de Circuitos Integrados) e gestão de ativos de PI, foram treinadas 215 pessoas em seis oficinas de competitividade para empresas exportadoras, nas unidades de atendimento da Apex-Brasil, em Caratinga/MG, Goiânia/GO, Maringá/PR, Londrina/PR, Lajeado/RS, Belém/PA. Vale também destacar que a cartilha "A Propriedade Intelectual e O Comércio Exterior - Conhecendo Oportunidades Para o Seu Negócio", produzida em parceria pelo INPI e APEX Brasil, continua sendo utilizada nos treinamentos realizados e está disponível para download no site dessas instituições.

A nova versão do Sistema de Registro de Operações de Promoção Comercial (SISPROM) foi implementada em julho de 2013. Em comparação com os dados da versão anterior do Sistema, o número de empresas cadastradas praticamente duplicou. Antes da implantação da nova versão, havia 323 empresas cadastradas. A partir de julho de 2013, com a implantação da nova versão do Sistema, a dezembro de 2014, 307 novas empresas aderiram, totalizando 630 empresas cadastradas no Sisprom.

Por sua vez, o número de registros efetivados no total do período foi de 4.355, contemplando-se os módulos Produto e Serviço. Para o cálculo da meta foi levado em consideração o período do lançamento da nova versão do Sistema até dezembro de 2014. Com a entrada em vigor da nova versão do SISPROM – V3, pode-se observar um incremento tanto no volume de Registros de Promoção, e consequentemente nos valores relacionados a esses, quanto na quantidade de empresas ativas no Sistema.

A instituição de mecanismo para investigação e resolução de barreiras comerciais às exportações brasileiras de bens, serviços e investimentos encontra-se em fase de desenvolvimento de um sistema informatizado que permita a interlocução com o setor privado bem como o levantamento, o processamento e o tratamento das eventuais barreiras às exportações brasileiras. Para tanto, previu-se a criação e organização dos processos (em forma digital, via internet), nos quais o impacto e a legitimidade de medidas tarifária e não tarifárias restritivas às exportações brasileiras serão analisados. Tal sistematização permitirá o controle e o acompanhamento dessas medidas não tarifárias tanto por parte do governo quanto do setor privado, ou seja, das partes interessadas envolvidas em determinado processo. O desenvolvimento do protótipo do sistema foi concluído e espera-se que a conclusão da primeira fase da entrega do sistema ocorra até o início do primeiro semestre de 2015. A partir da entrega da segunda fase, prevista para março de 2015, pretende-se que seja iniciado o cronograma para validação das medidas e de seus efeitos junto à iniciativa privada seja elaborado.

Entre os mecanismos de identificação, promoção, atração e divulgação das vantagens comparativas para atrair novos investimentos e promover o desenvolvimento da Amazônia Ocidental, destaca-se o dinamismo do Polo Industrial de Manaus (PIM), principal motor econômico da Amazônia Ocidental, onde se concentra o maior número de empresas do modelo Zona Franca de Manaus, o qual alcançou nos primeiros 11 meses de 2014:

- Faturamento da ordem de R$ 80,4 bilhões contra R$ 76,5 bilhões registrados no mesmo período de 2013 (crescimento de5,1%);
- Investimentos da ordem de US$ 10,63 bilhões, valor semelhante ao registrado ao longo de todo o ano de 2013, que foi de US$ 10,66 bilhões;
- Exportações de US$ 671,1 milhões contra US$ 805,0 milhões no mesmo período de 2013 (redução de 16,6%);
-Oferta de 118.485 postos de trabalho contra 130.220 registrados no mesmo período de 2013 (redução de 9,0%).

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 12.403 para 14.023 o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil**

  Análise Situacional da Meta

Essa meta refere-se à variação do número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil nos seus projetos. O objetivo deste indicador é permitir o acompanhamento da ampliação da base de empresas envolvidas e beneficiadas com os projetos da Agência.

Foi considerada como apoiada a empresa que participa dos projetos de promoção de exportações e investimentos da Apex-Brasil considerando o período acumulado do inicio do ano até o mês de apuração.

De Janeiro à Dezembro/2014, o número de empresas apoiadas pela Apex-Brasil foi de 10.786 empresas, atingindo 76,9% da meta estipulada no PPA.

Quantidade alcançada

10.786

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 14,76% para 16,67% a participação de empresas apoiadas pela Apex-Brasil na base exportadora brasileira**

Análise Situacional da Meta

Essa meta refere-se à participação das empresas exportadoras apoiadas pela Apex-Brasil no número total de empresas exportadoras brasileiras. O objetivo deste indicador é auxiliar na formulação de estratégias que aumentem cada vez mais a base de empresas exportadoras no país, servindo como indicativo de alto desempenho e competitividade nos mercados mundiais. Para fins de apuração foram considerados cada estabelecimento e cada pessoa física com exportações no período como uma empresa exportadora. O número de empresas exportadoras brasileiras apoiadas pela Apex-Brasil e o número total das empresas exportadoras brasileiras são apurados com base nos dados oficiais encaminhados pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e Secretaria de Comércio e Serviços (SCS) do MDIC. De Janeiro à Dezembro/2014, o número de empresas exportadoras brasileiras foi de 19.250. Nesse mesmo período, o número de empresas exportadoras apoiadas pela Apex-Brasil foi de 3.182, representando 16,53 % do total de exportadoras brasileiras, e 98,16 % da meta prevista no PPA para o ano de 2014.

Quantidade alcançada

16,53

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de US$ 39,58 bilhões para US$ 57,8 bilhões o valor exportado anualmente por empresas apoiadas pela Apex-Brasil**

Análise Situacional da Meta

Essa meta visa acompanhar a evolução das exportações das empresas participantes nos projetos da Apex-Brasil, nos produtos apoiados pela Agência. Também sinaliza o esforço finalístico da Agência no cumprimento de sua missão institucional. O indicador apura o valor das exportações de mercadorias das empresas apoiadas pela Apex-Brasil nos últimos 12 meses. A exportação de serviços não será considerada para efeitos desse indicador, até que a rastreabilidade de suas informações seja viabilizada no País. Considera-se a soma das exportações (US$ FOB), no período comparativo, dos produtos/empresas que participam dos projetos da Apex-Brasil, apurada pelos dados oficiais encaminhados pela SECEX e pela SCS, do MDIC. De Janeiro à Dezembro/2014, o resultado obtido deste indicador foi de US$62.0 bilhões, representando 107,3% da meta estipulada no PPA para o ano de 2014.

Quantidade alcançada

62

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar em 4 vezes a quantidade de empresas cadastradas no Sistema de Registro de Informações de Promoção (SISPROM), com equivalente aumento de registros de promoção, a partir da implementação da nova versão**

Análise Situacional da Meta

A nova versão do Sistema de Registro de Operações de Promoção Comercial (SISPROM) foi implementada em julho

de 2013. Em comparação com os dados da versão anterior do Sistema, o número de empresas cadastradas praticamente duplicou. Antes da implantação da nova versão, havia 323 empresas cadastradas. A partir de julho de 2013, com a implantação da nova versão do Sistema, a dezembro de 2014, 307 novas empresas aderiram, totalizando 630 empresas cadastradas no Sisprom.

Por sua vez, o número de registros efetivados no total do período foi de 4.355, contemplando-se os módulos Produto e Serviço. Para o cálculo da meta foi levado em consideração o período do lançamento da nova versão do Sistema até dezembro de 2014. Com a entrada em vigor da nova versão do SISPROM – V3, pode-se observar um incremento tanto no volume de Registros de Promoção, e consequentemente nos valores relacionados a esses, quanto na quantidade deempresas ativas no Sistema.

- **Criar mecanismo institucional de auxílio ao setor exportador nacional contra demandas externas excessivas (barreiras comerciais) e de negociação para a resolução de problemas enfrentados pelo exportador e pelo investidor brasileiros**

Análise Situacional da Meta

As barreiras comerciais ao setor exportador brasileiro impostas pelos parceiros comerciais do Brasil estão em processo de identificação. Esse processo denotou a necessidade de um sistema informatizado que permita a identificação e a interlocução com o setor privado. Para tanto, previu-se a criação e organização dos processos (em forma digital, via internet), nos quais o impacto e a legitimidade de medidas não tarifárias restritivas às exportações brasileiras serão analisados. Tal sistematização permitirá o controle e o acompanhamento dessas medidas não tarifárias tanto por parte do governo quanto do setor privado, ou seja, das partes interessadas envolvidas em determinado processo. A etapa de desenvolvimento do protótipo do sistema foi concluída e foi dado início ao desenvolvimento da ferramenta. Espera-se que a conclusão da primeira fase ocorra até o início do primeiro semestre de 2015. Pretende-se, ainda, que com a entrega da segunda fase do sistema, prevista para março de 2015, seja iniciado o cronograma para validação das medidas e de seus efeitos junto à iniciativa privada.

- **Elaborar a -Estratégia Nacional de Exportações-, que preveja os mercados e setores prioritários para a promoção comercial brasileira nos próximos anos, além de uma estratégia de atuação por mercado**

Análise Situacional da Meta

O trabalho desenvolvido no âmbito da Estratégia Nacional de Exportações é qualitativamente diferente do que ocorreu nos anos precedentes, nos quais, em conjunto com a APEX, apresentava-se uma lista de países prioritários, com a indicação de ações de médio e longo prazo para orientar esforços quanto às exportações. O novo processo surgiu de uma demanda de elaboração de um plano mais bem estruturado e com uma visão estratégica mais abrangente sobre o incentivo às exportações. Sua metodologia e priorização foram sendo modificadas ao longo do seu desenvolvimento.

Em dezembro de 2013, realizou-se uma análise comparativa de estratégias nacionais de exportação de países selecionados (Escócia, EUA, Reino Unido, Nova Zelândia, África do Sul), dos quais resgatou alguns aspectos comuns a esses planos que poderiam aperfeiçoar os planos que já existiam no País.

Em janeiro de 2014, com o objetivo de apresentar a proposta de método a ser trabalhada em um novo plano, reuniões de alinhamento ocorreram com os diversos representantes do MDIC e da APEX. Constituíram-se quatro grupos de trabalho, cada qual com um coordenador e relator, com o objetivo de propor minuta de texto para quatro blocos de assunto, a saber:

GT1: Reposicionamento da Imagem da Nação. Coordenador: APEX. Relator: ASTEC/SE. GT2: Revisão das Políticas Públicas. Coordenador: SECEX/MDIC. Relator: ASTEC/SE. GT3: Criação de novas ferramentas. Coordenador: SE/CAMEX. Relator: ASTEC/SE. GT4: “Ambiente Internacional” e “Brasil no Contexto Internacional”. Coordenador: Assessoria Internacional (ASINT/MDIC). Relator: ASTEC/SE.

As minutas produzidas por esses grupos foram entregues em fevereiro. No primeiro momento, foram apresentados e discutidos artigos acadêmicos que tratam de temas relacionados à diplomacia comercial, política comercial e variáveis que impactam o comércio exterior. Posteriormente, já no fim de 2014, realizou-se uma análise quantitativa das importações mundiais e das exportações brasileiras, a fim de identificar possíveis oportunidades para o Brasil. Foi

analisado, inicialmente, o desempenho das importações mundiais, dos continentes e dos países, tanto em termos agregados quanto por grupos de produtos (manufaturados, produtos agropecuários e combustíveis e produtos minerais). Examinou-se, da mesma forma, o desempenho das exportações brasileiras e, a partir dessas informações, calculou-se o "market share" das exportações brasileiras, agregado e por setores, em relação ao mundo, aos continentes e aos outros países.

Por fim, foi construída uma adaptação da Matriz BCG, que é uma ferramenta utilizada no marketing para identificar oportunidades de mercado. Para isso, a taxa de crescimento das importações, o "market-share" e o valor importado, de todos os países que possuíam os dados, foram relacionados em um gráfico com o intuito de verificar possíveis mercados prioritários. Essa última etapa do trabalho foi finalizada em dezembro de 2014.

OBJETIVO: 0816 - Ampliar o acesso das exportações brasileiras a mercados prioritários por meio de novos acordos comerciais e da administração dos acordos existentes.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito dos trabalhos relativos ao Detalhamento Brasileiro de Nomenclatura (DBN), em 2014 foram recebidas 14 solicitações, ora em análise.

Quanto aos trabalhos para aperfeiçoamento da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) e da Tarifa Externa Comum (TEC) no âmbito do Comitê Técnico nº 1 do Mercosul (CT-1), de "Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias", Em 2014, por falta de convocação por parte da Presidência Pro Tempore Venezuelana, não houve reuniões do Comitê no primeiro semestre, o que resultou em atraso dos trabalho dos Comitê. No segundo semestre, durante a Presidência Pro Tempore Argentina, foram organizadas três reuniões do CT-1. No total, foram recebidos em 2014, 55 pedidos de alteração da TEC. Dos pleitos analisados no âmbito do CT-1, logrou-se a confecção de projetos de resolução do Grupo Mercado Comum (GMC) e consequente alteração da TEC para dez casos. Apresenta-se como dificuldade para o bom andamento dos trabalhos no âmbito do CT-1 o difícil e moroso processo de construção de consenso para a tomada de decisões.

No que concerne à elaboração de proposta para a implantação da nomenclatura comum de serviços no âmbito do Mercosul, em 2014, os membros da SCS na Comissão da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (NBS) estão trabalhando na análise das propostas recebidas durante a consulta pública, o que contribuirá para a elaboração da versão 2.0 da NBS.

No que diz respeito aos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs), cujo objetivo principal é expandir e apoiar os investimentos nacionais a terceiros países, com foco inicial no continente africano, tal modelo de acordo já foi apresentado, com grande aceitação, para Angola, África do Sul, Moçambique Malaui, Argélia, Nigéria, Marrocos e Tunísia. Na América do Sul, foram feitas apresentações a Peru e Colômbia. Em 2015, pretende-se assinar os acordos já negociados com Malaui e Moçambique e, no primeiro semestre, obter mandato da CAMEX para negociação do ACFI com países da América do Sul.

A respeito da representação do Governo Federal nos foros de negociações de novos acordos e administração dos acordos existentes, foram enviados representantes aos seguintes eventos:

• No que tange às negociações entre Mercosul e União Europeia, em 2014, foram realizadas quatro reuniões entre os técnicas do Mercosul para a elaboração da oferta comum do bloco. Além dessas reuniões internas, foi realizada, em março de 2014, reunião em Bruxelas, entre os negociadores do Mercosul e da União Europeia para troca de informações sobre os parâmetros da negociação. O Mercosul aguarda sinalização do bloco europeu para que seja marcada a data para a troca de oferta entre os dois blocos.

• Reuniões e videoconferência com o Uruguai para negociações pontuais do acordo automotivo.

Mais detalhes estão na análise situacional da meta 'Garantir condições para a negociação do acordo de comércio do Brasil com a União Europeia, bem como para as demais negociações que possam surgir', deste objetivo. O Governo

Federal participou, ainda, de encontros bilaterais para administração de acordos existentes com:

• Argentina – Houve encontros para destravar o comércio bilateral e reuniões que culminaram na celebração de Protocolo Adicional ao ACE 14, que prorrogou, com algumas alterações, as condições e regras para o comércio automotivo entre o Brasil e a Argentina.

• Equador – Reunião no âmbito da Comissão de Monitoramento Bilateral do Comércio a fim de tratar de temas pontuais relacionados ao ACE no 59;

• Peru – Cooperação entre zonas francas como passo para inclusão no ACE no 58; encontro entre o Secretário de Comércio Exterior com o Vice Ministro de Comércio Exterior do Peru, com vista a um maior estreitamento das comerciais entre os dois países, além da aceleração dos cronogramas de desgravação do ACE 58 no que se refere a Brasil e Peru.

• África do Sul, Moçambique, Angola, Malaui e Nigéria – Reuniões bilaterais para negociação da adesão destes países ao Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs);

• Argélia, Marrocos e Tunísia – Reuniões bilaterais para apresentação a estes países do modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs);

• Colômbia – Reunião no âmbito da Comissão de Monitoramento Bilateral do Comércio e videoconferências para discussão sobre temas diversos com o governo colombiano, inclusive com o propósito de avançar com a negociação do Protocolo sobre o Comércio de Serviços no âmbito do ACE no 59;

• Mercosul - Participação nas três reuniões da Comissão de Comércio do Mercosul, realizadas em 2014 e nas duas reuniões do Grupo Mercado Comum.

Foi realizado estudo exploratório de oportunidades comerciais entre o Mercosul e ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental).

O Mercosul assinou um Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Eonômica com a República da Tunísia e um Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Economica com a República do Líbano.

Metas 2012-2015

- **Garantir condições para a negociação do acordo de comércio do Brasil com a União Europeia, bem como para as demais negociações que possam surgir**

  Análise Situacional da Meta

  A partir de novembro de 2013, iniciou-se no âmbito do Mercosul um processo de convergência das ofertas nacionais com o objetivo de consolidar uma oferta comum do Bloco. Em 2014, foram realizadas quatro reuniões técnicas de convergência no âmbito do Mercosul. Além das reuniões internas, foi realizada, em março de 2014, reunião em Bruxelas, entre os negociadores do Mercosul e da União Europeia para troca de informações sobre os parâmetros da negociação. Além de bens, estão sendo negociados serviços e investimentos e compras governamentais.

  A ampliação do acesso das exportações brasileiras a mercados está sendo atingida, entre outros, pela negociação de melhores condições nos seguintes acordos:

  • Argentina– Renegociação de protocolo adicional ao ACE 14 relativo ao comércio automotivo.

  • Uruguai - Reuniões e videoconferência para negociações pontuais do acordo automotivo.

OBJETIVO: 0817 - Promover a efetiva implantação e funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), integrando ações públicas e privadas, com vistas ao crescimento das exportações e ao equilibrado desenvolvimento econômico e social do país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O modelo de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) reitera o compromisso com a agenda nacional. Atualmente, após a desistência formal dos proponentes das ZPEs de João Pessoa (PB) e Rio Grande (RS), 22 ZPE encontram-se em diferentes fases pré-operacionais, distribuídas em dezoito estados brasileiros. Dentre elas, três estão mais adiantadas:

Senador Guiomard (AC), Pecém (CE), e Parnaíba (PI). Destacando-se que as duas primeiras receberam a autorização da Receita Federal do Brasil para funcionar (alfandegamento).

Vale ressaltar que a ZPE de Pecém foi inaugurada no dia 30 de agosto de 2013 e encontra-se em operação, inclusive com controle informatizado e movimentação diária de cargas. Essa ZPE está instalada inicialmente em uma área de 576 hectares, sendo a área total de 4.271,41 hectares, no município de São Gonçalo do Amarante (CE), no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), a cerca de 60 km de Fortaleza. O CIPP foi concebido para abrigar atividades diversas, tendo como infraestrutura e equipamentos: correia transportadora, porto, ferrovia, gasoduto, duas usinas termelétricas, energia convencional e possibilidades de utilização de formas alternativas (eólica e solar), refinaria, siderúrgica e atividades industriais relacionadas. A Área de Despacho Aduaneiro (ADA), porta de entrada da ZPE, fica aproximadamente a seis quilômetros do Porto.

Outro fato que merece registro é a inauguração da primeira etapa da ZPE de Parnaíba, no dia 28 de novembro de 2013. Na primeira etapa da obra foram investidos recursos da ordem de R$ 2 milhões, provenientes do Tesouro Estadual. Essa etapa consiste na sede do prédio administrativo, guarita para controle de entrada e saída de veículos leves e pesados e cerca perimetral.

No tocante ao marco legal referente ao regime, foi publicada a Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012, que altera a Lei nº 11.508/2007. A nova Lei, no seu artigo 22, dispõe sobre o prazo de caducidade das ZPE e estabelece competência para o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) decidir sobre pedidos de prorrogação dos prazos de caducidade previstos na legislação, além de prorrogar, para até 31/12/2015, o prazo para as ZPEs criadas até 13 de outubro de 1994 comprovarem as suas obras de implantação.

Nesse contexto, a Lei nº 12.865, de nove de outubro de 2013, alterou o prazo para comprovação do início das obras de implantação das ZPEs criadas a partir de 23 de julho de 2007, passando de 24 para 48 meses. Ainda com relação ao processo de aprimoramento do arcabouço jurídico e administrativo relativos ao funcionamento das ZPEs, ressalta-se que foram publicadas, em abril de 2013, três Resoluções do CZPE que tratam das responsabilidades das Administradoras das ZPEs; procedimentos para apresentação de propostas de criação de ZPE; alteração de requisitos, parâmetros básicos e roteiro para apresentação e avaliação técnica de projetos industriais nas ZPE; e procedimento para declarar a caducidade de ato que cria ZPE. Em dezembro de 2013, foram publicadas mais duas Resoluções: a primeira trata da alteração da Resolução ZPE nº 1/2010, que estabelece a orientação superior da política de ZPE; e a segunda trata da alteração das Resoluções CZPE nº 5/2009 e nº 8/2010, que dispõe sobre as atribuições e reponsabilidades dos Administradores de ZPE e estabelece o procedimento para declarar a caducidade de ato que cria a ZPE, respectivamente.

Além disso, em fevereiro e maio de 2014 foram publicadas duas Resoluções do CZPE que tratam, respectivamente, do Regimento Interno do Conselho Nacional das ZPEs e da publicação de Resolução do Conselho que aprova projeto industrial após a inscrição da empresa no CNPJ. Ademais, houve o acompanhamento das proposições legislativas que envolvem os temas afetos ao regime ZPE.

Vale destacar também as atividades desenvolvidas no que tange à análise da experiência internacional, as quais podem ser evidenciadas, principalmente, pelos trabalhos desenvolvidos com o Ministério da Estratégia e das Finanças da Coréia do Sul, por intermédio do Programa de Compartilhamento de Conhecimento (Knowledge Sharing Program – KSP), no sentido da análise, por parte de técnicos sul-coreanos, da experiência brasileira de ZPE, bem como das visitas técnicas realizadas àquele País, para conhecimento da experiência sul-coreana quanto ao tema. Da mesma forma, registre-se a participação em Colóquio, organizado pelo Governo chinês, acerca da Gestão de Zonas Econômicas Especiais para os Países de Língua Portuguesa.

Além das iniciativas acima descritas, ressalta-se a contratação de empresa de consultoria, selecionada por meio de pregão eletrônico, para a elaboração de estudo tributário aplicado às empresas instaladas em ZPE e outras modalidades de incentivos fiscais disponíveis para promover exportações. Sete setores industriais com potencial exportador, presentes em projetos e propostas já apresentados ao CZPE, foram selecionados: metalurgia, petróleo e combustíveis, eletrônicos, alimentos e bebidas, vestuário e calçados, metais e pedras preciosas e produtos de madeira.

O impacto tributário associado à operação sob o regime das ZPEs foi comparado com outros mecanismos de incentivo às

exportações, tais como o Regime Aduaneiro Especial de Drawback, o Regime Suspensivo para Empresa Preponderante Exportadora, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras (Recap), o Regime Aduaneiro de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (Recof), dentre outros. Seis tributos federais (II, IPI, PIS/Pasep, Cofins, IRPJ e AFRMM) e o ICMS tiveram os efeitos de sua incidência investigados nas operações de aquisição de insumos e bens de capital. O resultado é quantificado em cada um dos setores selecionados, segundo o mecanismo de tributação adotado pelo produtor-exportador. O detalhamento foi realizado nos estados da federação que possuem ZPEs aprovadas, revelando quais opções contribuem para maximizar a desoneração tributária da atividade exportadora.

Finalmente, com relação à,s medidas de apoio à implantação das ZPE, destaca-se a contratação, no âmbito do Projeto 914BRZ2019, firmado entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e a Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de consultor para a realização de planos de negócios de empresas administradoras de ZPEs selecionadas. As diretrizes dos estudos pretendidos foram estabelecidas no Edital nº 06/2014, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U) no dia 12 de fevereiro de 2014. Além disso, ressalta-se que a Secretaria-Executiva do Conselho das Zonas de Processamento de Exportação (SE/CZPE) continuará realizando reuniões com os Administradores das ZPEs e com órgãos e entidades envolvidos com o regime para promover e difundir os mecanismos já disponibilizados de apoio à competitividade das exportações do Brasil. Destaca-se, ainda, as ações prioritárias da SE/CZPE no tocante a atração de investimentos para as ZPEs do País.

Metas 2012-2015

- **Garantir condições para a implantação e operação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) já aprovadas pelo Conselho das ZPEs que tenham cumprido as exigências legais, técnicas e administrativas**
  Análise Situacional da Meta

  Conforme dispõem o §4º do inciso I do art. 2º e o art. 25 da Lei nº 11.508/2007, a SE/CZPE comprovou o início das obras de implantação das seguintes ZPE: Acre (AC), Ilhéus (BA), Pecém (CE), Bataguassu (MS), Suape (PE), Parnaíba (PI), Cáceres(MT) e Macaíba (RN). Já as ZPE de Rio Grande (RS), Imbituba (SC), Teófilo Otoni (MG) e Araguaína (TO) comprovaram o início de obras antes do advento da Lei nº 11.508/2007 (no âmbito do Decreto-Lei nº 2.542/1988). Contudo, os proponentes da ZPE de Rio Grande (RS) e da ZPE de João Pessoa (PB)apresentaram pedido de desistência da implantação das ZPEs naqueles Estados.

  As ZPEs de Barcarena(PA), Corumbá(MS), Fernandópolis(SP), Itaguaí(RJ), São Luís(MA), Uberaba(MG) e Vila Velha (ES) deverão comprovar o início de suas obras entre 2015 e 2016. Nesse contexto, registre-se que as ZPE de Boa Vista(RR), Barra dos Coqueiros(SE) e Aracruz(ES) solicitaram prorrogação do prazo legal para comprovação do início de suas obras, tendo em vista diversos problemas enfrentados pelas Administradoras daquelas ZPE. Desse modo, o CZPE prorrogou os referidos prazos em reunião realizada no dia quatro de dezembro de 2014,. Na oportunidade, o Conselho também ampliou o prazo para comprovação de conclusão de obras da ZPE de Cáceres (MT). As medidas foram publicadas no DOU, de 18 de dezembro de 2014, e integram as Resoluções CZPE n° 11 (ZPE de Aracruz); nº 12 (ZPE de Barra dos Coqueiros); nº 13 (ZPE de Boa Vista); e a nº 14 (ZPE de Cáceres). As citadas Resoluções, inclusive, estabeleceram uma nova sistemática de acompanhamento, por parte da SE/CZPE, da viabilidade e da execução das etapas de implantação das referidas ZPEs. Na mesma reunião, o Conselho autorizou ainda os Municípios de Fernandópolis e Uberaba a procederem à transferência para a iniciativa privada das ações das respectivas Administradoras, conforme Resoluções CZPE nº 10 e nº 15.

  Registre-se que em 2014 foram realizadas visitas técnicas a oito estados brasileiros (Acre, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Pará e São Paulo). Ademais, foram estabelecidos contatos com os Proponentes e Administradores de ZPE e mantidas cooperações técnicas e parcerias com órgãos e entidades envolvidos no processo de implantação das ZPEs.

  No tocante aos projetos industriais aprovados pelo CZPE, podemos citar: Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), Vale Pecém S.A., e White Martins Pecém Gases Industriais Ltda., a serem instalados na ZPE de Pecém; Amazon Polímeros Ind. Comércio Imp. e Exp. Ltda., Anawa Ind. de Alimentos Ltda., Uniart Ind. Comércio, Imp. e Exp. (razão

social alterada para Acreparquet Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda), e Superfruits Global Acre Importação e Exportação Ltda, a serem instalados na ZPE de Senador Guiomard; e DK Frutas e Concentrados do Nordeste Ltda., KTAFarma Indústria e Comércio, e Agrocera Piauí Ind.Com. Exp a serem implantados na ZPE de Parnaíba.

Todos os projetos citados atenderam ao requisito no que concerne à agregação de valor aos produtos primários já desenvolvidos na área de implantação de cada empreendimento, incentivando uma maior integração das ZPE com a economia local e regional, além de possibilitar o desenvolvimento econômico e social das respectivas regiões de influência.

Nesse sentido, vale ressaltar que as obras de implantação da CSP encontram-se em estágio avançado e as da Vale Pecém e da White Martins acompanham essa tendência . Informamos que as referidas empresas foram autorizadas a iniciar suas operações a partir da publicação dos atos da Receita Federal do Brasil (RFB), a saber:

-Cia Siderúrgica do Pecém – Ato Declaratório Executivo Nº 2, de 27 de agosto de 2013, retroativo a 1º de maio de 2013 (publicado no Diário Oficial da União- D.O.U nº 166, de 28/08/2013).

-Vale Pecém S.A - Ato Declaratório Executivo nº 3, de 27 de setembro de 2013 (publicado no D.O.U nº 189, de 30/09/2013).

-White Martins Pecém Gases Industriais Ltda - Ato Declaratório Executivo nº 1, de12 de setembro de 2014 (publicado no D.O.U nº 178, de 16/09/2014).

As demais empresas ainda não iniciaram suas obras de implantação.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

20/01/2015

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizados diversos aprimoramentos nos módulos do Siscomex administrados pela SECEX. No período foram implantadas 18 demandas evolutivas nos sistemas Drawback WEB – Integrado e Suspensão, Exportação WEB – Novoex, além de diversas outras correções e apurações especiais para ajustes nos sistemas. Esse é um trabalho inerente à gestão dos sistemas para garantir o seu correto funcionamento e permitir o acompanhamento da evolução e das inovações das operações de comércio exterior. São etapas constantes de manutenção e aprimoramento dos sistemas.

Além disso, foram continuados os projetos de novos sistemas, visando a implantação de ferramentas mais modernas e ágeis, com tecnologias acessíveis a um maior número de usuários. São os casos dos projetos de modernização do Siscomex Importação – Fase de Licenciamento (Projeto LI WEB) e de desenvolvimento do Siscomex Drawback Isenção WEB.

Em relação ao Siscomex Importação (Projeto LI Web), em 2014 foi iniciado o desenvolvimento do sistema pelo Serpro e já estamos em fase final de homologação dos módulos Importador e Anuente. É importante ressaltar que o lançamento desse novo sistema deverá implicar no desligamento automático do sistema atual. Por isso, a implantação deverá ser cercada de cuidados especiais, testes e período considerável de adaptação dos importadores e anuentes, a fim de não impactar na continuidade das operações de importação. Desta forma, a previsão de lançamento do sistema é para o primeiro semestre de 2015, precedido de período razoável de treinamento para anuentes e importadores. Já para o módulo de Tratamento Administrativo, foi iniciada a fase de documentação do sistema e definição do escopo do projeto. A previsão é para implantação também até o final do primeiro semestre de 2015.

O Drawback Isenção WEB é um novo sistema para a informatização de processo hoje cursado totalmente em papel.

Neste ano foram realizadas diversas etapas de homologação, com resultados bastante positivos. O lançamento do sistema para os usuários externos foi feito no dia 15/12/2014 e o seu funcionamento tem sido acompanhado de perto, com resultados satisfatórios.

Houve melhorias na gestão e atualização do conteúdo dos sistemas on-line AliceWeb e AliceWeb-Mercosul, a saber: a) Inclusão das variáveis de consulta “SH4” e “SH6” no módulo “Balança Comercial” no site ALICEWeb; b) Melhoria na segurança do sistema (banco de dados), seja quanto a questão de invasão de banco de dados, quanto a restrição de dados (perfis de acesso ao sistema), c) Inclusão de novos Blocos para pesquisas: "COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC)” e “ALIANÇA DO PACÍFICO", e d) Atualização do ALICEWeb-Mercosul passou a ser de dois em dois meses (mais rápida) devido à melhoria no processo de transferência de dados entre Brasil e UTECEM no Uruguai (Unidade Técnica de Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul).

Em 2011 o sistema Vitrine do Exportador foi reformulado e adotado outro critério para contagem de acessos. O novo método contabiliza o número de página visualizadas por mês. No período janeiro a dezembro de 2014, foram registradas 25.822 pesquisas por produtos e um total de 2.462 demandas de importadores às empresas brasileiras. Esse sistema ampliou o número de potenciais exportadores cadastrados em razão da parceria com o Ministério das Relações Exteriores de 238 potenciais para 2.650 até dezembro de 2014, sendo que 107 potenciais passaram a exportar.

O Portal Brasileiro de Comércio Exterior ainda está em processo de fusão com o BrasilGlobalNet, do Ministério de Relações Exteriores, para a migração e integração de todos os produtos para o novo site Guia de Comércio Exterior e Investimento Brasil Export. O processo finalizou a primeira fase com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na cerimônia de lançamento do Guia de Comércio Exterior e Investimento Brasil Export no dia 02/07/2014 . No segundo semestre de 2014 teve início a segunda fase do processo com o desenvolvimento de funcionalidades como o georreferenciamento, que está em fase de homologação. No período de julho a dezembro de 2014 o Brasil Export registrou 172.236 acessos com 564.536 visualizações de páginas.

No ano de 2013, com a Resolução Camex n. 78/2013 o sistema Comex Responde passou a ser o canal de comunicação brasileiro para dirimir dúvidas e acatar sugestões de comércio exterior integrando 23 órgãos intervenientes no tema. A resolução obedece critérios definidos no art. 11 da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, o qual diz: “O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível”. Não sendo possível conceder o acesso imediato, na forma disposta no caput, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 20 dias, observando as peculiaridades de cada consulta. Desta forma prazo de resposta não mais deverá atingir a meta anteriormente definida como dois dias úteis. O sistema integrou os 23 órgãos em junho de 2014 e atingiu a média de 2,99 dias para a resposta.

Em 2012, foram realizados seis seminários de operações de comércio exterior, em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, Porto Alegre e Curitiba. Em 2013, foram realizados mais seis seminários, em Brasília, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Em 2014, foram realizados sete seminários: em Brasília, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Florianópolis, em Porto Alegre, em Curitiba e em Recife.

Metas 2012-2015

- **Ampliar os serviços disponíveis do Fala Exportador no COMEX Responde, mantendo o padrão de qualidade, tempo médio de resposta de 2 dias úteis e índice de satisfação de 80%**

  Análise Situacional da Meta

  O sistema passou por um processo de reformulação para a integração dos órgãos intervenientes no comércio exterior.

  Os índices do sistema Comex Responde registrados no período de janeiro a dezembro de 2014 foram de: 2.485 consultas recebidas, provenientes de 49 países, de 27 Unidades da Federação e de 439 municípios brasileiros, com o tempo médio de resposta de três dias e 15 horas.

  A inclusão de novos prestadores no serviço “COMEX Responde” significa a ampliação do serviço para abranger novos órgãos anuentes do comércio exterior, integrantes da Administração Pública. Houve aumento significativo do número de parceiros que passaram a receber e, por conseguinte, esclarecer consultas do público por meio do "COMEX

Responde".

O aumento do número de órgãos participantes no sistema no ano de 2014 contribuiu para a diversificação dos temas e a eficiência na elaboração das respostas exaradas. As consultas recebidas no sistema substituíram o teor básico sobre comércio exterior por um teor mais específico, e o tempo médio de resposta diminuiu, o que indica o aumento na sua qualidade do serviço.

- **Aumentar em 20% o número de empresas brasileiras que utilizam o regime aduaneiro especial de drawback**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do período de vigência do PPA, diversas melhorias nos sistemas envolvidos com as operações de drawback, bem como simplificações de normas e de procedimentos, proporcionarão maior facilidade para o operador. A evolução do Siscomex Exportação Web, a modernização da plataforma do Drawback Suspensão e do Drawback Integrado e a implantação do Drawback Isenção Web visam integrar melhor as informações, aumentando a eficiência dos controles das operações, gerando maior segurança aos operadores. Com maior confiança no mecanismo, o incremento da participação de empresas é a consequência esperada. Além disso, tem sido feita uma intensa divulgação tanto do mecanismo como de seus procedimentos por meio dos seminários de comércio exterior para esclarecer os usuários atuais e alcançar outros potenciais usuários.

Até o momento, as estatísticas que se referem ao drawback na modalidade suspensão são as seguintes: 2011: 2.081 empresas; 2012: 1.957 empresas; 2013: 1.754 empresas; 2014: 1.604 empresas. Ressalta-se que o resultado não reflete a quantidade de CNPJ e sim o número de empresas, o que acaba por abranger, inclusive, as filiais. Ademais, para o ano de 2014, foram considerados os dados até o final de novembro.

Embora os dados observados até o momento demonstrem diminuição da quantidade prevista na meta, é importante destacar que, com o lançamento do sistema de drawback isenção web, espera-se que um novo contingente de empresas passe a utilizar o regime, em razão da diminuição dos custos de operacionalização e da simplificação dos procedimentos nesta modalidade.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Criar ambiente-usuário, disponibilizando ferramenta de Business Intelligence (BI) e de análise estatística de comércio exterior**

Análise Situacional da Meta

No mês de dezembro foi finalizada a entrega da primeira etapa do sistema BI SECEX, contemplando as informações disponíveis na base Alice. Os produtos gerados neste projeto ampliarão as análises que atualmente são executadas a partir de sistemas como ALICEWeb. Além disso, facilitará a criação de relatórios pelos próprios usuários consumidores destas informações. Para as próximas etapas está previsto a inserção de outras bases estatísticas internacionais.

- **Desenvolver o módulo Drawback Integrado Isenção Web, informatizando o processo de análise, concessão e controle das operações**

Análise Situacional da Meta

Trata-se de um novo sistema para a informatização de processo que até então era cursado totalmente em papel. Foram realizadas, no total, sete etapas de homologação do sistema, sendo uma em 2013 e as demais já em 2014, envolvendo as equipes do DECEX, da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e do Serpro. O sistema foi totalmente homologado em novembro de 2014 e foi lançado em produção em 15/12/2014. Os primeiros dias de funcionamento estão sendo acompanhados de perto, com monitoramento constante, e os resultados estão satisfatórios.

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução")

Quantidade alcançada

100
Data de Referência
31/12/2014

- **Desenvolver o módulo Licença de Importação WEB, a fim de facilitar o acesso, integrar e harmonizar o sistema com os demais módulos do SISCOMEX e dar maior agilidade às operações de importação**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014 foi iniciado o processo de desenvolvimento dos módulos Importador e Anuente do projeto LI WEB pelo Serpro. Foram realizadas três rodadas amplas de homologação, com resultados satisfatórios, e está prevista uma última fase ainda para janeiro de 2015. Para este projeto, é importante ressaltar que, após a homologação do sistema, será necessário disponibilizar prazo suficiente para que importadores e anuentes possam conhecer o novo sistema e adaptar seus processos para as novas rotinas com segurança, visando garantir que não haja solução de continuidade para os processos de importação. O lançamento dos novos sistemas determinará o desligamento do sistema anterior, não sendo possível adotar o paralelismo do antigo com o novo como solução de contingência. Por isso, o planejamento para a implantação prevê a finalização do processo para meados de 2015, caso não sejam detectados problemas na fase de treinamento dos usuários.

Para o módulo de Tratamento Administrativo, foram feitas gestões junto ao Serpro para a alocação de equipe específica para este projeto, tendo em vista a sobrecarga da equipe já existente em outras ações. Isso foi materializado e a construção da documentação de requisitos do sistema foi iniciada e está em fase de revisão.

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução").

Quantidade alcançada

80
Data de Referência
31/12/2014

- **Desenvolver o sistema Gerencial Drawback, que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento das operações e adoção de medidas de estímulo ao uso desse regime aduaneiro, possibilitando o crescimento das exportações brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Com o advento do Portal Único de Comércio Exterior, coordenado pela Secretaria de Comércio Exterior e pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a maior parte dos recursos disponíveis foi alocada para o Portal. Da mesma forma, o restante dos recursos escassos está voltado para a finalização e implantação dos demais projetos com previsão de lançamento para o final de 2014 ou início de 2015. Assim, esta meta continua realocada para período posterior, quando houver mais recursos disponíveis.

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução")

Quantidade alcançada

10
Data de Referência
31/12/2014

- **Desenvolver o sistema Gerencial Registro de Exportação (RE), que possibilitará a extração de dados necessários ao acompanhamento e adoção das políticas relativas ao crescimento das exportações brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Após ter sido suspenso em meados de 2013 por problemas na solução tecnológica aplicada no desenvolvimento, o projeto foi retomado no final do primeiro semestre de 2014, com a análise das alternativas apresentadas pelo SERPRO. Ficou decidido que a alternativa que geraria menos impactos, de prazos e custos, era dar continuidade ao que já havia sido desenvolvido, com algumas pequenas adaptações, tais como criação de dois novos filtros de busca e limitações de períodos de dados para os relatórios. Porém, ao iniciar os testes do sistema, ficou evidente que a solução implementada não atenderia às necessidades dos usuários, desde os órgãos de Governo até os usuários finais, os exportadores. Desta forma, o projeto foi cancelado, sem ônus para a SECEX, tendo em vista a existência de divergências durante o processo de definição da solução tecnológica. Outra solução poderá ser desenvolvida no âmbito do Portal Único de

Comércio Exterior.

(A unidade de medida desta meta é "percentual de execução")

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 48 seminários focados em operações de comércio exterior, sendo 24 internos e 24 externos**

Análise Situacional da Meta

Já foram realizados 19 seminários de operações de comércio exterior: três em Brasília, três em São Paulo, três no Rio de Janeiro, três em Porto Alegre, dois em Florianópolis, dois em Curitiba, um em Fortaleza, um em Recife e um em Belo Horizonte. A expectativa era pela realização de 12 seminários por ano de vigência do PPA. Porém, como se trata de um projeto novo, inicialmente foi preciso consolidar o formato ideal do evento e buscar parcerias, o que inviabilizou o cumprimento dessa meta no primeiro ano. Em 2013, as dificuldades giraram em torno de disponibilidade de equipe e de recursos financeiros. O início do programa Portal Único de Comércio Exterior, prioridade do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, também foi um dos fatores para que o número de seminários no ano fosse aquém do esperado. O ano de 2014 terminou com a realização de sete seminários, número significativo, considerando as limitações de calendário impostas pelo evento da Copa do Mundo no Brasil.

Diante do exposto, a avaliação é altamente positiva, com diversas manifestações de satisfação pelos resultados, tanto pelos parceiros locais, como pelo público. Mesmo estando abaixo da meta esperada, a disseminação das informações, esclarecimentos de dúvidas e orientações aos usuários tem se refletido no fluxo das operações de comércio exterior, tendo em vista que os operadores estão mais esclarecidos em relação aos procedimentos corretos que precisam ser cumpridos.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	26	quantidade/ano	3	31/12/2014
Região Nordeste	4	quantidade/ano	2	31/12/2014
Região Norte	1	quantidade/ano	0	31/12/2014
Região Sudeste	10	quantidade/ano	7	31/12/2014
Região Sul	7	quantidade/ano	7	31/12/2014

- **Reduzir de dez para cinco dias o prazo de atualização e disponibilização das publicações dos dados do comércio exterior brasileiro e das informações do Sistema AliceWeb**

Análise Situacional da Meta

A meta foi alcançada, com o site ALICEWeb atualizando entre três e quatro dias úteis após o final do mês.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Chegadas de turistas internacionais	milhão	31/12/2010	5,16	31/12/2013	5,8133
Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs)	milhão	31/12/2010	2,53	30/12/2014	3,1579
Índice de Competitividade do Turismo Nacional	pontos	31/12/2010	56	31/12/2014	59,5
Receita cambial gerada pelo turismo	US$ bilhão	31/12/2010	5,7	31/12/2014	6,914
Viagens realizadas no mercado doméstico	milhão	31/12/2010	186	31/12/2013	201,76

Observações:

Chegadas de turistas internacionais - Resultado referente a 2013, cf. 'Anuário Estatístico de Turismo - 2013', disponível em: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/anuario/
arquivo: Anuario_Estatistico_Turismo_2014_Ano_base_2013_Dez2014.xlsx
planilha: Brasil_1.1
célula: C7
Estoque de empregos formais nas Atividades Características do Turismo (ACTs) - Fonte: MTur
Dados extraídos do CAGED em 30/12/2014
Os dados da RAIS de 2014 tem previsão de divulgação para o segundo semestre.
Índice de Competitividade do Turismo Nacional - Resultado referente a 2014, cf. 'Índice de Competitividade do Turismo Nacional – Relatório Brasil 2014', disponível em http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/indice_Bra
Receita cambial gerada pelo turismo - Resultado acumulado no ano de 2014, cf. relatório 'Receita e despesa cambial turística'.
http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/receita_cambial/
Dados de 2014 fornecidos pelo MTUR
Viagens realizadas no mercado doméstico - Fonte: Estimativa MTur
Há previsão para divulgação dos dados de 2014 ao longo do ano de 2015, provavelmente em abril

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Entre janeiro e dezembro de 2014, celebraram-se contratos de repasse para destinos turísticos envolvendo implantação, melhoria e recuperação de infraestrutura turística. Os recursos envolvidos atenderam emendas parlamentares do orçamento impositivo, programação financeira deste órgão e medidas provisórias.

Para financiar o desenvolvimento do turismo nacional, o MTur articula permanentemente com Órgãos Governamentais e Instituições Financeiras Federais a melhoria das condições de acesso e a efetiva disponibilização de crédito às empresas ligadas ao turismo. O esforço de articulação promovido pela pasta contribuiu para o alcance da marca de R$ 11,9 bilhões desembolsados por conta das operações de financiamentos firmadas por Instituidções Financeiras Federais até o mês de novembro de 2014, sendo R$ 4,4 bilhões do Banco do Brasil, R$ 6,5 bilhões da Caixa Econômica Federal, R$ 0,6 bilhão do Banco do Nordeste e R$ 0,4 bilhão do Banco da Amazônia. Considerando o período de 2012 a outubro de 2014, os desembolsos alcançaram R$ 35,277 bilhões. No total desembolsado não constam os valores relativos ao BNDES a partir de novembro de 2013, não disponibilizados por aquele Banco por problemas operacionais.

Destinaram-se recursos para obras de infraestrutura turística que incluem: a) Centros de Eventos, Convenções, Culturais:

134 obras, no valor de R$ 70 milhões; b) Centros de Atendimento ou de informação aos Turistas: 16 unidades, no valor de R$ 5 milhões; c) Sinalização Turística: 24 obras, no valor de R$ 9 milhões; d) Portais e Pórticos: 72 obras, no valor de R$ 27 milhões; e) Infraestrutura Viária (pavimentações): 95 obras, no valor de R$ 49 milhões; f) Construção/Reforma de Praças: 210 obras, no valor de R$ 78 milhões; g) Construção/Reforma de Parques: 55 obras, no valor de R$ 25 milhões; h) Construção/Reforma de Orlas: 62 obras, no valor de R$ 41 milhões.

O Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo busca organizar intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística por meio de ações voltadas para o planejamento das regiões turísticas. No âmbito do Prodetur Nacional, foi dado continuidade ao apoio à realização de estudos, planos, projetos, bem como o fortalecimento institucional, além do investimento em infraestrutura turística e de apoio ao turismo. Em 2014 foram empenhados cerca de R$ 24,7 milhões para cinco ações de infraestrutura turística. Além disso, destaca-se a conclusão e aprovação de três Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS e o repasse de R$ 1,1 milhão para o andamento das ações.

As ações de qualificação deste Ministério estão sendo executadas pelo PRONATEC TURISMO. O Programa, até o mês de novembro de 2014, matriculou 180.561 alunos e obteve 105.214 concluintes (dezembro/2014). Em 2012 foram realizadas 51.120 matrículas e 35.454 concluintes. Em 2013 foram realizadas 73.845 matrículas e 48.216 concluintes. Até o presente momento de 2014 foram realizadas 44.314 matrículas e 19.646 concluintes. Além disso, simultaneamente, o MTur trabalha na concepção de uma Política Nacional de Qualificação Profissional do Turismo, com intuito de repensar o turismo enquanto ferramenta de desenvolvimento do País, elevando a competitividade mediante a qualificação profissional, com a valorização dos trabalhadores do setor.

Desde 2008, o Ministério do Turismo e o Ministério do Meio Ambiente são parceiros no Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, na Campanha Passaporte Verde no Brasil. A Campanha 2014 reuniu 60 roteiros Passaporte Verde nas doze cidades-sede da Copa, oferecendo ao turista a oportunidade de comentar e compartilhar suas experiências durante e depois do Mundial.

Em dezembro, foi lançado o Plano de Marketing Turístico – Experiências do Brasil (2014-2018). Três objetivos principais norteiam o planejamento: ampliar e diversificar o consumo turístico no mercado nacional, incrementar a qualidade e a competitividade dos produtos e destinos além de implementar mecanismos efetivos para a cooperação público-privada.

No âmbito da regionalização, em 2014, os esforços foram direcionados para a construção da Matriz Diagnóstica, bem como do Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo. Esse Sistema consolidará os dados do Mapa do Turismo, os dados levantados pela Matriz, assim como, os relacionados à rede formada pelo Programa, que contempla gestores públicos municipais, regionais e estaduais. O Sistema será, ainda, uma ferramenta de gestão estratégica e de monitoramento do Programa.

Quanto aos cadastramentos, o MTur tornou o Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas que atuam no Setor do Turismo (Cadastur), mais simples e inclusivo. As novas regras permitem que os microempreendedores individuais façam parte do cadastro de prestadores de serviço do setor em qualquer atividade. O Ministério do Turismo deu continuidade ao processo de desenvolvimento da atividade, por meio da Portaria MTur nº312/2013, que estabelece requisitos para o exercício da atividade de guias de turismo.

O Ministério do Turismo e o Sebrae lançaram o guia Boas Práticas em Turismo que reúne casos de sucesso em inovação na gestão do turismo, selecionados em pesquisa realizada em 65 destinos.

O Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass) classifica sete tipos de meios de hospedagem: hotel, resort, flat, pousada, hotel fazenda, hotel histórico e cama & café. Em 2014, o Ministério assinou o acordo de cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que atuou principalmente na promoção e disseminação do sistema. Atualmente, há 58 meios de hospedagem classificados e divulgados por meio do sitio eletrônico institucional.

O Sistema Nacional de Registro de Hóspedes – SNRHos é o sistema criado pelo Ministério do Turismo – MTur , para informatizar a Ficha Nacional de Registro de Hóspedes – FNRH, facilitando o envio, pelos meios de hospedagem, das

informações exigidas pela Lei 11.771/2008 e Decreto 7.381/2010. Essa ferramenta permite que o governo federal realize o tratamento dessas informações identificando o perfil do turista e as taxas de ocupação hoteleira de cada região, possibilitando a melhoria da elaboração de políticas públicas direcionadas ao setor turístico. Atualmente, o projeto se encontra em fase de manutenção, sem expressivos investimentos. Durante o ano de 2014, 1.808 meios de hospedagens distribuídos em 452 municípios utilizaram o sistema, totalizando cerca de 14,30 milhões de Fichas Nacionais de Registro de Hóspedes.

Metas 2012-2015

- **Cadastrar 33.852 prestadores de serviços turísticos**

Análise Situacional da Meta

Com a realização da Copa do Mundo de 2014, o cadastro dos prestadores de serviços turísticos apresentou um aumento significativo nos registros efetuados no CADASTUR. Durante o ano, foram efetuados 11.445 novos cadastros e, atualmente, o CADASTUR conta com 52.850 prestadores regularmente cadastrados. O sucesso dessa iniciativa também se deve à publicação das Portarias nº 197, de 31 de julho de 2013 e nº 311, de três de dezembro de 2013, que disciplinam e desburocratizam o processo, com o intuito de alcançar um número maior de empreendimentos e equipamentos turísticos. Com o somatório de 2012 a 2014, ultrapassamos as expectativas da meta em 24,22%.

Quantidade alcançada

42.051

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5.876	unidade	5.795	31/12/2014
Região Nordeste	5.020	unidade	8.263	31/12/2014
Região Norte	1.536	unidade	2.254	31/12/2014
Região Sudeste	14.615	unidade	18.143	31/12/2014
Região Sul	6.805	unidade	7.597	31/12/2014

- **Classificar 2.000 empreendimentos turísticos**

Análise Situacional da Meta

Pelo Sistema Nacional de Classificação dos Meios de Hospedagem (SBClass), foram classificados 21 empreendimentos turísticos em 2012, 28 em 2013, e nove em 2014, totalizando 58 classificações no período de 2012 a 2014.

Com o intuito de sensibilizar os meios de hospedagem, em 2014, o Ministério assinou o acordo de cooperação com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que atuou principalmente na promoção e disseminação do sistema. Por meio desta ação foram sensibilizados aproximadamente 60 empreendimentos, com vistas à classificação prevista para ser realizada no ano de 2015.

Apesar de ter sido desenvolvido com o apoio da maioria das entidades representativas do setor, o SBClass tem se revelado um processo lento de adesões por parte dos meios de hospedagem. Mesmo sendo de caráter voluntário, a grande maioria dos meios de hospedagem, optaram por não aderir ao sistema. Alguns outros fatores vêm sendo identificados como limitadores das adesões:

i) O SBClass é um sistema pago ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), pelos custos da auditoria;

ii) Ainda não há um reconhecimento dos meios de hospedagem sobre os benefícios em se classificar;

iii) Ainda não foi realizada campanha de sensibilização para os meios de hospedagem, bem como para os turistas;

iv) Muitos empresários não se dispõem a dedicar tempo suficiente para seguir o passo-a-passo do sistema;

v) O SBClass foi desenvolvido com foco, principalmente, nos meios de hospedagem independentes, ou seja, que não são associados às grandes redes hoteleiras, que já possuem padrões próprios e clientela própria e, portanto, não têm interesse em aderir ao SBClass.

Em face das razões apresentadas, o MTur vem promovendo reavaliações estratégicas quanto ao arranjo institucional e ao próprio modelo atual do Sistema Brasileiro de Classificação – SBClass. Por esse motivo, os avanços necessários ao aprimoramento da ferramenta, como a simplificação do sistema e a adesão gratuita, ainda são inviáveis, resultando numa manutenção técnica sem grandes avanços, nos últimos meses e, consequente, dificuldade no alcance da meta proposta.

Quantidade alcançada

58

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	595	unidade	6	31/12/2014
Região Nordeste	523	unidade	20	31/12/2014
Região Norte	163	unidade	3	31/12/2014
Região Sudeste	450	unidade	18	31/12/2014
Região Sul	269	unidade	11	31/12/2014

- **Qualificar 186.750 gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo**

Análise Situacional da Meta

A composição das metas de qualificação para os objetivos do PPA 2012/2015 foram planejadas à luz do Programa Bem Receber Copa, concebido com a estimativa de qualificar 306 mil profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo. Sendo assim, as ações iniciadas a partir de 2011 seriam contabilizadas ao longo do PPA no âmbito dos 53 convênios celebrados. Neste contexto, o alcance da meta restou prejudicado em decorrência da suspensão dos repasses de recursos e da interrupção da execução dos convênios celebrados com entidades privadas sem fins lucrativos por força do Decreto nº 7.592, de 28/10/2011. Após análises, pelo MTur, dos 51 instrumentos, apenas um foi considerado apto a retomar a execução. Os demais foram acionados a restituir, integral ou parcialmente, os recursos recebidos, ou foram encaminhados com indicação de instauração de TCE. Assim, somente os convênios celebrados com a Prefeitura de Santos, Secretaria Estadual de Turismo de Mato Grosso, Secretaria Municipal de Turismo de Boa Vista, Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer do Acre e Secretaria de Estado de Turismo do Rio Grande do Norte não foram suspensos. No entanto, desses cinco instrumentos, apenas nos convênios com Santos, Mato Grosso e Rio Grande do Norte foram executados os cursos de qualificação destinados aos gestores e profissionais da cadeia produtiva do turismo no ano de 2012/2013, perfazendo 1.042 qualificações. Não obstante, o MTur realinhou as ações de qualificação profissional e empresarial e inseriu novo modelo de execução, o PRONATEC Turismo, estabelecendo novas regras e critérios para formalização de instrumentos de transferência voluntária de recursos para apoiar as ações complementares ao PRONATEC Turismo. Ademais, em observância às recomendações do TCU, exaradas no Ac. Nº 6.395/2012-2ª Câm., publicado em 10/09/2012, proferido nos autos do processo nº TC-006.757/2012-0, quanto ao item 1.7.1.3 – adoção de metodologia única para os cursos complementares ao PRONATEC Turismo, com conteúdo básico pré-definido, esta Pasta adotou uma série de medidas para alinhar a execução dos 18 convênios celebrados em 2012 (com a previsão de atender 20 mil profissionais) às determinações do Tribunal e prognosticou cenários que se mostraram inviáveis. Dessa forma, verificou-se que a única forma de alinhar as ações de qualificação às demandas do Acórdão seria assumir parte da execução prevista nos convênios celebrados em 2012, a fim de evitar dispêndios em ações similares, bem como padronizar a metodologia, os conteúdos mínimos, os planos de curso e o material didático. Para tanto, iniciaram-se os procedimentos licitatórios, com a elaboração de Projeto Básico com objetivo de contratar uma instituição de ensino renomada, pública ou privada, com expertise na área de qualificação e turismo para a elaboração de metodologia, conteúdos mínimos, planos de cursos e material pedagógico de referência para o professor, além de apostila didática para os treinandos, de acordo com as especificações técnicas estabelecidas nas Normas Técnicas da ABNT destinadas ao setor de turismo. Por oportuno, registra-se que em 2012 foram celebrados 18 convênios, sendo que desse total 11 foram denunciados, em razão do respectivo objeto prever “qualificação para a

Copa das Confederações 2013 e/ou Copa do Mundo de 2014", dois solicitaram rescisão por perda de interesse no objeto e os cinco convênios sobressalentes estão em fase de cancelamento, uma vez que será inviável o cumprimento do objeto sem um Plano Nacional para Qualificação em turismo. Assim, este Ministério optou em trabalhar primeiramente na concepção das Diretrizes de Qualificação, para posterior institucionalização da Política Nacional de Qualificação em Turismo, sendo o primeiro passo para a definição das ações, programas, públicos alvos e cursos que deverão ser priorizados, de acordo com as demandas do setor. A definição das Diretrizes representa uma ação estruturante, pois primeiramente se deve propor diretrizes para nortear a concepção da Política de Qualificação em Turismo e posteriormente elaborar o Plano Nacional de Qualificação, documento que poderá definir de forma estratégica e por ordem de prioridade as áreas de atuação, as ações que poderão ser apoiadas e sobretudo o papel do Ministério na condução da Política. Ademais, simultaneamente, o MTur, na busca pelo aprimoramento de suas ações, vem trabalhando para a construção dessa Política Nacional pautada por uma visão transversal e integrada. Como ponto de partida, iniciou a elaboração das diretrizes dessa Política, a fim de indicar possíveis áreas de atuação, públicos-alvo, ações a serem apoiadas e o papel do Ministério em relação à qualificação no setor. Para a elaboração das diretrizes dessa Política, o Ministério conta com o apoio da Universidade de Brasília, que realizou coletas de dados e levantamentos de informações que orientarão a formulação da Política Nacional de Qualificação em Turismo.

Quantidade alcançada

1.354

Data de Referência

10/12/2014

OBJETIVO: 0738 - Estruturar, qualificar e promover os destinos turísticos brasileiros para os megaeventos esportivos.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Como estratégia para a elevação da qualidade da oferta dos serviços aos turistas, busca-se qualificar e priorizar o aperfeiçoamento de profissionais da cadeia produtiva do turismo, assim como suprir a necessidade de mão de obra no setor. A escolha do Brasil como sede dos eventos da Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Olímpiadas 2016 representa uma oportunidade para deixar como legado uma imagem positiva do País para aqueles que estarão visitando as cidades brasileiras.

Apoiaram-se, conforme matriz de responsabilidade da Copa do Mundo 2014, 39 projetos de sinalização turística, centros de atendimento aos turistas móveis e fixos (CATs) e acessibilidade a atrativos turísticos nas 12 cidades sede que receberão os jogos da Copa. São 13 contratos para construção, reforma, adequação e compra de veículos para CATs, 14 contratos para acessibilidade a atrativos turísticos e 12 contratos para sinalização turística nas cidades sede. Referidas obras serão concluídas, já sendo consideradas como legado da Copa do Mundo 2014.

O PRONATEC TURISMO encontra-se com 103.345 pessoas qualificadas (dezembro/2014).

Para as Olimpíadas de 2016, será reforçada a oferta de cursos de qualificação em idiomas para o efetivo da segurança pública que atuará nas cinco cidades onde serão sediados os jogos e as modalidades paralímpicas e olímpicas, bem como a oferta de cursos de idiomas para as pessoas que atuam no receptivo turístico.

No tocante à Copa do Mundo 2014, realizaram-se visitas às cidades-sede, buscando dialogar com entidades do setor hoteleiro acerca dos preços a serem praticados nos megaeventos esportivos. Além disso, criou-se um comitê para avaliar a quantidade de diárias de quartos de hotel reservadas pela operadora oficial da FIFA, nas cidades-sede da Copa do Mundo 2014. O objetivo é verificar se existe concentração de mercado que possa ser qualificada como cartel, de forma a evitar eventuais abusos nos preços da hospedagem durante o Mundial. Também se continuou com ações do Projeto Parques da Copa (Ecoturismo e Turismo de Aventura), da campanha do Pronatec Copa, iniciada em 2012 (publicidade informativa sobre as oportunidades e lançamento deste programa de qualificação profissional); campanha "Pátria de

Chuteiras" (incentivo à receptividade brasileira aos turistas, nacionais e estrangeiros, da Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014). Algumas dessas ações poderão ter desdobramentos para os Jogos Olímpicos do Rio 2016. Especificamente em relação aos Parques para a Copa, em outubro de 2013 elaborou-se o projeto base para subsidiar a assinatura de um termo de cooperação entre o Ministério do Turismo (MTur), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), bem como a priorização dos investimentos a serem realizados nos parques nacionais selecionados no programa.

Metas 2012-2015

- **Qualificar 162.000 profissionais da linha de frente do turismo, com foco nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA de Futebol**

Análise Situacional da Meta

De acordo com a demanda identificada em cada localidade, de responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais de turismo, puderam ser ofertados até 54 cursos do Guia de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Os cursos selecionados pelo Ministério do Turismo podem ser ofertados aos municípios que aderiram ao Programa da seguinte forma: no âmbito do PRONATEC COPA, ofertaram-se 21 cursos do Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer para pessoas interessadas em se qualificar com vistas a ingressar no mercado de trabalho, suprindo carência de mão de obra qualificada do setor de turismo na respectiva região. Para os trabalhadores que já estão no setor, o PRONATEC COPA na EMPRESA, ofertou até 54 cursos, dentre eles, idiomas, visando o aperfeiçoamento dos profissionais, de maneira a elevar a qualidade dos serviços prestados aos turistas. O Ministério do Turismo firmou uma parceria com o Conselho Nacional do SESI e, por meio do PRONATEC COPA SOCIAL, irá qualificar os jovens egressos do Projeto Vira Vida e seus familiares, visando o ingresso dessa mão de obra no mercado de trabalho do setor de turismo. Serão oferecidos 37 cursos nos eixos tecnológicos Turismo, hospitalidade e lazer; Gestão e Negócios e Idiomas.

Dentre outras considerações julgadas relevantes, destaca-se que para atender uma demanda dos profissionais do setor, relativa à qualificação em idiomas, foi solicitado ao Ministério da Educação a inclusão dos cursos de inglês e espanhol no Guia PRONATEC de Cursos FIC, e para dar suporte a essa ação, houve o aporte de recursos, deste Ministério, por meio de descentralização de crédito ao Fundo Nacional de Educação (FNDE), autarquia vinculada ao MEC, no montante de R$ 16.320.000,00, destinados a qualificar aproximadamente 12 mil profissionais do setor. Com a reformulação do Programa em 2012, o qual foi intitulado de PRONATEC TURISMO, abrangendo três linhas de ação: PRONATEC COPA, PRONATEC na EMPRESA e PRONATEC COPA SOCIAL, o MTur passou a trabalhar de forma descentralizada, tendo parceiros (demandantes adjuntos) as secretarias estaduais e os órgãos municipais de turismo, INFRAERO e Conselho Nacional do SESI oficializando a parceria por meio de Acordos de Cooperação. O Programa, até dezembro de 2014, matriculou 180.561 alunos e obteve 105.214 concluintes. Esses alunos qualificados são considerados como legado dos eventos da Copa do Mundo FIFA 2014.

Quantidade alcançada

180.561

Data de Referência

19/12/2014

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Para o ano de 2014, estavam previstas a produção e veiculação de três campanhas publicitárias visando o incentivo ao turismo interno. No entanto, foram realizadas as cinco campanhas (três novas e duas continuidades) descritas a seguir, e ainda a veiculação da Campanha do Bolsa-Família para o Ministério do Desenvolvimento Social.

I. Continuação da Campanha Turismo Acessível, iniciada em 2013 (publicidade de utilidade pública para divulgar o site do Turismo Acessível);

II. Continuação da Campanha do Viaja Mais Melhor Idade, iniciada em 2013 (programa de incentivo às viagens na terceira idade);

III. Campanha Contra Exploração Sexual Infantil, com a produção de materiais para o carnaval e permanentes;

IV. Campanha "Celebração" – Copa do Mundo 2014, para mostrar que o turismo é um propulsor do crescimento do país, que a Copa vai sedimentar a imagem do Brasil no cenário mundial, convocar o povo brasileiro para a Copa, para receber as pessoas de braços abertos e viver toda a alegria desse mundial. Mostrando que quem faz a Copa são todos os brasileiros e que o país está preparado para receber o mundo inteiro que está vindo para o Brasil;

V. Campanha "#PartiuBrasil" - Turismo Interno, para incentivar os brasileiros a conhecerem o seu país e convencer os brasileiros a optarem pelas viagens internas, que estimulam a qualidade dos serviços de turismo e promovem o crescimento econômico.

Metas 2012-2015

- **Realizar 16 campanhas promocionais voltadas para o mercado doméstico**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2014, foram realizadas as seis campanhas a seguir: Turismo Acessível (continuação); Viaja Mais Melhor Idade (continuação); Contra Exploração Sexual Infantil; "Celebração" – Copa do Mundo 2014; Bolsa Família; "#PartiuBrasil" - Turismo Interno.

  Quantidade alcançada

  19

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

A entrada de divisas estrangeiras em 2014 somou US$ 6,914 bilhões, o que representa 3,02% além dos gastos realizados em todo o ano passado, quando atingiram US$ 6,711 bilhões. Os gastos de turistas estrangeiros no Brasil em junho, quando começou a Copa, registraram um crescimento de 75,93% na comparação com o mesmo mês de 2013. Com US$ 797 milhões, a entrada de divisas é um novo recorde mensal desde que o Banco Central começou a calcular essa informação, em 1947. Esses dados mostram a importância do turismo para a economia brasileira. Mais de um milhão de visitantes estiveram no Brasil durante o Mundial, o que contribuiu para gerar empregos e aumentar a exposição internacional do país.

Em dez anos, os congressos e convenções de negócios realizados no Brasil registraram um aumento de 408%. Conforme os dados divulgados hoje pela ICCA (Internacional Congress and Convention Association), entre 2003 e 2013, o total de eventos passou de 62 para 315. No mesmo período, o número de cidades que sediaram esse tipo de evento subiu 145%, passando de 22 para 54. O ranking divulgado mostra que o Brasil permaneceu entre os dez países que mais recebem congressos e convenções associativas, liderado pelos Estados Unidos. Os dados divulgados mostram que 11 novas cidades brasileiras, a maior parte fora das regiões metropolitanas, entraram no ranking do ICCA pela primeira vez. Os 315 eventos realizados no ano passado colocaram o Brasil no 9º lugar no ranking do ICCA.

O filme publicitário "Dance", lançado pela Embratur, foi escolhido como "O Melhor Comercial da Copa do Mundo de 2014", em concurso promovido pelo Meio & Mensagem. A peça fez parte da campanha publicitária internacional lançada pelo Instituto a exato um mês para início da Copa, com objetivo de convidar os turistas a desfrutarem dos múltiplos destinos culturais e naturais, assim como da alegria, hospitalidade e paixão do povo brasileiro pela dança e pelo futebol. O concurso foi realizado em três etapas e as votações foram encerradas no dia 18 de julho passado. O vídeo da Embratur levou a melhor na segunda e terceira fases do processo. Para a Embratur o filme "Dance" foi a peça que fechou um ciclo

de promoção do Brasil como sede da Copa do Mundo, iniciado há quatro anos atrás, durante a Copa da África do Sul. Desde então, as peças e campanhas publicitárias do Instituto tem buscado emocionar, impactar e motivar as pessoas a visitarem o País, ressaltando o estilo de vida dos brasileiros, o fervor e intensidade do nosso povo. O objetivo é incrementar o fluxo de turistas estrangeiros, estimular o aumento da permanência e dos gastos desses visitantes e, ao mesmo tempo, tornar o País mais conhecido no exterior, divulgando novos atrativos e destinos turísticos brasileiros. A campanha foi planejada para chegar a 1,3 bilhão de pessoas, e foi vista na televisão, na internet, nas redes sociais e nas vias públicas em 14 países (EUA, Argentina, Chile, Peru, Colômbia, México, Alemanha, Reino Unido, Portugal, Espanha, Itália, Canadá, Holanda, França). De todo histórico de propaganda e marketing utilizado pela Embratur, percebe-se um ponto muito forte presente em todas as campanhas de divulgação do Brasil no exterior. De uma forma ou de outra, o jeito de ser e a receptividade do nosso povo esteve sempre em evidência e o vídeo ‘Dance’ mostra muito bem isso.

Pesquisa realizada com jornalistas estrangeiros que participaram da Copa do Mundo revela que profissionais da mídia avaliaram positivamente o Brasil com destino turístico. Mais de 98% dos entrevistados aprovaram os atrativos turísticos. A pesquisa com turistas estrangeiros que aqui estiveram corroboram o mesmo entendimento.

Em uma iniciativa inédita na história das Copas do Mundo, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República - SECOM adotou uma estratégia de comunicação integrada para enfrentar o desafio de levar informações sobre o Brasil e apoiar a imprensa global que veio ao País para a cobertura do Mundial. Durante o torneio, mais de 10 mil jornalistas de 84 países foram atendidos nos Centros de Abertos de Mídia instalados nas 12 cidades-sede. Num levantamento preliminar, a SECOM identificou mais de 60 mil matérias sobre o Brasil veiculadas em todo o mundo. A ação foi idealizada com o objetivo de aproveitar a visibilidade que a Copa trouxe ao Brasil.

O Programa de Relações Públicas do Instituto, que tem como objetivo explorar as potencialidades de exposição dos destinos turísticos brasileiros na imprensa internacional, além de monitorar diariamente o que é publicado sobre o Brasil também foi destaque. O país está presente em dez países-chave: Alemanha, Argentina, Chile, Peru, Espanha, Estados Unidos, França, Reino Unido, Itália e Portugal, e durante a Copa, expandiu o monitoramento para outros países da América do Sul.

A cidade de Rio Claro recebeu em julho o 21º Campeonato Mundial de Balonismo, que aconteceu pela primeira vez na América Latina e que teve o apoio para realização da Embratur. A cidade de Rio Claro sediou, nos últimos anos, importantes campeonatos de balonismo, como a etapa da Copa Brasil, duas edições do Campeonato Brasileiro, o 1º Campeonato Sul-Americano e o Campeonato Ibero-Americano. Em 2011, o Instituto apoiou a captação do evento na Hungria e, em 2012, apoiou a promoção do campeonato na Lituânia. A disputa é realizada entre 60 pilotos de 22 países com equipes da Alemanha, Argentina, Áustria, África do Sul, Brasil, Canadá, China, Estados Unidos, Espanha, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão, Lituânia, Luxemburgo, México, Polônia, República Tcheca, Rússia, Suíça e Ucrânia.

Na mesma linha e no mesmo mês, aconteceu em João Pessoa um dos maiores eventos de tecnologia e robótica do mundo, a Robocup. Realizado pela primeira vez na América do Sul, o torneio tecnológico reuniu cerca de 4.000 participantes de 45 países. Em 2013, durante a edição da Holanda, a Embratur realizou a promoção de João Pessoa como sede do evento.

O Brasil disputou a candidatura com o Japão e o Canadá em 2012, na Cidade do México. Por meio do seu programa de apoio à Captação e Promoção de Eventos, a Embratur apoiou, também, a candidatura do Rio de Janeiro para sediar o Congresso Mundial da União Internacional de Arquitetos (UIA) de 2020. A vitória da cidade foi anunciada em agosto durante a Assembleia Geral da entidade, em Durbain, na África do Sul, na qual concorriam também Melbourne, na Austrália, e Paris, na França. O evento, que acontece a cada três anos, espera reunir 15 mil arquitetos e urbanistas de todo o mundo para discutir o futuro das cidades baseado no tema "Todos os Mundos”. Em 2017, o Congresso será realizado em Seul, na Coréia. O Rio de Janeiro já tinha sido anunciado como sede de dois outros importantes eventos: o Figo World Congress of Gynecology and Obstetrics, que acontecerá em 2018, e o International Biophysics Congress, em 2020.

Além do prêmio para o filme “Dance”, a Embratur recebeu nos últimos dois anos diversos prêmios como resultado do trabalho de promoção do Brasil no exterior. Esse reconhecimento veio de várias áreas do trade turístico nacional e

internacional, comprovando a eficiência das campanhas realizadas pelo Instituto e a visibilidade alcançada tanto no mercado do turismo como entre as autoridades do setor. Em setembro deste ano a Embratur somou duas premiações. Foi eleita a melhor na categoria Incentivo ao Turismo Nacional do prêmio “Os Dez Mais do Turismo”, promovido pelo Grupo Travel News. E no Reino Unido, em Londres, recebeu o prêmio de “Melhor Escritório de Promoção da América do Sul”, pela Travel Bulletin Star Awards 2014, que elege os melhores do trade turístico mundial com atuação no mercado britânico. No mês de agosto, a plataforma Sunny Days, lançada pela EMBRATUR, ficou com troféu de bronze na categoria Melhor uso de mídia interativa, na etapa nacional do prêmio Ampro Globes Award. Essa ferramenta de promoção turística internacional foi lançada pela Autarquia em dezembro de 2013 e premiada como case de sucesso da agência Monumenta pelo Ampro Globes Award, prêmio realizado pela Associação de Marketing Promocional. A plataforma tinha base na ideia de que a incidência do sol está diretamente ligada ao bom-humor, a ferramenta calculava quantos dias de sol a pessoa viveu no último ano e a convidava para visitar o Brasil e viver mais dias de sol e felicidade. O case “World Cup Pre-Campaign – Brazil 2014”, idealizado pela EMBRATUR para promover o Brasil como destino turístico antes do Mundial, com foco nos jornalistas, formadores de opinião, trade turístico e potenciais turistas ganhou o prêmio Gold Stevie Awards. O projeto foi inscrito pelo Grupo Máquina PR em parceria com a LLORENTE & CUENCA, e garantiu o ouro no programa International Business Awards. O pacote da campanha vencedora incluiu ações no Rock in Rio Lisboa 2014; na Jornada Mundial da Juventude, quando a Embratur fez uma ação especial na Argentina para retransmissão simultânea do evento que estava ocorrendo no Rio de Janeiro; no Festival do Cinema Brasileiro, em Montevidéu; e em edições do Goal to Brasil na Colômbia e na Argentina.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 9 milhões para 11,5 milhões o número de desembarques internacionais de passageiros em aeroportos brasileiros**

Análise Situacional da Meta

Os dados de desembarques internacionais apurados junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) estão comprometidos, pois não estão computando os movimentos aeroportuários de Guarulhos, Campinas e Brasília, que tiveram suas gestões terceirizadas. Guarulhos é o primeiro aeroporto nos desembarques internacionais; Brasília é o segundo nesse tipo de desembarque. Uma apuração sem esses aeroportos não reflete a realidade. Ou seja, excluí-los do levantamento compromete a meta e não permite uma análise razoável. O assunto já foi tratado com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que pode exigir esses dados das operadoras privadas. É de se destacar que o aumento nos desembarques internacionais não implica, necessariamente, na chegada de turistas estrangeiros, pois pode representar a volta de brasileiros ao país. Essa métrica é uma condição necessária para a meta de chegada de turistas estrangeiros, mas não necessariamente indica seu alcance.

A meta informada foi feita com base em pesquisa realizada pela equipe técnica da EMBRATUR em banco de dados públicos e privados sobre a oferta de voos internacionais para o Brasil. Em 2014, segundo esse levantamento, foram ofertados 13.762.934 assentos em 64.904 voos internacionais que chegaram ao país.

Quantidade alcançada

13.762.934

Data de Referência

30/01/2015

OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Análise Situacional do Objetivo

Após 10 anos de seu lançamento, o Programa de Regionalização do Turismo foi reestruturado com base nas orientações do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, e suas novas diretrizes foram lançadas, após a realização, inclusive, de consultas públicas com representantes de todas as regiões do país, em maio de 2013, durante a realização do I Encontro

Nacional de Turismo.

A próxima etapa de implementação do Programa de Regionalização do Turismo compreenderá o processo de categorização das regiões e municípios turísticos, utilizando-se como base o mapa atualizado. A categorização consiste na aplicação da Matriz Diagnóstica para Categorização de Municípios e Regiões Turísticas, e tem por objetivo identificar o nível de desenvolvimento turístico dos municípios e regiões turísticas mapeadas.

O diagnóstico será realizado tendo como base oito eixos de gestão, estruturação e promoção, quais sejam: i) gestão descentralizada (visando a participação social e fortalecimento das entidades locais); ii) planejamento e posicionamento de mercado (identificação da oferta de produtos); iii) qualificação profissional; iv) empreendedorismo e promoção de investimento; v) infraestrutura (obras e instalações necessárias); vi) informação ao turista; vii) promoção e apoio à comercialização; e, viii) monitoramento (mensuração da satisfação dos turistas e dos resultados da atividade). As novas orientações do Programa estão descritas na Cartilha “Programa de Regionalização do Turismo – Diretrizes”, e podem ser acessadas pelo sítio institucional do Ministério do Turismo.

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo-SNPTur, por intermédio do Termo de Cooperação celebrado entre o Ministério do Turismo e a Universidade Federal de Santa Catarina, finalizou em 20 de maio de 2014 o projeto “Ações de Gestão do Conhecimento para o Aprimoramento da Política Nacional de Turismo”. O trabalho envolveu a elaboração de uma “Agenda Estratégica do Turismo: 2013-2022”, que pretende ser o documento de orientações estratégicas e de ações táticas para a implementar um conjunto de políticas públicas, programas e ações voltadas ao desenvolvimento do turismo no País. Para dar consequência objetiva à Agenda Estratégica e ao Programa Nacional de Turismo – PNT, já elaborado e validado no âmbito do Conselho Nacional do Turismo, o projeto deve contemplar, ainda, a elaboração de documento de caráter executivo a ser denominado “PNT em Ação”.

Como resultado final o estudo deve possibilitar a orientação de recursos públicos e privados para solução dos gargalos que têm impedido ou adiado a plena expansão da atividade turística no País, notadamente no que diz respeito ao tratamento fiscal e tributário – demanda recorrente das entidades que fazem parte do Conselho Nacional de Turismo. Paralelamente, está em fase de revisão a Lei Geral do Turismo para adequar as demandas do setor.

O Talentos do Brasil Rural é resultado de uma parceria entre Ministério do Turismo – MTur, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Sebrae que procura fortalecer a relação entre a agricultura familiar e a atividade turística. O projeto está estruturado em dois eixos: (1) Produtos da Agricultura Familiar, em que foram selecionados 89 empreendimentos (cooperativas, associações, redes) da agricultura familiar de todo o Brasil para fornecerem produtos para empreendimentos turísticos (meios de hospedagens, bares, restaurantes, entre outros) das 12 cidades sede da Copa do Mundo. Os produtos são organizados em três linhas: “amenities” (cosméticos); alimentos e bebidas; e decorativos e utilitários (artesanato, produção agroindustrial etc.). (2) Roteiros e Serviços Turísticos, com 23 roteiros turísticos (compostos por 54 municípios e cerca de 400 empreendimentos), localizados no entorno das 12 cidades-sedes da Copa, compostos por pelo menos 10% de empreendimentos da agricultura familiar (propriedades).

Em 2014, o Ministério do Turismo fez Seleção de empreendimentos e roteiros participantes, fez o diagnóstico dos participantes do roteiro (visita in loco de técnicos do Projeto e realização de workshop com os participantes do roteiro para apresentar os resultados – pontos fracos e fortes), elaborou planos de ação, qualificou os empreendimentos e roteiros (consultorias para fortalecimento de parcerias, roteirização turística, gestão de negócios, aperfeiçoamento de produtos e geração de experiências e inovações), promoveu e apoiou a comercialização dos produtos e serviços da agricultura familiar para o mercado turístico (participação em feiras e eventos; produção de material promocional, realização de rodadas de negócios e famtours). Em 2014, 24 roteiros turísticos foram selecionados, 23 roteiros turísticos foram diagnosticados, tendo sido um desclassificado por não comprovar comercialização – em amarelo, dois roteiros participaram da Rodada de Negócios na Braztoa (setembro de 2012), 15 roteiros participaram do 24º e, ou, do 25º Festival de Turismo de Gramado (2012 e 2013), 15 roteiros já estão em condições de serem promovidos: oito para o mercado internacional, dois para o mercado nacional e cinco para o mercado regional.

Reconhecendo a importante missão de estimular a segurança na prestação de serviços turísticos, foi instituída a Portaria MTur nº 311, de dezembro de 2013, que estabelece a forma e os procedimentos de fiscalização dos prestadores de

serviços turísticos pelo Ministério do Turismo e seus órgãos delegados. A partir da publicação, a fiscalização dos prestadores turísticos poderá advertir, multar, interditar e até pedir o cancelamento do registro dos prestadores que estiverem prestando serviço sem o cadastro e que não apresentarem informações referentes ao exercício de suas atividades ou deixarem de fornecer dados sobre o perfil dos hóspedes, como taxa de ocupação, permanência média e números de hóspedes por unidade habitacional.

Por fim, foram realizados estudos e pesquisas ligados ao setor turístico brasileiro. A maior parte deles segue série histórica e seus objetos e principais resultados são divulgados periodicamente pelo sítio eletrônico: http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html.

Os principais estudos/pesquisas realizados em 2014 incluem:

- Pesquisa sobre demanda turismo internacional no Brasil - 2014;
- Pesquisa e divulgação de resultados sobre demanda internacional - Copa 2014
- Pesquisa e divulgação de resultados - Demanda Doméstica - Copa 2014
- Divulgação do Anuário Estatístico de Turismo - 2014 - Ano Base 2013
- Divulgação dos dados de chegada de turistas não residentes – ano-base 2013;
- Divulgação dos dados do turismo internacional receptivo – 2013
- Sondagens - consumidor e empresários
- Divulgação mensal do Sondagem do Consumidor e intenção e viagem - 12 edições;
- Divulgação trimestral do Boletim de Desempenho Econômico do Turismo - 4 edições;
- Divulgação anual da Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo - 10ª. edição;
- Manutenção e atualização das informações disponibilizadas na área de Dados e Fatos, no portal do turismo brasileiro, endereço eletrônico www.turismo.gov.br/dadosefatos.
- Atendimento a demanda de organismos internacionais - Anuário Estatístico e Compendium OMT 2013 Preparação e envio de dados sobre turismo receptivo e emissivo no Brasil em 2013.
- Compilação de dados secundários (receita cambial turística; emprego, desembarques nacionais e internacionais; dentre outros).

Metas 2012-2015

- **Consolidar 154 instâncias de governança estaduais, regionais e municipais**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, as principais ações foram direcionadas para o processo de reestruturação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT), bem como de suas diretrizes, e atualização do mapa das regiões turísticas do Brasil. A consolidação de instâncias de Governança é parte inerente a este processo e será realizado em uma etapa posterior, com a identificação dos interlocutores regionais e municipais do programa.

  Em 2012, 145 instâncias de governança estavam em funcionamento. Para 2013, a contagem foi reiniciada por conta da reestruturação do PRT.

  A institucionalização das instâncias de governança foi um compromisso assumido pelos municípios e regiões turísticas que fazem parte do Programa de Regionalização do Turismo, contudo essa etapa ainda não foi iniciada. O processo de revisão dos mapas das Unidades da Federação, com foco nos novos territórios a serem trabalhados pelas políticas de turismo, foi concluído em dezembro de 2013 com a publicação da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, que definiu o Mapa do Turismo Brasileiro.

  A partir da delimitação do Mapa do Turismo Brasileiro 2013, que identificou 303 regiões turísticas no país, foi possível mapear 88 Instâncias de Governança Regional. Esse trabalho de consolidação das governanças, contudo, está diretamente vinculado à aplicação da Matriz Diagnóstica para Categorização de Municípios e Regiões Turísticas. Tal matriz se baseia nos eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo, e tem por objetivo identificar o nível de desenvolvimento turístico dos municípios e regiões turísticas mapeadas.

  No 1º semestre de 2014, os esforços foram direcionados para a construção da Matriz Diagnóstica bem como do

Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo. Esse sistema consolidará os dados do Mapa do Turismo, os dados levantados pela Matriz, assim como, os relacionados à rede formada pelo programa, que contempla gestores públicos municipais, regionais e estaduais. O Sistema será, ainda, uma ferramenta de gestão estratégica e de monitoramento do programa.

No 2º Semestre de 2014, a partir da consolidação da 1ª proposta da Matriz Diagnóstica para Categorização de Municípios e Regiões Turísticas, passou-se à etapa de críticas e contribuições ao trabalho realizado. Primeiramente, o documento foi exposto às avaliações dos demais departamentos do Ministério, o que permitiu chegar à conclusão de que essa primeira versão a ser aplicada deveria ser modificada, considerando apenas dados secundários, já disponíveis ao MTur. Além disso, concluiu-se que a metodologia mais adequada para categorizar destinos e regiões turísticas seria a "Análise de Clusters" (ou de agrupamento), pela qual os municípios são divididos em grupos, a partir de seus comportamentos em variáveis pré-determinadas. Municípios com comportamentos semelhantes se posicionam no mesmo agrupamento. Após análise e avaliação da CGED e do DEPROD, as contribuições das demais áreas do MTur foram incorporadas à nova proposta de categorização de municípios turísticos, gerando sua versão atual, validada pelos Departamentos do Ministério (contendo os 3345 do Mapa do Turismo Brasileiro categorizados em A, B, C, D ou E).

Num segundo momento, em 15 de dezembro de 2014, a nova proposta de categorização foi apresentada aos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo, bem como à Câmara Temática de Regionalização, órgão integrante do Conselho Nacional de Turismo, que fizeram apontamentos e validaram a proposta.

Paralelamente ao processo de Categorização de Destinos Turísticos, foi realizado o desenvolvimento parcial do Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo, mais especificamente, do módulo pertinente ao Mapa do Turismo Brasileiro categorizado, disponível em www.mapa.turismo.gov.br. A parte faltante, referente ao cadastro de interlocutores municipais, regionais e estaduais do Programa de Regionalização está prevista para 2015.

Finalizadas, a Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Sistema de Informações Gerenciais do Programa de Regionalização do Turismo serão os principais instrumentos utilizados para consolidar as instâncias de governança estaduais, regionais e municipais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Fortalecer institucionalmente os 27 órgãos oficiais de turismo dos estados**

Análise Situacional da Meta

De janeiro a junho de 2014, a equipe técnica do Ministério do Turismo estruturou uma metodologia de trabalho, aplicada em caráter preliminar em conjunto com a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, a Secretaria de Estado do Turismo de Alagoas, a Empresa de Estado do Turismo do Amazonas-Amazonastur, Secretaria do Turismo do Estado da Bahia, e Agencia Estadual de Turismo-Goiás Turismo (cinco Órgãos Oficiais de Turismo), totalizando o fortalecimento em 25 órgãos oficiais de turismo.

Através da Gestão Descentralizada o Ministério do Turismo vem, ao longo dos anos articulando ações para o fortalecimento institucional dos entes que integram o Sistema Nacional de Turismo (Conselho Nacional de Turismo, Órgãos Estaduais de Turismo, Colegiados estaduais e municipais), no sentido de integrar o Plano Nacional de Turismo com os Planos Estaduais para alinhamento de diretrizes estratégicas e o cumprimento das metas, em âmbito nacional.

As atividades executadas em 2013 para disseminação das novas Diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, bem como a divulgação do Plano Nacional de Turismo 2013-2016 culminaram na realização de 20 Seminários Estaduais, onde servidores do Ministério do Turismo e representações locais e regionais tiveram a oportunidade de apresentar e discutir as prioridades elencadas e a necessidade de possíveis ajustes e complementações.

Na sequência, com a conclusão do novo Mapa do Turismo brasileiro e do Plano Nacional de Turismo 2013-2016, foi possível definir um plano de ação a ser trabalhado com algumas Unidades da Federação que estavam em fase de

atualização dos seus Planos Estaduais de Turismo.

Paralelamente, na linha de fortalecimento institucional, atividades foram realizadas com membros integrantes do Conselho Nacional de Turismo, por meio do Comitê Gestor na realização de três Oficinas de Trabalho no sentido de:

• Motivar para assegurar a presença voluntária e periódica nos debates de interesse coletivo;

• Definir como tornar permanente e sistemática a presença das entidades nos colegiados e conciliar interesses;

informações sobre o Conselho Nacional de Turismo podem ser acessadas em http://www.turismo.gov.br/turismo/conselhos/conselho_nacional

No 2º Semestre de 2014, os esforços foram concentrados na estruturação da proposta de categorização de municípios turísticos (os 3.345 do Mapa do Turismo Brasileiro, devidamente categorizados em A, B, C, D ou E) e na realização de encontros com os Departamentos do Ministério, os Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização e com os membros da Câmara Temática de Regionalização, órgão integrante do Conselho Nacional de Turismo, para críticas, contribuições e validações da proposta elaborada.

Para o ano de 2015 estão previstas a realização de ações de capacitação de gestores públicos com foco em planejamento e gestão do turismo, bem como, a realização de Encontros dos Interlocutores Estaduais do Programa de Regionalização do Turismo.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	6	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	3	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2014

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2)	mil toneladas	31/12/2005	1.637.905	31/12/2012	667.237
Emissões antrópicas de metano (CH4)	mil toneladas	31/12/2005	18.107	31/12/2012	16.653
Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2)	mil toneladas	31/12/2005	546	31/12/2012	577,4

Observações:

Emissões antrópicas de dióxido de carbono (CO2) - Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, 2ª edição, período de 1990-2012, MCTI (2014).
Observação: Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado do relatório das Estimativas Anuais de Emissão.
Emissões antrópicas de metano (CH4) - Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2012, 2ª edição, MCTI (2014).
Observação: Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado do relatório das Estimativas Anuais de Emissão.
Emissões antrópicas de óxido nitroso (NO2) - Fonte: Estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, período de 1990-2012, 2ª edição, MCTI (2014).
Observação: Uma vez que o Inventário Brasileiro de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa não Controlados pelo Protocolo de Montreal é atualizado a cada quatro anos, para fins de monitoramento do Programa de Mudanças do Clima do PPA 2012-2015, foi apresentado o resultado do relatório das Estimativas Anuais de Emissão.

OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O Modelo Brasileiro do Sistema Terrestre (BESM, anteriormente denominado Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global) tem como objetivo gerar cenários de mudanças climáticas em escala global (em toda a superfície terrestre) e fornecer condições de contorno lateral e da superfície do mar para modelos regionais gerarem cenários de mudanças climáticas regionalizados (sobre um continente ou país – por exemplo, América do Sul e Brasil) decorrentes de ações antrópicas (provocadas pelas ações do homem) e naturais.

O BESM é organizado por um grupo multi-institucional e interdisciplinar de modelagem do sistema climático global (todas as variáveis que determinam o clima do planeta) coordenado pelo INPE, com participação de universidades e centros de pesquisa nacionais, redes estaduais de pesquisa e colaboração internacional. Esse grupo conta com os recursos de supercomputação (supercomputador Tupã, para processamento e geração dos cenários) de última geração da Rede CLIMA e do Programa FAPESP de Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG), e é responsável por disponibilizar e facilitar o uso dos cenários para a comunidade científica nacional, principalmente para as demais sub-redes da Rede CLIMA e do PFPMCG.

As pesquisas dos últimos anos têm permitido uma evolução significativa do acoplamento oceano-atmosfera-biosfera globais, com ênfase nos processos relativos à convecção atmosférica sobre a Amazônia e seus impactos na circulação

atmosférica global, com atenção ao acoplamento oceano-atmosfera na bacia do Oceano Atlântico Tropical.

O desenvolvimento do BESM permitiu a compleição de cenários de mudança climática com a versão BESM2.3, com 7 cenários de 100 anos cada, até 2100, e 50 cenários de 30 anos cada, até 2035.

Os cenários globais do BESM foram utilizados como condições de contorno para o modelo Eta para gerar cenários de mudanças climáticas regionais para o clima presente e para o clima futuro, os quais foram utilizados na Terceira Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Foi também gerada uma nova versão do BESM, utilizando a última versão do modelo atmosférico global do CPTEC acoplado ao modelo global oceânico MOM4p1 (BESM2.4) e desenvolvida uma versão do acoplador de fluxos FMS para utilização de centenas a milhares de processadores do supercomputador CRAY EX6, com ganhos de desempenho da ordem de 50%.

A maior interação com outras sub-redes da Rede CLIMA em 2014 continua contribuindo com grandes avanços no desenvolvimento do BESM. Em contribuição sinérgica com as pesquisas da Rede CLIMA, o BESM provê novas simulações e contribui com novos resultados de projeções de mudanças climáticas.

É digno de nota que essa iniciativa é de alta relevância para a formulação de políticas públicas relacionadas à redução de vulnerabilidades e desenvolvimento de estratégias de adaptação e medidas de mitigação.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver o Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global para projeções climáticas de longo prazo**

  Análise Situacional da Meta

  O BESM é composto por quatro grandes componentes, que têm interferência significativa nas alterações climáticas: Atmosfera (massas de ar quente e frio, nuvens, regime de chuvas etc.), Oceano (fenômenos como o El Niño e La Niña), Superfície (parte terrestre, uso da terra, vegetação, hidrologia) e Química (composição) da atmosfera e aerossóis. Esses componentes constituem as variáveis essenciais para a produção de cenários de mudanças climáticas futuras, com ênfase no Brasil e América do Sul.

  Está em curso a implementação do modelo de aerossóis Hamburg Aerosol Model (HAM) na componente atmosférica do BESM, i.e., o modelo global atmosférico do INPE/CPTEC. No que tange à modelagem de processos de superfície continental, que engloba a área de agricultura e fogo (queimadas), a representação dos ecossistemas da América do Sul no modelo Inland foi melhorada, que presentemente é capaz de considerar mapeamentos de usos da terra e, quando acoplado ao modelo BESM, permitirá fazer simulações do clima futuro considerando cenários de usos da terra. Também está sendo desenvolvida a componente de hidrologia continental (modelo THMB) no BESM, o que permitirá a assimilação das descargas fluviais pela componente Oceano do modelo.

  O estágio atual de desenvolvimento do modelo BESM conta com o acoplamento dos modelos componentes Atmosfera (AGCM/CPTEC), Oceano (OGCM-MOM4p1/NOAA GFDL), Gelo Marinho (ISI/GFDL) e Superfície (SSIB), via acoplador de fluxos FMS (NOAA/GFDL). Nesta fase, somente o modelo componente oceânico conta com modelo de ciclo de carbono (TOPAZ). Futuramente serão implantados modelos de ciclo de carbono nos modelos atmosférico (MOZART do NCAR) e de superfície (INLAND/INPE), este último ainda em fase de acoplamento à componente Atmosfera.

  Estima-se que 70% do modelo BESM já tenha sido desenvolvido. A implementação da componente de superfície se encontra atrasada devido à perda de pessoal-chave do projeto no processo de substituição de servidores CDT (contratados temporariamente) do INPE por novo concurso público federal. A implementação da componente de química da atmosfera e aerossóis se encontra atrasada, devido à substituição da equipe.

  Para o próximo ano, espera-se recuperar parte dos atrasos explicitados acima, contando com um modelo de superfície com vegetação dinâmica e hidrologia implantado, assim como modelo de aerossóis atmosférico implantado.

70% (MODELOS ATMOSFÉRICO, OCEÂNICO E GELO MARINHO ACOPLADOS).
Quantidade alcançada

70
Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0540 - Gerar e disseminar conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas por intermédio de uma rede formada pelas instituições públicas e privadas de pesquisa e ensino (Rede CLIMA).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito do objetivo, estão em andamento diversos programas, projetos e redes de pesquisa que contribuem para seu alcance, a saber:

A Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (Rede CLIMA) foi instituída pelo MCT no final de 2007 e tem como objetivo principal gerar e disseminar conhecimentos para que o Brasil possa responder aos desafios representados pelas causas e efeitos das mudanças climáticas globais. Foi reconhecida pela Lei nº 12.187/2009 como um dos instrumentos institucionais para a atuação da Política Nacional de Mudança do Clima.

A Rede congrega aproximadamente 350 pesquisadores de 80 instituições de ensino e pesquisa de todas as regiões brasileiras e é dividida em 15 sub-redes de pesquisa. A Rede CLIMA tinha, até dezembro de 2014, 95 bolsas de pesquisa vigentes e 594 bolsas de pesquisa encerradas.

Durante o período de 2012 a 2013, a Rede CLIMA desenvolveu as seguintes atividades:

• execução de projetos de pesquisa que resultaram em trabalhos que contribuíram para a elaboração dos relatórios do Painel Brasileiro sobre Mudanças Climáticas e para a contribuição inédita do país ao quinto relatório do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima).

• Publicação de artigos científicos, livros e capítulos de livros:

o 199 artigos publicados em revistas científicas (127 internacionais e 72 nacionais);

o 9 livros e 18 capítulos de livros.

• Desenvolvimento da biblioteca digital da Rede CLIMA.

• Disseminação de conhecimento através dos relatórios científicos http://redeclima.ccst.inpe.br/index.php/ciencia-para-todos/relatorios-de-atividades/, revista http://climacom.mudancasclimaticas.net/ e em eventos organizados tanto pela academia quanto pela sociedade civil por meio do lançamento de cartilhas e vídeos educativos – "O futuro que queremos: Economia Verde" (disponível em http://issuu.com/magnostudio/docs/o_futuro_que_queremos/ ou em http://youtu.be/dr5dueiANhI), "Desenvolvimento Sustentável e Erradicação da Pobreza" (com versão em língua inglesa); e "Pegada Ecológica: Qual é a Sua?" (disponível em http://issuu.com/magnostudio/docs/pegada-ecologica) acompanhado de um teste online para detectar a pegada ecológica do indivíduo (disponíveis na internet – www.suapegadaecologica.com.br.

• Realização da Conferência Nacional de Mudanças Climáticas Globais (Conclima), em setembro de 2013, em São Paulo, quando foram apresentados os resultados das pesquisas da Rede.

• Contribuição da Rede CLIMA na elaboração do Primeiro Relatório de Avaliação Nacional do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.

• Contribuição para capacitação de pessoas por meio da concessão de 358 bolsas de pesquisa.

• Em 13/12/2013, conforme Portaria MCTI 1.295 de 16/12/2013, teve início a vigência da nova fase da Rede CLIMA (Rede CLIMA 2).

Em 2014, os principais resultados da Rede CLIMA foram:

• Contribuição à elaboração e conclusão do relatório da Terceira Comunicação Nacional.
• Conclusão de nova versão do sítio da Rede CLIMA, disponível em http://redeclima.ccst.inpe.br.
Dentre as ações de disseminação de conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas, destacam-se:
• Realização da conferência internacional Adaptation Futures, em maio de 2014, em Fortaleza, quando as pesquisas da Rede CLIMA foram apresentadas para a comunidade científica do Brasil e de diversos países do exterior.
• Realização do workshop com os coordenadores das sub-redes e representantes do MCTI, para discussão sobre a contribuição da Rede CLIMA para a Terceira Comunicação Nacional à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.
• Lançamento e início das atividades da sub-rede Divulgação Científica e Mudanças Climáticas, cujo marco foi a representação da Rede CLIMA na 66ª Reunião da SBPC (22 a 26 de julho de 2014, Rio Branco, AC).
• Reunião do projeto integrativo Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas.

Para o próximo período, deverão ser realizados:
1) ações de mobilidade (encontros, reuniões e conferências), visando à consolidação dos projetos temáticos integradores.
2) capacitação de recursos humanos por meio de bolsas de pesquisa.
3) difusão do conhecimento (publicação de relatórios de atividades, cartilhas educacionais etc.)
4) aquisição de equipamentos para viabilizar a interação e integração entre os coordenadores dos projetos temáticos.
5) reuniões de integração para a elaboração dos projetos temáticos da Rede CLIMA. O desenvolvimento de projetos temáticos integradores faz parte do plano de trabalho da Rede CLIMA 2 e deverá ser assim estruturado: 1) Seguranças Hídrica, Energética e Alimentar/Nutricional no contexto das Mudanças Climáticas; 2) Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas e o Futuro das Cidades; 3) Modelagem das Mudanças Climáticas Globais e Regionais.

Metas 2012-2015

- **Criar uma plataforma integrada de dados de projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico sobre mudanças climáticas**

  Análise Situacional da Meta

  As bases de dados de várias sub-redes, listadas abaixo, necessitam de estrutura de TI para serem integradas em uma única plataforma. Tal estrutura ainda não está disponível atualmente na instituição sede, entretanto, já foram iniciadas as medidas necessárias para a realização do trabalho.

  - Dados de cenários climáticos futuros produzidos pelo Centro de Ciência do Sistema Terrestre (CCST) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que já vêm sendo utilizados pela Rede CLIMA (acesso: http://dadosclima.ccst.inpe.br/).

  - Observatório Nacional de Clima e Saúde, que reúne e conjuga informações de diversas naturezas com o objetivo de facilitar a análise da relação entre clima e saúde. Para tal são necessários dados ambientais, climáticos, epidemiológicos, socioeconômicos e de saúde pública. Estes dados são coletados e disponibilizados por diferentes instituições, porém de maneira dispersa, o que dificulta a sua análise de forma integrada. Nesse sentido, o Observatório atua como um mediador disponibilizando, de forma livre e gratuita por meio de um site interativo, um grande conjunto de dados, estudos, metodologias e resultados. Essas informações possibilitam alertar e acompanhar situações de emergência na saúde oriundas de eventos climáticos, além de permitir acompanhar tendências no longo prazo das mudanças ambientais e climáticas (acesso em: http://www.climasaude.icict.fiocruz.br/).

  - SCenAgri – Simulação de Cenários Agrícolas Futuros.

  - SiMCosta – Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (acesso: http://www.simcosta.furg.br/portal/).

  - WebRESNAT - criado em março de 2012 pelo IVIG/UFRJ dentro da Sub-Rede de Mudanças Climáticas e Energias Renováveis, tem a finalidade de disponibilizar informações de emissões de gases de efeito estufa em reservatórios

hidrelétricos e ambientes naturais (acesso: http://webresnat.ivig.coppe.ufrj.br/).

- NEREUS – Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (acesso: http://www.usp.br/nereus/?fontes=dados-matrizes).

Uma vez estruturadas as bases de dados das diversas sub-redes, o próximo passo é integrá-las e disponibilizá-las via web.

Em relação à disponibilização de dados das pesquisas da Rede CLIMA para o público amplo, foi concluída a nova versão do site da Rede na Internet. Em http://redeclima.ccst.inpe.br estão disponíveis vídeos com a apresentação de todas as sub-redes e suas linhas de pesquisa, vídeos e cartilhas educacionais, publicações, relatórios de atividades e outros documentos.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar o Plano de Ação da Rede Brasileira de Mudanças Climáticas**

Análise Situacional da Meta

Em relação à fase anterior da Rede CLIMA, o Plano de Ação foi elaborado conforme proposto. O Plano de Ação da nova fase da Rede CLIMA (Rede CLIMA2) está em fase de conclusão, dependendo da submissão para aprovação do Conselho Diretor.

Entretanto, algumas ações já foram realizadas:

•Dezembro/ 2014 – 1ª Reunião do Conselho Diretor

•Indicação dos membros do Conselho Científico

•Nomeação do vice-coordenador

A agenda científica está sendo planejada.

Para a Rede CLIMA 2, a meta é cumprir 50% do Plano de Ação ao longo do ano de 2015.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional, de acordo com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, instituída por meio da Lei nº 12.187/2009, constam como instrumentos centrais o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Plano e Fundo Clima). Nos Artigos 6 e 11 da referida lei constam, respectivamente, os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos Biomas e os Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima.

O Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (GEx/CIM), que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, orienta a implementação de 9 Planos sob a responsabilidade das respectivas pastas setoriais. Os referidos Planos abrangem as maiores fontes de emissões de gases de efeito estufa no Brasil, com exceção do tratamento de resíduos.

A elaboração dos seguintes Planos Setoriais, conforme previsto no Decreto 7.390/2010 que regulamenta a PNMC, foi concluída em 2012: Transporte (de cargas e mobilidade urbana); Indústria de Transformação (papel e celulose, alumínio,

cimento, ferro- gusa e aço, química); Mineração e Serviços de Saúde.

No primeiro semestre de 2013 esses Planos foram tornados públicos no evento oficial do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e passaram para a etapa de implementação. Na mesma ocasião, também foi apresentada à sociedade a terceira revisão do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM.

Ao longo de 2013 o GEx também tratou de temas relevantes, dos quais se destacam: continuidade da atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima; Estratégia Nacional de REDD; instalação do Núcleo de Articulação Federativa sobre o Clima; e início da elaboração do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. Em paralelo, o MMA continuou a construir uma proposta para monitoramento e acompanhamento das reduções de emissões de gases de efeito estufa, em articulação com os Ministérios coordenadores dos Planos de Ação e Planos Setoriais.

No âmbito do Fundo Clima, entre 2012 e 2014, foram apoiados 170 (cento e setenta) projetos (166 projetos não reembolsáveis e 4 empreendimentos reembolsáveis), sendo 78 projetos em 2012; 83 projetos em 2013 e 9 projetos em 2014, abrangendo as áreas de combate a desertificação, manejo florestal, adaptação, gerenciamento costeiro, apoio aos planos setoriais, desenvolvimento de tecnologias para mitigação, sistemas e centros de monitoramento. O montante investido em recursos não reembolsáveis foi de cerca de R$ 95 milhões.

O ano de 2013 marcou o início das primeiras aprovações e liberações de recursos reembolsáveis para financiamento a projetos pelo BNDES, totalizando R$73,6 milhões. Os investimentos ocorreram na linha de carvão vegetal, com melhoria da eficiência energética em siderurgia; e na linha de mobilidade urbana e modais de transportes eficientes, com aumento na automatização dos controles de trens, aumento da segurança operacional e redução de intervalos entre composições. Com a instituição de nova resolução do Bacen, os juros do Fundo foram diminuídos e os prazos aumentados, ampliando a possibilidade de acesso e o interesse dos investidores.

Em fevereiro de 2013 foi criado o Núcleo de Articulação Federativa sobre o Clima - NAFC, no âmbito do Grupo Executivo do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. O NAFC constitui-se em uma iniciativa transversal de fortalecimento da interação entre os diferentes entes governamentais e tende a ampliar seus temas de debate para todos os aspectos relacionados à questão da mudança do clima. Em linha com a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, em 2014 foi dada continuidade ao diálogo com atores setoriais, sociedade civil e entes subnacionais para o entendimento, geração e disseminação de conhecimento e delineamento de ações coordenadas sobre adaptação à mudança do clima.

Em relação à implementação do Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs), em 2013 e 2014, foram elaborados 22 planos de seleção de tecnologia e 15 planos de conversão tecnológica para o setor de manufatura de espumas de poliuretano visando a eliminação do consumo de HCFC-141b. Nesse período, foram concluídos 4 projetos de conversão tecnológica, com a emissão de 3 certificados de adequação e 2 certificados de conclusão de projeto, acarretando a eliminação total de 21,19 toneladas PDO (Potencial de Destruição do Ozônio) de HCFC-141b. No setor de serviços de refrigeração, com o objetivo de promover a redução do consumo de HCFC-22 proveniente dos vazamentos dessa substância para atmosfera, foram capacitados 55 instrutores e treinados 557 técnicos para aplicação das boas práticas na refrigeração durante a instalação, operação e manutenção de equipamentos de refrigeração comercial utilizados principalmente em supermercados. Foram elaboradas duas apostilas, sendo uma sobre boas práticas na refrigeração comercial e outra sobre boas práticas para aparelhos de ar condicionado do tipo Split, além da implantação do sistema online “ProOzonio” para administração e manutenção eficiente de sistemas de refrigeração com acesso gratuito para empresas e profissionais interessados.

Com relação à operacionalização do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), é papel da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC), Autoridade Nacional Designada, composta por representantes de 11 ministérios e presidida pelo MCTI, atestar o caráter voluntário do envolvimento dos participantes de projetos de MDL e a contribuição das atividades de projeto para o desenvolvimento sustentável do país por meio da emissão de Carta de Aprovação.

Em 2012, a CIMGC recebeu e analisou 121 novas propostas de projetos de MDL, número significativamente superior ao submetido nos anos anteriores. Como consequência, a CIMGC emitiu 118 Cartas de Aprovação para projetos de MDL

brasileiros. Além disso, até 31 de dezembro de 2012, o Brasil possuía 300 atividades de projetos e oito Programas de Atividades (PoAs) registrados no Conselho Executivo do MDL, ocupando a terceira posição no ranking mundial. Nesse mesmo ano, a CIMGC submeteu ao Conselho Executivo do MDL e teve aprovada a proposta para que as tecnologias de geração de energia renovável de atividades de projeto de microescala desenvolvidas no Brasil recebessem caráter de adicionalidade automática.

Em 2013, a CIMGC analisou 22 novos projetos de MDL, além dos 17 que se encontravam no pipeline. Essa atividade resultou na emissão de 22 Cartas de Aprovação. Ao final desse ano, o Brasil possuía 323 atividades de projetos e oito PoAs registrados no Conselho Executivo do MDL com estimativa de redução total de 366 milhões tCO2eq e 90 milhões de RCEs emitidas.

Em 2014, foram submetidas à CIMGC sete novas atividades de projeto. Assim, o Brasil permanece na 3ª colocação do ranking mundial de projetos registrados, com um total de 327 atividades de projeto e oito PoAs registrados.

Em 2013 e 2014, a Secretaria Executiva da CIMGC promoveu dois cursos de capacitação voltados aos membros da CIMGC e ao seu corpo técnico: 1) “Programa de Atividades (PoAs) do MDL no Brasil, em parceria com a Sociedade Alemã de Cooperação Internacional Ltda. (GIZ); e 2) “Análise de Projetos no Âmbito do Mecanismos de Desenvolvimento Limpo e Elementos sobre o Protocolo de Quioto”.

Como projeção para os próximos períodos e desafios, estão previstas a implementação do sistema modular de monitoramento e acompanhamento de redução de emissão de gases de efeito estufa (SMMARE) e a publicação do texto de atualização do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. Destacam-se, ainda, a publicação e a implementação da Estratégia Nacional de REDD+, bem como a ampliação e a diversificação das fontes de recursos do Fundo Clima para apoio a projetos, negociando com possíveis doadores e melhorando a eficiência na aplicação dos recursos, a fim de aprimorar as oportunidades de captação no Fundo Social.

Metas 2012-2015

- **Aprovar marco legal do mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, após oito anos de rodadas de negociações, foi concluído o marco internacional de REDD+ (Marco de Varsóvia para REDD+), sigla usada na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) para políticas e incentivos a países em desenvolvimento para a redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal. O sinal “+” na sigla REDD contempla a conservação florestal, o manejo florestal sustentável de florestas e o aumento dos estoques de carbono florestal.

  O estabelecimento do marco internacional para REDD+, na 19ª Conferência das Partes (COP-19) da UNFCCC, em 2013, possibilitou avanços na formulação da Estratégia Nacional e maior clareza sobre os requisitos necessários para ter os resultados reconhecidos internacionalmente. Eventuais recursos externos decorrentes do pagamento por resultados de REDD+ poderão ser internalizados pelo Brasil por meio dos mecanismos existentes, sem prejuízo da criação de novos instrumentos no futuro.

  As decisões de REDD+ aprovadas pela UNFCCC orientaram a revisão do texto preliminar da Estratégia Nacional, preparado inicialmente pelo GT Interministerial sobre REDD+ e submetido ao GEx em dezembro de 2013 para comentários e sugestões, levando também em consideração os processos de consultas de 2010 a 2013, bem como as recomendações do GT REDD+.

  A Estratégia Nacional de REDD+, um dos requisitos para obter o reconhecimento internacional dos resultados alcançados pelo país, é o documento que formaliza à sociedade brasileira e aos países signatários da UNFCCC como o Governo brasileiro estrutura os seus esforços e pretende aprimorá-los até 2020 para receber pagamentos por resultados de mitigação de emissões no setor de florestas, com enfoque em ações coordenadas de prevenção e controle do desmatamento. Em 2014, após apreciação e sugestões do GEx e do CIM, foi concluído o texto da Estratégia Nacional de REDD+ e submetido à Presidência da República. A proposta de decreto presidencial que institui a Estratégia

encontra-se em tramitação na Presidência.

Para que os países em desenvolvimento tenham seus resultados reconhecidos na UNFCCC, além da Estratégia Nacional de REDD+, necessitam submeter os seguintes documentos: (1) Nível de Referência de Emissões Florestais (Forest Reference Emission Level – FREL); (2) Anexo Técnico de REDD+, o qual é parte integrante do Relatório Bienal de Atualização (Biennual Update Report – BUR) e contém os resultados de redução de emissões obtidos em comparação com o FREL; e (3) Sumário de informações sobre como as salvaguardas de Cancun foram abordadas e respeitadas durante a implementação de ações de REDD+. Após análise internacional de especialistas designados pelo Secretariado da Convenção-Quadro, os resultados reconhecidos são divulgados no Portal de Informações de REDD+ da UNFCCC, para que os doadores possam efetuar pagamentos em recompensa aos esforços dos países em desenvolvimento.

Com o propósito de elaborar e revisar insumos para submissões brasileiras à UNFCCC sobre REDD+, o MMA instituiu o Grupo de Trabalho Técnico de REDD+ por meio da Portaria nº 41, de 4/2/2014. Como resultado do trabalho realizado por esse Grupo, em junho de 2014, o FREL do Brasil foi submetido à UNFCCC para a mensuração dos resultados de redução de emissões por desmatamento alcançados pelo País no bioma Amazônia. O documento foi avaliado positivamente por especialistas da UNFCCC, após o processo de análise internacional realizado de agosto a novembro de 2014. Os especialistas concluíram que os dados e as informações usados pelo Brasil são transparentes e completos, em conformidade com os parâmetros definidos pela Convenção-Quadro.

O Anexo Técnico de REDD+ foi concluído em novembro de 2014, e o Sumário de Informações sobre Salvaguardas será consolidado após processo de consulta. Ambos foram submetidos, em 2014, como parte integrante do Relatório Bienal de Atualização (BUR) do Brasil à UNFCCC. A análise internacional do Anexo de REDD+ para o reconhecimento dos resultados do Brasil ocorrerá em 2015.

Para 2015, o desafio será preparar o nível de referência para a mensuração dos resultados de REDD+ no bioma Cerrado. Além disso, será desenvolvido o Sistema Nacional de Informações de Salvaguardas REDD+ (SIS REDD+). Esse processo tomará como base o Sumário de Informações sobre Salvaguardas e diálogos com as partes interessadas relevantes.

Para a implementação da Estratégia Nacional de REDD+, após a publicação do decreto presidencial, a parceria com os entes da federação será fundamental. O principal desafio será consolidar uma estrutura de gestão capaz de coordenar processos de captação e distribuição dos recursos externos e de monitoramento de resultados, de forma alinhada com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima e os objetivos dos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento nos biomas brasileiros.

- **Atualizar o Plano Nacional Sobre Mudança do Clima e acompanhar a execução dos Planos Setoriais (Art. 6º e 11 da Lei nº 12.187, de 2009)**

Análise Situacional da Meta

O Plano Clima, elaborado em 2008, reuniu num só documento todas as iniciativas governamentais em andamento que contribuíam para a mitigação da mudança do clima, apresentando ações para reduzir a emissão de gases de efeito estufa provenientes de diversos setores socioeconômicos, além de estabelecer ações para adaptação à mudança do clima. O Plano Clima é um instrumento de implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009, PNMC).

Como consta no texto de 2008, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima é um plano dinâmico, obra em progresso, a ser reavaliado constantemente para que possa ser implementado em consonância com os desejos e desígnios da sociedade brasileira.

Em 2013, o Plano Clima passou por um processo de atualização, realizado pelo Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx) sob a coordenação do MMA. O GEx está subordinado ao Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), coordenado pela Casa Civil. A contribuição da sociedade, além do processo de consulta pública, também foi identificada como fundamental e, nesse contexto, durante o primeiro semestre de 2013, reuniões foram promovidas

pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas denominadas “Diálogos Setoriais”, a fim de colher contribuições ao processo de atualização do Plano. Em paralelo, o GEx trabalhou no texto governamental da atualização do Plano Clima, buscando apresentar os principais avanços institucionais ocorridos no Brasil na área de mudança do clima desde a sua elaboração em 2008.

Durante o processo de atualização do Plano Clima, o Grupo Executivo realizou nove reuniões ordinárias e oito reuniões das subdivisões do GEx para a elaboração da redação do texto de atualização (dentre elas, duas reuniões para apreciação das contribuições dos Diálogos Setoriais, coordenados pelo Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC), e contribuições da consulta pública eletrônica), totalizando assim dezessete reuniões em 2013 e 2014.

No início do segundo semestre de 2013 realizou-se oficina de apresentação das contribuições da sociedade civil provenientes dos Diálogos Setoriais à atualização do Plano Clima, e as sugestões entendidas pelo GEx como pertinentes foram incorporadas ao texto. Após o período de consulta pública (eletrônica e presencial), as novas contribuições foram analisadas e, quando pertinentes, incluídas ao texto. Em dezembro do mesmo ano foi realizada a consulta pública presencial na sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em Brasília. Dessa forma, adicionando-se esta última às dezessete reuniões realizadas pelo GEx e às seis reuniões que o FBMC realizou para os Diálogos Setoriais, seguida de uma oficina de apresentação das contribuições da sociedade civil, totaliza-se 24 reuniões para o processo de atualização do Plano Clima em 2013 e 2014.

A versão consolidada do texto foi aprovada pelo GEx e encaminhada ao CIM no primeiro trimestre de 2014. O CIM enviou a versão aprovada pelo GEx aos Ministérios componentes daquele Comitê no final de março de 2014, para validação do texto. Os comentários recebidos foram analisados pela coordenação do GEx e incorporados, quando possível, no texto. Assim, nova versão consolidada da Atualização do Plano Clima foi encaminhada pelo GEx ao CIM em setembro de 2014. A impressão e publicação do referido Plano dependem de aprovação do CIM, após reunião daquele Comitê, a qual ainda não ocorreu.

Conforme previsão do Decreto nº 7.390/2010, em 2015 se iniciará o processo de revisão do Plano Clima. Assim, entende-se que o aprimoramento da visão estratégica, com definição e detalhamento de ações e indicadores de acompanhamento, desafios e meios de implementação das atividades, poderá ser trabalhado durante o processo de revisão do Plano Clima.

O Grupo Executivo sobre Mudança do Clima acompanha a implementação dos Planos de Ação e dos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima. Destaca-se aqui os principais resultados do PPCDAM, tendo em vista os resultados expressivos para a PNMC e para a consecução do compromisso nacional voluntário de redução de emissão de GEE. Os resultados iniciais do SMMARE para o PPCDAM mostram que a redução média de emissões no período entre 2010 e 2014 foi de mais de 650 milhões de toneladas de CO2 por ano. Apenas no ano de 2010, a redução de emissão de gases de efeito estufa realizada pelo Brasil, em relação aos níveis de 1995, equivale ao dobro das reduções de emissões feitas pelo conjunto dos países desenvolvidos. A redução de emissões de gases de efeito estufa alcançada pelo Brasil em 2012 foi superior a 41% em relação a 2005.

- **Fomentar a execução de 40 projetos e 20 empreendimentos que promovam a adaptação e mitigação às mudanças climáticas**

Análise Situacional da Meta

Entre 2012 e 2014, foram apoiados 170 (cento e setenta) projetos (166 projetos não reembolsáveis e 4 empreendimentos reembolsáveis). O acumulado ao longo dos anos é o seguinte: 2012 - 78 projetos; 2013 - 161 projetos; 2014 - 170 projetos. O termo “projeto” tem sido usado para especificar os apoios dados pelo Fundo Clima com recursos não reembolsáveis, geridos pelo próprio MMA, e disponíveis para entidades públicas da União, Estados e Municípios e privadas sem fins lucrativos. O termo “empreendimento” é usado para os apoios com recursos reembolsáveis, realizados por meio do BNDES, agente financeiro do Fundo, e disponíveis para a iniciativa privada ou entidades públicas com capacidade de endividamento.

O Fundo já investiu, em recursos não reembolsáveis, cerca de R$ 95 milhões em implantação de infraestrutura de

coleta e tratamento de informações climáticas, monitoramento de emissões, desenvolvimento de metodologias e procedimentos técnico-científicos, avaliação e prevenção de riscos e de impactos, projetos experimentais de recuperação e adaptação nas áreas vulneráveis dos ecossistemas costeiros e semiáridos, nas áreas desmatadas e de ocupação inadequada.

Quanto aos recursos reembolsáveis, além dos empreendimentos contratados, houve a composição de um conjunto de recursos por meio do Programa Inova Sustentabilidade, criado pelo BNDES, pela FINEP e pelo MMA, que encontram-se em adiantado estado de análise, cujo impacto maior na realização da meta deverá ocorrer em 2015.

Dentre os seus resultados expressivos, o Fundo Clima apoiou o projeto de práticas inovadoras de desenvolvimento social no semiárido, conhecido como Adapta Sertão, e desenvolvido pela Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH com o envolvimento de 14 municípios da Bacia do Jacuípe - BA. O projeto já recebeu o prêmio Mandacaru, do Instituto Ambiental Brasil Sustentável - IABS, em parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, e o prêmio Objetivo de Desenvolvimento do Milênio – ODM, da Presidência da República, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O sucesso do projeto levou o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID a investir na ampliação das ações para outras áreas do Estado da Bahia.

Recentemente, foi lançado o Selo Baixo Carbono para compensação de emissões na Copa do Mundo. O projeto, também apoiado pelo Fundo Clima, foi desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com o PNUD, para estimar as emissões de gases de efeito estufa e elaborar metodologia de compensação nas 12 cidades-sedes da Copa do Mundo.

O Fundo Clima também apoia projetos na área de combate à desertificação para aumentar a resiliência da população, com propostas de intervenções físicas para retenção de água, assistência técnica ao pequeno produtor, capacitação de técnicos, estudantes e produtores para adaptação à seca, disseminação do manejo florestal, além da instalação de equipamentos de natureza mitigatória como cisternas e poços tubulares, secadores solares, fogões ecológicos e fornos ecoeficientes. Na zona costeira, o Fundo apoia o Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira – SIMCosta, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande, e o Programa Nacional de Bóias – PNBóias, desenvolvido pela Marinha, para coleta de informações meteo-oceanográficas.

Quantidade alcançada

170

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementar o Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, muitos foram os avanços alcançados na implementação do Plano de Ação em Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS). Os temas desenvolvidos referem-se às agendas relativas à construção sustentável, contratações públicas sustentáveis, relatórios integrados, finanças sustentáveis, pactos e acordos de cooperação técnica e capacitação. Vale lembrar que 2014 foi o último ano do primeiro ciclo de implementação do PPCS brasileiro. Em 2015, conforme a concepção inicial, será elaborado um novo plano, no qual buscar-se-á avançar nas experiências bem-sucedidas, ao mesmo tempo em que serão corrigidas as experiências que não proporcionaram os resultados esperados. Trata-se, pois, de uma política inovadora, cuja implementação se dá de forma inédita em nosso país.

No que se refere à agenda da construção sustentável, iniciou-se parceria com o Conselho Brasileiro de Construção Sustentável (CBCS). Essa parceria teve como resultado a produção da publicação Aspectos da Construção Sustentável no Brasil e Promoção de Políticas Públicas: Subsídios para a Promoção da Construção Civil Sustentável que procura organizar um diagnóstico do estado atual da construção civil como subsídio para propor um conjunto de orientações

para balizar, de forma técnica e objetiva, políticas públicas futuras para contribuir com o direcionamento de práticas para uma construção mais sustentável.

Em relação às contratações públicas sustentáveis, foi desenvolvido estudo a respeito dos Planos de Gestão de Logística Sustentáveis (PLS), publicados pelos órgãos e entidades do Governo Federal, para verificação, dentre outras variáveis, a sua qualidade. Os resultados desse estudo motivou a produção de um modelo/guia para a elaboração dos Planos, além de formatar, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), curso presencial e a distância para formação de gestores públicos capazes de elaborar planos de qualidade superior.

Outra iniciativa relacionada com as contratações públicas sustentáveis, que está em curso, é a elaboração de estudo, em parceria com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), que tem como objetivo identificar, descrever, catalogar e definir critérios socioambientais dos produtos de limpeza e afins, mobiliários e informática, comprados pela Administração Pública Federal, para que possam ser utilizados como instrumentos operacionais efetivos das contratações públicas sustentáveis, no âmbito do sistema de catalogação de materiais (CATMAT).

No que diz respeito às finanças sustentáveis, o MMA, por exemplo, auxiliou o Banco Central do Brasil (BACEN) na construção das condições necessárias para a publicação da Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

No que se refere aos instrumentos voluntários de adesão ao PPCS, a parceria com a Associação Brasileira de Produtos de Limpeza e Afins foi renovada, em evento realizado na semana do meio ambiente deste ano. Também está prevista para o primeiro semestre de 2015 a celebração de acordo de cooperação com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) com o objetivo de criar um Fórum Permanente de discussão referente aos temas centrais da agenda de Produção e Consumo Sustentáveis.

Outra atividade em curso que deve ser destacada é a evolução da elaboração do curso a distância em Produção e Consumo Sustentáveis, que foi elaborado junto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia (SENAI/BA). A expectativa é que no primeiro trimestre de 2015 seja possível ofertar curso on-line aos interessados em se tornarem Agentes em Produção e Consumo Sustentáveis.

Além disso, o MMA coordenou os projetos de sustentabilidade da Copa do Mundo por meio da Câmara Temática de Sustentabilidade junto ao Ministério dos Esportes.

- **Monitorar as emissões setoriais de gases de efeito estufa**

Análise Situacional da Meta

A estratégia de monitoramento dos Planos de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, previstos no Decreto 7.390/2010 que regulamenta a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009), está sendo coordenada pelo MMA, no âmbito do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima (GEx).

A coordenação do MMA tem como objetivo auxiliar a proposição de metodologias para o monitoramento e o acompanhamento das reduções de emissões de gases de efeito estufa no âmbito dos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos Biomas e dos Planos Setoriais de mitigação e adaptação à mudança do clima. O MMA contratou o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e, no escopo deste contrato, foi elaborado o desenho do sistema de monitoramento de emissões, incluindo uma plataforma eletrônica para gerenciamento das informações.

Ao longo de 2013, as metodologias de monitoramento de cada um dos Planos foram discutidas separadamente com os coordenadores dos Planos, com a identificação de entidades parceiras no desenvolvimento da plataforma. Como resultado, foi proposta a criação do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SMMARE), dado que os Planos são heterogêneos.

. A implementação da proposta do Sistema de Monitoramento (SMMARE) está em construção. Para 2015 está prevista a continuidade dos trabalhos de desenvolvimento e aprimoramento de metodologias de monitoramento dos

nove Planos Setoriais.

Projeto piloto voltado para o monitoramento do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) foi desenvolvido e apresentou os primeiros resultados de redução de emissões de gases de efeito estufa associadas à redução do desmatamento na Amazônia.

OBJETIVO: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Os trabalhos empreendidos para consecução do objetivo tem sido implementados por meio de iniciativas de combate à desertificação e de ações para promoção da adaptação à mudança do clima.

Em relação às iniciativas para a adaptação à mudança do clima, estruturou-se o trabalho do grupo interministerial sobre adaptação tendo em vista o alcance da meta de elaboração do Plano Nacional de Adaptação.

O trabalho técnico foi divido em onze setores estratégicos: água, cidades, saúde, agricultura, segurança alimentar, desastres naturais, transportes, indústria, biodiversidade e ecossistemas, zona costeiras e energia. Para cada estratégia setorial de adaptação a liderança técnica dos trabalhos tem sido conduzida pelo órgão competente.

Em 2014, paralelamente à elaboração da minuta de texto do Plano, os subgrupos setoriais do GT trabalharam em suas estratégias específicas, que deverão ter suas minutas finalizadas no primeiro semestre de 2015, a tempo de compor o texto final do Plano Nacional de Adaptação. Todos os processos de trabalho estão sendo acompanhados pelo MMA para garantir a convergência de esforços e recomendações.

Em 2014, foi fortalecido o processo de diálogo e participação para a construção do Plano Nacional de Adaptação. Foram recebidos subsídios técnicos da sociedade civil de forma direta, através de chamada pública realizada no site do MMA, bem como de forma indireta através do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. O diálogo com o setor privado também foi ampliado, resultando em debates e recomendações técnicas oferecidas pela Confederação Nacional da Indústria.

Também foi realizada a articulação federativa com representantes estaduais, sob a coordenação
do Núcleo de Articulação Federativa para o Clima, voltado para a mobilização dos agentes estaduais e para a construção do
PNA.

Na descrição do objetivo foram destacados dois resultados esperados para adaptação à mudança do clima. Para o resultado “desenvolvimento e divulgação de dados de monitoramento e de estudos que indiquem as vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais da mudança do clima para o planejamento das medidas de adaptação”, as atividades realizadas obtiveram êxito e contaram com o apoio da contratação da Fundação Getúlio Vargas e com o projeto de financiamento da União Europeia. Toda informação e melhor evidência científica disponível foi consolidada e repassada aos órgãos pertinentes e demais interessados.

Vale ressaltar que são contínuos os esforços do Ministério do Meio Ambiente em garantir o amplo acesso à informação e conhecimento gerado no tema.

Quanto ao resultado esperado de redução das prováveis vulnerabilidades dos sistemas naturais e humanos, principalmente

nas regiões com climas mais propensos a eventos críticos, encontra-se em andamento, uma vez que os órgãos estão elaborando as estratégias setoriais com medidas adaptativas. Um avanço observado importante consiste na identificação da exposição e da sensibilidade dos setores à mudança do clima e na melhoria da percepção sobre nossa capacidade adaptativa, ou seja, nossa capacidade de resposta ao problema. Com este conhecimento será possível desenhar diretrizes e ações custo-efetivas para promover a adaptação.

Outros resultados alcançados cumulativamente de 2012 a 2014 foram:

- mobilização e capacitação dos atores governamentais e não-governamentais para elaboração do plano nacional e contratação da Fundação Getúlio Vargas para elaboração de subsídios para elaboração do Plano;
- fomento a projetos de adaptação pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima;
- estabelecimento de diálogo e demanda por subsídios da sociedade, setor privado, estados da federação e conselhos setoriais.

Dentre os fatores que contribuíram para andamento do objetivo em 2014 destacamos o grande interesse da sociedade pelo tema e o engajamento dos órgãos setoriais para encaminhamento de trabalhos. Internacionalmente também nota-se uma crescente importância dada ao tema de adaptação e um grande interesse sobre o posicionamento brasileiro no tema.

Em termos de desafios, a articulação federativa apresenta grande complexidade. O grupo de trabalho de articulação federativa em adaptação com Estados interessados produziu documento com subsídios e recomendações para a construção do PNA apontando questões relevantes a serem consideradas no Plano Nacional de Adaptação e alternativas de coordenação e governança entre os entes.

Metas 2012-2015

- **Atualizar o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca**

  Análise Situacional da Meta

  Durante o processo de atualização do Programa de Ação Nacional para o Combate à Desertificação - PAN-Brasil, que esteve alinhada à Estratégia Decenal da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD, da sigla em Inglês), destacam-se:

  • Apresentação e aprovação de dois projetos ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, da sigla em Inglês) na linha Terras Degradadas para o combate à desertificação e aprovação de um projeto de cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.Todos os projetos estão integrados numa Estratégia Financeira Integrada.

  • Elaboração, aprovação e início da implementação do Projeto BRA/13/G42 - Manejo de uso sustentável de terras no semiárido do Nordeste brasileiro (Sergipe) com recursos no valor de US$ 4.261.635,00, tendo o PNUD como Agência Implementadora e parceria com a SEMARH/SE/MMA.

  • Elaboração e aprovação do Projeto GPC/BRA/085 - Revertendo os processos de Desertificação nas Áreas Suscetíveis à Desertificação – ASD do Brasil: Práticas Agroflorestais Sustentáveis e Conservação da Biodiversidade com recursos no valor de US$ 4.433.520,00, tendo a FAO como Agência Implementadora em parceria com do Serviço Florestal Brasileiro – SFB e o Instituto Nacional do Semiárido – INSA. Nesse contexto foi criado um Escritório de apoio a projetos com a FAO para o Nordeste, em parceria com o IICA.

  • Aprovação do Projeto de Cooperação Técnica com o IICA – PCT/BRA/14/001, voltado à implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e implementação da UNCCD. Foi realizado o cadastramento das Agências Implementadoras e os contratos operacionais.

  • Implementação da Estratégia com Agentes de Fomento (Fundo Clima, CAIXA, FNMA e FNDF) para apoio a projetos de convivência sustentável com a semiaridez para o combate à desertificação, que possibilitou investimentos da ordem de R$ 100 milhões em projetos no campo. Foram criadas linhas de financiamento para o combate à desertificação no BNDES e no BNB para apoio ao manejo florestal e melhoria tecnológica dos setores gesseiro e cerâmico. Um grande avanço na promoção do manejo florestal foi a sinalização da criação do “custeio florestal” para

financiar as atividades florestais.

• Implementação do Projeto Econormas, uma ação no âmbito do Mercosul, com recursos da União Europeia (€$ 250.000) para o estabelecimento de projetos piloto de combate à desertificação nos países envolvidos. No Brasil, é uma ação de apoio ao primeiro Plano Municipal de Combate à Desertificação no Município de Irauçuba/CE, com intervenções estruturantes: formação de viveiros permanentes, ações de ATER para promoção de boas práticas de convivência sustentável com a semiaridez e de formação técnica para práticas conservacionistas visando a segurança alimentar, hídrica e energética.

• Com apoio do Fundo Clima e do IICA, foi apoiada a realização do Primeiro Encontro dos Países de Língua Portuguesa da UNCCD, com visitas técnicas às boas práticas de convivência sustentável com a semiaridez, realização de reuniões e seminários com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, a Universidade Federal do Cariri - UFCA e o Instituto Nacional do Semiárido – INSA. Foi definida uma estratégia de cooperação técnica fortalecendo as relações Sul x Sul. Os recursos levantados foram de R$ 169.830,00.

• Elaboração e encaminhamento à UNCCD do Relatório Nacional de implementação da Convenção no Brasil, na Plataforma PRAIS.

• Adequação do Regimento Interno da Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD) , deliberado em quatro Câmaras Técnicas, e adequação do Projeto de Lei para o estabelecimento da Política Nacional de Combate à Desertificação (PL2447), nas diretrizes para a implementação do PAN-Brasil e a relação com a UNCCD.

• Elaboração de proposta de programa estruturante para as famílias agricultoras visando ofertar água no campo para produção: “Programa Nacional de Recuperação e Uso Sustentável de Recursos Naturais nos Ecossistemas das Áreas Susceptíveis à Desertificação” – PROSPERAR. A proposta está em fase de análise e promove uma interface do PAN-Brasil com o Plano Nacional de Segurança Hídrica e com o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2014, foram realizadas ações de formação técnica e preparação de material didático.

• Consolidação do marco legal com o envio do PL 2447 para a Câmara dos Deputados.

• Conclusão do Sistema de Alerta Precoce de Seca e Desertificação – SAP. Estão em elaboração Acordos de Cooperação com o INPE para manutenção e difusão do Sistema.

- **Elaborar o Programa Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas**

  Análise Situacional da Meta

  A meta de elaboração do Plano Nacional de Adaptação está em andamento. O grupo de trabalho interministerial sobre adaptação do Grupo Executivo sobre Mudança do Clima tem mantido reuniões periódicas e frequentes e conta com ampla participação Ministerial, do Fórum Brasileiro sobre Mudança do Clima e de representantes da Rede Clima e do Painel Brasileiro sobre Mudança do Clima. A coordenação do grupo de trabalho também tem fomentado a participação social no debate por meio de encontros frequentes com o setor privado e com organizações da sociedade civil, da organização de chamada pública e do estabelecimento de diálogo com estados da federação. Vale destacar a criação de um grupo de trabalho no âmbito do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima para prover subsídios técnicos ao governo. Todas as memórias do processo de trabalho e de engajamento da sociedade têm sido amplamente divulgadas no sítio eletrônico do MMA. O engajamento da Academia resultou em uma proposta de plano de trabalho para adaptação até 2016 do Painel Brasileiro sobre Mudança do Clima. Outros resultados alcançados foram: a pactuação da estrutura do Plano, a divisão de responsabilidades sobre elaboração de minutas, a discussão preliminar de alguns capítulos, elaboração da minuta da parte geral do plano e início do processo de construção dos capítulos setoriais. Espera-se que até no primeiro semestre de 2015 sejam finalizados os capítulos setoriais e concluída a versão final do PNA para submissão ao Grupo Executivo sobre Mudança do Clima e Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

OBJETIVO: 0734 - Avaliar os impactos das mudanças climáticas nos sistemas naturais brasileiros por meio do monitoramento de emissões e de observação das manifestações do clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em 2012, as atividades realizadas estavam voltadas para a definição de um modelo de sistema que possibilitasse a avaliação dos impactos das mudanças climáticas. Foram realizadas reuniões com pesquisadores da Rede CLIMA que concluíram pelo desenvolvimento do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. Foi contratada consultoria do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para a realização de estudo sobre o estado da arte mundial no tocante a sistemas de observação de impactos das mudanças climáticas como também para o planejamento da implantação do Sistema no Brasil. Foi concedido apoio financeiro às seguintes atividades científicas da Rede CLIMA que possuíam aderência ao objetivo geral do Sistema:

1) Seminário sobre Recursos Hídricos

2) Curso sobre Acidificação dos Oceanos

3) Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SiMCosta)

4). Chamada CNPq 34/2012 – Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD)

5) Projeto Fluxo de CO2 (Continental e Oceânico)

5.1 Projeto Pirata (Fernando de Noronha)

5.2 Amazônia

5.3 Rede Sul Brasileira de Fluxos Superficiais e Mudanças Climáticas (SULFLUX)

5.4 Monitoramento de GEEs

5.5 Prejuízos Agrícolas

5.6 Observatório de Saúde Humana

5.7 Observatórios Ecohidrológicos

Em 2013, esforços foram envidados visando à definição do marco conceitual do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. O estudo “Estado da Arte dos Sistemas de Monitoramento de Impacto das Mudanças Climáticas em Países Selecionados”, entregue pelo CGEE, mostrou que a atribuição de causa dos impactos observados nos ecossistemas e sistemas humanos à mudança climática representa um grande desafio a ser vencido. Além disso, apontou para a importância do desenvolvimento de estudos e de indicadores de vulnerabilidade dos sistemas vivos para o aprimoramento dos indicadores de impactos que, em conjunto, permitirão a proposição de medidas de adaptação. Já o relatório do Painel Brasileiro sobre Mudanças Globais do Clima “Impactos, Vulnerabilidades e Adaptação” ressaltou que as zonas costeiras estão entre as áreas mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas globais, sendo atingidas diretamente pelo aumento do nível médio do mar, entre outros fatores. Baseado nesse fato, a implantação de uma rede de marégrafos no âmbito do SiMCosta foi apoiada com o objetivo de viabilizar o desenvolvimento de um sistema integrado que gere medidas contínuas em escala compatível com as dimensões da costa do Brasil. Os dados consolidados da rede maregráfica serão disponibilizados em www.simcosta.furg.br.

Já em 2014, a continuidade do sistema de observações meteoceanográficas no Atlântico tropical foi apoiada. Visando ao desenvolvimento de atividades voltadas para a definição do marco conceitual do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas e para a “tropicalização” de critérios e indicadores de impactos, o MCTI em parceria com a Embaixada Britânica e com o apoio do Projeto Diálogos Setoriais Brasil-União Europeia realizaram em Brasília o Workshop Internacional Challenges for the Monitoring and Observation of the Impacts of Climate Change. O evento reuniu expertos europeus e brasileiros e promoveu a troca de conhecimento e experiências que vieram a auxiliar na definição das fronteiras e características do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. Como resultado, foi definido que o sistema deve fornecer dados de fácil acesso e informação simples. A definição de indicadores e das fontes de dados deve resultar de processos colaborativos e da transferência de dados/conhecimento entre setores e agências. Para garantir transparência e robustez ao conjunto de dados, o inventário e o controle de qualidade são pontos iniciais importantes que permitirão o cálculo de indicadores e o apoio à elaboração de políticas públicas, inclusive do Plano Nacional de Adaptação.

Um novo workshop para definir o escopo de um projeto-piloto do SISMOI foi planejado para o primeiro semestre de 2015.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver e implementar sistema de observação das manifestações do clima nos sistemas naturais e nas atividades econômicas brasileiras**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas discussões sobre o desenho do sistema a ser desenvolvido, com a participação de especialistas de diversas áreas. A partir das conclusões obtidas, foram identificadas e apoiadas atividades da Rede Clima em andamento que possuiam aderência ao objetivo geral do sistema e que podiam gerar dados a serem incorporados no Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas.

Em 2013, tomando como base o estudo desenvolvido pelo CGEE que elencou questões chaves do sistema de monitoramento – necessidade de atendimento às principais vulnerabilidades climáticas do país, indicadores monitorados no mundo, premissas para a eleição de indicadores, estruturas de governança de sistemas existentes no mundo e sua forma de operacionalização – foi contratado um consultor para coordenar e elaborar proposta de metodologia de sistematização de informações e de critérios necessários para a definição de indicadores a serem utilizados no monitoramento dos impactos observados no âmbito do Sistema de Monitoramento e Observação dos Impactos das Mudanças Climáticas. Além disso, apoiou-se a instalação de uma rede de marégrafos que possibilita o monitoramento de variações nas marés da costa brasileira.

Em 2014, ocorreram atrasos no cronograma de planejamento do Sistema e no desenvolvimento de seu marco conceitual. Apesar das dificuldades, por meio de um processo participativo, a estrutura teórica do Sistema foi definida. Durante o Workshop Internacional Challenges for the Monitoring and Observation of the Impacts of Climate Change houve discussão sobre o conjunto de dados necessários para o monitoramento de impactos e as lacunas existentes. O Sistema deverá focar na integração e harmonização dos dados existentes para calcular indicadores-chaves.

Espera-se que em 2015 seja concebido e iniciada a implementação de um projeto-piloto do Sistema.

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0990 - Expandir a previsão de tempo, de qualidade do ar e do clima em escala regional e global.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Com o objetivo de expandir a previsão do tempo, da qualidade do ar e do clima, de 2012 a 2014, continuaram os desenvolvimentos e refinamentos no sistema de assimilação de dados em escala global. O sistema encontra-se em avaliação de desempenho. A assimilação de dados visa obter o cenário atual (análise) mais realista possível, permitindo assim que o modelo atmosférico realize a previsão do cenário futuro (previsão) com o menor erro. Permanece o aprimoramento dos sistemas de monitoramento da recepção e armazenamento de dados meteorológicos, com a elaboração periódica de boletins de acompanhamento e a utilização do sistema MARS (Meteorological Archival and Retrieval System) do ECMWF (European Centre for Medium-Range Weather Forecasts). Um grande desafio para a expansão da previsão do tempo foi o serviço e a página com previsões de tempo para a Copa do Mundo. Esta página representou uma iniciativa inovadora por parte do INPE, num trabalho conjunto com o CEMADEN e outros órgãos. Para executá-la foi montado um esquema especial de trabalho com os meteorologistas e realocado pessoal internamente. Além da página para a Copa, o INPE também teve a responsabilidade de fornecer informações diferenciadas para o Comitê

Organizador Local da FIFA. Duas vezes ao dia foram enviadas previsões para todas as cidades-sede da Copa, além de serem disponibilizados meteorologistas de plantão para atendimentos e contatos especiais. Um serviço especial de monitoramento também foi estabelecido em parceria com o CEMADEN, e avisos meteorológicos especiais mandados várias vezes ao dia durante os dias dos jogos. Estas informações também foram disponibilizadas para o MCTI e a Casa Civil. Além de conseguir prover serviço tão amplo e detalhado, o desafio de fornecer a informação com a qualidade mais apurada possível foi alcançada.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a resolução espacial da previsão climática sazonal para o Brasil de 5 para 10 regiões**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi cumprida com o desenvolvimento de uma ferramenta de seleção de área que permite detalhamento conforme a necessidade do usuário. A metodologia dá como resultado a previsão sazonal objetivamente, mostrando a distribuição esperada dentro do conjunto de cenários gerados pelas simulações do modelo numérico da atmosfera.

  A implementação dos critérios objetivos permite que a previsão climática seja realizada para qualquer número de regiões. Essa meta foi cumprida em 2012. A previsão pode ser feita para 10 ou mais regiões.

  A implementação necessitou do domínio de técnicas de estatística e previsão numérica por conjuntos, além do domínio de programação para criação da ferramenta.

  Quantidade alcançada

  10

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Atingir um índice de acerto de 75% nas previsões de tempo para 4 a 5 dias**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi cumprida superando o desafio de atingir um índice de acerto superior ao esperado (75%) nas previsões de tempo para 4 a 5 dias de antecedência. Isto foi alcançado com o desenvolvimento dos modelos e com o aumento da resolução espacial e detalhamento horizontal nos modelos regionais de 5 km (BRAMS) e de 15 km (ETA). Em 2012, o modelo de previsão regional de tempo BRAMS-5 tinha um índice de acerto de 66%, tendo crescido 10% em relação ao índice do ano anterior. Em 2013, para os modelos regionais, foi obtida uma melhoria na resolução, refletindo uma leve melhora da acurácia das previsões. Em 2012, a acurácia foi de 84,5% para previsões de 96 horas (4 dias), enquanto no ano seguinte, a acurácia das previsões passou para 84,8%. O mesmo padrão se observa na acurácia para previsões de 5 dias (120 horas): em 2012, a precisão foi de 82,8%, enquanto que em 2013, passou para 83%. Aparentemente, a melhoria na acurácia da previsão de tempo foi insignificante, contudo o grande desafio de melhorar o índice de acerto foi superado, especialmente, com o aumento na resolução espacial de 20 para 5 km, o que é por si só um valor agregado único. Em 2014, estas acurácias se mantiveram. Toda a realização somente foi possível com a disponibilidade do supercomputador, capaz de gerar as previsões com melhores resoluções (detalhamentos) dos modelos, o que permite simular eventos mais fielmente.

  Quantidade alcançada

  83

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Aumentar em 50% o índice de acerto das previsões de precipitação**

  Análise Situacional da Meta

  O desafio de aumentar em 50% o índice de acerto da previsão de precipitação foi alcançado apenas em 2014. A meta estabelecida em 2012 foi cumprida. Para tanto, foi adotado um índice internacional ETS (Equitable Threat Score - índice de avaliação de precipitação) que passou a ser acompanhado e monitorado ao longo das melhorias implementadas nos modelos regionais de previsão de chuva. O índice escolhido, ETS, é dependente das escalas temporal e espacial dos fenômenos atmosféricos causadores da precipitação, de tal forma que pode haver oscilações

para mais ou para menos na medição deste índice que independem do esforço de pesquisa e inovação dedicados à melhoria dos modelos atmosféricos. Mesmo assim, o INPE alcançou índice superior a 20% do ETS para os seus modelos regionais. Em 2014, em avaliação do acerto pelo índice ETS, os modelos regionais de previsão de tempo ETA e BRAMS atingiram o índice de 20,4% de acerto da previsão de precipitação para 36h. Esse resultado significa uma melhoria de 50% no índice da previsão de precipitação em relação ao que se obtinha em 2011. Apesar deste êxito, o INPE prosseguirá com o desenvolvimento, investindo em pesquisa e atualizações do código dos seus modelos de previsão numérica de tempo para garantir a busca contínua pela melhoria da qualidade dos produtos oferecidos para a sociedade.

Quantidade alcançada

50

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área coberta por unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação-Bioma Amazônia	%	01/12/2010	25,5	27/10/2014	26,6
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Caatinga	%	01/12/2011	7,4	27/10/2014	7,4
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Cerrado	%	01/12/2010	8,1	27/10/2014	8,3
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Marinho	%	01/12/2010	1,5	27/10/2014	1,5
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2010	9,2	27/10/2014	9,1
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa	%	01/12/2010	3,3	27/10/2014	2,7
Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pantanal	%	01/12/2010	2,9	27/10/2014	4,6
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Caatinga	%	01/12/2008	53,38	31/12/2009	53,38
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Cerrado	%	01/12/2008	51,16	31/12/2010	50,84
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Mata Atlântica	%	01/12/2008	22,25	31/12/2009	22,23
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pampa	%	01/12/2008	36,06	31/12/2009	35,89
Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pantanal	%	01/12/2008	83,14	31/12/2009	83,07
Número de contratos ou instrumentos equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios firmados	unidade	01/08/2011	25	17/12/2014	39
Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo	%	01/12/2010	33,67	16/12/2014	17,5

Observações:

Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Mata Atlântica - A indicador caiu porque a metodologia de delimitação das áreas está mais precisa.

Área coberta por unidades de conservação SNUC- Bioma Pampa - A indicador caiu porque a metodologia de delimitação das áreas está mais precisa.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Caatinga - O indicador ainda não foi atualizado.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Cerrado - O indicador ainda não foi atualizado.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Mata Atlântica - O indicador ainda não foi atualizado.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pampa - O indicador ainda não foi atualizado.

Cobertura vegetal nativa remanescente - Bioma Pantanal - O indicador ainda não foi atualizado.

Número de contratos ou instrumentos equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios firmados - referência: email enviado por (flavia.silva@mma.gov.br), data 19/12/2014.

Taxa de conservação de espécie ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo - Em 2014 foi finalizado o processo de reavaliação das espécies ameaçadas de extinção e essa reavaliação aumentou

consideravelmente o número total de espécies ameaçadas de extinção. Dessa forma, houve queda da taxa.
Fauna Terrestre, Répteis e Mamíferos aquáticos: das 698 espécies ameaçadas da nova lista, 349 tem Planos de Ação.
Fauna Aquática: das 475 espécies ameaçadas da nova lista, 149 tem Planos de Ação.
Flora: das 2113 espécies ameaçadas da nova lista, 79 tem Planos de Ação.
Cálculo: 577/3286 = 17,5%
Referência: email enviado por (flavia.silva@mma.gov.br) no dia 19/01/2015 e (leonardo.correia@mma.gov.br) no dia 23/02/2015

OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em contribuição a esse objetivo, estão em andamento diversos programas, projetos e redes de pesquisa:

1. O Sistema de Informação Sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr) tem como um de seus objetivos disponibilizar os dados de todas as Coleções Biológicas Brasileiras e ferramentas on-line aos tomadores de decisão e à sociedade em geral. Entre as principais realizações, destacam-se: i) cumpridos os compromissos da Chamada MCTI/CNPq nº 45/2012 - SiBBr, cujos os coordenadores dos projetos estão sendo visitados para integrarem os dados ao SiBBr e 6 projetos já estão sendo atendidos para publicação dos seus dados; ii) instalado o Nodo GBIF (Global Biodiversity Information Facility) no Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC); iii) contratados e lotados no LNCC cinco funcionários para implantar o SiBBr com financiamento GEF (Global Environmental Facility); iv) lançado o Repositório de dados do PELD (Programa Ecológico de Longa Duração), o que tornará os dados sobre biodiversidade acessíveis à sociedade; v) lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT-Ação Transversal Nº 67/2013 - Coleções Biológicas para promover a melhoria da infraestrutura e a modernização das coleções; vi) Elaboração do sistema do "Catálogo da Fauna do Brasil", que funcionará como backbone taxonômico do SIBBr; vii) disponibilização do Catálogo Flora do Brasil no SiBBr; vii) firmadas parcerias com o CRIA, LNCC, JBRJ, INPA, MPEG, MZUSP e FIOCRUZ para apoiar a troca de informações para a implantação do SiBBr; viii) lançado, em novembro, o SiBBr que atualmente tem dois módulos operacionais - o explorador de dados de ocorrências de espécies e o repositório de dados ecológicos.

2. O Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) foi expandido para outros biomas, atingindo o âmbito nacional, e propiciou: fortalecimento institucional; organização da informação científica (padronização e modernização dos acervos e inclusão de informações em banco de dados); formação de recursos humanos; estabelecimento de protocolos; realização de inventários; integração de grupos de pesquisa que atuam nos biomas abrangidos pelo Programa; e inserção da biodiversidade no contexto do desenvolvimento. Em resposta à Chamada MCTI/CNPq/N º 35/2012 – PPBio/Geoma, foram contratadas 7 redes de pesquisa: uma na Amazônia Ocidental, uma no Semiárido, duas na Mata Atlântica, duas no Cerrado e uma nos Campos Sulinos, envolvendo 42 projetos. Em abril/2014, foi realizada reunião de avaliação do PPBio e Geoma. O Comitê Avaliador ratificou a relevância do PPBio em preencher uma lacuna importante no país detentor da maior diversidade do Planeta.

3. As Redes de Pesquisas dos Ecossistemas do Pantanal são apoiadas pelo Termo de Parceria com o Centro de Pesquisas do Pantanal (CPP) cujo plano de trabalho prevê a execução do Projeto "Ciência e sociedade no Pantanal: integrando conhecimentos para a sustentabilidade socioambiental", com vigência até 2015. Estão em execução 7 componentes e, em 2014, foram realizadas duas reuniões da Comissão de Acompanhamento e Avaliação, uma em março e outra em setembro.

4. O Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) tem contribuído no avanço do conhecimento sobre o funcionamento dos ecossistemas da Amazônia; nos estudos sobre os impactos de mudanças ambientais nas interações entre biosfera e atmosfera, na formação de recursos humanos; e no fortalecimento da

infraestrutura de pesquisa. Em setembro/2013, foi lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT - Ação Transversal Nº 68/2013 Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia – LBA, com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa que contemplassem três linhas de ação de caráter inter e/ou multidisciplinares. Como resultados dessa Chamada, foram contratados 14 projetos, com vigência de 36 meses e recursos da ordem de R$ 11 milhões, os quais foram integralmente repassados ao CNPq em 2014.

5. A Rede Temática de Pesquisa em Modelagem Ambiental da Amazônia (Geoma) foi apoiada Chamada MCTI/CNPq/Nº 35/2012 – PPBio/Geoma, com a contratação do projeto "Modelagem dos efeitos do regime de alagamento e da ação antrópica sobre a vegetação das florestas de várzea da calha do Solimões-Amazonas", comprometendo recursos até 2014. Em novembro/2013, foi realizado o "Evento Científico de Modelagem Ambiental da Amazônia (ECMAA)", no qual foi possível sintetizar os avanços alcançados da modelagem ambiental pela comunidade científica que atua na Amazônia e avaliar as necessidades de integração dos diferentes programas de pesquisa voltados para a Amazônia, visando melhorar a eficiência de uso dos recursos. Em abril/2014, foi realizada reunião de avaliação do PPBio e Geoma. O Comitê Avaliador ratificou a importância do Geoma e recomendou que a estratégia de atuação dessa Rede fosse redefinida em termos de integração dos Institutos do MCTI, de recursos financeiros disponibilizados e de áreas temáticas.

6. A Rede de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal (BIONORTE) possui 20 projetos nas áreas de biodiversidade, conservação e biotecnologia, no formato de redes interestaduais, com período de execução até 2014, apoiados pelo Edital MCT/CNPq/FNDCT/CT- AMAZÔNIA/BIONORTE Nº 66/2009. Em 2013, foi lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT Ação Transversal - Redes Regionais de Pesquisa em Biodiversidade e Biotecnologia N º 79/2013 para o período de 2013 a 2014. Como resultados, foram contratados 16 projetos, estruturados em 4 redes de pesquisa para a Rede Bionorte. Em abril de 2014, ocorreu a 13ª. Reunião do Comitê Científico e, em julho de 2014, foi publicada a Portaria SEPED nº 13, com a nomeação dos membros do Comitê Científico e da Coordenação Executiva. Além disso, foram prorrogados nove Acordos de Cooperação entre o MCTI e as instituições de ensino e pesquisa ligadas à Rede Bionorte.

7. A Rede Centro Oeste de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação (Pró-Centro Oeste) compreende 16 redes de pesquisa, com 101 projetos, contratados por meio do Edital MCT /CNPq /FNDCT /FAPs /MEC /CAPES/PRO- CENTRO-OESTE Nº 031/2010. Em 2013, foi lançada a Chamada MCTI/CNPq/FNDCT Ação Transversal N º 79/2013 para o período de 2013 a 2014. Como resultados, foram contratados 39 projetos abrangidos por nove redes de pesquisa para a Rede Pró-Centro-Oeste, os quais receberam recursos financeiros apenas para as bolsas devido ao contingenciamento financeiro de 2014.

8. A Rede de Identificação Molecular da Biodiversidade Brasileira (BrBoL) tem por objetivo sistematizar programa de caracterização molecular da biodiversidade brasileira através do "código de barras da vida". Com apoio do FNDCT, é composta por mais de 200 pesquisadores e alunos de pós-graduação em 11 subprojetos. Para consolidar e expandir essa Rede, foi previsto o lançamento de uma Chamada com aporte de recursos do FNDCT da ordem de R$ 5 milhões, para os exercícios de 2013 e 2014. Entretanto, como os recursos não foram disponilizados, não foi possível lançar a Chamada.

9. A iniciativa de C,T&I Aplicadas aos Conhecimentos Tradicionais Associados aos Recursos Biológicos, em dezembro de 2014, apoiou a contratação de um projeto no âmbito da Chamada MCTI/MAPA/CNPq nº 40/2014, relacionado ao tema de sementes e extrativismo sustentável orgânico executado pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e pelos Centros Vocacionais Tecnológicos em Agroecologia e Produção Orgânica das Universidades Federais.

10. O projeto Amazon Face, lançado em maio, é uma iniciativa conjunta do MCTI e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que pretende realizar um experimento de enriquecimento por CO2 ao ar livre ("Free Air CO2 enrichment – FACE") que irá simular a composição atmosférica do futuro, em face das mudanças climáticas previstas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 500.000 espécimes biológicas coletadas, analisadas e depositadas adequadamente em acervos nacionais, aumentando efetivamente o conhecimento da biodiversidade brasileira**

Análise Situacional da Meta

O Programa de repatriação de informações sobre a Flora Brasileira (Reflora) continua, inclusive em associação com o INCT (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia) Herbário Virtual, disponibilizado ao público em 30 de setembro de 2013, com mais de 420.000 imagens, sendo mais de 120.000 de espécimes repatriados do Herbário do Jardim Botânico de Kew (Reino Unido) e Museu de História Natural de Paris (França). Está sendo negociada com o CNPq a possibilidade de continuidade do Reflora para 2015. Enquanto isso, avançamos para socializar o acesso às informações dos acervos com a estruturação do Sistema de Informações sobre a Biodiversidade e Ecossistemas Brasileiros – SiBBr. Em forma de piloto, o banco de dados do Jardim Botânico do Rio de Janeiro já está disponível para consultas no site do GBIF (Global Biodiversity Information Facility), com mais de 600.000 registros. Esses registros já são acessados pelo nodo Brasil (o sistema que exerce a função de ponto focal para o GBIF), ou seja, só não são visualizados pelo público. Com o lançamento do nodo Brasil do GBIF e as adesões das instituições que já assinaram (CRIA, LNCC, JBRJ, INPA, MPEG, MZUSP e FIOCRUZ) ou assinarão acordos de cooperação, o número de registros disponibilizados via SiBBr aumentará exponencialmente e o trabalho de quantificar o número de espécimes será muito facilitado, pois será possível fazer a coleta de dados diretamente das instituições que se integrarão ao SIBBr.

No período 2012-2014 foram coletados 580.000 espécimes.

Quantidade alcançada

580.000

Data de Referência

15/12/2014

- **Catalogar 250.000 espécies de invertebrados brasileiros conhecidos em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada**

Análise Situacional da Meta

No Brasil, há cerca de 150.000 espécies de invertebrados terrestres descritos (Lewinsohn, T.M. & P.N. Prado, 2000). No ano de 2013, não houve nenhuma espécie catalogada em uma plataforma informatizada, integrada e compartilhada. Com o lançamento do SIBBr, em novembro/2014, verificou-se que já constam da plataforma integrada aproximadamente 3 milhões de registros, ou seja, quase metade do que existe nacionalmente em bases de dados que estão dispersas. Desse total, pelo menos 86.356 mil são registros de espécies de invertebrados.

Quantidade alcançada

86.356

Data de Referência

15/12/2012

- **Concluir as listas de espécies de flora e dos vertebrados brasileiros**

Análise Situacional da Meta

A Lista da Flora e Fungos Brasileiros foi lançada em 2010 com 40.982 espécies, reunindo os esforços de mais de 500 especialistas. É constantemente atualizada e já conta com 45.867 espécies, inclusive com suas sinonímias.

A lista da fauna no que se refere aos vertebrados está sendo concluída. O sistema online que receberá informação sobre as listas, entretanto, ainda não está concluído e por isso ainda encontra-se indisponível. A estimativa é de que, em janeiro/2015, o sistema possa receber a primeira carga de dados e, ao final do primeiro semestre de 2015, a informação correspondente a todos os grupos zoológicos que foram concluídos esteja inserida no sistema e disponíveis online para o lançamento.

Quantidade alcançada: 100%

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

15/12/2014

- **Proteger 80% das coleções zoológicas, botânicas e microbiológica, em infraestruturas modernizadas e adequadas**

Análise Situacional da Meta

Essa meta está atendida basicamente por duas grandes ações: i) Chamada MCTI/CNPq 045/2012 - recebeu 211 propostas para a informatização e melhoria de infraestrutura das coleções biológicas nacionais, das quais 20 foram financiadas para execução no período de 2012 a 2014; ii) Chamada MCTI/CNPq 67/2013 - recebeu 256 propostas para a informatização e melhoria de infraestrutura das coleções biológicas nacionais, das quais 37 foram contratadas com financiamento total de R$6 milhões para os exercícios de 2013 e 2014. Foi contratado projeto de apoio ao JBRJ que inclui, entre outras, atividades de fortalecimento e modernização das coleções.

É importante ressaltar que essa meta não será atendida no prazo do PPA, pois não existe um diagnóstico preciso sobre o número de coleções (incluindo zoológicas, herbários e coleções microbiológicas) existentes no País. Temos somente um número estimado de instituições que abrigam coleções científicas. Com a implantação do SiBBr será possível obter esse diagnóstico, mas não no prazo do PPA. Entretanto, com os recursos do PPA e por meio da ação do SiBBr, consideramos que são apoiadas as instituições brasileiras que abrigam as maiores coleções de referência.

Para o lançamento do SiBBr em novembro/2014, foram mapeadas e compiladas informações existentes sobre o número de coleções existentes no Brasil, indicando que esse número pode ser superior a 500 coleções. A meta de proteger 80% das coleções é, portanto, incompatível com os recursos disponíveis, haja vista o número de propostas que puderam ser apoiadas pelas chamadas acima mencionadas.

Quantidade alcançada

30

Data de Referência

15/12/2014

OBJETIVO: 0504 - Atualizar o marco regulatório sobre a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da biodiversidade, tendo como referência os compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Houve esforços para que a Lei de Biossegurança mantenha-se adequada diante de novas tecnologias. Nesse sentido, houve projetos de lei apresentados ao Congresso propondo alterações na lei de Biossegurança propondo a liberação da tecnologia Terminator, que confere esterilidade à 2ª geração de sementes. O MMA se posicionou desfavoravelmente a essa proposição. O MMA participa do Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade, criado no âmbito do MDA, que conduz ampla discussão de possíveis impactos à biodiversidade advindos de OGM´s e vem participando de diversas discussões sobre a liberação desses. O MMA participou da oficina organizada pelo Secretariado da CDB sobre a implementação do Protocolo de Cartagena, que teve como objetivo debater estratégias para integrar ações de biossegurança relacionadas ao Protocolo na Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade.

O MMA, em parceria com outras instituições, convidou a sociedade para participar do processo de definição das metas nacionais de biodiversidade, no que foi chamado de Diálogos da Biodiversidade. Os resultados dessas consultas foram apresentadas à CONABIO, que definiu as 20 metas nacionais, em setembro de 2013, por meio da Resolução nº 6. Ocorreu também a criação e entrada em operação do plataforma colaborativa PainelBio, que objetiva fomentar o alcance das Metas Nacionais e o estabelecimento de indicadores para as mesmas. Houve a elaboração e aprovação pela CONABIO do 5º Relatório Nacional para a CDB.

O MMA submeteu ao Ministério da Fazenda e à Casa Civil uma proposta de alteração do PL 792/2007 que institui a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais, define o que são serviços ambientais e prevê a transferência de recursos, monetários ou não, aos que ajudam a produzir ou conservar estes serviços, visando transformar a natureza do

fundo a ser constituído em decorrência do PL, de contábil para financeiro e, principalmente, trazer maior participação da iniciativa privada. Em 2014, o Relator da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados apresentou seu relatório para a comissão, posicionando-se favoravelmente, porém o texto, ainda não foi apreciado.

A Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras visa criar as condições para prevenção da introdução de espécies exóticas invasoras, bem como a mitigação dos seus impactos, o controle e o monitoramento. O Primeiro Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, apresentou o levantamento das espécies exóticas invasoras que afetam o ambiente marinho, de águas continentais e terrestre, os sistemas de produção e a saúde humana. Foi publicado o Informe sobre Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil e elaborada uma minuta de portaria para reconhecimento da Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil e ainda criado, por meio da Portaria nº 37, de 27/01/2014, o Grupo de Trabalho sobre a Gestão da Fauna Brasileira, que tem por finalidade assessorar o MMA no que tange à gestão da fauna.

Foi elaborado o Anteprojeto de Lei sobre Acesso e Repartição de Benefícios pelo uso dos Recursos Genéticos, encaminhado ao Congresso Nacional em 2014, que tramita como PL 7735/2014 em regime de urgência. O objetivo da proposta é simplificar o acesso ao patrimônio genético, trazendo regras mais claras para a repartição de benefícios provenientes do uso de componentes da biodiversidade, segurança jurídica e redução da burocracia. O aperfeiçoamento do marco legal abre espaço para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, e deve resultar, espera-se, em inovações tecnológicas, em dividendos e dinamismo econômico e, ainda, retorno financeiro para as comunidades mantenedoras das florestas e que cuidam da biodiversidade. Visando o reconhecimento e promoção do uso tradicional e popular de plantas medicinais e de fitoterápicos ou de produtos da biodiversidade de uso terapêutico tradicional foram realizadas oficinas e reuniões técnicas, com o envolvimento de representantes dos diversos segmentos sociais e dos poderes públicos envolvidos com o tema e elaborada uma estratégia voltada a promover o uso sustentável da biodiversidade e da agrobiodiversidade dos biomas brasileiros por meio do incentivo e fomento à pesquisa, ao manejo, ao cultivo, à produção, à manipulação e à comercialização de plantas medicinais nativas e de seus fitoterápicos, e das exóticas adaptadas a cada bioma. Adicionalmente, teve início articulação com o Ministério da Saúde visando integrar esforços no âmbito da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.

A ratificação do Protocolo de Nagoya foi solicitada pela Presidência da República ao Congresso Nacional em junho de 2012. No Congresso Nacional foi formada uma comissão especial para discutir a proposta. O MMA tem participado e está organizando fórum de discussão voltados para informar e sensibilizar sobre a importância da ratificação do Protocolo de Nagoya para o Brasil. Já o Protocolo Suplementar Nagoya - Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Compensação resgata um dos compromissos assumido pelas Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, especialmente relacionado ao Artigo 27, que diz respeito à responsabilidade e compensação decorrentes do movimento transfronteiriço de OGMs, incluindo o manuseio, o transporte e o uso. O MMA buscou a aprovação de normativa que pudesse, de alguma forma, responsabilizar e penalizar toda a cadeia (instituições/empresas), desde a produção até o movimento transfronteiriço e uso desses organismos, por eventuais danos ao meio ambiente e à biodiversidade. Atualmente, está sendo avaliado uma proposta de projeto regional, com países da América Latina, tendo como objetivo socializar e melhorar o entendimento das autoridades nacionais e tomadores de decisão a respeito do Protocolo que proporcionará ao Brasil condições de participar efetivamente dos debates e influenciar na tomada de decisões sobre responsabilidade e compensação relacionados aos organismos vivos modificados.

Quanto à regulamentação das categorias do SNUC, em 2011 teve início o processo de regulamentação das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Quanto às Áreas de Proteção Ambiental - APA, houve contratação para subsidiar a realização do Seminário sobre APA e produzir um documento com recomendações para melhorar sua gestão. Seguimos avaliando, em contato com outros entes federativos, como proceder com a regulamentação desta categoria.

Metas 2012-2015

- **Avaliar a adequação da Lei de Biossegurança (Lei 11.105/2005) com vistas a contemplar as novas tecnologias, em parceria com os demais órgãos do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

Os Organismos Geneticamente Modificados - OGMs liberados no meio ambiente podem contaminar, por meio de cruzamento natural, componentes da diversidade biológica, a exemplo das variedades crioulas e das espécies silvestres aparentadas às espécies geneticamente modificadas. Tendo isto em vista o MMA acompanha com particular interesse a discussão desse tema e a liberação de eventos comerciais no meio ambiente. Em junho de 2013, ocorreu em Brasília/DF a Conferência Temática sobre Agrobiodiversidade, com o Tema "Transgênicos e Agrotóxicos" o evento teve como objetivo promover o debate sobre o uso desses elementos no Brasil dentro do escopo da Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como discutir suas implicações sobre o desenvolvimento territorial rural. O evento contou com a participação de especialistas representantes de diversas entidades da sociedade civil organizada, movimentos sociais e órgãos governamentais. O MMA se fez presente nessa Conferência e contribuiu nas discussões relacionadas aos atuais problemas decorrentes do uso dos transgênicos e agrotóxicos. Como resultado dessa Conferência, foram aprovadas 10 propostas, que serão levadas à coordenação da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – 2ª CNDRSS.

No 2º semestre de 2013 ocorreram inúmeros debates relacionados à Lei de Biossegurança. Novos Projetos de Lei propondo alterações na lei de Biossegurança foram apresentados. A alteração mais significativa se refere à proposta de liberação da tecnologia "Terminator", a qual confere esterilidade à 2ª geração de sementes. Essa proposição compromete a possibilidade de uso da semente para uso próprio. Por meio de pareceres técnicos, o MMA se posicionou desfavoravelmente a essa proposição. Essa temática foi discutida na reunião do SBSTTA (CDB), em Montreal, uma vez que a CDB adotou, durante a COP-5 (Nairobi, 2000), a Decisão V-5, que estabelece uma moratória do uso dessa tecnologia.

Além disso, ocorreram ao longo do 2º semestre de 2013 diversas discussões relacionadas à liberação de transgênicos com resistência ao herbicida 2,4-D, um agrotóxico considerado extremamente tóxico. Essa temática é bastante complexa, uma vez que envolve questões tanto agronômicas quanto de saúde e meio ambiente. O MMA contribuiu com essas discussões e participou da Audiência Pública promovida pelo Ministério Público Federal (MPF) para tratar da liberação comercial do milho e da soja transgênicas tolerantes a esse herbicida. Da mesma forma, ocorreram reuniões promovidas pela Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, com vistas a promover uma maior discussão do tema.

Ao longo do primeiro semestre de 2014 o MMA continuou acompanhando as discussões relacionadas à liberação de novos eventos transgênicos, caso dos mosquitos Aedes aegypti geneticamente modificado, criado para combater o vírus da dengue, e da liberação comercial do plantio de eucalipto geneticamente modificado, onde busca-se maior produtividade. Além disso, o MMA analisou e emitiu diversos pareceres e notas técnicas sobre diferentes Projetos de Lei, reafirmando a sua posição favorável à realização de audiências públicas e sua posição contrária à flexibilização das normas de rotulagem e à tecnologia Terminator (GURTs), evidenciando sempre os impactos dessa tecnologia às populações rurais e urbanas e à soberania alimentar e nutricional dos povos e agricultores familiares. Vale ressaltar ainda que o MMA integra o Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade – GEA, criado no âmbito do Ministério da Desenvolvimento Agrário – MDA, que conduz ampla discussão dos temas relativos à agrobiodiversidade, particularmente aos possíveis impactos à biodiversidade. Em setembro, ocorreu uma audiência pública relacionada a liberação comercial do eucalipto geneticamente modificado. Foi um evento de grande importância, tendo em vista que é a primeira espécie florestal transgênica sujeita à aprovação comercial no Brasil. O MMA participou da audiência pública compondo a mesa de discussão, além de apresentar as principais preocupações envolvendo a análise de risco para espécies florestais. Em dezembro, um representante do MMA participou de uma oficina organizada pela Secretaria de Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CDB) relacionada a implementação do Protocolo de Cartagena sobre Biosssegurança. O principal objetivo da Oficina foi debater estratégias para a integrar ações de biossegurança relacionadas ao Protocolo de Cartagena sobre Biosssegurança na Estratégia Nacional de Conservação da biodiversidade.

- **Avaliar, em articulação com os demais órgãos federais competentes, o Protocolo Suplementar de Nagoya - Kuala Lumpur**

Análise Situacional da Meta

O Protocolo Suplementar Nagoya - Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Compensação, aprovado na 10ª Conferência das Partes – COP, da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, em Nagóia, no Japão em 2010, resgata um dos importantes compromissos assumido pelas Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, especificamente em relação ao Artigo 27, que trata sobre "Responsabilidade e Compensação".

De conformidade com esse artigo, a "Conferência das Partes, atuando na qualidade de reunião das Partes do presente Protocolo, adotará, em sua primeira reunião, um processo em relação à elaboração apropriada de normas e procedimentos internacionais no campo da responsabilidade e compensação por danos que resultem dos movimentos transfronteiriços de organismos vivos modificados, analisando e levando em devida consideração os processos em andamento no direito internacional sobre essas matérias e procurará concluir esse processo em um prazo de quatro anos".

O Artigo 1º estabelece que: "De acordo com a abordagem de precaução contida no Princípio 15 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o objetivo do Protocolo é contribuir para assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna que possam ter efeitos adversos na conservação e no uso sustentável da diversidade biológica, levando em conta os riscos para a saúde humana, e enfocando especificamente os movimentos transfronteiriços".

A regulamentação do Artigo 27 se refere a um dos temas mais desafiantes no que diz respeito à implementação do Protocolo, já que trata da Responsabilidade e Compensação decorrentes do movimento transfronteiriço de OGMs, incluindo o manuseio, o transporte e o uso. O MMA sempre buscou a aprovação de normativa que pudesse, de alguma forma, responsabilizar e penalizar toda a cadeia (instituições/empresas), desde a produção até o movimento transfronteiriço e uso desses organismos, por eventuais danos ao meio ambiente e à biodiversidade.

Em 2013, o MMA continuou com articulações junto a setores do governo federal, particularmente o Ministério das Relações Exteriores, na busca de formação de um consenso com vistas ao encaminhamento de Mensagem Presidencial ao Congresso para aprovação da adesão do Brasil a esse Protocolo. No primeiro semestre de 2014, foram realizadas discussões a fim de subsidiar a participação do país na 7ª Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP-7) a ser realizada em Pyeongchang, na Coréia do Sul, de 29 de setembro a 3 de outubro. Além disso, o MMA vem participando junto ao MRE das reuniões de coordenação para a definição da posição a ser defendida pelo Brasil na MOP7.

Em dezembro de 2014, um representante do MMA participou de uma oficina organizada pela Secretaria de Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CDB) relacionada a ratificação e implementação do Protocolo Suplementar Nagoya - Kuala Lumpur sobre Responsabilidade e Compensação. O evento forneceu subsídios para que os países avancem na ratificação do referido protocolo e desenvolva estrutura física e capacidades para a sua implementação. Atualmente, está sendo avaliado uma proposta de projeto regional, com países da América Latina, tendo como objetivo socializar e melhorar o entendimento das autoridades nacionais e tomadores de decisão a respeito do Protocolo Suplementar Nagoya-Kuala Lumpur. Além disso, também tem o objetivo de construir capacidades e fortalecer o conhecimento relacionado a responsabilidade e compensação de danos à biodiversidade resultante do movimento transfronteiriço de organismos vivos modificados. Para que o Protocolo Suplementar Nagoya-Kuala Lumpur entre em vigor são necessários 40 instrumentos de ratificação. Atualmente, 27 países já ratificaram o referido protocolo. Portanto, com mais 13 instrumentos de ratificação, o Protocolo entrará em vigor. Entre os países da América Latina, apenas o México (importante centro de origem do milho) ratificou o Protocolo.

É importante ressaltar que de acordo com o artigo 3.7 do referido Protocolo, a legislação nacional que implementa o Protocolo Suplementar também se aplica a danos resultantes de movimentos transfronteiriços de organismos vivos

modificados provenientes de países não-Parte do Protocolo. Sendo assim, mesmo que o Brasil não o ratifique, terá que seguir as regras do Protocolo Suplementar caso esteja exportando para um país que o ratificou.

A ratificação do Protocolo Suplementar proporcionará ao Brasil condições de participar efetivamente dos debates e influenciar na tomada de decisões sobre responsabilidade e compensação relacionados aos organismos vivos modificados.

- **Elaborar e publicar plano decenal de metas para conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira visando promover uma ação efetiva e coordenada entre os diferentes setores da sociedade e entes da federação**

Análise Situacional da Meta

O MMA, em parceria com outras instituições, convidou a sociedade para participar do processo de definição das metas nacionais de biodiversidade, no que foi chamado de "Diálogos da Biodiversidade". Cinco setores foram reunidos para que estabelecessem quais deveriam ser as metas do Brasil, como uma colaboração para o atingimento das metas estabelecidas pela Convenção sobre Biodiversidade – CDB, denominadas de Metas de Aichi. O resultado dessas consultas foi consolidado e submetido à uma consulta-pública por meio digital. Durante o ano de 2013, as sugestões de metas nacionais para 2020 resultante desse processo foram discutidas pela Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO. As 20 metas nacionais foram definidas, no âmbito da Conabio, em setembro de 2013, por meio da Resolução nº 6. A implementação das Metas Nacionais de Aichi é um dos componentes da à Estratégia Nacional de Biodiversidade. Destaca-se em 2014 a Criação e a operação do PainelBio, plataforma colaborativa multisetorial que objetiva fomentar o alcance das Metas Nacionais de Biodiversidade (Metas de Aichi) e a finalização e aprovação pela Comissão Nacional da Biodiversidade - CONABIO, do 5º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica. Além disso, foi iniciado o processo de definição de indicadores para as Metas Nacionais de Biodiversidade. O MMA, em parceria com o IUCN, promoveu um ciclo de oficinas participativas para a construção de indicadores de avaliação relacionados à implementação das Metas Nacionais de Biodiversidade. A proposta envolve o apoio da Biodiversity Indicators Partnership (http://www.bipindicators.net/), bem como a realização de cinco oficinas, uma para cada um dos objetivos estratégicos estabelecidos para as Metas Nacionais, além de uma preliminar para capacitação. Esta primeira oficina de mobilização e capacitação foi realizada nos dias 22 e 23 de setembro, a qual teve como objetivo principal mobilizar e capacitar o grupo que integrará os núcleos temáticos do PainelBio, definidos de acordo com a estrutura dos cinco objetivos estratégicos estabelecidos nas Metas Nacionais. Além de oferecer aos participantes treinamento sobre a metodologia BIP/WCMC, o encontro teve como objetivo central estabelecer diretrizes gerais para a dinâmica de trabalho de cada um dos núcleos temáticos. Nos dias 6 e 7 de novembro foi realizada a oficina para definição de indicadores o Objetivo Estratégico D “Aumentar os benefícios da biodiversidade e serviços ecossistêmicos. Já nos dias 9 e 10 de dezembro ocorreu a oficina para definição dos indicadores para o Objetivo Estratégico C “Melhorar a situação da biodiversidade protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética” (Metas 11 a 13). Para oferecer subsídios às oficinas, a Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do MMA, e a Cooperação Técnica Alemã – GIZ contrataram um consultor para preparar um “White Paper” sobre conceitos e indicadores relacionados às metas, sendo um “White Paper” por objetivo estratégico tratado até o momento

- **Elaborar instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais**

Análise Situacional da Meta

O MMA, por meio de um grupo de trabalho formado para tratar a questão de regulamentação de pagamento por serviços ambientais, enviou ao Ministério da Fazenda e à Casa Civil uma proposta de alteração do PL 792/2007 que institui a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA), e que define o que são serviços ambientais e prevê a transferência de recursos, monetários ou não, aos que ajudam a produzir ou conservar estes serviços, com o objetivo de transformar a natureza do fundo que viria a ser constituído em decorrência desse PL por meio de regulamento (de contábil para financeiro) e, principalmente, de trazer maior participação da iniciativa privada

para financiar o programa. Além disso, o MMA firmou Termo de Cooperação com a Universidade Federal Rural do Semi-Árido para executar estudos para subsidiar o Governo Federal na Regulamentação dos artigos 47 e 48 da Lei 9.985/2000, que Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O Termo de Cooperação está sendo executado e será feito um aditivo de tempo para estender a vigência do Termo para setembro de 2015.

Em relação à tramitação do PL 792/2007 que institui a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA), durante o primeiro semestre de 2014, observou-se que o Relator da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados apresentou seu relatório para a comissão, em que se posicionou favoravelmente a que o referido PL encontra-se adequado financeira e orçamentariamente. Essa ação legislativa foi registrada no dia 03/04/2014. O texto, no entanto, ainda não foi apreciado.

- **Elaborar plano nacional sobre espécies exóticas invasoras**

Análise Situacional da Meta

A Comissão Nacional da Biodiversidade - CONABIO, aprovou a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, que visa criar as condições para prevenção da introdução de espécies exóticas invasoras, bem como a mitigação dos seus impactos, o controle e o monitoramento. Com o intuito de fortalecer essa estratégia, promover e facilitar sua institucionalização e internalização no país, o MMA trabalha na elaboração e aprimoramento de mecanismo que possa dar maior visibilidade e facilite a aplicação no país desse instrumento, seja na forma de um Decreto da Presidência da República ou de uma Portaria.

Outra importante linha de ação do MMA se refere ao levantamento e identificação das espécies exóticas invasoras (atuais e potenciais) no Brasil. O “Primeiro Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras”, tratou do levantamento das espécies exóticas invasoras que afetam o ambiente (marinho, de águas continentais e terrestre), os sistemas de produção e a saúde humana. Como resultado desse levantamento, o MMA publicou o “Informe sobre Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil”. Esforços continuam sendo realizados para a publicação completa dos resultados do I Informe, como é o caso das Espécies Exóticas Invasoras de águas Continentais e Terrestres no Brasil, que deverá ser publicado em 2015.

O MMA trabalhou, ainda no primeiro semestre de 2014, das negociações em torno da Minuta de Portaria para reconhecimento da “Lista Oficial das Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil”. Foram promovidas discussões com os órgãos interessados a fim de buscar contribuições para a elaboração dessa Portaria. Será a primeira vez que o Brasil reconhecerá, em caráter oficial, uma lista de espécies exóticas invasoras marinhas no Brasil, além de representar um grande avanço para a implementação da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras. Essa Portaria irá indicar as Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil e assim estimular a prevenção, manejo e controle dessas espécies pelos diferentes setores da sociedade. Em 2014, foi criado, por meio da Portaria nº 37, de 27 de Janeiro de 2014, o Grupo de Trabalho sobre a Gestão da Fauna Brasileira (GT da Fauna). O GT tem por finalidade assessorar o Ministério do Meio Ambiente na gestão da fauna, incluindo análise das normas e regulamentações existentes e a formulação de propostas. Um dos assuntos priorizados para serem trabalhados no âmbito do GT da Fauna foi a temática das Espécies Exóticas Invasoras e seus problemas relacionados. Ainda durante 2014, foi realizada a sistematização dos dados para editoração do livro “Espécies Exóticas Invasoras de Águas Continentais no Brasil”. O livro foi aprovado para publicação pelo Comitê Editorial do MMA no dia 21 de outubro de 2014. Já foi solicitada a impressão gráfica de 1.000 exemplares do livro "Espécies Exóticas Invasoras de Águas Continentais no Brasil" com vistas ao seu lançamento. Paralelamente, está sendo realizado o levantamento de dados e informações referentes às Espécies Exóticas Invasoras que afetam o ambiente terrestre, que, posteriormente, culminará na publicação do livro “Espécies Exóticas Invasoras de Ambiente Terrestre no Brasil”.

Todas essas ações que o MMA vem realizando compõem a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras e tem por objetivo o seu fortalecimento, de modo a criar uma maior articulação entre os órgãos dos Governos Federal, Estadual e Municipal e a sociedade civil e possibilitar o planejamento e execução de ações de prevenção, erradicação,

contenção ou controle de espécies exóticas invasoras. A internalização da Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras no país permitirá que os diferentes setores, tanto do governo quanto da sociedade civil, elaborem planos ação para Espécies Exóticas Invasoras alinhados com os princípios e diretrizes da Estratégia Nacional.

- **Instituir novo marco regulatório de uso tradicional e popular de produtos da biodiversidade de ação terapêutica**

Análise Situacional da Meta

O marco regulatório deve dar as bases legais para a regulamentação necessária à proteção das práticas e experiências, bem com valorizar e promover o seu desenvolvimento, com modelo de inclusão social e produtiva e de desenvolvimento regional sustentável. Os itens a serem abordados na proposta de legislação devem ser: i) Conceito e definições relativas ao uso tradicional e popular de plantas medicinais; ii) Enfoque a partir das experiências desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, com os diversos níveis de complexidade da cadeia produtiva; e iii) Abrangência a partir dos biomas brasileiros, com base nas suas espécies nativas e nas exóticas adaptadas que compõem a agrobiodiversidade em cada bioma.

No primeiro semestre de 2013 foi elaborada, por meio de consultoria técnica especializada, uma estratégia para construção de uma minuta de legislação, com vistas ao reconhecimento e promoção do uso tradicional e popular de plantas medicinais e de fitoterápicos ou de produtos da biodiversidade de uso terapêutico tradicional, a partir da avaliação do estado da arte das diversas experiências existentes nos biomas brasileiros, identificando gargalos e potencialidades. Tal estratégia tem como foco central a realização de oficinas e reuniões técnicas, com o envolvimento de representantes dos diversos segmentos sociais e dos poderes públicos envolvidos com o tema.

Em paralelo, foi elaborada também, por meio de consultoria técnica especializada, estratégia voltada a promover o uso sustentável da biodiversidade e da agrobiodiversidade dos biomas brasileiros por meio do incentivo e fomento à pesquisa, ao manejo, ao cultivo, à produção, à manipulação e à comercialização de plantas medicinais nativas e de seus fitoterápicos, e das exóticas adaptadas a cada bioma, considerando: i) o conhecimento e o uso tradicional e popular das plantas medicinais e as diversas experiências existentes nos biomas; ii) as necessidades epidemiológicas da população residente na área de abrangência de cada bioma; iii) a articulação entre os setores governamentais e a sociedade civil no âmbito das políticas públicas de saúde, meio ambiente, agricultura e afins. Tal estratégia tem como foco viabilizar a criação das Redes de Plantas Medicinais por Bioma, com o objetivo de promover a inclusão das espécies fitoterápicas nativas dos biomas brasileiros no âmbito do Serviço Único de Saúde - SUS.

No segundo semestre de 2013 foram definidas as estratégias para elaboração das farmacopéias populares dos biomas Caatinga e Mata Atlântica, com o objetivo de valorizar as espécies medicinais da flora nativa de uso popular e tradicional, utilizadas pelas populações localizadas nesses biomas. Também foi definida a estratégia para promover a inclusão das espécies de plantas medicinais nativas dos biomas, com enfoque para as espécies priorizadas na Iniciativa “Plantas para o Futuro”, no âmbito do Sistema único de Saúde.

Nesse sentido, foram realizadas várias reuniões para definir a atuação do MMA no âmbito do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e do Comitê Nacional de Plantas Medicinais de Fitoterápicos, com vistas a pautar as estratégias internamente definidas com relação à promoção da utilização sustentável da biodiversidade de uso terapêutico tradicional e popular, por meio da discussão e elaboração de um marco regulatório adequado. Durante o primeiro semestre de 2014, o MMA acompanhou as discussões ocorridas no âmbito do Comitê Nacional de Plantas Medicinais de Fitoterápicos. Além disso, desenvolveu articulações com membros do governo e sociedade civil a fim de indicar os representantes do diferentes biomas no Comitê Nacional de Plantas Medicinais de Fitoterápicos. Adicionalmente, iniciou-se uma articulação com o ministério da saúde para identificar ações convergentes desenvolvidas entre os dois ministérios e como integrar esforços no âmbito da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta.

No segundo semestre de 2014, o MMA continuou participando das discussões ocorridas no âmbito do Comitê Nacional de Plantas Medicinais de Fitoterápicos. Paralelamente, desenvolveu articulações para dar maior evidência à temática

das Plantas Medicinais e Fitoterápicos nas discussões regionais e no 2º Encontro Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. Além disso, colocou as Plantas Medicinais e Fitoterápicos na Pauta de Discussão do Núcleo Interno de Acompanhamento e Monitoramento da Pauta Extrativista, Núcleo instituído pela Portaria nº 56, de 14 de Março de 2013.

- **Propor a ratificação e implementar o Protocolo de Nagoya de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, em parceria com os demais órgãos federais competentes**

Análise Situacional da Meta

A ratificação do Protocolo de Nagoia foi solicitada pela Presidência da República ao Congresso Nacional em junho de 2012. No Congresso Nacional foi formada uma comissão especial para discutir a proposta. A tramitação referente a ratificação do Protocolo de Nagoia pelo Congresso Nacional pode ser acompanhada pelo seguinte endereço eletrônico (link):
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=547397. O Ministério do Meio Ambiente tem participado e está organizando fórum de discussão voltados para informar e sensibilizar sobre a importância da ratificação do Protocolo de Nagoia para o Brasil. Ao mesmo tempo foi elaborada a proposta de uma Ante Projeto de Lei (APL)de Acesso ao Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios, passo este indispensável para a implementação do protocolo. Este APL foi encaminhado à Casa Civil e desde junho o Projeto de lei está tramitando em regime de urgência no Congresso. Com relação à ratificação do Protocolo de Nagoya, esta ainda aguarda a aprovação do Congresso Nacional, solicitada em junho de 2012. No Congresso Nacional foi formada uma comissão especial para discutir a proposta, mas esta comissão ainda não se reuniu. O Ministério do Meio Ambiente tem participado e está organizando fórum de discussão voltado para informar e sensibilizar sobre a importância da ratificação do Protocolo de Nagoya para o Brasil. (DPG)

- **Propor novo marco regulatório de acesso e repartição de benefícios da biodiversidade, em parceria com os demais órgãos federais competentes**

Análise Situacional da Meta

Foi realizada uma discussão ampla com os principais setores envolvidos (Ministérios, setor produtivo e movimentos sociais). As contribuições foram harmonizadas e compiladas em um Anteprojeto de Lei sobre Acesso e Repartição de Benefícios pelo uso dos Recursos Genéticos, que foi encaminhada à Casa Civil. Em junho de 2014 foi encaminhada ao Congresso Nacional. O PL 7735/2014 tramita em regime de urgência. A tramitação deste PL pode ser acompanhada pelo seguinte endereço eletrônico (link):
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=619150
As últimas movimentações do Congresso quanto ao PL 7735/2014 foram a transformação da sessão plenária em Comissão Geral, quando não só os parlamentares, mas também representantes da sociedade relacionados ao tema podem se manifestar sobre a matéria em debate; e a inclusão do Projeto na ordem do dia de 12/11/2014. Contudo, não houve votação, em face do encerramento da sessão.
O objetivo da proposta é simplificar o acesso ao patrimônio genético, trazendo regras mais claras para a repartição de benefícios provenientes da utilização de componentes da biodiversidade, segurança jurídica e redução da burocracia. O aperfeiçoamento do marco legal de acesso ao patrimônio genético, ao conhecimento tradicional associado e a repartição justa e equitativa dele advindos abre espaço para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, podendo resultar em inovações tecnológicas, em dividendos e dinamismo econômico. Espera-se que haverá também o retorno financeiro para as comunidades mantenedoras das florestas e que cuidam da biodiversidade, para que a mata não seja derrubada e usada para outros fins.

- **Regulamentar as categorias de manejo e outros dispositivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**

Análise Situacional da Meta

Em relação à regulamentação das categorias do SNUC, em 2011 iniciou-se o processo de regulamentação das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Visto que no processo de consulta pública surgiram poucas contribuições da sociedade civil e que falta uma reunião de consolidação do Grupo de Trabalho Interministerial para deliberar sobre as contribuições advindas da consulta pública, o MMA/ICMBio estão reavaliando o processo de regulamentação, em função da definição de competências entre os órgãos (criação de unidades de conservação). Em relação à portaria que regulamenta processo de eleição da sociedade civil para Câmara Federal de Compensação Ambiental - CFCA., temos a informar, que a mesma foi publicada em 07 de outubro de 2013 – Portaria nº 410, de 04/10/13, estabelecendo regras para eleição das entidades ambientalistas que ocupam vagas não governamentais na CFCA. Com relação à regulamentação de pagamento pelos serviços ecossistêmicos (art.47 e 48 da Lei 96.985/2000), foram realizados estudos preliminares em parceria com WWF-Brasil e Fundação Moore no contexto do Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia) e contratação para desenvolvimento de estudos base para a regulamentação dos artigos, com apoio do Programa Nacional do Meio Ambiente II, de acordo com o Termo de Cooperação nº 9, de 29 de novembro de 2013, celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA. Em continuidade aos estudos para regulamentação do art.47 e 48 da Lei 96.985/2000, está previsto para fevereiro/2015 oficina de capacitação e apresentação da metodologia desenvolvida pela UFERSA e previsão do término dos trabalhos para final de 2015. Quanto as Áreas de Proteção Ambiental - APA, em 2012 houve contratação de consultoria para subsidiar a realização do Seminário sobre APA e produzir um documento com recomendações para melhorar sua gestão, no âmbito do Projeto Proteção da Mata Atlântica II. O Departamento segue avaliando, e contato com outros entes federativos, como proceder com a regulamentação desta categoria.

OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Temos 12 Cadeias Produtivas de Produtos da Sociobiodiversidade apoiadas, com projetos em fase de finalização. As experiências acumuladas com os projetos de apoio a Arranjos Produtivos Locais, seja no âmbito da Cooperação Técnica Internacional, seja no âmbito dos Projetos Demonstrativos Ambientais, em muito vem contribuindo para a definição da agenda da promoção da sociobiodiversidade que está sendo construída em nível federal, no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. As políticas de acesso a mercados institucionais e apoio à comerciliazação para Extrativistas e comunidades tradicionais somam cerca de 65.000 famílias beneficiárias, somados os acessos ao PAA e à PGPMBio. O Plano Nacional de Fortalecimento das Populações Extrativistas (PLANAFE) está em fase final de aprovação. Estão em construção o II Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, o I Plano Integrado de Implementação da PNGATI, o I Plano Nacional de Regularização Ambiental de Territórios Quilombolas, o I Plano Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Territórios Quilombolas (PNGAT Quilombola), o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e o Programa Nacional da Sociobiodiversidade. O Programa Bolsa Verde somam mais de 71.000 famílias beneficiárias, com a proposta de priorização de territórios atendidos pelo programa para o adensamento de políticas públicas que envolvam os eixos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a saber: acesso ao território e aos recursos naturais, inclusão social, inclusão produtiva e garantia de infra-estrutura.

Metas 2012-2015

- **Caracterizar o valor nutricional de 40 espécies nativas priorizadas na Iniciativa "Plantas para o futuro", com vistas a diversificar a dieta do brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Esta meta está relacionada ao projeto “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano”, conhecido como “Biodiversity for Food and Nutrition” - BFN. No ano de 2012, foi organizada, juntamente com a Bioversity International, a Reunião Técnica Internacional Inicial do Projeto e a Primeira Reunião do Comitê de Coordenação Internacional. Essas reuniões foram realizadas no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de abril de 2013. Em fevereiro de 2013 foi organizada, em Brasília, a Primeira Reunião do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto BFN. Em março foram realizadas reuniões bilaterais com os parceiros do projeto (MAPA, FNDE, MDA, MMA/SEDR, MS, MDS e Conab), para apresentação do plano de trabalho e definição de estratégias comuns. Em junho foi iniciada articulação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, para, juntamente com os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar – CECANEs, dar início às atividades de análise da composição nutricional. Em junho foi realizada visita ao CECANE da Bahia, na Universidade Federal da Bahia. Ainda em julho de 2013 foi realizada visita ao CECANE de Santa Catarina, na UFSC, oportunidade em que foi apresentado o projeto em evento interno do FNDE, com técnicos dos CECANEs. Em outubro foi realizada a oficina “Introdução à Metodologia para Compilação de Dados de Composição Nutricional de Alimentos”, em parceria com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e envolveu representantes dos diversos CECANEs já estabelecidos no país, com vistas ao desenvolvimento de capacidades para a disponibilização de dados em Tabelas de Composição de Alimentos. Em novembro de 2013, o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), administrador financeiro do Projeto BFN, publicou o Edital para concessão de bolsas de estudo e pesquisa para atividades de compilação de dados de composição nutricional de espécies vegetais priorizadas pelo BFN (Plantas para o Futuro e Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade).

Também estão participando do Projeto um estudante de graduação da Universidade Federal do Pará e um pesquisador sênior da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com vistas à coleta de dados nutricionais das espécies das regiões Norte e Sul, respectivamente. Com a concessão das bolsas, o Projeto adotou estratégia para, em curto prazo, facilitar a criação de centros regionais de avaliação e gestão de dados de composição nutricional dos alimentos, a partir das universidades federais, a fim de “alimentar” os bancos de dados. A análise da composição nutricional está sendo realizada com a compilação de dados já existentes na literatura científica, utilizando metodologia desenvolvida e padronizada pela FAO/INFOODS (Food and Agriculture Organization - International Network of Food Data Systems) e por meio de análises laboratoriais dos alimentos para complementação dos dados compilados. Para fins de capacitação, foram realizadas as oficinas “Compilação de Dados Nutricionais das Espécies Alvo do Projeto BFN com a metodologia da FAO/INFOODS” em São Paulo- SP (09 e 10 de maio de 2014) e Fortaleza – CE (05 e 06 de junho de 2014). Também foi realizada a tradução de materiais sobre a metodologia FAO/INFOODS para português e inclusão no site da FAO (http://www.fao.org/infoods/infoods/training/apresentacaoes/pt/#c271583).

Durante o segundo semestre de 2014, as atividades de compilação de dados nutricionais para as espécies nativas priorizadas foram iniciadas nos CECANEs que articularam parceria com o MMA. Até dezembro de 2014, haviam sido compilados dados preliminares de 34 espécies de frutas nativas. Além da compilação de dados nutricionais, atualmente está sendo elaborado um Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA e INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) com o objetivo de realizar análises laboratoriais de composição nutricional para as espécies nativas da região Norte que ainda não possuem dados publicados na literatura. Todos os dados levantados, tanto os compilados como os gerados em laboratório, serão inseridos, na forma de um banco de dados interativo, no SiBBr (Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira), sistema de informação coordenado pelo MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), a qual visa integrar informações sobre a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros. Os dados de composição nutricional poderão ser acessados livremente por alunos e profissionais da área de nutrição, pela indústria de alimentos, por gestores de políticas públicas e pelo público em geral, promovendo maior visibilidade para os benefícios nutritivos da biodiversidade nativa.

Quantidade alcançada

34

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	5	unidade	14	31/12/2013
Bioma Caatinga	8	unidade	11	31/12/2013
Bioma Cerrado	8	unidade	18	31/12/2013
Bioma Mata Atlântica	9	unidade	17	31/12/2013
Bioma Pampa	8	unidade	4	31/12/2013
Bioma Pantanal	2	unidade	4	31/12/2013

- **Compartilhar manejos de 10 milhões de filhotes de quelônios ao ano**

Análise Situacional da Meta

A temporada de postura e eclosão dos ovos de quelônios inicia em julho e termina em fevereiro do ano seguinte, de acordo com o regime das chuvas.

No ano de 2014, em janeiro e fevereiro, período final da temporada 2013\2014 foram acompanhados 17.702 filhotes.

As informações dos trabalhos relativos ao inicio da temporada 2014 \2015 só estarão disponíveis nos primeiros meses de 2015.

Estima-se que a temporada 2014 \2015 terá entre 1 a 2 milhões de filhotes acompanhados. Ressalta-se que desde a publicação da portaria número 15 de 2013, que reestruturou o PQA no Ibama, a meta de compartilhar o manejo de 10 milhões de filhotes está superestimado. (17.702 até 30/06/14).

Quantidade alcançada

17.702

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	10.000.000	unidade	17.702	30/06/2014

- **Criar e assistir 6 redes comunitárias, implementando, no total, 48 sistemas comunitários de conservação e de uso sustentável da agrobiodiversidade**

Análise Situacional da Meta

O MMA trabalha em parceria com a Embrapa, por meio do seu Macroprograma 6 (Macroprogramas são prioridades definidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento da Embrapa – PAC Embrapa. O Macroprograma 6 corresponde à prioridade: “Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar e à Sustentabilidade do Meio Rural”). MMA e Embrapa realizaram cinco Workshops regionais intitulados “Agrobiodiversidade e Agroecologia” em 2013. Os encontros ocorreram em Brasília/DF, Petrolina/PE, Belém/PA, Pirenópolis/GO e em Pelotas/RS. Os Workshops contaram com a participação da sociedade civil, de pesquisadores da Embrapa e de representantes de órgãos do governo, parceiros na implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO). Seu objetivo principal era articular a elaboração/alinhamento de projetos visando o mapeamento contínuo de organizações e instituições, redes e de suas iniciativas envolvidas com a conservação de recursos genéticos da agrobiodiversidade, de interesse da agroecologia e da produção orgânica, in situ, ex situ e on farm. Os projetos desenvolvidos devem se articular ao PLANAPO e ao Portfólio de Agricultura de Base Ecológica da Embrapa. Em 2013 foi celebrado um Acordo de Cooperação Técnica entre MMA e Embrapa com vistas a envidar esforços interinstitucionais para obtenção de informações relativas a representatividade das espécies, populações, variedades de cultivos dos sistemas agrobiodiversos, representatividade geográfica, situação de conservação das coleções, atividades de pesquisa, infraestrutura disponível para conservação de sementes, necessidades de pesquisa e desenvolvimento.

Sugere-se que esta meta seja compatibilizada com o que está previsto no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) lançado (18/10/13), especificamente, com a meta 08: “ampliar processos para produção, manejo, aquisição, conservação e distribuição de recursos genéticos da agroecologia e da produção orgânica”. A referida meta articula iniciativas de mapeamento redes de conservação de recursos genéticos da agrobiodiversidade, de interesse da agroecologia e da produção orgânica, in situ, ex situ e on farm, apoio a estruturação de redes locais de conservação e bancos comunitários de sementes.

Em 2014 foi estabelecido um Grupo de Trabalho, no âmbito da Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade, da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, incluindo membros do MDA, MMA, MDS, Conab, Funai, Serviço Florestal Brasileiro, MCTI, MPA, EMBRAPA, CNS, Rede Cerrado, MIQCB, Rede Juçara, além de outras instituições convidadas, para rever as metas relacionadas à sociobiodiversidade e à agrobiodiversidade no PLANAPO e reforçar o investimento no fortalecimento dos territórios na conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade. A proposta de ampliação das ações voltadas para a agrobiodiversidade e sociobiodiversidade serão discutidas no Seminário Nacional da Sociobiodiversidade, previsto para ser realizado no final de abril de 2015.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	8	sistema	6	30/12/2014
Bioma Caatinga	8	sistema	2	30/12/2014
Bioma Cerrado	8	sistema	2	30/12/2014
Bioma Mata Atlântica	8	sistema	0	30/12/2014
Bioma Pampa	8	sistema	0	30/12/2014
Bioma Pantanal	8	sistema	0	30/12/2014

- **Definir estratégias para a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos em três sub-bacias da região amazônica**

Análise Situacional da Meta

Análise situacional: Já foram concluídos os estudos em 2 bacias hidrográficas (Tapajós e Juruena).

Próximos passos: Aguarda-se definição da próxima bacia a ser estudada. Além disso, o Mapa de Áreas Prioritárias do bioma amazônico também poderá apontar áreas prioritárias para a conservação dos ecossistemas aquáticos.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	3	unidade	2	31/12/2014

- **Desenvolver e certificar modelos de uso sustentável para 5 espécies da fauna silvestre nativa com tecnologias conhecidas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 foi elaborado o plano de manejo de javali e normatizado pela IN 03/2013. Ressalta-se a importância da iniciativa para regulação do setor, no entanto, não é uma espécie da fauna silvestre nativa.

No ano de 2013, o Ibama desenvolveu estudos para a revisão normativa dos manejos de Caiman yacaré, Jacaré do Pantanal, e Podocnemis sp., Tartaruga da Amazônia. Para a primeira espécie, o modelo de manejo pretendido será útil

para outras espécies do mesmo gênero. No segundo caso, foi publicada no Ibama a portaria 15/2013 de institucionalização do PQA (Programa Quelônios da Amazônia) em substituição à anterior (portaria 259/2011). Ainda em 2013, foi elaborado o plano de manejo do Minhocuçu e encaminhado para análise jurídica.

No ano de 2014, as atividades se resumiram a duas espécies (Javali e Quelônios), considerando as questões jurídicas ainda não resolvidas, após a LC 140/2013 e pelo fato das espécies anteriormente discutidas estarem na lista de espécies ameaçadas.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	5	unidade	2	31/12/2014

- **Disponibilizar banco de dados das organizações existentes de Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta

O portal YPADÊ (www.caa.org.br/ypade) é um portal com informações sobre povos e comunidades tradicionais, contendo um mapeamento inicial e banco de dados de entidades representativas desses segmentos. Foi desenvolvido por meio de contratação pelo MMA e Programa BRA 08/012/PNUD, com seu lançamento oficial na 18ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais -CNPCT, realizada durante a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Rio de Janeiro, em junho de 2012.

Em 2013, foi lançado edital 21548/2013/PNUD BRA08012, com o objeto: contratação de consultoria para mapeamento e cadastramento de entidades representativas de povos e comunidades tradicionais, de forma a ampliar o banco de dados existente, bem como atualização e manutenção do portal Ypadê. A análise das propostas das empresas foi finalizada e a empresa foi contratada em maio de 2014. Na ocasião do Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais, que ocorreu em Cuiabá entre os dias 12 e 15 de agosto, foi realizada uma reunião prévia com os membros CNPCT para apresentação da primeira versão do Portal Ypadê, após as atualizações realizadas pela Solar. Foram discutidos critérios para cadastramento e mapeamento de organizações representativas de PCT, a arquitetura e funcionalidades do novo Portal Ypadê e ferramentas para a comunicação e interatividade. Foi formado um GT da CNPCT que passará a acompanhar junto à Solar, e o MMA o desenvolvimento dos trabalhos. O grupo também ficou responsável por dar os encaminhamentos necessários para a continuidade da manutenção do portal, após o encerramento do contrato.. Durante o Encontro Nacional, que ocorreu em Novembro de 2014, foram cadastradas aproximadamente 100 organizações representantes dos diferentes segmentos de PCT, para inclusão no portal.

Está prevista para o primeiro semestre de 2015 a realização de uma oficina com os representantes da sociedade civil da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), com caráter mobilizador a respeito do cadastramento de instituições representativas de povos e comunidades tradicionais, além de situar-se como um momento formativo para uso e gestão do Portal Ypadê. O Portal será apresentado, incluindo os conteúdos e ferramentas existentes, além de casos de sucesso no uso e gestão de portais de internet pela sociedade civil organizada. Está prevista, ainda, uma oficina de nivelamento para transferir o conhecimento a respeito do manuseio e administração do Portal Ypadê para os dirigentes e técnicos do Departamento de Extrativismo do MMA (responsáveis pela secretaria executiva da CNPCT), da Coordenação Geral de Tecnologia e Informática (CGTI) e da Assessoria de Comunicação (ASCOM) do Ministério do Meio Ambiente.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/12/2014

- **Elaborar 6 Planos de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais**

Análise Situacional da Meta

O I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, contou com a participação dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Cultura, da Educação, da Saúde, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Secretaria de Diretos Humanos da Presidência da República, da Fundação Cultural Palmares, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária.

Será instituído até março de 2015 novo grupo de trabalho formado por representantes de Instituições Federais e de entidades da sociedade civil, cuja responsabilidade será de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do II Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, cuja vigência está prevista para o período entre 2015 e 2017.

Em 2014, foi finalizada a minuta do documento que passou a se chamar Plano Nacional de Fortalecimento das Populações Extrativistas em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Projetos de Assentamento Ambientalmente Diferenciados e Áreas Destinadas federais (PLANAFE). O documento foi apresentado aos Secretários Executivos do MMA, MDA e MDS e pactuado que, para sua estrutura de gestão e monitoramento, será proposta a criação de uma Câmara Técnica no âmbito da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT.

A partir de julho de 2014 foi iniciado, no âmbito do Comitê Gestor (CG) da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas (PNGATI), os trabalhos da Câmara Técnica de Implementação da PNGATI que tem a tarefa de elaborar o Plano Integrado de Implementação da PNGATI (PIIPNGATI) até o primeiro semestre de 2014. Os trabalhos estão sendo coordenados pela FUNAI, em parceria com o MMA e organizações indígenas e indigenistas.

A Matriz de Insumos do Plano PNGATI foi consolidada a partir de uma minuta, elaborada pela Câmara Técnica do CG; e, posteriormente, analisada e discutida (por meio de reunião e correspondência escrita) pelas diversas áreas do MMA e órgãos vinculados.

Para a reunião do CG da PNGATI, prevista para março de 2015, será apresentada a versão consolidada do Plano de Implementação da PNGATI, a ser proposto para o PPA 2016-2019.

A instituição do PNGAT Quilombola é um dos objetos do Grupo de Trabalho Interministerial criado por meio da Portaria interministerial nº 429 de 22/10/2013, que define: Art. 1º - Fica instituído o Grupo de Trabalho Interministerial GTI com a finalidade de elaborar proposta para a regulamentação ambiental em territórios quilombolas estabelecida na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, no que concerne ao Cadastro Ambiental Rural-CAR para a instituição do Plano Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em territórios quilombolas (PNGAT Quilombola).

Para cumprir com este objetivo é necessário, com base na articulação interinstitucional existente e nas referências disponíveis, elaborar um proposta, que posteriormente deverá ser avalizada pelos órgãos e demais atores envolvidos na sua elaboração e implementação. Neste está sendo contratada consultoria que deverá sistematizar informações, articular experiências e propor relatórios e documentos que subsidiem o GTI.

A Subcomissão Temática da Sociobiobiodiversidade/CNAPO prevê, como uma de suas ações estratégicas para 2015, a realização de um Seminário da Sociobiodiversidade, previsto para maio de 2015, com o objetivo principal de validação da proposta para o Programa Nacional da Sociobiodiversidade (2016/2019)

Foram desenvolvidos até 2014: 2 Planos Nacionais de Povos de Matriz Africana, 1 PLANAFE, 1 PIIPNGATI, 1 PNGAT, 1 Quilombola e 1 Programa da Sociobiodiversidade.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

30/12/2014

- **Fomentar 200 projetos de uso e conservação da biodiversidade**

Análise Situacional da Meta

Para aferição do cumprimento dessa meta, foram utilizados os dados informados sobre projetos apoiados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA e Fundo Nacional de Mudança do Clima – FNMCF, instrumentos de fomento a projetos sócio ambientais do MMA.

No ano de 2012 o FNMA apoiou com essa temática 5 projetos (3 direcionados à iniciativas comunitárias conservacionistas protagonizadas por mulheres pescadoras, marisqueiras, quebradeiras de coco babaçu e agricultoras familiares em geral; e 2 voltados à implementação de Planos de Ação para Conservação de Comunidades de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção).

Já o FNMC apoiou 15 projetos envolvendo a temática. Daí, o total de projetos em 2012 foi 20.

Em 2013, o FNMA aprovou 7 projetos de conservação e manejo da biodiversidade (4 de instituições públicas e 3 de Organização Não Governamentais. Já o FNMC apoiou 5 projetos.

Soma-se a esses números 10 projetos de redes, aditivados no âmbito do PDA (Projetos Demonstrativos) implementado pelo Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, o total de projetos em 2013 foi de 22. Em 2014, no âmbito do Objetivo 506, o FNMA elaborou seis projetos para o apoio a Educação Ambiental na Agricultura Familiar, voltados à capacitação para a inserção de práticas de conservação, agroecologia e produção sustentável nas suas atividades.

Cabe esclarecer que, de acordo com o FNMA, na época de elaboração do PPA, a proposta original era apoiar projetos que contemplasse 200 municípios e que foi modificado na redação final.

Dessa forma, o total de projetos de 2012 a 2014 foi de 48 projetos (20 + 22 + 6 = 48)

Quantidade alcançada

48

Data de Referência

30/12/2014

- **Implantar 30 arranjos produtivos locais envolvendo produtos da sociobiodiversidade**

Análise Situacional da Meta

Essa meta tinha como objetivo contribuir para implementação de ações constantes no Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobidiversidade - PNPSB, instituído por meio da Portaria Interministerial nº 239, de 21 de junho de 2009, cujo objetivo é fomentar o uso sustentável da biodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais. Dessa forma, foram identificados 30 espécies com potencial econômico de uso sustentável.

Em 2012, foram apoiadas 12 organizações locais, visando a mobilização, articulação e capacitação das organizações econômicas dos povos e comunidades tradicionais (Cooperativa e Associações) e outros atores que interferem nas cadeias produtivas da sociobiodiversidade, na busca de fortalecer os Arranjos Produtivos Locais – APLs das cadeias prioritárias, de modo que os seguimentos de povos e comunidades tradicionais, consigam se organizar para acessar os mercados e estabelecer relações com os outros segmentos que participam ou interferem nas cadeias de forma mais equilibrada:

Os APLs apoiados nesse ano foram os seguintes:

1 - pequi (Norte de Minas Gerais),

2 - pinhão (Paraná),

3 - umbu e licuri (região de Paulo Afonso - Bahia),

4 - piaçava (baixo Sul da Bahia),

5 - pequi e babaçu (região da Serra do Araripe - Ceará),

6 - babaçu (região do médio Mearim - Maranhão),

7 - buriti (Piauí),

8 - carnaúba (Piaui),

9 – castanhas-do-brasil e óleos de andiroba e copaíba (região da BR 163 - Pará),

10 - açaí e óleo de copaíba (região do baixo amazonas – Oriximiná -Pará),

11 - açaí (região da Ilha do Marajó - Pará),

12 - piaçaba (Alto e médio Rio Negro - Amazonas).

Em 2013 o MMA continuou apoiando os mesmos APLs, com exceção dos APLs do pinhão no Paraná e carnaúba no Piui, as organizações que executaram essas projetos concluíram o trabalho em 2012.

Dessa forma, em 2013, continua-se apoiando 10 APLs que envolvem 11 espécies de produtos da sociobidiversidade: babaçu, castanha do brasil, pequi, piaçava (BA), piaçaba (AM), umbu, licuri, andiroba, copaíba, Buriti, açai; nos seguintes estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Minas Gerais.

No primeiro semestre de 2014 os 10 projetos de APL apoiados pelo MMA receberam termo aditivo para finalizarem suas atividades até março de 2015. Em 2014 foi realizado o processo de contratação de consultoria (por meio do edital No - 3/2014/ PNUD BRA 08/012) para sistematização dos resultados dos projetos de APL, que darão subsídios à construção do Programa Nacional da Sociobiodiversidade (2016-2019). O programa está em discussão no âmbito da Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade/CNAPO e sua implementação e monitoramento estarão previstos no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica/PLANAPO (2016-2019). Espera-se que a experiência dos projetos de APL possa servir de referência para a ampliação do leque de espécies e territórios a serem priorizados para a implementação de políticas ligadas à agregação de valor e acesso a mercados dos produtos da sociobiodiversidade.

Quantidade alcançada

12

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	12	unidade	5	30/12/2014
Bioma Caatinga	3	unidade	3	30/12/2014
Bioma Cerrado	8	unidade	2	30/12/2014
Bioma Mata Atlântica	7	unidade	2	30/12/2014

- **Incentivar a ampliação do uso de 12 espécies subutilizadas da flora nativa**

Análise Situacional da Meta

Em 2011, o MMA publicou o livro: Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Sul. Agora avança na publicação do livro relacionado às: Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial – Plantas para o Futuro – Região Centro-Oeste.

Esse trabalho, iniciado em 2013, já permitiu a revisão e a finalização de portfólios referente aos Grupos de Uso. Durante o primeiro semestre de 2014, foram finalizados os portfólios relativos às plantas alimentícias, medicinais e ornamentais.

No segundo semestre de 2014, todos os portfólios dos diferentes grupos de plantas relacionadas à biodiversidade do Centro-Oeste brasileiro foram revisados e finalizados. Atualmente, está sendo escrito o Prefácio, a Apresentação e a Introdução, com vistas a publicação e lançamento do Livro "Espécies Nativas da Flora Brasileira de Valor Econômico Atual ou Potencial - Plantas para o Futuro - Região Centro-Oeste". A publicação do livro será mais uma importante contribuição para a promoção do uso da biodiversidade brasileira, especificamente da Região Centro-Oeste. A previsão é que a publicação ocorra ainda no 1º semestre de 2015. Paralelamente, discussões estão sendo realizadas com vistas a definir as espécies priorizadas que irão compor os diferentes grupos de plantas do Livro referente à biodiversidade da Região Norte. Alguns portifólios já foram elaborados e os dados estão sendo analisados e revisados de modo que os resultados desse trabalho para a Região Norte possam ser publicados em 2015 ou 2016. A organização dessa publicação está sendo conduzida em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém.

Essa iniciativa vem promovendo uma forte ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade nativa da flora brasileira, com grande estímulo à conservação e ao uso sustentável de seus recursos genéticos.

Durante o primeiro semestre de 2014 foram realizadas ações de conscientização relacionados às espécies subutilizadas da flora nativa em diferentes eventos. Durante a 10ª Semana dos Alimentos Orgânicos no DF ocorrida em Junho de 2014, foram realizados espaços de degustação aberto ao público e capacitação sobre a importância e diferentes possibilidades de uso alimentício de diferentes espécies nativas. Nessa ocasião foram trabalhas as possibilidades de uso das seguintes espécies: pequi (Caryocar brasiliense), cagaita (Eugenia dysenterica), mangaba (Hancornia speciosa), umbu (Spondias tuberosa), babaçu (Attalea speciosa), murici (Byrsonima crassifólia), taioba (Xanthosoma sagittifolium). As atividades foram realizadas no CEASA, na Sede da Associação dos Produtores do Lago Oeste - ASPROESTE e no Parque da Cidade. Na oportunidade, milhares de pessoas tiveram o privilégio de degustar produtos preparados por chefs de cozinha.

Ainda no primeiro semestre de 2014, o MMA, em parceria com a Rede Cerrado, realizou, durante o VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, seis oficinas gastronômicas com vistas capacitar diferentes atores na confecção e elaboração de pratos a partir de espécies nativas do Cerrado. Duas oficinas foram voltadas especificamente para gestores públicos, uma para nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e outra para cozinheiras dos restaurantes comunitários do DF. Nessas oficinas foram elaborados pratos com: buriti (Mauritia flexuosa), baru (Dipteryx alata), jatobá (Hymenaea stigonocarpa), araticum (Annona crassiflora), cajá (Spondias mombin), coquinho azedo (Butia capitata).

No segundo semestre de 2014, eventos visando incentivar a ampliação do uso das espécies nativas do Brasil continuaram sendo realizados. Um evento foi realizado em Porto Alegre, em Novembro, tendo como enfoque as espécies alimentícias nativas dos Biomas Mata Atlântica e Pampa. Nessa ocasião, diversos produtores e extrativistas que trabalham com espécies nativas estiveram presentes apresentando seus produtos. Diversas preparações com diferentes espécies foram ofertadas para degustação, podendo citar entre elas: Ora-pro-nóbis (Pereskia aculeata), Jussara (Euterpe edulis), butiá (Butia Eriospatha), Araçá (Psidium cattleyanum), Guabiroba (Campomanesia xanthocarpa), araucária (Araucaria angustifólia), uvaia (Eugenia uvalha), caruru (Amaranthus viridis), jabuticaba (Myrciaria cauliflora), ananás (Ananas comosus), pitanga (Eugenia uniflora). Outro evento foi realizado em dezembro de 2014, no Shopping Passeio das Águas, em Goiânia, tendo como enfoque as espécies alimentícias nativas do Bioma Cerrado. Em geral, foram utilizadas as mesmas espécies do cerrado que já tinham sido trabalhados nos eventos do primeiro semestre.

Espécies que até recentemente não faziam parte da mesa do brasileiro ou que, até então, eram utilizadas apenas em âmbito local ou mesmo regional começam a alcançar os mercados das grandes capitais e estão, rapidamente, se tornando novas opções para a mesa do brasileiro.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

24/12/2014

- **Mapear a distribuição geográfica das variedades crioulas e parentes silvestres de 4 espécies de plantas cultivadas**

Análise Situacional da Meta

Os parentes silvestres de plantas cultivadas representam um patrimônio de grande relevância, na medida em que desenvolveram condições para sobreviver a situações extremas, caso de secas, inundações, calor e frio, e ainda adquiriram resistências a pragas e doenças que causam tantos danos às culturas afins.

Apesar da promessa da biotecnologia, os melhoristas continuarão a depender de material genético convencional para o desenvolvimento de novos cultivares altamente especializados. Os parentes silvestres e as raças locais/variedades crioulas das plantas cultivadas fornecem uma importante fonte de variação. A conservação desses materiais é,

entretanto, tarefa complexa e tecnicamente difícil.

Muitas espécies, a partir das quais foram selecionadas plantas cultivadas, continuam ainda sobrevivendo em condições naturais. O mesmo acontece com espécies silvestres afins. Esse “pool” de espécies silvestres constitui os parentes silvestres das plantas cultivadas. Apesar de ainda estarem evoluindo na natureza, os parentes silvestres vivem sob regras muito diferentes em relação às culturas: sobrevivem os mais adaptados. Muitas dessas espécies desenvolveram resistência a pragas e a doenças que causam tantos danos às culturas afins. Estas são algumas das razões porque esses parentes silvestres e as raças locais/variedades crioulas são de tanta importância para as atividades relacionadas à agricultura e ao agronegócio.

Apesar dessa importância, há ainda muita falta de informação sobre os parentes silvestres de plantas cultivadas, e muitos estão com sua sobrevivência ameaçada, principalmente pela destruição dos ambientes naturais. É essencial, portanto, que as instituições com governança nessa área realizem esforços para garantir a conservação dessas espécies, de modo a torná-las disponíveis para uso pelos atuais e futuros programas de pesquisa, que enfrentam constantes desafios para a superação dos problemas impostos pelas diferentes culturas.

Considerando a dimensão continental do Brasil, o mapeamento da distribuição geográfica das variedades crioulas e dos parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas, apesar de tarefa complexa e bastante onerosa. Para tanto, o MMA vem empreendendo uma série de ações voltadas à proteção dos parentes silvestres e das variedades crioulas de muitas culturas, a exemplo do algodão, amendoim, arroz, abóboras, mandioca, milho e da pupunha.

Parceria com a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia está permitindo avanços em relação à avaliação das áreas e espécies mais adequadas, bem como no que se refere ao mapeamento das espécies alvo. As atividades estão sendo planejadas, prioritariamente, no Parque nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque nacional da Serra da Canastra e Parque nacional da Serra do Cipó, onde os trabalhos se concentram nos gêneros Manihot e Arachis, e envolvem o mapeamento e a modelagem da distribuição das espécies; avaliação do estado de conservação e das ameaças; proposição de ações complementares para conservação e manejo; estabelecimento de projeções de ocorrência com auxílio de Sistemas de Informação Geográfica; realização de visitas ao maior número de UCs de Proteção Integral, para confirmação de ocorrências projetadas e outras não previstas; e realização de seminários, incluindo integrantes das equipes responsáveis por UCs, no âmbito do ICMBio.

No segundo semestre de 2014, um consultor foi contratado e foi realizado um extenso trabalho envolvendo espécies de parentes silvestres do gênero Manihot. Inicialmente, foi realizado um levantamento de dados secundários de registros de ocorrência de espécies de Manihot em Unidades de Conservação do Cerrado utilizando fontes tais como check-lists, planos de manejos e levantamentos florísticos. Outro Termo de Referência já foi elaborado e novo consultor está sendo contratado visando a realização do mapeamento da ocorrência potencial de espécies nativas dos gêneros Arachis e Manihot no domínio biogeográfico do Cerrado. Posteriormente, será possível integrar os dados de mapeamento com os dados de levantamentos populacionais e propor ações de conservação específicas para as espécies-alvo.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

24/12/2014

- **Promover 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade em âmbito nacional**

Análise Situacional da Meta

Durante o exercício de 2012, apoiou-se a articulação e fortalecimento das cadeias de 14 espécies dos seguintes produtos da sociobiodiversidade: babaçu, buriti, carnaúba, pequi, piaçava (BA), Pinhão, piaçaba (AM), castanha do brasil, andiroba, copaíba, açai, umbu, licuri, juçara.

Em 2013, permaneceu o apoio à articulação de 17 cadeias de produtos da sociobiodiversidade com exceção do pinhão, por meio de 11 APLs: pequi e outros frutos do cerrado (no APL do Norte de Minas Gerais), umbu e licuri (no APL da região de Paulo Afonso – Bahia), piaçava (no APL do baixo Sul da Bahia), pequi e babaçu (no APL da região da Serra

do Araripe – Ceará), babaçu (no APL da região do médio Mearim – Maranhão), buriti (no APL do Piauí), castanhas-do-brasil e óleos de andiroba e copaíba (no APL da região da BR 163 – Pará), açaí e óleo de copaíba (no APL da região do baixo amazonas - Oriximiná - Pará), açaí (no APL da região da Ilha do Marajó – Pará), piaçaba (no APL do Alto e médio Rio Negro – Amazonas) e Canaúba no APL do Rio Grande do Norte.

No primeiro semestre de 2014 os 10 projetos de APL apoiados pelo MMA receberam termo aditivo para finalizarem suas atividades até março de 2015. Em 2014 foi realizado o processo de contratação de consultoria (por meio do edital No - 3/2014/ PNUD BRA 08/012) para sistematização dos resultados dos projetos de APL, que darão subsídios à construção do Programa Nacional da Sociobiodiversidade (2016-2019). O programa está em discussão no âmbito da Subcomissão Temática da Sociobiodiversidade/CNAPO e sua implementação e monitoramento estarão previstos no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica/PLANAPO (2016-2019). Espera-se que a experiência dos projetos de APL possa servir de referência para a ampliação do leque de espécies e territórios a serem priorizados para a implementação de políticas ligadas à agregação de valor e acesso a mercados dos produtos da sociobiodiversidade.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	7	30/12/2014
Bioma Caatinga	3	unidade	5	30/12/2014
Bioma Cerrado	4	unidade	3	30/12/2014
Bioma Mata Atlântica	4	unidade	2	30/12/2014

- **Promover o acesso de 100 mil famílias de Povos Comunidades Tradicionais e Agricultores ao mercado**

Análise Situacional da Meta

Os instrumentos para atingimento dessa meta foram a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPMBio e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

No período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram investidos em operações de subvenção a produtos extrativos (PGPMBio) - açaí, pequi, fibra de piaçava, castanha do Brasil, amêndoa de babaçu e borracha, Macaúba e Piaçava – 19,03 milhões de reais, viabilizando 56,16 mil acessos de famílias extrativistas. As operações de subvenção induziram o aumento significativo na quantidade produzida desses produtos, colaborando para formalização de negócios, formação de preços e estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Em 2014 foram 7.095 acessos; com o valor R$ 2.933.000,00 pagos em subvenção; totalizando 1.746T dos produtos: Babaçu, Borracha, Macaúba e Piaçava. Atualmente, na lista de produtos da PGPMBio, constam 16 produtos extrativistas, com previsão de investimentos da ordem de 120 milhões até 2016. As compras e subvenções governamentais desses produtos promovem o rompimento das relações de exploração e de monopólio por parte de compradores a nível local, e tem gerado competição entre compradores, o que provoca melhoria dos preços pagos aos extrativistas, estímulo a formalização da atividade e estruturação de cadeias extrativistas.

O PAA que, entre 2012 e 2013, investiu 40,4 milhões de reais em aquisição de produtos da sociobiodiversidade, recursos acessados por mais de 8,6 mil famílias extrativistas. Em 2013, o programa foi acessado por 2,8 mil famílias extrativistas com investimento de R$ 14,8 milhões de reais. Soma-se a esses números as operações realizadas em parceria com estados e municípios, que ainda não temos informações consolidadas. Em 2013: foram adquiridos 3.260 toneladas de produtos da sociobiodiversidade, com valor de R$ 10,2 milhões. Em 2014, as famílias de comunidades tradicionais acessando o PAA somavam cerca de 7.000.

No período os dois programas foram acessados por 64,76 mil famílias com investimentos de R$ 53.7 milhões de reais.

Quantidade alcançada

64.760

Data de Referência

30/12/2014

- **Realizar o cadastramento de famílias em 44 unidades de conservação**

Análise Situacional da Meta

As 77 unidades de conservação de uso sustentável já realizaram o levantamento socioeconômico e diagnóstico produtivo das famílias das comunidades extrativistas.

Quantidade alcançada

77

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	30	unidade	52	31/12/2014
Bioma Caatinga	2	unidade	0	31/12/2014
Bioma Cerrado	4	unidade	4	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	4	unidade	11	31/12/2014
Zona costeira e marinha	4	unidade	10	31/12/2014

- **Realizar um diagnóstico nacional das instituições envolvidas com a conservação da agrobiodiversidade in situ, on farm e ex situ**

Análise Situacional da Meta

Nos últimos anos ocorreram importantes avanços relacionados à conservação e à promoção do uso dos recursos genéticos, a exemplo dos acordos logrados pelos países: 1) o Plano Global de Ação para a Conservação e a Utilização Sustentável dos Recursos Genéticos para a Alimentação e a Agricultura; e 2) o Tratado Internacional de Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura. Apesar desses avanços, deve-se reconhecer que a conservação dos recursos genéticos no Brasil, um dos principais países de megadiversidade, ainda está longe da situação ideal. Faltam, por exemplo, inventários das instituições envolvidas na conservação in situ, on farm e ex situ de recursos genéticos (fauna, flora e microrganismos); representatividade das coleções (local, regional ou nacional); infraestrutura existente em cada coleção; nível de uso e intercâmbio de recursos genéticos, bem como informações sobre as necessidades e as medidas necessárias para a melhor manutenção de cada coleção, tanto a curto quanto a médio e longo prazos. O MMA desenvolve esforços para que o país consiga avançar com um inventário dessa natureza, com ênfase para as espécies da agrobiodiversidade e que seja abrangente, de modo a permitir comparações entre as coleções e entre as regiões. Para isso o MMA realiza reuniões internas com vistas a definição de estratégias para a realização desses diagnósticos. Entre outras, está sendo avaliado um termo de cooperação entre o MMA e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE).

- **Remunerar 70 mil famílias em situação de extrema pobreza pela prestação de serviços de conservação de recursos naturais no meio rural (Plano Brasil Sem Miséria)**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, criado pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, tem sido implementado com o objetivo de incentivar a conservação dos ecossistemas, promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural. Até 01/ 01/2015, o PBV tinha 71.759 famílias beneficiárias, distribuídas em todo o território nacional. A concentração dos beneficiários ocorre na região norte, com 78% dos beneficiários, sendo a maior concentração nos estados do Pará (61%), Amazonas (10%), Acre (3%) e Tocantins (2,6%). A segunda região com o maior número de beneficiários é a nordeste, com 16% dos beneficiários, concentrados especialmente nos estados da Bahia (8,6%) e Maranhão (2,8%). Quanto a origem desses beneficiários, 59% são provenientes de projetos de assentamento do INCRA, seguidos de 32% de unidades de conservação do

ICMBio e 8% de territórios ribeirinhos reconhecidos pela SPU. Até o final de 2014, o programa pretende atender 73 mil famílias. Em 2013, foi criado o banco de dados do PBV e o módulo básico do sistema para manipulação desse banco de dados o SisVerde. O módulo do SisVerde permite ao público geral e aos gestores locais, de maneira diferenciada, uma série de consultas públicas, através do link do Programa Bolsa Verde no sítio eletrônico do Ministério do Meio Ambiente. O monitoramento da cobertura vegetal é feito anualmente em mais de 946 áreas que correspondem a cerca de 471.423,92 km2, aproximadamente 5% do território nacional duas vezes o Estado de Rondônia.Outro componente estratégico do Programa é o monitoramento amostral. Sua metodologia foi desenvolvida entre 2012 e 2013 tendo como proposta a avaliação do impacto da política sobre as famílias beneficiárias, com previsão de um primeiro resultado no final de 2014. Encontra-se em estruturação um Programa de Formação Técnica para as famílias beneficiárias do programa. Quantidade alcançada: 71.759 Famílias em situação de extrema pobreza

Quantidade alcançada

71.759

Data de Referência

01/01/2015

OBJETIVO: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2012, o MMA reiniciou a elaboração de um novo marco legal de acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios, com os objetivos de simplificar os procedimento para obtenção de autorização de acesso, trazendo regras mais claras para a repartição de benefícios, segurança jurídica e redução da burocracia, bem como estimular o uso sustentável dos ativos da biodiversidade e fomentar a ciência, tecnologia e inovação nos setores acadêmico e industrial. Ao mesmo tempo, o MMA fortaleceu institucionalmente o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) com a contratação de novos funcionários e modernização da gestão da Secretaria Executiva. Como parte da estratégia de modernização da gestão, em 2012 e 2013 vem sendo desenvolvido um sistema digital de solicitação de acesso, como também um Portal de Acesso ao Patrimônio Genético voltado para orientar os usuários sobre a aplicação da legislação, de forma eficiente e ágil. Já foi finalizada a tramitação de 80% dos processos do passivo (processos que entraram no CGEN até 2011); 80% dos processos que entraram em 2012; e cerca de 40% dos processos de 2013;mais de 300 coleções ex situ foram credenciadas como fiéis depositárias. Isto representa um avanço de mais de 1000% em relação à situação encontrada em 2010. Grande parte deste sucesso se deve também às iniciativas do CGEN de aperfeiçoar o marco legal existente para torná-lo mais aplicável e seguro para os usuários e para o próprio CGEN. A edição das Resoluções 35, 37, 38, 39, 40 e 41, as Orientações Técnicas no. 7, 8 e 9 bem como a revisão do regimento interno e das resoluções de remessa de amostra de componente do patrimônio genético exemplificam essa modernização.

Metas 2012-2015

- **60 instituições credenciadas como fiéis depositárias do patrimônio genético**

  Análise Situacional da Meta

  Foram credenciadas 61 Instituições como Fiel Depositária de 2012 até 31/12/2014 e a meta foi alcançada em 101,7%. O avanço desta depende das solicitações das instituições públicas em credenciar as coleções de recursos genéticos como fiéis depositárias do patrimônio genético. Assim, a meta prevista para o PPA já foi alcançada e será superada considerando-se o interesse das instituições em atender à Medida Provisória Nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 e às legislações Brasileiras sobre acesso ao patrimônio genético e ao Protocolo de Nagoia.

Quantidade alcançada

61

Data de Referência

31/12/2014

- **Credenciar 3 instituições para emissão de autorização de acesso aos recursos genéticos**

Análise Situacional da Meta

Esta ação foi postergada, a fim de priorizar a modernização da gestão do patrimônio genético, no que se refere a sua adequação normativa, prioritariamente através da elaboração de um novo marco legal de acesso ao patrimônio genético, no sentido de buscar retorno de benefícios resultantes da utilização dos recursos genéticos. É possível que diante ao novo marco legal, não seja mais estratégico o credenciamento de novas instituições e essa meta poderá vir a ser anulada.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar Sistema informatizado de gestão do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados integrado com todas as instituições credenciadas**

Análise Situacional da Meta

O sistema digital estava em desenvolvimento com a firma (BASIS) contratada pelo CGTI –Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do MMA, desde 29/08/2012 (1ª reunião), sendo que a primeira fase (modulo I) entregue, embora efetuada, não atendeu a demanda para o DPG. O módulo II estava quase na metade, contudo, o contrato não foi renovado. Encontra-se em fase inicial de desenvolvimento um Portal de Acesso ao Patrimônio Genético voltado para orientar os usuários sobre a aplicação da legislação, de forma eficiente e ágil. Atualmente o MMA/SBF/DPG e o CNPq vem organizando reuniões para definir as regras, a fim de permitir o compartilhamento do sistema informatizado para solicitação de autorizações utilizado pelo CNPq, com sucesso desde 2009, com as adaptações necessárias para abranger todas as competências do CGEN.

OBJETIVO: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em dezembro de 2014, foram lançadas as novas listas de espécies ameaçadas de extinção, resultado das avaliações do estado de conservação das espécies, coordenadas pelo ICMBIO, no caso da fauna, e pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, no caso da flora.

O estado de conservação das espécies da fauna terrestres de vertebrados foi totalmente avaliado. A Portaria MMA nº 444 de 17 de dezembro de 2014 apresenta a lista das espécies da fauna terrestre ameaçadas de extinção, totalizando 698 espécies.

Quanto ao estado de conservação das espécies da fauna aquática de vertebrados também houve a avaliação de todas as espécies além de algumas espécies de invertebrados. A Portaria MMA nº 445, de 17 de dezembro de 2014, apresenta uma lista com 475 espécies ameaçadas de extinção.

Para a flora foi avaliado o estado de conservação de todas as espécies presentes em alguma lista de espécie ameaçada, seja nacional ou regional, totalizando a avaliação de 5.195 espécies, sendo que a Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014, apresenta uma lista com 2113 espécies ameaçadas de extinção.

Os números atuais não podem e não devem ser comparados com os números anteriores, pois o universo de espécies avaliadas subiu significativamente, e é esperado que ao se avaliar o estado de conservação de um maior número de espécies sejam identificadas um número maior de espécies ameaçadas.O indicador “taxa de conservação de espécie

ameaçada de extinção, constantes das listas oficiais com ações de manejo" caiu em 2014, devido a ampliação do número de espécies ameaçadas. Cabe ressaltar que algumas espécies importantes, como a baleia-jubarte, deixaram de ser consideradas ameaçadas de extinção e que houve um aperfeiçoamento das avaliações, pois o grau do risco de extinção passou a ser detectado de acordo com a metodologia desenvolvida pela IUCN. O esperado é que possam ser monitoradas as mudanças do estado de conservação entre as 3 categorias de ameaçadas, identificando melhor os progresso na gestão das espécies ameaçadas de extinção.

Metas 2012-2015

- **80% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação**

  Análise Situacional da Meta

  Esta é uma meta de acompanhamento. Em 2012 foi apurado que 58,8% das espécies da fauna ameaçadas de extinção tinham registro de ocorrência em Unidades de Conservação - UC federais. Para 2013, estava planejado verificar a ocorrência destas espécies em UC estaduais e municipais, por meio do desenvolvimento de um sistema de informação. No entanto, o desenvolvimento do sistema não foi concluído em 2013, o que impossibilitou a verificação destas espécies em UC estaduais.Com bases nas informações de distribuição de espécies coletadas em 2013, estima-se que 482 espécies ameaçadas devem ocorrer nas UC federais (77%). Este dado será validado em 2015.

  Quantidade alcançada

  58,8

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Avaliar a situação de 20 espécies ameaçadas de extinção com relação ao comércio internacional CITES - Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora**

  Análise Situacional da Meta

  Nos anos de 2012 e 2013 foram avaliadas as seguintes espécies:

  1) Carcharhinus longimanus

  2) Sphyrna lewini

  3) Sphyrna mokarran

  4) Sphyrna zygaena

  5) Lamna nasus

  6) Manta birostris

  7) Manta alfredi

  8) Tillandsia kautskyi

  9) Tillandsia sucrei

  10) Tillandsia sprengeliana

  11) Aniba rosaeodora

  Na 16ª Conferência das Partes CITES, que aconteceu no ano de 2013, foram apresentadas propostas resultantes destas avaliações. As sete primeiras espécies foram incluídas no anexo II da CITES por serem bastante exploradas pelo comércio internacional e por se enquadrarem nos critérios de avaliação do anexo II. As espécies 8, 9 e 10 foram retiradas do anexo II em razão da não existência significativa do comércio internacional.

  Para a espécie 11 foi realizado um ajuste no escopo das partes da espécie que estão incluídas no anexo II com a finalidade de dar uma maior eficiência no produto comercializado da espécie.

  Em meados de 2013 até novembro de 2014, as espécies Cacajao melanocephalus, Pionopsitta pileata, Saguinus martininsi, Leopardus geoffroyi, L. braccatus, L. pardalis, L. wiedii e Puma yagouaroundi foram avaliadas quanto a sua permanência ou mudança dos anexos da CITES. Os resultados desses estudos deverão ser apresentados na próxima 17ª

Conferência das Partes da CITES, que deverá acontecer em 2016.
Total de espécies avaliadas: 19

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

31/12/2014

- **Conservar ex-situ e/ou in-situ 40% das espécies da flora ameaçada de extinção**

Análise Situacional da Meta

Não há alteração quantitativa em relação a 2013, no entanto as atividades relacionadas a esta meta estão em avanço. Ainda não há um sistema de informação, que consolide os dados referentes às espécies ameaçadas de extinção que são conservadas em condições ex situ, o que dificulta a avaliação sobre o cumprimento da meta estabelecida.

Com relação às atividades conservação ex situ desenvolvidas no escopo do objetivo 0508, em 2014, foram identificados 26 jardins botânicos com a presença de 102 (21%) espécies da Lista Oficial da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção (IN 06/2008), ou seja, esse número está desatualizado, pois a nova lista oficial é a portaria 443/2014. A atualização deste número dependeria de uma ampla consulta aos JBs nacionais (como feita anteriormente em relação a IN 6/2008), por isto é inviável atualizar os dados neste momento. O estudo apontou a presença de 36 (8%) espécies ameaçadas em 10 reservas de jardins botânicos, ou seja, em áreas de vegetação natural administradas por estas instituições.

Um documento contendo a proposta de uma Estratégia Nacional para Conservação ex situ de Espécies Ameaçadas de Extinção, encontra-se em fase final de revisão devendo ser encaminhado ao MMA no primeiro semestre de 2015. Este documento contém diretrizes e recomendações que orientam a adoção e integração das iniciativas de conservação ex situ da flora brasileira ameaçada de extinção, a fim de contribuir para o atendimento e monitoramento das metas nacionais e globais referentes ao tema.

Em relação a conservação in situ, os estudos realizados pelo CNCFlora em 2014 mostraram que 1230 espécies (70,3%) têm pelo menos um registro de ocorrência dentro de uma unidade de conservação (SNUC) e somente 112 (6,4%) espécies estão completamente protegidas dentro de UCs. Além disso, somente 37,6% (463 espécies) tem mais que a metade de sua distribuição dentro de UCs. Estes dados foram analisados conforme os registros de ocorrência das espécies constantes do Livro Vermelho da Flora Brasil (Martinelli & Moraes, 2013), o qual foi a base da nova portaria contendo a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção (Portaria 443/2014).

Diante do exposto, não é possível calcular de forma precisa o valor da meta, pois as variáveis podem ser consideradas de diferentes formas, e não há um sistema de informação que consolide os dados referentes às espécies ameaçadas de extinção que são conservadas em condição ex situ.

Quantidade alcançada

39

Data de Referência

31/12/2014

- **Diagnosticar o estado de conservação de 100% das espécies de vertebrados**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram realizadas 20 oficinas de avaliação do risco de extinção das espécies, com a participação de mais de 230 especialistas da comunidade científica brasileira e estrangeira, avaliando 4.637 espécies. Com isso, atingiu-se o total de 12.255 espécies avaliadas, em 73 oficinas de trabalho, com participação de mais de 1.200 especialistas da comunidade científica. Nesse universo estão todos os vertebrados brasileiros (8.923). O processo foi concluído em oficina de validação realizada no final de novembro de 2014. Os resultados foram encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente e subsidiaram a atualização da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, publicada através das Portarias MMA 444 e 445, de 17 de dezembro de 2014.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Diagnosticar o estado de conservação de 4.722 espécies da flora (plantas vasculares)**

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2014 foram avaliadas 5233 espécies quanto ao risco de extinção (estado de conservação). Considera-se que esta meta já foi atingida.

Quantidade alcançada

5.233

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar Planos de Ação para 100% espécies da fauna ameaçadas de extinção**

Análise Situacional da Meta

Atualmente são consideradas ameaçadas de extinção 627 espécies da fauna brasileira. Desde 2006 são elaborados Planos de Ação Nacional – PAN para espécies da fauna ameaçadas de extinção. O ICMBio coordenou a elaboração de 7 novos planos em 2014 (Tatu-Bola, Tubarões, Ambientes Coralíneos, Aves da Mata Atlântica, Herpetofauna da Mata Atlântica do Sudeste, Manguezais, Quelônios), contemplando 109 novas espécies, totalizando 415 espécies ameaçadas com PAN (66%), além de outras aproximadamente 383 espécies não ameaçadas de extinção, que também foram contempladas nos Planos.

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar Planos de Ação para 500 espécies da flora ameaçadas de extinção**

Análise Situacional da Meta

Os planos de ação em fase de elaboração em 2014:

1. PAN Grão Mogol - contempla 74 espécies ameaçadas de extinção.

2. PAN Espinhaço Meridional - contempla 257 espécies ameaçadas de extinção.

3. PAN Bacia Alto Tocantins- 78 espécies ameaçadas de extinção.

Estes planos estão em fase avançada de elaboração, sendo o PAN do Espinhaço Meridional já em fase de revisão.

Os planos de ação já elaborados são:

1.Faveiro de Wilson (Dimorphandra wilsonii) - espécie criticamente em perigo de extinção e endêmica do Cerrado de Minas Gerais. As ações do plano beneficiam não só a espécie foco, mas também mais 28 espécies ameaçadas e 13 quase ameaçadas de extinção.

2.PAN Cactaceae e Sempre-vivas envolvem 50 espécies ameaçadas e 41 com dados insuficientes. Ao todo estes PANs englobam 488 espécies ameaçadas de extinção.

Quantidade alcançada

488

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da

biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo é desenvolvido por duas instituições vinculadas ao MMA. São desenvolvidas atividades voltadas a aprimorar instrumentos de gestão e melhorar as condições dos ecossistemas. As ações necessárias vêm sendo implementadas com sucesso para o cumprimento deste objetivo.

Estima-se que 125 UCs federais possuem espécies exóticas invasoras documentadas, sendo a maior parte delas no bioma Mata Atlântica (Sampaio e Schmidt, 2013). Em 2014, constatou-se a implementação de medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras em 33 unidades de conservação federais.

Com relação à meta de revisão e publicação de normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre, durante o 2014 foram elaboradas seis normas de gestão ex situ: i) Proposta de lista da Resolução CONAMA 394/2007; ii) Proposta de norma com os procedimentos de transição de criadouros comerciais relacionados à norma anteriormente citada; e iii) Elaboração de proposta de Resolução CONAMA sobre os empreendimentos de fauna; iv) Proposta de Resolução CONAMA relacionada ao transporte e marcação de fauna em cativeiro; v) Proposta de revisão Instrução Normativa 169/2008; e vi) Portaria PAN/PQA. Com a vigência da Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, a competência para a aprovação do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromos - PMFA passou a ser responsabilidade da autoridade ambiental que concedeu o licenciamento ambiental. Dessa forma, o Ibama perdeu a competência de autorização e de monitoramento dos planos para controle de espécies sinantrópicas nocivas. No entanto, em relação a espécies exóticas invasoras, quando se tratar de um manejo regional ou nacional, permanece a competência do Ibama em regulamentar os procedimentos e executar o controle e o monitoramento das ações. Ressalta-se que tanto as espécies sinantrópicas quanto as exóticas invasoras são consideradas nocivas e promotoras de risco. A edição da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, atribuiu aos estados e ao Distrito Federal, diversas ações administrativas referente à gestão dos recursos faunísticos, dentre as quais, a competência para executar o controle e o monitoramento que não extrapole seus limites territoriais. Nesse sentido, o Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama, vem assumindo seu papel normatizador tendo ocorrido a participação do Ibama na discussão da proposta que resultou na aprovação da Resolução que “Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e autorização do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromos e dá outras providências”, além de ter participado da discussão da proposta de Resolução Conama que visava regulamentar o manejo de quirópteros sinantrópicos.

Desde 2012, foram debatidos e propostos, pelo MMA e MPA, os critérios e padrões, normas e procedimentos para o ordenamento das seguintes atividades ligadas ao uso sustentável de recursos pesqueiros sobre-explotados: - A pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul (INI Nº12, de 22 de agosto de 2012); - A pesca do camarão-rosa da Costa Norte do Brasil (INI ainda não publicada); - A pesca, o desembarque, o transporte, o armazenamento e a comercialização de tubarões e raias (INI Nº14, de 26 de novembro de 2012); - A moratória, por um período de três anos, nas águas jurisdicionais brasileiras, da captura da espécie (Epinephelus itajara), conhecida popularmente por mero, canapú, bodete, badejão, merete e merote (INI nº13, de 16 de outubro de 2012); - As áreas proibidas à captura do pargo entre o limite norte do Estado do Amapá até a divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe (Foz do Rio São Francisco), em águas mais rasas com mais de 50 (cinquenta) metros de profundidade (INI nº08, de 8 de junho de 2012). Já em 2013, foram publicadas a Instrução Normativa MPA nº 9/2013, que regulamentou o uso sustentável do caranguejo-uçá, a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 2/2013, regulamentando a pesca na Lagoa de Araruama/RJ, bem como a PORTARIA IBAMA nº 200, que constituiu o Comitê Interinstitucional para acompanhar e avaliar as normas de uso do tambaqui em cultivo de tanques-rede na BH do Tocantins. Paralelamente, o IBAMA, na condição de autoridade administrativa brasileira junto à Convenção Internacional sobre o Comércio de fauna e flora ameaçados de extinção - CITES – propôs a inclusão de 3 espécies de tubarão no apêndice II, que inclui espécies não necessariamente em perigo de extinção mas que necessitam de comércio controlado, com o objetivo de fomentar um maior controle e sustentabilidade na pesca dessas espécies em todo o mundo.

Em 2014, foram produzidas e encaminhadas as propostas de portarias que trata da pesca de emalhe nas regiões norte e nordeste do Brasil, e foi publicada a Instrução Normativa nº 02/2014, regulamentando os procedimentos de fiscalização do comércio de barbatanas de tubarão e raias. Também foram publicadas instruções normativas interministeriais sobre a moratória da pesca da piracatinga, como forma de impedir a continuidade da matança de botos no amazonas e sobre a regulamentação da paralisação da pesca para a andada do caranguejo. Finalmente, encontra-se em andamento a revisão de duas normas relativas à pesca de águas continentais, para as Bacias Amazônica e do São Francisco, e duas para águas marinhas, relativas à pesca de lagostas e do pargo. Ainda foram publicadas duas Instruções Normativas Interministeriais, a INI MPA/MMA nº 7, que estabelece medidas para mitigação da captura incidental de aves marinhas e a INI MPA/MMA nº 8 que proíbe a pesca, retenção a bordo, transporte e a comercialização do tubarão do lombo-preto (Carcharhinus falciformis) em águas jurisdicionais brasileiras e em território nacional.

Metas 2012-2015

- **Implementar em 30 unidades de conservação federais medidas de prevenção, controle de uso e dispersão, monitoramento e erradicação de espécies invasoras**

  Análise Situacional da Meta

  Há pelo menos 38 unidades com ações em curso relativas a controle de espécies exóticas, desde unidades com planos prontos para iniciar a execução a algumas unidades com programas de manejo bem estruturados. Como referência, tem-se estimativa de 125 UCs federais com espécies exóticas invasoras documentadas, sendo a maior parte delas no bioma Mata Atlântica (Sampaio e Schmidt, 2013).

  Apa Fernando de Noronha e Parna Marinho de Fernando de Noronha (parte terrestre) – mapeamento da invasão por Leucena sp. e teste de métodos de controle. Projeto de controle da população de teiú (Tupinambis merianae).

  Apa Petrópolis – plano de controle elaborado

  Apa Ibirapuitã – início do controle de javalis

  Esec Seridó – Teste de método para retirada de tilápia do açude (UFRN)

  Esec Tupinambás – monitoramento coral sol

  Flona de Bom Futuro – plano de controle elaborado

  Flona de Canela - retirada de Pinus em curso, com recuperação de mata ombrófila mista

  Flona de Capão Bonito – plano de controle elaborado

  Flona de Chapecó - retirada de Pinus em curso, com recuperação de mata ombrófila mista

  Flona de Ibirama - retirada de Pinus em curso, com recuperação de mata ombrófila

  Flona de Irati – previsão de retirada de Pinus com recuperação de mata ombrófila mista

  Flona de Jamari – plano de controle elaborado

  Flona de Passo Fundo – previsão de retirada de Pinus com recuperação de mata ombrófila mista

  Flona de Piraí do Sul – retirada de Pinus e ações de regeneração

  Flona do Açungui – previsão de retirada de Pinus com recuperação de mata ombrófila mista

  Flona de Carajás – controle de exóticas relacionadas à mineração, pelo empreendedor

  Parna Brasília – plano de controle elaborado, medidas de controle de gramíneas, arbustos e árvores em implementação

  Parna Chapada Diamantina – mapeamento de Dicranopteris flexuosa, samambaia invasora

  Parna Chapada dos Veadeiros – teste de métodos de controle de gramíneas exóticas invasoras

  Parna da Tijuca – plano de controle elaborado, medidas de controle de arbóreas em implementação, com ênfase nas jaqueiras.

  Parna das Araucárias – plano de controle elaborado, estudo de medidas para controle do javali à luz da nova legislação.

  Parna de Emas – controle de gramíneas exóticas na rede de aceiros; estudo do efeito de gramíneas exóticas sobre a anurofauna.

  Parna Itatiaia e Apa Serra da Mantiqueira – integram estudo de manejo de javalis na região

Parna Lagoa do Peixe – estudos e ações de manejo para retirada do Pinus – tentativas de edital de licitação da madeira.
Parna Serra da Bodoquena – plano de controle elaborado
Parna Serra do Cipó – teste de controle de braquiária
Parna Serra do Itajaí – recuperação de áreas degradadas com Pinus, projeto BNDES.
Parna Serra dos Órgãos – medidas de controle de Impatiens walleriana e retirada das exóticas da sede do parque.
Parna Serra Geral/ Aparados da Serra (computados como uma única unidade, dada a forma de gestão) – experimentos de retirada de Pinus e de controle de uva do Japão.
Rebio Arvoredo – controle/ monitoramento de coral sol
Rebio Contagem – teste de métodos de controle de gramíneas exóticas invasoras
Rebio Guaporé – apresentação de projeto para erradicação de búfalos, em parceria com órgãos estaduais
Rebio Guaribas – plano de controle elaborado, ações de controle do Dendê.
Rebio Lago Piratuba – TAC com proprietários de búfalos para sua retirada.
Rebio Saltinho – plano de controle elaborado, parceria com CPB para erradicação de saimiri
Resex do Rio Cajari – grupo de trabalho sobre búfalos e em curso elaboração de plano de retirada dos animais.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

13/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	unidade	6	13/02/2015
Bioma Cerrado	8	unidade	6	13/02/2015
Bioma Mata Atlântica	15	unidade	20	13/02/2015
Bioma Pampa	1	unidade	1	13/02/2015
Zona costeira e marinha	4	unidade	4	13/02/2015

- **Publicar marco regulatório e planos de ação para controle e monitoramento das 10 principais espécies sinantrópicas consideradas nocivas e promotoras de risco**

Análise Situacional da Meta

Com a vigência da Lei nº 12.725, de 16 de outubro de 2012, a competência para a aprovação do Plano de Manejo de Fauna em Aeródromos - PMFA passou a ser responsabilidade da autoridade ambiental que concedeu o licenciamento ambiental. Dessa forma, o Ibama perdeu a competência de autorização e de monitoramento dos planos para controle de espécies sinantrópicas nocivas.
Uma vez que não sendo mais competência do IBAMA a meta em questão, desde final de 2012, o resultado seria zero.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Regulamentar o uso sustentável e propor medidas de recuperação das populações das principais espécies pesqueiras sobre-explotadas**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram debatidos e propostos, com o MMA e o MPA, os critérios e padrões, normas e procedimentos para o ordenamento das seguintes atividades ligadas ao uso sustentável de recursos pesqueiros sobre- explotados: - A pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul (INI Nº12, de 22 de agosto de 2012); - A pesca do camarão-rosa da Costa Norte do Brasil (INI ainda não publicada); - A pesca, o desembarque, o transporte, o armazenamento e a comercialização de tubarões e raias (INI Nº14, de 26 de novembro de 2012); - A moratória, por um período de três anos, nas águas jurisdicionais brasileiras, a captura da espécie

(Epinephelus itajara), conhecida popularmente por mero, canapú, bodete, badejão, merete e merote (INI Nº13, de 16 de outubro de 2012); - As áreas proibidas à captura do pargo entre o limite norte do Estado do Amapá até a divisa dos Estados de Alagoas e Sergipe (Foz do Rio São Francisco), em águas mais rasas que 50 (cinquenta) metros de profundidade (INI Nº08, de 8 de junho de 2012); Em 2013, foram publicadas 2 Instruções normativas e 1 Portaria: A Instrução normativa MPA Nº 9/2013, que regulamentou o uso sustentável do caranguejo-uçá, a Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA Nº 2/2013, regulamentando a pesca na Lagoa de Araruama/RJ, bem como a PORTARIA IBAMA nº 200, que constituiu o Comitê Interinstitucional para acompanhar e avaliar as normas de uso do tambaqui em cultivo de tanques-rede na BH do Tocantins. Também foram analisadas, discutidas e propostas no âmbito do IBAMA, e estão em tramitação entre os órgãos que compõe o Comitê Técnico de Gestão da Pesca outras 03 Instruções Interministeriais e 01 de Portaria, que tratam dos seguintes assuntos: Peixes Ornamentais marinhos, Raias de águas continentais, Manejo de corais exóticos invasores e Trânsito e comércio de barbatanas de tubarões e raias Paralelamente, o IBAMA, na condição de autoridade administrativa brasileira junto à Convenção Internacional sobre o Comércio de fauna e flora ameaçados de extinção - CITES - propôs, com o apoio do MMA, ICMBio e MRE, a inclusão de 3 espécies de tubarão no apêndice II, que inclui espécies não necessariamente em perigo de extinção mas que necessitam de comércio controlado, com o objetivo de fomentar um maior controle e sustentabilidade na pesca dessas espécies em todo o mundo. Em 2014, foram produzidas e encaminhadas duas propostas de normatização para submissão ao Ministério do meio Ambiente, as portarias que trata da pesca de emalhe nas regiões norte e nordeste do Brasil, e o IBAMA publicou a Instrução Normativa n 02/2014, regulamentando os procedimentos de fiscalização do comércio de barbatanas de tubarão e raias. Também foram publicadas instruções normativas interministeriais sobre a moratória da pesca da piracatinga, como forma de impedir a continuidade da matança de botos no amazonas e sobre a regulamentação da paralisação da pesca para a andada do caranguejo (IBAMA, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Pesca e Aquicultura). Finalmente, está em andamento a revisão de duas normas relativas à pesca de águas continentais, para as Bacias Amazônica e do São Francisco, e duas para águas marinhas, relativas à pesca de Lagostas NE do Pargo. Ainda foram publicadas duas Instruções Normativas Interministeriais, a INI MPA/MMA nº 7 (Estabelecer medidas para mitigação da captura incidental de aves marinhas) e a INI MPA/MMA nº 8 (Proibir a pesca direciona, retenção a bordo, transporte e a comercialização do tubarão do lombo-preto (Cracharhinus falciformis) em águas jurisdicionais brasileiras e em território nacional).

- **Revisar e publicar normas legais relativas ao uso sustentável da fauna silvestre**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014 foram elaboradas 3 normas de gestão ex situ: i) Proposta de lista da Resolução CONAMA 394/2007; ii) Proposta de norma com os procedimentos de transição de criadouros comerciais relacionados à norma anteriormente citada; e iii) Proposta de Resolução CONAMA sobre os empreendimentos de fauna. No segundo semestre de 2014, foram elaboradas: i) Proposta de Resolução CONAMA relacionada ao transporte e marcação de fauna em cativeiro, ii) Proposta de revisão Instrução Normativa 169/2008 e iii) Portaria PAN/PQA.

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O MMA vêm trabalhando com um conjunto de programas e projetos especiais que aportam recursos para induzir órgãos

vinculados (como IBAMA e ICMBio) e parceiros de outras esferas públicas e privadas para buscar a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, sempre relacionando estas atividades com as Unidades de Conservação. Dos projetos em execução pode-se relatar notadamente o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia ARPA, atualmente em conclusão de sua Fase II e início da operação de sua Fase III, o qual apoia a consolidação e manutenção de 95 UCs federais e estaduais na Amazônia, perfazendo um total de 52 milhões de hectares. O Projeto Terra do Meio, que trabalhou sob a mesma estrutura do ARPA, vinha sendo executado desde 2012, e encerrou-se em novembro de 2014, com importantes resultados para a gestão de 11 UC da região da Terra do Meio no Pará. O Projeto Corredores Ecológicos, com atuação no Amazonas, Bahia e Espírito Santo, foi concluído em novembro de 2014 com a realização de um Seminário sobre os 12 anos do Projeto, ao longo dos quais contribuiu decisivamente para o fortalecimento da gestão ambiental no entorno das UCs na Amazônia e Mata Atlântica. Adicionalmente trabalha-se com a captação de recursos adicionais para fomentar as atividades de conservação, notadamente tem-se hoje duas propostas do Global Environment Facility – (GEF Terrestre e Marinho) contemplando prioritariamente os biomas Caatinga, Pampa e Pantanal e o Marinho, o Projeto de Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (submetido à Plataforma Life Web da CDB ,Convenção da Diversidade Biológica, e já contando com apoio do Governo Alemão) e a nova reformulação do ARPA, que deve captar recursos adicionais e operar em prazo longo (25 anos). Ademais, o Ministério mantém o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, onde são inseridos, certificados e publicados os principais dados sobre as Unidades de Conservação. O CNUC é hoje a principal ferramenta de sistematização e divulgação de informações sobre as Unidades de Conservação. Visando melhorar esse sistema, o Ministério vem trabalhando em uma nova plataforma (Novo CNUC) de forma a apoiar ações de planejamento, gestão e coordenação do SNUC. Com a rescisão do contrato pelo Ministério com a empresa que vinha trabalhando na implementação/construção da nova plataforma, houve necessidade de readequação dos trabalhos. Atualmente o CNUC está sendo desenvolvido pela empresa CAST junto ao Serviço Florestal Brasileiro. Em relação às Unidades de Conservação federais, no ano de 2013, foi criado o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no município Pontal do Paraná - PR, totalizando 313 UCs Federais. Em 2014, foram criadas 7 novas unidades de conservação federais, sendo 4 de uso sustentável (Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba; Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo; Reserva Extrativista Marinha Cuinarana e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, localizada no bioma Cerrado) e 3 de proteção integral (Estação Ecológica Alto Maués, na região Amazônica; Parque Nacional da Serra do Gandarela e Parque Nacional Guaricana, para fortalecer a proteção do bioma Mata Atlântica). Além disso, foram ampliadas a Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba e a Reserva Extrativista do Médio Juruá, localizada no Estado do Amazonas. Assim, o total de incremento de área protegida em âmbito federal, no ano, foi de 9.327 km². O Brasil possui 1.930 Unidades de Conservação (UCs), de acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (dezembro/2014), sendo 320 Federais. O total de UCs abrange a área de aproximadamente 1.550.854 km² do território brasileiro, ou seja, 17,7% do território continental e 1,5% do território marinho.

Metas 2012-2015

- **Adequar as instalações dos 11 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio**

  Análise Situacional da Meta

  O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade conta agora com 15 centros de pesquisa, pois recebeu em 2013 quatro centros que estavam no Institudo Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama: os Centros de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte – Cepnor, e Estuarinos e Lagunares – Ceperg; e os Centros de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste – Cepene, e do Sudeste e Sul – Cepsul. Tais centros estão em fase de redesenho de escopo, com foco na conservação e manejo da biodiversidade marinha. Houve reforma da sede do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros – Cenap e término da obra da sede do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônia – Cepam. No entanto, a situação ainda é grave em algumas edificações. Há perda de estruturas pelas marés no Centro Nacional de

Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos – CMA e prédio que necessita de ampla reforma no Cepene. Três centros precisam de sede própria: o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação do Patrimônio Espeleológico – Cecav, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios – RAN e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação do Cerrado e Caatinga – Cecat.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Atualizar o Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, para todos os biomas, incluindo a zona costeira e marinha**

Análise Situacional da Meta

As áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade do cerrado e do pantanal foram atualizadas e encontra-se em processo a atualização das áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade para a caatinga. O início da atualização das áreas prioritárias da Amazônia, Mata Atlântica, Pampa e da zona costeira e marinha devem ocorrer durante 2015. No primeiro semestre de 2014 os processos para revisão das áreas prioritárias destes biomas foram estruturados, por meio da elaboração dos termos de referência, formação de parcerias e mobilização de recursos financeiros e o processo de atualização das áreas prioritárias para a zona costeira e marinha foi iniciado. Até agora, foram levantados os dados já existentes e está sendo organizada uma oficina para identificação de alvos e metas de conservação. O resultado do processo de revisão das áreas e ações prioritárias deverá ser objeto de discussão no âmbito da CONABIO - Comissão Nacional de Biodiversidade - em 2015. Após sua aprovação, será publicada portaria oficializando as novas áreas prioritárias para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica brasileira. Encontra-se em negociação com o MCTI a criação de uma ferramenta digital que possibilite aos tomadores de decisão o acesso mais ágil e amigável aos resultados dos processos das áreas e ações prioritárias, que serão abrigados em bancos de dados para uso permanente e que possibilite que as prioridades sejam atualizadas quando necessárias.

- **Avaliar o estado de conservação em 40 Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Esta meta trata do monitoramento in situ da biodiversidade com conjunto mínimo de variáveis que permitam comparação entre Unidades de Conservação – UC, aos quais são agregadas outras variáveis. O monitoramento da gestão e o monitoramento remoto são feitos para o conjunto das 320 UC federais. Em relação ao monitoramento in situ tem-se atualmente, além das iniciativas pontuais nas unidades, o monitoramento coordenado em cinco UC marinhas com o protocolo Reef Check (Reserva Extrativista Corumbau, Parque Nacional Fernado de Noronha, Parque Nacional Abrolhos, Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais e Reserva Biológica Atol das Rocas) e o segundo ano do monitoramento em três UC da Caatinga (Estação Ecológica Raso da Catarina, Parque Nacional Serra da Capivara e Floresta Nacional Contendas do Sincorá).

Está em fase de implantação em campo o monitoramento em seis UC no Cerrado (Parques Nacional das Emas, Chapada dos Veadeiros, Chapada dos Guimarães, Serra do Cipó e Serra da Bodoquena e Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins), UC na Mata Atlântica (Parques Nacionais Serra dos Órgãos, Superagui e Bocaina e Reserva Biologica Una) e UC amazônicas (Parques Nacionais Montanhas do Tumucumaque e Jaú, Reservas Extrativistas Cazumbá-Iracema, Arapiuns e Unini, Floresta Nacional Jamari e Reserva Biológica Uatumã). Está em desenvolvimento o conjunto de protocolos mais específicos, com ênfase em UC amazônicas, com enfoque fortemente participativo. O conjunto das ações conta com pequena parcela de recursos orçamentários e contribuição de projetos diversos de cooperação, em que se destacam a Agência de Cooperação Técnica Alemã (BMU/GIZ), Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA, Fundo Clima, Fundação Moore e Instituto de Pesquisas Ecológicas – Ipê.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	12	unidade	6	31/12/2014
Bioma Caatinga	7	unidade	3	31/12/2014
Bioma Cerrado	7	unidade	6	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	6	unidade	4	31/12/2014
Zona costeira e marinha	8	unidade	5	31/12/2014

- **Celebrar 20 contratos de concessão de direito real de uso com organizações dos povos e comunidades tradicionais das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Federais**

Análise Situacional da Meta

Foram celebrados 7 Contratos de Concessão de Direito Real de Uso com as associações das seguintes Reservas Extrativistas (todas no Amazonas): Auati Paraná, Baixo Juruá, Médio Juruá, Médio Purus e Rio Jutaí; com Floresta Nacional de Tefé (Amazonas); e com a Reserva Extrativista de Corumbau (Bahia).

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

- **Designar 5 sítios de zonas úmidas de importância internacional na Lista de Ramsar**

Análise Situacional da Meta

O DMAR finalizou a elaboração e análise de 7 Fichas Ramsar para Designação de novos Sítios Ramsar no Brasil e, em maio de 2014, o Comitê Nacional de Zonas Úmidas aprovou as candidaturas, correspondentes às seguintes Unidades de Conservação:

- REBIO Atol das Rocas;
- APA Fernando de Noronha + PARNA Marinho de Fernando de Noronha;
- ESEC Taim;
- PARNA Viruá;
- REBIO Guaporé;
- PARNA Ilha Grande;
- APA Estadual de Guaratuba.

Ainda em 2014, o MMA preparou a candidatura de 6 dos Sítios acima citados: REBIO Atol das Rocas, APA Fernando de Noronha + PN Marinho de Fernando de Noronha, ESEC Taim, PARNA Viruá, REBIO Guaporé e PARNA Ilha Grande.

Próximos passos: O Secretariado da Convenção de Ramsar recebeu as seis candidaturas de UC Federais e as analisará para possível aprovação final. A UC Estadual (APA de Guaratuba) terá sua Ficha Ramsar traduzida ao inglês, e aguardaremos manifestação do Estado do Paraná, quanto ao seu compromisso na conservação das características ecológicas das áreas úmidas da Unidade, para então encaminharmos a candidatura ao Secretariado da Convenção.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/12/2014

- **Elaborar o programa nacional para a conservação dos recifes de coral e de ecossistemas marinhos**

Análise Situacional da Meta

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vem implementando o Programa de Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil (Reef Check Brasil) nas UC federais e iniciou a elaboração do Plano de Ação Nacional – PAN Corais no início de 2014. Ambas as ações servirão de subsídios para a elaboração do Programa Nacional para a Conservação dos Recifes de Coral.

Próximos passos: Está prevista a conclusão da elaboração do programa em 2015.

- **Estruturar 30 Unidades de Conservação Federais para visitação e uso público**

Análise Situacional da Meta

O ICMBio trabalha em parceria com outras instituições em âmbito nacional e regional no sentido de promover o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo e a inserção das Unidades de Conservação (UC) neste contexto. Dentro das ações do ICMBio para estruturação da visitação estão: diversificação do conjunto de atividades oferecidas aos visitantes, melhoria da infraestrutura e delegação de serviços de apoio à visitação. O planejamento necessário para estruturação para visitação deste conjunto de UC foi realizado e as ações da esfera administrativa foram tomadas e estão em andamento. O ICMBio trabalha continuamente para aprimorar as parcerias e a captação de recursos para atingir esta meta, porém a construção de infraestrutura envolve processos licitatórios complexos, considerável aporte de recursos financeiros e longo tempo de execução. A morosidade na execução de obras em 2014, principalmente devido a alterações em projetos e cronogramas, levou a um resultado inferior ao previsto para o ano – das cinco UC com expectativa de conclusão, duas foram concluídas.

No biênio 2012-2013 foram estruturadas 22 UC e em 2014 foram estruturadas outras duas (02), totalizando vinte e quatro (24) unidades estruturadas nos últimos três anos, entre Parques Nacionais e outras categorias de UC. No período houve aprimoramento na infraestrutura e nos serviços oferecidos pelas Unidades de Conservação consideradas já estruturadas.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

- **Fomentar 90 projetos de pesquisa de manejo em Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

O fomento a projetos de pesquisa para o manejo de unidades de conservação e da biodioversidade se dá de duas formas:

- Por meio de Chamadas Internas de Projetos, lançadas todos os anos: os projetos, propostos por Analistas Ambientais, são submetidos a um processo seletivo no qual são avaliados diversos itens, como o intercâmbio de conhecimento por meio de parcerias, a importância do projeto para o manejo da biodiversidade e a prioridade institucional, por exemplo. Estes projetos têm sido apoiados com recursos do orçamento e do Projeto para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental. Desde 2012, foram financiados 133 projetos no âmbito das Chamadas Internas.

- Por meio de termos de cooperação no qual o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio transfere recursos de compensação ambiental a uma instituição federal de fomento à pesquisa, que se responsabiliza por lançar uma chamada de projetos aberta a pesquisadores, em temas e unidades de conservação definidos pelo ICMBio. Até o momento, esta modalidade de fomento ocorreu uma única vez, entre 2012 e 2013, em cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Esta parceria permitiu a execução de 16 projetos.

Considerando as duas formas de apoio, temos o total de 149 projetos de pesquisa apoiados pelo ICMBio. Os projetos tratam de espécies ameaçadas, uso direto de recursos, manejo de impactos, serviços ambientais, inventários em áreas remotas, dentre outros.

Quantidade alcançada

149

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar estrutura de apoio à pesquisa em 20 Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, quatro Unidades de Conservação – UC Federais (Parques Nacionais Serra dos Órgãos, Itatiaia e Viruá e

Floresta Nacional de Açungui) tiveram suas estruturas de pesquisa aprimoradas ou reformadas com recursos orçamentárias ou recursos provenientes da compensação ambiental. Para melhorar a estrutura para pesquisa na Amazônia estão sendo propostas bases compartilhadas de pesquisa e proteção, com recursos do Fundo Amazônia. São quatro melhorias ao todo no biênio, além de uma nova base flutuante no Parque Nacional Juruena, inaugurada em 2013.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar reservas genéticas para a conservação in situ de variedades crioulas e parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas em 4 Unidades de Conservação**

Análise Situacional da Meta

Os parentes silvestres das plantas cultivadas e as espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial representam relevante fonte de recursos genéticos, já que constituem importante variabilidade genética para ser acessada com vistas ao desenvolvimento de novas variedades, conferindo resistência a pragas e doenças quanto para condições ambientais adversas. A conservação desse material genético é estratégico, haja vista à crescente demanda por novas espécies alimentícias e às pressões decorrentes das mudanças climáticas sobre a produção e alimentos.

Com a caracterização das populações das espécies de reconhecido valor, essas reservas irão evidenciar o valor desse patrimônio e ampliar sua utilização em prol da sociedade. A combinação de abordagens complementares é vital para a preservação das potencialidades e usos da flora frente à crescente destruição de habitats naturais e consequente erosão genética. Além de ampliar o conhecimento sobre espécies de valor econômico presentes nessas áreas protegidas, o estabelecimento de reservas genéticas em UCs contribuirá para promover uma maior utilização dessas espécies, bem como para valorizar as Unidades de Conservação existentes.

Esse trabalho, realizado em parceria com instituições acadêmico-científicas, caso da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, contribui fortemente para a ampliação do conhecimento sobre os recursos genéticos de uso atual ou potencial e incluem a definição das espécies de interesse presentes nessas UCs, mapeamento da ocorrência e o tamanho das populações. Prioritariamente estão sendo diagnosticados o estado de conservação de importantes grupos de recursos genéticos nativos, a exemplo dos gêneros Manihot, Arachis e da espécie Caryocar brasiliense, selecionados pela importância econômica e elevada ocorrência no domínio biogeográfico do Cerrado.

As atividades envolvem o mapeamento e a modelagem da distribuição das espécies; avaliação do estado de conservação e das ameaças; proposição de ações complementares para conservação e manejo; estabelecimento de projeções de ocorrência com auxílio Sistemas de Informação Geográfica; realização de visitas ao maior número de UCs de Proteção Integral, para confirmação de ocorrências projetadas e outras não previstas; e realização de seminários, incluindo as equipes responsáveis por UCs.

Termos de Referência foram elaborados e consultores estão sendo contratados, com vistas a: levantamentos populacionais em espécies de parentes silvestres do gênero Manihot em UCs no Cerrado. Especial atenção será dada às UCs: Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional de Brasília, Parque Nacional da Serra do Cipó e Parque Nacional da Serra da Canastra.

No segundo semestre de 2014, um consultor foi contratado e foi realizado um extenso trabalho envolvendo espécies de parentes silvestres do gênero Manihot. Foi realizado um levantamento populacional em campo de 10 espécies priorizadas de Manihot (M. nogueirae, M. nana, M. gabrielensis, M. kalungae, M. pusilla, M. purpureo-costata, M. oligantha, M. tomentosa, M. stricta, M. attenuata) em quatro Unidades de Conservação do Cerrado, quais sejam: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Parque Nacional de Brasília, Parque Nacional da Serra do Cipó e Parque Nacional da Serra da Canastra. Esse trabalho permitirá desenvolver ações de conservação específicas para parentes silvestres do gênero Manihot. Após a caracterização das populações inventariadas nos levantamentos populacionais

realizados nessas quatro Unidades de Conservação, será possível propor a criação de reservas genéticas visando a conservação in situ desse importante recurso genético nativo do Cerrado. Um trabalho dessa natureza poderá favorecer a integração das estratégias de conservação da biodiversidade em UCs com a conservação in situ de recursos genéticos em Reservas Genéticas, que podem ser implantadas dentro das próprias UCs, com custos reduzidos, haja vista se valerem da infraestrutura ali existente.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

24/12/2014

- **Implementar instrumentos de gestão de conflitos em 40 Unidades de Conservação Federais com áreas de sobreposição com territórios de povos e comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram implementados instrumentos de gestão de conflitos territoriais com comunidades tradicionais em 4 UC federais (Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, Parque Nacional Cabo Orange, Reserva Biológica Serra Negra e Parque Nacional Monte Pascoal; esta última relacionada ao Termo de Conciliação entre Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Fundação Nacional do Índio e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que foi possível graças a edição do Decreto 7.747/12).

Em 2013, não foi possível a conclusão de processos de celebração de instrumentos de gestão de conflitos territoriais. Destaca-se o curso de gestão de conflitos que capacitou a equipe gerencial, formada por coordenadores regionais e servidores, na temática.

Em 2014, foram atendidas duas UC com termos de compromissos celebrados (Parque Nacional do Jaú e Parque Nacional de Juruena). Também foram prorrogados os Termos de Compromisso relativos à Reserva Biológica do Rio Trombetas firmados em 2011 junto a três associações de coletores de castanha-do-brasil. Foram finalizados instrumentos de gestão de conflitos territoriais com comunidades tradicionais em 4 outras UC federais, porém estes não foram ainda assinados.

Observa-se a falta de um alinhamento intra e interinstitucional no que diz respeito à avaliação de pertinência quanto ao estabelecimento desses instrumentos para as UC federais. Tais fatores prejudicaram a possibilidade concreta de alcance da meta inicialmente proposta. Neste contexto, procurou-se avançar em um diagnóstico mais detalhado sobre as interfaces territoriais existentes entre as UC federais com existência de populações tradicionais que residam ou dependam do uso de recursos naturais no interior das UC. Tal diagnóstico subsidiará o estabelecimento de um sistema de informações informatizadas sobre essas interfaces territoriais.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

- **Incorporar 10 milhões de hectares ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

Análise Situacional da Meta

Esta meta vêm sendo alcançada com a operação em duas frentes específicas: com a criação de Unidades de Conservação e com o reconhecimento e cadastramento de novas UC pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação-CNUC. A primeira atividade recebe apoio financeiro do MMA (ARPA, LIFE WEB, GEF TERRESTRE e GEF MARINHO). Adicionalmente, a condução política para a esfera federal é levada pelo MMA - hoje com perspectivas sólidas de avanço em articulação com o órgão executor federal (ICMBio) e lançando mão de parcerias com outras pastas de governo, como o MDA. Atualmente o cadastro encontra-se em revisão - sua nova estrutura deve garantir maior eficiência no processo de reconhecimento e cadastramento de UCs estaduais e municipais. Em 2011 havia 151,4 milhões de hectares de UC reconhecidas, em 2012 foram incorporados mais 1,4 milhões de hectares, em 2013 mais 0,2 milhão e em 2014 mais de 2,1 milhões, atingindo área superior a 155 milhões de hectares. Desta forma, de 2012 ao 2º semestre de 2014, tivemos ampliação do sistema de 3,7 milhões de hectares aproximadamente.

Quantidade alcançada

3.700.000

Data de Referência

31/07/2014

- **Instituir 131 Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Ao final de 2010 havia 181 Unidades de Conservação federais com Conselhos Gestores instituídos. A meta de 131 se refere à instituição nas demais UC, de modo a completar 312 UC com conselhos (total de UC federais existentes em 2012). Com a publicação de novos Decretos de criação, atualmente existem 320 UC.

Em 2011 foram instituídos 36 Conselhos Gestores, totalizando 217. Uma vez que a meta foi elaborada a partir do quantitativo observado ao final de 2010, o dado de 2011 deve ser considerado na aferição da meta.

Foram instituídos 28 conselhos em 2012, 8 em 2013 e 11 em 2014, totalizando 47 Conselhos Gestores instituídos no período 2012-2014. Somados aos 36 de 2011, chega-se ao total de 83 Unidades de Conservação com Conselhos Gestores instituídos.

A universalização para as 320 UC hoje existentes implica em ponderações, posto que cerca de 30 UC não dispõem de equipe técnica e outras condições objetivas para gestão, de modo que o universo de Unidades a constituir alvo da meta do PPA seria de 290 UC. Nesse sentido, restariam 29 UC para formação de Conselho, meta que, à luz da realidade fática do SNUC, que envolve conflitos e dificuldades de várias ordens, seria alcançada em 2017, considerando uma média de criação de 10 Conselhos por ano. Com efeito, o ritmo de criação de conselhos nos últimos dois anos revela a média de 8 conselhos criados por ano. Esse quantitativo decorre do fato de restarem Unidades de Conservação com maiores dificuldades para criação de Conselhos.

Quantidade alcançada

83

Data de Referência

31/12/2014

- **Publicar 58 Planos de Manejo para Unidades de Conservação Federais situadas em áreas com prioridade extremamente alta para a conservação da biodiversidade e sob alta pressão antrópica**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram publicados 21 Planos de Manejo, sendo 11 de unidades de domínio privado (11 Reservas Particulares do Patrimônio Natural) e 10 de domínio público (4 Florestas Nacionais, 4 Reservas Extrativistas, 1 Estação Ecológica e 1 Reserva Biológica);

No ano de 2013 foram publicados 19 Planos de Manejo, sendo 12 de unidades de domínio privado (10 Reservas Particulares do Patrimônio Natural e 2 Áreas de Proteção Ambiental) e 7 de domínio público (3 Florestas Nacionais, 2 Reservas Extrativistas, 1 Estação Ecológica e 1 Parque Nacional);

No ano de 2014 foram publicados 25 Planos de Manejo, sendo 15 de unidades de domínio privado (13 Reservas Particulares do Patrimônio Natural e 2 Áreas de Proteção Ambiental) e 10 de domínio público (4 Florestas Nacionais, 2 Reservas Extrativistas, 1 Estação Ecológica, 1 Área de Relevante Interesse Ecológico e 2 Parques Nacionais, sendo que em 1 Parque Nacional houve revisão do Plano de Manejo).

Considerando o Bioma temos a seguinte evolução:

No ano de 2012: Dos 21 planos de Manejo elaborados temos: 5 Bioma Amazônia, 1 Bioma Caatinga, 2 Bioma Cerrado, 1 Pantanal e 12 Mata Atlântica;

No ano de 2013: Dos 19 planos de Manejo elaborados temos: 3 Bioma Amazônia, 2 Bioma Caatinga, 2 Bioma Cerrado, 2 Marinho Costeiro e 10 Mata Atlântica;

No ano de 2014: Dos 25 planos de Manejo elaborados temos: 5 Bioma Amazônia, 3 Bioma Caatinga, 2 Bioma Cerrado, 2 Marinho Costeiro e 13 Mata Atlântica.

Os resultados acumulados de 2012, 2013 e 2014 (total de 65 Planos publicados) indicam que a meta foi alcançada em 2014. No entanto, quando se trata da meta por Bioma ainda temos uma lacuna a vencer, sendo mais acentuada no

Bioma Amazônia.

Cabe esclarecer que eventuais incoerência em relação a números apresentados em relatórios anteriores quanto ao Bioma explicam-se pela confusão ainda existente em relação às UC que contemplam dois ou mais biomas.

Quantidade alcançada

65

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	34	unidade	13	31/12/2014
Bioma Caatinga	2	unidade	6	31/12/2014
Bioma Cerrado	8	unidade	7	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	10	unidade	35	31/12/2014
Zona costeira e marinha	4	unidade	4	31/12/2014

- **Realizar um Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional com revisões anuais**

Análise Situacional da Meta

Para atender o proposto no Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (Portaria MMA nº 358/2009), vem-se dando continuidade ao Inventário do Patrimônio Espeleológico Nacional, que inclui expedições para inventariamento de cavidades subterrâneas. Estes dados obtidos diretamente e outros oriundos de outras fontes são sistematizados por meio do Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas – CANIE, lançado em 2013. Foram inventariadas 389 cavidades em 2012, 287 em 2013 e 151 até outubro de 2014. Desta forma, tem-se o total de 827 cavernas inventariadas no período.

- **Regularizar 10 Unidades de Conservação Federais com concessão de Direito Real de Uso de terras públicas**

Análise Situacional da Meta

O procedimento de transferência destas áreas da União para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio é regido pela Portaria Interministerial nº 436/2009 - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério do Meio Ambiente - MMA, que delegou à Secretaria de Patrimônio da União – SPU seu repasse ao MMA mediante Termo de Entrega, o qual, por sua vez, fará concessão do direito real de uso destas ao ICMBio, possibilitando desta feita a outorga coletiva e gratuita da concessão do direito real de uso (CDRU) às associações e cooperativas representativas das populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. No caso das Glebas Públicas Federais sob domínio ou gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra sobrepostas às Unidades de Conservação do ICMBio a transferência se dá por Concessão de Uso e é regida pela Portaria Conjunta Nº 4/2010.

O estabelecimento destes dois instrumentos possibilitou que entre 2010 e 2011, o Ministério do Meio Ambiente recebesse da SPU o Termo de Entrega e realizasse a Concessão de Direito Real de Uso ao ICMBio de cerca de 3 milhões de hectares de terras e bens indubitavelmente da União beneficiando a 30 UC. Por sua vez o Incra fez a Concessão de Direito Real de Uso ao ICMBio de 10 UC, compreendendo cerca de 7 milhões de hectares de terras de domínio federal.

Em 2012 foram feitas CDRU de 5 unidades de conservação federais nos biomas Amazônia e 2 na Mata Atlântica. Em 2013 as áreas de outras 5 unidades de conservação federais no bioma Amazônia foram concedidas para o ICMBio.

Uma parceria entre o ICMBio e o Governo do Estado do Amazonas possibilitou a CDRU de 6 Reservas Extrativistas em 2014. Ainda neste ano outras UC em terras federais foram concedidas ao ICMBio.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Bioma Amazônia	8	unidade	16	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	2	unidade	2	31/12/2014

- **Regularizar 200.000 hectares de terras privadas localizadas no interior de Unidades de Conservação Federais ao patrimônio do ICMBio**

Análise Situacional da Meta

Há três tipos de processos de incorporação de terras privadas nas Unidades de Conservação - UC ao patrimônio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: por doação de terras, por desapropriação amigável ou por desapropriação judicial.

A desoneração de Reserva Legal permitiu que proprietários pudessem regularizar seu passivo de reserva legal através de doação ao poder público de área localizada no interior da UC de domínio público pendente de regularização fundiária. Posteriormente o artigo nº 66 a Lei nº 12.651/2012 passou a denominar este instrumento de compensação de reserva legal. As doações por compensação de reserva legal no Parque Nacional de Ilha Grande/PR e no Parque Nacional da Serra da Canastra/MG já atingiram 11,9 mil hectares de terras, o que representou uma economia de recursos da ordem de R$ 29,3 milhões. A elas, se somam outros 15,2 mil hectares desapropriados, que marcam o avanço da meta até 2013.

A Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, regulamentada pelo Decreto nº 4.340/2002, definiu normas e critérios de utilização dos recursos da Compensação Ambiental, que é um mecanismo financeiro de compensação pelos efeitos de impactos não mitigáveis ocorridos na implantação de empreendimentos. Tais recursos devem priorizar a regularização fundiária das Unidades de Conservação.

Para superar a baixa capacidade operacional encontra-se em tramitação um processo licitatório para contratação de serviços especializados para a produção das peças técnicas necessárias à instrução dos processos de desapropriação e doação por compensação de reserva legal de imóveis.

Para viabilizar a execução da meta é necessário que haja uma maior disponibilização de recursos no Orçamento Geral da União tanto para pagamentos dos imóveis quanto para a contratação dos serviços.

Quantidade alcançada

31.090,77

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	115.000	unidade	916,72	31/12/2014
Bioma Caatinga	20.000	unidade	4.869,15	31/12/2014
Bioma Cerrado	35.000	unidade	15.297,7	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	30.000	unidade	10.007,19	31/12/2014

- **Sinalizar e demarcar o perímetro de 40 Unidades de Conservação Federais**

Análise Situacional da Meta

Houve um avanço considerável nesta ação nos 2 primeiros anos de execução.

Em 2012, foram demarcadas 3 Reservas Extrativistas situadas na Amazônia, financiadas com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Em 2013 foram demarcadas 12 Reservas Extrativistas situadas na Amazônia e 1 no Cerrado com recursos oriundos de doação do Governo da Noruega/PNUD; em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário foram demarcadas 4 Unidades de Conservação na Amazônia; com recursos do Governo do Piauí foi atendida 1 Unidade de Conservação no Cerrado; e com recursos de compensação ambiental foi demarcada 1 Unidade de Conservação no Bioma Mata Atlântica.

Os recursos para essa atividade foram basicamente oriundos de doações ou recursos de compensações ambientais vinculados a unidades específicas, por isso não foi possível ampliar o atendimento em 2014, mas para 2015 já há uma

previsão de demarcação de outras 8 unidades com recursos de doação do KfW (banco de desenvolvimento do governo alemão).

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	15	unidade	19	31/12/2014
Bioma Caatinga	5	unidade	0	31/12/2014
Bioma Cerrado	5	unidade	2	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	15	unidade	1	31/12/2014

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número anual de focos de calor	unidade	31/12/2010	126.941	31/12/2014	183.693
Participação da produção de base florestal na economia nacional	%	30/12/2008	1,6	31/12/2009	1,5
Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal	km²	31/08/2010	6.451	31/07/2014	4.848
Taxa anual de desmatamento no bioma Caatinga	km²	31/12/2009	1.921	-	-
Taxa anual de desmatamento no bioma Cerrado	km²	31/12/2009	7.637	31/12/2010	6.469
Taxa anual de desmatamento no bioma Mata Atlântica	km²	31/12/2008	457	31/12/2009	248
Taxa anual de desmatamento no bioma Pantanal	km²	31/12/2008	713	31/12/2009	188
Taxa anual de desmtamento no bioma Pampa	km²	31/12/2008	363	31/12/2009	331

Observações:

Número anual de focos de calor - http://www.inpe.br/queimadas/estatisticas.php

Participação da produção de base florestal na economia nacional - Anuário Estatístico 2012. Participação das Classes e Atividades no Valor Adicionado a Preços Básicos Participação percentual da produção de base florestal na economia nacional = 0,3+0,5+0,7 = 1,5
http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1337260114.pdf

Taxa anual de desmatamento na Amazônia Legal - Em novembro, o Projeto PRODES do INPE estimou 4.848 km² de desmatamento na Amazônia no período de agosto de 2013 a julho de 2014. A taxa estimada em 2014 indica uma redução de 18% em relação ao período anterior PRODES 2013, em que foram medidos 5.891 km2. O resultado consolidado deve ser apresentado nos próximos meses e pode variar para mais ou para menos 10% do valor estimado.

Taxa anual de desmatamento no bioma Caatinga - Área desmatada no período 2008-2009. O indicador ainda não foi atualizado

Taxa anual de desmatamento no bioma Cerrado - Área desmatada no período 2009-2010. O indicador não foi atualizado

Taxa anual de desmatamento no bioma Mata Atlântica - Área desmatada no período 2008-2009. O indicador ainda não foi atualizado

Taxa anual de desmatamento no bioma Pantanal - Área desmatada no período 2008-2009. O indicador ainda não foi atualizado

Taxa anual de desmtamento no bioma Pampa - Área desmatada no período 2008-2009. O indicador ainda não foi atualizado

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo conta atualmente com metas de fomento a atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável, implementação de acordos de gestão florestal compartilhada entre entes federais e estaduais, autorização de manejo de uso múltiplo de florestas e de implementação do Inventário Florestal Nacional.

.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF, enquanto instrumento de fomento florestal, apoia atualmente 150 projetos de promoção de atividades florestais sustentáveis nos biomas Amazônia e Caatinga. O Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama firmou acordos para implantação do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR em 27 estados. Iniciou-se nova fase do Projeto SICAR em conjunto com o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e tem realizado a manutenção evolutiva do Sistema de controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais – DOF e desenvolveu os primeiros módulos do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLOR que, possibilitará a emissão e formação de banco de dados único de empreendimentos e autorizações de acesso e uso dos recursos florestais. Com relação às autorizações para manejo sustentável de uso múltiplo, o Ibama tem realizado vistorias de acompanhamento de exploração florestal e aprovou 26.456,9 ha em Planos Operacionais Anuais – POA. Cabe destacar que tais áreas sofreram redução após a publicação da Lei Complementar n° 140/2011, que cumpriu o mandamento constitucional do artigo 23 e regulamentou a competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para proteção do meio ambiente. No que diz respeito ao Inventário Florestal Nacional – IFN, previsto no artigo 71 da Lei nº 12.651/2012, a meta de implementá-lo em todo país deve ser alcançada até 2017. Atualmente está sendo realizado em 13 estados (sendo concluída a coleta de dados de campo em 6 estados), correspondente a uma área inventariada de 99 milhões de hectares. Para a implementação deste projeto conta-se com recursos externos oriundos do Global Environment Facity (GEF) e Fundo Amazônia.

A meta existente de apoiar a elaboração de programas florestais em 27 unidades da federação foi equivocada no desenho, uma vez que os próprios Estados elaboram seus programas florestais. O MMA os apoia por meio da normatização da gestão florestal, acordos de cooperação, capacitação e outras atividades inerentes ao setor florestal. Portanto, não é possível informar quantitativamente quantos Estados tiveram programas florestais elaborados por meio do apoio do MMA exclusivamente. Além disso, as ações desenvolvidas nesta meta estão descritas em outras metas e iniciativas do PPA.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a elaboração de programas florestais em 27 unidades da federação**

  Análise Situacional da Meta

  Conforme informado no monitoramento de 2012, há um equívoco no desenho desta meta, uma vez que os próprios Estados elaboram seus programas florestais. O MMA os apoia por meio da normatização da gestão florestal, acordos de cooperação, capacitação e outras atividades inerentes ao setor florestal. Portanto, não é possível informar quantitativamente quantos estados tiveram programas florestais elaborados por meio do apoio do MMA exclusivamente. Além disso, as ações desenvolvidas nesta meta estão descritas em outras metas e iniciativas do PPA.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  22/12/2014

- **Apoiar, por instrumentos de fomento florestal, 400 atividades produtivas de desenvolvimento florestal sustentável**

  Análise Situacional da Meta

  O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) tem por missão “fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor”. Esse Fundo conta com o Plano Anual de Aplicação Regionalizada – PAAR, o qual indica temas, públicos e biomas prioritários, modalidades de seleção, formas de aplicação e respectivas disponibilidades de recursos, além da situação da carteira de projetos. Em 2012, foram definidas duas linhas de ação do FNDF, a saber: fortalecimento do manejo florestal sustentável e fortalecimento da gestão de negócios florestais madeireiros. Dessa forma, foram selecionados 77 projetos nessas duas linhas de ação, cuja execução iniciou-se em 2013. O FNDF ampliou, ainda, sua escala de atuação, por meio de cooperação técnica

com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), que disponibilizou R$ 7,4 milhões em 2012. Esses recursos foram utilizados na contratação de projetos de apoio ao manejo florestal da Caatinga.

Em 2013 foram selecionados mais 67 projetos, que parte se encontra em fase de contratação, perfazendo um total de 150 projetos contratados. Os temas prioritários para os projetos selecionados em 2013 referiam-se à promoção de atividades florestais sustentáveis nos biomas Amazônia e Caatinga, para as quais se evidenciaram as seguintes estratégias: 1. Capacitação de extensionistas e multiplicadores para o fortalecimento do Manejo Florestal Sustentável; e 2. Assistência técnica para o fortalecimento do Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Em 2014 não foram realizadas novas seleções de projetos via Chamadas Públicas.

Quantidade alcançada

150

Data de Referência

22/12/2014

- **Autorizar manejo sustentável de uso múltiplo em 400.000 hectares**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas vistorias de acompanhamento de exploração florestal e aprovados 26.456,9 ha em Planos Operacionais Anuais – POA. As áreas referem-se apenas aos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis que estão sob competência do Ibama. Cabe destacar que tais áreas sofreram redução após a publicação da Lei Complementar n° 140/2011, que passou parte da competência de autorizar manejo sustentável de uso múltiplo para os Estados.

Quantidade alcançada

26.456,9

Data de Referência

03/12/2014

- **Firmar acordos de cooperação técnica para a gestão florestal compartilhada com as 27 unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Iniciou-se nova fase do Projeto Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural Nacional - SICAR em conjunto com o Serviço Florestal Brasileiro. Nessa fase, foram realizados o levantamento de requisitos e a validação de módulos do Sistema. Também foram feitas capacitações para sua utilização e atendimento aos questionamentos por parte de usuários e Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMAs.

Além disso, foi realizada manutenção evolutiva do Sistema de controle do transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais – DOF e capacitações para sua utilização.

Foram desenvolvidos e encontra-se em fase de conclusão e testes os primeiros módulos do Sistema Nacional de Controle da Origem e dos Produtos Florestais – SINAFLOR que, quando em funcionamento, possibilitará a emissão e formação de banco de dados único de empreendimentos e autorizações de acesso e uso dos recursos florestais.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

03/12/2014

- **Implementar o inventário florestal nacional em 27 unidades da federação**

Análise Situacional da Meta

Para a realização do Inventário Florestal Nacional - IFN, um conjunto de ações e articulações institucionais são necessárias. Os trabalhos de campo são precedidos de acordos com governos estaduais, acordos com instituições de apoio nas identificações botânicas (em herbários) e análise de solos, além de consultores para controle de qualidade e análise de dados.

Entre os anos de 2012 e 2013 foram assinados oito acordos de cooperação com governos estaduais (CE, RJ, PR, SE, BA, RS, RO e AM) e quatro acordos com universidades (UFC, UFS, UFSM e UFPR) para atuar no apoio ao IFN, e um importante acordo com o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, determinando-o como fiel depositário das amostras

botânicas coletadas em todo o país. Está em andamento a negociação para assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com mais 14 instituições (Museu Paranaense Emílio Goeldi – MPEG/PR, INPA/AM, CEPLAC/BA, UNEMAT/MT, SEMA/MT, UFRN/RN, SEAMA/SEAG/IDAF/ES, UFG/GO, UFES/ES, UFAC/AC, UFRA/AM, EMBRAPA/DF, UFAM/AM e UNIR/RO).

Em 2014 foram celebrados os contratos com as empresas executoras dos trabalhos de campo em onze estados – Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Mato Grosso e Rondônia. Já foram realizados até o momento 19 cursos, em 11 Estados, totalizando 281 profissionais capacitados para os trabalhos de coleta de dados e iniciada a coleta de dados em campo nesses Estados. Já foi concluída a coleta de dados nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Espírito Santo. Portanto, pode-se afirmar que o IFN foi concluído nestes estados, que, somando-se à SC e ao DF onde o IFN já havia sido concluído, totalizam seis estados com o IFN concluído e mais sete com o IFN implementado, em andamento até dezembro de 2014. Nos treze estados foram medidos 2.396 pontos amostrais, correspondentes a uma área inventariada de cerca de 99.249.380 ha (11,67% do território nacional).

Os trabalhos empreendidos no âmbito do IFN somente foram possíveis devido aos recursos complementares, provenientes dos governos estaduais (SE, CE, RJ, SC, RS e PR) e de projetos externos. No ano de 2014, além dos recursos provenientes dos governos estaduais, houve grande aporte de recursos executados provenientes do projeto GP/BRA/079/GEF, e nos estados da Amazônia, recursos do Fundo Amazônia, por meio do BNDES.

Os dados do IFN nos Estados onde já foram concluídas as coletas de dados em campo estão sendo recebidos e validados pelo SFB, por meio de atividades de controle de qualidade. Nos Estados onde as identificações botânicas estão sendo concluídas, os dados estão sendo analisados para disponibilização por meio de relatórios estaduais. Amostras botânicas foram coletadas de 126 mil árvores e enviadas para os herbários que participam do IFN. Dessas, cerca de 34 mil já foram identificadas, o que é necessário para o processamento de dados e produção de resultados.

Além disso, cerca de 5.500 pessoas foram entrevistadas sobre o uso dos recursos florestais existentes próximos aos seus domicílios para análises socioambientais relacionadas às florestas e percepções das comunidades rurais.

Ainda em 2014, concluiu-se o módulo de entrada e armazenamento de dados do sistema de informações do IFN e foi elaborado e negociado o projeto “Informações Florestais para uma Gestão Orientada à Conservação e Valorização dos Recursos Florestais do Cerrado pelos Setores Público e Privado”, financiado pelo Fundo de Investimento em Clima – Programa de Investimento Florestal – PIF, com um componente voltado à implementação do IFN nos estados do Cerrado, da ordem de 16 milhões de dólares a serem executados por meio do BID. O projeto foi aprovado e será executado a partir de 2015.

O Serviço Florestal Brasileiro, criado em 2007, ainda carece de um quadro técnico amplo, o que torna necessária a contratação de consultores externos para a execução de atividades ligadas à implementação do Inventário Florestal Nacional – IFN. Medidas para sanar tal situação vêm sendo implementadas, concurso para profissionais temporários foi realizado em 2014. Ademais, deve ser advertida a dificuldade de formalizar parcerias para que se realizem as diferentes atividades associadas à sua implementação, especialmente a dificuldade de pessoal e estrutura dos herbários para atender à demanda de identificação botânica de milhares de coletas realizadas no âmbito do IFN.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

15/12/2014

OBJETIVO: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, desenvolveu o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, que integra as informações dos imóveis rurais de todo o país. Foram cadastrados no SICAR, até o final de 2014, cerca de 500.000 imóveis rurais (de um total de 5,1 milhões), abrangendo 130 milhões de ha (de um total de 330 milhões de ha). Das metas que compõem o presente objetivo, as que se relacionam à implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR e ao SICAR, estão sendo cumpridas com mais celeridade do que as demais. A formalização do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PLANAVEG tem sido desafiadora por implicar diversas articulações políticas. A implementação de Centros de Referência para Recuperação de Áreas Degradadas - CRADs está com nova perspectiva, pautada no estabelecimento de acordos de cooperação técnica, sem previsão de repasse financeiro com instituições potenciais. Por fim, a promoção da recuperação de áreas degradadas está fortemente ligada à implementação do CAR e de outras condições estruturantes ainda em andamento (campanhas de sensibilização, estímulo à cadeia de produção de sementes e mudas nativas, fomento de mercados de produtos e serviços, alinhamento de políticas, mecanismos financeiros inovadores, expansão de serviços de assistência técnica e extensão rural, planejamento e monitoramento espacial e pesquisa e desenvolvimento).

Metas 2012-2015

- **Estabelecer, para cada bioma, metodologia de recuperação de áreas degradadas e as respectivas análises econômicas**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do Webambiente (cooperação entre MMA e Embrapa), a Embrapa, no primeiro semestre de 2014, estava validando as espécies, técnicas e modelos de recuperação e restauração de Reserva Legal - RL e Área de Proteção Permanente - APP para os biomas Mata Atlântica e Cerrado, envolvendo participantes da USP, Esalq e Instituto Florestal, e continuou esse processo, no segundo semestre. Além disso, o MMA, que no primeiro semestre de 2014, havia publicado termo de referência - TDR para contratação de serviços de consultoria visando à elaboração de uma análise econômica dos principais modelos de recuperação de áreas degradadas nos biomas brasileiros teve que iniciar processo de republicação do TDR por ter havido menos de três interessados.

- **Implantar o Cadastro Ambiental de Imóveis Rurais no Brasil - CAR**

  Análise Situacional da Meta

  Foi realizada a formalização e acompanhamento de Acordos de Cooperação Técnica com 14 instituições da cadeia agropecuária e representantes dos produtores rurais para mobilização e divulgação do CAR para os produtores rurais. Para acompanhar a implantação do CAR pelos Estados, o MMA iniciou, em parceria com a cooperação alemã GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit) e os Estados, o desenvolvimento de um sistema de acompanhamento da implementação do CAR que utilizará os dados do SICAR e permitirá identificar os gargalos e subsidiar tomadas de decisões que contribuam para a realização do Cadastro dos imóveis rurais do país dentro do prazo legal, que termina em 05/05/2015. Para alcançar um grande número de inscrição de imóveis, o MMA estabeleceu uma parceria com a Universidade Federal de Lavras – UFLA para elaborar e implementar Cursos de Capacitação a Distância para capacitar cerca de 30 mil pessoas, que poderão atuar no apoio à inscrição dos agricultores familiares no CAR. Essa capacitação está dividida em 4 turmas: primeira com mil alunos e exclusivamente para técnicos dos OEMAs e de ATER dos Estados e as outras 3 turmas com 10 mil alunos cada. Cerca de 20 mil pessoas foram capacitadas em 2014. Foi atualizada e impressa uma nova versão do material de divulgação. Dois projetos de financiamento internacional foram aprovados e estão sendo finalizados pelo MMA para apoiar a implementação do CAR em regiões prioritárias, somando cerca de 150 milhões de reais. Um projeto, junto ao Programa de Investimento Florestal-FIP, para a implantação do CAR no Bioma Cerrado, foi desenvolvido e aprovado junto aos financiadores. O outro projeto, junto ao KFW (Kreditanstaltfür Wiederaufbau Bankengruppe), para implementação do CAR na região de transição dos Biomas Amazônia e Cerrado. Essas ações possibilitaram alcançar a marca de mais de 500.000 cadastros e cerca de 130 milhões de ha até o final de 2014, de um total de 5,1 milhões de imóveis rurais e 330 milhões de ha cadastráveis (dado IBGE 2006).

- **Implantar o Sistema de Cadastramento Ambiental de Imóveis Rurais no Brasil - SICAR**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Meio Ambiente, em parceria com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, desenvolveu o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, que integra as informações dos imóveis rurais de todo o país. Esse sistema é composto por três módulos: módulo de inscrição, módulo de gestão e módulo de análise. O módulo de inscrição foi finalizado e lançado em maio de 2014 com a disponibilização para os Estados. O módulo de gestão está pronto e sendo utilizado internamente pelo MMA. Em breve esse módulo será disponibilizado também aos Estados. O módulo de análise está em fase de homologação e deverá ser lançado e disponibilizado aos Estados no início de 2015. Como o sistema é composto por 3 módulos e 2 estão finalizados e 1 completamente disponibilizado, considera-se que 50% do sistema está implantado. Assim que o módulo de gestão for disponibilizado e o módulo de análise for lançado e disponibilizado aos Estados ter-se-á 100% do sistema implantado, o que deverá ocorrer em 2015.

Também houve treinamento presencial das equipes estaduais que gerenciarão o SiCAR em seus Estados e teve início a fase de integração de bancos de dados estaduais de CAR e o SiCAR., assim como apoio técnico aos Estados no desenvolvimento de customização do SiCAR às suas demandas específicas.

- **Implementar 12 novos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) nos biomas brasileiros**

Análise Situacional da Meta

O edital nº02/2013, do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), destinado a apoiar o cumprimento da Lei nº12.651/2012, por meio da seleção e apoio a projetos visando ao fortalecimento da produção e oferta de sementes e mudas nativas e a recuperação de áreas de preservação permanente, em parceria com os CRADs, referido no relatório de 2013, não obteve propostas válidas. A implementação de 3 novos CRADs via “Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica” (duração prevista de abril de 2013 a abril de 2017), parceria entre o MMA e o Ministério do Meio Ambiente da Alemanha (BMUB), ainda está em fase de planejamento.

No primeiro semestre de 2014, o MMA reprogramou a meta de sete para quatro CRADs implementados (um a ser instalado nos Pampas, além dos 3 implementados antes de 2014), tendo em vista que existia uma possibilidade de cooperação técnica com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para promoção de um CRAD nos Pampas. Ainda no primeiro semestre de 2014, o MMA revisou o TDR para contratação de pessoa física para elaborar proposta de modelo de formalização institucional, de estrutura organizacional e de gestão financeira para a sustentabilidade e autonomia financeira dos CRADs e para estimar o custo médio de criação e de manutenção de novos CRADs.

No segundo semestre, o MMA publicou esse TDR, analisou os currículos enviados e selecionou candidato (atualmente, em fase de contratação). Ainda no segundo semestre, a tramitação da minuta de Portaria de reconhecimento de CRADs foi suspensa, a princípio, por implicações técnicas e jurídicas. Por fim, a tramitação do acordo de cooperação técnica com a UFSM continuou em andamento na segunda metade de 2014, mas não chegou à fase de assinatura (atualmente, está sendo revisada pelas partes a pedido da CONJUR do MMA). Ou seja, o CRAD dos Pampas ainda não foi implementado, permanecendo apenas 3 CRADs implementados.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	2	unidade	0	31/12/2014
Bioma Caatinga	2	unidade	1	31/12/2014
Bioma Cerrado	3	unidade	2	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	3	unidade	0	31/12/2014
Bioma Pampa	1	unidade	0	31/12/2014
Bioma Pantanal	1	unidade	0	31/12/2014

- **Instituir plano nacional de recuperação de áreas degradadas e restauração da paisagem**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, o MMA, o Ipea e o Pacto para a Restauração da Mata Atlântica iniciaram uma articulação para executar um projeto estruturante para a elaboração do Plano Nacional de Recuperação de Cobertura Vegetal, visando diagnosticar a infraestrutura e os gargalos (inclusive de ordem legal) da cadeia produtiva de sementes e mudas no território nacional, levantar custos e benefícios da recuperação da cobertura vegetal e, especificamente para a Mata Atlântica, estimar receitas e riscos da restauração florestal e identificar casos de negócios. Foram levantados os viveiros do território nacional (com base no Registro Nacional de Sementes e Mudas - RENASEM, na literatura e nas informações fornecidas por Secretarias Estaduais) e elaborados questionários para entrevista de viveiristas, gestores públicos (ligados ao RENASEM e a projetos de recuperação florestal) e executores de projetos de recuperação florestal.

No primeiro semestre de 2014, o Ipea iniciou a elaboração da publicação dos resultados do diagnóstico da infraestrutura e dos gargalos (inclusive de ordem legal) da cadeia produtiva de sementes e mudas no território nacional, realizado em parceria com o MMA e o Pacto pela Restauração da Mata Atlântica. Adicionalmente, o MMA continuou a elaboração da proposta de decreto que institui a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PROVEG e da proposta do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - PLANAVEG. O MMA também promoveu, em parceria com o secretariado da Convenção da Diversidade Biológica - CDB, o evento “Capacity-Building Workshop for South America on Ecosystem Conservation and Restoration to Support Achievement of the Aich iBiodiversity Targets” (em Linhares-ES, em março), no qual foram apresentadas e discutidas as iniciativas estratégicas da minuta do PLANAVEG. O MMA organizou, ainda, em parceria com o WRI (World Resources Institute), um seminário (em São Paulo- SP, em maio), com o objetivo de discutir a iniciativa estratégica da minuta do PLANAVEG relacionada ao desenvolvimento de um sistema nacional online de planejamento e monitoramento espacial da recuperação da vegetação nativa no Brasil.

O MMA também organizou, em parceria com o WRI (World Resources Institute), mais um seminário (em São Paulo-SP, em setembro) com o objetivo de discutir a iniciativa estratégica da minuta do PLANAVEG relacionada ao estímulo da cadeia de produção de sementes e mudas para recuperação da vegetação nativa no Brasil. Finalmente, o Ipea publicou o capítulo intitulado “Desafios da cadeia de restauração florestal para a implementação da Lei nº 12.651/2012 no Brasil”, no volume 2 do livro “Brasil em Desenvolvimento 2014: Estado, planejamento e políticas públicas”.

- **Promover a recuperação de 20 milhões de hectares de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservas Legais**

Análise Situacional da Meta

Segundo estudo de SOARES-FILHO et al. (“Cracking Brazil’s Forest Code”, Science, vol. 344, 2014), estima-se que haja, atualmente, cerca de 21 milhões de hectares de APPs e RLs a serem recuperados (aproximadamente 16 milhões de hectares de RLs e 5 milhões de hectares de APPs). Por força legal (Lei nº 12.651/2012, art. 66, § 2º), a recomposição de RLs deverá ser concluída em até 20 (vinte) anos. Assumindo-se também que as APPs em déficit também devam ser recuperadas em igual período, os principais desafios para o atingimento da marca de 21 milhões de hectares perpassam: realização de campanhas de sensibilização sobre os benefícios da recuperação de APPs e RLs voltadas a produtores rurais e formadores de opinião; realização de oficinas, estudos e programas de capacitação para a produção de sementes e mudas nativas; atualização do marco regulatório (manejo florestal, compras públicas, PSA, mecanismos financeiros inovadores); aprimoramento de linhas de crédito e desoneração fiscal; estudos sobre produtos e serviços gerados pela recuperação da vegetação nativa; desenvolvimento de mecanismos financeiros inovadores, por meio da elaboração de estudos, da capacitação dos agentes financeiros; expansão dos serviços de assistência técnica e extensão rural; implementação de um sistema nacional de planejamento e monitoramento espacial, mediante a realização de oficinas, estudos, programas de capacitação e aquisição de imagens, softwares e equipamentos; fomento à pesquisa e desenvolvimento, por intermédio da promoção de eventos científicos e redes de pesquisa, da ampliação de programas de pesquisa e de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. Estas ações serão mais bem fomentadas a

partir da implementação da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa – PROVEG, cuja proposta de decreto foi encaminhada à apreciação da Casa Civil no segundo semestre de 2014.

Essa meta será readequada na elaboração do PPA 2016-2019.

OBJETIVO: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A integração das políticas para o controle do desmatamento com políticas orientadas para a mudança do modelo produtivo está sendo implementada por meio da execução das ações do Subgrupo de Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAm. Foi definido como estratégia de monitoramento, o acompanhamento das principais políticas públicas que contribuem para a promoção da viabilidade das cadeias produtivas que constituem alternativas ao desmatamento nos municípios prioritários desse Subgrupo, o que permitirá identificar suas principais dificuldades e necessidades e, a partir daí, potencializá-las. No final de 2014 foi concluído o monitoramento das políticas referente ao primeiro semestre de 2014.

Metas 2012-2015

- **Elaborar diagnóstico e estratégias de intervenção em 5 cadeias produtivas (carne, soja, madeira, piscicultura, carvão) nos municípios prioritários para prevenção e controle do desmatamento, incorporando a variável ambiental**

Análise Situacional da Meta

Houve alteração no foco da meta, inicialmente definido nas cadeias produtivas indutoras da mudança do modelo produtivo, para uma análise das principais políticas públicas relacionadas (Bolsa Verde, Cadastro Ambiental Rural – CAR, Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE, Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPM-Bio, Ações para o Fomento à Pesca e Aquicultura – MPA, Crédito Rural/BACEN, Concessão Florestal e Manejo Florestal Comunitário e Familiar/SFB e Plano da Agricultura de Baixo Carbono – ABC), o que permitirá identificar as principais dificuldades e necessidades de fomento às atividades produtivas sustentáveis. Assim, será possível estruturar estratégias de intervenção nas políticas de fomento de maneira a potencializá-las, principalmente nas áreas prioritárias para a prevenção e controle do desmatamento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2013

- **Propor instrumento normativo para a regulamentação do pagamento por serviços ambientais em áreas críticas para a prevenção e controle do desmatamento**

Análise Situacional da Meta

O Novo Código Florestal, Lei nº12.651 de 2012, definiu em seu artigo 41 que o poder público federal é autorizado a instituir o Programa de Apoio e Incentivo à Preservação e Recuperação do Meio Ambiente que prevê, entre outros instrumentos, o pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais. A regulamentação desse artigo está em

curso e possibilitará o atingimento da meta estabelecida.

OBJETIVO: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A promoção do manejo florestal sustentável de uso múltiplo, comunitário e familiar, vem sendo desenvolvido através da implementação de ações constantes em vários programas articulados no âmbito do Governo Federal. Destacam-se as ações constantes nos Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia e Cerrado e as ações de ATER e capacitação presentes no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Além disso, retomou-se no primeiro semestre de 2014 o planejamento das ações de fomento do Plano Nacional da Sociobiodiversidade. As ações em todos os programas estão voltadas principalmente para ATER e capacitação com vista ao fortalecimento das capacidades de produção florestal sustentável de empreendimentos na Amazônia, Caatinga e Cerrado. Essas ações vêm sendo executadas principalmente pelo MMA, através do Serviço Florestal Brasileiro - SFB e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Ministério do Desenvolvimento Social - MDS

Metas 2012-2015

- **Capacitar 200 Técnicos em boas práticas de manejo de espécies de produtos florestais não-madeireiros**

  Análise Situacional da Meta

  Foi realizado um curso de capacitação para a formação de agentes multiplicadores no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde, o qual atendeu 120 pessoas. Essa capacitação teve o objetivo de construir conhecimentos práticos da agricultura de base ecológica, manejo sustentável dos recursos naturais, gestão e administração de estabelecimentos familiares e organização sócio-política das comunidades, na Amazônia Paraense. Os cursos foram realizados em pareceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB e contou com apoio da Embaixada Britânica. Foram realizados nos meses de novembro e dezembro de 2013, nos municípios paraenses de Belém, Santarém e Bragança. Em 2014, a partir da experiência e metodologia aplicadas, estava prevista a formação de mais 180 agentes multiplicadores, atividade esta que foi prorrogada para ser executada no primeiro semestre de 2015.
  Além disso, estão em fase de finalização cursos de ensino a distância sobre manejo da caatinga e Amazônia, a serem promovidos pelo SFB em parceria com a Universidade Federal de Lavras. Os materiais didáticos já estão em processo de formatação final e as inscrições deverão ser abertas até o primeiro semestre de 2015.

  Quantidade alcançada

  120

  Data de Referência

  15/12/2014

- **Capacitar 6.000 famílias com a promoção de assistência técnica e extensão rural apropriadas ao manejo florestal comunitário e familiar**

  Análise Situacional da Meta

  Essa meta está sendo realizada a partir da ação de diversos órgãos para a viabilização de uma assistência técnica de qualidade com vistas ao manejo florestal comunitário e familiar. Os órgãos participantes desta ação são o ICMBIO, SFB, MDS, MDA e INCRA.
  Essa meta foi contemplada com a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para extrativistas beneficiários do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde. A proposta de metodologia e o edital

foram elaborados no ambiente do programa, envolvendo os órgãos que fazem parte do seu grupo gestor (MMA, MDA, SFB, MDS, INCRA, ICMBio). O público a ser atendido são famílias de áreas de Projetos de Assentamento e de Unidades de Conservação de uso Sustentável.

O edital da chamada pública para Assistência Técnica Extrativista foi lançado pelo INCRA e previa atender a 26.597 famílias residentes que desenvolvem atividades de conservação ou exploração sustentável em Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento Agroextrativistas, localizados nos Estados do Acre, Amazonas e Pará. Em setembro de 2013 foram assinados os primeiros contratos e ordens de serviço para prestação de ATER a 16.743 famílias de Projetos Agroextrativistas (PAE) e Reservas Extrativistas (RESEX) em situação de vulnerabilidade social. O valor dos contratos é de cerca de R$ 70 milhões. Pelo menos 63% das famílias desse total estão em noventa PAEs criados pelo INCRA em dez municípios do Marajó e em três RESEX do nordeste paraense reconhecidas como beneficiárias do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Está sendo programado o lançamento de novo edital para ampliação da assistência técnica as famílias beneficiarias do programa Bolsa Verde. Os técnicos contratados deverão desenvolver ações de capacitação das famílias beneficiarias, contribuindo para a melhoria do manejo dos recursos florestais já realizado e de outros recursos ambientais utilizados. Para os demais biomas, as ações de promoção de ATER para o Manejo Florestal Comunitário vêm sendo executadas pelo Serviço Florestal Brasileiro em parceria com o Fundo Nacional para Mudança do Clima, beneficiando 2140 produtores no Cerrado e na Caatinga.

Quantidade alcançada

26.697

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	4.000	unidade	24.557	15/12/2014
Bioma Caatinga	1.500	unidade	1.600	15/12/2014
Bioma Cerrado	500	unidade	540	15/12/2014

- **Elaborar e implementar 4 Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFCs)**

Análise Situacional da Meta

O último levantamento de informações acerca do manejo florestal comunitário e familiar (MFCF) praticado na Amazônia , identificou 1.213 iniciativas de manejo madeireiro e não madeireiro (biênio 2009/2010). O manejo florestal é praticado por comunidades de todos os demais biomas, havendo dezenas de organizações comunitárias comercializando produtos como pequi, baru, açaí, piaçava, farinha de jatobá, entre outros.

Com vistas a apoiar as cadeias produtivas do manejo florestal comunitário, o Decreto 6.874/2009 estabelece o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, assim como a elaboração dos Planos Anuais de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. Desde o estabelecimento do Programa, foram elaborados apenas Planos Anuais de 2010 e 2011. O comitê gestor do Programa, composto pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário se reuniram até o ano de 2012, somente. Após isso, com o surgimento de outras políticas e programas que passaram a atender algumas das demandas extrativistas, o comitê gestor não mais se reuniu.

Destaca-se que parte das ações inicialmente previstas continuaram sendo atendidas pelo SFB, INCRA, ICMBIO e governos estaduais. No segundo semestre de 2014 iniciou-se um movimento da sociedade civil interessada no Manejo Florestal Comunitário para pressionar pela retomada das reuniões dos Grupos de Trabalho e do planejamento do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário, entretanto, até o momento as reuniões não foram retomadas e nenhum Plano foi elaborado desde 2012.

Caberá a próxima equipe de governo definir a continuidade ou não desta meta visto que as ações componentes do PFMCF podem estar sendo atendidas a partir de outros Planos e Programas do MMA e MDA, tais como o Plano Nacional e Agroecologia e Produção Orgânica e as Chamadas de ATER Extrativista.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

15/12/2014

- **Estabelecer manejo sustentável de 10 produtos da sociobiodiversidade em 34 Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais**

Análise Situacional da Meta

Nas Reserva Estrativista (Resex), Florestas Nacionais (Flonas) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) federais estão em execução atividades de manejo e produção sustentável dos produtos da sociobiodiversidade, visando a oferta de produtos extrativistas e geração de renda, a saber: - Castanha do brasil (Flona Saracá-Taquera, Resex Rio Ituxi, Resex Cazumbá-Iracema, Resex Cajari);- Jaborandi (Flona Carajas);- Copaíba (Flona Macauã e Flona Crepori); - Açaí (Resex Lago do Cuniã, Resex Rio Ouro Preto, Resex Médio Juruá, Resex Gurupá melgaço, Resex Quilombo do Frexal, Resex Rio Cajari, Flona Amapá e comunidades do entorno da Flona Trairão, Flona Itaituba I e Flona Itaitúba II);- Andiroba (Resex Médio Juruá);- Buriti (Resex Chapada Limpa);- Cacau Nativo (Resex Arapixi e Resex Médio Purus).- Seringa (Resex Cazumbá-Iracema, Resex Riozinho do Anfrísio, Resex do Rio Iriri, Resex do Rio Xingu, Flona Tapajós e Resex Tapajós Arapiuns). - Babaçu (Resex Chapada Limpa, Resex Ciriaco e Resex Extremo Norte do Tocantins). - Mel de abelha nativa (Flona Crepori). Atualmente o manejo sustentável abarca 10 produtos da sociobiodiversidade em 26 Unidades de Conservação federais.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	7	15/12/2014
Bioma Cerrado	4	unidade	3	15/12/2014

- **Estabelecer normas e diretrizes técnicas para o manejo florestal sustentável de 27 espécies vegetais de produtos florestais não-madeireiros**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi programada em parceria entre MMA e MAPA, com o objetivo de elaborar parâmetros técnicos que orientem a certificação do extrativismo sustentável orgânico previsto na Instrução Normativa Conjunta (MMA/MAPA), nº 17 de 29 de maio de 2009, e orientar extrativistas e técnicos extensionistas no manejo das espécies. Inicialmente ficaram 17 espécies sob a responsabilidade do MAPA e 10 sob a responsabilidade do MMA. Posteriormente mais 3 espécies foram adicionadas ao MMA. Das 30 diretrizes programadas, 23 foram elaboradas, sendo 16 coordenadas pelo MAPA e 7 pelo MMA, faltando ao MMA elaborar 6.

O processo de elaboração dos parâmetros técnicos contidos nas diretrizes constitui-se de processo participativo envolvendo a realização de oficinas nas áreas de incidência de cada espécie, nas quais participaram pesquisadores, extrativistas e técnicos de órgãos governamentais que trabalham com as espécies em questão.

As diretrizes elaboradas pelo MAPA abrangeram as seguintes espécies: castanha-do-brasil, babaçu, açai, licuri, caroá, baru, buriti, pequi, carnaúba, cajazinho do cerrado, erva mate, murumuru, barbatimão, pracaxi, umbu e mangaba.

As elaboradas pelo MMA foram as seguintes: juçara, pinhão, borracha, piaçaba do rio negro, umburana de cambão, angico de caroço e umburana de cheiro.

Das diretrizes programadas para o MMA falta elaborar as seguintes espécies: andiroba, copaíba, jatobá, piaçava da bahia, aroeira e faveira.

As espécies que foram elaboradas as diretrizes estão distribuídas pelos biomas: Amazônia 7, cerrado 6, caatinga 8 e mata atlântica 3.

O trabalho constitui-se na elaboração de documentos técnicos. Falta ainda a publicação destes documentos em formato e linguagem acessíveis aos extrativistas e técnicos extensionistas, ação que está sob a responsabilidade do MMA e

MAPA, e a publicação dos parâmetros técnicos como anexo da Instrução Normativa Conjunta (MMA/MAPA) nº 17 de 2009, que está sob a responsabilidade do MAPA.

Quantidade alcançada

23

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	6	unidade	7	15/12/2014
Bioma Caatinga	7	unidade	8	15/12/2014
Bioma Cerrado	9	unidade	6	15/12/2014
Bioma Mata Atlântica	5	unidade	3	15/12/2014

- **Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em 180 mil hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável federais**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, 5 Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário estão autorizados e em execução em Resex e Flonas federais sendo: 1 PMFS na Flona Tapajós com área autorizada e sob Contrato de Concessão Real de Uso – CCDRU de 18.785 ha; 1 PMFS na Resex Verde para Sempre com área 18.772 ha; 1 PMFS na Resex Chico Mendes com área de 4.233 ha; 1 PMFS na Flona Purus com área de 1.000 ha e 1 PMFS na Resex Ituxi com área de 1.403,53 há. Total de área maneja de 44.193 ha. Importante destacar que existem outros seis planos de manejo florestal comunitário em fase de elaboração, contemplando cerca de 60.000 (sessenta mil) hectares adicionais de área, a ser manejada a partir do próximo ano. Outras unidades de conservação na Amazônia têm realizado discussões interinstitucionais e com comunidades extrativistas no sentido de promover a atividade naquelas localidades onde há demanda e potencial para isso. A complexidade social, econômica, institucional e ambiental que envolve o manejo florestal exige um processo cuidadoso e de média e longa duração para que se criem condições para que o manejo seja implementado em bases sustentáveis.

Quantidade alcançada

44.193

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	175.000	ha	44.193	15/12/2014
Bioma Caatinga	5.000	ha	0	15/12/2014

- **Implementar Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar em assentamentos do Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário em 340 mil hectares**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013 foram elaborados planos de manejo para o Programa Nacional de Crédito Fundiário da SRA/MDA referentes a uma área sob manejo de aproximadamente 20.000 ha com PMFS no estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, beneficiando 2342 famílias. Essa meta foi executada através de parcerias entre SFB (Serviço Florestal Brasileiro), FNMC (Fundo Nacional de Mudanças Climáticas), Funbio e CEF (Caixa Econômica Federal).

A maior parte da meta será executada em assentamentos da Amazônia, sob responsabilidade do INCRA/MDA, o qual até o presente momento não autorizou a implementação de nenhum plano de manejo. Com a revogação da resolução do Conama que tratava do licenciamento dos assentamentos e a simplificação dos procedimentos internos para análise dos PMFS, em 2013, espera-se um aumento da implementação dos Planos. Encontram-se hoje em execução, ações prévias de elaboração de inventário florestal e elaboração de Planos de Manejo.

O INCRA vem avançando nas discussões sobre metodologias e busca de financiamentos para apoiar as ações de manejo florestal nos assentamentos diferenciados na Amazônia. Entretanto, por se tratar de uma ação que exige grande

soma de recursos e uma organização social bastante avançada a meta vem avançando lentamente. A expectativa é que nos próximos 4 anos os elementos estruturantes desenvolvidos durante o corrente PPA possam se materializar em Planos de Manejo em execução nos assentamentos. As ações mais avançadas estão sendo desenvolvidas no Amapá e no Pará.

Quantidade alcançada

25.159

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	300.000	ha	0	15/12/2014
Bioma Caatinga	40.000	ha	25.159	15/12/2014

- **Promover o manejo de 5 milhões de hectares de florestas privadas de forma sustentável**

Análise Situacional da Meta

Com a Edição da Lei Federal Complementar No 140/2011 (LC140/2011), a competência da União para aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável-PMFS se restringe às florestas públicas federais, terras devolutas federais ou unidades de conservação instituídas pela União, exceto em APAs. Os Estados receberam a competência de aprovação dos PMFS em todas as demais áreas, inclusive em áreas privadas. A falta de integração entre os sistemas de informação florestal do país impede uma verificação satisfatória da meta.

Com vistas a viabilizar a geração e integração das informações do manejo florestal, em terras públicas e privadas, o Comitê Técnico de Sistemas de Controle, coordenado pelo IBAMA, realizou reuniões durante o ano de 2013 para avaliar os avanços na integração entre os sistemas de autorização florestal da União e dos estados. A integração destes sistemas irá permitir verificação desta meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

15/12/2014

OBJETIVO: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, o programa avançou durante o período com a assinatura de mais 4 contratos de concessão florestal nas Flonas de Saracá-Taquera e Crepori, ambas no Pará, totalizando 280.000 hectares. Durante o período também foi lançado o edital de concessão florestal da Flona de Altamira, que se encontra em fase de apresentação de propostas, totalizando 360 mil hectares.

Também houve avanços no processo licitatório das Flonas de Caxiuanã e Itaituba I e II. Na primeira, foi publicada a minuta de edital e realizada a consulta pública. Na segunda, foi publicada a minuta de edital e iniciada a consulta pública. Em 2015, a previsão de assinatura é de 12 contratos, totalizando 830 mil hectares.

Metas 2012-2015

- **Conceder 3.000.000 hectares de florestas públicas no bioma Amazônia**

Análise Situacional da Meta

Meta em andamento com a assinatura de 11 contratos relativos a 512.000 hectares (um contrato de 23 mil hectares foi rescindido), um processo licitatório em fase final envolvendo mais 310.000 hectares e o lançamento de 2 editais de

licitação para a concessão florestal, totalizando 475.000 hectares. Com o relançamento de dois editais em 2015 seguindo as novas regras estabelecidas na confecção do último edital, a previsão é de que o programa alcance 1,5 milhão de hectares em contratos no ano de 2015.

Quantidade alcançada

512.000

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O setor de florestas plantadas responde pelo abastecimento de 75% do consumo de produtos florestais, a partir de uma base de plantios de somente 7,6 milhões de hectares, que correspondem a menos de 1% da área do território nacional. O setor está relacionado a importantes cadeias produtivas da economia, como construção civil, siderurgia a carvão vegetal, celulose e papel, movelaria e energia.

A Lei nº 12.651, de 2012, trouxe a adoção de dispositivos favoráveis ao desenvolvimento de florestas plantadas, como a obrigatoriedade da reposição florestal para quem utiliza matéria-prima oriunda de supressão de vegetação nativa ou que detenha autorização de supressão de vegetação nativa. Com vistas a maior segurança jurídica, o Código Florestal estabelece textualmente que o plantio ou o reflorestamento com espécies florestais nativas independem de autorização prévia, desde que observadas as limitações e condições previstas na Lei. Neste sentido, a Lei estabelece que o corte ou a exploração de espécies nativas plantadas em área de uso alternativo do solo serão permitidos independentemente de autorização prévia, desde que o plantio ou reflorestamento esteja previamente cadastrado.

Em 2013, o Comitê Técnico de Sistemas de Controle Florestal, coordenado pelo IBAMA, reuniu representantes de diversos setores relacionados à gestão florestal para trabalhar no aprimoramento e integração dos sistemas de controle de origem florestal, simplificando e conferindo maior segurança ao transporte de produtos de florestas plantadas.

As florestas plantadas podem contribuir, indiretamente, com a proteção das florestas naturais na medida em que proveem fonte alternativa de madeira e outros produtos. De acordo com o "Relatório da Industria Brasileira de Árvores de 2014", em 2012 e 2013, dos 393.715 hectares incrementados à área de florestas plantadas no Brasil, cerca de 154.497,1 ha foram utilizados para carvão e lenha industrial.

No entanto, a ampliação da área de florestas plantadas tem ocorrido abaixo das expectativas. O baixo crescimento tem ilustrado uma tendência de desaceleração do crescimento da área de plantios. Uma das razões apresentadas para isso foi a ausência de uma política voltada para o setor de árvores plantadas. Em resposta a isso, em dezembro de 2014, foi publicado o Decreto nº 8.375, que definiu a Política Agrícola para Florestas Plantadas e transferiu ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a coordenação do planejamento, a implementação e a avaliação dessa política de maneira a promover a sua integração às demais políticas e setores da economia.

A expansão das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial também tem sido mais tímida do que o esperado, uma vez que, nos últimos anos, as exportações de ferro-gusa foram afetadas pela crise financeira mundial. Entretanto, espera-se que o gusa brasileiro ganhe competitividade com a valorização do dólar frente ao real.

Por fim, da mesma forma, a ampliação das florestas plantadas com espécies nativas tem sido menor do que a projetada, mas se espera que a implementação gradativa dos novos dispositivos da Lei nº 12.651/2012, reverta essa situação.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área de florestas plantadas em 6 milhões de hectares**

Análise Situacional da Meta

Com vistas a projetar um cenário mais favorável à ampliação de área plantada, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE coordenou em 2011 um esforço interministerial de formulação de diretrizes para uma política de florestas plantadas. Ao longo de 2013, a SAE promoveu reuniões e seminário para o desenvolvimento de instrumentos econômicos que possam promover a ampliação das florestas plantadas. Como materialização desses esforços, o Plano Agrícola 2013/2014 estabelece uma série de incentivos ao setor, como a elevação nos limites de financiamento, por beneficiário, para os programas Moderinfra, Moderagro, Pronamp e Programa ABC, cujo financiamento seja destinado ao plantio comercial de florestas. Além disto, as florestas passaram a fazer parte das culturas prioritárias do seguro rural.

Segundo o "Relatório da Indústria Brasileira de Árvores – Ibá - 2014", em 2012 a ampliação da área de florestas plantadas (eucalipto, Pinus, acácia, araucária, pópulus, teca, seringueira e paricá) no Brasil foi de 207.189 há e o incremento de área plantada com árvores no Brasil em 2013 foi de 212.897 hectares.

Quantidade alcançada

420.086

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar em 1 milhão de hectares das áreas plantadas destinadas ao suprimento de lenha e carvão vegetal do setor industrial**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, segundo o "Anuário Estatístico da Associação Brasileira de Produtores de Florestas PLantas de 2013", 38,7% da madeira de florestas plantadas produzida no país foram utilizados para a produção de carvão vegetal, lenha e outros produtos florestais. Ou seja, cerca de 69.977 ha foram destinados ao suprimento de carvão vegetal, lenha e outros produtos florestais.

Em 2013, 39,7% da madeira in natura produzida foram consumidos para carvão e lenha industrial ("Relatório Ibá 2014"). Portanto, dos 212.897 hectares incrementados à área de florestas plantadas em 2013, cerca de 84.520,1 ha foram utilizados para carvão e lenha industrial.

Quantidade alcançada

154.497,1

Data de Referência

31/12/2013

- **Ampliar em 600 mil hectares as florestas plantadas com espécies nativas**

Análise Situacional da Meta

Apesar de abrigar milhares de espécies de árvores, o Brasil tem apenas cerca de 3% da área de florestas plantadas com espécies nativas (seringueira, paricá, araucária, dentre outras). Em 2012, a ampliação dessa área foi de 6.792 ha.

É esperado que os novos dispositivos legais que dispensam de autorização o plantio e colheita de espécies nativas tenham efeito positivo sobre a ampliação da área de florestas plantadas com tais espécies.

O MMA estava apoiando o desenvolvimento de estudo através do lançamento de edital para analisar e promover a economia do plantio de florestas plantadas, mas não seguiu adiante com ele por ter havido menos de três interessados.

Em 2013, a ampliação da área de florestas plantadas com espécies nativas (seringueira, acácia, teca, paricá, araucária, pópulus, dentre outras), segundo o "Relatório Ibá 2014", foi de 36.521 ha.

Quantidade alcançada

43.313

Data de Referência

31/12/2013

- **Disponibilizar acesso ao crédito florestal a 250 mil pequenos produtores rurais**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, há 16 linhas de crédito identificadas para o fomento a empreendimentos florestais. O Guia de Financiamento Florestal 2013 disponibiliza as principais informações sobre estas linhas de crédito: áreas financiadas, beneficiários, limites de valores, taxas de juros, prazos de reembolso e carência, as garantias estipuladas e os agentes financeiros (órgãos ou bancos) que as operam. Dentre as linhas de crédito elencadas, em 2013, agricultores familiares brasileiros fizeram mais de dois milhões de contratos pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para financiar sua produção, o que corresponde a mais de R$ 20 bilhões emprestados, em operações de custeio e investimento. O último Anuário Estatístico do Crédito Rural (2012) indica que o Pronaf concedeu R$489.201,46, repassados por meio de 40.551 contratos de extrativismo de espécies nativas e formação de culturas perenes. Atualmente, o Anuário Estatístico do Crédito Rural não apresenta o número de contratos e volume de recursos concedidos por linha do Pronaf. O Departamento de Financiamento e Proteção da Produção – DFPP, da Secretaria da Agricultura Familiar – SAF/MDA está em contato com o Banco Central, com vistas a promover esta discriminação nas próximas edições do Anuário Estatístico, o que permitirá aferimento mais adequado desta meta para os próximos exercícios.

Quantidade alcançada

40.551

Data de Referência

31/12/2012

OBJETIVO: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O Prevfogo/Ibama tem intensificado as ações de prevenção voltadas à capacitação de multiplicadores das melhores práticas de se trabalhar a terra sem o uso do fogo. A intenção desse trabalho é ampliar o número de pessoas divulgando a temática fogo, suas causas, consequências e propostas de se mudar o paradigma atual de produção da terra. Dentre os capacitados encontram-se os brigadistas contratados do Ibama que, além de combater os incêndios têm atuado em diversas ações de prevenção em escolas e comunidades rurais. Tendo em vista o fortalecimento da proteção dos remanescentes dos biomas brasileiros e a necessidade de proteção das áreas federais no âmbito nacional, o programa de brigadas passou por uma reformulação em 2012 e tem-se atuado principalmente em apoio as unidades de conservação, parceria como o ICMBio e terras indígenas, parceria com a Funai.

As atividades e programas de interagências para a prevenção extrapolaram os 50% requeridos em 2012, 2013 e 2014. O número superior de atividades interagências em relação aos anos anteriores se deve ao aumento das ações realizadas pelas coordenações estaduais do Prevfogo, a realização de ações pelos brigadistas capacitados como multiplicadores em educação ambiental voltados para a temática de incêndios, a intensificação/ implementação das ações voltadas para as alternativas ao uso do fogo e o aumento da execução de projetos de parcerias nacionais e internacionais. A meta de brigadistas já foi alcançada e superada em 2014.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 50% o número anual de atividades e programas interagências na prevenção dos incêndios florestais, com base nas 89 ações executadas em 2010**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Ação Interagências tem como principal objetivo a ampliação da capacidade de resposta do IBAMA em todo o território nacional, no âmbito das questões relacionadas ao controle de queimadas, prevenção e combate aos incêndios florestais. No ano de 2014, o Ibama realizou 184 ações interagências de prevenção aos incêndios florestais,

este valor representa106,7% do mínimo dos 50% de referência da meta. Entre as ações executadas encontram-se os diversos cursos de formação e capacitação realizados pelo Prevfogo, os cursos e oficinas de educação ambiental na temática de queimadas e incêndios florestais, as oficinas e atividades de criação e fortalecimento de comitês estaduais e municipais de prevenção e combate aos incêndios, as ações previstas com as cooperações internacionais e o projeto Cerrado Jalapão, parceria entre Ibama, MMA e cooperação alemã no Brasil.

Quantidade alcançada

106,7

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar 4500 brigadistas de prevenção e combate aos incêndios florestais**

Análise Situacional da Meta

O Prevfogo/Ibama tem intensificado as ações de prevenção voltadas à capacitação de multiplicadores das melhores práticas de se trabalhar a terra sem o uso do fogo. A intenção desse trabalho é ampliar o número de pessoas divulgando a temática fogo, suas causas, consequências e propostas de se mudar o paradigma atual de produção da terra. Dentre os capacitados encontram-se os brigadistas contratados do Ibama que, além de combater os incêndios, têm atuado em diversas ações de prevenção em escolas e comunidades rurais. Tendo em vista o fortalecimento da proteção dos remanescentes dos biomas brasileiros e a necessidade de proteção das áreas federais no âmbito nacional, o programa de brigadas passou por uma reformulação em 2012 e tem-se atuado principalmente em apoio às unidades de conservação, parceria como o ICMBio e terras indígenas, parceria com a Funai. Por esse motivo e considerando a adequação ao orçamento, houve uma redução do número de brigadistas contratados em 2013 e 2014 em relação à 2012. O Ibama contratou 1.679 brigadista em 2014.O ICMBio contratou de 1589 brigadistas para o ano de 2014. Houve uma redução 154 brigadistas em relação ao ano passado, esse fato se deve ao aumento dos auxílios e do salário mínimo.

Memória: ICMBIO= 1.729(2012) + 1.743 (2013) + 1.589 (2014)
IBAMA= 2.212 (2012) + 1.545 (2013) + 1.679 (2014)

Quantidade alcançada

10.497

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir em 50% a área atingida por incêndios florestais nas unidades de conservação federais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, 1,03 milhão de hectares de Unidades de Conservação foram atingidos por incêndios florestais.

Em 2013 foram atingidos 610 mil hectares. No ano de 2014, foram atingidos por incêndios florestais 990 mil hectares no interior de unidades de conservação federais.

A ocorrência de incêndios florestais tem relação intrínseca com fenômenos climáticos que afetam os regimes de chuvas, como por exemplo, El Niño e La Niña. O ano de 2013 apresentou precipitação bem distribuída, com chuvas ocorrendo em meses comumente secos na região do Cerrado e maior parte da Amazônia, como junho, julho e agosto. Estas chuvas bem distribuídas aumentaram a umidade relativa do ar e do solo e mantiveram a vegetação verde por mais tempo, diminuindo o risco de grandes incêndios.

Este comportamento climático favorável, aliado a melhor capacidade institucional de enfrentamento dos incêndios, quer pela capacitação dos servidores, quer pela distribuição de equipamentos e organização de apoio entre as unidades próximas (Bases Operativas), tornou positivo o cenário de prevenção e combate a incêndios florestais em 2013.

Em 2014, sob influência do El Niño, isto é, com condições climáticas e distribuição de chuvas mais adversas, a área atingida por incêndios florestais voltou a subir. Contudo, dentro do esperado pelo ICMBio e menor do que em 2012, outro ano de clima seco.

A área atingida por incêndios em 2014 (989.813 ha) aumentou 16% em relação aos dados de 2011.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	87.919	ha	101.430,64	31/12/2014
Bioma Caatinga	11.342	ha	0	31/12/2014
Bioma Cerrado	733.215	ha	874.644,87	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	135	ha	13.737,67	31/12/2014
Bioma Pantanal	20.000	ha	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A capacidade instalada para prover ações de fiscalização e proteção ambiental nas unidades de conservação federais é limitada devido ao quadro de pessoal. Dessa forma, se faz necessário uma maior articulação institucional para garantir a presença de servidores de outras unidades de conservação. Com a expectativa de concurso público para o próximo ano o déficit de pessoal pode ser parcialmente superado.

As principais ações de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia são conduzidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama no âmbito da Operação Onda Verde e demais operações subsidiárias. Esse esforço de fiscalização culminou na redução da taxa de desmatamento, atingindo a segunda menor marca, de 4.848 km² em 2014. Nas unidades de conservação federais, a maioria dos desmatamentos (mais de 90%) encontram-se concentrados em apenas 5 (cinco) delas, localizadas na região da BR 163, no estado do Pará. Assim, faz-se necessário focar as ações de fiscalização e proteção ambiental nessas unidades, como forma de potencializar os recursos disponíveis. Outro ponto importante refere-se à regularização fundiária dessas unidades.

Por fim, comparativamente, nos últimos 5 (cinco) anos houve uma redução significativa nas taxas de desmatamento e isso, em boa medida, deve-se a atuação da fiscalização ambiental. Assim, o investimento em sistemas informatizados é importante para o fortalecimento da gestão do processo administrativo sancionador, contudo, é necessária a implementação de uma estratégia mais efetiva para proteger as unidades de conservação.

Também se deve considerar que diversos delitos que envolvem o desmatamento na Amazônia estão associados a crimes ambientais e diversos outros crimes correlatados (comércio ilegal de terras, violência, assassinatos, sonegação fiscal, entre outros). Por isso, é necessária a atuação mais intensa da polícia judiciária, para demover grupos organizados que não são atingidos pelas sanções administrativas.

Metas 2012-2015

- **Implementar ações de fiscalização em 248 Unidades de Conservação federais**

  Análise Situacional da Meta

  Os Planos de Proteção de cada Unidade de Conservação federal, elaborado pela equipe das Unidades de Conservação, é a base que norteia as ações de proteção, que por sua vez se subdivide em ações de fiscalização e de prevenção e combate a incêndios. É, portanto um instrumento dinâmico, que deve ser revisado/atualizado periodicamente. No período de 2012 a 2014 foram elaborados um total de 63, sendo em 2012 (36); 2013(14) e 2014 (13).

  Tais documentos deram base para as operações de fiscalização do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, que realizou no exercício de 2012 um total de 551 operações nas Unidades de Conservação

Federais (UCs) e sua zona de amortecimento. Em 2013 houve um total de 410 Operações, e no ano de 2014 as ações fiscalizatórias totalizaram 288 apenas no primeiro semestre. Para o segundo semestre houve uma mudança de estratégia, com a descentralização de quase metade dos recursos financeiros anuais de fiscalização do ICMBio para as 11 Coordenações Regionais do ICMBio no Brasil – CR ICMBio, visando aumentar a capilaridade, bem como dar atenção às especificidades de cada UC.

Dos recursos remanescentes destinados às operações de fiscalização prioritárias do Ministério do Meio Ambiente - MMA para o ICMBio, focadas na diminuição do desmatamento da Amazônia, em especial no Mosaico de 16 UCs Federais ao longo da BR-163/PA; Reserva Biológica do Gurupi/MA; Reserva Biológica do Bom Futuro/RO e Floresta Nacional do Abufari/AM, foram realizadas mais 197 operações nas chamadas Bases fixas, onde foram realizadas operações integradas entre ICMBio, IBAMA, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança, Batalhão de Polícia Ambiental do Pará e Polícias Militares do Maranhão e Amazonas.

Além destas ações planejadas, ainda foram realizadas mais 3 ações emergenciais na região norte: Estação Ecológica da Terra do Meio/PA; Parque Nacional da Serra do Pardo/PA e Parque Nacional do Juruena/MT, perfazendo portanto um total de 488 Operações em 2014, com quase 100 Mil horas/homem de trabalho em campo e com mais de R$ 51 mi em multas aplicadas, somente na região norte, sem considerar as fiscalizações/operações realizadas pelas UCs com os recursos descentralizados para as CRs, ainda não contabilizadas e compiladas para o exercício de 2014.

Ressalta-se que, em virtude do Sistema de Ocorrências de Fiscalização e Infrações Ambientais - SOFIA, desenvolvido para o planejamento, monitoramento e controle da execução das ações fiscalizatórias do ICMBio, ainda estar em fase de testes, o ICMBio desenvolveu para ser implementada no ano de 2015, a ferramenta PLANAF. Trata-se de um sistema mais simples de planejamento e monitoramento das ações de fiscalização. Para compilação de resultados, está em fase de conclusão o CSAI - Controle Simplificado de Autos de Infração. Esses sistemas serão utilizados até que o SOFIA esteja efetivamente operante.

Quantidade alcançada

63

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Quanto ao tema do fogo na vegetação, os objetivos estão sendo cumpridos conforme previsto. Contatos mais estreitos com o PrevFogo/IBAMA (Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), tiveram impacto positivo no uso efetivo dos dados e no sistema CIMAN (sistema de monitoramento e apoio ao Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal em Brasília) gerados pelo INPE.

Metas 2012-2015

- **Expandir a área de monitoramento do desmatamento, da cobertura da terra e do impacto do fogo para todo território nacional**

Análise Situacional da Meta

O monitoramento dos focos de queima da vegetação cobre todos os biomas. A análise do impacto do fogo está iniciada

por meio de estudos e pesquisas, estando prevista para ser desenvolvida operacionalmente em 2015, caso os recursos solicitados pelo MCTI para esta finalidade sejam recebidos.

Foram gerados todos os produtos operacionais previstos para monitoramento do fogo e risco de incêndios, os quais são apresentados e distribuídos em http://www.inpe.br/queimadas

Quantidade alcançada

4.196.943

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	4.196.943	km²	4.196.943	31/12/2014
Bioma Caatinga	844.453	km²	0	31/12/2014
Bioma Cerrado	2.036.448	km²	0	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	1.110.192	km²	0	31/12/2014
Bioma Pampa	176.496	km²	0	31/12/2014
Bioma Pantanal	150.355	km²	0	31/12/2014

- **Implementar o módulo online de emissão de autorizações de queima controlada do Sistema Nacional de Informações sobre Fogo (Sisfogo)**

Análise Situacional da Meta

O Ibama/Prevfogo não possui um banco de dados das autorizações de queima controlada emitidas no país. Este módulo tem como objetivo oferecer aos órgãos estaduais de meio ambiente uma ferramenta para emissão de autorizações de queima controlada pela internet e compilar as informações de autorizações de queima controlada em todo o Brasil. Dessa forma, permitirá uma melhor análise da situação das queimas e consequentemente propiciará a melhoria de estratégias de prevenção aos incêndios florestais no país.

O Centro Especializado Prevfogo, em parceria com o Governo do Reino Unido, através de consultoria, produziu o mapeamento de processos do Sisfogo, o que dará base para o desenvolvimento do sistema. Os módulos iniciais do sistema já estão em desenvolvimento e o módulo de emissão de autorizações de queima controlada está previsto para o início de 2015.

No entanto, como o Ibama está na fase de licitação de uma nova “fábrica de softwares”, o início do desenvolvimento do módulo de queima controlada está dependendo de aprovação no Conselho de Tecnologia da Informação desta instituição e pode sofrer atrasos.

Futuramente, o INPE integrará o Sisfogo do Prevfogo/Ibama por meio do fornecimento da localização dos eventos de queima de vegetação detectados no País pelo seu monitoramento operacional com satélites, permitindo ao Sisfogo confirmar e complementar os dados recebidos de outras fontes de informação.

- **Implementar sistemas de cadastro de alvos para fiscalização (polígonos de desmatamento a serem fiscalizados)**

Análise Situacional da Meta

O sistema de cadastro de alvos para fiscalização consiste num mecanismo que é alimentado por denúncias ou detecções provenientes de imagens de satélites ou auditoria em sistemas que identificam e caracterizam infrações ambientais. Os módulos de recepção e disponibilização de alvos detectados por imagens de satélite estão em funcionamento desde 2010. Para concluir o ciclo de informação, resta finalizar o módulo de retorno das informações de campo que está em desenvolvimento e tem previsão para entrar em funcionamento em agosto de 2015.

- **Implementar sistemas de monitoramento de áreas embargadas**

Análise Situacional da Meta

Cada desmatamento ilegal autuado pelo IBAMA é imediatamente embargado para que a vegetação possa regenerar e assim reparar o dano ambiental. Em 2014, o monitoramento para identificar se os embargos estavam sendo respeitados ou não foi concluído nos estados do Acre e Mato Grosso, o que representa 20% dos embargos a serem monitorados. Até o final de 2015 se pretende atingir a meta de 50% dos embargos por desmatamento monitorados em todo Brasil.

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Licenças de Instalação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	127	31/12/2014	66
Licenças de Operação emitidas	unidade por ano	30/12/2010	104	31/12/2014	100
Licenças Prévias emitidas	unidade por ano	30/12/2010	83	31/12/2014	30
Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos	%	01/01/2009	11,03	31/07/2013	5,06
Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados	%	01/01/2009	4,49	31/07/2013	5,15

Observações:

Licenças de Instalação emitidas - Referência: Email enviado pelo IBAMA no dia 09/06/14 e SISLIC
Licenças de Operação emitidas - Referência: SISLIC
Licenças Prévias emitidas - Referência: SISLIC
Percentual de municípios com Fóruns de Agenda 21 ativos - Fonte IBGE MUNIC 2013
Total de Municípios = 5.570
Nº de municípios iniciaram o processo de Agenda = 1.197 (21,5%)
Nº de municípios possuem Fóruns de Agenda 21 = 769
Nº de municípios possuem Fóruns de Agenda 21 Ativos = 282
Percentual de municípios com Fórum de Agenda 21 ativos (reuniões nos últimos 12 meses) = 282/5.570 = 5,06%

Dos municípios que iniciaram o processo de Agenda 21, 769 possuem Fóruns
de Agenda 21. No entanto, 487 destes não se reuniram nos últimos 12 meses. (Fonte: Munic 2013)

Percentual de municípios com Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável elaborados - IBGE MUNIC 2013 - Nº total de municípios do país = 5.570
IBGE MUNIC 2013 - Nº de municípios com PLDS (Implementação das ações da Agenda 21 em políticas públicas) = 287

IBGE MUNIC - IBGE MUNIC - Nº de municípios com PLDS / Nº total de municípios do país X 100 = 5,15%

Cabe esclarecer que a pesquisa informou que 185 municípios estão em processo de elaboração dos seus Planos, mas que em 287 o plano já se encontra em execução.

OBJETIVO: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A estratégia de longo prazo para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental e para o gerenciamento de substâncias perigosas envolve a elaboração de uma Política Nacional de Segurança Química, que trace objetivos, diretrizes, instrumentos e demais componentes. Para tanto, tem-se buscado conhecer as experiências internacionais de sucesso por meio de cooperações bilaterais e do apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Em um nível tático e operacional, busca-se o cumprimento das Convenções e Tratados Internacionais que versam sobre esta temática, o que vem sendo executado por meio de Projetos Internacionais e Termos de Cooperação com Universidades e Instituições de Pesquisa.

Nesse sentido, com relação à elaboração do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre

Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), foram produzidos no período, com participação de diversos atores, os seguintes estudos e inventários, que levantaram a situação nacional referente a esses poluentes: 1) Inventário de estoques e resíduos de agrotóxicos POPs; 2) Inventários de Áreas Contaminadas por POPs; 3) Inventário de Bifenilas Policloradas - PCBs (exceto setor elétrico); 4) Inventário de Novos POPs de uso Industrial; 5) Inventário de fontes e estimativa de emissões de dioxinas e furano; e 6) Análise da legislação referente aos POPs. O desenvolvimento destes estudos representa o cumprimento de compromissos assumidos pelo Brasil ao ratificar a Convenção de Estocolmo.

A partir destes Inventários e Estudos, foram produzidos, ao longo de 2014, cinco Planos de Ação específicos de cada temática dos Inventários. Concluídos os Planos de Ação, está em processo de finalização a redação do documento do Plano Nacional de Implementação, que compreende todos esses inventários e planos de ação - para ser submetido a consultas finais, validação, divulgação e transmissão ao Secretariado da Convenção, no primeiro semestre de 2015.

Ainda no que atine ao atendimento dos compromissos internacionais, foi aprovado um projeto junto ao Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), no valor de US$ 821.918,00 com a finalidade de inventariar as emissões e liberações de mercúrio em processos produtivos industriais, de comércio e serviços, para o cumprimento da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, celebrada em outubro de 2013. O projeto será implementado por intermédio do Escritório do PNUMA no Brasil. No momento, está sendo elaborado o Programa Executivo entre o Governo brasileiro e o PNUMA, dentre outros arranjos formais, para dar início à execução do projeto.

Em relação ao estabelecimento de suporte laboratorial para ações de monitoramento de substâncias químicas, foi firmada cooperação com a Universidade Federal de Santa Maria para monitoramento da contaminação ambiental e de leite materno por poluentes orgânicos persistentes (está em sua fase conclusiva, sem prorrogação, com entrega de relatório prorrogada para o início de 2015). Além disso, foi celebrado Termo de Cooperação com a Fiocruz para análise da contaminação de leite materno por poluentes orgânicos persistentes, finalizado durante o segundo semestre de 2014, com a entrega dos relatórios de análise.

Ainda como parte da cooperação com outras instituições, vem sendo retomados os entendimentos junto à área técnica do Inmetro – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia/MDIC, para a celebração de um Termo de Cooperação Técnica, no âmbito do Programa de Análise de Produtos daquele Instituto, para a identificação do teor de chumbo em tintas.

Encontra-se em negociação parceria com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB - para: (i) fortalecimento da capacidade analítica de POPs; (ii) monitoramento da contaminação ambiental e (iii) capacitação de órgãos estaduais de meio ambiente.

No âmbito do Projeto “Diálogos Setoriais Brasil – União Europeia”, coordenado pelo MPOG, foram aprovadas e executadas duas ações: em 2013, a Ação “Controle e Regulação de Substâncias Químicas de uso industrial”, com o objetivo de trocar conhecimento e experiências sobre regulação de químicos, arranjos institucionais e comércio internacional de substâncias perigosas; e, em 2014, foi executada a Ação “Controle e Regulação de Agrotóxicos e Biocidas”, com o objetivo de conhecer a experiência europeia nos processo de registro e avaliação destes produtos químicos. Em ambas as ações, foram contratados consultores para elaborar estudos, realizadas missões técnicas a instituições europeias afetas ao controle destas substâncias e realizados seminários de fechamento das ações, que reuniram atores para apresentação dos resultados das visitas técnicas e dos estudos dos consultores.

A primeira Ação retro mencionada propiciou o debate em torno da necessidade de o Brasil elaborar sua lei de controle de substâncias químicas de uso industrial, além do inventário nacional de substâncias químicas. Como resultado desta iniciativa, foi formado um grupo de trabalho no âmbito da Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ), com a finalidade de propor a estruturação do referido projeto de lei em questão, estabelecendo competências, arranjos institucionais e mecanismos para a avaliação e gestão de risco destas substâncias. O GT, constituído em dezembro de 2013, teve 06 encontros ao longo de 2014, e terá continuidade em 2015. Servem de insumo para os debates os estudos sobre algumas experiências internacionais de gestão de químicos (da União Europeia, Canadá e China), elaborados por consultora no âmbito da mencionada Ação dos Diálogos Setoriais.

Outra relevante ação iniciada em 2014, no sentido de se estruturar amplamente o arcabouço legislativo do país em torno

da gestão de substâncias químicas, foi a inserção, no Planejamento Estratégico do MMA, da discussão e elaboração da Política Nacional de Segurança Química. As discussões para elaboração da lei da Política foram iniciadas no segundo semestre de 2014, pela CONASQ, e deverão tomar conta da agenda da comissão por todo o ano de 2015.

Outro foco de atuação tem sido a capacitação de servidores, tanto do Governo Federal quanto dos governos estaduais, para a prevenção da contaminação e o gerenciamento de substâncias perigosas.

Foi realizada a capacitação de técnicos brasileiros no que tange à aplicação do Sistema Globalmente Harmonizado de Classificação e Rotulagem de Produtos Químicos (GHS), tendo em vista que a tendência é que, num futuro próximo, todos os grandes produtores e exportadores de substâncias químicas, como é o caso do Brasil, adotarão as estratégias do GHS para classificar e rotular substâncias químicas. Foram capacitados cerca de 15 técnicos do MMA, IBAMA, ANVISA e INMETRO.

No que diz respeito à capacitação de servidores e técnicos de órgãos estaduais, foram capacitados técnicos de 9 (nove) órgãos estaduais de meio ambiente (INEMA/BA, SEMACE/CE, IBRAM/DF, SEAMA/ES, IMASUL/MS, SEMA/MT, SEMA/PA, SEMA/PR, FEPAM/RS), junto ao Programa Internacional para Capacitação Intensiva para a Gestão Ambiental de Substâncias Químicas e Resíduos, em especial Poluentes Orgânicos Persistentes e Mercúrio – CESTESB/SP.

Seis Analistas Ambientais da equipe do DQAM/MMA foram capacitados no curso de Estratégias em Gestão de Substâncias Químicas do International Trainning Programme oferecido pela Agência de Cooperação Internacional da Suécia (SIDA), em conjunto com a Agência Sueca de Químicos (KEMi).

Ainda como atividade no âmbito da Cooperação com a Agência Sueca de Químicos (KEMi), foi realizado o Seminário sobre o Mercúrio.

No que tange ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, os dados parciais obtidos a partir da base de dados do Cadastro Técnico Federal (CTF) mostram que dos 1.827.933 representantes legais (entre pessoas físicas e jurídicas) cadastradas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), 11,60% são mulheres. Os dados do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA) mostram que 29,29% dos 55.368 representantes são mulheres.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 5% o número de operações anuais de fiscalização, visando coibir os ilícitos relacionados às atividades degradadoras e poluidoras do meio ambiente**

  Análise Situacional da Meta

  A meta de ampliação das ações de controle e fiscalização tem como referência o valor de 65 ações de fiscalização, que corresponde ao total registrado em 2010. A ampliação percentual (anual) de 5% estabeleceu um quantitativo gradual de fiscalizações com os seguintes totais:

  68 (2012), 71 (2013), 75 (2014), 79 (2015). Cumulativamente, essas ações totalizariam 293 (conforme indicado na quantificação / regionalização da meta).

  O IBAMA possui duas estratégias de atuação, sendo uma as operações de fiscalização e a outra as ações de fiscalização. As operações compreendem um conjunto de ações, sendo um método mais complexo, com atividades de planejamento, inteligência e envolvimento conjunto de outras instituições, em diversos Estados da Federação. As operações são em menor número, porém com um alcance maior.

  Aparentes discrepâncias entre a meta estabelecida e os números informados nos exercícios de 2012 e 2013 encontram justificativa no fato de que a meta foi estabelecida tendo-se em mente a quantidade de AÇÕES de fiscalização executadas, enquanto os números informados nesses exercícios se basearam no número de OPERAÇÕES de fiscalização. No primeiro semestre de 2014, foi proposta a alteração da metodologia de aferição da meta e ajuste do seu

quantitativo de 293 para 100, porém não cabe sua adoção e devem ser mantidas as metas e metodologias originalmente propostas.

Desta forma, relatamos que durante o exercício de 2012, foram realizadas 17 operações e executadas 171 ações de fiscalização relacionadas ao tema da qualidade ambiental e lavrados 7.257 Autos de Infração.

Em 2013, foram executadas 12 operações, 86 ações de fiscalização e lavrados 6.064 Autos de Infração, perfazendo 257 ações em 2012 e 2013.

Em 2014, há registros no Sistema de Cadastro, Arrecadação e Fiscalização – SICAFI de já ter sido confirmadas a execução de 76 ações de fiscalização e lavrados 2.975 Autos de Infração relacionados ao tema.

Isto posto, desde 2012 até a presente data, foram executadas, conforme os registros existentes, 333 ações de fiscalização relacionadas ao tema e lavrados 16.296 Autos de Infração, conforme o quadro abaixo:

Exercício	Previsão	Execução	% Execução	Autos de Infração
2012	68	171	251,5%	7.257
2013	72	86	119,4%	6.064
2014	75	76	101,3%	2.975
2012/2014	215*	333*	154,9%*	16.296

Quantidade alcançada

154,9

Data de Referência

02/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	293	unidade	333	02/12/2014

- **Atualizar o Perfil Nacional sobre a Gestão de Substâncias Químicas e publicar o Relatório de Qualidade do Meio Ambiente**

Análise Situacional da Meta

Essa meta compreende a elaboração de dois documentos técnicos relevantes para a área da qualidade ambiental.

Para executar a atualização e revisão do documento Perfil Nacional sobre a Gestão das Substâncias Químicas, um termo de referência para contratação de consultoria foi elaborado, em 2012, para ser contemplado no âmbito da Revisão Substantiva do Projeto GEF/NIP – Desenvolvimento de um Plano Nacional de Implementação no Brasil, como primeira etapa da Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes.

Com o objetivo de envolver os membros da Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ) no processo de atualização do Perfil, foi realizado, em março de 2014, o Seminário sobre o LIRA Guidance do PNUMA, que orienta os países sobre como desenvolver suas infraestruturas legais e institucionais para a gestão de substâncias químicas, a partir do levantamento de informações sobre a situação nacional e análise das necessidades. O objetivo do Seminário foi apresentar aos membros da CONASQ as ferramentas do Guia, úteis ao processo nacional de análise das lacunas e necessidades, que deverão estar consubstanciadas no documento do Perfil Nacional atualizado.

Algumas restrições orçamentárias no Projeto NIP, combinada com os prazos já exíguos para a finalização, impossibilitaram a contratação da consultoria em 2014.

A equipe do MMA iniciou em 2013 a elaboração dos Inventários Nacionais de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) e do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs.

Os Inventários foram concluídos em 2014, e sistematizaram relevantes informações sobre o cenário nacional dos POPs,

além de identificarem algumas lacunas de gestão e necessidades de ação, à luz do cumprimento das obrigações da Convenção de Estocolmo. Parte das informações levantadas deverão compor o documento atualizado do Perfil Nacional. Esse levantamento de informações envolveu diversas instituições nacionais, com destaque para aquelas integrantes da CONASQ.

Com referência ao RQMA (Relatório de Qualidade do Meio Ambiente) a estratégia de construção do Relatório contou com o envolvimento e contribuição de diferentes instituições. A versão final composta por 7 (sete) capítulos – Atmosfera; Água; Terra; Biodiversidade; Florestas; Ambiente Costeiro e Marinho; Ambiente Urbano – foi apresentada/validada pelo MMA e disponibilizada no site do IBAMA em 28 de maio de 2014: www.ibama.gov.br/rqma.

- **Elaborar e implementar o plano de ação para gestão de estoques e resíduos de agrotóxicos considerados poluentes orgânicos persistentes**

Análise Situacional da Meta

Essa meta representa um dos compromissos assumidos pelo Brasil ao ratificar a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), ou seja, a disponibilizar informações sobre a avaliação da situação do País com relação aos POPs. Nesse sentido, foi definida a necessidade adotar os seguintes passos: (1) realizar e/ou estabelecer inventários sobre produção, uso, comércio, estoques e resíduos de substâncias químicas previstas na Convenção; e (2) desenvolver estratégias e planos de ação para a redução, eliminação e/ou gestão de tais substâncias. Durante os anos de 2012 e 2013, o inventário de estoques e resíduos de agrotóxicos POPs foi elaborado - além de mais outros 05 inventários/estudos relacionados à Convenção de Estocolmo - com a consolidação dos dados por Unidades da Federação e por substâncias. O Inventário foi avaliado por um grupo de trabalho interinstitucional, em evento ocorrido em março de 2014. Incorporadas as sugestões de aperfeiçoamento oriundas dos parceiros, o Inventário foi validado pelo grupo nacional coordenador do Projeto NIP/POPs em abril de 2014. Este material serviu de base para a preparação e elaboração do respectivo Plano de Ação para eliminação de estoques e resíduos de agrotóxicos POPs, que foi preparado,discutido e aprovado com as demais instituições e atores relacionados, ao longo de 2014, com início de execução em 2015. Este Plano de Ação compõe o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo.

- **Elaborar e Implementar o plano de ação para redução de emissões de dioxinas e furanos**

Análise Situacional da Meta

Entre as substâncias abrangidas pela Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), as“Dioxinas e Furanos” constituem um grupo, cujo inventário de fontes e estimativas de emissão foi elaborado em 2011/2012.

Em 2013, foi desenvolvido documento contendo subsídios para a “formulação de estratégias e Plano de Ação para a redução progressiva das liberações não intencionais de POPs (dioxinas e furanos) de fontes antropogênicas”. Esse documento foi discutido com os segmentos envolvidos, em reunião de grupo de trabalho interinstitucional ocorrida em março de 2014.

Reuniões individualizadas com segmentos prioritários identificados no Inventário para o Plano de Ação foram realizadas ao longo de 2014, para serem definidas atividades, metas e prazos de redução de emissão de dioxinas e furanos. O Plano de Ação foi discutido e aprovado com as instituições e os atores relacionados ao longo de 2014, com início de execução em 2015. Este Plano de Ação compõe o Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo.

- **Implementar a avaliação do risco ambiental para novos ingredientes ativos registrados como agrotóxicos**

Análise Situacional da Meta

O processo de avaliação de risco contemplando a identificação do problema, análise de risco e caracterização do risco

pode ser ordenado em fases sequenciais:

A Fase I é planejada para permitir a identificação rápida daqueles agrotóxicos que não apresentam risco significativo para o ambiente. Nesse nível os cálculos das concentrações ambientais, invariavelmente, superestimam a exposição, resultando em uma avaliação conservadora. Consiste no emprego de coeficientes de risco que relacionam a exposição ao agrotóxico e a sua toxidade.

No Ibama esta etapa já está sendo realizada com a utilização de modelos matemáticos utilizados pela United States Environmental Protection Agency – EPA/USA (Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos) tanto para águas superficiais como para solos.

Havendo risco na fase I é necessária uma avaliação mais refinada com estimativas mais prováveis das concentrações ambientais (Fase II), critérios menos conservadores e mais realistas podem ser usados (Fase III), culminando, se necessário, com uma etapa de monitoramento (Fase IV).

A perspectiva é atingir a Fase II e, para isso, serão necessárias uma série de ações que passam pela implementação de uma base de dados climatológicos e de solos não disponíveis ao Ibama, além do desenvolvimento ou adaptação de modelos capazes de avaliar potenciais efeitos adversos sobre as espécies não alvo a proteger.

Durante o ano de 2014 foi instituído um grupo de trabalho com a incumbência de identificar as espécies a proteger e propor um cronograma para o desenvolvimento dos estudos e dados necessários para a implementação da Fase II. A meta é dar início à fase II ainda em 2015, mesmo que de forma inicial, com vistas ao seu aprimoramento futuro.

O valor de 40% da meta foi estimado de forma conservadora e advém do fato de que já estamos procedendo a avaliação em Fase I para os novos ingredientes ativos e foram iniciados os trabalhos para implementação da Fase II e III, tendo sido realizado no inicio de novembro de 2014 o curso " Uso de modelos preditivos de exposição na avaliação do risco ambiental de agrotoxicos" para 35 servidores, com duração de 20 horas.

OBJETIVO: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo encontra-se com desenvolvimento dentro do cronograma previsto, tendo todas as iniciativas apresentado resultados até 2014. A previsão é de que as metas sejam cumpridas até dezembro de 2015.

O Ministério do Meio Ambiente tem atuado na formação e estruturação das Comissões Estaduais do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2), principalmente com ações de mapeamento de áreas de riscos, proteção de áreas sensíveis aos acidentes com produtos perigosos e estruturação e capacitação das equipes estaduais que atuam nas emergências. Os Planos de Ação de Emergência Estaduais deverão ser elaborados até 2015, sendo que os estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais já foram apoiados na elaboração dos seus Planos.

O apoio aos Estados de Minas Gerais e Paraná é mais amplo e prevê o fortalecimento das Comissões Estaduais do P2R2, com objetivo de prevenir os impactos ambientais; e avaliar e monitorar os danos decorrentes das emergências com produtos perigosos preservando vidas, a saúde humana e o meio ambiente. Em Minas Gerais serão implementadas bases avançadas em 4 regiões do Estado com estrutura mínima para melhorar a resposta aos acidentes ambientais; serão identificadas, caracterizadas e mapeadas as áreas de risco e potencial perigo de ocorrência de acidentes ambientais; e propostas medidas necessárias a serem implantadas para prevenir e mitigar a ocorrência de acidentes ambientais e os impactos decorrentes, além de capacitados agentes das instituições em nível operacional e segurança de barragens.

Conseguiu-se avançar na elaboração dos Planos de Área, tendo sido concluído o “Plano de Área do Porto Organizado de São Sebastião” (litoral norte de São Paulo) e aprovado pelos órgãos competentes. A coordenação da elaboração dos Planos de Área nos estados, por parte do Ibama continua em andamento. O Plano do Espírito Santo e o Plano do Ceará (Pecém e Mucuripe) já estão em fase de conclusão, com previsão de entrega no primeiro semestre de 2015. O Plano de

área de São Paulo (Santos) e o Plano de Área da Bahia (Aratu) encontram-se em andamento devendo ser finalizados em 2015.

Quanto ao Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo, no primeiro semestre de 2014 foi instituído Grupo de Trabalho formado pela Diretoria de Proteção Ambiental, pela Diretoria de Licenciamento Ambiental e pela Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas do Ibama para elaboração do plano, com previsão de conclusão em dezembro de 2015.

O Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para as tipologias de empreendimentos e atividades prioritárias foi elaborado e seu projeto-piloto, que está sendo desenvolvido na tipologia transporte ferroviário, encontra-se em andamento.

O Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas (Cartas SAO) das Bacias de Campos e de Pelotas continua em execução e deverá ser concluído em 2015. Em continuidade de execução também os projetos de mapeamento das Bacias Sedimentares Marítimas da Foz do Amazonas e Bacia do Pará – Maranhão/ Barreirinhas, sob a cooperação entre o MMA e o CNPq. Todos esses projetos de mapeamento serão entregues até dezembro de 2015 e permitirão a conclusão do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas, que abrange os nove agrupamentos de bacias sedimentares marítimas da costa brasileira.

Metas 2012-2015

- **Elaborar, em parceria com os setores envolvidos, 2 Planos de Área para combate a derramamento de óleo em águas jurisdicionais brasileiras**

Análise Situacional da Meta

O “Plano de Área do Porto Organizado de São Sebastião” (litoral norte de São Paulo) foi elaborado e aprovado pelos órgãos competentes.

A coordenação, por parte do Ibama, da elaboração dos Planos de Área nos estados continua em andamento. O Plano do Espírito Santo está em fase de conclusão, tendo sido entregue a primeira versão, porém esta ainda não foi aprovada pelo Ibama.

Os Planos de Área do Ceará (Pecém e Mucuripe), Plano de Área de São Paulo (Santos) e Plano de Área da Bahia (Aratu) encontram-se em andamento, sendo que o do Ceará já está em fase de conclusão, com previsão de entrega da primeira versão em fevereiro de 2015.

O Plano de Área do Paraná foi descontinuado em 2013 e deverá ser retomado, conforme o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental - Portaria Ibama n. 34/2013. A Superintendência do Ibama no Paraná ainda não convocou as reuniões de reinício.

Ressalta-se que, embora a coordenação da elaboração do plano seja feita pelo Ibama, está fora da governança deste Instituto a data em que os planos poderão ser considerados tecnicamente aprovados.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	1	unidade	1	31/12/2014

- **Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos e apoiar a elaboração de 4 Planos de Ação Estaduais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi iniciada a elaboração dos Roteiros para os Planos de Ação de Emergência de diferentes tipologias (rodovias, ferrovias, aquavias, dutovias, indústrias e armazenamento). O escopo do Plano Nacional de Ação de Emergência para Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos está sendo discutido com os setores envolvidos na sua elaboração e deverá ser concluído até o final de 2015.

Quanto ao apoio à elaboração dos Planos de Ação Estaduais, o Estado de São Paulo elaborou e assinou em 2013 o Plano Estadual de Atendimento a Emergências Químicas, que tem a finalidade de estabelecer uma padronização na gestão das emergências ambientais com produtos químicos naquele estado.

Em 2013 também houve o apoio técnico e financeiro ao Estado do Paraná para a elaboração do Protocolo de Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos do Estado, bem como protocolos regionais. O apoio ao Estado é mais amplo e prevê o fortalecimento da Comissão Estadual do P2R2 do Paraná, por meio de ações integradas na Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências com Produtos Químicos Perigosos, com objetivo de prevenir os impactos, sobretudo nos recursos hídricos; preparar a resposta a emergências com produtos perigosos, com vistas a mitigar os impactos ambientais e à saúde humana; e avaliar e monitorar os danos oriundos dos desastres que envolvem produtos perigosos preservando vidas, a saúde humana e o meio ambiente.

Com o Protocolo Unificado de Atendimento a Emergências Ambientais envolvendo Produtos Perigosos elaborado pelo Estado de Minas Gerais em 2014, somam-se 3 Planos Estaduais elaborados. Ainda em 2014 foi celebrado convênio com o Estado de Minas Gerais denominado “Fortalecimento da Comissão Estadual P2R2 Minas – Ação Integrada na Prevenção, Preparação e Resposta Rápida às Emergências com Produtos Perigosos” com objetivo de fortalecimento da Comissão Estadual do P2R2-Minas no processo de ação integrada na prevenção, preparação e resposta às emergências com produtos perigosos, tendo como objetivos específicos: (i) Implementar bases avançadas nas regiões Central, Sul, Leste e Triângulo Mineiro com estrutura mínima para melhorar a resposta aos acidentes ambientais; (ii) Identificar, caracterizar e mapear as áreas de risco e potencial perigo de ocorrência de acidentes ambientais; (iii) Propor as medidas necessárias a serem implantadas para prevenir e mitigar a ocorrência de acidentes ambientais e os impactos decorrentes à população e ao meio ambiente; e (iv) Capacitar os agentes das instituições que compõem a Comissão Estadual P2R2 em primeira resposta, em nível operacional e segurança de barragens (preferencialmente, aqueles que atuam na região das unidades a serem descentralizadas), integrando-as ao Protocolo Unificado de Atendimento a Emergências envolvendo Produtos Perigosos no Estado de Minas Gerais, elaborado pela Comissão Estadual. O mapeamento abrangerá todo o Estado de Minas Gerais, devendo ser mapeadas as fontes fixas e as rotas de transporte que apresentem potencial de provocarem emergências ambientais com produtos perigosos, nos modais de transporte rodoviário, ferroviário e fluvial; o transporte por meio de dutos; as atividades industriais; a segurança de barragens; a mortandade de peixes; a gestão de áreas contaminadas; e os resíduos abandonados.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar o Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014 foi instituído Grupo de Trabalho formado pela Diretoria de Proteção Ambiental, pela Diretoria de Licenciamento Ambiental e pela Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas (todas do Ibama) para elaboração do Plano Nacional de Ação de Emergência para Resgate e Reabilitação da Fauna Impactada com Óleo, com previsão de conclusão em dezembro de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

03/12/2014

- **Elaborar o Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais para as tipologias de empreendimentos e atividades prioritárias**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Gestão de Riscos de Acidentes Ambientais foi elaborado e seu projeto-piloto já está em andamento. A implantação do programa em 2014 foi definida e aprovada pelo Ibama e faz parte das ações do Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental – PNAPA.

O Programa tem por objetivo a definição de critérios para priorização de vistorias em um determinado empreendimento, com base em conceitos de gestão de riscos.

Os acidentes ambientais são registrados e compilados pelo Ibama desde 2006, por meio da Coordenação Geral de Emergências Ambientais – CGEMA. Anualmente são gerados relatórios com os dados consolidados de todos os acidentes que são conhecidos pelo Ibama a cada ano. Dentre as tipologias licenciadas pelo órgão, as rodovias, plataformas, ferrovias e portos destacam-se, nessa ordem, como maiores geradores de acidentes, considerando os registros de 2006 a 2013. Assim, o escopo de um programa de gestão de riscos será voltado inicialmente para esses quatro tipos de empreendimentos.

A gestão de riscos vem sendo incorporada nas políticas públicas de diversos países. O processo de gestão de riscos envolve etapas de identificação dos riscos, análise, avaliação, monitoramento, comunicação, tratamento dos riscos e a prevenção de acidentes.

Uma das atribuições do Ibama é realizar vistorias em empreendimentos ou atividades com potencial para causar acidentes ambientais. Um dos grandes gargalos na gestão de empreendimentos licenciados pelo Ibama está na imensa quantidade de instalações que precisam ser acompanhadas e vistoriadas, comparada ao efetivo técnico e orçamento disponíveis para tal atividade. Além disso, os critérios para avaliação de um mesmo empreendimento podem variar de uma equipe para outra, pela falta de treinamento e procedimentos padronizados de vistoria.

Dessa maneira, justifica-se a implantação de um Programa de Gestão de Riscos, que tem como objetivo principal, a definição de critérios para priorização de vistorias em um determinado tipo de empreendimento, com base em conceitos de gestão de risco.

Espera-se aperfeiçoar o serviço prestado à sociedade no acompanhamento de risco de empreendimentos licenciados pelo Ibama, além de conferir transparência ao processo, tanto para os empreendedores, quanto para o público em geral. Outro resultado esperado é a diminuição dos acidentes ambientais ocorridos nas tipologias trabalhadas no programa.

São previstas as seguintes fases para implantação do Programa de Gestão de Riscos:

1a fase: Gerenciamento do Projeto

2a fase: Diagnóstico da tipologia licenciada pelo Ibama quanto aos acidentes

3a fase: Planos de Ação de Emergência

4a fase: Implantação da Metodologia de Riscos Ambientais

O projeto-piloto está sendo desenvolvido na tipologia transporte ferroviário, escolhido tendo em vista o licenciamento federal, o crescente número de acidentes e a existência de dados que possibilitem análise comparativa entre os empreendimentos.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Mapear a sensibilidade ambiental ao óleo nas bacias sedimentares marítimas de Campos e de Pelotas**

Análise Situacional da Meta

A execução do Mapeamento da Bacia Sedimentar Marítima de Campos e de Pelotas continua em execução no primeiro semestre de 2014 e deverá ser finalizados em 2015.

Em continuidade de execução também os projetos de Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas (Cartas SAO) para as Bacias Sedimentares Marítimas da Foz do Amazonas e Bacia do Pará – Maranhão / Barreirinhas.

O Projeto de Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas, além de prever o mapeamento das Bacias de Campos e Pelotas (objetos desta Meta), é mais amplo, constando também o mapeamento das bacias da Foz do Amazonas e do Pará-Maranhão/Barreirinhas para a conclusão do Plano Cartográfico para Mapeamento de Sensibilidade Ambiental a Derramamento de Óleo em Áreas Costeiras e Marinhas, abrangendo nove agrupamentos de bacias sedimentares marítimas da costa brasileira.

Bacia de Pelotas

Ao longo do primeiro semestre de 2014 foram realizados avanços na elaboração do banco de dados e do Sistema de Informação Geográfica (processamento de imagens, harmonização da base temática etc.), além de realização de campanhas de campo ao longo da bacia. A maior parte das campanhas foi realizada, uma vez que as equipes se subdividiram em diversas frentes, visando o completo mapeamento de toda a região da Bacia de Pelotas. Diversos equipamentos e materiais foram adquiridos conforme as necessidades reveladas pelos grupos. O banco de dados e o sistema de informações geográficas foram consolidados no final de 2014.

Bacia de Campos

Ao longo de ano de 2014 foram realizadas atividades referentes à consolidação da base geográfica e do banco de dados e realizadas campanhas de campo ao longo da área da bacia, como a seleção, pré-processamento e interpretação de imagens de satélite e fotos aéreas, definição da linha de costa, elaboração de cartas base para apoio a trabalhos de campo, com definição preliminar de segmentos de costa e geração de 36 cartas-base para o uso no campo. Foram consolidados o banco de dados e o sistema de informações geográficas.

Bacia da Foz do Amazonas

Foram coletados e processados quase todos os dados de campo, restando ainda a coleta de informações referentes ao meio físico, em especial dados de correntes e ondas, haja vista a dificuldade logística e de navegação na região norte do país. Foram consolidadas as informações coletadas sobre os recursos socioeconômicos. As informações referentes aos recursos biológicos estão em fase de revisão pelos coordenadores temáticos e pelo comitê técnico do projeto. Foram consolidados o banco de dados e o sistema de informações geográficas, que estão sendo alimentados com as informações coletadas.

Bacia do Pará-Maranhão/Barreirinhas

A maioria das campanhas de campo e o levantamento de informações foram concluídas em 2014, bem como a identificação das áreas críticas na região do Pará-noroeste do Maranhão e Piauí. Os dados de campo estão sendo processados e refinados. O banco de dados e o sistema de informações geográficas estão consolidados e alimentados com as informações coletadas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

O Licenciamento Ambiental é instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente estabelecida em 1981, fundamental para o controle e acompanhamento de atividades e empreendimentos potencialmente poluidores ou causadores de degradação ambiental. No intuito de promover agilidade às avaliações ambientais sem abrir mão da qualidade técnica, o licenciamento ambiental passa por um processo de modernização e aperfeiçoamento, centrado em normatização, ampliação do quadro técnico, capacitação e informatização. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, atua em nível federal para fortalecer este mecanismo, com melhoria dos projetos a ele submetidos ao assegurar a viabilidade ambiental das melhores alternativas tecnológicas e locacionais, com consequente diminuição dos custos sociais e ambientais das atividades licenciadas.

Para atender às expectativas sobre este serviço público, a partir de 2011 foram editadas 12 Portarias e 4 Instruções Normativas para conferir maior clareza dos prazos e procedimentos aplicados às diferentes tipologias de empreendimento, tais como, rodovias, linhas de transmissão, petróleo e gás e portos. As novas normas contemplam de forma clara as diferenças existentes entre empreendimentos de baixo e alto impacto ambiental, consideram a sensibilidade ambiental dos locais previstos para sua implantação e atendem características especiais de cada tipologia. Foram editadas Portarias do Ministério do Meio Ambiente e com os Ministérios de Minas e Energia, Transportes, Justiça e Secretaria Especial de Portos. Do conjunto de Portarias normativas destaca-se a organização da participação dos órgãos federais envolvidos no processo de licenciamento – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Cultural Palmares (FCP), Ministério da Saúde (MS) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com delimitação do conteúdo de análise, previsibilidade dos termos de referência e prazos para manifestação.

Quanto à capacitação dos analistas ambientais, o IBAMA alcançou 100% de formação de seus servidores no tema avaliação de impactos ambientais entre os anos de 2012 e 2014, contribuindo para a qualidade das análises e aperfeiçoamento de seu corpo técnico.

Como resultado desses esforços, em 2014 o órgão recebeu o prêmio internacional de Destaque Regional pelos avanços obtidos na avaliação de impacto ambiental, no âmbito do licenciamento. O prêmio foi entregue pela Associação Internacional de Avaliação de Impacto (IAIA) em seu 34ª congresso anual, em Viña del Mar, no Chile.

O atual Sistema de Licenciamento Ambiental Federal – SISLIC – foi desenvolvido em 2002 para promover transparência do processo de licenciamento ambiental no IBAMA, pois disponibiliza para consulta online as licenças e autorizações emitidas pelo órgão, os dados e informações dos projetos e os estudos ambientais. O novo Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGA está em implantação e substituirá o SISLIC para modernizar os procedimentos técnico e administrativo, propiciar melhor acompanhamento das análises e estudos, e disponibilizar dados ambientais para a sociedade. Em sua primeira fase, encontra-se operacional a geração de dados ambientais e informações geolocalizadas de empreendimentos em início do licenciamento ambiental.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% a capacidade operacional do licenciamento ambiental federal**

  Análise Situacional da Meta

  Deve ser efetivado aumento do número de analistas ambientais capacitados e dotados com equipamentos necessários ao desempenho de suas atividades, além do aumento da estrutura de gestão da Diretoria de Licenciamento Ambiental – DILIC do IBAMA. Em dezembro de 2011, o número de analistas ambientais da DILIC era de 380 em todo o território nacional. Para atingir em 2015 a meta de aumento em 50% é necessária a contratação de pelo menos 190 analistas ambientais. Em 2012 esse número se manteve até que em 2013 foi realizado concurso com 61 vagas específicas para o licenciamento, os quais foram empossados ao longo de 2014, tendo atingido então 32% da meta. Os novos analistas já passaram por capacitação em licenciamento ambiental e contam com estrutura para desenvolvimento das atividades.

  Quantidade alcançada

  32

Data de Referência

30/12/2014

- **Capacitar como especialistas em avaliação de impacto ambiental 300 técnicos que atuam no licenciamento ambiental federal**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborado Projeto pedagógico do curso de especialização e o Projeto básico para a contratação da pessoa jurídica, que se encontram na Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (Diplan) para as providências pertinentes. A capacitação dos analistas que atuam no licenciamento federal é importante para que as análises sejam feitas com segurança e foco nos objetivos da ferramenta e domínio dos conceitos de avaliação de impactos é fundamental para isso. Com os resultados do Mapeamento de Competência contratado via PNMA II, será elaborado plano de capacitação para o licenciamento ambiental federal.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/12/2014

- **Implantar o Programa de Qualificação Técnica em Avaliação de Impactos Ambientais em 20 órgãos estaduais de meio ambiente**

Análise Situacional da Meta

Face às modificações trazidas pela lei complementar nº 140, de 2011, as ações ligadas à qualificação técnica em avaliação de impactos ambientais tiveram seu escopo revisto e estão em desenvolvimento junto aos órgãos estaduais de meio ambiente por meio de capacitações mais amplas que a incluem no plano de trabalho. Tais ações se darão em conjunto com outras atividades de capacitação para os entes do SISNAMA, em ação articulada entre as Secretarias do MMA e a Secretaria Executiva (SECEX).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementar sistema informatizado para acompanhamento de custos e prazos do licenciamento ambiental**

Análise Situacional da Meta

Espera-se maior previsibilidade temporal, geração de indicadores de eficiência do processo administrativo e ambientais, e redução da discricionariedade técnica. As duas metas sobre implementação do sistema informatizado serão plenamente atingidas com a conclusão do Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA. Serão implantados em 3 fases diferentes os 4 módulos do Sistema: Área do Empreendedor, Licenciamento Ambiental Federal – LAF, Avaliação de Impacto Ambiental – AIA e Área dos Envolvidos. Em 2012 e 2013 foi executado 30% da meta, em 2014 se alcançou 35% e está previsto para 2015 conclusão de 60% do sistema. As Fases para a construção dos módulos dividem-se em Documentação, Desenvolvimento e Implantação/Operação. Até 2015 pretende-se desenvolver 60% do Sistema, tendo sido alcançado 50% da área técnica da Avaliação de Impactos, 100% do módulo administrativo da Área do empreendedor e 100% do Licenciamento Ambiental Federal. Em 2015, o SIGA já permitirá acesso aos dados ambientais dos novos empreendimentos licenciados pelo Ibama.

- **Implementar sistema informatizado para disponibilização de dados e informações referentes à avaliação de impactos ambientais de empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental federal**

Análise Situacional da Meta

Essa meta refere-se ao mesmo sistema da meta anterior. Espera-se maior previsibilidade temporal, geração de indicadores de eficiência do processo administrativo e ambientais, e redução da discricionariedade técnica. As duas

metas sobre implementação do sistema informatizado serão plenamente atingidas com a conclusão do Sistema Integrado de Gestão Ambiental - SIGA. Serão implantados em 3 fases diferentes os 4 módulos do Sistema: Área do Empreendedor, Licenciamento Ambiental Federal – LAF, Avaliação de Impacto Ambiental – AIA e Área dos Envolvidos. Em 2012 e 2013 foi executado 30% da meta, em 2014 se alcançou 35% e está previsto para 2015 conclusão de 60% do sistema. As Fases para a construção dos módulos dividem-se em Documentação, Desenvolvimento e Implantação/Operação. Até 2015 pretende-se desenvolver 60% do Sistema, tendo sido alcançado 50% da área técnica da Avaliação de Impactos, 100% do módulo administrativo da Área do empreendedor e 100% do Licenciamento Ambiental Federal. Em 2015, o SIGA já permitirá acesso aos dados ambientais dos novos empreendimentos licenciados pelo Ibama.

- **Integrar as bases de dados de licenciamento ambiental dos órgãos integrantes do SISNAMA, considerando padrões estabelecidos pelo governo federal no âmbito da Infraestrutura de Dados Espaciais (INDE) por meio do Decreto 6.666/08**

Análise Situacional da Meta

Para alcançar esta meta foi desenvolvido o Portal Nacional do Licenciamento Ambiental – PNLA, de acordo com o Termo de Cooperação celebrado entre a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e o Ministério do Meio Ambiente – MMA, com início da execução das atividades em março de 2013 e com vigência até dezembro de 2014. Atualmente já estão integrados ao Portal Nacional do Licenciamento Ambiental – PNLA, os bancos dados do IBAMA, dos órgãos estaduais ambientais e do Distrito Federal, responsáveis pelo licenciamento ambiental (28 órgãos licenciadores). Prossegue a execução da cooperação através do 2º termo aditivo com vigência para Março de 2015, visando a operação assistida dos sistemas. Desenvolvido módulo de checar coordenada através do I3GEO e o PNLA (versão 2.0) lançado em dezembro de 2014. Endereço para consulta do PNLA: pnla.mma.gov.br.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Foi elaborado o planejamento logístico de modo a atender todos os municípios a serem envolvidos, tanto os escolhidos como polo das ações quanto os municípios que participarão, nos polos, das atividades de apoio a atualização e implementação dos Planos de Desenvolvimento Sustentável. A logística elaborada diz respeito, inicialmente, apenas ao trabalho relativo ao ano de 2013, mas com reflexo nos resultados dos trabalhos para os anos seguintes, visto que a meta é para o período 2012 a 2015.

Ao longo de 2012 e início de 2013 foram levantados os estágios em que se encontram os municípios no que diz respeito à elaboração e implementação de seus Planos de Desenvolvimento Sustentável. Com base nos dados do Sistema Agenda 21(que acompanha as atividades do Fórum de Agenda 21), no levantamento do IBGE de 2009 e em pesquisa feita pelo próprio MMA, constatou-se que o processo de Agenda 21 estava presente em mais de 11% dos municípios brasileiros e que 3 a 5% outros demonstravam interesse em ter o processo de Agenda 21 como parte de seu planejamento.

A partir destes dados foi então elaborado o planejamento logístico de modo a atender aos municípios interessados. Pretende-se, até 2015, alcançar o percentual de 15% de municípios incluídos dentre aqueles que desejavam iniciar seus processos de Agenda 21, os que estavam elaborando ou já possuíam seus Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável (PLD) e os que esperavam apoio para implantá-los. Para tanto o Sistema Agenda 21 foi aperfeiçoado de modo a permitir que cada município possa inserir seus dados, bem como atualizá-los na medida em que os resultados do trabalho forem

sendo concretizados.

Apesar de não se ter obtido o avanço esperado na meta relativa a Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, buscou-se aperfeiçoar o planejamento do programa e o sistema de dados das Agendas 21, bases importantes para a continuidade dos trabalhos. Por outro lado, verificou-se um progresso significativo na meta relativa à implementação de projetos socioambientais, com o apoio do Fundo Nacional de Meio Ambiente, razão pela qual se considera que o Objetivo tem sido, de modo geral, alcançado satisfatoriamente.

Em 2012 e 2013, foram lançados editais do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA para apoio a projetos socioambientais. O edital FNMA 2012 selecionou projetos de elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos para os estados da Amazônia Legal, os quais abrangem os 331 municípios dos estados de Rondônia, Maranhão e Amazonas. Outros nove projetos foram selecionados por meio da Demanda Espontânea em educação ambiental e recuperação de áreas degradadas, abrangendo diversos municípios. O edital FNMA 2013 apoiou 19 projetos para formação de agentes populares de educação ambiental para a agricultura familiar, cobrindo 81 municípios. Portanto, os projetos apoiados pelo Fundo no período de 2012 a 2014 contemplaram mais de 412 municípios ao todo, superando em mais de 100% a meta proposta.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a atualização e a implementação de 100 Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável, em âmbito municipal, pelos respectivos Fóruns de Agenda 21**

  Análise Situacional da Meta

  A logística elaborada diz respeito, inicialmente, apenas ao trabalho relativo ao ano de 2013, mas com reflexo nos resultados dos trabalhos para os anos seguintes, visto que a Meta é para o período 2012 a 2015.

  Tendo em vista que os recursos orçamentários previstos para apoiar o cumprimento da meta foi praticamente todo contingenciado, em 2013 e 2014, foi elaborado um esforço de planejamento visando ao apoio para o desenvolvimento de Planos Locais, a partir da identificação de polos que possam facilitar o alcance de várias localidades e multiplicar a capacidade de implementação.

  Foi também trabalhado o aperfeiçoamento de um sistema informatizado que facilite a consolidação, organização e disponibilização de informações sobre Agendas 21 Locais, o qual foi prejudicado pelas dificuldades da área de informática.

  Além disso, a partir das deliberações da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20, 2012), a comunidade internacional vem trabalhando no desenvolvimento de um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável, o qual representará, a partir de 2015, o novo marco para a implementação de ações globais, nacionais e locais de desenvolvimento sustentável. Tendo em vista esse novo contexto, está sendo iniciado um processo de avaliação que leve à definição de uma estratégia mais adequada para apoiar os Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável no país, que considere como elemento central esses novos objetivos de desenvolvimento sustentável, os quais serão formalmente adotados em final de 2015.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Fomentar a implementação de projetos socioambientais abrangendo 200 municípios brasileiros**

  Análise Situacional da Meta

  O alcance desta meta está sob responsabilidade do Fundo Nacional do Meio Ambiente/MMA, criado pela Lei nº 7.797, de julho de 1989, que tem por objetivo apoiar projetos que visem ao uso racional e sustentável de recursos naturais, incluindo a manutenção, melhoria ou recuperação da qualidade ambiental no sentido de elevar a qualidade de vida da população brasileira.

  No período de 2012 a 2014, o FNMA apoiou 32 projetos voltados ao desenvolvimento sustentável, no âmbito deste Objetivo do PPA. Dezessete dos projetos foram aprovados por meio da demanda espontânea FNMA, nos temas

educação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Em geral são projetos locais de pequena escala, com valores até R$300 mil, que abrangem um ou mais municípios. Os municípios contemplados com recursos dessa chamada são: Ipê, Giruá, e Santa Cruz do Sul/RS; Votuporanga e São Paulo/SP; Lajeado/SC; Luís Eduardo Magalhães e Itanhaém/BA; Campo Grande/MS; Brusque e Imbuia/SC; e Rio Branco/AC, entre outros. Dois projetos de educação ambiental foram apresentados por secretarias estaduais para implementação em diversos municípios dos estados de Tocantins e Sergipe. Em 2012, o FNMA lançou um edital para a seleção de projetos de elaboração de Planos Estaduais de Recursos Hídricos para os estados da Amazônia Legal. Foram selecionados quatro projetos para apoio no período de 2012-2014. Em 2012, foram celebrados dois contratos de repasse para o apoio aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos de Rondônia e Maranhão, e em 2013, foi celebrado contrato de repasse com o Estado do Amazonas. Os projetos contemplam todos os 331 municípios dos três estados. Portanto, somados aos projetos da Demanda Espontânea apoiados desde 2012, a meta de fomento a projetos abrangendo 200 municípios já foi amplamente ultrapassada. Em 2013, O FNMA lançou o Edital 01/2013 – Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental para a Agricultura Familiar. Foram selecionados 19 projetos em todo o território nacional e 12 receberam recursos até dezembro de 2014. Os 12 projetos contemplam 81 municípios. Portanto, até dezembro de 2014, foram apoiados projetos abrangendo 412 municípios, superando em mais de 100% a meta proposta para este Objetivo.

Quantidade alcançada

412

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A Educação Ambiental (EA) está apoiada em três pilares básicos para a implementação da Lei nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA: (i) processos de Gestão e Articulação; (ii) Formação de Educadores e Educomunicação; e (iii) Comunicação Social. Vários órgãos federais, estaduais, municipais e da Sociedade Civil, bem como áreas do MMA, estão sendo articulados para execução de Educação Ambiental de modo integrado. Estão sendo desenvolvidas ações e práticas formativas e mobilizadoras voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões socioambientais, orientadas para a organização e a participação dos cidadãos na defesa da qualidade de vida e do meio ambiente.

A prioridade é ampliar significativamente a escala do público a ser atendido por seus programas e projetos, tanto com a cooperação entre os entes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), quanto na expansão de cursos à Distância (EaD), sempre buscando a redução das desigualdades sociais, a melhoria das condições de vida no campo e na cidade, a transversalização da EA nas demais políticas públicas, a difusão das informações, a participação democrática e a construção de um país mais justo e sustentável.

O Projeto Salas Verdes enviou kits com publicações do MMA, vinculadas e doações de outros ministérios para as 358 Salas Verdes em todo o país e realizou o Encontro Nacional de Salas Verdes. Foi lançada, no Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), a 5ª Mostra de Nacional de Produção Audiovisual Independente do Circuito Tela Verde, exibida em 1.314 espaços exibidores em todo o País.

O Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) incentiva ações educativas para o enfrentamento da problemática socioambiental rural, com vistas à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais. No âmbito do Edital “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar

e Implementação de Projetos Comunitários de Educação Ambiental" priorizando a formação de mulheres e agentes jovens, foram assinados 12 convênios, que irão formar minimamente 1.800 agentes populares de EA. Também foram estruturados e produzidos conteúdos para dois cursos de EaD: Formação de Educadores Ambientais e Agentes Populares de EA na Agricultura Familiar e Apoio à implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar nos territórios. Ambos serão iniciados no segundo semestre de 2014. A realização de oficinas nas localidades para o planejamento dos Planos de Ação é uma estratégia que está sendo executada.

Foi estruturada uma plataforma virtual de prática de referência em Educação Ambiental e Comunicação Social na Gestão de Resíduos Sólidos para apoiar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Na plataforma constam atualmente 183 práticas nessa temática, servindo de inspiração para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

As ações de educação ambiental previstas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) para 2014 foram executadas dentro do esperado com a manutenção do Projeto Conhecendo Nosso Jardim e a reabertura do Laboratório Didático com o tema "Plantas Ameaçadas no Jardim", continuação de projetos iniciados em 2013 e participação em programas institucionais tais como o Jardim Virtual e Programa de Treinamento para Excelência no Atendimento ao Público. A apuração realizada considerou atendimento de professores, alunos e outros visitantes interessados em educação ambiental, bem como público atendido em oficinas, palestras e cursos dados por membros da equipe SEA, a partir de nossos projetos, junto a instituições parceiras (LIEAS/UFRJ, PROJETO CORAL VIVO e REDE A3P) em universidades, eventos regionais, entre outros. Ainda em 2014, o SEA realizou um novo roteiro didático dirigido ao público em geral - Roteiro das Águas no Jardim - para comemorar o Dia Mundial da Água, e tratar do tema água e sustentabilidade.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) realizou eventos estruturados para gestão ou educação ambiental em parques nacionais, áreas de proteção ambiental e reservas extrativistas em todo o território nacional.

O programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) completou, em 2014, quinze (15) anos de existência. Trata-se de ação referencial para a implantação da gestão socioambiental em órgãos e entidades de todo o país, que tem crescido, a cada ano e que conta, atualmente, com 240 órgãos com adesão formal e cerca de 600 na Rede A3P.

A A3P tem ganhado amplitude nos últimos anos, especialmente junto aos municípios. Segundo dados da Munic/IBGE (2013), 672 municípios conhecem o programa, ou seja, 11% do total dos municípios do Brasil. Desse total, 519 municípios implantam ações relacionadas aos eixos temáticos da A3P e 153 municípios já participam da Rede A3P, possuindo contato direto com o Programa, em forma de adesão ou com compartilhamento de iniciativas e/ou informações provenientes do MMA. Quatro Estados possuem adesão formal ao Programa: Bahia, Pernambuco, Sergipe e Ceará.

Em relação aos estados e municípios, a atuação da A3P tem focado nas capacitações presenciais e à distância. Foram realizados 13 cursos de capacitação presencial, com a participação de 780 servidores, e duas (2) turmas de capacitação à distância, com 3.727 participantes.

Os Fóruns da A3P têm como objetivo promover o debate acerca da formulação e viabilização de políticas públicas de gestão ambiental para a Administração Pública, a troca de experiências e o engajamento de novos parceiros que se comprometam com a implementação da A3P. O Prêmio A3P Melhores Práticas de Sustentabilidade, criado em 2008, tem como objetivo dar visibilidade e reconhecer o mérito das iniciativas de órgãos e instituições do setor público.

Para fortalecer a adesão voluntária ao programa, foram criados os Selos de Sustentabilidade, com três (3) categorias: Verde, Laranja e Prata, para reconhecer e divulgar práticas de gestão de órgãos, parceiros do Programa, que se baseiam em conceitos de sustentabilidade.

Todas as publicações do programa A3P foram revisadas para torná-las mais técnicas e específicas. No primeiro semestre, foram elaborados manuais práticos para a gestão eficiente da água e dos resíduos sólidos, incluindo modelos de relatórios a serem divulgados pelos órgãos públicos. Desses, merece destaque o modelo para os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, os quais contribuem para a efetiva implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS no país.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 2.000 instituições, entes e órgãos federais, estaduais e municipais, governamentais e não governamentais no desenvolvimento de ações de educação ambiental**

Análise Situacional da Meta

No âmbito da gestão e articulação institucional, no ano de 2012 foram apoiadas 1809 instituições (1609 Instituições e 200 salas verdes implementadas em 2012), por meio das seguintes ações: lançamento da 4ª Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente; 5 Acordos de Cooperação Técnica com o estado da Bahia e com outros quatro estados das Amazônia Legal (Amazonas, Amapá, Pará e Mato Grosso); criação de 200 Salas Verdes; publicação da Portaria nº 169, de 23 de maio de 2012, do MMA, que institui, no âmbito da Política Nacional de EA (PNEA), o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) e Grupo Técnico para apoio à implementação do programa; publicação da Instrução Normativa n° 2 do IBAMA que estabelece diretrizes de Educação Ambiental no Licenciamento Ambiental; e criação, no âmbito do Comitê Interministerial do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, do Grupo Técnico N° 5, que trata de Educação Ambiental, Comunicação Social e Desenvolvimento de Capacidades.

No ano de 2013 foram apoiadas 394 instituições, por meio de: apoio na preparação e realização da 4º Conferência Nacional de Meio Ambiente - 4ºCNMA e da IV Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente - IV CNIJMA em todas as etapas estaduais e distrito federal, envolvendo os 27 Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, algumas Secretaria Estaduais de Educação e instituições governamentais e não governamentais nos estados, distrito federal e capitais envolvendo 85 instituições; os cursos de capacitação em sustentabilidade na gestão pública envolveu 84 órgãos públicos e no projeto Salas Verdes apoiamos mais 133 novas salas.

Em 2014 foram firmados 12 (onze) convênios referentes aos projetos selecionados no edital FNMA 01/2013: “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar e Implementação de Projetos Comunitários de Educação Ambiental”. Foram realizadas 8 oficinas locais (AM, AC, PA, TO, BA, MT, MG e SP) para o fortalecimento do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar.

Apoiamos a realização do 8º Fórum Brasileiro de EA por meio de repasse financeiro e realização de oficinas, encontros e reuniões técnicas no evento.

Totalizando 21 instituições apoiadas no ano de 2014.

Está em fase de construção o Projeto Político Pedagógico do MMA para integração e apoio das ações de capacitação e educação ambiental desenvolvidas pelo MMA, visando otimizar o investimento de recursos financeiros e promover a sinergia entre as iniciativas. A produção, publicação e distribuição de livros, cartilhas e material pedagógico foram outras ações desenvolvidas para apoiar essas instituições.

Quantidade alcançada

2.224

Data de Referência

09/02/2015

- **Formar 20.000 educadores ambientais, lideranças comunitárias e gestores públicos para gestão e implementação de programas territoriais e locais de educação ambiental**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram formados 1.080 educadores ambientais por meio das seguintes ações: 6 eventos paralelos de capacitação sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) durante o VII Fórum Brasileiro de Educação Ambiental; realização da II Jornada Internacional de Educação Ambiental com 800 educadores; realização do Seminário de Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar com a participação de 92 pessoas; reunião do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental envolvendo 55 representantes e convidados e 33 participantes da Comissão Inter setorial de EA; 2 oficinas de Ed. Ambiental, somando 80 educadores locais de cooperativas de produtores rurais e extensionistas.

No ano de 2013, contando com a colaboração das nossas vinculadas: Jardim Botânico do RJ e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBio, foram formados 20.213 pessoas. As atividades desenvolvidas foram: formação para a IV Conferência Nacional Infanto Juvenil pelo Meio Ambiente dos membros da Comissão Organizadora Estadual e técnicos das regionais de ensino, realização de seis oficinas estaduais, uma territorial e uma municipal para a capacitação na implementação do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar - PEAAF tendo formados 418 pessoas, eventos de sensibilização ambiental e mobilização social do ICMBio com participação de 10.195 pessoas; o Jardim Botânico do Rio de Janeiro em seus processos formou 9.172 pessoas e quatro cursos de capacitação em sustentabilidade na gestão pública para 168 servidores.

As atividades de formação desenvolvidas pelo MMA em 2014 foram: oficinas do Grupo de Trabalho do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar, tendo sido formadas 10 pessoas; oficinas da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental na elaboração participativa do Projeto Político Pedagógico que vai apoiar as ações de EA em todas as Secretarias do MMA e suas vinculadas, foram formados 60 servidores; reuniões do Órgão Gestor da Política Nacional de EA, 14 pessoas formadas; reunião formativa do Comitê Assessor da Política Nacional de EA, 20 pessoas capacitadas; 144 pessoas formadas nas atividades realizadas no 8º Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (Encontro de Salas Verdes, Encontro Educares, Oficina de Criação da Rede de Educadores Ambientais na Agricultura Familiar, Encontro: A Estratégia de Educação Ambiental no âmbito do Programa Nacional de Juventude e Meio Ambiente, Oficina de Construção de Indicadores e Intercâmbio para o Processo Formativo de CIEAS e Reunião do Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental); 6.359 formandos nos oito cursos realizados em nossa plataforma de EaD (no endereço eletrônico: ava.mma.gov.br) e 106 formados no Encontro de Educadores do MMA e entidades vinculadas, realizado com o objetivo de fortalecer a Educação Ambiental, Educação Corporativa e outros processos formativos no âmbito da política ambiental implementada pelo MMA e vinculadas.

O JBRJ realizou suas ações de educação ambiental, previstas para 2014, dentro do esperado, com a manutenção do Projeto Conhecendo Nosso Jardim e a reabertura do Laboratório Didático com o tema “Plantas Ameaçadas no Jardim”, continuação de projetos iniciados em 2013 e participação em programas institucionais tais como o Jardim Virtual e Programa de Treinamento para Excelência no Atendimento ao Público. Ainda em 2014, o JBRJ realizou um novo roteiro didático dirigido ao público em geral - Roteiro das Águas no Jardim - para comemorar o Dia Mundial da Água, e tratar do tema água e sustentabilidade. Além da continuação dos projetos já mencionados tivemos a realização do segundo Curso de Extensão Educação, Ambiente e Sociedade, em parceria com a Escola Nacional de Botânica Tropical (ENBT) e o Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ) que reafirmou a ótima repercussão do ano anterior e a conclusão do curso de 25 alunos. O SEA deu continuidade ao projeto Tecendo Redes dentro da SNCT e ao projeto Leia Verde. Os recursos do PPA foram utilizados pelo SEA para viagem técnica (2) a Brasília para oficina de elaboração do Projeto Político Pedagógico do Ministério do Meio Ambiente e impressão gráfica do livro “NEA – 20 anos”. No contexto do Treinamento Didático de Professores, o Projeto “Conhecendo Nosso Jardim”, teve a participação de 378 pessoas. O tema “Plantas Ameaçadas no Jardim” do projeto Laboratório Didático atendeu 1.205 estudantes sendo 77% oriundos de escolas públicas.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade realizou em todo o território nacional eventos estruturados para gestão ou educação ambiental, o número de pessoas capacitadas foi de 400 pessoas.

Quantidade alcançada

30.014

Data de Referência

09/02/2015

- **Realizar 80 adesões da Agenda Ambiental na Administração Pública, nos órgãos e instituições em todos os poderes e esferas de governo**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foram realizadas gestões interministeriais que resultaram na inserção da A3P no Projeto Esplanada Sustentável (Portaria Interministerial Nº 244, de 6 de junho de

2012) e como referencial para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (Decreto 7.746 de 5 de junho de 2012). Com vistas a incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da administração pública foram celebrados 31 Termos de Adesão à A3P em 2012 e ampliada a Rede A3P que já conta com a participação de 369 instituições.

A implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) em órgãos da administração avançou bastante em 2013. Com vistas a incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da administração pública foram celebrados 34 Termos de Adesão à A3P, entre instituições federais, estaduais e municipais e do executivo, legislativo e judiciário.

O 8º Fórum e 5º Prêmio da A3P, realizados nos dias 3 e 4 de junho de 2014, contaram com a participação de representantes de órgãos públicos, entidades, conselhos e organizações da sociedade civil, num total de 324 pessoas credenciadas. Foram organizados 13 (treze) cursos de capacitação em sustentabilidade na gestão pública em 10 cidades. Nesse processo foram capacitadas 602 pessoas.

Em 2014 foram celebrados 29 novos Termos de Adesão à A3P, totalizando 94 Termos de Adesão à A3P.

Quantidade alcançada

94

Data de Referência

09/02/2015

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade	%	01/01/2010	0,5	30/01/2015	1,38
Índice de Ordenamento Fundiário na região da Amazônia Legal	%	01/01/2010	7,26	31/12/2014	70,75
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	%	01/01/2010	24,16	05/02/2015	10,95
Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária	%	01/01/2010	32	05/02/2015	42,4
Índice de Regularização Fundiária (exceto região da Amazônia Legal)	%	01/01/2010	77,36	31/12/2013	102,9

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Na busca pelo fortalecimento da governança sobre a malha fundiária brasileira, o Incra tem priorizado a transparência, a qualificação das informações, agilidade nos procedimentos e melhoria no atendimento ao cidadão.

Está em curso o Projeto de modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, com a introdução da Declaração Eletrônica cujo sistema está em fase de homologação para entrar em produção em março de 2015. A partir de 2015, a atualização dos imóveis rurais passará a ser anual e obrigatória, o que permitirá uma atualização contínua da base e facilitará o trabalho de fiscalização de eventuais indícios de inconsistências e grilagem de terras.

O Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) teve sua especificação pelo INCRA e Receita Federal finalizada, tendo na sequência sido aberta demanda de desenvolvimento ao Serpro, ora em fase de análise.

Foi elaborado Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre o INCRA e a Receita Federal do Brasil, o qual está em vias de assinatura e publicação.

A Declaração Eletrônica em desenvolvimento pelo INCRA incorpora diversos serviços e funcionalidades que serão utilizados no coletor integrado Incra/RFB que alimentará a parte estrutural do CNIR programada para 2016, solução que integrará as declarações da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – DITR/RFB e dos Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR/INCRA numa só declaração.

Como primeiro produto do CNIR, foi desenvolvido e homologado o Portal Cadastro Rural, programado para entrar em modo de produção em março de 2015

No tema do controle de aquisição de terras por estrangeiro, o Incra já está utilizando as ferramentas disponíveis no Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro - SISNATE, para ordenamento da tramitação de processos de aquisições de imóveis rurais por estrangeiros – pessoa natural e pessoa jurídica. O sistema dispõe de funcionalidade que permite a geração de estatísticas cadastrais de terras sob domínio estrangeiro por Município, Unidade da Federação e Superintendência Regional.

Com relação ao SIGEF, o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF passou a funcionar a partir de 2013, mudando

completamente o paradigma estabelecido. Dentre tantas outras vantagens, procurou corrigir a ambiguidade existente entre a interpretação produzida pelas duas definições de imóvel rurais existentes na legislação brasileira. Estabeleceu que o georreferenciamento dos imóveis será efetuado através da matrícula de cada parcela, atendendo aos requisitos da Federação Internacional dos Geômetras – FIG –, reconduzindo o cadastro de terras do Brasil no rumo do cadastro multifinalitário.

Apesar do pleno funcionamento do sistema, algumas funcionalidades ainda não estavam contempladas, o que provocou uma retenção de requerimentos de certificação.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 50% o número de estações ativas de cobertura da Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS - RIBAC mediante a instalação de 40 novos equipamentos, totalizando 120, e disponibilizar oportunidades para cooperação internacional em georreferenciamento de imóveis rurais**

  Análise Situacional da Meta

  As ações de ampliação da RIBaC estão esbarrando na capacidade de transmissão de dados, nas localidades previstas: Barcelos/AM, e Coxim/MS encontram-se nessa situação.

  Além da infraestrutura de hospedagem, estamos limitados pela ocorrência de mau funcionamento de diversas estações já instaladas. Isso significa que estamos substituindo os receptores antigos (ou parte deles: antena, cabos etc), por equipamentos não instalados, que poderiam inaugurar novas estações.

  Em 2014, efetuamos a instalação de diversas estações no Amazonas, em sítios da Universidade Estadual do Amazonas - UEA nas cidades de Coari, Parintins, Tabatinga, Humaitá e Itacoatiara e ainda, em Santana/AP e Cerro Largo/RS. Retiramos as estações instaladas em Unidades Avançadas do INCRA em Benjamim Constant e Humaitá, por falta de infraestrutura de rede.

  Ampliamos a rede em SP com estações em Dracena, Lins, Piracicaba, São Paulo, Sorocaba e Tupã totalizando assim, 13 estações no ano de 2014, num total de 32 desde o início do plano.

  Quantidade alcançada

  80

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Desenvolver e implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) em conjunto com a Receita Federal do Brasil (RFB), mediante a.Formalização da parceria INCRA e RFB; b.Fechamento do modelo conceitual; c.Desenvolvimento e produção**

  Análise Situacional da Meta

  O Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) teve sua especificação pelo INCRA e Receita Federal finalizada, tendo na sequência sido aberta demanda de desenvolvimento ao Serpro, ora em fase de análise. Foi elaborado Acordo de Cooperação Técnica – ACT entre o INCRA e a Receita Federal do Brasil, o qual está em vias de assinatura e publicação. A Declaração Eletrônica em desenvolvimento pelo INCRA incorpora diversos serviços e funcionalidades que serão utilizados no coletor integrado Incra/RFB que alimentará a parte estrutural do CNIR programada para 2016, solução que integrará as declarações da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – DITR/RFB e dos Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIR/INCRA numa só declaração. Como primeiro produto do CNIR, foi desenvolvido e homologado o Portal Cadastro Rural, programado para entrar em modo de produção em março de 2015.

- **Disponibilizar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais 120 mil polígonos de imóveis rurais através do acervo fundiário digital do INCRA, mediante: a. Inserção no banco de dados geográfico do INCRA de limites de imóveis rurais particulares e áreas públicas georreferenciadas e certificadas; b. Interoperabilidade de dados via rede mundial de computadores, segundo os padrões da infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE)**

  Análise Situacional da Meta

O acervo fundiário foi readequado para facilitar o acesso a todos os dados gerenciados pelo Incra e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e, por meio do web feature service, foi disponibilizado para todos os órgãos parceiros. Em 2014, foram incluídos 432.198 imóveis (georreferenciados e certificados) no acervo fundiário. Dessa forma, nos três anos de vigência do plano foram incluídos e disponibilizados para o público (http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo), 950.952 imóveis georreferenciados.

Quantidade alcançada

950.952

Data de Referência

31/12/2014

- **Emitir 2 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR)**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, foram emitidos 3.227.673 milhões de Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais- CCIR.

O desempenho é resultado da modernização pela qual passa o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, com a funcionalidade de emissão do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CCIR pela internet, o que proporcionou maior agilidade e desburocratizou o processo de emissão. Até 2014, já foram emitidos 7.663.200 Certificados de Cadastro de Imóveis Rurais – CCIRs. Importante registrar que a emissão do CCIR é voluntária, ou seja, depende da necessidade dos detentores de imóveis rurais demandarem tais certificados ao sistema.

Quantidade alcançada

7.663.200

Data de Referência

31/12/2014

- **Fiscalizar a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros em todo o território nacional, com ação cadastral prioritária em imóveis adquiridos por pessoas, inclusive brasileiras com capital estrangeiro, que estejam situados prioritariamente em áreas estratégicas para o País, com alta valoração e acima de 20 módulos de exploração indefinida**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, o Incra já está utilizando as ferramentas disponíveis no Sistema Nacional de Aquisição e Arrendamento de Terras por Estrangeiro - SISNATE, para ordenamento da tramitação de processos de aquisições de imóveis rurais por estrangeiros – pessoa natural e pessoa jurídica. O sistema dispõe de funcionalidade que permite a geração de estatísticas cadastrais de terras sob domínio estrangeiro por Município, Unidade da Federação e Superintendência Regional. No entanto, as funcionalidades para a troca de informação entre o Incra e os Cartórios de Registro de Imóveis ainda não estão disponíveis. A consulta de trâmite de processo só está disponível para os servidores do INCRA, os requerentes, estrangeiros (pessoa física ou jurídica) ainda precisam ser cadastrados para que possam consultar os processos no SISNATE.

- **Implantar um Serviço de Certificação de Imóveis Rurais automatizado, acessível através da rede mundial de computadores, mediante: a. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações tabulares; b. Desenvolvimento e implantação de um módulo de processamento de informações geográficas**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF foi finalizado e colocado em produção em novembro de 2013, mudando completamente o paradigma estabelecido. O SIGEF, entre tantas outras vantagens, procurou corrigir a ambiguidade existente entre a interpretação produzida pelas duas definições de imóvel rurais existentes na legislação brasileira. Estabeleceu que o georreferenciamento dos imóveis será efetuado através da matrícula de cada parcela, atendendo aos requisitos da Federação Internacional dos Geômetras – FIG reconduzindo o cadastro de terras do Brasil no rumo do cadastro multifinalitário. Apesar do pleno funcionamento algumas funcionalidades, ainda não estavam contempladas o que provocou uma retenção de requerimentos de certificação.

- **Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

A Rede é composta pelas Superintendências Regionais do Incra e pelas Unidades Municipais de Cadastro – UMC. Ao final de 2014 havia 2.733 Unidades Municipais de Cadastramento – UMC, ou 49% dos municípios. Sendo que 352 foram implantadas em 2014 e 471 foram renovadas por meio termo de cooperação.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2014

- **Modernizar o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), agregar valor e massificar seu acesso e o dos dados do Acervo Fundiário Nacional à população, mediante: a.Definição dos requisitos necessários para concepção de um novo sistema que contemple os conceitos previstos na Lei nº 10.267/2001; b.Contratação de serviço tecnológico para o desenvolvimento do SNCR; c.Desenvolvimento e implantação dos módulos do novo SNCR; d.Implementação do módulo específico de acessibilidade para a população**

Análise Situacional da Meta

O INCRA homologou o SNCR/DW em junho de 2014, ferramenta essencial para a geração de relatórios estatísticos do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, os quais são indispensáveis ao planejamento, monitoramento e gestão da malha fundiária nacional.

Está em curso o Projeto de modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, com o desenvolvimento de um Novo SNCR e introdução da Declaração Eletrônica, cujo sistema está em fase de homologação para entrar em produção em março de 2015.

A partir de 2015, a atualização dos imóveis rurais passará a ser anual e obrigatória, o que permitirá uma atualização contínua da base e facilitará o trabalho de fiscalização de eventuais indícios de inconsistências e grilagem de terras.

O novo sistema oportunizará ao cidadão efetuar a atualização de seus imóveis através de plataforma web, agilizando o processo e conferindo maior transparência.

- **Promover o Cadastramento Ambiental Rural (CAR) de 600 mil assentados da reforma agrária, com ênfase na Amazônia Legal.**

Análise Situacional da Meta

O Cadastramento Ambiental Rural - CAR é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, inclusive Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, e tem a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Em 2014, foram realizados 10.379 CAR sendo: 123 Cadastros Ambientais Rurais (CAR) de perímetro de assentamentos e 10.256 CAR de lotes requeridos (o requerimento se dá no momento do lançamento do imóvel no SICAR ou Sistema Estadual de acompanhamento do CAR. o que são lotes requeridos?). Para execução dos demais cadastros de perímetro de assentamento, dentro do prazo definido por Lei, foi firmado um Termo de Execução Descentralizada – TED com a Universidade Federal de Lavras.

O número de 7.162 informado na avaliação de 2013 se refere a cadastramentos feitos nos sistemas estaduais e que estão sendo migradas para o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SNCRA.

Quantidade alcançada

10.379

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

O número de atualizações cadastrais no ano de 2014 foi de 327.693, totalizando nos três anos do Plano 937.823. Com isso, as atualizações cadastrais já atingiram 78,15% da meta prevista para os quatro anos. Ressalta-se que nos últimos anos, o cadastramento de imóveis rurais teve maior expressão no segundo semestre, com média mensal de 25.183 atualizações cadastrais. Este comportamento vem se verificando nos últimos anos e a maior ocorrência das atualizações cadastrais tem sido no segundo semestre, acompanhando a dinâmica de mercado imobiliário de imóveis rurais.

Considerando que o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR possui cerca de 6 milhões de imóveis privados cadastrados, é de se esperar que o número de atualizações cadastrais por ano supere a meta estabelecida para todo o período, pois com a entrada em produção da Declaração Eletrônica até o fim do terceiro trimestre de 2015, o CCIR terá validade de um ano e a obrigatoriedade de atualização cadastral passa a ser anual. Deste modo, espera-se que os titulares dos imóveis rurais que estejam com cadastro ativo junto ao INCRA atualizem seus dados no SNCR, emitam o CCIR e quitem as taxas de serviços cadastrais dos exercícios 2010/ 2014.

Quantidade alcançada

937.823

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar a fiscalização cadastral de imóveis rurais, elegendo preferencialmente aqueles cuja área ultrapassa a 15 módulos fiscais, verificando a legalidade do domínio e o cumprimento da função social e classificando os imóveis rurais**

Análise Situacional da Meta

O Incra atua para encerrar os processos administrativos de fiscalização cadastral, passivos remanescentes ou não das portarias 558/1999 (cancela os imóveis com áreas igual ou superior a 10.000,0 ha submetendo os mesmos ao recadastramento, através de processo administrativo de fiscalização), 596/2001 (recadastramento de imóveis rurais entre 5 e 10 mil ha, localizados no AC, AP, AM BA, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PR, RO, SP e TO).835/2004 (fiscalização da função social da propriedade, para os imóveis relacionados no Cadastro de Empregadores infratores flagrados explorando trabalhadores na condição análoga à de escravos qual o teor), e áreas de elevada concentração fundiária, conflitos agrários, bem como municípios com registro de trabalho escravo, com base na Portaria nº 12/2006 e Instrução Normativa nº 28/2006.

São priorizados os imóveis rurais com área igual ou superior a cinco mil hectares e os relacionados no Cadastro de Empregadores do Ministério do Trabalho e Emprego. No exercício de 2014, foram finalizados 296 processos administrativos de fiscalização cadastral, totalizando uma área de 5.438.739,36 As Superintendências Regionais que mais se destacaram foram: SR-01/Pará, SR-30/Santarém, SR-27/Marabá, SR-13/Mato Grosso.

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Incra promove a Regularização Fundiária dos imóveis rurais sob a gestão dos estados por meio de convênios ou da ação direta de suas Superintendências Regionais, quando os imóveis rurais estão inseridos dentro de glebas matriculadas em nome da União/Incra.

A regularização fundiária é uma das principais ações que contribuem para erradicação da pobreza do meio rural. Nesse sentido, o Incra vem continuamente empreendendo esforços para ampliá-la em todo território nacional. Para tanto,

algumas ações estão sendo desenvolvidas, tais como:

1) Instituição de grupo de trabalho permanente, cujo objetivo, dentre outros, é aperfeiçoar, padronizar e monitorar a execução dos convênios firmados.

2) Criação de grupo de trabalho que realizou importantes atividades no âmbito dos convênios de regularização fundiária firmados com os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco, em especial a orientação sobre a forma de execução, supervisão e análise de produtos gerados.

3) Aperfeiçoamento do normativo que possibilitará a massificação das ações de legitimação de posse em áreas desapropriadas, arrecadadas ou adquiridas pelo Incra, fora da Amazônia Legal (Instrução Normativa n° 80, de 2014).

4) Constante interação com os órgãos de terras, visando ao levantamento das demandas e ampliação das parcerias para regularização fundiária das terras devolutas estaduais.

Foram elaborados mapas por estado, cruzando diversos indicadores sociais, tais como IDH, % Posses cadastradas no SNCR, Censo Agropecuário, com o objetivo de identificar áreas prioritárias para a execução da política de regularização fundiária. Nesse sentido, abriu-se diálogo com alguns estados, tais como Piauí e Alagoas, além de tratativas para a ampliação da política nos estados que já possuem convênios firmados.

Metas 2012-2015

- **Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de ha**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, entrou em produção o Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, desenvolvido pelo Incra para gestão de informações fundiárias do meio rural brasileiro. Por ele, são efetuadas a recepção, validação, organização, regularização e disponibilização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais. O processo de certificação foi dinamizado com a integração dos bancos de dados regionais da certificação e padronização dos métodos de análise, resultando no aumento significativo da área certificada. No exercício de 2012, foram certificados 23.584.993,0000 ha. Em 2013, 41.999.858,0868 ha e, em 2014, 66.912.378,7200 ha, para 74.645 imóveis, sendo 50.569.639,3271 ha e 65.749 imóveis via SIGEF. Com isso, o somatório das áreas dos imóveis certificados nos três anos de vigência do Plano é de 132.497.229,3568 ha, o que equivale a 132,50 % da meta prevista para o período.

  Tal percentual demonstra a efetiva utilização do sistema, que agregou maior celeridade em todo o processo de certificação.

  Quantidade alcançada

  132.497.229,35

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária**

  Análise Situacional da Meta

  No exercício de 2014, foram regularizados 1.994 imóveis referentes a instrumentos firmados no exercício, e 58 imóveis provenientes de exercícios anteriores, totalizando 2.052 imóveis regularizados. As ações de regularização fundiária envolvem uma cadeia de serviços e agentes, destarte, sopesa-se que sua implementação é complexa, permeada pelo precário fluxo de informações para seu monitoramento e de etapas não exclusivas ao INCRA, tais como a titulação. A contagem da execução física ocorre quando da emissão do título, independente se realizado diretamente pela Superintendência ou por instrumentos firmados com as entidades executoras.

  Quantidade alcançada

  67.464

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Georreferenciamento de 28 milhões de ha, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

A Serfal tem implementado um conjunto de inciativas visando a acelerar a execução e qualificar os resultados do georreferenciamento. Com isso, atingiu-se, em 2014, a meta de 28 milhões de hectares, prevista para o PPA. Entretanto, é importante destacar que deste resultado, 17,6 milhões correspondem ao georreferenciamento de perímetros de glebas públicas, enquanto os 10,3 restantes correspondem a ocupações a serem regularizadas. Esta tipificação do georreferenciamento só foi possível ser implementada a partir da entrada em operação do Sigef Geo em novembro de 2013.

Quantidade alcançada

27.928.024

Data de Referência

02/01/2015

- **Identificação, discriminação, arrecadação e destinação de 11,2 milhões de ha de terras públicas, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

As alterações normativas e de gestão implementadas ao longo do segundo semestre de 2014 permitiram acelerar o processo de destinação de áreas em glebas públicas federais, chegando a 10 milhões de hectares destinados.

Quantidade alcançada

10.160.083

Data de Referência

02/01/2015

- **Identificar, cadastrar e georreferenciar 104 mil estabelecimentos agropecuários e domicílios dentro dos 57 milhões de ha de terras públicas federais remanescentes, localizadas na Amazônia Legal - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

A Serfal tem implementado um conjunto de iniciativas visando acelerar a execução e qualificar os resultados de identificação e cadastramento de estabelecimentos/domicílios, que passou a ser realizado por meio do georreferenciamento das áreas. Esta mudança de procedimento levou à necessidade de reajustar-se os números informados para os anos de 2012 e 2013, que passaram nesse período para 47.765 mil estabelecimentos georreferenciados. Em 2014, foram georreferenciados 41.637 estabelecimentos, totalizando 89.402 até o momento.

Quantidade alcançada

89.402

Data de Referência

02/01/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	104.000	unidade	89.402	02/01/2015

- **Promover a regularização e a ratificação de 20 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

A Serfal tem implementado um conjunto de inciativas visando acelerar a execução e qualificar os resultados para a titulação, o que pode ser verificado no aumento do número de títulos em faixa de fronteira no ano 2014, com relação à 2013. É importante destacar que há uma necessidade de descriminação e arrecadação de diversas áreas devolutas existentes na faixa de fronteira, a necessidade de autorização prévia do Conselho de Defesa Nacional para a titulação nestas áreas, além da prévia identificação dos ocupantes, fatores que dificultam o atingimento da meta.

Quantidade alcançada

2.721

Data de Referência

02/01/2015

- **Regularização fundiária de 11,2 milhões de ha de terras públicas federais e estaduais na Amazônia Legal - Terra Legal**

Análise Situacional da Meta

Como resultado das alterações normativas e de gestão implementadas desde 2012, foi possível acelerar o processo de destinação de áreas em glebas públicas federais. Estas iniciativas, conjuntamente com os resultados obtidos por meios dos convênios para regularização das terras estaduais, realizados com os Governos do Acre, Amazonas e Amapá e parceria com o Maranhão, permitiram chegar ao número de 10.160.083 hectares regularizados na Amazônia Legal. .

Quantidade alcançada

10.160.083

Data de Referência

02/01/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	11.200.000	ha	10.160.083	02/01/2015

- **Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 4 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, foram fiscalizados 5.964.061,37 ha, sendo: 5.438.739,36 ha com fiscalização cadastral, 200.290,09 por meio da vistoria preliminar e 325.031,92 por meio de vistoria conjunta com ECGR (as duas últimas objetivando obtenção de áreas para reforma agrária), totalizando nos três anos de vigência do plano 8.421.487,0054 hectares. Em 2013, houve um equívoco no lançamento da meta executada, pois foram consideradas em sua contabilização vistorias de avaliação para obtenção de imóveis rurais. O correto seria a contabilização apenas das vistorias preliminares e conjuntas que produzem efetivamente laudo quanto à função social da propriedade, juntamente com as fiscalizações cadastrais. Sendo assim, o valor correto para 2013 é de 1.680.632,2254 ha de fiscalização cadastral, 320.993,41 ha de vistoria para obtenção, totalizando 2.001.625,6354 ha.

Quantidade alcançada

8.421.487

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Na reforma agrária, as ações cadastrais e a fiscalização são as formas essenciais para obtenção de terras por meio da desapropriação dos imóveis que não cumprem com a função social, conforme o estabelecido na Constituição Federal, na Lei n. 4.504/1964 e na Lei n. 8.629/1993.

Desde 2012, mudanças relevantes foram realizadas no processo de obtenção de terras para que, além de identificar os imóveis rurais passíveis de desapropriação, também sejam demonstradas as condições de viabilidade do futuro projeto de assentamento, de forma que as novas áreas reformadas garantam as condições de vida e de produção para as famílias que serão beneficiadas.

O aprimoramento dos fluxos e procedimentos para a vistoria, obtenção de terras e homologação de famílias foram estabelecidos em novos normativos que incorporaram a integração do processo de seleção de beneficiários com o

CadÚnico e a definição de parâmetros para desapropriação de terras e instalação de novos projetos de assentamentos.

As famílias assentadas contam agora com a nova rota de financiamento da reforma agrária, anunciada no lançamento do Plano Safra 2014/2015. A Lei nº 13.001/2014 criou três ciclos de apoio financeiro, conforme as fases de implantação e desenvolvimento das famílias assentadas, que beneficiarão 255 mil famílias durante o ano-safra em vigor.

Nesse contexto, foi elaborada conjuntamente pelo Incra, pelo MDA e pelo Ministério da Fazenda a nova sistemática de concessão, aplicação e prestação de contas do Crédito de Instalação. O novo crédito é operado por cartão bancário, emitido para cada família assentada, em nome da mulher. Destaca-se, ainda, a implantação do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI), no Incra, para acompanhamento eletrônico dessa nova política.

Foi criada, também, a nova modalidade de microcrédito para Reforma Agrária, visando beneficiar 80 mil famílias até 2015, e o Pronaf A Mais Alimentos Reforma Agrária, para assentados com possibilidade de expansão e estruturação de suas atividades produtivas, com limite de até R$ 25 mil por família, ampliado em relação aos R$ 20 mil anteriores.

Em 2015, o Incra avançará em parcerias para estabelecer novas modalidades de assentamentos que aprofundem o compromisso com a agroecologia, permitindo que as novas áreas reformadas, além de trazerem benefícios para as famílias assentadas, também gerem impactos positivos em conservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

Importante destacar que a implantação dos projetos de assentamento é completada com a medição e demarcação das parcelas e a construção da infraestrutura básica, especialmente as estradas vicinais e sistemas de abastecimento de água.

Ao longo do tempo, a dinâmica social das comunidades torna-se mais complexa, alterando e elevando suas demandas por equipamentos sociais importantes, tais como centros comunitários, brinquedotecas, postos de saúde, galpões, escolas, creches, telecomunicações e áreas destinadas ao esporte e à cultura. Esses investimentos, na maioria, não pertencem ao escopo das ações do Incra, exceto os centros comunitários, indispensáveis à organização social das comunidades assentadas, e alguns equipamentos produtivos, voltados para a agregação de valor por meio de empreendimentos coletivos. Nas demais demandas, é papel do Incra articular o atendimento com os órgãos diretamente responsáveis pelas ações.

Assim, a integração de políticas é fundamental para o sucesso do Programa Nacional de Reforma Agrária.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o usufruto exclusivo dos Povos Indígenas ao seu território através do assentamento de ocupantes não-indígenas no processo de regularização das Terras Indígenas**

  Análise Situacional da Meta

  O Incra possui ações em conjunto com a Funai em 10 estados, que envolvem 18 Terras Indígenas (TI) ou Reservas Indígenas (RI), a saber: BA – TI Barra Velha, Cahy Pequi e Tuxa de Rodelas; MA – TI Awá; MS – TI Buriti; MT – TI Maraiwatsede; PA – TI Apyterewa, Arara Volta Grande, Paquiçamba, Cachoeira Seca e Alto Rio Guama; PE – TI Pankararu; PR – RI para os índios que ocupam o Parque Nacional de Iguaçu; RS – Rio dos Índios e Cantagalo e Passo Grande do Rio Forquilha; SC – Toldo Imbu e TO – RI para os índios da etnia Krahô Kanela. O Incra auxiliou a Funai a identificar 4.327 ocupantes não índios nessas áreas, sendo que 717 possuíam perfil para o PNRA, dos quais 537 foram reassentados. O trabalho de levantamento ocupacional foi realizado em parceria com a FUNAI em 5 TI, resultando na elaboração de 819 laudos de ocupação. Além disso, o Incra avaliou 75 imóveis que encontram-se em processo de indenização e criação de Reserva Indígena.

- **Assentar 200 mil famílias**

  Análise Situacional da Meta

  Desde 2012, mudanças relevantes foram realizadas no processo de obtenção de terras que, além de identificar os imóveis rurais passíveis de desapropriação, também demonstram as condições de viabilidade do futuro projeto de assentamento. As novas áreas reformadas devem garantir as condições de vida e produção para as famílias que serão beneficiadas. Desde 2012, foram assentadas 85.207 famílias e criados 394 novos assentamentos, incorporando 854.176,79 de hectares à reforma agrária.

Os fluxos e procedimentos para a vistoria, obtenção de terras e homologação de famílias foram estabelecidos em novos normativos que incorporaram a integração do processo de seleção de beneficiários com o CadÚnico e a definição de parâmetros para desapropriação de terras e instalação de novos projetos de assentamentos. Passam a fazer parte do procedimento de vistoria de imóveis rurais para desapropriação, a produção do estudo da capacidade de geração de renda (ECGR) do novo assentamento a ser criado, bem como a elaboração de anteprojeto de organização espacial do assentamento, que identifica as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL).

Em 2014, foram assentadas 32.277 famílias e criados 145 novos projetos de assentamento, com incorporação de 431.138,23 hectares com capacidade para 11.458 famílias. Foram publicados 30 decretos de declaração de interesse para fins de desapropriação de imóveis, somando 56.235,92 hectares. Além disso, R$ 235.065.364,77 foram lançados em Títulos da Dívida Agrária (TDA), para obter 65 imóveis, com 104.081,68 hectares.

Quantidade alcançada

85.207

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher**

Análise Situacional da Meta

A Lei nº 13.001/2014 criou três ciclos de apoio financeiro, conforme as fases de implantação e desenvolvimento das famílias, que beneficiarão 255 mil famílias durante o ano-safra em vigor. Foi criada, também, a nova modalidade de microcrédito para Reforma Agrária, visando beneficiar 80 mil famílias até 2015.. Em 2014, foram beneficiadas 7.036 famílias, sendo 6.822 na nova modalidade Apoio Inicial e 214 famílias na antiga modalidade Apoio Mulher, no Estado do Rio Grande do Sul. Desde 2012, 7.155 famílias foram beneficiadas com o crédito Apoio Mulher. O novo crédito é operado via cartão bancário, emitido para cada família assentada em nome da mulher e acompanhado de forma eletrônica por meio do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação (SNCCI). Desde 2012, 63.252 famílias foram atendidas dentro das distintas modalidades de crédito instalação.

Quantidade alcançada

63.252

Data de Referência

31/12/2014

- **Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água**

Análise Situacional da Meta

O trabalho desenvolvido diretamente pelo INCRA na área da segurança hídrica é complementar ao Programa Água para Todos, concebido para garantir água para populações de baixa renda, residentes em comunidades rurais e que contam com ações dos Ministérios da Saúde, da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Destaca-se, por exemplo, a parceria firmada entre o Incra e o Ministério da Integração Nacional no valor de R$ 84 milhões, com aporte de 50% de cada parceiro, para construir sistemas simplificados de abastecimento para cerca de 31 mil famílias assentadas no Semiárido brasileiro, em cooperação com os governos estaduais. No exercício de 2014, foram atendidas 7.047 famílias com conclusão de obras hídricas, referentes a recursos do Incra. No âmbito das ações do MDS, no período de 2012 a 2014, foram beneficiadas, com a implementação de cisternas para a captação e armazenamento de água para consumo humano, 5.631 famílias assentadas e, com a implementação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água para a produção agropecuária, 4.599 famílias assentadas.

Quantidade alcançada

14.960

Data de Referência

31/12/2014

- **Conceder Crédito Apoio Inicial e Fomento a 50 mil famílias dos assentamentos prioritários do Plano Brasil sem Miséria.**

Análise Situacional da Meta

Em junho de 2013 as famílias assentadas foram incluídas no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, por resolução do Comitê Gestor do Programa Brasil sem Miséria (PBSM). Essa decisão foi determinante, não apenas para a efetivação da inclusão do público da reforma agrária no PBSM, mas por ter garantido a necessária transição entre a antiga forma de operacionalização dos créditos de instalação do Incra – suspensos por determinação da presidência da autarquia em junho de 2013 – e a chamada nova rota de financiamento da reforma agrária, consolidada na Medida Provisória 636, de janeiro de 2014, convertida na Lei nº 13.001, de julho de 2014.

No exercício de 2014 foram atendidas 2.304 famílias. Até o fim de 2014, 15.130 famílias dos assentamentos prioritários foram beneficiadas com os créditos Apoio Inicial e Fomento e, 13.742 foram beneficiadas com o Fomento BSM. É importante ressaltar que o Programa de Fomento é complementar à nova rota de financiamento, contemplando famílias em situação de extrema pobreza, que não preenchem os requisitos para os novos créditos de instalação, notadamente aquelas situadas em assentamentos mais antigos, que já haviam tomado algum dos créditos do Incra, mas que, por diferentes razões, não conseguiram se estruturar suficientemente para superar a pobreza.

Quantidade alcançada

15.130

Data de Referência

31/12/2014

- **Construir e/ou reformar 120 mil casas**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, as demandas por construção de habitações em assentamentos começaram a ser atendidas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR), a partir da articulação do INCRA com o Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, o que representou uma mudança significativa na forma como esse serviço era prestado. No exercício de 2014, foram construídas/reformadas 6.433 casas com recursos oriundos do antigo crédito instalação já disponíveis na conta das associações. De 2012 a 2014, foram construídas ou recuperadas 35.551 casas, com recursos próprios do INCRA em obras de habitação remanescentes do Crédito Instalação. Até 2014, foram entregues oficialmente às entidades organizadoras do MCMVR a relação de 73.169 famílias assentadas a serem beneficiadas pelo programa, 5.339 famílias já assinaram contratos com a Caixa Econômica e o Banco do Brasil.

Quantidade alcançada

35.551

Data de Referência

31/12/2014

- **Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas**

Análise Situacional da Meta

. As ações de infraestrutura desenvolvidas pelo INCRA nos assentamentos da reforma agrária atenderam a mais de 132 mil famílias, desde 2012. Nesse período, foram construídos ou reformados aproximadamente 10.059 Km de estradas e contempladas 14.960 famílias com obras de abastecimento de água. Em 2014, foram finalizadas obras de infraestrutura que beneficiaram 33.322 famílias assentadas, sendo 19.675 atendidas com construção ou recuperação de estradas, tendo sido construídos/reformados 2.021 km de estradas, 7.047 com obras de abastecimento de água e 6.600 com outras obras de infraestrutura.

Destaca-se a realização do Chamamento Público para Infraestrutura, com objetivo de firmar parcerias para realização de obras de implantação, complementação ou recuperação de estradas vicinais em assentamentos. Foram priorizados os projetos que contemplavam famílias que seriam beneficiadas também pelo Programa Minha Casa Minha Vida Rural, na busca da integração de políticas que potencializam o desenvolvimento do assentamento. O chamamento resultou na seleção de 73 projetos, em valor superior a R$ 110 milhões. Foram contratados 47 deles, via convênios firmados com

prefeituras municipais, no valor total de R$ 82 milhões.
Quantidade alcançada

10.059
Data de Referência

31/12/2014

- **Criar 800 projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

Com a publicação das Portarias nº 5 e 6 do MDA foi necessária a readequação do fluxo de criação de projetos de assentamento, no tocante aos procedimentos a serem adotados pelas Superintendências Regionais, em especial, a integração com o Plano Brasil Sem Miséria e o estabelecimento do cronograma de execução de políticas para os beneficiários da Reforma Agrária, o que levou as Superintendências Regionais a requalificarem o processo de criação de Projetos de Assentamento.

No exercício de 2014, foram criados 145 Projetos de Assentamento, totalizando 431.138,23 há, com capacidade para assentar 11.458 famílias. Com isso, desde 2012, foram criados 394 assentamentos de reforma agrária.
Quantidade alcançada

394
Data de Referência

31/12/2014

- **Incorporar 1 milhão de hectares à reforma agrária.**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, foram incorporados 431.138,23 hectares. Ressaltamos que nos três anos e meio de vigência do PPA 2012/2015 já foram incorporados 854.176,79 hectares à reforma agrária.
Quantidade alcançada

854.176,79
Data de Referência

31/12/2014

- **Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos**

Análise Situacional da Meta

A Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012, criou o Cadastro Ambiental Rural - CAR, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, que é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, inclusive Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, e tem a finalidade integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.

Com isso, foi instituída uma nova concepção para regularização ambiental dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, que levou na aprovação de uma nova Resolução do Conama para disciplinar o tema (Resolução nº 458). Portanto, a obrigatoriedade da inserção dos Projetos de Assentamento no CAR implicou a revisão das rotinas e atividades de diversas áreas do INCRA, levando a não obrigatoriedade de Licença Previa - LP e Licença de Operação e Instalação – LIO para áreas de assentamento. Todavia, alguns órgãos estaduais de meio ambiente permaneceram com essa exigência de LP e LIO, o que resultou na meta obtida em 2014.

Para o calculo da execução 2014 foram consideradas as LP (ou similares) e LIO (ou similares) protocoladas, totalizando 41 licenças ambiental protocoladas no exercício.
Quantidade alcançada

908
Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com

gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento dos projetos de assentamento é necessário para que as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) consolidem uma qualidade de vida adequada e, mediante a produção As principais ações atualmente disponibilizadas no âmbito da reforma agrária para promover o desenvolvimento nos projetos de assentamento são: assistência técnica; apoio à agroindustrialização e comercialização; estocagem e escoamento da produção; acesso aos Programas de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Aquisição de Alimentos (PAA e Pnae) e Garantia-Safra e condições sustentáveis de produção e uso dos recursos naturais.

A agroindustrialização por meio de empreendimentos coletivos e solidários contribui substantivamente para a organização das comunidades assentadas e para o incremento da renda monetária das famílias, pela prestação de mão de obra direta, pelo fornecimento de insumos e pela comercialização dos produtos. O conjunto das ações de fomento à agroindustrialização e comercialização é promovido pelo Incra por meio do Programa Terra Sol, que priorizou, em 2014, o apoio a grupos produtivos de mulheres assentadas, por meio do lançamento de Chamada Pública Terra Sol Mulheres. Além disso, foi criado, em 2013, o Programa Terra Forte, que visa apoiar a difusão de tecnologia e a geração de renda, por meio da agroindustrialização da produção, com a parceria entre Incra, Secretaria Geral da Presidência da República, MDA, Fundação Banco do Brasil, Banco do Brasil - BB, BNDES, MDS e CONAB. O Programa pretende ampliar as ações de comercialização de forma combinada com o processo de agroindustrialização, em especial na articulação da participação das famílias assentadas em espaços de comercialização direta e no mercado institucional.

Neste exercício serão priorizadas as implantações dos projetos de feiras populares da reforma agrária, dos projetos com participação de mulheres e de projetos de apoio complementar aos projetos do Programa Terra Forte.

Entre as mudanças significativas que ocorreram na forma de atuação do Incra, ressalta-se a inclusão da variável ambiental no âmbito das ações de promoção do desenvolvimento sustentável nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, a partir das quais passou-se a contemplar com prioridade o tema socioambiental para além da proteção de ecossistemas e espécies.

A gestão ambiental nos projetos de assentamento estimula o protagonismo das próprias comunidades na construção e execução de soluções aos problemas ambientais, inclusive remunerando os assentados pelo acréscimo florestal ou agroflorestal em áreas legalmente alteradas. Quanto ao Pronaf, foi estabelecido um novo desenho lógico para o financiamento produtivo na reforma agrária (decreto 8256/2014), passando por três ciclos, sendo o atual PRONAF A o último ciclo.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ampliando o número de contratos para 60% das famílias assentadas**

  Análise Situacional da Meta

  No período de 2011 a 2014, foram realizadas diversas ações com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito ao público da Reforma Agrária. Em relação aos números de operações realizadas para este público, que serviriam de base para apuração do indicador, informamos que, conforme definido na Lei 4.829 de 1965, a competência formal quanto ao monitoramento, avaliação e fiscalização dos contratos de crédito rural é do Banco Central - BC, porém o sistema utilizado pelo Banco no monitoramento não possibilitava a desagregação dos contratos para o público de assentados da reforma agrária. Os dados informados em 2012 e 2013 tiveram como fonte as informações encaminhadas pelos agentes financeiros a Secretaria da Agricultura Familiar – SAF. Com vistas a qualificar o monitoramento, foi solicitado, via Aviso Ministerial nº 107/2013 - MDA, ao Banco Central, que o Sistema de operação do PRONAF passasse a

apresentar permitir esta desagregação. O Órgão vem promovendo, em conjunto com o MDA, os ajustes indicados, e deverá passar a fornecer a informação, a partir de julho de 2015. Com isso, fica inviabilizada a aferição da meta proposta.

Quantidade alcançada

29

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização**

Análise Situacional da Meta

O Programa Terra Sol, que é uma ação complementar de organização produtiva dos assentamentos, priorizou, em 2014, o apoio a grupos produtivos de mulheres assentadas, por meio do lançamento da Chamada Pública Terra Sol Mulheres. O objetivo foi selecionar pré-projetos exclusivos de mulheres rurais nos segmentos de agroindustrialização e apoio à comercialização. Em 2014, foram atendidas 12.232 famílias, e desde 2012, foram beneficiadas 27.999 famílias. Visando fortalecer a agroindustrialização e comercialização nos assentamento da reforma agrária, foi realizada, em 2014, a etapa de seleção dos projetos das entidades previamente classificadas no Programa Terra Forte. Foram selecionados 32 projetos, distribuídos em todas as regiões, totalizando R$ 133,6 milhões, nas mais diversas modalidades como: processamento de leite, beneficiamento de grãos e hortifrutigranjeiros.

Quantidade alcançada

27.999

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender 750 assentamentos com o Programa Assentamentos Verdes.**

Análise Situacional da Meta

O Programa Assentamentos Verdes tem como foco a redução do desmatamento nos assentamentos compreendidos nos estados que compõem a Amazônia Legal, associada às estratégias do Programa Bolsa Verde, que integra o Plano Brasil Sem Miséria. O Programa, que se baseia na atuação conjunta do Incra com instituições públicas e privadas, além de organizações sociais do campo, possui ações orientadas em quatro eixos: valorização de ativos ambientais e de atividades produtivas; recuperação de passivos ambientais com geração de renda e segurança alimentar para as famílias; regularização fundiária e ambiental via Cadastro Ambiental Rural (CAR), por unidade familiar; além do monitoramento e controle ambiental.

O Programa reafirma o compromisso da reforma agrária com o meio ambiente. São 2.575 projetos de assentamento com monitoramento do desmatamento ilegal na Amazônia Legal, em uma área reformada de 41,2 milhões de hectares e onde estão cerca de 490 mil famílias assentadas. Para além do controle, o Incra viabiliza o acesso a um conjunto de políticas públicas às comunidades mais comprometidas com a preservação da floresta, com destaque para o Bolsa Verde. Desde 2012, foram beneficiadas com o Bolsa Verde 32.166 famílias assentadas em 375 assentamentos verdes.

Quantidade alcançada

2.575

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	750	unidade	2.575	31/12/2014

- **Conceder 50 mil títulos a famílias assentadas, garantindo a titulação conjunta para mulheres e homens, e a entidades públicas ou privadas na forma de doação, cessão ou concessão de uso.**

Análise Situacional da Meta

Como resultado da Lei 13.001/2014, têm-se as alterações na Lei 8629/93, que trata sobre o tema titulação em assentamentos da reforma agrária. O novo regulamento encontra-se em elaboração e representará segurança jurídica da

propriedade da terra para as famílias que vivem em assentamentos estruturados da reforma agrária, uma vez que o Incra está autorizado a conferir CDRU ou título de domínio nos assentamentos com data de criação anterior ao período de 10 anos contados retroativamente a partir de 27 de dezembro de 2013.

Desde 2012, foram concedidos 91.972 títulos. Destes, 23.347 títulos foram concedidos em 2014. Dos 9.254 assentamentos existentes, 5.532 possuem mais de dez anos, o que representa uma possibilidade de titulação para cerca de 603 mil famílias (considera-se um título por família). Cabe destacar também, que em 2014, 12.222 títulos foram emitidos de forma conjunta. Importante informar que esse número sofre alterações constantes em função da alteração na composição da unidade familiar e outros motivos, resultando em cancelamento e emissão de novos documentos

Quantidade alcançada

91.972

Data de Referência

31/12/2014

- **Construir instrumentos de priorização do atendimento às mulheres rurais em projetos de organização, estruturação e comercialização produtiva.**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de alcançar a meta, o Incra promoveu alterações na Norma de Execução do programa Terra Sol, tendo a norma em vigor como uma das suas diretrizes gerais atender prioritariamente projetos apresentados por grupos produtivos de mulheres, de forma a contribuir com a redução da desigualdade de gênero e com a promoção da autonomia econômica das mulheres assentadas. Visando a consolidação dessa proposta, foi lançado o Edital MDA e INCRA nº 01/2014, para seleção pública conjunta de pré-projetos exclusivos de mulheres para apoio à agroindustrialização e à comercialização em assentamentos da reforma agrária – TERRA SOL MULHERES.

- **Elaborar diagnóstico nacional sobre a participação das mulheres da reforma agrária na economia dos projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

Desde a implementação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, em 2003, diversas medidas foram tomadas para o enfrentamento das desigualdades de gênero no meio rural. Muitos avanços foram conseguidos no sentido de as mulheres agricultoras conseguirem sair da invisibilidade a que estavam historicamente submetidas. Dentre as principais conquistas podemos citar a regulamentação que institui o acesso à terra à mulher rural, a criação de linhas de crédito específicas para as mulheres do campo, o Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, a nova lei de ATER.

Em 2014 foi conduzido um trabalho, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que analisou os instrumentos de identificação da participação e o acesso das mulheres assentadas às políticas públicas com especial atenção ao Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) e Sistema de Informações de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIATER) com objetivo de avaliar o acesso das mulheres às políticas.

A participação das Mulheres na Reforma Agrária vem sendo acompanhada por meio de sistematização de dados e informações no âmbito da Diretoria de Políticas para Mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com o Incra. No ano de 2014, foram produzidos três relatórios técnicos nos quais, constata-se que 70% dos beneficiários da reforma agrária são mulheres, fato garantido por meio da efetivação da titulação conjunta obrigatória. Neste mesmo ano foi criado o Fomento Mulher, melhorando-se as condições da antiga modalidade de crédito instalação Apoio Mulher, possibilitando maior acesso delas a políticas de inclusão produtiva. Também foi lançado edital específico do Terra Sol para Mulheres, tendo sido recebidas 566 propostas para qualificação de demandas de projetos agroindustriais.

Cabe registrar ainda que foram elaboradas orientações a serem incorporadas pelos órgãos públicos competentes nas chamadas públicas de ATES/ATER, para que a execução dos serviços de ATES/ATER possa contemplar de forma

mais satisfatória as demandas das mulheres trabalhadoras rurais com vistas a uma maior igualdade de gênero. Apesar das iniciativas, o diagnóstico previsto não foi iniciado.

- **Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento**

Análise Situacional da Meta

A gestão ambiental em assentamentos busca direcionar as atividades produtivas e sociais em direção à sustentabilidade. Além disso, estimula o protagonismo das próprias comunidades na construção e execução de soluções aos problemas ambientais, inclusive remunerando os assentados pelo acréscimo florestal ou agroflorestal em áreas legalmente alteradas. Desde 2012, 850 assentamentos foram beneficiados com gestão ambiental. Destes, 457 tiveram atendimento iniciado em 2014.

Quantidade alcançada

850

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Programa trabalhou no processamento e manutenção das 54 parcerias celebradas em exercícios anteriores com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, objetivando a realização de cursos de EJA, Nível Médio, Superior e Especialização com o propósito da elevação da escolarização dos beneficiários da II PNRA. Além das parcerias dos cursos formais, temos a continuidade na realização da II PNERA com o fechamento da 1ª fase (quantitativa), e início dos trabalhos da 2ª fase (qualitativa) e ainda na continuidade dos cursos Especialização na modalidade Residência Agrária. As parcerias são para realização de cursos nas áreas de Educação de Jovens e Adultos – EJA, Nível Médio, Superior e Especialização em Residência Agrária. Com o Instituo de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA a parceria é para continuidade dos trabalhos da segunda fase da II Pesquisa Nacional de Educação nas áreas de Reforma Agrária – II PNERA.

Destacam se, ainda, a atuação das Superintendências Regionais no trabalho conjunto com o MDA na divulgação e levantamento da demanda para o Pronatec/Campo, visando ao acesso da população jovem e adulta das áreas da Reforma Agrária neste Programa. Reunião com Ministério da Cultura sobre o Projeto Arte e Cultura, com vistas à celebração de Termo de Cooperação. Assinatura do Termo de Cooperação Técnica para viabilizar ações que atendam ao Programa Fortalecimento de Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural. Assinatura do Termo de Execução Descentralizada com a Secretaria Nacional da Juventude para em conjunto com o INCRA disponibilizar recursos para celebração de nova parceria com o CNPq para a realização e execução de Projetos de Residência Agrária Jovem. O qual contou com a chamada pública nº 19/2014 lançada pelo CNPq em 29/09/2014

Metas 2012-2015

- **Ampliar as iniciativas de articulação interinstitucional para a construção de creches e escolas de educação básica (infantil, fundamental e média) nos assentamentos**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o Grupo de Trabalho de Educação Infantil do Campo, instituído pelo Ministério da Educação com a participação de representantes do Incra, MDA, MEC, outras Secretarias de Governo e Movimentos Sociais, discutiu

sobre a apresentação, por parte dos municípios, de projetos ao FNDE para a construção de escolas.

- **Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram atendidos 3.810 alunos, dos quais 2.871 são alunos de cursos dos exercícios anteriores que já estavam em processo de formação e 939 referem-se às novas parcerias. Em 2014, foram celebradas 16 parcerias, sendo 12 com instituições públicas federais e estaduais e quatro com instituições privadas sem fins lucrativos. A elevação do nível de escolaridade dos beneficiários do Pronera é importante para proporcionar melhoria no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da formação educacional e qualificação do público do II PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.

Quantidade alcançada

3.810

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, continuou a parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq na execução dos 35 projetos que mantêm em sala de aula 1.562 alunos estudando nas mais diversas áreas do conhecimento. A II Pesquisa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária – II PNERA teve sua primeira fase encerrada e teve início a segunda, que é a parte qualitativa, onde atuam cerca de 50 profissionais envolvidos diretamente nas análises sócio politica antropológica da influência dos resultados da ação de formação do Pronera nas áreas de assentamento.

Em setembro, foi celebrada nova parceria com CNPq para execução do Projeto Residência Jovem, que objetiva a realização de cursos de capacitação profissional e extensão tecnológica e inovadora para jovens de 15 a 29 anos, estudantes do nível médio, alcançando assim o cumprimento das diretrizes do Acordo de Cooperação Técnica assinada com a Secretaria-Geral – SG/PR para o desenvolvimento de ações conjuntas para promoção do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural. Foram selecionadas 34 propostas, que contarão com atendimento a cerca de 1.400 alunos.

Quantidade alcançada

2.850

Data de Referência

31/12/2014

- **Manter 10.000 alunos em processo de alfabetização e ou escolarização anualmente**

Análise Situacional da Meta

Após os ajustes das metas das parcerias em execução encerramos o exercício com atendimento a 12.506 alunos. Contamos com 17 parcerias, executados por meio de termos de cooperação ou convênios, com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que atuam na formação dos jovens e adultos beneficiários do Pronera na ação de EJA. Importante registrar o alcance dessa ação a população atendida tendo em vista o propósito na diminuição do analfabetismo dentro das áreas de Reforma Agrária. As atividades de acompanhamento e fiscalização são executadas pelas Superintendências Regionais do Incra nos Estados onde temos as parcerias.

Quantidade alcançada

12.506

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover articulações com o objetivo de captar investimentos em equipamentos esportivos e desenvolvimento do esporte, com prioridade para os assentamentos com mais de 200 famílias**

Análise Situacional da Meta

Nas reuniões dos colegiados estaduais de educação, tem havido discussões sobre as demandas, mas até o momento não houve ações concretas junto aos estados quanto à captação dos recursos para o desenvolvimento de projetos esportivos para atendimento aos assentamentos.

- **Promover articulações com o objetivo de contemplar, nas iniciativas de prevenção e assistência integral à saúde, ações específicas direcionadas ao público da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

Não houve ação direta na área de saúde para com o público da reforma agrária. Ainda contamos com pequenas ações nos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, operacionalizado pelo Incra por meio da parceria com o INSS que trabalha a emissão de carteiras de trabalho e palestra sobre previdência social.

- **Promover articulações com o objetivo de inscrever nos editais de fomento e difusão cultural ações específicas destinadas ao público da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas duas reuniões com o Ministério da Cultura para discutir a viabilidade de implantação do Projeto Arte e Cultura, com vistas à assinatura de um Termo de Cooperação para realização de atividades nos Projetos de Assentamento.

OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

No decorrer do exercício de 2014 o MDA, por meio da Ouvidoria Agrária Nacional, realizou inúmeras atividades de mediação de conflitos agrários; prevenção de tensão social e violência no campo; assistência social, técnica e jurídica a famílias acampadas; e capacitação de mediadores de conflitos sociais, mediante atividades da administração pública federal direta e indireta e/ou parceiras com diversos órgãos da União e das Unidades Federativas, a exemplo da Justiça Federal, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Defensoria Pública da União, Tribunais de Justiça dos Estados, Procuradorias de Justiça Estaduais, Defensorias Públicas Estaduais, Polícias Civil e Militar, entre outros. Essas parcerias, obtidas em boa parte por meio da especialização das entidades para o combate à violência no campo, são fundamentais para um maior alcance das ações. Com relação ao combate à fome e à miséria o Incra e a Ouvidoria Agrária Nacional interagiu junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para que as famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terras, bem como as famílias assentadas, sejam incluídas no Cad-Único, por meio de um trabalho de “busca ativa” específico, que continua em andamento, possibilitando a inclusão destas famílias nos programas sociais.

Metas 2012-2015

- **Implementar o cadastramento das famílias acampadas para fins de inclusão nas políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

A execução do cadastro das famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra é realizada pelo Incra, por meio de suas Superintendências Regionais. A dificuldade de acesso aos acampamentos, rotatividade das famílias e ausência de documentos pessoais dos trabalhadores são fatores complicadores para esse trabalho de cadastramento. Trabalha-se, atualmente, com a estimativa de que haja 120 mil famílias acampadas. Metade dessas já encontra-se cadastrada no CadÚnico e 43.932 recebem o Bolsa Família.

- **Reduzir o número de mortes decorrentes de conflitos agrários, por meio da mediação e prevenção de tensão social no campo**

Análise Situacional da Meta

Não é possível neste momento avaliar pontualmente se a meta vem sendo alcançada. Isso porque a classificação de morte decorrente (ou não) de conflito agrário é feita com base no inquérito policial instaurado para apurar o homicídio e muitos inquéritos ainda estão em andamento, de forma que não é possível apresentar dados conclusivos. Em 2014, foram registrados 52 homicídios no campo, sendo que 30 não foram decorrentes de conflitos agrários e nove mortes foram decorrentes de conflitos agrários (13 ocorrências ainda estão em investigação e o número de mortes decorrentes de conflitos agrários pode oscilar). Por outro lado, é indiscutível que o trabalho desenvolvido pela Ouvidoria Agrária Nacional, em conjunto com o Incra e demais parceiros, reflete em redução da violência no campo, observando que a sociedade é dinâmica e crescente, de forma que, se não fosse esse trabalho, os números de violência no meio rural, decorrente de conflitos agrários, seriam certamente muito maiores, ou seja, a simples análise dos números de um exercício com relação ao anterior não reflete a eficiência ou não das atividades de combate à violência no campo.

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF oferece três linhas de financiamentos: Combate à Pobreza Rural - CPR que tem uma taxa de juros bem reduzida de 0,5% ao ano, e o prazo de 20 anos para pagar, que atende as famílias com renda anual de até 9 mil reais e patrimônio de 15 mil reais, que estão inscritas no CadÚnico. A segunda linha tem a estratégia de incentivar os jovens a permanecer no campo, chamada de Nossa Primeira Terra - NPT. Conta com uma taxa de juros reduzida, de 1% ao ano e atende jovens de até 29 anos. Já a terceira linha – Consolidação da Agricultura Familiar - CAF é para o agricultor ou agricultora, com renda anual de até 15 mil reais e patrimônio até 30 mil reais, com taxa de juros de 2%.

Metas 2012-2015

- **Beneficiar 80 mil famílias com crédito fundiário**

Análise Situacional da Meta

No início de 2013, o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF passou por uma reformulação nas normas para contratação, com alteração das suas taxas de juros, das estratégias para o alcance da sustentabilidade dos projetos, bem como foi ampliado o acesso a Assistência Técnica – ATER, com a destinação de recursos específicos para ATER. Em virtude destas alterações, as contratações foram suspensas, o que irá provocar dificuldade no alcance da meta. Em 2013, foi possível atender 1.369 famílias rurais. Ressalte-se que a aferição consolidada de 2012 computou 4.526 famílias beneficiadas pelo programa, alterando-se, desta forma, o dado preliminar de 2.600 famílias. O ano de 2014 apresentou a retomada de novas contratações no PNCF, após os dois últimos anos (2012 e 2013), nos quais o Programa passou por uma reformulação normativa e operacional e alterações no fluxo de tramitação e contratação, o que reduziu a velocidade de contratação. No ano de 2014, os parceiros ainda precisaram se adaptar, inclusive nos seus sistemas de análise, tramitação e contratação das propostas, o que levou uma tramitação mais lenta neste primeiro momento e um baixo nível de contratações. Nas Unidades Técnicas, houve adaptação para cumprir as novas exigências de elegibilidade dos imóveis e dos beneficiários, bem como a maior segurança quanto à sustentabilidade dos Projetos. Nos Agentes Financeiros, foi necessária a produção dos novos normativos internos e adaptação dos seus sistemas para contemplar as novas condições juros, prazos, bônus e carência. Todos esses fatores levaram a uma baixa contratação de novas propostas em 2014, com uma retomada lenta do Programa por alguns Estados. Computando as 1.469 famílias beneficiadas no ano de 2014, fechamos os anos de 2012, 2013 e 2014 com um total de 7.364 famílias.

Quantidade alcançada

7.364

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área total utilizada para a produção da agricultura familiar	ha	31/12/2006	80.250.453	-	-
Disponibilização de recursos pelo Plano Safra da Agricultura Familiar	R$ bilhão	30/06/2011	16	30/06/2014	24,1
Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar	R$/ha	31/12/2006	1,89	-	-
Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar	R$	01/09/2009	337,07	30/09/2014	512,19
Valor bruto da produção da agricultura familiar	R$	31/12/2006	54.367.701	-	-

Observações:

Área total utilizada para a produção da agricultura familiar - Não houve apuração no período. Próximo Censo Agropecuário esperado para 2016.
Razão da produtividade da agricultura familiar em relação à não familiar - Não houve apuração no período. Próximo Censo Agropecuário esperado para 2016.
Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar - PNAD 2013 lançada em SET/2014. Próxima pesquisa somente em SET/2015.
Valor bruto da produção da agricultura familiar - Não houve apuração no período. Próximo Censo Agropecuário esperado para 2016.

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Acessaram o crédito rural do PRONAF, nos anos de 2012, 2013 e 2014, mais de 2,6 milhões de famílias. Do total de operações efetivadas, cerca de 19% foram para mulheres. Foram firmados mais de 1,25 milhão de contratos de microcrédito orientado e realizadas mais de 1,3 milhão de operações de custeio agrícola. Entre as safras 2011/2012 e 2013/2014, 1.985.940 contratos de seguro de produção foram realizados e mais de um milhão de agricultores foram beneficiados pelo Garantia-Safra.

Ainda persistem as dificuldades de estratificação dos públicos atendidos pelas políticas de financiamento, fomento, proteção e garantia de preços e renda. Espera-se, contudo, que, com a implantação do SICOR, novo sistema do Banco Central, seja possível solucionar essas dificuldades.

Metas 2012-2015

- **Adequar as condições de crédito às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária**

  Análise Situacional da Meta

  O crédito rural do PRONAF está adequado às particularidades da agricultura familiar, das mulheres rurais, dos quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais, jovens do campo e assentados e assentadas da reforma agrária. Todas as unidades familiares de produção que necessitam de financiamento rural para a melhoria de suas atividades produtivas geradoras de renda que comprovam ter capacidade de pagamento podem solicitar o apoio

creditício de uma ou mais linhas do PRONAF. O crédito do PRONAF tem prazos de carência e de amortização que atendem a todas as realidades. As taxas de juros são negativas em todas as linhas e, para as unidades familiares de menor renda e/ou os assentados da reforma agrária, há bônus (rebates) sobre o principal que vai de 25% até 46%. Além disso, o Seguro da Agricultura Familiar cobre o valor financiado e uma parte de renda liquida esperada. Em caso de flutuações negativas dos preços, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar cobre atualmente 50 produtos.

- **Adquirir 2,7 milhões de toneladas de alimentos produzidos pela agricultura familiar por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF)**

Análise Situacional da Meta

O ano de 2014 teve cenário de ausência de demandas por recursos de subvenção e para acionamento de aquisições via aquisições do governo federal. Destaca-se, contudo, o seguinte: propostas para escoamento de estoques de feijão dos armazéns da Conab; edição da Portaria 710 que estabeleceu a venda em balcão de milho a preços subsidiados para atendimento da situação de emergência em estados do Nordeste; e a doação internacional de arroz e feijão. As deliberações referentes à venda em balcão são feitas pela Câmara Técnica Interministerial de Estoques Públicos - CIEP, coordenada pelo MAPA. Atualmente, há portaria em processo de avaliação visando à autorização de venda em balcão de aproximadamente 60 toneladas de feijão dos estoques públicos. Possivelmente, parte desse feijão será absorvida por agricultores familiares.

Desde o início do plano, 78 mil toneladas de uva foram adquiridas com operações de subvenção (PEP – Prêmio de Escoamento da Produção) no valor de R$ 20,6 milhões, em 2012; e cerca de 26 mil toneladas de uva adquiridas por meio de Prêmio de Equalização Pago ao Produtor Rural (PEPRO), no qual foram negociados 25 milhões de quilos de uva mais 1,3 milhão de quilos de café arábica, utilizando-se do instrumento de Aquisição do Governo Federal da Agricultura Familiar (AGF/AF).

Quantidade alcançada

104.000

Data de Referência

18/02/2015

- **Ampliar de forma qualificada o microcrédito orientado e acompanhado para 750 mil agricultores familiares, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram executados 438.016 contratos (cada contrato corresponde a uma família). Em 2013, foram realizados 406.950 novos contratos, dos quais cerca de 48% são firmados com mulheres (fonte: BNB). Em 2014 foram realizados 406.408 novos contratos, dos quais 48,8% são firmados com mulheres (fonte: BNB).

Assim, tem-se um acumulado de 1.251.374 contratos firmados.

Os contratos de 2012 foram considerados porque tem dois anos de vigência e as famílias não podem acessar novo crédito antes do término.

Quantidade alcançada

1.251.374

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o acesso ao crédito para 5 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar**

Análise Situacional da Meta

Estão ativas e válidas no sistema da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP um total de 3.695 pessoas jurídicas que, consequentemente, estão aptas para acessarem as linhas do PRONAF voltadas para cooperativas e associações.

Ainda não é possível, contudo, estimar o número de pessoas jurídicas que acessaram o crédito. Com a implantação do SICOR/BACEN , espera-se ser possível a partir do fim de 2015 quantificar o numero de pessoas jurídicas que acessam o PRONAF.

- **Ampliar o acesso dos assentados e assentadas da reforma agrária, das comunidades quilombolas, indígenas e dos povos e comunidades tradicionais às políticas de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda, por meio da construção de uma proposta de ajuste e qualificação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ampliação das entidades emissoras e capacitação dessas comunidades**

Análise Situacional da Meta

O número de Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Nacional – DAP, após as estratégias adotadas pela Secretaria da Agricultura Familiar, vem aumentando progressivamente. Os quantitativos mostrados na tabela que segue não são maiores pelo fato do documento ter caráter voluntário e declaratório e os integrantes das comunidades indígenas e quilombolas não os terem demandados junto aos agentes emissores.

Número de DAP emitidas para Indígenas e Quilombolas no período 2010/2014 e Ativas em 2015

Ano	Indígena	Quilombola
2010	5.065	3.420
2011	6.385	6.340
2012	9.229	9.621
2013	13.513	13.941
2014	16.051	10.898
Total	50.243	44.220

De igual maneira, o número de DAP emitidas para os Agricultores Familiares do Grupo A vem aumentando paulatinamente após, especialmente, dos ajustes nos normativos que regulam a matéria.

Número de DAP emitidas para beneficiários do Grupo A, no período 2010/2014 e Ativas em 2015

Ano	Quantidade
2010	78.989
2011	60.947
2012	62.923
2013	70.539
2014	40.909
Total	314.307

- **Expandir a concessão de crédito de custeio agrícola para 750 mil famílias da agricultura familiar**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizados 468.394 contratos de custeio agrícola pelo PRONAF. Em 2013, foram realizados 439.976 contratos de custeio agrícola. Em 2014, foram realizados 427.966 contratos de custeio agrícola.

O total perfaz o número de 1.336.336 contratos (fonte: BACEN). O número de contratos aproxima-se do número de famílias que acessam o crédito.

Quantidade alcançada

1.336.336

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir a concessão de crédito de investimento para organizações de mulheres rurais no Programa Agroindústria Familiar, atendendo a 48 mil mulheres integrantes de 3.200 organizações produtivas**

Análise Situacional da Meta

Não há estratificação sobre a quantidade de mulheres e suas organizações produtivas que acessaram o crédito antes de

2013. Com a implantação do SICOR/BACEN, em 2013, pode-se informar que, de julho até dezembro de 2013, nos seis primeiros meses do plano safra 2013/2014, foram realizadas 297.607 operações de crédito para mulheres, o que significa 25,8% do total de operações realizadas.

- **Expandir o Garantia-Safra para a participação de 1.000.000 famílias da agricultura familiar em situação de vulnerabilidade climática, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

O Garantia Safra é um benefício social cujo objetivo é garantir renda mínima para a sobrevivência de agricultores com perda sistemática de produção agrícola em função da seca ou do excesso hídrico. Os recursos para o pagamento do benefício são constituídos das contribuições dos próprios agricultores (taxa de adesão), dos municípios, dos estados e da União. Essas contribuições formam o Fundo Garantia Safra, administrado pela Caixa Econômica Federal desde 2003.

No final de 2012, o programa sofreu importante alteração: foi aberta a possibilidade de expansão a todos os estados e municípios brasileiros. O novo regramento do fundo também concedeu ao órgão gestor do Fundo Garantia-Safra a possibilidade de incluir outras culturas, além de feijão, milho, arroz ou algodão. A partir de janeiro de 2013, o programa passou a adotar a mulher como titular dos benefícios concedidos às famílias constituídas por um casal atendidas pelo Programa Garantia Safra, independente do seu estado civil.

Durante a safra 2013/2014, 1.177.452 famílias foram beneficiadas pelo Garantia-Safra. Para o plano safra 2014/2015, o valor do benefício é de R$ 850,00 e o número de cotas anunciado é o maior de todas as safras em onze anos de existência do programa: 1, 350 milhão de agricultores.

Até o momento, o número de agricultores aderidos para a safra 2014/2015 é de 1.013.127. A adesão prossegue até abril de 2015.

Quantidade alcançada

1.013.127

Data de Referência

17/02/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Área de Atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	938.462	unidade	1.013.127	15/08/2014
Região Norte	61.538	unidade	0	15/08/2014

- **Financiar 110 mil equipamentos da indústria nacional com tecnologia apropriada para a agricultura familiar no âmbito do Mais Alimentos**

Análise Situacional da Meta

Segundo o BACEN, em 2012, 178.546 máquinas e equipamentos foram financiados no PRONAF. Em 2013, o número foi de 200.465 e em 2014, 109.502 máquinas e equipamentos foram financiados. Ao total, até então, foram financiados 488.513 equipamentos da indústria nacional (fonte: BACEN).

Quantidade alcançada

488.513

Data de Referência

31/12/2014

- **Garantir condições de acesso ao crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para 3 milhões de famílias da agricultura familiar, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 35% de mulheres rurais e ampliando a inserção da juventude ao processo produtivo**

Análise Situacional da Meta

Acessaram o PRONAF nos anos de 2012, 2013 e 2014 um total de 2.617.523 famílias, garantindo-se a participação de 19% de mulheres. (Fonte Sicor/Bacen).

Quantidade alcançada

2.617.523

Data de Referência

31/12/2014

- **Ofertar seguro da produção para 650 mil famílias da agricultura familiar**

  Análise Situacional da Meta

  A oferta do seguro da produção está vinculada à meta de ofertar crédito de custeio agrícola. Na safra 2011-2012, foram realizados 455.286 contratos de custeio com seguro, na safra 2012-13, 447.401 e na safra 2013-14, 433.253, totalizando 1.335.940 contratos (Fonte: Bacen).

  Quantidade alcançada

  1.335.940

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O serviço de ATER vem apresentando crescimento e consolidação após quatro anos de promulgação da Lei 12.188/2010. Até o momento, foi atingida a meta de atendimento a 1,5 milhão de famílias por parte do MDA e INCRA com atuação mediante contratos de ATER, Acordos de Cooperação e Convênios. Foi dado foco especial ao atendimento de assentados de reforma agrária, assentados do Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), mulheres rurais, povos e comunidades tradicionais e organizações de agricultores familiares. Ações de formação de agentes de ATER e de inovação tecnológica permitem a agregação de qualidade técnica e processual aos serviços.

Metas 2012-2015

- **Atender 3 mil pessoas jurídicas da agricultura familiar com metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para produção, organização, gestão e comercialização**

  Análise Situacional da Meta

  Inicialmente é preciso destacar que de acordo com o Sistema de Cadastro de DAP, até março de 2015 existiam apenas 3.695 empreendimentos com DAP Jurídica no país, sendo esse o universo total possível, já que os contratos de ATER devem se restringir a empreendimentos que possuem DAP Jurídica. Dentre os que possuem DAP, existe um quantitativo que se refere a associações de produtores e que, conforme previsto no código civil, não podem realizar atividade comercial, restando um público de 1.263 potenciais beneficiários.

  No âmbito da ATER Mais Gestão, que tem como público alvo cooperativas da agricultura familiar detentoras de DAP Jurídica, foram lançadas três chamadas públicas, em 2012, para o atendimento de 489 cooperativas da agricultura familiar. Em uma delas, todas as propostas de quatro lotes foram desclassificadas e/ou inabilitadas em razão de pendências no credenciamento de ATER no seu estado de atuação. Em função disso, foram atendidas 414 empreendimentos, sendo 392 cooperativas atendidas por contrato de ATER e 22 empreendimentos por Contrato de Repasse.

  Uma dessas chamadas tem enfoque específico na venda para o PNAE, outra no Programa Nacional de Combustível Social – Biodiesel e a terceira, nos mercados institucionais e convencionais. Dessa forma, foram efetivados Contratos de Ater em 17 estados (RS, SC, PR, SP, MG, GO, MT, MS, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA), mais o Contrato

de Repasse no estado do AC. Em abril de 2014 foram celebrados mais 2 contratos de Ater Mais Gestão para beneficiar 42 empreendimentos na Bahia e 15 no Espírito Santo, totalizando assim 471 empreendimentos da agricultura familiar atendidos até o momento.

Quantidade alcançada

471

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 17.292 conselheiros municipais de desenvolvimento rural sustentável, envolvidos na operacionalização do Garantia Safra, como agentes de controle social das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

Ainda não foram realizadas as capacitações dos conselheiros municipais. As coordenações estaduais do Garantia Safra estão em fase de planejamento desta atividade.

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com monitoramento e avaliação para 750.000 agricultores familiares que acessam o microcrédito**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, foram atendidas 332.562 famílias. Desse total, 103.957 famílias estão em assentamentos relacionados às regiões de baixa renda sendo utilizado os seguintes critérios: famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, famílias pertencentes a Assentamentos prioritários no Brasil Sem Miséria e famílias beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e 155.211 famílias estão em assentamentos localizados em municípios inseridos nos territórios da cidadania.

Ressalta-se que a execução física é contabilizada integralmente no exercício atual, pois o orçamento é repassado anualmente para os instrumentos firmados. A execução física informada possui como marco a publicação dos contratos, sendo que foi garantida a ampliação do atendimento, em 2015, para cerca de 47 mil famílias contempladas em Chamadas Públicas realizadas em 2014 e que se encontram em estágio final de contratação.

O número de agricultores contratados pelos convênios de ATER e Pacto Federativo é de 627.000.
O baixo desempenho da liberação das parcelas do Pacto Federativo de seis estados e a suspensão dos contratos do estado do PI, aliados aos problemas de manutenção do sistema de monitoramento da meta (SEAF/ATER-GB) que dificultaram novos registros (especialmente inclusão de novos agricultores), a partir do final de 2013, interferiram na capacidade de atingimento da meta.

Quantidade alcançada

530.000

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 15 mil famílias indígenas, com recorte específico para este público**

Análise Situacional da Meta

Permanecem em execução as chamadas indígenas para atendimento de 1.800 famílias indígenas, sendo 1.500 dentro do perfil BSM. Além disso, em 2014 foram lançadas chamadas prevendo o atendimento para 9.300 famílias indígenas nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Alagoas, Ceará, Bahia, Sergipe, Pernambuco, Mato Grosso do Sul e Roraima.

Quantidade alcançada

1.800

Data de Referência

31/12/2013

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	unidade	0	31/12/2014

Região Nordeste	6.000	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	4.000	unidade	300	31/12/2014
Região Sudeste	1.000	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	1.000	unidade	1.500	31/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 20 mil famílias quilombolas, com recorte específico para este público**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2014 foram encerrados 4 contratos referentes à chamada BSM 003/2011, contemplando o atendimento a 1655 famílias nos estados de Minas Gerais, Maranhão e Pernambuco. Além disso, 7.140 famílias encontram-se em atendimento nos estados de Alagoas, Pará, Piauí, Maranhão e Bahia. No final de 2014 foi lançada uma nova chamada, visando o atendimento a 5.000 famílias quilombolas nos estados do Amapá, Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais e Pará, com contratações previstas para 2015.

Quantidade alcançada

9.980

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4.000	unidade	1.100	31/12/2013
Região Nordeste	7.000	unidade	7.500	31/12/2013
Região Norte	2.000	unidade	500	31/12/2013
Região Sudeste	4.000	unidade	880	31/12/2013
Região Sul	3.000	unidade	0	31/12/2013

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014 foram atendidas 332.562 famílias. Desse total, 103.957 famílias estão em assentamentos relacionados às regiões de baixa renda sendo utilizado os seguintes critérios: famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, famílias pertencentes a Assentamentos prioritários no Brasil Sem Miséria e famílias beneficiárias do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e 155.211 famílias estão em assentamentos localizados em municípios inseridos nos territórios da cidadania.

Ressalta-se que a execução física é contabilizada integralmente no exercício atual, pois o orçamento é repassado anualmente para os instrumentos firmados, visando atender aos beneficiários em atendimento. A execução física informada possui como marco a publicação dos contratos, sendo que foi garantido a ampliação do atendimento em 2015 para cerca de 47 mil famílias contempladas em Chamadas Públicas realizadas em 2014, porém em estágio final de contratação.

Quantidade alcançada

332.562

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 10 mil famílias de agricultores familiares produtoras de tabaco, para a diversificação da produção**

Análise Situacional da Meta

Os primeiros contratos de ATER para diversificação produtiva das áreas de tabaco encerraram-se em agosto de 2013. Em 2014 foram lançadas novas chamadas públicas para contratação do atendimento para mais 12,4 mil famílias, totalizando o atendimento a 22 mil famílias.

De 2010 a 2014, foram excluídos da cadeia do Tabaco em torno de 30 mil famílias, em virtude da diminuição da demanda por tabaco, sobra de tabaco nos estoques mundiais, aumento da demanda por cigarros eletrônicos, e e aumento da produção de tabaco em países africanos. Estas famílias, se não fossem apoiadas pelo Programa de Diversificação da Cultura do Tabaco, sairíam do campo.

O MDA participou da Convenção Quadro de Controle do Tabaco das Nações Unidas, em Moscou - Rússia, representando o Brasil nos artigos 17 e 18. Foi aprovada, como recomendação da Convenção, o uso da proposta metodológica elaborada pelo MDA para identificação de meios de vida e alternativas a cultura do tabaco.

Quantidade alcançada

22.200

Data de Referência

30/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, somados os resultados dos contratos de ATER vigentes desde 2011 e Acordos de Cooperação Técnica com os Estados e novas chamadas públicas, chega-se a um público de 358 mil famílias agricultoras em situação de extrema pobreza beneficiadas com assistência técnica. Dessas, 147,4 mil possuem projetos apoiados com assistência técnica e já estão recebendo recursos de fomento para implantá-los.

Dos assentamentos criados entre 2011 e 2014, 79% têm ATER garantida para o próximo período. Foram empenhados em 2014 R$ 272 milhões para assistência técnica para assentados, dos quais R$ 139 milhões no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (PBSM). Do total de famílias assentadas atendidas em 2014, 93 mil possuem o perfil do público do PBSM. Dessas, cerca de 13 mil receberam os recursos não reembolsáveis do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Em 2014, o trabalho foi focado na articulação das ações de ATER com outras políticas do Plano Brasil Sem Miséria, como o Programa Cisternas no semiárido e o Programa de Aquisição de Alimentos para comercialização dos excedentes gerados.

Quantidade alcançada

358.000

Data de Referência

30/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 50 mil famílias extrativistas para realização de atividades de manejo florestal e implantação de agricultura de baixo carbono**

Análise Situacional da Meta

Em outubro de 2013, foi lançada chamada pública de agroecologia para o atendimento de 55.460 mil agricultores familiares, assentados da reforma agrária e agroextrativistas em Reservas Extrativistas – RESEX que já desenvolvem a produção agroecológica ou estão em transição, com a garantia de atendimento a 30% de mulheres.

Em 2014, estes serviços foram contratados para 42.610 beneficiários, que tiveram seu início de execução no mesmo ano. Por limitações do sistema informatizado de ATER (SIATER), que não possui marcação de beneficiários isolados como público específico, ainda não foram quantificados quantos deste 42.610 são extrativistas.

Em 2014, também foram laçadas chamadas específicas para extrativistas pelo INCRA, resultando na contratação de serviços para 26.054 extrativistas, no âmbito da PLANAPO.

Quantidade alcançada

26.054

Data de Referência

30/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 500 mil famílias de agricultores familiares, assentados, povos e comunidades tradicionais, no desenvolvimento de processos de produção de base ecológica e acesso a mercados agroecológicos e orgânicos**

Análise Situacional da Meta

Desde 2003, o MDA vem ampliando e qualificando as ações de Ater para os diversos públicos da agricultura familiar, alocando seus recursos nas organizações governamentais e privadas com e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de Ater. Com isso, deu início à oferta de serviços específicos de ATER para os povos e populações tradicionais, as quais incluem quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais, de acordo com suas características sociais, étnicas e econômicas, público que tem grande importância econômica e social e historicamente ficou a margem das políticas públicas e do desenvolvimento.

As primeiras chamadas públicas para contratação de serviço de ATER para transição e fortalecimento de sistemas de produção de base agro-ecológica foram lançadas em 2012. No âmbito da Planapo, em 2014 está garantida ATER para 133 mil famílias de assentados da reforma agrária, agricultores familiares, extrativistas, quilombolas e pescadores, sendo 42.610 no tema Agroecologia; 63.340 no tema Sustentabilidade; 26.054 no tema extrativismo (parceria com o INCRA); 740 no tema Pesca (parceria com o MPA)

Com a criação da ANATER, espera-se que haja avanços consideráveis no atendimento desse público. No entanto, existem barreiras como o impedimento de contratação de pessoal pelas organizações estaduais de Ater; a falta de preparo dos profissionais egressos das universidades para atuar nos temas, e a falta de tradição das organizações de Ater para tratar com esse público, o que dificulta a ampliação da abrangência e a oferta de serviços de qualidade.

Quantidade alcançada

133.000

Data de Referência

30/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 50 mil jovens rurais**

Análise Situacional da Meta

Entre 2012 e 2013, foram atendidos com serviços específicos de assistência técnica para a juventude, 5.460 jovens rurais. Entre 2011 e 2014, em contratos de ATER não específicos para o público jovem, 86.699 jovens entre 16 e 29 anos foram atendidos pela ATER, representando 19% do total de beneficiários. Dos 466 mil beneficiários atendidos entre 2011 e 2014, 24% são mulheres jovens. Somente em 2014, nos contratos de ATER não específicos para o público jovem, 51.872 jovens entre 16 e 29 anos foram atendidos, representando 20% do total de beneficiários. Neste ano, 68% dos atendimentos foram dedicados às mulheres jovens.

Quantidade alcançada

86.699

Data de Referência

30/12/2014

- **Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o atendimento a 600 mil famílias utilizando a metodologia do Pronaf sustentável**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, por meio de duas chamadas públicas (agricultura sustentável e crédito fundiário) foram contratados serviços para o atendimento a 90.400 agricultores familiares. Em 2013, novos serviços foram contratados para mais 23.400

agricultores nas chamadas públicas das cadeias do leite e café e para o crédito fundiário (PNCF).
Quantidade alcançada

113.800
Data de Referência

15/08/2014

- **Implementar plano de formação e qualificação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e estabelecer parcerias, considerando as especificidades das comunidades indígenas e quilombolas e das mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

A proposta do Plano Nacional de Formação de Agentes de ATER já foi aprovada, em primeira instância, no comitê de ATER do Condraf, que conta com a participação de diversos representantes da Embrapa, do MDA, e da sociedade civil, que participam de entidades com experiência em ATER indígena, quilombola e de mulheres que qualificaram o plano de formação de agentes para estes públicos específicos. A proposta foi submetida ao CONDRAF em novembro de 2013 e foi aprovada mediante ajustes sugeridos pelo conselho. No 1° semestre de 2014, a proposta foi aprovada pelo Comitê de ATER do Condraf e está sendo implementada.

- **Incentivar as Escolas Famílias Agrícolas (EFAS), Casas Familiares Rurais e do Mar (CFR e CFM) a destinarem vagas exclusivas para estudantes quilombolas**

Análise Situacional da Meta

Não houve avanço no andamento desta meta.

- **Prestar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) qualificada e continuada para 1,5 milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, garantindo atendimento obrigatório a pelo menos 30% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Somadas as 565.866 famílias de agricultores familiares assistidas pelos contratos de ATER e acordos de cooperação vigentes entre 2011 e 2014, 500.142 famílias e agricultores familiares assistidos por convênios vigentes entre 2011 e 2014, e 438,4 mil famílias de assentados da reforma agrária assistidos em 2014, chega-se a um público de 1,5 milhão agricultores familiares beneficiados com assistência técnica.

Entre 2011 e 2014, 472.897 agricultores familiares, sem repetição, foram registrados no Sistema Informatizado de ATER (SIATER). Destes, 48% são mulheres, e 19% são jovens entre 16 e 29 anos.

Em 2014, estiveram vigentes 211 contratos para atendimento a 279,5 mil agricultores familiares, dos quais 95% tiveram um ou mais atendimentos ainda no ano de 2014, 56% são mulheres, e 20% são jovens entre 16 e 29 anos. Dentre os jovens, 68% são mulheres. Estiveram vigentes ainda convênios para atendimento a mais de 500 mil agricultores familiares, que, somados as 279,5 mil famílias com ater garantida por contratos e acordos de cooperação, totalizam 779.612 agricultores familiares atendidos em 2014.

Em 2014 foram assistidas 438,4 mil famílias assentadas da reforma agrária, maior cobertura de assistência técnica na história da reforma agrária.

Dos assentamentos criados entre 2011 e 2014, 79% possuem têm ATER garantida para o próximo período. Foram empenhados em 2014 R$ 272 milhões para assistência técnica para assentados, dos quais R$ 139 milhões no âmbito do Plano Brasil sem Miséria (PBSM). Do total de famílias assentadas atendidas em 2014, 93 mil possuem o perfil do público do PBSM. Dessas, cerca de 13 mil receberam os recursos não reembolsáveis do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

No período de 2011 a 2014, destaca-se a contratação de ATER para o público extrativista, no âmbito do Programa Bolsa Verde, respeitando as especificidades produtivas e culturais das comunidades que desenvolvem o extrativismo e a conservação ambiental em Unidades de Conservação e Projetos de Assentamento Agroextrativistas, localizados nos Estados do Acre, Amazonas e Pará.

Quantidade alcançada

1.504.408

Data de Referência

30/12/2014

- **Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres**

Análise Situacional da Meta

Desde 2011, foram capacitados 3.312 agentes de ATER para atuar no Plano Brasil sem Miséria (PBSM) em 114 cursos de orientação inicial, sendo um curso com foco na abordagem para agricultores da pesca artesanal, um com foco nos serviços de ATER para quilombolas, e um com foco em ATER indígena.

Em 2014, foram capacitados 1.353 agentes de ATER em cursos de orientação inicial para atuação em chamadas públicas, oficinas de consertação, e em eventos temáticos sobre agro-ecologia , sustentabilidade, leite, café babaçu, diversificação da cultura do tabaco e metodologias de ATER, além de constituir 12 grupos gestores estaduais.

Entre 2011 e 2014 foram capacitados efetivamente 4.665 extensionistas agentes de desenvolvimento rural na agricultura familiar.

Em 2015 serão formados mais 3.547 agentes de ATER, fruto das ações iniciadas em 2014, totalizando 8.212 agentes de ATER com formação garantida no período 2011-2014.

No âmbito de formação de agentes de de desenvolvimento rural pelo PRONATEC-CAMPO, a modalidade de pronatec realizada pelo MDA, foram realizadas matrículas de 27.477 alunos nos mais diversos cursos.

Os cursos profissionalizantes abrangidos nesse universo são agrários e não agrários, visto que o campo é mais do que um espaço de produção, é um espaço de vivência e como tal necessita de cursos que ajudem seus habitantes a construírem uma ruralidade mais completa.

O Pronatec campo começou tímido, 168 matrículas em 2012, nos primórdios do programa. No ano seguinte houve um salto, foram 7.110 matrículas. Em 2014 o número subiu para 20.199 matrículas realizadas e a expectativa para 2015 é de cerca de 30 mil matrículas para a Agricultura Familiar no Pronatec Campo.

Fruto das parcerias com CNPq, considerando os editais avaliados, podemos inferir que para os 672 projetos a abrangência de capacitação foi de 175.600 agricultores familiares, 15.000 estudantes e 11.000 técnicos ou professores universitários.

Fruto das parcerias com o MEC nos editais PROEXT, considerando os editais avaliados, podemos inferir que para os 208 projetos totais foram beneficiados 117.968 agricultores/as familiares, 1690 docentes, 7452 discentes de graduação, 1099 discentes de pós-graduação e 890 técnicos.

Quantidade alcançada

35.689

Data de Referência

30/12/2013

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A ênfase dada à informação qualificada e capacitação dos empreendimentos dos agricultores e agricultoras familiares para sua inserção nos mercados institucionais tem revelado o aspecto mais positivo desse objetivo, pois, com mais conhecimento e qualificação, os agricultores familiares e suas organizações econômicas tem podido crescentemente acessar aos programas governamentais de compras e, assim, se beneficiar do seu potencial de agregação de renda e ampliação de mercados. Dessa forma, esses agentes econômicos têm aperfeiçoado seus instrumentos de logística e marketing.

Ainda pesa, contudo, a lacuna de organização sócioprodutiva existente em algumas regiões do país, notadamente naquelas onde residem as populações de mais baixa renda, fator que restringe a ampliação dos beneficiários das diversas políticas públicas nessa área.

Justamente por essa situação de carência de informações por parte dos agentes, em termos das possibilidades de compras da agricultura familiar, dados os marcos institucionais existentes, tem-se dedicado grande esforço no sentido de informar e capacitar gestores públicos e dirigentes de organizações dos agricultores familiares para, de um lado, ampliar-se os editais e as compras diretas de produtos da agricultura familiar e, de outro, permitir que os agricultores planejem a produção e a logística de distribuição em função desses mercados. Cabe enfatizar, no caso do PNAE, que tal esforço se dá em parceria com o FNDE, DFDA e CECANEs – Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar, com ações junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e Entidades Executoras de ATER, visando alcançar e/ou ampliar o montante mínimo de 30% do repasse de recurso da alimentação escolar em compras da agricultura familiar.

Importante destacar que, na medida em que os agentes de comercialização se tornam mais eficientes e participam de mercados mais abrangentes e estruturados, também inserem um maior número de agricultores familiares em circuitos de comercialização rentáveis, tanto nos relativos às compras públicas, quanto nos relativos às compras privadas. Nessa perspectiva, é fundamental a ação das cooperativas dos agricultores familiares, que organizam os produtores e a produção segundo as exigências da demanda. Para dar suporte a esse processo, há um conjunto de políticas que, especialmente por intermédio do Programa Mais Gestão, procuram suprir, de maneira transversal, as diferentes necessidades. Com essa estratégia, permite-se a articulação de um conjunto de instrumentos de políticas públicas (assistência à gestão, crédito, formação, etc.) em torno de bases produtivas e de um objetivo de mercado previamente dimensionado.

Colabora também para o objetivo, o fortalecimento da imagem da agricultura familiar nos canais de comercialização por meio do Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), e as ações de discussão e reformulação do marco regulatório relacionado ao funcionamento das agroindústrias familiares e agroindústrias de pequeno porte.

Em relação à inclusão da agricultura familiar nos circuitos de produção, consumo e comercialização de energia a partir de fontes renováveis, destaca-se o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o Selo Combustível Social. Seus instrumentos dão sinergia para ações de incentivo à culturas perenes produtoras de óleo e biomassa como a palma

de óleo (dendê) e a macaúba (esta última com grande interação com as ações da sociobiodiversidade), com potenciais nas indústrias alimentícia, química e energética.

Para outras formas de produção de energia, as ações estão voltadas para estudos, diagnósticos, e apoio a projetos de produção de biomassa para biogás/biometano e bioquerosene de aviação (BioQav), florestas energéticas, energia eólica e solar.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o percentual de acesso do público da reforma agrária às políticas de compras públicas**

  Análise Situacional da Meta

  No PNAE, está-se buscando construir uma estratégia conjunta entre Incra e MDA. No âmbito do PAA, de um total de 122 mil famílias beneficiadas, 22%, são da reforma agrária.

- **Apoiar 6,8 mil organizações da agricultura familiar para a diversificação e organização econômica, inserção no mercado privado, comercialização, agroindustrialização e desenvolvimento de atividades não agrícolas, garantindo a participação de pelo menos 30% de organizações de mulheres rurais**

  Análise Situacional da Meta

  1.Realização feiras comerciais:

  a)eventos de negócios sem venda direta ao consumido

  •ABAD–33ª Convenção Anual do Atacadista Distribuidor

  Participação de 14 organizações da AF, representando 5 mil famílias, incluindo grupos de extrativistas e indígenas de Rondônia. 159 contatos comerciais

  •APAS–30º Congresso e Feiras de Negócios em Supermercados 2014

  Participação de 6 organizações da AF, representando 4.420 famílias, incluindo grupos de extrativistas do Cerrado – 93 contatos comerciais

  b)eventos de venda direta ao consumidor com encontros de negócios

  •Semana Internacional do Café 2014 . Participação de 8 organizações da AF, representando 10.477 famílias

  c)eventos de negócios com venda direta ao público consumidor

  •Feira Bio Brazil Fair 2014-10ª Feira Internacional de Produtos Orgânicos e Agroecologia 2014 Participação de 10 organizações da AF, representando 5.070 famílias. 400 contatos comerciais

  d)eventos de comercialização direta ao consumidor

  •Dez Quiosques de Comercialização da Campanha Brasil Orgânico e Sustentável em 10 cidades-sede da Copa do Mundo 2014 (Brasília, Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Manaus, Fortaleza, Natal e Curitiba) Participação de 31 organizações da AF

  A participação em feiras e eventos comerciais promove a divulgação e comercialização dos produtos da AF, o fechamento e prospecção de negócios, melhoria da qualidade de seus produtos e serviços, inovação tecnológica, troca de experiências, oportunidade de lançamento de novos produtos, missões, visitas técnicas, encontros e rodadas de negócios.

  2.Talentos do Brasil Rural–TBR: Inserção de produtos e serviços da AF no mercado turístico, permitindo aos empreendimentos da AF a agregação de valor

  O TBR tem abrangência nacional, com foco no mercado das 12 cidades sede da Copa do Mundo de 2014, beneficiando 83 organizações da AF, cerca de 25 mil famílias

3.Talentos do Brasil (moda e artesanato): possibilita o intercâmbio e o aperfeiçoamento do saber-fazer entre as mulheres manufatureiras, bem como a valorização da diversidade cultural no Brasil, na busca de resultados efetivos: produtos de qualidade, de valor agregado, que gerem trabalho e renda
Atualmente, o projeto une agricultoras-artesãs de 12 Estados (AM, TO, PA, MA, PI, PB, BA, PE, MS, MG, RJ e RS), onde estão estruturados 18 grupos, beneficiando 2 mil famílias
A maior parte dos empreendimentos do TBR e Talentos do Brasil são organizações de mulheres rurais, cerca de 110 organizações da AF

•Festa da Uva 2014 2014, Caxias do Sul-RS. Participaram 13 organizações da AF
•10ª Natural Tech 2014, São Paulo-SP. Participaram de 13 organizações da AF

4.Além da participação em feiras e eventos é feita a promoção comercial por meio da venda em mercados institucionais e apoio por meio de programa de assistência técnica que visam à organização economia (Mais Gestão). Até dezembro de 2014, os programas que atendem as organizações da agricultura familiar atenderam mais de 6.780 organizações da agricultura familiar. Foram apoiadas 3.501 organizações pelo Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, 3.126 pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, 488 pelo Programa Mais Gestão. Os dados de 2014 para PNAE não foram apurados. O número total de organizações apoiadas é diferente da soma de organizações apoiadas em cada ação destacada, uma vez que algumas organizações foram apoiadas por mais de uma ação, portanto foram contadas uma única vez no total a fim de evitar dupla contagem.

Quantidade alcançada

7.233

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar a adequação das legislações sanitária, tributária, fiscal e previdenciária para atendimento das especificidades da agricultura familiar e revisão/elaboração de instrumentos legais relacionados**

Análise Situacional da Meta

I) Legislação Previdenciária

i. Acordada com o Ministério da Previdência Social e Secretaria da Fazenda a adequação para a manutenção da seguridade especial dos agricultores familiares com agroindustrialização, turismo rural e artesanato, por meio da Lei nº 12.873, de 24 de Outubro de 2013.

II) Legislação Sanitária

i. Realização de seminários conjuntos entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA e a Confederação Nacional de Municípios – CNM, envolvendo o SISBI-POA (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal) que ocorreu entre os dias 16 de julho a 24 de setembro em 32 cidades do país.
A proposta dos Seminários foi à ampliação do acesso dos municípios aos instrumentos e programas disponíveis para viabilizar uma maior participação da Agroindústria Familiar nos mercados institucionais e privados de comercialização. Os Seminários buscaram orientar os Gestores Municipais (Prefeitos e Secretários de Agricultura), Veterinários, Agrônomos, representantes da Fiscalização e Vigilâncias Sanitárias municipais e estaduais, técnicos agrícolas, sindicatos, associações, agricultores familiares e demais setores voltados à agropecuária para implantação adequada dos Sistemas de Inspeção Municipal, Constituição de Consórcios Municipais e adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA) do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA), condição fundamental para garantia da qualidade da produção e acesso aos mercados municipal, estadual e

federal. Participaram 3.405 pessoas

ii. Proposta de simplificação dos requisitos para adesão ao SISBI/POA/SUASA por meio da revisão da Instrução Normativa n°36, que estabelece os requisitos para a adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em reunião extraordinária do Comitê Técnico Consultivo do SISBI-POA do dia 07 de fevereiro de 2013.

iii. Participação desde 28 de janeiro de 2013, na construção da proposta da Minuta do Projeto de Inclusão Produtiva com Segurança Sanitária da ANVISA, que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências. Essa proposta foi aprovada no dia 22 de agosto na reunião pública da Diretoria Colegiada da ANVISA e encaminhada para Consulta Pública n° 37, de 26 de agosto de 2013.

iv. Publicação da RESOLUÇÃO-RDC N° 49, de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário e dá outras providências.

v. Publicação da Lei n° 12.959, de 19 de março de 2014, que altera a Lei no 7.678, de 8 de novembro de 1988, para tipificar o vinho produzido por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, estabelecer requisitos e limites para a sua produção e comercialização e definir diretrizes para o registro e a fiscalização do estabelecimento produtor.

vi. O MDA iniciará tratativa com o MAPA juntamente com a Coordenação do SISBI-POA/SUASA para apresentar Minuta de Regulamento do art. 7° do Decreto 5.741/2006 – SUASA, que trata de normas específicas para Estabelecimentos Agroindustriais Rurais de Pequeno Porte e Processamento Artesanal.

III) Legislação Tributária/Fiscal – perspectivas para 2015
i.Revisar/discutir no âmbito da SAF/MDA proposta de adequação da legislação fiscal/tributária e sobre o MEI/EI (microempresa/empreendedor individual) para os agricultores familiares com agroindústria.
ii. Discutir e acordar no âmbito dos Ministérios e outros órgãos envolvidos a proposta de adequação da legislação fiscal/tributária.

Expectativas para próximo período
••Elaborar em parceria com a Embrapa Agroindústria de Alimentos/RJ novos perfis agroindustriais com respectivos manuais de Boas Práticas de Fabricação – BPF.
•Parceria com Embrapa Agroindústria de Alimentos/RJ, para o desenvolvimento de tecnologias, com pesquisa de equipamentos acessíveis à agroindústria familiar.
•Parceira com Embrapa Alimentos, para a internalização das Boas Práticas de Fabricação – BPF, nas agroindústrias familiares;
•Elaboração de materiais didáticos/informativos sobre as legislações específicas para agroindústria de pequeno porte;
•Manutenção do apoio aos Serviços de Inspeção Estaduais (SIE) e Serviços de Inspeção Municipais (SIM) para otimização da atuação dos agentes de serviços de inspeção municipais em estabelecimentos de SIM e SIE e as agroindústrias familiares à obtenção da adesão ao SISBI-POA/SUASA;
•Apoiar, através de chamada pública, os Serviços de Inspeção Municipais (SIM), para que o maior número possível de serviços solicite adesão ao SISBI/POA/SUASA.

- **Apoiar a ampliação da criação das agroindústrias familiares das comunidades indígenas e sua manutenção, respeitando a dinâmica cultural e divisão do trabalho de cada povo**

Análise Situacional da Meta

Para a realização da meta estão colocados desafios como: a forma de organização dos grupos indígenas e de suas entidades de apoio; o desenvolvimento de proposta que respeite a identidade, a integridade cultural e as legislações sanitárias, realização de estudo que deve anteceder o projeto de agroindústrias indígenas e o acesso à DAP e à ATER e outras políticas. Não houve andamento da meta.

- **Criar estratégia para identificar e valorizar os aspectos culturais e ambientais dos produtos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas, visando a ampliar a comercialização de gêneros alimentícios no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

Análise Situacional da Meta

Em 2009 foi criada a Lei 11.947 que estabelece percentual mínimo de 30% na compra da agricultura familiar para a alimentação escolar. Essa lei também prioriza a aquisição de produtos de comunidades quilombolas e indígenas.

Em 2014 foi construída uma agenda conjunta com objetivo de ampliar o acesso do público quilombola nas compras Públicas. Para tanto, foi firmada neste ano uma rodada de cinco oficinas denominadas “Oficinas de Comercialização Quilombolas”, das quais foram realizadas: 1. Curaça/BA; 2. Catuti/MG; Alcântara/MA e Porto Alegre/RS. A quinta oficina será realizada em março de 2015 em Eldorado/SP.

- **Distribuir sementes para 220 mil famílias no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

Por obediência ao calendário de plantio/regime de chuvas e ano safra, de julho de 2012 a julho, de 2013 foram distribuídas 1,395 toneladas de sementes de milho e feijão para 93 mil famílias assistidas pelo PBSM.

As sementes de milho, feijão e hortaliças foram integralmente distribuídas a famílias em situação de extrema-pobreza nos anos 2011, 2012 e 2013, conforme a localização na região do semi-árido e tempo hábil para o plantio dentro do calendário de chuvas e prazo para para perda de germinação das sementes. Não houve renovação de contratos para produção de sementes.

Quantidade alcançada

93.000

Data de Referência

31/12/2013

- **Implantar compra mínima de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) diretamente da agricultura familiar em 100% do território nacional, com 60% das capitais comprando conforme o artigo 14 da Lei 11.947/09 de agricultores familiares do próprio estado**

Análise Situacional da Meta

Segundo dados levantados pelo FNDE, 16 capitais adquiriram produtos da agricultura familiar, em 2012. Na média, adquiriram cerca de 20%, sendo que cinco delas adquiriram mais de 30% da agricultura familiar. Os dados de 2012 ainda são preliminares, já que o FNDE não consolidou a prestação de contas. Com relação aos municípios, cerca de 3.000 (que corresponde a aproximadamente 54% dos municípios), adquiriram produtos da agricultura familiar. O montante adquirido da agricultura familiar no Brasil foi de R$ 310 milhões, o que corresponde a 10% do recurso total disponibilizados pelo FNDE para alimentação escolar.

Em 2013, foram adquiridos da AF 13% do total dos recursos repassados pelo FNDE para alimentação escolar.

De acordo com os dados da prestação de contas do FNDE (2013), R$ 460 milhões foram adquiridos de DAPs físicas e jurídicas. Os dados de 2013 ainda são preliminares, já que o FNDE não consolidou a prestação de contas. Das 27 capitais (incluindo o DF), 25 (92,59%) adquiriram da agricultura familiar um total de R$ 42,2 milhões, sendo que R$ 40,8 milhões foram adquiridos por meio de organizações da agricultura familiar (DAPs Jurídicas) e apenas R$ 1,4, foram adquiridos de DAP físicas. Neste último caso, pelas capitais de Macapá/AP, Porto Velho/RO e Palmas/TO, todas da região norte. Os dados de 2014 só serão disponibilizados pelo FNDE no segundo semestre de 2015).

Quantidade alcançada

93

Data de Referência

09/02/2015

- **Implementação do sistema de monitoramento da comercialização de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar (AF) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/2009, garantindo a visibilidade da participação das mulheres**

Análise Situacional da Meta

A Resolução nº 26 do FNDE está em fase de discussão, visando a sua reformulação. O tema "monitoramento" relacionado ao controle do limite de venda por DAP/ano está disposto em seu Art. 32: "Art. 32 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/ano e será controlado pelo FNDE e MDA, conforme Acordo de Cooperação firmado entre estes." A execução do objeto da meta aguarda definição de tais reformulações que envolvem a citada Resolução.

- **Inserir 10 cooperativas nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis**

Análise Situacional da Meta

Para algumas formas de produção e consumo de fontes renováveis de energia, já existem políticas, programas e instrumentos estruturados. Para o incentivo a culturas perenes produtoras de óleo/biodiesel e biomassa energética como a palma de óleo (dendê) e a macaúba, algumas ações vêm sendo feitas com apoio e sinergia dos instrumentos do Plano Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB.

Para outras formas, as ações estão voltadas ao monitoramento dessa produção, e principalmente, o autoconsumo e a possível venda de energia ou fontes energéticas não renováveis. Nestes casos, antes da estruturação de políticas, programas e instrumentos de fomento, estão sendo trabalhadas, num primeiro momento, ações de identificação, diagnóstico e monitoramento: são os casos da biomassa para produção de biogás, e as ações de energia eólica e solar.

Os trabalhos de estudos, diagnósticos e prospecções sobre biomassa, florestas energéticas e o biogás estão mais avançados, pois partem de ações já estruturadas a partir de incentivos de programas existentes, consultorias contratadas, projetos aprovados e acordos de cooperação técnica realizados. Os trabalhos de estudos, diagnósticos e prospecções sobre energia solar e energia eólica ainda são iniciais e não apresentam resultados em números.

No caso da produção de culturas perenes para produção de óleo/biodiesel e coprodutos energéticos, existe atualmente uma cooperativa na Região Sudeste que produz, vende e/ou autoconsumo óleo e o endocarpo dos frutos da palmeira macaúba. O óleo pode ser utilizado para a produção de biodiesel e o seu endocarpo é muito apreciado e utilizado como carvão pelo seu alto poder calorífico. A cooperativa em questão é a Cooper Riachão de Mirabela-MG, incentivada pela habilitação criada pela Instrução Normativa do MDA nº 01 de 20 de junho de 2011.

No caso da produção de biogás, foram identificadas 10 cooperativas na Região Sul que produzem e autoconsomem o biogás, produzido a partir de dejetos e rejeitos agrícolas, pecuários e/ou agroindustriais, e que tem a finalidade na maioria das vezes de produção de energia térmica nos seus próprios processos de produção. São cooperativas que não necessariamente possuem a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para pessoas jurídicas, mas que apresentam em seus quadros número significativo de cooperados detentores da DAP. As 10 cooperativas identificadas e acompanhadas (e suas unidades e filiais) estão distribuídas da seguinte forma:

03 no Paraná: Cooperativa Lar (Abatedouro de aves de Matelândia-PR; UPLs de Itaipulandia-PR, Missal-PR, Serranópolis-PR); Cooperativa Cvale (Aminodaria Navegantes de Assis Chateaubriand-PR; Aminodoaria São José de Terra Roxa-PR) e Cooperativa Coopagril (Marechal Cândido Rondon-PR).

03 no Rio Grande do Sul: Cooperativa Languiru (Teutônia-RS); Cooperativa Ecocitrus (Montenegro-RS) e Cooperativa Santa Clara (Carlos Barbosa-RS e Selbach-RS).

04 em Santa Catarina: Cooperativa Coopercampos (Campos Novos-SC); Cooperativa Cooperdia (Concórdia-SC); Cooperativa Cooperalfa (Palma Sola - SC) e Cooeprativa Aurora (Chapecó-SC).

Para se construir políticas, programas e instrumentos de apoio às organizações econômicas produtoras de biogás, ressalta-se a necessidade de devida especificação e normatização do biogás e biometano, bem como todas as regras para a segurança de equipamentos. O MDA vem fazendo reunião com atores privados e públicos envolvidos no tema para discussão de ações. Com a recente criação da Associação Brasileira do Biogás (ABIOGAS), certamente os avanços virão de forma mais rápida nos próximos anos.

Ante o exposto, por não existir ainda uma política pública ou programa consolidado que centralize e coordene os esforços de incentivo e fomento à inclusão da agricultura familiar nas cadeias de energias renováveis, os esforços estão sendo concentrados para identificar e diagnosticar as experiências existentes, assim como as necessidades de criação e/ou adequação de marcos regulatórios de incentivo.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	1	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	1	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	1	unidade	1	31/12/2014
Região Sul	5	unidade	10	31/12/2014

- **Inserir 5000 famílias da agricultura familiar nas cadeias produtivas e mercados de energias renováveis**

Análise Situacional da Meta

Com incentivos e sinergia do PNPB, foi criado em 2010 o Programa Nacional de Produção Sustentável da Palma de Óleo. O MDA participou ativamente de sua construção e acompanhamento com vários instrumentos de apoio para a cadeia: criação da linha de crédito Pronaf Eco Dendê, a capacitação de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural e o monitoramento e articulação com atores envolvidos no tema. Com essas ações se estruturando nos últimos anos, atualmente 1.267 agricultores familiares produzem palma de óleo (dendê) na Região Norte (financiados pelo Pronaf Eco Dendê), mais especificamente no Estado do Pará, com o objetivo de produção de biomassa para fornecimento à indústria que por sua vez produzirá alimento e/ou energia renovável (biodiesel e biomassa com potencial para energia térmica e elétrica).

Também com incentivos e sinergia do PNPB, estão sendo feitas várias ações de apoio à cadeia da macaúba, voltadas à construção de Boas Práticas de Manejo, zoneamento agrícola, perfil agroindustrial e política de garantia de preço mínimo (PGPMBio). Atualmente 350 famílias de quatro municípios de Minas Gerais (Montes Claros, Mirabela, Brasília de Minas e Coração de Jesus) participam da cadeia de energia renovável produzindo frutos de macaúba, por meio da Cooperativa Cooper Riachão, para a indústria de óleo e/ou biodiesel e para o carvão vegetal.

Em relação ao biogás, são identificados atualmente 86 agricultores familiares produzindo biogás, que fazem uso econômico a partir de biodigestores. Essas 86 experiências puderam ser identificadas a partir do Acordo de Cooperação

Técnica com a Itaipu Binacional e 33 delas se encontram no Projeto Ajuricaba em Marechal Cândido Rondon-PR e 53 em implantação no Projeto Entre Rios do Oeste-PR.

De forma complementar, por meio de uma prospecção de campo e em fontes secundárias, estima-se que a Região Sul possui ainda aproximadamente 750 biodigestores produtores de biogás, a partir das experiências do Paraná (Granja Colombari, Granja Marmentini, Fazenda Star Milk, Granja Elton Stein, Granja Romário Shaffer, Granja Bombardelli e Granja Simonetto) de Santa Catarina (Granja São Roque) e do Projeto Alto Uruguai da Eletrobrás no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Quantidade alcançada

2.453

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	250	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	500	unidade	1.267	31/12/2014
Região Sudeste	250	unidade	350	31/12/2014
Região Sul	3.000	unidade	836	31/12/2014

- **Inserir 90 cooperativas da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel**

Análise Situacional da Meta

Será possível ter uma atualização de cooperativas novas/entrantes no programa em 2014, somente no primeiro trimestre de 2015, data limite prevista na Portaria do MDA nº 60 de 06 de setembro de 2012 para envio das informações por parte das indústrias e cooperativas referentes ao ano precedente.

Destaque para a Chamada Pública de ATER SAF/MDA 07/2012 que possibilitou a contratação de entidade executora do Projeto de ATER para gestão de 24 cooperativas de agricultores familiares participantes do PNPB nas Regiões Centro Oeste, Nordeste e Semiárido, com foco no fortalecimento gerencial desses empreendimentos e sua qualificação no programa.

Quantidade alcançada

77

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem a perspectiva de contribuir para a promoção da autonomia econômica das mulheres rurais por meio da atuação em três grandes frentes. A primeira delas é a ação de Organização Produtiva que, por meio de convênios, atua no apoio aos grupos produtivos de mulheres, na organização de suas redes e feiras. Uma segunda frente implementa o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural especializada para Mulheres, a ATER para Mulheres, que visa a qualificar e a apoiar a produção, o beneficiamento e a comercialização de produtos, prioritariamente agroecológicos, de organizações produtivas e econômicas de mulheres. Em ambas as frentes, é fundamental o oferecimento de recreação infantil que possibilite a participação efetiva das mulheres nas atividades propostas. Por fim, a terceira frente se dedica a

concretizar o acesso ao crédito para as mulheres. Isto ocorre por meio do PRONAF Mulher, uma linha específica do crédito PRONAF para as mulheres agricultoras. Ressalta-se que o envolvimento da DPMR e dos movimentos de mulheres rurais na construção do Plano Safra 2014-2015, na Planapo (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica) e no PNDRSS (Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário) garantiu maior espaço para as mulheres rurais nas políticas públicas.

Metas 2012-2015

- **Atender 1.500 organizações com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), crédito, comercialização e gestão**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o edital do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais apoiou três modalidades: Apoio a Grupos Produtivos, Apoio a Redes de Organização Produtiva e a Feiras da Economia Feminista e Solidária, com o objetivo de apoiar grupos produtivos de mulheres por meio de formação, capacitação, estudos e pesquisas, promoção comercial e acesso às políticas públicas, com vistas a ampliar o protagonismo das mulheres na economia rural, por meio de:

- Apoio à produção agroecológica;
- Apoio à gestão e à comercialização, baseados nos princípios da economia feminista e solidária e da agroecologia;
- Troca de informações, conhecimentos técnicos e organizacionais;
- Fortalecimento das cadeias produtivas em que as mulheres estão inseridas;
- Qualificação dos processos de beneficiamento e transformação de produtos.

Em 2014, foram contratados 10 projetos, beneficiando 355 grupos produtivos, em 25 Estados e 6 Territórios da Cidadania.

Além do suporte a projetos, o Programa de Organização Produtiva também tem promovido formações diversas em políticas públicas e realizado mapeamento de grupos produtivos, identificando demandas de documentação, formalização jurídica, acesso a políticas públicas. Pontua-se que, para fins de monitoramento, temos considerado que, em média, 01 grupo produtivo é constituído por 10 mulheres.

Quantidade alcançada

1.355

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	150	unidade	228	31/12/2014
Região Nordeste	750	unidade	648	31/12/2014
Região Norte	150	unidade	40	31/12/2014
Região Sudeste	225	unidade	219	31/12/2014
Região Sul	225	unidade	220	31/12/2014

- **Atender 3.200 organizações produtivas de mulheres com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram lançadas duas chamadas públicas para a contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Setorial para Mulheres, com o objetivo de fortalecer a organização produtiva das trabalhadoras rurais, promover a agroecologia e a produção de base ecológica, ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente as voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos.

Oito projetos foram contratados eatenderão 232 grupos produtivos de mulheres rurais nos seguintes Territórios da Cidadania: Cocais - PI, Serra da Capivara - PI, Agreste Meridional - PE, Seridó - RN, Mato Grande - RN, Vale do

Ribeira - SP, Médio Alto Uruguai – RS e Planalto Norte - SC.

No âmbito da Política de ATER, um marco importante deu-se na II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CNDRSS em 2013, na qual foi garantido que pelo menos 50% do público beneficiário direto da ATER geral deve ser de mulheres rurais.

Além disso, foi contratado estudo qualitativo sobre a prestação de serviços de ATER, no âmbito dos contratos e convênios 2010 e 2011, com vistas a perceber sua contribuição e limites para a superação da condição de desigualdade historicamente vivenciada pelas mulheres no campo. O resultado dessa pesquisa será publicado em 2015.

Quantidade alcançada

672

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	320	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	1.600	unidade	376	31/12/2014
Região Norte	320	unidade	152	31/12/2014
Região Sudeste	480	unidade	72	31/12/2014
Região Sul	480	unidade	72	31/12/2014

- **Atender 70 mil mulheres com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher**

Análise Situacional da Meta

O registro e a obtenção de dados sobre a participação delas nessa política ainda permanece como desafio. Desde o Plano Safra 2013/2014, definiu-se que na linha Pronaf Mulher as mulheres receberiam orientação e acompanhamento financeiro no acesso ao crédito, com o limite de até R$ 30 mil em atividades específicas, operada pela metodologia do Microcrédito Produtivo Orientado, em todo o Brasil. No atual Plano Safra 2014/2015, esta mesma orientação manteve-se, assim como a meta de que 30% dos contratos das diferentes linhas do PRONAF sejam com as mulheres rurais.

Na Safra 2013/2014, considerando o acesso geral a todas as linhas do Pronaf, 27% dos contratos e 15% dos recursos foram para as mulheres rurais. Ainda não estão disponíveis os dados do Pronaf Mulher desta Safra.

Quanto à Safra 2012/2013, foram realizados 3.547 contratos Pronaf Mulher, totalizando R$ 41.248.013,79.

Ressalta-se que, desde 1º de janeiro de 2013, o BACEN tem registrado dados desagregados por sexo dos tomadores de crédito, o que tem contribuído para identificar o percentual de mulheres que acessam o Pronaf nos dois últimos Planos Safra. No entanto, há o limite dessas informações serem nacionais, sem registros de dados estaduais e/ou regionais.

Quantidade alcançada

5.669

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 200 agentes de crédito para atendimento às demandas e qualificação de oferta de crédito para mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

As reuniões técnicas sobre o Plano Safra 2014/2015 representam um importante espaço para discussão e conhecimento das normas vigentes para operacionalização das diversas modalidades do Pronaf. Em 2014, foram incluídos nessas reuniões módulos específicos sobre o acesso das mulheres ao Pronaf, com destaque ao Pronaf Mulher, com a participação de 36 agentes de crédito.

Outro espaço em que a DPMR tem participado ativamente é no Fórum do Crédito e do Seguro da Agricultura Familiar, no qual tem-se pautado e debatido diversos temas vinculados ao acesso das mulheres ao crédito.

Além disso, está em andamento estudo contratado sobre o acesso das mulheres à política de crédito, cujo objetivo é analisar a participação das mulheres no Pronaf Geral e na linha Pronaf Mulher visando a avaliar os resultados alcançados e a indicar diretrizes para ampliação da participação das mulheres e de suas organizações econômicas na política de fomento à produção.

Pontua-se que os dados dessa meta não permitem regionalização.

Quantidade alcançada

69

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 200 técnicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em metodologia de trabalho com as mulheres**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a DPMR promoveu a capacitação de 20 técnicos e técnicas das entidades executoras de serviços ATER especializada para Mulheres. Em 2013, foram realizadas capacitações para 38 técnicos e técnicas das entidades e para 6 técnicos/as fiscais de contrato, com o objetivo de apresentar a ATER especializada para Mulheres. Também foram capacitados/as na operacionalização do Sistema Informatizado de ATER do MDA – SIATER, apresentando o Manual de Fiscalização de ATER e o Guia de Operacionalização das chamadas de ATER para Mulheres. Nesta mesma ação, em 2012, foram capacitados 20 técnicos e técnicas de entidades executoras de serviços de ATER.

Quantidade alcançada

84

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	100	unidade	40	31/12/2014
Região Norte	20	unidade	15	31/12/2014
Região Sudeste	30	unidade	9	31/12/2014
Região Sul	30	unidade	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Nos últimos meses, destacam-se as ações empreendidas no sentido da implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO, dentre as quais destacam-se as três reuniões da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – CNAPO ocorridas durante o ano de 2014, as quais foram precedidas das reuniões das subcomissões temáticas. Dentre os assuntos abordados, destacam-se: a estruturação do regimento interno da comissão nacional e das subcomissões; a disponibilização de crédito rural; o incentivo à aquisição pelos mercados institucionais (Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE) de produtos agroecológicos e orgânicos; as demandas por assistência técnica especializada; programa de produção de sementes crioulas; programa nacional de redução de agrotóxicos; a promoção comercial dos produtos agroecológicos e orgânicos, entre outros assuntos relacionados ao tema.

Com relação ao aumento da participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado, destaca-se o projeto:

"Fortalecimento da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista", que foi responsável entre outros, por:

• apoiar a estruturação da Associação Brasileira da Agricultura Familiar Orgânica, Agroecológica e Agroextrativista - ABRABIO, entidade setorial que objetiva representar o setor e que é formada por 50 organizações da Agricultura Familiar, totalizando 12,5 mil agricultores familiares que conjuntamente comercializam mais de R$ 80 milhões por ano.

• apoiar a participação de 27 organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica em feiras e eventos nacionais e internacionais no período de 2012 a 2014, dentre os quais destacam-se: Biofach Alemanha, 2012 e 2014; Natural Products – Califórnia 2012; APAS 2012 e 2013; Naturaltech 2013 e Biobrazil 2014.

• foram selecionadas e diagnosticadas 31 organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica, apoiadas nas ações de qualificação em acesso a mercados nacionais e internacionais, no âmbito do projeto.

Ressalta-se, ainda, o Núcleo Copa Orgânica e Sustentável, que estruturou uma campanha de conscientização e consumo dos produtos de origem agroecológica, orgânica e da agrobiodiversidade brasileira por ocasião dos grandes eventos internacionais sediados no Brasil, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e as Olimpíadas de 2016. Para tanto, foi lançada a campanha de consumo denominada: "Brasil Orgânico e Sustentável" com o objetivo de inserir junto ao segmento de hotelaria, bares e restaurantes a oferta dos produtos agroecológicos e orgânicos. Como atividade desta campanha, foram montados quiosques temáticos onde foram apresentados e comercializados os produtos da Campanha em 10 das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Com vistas à formalização dos produtores familiares como orgânicos, foram realizadas 14 oficinas de Certificação Participativa ou por Organismos de Controle Social – OCS nos estados e uma oficina nacional, em que participaram 577 multiplicadores pertencentes à cerca de 350 instituições diferentes. E, como resultado desta ação, foram credenciados 10 novos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade – OPAC's, junto à COAGRE/MAPA. Com efeito, o total de OPAC's credenciadas passou de 4 para 14. Já os Organismos de Controle Social – OCS credenciados subiram para 183 OCS's.

Foi iniciada a oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural específicas para os agricultores familiares agroecológicos e orgânicos com atendimento previsto a 140 mil agricultores familiares agroecológicos e orgânicos estratificados em seus diversos públicos.

Apresentam-se como desafios a acessibilidade dos agricultores familiares agroecológicos e orgânicos as diversas políticas públicas existentes, tais como ATER Crédito e Mercado Institucional, fazendo-se necessário o fortalecimento da formalização desses agricultores, por meio do apoio e estruturação dos Sistemas de Certificação Participativa-SPG ou por Organismos de Controle Social – OCS. Neste sentido, foram elaborados e estão em fase final de análise e contratação dois projetos que visam ao cadastramento dos agricultores familiares no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos/MAPA.

São apresentados a seguir os principais resultados alcançados no primeiro ano de execução do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (outubro de 2013 a outubro de 2014):

Ajustes na linha de investimento Pronaf Agroecologia, com taxa de juros de 1% a.a, a inclusão da agroecologia e produção orgânica na linha do microcrédito produtivo orientado com Ater vinculada e publicação da Portaria SAF nº 38, que disciplina sobre os planos simplificados ou projetos técnicos de crédito para o financiamento de sistemas de base agroecológica ou para transição agroecológica no âmbito do Pronaf.

Identificação da produção orgânica e agroecológica pelo SEAF

PGPAF com valor diferenciado

Ater específica aos agricultores familiares agroecológicos e articulada com a pesquisa e o ensino

Implantação de 115 Núcleos de Agroecologia na Rede Federal de Educação

45 mil matrículas efetuadas em cursos de agroecologia ou com enfoque agroecológico no Pronatec

Ações específicas para mulheres e jovens
Institucionalização do PAA Sementes – R$ 10.6 mi aplicados no período
Implantação de 72 mil tecnologias de segunda água na região do semiárido
Estruturação do Programa Nacional de Sementes e Mudas
Ampliação dos mercados institucionais da produção orgânica: R$ 7.0 mi (PAA) + 104 mi (PNAE)

Metas 2012-2015

- **Articular a inserção do conteúdo da Agroecologia na educação formal e informal**

  Análise Situacional da Meta

  No período de 2012/13, no âmbito do Programa de Qualificação Profissional para a Agricultura Familiar, com o apoio do PRONATEC, foram qualificados três mil jovens agricultores familiares; 13 jovens e adultos mil participaram de cursos de formação inicial e continuada e outros quatro mil participaram de cursos de formação de agentes de ater com foco em questões como gestão e agroecologia. Até 2015, estima-se que mais de 100 mil técnicos e agricultores serão qualificados.

  Até 2014, foram fomentados nos Editais CNPq Nº 58/2010 e 81/2013 87 Núcleos de agroecologia, sem repetição, que trabalham com os agricultores familiares, em eixos como formação, extensão e organização da propriedade rural. O Edital 36 foi avaliado e resultou em 86 projetos, 17.764 beneficiados, sendo que 85% são agricultores familiares, 1.287 estudantes, e 920 técnicos/professores. Para obter uma expectativa do alcance dos demais editais CNPq, considerando os resultados obtidos no Edital 36, terão sido beneficiados pelos 628 projetos: 175.600 agricultores/as familiares, 14.967 estudantes, e 10.699 técnicos/professores universitários.

- **Aumentar a participação dos produtos orgânicos e de base ecológica no mercado**

  Análise Situacional da Meta

  Os programas de aquisição pública dos produtos oriundos da agricultura familiar, dos quais se destacam o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, foram os grandes impulsionadores dessa meta, estimulando a produção agroecológica, orgânica e do agroextrativismo por intermédio da priorização da aquisição e do pagamento de um prêmio de 30% de sobre preço para esses produtos (no caso do PAA). Atualmente esses programas representam os principais mecanismos de fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar com ênfase na dinamização do comércio local. No período de 2012 a 2014, cerca de 2.600 organizações da agricultura familiar comercializaram através de mercados institucionais sua produção orgânica. Com o objetivo de aumentar a participação dos agricultores familiares agroecológicos e orgânicos no mercado foi realizado o apoio à participação das organizações da agricultura familiar orgânica e agroecológica nas seguintes feiras e eventos realizados em 2014:

  • Biofach Alemanha 2014 – Principal Feira de Alimentos orgânicos realizada anualmente na cidade de Nuremberg, onde participaram 14 organizações da agricultura familiar, representando diretamente 7.600 famílias agroecológicas e orgânicas.

  • Green Rio 2014 – Evento de Negócios Sustentáveis, realizado anualmente na cidade do Rio de Janeiro, onde participaram 02 redes de comercialização de agricultores familiares agroecológicos, representando diretamente 180 famílias agroecológicas e orgânicas.

  • Biobrazil/ Biofach América Latina 2014 – Principal evento de negócios de produtos orgânicos do país, realizado anualmente na cidade de São Paulo, onde participaram 16 organizações da agricultura familiar, representando diretamente 8.400 famílias orgânicas

- **Cadastrar 25.000 agricultores e agricultoras familiares no Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISORG)**

Análise Situacional da Meta

A presente meta tem sido realizada através da identificação dos agricultores familiares (cadastrados no banco de dados de Diagnóstico de Aptidão ao Pronaf – DAP) que compõe o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) do Sistema Brasileiro de Orgânicos (SisOrg). A partir dessa iniciativa, as informações referentes ao mecanismo de garantia da qualidade orgânica de cada produtor(a) cadastrado como orgânico estão sendo georreferenciadas. Com tais informações, pode-se observar as localidades onde se encontra a oferta de produtos reconhecidamente orgânicos e agroecológicos, possibilitando se relacionar tais dados com a demanda de mercado e articulação com outras políticas que envolvam a mesma temática e público. Foram ainda construídos mapas a partir de dados do IBGE de produção orgânica por Unidade Federativa.

Quantidade alcançada

7.369

Data de Referência

31/12/2014

- **Consolidar um banco de informações sobre a produção orgânica e de base ecológica no Brasil, com dados desagregados por sexo**

Análise Situacional da Meta

O Cadastro de Agricultores Familiares Agroecológicos e Orgânicos está em desenvolvimento desde 2014 com previsão de entrar em funcionamento em 2015. Pretende-se identificar quem são, onde estão e o que fazem estes agricultores

- **Elaborar e implementar a Política Nacional de Agroecologia e de Agricultura Orgânica**

Análise Situacional da Meta

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) foi instituída pelo Decreto Presidencial nº 7.794, em 2012, e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), principal instrumento de articulação e execução das políticas públicas, foi lançado em 17 de outubro de 2013.

No plano da gestão e controle social, o MDA tem ainda participação ativa na a CNAPO – Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, cujo papel é: a) promover a participação da sociedade na elaboração e no acompanhamento da PNAPO e do PLANAPO; b) constituir subcomissões temáticas que reunirão setores governamentais e da sociedade, para propor e subsidiar a tomada de decisão sobre temas específicos no âmbito da PNAPO; c) propor as diretrizes, objetivos, instrumentos e prioridades do PLANAPO ao Poder Executivo federal; d) acompanhar e monitorar os programas e ações integrantes do PLANAPO, e propor alterações para aprimorar a realização dos seus objetivos; e; e) promover o diálogo entre as instâncias governamentais e não governamentais relacionadas à agroecologia e produção orgânica, em âmbito nacional, estadual e distrital, para a implementação da PNAPO e do PLANAPO.

- **Garantir o atendimento de 200 pessoas jurídicas com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento a sistemas de produção de base ecológica e orgânica.**

Análise Situacional da Meta

No período 2012/14 foi iniciada a oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural específica para os agricultores familiares agroecológicos e orgânicos, por meio das seguintes chamadas públicas:

.chamada de Sustentabilidade - destinada a atender 70.700 agricultores familiares em transição agroecológica ou inseridos na Rota de Sustentabilidade, ou seja, com acesso a tecnologias, conhecimentos e práticas sustentáveis para atividade agrícola;

.chamada de Agroecologia e Produção Orgânica – destinada a atender 55.000 agricultores familiares agroecológicos e orgânicos em 2013 e 20.000 agricultores familiares agroecológicos e orgânicos em 2014;

.chamada para Jovens Agroecológicos e Orgânicos – destinada a atender 11.000 jovens agricultores agroecológicos e orgânicos;

.chamada para Mulheres Agroecológicas e Orgânicas - destinada a atender 4.000 mulheres agricultoras agroecológicas e orgânicas.

Foi disponibilizado para a Safra 2013/14 um total de R$ 100 milhões para crédito de investimento e custeio para agricultores familiares de base agroecológica, orgânica ou agroextrativistas. Recurso suficiente para atender 70 mil unidades produtivas de agricultura familiar.

Foi lançado no Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/15, o Pronaf Agroecologia com uma taxa diferenciada de juros de 1% ao ano para apoiar investimentos em sistemas de produção agroecológica e orgânica. A previsão é que a utilização dos recursos superem R$ 100 milhões de reais.

Além dessas ações, uma iniciativa importante para referenciar a quantidade alcançada se dá pelo acesso de associações e cooperativas produtoras de orgânico ao programa de compras institucionais, com pagamento de até 30% a mais que o valor tabelado para os alimentos produzidos em sistema convencional.

Quantidade alcançada

160.700

Data de Referência

31/07/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	unidade	1	31/12/2013
Região Nordeste	75	unidade	7	31/12/2013
Região Norte	20	unidade	4	31/12/2013
Região Sudeste	40	unidade	4	31/12/2013
Região Sul	50	unidade	14	31/12/2013

- **Garantir o atendimento de 500.000 famílias com crédito, acesso a mercados e instrumentos de fomento para sistemas de produção de base ecológica e orgânica, com a participação de pelo menos 30% de mulheres rurais**

Análise Situacional da Meta

Além das chamadas listadas na meta anterior, uma iniciativa importante para referenciar a quantidade alcançada se dá pelo acesso de associações e cooperativas produtoras de orgânico ao programa de compras institucionais, com pagamento de até 30% a mais que o valor tabelado para os alimentos produzidos em sistema convencional. Embora ainda não se tenha um dado preciso acerca da quantidade de famílias atendidas pelas iniciativas acima, estima-se que ao menos 640 mil famílias tenham sido beneficiadas, considerando uma média de 4 famílias beneficiárias por organização da agricultura familiar (pessoa jurídica).

Quantidade alcançada

640.000

Data de Referência

31/07/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	25.000	unidade	16.060	31/12/2013
Região Nordeste	50.000	unidade	55.550	31/12/2013
Região Norte	250.000	unidade	8.610	31/12/2013
Região Sudeste	75.000	unidade	21.730	31/12/2013
Região Sul	100.000	unidade	56.910	31/12/2013

OBJETIVO: 0761 - Promover e garantir o espaço das políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária por meio do fortalecimento do processo de integração regional, cooperação internacional e participação nas negociações internacionais e de comércio exterior envolvendo o país.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A Assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial (AIPC) atuou: i) na coordenação da Seção Nacional Brasileira da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF MERCOSUL); ii) integrando a execução da agenda de cooperação internacional do governo brasileiro nas áreas de agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional; iii) participando da politica de comércio exterior formulada e executada pela Câmara Brasileira de Comércio Exterior (CAMEX), a qual o MDA integra.

Metas 2012-2015

- **Promover negociações internacionais e de comércio exterior, projetos de cooperação técnica e propostas de regulamentos do Mercosul que fortaleçam o espaço das políticas públicas da agricultura familiar, reforma agrária e de povos e comunidades tradicionais**

Análise Situacional da Meta

COOPERAÇÃO: No âmbito do Programa Mais Alimentos Internacional, foram realizadas duas missões no segundo semestre de 2014 em Moçambique e no Zimbábue, em que se acompanhou o transporte de maquinas agrícolas aos países. Ainda, o MDA assinou com a FAO e com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) o projeto de Intercâmbio de experiências e diálogo de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar na África. A fim de se aumentar o alcance de atividades foi discutido aportes de recurso para o Projeto de Cooperação para fortalecimento dos espaços de diálogo entre a FAO, Governos e sociedade civil: novos mecanismos de construção de políticas públicas, apoio à agricultura família e à segurança alimentar. Foi também definido ajuste complementar da Cooperação Técnica Brasil Alemanha e financiamento para dois projetos do MDA para atender as áreas de mercados da sociobiodiversidade na Amazônia e de gestão de processos de regularização fundiária.

INTEGRAÇÃO: O ano de 2014 foi pautado pela celebração do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Em 2014, no escopo das atividades da equipe de Integração Regional e no âmbito da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF), foram realizadas três reuniões da Seção Nacional Brasileira. Além disso, foram realizadas as XXI e XXII REAF, em que se aprovou três declarações de ministros sobre os seguintes temas: Ano Internacional da Agricultura Familiar, Políticas de Abastecimento e Comercialização dos produtos da Agricultura Familiar e, Políticas Públicas de Acesso à Tecnologia Apropriada para a Agricultura Familiar. Ademais, ocorreram as seguintes atividades:

- Missão de Intercambio de saberes/experiências em Politicas Territoriais e Politicas de Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional;
- Oficina sobre experiências de regularização fundiária em países da Amazônia Legal;
- I Módulo IV Curso de Formação de Jovens Rurais da REAF;
- I Reunião Ministerial sobre Agricultura Familiar, que contou com a presença de 22 países do bloco e elaborou um plano de ação sobre o tema para o ano de 2015 a fim de aprovar a instalação do Grupo de Trabalho Ad hoc de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.
- Conferência sobre Mulheres Rurais da América Latina e Caribe no Ano Internacional da Agricultura Familiar de 2014.

NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS

O MDA atuou, no âmbito da Camex, na Revisão da Lista brasileira de Exceção à Tarifa Externa Comum do Mercosul , com a manutenção e inclusão de produtos da agricultura familiar que são sensíveis ao comércio internacional, na sua maioria, marcado por práticas distorcivas e desleais de comércio. Também na Camex, o MDA acompanhou a aprovação de um novo crédito concessional para a exportação de café verde para Cuba.

O MDA atuou junto à Camex e ao Grupo Mercado Comum do Mercosul para efetivar a prorrogação da elevação da alíquota da Tarifa Externa Comum do Mercosul para 11 linhas tarifárias de produtos lácteos e 3 de pêssegos industrializados.

Durante todo o ano, o MDA acompanhou as negociações do governo brasileiro com o governo dos EUA no acordo que encerrou o contencioso do algodão e acompanhou o andamento da Negociação do Acordo de Associação Birregional Mercosul – União Europeia e o seguimento das negociações para a efetivação dos encaminhamentos da 9ª Conferência

Ministerial da OMC, principalmente relativo ao tema dos Estoques Públicos para Fins de Segurança Alimentar.

PROMOÇÃO COMERCIAL

apoio à participação de 11 cooperativas da agricultura familiar na feira Biofach Alemanha 2015•

Participação de seis cooperativas de agricultura familiar nas feiras Southern African International Trade Exhibition (SAITEX) e Africa's Big Seven 2014, em Johanesburgo, África do Sul.

Apoio à participação de 6 expositores da agricultura familiar do Brasil e REAF na feira Expoalimentaria, Peru.

E com o objetivo de incidir sobre Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 da ONU que definirá as novas Metas de Desenvolvimento Sustentável, encaminhamos subsídios ao MRE no sentido de reforçar nas propostas de metas, indicadores e meios de implementação a importância da agricultura familiar para os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental.

Por fim, no tema da elaboração dos princípios para "Investimentos Agrícolas Responsáveis" (RAI) propostos pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), que tem seu foco em investimentos, públicos ou privados, direcionados principalmente à agricultura familiar, o MDA encaminhou comentários para as consultas regionais para América Latina e Caribe em fevereiro, assim como para as duas sessões de negociações em Roma em maio e agosto, sessões das quais também participou. O texto deverá ser por fim submetido à aprovação do CSA na sua 41ª Sessão, em outubro deste ano.

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área de pastagens degradadas recuperadas pelo programa ABC	ha	01/01/2011	0	31/12/2014	1.204.209
Área plantada com grãos	ha	31/10/2010	47.415.700	31/12/2014	56.988.400
Disponibilidade de calorias per capita provenientes de produtos agropecuários brasileiros	kcal/hab.dia	31/12/2010	3.148	31/12/2014	3.620
Evolução da área sob utilização de sistemas sustentáveis de produção (Agricultura Orgânica + Plantio Direto)	%	01/01/2011	40	31/12/2014	44,03
Evolução da produção de carnes	%	30/06/2010	2,83	31/12/2014	0,74
Evolução da produção nacional de grãos	%	31/12/2010	10,45	31/12/2014	3,49
Participação das exportações agropecuárias brasileiras no comércio internacional	%	31/12/2009	5,04	31/12/2014	5,6
Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	%	31/12/2010	7,83	31/12/2014	6,59
Produção nacional de grãos	tonelada	31/10/2010	149.254.900	31/12/2014	193.386.000
Produção total de energia a partir de biomassa agropecuária	milhões de tep	31/12/2009	79	31/12/2013	86
Taxa de desfrute de bovinos e bubalinos	%	31/12/2010	13,19	31/12/2014	12,98
Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização	%	31/12/2010	11,35	31/12/2014	4,05
Taxa de variação anual da produção de produtos não alimentares e não energéticos	%	31/12/2010	3,67	31/12/2014	3,6
Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário	%	31/12/2010	10	31/12/2014	4,62
Taxa média dos juros reais de financiamento da safra	%	31/12/2010	3,37	31/12/2014	2,6
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte	milhões de toneladas	31/12/2010	4,68	31/12/2014	8,87

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a formulação de políticas públicas visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O momento e a intensidade de atuação dos mecanismos de apoio estão vinculados às condições de comercialização da safra de cada um dos produtos básicos de alimentação e das matérias-primas agrícolas amparadas. Em geral, em anos de grandes safras, tais instrumentos têm um papel mais importante na regularização dos preços.

Comparando com os anos anteriores, em 2012, além das 562 mil t de arroz e trigo adquiridas, os instrumentos de sustentação de preços utilizados envolveram cerca de 2,2 milhões de t em operações de subvenção (PEP, PEPRO, VEP, Recompra, Contrato Opção) para produtos como laranja, sisal, milho, trigo, arroz, uva e derivados. Em 2013, recorreu-se ao AGF, PEPRO e Contratos de Opção de Venda, onde o total de operações realizadas atingiu 11,6 milhões de t com destaque para o milho, em Mato Grosso, que foi alvo de 95% desses instrumentos. A sustentação de preços se deu por conta do grande volume de milho colhido na 2ª safra. Para produtos como arroz, trigo, algodão e feijão, as condições de oferta e demanda de seus mercados dispensaram qualquer tipo de intervenção oficial. Neste ano de 2014, as intervenções do governo no mercado foram menos intensas porque boa parte dos preços praticados apresentou-se igual ou acima dos preços mínimos fixados, razão pela qual as aquisições ocorreram em menor volume (153 mil t), mas de forma mais diversificada, para produtos como o milho, feijão e trigo. O milho, comprado em maior quantidade por meio da AGF-Especial, visou recompor os estoques públicos para atender ao Programa Venda Balcão que, como no ano anterior, beneficiou pequenos criadores da região da SUDENE. O feijão destacou-se nesse ano, cujas aquisições diretas se intensificaram nos últimos meses, em decorrência do grande volume excedente de safra. E, ao final do ano, o preço de mercado do trigo nos estados da região sul estava abaixo do preço mínimo, o que motivou sua aquisição via AGF. Além dessas aquisições, a Conab lançou operações com subvenção, como o PEPRO e o VEP, e também realizou operações de Compra, Venda, e Compra e Venda Simultânea, abrangendo produtos como algodão (cujo apoio pelo PEPRO atingiu 52% da produção total), borracha, laranja, milho, trigo, arroz, sisal, além de produtos diversos para composição de cestas básicas, totalizando 8.063.816 toneladas, no conjunto das operações.

Para balizar a utilização dos mecanismos de apoio a comercialização, a Conab utiliza seu acervo de informações sobre safras, estoques, comércio internacional e níveis de consumo doméstico dos produtos amparados e, também, sobre a rede armazenadora disponível. Acompanha o comportamento dos mercados desses produtos e monitora, continuamente, a situação do abastecimento público.

A guarda e conservação dos estoques de produtos passados à propriedade do Governo Federal são realizadas por empresas armazenadoras públicas ou privadas, mediante a formalização de contratos de depósitos com a Conab. Para monitorar a capacidade nacional de estocagem de produtos, especialmente de grãos, a Conab administra o cadastro nacional de unidades armazenadoras, realizando o levantamento censitário das informações e atualizando o banco de dados dos armazéns do país (neste ano foram cadastrados 2831 armazéns, 57% da meta). A Conab dispõe de uma rede própria de armazéns, boa parte em áreas não atendidas pela iniciativa privada. Em 2013, quando divulgado o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, foi lançado o Plano Nacional de Armazenagem, com o objetivo de ampliar e modernizar a rede armazenadora, aumentando a capacidade estática de armazenagem privada e pública, acompanhando o crescimento da produção agrícola. Para a Conab, foram destinados recursos da ordem de R$500 milhões, sendo R$ 350 milhões para a construção de 10 novas unidades e R$150 milhões para reformar/modernizar 80 das já existentes, fortalecendo as unidades armazenadoras em ambiente natural (grãos), abrangendo armazéns coletores e de abastecimento. Com essa medida, e por meio de contrato firmado com o Banco do Brasil, almeja-se evoluir de 2,32 para 2,97 mil toneladas a capacidade estática de armazenagem pública, ampliando o atendimento aos programas sociais do governo e de intervenção no mercado.

Metas 2012-2015

- **Atualizar mensalmente os quadros de oferta e demanda dos principais produtos da pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)**

  Análise Situacional da Meta

  Com o objetivo de acompanhar mercados e monitorar a situação do abastecimento público, desde 2012 tem sido

atualizado e informado, mensalmente, na página eletrônica da Conab e na Revista Indicadores da Agropecuária, o balanço da oferta e demanda brasileira de 8 produtos da pauta da PGPM (algodão em pluma, arroz em casca, feijão, milho, soja em grãos, farelo de soja, óleo de soja e trigo). O quadro da oferta e demanda é elaborado por produto e contempla dados referentes a estoque inicial, produção, importação, suprimento, consumo, exportação e estoque final. Com base nesses dados são elaboradas análises de mercado e conjunturas agrícolas, que auxiliam na formulação de políticas públicas de abastecimento. A Conab tem buscado sempre assegurar a qualidade da informação, por meio de metodologias que geram informações isentas e atualizadas assim como conhecimento consistente e confiável.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar nova metodologia de coleta, tratamento e disseminação de informações agrícolas e de abastecimento**

Análise Situacional da Meta

Neste triênio (2012-2014), gradativamente a Conab intensificou o processo de atualização das seguintes metodologias:

a) dos custos de produção: a revisão do método de elaboração visou torná-lo condizente com o progresso observado no campo. Durante o ano de 2014 foram realizados os acompanhamentos e atualizações das informações gerenciais do mercado de máquinas, implementos, insumos agrícolas (produção e preços pagos) e serviços, assim como foram elaborados os custos e atualizados os coeficientes técnicos de diversas culturas que estão diretamente relacionadas com as políticas e programas de governo nas áreas de agropecuária e extrativismo, proporcionando condições para o dimensionamento da renda e da rentabilidade do setor agrícola, estando os dados disponibilizados no Sistema de Informações Agropecuárias e de Abastecimento-SIAGRO.

b) da coleta e tratamento de informações sobre preços: oferece aos usuários condições para que os preços sejam compreendidos dentro da sua dinâmica de produção e comercialização. O processo de debate da tecnologia incluiu a participação das Superintendências Regionais da Companhia, de forma a buscar as especificidades locais quanto aos produtos a serem pesquisados.

c) do método estatístico para estimar a produtividade: visa imprimir qualidade à informação relacionada com a safra agrícola. Para tal, foi desenvolvido um método estatístico baseado nas séries históricas de produtividade de safras já existentes, utilizando os modelos de Box-Jenkins para análises não estacionárias e modelos Auto Regressivos Integrados e de Médias Móveis para séries temporais estacionárias.

A Conab tem buscado medidas eficazes para incrementar a potencialidade do sistema de levantamento e acompanhamento de dados agropecuários, apropriando-se de ferramentas diversificadas e utilizando recursos tecnológicos de eficiência comprovada, como modelos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistemas de informações geográficas, modelos agrometeorológicos/espectrais, dentre outros, os quais foram utilizados para os mapeamentos da safra 2013/2014 das culturas de verão de milho, soja e sorgo, cultura de arroz e também cana-de açúcar em São Paulo.

Para 2015 está prevista uma inovação do processo de monitoramento de safras, tendo como origem a estratégia global estabelecida pela Food and Agriculture Organization (FAO), em parceria com o Joint Research Centre-JRC (órgão da União Européia) e University of Maryland (USA), com o objetivo de aprimorar o método de avaliação de safras da Conab. O levantamento das safras de grãos, café e cana-de-açúcar subsidia o governo, os agentes econômicos e os consumidores na tomada de decisão nas áreas econômicas, social, ambiental e política.

- **Elevar a abrangência da amostra de 70% para 90% dos municípios com produção relevante, nas pesquisas de safra para levantamento da produção de grãos**

Análise Situacional da Meta

Já em 2014 a Conab atingiu a meta de abrangência do número de municípios com produção representativa de grãos, contemplados pelas pesquisas de safra. Atualmente são 666 municípios que compõem a amostra e em 90% deles são realizados os levantamentos da safra de grãos. Novos roteiros de levantamentos da safra 2014/2015 foram inseridos

para que a amostra seja mais representativa, notadamente em Mato Grosso, com a nova fronteira agrícola de produção de soja, milho e arroz.

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) de 2.148,0 para 3.100 mil toneladas**

Análise Situacional da Meta

A Conab conta com uma rede armazenadora própria, atualmente composta por 180 armazéns, agrupados em 98 Unidades Armazenadoras, distribuídas em 26 estados da Federação e no Distrito Federal. Em 2014 houve um pequeno decréscimo da capacidade estática, de 2.319.320 toneladas, menos de 1% de redução da capacidade em relação a 2013. Tal fato decorreu da desativação do Armazém Frigorífico de Passa Quatro/MG, em razão dos baixos índices de ocupação e desempenho e também da devolução da UA Manhumirim/MG, cedida à Conab e que se encontrava desativada.

O Plano Nacional de Armazenagem (PNA) prevê investimentos de R$500 milhões no triênio 2013/2015, visando ampliar a capacidade estática da rede própria da Companhia, a qual poderá vir a atingir 2.976 mil toneladas, segundo estimativa da Conab, em que pese a meta para o final do PPA ter sido previamente estabelecida em 3.100 mil toneladas. Na gestão do PNA referente à Conab está prevista a construção de dez novas unidades armazenadoras: Luiz Eduardo Magalhães/BA (100 mil t); Anápolis/GO (50 mil t); Campina Grande/PB (60 mil t); Xanxerê/SC (50 mil t); Cerejeiras/RO (30 mil t); Itaqui/MA (100 mil t); Quixadá/CE (50 mil t); Petrolina/PE (50 mil t); Viana/ES (75 mil t) e Eliseu Martins/PI (100 mil t) e ainda a reforma, adaptação e/ou ampliação de 80 unidades da rede própria.

Quantidade alcançada

2.319.320

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	534.400	TON	651.900	31/12/2014
Região Nordeste	477.300	TON	271.080	31/12/2014
Região Norte	233.900	TON	92.940	31/12/2014
Região Sudeste	909.300	TON	703.800	31/12/2014
Região Sul	637.600	TON	599.600	31/12/2014

- **Elevar o índice de disponibilidade de armazenagem de 0,85 para 1,2 da produção agropecuária nacional**

Análise Situacional da Meta

A capacidade estática da rede de armazéns disponíveis, em âmbito nacional, foi de 149.506,6 mil toneladas e a produção nacional de grãos safra 2013/2014 atingiu 193.386,1 mil toneladas, o que equivale ao índice de disponibilidade de armazenagem de 0,77 em 2014, denotando um decréscimo em relação a dez/2013, quando era 0,78. No período de 2012 a 2014 a produção de grãos cresceu 17% enquanto a capacidade estática disponível evoluiu apenas 6%. Isso exigirá uma compatibilização da expansão da capacidade armazenadora com o aumento do quantitativo de grãos produzidos no país, visando à redução do déficit de armazenagem e ao atendimento da demanda por armazenagem no local da produção agrícola, em regiões prioritárias e de fronteiras agrícolas, em consonância com o Plano Nacional de Armazenagem.

O referido Plano tem dois eixos: 1) ampliação da rede armazenadora privada, beneficiando produtores e cooperativas com a criação de linha de crédito de R$ 25 bilhões, durante 5 anos, distribuídos em 5 parcelas de R$5 bilhões ao ano, a partir de 2014. A taxa de financiamento é de 3,5% ao ano, e o período de financiamento é de 15 anos, sendo 3 anos de carência e 12 anos de pagamento. Essa ação poderá agregar aproximadamente 13 milhões de toneladas de capacidade

estática ao ano, totalizando 65 milhões de toneladas de capacidade estática ao final dos 5 anos;

2) ampliação da rede armazenadora da Conab, com recursos previstos de R$500 milhões, sendo R$350 milhões para construção de 10 novas unidades em regiões prioritárias e de fronteira agrícola do país e R$150 milhões para reformar, modernizar e ampliar 80 armazéns da rede. Com a conclusão das obras programadas, a capacidade estática do setor público federal deverá evoluir das atuais 2,32 pra 2,97 milhões de toneladas.

Para a execução do PNA, a Conab foi autorizada a contratar o Banco do Brasil ou suas subsidiárias para atuar na gestão e na fiscalização de obras e serviços de engenharia, relacionados à construção, ampliação, reforma ou modernização de armazéns destinados às atividades de guarda e conservação de produtos agropecuários. O Contrato Administrativo assinado em 17/09/2013, entre a Conab e o Banco do Brasil, tem vigência até o final de 2015, no valor total de R$32.946.437,44.

Quantidade alcançada

0,77

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A incorporação de estações meteorológicas automáticas na Rede de Observação Meteorológica do INMET tem permitido o aumento quantitativo de dados meteorológicos coletados e desta forma, o monitoramento meteorológico passou a ser mais efetivo.

A ampliação da capacidade de monitoramento da atmosfera propicia melhores condições para o planejamento de ações e tomada de decisão governamental, visando à proteção e salvaguarda de vidas, além da orientação à agricultura e ao agronegócio, por meio da disseminação antecipada de alertas e avisos de eventos meteorológicos severos. Convém ressaltar, ainda, que a informação meteorológica/climática tem aplicações em outras áreas como saúde, transporte, energia, abastecimento de água, etc.

A ampliação da infraestrutura de observação meteorológica está em curso, ancorada na aquisição de 118 estações meteorológicas automáticas por meio de Programa de Cooperação Internacional (PCI) entre o INMET e a Organização Meteorológica Mundial – OMM. Em 2013, iniciou-se outro processo de aquisição de estações meteorológicas. Essa aquisição será realizada por meio de acordo entre o INMET e a OMM. O recurso disponível foi transferido para o PCI e deverá balizar novo processo de aquisição de mais 100 estações automáticas pelo organismo internacional em 2014.

Em 2012, foi encerrada a primeira fase da Digitalização do Acervo Histórico dos Dados Meteorológicos e 3.315.677 documentos foram separados, higienizados, classificados, arquivados e transformados em imagens digitalizadas. Também foram convertidas as imagens em microfilme dos livros M1, que contém os dados meteorológicos coletados desde 1909 até a década de 50. Está em curso a realização da 2ª fase, na qual os documentos estão em processo de digitação, de forma a integrar novos dados meteorológicos ao Banco de Dados Meteorológicos do INMET. Os documentos serão arquivados em prédio construído para esse fim, que abrigará o Arquivo de Documentos Históricos do INMET e atende ao estabelecido pela Comissão Nacional de Arquivos - CONARQ.

Considerando a importância da divulgação das informações meteorológicas e climáticas, o portal do INMET (www.inmet.gov.br/portal/) entrou em operação em maio de 2012 e teve 8.892.207 visitas (de 01/05/2012 a 31/12/2014), crescimento de 153,9% considerando-se o período de MAI/2012 a DEZ/2013. Por meio dele, o cidadão tem acesso aos dados meteorológicos atualizados e aos históricos, bem como à previsão de tempo e aos avisos de tempo severo. Estão disponíveis no portal produtos como: Banco de Dados Meteorológicos (BDMEP) e Boletins Agroclimatológicos.

Ainda no contexto de fortalecimento do uso da informação meteorológica pelo Governo e pela Sociedade Brasileira, o INMET desenvolveu e oferece novos produtos:

- Aplicativo desenvolvido por encomenda do Ministério do Meio Ambiente, disponível no endereço http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=clima/mma, com o propósito de fornecer informações climáticas para a execução de aterros sanitários de pequeno porte;

- Aplicativo INMET – Tempo e Clima, para telefones celulares, desenvolvido com apoio da FUNCEME (Fundação Cearense de Meteorologia) e disponibilizado no portal para que os cidadãos acessem as informações pelo sistema telefônico móvel;

- Resultados do modelo estatístico de previsão climática sazonal do INMET, bem como boletins de previsão de tempo, que passaram a ter 5 dias de validade sendo que, nos 2 primeiros dias, a previsão é oferecida por período, de forma que o cidadão tenha uma informação mais clara e acessível;

- Resultados do modelo numérico de Tempo COSMO na grade 7 Km e 2,8 Km estão disponíveis no menu Tempo. As previsões são para 174 horas na grade de 7 Km (intervalos de 03 horas) e para 27 horas na grade de 2.8 Km (intervalos de 1 hora). Os modelos são processados 04 vezes a cada dia (às 00, 06, 12 18 UTC);

- Aplicativo para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que utiliza informações climáticas para estimar as perdas de produtividade decorrentes de déficit hídrico, em apoio ao Seguro Garantia Safra, voltado à agricultura familiar no semiárido; e

- Novos produtos de imagens foram desenvolvidos e estão disponíveis no menu Satélite do portal;

- Novos equipamentos na banda X foram adquiridos, para recepção de imagens de satélites de órbitas baixas; estão em desenvolvimento novos produtos de imagens, que serão disponibilizados em 2015.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 465 para 965 estações**

  Análise Situacional da Meta

  A ampliação da infraestrutura de observação meteorológica está em curso. Foram adquiridas 118 estações meteorológicas automáticas da empresa finlandesa Vaisala, por meio de Programa de Cooperação Internacional entre o INMET e a Organização Meteorológica Mundial – OMM.

  Essa aquisição foi iniciada em 2012 e se encerrou no segundo semestre de 2014, quando 100 estações meteorológicas automáticas foram recebidas pelo INMET. As outras 18 estações automáticas, adquiridas graças a sobras da aquisição inicial realizada pela OMM, serão recebidas pelo INMET em 2015.

  As áreas para instalação das estações meteorológicas concentram-se nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, visando ao monitoramento meteorológico nas áreas agrícolas. O treinamento das equipes será realizado no início de 2015 e em seguida as equipes serão enviadas para campo para instalar o novo equipamento.

  Em 2014, foram instaladas 11 estações automáticas que estavam armazenadas, aguardando a identificação de áreas seguras. Essas estações faziam parte do esforço inicial de estabelecimento de uma rede de estações automáticas.

  Quantidade alcançada

  495

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Digitalizar o acervo de 4,5 milhões de documentos de registro de dados disponíveis apenas em papel**

  Análise Situacional da Meta

  Na primeira fase de implementação da meta, 3.315.677 documentos foram higienizados, separados, classificados, arquivados e foram digitalizadas 70.000 cadernetas e 260 Livros M1 . Essa fase se encerrou em 2012. A realização da 2ª fase está em curso. Os documentos digitalizados acima mencionados estão em processo de digitação, e os dados meteorológicos contidos nessas imagens estão, desta forma, tornando-se novos dados meteorológicos digitais, contidos no Banco de Dados Meteorológicos do INMET.

  Em 2014, foram executadas 12 Ordens de Serviço pela empresa contratada e o total de documentos resgatados até o

momento é de 3.873.905 e aproximadamente 32.850.000 informações foram recebidos pela base de dados.

Em 2013 foi realizada licitação de empresa de engenharia para a construção de novo prédio que abrigue o acervo histórico de documentos em papel. A construção do Arquivo Histórico foi realizada sem contratempos e a obra deverá ser entregue no primeiro semestre de 2015. O Arquivo Histórico permitirá que o acervo de documentos, que materializa as observações meteorológicas coletadas em todo o país esteja concentrado apenas em um local (campus do INMET em Brasília) e garantirá que os documentos originais sejam preservados, conforme preconizado pelo CONARQ.

Quantidade alcançada

3.873.905

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo visa mitigar fatores de risco, por meio de instrumentos como a subvenção ao prêmio do seguro rural e as orientações do zoneamento agrícola de risco climático. Em 2014 o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) apresentou melhorias importantes: suprimiu-se o sistema de valores predefinidos de subvenção por seguradoras; o critério de distribuição de recursos passou a ser norteado por culturas; iniciou-se estudo aprofundado quanto aos parâmetros mínimos de comercialização das apólices subvencionadas e revisão do estudo de áreas prioritárias, de forma a melhor adequar o Programa aos anseios do setor produtivo.

Durante os anos de 2012, 2013 e 2014, representantes do MAPA participaram de reuniões e seminários em diversas regiões do país com o objetivo de promover o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). O reflexo dessa iniciativa foi a entrada de mais três seguradoras no Programa, aumentando para dez o número de empresas habilitadas, além do destaque cada vez maior do seguro rural na mídia e dentro do próprio Governo Federal. Como resultado, houve a destinação da considerável quantia de R$ 700 milhões para custear o pagamento da subvenção econômica ao prêmio do seguro rural na safra 2013/2014.

Quanto à regulamentação do Fundo de Catástrofe do Seguro Rural (FCSR) de que trata a Lei Complementar nº 137, de 2010, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda elaborou uma proposta para a implantação do Fundo, cujo modelo está pronto desde o fim de 2012. Entretanto, por conta das alterações do PSR, ocorridas durante o último biênio, interrompeu-se o encaminhamento para poder avaliar o modelo proposto à luz dessas alterações.

Em relação ao desenvolvimento de novos mecanismos de prevenção aos riscos da atividade agropecuária e operacionalização do Sistema Observação e Monitoramento da Agricultura no Brasil (SOMABRASIL), sob a responsabilidade da EMBRAPA/CNPM, o projeto transcorreu normalmente, sendo gerados quatro relatórios no ano de 2014, mais especificamente nos meses de julho, outubro, novembro e dezembro.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área coberta pelo seguro rural de 6,7 milhões para 12 milhões de hectares**

Análise Situacional da Meta

A Lei Orçamentária Anual – LOA 2014 destinou recursos da ordem de R$ 400 milhões para o PSR, dos quais R$ 399,9 milhões foram gastos com o pagamento da subvenção, valor que proporcionou a cobertura de 4,85 milhões de hectares com o seguro rural.

No que diz respeito à regionalização, nota-se um decréscimo na área segurada em todas as regiões, de forma mais acentuada nas Regiões Centro-Oeste e Nordeste, principalmente nos estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Goiás e Mato Grosso do Sul. Por outro lado, apesar do cenário adverso, houve a cobertura de áreas significativas em quatro unidades

da federação onde tradicionalmente não havia contratação; é o caso da Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Espírito Santo, indicando uma maior espacialização das apólices de seguro rural pelo Território Nacional.

Quantidade alcançada

4,84

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2,9	milhão	1,03	31/12/2014
Região Nordeste	0,4	milhão	0,21	31/12/2014
Região Norte	0,1	milhão	0,07	31/12/2014
Região Sudeste	1,7	milhão	0,83	31/12/2014
Região Sul	6,9	milhão	2,69	31/12/2014

- **Ampliar de 56 mil para 105 mil o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção Prêmio do Seguro Rural (PSR)**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, o PSR beneficiou 39.756 produtores rurais com a subvenção ao prêmio do seguro rural, número aquém das expectativas e inferior aos valores alcançados nos três anos anteriores. Para 2015, pretende-se ampliar o benefício do programa para cerca de 80 mil produtores rurais. Também em 2015, deverá ser concluído o estudo que estabelecerá os parâmetros mínimos necessários para que os produtos de seguro estejam aptos a receber a subvenção federal e também a reformulação do estudo técnico que define as microrregiões prioritárias do Programa, medidas que visam otimizar a aplicação dos recursos do PSR.

No tocante à regionalização, nota-se um decréscimo no número de produtores em todas as regiões, de forma mais acentuada nas Regiões Centro-Oeste e Norte, principalmente nos estados do Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal. Por outro lado, apesar do cenário adverso, alguns estados produtores apresentaram um número crescente de segurados em relação ao ano anterior, com destaque para o Pará, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Além disso, pelo segundo ano consecutivo, houve a contratação do seguro subvencionado em quatro unidades da federação onde tradicionalmente não havia contratação, é o caso do Pará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, indicando uma maior espacialização das apólices de seguro rural pelo Território Nacional, o que sem dúvida é muito salutar para o Programa de Subvenção.

Quantidade alcançada

39.756

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10.000	unidade	2.934	31/12/2014
Região Nordeste	1.500	unidade	930	31/12/2014
Região Norte	500	unidade	110	31/12/2014
Região Sudeste	18.000	unidade	9.184	31/12/2014
Região Sul	75.000	unidade	26.598	31/12/2014

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2014 o valor aplicado em crédito rural foi de R$ 141,74 bilhões em operações de custeio, investimento e comercialização. Os recursos efetivamente aplicados no ano de 2014 e no anterior superam o que foi disponibilizado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, confirmando o compromisso de que não faltariam recursos para a agropecuária.
A agricultura brasileira tem crescido de forma sustentável, fortemente ancorada em aumentos crescentes de produtividade, em políticas públicas adequadas e no empreendedorismo do produtor rural, expandindo e consolidando, cada vez mais, a integração econômica regional e as áreas de fronteira agrícola.
A produção brasileira de grãos mais que dobrou em duas décadas, atingindo 188,7 milhões de toneladas em 2013, principalmente em decorrência de ganhos de eficiência, sendo que nesse período a taxa de crescimento da produtividade (3,2%), foi quase duas vezes superior à da área (1,7%). Em 2014 a expectativa era de uma produção de grãos na ordem de 193 milhões de toneladas.
O desempenho da agricultura, na atual safra e na anterior, também está fortemente relacionado com a política agrícola, cujas medidas adotadas de apoio ao produtor rural abrangem a maior disponibilidade de recursos, criação de novos programas de investimento e melhoria das condições de acesso ao crédito rural. Essas melhorias consistem na elevação dos limites de financiamento de custeio, comercialização e investimento, além de taxas de juros inferiores às de mercado, aumentando o nível de apoio ao produtor rural.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 107,2 para 140,5 bilhões de Reais, o volume de crédito rural oficial disponibilizado ao setor agropecuário**

Análise Situacional da Meta

Os dados exibem uma aplicação de recursos do crédito rural no montante de R$ 141,74 bilhões na safra 2013/2014. Esse valor representa a superação da meta prevista a ser alcançada em 2015.

Quantidade alcançada

141,74

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	22,2	R$ bilhão	35,23	31/12/2014
Região Nordeste	12,3	R$ bilhão	10,92	31/12/2014
Região Norte	4,4	R$ bilhão	6,32	31/12/2014
Região Sudeste	48,2	R$ bilhão	40,34	31/12/2014
Região Sul	53,4	R$ bilhão	48,93	31/12/2014

- **Aumentar de 750 mil para 830 mil o número de contratos de crédito rural oficial (agricultura de médio e grande porte)**

Análise Situacional da Meta

Os dados acumulados ao longo do ano de 2014 exibem um número de contratos de 784.470 unidades. Do total de contratos, a região que apresentou maior procura foi a Região Sul, confirmando o Paraná e o Rio Grande do Sul como os maiores produtores, juntamente com o estado de Minas Gerais.

Quantidade alcançada

784.470

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	97.000	unidade	124.971	31/12/2014
Região Nordeste	47.000	unidade	57.804	31/12/2014
Região Norte	16.000	unidade	30.134	31/12/2014
Região Sudeste	210.000	unidade	213.218	31/12/2014
Região Sul	460.000	unidade	358.343	31/12/2014

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Desde 2011 os preços do café no mercado internacional vem sofrendo forte depreciação, motivada pela retração nos estoques nos países importadores e pela preferência por café de outras origens de preço e qualidade inferiores ao produto nacional.

Para dar sustentação ao cafeicultor neste período, foram tomadas medidas de prorrogação de dívidas e alongamento de prazos para que se mantenha a produção em níveis desejados e os preços futuros se recuperem voltando a patamares remuneradores. Tais medidas visaram atender às necessidades prementes do setor, emanadas por meio do Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC).

Em 2014 ampliou-se o volume de recursos destinados ao setor cafeeiro no Brasil, totalizando R$ 3,82 bilhões. Os recursos oriundos do Funcafé foram distribuídos para atendimento das linhas de financiamento de: Estocagem R$ 1,3 bilhão; FAC R$ 750 milhões; Custeio 845 milhões; Capital de Giro para Indústrias de Café Solúvel 200 milhões; Capital de Giro para Indústrias de Torrefação 300 milhões; Capital de Giro para Cooperativa de Produção 400 milhões; Recuperação de Cafezais Danificados 20 milhões; Contratos de Opções e de Operações em Mercados Futuros 10 milhões. Os beneficiários dessas linhas são produtores, cooperativas, indústrias torrefadoras e de café solúvel, beneficiadores e exportadores.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 1,16 bilhão para 1,60 bilhão ao ano, o montante das linhas de financiamento com recursos do Funcafé**

Análise Situacional da Meta

Para o exercício de 2014, foram disponibilizados R$ 3,82 bilhões, entre as várias linhas de financiamento, com recursos do Funcafé (superando a meta em mais de 2 bilhões). Dos 3,82 bi disponibilizados ao setor cafeeiro, por meio da Resolução nº 4.325 de 25 de abril de 2014 e nº 4.340 de 20 de junho de 2014, R$ 3,49 bilhões foram empenhados dos quais R$ 3 bilhões foram efetivamente repassados às Instituições Financeiras até 31/12/2014

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 12.444 para 17.000 o número de beneficiários atendidos pelas linhas de financiamento, com recursos do Funcafé**

Análise Situacional da Meta

Em função da atual crise na cafeicultura e em virtude do endividamento (e consequente falta de margem) do setor cafeeiro, verificou-se que menos beneficiários tomaram um volume maior de recursos do Funcafé.

No exercício de 2012, foi atendido o total de 16.478 beneficiários pelas linhas de financiamento com recursos do Funcafé. Em 2013, foram atendidos 12.638 beneficiários, dos quais 8.659 atendidos com recursos liberados após a publicação da Resolução CMN nº 4.229. Já em 2014 foram atendidos 11.662 beneficiários, dos quais 8.145 atendidos com recursos liberados após a publicação das Resoluções nº 4.325 e nº 4.340. Asim, acumularam-se 40.778 beneficiários no período de 2012 a 2014.

Quantidade alcançada

11.662

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014 foram realizadas missões comerciais, incluindo participação em feiras de alimentos, na Rússia (em Moscou), Japão, Canadá, África do Sul, EUA e China. Essas missões comerciais dão continuidade às ações de promoção comercial do agronegócio brasileiro em mercados estratégicos selecionados, considerando dados de mercado, novas oportunidades de negócio e demandas do setor privado por ação governamental naqueles mercados. Foram priorizados mercados em regiões com alto potencial de importação dos produtos agrícolas brasileiros, tais como Ásia e o continente americano. A expansão da agricultura brasileira depende, em larga medida, da expansão das exportações, mas a existência de restrições de ordem técnica, sanitária, tarifária, além de práticas desleais de comércio como subsídios tornam o mercado internacional de produtos agropecuários altamente protegidos. Para tanto o ministério firma acordos, sejam eles bilaterais, regionais ou multilaterais, na tentativa de obter melhores condições de acesso para os produtos nos quais o Brasil possui vantagens comparativas. Com esta finalidade, essa ação contempla atividades voltadas para a participação em negociações com parceiros comerciais e em fóruns internacionais onde são discutidas e negociadas regras para disciplinar o comércio internacional, assim como na implementação, acompanhamento e administração dos acordos já firmados.

Para 2015, o calendário preliminar de promoção internacional do agronegócio prevê a continuidade e o reforço das ações nos EUA, Japão, Canadá, China, África do Sul, Rússia e Peru, bem como a ampliação da atuação no Sudeste Asiático e Oriente Médio, além de ações de imagem que agreguem valor aos produtos brasileiros em mercados de referência, como Europa, EUA e Japão.

Metas 2012-2015

- **Realizar 360 missões internacionais para promoção do Agronegócio incluindo a participação das cooperativas brasileiras**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, foram obtidos importantes resultados para o agronegócio brasileiro, considerando as negociações de abertura e manutenção de mercados para a promoção comercial dos produtos agropecuários do país. Em relação às missões comerciais, destaca-se a participação oficial brasileira em onze feiras comerciais internacionais do setor de bebidas e alimentos: Foodex Japão, SIAL Xangai e Food and Hotel China, na Ásia; Summer Fancy Food Show, SIAL Canadá e Americas Food & Beverage, na América do Norte; Prodexpo, Macfrut e World Food Moscow, na Europa; Expoalimentaria, na América do Sul; e SAITEX, na África. A meta acumulou 230 missões internacionais até 31/12/2014, sendo que 75 foram realizadas em 2012, 65 em 2013 e em 2014, 90 missões.

Quantidade alcançada

230

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	360	unidade	230	31/12/2014

- **Realizar 76 ações de promoção do agronegócio no exterior**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) realiza ações de promoção do agronegócio no exterior e também no país, voltadas para o exterior, tais como informações sistematizadas sobre os requisitos necessários para a exportação de produtos agropecuários.

As missões internacionais foram realizadas pelo MAPA em parceria com o Ministério de Relações Exteriores (MRE), com disponibilidade financeira de recursos de ambos os órgãos. Foram realizadas 60 ações de promoção até 2014,

sendo que 19 foram realizadas em 2012, 19 em 2013 e em 2014, 22 ações de promoção do agronegócio no exterior.
Quantidade alcançada

60
Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	76	unidade	60	31/12/2014

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O Plano ABC é uma política pública que apresenta o detalhamento das ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima para o setor agropecuário e aponta, de forma clara, metas para cumprir os compromissos assumidos voluntariamente de redução de emissão de gases de efeito estufa, até o ano de 2020. Nesse sentido, cabe destacar que o grande avanço na implementação do Plano ABC se deu no estabelecimento dos Grupos Gestores Estaduais (GGE's) em todo o território nacional (27 UFs), que promoveram a elevação na divulgação e a capacitação de técnicos e produtores rurais, e contribui para o crescimento da tomada de crédito junto ao Programa ABC (Linha de Crédito do Plano Agrícola e Pecuário). Nesse sentido, dos 26 estados mais o distrito federal (DF), já temos 15 planos estaduais elaborados, inclusive o do DF. Cabe destacar que a efetiva consolidação do Plano ABC somente ocorrerá com a participação intensa dos estados e dos municípios.

No ano safra 2010/11 (1º ano da criação do Programa ABC), foram aplicados somente R$ 418,5 milhões do Programa ABC, de um total disponível de R$ 2 bilhões no Plano Agrícola e Pecuário. Já no ano safra 2011/12, foi utilizado em torno de R$ 1,5 bilhão de reais, de um total disponível de R$ 3,15 bilhões, o que correspondeu a um aumento de 262,2% em comparação ao ano safra anterior. Para o ano safra 2012/13, de um total disponível de R$ 3,4 bilhões de reais, foram tomados cerca de R$ 2,9 bilhões, o que corresponde a um aumento de 546%. No ano safra 2013/14, até dezembro de 2013, de um montante de 4,5 bilhões disponíveis, foi liberado em torno de 2,8 bilhões de reais. Assim, é possível afirmar que o Plano ABC, bem como a utilização da sua linha de crédito na viabilização da adoção das tecnologias previstas está em franca expansão e viabilizará, dessa forma, o atingimento das metas previstas para mitigação da emissão de gases de efeito estufa até 2020.

Um importante avanço nas atividades em andamento foi a realização da primeira reunião nacional do Plano ABC, que reuniu representantes de todas as 27 UFs, além de representantes de instituições parceiras. A reunião teve por objetivo discutir ações, resultados, avanços e dificuldades enfrentadas em diversas frentes, assim como mobilizar novas ações, sobretudo mobilizar os estados que ainda não desenvolveram seu Plano ABC Estadual.

O Mapa contratou os serviços de uma equipe de pesquisa para desenvolver um sistema de acompanhamento das ações do Plano. O trabalho já está em seu quarto produto, que inclui uma análise dos dados já disponíveis por meio dos contratos de crédito. O projeto do Sistema de Monitoramento foi apresentado e está em discussão para que possa iniciar suas atividades. Um dos desafios, ainda, é ajustar o processo de informação de dados do sistema bancário, para uma avaliação efetiva do avanço da proposta.

A execução do objetivo em pauta tem contado com importantes articulações internacionais, nacionais e estaduais, buscando o estabelecimento de parcerias para potencializar o atingimento das metas que, além de serem centrais para a sustentabilidade e competitividade da agropecuária brasileira, envolvem uma resposta a compromissos estabelecidos pelo governo brasileiro junto à comunidade internacional. Muitos dados, sobretudo quantitativos, ainda não estão prontamente disponíveis.

Além desses avanços, cabe destacar o trabalho que vem sendo desenvolvido com o sistema bancário para quantificação e qualificação das informações dos projetos do Plano ABC, com destaque para as alterações que estão em curso do Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) do Banco Central. A partir dessas alterações, será possível identificar as áreas de cada projeto, tanto de custeio quanto de investimento, bem como as localizações georeferenciadas dos mesmos. Além disso, cabe comentar sobre o laboratório para medição da mitigação dos Gases de Efeito Estufa (GEE) do Plano, em construção pela Embrapa Meio Ambiente, que já apresentou ao Mapa toda a estratégia elaborada para consolidação do mesmo, ou seja, toda a parte estruturante, operacional e de governança.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o uso de tecnologias para tratamento de 1 milhão de metros cúbicos de dejetos animais**

  Análise Situacional da Meta

  O Plano ABC vem sendo implantado em todo o território nacional, com o uso crescente das tecnologias previstas, bem como o acesso a linha de crédito. No entanto, é junto aos produtores do estado de Santa Catarina que as tecnologias de tratamento de dejetos animais têm uma forte aderência, por sua tradição na produção de suínos. Este estado, juntamente com outros que também manifestaram interesse em estabelecer ações para o tratamento de dejetos animais, ainda estão trabalhando na definição específica desta meta dentro dos Planos Estaduais ABC. Outro aspecto relevante para esta meta refere-se ao laboratório para monitoramento do Plano ABC, que está em fase de implementação, bem como a estruturação dos planos estaduais. A quantificação dessa meta depende do desenvolvimento e implementação dos Planos estaduais, principalmente dos estados de SC e PR, que são os mais adiantados no momento.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Expandir a adoção da Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN) em 1 milhão de hectares de áreas de cultivo, em substituição ao uso de fertilizantes nitrogenados**

  Análise Situacional da Meta

  O desafio imposto ao Plano ABC por esta meta está na disseminação do uso da tecnologia FBN, já consolidada para a cultura da soja, para novas culturas como feijão e oleaginosas em geral, bem como em algumas gramíneas, tais como milho. O crescimento da área com o uso desta tecnologia é gradativo, e tem demonstrado incremento após o início de implementação do ABC.

  Tais dados vêm sendo coletados nas revendas, fabricantes e agropecuárias, bem como na área de fertilizantes do MAPA (com as quantidades vendidas sendo convertidas em área). Considerando o crescimento da área de plantio de soja, que foi em torno de 1,4 milhões de hectares, é possível aferir que para essa área houve um crescimento do uso de inoculante para FBN.

  Quantidade alcançada

  1.409.320

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Expandir a adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 2,8 milhões de hectares**

  Análise Situacional da Meta

  A adoção das tecnologias do Plano ABC vem crescendo gradativamente, à medida que se avança na implementação do Plano. Houve aumento significativo em termos da contratação de crédito do Plano Agrícola e Pecuário. A tecnologia do Sistema Plantio Direto (SPD) está passando por uma retomada de rumos, onde algumas práticas abandonadas ao longo dos anos estão sendo reaprendidas pelos produtores rurais como, por exemplo, a rotação de culturas, os terraços, e outras. Trata-se de uma tecnologia que já vem sendo praticada ao longo dos anos que, com o apoio do Plano ABC, está sendo melhorada. O aumento de área com o SPD foi acima do esperado, pois, na safra 2012/2013, houve incremento aproximado de 1.382.409 hectares, totalizando cerca de 27,4 milhões de hectares no acumulado nos

últimos anos, em todo o país.

Além da avaliação de área, deve-se fazer uma avaliação da qualidade das práticas adotadas. Para aferição do valor alcançado no período de análise do primeiro semestre de 2014, foram utilizados dados da Federação Brasileira de Plantio Direto na Palha (FBRAPDP), entidade que representa os produtores.

Quantidade alcançada

2.104.013

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir o plantio de florestas em 1 milhão de hectares**

Análise Situacional da Meta

Com o crescimento da adoção das práticas sustentáveis de produção, preconizadas pelo Plano ABC, e, consequentemente, com o crescimento da utilização do crédito disponível, as florestas plantadas também tiveram um aumento de área plantada, cujo quantitativo foi estimado. Os valores são levantados junto ao sistema bancário operador do crédito rural, principalmente pelo Banco do Brasil e o BNDES. Considerando o período de avaliação da meta, foi identificada a expansão de 1.305.000 mil hectares de área plantada. Tal crescimento ocorreu principalmente nas regiões dos Estados de Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso do Sul e Maranhão.

Em 2014, alguns fatores estimularam bastante o setor para o crescimento da área plantada de florestas, em torno de 405 mil hectares. Destacam-se o avanço da implementação do plano ABC em todo o território nacional e as mudanças ocorridas na linha de crédito oficial, que diminuiu os juros e aumentou o limite a ser tomado por operação/ano.

Quantidade alcançada

1.305.000

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover a adoção de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) em 1,5 milhão de hectares**

Análise Situacional da Meta

A adoção do sistema de integração lavoura-pecuária-floresta vem sendo realizada dentro do esperado, pois das tecnologias previstas pelo Plano ABC esta é a mais complexa para ser executada, tanto em termos de elaboração do projeto técnico, quanto de implementação por parte do produtor rural. Nesse aspecto, um dos pilares do Plano ABC que é a capacitação se mostra de extrema importância. Porém, temos observado o avanço do ABC nos estados e a crescente adoção pelo setor agropecuário. Essa tendência também foi observada durante o Rally da Pecuária com participação de 1.165 produtores rurais, abrangendo os estados de MS, PR, SP, MG, GO, TO, PA, MT e RO. Os dados da quantidade alcançada são resultados de estimativas.

Quantidade alcançada

479.636

Data de Referência

31/12/2014

- **Recuperar 6 milhões de hectares de pastagens degradadas**

Análise Situacional da Meta

A meta de recuperação de pastagens degradadas (665.774 ha em 2013 + 538.435 ha em 2014) vem sendo realizada com sucesso. É importante mencionar que o crescimento das áreas com as tecnologias do ABC tende a ser maior que o apresentado, uma vez que o produtor pode usar recursos próprios ou outras linhas de crédito para o financiamento. Os valores referentes à área de pastagem recuperada pelo Plano ABC são preliminares, pois ainda carecem de uma maior precisão e o Mapa estima as quantidades alcançadas com base nos valores de financiamento registrado pelo Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR) do Banco Central. No entanto, esse sistema de acompanhamento bancário ainda não está totalmente ajustados as necessidades do ABC.

Quantidade alcançada

1.204.209

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

No que diz respeito às políticas públicas relacionadas à agricultura orgânica, em 2014 foi priorizada a organização para implantação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Podemos destacar a realização, no final de maio, da semana do alimento orgânico, com atividades em todas as unidades da federação, que ajudaram a promover e divulgar o sistema orgânico de produção.

No que se refere ao incentivo ao desenvolvimento da agricultura orgânica, as atividades têm sido desenvolvidas a contento, com aperfeiçoamento dos mecanismos de controle, incentivo à introdução do tema da agroecologia no ensino técnico e superior e disponibilização de tecnologias agropecuárias sustentáveis que podem ser utilizadas na produção orgânica. Ressalta-se que a imposição de limites para deslocamento prejudicam as atividades de fomento a produção orgânica, assim como as auditorias e fiscalizações.

Para as cadeias produtivas agrícolas, as ações de incentivo ao desenvolvimento de sistemas de agricultura sustentável referem-se à adoção das Boas Práticas Agrícolas e da Produção Integrada por parte dos produtores rurais brasileiros, que se dará pela capacitação de produtores, implantação de unidades comparativas no campo e pela elaboração de normativos com vistas à adoção de práticas sustentáveis que agreguem valor ao produto agrícola brasileiro. Em 2014 foi reformulada a parceria do Mapa com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), com foco na divulgação do selo Brasil Certificado para produtores rurais e para os consumidores. Foi publicada a norma técnica específica da batata, que permitirá a certificação dos produtores que adotarem as boas práticas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 26 para 90 o número de núcleos de estudos em agroecologia em Instituições de ensino de educação profissional e superior**

Análise Situacional da Meta

Apesar de termos atingido um número de 66 núcleos apoiados com recursos do orçamento do Mapa, um total de 115 núcleos foram apoiados com recursos de outros parceiros, uma vez que esta iniciativa foi incluída no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, onde se visa atingir, até 2015, 150 núcleos apoiados. A execução da meta envolve a parceria de cinco ministérios.

Quantidade alcançada

66

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	11	unidade	6	31/12/2014
Região Nordeste	34	unidade	18	31/12/2014
Região Norte	22	unidade	8	31/12/2014
Região Sudeste	14	unidade	18	31/12/2014
Região Sul	9	unidade	16	31/12/2014

- **Ampliar de 8.000 para 28.000 o número de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial**

Análise Situacional da Meta

Apesar do crescimento de 28,4% em relação a 2013, temos um desafio grande no ano de 2015 para que possamos alcançar a meta prevista. Contudo, em função de várias iniciativas que estão sendo executadas no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, é provável que tenhamos em 2015 um crescimento bem maior que nos anos anteriores.

Quantidade alcançada

15.613

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 40.000 produtores e 20.000 técnicos do setor em tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos e/ou mecanismos de controle da qualidade orgânica**

Análise Situacional da Meta

Considerando os dados já consolidados, temos um total de 15.102 produtores e técnicos capacitados principalmente nos projetos/atividades: Semana do Alimento Orgânico, Bancos Comunitários de Sementes, Auditoria e Fiscalização e Núcleos de Estudo. No ano de 2014, a maior quantidade de capacitações aconteceu na preparação de produtores para atendimento da legislação brasileira para produção orgânica, visando a sua inscrição no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e nos cursos do Pronatec voltados a produção orgânica. As capacitações que vão ocorrer em virtude dos editais de Assistência Técnica e Extensão Rural, que envolvem a participação do Mapa, do MDA e a ampliação dos cursos do Pronatec deverão trazer um aumento significativo no atendimento da meta.

Quantidade alcançada

15.102

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 8.000 técnicos e produtores em bem-estar animal, 40.000 em produção integrada agropecuária e 80.000 em qualidade e segurança do leite e da carne**

Análise Situacional da Meta

Entre 2012 e 2014 foram capacitados 5.341 técnicos e produtores em bem-estar animal, 9.720 técnicos e produtores capacitados em produção integrada agropecuária e 2.400 em qualidade e segurança do leite e da carne. Contribuíram para a execução das metas as articulações e parcerias relacionadas à produção orgânica e outros sistemas sustentáveis de produção.

Quantidade alcançada

17.461

Data de Referência

31/12/2014

- **Consolidar a formação de 800 bancos comunitários de sementes e/ou mudas com ênfase em variedades crioulas, espécies florestais nativas e aquelas utilizadas como adubos verdes**

Análise Situacional da Meta

Há 365 bancos comunitários de sementes apoiados em 15 Unidades da Federação (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Acre, Tocantins, Bahia, Piauí, Paraíba) e 148 municípios. Contribuíram para a execução das metas as articulações e parcerias relacionadas à produção orgânica e outros sistemas sustentáveis de produção.

Quantidade alcançada

365

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	80	unidade	14	31/12/2014

Bioma Caatinga	200	unidade	13	31/12/2014
Bioma Cerrado	200	unidade	139	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	120	unidade	154	31/12/2014
Bioma Pampa	120	unidade	7	31/12/2014
Bioma Pantanal	80	unidade	38	31/12/2014

- **Elaborar ou atualizar 45 regulamentos técnicos para produção orgânica**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 tivemos a elaboração de mais 8 regulamentos técnicos, sendo 3 relacionados a normas técnicas para produção orgânica e 5 relacionados a especificações de referência para o registro simplificado de produtos fitossanitários com uso aprovado para agricultura orgânica. Com esses números atingimos 55,5% da meta final.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar Projeto de Lei sobre Produção Agropecuária Sustentável**

Análise Situacional da Meta

Foi oficializada (no Boletim Oficial n° 19, de 10 de julho de 2014, pela Portaria n° 203 Mapa) a criação de Grupo de Trabalho com o objetivo de desenvolver estudos e formular propostas para estabelecimento de Marco Legal na esfera federal, referente à Produção Integrada na Agropecuária. Este grupo apresentou uma proposta de Projeto de Lei e em 2015 serão finalizados os trabalhos de elaboração do projeto de lei.

- **Implantar 100 unidades comparativas entre produção integrada agropecuária**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implantadas duas Unidades Demonstrativas de citrus nas localidades de Rosário do Sul/RS e Cacequi/RS (região sul) e seis Unidades Demonstrativas de morango nos municípios de Atibaia/SP e Jarinú/SP (região sudeste). Para a Produção Integrada de Abacaxi foram implementadas 9 Unidades Demonstrativas e para Produção Integrada de Banana, 4 Unidades Demonstrativas, sendo as 13 unidades localizadas no Estado de Tocantins.

Quantidade alcançada

88

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	15	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	20	unidade	2	31/12/2014
Região Norte	15	unidade	69	31/12/2014
Região Sudeste	30	unidade	6	31/12/2014
Região Sul	20	unidade	11	31/12/2014

- **Implantar a subcomissão temática de produção orgânica e garantir o funcionamento das 27 comissões de produção orgânica nas Unidades da Federação**

Análise Situacional da Meta

A meta de implantação das comissões de produção orgânica (CPOrgs) foi alcançada em 2013. Durante o ano de 2014 foi realizada discussão com representantes das comissões e de outros fóruns representativos do setor orgânico para aperfeiçoamento da rede de comissões. Para tanto, foi proposta alteração da Instrução Normativa que regulamenta as Comissões, para permitir a recomposição das 27 CPOrgs e também da comissão nacional, que passará a ser chamada de Subcomissão Temática e assumirá um papel de assessoramento junto à Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

Quantidade alcançada

28

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	1	unidade	1	31/12/2014
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Nordeste	9	unidade	9	31/12/2014
Região Norte	7	unidade	7	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	4	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	3	31/12/2014

- **Instituir a Política Nacional de Agricultura Orgânica**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi alcançada com a publicação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica pelo Decreto nº 7.794 de 20 de agosto de 2012.

- **Publicar 15 normas técnicas específicas de produção integrada agropecuária e 3 manuais bem estar animal**

Análise Situacional da Meta

Das 15 normas previstas para publicação até 2015, 10 referem-se às cadeias produtivas agrícolas e 5 às cadeias produtivas pecuárias. No ano de 2014 foram publicadas duas normas técnicas específicas: 1) a Instrução Normativa n° 11, de 08 de maio de 2014, que estabelece as Normas Técnicas Específicas para a Produção Integrada da Batata; e 2) a Instrução Normativa n° 27, de 11 de agosto de 2014, que estabelece as Normas Técnicas Específicas para a Produção Integrada do Tabaco. Os normativos podem ser acessados no endereço: http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento- sustentavel/producao-integrada.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

- **Tornar acessível 250 tecnologias apropriadas aos sistemas orgânicos de produção para os produtores rurais**

Análise Situacional da Meta

Apesar de aparentar uma baixa execução, essa meta deverá ser alcançada sem problemas até o final de 2015. Já existe um grande número de tecnologias em que a parte técnica já está elaborada, estando agora na fase de ajuste de linguagem para que sejam acessíveis para os agricultores em geral, para em seguida entrar nas etapas de diagramação, ilustração e publicação.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As ações de fortalecimento do cooperativismo e do associativismo rural, previstas para 2014, ocorreram no segundo semestre tendo em vista a conclusão do Chamamento Público. As metas previstas para o exercício foram superadas por meio de parceria celebrada com o Ministério da Pesca e Aquicultura, nas ações específicas de fortalecimento das

cooperativas e associações pesqueiras. A implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária estão aquém do esperado, entretanto, com o apoio contínuo do Mapa, pretende-se avançar no alcance das metas. A concessão de créditos vem atendendo uma lacuna existente, principalmente junto aos pequenos cooperados, associados e produtores rurais, que na maioria das vezes não encontram alternativas viáveis no sistema bancário tradicional. Da mesma forma, os recursos do crédito rural oferecidos pelos bancos públicos encontram opções mais ajustadas as suas necessidades.

Metas 2012-2015

- **Adquirir 10.400 patrulhas mecanizadas, mediante parcerias com as prefeituras municipais**

Análise Situacional da Meta

A meta referente à aquisição de patrulhas mecanizadas se materializa via contratos de repasse, cuja mandatária é a Caixa Econômica Federal. As patrulhas mecanizadas perfazem o objeto da maior parte dos contratos de repasse celebrados. Em 2014, verificou-se uma queda no quantitativo esperado pelo fato de ser ano eleitoral, que reduz o período de celebração dos contratos de repasse. Para 2015 serão elaboradas normas definindo critérios com vista a atingir a meta prevista.

Quantidade alcançada

3.942

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.565	unidade	375	31/12/2014
Região Nordeste	1.375	unidade	415	31/12/2014
Região Norte	1.035	unidade	230	31/12/2014
Região Sudeste	2.140	unidade	935	31/12/2014
Região Sul	3.285	unidade	1.987	31/12/2014

- **Apoiar 15.400 Projetos de Desenvolvimento do setor agropecuário**

Análise Situacional da Meta

As metas referentes aos projetos de desenvolvimento agropecuário correspondem à soma de todos os projetos que se materializam via contratos de repasse, cuja mandatária é a Caixa Econômica Federal. Agregam projetos de aquisição de patrulhas mecanizadas, manutenção e recuperação de estradas vicinais, aquisição de maquinário para agroindústria, construção/reforma de mercados locais e centros de distribuição, entre outros. Em 2014, verificou-se uma queda no quantitativo esperado pelo fato de ser ano eleitoral, que reduz o período de celebração de instrumentos de parceria para execução dos projetos. Os principais projetos apoiados em 2014 foram: eletrificação rural, estradas vicinais, aquisição de máquinas e implementos agrícolas, aquisição de patrulhas mecanizadas.

Quantidade alcançada

4.895

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.600	projeto	444	31/12/2014
Região Nordeste	1.900	projeto	656	31/12/2014
Região Norte	1.600	projeto	360	31/12/2014
Região Sudeste	2.100	projeto	1.108	31/12/2014
Região Sul	8.200	projeto	2.327	31/12/2014

- **Apoiar a formação de consórcios entre cooperativas e agroindústrias em 20 cadeias produtivas do agronegócio brasileiro, por meio da celebração de convênios**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 foi formado apenas 01 (um) consórcio entre 06 (seis) cooperativas de produção e 01 (uma) cooperativa de agroindustrialização da cadeia produtiva do chocolate, vinculada ao complexo agroindustrial do cacau. Em 2014, não houve a celebração de convênios, no exercício, com a finalidade de formação de consórcio, visando cadeias produtivas do agronegócio.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar a recuperação de 65.400 Km da malha de estradas vicinais**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo elaborados estudos com o objetivo de melhoria na qualidade dos projetos para que a meta seja atingida. Ressalta-se que 100% desta ação é executada por meio de emendas parlamentares.

Quantidade alcançada

7.751

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20.100	km	578	31/12/2014
Região Nordeste	7.100	km	2.345	31/12/2014
Região Norte	8.100	km	1.637	31/12/2014
Região Sudeste	10.100	km	1.737	31/12/2014
Região Sul	20.000	km	1.454	31/12/2014

- **Capacitar 360 entre dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social de cooperativas para uma gestão profissionalizada, no âmbito do programa ProfiCoop - Profissionalização da Gestão Cooperativa**

Análise Situacional da Meta

Com a conclusão das 2 Chamadas Públicas foi possível superar a meta prevista, graças a parceria celebrada entre o Mapa e o Ministério da Pesca e Aquicultura. Das 424 capacitações de dirigentes, funcionários e integrantes do quadro social das cooperativas e associações rurais, 254 foram em função dessa parceria.

Quantidade alcançada

424

Data de Referência

31/12/2014

- **Certificar 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática)**

Análise Situacional da Meta

A certificação está sendo realizada em todo o país, principalmente nas empresas que prestam serviços remunerados a terceiros, que se enquadram na obrigatoriedade de serem certificadas. A Instrução Normativa nº 03 do Mapa, de 10 de outubro de 2008, determinou que o Sistema Nacional de Certificação de Unidades Armazenadoras iniciasse em dezembro de 2010 de acordo com o escalonamento previsto. Entretanto, na Instrução Normativa n° 24 de julho de 2013 foi determinado um novo escalonamento com uma primeira etapa iniciando em janeiro de 2014, uma segunda etapa em 31 de dezembro de 2014, além do início do escalonamento para as unidades armazenadoras que tiverem até 3 (três) CNPJs ou até 3 (três) CDAs, com capacidade estática máxima total de 20.000 toneladas. Portanto, devido a isto a evolução no processo de certificação foi impulsionada no ano de 2014.

Quantidade alcançada

7.146

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.500	unidade	1.455	31/12/2014
Região Nordeste	300	unidade	257	31/12/2014
Região Norte	200	unidade	124	31/12/2014
Região Sudeste	1.000	unidade	1.145	31/12/2014
Região Sul	3.000	unidade	4.165	31/12/2014

- **Elaborar o Plano Nacional de Armazenagem**

Análise Situacional da Meta

O Plano Nacional de Armazenagem já foi concluído. Como resultado, no Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014, foi lançado o Plano de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA), com uma linha de crédito especifica de financiamento, operada pelos bancos, para construção, modernização e ampliação de Unidades Armazenadoras. Serão disponibilizados R$ 25 bilhões em cinco anos safras com juros de 4% ao ano e com 15 anos para pagamento, incluindo três anos de carência.

- **Implantar 40 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda**

Análise Situacional da Meta

Com a conclusão das Chamadas Públicas de 2014, foi possível implementar 14 projetos de desenvolvimento e inclusão social em associações rurais e cooperativas, apoiando organização social e produtiva de mulheres e jovens para acesso aos mercados e aumento da renda.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover a capacitação técnica ou gerencial de 3.200 pessoas pertencentes aos quadros de cooperativas e associações rurais**

Análise Situacional da Meta

Com a conclusão das Chamadas Públicas foi possível superar a meta prevista, graças a parceria celebrada entre o Mapa e o Ministério da Pesca e Aquicultura. Das 2.004 capacitações, 719 foram em função dessa parceria, voltada para capacitação de cooperativas e associações voltadas para atividades pesqueiras e aquícolas.

Quantidade alcançada

6.926

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	3.200	pessoas	6.926	30/06/2014

OBJETIVO: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A necessidade de aumentar a participação de fontes renováveis na matriz energética deu destaque mundial à agroenergia. O Brasil, atualmente, é o segundo maior produtor de biocombustíveis, superado apenas pelos Estados Unidos. No contexto interno, a participação dos biocombustíveis é decisiva para manter o alto índice de renováveis na matriz energética nacional. Aproximadamente, 25,4% de toda a energia ofertada internamente é originária da agricultura (16,

1% de cana e derivados, 8,3% de lenha e carvão vegetal e 1% de biodiesel), segundo o Balanço Energético Nacional de 2014. Particularmente na matriz veicular, o Brasil está na vanguarda mundial na utilização de biocombustíveis, na qual o etanol e o biodiesel foram responsáveis por 23,4% do total de combustíveis utilizados no País em 2014. Um passo incremental importante, decorrente da Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, foi o aumento do percentual de mistura obrigatória de biodiesel ao óleo diesel, de 5% para 6%, a partir de julho de 2014; e de 6% para 7%, a partir de novembro 2014, e a elevação do limite máximo da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina, de 25% para 27,5%, desde que comprovada a viabilidade técnica da adoção do novo percentual.

Segundo o quarto levantamento realizado pela Conab, na safra 2014/15, a lavoura de cana-de-açúcar teve sua área plantada expandida em 2,2%, o que representa um aumento de 193 mil hectares. A produção esperada de cana-de-açúcar deverá atingir 635 milhões de toneladas, que produzirão 28,7 bilhões de litros de etanol e 35,6 milhões de toneladas de açúcar. A produtividade da cana-de-açúcar deverá apresentar queda da ordem dos 3,7% na safra 2014/2015 em relação à anterior (principalmente motivada pela falta de chuvas). No âmbito dos compromissos assumidos pelo Brasil com relação à Convenção sobre Mudanças do Clima, o desafio é garantir o pleno abastecimento de frota de veículos do Ciclo Otto, o que exigirá a consolidação do etanol como principal combustível em substituição a parcela de gasolina. Isso implica na necessidade de planejamento visando garantir que as matérias primas possam receber investimentos requeridos para atender à demanda por este bicombustível.

Neste contexto, medidas adotadas em 2014 em benefício do setor propiciaram a retomada da produção, dentre as quais:

a) PRORENOVA - BNDES: Linha de financiamento para expansão da produção via renovação de canaviais com baixa produtividade e implantação de novos - foram disponibilizados R$ 4 bilhões;

b) Programa de Financiamento à Estocagem de Etanol, visando disponibilizar recursos para carregamento de estoques até o período da entressafra;

c) Subvenção econômica aos produtores de Cana-de-açúcar do Nordeste e Rio de Janeiro e de Etanol do Nordeste com relação à produção da safra 2012/13, aprovada pelas Leis 12.999 e 13.000/2013, com valores de R$187 milhões e R$ 435 milhões, respectivamente. Em 2015, deverá ter continuidade a promoção da expansão da oferta de matérias-primas para a produção de biocombustíveis.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foram capacitadas 650 pessoas quanto à produção agroenergética. A capacitação se deu por meio do apoio à realização do VI Congresso Brasileiro de Mamona e III Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas. O evento ocorreu de 12 a 15 de agosto, em Fortaleza, e reuniu um público de 650 participantes. Foram realizadas: conferências, palestras, minicursos, workshops e visitas técnicas, as quais viabilizaram a troca de conhecimento, capacitação, transferência de tecnologias e discussões sobre o futuro das oleaginosas no Brasil. O público foi composto por pesquisadores, técnicos, professores, agricultores, inclusive de base familiar, pessoas ligadas à indústria de óleo e estudantes envolvidos com a pesquisa e produção de oleaginosas energéticas.

  Quantidade alcançada

  3.000

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Modernizar duas unidades artesanais de extração de óleo de dendê**

  Análise Situacional da Meta

  As miniusinas funcionam como unidades pilotos de processamento de dendê e foram adquiridas por meio de parceria entre Ceplac e Petrobrás. Cada unidade protótipo de beneficiamento de óleo de dendê possui capacidade para processar 500 kg de cachos/h, com rendimento de 80 kg de óleo/h, representando uma taxa de extração de 16% do óleo existente nos cachos, 6% a mais do que no rodão, unidade artesanal tradicional. Estas unidades agroindustriais têm como objetivo a capacitação de agricultores familiares dos territórios da cidadania do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia, com

vistas ao beneficiamento adequado dos subprodutos do dendê, além de se constituírem em unidades demonstrativas e modelos de plantas para processamento em pequena escala pelos segmentos da agricultura familiar nos Territórios da Cidadania do Litoral Sul e Baixo Sul da Bahia.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	2	31/12/2014

- **Organizar 30 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram organizados 3 projetos de difusão de tecnologias de produção de matérias primas agroenergéticas: Rotação do Amendoim com a Cana de Açúcar; Nova plataforma para colheita mecanizada de mamona; e Produção de briquetes de resíduos agrícolas.

As difusões se deram por meio do apoio à realização do VI Congresso Brasileiro de Mamona e III Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas. O evento ocorreu de 12 a 15 de agosto, em Fortaleza, e reuniu um público de 650 participantes. Foram realizadas: conferências, palestras, minicursos, workshops e visitas técnicas, as quais viabilizaram a troca de conhecimento, capacitação, transferência de tecnologias e discussões sobre o futuro das oleaginosas no Brasil.

O público foi composto por pesquisadores, técnicos, professores, agricultores, inclusive de base familiar, pessoas ligadas à indústria de óleo e estudantes envolvidos com a pesquisa e produção de oleaginosas energéticas.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover a implantação de 10.000 ha de dendezais**

Análise Situacional da Meta

Na proposta de revisão do PPA em 2013 sugeriu-se alteração nos quantitativos dessa meta de implantação de dendezais, de 10 mil para 6 mil hectares, restringindo-se sua regionalização ao Nordeste, excluindo-se portanto a meta equivocadamente indicada para a Região Norte. O esforço da iniciativa no estado do Pará consiste apenas na implantação, pela Ceplac, de um campo de produção de sementes melhoradas de dendê, não se constituindo meta do PPA.

A apuração quantitativa da meta está expressa de modo cumulativo, representando, no fechamento do exercício de 2014 uma expansão de apenas 63 hectares de novos plantios que, somados ao apurado até 2013 de 512 hectares resultou em 575 hectares, índice ainda inferior a 10% da meta final estabelecida, tendo em conta entraves associados principalmente à regularização dos trâmites para produção de mudas e limitações de crédito para investimento na atividade.

A produção de sementes selecionadas para distribuição aos agricultores familiares encontra-se paralisada, em razão de restrições contidas na Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. Entretanto, foi iniciado o processo de regularização da produção de sementes junto ao CGEN.

Quantidade alcançada

575

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6.000	ha	575	31/12/2014

Região Norte	4.000	ha	0	31/12/2014

- **Promover a renovação de 6.000 ha de dendezais**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014 esta meta vem sofrendo as mesmas limitações quanto à disponibilidade de mudas melhoradas, tendo em conta restrições já enunciadas relativas à falta de regulamentação da produção e distribuição de sementes e mudas de dendê.

Registrou-se durante o ano de 2014 a renovação de apenas 81 novos hectares utilizando-se sementes dos cultivos tradicionais e com recursos próprios dos produtores, consequência das dificuldades ainda presentes da falta de material genético melhorado, bem como de entraves operacionais de carência e capacidade de pagamento nas linhas de crédito de investimento para a renovação dos dendezais decadentes.

Quantidade alcançada

1.041

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6.000	ha	1.041	31/12/2014

OBJETIVO: 0976 - Modernizar a gestão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando alcançar agilidade e qualidade na formulação e execução de políticas públicas e no provimento de serviços no setor agropecuário, em benefício da sociedade brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), para cumprir o estabelecido em seu Planejamento Estratégico, nas perspectivas de Processos Internos (Excelência Administrativa) e de Pessoas, Aprendizado e Crescimento (Informação e Conhecimento, Ambiente de Trabalho e Pessoas), como também cumprir o estabelecido no Plano Plurianual neste objetivo, e no intuito de melhorar sua gestão e o seu desempenho operacional, busca programar suas metas e iniciativas, que caracterizam prioridades na gestão, de forma que sejam integradas e estruturadas em novos padrões, coerentes com o significativo papel de executor de políticas públicas, baseadas nos princípios: 1. desenvolvimento da gestão institucional; 2. aperfeiçoamento dos mecanismos de comunicação social integrada; 3. integração do planejamento estratégico e do planejamento setorial; 4. gestão de pessoas por competência e capacitação; 5. gestão da informação e do conhecimento; 6. políticas de produção e disponibilização de informações ao cidadão; e 7. gestão da tecnologia da informação.

Pode-se considerar que as atividades que compõem estas metas e iniciativas estão sendo viabilizadas, considerando o limite de movimentação e empenho destacado para o ano de 2014. Nesse sentido está-se buscando maior efetividade nas ações. O alcance das metas e a execução das iniciativas propostas têm impactado positivamente o Objetivo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a média anual de horas de capacitação dos servidores do MAPA de 7,5 para 40**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram implementadas as seguintes ações na área de capacitação: 1)Elaboração de projetos básicos e pareceres para deferimento de eventos de capacitação e treinamento, que alcançou aproximadamente 1.474 servidores; 2)Formou-se grupo de trabalho para Revisão da Portaria SE/MAPA nº 482/2012 que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de educação continuada no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, prevista para publicação no 1º Trimestre do próximo período; 3) Termo de Cooperação com a Escola de Administração Fazendária (Esaf), com vigência de 10/04/2014 a 31/12/2014. Foram executados os cursos “Gestão de Contratos” e “Libras” (Língua Brasileira de Sinais), ofertados para servidores da Sede, Inmet, Ceplac, Lanagros E SFAs; 4)Foram emitidos

certificados para os servidores que participaram dos 8 eventos de capacitação e treinamento, realizados no âmbito interno do Mapa; 5)Ocorreu a publicação da Portaria nº 163, de 21/09/14 pela Portaria n° 123 de 16 de junho de 2014 que estabelece no âmbito do Mapa a tabela de valores da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso; 6)Elaboração do Edital para Seleção de Instrutoria Interna (aguardando Publicação no Boletim de Pessoal); 7)Elaboração de plano de trabalho para contratação de consultoria para implantação da Gestão por Competências no âmbito do Mapa e unidades vinculadas (Ceplac e Inmet); 8)Implantação do Cadastro de Instrutores do Mapa (cadastrados até o momento 56 instrutores).

Para análise da quantidade alcançada, considerou-se o total de horas cursadas (79.369,20 horas/ Fonte: CGDP), distribuídas pelos servidores ativos deste Ministério (11.142 servidores/Fonte: COPES/Divisão de Cadastro/CGAP), obtendo-se o resultado de 7,12 h/servidor.

Quantidade alcançada

7,12

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 10% para 70% o percentual de processos em uso, mapeados e melhorados**

Análise Situacional da Meta

Quatro projetos de mapeamento de processos foram iniciados em 2014. Ainda houve a finalização de um processo de serviço que foi agregado aos resultados. O desempenho não foi melhor em virtude da grande quantidade de subprocessos a serem mapeados e a pequena disponibilidade das áreas de negócio.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 45% para 95% a Taxa de servidores participantes de comunidades virtuais do ambiente institucional CATIR (Comunidades de Aprendizagem, Trabalho e Inovação em Rede)**

Análise Situacional da Meta

Atualmente estão cadastrados na Comunidade de Aprendizagem, Trabalho e Informação em Rede (CATIR) 4.452 servidores de um total de 11.715 funcionários, o que representa 38%. Entre as dificuldades encontradas no período destaca-se: pouca atuação dos integrantes da comunidade CATIR, desinteresse dos novos servidores para veicular as informações utilizadas na CATIR; receio e insegurança dos membros em expressarem-se no grupo; abandono dos membros de uma determinada comunidade; esclarecimentos sobre em que grupo/comunidade se pode ter maior atuação; ambiente da ferramenta não muito amigável e a aposentadoria de servidores.

O planejamento para o aumento no número de participantes esteve comprometido devido a reestruturação do setor responsável pelo acompanhamento da meta. Contudo, novo planejamento está em desenvolvimento e abordará, fundamentalmente, a informação aos servidores acerca dos usos da ferramenta enquanto inteligência coletiva e repositório de conhecimento e aplicação de um ambiente virtual mais amigável aos usuários.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 60% para 70% o percentual de notícias positivas veiculadas na mídia sobre o MAPA**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 houve um aumento de notícias favoráveis em comparação com 2013, chegando a 98,72% de notícias espontâneas favoráveis ao Mapa. Excelente número, tendo em vista que em 2013 a análise qualitativa e quantitativa das notícias passou a englobar mais veículos de comunicação, como rádio, televisão e veículos especializados na cobertura do agronegócio.

Quantidade alcançada

98,72

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar o índice de satisfação dos servidores em relação às ações dos serviços de qualidade de vida de 30% para 70%**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram aplicados questionários aos participantes das oficinas promovidas pelo PROVERH abordando os seguintes tópicos: - Instrutores; - Estrutura Física; - Planejamento, organização e apoio logístico; e - Auto-avaliação. O grau de satisfação dos servidores em relação às ações promovidas pelo PROVERH é de 91% . Embora o grau de satisfação geral tenha ultrapassado a meta de 70%, foram apontadas a necessidade de algumas melhorias: reforma do vestiário/banheiro; modernização do ar condicionado; aquisição de materiais para as oficinas; otimização da limpeza; ampliação da carga horária das atividades; e aumento da comunicação.

Quantidade alcançada

91

Data de Referência

31/12/2014

- **Passar de 2 para 4 o Índice de Atendimento (acessibilidade, navegabilidade, usabilidade, interface, qualidade das informações, satisfação dos gestores dos sistemas) dos sistemas de informação do MAPA**

Análise Situacional da Meta

Este índice indica o quanto os sistemas implantados na instituição estão sendo úteis para os usuários na percepção deles. A premissa é de que os gestores informem se estão satisfeitos com os sistemas, na medida em que eles sejam úteis para a realização dos trabalhos.

Visando identificar/aferir o nível de satisfação com os Sistemas de Informação, a CGTI elaborou um questionário disponibilizado a cada gestor de sistema para análise de acessibilidade, navegabilidade e qualidade das informações disponibilizadas.

O resultado apurado representa 65% de satisfação (Índice 3) com os sistemas entregues e demonstra unicamente uma consonância com o nível de acessibilidade, navegabilidade e qualidade das informações disponibilizadas. Isto indica que a qualidade dos sistemas permanece estável.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 1005 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de difusão de tecnologias para produtores rurais

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Esse objetivo busca promover a adoção de inovações tecnológicas, gerenciais, ambientais, mercadológicas e sociais pelos produtores e comunidades rurais, por meio dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), em articulação com a pesquisa agropecuária brasileira, criando condições para apropriação de tecnologias que levem ao aumento da produtividade e da renda dos agricultores.

A viabilização dos serviços de assistência técnica e extensão rural se dará por meio da Agência de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater). A Lei nº 12.897, que autoriza o Poder Executivo Federal a instituir a Anater, foi publicada em 19 de dezembro de 2013. O Decreto nº 8.252, de 26/5/2014 instituiu a Anater. No entanto, a Agência ainda não entrou em atividade, uma vez que sua diretoria não foi nomeada e o estatuto ainda não foi aprovado. Considerando que a Anater

ainda não está em funcionamento, o Ministério da Agricultura vem desenvolvendo iniciativas para implantar projetos de assistência técnica para os médios produtores rurais. Estão em execução projetos de ATER na região do semiárido do Nordeste, nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte, atendendo 3.560 produtores e 65 extensionistas.

Um convênio com a Emater-MG foi formalizado no final do exercício de 2014 e, após sua execução, outros 1.364 produtores serão beneficiados, além de 108 extensionistas. Ainda em 2014 foram publicados 02 editais de chamamento público para seleção de projetos de: i) assistência técnica para médios produtores do semiárido do Estados da Bahia, Sergipe e Piauí; e ii) assistência técnica para médios produtores rurais visando a melhoria da qualidade do leite. Ambos editais beneficiarão ao todo 8.700 produtores.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 10.000 agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para apoio ao produtor rural**

Análise Situacional da Meta

A capacitação de técnicos extensionistas será executada com apoio da área de transferência de tecnologia do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, de forma a permitir acesso às inovações geradas pela pesquisa e promover a integração entre a extensão rural e as instituições de pesquisa.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) participa do processo para implantação da Anater com apoio para a estruturação da nova entidade (elaboração de minuta de decreto, regulamento, definição do organograma da entidade).

Outra ação preparatória adotada foi a criação de grupo de trabalho que está definindo e qualificando as demandas de assistência técnica para o médio produtor. Dessa forma, quando a Anater entrar em operação, o Mapa já terá definido as prioridades para as contratações dos serviços de assistência técnica para o médio produtor, observando a orientação geral já indicada pelo Governo Federal: pecuária de leite; região do Semiárido; tecnologias do plano de agricultura de baixa emissão de carbono (Plano ABC); agricultura de precisão; agricultura irrigada; e agricultura orgânica (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo).

Em 2014 foi possível capacitar 65 agentes de extensão rural na região do semiárido do Nordeste, nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Com os recursos disponibilizados até o momento (R$2,5 milhões), foi possível realizar 2 convênios com a Secretaria de Agricultura de MG, o que possibilitará a capacitação de mais 108 extensionistas.

Quantidade alcançada

144

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.500	unidade	24	31/12/2014
Região Nordeste	2.000	unidade	89	31/12/2014
Região Norte	2.500	unidade	16	31/12/2014
Região Sudeste	1.500	unidade	8	31/12/2014
Região Sul	1.500	unidade	7	31/12/2014

- **Prestar assistência técnica e extensão rural direcionada à adoção de tecnologias, agropecuária sustentável, gestão e organização de produtores e de estabelecimentos rurais para 230.000 produtores**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) participa do processo para a implantação da Anater, a partir da sanção da Lei pela Presidenta da República, com apoio para a estruturação da nova entidade (elaboração de minuta de decreto, regulamento, definição do organograma da entidade). Outra ação preparatória adotada foi a criação de grupo de trabalho que está definindo e qualificando as demandas de assistência técnica para o médio produtor. Dessa forma, quando a Anater entrar em operação, o Mapa já terá definido as prioridades para as contratações dos

serviços de assistência técnica para o médio produtor, observando a orientação geral já indicada pelo Governo Federal: pecuária de leite; região do Semiárido; tecnologias do plano de agricultura de baixa emissão de carbono (Plano ABC); agricultura de precisão; agricultura irrigada; e agricultura orgânica (Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo).

Em 2014 foi possível prestar assistência técnica a 3.560 produtores na região do semiárido do Nordeste, nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Ademais, em 2014 foram realizadas 2 chamadas públicas para prestação de ATER, que beneficiariam 8.700 produtores.

Quantidade alcançada

3.560

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	60.000	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	76.800	unidade	3.560	31/12/2014
Região Norte	36.000	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	30.700	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	26.500	unidade	0	31/12/2014

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação	ha	30/12/2006	4.163.527	-	-
Área Irrigada total no Brasil	milhões de hectares	31/12/2012	5,8	-	-
Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação	%	30/12/2010	51	31/12/2012	61,6
Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação	%	30/12/2006	7,7	-	-

Observações:

Área dotada de infraestrutura para uso em irrigação - Fonte: Censo Agropecuário 2006 Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – Segunda Apuração. Documento, publicado em 2012, disponível em: http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/Segunda_Apuracao/censoagro2006_2aapuracao.pdf.

A previsão para o próximo censo agropecuário extrapola o período do PPA 2012-2015.
Intensidade do uso da infraestrutura de agricultura irrigada em projetos públicos de irrigação - Informações encaminhadas pelo MI, Codevasf e Dnocs
Percentual da área colhida que aplica as técnicas de irrigação - A previsão para apuração é o próximo censo agropecuário de 2016, ano base 2015.

OBJETIVO: 0128 - Regulamentar o marco legal da Política Nacional de Irrigação, elaborar Planos de Irrigação e reestruturar a gestão da agricultura irrigada em articulação com as políticas públicas afins.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

No segundo semestre de 2014 elaborou-se, no âmbito da Secretaria Nacional de Irrigação (Senir/MI), a minuta de decreto de regulamentação da Lei 12.787/2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação. Essa minuta está sendo discutida com os órgãos vinculados ao Ministério da Integração Nacional (MI), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), e com os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão (Mpog), do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Meio Ambiente (MMA) e com a Agência Nacional de Águas (Ana), para que as contribuições pertinentes desses órgãos sejam contempladas no texto. Ademais, estão ocorrendo articulações com outros órgãos públicos, com instituições privadas e com a sociedade civil e representações do setor de agricultura irrigada, incluindo irrigantes, fabricantes de equipamentos, pesquisadores e técnicos. A referida minuta contempla a consolidação de vários dispositivos que requerem regulamentação, na forma da lei. Foram agregadas à minuta de decreto as iniciativas anteriores de regulamentação que foram elaboradas no decorrer de 2012/2013, entre as quais, as que tratam da Certificação dos Projetos de Irrigação, do enquadramento dos Projetos Públicos de Irrigação como de Interesse Social e da definição como de utilidade pública os barramentos para fins de irrigação e as infraestruturas correlatas. Corroborando o objetivo 0128, celebrou-se um Acordo de Cooperação Técnica (ACT), cujo extrato foi publicado no Diário Oficial da União em 20/6/2014, com vigência até 31 de dezembro de 2020, entre o Mapa, o MI, o MMA e a Ana, com o objetivo de desenvolver políticas nacionais integradas como as de incentivo ao uso eficiente e conservação de água e solos na agricultura irrigada, aprimoramento das atividades regulatórias do uso da água no meio rural, em especial da outorga de direito de uso de água para irrigação. Acrescenta-se que, na proposta do referido Acordo, há um comprometimento

explícito dos partícipes em trabalharem conjuntamente em prol da implementação da Política Nacional de Irrigação.

Além desse ACT, firmou-se outro Acordo entre o Mapa e o MI, publicado no DOU em 20/6/2014, com vigência até junho de 2019, com objetivo de conjugar esforços na regulamentação da Política Nacional de Irrigação, na implementação dos seus instrumentos e na implementação de unidades demonstrativas de produção integrada em sistemas de irrigação para projetos públicos e privados de irrigação e em atividades que sejam de interesse comum. O Comitê Gestor designado para acompanhar a execução desse ACT foi oficialmente designado em Portaria Interministerial nº 92.718 (DOU em 18 de setembro de 2014). Em dezembro de 2014 houve reuniões entre o Mapa e o MI para estruturar um cronograma de ações que contemple os objetivos de referido Acordo.

Paralelamente a essas atividades, a SENIR/MI mantém representantes no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e suas Câmaras Técnicas, no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e na Câmara Temática de Agricultura Sustentável e Irrigação do Mapa, de forma a manter a Política Nacional de Irrigação articulada com as políticas afins.

Quanto aos Planos Diretores de Irrigação dos estados, tem-se a seguinte configuração: (I) Plano Diretor de Agricultura Irrigada de Minas Gerais (http://www.pai-mg.coop.br): concluído em 2012; (II) Plano Diretor de Irrigação no Contexto dos Usos Múltiplos do Rio Grande do Sul (http://www.piuma-rs.coop.br): concluído em 2013; (III) Plano Diretor de Irrigação do Mato Grosso do Sul: houve descumprimento de cláusulas contratuais, entrega intempestiva e com qualidade insatisfatória dos produtos dessa consultoria, assim planeja-se para 2015 a preparação de Termo de Referência para a elaboração de um Plano adequado com as novas diretrizes da Política Nacional de Irrigação, com recursos do Interáguas; (IV) Planos Diretores de Irrigação dos Estados do Paraná, Pernambuco, Bahia, Ceará e Espírito Santo: foram cancelados no segundo semestre de 2013, devido ao não atendimento dos requisitos estabelecidos no processo licitatório, e, nos meses de setembro de 2014 foram realizadas reuniões com os estados de Pernambuco, Ceará, Goiás, Paraná e Tocantins para repactuar os ACTs com a finalidade de modelar Planos Diretores de Irrigação Estaduais que contemplem os princípios e fundamentos da Política Nacional de Irrigação (Lei nº 12.787/2013); e (V) Plano Diretor da Agricultura Irrigada do Distrito Federal: firmou-se o ACT – SENIR/MI e SEAGRI/DF, com vigência até março de 2015, com objetivo de estabelecer as condições para a realização conjunta de estudos e pesquisas de interesse mútuo e de apoio à formulação do Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Distrito Federal. O Termo de Referência do Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Distrito Federal obteve a “Não Objeção” do Banco Mundial e foi publicado no DOU, em 8 de agosto de 2014, o Aviso de Manifestação de Interesse. Em função desse Aviso, houve o recebimento dos portfólios das empresas e consórcios interessados em participar do procedimento licitatório. A partir da avaliação desses portfólios elaborou-se o Relatório de Formação de Lista Curta, em outubro de 2014, o qual foi encaminhado pela Senir à Unidade de Gerenciamento de Projetos deste Ministério (UGP/MI) e aguarda-se que a referida UGP encaminhe ao Banco Mundial para a “Não Objeção” o Relatório de Formação de Lista Curta e a Solicitação de Propostas às empresas e aos consórcios que compõem a Lista Curta para que se dê prosseguimento ao processo licitatório, conforme diretrizes de contratação de consultores do Banco Mundial.

Destaca-se a realização, em Belo Horizonte/MG (2013), do II Seminário Nacional de Agricultura Irrigada e Desenvolvimento Sustentável, com a apresentação e discussão dos resultados alcançados com os Planos Diretores de Irrigação de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

No segundo semestre de 2013, foram elaborados cinco Termos de Referências para serem executados com recursos do PCT/IICA, a saber: (i) Edital 312/2014 - Modelo de certificação de conformidade voltada aos projetos de irrigação presentes nas unidades produtivas que praticam a agricultura irrigada no país; (ii) Edital 313/2014 - Desenvolvimento de metodologia para caracterização, avaliação de desempenho e evolução de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Agricultura Irrigada; (iii) Edital 314/2014 - Levantamento e sistematização da contribuição do meio acadêmico e das instituições de ensino superior a partir de 1980, seja por meio da oferta de cursos de pós-graduação, seja por meio de estudos e pesquisas à temática do desenvolvimento da irrigação e áreas correlatas no Brasil; (iv) Edital 315/2014 - Análise e sistematização de informações junto às Unidades da Federação (estados e o Distrito Federal) para identificar, com a maior precisão possível, as instituições que atuam no setor da agricultura irrigada, com os respectivos dirigentes,

membros e os principais contatos e (v) Edital 316/2014 - Modelo de assessoramento técnico e organizacional ao produtor irrigante visando superar os obstáculos de caráter econômico, legal, político, organizacional e social e, por conseguinte, efetivamente viabilizar a adoção de uma tecnologia. Ressalta-se que todos foram cancelados: os editais 312/2014 (Certificação) e 313/2014 (APLs) foram cancelados em virtude de nenhuma proposta ter cumprido os critérios obrigatórios estabelecidos pelos editais; o Edital 314/2014 (Meio Acadêmico) originou o Contrato 114255 de serviços de consultoria - pessoa física, assinado em setembro de 2014, no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/IICA/08/002, sendo cancelado em virtude da não entrega dos produtos previstos no termo de referência e do encerramento da vigência do contrato em 24/12/2014; o Edital 315/2014 (Instituições de Agricultura Irrigada) foi cancelado em virtude do prazo limite para assinatura do contrato ter sido ultrapassado. Quanto ao Edital 316/2014 (Assessoramento), houve cancelamento em virtude de uma redefinição do escopo do trabalho de consultoria, o que implicará em mudança do perfil dos consultores para atender a demanda, exigindo, assim, outro termo de referência. Elaborou-se, no primeiro semestre de 2014, o Termo de Referência "Análise Territorial de Indicadores para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil" com a finalidade de subsidiar o escopo do Plano Nacional de Irrigação para permitir a compreensão do desenvolvimento da agricultura irrigada pela análise espacial da aptidão agrícola, da sensibilidade de impacto ambiental, da infraestrutura necessária, do perfil de desenvolvimento da agricultura e adequação da alocação de investimentos públicos no setor. Assim, no segundo semestre de 2014, firmou-se o Contrato 214025 de serviços de consultoria – pessoa jurídica, por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/IICA/08/002. O estudo foi entregue em dezembro de 2014.

Metas 2012-2015

- **Cadastrar 100% dos irrigantes do setor privado**

  Análise Situacional da Meta

  O Acordo de Cooperação Técnica (ACT), DOU em 20/6/2014, firmado entre o Mapa, o MI, o MMA e a Ana, viabilizará as tratativas necessárias para compartilhar a base de dados do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos, desenvolvido e implementado pela Agência, para subsidiar o cadastro de irrigantes do setor privado. Após tratativas com a Ana articular-se-á com os órgãos outorgantes das unidades da federação a forma de acesso as suas bases de dados. As articulações entre os órgãos devem ser intensificadas para que a meta possa ser alcançada em 2015, uma vez que efetivamente encontra-se inalterada.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Cadastrar e manter os dados de 100% dos irrigantes de projetos públicos de irrigação**

  Análise Situacional da Meta

  O Grupo de Trabalho (instituído em 2012) delineou o escopo e o acompanhamento do desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação - SINIR. O primeiro módulo a ser implementado é o Módulo I – Projeto Público de Irrigação. Esse módulo compõe-se das seguintes partes: (i) informações gerais dos projetos; (ii) cadastro de irrigantes; e (iii) dos indicadores relacionados aos impactos socioeconômicos do projeto e ao funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso comum do projeto. Em fevereiro de 2014 ocorreu a conclusão do submódulo "i". Para o 1º e o 2º semestre de 2014, respectivamente, havia a previsão de desenvolvimento da plataforma do cadastro de irrigantes dos projetos públicos de irrigação (submódulo ii) e dos indicadores socioeconômicos (submódulo iii).

  O submódulo ii, que contempla a plataforma que dará suporte ao cadastramento dos irrigantes dos projetos públicos de irrigação, ainda não foi desenvolvido, uma vez que as discussões com as entidades vinculadas, Codevasf e DNOCS, previstas para o segundo semestre de 2014 não ocorreram. Para 2015 deve-se priorizar a implementação dessa meta para que o cadastro dos irrigantes nos projetos públicos de irrigação possa ser elaborado.

  Na Política Nacional de Irrigação (§ 2º, Art. 8º da Lei nº 12.787/2013), encontra-se previsto o Cadastro Nacional Único dos Agricultores Irrigantes. Em razão do volume de dados do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos

(CNARH) da Ana, o qual tem hoje cadastrados produtores cuja área irrigada corresponde a 20% da área atualmente irrigada no país, espera-se uma intensificação da articulação entre o MI e a Ana, visando à importação e à integração da base de dados do CNARH e do cadastro único dos irrigantes.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Conselho Nacional de Irrigação**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Nacional de Irrigação (Conir) é um dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação, prevista no artigo 21 da Lei nº 12.787/2013. A minuta do decreto de regulamentação do Conselho foi concluída no segundo semestre de 2013, e aguarda a participação dos vários atores e as definições dos outros pontos da Lei que dependem de regulamentação (vide Análise da Meta 'Regulamentar o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação').

- **Implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação**

Análise Situacional da Meta

Em 20/11/2012 foi instituído, pela Portaria MI nº 643, o Grupo de Trabalho responsável pela discussão do escopo e acompanhamento do desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação - SINIR. No escopo do SINIR o primeiro módulo a ser implementado é referente aos Projetos Públicos de Irrigação, denominado Sistema de Informações sobre Projetos Públicos de Irrigação - SISPPI. Esse módulo compõe-se das seguintes partes: (i) informações gerais dos projetos; (ii) cadastro de irrigantes; e (iii) dos indicadores relacionados aos impactos socioeconômicos do projeto e ao funcionamento da infraestrutura de irrigação de uso comum do projeto.

No primeiro semestre de 2014, disponibilizou-se no endereço eletrônico do MI (http://sisppi.mi.gov.br/SISPPI/loginExterno.seam?cid=85) parte do módulo que trata das informações gerais dos projetos (área irrigável, área irrigada, métodos de irrigação, principais culturas, produção vegetal, valor bruto da produção, vias de acesso, localização, dentre outras). Em relação a esse módulo, foi publicada em 28/5/2014 no DOU a Portaria do MI nº 195, que designa servidores da Senir, do Dnocs e da Codevasf para atuarem como operadores do Sistema de Informações sobre os Projetos Públicos de Irrigação (SISPPI) e estabelece as respectivas responsabilidades quanto ao cadastramento e atualização dos dados referentes aos projetos públicos de irrigação. Para o primeiro semestre de 2014 havia a previsão do desenvolvimento da plataforma do cadastro de irrigantes dos projetos e, para o segundo semestre, o dos indicadores socioeconômicos, porém essas atividades ainda não estão em curso devido à necessidade de privilegiar a construção de um cadastro único dos agricultores irrigantes, consoante previsto na Política Nacional de Irrigação (§2º, Art. 8º da Lei nº 12.787/2013), a partir da importação / integração do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) da Ana. Com relação ao Sistema de Informações relacionado aos indicadores dos projetos públicos de irrigação, aguarda-se o término das atividades do Grupo de Trabalho da Portaria MI nº 87 de 12/3/2013, publicada no DOU de 13/3/2013, que trata, entre outros pontos, da definição dos indicadores e dos mecanismos de operação (inserção e atualização dos dados) do referido sistema de informações.

Destaca-se, ainda, a importância do ACT firmado entre o Mapa, o MI, o MMA e a Ana (DOU em 20/6/2014), instrumento jurídico facilitador para a formulação e implantação do Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, pois tem entre os seus objetivos o apoio ao SINIR, um dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação. Destaca-se que, em reunião ocorrida em outubro de 2014, os partícipes desse ACT constituíram seis Grupos de Trabalhos (GTs) para tratar de temas específicos. Assim, coube ao MI a coordenação do GT - Sistema de Informações sobre Áreas Irrigadas.

- **Regulamentar o novo marco legal da Política Nacional de Irrigação**

Análise Situacional da Meta

A Senir, visando elaborar uma minuta de decreto de regulamentação da Lei nº 12.787/2013 para discussão com os setores afins à Política Nacional de Irrigação e para consolidação de vários dispositivos que requerem regulamentação, adota a seguinte estratégia: (i) reanalisou as quatro minutas de decreto de regulamentação da Lei nº 12.787/2013 que tramitavam em diferentes órgãos da administração federal, que são: minuta de decreto que trata da Certificação dos Projetos de Irrigação, minuta de decreto que enquadra os Projetos Públicos de Irrigação como de Interesse Social, minuta de decreto que institui o Conselho Nacional de Irrigação e a minuta de decreto que define como de utilidade pública os barramentos para fins de irrigação e as infraestruturas correlatas; (ii) elaborou a primeira versão da minuta de regulamentação, no âmbito da Senir, inserindo as minutas reanalisadas e outros dispositivos da Lei, a saber: a) Conceitos, objetivos e princípios (art.2º, I, II e III/ Gestão Democrática - Art. 3º); b) Planos de Irrigação e Sinir; c) Demais instrumentos da Lei; d) Implantação de projetos públicos (Art. 23, §§ 2º e 3º, Artigo 24, parágrafo único, e artigo 32, parágrafos 1º e 2 º/ Artigo 28, inciso III do caput e parágrafo 3º e 7º); e) Transferência de gestão (Artigos 35, 37, 38, 39 e 43); (iii) apresentou a primeira minuta ao Ministro deste MI em outubro de 2014, recebendo o aval do dirigente para consulta externa ao MI; (iv) a versão final da minuta de regulamentação contemplará, dentro da pertinência, as contribuições das instituições públicas, privadas e da sociedade civil para posterior envio à Casa Civil no primeiro semestre de 2015; (v) a minuta foi divulgada no site do MI, sendo disponibilizado um endereço eletrônico para receber contribuições: http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/noticias/-/asset_publisher/xW1t/content/senir-formula-propostas-para-regulamentar-politica-nacional-de-irrigacao?redirect=http%3A%2F%2Fwww.integracao.gov.br%2Fpt%2Fweb%2Fguest%2Fnoticias%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_xW1t%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-3%26p_p_col_count%3D2.

OBJETIVO: 0163 - Aperfeiçoar as políticas creditícia e securitária voltadas à irrigação com vistas a ampliar a área irrigada, a aumentar a produtividade e a qualidade dos produtos e a contribuir para a contenção do avanço da fronteira agrícola.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As medidas adotadas pelo Mapa, com redução efetiva das taxas de juros para projetos de irrigação (hoje em 4%), trouxeram reflexos altamente positivos no desempenho da irrigação do país, com uma incorporação expressiva de área irrigada ao processo produtivo agrícola, no período 2012 a 2014, próxima a 750 mil novos hectares.

A adequação da política securitária continua sendo trabalhada, buscando seu ajuste às peculiaridades, especificidades e garantias inerentes a atividade de irrigação. No seguro agrícola destaca-se o Programa de Subvenção ao Seguro Rural (PSR), que subvenciona o prêmio do seguro de parte das culturas irrigadas. A alíquota do adicional para enquadramento no PROAGRO de empreendimentos irrigados financiados foi reduzida de 3,0% para 1,0%, independentemente da região, da linha de crédito ou do programa a que se vincula o beneficiário. Em 2014, as taxas de juros mantiveram-se diferenciadas e houve um incremento significativo na área irrigada no Brasil. O cumprimento das metas deste objetivo atingiu o montante de R$ 1,99 bilhão, ou seja, 49,75% do programado.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar R$ 4 bilhões para linhas de crédito destinadas a Agricultura Irrigada**

Análise Situacional da Meta

A aplicação dos recursos relacionados a este objetivo atingiu a cifra de R$1,99 bilhão, numa contribuição efetiva para o aumento da área irrigada do país, revertendo a tendência de regressão que perdurava há quase 2 décadas.

Quantidade alcançada

1.998.309.770,81

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	480.000.000	R$ 1	234.258.086	31/12/2014
Região Nordeste	880.000.000	R$ 1	670.288.456,13	31/12/2014
Região Norte	100.000.000	R$ 1	6.369.996	31/12/2014
Região Sudeste	1.440.000.000	R$ 1	638.103.562,68	31/12/2014
Região Sul	1.100.000.000	R$ 1	449.289.670	31/12/2014

OBJETIVO: 0171 - Promover e fortalecer a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e inovação voltados para a agricultura irrigada e a sua difusão visando o incremento nos ganhos em produtividade, com qualidade e redução dos custos de produção.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo visa proporcionar condições para incrementar as pesquisas em irrigação e drenagem agrícola, dado que a agricultura irrigada vem sendo ainda desenvolvida dentro de parâmetros da agricultura de sequeiro com cultivares, adubação, espaçamento e outras práticas culturais. A irrigação necessita de pesquisas para adequar e adaptar essas práticas culturais às novas condições de suprimento adequado e suficiente de água. Necessário ainda harmonizar - mediante a criação de redes- o conhecimento gerado e integrar as competências dispersas nas diversas instituições de pesquisas no país, que integram o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. Inclui-se nessa perspectiva a capacitação de técnicos e agricultores nas atividades de irrigação e drenagem, mediante o seu treinamento nas unidades demonstrativas.

Os Acordos de Cooperação Técnica, celebrados entre o Mapa/MMA/Ana e o Mapa/MI poderão proporcionar avanços importantes na execução das metas a partir de 2015, principalmente em termos das unidades demonstrativas.

A questão da instalação das redes de pesquisas que não foram propostas pelo Mapa merece revisão, pois a desestruturação do setor limita as gestões e diligências necessárias para a seleção dos temas prioritários. Por outro lado, entende-se que a Rede de pesquisas Agrohidro (já consolidada) possui grande capilaridade e abrangência, capaz de abarcar grande parte dos temas inicialmente selecionados.

Metas 2012-2015

- **Consolidar 4 redes de pesquisa e transferência de tecnologia em agricultura irrigada: água e agricultura; drenagem e salinidade; fruticultura; e hortaliças.**

Análise Situacional da Meta

A criação de uma rede de pesquisa envolve diligências, contatos e entendimentos, já que no campo do uso da água na agricultura torna-se imprescindível contar com a participação de diversas instituições de pesquisa, universidades, fundações e instituições privadas, sendo necessário um forte apoio de órgãos de fomento a pesquisa e outros fundos setoriais. Contudo, a Rede Agrohidro, apoiada pelo Mapa, vem cumprido a contento os seus objetivos, abrangendo todos os temas inicialmente propostos, com estudos dos problemas correlatos, buscando estratégias que possam permitir um uso mais racional da água na agricultura e, ao mesmo tempo, que assegurem uma contribuição significativa do setor agropecuário na produção de recursos hídricos de boa qualidade. Nesse sentido, considera-se que a Meta foi atingida, apesar de contar com apenas 1 rede consolidada.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Contratar 30 estudos incrementais sobre diferentes temas associados ao desenvolvimento dos cultivos irrigados, métodos e sistemas de irrigação e drenagem**

Análise Situacional da Meta

Houve um grande esforço para a execução dessa meta, especialmente pela Embrapa que, através do Portfólio Agricultura Irrigada, vem desenvolvendo diferentes estudos, de forma abrangente, identificando produtos, tecnologias, serviços e conhecimentos potenciais que poderão ser aplicados nos sistemas produtivos envolvendo a irrigação e drenagem.

O desempenho da Meta pode ser considerado bastante satisfatório, com 80% da meta já atingida: em 2012 foram contratados 4 estudos; em 2013, 14; e, em 2014, mais 6 estudos.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 25 projetos demonstrativos em irrigação e drenagem**

Análise Situacional da Meta

A dificuldade da meta reside no fato de que as unidades demonstrativas só se viabilizam com a aquisição dos equipamentos de irrigação, o que requer recursos para investimentos. Não obstante, existem boas possibilidades de se alcançar pelo menos 13 dessas unidades em 2015, a partir dos acordos de cooperação técnica Mapa/MI/Codevasf e Mapa/MMA/Ana, além de parcerias que estão sendo firmadas via convênio com a Emater da Paraíba e Secretaria de Agricultura do estado de Tocantins.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

A irrigação se mostra fundamental para aumentar a produtividade, diminuir a sazonalidade da oferta de alimentos no decorrer do ano e, principalmente, permitir a produção de alimentos onde a falta de chuvas é um fator limitante.

Em 2012, foi lançado o Programa Mais Irrigação com o objetivo de dinamizar o desenvolvimento regional por meio de projetos públicos de irrigação, promovendo a estruturação de arranjos de projetos de infraestruturas hídricas voltadas à agricultura irrigada e, principalmente, potencializando a geração de emprego e renda. O programa é composto de quatro eixos: 1- Parceria Público-Privada (PPP) em Irrigação; 2- Implantação e Revitalização; 3- Agricultura Familiar e Pequenos Irrigantes; e 4- Estudos e Projetos. O Eixo 2 trata do investimento em projetos cujas infraestruturas de irrigação estejam parcialmente implantadas, permitindo o início da ocupação em parte considerável da área irrigável em prazo razoável.

O Ministério da Integração Nacional (MI) junto com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e os governos estaduais têm implantado campos de agricultura irrigada em pontos estratégicos do País. Alguns perímetros já estão em plena produção, outros em fase de implantação, e há novos projetos em fase de estudos.

No ano de 2012, foram investidos R$ 349,2 milhões, destacando-se os investimentos integrantes da carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), realizados nos Perímetros de Tabuleiro de Russas e Baixo Acaraú (CE), Platôs de Guadalupe (PI), Salitre e Baixio de Irecê (BA) e Nilo Coelho e Pontal (PE). Outras importantes ações desenvolvidas

em perímetros públicos de irrigação referem-se à elaboração do projeto de revitalização de Formoso do Araguaia (TO); Costa Doce (RS) e Luís Alves do Araguaia (GO); conclusão do projeto de irrigação Várzeas de Sousa (PB) e desenvolvimento de ações de apoio à operação inicial. Em 2013, os investimentos acumulados totalizaram R$ 598,5 milhões no Programa de Agricultura Irrigada. Até o momento, os investimentos acumulados totalizam aproximadamente R$ 773,5 milhões. No exercício de 2014, R$ 412,5 milhões para a irrigação em investimentos integrantes da carteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Do total disponibilizado, foram pagos R$ 271,9 milhões (inclusive Restos a Pagar), para continuidade das ações de implantação, reabilitação e modernização das infraestruturas de uso comuns dos Perímetros Públicos de Irrigação inseridos no Programa.

Para efetivo cumprimento do objetivo, prevê-se a execução das ações do Plano Operativo (instrumento de gestão adotado no monitoramento das ações no âmbito do MI) para os perímetros assistidos pelo PAC 2, com vistas a viabilizar a transferência de gestão, otimizar os recursos hídricos, buscar alternativas para melhoria da eficiência energética dos perímetros de irrigação e executar os serviços de regularização fundiária e ambiental, visando concluir a infraestrutura, organizar a operação e a manutenção e adicionar novas áreas à produção, compreendendo o desenvolvimento agrícola e o funcionamento integral dos projetos.

Metas 2012-2015

- **Concluir as infraestruturas para ampliar a área irrigada em 148.920 ha**

Análise Situacional da Meta

Esta meta contempla as obras em infraestrutura de irrigação de uso comum que serão feitas para implementar os perímetros, incluindo principalmente estações de bombeamento, estações pressurizadoras, canais de irrigação, reservatórios, drenos, dentre outras. Contribuem para o alcance desta meta os seguintes empreendimentos: Região Nordeste: Baixio de Irecê/BA (47.925ha); Jacaré-Curituba/SE (3.150ha); Marituba/AL (3.136ha); Marrecas-Jenipapo/PI (1.000ha); Pontal/PE (7.812ha); Salitre/BA (25.296ha); Tabuleiro São Bernardo/MA (5.598ha); Várzeas de Sousa/PB (4.100ha); Araras Norte/CE (1.619ha); Baixo Acaraú/CE (4.144ha); Platôs de Guadalupe/PI (10.632ha); Tabuleiros de Russas/CE (3.101ha); Tabuleiros Litorâneos/PI (6.985ha); Jaguaribe Apodi/CE (5.393ha); Região Norte: São João/TO (3.582ha); Passarão/RR (1.000ha); Região Centro-Oeste: Luís Alves do Araguaia/GO (3.797ha); e Região Sul: Arroio Duro/RS (10.650 ha). Total: 148.920 ha. Total por Região: S 10.650 ha; NE 129.891 ha; CO 3.797 ha; N 4.582 ha.

Quantidade alcançada

23.694

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.797	ha	0	31/12/2014
Região Nordeste	129.891	ha	20.112	15/08/2014
Região Norte	4.582	ha	3.582	31/12/2014
Região Sul	10.650	ha	0	31/12/2014

- **Construir infraestrutura de apoio à produção em 44 perímetros públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla obras que devem ocorrer até o ano de 2015, considerando a construção de benfeitorias e equipamentos para beneficiamento, armazenagem, escoamento e transformação da produção agrícola, para apoio às ações de comercialização, pesquisa, assistência técnica e extensão, bem como para treinamento e capacitação dos agricultores irrigantes.

Em 2013, no Projeto Mirorós/BA, foi adquirida e instalada a balança rodoviária e realizados cerca de 25% da reabilitação e do revestimento da estrada de acesso para escoamento da produção. No Projeto Baixio de Irecê/BA foi publicado edital para o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental e o Anteprojeto de Engenharia Rodoviária de uma estrada, com aproximadamente 152,02 km de extensão, para o acesso ao projeto. No Projeto Nilo

Coelho estão sendo reabilitadas e pavimentadas as estradas principais, com 95% realizados (cerca de 30% em 2013). Nos Projetos Betume, Cotinguiba/Pindoba e Propriá/SE foi dada a ordem de serviço para reabilitação das estradas vicinais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementar a regularização fundiária de 61 projetos públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla a conclusão dos processos de regularização fundiária, o que deve ocorrer até o ano de 2015. As atividades para regularização fundiária abrangem diagnóstico da situação fundiária, aquisição de terras, cadastramento físico, jurídico, agrícola e socioeconômico das áreas dos Perímetros de Irrigação e georreferenciamento, dentre outros. As ações de reintegração de posse estão ajuizadas, sendo que 55 foram julgadas procedentes.

Até o momento foram contratados os serviços de georreferenciamento para os perímetros Propriá, Betume, Cotinguiba-Pindoba, Itiúba, Boacica, Marituba e Salitre.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Obter a conformidade ambiental de 61 perímetros em fase de operação**

Análise Situacional da Meta

Segundo a Lei nº 12.787/2013, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação (artigo 22), a implantação de projeto de irrigação dependerá de licenciamento ambiental, quando exigido em legislação federal, estadual, distrital ou municipal específica.

A obtenção da conformidade ambiental de um Projeto Público de Irrigação implica na solicitação ao órgão competente do licenciamento ambiental específico para cada fase (Licença Prévia, de Instalação ou de Operação). Observe-se que a conformidade ambiental é um processo, uma vez que cada fase tem condicionantes a atender, que são, geralmente, atividades regulares. Essa imprecisão na definição da meta exigiu um reposicionamento: o critério para contagem de quantidade alcançada passou a ser a OBTENÇÃO E MANUTENÇÃO das licenças ambientais (LP: Licença Prévia; LI: Licença de instalação, ou LO: Licença de operação) no período do PPA. Assim:

Perímetros regulares com licenças vigentes emitidas no período PPA 2012-2015: 1) Jaíba LO vigente, renovada em 12/2012; 2) Nilo coelho LO vigente, emitida em 06/02/2012; 3) Pontal LO vigente, emitida em 13/02/2013; 4) Bebedouro LO vigente, emitida em 13/02/2014; 5) Baixio de Irecê foi renovada a Licença Prévia em 2013; 6) Perímetro Baixo Acaraú/CE, obtida a Licença de Instalação e Operação (LIO) em 2013; 7) Manuel Alves, LO foi renovada em 2014; 8) Várzea de Sousa, LO renovada em 2014; 9) Jonas Pinheiro, renovada a LI em 2014; 10) Tabuleiro de Russas, LO emitida em 14/06/2013; 11) Araras Norte, LO emitida em 21/11/2012; 12) Platôs de Guadalupe 1º Etapa, LO emitida em 19/12/2013; 13) Tabuleiros Litorâneos do Piauí, LO emitida em 08/02/2013; e 14) Luís Alves do Araguaia, LI emitida em 30/12/2013.

Perímetros regulares com licenças vigentes emitidas antes do PPA 2012-2015: 1) Salitre; 2) Tourão; 3) São João; 4) Gurita; 5) Formoso do Araguaia-TO; e 6) Passarão-RR.

Perímetros com suas Licenças vencidas e com pedido de renovação realizado junto ao órgão competente, aguardando análise: 1. Barreiras Norte; 2. Estreito; 3. Formoso; 4. Mirorós; 5. Nupeba/Riacho Grande; 6. São Desidério/Barreiras Sul; 7. Betume; 8. Cotinguiba/Pindoba; 9. Propriá; 10. Boacica; 11. Itiúba; 12. Araras Norte; 13. Ayres de Sousa; 14. Icó-Lima Campos; 15. Jaguaribe-Apodi; 16. Tabuleiros de Russas; 17. Várzea do Boi; 18. Morada nova; e 19) Marituba.

Em resumo, apenas 46 perímetros passaram pelo levantamento da situação de licenciamento ambiental, dos quais: 20

regulares, 7 sem licença e 19 com pedido de renovação protocolado no órgão ambiental competente (o que os tornam legalmente regulares).

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

31/12/2014

- **Revitalizar as infraestruturas de uso comum que atendam a 117.234 ha**

Análise Situacional da Meta

A meta contempla obras que devem ocorrer até 2015. A revitalização de infraestruturas de irrigação de uso comum consiste em reabilitar estruturas como estações de bombeamento, canais de irrigação, drenos, bem como estruturas elétricas, conjuntos motobombas, enfim, estruturas essenciais para o pleno funcionamento do perímetro.

Dentre os empreendimentos que contribuem para o alcance da meta estão: Nordeste: Piancó-PB (1.255ha); Baixo Açu-RN (5.168ha); Bebedouro-PE (2.091ha); Curaçá-BA (4.350ha); Estreito-BA (2.735ha); Formoso-BA (12.048ha); Maniçoba-BA (4.293ha); Mirorós-BA (2.145ha); Nilo Coelho-PE (18.857ha); Curu Paraipaba-CE (3.357ha); São Gonçalo-PB (2.404ha); Norte: Rio Formoso-TO (28.500ha) e Sudeste: Jaíba-MG (24.745ha); Gorutuba-MG (5.286ha). O total é de 117.234 ha: SE 30.031 ha; NE 58.703 ha; e N 28.500 ha.

A meta continua com Quantidade Alcançada zerada, pois só se considera revitalizado o perímetro quando ele alcança 100% de revitalização das suas infraestruturas. A estimativa percentual de execução atual das obras de infraestrutura dos perímetros que compõem essa meta é:

-Projeto Rio Formoso: concluídos 70% referentes à elaboração do projeto executivo; 0% de execução de obras;

-Perímetro de Irrigação de Bebedouro: já foram realizados 57% do empreendimento;

-Projeto Curaçá: já foram realizados 42% do empreendimento;

-Perímetro de Irrigação Formoso: já foram realizados 64% do empreendimento;

-Perímetro de Irrigação Gorutuba: já foram realizados 15% do empreendimento;

-Projeto Maniçoba: já foram realizados 68% do empreendimento;

-Projeto Mirorós: já foram realizados 53% do empreendimento;

-Perímetro de irrigação Nilo Coelho: já foram realizados 62% do empreendimento;

-Projeto Jaíba: já foram realizados 15% do empreendimento;

-Baixo Açu-RN: já foram realizados 75% instalação de medidores de vazão e 10% da recuperação de canais do empreendimento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Transferir a gestão de 18 perímetros públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

Para que a transferência de gestão seja realizada, diversos passos são fundamentais, dentre os quais destacam-se: reabilitação e/ou conclusão das infraestruturas de uso comum; regularização da situação fundiária e ambiental; capacitação dos produtores para que estes realizem a gestão do projeto; disponibilização de Assistência Técnica e Extensão Rural contínua e de qualidade; delegação de competência para entidades de irrigantes assumirem atividades de administração, operação e manutenção da infraestrutura de um perímetro de irrigação; e pactuação do governo Federal com Estados e Municípios para que os serviços públicos de educação, saúde, segurança, saneamento e transporte sejam fornecidos aos projetos públicos de irrigação.

Para a quantificação dessa meta, são considerados os PPIs que alcançaram a etapa de Cogestão, sendo seu início marcado pela celebração do contrato de delegação de competência da administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum entre o Governo e organização de irrigantes. O perímetro Várzea de

Sousa/PB contribuirá com a meta no próximo período, com contrato de delegação da gestão formalizado em 2015. Perímetros da Codevasf e Dnocs celebraram contrato de delegação da gestão antes do PPA 2012-2015. Outros perímetros que podem vir a contribuir com essa meta são: Manuel Alves/TO, São João/TO, Jacaré-Curituba/SE, Salitre/BA. Os perímetros sob responsabilidade do MI ou dos Estados estão em fase de elaboração dos contratos de delegação da gestão.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0176 - Promover a capacitação para a Agricultura Irrigada em parceria com instituições governamentais, não-governamentais e da iniciativa privada.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Elaborou-se, entre o final do segundo semestre de 2013 e o primeiro semestre de 2014, no âmbito do Programa Interáguas (Banco Mundial), um Termo de Referência com o objetivo de estruturar e disponibilizar “Cursos de Especialização em Irrigação e Drenagem” aos técnicos de nível superior em parceria com instituições públicas de ensino e pesquisa na área de Ciências Agrárias. Após avaliação conjunta da Senir e do Banco Mundial, decidiu-se pela suspensão do curso por incompatibilidade de formato com o padrão de contratação (consultoria) usualmente adotado pelo Banco Mundial (Programa Interáguas). As atividades de concepção do curso de doutorado com foco mercadológico também foram canceladas. Entre os objetivos específicos do ACT firmado entre o Mapa, o MI, o MMA e a Ana (DOU em 20/6/2014), há um que prevê o desenvolvimento e a implementação de programa conjunto de capacitação. Os partícipes desse ACT, em outubro de 2014, constituíram seis Grupos de Trabalhos (GT) para tratar de temas específicos inerentes aos objetivos do referido ACT. O GT Capacitação para Gestão Integrada e Sustentável de Água no Meio Rural está sob a coordenação do MI. Em outubro de 2014 esse GT estabeleceu o cronograma de trabalho 2014/2016 e no momento está modelando o Termo de Referência (TR) “Levantamento de ações e ofertas/demandas de capacitação sobre o tema de água no meio rural”, tomando como base as ações institucionais federais, estaduais e distritais de capacitação, bem como ações não institucionais. Esse TR prevê a contratação de consultoria, pessoa jurídica, com recursos do Programa Interáguas. A proposta faz parte do Programa Nacional de Capacitação em Agricultura Irrigada para fortalecimento da Política Nacional de Irrigação, conforme a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, no âmbito da Secretaria Nacional de Irrigação do Ministério da Integração Nacional (Senir/MI).

Metas 2012-2015

- **Capacitar 20.000 irrigantes para aplicação das técnicas de irrigação e drenagem**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi elaborada pelo MI a minuta de Termo de Referência (TR), fruto do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com o Mapa, MMA, MI e Ana. Após aprovação, o TR, que trata do "Levantamento das Demandas de Capacitação e Identificação de Ações de Ofertas de Capacitação sobre o Tema de Água no Meio Rural" seria viabilizado via Interáguas.

Entretanto, as atividades foram suspensas e a Meta não está sendo desenvolvida.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 4.000 profissionais de nível superior para agricultura irrigada**

Análise Situacional da Meta

Foi discutido e elaborado o Termo de Referência “Estruturação e disponibilização de cursos de especialização em irrigação e drenagem na modalidade à distância ou semipresencial”, com recursos do programa Interáguas, com o objetivo de mobilizar instituições públicas de ensino superior com Plataforma de Educação à Distância e experiência reconhecida na oferta desses cursos (modalidade à distância ou semipresencial).

Entretanto, a Meta não alcançará capacitação de profissionais em 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 6.000 profissionais de nível médio para agricultura irrigada**

Análise Situacional da Meta

Não está em curso nenhuma atividade que implique reflexo positivo no aspecto quantitativo dessa meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0180 - Promover a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nas áreas de agricultura Irrigada, visando o uso racional do solo e da água e o manejo adequado das culturas.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Esteve em elaboração um Termo de Referência com o objetivo geral de desenvolver modelos inovadores de assessoramento técnico ao produtor irrigante, com o envolvimento do Mapa, do MDA e do IICA, que foi cancelado. Este objetivo também tem relação direta com a estruturação e a disponibilização de cursos de Especialização em Irrigação e Drenagem (Objetivo 0176) aos técnicos de nível superior em parceria com instituições públicas de ensino e pesquisa na área de Ciências Agrárias, cujo Termo de Referência está sendo concluído em parceria com os técnicos do Banco Mundial, no escopo do Programa Interáguas.

Estão em andamento discussões com a alta direção da Embrapa para a efetivação dos Centros de Referência em Agricultura Irrigada, um para cada região geográfica do Brasil, e capacitação dos assistentes técnicos de nível superior e nível médio. Com base nos Planos Diretores, os Estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul têm uma previsão de iniciar programas de capacitação em parceria com o Sistema Embrapa.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar serviços de ATER nas áreas da agricultura irrigada de 8.000 agricultores familiares que se enquadrem na PNATER**

Análise Situacional da Meta

O Termo de Referência que tratava do desenvolvimento de modelos inovadores de assessoramento técnico e organizacional ao produtor irrigante, com envolvimento do MAPA e do MDA, foi cancelado em razão da dificuldade de se encontrar perfil de consultoria adequado para o trabalho e do prazo de encerramento do Projeto de Cooperação Técnica com o IICA em 31/12/2014. Assim, a Meta não foi mais desenvolvida.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Disponibilizar serviços de ATER para 30.000 pequenos produtores dos projetos públicos de irrigação**

Análise Situacional da Meta

O objetivo geral dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é capacitar os produtores e suas organizações para o planejamento da produção e gerenciamento do lote, além de conscientizá-los e orientá-los para a aplicação dos princípios de boas práticas agrícolas. Os serviços de ATER são prestados pela Codevasf via contrato com entidades privadas, por distrito de irrigação, e convênio com instituições governamentais. As ações visam, também, orientar os produtores para o uso racional dos recursos de água e solo, com o correto manejo da irrigação parcelar, e estimular a organização dos produtores para o empreendedorismo e a agricultura familiar em moldes sustentáveis.

Como parte da metodologia de trabalho, as equipes de ATER procuram discutir com os produtores os principais problemas e estabelecer um plano estratégico de ações, indicando as soluções e envolvendo, de forma participativa e comprometida, as organizações e instituições públicas e privadas que atuam nos perímetros.

No ano de 2012, a Codevasf investiu R$ 3,3 milhões a preços iniciais dos contratos de serviços de ATER nos perímetros de interesse eminentemente social (Ceraíma, Estreito, Formosinho, Betume, Cotinguiba/Pindoba, Propriá, Boacica e Itiúba), atendendo a 3.236 famílias alocadas em uma área irrigável de 13.702,1 ha. E ainda foi contratada ATER para os seguintes perímetros: Gorutuba, Jaíba, Formoso, Barreiras Norte, Nupeba, Riacho Grande, São Desidério/Barreiras Sul, Mirorós, Bebedouro, Nilo Coelho, Curaçá, Mandacaru, Maniçoba, Tourão Salitre, Caraíbas, Brígida, Manga de baixo, Icó-Mandantes, Apolônio Salles, Barreiras, Pedra branca, Rodelas e Glória. O total de beneficiados por ATER nesse ano foi de 14.132 produtores, em R$ 21 milhões investidos em contratos de serviços de ATER.

Em 2013, foram investidos cerca de R$ 5,9 milhões na execução de contratos de ATER nos perímetros da Codevasf. São eles: Gorutuba, Jaíba, Formoso e Formosinho, Barreiras Norte, Nupeba/Riacho Grande, São Desidério/Barreiras Sul, Mirorós, Bebedouro, Nilo Coelho, Estreito, Ceraíma, Caraíbas, Brígida, Manga de Baixo, Icó-Mandantes, Apolônio Sales, Barreiras Bloco I, Boacica, Itiúba, Pedra Branca, Glória, Rodelas e Salitre, beneficiando 11.929 famílias. Nos Perímetros sob responsabilidade da Senir, os que tiveram ATER contratada foram: Manuel Alves e Várzea de Sousa, beneficiando 258 pequenos produtores. Assim, o total de beneficiados por ATER em 2013 foi de 12.187 produtores.

Em 2014, foram investidos cerca de R$ 7,79 milhões na execução de serviços de ATER nos perímetros da Codevasf: Gorutuba, Jaíba, Bebedouro, Nilo Coelho, Betume, Cotinguiba/Pindoba, Propriá, Boacica, Itiúba, Curaçá, Mandacaru, Maniçoba, Mirorós, Tourão e Salitre, beneficiando 8.131 produtores. Nos Perímetros sob responsabilidade da Senir, os que possuem ATER contratada são: Manuel Alves e Várzea de Sousa, beneficiando 258 pequenos produtores. O total de beneficiados por ATER em 2014 foi de 8.389 produtores. A quantidade acumulada desde 2012 é de 34.708 produtores.

Quantidade alcançada

34.708

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Mais Irrigação, lançado em 2012, tem como um de seus principais objetivos o investimento em projetos cujo modelo de ocupação é exclusiva ou majoritariamente por meio de pequenos produtores, em lotes familiares, que são geridos sob um modelo de estreita dependência do Poder Público, tanto no custeio da operação e manutenção, quanto no fornecimento de assistência técnica e extensão rural (ATER). Nesses projetos, almeja-se modernizar as estruturas internas dos Distritos de Irrigação, seja reforçando as estruturas associativas já existentes entre seus produtores, seja incentivando a organização dos mesmos em cooperativas, para que possam, eles mesmos, organizados e com o apoio institucionalizado

do Poder Público, caso seja do interesse, receber a concessão do projeto e gerir as infraestruturas de forma mais eficiente e estruturada. Como resultado dessa articulação, pretende-se ainda reforçar o apoio institucional à atividade-fim desses pequenos irrigantes, por meio de abordagens mais modernas de ATER, focadas não só na produção, mas principalmente na comercialização e na distribuição competitiva da produção, promovendo o comércio socialmente responsável.

Com a reformulação do marco legal da Política Nacional de Irrigação, a partir da sanção da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, o Ministério da Integração Nacional propôs a publicação de Decreto para dispor, dentre outros temas, sobre a caracterização de projetos públicos de irrigação considerados como de interesse social. A proposta em questão evidencia que a Política Nacional de Irrigação preconiza ações que priorizam a inserção social e a geração de empregos no campo, conjugando objetivos econômicos e sociais e contribuindo para o aumento da renda e o bem-estar social dos agricultores irrigantes familiares, sempre em sinergia com políticas públicas implementadas no campo por outros órgãos e entidades governamentais. A proposta está em discussão no âmbito dos órgãos e instituições responsáveis pelo tema.

Para execução das ações de reabilitação e modernização das infraestruturas de uso comum dos perímetros de interesse eminentemente social, foram executados em 2013 R$ 41.949.436,85. Já em 2014, apesar do orçamento de R$ 111.056.837,00, foram executados R$ 45.044.194,35 na continuidade das ações. Para 2015, está prevista a conclusão das ações de reabilitação dos perímetros sob responsabilidade da Codevasf e alguns do Dnocs, como o perímetro Cruzeta.

Metas 2012-2015

- **Revitalizar 40 empreendimentos de interesse social**

  Análise Situacional da Meta

  Trata-se de ações relacionadas a operação e manutenção; apoio à administração; participação nos custos operacionais; atividades de prestação de assistência técnica; atividades de organização de produtores; regularização fundiária; despesas de fiscalização de contratos, convênios e pagamentos de impostos e taxas; atendimento das condicionantes ambientais; capacitação de técnicos e agricultores; recuperação e manutenção das infraestruturas de irrigação de uso comum já implantadas (reservatórios, canais, adutoras, sistemas de bombeamento, diques, estradas, etc); bem como implantação de novos sistemas que garantam a otimização e a atualização do empreendimento (tais como novos sistemas de captação, drenagem, etc), gerando acréscimo na produtividade e qualidade das culturas.

  A meta ainda está zerada, pois é necessária a execução de todos os serviços descritos, que ainda estão em andamento.

  A situação atual, em termos da Revitalização da infraestrutura de irrigação, da Regularização Fundiária, da Regularização Ambiental e da ATER, é

  -Perímetro Sumé/PB: concluídos os Projetos Básico e Executivo;

  -Perímetro Boa Vista/PE: concluídos o Projeto Executivo e o diagnóstico da situação fundiária;

  -Perímetro Cruzeta/RN: concluídas as obras de recuperação das pontes-canais do projeto, estando em processo de entrega das obras realizadas, e obtida a outorga de uso da água;

  -Perímetro Moxotó/PE: concluído o projeto Executivo;

  -Perímetro Pau dos Ferros/RN: 95% das obras concluídas;

  -Perímetro Várzea do Boi/CE: concluídos os Projetos Básico e Executivo, os diagnósticos da situação fundiária e obtida a outorga de uso da água;

  -Perímetro Várzea do Flores/PI: finalizado o processo licitatório para conclusão do projeto executivo;

  -Perímetro Ayres de Souza/CE: elaborado pelo DNOCS o Projeto Básico e concluído o diagnóstico da situação fundiária e da ambiental;

  -Perímetro Icó-Lima Campos/CE: finalizado o processo licitatório para execução das obras, concluído o diagnóstico da situação fundiária e da ambiental;

  -Perímetro São Gonçalo/PB: concluída a elaboração do Projeto Básico e os diagnósticos da situação fundiária;

  -Perímetro Itiúba/AL: realizadas 16% das obras, contratados serviços de Avaliação da Qualidade de Água e Sedimentos e prestados serviços de ATER para 229 produtores;

-Perímetro Boacica/AL: realizados 13% das obras, contratados serviços de Avaliação da Qualidade de Água e Sedimentos e prestados serviços de ATER para 768 produtores;

-Perímetro Cotinguiba-Pindoba/SE: realizados 15% das obras, contratados serviços de georreferenciamento e prestados serviços de ATER para 475 produtores;

-Perímetro Propriá/SE: realizados 12% das obras, contratados serviços de georreferenciamento e prestados serviços de ATER para 311 produtores;

-Perímetro Betume: realizados 10% das obras, contratados serviços de georreferenciamento e prestados serviços de ATER para 754 produtores.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Mais Irrigação, lançado em 2012, prevê em seu Eixo 4 -Estudos e Projetos- o investimento em projetos cuja infraestrutura principal de irrigação não tenha sido iniciada ou onde há necessidade de investimentos cujos custos sejam relevantes. São projetos nos quais ainda não há ocupação de terras irrigáveis. Abrange a construção, o funcionamento, a ocupação e o desenvolvimento agrícola. Grande parte dos empreendimentos encontra-se em fase de elaboração de estudos de viabilidade.

Dos projetos que contribuem para essa meta, sob responsabilidade da Codevasf, podemos destacar os Projetos de irrigação do Canal do Sertão Alagoano, que perfazem 30.690 hectares, e o Projeto Hidroagrícola Jequitaí, no estado de Minas Gerais, com área de 18.000 hectares. Esses perímetros de irrigação terão potencial para gerar 48.690 empregos indiretos e 58.428 empregos indiretos. No tocante aos Projetos sob responsabilidade da SENIR, destaca-se o perímetro de irrigação Jonas Pinheiro/MT, que irá expandir a área irrigada em 1.296 hectares. Para o Dnocs, podemos citar o Projeto de Santa Cruz do Apodi.

Para execução das ações desse objetivo no ano de 2013 foram executados R$ 16.886.962,43. Em 2014, apesar do orçamento de R$ 77.139.598,00, somente foram executados R$ 21.267.858,11 para continuidade das ações.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a área irrigada em 88.239 ha**

Análise Situacional da Meta

Entre os empreendimentos que contribuem para o alcance da meta estão: Sul: Canal de Irrigação Jaguari/RS (17.000ha); Canal de Irrigação Taquarembó/RS (15.000ha); Nordeste: Estudos e projetos p/ implantação de perímetros de irrigação no NE (11.263ha); Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN (4.024ha); Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio/SE (1.716ha); Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano/AL (3.140ha); Centro-Oeste: Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro/MT (1.296ha); Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS (800 ha); e Sudeste: Estudos e Projetos para o Perímetro Irrigado de Jequitaí/MG (18.000ha); Norte: Prodoeste/TO (16.000ha). No total, 88.239 ha (Sul: 32000 ha; Nordeste: 20143 ha; Centro-Oeste: 2096 ha; Sudeste 18000 ha; Norte: 16000 ha). No momento, a maior parte das ações concentra-se na elaboração de estudos de viabilidade e projetos básicos e executivos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0545 - Incentivar a ampliação da utilização das áreas potencialmente irrigáveis para aumentar a oferta de alimentos, bioenergéticos e fibras de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Foram implementados procedimentos para enquadramento de Projetos de Irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), da Lei nº 11.488, de 15 de julho de 2007, e Portaria do MI nº 403, de 29 de agosto de 2013. O REIDI suspende a exigência da contribuição de pessoas jurídicas para o PIS/PASEP, de 1,65%, e da COFINS, de 7,6%, no custo dos materiais, serviços e equipamentos em projetos privados de irrigação. Desta forma, o REIDI permite baixar os custos de instalação de infraestruturas de projetos de irrigação gerando aumento da área irrigada, aumento da produção de alimentos e matérias primas de origem agropecuária, incremento na produtividade e melhoria na qualidade da produção, aumentando a oferta da produção. Em 2012 foram aprovados no REIDI, no âmbito do MI, três projetos de irrigação (cultura de citros – 378 ha, cultura da cana de açúcar - 2.980,59 ha), em Caçu/GO e Fazenda Graúna/SP. Em 2013 foram aprovados quatro projetos, em Itapagipe/MG, Uberaba/MG, Jaborandi/BA e Perolândia/GO (cultura da cana de açúcar – 10.898,56 ha, cultura de feijão/algodão – 400 ha). Na região de Coco/BA, no primeiro semestre de 2014 houve aprovação de 2.213 ha para a produção de soja, milho, feijão e algodão e no segundo semestre de 2014 houve a aprovação de 8.544 ha de cana de açúcar.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a atual área irrigada pelo setor privado em 100% nos próximos 4 anos**

  Análise Situacional da Meta

  No relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos edição 2013, elaborado pela ANA, a área irrigada saltou de 4,5 milhões de ha em 2006 para 5,4 milhões de ha em 2010 e 6,1 milhões de ha em 2012 (20% de 2006 para 2010, 13% de 2010 para 2012 e 36% de 2006 para 2012, com média de 6% ao ano). Portanto, em 4 anos poderá ser alcançado um crescimento de 24%, mesmo com todas as restrições e dificuldades conjunturais.

  Os esforços para resolver os entraves da expansão da agricultura irrigada não foram suficientes.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa	%	31/12/2010	58	31/12/2014	77
Índice de conformidade de insumos agropecuários	unidade	31/12/2010	0,9	31/12/2014	0,9025
Índice de conformidade de produtos de origem vegetal	unidade	31/12/2010	0,73	31/12/2014	0,81
Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários	%	30/06/2011	0	31/12/2014	100
Índice de fitossanidade	número índice	31/12/2010	6	31/12/2014	6
Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves)	%	31/12/2010	82,41	31/12/2014	80,34
Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA	%	30/06/2011	11	31/12/2014	26
Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA	%	30/06/2011	0	31/12/2014	0,3
Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais	%	30/06/2011	85	31/12/2014	90,9
Taxa de atendimento à demanda por validação de método	%	30/06/2011	46	31/12/2014	50,17
Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal	%	31/12/2010	99,83	31/12/2014	98,34
Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa)	unidade	31/12/2010	0,73	31/12/2014	0,88
Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)	%	30/06/2011	0	31/12/2013	100
Taxa de monitoramento da rede credenciada	%	30/06/2011	62,34	31/12/2014	45,5
Taxa de monitoramento de resíduos e contaminantes nas áreas de produção de moluscos bivalves	%	30/06/2011	0	31/12/2014	35,71
Taxa de órgãos estaduais de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações em sanidade pesqueira e aquìcola	%	30/06/2011	0	31/12/2014	29,63

Observações:

Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados

pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) - Valor não apurado em 2014.

OBJETIVO: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, não houve ocorrência de febre aftosa e foram mantidas as zonas livres da doença. A Organização Mundial de Saúde Animal-OIE reconheceu os estados de AL, CE, MA, PB, PE, PI e RN, e quase toda região norte do Estado do Pará, como livres de febre aftosa com vacinação. Com isso as zonas livres implantadas até o momento passaram a representar 77,2% do Território Nacional, onde são criados 99% dos rebanhos das espécies domésticas susceptíveis à doença. Além disso, a classificação de risco para febre aftosa do Estado de Roraima foi alterada de Alto Risco (BR-4) para Médio Risco (BR-3), na maior parte do Estado do Amazonas foi mantida a classificação de Médio Risco (BR-3) e apenas o Estado do Amapá ainda mantém a classificação de Alto Risco (BR-4).

Encontra-se em elaboração um único plano de contingência nacional, apoiado por planos de ação específicos para cada doença emergencial. O trabalho foi iniciado pela revisão do Plano de Ação para Febre Aftosa, volume 2, que se encontra em andamento, e pelo desenvolvimento do SISBRAVET (Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergência Veterinária). Estão sendo revisados os “planos de contingência” para as seguintes doenças: febre aftosa, influenza aviária, New Castle, peste suína clássica e encefalopatia espongiforme bovina (BSE), bem como todo o arcabouço normativo relativo a emergências veterinárias.

Na área vegetal destaca-se o Projeto Rede de Cacau do Renorbio – Vassoura-de-Bruxa, que visa o controle da doença vassoura de bruxa do cacaueiro por meio do melhoramento genético e biologia molecular. O Renorbio já disponibilizou 39 cultivares de cacau resistentes ao fungo causador da vassoura de bruxa. Além disso, a praga Cydia pomonella (lagarta da maçã) foi oficialmente reconhecida como praga erradicada do País, conforme publicado na Instrução Normativa nº 10, de 07 de maio de 2014.

Visando conscientizar os cidadãos sobre as regras da vigilância agropecuária internacional, foram concedidas inúmeras entrevistas e foi intensificada a distribuição, em todos os aeroportos, de material de divulgação sobre as regras de transporte de produtos agropecuários, como os folders da campanha “Mala Legal”. Em virtude da realização da Copa do Mundo da FIFA 2014 em junho/julho, foram mobilizados cerca de 100 servidores para reforçar as equipes nas cidades-sede dos jogos da Copa e nas fronteiras do sul do país. Na operação de férias de final de ano também houve reforço das equipes no aeroporto de Guarulhos e em algumas Unidades Vigiagro de fronteira de Foz do Iguaçu.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais**

  Análise Situacional da Meta

  O controle integrado da doença vassoura de bruxa nas regiões produtoras de cacau abrange 550 mil hectares assistidos. O controle integrado da doença envolve pesquisas laboratoriais e de campo, assistência técnica diretamente nos imóveis rurais, além de campanhas educativas e demais medidas de monitoramento, com cobertura de toda área de cacaueiros assistidos nos estados de atuação: AM (2.000 ha), BA (406.100 ha), ES (22.100 ha), MT (1.300 ha), PA (80.000 ha) e RO (38.500ha).

  Destacam-se as realizações no período do PPA a partir de 2012, tais como: 1) o registro do Biofungicida Tricovab para o controle do fungo da vassoura de bruxa na agricultura convencional e orgânica, que encontra-se em fase de desenvolvimento para produção em escala comercial; 2) o sequenciamento dos genomas do patógeno Moniliophthora perniciosa, causador da doença vassoura de bruxa e do hospedeiro Theobroma cacau, que permitirá o desenvolvimento de uma nova estratégia de controle da praga; 3) Operacionalização do plano de contingenciamento da Monilíase do cacaueiro, visando proteger a cacauicultura nacional contra o risco de entrada, dispersão e estabelecimento dessa grave

doença, ainda não ocorrente em território nacional, porém já instalada em países limítrofes na fronteira dos Estados da Região Norte.

No contexto da pesquisa e inovações destaca-se o Projeto Rede de Cacau do Renorbio – Vassoura-de-Bruxa - financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), numa parceria: CEPLAC/MAPA, FINEP/MCTI, EMBRAPA, USP, UNICAMP, UESC e Secretaria de Agricultura da Bahia; com o objetivo de revitalizar e dinamizar a cacauicultura nacional, através do controle da doença vassoura de bruxa do cacaueiro (Moniliophthora perniciosa), com ênfase na genética e biologia molecular. Dentre os resultados obtidos no projeto Renorbio destacam-se: a seleção de 603 clones com associação de genes de resistência, além de outros genes de interesse, para avaliação regional e 113 progenitores para constituição de novo ciclo de melhoramento genético para formação de novas populações; a validação de novos atributos de produtividade, precocidade e resistência da série de clones já disponibilizados aos produtores - atualmente 39 cultivares de cacau; a identificação de 18 novas fontes de resistência; o estabelecimento de 5 ensaios regionais de variedades contemplando 367 clones em mais de 100 fazendas (200 novos clones estão sendo instalados); indicação de 14 variedades de cacau para cultivo comercial; identificação de marcadores moleculares para resistência; decifração de 8 genomas de cacau – genoma funcional de resistência; compreensão da evolução do patógeno; identificação dos múltiplos modos de penetração do patógeno.

Destaca-se a produção em escala de 16.815Kg do Biofungicida Tricovab e a distribuição para comercialização junto aos produtores rurais de 8.891Kg para o controle biológico da doença.

Quantidade alcançada

550.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	240	ha	1.300	31/12/2014
Região Nordeste	481.300	ha	406.100	31/12/2014
Região Norte	95.460	ha	120.500	31/12/2014
Região Sudeste	23.000	ha	22.100	31/12/2014

- **Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves**

Análise Situacional da Meta

Houve uma redução de 90,8% em 2013 para 80,34% em 2014. A análise detalhada demonstrou que o problema restringiu-se basicamente ao atendimento a suspeitas das síndromes Hemorrágica dos Suínos (61,2%) e Respiratória e Nervosa das Aves (79,7%), enquanto se manteve satisfatório para a Síndrome Vesicular (93,0%). Os Órgãos Defesa Sanitária Animal dos Estados onde ocorreram os problemas foram acionados para que as causas dos atrasos sejam precisamente identificadas e que ações sejam adotadas a fim de reduzir a demora nos atendimentos.

Quantidade alcançada

80,34

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar 100 planos de contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças**

Análise Situacional da Meta

Foram publicados 5 planos de contingência para as seguintes doenças: febre aftosa, influenza aviária, New Castle, peste suína clássica e encefalopatia espongiforme bovina (BSE). Esses planos estão sendo revisados, bem como todo o arcabouço normativo referente à atuação em emergências veterinárias. O trabalho foi iniciado pela revisão do Plano de Ação para a Febre Aftosa, volume 2, que se encontra em andamento.

Também foram elaborados planos de emergências para 33 pragas quarentenárias dos citros. A partir desses planos de

emergência serão elaborados os planos de contingência, prevendo medidas preventivas quanto à entrada de pragas ausentes e sem registro de ocorrência no Brasil, bem como ações de contenção, caso a praga se estabeleça. Está em desenvolvimento o SISBRAVET (Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergência Veterinária). Planeja-se também incluir as doenças, reconhecidas como de maior impacto econômico e social, na classificação de “desastres” no Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) e no Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC).

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

- **Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios para zero**

Análise Situacional da Meta

A área controlada da Mosca da Carambola é de 161.480.307 há, e atualmente 22 municípios do extremo norte do Brasil apresentam incidência da praga.

Foram implementados Planos de Erradicação nos Estados do Amapá, Roraima e Pará, a fim de prevenir a dispersão da praga para outros estados, principalmente para as regiões de fruticultura.

Em Roraima, até agosto de 2013, a presença da praga era registrada somente no município de Uiramutã, na fronteira com a Guiana. Desde então foram detectados novos focos em Normandia e em aldeias indígenas localizadas na Reserva Raposa Serra do Sol, além dos municípios de Bonfim e Pacaraima na divisa com a Venezuela. A Agência de Defesa Agropecuária de Roraima (ADERR), no âmbito do acordo de cooperação firmado com o MAPA, está realizando ações de fiscalização nas barreiras fitossanitárias de Surumu, Passarão, e Normandia/Bonfim.

No Amapá todas as ações de erradicação são realizadas pelo MAPA com apoio da Agencia Estadual de Defesa Agropecuária do Amapá (DIAGRO). Porém a praga se dispersão para vários municípios do Amapá e para o Estado do Pará, tal como ocorreu na Ilha de Marajó e Monte Dourado/Almeirim prejudicando os produtores do baixo Amazonas, Capitão Poço e demais regiões de produção de frutas do Pará.

O MAPA firmou termo aditivo com a Agência Estadual de Defesa Sanitária do Pará (ADEPARÀ) para constituir uma "força tarefa", no combate à praga, sendo que os recursos serão disponibilizados a partir de 2015.

A fim de evitar que a praga se alastre para outras regiões, para o próximo PPA será implementado o Programa Nacional de Controle de Moscas das Frutas – PNCMF, que considerará ferramentas regulatórias como a erradicação, as áreas livres e as áreas de proteção fitossanitária bem como programas de vigilância para em todo o país. As estratégias para o manejo fitossanitário dos insetos incluem a redução da população e o monitoramento, além das Técnicas do Inseto Estéril (TIE). Também será desenvolvido um sistema de Mitigação de Risco (SMR) para a região frutícola do Vale do São Francisco.

As Moscas das Frutas, como a Bractocera carambolae, a Ceratitis capita, a Anastrepha sp. e Drosophila susukii são pragas relevantes para a fruticultura nacional porque possuem muitos hospedeiros e constituem um fator prejudicial para exportações brasileiras.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	14	unidade	22	31/12/2014

- **Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos nos pontos de ingresso no país**

Análise Situacional da Meta

As importações regulares de animais vivos, vegetais e de seus produtos nos pontos de ingresso oficiais do país foram fiscalizadas regularmente. Foram realizadas 1600 mil fiscalizações de importações de produtos agropecuários, embalagens de madeira e bagagens de passageiros no ano de 2014.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, não houve ocorrência de febre aftosa e foram mantidas as zonas livres da doença. A Organização Mundial de Saúde Animal-OIE reconheceu os Estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, e quase toda região norte do Estado do Pará, como livres de febre aftosa com vacinação. Com isso, houve um avanço nas áreas reconhecidas internacionalmente com essa condição sanitária e as zonas livres implantadas até o momento passaram a representar 77,2% do Território Nacional, onde encontram-se 99% dos rebanhos de animais das espécies susceptíveis à doença. Ademais, a classificação de risco para a febre aftosa do Estado de Roraima foi alterada de Alto Risco (BR-4) para Médio Risco (BR-3), na maior parte do Estado do Amazonas foi mantida a classificação de Médio Risco (BR-3) e apenas o Estado do Amapá ainda continua classificado como área de Alto Risco (BR-4). Nestes três estados, estão sendo conduzidos planos de ação para melhorias estruturais e técnicas de seus serviços veterinários oficiais a fim de que alcancem a condição de livre de febre aftosa com vacinação. Está sendo conduzido um estudo soroepidemiológico nos Estados do AM, AP, RR e zonas de proteção do PA, para avaliação de circulação do vírus da febre aftosa, com previsão de encerramento em 2015.

Quantidade alcançada

77,2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1.558.196	km²	1.554.291	31/12/2014
Região Norte	3.869.637	km²	1.912.904	31/12/2014

- **Realizar 235 campanhas de conscientização de usuários do transporte aéreo internacional**

Análise Situacional da Meta

As campanhas de conscientização são realizadas regularmente nos principais aeroportos e pontos de entrada do país. Também houve a intensificação na distribuição de material de divulgação das regras de transporte de produtos agropecuários em todos os aeroportos, dentre as quais a distribuição de folders da campanha “Mala Legal”, visando conscientizar os cidadãos sobre as regras da vigilância agropecuária internacional. Além disso, foram concedidas inúmeras entrevistas em diversas mídias, divulgando estas regras. Foram realizadas 13 campanhas em 2014, nas cidades sede da copa do mundo, que somadas ás 65 realizadas no biênio 2012/2013 totalizam 78 campanhas. Embora seja uma quantidade menor em relação à meta proposta, as campanhas realizadas são abrangentes e atingem o público alvo.

Quantidade alcançada

78

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	47	número	7	31/12/2014
Região Nordeste	47	número	15	31/12/2014
Região Norte	47	número	12	31/12/2014

Região Sudeste	47	número	22	31/12/2014
Região Sul	47	número	22	31/12/2014

- **Reduzir de 2% para 1% o índice nacional de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem**

Análise Situacional da Meta

Durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 foram mobilizados cerca de 100 servidores nas cidades-sede dos jogos da Copa e nas fronteiras do sul do país. Na operação de férias de final de ano coordenada pela Conaero, também houve reforço das equipes nesse período no aeroporto de Guarulhos e em algumas Unidades Vigiagro de fronteira em Foz do Iguaçu. Gerencialmente, o MAPA trabalha com a meta para “Ampliar em 10% a fiscalização de bagagens de passageiros provenientes do exterior”, o que foi atingido devido ao reforço nas equipes de fiscalização.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Reduzir o número de municípios com incidência da praga Cydia pomonella de 3 para 0**

Análise Situacional da Meta

A praga Cydia pomonella foi oficialmente reconhecida como praga erradicada do país, conforme publicado na Instrução Normativa nº 10, de 07 de maio de 2014. Duas mil armadilhas foram instaladas e estão sendo monitoradas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em cooperação com a Associação Brasileira dos Produtores de Maçã (ABPM).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Houve mudança na sistemática de celebração de convênios com os órgãos estaduais de defesa agropecuária, antes eram feitos convênios para atender separadamente ações de saúde animal e de sanidade vegetal, celebrados pelos respectivos departamentos de Sanidade Animal (DSA) e de Sanidade Vegetal (DSV). Com as novas diretrizes agora são celebrados os chamados convênios estruturantes "SUASA" diretamente no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Até 2014, 7 estados obtiveram o reconhecimento da equivalência de seus sistemas de inspeção com o Sistema de Inspeção Federal, e, assim, concluíram o processo de adesão ao Suasa. São eles: BA, PR, MG, DF, RS, SC e ES. Estão em processo de adequação outros oito estados: SP, TO, MT, MS, PE, PA,CE, MA.

Cabe ainda destacar a publicação da Instrução Normativa n° 20, de 1° de julho de 2014, que estabelece os requisitos e procedimentos para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao Sistema Unificado de atenção à Sanidade Agropecuária Aplicado às Cadeias dos Produtos de Origem Vegetal.

As atividades de capacitação vêm sendo desenvolvidas no âmbito de atuação do SUASA pelas instâncias intermediárias e locais com recursos disponibilizados pelo MAPA mediante convênios. O MAPA realiza e apoia algumas ações de capacitação, notadamente em congressos de agronomia e veterinária, diretamente ou por meio da Embrapa e da Ceplac, envolvendo a difusão de tecnologias para baixa emissão de carbono, manejo integrado de pragas – MIP e produção

integrada. O Pronatec Agro, em parceria com o MEC, disponibiliza vagas para técnicos do setor agropecuário em cursos de fruticultura, horticultura, produção animal no semiárido, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) e agricultura orgânica.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA**

Análise Situacional da Meta

O MAPA, como instância central e superior do SUASA, realiza e apoia ações de capacitação, notadamente em congressos de agronomia e veterinária. São difundidas tecnologias para baixa emissão de carbono, manejo integrado de pragas (MIP) e produção integrada. Essa meta possui interface com outros órgãos do MAPA, como a Embrapa e a Ceplac, no âmbito dos quais são realizadas ações de capacitação.

Destaca-se o Pronatec Agro que, em parceria entre o MAPA e o MEC, disponibiliza vagas para técnicos do setor agropecuário em cursos de fruticultura, horticultura, produção animal no semiárido, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, integração lavoura-pecuária-floresta (iLPF) e agricultura orgânica.

Não foram realizadas ações de capacitação diretamente pelo MAPA em 2014. Entretanto, o MAPA vem disponibilizando recursos mediante convênio e as capacitações estão desenvolvendo-se de forma regular pelas instâncias intermediárias e locais em sua maior medida junto aos escritórios de Defesa Agropecuária capilarizados na grande maioria dos municípios brasileiros.

Quantidade alcançada

8.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	pessoas	1.500	31/12/2014
Região Nordeste	5.100	pessoas	1.000	31/12/2014
Região Norte	2.800	pessoas	500	31/12/2014
Região Sudeste	4.100	pessoas	2.000	31/12/2014
Região Sul	5.000	pessoas	3.000	31/12/2014

- **Implantar um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi constituída uma equipe de trabalho para definir as diretrizes sobre a implantação do Centro de Inteligência e Formação Agropecuária. Foram realizadas reuniões com a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), o Ministério da Defesa (MD), a Secretaria da Receita Federal, o Comando da Aeronáutica, além de algumas apresentações no Senado Federal e no Comando do Exército. Foram realizadas ações conjuntas de capacitação e de inteligência integradas com os demais órgãos e entidades do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e com o Exército Brasileiro nas chamadas operações Ágata.

No âmbito do Acordo de cooperação técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), foram elaborados Termos de Referência para a contratação de consultoria com a finalidade de auxiliar na estruturação do Centro de Inteligência e Formação Agropecuária e para a contratação de instituição de ensino para a capacitação dos servidores do Mapa e o desenvolvimento das atividades de inteligência. A publicação dos Termos de Referencia deverá ocorrer em 2015.

Quanto a formação de Fiscais Federais Agropecuários definiu-se que deve compreender cursos especiais com Módulo Geral (Direito Administrativo, Regimento Interno, etc.); Módulo Técnico (Relacionado com a área de atuação) e Treinamento em Serviço.

- **Implementar Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do acordo de cooperação entre a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o MAPA para a implementação da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) foram incorporados novos Estados ao sistema eletrônico de emissão de Guias de Trânsito Animal (GTAs), que já se encontra em funcionamento. Foi concluída a implantação da Base de Dados Única (BDU) que abrigará outros dois módulos: o Sistema de Identificação e Certificação de Bovinos e Bubalinos (Sisbov) e o Sistema de Informações Gerenciais do Sistema de Inspeção Federal (SIGSIF). O módulo do SISBOV foi concluído, e está sendo elaborada instrução normativa para sua implantação. O SIGSIF tem cinco módulos em fase de homologação para entrarem em funcionamento.

- **Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA**

Análise Situacional da Meta

A adesão dos municípios ao SUASA é voluntária. Os municípios que demonstram interesse na adesão são aqueles que possuem cadeias produtivas de produtos de origem animal bem desenvolvidas e serviços de inspeção estruturados.

O Decreto 8.445/2015 alterou o Art. 153 § 2º do decreto 5.741/2006, regulamentador do Suasa, a fim de delegar a análise da documentação e a realização de auditorias dos serviços de inspeção municipais aos Estados que já tiveram seus sistemas de inspeção reconhecidos como equivalentes ao Sistema de Inspeção Federal (SIF), com aprovação final pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Com isso, essa meta passa do âmbito federal para o estadual e não deverá mais constar do Próximo PPA.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	município	5	31/12/2014
Região Nordeste	350	município	0	31/12/2014
Região Norte	60	município	0	31/12/2014
Região Sudeste	360	município	1	31/12/2014
Região Sul	250	município	11	31/12/2014

- **Promover a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao SUASA**

Análise Situacional da Meta

Até 2014, 7 estados obtiveram o reconhecimento da equivalência de seus sistemas de inspeção com o Sistema de Inspeção Federal, e, assim, concluíram o processo de adesão ao Suasa. São eles: BA, PR, MG, DF, RS, SC e ES. Estão em processo adiantado de adequação outros 8 estados: SP, TO, MT, MS, PE, PA,CE, MA. Estima-se que estes Estados deverão concluir o processo de adesão ao longo do próximo PPA.

Entretanto observa-se que o processo de adesão tem sido moroso, devido às necessidades de adequação das legislações e dos serviços de inspeção estaduais, além da realização de auditorias pelo MAPA.

A fim de agilizar o processo de adesão foi publicado o Decreto n°/ 8445/2015 que estabelece um prazo máximo de 90 dias para a conclusão do processo quando não haja diligências. Também será publicada uma nova Instrução Normativa para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA) a fim de adequar os procedimentos ao novo Decreto. Tais alterações serão realizadas para o próximo PPA.

Cabe ainda destacar a publicação da Instrução Normativa n° 20, de 1° de julho de 2014, que estabelece os requisitos e procedimentos para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao Sistema Unificado de atenção á Sanidade Agropecuária Aplicado às Cadeias dos Produtos de Origem Vegetal – Suasa Vegetal.

Houve mudança na sistemática de celebração de convênios com os órgãos estaduais de defesa agropecuária, antes eram feitos convênios para atender separadamente ações de saúde animal e de sanidade vegetal, celebrados pelos respectivos

departamentos de Sanidade Animal (DSA) e de Sanidade Vegetal (DSV). Com as novas diretrizes agora são celebrados os chamados convênios estruturantes "SUASA" diretamente no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária**

Análise Situacional da Meta

As capacitações estão se desenvolvendo de forma regular no âmbito do SUASA, com recursos disponibilizados pelo MAPA mediante convênios às instâncias intermediárias e locais, que devido à sua capilaridade, podem atingir a grande maioria dos municípios brasileiros.

Quantidade alcançada

143.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30.000	pessoas	23.000	31/12/2014
Região Nordeste	220.000	pessoas	20.000	31/12/2014
Região Norte	40.000	pessoas	20.000	31/12/2014
Região Sudeste	110.000	pessoas	32.000	31/12/2014
Região Sul	100.000	pessoas	48.000	31/12/2014

OBJETIVO: 0367 - Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

A ampliação da capacidade analítica da rede laboratorial exige uma série de ações ligadas, especialmente, à modernização do parque de equipamentos dos laboratórios oficiais e adequação de suas instalações (envolvendo reformas, construções e ampliações) e ao treinamento constante de servidores, de forma a acompanhar o progresso científico. O atendimento a todas essas condições possibilita ao MAPA, não apenas manter sua rede de laboratórios oficiais adequada, de acordo com normas internacionalmente aceitas, mas também exigir o cumprimento de rigorosas normas técnicas de qualidade e rastreabilidade pela rede credenciada em ensaios realizados dentro de seus escopos de credenciamento.

Em relação à implantação do sistema informatizado de gestão laboratorial (SISLAB), foi iniciada a inserção dos dados referentes ao escopo e cadastro de laboratórios nesse sistema. A construção de outros módulos foi retomada, com a continuidade do levantamento dos requisitos técnicos. Foram implementadas ferramentas de acompanhamento do Plano Operativo Anual (POA), o que facilitou a coleta de dados dos laboratórios credenciados e padronizou o monitoramento a partir de 2015.

Foram ampliados os ensaios acreditados conforme ABNT NBR ISO/IEC 17.025 - Requisitos Gerais para Competência de Laboratórios de Ensaio e Calibração nos Laboratórios Oficiais do MAPA (Lanagros).

Foi concluída a revisão da conformidade documental e do escopo dos laboratórios credenciados da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, em atendimento à Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, que estabelece os critérios e requisitos para o credenciamento e monitoramento de laboratórios pelo MAPA.

No âmbito do Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNPq) foram incluídos novos projetos relacionados ao desenvolvimento e validação de métodos de ensaios laboratoriais e gestão da qualidade.

Foi dada continuidade à implantação da norma ISO 9001 – sistema de gestão de Qualidade, na rede de laboratórios oficiais do MAPA (Lanagros).

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foram realizados 33,22 milhões de ensaios pela rede nacional de laboratórios agropecuários, atingindo a meta prevista para o PPA. A implementação de uma nova ferramenta de controle auxiliou a captação das informações, tornando-a mais efetiva.

  Quantidade alcançada

  33,22

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Aumentar de 305 para 610 o número de ensaios realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025**

  Análise Situacional da Meta

  O número de ensaios realizados em 2014 (767 ensaios) ultrapassou a meta estabelecida (610 ensaios) para o atual ciclo do PPA, o que se constitui um grande avanço para a rede de laboratórios oficiais do MAPA, resultado do esforço contínuo da equipe e dos importantes investimentos em qualidade, capacitação técnica e cooperação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

  Quantidade alcançada

  767

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Aumentar de 71 para 142 o número de auditorias realizadas anualmente em laboratórios credenciados**

  Análise Situacional da Meta

  A publicação da Instrução Normativa nº 57, de 11 de dezembro de 2013, que estabelece os critérios e requisitos para o credenciamento e monitoramento de laboratórios pelo MAPA impôs a necessidade de atualização de toda a rede credenciada segundo critérios de qualidade mais rigorosos, o que afetou a realização de auditorias no primeiro semestre de 2014, sendo realizadas apenas as auditorias essenciais. Assim, a retomada do processo de auditorias se deu a partir do segundo semestre. Paralelamente, vem sendo aprimorados os processos de auditoria, por meio da estruturação dos procedimentos necessários à implementação do sistema de gestão da qualidade, com base na norma ISO 9001.

  Quantidade alcançada

  58

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Buscando implementar melhorias nos processos referentes ao registro e fiscalização de insumos pecuários (produtos de uso veterinário, produtos destinados à alimentação animal e material genético animal) encontra-se em desenvolvimento o

Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos (SIPEAGRO). O módulo de registro de estabelecimentos comercializadores, fabricantes e importadores de produtos de uso veterinário já foi implementado e se encontra em operação. Os demais módulos, inclusive os relativos ao registro e fiscalização de produtos de alimentação animal e material de multiplicação animal encontram-se em fase final de desenvolvimento.

Estão sendo realizados estudos para revisão da legislação de registro e fiscalização de insumos pecuários e para a regulamentação de farmacovigilância, de insumos pecuários.

Metas 2012-2015

- **Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de uso veterinário**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foram realizadas 1.573 fiscalizações de produtos veterinários. A fiscalização foi priorizada em estados de maior risco e com grandes demandas de coleta de vacinas para controle oficial. A limitação de pessoal tem sido fator relevante para o não alcance das metas propostas. Em 2014, foi realizado concurso público para a contratação de novos fiscais agropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando, desta forma, a implementação da meta prevista.

  Quantidade alcançada

  1.573

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	708	unidades/ano	58	31/12/2014
Região Nordeste	2.227	unidades/ano	696	31/12/2014
Região Norte	769	unidades/ano	248	31/12/2014
Região Sudeste	869	unidades/ano	341	31/12/2014
Região Sul	543	unidades/ano	230	31/12/2014

- **Aumentar de 4475 para 5345 o número de fiscalizações anuais na área de alimentação animal**

  Análise Situacional da Meta

  A execução das atividades de fiscalização de produtos para alimentação animal no ano de 2014 atingiu aproximadamente 60 % do número de fiscalizações previstas no PPA. A carência de pessoal para a execução das atividades contribuiu para a baixa execução da meta. Em 2014, foi realizado concurso público para a contratação de novos fiscais agropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando, desta forma, a implementação da meta prevista.

  Quantidade alcançada

  3.155

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	564	unidades/ano	351	31/12/2014
Região Nordeste	2.221	unidades/ano	904	31/12/2014
Região Norte	653	unidades/ano	522	31/12/2014
Região Sudeste	1.329	unidades/ano	767	31/12/2014
Região Sul	578	unidades/ano	611	31/12/2014

- **Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de material genético animal**

Análise Situacional da Meta

O percentual de execução das ações de fiscalização de material genético animal foi 93,92% em relação à meta de fiscalizações programadas no Plano Operativo Anual (642 fiscalizações) para 2014.

O cumprimento da meta do Plano Plurianual de aumentar para 1049 o número anual de fiscalizações de material genético animal tem sido comprometido pelo número reduzido de fiscais federais agropecuários. Em 2014, foi realizado concurso público para a contratação de novos fiscais gropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando, desta forma, a implementação da meta prevista.

Quantidade alcançada

603

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	159	unidades/ano	65	31/12/2014
Região Nordeste	119	unidades/ano	97	31/12/2014
Região Norte	20	unidades/ano	14	31/12/2014
Região Sudeste	235	unidades/ano	130	31/12/2014
Região Sul	516	unidades/ano	297	31/12/2014

- **Aumentar o número de fiscalizações de 1236 para 1484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados**

Análise Situacional da Meta

No exercício de 2014, o Programa FISCORGEN (Fiscalização de Atividades com OGM) realizou 1.111 ações de fiscalização. A carência de pessoal para a execução das atividades contribuiu para a baixa execução da meta. Em 2014, foi realizado concurso público para a contratação de novos fiscais agropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando, desta forma, a implementação da meta prevista.

Quantidade alcançada

1.111

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	392	unidade	253	31/12/2014
Região Nordeste	185	unidade	270	31/12/2014
Região Norte	51	unidade	56	31/12/2014
Região Sudeste	371	unidade	215	31/12/2014
Região Sul	485	unidade	317	31/12/2014

- **Construção da Politica Interna de Gestão de Risco Aplicada na Fiscalização de Insumos Agropecuários**

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2015, o modelo de gestão de riscos de insumos pecuários deve ser adaptado e colocado em prática para as demais áreas de fiscalização de insumos agrícolas.

- **Desenvolver e implantar sistema de auditoria interna**

Análise Situacional da Meta

Até o final de 2015, o modelo de gestão de riscos de insumos pecuários deve ser adaptado e colocado em prática para as demais áreas de fiscalização de insumos agrícolas.

- **Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação**

Análise Situacional da Meta

Ainda não foi possível iniciar a construção do modelo de auditoria contemplando a definição dos requisitos a serem auditados e dos requisitos para a acreditação de instituições certificadoras no Programa de Boas Práticas de Fabricação, o que só será possível após concluir a revisão da legislação sobre fertilizantes e agrotóxicos e afins, que encontra-se em andamento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas**

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento do sistema de auditoria interna dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas já foi concluído. Para 2014, estavam previstas cinco auditorias nos Serviços de Fiscalização, porém as mesmas não foram realizadas, devido à dificuldade de alocar pessoal para realização das mesmas. Entretanto, em 2014 foi realizado concurso público para a contratação de novos fiscais gropecuários, o que possibilitará a intensificação das fiscalizações, visando, desta forma, a implementação da meta prevista.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

As ações na área de qualidade dos alimentos e bebidas foram direcionadas ao desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle visando encontrar soluções operacionais para suprir as demandas da sociedade brasileira, bem como de organismos internacionais e representantes de países com os quais o Brasil mantenha relações comerciais no campo dos produtos agropecuários.

Foi elaborada uma minuta de Projeto de Lei de Inspeção Vegetal, a qual será submetida à apreciação da ANVISA para posterior encaminhamento à Casa Civil. A publicação da Lei de Inspeção Vegetal e sua regulamentação permitirá o estabelecimento de ações de controle oficial baseado no risco.

Nas ações relacionadas aos produtos de origem animal foram identificados entraves relacionados à insuficiência de recursos humanos capacitados para a realização de auditorias e supervisões, com a consequente redução do número de inspeções programadas.

No setor de bebidas e vinhos, ressalta-se a revisão da legislação e a elaboração de procedimentos que permitam a atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras, além da simplificação dos procedimentos de registro de forma a tornar mais rápido o cadastro das empresas e o lançamento de novos produtos, possibilitando a inclusão da produção familiar e artesanal.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 72% para 80% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras sorteadas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem animal**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PNCRC-Animal, foram analisadas 10.696 amostras de um total de 19.189 amostras sorteadas, perfazendo uma taxa de 55.74 %. O encerramento dos contratos com os laboratórios credenciados e a demora na realização de novas contratações contribuíram para o resultado da meta em 2014. Entretanto, essa situação será normalizada em 2015.

Quantidade alcançada

55,74

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal**

Análise Situacional da Meta

Os resultados alcançados em 2014 são um pouco inferiores ao esperado tendo em vista a diminuição de supervisões realizadas nos estabelecimentos produtores, considerando a adoção de um novo modelo de distribuição amostral baseado em delineamento estatístico.

Quantidade alcançada

88,1

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 86,8% para 90% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem vegetal**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do PNCRC-Vegetal foram analisadas 817 amostras de um total de 1.459 amostras sorteadas, perfazendo uma taxa de 56%. A fim de melhorar o desempenho da meta é necessário o aprimoramento dos procedimentos de acondicionamento das amostras, como a implantação de acondicionamento resfriado ou congelado, o treinamento dos responsáveis pela coleta das amostras e a atualização e publicação do Manual de Coletas de Amostras.

Quantidade alcançada

56

Data de Referência

31/12/2014

- **Construir e aplicar a metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de inspeção dos estabelecimentos e fiscalização dos produtos de origem vegetal**

Análise Situacional da Meta

O estabelecimento de ações de controle oficial baseado no risco depende da publicação e regulamentação da Lei de Inspeção Vegetal. Foi elaborada uma minuta de Projeto de Lei de Inspeção Vegetal, a qual será submetida à apreciação da ANVISA para posterior encaminhamento à Casa Civil.

Dentro dos regulamentos vigentes foram elaborados procedimentos operacionais padrão – POPs que contemplam itens de verificação nos processos de autocontroles para inspeção dos estabelecimentos e fiscalização dos produtos de origem vegetal.

- **Construir e aplicar metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal**

Análise Situacional da Meta

A fim de proporcionar um controle oficial eficiente, faz-se necessário o aperfeiçoamento dos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal, com base em análise de risco. Porém o estabelecimento de ações de controle oficial baseado no risco depende da publicação e regulamentação da Lei de Inspeção Vegetal. Foi elaborada uma minuta de Projeto de Lei de Inspeção Vegetal, a qual será submetida à apreciação da ANVISA para posterior encaminhamento à Casa Civil.

OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

Para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros brasileiros, o MPA vem implementando ações que visam proteger a condição zoossanitária dos animais aquáticos nacionais, como o credenciamento de estabelecimentos quarentenários para animais aquáticos importados, a realização de análises de risco de importação de animais aquáticos e seus produtos, o monitoramento de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros, a estruturação Rede Nacional de Laboratórios do MPA (RENAQUA) e a formação da Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária (AquaEpi). Além disso, o MPA vem trabalhando na elaboração de toda a base legal para estruturação dos serviços de sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola. O MPA tem celebrado convênios com os Estados com a finalidade de estruturação dos serviços de sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola dos órgãos estaduais de defesa agropecuária.

No intuito de aportar o MPA com informação técnica-científica sobre organismos aquáticos foi implementada a Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do MPA (AQUAEPI), constituída por instituições públicas de ensino superior e pesquisa. A AQUAEPI realiza estudos epidemiológicos, projetos de pesquisa, extensão e inovação e é responsável pelo suporte técnico e científico para definição e execução das políticas públicas em sanidade aquícola e pesqueira.

Foi instituída a Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura – RENAQUA. A RENAQUA é responsável pela realização de diagnósticos e análises oficiais, bem como pelo desenvolvimento contínuo de novas metodologias analíticas de modo a contribuir para a proteção sanitária dos organismos aquáticos e para a segurança do alimento obtido de recursos pesqueiros. Integram a RENAQUA os Laboratórios Oficiais Centrais - AQUACENs, vinculados ao MPA, como unidades laboratoriais de referência técnica altamente especializada, pertencentes à instituições públicas de pesquisa, de ensino, ou de extensão.

Em 30 de julho de 2014, foi publicado o Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 6/2010, que define a colaboração entre o Ministério da Agricultura Pecuária e abastecimento (MAPA) e o MPA no desenvolvimento de ações relativas à Sanidade Pesqueira e Aquícola, prorrogando seu prazo de vigência até 2018. A parceria entre as duas pastas permite a harmonização dos procedimentos relacionados à sanidade pesqueira e aquícola. O Acordo de Cooperação Técnica resultou na participação do MPA na Plataforma de Gestão Agropecuária; o que envolve a execução de ações para o aperfeiçoamento da autorização e fiscalização da importação e exportação de recursos pesqueiros quanto aos aspectos zoossanitários e o melhor controle sobre a movimentação de recursos pesqueiros no território nacional. Também favorece o estabelecimento de programas de controle e erradicação de enfermidades de animais aquáticos e de monitoramento e controle de resíduos e contaminantes nos sistemas produtivos.

Metas 2012-2015

- **Credenciar 12 estações quarentenárias para importação e exportação de animais aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Como medida de redução do risco de introdução de doenças de animais aquáticos via importação, todos os animais aquáticos importados devem ser submetidos a um período mínimo de quarentena de 07 (sete) dias em estabelecimentos credenciados para tal fim. Atualmente são 16 estações quarentenárias cadastradas pelo MPA em atividade.

Quantidade alcançada

16

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data

Região Nordeste	2	unidade	2	31/12/2014
Região Sudeste	10	unidade	14	31/12/2014

- **Desenvolver 5 sistemas (kits) de diagnóstico molecular do pescado, otimizados para a detecção de casos de fraude conhecida, no âmbito da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)**

Análise Situacional da Meta

Encontram-se em processo de definição as espécies e tecnologias mais apropriadas para o desenvolvimento dos kits. A conclusão dessas definições está prevista para o final de 2015 e o desenvolvimento dos kits ocorrerá durante o próximo PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Estabelecer métodos oficiais para diagnóstico de 20 enfermidades em animais aquáticos**

Análise Situacional da Meta

O MPA já superou a meta do PPA 2012-2015 de implementação de métodos oficiais de acordo com o Manual de Testes de Diagnóstico para Animais Aquáticos da OIE, pois foram estabelecidos 40 métodos oficiais para diagnóstico de doenças de peixes, moluscos, crustáceos e anfíbios, o que auxiliará a implantação de programas de certificação sanitária no país. Atualmente, o MPA conta com metodologias de diagnósticos validadas para todas as doenças de notificação obrigatória à OIE, além de doenças bacterianas consideradas de interesse para o país. O MPA continua trabalhando com a implementação de metodologias analíticas para outras doenças e tem expectativa de ampliar ainda mais o escopo analítico da Rede Nacional de Laboratórios do MPA (RENAQUA).

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

31/12/2014

- **Estabelecer o controle do trânsito nacional de animais aquáticos nas 27 unidades federativas**

Análise Situacional da Meta

O MPA tem realizado parcerias, por meio de convênio, com os órgãos executores de defesa sanitária animal nos estados, sendo o controle do trânsito nacional de animais aquáticos uma das etapas obrigatórias nos convênios firmados. O MPA já celebrou convênios com as seguintes unidades da federação: SC, CE, PE, MG, PA, RJ , RR e PR. No intuito de despertar o interesse dos estados em celebrar convênios na área de sanidade aquícola e pesqueira, o MPA vem conscientizando os órgãos estaduais responsáveis pela defesa sanitária de animais aquáticos sobre o potencial aquícola e pesqueiro brasileiro e sobre a necessidade de implementação de ações visando à manutenção da condição sanitária brasileira. Entretanto, a inadimplência de alguns estados junto ao poder público federal e a limitada estrutura física atualmente encontrada em grande parte destes órgãos dificultam o atingimento da meta.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

- **Estabelecer parcerias nas 27 unidades federativas com todos os órgãos de defesa sanitária animal para monitoramento dos sistemas de produção**

Análise Situacional da Meta

O MPA já celebrou convênios com os órgãos executores de defesa agropecuária nos estados de SC, CE, PE, MG, PA, RJ, RR e PR. No intuito de despertar o interesse dos estados em celebrar convênios na área de sanidade aquícola e pesqueira, o MPA vem sensibilizando os órgãos estaduais responsáveis pela defesa sanitária animal sobre o potencial

aquícola e pesqueiro brasileiro e sobre a necessidade de implementação de ações visando a sanidade aquícola e pesqueira. Entretanto, a inadimplência de alguns estados junto ao poder público federal e a limitada estrutura física atualmente encontrada em grande parte destes órgãos dificultam o atingimento da meta.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

- **Inserir o Ministério da Pesca e Aquicultura como órgão participante do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal – SUASA, instituído pelo Decreto n°5.741/2006, estabelece como Instância Central e Superior do SUASA o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Entretanto, com a publicação da Lei nº 11.958, foram atribuídas ao MPA competências relativas à sanidade pesqueira e aquícola dos animais aquáticos. O MPA atualmente é considerado uma instância setorial do Suasa e solicita sua inclusão como Instância Central e Superior assim como o MAPA. Para tanto, foi encaminhada ao MAPA e à Casa Civil proposta de alteração da legislação atual (Decreto n°5.741/2006) por meio de Avisos Ministeriais. Porém até o momento, a referida inclusão ainda não ocorreu.

- **Manter 1 centro de referência da Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP)**

Análise Situacional da Meta

O MPA está apoiando a construção do Centro Nacional de Identificação Molecular de Pescado (CENIMP), em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e que tem sua conclusão prevista para 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Monitorar resíduos e contaminantes naturais e artificiais nos recursos pesqueiros de 40 áreas**

Análise Situacional da Meta

O monitoramento de resíduos e contaminantes visa proteger a saúde publica humana do consumo de pescado contaminado por biotoxinas marinhas, metais pesados, pesticidas, antibióticos e outros resíduos e contaminantes. O MPA tem investido em sua rede laboratorial de forma a ampliar o escopo analítico de resíduos e contaminantes. Para 2015, a capacidade de processamento e análise aumentará substancialmente em virtude da aquisição de um espectrômetro de massa de alta capacidade e resolução.

Atualmente, o órgão de defesa agropecuária do Estado de Santa Catarina - CIDASC está realizando o monitorando de resíduos e contaminantes de recursos pesqueiros de 15 áreas e vem se estruturando para ampliar as áreas monitoradas.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	5	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	35	unidade	15	31/12/2014

- **Publicar 10 Análises de Risco de Importação de Animais Aquáticos e Derivados**

Análise Situacional da Meta

O MPA publicou três Análises de Risco de Importação: Alevinos de Tilápia do Nilo - Oreochromis niloticus -

originários de aquicultura de Singapura; Camarões congelados da espécie Pleoticus muelleri originários de pesca extrativa da Argentina; e Alevinos de Tilápia do Nilo- Oreochromis niloticu - originários de aquicultura dos Estados Unidos. Para 2015, há previsão de publicar mais cinco análises de risco de importação que ainda dependem de revisão final.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Publicar 8 planos de Contingência para doenças de Animais Aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Até o momento, foram elaborados 5 planos de contingência para doenças de animais aquáticos, que ainda dependem de revisão final e validação por especialistas na área para publicação.

A implantação de planos de contingência para doenças de animais aquáticos depende da disponibilidade de recursos humanos em nível estadual para sua execução. É necessário o estabelecimento de equipes para o atendimento de emergências sanitárias, o que depende da existência de médicos veterinários oficiais trabalhando com animais aquáticos, algo muito restrito atualmente por falta de uma carreira específica no MPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Reconhecer 4 compartimentos ou áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos**

Análise Situacional da Meta

Atualmente, o Estado da Paraíba foi oficialmente considerado como área com condição sanitária diferenciada em virtude da ocorrência da infecção por Perkinsus marinus em ostras. Por isso o MPA proibiu o egresso de moluscos bivalves daquele estado.

Foram propostas duas metodologias para a realização de estudos de prevalência em Santa Catarina, uma sobre doenças de camarão e outra sobre doenças de moluscos. Estas metodologias subsidiarão a elaboração de estudos epidemiológicos que possibilitarão a compartimentação do país de acordo com a condição sanitária das diversas regiões produtoras. O MPA está primeiramente definindo os estudos e exigências de biossegurança nos sistemas de produção para depois realizar o reconhecimento das áreas com condição sanitária diferenciada e publicar normas sobre regras sanitárias tais como restrições de trânsito e periodicidade de diagnóstico laboratorial de doenças.

O MPA submeteu à consulta pública o projeto de Instrução Normativa que institui o Programa Nacional de Monitoramento Sanitário de Alevinos de Tilápia, cuja publicação deverá possibilitar uma ampliação significativa do número de áreas ou zonas oficialmente certificadas com condições sanitárias diferenciadas para doenças de animais aquáticos.

Para auxiliar na definição técnica dos processos oficiais de certificação sanitária, a Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do Ministério da Pesca e Aquicultura (Aquaepi) validará as metodologias previstas a serem incluídas em legislação específica assim como os estudos epidemiológicos necessários para sua proposição.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Indicador de Desenvolvimento Científico e Tecnológico na Agropecuária (número de projetos de P&D e de TT)	unidade	31/05/2011	782	31/12/2014	1.303
Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transfêrencia de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas)	unidade	31/12/2010	292	31/12/2014	304
Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	56	31/12/2014	62
Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	0,63	31/12/2014	1,29
Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano	número índice	30/04/2011	1,98	31/12/2014	2,05
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano	unidade	30/04/2011	93.442	31/12/2014	66,255
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano	unidade	31/05/2011	1.703	31/12/2014	1.069
Participação das Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia Agropecuárias nos Processos de Inovação	%	01/01/2011	17,64	31/12/2013	17,64
Produtividade agrícola dos grãos	kg por ha	31/12/2010	3.149,8	31/12/2014	3.394
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R$) aplicado	R$	30/04/2011	9,35	31/12/2014	8,53
Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras	%	31/12/2010	0,1	31/12/2014	0,13

Observações:

Indicador de desenvolvimento científico, tecnológico e de transfêrencia de tecnologia nas regiões cacaueiras (número de projetos de P&D, TT e tecnologias disponibilizadas) - Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.

Índice de Conservação Ambiental - ICA das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras - Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.

Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias geradas e avaliadas no ano - Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.

Índice médio de Impacto Social das tecnologias geradas e avaliadas no ano - Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.

Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano - Fonte: Informações do Mapa / CGPLAN.

Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano - Fonte: Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.

Participação das Empresas e Instituições de Ciência e Tecnologia Agropecuárias nos Processos de Inovação - Valor não apurado

Produtividade agrícola dos grãos - Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada real (R$) aplicado - Fonte: Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA.
Volume de produção de cacau processada por organizações de produtores nas regiões cacaueiras - Informações encaminhadas pela CGPLAN/MAPA

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O cumprimento deste objetivo compreende o alcance de três metas prioritárias, alinhadas aos grandes desafios nacionais em pesquisa agropecuária. A primeira refere-se à organização e articulação dos esforços e recursos em genômica voltada às necessidades da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC); a segunda, também relacionada com ABC, envolve a implantação de cenários de referência para Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, e a terceira ao compromisso da Embrapa com o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da inovação na agropecuária.

Quanto aos esforços tecnológicos em genômica para a promoção da ABC, destacaram-se, em 2014, a implantação da Unidade Mista de Pesquisa em Genômica Aplicada a Mudanças Climáticas (UMiP GenClima), em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e a inauguração do novo banco genético da Embrapa. A UMiP GenClima é uma plataforma funcional para validação de genes com potencial de introdução em espécies de interesse. Neste momento, a UMiP opera com infraestrutura laboratorial disponibilizada pela Unicamp e recursos humanos cedidos pela Embrapa. O banco genético consiste em uma nova edificação de dois mil metros quadrados, instalada em Brasília/DF, que triplica a capacidade de armazenamento de amostras de sementes abrigadas pelo maior banco genético da América Latina, colocando o Brasil entre os três maiores repositórios mundiais do gênero.

No tocante à elaboração de cenários de referência para Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, registraram-se duas experiências em unidades de referência tecnológica (URTs): uma na Fazenda Santa Brígida, em Ipameri/GO, outra na Fazenda São Mateus, em Selvíria/MS, para validação, demonstração e transferência de sistemas de Recuperação de Pastagens Degradadas e ILPF apropriados a cada localidade. A análise dessas experiências fornecerá os elementos necessários para a construção dos dois cenários propostos para a região central, que concentra a maior área de pastagens cultivadas e de produção de carne no país.

Além disso, destaca-se a consolidação da agenda de P&D e TT da nova unidade de pesquisa da Embrapa, a Embrapa Agrossilvipastoril, em Sinop/MT (inaugurada em junho de 2012), voltada prioritariamente ao estabelecimento de sistemas de produção integrados, com ênfase na ILPF. Outras unidades da Embrapa também vêm se dedicando ao tema, executando projetos no portfolio ILPF, com foco: na identificação de fatores e processos limitantes relacionados à pesquisa em sistemas de ILPF; na prospecção de alternativas de alocação dos componentes agrícola, animal e florestal, em contextos regionais; na adaptação e ou desenvolvimento de indicadores para a avaliação da sustentabilidade de sistemas de ILPF; na geração de informações econômicas para maior entendimento do sistema; na ampliação e intensificação da transferência de conhecimentos e de tecnologias validadas; e na capacitação associada à rede de técnicos multiplicadores de ILPF.

Visando destacar e valorizar o protagonismo do Brasil em práticas agropecuárias sustentáveis, a Embrapa propôs a organização do Primeiro Congresso Mundial de Sistemas Integrados ILPF, a ser realizado de 12 a 17/Julho/2015, em Brasília/DF.

Na vertente do desenvolvimento sustentável e da inovação agropecuária, a Embrapa tem se dedicado a identificar e desenvolver soluções para problemas de pesquisa com impactos de médio e longo prazo. Dada a característica da pesquisa de possuir um longo prazo para maturação dos seus esforços, destaca-se que os resultados apresentados são

fruto de esforços contínuos que antecedem o início do período do PPA vigente e estão destinados a promover a contínua incorporação de inovações tecnológicas aos sistemas sociais e econômicos. Destacam-se como resultados para 2014:

•Lançamentos de cultivares de diversas espécies que proporcionam aos produtores maior sustentabilidade econômica e ambiental. Essas variedades apresentam resistência a doenças, maior produtividade e maior adaptabilidade às regiões brasileiras. Dentre as 26 cultivares lançadas no exercício 2014, destacam-se: cereais de inverno (trigo, triticale), soja, frutíferas (cupuaçu, pêssego), hortaliças (abóbora), forrageiras (leguminosas forrageiras, capim Pannicum), uvas de mesa e algodão transgênico;

•Avanços em genômica e melhoramento genético em café e eucalipto;

•Descoberta de sete novas espécies de bactérias promotoras do crescimento de culturas importantes para a agricultura brasileira, como soja, feijoeiro, feijão-caupi e leucena;

•Lançamento de um mapa digital de carbono orgânico dos solos brasileiros, com potencial de subsidiar diversos programas de conservação de recursos naturais, tais como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC);

•Lançamento de fêmea suína versátil, com boa produção de leitões e capaz de transmitir também melhor qualidade de carne aos suínos de abate;

•Lançamento de máquinas e equipamentos agropecuários, especificamente um desperfilhador de bananeiras e um equipamento para avaliação de condição corporal do rebanho, denominado Vestcore. Esses equipamentos promovem ganhos de produtividade na bananicultura e na produção de gado leiteiro de pequeno porte, respectivamente;

•Desenvolvimento de insumo para alimentos funcionais proveniente do bagaço da uva;

•Desenvolvimento de softwares e ferramentas web de apoio à produção agropecuária e sua gestão, tais como os “Cenários agrícolas futuros para forrageiras baseados em mudanças climáticas globais”, o “GD Arroz” e o SARA;

•Lançamento do Sistema de Gestão das Soluções Tecnológicas (Gestec), que permite aos produtores rurais o acesso a informações sobre 845 produtos, processos e serviços desenvolvidos pela Embrapa;

• Realização da Caravana Embrapa (Fase I), com a finalidade de orientar os produtores rurais no enfrentamento emergencial de pragas de interesse econômico nas várias regiões brasileiras. Para realizá-las, a Embrapa aliou-se a associações e cooperativas de produtores como Aprosoja, Abrapa e OCB, organizações estaduais de pesquisa e universidades. Em 2014, foram treinados 6 mil multiplicadores em 34 dos principais polos produtivos do Brasil, levando profissionais da Embrapa e de parceiros a diferentes regiões afetadas pelas pragas, proferindo palestras e organizando dias de campo com ênfase no Manejo Integrado de Pragas (MIP). Em 2015 será realizada a Fase II da Caravana Embrapa;

•Realização de 467 eventos no âmbito do Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). Desse total, 311 foram realizados pela Embrapa e 156 pelos parceiros, com a participação da Embrapa. Os eventos contaram com o envolvimento de milhares de agricultores;

•Estruturação de ações de capacitação em TT, intercâmbio e construção do conhecimento de agentes multiplicadores nacionais e internacionais;

•Disponibilização de produtos de inteligência estratégica e territorial, incluindo: (i) o estudo Agroindústrias rurais e periurbanas brasileiras, que objetiva fornecer subsídios para a compreensão da situação atual dessas agroindústrias quanto à inovação, que poderá subsidiar a definição das agendas de P&D e TT; (ii) o estudo Estratégias adotadas por organizações privadas e públicas no mercado brasileiro de tecnologia para o agronegócio, que analisa como as empresas se organizam para introduzir novas tecnologias no mercado, além de identificar como são definidos os acordos de licenciamento no setor privado; (iii) lançamento da maior base de dados de solos do país; (iv) Estudo da recomposição de áreas de cana-de-açúcar em São Paulo; e (v) o mapeamento do uso e cobertura da terra na Amazônia Legal para todas as áreas desflorestadas incluídas no Projeto PRODES, em parceira com o INPE;

•No tocante à gestão e proteção do conhecimento, 39 requerimentos de proteção de tecnologias por patentes (Brasil e exterior); 44 de proteção de cultivares; 73 de registro de cultivares; 24 de registro de marcas; e 8 de registro de softwares;

•Geração e disseminação de informação tecnológica, por meio da distribuição e comercialização de publicações impressas e eletrônicas pela Livraria Embrapa (118.818 exemplares); da produção de publicações impressas e digitais,

tais como a revista Pesquisa Agropecuária Brasileira (PAB), a Revista de Política Agrícola e os Cadernos de Ciência e Tecnologia (CC&T); da disponibilização de informação em mídia eletrônica (programas radiofônicos e de TV); da disponibilização de publicações eletrônicas nos sistemas de acesso livre e aberto à informação (Infoteca-e, Alice e Sabiia) para a divulgação de informação científica e tecnológica. Computando-se visitas, acessos e downloads, constata-se que os sistemas de informação tiveram 9.875.115 consultas ao longo do ano de 2014, ou 27.055 acessos diários. Foram distribuídos para escolas e comunidades rurais 753 kits de Minibibliotecas;

•Comunicação institucional e mercadológica voltada aos diferentes segmentos da sociedade que têm interesse em temas relacionados à Empresa. Além de ações corporativas de comunicação interna, em 2014 a Embrapa: (i) participou de 13 feiras e exposições visando demonstrar o impacto de seu trabalho junto à assistência técnica e extensão rural e os produtores; (ii) produziu 51 edições do programa Conexão Ciência, em parceria com a Secom da Presidência da República e NBR, abordando temas como Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, Gestão Territorial, Biossegurança, Alimentos Orgânicos, Desperdício de Alimentos, Gestão de Risco Agrícola, Mudanças Climáticas; (iii) reformulou o Portal institucional; (iv) produziu e divulgou matérias e notícias em meio impresso e digital, sobre resultados e pesquisas da Empresa. A Embrapa ainda manteve a rotina de atendimento às demandas de imprensa e também de oferta de pautas a jornalistas, bem como o relacionamento com o público externo via redes sociais (Facebook – Agrosustentável, com 68.600 acessos e Twitter, com 12.900 seguidores) e pelo Serviço de Atendimento ao Cidadão (6.348 atendimentos).

Metas 2012-2015

- **Desenvolver plataforma funcional de validação de novos genes (Programa ABC)**

  Análise Situacional da Meta

  O desenvolvimento da plataforma funcional de validação de novos genes faz parte do escopo de ações de pesquisa e transferência de tecnologias que visam atender ao Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC). Em 2012 a Embrapa dedicou-se a delinear o projeto e a compor um Grupo de Trabalho para definir as ações a serem desenvolvidas. Complementarmente foi assinado um acordo de cooperação técnica com a Unicamp para uma unidade mista de pesquisa na área de genética e biotecnologia.

  No ano de 2013, iniciou-se a construção do laboratório/unidade mista de pesquisa, bem como se estabeleceu os produtos a serem trabalhados na transformação de plantas a partir do gene Dreb: milho, feijão, soja, arroz e eucalipto. Também foram implantadas as tecnologias de suporte do programa como escolha e avaliação das melhores linhagens de milho (cultura escolhida como modelo inicial de trabalho) e obtenção e estabelecimento de linhagens de bactérias utilizadas na biologia molecular e no processo de engenharia genética de plantas. Ainda em 2013, foi iniciada a construção da base de dados e ferramentas de bioinformática para a descoberta de novos genes relacionados com a tolerância à seca e outros fatores bióticos e abióticos relacionados com as mudanças climáticas do planeta.

  Em 2014, foi concluída a instalação do laboratório da Unidade Mista de Pesquisa em Genômica Aplicada a Mudanças Climáticas (Umip Genclima), em parceria com a Unicamp. Também o “pipeline” de bioinformática, estrutura fundamental para suporte aos estudos de seleção de genes, foi implantado e validado, e já permitiu a seleção de 4 genes que estão sendo pesquisados quanto à resistência a estresse térmico.

  Em 2014, foram importadas variedades de milho mais adequadas à transformação genética que foram cultivadas para geração de material para teste de inserção de genes. Esse material foi trabalhado por meio de uma estratégia de análise in silico de coexpressão gênica, utilizando-se genes drivers funcionalmente caracterizados como responsáveis a estresses, por meio do software Genevestigator (Nebion AG). A análise de coexpressão indica que esses genes participam de respostas adaptativas a estresses abióticos, como seca e calor. A estratégia permitiu a identificação de 15 genes de função desconhecida, oriundos de plantas superiores, que serão introduzidos no pipeline de transformação de plantas a partir de 2015.

  Além da constituição da UMIP GenClima, vale ressaltar experimentos inéditos em campo (conduzidos em Londrina/PR) com variedades transgênicas de soja resistentes à seca (com os genes dreb e areb, obtidos através de cooperação com instituições do Japão) estabelecidos na safra 2013/2014. O desempenho observado mostrou-se

promissor na comparação com variedades não resistentes à seca, especialmente considerando a situação de estresse hídrico a que as regiões Sudeste e Sul do País foram submetidas exatamente durante o período de desenvolvimento da cultura. Neste período quando, em geral, se tem grandes precipitações (média histórica de 300 mm de chuva), ocorreram 49 dias entre janeiro-fevereiro de 2014 com uma precipitação de 44 mm. Outro importante resultado foi o estabelecimento de experimentos em campo de variedade transgênica de cana-de-açúcar resistente à seca (também em cooperação com o Japão), que foram implementados em parceria com o Centro Tecnológico da Cana (CTC), em Piracicaba-SP.

São resultados promissores com tecnologia avançada e que serão vitais para manter a produtividade e competividade de duas das principais culturas do Brasil, soja e cana-de-açúcar, especialmente em função de situações de estresses hídricos, as quais tudo indica devem se acirrar de acordo com cenários de mudanças climáticas, e que já estão sendo observadas como foi o caso em 2014.

- **Estabelecer 2 (dois) cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, a Embrapa tem dado continuidade aos esforços de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia para o enfrentamento de importantes problemas da pecuária brasileira, incluindo a degradação das pastagens e também dos solos; o manejo animal inadequado; a baixa reposição de nutrientes no solo; os impedimentos físicos dos solos; e os baixos investimentos tecnológicos. Tais restrições trazem consequências negativas para a sustentabilidade da pecuária, tais como: baixa oferta de forragens, baixos índices zootécnicos e baixa produtividade de carne e leite por hectare, além de reduzido retorno econômico e ineficiência do sistema.

A recuperação de pastagens degradadas e os sistemas de produção integrados, com destaque para a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), emergiram como principais soluções tecnológicas para esses problemas. Trata-se de uma estratégia de produção sustentável que integra atividades agrícolas, pecuárias e florestais, realizadas na mesma área, em cultivo consorciado, em sucessão ou rotação, e busca efeitos sinérgicos entre os componentes do agroecossistema, contemplando a adequação ambiental, a valorização do homem e a viabilidade econômica da atividade agropecuária. Traz os benefícios de intensificação do uso da terra, com aumento sustentável da produtividade, qualidade do produto, qualidade ambiental e competitividade da pecuária nacional.

Com o elevado potencial de contribuição econômica, social e ambiental dessa solução tecnológica, estabelecer cenários de referência nacionais para Recuperação de Pastagens Degradadas e Integração Lavoura-Pecuária-Floresta torna-se estratégico para a agropecuária brasileira. Nesse sentido, a Embrapa organizou e aprovou, em maio de 2013, um portfólio de projetos dedicado ao tema, com foco na identificação de fatores e processos limitantes relacionados à pesquisa em sistemas de ILPF; na prospecção de alternativas de alocação dos componentes agrícola, animal e florestal, em contextos regionais; na adaptação e ou desenvolvimento de indicadores para a avaliação da sustentabilidade de sistemas de ILPF; na geração de informações econômicas para maior entendimento do sistema, incluindo comparação com sistemas tradicionais; na ampliação e intensificação da transferência de conhecimentos e de tecnologias validadas; e na capacitação associada à rede de técnicos multiplicadores de ILPF em diferentes regiões.

A partir dos resultados já alcançados nessa carteira de projetos, foi possível estabelecer duas unidades de referência tecnológica, uma na Fazenda Santa Brígida, em Ipameri/GO, outra na Fazenda São Mateus, em Selvíria/MS, para validação, demonstração e transferência de sistemas de Recuperação de Pastagens Degradadas e ILPF apropriados a cada localidade. Essa é uma etapa fundamental para viabilizar a solução em ambiente de produção. A análise dessas experiências fornecerá os elementos necessários para a construção dos dois cenários propostos para a região central, que concentra a maior área de pastagens cultivadas e de produção de carne no país.

Adicionalmente, é importante informar que mais de uma centena de unidades de referência estão estabelecidas em todas as regiões e biomas do Brasil. Destaca-se ainda a atuação da nova Unidade de Pesquisa da Embrapa, a Embrapa Agrossilvipastoril, em Sinop-MT (inaugurada em junho de 2012), com grande parte da sua agenda de P&D e TT voltada ao estabelecimento de sistemas de produção integrados, com ênfase no ILPF.

Também visando destacar e valorizar o protagonismo do Brasil em práticas agropecuárias sustentáveis, a Embrapa propôs a organização do Primeiro Congresso Mundial de Sistemas Integrados ILPF, a ser realizado de 12 a 17 de julho de 2015, em Brasília/DF. A expectativa é a participação de mais de mil cientistas, produtores e consultores atuantes e interessados no tema, do Brasil e do exterior.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Executar uma carteira de P&D e TT com, em média, 750 projetos ao ano**

Análise Situacional da Meta

O número de projetos em execução, incorporados ao Sistema Embrapa de Gestão (SEG) até a data de apuração da meta, aponta um aumento consistente na carteira de projetos de P&D e Transferência Tecnológica no período do PPA 2012-2015, atingindo 1.303 projetos em 2014. Isto pode ser explicado por dois fatores:

1) A Empresa passou por uma reestruturação que nos últimos anos viabilizou mais chamadas de pesquisa e transferência e, em consequência, mais projetos foram incorporados à carteira. Tudo isso com objetivo de fortalecer a atividade fim da Empresa: pesquisa e inovação.

2) Ressalta-se ainda que houve um esforço para que os projetos executados com fontes de recursos externos (como CNPq, Finep, Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa, e outros) passassem a compor a carteira de projetos do Sistema Embrapa de Gestão (SEG). Esses são os projetos ditos cofinanciados, que no passado não eram formalmente incluídos na carteira da Empresa. Assim, muitos desses projetos têm sido apropriados e passaram a ser contabilizados.

A Embrapa avalia sistematicamente a sua programação e decidiu, recentemente, por um processo de reorganização da carteira de projetos baseado no documento Visão 2014-2034, considerando macrotemas focados nas cadeias de valor da agropecuária, norteados por cinco eixos de impacto: a) avanços na busca do conhecimento, b) inserção estratégica e competitiva na bioeconomia, c) contribuições para aprimoramento de políticas públicas, d) inserção produtiva e redução da pobreza, e e) posicionamento da Embrapa na fronteira do conhecimento. Tal organização tem como objetivo principal aumentar a efetividade das ações da Empresa ao mesmo tempo em que permite comunicar de forma mais organizada seus esforços e resultados para a sociedade, orientar melhor as suas demandas e possibilitar atuação mais sinérgica de todo o aparato operacional da Empresa.

Para isto, a programação vem sendo orientada por onze macrotemas, sendo três transversais, baseados no conceito de cadeia de valor da produção. A partir desta orientação, os projetos estão organizados de acordo com dois conceitos distintos e complementares - o primeiro voltado para organização e gestão de “portfólios” de projetos que contemplam temas complexos de grande importância estratégica. Atualmente 20 portfólios estão implementados, com destaque para: mudanças climáticas e agricultura; sistemas integrados lavoura-pecuária-floresta; agricultura irrigada; automação agropecuária; dinâmica do uso da terra; sanidade animal; sanidade vegetal; controle biológico; setor sucroalcooleiro e energético entre outros. O segundo, baseado na organização de “arranjos” de projetos, constituídos a partir de temas de importância regional, por bioma, por cadeia produtiva e definidos a partir da iniciativa das Unidades operacionais da Empresa. No momento, 71 arranjos estão aprovados, com destaque para: melhoramento genético da soja, melhoramento genético de arroz, melhoramento genético de feijão, melhoramento genético de frutas (caju, uva, manga, açaí, mamão, etc), melhoramento genético de forrageiras, sistemas de produção de carne, sistemas de produção de leite, entre outros. Atualmente, aproximadamente 70% da programação da Empresa já se encontra organizada na forma de projetos agregados e integrados em portfólios e arranjos. A expectativa é um grande avanço na gestão das carteiras de projetos de P,D&I com ênfase na geração de resultados finalísticos e de grande impacto no setor produtivo brasileiro.

Quantidade alcançada

1.303

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

O Objetivo 0845, contemplado no PPA e no Mapa Estratégico da Ceplac-Mapa, consiste na execução de um conjunto de 134 projetos de P&DT nas unidades da Federação BA e ES (no bioma Mata Atlântica) e nos Estados do AM, MT, PA e RO (no bioma Floresta Amazônica). E contempla as áreas de conhecimento: Melhoramento Genético, 42 projetos; Biotecnologia, 10; Fisiologia da Produção e Manejo, 28; Fortalecimento Econômico e Social das Comunidades, 09; Manejo, Conservação e Fertilidade do Solo, 11; Tecnologia de Pós-Colheita, Engenharia Agrícola e Agroindústria, 02; Manejo Integrado de Pragas, 5; Manejo de Pequenos Animais, 3; Manejo Integrado da "VB", 11; de Recursos Ambientais, 7; Sistema de produção de Leite, 1; e Avaliação e Manejo de Pastagens, 5.

Os aumentos de produtividade e de produção, metas desse objetivo estratégico, são influenciados pelos bons preços de cacau. "Entre 1993 e 2007, a média de preços do cacau foi de US$ 1.465 por tonelada; durante os seis anos seguintes, a média foi de US$ 2.736 -- um aumento de 87%." Segundo o link uol.com.br/noticias/bloomberg, até 2020 haverá um déficit entre a quantidade produzida e o volume demandado pelo mercado consumidor de um milhão de toneladas, e em 2030 a previsão é que sejam 2 milhões. Esse fato tem contribuído para criar um novo ambiente de trabalho e esperança para o agronegócio regional, com boas perspectivas de: produção de cacau, com suprimento de 100% da demanda do maior parque moageiro nacional; retorno da possibilidade de geração de excedentes exportáveis de forma competitiva; possibilidade de alavancar o ingresso de divisas externas no País; e elevação da participação do Brasil no mercado mundial de cacau. Na área social, vem criando novos postos de trabalho com mais qualidade de vida, que é a principal demanda dos produtores regionais.

A execução integrada dos objetivos de Pesquisa, Desenvolvimento e Transferência (PD&T) com a ATER em parceria com as secretarias de Governos Estaduais e Municipais, entidades sem fins lucrativos (Associações, Consórcios, Cooperativas de Produtores e Trabalhadores), Sebrae, Embrapa, Universidades e outros, como a Biofábrica (unidade de produção de mudas em grande escala), tem gerado reflexos positivos para a cadeia do cacau, viabilizando a produção de 280.923t, com produtividade de 402,5Kg/ha em 2014, conforme estimativa do IBGE, que significa um aumento real de 19,3% na produção e de 13% na produtividade média, tomando-se como referência os valores apurados em 2010 (235.389t produzidas, com produtividade média de 356,27Kg/ha). Esses resultados têm contribuído para a manutenção da mão-de-obra do parque moageiro de cacau, para o retorno dos níveis médios de processamento nacional e contribuído com os níveis de redução da importação de matéria prima por parte das indústrias do setor de produção de chocolate, quadro este que tende a recolocar o país no cenário da economia mundial da cadeia produtiva do cacau.

Como entraves da área fim, mantêm-se os baixos níveis médios de produtividade e produção do cacau, o baixo nível de rentabilidade e o alto endividamento dos produtores, além de outros agravantes. Um deles é a incidência da praga "Vassoura de Bruxa", há muitos anos instalada nos cultivos do bioma Floresta Amazônica, sem gerar maiores prejuízos; posteriormente, se instalou de forma bem agressiva e prejudicial no bioma Mata Atlântica, mais especificamente da Bahia e Espírito Santo, reforçando a incapacidade do agricultor de contrair novos créditos a título de custeio operacional, investimento em tecnologia e infraestrutura das propriedades agrícolas no curto e médio prazo. Outro agravante é a escassez de recursos financeiros também para o pagamento de despesas operacionais e aplicação de pacotes tecnológicos de manejos agrícolas recomendados pela Ceplac, a exemplo de práticas culturais de rotina como: adensamento, com o objetivo de elevar o número de plantas, aproximando-se de 1.000 árvores de cacau por hectare; substituição de parte dos cacauais com baixa produtividade por plantas clonais melhoradas, mais resistentes a pragas, doenças e mais produtivas; recuperação e manutenção dos cultivos cuja produtividade média esteja próxima ou superior a produtividade mínima desejada; readequação e/ou substituição do sombreamento tradicional por plantas de maior valor econômico agregado; incorporação do uso de insumos agrícolas (corretivos, defensivos e fertilizantes); substituição do cultivo em regime de monocultura extensiva pelo Sistema Agroflorestal (SAF) intensivo (cacau com seringueira e cacau com essências

florestais), com ou sem fertiirrigação, com maior índice de produtividade. Outro fator crítico identificado é o reduzido número de produtores com condição técnica e visão estratégica em agregação de valor aos produtos e subprodutos da agricultura, bem como conhecedores e dispostos a exercerem boas práticas de compras de insumos e vendas da produção em comum. E ainda, produtores com interesse em atividades solidárias e cooperativas de médio e grande porte. Como agravante no âmbito do Estado, considera-se a convivência com políticas públicas regionais insuficientes nas áreas de crédito e tecnologia.

Para mitigar esses entraves e buscar superar a maior e mais prolongada crise socioeconômica de todos os tempos das regiões produtoras de cacau, sem uma solução há quase três décadas consecutivas, a Ceplac elabora e implanta dois Planos convergentes com o PPA e com o Plano Estratégico do MAPA. Esse esforço promove a reestruturação dos seus processos internos de P&DT para, assim, efetivar o suporte técnico com foco na alavancagem das principais cadeias produtivas regionais via agregação de valor, desenvolvimento territorial rural e inclusão social e produtiva em bases sustentáveis. Para mitigar outros entraves, a Ceplac tem trabalhado junto às Câmaras Setoriais dos Estados da Federação e da União para propor um novo Plano de Metas para as cadeias do cacau, dendê, seringueira e outras culturas regionais, buscando recuperar o parque produtivo de cacau através da elevação de produtividade e qualidade dos produtos até o final do ciclo do PPA 2020/2023.

Nacionalmente, mantém-se as parcerias para execução do Projeto “Rede de Cacau - Renorbio - Vassoura de Bruxa”, tendo como Concedente: Finep/MCT; como Convenente: Funpab; como Executores: o Mapa/Ceplac, as universidades Unicamp, Uesc, Usp/Cena e Embrapa/Cenargem; e, como Interveniente: o Estado da Bahia/Seagri. Também continua o Convênio de Cooperação Mútua para execução do Programa de capacitação científica e tecnológica para o desenvolvimento de estudos e projetos aplicados as regiões produtoras de cacau – Bolsistas, tendo como Concedente: a Ceplac/Mapa, como Convenente: Fapespa e, como Interveniente: Sedect/Pará. No contexto internacional, fortaleceram-se as parcerias para executar o projeto ATP - Sepang (Seleção Genômica Aplicada), que visa tornar o cacaueiro mais produtivo e mais resistente a doenças, aprovado pelas Fundações: Capes (por meio de colaboração cientifica entre a Ceplac, Uesc e Ufla), representando o Brasil, e Agropólis (por meio do Cirad), da França, e do Irad, representando o País de Camarões.

Para avaliar o objetivo de P&DT, a unidade de Gestão Estratégica do Mapa/Ceplac definiu dois resultados estratégicos: “elevar a produtividade” e a “produção de cacau do país” a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau, cuja ênfase é alavancar as metas de produtividade de cacau no bioma Mata Atlântica e de produção de cacau do bioma Floresta Amazônica, por meio da expansão de 236.000 hectares, sendo 70.500ha em Sistema Agroflorestal (SAF) tradicional, 20.000ha em cultivo irrigado e 145.500ha em Sistema Agroflorestal (SAF) intensivo: cacau com seringueira e cacau com essências florestais.

Metas 2012-2015

- **Incrementar a produção nacional de cacau de 234 mil para 334 mil toneladas nas regiões cacaueiras**

  Análise Situacional da Meta

  O esforço de execução da meta física do objetivo estratégico de pesquisa nº 0845 – “Aumentar a produção de cacau do Brasil”, contemplado no projeto da CEPLAC-R1.P1 – “Expansão e modernização do cultivo de cacau, dendê e seringueira em áreas degradadas nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e mais especificamente no Estado do Pará”, como forma de alavancar a produção e exportação dessas commodities agrícolas tem oportunizado um aumento da produção nacional de cacau, de 235.389 toneladas em 2010, para 253.211 ton em 2012 e para 256.186 ton em 2013. Segundo estimativa do IBGE, a produção nacional de cacau deverá crescer para o patamar de 280.923 ton em 2014.

  Analisando a meta de produção de cacau: na ótica do bioma Floresta Amazônica (BFA), representado pela Região Norte, nos estados do Amazonas, Pará e Rondônia e pela região Centro Oeste, no estado do Mato Grosso, registrou-se um aumento real da produção regional de cacau, elevando a produção de 66.473 toneladas, em 2008, para 98.743 ton em 2013. E, segundo estimativa do IBGE, a região do BFA deverá aumentar a produção de cacau de 80.906 toneladas,

em 2010, para o patamar de 97.448 ton em 2014, representando um crescimento de 20,45%. Em termos da produção de cacau do bioma Mata Atlântica (BMA), representado pela região do Nordeste no estado da Bahia, e pela região do Sudeste, no estado do Espírito Santo, registrou-se um aumento real de 16,14% da produção regional, elevando a produção de 135.557 toneladas em 2008, para o patamar de 157.441 ton em 2013. Segundo estimativas do IBGE, a região do BMA deverá aumentar a produção de cacau de 154.483 toneladas em 2010, para o patamar de 183.475 ton em 2014, representando um crescimento de 18,77%. Na ótica das Grandes Regiões do País, tem-se: o Norte, representado pelos Estados produtores do Amazonas, Pará e Rondônia, cresceu de 66.015 toneladas em 2008 para 98.163 ton em 2013, representando um crescimento de 48,7%. Segundo estimativa do IBGE, a região deverá aumentar a produção de cacau de 80.259 toneladas em 2010, para 96.866 ton em 2014, representando um crescimento de 20,69%; o Nordeste, representado pelo estado produtor da Bahia, cresceu de 131.060 toneladas em 2008, para 152.592 em 2013, representando um crescimento de 16,43%. Segundo estimativas do IBGE, deverá aumentar a produção de cacau de 148.254 toneladas em 2010, para 179.179 ton em 2014, representando um crescimento de 20,86%; o Centro Oeste, representado pelo estado produtor do Mato Grosso, cresceu de 458 toneladas em 2008 para 580 ton em 2013. Segundo estimativa do IBGE, deverá haver uma redução na produção de cacau de 647 toneladas, em 2010, para 582 ton em 2014, representando um decréscimo de -10,05%; o Sudeste, representado pelo estado produtor do Espírito Santo, cresceu de 4.497 toneladas em 2008 para 4.849 ton em 2013, representando um decréscimo de -36,93%. Estima o IBGE que deverá haver uma redução na produção de cacau de 6.229 toneladas em 2010, para 4.296 ton em 2014, representando um decréscimo de -31,03%, em função da incidência da “Vassoura de Bruxa”.

Quantidade alcançada

280.923

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	805	TON	582	31/12/2014
Região Nordeste	208.818	TON	179.179	31/12/2014
Região Norte	116.242	TON	96.866	31/12/2014
Região Sudeste	8.402	TON	4.296	31/12/2014

- **Incrementar a produtividade de cacau de 360 Kg/ha para 480 Kg/ha das regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia**

Análise Situacional da Meta

Observa-se que o esforço de execução da meta física do objetivo estratégico de pesquisa ‘Elevar a produtividade média de cacau do Brasil’, vinculada ao objetivo de pesquisa de nº 0845, através do projeto da CEPLAC – R1.P2 – ‘Modernização e recuperação do parque produtivo de cacau, dendê e seringueira em áreas degradadas da Bahia e Espírito Santo’, que tem como meta o incremento de produtividade do cultivo, como forma de alavancar a produção e exportação. Segundo o IBGE, houve um aumento real de 17,98% da produtividade nacional, que passou de 315 Kg/ha, em 2008, para 371,67 Kg/ha em 2013. E o IBGE estima que a produtividade de cacau deverá alcançar 402,50 Kg/ha em 2014.

Analisando a meta de produtividade de cacau: na ótica do bioma Floresta Amazônica (BFA), representado pelos estados das regiões Norte (AM, PA e RO) e do Centro-Oeste (estado do MT), a produtividade média registrou aumento real, de 666,38 Kg/ha em 2008 para 733,06 Kg/ha em 2013, representando um crescimento de 10%. Pelas estimativas do IBGE, a produtividade média do cacau deverá alcançar 758,52 Kg/ha em 2014. Já a produtividade de cacau do bioma Mata Atlântica (BMA), representado pelos estados da região Nordeste (Bahia) e do Sudeste (Espírito Santo), registrou aumento real de 13,42%, saindo de 250,3 Kg/ha em 2008 para 283,89 Kg/ha em 2013. Segundo estimadas do IBGE, a produtividade de cacau deverá atingir 322,19 Kg/ha em 2014.

Na ótica das Grandes Regiões do país, o Norte, representado pelos estados produtores do Amazonas, Pará e Rondônia, deverá crescer de 668,49 Kg/ha em 2008 para 733,80 Kg/ha em 2013, representando um crescimento de 9,77%. O

IBGE estima que a produtividade de cacau deve alcançar 759,24 Kg/ha em 2014. O Centro Oeste, representado pelo estado produtor do Mato Grosso, cresceu de 457,54 Kg/ha em 2008 para 626,35 Kg/ha em 2013, representando um crescimento de 36,9%. As estimativas do IBGE apontam para 655,41 Kg/ha em 2014. O Nordeste, representado pelo estado produtor da Bahia, cresceu de 251,72 Kg/ha em 2008 para 286,68 Kg/ha em 2013, representando um crescimento de 13,88%. Segundo estimativas do IBGE, a produtividade média do cacau deverá aumentar para 327,31 Kg/ha em 2014. O Sudeste, representado pelo estado produtor do Espírito Santo, cresceu de 214,83 Kg/ha em 2008 para 217,36 Kg/ha em 2013, acumulando o pequeno aumento de 1,17%. A estimativa do IBGE acusa uma diminuição da produtividade de cacau para 194,88 Kg/ha em 2014, em função da incidência da "Vassoura de Bruxa".

Quantidade alcançada

402,5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Bioma Amazônia	480	kg/ha	758,52	31/12/2014
Bioma Mata Atlântica	480	kg/ha	322,19	31/12/2014

OBJETIVO: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Desde 2012, a Embrapa deflagrou diversas ações de modernização da infraestrutura e da gestão organizacional em seis frentes. No exercício de 2014, em especial, constata-se a materialização de várias melhorias e avanços gestados nos anos anteriores:

1) DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS:

a) Pós-graduação: de 2012 até o presente momento, 142 profissionais iniciaram cursos de pós-graduação no âmbito dos programas corporativos da Embrapa. Deste total, 33 para mestrado e 48 para doutorado no país, 12 para doutorado no exterior e 49 para cientista visitante. Apenas em 2014, 10 empregados da Embrapa previamente aprovados no processo seletivo de pós-graduação stricto sensu iniciaram os cursos nas áreas e subáreas que foram definidas no âmbito de cada Unidade, dentre as constantes dos Planos Diretores da Embrapa e das Unidades (PDE e PDUs). Em 31/12/2014, 114 profissionais estavam com os cursos de pós-graduação stricto ou lato sensu ou no programa de cientista visitante em andamento, sendo que 92 são empregados da Embrapa e 22 empregados de Oepas. Do total de empregados da Embrapa, 67 estão em curso no país: 2 em especialização lato sensu, 16 em mestrado, 48 em doutorado e 1 em cientista visitante. Além disso, no exterior, há 23 empregados da Embrapa em doutorado e 2 em cientista visitante. Dos empregados das Oepas, 21 cursam doutorado no País e 1 cursa mestrado também no País. No período, houve redução do número de incorporações em virtude de suspensão dos processos seletivos para reestruturação. Com as novas diretrizes e critérios definidos e considerando o prazo que os profissionais possuem para iniciar os cursos, estima-se que a retomada do fluxo normal de incorporações, com base no histórico das ações, ocorrerá apenas em 2015.

b) Cursos de curta duração: incluem cursos individuais ou coletivos, presenciais ou a distância, de caráter técnico ou gerencial e têm o foco estabelecido pelas chefias das Unidades da Embrapa, levando em consideração o Plano de Metas de cada Unidade e as necessidades de capacitação identificadas para os empregados, tanto relacionadas a conhecimentos técnico-científicos como de gestão e administração. Em 2014, 4.439 empregados da Embrapa realizaram cursos de curta duração em ações locais ou corporativas. Ainda, 317 empregados realizaram cursos de idiomas com custeio da Embrapa ou liberação de horas por meio de ação de incentivo corporativa. Considerando-se o período 2012-2014, um total de 13.023 empregados participou de capacitações de curta duração no país, individuais ou coletivas relacionadas a temas técnicos ou gerenciais relevantes para o desempenho do trabalho. Apesar de a meta prever a formação de empregados da

Embrapa e das Oepas, as ações de capacitação de curta duração em 2014 continuam restritas aos empregados da Embrapa, tendo em vista a dificuldade de se operacionalizar a aquisição de cursos de curta duração para empregados externos à Empresa por questões jurídicas, bem como o escasso recurso destinado a esse fim. Até o presente momento, não há sinalização que viabilize a inclusão desses empregados.

2) MELHORIAS NA ESTRUTURA E NA GESTÃO ORGANIZACIONAL:

a)Implantação do sistema de inteligência estratégica: trata-se de processo para o monitoramento e a prospecção de tendências para o setor agropecuário no Brasil e no exterior. No período 2012-2014 foram definidas as bases de estruturação e operação, em Unidades Descentralizadas, da rede de observatórios que comporá o Observatório de Estudos e Tendências do Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa (Agropensa). Além delas, a rede conta com contribuições de 16 Unidades Administrativas, seis Laboratórios Virtuais (Labex) e mais de dez projetos de Cooperação Técnica da Embrapa no exterior. Cada um dos observatórios dessa rede toma como referência os grandes temas definidos pela Embrapa para capturar, processar, analisar e difundir informações e conhecimentos. Um primeiro produto da rede, lançado em abril de 2014, é o documento “Visão 2014 – 2034, o Futuro do Desenvolvimento Tecnológico da Agricultura Brasileira”, que mapeia e descreve as principais forças motrizes e desdobramentos tecnológicos na agricultura nos próximos 20 anos.

b)Revisão e atualização da orientação estratégica da Embrapa: materializada na elaboração do VI Plano Diretor da Embrapa (PDE), essa ação incluiu a redefinição dos componentes estratégicos (missão, visão, valores, objetivos e diretrizes), que orientarão a atuação da Empresa nos pilares do seu processo de produção: Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Transferência de Tecnologia (TT) e Desenvolvimento Institucional (DI), em um horizonte de 20 anos. A sexta edição está fundamentada nos cenários e tendências apontados pelo documento “Visão 2014-2034: O Futuro do Desenvolvimento Tecnológico da Agricultura Brasileira”, elaborado pelo Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa (Agropensa). O plano segue as premissas de planejamento dinâmico, menos permanente e mais flexível, passível de revisões e ajustes contínuos. O VI PDE, o documento de Visão 2014-2034 e outros produtos do Agropensa são os instrumentos norteadores da definição das Agendas de Prioridades das Unidades. A construção das Agendas de Prioridades é uma das etapas do processo de mudanças no Modelo de Gestão da Embrapa.

c)Lançamento do Sistema Integrado de Gestão de Desempenho da Embrapa (Integro): como o próprio nome diz, o sistema, que começou a ser implantado em 2014, permite conectar a visão de futuro e os objetivos e diretrizes estratégicas da Empresa às agendas de trabalho das unidades operacionais, às equipes e aos indivíduos. O Integro permite a articulação das gestões de desempenho institucional, programática e de equipes, que passam a ser trabalhados de forma alinhada e complementar. Trata-se de um processo que integra planejamento tático (contribuições e metas), programação operacional (projetos e ações gerenciais), monitoramento e avaliação de resultados. O VI PDE e as Agendas de Prioridades das Unidades são componentes básicos para o funcionamento do Integro.

d)Reinstalação do Conselho Assessor Nacional: num momento de grandes desafios e expectativas para a agricultura e a segurança alimentar no Brasil e no mundo, a Embrapa realizou a reinstalação do Conselho Assessor Nacional (CAN). Trata-se de órgão consultivo atuando junto à Diretoria-Executiva, com finalidade de assessorar na definição e compatibilização das ações estratégicas relevantes ao planejamento da programação da Empresa. Para isso, é formado por representantes de dezenas de instituições convidadas pela Embrapa.

3) ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE INSTITUIÇÕES DE PESQUISA PÚBLICA NA AGROPECUÁRIA:

a) Implantação da Embrapa Quarentena Vegetal: até o final de 2014 foram executadas atividades administrativas (deflagração de processos licitatórios e de compras) e legais (obtenção de licença de instalação junto ao Ibram, credenciamento junto ao Mapa) requisitadas para iniciar e avançar as obras de construção das instalações e as aquisições de equipamentos de laboratório e outros itens da infraestrutura de pesquisa da unidade.

b) Ampliação e modernização da estrutura física e do parque laboratorial dos Centros de Pesquisas da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac): a reforma e adequação dos Centros de Pesquisas da Ceplac contribuiria para a realização do Objetivo Estratégico da Ceplac de "Ser excelência em PD&I", com esforços

regionalizados para 3 unidades estaduais da federação: Bahia, Pará e Rondônia.

c) Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuárias (Oepas): Em 2012, foi aberta no Sistema Embrapa de Gestão (SEG) a Chamada 21/2012, destinada a financiar projetos submetidos pelas Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Oepas) focados em ações institucionais para a criação e/ou implantação de novos processos ou melhorias incrementais. Das 18 Oepas que fazem parte do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa), 15 apresentaram propostas de melhorias nas instalações e infraestrutura de pesquisa (Equipamentos para Laboratório, Equipamentos de Informática, Implementos Agrícolas, Mobiliário, Veículos e Obras/Reformas de Laboratório), das quais 11 foram aprovadas e os convênios firmados. As Oepas com propostas aprovadas pertencem aos estados de: Maranhão, Goiás, Paraíba, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro. Até o presente momento, nove Oepas tiveram os projetos básicos e termos de referência aprovados pela Embrapa, pré-requisito necessário para receber a primeira parcela do convênio, o que foi feito a partir do segundo semestre de 2014. As instituições deram início aos preparativos das licitações para a execução das obras e aquisição dos bens previstos nos convênios, não havendo, portanto, nenhuma execução, por parte das Oepas, até 31/12/2014.

Metas 2012-2015

- **Implantar a unidade Embrapa Quarentena Vegetal (DF)**

  Análise Situacional da Meta

  Até o final de 2014 foram realizadas as seguintes atividades para o cumprimento da meta:

  - Contratação do projeto, licitação das obras e edificação de parte do conjunto de laboratórios;
  - Elaboração dos projetos complementares e a planta baixa, por meio de empresa contratada mediante processo licitatório;
  - Obtidas as licenças prévia e de instalação da Unidade solicitadas ao Ibram, atendendo às exigências legais para a construção da sede da Unidade;
  - Elaboração do Termo de Referência para aquisição de mobiliário de escritório, equipamentos de laboratório e bancadas de laboratórios (em 2012);
  - Limpeza do terreno, fechamento, instalação dos barracões da obra, terraplanagem;
  - Reelaboração do projeto de fundação com base no tipo de solo do local;
  - Perfuração e concretagem das estacas da fundação;
  - Nova elaboração dos Termos de Referência para aquisição dos equipamentos de laboratório, no 2º semestre de 2014;
  - Executados serviços de telhado, alvenaria (paredes, chapisco e reboco) e parte do revestimento externo;
  - Concluída 100% da laje.

  Considera-se cumprida 56% da meta de implantação da unidade Embrapa Quarentena Vegetal.

- **Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através da formação de Profissionais em nível de pós-graduação, beneficiando 88 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa**

  Análise Situacional da Meta

  A meta trata da participação de empregados da Embrapa e das OEPAs em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu em 2014.

  Em 2014, 10 empregados da Embrapa previamente aprovados no processo seletivo de pós-graduação stricto sensu iniciaram os cursos nas áreas e subáreas que foram definidas no âmbito de cada Unidade, dentre as constantes dos Planos Diretores da Embrapa e das Unidades (PDE e PDUs), e de acordo com o Edital nº 01 de 2011, do Processo Seletivo de Pós-Graduação 2011/2012 e da Chamada nº 01/2014. Desses 10 empregados, 9 estão realizando seus cursos no país – 2 em mestrado e 7 em doutorado – e 1 no exterior em doutorado. Ainda, foram incorporados 3 empregados da Embrapa no Programa Cientista Visitante (antes chamado Programa de Pós-doutorado); sendo 2 para o exterior e 1 para o País. Ressalta-se que não houve empregados de Oepas incorporados nesse ano. Ainda com relação às incorporações, ressalta-se que não houve incorporação ao programa referente à especialização lato sensu visto que,

por decisão institucional, não foi aberto processo seletivo em 2014.

Em 31/12/2014, 114 profissionais estavam com os cursos de pós-graduação stricto ou lato sensu ou no programa de Cientista Visitante em andamento, sendo que 92 são empregados da Embrapa e 22 empregados de Oepas. Do total de empregados da Embrapa, 67 estão em curso no país: 2 em especialização lato sensu, 16 em mestrado, 48 em doutorado e 1 em Cientista Visitante. Além disso, no exterior, há 23 empregados da Embrapa em doutorado e 2 em Cientista Visitante. Dos empregados das Oepas, 21 cursam doutorado no país e 1 cursa mestrado também no país.

Em relação aos programas de pós-graduação stricto sensu e de Cientista Visitante, a publicação das novas normas que os regulamentam e a realização dos processos seletivos entre junho e agosto deste ano permitiu um incremento de incorporações no segundo semestre de 2014. Porém, uma vez que os programas se reestabeleceram com novas diretrizes e critérios e, considerando o prazo que os profissionais possuem para iniciar os cursos, estima-se que a retomada do fluxo normal de incorporações, com base no histórico das ações, ocorrerá apenas em 2015.

Ressalta-se que o baixo número de incorporações para os programas de pós-graduação stricto e lato sensu e Cientista Visitante nos últimos anos deve-se ao fato de que desde 2012 não havia sido realizado novo processo seletivo devido à reestruturação desses, ficando as incorporações até o segundo semestre de 2014 restritas aos aprovados até aquele ano.

Logo, considerando o contexto apresentado, em relação à meta prevista, a análise deve ser feita a partir do quantitativo total de participações no programa no período considerado (2012-2015). Dessa forma, a análise histórica indica que, desde 2012 até o presente momento, 142 profissionais iniciaram cursos de pós-graduação no âmbito dos programas corporativos da Embrapa. Deste total, 33 para mestrado e 48 para doutorado no país, 12 para doutorado no exterior e 49 para Cientista Visitante. Resultados alcançados em 2014: 13 (Zero especialização, 2 mestrado, 7 doutorado país, 1 doutorado exterior, 3 pós doutorado).

Quantidade alcançada

142

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover a formação de competências na Embrapa e OEPAs através do aperfeiçoamento de profissionais via cursos de curta duração, beneficiando 5.550 profissionais, em áreas portadoras de futuro ou áreas emergentes do conhecimento técnico-científico, incluindo áreas promotoras de eficiência administrativa**

Análise Situacional da Meta

A meta visa capacitar empregados em cursos de curta duração no país, individuais ou coletivos, presenciais ou a distância, de caráter técnico ou gerencial.

O foco dos treinamentos de curta duração para o ano de 2014 foi estabelecido pelas chefias das Unidades da Embrapa, levando em consideração o Plano de Metas de cada Unidade e as necessidades de capacitação identificadas para os empregados, tanto relacionadas a conhecimentos técnico-científicos como de gestão e administração.

Em 2014, 4.439 empregados da Embrapa realizaram cursos de curta duração em ações locais ou corporativas. Ressalta-se ainda que 317 empregados realizaram cursos de idiomas, com custeio da Embrapa ou liberação de horas, por meio de ação de incentivo corporativa. Pelas características de grande parte dos cursos de idiomas, estes não são considerados na apuração quantitativa da meta visto que este tipo de ação ainda não é cadastrada no Sistema de Eventos da Embrapa (Sieve), que é o sistema utilizado para registrar ações de capacitação.

Com a liberação de recursos destinados à capacitação no segundo semestre de 2014, foi possível alcançar o quantitativo comumente atingido de empregados capacitados anualmente, que se restringia a 930 empregados até junho desse ano. Ressalta-se também que, no segundo semestre, foram registrados no Sieve alguns eventos realizados nos primeiros seis meses do ano.

Considerando-se o período 2012 – 2014, um total de 13.023 empregados participaram de capacitações de curta duração no país, individuais ou coletivas relacionadas a temas técnicos ou gerenciais relevantes para o desempenho do trabalho.

Apesar de a meta prever a formação de empregados da Embrapa e das Oepas, as ações de capacitação de curta duração em 2014 continuam restritas aos empregados da Embrapa tendo em vista a dificuldade jurídica de se operacionalizar a aquisição de cursos de curta duração para empregados externos a Empresa, bem como o escasso recurso destinado para

esse fim. Até o presente momento, não há sinalização que viabilize a inclusão desses empregados.

Quantidade alcançada

13.023

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0968 - Difundir e adaptar tecnologias sustentáveis para os sistemas agrossilvopastoris nas regiões cacaueiras dos Biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Conforme os pressupostos e desafios da política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o esforço do Objetivo está integrado à dinâmica do desenvolvimento territorial rural, incluindo produtiva e socialmente famílias agricultoras com cerca de 70 mil produtores rurais registrados no sistema próprio de gerenciamento das atividades de extensão rural. Contempla apoio gerencial e associativo a 1.206 cooperativas e associações rurais acompanhadas, com repercussões em um universo de influência superior a 150 mil famílias que cultivam sistemas agroflorestais correlatos às atividades com cacau. Circunscrita ao recorte regional das regiões cacaueiras do Brasil, o Objetivo em análise contempla dois relevantes biomas para a humanidade, a Floresta Amazônica e a Mata Atlântica, envolvendo população superior a seis milhões de habitantes, distribuída em 17 territórios da cidadania, além de 5 territórios rurais de identidade nos 223 municípios dos seis estados produtores de cacau no Brasil.

Constata-se atendimento a 11.425 novos produtores inclusos no ano que, somados aos 50.912 de 2013, consuma atendimento acumulado dentro do ciclo do PPA a 62.337 produtores rurais até 31 de dezembro de 2014. A apuração desta meta tem como base o esforço descentralizado de atendimento aos produtores rurais nos territórios e estados de atuação, conforme regionalização descrita a seguir: Amazonas – 6.130; Bahia – 22.740; Espírito Santo – 1.346; Mato Grosso – 1.570; Pará – 18.244 e Rondônia – 12.307, com o seguinte resultado consumado por região: 1.570 no Centro Oeste; 36.681 no Norte; 22.740 no Nordeste e 1.346 no Sudeste.

A meta que realça o esforço na organização socioprodutiva registra acompanhamento a 1.206 organizações associativas cadastradas, envolvendo atendimento cumulativo a 16.622 agricultores associados assistidos de forma coletiva, representando incremento de 1.946 desde 2014. A qualificação das metodologias participativas em ATER na abordagem junto às comunidades rurais tem estimulado a organização e eficácia na gestão do sistema associativo e/ou cooperativista rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e oferta de produtos e serviços, por meio de esforço solidário na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais.

Além de manutenção do contingente de famílias beneficiadas próximo aos 37 mil no ano, ampliaram-se as capacitações tecnológicas, acumulando no ciclo analisado 33,9 mil trabalhadores e agricultores treinados em cultivos, criações e processos diversos de aproveitamentos de produtos e gestão da propriedade rural. Estimulou-se, com esses métodos, o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do Pronaf, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), do Governo Federal. Na Amazônia, compartilham-se iniciativas de Ater e PD&I dentro do eixo de fomento à produção sustentável, no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) e no Projeto Xingu, coordenados pela secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Motivada pela recuperação de áreas de cacaueiros decadentes no estado da Bahia, que passaram a ser manejadas e objeto de assistência técnica, a meta apurada de atendimento direto às unidades produtivas registrou incremento de 51.530 hectares, consumando cobertura de assistência técnica, dentro do ciclo do PPA, a uma superfície de 735.840 hectares, somando-se os três cultivos priorizados: cacau, seringueira e dendê, tanto em cultivo único como em sistemas agroflorestais (SAFs).

No aperfeiçoamento das metodologias de extensão rural encontram-se sob avaliação 42 unidades demonstrativas ou

unidades de referência tecnológica (URT), incluindo-se novas sete unidades implantadas no exercício, todas em parceria com os produtores rurais, envolvendo sistemas de produção e manejo integrado de pragas.

Ressaltam-se, em 2014, as comemorações do Ano Internacional da Agricultura Familiar, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), em sua 66ª Sessão. Os principais objetivos definidos pelo Comitê Organizador Nacional são a promoção de políticas públicas, o fortalecimento das organizações representativas e o aumento da conscientização na sociedade sobre a importância de apoiar a agricultura familiar.

A regulamentação da Lei nº 12.897/2013, que autorizou a instituição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), consagra grandes avanços na gestão integrada e fomento ao sistema nacional de ATER, com expectativa de resgate dos processos de desenvolvimento territorial rural sustentável. Nesse cenário o Objetivo ganhará realce diante do reconhecimento da Ceplac e de sua representação no futuro Conselho Assessor da Agência.

Dentro do contexto do campo brasileiro o êxodo rural é um fenômeno preocupante, com relevantes impactos na produção de alimentos e soberania alimentar. No Brasil, em 1950, 63,8% da população brasileira habitava a zona rural mas, em sentido inverso, o censo de 2010 contabilizou apenas 15,6%. As últimas décadas demarcam mudanças no perfil dos migrantes. A partir dos anos de 1990, acentuou-se a migração de jovens do sexo feminino de 15 a 19 anos e do sexo masculino de 20 a 24 anos, comprometendo a sucessão rural geracional. Até então, o êxodo afetava predominantemente adultos entre 30 a 39 anos. Em sintonia com estas demandas territoriais rurais, este Objetivo dedica especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório dos jovens para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer suas permanências na propriedade rural com trabalho, renda e cidadania. Para tanto, tem-se estimulado a constituição de empreendimentos produtivos por jovens rurais. Uma das ações é a formação de jovens em organização social e produtiva, tendo como resultado a formação já acumulada de 615 jovens rurais em 15 turmas, com incremento, no ano, de 90 jovens incluídos, via cooperação técnica formalizada entre Ceplac, MDA e Governo do Estado da Bahia.

Alinhado às atividades de ATER e de crédito rural, constitui esforço continuado a produção e distribuição anual de propágulos de espécies diversas, com destaque para 20 milhões de sementes de cacau e essências florestais distribuídas por ano, de forma dirigida aos sistemas agro sustentáveis, em consonância com o Programa de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) e o Objetivo Estratégico do órgão de “Promover a competitividade e sustentabilidade do setor agrícola”.

Quanto ao Objetivo Estratégico de “Agregar valor à produção”, já se realizaram este ano mais duas edição do Festival do Chocolate, uma na Bahia e outra no Pará, com a participação diversificada de produtores e instituições interessadas no negócio do chocolate, cuja cadeia no Brasil representou valor de doze bilhões de reais, com participação de dois bilhões do setor primário da cacauicultura nacional, em 2014.

Além do volume total de moagem de cacau que retoma o seu patamar histórico das 250 mil toneladas de cacau processado, registra-se nesse exercício acumulado, o funcionamento de 25 pequenas agroindústrias e centenas de unidades artesanais, com volume aproximado de 400 toneladas processadas pelos próprios produtores, individualmente e em suas associações e cooperativas.

Mantêm-se o cenário prospectivo para o ciclo do PPA em curso, cujo desafio da cacauicultura no Brasil, setor mais destacado do Objetivo, estará realçado em dois flancos definidos pelo Plano de Gestão Estratégica da Ceplac: de um lado os esforços para recuperação do parque produtivo da Bahia e Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos, de outro os estados do Norte registrando franca expansão das áreas plantadas e colhidas, com expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década em curso. Esta estratégia está harmonizada com as diretrizes das Câmaras Setoriais do Cacau, Borracha e Agroenergia, bem como com iniciativas dos governos estaduais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 5.300 para 7.000 o número de produtores associados em organizações nas regiões cacaueiras**

Análise Situacional da Meta

Esta meta define como abordagem, nas ações de ATER, a priorização de metodologias coletivas e atendimento preferencial às organizações associativas do campo, em particular junto ao público da agricultura familiar, assim como o atendimento focado nas parcerias institucionais por meio de cooperações técnicas junto às prefeituras e órgãos estaduais nos estados de atuação. Dentro do exercício analisado intensificou-se o foco nas associações rurais e cooperativas já cadastradas, constatando-se o atendimento cumulativo a 1.206 organizações rurais, todas já cadastradas e contidas na meta consumada dentro do ciclo do PPA. O incremento de novos agricultores associados assistidos neste ano de 2014 foi de 1.946, que somados aos 14.676 apurados até 2013, perfazem um total de 16.622 acumulados no ciclo de apuração até dezembro de 2014, conforme regionalização a seguir: Amazonas – 3.200; Bahia – 7.576; Espírito Santo – 214; Mato Grosso – 442; Pará – 1.090 e Rondônia – 4.100, com o seguinte resultado consumado por região: 442 no Centro Oeste; 8.390 no Norte; 7.576 no Nordeste e 214 no Sudeste.

A qualificação das metodologias participativas de ATER na abordagem junto às comunidades rurais tem estimulado a organização e eficácia na gestão do sistema associativo e/ou cooperativista rural, com saldos positivos na elevação da competitividade e oferta de produtos e serviços, por meio de esforço solidário na verticalização e integração das cadeias produtivas regionais. Como resultado promoveu-se o acesso dos Agricultores Familiares ao crédito qualificado do Pronaf, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Governo Federal.

Na atenção ao território, dedicou-se especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer a permanência do jovem na propriedade, com trabalho, renda e cidadania. Numa perspectiva mais relevante e em sintonia com os desafios de mitigação do intenso êxodo rural, busca-se favorecer o protagonismo juvenil e a sucessão rural, ao estimular que a juventude desenvolva ações que viabilizem sua permanência no campo. A principal iniciativa dessa natureza reside na realização dos cursos Jovens Empreendedores Rurais, cuja formação associa teoria e prática, discute as políticas públicas no contexto do desenvolvimento rural sustentável e oferece subsídios técnicos e gerenciais, estimulando-os à constituição de empreendimentos produtivos. Nesse esforço de qualificação dirigida já foram capacitados 615 jovens rurais em 15 turmas de 124 horas de conteúdo, sendo 90 destes qualificados no exercício corrente. Estas ações estimularam iniciativas solidárias de verticalização e integração das cadeias produtivas regionais, favorecidas pelo atual contexto do campo brasileiro que tem influenciado sobremaneira o crescimento das demandas de organização sócio-produtiva, bem como na ampliação do acesso aos programas e políticas públicas transversais.

Quantidade alcançada

16.622

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	138	unidade	442	31/12/2014
Região Nordeste	2.393	unidade	7.576	31/12/2014
Região Norte	4.279	unidade	8.390	31/12/2014
Região Sudeste	190	unidade	214	31/12/2014

- **Ampliar de 53 mil para 70 mil o número de produtores atendidos por ATER nas regiões cacaueiras**

Análise Situacional da Meta

A apuração da meta registra o atendimento a 11.425 novos produtores que, somados aos 50.912 de 2013, consuma atendimento acumulado dentro do ciclo do PPA a 62.337 produtores rurais, até 31 de dezembro de 2014.

A apuração tem como base o esforço descentralizado de atendimento aos produtores rurais nos territórios e estados de atuação, conforme a regionalização: Amazonas – 6.130; Bahia – 22.740; Espírito Santo – 1.346; Mato Grosso – 1.570; Pará – 18.244 e Rondônia – 12.307, com o seguinte resultado agregado por região: 1.570 no Centro Oeste; 36.681 no Norte; 22.740 no Nordeste e 1.346 no Sudeste.

Considerando-se o conjunto de métodos e técnicas de atendimento e qualificação tecnológica na assistência ao público alvo registra-se a manutenção do contingente de 37 mil famílias beneficiadas e ampliação das atividades de capacitação tecnológica, consumando só no ano analisado 33,9 mil trabalhadores e agricultores treinados em cultivos, criações e processos diversos de aproveitamentos de produtos e gestão da propriedade rural. Objetivando aperfeiçoar as metodologias de extensão rural, estão em curso a avaliação de 42 unidades demonstrativas ou unidades de referência tecnológica (URT), sete destas unidades implantadas no ano, todas em parceria com os produtores rurais, envolvendo sistemas de produção e manejo integrado de pragas.

Articulações do setor produtivo com governo e agentes financeiros têm superado gargalos do desenvolvimento rural nas regiões cacaueiras, especialmente sobre a repactuação de dívidas dos produtores rurais e disponibilização de novas linhas de crédito. A qualificação de metodologias de transferência e difusão de tecnologias através das unidades demonstrativas e instalação de sistemas agroflorestais implantados de forma participativa com os agricultores têm se constituído em alternativas, diante de dificuldades financeiras e de pessoal, hoje vigentes.

Quantidade alcançada

62.337

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.373	unidade	1.570	31/12/2014
Região Nordeste	23.934	unidade	22.740	31/12/2014
Região Norte	42.790	unidade	36.681	31/12/2014
Região Sudeste	1.902	unidade	1.346	31/12/2014

- **Ampliar de 649,4 mil ha para 696,4 mil ha a área assistida de cacau, dendê e seringueira**

Análise Situacional da Meta

A meta se refere ao atendimento à área abrangida pelos cultivos focos da Ação e do Objetivo: cacau, seringueira e dendê. Motivada pela recuperação de áreas de cacaueiros decadentes no estado da Bahia, que passaram a ser manejadas e objeto de assistência técnica, a meta apurada de atendimento direto às unidades produtivas registrou incremento de novos 51.530 hectares, consumando cobertura de assistência técnica dentro do ciclo do PPA, a uma superfície de 735.840 hectares, somando-se os três cultivos priorizados tanto em cultivo único como em sistemas agroflorestais - SAFs.

O esforço de ampliação quantitativa e qualitativa de cobertura pelos serviços de ATER e difusão das tecnologias validadas nessa área e nos arranjos produtivos focados permitirá ao Brasil voltar a ser grande no mercado de cacau possibilitando atingir as metas estratégicas estabelecidas pelo setor de elevação da produtividade média nacional para o patamar de 480 kg/ha/ano e de alcance das 380 mil toneladas/ano com os cultivos já instalados e em expansão, até o final de 2015.

A distribuição da área assistida atende a seguinte regionalização: Centro Oeste - 926 hectares de cacau no Mato Grosso; Nordeste: Cacau - 498.927ha; Dendê - 17.754ha e Seringueira - 20.149ha, de cultivos instalados no estado da Bahia; Norte: AM - 13.000ha de cacau; PA - 126.800ha de cacau e RO - 37.284ha de cacau e, Sudeste - 21.000 hectares de cacau no Espírito Santo.

Quantidade alcançada

735.840

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2.013	ha	926	31/12/2014
Região Nordeste	522.044	ha	536.830	31/12/2014

Região Norte	151.328	ha	177.084	31/12/2014
Região Sudeste	21.005	ha	21.000	31/12/2014

OBJETIVO: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na disseminação da cultura de propriedade intelectual e no desenvolvimento da biotecnologia, da agricultura de precisão, da proteção de cultivares, da indicação geográfica e marcas coletivas, visando às necessidades do pequeno e médio produtor e à competitividade e agregação de valor aos processos, produtos, sistemas e serviços agropecuários.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Análise Situacional do Objetivo

Com relação à inovação do agronegócio, no ano de 2014 foram firmados quatro Termos de Cooperação que objetivam a disseminação da cultura da agricultura de precisão e o apoio à conservação e valorização de recursos genéticos, em parceria com a Embrapa Gado de Leite, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e Embrapa Clima Temperado. Houve a participação em eventos e reuniões técnicas nacionais e internacionais de grande importância para a Agricultura de Precisão e para a Conservação de Recursos Genéticos, que proveram informações úteis para a melhoria dos trabalhos. Em novembro, foi promovida a Oficina sobre Protocolo de Nagoya em parceria com a Embrapa/Agropensa para discussão desse instrumento, de grande relevância para o setor de recursos genéticos. Em conjunto com a Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão (CBAP), foi publicada a Agenda Estratégica da Agricultura de Precisão de 2014-2030. Além disso, foram articulados Termos de Referência junto ao IICA para viabilizar, em 2015, estudos, levantamentos e diagnósticos voltados para o setor de recursos genéticos e agricultura de precisão.

No tocante ao fomento à Indicação Geográfica (IG) e Marcas Coletivas, no ano de 2014, realizaram-se atividades voltadas para a continuidade das ações nos Estados visando o fortalecimento dos 74 projetos anteriormente apoiados. Essas ações foram realizadas por meio de reuniões, estudos, visitas técnicas, capacitações de produtores, diagnósticos e orientações para fortalecimento dos projetos.

A fim de atender este Objetivo foram buscadas articulações com outros órgãos e instituições por meio de termos de cooperação, convênios e parcerias, visando ampliar os recursos humanos e financeiros envolvidos. Exemplo disso são os projetos apoiados com recursos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), do Banco Mundial, da União Europeia – via Diálogos Setoriais, da França – por meio de protocolo técnico assinado pelos Ministérios da Agricultura de ambos países, ou realizados diretamente por Universidades parceiras, como é o caso da UFSC e Secretarias de Estado da Agricultura.

No âmbito do registro da propriedade intelectual voltada ao melhoramento de espécies vegetais, em 2014 foram reconhecidas 202 novas variedades de plantas, totalizando 2.542 cultivares protegidas. Atualmente existem 170 espécies dentro do regime de proteção, com um incremento anual em torno de 10 espécies. A meta prevista para 2015 é proteger mais 240 cultivares e ampliar o número de espécies para 180. A mudança na exigência documental de cultivares estrangeiras, seguindo recomendação exarada pela CONJUR/MAPA, prejudicou o desempenho no ano, provocando a dilação de prazos para mais de 40 cultivares, fato que deve se repetir em 2015.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 1658 para 2400 o número de cultivares protegidas**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito do registro da propriedade intelectual voltada ao melhoramento de espécies vegetais, até 31 de dezembro de 2014 foram reconhecidas 202 novas variedades de plantas, totalizando 2.542 cultivares protegidas, além do monitoramento de aproximadamente 2.000 cultivares já protegidas anteriormente. O sistema confere segurança aos investimentos em melhoramento vegetal, cujo crescimento se reflete na maior disponibilização de cultivares para o sistema agrossilvipastoril. Atualmente existem 170 espécies dentro do regime de proteção, com um incremento anual em torno de 10 espécies. A meta prevista para 2015 é proteger mais 240 cultivares e ampliar o número de espécies para

180. Observou-se uma redução no número de proteções concedidas em 2014, frente à meta estimada para o ano, em razão da mudança na exigência documental de cultivares estrangeiras, seguindo recomendação exarada pela CONJUR/MAPA. O acréscimo de etapas no trâmite cartorial a ser efetuado pelos requerentes, tanto no Brasil quanto no exterior, ensejou a dilação de prazos para cumprimento de diligências e postergou a concessão dos certificados de proteção de mais de 40 cultivares que se encontram em análise. Espera-se que tal fato também seja sentido nas estimativas do ano de 2015.

Quantidade alcançada

2.542

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar de 65 para 150 o número de cadeias produtivas organizadas para o uso de indicações geográficas e marcas coletivas**

Análise Situacional da Meta

Considerando que os projetos de IG são de longo prazo (em média 7 anos), tentamos manter, ao menos, a mesma estrutura de apoio nas 74 regiões que vem sendo trabalhadas desde 2012, já que a meta é cumulativa, o que equivale ao cumprimento de 49,3% da meta total estipulada até o ano de 2015. Esperamos melhorar esse índice em 2015, o que exigirá uma readequação dos recursos humanos e orçamentários disponíveis.

Para contornar a situação, temos buscado articulações com outros órgãos e instituições, por meio de termos de cooperação, convênios e parcerias. Exemplo disso é o termo de cooperação assinado em abril, com a União Europeia, via Diálogos Setoriais, com o objetivo de realizar intercâmbio técnico e criar um ambiente propício ao amadurecimento e discussão de políticas públicas relacionadas às IGs no nosso país, e o Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Santa Catarina, que permitiu a realização da 4ª Edição do Curso à distância de IG, nos meses de outubro e novembro, que capacitou cerca de 1.000 pessoas entre servidores, técnicos, extensionistas, produtores e outros interessados. Ademais, participamos do protocolo de cooperação técnica para agricultura, assinado em 2013, entre o Mapa e o Ministério da Agricultura, do Agroalimentar e Florestas da França, que tem gerado rico conhecimento técnico, além de promover ações mais específicas em produtos e regiões de Indicação Geográfica, a exemplo das regiões produtoras de queijos artesanais.

Atualmente a lista de potenciais IGs de produtos agropecuários do Brasil, levantada pelo MAPA, é de aproximadamente 240 regiões.

Quantidade alcançada

74

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30	unidade	12	31/12/2014
Região Nordeste	35	unidade	13	31/12/2014
Região Norte	15	unidade	7	31/12/2014
Região Sudeste	35	unidade	24	31/12/2014
Região Sul	35	unidade	18	31/12/2014

- **Aprovar o Plano de Ações Estratégicas de Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação - RGAA**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 o Mapa encaminhou à Casa Civil um Anteprojeto de Lei (APL) sobre o acesso à agrobiodiversidade para atividade agrícola e contratou consultoria para consolidação do RGAA, com resultados esperados para 2015. O APL foi arquivado em função do Projeto de Lei nº 7.735/2014 (tramitando em regime de urgência no Senado com o nº 002/2015), que trata do acesso e repartição de benefícios de recursos genéticos e contempla a segurança jurídica necessária para o acesso a recursos genéticos para agricultura e alimentação.

Ainda durante o ano de 2014, houve articulação com instituições para apoio a coleções, capacitações e participação em fóruns nacionais e internacionais relacionados ao tema.

- **Aumentar de 110 para 170 o número de novas espécies no regime de proteção de cultivares**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do registro da propriedade intelectual voltada ao melhoramento de espécies vegetais, até 31 de dezembro de 2014 foram incluídas no Sistema de Proteção 9 espécies, totalizando 165 espécies aptas ao regime de proteção. O sistema confere segurança aos investimentos em melhoramento vegetal, cujo crescimento se reflete na maior disponibilização de cultivares para o sistema agrossilvipastoril. A meta prevista para 2015 é ampliar o número de espécies para 180.

Quantidade alcançada

165

Data de Referência

31/12/2014

- **Cadastrar 100 empresas prestadoras de serviços em Agricultura de Precisão - AP**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 as atividades desenvolvidas atingiram um total de 88 empresas cadastradas, o que significa o alcance de 88% da meta do PPA até 2015, que é de 100 empresas.

Em 2013, a Comissão Brasileira de Agricultura de Precisão, reestruturada em 2012, trabalhou para dar continuidade à organização das instituições que atuam com Agricultura de Precisão (AP) e cadastrou mais 23 empresas, totalizando 111 empresas cadastradas.

Em 2014, foram cadastradas mais 25 empresas atuantes no setor, totalizando o montante de 136 cadastros.

Esse valor supera a meta do PPA e mostra o grande potencial do setor de Agricultura de Precisão no Brasil. As empresas cadastradas têm seu foco de atuação na AP, mediante fabricação de máquinas e implementos agrícolas, assistência técnica, desenvolvimento de softwares de informática. Além dessas, foram cadastradas instituições representativas de produtores rurais e instituições públicas e privadas de ensino agrícola.

Quantidade alcançada

136

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 200 profissionais em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de Recursos Genéticos para Agricultura e Alimentação - RGAA**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram capacitados 52 profissionais e em 2013, 60. Em 2014, realizou-se palestra no evento RELARE (Reunião da Rede de Laboratórios para a Recomendação, Padronização e Difusão de Tecnologia de Inoculantes Microbianos de Interesse Agrícola), apoiou-se o Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos e promoveu-se Oficina sobre o Protocolo de Nagoya. Nesses eventos, houve capacitação de cerca de 188 pessoas em gestão, curadoria, pesquisa, fomento e agregação de valor de RGAA.

Quantidade alcançada

300

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementar 12 projetos com foco em inovação no agronegócio (Propriedade Intelectual, Biotecnologia, Agricultura de Precisão-AP, Recursos Genéticos)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 e 2013 foram implantados 16 projetos, com valores reduzidos com o intuito de atender a um maior número de instituições. Em 2014, também mediante Termos de Cooperação, foram apoiados os 06 projetos abaixo:

1) I Workshop Avanços da Pecuária de Leite no Brasil, em Juiz de Fora/MG, no período de 17 a 19 de março de 2014, junto à Embrapa Gado de Leite (processo nº 21000.001018/2014-11);
2) II Workshop Pecuária de Precisão, em Juiz de Fora/MG, no período de 17 a 19 de março de 2014, junto à Embrapa Gado de Leite (processo nº 21000.001018/2014-11);
3) III Congresso Brasileiro de Recursos Genéticos, no período de 18 a 21 de novembro de 2014, junto à Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (processo nº 21000.002928/2014-11);
4) I Feira Internacional de Negócios em Olivicultura - Finooliva 2014, no período de 02 a 05 de setembro de 2014, junto à Embrapa Clima Temperado (processo nº 21000.004865/2014-29);
5) VIII Workshop de Nanotecnologia Aplicada ao Agronegócio e a IV Escola Avançada de Nanotecnologia, no período de 01 a 05 de setembro de 2014, em Juiz de Fora/MG, junto à Embrapa Gado de Leite (processo nº 21000.005080/2014-73);
6) Revisão dos descritores de banana e atualização de cultivares exemplo, desenvolvimento de descritores de bananeira ornamental e manutenção do banco de germoplasma de bananeira, em parceria com a Embrapa Mandioca e Fruticultura e o setor de Proteção de Cultivares desde DEPTA (processo nº 21000.006931/201-03).
Observa-se que já houve superação da meta do PPA.

Quantidade alcançada

22

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Percentual do território com comitês interestaduais instalados	%	31/12/2010	13	31/12/2012	15,74
Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados	%	31/12/2010	51	31/12/2012	54
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	%	31/12/2010	8	31/12/2012	8
Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada)	%	31/12/2010	64	31/12/2011	64
Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	%	31/12/2010	18	31/12/2012	23

Observações:

Percentual do território com comitês interestaduais instalados - O percentual é de 15,74% ou cerca de 16%. São 10 Comitês Interestaduais.

A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012.

O Conjuntura 2014 ainda não foi divulgado.

Percentual do território com planos de bacias interestaduais elaborados - Amazônica - 66%; Paraguai - 0%; Tocantins-Araguaia - 100%; Paraná - 27%; Uruguai - 0%; Atlântico-Sul - 0%; Atlântico-Sudeste - 66%; São Francisco - 100%; Atlântico-Leste - 0%; Parnaíba - 0%; A. Nordeste-Ocidental - 0%; A. Nordeste-Oriental - 0%. São 9 planos interestaduais

A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012. O Conjuntura 2014 ainda não foi divulgado.

Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável - Amazônica - 0,3%; Paraguai - 4%; Tocantins-Araguaia - 4%; Paraná - 20%; Uruguai - 17%; Atlântico-Sul - 20%; Atlântico-Sudeste - 25%; São Francisco - 12%; Atlântico-Leste - 25%; Parnaíba - 13%; Nordeste-Ocidental - 16%; e Nordeste-Oriental - 29%. Dados de 2010 - Informação publicada no Conjuntura 2013.

A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012. O Conjuntura 2014 ainda não foi divulgado.

Regulação - relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total para atendimento aos usos consuntivos (demanda existente estimada) - Amazônica - 7% Paraguai - 2% Tocantins-Araguaia - 81% Paraná - 88% Uruguai - 25% Atlântico-Sul - 37% Atlântico-Sudeste - 58% São Francisco - 100% Atlântico-Leste - 75% Parnaíba - 13% Nordeste-Ocidental - 0% Nordeste-Oriental - 37%. Não foi possível atualizar o indicador, pela indisponibilidade de dados mais atuais (mesmo valor de 2012).

A data de apuração continua inalterada em 31/12/2011 porque o Conjuntura 2012 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2011. O Conjuntura 2013 não atualizou a Vazão de consumo. e o Conjuntura 2014 ainda não foi divulgado.

Uso dos recursos hídricos - percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica - Amazônica - 0,4%; Paraguai - 6%; Tocantins-Araguaia - 8%; Paraná - 36%; Uruguai - 44%; Atlântico-Sul - 61%; Atlântico-Sudeste - 31%; São Francisco - 64%; Atlântico-Leste - 69%; Parnaíba - 33%; A. Nordeste-Ocidental - 36%; e Nordeste-Oriental - 98%. Dados de 2010 - Informação publicada no Conjuntura 2013.

A data de apuração foi uniformizada em 31/12/2012 porque o Conjuntura 2013 consolida suas informações a partir da melhor informação disponível em dezembro de 2012. O Conjuntura 2014 ainda não foi divulgado.

OBJETIVO: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas

setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, com a implantação do Planejamento Estratégico do Ministério do Meio Ambiente para o período 2014-2022, os macroprocessos finalísticos que orientaram a agenda estratégica da Política Nacional de Recursos Hídricos, relacionados ao Objetivo 0646 do Programa 2026 do PPA Federal 2012-2015 foram: i) Formulação e apoio à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e ii) Apoio ao funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas.

Com a condução do macroprocesso de "Formulação e apoio à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos", espera-se contribuir para que União, Estados e Distrito Federal estejam dotados de instrumentos de gestão de recursos hídricos que qualifiquem a tomada de decisão, em especial dos planos de recursos hídricos.

As metas do PPA Federal 2012-2015 que fazem parte deste macroprocesso são: i) Apoiar a elaboração de seis Planos Estaduais de Recursos Hídricos; ii) Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH); iii) Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Até o ano de 2014, 6 Estados foram apoiados na elaboração dos seus PERHs, correspondendo a 100% da meta. Em relação ao SIGEOR, teve início o processo para a licitação e contratação de consultorias especializadas para a realização de uma avaliação da implementação do PNRH no período 2006-2014, proposição de recomendações para a sua revisão e indicadores para o seu monitoramento e avaliação continuados. Portanto, as ações para consecução da meta estão em andamento. A meta de qualificação de 30 mil pessoas foi superada, em virtude, em grande parte, dos processos de capacitação na modalidade Ensino à Distância (EaD) desenvolvidos pela ANA.

Ainda em relação a este macroprocesso, o MMA está apoiando o Estado do Paraná na elaboração da Carta de Águas Subterrâneas do Estado, em Sistema de Informações Geográficas - SIG. O processo de seleção da empresa foi conduzido durante o primeiro semestre de 2014, no âmbito do Programa Interáguas e, em 03/07/2014, foi assinado contrato com a empresa Água e Solo, que terá 10 meses para a execução do serviço. Em 2014 foram entregues dois produtos da Carta, correspondente à Obtenção e Análise de Dados e à Análise do Território Paranaense. Conforme o cronograma de execução do projeto, os três produtos restantes deverão ser apresentados até maio de 2015, quando se encerra o contrato. A montagem do banco de dados geográficos seguirá as normas exigidas pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE.

Cabe destacar também o esforço coordenado pelo MMA para a construção de um Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA), com o envolvimento da ANA, tendo em vista aportes técnicos e científicos no tema Água. Encontra-se em fase de conclusão, em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, o documento de subsídios técnicos para a adaptação considerando o tema água, que está configurado em cinco eixos, quais sejam: i) diretrizes para a elaboração de cenários; ii) geração de conhecimento; iii) instrumentos de gestão de recursos hídricos; iv) governança; e v) interação com setores usuários. O documento servirá de subsídio para a elaboração do Plano Nacional de Adaptação, em especial, na temática dos recursos hídricos.

O macroprocesso de "Apoio ao funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas", que envolve o exercício da atribuição do MMA de Secretaria Executiva do CNRH, deve contribuir para a elaboração de diretrizes para orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. As atividades deste macroprocesso envolvem a disponibilização de salas e de auditório para a realização das reuniões do Plenário e das Câmaras Técnicas do CNRH; os serviços de gravação e degravação das reuniões; o custeio da participação dos representantes da sociedade civil; a manutenção e atualização do site do CNRH; dentre outras. A relatoria das reuniões do Plenário e Câmaras Técnicas é realizada pela equipe técnica de servidores do MMA.

Os produtos e serviços entregues em 2014 envolveram: i) publicação da 8ª Edição do Conjunto de Normas Legais, com cerca de 160 Resoluções e 60 Moções aprovadas pelo CNRH, além de outras legislações pertinentes, com vistas a orientar e regulamentar a implementação da Política; ii) realização de 2 reuniões ordinárias e 1 reunião extraordinária do Plenário do CNRH; iii) realização de 34 reuniões das Câmaras Técnicas do CNRH; iv) aprovação de 4 Resoluções e 1 Moção; v) realização de 2 seminários.

Durante a 37ª Reunião Extraordinária do CNRH foi realizado o seminário sobre Exploração e Produção de Gás Não Convencional e durante a 32º Reunião Ordinária o seminário O comportamento hidrológico e a oferta de água em 2014: o que aconteceu, as lições aprendidas e os encaminhamentos possíveis. As deliberações emitidas pelo CNRH, no ano de 2014, são informadas abaixo:

Resolução nº 158, de 09 de junho de 2014. Estabelece procedimentos para a escolha de membros pertencentes à Comissão Permanente de Ética do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Resolução nº 157, de 09 de junho de 2014. Estabelece composição e define a indicação de representações, em ordem progressiva, para eventuais substituições para as Comissões CTPNRH, CTIL e CTEM (mandato de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2016), para a CTCOB (mandato de 1º de agosto de 2014 a 31 de julho de 2016), e dá outras providências.

Resolução nº 156, de 09 de junho de 2014. Estabelece diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social, a informação e comunicação para a percepção de riscos e vulnerabilidades, e a prevenção, mitigação e aumento da resiliência frente a desastres inerentes às questões hídricas.

Resolução nº 155, de 09 de junho de 2014. Aprova novos valores para os Preços Unitários Básicos (PUBs) da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

Moção nº 65, de 09 de junho de 2014. Recomenda ao Ministério da Saúde que no processo de revisão da Portaria GM/MS nº 2.914/2011 sejam adequadas as redações dos artigos 12 e 16 da Portaria MS nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011, de modo a torná-los compatíveis com a Política Nacional de Recursos Hídricos

No tema da cooperação internacional, o MMA exerceu atividades relativas à Coordenação Nacional do Programa dos Aquíferos Transfronteiriços da América (ISARM-América) e ao Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata – PMarco, no âmbito do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC-Plata), órgão executivo do Sistema da Bacia do Prata, integrado por Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a elaboração de 6 Planos Estaduais de Recursos Hídricos**

  Análise Situacional da Meta

  Para o apoio e acompanhamento da elaboração e revisão dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs), o MMA lançou mão dos seguintes mecanismos: i) contratação direta via Programa Interáguas (GO e PA); ii) contrato de repasse com o FNMA/MMA (AM, MA, RS e RO) e iii) apoio técnico e acompanhamento junto ao Estado desde a fase de elaboração dos Termos de Referência.

  Atualmente, o MMA está apoiando a elaboração dos PERHs AM, GO, MA, PA e RO. Quanto ao RS, o anteprojeto de lei do PERH/RS foi aprovado no Conselho Estadual de Recursos Hídricos e encaminhado ao legislativo estadual, conforme previsto na Lei Estadual n.º 10.350, de 30 de dezembro de 1994. Dessa forma, foi alcançado o total previsto no PPA 2012-2015 de 6 Estados apoiados.

  A elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) segue, basicamente, as seguintes etapas: i) Elaboração das base metodológicas; ii) Elaboração do Diagnóstico dos Recursos Hídricos do Estado; iii) Elaboração do Prognóstico e dos Cenários Futuros; iv) Elaboração das Diretrizes e Metas; v) Elaboração do documento consolidado e sumário executivo do PERH. Além disso, a elaboração dos PERHs envolve consultas públicas e o acompanhamento contínuo dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

  A seguir, algumas informações sobre a etapa em que se encontram cada um dos projetos:

•PERH/GO – entrega prevista para maio de 2015. Execução via contratação direta do MMA, no âmbito do Programa Interáguas. Concluída a terceira das cinco etapas de elaboração do PERH, correspondente ao Prognóstico e Cenários de Recursos Hídricos do Estado.

•PERH/MA – entrega prevista para dezembro de 2015. Execução pelo Estado via contrato de repasse FNMA (aditado até fev/2016). Fase de finalização da primeira das quatro etapas: Bases Metodológicas para a Elaboração do PERH/MA.

•PERH/RO – entrega prevista para 2016. Execução pelo Estado via contrato de repasse FNMA (aditado até fev/2016). Lançada no Estado a Concorrência Pública 033/2014, em 27/06/14. Em razão de mandado de segurança impetrado contra a forma do Edital, a Procuradoria Geral do Estado recomendou a realização de novo processo licitatório. A nova previsão de contratação é até jun/2015.

•PERH/AM – entrega prevista para 2016. Execução pelo Estado via contrato de repasse FNMA, com vigência até dez/2015. Elaborado o Termo de Referência para a contratação de consultoria especializada. A previsão de lançamento da licitação no Estado é no primeiro semestre de 2015.

•PERH/PA – entrega prevista para 2017. Execução via contratação direta do MMA, no âmbito do Programa Interáguas/Banco Mundial. Termo de Referência encaminhado ao BM para a não objeção. A previsão de lançamento da licitação é de junho de 2015.

•PERH/RS – entregue em março de 2014. Execução pelo Estado via convênio FNMA, iniciado em 2004. Aprovada a Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos nº 141, de 21/03/14, que institui o PERH/RS e encaminhada minuta de anteprojeto de lei à Assembleia Legislativa do Estado, conforme previsto na legislação estadual.

Cabe destacar que o MMA incluiu com meta no seu Planejamento Estratégico contribuir para o alcance da cobertura de 100% do território nacional com PERHs até 2017. Atualmente, restam 8 Estados sem PERHs: AM, AP, ES, GO, MA, PA, RO e SC. Em 2014, com a conclusão dos PERHs do RS e RJ, houve uma progressão de 3,8% da meta em relação ao ano anterior e o território coberto passou de 49% para 52,8%. A previsão de progressão da meta para os anos seguintes é para 2015, a conclusão da elaboração dos PERHs de GO e do MA, com alcance de 60,7%; para 2016, a conclusão da elaboração dos PERHs AM e RO, correpondendo a 82% da meta e, finalmente, em 2017, estão previstas as finalizações dos PERHs AP, ES, PA e SC, alcançando 100% do território nacional coberto com PERHs. Em relação à revisão dos PERHs existentes, em 2014 o MMA recebeu a demanda dos Estados MS e PB, que está em análise pela equipe técnica.

Para a execução desta ação, faz-se necessário o estreito acompanhamento do MMA, por meio de ações de supervisão técnica e reuniões de orientação, em especial no caso das licitações em andamento nos Estados. Até o momento, já foram realizadas as seguintes visitas/reuniões de supervisão e orientação por Estado: MA (3), AM (1), RO (1), PA (2), GO (6) mais o acompanhamento das consultas públicas, RS (1). Em dezembro de 2014 foi realizada, ainda, a Reunião Técnica sobre o Apoio aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, com a participação dos Estados de GO, MA, RO e PA, que estão com os projetos em andamento. Também participaram representantes do MMA, da ANA, do Programa Interáguas e do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

26/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	2	unidade	3	26/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	1	unidade	1	30/06/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1	unidade	0	26/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sul	2	unidade	1	26/12/2014

- **Implantar o Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (SIGEOR/PNRH)**

Análise Situacional da Meta

A concepção, implantação e manutenção do SIGEOR/PNRH é também uma meta no Planejamento Estratégico do MMA. A entrega associada a esta meta é o Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados do PNRH (SIGEOR/PNRH) operando com todas as funcionalidades previstas e atualizadas. Para o desenvolvimento do SIGEOR/PNRH, está em andamento contratação de consultorias especializadas, via Programa Interáguas, para avaliação da implementação do PNRH no período de 2006-2014 e a proposição de recomendações para a sua segunda revisão e de indicadores de desempenho para o seu monitoramento e avaliação contínuos. Também está previsto o desenvolvimento e a implantação de sistema informatizado para apoio ao monitoramento do PNRH. As entregas previstas constituem ferramentas que auxiliarão no monitoramento e avaliação contínuos do PNRH, conferindo maior transparência à implementação do Plano e visibilidade aos resultados alcançados.

Em 2014, o MMA também coordenou a elaboração do Informe sobre a Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015, com a colaboração da ANA e da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CTPNH/CNRH). O Informe teve como objetivo atualizar os Conselheiros do CNRH sobre a situação da implementação do PNRH e oferecer insumos para orientar a elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs) do Governo Federal e dos Estados para 2016-2019 e também para realização da segunda revisão do PNRH, prevista para 2015. O Informe constitui importante instrumento do SIGEOR, oferecendo um panorama da implementação do PNRH e conferindo maior transparência à implementação do Plano e visibilidade aos resultados alcançados

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

26/12/2014

- **Qualificar 30.000 pessoas para participarem do processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos**

Análise Situacional da Meta

Em 2013 o MMA apoiou a realização do III Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental e Gestão de Águas e I Encontro de Educação Ambiental e Gestão de Águas da Bacia do Rio Doce, na cidade de Ouro Preto-MG, de 26 a 29 de agosto. Ao todo, os encontros envolveram a participação de em torno de 250 pessoas, de 17 Estados da Federação.

Em 2013, foi realizada a 8ª edição do curso sobre Planificación y Gestión de Recursos Hídricos, coordenado pelo MMA, no âmbito do Programa de Formação da Conferência de Diretores Iberoamericanos de Águas (CODIA). O curso é dirigido aos países da Iberoamérica e tem como público alvo técnicos e profissionais das instituições que integram a CODIA, profissionais de outras instituições públicas com atribuições em matéria de águas, professores universitários e estudantes de disciplinas relacionadas ao campo de gestão de recursos naturais e manejo de águas. O curso aconteceu em Brasília-DF, envolvendo 25 participantes de 10 países da América Latina.

Está em andamento o processo de construção participativa do PERH/GO, que envolve oficinas de trabalho, consultas públicas e seminários com a participação dos servidores dos órgãos gestores estaduais, membros dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e outros atores locais. Para a elaboração do PERH/GO, até o momento, foram realizadas reuniões prévias de mobilização em 43 municípios de Goiás, envolvendo em torno de 550 pessoas, além de 18 consultas públicas, nas etapas de Diagnóstico dos Recursos Hídricos do Estado, do Prognóstico e Cenários do PERH/GO e de proposição das Diretrizes, Programas e Metas. As consultas públicas envolveram em torno de 850 pessoas.

Em consonância com as diretrizes e prioridades do PNRH, assim como em atendimento a demandas e compromissos assumidos no III Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental, o MMA está desenvolvendo curso em modalidade de Educação a Distância (EaD) sobre Educação Ambiental e Gestão de Águas, dirigido a atores do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

A ANA também desenvolve diversas ações formativas para a capacitação de pessoas para atuarem no processo de formulação e implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Em 2012 foram realizados: 113 turmas de 49 cursos diferentes, totalizando 7.308 pessoas capacitadas, sendo 6 mil em cursos de EaD. Em 2013, foram realizadas 177 turmas de 57 cursos, totalizando 12.534 pessoas capacitadas. Em 2014 foram capacitadas 22.317 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. De 2012 até o momento, portanto, foram capacitadas mais de 42 mil pessoas, considerando as modalidades presencial, semipresencial e à distância. Para 2015 serão oferecidas mais de 10 mil vagas em cursos à distância e 600 vagas em cursos semipresenciais e presenciais. Os cursos são destinados a órgãos gestores de recursos hídricos, comitês de bacias da União e dos Estados, bem como aos usuários e a sociedade em geral.

Cabe esclarecer que a atuação da ANA em relação à capacitação também é contabilizada na meta vinculada ao Objetivo 0662 do Programa 2026, de capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos sobre gestão integrada dos recursos hídricos. Portanto, são duas metas do MMA, alocadas nos Objetivos 0646 e 0662 do Programa 2026 do PPA que convergem para o mesmo foco.

Quantidade alcançada

33.675

Data de Referência

26/12/2014

OBJETIVO: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Até o momento destacaram-se como principais avanços na implementação dos instrumentos de regulação e gestão dos recursos hídricos:

-Ampliação do universo de usuários de recursos hídricos regularizados totalizando 11.303. Observa-se que o processo está em aprimoramento e automação, o que pode acelerar os procedimentos e elevar a média anual de usuários regularizados. A fiscalização da ANA atua com foco em bacias prioritárias selecionadas a partir da sua criticidade (em termos de balanço hídrico quali-quantitativo), representatividade de seus usuários (em termos de grandeza de vazões outorgadas), dentre outros critérios. Em 2012 foram realizadas 37 campanhas de fiscalização. Em 2013, em decorrência da situação de escassez hídrica no semiárido, foram realizadas 60 campanhas de fiscalização, que ocorreram de forma articulada com os estados e o DNOCS. Essas ações da ANA, órgãos gestores estaduais e DNOCS têm como objetivo a regularização dos usuários e o estabelecimento de regras de usos da água em situação de seca. Em 2014 foram realizadas 64 campanhas de fiscalização de uso de recursos hídricos e 20 campanhas de campo para fiscalizar barragens quanto à segurança, totalizando 84 campanhas no referido exercício.

Em 2014, a arrecadação com a cobrança pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União ultrapassou o montante de R$ 65 milhões. Os recursos retornam integralmente para as bacias em que foram arrecadados e são destinados a ações de conservação e recuperação de seus corpos d'água, de acordo com as prioridades e metas estabelecidas pelos respectivos comitês de bacia.

A implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas bacias dos rios Verde Grande (Região Hidrográfica do São Francisco) e rio Paranaíba (Região Hidrográfica do Paraná) está em processo de implementação e seu andamento depende da atuação dos próprios Comitês de Bacia. Encontra-se em fase final de elaboração o estudo para implementar a cobrança na Bacia do rio Grande (Região Hidrográfica do Paraná). Foi também realizada estimativa do potencial de arrecadação com a cobrança na bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu, que foi incorporada ao plano de bacia em elaboração.

-Construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e disponibilização dos mapas de todos os estados brasileiros, com

diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. Está disponível para download no website da ANA (www.ana.gov.br). Além disso, até o momento, 25 Salas de Situação para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos encontram-se em operação (AC, AL, AM, AP, BA, CE, MA, MG, MT, MS, TO, GO, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SP, PR e SE). As Salas de Situação vêm sendo implantadas nos estados por meio de Acordos de Cooperação Técnica entre a Agência e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. As ações da ANA relativas ao Atlas de Vulnerabilidade a Inundações e às Salas de Situação Estaduais integram o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais, que constitui um esforço de diferentes instituições do governo federal para proteger vidas, garantir a segurança das pessoas, minimizar os danos decorrentes de desastres e preservar o meio ambiente. As ações da ANA inseridas no Plano se enquadram nos eixos Mapeamento (Atlas) e Monitoramento e Alerta (Salas de Situação). Até o final de dezembro de 2014, 25 Salas de Situação para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos encontravam-se em operação, já estando todas as 27 implantadas (as salas do ES e DF deverão estar operacionais até o final do primeiro semestre de 2015).

- Localização e classificação das barragens por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume, segundo Resolução CNRH nº 143/2012, que regulamentou o art. 7º da Lei n° 12.334/2010. A perspectiva é a estruturação de um Sistema informatizado para disponibilização dessas informações na internet, com previsão de conclusão até o fim de 2015.

Modernização de 291 estações hidrometeorológicas da ANA, em 2014. De 2012 até o momento, foram modernizadas 997 estações hidrometeorológicas.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 7.643 para 10.700 o universo de usuários de recursos hídricos regularizados**

  Análise Situacional da Meta

  Os procedimentos de regularização encontram-se em fase de aprimoramento e automação, o que pode elevar a média anual de usuários regularizados. Inicialmente, foi realizada revisão que ajustou para baixo o valor total de usuários regularizados. Assim, em 2012 foram regularizados 1.003 usuários, totalizando 7.362; em 2013, 1.741 usuários foram regularizados totalizando 9.103. Em 2014 foram regularizados 2.200 usuários, ,desde 2012, 11.303 usuários. Os novos usuários cadastrados no CNARH, em 2014, totalizaram 6.000, sendo que 900 são usuários federais. A diferença existente entre usuários federais cadastrados e usuários federais regularizados ocorre em decorrência da regularização aplicar-se também a usuários já cadastrados e não necessariamente novos usuários.

  Quantidade alcançada

  11.303

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Dotar 3 bacias hidrográficas de instrumentos de gestão de recursos hídricos: plano, outorga, cobrança ou estudos de viabilidade para cobrança (somando um total de 7 bacias)**

  Análise Situacional da Meta

  A meta foi inicialmente proposta para as bacias dos rios Paranaíba, Verde Grande e Grande.

  Em 2012 foi elaborado estudo para subsidiar o Comitê de Bacia do Rio Paranaíba (RH Paraná) na implementação da cobrança naquela bacia. Esse estudo foi realizado com base na proposição de diretrizes e mecanismos para a cobrança, na simulação do potencial de arrecadação com base no Plano e dos impactos sobre os setores usuários e na avaliação sobre a sustentabilidade financeira da Agência de Bacia, tendo sido atualizado em 2013 e incorporado ao plano da bacia. No ano de 2013, foi concluído o estudo para implementar a cobrança na bacia do rio Grande, contendo estimativa do potencial de arrecadação e impacto sobre usuários característicos. Em 2014 teve início o processo de implementação da cobrança pelo Comitê da Bacia do rio Paranaíba, com instituição de grupo de trabalho para elaborar proposta de cobrança a ser encaminhada ao plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica e posteriormente ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Para 2015, está previsto que a cobrança na bacia do rio Paranaíba seguirá em

fase de implementação e a possibilidade de operacionalização da cobrança na bacia hidrográfica do rio Verde Grande, caso o Comitê venha a encaminhar proposta de cobrança ao CNRH.

Outras informações como mapas sobre a situação da operacionalização da cobrança podem ser obtidas em http://www.ana.gov.br/cobranca.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	1	31/12/2014
Região Hidrográfica São Francisco	1	unidade	0	31/12/2014

- **Elaborar o atlas de vulnerabilidade às inundações, na escala de 1:1.000.000 dos principais rios brasileiros**

Análise Situacional da Meta

A construção do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações foi finalizada e foram disponibilizados os mapas de todos os estados brasileiros, com diagnóstico da ocorrência e dos impactos das inundações graduais nos trechos dos principais rios brasileiros. O Atlas está disponível para download no website da ANA (www.ana.gov.br). O Atlas reúne informações qualificadas sobre o grau (alto, médio ou baixo) dos impactos nos trechos dos rios avaliados em todas as Unidades da Federação, podendo ser utilizado por gestores federais, estaduais e municipais para a implementação de políticas públicas de prevenção e mitigação de efeitos de eventos críticos, de uso e ocupação do solo, de planejamento de infraestrutura de controle de cheias e de medidas não estruturais (sistemas de alerta e mapeamento de riscos), para alocação mais racional de recursos públicos, além de possuir caráter informativo para a sociedade. Estão sendo realizados estudos para o corte em uma escala menor de bacias consideradas críticas para uma melhor visualização.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Estruturar o Sistema Nacional de Informações de Segurança de Barragens**

Análise Situacional da Meta

A Resolução CNRH nº 143/2012, que regulamentou o art. 7º da Lei n° 12.334/2010 classifica as barragens por categoria de risco, por dano potencial associado e pelo seu volume. Com base nessa resolução, a ANA identificou a localização das barragens e categorizou-as segundo esses critérios.

A perspectiva é a estruturação de um Sistema informatizado para disponibilização dessas informações na internet em 2015.

O Plano Anual de Fiscalização de Segurança de Barragens (PAFSB) para 2014 priorizou a fiscalização do cumprimento da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e dos normativos de segurança de barragens emitidos pela ANA em decorrência da Lei nº 12.334/2010, em especial, a Resolução ANA nº 742, de 17 de outubro de 2011, referente à inspeção regular de segurança de barragem e a resolução ANA nº 091/2012, de 02 de abril de 2012, referente ao Plano de Segurança e à Revisão Periódica de Segurança de Barragem. No âmbito do cumprimento da Lei nº 9.433/97, também foi objeto de fiscalização a situação de regularização das barragens quanto ao uso regular de recursos hídricos, por meio da outorga do barramento.

Em cumprimento ao PAFSB 2014, foram realizadas fiscalizações em 27 barragens distribuídas em todas as regiões do Brasil. As barragens foram priorizadas considerando o nível de perigo informado pelo empreendedor (normal, atenção, alerta e emergência). Com as vistorias realizadas no período de 2013 a 2014, foram vistoriadas todas as 52 barragens com indicativo de nível de perigo de atenção, alerta ou emergência.

Além das campanhas previstas no PAFSB/2014 foram executadas 4 campanhas extras em 6 barragens, para atendimento a solicitações de outras áreas, acompanhamento das ações decorrentes de processos fiscalizatórios ou por

necessidade de acompanhamento de inspeção realizada por especialista externo. Ao todo foram realizadas 20 campanhas de fiscalização, sendo que 14 dessas estavam previstas no PAF 2014.

Em 2014, a ANA também deu especial atenção à análise dos normativos internos referente aos procedimentos da atividade de fiscalização visando a sua adequação às ações de fiscalização de segurança de barragens

- **Implantar sistemas estaduais de Monitoramento Hidrológico**

Análise Situacional da Meta

As Salas de Situação Estaduais apoiadas pela ANA e integradas à própria Sala da Agência, funcionam como centros de gestão de situações críticas, onde estão presentes o órgão gestor de recursos hídricos, instituto de meteorologia e Defesa Civil Estadual, e buscam identificar ocorrências e permitir a adoção antecipada de medidas mitigadoras dos efeitos de secas e inundações. As Salas de Situação vêm sendo implantadas nos estados por meio de Acordos de Cooperação Técnica entre a Agência e os órgãos gestores estaduais de recursos hídricos. Até o final de dezembro de 2014, 25 Salas de Situação para acompanhamento de eventos hidrológicos críticos encontravam-se em operação, já estando todas as 27 implantadas (as salas do ES e DF deverão estar operacionais até o final do primeiro semestre de 2015).

Em 2014 foram visitadas 15 salas de situação estaduais (AL, AC, RO, MS, RS, SC, MT, GO, BA, RR, RJ, PE, SP, MG e PR)onde foram levantadas as necessidades de capacitação e suporte técnico para o perfeito funcionamento das mesmas.

- **Modernizar 990 estações da Rede Hidrometeorológica Nacional**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, foram modernizadas 291 estações hidrometeorológicas. De 2012 até o momento, foram modernizadas 997 estações hidrometeorológicas.

Quantidade alcançada

997

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Amazônica	236	unidade	185	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Leste	60	unidade	44	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental	35	unidade	44	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	34	unidade	85	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	105	unidade	94	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sul	65	unidade	86	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraguai	110	unidade	53	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraná	80	unidade	115	31/12/2014
Região Hidrográfica Parnaíba	35	unidade	30	31/12/2014
Região Hidrográfica São Francisco	81	unidade	74	31/12/2014
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	81	unidade	125	31/12/2014
Região Hidrográfica Uruguai	68	unidade	62	31/12/2014

OBJETIVO: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Nos anos de 2012, 2013 e 2014, foram empreendidas as seguintes ações para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos:

Em 2012 a ANA desenvolveu diversas ações formativas para a capacitação de pessoas para atuarem no processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Nesse ano foram realizados: 49 cursos diferentes com 113 turmas. No total, foram capacitadas 7.308 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Em 2013, foram formadas 60 turmas de capacitação. Foram capacitadas 2.800 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Em 2014 foram capacitadas 22.317 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União e diversos Comitês de Bacia Estaduais, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Foram 16.829 pessoas aprovadas em cursos totalmente a distância sem tutoria, 4.765 pessoas aprovadas em cursos a distância com tutoria e 723 pessoas aprovadas em cursos presenciais ou semipresenciais. De 2012 até o momento foram capacitadas mais de 32,4 mil pessoas.

- Acompanhamento pela ANA de nove comitês interestaduais: Paraíba do Sul; Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PCJ, já implantados desde 2011; São Francisco; Doce; Paranaíba; Verde Grande; Piancó-Piranhas-Açu; Paranapanema e Grande. Sendo que desses 08 encontram-se em funcionamento com Comitê instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo resoluções pertinentes às suas atribuições. O Comitê da bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu, foi implantado em 2009, porém, encontra-se atualmente em processo de elaboração de proposta para um novo arranjo institucional.

- Adesão de 25 Estados (AL, PB, RN, PI, SE, MA, AC, RO, AM, TO, PA, MT, MS, GO, RJ, PR, SC, RS, TO, MG, BA, ES, AP, RR, CE e PE) ao Progestão (programa que foi desenhado em 2013 para materializar uma parte do Pacto Nacional de Gestão das Águas) e manifestação de Carta de Interesse de 2 Estados (DF, SP). Desses 25 Estados, 20 pactuaram metas para estruturar a gestão e já receberam 750 mil reais cada um. O restante dos Estados está em processo de negociação para pactuarem as metas, celebrarem os contratos e receberem os recursos.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 100% dos órgãos gestores estaduais e comitês de bacias de rios de domínio da União com cursos em gestão integrada de recursos hídricos**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012 a ANA desenvolveu diversas ações formativas para a capacitação de pessoas para atuarem no processo de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Em 2012 foram realizados: 113 turmas de 49 cursos diferentes. No total foram capacitadas 7.308 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Em 2013 foram realizadas 60 turmas de capacitação. Foram capacitadas 2.800 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Em 2014 foram capacitadas 22.317 pessoas, entre participantes dos 9 Comitês de Bacias de rios de domínio da União e diversos Comitês de Bacia Estaduais, órgãos estaduais e usuários de todos os estados da federação. Foram 16.829 pessoas aprovadas em cursos totalmente a distância sem tutoria, 4.765 pessoas aprovadas em cursos a distância com tutoria e 723 pessoas aprovadas em cursos presenciais ou semipresenciais. Tratam-se de 60 cursos distribuídos em diversos temas: Hidrologia/ Hidrometria, Qualidade da Água, Planejamento e gestão de Recursos Hídricos, Educação e Participação Social na Gestão de Recursos Hídricos, Segurança de Barragens, Geoprocessamento e sensoriamento remoto. De 2012 até o momento foram capacitadas mais de 32,4 mil pessoas.

  Quantidade alcançada

  100

Data de Referência

31/12/2014

- **Consolidar o funcionamento de 5 Comitês em bacias de rios de domínio da União**

Análise Situacional da Meta

A apuração da meta se refere ao Comitê instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações pertinentes às suas atribuições. A situação atual encontra-se da seguinte forma:

-O comitê da Bacia do Rio São Francisco está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link: http://cbhsaofrancisco.org.br/

- O comitê da Bacia do Rio Doce está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link: http://www.cbhdoce.org.br/

- O comitê da Bacia do Rio Paranaíba está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link: http://cbhparanaiba.org.br/

- O comitê da Bacia do Rio Verde Grande está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link: http://www.verdegrande.cbh.gov.br/

- O comitê da Bacia do Rio Grande está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link: http://www.grande.cbh.gov.br/

- O comitê da Bacia do Rio Paranapanema está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link: http://paranapanema.org/

-O Comitê da bacia do rio Piranhas-Açu está instalado, reunindo-se periodicamente e emitindo deliberações, conforme link http://www.cbhpiancopiranhasacu.org.br/site/. Atualmente encontra-se em processo de elaboração de proposta de novo arranjo institucional.

-Na bacia do rio Uruguai: ao longo de 2014 não foram observados avanços significativos para atendimento dos requisitos visando a criação daquele comitê, mas ocorreram trâmites da minuta de Acordo de Cooperação no âmbito dos dois governos estaduais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, visando adequação aos normativos de ambos os estados.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	1	unidade	0	31/12/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	1	unidade	1	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraná	2	unidade	3	31/12/2014
Região Hidrográfica São Francisco	1	unidade	2	31/12/2014

- **Pactuar metas de gestão e de condições de entrega de água entre rios de diferentes dominialidades com 5 Estados da federação**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, dando continuidade aos esforços de articulação com os estados da Federação para fortalecer a gestão integrada dos recursos hídricos no país, os quais resultaram na assinatura da Carta de Brasília em 13 de dezembro de 2011, por 24 Estados (AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES, GO, SP, SC, RN, RO, RS, RJ, PI, PB, PA, MT, MS, MG, MA, SE e TO), a ANA elaborou os documentos-base do Pacto Nacional pela Gestão das Águas que apresentam seus aspectos conceituais e sua estratégia de implementação. O Pacto se configura como uma extensa estratégia de cooperação federativa para o fortalecimento dos Sistemas e Órgãos Estaduais, visando a maior integração no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.

Tendo em vista as negociações com Estados, a Agência priorizará inicialmente a pactuação de metas de gestão para que os Estados se estruturem e se preparem para futuramente alcançarem as condições de entrega de água entre rios de

diferentes dominialidades. A contrapartida financeira da ANA ainda esta sendo formatada, mas deve compreender a criação de um Fundo, junto a um agente financeiro, baseado no pagamento por resultados, com a previsão de repasse anual de um montante de R$ 20 milhões para o Programa (média de R$ 750 mil por Estado). Progestão é o programa que foi desenhado em 2013 para materializar uma parte do Pacto Nacional de Gestão das Águas. Nesse Programa, a partir da adesão dos Estados por meio da publicação de um decreto ao pacto, o Estado indica o interlocutor sobre recursos hídricos (Secretaria de Recursos Hídricos, etc). A partir disso, a ANA inicia em conjunto com o Estado um processo de negociação das metas (relativas a cadastro, outorga, servidores, monitoramento hidrológico, etc), que são pactuadas e submetidas a apreciação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Caso sejam aprovadas as metas, os Estados celebram um contrato com a ANA formalizando as metas e os valores a serem repassados para execução dessas metas.

Em 2013, 18 Estados (AL, PB, RN, PI, SE, MA, AC, TO, RO, AM, PA, MT, MS, GO, RJ, PR, SC e RS) aderiram ao Progestão. Desses 18 Estados, 16 pactuaram metas para estruturar a gestão e já receberam 750 mil reais cada um. Os demais Estados estão em processo de negociação para pactuarem as metas, celebrarem os contratos e receberem os recursos.

A pactuação de metas de gestão entre Estados e União depende de um arranjo interfederativo que vem sendo construído gradativamente. Dessa forma, a articulação com os Estados se dará nos moldes previstos no Progestão, desenhado em 2013.

Em 2014, os estados de MG, BA, ES, AP, RR, CE e PE aderiram ao Progestão. Ao todo 25 estados já aderiram ao Progestão e estão sendo realizados esforços para a pactuação por parte do Estado de São Paulo.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0663 - Instituir instrumentos de apoio técnico e institucional para promover a integração do Planejamento e da gestão dos recursos hídricos com a formulação e implementação das Políticas, Planos e Programas dos principais setores relacionados com vistas a assegurar os usos múltiplos de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, destacaram-se os seguintes avanços para subsidiar a articulação de políticas públicas e setores usuários:

- Desenvolvimento de estudos para subsidiar a definição de áreas de restrição de uso dos recursos hídricos em bacias hidrográficas prioritárias.

- Desenvolvimento das "Contas Econômicas Ambientais da Água do Brasil", utilizando os coeficientes tecnicos de uso de recursos hídricos na indústria e irrigação.

- O Atlas de despoluição de bacias hidrográficas que está contratado e em execução com previsão de conclusão para o segundo semestre de 2015. O escopo do Atlas de Despoluição, iniciado em fevereiro de 2014, consiste na análise dos sistemas de esgotamento sanitário de todas as sedes municipais do País e a proposição de ações e obras de coleta e tratamento de esgotos, com foco na proteção dos recursos hídricos, no seu uso sustentável para diluição de efluentes e na racionalização dos investimentos. Já o estudo de Bacias Críticas (Modelagem Quantitativa e Qualitativa de Trechos de Rio em Bacias Hidrográficas Consideradas Críticas) trata do refinamento das informações de balanço hídrico em áreas selecionadas de forma a subsidiar as ações de gestão de recursos hídricos, a ser concluído em 2015

- O Plano Nacional de Segurança Hídrica que foi licitado e está na fase de assinatura do contrato para o início do trabalho que terá previsão de conclusão para o segundo semestre de 2015. O Plano Nacional de Segurança Hídrica, iniciado em setembro de 2014, é resultado de parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a ANA e tem como escopo

a definição das principais intervenções estruturantes do País (Barragens, Sistemas Adutores, Canais e Eixos de Integração), de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para: i) garantir a oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas e ii) reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e cheias), para o horizonte de 2035. Os primeiros resultados do estudo serão apresentados no primeiro semestre de 2015. Já os produtos finais estão previstos para setembro de 2016.

Os planos de recursos hídricos mais recentemente elaborados ou em revisão pela ANA têm procurado considerar os impactos da mudança do clima sobre os recursos hídricos. Os planos da margem direita do Amazonas, do Paranaíba e do Paranapanem consideraram essa forçante em sua elaboração, introduzindo-a nos cenários prospectivos (usualmente no mais crítico). Além disso, a ANA é uma das coordenadoras dos trabalhos da Rede Água no âmbito da elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, tendo concluído, em 2014, a elaboração de documento contendo subsídios técnicos à citada rede, para sua contribuição ao Plano.

Metas 2012-2015

- **Definir áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, em 5 bacias hidrográficas prioritárias**

  Análise Situacional da Meta

  O MMA está desenvolvendo estudo que visa orientar os usos dos recursos hídricos na bacia hidrográfica dos rios Tapajós e Juruena (Região Hidrográfica Amazônica). Os resultados dessa ação poderão ser utilizados como subsídio à definição de áreas sujeitas à restrição de uso, com vistas à proteção dos recursos hídricos, no âmbito do planejamento de recursos hídricos.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Desenvolver coeficientes técnicos de uso da água para 3 setores usuários (indústria, irrigação e saneamento)**

  Análise Situacional da Meta

  Uma das iniciativas de elaboração desse tipo de estudo no Brasil foi o desenvolvimento de uma Matriz de Coeficientes Técnicos em parceria firmada entre o Ministério do Meio Ambiente, a Fundação Banco do Brasil e a Fundação de Apoio à Universidade Federal de Viçosa. Os estudos, que englobaram as atividades industriais e de agricultura irrigada, foram finalizados em 2011. Outra atividade que também objetiva explicitar as demandas de água bruta pelos setores da economia é o desenvolvimento das Contas Econômicas Ambientais da Água, por meio de metodologia definida pela Divisão de Estatística das Nações Unidas. No Brasil essa atividade foi iniciada com a publicação da Portaria Interministerial no. 236, de maio de 2012, que cria o Comitê das Contas Econômicas Ambientais da Água, envolvendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Agência Nacional de Águas e a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do MMA, objetivando explicitar, de forma coerente com o Sistema de Contas Nacionais, as relações entre água e economia. Ambas iniciativas fazem parte da implementação do Subprograma I.1 – “Estudos estratégicos sobre o contexto macro-econômico global e inserção geopolítica da GIRH no contexto sul-americano” e contribuem para a implementação do Subprograma V.I do Plano Nacional de Recursos Hídricos. No âmbito do desenvolvimento das Contas Econômicas Ambientais da Água em 2013 foram realizadas diversas reuniões, cursos de capacitação e seminário regional sobre contas econômicas ambientais promovido pelo IBGE e DENU. Também, a convite das Nações Unidas, o IBGE e ANA participaram de reuniões do Grupo de Especialistas sobre Abordagens de Instrumentos e Modelagem para Realização de Contas Experimentais de Ecossistemas e do Grupo de Especialistas sobre as Diretrizes para a Compilação das Contas e Estatísticas da Água. O Grupo Executivo das Contas Econômicas Ambientais da Água no Brasil dedicou-se às atividades de coleta e organização de dados sobre estoques de águas continentais, fluxos de entrada e saída de água no território e ativos de recursos hídricos, além de dedicar-se às estimativas de fluxos do meio ambiente para a economia, como por exemplo o consumo de água na indústria, irrigação e saneamento. Um dos resultados dessa atividade foi a consolidação da primeira versão da Tabela Simplificada de

Dados 2000-2012 a partir das estimativas de estoques e fluxos de recursos hídricos. No âmbito do desenvolvimento das Contas Econômicas Ambientais da Água em 2014 foi realizado o Curso de Contas Nacionais aplicado às Contas Econômicas Ambientais com ênfase em recursos hídricos, organizado no âmbito da parceria MMA, ANA e IBGE, que contou com a presença de servidores da ANA, IBAMA, Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da Republica, Ministério do Meio Ambiente e Serviço Florestal Brasileiro. Foi realizado também o Seminário Internacional sobre Contas Econômicas Ambientais da Água, em novembro de 2014, organizado pelo MMA e CEPAL, com o objetivo de compartilhamento de experiências internacionais no desenvolvimento das contas da água e como seus resultados podem subsidiar políticas públicas e monitorar a implementação dos futuros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Grupo Executivo das Contas continua desenvolvendo as atividades de coleta e organização de dados sobre estoques e fluxos de recursos hídricos, atualização da Tabela Simplificada de Dados, além de ter se dedicado ao Questionário 2013 de Estatísticas Ambientais, demandado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

No âmbito da ANA foi licitado e contratado “Estudos de estimativa de demandas e usos consuntivos de água, contemplando a definição de metodologias, a construção de base de dados e a produção, atualização, armazenamento e disponibilização de resultados das estimativas de demandas e usos consuntivos da água ao longo do tempo", incluindo entre outros as demandas de água pela indústria, irrigação e saneamento.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver o detalhamento de 2 programas previstos em planos de bacia para apoiar sua implementação e orientar as políticas públicas relacionadas aos recursos hídricos**

Análise Situacional da Meta

O processo licitatório que envolve as atividades relacionadas à elaboração do Atlas de despoluição de bacias hidrográficas foi concluído e o contrato assinado no primeiro semestre de 2014; as atividades previstas encontram-se em execução com os primeiros resultados esperados para o primeiro semestre de 2015. No primeiro semestre de 2014 foi realizada a licitação para elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica, resultado da parceria firmada entre o Ministério da Integração Nacional e a Agência Nacional de Águas e que tem como objetivo geral a definição das principais intervenções de natureza estratégica e relevância regional, necessárias para garantir a oferta de água para abastecimento humano e redução de riscos associados a eventos críticos (secas e cheias). Já os produtos finais estão previstos para setembro de 2016.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

A revitalização implementada pelo Governo Federal consiste em promover e fortalecer um conjunto de ações integradas de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebidas e executadas de forma articulada e participativa.

No período de 2012-2014, dentre as principais avanços alcançados pelo Objetivo em prol da revitalização de bacias hidrográficas, destacam-se a continuidade dos projetos prioritários do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, como projetos de manejo integrado de microbacias que contemplam intervenções destinadas à

conservação da água e do solo na região do Alto São Francisco; implementação das atividades dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas – CRAD, na região do Alto São Francisco, em parceria com a Universidade Federal de Lavras e do Baixo São Francisco, com a Universidade Federal de Alagoas e a Universidade Federal do Vale do São Francisco, que visam implantar e difundir modelos demonstrativos de restauração de ambientes florestais na bacia do São Francisco; e realização de Operações de Fiscalizações Preventivas Integradas – FPI, com vistas a promover a recuperação dessa bacia e estimular práticas que reparem e previnam danos ambientais.

Em 2013, concluiu-se o Projeto Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio Uberabinha, visando à melhoria da qualidade e quantidade de água dos mananciais que abastecem o município de Uberlândia em Minas Gerais, executado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e o Projeto de Revitalização de microbacia urbana no município de São João de Meriti/RJ com a recuperação de 7,1 hectares no Parque Natural Municipal Jardim Jurema, por intermédio do plantio de cerca de 15.000 espécies nativas do bioma Mata Atlântica e atividades de educação ambiental e mobilização social.

Com o objetivo de desenvolver ações de revitalização do Parque Ambiental Chico Mendes no município de Rio Branco/Acre, em 2014, foi firmado convênio entre o Ministério do Meio Ambiente e o município de Rio Branco, no qual estão previstas obras de recuperação da infraestrutura do Parque e atividades de educação ambiental.

Na Região Hidrográfica do Alto Paraguai destacam-se a execução do projeto de recuperação das nascentes e mobilização para conservação dos recursos hídricos do Pantanal Matogrossense, em parceria com a Universidade Estadual do Mato Grosso; ações de recuperação e conservação ambiental na microbacia hidrográfica das nascentes do rio Aquidauana, localizada no município de São Gabriel do Oeste/MS, por intermédio da recuperação de 18 km de matas ciliares; o terraceamento de 1.200 hectares, a adequação de 6 km de estradas rurais, a estabilização de processos erosivos e o plantio de 11.000 mudas de espécies florestais nativas.

Além disso, foram concluídas ações de revitalização no perímetro urbano do município de Anastácio– MS, nas margens do rio Aquidauana, por meio do cercamento de Áreas de Preservação Permanente, do reflorestamento concomitantemente com ações de educação ambiental. Como principais resultados se destacam o isolamento de 3.000 metros de APP no perímetro urbano; plantio de 20.000 mudas de espécies florestais nativas; população local conscientizada e informada por meio da realização de reuniões e da distribuição de cartilhas informativas; melhoria das condições ambientais; e recuperação ambiental de 3 Km de mata ciliar ao longo do rio Aquidauana.

Em 2014, formalizada parceria com o Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul – IMASUL para apoio ao projeto “Capacitação para o desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do rio Taquari”, com o objetivo de capacitar e envolver a população residente nos municípios pertencentes à bacia hidrográfica do rio Taquari em processos que busquem novas formas de conduta voltadas à preservação e conservação dos recursos naturais.

Na Região Hidrográfica do Tocantins Araguaia a continuidade de apoio ao projeto de recuperação de Ipucas (fragmentos florestais naturais sazonalmente alagados) na planície do Araguaia no Estado do Tocantins, com o objetivo de recuperar áreas degradadas, devido às atividades de expansão agrícola nos municípios de Formoso do Araguaia e Lagoa da Confusão, por intermédio do reflorestamento por meio de introdução de espécies nativas e regeneração natural, visando sua reabilitação, manejo e conservação.

Com relação às ações de recuperação e controle de processos erosivos executadas pela Codevasf, incluídas no PAC-2 (2011-2014), foram aplicados recursos para a recuperação e controle de processos erosivos em diversos municípios nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Maranhão, Pernambuco, Sergipe e Piauí, abrangidos pelas Bacias do São Francisco e do Parnaíba.

Em referência à conservação e recuperação de solos, matas ciliares e áreas de nascentes, em 2014, foram recuperados e conservados 3.033 ha, totalizando, desde 2012 6.633 ha. O principal legado desses projetos é a função de influenciar o resto da bacia em práticas conservacionistas de solo e água. Ressalta-se que o resultado é parcial, pois há muitos projetos em fase de consolidação que ainda não foram finalizados.

No que diz respeito à despoluição das bacias hidrográficas, em 2014, foi certificada a remoção de 8.935 ton de DBO, o que corresponde a remoção média de 24.478 Kg de DBO/dia. As remoções de DBO foram certificadas nos Contratos das

Estações de Tratamento de Esgoto: Dornelas, Betim Central, Conchas, Padilha Sul, Guarema e Predeira. No período de 2012 até agora, uma remoção média anual de 21.425,62Kg de DBO/dia.

Metas 2012-2015

- **Conservar e recuperar 6000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram desenvolvidas atividades de recuperação e conservação do solo, matas ciliares e nascentes nas seguintes localidades e proporções: Votuporanga – SP 320ha, Apucarana – SP 360ha, Extrema – MG 145ha, SAAE/Viçosa – MG 100 60, Cedro do Abaeté – MG 130 60, BH Guariroba – MS 253 75, BH Pipiripau – DF 245 31, 1.553 226. A implementação da ação se deu pouco acima do programado, atingindo 1.779 ha de áreas recuperadas e conservadas. No exercício de 2013 foram implementados parcialmente projetos contratados no exercício, e concluídos projetos contratados no exercício anterior, totalizando 1.645 ha, sendo 521 ha em recuperação e conservação de solo e água, inclusive readequação de estradas vicinais, e 1124ha em recuperação de cobertura vegetal em áreas de preservação permanente (nascentes, topos de morro, reserva legal, mata ciliar, APP). Estes resultados referem-se a 17 projetos em implementação no exercício. Em 2014 foram recuperados e conservados 3.033 ha. De 2012 até o momento foram recuperados e conservados um total de 6.633 ha. O principal legado desses projetos é a função de influenciar o resto da bacia em práticas conservacionistas de solo e água. Ressalta-se que o resultado é parcial, pois há muitos projetos em fase de consolidação que ainda não foram finalizados. Está prevista a implantação de 1.500 ha no exercício de 2015 em conservação de solo e água, recuperação de cobertura vegetal em áreas de preservação permanente e readequação de entradas vicinais

  Quantidade alcançada

  6.633

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias críticas em 28.000 Kg DBO/Dia - média anual**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, a carga removida pelos empreendimentos do PRODES obteve a média de remoção de 29.798,01 Kg de DBO/dia. Após revisão por parte da área técnica responsável, no período de janeiro a dezembro de 2013 foram abatidos e certificada a remoção de 7.610,82 ton de DBO, o que corresponde a remoção média de 20.851,56 Kg de DBO/dia (para os 365 dias de 2013).

  A remoção no ano de 2014 teve média anual de remoção de 24.478,38 kg DBO/Dia – que correspondem à remoção total de 8.935 ton de DBO no ano, totalizando desde 2012 75.127,95 Kg de DBO/dia, o que corresponde a uma média anual de 25.042,65 Kg de DBO/dia

  As remoções de DBO foram certificadas nos Contratos das ETEs:

  -ETE Dornelas, município de Muriaé/MG, Departamento Municipal de Saneamento Urbano - DEMSUR

  - ETE Betim Central, município de Betim - MG, Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA

  - ETE Conchas, município de Conchas, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

  - ETE Padilha Sul, município de Curitiba, Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR

  - ETE Guararema, município de Guararema – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

  - ETE Pedreira, município de Pedreira – SP, Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE.

  - ETE Hortolândia, município de Hortolândia – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

  - ETE Bragança Paulista, município de Bragança Paulista – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

  - ETE Capim Fino, município de Piracicaba – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo –

SABESP

- ETE Cachoeira Paulista, município de Cachoeira Paulista – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

- ETE Parateí, município de Guarema – SP, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP.

Quantidade alcançada

25.042,65

Data de Referência

31/12/2014

- **Revitalizar 60 sub-bacias hidrográficas**

Análise Situacional da Meta

Foram apoiados com transferência de recursos projetos para revitalização em 10 sub-bacias na Região Hidrográfica do Rio São Francisco, sendo 4 sub-bacias na região do Alto São Francisco, 4 sub-bacias no Médio São Francisco, 1 no Submédio São Francisco e 1 no Baixo São Francisco.

Na Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste, destaca-se o projeto realizado no município de São João de Meriti para recuperar a sub-bacia de 7,1 ha, por intermédio do plantio de cerca de 15.000 espécies nativas do bioma Mata Atlântica e atividades de educação ambiental e mobilização social.

Na região hidrográfica do Paraguai foram apoiados projetos em 3 sub-bacias com a continuidade das ações de recuperação e conservação ambiental na microbacia hidrográfica das nascentes do rio Aquidauana em Mato Grosso de Sul; o projeto de recuperação das nascentes e mobilização para conservação dos recursos hídricos do pantanal matogrossense, na sub-bacia do Rio Paraguai, no Estado de Mato Grosso e capacitação para o desenvolvimento sustentável na bacia hidrográfica do rio Taquari.

Na Região Hidrográfica do Tocantins Araguaia a continuidade de apoio ao projeto de recuperação de Ipucas (fragmentos florestais naturais sazonalmente alagados) na planície do Araguaia no Estado do Tocantins.

Foram apoiados 2 Projetos: “Conservação e Revitalização da sub-bacia do rio Uberabinha”, visando a melhoria da qualidade e quantidade de água dos mananciais que abastecem o município de Uberlândia em Minas Gerais; e “Revitalização do Parque Ambiental Chico Mendes” no município de Rio Branco/Acre, que prevê obras de recuperação da infraestrutura do Parque e atividades de educação ambiental.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	15	unidade	2	31/07/2014
Região Hidrográfica Atlântico Sudeste	6	unidade	1	31/12/2014
Região Hidrográfica Paraguai	9	unidade	3	30/12/2014
Região Hidrográfica São Francisco	24	unidade	10	01/12/2014
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	6	unidade	1	30/07/2014

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Consumo de pescado pelo mercado institucional	tonelada	31/12/2010	4.060,85	31/12/2014	3.179
Consumo de pescado por alunos da rede pública	kg/indivíduo/ano	31/12/2010	0,18	31/12/2011	0,6
Consumo interno de pescado per capita	kg/hab/ano	31/12/2009	9,03	31/12/2013	10,77
Número de projetos de pesquisa em desenvolvimento financiados pelo MPA	unidade	31/12/2010	93	31/12/2014	96
Número de registros da pesca artesanal no RGP	unidade	31/12/2010	938.478	31/12/2014	1.015.771
Número de registros da pesca industrial no RGP	unidade	31/12/2010	7.545	31/12/2014	9.822
Percentual da produção nacional composta por recursos sobreexplotados ou ameaçados de sobreexplotação	%	31/12/2009	40	31/12/2014	30
Percentual de pescadores analfabetos inscritos no RGP	unidade	31/12/2010	6,29	31/12/2014	5,9
Percentual de pescadores inscritos no RGP sem casa própria	%	31/12/2010	53,39	-	-
Percentual do número de espécies sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexplotação	%	31/12/2009	23	-	-
Produção da Aquicultura	tonelada	31/12/2009	415.649	31/12/2013	480.809
Produção da pesca	tonelada	31/12/2009	825.164	31/12/2013	765.286,7
Resultado da Balança Comercial de Pescado em Valor	US$			31/12/2014	-1.326.269.090
Resultado da Balança Comercial de Pescados em Volume	tonelada			31/12/2014	-376.649
Valor exportado	US$	31/12/2010	199.374.163	31/12/2014	234.356.242
Volume exportado	tonelada	31/12/2010	28.454,02	31/12/2014	34.931

Observações:

Consumo de pescado por alunos da rede pública - Indicador não apurado em 2014

Percentual de pescadores inscritos no RGP sem casa própria - Indicador não apurado em 2014

Produção da Aquicultura - Dados da aquicultura na Pesquisa Pecuária Municipal - PPM do ano de 2013, divulgados em 12/2014. Não apurado em 2014.

Produção da pesca - Dados referentes ao ano de 2013. Fonte: GTT MPA/IBGE. Não apurado em 2014.

OBJETIVO: 0567 - Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplotados

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

O estímulo à produção aquícola e pesqueira realizado por meio das metas deste Objetivo busca o efetivo aumento da

produção, firmado nos pilares da sustentabilidade, desenvolvimento econômico e inclusão social.

As águas públicas de domínio da União podem ser acessadas por demandas espontâneas (áreas aquícolas) ou por meio da política de parques aquícolas do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). O aproveitamento das águas da União por meio de parques aquícolas, sejam continentais ou marinhos, depende de uma sequência de ações que inclui a realização de estudos de zoneamento dos ambientes e ordenamento da atividade, demarcação de parques aquícolas, implantação e regularização dos parques.

No período de execução do PPA2012-2015 foram concluídos estudos para demarcação de parques aquícolas marinhos em 7 Estados costeiros (PA, MA, CE, RN, SC, SE e PR). Destes, em 2014, 5 foram regularizados (PA, MA, SC, PR, SE), com 43 parques licenciados. Nos estados de Santa Catarina e Paraná foram implantados 25 parques aquícolas marinhos, sendo 23 em Santa Catarina e 2 no Paraná. Para o ano de 2015 estão disponíveis para o processo seletivo público 20 parques aquícolas marinhos, sendo 3 no Pará, 4 no Maranhão, 8 em Sergipe, 3 no Paraná e 2 em Santa Catarina.

Em relação aos parques aquícolas continentais, no período de execução do PPA 2012-2015, foram realizados estudos e zoneamentos em 44 reservatórios. Sendo: 7 no Centro-Oeste, 8 no Nordeste, 7 no Norte, 10 no e 12 no Sul, que possibilitaram a regularização de parques aquícolas em 11 reservatórios em 2014, sendo que 10 reservatórios possuem parques aquícolas implantados. Foram regularizados 11 reservatórios em 2014: Manso (MT), Serra da Mesa (GO), Cana Brava (GO) e Ilha Solteita (MS); Castanhão (CE); Lajeado (TO) e Tucuruí (PA); Ilha Solteira (MG), Três Marias (MG) e Furnas (MG); Itaipu (PR). Dentre estes, os reservatórios que possuem parques aquícolas são:

Região Centro-Oeste: Cana Brava (GO), Manso (MT), Serra da Mesa (GO) e Ilha solteira (MS);Região Nordeste: Castanhão (CE);Região Norte:Lajeado (TO) e Tucuruí (PA);Região Sudeste:Três Marias (MG) e Furnas (MG).

Região Sul: Itaipu (PR).

As metas relacionadas com a assistência técnica e a extensão aquícola e pesqueira estão sendo trabalhadas por meio dos chamamentos públicos. Em 2014 foram atendidas cerca de 5.000 famílias. Também foram celebrados convênios com 4 entidades estaduais de extensão rural (MG, PE, ES e AM), que possibilitaram o atendimento de mais 350 famílias em de 2014.

A capacitação de técnicos das instituições públicas de assistência técnica estaduais e municipais mostra-se como estratégia relevante na perspectiva de difusão dos conhecimentos técnicos disponíveis ao público do MPA. Por meio de termos de cooperação e convênios com governos estaduais e municipais, foi possível a capacitação de 140 técnicos em 2014. Tiveram continuidade em 2014 as ações decorrentes do acordo de cooperação celebrado entre o MPA, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para o atendimento de pescadores artesanais no Plano Brasil Sem Miséria. Destaca-se, ainda, a capacitação de 25 técnicos da instituição Bahia Pesca que irão atuar no Território da Cidadania Sertão do São Francisco, na Bahia, no atendimento de 2.500 famílias.

A capacitação de pescadores e aquicultores promove o uso de ferramentas que otimizam a produção e reduzem os desperdícios de matérias primas.

Em parceria com o Ministério da Educação (MEC), foram ofertadas 12.589 vagas para qualificação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). O MPA está envidando esforços para a divulgação dos cursos e realização das pré-matrículas de pescadores e aquicultores nos cursos ofertados por este programa.

Fruto do acordo com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi celebrado um convênio com o Serviço Social da Indústria (SESI), por meio do seu Departamento Regional de Goiás, para a capacitação teórica e prática de manipuladores de alimentos de escolas públicas e filantrópicas (merendeiras) em sete unidades da federação (AM, PA, BA, CE, DF, SP e SC). Está prevista, ao final do projeto, a capacitação de cerca de 3.080 manipuladores de alimentos.

Na área de associativismo e cooperativismo, foi celebrado Termo de Cooperação entre o MPA e o Ministério do Trabalho e Emprego que possibilitará o atendimento a pescadores e aquicultores por meio de 3 projetos regionais de apoio ao cooperativismo e à economia solidária.

Para apoiar o desenvolvimento sustentável da pesca, o MPA investe em projetos de agregação de peixes, como as bóias

atratoras no Estado do Ceará, um projeto desenvolvido com pescadores artesanais que viabilizou a instalação de 120 atratores artificiais no período de execução do PPA 2012-2015.

Em apoio à renovação da frota pesqueira brasileira, que data da década de 70, estão em andamento alguns projetos firmados com universidades para pesquisa de novos modelos de embarcações para a pesca artesanal e renovação das frotas artesanais e industriais. Tais projetos servirão como modelo para os Programas Revitaliza e Profrota Pesqueira. O MPA apoia cerca de 8 projetos demonstrativos na atividade de pesca, que vão desde a elaboração de protótipos de barcos de pesca artesanal, zoneamento pesqueiro, diagnóstico da cadeia produtiva pesqueira, aquisição de embarcações, projeto de capacitação de pescadores, pesquisa para qualificação de pescadores artesanais para a pesca oceânica de atuns, afins e grandes demersais. Além disso, o MPA vem trabalhando no ordenamento da pesca amadora e no conhecimento da abrangência de seus impactos, sejam econômicos, sociais ou ambientais, como ferramenta importante para o desenvolvimento sustentável da atividade.

Quanto à comercialização, o MPA vem atuando em diferentes frentes para desenvolver o consumo de pescado, por meio de ações de promoção, como o apoio a feiras e competições de pesca amadora e a realização da Semana do Peixe.

As ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são importantes para garantir a venda da produção de pescado oriundo da pesca artesanal e da aquicultura familiar de comunidades tradicionais onde o consumo é inferior à produção, garantindo um preço de venda compatível com os custos de produção.

Em 2014, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados da aquicultura obtidos na Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) realizada no ano anterior, fruto de parceria entre as instituições. A inclusão da aquicultura na metodologia PPM exigiu um esforço de levantamento de cadastros e de fontes de informação, treinamento e revisão de questionários, além de visitas técnicas para capacitação da equipe de planejamento, viagens de supervisão de coleta de dados e apoio de técnicos estaduais do MPA. Estas ações estão contempladas no acordo e visam a padronização da coleta e a adequada tratativa dos dados.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a inserção do pescado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) passando das atuais 5 mil ton para 20 mil ton**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, o total das vendas de pescado para o PAA, no período de janeiro a setembro de 2014, foi de 2.767 toneladas, nas três modalidades (PAA CONAB, PAA Estadual e Termo de Adesão).

  Quantidade alcançada

  2.767

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Apoiar 06 unidades de ensino e escolas profissionalizantes atuantes em pesca e aquicultura**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, não houve execução física para esta meta, permanecendo o mesmo quantitativo indicado no final de 2013, de três projetos já viabilizados.

  Quantidade alcançada

  3

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	3	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	2	31/12/2014

- **Apoiar e desenvolver 9 eventos de promoção do pescado brasileiro no âmbito nacional e internacional**

Análise Situacional da Meta

De 06 a 08 de maio de 2014, o Pavilhão Brasileiro esteve na XXII Seafood Expo Global 2014, realizada em Bruxelas na Bélgica, abrigando 13 empresas brasileiras exportadoras de pescado.

No período de 1º a 14 de setembro ocorreu a XI Semana do Peixe, principal evento de incentivo ao consumo de pescado, de abrangência nacional. Além disso, o MPA apoiou o VI Festival Internacional do Camarão da Costa Negra e o VI Workshop Gastronômico, que ocorreram no período de 14 a 16 de novembro de 2014, no município de Acarajú, no Ceará. Assim, desde o início do PPA foram realizados 11 eventos.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender 116.500 mil famílias pela extensão pesqueira e aquícola**

Análise Situacional da Meta

No período de 2012 a 2014 foram atendidas 27.622 mil famílias (2012: 9.822; 2013: 4.529; e 2014: 13.271). Vale ressaltar que a maioria dos contratos celebrados em 2014 somente foram efetivados no último trimestre e que diversos convênios celebrados pelo MPA em 2013, somente tiveram repasse da primeira parcela no segundo semestre de 2014, devendo a execução desses contratos ser realizada em 2015 com consequente melhoria na execução da meta em 2015.

Quantidade alcançada

27.622

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender 30 polos de produção com assessoria para inserção do pescado no mercado institucional**

Análise Situacional da Meta

Os pólos da produção que receberam KIT Despoupadeira encontram-se nos seguintes estados DF, SP, MG, ES, SC, RS, TO, MA, CE e MS. Em outros 7 pólos (PA,DF,SC,CE,AM,SP,BA) foram realizados eventos de capacitação para inserção do pescado no mercado institucional.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

19/12/2014

- **Atender 3.500 famílias com assistência técnica e extensão rural diferenciada com recursos de fomento não reembolsáeis de R$ 2.400,00 - Plano Brasil sem Miséria**

Análise Situacional da Meta

O processo de contratação da entidade responsável pela prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no Território da Cidadania Transamazônica (PA) foi concluído em julho/2014. Em agosto realizou-se a capacitação dos técnicos da entidade contratada. As atividades deste contrato (que prevê o atendimento de 1.000 famílias) tiveram início em outubro de 2014. O contrato com a Bahia Pesca (para atendimento de 2.500 famílias de pescadores artesanais em extrema pobreza no Território Sertão do São Francisco) segue em execução, sendo que a meta relativa ao mesmo já foi contabilizada.

Quantidade alcançada

3.500

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 12.750 trabalhadores da pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

A quantidade de trabalhadores da cadeia produtiva da pesca e aquicultura capacitados no ano de 2014 inclui os beneficiados por meio de convênios e por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC Pesca e Aquicultura.

Quantidade alcançada

28.923

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 2.500 merendeiras em manipulação e preparo de pescado**

Análise Situacional da Meta

Até o final de junho de 2014 as ações do convênio com o SESI/GO para a capacitação de merendeiras para o desenvolvimento de receitas regionais à base de pescado, contemplando 07 unidades federativas (AM, PA, BA, CE, DF, SP e SC), teve as suas ações de planejamento concluídas em 2014, As capacitações deverão iniciar no primeiro semestre de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 5.000 pescadores artesanais em informática básica**

Análise Situacional da Meta

O MPA lançou edital de chamamento público para a formalização de convênio para a realização de capacitação de pescadores e aquicultores em informática básica, contudo, a única proponente não conseguiu habilitar- se. O MPA viabilizará parcerias com a Universidade do Estado da Bahia e a Universidade Federal do Pará, que possuem grande capilaridade e expertise na modalidade educação à distância, voltada para telecentros, pois ambas são polos de formação do Programa Telecentros BR. A previsão de conclusão do acordo é para o primeiro semestre de 2015, com a oferta dos cursos de capacitação em informática básica nos Telecentros Pesca Maré ainda no ano de 2015 para cerca de 1000 alunos. A intenção é elaborar turmas piloto por região (considerando as peculiaridades de cada região).

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Demarcar parques aquícolas continentais em 39 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

Para demarcação de parques aquícolas, são selecionadas áreas definidas a partir de uma análise integrada que considera diversos critérios, a saber: a avaliação das comunidades locais lindeiras, as condições locais meteorológicas e hidrográficas, a batimetria da área, o índice trófico e os parâmetros químicos da água e, ainda, as condições de acesso e a disponibilidade de área em terra para instalação de infraestrutura de apoio. Foram demarcados 210 parques aquícolas em 44 reservatórios. Não foram demarcados parques em 2014. Nos anos de 2012 e 2013 o MPA trabalhou para demarcar os reservatórios que foram definidos como prioritários na elaboração do PPA 2012-2015, como a meta foi cumprida até o final do ano de 2013, em 2014 os esforços foram concentrados nas fases subsequentes do programa de implantação de parques aquícolas, como a legalização e a licitação das áreas. Para 2015 o objetivo é continuar implantando os parques aquícolas, principalmente licitando as áreas regularizadas no ano de 2014 e que não puderam ser licitadas em cumprimento da lei eleitoral.

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

12/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	6	19/12/2014
Região Nordeste	6	unidade	8	19/12/2014
Região Norte	6	unidade	3	19/12/2014
Região Sudeste	13	unidade	17	19/12/2014
Região Sul	10	unidade	10	19/12/2014

- **Demarcar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros**

Análise Situacional da Meta

Em 2012 e 2013, foram demarcados parques aquícolas marinhos em 6 estados litorâneos (Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraná), configurando um total de 60 parques nestes estados. Na região Norte foram demarcados 16 parques no estado do Pará, enquanto que na região Nordeste foram demarcados 34 parques (4 parques no Maranhão, 12 no Ceará, 10 parques no Rio Grande do Norte e 8 em Sergipe). Na região Sul, demarcaram-se 10 parques aquícolas marinhos no Paraná, sendo que 2 estão regularizados e 8 em fase final de regularização, aguardando o licenciamento ambiental. No Espírito Santo, estão sendo realizados estudos por meio de convênio com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), com vistas à demarcação de parques aquícolas. Não foram demarcados parques em 2014. Para o ano de 2015 estão regularizados e disponíveis para processo seletivo público 20 parques aquícolas marinhos, sendo 3 no Pará, 4 no Maranhão, 8 em Sergipe, 3 no Paraná e 2 em Santa Catarina.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	unidade	4	19/12/2014
Região Norte	1	unidade	1	19/12/2014
Região Sul	2	unidade	1	27/12/2013

- **Financiar 100 projetos de pesquisa, no âmbito do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (P,D&I e TT) em Pesca e Aquicultura (CBPA) – Plano Safra da Pesca e Aquicultura**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Consórcio, destaca-se que foram retomadas as tratativas junto à Embrapa para consolidação e operacionalização do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia em Pesca e Aquicultura (CBPA). Está em negociação o apoio a um projeto estruturante, com foco no desenvolvimento de pacotes tecnológicos de espécies aquícolas, o qual, possivelmente, dará início às atividades do referido Consórcio. O apoio a projetos poderá se dar, também, por meio de editais e/ou encomendas.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Financiar 12.500 embarcações no âmbito do Programa Revitaliza (pesca artesanal)**

Análise Situacional da Meta

No âmbito do Programa Revitaliza, com o objetivo de atender aos pequenos produtores e pescadores artesanais tanto para aquisição de novas embarcações quanto para a reforma de barcos, foram emitidas, em 2012/2013, 2.186 anuências para o financiamento de projetos de embarcações artesanais pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF). Em 2014 foram emitidas 1.293 anuências, totalizando 3.749 até o momento desde o início do PPA 2012-2015. De posse da anuência, o interessado se dirigirá aos agentes financeiros e solicitará o crédito, cabendo a estes a análise financeira para sua aprovação. Até o momento não é possível aferir a quantidade de anuências que realmente obtiveram financiamento.

O MPA está promovendo a sensibilização junto às instituições financeiras para que alterem seus sistemas de modo a poderem informar o número de financiamentos concedidos no âmbito do revitaliza e para que divulguem junto ao público alvo esta linha de crédito.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Financiar 200 projetos de pesquisa básica e aplicada (em áreas não cobertas pelo CTPA), infraestrutura laboratorial, formação de recursos humanos especializados (com ênfase para bolsas de pós-graduação stricto sensu) e ações de cooperação com universidades e centros de pesquisa internacionais**

Análise Situacional da Meta

Foi viabilizado o apoio ao projeto: "Construção de barco de pesca com sistema de propulsão Híbrida com uso de fonte de energia renovável" com a Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Ao final de 2014 foi formalizado o Termo de Execução Descentralizada em apoio ao projeto: “Rede Nacional de Identificação Molecular do Pescado (RENIMP) - 2º Etapa: Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I) no “Centro Nacional de Identificação Molecular de Pescado (Cenimp)”.

Para 2015 está previsto o lançamento de um edital de Chamada Pública Conjunta MPA/CNPq, visando a seleção de propostas para a criação e/ou estruturação de redes de pesquisa e tecnologia em pesca e aquicultura. Prevê-se, também, o apoio ao projeto para a realização de ações de pesquisa e desenvolvimento de boas práticas para o transporte e processamento do caranguejo-uçá.

Adicionalmente, estão sendo realizadas tratativas junto à Fundação Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará (NUTEC) e CNPq, a fim de formalizar no primeiro semestre de 2015, parceria para apoio ao projeto de pesquisa com utilização das vísceras do pescado, para produção de biodiesel, em atenção a uma das ações previstas no âmbito do Memorando de Entendimentos com a Petrobrás Biocombustíveis.

Quantidade alcançada

96

Data de Referência

31/12/2014

- **Financiar 20 embarcações no âmbito do Programa Profrota Pesqueira**

Análise Situacional da Meta

O Programa Profrota Pesqueira necessita de ajuste na sua legislação para a continuidade das atividades. Nesse sentido, uma minuta de Decreto foi elaborado pelo MPA, com as considerações do Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Integração. Posteriormente, serão realizadas articulações com os demais membros do Grupo Gestor do Profrota Pesqueira e posterior envio a Casa Civil para homologação. Além da Edição do Decreto, será necessário revisar a "Portaria Conjunta" n° 01/2006 do MF e MPA; e regulamentar o Programa, principalmente, no que se refere aos critérios para concessão do financiamento. Assim, o financiamento das embarcações propriamente dito deverá ocorrer ao longo do próximo PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 02 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Foram implantados pela Codevasf o Centro de Referência em Aquicultura e Recursos Pesqueiros do Vale do Parnaíba (CERAQUA-PHB) da Bacia do Rio Parnaíba no Piauí e o Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Três Marias (MG).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	2	unidade	2	12/02/2015

- **Implantar 05 Estações de Piscicultura**

Análise Situacional da Meta

Duas estações de piscicultura serão implantadas pela Codevasf e as outras três deverão ser implantadas pelo Dnocs.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 50 polos de ensino a distância de pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

A implantação de polos de ensino a distância foi substituída por uma parceria entre o MPA e o Ministério da Educação (MEC) no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Assim, os pescadores e aquicultores que seriam atendidos pelos polos de ensino a distância com cursos de capacitação profissional e de formação técnica serão atendidos pelo Pronatec.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar e manutenir 31 unidades demonstrativas de aquicultura em tanques-rede, tanques escavados e canais de irrigação**

Análise Situacional da Meta

Esta é uma ação contínua da Codevasf, que mantém unidades demonstrativas nos Estados da Bahia, Piauí, Pernambuco, e Alagoas, e em Minas Gerais. Os recursos desta ação são destinados a atividades de manutenção e operação de unidades de capacitação em piscicultura em tanques-rede e viveiros escavados e de capacitação de pequenos produtores. A implementação de unidades demonstrativas e produtivas de criação de peixes é uma ação extremamente importante para o desenvolvimento da aquicultura brasileira, pois promove a capacitação de pequenos produtores, proporcionando uma alternativa de fonte de renda a essas pessoas.

Quantidade alcançada

31

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	30	unidade	30	12/02/2015
Região Sudeste	1	unidade	1	12/02/2015

- **Implantar parques aquícolas continentais em 21 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

Foram implantados 107 parques aquícolas em 10 reservatórios: Região Centro-Oeste: Cana Brava (GO), Manso (MT),

Serra da Mesa (GO) e Ilha solteira (MS); Região Nordeste: Castanhão (CE); Região Norte: Lajeado (TO) e Tucuruí (PA);Região Sudeste:Três Marias (MG) e Furnas (MG). Região Sul: Itaipu (PR). Não foram implantados parques aquícolas em 2014 porque não há possibilidade legal de ceder bens da União em ano eleitoral.

Quantidade alcançada

10

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	19/12/2014
Região Nordeste	3	unidade	1	19/12/2014
Região Norte	2	unidade	2	19/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	2	19/12/2014
Região Sul	8	unidade	1	19/12/2014

- **Implantar parques aquícolas marinhos em 7 Estados Costeiros**

Análise Situacional da Meta

Estão sendo implantados parques aquícolas marinhos em 7 estados litorâneos.

Em Santa Catarina foram implantados 25 parques aquícolas marinhos e ainda serão implantados outros 5 parques aquícolas que aguardam a anuência da SPU para entrega das áreas e posterior implantação.

No Paraná existem 2 parques já implantados e regularizados aguardando processo seletivo público e 8 parques em fase final de regularização junto ao órgão estadual de meio ambiente.

Nas regiões Norte e Nordeste serão implantados 50 parques aquícolas (16 no Pará, 4 no Maranhão, 12 no Ceará, 10 no Rio Grande do Norte e 8 no Sergipe).

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	unidade	0	19/12/2014
Região Norte	1	unidade	0	19/12/2014
Região Sudeste	1	unidade	0	19/12/2014
Região Sul	1	unidade	2	19/12/2014

- **Instalar 140 Dispositivos de Agregação de Peixes (boias atratoras)**

Análise Situacional da Meta

Desde o início do PPA já foram instalados 120 dispositivos de agregação de peixes no estado do Ceará, nas cidades de Itarema e Icapuí. Foi celebrado termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Ceará (UFC) para a realização de um estudo prévio para instalação de mais 20 boias atratoras na costa do Estado. A UFC está em fase de elaboração do relatório final do projeto.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

31/12/2014

- **Modernizar 06 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura**

Análise Situacional da Meta

A Codevasf opera e mantém 2 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura no Estado de Minas Gerais,

nos municípios de Três Marias e Nova Porteirinha e 5 Centros Integrados na Região Nordeste: Guanambi/BA, Xique-Xique/Ba, Petrolina/PE, Neópolis/SE e Porto Real do Colégio/AL, além de 1 Centro de Referência em Aquicultura e Pesca – Ceraqua em Parnaíba/PI.

No momento estão sendo priorizados a manutenção e operação dos Centros Integrados, sendo que a modernização deverá ser realizada ao logo do próximo PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	unidade	1	12/02/2015
Região Sudeste	2	unidade	2	12/02/2015

- **Operar e manter 21 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura, Estações de Piscicultura e Centros de Pesquisa em Aquicultura"**

Análise Situacional da Meta

Estão em operação na região Sudeste 2 Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura: o de Três Marias/MG e o de Nova Porteirinha/MG. Na região nordeste, estão em operação 5 Centros, nos municípios de Guanambi e Xique-Xique/BA, Petrolina/PE, Neópolis/SE, Porto Real do Colégio/AL e o Centro de Referencia do Vale do Parnaíba (CERAQUA-PHB) no município do Parnaíba/PI.

Quantidade alcançada

7

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	19	unidade	5	12/02/2015
Região Sudeste	2	unidade	2	12/02/2015

- **Promover 3 estudos e prospecção de mercado para o levantamento de informações técnicas, econômicas e mercadológicas sobre a cadeia produtiva de pescado**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado um estudo sobre o mercado institucional da Alimentação Escolar, denominado "Mapeamento Nacional sobre a Inserção de Pescado na Alimentação Escolar", com a disponibilização do questionário em formato eletrônico, para o preenchimento de todas as Secretarias de Educação, obtendo um total de 1.884 respostas, sendo: 1.831 municipais, 51 Estaduais e 2 Federais. Esse Mapeamento foi o alicerce para muitas das ações que se seguiram para a inserção do pescado na Alimentação Escolar, visto que, a partir dele foi possível traçar estratégias que facilitassem a inclusão do pescado nas escolas públicas brasileiras. Além disso, foi realizado um estudo de mercado em áreas com potencial para expansão de comercialização do pescado produzido pela pesca e aquicultura, visando o levantamento de informações socioeconômicas das principais cidades da fronteira agrícola.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificar 750 técnicos extensionistas em pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

De 2012 a 2014 foram qualificados 478 técnicos em extensão pesqueira e aquícola por meio de convênios e termos de cooperação com empresas estaduais de extensão rural e com a Embrapa Pesca e Aquicultura. Em 2014 foi, ainda celebrado um convênio com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar de Mato Grosso (SEDRAF/MT), o qual tem como uma de suas metas a capacitação de profissionais da extensão rural pública, que deve

ser iniciada em 2015.
Quantidade alcançada

478
Data de Referência

31/12/2014

- **Qualificar 750 técnicos, pescadores e aquicultores em metodologia para elaboração de plano de negócios e gestão de empreendimentos**

Análise Situacional da Meta

Foi solicitada a exclusão desta meta, tendo em vista que a mesma não será implementada no atual PPA, tendo em vista a priorização de outras atividades.

Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 28 projetos demonstrativos para a idealização de protótipos de embarcações pesqueiras para a readequação e diversificação da frota de acordo com a área de atuação e a modalidade de pesca**

Análise Situacional da Meta

Foi firmado termo de cooperação com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) para construção de uma embarcação de pesquisa para a região Norte, cuja entrega está prevista para junho de 2015.

Foi firmado termo de cooperação com a Universidade Federal do Ceará para a construção de uma embarcação de pesquisa, com entrega prevista para o primeiro semestre de 2015, a embarcação denominada "Argo Equatorial" já se encontra com 95% concluída.

Foi firmado, ainda, termo de descentralização de recursos do MPA com a UFRA para construção de 4 (quatro) protótipos de embarcações de pesca artesanal, com previsão de entrega para junho de 2015.

Em 2014 foi firmado projeto com o Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC para construção de uma embarcação do tipo catamarã no projeto denominado Barco Escola que servirá no apoio as aulas práticas para os pescadores formados pelo Instituto.

Em 2014 foram firmados Termos de Execução Descentralizada com a Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE e com a Universidade Federal do Pará para projetos demonstrativos para criação de dispositivos de exclusão de arrasto - DEFA para as frotas de camarões no nordeste/norte brasileiros. Estes projetos compõe a contrapartida à FAO para o financiamento de projetos de apoio a pesca artesanal no Brasil.

Quantidade alcançada

0
Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 5 estudos de impacto sócio-econômico e ambiental nas atividades da pesca amadora**

Análise Situacional da Meta

A formalização de três instrumentos de repasses voluntários aos estados de Alagoas, Pará e Santa Catarina para a realização dos estudos sobre o impacto socioeconômico da pesca amadora está prevista para 2015. Está em análise a possibilidade de contratar produtos específicos, via cooperação internacional, para elaboração de diagnósticos em diversas localidades, apontando assim, gargalos, e demais empecilhos para o desenvolvimento da atividade de pesca amadora nas diversas regiões do país.
Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 14 Estados costeiros**

Análise Situacional da Meta

Os estudos para o zoneamento e ordenamento da atividade aquícola previsto para 14 estados costeiros foram realizados no Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e Paraná, por meio dos estudos para demarcação dos parques aquícolas marinhos. Ainda, por meio do convênio nº 014/2012, estão sendo realizados estudos para demarcação de parques aquícolas marinhos no litoral do Espírito Santo, com previsão de término em junho de 2015. Em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, os estudos não foram finalizados devido a problemas técnicos e administrativos com as empresas contratadas e conveniadas. Foi realizada a Concorrência para a contratação de estudos complementares na qual houve vencedor que deverá ser contratado no início de 2015. No mesmo sentido, em Alagoas há uma proposta de convênio em fase final de aprovação para demarcação dos parques a ser concluída até o final de 2015. Em Pernambuco e na Paraíba foi contratado um consultor pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês) para prospectar o potencial aquícola destes Estados, por meio de um levantamento prévio. Para Piauí, Amapá e Rio Grande do Sul, será lançado outro Termo de Referência visando à prospecção de parques aquícolas marinhos. Em 2014 foram contratados três consultores da FAO para prospecção de parques nos estados do PE, PB, PI, AP e RS.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	9	unidade	4	19/12/2014
Região Norte	1	unidade	1	31/12/2014
Região Sudeste	3	unidade	0	19/12/2014
Região Sul	1	unidade	1	19/12/2014

- **Realizar estudos de zoneamento e ordenamento da atividade aquícola em 42 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados estudos e zoneamentos em 36 reservatórios. No primeiro semestre de 2014 foram realizados estudos e zoneamentos em mais 3 reservatórios, totalizando 39 reservatórios. No segundo semestre de 2014 foram realizados estudos e zoneamentos em mais 5 reservatórios, totalizando 44 reservatórios.

Quantidade alcançada

44

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	6	unidade	7	19/12/2014
Região Nordeste	8	unidade	8	19/12/2014
Região Norte	6	unidade	7	19/12/2014
Região Sudeste	12	unidade	10	19/12/2014
Região Sul	10	unidade	12	19/12/2014

- **Reestruturar 9 unidades de produção de formas jovens**

Análise Situacional da Meta

Foi reestruturada uma unidade em Santarém/PA. Existe previsão de conclusão de mais 3 unidades até o final do ano de 2015: Curaçá/PA Terra Alta/PA e Uruará/PA.

Quantidade alcançada

1
Data de Referência
31/12/2014

- **Regularizar parques aquícolas em 27 reservatórios**

Análise Situacional da Meta

A regularização dos parques aquícolas (licenciamento ambiental) é uma das etapas mais complexas para consecução da política de desenvolvimento da aquicultura. Porém, após articulação com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs), foram regularizados parques aquícolas em 10 reservatórios. Outra ação que está beneficiando positivamente esta meta é a articulação junto aos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, no intuito destes aderirem à Resolução CONAMA 459/2013 (licenciamento único simplificado para parques aquícolas). Alguns estados possuem legislação própria, no entanto, as mesmas atendem à Resolução Conama nº 459/2013. São eles: Sergipe, São Paulo, Rio de Janeiro, Piauí, Paraíba, Pará, Goiás e Acre. Até o momento foram regularizados parques aquícolas em 14 reservatórios, sendo 1 no Centro-Oeste, 3 no Nordeste, 3 no sudeste e 7 no Sul

Quantidade alcançada

14
Data de Referência
31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	1	19/12/2014
Região Nordeste	5	unidade	3	19/12/2014
Região Norte	3	unidade	0	19/12/2014
Região Sudeste	5	unidade	3	19/12/2014
Região Sul	10	unidade	7	19/12/2014

- **Regularizar parques aquícolas marinhos em 6 Estados costeiros**

Análise Situacional da Meta

Os parques aquícolas marinhos nos estados do Pará, Ceará e Rio Grande do Norte estão em fase final de regularização junto às Capitania dos Portos da Marinha do Brasil, para anuência quanto ao tráfego aquaviário e segurança da navegação; junto à SPU, para emissão dos termos de entrega para cessão de uso dos parques; e aos OEMAs, para o licenciamento ambiental. Têm sido regularizados parques aquícolas marinhos em Santa Catarina, os quais já se encontram em fase de licitação/concorrência pública. Nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Pará, os parques encontram-se em fase de regularização. Em 2014 foram regularizados 25 parques em cinco estados, são eles: 8 parques em Sergipe, 5 parques no Paraná, 5 parques em Santa Catarina, 4 parques no Maranhão e 3 parques no Pará.

Quantidade alcançada

5
Data de Referência
31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	4	unidade	2	19/12/2014
Região Norte	1	unidade	1	19/12/2014
Região Sul	1	unidade	2	19/12/2014

- **Viabilizar 18 projetos regionais para assessoramento da criação e consolidação de cooperativas e associações da pesca e aquicultura**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 iniciou-se a execução de 3 projetos (SE, BA e SC), todos fruto de termo de cooperação entre Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e MPA. Além disso, foi assinado Termo de Cooperação entre o MPA e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para apoio ao associativismo e cooperativismo pesqueiro e aquícola,

do qual resultou o lançamento de chamamento público no qual foram selecionadas 6 entidades, as quais estão em fase de celebração de convênio. O início das atividades desses projetos deverá ocorrer no primeiro semestre de 2015. O valor lançado como quantidade alcançada em número de 13, corresponde ao valor acumulado até 2014. Em 2014 temos: SC,PA,MG,AC,DF,ES. E anteriormente em 2013: SC, BA, e SE e por fim em 2012 temos: Cooperativismo RS, ES, PA, e MS.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesqueira para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

A implementação de infraestruturas das cadeias produtivas da aquicultura e da pesca tem sido tratada pelo MPA levando-se em conta a estruturação das atividades em todas as regiões, em especial naquelas com maior carência de estruturas e maior potencial produtivo.

As ações de Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar no Brasil visam criar alternativas de renda para produtores rurais familiares, comunidades quilombolas, assentados da reforma agrária, comunidades tradicionais, pescadores artesanais, indígenas, dentre outros. O MPA, por meio da celebração de convênios, contratos, descentralizações e outros instrumentos, apoia estados e municípios na implementação de unidades de produção aquícola e de infraestruturas de apoio, como a construção de viveiros escavados, sendo que até 2014 foram atendidas 21.153 famílias com essa ação.

Seis terminais pesqueiros públicos estão sendo adequados a fim de obedecerem aos critérios de segurança de navegação, além de exigências do Sistema de Inspeção Federal (SIF) e Regularização Ambiental e nove terminais estão sendo implantados. Para os terminais entregues em condições de operar, o MPA está promovendo a nomeação dos membros dos Conselhos de Terminais Pesqueiros (CTP). Já foram implantados os CTPs de Manaus/AM, Camocim/CE, Cabedelo/PB e Vitória/ES.

Para organizar e incentivar a cadeia produtiva de peixes ornamentais, o MPA criou o Grupo Técnico de Trabalho GTT-Ornamentais. Esse Grupo elabora diagnósticos para apontar em quais localidades serão construídas as embarcações para apoio à atividade. A implantação ou adequação de unidades de estocagem de peixes ornamentais será objeto de chamamento público para contratação de entidades privadas da região Norte, sabidamente a maior produtora de organismos ornamentais.

O MPA apoia projetos de estruturação da cadeia produtiva pós-pesca/despesca, que inclui as fases de beneficiamento e comercialização, investindo em mercados públicos, caminhões-feira, unidades de beneficiamento e pontos de comercialização fixos. Estas iniciativas são realizadas com a colaboração de parceiros (entidades não governamentais, secretarias estaduais e prefeituras) por meio de chamamentos públicos e da publicação de editais de compra de equipamentos.

Os Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR) visam diminuir os gargalos na produção e distribuição de pescado da pesca artesanal. O Programa encontra-se em fase de reformulação, tendo em vista as necessidades de adequação de empreendimentos antigos e do desenvolvimento de novas ações de acordo com as diretrizes da política para a pesca artesanal.

Metas 2012-2015

- **Adequar 6 terminais pesqueiros públicos**

Análise Situacional da Meta

São os seguintes os TPPs planejados para serem adequados até o final de 2015: Jacundá, Niterói, Aracajú, Cananéia, Angra dos Reis e Vitória.

TPP de Jacundá (PA): Foi elaborado o projeto básico para as obras de complementação e adequações ao SIF. Em razão de inconsistências no Termo Cessão de Uso do Terreno não foi possível realizar o processo licitatório para elaboração do Projeto Executivo. A expectativa de conclusão do Projeto Executivo e das obras previstas é para o final de 2016.

TPP de Niterói (RJ): Foi celebrado um termo de cooperação com a Diretoria de Obras Civis do Comando da Marinha para elaboração do projeto executivo de dragagem, o que depende de licença ambiental prévia pelo órgão estadual de meio ambiente. A expectativa é que a licença ambiental seja expedida até abril de 2015 e que o projeto executivo seja concluído até julho de 2015 e a respectiva licitação para os serviços de dragagem ocorra ainda em 2015. A dragagem propriamente dita tem previsão de ser realizada em 2016 e possibilitará, ao seu término, o acesso dos pescadores da região ao equipamento pesqueiro.

TPP Aracajú (SE): Após o frustração da primeira licitação realizada, em virtude de as empresas participantes não possuírem mais interesse em assinar o contrato, está em curso novo processo licitatório pela Convenente para execução das obras.

TPP Angra dos Reis (RJ): Foi rescindido o contrato com a construtora responsável pela execução das obras civis da primeira etapa de implantação do terminal em virtude de ter sido condenada a estrutura recém-edificada do cais. A perspectiva de retomada da execução do empreendimento depende da apresentação de nova proposta de trabalho pela Prefeitura de Angra dos Reis.

TPP Cananéia (SP):Foi rescindido o contrato de arrendamento oneroso com a antiga administradora do terminal. A continuidade da adequação do terminal deverá ocorrer após a conclusão do distrato, a partir de 2015.

TPP Vitória (ES): o terreno encontra-se em processo judicial de reintegração de posse, porém ainda não há uma decisão definitiva.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Atender 65 territórios com equipamentos para o desenvolvimento da infraestrutura e da logística pesqueira e aquícola**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 Foram adquiridos uma Fábrica de Gelo para Santa Fé do Sul (SP) e caminhões frigoríficos para Icaraíma (PR), São Sebastião (SP) e Paulicéia (SP). Territórios atendidos desde 2012: Santa Fé do Sul/SP, Icaraíma/PR, São Sebastião/SP, Paulicéia/SP, Marcelino Ramos/RS e Alto Alegre dos Pareci/RO.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	0	31/12/2014
Região Nordeste	20	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	36	unidade	1	31/12/2014
Região Sudeste	3	unidade	3	31/12/2014
Região Sul	3	unidade	1	31/12/2014

- **Disponibilizar 3 embarcações para transporte de peixes ornamentais**

Análise Situacional da Meta

Estão em fase de elaboração, com universidades da região Norte, projetos de protótipos de embarcações para atividades referentes à cadeia produtiva dos organismos aquáticos com fins ornamentais e de aquariofilia. A finalização está prevista para o final de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 11 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR**

Análise Situacional da Meta

Existe a necessidade de avaliar tecnicamente a continuidade desta política. Após esta avaliação, será necessário adequar os empreendimentos antigos e estabelecer procedimentos (atos normativos) para a implantação dos Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), o que deverá ocorrer em 2015 e durante o próximo PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 150 cozinhas comunitárias**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi lançado edital contemplando uma proposta para entrega de uma cozinha na região Sul do Brasil.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 150 pontos comerciais fixos**

Análise Situacional da Meta

Em 2015, será verificada a disponibilidade orçamentária para o lançamento de uma chamada pública para distribuição de 50 pontos comerciais fixos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 15 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos**

Análise Situacional da Meta

O Conselho Terminal Pesqueiro de Manaus foi implantado em 2013. Pretende-se efetuar a implantação de 14 Conselhos de Terminais Pesqueiros Públicos em 2015. O principal desafio está no elevado número de órgãos e entidades previstos no Decreto nº 5321/2004 para compor os Conselhos, além da necessidade de que indiquem os seus representantes. Em 2014 foram constituídos os CTP(s) de Camocim/CE, Cabedelo/PB e Vitória/ES. O Decreto 5.231/2004 está sendo revisto, bem como a composição dos CTPs.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	6	unidade	2	31/12/2014
Região Norte	4	unidade	1	31/12/2014

Região Sudeste	4	unidade	1	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	0	31/12/2014

- **Implantar 9 terminais pesqueiros públicos**

Análise Situacional da Meta

Os TPP planejados para serem implantados até o final de 2015 são os de Niterói, Belém, Salvador, Ilhéus, Manaus, Cabedelo e Camocim. Foram entregues os TPPs de Manaus/AM, Salvador/BA e Ilhéus/BA.

TPP de Niterói encontra-se em fase de testes de seu sistema de refrigeração e ações administrativas necessárias;

TPP de Belém encontra-se com finalização prevista para fevereiro de 2015. Em 2014 foi elaboração um TR para contratação do Projeto Executivo do Cais, e em 2015 será realizada a licitação do projeto executivo do cais e posteriormente contratado o seu aparelhamento.

TPP de Salvador (BA) e Ilhéus (BA): Estes dois terminais foram entregues sendo que as obras civis e o aparelhamento foram concluídas. Será consolidada a forma de Gestão em 2015;

TPP de Manaus (AM): O TPP de Manaus foi entregue com serviços de vigilância e administração direta, mas ainda necessita de aparelhamento e adequações ás Normas do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Em 2014 foi elaborado TR para contratação de um Projeto Executivo para a realização das obras de adequação ao SIF;

TPP Cabedelo (PB): Foi celebrado um acordo de cooperação com o Comando do Exército para a reforma do terminal, que já dispõe de serviço de vigilância. O prazo para conclusão do terminal é março de 2015;

TPP Camocim (CE): Terminal em funcionamento, com serviço de mão de obra e vigilância contratado pelo MPA, necessitando de obras e serviços de engenharia, adequação ao SIF e recuperação do cais. O projeto executivo para essas obras foi elaborado e está em fase de ajustes de modo a balizar a licitação para essas obras em 2015.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	5	unidade	2	31/12/2014
Região Norte	3	unidade	1	31/12/2014
Região Sudeste	1	unidade	0	31/12/2014

- **Implantar e adequar 15 mercados públicos/pontos de comercialização**

Análise Situacional da Meta

Foram construídas as infraestruturas das Unidades de Comercialização de Pescado de Caponga, em Cascavel/CE, e da Ceasa de Brasília/DF, além de implantadas as Unidades Móveis de Comercialização pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas em Manaus/AM. Já existem convênios formalizados visando à implantação dos Mercados Públicos em Alenquer/PA, Cascavel/CE, Itajaí/SC, Jaguaruana/CE e Imperatriz/MA. Além disso, existem propostas em análise para execução em Soure/PA, Bragança/PA, João Pessoa/PB, Vigia de Nazaré/PA, Itaituba/PA, Bom Jesus da Lapa/BA, Governador Luiz Rocha/MA, com expectativa de conclusão das obras até o final de 2015.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar e adequar 15 unidades de recepção de pescado**

Análise Situacional da Meta

Está sendo implantada uma unidade na cidade do Rio de Janeiro. Foram implantados os atracadouros para atendimento às comunidades pesqueiras da Ilha do Governador instaladas nas praias de Tubiacanga e da Ribeira. Foi finalizada a

elaboração do Projeto Executivo, tendo em vista que foi obtido o licenciamento ambiental e a comprovação de dominialidade da área. A expectativa é de que a licitação das obras e construção do cais aconteça até o final de 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar e adequar 4 unidades de estocagem de peixes ornamentais**

Análise Situacional da Meta

O Grupo Técnico de Trabalho de Organismos Ornamentais (GTT Ornamentais) definiu que as ações devem ser focalizadas nos municípios de Barcelos/AM, Altamira/PA, São Félix do Xingu/PA e Santa Isabel do Rio Negro/AM. Está em execução convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Barcelos para o fomento e desenvolvimento da pesca ornamental naquele município.

Em 2014 foi formalizado Termo de Descentralização de Recursos com a Universidade federal de Santa Catarina - UFSC para o desenvolvimento de Tecnologias para a Produção de Peixes Ornamentais Marinhos no Laboratório de Peixes ornamentais e Marinho (LAPOM) visando a construção de estruturas para a criação e reprodução de peixes ornamentais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar e adequar 58 Unidades de Beneficiamento de Pescado – UBP (sendo o aparelhamento de 25 Unidades de Apoio à Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar –Uadaf)**

Análise Situacional da Meta

Foi concluído o convênio para adequação da UBP de Cássia/MG. Encontram-se em execução, as UBP dos municípios de Iracema (RR), 06 UBP no estado do Ceará, Pinhalão (PR), Bananeiras(PB), Saubara (BA), Luis Eduardo Magalhães(BA), Anhembi (SP), Seberi(RS), Presidente Castelo Branco(SC), Abelardo Luz(SC), Dois Irmãos do Buriti (MS), Dourados (MS). Espera-se que estas 16 UBPs sejam concluídas ao longo de 2015 e do próximo PPA.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar ou adequar infraestrutura aquícola (viveiros, tanques redes e tanques escavados) para atender 30.000 famílias**

Análise Situacional da Meta

Um total de 21.153 famílias foram atendidas por meio da destinação de máquinas e convênios de aquicultura familiar em várias Unidades da Federação. Ainda em 2013, por meio da Portaria nº 77/2013, foi realizada a seleção de propostas para a ação de aquisição de patrulha mecanizada, composta de uma escavadeira hidráulica e um trator de esteiras, para o fomento à aquicultura familiar no Brasil. Foram firmados convênios de diversos projetos para construção de viveiros escavados por meio de aquisição de horas-máquina e aquisição de máquinas. Do total de famílias atendidas por esta meta, 13.311 foram atendidas em 2012 e 5.693 em 2013. Em 2014 foram atendidas mais 2.149 famílias, completando assim um total de 21.153 famílias contempladas pela meta. Para 2015 e para o próximo PPA pretende-se atender mais 14.000 famílias.

Quantidade alcançada

21.153

Data de Referência

31/12/2014

- **Manter 13 Centros Integrados da Pesca Artesanal - CIPAR**

Análise Situacional da Meta

O projeto de Centros Integrados da Pesca Artesanal (CIPAR), foi concebido com o objetivo principal de integrar a cadeia produtiva da pesca nas comunidades escolhidas, por meio da interação dos diferentes elos da cadeia produtiva (beneficiamento, armazenamento e comercialização) e das diferentes formas de apoio às comunidades pesqueiras (inclusão digital, educação continuada, espaço para uso da comunidade). Mas o projeto não alcançou o objetivo pretendido devido a dificuldades de implantação das estruturas físicas e à falta de entidades aptas a gerir os empreendimentos. O MPA reavaliará tecnicamente a continuidade do Programa CIPAR.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania, à educação e à qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) busca a promoção da inclusão social, do acesso à cidadania, da educação e da qualificação profissional para os trabalhadores da pesca e da aquicultura, por meio de ações de capacitação, inclusão digital e da regularização das áreas historicamente utilizadas pelas famílias para a atividade econômica.

Sabidamente o setor pesqueiro possui um grande contingente de pescadores e trabalhadores com baixo grau de escolaridade. O MPA está trabalhando para mapear a realidade em cada região para, em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e outros órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal, oferecer cursos e realizar ações voltadas para atender este público.

A parceria entre o MPA e o MEC inclui ações de alfabetização, elevação do nível de escolaridade e capacitação profissional de pescadores e aquicultores. Dentre estas ações, destaca-se o Programa Pescando Letras, para alfabetização de pescadores profissionais e aquicultores familiares que não tiveram acesso à educação durante a idade escolar. O Programa utiliza uma metodologia própria, respeitando a cultura, a experiência e a realidade dos pescadores e aquicultores. As turmas são formadas levando em consideração a disponibilidade irregular de tempo desses trabalhadores e aproveitando os períodos de defeso/piracema. É executado por meio do Programa Brasil Alfabetizado, do MEC. Desde a sua criação, em 2003, o Pescando Letras atendeu 228.660 trabalhadores.

Outra parceria de destaque entre MPA e MEC, no âmbito da Bolsa-Formação Trabalhador do Pronatec, visa a qualificação e o acesso de pescadores e aquicultores à formação técnica e profissional. Cabe destacar que o MEC criou a modalidade Pronatec Pesca e Aquicultura, visando o público alvo do MPA, tendo atendido mais de 12.589 profissionais do setor pesqueiro e aquícola.

O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca (CONAPE) instituiu o Grupo Técnico de Trabalho Formação e Capacitação do Pescador, com o objetivo de propor ações para padronizar a matriz curricular do Ensino Profissional Marítimo para o Pescador, bem como as demais ações necessárias para a regularização da profissão dos pescadores. O grupo técnico é composto por conselheiros representantes da sociedade civil, do segmento empresarial e de pescadores e por conselheiros representantes governamentais do MEC, da Marinha do Brasil e do MPA. O grupo vem trabalhando na formatação e planejamento de um novo modelo de formação profissional do pescador, visando ampliar a rede de oferta dos cursos de habilitação, bem como atualizar e adequar os conteúdos e o fluxo de carreira às exigências internacionais sobre o tráfego e a segurança no mar, em função de acordos internacionais dos quais o país é signatário e devido ao aumento do tráfego de embarcações observado nos últimos anos.

Foram assinados acordos de cooperação técnica para capacitação de pescadores com o Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia dos Estados do Ceará (IFCE); Paraíba (IFPB); Santa Catarina (IFSC), Rio Grande do Norte (IFRN), Tocantins (IFTO) e o Instituto Federal Fluminense (IFF). Através destes acordos foram ofertadas 30 vagas no curso de Pescador Profissional Nível 1 (POP N1) pelo IFCE; 63 vagas POP N1, 60 vagas POP N2, 30 vagas Pescador Especializado (PEP) pelo IFPB; 34 vagas POP N1e 80 vagas POP N2 pelo IFSC.

Outra importante ação foi a parceria entre o MPA e o Ministério das Comunicações para a implantação do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – TELECENTROS.BR. Esses espaços, destinados a pescadores e aquicultores, dispõem de equipamentos de informática, internet, bolsa de monitoria e curso de capacitação de monitores. Para atuarem nos telecentros no auxílio aos usuários, foram selecionados 37 monitores bolsistas, em edital de seleção pública.

Foi elaborada uma minuta da portaria interministerial para a transferência ao MPA de áreas sob domínio da União com fins de cessão para comunidades pesqueiras. Essa ação tem o objetivo de promover a continuidade da atividade da pesca tradicional e do uso pelas comunidades de terras tradicionalmente ocupadas pelas famílias para o armazenamento de petrechos e embarcações. A portaria se encontra na Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG) para análise jurídica.

Metas 2012-2015

- **Alfabetizar 80.000 pescadores em todo o Brasil, em parceria com o Ministério da Educação**

  Análise Situacional da Meta

  O programa “Pescando Letras” possibilitou a alfabetização de trabalhadores da pesca e pescadores artesanais por meio de parceria entre o MPA e o MEC. Considerando o biênio 2012-2013 foram 33.553 trabalhadores alfabetizados e em 2014 foram atendidos 14.146 pescadores, a maioria nos Estados do Norte e Nordeste do Brasil, onde se localizam os maiores percentuais de pescadores não alfabetizados, totalizando 47.699 trabalhadores atendidos desde o início do PPA. As turmas do programa “Pescando Letras” são formadas levando-se em consideração a disponibilidade irregular de tempo dos trabalhadores, aproveitando-se os períodos de defeso/piracema, por meio de uma metodologia diferenciada, atendendo a especificidades da atividade. Assim, a metodologia adotada pelo programa visa, além de respeitar a cultura, a experiência e a realidade dos pescadores artesanais, utilizar-se do período de defeso para intensificar as aulas. Desde sua criação no ano de 2003, o programa “Pescando Letras” atendeu 228.660 pescadores e aquicultores.

  Entretanto cerca de 5,99% dos 938.478 pescadores artesanais inscritos no RGP ainda são analfabetos, o que representa mais de 56.000 pescadores. Os mesmos continuarão sendo sensibilizados por meio de busca ativa pelo MPA. Observa-se que a demanda tem sido maior nas regiões cujos índices de analfabetismo são maiores como o Nordeste e o Norte.

  Quantidade alcançada

  47.699

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	8.000	unidade	186	11/02/2015
Região Nordeste	32.000	unidade	36.438	11/02/2015
Região Norte	24.000	unidade	10.192	11/02/2015
Região Sudeste	8.000	unidade	380	11/02/2015
Região Sul	8.000	unidade	5,03	11/02/2015

- **Capacitar 2.000 pescadoras e aquicultoras dentro do 'Programa Mulheres Mil' do Ministério da Educação**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, foram realizadas 300 matrículas em comunidades pesqueiras no Programa Mulheres Mil. A partir de setembro de 2013 este Programa passou a ser executado no âmbito do Pronatec, tendo como demandante o Ministério

do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o qual o MPA tem buscado definir uma estratégia para viabilizar o atendimento de mulheres pescadoras. Para o próximo PPA propõe-se a realização de chamadas de ATER para mulheres.

Quantidade alcançada

300

Data de Referência

12/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	200	unidade	0	12/02/2015
Região Nordeste	800	unidade	300	12/02/2015
Região Norte	600	unidade	0	12/02/2015
Região Sudeste	200	unidade	0	12/02/2015
Região Sul	200	unidade	0	12/02/2015

- **Criar 150 pontos de leitura nos Telecentros da Pesca Maré**

Análise Situacional da Meta

A implementação da meta requer articulação com o Ministério da Cultura (MinC) para sua realização, pois a implementação dos pontos de leitura nos telecentros ocorre por editais realizados pelo MinC para parcerias com entes da federação. O MPA desenvolve articulações junto às entidades do setor pesqueiro para que se inscrevam no processo seletivo do MinC. Em 2014 não foram realizadas chamadas públicas pelo Minc.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar a escolaridade de 20.000 pescadores, em parceria com o Ministério da Educação**

Análise Situacional da Meta

Foi dada continuidade aos cursos “Técnico em Pesca” e “Técnico em Aquicultura”, fruto do Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Os cursos foram realizados em 48 telecentros da Pesca Maré, que se transformaram em polos de apoio presencial de ensino a distância para receber as aulas transmitidas via satélite, diretamente do estúdio do IFPR, e possuem carga horária total de 2.400 horas.

Considerando o biênio 2012/2013, foram beneficiados 3.067 pescadores. Em 2014 foram matriculados 319 alunos nos cursos técnicos, sendo 284 no curso Técnico em Aquicultura e 35 no curso Técnico em Recursos Pesqueiros.

O MPA e o MEC estão elaborando o Plano Nacional de Educação para a Pesca e Aquicultura com metas e ações voltadas à educação dos pescadores e aquicultores, com previsão de publicação ainda em 2015.

Encontram-se matriculados mais 6.904 alunos nos cursos de pesca, aquicultura, recursos pesqueiros e construção naval dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica. Esses cursos são ofertados por meio da Política Nacional de Formação Humana na Área de Pesca e Aquicultura do MEC.

Quantidade alcançada

3.386

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 187 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Comunicações**

Análise Situacional da Meta

O MPA faz parte do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades Telecentros - BR, promovido

pelo Ministério das Comunicações (MC). Por meio deste programa, os telecentros da Pesca Maré foram selecionados para receberem equipamentos de informática e/ou mobiliário, conexão com internet e bolsa de capacitação para monitores. Em 2012, foram instalados 18 Telecentros; em 2013 foram 35; e 2014 foram 19 totalizando 72. Também foram disponibilizados kits telecentros que possibilitarão a implantação de outros 78 telecentros para pescadores artesanais e aquicultores familiares em 2015.

Quantidade alcançada

72

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	19	unidade	3	12/02/2015
Região Nordeste	75	unidade	29	12/02/2015
Região Norte	55	unidade	13	12/02/2015
Região Sudeste	19	unidade	15	12/02/2015
Região Sul	19	unidade	12	12/02/2015

- **Regularização da transferência de áreas da União ao MPA e cessão de 15 áreas para comunidades pesqueiras**

Análise Situacional da Meta

Foi elaborada uma minuta da portaria interministerial para a transferência ao MPA de áreas sob domínio da União com fins de cessão para comunidades pesqueiras. Essa ação tem o objetivo de promover a continuidade da atividade da pesca tradicional e do uso pelas comunidades de terras tradicionalmente ocupadas pelas famílias para o armazenamento de petrechos e embarcações, A portaria se encontra na Secretaria de Patrimônio da União (SPU/MPOG) para análise jurídica. Espera-se que até o final de 2015 a portaria seja publicada.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Análise Situacional do Objetivo

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, define como conjunta entre o MPA e o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a competência pelo ordenamento da pesca. Para a operacionalização da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, foram publicados o Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, e a Portaria Interministerial nº 2, de 13 de novembro de 2009, determinando as competências, estabelecendo os colegiados e suas formas de atuação. Em seguida, os Ministérios levantaram quais as principais pescarias brasileiras a serem regularizadas, em conformidade com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, considerando aspectos como as principais bacias e o enfoque ambiental, social e econômico das pescarias. O ordenamento pesqueiro, em especial, é instrumento para garantir a exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

O Sistema de Gestão Compartilhada (SGC) é responsável pela operacionalização da atuação conjunta do MPA e do MMA, nos aspectos relacionados à definição de normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. O SGC é coordenado pela Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros (CTGP), órgão consultivo e implementador das atividades do Sistema. Dentro desse cenário, o MPA, em conjunto com o MMA, tem implantado e operacionalizado os Comitês Permanentes de Gestão – CPG.

Atualmente encontram-se em pleno funcionamento dois Comitês: CPG atuns e afins e CPG lagosta. Em 2013, foram

criados seis novos comitês: CPG Camarões; CPG Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica; CPG Demersais Sul/Sudeste; CPG Demersais Norte/Nordeste; CPG Pelágicos Sul/Sudeste; e CPG Recursos Pesqueiros da Bacia do São Francisco. Dentre as atribuições conferidas aos CPGs, está a contribuição para a elaboração e publicação dos planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros. O funcionamento dos comitês instituídos permitirá a elaboração de novos planos para as pescarias assistidas por eles e contribuirá para o alcance do objetivo de implantação de sistemas de informação para a coleta e gestão de dados dos programas de monitoramento e controle.

O Grupo Técnico de Trabalho instituído dentro do Sistema de Gestão Compartilhado para discutir a pesca da tainha (GTT Tainha) finalizou suas atividades, encaminhando a proposta do Plano de Gestão da Tainha no Sudeste/Sul do Brasil.

Foi finalizado o desenvolvimento do Sistema Informatizado de Mapas de Bordo (SisBORDO), do Sistema Informatizado do Regime Nacional de Certificação de Capturas (SisRCC) e o sistema da Pesca Amadora, os quais permitirão maior celeridade e segurança na recepção, análise e entrega de documentos ao cidadão. Os mesmos deverão entrar em funcionamento no início de 2015.

Como resultado do processo de recadastramento no Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP do Pescador Profissional iniciado em fevereiro de 2013 e concluído em janeiro de 2014, foram publicadas 30 portarias de suspensão e cancelamento de pescadores que deixaram de realizar a solicitação de atualização e substituição das licenças de Pescadores Profissionais, totalizando 78 mil pescadores com os registros suspensos e 252 mil cancelados.

Com o objetivo de melhorar o controle e aprimorar a operacionalização do Registro Geral da Atividade Pesqueira, foi instituído, por meio da Instrução Normativa MPA nº 15/2014, o Relatório de Exercício da Atividade Pesqueira na categoria Pescador Profissional Artesanal, que possibilita uma avaliação sobre o desempenho do pescador, as espécies por ele capturadas, bem como o quantitativo, comercialização e destino da produção. Além disso, permite um maior controle do ingresso de pessoas na categoria de Pescador Profissional.

Em 2014 foram inscritos 20.380 aquicultores no RGP, representando um acréscimo total neste período de 31% em relação ao ano de 2013. Foram ainda, no âmbito do RGP, licenciadas cerca de 59.000 embarcações nas modalidades de linha, emalhe, arrasto e cerco. Na categoria de Pesca Amadora, foram emitidas 126 licenças para torneio e cadastrados 230.677 mil pescadores amadores.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver 2 sistemas de informação para a coleta e a gestão dos dados dos programas de monitoramento e controle**

  Análise Situacional da Meta

  Com o intuito de aprimorar a eficiência do MPA no que tange ao recebimento e controle dos Mapas de Bordo (SisBORDO), foi desenvolvido um sistema que possibilita às embarcações o preenchimento e entrega online dos Mapas de Bordo, bem como permita ao MPA tratar e sistematizar os dados e informações de forma mais ágil e precisa. A implantação de tal sistema foi finalizada ao final de 2014 e com previsão de entrar em operação no inicio de 2015. Os dados gerados pelos formulários são fundamentais para subsidiar ações afetas ao monitoramento e ao ordenamento da atividade pesqueira, sendo também importantes para a realização de pesquisas na área.

  O Regime Nacional de Certificação de Capturas (RCC) determina que a exportação à União Europeia de produto oriundo de pesca extrativa marinha deve ser acompanhada de um certificado de captura validado pelo MPA, o qual garante que o produto não foi obtido mediante pesca ilegal, não declarada ou não regulamentada. Foi desenvolvido em 2014 um sistema informatizado do RCC (SisRCC), que entrará em funcionamento no início de 2015 que agilizará as análises e validações dos certificados de captura.

  Foi desenvolvido também um sistema que auxiliará e dará agilidade ao processamento das informações oriundas do registro das atividades de pesca amadora, incluindo os pescadores, as competições e torneios e entidades organizadoras desses eventos.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar e operacionalizar 21 Comitês Permanentes de Gestão**

Análise Situacional da Meta

Atualmente se encontram em pleno funcionamento 2 Comitês: CPG atuns e afins e CPG lagosta. Além disso, foram criados mais 6 CPG: CPG Camarões; CPG Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica; CPG Demersais Sul/Sudeste; CPG Demersais Norte /Nordeste; CPG Pelágicos Sul /Sudeste e CPG Recursos Pesqueiros da Bacia do São Francisco. A Instrução Normativa Interministerial (INI) MPA/MMA No 1, de 26 de março de 2015 revogou a disposição da INI n° 10/2011 que restringia a participação nos CPGs a entidades com assento no Conape, o que dificultava participação de entidades ambientalistas. Essa alteração possibilitará a instalação dos 6 CPGs já criados.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Publicar 15 planos de gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros**

Análise Situacional da Meta

O Grupo Técnico de Trabalho instituído dentro do Sistema de Gestão Compartilhado para discutir a pesca da tainha (GTT Tainha) finalizou suas atividades encaminhando a proposta do Plano de Gestão da Tainha no Sudeste/Sul do Brasil. Os Comitês Permanentes de Gestão (CPG) estão em fase de criação. Ao longo do próximo PPA deverão ser implantados 9 CPGs e elaborados 20 planos de gestão dos recursos pesqueiros.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/12/2014

ANEXO I

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS

PROGRAMA: 2055 - Desenvolvimento Produtivo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.988.420**	**6.636.401**	**5.876.575**
Despesas Correntes	1.005.935	993.746	821.754
Despesas de Capital	4.982.485	5.642.655	5.054.821
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**2.946.172**	**2.441.382**	**2.112.182**
Totais	**8.934.592**	**9.077.784**	**7.988.757**

OBJETIVO: 0853 - Incentivar a implantação de indústrias competitivas de componentes e equipamentos eletrônicos, com ênfase no desenvolvimento local, e promover a produção de software, conteúdos digitais interativos e serviços de TI, para posicionar o País como exportador relevante do setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03HP - Fabricação de dispositivos eletrônicos e semicondutores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6432	78.430.756	78.430.756	74.321.542	51.188.657	51.188.297
Total	**78.430.756**	**78.430.756**	**74.321.542**	**51.188.657**	**51.188.297**

OBJETIVO: 0847 - Promover a competitividade, a agregação de valor e o adensamento da indústria, por meio da avaliação, aprimoramento, reformulação e expansão dos mecanismos existentes.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GU - Implantação de Sistema de Monitoramento da Política Industrial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211W	9.320.000	9.320.000	9.000.000	9.000.000	9.000.000
Total	**9.320.000**	**9.320.000**	**9.000.000**	**9.000.000**	**9.000.000**

- **03GV - Fiscalização do Processo Produtivo Básico para bens de informática**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2692	191.584	191.584	97.992	94.992	94.992
Total	**191.584**	**191.584**	**97.992**	**94.992**	**94.992**

- **04F6 - Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais e das Cadeias Produtivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210E	8.713.000	8.713.000	4.081.416	3.054.297	3.054.297
Total	**8.713.000**	**8.713.000**	**4.081.416**	**3.054.297**	**3.054.297**

OBJETIVO: 0850 - Expandir, diversificar e aperfeiçoar os mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades, capacitações e potencialidades das empresas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03HB - Aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivo à inovação, buscando maior adequação às necessidades e potencialidades das empresas, setores e cadeias produtivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210D	2.550.000	2.550.000	2.550.000	1.295.343	1.295.343
Total	**2.550.000**	**2.550.000**	**2.550.000**	**1.295.343**	**1.295.343**

OBJETIVO: 0851 - Orientar junto às entidades competentes, o direcionamento da oferta de treinamento, qualificação e formação de mão de obra em adequação às necessidades das empresas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03HM - Programas especiais de qualificação profissionalizante para atender as demandas específicas de setores e cadeias produtivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20QR	3.000.000	3.000.000	0	0	0
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0854 - Estimular a produção de máquinas, equipamentos e serviços especializados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03HY - Fabricação de de equipamentos para as indústrias nuclear e pesada de alta tecnologia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V1	83.111.864	83.111.864	77.958.724	77.958.724	53.903.203
Total	**83.111.864**	**83.111.864**	**77.958.724**	**77.958.724**	**53.903.203**

OBJETIVO: 0856 - Ampliar a capacidade da indústria petroquímica nacional e promover a substituição competitiva das importações de produtos da indústria química, por meio do incremento da participação patrimonial e da concessão de incentivos fiscais e creditícios, contribuindo ainda para a desconcentração espacial da produção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03IC - Fabricação de produtos petroquímicos e de química fina**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
20PR	209.000	1.235.000	905.445
212X	3.987.000	12.749.000	1.651.682
20PQ	0	6.599.000	5.203.343
Total	**4.196.000**	**20.583.000**	**7.760.470**

- **03IN - Fabricação de fertilizantes nitrogenados**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
6597	24.505.000	13.104.000	8.530.643
1C62	0	102.000	11.987

6595	209.638.000	324.136.000	336.750.346
1C61	0	91.845.000	72.152.378
Total	**234.143.000**	**429.187.000**	**417.445.354**

- **047S - Implantação de Complexo de Poliéster e Resina PET, em Ipojuca (PE)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
125U	142.850.000	198.098.000	172.014.303
Total	**142.850.000**	**198.098.000**	**172.014.303**

- **047U - Implantação de Unidades de Produção de Fertilizantes Nitrogenados I (período 2011-2017)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
12NC	107.143.000	52.763.000	52.050.902
Total	**107.143.000**	**52.763.000**	**52.050.902**

- **047V - Implantação de Unidade de Produção de Amônia com capacidade de aproximadamente 520 mil t/ano**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
12NF	253.558.000	244.676.000	192.355.401
Total	**253.558.000**	**244.676.000**	**192.355.401**

- **047X - Implantação de Unidade de Produção de Fertilizantes Nitrogenados, com Capacidade Produtiva de 1.223 mil t/ano de Ureia e 70 mil t/ano de Amônia**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
124V	1.302.527.000	1.290.710.000	1.152.507.565
Total	**1.302.527.000**	**1.290.710.000**	**1.152.507.565**

- **047Y - Construção de Unidades de Produção de Petroquímicos de 1ª e 2ª Geração do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
14LD	696.390.000	0	0
Total	**696.390.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade, a inovação e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade, normalização e regulamentação técnica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03J7 - Ampliação da infraestrutura técnica para qualidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14XI	60.372.000	60.372.000	2.651.750	0	0
Total	**60.372.000**	**60.372.000**	**2.651.750**	**0**	**0**

- **03JA - Apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
212H	540.000	540.000	0	0	0
Total	**540.000**	**540.000**	**0**	**0**	**0**

- **03JC - Promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20TV	590.448.000	590.448.000	579.501.500	568.382.940	568.380.942
Total	**590.448.000**	**590.448.000**	**579.501.500**	**568.382.940**	**568.380.942**

OBJETIVO: 0881 - Conceder direitos de propriedade intelectual com qualidade, rapidez e segurança jurídica, aliada à disseminação da cultura da propriedade intelectual, à integração com o sistema internacional de propriedade intelectual e ao fortalecimento do comércio de tecnologia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03LB - Ampliação da inserção do tema propriedade intelectual e inovação junto aos setores produtivo, acadêmico, tecnológico e governamental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20TW	6.619.793	6.619.793	3.236.276	2.976.789	2.976.789
Total	**6.619.793**	**6.619.793**	**3.236.276**	**2.976.789**	**2.976.789**

- **03LO - Implantação do Centro Brasileiro de Material Biológico**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7F44	7.938.538	7.938.538	0	0	0
Total	**7.938.538**	**7.938.538**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0194 - Fortalecer o complexo produtivo-industrial da saúde, ampliando a produção nacional de fármacos, biofármacos, medicamentos, imunobiológicos, equipamentos e materiais de uso em saúde.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00N4 - Adequação e ampliação do parque produtivo brasileiro de produtos e serviços estratégicos para atendimento ao SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8636	56.825.381	55.525.381	40.485.682	3.203.221	3.145.321
20K7	134.071.439	130.971.439	105.512.271	8.014.330	8.014.330
Total	**190.896.820**	**186.496.820**	**145.997.953**	**11.217.551**	**11.159.651**

- **00N7 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais			
Ação	**Dotação**		**Executado**
	LOA	**LOA+Créditos**	
1H00	**205.365.372**	**205.365.372**	**118.048.119**
Total			

- **00N8 - Expansão da FIOCRUZ através da implantação de centros de desenvolvimento tecnológico e produção de insumos para o SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14UO	19.708.000	15.025.600	6.314.769	3.802.883	3.734.940
13E0	2.000.000	2.000.000	0	0	0
13DX	2.000.000	2.000.000	896.693	0	0
Total	**23.708.000**	**19.025.600**	**7.211.462**	**3.802.883**	**3.734.940**

- **00N9 - Instalação de Novas plataformas tecnológicas na FIOCRUZ para o desenvolvimento de insumos estratégicos para o SUS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20K1	8.837.500	11.488.750	11.435.285	7.208.227	7.161.267
Total	**8.837.500**	**11.488.750**	**11.435.285**	**7.208.227**	**7.161.267**

- **00NA - Modernização das Unidades da FIOCRUZ**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7674	48.650.000	63.245.000	60.622.846	58.174.640	57.685.463
13DT	2.850.000	2.850.000	0	0	0
Total	**51.500.000**	**66.095.000**	**60.622.846**	**58.174.640**	**57.685.463**

- **00NB - Produção de fármacos, medicamentos e fitoterápicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2522	50.528.000	57.088.000	53.678.934	46.461.344	45.957.892
2E47	25.000.000	25.000.000	0	0	0
Total	**75.528.000**	**82.088.000**	**53.678.934**	**46.461.344**	**45.957.892**

- **047Z - Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DU	39.900.000	27.930.000	5.091.720	2.099.689	1.943.496
Total	**39.900.000**	**27.930.000**	**5.091.720**	**2.099.689**	**1.943.496**

- **0480 - Construção do Polo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da FIOCRUZ em Belo Horizonte/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DV	4.750.000	3.325.000	14.272	12.021	12.021
Total	**4.750.000**	**3.325.000**	**14.272**	**12.021**	**12.021**

- **04AA - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DW	163.450.000	115.219.550	91.514.574	22.018.262	22.018.262
Total	**163.450.000**	**115.219.550**	**91.514.574**	**22.018.262**	**22.018.262**

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira e o parque nacional de estaleiros de modo a atender à navegação de longo curso, de cabotagem e navegação interior.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0305 - Fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e à indústria naval brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0118	4.481.128.956	5.176.011.956	4.949.001.450	4.949.001.450	4.411.768.028
Total	**4.481.128.956**	**5.176.011.956**	**4.949.001.450**	**4.949.001.450**	**4.411.768.028**

OBJETIVO: 0196 - Promover o desenvolvimento da cadeia produtiva do complexo industrial da defesa, inclusive mediante a utilização do poder de compra governamental e de instrumentos fiscais e creditícios, para alcançar maior autonomia tecnológica e produtiva.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ND - Catalogação de materiais e produtos com padrão internacional (SOC/OTAN)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20T4	1.800.000	1.800.000	1.148.625	348.545	289.284
Total	**1.800.000**	**1.800.000**	**1.148.625**	**348.545**	**289.284**

- **00NH - Incentivo à ampliação do conteúdo tecnológico nacional nos produtos para a Defesa Nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B28	900.000	900.000	896.316	497.603	484.099
Total	**900.000**	**900.000**	**896.316**	**497.603**	**484.099**

- **00NI - Provimento às Forças Armadas de material de defesa a partir da cadeia produtiva instalada no país**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4528	94.785.000	94.785.000	94.783.118	61.780.933	61.727.933
Total	**94.785.000**	**94.785.000**	**94.783.118**	**61.780.933**	**61.727.933**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.334.551**	**5.873.920**	**3.625.564**
Despesas Correntes	4.510.284	4.991.187	3.276.092
Despesas de Capital	824.267	882.733	349.472
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**5.334.551**	**5.873.920**	**3.625.564**

OBJETIVO: 0400 - Fomentar o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país a partir de uma forte interação com o sistema produtivo e com a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **016Y - Cooperação nacional e internacional em ciência, tecnologia e inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6147	6.127.447	5.777.447	5.692.341	3.080.108	2.570.268
Total	**6.127.447**	**5.777.447**	**5.692.341**	**3.080.108**	**2.570.268**

- **0171 - Execução do Plano Nacional de Astronomia (PNA) e expansão da participação brasileira nos telescópios internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
200D	4.780.984	4.780.984	4.780.984	4.780.984	4.780.984
Total	**4.780.984**	**4.780.984**	**4.780.984**	**4.780.984**	**4.780.984**

- **0176 - Fomento à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em recursos hídricos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2223	31.290.000	31.290.000	15.297.722	14.542.081	11.160.948
Total	**31.290.000**	**31.290.000**	**15.297.722**	**14.542.081**	**11.160.948**

- **0177 - Fomento a projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e a projetos voltados à geração e disseminação de conhecimento, novas tecnologias, produtos e processos inovadores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4947	31.000.000	31.000.000	9.267.083	8.540.311	8.145.471
20UP	9.548.781	10.792.781	7.092.495	1.949.557	1.845.536
20US	105.342.061	103.210.061	97.413.360	43.034.373	39.489.117
20UQ	30.550.000	31.117.600	24.363.686	990.603	990.603
4148	7.900.000	7.900.000	3.154.545	3.085.301	3.079.301
6702	36.003.710	35.590.710	27.067.595	11.176.508	7.546.018
20I4	673.873.542	641.873.542	550.583.290	309.404.621	263.193.300
20V6	63.627.851	63.627.851	23.230.503	11.942.575	3.247.575
Total	**957.845.945**	**925.112.545**	**742.172.558**	**390.123.850**	**327.536.920**

OBJETIVO: 0401 - Fortalecer as instituições científicas e tecnológicas da Amazônia para desconcentrar a produção científica e tecnológica do país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **017B - Ampliação e modernização da infraestrutura para estudo da biodiversidade, inovação tecnológica e sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às mudanças globais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UR	14.028.107	13.828.107	11.994.391	7.036.361	7.036.361
Total	**14.028.107**	**13.828.107**	**11.994.391**	**7.036.361**	**7.036.361**

- **017F - Fortalecimento das instituições científicas e tecnológicas da Região Amazônica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4542	3.000.000	2.816.000	1.382.050	0	0
4125	3.570.300	3.570.300	3.240.294	1.868.961	1.868.961
4949	16.060.000	16.060.000	2.251.359	1.225.274	876.866
Total	**22.630.300**	**22.446.300**	**6.873.703**	**3.094.236**	**2.745.828**

OBJETIVO: 0403 - Realizar pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico nas unidades de pesquisa do MCTI e expandir e modernizar a infraestrutura científica, tecnológica e de inovação nas instituições científicas e tecnológicas, promovendo o compartilhamento do seu uso.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **017O - Construção de uma Fonte de Luz Síncrotron de 3ª geração**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CL	65.530.000	65.530.000	65.530.000	34.638.992	34.638.992
Total	**65.530.000**	**65.530.000**	**65.530.000**	**34.638.992**	**34.638.992**

- **017Z - Expansão e modernização da infraestrutura técnico-científica das instituições científicas e tecnológicas do país**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2095	304.950.000	346.770.000	315.861.391	213.069.588	119.607.858
Total	**304.950.000**	**346.770.000**	**315.861.391**	**213.069.588**	**119.607.858**

- **0182 - Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação nas unidades de pesquisa e nas organizações sociais do MCTI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UL	4.518.415	4.518.415	4.277.631	2.548.977	2.548.977
2C67	2.084.400	2.084.400	1.933.869	1.246.393	1.246.393
212D	250.000	175.000	125.000	125.000	125.000
20UI	6.012.550	6.012.550	5.825.984	4.717.990	4.690.573
212E	200.000	200.000	200.000	4.000	4.000

4132	4.529.112	3.978.822	3.298.773	3.159.334	3.159.334
212H	408.876.636	404.109.036	351.709.705	242.587.767	242.587.767
212C	641.000	512.800	397.789	22.789	22.789
20UK	3.884.000	3.884.000	3.213.607	3.100.761	3.100.761
4128	1.850.000	1.950.000	1.950.000	1.596.242	1.359.323
20UM	4.865.000	4.865.000	4.806.892	3.452.362	3.452.362
20V7	14.266.305	14.341.305	11.067.648	6.651.680	5.739.104
20UO	1.281.850	1.281.850	1.222.851	1.046.395	1.046.395
4139	3.409.500	3.409.500	3.354.637	2.792.252	2.792.252
4126	1.139.905	1.139.905	1.132.986	1.024.749	1.024.749
20UJ	3.283.739	3.283.739	3.111.314	2.051.676	2.051.676
Total	**461.092.412**	**455.746.322**	**397.628.686**	**276.128.367**	**274.951.456**

- **04HF - Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14XT	10.946.100	10.946.100	10.946.100	1.146.100	1.146.100
Total	**10.946.100**	**10.946.100**	**10.946.100**	**1.146.100**	**1.146.100**

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Microeletrônica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01MK - Fomento à pesquisa em Tecnologia da Informação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4185	35.385.000	35.385.000	16.673.828	11.650.902	11.628.243
Total	**35.385.000**	**35.385.000**	**16.673.828**	**11.650.902**	**11.628.243**

- **01MN - Promoção do desenvolvimento de bens e serviços de TIC para aplicações avançadas em áreas estratégicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20UT	2.995.706	2.995.706	2.370.098	2.020.148	2.020.148
Total	**2.995.706**	**2.995.706**	**2.370.098**	**2.020.148**	**2.020.148**

OBJETIVO: 0493 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em tecnologias estratégicas de caráter transversal: biotecnologia, nanotecnologia e novos materiais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01O4 - Fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação em Biotecnologia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
4031	40.620.000	40.620.000	3.073.967	2.789.037	2.690.181
20UU	3.744.945	3.744.945	3.729.186	3.131.766	2.833.176
Total	**44.364.945**	**44.364.945**	**6.803.153**	**5.920.803**	**5.523.357**

OBJETIVO: 0494 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação em setores estratégicos, especialmente energia e biocombustíveis, mineral, agropecuária, complexo econômico-industrial da saúde, transporte, petróleo e gás e aeroespacial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01OL - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em energia e biocombustíveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2189	78.555.000	78.555.000	9.750.331	5.717.750	5.584.737
20UN	6.771.915	6.771.915	5.671.672	2.293.990	2.280.730
Total	**85.326.915**	**85.326.915**	**15.422.002**	**8.011.741**	**7.865.467**

- **01OM - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em minerais estratégicos, nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2119	8.470.000	8.470.000	1.513.655	624.872	598.928
Total	**8.470.000**	**8.470.000**	**1.513.655**	**624.872**	**598.928**

- **01ON - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em petróleo e gás**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4156	142.600.000	142.600.000	47.791.290	33.044.211	23.916.279
Total	**142.600.000**	**142.600.000**	**47.791.290**	**33.044.211**	**23.916.279**

- **01OO - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2997	89.465.000	89.465.000	28.959.408	24.459.993	19.445.727
Total	**89.465.000**	**89.465.000**	**28.959.408**	**24.459.993**	**19.445.727**

- **01OP - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em transportes, especialmente nos setores aeroespacial, naval e ferroviário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4053	38.980.000	38.980.000	16.243.733	14.657.749	9.212.266
2357	3.420.000	3.420.000	2.049.781	1.246.884	448.570
212I	49.100.000	40.772.659	815.453	815.453	815.453
2191	451.000	451.000	51.020	51.020	51.020
8563	25.840.000	25.840.000	12.700.914	9.985.959	7.411.860
Total	**117.791.000**	**109.463.659**	**31.860.902**	**26.757.065**	**17.939.168**

- **01OR - Fomento à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção agrícola sustentável, defesa agropecuária, aquicultura e pesca**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4043	81.260.000	81.260.000	5.789.896	4.359.862	4.104.974
Total	**81.260.000**	**81.260.000**	**5.789.896**	**4.359.862**	**4.104.974**

OBJETIVO: 0495 - Estimular a ampliação da inovação e dos investimentos empresariais em pesquisa e desenvolvimento, mediante a maior utilização de instrumentos governamentais de apoio à inovação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01P9 - Apoio à inovação nas empresas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0748	1.000.000	1.000.000	20.000	20.000	20.000
0A29	266.100.000	266.100.000	162.714.553	133.806.758	109.606.837
007Z	3.000.000	3.000.000	60.000	60.000	60.000
0745	50.300.000	50.300.000	46.634.675	1.034.675	1.034.675
2113	130.250.000	130.250.000	36.037.544	20.813.900	10.020.920
0741	208.994.670	208.994.670	208.994.670	208.994.670	96.659.031
Total	**659.644.670**	**659.644.670**	**454.461.441**	**364.730.003**	**217.401.463**

OBJETIVO: 0497 - Expandir a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, tecnologia e inovação e impulsionar o intercâmbio e a atração de recursos humanos qualificados radicados no exterior por meio de concessão de bolsas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01Q1 - Concessão de bolsas para formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados para ciência, desenvolvimento tecnológico, extensão e inovação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00LV	2.185.717.165	2.730.406.805	2.846.235.269	2.194.333.188	2.188.995.766
Total	**2.185.717.165**	**2.730.406.805**	**2.846.235.269**	**2.194.333.188**	**2.188.995.766**

OBJETIVO: 0499 - Promover a popularização da ciência, tecnologia e inovação e a melhoria da educação científica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01QE - Desenvolvimento de espaços e iniciativas científico-culturais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
201W	2.309.700	2.309.700	2.309.609	2.010.650	1.996.052
Total	**2.309.700**	**2.309.700**	**2.309.609**	**2.010.650**	**1.996.052**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2047 - Micro e Pequenas Empresas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**32.593**	**31.556**	**12.030**
Despesas Correntes	27.290	28.104	10.389
Despesas de Capital	5.302	3.452	1.641
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**32.593**	**31.556**	**12.030**

OBJETIVO: 0836 - Regulamentar no âmbito da União e incentivar a implementação nos estados e municípios do marco legal das micro e pequenas empresas, com vistas a fortalecer e ampliar os incentivos governamentais para o desenvolvimento econômico e social do segmento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03EL - Atualização de instrumentos legais que versam sobre micro e pequenas empresas de forma a consolidar o tratamento favorecido e diferenciado a esse segmento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0473	8.073.000	8.073.000	5.967.600	622.319	622.319
Total	**8.073.000**	**8.073.000**	**5.967.600**	**622.319**	**622.319**

OBJETIVO: 0837 - Promover a capacitação, a inovação, o acesso ao crédito, a inserção comercial, o encadeamento produtivo e o fomento às relações cooperativas e associativas para micro e pequenas empresas, de forma a estimular seu crescimento e competitividade, potencializando sua participação nos processos de geração de emprego e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04E2 - Apoio a projetos de desenvolvimento integrado de micro e pequenas empresas, inclusive artesanais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210C	24.214.654	23.178.465	13.072.467	11.303.294	11.303.294
Total	**24.214.654**	**23.178.465**	**13.072.467**	**11.303.294**	**11.303.294**

- **04ET - Implantação de política nacional de estímulo e promoção do empreendedorismo e do ambiente de negócios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212Q	305.000	305.000	104.569	104.569	104.569
Total	**305.000**	**305.000**	**104.569**	**104.569**	**104.569**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2023 - Comércio e Serviços

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**44.262**	**48.887**	**25.247**
Despesas Correntes	35.648	38.773	23.768
Despesas de Capital	8.614	10.114	1.479
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**44.262**	**48.887**	**25.247**

OBJETIVO: 0823 - Mapear e diagnosticar os setores de comércio e serviços no Brasil para levantar informações oficiais que orientem as políticas e os investimentos no país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03D7 - Elaboração e divulgação do Atlas Nacional do Comércio e do Atlas Nacional de Serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147Q	900.000	900.000	0	0	0
Total	**900.000**	**900.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0824 - Estimular o processo de ativação econômica sustentável dos segmentos de comércio e serviços, contribuindo para o crescimento da economia nacional, geração de emprego e renda, e para o bem estar do consumidor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03DF - Desenvolvimento e melhoria da competitividade dos segmentos de comércio e serviços**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TT	14.000.000	14.000.000	12.100.884	7.016.702	7.016.702
Total	**14.000.000**	**14.000.000**	**12.100.884**	**7.016.702**	**7.016.702**

OBJETIVO: 0822 - Simplificar, modernizar e gerir a governança dos procedimentos de abertura, alteração e encerramento de empresas e das atividades afins, com vistas a melhorar o ambiente de negócios.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03CX - Implantação de Centros de Prestação de Serviços aos Empreendedores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
147K	9.669.200	10.355.389	1.549.916	1.549.916	1.549.608
Total	**9.669.200**	**10.355.389**	**1.549.916**	**1.549.916**	**1.549.608**

- **03D0 - Monitoramento e avaliação da prestação dos serviços de registro mercantil, bem como da fiscalização dos agentes auxiliares do comércio, executados pelas Juntas Comerciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2031	19.693.000	23.631.600	17.475.794	16.679.911	16.679.911
Total	**19.693.000**	**23.631.600**	**17.475.794**	**16.679.911**	**16.679.911**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.036.167**	**4.247.209**	**1.092.169**
Despesas Correntes	1.132.479	1.343.520	393.674
Despesas de Capital	2.903.688	2.903.688	698.495
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.036.167**	**4.247.209**	**1.092.169**

OBJETIVO: 0805 - Fortalecer o Sistema de Defesa Comercial brasileiro, bem como estruturar novas formas de combate a práticas desleais de comércio.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **039B - Realização de investigações de defesa comercial e fraude de origem**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2022	1.550.000	1.550.000	1.506.276	1.502.276	1.502.276
Total	**1.550.000**	**1.550.000**	**1.506.276**	**1.502.276**	**1.502.276**

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar a política creditícia voltada ao comércio exterior a fim de incrementar a utilização dos instrumentos de financiamento e garantia oficiais à exportação, visando ao aumento da competitividade internacional das empresas brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **039Y - Financiamentos oficiais à exportação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0267	1.025.208.000	1.230.249.600	1.229.025.532	351.785.541	351.785.541
0A84	2.900.000.000	2.900.000.000	2.540.735.745	694.892.569	694.892.569
Total	**3.925.208.000**	**4.130.249.600**	**3.769.761.277**	**1.046.678.110**	**1.046.678.110**

- **039Z - Operações de seguro de crédito à exportação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0027	30.000.000	30.000.000	154.693	148.279	148.279
Total	**30.000.000**	**30.000.000**	**154.693**	**148.279**	**148.279**

OBJETIVO: 0809 - Fortalecer a promoção comercial brasileira no exterior e diminuir o número de barreiras ao produto nacional, com ênfase na ampliação das exportações de bens e serviços, na diversificação da pauta exportadora e dos mercados-destino e na maior agregação de valor ao produto e serviço exportado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03AS - Construção e implementação de estratégias para promover o Comércio Exterior Brasileiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20ZO	3.950.000	3.950.000	1.419.526	1.412.879	1.412.879
Total	**3.950.000**	**3.950.000**	**1.419.526**	**1.412.879**	**1.412.879**

- **03BC - Promoção dos produtos brasileiros no exterior utilizando a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente como diferencial de acesso a mercados de elevada conscientização ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14XH	30.000.000	36.000.000	36.000.000	6.890.723	6.890.723
Total	**30.000.000**	**36.000.000**	**36.000.000**	**6.890.723**	**6.890.723**

OBJETIVO: 0820 - Implantar, manter e aprimorar os sistemas de informação e gestão do comércio exterior, com vistas a conferir maior celeridade, simplificação e segurança aos processos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03CJ - Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20TU	45.458.964	45.458.964	35.964.131	35.536.974	35.536.974
Total	**45.458.964**	**45.458.964**	**35.964.131**	**35.536.974**	**35.536.974**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2076 - Turismo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.342.144**	**1.496.842**	**117.778**
Despesas Correntes	304.121	288.028	106.723
Despesas de Capital	1.038.023	1.208.814	11.055
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.342.144**	**1.496.842**	**117.778**

OBJETIVO: 0737 - Promover a sustentabilidade e a qualidade de forma a aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02V4 - Adequação da infraestrutura turística pública para o desenvolvimento sustentável do turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152V	1.000.000	1.000.000	0	0	0
10V0	887.141.230	1.081.381.830	526.531.038	8.272.598	8.272.598
Total	**888.141.230**	**1.082.381.830**	**526.531.038**	**8.272.598**	**8.272.598**

- **02V6 - Apoio aos entes públicos na contratação e execução dos projetos com recursos oriundos de financiamentos externos para o desenvolvimento sustentável do turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TJ	146.916.679	122.966.679	30.323.127	6.193.141	6.193.141
Total	**146.916.679**	**122.966.679**	**30.323.127**	**6.193.141**	**6.193.141**

- **02V9 - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços e equipamentos turísticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8990	100.000	100.000	0	0	0
Total	**100.000**	**100.000**	**0**	**0**	**0**

- **02VF - Promoção de investimentos privados e financiamento no setor de turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0454	35.915.302	35.915.302	35.915.302	0	0
2C01	2.000.000	2.000.000	113.640	113.640	113.640
Total	**37.915.302**	**37.915.302**	**36.028.942**	**113.640**	**113.640**

- **02VH - Qualificação de profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo e incentivo a certificação de pessoas, equipamentos, serviços e produtos**

- **02VH - Qualificação de profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo e incentivo a certificação de pessoas, equipamentos, serviços e produtos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4590	39.320.000	28.320.000	6.999.624	4.140.437	4.140.437
Total	**39.320.000**	**28.320.000**	**6.999.624**	**4.140.437**	**4.140.437**

OBJETIVO: 0739 - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02W0 - Realização de campanhas de promoção do turismo interno**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y3	83.765.500	79.172.500	54.783.395	37.785.287	37.785.287
Total	**83.765.500**	**79.172.500**	**54.783.395**	**37.785.287**	**37.785.287**

OBJETIVO: 0740 - Divulgar no exterior a imagem do país, seus produtos, destinos e serviços turísticos, bem como apoiar a internacionalização das empresas brasileiras do segmento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02W3 - Promoção, marketing e apoio a comercialização para a divulgação do turismo brasileiro no mercado internacional, inclusive vinculada ao combate ao turismo sexual - Plano Aquarela**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y5	117.359.570	117.359.570	64.628.085	53.883.645	53.883.645
Total	**117.359.570**	**117.359.570**	**64.628.085**	**53.883.645**	**53.883.645**

OBJETIVO: 0741 - Consolidar a gestão compartilhada do turismo no Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02W5 - Apoio ao desenvolvimento da gestão compartilhada e ao planejamento integrado do Sistema Nacional de Turismo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y4	28.626.000	28.626.000	9.509.522	7.389.219	7.389.219
Total	**28.626.000**	**28.626.000**	**9.509.522**	**7.389.219**	**7.389.219**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2050 - Mudanças Climáticas

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**437.253**	**437.293**	**19.889**
Despesas Correntes	55.418	55.458	19.018
Despesas de Capital	381.835	381.835	871
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**437.253**	**437.293**	**19.889**

OBJETIVO: 0536 - Gerar cenários ambientais, com especificidades regionais, por meio da construção do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global, para formulação de políticas públicas de mitigação, adaptação e redução de vulnerabilidades.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **020S - Desenvolvimento do Modelo Brasileiro do Sistema Climático Global**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VA	23.201.770	23.242.282	21.615.259	16.024.645	15.782.645
Total	**23.201.770**	**23.242.282**	**21.615.259**	**16.024.645**	**15.782.645**

OBJETIVO: 0698 - Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional, de acordo com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02MM - Fomento a estudos, projetos e empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação à mudança do clima, inclusive o Fundo Amazônia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20G4	27.052.298	27.052.298	11.269.141	3.330.564	3.330.357
00J4	360.000.000	360.000.000	360.000.000	0	0
Total	**387.052.298**	**387.052.298**	**371.269.141**	**3.330.564**	**3.330.357**

- **02MO - Implementação do Plano Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20M8	1.450.000	1.450.000	1.188.221	122.669	122.669
Total	**1.450.000**	**1.450.000**	**1.188.221**	**122.669**	**122.669**

- **02MP - Implementação do Plano Nacional sobre Mudança do Clima**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W1	4.798.744	4.798.744	3.185.968	305.120	305.120
Total	**4.798.744**	**4.798.744**	**3.185.968**	**305.120**	**305.120**

OBJETIVO: 0707 - Reduzir riscos e vulnerabilidades ambientais, econômicas e sociais decorrentes da mudança do clima, processos de desertificação e degradação da terra para minimizar prejuízos materiais, impactos nos ecossistemas e promover a melhoria socioambiental por meio de medidas de adaptação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02OC - Adequação ecológica e socioambiental de instrumentos de uso, produção e consumo sustentável em áreas suscetíveis à desertificação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20W2	20.750.000	20.750.000	709.227	105.910	105.910
Total	**20.750.000**	**20.750.000**	**709.227**	**105.910**	**105.910**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2018 - Biodiversidade

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**513.992**	**536.729**	**236.192**
Despesas Correntes	281.123	304.160	229.481
Despesas de Capital	232.869	232.569	6.711
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**513.992**	**536.729**	**236.192**

OBJETIVO: 0191 - Promover o desenvolvimento de C,T&I aplicadas à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, e sistematizar e difundir as informações disponíveis, visando a conservação, a valoração e o uso sustentável dos recursos naturais dos biomas brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ME - Estruturação de jardins botânicos, nos âmbitos federal, estadual e municipal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WL	5.769.600	7.106.367	7.052.390	5.918.433	5.894.121
Total	**5.769.600**	**7.106.367**	**7.052.390**	**5.918.433**	**5.894.121**

- **00MV - Pesquisa científica em biodiversidade, processos, serviços ecossistêmicos e modelagem ambiental, integrando dados biológicos e geoespaciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WK	2.308.252	1.708.252	1.693.546	1.380.594	1.376.526
20VD	16.513.498	16.513.498	6.389.525	3.029.018	2.887.979
Total	**18.821.750**	**18.221.750**	**8.083.071**	**4.409.612**	**4.264.505**

OBJETIVO: 0506 - Promover o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor, consolidação de mercados sustentáveis e pagamento pelos serviços ambientais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01TU - Fomento a projetos que visem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VO	638.661	638.661	357.785	23.552	23.552
20N1	3.734.338	3.734.338	2.448.991	1.801.731	1.801.731
Total	**4.372.999**	**4.372.999**	**2.806.776**	**1.825.283**	**1.825.283**

- **01U9 - Licenciamento e manejo da fauna em vida livre ou com potencial de uso, com foco no uso sustentável e na conservação dos ecossistemas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WG	1.500.000	1.500.000	1.359.473	958.725	958.725
Total	**1.500.000**	**1.500.000**	**1.359.473**	**958.725**	**958.725**

- **01UB - Pagamento por serviços de conservação de recursos naturais no meio rural prestados no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VP	106.221.000	106.221.000	85.401.520	83.801.092	83.800.112
Total	**106.221.000**	**106.221.000**	**85.401.520**	**83.801.092**	**83.800.112**

- **01UD - Promoção das cadeias e arranjos produtivos locais da sociobiodiversidade e da conservação e uso sustentável das espécies da agrobiodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VQ	380.000	380.000	372.140	266.714	266.714
Total	**380.000**	**380.000**	**372.140**	**266.714**	**266.714**

OBJETIVO: 0507 - Modernizar a gestão, promover o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados e assegurar a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01UU - Promoção da repartição de benefícios decorrentes do acesso e uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20TS	2.665.216	2.665.216	1.008.906	578.273	578.273
Total	**2.665.216**	**2.665.216**	**1.008.906**	**578.273**	**578.273**

OBJETIVO: 0508 - Recuperar o estado de conservação das espécies brasileiras, com ênfase nas ameaçadas de extinção.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01UZ - Aprimoramento da gestão dos Centros de Triagens de Animais Silvestres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4969	3.990.000	3.990.000	3.563.289	2.855.479	2.855.479
Total	**3.990.000**	**3.990.000**	**3.563.289**	**2.855.479**	**2.855.479**

- **01V4 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies Ameaçadas de Extinção**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2976	80.000	80.000	80.000	80.000	80.000
Total	**80.000**	**80.000**	**80.000**	**80.000**	**80.000**

- **01V6 - Elaboração de planos de gestão e recuperação para as espécies aquáticas ameaçadas e espécies sobre-explotadas da pesca marinha e continental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LU	362.500	362.500	107.780	3.610	3.610
Total	**362.500**	**362.500**	**107.780**	**3.610**	**3.610**

OBJETIVO: 0509 - Aprimorar instrumentos de prevenção, monitoramento, avaliação e controle do uso da biodiversidade visando a biossegurança e o equilíbrio dos ecossistemas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01VP - Avaliação do potencial sustentável e monitoramento dos recursos vivos marinhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WF	490.000	490.000	284.337	275.649	275.649
212R	250.000	250.000	112.703	109.269	109.269
Total	**740.000**	**740.000**	**397.040**	**384.918**	**384.918**

- **01W3 - Fiscalização para a redução do uso, comercialização e transporte ilegal de recursos naturais e da biodiversidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WE	8.750.000	8.750.000	5.597.249	4.755.961	4.755.961
Total	**8.750.000**	**8.750.000**	**5.597.249**	**4.755.961**	**4.755.961**

OBJETIVO: 0510 - Promover a conservação e o uso sustentável de ambientes singulares e de alta relevância para a biodiversidade e garantir a representatividade dos ecossistemas brasileiros por meio da ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e de outras áreas protegidas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01WK - Ampliação e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20LX	4.665.549	4.665.549	244.402	230.655	230.655
20WN	13.300.000	13.300.000	13.133.055	10.021.209	9.821.100
Total	**17.965.549**	**17.965.549**	**13.377.457**	**10.251.864**	**10.051.755**

- **01WR - Conservação de ecossistemas aquáticos vulneráveis para manutenção de bens e serviços ambientais para a sociedade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VN	691.000	691.000	34.401	27.591	27.591
Total	**691.000**	**691.000**	**34.401**	**27.591**	**27.591**

- **01WU - Consolidação territorial das Unidades de Conservação Federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6381	223.916.000	223.416.000	4.109.272	857.520	857.520
Total	**223.916.000**	**223.416.000**	**4.109.272**	**857.520**	**857.520**

- **01WW - Implantação de Corredores Ecológicos**

- **01WW - Implantação de Corredores Ecológicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
101V	1.739.000	1.739.000	1.011.373	264.148	264.148
Total	**1.739.000**	**1.739.000**	**1.011.373**	**264.148**	**264.148**

- **01X1 - Implementação e gestão das Unidades de Conservação Federais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20WM	110.027.402	131.427.402	126.728.877	113.880.995	112.769.288
20WO	6.000.000	7.100.000	5.929.280	5.072.092	5.038.891
Total	**116.027.402**	**138.527.402**	**132.658.158**	**118.953.087**	**117.808.179**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**266.333**	**292.502**	**174.956**
Despesas Correntes	239.619	261.320	173.478
Despesas de Capital	26.713	31.182	1.478
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**266.333**	**292.502**	**174.956**

OBJETIVO: 0476 - Monitorar a cobertura da terra e o impacto do fogo com o uso de imagens de satélites, para apoiar as ações de gestão ambiental e controlar o desmatamento, queimadas e incêndios florestais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01KU - Monitoramento da cobertura da terra na Amazônia e demais biomas brasileiros por satélite**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V9	6.389.700	6.389.700	6.156.958	4.922.548	4.225.530
Total	**6.389.700**	**6.389.700**	**6.156.958**	**4.922.548**	**4.225.530**

- **01KW - Monitoramento e controle do desmatamento, das queimadas e dos incêndios florestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6329	23.187.000	27.487.000	21.482.617	20.496.136	20.496.136
Total	**23.187.000**	**27.487.000**	**21.482.617**	**20.496.136**	**20.496.136**

OBJETIVO: 0228 - Promover a gestão florestal compartilhada e o desenvolvimento florestal sustentável, por meio do aprimoramento das normas e instrumentos de fomento, pesquisa, informação e controle, em articulação com os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00OS - Aprimoramento da estrutura e atuação dos órgãos do SISNAMA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8294	3.200.000	3.200.000	2.802.726	2.064.116	2.064.116
Total	**3.200.000**	**3.200.000**	**2.802.726**	**2.064.116**	**2.064.116**

- **00OV - Aprimoramento do controle das atividades florestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8296	1.594.000	1.594.000	1.247.443	1.239.648	1.239.648
Total	**1.594.000**	**1.594.000**	**1.247.443**	**1.239.648**	**1.239.648**

- **00OX - Capacitação, pesquisa e fomento de atividades produtivas florestais sustentáveis**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20WB	3.426.320	3.426.320	1.641.955	542.230	542.068
Total	**3.426.320**	**3.426.320**	**1.641.955**	**542.230**	**542.068**

- **00P2 - Produção, sistematização e disponibilização de informações e estatísticas florestais em âmbito nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20WD	30.317.987	35.887.347	12.454.471	543.182	543.182
Total	**30.317.987**	**35.887.347**	**12.454.471**	**543.182**	**543.182**

OBJETIVO: 0229 - Promover a recuperação de áreas degradadas, com ênfase nas áreas de preservação permanente e de reserva legal, por meio de pesquisa e instrumentos de adequação e regularização ambiental de imóveis rurais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00PA - Implantação do Cadastro Ambiental Rural e de sistema de regularização ambiental em todas as unidades da federação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8308	63.200.000	63.200.000	51.816.027	32.653.294	32.653.294
Total	**63.200.000**	**63.200.000**	**51.816.027**	**32.653.294**	**32.653.294**

- **00PB - Implementação de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) e elaboração e execução do Plano Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8288	5.026.141	5.026.141	1.815.685	214.399	214.399
Total	**5.026.141**	**5.026.141**	**1.815.685**	**214.399**	**214.399**

OBJETIVO: 0231 - Instituir sistemas produtivos rurais sustentáveis e implementar instrumentos de pagamento por serviços ambientais em áreas prioritárias para a prevenção e o controle do desmatamento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00PT - Instituição de sistemas e cadeias produtivas sustentáveis, como estratégia de prevenção e controle do desmatamento ilegal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20M4	700.000	700.000	645.340	125.340	125.340
Total	**700.000**	**700.000**	**645.340**	**125.340**	**125.340**

OBJETIVO: 0469 - Promover o manejo florestal sustentável, de uso múltiplo, com enfoque comunitário e familiar, visando conciliar a manutenção e uso das florestas e a integração com demais sistemas produtivos, ampliando a oferta de produtos florestais e gerando renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01IX - Promoção do manejo florestal sustentável, por meio de assistência técnica e extensão rural, capacitação, instrumentos econômicos e financeiros e fomento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WA	3.655.000	3.655.000	3.036.613	1.738.682	1.738.682
8292	50.000	50.000	0	0	0
Total	**3.705.000**	**3.705.000**	**3.036.613**	**1.738.682**	**1.738.682**

OBJETIVO: 0471 - Expandir e aprimorar a produção florestal sustentável por meio da concessão de florestas públicas federais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01J9 - Planejamento, gestão e monitoramento das Concessões Florestais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WC	5.000.000	5.000.000	4.417.516	3.363.690	3.363.690
Total	**5.000.000**	**5.000.000**	**4.417.516**	**3.363.690**	**3.363.690**

OBJETIVO: 0472 - Incentivar a ampliação de florestas plantadas, com vistas ao suprimento da demanda de matéria-prima florestal e à redução da pressão sobre os remanescentes nativos.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01JJ - Fomento à expansão da base florestal plantada para atividades produtivas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VV	150.000	150.000	150.000	150.000	150.000
Total	**150.000**	**150.000**	**150.000**	**150.000**	**150.000**

OBJETIVO: 0473 - Prevenir e combater incêndios florestais com enfoque nas áreas remanescentes dos biomas brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01JV - Prevenção e combate aos incêndios florestais e controle de queimadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20MY	20.000.000	21.000.000	20.729.580	19.069.110	19.008.119
6074	38.447.710	42.847.710	25.195.192	24.851.284	24.851.284
Total	**58.447.710**	**63.847.710**	**45.924.772**	**43.920.394**	**43.859.403**

OBJETIVO: 0475 - Promover a queda contínua do desmatamento ilegal, com ênfase na fiscalização ambiental e na articulação entre os entes federados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01KD - Aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e combate ao desmatamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6037	6.600.000	6.600.000	6.014.545	5.055.098	5.055.098
Total	**6.600.000**	**6.600.000**	**6.014.545**	**5.055.098**	**5.055.098**

- **01KK - Formulação, implementação, monitoramento e avaliação de planos e estratégias de prevenção e controle do desmatamento de forma integrada entre os órgãos federais, Estados e Municípios**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VU	382.700	382.700	201.906	1.140	1.140
Total	**382.700**	**382.700**	**201.906**	**1.140**	**1.140**

- **01KQ - Policiamento e fiscalização ambiental orientados pelo planejamento estratégico federal de combate ao desmatamento**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6307	55.006.000	65.906.000	64.537.490	57.925.885	57.925.885
Total	**55.006.000**	**65.906.000**	**64.537.490**	**57.925.885**	**57.925.885**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**40.469**	**40.469**	**14.491**
Despesas Correntes	31.686	27.235	12.742
Despesas de Capital	8.783	13.234	1.749
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**40.469**	**40.469**	**14.491**

OBJETIVO: 0487 - Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando garantir a melhoria da qualidade ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01MO - Adequação dos procedimentos de controle do perigo e avaliação do risco de substâncias químicas e produtos perigosos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WH	2.400.000	2.400.000	2.280.049	2.102.847	2.102.847
Total	**2.400.000**	**2.400.000**	**2.280.049**	**2.102.847**	**2.102.847**

- **01MR - Aprimoramento da fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos considerados efetivo ou potencialmente poluidores, degradadores e contaminantes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6124	350.000	350.000	260.288	260.288	260.288
Total	**350.000**	**350.000**	**260.288**	**260.288**	**260.288**

- **01MW - Fomento aos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) para o aperfeiçoamento de redes de monitoramento de qualidade do ar, assim como para a elaboração de inventários regionais de poluentes atmosféricos e para o aperfeiçoamento de seus processos internos de gestão**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VX	555.445	555.445	166.177	150.274	150.274
Total	**555.445**	**555.445**	**166.177**	**150.274**	**150.274**

OBJETIVO: 0488 - Promover a Gestão dos Riscos relacionados às Emergências Ambientais com ênfase nos Produtos Perigosos, visando a Proteção da População e do Meio Ambiente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01N4 - Gestão de Risco de Emergências Ambientais, Preparação e Atendimento à Ocorrência de Acidentes Ambientais com Produtos Perigosos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VW	1.705.815	1.705.815	1.700.399	759.442	755.523
20MM	620.000	620.000	503.945	494.123	494.123
Total	**2.325.815**	**2.325.815**	**2.204.343**	**1.253.565**	**1.249.646**

- **04DR - Promoção da qualidade das águas em portos brasileiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
7V38	7.000.000	7.000.000	0	0	0
Total	**7.000.000**	**7.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0489 - Promover o aperfeiçoamento do licenciamento e da avaliação ambiental.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01N9 - Aperfeiçoamento de normas e da gestão das informações, e desenvolvimento institucional dos órgãos integrantes do SISNAMA responsáveis pelo licenciamento ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20N0	200.000	200.000	199.712	146.262	146.262
8499	11.000.000	11.000.000	4.561.328	2.032.035	2.032.035
6925	7.876.000	7.876.000	6.022.058	5.639.152	5.639.152
Total	**19.076.000**	**19.076.000**	**10.783.097**	**7.817.449**	**7.817.449**

OBJETIVO: 0490 - Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01NF - Apoio à implementação das ações prioritárias dos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20VZ	1.576.364	1.576.364	168.033	119.475	119.475
Total	**1.576.364**	**1.576.364**	**168.033**	**119.475**	**119.475**

- **01NI - Fomento a planos e projetos que promovam políticas públicas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20M6	3.000.000	3.000.000	2.250.810	2.058.137	2.058.137
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**2.250.810**	**2.058.137**	**2.058.137**

OBJETIVO: 0491 - Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para construção de sociedades sustentáveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01NK - Desenvolvimento de ações de formação, comunicação e desenvolvimento de capacidades para a formação de educadores ambientais, lideranças comunitárias, jovens e gestores públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20VY	3.835.582	3.835.582	988.222	555.320	555.320
Total	**3.835.582**	**3.835.582**	**988.222**	**555.320**	**555.320**

- **01NL - Desenvolvimento de estratégias de educação ambiental, participação social e mediação de conflitos para apoio à gestão socioambiental de territórios ocupados por grupos em situação de vulnerabilidade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8286	250.000	250.000	95.462	93.962	93.962
Total	**250.000**	**250.000**	**95.462**	**93.962**	**93.962**

- **01NS - Pesquisa, divulgação técnico-científica e formação de multiplicadores em educação ambiental**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2972	100.000	100.000	100.000	80.000	80.000
Total	**100.000**	**100.000**	**100.000**	**80.000**	**80.000**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.481.816**	**2.482.247**	**706.962**
Despesas Correntes	250.884	221.331	80.380
Despesas de Capital	2.230.933	2.260.916	626.582
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.481.816**	**2.482.247**	**706.962**

OBJETIVO: 0418 - Aumentar a governança sobre a malha fundiária, gerenciar o ordenamento fundiário por meio dos sistemas cadastrais e cartográficos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizar a fiscalização das informações cadastrais da propriedade, controlar a aquisição de imóveis por estrangeiros, proceder a certificação dos imóveis rurais e combater a grilagem de terra pública.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01DV - Fiscalização cadastral das propriedades rurais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2105	5.700.000	4.560.000	1.940.889	1.580.297	1.533.504
Total	**5.700.000**	**4.560.000**	**1.940.889**	**1.580.297**	**1.533.504**

OBJETIVO: 0419 - Identificar, discriminar e arrecadar as terras devolutas, destinar as terras públicas e executar a regularização fundiária nas terras federais e nas estaduais, em parceria com os respectivos governos, para a democratização do acesso a terra, com condições simplificadas para imóveis rurais pequenos e médios, bem como para a promoção dos direitos territoriais das populações quilombolas, povos indígenas e outras comunidades tradicionais, e contribuir para o combate da pobreza no meio rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01E7 - Gestão das terras públicas federais e apoio à gestão das estaduais, realizando a fiscalização do cumprimento da função social das propriedades rurais, georreferenciamento e certificação de imóveis rurais, regularização Fundiária e titulação, ratificação de títulos em faixa de fronteira e apoio à legalização de imóveis rurais, modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), ampliação da inserção de dados geográficos ao acervo fundiário do Incra e a sua integração com outras bases geográficas, e promover a massificação do seu acesso**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210U	40.484.545	34.635.463	28.281.634	13.233.732	10.859.141
Total	**40.484.545**	**34.635.463**	**28.281.634**	**13.233.732**	**10.859.141**

- **01E8 - Gestão de malha fundiária e destinação de terras públicas nos marcos da Lei 11.952/2009**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211C	82.825.926	77.700.000	49.134.354	5.151.094	4.456.945
Total	**82.825.926**	**77.700.000**	**49.134.354**	**5.151.094**	**4.456.945**

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias, público da reforma agrária, por meio da obtenção de imóveis rurais, criar e implantar projetos de assentamento sustentáveis com infraestrutura, crédito instalação e licenciamento ambiental, proceder a supervisão ocupacional dos lotes e contribuir com igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01EK - Criação de projetos de assentamento para o público da Reforma Agrária, prioritariamente de projetos de assentamento diferenciados ambientalmente, na Amazônia Legal, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211B	720.500.000	716.225.926	569.209.476	394.041.565	390.017.547
Total	**720.500.000**	**716.225.926**	**569.209.476**	**394.041.565**	**390.017.547**

- **01EP - Propiciar as condições básicas de acesso, abastecimento de água, moradia, segurança alimentar e início de estruturação produtiva para as famílias beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0427	946.000.000	946.000.000	161.292.200	21.559.200	21.559.200
Total	**946.000.000**	**946.000.000**	**161.292.200**	**21.559.200**	**21.559.200**

OBJETIVO: 0421 - Qualificar e consolidar os projetos de assentamento sustentáveis desenvolvendo-os com gestão ambiental, financiamento produtivo, acesso aos mercados, agroindustrialização e assistência técnica para a autonomia socioeconômica das famílias, promovendo a titulação conjunta, a igualdade de gênero e a redução da pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01EU - Desenvolvimento sustentável dos assentamentos da reforma agrária com a concessão de títulos conjuntos a mulheres e homens assentados, a regularização e gestão ambiental, o fomento à agroindustrialização e à comercialização proporcionando aos assentamentos condições necessárias ao desenvolvimento econômico, social e produtivo das famílias, além de fortalecer os grupos produtivos de mulheres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
211A	288.086.000	303.313.654	289.295.557	88.101.177	62.279.627
Total	**288.086.000**	**303.313.654**	**289.295.557**	**88.101.177**	**62.279.627**

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à capacitação profissional e educação formal em todos os níveis, à cultura, à alimentação básica, à saúde, esporte e lazer ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01F1 - Proporcionar ao público alvo o acesso à educação formal em todos os níveis e à capacitação profissional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210T	30.500.000	34.500.000	30.474.688	18.722.755	17.941.377
Total	**30.500.000**	**34.500.000**	**30.474.688**	**18.722.755**	**17.941.377**

OBJETIVO: 0423 - Reduzir a violência no campo com a mediação de conflitos agrários, a prevenção de tensão social no campo e a promoção de assistência às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, garantindo o efetivo acesso às políticas públicas sociais, em especial o combate à fome e à miséria.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01F2 - Intensificar o combate à violência no campo e a prevenção de tensão social no meio rural e proporcionar o acesso das famílias acampadas de trabalhadores rurais às políticas sociais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210R	7.215.555	7.215.555	3.444.812	2.389.522	2.370.111
Total	**7.215.555**	**7.215.555**	**3.444.812**	**2.389.522**	**2.370.111**

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02UI - Concessão de financiamento para aquisição de imóveis e infraestrutura básica rurais às famílias de trabalhadores rurais, por meio de crédito fundiário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0061	300.000.000	300.000.000	300.000.000	154.128.724	154.128.724
Total	**300.000.000**	**300.000.000**	**300.000.000**	**154.128.724**	**154.128.724**

- **02UN - Implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários e manutenção, capacitação e assistência técnica às famílias, com vistas à consolidação dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210Q	60.504.408	58.096.408	40.688.604	8.053.589	8.053.589
Total	**60.504.408**	**58.096.408**	**40.688.604**	**8.053.589**	**8.053.589**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2012 - Agricultura Familiar

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.180.786**	**6.171.993**	**1.209.970**
Despesas Correntes	4.599.294	5.585.737	1.052.689
Despesas de Capital	581.491	586.256	157.281
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**5.180.786**	**6.171.993**	**1.209.970**

OBJETIVO: 0411 - Qualificar os instrumentos de financiamento, fomento, proteção da produção, garantia de preços e da renda como estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar, com a geração de alimentos, energia, produtos e serviços.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01A6 - Ampliação e qualificação do Programa Garantia Safra para todo o país, com a revisão do marco legal e monitoramento de macroprocessos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0359	203.000.000	916.267.709	916.267.709	859.000.000	859.000.000
Total	**203.000.000**	**916.267.709**	**916.267.709**	**859.000.000**	**859.000.000**

- **01AQ - Disponibilização de linhas de crédito para agricultores e agricultoras familiares, empreendedores familiares rurais e pessoas jurídicas da agricultura familiar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0A81	350.000.000	350.000.000	176.292.824	156.292.824	156.292.824
0281	3.155.946.788	3.437.946.788	3.437.946.788	56.268.070	56.268.070
Total	**3.505.946.788**	**3.787.946.788**	**3.614.239.612**	**212.560.894**	**212.560.894**

- **01BB - Utilização de instrumentos de intervenção no mercado, garantindo o preço, a renda e o abastecimento dos produtos da agricultura familiar (público atendido pela Lei 11.326/2006, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e comunidades quilombolas), bem como formar estoques públicos reguladores e estratégicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20GI	200.000.000	200.000.000	0	0	0
00GW	150.000.000	150.000.000	3.090.241	3.090.241	2.688.971
00GZ	50.000.000	50.000.000	0	0	0
Total	**400.000.000**	**400.000.000**	**3.090.241**	**3.090.241**	**2.688.971**

OBJETIVO: 0412 - Ampliar o acesso e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural e de inovação tecnológica, de forma continuada e permanente, para os agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01CB - Prestação dos serviços qualificados e continuados de Assistência Técnica e Extensão Rural, articulados com concessão de investimentos, para o público da agricultura familiar, reforma agrária, mulheres rurais,**

indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais e para a organização da produção de empreendimentos da agricultura familiar, com formação dos agentes de desenvolvimento e fiscalização dos contratos; apoio à estruturação das entidades públicas executoras dos serviços de ATER.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210S	356.750.000	395.011.428	371.638.245	99.403.255	79.977.251
210O	629.845.248	579.845.248	285.393.341	7.873.287	5.179.403
Total	**986.595.248**	**974.856.676**	**657.031.586**	**107.276.542**	**85.156.655**

OBJETIVO: 0413 - Organizar a agricultura familiar para comercialização e inserção econômica em mercados institucionais, diferenciados e convencionais (interno e externo) e nas cadeias produtivas de energias renováveis.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01CX - Fomento à diversificação econômica, à agroindustrialização e à produção de base ecológica e orgânica, da sociobiodiversidade e das cadeias de energia renováveis por meio da disponibilização de insumos produtivos, tecnologias e conhecimentos, com apoio à gestão de riscos, visando à promoção e ao fortalecimento da agricultura familiar e das políticas voltadas para o segmento, nos planos nacional, regional e internacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210V	52.543.679	60.221.522	40.526.441	16.523.188	13.045.547
Total	**52.543.679**	**60.221.522**	**40.526.441**	**16.523.188**	**13.045.547**

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais por meio da sua inclusão na gestão econômica e no acesso aos recursos naturais e à renda, e da ampliação e qualificação das políticas públicas da agricultura familiar.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **030H - Promoção comercial de organizações econômicas de mulheres em mercados institucionais, e justos e solidários, com apoio aos processos de organização baseados no cooperativismo e associativismo e na formalização das organizações; à implantação de procedimentos para a transição agroecológica, à adequação e/ou inovação tecnológica e à certificação da produção das mulheres; bem como promoção da cidadania de mulheres rurais contemplando a emissão gratuita de documentação civil básica, a realização de atendimentos previdenciários e o apoio à formalização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210W	32.500.000	32.500.000	16.039.019	11.465.151	9.297.296
Total	**32.500.000**	**32.500.000**	**16.039.019**	**11.465.151**	**9.297.296**

OBJETIVO: 0760 - Ampliar e qualificar sistemas de produção de base ecológica e orgânica da Agricultura Familiar e de Povos e Comunidades Tradicionais de modo a ofertar à sociedade produtos diversificados, diferenciados e sem contaminantes, gerando renda às famílias e melhorando a qualidade de vida e da alimentação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **030N - Apoio e fomento a processos de transição agroecológica; a experiências de produção e redes de promoção da agroecologia e da agricultura orgânica e a circuitos locais de comercialização, de economia solidária, do mercado justo e da rede de segurança alimentar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6087	200.000	200.000	199.400	54.466	54.466
Total	**200.000**	**200.000**	**199.400**	**54.466**	**54.466**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2014 - Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**13.967.497**	**13.539.343**	**4.757.839**
Despesas Correntes	7.763.431	7.092.189	1.132.549
Despesas de Capital	6.204.066	6.447.154	3.625.290
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**13.967.497**	**13.539.343**	**4.757.839**

OBJETIVO: 0350 - Utilizar os mecanismos de apoio à comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e Aperfeiçoar a geração e a disseminação de dados sobre safras, preços, custo de produção e abastecimento de produtos e insumos agropecuários para subsidiar a formulação de políticas públicas visando a garantia do abastecimento interno, a geração de divisas cambiais e renda aos produtores rurais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **010Y - Aperfeiçoamento e ampliação dos mecanismos de informação do agronegócio e da capacidade armazenadora**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y7	5.000.000	6.000.000	3.697.783	1.931.670	1.931.320
Total	**5.000.000**	**6.000.000**	**3.697.783**	**1.931.670**	**1.931.320**

- **010Z - Ampliação e modernização da capacidade estática da rede armazenadora da CONAB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
151O	225.735.000	225.735.000	159.525.721	11.525.501	10.660.064
Total	**225.735.000**	**225.735.000**	**159.525.721**	**11.525.501**	**10.660.064**

- **0113 - Aquisição de produtos agrícolas para a formação de estoques públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0299	800.000.000	800.000.000	274.157.004	274.157.004	274.157.004
2130	1.640.000.000	1.640.000.000	604.696.591	522.081.704	516.864.045
Total	**2.440.000.000**	**2.440.000.000**	**878.853.595**	**796.238.708**	**791.021.049**

- **0118 - Disponibilização de mecanismos de suporte de preços e apoio a comercialização de produtos agropecuários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0300	2.650.000.000	1.962.770.400	23.464.062	23.464.062	22.367.742
Total	**2.650.000.000**	**1.962.770.400**	**23.464.062**	**23.464.062**	**22.367.742**

- **0119 - Fiscalização dos estoques, das operações de garantia e sustentação dos preços na comercialização dos produtos agropecuários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2137	2.000.000	2.000.000	1.852.535	1.799.876	1.799.876
Total	**2.000.000**	**2.000.000**	**1.852.535**	**1.799.876**	**1.799.876**

OBJETIVO: 0600 - Ampliar a infraestrutura, disponibilizar on-line séries históricas das informações meteorológicas e climáticas e incentivar, por meio do desenvolvimento de produtos e aplicações especiais e da interação direta entre meteorologistas e usuários, a utilização desses dados nos processos de planejamento e de tomada de decisão dos setores público e privado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02C7 - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico (INMET)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
147S	2.364.342	2.364.342	463.700	463.700	463.700
Total	**2.364.342**	**2.364.342**	**463.700**	**463.700**	**463.700**

- **02CG - Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2161	36.258.238	46.646.338	38.221.521	29.910.397	27.070.494
Total	**36.258.238**	**46.646.338**	**38.221.521**	**29.910.397**	**27.070.494**

OBJETIVO: 0601 - Prover mecanismos de prevenção ao risco, de modo a minimizar seus efeitos na atividade agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02CM - Disponibilização de informações e aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento de riscos agroclimáticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20ZU	10.421.512	8.821.512	877.565	816.959	816.959
Total	**10.421.512**	**8.821.512**	**877.565**	**816.959**	**816.959**

- **02CN - Pagamento da subvenção ao prêmio e cobertura de déficit nas operações de seguro rural**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
0026	20.000.000	20.000.000	1.118.740	1.118.740	1.117.239
099F	400.000.000	700.000.000	400.000.000	399.932.571	9.875.088
Total	**420.000.000**	**720.000.000**	**401.118.740**	**401.051.311**	**10.992.328**

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural oficial e a outras fontes de financiamento da produção, visando ao aumento da produtividade, à adoção de sistemas produtivos sustentáveis e ao fortalecimento socioeconômico do setor agropecuário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

· **02EP - Melhoria do acesso e aumento dos recursos do crédito rural oficial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
0301	1.077.210.951	877.210.951	877.210.951	13.548.431	13.548.431
0611	372.800.000	372.800.000	364.960.266	71.373.266	71.373.266
0373	13.348.021	13.348.021	13.346.709	0	0
0297	7.100.000	7.100.000	0	0	0
0294	1.864.334.512	1.864.334.512	1.864.329.844	188.213.332	188.213.332
0298	123.212.398	123.212.398	121.136.175	22.175	22.175
Total	**3.458.005.882**	**3.258.005.882**	**3.240.983.946**	**273.157.204**	**273.157.204**

OBJETIVO: 0661 - Promover a elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas do agronegócio café, de forma a possibilitar o desenvolvimento socioeconômico desse setor.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

· **02GM - Financiamentos ao Agronegócio Café**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
0012	3.825.427.262	3.825.427.262	3.492.875.237	3.003.006.332	3.003.006.332
Total	**3.825.427.262**	**3.825.427.262**	**3.492.875.237**	**3.003.006.332**	**3.003.006.332**

· **02GN - Fomento ao Desenvolvimento do Agronegócio do Café**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20Y8	11.052.358	11.052.358	8.709.351	2.775.055	2.772.852
Total	**11.052.358**	**11.052.358**	**8.709.351**	**2.775.055**	**2.772.852**

· **02GT - Remuneração às instituições financeiras pela operacionalização de recursos do Funcafé nos financiamentos ao agronegócio café**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
0A27	143.000.000	143.000.000	124.497.052	82.287.048	82.287.048
Total	**143.000.000**	**143.000.000**	**124.497.052**	**82.287.048**	**82.287.048**

OBJETIVO: 0692 - Ampliar, diversificar e consolidar as exportações de produtos agropecuários brasileiros, visando a geração de divisas, empregos e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

· **02LW - Promoção e Imagem do Setor Agropecuário Brasileiro no Exterior**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20ZT	7.267.031	7.267.031	7.161.825	6.409.579	6.086.449
Total	**7.267.031**	**7.267.031**	**7.161.825**	**6.409.579**	**6.086.449**

OBJETIVO: 0743 - Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02WU - Promoção da Agricultura de Base Sustentável, Conservacionista, Tecnificada, de Baixa Emissão de Gases de Efeito Estufa e Elevada Fixação de Carbono nos Solos e nas Plantas (ABC)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8593	3.513.275	3.513.275	3.492.909	615.718	580.538
Total	**3.513.275**	**3.513.275**	**3.492.909**	**615.718**	**580.538**

OBJETIVO: 0744 - Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8606	5.741.821	5.741.821	5.687.161	2.854.602	2.734.051
Total	**5.741.821**	**5.741.821**	**5.687.161**	**2.854.602**	**2.734.051**

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZV	720.193.077	869.480.257	486.812.338	119.145.666	88.229.183
0064	233.267	233.267	0	0	0
Total	**720.426.344**	**869.713.524**	**486.812.338**	**119.145.666**	**88.229.183**

OBJETIVO: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e ao aumento da sua participação na matriz energética.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02Y2 - Difusão de tecnologias e capacitação dos agentes produtivos em produção agroenergética**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZS	1.284.083	1.284.083	534.978	385.954	385.954
Total	**1.284.083**	**1.284.083**	**534.978**	**385.954**	**385.954**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2013 - Agricultura Irrigada

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**589.162**	**498.912**	**184.991**
Despesas Correntes	131.752	81.296	49.355
Despesas de Capital	457.409	417.616	135.636
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**589.162**	**498.912**	**184.991**

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação das etapas necessárias à viabilização da produção dos projetos públicos de irrigação existentes, revitalizar as infraestruturas de uso comum e promover a exploração das áreas já implantadas em conformidade com a legislação ambiental com vista à transferência de gestão.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00FV - Administração, Operação, Manutenção e Revitalização de Perímetros Públicos de Irrigação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5934	200.000	200.000	0	0	0
7014	200.000	200.000	0	0	0
Total	**400.000**	**400.000**	**0**	**0**	**0**

- **00G0 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5314	27.000.000	9.427.709	9.390.849	4.959.259	4.053.925
Total	**27.000.000**	**9.427.709**	**9.390.849**	**4.959.259**	**4.053.925**

- **00G4 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação do Arroio Duro/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M16	6.622.562	0	0	0	0
Total	**6.622.562**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00G5 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Flores de Goiás/GO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5252	7.787.275	0	0	0	0
Total	**7.787.275**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00G7 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Jacaré-Curituba/SE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1622	100.000	3.216.143	2.480.614	286.500	94.810
Total	**100.000**	**3.216.143**	**2.480.614**	**286.500**	**94.810**

- **00G8 - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Luiz Alves do Araguaia/GO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
3770	28.400.650	0	0	0	0
Total	**28.400.650**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00GB - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Marrecas/Jenipapo/PI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FT	26.267.853	24.702.000	24.702.000	4.871.811	3.167.384
Total	**26.267.853**	**24.702.000**	**24.702.000**	**4.871.811**	**3.167.384**

- **00GC - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Passarão/RR**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5E79	7.329.200	13.709.706	7.329.200	0	0
Total	**7.329.200**	**13.709.706**	**7.329.200**	**0**	**0**

- **00GE - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Pontal/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5260	45.807.500	45.807.500	26.639.019	9.917.343	1.911.381
Total	**45.807.500**	**45.807.500**	**26.639.019**	**9.917.343**	**1.911.381**

- **00GH - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Salitre/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1692	36.000.000	41.000.000	40.996.302	25.357.225	18.012.462
Total	**36.000.000**	**41.000.000**	**40.996.302**	**25.357.225**	**18.012.462**

- **00GM - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de São Bernado/MA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FS	5.680.130	0	0	0	0
Total	**5.680.130**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00GP - Conclusão da Implantação do Perímetro de Irrigação Várzeas de Sousa/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5246	100.000	1.500.000	0	0	0
Total	**100.000**	**1.500.000**	**0**	**0**	**0**

- **00GQ - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Araras Norte/CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1O25	4.159.321	6.159.321	6.064.000	4.386.488	3.033.668
Total	**4.159.321**	**6.159.321**	**6.064.000**	**4.386.488**	**3.033.668**

- **00GR - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú/CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1O12	13.924.492	12.324.492	12.297.822	4.512.442	3.453.648
Total	**13.924.492**	**12.324.492**	**12.297.822**	**4.512.442**	**3.453.648**

- **00GS - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Jaíba/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5322	17.157.658	17.157.658	17.157.658	3.684.762	3.466.257
Total	**17.157.658**	**17.157.658**	**17.157.658**	**3.684.762**	**3.466.257**

- **00GU - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe/PI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1O28	916.150	67.000	54.000	6.831	6.831
Total	**916.150**	**67.000**	**54.000**	**6.831**	**6.831**

- **00GV - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas/CE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1O17	916.150	2.496.150	1.650.150	404.593	404.593
Total	**916.150**	**2.496.150**	**1.650.150**	**404.593**	**404.593**

- **00GW - Conclusão e Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí/PI**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1O21	18.733.681	52.053.681	52.053.000	29.338.373	18.049.119
Total	**18.733.681**	**52.053.681**	**52.053.000**	**29.338.373**	**18.049.119**

- **00HD - Promover a regularização ambiental e fundiária em projetos públicos de irrigação com transferência da titularidade dos lotes aos produtores**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140X	2.000.000	1.600.000	106.838	51.695	51.695
Total	**2.000.000**	**1.600.000**	**106.838**	**51.695**	**51.695**

- **00HO - Revitalização do Perímetro Rio Formoso do Araguaia/TO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1P91	6.413.050	10.000.000	2.500.000	0	0
Total	**6.413.050**	**10.000.000**	**2.500.000**	**0**	**0**

- **00HQ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Bebedouro/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5330	3.180.559	195.122	195.122	0	0
Total	**3.180.559**	**195.122**	**195.122**	**0**	**0**

- **00HS - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Curaçá/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5378	2.600.452	1.647.686	1.647.685	207.650	207.650
Total	**2.600.452**	**1.647.686**	**1.647.685**	**207.650**	**207.650**

- **00HV - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Formoso/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5368	8.098.597	2.065.348	2.065.348	1.029.490	1.002.421
Total	**8.098.597**	**2.065.348**	**2.065.348**	**1.029.490**	**1.002.421**

- **00HW - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Gorutuba/MG**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5370	23.086.980	32.330.502	32.330.502	14.157.785	5.791.848
Total	**23.086.980**	**32.330.502**	**32.330.502**	**14.157.785**	**5.791.848**

- **00HY - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Maniçoba/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5442	1.374.225	349.994	349.994	209.994	209.994
Total	**1.374.225**	**349.994**	**349.994**	**209.994**	**209.994**

- **00HZ - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Mirorós/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5348	4.229.306	3.520.676	3.520.676	1.663.451	1.552.213
Total	**4.229.306**	**3.520.676**	**3.520.676**	**1.663.451**	**1.552.213**

- **00I0 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação Nilo Coelho/PE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5354	14.575.690	14.870.240	14.870.240	3.807.770	2.660.705
Total	**14.575.690**	**14.870.240**	**14.870.240**	**3.807.770**	**2.660.705**

- **00I3 - Transferência de Perímetros Públicos de Irrigação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12OB	17.643.000	14.114.400	12.113.458	9.825.581	9.252.046
Total	**17.643.000**	**14.114.400**	**12.113.458**	**9.825.581**	**9.252.046**

OBJETIVO: 0543 - Viabilizar a administração, operação, manutenção, revitalização, regularização e o apoio à produção dos perímetros de interesse social, visando garantir sua gestão operacional

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **021B - Administração, operação, manutenção, revitalização e apoio à produção em projetos públicos de irrigação de interesse social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20EY	67.754.152	69.682.752	61.405.945	39.604.227	38.386.927
20WP	41.836.474	37.892.715	32.445.534	5.433.147	4.290.539
Total	**109.590.626**	**107.575.467**	**93.851.480**	**45.037.373**	**42.677.466**

- **021J - Transferência da gestão dos empreendimentos de interesse social**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5984	9.161.500	0	0	0	0
Total	**9.161.500**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **00I2 - Transferência da gestão do Perímetro de Irrigação São Gonçalo/PB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5980	3.481.370	3.481.370	6.821	6.821	6.821
Total	**3.481.370**	**3.481.370**	**6.821**	**6.821**	**6.821**

OBJETIVO: 0544 - Promover a implantação de novos projetos em áreas com potencial de ampliação da agricultura irrigada para aumentar a produção agrícola de maior valor agregado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **021K - Construção de barragem para fins de irrigação no Rio Imburuçu/GO**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FZ	100.000	0	0	0	0
Total	**100.000**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **021O - Construção do Canal de Irrigação Jaguari/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G2	4.580.750	0	0	0	0
Total	**4.580.750**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **021Q - Construção do Canal de Irrigação Taquarembó/RS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12G3	2.748.450	0	0	0	0
Total	**2.748.450**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **021T - Estudos e projetos para implantação de perímetros de irrigação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XU	49.955.000	22.857.972	15.357.972	1.050.744	261.455
Total	**49.955.000**	**22.857.972**	**15.357.972**	**1.050.744**	**261.455**

- **021X - Implantação da infraestrutura de apoio à irrigação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XV	100.000	100.000	0	0	0
14XW	100.539	100.539	0	0	0
Total	**200.539**	**200.539**	**0**	**0**	**0**

- **0229 - Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro/MT**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FR	10.740.492	0	0	0	0
Total	**10.740.492**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **022B - Implantação do Perímetro de Irrigação Manoel Dionísio/SE**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12FP	4.580.750	0	0	0	0
Total	**4.580.750**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **022E - Implantação de Perímetros de Irrigação - Nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10BC	200.000	100.000	90.058	0	0
Total	**200.000**	**100.000**	**90.058**	**0**	**0**

- **022H - Implantação do Perímetro de Irrigação Santa Cruz do Apodi/RN**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
100N	27.667.730	44.167.730	43.667.730	17.898.699	7.332.323
Total	**27.667.730**	**44.167.730**	**43.667.730**	**17.898.699**	**7.332.323**

- **022O - Implantação do Perímetro de Irrigação Itamarati II/MS**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7M38	7.665.382	0	0	0	0
Total	**7.665.382**	**0**	**0**	**0**	**0**

- **022T - Implantação dos Perímetros de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano/AL**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
140C	27.484.500	9.313.357	9.304.858	2.318.415	1.478.687
Total	**27.484.500**	**9.313.357**	**9.304.858**	**2.318.415**	**1.478.687**

- **04H5 - Implantação de Sistemas Simplificados de Irrigação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
212Y	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**304.445**	**303.034**	**126.878**
Despesas Correntes	201.654	198.056	124.822
Despesas de Capital	102.792	104.978	2.056
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**304.445**	**303.034**	**126.878**

OBJETIVO: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZW	171.134.676	161.195.426	116.631.286	92.528.268	85.693.941
Total	**171.134.676**	**161.195.426**	**116.631.286**	**92.528.268**	**85.693.941**

- **04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZX	65.040.810	63.940.810	49.407.578	32.608.377	30.174.506
Total	**65.040.810**	**63.940.810**	**49.407.578**	**32.608.377**	**30.174.506**

OBJETIVO: 0367 - Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0136 - Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152L	48.000.000	58.000.000	31.751.299	1.706.286	1.577.615
Total	**48.000.000**	**58.000.000**	**31.751.299**	**1.706.286**	**1.577.615**

OBJETIVO: 0620 - Estruturar os serviços em sanidade e rastreabilidade pesqueira e aquícola para garantir a sustentabilidade e a qualidade dos recursos pesqueiros

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04BO - Promoção da Sanidade e da Qualidade da Produção Pesqueira e Aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XZ	20.270.000	19.897.300	12.021.168	35.000	35.000
Total	**20.270.000**	**19.897.300**	**12.021.168**	**35.000**	**35.000**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2042 - Inovações para a Agropecuária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**619.178**	**620.228**	**256.364**
Despesas Correntes	375.594	351.112	222.755
Despesas de Capital	243.584	269.116	33.609
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**619.178**	**620.228**	**256.364**

OBJETIVO: 0842 - Pesquisar, desenvolver e transferir tecnologias para aumentar a competitividade e a produtividade da agropecuária brasileira, contribuir para a inclusão social dos produtores de base familiar e disseminar práticas ambientalmente sustentáveis, com foco em compromissos como a redução da emissão de carbono, no desenvolvimento sustentável e no uso racional dos recursos naturais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GG - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de tecnologias para atender a agricultura familiar, os grandes desafios nacionais, a competitividade e a sustentabilidade da agropecuária brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y6	428.740.228	432.258.228	346.552.744	215.028.736	211.831.240
Total	**428.740.228**	**432.258.228**	**346.552.744**	**215.028.736**	**211.831.240**

- **03GJ - Transferência de tecnologias (TT) para viabilizar o desenvolvimento rural sustentável**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8924	121.210.663	122.260.663	57.940.615	26.658.935	25.327.761
Total	**121.210.663**	**122.260.663**	**57.940.615**	**26.658.935**	**25.327.761**

OBJETIVO: 0845 - Pesquisar e desenvolver tecnologias para os sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos biomas Mata Atlântica e Amazônia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GM - Geração, transferência e difusão de tecnologias sustentáveis, adequadas aos sistemas agrossilvopastoris das regiões cacaueiras dos Biomas da Mata Atlântica e Amazônia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZY	39.526.750	39.526.750	18.030.849	14.676.347	13.842.499
Total	**39.526.750**	**39.526.750**	**18.030.849**	**14.676.347**	**13.842.499**

OBJETIVO: 0846 - Modernizar a infraestrutura, a estrutura organizacional - institucional e a gestão, visando a inovação e a consolidação da atuação interna e externa em PD&I agropecuária.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03GR - Modernização e ampliação da infraestrutura física da Embrapa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
153F	10.000.000	10.000.000	6.929.395	0	0
117A	8.000.000	5.600.000	0	0	0
147T	11.200.000	10.082.000	0	0	0
Total	**29.200.000**	**25.682.000**	**6.929.395**	**0**	**0**

- **048X - Ampliação e modernização da infraestrutura, aperfeiçoamento da gestão e integração das Organizações Estaduais de Pesquisas Agrícolas (OEPAS)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
116Z	500.000	500.000	0	0	0
Total	**500.000**	**500.000**	**0**	**0**	**0**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2026 - Conservação e Gestão de Recursos Hídricos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**305.429**	**307.531**	**156.078**
Despesas Correntes	237.601	246.278	147.091
Despesas de Capital	67.827	61.253	8.986
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**305.429**	**307.531**	**156.078**

OBJETIVO: 0646 - Coordenar a formulação, o planejamento e a avaliação da Política Nacional de Recursos Hídricos, em articulação com os Estados, com a política ambiental e com as demais políticas setoriais, considerando a necessária participação da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02GA - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e definição de estratégias para a sua implementação, em articulação com entes do Singreh e envolvendo a participação da sociedade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VS	4.450.000	4.450.000	2.552.058	1.217.509	1.217.509
142D	150.000	150.000	0	0	0
Total	**4.600.000**	**4.600.000**	**2.552.058**	**1.217.509**	**1.217.509**

OBJETIVO: 0650 - Promover a integração e o aprimoramento dos instrumentos de Regulação, e Gestão dos recursos hídricos, com vistas a proporcionar os usos múltiplos da água, de forma sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02GE - Implementação e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão de Recursos Hídricos: plano, enquadramento, outorga, cobrança e sistema de informação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WI	214.340.057	212.340.057	194.653.125	92.303.196	91.081.663
00LX	54.622.300	65.687.370	60.839.481	60.839.481	60.839.481
2D93	1.000.000	800.000	24.233	24.233	24.233
Total	**269.962.357**	**278.827.427**	**255.516.839**	**153.166.909**	**151.945.376**

OBJETIVO: 0662 - Promover a consolidação e a estruturação técnico e institucional dos entes envolvidos no Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, com foco nas instâncias de representação colegiada e órgãos gestores estaduais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02GU - Apoio à estruturação técnica e institucional dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12DS	4.000.000	4.000.000	4.000.000	0	0
Total	**4.000.000**	**4.000.000**	**4.000.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0665 - Promover a revitalização de bacias hidrográficas por meio de ações de recuperação, preservação e conservação que visem o uso sustentável dos recursos naturais, a melhoria das condições socioambientais e à melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02H1 - Preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais em Bacias Hidrográficas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VR	5.978.109	5.978.109	616.579	298.859	273.145
Total	**5.978.109**	**5.978.109**	**616.579**	**298.859**	**273.145**

- **02H3 - Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Municípios das Bacias do São Francisco e do Parnaíba**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
10ZW	20.888.220	14.125.446	12.030.168	1.394.465	1.136.654
Total	**20.888.220**	**14.125.446**	**12.030.168**	**1.394.465**	**1.136.654**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**311.038**	**299.818**	**21.283**
Despesas Correntes	132.169	118.543	18.260
Despesas de Capital	178.869	181.276	3.023
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**311.038**	**299.818**	**21.283**

OBJETIVO: 0567 - Promover a produção aquícola e pesqueira de forma sustentável com foco no potencial brasileiro e nos recursos sub-explotados e inexplotados

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02AQ - Equalização da taxa de juros em financiamentos para a ampliação e modernização da frota pesqueira nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
09FU	5.000.000	3.500.000	0	0	0
Total	**5.000.000**	**3.500.000**	**0**	**0**	**0**

- **026M - Operação de centros integrados de recursos pesqueiros e aquicultura, estações de piscicultura e centro de pesquisa em aquicultura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2819	3.218.960	3.218.960	2.360.930	1.495.227	1.486.426
Total	**3.218.960**	**3.218.960**	**2.360.930**	**1.495.227**	**1.486.426**

- **04EO - Fomento á Produção Pesqueira e Aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
5464	1.000.000	1.000.000	442.914	338.228	338.228
20NE	900.000	900.000	200.000	0	0
20Y0	80.793.566	72.740.318	33.007.207	4.765.886	4.765.886
212M	50.000	50.000	0	0	0
Total	**82.743.566**	**74.690.318**	**33.650.121**	**5.104.114**	**5.104.114**

OBJETIVO: 0572 - Implementar infraestruturas integrantes da cadeia produtiva aquícola e pesqueira para promover a produção, a agregação de valor e a qualidade dos produtos aquícolas e pesqueiros nacionais

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **027I - Implantação de Terminais Pesqueiros Públicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U12	0	800.000	0	0	0
14TI	44.671.058	44.671.058	9.152.653	5.165.788	5.148.576
Total	**44.671.058**	**45.471.058**	**9.152.653**	**5.165.788**	**5.148.576**

- **04DZ - Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20Y1	136.670.137	135.703.713	46.042.932	2.235.202	2.235.202
5372	140.000	140.000	64.631	64.168	64.168
Total	**136.810.137**	**135.843.713**	**46.107.563**	**2.299.370**	**2.299.370**

OBJETIVO: 0576 - Promover a inclusão social, o acesso à cidadania, à educação e à qualificação profissional com vistas à melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da pesca e aquicultura

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **028G - Ampliação do acesso à subvenção do óleo diesel, com foco na pesca artesanal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
0080	22.163.850	22.163.850	22.163.850	5.108.093	5.108.093
Total	**22.163.850**	**22.163.850**	**22.163.850**	**5.108.093**	**5.108.093**

OBJETIVO: 0583 - Orientar a gestão da atividade pesqueira para a promoção da exploração sustentável dos recursos pesqueiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04AW - Fiscalização e monitoramento da atividade pesqueira e aquícola para a sustentabilidade dos recursos pesqueiros e aquícolas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20Y2	16.430.487	14.930.487	3.876.898	2.110.315	2.110.315
Total	**16.430.487**	**14.930.487**	**3.876.898**	**2.110.315**	**2.110.315**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Secretaria de
Planejamento e Investimentos Estratégicos

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

Plano
Mais Brasil
Mais Desenvolvimento
Mais Igualdade
Mais Participação

PPA
2012 2015

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II

PROGRAMAS TEMÁTICOS

Tomo IV - Programas de Soberania, Território e Gestão

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTOS ESTRATÉGICOS

RELATÓRIO ANUAL DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II

PROGRAMAS TEMÁTICOS

Tomo IV - Programas de Soberania, Território e Gestão

Brasília - DF
2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTROS:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União
Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Kátia Regina de Abreu

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado da Cultura
Juca Ferreira

Ministro de Estado da Defesa
Jacques Wagner

Ministro de Estado da Educação
Renato Janine Ribeiro

Ministro de Estado da Fazenda
Joaquim Levy

Ministro de Estado da Integração Nacional – Interino
Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Helder Barbalho

Ministro de Estado da Previdência Social
Carlos Eduardo Gabas

Ministro de Estado da Saúde
Ademar Arthur Chioro dos Reis

Ministro de Estado das Cidades
Gilberto Kassab

Ministro de Estado das Comunicações
Ricardo Berzoini

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministro de Estado de Minas e Energia
Carlos Eduardo de Souza Braga

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias de Sousa

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Armando Monteiro Neto

Ministro de Estado do Esporte
George Hilton dos Santos Cecílio

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Henrique Eduardo Lyra Alves

Ministro de Estado dos Transportes
Antônio Carlos Rodrigues

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Interino
Roberto Mangabeira Unger

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Eliseu Padilha

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Edinho Araújo

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Edinho Silva

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Miguel Rosseto

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

CC-BY-NC Creative Commons 2015 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são:
http://www.planejamento.gov.br,
http://bibspi.planejamento.gov.br e
http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br.

Impresso no Brasil.

Secretário de Planejamento e Investimentos Estratégicos

Gilson Alceu Bittencourt

Diretores da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

André Arantes Luciano

Bráulio Santiago Cerqueira

Débora Nogueira Beserra

Jorge Abrahão de Castro

Rodolfo Osorio de Oliveira

Projeto gráfico

Roberto Tavares Walkowicz

Jucildo Augusto da Silva Lima

B823r

Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Relatório anual de avaliação do PPA 2012-2015: ano-base 2014 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos. -- Brasília: MP, 2015.
2v.: il.

Conteúdo: v.1 – Dimensão estratégica v.2 – Programas Temáticos
1. Plano Plurianual - avaliação 2. Políticas Públicas I. Título

CDU 338.26"2012/2015"(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO GERAL 9

INTRODUÇÃO 11

PROGRAMAS DE SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO 13

2057 - POLÍTICA EXTERNA 15

2043 - INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA 48

2058 - POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA 68

2056 - POLÍTICA ESPACIAL 143

2059 - POLÍTICA NUCLEAR 164

2046 - MAR, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTIDA 176

2029 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA 199

2038 - DEMOCRACIA E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA 242

2039 - GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA E ESTABILIDADE DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL 280

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO 371

ANEXO I - EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS 315

APRESENTAÇÃO GERAL

O Governo Federal tem a satisfação de apresentar ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2012 – 2015**, ano-base 2014, contendo uma descrição dos principais resultados obtidos no exercício em questão, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos Programas Temáticos do plano vigente.

Além de cumprir a determinação legal contida no Artigo 15 da Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2012–2015, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA, de forma a possibilitar maior eficácia na alocação de recursos e a ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços disponibilizados à sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

Com o objetivo de facilitar a leitura, este Relatório está organizado em dois volumes, sendo o primeiro (Volume I) relativo à Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA e o segundo (Volume II) relacionado à Avaliação dos Programas Temáticos constantes do Plano. No conjunto, os dois volumes fornecem um panorama geral do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

A Avaliação da Dimensão Estratégica do PPA (Volume I) compreende uma análise geral do andamento do conjunto de políticas prioritárias, explicitando seus resultados e perspectivas no que se refere às potencialidades de geração de oportunidades e ao enfrentamento das desigualdades que ainda persistem na sociedade brasileira. Este texto conta com uma seção dedicada à estratégia nacional de desenvolvimento e outras seis referentes aos eixos de políticas escolhidos para organizar a avaliação: macroeconomia e desenvolvimento inclusivo, que contempla o comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano; sistema de proteção e promoção social; infraestrutura; produção com sustentabilidade e inovação; inserção internacional; e Estado, federalismo, planejamento e gestão.

O Volume II, que compreende a Avaliação dos Programas Temáticos do PPA, é organizado fundamentalmente a partir de informações fornecidas pelos Órgãos do Executivo Federal relativas ao ano-base 2014. Ele abrange os 65 Programas Temáticos do PPA e concentra-se nos campos do monitoramento destinados às análises situacionais dos Objetivos e das Metas de cada Programa. Este volume apresenta, para cada Programa Temático, a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira das ações orçamentárias vinculadas às Iniciativas. Ele está organizado em quatro tomos: I – Programas Sociais; II – Programas de Infraestrutura; III – Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental; e IV – Programas de Soberania, Território e Gestão. Cada uma das partes contém informações específicas sobre o andamento das políticas nelas retratadas, especialmente na análise situacional dos objetivos e das metas.

Pode-se, assim, fortalecer análises que permitam a identificação da necessidade de ajustes no curso das políticas ainda neste último ano de implementação do PPA 2012–2015, bem como extrair aprendizados que orientem a elaboração e implementação do PPA 2016–2019.

Boa leitura!

Nelson Barbosa
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

INTRODUÇÃO

O presente volume (Volume II) do Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal para o período 2012-2015, ano-base 2014, é dedicado à avaliação dos 65 Programas Temáticos que compõem o Plano e está organizado em 4 tomos:

TOMO I - Programas Sociais;

TOMO II - Programas de Infraestrutura;

TOMO III - Programas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental;

TOMO IV - Programas de Soberania, Território e Gestão.

A avaliação anual dos Programas Temáticos do Plano Plurianual 2012-2015 alinha-se ao processo de monitoramento centrado nos principais atributos do Plano. Como atividade contínua, o monitoramento temático aprimora o entendimento sobre o estágio de implementação das políticas públicas declaradas no PPA, contribuindo para a tomada de decisões na Administração Pública Federal. Desse modo, a gestão do Plano é exercício ativo de melhoria da atuação governamental.

Por outro lado, ao realizar a organização e registro de informações relativas à gestão do Plano, este Relatório possibilita a geração de conhecimento compartilhado, primordial para viabilizar a participação social no seu monitoramento.

Ao explicitar as principais realizações dos programas, esta parte do Relatório de Avaliação fornece os fundamentos para os resultados apresentados na avaliação da dimensão estratégica (Volume I do Relatório de Avaliação), uma vez que o conjunto dos programas temáticos – e das políticas públicas que eles incluem – é a expressão concreta da ação do Governo Federal que traduz de maneira operacional o modelo de desenvolvimento em curso no país.

Da mesma forma, o conjunto de informações disponibilizado neste documento enseja reflexões acerca dos desafios da operação do Estado, principalmente no que se refere à articulação e cooperação interinstitucional e ao fortalecimento do diálogo federativo. Essas questões são pontos estruturantes do modelo de planejamento que se adotou a partir das inovações introduzidas pelo PPA 2012-2015, com o fortalecimento do seu componente estratégico, participativo e territorial.

Para cada Programa Temático, apresenta-se a situação dos Indicadores, Objetivos e Metas, além da execução financeira de todas as ações orçamentárias vinculadas às iniciativas. Com a análise situacional de cada Objetivo e Meta, o Governo promove a transparência do conjunto de ações realizadas e previstas no âmbito do PPA para alcançar os resultados almejados pela sociedade brasileira. Assim, espera-se qualificar ainda mais o diálogo do Governo Federal com a sociedade, Congresso Nacional e demais entes federados na construção de um País com mais desenvolvimento, mais igualdade e mais participação.

Boa leitura!

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II - PROGRAMAS TEMÁTICOS

TOMO IV - PROGRAMAS DE SOBERANIA, TERRITÓRIO E GESTÃO

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Segmento política, governo e instituições, do Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI-BR)	pontos	26/05/2011	11	12/03/2012	35

Observações:
Segmento política, governo e instituições, do Monitor da Percepção Internacional do Brasil (MPI-BR) - Este indicador não foi mais apurado. O último cálculo data de 2012.

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil é atualmente um dos onze países que mantêm relações diplomáticas com todos os outros 192 Estados-membros das Nações Unidas. Em 2013, foi concluído o processo de instalação da 139ª embaixada residente do Brasil no exterior, em Lilongue, no Maláui. Após ter estabelecido em 2011 relações diplomáticas com o Sudão do Sul e com o Reino de Tonga, o Governo brasileiro estabeleceu em 2013 embaixadas cumulativas junto a esses dois países.

Além de consolidar um perfil universal de relacionamento diplomático, o Governo brasileiro executou, no período entre 2012 e 2014, intensa agenda de ações voltadas para o aprofundamento e a ampliação do diálogo político e a cooperação com países de todas as regiões do mundo.

As atividades realizadas para o cumprimento do objetivo situam-se em distintos níveis, a saber:

a) Visitas realizadas pela Presidenta da República a outros países, e visitas de Chefes de Estado ou Governo estrangeiros ao Brasil. Além disso, devem ser mencionados os encontros mantidos pela Presidenta à margem de eventos internacionais.
b) Visitas realizadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores a outros países e por ele recebidas no Brasil. Mencionem-se, além disso, os encontros mantidos pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores à margem de eventos internacionais.
c) Visitas e encontros realizados por outras autoridades de primeiro escalão do Governo brasileiro.
d) O trabalho da rede de postos do Brasil no exterior, que se traduz em contatos praticamente diários com representantes dos Governos e das sociedades dos países em que estão acreditados.
e) Os contatos mantidos em nível infraministerial em Brasília, seja com visitantes estrangeiros, seja com representantes das embaixadas residentes em Brasília.
f) As iniciativas conduzidas no âmbito dos processos de integração e/ou concertação regional, bem como no contexto de outros mecanismos de formato variado (MERCOSUL, UNASUL, CELAC, BRICS, IBAS, BASIC, Parceria Estratégica Brasil-UE, entre outros).
g) A participação do Brasil em organismos internacionais.

O aprofundamento das relações bilaterais dá-se em duas grandes linhas. Em primeiro lugar, a relação com os países vizinhos e a integração regional, dimensão que recebe alta prioridade. Em segundo, o aprofundamento de nosso diálogo e

nossas parcerias no plano global. Incluem-se aí o diálogo e a cooperação tanto com parceiros tradicionais, como os Estados Unidos, os países da União Europeia e o Japão, quanto com países emergentes e em desenvolvimento, com base também em mecanismos de formato mais amplo, como o BRICS, o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e os processos de Cúpulas América do Sul-África (ASA) e América do Sul-Países Árabes (ASPA).

Avalia-se que o conjunto dessas ações, com destaque para as cobertas no item a – a chamada "diplomacia presidencial" –, resultou nesse período em ganhos importantes de projeção do Brasil no mundo e avanços no diálogo e na cooperação com um número considerável de países.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a implementação dos programas e ações de cooperação no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), nas áreas de saúde, meio ambiente, igualdade de gênero, cultura e educação.**

  Análise Situacional da Meta

  Apoio à participação de 110 professores de português e matemática do ensino fundamental e médio de Cabo Verde e 50 professores de São Tomé e Príncipe no Programa das Letras e Números (formação e especialização) em Fortaleza-CE, em julho de 2012.

  Apoio à participação de 210 professores de português, matemática e ciências do ensino fundamental e médio de Cabo Verde no Programa das Letras e Números (formação e especialização), em Fortaleza, Ceará, em julho de 2013.

  Apoio à participação de 40 estudantes universitários (por ano) de Cabo Verde no Programa de Incentivo à Formação Científica, em parceria com a CAPES, em 2012, 2013 e 2014.

  Apoio à participação de 50 estudantes universitários (por ano) de Moçambique no Programa de Incentivo à Formação Científica, em parceria com a CAPES, em 2012, 2013 e 2014.

  Apoio à participação de 50 estudantes universitários (por ano) de Angola no Programa de Incentivo à Formação Científica, em parceria com a Capes, em 2012 e 2013.

  Apoio à Participação de diplomatas dos Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco, (7 diplomatas no ano de 2012, 5 diplomatas em 2013 e 2 diplomatas em 2014).

  Missões de Observação Eleitoral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 2012, às eleições em Timor-Leste, Guiné-Bissau e Angola, e em 2014, às eleições em Guiné- Bissau, São Tomé e Príncipe, e Moçambique.

  Há variações no número de beneficiários diretos atingidos, em função de variações na própria demanda por parte dos países beneficiados. No caso do curso de formação de Rio Branco, a necessidade de manter proporção adequada entre número de estudantes brasileiros e estrangeiros influi no número de beneficiários, tendo em vista a redução no tamanho das turmas recentes. Especialmente relevante tem sido o apoio financeiro e em recursos humanos dado pelo Brasil a Missões de Observação Eleitoral nos países em desenvolvimento de língua oficial portuguesa.

- **Apoiar a participação dos países membros nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)**

  Análise Situacional da Meta

  Apoio a estágio de diplomata moçambicana no Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em fevereiro de 2012, tendo em vista a assunção por parte de Moçambique da presidência pro-tempore da CPLP, entre julho de 2012 e julho de 2014.

  O Brasil deu apoio financeiro e logístico (hospedagem e escritório) à missão do Representante Especial da CPLP para a Guiné-Bissau, o brasileiro Carlos Moura, entre janeiro e julho de 2014.

- **Construir ou adquirir instalações para 22 Embaixadas, Delegações Permanentes e Consulados**

Análise Situacional da Meta

Concluiu-se o processo de aquisição de imóvel adicional para a Chancelaria do Consulado-Geral em Rivera. Finalizou-se, ainda, construção da Chancelaria do Vice-Consulado em Encarnación. Tendo em vista as oscilações do mercado imobiliário local, a Embaixada em Berlim recebeu instrução para ratificar a avaliação do imóvel que se pretende adquirir para sua Chancelaria. A continuidade das obras de construção da Chancelaria no Vice-Consulado em Rio Branco, no Uruguai, aguarda a solução de questão trabalhista de responsabilidade da empresa vencedora da licitação.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

19/02/2015

- **Expandir e intensificar a agenda de relacionamento e a cooperação com os países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas**

Análise Situacional da Meta

Entre as várias linhas de ação apontadas na análise situacional do objetivo, destacam-se, no período de janeiro de 2012 a dezembro de 2014, como especialmente relevantes para o monitoramento da meta em questão, as seguintes:

(1) Nas trinta e nove viagens que fez ao exterior no período em consideração, a Senhora Presidenta da República realizou vinte e oito visitas de natureza bilateral: nove delas a países da América do Sul, três a países da América Central e do Caribe, uma à América do Norte, três à África, uma à Ásia, uma ao Oriente Médio e dez a países da Europa, inclusive à Santa Sé. A Presidenta Dilma Rousseff também participou de vinte e quatro compromissos de natureza multilateral, como, por exemplo, as aberturas do Debate Geral da LXVII (2012), da LXVIII (2013) e da LXIX (2014) Assembleia-Geral das Nações Unidas, as Cúpulas do G20 em Los Cabos (2012), São Petersburgo (2013) e Brisbane (2014). À margem desses eventos foram realizados encontros bilaterais com Chefes de Estado ou de Governo estrangeiros.

(2) No Brasil, a Senhora Presidenta da República recebeu, além de dois Presidentes eleitos, quarenta e três visitas de Chefes de Estado ou de Governo de trinta e dois países, alguns dos quais por ocasião da realização no País da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho de 2012. Também no Brasil, a Presidenta Dilma Rousseff manteve encontro com o Papa Francisco, em julho de 2013, durante a Jornada Mundial da Juventude. Nos meses de junho e julho de 2014, no contexto da realização da Copa do Mundo FIFA, a Presidenta da República manteve contatos com Chefes de Estado ou de Governo e com o Secretário-Geral das Nações Unidas.

(3) No âmbito dos processos de integração e concertação regional, destaca-se a participação da Senhora Presidenta da República nas Cúpulas de Chefes de Estado do MERCOSUL em Mendoza (junho de 2012), Brasília (dezembro de 2012), Montevidéu (julho de 2013), Caracas (julho de 2014) e Paraná, na Argentina (dezembro de 2014), assim como nas Cúpulas da UNASUL em Mendoza (junho de 2012), Lima (abril de 2013), Paramaribo (agosto de 2013) e Quito (dezembro de 2014). No contexto latino-americano, cumpre ressaltar a participação da Presidenta Dilma Rousseff na I e na II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em Santiago do Chile (janeiro de 2013) e em Havana, Cuba (janeiro de 2014).

(4) No tocante ao diálogo com os parceiros emergentes, destaca-se a organização pelo Brasil da VI Cúpula do BRICS em Fortaleza/CE, em julho de 2014. O evento propiciou encontros, no País, da Senhora Presidenta da República com os Chefes de Estado ou de Governo de Rússia, Índia, China e África do Sul. Foi também realizado, na ocasião, encontro dos mandatários dos BRICS e Chefes de Estado e de Governo da América do Sul. No período sob consideração, a Presidenta Dilma Rousseff participou anteriormente, na Índia, da IV Cúpula do agrupamento (março de 2012) e, na África do Sul, da sua V Cúpula e do Fórum de Diálogo BRICS-África (março de 2013). No que concerne ao diálogo com os países em desenvolvimento, cumpre destacar a participação da mandatária brasileira na III Cúpula

ASPA, no Peru (outubro de 2012), na III Cúpula ASA, na Guiné Equatorial (fevereiro de 2013), assim como na comemoração do jubileu de Ouro da União Africana, na Etiópia (maio de 2013).

(5) O Ministro de Estado das Relações Exteriores, por seu turno, realizou, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, noventa e cinco viagens ao exterior. Descontadas as ocasiões em que acompanhou a Senhora Presidenta da República, realizou sessenta e uma visitas bilaterais: dezesseis delas a países da América do Sul, sete à América Central e ao Caribe, sete à América do Norte, sete à África, dezenove a países da Europa, quatro ao Oriente Médio e uma à Ásia e Oceania. Participou ainda de cinquenta e cinco eventos multilaterais ou conferências no exterior, oportunidades em que pôde manter encontros bilaterais com homólogos de diversos países. Ainda no âmbito de suas viagens ao exterior, cumpre destacar a participação do Ministro de Estado, em 2014, como garante da mesa de diálogo entre Governo venezuelano e forças de oposição, a convite das partes. Sua participação deu-se no âmbito de Comissão de Chanceleres da UNASUL estabelecida para acompanhar, apoiar e assessorar um diálogo político amplo e construtivo na Venezuela.

(6) No Brasil, o Ministro de Estado das Relações Exteriores recebeu, no período sob consideração, oitenta e oito visitas de chanceleres de setenta países.

- **Implementar o Plano de Concertação Político-Diplomática, a fim de possibilitar que todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tenham representação diplomática em todos os países da CPLP**

Análise Situacional da Meta

Foi dada continuidade ao Projeto de Apoio à Instalação, Estruturação e Manutenção da Embaixada da Guiné-Bissau em Brasília, iniciado em 2011 e com duração prevista de cinco anos (até 2015), no âmbito do Programa de Concertação Político-Diplomática da CPLP.

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil mantém participação ativa nos esforços da comunidade internacional para fortalecer o multilateralismo. Diante das dificuldades do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para alcançar decisões frente às crises contemporâneas e os consequentes efeitos sobre a credibilidade do órgão, o País tem intensificado seus esforços para tornar o CSNU mais representativo, legítimo e eficaz.

Nesse sentido, o Brasil intensificou a coordenação com seus parceiros do G-4 (Alemanha, Índia e Japão) e demais membros da ONU para que seja dado impulso ao processo de reforma do CSNU em 2015, ano que marca o 70º aniversário da criação da ONU e os 10 anos da Cúpula Mundial de 2005 (na qual os líderes mundiais clamaram por uma reforma urgente do CSNU).

Paralelamente à atuação direta no processo negociador, o Brasil busca expandir o alcance das discussões sobre o tema para além do âmbito estritamente intergovenamental. Com o apoio brasileiro, e em seguimento a seminário organizado pelo País em abril de 2013, na Praia do Forte/BA, Índia e Japão realizaram eventos sobre reforma do CSNU (respectivamente em fevereiro e julho de 2014) com a participação da sociedade civil. Outro exemplo desse esforço foi a recente criação de um sítio eletrônico (nos idiomas português, espanhol e inglês) vinculado à página do MRE que compila artigos, documentos, referências bibliográficas e outras informações relevantes sobre o tema.

Metas 2012-2015

- **Aprofundar a participação, no âmbito da UNASUL, em atividades do Conselho Sul-Americano em Matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional.**

  Análise Situacional da Meta

  Criado em novembro de 2012, o Conselho Sul-americano em matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional (CDOT) teve sua primeira reunião ministerial em agosto de 2013 e a segunda em junho de 2014. O governo brasileiro participou ativamente da elaboração do Plano de Ação do Conselho, o qual se acha agora em fase de execução, mediante seus três Grupos de Trabalho: segurança cidadã; justiça; e ações contra a delinquência organizada transnacional. Têm sido realizadas diversas ações, como a organização de seminários e a elaboração de metodologias para intercâmbio de informações sobre acesso à justiça, lavagem de ativos e legislação sobre controle de armas.

- **Aprofundar a participação, no âmbito da UNASUL, em atividades do Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas.**

  Análise Situacional da Meta

  O Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas foi criado em 2010 e conta com seis Grupos de Trabalho, nas seguintes áreas: i) redução da demanda; ii) desenvolvimento alternativo, integral e sustentável, inclusive o preventivo; iii) redução da oferta; iv) medidas de controle; v) lavagem de ativos; vi) fortalecimento institucional e harmonização legislativa. Os trabalhos dos GTs avançaram ao longo de 2013 e de 2014 e o Brasil indicou pontos focais para todos eles. Os pontos focais são representantes de órgãos do Governo brasileiro competentes pelos temas dos GTs e mantêm contato com os pontos focais dos demais Estados Membros da UNASUL. A última Reunião Ministerial do Conselho foi realizada em julho de 2014 e avançou no exame de diversos projetos, entre os quais o estabelecimento de uma rede sul-americana de observatórios de drogas.

- **Implementar mecanismos de diálogo e cooperação internacional na área do enfrentamento ao problema mundial das drogas e aos ilícitos transnacionais.**

  Análise Situacional da Meta

  O MRE coordena a realização de reuniões bilaterais na área de enfrentamento ao problema mundial das drogas e aos ilícitos transnacionais, as quais contribuem para o aprofundamento da cooperação internacional na matéria, ao permitirem, entre outros aspectos, a identificação de prioridades, a discussão de iniciativas conjuntas e o intercâmbio de informações e boas práticas. Desde 2012 até o presente momento, foram realizadas reuniões bilaterais com Bolívia, Colômbia, Estados Unidos, Guiana, Peru, Rússia e União Europeia, além de reuniões trilaterais Brasil-Bolívia-Peru.

  Em paralelo, o Brasil tem participado ativamente dos foros que tratam do problema mundial das drogas e do enfrentamento aos ilícitos transnacionais no âmbito de MERCOSUL, UNASUL, CELAC, BRICS, OEA e ONU, cujos trabalhos tiveram continuidade em 2014.

- **Negociar acordos de cooperação na área de defesa nos âmbitos bilateral, regional e multilateral**

  Análise Situacional da Meta

  Os novos acordos seguem os moldes de um Acordo-Quadro, de modo a ampliar o escopo e padronizar procedimentos nas ações de cooperação. O MRE é responsável pela condução das negociações, levando em conta as especificidades de cada país, e o contexto político das relações bilaterais ou multilaterais.

  Cabe também ao MRE a renegociação de acordos já em vigor, com vistas a adequá-los à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que redefiniu parâmetros para o tratamento de informações sigilosas.

  Em 2014, foram assinados Acordos de Cooperação em matéria de Defesa entre o Brasil e os seguintes países: Suécia, Emirados Árabes Unidos, Jamaica e Antígua e Barbuda. Outros acordos dessa natureza encontram-se atualmente em negociação tanto no âmbito do Fórum IBAS quanto com os seguintes países: Argélia, Argentina (ajuste complementar), Benin, Canadá, Eslovênia, Filipinas, Finlândia, Indonésia, Marrocos e Mali. Ademais, cinco acordos sobre Proteção de Informação Sigilosa (Argentina, Bulgária, Espanha, Luxemburgo e Ucrânia) também estão em

negociação.

- **Negociar acordos de cooperação na área de segurança e combate a ilícitos transnacionais nos âmbitos bilateral, regional e multilateral**

  Análise Situacional da Meta

  O Brasil é signatário de acordos de cooperação na matéria com todos os países da América do Sul e alguns países da África. No período em questão, foram encaminhadas ao exame dos demais órgãos competentes do Governo brasileiro as propostas de acordos bilaterais apresentadas por 11 países. Paralelamente, com o objetivo de dar maior celeridade a futuras negociações com outros países, foram elaborados modelos de acordo de cooperação para o combate a ilícitos transnacionais e para o combate ao tráfico ilícito de drogas, igualmente transmitidos à consideração de outros órgãos. No período, o Brasil firmou com a Bolívia o "Memorando de Entendimento sobre o Apoio ao Projeto Piloto de Sistema de Controle da Redução de Cultivos Excedentários de Coca" (2012), que regulamenta a participação brasileira nos esforços do Governo boliviano para o monitoramento da área plantada de coca naquele país.

- **Negociar, no âmbito das Nações Unidas, instrumento multilateral sobre crimes cibernéticos.**

  Análise Situacional da Meta

  O Brasil vem acompanhando atentamente as discussões sobre o problema do crime cibernético, no âmbito da Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal (CPCJC/ECOSOC), tendo inclusive contribuído financeiramente para os trabalhos de grupo de peritos na matéria. O Brasil procura colaborar para a construção de consensos internacionais que possibilitem a celebração de convenção universal sobre o tema. Em paralelo, o País vem tratando da cooperação internacional para o combate ao crime cibernético no plano bilateral e no âmbito do BRICS, da OEA e da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos - COMJIB.

- **Organizar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20)**

  Análise Situacional da Meta

  Meta concluída em 2012.

- **Promover a cooperação nas áreas de segurança pública de grandes eventos internacionais no Brasil e de prevenção ao terrorismo.**

  Análise Situacional da Meta

  No contexto da preparação para os grandes eventos e no entendimento de que a vinda de grande número de atletas, dignitários e turistas tem requerido interlocução com autoridades de segurança de outros países, foram empreendidos diversos esforços governamentais voltados para o aprimoramento da segurança pública e a prevenção a atos terroristas, como, por exemplo, o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional e do Centro de Inteligência Nacional, durante a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo FIFA (2014). Durante a Copa do Mundo, diplomatas participaram de todos os Centros Integrados de Comando e Controle, ocasião em que interagiram com a comunidade de segurança para melhor garantir a integridade e o bem estar de turistas e dignitários estrangeiros em visita ao país.

  Em paralelo, o tema da segurança em grandes eventos tem sido tratado em mecanismos de diálogo e cooperação bilaterais, como o Grupo de Trabalho Brasil-EUA sobre Segurança e Combate aos Ilícitos Transnacionais (outubro de 2012), a III Reunião da Comissão Conjunta Brasil-Guiana de Cooperação Policial e Combate às Drogas (maio de 2013) e a segunda reunião de consultas Brasil-Rússia sobre novos desafios e ameaças (agosto de 2013). O tema foi também abordado em reunião de Altos Representantes Responsáveis por Segurança dos BRICS (dezembro de 2013).

OBJETIVO: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil tomou parte, ao longo de 2013 e 2014, de diversas reuniões de foros multilaterais, regionais e bilaterais na área de desarmamento, não proliferação e controle de armas. Na área nuclear, continuou atuando na defesa do lançamento de negociações multilaterais sobre um instrumento juridicamente vinculante que proíba tais armas e preveja a destruição dos arsenais existentes, com base em metas e prazos definidos e realistas. Nas áreas química e biológica, o País defendeu a universalização e plena vigência dos tratados que já proíbem armamentos dessas duas categorias (as Convenções sobre Armas Químicas e sobre Armas Biológicas). Ao mesmo tempo em que comprometido com a não proliferação de armas de destruição em massa, o País manteve sua posição em defesa da cooperação internacional para o uso pacífico de bens e tecnologias nas áreas nuclear, química, biológica e missilística, indispensáveis para a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Na área de armamentos convencionais, o Brasil participou ativamente das negociações que levaram à adoção do Tratado sobre Comércio de Armas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, instrumento assinado pelo País em 3 de junho de 2013 e encaminhado pelo Poder Executivo, para apreciação do Congresso Nacional, em novembro de 2014.

Metas 2012-2015

- **Participar da preparação da IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, em 2015**

  Análise Situacional da Meta

  O Brasil participou dos três Comitês Preparatórios da IX Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação (TNP), entre 2012 e 2014. Nesse âmbito, tem atuado em conjunto com os países da chamada Coalizão da Nova Agenda, no sentido de apresentar propostas e iniciativas, a serem consideradas na IX Conferência (que ocorrerá de 27 de abril a 22 de maio de 2015), de forma a assegurar o cumprimento, pelos Estados nuclearmente armados, de suas obrigações em matéria de desarmamento nuclear.

- **Participar das Conferências anuais da Convenção para a Proibição de Armas Químicas, e de Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas e das reuniões do Grupo de Peritos Governamentais**

  Análise Situacional da Meta

  De 2012 a 2014, o Brasil participou das Conferências dos Estados-Partes na Convenção sobre Armas Químicas, realizadas na Haia, e das Reuniões dos Estados-Partes na Convenção para a Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas, ocorridas em Genebra. O país tem atuado ativamente no sentido de promover a destruição de arsenais ainda existentes de armas químicas e biológicas no plano internacional, assegurar a plena observância pelos Estados Partes nessas Convenções com relação à não proliferação de tais armamentos e de fomentar a maior cooperação internacional para fins pacíficos de bens e tecnologias nessas áreas.

OBJETIVO: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A primazia conferida às negociações multilaterais na estratégia brasileira de negociações comerciais internacionais explica-se, de um lado, pelo interesse em preservar a primazia do sistema multilateral face à multiplicação de acordos regionais e bilaterais de comércio – e, de outro, pelo padrão de distribuição do comércio exterior brasileiro. Poder-se-ia, neste particular, dividir as exportações em cinco grandes grupos: Ásia (cerca de 30%), América Latina e Caribe (cerca de 20%), União Europeia (cerca de 20%), Estados Unidos (cerca de 10%) e outros (cerca de 20%).

A Rodada Doha, ainda em curso, é a primeira rodada de negociações comerciais multilaterais sob a égide da OMC, criada em 1995. Lançada em Doha, no Catar, em novembro de 2001, a Rodada Doha foi designada como a "Rodada do

Desenvolvimento", pela prioridade atribuída às necessidades e interesses dos países em desenvolvimento.

Em 2008, no entanto, as negociações foram interrompidas devido a divergências em torno dos objetivos negociadores e a alegações, por parte dos países desenvolvidos, de que mudanças estruturais na economia mundial – como a ascensão dos países emergentes – requereriam ajustes significativos.

O Brasil tem-se engajado em negociações de acordos bilaterais e regionais, em conjunto com os sócios do Mercosul, tanto na região com parceiros extra-regionais, como a União Europeia. A América do Sul está em curso de tornar-se uma área de livre comércio. A OMC continuará a desempenhar papel de destaque na estratégia de política comercial brasileira, devido ao interesse do país em preservar a consistência e a harmonia das regras internacionais de comércio, à distribuição geograficamente equilibrada do comércio exterior brasileiro e ao fato de que questões essenciais para o Brasil, como a redução dos subsídios à agricultura, só podem ser tratadas de forma efetiva no contexto multilateral.

No que concerne à OCDE, importa manter o padrão do relacionamento atual do Brasil com a Organização, foro privilegiado de poder econômico e de reflexão (“think tank”) e exame de políticas públicas e econômicas, dando-se prosseguimento ao processo de aproximação gradual e seletiva, iniciado no início da década de 1990. Tal processo orienta-se por avaliação dos custos e benefícios de maior aproximação com a Organização nos diversos Comitês. Como parte do processo de maior coordenação no que se refere ao relacionamento com a OCDE, são mantidas atividades de coordenação do Grupo de Trabalho Interministerial sobre o Relacionamento com a OCDE.
No ano de 2013, os trabalhos do Comitê sobre Direitos Autorais e Conexos (SCCR, sigla em inglês), no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) lograram avanços significativos. Em junho último, foi concluído, em Conferência Diplomática realizada no Marrocos, o "Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso", cujas negociações basearam-se em proposta apresentada pelo Brasil, em coordenação com Equador e Paraguai, em maio de 2009. O processo de ratificação do tratado pelo Brasil está em curso.

O País tem participado ativamente das discussões do G20, que atua como plataforma de coordenação macroeconômica internacional e produz decisões capazes de afetar a arquitetura econômica global, emitindo diretrizes para a atuação dos principais organismos econômicos internacionais em temas que considere prioritários.

Com respeito à reforma das instituições financeiras internacionais (e do FMI, em particular), o Brasil tem procurado dar destaque ao tema em sua atuação externa. A concretização da reforma do FMI resultará em aumento do peso do Brasil e países em desenvolvimento nas quotas e poder de voto da Organização. As declarações e recomendações emitidas em ocasiões como as Nações Unidas, o G20, os agrupamentos regionais, e encontros bilaterais de alto nível são fundamentais para reafirmar a prioridade conferida pelo Brasil e pela comunidade internacional à reforma da governança econômica mundial e cobrar a implementação dos compromissos assumidos.

Metas 2012-2015

- **Assinar Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) para a cooperação triangular em países africanos**

  Análise Situacional da Meta

  O Brasil assinou com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), em junho de 2011, acordo destinado à cooperação triangular, mediante apoio ao Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul – South-South Cooperation Trust Fund (SSCTF).

  O Fundo é administrado pelo Banco e conta com aporte brasileiro no volume total de US$ 6 milhões, para o financiamento de projetos de cooperação. Conforme destacado no acordo, os recursos do Fundo são utilizados pelo Banco para financiar atividades como estudos técnicos, cooperação técnica, capacitação e organização de seminários,

em reforço à cooperação Sul-Sul entre os países da África e países em desenvolvimento localizados fora do continente. Sob a perspectiva brasileira, o Fundo pode apoiar a transferência de experiências nacionais e cooperação técnica em áreas como agricultura e agronegócios, energia e meio ambiente e desenvolvimento social. As perspectivas abertas pelo acordo que resultou no estabelecimento do Fundo fazem com que não seja mais necessária a assinatura de Memorando de Entendimento com o Banco Africano de Desenvolvimento.

Em 2013 foram concluídos os aportes do Governo brasileiro ao Fundo Fiduciário de Cooperação Sul-Sul (realizados entre 2011 e 2013).

O Fundo, que iniciou suas atividades a partir da contribuição brasileira, já financiou determinados projetos demandados pelo BAD (como o Africa Ecological Footprint Report 2012, apresentado na Conferência Rio+20) e por países membros, como o de estudos sobre áreas propícias à produção de biocombustíveis, proposto pela Tanzânia. Desde 2011 foram aprovados 16 projetos para financiamento do Fundo, em montante correspondente a US$ 5,2 milhões.

- **Concluir a negociação de novo quadro normativo sobre créditos à exportação na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), inclusive para a venda de aeronaves**

Análise Situacional da Meta

O Consenso da OCDE sobre Créditos Oficiais à Exportação é um acordo estabelecido em 1978, do qual participam Austrália, Canadá, Coreia, EUA, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Suíça e União Europeia (UE). Seu objetivo é o de estabelecer igualdade de condições para a concessão de créditos à exportação por seus participantes, impedindo a competição predatória e a concorrência desleal entre fornecedores desses créditos. Ao participar do Consenso ou seguir suas regras, um país fica imune a questionamentos por parte de terceiros na Organização Mundial de Comércio (OMC).

Alguns países não-membros da OCDE, entre eles o Brasil, utilizam os parâmetros estabelecidos pelo Consenso como referência na concessão de créditos, de forma a balizar o cálculo de prêmios adequados para a cobertura do risco e os prazos apropriados para financiamento, bem como para proteger-se de processos de solução de controvérsias na OMC. No caso do setor aeronáutico, inclusive por interesse da Embraer, o Brasil tornou-se, em 2007, participante pleno do terceiro Anexo do Consenso, que é chamado de Entendimento Setorial Aeronáutico (ASU, na sigla em inglês).

Em fevereiro de 2012, China e EUA concordaram em iniciar discussão sobre os termos de um futuro instrumento internacional para disciplinar créditos à exportação, que viesse a substituir o Consenso. O Brasil e a UE foram convidados a participar das discussões preliminares. Posteriormente, de novembro de 2012 a fevereiro de 2015, realizaram-se reuniões em Washington, Berlim, Pequim, Bruxelas e Brasília, todas com a presença de outros países (África do Sul, Índia, Indonésia, Israel, Malásia, Rússia e Turquia), além dos signatários do Consenso. A próxima reunião será realizada em Brasília, provavelmente em maio de 2015. As discussões enfrentam desafios importantes, entre os quais as diferenças de perspectiva entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

- **Concluir a negociação para o ingresso do Brasil no Banco Asiático de Desenvolvimento como membro não-regional**

Análise Situacional da Meta

O Brasil lançou candidatura a membro não regional do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAsD) em novembro de 2009 e desde então procurou obter o apoio necessário por parte dos demais membros. A participação no Banco contribuiria para intensificar as relações do Brasil com a região asiática, que tem participação crescente nas transações comerciais e financeiras globais. Também viabilizaria representação do Brasil na estrutura de governança do Banco, que dispõe de capital de US$ 165 bilhões e concedeu financiamentos no montante de US$ 13,3 bilhões, em 2012.

O processo de acessão ao Banco contempla duas etapas: na primeira fase, são realizadas consultas informais aos membros regionais e não regionais do BAsD; na segunda, a direção do Banco pode realizar missão técnica ao Brasil, seguida de votação. O ingresso de novo membro no BAsD requer a aprovação formal de 2/3 do número total de

membros (o que corresponderia a 45 países), os quais devem deter ao menos 75% do poder de voto na instituição. A candidatura brasileira encontra-se na etapa de consultas informais.

Entre os 67 membros do Banco, 47 países já declararam apoio à candidatura brasileira, o que representa o cumprimento do requisito relativo ao número mínimo de membros. No entanto, tais países detêm 63,29% do poder de voto na instituição, o que é insuficiente para atender o segundo requisito, qual seja, o do peso de votos necessário.

O Japão e os EUA detêm juntos 25,5% dos votos, o que faz com que o apoio de um deles seja indispensável.

Em função da resistência continuamente observada, por parte de ambos os países, ao ingresso de novos membros extra-regionais no Banco, o Brasil não vem insistindo na matéria e tem centrado esforços em outras iniciativas, a exemplo da cooperação financeira entre os BRICS.

- **Concluir as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC)**

Análise Situacional da Meta

A Rodada Doha da OMC, iniciada em 2001, esteve próxima de uma conclusão em 2008. Certos países, no entanto, passaram a demandar concessões muito mais significativas dos principais países emergentes (Brasil, China e Índia) em acesso a mercados para bens industriais (NAMA) e serviços, sem oferecer contrapartidas nas áreas de interesse exportador desses países (agricultura, no caso do Brasil).

Intensas negociações ao longo de 2013 permitiram chegar a um conjunto de resultados aprovados pelos Ministros na 9ª Conferência Ministerial da OMB, em Bali, entre eles o Acordo de Facilitação de Comércio e quatro decisões/declarações sobre agricultura ("serviços gerais" em países em desenvolvimento, formação de estoques para programas de segurança alimentar, administração de quotas tarifárias e subsídios à exportação). Há também quatro decisões de interesse dos países de menor desenvolvimento relativo – PMDRs - (algodão, regras de origem preferenciais para seus produtos, derrogação ("waiver") para preferências em comércio de serviços, e acesso livre de quotas e tarifas - "duty free-quota free", ou "DFQF" – para bens por eles exportados. O "Pacote de Bali", cujo principal atributo terá sido resgatar a credibilidade do "pilar negociador" da OMC, completou-se com a decisão de definir, até o final de 2014, um programa de trabalho (PTPB – Programa de Trabalho Pós-Bali), com vistas à conclusão da Rodada Doha.

Ao longo de 2014, não se avançou na elaboração do PTPB, devido a impasse em torno da finalização do Acordo de Facilitação do Comércio, tendo a Índia vinculado o tema a uma revisão em seu favor da decisão de Bali sobre subsídios a programas de segurança alimentar. A questão só foi resolvida em novembro, após negociações diretas entre os EUA e a Índia. Em 27/11, o Conselho Geral da OMC referendou os resultados, concluindo seu primeiro acordo multilateral em 19 anos e adiando, para julho de 2015, o prazo para a conclusão do programa de trabalho pós-Bali.

As discussões sobre os próximos passos evidenciam a dificuldade dos Membros para chegarem a acordo sobre as questões centrais (agricultura, acesso a mercados para produtos industriais e serviços). Os pacotes negociadores de agricultura e produtos industriais de 2008 encontram resistência de vários lados, o que exigirá significativo esforço para que se logre um acordo.

- **Concluir, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Industrial (OMPI), negociação de instrumentos jurídicos internacionais sobre limitações e exceções aos direitos autorais para (a) pessoas com deficiência para leitura, (b) bibliotecas e arquivos, (c) usos educacionais e (d) pessoas com outros tipos de deficiência**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2013, os trabalhos do Comitê sobre Direitos Autorais e Conexos (SCCR, sigla em inglês) lograram avanços significativos. Em junho daquele ano, foi concluído, em Conferência Diplomática realizada no Marrocos, o "Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso", cujas negociações basearam-se em proposta apresentada pelo Brasil,

em coordenação com Equador e Paraguai, em maio de 2009. O novo acordo foi assinado no dia 28 de junho de 2013. O processo de ratificação do tratado pelo Brasil está em curso.

Como se recorda, o Brasil foi um dos copatrocinadores da proposta que deu início às discussões sobre o Tratado de Marraqueche e um dos principais protagonistas de todo o processo negociador. O Tratado de Marraqueche constitui um marco histórico do regime multilateral de propriedade intelectual, pois se trata do primeiro acordo multilateral sobre limitações e exceções aos direitos de propriedade intelectual. É, também, um exemplo raro de acordo econômico-comercial centrado na causa dos direitos humanos.

As negociações de instrumentos jurídicos internacionais em benefício de (i) bibliotecas e arquivos, (ii) usos educacionais e (iii) pessoas com outros tipos de deficiência continuam na pauta do SCCR. Recorde-se que o Brasil já apresentou propostas sobre limitações e exceções em benefício de bibliotecas e arquivos e de instituições de ensino com base na experiência nacional de reforma da legislação de direitos autorais em curso e tem participado ativamente das discussões.

OBJETIVO: 0906 - Negociar e ampliar os acordos de livre comércio do Mercosul com terceiros países e regiões.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A suspensão da Rodada Doha coincidiu com o início de uma grave crise internacional que acirrou a competição por mercados para exportações. Os países que, como o Brasil, conferem primazia às tratativas multilaterais como meio de ampliação de acesso a mercados, passaram a se deparar com um crescente ativismo dos parceiros na negociação de acordos de livre comércio (ALCs) e na adoção de políticas econômicas, em especial na área cambial, que buscam maior competitividade exportadora.

Trata-se de situação desafiadora para o Brasil, que sofre os reflexos dessas políticas tanto no acesso a terceiros mercados quanto no seu próprio mercado interno, cuja dimensão representa atrativo para nossos parceiros comerciais.

As negociações de acordos de livre comércio ou de preferências tarifárias integram o conjunto de instrumentos do Governo brasileiro para ampliar as exportações. Os processos negociadores do Mercosul no plano extrarregional tiveram continuidade nos últimos anos. Aos acordos comerciais já celebrados com Israel, Egito, Índia e União Aduaneira da África Austral (SACU), veio somar-se, no final de 2011, o ALC com a Palestina, que reforça o reconhecimento daquele Estado pelos países do Mercosul, além da negociação em curso com a União Européia.

No conjunto dos acordos assinados, estão em vigor o ALC com Israel, desde abril de 2010 (Decreto nr. 7.159/2010), e o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) com a Índia, desde 2009 (Decreto nr. 6.864/2009). Encontram-se em diferentes estágios de tramitação os processos de ratificação dos ALCs com Egito e Palestina e do ACP com a SACU.

É importante ressaltar que as lideranças da indústria e a agricultura brasileira vêm, crescentemente, reiterando seu apoio em favor de novos acordos comerciais do Brasil com parceiros comerciais de peso, a fim de ampliar suas exportações, atrair investimentos estrangeiros diretos e a transferência de tecnologia.

Metas 2012-2015

- **Estabelecer programas de importação, sem quotas e sem tarifas ("duty-free, quota-free"), de produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Econômico Relativo (PMDRs)**

Análise Situacional da Meta

Pela Declaração emitida por ocasião da 6ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), adotada em Hong Kong em 2005, os países desenvolvidos assumiram o compromisso de oferecer acesso a seus mercados livre de tarifas e de quotas ("Duty-Free, Quota-Free" - DFQF) a, pelo menos, 97% dos produtos originários de Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs). O compromisso de acesso estende-se aos países em desenvolvimento que se declarem em posição de fazê-lo. Em dezembro de 2009, durante a 7ª Reunião Ministerial da OMC, o Brasil anunciou seu compromisso de implementar um programa DFQF.

Em julho de 2011, a CAMEX aprovou o Programa brasileiro de preferências comerciais ("Duty Free, Quota Free") destinado aos PMDRs, assim como um segundo programa para a redução da alíquota de importação de produtos do setor têxtil e de confecções originários do Haiti. A concessão de acesso preferencial aos PMDRs e ao Haiti constitui iniciativa de grande efeito político para o Brasil, ao mesmo tempo em que, de acordo com estudos especializados, terá impacto comercial reduzidíssimo ou virtualmente nulo sobre a produção brasileira. A Exposição de Motivos que encaminha ao Congresso Projeto de Lei que operacionaliza o Programa brasileiro de preferências comerciais encontra-se em tramitação no âmbito do Poder Executivo com vistas a seu envio, em momento oportuno, ao Congresso Nacional.

- **Negociar acordo comercial do MERCOSUL com a União Europeia e com outros parceiros comerciais de peso**

Análise Situacional da Meta

Negociações Mercosul-União Europeia

Na Reunião Ministerial Mercosul-UE, em 26 de janeiro de 2013, foi emitido mandato para o intercâmbio de ofertas em bens, serviços, investimentos e compras governamentais até o último trimestre de 2013.

A aprovação da oferta brasileira pela CAMEX, em 03 de outubro, constituiu importante contribuição a essa fase da negociação. A elaboração da oferta envolveu intenso diálogo com o setor privado, que tem prestado seu apoio à negociação. Concluída a oferta do Brasil, o Governo brasileiro participou ativamente de exercício de consolidação da proposta conjunta do Mercosul, tendo por base as ofertas nacionais.

Tendo em vista a evolução do trabalho interno de ambas as partes, o qual prosseguiu durante o primeiro semestre de 2014, o prazo originalmente definido para o intercâmbio de ofertas acabou sendo adiado. Em reunião intra-Mercosul, realizada em maio de 2014, deu-se por encerrada a preparação da oferta do Mercosul no plano técnico. Os resultados alcançados foram avaliados pelos Ministros e Presidentes na última reunião de Cúpula do bloco, realizada em 28 e 29 de julho. Na oportunidade, os Presidentes manifestaram satisfação pelo acordo alcançado na preparação da oferta e a expectativa de que o lado europeu também concluísse seu processo de consultas internas. Tendo assumido a Presidência Pro-Tempore do Mercosul no primeiro semestre de 2015, o Brasil espera que, uma vez finalizada a proposta europeia, seja possível fixar data para o intercâmbio das respectivas ofertas.

Assinatura de Acordos-Quadro com Líbano e Tunísia

No dia 16 de dezembro de 2014, na Cúpula do Mercosul realizada na cidade argentina do Paraná, foram assinados um Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Econômica entre o Mercosul e a República do Líbano e um Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica com a República da Tunísia. Ambos os instrumentos estabelecem um Comitê Conjunto encarregado de estabelecer parâmetros e servir de foro para negociação de acordo de livre comércio, entre outras funções.

Implementação de acordos comerciais extrarregionais

Egito

O Acordo de Livre Comércio Mercosul-Egito, assinado em 2010, encontra-se em fase de exame parlamentar nos países do Mercosul. Em 17 de janeiro de 2013, o Egito depositou o instrumento de ratificação do Acordo na Secretaria do Mercosul. No Brasil, o ALC foi encaminhado ao Congresso Nacional para exame parlamentar e aprovado pela Comissão de Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em 16/12/2014.

Índia

O Acordo de Comércio Preferencial (ACP) Mercosul-Índia está em vigor desde 2009 (Decreto nr. 6.864/2009). No primeiro semestre de 2013, foram mantidos contatos entre o Mercosul e a Índia para a retomada de processo negociador para a inclusão de novos produtos e aprofundamento de preferências no âmbito do Acordo. No caso do Brasil, o Governo lançou, em 13 de agosto de 2013, consulta pública ao setor privado para avaliar interesse no acordo. Eventual negociação dependerá da elaboração de lista comum de produtos de interesse do Mercosul e de novos entendimentos com o Governo indiano.

Israel

O ALC Mercosul-Israel está em vigor, desde abril de 2010 (Decreto nr. 7.159/2010). Em abril de 2012, em Buenos Aires, realizou-se a I Reunião do Comitê Conjunto do Acordo, na qual foi apresentada ao lado israelense a necessidade de um mecanismo que exclua da cobertura do acordo bens cujos certificados de origem indiquem, como procedência, locais submetidos à administração de Israel desde 1967, nos termos do Artigo 2º do Decreto Legislativo n. 936/2009. O tema continuará a ser discutido pelas Partes na II Reunião do Comitê Conjunto, prevista para 2015.

Palestina

Assinado em 20/12/2011, na Cúpula do Mercosul em Montevidéu, o acordo de livre comércio com a Palestina foi enviado à Casa Civil da Presidência da República em dezembro de 2013 pela EMI 535/2013, com vistas a seu envio ao Congresso Nacional.

SACU (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia)

Assinado em 2009, o Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU foi aprovado pelo Congresso Nacional em 15/12/2010. Sua ratificação depende ainda de completar-se a tramitação de Ata de Retificação aprovada pelos Estados Partes do Mercosul e pelos membros da SACU, que deverá ser enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Cabe destacar as ações de inteligência comercial, por meio da elaboração dos Guias "Como Exportar" e da produção de pesquisas de mercado; a constante presença brasileira em feiras multissetoriais no Brasil e no exterior; o lançamento do "Investment Guide to Brasil 2014" e do sítio eletrônico "Guia de Comércio Exterior e Investimento – Brasil Export", ambos em parceria com a APEX-Brasil, com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); e a valorização da capacitação e do treinamento

dos funcionários da rede de Setores de Promoção Comercial no exterior.

Metas 2012-2015

- **Ampliar de 10 para 15 o número de atividades de treinamento e capacitação para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, foi criado o curso virtual de treinamento de funcionários técnicos dos Setores de Promoção Comercial (SECOM) dos postos no exterior, aumentando consideravelmente o número de treinamentos oferecidos ao ano. No ano de 2013, foram realizados 79 cursos virtuais. Em 2014, os treinamentos alcançaram 98 postos. Também foi oferecido o módulo de promoção comercial nos cursos de formação do Instituto Rio Branco, de aperfeiçoamento de Assistentes e de Oficiais de Chancelaria e de capacitação de diplomatas e de funcionários administrativos que planejam ser removidos para o exterior pela primeira vez. No total, 7 cursos de promoção comercial foram oferecidos, ao longo de 2014, aos funcionários do Quadro. Cabe destacar, por fim, o lançamento do ciclo de videoconferências, que ofereceu a oportunidade para os parceiros de promoção comercial indicar representante para conversar com os Setores de Promoção Comercial dos postos no exterior. Em 2014, foram organizadas 8 videoconferências entre os parceiros e a rede de SECOMS. Com a criação do curso virtual e do ciclo de videoconferências, a meta prevista de 15 atividades de treinamento por ano foi amplamente superada pelo número de ações desenvolvidas em 2013 e em 2014.

  Quantidade alcançada

  113

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ampliar de 12 para 25 a participação institucional do Ministério das Relações Exteriores em feiras no Brasil visando divulgar os serviços disponíveis para a promoção das exportações.**

  Análise Situacional da Meta

  A meta anual continua a ser perseguida. Em 2012, o MRE participou de 17 feiras no Brasil. Durante o ano de 2013, houve participação em 11 feiras. Em 2014, o Itamaraty passou a colaborar com o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), organizado pelo MDIC, enviando representante para 6 encontros. Ademais, neste mesmo ano, o MRE participou do Encontro de Comércio Exterior (ENCOMEX), realizado em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, e do Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAEX), no Rio de Janeiro.

  Quantidade alcançada

  8

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Ampliar em 20% o total de registros cadastrados na rede BrasilGlobalNet.**

  Análise Situacional da Meta

  Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2014, o número de registros do cadastro de importadores havia sido ampliado em aproximadamente 32%.

  Quantidade alcançada

  32

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Aumentar de 130 para 190 eventos anuais o apoio à participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foram apoiadas 19 missões empresariais e 135 feiras no exterior. Em 2013, sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, o governo brasileiro prestou apoio a 24 missões empresariais e 126 feiras no exterior. Em 2014, em coordenação com os SECOMs, apoiou a realização de 50 missões de promoção comercial e de turismo. Nesse dado, incluem-se visitas com a participação de órgãos governamentais, entidades empresariais (a

exemplo de federações e associações) e o apoio à vinda de delegações empresariais compradoras ao Brasil. No que tange à realização de feiras no exterior, o MRE apoiou 74 eventos nos mais diferentes setores econômicos, tais como alimentos, turismo e defesa. A depender da disponibilidade de recursos, permanece a meta de alcançar 190 eventos anuais até 2015. O valor da quantidade alcançada refere-se ao total de eventos no exterior que contaram com a participação do MRE em 2014.

Quantidade alcançada

124

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 15 para 25 o número de "roadshows" para a atração de investimentos para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com especial ênfase nos setores portuário e aeroportuário, para os megaeventos esportivos e para setores relacionados à economia verde e inovação.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, houve participação dos SECOMs em 21 eventos de atração de investimento. Em 2013, em mais de 50 eventos. Em 2014, no total, os SECOMs participaram de 46 eventos que divulgaram oportunidades de investimento na economia brasileira. Foram realizados diversos seminários e encontros com o empresariado local para a divulgação de oportunidades de investimentos em áreas estratégicas da economia brasileira, principalmente nos setores portuário, aeroportuário, ferroviário e rodoviário. Também se ofereceu apoio a delegações estaduais e municipais em missões de atração de investimento para suas regiões.

Quantidade alcançada

46

Data de Referência

31/12/2014

- **Aumentar de 35 para 100 as contratações anuais para elaboração de estudos sobre investimentos e comércio e de pesquisas de mercado em coordenação com o setor privado e as associações de classe brasileiros, com o objetivo de subsidiar ações de promoção comercial e investimentos.**

Análise Situacional da Meta

Ao longo de 2014, o MRE envolveu-se ativamente na elaboração de estudos sobre comércio exterior e investimentos, em coordenação com entidades de classe e órgãos governamentais, de modo a identificar oportunidades comerciais para a comunidade empresarial brasileira e subsidiar estratégias na área governamental. Com este propósito, ao longo do ano foram atualizados/elaborados nove guias da série "Como Exportar" e oito pesquisas de mercado. Foi lançado, igualmente, o "Investment Guide to Brasil 2014", em parceira com o MDIC, MAPA e APEX, o primeiro guia lançado pelo Governo Federal sobre oportunidades de Investimentos no Brasil. Foram produzidos, ainda, 380 estudos de comércio sobre países específicos e sobre grupos de países.

Quantidade alcançada

398

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir de 4 para 6 o número de cidades sul-americanas a serem contempladas com a realização de seminários e oficinas relativas ao Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI).**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, o MRE realizou seminários sobre o PSCI no Equador, contemplando as cidades de Guaiaquil, Cuenca e Quito, e Paramaribo, no Suriname. Em 2013, foram realizados 3 seminários de PSCI no Peru, nas cidades de Arequipa, Piura e Lima, e 1 seminário de PSCI na Argentina, na cidade de Córdoba. Em 2014, foram realizados mais três seminários do PSCI no Peru, nas cidades de Lima, Chiclayo e Tacna, e um seminário em Bogotá, na Colômbia. Vale ressaltar que a atividade em questão depende do interesse manifestado por parte dos países sul-americanos. A meta anual continua ser perseguida.

Quantidade alcançada

4
Data de Referência
31/12/2014

- **Melhorar a qualidade da base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet.**

Análise Situacional da Meta

Desde 2012, foram validados os dados cadastrados de 40.771 empresas não brasileiras no portal BrasilGlobalNet/Brasil Export. Dentre essas, 8.606 empresas efetuaram seu cadastro pela primeira vez.

- **Melhorar a qualidade dos serviços prestados em 78 dos 100 Setores de Promoção Comercial (SECOMs) já em operação, em termos de disponibilidade de recursos humanos e infraestrutura.**

Análise Situacional da Meta

Tendo em conta as novas fronteiras das atividades de promoção comercial, foram contratados, por intermédio de remanejamento de vagas entre Setores de Promoção Comercial, novos funcionários para postos no exterior considerados estratégicos, a saber, Trípoli, Cidade do Cabo, Nairóbi, Abuja, Istambul, Porto Príncipe, Iaundé, Luanda e Sydney. A criação e aperfeiçoamento do Diário de Atividades, ferramenta para inserção e descrição das atividades desenvolvidas pelos SECOMs, tem permitido maior controle, à distância, do trabalho dessas unidades. Está em elaboração sistema que possibilitará atribuir pesos relativos às diferentes atividades do Diário de Atividades, assim como o desenvolvimento de ferramenta que classificará os SECOMs de acordo com o número de funcionários, facilitando a comparação e a concorrência saudável entre os postos. As atividades de treinamento e capacitação de funcionários, objeto de meta em separado, contribuem igualmente para melhorar a qualidade dos serviços prestados. Em 2013, foi realizado treinamento virtual com 76 SECOMs. Em 2014, houve apresentação virtual do novo site de Promoção Comercial do Governo Federal, o Guia de Comércio Exterior e Investimento – Brasil Export, para 98 SECOMs. O valor da quantidade alcançada refere-se ao número de SECOMs que realizaram o curso virtual (98) e/ou que receberam novos funcionários em 2013 e 2014 (9, dentre estes 2 que não receberam treinamento).
Quantidade alcançada

100
Data de Referência
31/12/2014

- **Realizar, ao menos, uma reunião por semestre até 2015 sobre atração de investimentos estrangeiros diretos com órgãos estaduais e municipais que tratam desse tema.**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi criada em 2013. A partir deste ano, foi dada especial ênfase ao contato com os demais entes da Federação. Diplomatas brasileiros mantiveram reuniões com autoridades e representantes de órgãos ligados à atração de investimento dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Goiás, Sergipe, Rio de Janeiro, Pará, Santa Catarina, Paraíba, Bahia, Rondônia, Amazonas e Distrito Federal. Os órgãos são orientados com o intuito de melhorar a atração de investimento estrangeiro direto para os estados brasileiros. Os SECOMs foram instruídos a apoiar iniciativas estaduais e municipais de atração de investimentos, promovendo 46 eventos de atração de investimento em 2014. No exterior, foram apoiadas, a pedido dos governos estaduais, 7 missões de atração de investimentos organizadas por Estados brasileiros. O governo federal, ademais, repassou aos governos estaduais cerca de 20 informações sobre empresas estrangeiras interessadas em investir no Brasil, captadas pela rede de postos no exterior. O valor da quantidade alcançada se refere ao número de reuniões, desde 2013, sobre atração de investimentos estrangeiros diretos com órgãos estaduais e municipais que tratam do tema.
Quantidade alcançada

14
Data de Referência
31/12/2014

OBJETIVO: 0908 - Promover a participação brasileira em foros internacionais sobre energia e mineração, com

vistas a ampliar a importância e a influência do Brasil, no contexto global.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Entre 2012 e dezembro de 2014, o Brasil participou de forma ativa nos principais foros regionais e internacionais relacionados ao tema de energia, buscando fortalecer a posição do País como ator central no cenário energético mundial. Em 2014, o Brasil participou das discussões sobre o tema de energia em diversos organismos multilaterais como o G-20, no âmbito de Grupo de Trabalho sobre Sustentabilidade Energética (ESWG), sob a presidência australiana do G-20.

No contexto regional, o Brasil participou das discussões do Conselho Energético da UNASUL, voltadas para a criação de Tratado Energético da UNASUL, bem como das discussões sobre integração energética no âmbito da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE). Em 2014, o brasileiro Fernando Ferreira foi empossado Secretário-Executivo da OLADE, para mandato de 3 anos.

Na área de energias renováveis, o Brasil participou de diversos foros internacionais, dentre os quais se destacam os eventos promovidos pela iniciativa da ONU “Energia Sustentável Para Todos” (SE4ALL), da qual o País faz parte do Conselho Consultivo e do Conselho Executivo, em novembro de 2013; da IV Assembleia Geral da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA) e da II Semana da Sustentabilidade em Abu Dhabi (janeiro de 2014), e da quinta Reunião Ministerial sobre Energia Limpa (CEM5), realizada em Seul (12-13 de maio), com a participação de 21 países. Como copresidente da Parceria Global de Bioenergia (GBEP), o Brasil apoiou, em maio de 2014, a II Semana da Bioenergia, que reuniu em Moçambique cerca de 120 participantes oriundos das Américas, África, sudeste da Ásia e Europa, entre cientistas, funcionários do governo e representantes do setor privado, em particular da África, para discutir temas específicos de sustentabilidade . O Brasil participou também, em Bonn, das reuniões dos grupos de atividade cinco (AG-5 - "Atlas Global de Energias Renováveis - Componente Bioenergia"), e dois (AG-2 - "Divulgação e Compartilhamento de Dados e Experiência da Implementação dos Indicadores do GBEP"), do Grupo de Trabalho para Capacitação da Parceria Global de Bionergia (GBEP). Destaca-se, também, a participação na Organização Internacional de Normatização (ISO), onde o Brasil atua para a promoção da produção sustentável dos biocombustíveis.

No que diz respeito ao tema de mineração, o Brasil esteve presente nos principais eventos multilaterais nessa área, com o objetivo tanto de buscar mercados para sua produção de matérias-primas minerais, como também de defender a agregação de valor às exportações brasileiras de produtos minerais. O Brasil participou, por exemplo, das reuniões dos Grupos Internacionais de Estudo do Chumbo e Zinco, do Níquel e do Cobre (Lisboa, abril de 2014). O Brasil também participou ativamente das discussões do Grupo Especializado sobre Mineração Ilegal, no âmbito da Organização do Tratado para Cooperação Amazônica (OTCA).

Metas 2012-2015

- **Promover no plano internacional a defesa do acesso do Brasil a recursos energéticos para o desenvolvimento do país**

  Análise Situacional da Meta

  A atuação internacional do Brasil na área de energia, tanto no âmbito bilateral quanto multilateral, tem servido para alavancar a posição do País na defesa do desenvolvimento e compartilhamento de novas tecnologias, da promoção da segurança energética e da ampliação do acesso a fontes sustentáveis de energia. Nesse sentido, destaca-se a participação brasileira nos principais foros regionais e internacionais relacionados ao tema, tais como o G-20, o Conselho Energético da UNASUL, a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) e a iniciativa da ONU “Energia Sustentável Para Todos” (SE4ALL). No âmbito bilateral, o Brasil vem aprofundando o diálogo com países como Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, bem como com a União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA) e a União Europeia.

OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo programático de "promover e fortalecer a cooperação em C,T&I" com diversos países, organismos multilaterais e entidades integrantes de sistemas nacionais de inovação (órgãos governamentais, empresas, universidades e centros de pesquisa e desenvolvimento [P&D]) vem sendo cumprido ao longo dos últimos anos. Entre os diversos eventos que podem ser mencionados por contarem com a ativa participação brasileira, destacam-se a XXVIII Reunião da Comissão Mista Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação; a realização da expedição científica marítima nipo-brasileira "Iatá Piúna" no Atlântico Sul, em abril e maio de 2013; a III Conferência Brasil-Estados Unidos de Inovação e o I Grupo de Trabalho Brasil-EUA de inovação, também em setembro passado, no BNDES, no Rio de Janeiro; a II Reunião da Comissão Mista de C,T&I Brasil-Canadá, em junho; e reuniões de grupos de trabalho de inovação com o Reino Unido, França e Portugal, em abril. Em novembro de 2013 foi realizada, no Rio de Janeiro, a VI edição do "Fórum Mundial de Ciências", a primeira vez que o evento ocorreu fora da Hungria, país cujos governo e Academia de Ciências são os principais idealizadores e promotores do evento. O Fórum contou com a participação de delegados de mais de 100 países, tendo sido acordadas diretrizes do uso da ciência para o desenvolvimento global sustentável.

No ano de 2014, deu-se continuidade ao esforço de promover a cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação e TV digital nos âmbitos bilateral e multilateral, mediante a realização de reuniões dos "Comitês Conjuntos" bilaterais na área de C,T&I e de seminários e oficinas com vistas à aproximação entre os setores de C,T&I do Brasil e de outros países.

No campo da governança da Internet, o Brasil vem participando ativamente dos fóruns globais, além de estar engajado em iniciativas bilaterais e regionais, com base em dois princípios básicos: (i) Defesa de que a governança da Internet deve ser transparente, democrática, multilateral e multissetorial, em linha com o que foi preconizado nos documentos de resultados da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação; (ii) Defesa da perspectiva de que a Internet deve servir como ferramenta para o desenvolvimento e de que os temas de interesse dos países em desenvolvimento (infraestrutura, acesso, capacitação, etc.) devem ocupar o centro do debate internacional (os países desenvolvidos tendem a ignorar esses temas, concentrando-se em questões – que não deixam de ser do interesse dos PEDs, e, em particular, do Brasil – como direitos humanos e propriedade intelectual). Dessa maneira, seja no âmbito bilateral, regional ou multilateral, o Brasil tem buscado maior envolvimento dos países nas discussões sobre a governança global da Internet e demais temas relacionados à Sociedade da Informação, em especial dos países em desenvolvimento, com vistas a influenciar na definição da agenda internacional e assegurar resultados que contemplem a perspectiva desses países.

2014 representou um marco na história da governança global da Internet e o Brasil contribuiu decisivamente para esse importante passo. O País, além de ter adotado internamente o Marco Civil (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014) – primeira legislação nacional no mundo a estabelecer princípios e direitos para o uso e a gestão da Internet –, sediou a Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet – NETmundial (São Paulo, 23 e 24 de abril). Ainda no primeiro semestre de 2014, o Brasil manteve envolvimento intenso no debate internacional sobre governança da Internet, com participação ativa em numerosos foros multilaterais e multissetoriais internacionais sobre o tema.

No segundo semestre de 2014, o Brasil manteve participação expressiva em foros multilaterais, como a IX Reunião do IGF (Istambul, 2-5/set), e tem assumido papel de destaque no processo de elaboração de proposta para a transição das funções desempenhadas pela Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN) para a comunidade multissetorial global, sendo um dos cinco governos a ocupar assento no Grupo de Coordenação da Transição IANA (ICG).

Metas 2012-2015

- **Assegurar a adoção por países da América do Sul, Central, Caribe e África do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T).**

  Análise Situacional da Meta

Os principais resultados da ação na área de TV digital, em 2012, foram a consolidação da divulgação do padrão nipo-brasileiro (ISDB-T e o middleware "Ginga") na América do Sul; o avanço nas negociações com países da África (Angola e Botsuana) e América Central (Guatemala, Nicarágua, Honduras e El Salvador) para adoção futura do ISDB-T; e a realização da I Conferência Intergovernamental de TV Terrestre e do V Fórum Internacional do ISDB-T (Quito, 14-16/mar/12). Entre janeiro e setembro de 2013, o avanço das negociações realizadas em 2012 resultou na adoção do padrão nipo-brasileiro de TV Digital (ISDB-T) por Botsuana, Guatemala e Honduras. O VI Fórum Internacional realizou-se em Montevidéu, em maio de 2013.

No primeiro semestre de 2014, procurou-se cumprir a meta mediante o cumprimento da implementação dos projetos conjuntos de capacitação em TV Digital estabelecidos em memorandos de entendimento bilaterais com Chile, Equador, Peru e Uruguai. O governo brasileiro financiou, também, a vinda, em março, de delegação técnica botsuanesa na área de TV Digital, haja vista a adoção do ISDB-T por aquele país em 2013. O Brasil também realizou diversas gestões com vistas à realização da VII Reunião do Fórum Internacional do ISDB-T e da III Conferência Intergovernamental da TV Digital Terrestre em maio, em Caracas, conforme acordado nas últimas edições dos encontros, embora os citados eventos tenham sido afinal adiados a pedido do lado venezuelano.

No segundo semestre de 2014, foi realizado, em São Paulo, em 24/ago, encontro informal entre os representantes dos países membros do Fórum Internacional com vistas a revisar os documentos de harmonização dos três Grupos de Trabalho. O Brasil manteve esforço de aproximação com outros países africanos e centro-americanos que aderiram ou estudam aderir ao padrão nipo-brasileiro. Quanto à cooperação bilateral com o Japão na área, foi adiada a IX Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil-Japão sobre TV Digital, que seria realizada em novembro de 2014, em Tóquio. No primeiro semestre de 2015, o Brasil deverá propor novas datas para a realização da reunião do mecanismo.

- **Capacitar os Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) para atuarem como observatórios de inovação e da governança da internet.**

Análise Situacional da Meta

De 2012 a 2014, buscou-se coordenar os esforços dos Setores de Ciência e Tecnologia das Embaixadas de modo a identificar oportunidades de ação conjunta em inovação condizentes com as estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação, tais como os Planos Brasil Maior e Inova Brasil e o Programa Ciência sem Fronteiras. Diversos Postos do Brasil no exterior, como Embaixadas em países da Europa (destaque para Finlândia e Reino Unido), da Ásia (destaque para Coreia do Sul, Japão e Cingapura) e nos Estados Unidos (inclusive Consulados), já passaram a atuar como observatórios de inovação, identificando oportunidades e sinergias entre instituições públicas e privadas brasileiras e de outros países com vistas à formação de parcerias para pesquisa e desenvolvimento de produtos e serviços.

No caso da Governança da Internet, tendo em vista a crescente importância do tema no cenário internacional, o Itamaraty tem procurado manter os Postos informados sobre os desdobramentos das discussões nos planos interno e externo.

Principalmente a partir de 2014, as missões do Brasil junto à ONU (Nova York) e à OMC (Genebra, com atuação junto à UIT), em particular, reforçaram o encaminhamento constante do tema de governança da Internet no âmbito de suas respectivas competências. Algumas Embaixadas e Consulados, por sua vez, têm encaminhado análises periódicas sobre o tratamento do tema, bem como apoiado reuniões realizadas nos países de suas respectivas jurisdições.

- **Expandir de 12 para 15 o número de países com Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) brasileiros.**

Análise Situacional da Meta

Até o fim de 2013, Argentina, México, EUA, Canadá, Portugal, França, Reino Unido, Alemanha, Rússia, China, Japão e Coreia do Sul contavam com SETEC. O Itamaraty tem efetuado gestões e mantido programas junto a postos em outros países que permitam alcançar a meta estabelecida. Os países que se têm mostrado mais propensos a passarem a contar com SETEC são Finlândia, Uruguai, Suécia, Noruega e Cingapura, tendo em conta a densidade de programas e atividades com o Brasil na área de ciência, tecnologia e inovação.

No primeiro semestre de 2014, a Austrália passou a contar com um Setor de Educação, Ciência, Tecnologia, Inovação

e Cultura brasileiro (SECTIC), que já conta, inclusive, com plano estratégico.

No segundo semestre de 2014, o Itamaraty buscou reforçar a atuação dos Setores de Ciência e Tecnologia já existentes, com vistas ao aprimoramento da busca e análise de informações junto a instituições de pesquisa e desenvolvimento de outros países sobre oportunidades de cooperação com o Brasil.

Quantidade alcançada

13

Data de Referência

31/12/2014

- **Expandir de 14 para 19 unidades o número dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) no exterior.**

Análise Situacional da Meta

Até o fim de 2013, as Embaixadas em Buenos Aires, México, Washington, Ottawa, Lisboa, Paris, Londres, Berlim, Moscou, Pequim, Tóquio e Seul, além dos Consulados-Gerais em Nova York e Los Angeles) contavam com SETEC. O Itamaraty tem efetuado gestões e mantido programas junto a outros postos que permitam alcançar a meta estabelecida. Tais postos que se têm mostrado mais propensos a passarem a contar com SETEC são o Consulado-Geral em São Francisco e as Embaixadas em Montevidéu, Helsinque, Estocolmo, Oslo e Cingapura, tendo em conta a densidade de programas e atividades com o Brasil na área de ciência, tecnologia e inovação.

No primeiro semestre de 2014, a Embaixada em Camberra passou a contar com um Setor de Educação, Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura (SECTIC), que já conta, inclusive, com plano estratégico.

No segundo semestre de 2014, o Itamaraty buscou reforçar a atuação dos Setores de Ciência e Tecnologia já existentes, com vistas ao aprimoramento da busca e análise de informações junto a instituições de pesquisa e desenvolvimento de outros países sobre oportunidades de cooperação com o Brasil.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet, e temas relacionados.**

Análise Situacional da Meta

A) COOPERAÇÃO EM C,T&I

Até o fim de 2013, cabe destacar as negociações bem-sucedidas para a realização em 2018 da World Hydrogen Energy Conference no RJ; realização do Fórum de C,T&I para o Desenvolvimento Sustentável em paralelo à Rio+20; adoção do Plano Decenal Brasil-China 2012-2022 (área de C,T&I é prioritária); realização de Comissões Mistas de C,T&I com Equador e Peru; missão do CERN ao Brasil; lançamento da Força-Tarefa Brasil-Noruega para P&D no Setor de Petróleo e Gás; e Inauguração do Centro Internacional de Energias Renováveis – Biogás, junto ao Parque Tecnológico Itaipu.

No primeiro semestre de 2014, continuaram a realizar-se reuniões na área de C,T&I: I Reunião de Ministros de C,T&I do BRICS (Kleinmond, 9-12/fev); Comissões Mistas de C,T&I com Suíça (abr) e Coreia do Sul (abr), Seminários BRICS sobre Inovação (mar) e sobre Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais (mai); Seminário sobre Biotecnologia do FOCALAL (abr); 3º Workshop Brasil-Canadá sobre Nanotecnologia (mai); e entrega do 1º Prêmio Diáspora Brasil da ABDI (mai). O governo apoiou missão do MCTI e da ANPROTEC à China (mai) e à Finlândia (jun).

No segundo semestre de 2014, realizaram-se Comissões Mistas de C,T&I com Chile e Colômbia. O Itamaraty coordenou-se com atores do sistema brasileiro de inovação para apoiar a execução de políticas públicas para aumentar a competitividade internacional dos setores industrial e de serviços, com destaque para: a) estabelecimento de cooperação com a UE em pesquisa em regulação em nanotecnologia (projeto comunitário NANoREG); b) participação em negociações com EUA e empresas do país para implantação de centros de P&D no Brasil; c) definição de programa

de cooperação com a Noruega em P&D para a exploração de petróleo e gás; e d) seguimento de negociações com a Ucrânia para a construção de fábrica de insulina recombinante humana, com transferência da tecnologia para o Brasil. Na área de TICs, foi assinado, em set/2014, convênio para a implantação de projeto de cooperação entre Brasil e França em supercomputação e realizou-se o VII Diálogo Brasil-UE sobre Sociedade da Informação (Bruxelas, nov/2014).

B) TV DIGITAL

Em 2012 o Brasil consolidou a divulgação do padrão nipo-brasileiro (ISDB-T e o middleware Ginga) na América do Sul e avançou em negociações com países da África e América Central para adoção do ISDB-T. Em 2013, aderiram Botsuana, Guatemala e Honduras.

No primeiro semestre de 2014, o Brasil buscou consolidar a expansão do ISDB-T já conquistada. Apoiou a aproximação entre comunidades técnicas do Brasil e Argentina na área de TV Digital com vistas à harmonização do Ginga, em fev e abril. O Brasil financiou a vinda, em março, de delegação botsuanesa em TV Digital. Realizou-se em SP, em maio, o Diálogo Brasil-Japão sobre TICs.

No segundo semestre de 2014, o governo brasileiro manteve esforço de aproximação com países africanos e centro-americanos que estudam aderir ao padrão nipo-brasileiro. Organizou encontro informal entre representantes dos países do Fórum Internacional para revisar os documentos de harmonização do padrão. Quanto à cooperação com o Japão, foi adiada a IX Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto sobre TV Digital, que se realizaria em novembro de 2014, em Tóquio, e será remarcada em 2015.

C) GOVERNANÇA DA INTERNET

Além da participação ativa em fóruns internacionais, no âmbito regional o Brasil assumiu a presidência do GT sobre Governança da Internet no marco do Plano de Ação para a Sociedade da Informação na América Latina e Caribe (eLAC 2015). Participou da proposta de criação do GT do MERCOSUL sobre Privacidade, Segurança da Informação e Infraestrutura Tecnológica.

No primeiro semestre de 2014, o governo brasileiro convocou a Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet (NETmundial – 23-24/abr/14), que demandou intensos esforços do governo em conjunto com os demais setores. O Brasil enviou delegações a outros foros, como a 3ª reunião do GT sobre Cooperação Aprimorada (Genebra, fev); a 49ª Reunião da ICANN (Cingapura, mar); o Evento de Alto Nível sobre a Revisão da Implementação dos Resultados da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (Genebra, jun); e a 50ª reunião da ICANN (Londres, jun).

No segundo semestre de 2014, o Brasil manteve participação em encontros multilaterais, com destaque para o IX IGF (Istambul, 2-5/set); a 51ª Reunião da ICANN (Los Angeles, 11-16/out); a Conferência de Plenipotenciários da UIT (Busan, 20/out-07/nov); o Painel Intersessional da CSTD (Genebra, 26-28/nov); e a Reunião do Grupo Assessor Multissetorial do IGF (Genebra, 1º-03/dez), em preparação para a 10ª edição do Fórum (João Pessoa, nov/2015). No âmbito regional, o Brasil participou da 7ª edição do LACIGF (São Salvador, 16-18/jul); da XXII Reunião do Registro de Endereços da região (LACNIC 22 – Santiago, 27-31/ago); e da Reunião Preparatória à V Conferência Ministerial sobre Sociedade da Informação (eLAC – São José, 5-7/nov).

OBJETIVO: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Houve aumento no volume de documentos emitidos pelo Sistema Consular Integrado devido à disponibilização de novos serviços, antes processados fora do Sistema. O crescimento da demanda por serviços consulares brasileiros no exterior gera a necessidade de adequar as práticas consulares em termos quantitativos e qualitativos, o que será tratado por

evoluções no Sistema Consular Integrado.

Metas 2012-2015

- **Elevar o Índice de Produtividade Consular Consolidado (IPCC) dos atuais 81,28% para 89,41%**

Análise Situacional da Meta

Foi possível manter a programação prevista no exterior para o ano de 2014. Contudo, no Brasil, a manutenção de contratos de serviços foi prejudicada. As atividades no exterior foram mantidas prioritariamente, mas houve cortes em atividades, tais como: consulados itinerantes e aquisição de material de consumo (especificamente toner para as impressoras a laser que operam o Sistema Consular Integrado nas repartições consulares e setores consulares de missões diplomáticas), e manutenção e reposição de equipamentos, entre outros.

Quantidade alcançada

92,15

Data de Referência

30/06/2014

OBJETIVO: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A proporção de alunos estrangeiros em cada turma do Curso de Formação de Diplomatas manteve-se muito acima da meta desde o início do PPA. No que diz respeito à meta de aumento da taxa de afrodescendentes aprovados do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), o IRBr ficou abaixo da meta em 2012 e 2014, apesar de o IRBr ter concedido 57 (2012) e 52 (2014) bolsas para candidatos afrodescendentes à carreira de diplomata nesses anos. Essa situação deve ser corrigida em 2015, quando o CACD for realizado sob o auspício da Lei 12.990/2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal.

Metas 2012-2015

- **Alcançar o índice de 10% na quantidade de bolsistas estrangeiros participantes do Curso de Formação, por turma**

Análise Situacional da Meta

A turma do Curso de Formação admitida no primeiro semestre de 2014 contou com 9 estrangeiros num total de 41 alunos. A turma admitida no segunda semestre de 2014, contou com 4 estrangeiros num total de 23. Portanto, houve 20% de estrangeiros no total das duas turmas que estudaram no IRBr em 2014.

Quantidade alcançada

20

Data de Referência

05/01/2015

- **Aumentar a taxa de aprovação de candidatos afro-descendentes no Concurso de Admissão à Carreira Diplomática, dos atuais 5,17% para 7%**

Análise Situacional da Meta

Apenas um candidato afrodescendente foi aprovado no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata de 2014, num total de 19 alunos brasileiros. A quantidade de aprovados ficou abaixo da meta, embora 52 candidatos afrodescendentes tenham recebido bolsas de estudo do IRBr para esse concurso. Essa situação deve ser corrigida em 2015, quando o CACD for realizado sob o auspício da Lei 12.990, de 9 de junho de 2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da

administração pública federal.
Quantidade alcançada

5,26
Data de Referência

25/07/2014

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, o Brasil avançou no processo de internacionalização acadêmica, com ações de apoio e orientação aos bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras em 27 Embaixadas e Consulados, bem como foi dada continuidade aos programas de cooperação acadêmica internacional Sul-Sul: Programa Estudante Convênio-Graduação (PEC-G) e Programa de Estudante Convênio Pós-Graduação (PEC-PG).

No plano cultural, o Brasil participou de 37 feiras e festivais nas áreas de literatura, artes visuais, música e artes cênicas, em 22 países, com destaque para a Feira do Livro Infantil de Bolonha, o Festival Ibero-Americano de Teatro de Bogotá e a Feira do Livro de Gotemburgo. Com vistas à divulgação de novos talentos brasileiros no exterior, foram organizadas residências de artistas plásticos na China, na Índia e na Argentina; apresentações musicais no âmbito do projeto "Novas Vozes do Brasil" em Moscou, Madri e Berlim; e traduções da coletânea "Nova Dramaturgia Brasileira" para 6 idiomas. Foram apoiados, ademais, 115 eventos e iniciativas em 65 países para a promoção do setor audiovisual brasileiro, além da organização do III Concurso Itamaraty para o Cinema Sul-Americano, que premia, desde 2012, o melhor filme de longa-metragem sul-americano em coprodução, a fim de incentivar o intercâmbio entre as cinematografias da região. No contexto de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, mais de 7 mil matrículas foram registradas nos cursos oferecidos pelos 24 Centros Culturais e 5 Núcleos de Estudos que integram a Rede Brasil Cultural. Foram realizados 18 cursos de capacitação de professores de português como língua estrangeira e como língua de herança, que contribuíram para ampliar o número de profissionais empenhados na disseminação do idioma.

No campo de publicações, produziu-se o primeiro volume da Biblioteca Sul-Americana, série bilíngue português-espanhol que pretende aprofundar o conhecimento cultural na região e que teve o Barroco Sul-Americano com o tema de estreia. Deu-se seguimento às séries de publicações "Mundo Afora", com a edição sobre Educação Básica e Ensino Médio, e "Textos do Brasil", sobre a Publicidade Brasileira.

No âmbito dos organismos multilaterais culturais, destaca-se a participação do Brasil na 9ª Sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, quando se logrou inscrever a "Roda de Capoeira" na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO. Ademais, o Brasil manteve sua atuação nas duas sessões do Conselho-Executivo da UNESCO ocorridas em 2014.

Metas 2012-2015

- **Expandir de 5 para 25 os cursos de capacitação de professores no exterior.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 foram realizados 7 cursos que, somados aos 19 anteriormente realizados, totalizaram 26 cursos. Assim, a meta para o final de 2015, de 25 cursos de capacitação de professores, foi ultrapassada no segundo semestre de 2014.
  Quantidade alcançada

  26
  Data de Referência

  11/02/2015

- **Expandir de 68 para 100 o número de leitorados brasileiros no exterior.**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2014 havia 44 vagas de leitorados ativas.

Atualmente a seleção de novos leitorados está balizada pelos seguintes critérios:

(i) Ampliação do número de leitorados em países de maior relevância para o Programa Ciência sem Fronteiras, pelo papel catalizador e potencializador que os leitores podem exercer para este programa estratégico;

(ii) Reforço dos leitorados nos países de língua oficial portuguesa. Os primeiros serão abertos em Angola e em Moçambique, pela importância desses dois países para a política externa brasileira;

(iii) Fortalecimento do Programa de Leitorados nos BRICS. O Brasil mantém leitorados na China e na Rússia. Em 2015 serão abertas duas vagas de leitorados na África do Sul e 1 vaga na Índia;

(iv) Dinamização dos leitorados na América do Sul.

Foram criados mecanismos para compensar a diminuição do número de leitorados, mantendo o mesmo nível de divulgação da língua portuguesa e da cultura brasileira no exterior:

(i) Ampliação da rede de Centros Culturais, atualmente em número de 24. Está em processo de implantação um Centro Cultural na Venezuela, e em negociação a abertura de Centros Culturais na China, na Rússia;

(ii) Possibilidades de que os leitores venham a apresentar projetos multiplicadores das atividades de ensino do português. Os projetos são apresentados pelos leitores às Missões Diplomáticas ou Consulares brasileiras, que os remetem à DPLP para seleção. Os selecionados são financiados pelo MRE, por meio do Programa de Reforço aos Leitorados Brasileiros no Exterior - PRLB. Em 2014 foram aprovados 3 projetos, que estão em execução: (a) criação de material didático digital, pela Embaixada em Assunção; (b) elaboração de material didático escrito e audiovisual para estudantes de português como língua estrangeira, pelo Consulado-Geral em Los Angeles; (c) criação de website com material para aprendizagem online de português, pela Embaixada em Paris;

(iii) a disponibilização de material online para o ensino da língua portuguesa e da cultura brasileira no Portal da RBC (http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/material-didatico). Nesse Portal, já podem ser encontrados: (a) Lições Brasileiras - curso de português com 83 módulos divididos em 3 níveis de aprendizagem (Inicial, Médio e Avançado); (b) Guia de Conversação Russo-Português, produzido pela Embaixada do Brasil em Moscou, e voltado para a aprendizagem do português por estudantes russos; (c) Português para Tailandeses, material bilíngue, com conteúdo de nível básico, produzido por leitora brasileira na Tailândia, voltado para a aprendizagem de português por estudantes tailandeses; (d) coleção Só Verbos, composta por 3 volumes, que introduz aos estudantes os verbos em português, desde o nível inicial até o avançado. Outros materiais serão disponibilizados no decorrer de 2015;

(iv) o desenvolvimento de material didático em projeto conjunto com a UNILA, para falantes de espanhol.

Atualmente a Rede Brasil Cultural - RBC é composta de 73 unidades (44 leitorados, 24 Centros Culturais e 5 Núcleos de Estudos Brasileiros) sediadas em 45 países, distribuídos em 5 continentes. Conta com 9.542 alunos e 176 professores.

Quantidade alcançada

44
Data de Referência
11/02/2015

- **Realizar 40 cursos de português como língua de herança no exterior.**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados 10 novos cursos de Português como Língua de Herança (POLH) no ano de 2014. Somados aos 29 ministrados entre 2011 e 2013, haverá 39 cursos realizados. Assim, a meta de 40 cursos deverá ser alcançada em 2015.

Quantidade alcançada
39
Data de Referência
11/02/2015

- **Reestruturar, modernizar e expandir de 22 para 24 a Rede de Centros Culturais Brasileiros.**

Análise Situacional da Meta

A meta de expansão numérica foi alcançada em julho de 2013, com a inauguração dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs) em Buenos Aires, e em Tel Aviv. No entanto, a crescente demanda para aprendizagem do português em vários países indica a necessidade de superação dessa meta. Assim: (i) já estão em processo de negociação acordos para a criação de CCBs nos BRICS (Rússia e na China); (ii) está em processo de implantação o Centro Cultural na Venezuela; e (iii) continua em estudo a abertura de CCB nos Estados Unidos, maior receptor de alunos do Programa Ciência sem Fronteiras.

As metas de reestruturar e modernizar os Centros Culturais tiveram continuidade em 2014, quando foram aprovados 39 novos projetos, que contemplaram 18 das 29 unidades do conjunto de CCBs e Núcleos de Estudos Brasileiros - NEBs - da Rede Brasil Cultural.

Continuam a ser priorizadas (i) a renovação das bibliotecas; (ii) a aquisição de material permanente, de mobiliário e de equipamentos eletrônicos e de informática; (iii) a capacitação dos professores; (iv) a disponibilização de material didático nos portais da Rede Brasil Cultural, dos Centros Culturais e dos Núcleos de Estudos Brasileiros; e (v) o incentivo da participação dos alunos em atividades culturais.

No segundo semestre de 2014 foi equipada e mobiliada a nova sede da Casa Cultural Brasil-Angola.

Quantidade alcançada
24
Data de Referência
11/02/2015

OBJETIVO: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O governo brasileiro, por meio da FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, teve como principais realizações em 2014:

- iniciou o ano de 2014 com os “Diálogos sobre Política Externa”, o maior exercício de reflexão realizado pela FUNAG em parceria com o Itamaraty junto à sociedade civil. Encerrou o ciclo de debates daquele exercício com a III Conferência

sobre Relações Exteriores – CORE, que passou em revista os principais temas da política externa brasileira;

- promoveu 33 (trinta e três) debates, sendo eles: “Diálogos de Política Externa” com 14 painéis temáticos, além da sessão de abertura e de encerramento, 1 Conferência - III CORE, 3 seminários, 5 mesas-redondas, 1 workshop, 5 palestras, 1 encontro e 1 fórum acadêmico;

- editou 27 (vinte e sete) publicações no exercício de 2014 e 29 (vinte e nove) e-books. Ao todo, foram publicadas 207 (duzentas e sete) obras no período 2012-2014, superando em 72,5% (setenta e dois e meio por cento) a meta de 120 (cento e vinte) publicações previstas no PPA sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira;

- realizou o XII Curso para Diplomatas Sul-Americanos, no período de 12 a 25 de maio de 2014;

- atualizou o cadastro de referências em relações internacionais e política externa, que teve cumprimento de 100% (cem por cento) desta meta, ampliando suas informações;

- concluiu a inclusão de todo o acervo bibliográfico no portal eletrônico para acesso e download gratuitos.

- entregou às bibliotecas e aos formadores de opinião pública 26.715 publicações, no País e no Exterior, no decorrer do exercício de 2014, além de realizadas parcerias nacionais e internacionais para a implementação de atividades conjuntas e inserção dos temas contemporâneos e históricos da política externa brasileira, com ênfase especial na difusão no mercado internacional das obras editadas pela Fundação para promover o pensamento e a literatura brasileira especializada;

- editou e publiccou teses do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores que obtiveram alto conceito e indicação pelas bancas examinadoras do IRBr, em consonância com a meta de realização de concursos anuais de dissertações de mestrado em relações internacionais e ciências políticas, prevista no PPA 2012-2015.

- participou de 25 (vinte e cinco) feiras, bienais, lançamentos de livros, bem como apoiou outras atividades por meio de publicações disponibilizadas, com vistas à divulgação de temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira.

Metas 2012-2015

- **Editar 120 obras sobre temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira**

  Análise Situacional da Meta

  Foram editadas 207 publicações sobre os temas da política externa, das relações internacionais e da história diplomática brasileira, sendo 109 referentes ao exercício de 2012, 71 referentes 2013 e 27 no período de janeiro a dezembro de 2014.

  Quantidade alcançada

  207

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Implantar biblioteca virtual contendo seleção de dissertações e artigos selecionados de relações internacionais e ciências políticas, com enfoque nos temas de política externa**

  Análise Situacional da Meta

  Foi concluída a inclusão de todo o acervo bibliográfico da FUNAG no portal eletrônico para acesso e download gratuitos. Tal medida permite levar as obras editadas pela Fundação à rede global da internet. Essa evolução representa mudança na metodologia de trabalho da instituição com racionalização operacional, maior divulgação e alcance de suas

atividades e publicações. Importante registrar que para avaliar os resultados obtidos, a Fundação desenvolveu instrumentos de análise dos índices de consultas e leituras online. Em 2014, registraram-se 1.313.504 milhão de visitas ao site (36% no Brasil e 64% no exterior), e foram registrados 1.229.421 milhão de downloads de livros na Biblioteca Digital, um aumento de 50,8% em relação ao mesmo período de 2013. O portal da FUNAG (www.funag.gov.br) é considerado fonte de conhecimento no campo das relações internacionais. O acervo bibliográfico da Fundação corresponde a 557 obras, em sua maioria em português, mas também 32 em inglês e 5 em espanhol.

- **Implantar cadastro de referências em relações internacionais e política externa**

Análise Situacional da Meta

Foi atualizado o cadastro de referências em relações internacionais e política externa, que teve cumprimento de 100% (cem por cento) desta meta, ampliando suas informações de janeiro de 2012 a dezembro de 2014.

- **Realizar 10 cursos para diplomatas estrangeiros**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado o XII Curso para Diplomatas Sul-Americanos, no período de 12 a 25 de maio de 2014, o que representa 8 (oito) dos 10 (dez) cursos para diplomatas estrangeiros previstos para o período 2012-2015, com o cumprimento de 80% (oitenta por cento) dessa meta.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 60 debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional**

Análise Situacional da Meta

Foram realizados diretamente e/ou em parceria com outras instituições 71 debates sobre temas prioritários que integram a agenda internacional, superando a meta em 18% (dezoito por cento), aí compreendidos seminários, conferências, workshops, palestras, encontros e cursos, desses, 22 ocorreram em 2012; 16 em 2013; e, em 2014, foram promovidos 33 (trinta e três) debates, sendo eles:

“Diálogos de Política Externa” com 14 painéis temáticos, além da sessão de abertura e de encerramento, 1 Conferência - III CORE, 3 seminários, 5 mesas-redondas, 1 workshop, 5 palestras, 1 encontro e 1 fórum acadêmico.

Quantidade alcançada

71

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar dois concursos acadêmicos sobre temas de relações internacionais, com enfoque nos temas da política externa.**

Análise Situacional da Meta

Edição e publicação de teses do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores que obtiveram alto conceito e indicação pelas bancas examinadoras do IRBr, em consonância com a meta de realização de concursos anuais de dissertações de mestrado em relações internacionais e ciências políticas.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

As ações de cooperação internacional concebidas, executadas ou apoiadas pelo Governo brasileiro priorizam a erradicação da fome e da pobreza, o combate à desigualdade e exclusão social, a promoção do desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável e a formação de capital humano.

No âmbito deste objetivo, a diversificação e ampliação da cooperação técnica internacional representam o aumento das ações de cooperação prestada pelo Brasil (Sul-Sul) que resultarão, consequentemente, no desenvolvimento de capacidades de indivíduos, instituições e organizações vinculadas à administração pública, à sociedade civil e ao setor produtivo privado, por intermédio da transferência de conhecimento, tecnologia, experiências bem sucedidas, compartilhamento de capacidades produtivas, bem como o fornecimento de bens, serviços e materiais, necessários à autonomia dos países parceiros em suas políticas públicas de desenvolvimento social e econômico.

No período 2012/2014, a cooperação Sul-Sul com a África, Ásia, Oceania, América do Sul, Central e Caribe alcançou expressivos resultados no âmbito dos programas bilaterais. Ao todo, foram executadas 4.801 ações referentes à meta quantificável. A segunda meta ainda não foi concluída.

Metas 2012-2015

- **Aumentar em 10% em relação a 2010 o quantitativo de projetos concluídos na Cooperação Técnica Internacional prestada pelo Brasil a outros países em desenvolvimento.**

  Análise Situacional da Meta

  As ações de cooperação internacional concebidas, executadas ou apoiadas pelo Governo brasileiro priorizam a erradicação da fome e da pobreza, o combate à desigualdade e exclusão social, a promoção do desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável e a formação de capital humano.

  No âmbito desta meta, a diversificação e ampliação da cooperação técnica internacional representam o aumento das ações de cooperação prestada pelo Brasil (Sul-Sul) que resultarão, consequentemente, no desenvolvimento de capacidades de indivíduos, instituições e organizações vinculadas à administração pública, à sociedade civil e ao setor produtivo privado, por intermédio da transferência de conhecimento, tecnologia, experiências bem sucedidas, compartilhamento de capacidades produtivas, bem como o fornecimento de bens, serviços e materiais, necessários à autonomia dos países parceiros em suas políticas públicas de desenvolvimento social e econômico.

  No período 2012/2013 a cooperação Sul-Sul com a África, Ásia, Oceania, América do Sul, Central e Caribe alcançou expressivos resultados no âmbito dos programas bilaterais. Ao todo, foram implementadas 2.097 ações de cooperação técnica com diversos países, nas áreas de saúde, agricultura, meio ambiente, trabalho e emprego, educação e formação profissional, cultura, desenvolvimento social, pecuária, biocombustíveis, piscicultura, comunicação, desenvolvimento agrário, segurança pública, administração pública, energia, urbanismo, nutrição, metrologia, geografia, estatística e finanças. Soma-se a esse número mais 560 projetos dos programas multilaterais e trilaterais, totalizando 2.657 ações de cooperação implementadas em dois anos e seis meses.

  Em 2012 foram implementadas 1.058 ações de cooperação técnica, quantitativo inferior à base de comparação, de 1.348 projetos, em 2010. Em 2013 foram implementadas 1.509 ações, ultrapassando a meta de 1.482 projetos, que somados àqueles do ano anterior, totalizaram 2.567 projetos implementados, portanto quase o dobro da meta que seria de 2.964 ações. Em 2014 foram implementadas 2.144 ações de cooperação técnica internacional, que somadas aos dois anos anteriores, totalizaram 4.711 ações implementadas, representando 158% da meta.

  Quantidade alcançada

  100

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Elaborar proposta de marco regulatório para a Cooperação Técnica Internacional entre o Brasil e outros países em desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

Foi assinado em julho de 2013, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Projeto de Cooperação intitulado "Consolidação da Cooperação Técnica Internacional Brasileira", que tem como um dos seus componentes a elaboração de diagnósticos e subsídios para a construção do marco regulatório da cooperação técnica prestada pelo Brasil (Sul-Sul). Minuta de decreto contemplando o tema já foi elaborada e encontra-se em fase de análise.

No âmbito desta meta foi elaborado e publicado o Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul, que dará amparo aos procedimentos técnicos utilizados na cooperação prestada pelo Brasil aos países parceiros.

Também se encontra em análise do Governo Federal minuta de Decreto de regulamentação da Cooperação Sul-Sul.

OBJETIVO: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

No período sob consideração, o Governo brasileiro executou intensa prestação de cooperação humanitária, a fim de garantir, principalmente, a ampliação de sua capacidade de resposta em situações de emergência e de crises prolongadas.

O aprofundamento da parceria com organismos internacionais especializados constituiu importante fator para o aumento considerável da projeção do país como doador internacional. Atestado mais notável dessa projeção foi a capacidade de aproximar diferentes organismos internacionais em torno de iniciativas propostas e elaboradas pelo Brasil.

A atuação humanitária brasileira logrou, adicionalmente, atrair a atenção de doadores tradicionais, como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Comissão Européia, República Tcheca, Nova Zelândia, Suíça, Holanda e Espanha, tornando-os parceiros das iniciativas lideradas pelo Brasil. Atualmente, os referidos países vêm investindo em diferentes ações da cooperação humanitária brasileira por meio de aportes financeiros a organismos internacionais executores dos projetos.

Como em períodos anteriores, a cooperação humanitária pôde contar com a ampliação e constante apoio dos Grupos de Trabalho Interministeriais de Assistência Humanitária Internacional e de assuntos relacionados à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (GTI-FAO) para garantir maior eficiência e diversificação de suas ações. A exemplo disso, cabe mencionar a ampliação da capacidade brasileira de responder, principalmente no âmbito regional, a crises humanitárias por meio do envio de medicamentos e insumo hospitalar.

Ao longo de 2015 buscar-se-á elaborar marco regulatório relativo à provisão de cooperação humanitária pelo Brasil; a melhoria da gestão de processos; o monitoramento das ações de cooperação humanitária; a diversificação de parceiros; o aumento do quadro de funcionários e de recursos destinados à cooperação humanitária e melhor inserção do tema da cooperação humanitária.

Metas 2012-2015

- **Elaborar marco legal relativo à provisão de cooperação humanitária internacional pelo Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Proposta do referido marco legal para provisão de Cooperação Humanitária Internacional encontra-se em fase de elaboração pelo Grupo de Trabalho Interministerial de Cooperação Humanitária.

  No que tange especificamente a assistência alimentar, foi elaborado em coordenação com a Companhia Nacional de Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério do Desenvolvimento Agrário minuta de projeto de lei que deverá ser encaminhado para o Congresso nos próximos meses.

- **Expandir de 70, realizadas pelo Brasil em 2010, para 120 operações internacionais humanitárias e de gestão do risco de desastres**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas 109 iniciativas de cooperação humanitária, de cerca de US$11,2 milhões. Em 2013, foram 95 iniciativas, de cerca de US$8,3 milhões. Parcela significativa do total de iniciativas em 2012 e 2013 corresponde a doações de alimentos autorizadas pela Lei 12.429/11, operadas com o apoio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Até novembro de 2014, o País empreendeu 54 iniciativas de cooperação humanitária, no montante de cerca de US$13,3 milhões, em benefício de 30 países na América Latina, África e Ásia e Oriente Médio. Dessa forma, o país contribuiu para a garantia dos direitos humanos em situações de emergência, conciliando medidas emergenciais e estruturantes e pautando a cooperação humanitária brasileira pela sustentabilidade socioeconômica e ambiental.

No contexto da grave crise da epidemia de Ebola na África Ocidental, foi realizada, em articulação com o Ministério da Saúde, doação de 24 kits de medicamentos, sendo 9 kits para a Libéria, 8 kits para Serra Leoa, e 7 kits para Guiné.Cada kit possui capacidade para atender 500 pessoas pelo período de três meses. Foi anunciada ainda a expressiva doação de 11 mil toneladas de alimentos aos países mais afetados, totalizando aproximadamente US$5,6 milhões.

O Brasil doou também 11.500 toneladas de arroz à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), com o apoio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), contribuindo para garantia da segurança alimentar e nutricional dos refugiados palestinos atendidos pela organização na Cisjordânia, na Jordânia, em Gaza, no Líbano e na Síria pelo período de um ano, com valor total estimado em 4,2 milhões de dólares.

Foram respondidos apelos de emergências em saúde na Bolívia, em Cabo Verde, no Peru, na Síria, no Suriname, no Uruguai e na Venezuela, tendo sido enviadas aproximadamente 9 toneladas de medicamentos.

Com o apoio do Ministério da Defesa, foram realizadas missões à Bolívia, com o envio de helicóptero para resgate de vítimas de chuvas e inundações na região do Beni; e ao Chile, mediante o envio de aeronaves para combate a incêndios florestais no país.

Ainda na vertente emergencial, o Brasil somou 300 mil dólares aos esforços de atenção às necessidades de refugiados e deslocados internos sírios, especialmente no âmbito da estratégia "No lost generation" lançada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para a Síria, que objetiva promover educação às crianças sírias. Por intermédio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), foram realizadas contribuições a Santa Lúcia e a São Vicente e Granadinas, na América Central, para contribuir na recuperação dos meios de produção das populações afetadas pelas fortes chuvas que atingiram a região em 24 de dezembro de 2013.

Na dimensão estruturante, o Brasil reafirmou o compromisso com a estratégia do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Na África, o PAA África - “Purchase from Africans for Africa” iniciou sua segunda fase em2014. O programa está sendo desenvolvido desde 2011 em cinco países da África Subsaariana (Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal), com o objetivo de promover compras locais de alimentos para assistência alimentar, por meio de projetos conjuntamente concebidos e executados com o engajamento da sociedade civil, dos Governos e das Nações Unidas. Ao final da primeira fase, foram beneficiados 5.516 agricultores, 420 escolas primárias e 128.456 estudantes, nos referidos cinco países.

Na América Latina, foi iniciada a implementação do Programa PAA Colômbia de "Fortalecimento da Agricultura

Familiar como Modelo Agroalimentar para Autossuficiência Alimentar e Geração de Excedentes Articulados a Mercados Institucionais e com o Apoio dos Governos Locais como Política de Estado", nos moldes do programa africano, por meio da FAO e do PMA, para a replicação da estratégia estruturante no contexto colombiano.

Por fim, foi financiada consultoria brasileira nas Filipinas para o desenvolvimento de um projeto piloto PAA Ásia - "Purchase from Asians for Asia", com o objetivo de apoiar o Governo filipino no estabelecimento da estratégia de compras locais de alimentos da agricultura familiar para a reconstrução da agricultura loca nas zonas afetadas pelo tufão Hayan/Iolanda, em novembro de 2013.

Aliando as dimensões emergencial e estruturante, foi realizada ainda contribuição pioneira ao Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV) para criação de bolsa destinada a ampliar a participação de jovens profissionais brasileiros em projetos humanitários das Nações Unidas; bem como contribuição à República Democrática do Congo, por meio do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), para o importante projeto piloto "Capoeira pela paz" de reinserção social de crianças ex- combatentes de grupos armados na província de Kivu do Norte por meio da capoeira.

Quantidade alcançada

54

Data de Referência

30/11/2014

OBJETIVO: 0919 - Promover a percepção internacional do compromisso do Brasil com os direitos humanos e com os temas sociais, por meio da participação ativa em órgãos multilaterais e do diálogo e da cooperação bilaterais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O governo brasileiro busca manter uma atuação internacional que reflita o compromisso do país com a promoção e defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento social, em linha com a importância também atribuída a esses objetivos no plano doméstico. Para tanto, o Brasil participa ativamente das atividades do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, da III Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, da Organização Mundial de Saúde, da Organização Internacional do Trabalho e dos demais organismos regionais e internacionais afetos a essa temática, e também dialoga com os órgãos e mecanismos dos sistemas regional e internacional de proteção dos direitos humanos.

Contribuíram para realçar a importância atribuída pelo Brasil a esses objetivos a atuação do Brasil como membro pleno, eleito em novembro de 2012 para mandato de três anos (2013-15), junto ao Conselho de Direitos Humanos da ONU. Também importantes foram a eleição de diversos candidatos brasileiros a órgãos regionais e internacionais de promoção e proteção dos direitos humanos, a seguir listados: Roberto de Figueiredo Caldas, eleito em junho de 2012 para a Corte Interamericana de Direitos Humanos; Maria Margarida Pressburger, eleita em outubro de 2012 para o Subcomitê de Prevenção da Tortura da ONU; Wanderlino Nogueira Neto, eleito em dezembro de 2012 para o Comitê de Direitos da Criança da ONU; José Augusto Lindgren Alves, eleito em junho de 2013 para o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial da ONU; Paulo de Tarso Vannuchi, eleito também em junho de 2013 para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos; e Renato Zerbini Ribeiro Leão ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, em abril de 2014. Destacam-se também a exitosa organização, em Brasília, da III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, em outubro de 2013, do Fórum Mundial de Direitos Humanos, em dezembro de 2013, e do XXI Congresso Panamericano da Criança e do Adolescente, em dezembro de 2014, bem como o engajamento brasileiro no processo de revisão dos 20 anos do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo+20), ao longo de 2013 e 2014, na 6ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, em outubro de 2014, na Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas realizada em Nova York em setembro de 2014, no processo que levou ao lançamento da Década Internacional dos Afrodescendentes e da Década dos Afrodescendentes

Latinoamericanos e Caribenhos, e ainda nas negociações que culminaram com a adoção da Convenção Interamericana contra o Racismo a Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância e da Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, e de importantes resoluções nas Nações Unidas sobre o direito à privacidade na era digital e os direitos das pessoas LGBT.

Metas 2012-2015

- **Assinar o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**

  Análise Situacional da Meta

  Foi incluída, entre as recomendações parcialmente aceitas pelo Brasil como resultado da avaliação a que o país foi submetido pelo mecanismo de revisão periódica universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em maio de 2012, "dar início a consultas com os órgãos federais e conselhos dotados de competência sobre matérias relativas à promoção dos direitos econômicos, sociais e culturais, com vistas à possível assinatura do referido Protocolo Facultativo". As referidas consultas foram iniciadas em outubro de 2013, em diálogo com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, junto ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), o qual emitiu resolução favorável à assinatura e à posterior ratificação daquele instrumento.

- **Elaborar critérios e procedimento de natureza pública para a seleção de candidatos brasileiros a órgãos de tratados de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA)**

  Análise Situacional da Meta

  O governo brasileiro tem buscado conferir primazia ao critério da qualificação no processo de seleção de candidatos brasileiros a órgãos de tratados de direitos humanos da ONU e da OEA, buscando identificar os potenciais candidatos por meio de diálogo entre órgãos governamentais, conselhos nacionais e organizações do terceiro setor dedicadas aos temas de direitos humanos. As decisões acerca do lançamento de candidaturas pelo Brasil a órgãos de tratados de direitos humanos têm se nutrido de sugestões emanadas e do apoio prestado por esses conselhos e organizações.

- **Elaborar sítio eletrônico para a difusão permanente e atualizada de informações sobre temas de direitos humanos e política externa**

  Análise Situacional da Meta

  A necessidade de difusão de informações sobre a política externa em direitos humanos está, no momento, sendo atendida por meio da disposição dessas informações no portal do Ministério das Relações Exteriores e em sítios eletrônicos geridos pelas Delegações do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra e em Nova York, assim como pelo atendimento a pedidos específicos de informação, apresentados ao amparo da Lei de Acesso à Informação. Em coordenação com a área técnica competente, foi atualizada a seção do portal do Ministério relativa a direitos humanos. O governo brasileiro tem lançado mão, igualmente, das redes sociais para difundir informações sobre a política externa em direitos humanos.

- **Organizar a Conferência Mundial sobre Trabalho Infantil, no Brasil em 2013**

  Análise Situacional da Meta

  O país sediou em Brasília, de 8 a 10 de outubro de 2013, a III Conferência Global sobre o Trabalho Infantil (CGTI). Apoiado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o evento contou com a participação de 155 delegações governamentais (36 lideradas por ministros), compostas por representantes de governos, trabalhadores, empregadores e/ou sociedade civil. As plenárias contaram com a presença da Presidenta da República, Dilma Rousseff, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de ministros brasileiros. A conferência adotou a Declaração de Brasília sobre o Trabalho Infantil, que reconhece o problema como global, reafirma a busca da eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016 e o compromisso de continuar as ações nacionais até a sua completa erradicação, sob a liderança dos governos e com apoio de trabalhadores, empregadores e sociedade civil. A Conferência de Brasília foi um passo decisivo no sentido da consolidação do conceito de erradicação sustentável do trabalho infantil. A Declaração de Brasília foi endossada pelo Conselho de Administração da OIT durante sua 320ª Sessão (Genebra, 13-27/mar/2014),

ocasião em que se solicitou sua integração ao Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (IPEC). O IPEC é o maior programa operativo individual da OIT.

- **Promover o credenciamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos como "Instituição Nacional Brasileira", conforme os "Princípios de Paris"**

Análise Situacional da Meta

O credenciamento do Conselho Nacional dos Direitos Humanos junto ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (EACDH) depende da consolidação de sua estrutura, conforme dispõe a Lei 12.986, de 2 de junho de 2014. Já havendo sido escolhidos os membros da sociedade civil que compõem o Conselho, o órgão encontra-se em fase de estruturação e definição dos membros de suas comissões e grupos de trabalho. Na medida em que avançar em sua consolidação, será dado prosseguimento ao processo de adequação de seus métodos de trabalho aos “Princípios de Paris”, conforme previsto naquele instrumento legal, e de cuja observância depende o seu credenciamento como "Instituição Nacional Brasileira". O Conselho deverá submeter memoriais ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, em que apresentará descrição minuciosa de seu marco legal e institucional, além de suas atividades, com vistas ao credenciamento do órgão como instituição nacional de direitos humanos.

PROGRAMA: 2043 - Integração Sul-Americana

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Chegada de turistas provenientes da Argentina ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	1.399.592	31/12/2013	1.711.491
Chegada de turistas provenientes da Bolívia ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	99.359	31/12/2013	95.028
Chegada de turistas provenientes da Colômbia ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	85.567	31/12/2013	116.461
Chegada de turistas provenientes da Guiana ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	5.236	31/12/2013	4.286
Chegada de turistas provenientes da Venezuela ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	51.186	31/12/2013	68.309
Chegada de turistas provenientes do Chile ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	200.724	31/12/2013	268.203
Chegada de turistas provenientes do Equador ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	23.095	31/12/2013	29.324
Chegada de turistas provenientes do Paraguai ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	194.340	31/12/2013	268.932
Chegada de turistas provenientes do Peru ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	81.020	31/12/2013	98.602
Chegada de turistas provenientes do Suriname ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	2.930	31/12/2013	3.430
Chegada de turistas provenientes do Uruguai ao Brasil	pessoa por ano	31/12/2010	228.545	31/12/2013	262.512
Corrente de Comércio Brasil-Argentina	US$ milhão por ano	31/12/2010	32.957	31/12/2014	28.425
Corrente de Comércio Brasil-Bolívia	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.396	31/12/2014	5.428
Corrente de Comércio Brasil-Chile	US$ milhão por ano	31/12/2010	8.362	31/12/2014	9.008
Corrente de Comércio Brasil-Colômbia	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.275	31/12/2014	4.099
Corrente de Comércio Brasil-Equador	US$ milhão por ano	31/12/2010	1.035	31/12/2014	964,953
Corrente de Comércio Brasil-Guiana	US$ milhão por ano	31/10/2010	28,4	31/12/2014	27,364
Corrente de Comércio Brasil-países da América do Sul	US$ milhão por ano	31/12/2010	62.995	31/12/2014	66.611
Corrente de Comércio Brasil-países do MERCOSUL	US$ milhão por ano	31/12/2010	39.221	31/12/2014	43.498
Corrente de Comércio Brasil-Paraguai	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.159	31/12/2014	4.403
Corrente de Comércio Brasil-Peru	US$ milhão por ano	31/12/2010	2.928	31/12/2014	3.531
Corrente de Comércio Brasil-Suriname	US$ milhão por ano	31/12/2010	63,6	31/12/2014	47,088
Corrente de Comércio Brasil-Uruguai	US$ milhão por ano	31/12/2010	3.105	31/12/2014	4.863

Corrente de Comércio Brasil-Venezuela	US$ milhão por ano	31/12/2010	4.687	31/12/2014	5.806

Observações:
Corrente de Comércio Brasil-países do MERCOSUL - Inclui Venezuela.

OBJETIVO: 0406 - Promover a cooperação com os países da América do Sul, com vistas à construção de uma visão compartilhada em matéria de defesa e segurança regional, à integração das indústrias nacionais de defesa e ao fortalecimento das medidas de fomento à confiança.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2014, o Brasil foi responsável por sete eventos no âmbito do Conselho de Defesa Sul-americano:

Na área de Política de Defesa, houve a continuação do Grupo de Trabalho formulado pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) para o monitoramento de áreas especiais. Ocorreu no período de 22 a 26 de setembro – Belém-PA – o Workshop BRASIL SURINAME, com palestras, oficinas e debates com o objetivo de compartilhar conhecimento e experiências do CENSIPAM nas áreas de meteorologia e clima, sensoriamento remoto, hidrometeorologia e repressão a ilícitos.

Ocorreu, ainda, o Seminário Sul-americano sobre Mobilização Nacional. A iniciativa foi realizada nas instalações da Escola Superior de Guerra (ESG) no Rio de Janeiro - RJ, no período de 15 a 18SET e contou com a participação de representantes dos países membros da UNASUL inclusive como palestrantes, e de representantes governamentais integrantes do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB).

Outra iniciativa no âmbito do Conselho foi o Grupo e Trabalho instituído para estudar a criação de uma comissão de assessoramento ao CDS.

A primeira reunião ocorreu durante os dias 5 e 6 de junho, no Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA), em Salvador, BA. Uma segunda reunião, no dia 20 de novembro, ocorreu de forma virtual, e houve consenso entre as delegações sobre a criação da comissão, assim como, a continuação das tratativas de seu estabelecimento durante o ano de 2015.

Na área de Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz, ocorreu a continuação do Grupo de Trabalho formado para estabelecer o mecanismo de resposta aos desastres naturais, com acesso via Internet, utilizando o Protocolo de Cooperação e disponibilizando o Inventário de Capacidades de Defesa dos Estados Membros do CDS. O modelo de Inventário de Capacidades foi estabelecido pelo Grupo de Trabalho durante a reunião realizada nos dias 9 e 10 de setembro, na cidade de Salvador, BA e aprovado na Reunião da Instância Executiva do CDS, realizada em Montevidéu - Uruguai, nos dias 10 e 11 de dezembro de 2014.

Ocorreu, ainda, um Workshop sobre Operações de Paz – Lições Aprendidas e Perspectivas - no período de 17 a 19 de novembro, na cidade do Rio de Janeiro. O evento possibilitou conhecer as posições de cada país integrante do CDS em relação às Operações de Manutenção de Paz e Ajuda Humanitária. Os debates abordaram aspectos nos níveis político-estratégicos, operacional e tático.

Já no escopo de Indústria e Tecnologia de Defesa, ocorreu a continuação do Grupo de Trabalho constituído por especialistas com o propósito de apresentar o desenho, desenvolvimento e a produção regional de um sistema de

aeronaves não tripuladas (VANT REGIONAL).

Para o ano de 2014, tinha sido planejada a realização de duas reuniões.

A primeira delas, realizada em Brasília, de 2 a 4 de setembro, permitiu a elaboração e aprovação dos Requisitos Operacionais do projeto conjunto.

A segunda reunião realizada de 25 a 28 de novembro, em Salvador, BA, teve o propósito de elaborar os Requisitos Técnicos para o sistema, tendo como base os Requisitos Operacionais aprovados na reunião anterior. Ao fim de quatro dias de reunião do GT, o objetivo foi atingido, destacando-se a efetiva participação das delegações de todos os países integrantes do CDS.

Por fim, no campo de Formação e Capacitação ocorreu o III Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (III CAD-SUL) para altos funcionários (civis e militares) dos Ministérios de Defesa
Ocorreu no período de 9 de setembro a 6 de novembro, nas dependências da ESG - RJ. A 3ª versão do CAD-SUL procurou desenvolver aspectos comuns de integração entre os países que fazem parte da UNASUL, fomentando o conhecimento entre os Estados-Membros de seus enfoques, avanços e perspectivas no âmbito da Defesa.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a cooperação militar, de pesquisa e de desenvolvimento com os países da América do Sul, colaborando com o fortalecimento do Brasil no cenário internacional, de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa**
  Análise Situacional da Meta
  Em 2011, durante uma reunião do CDS, por meio de uma iniciativa do Ministério da Defesa do Brasil foram iniciadas as tratativas entre os países para se gerar a configuração de um sistema de um Veículo Aéreo Não-Tripulado (VANT) que atendesse aos interesses dos países da UNASUL. No estudo realizado em 2012, sob a abordagem exclusivamente técnica, não foi possível chegar a uma configuração que atendesse aos diversos requisitos iniciais apresentados pelos Estados-partes. Assim, na atividade do Plano de Ação – 2013 buscou-se a flexibilização dos requisitos para a obtenção de um consenso quanto aos Requisitos Operacionais de um VANT que possa atender às necessidades dos Países da UNASUL, a ser desenvolvido e produzido regionalmente. O Plano de Ação CDS de 2013 previu a realização de duas reuniões em Brasília. A primeira reunião, realizada em 8 e 9 de agosto, revelou o apoio inequívoco ao projeto conjunto, por parte de todas as delegações presentes. As discussões realizadas levaram à caracterização de duas vertentes: uma delas correspondente a uma aeronave de porte mediano para pequeno e outra de porte maior. Na segunda reunião foi deliberado que o projeto prosseguirá com as características do modelo de porte mediano, as quais foram quantificadas. No ano de 2014 foi planejada a realização de duas reuniões. A primeira delas realizou-se em Brasília, de 2 a 4 de setembro, permitiu a elaboração e aprovação dos Requisitos Operacionais do projeto conjunto. A segunda reunião realizada de 25 a 28 de novembro, em Salvador, BA, teve o propósito de elaborar os Requisitos Técnicos para o sistema, tendo como base os Requisitos Operacionais aprovados na reunião anterior. Ao fim de quatro dias de reunião do GT, o objetivo foi atingido, destacando-se a efetiva participação das delegações de todos os países integrantes do CDS. Para 2015, estão previstos serem acordados os Requisitos Logísticos e Industriais do sistema, os quais serão estipulados após a definição da estrutura empresarial que será adotada para o empreendimento.

- **Consolidar o Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED/CSD)**
  Análise Situacional da Meta
  Em conformidade com o Plano de Trabalho aprovado e designado pelo CDS para o ano de 2014, o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa produziu o Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa, referente ao quinquênio 2006 a 2010. Ressalta-se que os delegados brasileiros tiveram a seu encargo a compilação dos dados e a confecção gráfica desse

documento. Além disso, produziram também a preparação de uma metodologia padronizada para transparência do Inventário Militar da região, tendo sido finalizado o trabalho do Grupo de Trabalho constituído para esta finalidade e entregue ao CEED-CDS Cita-se, ainda, o estudo das definições e Conceitos de Segurança e Defesa na região, documento em elaboração com base nas matrizes de respostas de todos os países membros. Já no que se refere à Política de Gênero – a mulher no âmbito da Defesa, tarefa recentemente atribuída ao CEED (2013), os trabalhos se desenvolvem com base na matriz que foi enviada e respondida pelos países membros. O Brasil já retornou satisfatoriamente as questões demandadas. Quanto ao Estudo Prospectivo América do Sul 2025, está em andamento a análise do uso e da demanda de recursos estratégicos na região, assim como das reservas existentes.

- **Estabelecer acordos com os países da América do Sul que possibilitem a integração das indústrias regionais de produtos de defesa, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa**

Análise Situacional da Meta

O Ministério da Defesa participa do Projeto do Avião de Treinamento da UNASUL, envolvendo suas indústrias em parceria com demais países da América do Sul (Argentina, Equador e Venezuela).

Em 2012 foram realizadas três reuniões presenciais, Córdoba, Bariloche e Buenos Aires, respectivamente. Durante a VII Reunião da Instância Executiva, na cidade de Lima, em 27 de novembro de 2012, foi proposto que a atividade continuasse como um Projeto do CDS, devido à importância do tema. Na IV Reunião Ordinária do CDS, também realizada na cidade de Lima, no dia 28 de novembro de 2012, foi aprovada a proposta do projeto, desenvolvimento e produção regional. Também decidiu-se pela criação de um comitê consultivo a fim de elaborar o modelo societário de um consórcio industrial para a continuação do Projeto.

Para que não ocorresse descontinuidade nos trabalhos, foi assinado, em novembro de 2013, o Acordo de Participação Conjunta (APC), documento que estabeleceu um acordo pré-constituinte da S/A entre as futuras empresas participantes dessa sociedade.

Em fevereiro de 2014, ocorreu uma reunião que tratou elementos essenciais para a continuação e sucesso do Projeto, a saber: Estatuto do Comitê Consultivo (CC), que foi criado como um fórum de caráter estratégico e possui a função de governança do Projeto, agregando os diversos países na condução de pautas que levarão à execução das decisões de caráter político, emanadas do CDS; e elaboração do Instrumento Marco (IM), que é o documento legal, que todos os países da UNASUL assinarão, afirmando seu apoio político ao esforço de execução do Programa EPB-UNASUL I. Como parte desse documento, constará um anexo em que somente os países que efetivamente participam desse Programa, Argentina, Brasil, Equador e Venezuela, assinarão sua participação nos trabalhos de desenvolvimento e produção da aeronave.

- **Implementar os Planos de Ação definidos no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CSD)**

Análise Situacional da Meta

O Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) já consolidou cinco planos de ação em 2009, 2010-2011, 2012-2013 e 2014. No final de 2014, estabeleceu seu sexto Plano de Ação. Os Planos de Ação são construídos em cima de quatro ideias-força, denominadas eixos temáticos. Os eixos são: Política de Defesa; Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz; Indústria e Tecnologia de Defesa; e Formação e Capacitação. Cabe ressaltar que o Plano de Ação em 2015 lista 27 atividades a serem executadas, sendo 6 de responsabilidade de execução pelo Brasil. Todas elas estimulam a cooperação entre os países do nosso entorno regional e fomentam o desenvolvimento dos quatro eixos temáticos. Como exemplos de ações desenvolvidas no Plano de Ação 2014, destaca-se o Seminário Regional de Defesa Cibernética que, ocorreu no período de 14 a 16 de maio de 2014, em Buenos Aires, Argentina. O evento teve por objetivo gerar informações e capacidades para enfrentar os desafios das ameaças cibernéticas no âmbito da Defesa.

Foram apresentados temas de grande importância para o setor cibernético, com destaque para segurança da informação e comunicações, proteção de infraestruturas críticas, regulação de aspectos legais e técnicos, software livre e computação em nuvem. Além disso, em junho de 2014, na cidade de Buenos Aires, ocorreu a Conferência "La Defensa y los Recursos Naturales" e a II Reunião para Formular um Diagnóstico para Propor Mecanismos de Cooperação em Matéria de Proteção e Defesa dos Recursos Naturais. Esta reunião teve os seguintes objetivos: propiciar o intercâmbio de informações acerca da situação e potencial dos recursos estratégicos regionais e o papel da Defesa, com vistas a estabelecer uma visão comum da UNASUL neste âmbito estratégico; fomentar o debate por parte dos Ministros, Vice-ministros e altos funcionários, a fim de identificar as diretrizes que o setor de Defesa poderia adotar para a preservação e proteção dos recursos estratégicos, como contribuição deste setor para o desenho de uma estratégia integral sul-americana sobre os recursos naturais; e formular conclusões, recomendações e propostas de alcance regional em relação à defesa dos recursos estratégicos naturais na UNASUL. Já sob responsabilidade do Brasil, durante os dias 5 e 6 de junho de 2014, ocorreu no Centro Militar de Convenções e Hospedagem da Aeronáutica (CEMCOHA), em Salvador, BA, a reunião da atividade 1.j do Plano de Ação 2014, do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). A proposta inicial apresentada pela Delegação Brasileira considerava a apresentação à Instância Executiva do CDS de um projeto de estabelecimento de uma comissão permanente de assessoramento, com os seguintes objetivos: construção da confiança; assessoramento dinâmico ao Conselho de Ministros; troca de informações e harmonização de posições, de modo a cooperar com o desenvolvimento de atividades estabelecidas no Plano de Ação; acompanhamento das conjunturas regional e internacional relativas a temas de defesa, de forma contínua e dinâmica; intercâmbio de informações sobre operações militares, projetos em desenvolvimento, inteligência militar e documentos de defesa; intercâmbios entre as Forças Armadas dos Estados-membros, para treinamento e capacitação; troca de informações e harmonização de posições, em preparação para atividades multilaterais na área de defesa; e facilitação de iniciativas relativas ao setor de produtos de defesa. Ocorreu, ainda, o Exercício Combinado Regional na Carta Sobre Operações de Manutenção de Paz (UNASUL IV / 2014), executado por meio de um exercício de Posto de Comando, no período de 3 a 7 de novembro de 2014, simulando a participação de um componente militar do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). Já no período de 4 de agosto a 19 de novembro ocorreu em Buenos Aires, Argentina, o III Curso Sul-Americano de Formação de Civis em Defesa sob a responsabilidade do Ministério da Defesa daquele país, com a participação e condução da Escuela de Defensa Nacional (EDENA) e da Universidad Nacional de la Patagonia Austral, e foi desenvolvido em duas modalidades, uma virtual e uma presencial.

OBJETIVO: 0765 - Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na Faixa de Fronteira, por meio de políticas públicas que tenham em conta sua singularidade e seu caráter estratégico para a integração regional sul-americana, com vistas a reduzir a vulnerabilidade das populações fronteiriças, sobretudo no fomento a micro, pequenos e médios empreendimentos e na promoção do acesso a políticas sociais.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Estimular o desenvolvimento socioeconômico e a integração das regiões inseridas na faixa de fronteira requer articulação institucional, já que tal objetivo envolve extenso rol de ações que estão sob a responsabilidade de diversos órgãos da federação. Com tal finalidade, criou-se, em 2010, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – CDIF, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional.

Ao longo de 2011 e 2012, estimulados pela CDIF, os 11 Estados da Federação localizados na faixa de fronteira criaram seus Núcleos Estaduais de Fronteira, com estrutura semelhante a da CDIF.

Até o final de 2014, o Ministério da Integração Nacional - MI organizou 4 (quatro) encontros nacionais, um a cada ano, com os Núcleos Estaduais de Fronteira.

Até o final de 2014, estimulados pelo MI, 10 (dez) desses Estados haviam elaborado Planos de Desenvolvimento e Integração de suas Faixas de Fronteira – PDIFs.
Ao longo do ano de 2014 buscou-se identificar uma agenda federal de trabalho para a faixa de fronteira considerando, principalmente, os investimentos da União em curso e/ou previstos e as demandas dos PDIFs.

Nesse sentido, ao longo do primeiro semestre, o Ministério da Integração Nacional elaborou uma proposta de priorização das cidades-gêmeas no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, que poderá compor a nova versão do PAC, prevista para 2015. A relação oficial de cidades-gêmeas nacionais foi estabelecida por meio da Portaria do Ministério da Integração Nacional Nº 125, de 21 de março de 2014.

Na escala local/regional, o meio geográfico que melhor caracteriza a faixa de fronteira, a partir das premissas acima, é aquele formado pelas cidades-gêmeas.

Estes adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial, caracterizam-se pela integração econômica, cultural e física, esta última expressa por um processo de conurbação que, em muitos casos, já está consolidado. Além disso, essas cidades são manifestações condensadas dos problemas específicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania. Essas cidades são, naturalmente, o alvo prioritário de políticas públicas voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social integrado. A concentração de efeitos territoriais nas cidades-gêmeas e a extensão desses efeitos numa distância indeterminada rumo ao interior de cada território nacional têm implicações práticas para a atuação do Estado.

Com relação à estruturação e integração de Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, não há, no âmbito da CDIF, uma agenda para uma intervenção mais estruturada do estado na região. Existem iniciativas isoladas de órgãos federais ligados ao tema, que utilizam recursos provenientes de outros programas governamentais.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver cursos e implementar Institutos de Educação Profissional e Tecnológica ao longo da Faixa de Fronteira brasileira, com oferta compartilhada de vagas entre brasileiros e estrangeiros**

  Análise Situacional da Meta

  No âmbito desta meta, há ações dos Institutos Federais, em sua oferta regular, e do Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec.

  A rede federal voltada para a educação profissional, científica e tecnológica presta um importante serviço à nação ao qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, ao realizar pesquisas e ao desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo. Dos 588 municípios localizados na faixa de fronteira, 44 possuem Institutos Federais – IFs, com 11 institutos no Arco Norte (distribuídos nos estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre, com 07 institutos no Arco Central (entre os estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e 25 institutos no Arco Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

  Para a faixa de fronteira, o projeto de criação dos Institutos Federais tem ainda o objetivo de contribuir para a integração do Brasil com os outros países da América do Sul.

  Os cursos, para esses institutos, são planejados de acordo com as necessidades regionais e a oferta de vagas é compartilhada entre brasileiros e estrangeiros oriundos dos países vizinhos.

  Atualmente, 5 Institutos Federais localizados na faixa de fronteira (IFAM / IFMT/ IFPR / IF Farroupilha / IF Sul) oferecem vagas a estudantes estrangeiros como forma de implementar as ações para a criação de cursos binacionais. No entanto, só o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, localizado em Santana do Livramento, fronteira com o Uruguai, funciona plenamente ofertando curso binacional em parceria com a Universidad Del Trabajo Del Uruguay (CETP

UTU).

No Campus Avançado de Santana do Livramento, é oferecido o curso técnico em Informática para Internet, com 40 vagas. Dessas, 50% são destinadas para alunos brasileiros e 50% para alunos uruguaios.

Na Escola Técnica Superior de Rivera CETP–UTU, no Uruguai, é oferecido o curso técnico em Controle Ambiental, com 30 vagas, das quais 50% são destinadas para uruguaios e 50% para brasileiros.

O programa abre oportunidades de trabalho e estágio para os alunos em ambos os países. O IFSul é responsável pela seleção dos alunos brasileiros e a UTU pelos alunos uruguaios.

A parceria entre o IFSul e a UTU é uma cooperação internacional inédita, que atende a uma necessidade comum da zona fronteiriça, tornando igualitário o acesso à qualificação profissional e possibilitando a integração entre ambos os países.

O ineditismo reside no fato de que os diplomas dos cursos ofertados são automaticamente reconhecidos por ambos os países, permitindo que o profissional atue em qualquer um deles sem a necessidade de revalidar seu diploma.

Como ação complementar, em 2013, foi criado o Núcleo Estruturante dos Institutos Federais de Fronteira – NIFF, que trabalha no modelo rotativo e promove informação e atualização aos 12 Institutos Federais que atuam nos 11 estados da fronteira terrestre do Brasil.

No âmbito do Pronatec, também em Santana do Livramento são oferecidos cursos de formação inicial e continuada nas áreas de Montagem e Manutenção de Computadores e de Recepcionista. Estes cursos atendem brasileiros e uruguaios, desde que tenham CPF para a matrícula.

A oferta compartilhada entre instituições de diferentes países envolve um processo de negociação complexo, que compreende legislação, currículos, métodos de seleção e a legalidade dos diplomas para os estudantes de ambos os países. Há, ainda, questões legais que envolvem a contratação de professores e a matrícula de alunos estrangeiros no âmbito do Pronatec.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	0	30/06/2014
Região Norte	5	unidade	0	30/06/2014
Região Sul	4	unidade	3	31/12/2013

- **Estruturar e integrar Arranjos Produtivos Locais na Faixa de Fronteira, conforme as potencialidades identificadas na Região**

Análise Situacional da Meta

O governo brasileiro, por meio do Ministério da Integração, ao longo de 2013, por meio de recursos provenientes do Programa 2029, investiu na faixa de fronteira cerca de R$10,8 milhões em fruticultura (região Sul), piscicultura e aquicultura (região Norte), erva-mate e agricultura familiar (região Centro-Oeste). Além disso, o governo está desenvolvendo o programa Rotas de Integração Nacional, um programa de estruturação de cadeias produtivas. O Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio - MDIC, por sua vez, não desenvolve nenhuma ação direta nos APL transfronteiriços, porém estimula e acompanha as ações dos Núcleos Estaduais - NE, auxiliando-os no contato e mobilização das instituições representantes do GTP APL, para desenvolvimento de projetos de apoio aos APL. Nesse sentido, o MDIC apoiou os NE em 3 ações de capacitação na fronteira, conduzidas por representantes do GTP APL:

1. Arranjos Produtivos Locais (APLs) do leite da região central e da fronteira de Mato Grosso do Sul: em março de 2014, foram doados 78 veículos, 77 resfriadores e 500 kits de irrigação adquiridos por meio de um empréstimo do BNDES ao NE, 150 ordenhadeiras provenientes do MDA, além de capacitação de 100 técnicos pela Embrapa Gado de Leite, em Coronel Pacheco - MG, por 11 dias.

2. APL de Ovinocultura de Ponta Porã: cerca de 15 produtores da agricultura familiar rural e trabalhadores rurais

participaram do 1º Curso de Manejo Básico de Ovinocultura, realizado em Ponta Porã pela Embrapa, em 20 de setembro de 2013. O curso teve o objetivo de capacitar os participantes sobre o manejo alimentar, sanitário e reprodutivo de ovinos.

3. Arranjo Produtivo do Leite (APL) de Santana do Livramento:

Nos dias 3 e 4 de outubro de 2013, foi realizado o 5º Seminário Rumos da Bacia Leiteira, no Salão de Atos da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Durante o evento, a Embrapa realizou cursos de capacitação de produtores e técnicos, sobre cooperativismo, manejo vacinal, recria, entre outros.

Pela Suframa, em 2013, foram desenvolvidas ações para a realização da meta de estruturação e integração de APL em Faixa de Fronteira nos Estados do Acre e Roraima, tendo sido aprovados 4 (quatro) projetos de apoio à produção agrícola e 2 (dois) projetos de infraestrutura econômica, que serão viabilizados na proporção da disponibilidade de cota orçamentária, por meio de Transferências Voluntárias de Recursos na modalidade Contratos de Repasse. O processo de contratação com os entes apoiados está sendo operacionalizado pela da Caixa Econômica Federal – CEF.

Ainda, reiteramos que em decorrência da revisão do PPA ocorrida em 2012, esta atividade está sendo desenvolvida no âmbito do Programa Temático 2029 – Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária.

Desta forma, segundo informações apresentadas, a meta acumulada é conforme a seguir:

Quantidade alcançada 2012: 0
Quantidade alcançada 2013: 7 (3 Região Norte, 2 Região Centro-Oeste, 2 Região Sul)
Quantidade alcançada 2014: 1 (1 Região Centro-Oeste)

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	3	30/06/2014
Região Norte	7	unidade	3	30/06/2014
Região Sul	6	unidade	2	30/06/2014

OBJETIVO: 0796 - Promover a implementação das Áreas de Controle Integrado (ACIs) na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL, por meio da modernização e aprimoramento, dotando-as de adequada infraestrutura, recursos humanos, financeiros e tecnológicos, de forma a simplificar os trâmites aduaneiros.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Em reunião da UNASUL, foi estabelecido que o Brasil priorizaria quatro pontos de fronteira para melhoria das condições de infraestrutura, lato senso. Este projeto está sendo implementado. Não houve evolução no ano de 2014.

Metas 2012-2015

- **Implementar efetivamente o controle integrado em 10 ACIs**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, foi implantada de forma parcial a ACI/Cargas em Artigas (Uruguai), que faz divisa com Quaraí (Brasil). A Receita Federal do Brasil ainda não pode dispor de um Auditor (AFRFB) durante todo o dia naquela ACI. O Ministério da Agricultura envia um Fiscal Agropecuário de Santana do Livramento duas a três vezes por semana

(alternadamente). A Agência de Vigilância Sanitária e a Polícia Federal não têm representação por falta de mão de obra e por questão envolvendo porte de arma no país limítrofe.

A permanência das condições atuais que envolvem questões institucionais coloca dificuldades ao cumprimento da meta prevista para 2015. São elas: falta de mão de obra dos órgãos intervenientes nas ACI; questão envolvendo o controle migratório pelo DPF; e necessidade de renegociar, entre outras, as cabeceiras em ACIs previstas em Resolução do MERCOSUL e a cabeceira de ACI com o Peru. A RFB está dando prosseguimento ao projeto.

Durante o ano de 2013, não houve evolução significativa na implantação de novas ACI's ou melhorias nas já existentes. A criação e a operacionalização das ACI's não decorrem exclusivamente da vontade da RFB, mas dependem também dos demais órgãos necessários a seu funcionamento, os quais enfrentam dificuldades na alocação de servidores nas localidades de fronteira. Sem o foco comum nesse problema o alcance da meta pretendida é prejudicado.

Sem evolução durante o ano de 2014.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0883 - Fomentar a integração produtiva na América do Sul, com prioridade no MERCOSUL e no COSIPLAN, com vistas a estimular a complementaridade entre diferentes elos das cadeias regionais de valor e a efetiva incorporação da produção desses países ao processo produtivo do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Com a criação em 2012 do Grupo de Alto Nível Brasil - Uruguai (GAN), foi dada ênfase à Integração Produtiva bilateral, que tem como foco inicial os setores Eólico, Naval e Automotivo. Nesses setores, as negociações vêm avançando de forma mais rápida, mas sua efetivação está condicionada principalmente a aspectos normativos nacionais. Foi estabelecido Plano de Ação com prazos, objetivos e metas, aprovadas pelos Ministros de Relações Exteriores de Brasil e Uruguai. As negociações evoluíram para a celebração de acordo de integração produtiva bilateral do setor de naval e offshore, no âmbito do ACE-02 Brasil/Uruguai. As negociações nos demais setores elencados continuam.

Não houve avanço significativo na criação do Observatório Mercosul de APL, no âmbito do Grupo de Integração Produtiva do Mercosul (GIP), em função do entendimento brasileiro de que os APLs, por conta de particularidades regionais, terão maior possibilidade de sucesso se forem manejados de maneira bilateral com os países vizinhos. Nesse sentido, foi firmada parceria em 8 de abril de 2014, entre o MDIC e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), mediante Termo de Execução Descentralizada, para que o Instituto (IPEA) avalie o potencial de complementariedade produtiva nos setores naval fluvial, complexo fertilizantes/soja e granito no norte do Brasil e Sul da Venezuela.

Tal avaliação servirá de fundamento para políticas públicas e ações governamentais concertadas entre ambos os países. Foi necessário que o IPEA selecionasse pesquisador, por meio de Chamada Pública, para realização desse estudo (PROCIN nº 001/2014 - Projeto " Avaliação e Estudo dos Setores Naval Fluvial, Complexo Soja/Fertilizantes e Granito no Norte do Brasil e Sul da Venezuela", cujo resultado final foi publicado no D.O.U de 01/07/2014).

Metas 2012-2015

- **Desenvolver dois projetos de Arranjos Produtivos Locais (APLs) no MERCOSUL**

  Análise Situacional da Meta

No primeiro Encontro Setorial de Integração Produtiva, realizado em 22 de outubro de 2014, no Uruguai, com a participação das Câmaras Setoriais de Metalmecânico, Químico, Plástico e Têxtil, foram definidas ações a serem implementadas em 2015, incluindo a organização de encontros empresariais para a identificação de projetos. Assim, essa meta tem grande chance de ser alcançada ainda no período deste PPA.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementar o Fundo MERCOSUL de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas**

  Análise Situacional da Meta

  O Conselho do Mercado Comum (CMC) aprovou a criação de um Fundo de Garantias para apoiar as PMEs do MERCOSUL envolvidas em processos de integração produtiva.

  Em 2012, com apoio do Grupo de Integração Produtiva do Mercosul (GIP), o Grupo Técnico Mercosul trabalhou na regulamentação do Fundo, que culminou com a aprovação, pelo CMC, das Decisões 46/12 – Regulamento FMPME e 47/12 – Regulamento FMPME – Aspectos Operativos.

  Uma vez criado e regulamentado, consideramos implementado o Fundo, dando cumprimento a essa meta. O registro de cumprimento da meta ocorreu em 31/12/2013.

  Quantidade alcançada

  1

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0940 - Incentivar a construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul, por meio do adensamento, da convergência, do aprofundamento e da ampliação dos acordos firmados pelo Brasil, em conjunto com o MERCOSUL ou em separado, no marco institucional da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), com vistas a conferir fluidez ao intercâmbio de bens e serviços na região.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A construção de um espaço regulatório e econômico integrado na América do Sul avança de forma gradual, tendo como foco de irradiação o MERCOSUL. Em 2012, a Venezuela aderiu ao MERCOSUL e a Bolívia assinou o Protocolo de Adesão ao Bloco. O Equador prossegue nas conversações com vistas a aderir ao Bloco. Em 2013, foram assinados Acordos Quadro de Associação MERCOSUL-Guiana e MERCOSUL-Suriname, que deverão ensejar negociação de acordos comerciais entre o MERCOSUL e os novos Estados Associados ao amparo do artigo 25 do Tratado de Montevidéu de 1980. No primeiro semestre de 2015, o Brasil assumiu a Presidência Pro Tempore do MERCOSUL, que durará um semestre.

Metas 2012-2015

- **Aprofundar as preferências tarifárias no ACE-58 e no ACE-59**

  Análise Situacional da Meta

  Os Acordos de Complementação Econômica (ACE) têm por objetivo impulsionar o desenvolvimento dos países-membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) mediante a complementaridade dos sistemas produtivos da região. Podem ser mais abrangentes, incluindo todo o universo tarifário, ou abarcar um número menor de produtos. Os ACEs comportam sistemas de integração sub-regional (como o MERCOSUL e a Comunidade Andina das

Nações), acordos de livre comércio, como também simples acordos de preferências tarifárias fixas.

No ACE-58 (MERCOSUL-Peru), o aprofundamento das preferências tarifárias entre 2012 e 2015 seguiu o cronograma previsto no acordo e alcançou a liberalização de 83,6% dos produtos brasileiros exportados para o Peru. No ACE-59 (MERCOSUL-Venezuela, Colômbia e Equador), o cronograma de desgravação também foi aprofundado, atingindo o patamar de 80% dos produtos brasileiros exportados à Colômbia e 83% dos produtos exportados ao Equador.

O Brasil apresentou proposta de aceleração dos cronogramas de desgravação à Colômbia em reunião do ACE-59, em outubro de 2014, e ao Peru em reunião com o Vice-Ministro de Comércio Exterior, em novembro de 2014.

- **Concluir a negociação do Acordo Bilateral sobre Investimentos entre Brasil e Chile**

  Análise Situacional da Meta

  O Brasil prepara contraproposta à atual minuta do Acordo Bilateral sobre Investimentos com o Chile, na linha das novas orientações da CAMEX que pautam as negociações de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) que o Brasil mantém com alguns países africanos. Em outubro de 2014, o Brasil apresentou as linhas gerais do modelo de ACFI às autoridades chilenas. Os dois lados comprometeram-se a continuar trocando informações no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Investimentos.

- **Concluir a negociação do Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia, no ACE-59**

  Análise Situacional da Meta

  A negociação do Protocolo sobre Comércio de Serviços entre MERCOSUL e Colômbia estava suspensa para reavaliação da posição brasileira desde 2011. Em 2013, o Brasil apresentou nova proposta de tratamento tributário no Acordo à contraparte colombiana. Em abril de 2014, a Colômbia apresentou contraproposta de redação, a qual se encontra sob análise do Governo brasileiro.

- **Incorporar compras governamentais no âmbito dos ACEs ou bilateralmente**

  Análise Situacional da Meta

  O tema está sob negociação no MERCOSUL. Apenas após a conclusão da negociação no MERCOSUL, deverá ser negociado no âmbito dos Acordos de Complementação Econômica.

- **Incorporar investimentos no âmbito dos ACEs ou bilateralmente**

  Análise Situacional da Meta

  O tema foi apresentado à Colômbia e ao Peru em visitas chefiadas pelo Secretário de Comércio Exterior/MDIC, em agosto de 2014.

- **Incorporar o Certificado de Origem Digital nos ACEs ou bilateralmente**

  Análise Situacional da Meta

  O Certificado de Origem é o documento que identifica a origem de determinado bem para efeitos de concessão de tratamento tarifário preferencial contratual ou autônomo ou para que não se apliquem a uma mercadoria restrições específicas, como as medidas de defesa comercial. Para tanto, o certificado de origem deve ser emitido em conformidade com as regras prescritas por cada Acordo, Sistema Geral de Preferências (SGP) ou legislação pertinente. Com o objetivo de proporcionar maior facilidade e segurança, além de redução de custos nas operações comerciais envolvendo origem, o Brasil participa do Projeto de Certificação de Origem Digital (COD), em conjunto com os demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Ao país exportador, o projeto COD possibilita a emissão de certificados de origem em formatos eletrônicos, e ao país importador possibilita a recepção desses certificados.

  O Brasil já concluiu o desenvolvimento das plataformas de emissão e de recepção do COD e já realizou o registro oficial no Sistema Informático do Certificado de Origem Digital de produção e de provas da ALADI (SCOD). Criou-se, ainda, um foro virtual, no âmbito da ALADI, para discutir as especificações técnicas do referido projeto.

  Já foram aprovados protocolos adicionais que conferem respaldo jurídico à Certificação de Origem Digital no âmbito dos ACEs 18, 35 e 59.

- **Incorporar o comércio de serviços no âmbito do ACE-58 (MERCOSUL-Peru)**

  Análise Situacional da Meta

  A negociação de Protocolo de Serviços MERCOSUL-Peru no âmbito do ACE-58 depende da conclusão prévia de negociação do Protocolo de Serviços que esse bloco vem mantendo com a Colômbia (ACE-59). Em 2013, o Brasil apresentou nova proposta de tratamento tributário no Acordo à contraparte colombiana. Em abril de 2014, a Colômbia entregou contraproposta de redação, a qual se encontra sob análise do Governo brasileiro.

OBJETIVO: 0941 - Promover o aperfeiçoamento do MERCOSUL, com vistas à consolidação da União Aduaneira, à integração de cadeias produtivas, à redução das assimetrias regionais e à coordenação de políticas econômico-comerciais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A permanência de conjuntura econômica internacional desafiadora impôs a revisão, no MERCOSUL, dos ritmos para a consolidação da União Aduaneira. Nesse contexto, prevaleceram medidas tendentes a resguardar as economias e os mercados domésticos, com vistas a garantir a manutenção dos níveis de atividade e emprego. Além disso, o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, efetivado em agosto de 2012, impôs esforço negociador nos níveis político e técnico, com vistas à incorporação e adequação do novo Estado Parte.

Durante a Presidência Pro Tempore argentina, no segundo semestre de 2014, os Estados Partes discutiram a extensão dos regimes especiais de importação, tema que permanece na agenda por ocasião da Presidência Pro Tempore brasileira, no primeiro semestre de 2015.

Metas 2012-2015

- **Adotar mecanismo de revisão periódica de regulamentos técnicos e de medidas sanitárias e fitossanitárias harmonizados no MERCOSUL**

  Análise Situacional da Meta

  Em razão de diferenças nos interesses dos Estados Partes, não foi possível, até o momento, contar com mecanismo automático de revisão periódica de regulamentos técnicos (RTM) e medidas sanitárias e fitossanitárias (SPS) harmonizados no MERCOSUL. Não obstante, os RTMs e SPS continuam a ser regularmente revistos, caso a caso, pelas instâncias técnicas responsáveis do Bloco.

- **Concluir a negociação para a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e a implementação do mecanismo de distribuição da renda aduaneira.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2011, os trabalhos de implementação da 1ª etapa da eliminação da dupla cobrança da TEC (EDCT) e do mecanismo de distribuição da renda aduaneira se desenvolveram satisfatoriamente. Em dezembro de 2011, no entanto, mudança nos parâmetros adotados pelos países gerou impasse no processo de EDCT. Em 2012, foram privilegiadas iniciativas de construção de confiança entre as alfândegas nacionais, inclusive no que diz respeito à valoração aduaneira, questão central para a implementação da EDCT. No ano de 2013, o processo de implementação da 1ª etapa da EDCT entrou em compasso de espera, tendo em vista a reconfiguração da agenda do bloco em razão do processo de alargamento.

- **Concluir o exame integral do funcionamento e dos resultados do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), nos termos do Artigo 81 da Decisão CMC 01/10 e do Artigo 2. da Decisão CMC 40/12.**

  Análise Situacional da Meta

  Os órgãos internos do Brasil cujas competências estendem-se sobre o FOCEM vêm realizando reuniões com vistas a identificar os ajustes globais desejados ou necessários a serem aplicados ao fundo. Estão em consideração, entre outros, o valor total dos aportes anuais dos estados Partes, a possibilidade de qualificar a carteira de projetos e incluir novos Estados Partes. Uma vez definida a posição brasileira, ela fundamentará as discussões havidas no âmbito do

MERCOSUL.

- **Concluir o processo de entrada em vigor do novo Regime Comum de Importação de Bens de Capital Não Produzidos no MERCOSUL**

Análise Situacional da Meta

Em dezembro de 2012, os Estados Partes do MERCOSUL decidiram prorrogar, por 1(um) ano, a autorização para que Brasil e Argentina possam manter, em caráter excepcional e transitório, seus regimes nacionais de importação de bens de capital.

Em 2014, a extensão dos regimes especiais de importação foi objeto de discussão entre os Estados Parte, que culminou com sua prorrogação, até junho de 2015. O tema deverá seguir na agenda negociadora durante a Presidência Pro Tempore brasileira, no primeiro semestre de 2015.

- **Desenvolver iniciativas de integração produtiva com os Estados Partes do MERCOSUL e regulamentar o Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL.**

Análise Situacional da Meta

A inserção da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL ocupou parte significativa dos esforços do Grupo de Integração Produtiva (GIP), responsável pelo tema no bloco, que se reuniu nos meses de abril e novembro de 2013. Durante o ano de 2013, tratou-se de identificar as iniciativas comunitárias que deveriam ser aprofundadas.

Estão em execução dois projetos de integração produtiva financiados com recursos do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM): "Adensamento e Complementação Automotiva no âmbito do MERCOSUL" e "Qualificação de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás". Ambos correspondem a iniciativas do governo brasileiro, e são executados pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), vinculada ao MDIC. Os projetos, financiados exclusivamente a partir da quota brasileira no FOCEM, preveem atividades de integração produtiva que beneficiarão a todos os Estados Partes.

Durante a Presidência Pro Tempore argentina, no segundo semestre de 2014, foram realizadas as duas primeiras edições dos Encontros Setoriais de Integração Produtiva, que reuniram empresários dos setores metalmecânico, químico, plástico, têxtil, calçadista, alimentício e de cosméticos, eletrônicos e de tecnologia da informação. Ademais, foi aprovado o Programa de Integração no setor de brinquedos.

- **Regulamentar o Fundo de Garantias para Micros, Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL.**

Análise Situacional da Meta

A primeira etapa - negociação do Regulamento - foi concluída em dezembro de 2012, com a aprovação da Decisão nº 46/2012 do Conselho do Mercado Comum. A segunda etapa (elaboração do manual operativo do Fundo) encontra-se em curso.

- **Revisar a Decisão CMC nº 08/94 "Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações e Áreas Aduaneiras Especiais"**

Análise Situacional da Meta

A revisão da Decisão CMC n° 08/94 encontra-se em discussão no Grupo Mercado Comum do MERCOSUL (GMC), no contexto da revisão dos regimes especiais de importação vigentes no bloco.

OBJETIVO: 0944 - Fortalecer a institucionalidade dos mecanismos de integração regional, sobretudo a UNASUL e o MERCOSUL, para que seus órgãos tenham instrumentos capazes de impulsionar a integração sul-americana.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

A UNASUL executou, em 2014, seu terceiro orçamento anual. O organismo tem submetido suas finanças à análise periódica de firma de auditoria, garantindo a transparência na gestão das contribuições pelos Estados Membros. Na

Cúpula de Quito (5/12/2014), adotaram-se diretrizes para a construção de uma visão estratégica da UNASUL, na qual consta seu fortalecimento institucional, incluindo maior articulação entre instâncias setoriais e aprovação de regulamento da Secretaria-Geral.

Após o estabelecimento da nova estrutura institucional dos órgãos dependentes do Grupo Mercado Comum, em 2012, os Estados Partes deram continuidade ao processo de reordenamento institucional do MERCOSUL. A Decisão CMC Nº 01/13 "Tarefas Conjuntas entre os Órgãos da Estrutura Institucional do MERCOSUL" visa a dotar os referidos órgãos de maior autonomia e agilidade na realização de ações conjuntas. A Decisão CMC Nº 03/13 "Critérios para Criação de Instâncias de Apoio" estabelece procedimentos para racionalizar a criação de estruturas de apoio. Em cumprimento ao mandato estabelecido pela Decisão CMC Nº 24/12 "Complementação e Articulação MERCOSUL-UNASUL", o Conselho do Mercado Comum revisou o regime de participação dos Estados Associados no MERCOSUL, no contexto da adesão da Guiana e do Suriname como Estados Associados. Também em 2013, aprovou-se o Acordo Sede entre a República Oriental do Uruguai e o Alto Representante-Geral do MERCOSUL, órgão criado em 2010, com sede em Montevidéu.

No plano doméstico, houve avanços significativos no processo de incorporação ao ordenamento jurídico nacional de normas que permitirão ao Brasil regularizar suas contribuições financeiras a órgãos do MERCOSUL: a Decisão CMC Nº 63/10, relativa ao Alto Representante-Geral do MERCOSUL, foi promulgada em novembro de 2013; as normas referentes ao Instituto Social do MERCOSUL (Decisões CMC Nº 08/11 e 37/08) e à Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão (Decisão CMC Nº 29/10) tiveram os respectivos Decretos Legislativos publicados no Diário Oficial da União, aguardando-se o Decreto de promulgação para que se efetuem os pagamentos. A Decisão CMC Nº 12/10, referente ao Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos do MERCOSUL, tramita no Poder Legislativo.

No primeiro semestre de 2014, a Presidência Pro Tempore venezuelana concluiu-se com a criação de novas instâncias no Bloco, em áreas relevantes para o aprofundamento da integração regional. A Decisão CMC Nº 14/14 criou a Reunião de Autoridades Sobre Povos Indígenas (RAPIM). O novo foro será responsável por coordenar discussões, políticas e iniciativas em benefício das populações indígenas dos Estados Partes. Representantes dos povos indígenas participarão das Seções Nacionais da RAPIM.

Como desdobramento da "Decisão sobre o Repúdio à Espionagem por Parte dos Estados Unidos sobre os Países da Região", adotada pelos Presidentes dos Estados Partes na Cúpula de Montevidéu, em julho de 2013, o CMC aprovou a Decisão Nº 17/14, criando a Reunião de Autoridades sobre Privacidade e Segurança da Informação e Infraestrutura Tecnológica do MERCOSUL (RAPRISIT). Órgão auxiliar do CMC, a RAPRISIT tem a função de propor políticas e iniciativas regionais na área de segurança da informação.

Também se criou uma "Unidade Técnica de Educação" (Res. GMC Nº 29/14), estrutura que, quando consolidada, estará encarregada de administrar o Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL (SIMERCOSUL), criado pela Decisão CMC Nº 36/12. O SIMERCOSUL visa a consolidar e ampliar os programas de mobilidade acadêmica existentes na região. A UTE será instalada no âmbito da Secretaria do MERCOSUL.

Ainda durante a Presidência Pro Tempore venezuelana, registrou-se importante avanço institucional com o pleno retorno do Paraguai às negociações e aprovação de normas.

A Presidência Pro Tempore argentina, no segundo semestre de 2014, também impulsionou iniciativas de caráter institucional, tendo aprovado diretrizes para uma Política Comunicacional do Bloco. Dispôs-se, ainda, sobre as atividades para a complementação e articulação entre o MERCOSUL e a UNASUL e sobre a participação do MERCOSUL como

observador em processos regionais de integração e organismos internacionais. No aspecto do reordenamento do Bloco, os Estados Partes atualizaram a estrutura do GMC e a tipologia de seus órgãos dependentes. Em relação aos Estados Associados, foi aprovada Decisão que regulamenta sua participação nos Fundos setoriais do MERCOSUL, em complemento às contribuições dos Estados Partes.

Destaca-se, ainda, a designação do primeiro brasileiro, o Dr. Paulo Abrão, para chefiar o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, ocupando o cargo de Secretário Executivo do órgão, cujo mandato, iniciado em 1º de fevereiro de 2015, tem duração de dois anos.

Metas 2012-2015

- **Criar o Fundo de Participação Social do MERCOSUL**

  Análise Situacional da Meta

  Ao criar a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS), a Decisão CMC Nº 65/10 previu a criação e a regulamentação do Fundo de Apoio à Participação Social, conferindo à Coordenação da UPS a prerrogativa de apresentar ao Grupo Mercado Comum (GMC), por meio do Alto Representante-Geral do MERCOSUL, o projeto de norma correspondente. Em 14/8/13, o Grupo Mercado Comum designou a nacional argentina Mariana Vázquez como Coordenadora da UPS. No Plano de Ação da UPS para 2014, circulado para os Coordenadores Nacionais do GMC em 4/2/14, a criação do Fundo foi mencionada como um dos objetivos a serem cumpridos.

  Embora a UPS não tenha apresentado, até dezembro de 2014, projeto de norma com a proposta do Fundo, a Presidência Pro Tempore do Brasil pretende dar início ao processo de negociação da norma de criação e regulamentação desse fundo no primeiro semestre de 2015, reiterando à UPS a necessidade de concluir esse objetivo, conforme dispõe a mencionada Decisão CMC Nº 65/10.

- **Instalar a Secretaria-Geral da UNASUL**

  Análise Situacional da Meta

  Os Chefes de Estado da UNASUL lograram designar, em agosto de 2014, o ex-Presidente da Colômbia, Ernesto Samper, como novo Secretário-Geral do organismo. Além disso, a sede definitiva do Secretariado foi inaugurada em dezembro de 2014, em Quito, em cerimônia que contou com a presença da Presidente da República. Atualmente, está em curso processo seletivo para a admissão de cinco Diretores técnicos, que serão contratados pela Secretaria-Geral e incumbidos de setores específicos da integração sul-americana, tais como assuntos sociais e assuntos econômicos.

OBJETIVO: 0946 - Expandir as iniciativas previstas nos Planos de Ação das instâncias subsidiárias da UNASUL nas áreas da saúde, combate à fome e à pobreza, erradicação da extrema pobreza, segurança alimentar e nutricional, proteção social e economia solidária, bem como consolidar e implementar o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), com vistas a reforçar o pilar social da integração regional.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O Plano de Ação 2015-2017 do Conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social (CSDS) encontra-se em negociação e será objeto de reuniões em fevereiro de 2015. Boa parte dos trabalhos da instância tem por base a Agenda de Ações Sociais Prioritárias. A Agenda busca enfocar os esforços do CSDS em alguns objetivos de interesse compartilhado entre os Estados Membros, a exemplo da erradicação da desnutrição crônica infantil; consolidação dos sistemas de proteção e promoção social para o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e pessoas em situações de vulnerabilidade; consecução de maior inclusão social, econômica e produtiva; promoção do acesso a alimentos saudáveis e de qualidade; e participação dos cidadãos em condições de igualdade. Além disso, está em fase avançada de negociação no Conselho o Marco Conceitual para Políticas Sociais na UNASUL, o qual deverá contribuir para a harmonização dos trabalhos dos Estados Membros em termos de desenvolvimento social.

No MERCOSUL, a supervisão do Plano Estratégico de Ação Social (PEAS) cabe à Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais (CCMAS), cuja coordenação nacional brasileira é exercida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome (MDS).

O PEAS consiste em dez eixos, estruturados em 26 diretrizes e 104 objetivos prioritários. Com metas mais avançadas que os Objetivos do Milênio, o PEAS ambiciona contribuir para a erradicação da fome, da pobreza e do analfabetismo, além de universalizar a saúde pública, entre outros objetivos de alcance regional.

Existem, atualmente, no marco do PEAS, os seguintes projetos, em diferentes fases de elaboração: "Fortalecimento Institucional para Superação da Pobreza: uma Abordagem Integral sobre os Núcleos Duros da Pobreza"; "Gênero, Pobreza e Desenvolvimento"; "Crianças e Adolescentes Migrantes"; "Economia Social e Solidária"; "Alimentos Tradicionais"; e "Marco em Educação Alimentar e Nutricional".

O financiamento dos projetos sociais no MERCOSUL, no curto, médio e longo prazos, segue sendo um dos pontos centrais de discussão na CCMAS. Os possíveis modelos a serem aplicados estão em estudo.

Metas 2012-2015

- **Definir cronogramas para a implementação de ações concretas nos 10 eixos do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS)**

  Análise Situacional da Meta

  No segundo semestre de 2014, a Coordenação Nacional brasileira do Grupo Mercado Comum (GMC), em conjunto com a Coordenação Nacional brasileira da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL (CCMAS), iniciou um processo de diagnóstico do grau de cumprimento dos objetivos prioritários contidos nas diretrizes e eixos do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS). A partir desse diagnóstico, será possível, ainda no primeiro semestre de 2015, traçar as próximas etapas na execução do Plano, revisando-o, quando necessário, e estabelecendo cronogramas, consideradas as dificuldades decorrentes da natureza intergovernamental do exercício de integração regional.

- **Estabelecer programa de cooperação permanente baseado nas metodologias e práticas desenvolvidas pelo Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL**

  Análise Situacional da Meta

  O conselho Sul-Americano de Desenvolvimento Social negocia a instalação do Observasul, que será instância de compartilhamento de experiências e análise comparativa de políticas sociais dos países participantes. Será, ainda, um espaço de acompanhamento dos níveis de cumprimento das políticas sociais regionais e seu impacto sobre a população do continente. Já em funcionamento está a Matriz de Cooperação Horizontal da UNASUL, que consiste em plataforma virtual que possibilita a inserção de dados de programas, projetos e ações desenvolvidas pelos países, assim como o registro de demandas de cooperação nessas experiências.

OBJETIVO: 0947 - Consolidar um conjunto de direitos fundamentais e benefícios em favor dos nacionais dos Estados-Partes do Mercosul, mediante Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania, conforme estabelecido pela Decisão do Conselho do Mercado Comum Nº 64/10.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O pilar da cidadania do MERCOSUL é um dos fundamentos do processo de integração. A fim de aprofundar a agenda cidadã da integração, foi aprovado, em 2010, o "Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania" (Decisão CMC Nº 64/10), que se estrutura em torno de três objetivos gerais: implementação de política de livre

circulação de pessoas; igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos para nacionais dos Estados Partes; e igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação. O Plano visa a complementar e consolidar as cidadanias nacionais, não as substituir. Atualmente, a meta dos Estados Partes é implementar o Plano de Ação até o 30° aniversário do MERCOSUL, em 2021. Trata-se de um processo de negociação complexo e de longo prazo, para o qual não é possível fixar datas e cronogramas peremptórios.

Metas 2012-2015

- **Definir as medidas necessárias para a plena implementação, até 2021, dos objetivos definidos pelo Plano de Ação para um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL**

  Análise Situacional da Meta

  - Área de fronteiras: está em curso a revisão do Acordo de Recife, que estabelece medidas técnicas e operacionais de regulação dos controles integrados nas fronteiras entre os Estados Partes. No 2º semestre de 2014, atualizaram-se os termos do Acordo de Complementação do Acordo de Recife em Matéria Migratória.

  - Trabalho, emprego e circulação de pessoas: aprovou-se a Resolução GMC Nº 11/13 "Plano para Facilitar a Circulação de Trabalhadores no MERCOSUL". O Plano visa garantir a inserção formal dos trabalhadores nas estruturas laborais dos Estados Partes e melhorar a qualidade do emprego na região. O Plano alinha-se com a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL e os Acordos sobre Residência. No 2º semestre de 2014, o MERCOSUL aprovou outros dois Acordos de grande relevância para a circulação de pessoas: a atualização da lista de documentos de viagem e o acordo que permite aos cidadãos dos Estados Partes solicitarem prorrogação por 90 dias de visto de turista no território do país de destino.

  - Circulação de veículos: a adoção de uma placa veicular comum no MERCOSUL, cujo desenho e demais características técnicas foram aprovados em outubro de 2014, representa importante avanço na agenda cidadã. A norma já foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro. A placa tem o propósito de facilitar a circulação e a segurança no trânsito entre os países do Bloco, contribuindo para uma melhor fiscalização aduaneira e migratória. A partir de 1º de janeiro de 2016, a placa comum será de uso obrigatório, nos Estados Partes, para todos os veículos registrados pela primeira vez.

  - Educação: O Sistema Integrado de Mobilidade Acadêmica do MERCOSUL (SIMERCOSUL), aprovado durante a Presidência Pro Tempore brasileira (PPTB) de 2012, tem o objetivo de promover um salto qualitativo e quantitativo nas iniciativas de mobilidade acadêmica no Bloco. Serão priorizadas mobilidades nos cursos acreditados pelo mecanismo regional de acreditação (Sistema ARCU-SUL) e as iniciativas que estimulem o aprendizado do espanhol e do português. O tema é prioritário para o Ministério da Educação (MEC). Duas normas relativas ao SIMERCOSUL foram aprovadas na Cúpula de Caracas, em julho de 2014: a Decisão CMC Nº 16/14 "Plano de Funcionamento do SIMERCOSUL" e a Resolução GMC Nº 29/14 "Unidade Técnica de Educação". Estrutura responsável por administrar o sistema, a UTE será instalada no âmbito da Secretaria do MERCOSUL e disporá, inicialmente, de três funcionários a ela dedicados exclusivamente. A meta é alcançar 3 mil mobilidades.

  - Direitos do Consumidor: estão em andamento as negociações para aprovar um Acordo do MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo. O acordo possibilitará que o consumidor seja favorecido pela aplicação da lei do Estado Parte que se mostre mais benéfica.

  - Alto Representante-Geral do MERCOSUL: Durante a Presidência Pro Tempore uruguaia (PPTU) 2013, o Uruguai firmou com o Bloco o Acordo de Sede para o funcionamento do Alto Representante-Geral do MERCOSUL (ARGM). O ARGM tem a incumbência funcional de trabalhar pela implementação do Plano de Ação.

OBJETIVO: 0954 - Promover, sobretudo no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL, a integração da infraestrutura física com os países da América do Sul, nos setores de transportes, energia e comunicações, com especial ênfase no componente de financiamento, com vistas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental da região.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

O Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento da UNASUL (COSIPLAN) foi desenhado para servir de foro de articulação de ministros, de forma a obter respaldo político no mais alto nível para os projetos de integração na América do Sul. Em 2011, o Brasil exerceu a Presidência pro tempore do Conselho e coordenou o processo de elaboração do Plano de Ação Estratégico 2012-2022. Também nesse período, a partir dessa Carteira geral, foi selecionada a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), inicialmente composta por 88 projetos individuais da Carteira de Projetos, que constituem 31 projetos estruturados. A Agenda reúne projetos prioritários para o processo de integração, escolhidos por consenso entre os 12 países-membros, com o compromisso dos respectivos governos para sua execução. O valor do investimento, à época, alcançava R$ 13 bilhões. No âmbito do Conselho, em 2012, o Brasil negociou a incorporação do Nordeste brasileiro ao Eixo Amazonas ampliado, permitindo que essa região também se beneficie da integração regional. Em 2014, os ministérios e secretarias envolvidos nos projetos brasileiros se reuniram para discutir os avanços, as revisões e as alterações da Carteira, que é atualizada anualmente. A Carteira de Projetos atual é composta de 579 projetos, que preveem cerca de US$ 163 bilhões de investimentos.

A situação atual da Carteira de projetos é a seguinte:

179 projetos estão em fase de execução, somando US$ 72,9 bilhões em investimentos, correspondendo a 30,9% da Carteira; 294 projetos estão na fase de pré-execução ou perfil, somando US$ 69,9 bilhões de investimentos, correspondendo a 50,8%

da Carteira; e 106 projetos já foram concluídos, com investimentos de US$20,3 bilhões, correspondendo a 18,3% da Carteira.

Metas 2012-2015

- **Iniciar a execução da Agenda de Projetos Prioritários do COSIPLAN que envolvam o Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Após a atualização em 2014, a Agenda de Projetos Prioritários de Integração tem 31 projetos estruturados, totalizando 100 projetos individuais. O Brasil está envolvido em 18 projetos individuais, indicados mais adiante. Antes de apresentar os projetos, vale esclarecer seus estágios. Na etapa de Perfil, estudam-se os antecedentes que permitem formar o juízo no que concerne à conveniência e à viabilidade técnico-econômica de se levar a cabo o projeto. Na etapa de Pré-execução, encontram-se os projetos que estão em uma das seguintes fases: 1) pré-viabilidade – quando se examinam com detalhes as alternativas consideradas mais convenientes na etapa de perfil; 2) viabilidade – nessa fase, incluem-se e analisam-se os aspectos relacionados com a obra física, o programa de desembolsos e o começo da execução do projeto; 3) investimento – compreende as questões relativas a financiamento e ao projeto executivo. A etapa de Execução refere-se ao conjunto de atividades necessárias para a construção física em si, abrangendo a assinatura do contrato, a compra e a instalação de maquinários e outras instalações necessárias. A etapa Concluído é a que considera a finalização de construção da obra física em si em sua totalidade.

  1) Corredor Ferroviário Bioceânico Trecho Cascavel – Foz do Iguaçu. Em estágio de perfil.

  2) Ponte Ferroviária com Pátio de Cargas – Ciudad del Este – Foz do Iguaçu. Em estágio de perfil.

  3) Corredor Ferroviário Bioceânico Trecho Paranaguá – Cascavel e Variante entre Guarapuava e Engenheiro Bley. Em estágio de pré-execução.

  4) Nova Ponte Puerto Presidente Franco – Porto Meira, com Área de Controle Integrado Paraguai-Brasil. Em estágio de pré-execução. O objetivo do projeto é dinamizar as atividades econômicas da capital paraguaia, passando pela tríplice fronteira (Foz do Iguaçu, Cidade del Este e Puerto Iguaçu) até a localidade de Clorinda, na Argentina e melhorar a fiscalização na fronteira.

  5) Linha de Transmissão 500 kv Itaipu – Villa Hayes, da Subestação Villa Hayes e Ampliação da Subestação Margem

Direita Itaipu. Em execução. Ele conta com recursos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul – FOCEM. Em 2012, foram realizadas obras de fundação e suporte e foi concluído o caminho de acesso principal à Subestação Villa Hayes. Também foram realizadas obras de fundação e suporte na Subestação Margem Direita Itaipu e foi iniciada a obra de drenagem.

6) Readequação da Rodovia Caracas – Manaus. Em execução.

7) Construção da Rodovia Boa Vista – Bonfim. Concluído.

8) Melhoramento da Navegabilidade do Rio Paraguai entre Apa e Corumbá. Em estágio de pré-execução.

9) Melhoramento da navegabilidade do Rio Tietê. Em execução, com conclusão prevista para início de 2017.

10) Melhoramento da navegabilidade do Rio Alto Paraná (Águas Arriba Saltos del Guairá). Em execução, com conclusão prevista para novembro de 2015.

11) Anel Viário de Campo Grande. Em execução. No entanto, ainda é necessário concluir a realocação da rede de energia elétrica e a regularização do processo de desapropriação.

12) Área de Controle Integrado Puerto Suárez – Corumbá. Em execução.

13) Construção da Ponte Internacional Jaguarão-Rio Branco. Em fase de pré-execução.

14) Dragagem da Lagoa Mirim. Em pré-execução.

15) Dragagem do Rio Taquari. Em fase de execução.

16) Dragagem, balizamento e sinalização do Sistema Lagoa Mirim – Lagoa dos Patos. Em fase de perfil.

17) Adequação Ferroviária de Bitola no trecho Rivera - Santana do Livramento – Cacequi. Concluído no segundo semestre de 2012.

18) Ponte sobre o Rio Madeira em Abunã (BR 364/RO). Em fase de pré-execução.

OBJETIVO: 0957 - Promover a implementação do Banco do Sul como instrumento regional de financiamento de projetos com vistas ao desenvolvimento econômico e social na América do Sul, bem como avançar na negociação de um mecanismo regional de garantias, para facilitar o acesso a diferentes formas de financiamento a empreendimentos na região.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Desde meados de 2010, as delegações dos países fundadores do Banco vieram se reunindo periodicamente, tanto em reuniões plenárias de alto nível quanto em 3 Grupos Técnicos. Como resultado, avançou-se substancialmente na elaboração das políticas operacionais do Banco, em sua estrutura organizacional e estratégias de atuação, que servirão como base para a gestão e operação do Banco.

No âmbito do governo brasileiro, estão em andamento os trabalhos necessários à internalização do Regulamento ao ordenamento jurídico brasileiro, especialmente sobre os aspectos orçamentários derivados dos compromissos de aportes de capital assumidos pelo país.

Tendo em vista que o Convênio Constitutivo encontra-se ainda em tramitação no Congresso Nacional, não é possível ao Brasil realizar sua integralização de capital.

O Executivo enviou o texto do Convênio Constitutivo ao Congresso Nacional em 22.02.2012. Desde então, está tramitando na Câmara dos Deputados sob o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 548/2012.

O projeto já foi aprovado nas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados e está aguardando apreciação pelo Plenário para, em caso de aprovação, seguir para análise pelo Senado Federal.

Metas 2012-2015

- **Iniciar o financiamento de projetos-piloto por parte do Banco do Sul**

Análise Situacional da Meta

Tendo em vista que o Banco do Sul ainda não iniciou suas operações, nenhum projeto-piloto foi financiado.

Para que projetos de interesse do Brasil possam ser financiados, é necessária a realização de aporte financeiro pelo país. O aporte, por sua vez, somente pode ser realizado após a aprovação do Convênio pelo Congresso Nacional, o que ainda não ocorreu.

Nenhum projeto foi financiado pois o banco ainda não entrou em operação.

OBJETIVO: 1006 - Promover a ampliação do MERCOSUL, por meio da incorporação de novos Estados Partes e Associados.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Análise Situacional do Objetivo

O MERCOSUL conta com cinco Estados Partes: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, este último formalmente admitido no Bloco em agosto de 2012. Durante a Presidência Pro Tempore brasileira, no segundo semestre de 2012, foi assinado o Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, que deverá ser ratificado pelo Congresso dos signatários do Protocolo para que a Bolívia se torne Estado Parte do Bloco. Guiana e Suriname tornaram-se, em 2013, Estados associados ao Bloco, fazendo com que todos os Estados da América do Sul sejam Estados Partes ou Associados ao MERCOSUL. O Equador estuda a possibilidade de integrar-se ao Bloco como Estado Parte.

Metas 2012-2015

- **Executar os compromissos previstos no Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela no MERCOSUL.**

  Análise Situacional da Meta

  A Venezuela adotou, em 5 de abril de 2013, a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) e iniciou convergência à Tarifa Externa Comum (TEC), em estrita observância aos compromissos previstos em normas aprovadas pelo MERCOSUL. No plano tarifário, a Venezuela adotou as alíquotas da Tarifa Externa Comum para um número importante de produtos, correspondente a 28% do universo tarifário. Com vistas a estabelecer as condições para o livre comércio no Bloco, foram celebrados, em Montevidéu, em 26 de dezembro de 2012, no marco da Associação Latinoamericana de Integração (ALADI), os acordos de Complementação Econômica relativos aos programas de liberalização comercial com os países sócios.

  Em matéria de incorporação normativa, a Venezuela empreende processo de consultas internas, com vistas à incorporação das normas dentro do prazo previsto de quatro anos estabelecido pelo Protocolo de Adesão, nos termos da Dec. CMC Nº 66/12. O tema segue sob acompanhamento regular pelo Grupo Mercado Comum (GMC).

- **Executar os compromissos previstos no Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao Mercosul.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013 e 2014, realizaram-se reuniões pertinentes ao processo de adesão da Bolívia ao MERCOSUL em subgrupos temáticos nas seguintes áreas: a) assuntos comerciais; b) aspectos institucionais; c) incorporação normativa; e d) relacionamento externo. Os Estados Partes deram início aos trâmites internos para a incorporação do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL, firmado em 7 de dezembro de 2012.

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Adequação da Força Aérea	%	31/12/2010	20	31/12/2014	40,11
Adequação da Força Naval	%	01/07/2011	20	31/12/2014	40,8
Adequação da Força Terrestre	%	31/12/2010	32	31/12/2014	17,64
Índice de Acidentes Aeronáuticos	%	31/12/2010	0,7	07/01/2015	0,89
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2010	89	06/01/2015	93,13
Taxa de acidentes náuticos	1/1.000	31/12/2010	1,31	31/12/2014	1,03

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), em 2013 foi concluída a implantação do software do Sistema de Tratamento e Visualização de Dados (STVD-SAGITARIO), nos Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo (CINDACTA) e Serviço Regional de Proteção ao Voo.

O sistema SAGITÁRIO também está sendo implantado nos Centros de Controle de Aproximação (APP), que tem como objetivo controlar as aeronaves que chegam e saem dos aeródromos. Até o segundo semestre de 2014, foram finalizadas seis implantações nos APP de Brasília, Confins, Curitiba, Macaé, Recife e Rio de Janeiro. Outros sete APP deverão ser implantados em 2015.

No primeiro semestre de 2014 foram modernizados cinco Sistemas Integrados de Torres de Tráfego Aéreo nas localidades de Brasília, Porto Alegre, Recife, Porto Velho e Boa Vista, sendo que, no final de 2014 a modernização de Belém-PA estava em fase de finalização.

Em 2014 também foi dada continuidade à modernização e substituição de sistemas de climatização, energia e aterramento das KF (casas de força) das unidades responsáveis pelo Controle de Tráfego Aéreo.

Na área de Meteorologia, nos anos de 2012, 2013 e 2014 foram substituídas 17 Estações Meteorológicas de Superfície (EMS- 1) que estavam no limite da sua vida útil.

Nesse mesmo período, foram substituídos 10 sistemas de auxílio à navegação por rádio VOR - "Very High Frequency Omnidirectional Range" por sistemas mais modernos DVOR- "Doppler Very High Frequency Omnidirectional Range".

Ainda em relação ao aperfeiçoamento do Sistema de Navegação Aérea, nesses três anos de execução do Plano foram instalados novos equipamentos auxiliares para orientação de pousos em condições de baixa visibilidade - “Instrument Landing System" (ILS), nas localidades de Brasília, Campina Grande, Campo Grande, Rio de Janeiro/Galeão, Florianópolis, Joinville, Foz do Iguaçu e Vitória.

Em 2014 continua em fase de implantação na Bacia de Campos, região estratégica para o País, uma cobertura "Automatic Dependent Surveillance-Broadcast" (ADS-B), que tem por objetivo controlar o tráfego aéreo das aeronaves (helicópteros) empregadas nas operações "off shore" (e.g. plataformas de petróleo). O ADS-B é um sistema que recebe as informações do sistema de navegação das aeronaves de forma automática, de tal maneira que as mesmas possam ser visualizadas pelos controladores em suas telas de controle, mesmo em locais desprovidos de cobertura radar. As estações que compõem esse

sistema estão sendo instaladas nas principais plataformas de petróleo e aguardam a prontificação dos canais de comunicação e do Centro de Controle em Macaé para entrada em operação, prevista para 2015.

Em paralelo às ações do SISCEAB, as empresas aéreas que operam na região estão adequando as suas aeronaves com os equipamentos de bordo necessários à utilização do serviço ADS-B.

Quanto às ações de prevenção de acidentes aeronáuticos, o planejamento do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos foi executado dentro do esperado.

A modernização e a implementação dos equipamentos/sistemas e processos no SISCEAB /SISDABRA proporcionarão uma relevante melhora na capacidade de defesa e no controle do tráfego aéreo, diminuindo os atrasos de voos e os riscos de acidentes com aumento da segurança de todos os usuários do transporte aéreo e o cumprimento dos compromissos internacionais do Brasil.

Metas 2012-2015

- **Implantar 90% da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea de Autodefesa (1ª BAAAD) até 2015.**

  Análise Situacional da Meta

  A implantação da 1ª Brigada de Defesa Antiaérea segue o planejamento e a meta da implantação deverá ser atingida conforme previsto até dezembro de 2015. A implantação dessa Brigada envolve a ativação de um Quartel-General sediado em Brasília - DF e de três Grupos de Artilharia Antiaérea de Autodefesa.

  O 1º Grupo de Defesa Antiaérea foi ativado em 12 de janeiro de 2012, na cidade de Canoas – RS e o 2º Grupo de Defesa Antiaérea foi ativado em 31 de outubro de 2012, na cidade de Manaus – AM. Em junho de 2014, foi iniciada a construção das instalações do 3º Grupo Defesa Antiaérea, na cidade de Anápolis - GO.

  O Quartel-General da 1ª Brigada de Defesa Antiaérea está sendo instalado em sua futura edificação na Capital Federal, a qual depende ainda de algumas adequações na estrutura física, da alocação de recursos humanos e de equipamentos para permitir seu funcionamento na meta estabelecida.

  O NuBDAAE, ativado em 22 de agosto de 2012 em Brasília, coordenou as atividades de preparo dos 1º e 2º Grupos de Defesa Antiaérea, promovendo o treinamento para utilização dos radares de busca SABER M 60, dos equipamentos de visão noturna MOWGLI 2M e dos sistemas de comunicação HARRIS FALCON III. Em 2014, foi realizado um exercício envolvendo o lançamento real de mísseis como preparativo para a Copa do Mundo. Ambas as Unidades atuaram na Defesa Aeroespacial do evento, atuando diretamente na proteção do Jogo de Abertura e demais jogos das cidades de Manaus e São Paulo.

  Quantidade alcançada

  70

  Data de Referência

  29/12/2014

- **Instalar 7 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro**

  Análise Situacional da Meta

  O número de instalação de radares de vigilância do espaço aéreo sofreu alteração durante a sua execução para melhor atender as necessidades operacionais de controle do espaço aéreo, em função da evolução dos cenários pertinentes à defesa aeroespacial e ao gerenciamento do tráfego aéreo. Esses cenários contemplaram a necessidade logística de substituir alguns radares na região sudeste, que se encontravam em fase de obsolescência, a demanda crescente de tráfego aéreo controlado em áreas terminais de aeródromos nessa região e na região sul do país e a substituição de dois radares transportáveis por radares fixos..

  Em 2012 e 2013, foram finalizadas as instalações de cinco radares para controle de tráfego aéreo nas seguintes localidades: Barcelos (AM), Navegantes (SC), Teresina (PI), Palmas (TO) e Londrina (PR).

  Entre os anos de 2012 e 2014 foram finalizadas as substituições de quatro radares para controle de tráfego aéreo nas seguintes localidades: Chapada dos Guimarães (MT), Tanabi (SP), Três Marias (MG) e Santa Teresa (ES), uma vez que os antigos radares dessas localidades haviam atingido o final de sua vida útil. Adicionalmente foi realizada a

substituição de dois radares de controle de tráfego aéreo transportáveis instalados em Tefé (AM) e Sinop (MT), que seguiram para as suas sedes em Canoas (RS) e Santa Maria (RS).

Está prevista para iniciar em 2015 a instalação, na área de Vitória (ES), de um radar de área terminal, além de uma nova tecnologia de multilateração, que proporcionará ao espaço aéreo da terminal de Vitória (ES) um complemento na detecção de aeronaves, mesmo frente ao relevo desfavorável daquela localidade.

Também estão previstas para 2015 as instalações dos radares para controle de tráfego aéreo, nas seguintes localidades: Porto Alegre (PA), Lagoa Santa (MG), Curitiba (PR) e Porto Velho (RO). O radar a ser utilizado em Porto Velho será o radar instalado em Salvador (BA), que será substituído por um novo radar de controle de tráfego aéreo.

Ainda para 2015, está previsto o início da substituição dos radares de controle de tráfego aéreo das localidades de Pico do Couto (RJ), São Roque (SP), Morro da Igreja (SC) e Barra do Garças (MT); há também previsão da instalação de um radar meteorológico em Chapada dos Guimarães (MT).

Durante o período do presente PPA, não houve a presença de fatores que tenham prejudicado o desenvolvimento da meta de instalação de radares, pelo contrário, esta pode ser superada em todas as regiões.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	2	unidade	2	31/12/2014
Região Nordeste	1	unidade	1	31/12/2014
Região Norte	2	unidade	3	31/12/2014
Região Sudeste	1	unidade	3	31/12/2014
Região Sul	1	unidade	2	31/12/2014

- **Modernizar 15 radares de vigilância do espaço aéreo brasileiro**

Análise Situacional da Meta

O número de radares de vigilância do espaço aéreo a serem modernizados foi modificado durante a execução do PPA para melhor atender as necessidades de logística de manutenção dos radares de vigilância, considerando a evolução dos seus ciclos de vida e as obsolescências identificadas nos radares..

A modernização de radares tem por finalidade aumentar a vida útil desses equipamentos e manter os altos níveis de operacionalidade, proporcionando a manutenção da segurança de voo pelo uso ininterrupto das informações no controle do tráfego aéreo.

Em 2013 foram modernizados dez radares meteorológicos instalados nas localidades de Belém (PA), Manaus (AM), Macapá (AP), Santarém (PA), Tabatinga (AM), Cruzeiro do Sul (AC), Boa Vista (RR), Porto Velho (RO), São Gabriel da Cachoeira (AM) e Tefé (AM). Esses radares são utilizados no Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e suas imagens são visualizadas nos Centros Meteorológicos de Vigilância da Aeronáutica e no Centro Regional do SIPAM em Manaus – AM. A modernização do radar meteorológico de São Luís (MA) deverá ocorrer neste ano de 2015, devido às dificuldades enfrentadas durante as especificações contratuais e nas negociações com a empresa fornecedora do serviço.

Em 2014 foi modernizado o radar transportável voltado para controle de tráfego aéreo e defesa aérea, que se encontrava na região norte do país, mas que agora é de responsabilidade do Segundo Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle (2º/1º GCC – Canoas – RS).

Em 2015 deverão ser iniciadas as modernizações de outros cinco radares de controle de tráfego aéreo e defesa aérea. Estas modernizações atenderão ao SISCEAB e ao SISDABRA, nas seguintes localidades: Porto Espiridião (MT), Guajará-Mirim (RO), Eirunepé (AM), Cruzeiro do Sul (AC) e Santa Maria (RS), com a finalidade de melhoria no desempenho operacional desses radares e a extensão de sua vida útil.

Durante o período do presente PPA, o fator que prejudicou o desenvolvimento da meta de modernização de radares esteve correlacionado com a negociação de valores do empreendimento junto ao fornecedor do serviço de modernização do radar meteorológico de São Luis (MA).

A regionalização das metas, também, foi alterada em função das alterações percebidas no ciclo de vida dos radares, demandando a necessidade de suas substituições em lugar das modernizações, e da necessidade de melhorias das performances de processamento de informação dos radares meteorológicos, que atualmente possuem grande aplicação pela Defesa Civil dos Estados, na prevenção de desastres naturais provenientes dos fenômenos meteorológicos.

Quantidade alcançada

11

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	0	31/12/2014
Região Norte	1	unidade	10	31/12/2014
Região Sudeste	4	unidade	0	31/12/2014
Região Sul	5	unidade	1	31/12/2014

- **Realizar 488 ações de prevenção de acidentes aeronáuticos**

Análise Situacional da Meta

A exemplo de anos anteriores, o CENIPA desenvolveu ao longo do ano de 2014 extenso programa de prevenção de acidentes, realizando todas as ações previstas para o período, visando ao cumprimento de sua missão: “promover a prevenção de acidentes aeronáuticos, preservando os recursos humanos e materiais, visando ao progresso da aviação brasileira”. Nesse contexto, uma ação de prevenção corresponde a um curso, uma palestra, um simpósio, realizado pelo CENIPA e organizações subordinadas, para toda a comunidade aeronáutica brasileira.

Em 2014, foram realizados 13 (treze) cursos, 88 (oitenta e oito) palestras, 12 (doze) seminários, 6 (seis) simpósios, e 3 (três) visitas técnicas, totalizando as 122 ações de prevenção anuais previstas, alcançando um público total de 8.536 profissionais da aviação civil e militares. O CENIPA também conduziu dois encontros do Comitê Nacional de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CNPAA), fórum do qual participam diversas entidades da comunidade aeronáutica brasileira, onde questões de segurança de voo são debatidas e soluções são propostas, visando à melhoria da segurança em todos os campos da atividade aérea do país.

Para o próximo e último exercício financeiro deste PPA, a depender do volume de crédito posto à disposição do sistema, espera-se que a meta de realização das 122 ações de prevenção restantes seja alcançada, e que o CENIPA consiga levar os princípios e as recomendações de segurança de voo a um público ainda maior.

Quantidade alcançada

366

Data de Referência

23/12/2014

- **Realizar 90% das adequações necessárias ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB), propostas até 2016.**

Análise Situacional da Meta

O DECEA vem dotando o SISCEAB e o SISDABRA de equipamentos/sistemas e processos que promovem a circulação segura e eficiente do tráfego civil e militar no espaço aéreo sob jurisdição do Brasil, visando ampliar a capacidade de defesa, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Quanto ao principal objetivo do DECEA, que é o sistema de controle do espaço aéreo e de defesa aérea, o Departamento implementou desde 2012 até o 2º semestre de 2014 nove radares de vigilância de uma previsão inicial de sete e modernizou 11 radares de uma previsão inicial de quinze, visando alcançar a meta de realizar 90%

dasadequações necessárias ao SISCEAB propostas até 2015.

Quantidade alcançada

81,8

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Da mesma forma que em 2012 e 2013 , ao longo do ano de 2014 foram destinados recursos para as atividades de preparo e emprego da Força Aérea Brasileira (FAB) que propiciaram o aprimoramento e a prontidão tático-operacional de seu efetivo militar e civil, o aperfeiçoamento da logística de pronto emprego e a elevação de sua capacidade operativa, contribuindo para o cumprimento da destinação constitucional do Comando da Aeronáutica (COMAER), sintetizada na “Manutenção da Soberania do Espaço Aéreo Nacional com vistas à Defesa da Pátria".

Neste sentido, o Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS) promoveu a formação, capacitação, aperfeiçoamento ou especialização de 18.969 alunos nas áreas de interesse do COMAER, objetivando elevar a sua capacidade operativa, por meio das atividades de ensino voltadas ao emprego operacional e ao apoio das atividades subsidiárias..

Por sua vez, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), por meio dos Cursos de Graduação e de Pós-Graduação voltados à formação de engenheiros, mestres e doutores nas áreas de interesse do COMAER, do Ministério da Defesa e da Aviação em geral, realizou a colação de grau de 147 alunos nos Cursos de Pós-Graduação, sendo diplomados 50 mestres, 32 doutores e 65 alunos de mestrado profissional; nos Cursos de Especialização lato sensu, colaram grau 66 alunos. Já nos Cursos de Graduação em Engenharia o ITA concluiu a formação de um total de 111 alunos.

Destacam-se ainda os esforços do governo federal para dar continuidade ao projeto de Expansão do ITA, que consiste em duplicar a oferta de vagas da Graduação e aumentar em 50% a oferta de vagas para a Pós-Graduação, que visa atender uma necessidade crescente de setores estratégicos do País.. Em 2014, o ITA recebeu a aprovação do Ministério da Educação para licitar a primeira obra da expansão e um dos principais desafios nos próximos anos será a contratação de cerca de 200 novos docentes qualificados.

Em 2014, o COMAER também proporcionou adestramento ao seu efetivo por meio da realização de um conjunto de operações militares e exercícios operacionais conforme relatado na meta específica: Realizar 32 operações aéreas.

Destes destacamos o treinamento realizado com a Operação Ágata 8, que contou com a participação de 8.594 militares e a mobilização de 32 aeronaves, na qual o processo de comando e controle foi centralizado no Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), quando foram realizadas missões de Defesa Aérea, de Transporte Aéreo Logístico e de Busca e Salvamento, entre outras, ao longo de toda a fronteira oeste.

Os militares da FAB também tiveram capacitações realizadas por meio dos recursos alocados às Organizações Militares (OM), para o cumprimento dos Planos de Missões de Ensino (PLAMENS), no Brasil e no Exterior.

Visando ao adestramento do efetivo, com vistas à operação de equipamentos e aeronaves adquiridas no exterior, foram realizadas as missões previstas nos Planos de Missões Técnico- Administrativas no Exterior (PLAMTAX), realizado por meio do treinamento em simuladores de voo e formação especializada, além de intercâmbios com países estrangeiros para realização de Operações Aéreas Conjuntas.

No ano de 2014 foram realizadas movimentações de pessoal por interesse do serviço, perfazendo um total de 18.507 militares, aproximadamente 20% da meta prevista, dando pleno cumprimento ao Plano de Movimentação de Pessoal.

Quanto à infraestrutura e logística necessária à manutenção da operacionalidade das OM da FAB, assegurou-se o

funcionamento de 21 simuladores de voo, por meio de contratos de suporte logístico (CLS) e de manutenção corretiva, contribuindo para o objetivo de redução dos custos de operação (treinamento de pilotos em missões de instrução). Também foi possível atender as demandas de manutenção e viabilizar a operação dos 05 estandes de tiro e campo de provas da FAB, bem como realizar manutenções em material bélico e a manutenção da reserva de guerra (aérea e terrestre) e da capacidade de controle de distúrbios civis.

Quanto à logística diretamente voltada ao apoio da atividade aérea, o adequado planejamento de aquisição de itens, equipamentos e contratação de serviços para manter as aeronaves da FAB disponibilizadas permitiu que fosse alcançada a média diária de 244 aeronaves disponíveis, o que possibilitou perfazer um total de 151.310 horas voadas, cerca de 97,62% do esforço aéreo previsto de 155.000 horas para 2014.

Para o alcance de tais resultados, procedeu-se a aquisição de 125.464 m³ de combustíveis de aviação, bem como a obtenção e manutenção de equipamentos e instalações necessários ao recebimento, estocagem, conservação de combustíveis e lubrificantes de aviação. Celebrou-se, ainda, contratos com várias empresas para assegurar o fornecimento de combustíveis de aviação em todo o Território Nacional para os próximos 05 anos.

Em 2014, manteve-se a estratégia de celebrar contratos pagos por hora de voo com empresas privadas visando a melhoria na disponibilidade de alguns projetos, bem como de otimização dos processos de obtenção de serviços e materiais, diminuindo o estoque e as perdas pelo exíguo tempo de vida útil de alguns equipamentos e peças.

Metas 2012-2015

- **Adestrar, anualmente, 28.000 militares**

  Análise Situacional da Meta

  A Força Aérea Brasileira (FAB), de 2012 a 2014, proporcionou adestramento em diversas áreas de atuação. Em 2012, realizou as Operações Ágata 4, 5 e 6, Operação Cruzex C2, Operação Amazônia e FAEX XII.

  Em 2013, os adestramentos foram realizados por meio da Operação Ágata 7, Operação Combinada Laçador, “Cruzex Flight 2013” e Reuniões de Aviação Operacional.

  Em 2014, proporcionou adestramento por meio da Operação Ágata 8, Operação BVR2/Sabre, Exercício Operacional Transportex 2014 e Exercício Operacional CSAR 2014.

  Na Operação Ágata 8, um dos eixos de defesa para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014, a FAB centralizou em Brasília o processo de comando e controle no Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro.

  Na Operação BVR2/Sabre foram realizadas missões de Controle e Alarme em Voo e Reabastecimento em Voo, dentre outras. Já no Exercício Operacional Transportex 2014 foi treinado o lançamento de material com a utilização de óculos de visão noturna, teste dos sistemas de autodefesa das aeronaves C-130 e C-105, missões de reabastecimento em voo e lançamento de paraquedistas. No Exercício Operacional CSAR 2014 foi realizado o treinamento do uso de óculos de visão noturna, ataques simulados e resgates.

  De 2012 a 2014 foram também realizadas várias Reuniões de Aviação Operacional, como, por exemplo, as Reuniões da Aviação de Asas Rotativas, Reuniões da Aviação de Transporte, Reuniões de Aviação de Patrulha e a Reuniões da Aviação de Caça, cujo objetivo principal foi o intercâmbio de informações operacionais e atualização doutrinária.

  De 2012 a 2014, militares da FAB tiveram suas capacitações incrementadas por meio dos Planos de Missões de Ensino (PLAMENS), no Brasil e no Exterior, a exemplo de cursos técnicos específicos na área de manutenção de aeronaves, de radares e logística de suprimento de aviação. Da mesma forma para a manutenção da operacionalidade da FAB, no período de 2012 a 2014, foram realizadas missões previstas nos Planos de Missões Técnico-Administrativas no Exterior (PLAMTAX) realizado por meio do treinamento em simuladores de voo e formação especializada, além de intercâmbios com países estrangeiros para realização de Operações Aéreas Conjuntas.

  De 2012 a 2014, a FAB realizou treinamentos em simuladores de voo no Brasil, permitindo a preparação de tripulações para atuarem tanto em situações normais como em emergências.

  As principais realizações previstas para o próximo período nesta meta são as missões PLAMTAX, missões PLAMENS, Manobras Operacionais e Treinamentos em Simulador de Voo no País.

Cumpre ressaltar que, em 2012, o critério de mensuração utilizado considerou todos os militares adestrados, diretamente e indiretamente, totalizando 55.040 militares. A partir do ano 2013, o critério de mensuração foi modificado para considerar somente os militares diretamente adestrados. Neste novo critério, a meta do PPA totalizou 22.157 militares de janeiro de 2012 a dezembro de 2014.

Quantidade alcançada

22.157

Data de Referência

22/12/2014

- **Capacitar 20% do efetivo por meio das atividades de ensino para o emprego operacional e de apoio**

Análise Situacional da Meta

De acordo com a Portaria do Comando da Aeronáutica nº 1.116/GC6 de 11 de julho de 2014, Anexo I, que operacionaliza o Objetivo 0462 –"Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego"- cabe à Aeronáutica a meta de capacitar 20% do efetivo por meio das atividades de ensino para o emprego operacional e de apoio.

Apesar do enunciado da meta não indicar que a mesma é anual, o Departamento de Ensino da Aeronáutica tem como meta capacitar 20% do efetivo, por meio de atividades que se iniciam e se findam em um mesmo ano.

No ano de 2014, foram realizadas a formação, a capacitação, o aperfeiçoamento e a especialização de 18.969 alunos nas áreas de interesse do Comando da Aeronáutica.

Os principais cursos englobados nessa capacitação são:

• Curso de Formação de Cabos;
• Curso de Especialização de Soldados;
• Curso de Formação de Sargento;
• Estágio de Adaptação à Graduação de Sargento;
• Curso de Formação de Médicos Dentistas e Farmacêuticos;
• Curso de Tática Aérea para Oficiais e Graduados;
• Curso de Especialização em Logística;
• Curso Básico de Manutenção para Oficiais;
• Curso de Padronização de Instrutores;
• Curso de Negociação de Contratos Internacionais e Acordos de Compensação;
• Curso de Formação de Oficiais;
• Curso de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica;
• Curso de Graduação em Engenharia;
• Curso de Pós-Graduação em Engenharia;
• Estágio de Adaptação ao Oficialato, e
• Curso de Formação de Oficiais Especialistas.

No que se refere às principais realizações na formação básica, pode ser mencionada a Academia da Força Aérea, que possui um corpo discente formado por 730 alunos, dos quais 476 são Aviadores, 159 Intendentes, 72 Infantes e 10 alunos estrangeiros, integrantes do programa de intercâmbio entre a Força Aérea Brasileira e as Nações Amigas, divididos nas quatro séries.

O Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica possui os Cursos de Formação de Médicos, Dentistas e Farmacêuticos, Estágio de Adaptação ao Oficialato e Curso de Formação de Oficiais Especialistas, onde computou-se 307 oficiais capacitados/formados. Já a Escola de Especialistas de Aeronáutica obteve êxito na plena capacitação de 3.752 sargentos em diversas especialidades. Já a Escola Preparatória de Cadetes do Ar - EPCAR - capacitou 503 alunos, divididos em três séries.

Desta forma, o Departamento de Ensino da Aeronáutica formou, capacitou, e aperfeiçoou os seguintes percentuais do efetivo da Força Aérea Brasileira: Em 2012, 14,61%; em 2013, 22,25% e em 2014, 24,42%. Estes percentuais totalizam 61,28%.

Quantidade alcançada

61,28

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 32 operações aéreas**

Análise Situacional da Meta

No que se refere ao Preparo e Emprego Técnico-Operacional da Força Aérea, ocorreram 11 Operações aéreas em 2014, sendo as Operações Cooperación III, Salitre Amazônia, PATNAV Atlântico, Porteira Fechada, ÁGATA 8, Copa do Mundo, Lança 2014 Fase I e II e AVOP H-XBR, ligadas ao emprego de meios aéreos e as operações Águia 2014 fase I e II e operação Tangará I, ligadas à atividade espacial.

Uma operação considerada de grande relevância para a Nação Brasileira foi a AGATA 8. Instruída por meio do Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), criado por decreto presidencial em junho de 2011, a mesma foi realizada em maio de 2014, a qual mobilizou 32 aeronaves da FAB ao longo de toda extensão da fronteira brasileira Oeste. A FAB participou com 8.594 militares, incluindo aviões de caça, transporte, asas rotativas e reconhecimento. As aeronaves de reconhecimento levantaram dados, de acordo com as necessidades de diversas organizações da administração pública, em busca de ilícitos como o desmatamento, garimpo ilegal, narcotráfico e contrabando. Além de combater os crimes na região de fronteira, a Força Aérea também levou saúde para comunidades isoladas. Equipes de médicos, dentistas e auxiliares de enfermagem foram até locais remotos para realizar atendimento.

O Exercício Cooperación III, ocorrido nas cidades de Lima e Pisco - Peru, faz parte do ciclo previsto no Sistema de Cooperação das Forças Aéreas Americanas (SICOFAA) 2013/2014 e teve por objetivo adestrar os integrantes das Forças Aéreas Americanas nos processos de planejamento, coordenação, comando e controle de operações militares de não-guerra com envolvimento de forças multinacionais e visou comprovar a efetividade do processo de planejamento e procedimentos previstos no Manual de Operações Combinadas de Apoio Humanitário e Desastres do SICOFAA.

A Operação Copa do Mundo teve o objetivo de realizar a Vigilância e o Policiamento do Espaço Aéreo (ações de Defesa Aeroespacial), bem como o Controle do Espaço Aéreo, por intermédio dos respectivos órgãos operacionais, em coordenação com os demais órgãos envolvidos, a fim de garantir a incolumidade física dos participantes do evento, contra tráfegos aéreos não identificados e considerados suspeitos.

Ainda no ano de 2014 a Força Aérea Brasileira foi empregada em missões de apoio logístico utilizando seu esforço aéreo em prol das seguintes atividades: Operação São Francisco, no complexo da Maré (GLO); Operação Humaitá (GLO); Operação Imperatriz (GLO); Operação de Desintrusão da Terra Indígena AWÁ-GUAJÁ (GLO); Operação de Desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsedé (GLO); Operação Ilhéus (GLO); Operação Bahia II (GLO); Operação Pernambuco (GLO); e Operação BRICS (Defesa Aérea); 28º e 29º Edições dos Expedicionários da Saúde; Programa Mais Médicos do Governo Federal; , 1º e 2º turnos das Eleições 2014; ENEM; ENADE; Combate ao Incêndio ocorrido no Chile; Enchentes no Espírito Santo, Acre, Amazonas e Rondônia; Rodízio das tropas e logística dos Contingentes Brasileiros no Haiti e no Líbano; Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e Projeto Calha Norte.

Para o ano de 2015 estão previstas as seguintes Operações Aéreas voltadas para o preparo e emprego da Força Militar: ÁGATA (9, 10 e 11); ATLÂNTICO IV; CENTRO-OESTE; PORTEIRA FECHADA; PATNAV ATLÂNTICO; REAL THAW; AIR MOBILITY RODEO; ANGEL DE LOS ANDES ; PANAMAX ; PERBRA ; COLBRA ; AVOP HX-BR; AVOP VH-36; CRUPIÊ; MORCEGO 2015; SIGMA; CARCARÁ 2015 ; TCA 01 ; ARCANJO 2015; e ESPECTRO 2015. As Operações Aéreas de preparo e emprego, voltadas para a atividade espacial para 2015 são: ÁGUIA 2015; TANGARÁ 2015; MUTITI; e SÃO LOURENÇO.

É pertinente esclarecer que em 2012, quando foi estabelecida a Meta de 32 Operações, a FAB computava apenas as Operações Aéreas de preparo e emprego da Força que estavam focadas na atividade aérea militar, sendo que a média

anual era de 8 Operações Aéreas. Consequentemente, em quatro anos teríamos as 32 Operações Aéreas. Entretanto, não foram consideradas na época, para fins de cômputo de preparo e emprego, as operações aéreas ligadas à área Espacial. A partir de 2013, as operações aéreas ligadas à área espacial da Força passaram a ser consideradas para fins de preparo e emprego, em face de sua importância estratégica para a FAB e para o País, prevista inclusive na Estratégia Nacional de Defesa (END). Assim, o que aparentemente possa parecer um aumento significativo das Operações Aéreas, em verdade, o que houve foi o cômputo das Operações Aéreas associadas à atividade espacial, as quais até 2012 não eram consideradas.

Quantidade alcançada

47

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Para a soberania da Nação Brasileira, a Estratégia Nacional de Defesa preconiza a independência tecnológica no desenvolvimento e produção de meios que suportem as atividades militares. No caso da Força Aérea Brasileira, essa independência tecnológica está focada na área aeroespacial.

Entre os resultados alcançados no Objetivo elencam-se os obtidos no segmento espacial com o Programa Espacial Brasileiro que opera em parceria com a Agência Espacial Europeia (ESA) e alcançou a expressiva marca de 199 veículos Ariane rastreados e confirmou o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) como peça importante do Acordo de Cooperação Internacional.

O CLBI também alcançou a significativa marca de lançar, monitorar e avaliar 31 foguetes em cinco dias como parte da Operação Astros 2020, realizada pela empresa Avibrás, em parceria com o Exército Brasileiro. Em agosto de 2014, o CLBI lançou com êxito mais um Foguete de Treinamento Básico (FTB) na Operação Barreira 10. Esse foguete tem 3 metros de comprimento e alcançou 30 km de apogeu.

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) realizou com sucesso, o lançamento de um FTB durante a Operação Falcão I/ 2014 e o lançamento do décimo Foguete de Treinamento Intermediário (FTI), durante a Operação Águia I/ 2014.

Em setembro de 2014, foi realizado no CLA o lançamento do foguete (FTI) VS-30 V13 durante a Operação Raposa, que levou uma carga útil denominada EPL (Estágio Propulsivo Líquido), que utiliza etanol e oxigênio líquido e o sistema GPS para uso espacial, desenvolvido em cooperação entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o IAE, com suporte financeiro da Agência Espacial Brasileira (AEB).

Nessa operação, o modelo Weather and Range Forecasting – WRF, fruto de pesquisa do IAE, foi utilizado operacionalmente pelo meteorologista da campanha com excelentes resultados. O modelo tem o propósito de prever o comportamento do vento com uma antecedência de 6 a 12 horas, simular a trajetória do veículo na atmosfera e prever o ponto de impacto, visando o resgate de carga útil (quando necessário).

Tanto os FTB quanto os FTI fazem parte do projeto Foguetes de Treinamento (FOGTREIN), cujo principal objetivo é manter operacionais as equipes e testar os meios (antenas, radares, servidores, sistemas, softwares) que operam nos voos dos veículos lançados a partir de Alcântara.

Quanto ao segmento de ciência e tecnologia deste Objetivo destaca-se como relevante na atividade de Certificação de Projetos Aeroespaciais, que o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) vinculado ao COMAER entregou o Certificado de Tipo da aeronave AS 365 K2 (Pantera) para a empresa Airbus Helicopters e também que por meio do seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT/DCTA), o IFI efetuou em setembro de 2014, seu primeiro pedido internacional de patente de invenção, junto à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), sediada na cidade de Genebra,

Suíça, intitulado “Dispositivo de Identificação Portátil, objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos, método de identificação de objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos e sistema de prevenção de retenção de objetos cirúrgicos com marcadores magnéticos”.

A invenção é de titularidade do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e foi classificada de grande apelo social e de forte potencial técnico e mercadológico para a indústria.

O IFI também realizou em 2014 várias Visitas Técnicas às empresas da Indústria Aeronáutica para prospectar e ampliar seu conhecimento acerca do potencial do parque industrial brasileiro e, desta forma, permitir atuação proativa nas atividades de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (Offset), Catalogação de Empresas do Setor Aeroespacial (CESAER), Convênio ICMS 75/91, Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia.

No segmento aeronáutico do Objetivo, os principais fatos foram: em 2013 a aprovação inicial da modernização de 43 aeronaves de caça nacionais A-1; diversas assessorias técnicas no campo industrial para a definição da nova aeronave estratégica de reabastecimento em voo - Projeto KC-X2 e a continuidade do desenvolvimento de um sistema nacional de enlace de dados em tempo real (ar-ar) e (ar-solo) - Projeto Data Link BR.

No projeto do avião de transporte tático e reabastecimento em voo KC-X /KC-390 foi concluída em 2014 a certificação do projeto, viabilizada por meio dos ensaios do protótipo e validação da linha de produção.

Em 03 de fevereiro de 2015 foi realizado com sucesso o primeiro voo de testes para avaliação das qualidades de voo e desempenho da nova aeronave.

O projeto, que será a maior aeronave já produzida na América Latina, é estratégico não apenas para garantir maior mobilidade militar mas também para consolidar o desenvolvimento da indústria nacional de defesa. Essa aeronave já tem 60 intenções de compra e conta com um mercado estimado de 700 unidades. A expectativa atual é que a construção do avião de carga deva atingir cerca de U$$ 20 bilhões em exportações.

O que se pode prever em função da alocação de recursos e das renegociações contratuais associadas aos projetos componentes do objetivo é um retardamento na execução e no resultado final das atividades planejadas.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver 4 projetos de sistemas bélicos**

  Análise Situacional da Meta

  Nesta Meta, o projeto Bomba de Penetração (BPEN) foi concluído em 2012 e continuam em desenvolvimento os projetos Míssil Antirradar (MAR-1), Míssil Ar-Ar de 5ª Geração (A-DARTER) e Míssil Ar-Ar (MAA-1B), o que corresponde a 25% do previsto no período do PPA.

  Os principais obstáculos aos projetos de desenvolvimento foram a reduzida alocação de recursos, agravados pela descentralização ocorrida somente no final do 1º semestre de 2014 e, ainda, aos riscos tecnológicas e fatores processuais que envolvem a condução de projetos de alta tecnologia.

  Esses fatores, aliados aos atrasos decorrentes dos riscos associados ao desenvolvimento de sistemas de alta complexidade, comprometem os cronogramas propostos nos contratos firmados, exigindo a negociação de Termos Aditivos, que adiam os prazos de conclusão e alteram os custos iniciais. Contudo, ainda assim foi possível realizar etapas importantes desses projetos.

  Com respeito ao desenvolvimento do míssil MAR-1 pela MECTRON, era esperado que em 2014 todos os subsistemas do míssil atingissem o estado de maturação compatível com a Critical Design Review (CDR). No entanto, os resultados obtidos na Campanha Contra Alvo 2.1, evidenciou a necessidade da continuidade no processo de desenvolvimento, de forma que os subsistemas e o míssil como um todo atinjam as potencialidades especificadas.

  Também foi iniciada a avaliação do pedido de reequilíbrio econômico solicitado pela MECTRON. Dessa forma, estima-se que o término do desenvolvimento do MAR-1, previsto para o final de 2014, ocorra no ano de 2017. No que diz respeito ao desenvolvimento do míssil A-DARTER, fruto de uma parceria entre Brasil e África do Sul, em 2014 foram realizados o ensaio em voo cativo da eletrônica do míssil, a integração dos sistemas dos mísseis de ensaio, as entregas do hardware para a realização dos ensaios em voo de caracterização da performance, a Revisão Crítica (CDR)

do Projeto do Processador Central do Míssil, o ensaio em voo guiado com três lançamentos, o encerramento dos contratos nº 004/CTA-SDDP/2008 e 005/CTA-SDDP/2007 ambos com a MECTRON - Transferência de Tecnologia, a elaboração do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 005/CTA-SDDP/2008, com a AVIBRAS, para contemplar as alterações de engenharia de sistemas no motor-foguete, a negociação e confecção de contratos para a Industrialização da Fase 4 no Brasil e a negociação e confecção de contrato para o desenvolvimento de IRSA alternativo utilizando detectores de mercado.

O projeto A-DARTER teve de ser readequado devido a disponibilidade de recursos. Desta forma, estima-se que o término do desenvolvimento previsto para 2015, ocorra no ano de 2017. Em 2015, planeja-se a execução da fase de desenvolvimento da industrialização do projeto, concomitante com o final da campanha de ensaios do míssil, para comprovação de requisitos técnicos, que serão realizados na África do Sul com a participação de equipes de ensaio brasileiras.

Com relação ao desenvolvimento do míssil MAA-1B, em 2014 foram realizados testes para avaliação da comunicação entre lançadores LAU-100/101 (com software modificado), equipamento que emula o míssil MAA-1B, e a aeronave F-5M, porém o projeto enfrenta ainda o desafio tecnológico do desenvolvimento dos subsistemas do Controle Ativo de Rolamento (CAR) e do Auto-Diretor, impossibilitando a continuidade do projeto, com base no cronograma físico-financeiro em vigor.A partir de 2015 há a perspectiva de realização de campanhas de ensaio em voo cativo, pré-programado-2 e contra alvo 1 e 2.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver cargueiro tático militar (Projeto KC-X)**

Análise Situacional da Meta

O Projeto KC-390 encontra-se na 4ª e última fase, a de Projeto Detalhado e Certificação da aeronave e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2. O avanço do processo de desenvolvimento da aeronave alcançou, ao final do exercício financeiro de 2014, 74,93% de execução física, mantendo-se a expectativa de atingir os 100% da meta em 2016, com a certificação final do projeto da nova aeronave, viabilizada por meio da campanha de voos de ensaios dos protótipos e validação final da linha de produção.

O projeto é estratégico não apenas para garantir maior mobilidade militar mas também para consolidar o desenvolvimento da indústria nacional de defesa. O projeto já tem 60 intenções de compra e conta com um mercado estimado de 700 aeronaves. A expectativa é que a construção do avião de carga deva atingir cerca de U$$ 20 bilhões em exportações.

Destacam-se como grandes marcos da execução física ocorrida na expansão da planta industrial de Gavião Peixoto – SP, em 2014:

- A inauguração em maio/2014 do hangar com todo o ferramental de montagem final das aeronaves;
- A conclusão da fabricação e apresentação oficial (roll-out) da primeira aeronave protótipo, em outubro/2014; e
- O início da integração da segunda aeronave protótipo.

No evento de apresentação do primeiro protótipo ficou evidente, pela presença de representantes de mais de 30 países, o interesse internacional pelo projeto, reforçando o potencial de exportação do produto, com todas as suas repercussões em termos de empregos e divisas para o Brasil.

Em relação aos compromissos originalmente autorizados era previsto atingir em 2014, 81,92% de avanço no desenvolvimento, mas, devido à a disponibilidade orçamentária, foi necessário renegociar os contratos visando adequar a execução física ao montante de recursos disponibilizados.

Quantidade alcançada

74,93

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 4 pesquisas na área de tecnologia aeroespacial**

Análise Situacional da Meta

A Meta atingiu 100% do previsto. No período teve continuidade a pesquisa da tecnologia de Propulsão Líquida, no Instituto de Aeronáutica e Espaço, tendo sido realizado com êxito o lançamento do foguete VS-30 V13 (FTI) com o uso de Etanol como combustível.

A Divisão de Ciências Atmosféricas do IAE, em sua linha de pesquisa "Meteorologia Aeroespacial", desenvolveu e adaptou o uso do modelo numérico WRF (Weather and Range Forecasting) para o Centro de Lançamento de Alcântara, por meio de análises de validação das saídas do modelo em comparação com dados observados (perfis verticais do vento), a fim de garantir a segurança das atividades de lançamento de foguetes.

Dentre as diversas pesquisas de tecnologia aeroespacial realizadas pelo DCTA, destacam-se as quatro seguintes:

1) Em 2012 o IAE certificou o subsistema de recuperação do Sara Suborbital com a realização do ensaio de abertura dinâmica dos paraquedas. Foi a campanha final de processo iniciado em 2008 onde foi importante o descarte de atuadores de separação pirotécnicos em prol dos pneumáticos e elétricos, o que constitui inovação em relação ao "design" clássico deste tipo de conjunto.

2) Em 2013 foi concluído o processo de fabricação da manta absorvedora de microondas com resina epóxi usando aditivo MnO-MgO-Fe203, que será utilizado para blindagem de ruídos eletrônicos. A composição com os aditivos citados são uma inovação desses componentes na classe de materiais absorventes.

As aplicações desses materiais concentram-se no setor da indústria de telecomunicações e aeronáutica, podendo se relacionar:

• Revestimentos de câmara anecoica para ensaios eletromagnéticos;
• Blindagem de ambientes com fontes intensas de Rádio Frequências danosas ao tecido humano;
• Antenas de alto desempenho;
• Controle de interferência eletromagnética;
• Redução da seção reta radar ("radar-cross-section") de aeronaves e artefatos; e

3) No início de junho de 2014 foram realizados ensaios a quente do Gerador de Gás do Motor L75, executados com êxito no banco de ensaios da Divisão de Propulsão Espacial (APE), com o apoio financeiro da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP). O Gerador de Gás é uma parte importante do Motor L75, pois serve para acionar a turbina que movimenta as bombas de propelentes líquidos, etanol e oxigênio líquido. Esses ensaios serviram para verificar a sequencia de partida e desligamento, o processo de combustão e validar os modelos termodinâmicos adotados no projeto, cujo regime de funcionamento é muito diferente daqueles usuais em motores a líquido. Ensaios semelhantes não haviam sido realizados ainda no País e não são conhecidos similares que funcionem com o par oxigênio líquido e etanol.

4) A quarta pesquisa também realizada em 2014, visa garantir a segurança das atividades de lançamento de foguetes, em particular no Centro de Lançamento de Alcântara, onde há a necessidade de se prever o comportamento do vento com uma antecedência de 6 a 12 horas para simular a trajetória que o veículo fará na atmosfera e para prever o ponto de impacto, visando o resgate de carga útil (quando necessário). Para tanto, faz-se uso de modelos atmosféricos regionais (por exemplo, o Weather and Range Forecasting – WRF), ferramenta normalmente utilizada nos Centros Operacionais de Meteorologia, que necessita de dados de vento e de temperatura, e de algumas informações do local (por exemplo, das condições de topografia, do uso do solo, etc). A Divisão de Ciências Atmosféricas, em sua linha de pesquisa "Meteorologia Aeroespacial", desenvolveu estudos para adaptar o uso de um destes modelos numéricos (no caso o WRF) para o Centro de Lançamento de Alcântara, por meio de análises de validação das saídas do modelo em comparação com dados observados (perfis verticais do vento). Ao longo de 2011- 2014, foram realizados testes com as parametrizações de transporte vertical de momentum e de microfísica de nuvens, visando representar as condições do tempo no CLA da melhor maneira possível. Além disso, houve um esforço muito grande em deixar o modelo totalmente automatizado.

Durante a Operação Raposa realizada no CLA entre agosto-setembro de 2014, o modelo WRF foi utilizado

operacionalmente pelo previsor meteorologista da campanha, com excelentes resultados. Uma análise mais detalhada dos resultados obtidos está em andamento, comparando os valores simulados com os observados através de métricas estatísticas (viés e erro médio quadrático). Uma outra pesquisa (a ser executada ao longo do ano de 2015), é o uso das saídas deste modelo para se estudar a dispersão de gases liberados pela combustão do propelente sólido dos veículos lançados no CLA. Este modelo foi o assunto de 2 mestrados acadêmicos e de 3 trabalhos científicos publicados em revistas especializadas.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

02/01/2015

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Comando da Aeronáutica (COMAER) promove continuamente a adequação da frota de aeronaves e dos meios operacionais empregados pela Força Aérea Brasileira (FAB) para assegurar a defesa aeroespacial do País e cumprir sua destinação constitucional.

A modernização e a aquisição de aeronaves de combate, transporte e patrulha, de helicópteros e de aeronaves remotamente pilotadas (ARP), mais conhecidas por veículo aéreo não tripulado (VANT), são algumas das metas estruturantes respaldadas na Estratégia Nacional de Defesa (END) estando diretamente relacionadas com o Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) e o Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED).

Considerando o planejamento definido para os projetos do COMAER, é importante destacar que em 2014:

a)foi recebida 01 (uma) nova ARP (ou VANT), modelo Hermes 900, adquirida junto à empresa AEL Systems S.A,

b)foi entregue e recebida a última aeronave de patrulha P-3BR modernizada pela EADS – Construcciones Aeronáuticas S.A., totalizando as 09 aeronaves do projeto. Neste projeto foram recebidas as etapas contratuais referentes aos materiais de solo, à Assistência Técnica, à Garantia Estendida, aos motores reserva 5 e 6, e às etapas referentes ao Fundo de Revitalização, bem como celebrada a assinatura do 8º Termo Aditivo transferindo etapas contratuais de 2014 para 2015; estima-se para 2015 a conclusão do recebimento e pagamento de etapas contratuais finais;

c)foram recebidas 12 das 14 aeronaves de transporte de carga e tropa a serem modernizadas em 2014 no Projeto C-95 Bandeirante, muito utilizadas em missões ACISO – Ação Cívico-Social, especialmente nas regiões amazônica e do Pantanal; ao longo do ano de 2015, último ano do Projeto C-95, existe a previsão contratual de recebimento de nove aeronaves C-95 e oito aeronaves P-95 empregadas em patrulhas marítimas, buscas e resgates);

d)no Projeto H-XBR, as principais realizações no período foram: o recebimento de 07 (sete) helicópteros, acompanhados de suporte logístico inicial, desta forma foram recebidos desde 2012 o total de 12 helicópteros EC-725, sendo três para uso da FAB, quatro do Exército, três da Marinha e dois VIP (operados pela FAB); importante registrar, ainda, que em 2011 foram entregues outras três aeronaves EC-725, sendo destinada uma para cada Força Singular, perfazendo 15 helicópteros entregues desde o início do Projeto;

e)No Projeto FX-2, de aquisição de 36 caças multipropósito Gripen NG , o COMAER celebrou a assinatura do contrato comercial com a empresa SAAB e a EMBRAER, bem como do contrato de compensação comercial, em outubro de 2014, sendo o início de sua eficácia prevista para 2015; encontram-se em negociação os contratos relativos ao suporte logístico e à aquisição de armamentos;

f)quanto aos Projetos de desenvolvimento e de aquisição do cargueiro tático militar KC-390, foi celebrado em maio de 2014 com a EMBRAER o contrato de aquisição de 28 Aeronaves de série e logística inicial associada; Ainda em 2014 foram registradas as seguintes realizações: inauguração do Hangar de montagem final das aeronaves KC-390, conclusão

da montagem da primeira aeronave protótipo, recebimento dos segmentos estruturais do segundo protótipo da aeronave e início da integração da segunda aeronave protótipo; apresentação oficial da primeira aeronave protótipo (roll-out). Este último evento marcou a conclusão da fase de integração e deu início à campanha de testes em solo, visando à realização do voo inaugural que ocorreu em 3 de fevereiro de 2015, está planejada a conclusão da 2ª aeronave protótipo e o início da realização da campanha de ensaios em voo para a certificação do produto.;

g)no que se refere ao Projeto A-1 (AM-X), ao final de 2012, a EMBRAER já dispunha de quatorze aeronaves para revitalização e modernização, sendo que, em 2013, mais oito aviões foram entregues à referida empresa; até 2014 foram recebidas três aeronaves de combate modelo A-1M modernizadas;

h)na segunda fase do Projeto de Modernização dos F-5BR, iniciada em 2012, 07 aeronaves forem recolhidas à EMBRAER para execução dos serviços contratados e em 2014 foram recebidas 4 aeronaves F5BR modernizadas e a primeira aeronave biposto modernizada; para 2015 está previsto o recebimento de 2 F5BR biposto e dos demais F5BR modernizados, bem como de salvados provenientes das unidades que não serão modernizadas;

i)no âmbito do Projeto AH-X, a empresa Rosoboron Export, fornecedora dos helicópteros Mi-35, entregou em 2014 o quarto e último lote das 12 (doze) unidades contratadas no final de 2009; assim sendo, a Força Aérea incorporou ao seu acervo mais 03 (três) helicópteros AH-2 Sabre e o simulador/treinador já se encontra em fase final de recebimento;

j)no Projeto CL-X2, de aquisição de aeronaves de busca e salvamento modelo C-295, fabricado pela EADS-CASA foi concluída a análise da oferta, a elaboração do Relatório Final, a negociação contratual e a assinatura do Contrato em 30/04/2014; paralelamente foram analisados e negociados os Projetos de Compensação (Offset), resultando na assinatura do Acordo de Compensação em 17/06/2014; Ainda em 2014, teve inicio a execução contratual e pagamento da 1ª Etapa; Para 2015, o destaque será a realização da reunião do Critical Design Review (CDR);

l)no Projeto I-X (denominado inicialmente de Projeto VU-Y) em 30/04/2014 foi assinado contrato com a EMBRAER S/A, para o fornecimento de seis aeronaves LEGACY 500 e suporte logístico inicial, configuradas como laboratório de inspeção em voo do SISCEAB;

m)no Projeto E-99M foram realizadas várias etapas contratuais, destacando-se, em especial: a realização do Critical Design Review (CDR) com fornecedores da EMBRAER Aviation International (EAI); finalização do software, demonstração em campo e treinamento prático do hardware do Sistema de Missão Móvel de Comando e Controle (ERIEYE); e a realização da Revisão Preliminar do Projeto (PRR) com fornecedores da AEL SISTEMAS S.A.;

n)No Projeto Link BR2, que tem como objetivo de desenvolver, integrar, validar e fornecer um sistema tático de enlace de dados entre aeronaves e com estações de solo, foram recebidos os Estudos Técnicos Preliminares 1 e 2, realizada a System Functional Review (SFR) e a Preliminary Design Review (PDR) dos itens embarcados e dos itens de solo; Para 2015, estão previstas a realização do Critical Design Review (CDR), a entrega dos rádios NETCOR, o desenvolvimento e entrega (produto) da Estação Data Link (EDL) e o desenvolvimento e entrega (protótipo) da EDL de Comunicações (COM).

Metas 2012-2015

- **Adquirir 45 aeronaves**

  Análise Situacional da Meta

  De Janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram incorporadas ao acervo do Comando da Aeronáutica 18 (dezoito) aeronaves, sendo que:

  a) Em 2012: quatro aeronaves de caça leve, modelo AL-X Super Tucano, fabricados pela EMBRAER S/A e cinco helicópteros H-36 (EC-725) fabricados pelo consórcio Helibrás/Eurocopter;

  b) Em 2013: foi recebida uma aeronave de asa rotativa CH-60/Black Hawk, fabricada pela Sikorsky Aircraft Corporation, duas aeronaves de transporte leve modelo C-98 Caravan, fabricado pela também norte-americana Cessna Aircraft Company, e dois VANT fabricados pela israelense Elbit Systems, totalizando cinco aeronaves.

  c) No período de janeiro a dezembro de 2014, foram recebidas: 01 (uma) aeronave não tripulada (VANT), modelo Hermes 900, da empresa israelense AEL Systems e os 03 (três) últimos helicópteros russos AH-2 Sabre (MI-35)

totalizando as 12 aeronaves previstas no contrato referente ao Projeto AH-X, iniciado em 2009.
Observação: Até 2013 não vinham sendo incluídos no cálculo dessa Meta os helicópteros do projeto HX-BR. Após a revisão do critério foram somados os cinco helicópteros H-36 que foram destinados à FAB a partir de 2012, dos quais, dois na configuração VIP para o atendimento de missões da Presidência da República.
Importante ressaltar que outros sete helicópteros do Projeto HX-BR também já foram recebidos ao longo do PPA 2012-2015, sendo quatro destinados ao Exército e três à Marinha, motivo pelo qual não foram considerados nesta Meta.
Esta meta, estabelecida para o período do PPA, não será atingida devido às várias postergações da escolha da empresa vencedora para o fornecimento de 36 aeronaves de combate (Projeto F-X2).
Soma-se ao fato a necessidade de adequar as execuções contratuais aos limites orçamentários do Ministério da Defesa no período 2012-2014.

Quantidade alcançada

18

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 70% dos novos sistemas bélicos desenvolvidos até 2015.**

Análise Situacional da Meta

Objetivando assegurar sua capacidade efetiva de realizar sua missão constitucional, o COMAER em 2014 voltou a priorizar os investimentos relativos aos projetos relacionados à essa Meta, com isto foi possível dar prosseguimento às etapas contratuais acordadas para a consecução de 07 (sete) projetos estratégicos definidos pela logística militar do COMAER que também abrange a nacionalização de seus respectivos processos de fabricação.:
a)Projeto Armamento do P-3AM – Aquisição de míssil Harpoon;
b)Projeto Armamento do P-3AM – Aquisição de bomba BDU-48;
c)Projeto Python 4 – Aquisição de kits de modificação de lançador;
d)Projeto Bomba Guiada a Laser – Aquisição de kits de guiagem a laser;
e)Projeto Contratação de Suporte Logístico para os Pod Reccelite e Litening;
f)Projeto de modificação de lançador para míssil Derby para treinamento; e
g)Projeto Aquisição de sistema de Cômputo de Tiro.
Destacam-se nos projetos acima a aquisição de um sistema de cômputo de tiro ar-solo, necessário ao treinamento e qualificação das tripulações aéreas, bem como o pagamento de etapas contratuais de projetos como a aquisição de mísseis Harpoon e Python 4, que haviam permanecido suspensas em 2013.
Adicionalmente a estes sete projetos, no âmbito do Comando Geral de Operações Aéreas (COMGAR), em 2014 verificaram-se cinco entregas relativas ao Sistema de Planejamento e Análise de Comando e Controle (SPA-C2) do Projeto Hércules 2, restando para 2015 a entrega para a entrada em produção e a última entrega do contrato de desenvolvimento em 2016.
Em decorrência da citada priorização de projetos realizada pelo COMAER, foi possível realizar 15,9% da meta em 2014, os quais, somados aos 1,47% atingidos em 2013 com o desenvolvimento de alvo aéreo para o míssil MMA-1B e de kits de guiagem laser para bombas de baixo arrasto para fins gerais (BA-FG), representam o alcance total de 17,37% da Meta programada.
Em 2015 essa meta deverá atingir 24,81% com o pagamento de 7,1% de restos a pagar de 2014.

Quantidade alcançada

17,37

Data de Referência

31/12/2014

- **Modernizar 20 aeronaves**

Análise Situacional da Meta

De Janeiro de 2012 a dezembro de 2014 foram modernizadas nove aeronaves de patrulha marítima denominada P-3BR, fabricada pela empresa norte-americana Lockheed Martin e modernizada pela empresa espanhola EADS-CASA, 23 aeronaves de transporte leve modelo C-95 Bandeirante, uma aeronave de patrulha marítima modelo P-95 e três aeronaves de ataque ar-superfície A-1M, (Projeto AM-X), todos de fabricação nacional – EMBRAER S/A e uma aeronave de combate modelo F-5FM (biposto).

No período de janeiro a dezembro de 2014, no que diz respeito à modernização de aeronaves, foram recebidas 12 aeronaves de transporte de carga/tropa C-95 Bandeirante de um total de 14 aeronaves entregues para modernização, duas aeronaves de combate modelo A-1M (Projeto AM-X), quatro aeronaves de combate modelo F5BR monoposto e mais uma F-5BR biposto e a última aeronave de patrulha P-3BR.

Para 2015, existe a previsão do recebimento de mais 17 aeronaves modernizadas, modelo C- 95 Bandeirante, com o encerramento do contrato de modernização previsto para novembro de 2015.

A meta de modernizar 20 aeronaves foi extrapolada em relação ao planejado, pois embora existam projetos com execução abaixo do planejado, ocorreu a modernização/revitalização de aeronaves não previstas inicialmente.

Ressalta-se que o montante despendido para modernizar e ou revitalizar uma aeronave depende de vários fatores tais como: tipo de aeronave, tempo de operação da aeronave, complexidade do serviço a ser executado, disponibilidade de componentes, boletins técnicos entre outros.

Quantidade alcançada

37

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0482 - Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2014, o Exército Brasileiro, coerente com a concepção da estratégia de emprego, deu continuidade à manutenção e ao fortalecimento do posicionamento de cerca de 280 organizações militares operacionais e respectivos comandos no território nacional, priorizando a mobilidade estratégica de suas tropas, o aumento da vigilância e monitoramento da linha de fronteira brasileira e a articulação militar terrestre, visando dissuadir possíveis ameaças. Foi dada continuidade à implementação dos Projetos Estratégicos do Exército (PEEx): Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron); Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (Proteger); Defesa Cibernética e Guarani. Todos estes projetos continuam contribuindo para a aquisição de meios para sensoriamento, apoio à decisão e atuação integrada da Força Terrestre.

Merece destaque a aquisição de mais 250 metros de pontes modulares semipermanentes e o prosseguimento da execução de obras de infraestrutura de instalações de aquartelamentos do Exército, bem como a elaboração de projetos para novas obras que possibilitam melhores condições para o cumprimento das missões constitucionais do Exército.

A implementação das iniciativas deste Objetivo proporcionou a melhoria da infraestrutura das organizações militares do Exército; a geração de empregos em diferentes regiões do País; e beneficiou a sociedade brasileira ao possibilitar a presença das forças militares em áreas remotas do território nacional, o que contribui, de forma permanente, para diminuir crimes transfronteiriços e ambientais, bem como proporcionar maior segurança à população.

A adequação e a otimização da infraestrutura de instalações do Exército está conectada diretamente com outras políticas públicas que visam à consecução do Plano Estratégico de Fronteiras, do Governo Federal.

As obras de adequação e otimização da infraestrutura de instalações do Exército distribuíram-se pelo território nacional, com destaque para as áreas de fronteira.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a capacidade de construção de pontes modulares semi-permanentes para travessia de obstáculos e seu emprego combinado em calamidades e desastres naturais de 300m para 1.000m até 2015.**

Análise Situacional da Meta

No ano 2014, o foram adquiridos 250 metros lineares de pontes modulares semipermanentes, o que possibilitou a ampliação da sua capacidade de construção e instalação de pontes modulares semipermanentes para travessia de obstáculos para 1210 metros.

Essa equipagem, juntamente com a equipagem já existente nos Batalhões de Engenharia de Combate, ampliará a capacidade de operar da tropa em atividades militares e no apoio à população no caso de calamidades.

Com isso, a meta prevista foi cumprida e ultrapassada, possibilitando melhores condições de emprego dos Batalhões de Engenharia de Combate em todas as regiões do País.

Quantidade alcançada

1.210

Data de Referência

15/12/2014

- **Ampliar a capacidade de implantação de Próprios Nacionais Residenciais de 170 unidades/ano para 190 unidades/ano, em especial nas localidades de fronteira.**

Análise Situacional da Meta

Para ampliar a capacidade de apoio a família militar, o Exército Brasileiro concluiu no ano de 2014 a implantação de 96 próprios nacionais residenciais (PNR), nas guarnições militares do País.

A expectativa para o ano de 2015 é a de dar continuidade na construção de mais 1.091 PNR em diversas cidades onde existe organizações militares, em especial em guarnições dos Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Acre, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul.

Para melhorar as condições de moradia dos militares do Exército, busca-se a realização de Parceria Público-privada (PPP) para a construção, administração e manutenção de cerca de 20.000 unidades habitacionais em todo o país.

Com as obras de construção que estão em andamento e a com previsão de recursos para o ano de 2015, estima-se que essa meta seja alcançada até o final do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

164

Data de Referência

15/12/2014

- **Aumentar de 40% para 50% a adequação das organizações militares na Amazônia.**

Análise Situacional da Meta

Com o propósito de implementar a estratégica da presença na região amazônica, o Exército Brasileiro busca ampliar a adequação das organizações militares nesta área, onde estão situados os comandos militares da Amazônia e do Norte, com cinco Brigadas de Infantaria de Selva e suas Organizações Militares subordinadas, totalizando um efetivo superior a 25 mil militares.

Destaca-se nessa meta a importância de adequação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), pois juntamente com os militares que neles residem e trabalham há a comunidade local (muitas vezes indígenas).

As principais realizações no de 2014 nas organizações militares na Região Amazônica foram:

-No 1° Batalhão de Infantaria de Selva (Manaus/AM) - construção e adequação de instalações a serem compartilhadas com o 7º Batalhão de Polícia do Exército;

-No 3° Batalhão de Infantaria de Selva (Barcelos/AM) - construção de um bloco de próprios nacionais residenciais com 12 Apartamentos para Subtenentes e Sargentos, construção do Pavilhão Enfermaria e construção do Grupo Gerador.

-No 61° Batalhão de Infantaria de Selva (Cruzeiro do Sul/AC) - construção da estação de tratamento de esgoto, construção da pavimentação, construção do cercamento e construção da quadra poliesportiva.

-No 34° Batalhão de Infantaria de Selva (Macapá/AP) - adequação da rede elétrica da Base Administrativa do Comando de Fronteira Amapá.
-Início das obras de implantação do Comando da 22ª Brigada de Infantaria de Selva, em Macapá-AP.
-No Comando da 8ª Região Militar (Belém/PA) - construção do Pavilhão Garagem.

Além destas obras, houve continuidade às obras de adequação nos demais Batalhões de Infantaria de Selva e nos Pelotões Especiais de Fronteira presentes na faixa de fronteira amazônica.
A expectativa para o próximo período é de dar continuidade às obras de adequação das diversas organizações militares, o que trará benefícios simultâneos para os militares e à população local.
A meta evoluiu 3% no ano de 2014, passando de 45% para 48%. Com esse crescimento e a estimativa para o ano de 2015, espera-se que essa meta seja alcançada até o final do PPA 2012-2015.
Quantidade alcançada
48
Data de Referência
15/12/2014

- **Aumentar de 40% para 60% a adequação da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada e da 6ª Brigada de Infantaria Blindada, a fim de otimizar a capacidade ofensiva da Força Terrestre, face a crises de grande vulto.**

Análise Situacional da Meta
A 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, com o Comando e Unidades Subordinadas situadas no Estado do Paraná e a 6ª Brigada de Cavalaria Blindada, com o Comando e Unidades Subordinadas situadas no Estado do Rio Grande do Sul, estão sendo reestruturadas para receber novos meios blindados.
A maior parte das instalações das Unidades Subordinadas da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada ainda se encontra com obras de adequação, como o 5º Regimento de Carros de Combate, em Rio Negro/PR, o 3° Regimento de Carros de Combate, em Ponta Grossa/PR, o 5° Batalhão Logístico e o Parque Regional de Manutenção da 5ª Região Militar, ambos em Curitiba/PR.
A maior parte das instalações das Unidades Subordinadas da 6ª Brigada de Cavalaria Blindada já foram adequadas ou tiveram as obras de construção concluídas. Entretanto, ainda há necessidade de obras de vulto no 4° regimento de Carros de Combate, em Rosário do Sul, no 1° Regimento de Carros de Combate, no Parque Regional de Manutenção da 3ª Região Militar e no 4° Batalhão Logístico, em Santa Maria.
As principais realizações no ano de 2014 nas unidades da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada foram a conclusão da construção do Pavilhão do 4º Esquadrão de Carros de Combate no 3º Regimento de Carros de Combate e a continuidade no:
-5º Regimento de Carros de Combate - as obras de construção da garagem de blindados da Companhia de Comando e Apoio e dos 1º, 2º, 3º e 4º Esquadrões de Carros de Combate; de pavimentação dos 1º, 2º, 3º e 4º Esquadrões de Carros de Combate; do pavilhão de Comando; do pavilhão do 3º Esquadrão de Carros de Combate e do pavilhão de manutenção de viatura; de construção das redes hidrossanitária (2ª Fase), elétrica, de lógica e de telefonia; e as de construção do Corpo da Guarda.
-5º Batalhão Logístico - as obras de construção do pavilhão de manutenção da viatura blindada de combate Leopard, da pavimentação rígida da entrada da organização militar até o pavilhão de manutenção e de reparação do posto de abastecimento.
-3º Regimento de Carros de Combate - as obras de construção do pátio de viaturas sobre rodas, do pavilhão de serviços terceiros, construção da pavimentação e do pórtico da guarita principal.
-Parque Regional de Manutenção da 5ª Região Militar - as obras de construção do pavilhão de manutenção de viaturas blindadas e construção da garagem de viaturas sobre rodas.
As principais realizações no ano de 2014 nas unidades da 6ª Brigada de Infantaria Blindada foram a conclusão da construção da pavimentação de acesso a área de manutenção de blindados e aquisição e instalação de sistema de

proteção para descargas atmosféricas, ambas no 4º Regimento de Carros de Combate e a continuidade no:

-4º Regimento de Carros de Combate - as obras de adaptação da entrada da rede elétrica e de adequação de pavimentação, a construção do pavilhão de manutenção de viaturas blindadas e a adequação da rampa de lavagem de blindados.

-12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado - as obras de construção do pátio de manobra.

-4º Batalhão Logístico - as obras de construção do pavilhão romaneio e do pavilhão de manutenção de blindados.

-Campo de Instrução de Santa Maria - as obras de construção do simulador de apoio de fogo, construção da subestação de energia e de pavimentação.

-Centro de Instrução de Blindados - a construção do pavilhão de ensino e manutenção, do pavilhão garagem, do pavilhão manutenção de blindados e pista de concreto.

-1º Regimento de Carros de Combate - as obras de ampliação do pavilhão de manutenção, de construção da garagem para carretas de transporte e de adequação do posto de abastecimento;

-9º Regimento de Cavalaria Blindado - as obras de adequação do posto de combustível e de construção do pavilhão de manutenção e de adaptação da oficina mecânica.

A meta evoluiu 2% no ano de 2014, passando de 47% para 49%. Com o ritmo de crescimento ao longo dos anos e a previsão para o ano de 2015, estima-se que essa meta não seja alcançada ao final do PPA.

Quantidade alcançada

49

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sul	60	%	49	15/12/2014

- **Aumentar de 60% para 80% a adequação da Força de Ação Rápida Estratégica (FAR Estratégica).**

Análise Situacional da Meta

A Força de Ação Rápida Estratégica (FAR Estratégica) é composta pela Brigada de Infantaria Paraquedista, Comando de Aviação do Exército, Brigada de Operações Especiais e 12ª Brigada de Infantaria Leve.

A FAR é integrada por militares com elevados níveis de treinamento e têm condições de atuar rapidamente em qualquer ponto do território nacional.

A Brigada de Infantaria Paraquedista é integrada por dez unidades operacionais, algumas delas instaladas em aquartelamentos existentes desde a década de 1950. A maior parte das instalações já foram adequadas e necessitam de complementos para uma utilização mais racional.

A Brigada de Aviação do Exército é integrada por sete unidades operacionais, distribuídas em três Estados da Federação (SP, AM e MS), sendo a mais recente o 3º Batalhão de Aviação do Exército, em Campo Grande – MS, que iniciou sua implantação em 2012.

A Brigada de Operações Especiais, com sede em Goiânia-GO, é integrada por sete unidades versáteis de apoio e de operações especiais, com efetivos de militares especializados em missões de Comandos, Operações Psicológicas e de Força Especiais.

A 12ª Brigada de Infantaria Leve, com sede em Caçapava - SP, é integrada por nove unidades operacionais e está organizada, equipada e adestrada para deslocar-se por meio aéreo ou helitransportado para cumprir missões em curto prazo e em qualquer ponto do território nacional.

As principais realizações em 2014 nas unidades da Força de Ação Rápida Estratégica foram a reparação do pavilhão da 2ª Companhia de Fuzileiros do 2º Batalhão de Infantaria Leve (São Vicente/SP), a construção de um bloco de próprios nacionais residenciais com 12 Apartamentos para Subtenentes e Sargentos na Brigada de Operações Especiais (Goiânia-GO) e a construção da coleta seletiva do 4º Batalhão de Aviação do Exército (Manaus/AM).

Nas unidades da Força de Ação Rápida Estratégica encontram-se em andamento:

-No Batalhão de Aviação de Taubaté (Taubaté/SP) - a construção do hangar do Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército, a construção do simulador de voo, a adequação da estação de tratamento de esgoto e construção da via de acesso aos hangares.

-No 3º Batalhão de Aviação do Exercito (Campo Grande/MS) - a construção do pátio de aeronaves, a construção da pista de taxiamento, a construção da complementação da pista de abastecimento, a construção de cinco guaritas e a construção do cercamento frontal.

-No 4º Batalhão de Aviação do Exercito (Manaus/AM) - a construção do hangar II, a construção da estação de tratamento de esgoto e a construção da subestação II.

-Na Brigada de Operações Especiais - a construção de dois depósitos (paióis) e a construção do Pavilhão Almoxarifado.

Até o momento foi alcançada 70% da meta prevista.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	80	% acumulado do projeto físico	70	15/12/2014

- **Aumentar de 60% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foi dado prosseguimento na execução das obras para melhorar as condições operacionais e administrativas em 143 organizações militares nos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Bahia, Piauí, Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe e no Distrito Federal, sendo a sua grande maioria dotadas de instalações com idade superior a 50 anos (algumas dessas do início do Século 20), com as infraestruturas bastante deterioras devido ao longo tempo de utilização.

Até o momento foi alcançada 72% da meta prevista.

Quantidade alcançada

72

Data de Referência

15/12/2014

- **Estruturar 20% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), a fim de otimizar a contribuição da Força Terrestre para atuação e segurança do Estado na faixa de fronteira.**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) é um sistema integrado de sensoriamento, de apoio à decisão e de emprego operacional, com a previsão de desdobrar meios cujo propósito é fortalecer a capacidade de monitoramento e de atuação do Estado nos 16.886 km da faixa de fronteira brasileira o que equivale a cerca de 27% do território nacional. O Projeto Básico do Sisfron elaborado em 2011 prevê o montante de R$ 11,9 bilhões (para as infraestruturas de tecnologia, de obras civis e de apoio à atuação operacional) a serem aplicados em um período de implantação de dez anos.

Os benefícios da sua implantação são: a ampliação da capacidade do Exército de compartilhar dados produzidos com outros órgãos governamentais, como por exemplo, com os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras, existentes nos níveis estadual e municipal; a impulsão na capacitação da indústria nacional; e a geração de empregos na indústria nacional, com uma expectativa de se criar mais de 12 mil empregos anuais.

No ano de 2014 foi dada continuidade à implantação do Projeto Piloto do Sistema na área do Comando Militar do Oeste, que engloba os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com foco principal na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados - MS, melhorando a capacidade operacional de suas unidades subordinadas, desdobradas ao longo da faixa de fronteira.

A execução do projeto é complexa, tendo em vista o fato de que os bens e serviços contratados, em função de sua natureza, objetivo e vulto, não estão disponíveis “em prateleira”, para pronto fornecimento. Além disso, o projeto ainda enfrenta o desafio de realizar a regularização patrimonial das áreas onde serão instaladas as torres das Infovias.

As principais realizações do período foram as seguintes:

1)No Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão

Os investimentos realizados possibilitaram as entregas de conjuntos compostos por câmeras pessoais portáteis, processadores táticos de vídeos e rádios portáteis, com alta capacidade de transmissão, para serem empregados pelas frações da ponta da linha durante as operações. Adicionalmente, foram realizadas as entregas de viaturas especializadas de comunicações táticas e de comando e controle.

2)No Sistema de Apoio à Atuação

Os investimentos realizados possibilitaram aquisições de material de emprego militar para o Sistema e permitiram atender às necessidades básicas das organizações militares localizadas na área do Comando Militar do Oeste, abrangendo a região do Projeto Piloto do PEE SISFRON.

Foi possível atender, ainda, a outras necessidades pontuais e emergenciais dos Comandos Militares da Amazônia e do Sul.

3)No Sistema de Obras de Infraestrutura

Os recursos disponibilizados permitirão o prosseguimento, até 2015, de obras contratadas em 2012 (9º Batalhão de Comunicações e Guerra Eletrônica) e em 2013, bem como reforçar os recursos destinados ao pagamento de mão de obra temporária contratada pelo Projeto.

Até o momento foi alcançada 5,79% da meta prevista.

Quantidade alcançada

5,79

Data de Referência

15/12/2014

- **Implantação e adequação das instalações do Comando do Exército em Pirassununga - SP**

Análise Situacional da Meta

O 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado, sediado em Pirassununga-SP, sofreu um processo de transformação, adequando as instalações a sua nova dotação de viaturas blindadas. As metas de implantação e adequação foram alcançadas, possibilitando melhores condições para o cumprimento de sua missão como unidade operacional.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

15/12/2014

- **Implantar 100% da Brigada de Operações Especiais**

Análise Situacional da Meta

A Brigada de Operações Especiais é integrada por seis unidades operacionais sediadas em Goiânia-GO e uma unidade em Manaus-AM.

A Brigada conta com unidades versáteis de apoio e de operações especiais, com efetivos de militares especializados em missões de comandos, operações psicológicas e de forças especiais.

A Brigada foi criada em 2002 e encontra-se em processo de implantação. A maior parte das instalações já foi adequada, sendo necessários complementos para possibilitar melhor adestramento dos militares.

No ano de 2014 foi dada a continuidade e/ou concluídas as seguintes atividades iniciadas em 2013: construção do pavilhão almoxarifado, construção da área de prestadoras de serviços e permissionários; construção do pavilhão administrativo da Base de Administração e Apoio.

Até o momento foi alcançado 90% da meta prevista.

Quantidade alcançada

90

Data de Referência

15/12/2014

- **Modernizar 75% da estrutura da 12ª Brigada de Infantaria Leve**

Análise Situacional da Meta

A 12ª Brigada de Infantaria Leve encontrava-se com 70% do processo de modernização executado até 2012.

Não houve evolução no ano de 2014, contudo, com a previsão de execução para 2015, estima-se que essa meta seja alcançada até o final do PPA.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

15/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	75	%	70	15/12/2014

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem quatro vertentes de atuação: apoio a comunidades carentes; capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar; desenvolvimento de atividades de esporte e lazer para crianças e a cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional.

Existe uma significativa aderência destas vertentes de atuação, consideradas atividades subsidiárias do Ministério da Defesa e nas Forças Armadas, às Políticas Setoriais e Agendas Transversais relativas à sociedade brasileira localizada em áreas com maiores índices de pobreza e exclusão social e em municípios isolados.

No que tange à vertente de apoio a comunidades carentes, o Projeto Rondon, é um projeto de integração social que tem como um de seus objetivos, a busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população e que acumulou número significativo de 4.913 universitários capacitados ao longo do período do PPA -. Ademais, houve o engajamento de 478 Instituições de Ensino Superior, localizadas em 19 Estados de origem, atuando em nove Estados da Federação, percorrendo 239 municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), beneficiando milhares de cidadãos.

No âmbito da execução do Projeto Soldado Cidadão, que trata da capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar, foram qualificados 12.802 jovens no ano de 2014, sendo 1.246 da Marinha, 10.654 do Exército e 902 da Aeronáutica, perfazendo, ao longo do PPA, até dezembro de 2014, um total de 37.636 jovens capacitados.

A capacitação dos jovens recrutas abrange as áreas da indústria, transporte, serviços gerais, informática e comércio, isso realizado durante a prestação do serviço militar, o que proporciona uma oportunidade de inseri-los no mercado de trabalho, ao regressarem à vida civil.

As novas parcerias entre organizações militares com instituições do Sistema “S”, entre elas o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan); com empresas do setor de telecomunicações; e a criação de cursos de formação de condutores; estes foram os fatores significativos que contribuíram para a melhor qualificação dos jovens cidadãos Brasileiros.

Quanto à contribuição pelo Programa Forças no Esporte (Profesp), as Forças Armadas mantiveram as atividades de prática esportiva educacional, estimulando adolescentes e crianças que vivem na vulnerabilidade social, tornando-os

integrados à cidadania, reduzindo os riscos de exposições ao uso de drogas, prostituição, outras criminalidades, bem como evitando que sejam jogados ao trabalho infantil. Nos jovens pertencentes ao Profesp , pode-se constatar diminuição da evasão escolar, melhor desempenho no aproveitamento dos alunos, como aprovação em colégios militares e em universidades, tendo alguns que se tornam atletas com conquistas de índices olímpicos. Observa-se ainda que o Profesp proporciona que ex- alunos sejam inseridos no mercado de trabalho com excelente desempenho.

As Forças Armadas também vêm atuando em ações de apoio a órgãos, entes e entidades do Governo, em atividades de assistência a comunidades carentes; apoio à Defesa Civil em situações emergenciais e de calamidades; no combate a crimes ambientais; apoio na realização de grandes eventos; na garantia da lei e da ordem; ajuda humanitária em âmbito nacional e internacional e na realização de obras em benefício do desenvolvimento nacional.

Em 2014, o Exército Brasileiro continuou apoiando a realização da Operação Pipa, destinada a levar água potável às populações afetadas pela seca no semiárido brasileiro. Cooperou na distribuição dos profissionais de saúde do programa Mais Médicos para seus destinos nas diversas regiões do País. Cooperou, também, no apoio logístico para as ações da Organização Não Governamental Expedicionários da Saúde, no atendimento clínico, cirúrgico e odontológico às populações indígenas da região do Xingu.

Destarte, ainda em 2014, no campo das ações subsidiárias, o Exército Brasileiro cooperou com a defesa civil no socorro às populações atingidas pelas enchentes que assolaram os Estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Acre, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, restabelecendo a ligação entre os municípios de Novo Repartimento/PA e Pacajá/PA através do lançamento de uma ponte de apoio logístico (LSB, da silga em inglês) na rodovia BR 230, e lançou uma ponte portátil fixa do tipo Bailey M2 na cidade de Manaus/AM, criando uma rota alternativa de tráfego durante a realização da Copa do Mundo de Futebol. Além disso, realizou a instalação de pontes metálicas na BR 174-AM e em São João do Triunfo-PR, a fim de permitir o restabelecimento do tráfego em virtude de quedas de pontes, provocadas pelas fortes chuvas. Cooperou, também, com meios aéreos da Aviação do Exército, no combate aos incêndios florestais ocorridos na região da Serra dos Órgãos, em Petrópolis-RJ.

Com relação à cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional, houve a contribuição da engenharia de construção do Exército em diversos projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e em apoio ao desenvolvimento nacional, destacando-se a elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia do edifício que abrigará a nova sede do Superior Tribunal Militar, e das instalações da Escola Superior de Guerra, ambos em Brasília/DF; a conclusão das obras de restauração e reparos emergenciais da pista de pouso do Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC; a construção de 60,4 Km da BR 135 no Piauí; a duplicação e restauração de 11,7 Km do Lote 2 da BR 101 em Sergipe; na restauração, melhoramento e pavimentação de 29 Km da BR 319, no Acre; na restauração de 67 Km da BR 364, na conservação de 124 Km da BR 401, em Rondônia, na implantação e reparação de 84 km da BR-418, na Bahia; e na conservação de 68 Km da BR 367/MG.

O Exército também está trabalhando no desenvolvimento da nova plataforma para o Sistema de Patrimônio da União, utilizando como base o Sistema Unificado do Processo de Obras.

Encontra-se em fase de desenvolvimento o Portal BIM Brasileiro (Building Information Modeling) em parceria técnica com o Ministério da Defesa, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como, a criação da base referencial para sistemas de defesa.

O caráter emergencial e cronogramas exíguos de algumas demandas foram fatores que dificultaram a execução do objetivo.

Para 2015, visualiza-se a manutenção da cooperação no âmbito das ações subsidiárias a partir das solicitações que se fizerem chegar. Além disso, o Exército Brasileiro permanecerá atuando na duplicação e restauração da BR 101, em Sergipe; na restauração, melhoramento e pavimentação da BR 319, no Acre; na restauração da BR 364, na conservação de 124 Km da BR 401, em Rondônia; na implantação e reparação de 84 km da BR-418, na Bahia, e na conservação de 68 Km da BR 367/MG.

Para cumprir o Objetivo, foram realizados arranjos de gestão e pactuações com o Ministério da Integração; Ministério dos Transportes; Ministério dos Esportes; Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério da Educação.

A implementação do Objetivo beneficiou toda a sociedade brasileira, principalmente as comunidades carentes da Região Nordeste, Sul e Norte. Este benefício foi estendido também para as populações das cidades atendidas pelos apoios aos “Grandes Eventos” realizados em 2014, por contar maior segurança às estruturas e serviços imprescindíveis ao País.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver 5.000 Atletas Militares para participação em Competições Esportivas Nacionais e Internacionais**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, 2.030 atletas foram apoiados.

Dentre as atividades do Desporto Militar do Brasil, destacaram-se as competições esportivas nacionais e internacionais conduzidas pelo Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) e pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), envolvendo atletas de alto rendimento. Neste tipo de competições, foram alcançadas diversas conquistas, podendo citar como exemplo o desempenho alcançado pelas equipes brasileiras no 2º Campeonato Mundial de Cadetes, com 13 medalhas de ouro, 8 medalhas de prata e 8 medalhas de bronze, perfazendo-se um total de 29 medalhas obtidas em todo o Campeonato, o que lhes proporcionou o terceiro lugar na Competição. Pode-se citar ainda o terceiro lugar conquistado pelas equipes feminina e masculina de Taekwondo no 22º Campeonato Mundial Militar de Taekwondo onde foram obtidas 1 medalha de ouro, 4 medalhas de prata e 7 medalhas de bronze, somando um total de 12 medalhas obtidas durante a Campeonato.

Quantidade alcançada

2.030

Data de Referência

30/12/2014

- **Engajar 9.500 Rondonistas nas operações do "Projeto Rondon"**

Análise Situacional da Meta

No período do Plano, 4.913 universitários foram capacitados, sendo estes oriundos de 478 instituições de ensino superior, permitindo que 12 operações fossem realizadas em 239 municípios. Apesar deste resultado estar relacionado em grande monta aos recursos públicos (cerca de 85%) investidos, também houve recursos provenientes de patrocinadores privados.

Os estados de origem dos rondonistas foram: Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Rondônia, e Roraima.

Já os estados beneficiados foram: Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Tocantins.

Quantidade alcançada

4.913

Data de Referência

31/12/2014

- **Participação de 80.000 crianças no Programa "Forças no Esporte"**

Análise Situacional da Meta

O Programa resulta de uma articulação institucional entre os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério do Esporte (ME) e Ministério da Defesa (MD). O MDS e ME fornecem recursos orçamentários que complementam a parcela do MD. Isto permite que os objetivos sejam alcançados, inclusive o da meta de atendimento anual, por intermédio de, atualmente, 107 Organizações Militares da Marinha, Exército e Aeronáutica. São contemplados pelo Programa jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Ao longo do PPA, foram atendidos 42.500 jovens e adolescentes, entre 7 e 17 anos, considerando 12.000 em 2012,

15.000 em 2013 e 15.500 em 2014.

Deve-se salientar que, por características peculiares, o atendimento das 15.500 crianças ocorreu desde o início do ano de 2014. Isso é motivado pela dinâmica de entrada e saída de jovens no final e início de cada do ano. Além disso, o efetivo pode crescer ou diminuir em razão da adesão ou saída de Organizações Militares (OM) no Programa. O positivo é que para 2015, já há garantia de mais cinco núcleos, possibilitando o acréscimo de mais 500 beneficiados. Em relação a 2014, os jovens contemplados pelo Programa são provenientes de 67 municípios de 25 estados, abrangendo o arquipélago de Fernando de Noronha, os interiores de Norte a Sul do País e as fronteiras. Em São Gabriel da Cachoeira – AM, município brasileiro que faz fronteira com a Colômbia e a Venezuela, a maior parte desses beneficiados é formada por crianças indígenas das etnias baré, baniwa e tukano.

Quantidade alcançada

42.500

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	80.000	pessoas	42.500	30/12/2014

- **Profissionalização de 56.000 jovens pelo Programa "Soldado Cidadão"**

Análise Situacional da Meta

Quanto à capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar, temos como principais resultados, ao término do ano de 2014, a qualificação profissional de 12.802 jovens das três Forças Armadas. Assim sendo, somando-se aos 24.834, resultado obtido nos anos de 2012 e 2013, tem-se o total de 37.636 jovens qualificados pelo projeto soldado cidadão até 2014, referente ao PPA 2012-2015.

Esses jovens são capacitados em vários cursos nas áreas de indústria, transporte, serviços, informática e comércio durante a prestação do serviço militar obrigatório, o que contribui para uma melhor inserção dos participantes no mercado de trabalho, quando do retorno à vida civil. O projeto Soldado Cidadão está presente em 137 municípios espalhados por todo o território nacional.

As novas parcerias entre as Organizações Militares com instituições do Sistema "S", entre elas o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN); as empresas do setor de telecomunicações; e a criação de cursos de formação de condutores; estes foram os fatores que contribuíram para a melhor qualificação dos jovens cidadãos. O crescente aumento do custo hora/aula de qualificação, por militar atendido desde 2012 até 2014, vem sendo o fator que mais dificultou a realização de um número maior de cursos de qualificação profissional ao longo do ano em curso.

Para o ano de 2015, está prevista a qualificação de 7.560 jovens.

Quantidade alcançada

37.636

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	56.000	pessoas	37.636	31/12/2014

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Plano de Articulação e Equipamento da Marinha do Brasil (PAEMB), elaborado em 2009, foi revisado e atualizado,

em 2013 para adequá-lo ao Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED). Os sete Programas Estratégicos da Marinha, discriminados no PAEMB-2013, são os seguintes:

1)Programa Nuclear da Marinha (PNM);

2)Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, no qual se destacam o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), o Programa de Obtenção de Meios de Superfície (PROSUPER), a Construção de Navios-Patrulha de 500t (NPa 500t), a Construção de quatro Corvetas Classe Barroso, o Programa de Obtenção de Navios Aeródromos (PRONAE) e o Programa de Obtenção de Navios Anfíbios (PRONANF), a criação de Batalhões de Operações Ribeirinhas de Fuzileiros Navais e obtenção de três Navios-Patrulhas oceânicos de 1.800t;

3)Recuperação da Capacidade Operacional da Marinha;

4)Complexo Naval da 2ª Esquadra e 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra;

5)Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz);

6)Segurança da Navegação; e

7)Pessoal - Nosso Maior Patrimônio.

O PROSUB foi criado em 2008, a partir de uma parceria celebrada entre o Brasil e a França, com objetivo de produzir o primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear e de mais quatro submarinos convencionais diesel-elétrico.

Em 2014, deu-se prosseguimento à primeira fase de implantação do Programa, com a construção da Base e do Estaleiro Naval, no Município de Itaguaí/RJ, e com a conclusão das edificações e das estruturas metálicas dos prédios, onde serão abrigados os profissionais de todas as atividades relacionadas à construção dos submarinos. Também, foi inaugurado o prédio principal do estaleiro de construção, projetado para as atividades de união das seções e de acabamento dos submarinos.

Concomitantemente à construção da Base e do Estaleiro Naval, estão sendo construídos o 1º e o 2º submarinos convencionais, respectivamente, S-BR1 e S-BR2. O S-BR1 teve suas primeiras seções produzidas na França e trazidas ao Brasil, onde a construção continua em andamento. No tocante ao S-BR2, prossegue a fabricação das cavernas e do casco resistente em solo nacional.

No tocante ao projeto de construção de Navios-Patrulha (NPa) de 500 toneladas, o 2º lote, composto de 5 NPa, está sendo executado pelo Estaleiro Eisa, do Rio de Janeiro-RJ, com previsão de prontificação e entrega entre 2015 e 2017. A alteração do cronograma foi motivada por dificuldades de ordem financeira, técnica e gerencial do Estaleiro EISA.

Quanto aos demais Meios Navais, em 2014 foram incorporados ao Setor Operativo da Marinha, duas lanchas-patrulha rápidas que, em função do pequeno calado, da alta manobrabilidade e da blindagem, constituem meios adequados para operação na Amazônia Ocidental. Também foram incorporados à Marinha do Brasil o Navio de Transporte Fluvial (NTrFlu) “Almirante Leverger” e o Aviso Hidroceanográfico Fluvial (AvHoFlu) “Caravelas.

No projeto de modernização de 12 aeronaves AF-1 (Skyhawk), sete delas já foram entregues à Embraer, em Gavião Peixoto-SP, com previsão de retorno da primeira aeronave modernizada em 2015.

Em relação aos meios aeronavais, do total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego MH-16 (S-70B “Seahawk”), quatro foram recebidos em 2012 e a entrega dos dois últimos está prevista para 2015, ampliando a capacidade de realização de atividades anti-submarinas da Força Naval.

O Programa HX-BR do MD prevê a aquisição de 50 helicópteros EC-725, sendo 16 unidades destinadas à MB. A primeira aeronave foi recebida em 2011, a segunda em 2013 e, em 2014 foram recebidas mais duas aeronaves. São duas aeronaves na versão básica e que possuem uma série de avanços tecnológicos, tendo como principal evolução operativa, a capacidade de cumprimento de missão “Search and Rescue” (SAR). Uma delas com produção executada integralmente no Brasil pela empresa Helibrás.

Está prevista a incorporação de mais 12 aeronaves EC-725 até o ano de 2017.

No que tange aos meios bélicos dos fuzileiros navais, foi adquirido o Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS FN 2020, produzido pela AVIBRAS, reforçando a capacidade de artilharia de campanha do CFN e mais uma viatura oficina veicular com o propósito de complementar o Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS FN

2020, com previsão de recebimento em 2015. Foram ainda adquiridos dois Sistemas Radares Saber M60 da empresa brasileira BRADAR para integração com o Sistema de Defesa Antiaérea, visando a proteção de pontos e áreas sensíveis. Em 2014 foram modernizadas doze Viaturas Blindadas Sobre Lagartas M113A1 e recebida em Jan/2014 mais uma Viatura Blindada Sobre Rodas 8x8 PIRANHA III C, totalizando, até 2014, 26 das 30 unidades contratadas junto a empresa suíça MOWAG. As quatro viaturas PIRANHA III C restantes deverão ser recebidas em 2015.

O Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) está sendo especificado e projetado para atender ao previsto na Estratégia Nacional de Defesa, que enfatiza os aspectos de monitoramento e controle, de forma integrada, das Águas Jurisdicionais Brasileiras, das áreas internacionais de responsabilidade para operações de socorro e salvamento e de áreas de interesse específico, provendo a capacidade de prevenir ou responder, prontamente, a qualquer ameaça, agressão ou ilegalidade.

O SisGAAz atenderá as demandas da Marinha com impacto decisivo no cumprimento das tarefas de segurança marítima busca e salvamento e prevenção à poluição, bem como possuirá flexibilidade para interoperação com os sistemas das demais Forças (SISFRON e SISCEAB) e com o SIPAM e SIVAM.

Em 2014, como previsto 12 jovens mulheres ingressaram no 1º ano da Escola Naval formando a primeira turma de Aspirantes femininas admitidas na mais antiga instituição de ensino superior do País.

Metas 2012-2015

- **Conclusão do estaleiro e da Base Naval do PROSUB**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, as obras marítimas do estaleiro e base naval do PROSUB - EBN prosseguiram, com a conclusão da construção das edificações e das estruturas metálicas dos prédios onde serão abrigadas as atividades relacionadas com a construção dos submarinos. Em 12/12/2014 foi inaugurado, com a presença da Presidenta da República, o prédio principal do Estaleiro de Construção, onde os futuros submarinos serão montados.

Foram concluídas em 2014 as obras civis no Pátio de Manobra de Submarinos e das Oficinas de Apoio à Fabricação, Ativação de Baterias e Suporte Leve.

Da mesma forma, os Prédios da Tripulação do SBR, Escritórios, Refeitório e Cozinha, Vestiários, Ambulatório, Central de Utilidades, e ainda o Prédio do CIAMA foram concluídos em 2014.

Para testar as instalações do cais, foi realizada a primeira atracação de um submarino da classe “Tupi” no Complexo Naval de Itaguaí (CNI).

Em relação ao final de 2013, a meta de conclusão evoluiu de 26% para 49% e em 2015 estão previstos avanços nas obras do Castelo D’Água e Subestação Elétrica, bem como o início das obras do prédio da Oficina de Mastros e Periscópios e do Departamento de Segurança.

Prosseguirão também os serviços de construção do arruamento de acesso ao túnel, instalação de equipamentos e facilidades nos demais cais do complexo e ainda está previsto o inicio da cravação das estacas dentro da ensecadeira/cofferdam e das fundações do cais 2.

Quantidade alcançada

0,49

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	0,49	31/12/2014

- **Conclusão do projeto do Primeiro Submarino de Propulsão Nuclear (SNBR-1)**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foi concluída, com sucesso, a primeira parte da “Fase de Concepção” do Submarino de Propulsão Nuclear, ou “First General Design Study SN-BR - Phase A I”, de acordo com a sistemática de projeto francesa. Essa fase de

projeto foi realizada pelo Corpo Técnico de Projeto do SN-BR. Ao final dessa Fase, foi elaborada a primeira versão do "Relatório de Estudos de Exequibilidade (REE) do SN-BR", conforme definido na Doutrina de Obtenção de Meios da Marinha.

Em 2013, teve continuidade a 2ª fase do "Projeto de Concepção" do SN-BR, ou "Second General Design Study SN-BR Phase A II". Essa fase de projeto também foi realizada pelo Corpo Técnico da Marinha com o apoio da equipe de assistência técnica francesa. Essas duas fases do Projeto do SN-BR são complementares e correspondem, unidas, à Fase de Concepção completa do submarino de propulsão nuclear.

Ao longo de 2014 foi dado prosseguimento à atividade de Projeto do Submarino com Propulsão Nuclear Brasileiro (SN-BR), denominada Fase Preliminar do Projeto do SN-BR ou Fase Bravo do Projeto do SN-BR, iniciada em 29 de agosto de 2013 e designada como "Third General Design Study SN-BR Phase B" de acordo com a metodologia adotada MB.

Esta fase se constitui na principal parte do Contrato de Transferência de Tecnologia do PROSUB as atividades são realizadas pelo corpo Técnico de Projeto do SN-BR, formado por cerca de uma centena de Oficiais Engenheiros da Marinha e um pequeno grupo de Servidores Civis contratados pela EMGEPRON (Gerente do Projeto do SN-BR) e pela AMAZUL, no Escritório Técnico de Projeto da COGESN em São Paulo.

As principais atividades desenvolvidas para a Fase B do Processo de Projeto do SN-BR são:

-Preparação de recursos humanos e ferramentas para o desenvolvimento da Fase B;

-Escolha dos tipos de tecnologia para o Projeto;

-Desenvolvimento da arquitetura para os sistemas de bordo e alocação dos seus requisitos;

-Escolha de componentes padrão e seleção de equipamentos para o Projeto, com estimativa de quantidades;

-Início da atividade de projetos de sistemas; e

-Arranjo dos principais compartimentos.

Prosseguiram também em 2014 as atividades de planejamento do Apoio Logístico Integrado (ALI) do SN-BR, previstas no Contrato de Transferência de Tecnologia do PROSUB.

Em 2015 deverão ser alcançadas as seguintes etapas:

-Conclusão do Projeto Preliminar do Submarino com Propulsão Nuclear;

-Definição e Produção do Arranjo Geral;

-Dimensionamento estrutural do casco resistente e das estruturas principais;

-Análise de custos e programação das atividades de projeto e produção; e

-Verificação da consistência de todos os elementos do SN-BR.

O Reator Nuclear do SN-BR está sendo desenvolvido exclusivamente pela MB, através do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), não havendo transferência de tecnologia da parte francesa.

Quantidade alcançada

0,28

Data de Referência

31/12/2014

- **Construção de 27 Navios-Patrulha de 500 t**

Análise Situacional da Meta

O Programa de Obtenção de Navios Patrulha (NPa) de 500t, incluído no Paemb, contempla a construção de 27 unidades no País.

Os dois primeiros navios, NPa "Macaé" e "Macau", que compõe o 1º lote de NPa, foram construídos no Estaleiro Inace, em Fortaleza-CE, e entregues à Marinha em anos anteriores a 2012.

Em 2014, mesmo após a assinatura do terceiro Termo Aditivo ao contrato (TA-03), o Estaleiro EISA não obteve sucesso na solução das dificuldades de ordem financeira, técnica e gerencial, que vem impactando m o cumprimento do cronograma físico-financeiro pactuado para o segundo lote de 5 navios patrulha .

Em decorrência dessas dificuldades, o EISA apresentou no final de 2014 nova estimativa de cronograma para a

conclusão dos navios patrulha:

-NPa Maracanã (3º navio) – segundo semestre de 2015;

-NPa Mangaratiba (4º navio) – primeiro semestre de 2016;

-NPa Miramar (5º navio) – segundo semestre de 2016;

-NPa Magé (6º navio) – primeiro semestre de 2017; e

-NPa Maragogipe (7º navio) – segundo semestre de 2017.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Execução de 20% do Terceiro Submarino Convencional (SBR-3)**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram recebidos os primeiros itens de materiais: chapas de aço para o casco resistente (7 chapas de aço), consumíveis de soldagem e tubos de aço inox. A Previsão para 2015 é a continuação do recebimento de materiais para a construção do SBR-3 e o início da fabricação do casco resistente do SBR3.

Quantidade alcançada

0,02

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	20	%	0,02	31/12/2014

- **Execução de 50% do Segundo Submarino Convencional (SBR-2)**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foi iniciada a construção do segundo Submarino Convencional (S-BR2), e em 2014 teve prosseguimento a fabricação de suas cavernas e do seu casco resistente.

Previsão para 2015 consiste em continuar o recebimento de materiais para a construção do SBR-2 e concluir a fabricação de todas as cavernas do SBR2.

Quantidade alcançada

2,8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	50	%	2,8	31/12/2014

- **Execução de 80% do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)**

Análise Situacional da Meta

As atividades associadas à meta foram executadas em 2014, conforme o cronograma estabelecido em contratos firmados pela Marinha com as empresas DCNS (francesa) e ICN - Itaguaí Construções Navais S.A

No período anterior (2012/2013) foram recebidos os lotes de chapas de aço especial para a fabricação da estrutura do S-BR1 e foi identificada a necessidade de readequação dos processos produtivos para melhorar a produtividade na fabricação do casco resistente do Primeiro Submarino Convencional (SBR-1)

Em 2014 estavam sendo executadas na ICN as atividades de fabricação da Seção de Qualificação (SQ), iniciada em 2011, e fabricação das subseções de ré do casco resistente pela Nuclep/ICN, iniciada em 2012;

Até 2014 foram concluídos 255 cursos de capacitação de pessoal e até 2015 outros 54 serão executados;

Continuam em andamento na UFEM as atividades de fabricação de estruturas leves (tanques, suportes e tubulações), de montagem da proa e instalação de suportes nas seções de vante.

Em 2015 deverão ocorrer: o recebimento e transferência para a ICN do berço de vante; a continuação do recebimento de materiais para a construção do SBR-1; recebimento de materiais específicos, como: escotilhão macho e conveses de fibra seção 3 e 4.

Também em 2015 está previsto o início do recebimento dos principais equipamentos: motor elétrico principal (MEP); sistema de carregamento, manuseio e armazenamento de armas (WSHS); grupo diesel geradores (GDG) e Sistema de monitoração de baterias. Além disso está planejado o término da fabricação do casco resistente do SBR1; a transferência das seções de ré do SBR-1 para a UFEM; e o início da instalação das estruturas leves nas seções de ré do SBR1.

Quantidade alcançada

43,76

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	80	%	43,76	31/12/2014

- **Obtenção de 100% dos meios operativos preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha, no período de 2012 a 2015**

Análise Situacional da Meta

A quantidade de meios em processo de obtenção pela Marinha é de 38 unidades, representando 35% do total de 108 unidades previstas no planejamento para o período 2012-2015.

No escopo do Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval, integrante do PAED/PAEMB, em 2014 foram incorporados ao Setor Operativo da MB os seguintes Meios: Navio Hidroceanográfico Fluvial 'Rio Branco', Navio de Transporte Fluvial (NTrFlu) "Almirante Leverger", Aviso Hidroceanográfico Fluvial (AvHoFlu) "Caravelas"

Com relação as aeronaves de interceptação e ataque embarcadas (AF-1/1A), a Embraer foi contratada para modernizar 12 unidades, das quais, sete já foram entregues à aquela Empresa, em Gavião Peixoto -SP. A primeira unidade modernizada deverá ser entregue para a MB em 2015, conforme novo cronograma estabelecido com a Embraer. Do total de seis Helicópteros de Múltiplo Emprego MH-16 (S-70B "Seahawk"), quatro foram recebidos em 2012 e a entrega dos dois restantes está prevista para 2015.

O Programa HX-BR do Ministério da Defesa prevê a aquisição de 50 helicópteros EC-725, sendo 16 unidades destinadas à MB. A primeira aeronave foi recebida em 2011, a segunda em 2013 e, em 2014 foram recebidas mais duas aeronaves.

Estas duas aeronave recebidas em 2014 possuem uma série de avanços tecnológicos para o cumprimento de missão "Search and Rescue" (SAR). A MB foi a força que recebeu o primeiro helicóptero EC-725 com produção executada integralmente no Brasil.

Quanto aos meios de Fuzileiros Navais, o contrato celebrado entre a Marinha e a Empresa Suíça MOWAG, estabelece a fabricação de 30 unidades de Viaturas Blindadas Especiais Sobre Rodas 8x8 PIRANHA IIIC, das quais já foram recebidas 21 unidades até o ano de 2012, quatro unidades em 2013 e uma unidade em janeiro de 2014 totalizando 26 unidades recebidas. Restam quatro viaturas com previsão de entrega para 2015.

Quanto aos Navios-Patrulha de 500t, cinco unidades encontram-se em construção no Estaleiro EISA (RJ), com previsão de entrega de um navio em 2015, dois em 2016 e dois em 2017.

Quantidade alcançada

35

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Calha Norte (PCN) abrange 194 municípios, 95 dos quais ao longo de 10.938 km da faixa de fronteira, em seis estados da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima). O Programa tem uma área de atuação que corresponde a 32% do Território Nacional, onde habitam cerca de oito milhões de pessoas, incluindo 46% da população indígena do Brasil.

O PCN para atingir seus objetivos tem suas ações distribuídas entre duas dimensões de atuação do Ministério da Defesa (MD): manutenção da soberania e integridade territorial e apoio às ações de governo na promoção do desenvolvimento regional.

A dimensão de manutenção da soberania e integridade territorial, também conhecida como a “vertente militar” do Calha Norte, desenvolve ações voltadas para o controle e a segurança da navegação fluvial, para a implantação de unidades militares e para o apoio aéreo na região. Com isso, busca facilitar a vigilância dos rios, do espaço aéreo e da faixa de fronteira, em sua área de atuação.

A dimensão de apoio às ações de governo na promoção do desenvolvimento regional, ou "vertente civil" do Programa, atua basicamente com a implantação e o desenvolvimento da infraestrutura básica nos municípios da região abrangida.

Metas 2012-2015

- **Adequação da infraestrutua de 30 Pelotões Especiais de Fronteira**

  Análise Situacional da Meta

  Nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) são realizadas constantes adequações na busca de uma melhor condição e qualidade de vida para seus integrantes, bem como para as populações vizinhas que dependam da existência dos pelotões naquela região.

  Em 2014, sete PEF foram adequados, com manutenções e melhorias, perfazendo um total de 20 pelotões no período de 2012 a 2014, correspondentes à seleção e execução de pequenas e médias intervenções. Dentre estas intervenções, destacam-se: i) reforma do telhado do 6ºPEF/5º Batalhão de Infantaria de Selva, em Pari Cachoeira/AM, ii) aquisição de máquinas agrícolas para o PEF da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, iii) aquisição de material para recuperação das cozinhas e refeitórios dos PEF do Comando de Fronteira Solimões/ Tabatinga/AM e iv) construção das instalações do 1º PEF de Marechal Thaumaturgo/AC.

  Quantidade alcançada

  20

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	30	unidade	20	31/12/2014

- **Adequação da infraestrutura de 110 unidades militares**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta é caracterizada por: adequação e manutenção de unidades militares, realização de obras e serviços de infraestrutura e pavimentação das rodovias e estradas vicinais que atendem às unidades militares e às comunidades da região abrangida pelo Programa Calha Norte e aquisição de materiais e equipamentos não militares necessários ao pleno funcionamento das unidades.

  Ao longo do PPA, 67 unidades militares foram adequadas.

  Em 2014, 18 unidades militares foram selecionadas e submetidas a pequenas e médias intervenções, tendo com principais realizações, entre outras: i) ampliação do laboratório do Hospital Naval de Belém; ii) reforma dos telhados e manutenção dos próprios nacionais do Comando do 9º Distrito Naval em Manaus/AM e do Comando do 4º Distrito Naval em Belém/PA; iii) continuidade nas obras de implantação do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, em

Barcelos/AM; iii) conclusão da pavimentação da área do 4º Batalhão de Aviação do Exército, em Manaus/AM; e iv) recuperação e reforço estrutural de edificações do telhado e dos portões dos hangares da Base Aérea de Belém.

A adaptação das demandas tem sido uma preocupação constante dos Comandos Militares, Marinha, Exército e da Aeronáutica.

Quantidade alcançada

67

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	110	unidade	67	31/12/2014

- **Adequação de 150 embarcações empregadas pelas Forças Armadas**

Análise Situacional da Meta

Esta meta é caracterizada por: adequação e manutenção das embarcações empregadas pelas Forças Armadas na região do Programa Calha Norte, visando o controle e a segurança da navegação fluvial, o apoio logístico às unidades militares, bem como o apoio às comunidades, evitando a ocorrência de acidentes com embarcações e inibindo ações ilícitas.

A meta alcançada ao longo do PPA foi de 70 embarcações mantidas em melhores condições, fruto da seleção de pequenas e médias intervenções realizadas pelos Comandos Militares em suas embarcações. Destacam-se no período as seguintes realizações, entre outras: i) manutenção de embarcações das Organizações Militares da região; ii) aquisição de insumos para adequação de embarcações; iii) remotorização de 5 lanchas de ação rápida; iv) manutenção do dique Jerônimo Gonçalves.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	150	unidade	70	31/12/2014

- **Adequação de 40 aeródromos**

Análise Situacional da Meta

As adequações visam proporcionar aos aeródromos na região do Programa Calha Norte condições de operacionalidade e apoio adequado ao atendimento das unidades militares instaladas e das comunidades que se beneficiam da presença das Forças Armadas. Caracterizam-se por: realização de obras e serviços de manutenção nas pistas de pouso e decolagem, nas áreas de estacionamento e de taxiamento de aeronaves e nos terminais de passageiros que compõem.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	40	unidade	3	31/12/2014

- **Atender 194 municípios com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas seguintes áreas: segurança e defesa, econômica, educação, saúde, social, transportes e esportes**

Análise Situacional da Meta

O Programa Calha Norte (PCN) celebrou no ano de 2014 um total de 292 convênios, sendo 49 no Acre, 24 no Amazonas, 46 no Amapá 129 em Rondônia, 44 em Roraima.

Com estes convênios celebrados (292), num total de 90 municípios contemplados, o PCN permaneceu com os índices alcançados em 2013, de 78% dos municípios, quando alcançou a meta de 152 municípios. Não houve, portanto, alteração da meta no ano de 2014.

Quantidade alcançada

152

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	100	%	152	31/12/2014

- **Realizar 720 horas de voo disponibilizadas pelas Forças Armadas (FFAA)**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, registrou-se o alcance da meta anual de 180 horas de voo. Considerando a realização nos anos de 2012 e 2013 dessa meta, o valor alcançado é de 540 horas de voo, ou 75% da meta prevista para o período do PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

540

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	720	unidade	540	31/12/2014

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, o Exército Brasileiro, cumprindo o que prevê a Estratégia Nacional de Defesa, deu prosseguimento ao processo de busca de autonomia em tecnologias cibernéticas iniciado em 2012.

Foi dado prosseguimento a: obras para construção do Centro de Defesa Cibernético, no polo de tecnologia da informação; criação de normas e doutrinas para setor cibernético; renovação de licenças de sistemas de prevenção de intrusão e da infraestrutura de proteção e gerenciamento de tráfego (BIG – IP); estabelecimento de uma rede nacional tática e estratégica de contingência do Exército; obras no Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército e no Centro Integrado de Telemática do Exército, vinculadas às atividades do Setor Cibernético; instalação do computador de alto desempenho no Instituto Militar de Engenharia; crescimento das pesquisas e elaboração de teses e dissertações sobre temas afetos ao setor cibernético; capacitação e formação de recursos humanos nas área de interesse do setor cibernético; criação do Projeto Saltar, em parceria com Fundação Universidade de Brasília; realização de seminários nacionais de segurança da informação e criptografia; criação da revista científica Enigma; continuação do projeto para desenvolvimento do rádio definido por software. Destaca-se a participação do Exército na coordenação e integração da segurança e na defesa cibernética de grandes eventos, como ocorreu nas diversas cidades sedes da Copa do Mundo da FIFA, no apoio às Eleições 2014 e participação na Operação Amazônia, propiciando um benefício direto a sociedade e a nação brasileira.

Fator que contribui para execução do objetivo é a forte integração da Marinha do Brasil e da Força Aérea Brasileira com outros órgãos públicos e com empresas nacionais da área de tecnologia da informação, principalmente quando da utilização dos meios em operações militares em ambiente de maior segurança cibernética.

O resultado parcial deste Objetivo é a obtenção gradual da capacidade de defesa cibernética do Exército e da infraestrutura crítica nacional e o desenvolvimento da pesquisa científica na áreas de segurança cibernética, com o propósito de atender as prioridades de seu planejamento anual de emprego e também as demandas do Estado e da sociedade.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver 40% do Projeto Defesa Cibernética.**

  Análise Situacional da Meta

  Até o ano de 2014, foi possível desenvolver 52% do Projeto Defesa Cibernética.

  As principais atividades deste projeto no ano de 2014 foram: aquisições de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação e de comunicações, visando a melhoria da proteção das redes corporativas; dado prosseguimento na capacitação técnica de pessoal integrante das diversas organizações militares que trabalham na implantação do Projeto Estratégico Defesa Cibernética (PEDCiber); estabelecida parceria com a Universidade de Brasília para desenvolvimento do Projeto Saltar, que visa realizar a análise de tráfego de redes de comunicações de dados para fins de defesa cibernética; dado prosseguimento no desenvolvimento do Projeto Rádio Definido por Software (RDS) que proporcionará ao País o domínio das comunicações rádio; e aprovada a Doutrina Militar de Defesa Cibernética, que contribuirá para a defesa do Brasil no espaço cibernético. Além disso, foi executado e licitado o projeto executivo e legal da infraestrutura da área do prédio do Centro de Defesa Cibernética, em Brasília-DF. As obras do Centro darão continuidade à implantação da infraestrutura, sendo fundamentais para complementar o Projeto Estratégico Defesa Cibernética. A implantação do Projeto ainda depende do andamento de outras atividades essenciais, como a capacitação e adestramento de pessoal, a aquisição e desenvolvimento de materiais e sistemas, e o desenvolvimento da doutrina de defesa cibernética. Para tal, foi dado prosseguimento à capacitação técnica do pessoal integrante das diversas organizações militares que trabalham na evolução do PEDCiber, preparando o pessoal para o emprego funcional dos sistemas que compuseram o Setor Cibernético, no período da Copa do Mundo FIFA 2014, realizada no Brasil.

  Ainda como realizações, foi contratado o serviço de modelagem e o serviço de análise de sistemas para apoio ao desenvolvimento da plataforma operacional do RDS, adquirido equipamentos de perícia forense computacional para 2ª fase das Células Cibernéticas, iniciada a construção da Escola de Comunicações, reformada a área do Instituto Militar de Engenharia para instalação e funcionamento do computador de alto desempenho e aprimorada a segurança de sistemas corporativos da área de telemática do Exército.

  Em relação à capacitação de pessoal, foram realizados cursos como o de gerência de redes de computador; o de fundamentos de governança de TI; o de gerenciamento de serviços de TI; o de auditor líder em segurança da informação; o de engenharia reversa de código malicioso; e o de análise forense computacional.

  Dentro da área de evolução da doutrina do Exército Brasileiro, foi preenchida e estruturada a base de dados do sistema "Hidra Doutrina" com dados referentes a lições aprendidas, a operações militares, a referenciais normativos e a generalidades. Tudo isso voltado para o incremento da proteção dos sistemas de informação.

  Apesar de dificuldades encontradas, a resposta à implantação do Projeto Estratégico Defesa Cibernética tem seguido um ritmo bastante forte, ultrapassando as expectativas da meta para o período.

  Quantidade alcançada

  52

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Implantar o centro de defesa cibernética**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente, os trabalhos do Centro de Defesa Cibernética são realizados em suas instalações provisórias. O projeto executivo para início das obras de construção da instalação definitiva foi licitado no 1º semestre de 2014. O início das obras para construção da nova sede estão previstas para o ano de 2015. A Meta de implantação, que contempla também

as atividades de defesa cibernética atingiu em 2014, 80% do total.

Como principais atividades e realizações, destacam-se: a participação na Copa do Mundo; o apoio às Eleições 2014; a participação na Operação Amazônia 2014; a continuação do projeto para desenvolvimento do Rádio Definido por Software (RDS), sob coordenação do Centro Tecnológico do Exército e em conjunto com o Centro de Análise de Sistemas Navais, o Instituto de Pesquisa da Marinha, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, e as empresas Mecatron e Hidromec; a publicação da revista científica Enigma, para fomentar a divulgação de pesquisa qualificada na área de segurança da informação e criptografia; a criação do Projeto Sistema de Análise de Link e Tráfego de Dados em Redes de Comunicações (Saltar), em parceria com a Fundação Universidade de Brasília (FUB), que tem como finalidade a pesquisa e o desenvolvimento de um sistema piloto para realizar a análise de tráfego de redes de comunicações de dados para fins de defesa cibernética de infraestruturas críticas que se utilizam de Tecnologia da Informação e Comunicações; a capacitação e formação de recursos humanos nas área de interesse do setor cibernético; a criação de normas e doutrinas para o setor cibernético (Doutrina Militar de Defesa Cibernética), contribuindo para a defesa do Brasil no espaço cibernético; a instalação do supercomputador CRAY no Instituto Militar de Engenharia; a renovação de licenças de sistemas de prevenção de intrusão e da infraestrutura de proteção e gerenciamento de tráfego (BIG – IP); o robustecimento da infraestrutura de proteção de segurança da rede corporativa do Exército; o estabelecimento de uma rede nacional tática e estratégica de contingência do Exército, com rádios que aumentaram a contingência da Rede Rádio, com grande impacto nas operações de garantia da lei e da ordem, no que se refere as atividades de Comando e Controle.

Ainda sobre o RDS, cabe salientar que ele proporcionará ao País o domínio das comunicações rádio, bem como poderá contribuir com o desenvolvimento nas áreas de comunicações satelitais e móveis.

Quantidade alcançada

80

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha e adequar a infraestrutura das instalações terrestres, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Com o propósito de elevar a capacidade operativa da Marinha do Brasil (MB), prevista no Plano de Articulação e Equipamento da Marinha e implementada, anualmente, por meio do Plano de Ação (PA) da Marinha, foram empreendidas ações de obtenção e revitalizações dos meios operativos, como também, a criação, elevação, modernização e revitalização de várias Organizações Militares (OM), objetivando adequá-las para melhor atender às necessidades dos setores operativos e administrativos da MB. Nesse contexto, a articulação da Marinha compreende todas as OM a serem criadas, ampliadas ou modernizadas, necessárias à adequação da Força conforme prescrito na Estratégia Nacional de Defesa. Além das instalações voltadas para as atividades operativas, administrativas, técnicas e de ensino da MB, contemplará, também, aquelas ligadas ao atendimento e apoio aos militares e dependentes, tais como: moradia, assistência social e serviço médico-odontológico.

O Programa Geral de Manutenção (PROGEM) abrangeu todos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais da MB, destacando-se: Navio-Desembarque de Carros de Combate “Mattoso Maia”, Fragata “Defensora”, Fragata “Independência”, Corveta “Júlio de Noronha”, Corveta “Jaceguay”, Corveta “Inhaúma”, Corveta “Frontin”, Corveta “Barroso”, Navio Faroleiro Almirante “Graça Aranha”, Navio de Desembarque-Doca “Ceará”, Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel”, Submarinos “Tupi”, “Tamoio” e “Tapajó”, seis Aeronaves de Asa Fixa (AF-1/1A) A4 Skyhawk na Empresa EMBRAER, quatro Helicópteros Super LYNX AH-11A e Viaturas Blindadas Sobre Lagarta do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra.

O Navio de Desembarque-Doca “Ceará” concluiu o seu Período de Manutenção e está realizando adestramento de sua tripulação para restabelecer sua prontidão operativa e no que concerne às Viaturas Blindadas Especiais M113A1 do CFN houve alteração no cronograma de modernização, permanecendo da seguinte forma: Das trinta viaturas dezesseis já foram modernizadas até 2014 e as quatorze viaturas restantes terão seu processo de modernização concluído até 2015.

Quanto ao Emprego do Poder Naval no campo internacional, prossegue a participação da MB na Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), estando no teatro de operações a Fragata “Constituição” como Navio Capitânia daquela Força Multinacional que permanecerá nessa função até fevereiro de 2015, quando será substituída pela Fragata "União".

Destacam-se, ainda, a realização das seguintes Operações em 2014: “IBSAMAR”, cujo propósito foi realizar adestramento de unidades da Esquadra em Operação Combinada com a Marinha da Índia e da África do Sul; “BRASBOL”, com o propósito de realizar operação combinada, ação de presença e estreitamento laços de amizade com a Armada Boliviana; “BRACOLPER”(Colombia e Peru), visando realizar ação de presença, estreitamento de laços de amizade com os países visitados, obtenção de informações operacionais das regiões visitadas; e a “FRATERNO XXXII” visando realizar Operações Combinadas com a Armada da Argentina (ARA) e contribuir para a manutenção do nível de adestramento dos meios da Esquadra. Ainda em 2014, várias comissões permearam o relacionamento internacional com as Marinhas amigas, colaborando para o desenvolvimento de parcerias estratégicas. Dentre elas destacam-se as seguintes operações: “CARIBEX” com países da América do Sul e do Caribe; “PRATA”; “PLATINA”; e “DIPLOMEX-SSN”.

No que tange às Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, que têm como principal objetivo aprimorar a interoperabilidade entre as Forças Armadas, foi realizada no 1º semestre de 2014 a Operação “ÁGATA 8”, na faixa de fronteira. Ainda, pode-se mencionar a participação da MB na segurança da Copa do Mundo da FIFA 2014.

Quanto às embarcações de apoio, menciona-se a incorporação de 5 novas Chatas para Transporte de Combustível. A série inicial de 4 embarcações foi construída pelo Estaleiro B3 Boat Indústria de Embarcações Ltda em Salvador-BA, e entregues à Marinha, sendo duas unidades em 2012 e duas unidades em 2013. Face à importância das Chatas de Transporte de Combustível para o Setor de Apoio, a MB assinou o Termo Aditivo para a obtenção de mais uma unidade que foi recebida em 2014.

Também foi assinado contrato entre a Diretoria de Engenharia Naval e o Estaleiro B3 Boat para a construção de uma Lancha de Emprego Geral Média e de três Embarcações para Transporte de Pessoal Médias, com capacidade de transportar 200 passageiros, a serem entregues em 2015.

Com relação ao preparo do pessoal, além de várias operações militares de âmbito nacional e internacional, também foram ministrados diversos cursos nos centros de instruções da Marinha e outras instituições militares e civis, de forma a manter as tripulações dos meios operativos em níveis de adestramento e qualificações compatíveis com as missões programadas.

Estão previstas para 2015 as rotinas de manutenção de diversos meios navais: da Esquadra; aeronavais; dos Distritos Navais; da Diretoria de Hidrografia e Navegação e da Força de Fuzileiros da Esquadra.

O Navio Aeródromo (NAe) "São Paulo" passará por um Período de Docagem para avaliação de sua estrutura e uma possível modernização da propulsão. A Fragata "Independência" e as Corvetas "Inhauma" e "Jaceguai" estão com previsão de término dos seus Períodos de Manutenção e retorno à disponibilidade operacional.

Em 2015 está prevista, também, o recebimento da primeira aeronave AF-1 modernizada pela empresa EMBRAER e a entrega da primeira aeronave AH-11A para modernização.

Metas 2012-2015

- **Atender 100% das necessidades de construção, modernização e/ou revitalização de Organizações Militares terrestres, preconizados no Plano de Ação (PA) anual da Marinha.**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, esta meta foi revista, uma vez que, em 2012, baseou-se nas prioridades elencadas no Plano de Articulação e Equipamento da Marinha (PAEMB), que é um documento de longo prazo, ao passo que a meta atual, baseia-se no Plano de Ação (PA) da Marinha, que é um instrumento de planejamento anual visando adequar os recursos disponíveis às necessidades da Força.

A Marinha almeja atender integralmente às necessidades apontadas no seu PA. Cabe assinalar que o Plano de Articulação e Equipamento da Defesa (PAED)/PAEMB e o Plano Plurianual (PPA) são documentos condicionantes do PA.

Em 2014 teve início a revitalização do prédio da antiga Maternidade da Praça XV, cedido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a fim de abrigar o Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha (SIPM e Adequação do Anel Hidrossanitário do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), a fim de cumprir protocolo de intenções entre a MB e a CEDAE/RJ;

Quanto às Organizações Militares (OM) da MB destacam-se em 2014 a elevação da Delegacia de Porto Velho (DelPVelho) para Capitania de 3ª Classe com obras pendentes tendo em vista as restrições impostas pelo IPHAN, para a liberação do tombo para a execução das obras de transformação das instalações da DelPVelho em CP; elevação da Capitania dos Portos de Alagoas (CPAL) para Capitania de 2ª Classe; criação da Agência de Valença-BA com obras não iniciadas e a Criação da Ag.Juruena-MT com obras civis em andamento.

Em 2014, ocorreu ainda no 5º Distrito Naval a elevação da Delegacia de São Francisco do Sul (DelSFSul) para 1ª Classe e criação da Agência de Águas de Chapecó-SC.

Em face das recentes enchentes ocorridas no Vale do rio Uruguai, que atingiu sobremaneira o Município de Águas de Chapecó-SC, constatou-se a necessidade de alterar o projeto arquitetônico da OM, elevando a construção, por meio de pilotis, em três metros, o qual encontra -se em elaboração no âmbito do Com5DN.

- Criação da Ag.Juruena-MT – Obras civis em andamento.

Previsão para 2015

Em 2015, deverão ser concluídas as obras de adequação do Anel Hidrossanitário do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro-AMRJ.e dado andamento às obras: da Delegacia de Porto Velho (DelPVelho); da Capitania dos Portos de Alagoas; da Delegacia de São Francisco do Sul; da Delegacia de Itacuruçá-RJ; da Agência de Águas de Chapecó-SC; da Agência de Sinop-MT; da Agência de Valença-BA; da Agência de Juazeiro-BA; e da Agência de São Gabriel da Cachoeira-AM.

Encontram-se em andamento as tratativas entre a Capitania dos Portos de Pernambuco e o Administrador-geral de Fernando de Noronha, quando à possibilidade de cessão à MB de uma área para a construção da futura Agência de Fernando de Noronha-PE.

Quantidade alcançada

41,25

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar o índice dos meios operativos da Marinha do Brasil na condição “Disponível” de 43% para 80%".**

Análise Situacional da Meta

Essa meta foi revista em 2013, de modo a adequá-la ao conceito utilizado pela Força: “Meio Disponível”.

A Marinha, por meio do Programa Geral de Manutenção (PROGEM), priorizou para o ano de 2014, os meios que apresentaram maior necessidade de revitalização/manutenção, de modo a recuperar a sua capacidade operacional. Em 2014, foram empreendidas várias ações de modo a manter os níveis desejados na qualificação/adestramento do pessoal, reaparelhamento e adequação dos meios operativos e administrativos, dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais e obtenção de munição para o restabelecimento da dotação de paz (adestramento e instrução), compreendendo munição de campanha portátil, de metralhadora, mísseis diversos, bombas de aviação, minas e obtenção de sobressalentes.

Conforme o cronograma do PROGEM foi atingido cerca de 48% dos meios operativos da Marinha na condição disponível , com incremento de 3% em relação ao ano anterior.

As principais atividades de Modernização-Revitalização dos meios incidiram nas seguintes atividades: Navio-Aeródromo “São Paulo”, Navio-Desembarque de Carros de Combate “Mattoso Maia”, Fragata “Defensora”, Corveta “Júlio de Noronha”, Corveta “Jaceguaí”, Navio Faroleiro Almirante “Graça Aranha”, Navio de Apoio Oceanográfico

"Ary Rongel", Navio Polar "Maximiano", Navio Oceanográfico "Antares", Submarinos "Tupi", "Tamoio" e "Tapajó", seis Aeronaves de Asa Fixa (AF-1/1A) A4 Skyhawk, quatro Helicópteros Super LYNX AH-11A e 60 meios operativos do Comando de Fuzileiros da Esquadra entre Viaturas Blindadas e de Apoio.

Durante o exercício de 2015 existe a previsão do término dos Períodos de Manutenção de alguns meios, conforme o cronograma estabelecido no PROGEM o que permitirá aumentar a disponibilidade de meios da Força em cerca de 3%, caso não exista contingenciamentos no orçamento aprovado.

Os desafios de implementação foram de ordem técnica, devido à complexidade das tarefas executadas e as restrições orçamentárias- financeiras.

Quantidade alcançada

48

Data de Referência

31/12/2014

- **Prover formação e capacitação de militares e servidores civis, alcançando o quantitativo de 12.100 em 2015.**

Análise Situacional da Meta

As ações empreendidas em 2014, assim como em anos anteriores, possibilitaram a qualificação e a capacitação contínua do pessoal militar e servidores civis da Marinha para o emprego em atividades de natureza técnico profissional. Os cursos ministrados atendem desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação. Dentre as diversas Instituições no Brasil que são utilizadas na qualificação do pessoal destacam-se a USP, a Escola Superior de Guerra (ESG); o INFNET (MBA), Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB/UFRJ), FGV-RJ, FGV-DF, PUC-RJ, UNISUL-SC, UNICEUB-DF, SENAI- RJ, SENAI-RS, INCA e FIRJAN. Além dos Cursos de Política e Estratégia Marítimas e de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

No âmbito da MB, destacaram-se os cursos de formação básica, especialização e aperfeiçoamento, ministrados nas Instituições de Ensino: Colégio Naval, Escola Naval, Centro de Instrução Almirante Wandenkolk e Centro de Instrução Almirante Alexandrino – localizados no Rio de Janeiro, e também nas Escolas de Aprendizes-Marinheiros, localizadas nas cidades de Fortaleza, Vitória-ES, Recife-PE e Florianópolis-SC.

Teve continuidade em 2014 a formação de pilotos brasileiros no Programa de Cursos de Asa Fixa na Marinha Norte-Americana (US NAVY) e na Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), bem como o início e a continuidade de diversos cursos de pós-graduação, mestrados e cursos técnicos nas áreas de interesse da MB, no Brasil e no exterior, necessários para a qualificação de militares e civis para o desempenho dos diferentes cargos e funções no âmbito da MB.

Os cursos ministrados nas instituições de ensino em 2014 envolveram cerca de 13.800 alunos, em diversos níveis. Além disso, foram realizados, aproximadamente, 70 cursos na modalidade de ensino a distância, beneficiando 4.600 alunos, atingindo uma requalificação do pessoal sem descontinuidade do exercício das tarefas profissionais de rotina, reduzindo custos e superando as limitações geográficas existentes, destacando-se os cursos de Gestão Pública; Curso Especial de Metodologia Didática, Gestão por Excelência e Liderança; Informática básica;Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, Metodologia Científica Integrada e o Fórum Permanente de Educação. Esse último, visando divulgar e valorizar iniciativas em educação bem sucedidas em desenvolvimento no âmbito da Marinha e das demais Forças Armadas, no meio corporativo e acadêmico, e facilitar o compartilhamento do conhecimento entre os profissionais da área de ensino da Marinha.

Releva mencionar, também, o Programa de Intercâmbios de pessoal entre a Marinha do Brasil e as Marinhas Amigas nas áreas operativas, de ciência e tecnologia, logística e instrução, visando estreitar laços de amizade e cooperação entre as Marinhas, contribuir para a formação profissional e cultural, bem como aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos em outras Academias Navais, que contou com a participação de 21 Marinhas: Angola, Argentina, Bolívia, Cabo Verde, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos da América, França, Haiti, Líbano, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Senegal, Uruguai e Venezuela, com a participação de 323 alunos.

Visando atender ao estabelecido na Lei nº 12.216, de 11 de março de 2010, que prevê o aumento de efetivo da Força em mais 21.507 militares (36% do efetivo atual da Marinha do Brasil) em um horizonte temporal de 20 anos, continuam em andamento as obras de ampliação e revitalização dos Centros de Instrução, da Escola Naval, do Colégio Naval e das Escolas de Aprendizes-Marinheiros, a fim de proporcionar condições adequadas para manter o nível de qualificação exigido na formação do pessoal da Marinha.

Ainda em 2014 foram capacitados 4.102 alunos, entre conscritos do Serviço Militar Inicial (Marinheiros-Recrutas), formandos dos Institutos de Ensino Superior que fornecem profissionais para a prestação do Serviço Militar Obrigatório - médicos, farmacêuticos, veterinários e dentistas, bem como para a formação militar-naval dos profissionais oriundos do Serviço Militar Voluntário - SMV (profissionais das áreas de saúde, de apoio à saúde e técnica, incluindo magistério e engenharia), realizada inicialmente como Praças Especiais e profissionais das áreas industrial, de saúde e de treinamento físico-militar, em complemento às necessidades do Quadro Técnico de Praças da Armada - QATP e do Corpo Auxiliar de Praças – CAP.

Expectativa para o próximo período:

Tendo em vista o montante aprovado para o exercício financeiro de 2015, a expectativa é de ocorra uma formação de 15.000 alunos nas Instituições de Ensino citadas, bem como a formação de 5.000 novos alunos na modalidade à distância.

Quantidade alcançada

22.825

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

As atividades inerentes à segurança da navegação aquaviária são perenes, de caráter contínuo, em face da constância em que o meio aquaviário é empregado pela sociedade, abrangendo desde os pequenos navegantes até as grandes empresas de navegação, que utilizam as águas em suas necessidades econômicas, sociais, de lazer e de sustento.

Essas atividades da Marinha exigem investimentos na obtenção de novos equipamentos, na modernização dos já existentes e na alocação e capacitação do pessoal para empreender as ações correlatas. Assim, como nos anos anteriores, a Marinha como “Autoridade Marítima” do País deu continuidade aos eventos visando à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e nas hidrovias interiores e à prevenção da poluição ambiental causada por embarcações, plataformas e suas instalações de apoio.

De dezembro de 2013 a abril de 2014, foi realizada a Operação "Verão" 2013/2014, que fiscalizou embarcações em todo o País. A segurança da navegação, a salvaguarda da vida humana no mar e a prevenção da poluição hídrica foram os principais aspectos abordados durante a operação.

Nas ações de Inspeção Naval foram verificados diversos itens, entre eles: habilitação dos condutores; documentação das embarcações; material de salvatagem - tais como coletes e boias salva- vidas; extintores de incêndio; luzes de navegação; lotação; e o estado das embarcações.

A Operação "Verão" 2013/2014 resultou em 103 mil embarcações abordadas, 10.500 notificações emitidas e 1.605 embarcações apreendidas.

Além da “Operação Verão” anual, a Marinha vem empreendendo, em caráter permanente, outras ações para elevar o nível de conscientização dos navegantes, condutores e passageiros, quanto à segurança, ainda em patamares inadequados em face dos hábitos e limitações existentes em determinadas regiões, em especial das comunidades que utilizam as águas como meio de locomoção e de sustento. Dentre as campanhas executadas, as de maior relevância referem-se às dirigidas

à eliminação dos acidentes de escalpelamento na Região Amazônica, com a finalidade de incentivar a cobertura dos eixos propulsores das embarcações.

Além da Operação Verão '2013/2014' foram realizadas operações de fiscalização de embarcações na área de jurisdição dos Comandos do 4º, 6º, 7º, 8º e 9º Distrito Naval.

A navegação segura compreende, ainda, outras atividades de igual importância desempenhadas pela Marinha, sendo relevante destacar a manutenção de auxílios à navegação (faróis, boias de sinalização, cartas náuticas) e o fornecimento de previsões meteorológicas e oceanográficas confiáveis e tempestivas e o acompanhamento contínuo do tráfego marítimo de interesse.

Para atender a responsabilidade da Marinha em produzir os documentos cartográficos e de auxílio à navegação, disponibilizando-os aos navegantes nacionais e estrangeiros, em 2013, efetuou a modernização do parque gráfico da Base de Hidrografia da Marinha em Niterói, unidade responsável pela produção, venda e disponibilização de forma mais rápida dos itens mencionados. Desde julho de 2013, a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha do Brasil, em parceria com a EMGEPRON, passou a comercializar esses produtos pela internet, por meio do site http://www.cartasnauticasbrasil.com.br

Considerando as grandes áreas de cobertura, principalmente na Região Norte do País, a Marinha executa as tarefas de fiscalização em áreas de fronteira, em ações conjuntas com o Exército Brasileiro, a Polícia Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e outros órgãos de fiscalização e controle.

Em 2014, ainda foram realizadas as seguintes ações: ativado o Serviço de Sinalização Náutica do Noroeste (SSN-9), Organização Militar -OM responsável por realizar a cartografia e sinalização náutica na jurisdição do Comando do 9º Distrito Naval em Manaus-AM. A OM está integrada ao Projeto “Cartografia da Amazônia”, do Governo Federal.

No âmbito do Projeto Cartografia da Amazônia, em 18/12/2014, foi incorporado à Marinha, o Navio Hidroceanográfico Fluvial “Rio Branco”, último navio do projeto a ser incorporado e que ficará sediado em Manaus diretamente subordinado ao SSN-9.

Para 2015, estão previstas a continuação das ações da Operação Verão, até 10ABR2015, nas jurisdições dos Comando dos Distritos Navais, com ênfase nas seguintes áreas: habilitação dos condutores, documentação das embarcações, material de salvatagem - como coletes e boias salva-vidas, extintores de incêndio, luzes de navegação, lotação e estado das embarcações.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 80% a quantidade de Inspeções Navais (IN) realizadas**

  Análise Situacional da Meta

  As ações de fiscalização do tráfego aquaviário são divididas em dois períodos distintos: Alta temporada – compreendido entre os meses de dezembro à fevereiro, é quando as ações são intensificadas, tendo em vista o aumento de movimentação das embarcações. Neste período, há um deslocamento de pessoas para reforçar as equipes de fiscalização e Baixa temporada – compreendido entre os meses de março à novembro, corresponde ao período de menor movimentação de embarcações, quando as ações de fiscalização são reduzidas e reprogramadas, ocorrendo a desmobilização do pessoal deslocado para as equipes.

  Neste sentido, o empenho da Marinha para elevar o índice de Inspeções Navais em relação à frota de embarcações registradas através das Capitanias, Delegacias e Agências, atingiu 247.280 ações na “Operação Verão” 2013-2014. Estas inspeções representaram um acréscimo de 67% em relação ao período de 2012, quando foram realizadas 148.150 ações e 84% em relação a 2011 quando ocorreram 134.682.

  No ano de 2014 foram realizadas 267.162 ações de inspeções e vistorias pela Marinha representando um acréscimo de 8% em relação a 2013 e 98% em relação a 2011.

  Ressalta-se que é no primeiro semestre que são realizadas a maioria das ações de fiscalização, devido ao período de alta temporada e também o esforço da Marinha em aumentar a fiscalização em áreas de fronteira, atuando em parceria ou apoiando o Exército Brasileiro, a Polícia Federal, o Ibama e outros Órgãos.

A expectativa é que para o próximo período se mantenha a mesma quantidade de Inspeções e Vistorias Navais, mas ampliando-se a efetividade das ações dos Agentes da Autoridade Marítima, na busca da melhoria dos níveis de segurança da navegação. Para este fim, a Diretoria-Geral de Navegação já emitiu instruções específicas aos Comandos dos Distritos Navais. Dentre elas, destacam-se:

a)Realização de palestras sobre educação ambiental para a comunidade náutica, colônias de pesca, iates clubes e marinas, com enfoque para o descarte inadequado de lixo e esgoto na água, a partir de embarcações; e

b)Incrementar as Ação de Fiscalização do Trafego Aquaviário (AFTA), em particular nos horários e locais de desatracação de embarcações de turismo náutico, especialmente aquelas utilizadas para eventos festivos diurnos e noturnos; nos locais e horários de maior tráfego e aqueles de conhecida concentração de embarcações de esporte e recreio, especialmente nos feriados, sábados e domingos;

c)Utilização do elemento surpresa, por meio de inspeções navais por mar, por terra e por aeronave, em horários aleatórios, recolhendo sempre que possível as embarcações com desconformidades que justifiquem sua apreensão; e, ainda, verificando os equipamentos de segurança das motos aquáticas e as habilitações de seus condutores, previstas nas Normas da Autoridade Marítima para Amadores, Embarcações de Esporte e/ou Recreio e para Cadastramento e Funcionamento das Marinas, Clubes e Entidades Desportivas Náuticas (NORMAM-03/DPC).

Quantidade alcançada

98

Data de Referência

31/12/2014

- **Prover formação e capacitação de 58.000 marítimos**

Análise Situacional da Meta

Gradativamente a Marinha busca enfatizar a importância e incrementar a atividade de Ensino Profissional Marítimo (EPM), elevando a quantidade de marítimos e fluviários capacitados e disponíveis para ingresso no mercado de trabalho especializado, mediante a ampliação de cursos ministrados no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha - Rio de Janeiro - RJ, Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) - Belém - PA e outros Centros de Ensino. Ressalta-se a inauguração em abril de 2013 do Centro Técnico de Formação de Fluviários da Amazônia Ocidental, primeiro centro de formação de aquaviários da Amazônia Ocidental, tendo como propósito desenvolver o EPM na Região e em maio de 2013, a inauguração do Centro de Simuladores de Navios “CLC José Jacaúna Sales" no CIABA, para a formação de pilotos e oficiais da Marinha Mercante.

Em 2014 foram executadas várias ações no sentido de capacitar marítimos para as atividades comerciais marítimas e em consequência deste esforço foram capacitados no período de janeiro a dezembro de 2014 um total de 29.231 alunos. Desta forma, nos vários cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM) foram capacitados até o final de 2012, 35.000 alunos; até o final de 2013, 58.869 alunos e até o final de 2014, 98.159 alunos, constatando-se que a Meta estabelecida para o PPA 2012-2015 foi superada em 2013.

Estima-se que serão oferecidas em 2015 novas 35.000 vagas para os Cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

Quantidade alcançada

98.159

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Com base nas premissas, preconizadas nas diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa, a Marinha vem pautando suas ações no sentido de assegurar o incremento da capacidade operativa dos meios navais com sistemas/equipamentos no

estado da arte. Nesse sentido, as ações visam o desenvolvimento de projetos de tecnologia voltados à Defesa Nacional, em especial na otimização da principal tarefa do Poder Naval de “negar o uso do mar ao inimigo”.

Para alcançar os objetivos de possuir sistemas e equipamentos cada vez menos dependentes de tecnologia importada é essencial que o fortalecimento da capacitação tecnológica nacional seja obtida com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, por meio de parcerias estratégicas, incluindo projetos de uso dual.

No que tange ao Programa Nuclear da Marinha (PNM), cuja execução teve início em 1979, este se divide em dois segmentos: o Desenvolvimento do Ciclo do Combustível Nuclear e o Laboratório de Geração de Energia Núcleoelétrica (LABGENE). O primeiro visa dominar as etapas do ciclo do combustível nuclear necessárias à obtenção de urânio enriquecido para os elementos combustíveis que serão empregados no núcleo de um reator nuclear. O segundo visa a desenvolver um protótipo, em terra, cuja instalação servirá de base e de laboratório para outros projetos de reatores nucleares, incluindo o desenvolvimento do protótipo do sistema de propulsão naval a ser embarcado no primeiro Submarino Brasileiro com Propulsão Nuclear.

Em 7 de junho de 2013, foi assinado o contrato com a empresa ASK SUBSEA AS, da Noruega, para obtenção de um Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHo), fruto do Acordo de Cooperação firmado em parceria com o MCTI, Petrobrás, Vale S.A. e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O navio atuará como uma plataforma científica e tecnológica capacitada a realizar levantamentos geológicos do fundo do mar, bem como na aquisição de dados do ambiente marinho para futura exploração de seus recursos naturais. O NPqHo que terá o nome “Vital de Oliveira" está sendo construído na China, e terá capacidade de transportar 40 a 60 cientistas, com prazo de entrega inicialmente previsto para 2014, foi postergado para 2015.

No tocante ao Projeto de Desenvolvimento do Míssil Antinavio de Superfície (MAN-SUP), uma etapa importante do Projeto foi o disparo, com sucesso, pela Corveta “Barroso”, do primeiro míssil Exocet MM-40 (fabricado na França) revitalizado no Brasil, utilizando motor de fabricação brasileira pela empresa Avibras.

Em 2012 foram concluídas as avaliações operacionais do Centro de Integração de Sensores e Navegação Eletrônica do Navio de Desembarque de Carros de Combate "Almirante Sabóia"; do Sistema de Controle e Monitoração do Navio-Patrulha "Maracanã" e da quarta cascata de enriquecimento de urânio (Módulo I).

Em 2014, como previsto em 2013 foi dado continuidade à Avaliação Operacional do Helicóptero Múltiplo Emprego MH 16, a cargo do Centro de Análise de Sistemas Navais, com término previsto para março de 2015.

No âmbito das Organizações Militares de CT&I sob responsabilidade da SecCTM, em 2014 continuam as pesquisas e desenvolvimentos dos seguintes Projetos: Protótipo da mina de fundo de influência acústico, magnética e pressão; Desenvolvimento de Sonar Passivo; Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais das Instituições de Ciência e Tecnologia e Inovação da MB (SIG-ICT); Desenvolvimento do protótipo nacional de um Radio Definido por Software (RDS); Projeto SIGLMD (Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização da Defesa); Projeto SIPLOM (Sistema de Planejamento Operacional Militar); Projeto ATHENA - Sistema Integrado de Inteligência Estratégico-Militar; Aprimoramento do Veículo Aéreo Não Tripulado - VANT/Tático Carcará IV; Comunicações Submarinas (Csub); Sistema de Previsão do Ambiente Acústico para o Planejamento das Operações Navais (SISPRES); Emprego de Biodiesel nos Motores a Diesel dos Meios Navais de Superfície; Sistema de Propagação de Energia Acústica (PROPENERG); Desenvolvimento do protótipo do MAGE Veicular; Sistema de Simulação Tática e Treinamento - Versão 3 (SSTT3); Projeto Sistema Sonar Passivo Rebocado; Projeto SIOp (Sistema de Inteligência Operacional); Projeto SAD-Log (Sistema de Apoio à Decisão Logística); Projeto CISNE (integração de sensores, favorecendo a navegação);Desenvolvimento de Sensores e Subsistemas para Veículo Submarino Autônomo; Desenvolvimento de uma célula "phased array" de bancada para aplicação em sistemas de Guerra Eletrônica (GE); e Desenvolvimento de modelos de fusão de dados para sistemas táticos e de navegação.

Em 2014, também prosseguiram os projetos prioritários para o PROSUB, em especial os voltados para acústica submarina e controle de atmosferas confinadas. Esses Projetos prioritários proporcionam a capacitação de recursos humanos com recursos orçamentários da MB e do Programa “Ciência sem Fronteiras".

O desenvolvimento de projetos sob o modelo de parcerias estratégicas com Universidades, Institutos de Pesquisas

Nacionais e Internacionais e Indústrias permite trazer à Marinha elevado ganho em capacitação tecnológica com alto grau de qualidade e menor custo total.

Cabe ainda ressaltar que os projetos de caráter dual, além de atender os interesses da Marinha, contribuem, também, para o desenvolvimento socioeconômico do País, sobretudo pela geração de empregos na Base Industrial de Defesa.

Por fim, em 2014 tiveram continuidade as obras de infraestrutura de CT&I, no que diz respeito à revitalização das instalações do Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira e do Instituto de Pesquisas da Marinha.

Metas 2012-2015

- **Implantar uma unidade piloto de conversão (Unidade de Produção de Hexafluoreto de Urânio - USEXA) com capacidade nominal de 40 t/ano de hexafluoreto de urânio**

Análise Situacional da Meta

No Projeto do Ciclo do Combustível Nuclear, o ciclo do combustível nuclear é o conjunto de etapas do processo industrial que transformam o mineral urânio, da forma como ele é encontrado na natureza, em combustível, para sua utilização dentro de uma usina nuclear ou num reator de submarino. Dentro desse Ciclo, a unidade piloto de conversão (Usexa) permitirá que o País atue em todas as etapas do beneficiamento do mineral radioativo, desde a extração até a fabricação do combustível nuclear. Com isso, o Brasil ficará independente de outros países no processo de enriquecimento, garantindo o fornecimento para as Usinas Nucleares e também para o futuro submarino com propulsão nuclear.

Como a Marinha do Brasil (MB) domina essa tecnologia sensível e estratégica de enriquecimento, ela fornece as cascatas de enriquecimento de urânio para a empresa Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que por sua vez é a empresa responsável pela produção do combustível para as Usinas Angra I e Angra II, com a consequente economia de divisas para o Brasil. No escopo da parceria firmada entre a MB e a INB, o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) produz as centrífugas que atendem as necessidades daquela Empresa.

Conforme reportado em 2013, com o comissionamento na Usexa, das unidades de produção de Nitrato de Uranilo (NTU) e de Trióxido de Urânio (UO3), foram atingidas importantes etapas intermediárias para a obtenção do Hexafluoreto de Urânio (UF6).

A execução da meta em 2014, foi realizada conforme o cronograma estabelecido pela Marinha e considerando os riscos associados a este tipo de desenvolvimento estão previstas para 2015 a conclusão das montagens eletromecânicas, rotinas de testes, comissionamento e pré-operação das unidades de Tetrafluoreto de Urânio (UF4), de hexafluoreto de urânio (UF6) e Ácido Fluorídrico (HF).

Quantidade alcançada

0,33

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	0,33	31/12/2014

- **Implantar uma usina nuclear de geração de energia elétrica (Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica - LABGENE) projetada e construída no País, incluindo o seu reator, com potência de cerca de 11 MW, protótipo em terra do sistema de propulsão naval**

Análise Situacional da Meta

O Projeto do LABGENE visa capacitar a Marinha do Brasil em projetar, implantar, comissionar, operar e manter instalações nucleares aplicáveis à propulsão naval. O Laboratório encontra-se em construção no Centro Experimental Aramar (Iperó-SP).

As obras civis do protótipo do reator nuclear em terra (LABGENE) avançam conforme o cronograma estabelecido pela Marinha, com a construção simultânea de sete Prédios no Centro Experimental.

As obras civis do LABGENE concentram-se nas estruturas dos prédios para sistemas nucleares, ao mesmo tempo em que foram iniciadas, em 2013, as montagens eletromecânicas do compartimento das turbinas a vapor. Os sistemas e

equipamentos principais encontram-se em fase de testes de aceitação, tais como o Motor Elétrico Principal, o Simulador do LABGENE e os Turbo-Geradores Auxiliares e Principais.

Neste ponto deve-se notar o caráter dual do Projeto: O reator a ser fabricado produzirá energia para gerar 11MW de energia elétrica, o que é suficiente para iluminar uma cidade de 20.000 habitantes, como também poderá desenvolver novos materiais e produzir radioisótopos para a medicina.

Em 2014, as principais realizações foram: o término da fabricação e testes de aceitação em fábrica do motor elétrico de propulsão (MEP); o término dos testes de aceitação do simulador de engenharia do LABGENE e o início da construção da superestrutura do Prédio do Combustível.

Para 2015, as etapas previstas incluem: a entrega do motor elétrico de propulsão (MEP) e a continuação das montagens eletromecânicas do compartimento do reator (Bloco 40) e do compartimento das turbinas a vapor (Bloco 30).

Quantidade alcançada

0,27

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	0,27	31/12/2014

OBJETIVO: 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, o Exército deu continuidade à readequação de seus quadros de dotação de material, por meio da aquisição de produtos de defesa (Prode), ampliando sua operacionalidade. Essa operacionalidade evidencia-se quando ocorre o emprego da Força Terrestre em operações para a garantia da lei e da ordem e em ações subsidiárias, com destaque para a Defesa Civil, quando das ocorrências de catástrofes naturais.

O plano de aparelhamento da Força está dividido em duas vertentes principais: o atendimento às necessidades correntes de reposição e complemento do seu quadro de material; e às necessidades futuras, oriundas da visão prospectiva do Exército, baseada na evolução doutrinária e em aspectos relacionados com a ciência e tecnologia, ingredientes esses que também contribuem para a ampliação da operacionalidade.

É nesse contexto que se enquadram os projetos estratégicos do Exército - Recuperação da Capacidade Operacional (Recop), Projeto Proteger, Projeto de Defesa Antiaérea, Projeto Guarani e o Projeto Astros 2020 - atualmente em implementação.

O Projeto Recuperação da Capacidade Operacional (Recop) tem por objetivo dotar as unidades de material de emprego militar imprescindível ao seu emprego operacional. A meta quantificável a ser atingida pelo Recop é dotar o Exército com meios operacionais que preencham pelo menos 80% do Quadro de Distribuição de Material Previsto com produtos de alta qualidade e desempenho operacional que permitam à Força Terrestre obter as capacidades previstas na Estratégia Nacional de Defesa para cumprimento de suas obrigações constitucionais.

O Projeto Proteger foi concebido a partir da necessidade do Estado de Proteger as Estruturas Estratégicas Terrestres do País, também denominadas infraestruturas críticas, que compreendem instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, podem provocar sério impacto social, ambiental, econômico, político, internacional ou à segurança do Estado e da sociedade. Trata-se de um sistema destinado à ampliação da capacidade de atuação do Exército em ações preventivas ou de contingência na proteção da sociedade, no apoio à Defesa Civil, na proteção ambiental e em operações de proteção contra agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares e contra atentados terroristas, além das operações de garantia da lei e da ordem.

O Projeto Defesa Antiaérea destina-se à atualização do Sistema de Defesa Antiaérea do Exército Brasileiro, com o

objetivo de atender às exigências da Estratégia Nacional de Defesa, do Livro Branco de Defesa Nacional e da legislação que estabelece o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro, do qual a Artilharia Antiaérea (AAAe) da Força Terrestre é parte integrante, como elo permanente.

A intenção deste projeto estratégico do Exército é reequipar as unidades de artilharia antiaérea do Exército Brasileiro por meio da aquisição de materiais, modernização dos meios existentes, desenvolvimento de itens específicos pelo fomento à Indústria Nacional de Defesa, capacitação de pessoal e implantação de um sistema logístico integrado para oferecer suporte aos demais sistemas durante o seu ciclo de vida.

O Projeto Guarani (Nova Família de Blindados de Rodas) tem por objetivo transformar as Organizações Militares de Infantaria Motorizada em Infantaria Mecanizada e modernizar as Organizações Militares de Cavalaria Mecanizada. Para isso, estão sendo desenvolvidas novas viaturas blindadas média de rodas, a fim de dotar a Força Terrestre de meios para incrementar a dissuasão e a defesa do território nacional. A primeira viatura desenvolvida foi a Viatura Blindada para Transporte de Pessoal Média de Rodas - Guarani (VBTP-MR Guarani), que possibilita a substituição das viaturas Urutu e Cascavel, fabricadas pela Engesa e em uso há mais de 40 anos.

O Projeto Astros 2020 contém no seu escopo e estrutura as seguintes etapas: criação e implantação de uma unidade de mísseis e foguetes; um centro de instrução de artilharia de mísseis e foguetes; um centro de logística de mísseis e foguetes; uma bateria de busca de alvos; paióis de munições; uma base de administração e o campo de instrução de formosa; transformação do atual 6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes para 6º Grupo de Mísseis e Foguetes; o desenvolvimento de dois novos armamentos - o foguete guiado e o míssil tático de cruzeiro, com alcance estimado de 300 km. Ressalta-se que o Projeto Astros 2020 caracteriza o investimento em pesquisa e desenvolvimento de Prode, modernização de viaturas Astros, construção de instalações militares, aquisição de viaturas logísticas, munições do sistema Astros.

O sistema Astros 2020, concebido e elaborado pela empresa brasileira Avibras, sediada em São José dos Campos - SP, possibilitará a realização do lançamento, partindo das plataformas da nova viatura lançadora múltipla universal na versão MK-6, dos vários foguetes da família Astros e também do míssil tático de cruzeiro de 300 km.

As principais realizações ligadas a esse objetivo foram:

a)No projeto estratégico de recuperação da capacidade operacional: aquisição de ambulâncias operacionais, de viaturas de apoio e motocicletas Harley Davidson, de pistolas de grande capacidade, de monóculos de visão noturna, de lunetas panorâmicas M 12, de goniômetro bússola, de monóculos termais da indústria nacional, de Embarcações tipo voadeira e de Embarcações tipo Guardian 25, de pontes de engenharia para viaturas Leopard, de paraquedas, de metralhadoras MINIMI, de rádios Falcon III 780 51 X, de rádios Falcon III V HH, de rádios MPR 9600 portátil, de rádios MPR 9600 veicular, de transceptores portáteis TPP-1400 e de carregadores do TPP-1400; melhorias no Sistema de Material do Exército; transformação de postos abastecimento; aquisição de cozinhas de campanha; aquisição de munição 5.56mm; fabricação de armas leve anti-carro; transformação de fuzis MD97 em Fuzil IMBEL IA2 – 5,56 mm; fabricação de morteiros 120 mm, morteiros 81 mm e morteiros 60 mm; manutenção de viaturas blindada Cascavel, de viaturas blindadas Urutu e de viaturas blindadas Especiais Socorro M578; fabricação de balsa logística; aquisição de dois Sistemas Aéreo Remotamente Pilotado (SARP) categoria 1 (Tiriba Customizado) e três SARP categoria 0 junto à indústria nacional; aquisição de equipamentos de avaliação operacional para o Centro de Avaliação de Adestramento do Exército.

b)No projeto estratégico Astros 2020, foram recebidas as viaturas do sistema Astros, com suas plataformas, compartimentos, chassis, cabines, “shelters”, equipamentos eletromecânicos, equipamentos eletrônicos e componentes para seis viaturas Lançadoras Múltipla Universal, uma viatura Posto de Comando e Controle, uma viatura Remuniciadora e uma viatura Posto Meteorológico.

c)No Projeto Defesa Antiaérea: aquisição de oito Centros de Operações de Artilharia Antiaérea; aquisição de cinco Radares de Busca Saber M60; aquisição de 19 Viaturas de 34 Ton; aquisição de sete conjuntos de material de comunicações de Seção AAAe; aquisição de 68 equipamentos rádio das viaturas de combate do sistema de AAAe Gepard, solução estabelecida para integração das viaturas adquiridas na Alemanha ao sistema de comunicações do

Exército Brasileiro; aquisição de um conjunto de sistema de controle remoto dos rádios (KDU) para as viaturas de combate do sistema de AAAe Gepard, composto de 68 KDU e respectivos suportes; pacote de trabalho que visa a atender às atividades de gerenciamento do Projeto, que proporcionam a capacidade de coordenação, supervisão e fiscalização necessárias; estruturação de seis salas do simulador do sistema de míssil telecomandado RBS 70; adequação das instalações para recebimento dos sistemas antiaéreos, inclusive com seus simuladores, na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea; e transporte de contêineres de suprimento do Gepard.

d)No Projeto Guarani: continuação das obras de infraestrutura no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado em Cascavel/PR; entrega de viaturas blindadas de transporte de pessoal média de rodas Guarani no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado em Cascavel/PR; e elaboração dos projetos das obras de infraestrutura no 15º Batalhão Logístico em Cascavel/PR e no 34º Batalhão de Infantaria Motorizado em Foz do Iguaçu/PR.

Metas 2012-2015

- **Implantação de 20% do Sistema Integrado de Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro (SIAAEB)**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta foi revisada e desde 2013 foi incorporada a uma nova meta mais abrangente incluída no PPA: "Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea".

- **Implantar 20% do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER).**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2014, o Exército brasileiro deu continuidade às ações voltadas para a proteção das estruturas estratégicas do País. Para isso, a Força Terrestre tem buscado o desenvolvimento e a aquisição de Produtos de Defesa (Prode) compatíveis com o Projeto, no contexto de autoproteção, emprego de equipamento individual e coletivo, mobilidade terrestre, fluvial, lacustre e aérea. Além disso, tem-se buscado a adequação e/ou construção de instalações de Organizações Militares abrangidas pelo Projeto.

  As principais realizações até o período realizado (2012-2014), fruto da implantação do Proteger, foram: a aquisição de instrumentos de pontaria e precisão para armamentos e equipamentos especializados para tropa antiterror poderem atuar em melhores condições na defesa de instalações estratégicas; a aquisição de cerca de 2.000 viaturas operacionais e de comando e controle; a confecção dos projetos de adequação de centros de coordenação de operações interagências; a contratação de uma empresa para revisão do projeto básico e elaboração do projeto executivo do Proteger; construção e recuperação de embarcações do Comando Militar da Amazônia e do Comando Militar do Norte; contratação de serviços para adequação de instalações e para o funcionamento de sistemas de comunicações necessários à condução da gestão e das operações do Centro de Coordenação de Operações Terrestres Interagências Móvel; e a aquisição do Sistema Rádio Digital Troncalizado .

  A expectativa para o ano de 2015 é a de contratar o projeto para a construção do Centro de Coordenação de Operações Terrestre Interagência, que será localizado em Brasília.

  Até o momento, foi realizada 2,5% da meta prevista, devido a dificuldades operacionais e de restrição orçamentária-financeira.

  Quantidade alcançada

  2,5

  Data de Referência

  15/12/2014

- **Implantar 40% do Projeto Defesa Antiaérea.**

  Análise Situacional da Meta

  A atualização do Sistema de Defesa Antiaérea proporcionará níveis adequados de proteção das estruturas estratégicas do País e de outros locais que temporariamente necessitarem de proteção antiaérea, em situações de guerra, crise ou mesmo em situações de paz nas operações doutrinariamente definidas como de “não guerra”, como, por exemplo, segurança de grandes eventos (esportivos, políticos e culturais), visitas de dignitários, reuniões de cúpula e missões de

paz.

O Sistema de Defesa Antiaérea do Exército deverá ter condições de se contrapor a ameaças aéreas tradicionais (aeronaves de asa fixa e rotativa, mísseis balísticos e de cruzeiro, foguetes de variados alcances, aeronaves remotamente pilotadas, entre outras) e assimétricas (aeronaves civis abduzidas e transformadas em vetores de ação terrorista), aeronaves remotamente pilotadas de baixo custo e de fácil montagem que transportem carga explosiva, morteiros, e ultraleves, balões dirigíveis ou qualquer outro tipo de ameaça que desenvolva perfis de voo em direção aos locais defendidos.

No ano de 2014, alcançou-se 120 dos 114 entregáveis inicialmente previstos para o ano, quais sejam: aquisição de oito Centros de Operações de Artilharia Antiaérea; aquisição de cinco Radares de Busca Saber M60; aquisição de 19 Viaturas de 34 Ton; aquisição de 07 Conjuntos de material de comunicações de Seção; aquisição de 68 equipamentos rádio das viaturas de combate do sistema de artilharia antiaérea do Gepard, solução estabelecida para integração das viaturas adquiridas na Alemanha ao sistema de comunicações do Exército Brasileiro; aquisição de um conjunto de sistema de controle remoto dos rádios (68) e respectivos suportes para as viaturas de combate Gepard; pacote de trabalho que visa a atender às atividades de gerenciamento do Projeto, que proporcionam a capacidade de coordenação, supervisão e fiscalização necessárias; estruturação de seis salas do simulador do sistema de míssil telecomandado RBS 70, adquirido e computado na meta de 2013; adequação das instalações para recebimento dos sistemas antiaéreos, inclusive com seus simuladores, na Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea; e transporte de contêineres de suprimento do Gepard.

Essas entregas cumpriram o cronograma estabelecido e permitiram que militares fossem capacitados e empregados em missões reais, como a defesa antiaérea de estádios, locais de concentração de delegações estrangeiras e estruturas estratégicas do País durante a Copa do Mundo.

Destaca-se ainda a participação das Organizações Militares da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea em todas as operações conjuntas do Ministério da Defesa no ano de 2014, já com os equipamentos adquiridos e com o pessoal capacitado.

Até o momento, foi realizada 8% da meta prevista, devido a dificuldades operacionais e de restrição orçamentária-financeira.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

15/12/2014

- **Obtenção de 16% da Nova Família de Blindados**

Análise Situacional da Meta

O Projeto Guarani (Nova Família de Blindados de Rodas) tem por objetivo transformar organizações militares de infantaria motorizada em mecanizada e modernizar as organizações militares de cavalaria mecanizada. Para isso, estão sendo desenvolvidas novas viaturas blindadas, a fim de dotar a Força Terrestre de meios para incrementar a dissuasão e a defesa do território nacional. A primeira viatura desenvolvida foi a Viatura Blindada para Transporte de Pessoal Média de Rodas Guarani (VBTP-MR Guarani), que possibilita a substituição das viaturas Urutu, fabricadas pela Engesa, em uso há mais de 40 anos.

Concebido pelo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército, o Projeto da VBTP-MR Guarani foi desenvolvido em parceria com a Iveco Defesa, com sede em Sete Lagoas/MG, subsidiária da FIAT Automóveis. A avaliação técnica do lote piloto da VBTP-MR Guarani, realizada no Centro de Avaliação do Exército, no Rio de Janeiro/RJ, foi concluída em novembro de 2013.

Com a produção seriada para aquisição pelo Exército Brasileiro, visualiza-se como futura entrega à sociedade que a fabricação da Nova Família de Blindados de Rodas poderá fortalecer consideravelmente a Indústria de Defesa, propiciando, além do desenvolvimento tecnológico, a geração de empregos diretos e indiretos.

Em 2014 foi dada a continuidade na execução das obras de infraestrutura no 33º Batalhão de Infantaria Motorizado em Cascavel/PR, das obras no Centro de Instrução de Blindados, localizado em Santa Maria-RS, também foram elaborados os projetos para as obras de infraestrutura no 15º Batalhão Logístico em Cascavel/PR e no 34º Batalhão de Infantaria Motorizado em Foz do Iguaçu/PR; além da realização de cursos de manutenção e condução da viatura blindada de transporte de pessoal média de rodas Guarani para oficiais e sargentos no Centro de Instrução de Blindados em Santa Maria/RS.

Foram recebidas pelo Exército Brasileiro 128 VBTP-MR Guarani, contemplando 12 organizações militares e proporcionando maior poder de combate, mobilidade e proteção. Esses novos blindados foram utilizados na Operação Copa, na Operação Ágata e na Operação São Francisco, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro/RJ.

Até o momento, foi realizada 8% da meta prevista, devido a dificuldades operacionais e de restrição orçamentária-financeira.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

15/12/2014

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) foram criados pelo Governo Federal para fortalecer e concretizar uma política de integração nacional para a Amazônia Legal Brasileira. O sistema inclui a implantação e operação de infraestrutura adequada para a realização de ações nas áreas de telecomunicações, sensoriamento remoto, inteligência, meteorologia e cartografia no intuito de produzir conhecimento e informações que alimentem as políticas públicas voltadas para a região, tais como as de segurança, de proteção ao meio ambiente e educação ambiental, de inclusão digital, de distribuição de renda, de regularização fundiária, dentre outras.

Desde o início do PPA, o Censipam colocou à disposição da sociedade civil produtos e serviços avançados nas suas áreas de atuação. Esses produtos contribuíram para a integração da região e a geração de informações, principalmente no que tange a produção de boletins de previsão do tempo, prevenção a desastres ambientais e acesso a internet em regiões de difícil acesso, onde empresas comerciais não fornecem tal serviço.

Por meio do programa de monitoramento de áreas especiais, o Censipam também realizou trabalho em regiões de fronteira, garimpos, áreas indígenas, e nas regiões com maiores índices históricos de desmatamento, com o objetivo de colaborar com órgão parceiros na prevenção e repressão de ilícitos. A equipe de inteligência do Órgão também teve papel fundamental no combate a outros ilícitos, emitindo relatórios e demais produtos de inteligência.

Já com o projeto Cartografia da Amazônia, o Censipam gerou cartas que facilitam a navegabilidade dos rios da região, o estudo da densidade de floresta, o controle do desmatamento, o mapeamento de recursos minerais, e a pesquisa cartográfica e científica.

Todas as ações do Censipam são realizadas por equipe técnica própria, que busca manter os contratos de fornecimento e o parque de equipamentos de comunicações e de TI atualizado e em operação.

Metas 2012-2015

- **Atingir 90% de modernização da infraestrutura Tecnológica.**

Análise Situacional da Meta

O produto indica o nível de modernização e operacionalidade da infraestrutura do Censipam disponibilizada aos órgãos parceiros do Sipam. Como forma de medir o processo de manutenção e evolução desse produto, é utilizada a média ponderada entre a infraestrutura interna (peso 1) e a infraestrutura de campo (peso 2), tanto para os itens modernização quanto disponibilidade. O percentual final é obtido a partir da média aritmética dos percentuais de modernização e disponibilidade.

Os indicadores de Disponibilidade e Modernização priorizam a infraestrutura de campo, pois é a mais sensível e menos tolerante a falhas, bem como aquela que na maioria das vezes está sob uso direto de órgãos parceiros do Sipam ou que gera produtos essenciais ao sistema.

Quantidade alcançada

84,91

Data de Referência

31/12/2014

- **Atingir 90% de operacionalidade dos terminais de acesso a comunicação via satélite instalados na Amazônia Legal**

Análise Situacional da Meta

O produto indica o nível de modernização e operacionalidade da infraestrutura do Censipam disponibilizada aos órgãos parceiros do Sipam. Como forma de medir o processo de manutenção e evolução desse produto, é utilizada a média ponderada entre a infraestrutura interna (peso 1) e a infraestrutura de campo (peso 2), tanto para os itens modernização quanto disponibilidade. O percentual final é obtido a partir da média aritmética dos percentuais de modernização e disponibilidade.

Os indicadores de Disponibilidade e Modernização priorizam a infraestrutura de campo, pois é a mais sensível e menos tolerante a falhas, bem como aquela que na maioria das vezes está sob uso direto de Órgãos Parceiros do Sipam ou que gera produtos essenciais ao sistema.

Quantidade alcançada

95,63

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	90	%	95,63	31/12/2014

- **Atualizar 112 produtos cartográficos náuticos.**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, foram elaborados 15 produtos cartográficos náuticos. Os produtos elaborados envolveram 9 cartas em papel, 3 cartas eletrônicas e 3 atualizações.

A previsão para a produção dos produtos náuticos em 2014 foi ultrapassada em 36% , pois, estava previsto que fossem produzidas 7 cartas em papel, 2 cartas eletrônicas e 2 atualizações.

Quantidade alcançada

64

Data de Referência

31/12/2014

- **Capacitar 1.300 técnicos nos 700 municípios na Amazônia Legal em geotecnologias aplicadas na gestão territorial (Programa Sipam Cidades)**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014 houve capacitação de técnicos do Censipam e parceiros envolvidos nos programas desenvolvidos pelo órgão, dentre eles: Amazônia SAR, Suscetibilidade, Hidrologia, Meteorologia, Sensoriamento Remoto e outros.

Dentre os órgãos parceiros participantes tem-se o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a Defesa Civil e a Universidade Federal de Rondônia.

Como forma de melhorar o alcance da meta, estuda-se a implantação de plataforma de ensino à distância, o que eliminaria as principais restrições para a consecução da meta.

Tendo vista restrições de recursos para viabilizar as capacitações, o Censipam está construindo metodologia de ensino à distância por meio de uma plataforma livre, para viabilizar o cumprimento da meta.

Quantidade alcançada

88

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.300	unidade	88	31/12/2014

- **Disponibilizar 1.000 antenas VSAT (Very Small Aperture Terminal) para atender aos órgãos e entidades parceiras**

Análise Situacional da Meta

A disponibilização de terminais de comunicação VSAT para a região amazônica depende, dentre outros fatores, de disponibilidade de banda no satélite utilizado para transmissão dos dados. O Censipam mantém contrato de locação de espaço em satélite comercial, o qual possui oferta limitada em razão da crescente demanda dos usuários por acessos de maior capacidade.

A limitação de expansão do espaço no satélite, aliado ao aumento na largura de banda de acesso e, consequentemente, da qualidade de serviço oferecida aos terminais já instalados, dificultaram que mais terminais fossem postos em operação.

Tem-se buscado a otimização da aplicação das VSAT de forma a retirá-las dos grandes centros urbanos, onde já existe internet comercial disponível a baixo custo, e levá-las para o interior, onde não há qualquer outra forma de comunicação a não ser satelital. Com isso, o parque tecnológico que contava com 572 terminais em dezembro de 2013, hoje, conta com 556 VSAT em operação.

Quantidade alcançada

556

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	1.000	unidade	556	31/12/2014

- **Editar 4.924 ortoimagens obtidas por radar de abertura sintética (SAR).**

Análise Situacional da Meta

O planejamento previa a edição de 400 ortoimagens para o ano de 2014, contudo, foram editadas 384 imagens. Para o período do Plano, totalizam-se 1.356 ortoimagens.

O Exército Brasileiro, parceiro do projeto, encontrou algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como; necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

Quantidade alcançada

1.356

Data de Referência

31/12/2014

- **Editar e imprimir 610 cartas topográficas.**

Análise Situacional da Meta

As cartas topográficas são a ultima etapa do processo de produção cartográfica, em que após o aerolevantamento, processamento, geração de modelos digitais do terreno e de superfície, elaboração de ortoimagens e arquivos de estratificação vegetal, são realizadas coletas de campo , objetivando a definição dos nomes das estradas , rios, igarapés, obras de infraestrutura, ruas, lagos, prédios da administração pública, igrejas, edifícios privados, pontos notáveis entre outras informações de identificação nominal.

A edição das cartas topográficas dependem do processo de reambulação, que será iniciado em 2015.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar 6.354 arquivos de estratificação vegetal.**

Análise Situacional da Meta

O planejamento previa 400 arquivos de estratificação para o ano de 2014, porém, foram elaborados 369 arquivos. O Exército Brasileiro encontrou algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

Quantidade alcançada

1.311

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar anualmente 39.312 boletins de previsão diária de tempo para municípios da Amazônia Legal**

Análise Situacional da Meta

Durante o primeiro semestre de 2014, foram emitidos um total de 23.203 boletins meteorológicos pelos Centros Regionais do Censipam. Estes boletins representam o número de boletins elaborados para os principais municípios amazônicos com previsão de três dias, atendimentos para rádios, portal internet, TVs, previsões especiais de 24 horas, para missões de campo e para boletins climáticos.

A partir de 2014 foram realizadas mudanças na metodologia de cálculo do número de boletins meteorológicos elaborados, visando uma aproximação com o real trabalho realizado, considerando apenas os boletins gerados e não os boletins gerados x número de usuários habilitados a receber. Dentre os fatores que contribuíram para a execução da meta têm-se os dados de estações de superfície, produtos dos radares meteorológicos, imagens de satélite e prognósticos de modelos numéricos de previsão de tempo. Já os fatores que dificultaram a execução da meta estão relacionados à queda e/ou lentidão na rede de internet, que causaram dificuldade para download de dados de inicialização do modelo de previsão numérica BRAMS, bem como a elaboração de boletins meteorológicos. No segundo semestre foram gerados 118.127 boletins meteorológicos pelos Centros Regionais do Censipam totalizando 141.330 boletins para o ano de 2014.

Desse total, 111.882 são boletins de previsão diária do tempo para os municípios da Amazônia enquanto 29.448 são boletins climáticos de grande abrangência espacial nos quais são considerados os dados de previsão diária, dados de imagens de satélites meteorológicos, dados de radares, dentre outras fontes de informação. Nesse número também estão computados os boletins gerados para atendimentos a rádios, portal internet, TVs, previsões especiais de 24 horas e para missões de campo.

O alto valor dos boletins de previsão diária para os municípios deve-se ao fato de que são gerados três boletins diários para cada município (24, 48 e 72 horas). Em Manaus, por exemplo, atualmente são realizadas três previsões para 42 municípios da Amazônia, o que resulta em 126 previsões diárias. O Centro Regional de Porto Velho elabora três previsões diárias para 80 municípios, o que resulta em 240 previsões diárias.

O total de boletins elaborados ao longo do PPA mostra que a tendência, desde o primeiro semestre de 2014, é que a

meta seja extrapolada consideravelmente a cada ano. Isso se deve não só a revisão da metodologia utilizada para o cálculo do número de boletins meteorológicos elaborados como também à ampliação da capacidade de geração de informações meteorológicas pelo Censipam e à ampliação da capacidade de atendimento a um número maior de clientes que demandam o produto gerado.

Quantidade alcançada

141.330

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	39.312	unidades/ano	141.330	31/12/2014

- **Emitir anualmente 300 produtos da área de inteligência**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a metodologia de produção de conhecimento seguiu os padrões do Decreto nº 7.845/12, que regulamenta o credenciamento de segurança e tratamento de informação em qualquer grau de sigilo, porém, continuou com a mesma metodologia de aferição dos produtos de inteligência produzidos. Por conseguinte, foi atingido o total de 674 produtos na área de inteligência, que contribuíram com as políticas de combate aos ilícitos na Amazônia.

O Censipam atuou em várias operações de inteligência na Amazônia, onde destacam-se: a operação com a Polícia Federal no combate ao narcotráfico na região de fronteira do Brasil; a Operação Hileia Pátria, coordenada pelo Gabinete Permanente de Gestão Integrado para a Proteção do Meio Ambiente, com o objetivo de realizar ações preventivas e repressivas aos crimes e infrações ambientais na Amazônia Legal; a Operação Ágata VIII, Operação Amazônia e Operação Vigia I, coordenada pelo Ministério da Defesa, envolvendo pessoal e material tecnológico do Censipam.

O Censipam participou do planejamento inicial de execução de ações para garantir a desintrusão de Terras Indígenas, isto é, assegurar a efetivação plena dos direitos territoriais. Além disso, o Censipam apoiou o Centro de Inteligência Nacional da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), em Brasília-DF e a Marinha do Brasil, na região do Estado do Pará, e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), disponibilizando pessoal e material tecnológico.

Em operações com órgão estaduais, destacaram-se: a Operação Marajó, Operação Caxiuanã II e Operação do Conselho de Segurança Pública do Meio Norte, coordenada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará e Amapá, envolvendo pessoal e material tecnológico.

O Censipam prestou seus serviços, também, na Operação Copa do Mundo, apoiando o Comando Militar do Oeste no Centro de Operações, na região de Cuiabá-MT.

Quantidade alcançada

674

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	300	unidade	674	31/12/2014

- **Executar o imageamento de 160.000 Km² em áreas de não floresta.**

Análise Situacional da Meta

Durante o período do Plano, foi imageada uma área de 125.435 km², o que equivale a 78% da meta.

Quantidade alcançada

125.435

Data de Referência

31/12/2014

- **Executar o imageamento de 571.046 Km² em áreas de floresta.**

Análise Situacional da Meta

A execução deste aerolevantamento deverá ser feita a partir da contratação da empresa Bradar, empresa brasileira, que detém a referida tecnologia para mapeamento em área de floresta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Implementar 80 telecentros nos municípios da Amazônia Legal (Programa Sipam Cidades)**

Análise Situacional da Meta

Face ao avanço nas etapas de instalação de equipamentos do programa Telecentros, pelo Ministério das Comunicações (MC), o Censipam, no primeiro semestre, acompanhou a entrega de equipamentos pelo MC, replanejando a operacionalização para o segundo semestre.

Portanto, as metas de estruturação foram priorizadas no primeiro semestre e as metas de operacionalização para o segundo semestre.

Ao longo do segundo semestre de 2014, foram instalados mais 15 telecentros e vistoriados outros 12, dos 24 telecentros previstos para o ano em questão. Na vistoria in loco dos requisitos exigidos pelo edital do programa acerca da validação dos espaços físicos, de responsabilidade das instituições beneficiadas (prefeituras), verificou-se que 12 desses espaços permaneciam inadequados para instalação dos equipamentos de informática e a oferta de conectividade via sistema VSAT.

Quantidade alcançada

38

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	80	unidade	38	31/12/2014

- **Monitorar 6 milhões de Km² no Programa de Áreas Especiais (ProAE)**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2014, com a ativação dos programas ProAE, Mapas de Suscetibilidade e Amazônia SAR, o volume de área monitorada foi de 1.414.400 km².

No segundo semestre de 2014, foi monitorada uma área de 4.501.814,23km², somando um total de 5.916.214,23 Km² no ano de 2014.

Como previsto, o volume de área monitorada aumentou consideravelmente e ultrapassou a meta prevista no PPA, tendo em vista a disponibilidade de imagens gratuitas do sensor LandSat 8 e a ativação do sensor ADS 80, da Força Aérea Brasileira, que ampliaram a disponibilidade de imagens, e por consequência, a área monitorada em Km².

Quantidade alcançada

9.062.163,23

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	6.000.000	km²	9.062.163,23	31/12/2014

- **Monitorar mensalmente o desmatamento em 470.000 Km² de glebas públicas federais na Amazônia Legal (Programa Terra Legal)**

Análise Situacional da Meta

Esta meta deverá ser executada por meio de um Acordo de Cooperação Técnica a ser assinado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atualmente, o Censipam está realizando o monitoramento das glebas públicas rurais federais em conjunto com o programa de monitoramento de áreas especiais.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Processar 4.924 Modelos Digitais de Superfície (MDS).**

Análise Situacional da Meta

O planejamento previa 400 Modelos Digitais de Superfície para o ano de 2014. Contudo, foram processados 369 modelos. Foram encontradas algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como; necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

Quantidade alcançada

1.546

Data de Referência

31/12/2014

- **Processar 4.924 ortoimagens obtidas por Radar de Abertura Sintética (SAR).**

Análise Situacional da Meta

O planejamento previa a produção de 400 ortoimagens para o ano de 2014, contudo foram processadas 326 imagens, totalizando, cumulativamente, 1392 imagens no período do Plano.

No desenvolvimento do Projeto Cartografia da Amazônia foram encontradas algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

Quantidade alcançada

1.392

Data de Referência

31/12/2014

- **Processar 6.354 Modelos Digitais do Terreno (MDT).**

Análise Situacional da Meta

O planejamento previa 400 Modelos Digitais de Terreno para o ano de 2014. Contudo, foram processados 369 modelos.

Foram encontradas algumas dificuldades técnicas no processamento dos dados de radar na região de fronteira, tais como: necessidade de emprego de faixas de voo extensas e inclinadas, reduzido apoio de campo, efeito de sombreamento, dentre outros.

Quantidade alcançada

1.484

Data de Referência

31/12/2014

- **Produzir 189 cartas geológicas.**

Análise Situacional da Meta

Foram elaboradas 8 cartas geológicas, no exercício de 2014. Este número justifica-se pelo fato de que o esforço do Serviço Geológico Brasileiro foi para mapeamentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fora da região Amazônica.

No segundo semestre foi retomada a confecção de mapas geológicos no escopo do Projeto de Cartografia Geológica

para a região.
Quantidade alcançada

50
Data de Referência

31/12/2014

- **Produzir 82 cartas aerogeofísicas.**

  Análise Situacional da Meta

  Foram elaboradas 22 cartas aerogeofísicas no ano de 2014. Este número justifica-se pelo fato de que o esforço do Serviço Geológico Brasileiro foi para mapeamentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fora da região Amazônica.

  No segundo semestre foi retomada a confecção de mapas geológicos no escopo do Projeto de Cartografia Geológica para a região.
  Quantidade alcançada

  63
  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No início do 2º semestre de 2014 finalizou-se a operação de segurança da Copa do Mundo, com forte envolvimento das Forças Armadas no vetor “Defesa”, que foi realizado nas ações de comando e controle, defesa química, radiológica, biológica e nuclear, segurança e defesa cibernética, defesa aeroespacial e controle do espaço aéreo, prevenção e combate contraterrorismo, defesa aérea marítima e fluvial, defesa de estruturas estratégicas, emprego de meios aéreos (helicópteros), fiscalização de explosivos e preparo e emprego da Força de Contingência. Todo o evento ocorreu dentro da normalidade dentro destes vetores de atuação.

A Operação Amazônia 2014, realizada no período de 10 a 21 de outubro, foi a principal atividade do segundo semestre de 2014, permitindo a ampliação da capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta, compreendendo o adestramento na defesa da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais, relativos à Amazônia.

Esta Operação abrangeu áreas terrestres, fluviais, marítimas e o espaço aéreo sob jurisdição e de interesse nacional. A situação hipotética enfocada pela Operação contemplou uma situação de crise entre Estados oponentes que evoluiu para um conflito armado, e os objetivos de adestramento propostos foram plenamente alcançados. Este tipo de operação continua sendo um grande laboratório para o aperfeiçoamento da Doutrina de Operações Conjuntas.

Em relação ao desempenho do quantitativo das metas que integram este Objetivo, sublinha-se que os seus percentuais de execução estavam, em média, até o final de 2014, compatíveis com o esperado para a execução do PPA.

Metas 2012-2015

- **Apoiar o aprestamento de uma brigada, para atuar em missões de paz e ações humanitárias**

  Análise Situacional da Meta

  Para o cumprimento da Meta, o Exército deu continuidade, em 2014, ao planejamento de criação de uma Força Humanitária, capaz de atuar, com prontidão, dentro ou fora do território nacional, em apoio a calamidades ou desastres naturais, e a criação de uma Força Expedicionária para atuar com capacidade de garantir a segurança própria e possuir um excedente de poder militar para atender às demandas internacionais em favor da paz.

O Projeto da Força Humanitária é um subprojeto do projeto estruturante Novo Preparo e Emprego da Força Terrestre, a cargo do Comando de Operações Terrestres (COTER), com início da implantação da Força de Ajuda Humanitária.

No segundo semestre de 2014, foi realizado o 1º estágio de capacitação para a Força de Ajuda Humanitária, sob a coordenação do COTER e com a participação de Oficiais do Estado-Maior do Exército, dos Órgãos de Direção Setorial, dos Comandos Militares de Área, do Centro de Inteligência do Exército e do Centro de Comunicação Social do Exército, além de palestrantes especialistas em assuntos de interesse do subprojeto.

No Comando Militar do Nordeste (CMNE), foi realizado o aprestamento do destacamento de resposta inicial da Força de Ajuda Humanitária.

No primeiro semestre de 2015, o COTER prosseguirá na preparação da Força de Ajuda Humanitária no CMNE.

A implantação do subprojeto Força Ajuda Humanitária contribuirá para capacitar a Força na atuação em diversas regiões brasileiras nas situações de desastre naturais, promovendo uma pronta resposta para a população afetada. Este objetivo está diretamente vinculado ao Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, do Governo Federal.

O emprego da Força de Ajuda Humanitária ocorrerá de acordo com a decisão do Comandante Supremo das Forças Armadas e, possivelmente, em atenção a solicitação de Governadores dos Estados. Portanto, em todo o território nacional, conforme necessidade e decisão do Governo Federal.

Devido ao subprojeto estar na fase de implantação, não foram realizadas entregas de bens e serviços à sociedade.

A Política Nacional de Defesa é voltada essencialmente para ameaças externas. Ela estabelece objetivos e orientações para ações de preparo e para o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em atendimento aos Objetivos Nacionais. Dentre seus Objetivos, destacam-se os seguintes: defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

A Política Militar de Defesa, aprovada em 2005, destaca que o Poder Militar brasileiro deve atender a dois requisitos simultaneamente: ter capacidade de garantir a segurança própria e possuir um excedente de poder militar para atender às demandas internacionais em favor da paz.

O Projeto Força Expedicionária encontra-se na primeiro fase do processo de gerenciamento de projetos, a Iniciação. Em 2013, foi emitida a Diretriz de Iniciação e em 2014, no 1º Semestre, foi realizado o Estudo de Viabilidade. No 2º Semestre de 2014 foi elaborada da Diretriz de Implantação do Projeto Força Expedicionária.

O Projeto terá, inicialmente, sua sede localizada na cidade de Brasília-DF e a execução ocorrerá na área de responsabilidade de um Comando Militar de Área a ser designado. Com relação ao seu escopo, ele será delimitado, inicialmente, no âmbito de um desses Comandos, devendo ser ampliado paulatinamente, de modo a abranger os demais até o ano de 2022.

Para 2015, pretende-se realizar o Seminário sobre Força Expedicionária, visando definir a organização e a composição dessa Força.

Quando pronto, os produtos de defesa necessários para que a Força Expedicionária adquira as capacidades adequadas às suas tarefas prováveis poderão contribuir para estimular a indústria nacional de material de defesa.

Com isso, o País disporá de tropa em condições de ser empregada em operações de paz e ações humanitárias, contribuindo para o fortalecimento da imagem positiva das Forças Armadas junto à população brasileira e da imagem do Brasil junto aos Organismos Internacionais que promovem a paz.

- **Atingir o percentual de 16% na implantação do Sistema Tático de Enlace de Dados (SISTED)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Tático de Enlace de Dados (Sisted) é um conjunto de enlaces de comunicações de dados padronizados e adequados para a transmissão de informações táticas digitalizadas, interligando dois ou mais sistemas de comando e controle ou de armas, caracterizando-se pela segurança da informação e da transmissão. A sua implantação é imprescindível, tendo em vista a necessidade de interoperabilidade entre as Forças Armadas nas operações conjuntas,

de forma ágil e segura.

Em 2014, os recursos executados propiciaram o alcance pleno da meta anual e o avanço da meta de implantação do Sisted para 14,00%, sendo os recursos aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: desenvolvimento do Sistema Rádio Definido por Software; reuniões de projeto para interoperabilidade de comando e controle; e capacitação de recursos humanos no Brasil e no exterior.

Quantidade alcançada

14

Data de Referência

31/12/2014

- **Atingir o percentual de 39% na implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS)**

Análise Situacional da Meta

O SISCOMIS faz parte da infraestrutura de telecomunicações para o Sistema Militar de Comando e Controle do Ministério da Defesa.

Para atender às operações militares, o SISCOMIS possui, ainda, estações transportáveis e móveis, operando através de enlaces satelitais em banda Ku ou na banda X, cujo emprego é exclusivamente militar. Essa rede se caracteriza por permitir elevada mobilidade, possibilitando a operação de estações em qualquer ponto na área de cobertura dos satélites.

O SISCOMIS é o mais importante meio de telecomunicações para o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no atendimento às operações combinadas ou conjuntas, em missões humanitárias e nas missões de manutenção da paz. Em 2014, a meta de implantação do SISCOMIS avançou para 32,30%, sendo os recursos aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: modernização das estações terrenas; pagamento de outorga do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC); visita técnica à Estação Rádio da Marinha no Rio de Janeiro; e aquisição de equipamentos de TI e peças de reposição.

A meta não foi alcançada plenamente, tendo em vista que não foi possível iniciar a modernização das estações terrenas em 2014, pelo fato de que a mesma teve seu edital de licitação publicado em 26 de setembro de 2014, após o parecer 379/2014/COJAER/AGU, de 8 de agosto de 2014, recomendar a mudança da modalidade de licitação. O encerramento da licitação e o consequente empenho da despesa ocorreram no final de novembro de 2014, ficando os trabalhos para serem realizados de forma faseada em 2015, o que possibilitará o alcance da meta estabelecida para o corrente ano. Como essa modernização busca preparar a rede do SISCOMIS para atender ao SGDC, que possui a previsão de lançamento em 2016, não haverá qualquer comprometimento do Sistema.

Quantidade alcançada

32,3

Data de Referência

31/12/2014

- **Atingir o percentual de 80% na implantação do centro de operações conjuntas**

Análise Situacional da Meta

Os centros de operações são estruturas de comando e controle imprescindíveis para o acompanhamento das operações correntes.

Em 2014, a meta de implantação de centros de operações conjuntas evoluiu para 69,60%, sendo os recursos aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento Operacional Militar (SIPLOM); contratação de enlace de internet para centros de comando e controle; incremento da interoperabilidade de comando e controle no âmbito da defesa; atualização de equipamentos e tecnologia empregados nos centros de comando e controle da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira; e capacitação de recursos humanos no Brasil e no exterior.

Quantidade alcançada

69,6

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar 62 operações de presença na faixa de fronteira**

Análise Situacional da Meta

Em relação aos resultados alcançados no primeiro semestre de 2014, sublinha-se a Operação ÁGATA 8. Parte do Plano Estratégico de Fronteiras (Decreto nº 7.496, 08.06.2011), esta Operação iniciou na manhã do dia 10 de maio, atuando em toda a extensão da fronteira brasileira com os 10 países sul-americanos e com a atuação de cerca de 30 mil militares da Marinha, Exército e Aeronáutica. Como resultado alcançado ao término da Operação (21 de maio), destaca-se a apreensão de drogas (cerca de 40 toneladas de entorpecentes), superando às edições anteriores, assim como a recuperação em torno de 58 m³ de madeira ilegal.

Entre as Operações Ágata 7 (realizada em 2013) e Ágata 8 houve, em comum, os seguintes objetivos principais:

-Coibir os delitos transfronteiriços e ambientais, em cooperação com os órgãos de segurança pública e agências governamentais;

-Intensificar a presença militar na faixa de fronteira;

-Reforçar junto à população regional o sentimento de nacionalismo e de defesa da Pátria; e

-Contribuir para a ambientação das tropas às condições existentes nas áreas de responsabilidade de seus comandos.

No primeiro semestre de 2014, aconteceram os planejamentos operacional e tático da Ágata 8, bem como a operação em si e sua análise pós-ação; de tal forma que se agregaram quatro metas às 38 já contabilizadas até 2013.

Quantidade alcançada

42

Data de Referência

30/06/2014

- **Realizar cinco exercícios de simulação de combate**

Análise Situacional da Meta

O principal exercício de simulação de combate previsto para o ano de 2014 foi o Azuver, realizado no 2°semestre, no período de 03 a 13 de novembro.

Em 2013, esta atividade foi realizada em duas fases distintas. A primeira fase compreendeu o período de 07 a 18 de outubro e a segunda de 04 a 14 de novembro de 2013, totalizando duas metas físicas alcançadas em 2013. Este exercício contou com a presença de cerca de 350 oficiais-alunos do curso de Estado-Maior para oficiais superiores das três Forças Singulares, sob a orientação doutrinária do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, com o propósito de continuar a integração destes oficiais no planejamento de operações conjuntas.

Ao longo do PPA, quatro exercícios foram realizados: um em 2012, dois em 2013 e um em 2014.

Quantidade alcançada

4

Data de Referência

24/11/2014

- **Realizar oito operações conjuntas, a título de adestramento, com as Forças Armadas**

Análise Situacional da Meta

No que diz respeito ao ano de 2012, foram realizadas duas Operações Conjuntas - Amazônia e Atlântico III. Em 2013, a principal operação conjunta realizada foi a Operação de Adestramento Conjunto Laçador, efetivada no período de 16 a 27 de setembro de 2013, abrangendo os Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e parte do Oceano Atlântico.

Para a consecução da Operação Laçador em 2013 foram realizadas três reuniões de planejamento do adestramento e a

revisão de seu planejamento operacional; todas ao longo do segundo semestre de 2013, que, juntamente com a própria Operação, foram totalizadas como cinco eventos conjuntos computados na meta.

No ano de 2014 realizou-se, no segundo semestre (10 à 21 de outubro), a principal atividade de adestramento com as Forças Armadas: a Operação de Adestramento Conjunto Amazônia.

A Operação Amazônia abrangeu áreas terrestres, fluviais, marítimas e o espaço aéreo sob jurisdição e de interesse nacional. A situação hipotética enfocada pela Operação contemplou uma situação de crise entre Estados oponentes que evoluiu para um conflito armado. Tal conflito compreendeu a Defesa da soberania, com a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais relativos à Amazônia, e teve por objetivos:

-Adestrar o Estado-Maior Conjunto do comando do teatro de operações e Estados-Maiores das Forças Componentes em operações conjuntas;

-Empregar a doutrina de operações conjuntas, particularmente o processo de planejamento conjunto;

-Adestrar os diversos Comandos e respectivas tropas em ações críticas de combate, apoio ao combate ou de apoio logístico, singulares ou conjuntas;

-Adestrar os diversos sistemas operacionais, de modo a promover a capacidade de interoperabilidade entre as Forças;

-Realizar ações reais de comunicação social, operações psicológicas e inteligência, dentro do contexto da Operação;

-Realização de ações cívico-sociais e intensificação da presença do Estado brasileiro (Forças Armadas) na área; e

-Realizar experimentações doutrinárias de interesse para as operações conjuntas.

Foi realizada, ainda, em 2014, a Operação Segurança da Copa do Mundo que demandou o planejamento e emprego conjunto das Forças Armadas, concretizando mais um evento de operação conjunta das forças.

Considerando os anos de 2012, 2013 e 2014, teriam sido realizadas sete operações conjuntas, porém, as reuniões de planejamento do adestramento, no ano de 2013, fizeram parte da Operação propriamente dita e, salvo melhor juízo, foram consideradas como Operações. Já a revisão do planejamento operacional em outra área de operações completou o previsto para o ano de 2013 (duas operações).

Portanto no cômputo desta meta, passa-se a considerar seis operações conjuntas realizadas e não sete.

Quantidade alcançada

6

Data de Referência

10/02/2015

- **Realizar quatro operações multinacionais com as Forças Armadas estrangeiras**

Análise Situacional da Meta

A principal operação multinacional prevista para o ano de 2014 foi o Exercício da série Felino, realizado no período de 14 a 27 de setembro, na República Democrática do Timor Leste, na capital Díli, sob a coordenação das Forças Armadas daquele país.

Este exercício teve como finalidade exercitar uma força-tarefa conjunta e combinada, no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no sentido de incrementar a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros e o treinamento para o emprego em operações de paz e de ajuda humanitária.

Em 2012, por questões conjunturais, econômicas e financeiras de Cabo Verde, o Exercício Felino planejado sofreu alteração de país-sede, não sendo realizado naquele ano (2012); passando, então, para a cidade de Boane - Moçambique, no período de 13 de fevereiro a 02 de março de 2013.

Já o exercício planejado para o ano de 2013 foi realizado sob a coordenação da Marinha do Brasil na região de Itaoca-ES, no período de 16 a 27 de setembro de 2013; totalizando, assim, três Exercícios até o ano de 2014.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

24/11/2014

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação

constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014 o Exército deu continuidade na capacitação, adestramento e prontidão logística, aperfeiçoamento das estruturas dos sistemas de ensino, de adestramento e de prontidão logística, capacitando e adestrando seu pessoal, com a finalidade de elevar a sua capacidade operacional.

No período, foram realizadas a melhoria da infraestrutura escolar de apoio aos discentes em capacitação técnica e na aquisição de bens, materiais de consumo e na prestação de serviços, visando atender a preparação e a execução das atividades de ensino em diversas escolas distribuídas pelo território nacional. Além de atender o funcionamento dos diversos cursos de capacitação, os recursos atenderam, ainda, despesas com a implementação de atividades diretamente envolvidas com as práticas educacionais, visando a permitir melhor coordenação e controle por parte dos estabelecimentos de ensino.

No ano de 2014, foram realizadas a formação e capacitação de recursos humanos para o atendimento de cargos e funções do Exército; o desenvolvimento da educação preparatória e assistencial durante a formação de novos oficias e sargentos; a preservação do patrimônio histórico e cultural da Força; o fomento em pesquisas nas áreas de educação nas escolas de formação (Academia Militar das Agulhas Negras/Resende-RJ e no Instituto Militar de Engenharia/Rio de Janeiro-RJ), de aperfeiçoamento de Oficiais (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais/Rio de Janeiro-RJ), de pós-graduação, mestrado e doutorado (na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército-RJ) e de capacitação física dos militares (no Centro de Capacitação Física do Exército/Rio de Janeiro-RJ); o desenvolvimento dos desportos; o fomento nas áreas de doutrina e pessoal; e o cumprimento das fases de instrução previstas para o período, formando e qualificando os militares incorporados em março, conforme planejamento do comando de operações terrestres, garantindo, assim, a capacidade de prontidão do Exército.

No campo da prontidão logística a criação, ativação e organização dos 3º e 9º Grupamentos Logísticos e a adequação de organizações militares que exercem as funções logísticas, dentro do projeto Nova Logística Militar Terrestre, contribuíram para que os materiais e serviços adquiridos provessem e atendessem as atividades de instruções, adestramento e emprego da tropa.

No período, o Exército Brasileiro, ainda, qualificou o contingente incorporado, bem como executou os diversos exercícios previstos nos períodos de adestramento básico e avançado, atuando em ações na garantia da lei e da ordem para a preservação da ordem pública, nos Estado da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, a fim de contribuir para o restabelecimento da paz social nessas regiões (Operação Ilhéus, Operação Bahia 2, Operação Pernambuco e Operação São Francisco no Complexo da Maré e Eleições 2014), além da mobilização para o emprego nas cidades sedes durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Ainda manteve em constante preparação uma força de valor batalhão de infantaria e uma companhia de engenharia, enquanto que uma tropa de mesmo valor é empregada em missão de manutenção da paz no Haiti. Além disso, o Exército mantém militares cumprindo missões de paz, de caráter individual, em dez países.

Foi dado, ainda, prosseguimento nas obras de adequações e de construções para a implantação dos batalhões de polícia do Exército em Salvador-BA, em Manaus-AM e no Rio de Janeiro-RJ.

Os recursos destinados ao preparo da Força Terrestre atenderam parcialmente as iniciativas para acompanhar os centros de instrução e de manutenção da infraestrutura de apoio à instrução militar.

Como parte do sistema de preparo é cíclico, em 2015 prosseguirão as diversas iniciativas previstas nos planos de instrução militar, de formação, aperfeiçoamento e altos estudos, possibilitando o emprego dos meios militares de forma adequada.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a prontidão da Força Terrestre, por meio da instrução e adestramento das organizações militares, a**

fim de empregar tropas de valor batalhão para atender até três crises simultâneas.

Análise Situacional da Meta

A ampliação do estado de prontidão da Força Terrestre ocorreu por meio do cumprimento do planejamento anual de instrução, referente aos soldados incorporados no 1º semestre de 2014 para prestar o serviço militar e ao efetivo profissional militar. Foram concluídos os períodos de instrução individual básica e o de instrução individual de qualificação, além do Curso de Capacitação Técnica e Tática de Oficiais e Sargentos de todas as organizações militares operacionais do Brasil, tudo visando o alcance da meta de emprego de tropas em até três crises simultâneas.

A capacitação logística da tropa é obtida durante a formação e qualificação dos soldados na prestação do serviço militar obrigatório e no adestramento logístico, por meio das instruções destinadas ao efetivo profissional (oficiais e sargentos) para exercício das suas funções (em especial as atividades de suprimento, manutenção, saúde e transporte) em operações.

O Exército manteve um batalhão e uma companhia de engenharia, com efetivo total de cerca de 2.000 militares, empregados na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah). Além disso, durante o ano, um efetivo de igual valor foi preparado para substituir a tropa atualmente empregada a partir do fim do 2º semestre de 2014, naquele país.

Ao mesmo tempo, o Exército mantém em permanente condições de emprego unidades valor batalhão nas brigadas que compõem as Forças de Atuação Rápida (FAR), quais sejam a Brigada de Infantaria Paraquedista, o Comando de Operações Especiais, o Comando de Aviação do Exército e a 12ª Brigada de Infantaria Leve, possibilitando o pronto-emprego em situações de crise. A exemplo do que ocorreu em 2014, quando houve a necessidade de emprego nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia e nas cidades sedes da Copa do mundo da Fifa 2014.

Estima-se para 2015, prioritariamente, a manutenção dessas forças de atuação dentro do Pais e como força de paz.

- **Estruturar a logística militar terrestre, por meio da criação de dois grupamentos logísticos e da adequação das unidades logísticas existentes.**

Análise Situacional da Meta

A criação de dois grupamentos logísticos no Exército busca separar os ramos administrativo e logístico. Com essa meta alcançada, as regiões militares, localizadas em todo o País, estarão em melhores condições para focalizar a dimensão humana do Exército no amplo espectro de funções desempenhadas. Da mesma forma, dentro da previsão do projeto Nova Logística Militar Terrestre, será dada continuidade na adequação das diversas unidades logística existentes no Exército.

Em 2014, foi dada a continuidade da criação, ativação e organização do 9º Grupamento Logístico (Campo Grande-MS) e a criação e ativação do 3º Grupamento Logístico (Porto Alegre-RS). Prosseguiu-se a implantação do 1º Batalhão Logístico de Selva, em Boa Vista - RR e do 2º Batalhão Logístico de Selva, em São Grabiel da Cachoeira - AM. Além desses, foram adequadas as instalações do 22º Batalhão de Suprimento, em Baruerí - SP.

Os estudos doutrinários que estão sendo realizados apontam para a criação de estruturas logísticas a serem implantadas, adequadas as necessidades das regiões do País, avaliando-se as melhores condições de atendimento dos conceitos de "organização por tarefa" e "modularidade".

Em 2015, pretende-se organizar o 3º Grupamento Logístico, conforme os resultados da experimentação doutrinária ocorrida em 2014, prosseguir na implantação do Batalhões Logísticos de Selva e iniciar a transformação da 16ª e 17ª Bases Logísticas, situadas respectivamente em Tefé - AM e Porto Velho - RO, em Batalhões Logísticos.

Com isso, a meta contribuirá para a melhoria das condições de apoio logístico as diversas organizações militares no Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Região Amazônica do País.

- **Incrementar a qualidade da formação e capacitação do pessoal, por meio do aprimoramento da estrutura de educação, cultura e instrução técnica militar.**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2014, com a finalidade de melhorar as condições de ensino e a capacitação do pessoal, foram realizadas melhorias da infraestrutura escolar de apoio aos discentes em capacitação técnica e na aquisição de bens,

materiais de consumo e na prestação de serviços, visando atender a preparação e a execução das atividades de ensino em diversas escolas distribuídas pelo território nacional, tais como: Escola de Comando e Estado-Maior, Escola Preparatória de Cadetes do Exército, Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Formação Complementar, Escola de Sargentos da Armas, Escola de Instrução Especializada, Escola de Saúde, Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos, Escola de Sargentos de Logística, Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, cinco centros e nos 44 núcleos de preparação de Oficias da reserva, além de inúmeros centros de instrução com especialidades específicas, como guerra na selva, paraquedista, caatinga, Pantanal, foguetes, operações especiais, aviação do exército, engenharia de construção e operações psicológicas.

Em linhas gerais, os recursos foram empregados para:aquisição de materiais de consumo (expediente, limpeza, informática, etc) e permanente diversos (mobiliários, aparelhos e equipamentos de informática) destinados à adequação das instalações utilizadas em proveito do ensino; manutenção e conservação de bens imóveis utilizados em proveito das atividades de ensino; contratação de serviços em apoio ao ensino; e despesas relacionadas com o transporte de militares para as atividades de preparação, avaliação e de coordenação do ensino e deslocamentos dos alunos para exercícios e em cooperação de instruções.

Além de atender o funcionamento dos diversos cursos de capacitação descritos acima, os recursos atenderam, ainda, despesas com a implementação de atividades diretamente envolvidas com as práticas educacionais, visando a permitir melhor coordenação e controle por parte dos estabelecimentos de ensino, tais como: Procap/SAU, com o objetivo de aprimorar os conhecimentos profissionais de médicos, dentistas, farmacêuticos, médicos veterinários e enfermeiros, profissionais de saúde que encerram as fileiras da Força; cursos nos níveis de pós-graduação e capacitação por meio do EAD/DECEx; curso de idiomas do Centro de Estudo de Pessoal/Forte Duque de Caxias; cursos em estabelecimentos de ensino civis nacionais; curso de habilitação ao quadro auxiliar de Oficiais na Escola de Instrução Especializada; curso de preparação da Escola de Comando e Estado-Maior; sistema de excelência gerencial do Estado-Maior do Exército; implantação do ensino por competência; e estágios/seminários de atualização pedagógica.

Foram capacitados mais de 11.500 de militares em aproximadamente 107 estabelecimentos de ensino espalhados por todo o território nacional, o que permitiu o recompletamento de recursos humanos para o atendimento dos diversos cargos e funções do Exército, qualificando as necessidades adequadas à manutenção das atividades da Força . No campo das pesquisas, estão sendo satisfatoriamente atendidas, permitindo ao Exército o aprimoramento de estudos no campo de pessoal, nas áreas de educação, de capacitação física e desenvolvimento dos desportos.

Para o próximo período (ano de 2015) estima-se capacitar, aproximadamente, 17.200 militares.

- **Manter a capacidade de prontidão da Força Terrestre**

Análise Situacional da Meta

A capacidade de prontidão da Força Terrestre se dá através da condição de ser empregada, em caso de necessidade, com rapidez, eficiência e eficácia.

Foram realizadas as atividades de instrução relativas à qualificação dos soldados incorporados no início de 2014, bem como se concluíram os períodos de adestramento básico e avançado, além de estar em curso o desenvolvimento do Sistema Combater (simulação de combate), em testes na guarnição de Santa Maria - RS.

O Exército atuou em ações nas faixas de fronteira a fim de coibir e reprimir ilícitos transfronteiriços, bem como realizou ações cívico sociais e ações na garantia da lei e da ordem (GLO) para a preservação da ordem pública, intensificando a presença do Estado Brasileiro nas regiões da operação, podendo ser citadas como exemplo a Operação Ilhéus; a Operação Bahia 2; a Operação Pernambuco e a Operação São Francisco, no Complexo de Favelas da Maré; Copa do Mundo FIFA 2014; Operação Eleições 2014; entre outras.

A preparação da tropa para a defesa externa, particularmente do efetivo profissional que é constante, foi prejudicada pela concentração de esforços nas ações de GLO e de defesa de área.

No próximo período, o Exército Brasileiro estará incorporando um novo contingente de recrutas e, em decorrência

disso, executará as instruções individuais básicas necessárias à adaptação destes militares à rotina da caserna.

- **Preparar força de valor correspondente a uma brigada para atuar em missões de paz ou como força expedicionária, fora do território nacional.**

Análise Situacional da Meta

Para o cumprimento da Meta, o Exército iniciou, durante o ano 2013, o planejamento de criação de uma Força Expedicionária que seja capaz de atuar fora do território brasileiro, por solicitação de Organismo Internacional, em ações de imposição de paz.

Destaca-se que o Exército já mantém em constante preparação, a cada semestre, uma Força de valor batalhão de infantaria e uma companhia de engenharia, enquanto que uma tropa de mesmo valor é empregada em missão de manutenção da paz no Haiti. Além disso, o Exército mantém militares cumprindo missões de paz, de caráter individual, em dez países.

O subprojeto encontra-se no primeiro grupo do processo de gerenciamento de projetos, a Iniciação. Em 2013, foi emitida a Diretriz de Iniciação e em 2014, no 1º Semestre, foi realizado o Estudo de Viabilidade. No 2º Semestre de 2014 foi elaborada da Diretriz de Implantação do Subprojeto Força Expedicionária, que será apresentada à Autoridade Patrocinadora (AP) para aprovação.

Para o próximo período está previsto a realização do Seminário sobre Força Expedicionária visando definir a organização e a composição dessa Força.

A Política Nacional de Defesa (PND), aprovada em 2012, é voltada essencialmente para ameaças externas. Ela estabelece objetivos e orientações para ações de preparo e para o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em atendimento aos Objetivos Nacionais.

Dentre os Objetivos da PND, destacam-se os seguintes: defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior; contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e intensificar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais.

A Política Militar de Defesa, aprovada em 2005, destaca que o Poder Militar brasileiro deve atender a dois requisitos simultaneamente: ter capacidade de garantir a segurança própria e possuir um excedente de poder militar para atender às demandas internacionais em favor da paz.

O projeto terá, inicialmente, sua sede localizada na cidade de Brasília-DF e a execução ocorrerá na área de responsabilidade de um comando militar de área (C Mil A) a ser designado. Com relação ao seu escopo, ele será delimitado, inicialmente, no âmbito de um C Mil A, devendo ser ampliado paulatinamente, de modo a abranger os demais até 2022.

Até o presente momento, não foram realizadas entregas, pois o subprojeto encontra-se na fase de iniciação. Quando pronto, os produtos de defesa necessários para que a Força Expedicionária adquira as capacidades adequadas às suas tarefas prováveis poderão contribuir para estimular a indústria nacional de material de defesa.

A intenção é de dispor de tropa em condições de ser empregada para salvaguardar os interesses nacionais no exterior, contribuindo para o fortalecimento da imagem positiva do Brasil e das Forças Armadas.

- **Preparar os Batalhões de Polícia do Exército e Companhias de Guarda para emprego em eventos de grande vulto - Priorizado o Batalhão de Manaus/AM**

Análise Situacional da Meta

A preparação dos batalhões de polícia do Exército e as companhias de guarda para emprego em eventos de vulto consiste em formar, qualificar e adestrar os recursos humanos e adequar as infraestruturas físicas dos quartéis para possibilitar melhores condições para o preparo e emprego desses militares.

Em 2014 foi dado prosseguimento adequação para a implantação do 6º Batalhão de Polícia do Exército (6º BPE), em Salvador-BA; do 7º Batalhão de Polícia do Exército (7º BPE), em Manaus-AM e do 3º Batalhão de Polícia do Exército (3º BPE), no Rio de Janeiro-RJ.

Quantidade alcançada

15

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	15	% de execução física	15	31/12/2014

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) busca promover a interoperabilidade entre as Forças Armadas no que se refere à logística e à mobilização. Nesse escopo, as principais atividades desenvolvidas pelo EMCFA, em 2014, foram: realização de exercícios e adestramentos contínuos do Sistema Nacional de Mobilização; apoio à formação e qualificação de militares das escolas de Estado-Maior das Forças Armadas, em temas ligados à logística e à mobilização nacional; organização de palestras e eventos ligados ao incremento da interoperabilidade entre as Forças e o Ministério da Defesa, dentre os quais ocorreram o Seminário de Mobilização Nacional e as VI e VII Jornadas de Interoperabilidade Logística; realização de estudos de campo acerca dos sistemas, da estrutura, da doutrina e da articulação da logística e da mobilização; e participação em eventos relativos aos planejamentos de emprego conjunto das Forças Armadas e seus respectivos exercícios e no Seminário Sul-americano de Mobilização do Conselho de Defesa da União das Nações Sul-americanas.

Metas 2012-2015

- **Alistar 7.198.400 pessoas para o Serviço Militar Obrigatório**

  Análise Situacional da Meta

  A meta de alistar 7.198.400 pessoas em quatro anos, para o serviço militar obrigatório, corresponde, em média, alistar 1.799.600 pessoas a cada ano. Logo, a meta para o ano de 2014 ficou próxima de ser alcançada, com 1.712.881 de pessoas alistadas, ou seja, 95,18% da meta anual.

  A quantidade acumulada nos três primeiros anos do PPA (2012/2013/2014) perfaz o total de 5.972.238 pessoas alistadas, correspondendo a 82,96 % da meta prevista para os quatro anos. Da análise exposta, e mantida a tendência, estima-se que a meta seja ultrapassada na vigência do PPA.

  Quantidade alcançada

  5.972.238

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Concluir a implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar, em 2014**

  Análise Situacional da Meta

  A implantação da estrutura de preparo e emprego da mobilização militar constitui-se de: atualização e elaboração do amparo legal; capacitação de recursos humanos; e desenvolvimento conjunto do software de apoio "Sistema de Informações Gerenciais de Logística e de Mobilização de Defesa".

  No que diz respeito à atualização e amparo do Marco Legal, foram concluídos os processo de criação do Sistema de Mobilização Militar e da Diretriz Setorial de Mobilização Militar, bem como, as revisões do manual, da política e da doutrina de mobilização militar.

  Quanto à capacitação de recursos humanos, foram promovidas palestras nos cursos de altos estudos das escolas militares, bem como no Curso de Logística e Mobilização Nacional da Escola Superior de Guerra.

- **Implantar 24% do sistema nacional de mobilização**

Análise Situacional da Meta

O Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob) consiste em um conjunto de órgãos que atuam de modo ordenado e integrado, a fim de planejar e realizar todas as fases da mobilização e desmobilização nacionais, conforme o disposto no artigo 5º da Lei nº 11.631/07.

Neste sentido, foi dado prosseguimento à formação e ao aperfeiçoamento de pessoas e equipes capazes de conduzir o Sistema nas missões de preparo e execução da mobilização nacional, consoante o inciso III, do art. 6º do Decreto 7.294/10. Este esforço incluiu incentivos para que pessoas dos setores público e privado, atores da sociedade brasileira, passem a atuar no tema mobilização. Materializaram a busca da meta em questão a participação pioneira de representantes dos órgãos governamentais integrantes do Sinamob, na condição de alunos do Curso de Logística e Mobilização Nacional, ministrado pela Escola Superior de Guerra, com o propósito de preparar civis e oficiais superiores das Forças Armadas e Forças Auxiliares para atuar nos níveis gerenciais executivos da logística e da mobilização nacionais e do assessoramento aos órgãos responsáveis pelo Sinamob.

A meta prevista para 2014 era alcançar o percentual de 8% para sua implementação. Contudo, diante de obstáculos a execução, a meta física foi revista, o que permitiu implantar 3% do Sinamob durante o ano. O acumulado no período do PPA é de 5%.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar 70% do Sistema de Informações Gerenciais de Logísticas de Defesa (SIGLD)**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa, cujo desenvolvimento foi iniciado em 2011, será a ferramenta de Tecnologia da Informação (TI) que tem por objetivo facilitar, por meio de suas funcionalidades, o processo de tomada de decisão, no que diz respeito às tarefas associadas à logística e à mobilização de defesa. Em junho de 2014, o módulo de cenários logísticos e de mobilização foi concluído, o que representa o fim do desenvolvimento da 1ª parte do Sistema. Os testes de software dos módulos básicos: controle de acesso; serviço logístico; gerência de dados; itens de suprimento; e cenário logístico e mobilização foram encerrados em novembro, concluindo a meta.

O trabalho prossegue, a partir de 2015, com o início da 2ª fase do Projeto - de um total de três - com foco no incremento da interoperabilidade entre este e os sistemas logísticos das Forças Singulares.

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o sistema de empresas de interesse da defesa nacional**

Análise Situacional da Meta

O Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional (SISEIDN) tem por objetivo permitir o gerenciamento do cadastro de empresas de interesse da defesa nacional, contendo os dados necessários para a tomada de decisão no esforço da mobilização militar e nacional, particularmente no que se refere à utilização de recursos em complemento às carências logísticas associadas a uma hipótese de emprego.

A capacitação para o SISEIDN foi postergada, em face da perspectiva de substituição desse sistema pelo Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa, cujo software de apoio está sendo desenvolvido pelo Centro de Análises de Sistemas Navais da Marinha.

- **Implantar o Sistema de Tecnologia e Inovação Militar (SisTIM)**

Análise Situacional da Meta

Este Sistema define-se como um conjunto de pessoal, instalações, equipamentos, doutrinas, procedimentos e informações. Suas ações, ate o momento, referiram-se à atuação do Sistema como agente catalisador de disponibilização de informações sobre tecnologia e inovação militar de interesse da logística de defesa, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

- **Integrar o Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional com o Sistema Georreferenciado da Presidência da República e com o Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas (CATBR)**

Análise Situacional da Meta

A meta foi descontinuada.

- **Realizar 12 exercícios de mobilização para a defesa nacional**

Análise Situacional da Meta

Esta meta consiste em concretizar três ações de mobilização a cada ano.

Em 2014, foi possível a realização de uma ação de Mobilização Nacional, durante a Operação Amazônia.

Dentre as demais atividades desenvolvidas em 2014, destacam-se no 1º semestre: preparação do 1º Seminário Sul-americano de Mobilização Nacional, com reuniões na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro; participação na 1ª Reunião de Planejamento de Adestramento Conjunto da Operação Amazônia, coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; palestras na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), na Escola de Guerra Naval (EGN) e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro; e na participação do órgão central do Sistema Nacional de Mobilização no exercício de apoio logístico com os meios existentes e passíveis de mobilização, na Eceme, no Rio de Janeiro. No 2º semestre, destacam-se: participação na 2ª Reunião de Planejamento de Adestramento Conjunto da Operação Amazônia e a sua execução, coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas; participação na reunião do II Grupo de Trabalho Conjunto Brasil - Turquia, na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro; participação no exercício simulado de emprego do Sistema Nacional de Mobilização, incluído no Programa Gestão Estratégica em Mobilização, na EGN, no Rio de Janeiro; participação no intercâmbio de conhecimentos sobre mobilização com o Ministério da Defesa do Reino Unido, em Londres, na Inglaterra.

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

31/12/2014

- **Realizar, a cada biênio, pelo menos um exercício logístico sobre o emprego das Forças Armadas em casos de desastres**

Análise Situacional da Meta

A meta foi descontinuada desde 2013.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo será alcançado por um conjunto de iniciativas relacionadas à: implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e de comando e controle; e a pesquisa e desenvolvimento de sistemas, equipamentos

e materiais destinados ao uso civil e militar.

Em 2014, foi dado prosseguimento na ampliação e criação de novas competências tecnológicas e de negócios, cujas atividades foram iniciadas em 2013.

Nesse período, as principais realizações foram: aprimoramento do sistema logístico do material de comunicações e de guerra eletrônica, permitindo agilidade no retorno do equipamento à cadeia de suprimento; prosseguimento de projetos de implantação, reestruturação e expansão de redes metropolitanas, ampliando a capilaridade da intranet do Exército, denominada EBNet (uma rede integrada de comunicação de voz, dados e imagens); aquisição de materiais e contração de serviços destinados a execução dos projetos relacionados aos sistemas corporativos e sistemas regionais do Exército, em especial, o Sistema Estratégico de Comunicações; da provisão e manutenção de equipamentos de comunicações nos principais comandos operacionais do Exército; manutenção do Sistema de Imagens e Informações Geográficas do Exército (SIMAGEx), apoiando as atividades de inteligência; elaboração de produtos cartográficos para o Estado da Bahia; desenvolvimento evolutivo do Sistema Pacificador em apoio às ações de defesa para a Copa do Mundo FIFA 2014; desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento do Campo de Batalha (GCB) para a família de blindados Guarani; apoio à integração do sistema de Comando e Controle da Força terrestre Terrestre com o sistema de simulação construtiva do Comando de Operações Terrestres; desenvolvimento do Sistema de Apoio à Decisão do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron); confecção do plano diretor do projeto Pólo de Ciência e Tecnologia de Guaratiba, do projeto básico do novo Instituto Militar de Engenharia e o projeto de transformação do Centro Tecnologia do Exército em novo Instituto Militar de Engenharia. Na área de pesquisa e desenvolvimento, continuidade dos trabalhos da torre operada remotamente e estabilizada para canhão 30 mm; do projeto Rádio Definido por Software; do radar de vigilância terrestre Sentir M20; do projeto Aurora; do projeto SARP Categoria 1; Finalização da avaliação do lote-piloto da arma leve anticarro e da apreciação do monóculo de imagem térmica OLHAR VDN-X1; apoio à avaliação do protótipo VLEGA Gaúcho; desenvolvimento das atividades dos projetos “munição 120 mm pré-raiada com propulsão adicional”, “míssil superfície-superfície 1.2 anticarro” e “desenvolvimento de tecnologia para as pilhas térmicas híbridas de 3ª geração”.

A manutenção e o investimento em máquinas, equipamentos e instalações voltados para fabricação de produtos de defesa (Prode) vem reduzindo a defasagem tecnológica existente nos arsenais de guerra. Essas realizações possibilitaram elevar o nível de emprego operacional existente, devido a produção de diversos itens de Prode, e a manutenção do capital intelectual dentro das unidades fabris do Exército Brasileiro.

O Objetivo também contribui para o aprimoramento da capacidade nacional no campo da ciência e tecnologia, principalmente pela capacitação de engenheiros; e o aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora dos índices relacionados ao apronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

Para o ano de 2015, estima-se prosseguir no aprimoramento do sistema logístico do material de comunicações e de guerra eletrônica; atingir 100% na manutenção do SIMAGEx; prosseguir na elaboração das 56 cartas topográficas nas escalas de 1:25.000 e 1:50.000 de interesse da Força Terrestre; finalizar 490 produtos cartográficos (64,1% restantes) relativos ao Estado da Bahia; obtenção dos insumos geoespaciais relativos ao Estado do Amapá e início dos trabalhos de campo relativos ao apoio suplementar, com vistas à geração da base cartográfica digital deste Estado; continuação do desenvolvimento evolutivo do Sistema Pacificador em apoio às ações de defesa para os Jogos Olímpicos 2016; conclusão do protótipo do GCB para instalação na família em blindados Guarani; e apoio à implantação da simulação construtiva do Comando de Operações Terrestres.

A atuação nesse Objetivo gerou impactos em outras políticas públicas, dado que a adequação e otimização da infraestrutura de instalações do Exército contribuiu para incentivar a indústria nacional de defesa, gerando empregos e renda, indo ao encontro de outras políticas do Governo Federal de buscar aumento do número de postos de trabalho e o desenvolvimento da indústria nacional.

Metas 2012-2015

- **Adequar os arsenais de guerra para a produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de produtos de defesa (PRODE).**

Análise Situacional da Meta

Os arsenais de guerra do Rio de Janeiro, de São Paulo e General Câmara são três organizações militares que têm como missão realizar a fabricação e a manutenção produtos de defesa (Prode) de interesse do Exército.

A adequação dos arsenais de guerra do Exército para produção, nacionalização, aperfeiçoamento, modernização e recuperação de Prode tem por finalidade elevar a capacidade produtiva e manter a qualificação técnica do pessoal militar pertencente a essa estrutura.

Dentre os resultados alcançados, destacam-se: aprimoramento da capacidade nacional no campo da ciência e tecnologia, principalmente pela capacitação de engenheiros; aprimoramento da capacidade operacional das unidades do Exército, destacando a melhora dos índices relacionados ao apronto para atender as prioridades do planejamento anual de emprego e as demandas emergenciais do Estado e da sociedade.

As principais realizações foram: manutenção e investimento em máquinas, equipamentos e instalações voltados para fabricação de Prode, reduzindo a defasagem tecnológica existente nos arsenais de guerra. Essas realizações possibilitaram elevar o nível de emprego operacional existente, devido à produção de diversos itens de Prode e a manutenção do capital intelectual dentro das unidades fabris do Exército Brasileiro. Foram, ainda, adquiridos insumos e contratados serviços para a manutenção preventiva, corretiva e preditiva de máquinas e equipamentos industriais para possibilitar a correta operacionalidade dos equipamentos com o objetivo de garantir a confiabilidade e respeitabilidade dos resultados necessários para a obtenção de Prode com qualidade; contratados cursos para o aperfeiçoamento de militares e servidores civis; adquiridos máquinas e equipamentos a fim de ampliar a capacidade produtiva dos arsenais de guerra; adquiridos passagens e pagamento de diárias destinadas à fiscalização de empresas contratadas para a fabricação e revitalização de Prode; e aquisição de material de processamento de dados para apoio à atividade industrial.

Espera-se em 2015 que se conclua a revitalização dos arsenais de guerra pela aquisição de máquinas e equipamentos e a contratação de serviços destinados a aumentar a capacidade de produção e de revitalização de Prode estratégicos para Força Terrestre.

- **Ampliar a capacidade de formação de Engenheiros militares nas áreas de Construções Horizontais e Verticais, Eletricidade, Eletrônica e Meio Ambiente de 15 vagas para 20 vagas.**

Análise Situacional da Meta

A meta tem o intuito de ampliar a capacidade de formação de engenheiros militares nas áreas de interesse para atender às demandas do Exército Brasileiro nas áreas de construção, eletrônica e meio ambiente.

O Instituto Militar de Engenharia (IME), localizado no Rio de Janeiro-RJ, é o estabelecimento de ensino do Exército responsável pela formação dos oficiais engenheiros militares. O IME tem condições de ampliar a capacidade de formação de engenheiros militares nas áreas de construções horizontais e verticais (curso de fortificação e construção), eletricidade, eletrônica e meio ambiente de 15 para 20 vagas.

A meta já foi alcançada, pois no ano de 2014 foram formados 21 engenheiros militares nos cursos de eletricidade, eletrônica e de fortificação e construção. Além disso, há a expectativa de formação nos cursos citados de 26 engenheiros militares em 2015 e 25 engenheiros militares em 2016.

A distribuição de vagas pelas especialidades é realizada pelo Estado-Maior do Exército e disponibilizada aos alunos concludentes do 2º ano para escolha.

Quantidade alcançada

21

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver 30% do sistema de comando e controle do Exército**

Análise Situacional da Meta

A condução das atividades militares envolve a necessidade de tomada de decisões, de transmitir ordens e de

acompanhar a execução das determinações, formando um circuito praticamente fechado de atividades no qual a informação e a decisão necessitam estar próximas para resultarem em uma boa solução da situação problema militar. Desta forma, a informação se constitui na matéria-prima do processo e as comunicações e os computadores são as ferramentas necessárias à implementação do Sistema de Comando e Controle, o qual tem por finalidade integrar todos os órgãos ligados à tomada de decisão.

O "comando" tem por objetivo o cumprimento da decisão, já o "controle" tem por objetivo a eficácia do "comando", ou seja, do cumprimento da decisão. Assim, o exercício do comando e controle ocorre por meio de um complexo sistema, envolvendo recursos humanos, instalações, equipamentos, normas e processos que possibilitam ao comandante dirigir e controlar suas tropas, tendo em vista o cumprimento da missão que lhe é imposta, em quaisquer circunstâncias, seja na paz ou na guerra, no preparo ou no emprego.

O Exército possui um Sistema de Comando e Controle que lhe permite executar as suas atividades, porém a permanente evolução dos meios de comunicações, a velocidade de mudança nas situações e cenários de emprego, que são cada vez mais complexos, e a continua sofisticação dos meios militares empregados fazem com que seja necessário um constante desenvolvimento das capacidades para manter o sistema de informações atualizado.

As principais realizações no ano de 2014:

-Aprimoramento do sistema logístico do material de comunicações e de guerra eletrônica.

-Manutenção do Sistema de Imagens e Informações Geográficas do Exército (SIMAGEx) em sua totalidade,

-Elaboração de 35,9% de produtos cartográficos relativos ao Estado da Bahia;

-Desenvolvimento evolutivo do Sistema Pacificador em apoio às ações de defesa para os Jogos Olímpicos de 2016;

-Desenvolvimento do Sistema Gerenciamento do Campo de Batalha para a família de blindados Guarani;

-Apoio à integração do sistema de Comando e Controle da Força Terrestre com o sistema de simulação construtiva;

-Apoio ao desenvolvimento do Sistema de Apoio à Decisão do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron).

A expectativa para o ano de 2015 diz respeito a continuidade dos projetos com faseamento previsto para o ano e a aquisição de bens e contratação de serviços para atender as necessidades de reestruturação, expansão e manutenção do Sistema de Temática do Exército;

Quanto aos desafios de implementação, destacam-se a complexidade dos processos de aquisição de materiais e contratação de serviços.

Quantidade alcançada

24

Data de Referência

31/12/2014

- **Desenvolver e obter produtos de defesa (PRODE) para sistemas de comando e controle, de armas, de simulação, de sensores e de veículos, com ênfase em tecnologias duais, de aplicação militar e civil, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País.**

Análise Situacional da Meta

O desenvolvimento de produtos de defesa (Prode) se dá pela capacidade de pesquisa e de fabricação de novos produtos. Já a obtenção de desses produtos visa adquirir material de emprego militar de interesse da Força.

No período, foi possível realizar o desenvolvimento e obtenção de Prode para sistemas de comando e controle, de armas, de simulação, de sensores e de veículos, com ênfase em tecnologias duais (de aplicação militar e civil).

Os projetos/atividades, como Guarani, Cobra, Sisfron, Radar, encontram-se em plena execução, contribuindo para o desenvolvimento científico-tecnológico do País.

As principais realizações em 2014 foram:

-Pesquis a e desenvolvimento (P&D) da Torre Operada Remotamente e Estabilizada para Canhão 30 mm (TORC 30);

-P&D do Projeto Rádio Definido por Software (RDS);

-P&D do Radar de Vigilância Terrestre Sentir M20;

-P&D do Projeto Aurora;

-P&D do Projeto SARP Cat 1;
-Apoio ao desenvolvimento à avaliação do protótipo VLEGA Gaúcho;
-Implantação da Infraestrutura laboratorial de defesa química, biológica, radiológica e nuclear e das pesquisas nas áreas de dosimetria numérica e de controle de qualidade em radiodiagnóstico;
-Modernização, manutenção e expansão da infraestrutura dos laboratórios e dos projetos de apoio à P&D de Prode do Complexo de Guaratiba;
-Desenvolvimento das atividades dos projetos “munição 120 mm pré-raiada com propulsão adicional”, “míssil superfície-superfície 1.2 anticarro” e “desenvolvimento de tecnologia para as pilhas térmicas híbridas de 3ª geração”;
-Finalização da avaliação do lote piloto da arma leve anticarro, com o Prode sendo considerado conforme;
-Implantação da infraestrutura do laboratório de material de intendência;
-Apreciação de aceitação para o processo de aquisição das Viaturas Blindadas Multitarefa Leve de Rodas;
-Avaliação do Fuzil 5,56 IA2 da Imbel;
-prosseguimento das atividades relativas à transferência, para a área do Centro Tecnológico do Exército, de laboratório que o Instiuto Militar de Engenharia possui em parceria com a Petrobras, atualmente instalado na Fortaleza de São João, no Rio de Janeiro.
Para o ano de 2015 pretende-se dar continuidade ao desenvolvimento de Prode em áreas estratégicas, o que contribuirá para a modernização das Forças Armadas e o fomento à base industrial de defesa, à luz da Estratégia Nacional de Defesa.

- **Implantar 20% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).**

Análise Situacional da Meta

O projeto "Polo de Ciência e Tecnologia", que será instalado em Guaratiba-RJ, será um complexo por meio do qual se pretende integrar naquela região empresas, pesquisa acadêmica e as principais organizações de ciência e tecnologia do Exército, com foco na otimização dos processos e na obtenção de tecnologias para poder produzir e desenvolver produtos de defesa para o Brasil.
Além do Centro de Avaliação do Exército e do Centro Tecnológico do Exército, que já estão na localidade, o projeto contempla, entre outras medidas, a mudança do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e do Instituto Militar de Engenharia para Guaratiba-RJ. Também está previsto a instalação de empresas nas imediações do Polo. O modelo idealizado para esse Polo busca ampliar a sinergia interna nas pesquisas, trabalhar a inovação e intensificar a interação com a base industrial de defesa com os centros de pesquisas e academias do País.
O objetivo deste projeto está alinhado com o que preconiza a Estratégia Nacional de Defesa de minimizar a dependência externa brasileira na obtenção de produtos de defesa.
Principais realizações no ano de 2014:
-Emissão das diretrizes de ativação dos núcleos da Agência de Gestão da Inovação (AGI), do Centro de Desenvolvimento Industrial, da Base Administrativa e do Instituto de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear;
-Contratação da capacitação de pessoal na Universidade de Linköping (Suécia); e
-Aquisição inicial dos aplicativos dos processo de inteligência tecnológica para AGI.

Quantidade alcançada

5

Data de Referência

31/12/2014

- **Implantar o Instituto Tecnológico do Exército em Campinas**

Análise Situacional da Meta

Esta meta foi revisada e desde 2013 substituída por nova meta do PPA:"Implantar 20% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército, em Guaratiba (PCTEG), Rio de Janeiro- RJ".

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, procurou-se dar continuidade às atividades de intercâmbio e cooperação internacional na área de defesa por meio da realização de 10 reuniões bilaterais com países inseridos no entorno estratégico ou do espectro de interesse da política externa brasileira, tais como: África do Sul, Angola, Argentina, Chile, Espanha, Estados Unidos, França, Guiana, Peru e Turquia.

Tal quantitativo, associado às 22 reuniões já realizadas nos anos 2012 e 2013, constituem o alcance da meta de 32 reuniões bilaterais. Como fator contribuinte para tal, destaca-se os arranjos de gestão levados a efeito desde o primeiro ano do PPA, tais como, o agendamento de reuniões com a necessária antecedência visando à otimização do emprego dos recursos, o estabelecimento de prioridades para a realização de reuniões bilaterais no exterior e o incremento da realização de eventos no País.

Ainda ao longo de 2014, procurou-se desenvolver atividades de cooperação internacional inseridas no âmbito do interesse do Ministério da Defesa (MD), no sentido de buscar o fortalecimento das relações bilaterais e suprir eventuais carências apresentadas pelas Forças Armadas dos seguintes países amigos: Bolívia, Guiana, Moçambique e Suriname.

Com respeito à participação do MD em fóruns internacionais que tratam de temas relacionados à área militar e de defesa, cabe destacar a presença de representantes nas reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a saber: III Reunião do Conselho Consultivo do Centro de Análise Estratégica, em Moçambique, XXVIII Reunião Plenária do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa, XVI Reunião de Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas, VI Reunião dos Diretores de Política de Defesa Nacional e XV Reunião de Ministros da Defesa Nacional, estas últimas realizadas em Portugal. Adicionalmente, merece destaque a participação brasileira na XI Conferência de Ministros de Defesa das Américas, no Peru.

Além disso, cumpre ressaltar a atuação de representantes do MD em reuniões técnicas de organismos internacionais, em estreita coordenação com o Ministério das Relações Exteriores e com as Representações Permanentes do Brasil em Nova Iorque e em Genebra., no sentido de zelar pelos interesses nacionais, elevar a projeção do País no cenário internacional e apoiar o posicionamento do Governo brasileiro nos temas tratados. Por sua vez, o intercâmbio na área de defesa também foi priorizado, por meio de cursos de estratégia e política de defesa, nos Estados Unidos, simpósio sobre defesa, na China, cursos de Direito Internacional em Conflitos Armados, na Suíça e Turquia, e curso sobre Direito Internacional Humanitário, na Itália.

No intuito de fortalecer parcerias regionais, cabe mencionar as reuniões promovidas pelo Conselho de Defesa Sul-americano em 2014, destacando-se as IX, X e XI Reuniões da Instância Executiva e V, VI e VII Reuniões Ordinárias do Conselho de Defesa Sul-americano. Também é relevante o papel protagonista do MD nos trabalhos relacionados às 25 Iniciativas do Plano de Ação 2014, especialmente na coordenação e realização de 7 atividades sob a responsabilidade direta do Brasil, assim como na presença de representantes do MD e dos Comandos das Forças em seminários, cursos, grupos de trabalho e workshops, notadamente nos setores de política de defesa, cooperação militar, ações humanitárias, operações de paz, formação e capacitação e indústria de defesa.

Ademais, é importante registrar a implantação das Adidâncias de Defesa em Cabo Verde, Etiópia, Indonésia, Líbano, República da Coréia e Senegal, de modo a ampliar a participação brasileira na área de defesa e contribuir para a projeção do Estado brasileiro junto àqueles países.

Por fim, avalia-se que o presente Objetivo foi cumprido a contento em 2014, em função dos arranjos de gestão mencionados anteriormente.

Para 2015, espera-se dar continuidade às atividades de intercâmbio e cooperação já iniciadas, assim como ampliar a pauta de cooperação em Defesa e explorar parcerias inovadoras, nos termos da projeção estratégica adquirida pelo Brasil ao

longo do presente PPA.

Metas 2012-2015

- **Fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, por intermédio da cooperação na área de Defesa**

Análise Situacional da Meta

Desde o primeiro ano do PPA, o Ministério da Defesa (MD) buscou contribuir para a projeção do Brasil no cenário internacional por meio de atividades de cooperação com Forças Armadas estrangeiras, visando a fomentar a confiança mútua com os países em questão. Em particular, as atividades desenvolvidas priorizaram a construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa e o fortalecimento do Conselho de Defesa Sul-americano (CDS). Em 2014, foram iniciadas e/ou implementadas ações de cooperação com os seguintes países:

–Bolívia: recuperação e manutenção de 4 viaturas blindadas VBR EE-9 Cascavel, pelo Comando do Exército;

–Guiana: fornecimento de viaturas e material para a representação do Exército Brasileiro na Escola de Guerra na Selva da Guiana;

–Moçambique: implantação de um Sistema de Simulação de Manobras de Navios para a sua Marinha, a cargo do Comando da Marinha; e

–Suriname: envio de especialista em munições para a realização de testes e validação das munições estocadas em Paramaribo e revitalização de duas viaturas blindadas Engesa Urutu, pelo Comando do Exército.

Na esfera do CDS, destaca-se o protagonismo brasileiro, desde o primeiro ano do PPA, na condução e/ou coordenação das 7 atividades sob a responsabilidade direta do Brasil, constantes do Plano de Ação 2014, a saber:

1.Reunião do Grupo de Trabalho para a gestão e monitoramento de áreas especiais, realizada em Belém;

2.Seminário Sul-americano de Mobilização Nacional, realizado no Rio de Janeiro;

3.Reunião do Grupo de Trabalho para avaliar as formas de estabelecer uma comissão de assessoramento do CDS de forma contínua, realizada em Salvador;

4.Reunião para a conclusão dos trabalhos para o estabelecimento de um mecanismo de resposta aos desastres naturais, com acesso via internet, realizada em Salvador;

5.Seminário “Operações de Manutenção da Paz e Ações Humanitárias: Lições Aprendidas e Perspectivas”, realizado no Rio de Janeiro;

6.Reuniões do Grupo de Trabalho com o propósito de apresentar o projeto, desenvolvimento e produção regional de um sistema de aeronaves não tripuladas (VANT Regional), realizadas em Brasília e Salvador; e

7.III Edição do Curso Avançado de Defesa Sul-americano (III CAD-SUL), realizada no Rio de Janeiro.

Merece destaque, ainda, a aprovação do Estatuto e Regulamento da Escola Sul-americana de Defesa, elaborado por Argentina, Brasil, Equador e Peru.

Além das ações desenvolvidas pelo MD descritas acima, cabe ressaltar o prosseguimento do Projeto de Desenvolvimento e Produção do Avião Regional de Treinamento Primário-Básico Unasur 1, iniciado em 2013, com a participação da Argentina, Brasil, Equador e Venezuela. Assim sendo, o Brasil mantém dois representantes do Comando da Aeronáutica atuando no escritório de gerenciamento de projetos, em Córdoba, constituído para tal fim.

Por fim, avalia-se que a presente Meta foi cumprida a contento ao longo de 2014.

Para 2015, espera-se dar prosseguimento às atividades de cooperação com Forças Armadas estrangeiras e às iniciativas do Plano de Ação do CDS.

- **Realizar 32 reuniões bilaterais com as Forças Armadas estrangeiras**

Análise Situacional da Meta

Em continuidade às 22 reuniões realizadas em 2012 e 2013, o Ministério da Defesa (MD), com o intuito de incrementar parcerias e a cooperação na área de defesa, promoveu e/ou participou, em 2014, de dez reuniões bilaterais no âmbito desta Meta, discriminadas a seguir:

–II Reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil – África do Sul, realizada naquele país;

–I Reunião do Comitê Interino Conjunto de Defesa Brasil – Angola, realizada naquele país;

–VIII Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil – Argentina, realizada em Brasília;
–VII Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil – Chile, realizada em Brasília; e
–III Reunião da Comissão Mista Brasil – Espanha, realizada em Brasília;
–VII Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil – Estados Unidos, realizada em Brasília;
–IX Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil – França, realizada em Brasília.
–I Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa Brasil – Guiana, realizada em Georgetown;
–XIX Reunião de Conversações entre os Estados-Maiores do Brasil – Peru, realizada em Lima; e
–II Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto Brasil – Turquia, realizada no Rio de Janeiro.
Adicionalmente, foi realizada a VI Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto do Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), no Rio de Janeiro.
Nesse contexto, merece destaque o alcance da meta de 32 reuniões bilaterais, desde o primeiro ano do PPA, realizadas com países inseridos no entorno estratégico ou do espectro de interesse do Brasil.
Finalmente, e com o propósito de ampliar a cooperação e identificar possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de defesa, foram realizadas reuniões bilaterais com os seguintes Ministros da Defesa em 2014: África do Sul, Angola, Antígua e Barbuda, Chile, Indonésia, México, Moçambique, Sri Lanka, Suécia e Suriname.

Quantidade alcançada

32

Data de Referência

29/01/2015

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A Estratégia Nacional de Defesa contempla o contínuo reaparelhamento das Forças e desta forma o Comando da Aeronáutica formulou estratégias organizacionais no qual busca a inserção da organização no ambiente em que atua. Estas estratégias estão descritas no Plano Estratégico do Comando da Aeronáutica (PEMAER).
O PEMAER tem por finalidade construir e manter capacidade militar para compor o esforço da Defesa Nacional e resulta em configurações de forças militares aptas para o emprego. Para tanto, busca a modernização administrativa, o aprimoramento gerencial e a adequação a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea, visando atender os cenários traçados.
Ao longo dos anos de 2012 e 2013, a fim de adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira diversas obras foram concluídas e novas obras foram iniciadas para modernizar e renovar sua infraestrutura, para alojar e guarnecer as suas equipagens, capacitar o efetivo, garantir o desenvolvimento da tecnologia de uso aeroespacial e defender o espaço aéreo.
Em 2014, as ações orçamentárias receberam recursos menores e o COMAER para enfrentar este óbice priorizou obras de menor valor e maior impacto de acordo com a sua importância para o COMAER.
Foi possível atender com as obras de construção e adequação de instalações do Comando da Aeronáutica as áreas de ciência e tecnologia, infraestrutura na área de ensino, comando e assessoramento, apoio logístico, apoio à gestão de recursos humanos e infraestrutura na área de operações aéreas.
As metas que buscam o alcance do objetivo 0971, propiciaram e continuam propiciando resultados intermediários como a geração de empregos nas regiões em que ocorrem/ocorreram. O principal fator que dificultou o alcance das metas foi a readequação a disponibilidade orçamentária, o que causou a sua reprogramação e o adiamento de obras para o ano de 2015.

Metas 2012-2015

- **Construir 530 Próprios Nacionais Residenciais**

Análise Situacional da Meta

A meta se relaciona diretamente com o remanejamento de Organizações Militares ao longo do Território Nacional, acarretando a necessidade de Próprios Nacionais Residenciais (PNR) para alojar os militares pertencentes ao Comando da Aeronáutica.

Destaca-se os arranjos de gestão levados a efeito pelo COMAER, tais como priorização de recursos para atender as obras em andamento, o foco gerencial em processos eficientes que busquem redução de custos e prazos, bem como a eficácia na gestão orçamentária.

A situação atual desta meta é a seguinte: em 2012 foram finalizados 108 PNR, sendo 24 apartamentos na Vila do Aleixo em Manaus-AM, 24 apartamentos em Belém-PA e 60 apartamentos em Natal-RN e em 2013 foram finalizados 96 PNR em Porto Velho-RO.

No ano de 2014 estão em andamento a construção de 160 apartamentos em Lagoa Santa (MG), 48 apartamentos em Manaus (AM) e 72 apartamentos em Brasília (DF), localidades identificadas como de maior déficit habitacional dentro do COMAER.

Quantidade alcançada

204

Data de Referência

07/01/2015

- **Construir 5 instalações militares**

Análise Situacional da Meta

A meta de construção de cinco instalações militares foi atingida em 2012 e ao final do ano de 2013, com esforços concentrados, foi possível superar a meta em mais uma construção/adequação de instalação militar.

Em 2014 foram previstas 39 obras de adequação de Organizações Militares já existentes no Comando da Aeronáutica.

Após ajustes feitos pela administração foi possível a conclusão de mais 13 obras, totalizando até o momento 19 obras de adequação de Organizações Militares. As demais obras continuam em execução com previsão de conclusão em 2015.

Quantidade alcançada

19

Data de Referência

07/01/2015

- **Implantar Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica em Lagoa Santa-MG**

Análise Situacional da Meta

A implantação do CIAAR teve seu início no ano de 2009, com conclusão planejada em 30 (trinta) meses. Considerando os atrasos ocorridos, foram pactuados Termos Aditivos visando introduzir correções de projeto e repactuação do prazo de execução. Durante o ano de 2014, o avanço físico foi de 25%, totalizando, em dezembro, 80% do total da obra.

A empreiteira responsável pelas obras tem apresentado uma performance abaixo da esperada, o que vem provocando atrasos no cronograma e consequente dilatação dos prazos contratuais. Por consequência dos atrasos, sanções previstas em contrato têm sido aplicadas à empresa.

Em 29/12/2014 foi aprovado na área jurídica o 5º Termo Aditivo que deverá ser formalizado em janeiro de 2015. Com o atual ritmo das obras, a expectativa de conclusão das obras e de início da operacionalização do novo Centro, é o segundo semestre de 2015.

Concomitante às atividades construtivas, a administração está preparando todos os Processos Administrativos para a aquisição de mobiliário e equipamentos a serem instalados quando terminadas as obras.

Até a presente data, o atraso não causou impacto ao Comando da Aeronáutica, tendo em vista que as instalações do

atual Centro ainda têm suportado as demandas de formação deste Comando.

Quantidade alcançada

0,8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	1	unidade	0,8	31/12/2014

- **Implantar novo Centro de Instrução e Adequação da Academia da Força Aérea em Pirassununga - SP**

Análise Situacional da Meta

Esta meta não está inserida no Planejamento Estratégico da Aeronáutica. Foi criada no ano de 2012 por meio de emenda parlamentar e até a presente data, 31/12/2014, não recebeu nenhum recurso para ser iniciada.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no PNAE (IPSEN)	%	31/12/2010	27,6	31/12/2014	28,89
Número de imagens de satélites distribuídas anualmente	unidade	31/12/2010	397.359	31/12/2014	199.195
Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)	posição em listagem de países	31/12/2010	10	30/01/2015	11

OBJETIVO: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A conquista da capacidade de acesso ao espaço, de forma autônoma, constitui prioridade estratégica da política espacial brasileira. Não obstante a prioridade estabelecida, os resultados não vêm atingindo níveis desejados em decorrência das dificuldades de natureza tecnológica intrínsecas nos projetos típicos de desenvolvimento tecnológico e dos óbices de natureza jurídica para a contração de projetos, entre outros. Os embargos internacionais impõem desafios para a indústria nacional, visto que muitas partes ou subsistemas dos veículos lançadores não estão disponíveis para compra. Em muitos casos, são necessários prazos de um ou até dois anos para que a indústria desenvolva e fabrique essas partes, componentes ou subsistemas, que passam necessariamente ainda por etapa de qualificação, quando não necessários trabalhos de reprojeto.

Como principais realizações, podem ser destacados os esforços e avanços, desde 2012, nos trabalhos de preparação do VLS XVT-01 (VSISNAV) para voo. No período, foi concluída a fabricação de todos os itens mecânicos, os ensaios das antenas das Redes Elétricas de Telemedidas, Telecomando e Respondedor Radar do quarto estágio do VSISNAV, o carregamento dos motores propulsores ativos do primeiro e segundo estágios e a continuidade nos desenvolvimentos de todos os sistemas necessários para a conclusão do Mock-up de Integração de Redes Elétricas (MIR) e do Protótipo de voo VSISNAV, atingindo 79% do estágio de desenvolvimento físico do projeto em 2014. Entretanto, para completar a fabricação do foguete e viabilizar o voo do VSISNAV, falta ainda a entrega de equipamentos das redes elétricas embarcadas, que foi contratada na indústria nacional e que se encontra em atraso contratual. Os estudos de viabilidade para o desenvolvimento do estágio líquido do VLS-Alfa não foram iniciados, e o voo de teste tecnológico XVT-02 não poderá ser realizado antes de 2017.

No desenvolvimento do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1), houve avanços no desenvolvimento estrutural do envelope motor S50, do desenvolvimento de novo propelente, do carregamento do envelope motor com propelente e do desenvolvimento da eletrônica de bordo. Os principais obstáculos para evolução do VLM-1, que residiam no estabelecimento de instrumentos e mecanismos operacionais-administrativos e financeiros para a continuidade no desenvolvimento dos motores do veículo, tanto no que concerne ao desenvolvimento estrutural dos motores, quanto ao desenvolvimento propulsivo, além do estudo das soluções da eletrônica de bordo, foram contornados com a celebração de um novo convênio, estabelecido no final de 2014. A nova agenda do desenvolvimento tecnológico do VLM-1 prevê a realização, em 2017, de um voo, com o experimento alemão SHEFEX 3, e de um lançamento orbital em 2018, com cargas úteis espaciais ou microssatélites a partir do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Cabe serem destacados também os sucessos nos lançamentos, desde 2012, dos foguetes suborbitais, empregando o VS-30/Orion, para realização de experimentos em ambientes de microgravidade, bem como dos lançamentos de foguetes de treinamento, com os objetivos de exercitar as principais funções necessárias para lançamentos no CLA e no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), bem como fomentar indústria no desenvolvimento e fabricação desses foguetes.

A meta de certificar empresa nacional para produção do VSB-30 não teve evolução, por estar aguardando solução de financiamento para a contratação de um estudo sobre a viabilidade econômico-comercial de sua comercialização.

Metas 2012-2015

- **Lançar 40 foguetes suborbitais e de treinamento**

  Análise Situacional da Meta

  No período de 2012 a 2014, foi lançado um total de 30 foguetes suborbitais e de treinamento. Os foguetes suborbitais destinam-se à realização de experimentos em ambientes de microgravidade, em cooperação com o Programa Europeu de Microgravidade, enquanto que os foguetes de treinamento têm por objetivo exercitar as principais funções de comunicação, telemetria, rastreamento e gerenciamento dos procedimentos de segurança e comandos para lançamentos no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI). Desse total de lançamentos, ocorreu apenas uma falha, verificada com a “Operação Scramspace”, realizada em 2013 no Centro de Lançamento de Andoya (Noruega), e que, por motivo de problemas no 1º estágio do veículo VS-30/Orion, levou ao não cumprimento da missão e ao “recall” de todos os motores S30, para inspeção e verificação. Ao final de 2014 foi superado este obstáculo técnico, sendo que os lançamentos na Europa foram reprogramados para 2015. Em setembro de 2014, a partir do CLA, ocorreu o lançamento de um VS-30, tendo como carga útil o EPL (Estágio Propulsivo Líquido), que levou ao Espaço o 1º motor a propelente líquido do País, movido a oxigênio líquido e etanol. Em 2014, ocorreram cinco lançamentos de foguete de treinamento: dois Foguetes de Treinamento Intermediário (FTI) a partir do CLA, dois Foguetes de Treinamento Básico (FTB) no CLBI e um lançamento de FTB no CLA. Quanto ao lançamento do VS-40, a partir do CLBI, foi reprogramado para 2015.

  Quantidade alcançada

  30

  Data de Referência

  30/01/2015

- **Obter a licença ambiental de operação (LO) para o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) até 2014**

  Análise Situacional da Meta

  Os esforços para a obtenção da Licença de Operação (LO) para o CLA antecedem o período do atual PPA, com a apresentação ao IBAMA, em 2004, dos estudos e documentos necessários para a concessão desta licença. No entanto, em virtude da exigência do IBAMA de incluir neste processo as medidas de compensação do passivo socioeconômico, e diante da necessidade de ampliação da infraestrutura do CLA para atender às responsabilidades do governo brasileiro junto ao Tratado Brasil-Ucrânia, foi submetida solicitação de Licença de Instalação (LI) para um conjunto de obras e edificações complementares no CLA, contemplando também aquelas para atender às demandas da comunidade local. Com os estudos ambientais concluídos e exigidos, foram submetidos ao IBAMA, em 2013, os Relatórios de Controle Ambiental (RCA) necessários para obtenção da referida LI. Em fins de 2013, o IBAMA concedeu uma licença parcial (LI nº 956/2013), contemplando as seguintes obras e edificações: aeródromo, estradas (via interna), vila residencial Tapereí, setor de preparação e lançamento, setor de comando e controle, centro esportivo e social, e canteiro de obras principal. Nesta LI, além de ter sido incluída a construção do centro de tratamento de resíduos sólidos e da escola fundamental, como parte do passivo socioeconômico, o IBAMA estabeleceu também um conjunto de diversos condicionantes, a serem cumpridas, ao longo da execução dessas obras.

  Em 2014, atendendo solicitação de moradores da região para a mudança da localização do centro de tratamento de resíduos sólidos, o Ministério Público da União do Estado do Maranhão (MPU) solicitou a suspensão desta obra e requereu novos estudos ambientais de alternativas de localização. Em 2014, também foi entregue documentação

adicional solicitada pelo IBAMA acerca das obras referentes às construções em Alcântara, especialmente relacionadas ao atracadouro de cargas.

Para 2015, prevê-se a concessão de Licença de Instalação para as obras e edificações remanescentes, não contempladas na LI nº 956/2013, quais sejam: hotel e centro de conveniências, portaria principal e guarda avançada do CLA, atracadouro, centro comunitário de Alcântara e emissário da estação de tratamento de esgoto da vila residencial. Tendo em vista que as obras e os diversos condicionantes estão ainda em fase de implementação – algumas ainda dependentes de LI, e considerando que a conclusão das obras e o cumprimento dos condicionantes são etapas fundamentais para a concessão da Licença de Operação (LO) do CLA, estima-se que esta meta não será alcançada até o final 2015.

- **Ter empresa nacional certificada para produção do foguete suborbital VSB-30**

  Análise Situacional da Meta

  A principal dificuldade para o maior avanço da meta foi a falta de mais estudos e informações sobre a viabilidade econômico-comercial do VSB-30, das formas de transferência de tecnologia e da gestão da propriedade intelectual. Somente após esses estudos é que será possível concluir pela exequibilidade ou não do alcance da presente meta. Para superar esta dificuldade, articulações foram feitas em 2013 com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) para apoiar e financiar este estudo. O processo de licitação para contratação do estudo foi iniciado, mas encontra-se paralisado no momento.

- **Tornar a Usina de Propelentes Cel. Abner capaz de atender às necessidades de preenchimento dos motores do veículo lançador VLM-1**

  Análise Situacional da Meta

  Diante do cronograma inicial do projeto do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1), que previa um tiro em banco em dezembro de 2014 e o seu voo de qualificação em 2015, foram feitos estudos quanto à possibilidade do envolvimento da indústria nacional para atender às necessidades de preenchimento dos motores de veículo lançador VLM-1. Tendo em vista que o voo do VLM-1, com a carga alemã SHEFEX 3, foi reprogramado para 2017, novos estudos foram realizados no 1º semestre de 2014, com vistas a retomar a concepção original da meta, através da implantação de uma infraestrutura mínima requerida para carregar os motores S50 na Usina Cel. Abner (ponte rolante, revisão de macerador, resistência estrutural de fosso e prédios). Para tal, aquisições e contratações de serviços tiveram seus processos iniciados em 2014 e terão continuidade em 2015.

- **Veículo XVT-01 (VSISNAV) pronto até o final de 2013 para lançamento tecnológico em 2014**

  Análise Situacional da Meta

  O voo tecnológico XVT-01 (VSISNAV) é um ensaio do veículo com os dois primeiros estágios do VLS ativos, cujo objetivo principal é testar o sistema de navegação desenvolvido pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (SISNAV). Este voo depende do teste do sistema de redes elétricas e integração com a torre móvel no CLA (MIR – Mock-up de Interface de Redes), tendo sido realizada, em 2012, a Operação Salina, como parte inicial da preparação da MIR. Desde então, foram fabricados e contratados o fornecimento de centenas de itens mecânicos e eletrônicos, bem como realizada a revisão crítica de projeto (CDR) com a empresa Mectron EIC Ltda. Foram realizados também os ensaios das antenas das Redes Elétricas de Telemedidas, Telecomando e Respondedor Radar do Quarto Estágio do VSISNAV, na Câmara Anecoica do Laboratório de Integração e Testes (LIT), bem como concluído o carregamento de todos os propulsores do primeiro e segundo estágios do VSISNAV. Em 2014, prosseguiram-se os trabalhos de desenvolvimento de todos os sistemas para término do Mock-up de Integração de Redes Elétricas (MIR) e do Protótipo de voo VSISNAV, atingindo um estágio físico de 79% de desenvolvimento do projeto. As Operações Santa Bárbara (MIR) e Santa Bárbara II (VSISNAV) estão sendo replanejadas, em virtude do atraso na entrega de equipamentos embarcados das redes elétricas por parte da indústria nacional.

- **Veículo XVT-02 pronto até o final de 2015 para lançamento em 2016**

  Análise Situacional da Meta

  Atualmente, as atividades de desenvolvimento do veículo XVT-02 estão paralisadas. A continuidade dos projetos e

posterior lançamento dos protótipos XVT-02 e V04 dependerá do sucesso da campanha do veículo XVT-01 (VSISNAV), atualmente em desenvolvimento para qualificação, assim como da disponibilidade de novos recursos. Caso sejam superados esses desafios, o lançamento somente deve ocorrer após 2018.

- **Voo de qualificação do VLM-1 realizado até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Para atingir esta meta, o projeto Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1), em desenvolvimento com a cooperação do Centro Aeroespacial Alemão (DLR), relacionada com o transporte da carga útil alemã (SHEFEX-3) pelo veículo lançador, foi dividido em quatro etapas: “Desenvolvimento Estrutural do Envelope Motor S50”, “Desenvolvimento de Novo Propelente”, “Desenvolvimento do Carregamento do Envelope Motor com Propelente” e “Desenvolvimento Preliminar da Eletrônica de Bordo”.

  Quanto à etapa do “Desenvolvimento Estrutural do Envelope Motor S50”, as seguintes fases já foram concluídas: estudo de viabilidade, projeto térmico do motor, projeto de bobinagem, projeto estrutural do motor por modelo de elementos finitos, revisão crítica de projeto (CDR-2) e desenvolvimento da garganta em Carbono/Carbeto de Silício (C/SiC). Com isso, foi realizado o projeto detalhado do envelope motor S50, encerrando-se com a sua revisão crítica (CDR) ocorrida em fins 2013. Foram realizados dois tiros em banco com motores teste para avaliar a nova proteção térmica interna do motor S50, além de verificar o desgaste das tubeiras. O desenvolvimento do motor está 25% concluído em relação ao programado para a etapa.

  No que diz respeito às etapas de “Desenvolvimento de Novo Propelente” e do “Carregamento do Envelope Motor com Propelente”, as seguintes fases já foram concluídas: Estudo Preliminar do Carregamento do Propelente e gestão do Processo, Estudos de Concepção do Procedimento de carregamento dos motores S-50 e do motor prova de conceito e gestão do processo, Revisão de requisitos de sistema (SRR), Definição do Propelente e Desenvolvimento do Liner e definição de métodos de testes, revisão dos resultados e requisitos preliminares. Dessa forma, foi desenvolvido o processo de carregamento do S50 com propelente sólido, tanto no que tange ao aspecto mecânico do mandril de carregamento, quanto à organização do controle da qualidade do carregamento. Foi finalizada também a versão preliminar do propelente a ser utilizado no VLM-1, que é uma versão industrializada do propelente do Veículo Lançador de Satélites (VLS-1). Os desenvolvimentos do carregamento e do propelente estão 15% concluídos, em relação às etapas programadas.

  Foram realizadas ainda diversas reuniões técnicas com o Centro Aeroespacial Alemão (DLR) para discussão sobre a eletrônica embarcada no veículo. Esta eletrônica foi objeto de um estudo à parte, com objetivos de absorção de tecnologia, culminando com uma Revisão de Requisitos do Sistema (SRR), ocorrida em fins de 2013. Esta etapa está 17% concluída em relação ao programado.

  Paralelamente, foram discutidas também com o DLR sobre a dinâmica de voo e o atendimento às normas de segurança para lançamento, além de terem sido realizados ensaios preliminares com um modelo aerodinâmico do veículo, em Túnel Transônico Piloto, para análise do comportamento aerodinâmico do veículo em baixos números de Mach.

  Os principais obstáculos para o maior avanço da meta estão nas dificuldades encontradas para o estabelecimento de contratos com a indústria para o desenvolvimento dos motores do veículo, tanto no que concerne ao desenvolvimento estrutural dos motores, quanto ao desenvolvimento propulsivo, assim como ao que se refere aos estudos das soluções da eletrônica de bordo. Em dezembro de 2014 foi firmado um contrato entre o IAE e a Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia (FUNCATE), para apoio a gestão do projeto VLM-1, o que possibilita a contratação de serviços de engenharia a partir d0 1º semestre de 2015. Em virtude do atraso na solução administrativa para contratação, foi estabelecido um novo cronograma de trabalho que prevê o voo de qualificação do VLM-1 em 2017, o lançamento suborbital do artefato alemão SHEFEX-3 utilizando um VS-50 em 2017, e o primeiro lançamento orbital do veículo lançador em 2018.

OBJETIVO: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A inserção do Brasil no restrito mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites é uma das principais prioridades da política espacial. O conjunto das metas do presente Objetivo compreende, por um lado, o compromisso do governo brasileiro de prover a infraestrutura geral necessária para o lançamento de satélites e, por outro lado, o compromisso ucraniano de prover os foguetes de lançamento Cyclone-4, conforme previsto no Tratado firmado entre o Brasil e Ucrânia, em 2003. Para a exploração comercial conjunta dos serviços de lançamento, foi constituída a empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), à qual cabe, além de prover os foguetes de lançamento com base no Cyclone-4, também a responsabilidade pela implantação e manutenção da infraestrutura do sítio específico de lançamento do Cyclone-4. Desde 2012, poucos avanços ocorreram no desenvolvimento da infraestrutura específica relacionada com o sítio de lançamento do Cyclone-4.

Com o início das obras e as posteriores revisões dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS, realizados entre 2011 e 2012, foi constatado que o capital de US$ 487 milhões, aprovado em 2009 para a binacional ACS, é insuficiente para concluir todas as obras necessárias. Apesar do capital da ACS ter sido elevado, em maio de 2013, para US$ 918 milhões, as obras, atualmente, encontram-se paralisadas.

Metas 2012-2015

- **Certificar o foguete Cyclone-4 e realizar voo de qualificação até 2014**

  Análise Situacional da Meta

  O Cyclone-4 é um veículo de lançamento de três estágios, construído com base no foguete Cyclone-3, e utiliza os mesmos dois primeiros estágios deste último. As novas características estão em grande parte concentradas no novo terceiro estágio, que terá uma capacidade três vezes maior de propelente, e uma nova coifa semelhante à utilizada no Ariane 4.

  Para alcançar a meta estabelecida, no tocante à certificação do foguete Cyclone-4, o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI) foi designado e credenciado como Organismo de Certificação Espacial da AEB (OCE). Adicionalmente foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) da Segurança na Operação do Sistema de Lançamento Espacial Cyclone–4, com a finalidade de discutir e propor ações relacionadas à obtenção dos Certificados de Segurança do foguete Cyclone–4.

  Não obstante os esforços desenvolvidos, desde 2009, com vistas a estabelecer com a Agência Espacial Ucraniana (SSAU) uma política de certificação conjunta para o reconhecimento da certificação do foguete Cyclone-4, conforme previsto no Tratado Brasil-Ucrânia, pouco avanço nos objetivos e metas estabelecidos foram obtidos. Apesar das reiteradas solicitações, a SSAU não enviou qualquer novo documento relacionado com o detalhamento das especificações técnicas do Cyclone-4 para análise pelo GT e OCE constituídos. Esta inadimplência levou ao OCE a expedir, no primeiro semestre de 2014, um parecer técnico que, dentre outras conclusões, recomenda à AEB seguir, para fins de maior sustentabilidade do Tratado, as práticas de segurança adotadas no Centro de Lançamento de Kouru - Guiana Francesa.

  Não existe previsão para a conclusão desta meta enquanto perdurarem as atuais indefinições dos projetos e ações, que impedem a adequada evolução, tanto no desenvolvimento do veículo, quanto de sua infraestrutura. As indefinições atuais prejudicam a governança dos projetos e diversas ações, repercutindo ao longo da cadeia das atividades desenvolvidas, conjuntamente ou isoladamente, pelas partes brasileira e ucraniana.

  Como parte dessas indefinições, consta a dificuldade encontrada, para o cumprimento da meta, relacionada com a demora na obtenção do cronograma de testes do Cyclone-4, bem como de documentos/relatórios dos testes e estudos já realizados. Ressalta-se que, somente após o recebimento do cronograma de testes na Ucrânia, poder-se-á programar a participação das equipes de certificação no acompanhamento dos mesmos, a fim de convalidar a aplicação das normas de segurança brasileiras e a consequente emissão dos certificados pertinentes.

O cumprimento desta meta, no tocante ao voo de qualificação do Cyclone-4, depende também da conclusão das obras de infraestrutura do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio do Cyclone-4, bem como de testes e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4 e da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação. Todos esses fatos levam à conclusão de que a meta só poderá ser alcançada após 2016, caso superados esses obstáculos.

- **Implantar a infraestrutura geral e específica para o sítio do Cyclone-4 até 2014 (infraestrutura básica e urbanização, infraestrutura de redes e sistemas, interfaces com o CLA, Posto de Comando e prédio de armazenamento temporário de propelente)**

Análise Situacional da Meta

A implantação da infraestrutura geral e complementar no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), bem como a específica para o sítio do Cyclone-4, tem como propósito principal construir uma infraestrutura no país capaz de dar suporte aos serviços de lançamentos comerciais da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS), fruto do Tratado Brasil-Ucrânia, bem como aos lançamentos governamentais previstos no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE).

A modernização e atualização da infraestrutura do CLA, iniciada em 2001, vem sendo desenvolvida de forma gradual. Estão em andamento as seguintes obras: do Prédio de Depósito de Propulsores do SPL, do Prédio de Segurança do SPL, da Rede Preventiva de Incêndio do SCC, do Posto Médico e da Escola Fundamental. Estas duas últimas obras, quando concluídas, atenderão também à comunidade local, de modo a promover maior harmonia das atividades do Centro com as da população do município de Alcântara.

Continua em andamento o desenvolvimento do Sistema de Monitoramento do Espectro Magnético (SIMO) do CLA, a modernização dos subsistemas de servomecanismo, telemetria e codificação angular dos Radares Adour e Atlas, assim como o realinhamento eletrônico e modernização dos Radares Adour e Bearn do CLBI.

Como parte das medidas de compensações ambientais e sociais, foi concluído o Projeto Executivo do Sistema de Tratamento de Resíduos Sólidos daquele município, que, no entanto, deverá ser revisado e readequado por força da solicitação de mudança do local de implantação feita pela comunidade local de quilombolas.

Quanto aos itens de infraestrutura de natureza geral, necessários para a operação do Cyclone-4, o Posto de Comando (CP), o Prédio de Armazenamento Temporário de Propelentes (TSA) e as interfaces do sítio do Cyclone com o CLA foram definidos como de responsabilidade brasileira, por acordo estabelecido entre a AEB e a Agência Espacial Ucraniana (SSAU).

No que diz respeito ao Posto de Comando (CP), cujo projeto básico e obra foram contratados pela binacional ACS, houve a necessidade de reestudo e alteração do posicionamento da sua localização por motivos de segurança.

Da mesma forma, o Prédio de Armazenamento Temporário (TSA) de propelente, cujo projeto básico foi concluído em fins de 2012, teve o seu projeto executivo e obras contratados pela binacional ACS e durante o período teve sua construção iniciada (fundações). Também neste caso, a implantação das interfaces de sistemas do sítio do Cyclone-4 com o do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), bem como a implantação da infraestrutura de redes e sistemas, depende do andamento e conclusão das obras no CLA e do sítio de lançamento do Cyclone-4, que se encontram atrasadas por conta do pouco avanço nas discussões sobre o contrato 20/ACS/2010, celebrada entre a ACS e o consórcio de empresas, contratado para a execução das obras e serviços e fornecimento dos equipamentos necessários.

Em resumo, não houve, em 2014, avanços nesta meta, pois ela está diretamente associada à conclusão de todas as obras civis e de redes e sistemas, tanto no CLA quanto no sítio do Cyclone-4.

Quantidade alcançada

85,72

Data de Referência

30/01/2015

- **Iniciar as operações comerciais de lançamento de satélites pela ACS em 2015**

Análise Situacional da Meta

O cumprimento desta meta depende essencialmente da conclusão das obras de infraestrutura complementares do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e do Sítio do Cyclone-4, dos testes e comissionamento dos novos sistemas do sítio do Cyclone-4, da emissão das licenças diversas e da homologação dos processos de certificação requeridos. Também há dependência da aprovação do Acordo de Salvaguardas com os Estados Unidos e a conclusão da certificação do Cyclone-4. O início das operações comerciais só será definido após superados todos os principais obstáculos.

- **Sítio do Cyclone-4 implantado, licenciado e certificado até 2014**

  Análise Situacional da Meta

  O início da implantação do sítio de lançamento do Cyclone-4 ocorreu, basicamente, em 2008, com a assinatura pela empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS) de dois contratos para desenvolver os primeiros estudos necessários para a obtenção das licenças ambientais junto ao IBAMA, bem como do anteprojeto do sítio de lançamento. Em 2009, sucederam-se cinco novos contratos para elaboração dos projetos básicos, da documentação e desenvolvimento da maquete elétrica e dos equipamentos tecnológicos, assim como da criação do sítio de lançamento. Em 2010, dois novos contratos foram assinados, quando, além de novos serviços técnicos contratados, foi dado início, de fato, à construção de diversas obras civis, compreendendo o complexo de lançamento (LC), o complexo técnico (TC) e a área de armazenamento temporário de propelentes (Temporary Storage Zone of Container Tanks – TSA), que integram o sítio de lançamento do Cyclone-4. Com o início das obras e as revisões posteriores dos projetos básicos/executivos e do plano de negócio da ACS, realizadas entre 2011 e 2012, foi constatado que o capital de US$ 487 milhões, aprovado em 2009 para a binacional ACS, seria insuficiente para concluir todas as obras necessárias do sítio do Cyclone-4. Apesar do capital da ACS ter sido elevado, em maio de 2013, para US$ 918 milhões, as obras, atualmente, encontram-se paralisadas. Adicionalmente, os trabalhos de licenciamento e certificação do sítio do Cyclone-4 encontram-se também praticamente paralisados, pela falta de fornecimento, pelo lado ucraniano, de maior detalhamento das especificações técnicas do sítio do Cyclone-4, à semelhança do que vem ocorrendo com a certificação do foguete Cyclone-4.

OBJETIVO: 0399 - Desenvolver e consolidar competências e capital humano para a sustentabilidade do programa.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O desenvolvimento e a consolidação de novas competências são de fundamental importância para a sustentabilidade do programa espacial no seu médio e longo prazos. Nesse contexto, destaca-se a conclusão das negociações e discussões com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o início da implementação de um programa de 300 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras voltadas para o setor espacial. Como decorrência, foi estruturado na Agência Espacial Brasileira (AEB) o portal do Programa Ciência Sem Fronteiras Espacial e elaborados memorandos de entendimento com diversas agências espaciais internacionais, que atuarão como parceiros/facilitadores na implementação do programa. O início da etapa de formalização das candidaturas ocorreu em fins de 2013, e, até dezembro de 2014, já foram implementadas 27 bolsas, dentro de um conjunto de 120 recomendações apresentadas pela AEB no processo seletivo do CNPq, para 154 manifestações de interesse na área espacial.

Dentro do contexto do presente objetivo, devem ser destacados também os esforços do programa AEB-Escola na formação dos futuros talentos da área espacial, mediante ações de capacitação de professores e de divulgação científica, voltadas para as instituições de ensino superior, médio e fundamental, buscando despertar nos estudantes a criatividade e o interesse por ciência e tecnologia e pelo programa espacial, objetivando o desenvolvimento de novas vocações para área espacial. Além de inúmeros eventos promovidos, relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais, foi possível também, de 2012

até dezembro de 2014, capacitar 657 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas diversas áreas de interesse do programa espacial. Neste contexto, destaca-se também a capacitação de 172 outros especialistas de interesse para o programa espacial.

Metas 2012-2015

- **Capacitar 1000 professores de ensino fundamental e médio, incluindo escolas técnicas, nas áreas de interesse do programa**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2012, foram realizadas duas edições do curso de capacitação do Programa AEB Escola, intitulado "ESCOLA DO ESPAÇO", direcionadas para os professores das redes de ensino municipal, estadual e federal. A seleção dos professores foi realizada pelas instituições parceiras, tais como secretarias estaduais ou municipais de educação, universidades estaduais e federais e institutos federais. No mês de junho de 2012 ocorreu a II ESCBI, no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), na cidade de Natal/RN, onde foram capacitados 116 professores locais. No mês de setembro, foi realizada a III ES – Cuiabá/MT, em que participaram 85 docentes. Já em novembro de 2012, foi realizada a VII Jornada Espacial, na cidade de São José dos Campos /SP. Este evento diferencia-se da Escola do Espaço, uma vez que seus participantes são selecionados a partir do resultado das Olimpíadas Brasileiras de Astronomia e Astronáutica (OBA), e os alunos que se classificam nas 50 primeiras colocações são convidados a participarem, juntamente com seus respectivos professores coordenadores da olimpíada em suas escolas, de uma semana de atividades inteiramente voltadas para as ciências espaciais. Neste ano, a Jornada contou com a participação de 48 professores e 57 alunos.

  Em 2013, de acordo com o planejado, foram realizadas três edições da Escola do Espaço, tendo sido a primeira no mês de março na cidade de Natal/RN, no CLBI, a IV Escola do Espaço – CLBI, onde 70 professores participaram deste curso. Em abril deste mesmo ano, ocorreu a V Escola do Espaço – Cuiabá/MT, em que 67 docentes foram capacitados. E, no mês de agosto, no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), foi realizada a VI Escola do Espaço onde foram capacitados 88 professores. Ainda em 2013, ocorreram dois cursos para Capacitação de Monitores, sendo o primeiro na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, o qual contou com 20 participantes. O segundo, realizado no mês de outubro na cidade de Brasília/DF, teve o total de 28 participantes. Excepcionalmente no ano de 2013, foram realizadas duas edições da Jornada Espacial. Desde sua concepção, este evento foi realizado somente na cidade de São José dos Campos/SP, e em 2013, com a finalidade de atingir maior número de participantes e oferecer oportunidade de alunos e professores conhecerem a realidade de um centro de lançamento de foguetes, a segunda Jornada foi realizada no CLBI. A primeira, ocorrida no mês de novembro e realizada na cidade de São José dos Campos/SP, capacitou 40 professores e contou com a participação de 56 alunos. Já a segunda, contou com a participação 35 professores e 40 alunos.

  Em 2014 foi realizada a Capacitação de Monitores de Brasília/DF, nas dependências da AEB, nos dias 4 a 6 de junho. Foram 53 pessoas capacitadas, das quais 29 eram professores. Foram realizadas duas jornadas espaciais pelo AEB escola, uma em São José dos Campos/SP, de 16 a 22 de novembro, onde 58 alunos e 44 professores participaram de palestras, minicursos e atividades de construção de foguete, e outra em Natal/RN, de 8 a 12 de dezembro, com a participação de 45 alunos e 35 professores.

  Quantidade alcançada

  657

  Data de Referência

  30/01/2015

- **Capacitar 100 especialistas nas áreas de interesse do programa**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta tem como objetivo capacitar recursos humanos para as áreas de interesse do PNAE.

  Até dezembro de 2014 foram capacitados 146 especialistas nas áreas de interesse do PNAE, tendo sido:

  - 75 especialistas, por meio do Edital AEB/MCTI/CNPq Nº 33/2010 que tem como objetivo apoiar projetos que visem contribuir significativamente para a formação, fixação, capacitação de recursos humanos e agregação de especialistas,

que contribuam para o ensino e execução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológicos, associados aos projetos estratégicos do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE). Devido à suplementação dos recursos no Edital AEB/MCTI/CNPq Nº 33/2010 foi alcançado um número maior de que o previsto na meta;

- 11 especialistas das instituições Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Agência Espacial Brasileira (AEB), que participaram do seminário intitulado "Seminar on Space Industrial Development" oferecido pela empresa estatal ucraniana Yuzhnoye com o objetivo de atualização na área técnica. O seminário teve apoio financeiro da AEB. Do referido seminário, também participaram profissionais do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

- Dois especialistas em propulsão química de baixo empuxo do INPE de Cachoeira Paulista;

- 52 especialistas, do projeto ITASAT, que tem como objetivo a fabricação, integração, testes e operação de micro satélite com aplicações tecnológicas.

- Seis especialistas do projeto CONASAT do INPE/RN, que tem como objetivo a fabricação e teste dos modelos de Engenharia e de Voo de um transponder de coleta de dados ambientais a ser embarcado no ITASAT. O modelo de engenharia foi entregue em dezembro de 2014.

Consideram-se como projetos de interesse/estratégicos do programa aqueles relacionados diretamente com o desenvolvimento de veículos lançadores, satélites e seus equipamentos e sistemas de solo e operação e controle de centros de lançamento.

Quantidade alcançada

146

Data de Referência

30/01/2015

- **Estruturar os conteúdos programáticos e a metodologia para cursos de especialização e mestrado em Educação Espacial, em parceria com o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/MEC/CAPES)**

Análise Situacional da Meta

No primeiro semestre de 2013 foi submetida à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) uma proposta de estruturação do curso de especialização. A CAPES, em resposta, solicitou a reformulação da proposta apresentada em um curso de mestrado profissional, visto a maior agregação de valor de um programa stricto senso (mestrado profissionalizante) em relação a um de lato senso (especialização).

No segundo semestre de 2013, iniciou-se o projeto de criação de um Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial).

Em 2014, o CVT-Espacial foi materializado, na ocasião do lançamento do Espaço Educação e Tecnologia – E2T da AEB, sendo o primeiro no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) em Natal/RN, com a parceria entre a AEB, o Ministério da Educação e o próprio CLBI. Atualmente, o acordo de cooperação entre os parceiros está sendo finalizado e já foram iniciados os processos licitatórios de aquisições de equipamentos que serão utilizados nas diversas atividades do CVT-Espacial. Com este CVT operacionalizado serão realizadas missões espaciais completas com estudantes de escolas públicas e privadas. A inauguração está prevista para o primeiro semestre de 2015.

Paralelamente, serão redefinidas as disciplinas e o nível de qualificação mais adequado às premissas da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A partir dessas redefinições poderá ser reformulada a proposta do curso de mestrado profissional e encaminhada novamente à CAPES.

- **Implementar 300 bolsas do Programa Ciência sem Fronteiras, nas áreas de interesse do PNAE, em articulação com instituições e agências espaciais estrangeiras e outros programas nacionais**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, foram concluídas as negociações e discussões com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (CNPq) para a montagem de um programa de 300 bolsas do Ciência sem Fronteiras voltadas para o setor espacial. Foi estruturado portal do Programa Ciência sem Fronteiras Espacial e elaborado memorando de entendimentos com agências internacionais: Russian Federal Space Agency (ROSKOSMOS), Agência de Exploração Aeroespacial do Japão (JAXA), European Space Agency (ESA), China Centre for Resources Satellite Data and Application (CRESDA) e National Aeronautics and Space Administration (NASA), entre outras. Para as modalidades de bolsa Graduação Sanduíche (SWG), Atração de Jovem Talento (BJT) e Pesquisador Visitante Especial (PVE), a AEB enviou cartas de recomendação para melhor instruir os processos seletivos, que são de inteira governança do CNPq. Na modalidade SWG, foram recebidas, em 2013, 98 manifestações de interesse junto à AEB, dentre as quais foram encaminhadas 80 cartas de recomendação e 18 cartas de não recomendação.

Atualmente a AEB aguarda os resultados do CNPq para esta modalidade de bolsa, bem como o início do recebimento das manifestações de interesse para o processo seletivo do CNPq de 2014. Nas modalidades BJT e PVE foram enviadas cerca de 10 cartas recomendando os candidatos, dentre as quais a AEB ainda aguarda informação do CNPq a respeito do número de bolsas implementadas.

Nas modalidades de bolsa Doutorado Sanduíche (SWE), Doutorado Pleno (GDE) e Pós-Doutorado no Exterior (PDE), cabe à AEB selecionar os candidatos, implementar e acompanhar as bolsas.

Em 2014, foram implementadas duas bolsas na modalidade GDE, três na modalidade SWE, uma bolsa para PDE, uma bolsa na modalidade BJT, quatro na modalidade PVE e quatro bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior, sendo uma DEJ e três DES. Para a modalidade SWG foram recebidas 56 manifestações de interesse na área espacial, que resultaram em 40 recomendações da AEB e 14 aprovações dos candidatos recomendados, sendo sete pela CAPES e sete pelo CNPq.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

30/01/2015

- **Realizar seis eventos anuais relacionados à divulgação da área espacial em todos os níveis de ensino, como olimpíadas e competições de foguetes experimentais e satélites educacionais**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizados os seguintes eventos: 1) Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA); 2) Olimpíada Internacional de Astronomia e Astrofísica; 3) participação da Campus Party; 4) da Rio +20; 5) da Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; 6) da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia; 7) do Circuito de Feiras de Ciências do GDF e 8) da Feira do Jovem Empreendedor Joseense.

Em 2013, o Programa AEB Escola apoiou os seguintes eventos: 1) Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica; 2) a SBPC Focal, que foi uma reunião especial voltada para a disseminação da ciência, educação e saúde para a população de Alcântara/MA, em diversas comunidades locais. Ocorrida no período de 22 a 26 de abril, o evento propiciou a realização de diversas atividades, como oficinas, curso e palestras; 3) a 65ª Reunião da SBPC, realizada de 21 a 26 de julho de 2013 no Campus da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE); 4) a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia/MCTI, ocorrida entre 21 e 27 de outubro, no Pavilhão de Exposição do parque da Cidade, Brasília/DF e 5) a 5ª Feira de Ciências e Tecnologias da Regional de Ensino de Ceilândia/DF. No estande da AEB, estudantes e outros visitantes puderam ter acesso a materiais institucionais.

Em 2014, o Programa AEB Escola realizou diversas atividades. Em abril, participou do Encontro Internacional de Astronomia e Astronáutica, em Campos dos Goytacazes - RJ, promovido pelo Clube de Astronomia Louis Cruls. Foram realizados minicursos, oficinas de foguetes de garrafa PET e palestras sobre a AEB. Ao todo, 20 pessoas participaram das oficinas. Ainda em abril, na Semana do Planetário de Brasília/DF, foram ministrados minicursos sobre Astronomia, Órbitas de Satélites e Foguetes, Sensoriamento Remoto e Robótica. Além destas atividades, foram realizadas oficinas do Carrinho Foguete e Construção e Lançamento de foguetes de garrafa PET. Estima-se que durante esta semana, aproximadamente 400 visitantes tenham participado das atividades propostas. Em maio, o Planetário do

SESC de Taguatinga Norte (DF) promoveu atividades voltadas para a temática de Astronomia e convidou o Programa AEB Escola para participar. Foram montadas três turmas por turno, com cerca de 30 alunos em cada uma, totalizando 540 alunos nos três dias de atividades. Por solicitação de uma professora colaboradora do Programa AEB Escola foi realizada uma oficina sobre Construção e Lançamento de foguetes de garrafa PET. Esta atividade ocorreu no dia 12/05 na Escola Centro Educacional/CED 07 de Taguatinga Norte/DF, e contou com a participação de 35 alunos e a construção de quatro foguetes. O Programa AEB Escola também participou da "5ª Feira de Ciências e Tecnologias da Regional de Ensino de Ceilândia/DF". No estande da agência, estudantes e outros visitantes puderam ter acesso a materiais institucionais. Em julho, o Programa participou da Reunião da SBPC, no Acre, com minicursos de capacitação para mais de 2000 participantes. Em outubro, participou da SNCT em Brasília/DF, com a realização de minicursos e oficinas para mais de 200 pessoas. Também realizou atividades no Planetário de Brasília, em dezembro, com a construção de carrinhos-foguetes e minicursos sobre Astronomia e Astrofísica, ministrados para 300 participantes.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

30/01/2015

OBJETIVO: 0555 - Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A busca do desenvolvimento e domínio das tecnologias críticas constitui um dos principais desafios do programa espacial. No âmbito das metas deste objetivo, cabe destacar, como uma das principais realizações, os importantes avanços, no âmbito do Comitê Diretor do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), das discussões e definições dos aspectos técnicos, mecanismos e instrumentos que deverão ser utilizados e orientarão a estruturação e implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT). Essas discussões culminaram na elaboração de um Memorando de Entendimento, assinado em dezembro de 2013 entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a empresa Thales Alenia Space, que servirá de instrumento legal para garantir a efetiva transferência de tecnologia pela mencionada empresa estrangeira para o Brasil A Absorção de Tecnologia, constituída pelo envio de pessoal técnico para as instalações da empresa fabricante do satélite (na França), vem sendo implementada como planejado desde o início de 2014.

As demais metas do objetivo relacionadas com o desenvolvimento tecnológico de produtos/sistemas para aplicação espacial, voltadas para satélites, cargas úteis, veículos lançadores e sistemas de solo, vêm tendo desenvolvimento em ritmo lento e gradual, cabendo destacar que a meta relativa ao desenvolvimento de lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no satélite Amazônia-1 já foi atingida.

Destacam-se também os importantes avanços obtidos no desenvolvimento do Banco de Controle do Sistema de Reentrada Atmosférica (SARA), com o equipamento já desenvolvido e entregue, estando previsto para o primeiro semestre de 2015 um ensaio de integração desse banco com a plataforma do SARA. No campo do desenvolvimento de plataformas e subsistemas de picossatélites, cabe ser destacado também o lançamento com sucesso, em 2014, do nano satélite NANOSATC-BR1, desenvolvido pelo Centro Regional Sul de Pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE-CRS) e que já se encontra operacional.

Ainda no âmbito do Programa Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites (Serpens), está sendo concluído, por um consórcio de universidades brasileiras e estrangeiras, o desenvolvimento de um satélite padrão 3U (satélite miniaturizado, com dimensões 30cm x 10cm x 10cm), com o objetivo de coleta de dados

ambientais, a ser lançado no primeiro semestre de 2015.

Destaca-se também o satélite universitário AESP-14, padrão 1U (10cm x 10cm x 10cm), desenvolvido pelos estudantes de graduação e pós-graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), já finalizado e testado em laboratório. Foi entregue para lançamento à empresa japonesa JAMMS, responsável pelo lançamento do satélite a partir da Estação Espacial Internacional, previsto para janeiro de 2015.

Metas 2012-2015

- **Catalisador de hidrazina qualificado para voo**

  Análise Situacional da Meta

  O catalisador, a ser empregado nos propulsores da Plataforma Multi Missão (PMM), já havia sido aprovado em testes de qualificação. No entanto, em 2012, testes com o novo lote de catalisador preparado para o modelo de voo apresentaram desempenho inferior ao esperado. A análise dos resultados destes testes não foi conclusiva. Diante destes fatos, foram iniciadas em 2013 as atividades de revisão da metodologia de síntese do composto precursor da alumina empregada como suporte do catalisador dos propulsores da PMM, visando a sua utilização em missões futuras. O aluminato é sintetizado no Laboratório de Combustão e Propulsão do INPE, em virtude da variação da pureza do material importado. No primeiro semestre de 2014, os compostos precursores para preparação de suporte de alumina para catalisadores começaram a ser sintetizados e caracterizados usando insumos nacionais para garantir a reprodutibilidade. A metodologia de síntese do composto precursor da alumina foi revisada e otimizada. A expectativa para 2015 é impregnar a alumina com irídio tão logo o banco de testes de propulsores esteja operacional.

- **Completar o desenvolvimento do Banco de Controle para lançar o satélite de reentrada atmosférica (SARA) suborbital em 2013**

  Análise Situacional da Meta

  O desenvolvimento do Banco de Controle (BC) do Satélite de Reentrada Atmosférica (SARA), projeto inovador calcado em sistemas modularizados industriais e organizados em torno de um barramento de dados, foi contratado junto à empresa CENIC em fins de 2012, e o seu desenvolvimento foi iniciado em 2013 com a Revisão de Requisitos de Sistema (SRR). A partir desse evento, seguiu-se a Revisão Preliminar de Projeto do BC (PDR), a sua Revisão Crítica (CDR), concluindo com os testes de conformidade e entrega do equipamento. Por motivos de atraso no fornecimento de componentes eletrônicos importados, a entrega do BC, prevista para fins de 2013, somente ocorreu em maio de 2014. Em fins de 2013 foi entregue, também, o Modelo de Voo das Redes Elétricas do SARA Suborbital, cujo desempenho será demonstrado com ensaios específicos utilizando-se o BC desenvolvido. No 1º semestre de 2014 foram realizados os últimos eventos relacionados ao contrato industrial, que resultou na assinatura do termo de recebimento e aceitação final do BC. No 2º semestre de 2014, seguiu-se a preparação para o ensaio conjunto entre o SARA e o Banco de Controle, previsto para 1º semestre de 2015.

- **Completar o projeto e a fabricação dos componentes do modelo de desenvolvimento do motor foguete a propelente líquido L75**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013 foram iniciadas as aquisições de materiais e contratações de serviços e bolsistas, em conformidade com o Plano de Trabalho do convênio com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep). Destaca-se a contratação das empresas para o desenvolvimento e fabricação dos subsistemas mais complexos do Motor (turbobomba e câmara de empuxo) e implementação da fase 1 do banco de ensaios de bombas. Com a formalização do interesse da Alemanha no projeto, foi realizada Revisão Preliminar do Projeto (PDR) complementar com a participação do Centro Aeroespacial Alemão (DLR) e da empresa Airbus Defence and Space. Entre outras decisões tomadas, a de maior impacto foi a alteração do propelente do Motor L75 de querosene para etanol. Com isso, foi aberta a possibilidade de realização dos ensaios do Motor na Alemanha, mas houve a necessidade de reprojeto do Motor em parceria com o DLR. Como condição para a realização dos ensaios da câmara de empuxo no DLR, foi necessário o desenvolvimento de um modelo para verificar as características de desempenho e fabricação da câmara. Foi dado início aos contratos

para desenvolvimento da turbobomba, implantação do banco para ensaios de bomba e a preparação para ensaios à quente do gerador de gás. Em 2014 foi estabelecida a cooperação Brasil-Alemanha para teste de um cabeçote de injeção em combinação com uma câmara de combustão para o motor L75, e foi iniciado o contrato para o desenvolvimento da câmara de empuxo e fabricação do gerador de gás, dos ignitores, das válvulas e reguladores, além da continuação da fase1 do banco de bombas e do contrato da turbobomba.

- **Concluir a formulação de um Programa de Tecnologias Críticas**

Análise Situacional da Meta

Tecnologias críticas são aquelas essenciais para capacitar o País a utilizá-las nas aplicações espaciais de interesse nacional independentemente de cerceamentos tecnológicos. Algumas dessas tecnologias já são dominadas no País, mas é necessária uma política espacial que garanta a sua sustentabilidade e manutenção.

Com intuito de implementar um programa de Tecnologias Críticas, nos anos de 2012 e 2013 foi elaborada uma minuta para o referido programa.

Após o estudo e a elaboração da lista inicial de tecnologias críticas, foi realizado o alinhamento de ações com um gerenciamento efetivo do portfólio de projetos pertinentes do programa espacial (projeto SERPENS, Programa Uniespaço, Programa Microgravidade, Editais do CNPq, encomendas da FINEP e ações orçamentárias de pesquisa e desenvolvimento nos órgãos executores), no sentido de acelerar o desenvolvimento de tecnologias críticas niveladoras com o auxílio do conhecimento contido na carteira de projetos. Com isso, em 2013, foram lançados novos editais dos programas Uniespaço e Microgravidade para os quais 49 projetos foram apresentados e 27 aprovados e contratados pelo Programa Uniespaço e cinco pelo Programa de Microgravidade. Em 2013, foi realizado seminário de nivelamento para os selecionados no 4º Anuncio de Oportunidade (AO) do Microgravidade, para apresentação dos experimentos para a equipe do IAE e apresentação das instalações do IAE aos pesquisadores. De 28 a 29 de abril de 2014, foi realizada uma vista técnica ao CLA para os pesquisadores conhecerem e identificarem quais adaptações são necessárias durante a campanha de lançamento, que está prevista para julho de 2015.

Em 2014, foi lançada a chamada para apresentação de novas propostas para o Programa Microgravidade, ocasião em que foram apresentados nove projetos e cinco deles foram aprovados. Para esses projetos estava prevista, para o final de agosto, a visita técnica ao IAE, que ocorreu no dia 18 de setembro. Foi também realizado o encontro com os gerentes dos Projetos aprovados no AO 01/2013 do Programa Uniespaço, no MAB em São José dos Campos-SP, para apresentação dos trabalhos aos avaliadores, a comunidade científica e as empresas do meio aeroespacial. Foi aberta a 2ª chamada do AO 01/2013 do programa Uniespaço entre agosto e setembro de 2014, onde

25 projetos foram submetidos, dos quais 12 foram aprovados.

- **Concluir a formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC)**

Análise Situacional da Meta

A formulação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia (PATT) foi concluída em 2013, com o término das discussões e definições das estratégias e aspectos técnicos, levadas a cabo pelo Comitê Diretor do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), constituído com o propósito de orientar a implementação das ações associadas ao contrato de fornecimento, pela empresa Thales Alenia Space (TAS), de um satélite geoestacionário de comunicações ao Brasil. Essas discussões levaram à elaboração de um Memorando de Entendimento (MoU), assinado entre a AEB e TAS em dezembro de 2013, com o objetivo de estabelecer um instrumento legal capaz de dar ao governo brasileiro garantias de que os itens de transferência de tecnologia oferecidos pela TAS seriam implementados ao longo do desenvolvimento do SGDC. A assinatura desse MoU foi feita concomitantemente com a assinatura do contrato para o fornecimento do satélite SGDC, celebrado entre a empresa brasileira Visiona e a TAS.

A implementação do PATT teve início no 1º semestre de 2014. Pelo lado da Absorção, um contingente de 26 técnicos e engenheiros brasileiros seguiu para a França e iniciou suas atividades por meio de cursos de nivelamento, seguidos de

trabalho integrado junto às equipes da empresa Thales, representando a AEB, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o Ministério da Defesa e a empresa Visiona. Deste contingente, 17 profissionais permaneceram na França, para desempenharem importantes tarefas nas fases de Revisão Preliminar e Revisão Crítica do Projeto do SGDC

Em 2015 será desenvolvida a segunda etapa do programa de Absorção de Tecnologia. Um novo grupo será enviado à França, que formará o novo contingente com representantes da AEB, do INPE, do Ministério da Defesa (MD), da Visiona, e também da Telebras, e do Ministério das Comunicações, num total de 39 profissionais. Desses, um grupo de sete cumprirá apenas as fases de cursos de nivelamento, retornando ao Brasil em seguida. Os 32 remanescentes permanecerão até o final do projeto, retornando ao Brasil a partir de meados de 2016.

Pelo lado da Transferência de Tecnologia, ao longo do 1º semestre de 2014, foi realizada a priorização das tecnologias a serem contratadas, foram elaborados os Planos de Trabalho preliminares para as atividades da cedente das tecnologias (TAS), e das empresas cessionárias, seguido da formulação de proposta orçamentária para 2015, quando o programa deverá ter seus primeiros itens implementados por meio de contratos. Ao longo do 2º semestre de 2014, a AEB estabeleceu a formulação jurídica para tratar o processo de seleção e escolha das empresas nacionais e regras de licenciamento.

Ao longo do 2º semestre de 2014 foram também estabelecidas junto à TAS as bases para o Acordo de Transferência de Tecnologia Espacial, que deverá ser assinado no início de 2015 em substituição ao Memorando de Entendimento celebrado em 2013. Foram estabelecidas com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) as bases para um Edital de Subvenção Econômica visando selecionar e financiar as empresas nacionais interessadas na transferência das tecnologias previstas no Acordo entre a AEB e a TAS. O Edital de Subvenção deverá ser lançado em março de 2015.

- **Concluir estudo de viabilidade para o desenvolvimento de estágio líquido do VLS-Alfa**

  Análise Situacional da Meta

  Este projeto não evoluiu nos últimos anos.

- **Desenvolver plataformas e subsistemas de microssatélites e realizar um lançamento até 2015 (ITASAT)**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013, foi realizada uma avaliação do projeto ITASAT por consultoria internacional. Esta recomendou uma série de melhorias em aspectos técnicos e gerenciais do projeto. A partir deste diagnóstico, a AEB iniciou um processo de revisão dos planos do projeto com o objetivo de reorientá-lo e alinhar as expectativas da missão aos recursos orçamentários e humanos disponíveis para o seu desenvolvimento. O grau de complexidade do satélite foi reduzido de forma que o desenvolvimento do mesmo cumpra os cronogramas físicos e financeiros propostos após a revisão internacional. Foi escolhido um novo coordenador para o programa.

  Em 2014 o projeto do ITASAT mudou para estrutura CubeSat 6U (dimensões 30cm x 20cm x 10cm). Passou pela fase de projeto e revisão e desenvolvimento de diferentes subsistemas. Atualmente, o Modelo de Engenharia do satélite está sendo integrado e seus subsistemas testados. A fase integração e testes deve se estender até o primeiro semestre de 2015, e o Modelo de Voo deve ficar pronto no segundo semestre, com o lançamento previsto para o final do mesmo ano.

- **Desenvolver plataformas e subsistemas de picossatélites e realizar dois lançamentos até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2013 foi construído e testado no INPE o modelo de voo do satélite NANOSATC-BR1 do Centro Regional Sul (INPE-CRS) e para rastreá-lo foi instalada uma estação de solo em Santa Maria/RS e outra em São José dos Campos. Em 2014 o satélite teve sua integração final realizada, e passou por toda a bateria de testes necessária no Laboratório de Integração e Testes (LIT), sendo aprovado e lançado em junho, com sucesso, na Rússia. A fase de comissionamento transcorreu como planejado e dados importantes sobre a Anomalia Geomagnética sobre o Atlântico Sul foram coletados e utilizados na produção de artigos apresentados no 1º Congresso Latino Americano de Cubesats em

dezembro. Atualmente, o comissionamento do satélite está considerado encerrado.

Quanto ao projeto CONASAT, do Centro Regional do Nordeste (INPE-CRN), iniciado em 2011, que consiste na construção de uma constelação de nano satélites CubeSats padrão 8U, com o intuito de garantir a continuidade da coleta de dados para o Sistema Brasileiro de Coleta de Dados Ambientais (SBCD) em 2013 o projeto foi redefinido devido a dificuldades em sua viabilização integral. O grupo passou a trabalhar no desenvolvimento de um transponder de coleta de dados, que será embarcado no ITASAT e nas demais missões de picossatélites. Em 2014, o Modelo de engenharia do Transponder de Coleta de Dados foi oficialmente entregue à equipe do ITASAT para sua integração no satélite e uma série de testes. O modelo de voo do transponder deve ser entregue no primeiro semestre de 2015.

Quanto ao picossatélite AESP-14, iniciado em 2012 e desenvolvido por estudantes do ITA, foi desenvolvido um modelo de engenharia, testado no LIT durante 2014. O modelo de voo foi entregue à empresa japonesa JAMSS, responsável pelo contrato de lançamento do satélite a partir do módulo japonês Kibo da Estação Espacial Internacional (ISS). O satélite AESP-14 teve seu lançamento definido numa parceria com a agência espacial japonesa JAXA para ser lançado a partir da ISS. Adaptações de segurança e no sistema de energia tiveram de ser realizadas pelo fato da ISS ser uma missão tripulada. Todas as adaptações foram feitas e foram realizados os testes necessários no LIT, passando por uma checagem final em agosto, acompanhada por representantes da JAXA. Com o lançamento inicialmente planejado para outubro de 2014, pelo veículo Cygnus ORB-3 da empresa Orbital Sciences Corp, atrasos no planejamento da equipe japonesa levaram à alteração do lançamento, passando para o veículo Falcon-9 da empresa Space-X nos EUA. Esse atraso foi providencial, pois houve uma falha durante o voo do veículo Cygnus ORB-3, ocorrido em 28 de outubro, que resultou num acidente com perda total da carga embarcada. O satélite AESP-14 foi integrado ao lançador Falcon-9 em novembro de 2014 e o seu lançamento está programado para janeiro de 2015.

Devido às prioridades estabelecidas pela AEB, os dois picossatélites sob a responsabilidade do LSI-TEC/USP foram descontinuados.

Quanto ao satélite UBATUBASAT (Tancredo-1) da Escola Municipal Tancredo Neves em Ubatuba-SP, em 2014, a AEB assumiu o compromisso de apoiar a campanha, o lançamento e a implantação de uma estação para seu rastreamento. Com a colaboração de parceiros internacionais, incluindo o Prof. Bob Twiggs (criador do padrão Cubesat), foi feito um dispositivo especial adaptado, onde o satélite será encaixado para ser ejetado ao espaço. O satélite deve ser lançado juntamente com o Sistema Espacial para Realização de Pesquisa e Experimentos com Nanossatélites (SERPENS), e seu sinal será rastreado até 30 de junho de 2015, a partir da própria estação da Escola. Esta escola tinha seu projeto completo, mas carecia do serviço de lançamento, pois foi implementado no padrão TubeSat. O lançamento do satélite, previsto para o primeiro semestre de 2015, foi fornecido dentro da parceria com a JAMSS e deve ser efetuado a partir da ISS. O Projeto SERPENS (um satélite 3U desenvolvido por um consórcio de universidades brasileiras que possuem cursos de Engenharia Aeroespacial, liderados pela Universidade de Brasília e com apoio financeiro da AEB) teve seu lançamento definido em parceria com a JAXA. Adaptações de segurança e no sistema de energia foram realizados durante 2014. Este satélite foi dividido em dois setores (Setor A e Setor B) e teve seu projeto e desenvolvimento de softwares praticamente concluídos. Com a finalização dos trâmites de importação foi iniciada a integração do Modelo de engenharia e os testes de seus subsistemas no LIT. A aquisição de componentes importados atrasaram seu desenvolvimento e os testes continuarão em 2015. A finalização da integração e dos testes dos modelos de engenharia e de voo, bem como a entrega do modelo de voo para lançamento deste satélite, juntamente com o Tancredo-1, estão previstas para maio de 2015. O lançamento até a ISS será realizado pelo lançador SPX-5.

- **Lubrificantes sólidos a base de carbono tipo diamante (DLC-Diamond Like Carbon) para peças de satélites com qualificação para voo no Satélite Amazonia-1 e tecnologia transferida para a indústria**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, a meta já havia sido totalmente cumprida no que tange à aplicação para o satélite Amazônia-1. A mesma tecnologia foi empregada, em 2013, para as peças do satélite Lattes, com o revestimento de 12 peças do satélite com diamante DLC como lubrificante sólido; os testes em vácuo confirmaram o baixo coeficiente de atrito. Uma vez cumprida a meta, deu-se continuidade ao projeto visando o aprimoramento dos processos envolvidos. No primeiro

semestre de 2014, começaram a ser realizados estudos de aprimoramento da aderência do diamante DLC sobre o titânio e suas ligas, além de testes tribológicos do diamante DLC sobre o titânio e suas ligas. O Laboratório de Tribologia foi instalado em suas novas dependências e está operacional. Ademais, também foi dado início aos estudos de deposição de diamante em filamentos de titânio e suas ligas e ao desenvolvimento de uma modificação na técnica PECVD (Deposição por Vapor Químico Assistido por Plasma). Já o processo de transferência de tecnologia para a indústria junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do INPE, passou por dificuldades técnico-jurídicas e ficou suspenso em 2014. Para 2015, espera-se avançar os estudos de incorporação de nano partículas em filmes para a melhoria do lubrificante sólido e desenvolver um reator específico para as deposições de lubrificantes sólidos com a tela ativa para se obter filmes com o aderência redobrada. Também em 2015, pretende-se retomar as gestões para a formalização do processo de transferência da tecnologia de lubrificantes sólidos para a indústria.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

30/01/2015

- **Microgiroscópio de silício para uso espacial operacional e caracterizado**

  Análise Situacional da Meta

  Para a fabricação do microgiroscópio de silício é necessário que o Reator de Corrosão a Plasma (DRIE) esteja operacional e os demais componentes da infraestrutura de microfabricação estejam recuperados e adequados para atender aos requisitos técnicos. O DRIE foi adquirido em 2012, mas ainda não está operacional porque a infraestrutura laboratorial necessária (ar condicionado, sistema de refrigeração, sistema de gases, controle de temperatura e umidade, entre outros) não está completa. O principal motivo tem sido o tempo consumido na instalação e manutenção da infraestrutura e em processos de compras. Assim, a principal atividade para 2013, que seria a de maximizar a sensibilidade do giroscópio dado uma largura de banda, a partir da escolha de dimensões críticas do design, não foi concluída. No primeiro semestre de 2014, focou-se nas atividades relacionadas à instalação, manutenção e recuperação da infraestrutura e dos equipamentos, com destaque para: (1) conclusão da instalação dos sistemas de vácuo e de resfriamento de água do Reator; (2) conclusão da instalação de linhas de gases, com exceção dos purgadores que só foram recebidos no 2º semestre; (3) instalação do tanque de nitrogênio para suprir a operação do Reator; (4) instalação dos sensores de temperatura, de umidade e de gases para segurança; (5) projeto e fabricação dos componentes de válvula de alívio e de sistema de alimentação de gases da evaporadora; (6) construção dos dois fornos de infravermelho para litografia; (7) construção de dois controles de banho para limpeza RCA de silício; (8) aquisição, com recursos obtidos do CNPq, de lâminas de silício, vidraria de quartzo, liner e peças de reposição; (9) projeto e fabricação do suporte para as máscaras de 2,5 polegadas. No segundo semestre de 2014, esperava-se realizar a fabricação da primeira versão da estrutura mecânica de giroscópio, entretanto, ainda não foi possível concluí-la, pois o projeto ainda está no estágio de implantação de meios. Destaca-se a conclusão do projeto da eletrônica de controle para um giroscópio miniaturizado com características eletromecânicas (MEMS).

- **Motor iônico qualificado**

  Análise Situacional da Meta

  O projeto do motor iônico vem sendo desenvolvido ao longo do PPA 2012-2015. O principal componente do motor iônico, o catodo oco, tem sido o foco dos maiores esforços. No primeiro semestre de 2014, os novos catodos ocos foram testados com os gases xenônio e argônio, apresentando resultados operacionais promissores. Os testes provaram o alcance do funcionamento em modo "spot", que é o modo operacional em propulsores iônicos. Em função desses resultados, no segundo semestre de 2014, os catodos ocos foram redimensionados e novos testes foram realizados. Com a utilização dos novos catodos ocos, espera-se evoluir no modelo de qualificação dos propulsores iônicos. Parte dos desafios enfrentados para a execução do projeto gira em torno das sérias dificuldades na importação de insumos e componentes sensíveis para tecnologia espacial. O nitreto de alumínio, por exemplo, material de alta condutividade térmica, que não havia sido adquirido em 2013, por ausência de empresa participante na concorrência internacional, foi

adquirido somente no segundo semestre de 2014, tornando possível o desenvolvimento de aquecedores de alta eficiência e baixo consumo de potência. Atividades como a fabricação e montagem do novo protótipo de propulsor iônico com 5 cm de diâmetro, utilizando os catodos ocos desenvolvidos, estão temporariamente suspensas e em busca de solução para prover um quadro adequado de técnicos mecânicos. A expectativa para 2015 é que seja encontrada uma solução para a retomada das atividades de fabricação, montagem e testes dos propulsores iônicos com os catodos ocos desenvolvidos.

OBJETIVO: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Buscando consolidar a autonomia nacional no monitoramento do território brasileiro, cabem ser destacados os esforços desenvolvidos em cooperação com a China no âmbito do Programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite).

Com a perda do satélite CBERS-3, lançado no início de dezembro de 2013, devido a uma falha no terceiro estágio do foguete chinês Longa-Marcha 4B, que impediu a colocação do satélite em sua órbita correta, Brasil e China acordaram em acelerar o desenvolvimento do CBERS-4 e antecipar o seu lançamento para fins de 2014. O lançamento ocorreu no dia 7 de dezembro de 2014, a partir da Base de lançamento de Taiyuan/China, com todos os subsistemas do satélite operando conforme o esperado. As avaliações preliminares das quatro câmeras imageadoras indicam que as imagens são promissoras e devem aprimorar as atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura e outras aplicações. Os projetos de satélites da família CBERS também foram importantes para o estabelecimento e para a capacitação do setor industrial espacial brasileiro para projetar e fabricar diversos subsistemas de satélites, tais como estruturas, suprimento de energia, painéis solares, propulsão de satélites, telecomunicação de bordo, câmeras ópticas imageadoras, gravadores digitais de dados e transmissores de imagens de satélites. Essa capacitação industrial inclui competências tecnológicas, infraestrutura, recursos humanos e metodologias gerenciais aplicáveis a outros setores em que estas empresas também atuam.

Destaque-se ainda a aprovação, em reunião ocorrida em novembro de 2013 na China, do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial, aprovado na 3ª Reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), que amplia as áreas de cooperação com aquele país.

Quanto ao desenvolvimento do satélite Amazônia-1, que visa ampliar a capacidade nacional em observação da Terra, os desafios para a conclusão da Plataforma Multimissão (PMM), bem como a sua integração à carga útil ainda permanecem. Quanto à plataforma do satélite, forma produzidos os equipamentos de testes relacionados ao PSS (Subsistema de Suprimento de Energia), ACDH (Controle e Dados de Bordo) e TT&C (Telemetria, Telecomando e Controle), a estrutura do módulo de carga útil do modelo de voo, o modelo de qualificação do subsistema OBDH, o modelo de qualificação do Gravador de Dados, o modelo de qualificação das antenas do transmissor Banda X, o modelo de voo das antenas Banda X e o modelo de engenharia do subsistema de transmissão de dados (AWDT). Foi também concluída a fabricação e os testes dos equipamentos de voo do subsistema de Controle de Atitude e Órbita e tratamento de dados (ACDH), este subsistema está em processo de transporte para o Brasil. Em nível de sistema, foram realizados a campanha de teste integrado do AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH (Gerenciamento de Dados) no INPE, o projeto da cablagem do módulo de serviço e a conclusão do projeto de controle térmico do satélite Amazônia-1.

Destaque-se ainda a conclusão dos trabalhos de revisão crítica (CDR) de projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), com a participação de especialistas da Telebras, do Ministério da Defesa, da AEB, do INPE e da empresa VISIONA, o que possibilitará o início da sua fabricação em 2015.

Correlacionado a este projeto, o Laboratório de Integração e Testes (LIT) do INPE concluiu os estudos para implantar as capacidades necessárias para realizar as atividades de montagem, integração e testes (AIT) de satélites geoestacionários

de grande porte para telecomunicações e meteorologia, bem como satélites de órbita baixa para observação da Terra, científicos e os demais previstos no programa espacial. Este estudo concluiu pela necessidade de ampliação das instalações atuais do LIT em cerca de 12.000 m² de área construída e a implantação de novos meios de testes. Estimado em R$ 185 milhões, o projeto contará, para sua primeira fase, com um apoio da FINEP no montante de R$ 45 milhões. Em fins de 2014, houve a conclusão parcial do projeto básico das obras civis, estando previstas para 2015 a conclusão do projeto executivo, o início do processo licitatório de parte da obra civil, bem como a contratação de construtora responsável pelas obras.

Por fim, merece ser destacado ainda o sistema de monitoramento do clima espacial, cuja infraestrutura está praticamente concluída, encontrando-se já em fase inicial de operação com um ambiente robusto e que permite desenvolvimento sustentado na pesquisa espacial e em sinergia com esta, o que a potencializa para atingir a novos patamares internacionais. O sistema já está organizado em forma de um programa que já tem capacidade de emitir alertas imediatos via a sua página oficial no ambiente do INPE e em redes sociais quando radiação ou partículas solares atingem o ambiente terrestre, além de boletins diários com a previsão de ocorrência de tempestades de radiação solar, geomagnéticas, bolhas de plasma e perturbações na ionosfera, que podem afetar desde o funcionamento de satélites em órbita da Terra, até o uso de receptores GPS na superfície. Cabe mencionar ainda que o sistema desenvolvido no Brasil tem obtido projeção internacional e despertado o interesse de vários países em desenvolver cooperações internacionais nesta área. Recentemente, o gerente geral do programa brasileiro foi eleito como vice-diretor do organismo internacional que representa este setor técnico-econômico.

Metas 2012-2015

- **Concluir 50% de execução do projeto de ampliação do Laboratório de Integração e Teste (LIT) que o capacitará a realizar testes em satélites geoestacionários**

  Análise Situacional da Meta

  O LIT completou em 2012 os estudos para implantar as capacidades necessárias para realizar as atividades de montagem, integração e testes (AIT) de satélites geoestacionários de grande porte para telecomunicações e meteorologia, bem como satélites de órbita baixa para observação da Terra, científicos e os demais previstos no PNAE – Programa Nacional de Atividades Espaciais, no PESE – Programa Estratégico de Sistemas Espaciais e para as próximas etapas do programa SGDC.

  O estudo concluiu pela necessidade de ampliação das instalações atuais do LIT em cerca de 12.000 m² de área construída e a implantação de novos meios de testes, incluindo:

  • Novo sistema de testes de vibração de grande porte de cerca de 300 kN;

  • Novo sistema para testes de antenas de pequeno porte, utilizando uma câmara de testes de campo próximo;

  • Novo sistema para testes de antenas de grande porte e cargas úteis de telecomunicações, utilizando uma câmara de testes de campo compacto;

  • Novas salas limpas para montagem e integração de sistemas espaciais de grande porte e com pé direito de cerca de 14 metros sob a ponte rolante.

  • Nova instrumentação.

  O investimento total necessário foi estimado inicialmente em R$ 185 milhões ao longo de 5 anos (posteriormente revisto para R$ 170 milhões), incluindo as novas edificações e a aquisição de novos meios de testes. Também foi prevista a contratação de 50 novos servidores ao longo deste mesmo período.

  Este estudo deu origem, no final de 2012, a um Termo de Referência e uma encomenda de projeto junto à FINEP, no valor de R$ 45 milhões, relativa à elaboração dos projetos básico e executivo e parte das obras civis das novas edificações.

  A conclusão parcial do projeto básico se deu em dezembro de 2014 e a conclusão do projeto executivo está prevista para abril de 2015. Estima-se iniciar-se o processo licitatório de parte das obras civis em maio de 2015 e a contratação da construtora no segundo semestre de 2015.

  A conclusão do projeto de ampliação do LIT está prevista para final de 2018, de forma compatível com a expectativa

atual para o início dos trabalhos para a próxima etapa do programa SGDC.
Quantidade alcançada

2
Data de Referência

30/01/2015

- **Concluir estudo de viabilidade do satélite de meteorologia, com participação da indústria nacional**

  Análise Situacional da Meta

  Projeto com andamento suspenso.

- **Concluir estudo de viabilidade do satélite radar, com participação da indústria nacional**

  Análise Situacional da Meta

  Projeto com andamento suspenso. Em 2013, foi possível preparar o ambiente de gestão informatizada de documentos para uso no projeto, necessário ao desenvolvimento de sua fase inicial.

- **Concluir o desenvolvimento dos Satélites CBERS-3 e CBERS-4 e realizar os lançamentos**

  Análise Situacional da Meta

  No período de 2012 e 2013, esta meta apresentou significativa evolução. O desenvolvimento do satélite CBERS-3 passou por problemas técnicos detectados nos conversores híbridos DC/DC, usados na fabricação de parte dos equipamentos do satélite. Por conta disto, o seu lançamento foi reprogramado para dezembro de 2013, o que de fato ocorreu. Entretanto, uma falha no foguete chinês Longa-Marcha 4B impediu que o CBERS-3 fosse colocado em sua órbita correta, provocando a reentrada do satélite na atmosfera da Terra. Face ao acontecido, decidiu-se antecipar o lançamento do satélite CBERS-4 de dezembro de 2015 para dezembro de 2014.

  No 1º semestre de 2014, o satélite foi montado, integrado e submetido aos testes elétricos (Estados A, B, C e D). No Estado A, o satélite foi separado nos módulos de serviço e carga útil e foram realizados testes do subsistema de potência, telemetria e telecomando e interfaces entre subsistemas. No Estado B, o satélite continuou com os módulos separados e foram instalados vários simuladores, cujo objetivo é injetar sinais nos sensores e câmeras. Neste Estado foram realizados os testes funcionais completos de subsistemas e sistemas e foram realizados testes de simulação de voo, nos quais foi testada a sequência de eventos que ocorrem durante o lançamento e as primeiras órbitas após a injeção do satélite. No Estado C, os módulos foram acoplados e foram realizados testes com comunicação entre o satélite e o sistema de testes através de antenas de rádio frequência. No Estado D, o satélite, já em configuração de voo, foi submetido aos testes elétricos finais antes do início dos testes ambientais. No 2º semestre de 2014, foram realizados os testes ambientais (medidas de massa, vibração, termo-vácuo, EMI/EMC, balanço magnético), o que possibilitou o seu lançamento no dia 7 de dezembro de 2014, a partir da base de lançamento de Taiyuan/China, com todos os subsistemas do satélite operando conforme o esperado.

  Embora as quatro câmeras imageadoras ainda estejam em fase de testes, as avaliações preliminares indicam que as imagens são promissoras e devem garantir ao Brasil aprimorar suas atividades de monitoramento de florestas, recursos hídricos, agricultura, entre outras aplicações.

  Os projetos de satélites da família CBERS foram importantes para o estabelecimento e para a capacitação do setor industrial espacial. Esses projetos capacitaram a indústria nacional para projetar e fabricar diversos subsistemas de satélites, tais como estruturas, suprimento de energia, painéis solares, propulsão de satélites, telecomunicação de bordo, câmeras ópticas imageadoras, gravadores digitais de dados e transmissores de imagens de satélites. Essa capacitação industrial não se reduz às competências tecnológicas, mas incluem infraestrutura, recursos humanos e metodologias gerenciais extremamente valiosas e aplicáveis a outras atividades de outros setores em que estas empresas também atuam.

- **Concluir o desenvolvimento e realizar o lançamento do Satélite Amazônia-1**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2012, um dos principais destaques do desenvolvimento do satélite Amazônia-1 foi a realização da campanha de

qualificação estrutural do satélite. Como resultado, foi comprovado que o satélite estaria apto a suportar o esforço e as cargas geradas durante o lançamento.

Já em 2013, o satélite Amazônia-1 sofreu atrasos em seu desenvolvimento por inadequação da legislação para projetos de desenvolvimento tecnológico, fazendo com que diversos processos de compra não prosperassem. Apesar das adversidades, esforços da equipe levaram a um significativo avanço em diversas atividades, destacando-se as seguintes: (1) disponibilização dos equipamentos de testes (em nível de sistema) relacionados ao PSS (Subsistema de Suprimento de Energia), ACDH (Controle e Dados de Bordo) e TT&C (Telemetria, Telecomando e Controle); (2) realização da campanha de teste integrado AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH (Gerenciamento de Dados) no INPE; (3) disponibilização da Estrutura do Módulo de Carga Útil do modelo de voo; (4) conclusão da qualificação do Subsistema OBDH; (5) definição do Sistema de Detecção de Falhas (FDIR) para a fase de lançamento.

Por problemas relacionados aos aspectos administrativos e legais, ocorreu, ainda em 2013, a paralisação das atividades do contrato celebrado para prover o imageador AWFI (Advanced Wide Field Imager). Como alternativa de solução, o INPE fez um estudo sistêmico para a utilização do imageador WFI (Wide Field Imager) desenvolvido para o Programa CBERS, que demonstrou ser viável a sua utilização no Amazônia-1, desde que adaptações sejam realizadas no sistema.

No primeiro semestre de 2014, foi disponibilizado o subsistema de Propulsão e realizados os testes integrando os subsistemas OBDH e TT&C. No entanto, o consórcio PMM (Plataforma Multimissão) responsável pelo provimento dos subsistemas PSS e TT&C informou das dificuldades que vem encontrando para completar o desenvolvimento desses equipamentos dentro do atual cronograma de desenvolvimento, o que poderá levar a AEB, gestora do contrato, a buscar alternativas para seu fornecimento.

A Engenharia de Sistemas do INPE realizou um trabalho sistêmico para verificar as alternativas para tais equipamentos. O estudo concluiu que, com algumas adaptações, existem equipamentos no mercado internacional que poderiam substituir os que não seriam providos pelo consórcio PMM.

Quanto à plataforma do satélite, foi possível disponibilizar o modelo de qualificação do subsistema OBDH (Gerenciamento de Dados), o modelo de qualificação do Gravador de Dados, o modelo de qualificação das antenas do transmissor Banda X, o modelo de voo das antenas Banda X e o modelo de engenharia do subsistema de transmissão de dados (AWDT). Foi também concluída a fabricação e os testes dos equipamentos de voo do subsistema de Controle de Atitude e Órbita e tratamento de dados (ACDH), que está em processo de transporte para o Brasil. Quanto aos trabalhos em nível de sistema, foram realizadas, entre outras, as seguintes macroatividades: campanha de teste integrado do AOCS (Subsistema de Controle de Atitude) e OBDH no INPE, projeto da cablagem do módulo de serviço e conclusão do projeto de controle térmico do satélite Amazônia-1

Apesar dos significativos avanços obtidos em várias frentes, ainda há grandes dificuldades a serem transpostas, que impedirão que a meta seja integralmente realizada até o final de 2015.

A execução física cumprida até 2014 foi de 62%. Para o ano de 2015 estão previstas as seguintes macroatividades: a) finalização da campanha ambiental do satélite relacionada aos testes térmicos; b) finalização dos testes de compatibilidade radioelétrica; c) início dos testes elétricos do modelo elétrico do satélite Amazônia-1; d) conclusão das atividades para contratação do veículo lançador.

- **Implantar o sistema de monitoramento de clima espacial até 2013**

Análise Situacional da Meta

A implantação do sistema de monitoramento do clima espacial não foi concluída em 2013. Optou-se por focar os esforços apenas na execução das ações de operação associadas ao monitoramento do clima espacial. A conclusão da meta está prevista para 2015.

Dentre as atividades / etapas a serem ainda desenvolvidas constam: (1) investimentos no serviço de manutenção de software e sistemas de monitoramento e previsão do clima espacial; (2) a finalização das instalações de equipamentos adquiridos em 2012, 2013 e 2014, bem como da casa de suprimento de energia e do sistema redundante de hardware; (3) a revisão dos serviços de internet. Essas etapas demandarão esforços na superação de desafios enfrentados desde

2012: (a) para a implantação de sítios de coleta há restrições operacionais pela baixa qualidade ou inexistência de serviços de internet e/ou energia, além da dificuldade logística para o transporte dos sistemas até o sítio; (b) nos processos de compra, há uma excessiva demora nos trâmites, podendo comprometer a execução final e os prazos; (c) devido ao alto grau de tecnologia envolvida, grande parte dos fornecedores dos suprimentos tecnológicos necessários é estrangeira, exigindo a realização de processos licitatórios internacionais e consequente longa espera nos processos de nacionalização para entrega.

Ao longo de todo o período do PPA 2012-2015, a equipe de pesquisadores e tecnologistas envolvidos disponibilizou as relevantes informações sobre o clima em boletins diários e comunicados à imprensa, quando aplicável. O mais recente sucesso alcançado foi a consolidação da parceria INPE-NOAA, através do estabelecimento de uma estação de recepção de dados da constelação de satélites Cosmic, aumentando a capacidade geográfica de monitoramento da América do Sul para o globo terrestre.

Também ao longo do 1º semestre de 2014, houve o aprofundamento da cooperação do INPE com a China para projetos associados ao Clima Espacial, dentro do escopo do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente	quantidade	30/12/2010	85	15/12/2014	74
Oferta de molibdênio-99 pela CNEN/MCTI	ci/ano	31/12/2010	14.330	15/12/2014	20.304
Taxa do ciclo do combustível nuclear com processo de produção nacional	%	31/12/2010	63,6	17/12/2014	67,4

Observações:

Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente - Número de criações intelectuais na área nuclear desenvolvidas nacionalmente - o índice de referência (85) refere-se ao período inteiro do PPA anterior, ou seja, trata-se do valor acumulado entre 2008 e 2011. No campo "Acompanhamento", o índice apresentado é o somatório dos anos de 2012, 2013 e 2014.

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O Brasil vem conseguindo aumentar a produção de radiofármacos anualmente, chegando em 2014 a uma produção 10% superior à meta estabelecida para 2015. Entretanto, em função das dificuldades existentes, principalmente a instabilidade do fornecimento de molibdênio 99 (Mo-99) pelo mercado internacional, a segurança no fornecimento somente será alcançada com a entrada em operação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), prevista para 2019.

Com relação à implantação do RMB, as principais realizações alcançadas em 2014 foram as seguintes:

1.Conclusão do projeto básico de engenharia do reator e do projeto básico de infraestrutura, prédios, sistemas e componentes não nucleares.

2.Início da adequação das instalações do Instituto de Pesquisas Nucleares (IPEN) e do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para produção de hexafluoreto de urânio (UF6) enriquecido a 20% e produção de elementos combustíveis e alvos de urânio para operação do RMB.

4.Assinatura da extensão do acordo entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) da Argentina no âmbito da Comissão Nacional de Energia Nuclear (COBEN), entidade criada por aquelas comissões no intuito de desenvolver os reatores RMB e RA-10 (Argentino).

5.Obtenção de outorga de utilização de água do rio Sorocaba e subsolo pelo Comitê de Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê, e pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) do estado de São Paulo.

6.Licença Prévia em fase final para emissão pelo IBAMA.

7.Licença de Local em fase final para emissão pela CNEN.

8.Ao final do ano, foi aprovado convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no valor de R$ 150 milhões, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), para realização do projeto detalhado de engenharia do reator do empreendimento RMB, incluindo seus prédios e sistemas. Ressalte-se que as questões relativas à desapropriação de terrenos comprometeram as ações previstas referentes à etapa de prospecção do local. Ademais, por indisponibilidade de recursos, não foi possível dar início à contratação do projeto detalhado. Consequentemente, o cronograma físico de implantação do empreendimento RMB sofreu atraso.

Em 2015, deverá ser contratado o projeto detalhado do reator e dado início à sua elaboração; a desapropriação dos

terrenos deverá ser efetivada e assim permitir a execução das ações previstas para o local de instalação; e será dada continuidade aos processos de licenciamento nuclear e ambiental.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o fornecimento de radioisótopos e radiofármacos para 404 Ci por semana**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram fornecidos cerca de 23.240.692 mCi em radiofármacos que foram entregues a cerca de 432 clínicas de medicina nuclear distribuídas por todo o país. Esta atividade fornecida corresponde à produção de 445,7 Ci/semana, valor este superior em 10% à meta prevista para 2015. Com a variação cambial observada em 2014, o aumento do custo dos insumos e o orçamento anual previsto para 2015, haverá dificuldades para cobrir os custos de produção, sendo necessário o aumento do preço dos produtos já no início de 2015.

Quantidade alcançada

445,7

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	7	%	7	31/12/2014
Região Nordeste	15	%	15	31/12/2014
Região Norte	4	%	4	31/12/2014
Região Sudeste	58	%	58	31/12/2014
Região Sul	16	%	16	31/12/2014

- **Implantar 50% do reator multipropósito brasileiro**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foram executadas 50% das metas físicas planejadas para o ano. As ações previstas para o local de instalação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) mais uma vez não puderam ser executadas em função do processo de desapropriação de parte do terreno que ainda se encontra em andamento pelo Estado de São Paulo. Consequentemente, o cronograma físico de implantação do empreendimento RMB sofreu atraso.

Em 2015, essas dificuldades deverão ser superadas, em função da assinatura de convênio de R$150 milhões, da contratação pelo Estado de São Paulo da empresa que irá fazer novas avaliações, e da contratação pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) de empresa de comunicação especializada em processos de desapropriação.

Quantidade alcançada

7,5

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	50	%	7,5	31/12/2014

OBJETIVO: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Este Objetivo é integrado por atividades produtivas para atendimento da demanda nacional e projetos de ampliação e implantação das etapas do Ciclo do Combustível Nuclear, objetivando atender a demanda das usinas núcleo elétricas nacionais para geração de energia elétrica em larga escala.

As atividades produtivas referem-se às unidades fabris já em operação para atendimento da demanda nacional de

combustível nuclear. As etapas nacionais já implantadas são a Mineração, a Reconversão, a Fabricação de Pastilhas e a Fabricação e Montagem do Elemento Combustível. As etapas do ciclo ainda não nacionalizadas são a de Conversão e a de Enriquecimento, esta já operando com atendimento parcial da demanda.

Desde 2012, foram produzidos 258 elementos combustíveis, que possibilitaram o pleno atendimento das demandas desses anos, distribuídos conforme abaixo:

2012 - 62 EC's;

2013 -107 EC's;

2014 89 EC's.

Em relação à implantação do Ciclo Completo do Combustível Nuclear, a implantação da Usina de Enriquecimento, em sua primeira etapa composta por quatro módulos dotados do total de 10 cascatas de ultracentrífugas, atingiu, em 2014, progresso físico acumulado de 67,55% (5,56% no ano). Com a conclusão de cinco cascatas (1ª Cascata do módulo 2), representando uma capacidade nominal de 26.000 kg UTS/ano, o empreendimento atingiu a capacidade de enriquecimento de Urânio de cerca de 25% das necessidades de Angra 1. Ao final da implantação da 1ª etapa, a capacidade de produção irá atender 100% de Angra 1 e 20% de Angra 2.

Considerando essa capacidade nominal instalada de 26.000 kg UTS, a Taxa de Nacionalização do Ciclo do Combustível Nuclear passou a ser de 67,4% (em 2013 havia alcançado 64,9%).

Metas 2012-2015

- **Atender a 100% da demanda de elementos combustíveis para operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras**

  Análise Situacional da Meta

  No ano de 2014, foram produzidos 89 Elementos Combustíveis, em estrita conformidade com as necessidades da Eletronuclear.

  Por causa da restrição à produção de concentrado de urânio (U3O8) na unidade de Caetité/BA, a Indústrias Nucleares do Brasil (INB) teve, no segundo semestre de 2014, que efetuar licitação internacional para aquisição de 362.000 kg de Urânio como hexafluoreto de urânio (UF6) natural para manter o fornecimento de combustível nuclear ao seu cliente.

  O comprometimento da produção de U3O8 é consequência da impossibilidade da operação da lavra subterrânea dos corpos I e III da Mina da Cachoeira (antiga anomalia Lagoa Real 13 - LR13), prevista inicialmente para se iniciar em abril de 2012, ocasião em que a exploração a céu aberto até a cota 770, viável economicamente, se encerraria; bem como da impossibilidade de exploração da jazida a céu aberto Mina do Engenho, devido à não liberação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) para início da abertura de estradas e para a decapagem da área.

  Com relação à mina subterrânea, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) emitiu licença somente para a construção dos primeiros 500m da rampa de acesso, cuja extensão total prevista é de 1.100m. Assim, desde 2009, os trabalhos destinados á operação da lavra subterrânea da Mina da Cachoeira estão paralisados, aguardando licença da CNEN. Tal fato impede tecnicamente a operação da lavra subterrânea da Mina da Cachoeira.

  Adicionalmente, com a falta de licença da CNEN para a lavra subterrânea da Mina da Cachoeira, foram feitas alterações no planejamento, incluindo a operação a céu aberto do Corpo II da Mina da Cachoeira até a cota 820, alternativa encontrada para a produção de U3O8 em 2014, mesmo que em quantidade limitada, aquém da capacidade nominal da Unidade de Concentrado de Urânio.

  A INB vem envidando esforços junto à CNEN para obtenção de licenças para a lavra subterrânea da Mina da Cachoeira, bem como para a lavra a céu aberto da Mina do Engenho (antiga anomalia LR9).

  Para o próximo exercício, estão programadas as seguintes atividades produtivas relacionadas à fabricação de combustível nuclear:

  a) Produção de 100 t de U3O8 na Unidade de Concentrado de Urânio – URA, em Caetité/BA – Lavra a Céu Aberto;

b) Produção de 5.045 kg U enriquecido a 4,3% em peso de U235, correspondendo acerca de 19.500 kg UTS;

c) Fabricação de 52 Elementos Combustíveis - EC's para 12ª Recarga de Angra 2;

d) Fabricação de 36 EC's para a 2ª Região do Núcleo de Angra 3;

e) Fabricação de 40 EC's para 22ª Recarga de Angra 1.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	100	%	100	31/12/2014

- **Atender, com produção nacional, a 35% da demanda de urânio enriquecido para a Central Nuclear de Angra I**

Análise Situacional da Meta

A consecução desta meta depende da implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio, ora em sua primeira etapa com quatro módulos compostos por 10 cascatas de ultracentrífugas (UC), cujos prédios se encontram construídos.

Encontram-se em operação as quatro cascatas do Módulo 1 e a primeira de duas do Módulo 2. Os outros dois módulos, com duas cascatas cada, ainda precisam ter complementadas suas infraestruturas predial e eletromecânica e implementados seus Sistemas Comuns, de modo a viabilizar a montagem de suas cascatas.

Registre-se que:

a) todas as atividades de desenvolvimento e fabricação das UC, bem como de montagem eletromecânica das cascatas e seu comissionamento, são contratadas ao Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), único órgão no País com a capacitação necessária para tal; e

b) foram concedidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) (Resoluções 172 e 173/14): a Autorização para Operação Permanente (AOP) para as Cascatas 1 a 6 – Módulos 1 e 2 e a Autorização para Utilização de Material Nuclear (AUMAN), válidas até 02/05/2016.

A capacidade instalada nominal de produção da Usina de Enriquecimento atingiu, em outubro de 2014, cerca de 26.000 kg UTS/ano, correspondendo à aproximadamente 25% da demanda anual de Angra 1, consideradas 103.000 kg UTS para a próxima recarga, a 21ª. Tal capacidade se mostrou, devido à performance inicial de operação da Cascata 5, pouco inferior a que se esperava atingir em 2014.

O progresso físico da implantação da primeira etapa da Usina de Enriquecimento teve uma evolução de 5,56% durante o ano de 2014, alcançando um acumulado de 67,55%, contra o esperado de 68,94%.

A meta prevista para o ano de 2014 não foi alcançada devido aos recursos financeiros terem sido inferiores aos necessários e pela lentidão da Empresa Brasileira de Engenharia S.A. (EBE) na execução dos contratos de complementação do Módulo 4, de implementação dos Sistemas Comuns Módulos 3 e 4, de complementação do Módulo 3 e de construção do prédio do Módulo 5, levando a INB a decidir pela rescisão dos contratos, comprometendo a conclusão dos Módulos 3 e 4 destinados às Cascatas 7 a 10, bem como a construção do prédio do Módulo 5 destinado às Cascatas 11 e 12.

Com a entrada em operação da Cascata 6 – Módulo 2, prevista para o 2º semestre de 2015, será atingida uma capacidade nominal de produção entre 35.500 e 36.200 kg UTS/ano, próxima de 35% da demanda anual de Angra 1.

Reitera-se que, para acelerar a implantação da Usina de Enriquecimento, buscando o atendimento da demanda de serviços de enriquecimento para as Centrais Angra 1, 2 e 3, além da prontificação de infraestruras prediais e eletromecânicas, deve ser viabilizada a construção e operação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica (UTSI) para fabricação em série de ultracentrífugas.

Quantidade alcançada

25

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	35	%	25	31/12/2014

- **Atingir 100% do cronograma físico da implantação da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica**

Análise Situacional da Meta

A Unidade Tecnológica de Separação Isotópica foi concebida com dois módulos: Aramar e Resende.

Para a implantação do Módulo Aramar, o primeiro a ser construído, vinham sendo empreendidas ações para a contratação, pela Indústrias Nucleares do Brasil (INB), dos serviços do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP) para a elaboração do Projeto Básico destinado a amparar a definição de outros escopos de serviços de engenharia relacionados à construção civil e à montagem da infraestrutura eletromecânica. Tal contratação estava diretamente associada à assinatura, entre INB e CTMSP, de Instrumento de Cessão de Uso do terreno de propriedade da Marinha do Brasil, no Centro Experimental Aramar (CEA), em Iperó/SP, destinado à construção do Módulo. Entretanto, os instrumentos contratuais não foram oficializados.

Busca-se novo rumo para a consecução da meta.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Atingir 30% do cronograma físico da Fábrica de Tubos Extrudados em ligas especiais**

Análise Situacional da Meta

Por necessidade de adequação do projeto aos recursos disponíveis, o mesmo sofreu uma total revisão, alterando escopo, metas e prazos.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Atingir 40% do cronograma físico de implantação da Usina de Conversão**

Análise Situacional da Meta

Com os resultado obtidos em 2014, o empreendimento alcançou 8% do cronograma físico no período do PPA.

No ano de 2014, foram concluídas as atividades de contratação de consultoria para engenharia especializada em tecnologia e manuseio de hexafluoreto de urânio (UF6) bem como foram obtidas as instruções para início do licenciamento do empreendimento. Houve ainda a emissão do relatório final dos estudos hidrogeológicos e a revisão das bases conceituais do projeto.

As atividades para contratação de empresa nacional para execução de serviços de engenharia para elaboração do projeto Básico da unidade foram atrasadas em 08 meses. Isto foi devido ao surgimento de oportunidade de negociações com o fornecedor da tecnologia de origem (empresa franco-germânica AREVA) no sentido de que esse possa realizar uma revisão do projeto conceitual proposto, atualizando-o para o "estado da arte" em termos de inovações e sistemas de segurança operacional que estão sendo implantados na unidade de referência europeia. O atraso no cronograma nesta fase será compensado por meio dos respectivos ganhos de qualidade e segurança a serem agregados ao projeto, facilitando as futuras etapas de licenciamento operacional.

Os desdobramentos das reuniões técnicas realizadas na França alcançarão todo primeiro semestre de 2015. O planejamento de implantação será refeito para se adequar a este novo fato relevante.

Quantidade alcançada

8

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	10	%	0	31/12/2014
Região Sudeste	30	%	8	31/12/2014

- **Atingir 40% do descomissionamento previsto para as unidades mínero-industriais do ciclo do combustível nuclear**

Análise Situacional da Meta

A captação e o tratamento de águas pluviais foram as principais atividades desenvolvidas na Unidade de Tratamento de Minérios (UTM) – Caldas em relação ao seu descomissionamento, no 2º semestre de 2014.

Duas ações para redução dos rejeitos da UTM foram executadas. A primeira foi a transferência (venda) para uma empresa de fertilizantes de aproximadamente 3.100 toneladas de borra de enxofre, rejeito proveniente da antiga fábrica de ácido sulfúrico, que operou entre os anos de 1981 a 1999. Esse material tem potencial elevado de geração de drenagem ácida e a remoção de parte deste passivo reduziu o risco ambiental. Essa ação possibilitou ainda a liberação da antiga área de estocagem para a recuperação ambiental, a qual se encontra em andamento.

A segunda ação foi a remoção de ácido sulfúrico cristalizado no fundo de dois tanques de estocagem, seguida do tratamento químico para neutralização desse rejeito. Essa ação eliminou os riscos de vazamento do ácido para o meio ambiente devido a eventuais danos nas paredes dos tanques.

O serviço para a recuperação e melhoria no sistema de drenagem das águas pluviais, que reduziria o custo do tratamento mencionado acima, continua suspenso, devido a problemas relacionados com licenças ambientais. As providencias para obter as referidas licenças estão sendo tomadas por meio de contratação de empresas de consultorias especializadas.

A exportação da Torta II, que é um composto de Tório e Urânio, teve o contrato cancelado, devido ao fato da não obtenção da licença de importação pelo comprador.

Não houve progresso percentual de descomissionamento, tendo em vista não terem sido concluídas ações que resultem em liberação de áreas, representando intervenções que reduzam a geração de águas ácidas, e também pelo fato de ter havido cancelamento da exportação da Torta II.

O Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) da UTM - Caldas continua em processo de análise desde 2012. O próximo passo após análise da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) será reunir os elementos necessários para a Contratação do Projeto Básico e após este, a execução do Plano, cujo valor estimado é da ordem de R$ 480 milhões.

Os principais desafios para a completa implementação do PRAD são o seu alto custo e as dificuldades para o licenciamento / aprovação das suas atividades pelos órgãos ambientais e nucleares. As ações a serem implementadas nos próximos períodos dependem da conclusão do processo de análise do PRAD–UTM pela CNEN.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Atingir 60% do cronograma físico do projeto de ampliação da capacidade produtiva do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do PPA o progresso físico foi de 3%.

As atividades concluídas em 2014 resultaram na ampliação da capacidade produtiva da fabricação de varetas combustíveis, processo integrante da etapa de montagem do elemento combustível nuclear. Foram adquiridos dois

equipamentos de soldagem por pressão e resistência elétrica de varetas combustíveis, importante etapa do processo de produção da Fábrica de Combustível Nuclear, em Resende/RJ. A entrada em operação destes equipamentos resultou em aumento da confiabilidade e capacidade de produção dos processos descritos. Atualmente, estão sendo empregados na fabricação de varetas combustíveis destinadas às usinas nucleares de Angra 1, 2 e 3.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	60	%	3	31/12/2014

- **Atingir a capacidade de produção de 800t de U3O8 ao ano na Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité - BA a partir de 2015**

Análise Situacional da Meta

O projeto de duplicação da capacidade de produção para 800t de concentrado de urânio (U3O8) subdivide-se em três frentes principais: a) Exploração da lavra a céu aberto da Mina do Engenho (antiga anomalia Lagoa Real 9 - LR9), reserva de urânio na Província Uranífera de Lagoa Real; b) Implantar o projeto de lavra subterrânea dos corpos I e III da Mina da Cachoeira (antiga anomalia Lagoa Real 13 - LR13); e c) Duplicação da capacidade de produção na Unidade de Concentrado de Urânio (URA).

O alcance da meta tem sido prejudicado por algumas dificuldades, especialmente quanto ao licenciamento nuclear, contudo, estão sendo desenvolvidas atividades indispensáveis e importantes para que a meta seja alcançada no futuro:

- Lavra a céu aberto da Mina do Engenho (antiga anomalia Lagoa Real 9 - LR9)

Foi concluído o projeto básico de lavra. Entregue toda documentação para obter licença de instalação e autorização de supressão vegetal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em processo de contratação do serviço de supressão vegetal, aguardando a Licença de Instalação. Em processo de licitação dos serviços de decapagem. Em processo de licitação do estudo geotécnico para atender a Comissão de Energia Nuclear (CNEN).

Previsões para o 1º semestre de 2015: a) Obtenção de Licença de Instalação (LI) e Autorização de Supressão Vegetal (ASV) do IBAMA; b) Contratação dos serviços de supressão vegetal e decapagem; c) Licitação do serviço de desenvolvimento e lavra e e) Início dos trabalhos de abertura de acesso e decapagem.

- Lavra Subterrânea dos corpos I e III da Mina da Cachoeira (antiga anomalia Lagoa Real 13 - LR13)

Em licitação estudo de caracterização geotécnica. Aguardando concessão de Autorização de Construção (AC) da CNEN, cujo processo encontra-se em andamento. Após a AC será iniciado o processo de licitação da lavra. Previsão para 1º semestre de 2015: a) contratação e elaboração do estudo geotécnico.

Através da Resolução nº 149 de 20 de março de 2013, a CNEN concedeu a Aprovação de Local (AL) para a Mina Subterrânea da Anomalia 13, da Unidade de Concentrado de Urânio, em Caetité/BA, faltando ainda autorização de Construção e Operação, para permitir a contratação dos serviços de desenvolvimento e lavra.

- Duplicação da capacidade de produção da Unidade de Urânio - URA

Foi contratada empresa de engenharia para elaboração do projeto básico de duplicação da capacidade de produção de 400 t/a para 800 t/a de U3O8 pelo processamento do minério de urânio, contemplando os Processos de Lixiviação Agitada, de Reextração de urânio com Ácido Forte (Ácido Sulfúrico) e de Precipitação de urânio com Peróxido de Hidrogênio.

Previsão o 1º semestre de 2015: a) Término do projeto básico e b) licitação de empresa para produzir documentos de licenciamento ambiental e nuclear.

Quantidade alcançada

400

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	800	TON	400	31/12/2014

- **Aumentar em 30% a reserva medida de urânio no país por meio da intensificação da pesquisa e prospecção mineral**

Análise Situacional da Meta

As pesquisas geológicas estão concentradas na Província Uranífera de Lagoa Real, localizada no centro sul do estado da Bahia, uma das mais promissoras do País, que ainda não foi totalmente pesquisada, cujos recursos em concentrado de urânio (U3O8) na categoria de Recurso Medido mais Recurso Indicado, correspondendo aos Recursos Razoavelmente Assegurados, segundo a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), ainda não são totalmente conhecidos.

As sondagens geológicas realizadas nos anos de 2012 e 2013 nas Anomalias de Lagoa Real – LR35, LR36 e LR37, totalizando 12.500m de furos de sondagem, permitiram incremento de 7,42% na reserva medida de urânio no País. Em 2014, não foram realizadas novas sondagens.

O Relatório referente à Autorização de Supressão de Vegetação (ASV), que condiciona a sondagem, foi entregue ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em 29 de setembro de 2014. A ASV foi concedida em dezembro. Com esta concessão, aguarda-se a contratação de serviços de sondagem geológica nas anomalias LR9, LR35, LR36 e LR37, prevista para o primeiro semestre de 2015, cujo processo licitatório já se encontra em andamento.

Quantidade alcançada

7,42

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	20	%	7,42	31/12/2014
Região Norte	10	%	0	31/12/2014

OBJETIVO: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo de implantar e manter um programa de formação especializada para o setor nuclear vem sendo cumprido pela Comissão de Energia Nuclear (CNEN). Sua implementação dá-se por intermédio da concessão de bolsas de mestrado e doutorado para cursos de pós- graduação realizados no âmbito das unidades de pesquisa da CNEN, além de parcerias com instituições de ensino em áreas de interesse do setor nuclear.

Em 2014, a CNEN concedeu 23 bolsas de mestrado e 11 bolsas de doutorado por meio de edital público de âmbito nacional. Além disso, foram concedidas 14 bolsas novas de mestrado e 12 bolsas novas de doutorado em cotas para alunos dos cursos de pós-graduação mantidos pelas Unidades da própria CNEN. A esses bolsistas somam-se os que iniciaram seus cursos em anos anteriores, perfazendo um total de 66 beneficiados com bolsas de mestrado e 63 com bolsas de doutorado, em 2014.

Adicionalmente, a CNEN mantém com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) um Termo de Cooperação por intermédio do qual são concedidas bolsas de iniciação científica para estudantes de graduação

em áreas de interesse do setor nuclear.

Em 2015, espera-se discutir um Termo de Cooperação com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do MEC, a fim de que esta financie e assuma o gerenciamento operacional do Programa de Bolsas de Mestrado e Doutorado da CNEN.

Metas 2012-2015

- **Formar 164 novos profissionais em temas de interesse do setor nuclear**

Análise Situacional da Meta

A meta vem sendo cumprida dentro do planejado.

No exercício de 2014, foram formados 34 profissionais (isto é, alunos beneficiados com bolsa de estudos da Comissão de Energia Nuclear (CNEN) que concluíram o curso de mestrado ou de doutorado durante o ano de 2014). Além disso, foram concedidas 37 bolsas de mestrado, 23 bolsas de doutorado, e 60 bolsas de Iniciação Científica, perfazendo um total de 120 bolsas de estudos concedidas.

Quantidade alcançada

121

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	1	31/12/2014
Região Nordeste	16	unidade	9	31/12/2014
Região Norte	2	unidade	0	31/12/2015
Região Sudeste	132	unidade	107	31/12/2014
Região Sul	11	unidade	4	31/12/2014

OBJETIVO: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

A ação Segurança Nuclear, Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas tem em parte transcorrido conforme a programação, observadas as dificuldades de cumprimento de demandas devido ao evento Copa da FIFA e pela redução do quadro funcional, decorrente de aposentadorias ocorridas.

Metas 2012-2015

- **Criar a Agência Reguladora Nuclear**

Análise Situacional da Meta

A criação da agência reguladora nuclear está alinhada com as diretrizes estabelecidas na Convenção Internacional de Segurança Nuclear, da qual o Brasil é signatário, e assegurará a inequívoca independência regulatória, no que tange a radioproteção e a segurança nuclear, para o estado brasileiro. A clara inexistência de conflito de interesses será assegurada a partir da dissociação das atividades de regulação e promoção do uso da energia nuclear no País, ambas, hoje, a cargo da Comissão Nacional de Energia Nuclear.

O Anteprojeto de criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear encontra-se em discussão no Governo.

- **Implantar o projeto de modelagem e automação dos processos de licenciamento e controle da Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear**

Análise Situacional da Meta

O projeto encontra-se em execução. As ferramentas em desenvolvimento darão o suporte gerencial e de controle para implementação de uma gestão dos processos de licenciamento com eficiência otimizada e maximizada transparência.

- **Implementação do sistema de monitoração dos indicadores de segurança de instalações nucleares**

Análise Situacional da Meta

A implementação dos indicadores de segurança de instalações nucleares tem como objetivo prover os instrumentos de acompanhamento e análise do desempenho das atividades de licenciamento. A análise crítica destes indicadores e o acompanhamento de suas variações permitem a obtenção de informações estratégicas para os gestores públicos.

No ano de 2014, foram calculados os diversos indicadores propostos, tendo sido obtidos resultados que permitem avaliar a performance do Governo Federal no que tange a realização de inspeções regulatórias.

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

No ano de 2014, foi celebrado convênio com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) para contratação dos projetos de engenharia básico e executivo do futuro Laboratório de Fusão Nuclear (LFN) da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

Metas 2012-2015

- **Implantar 80% do Laboratório Nacional de Fusão**

Análise Situacional da Meta

Dada a execução acumulada do projeto até 2014, a meta prevista no PPA 2012-2015 certamente não será alcançada.

Espera-se que até o final do PPA haja ao menos as contratações dos projetos de engenharia básico e executivo para implantação do Laboratório.

Quantidade alcançada

1

Data de Referência

30/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	80	%	1	31/12/2014

- **Realizar, anualmente, 450 pesquisas científicas e tecnológicas**

Análise Situacional da Meta

A meta anual prevista no PPA vem sendo alcançada como previsto.

Vinculado a esse resultado, foi captado o montante de R$ 3,9 milhões em recursos de fomento destinados a atividades de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico, o que contribui para a melhoria do desempenho institucional na área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Quantidade alcançada

460

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	5	unidade	1	31/12/2014

Região Nordeste	15	unidade	0	31/12/2014
Região Sudeste	430	unidade	459	31/12/2014

OBJETIVO: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Foram identificadas as áreas potencialmente adequadas para a construção do Repositório de rejeitos radioativos de baixa e média atividade.

Ao longo do exercício de 2014, foram feitas gestões junto a outros órgãos federais visando a caracterização das alternativas possíveis para a seleção do local. O local potencial mais adequado foi pré-selecionado e para a confirmação técnica de sua adequação foi contratada empresa para fazer o levantamento geológico necessário para a devida análise técnica.

No âmbito da Cooperação com a Iniciativa Global para Redução de Ameaças (GTRI da sigla em inglês), com a finalidade de repatriar as fontes radioativas em desuso, armazenadas na Comissão de Energia Nuclear (CNEN), foi acordado e assinado o Memorando de Entendimento (MOU) entre o Governo Federal e esta instituição. Em sequência desta operação, foi elaborado e acordado documento operacional designado de Acordo de Implementação. A versão final deste Acordo deverá ser submetida, em 2015, à Procuradoria Federal da CNEN para aprovação e posterior assinatura.

Está em evolução a certificação dos depósitos intermediários de rejeitos das Unidades Técnico-Científicas da CNEN.

Metas 2012-2015

- **Atingir 45% do cronograma físico de implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN), até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  A seleção do local do Repositório encontra-se em sua fase técnica final, porém, depende ainda de decisões governamentais, uma vez que ela requer ações políticas e de possíveis definições sobre compensações financeiras ou de contrapartidas ao município selecionado. A etapa seguinte à seleção técnica é a negociação com as partes interessadas, visando a aceitação pública do local selecionado.

  Foi finalizado o levantamento do inventário de rejeitos existente atualmente e sua projeção para o futuro.

  O levantamento geológico para caracterização técnica do local potencial de repositório foi iniciado em dezembro de 2014.

  Adicionalmente, foi dada sequência à certificação dos depósitos intermediários de cada Unidade Técnica-Científica da CNEN.

  Quantidade alcançada

  15

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	45	%	2	31/12/2014

OBJETIVO: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

O aprimoramento das atividades de proteção ao programa nuclear continuaram a ser desenvolvidas por meio de trabalhos em conjunto com as instituições participantes do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro. Em particular, foram desenvolvidas ações de treinamento para a detecção da torianita, durante a Operação Ágata, em colaboração com o Ministério da Defesa, a Polícia Federal e a Receita Federal.

No âmbito do atendimento às emergências radiológicas e nucleares, foram feitos 12 exercícios de notificação, um exercício simulado de acidente no transporte de material nuclear e um exercício simulado de emergência nuclear nas usinas nucleares Angra I e II.

Em 2015, deverão ser feitos 12 exercícios de notificação de emergência nuclear, o Exercício Geral de Emergência Nuclear, em Angra dos Reis e o Exercício Geral de Emergência no transporte de combustível nuclear, em Resende.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a metodologia e aumentar a frequência dos exercícios de emergência de forma a manter o elevado grau de segurança das instalações nucleares do país**

  Análise Situacional da Meta

  A metodologia vem sendo aprimorada com o desenvolvimento do Projeto Siren (Simulador de Emergência Nuclear), que consiste em software para treinamento em emergências nucleares. O software deve ficar pronto no fim de 2015 e seu desenvolvimento encontra-se em dia.

  A frequência dos exercícios de emergência nuclear atingiu a meta proposta,12 exercícios de notificação e dois exercícios simulados.

- **Modernizar o Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN)**

  Análise Situacional da Meta

  A modernização do CNAGEN está sendo feita juntamente com a Rede Nacional de Pesquisas (RNP), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esse processo de modernização deverá abranger não só o CNAGEN, mas também os centros de emergência do Rio de Janeiro e de Angra dos Reis. O Projeto dos três centros foi concluído, conforme previsto. A dificuldade prevista para terminar o processo de modernização é falta de recursos.

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Conhecimento Geológico da Plataforma Continental Jurídica Brasileira na escala 1:100.000	%	31/12/2010	1	31/12/2014	1
Fundos marinhos internacionais com conhecimento geológico de iniciativa brasileira	km²	31/12/2010	0	31/12/2014	222.000
Número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	280	28/01/2015	505
Número de graduados anualmente em Ciências do Mar	unidade	01/06/2011	700	28/01/2015	900
Taxa de cumprimento de embarque para atividades práticas (experiência embarcada) destinadas aos graduandos na área de Ciências do Mar	%	01/06/2011	60	28/01/2015	8,89

OBJETIVO: 0558 - Desenvolver pesquisa científica e ações de preservação ambiental para assegurar a ocupação das Ilhas Oceânicas, em particular, o Arquipélago de São Pedro e São Paulo, a fim de garantir a conservação dos seus biomas terrestre e marinho e os direitos de soberania sobre a Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A implementação desse objetivo envolve diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras, e contribui para a consecução de objetivos mais amplos das políticas públicas ligadas à pesquisa científica, beneficiando diretamente toda a comunidade científica envolvida, bem como a população brasileira em geral que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, que podem levar à melhoria da qualidade de vida, geração de empregos e aumento na conscientização de preservação ambiental e da mentalidade marítima brasileira.

A Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) conduz programas de pesquisa na Ilha da Trindade e no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, verdadeiros laboratórios a céu aberto no meio do oceano, com o apoio logístico da Marinha do Brasil (MB), onde são desenvolvidas atividades científicas com potencial econômico e importância estratégica para o País. A efetiva e continuada presença de pesquisadores brasileiros no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) consolida a soberania e amplia a jurisdição oceânica do Brasil, com o aumento da Zona Econômica Exclusiva adjacente a essa feição geográfica.

Ao longo de 17 anos, cerca de 2.000 pesquisadores já tiveram a oportunidade de desenvolver pesquisas científicas em Ilhas Oceânicas, apoiados pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM). A cada ano, cerca de 200 pesquisadores são apoiados pelos dois programas de pesquisas em Ilhas Oceânicas: O Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (PROARQUIPÉLAGO) e o Programa de Pesquisas Científicas na Ilha da Trindade (PROTRINDADE).

Pelo PROARQUIPÉLAGO, desde a ativação da estação científica em 1998, já foram realizadas 418 expedições. Manter permanentemente habitada a Estação Científica instalada na Ilhota Belmonte - a maior do Arquipélago de São Pedro e

São Paulo (ASPSP), uma região extremamente inóspita, exige esforço logístico complexo. Nesse contexto, duas atividades são essenciais para proporcionar a segurança necessária durante as expedições científicas, que se processam a cada 15 dias, com saída de Natal. São elas: os treinamentos prévios e as comissões de manutenção. Os "Treinamentos Pré-Arquipélago" são coordenados pela SECIRM e envolvem a participação de diversos órgãos da Marinha e Universidades. Na ocasião, são proferidas palestras e instruções teóricas, seguidas de exercícios práticos, durante uma semana. Os pesquisadores indicados para integrar as expedições científicas aprendem, durante esse treinamento, a operar os equipamentos da estação e recebem noções de sobrevivência no mar, primeiros socorros e segurança. Esses treinamentos são imprescindíveis para a manutenção segura da presença humana no Arquipélago e, assim sendo, contribuem para o objetivo do Programa. Por ano, são realizados, em média, três treinamentos, que viabilizam a habilitação de 90 pesquisadores para integrar expedições científica ao ASPSP. Ao longo do ano são realizadas 24 expedições científicas ao ASPSP, envolvendo a participação direta de 85 pesquisadores, em média. Além do Treinamento Pré-Arquipélago, a manutenção permanente também é fundamental para assegurar o funcionamento e a eficiência dos equipamentos da Estação. Denominadas "APOIEX", essas viagens são realizadas a cada quatro meses. Percorrem-se cerca de 1.100 Km, a partir de Natal-RN, e duram cerca de 12 dias, dependendo do navio empregado e do estado do mar. Adicionalmente às atividades tradicionalmente desenvolvidas, iniciaram-se, em 2014, as tratativas relacionadas à construção de uma nova Estação Científica.

Com relação ao PROTRINDADE, a ilha da Trindade está a cerca de 1.200Km de Vitória, o porto mais próximo do litoral brasileiro. Da mesma forma, a grande distância do continente impõe significativos desafios logísticos e elevados custos à manutenção da plena capacidade operacional da Estação Científica da Ilha da Trindade (ECIT). Desde sua construção em 2010, o Programa apoiou cerca de 420 pesquisadores de projetos científicos, previamente aprovados nos editais do CNPq, ou associados a outras instituições voltadas às áreas do conhecimento e a divulgação dos trabalhos realizados na ilha. Estes pesquisadores foram transportados à Ilha ao longo de 38 Expedições Científicas realizadas até o final desse ano, nove das quais em 2014. Atualmente, cerca de 50 projetos estão sendo desenvolvidos nos dois programas por universidades e órgãos de pesquisa, nas diversas áreas da ciência, como oceanografia, geologia, biologia, botânica e climatologia, incluindo, ainda, estudos para instalação de uma estação magnética e sismográfica do Observatório Nacional na Ilha da Trindade. Na área da Biologia, cita-se o prosseguimento das atividades de monitoramento de tartarugas por pesquisadores do Projeto TAMAR, por ser a Ilha da Trindade o maior sítio reprodutivo desses animais no Atlântico Sul.

Com o objetivo de aprimorar as condições para pesquisas na Ilha da Trindade está em curso processo administrativo para construção de um depósito, anexo a ECIT, capaz de armazenar os materiais e equipamentos diversos afetos aos projetos científicos apoiados. Parte deste depósito, eventualmente, poderá ser convertida em dormitório capaz de atender a até oito pesquisadores, dobrando assim a capacidade da Estação Científica.

Ainda com o intuito de ampliar as pesquisas em ilhas oceânicas e contribuir para conservação dos seus biomas terrestre e marinho, foi proposta pela Subcomissão para o Plano Setorial para Recursos do Mar (PSRM) a criação de um Programa de Pesquisas Científicas em Fernando e Noronha, no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), com a previsão de instalação de uma estação científica em Fernando de Noronha, nas proximidades do porto. Para tal, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) está articulando a seção de um terreno, com área em torno de 600 m², junto à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo de Pernambuco, que é o administrador do território, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Chico Mendes (ICMBio) e Secretaria de Patrimônio da União - SPU. A assinatura do Termo de Entrega do imóvel está prevista para ocorrer em 2015. A intenção é adotar um sistema de geração de energia renovável e tratamento de lixo, com a ênfase na sustentabilidade. A Marinha busca, desse modo, reforçar as iniciativas e contribuir para um modelo de desenvolvimento que prioriza a conservação da Ilha.

Para o 1º semestre de 2015, está prevista a continuidade das expedições científicas e a intensificação das gestões para instalação de um sistema de geração de energia renovável solar na Ilha da Trindade, projeto este desenvolvido em parceria com o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL, da ELETROBRÁS, que permitirá a economia de 90%

no consumo de óleo combustível e a consequente redução da emissão de CO2 na atmosfera em cerca de 220 ton/ano.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 60 o número de projetos de pesquisa sendo desenvolvidos simultaneamente nas Ilhas Oceânicas**

Análise Situacional da Meta

O Edital CNPq Nº 39/2012 - Programa Arquipélago e Ilhas Oceânicas - apoia, desde 2012, 30 projetos de pesquisa. Em 2013 foi lançado o Edital MCTI/CNPq/FNDCT Nº62/2013 – "Pesquisa e Desenvolvimento em Ilhas Oceânicas", com o objetivo de apoiar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação na região das ilhas oceânicas existentes no Atlântico Sul, com ênfase para os projetos na área da oceanografia de mar aberto, bem como o monitoramento do CO2 na interface oceano-atmosfera, naquelas regiões. A Chamada, que prevê recursos na ordem de R$ 7.000.000,00 a serem dispendidos em três anos, aprovou sete projetos de pesquisa. Além deste total de 37 projetos apoiados pelos editais referidos, outros nove projetos, vinculados a editais diversos, compõem o rol de pesquisas realizadas nas Ilhas Oceânicas, a saber: SISBIOTA-Mar (três projetos), Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT (um projeto), Editais CAPES (três projetos) e CNPq (dois projetos). Somados, esses 46 projetos totalizam o cumprimento da meta em aproximadamente 77%.

Quantidade alcançada

46

Data de Referência

06/01/2015

- **Manter a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) habitada com pelo menos três pessoas durante 365 dias por ano**

Análise Situacional da Meta

A Estação Científica do ASPSP está em pleno funcionamento operacional, sem restrições e ocupada, permanentemente, por pesquisadores brasileiros e militares da Marinha do Brasil. Ao longo de 2014 foi dada continuidade às operações e à manutenção da estação científica, permitindo que a estação permaneça ocupada, no mínimo, por três pessoas, ininterruptamente, durante os 365 dias do ano (100% do tempo ocupada).

Avalia-se que a presente Meta foi executada a contento no exercício de 2014, em função de arranjos de gestão levados a efeito, tais como, o estabelecimento de prioridades na realização de comissões de apoio, aquisição de equipamentos e treinamento de pessoal.

No 2º semestre de 2014, deu-se continuidade ao processo de discussão relacionado à construção de uma nova Estação Científica no ASPSP, em substituição a atual, que já começa a apresentar sinais de desgaste, fruto das intempéries que assolam aquela remota região. Foi realizado o contrato com a empresa TRANSMAR para transporte de material e pessoal às expedições do PROARQUIPELAGO. O contrato além de promover melhores condições de habitabilidade, destina-se a apoiar o desenvolvimento de pesquisas nas áreas adjacentes ao Arquipélago de São Pedro e São Paulo.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O VIII Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), possui especial importância, pois define as diretrizes a serem desenvolvidas dentro das suas diversas ações e programas, para transformar os recursos da "Amazônia Azul" e Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial em riquezas para o País.

O PSRM é conduzido pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) e guarda estreita relação com este Objetivo, constituindo-se num dos desdobramentos da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), definindo ações voltadas para o conhecimento e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais marinhos com importância econômica e político-estratégicas para o Brasil.

Dos 10 Programas que compõem o PSRM, sete estão relacionados e esse objetivo: o Programa de Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (REMPLAC); o Programa de Prospecção e Exploração de Recursos Minerais da Área Internacional do Atlântico Sul e Equatorial (PROAREA); o Programa de Avaliação, Monitoramento e Conservação da Biodiversidade Marinha (REVIMAR); o Programa de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPG-MAR); O Programa de Biotecnologia Marinha (BIOMAR); o Programa de Aquicultura e Pesca (AQUIPESCA); e o Programa de Mentalidade Marítima (PROMAR). Além desses programas, existem outros assuntos ligados aos Recursos do Mar, que são discutidos no âmbito da CIRM, por meio de Grupos de Trabalho (GT). Esses Programas do PSRM contribuem para o desenvolvimento de atividades econômicas e de gestão ambiental, para a criação de tecnologia de ponta, novas patentes e empregos e qualificação de recursos humanos, refletindo positivamente no desenvolvimento socioeconômico do País e na maior inserção brasileira no cenário internacional de pesquisas no mar.

O REMPLAC e o PROAREA destinam-se a analisar a potencialidade dos recursos minerais marinhos e da biodiversidade a eles associada, com importância econômica e político-estratégica para o Brasil. No contexto do PROAREA, foi aprovado, em julho de 2014, pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), órgão das Nações Unidas responsável pela coordenação das atividades relacionadas aos recursos minerais marinhos em áreas além das jurisdições nacionais, um Plano de Trabalho que garantirá ao Brasil o direito de explorar por 15 anos crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande (ERG), montanha submarina que se eleva desde profundidades médias de 4.000 até os 800 metros da superfície, situada a cerca de 1.500 Km da costa brasileira. A próxima etapa desse processo será a elaboração do respectivo Contrato de Exploração, que deverá ser assinado em 2015, o que dará ao Brasil exclusividade na exploração deste recurso mineral por um período de 15 anos, nessa área de grande valor estratégico para o País. As atividades de pesquisas prosseguirão em 2015, com a realização de comissões para atender ao REMPLAC e PROAREA. Neste último, o objetivo é identificar a ocorrência de fontes hidrotermais na cadeia mesoatlântica, nas proximidades do Arquipélago de São Pedro e São Paulo, para subsidiar a elaboração de um novo plano de trabalho a ser submetido à ISBA, agora visando a exploração de sulfetos polimetálicos. Cabe destacar que a Rússia e a França estão explorando este recurso mineral na cadeia mesoatlântica no Atlântico Equatorial, em duas áreas contíguas, que tem início a cerca de 2.000 km ao norte do Arquipélago de São Pedro e São Paulo. As atividades do PROAREA contribuirão para que o Brasil lidere as pesquisas no Atlântico Sul, inclusive com possibilidade de incrementar parcerias internacionais.

No âmbito do BIOMAR, coordenado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia & Inovação (MCTI), em 2014, foram criadas quatro redes de pesquisa. As redes são formadas por treze projetos individuais, desenvolvidos em todas as Regiões do País e que se encontram em fase de estruturação ao longo de 2015. Essas redes de pesquisa em biotecnologia marinha promoverão o aprofundamento do conhecimento científico sobre os potenciais usos de bioativos provenientes de organismos marinhos presentes na Zona Costeira e no Oceano Atlântico Sul e Tropical, bem como em águas internacionais de interesse nacional, que com aplicação nas áreas de saúde, agrícola, alimentícia etc.

Na área de Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar (PPG-MAR), em 2014 ressalta-se a assinatura do contrato para a construção de nove embarcações com a empresa Indústria Naval do Ceará S.A., cuja finalidade é servir de laboratório de ensino flutuante, conforme informações disponíveis no Portal "Ciências do Mar Brasil" (www.cdmb.furg.br). As embarcações estão sendo construídas e serão distribuídas por diversas universidades, sendo que uma poderá ser disponibilizada para a Marinha do Brasil. Além da iniciativa para a construção dessas embarcações, cabe destacar o desenvolvimento de oficinas sobre “Empreendedorismo em Ciências do Mar"; a efetivação do "Programa de Apoio à Atividade Embarcada"; a elaboração do "Programa de Apoio à Publicação” referente às Ciências do Mar; a construção do "Repositório de Dissertações e Teses em Ciências do Mar"; e o lançamento de publicações inerentes ao ensino nessa área do conhecimento. As atividades desenvolvidas pelo PPG-MAR contribuem para a criação de uma

recursos humanos nacionais qualificados em Ciências do Mar, área de importância vital para as atividades desenvolvidas no âmbito da MB e da CIRM, e colaboram com o desenvolvimento da mentalidade marítima no Brasil.

Dando continuidade aos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) Uso Compartilhado do Ambiente Marinho em 2014, foi disponibilizado um link na página Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (www.secirm.mar.mil.br) da 1ª Edição da publicação "COMPILAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL SOBRE USO COMPARTILHADO DO AMBIENTE MARINHO (Vade Mecum do Ambiente Marinho). O acesso no Portal do PPG-MAR (Ciências do Mar Brasil – www.cdmb.furg.br) será disponibilizado em 2015. A compilação, resultado do trabalho do Subgrupo Legislação, foi organizada pelos representantes do Serviço Geológico do Brasil (CPRM/MME), Diretoria de Portos e Costas da MB e do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), além dos membros do Subgrupo Legislação. Outro assunto desenvolvido no âmbito do objetivo, refere-se à criação de Áreas Marinhas Protegidas (AMP) nas águas jurisdicionais brasileiras e em áreas internacionais, sob a coordenação do MMA e do MRE.

Com o objetivo de divulgar a importância do mar e despertar na sociedade brasileira uma mentalidade marítima, a CIRM, por meio do Programa de Mentalidade Marítima, realizou, durante o ano de 2014, várias exposições, palestras e doação de material de divulgação para várias instituições governamentais e não-governamentais, que apoiam as atividades ligadas ao mar, que também contribuirão para a divulgação do conceito “Amazônia Azul”.

A execução e manutenção dos programas e ações do PSRM estão relacionadas diretamente ao modelo de gestão conduzido pela CIRM que, como fórum de discussão e articulação dos assuntos ligados aos Recursos do Mar, envolve diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras e corrobora com políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente às relacionadas com o mar..

Apesar das dificuldades de disponibilidade de equipamentos e pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como, da restrita disponibilidade de navios e embarcações, em especial os da Marinha do Brasil, avalia-se que o presente objetivo foi cumprido a contento ao longo de 2014, em função de arranjos de gestão levados a efeito pela CIRM na condução das diversas reuniões multissetoriais das Subcomissões, Comitês, e Grupos de Trabalhos, criados para a tratar dos diversos assuntos ligados aos recursos do mar, principalmente no aspecto de otimização na utilização de navios e embarcações da MB para atendimento aos vários programas do PSRM.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 1.400 o número de graduados anualmente em Ciências do Mar**

  Análise Situacional da Meta

  O levantamento, efetuado a partir do número de prováveis formandos divulgados pelas coordenações de cursos, permite estimar que mais de 900 dos cerca de 2.100 estudantes devam concluir a graduação em 2014, nos 44 cursos de graduação que integram a área de Ciências do Mar (inclui as modalidades de Ciências Biológicas com enfoque em temas relacionados às Ciências do Mar, Engenharia de Pesca, Engenharia de Aquicultura e Oceanografia - http://www.cdmb.furg.br_. Esse número de 43% de formandos está próximo do recorde histórico, de 45% de alunos que se graduam em relação aos que ingressam nessas áreas de conhecimento. Cabe, ainda, destacar que parte dos cursos da área foram recentemente iniciados, razão pela qual não houve tempo hábil para graduar seus primeiros estudantes. Assim, a taxa de conclusão observada (43%) está subestimada. Adicionalmente, a expectativa é de que o trabalho desenvolvido pelo PPG-Mar, no que se incluem ações visando à melhoria da qualificação docente, a produção de material didático, a ampliação da experiência embarcada, o fortalecimento dos periódicos especializados, a introdução da cultura do empreendedorismo e da inovação e o aumento da inserção no mercado de trabalho, comece a se refletir de forma mais ampla na qualidade e na quantidade de formados a partir do ano de 2015, favorecendo o alcance da meta definida ao final do período de vigência do presente Plano Plurianual.

  Fonte: Comitê Executivo para a Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar – PPGMar – MEC.

  Quantidade alcançada

  900

Data de Referência

28/01/2015

- **Ampliar para 40 o número de projetos de pesquisa multidisciplinares sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha**

Análise Situacional da Meta

No final de 2013 foram encerrados os Editais MCT/CNPq/CT Petro nº 39/2009 e MCT/CNPq Nº 07/2010, que apoiaram 17 projetos na área da Biotecnologia Marinha. Em 2013, foi lançado o Edital MCTI/CNPq/FNDCT Nº63/2013 – "Estruturação de uma Rede de Pesquisa em Biotecnologia Marinha", com o objetivo de selecionar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, estruturados em Redes de Pesquisa em Biotecnologia Marinha. A Chamada, que prevê recursos na ordem de R$ 6.000.000,00 a serem dispendidos em três anos, recebeu 15 propostas de Redes, mas apenas quatro foram aprovadas, contemplando 13 projetos individuais, distribuídos em todas as Regiões Brasileiras. Além destes 30 projetos apoiados, há outros 40 projetos atualmente vigentes sobre o potencial biotecnológico da biodiversidade marinha, seja na Rede Nordeste de Biotecnologia – RENORBIO (13 projetos), nas Fundações de Amparo à Pesquisa – FAPs (12 projetos), em outros editais do CNPq (oito projetos) e CAPES (cinco projetos) ou nos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia - INCT (dois projetos). Ao todo, em 2014 se alcançaram 70 projetos de pesquisa multidisciplinares, ultrapassando em muito a meta estabelecida. Cabe destacar que o Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM) tem perspectiva de implantar o primeiro curso de mestrado em Biotecnologia Marinha do País, o que acarretará no aumento gradativo de projetos na área. Por fim, informamos que a meta visa atender à Iniciativa 025F - Fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha.

Fonte: MCTI

Quantidade alcançada

70

Data de Referência

06/01/2015

- **Ampliar para 560 o número de alunos qualificados anualmente em programas de pós-graduação na área de Ciências do Mar**

Análise Situacional da Meta

Os dados da avaliação trienal da CAPES, disponibilizados ao final de 2013, mostram que os 28 programas de pós-graduação identificados como pertencentes à área de Ciências do Mar (28 cursos de mestrado e 21 de doutorado) formaram no período 2010 a 2012, respectivamente, 281, 332 e 382 mestres e doutores, o que revela um incremento anual acima de 15%. Confirmada esta evolução, a expectativa é de que a quantidade de formados nos dois últimos anos seja, respectivamente, de 440 em 2013 e 505 em 2014, ao mesmo tempo em que projeta um número 580 mestres e doutores para 2015, acima da meta estabelecida para o período (560). Entretanto, será necessário esperar pelos dados da CAPES para confirmar tais estimativas. Adicionalmente, deve ser destacado que novos programas de Ciências do Mar foram recentemente criados (as informações ainda estão sendo levantadas), que ainda não tiveram tempo hábil para capacitar os primeiros profissionais, de forma que a expectativa é de que a meta para a pós-graduação seja de fato alcançada. Tal como para a graduação, a expectativa é de que o trabalho desenvolvido pelo PPG-Mar, no que se incluem ações visando à melhoria da qualificação docente, a produção de material didático, a ampliação da experiência embarcada e o fortalecimento dos periódicos especializados, entre outras, comece a se refletir na qualidade e na quantidade de pós-graduados a partir do ano de 2015, favorecendo ainda mais o alcance da meta definida ao final do período de vigência do presente Plano.

Fonte: Comitê Executivo para a Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar – PPGMar – MEC.

Quantidade alcançada

505

Data de Referência

28/01/2015

- **Atender 70% dos graduandos na área de Ciências do Mar que necessitam realizar práticas de experiência embarcada (100 horas)**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, com o auxílio do Programa de Apoio à Experiência Embarcada- PAAE, foram embarcados 80 estudantes em navios da Marinha do Brasil. Como no período foram graduados 900 estudantes (estimado), somente 8,89% dos graduandos da área de Ciências do Mar que necessitavam realizar práticas de experiência embarcada (100 horas) foram atendidos. É um percentual pequeno, mas superior ao observado em 2012, quando foram atendidos 5,6%, justificando o esforço que vem sendo realizado através do PAAE. Cabe destacar, por oportuno, que a razão do baixo atendimento da meta definida no PPA 2012-2015 (70% dos graduandos) está no reduzido número de embarcações disponíveis para atender a demanda por atividade embarcada. Ciente dessa dificuldade, como já relatado em oportunidades anteriores, o PPG-Mar, por meio do Grupo de Trabalho Experiência Embarcada, realizou um diagnóstico das embarcações potencialmente capazes de uso para esta finalidade, concluindo pela inviabilidade de utilização das mesmas, especialmente porque são meios flutuantes dedicados primariamente à pesquisa. O Ministério da Educação–MEC, informado do problema, destinou recursos financeiros para a construção de quatro Laboratórios de Ensino Flutuantes (LEF), designando a Universidade Federal do Rio Grande–FURG para viabilizar o processo, o que resultou na contratação da empresa Indústria Naval do Ceará S.A. – INACE. Superada a fase de elaboração e aprovado do projeto executivo, a contratada deu início à construção em agosto de 2014, processo que vem sendo acompanhado por Comissão de Fiscalização designada pela FURG. Construídos em série, os quatro LEF estão com o cronograma físico dentro do previsto em contrato, com previsão inicial de entrega do primeiro em julho de 2016 e os demais em intervalos sucessivos de dois meses.

Fonte: Comitê Executivo para a Formação de Recursos Humanos em Ciências do Mar – PPGMar - MEC.

Quantidade alcançada

8,89

Data de Referência

28/01/2015

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima (GOOS-Brasil), um dos 10 programas do PSRM - Plano Setorial para os Recursos do Mar, é composto por redes de observação do oceano e da atmosfera, que operam por meio de boias fixas, ondógrafos, marégrafos e boias de deriva no Atlântico Sul e Tropical, monitorando o nível médio do mar e de ondas em águas rasas, e produz informações que contribuem para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, da variabilidade do clima e das mudanças climáticas, principalmente junto à população litorânea brasileira.

O GOOS/Brasil, sediado na Diretoria de Hidrografia e Navegação-DHN, contribui com o GLOSS (Global Sea Level Observing System), um programa internacional conduzido sobre os auspícios da Comissão Técnica Integrada para Oceanografia e Meteorologia Marinha – JCOMM, da Organização Mundial de Meteorologia - WMO e da Comissão Oceanográfica Intergovernamental - IOC.

Durante o ano de 2014, com o propósito de aprimorar a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos, foi efetuado o lançamento de boias de deriva ao longo da costa brasileira, manutenção das redes de boias fixas, recebimento de novas boias e sobressalentes, manutenção da rede de marégrafos e comissões MOVAR, o que proporciona a manutenção da

capacidade de monitoramento do Oceano Atlântico Sul. Foram recebidos, no final do primeiro semestre deste ano, nove flutuadores ARGO. O Centro de Hidrografia da Marinha, Coordenadora do GOOS/Brasil deu início, no final de 2014, ao plano de coleta de dados utilizando este tipo de flutuador, tendo sido efetuado o lançamento de dois ARGO. Esses flutuadores são de última geração e coletam uma grande gama de informações da coluna de água.

Os dados são recebidos, analisados e disponibilizados aos órgãos de previsão e à comunidade científica a fim de subsidiar estudos, previsões e ações e contribuem para a redução de riscos e vulnerabilidades decorrentes de eventos extremos e da variabilidade do clima que afetam o Brasil, assim como auxiliar as operações navais.

Além disso, com tais informações, a Marinha, por meio da DHN, tem condições de fornecer, quando solicitada, previsões meteorológicas para grandes eventos realizados no Brasil, como foi o caso nos Jogos Pan-americanos de 2007 e Copa das Confederações em 2013 e Copa de Mundo de Futebol de 2014, e será para os Jogos Olímpicos de 2016.

Em 2014, foram realizadas quatro comissões do Projeto MOVAR (Monitoramento da Variabilidade Regional do Transporte de Calor na Camada Superficial do Atlântico Sul, entre o RJ e a Ilha da Trindade), com o lançamento de XBT e coleta de dados oceanográficos.

Atualmente, o Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Clima, coordenado pelo Comitê Executivo para o GOOS/Brasil, está composto por um sistema formado por quatro Redes de Observação e um Projeto de pesquisa, quais sejam:

-Rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas e de deriva no Atlântico Sul (PNBOIA);

-Rede de monitoramento do nível médio do mar (GLOSS);

-Rede de monitoramento de ondas em águas rasas (Rede ONDAS);

-Rede de coleta de dados oceanográficos e climatológicos por meio de boias fixas no Atlântico Tropical (PIRATA); e

-Projeto de monitoramento da caracterização da estrutura térmica, a partir de linhas de Alta Densidade de Batitermógrafos descartáveis, entre o Rio de Janeiro e a Ilha da Trindade (MOVAR - Monitoramento da Variabilidade Regional do Transporte de Calor na Camada Superficial do Atlântico Sul, entre o RJ e a Ilha da Trindade).

Em abril de 2014, foi concluída a instalação da Estação Meteo-Maregráfica da Ilha da Trindade - EMARIT, como parte da rede de estações do GOOS/Brasil. Esse resultado é fruto do trabalho conjunto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE e da MB, com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e logístico do Comando do 1º Distrito Naval e da SECIRM.

A Estação possui um par de marégrafos tipo radar, com duplicidade de sensores, e GPS de precisão, para registrar os deslocamentos da Ilha em relação ao nível médio do mar, sendo estes dados escoados para o continente em tempo quase real. A EMARIT, há um ano, tem gerado uma série de dados de marés, ventos, umidade relativa e temperatura do ar, pressão atmosférica, precipitação e radiação solar.

A segunda fase (de consolidação), que se inicia, contemplará a aplicação do controle de qualidade dos dados e o envio ao Banco Nacional de Dados Oceânicos – BNDO e a elaboração de artigos científicos.

A terceira fase da EMARIT (expansão) prevê a instalação de sensores para monitoramento da temperatura da superfície do mar - SM e outros parâmetros físico-químicos.

Ao longo do ano de 2014, foram recebidos sobressalentes e sensores para manter a operacionalidade das redes de observações; foi realizada a manutenção de rotina dos sensores e equipamentos de coleta de dados, principalmente, dos que integram as boias fixas, fundeadas ao longo da costa brasileira, com o auxílio dos Navios da Marinha do Brasil; foi adquirido um ondógrafo para a Rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas, o qual está em fase de teste para futuro fundeio definitivo na região sul do país; os dados coletados foram disponibilizados à comunidade científica; e foram efetuados lançamentos de mais dispositivos derivantes e o aumento gradual da disponibilidade dos dispositivos.

Como todos os Programas da CIRM, as atividades do GOOS-Brasil são discutidas no âmbito do respectivo Comitê Executivo, coordenado pela DHN, envolvendo diversas universidades, órgãos federais, estaduais e municipais, instituições de pesquisas nacionais e estrangeiras e contribuem para a consecução dos objetivos de políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente as relacionadas com o mar e a previsão meteorológica, beneficiando

diretamente toda a comunidade científica envolvida, bem como a população brasileira em geral, que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, que podem levar à melhoria da qualidade de vida, geração de empregos e aumento na conscientização de preservação ambiental e da mentalidade marítima brasileira.

Apesar das dificuldades, decorrentes do estabelecimento, no âmbito do Poder Executivo federal, de nova programação orçamentária e financeira, da disponibilidade de equipamentos e falta de pessoal qualificado para a pesquisa, coleta e interpretação dos dados, bem como da disponibilidade de navios e barcos, em especial os da Marinha do Brasil, avalia-se que o presente objetivo foi cumprido a contento no ano de 2014, tendo em vista que todos os dados coletados pelas redes de observação foram disponibilizados às instituições de pesquisas, universidades e comunidade científica, para que possam gerar informações importantes, em tempo hábil. A comunidade cientifica tem expressado a importância das Redes de Observação previstas nesse objetivo, como sendo um elemento que contribui para a ampliação das pesquisas no Brasil, assim como eleva o prestigio do País junto a comunidade internacional, pela excelência dos produtos e pesquisas geradas.

Para 2015, espera-se dar continuidade as ações de monitoramento oceanográfico e climatológico da Amazônia Azul.

Metas 2012-2015

- **Ampliar para 40 o número médio de Dispositivos Fixos de coleta de dados, instalados, previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil**

  Análise Situacional da Meta

  Durante o de ano de 2014, com o propósito de aprimorar a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos, foi efetuada a manutenção das boias fixas da Rede de boias fixas do PIRATA num total de oito boias e a manutenção das boias de Rio Grande, Santa Catarina, Cabo Frio, e Santos pertencentes à rede de observação por boias fixas do PNBOIA, o que mantém a capacidade de monitoramento do Oceano Atlântico Sul. Foi realizada a comissão de relançamento da boia de Recife, a qual tinha sido recolhida por ter sido danificada por vandalismo. Foram recebidas, durante 2014, duas boias fixas, sendo que uma foi fundeada na região de Porto Seguro e a outra foi utilizada para substituir a boia de Santos, a qual foi retirada para manutenção. Foram recebidos, também, sobressalentes e novos sensores necessários para a manutenção das boias. Existem, atualmente, 27 dispositivos fixos lançados e em funcionamento no mar. Os maiores desafios da implementação e da manutenção dos arranjos das redes estão na falta de pessoal qualificado e em quantidade suficiente para atender as necessidades de manutenção dos equipamentos e sensores, da interpretação e análise dos dados e da disponibilização dos mesmos à comunidade científica. Outro fator que tem dificultado a operacionalidade da Rede é o vandalismo constante, o qual a Marinha do Brasil vem combatendo diuturnamente.

  A Rede de Monitoramento de Ondas em Águas Rasas (ONDAS) mantém em operação o ondógrafo fundeado na região do Estado Pernambuco e realiza testes no ondógrafo adquirido em 2014, o qual, no primeiro semestre de 2015, deverá ser fundeado definitivamente na região de Rio Grande.

  A Rede de Monitoramento do Nível Médio do Mar (GLOSS) está operando dentro da sua normalidade.

  Como estava planejado para o segundo semestre de 2014, foi realizada a comissão de lançamento de boias fixas na costa brasileira previstas dentro do plano operacional do PNBOIA, assim como o lançamento da uma boia costeira denominada Watchkeeper, na Baia da Guanabara, a qual auxiliará na coleta de dados em prol dos Jogos Olímpicos de 2016. Durante 2014, também, foram adquiridas mais duas boias fixas, as quais deverão ser recebidas durante o ano de 2015, com fundeio previsto logo após o recebimento, ficando na dependência da disponibilidade de meios flutuantes adequados.

  A meta atingiu 27 dispositivos. Para atingir este valor, equipamentos de coleta foram fundeados e/ou substituídos para manutenção dos mesmos em terra. A consecução da meta, prevista para 2015, está diretamente ligada à disponibilidade de embarcações, equipamentos e pessoal qualificado. A DHN, como coordenadora do Comitê Executivo, tem envidado grande esforço de articulação com os demais órgãos participantes do GOOS/Brasil no sentido de minimizar esses desafios, principalmente com relação à dificuldade de alocar, tempestivamente, embarcações da MB devido ao concurso de várias demandas sobre as mesmas. Os deslocamentos destas são otimizados, atendendo muitas vezes a

vários programas numa mesma viagem.

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

31/12/2014

- **Ampliar para 60 o número médio de Dispositivos Derivantes de coleta de dados previstos para as Redes de Observação do GOOS/Brasil, em operação**

Análise Situacional da Meta

Durante o ano de 2014, foram lançados 20 flutuadores derivantes ao logo da costa brasileira, sendo dois deles do tipo ARGO, os quais coletam dados oceanográficos. Atualmente, existem 40 Dispositivos Derivantes lançados e em funcionamento no mar, considerando-se os lançados e os perdidos/inoperantes.

A redução do número de derivantes em funcionamento em relação de 2013, se deve a um problema técnico ocorrido com as boias lançadas em 2013, as quais deixaram de funcionar prematuramente, bem antes do prazo previsto. Esse problema foi discutido na última reunião Internacional sobre Boias de Deriva. O problema não acarretou ao Brasil problemas financeiros, pois as boias de deriva são recebidas da National Oceanic and Atmospheric Administration (NOAA) sem custo financeiro para o Brasil. A NOAA está mantendo contato com o fabricante sobre o problema apresentado.

Foram recebidos, no final do primeiro semestre deste ano nove flutuadores ARGO. O Centro de Hidrografia da Marinha, Coordenadora do GOOS/Brasil está em fase de treinamento de seu pessoal visando o lançamento, acompanhamento e coleta de dados deste novo dispositivo. Neste ano de 2014, foi efetuado o lançamento de dois destes equipamentos de coleta de dados.

Quantidade alcançada

40

Data de Referência

31/12/2014

- **Manter operacional 90% dos Dispositivos Fixos instalados nas Redes de Observação previstas pelo GOOS/Brasil**

Análise Situacional da Meta

A Meta prevê manter a disponibilidade de dispositivos fixos em operação para a coleta de dados para o monitoramento do Oceano, sendo que, a meta atingiu o índice de 93% de operacionalidade dos dispositivos fixos instalados, considerada excelente, ultrapassando a meta prevista.

Quantidade alcançada

93

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0562 - Ampliar a Plataforma Continental para além das 200 milhas da costa, de acordo com o previsto na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a fim de assegurar direitos de soberania sobre essa área.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) passou a ser mais conhecido tendo em vista as várias descobertas de poços de petróleo na camada denominada Pré-Sal, situados próximos do limite das 200 milhas da costa, dentro da Zona Econômica Exclusiva, aumentando sua importância estratégica para o País.

Dando continuidade aos trabalhos do LEPLAC, após a conclusão da fase de aquisição de novos dados geofísicos, os

mesmos estão sendo processados e interpretados, sob a coordenação da Diretoria de Hidrografia e Navegação, de modo a aprimorar o embasamento da proposta revisada de limite exterior da margem continental brasileira, além das 200 milhas náuticas. As atividades do LEPLAC são aprovadas e coordenadas pela respectiva Subcomissão, coordenada pelo MRE, e conduzidas pelo Grupo de Trabalho do LEPLAC (GT-LEPLAC) e envolvem, também, diversos órgãos componentes da CIRM. Essas atividades se concatenam com políticas públicas ligadas à pesquisa científica, notadamente as relacionadas com o mar e com a soberania nacional, beneficiando diretamente toda a população brasileira, que usufrui dos resultados das pesquisas e informações delas decorrentes, como é o caso do petróleo que será extraído dos poços descobertos na camada denominada Pré-Sal. Na 63º Reunião Ordinária da Subcomissão do LEPLAC, ocorrida em 11 de setembro de 2013, foi aprovado o envio de propostas revisadas parciais ao invés de uma única proposta revisada completa. A Margem Continental Brasileira foi dividida em três áreas: Sul, Equatorial e Leste. O encaminhamento de propostas revisadas parciais tem a intenção de testar a aceitação dos argumentos utilizados em uma área e que poderão ser utilizados em outras áreas. Nesta mesma reunião, também foi aprovada a criação de um grupo de trabalho para a elaboração dos aspectos político e jurídico dos relatórios de submissão das propostas revisadas parciais, que serão apresentados à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, pelo Ministério das Relações Exteriores.

Durante o ano de 2013, iniciou-se a revisão do relatório da área sul, que compõe a proposta revisada parcial daquela área, assim como ao processamento e interpretação dos dados das demais áreas, de modo a dar prosseguimento à elaboração de propostas revisadas parciais.

Ao longo de 2014, a proposta parcial da área sul foi prontificada e aprovada pela CIRM.

A proposta está pronta para ser encaminhada no momento político oportuno à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, pelo Ministério das Relações Exteriores, responsável pela Meta. Para 2015, a intenção é concluir a proposta revisada da área norte.

Metas 2012-2015

- **Delimitar a Plataforma Continental Brasileira**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foi dada prioridade à elaboração e prontificação do relatório parcial da área Sul.

  Também foi dado andamento ao processamento e interpretação dos dados das demais áreas, de modo a dar prosseguimento à elaboração de propostas revisadas parciais.

  Em 2014, o andamento dos trabalhos de revisão de dados de todas as áreas está em 45%.

  As perspectivas de sucesso junto à CLPC são grandes tendo em vista a qualidade dos dados levantados e dos trabalhos que estão sendo executados.

  Instituição Responsável pela Apuração: Ministério das Relações Exteriores.

  Quantidade alcançada

  45

  Data de Referência

  31/12/2014

OBJETIVO: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Os avanços neste objetivo estiveram centrados na construção do embasamento conceitual de que o planejamento territorial da costa deve ser integrado ao planejamento do território brasileiro como um todo, nas suas feições continental, costeira e marinha.

Em relação às vulnerabilidades, destacam-se as ações em torno do Sistema de Modelagem Costeira (SMC), cooperação técnica entre Brasil e Espanha (2010-2014), para aumentar o conhecimento e qualificação da gestão costeira no Brasil,

nos três níveis de governo. Neste período o projeto promoveu três Seminários Internacional sobre o SMC Brasil (2011, 2013 e 2014) que tiveram como objetivo divulgar o Projeto SMC-Brasil e ampliar as parcerias institucionais. Este Projeto proporcionou os seguintes resultados: (i) SMC Brasil: software + base de dados (batimetria/ondas/nível); (ii) Manuais e documentos temáticos; (iii) Estudo sobre áreas de inundação costeira; (iv) Material didático para os cursos de formação; (v) Cursos de formação do SMC Brasil; e (vi) Quatro estudos de caso. Também foram feitas reflexões e recomendações sobre a estruturação de ações para vulnerabilidade e risco na zona costeira, bem como a sugestões de ações futuras que poderiam ser desenhadas numa segunda fase do Projeto pelo Comitê Executivo do SMC-Brasil. Esse comitê foi instituído por meio da Resolução 3/2013/CIRM e ficará responsável pela estruturação, manutenção e difusão do Sistema à comunidade governamental, técnica e científica brasileira.

A Gerência Costeira também vem acompanhando a execução de cinco projetos apoiados pelo Fundo Clima, via Chamada Pública MMA/FNMC 02/2011, que têm como linha de ação o mapeamento de vulnerabilidades da zona costeira a efeitos das mudanças climáticas. No escopo de um destes projetos, foi realizado o Simpósio Internacional de Vulnerabilidade Costeira (2013), que reuniu gestores e especialistas nacionais e internacionais para nivelar o conhecimento e avançar na proposição de métodos adequados à realidade brasileira. Nesse Simpósio foi apresentado o estudo elaborado pela Cepal para determinação de vulnerabilidades na zona costeira as mudanças climáticas na América Latina e Caribe.

Também nesse Simpósio, houve debate sobre o alinhamento vertical entre os referenciais utilizados na determinação da batimetria e altimetria na área costeira para que se possa construir um modelo digital de terreno (MDZ). Ficou claro que o IBGE é o ator principal para esta ação, carecendo, no entanto, de respaldo superior para que o trabalho se desenvolva. Assim, foi enviado oficio à Comissão Nacional de Cartografia (Concar), que debateu o assunto em junho de 2014. Ficou esclarecido que a demanda é do país e não apenas da área ambiental, sendo que a falta de compatibilização é um limitador para os estudos de aumento do nível do mar, independente da causa desse aumento. O entendimento foi que os produtos cartográficos atualmente disponíveis não atendem à precisão requerida, que a princípio seria de ordem centimétrica. O IBGE relatou que a geração de dados de altimetria na precisão necessária para o trabalho proposto passa por melhorias no modelo geoidal de referência, que dependem de ações de adensamento da rede gravimétrica mantida pelo órgão. O assunto vem sendo debatido em um grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério do Planejamento, que reúne outros órgãos relevantes que deverá gerar os subsídios para reflexão e análise da Concar. Na última reunião deste GT, realizada em setembro, ficou encaminhada a proposta de realizar um workshop para subsidiar um possível plano de trabalho.

Com relação às mudanças climáticas, foi constituída no âmbito do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (PNA), a Força Tarefa Zona Costeira com objetivo de subsidiar a elaboração do plano.

O aumento de casos de desastres relacionados à erosão costeira nos últimos anos, a necessidade de caracterizar o risco costeiro nas ações de mapeamento de risco e os resultados das iniciativas desenvolvidas no SMC-Brasil foram temas debatidos pelo Gi-Gerco, o que impulsionou a criação de um grupo de trabalho, coordenado pelo Ministério da Integração, para proposição de diretrizes. O GT foi instituído em maio de 2014 e definiu como objetivos (i) estabelecer critérios para mapeamento e monitoramento de riscos costeiros; (ii) estabelecer um protocolo para ações de proteção e intervenção na linha de costa; (iii) analisar novas tecnologias propostas para contenção de erosão costeira; e (iv) acompanhar os casos que solicitam apoio ao Governo Federal.

No escopo dos 25 anos da Lei 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), foi realizado na USP o evento Oceanos&Sociedade 2013, em torno do tema. O evento contou com mais de 200 participantes e sua principal constatação foi a de que nesses 25 anos muito pouco do PNGC foi implementado, recomendando-se apoio à implementação dos seus instrumentos. Das recomendações relativas a apoio institucional consta o fortalecimento do Gi-Gerco, a sugestão de criação de uma Frente Parlamentar para Oceanos e Costas no âmbito do Legislativo e de um Fórum de Secretários Estaduais de Meio Ambiente para o Gerenciamento Costeiro e Oceânico. Em relação às ações de planejamento da ocupação da zona costeira foi recomendada a elaboração do Plano de Uso Compartilhado do Espaço Costeiro e Oceânico, a integração entre a gestão de Bacias Hidrográficas e a Gestão Costeira e Oceânica, e a criação de Unidades de Conservação marinhas para atendimento às metas de Aichi, no escopo da Convenção da Biodiversidade.

Em comemoração dos 25 anos do PNGC, o Gi-Gerco está elaborando uma publicação, coordenada pelo MMA, com contribuições dos setores e segmentos que o integram, com objetivo de apresentar um panorama da implementação do PNGC. A ação foi proposta na 45ª Sessão do Gi-Gerco em abril de 2013, com envio aos membros de um conjunto de perguntas orientadoras, de modo a estimular a reflexão e funcionar como um fio condutor do texto a ser elaborado por cada setor ou segmento representado. O texto da publicação foi aprovado no colegiado, em reunião extraordinária no dia 17 de outubro de 2014. A publicação encontra-se em fase de diagramação e deverá ser lançada na primeira reunião anual do Gi-Gerco, prevista para março/2015.

O Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC), instrumento do PNGC, prevê o “planejamento de ações estratégicas para a integração de políticas públicas incidentes na zona costeira, buscando responsabilidades compartilhadas de atuação”. Na 45ª Sessão do Gi-Gerco, em abril de 2013, foi aprovada a atualização do PAF, cuja ultima versão era de 2005. Com apoio metodológico da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SPI/MP, e a participação de representantes do Gi-Gerco foi construída a árvore de problemas, estabelecendo como problema central pra Zona Costeira os "conflitos de uso dos recursos e do espaço territorial", tendo como causas diretas "o comprometimento da qualidade ambiental costeira e estuarina"; "governança: ausência/deficiência de articulação institucional para elaborar e efetivar ações"; e "ausência de hierarquia e prioridade nas ações". Após detalhamento destas causas, foram eleitos 12 problemas mais relevantes, destacando-se: a "baixa internalização da dimensão ambiental nas políticas setoriais", a "falta de um monitoramento sistemático para a Zona Costeira" e a "descontinuidade da gestão". O novo PAF deverá ter um caráter mais operativo, com vigência de dois anos, cujas ações deverão dispor de recursos, meios e compromisso de execução. O novo PAF será submetido à aprovação na próxima reunião do Gi-Gerco, prevista para ocorrer em março de 2015.

No escopo do Projeto Orla, em 2012 foram formados 150 instrutores, em três cursos regionais no RJ, PE e CE. Para a expansão do Projeto Orla mantém-se o desafio de construir a integração institucional e metodológica para a orla fluvial, e com outros instrumentos de planejamento territorial municipal, como o Plano Diretor. Em 2014 foi elaborada proposta de integração metodológica do Projeto Orla com o Plano Diretor, em fase de apreciação do Ministério das Cidades.

Com relação ao lixo marinho, temática priorizada na Rio+20, foi desenvolvido um esforço federativo de divulgação do assunto nas etapas locais e estaduais da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente, que tratou de resíduos sólidos. O tema teve reflexo na etapa nacional, tendo sido elencado nas deliberações finais, o que compromete o poder público a pautar e agir na agenda governamental. A expectativa é esta ação em um Projeto de Cooperação com a Unesco que estava em processo de negociação, contudo, não houve avanço nesta operação.

Em 2014, foi promovida a Jornada de Eventos do Gerenciamento Costeiro e Planejamento Marinho, organizada na forma de seminários temáticos com assuntos relacionados com a gestão da zona costeira e marinha, com base no intercâmbio de experiências nacionais e internacionais. A semana de eventos reuniu representantes das três esferas de governo, da academia e da sociedade civil organizada. Os resultados e encaminhamentos da Jornada de Eventos reforçam a importância da agenda que vê sendo construída no âmbito deste objetivo do PPA.

O desenvolvimento do SMC-Brasil e os debates sobre mudanças climáticas e riscos costeiros confirmam que um dos grandes desafios no Brasil está relacionado à necessidade de um monitoramento contínuo e sistemático do ambiente costeiro e marinho, com a disponibilização dos dados para a sociedade, para a pesquisa e para apoio à gestão. O conhecimento das dinâmicas locais é um patrimônio inestimável, pois cada vez mais as soluções de engenharia e as medidas para adaptação aos efeitos climáticos, necessitarão estar amparadas em bases sólidas de informação.

Metas 2012-2015

- **Capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 estados costeiros nas modalidades presencial ou a distancia, na metodologia do Projeto Orla**

  Análise Situacional da Meta

  Até 2013 foram realizados três cursos regionais de formação de instrutores na metodologia do Projeto Orla, abrangendo os estados das regiões Sul/Sudeste (RS, SC, PR, SP, RJ e ES), região Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI e MA) e região Norte (PA e AP). Esses cursos promoveram a capacitação de 150 instrutores quanto à

metodologia a ser utilizada nas oficinas para elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla.

Uma das demandas permanentes do Projeto Orla é a necessidade da sensibilização dos atores da sociedade civil organizada e técnicos municipais, estaduais e federais que atuam na orla.

Devido à grande quantidade de atores, a estratégia é desenvolver um curso a distância, que atenda às necessidades de capacitação. Neste sentindo, a Coordenação Nacional do Projeto Orla vem desenvolvendo proposta junto à Universidade Federal de Rio Grande, para formatação de um curso que atenda a cerca 500 técnicos, dos diferentes setores e esferas de governo.

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	9	unidade	9	30/06/2014
Região Norte	2	unidade	2	30/06/2014
Região Sudeste	3	unidade	3	30/06/2014
Região Sul	3	unidade	3	30/06/2014

- **Elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidades na zona costeira, em escala local**

  Análise Situacional da Meta

  No período as principais ações e resultados que contribuem para o cumprimento desta meta foram: i) a realização em 2013 do Simpósio Internacional de Vulnerabilidade Costeira; ii) a recomendação para que seja replicada para a costa brasileira a metodologia do estudo elaborado pela Cepal, agora em escala de maior detalhe; iii) a criação da uma Força Tarefa Zona Costeira para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, que deverá estar concluído até 2014; iv) a apresentação na Comissão Nacional de Cartografia (Concar) da necessidade de se promover o alinhamento vertical entre os referenciais utilizados na determinação da batimetria e altimetria na área costeira; e, v) a instituição de um grupo de trabalho, no âmbito do Grupo de Integração para o Gerenciamento Costeiro (Gi-Gerco), para propor parâmetros para intervenção e mapeamento de vulnerabilidades, em municípios costeiros. Permanece a lacuna, a ser observada pelas instituições federais, de um sistema de monitoramento sistemático e contínuo de dados oceanográficos, com disponibilização de dados, no portal e de acordo com os padrões da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (Inde). Ressalta-se, entretanto, que desde o final de 2014, a Gerência Costeira do MMA tem apoiado a equipe da Marinha (EMA e DHN) na promoção de reuniões com algumas áreas do Governo Federal para apresentar a estrutura existente do Banco Nacional de Dados Ocenaográficos (BNDO) e a estratégia de sua reestruturação na perspectiva de identificar parcerias para esta iniciativa.

- **Elaborar proposta para monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Orla**

  Análise Situacional da Meta

  A Coordenação Nacional do Projeto Orla, no intuito de desenvolver um sistema de monitoramento das ações implementadas pelo Projeto, bem como avaliar seus níveis de internalização nos municípios, iniciou junto ao MEC um processo de avaliação de ferramentas aplicáveis. Foram analisados o EPROINFO e o SIMEC, consistindo o primeiro em um ambiente colaborativo de aprendizagem que utiliza a tecnologia da Internet e permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, e o segundo permitindo o acompanhamento gerencial de metas e tarefas. Também tinha a expectativa que esta ação fosse em parte contemplada em um Projeto de Cooperação com a Unesco que estava em processo de negociação, contudo, não houve avanço nesta operação. Desta forma, até final de 2014 não houve avanços para o alcance desta meta.

- **Implementar e disseminar Sistema de Modelagem Costeira, adaptado às características da costa brasileira**

  Análise Situacional da Meta

  O Sistema de Modelagem Costeira (SMC), cooperação técnica entre Brasil e Espanha, é uma ferramenta que inclui um

conjunto de metodologias e modelos numéricos, que permitem estudar os processos costeiros e quantificar as variações que sofre o litoral como consequência de eventos naturais ou de atuações humanas na costa. Como produto da parceria, o Brasil conta hoje com o SMC3.0, versão do software atualizada e adaptada à realidade brasileira, que disponibiliza dados oceanográficos dos últimos 60 anos, obtidos por retroanálise numérica. Foram estruturados estudos de caso em Pernambuco e Rio Grande do Norte, com envolvimento das Universidades Federais e gestores ambientais estaduais, para estudar alternativas frente aos graves problemas de erosão costeira. Em 2012 foi realizada missão brasileira à Universidade de Cantábria com a participação de 18 gestores e professores federais e estaduais, para conhecer a estrutura de aplicação da ferramenta SMC na Espanha. Em 2012 e 2013, ocorreram dois cursos de formação na ferramenta, capacitando ao todo 65 pesquisadores de norte a sul do país, que contribuirão com o aprimoramento da ferramenta e serão os primeiros multiplicadores no Brasil.

No primeiro semestre de 2013 ocorreu o II Seminário Internacional SMC Brasil, que contou com a participação de cerca de 120 gestores e especialistas e teve como objetivo central divulgar o Projeto SMC-Brasil e ampliar as parcerias institucionais. Foram debatidos os desafios e oportunidades para a formação em Engenharia Costeira no Brasil, com a participação do CNPQ, CAPES e PPGMAR.

Importante avanço registra-se em relação ao acesso dos dados de ondas disponíveis no INPH, subordinado à Secretaria de Portos da Presidência da República, com quem mantivemos contato desde 2011. Em maio de 2014 ultimaram-se os acertos para repasse dos dados, enviados imediatamente à Universidade de Cantábria, para que seja refinada a calibração do SMC-Brasil. Esta etapa completa os procedimentos para calibração do SMC-Brasil, iniciados com o acesso a dados disponibilizados pela DHN/MB, dentre outros. Uma boa calibração, com base em dados pretéritos confiáveis, aumenta a qualidade dos resultados projetados e consequentemente a confiabilidade e aplicabilidade da ferramenta.

Em novembro de 2014 foi realizado o 3° curso de formação na ferramenta SMC-Brasil, cujos participantes formados majoritariamente gestores federais de Instituições membro do Comitê Executivo do SMC-Brasil. Também foi realizado o III Seminário Internacional sobre o tema quando forma apresentados os seus principais resultados e produtos. Além disso, foram feitas reflexões e recomendações sobre a estruturação de ações para vulnerabilidade e risco na zona costeira, bem como a sugestões de ações futuras que poderiam ser desenhadas numa segunda fase do Projeto.

O desafio para a sustentabilidade do projeto diz respeito à mobilização das instituições participantes do Comitê Executivo para o SMC Brasil, instituído por meio da Resolução 3/2013 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), responsável pela estruturação, manutenção e difusão do Sistema à comunidade governamental, técnica e científica brasileira.

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) vem realizando, por mais de 33 anos, pesquisa científica de qualidade em diversas áreas de conhecimento na Antártica, de forma a respaldar a condição do Brasil de Membro Consultivo do Tratado da Antártica, assegurando nossa participação nos processos decisórios relativos ao futuro daquele Continente, de relevante importância geopolítica para o Brasil. Além disso, sua existência já legou ao Brasil a formação de gerações de pesquisadores, o desenvolvimento de uma logística de alcance internacional, pela Marinha do Brasil e pela Força Aérea Brasileira, para apoio a atividades científicas que dependem de uma complexa estrutura e o reconhecimento da capacitação do País para tal. Como destaque, um dos principais reflexos positivos da presença brasileira na Antártica para a sociedade brasileira está no alto nível alcançado pela previsão meteorológica efetuadas pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), que

mantém sensores permanentes em módulos de pesquisa na área da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF).

Em 12 de janeiro de 2013, foi encerrado o desmonte da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), totalizando cerca de 900 ton de destroços e uma área desmontada de 2.550 m², que retornaram para o Brasil. O sucesso da Operação de Desmonte e a limpeza da área proporcionou uma grande vitória na preservação ambiental, que possibilitou a aplicação do Plano de Remediação, implementado na OPERANTAR XXXII (2013-2014). A OPERANTAR XXXI (OUT/2012 a SET/2013) foi considerada a maior operação logística realizada na Antártica pela MB, onde foram empregados cinco navios, sendo três da MB, e realizados vários trabalhos de apoio logístico, com destaque para o desmonte da EACF.

Em 14 de março de 2013, foi concluída a construção dos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), na mesma área da antiga EACF, na Península Keller. São 45 módulos de três tipos, devidamente mobiliados e equipados, que propiciam a permanência do Brasil na Região Antártica, abrigando o grupo-base de militares da MB e, a partir do verão de 2013/2014, os pesquisadores que necessitaram de apoio na região para desenvolverem suas pesquisas. Foi realizada também, a reativação dos módulos isolados da edificação principal, que não foram atingidos pelo incêndio, foi realizada com sucesso, possibilitando a retomada dos trabalhos científicos na área da EACF.

Durante o ano de 2014, foram realizados 10 voos de apoio da Força Aérea Brasileira às OPERANTAR, sendo sete voos da OPERANTAR XXXII e três voos da OPERANTAR XXXIII (de outubro de 2014 a setembro de 2015), que transportaram pesquisadores, militares, visitantes e material para a Antártica, destinados aos MAE.

No 2º semestre de 2014, foram desenvolvidas as atividades finais de planejamento e preparação logística para a OPERANTAR XXXIII. Foi realizado o treinamento pré-Antártico em duas fases (03 a 10 de agosto e 17 a 24 de agosto de 2014) e apoiados 24 projetos científicos de diferentes áreas do conhecimento, com o envolvimento de cerca de 330 pesquisadores e 285 militares/servidores civis. Foram realizados, também, três dos 10 voos de apoio da FAB previstos, bem como se apoiou logisticamente o transporte de pessoal dos Programas Antárticos da Bulgária, de Portugal, da Alemanha e do Chile, além de parceria para reabertura da base antártica Argentina Tenente Câmara, na Ilha Livingston.

Em decorrência das exigências legais e do trâmite administrativo exigido pelo processo licitatório, a licitação para o início da reconstrução da EACF ainda não foi concluída, porém há a expectativa que a reconstrução seja iniciada no início da OPERANTAR XXXIV (outubro de 2015 a setembro de 2016).

A XXXVII Reunião Consultiva do Tratado da Antártica – ATCM foi realizada, em conjunto com a XVI Reunião do Comitê para Proteção Ambiental - CEP, em Brasília (Brasil), de 28 de abril a 07 de maio de 2014. Realizada anualmente, a ATCM constitui-se em um fórum para o estabelecimento de normas para as atividades na Antártica, em consonância com os princípios e objetivos do Tratado e do Protocolo sobre Proteção ao Meio Ambiente (Protocolo de Madri). A presença brasileira garante o “status” de Membro Consultivo, além da participação do país na elaboração de procedimentos e ações que visem à preservação do meio ambiente antártico, o crescente conhecimento científico daquela região e o desenvolvimento das demais atividades, como a pesca e o turismo. Os países participantes reforçaram o papel estratégico da ciência no desenvolvimento de políticas sobre os estudos dos efeitos da mudança climática e outras ameaças ambientais. Durante a XXXVII ATCM, o Brasil apresentou 12 documentos que foram debatidos no plenário da ATCM e CEP, quando se destacaram: o Projeto de Reconstrução da Estação Antártica Brasileira e o Plano de Remediação para a Área da Estação Antártica Brasileira.

A SECIRM, como Gerente do PROANTAR, também, participou da XXV Reunião dos Administradores de Programas Antárticos Latinoamericanos (RAPAL), realizada em Buenos Aires, na Argentina, no período de 25 a 28 de março de 2014.

Metas 2012-2015

- **Alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004, por meio da implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), na EACF, atingindo 100% do atendimento dos requisitos do Sistema**

  Análise Situacional da Meta

  A Antártica é a região do planeta mais preservada e assim deve ser mantida, compatibilizando a presença do homem e o atendimento de suas necessidades com a mitigação do impacto ambiental naquele que é um ecossistema com alto grau de fragilidade.

Ao ratificar o Tratado da Antártica, o Brasil assumiu compromissos internacionais que implicam o dever de preservar o meio ambiente antártico e de realizar pesquisa científica e o direito de participar dos mecanismos decisórios do Sistema do Tratado.

Sendo a Antártica um local ambientalmente preservado e a Estação Ferraz dedicada à ciência, a área que sofreu maiores ampliações e melhorias no projeto da nova Estação foi a destinada aos laboratórios, assim como a adoção de tecnologias voltadas para a minimização do impacto ambiental ocasionada pela ocupação da Península Keller.

Nesse sentido, espera-se, além da ampliação nas pesquisas desenvolvidas na região, estabelecer um programa de monitoramento ambiental visando identificar a efetiva eficiência dos sistemas instalados, por meio da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA), assim que a nova Estação estiver operacional, com o propósito de se alcançar a certificação ambiental NBR ISO 14001:2004.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Alcançar o número de 100 trabalhos científicos sobre a região Antártica desenvolvidos no âmbito do Programa Antártico Brasileiro publicados em periódicos e revistas nacionais ou internacionais indexadas, no período 2012-2015**

Análise Situacional da Meta

De forma a melhor aferir o número de publicações produzidas por pesquisadores antárticos, é desejável analisar em primeira instância o apoio que vem sendo prestado aos projetos contratados pelo CNPq. Encontram-se em fase de encerramento de vigência 19 projetos de pesquisa vinculados ao Edital MCTI/CNPq nº23/2009, mais dois Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, a saber, o da Criosfera (INCT Criosfera) e o Antártico de Pesquisa Ambiental (INCT-APA). Em 2013, foi lançado o Edital MCTI/CNPq/FNDCT nº 64/2013, com o propósito de selecionar propostas que visem contribuir significativamente para a produção científica brasileira de qualidade, bem como incentivar a cooperação internacional no âmbito do PROANTAR. Foram aprovados 20 projetos de pesquisa, com valor global de R$ 13.800.000,00 para dispêndio em três anos. Assim, somados, temos hoje vigentes no PROANTAR 39 projetos e dois INCTS, que englobam muitos projetos individuais em sua estrutura. Em 2014, foi lançado o Edital MCTI/CNPq/CAPES/FAPs nº 16/2014, que visa apoiar a continuidade do Programa dos INCTs. O resultado deste Edital deve estar disponível em 2015. Como resultado da aferição da meta e das consultas aos coordenadores de projetos hoje vigentes no PROANTAR, identificou- se que, desde 2012 até o segundo semestre de 2014, foram publicados, aproximadamente, 179 trabalhos científicos, superando a meta previamente estabelecida.

Quantidade alcançada

179

Data de Referência

06/01/2015

- **Alcançar o número de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.**

Análise Situacional da Meta

O processo de formação de um doutor leva em média quatro anos e é fundamentado em projetos de pesquisa selecionados por meio de Editais em apoio ao Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR. Nesse sentido, estão vigentes 39 projetos de pesquisa no PROANTAR, conforme detalhado na meta anterior, acerca do número de publicações em pesquisa antártica. Apesar dos Editais em apoio ao PROANTAR não preverem a concessão de bolsas de Doutorado, a formação continuada da nova geração de pesquisadores antárticos é incentivada, tendo em vista o incremento na produção do conhecimento resultante das pesquisas. Como resultado de consultas aos coordenadores dos projetos hoje vigentes no PROANTAR, identificou-se que, desde 2012 até o segundo semestre de 2014, foram formados 45 doutores, superando a meta previamente estabelecida.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

06/01/2015

- **Alcançar o número de 60 mestres titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro no período 2012-2015.**

Análise Situacional da Meta

O processo de formação de um mestre leva em média dois anos e é fundamentado em projetos de pesquisa selecionados por meio de Editais em apoio ao Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR. Nesse sentido, estão vigentes 39 projetos de pesquisa no PROANTAR, conforme detalhado na meta anterior, acerca do número de publicações em pesquisa antártica. Apesar dos Editais em apoio ao PROANTAR não preverem a concessão de bolsas de Mestrado, a formação continuada da nova geração de pesquisadores antárticos é incentivada, tendo em vista o incremento na produção do conhecimento resultante das pesquisas. Nesse sentido, o PROANTAR se apoia nos Programas de Pós-Graduação vinculados às universidades brasileiras atuantes no Programa, nos quais os temas de pesquisa em ciência antártica contam com alunos de mestrado. Como resultado de consultas aos coordenadores dos projetos hoje vigentes no PROANTAR, identificou-se que, desde 2012 até o segundo semestre de 2014, foram formados 79 mestres, superando a meta previamente estabelecida.

Quantidade alcançada

79

Data de Referência

06/01/2015

- **Elevar a taxa de atendimento logístico da demanda para pesquisa para 80%**

Análise Situacional da Meta

Devido à conclusão da instalação dos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), a EACF retornou a sua capacidade de apoio aos pesquisadores que trabalham no entorno das dependências da EACF. A primeira fase da remediação foi concluída com sucesso e, atualmente encontra-se em andamento o desenvolvimento da segunda fase da remediação, a qual não prejudica o desenvolvimento das pesquisas lá realizadas.

Em outubro de 2014, iniciou-se a OPERANTAR XXXIII (2014-2015), com prioridade para o incremento no atendimento da logística demandada pelos projetos de pesquisa num percentual maior do que a OPERANTAR XXXII, principalmente devido à utilização dos MAE em apoio aos pesquisadores. No 2º semestre de 2014, com a presença dos navios na Antártica e o conseguinte desenvolvimento das atividades de pesquisa previstas para a OPERANTAR XXXIII, atingiu-se o índice de atendimento logístico da demanda para pesquisa de 80,24%, ultrapassando a meta prevista para 2015.

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Quantidade alcançada

80,24

Data de Referência

31/12/2014

- **Elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa para 70%**

Análise Situacional da Meta

Após o desmonte da EACF, o NApOc “Ary Rongel” foi redirecionado para apoiar o atendimento às pesquisas na Antártica, o que refletiu num aumento da taxa de 64% (2012) para 65% (1º semestre de 2013).

Para a OPERANTAR XXXIII, iniciada em outubro de 2014, buscou-se ao máximo o atendimento dos projetos de pesquisa pelos dois navios, sendo o NPO “Alte Maximiano” dedicado, exclusivamente, aos projetos de Oceanografia e o NApOc “Ary Rongel” ficando responsável pelo atendimento aos projetos que necessitavam lançar acampamentos nas ilhas e no continente antártico, bem como com a necessidade de apoio logístico aos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), que estão funcionando como estação provisória.

A OPERANTAR XXXIII está sendo conduzida com o objetivo de se elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa, a qual havia alcançado o índice de 68%, ao final do primeiro semestre de 2014. Entretanto, no final do 2º semestre de

2014, a taxa recuou para o patamar de 65,15%. Esta diminuição da taxa de dedicação dos navios à pesquisa é decorrente da necessidade da retirada do NApOc “Ary Rongel” da Antártica para prestar auxílio aos passageiros do 2º Voo de Apoio logístico que se acidentou ao aterrissar na base chilena de Frei, em novembro de 2014.

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Quantidade alcançada

65,15

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo de Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira tem evoluído satisfatoriamente, apesar das restrições orçamentárias e financeiras experimentadas em 2014.

Em águas internacionais, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais tem duas grandes frentes de prospecção e exploração: uma para sulfetos polimetálicos na Cordilheira Mesoatlântica e outra para crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande.

Na Cordilheira Mesoatlântica as pesquisas se desenvolvem numa área de 90.000 km², onde já foram efetuadas várias expedições, sendo a última em 2013, que teve como meta principal a aquisição de dados oceanográficos químicos e físicos para a identificação da ocorrência de plumas hidrotermais, indicativas de sítios hidrotermais ativos. Duas novas expedições, que estavam previstas para 2014, não foram realizadas devido a questões técnicas, jurídicas e orçamentárias.

Na Elevação do Rio Grande as pesquisas desenvolveram-se numa área de 132.000 km2. A partir da análise dos dados dessas pesquisas foi possível selecionar 150 blocos de 20 km2 cada, perfazendo um total de 3.000 km2, como objeto para a requisição à ISBA (International Seabed Authority) dos direitos de pesquisa e exploração mineral. Em julho de 2014, durante a 20ª Sessão Anual do Conselho da ISBA, a proposta brasileira foi aprovada. O Plano de Trabalho prevê a pesquisa e exploração, ao longo de 15 anos, de recursos minerais na Elevação do Rio Grande.

Em relação às pesquisas na Plataforma Continental Jurídica Brasileira (PCJB), os trabalhos foram prejudicados em função de restrições orçamentárias, que inviabilizaram a realização de novos levantamentos. Entretanto, prosseguiram as atividades de tratamento e processamento de dados, sendo finalizados e publicados em 2014 produtos do Arquipélago de Fernando de Noronha e das Plataformas Continentais Rasas dos Estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Ceará Oeste e Pernambuco.

Metas 2012-2015

- **Obter direito de pesquisa e exploração mineral de fundos marinhos em águas internacionais**

  Análise Situacional da Meta

  Para apresentar a proposta brasileira à ISBA - International Seabed Authority foram realizadas várias campanhas de levantamentos de dados no mar na região da Elevação do Rio Grande. A partir da análise dos dados destas campanhas foi possível selecionar uma área de maior interesse, delimitada por um quadrado de 550 km de lado (302.500 km2), onde se escolheu a localização de 150 blocos de 20 km2, perfazendo um total de 3.000 Km2. Esta seleção foi efetuada considerando-se a geofísica e a geoquímica das crostas com relação ao teor de concentração dos elementos de maior interesse.

  Em 2013, após intensa articulação do Ministério de Minas e Energia com outros órgãos governamentais, particularmente com a Comissão Interministerial para Assuntos do Mar – CIRM, a proposta brasileira foi formalmente aprovada pelo Governo Brasileiro e encaminhada à ISBA, sendo recebida em 31 de dezembro de 2013.

Em julho de 2014, durante a 20ª Sessão Anual do Conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), realizada em Kingston, na Jamaica, do qual participam mais de 160 países, a proposta brasileira foi aprovada pela ISBA. O Plano de Trabalho prevê a pesquisa e exploração, ao longo de 15 anos, de recursos minerais na Elevação do Rio Grande, uma elevação submarina no lado oeste do Atlântico Sul, a cerca de 1.500 km do Rio de Janeiro. Com esta aprovação, o Brasil passa a ser o primeiro País do hemisfério sul a ter aprovado um plano de exploração na área internacional dos oceanos, considerada patrimônio comum da humanidade pela ONU.

Quantidade alcançada

3.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	10.000	km²	3.000	31/12/2014

- **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área da Elevação do Rio Grande**

Análise Situacional da Meta

Em 2014 foram realizadas análises e processamento das amostras geológicas obtidas nos trabalhos de prospecção e exploração de crostas cobaltíferas na Elevação do Rio Grande, para um melhor conhecimento da variação geográfica dos teores de minerais de interesse e dos processos envolvidos em sua gênese.

Foi efetuado o planejamento da continuidade dos trabalhos de campo na região e estão em andamento negociações com a USP e a Marinha do Brasil para a realização de expedição à Elevação do Rio Grande, para iniciar os trabalhos previstos no contrato recentemente assinado com a ISBA. Para 2015 está prevista a realização de três segmentos lineares de inspeção visual do fundo oceânico com veículo operado remotamente (ROV) e/ou instalação de equipamentos para monitoramento das variáveis ambientais.

Quantidade alcançada

132.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	90.000	km²	132.000	30/12/2014

- **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROAREA**

Análise Situacional da Meta

Na elaboração do PPA 2012-2015 esta meta foi definida a partir de uma concepção proposta pelo “Programa de Geologia e Geofísica Marinha”(*) e absorvidas pela CPRM e CIRM - Comissão Interministerial para Assuntos do Mar. Previa a realização de levantamentos geológicos e geofísicos em águas internacionais na escala de 1:100.000.

Posteriormente, a CPRM, sintonizada com a CIRM, redefiniu o escopo de seus trabalhos, priorizando o estudo focado na pesquisa de recursos minerais em áreas internacionais, com dois projetos: o PROERG, que objetiva avaliar a potencialidade mineral dos depósitos de crostas cobaltíferas da Elevação do Rio Grande, e o PROCORDILHEIRA, para efetuar o levantamento da potencialidade mineral e biotecnológica dos depósitos hidrotermais da Cordilheira Mesoatlântica.

Assim, os levantamentos geológicos e geofísicos sistemáticos foram despriorizados neste período, com os recursos financeiros da Ação 20LC sendo exclusivamente aplicados no PROERG e no PROCORDILHEIRA.

Na avaliação de 2012 foi informada uma execução física de 220.000 km2 para esta meta, que correspondia ao somatório dos trabalhos efetuados naquele ano no PROERG e no PROCORDILHEIRA, que fazem parte do PROAREA, execução esta que se mantém estacionada em 2014, visto que os trabalhos feitos no PROCORDILHEIRA foram na mesma área trabalhada em 2012, e no PROERG não foram realizados trabalhos de campo.

(*) Instituição composta por 15 Universidades brasileiras que atuam em Geologia e Geofísica Marinha, e de outras

instituições vinculadas a pesquisa e/ou ao ensino nestas áreas.

Quantidade alcançada

220.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	520.000	km²	220.000	31/12/2014

- **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na área do PROCORDILHEIRA**

Análise Situacional da Meta

Após o desmonte da EACF, o NApOc “Ary Rongel” foi redirecionado para apoiar o atendimento às pesquisas na Antártica, o que refletiu num aumento da taxa de 64% (2012) para 65% (1º semestre de 2013).

Para a OPERANTAR XXXIII, iniciada em outubro de 2014, buscou-se ao máximo o atendimento dos projetos de pesquisa pelos dois navios, sendo o NPO “Alte Maximiano” dedicado, exclusivamente, aos projetos de Oceanografia e o NApOc “Ary Rongel” ficando responsável pelo atendimento aos projetos que necessitavam lançar acampamentos nas ilhas e no continente antártico, bem como com a necessidade de apoio logístico aos Módulos Antárticos Emergenciais (MAE), que estão funcionando como estação provisória.

A OPERANTAR XXXIII está sendo conduzida com o objetivo de se elevar a taxa de dedicação dos navios à pesquisa, a qual havia alcançado o índice de 68%, ao final do primeiro semestre de 2014. Entretanto, no final do 2º semestre de 2014, a taxa recuou para o patamar de 65,15%. Esta diminuição da taxa de dedicação dos navios à pesquisa é decorrente da necessidade da retirada do NApOc “Ary Rongel” da Antártica para prestar auxílio aos passageiros do 2º Voo de Apoio logístico que se acidentou ao aterrissar na base chilena de Frei, em novembro de 2014.

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar.

Quantidade alcançada

65,15

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	110.000	km²	90.000	30/12/2014

- **Realizar levantamentos geológicos e geofísicos marinhos na escala 1:100.000 na Plataforma Continental Jurídica Brasileira**

Análise Situacional da Meta

Em função de restrições orçamentárias foi paralisado o processo licitatório para contratação de “Levantamento a Laser na Plataforma Continental Rasa e Zona Costeira Adjacente de Pernambuco".

Foram concluídos e publicados os mapas do Arquipélago de Fernando de Noronha, resultantes do emprego da Tecnologia ALB (Airborne LiDAR Bathymetry), bem como o relatório integrado referente a atividade de aquisição e processamento dos dados do aerolevantamento a laser ali efetuado.

Foram também finalizados os seguintes produtos:

* Relatórios, Carta Batimétrica e Modelo Digital de Terreno da Plataforma Continental Rasa do Estado de Alagoas;

* Carta Textural da Plataforma Continental Oriental Rasa do Estado do Rio Grande do Norte;

* Carta Textural da Plataforma Continental Ceará Oeste -Setor Bitubitá;

* Carta de Caracterização dos Agregados Marinhos da Plataforma Continental Rasa do Estado de Pernambuco.

A unidade de medida desta meta não está adequada, vez que levantamentos distintos muitas vezes são realizados na mesma área física. Assim, os produtos ora disponibilizados, por terem sido realizados em áreas já contabilizadas em outros levantamentos, não representam aumento na área trabalhada.

Quantidade alcançada

35.000

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	280.000	km²	35.000	31/12/2014

OBJETIVO: 0997 - Definir diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e implantar infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Análise Situacional do Objetivo

Em termos das diretrizes básicas de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, está em curso a elaboração de uma Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, após reformulação do Comitê de Ciências do Mar (CCM), órgão de assessoramento ao MCTI, com este mandato. Somente em 2013 foi possível constituir uma força tarefa no âmbito do CCM, com o objetivo de minutar tal política, não tendo sido possível concluí-la até o fim de 2014. Este objetivo visa atender à Iniciativa 0487 “Elaboração e aprovação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos”.

No que tange à implantação de infraestrutura operacional e administrativa para promover o conhecimento científico sobre Oceanos e Clima, objeto da Iniciativa 0488 “Criação e implementação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) como instrumento para a execução e fomento de uma Política em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos e apoio a projetos de grande envergadura, objetivando o desenvolvimento de pesquisa científica nas Ciências do Mar”, ressalta-se que a Associação Civil Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH) foi criada em maio de 2013, como resultado de amplo debate entre Governo, Academia e Setor Privado, iniciado em 2011, e que resultou na definição de que, para a consecução de seus objetivos, o INPOH deveria adotar o modelo de organização social, sob a supervisão do MCTI, e contando com a atuação dos Ministérios da Defesa, da Pesca e Aquicultura e a Secretaria de Portos do Governo Federal. Além destes, integrarão o INPOH representantes da sociedade civil, do setor privado e da academia, envolvidos com a temática do Instituto. Como decorrência, encontra-se em tramitação a Exposição de Motivos Interministerial e a minuta de Decreto Presidencial que a acompanha, já obtidos os pareceres favoráveis de todas as pastas envolvidas, estando o processo no Ministério do Planejamento. Ainda aguarda-se parecer deste órgão e posterior encaminhamento à Casa Civil para assinatura de Decreto de Qualificação. Com isso, será possível celebrar contrato de gestão entre INPOH e MCTI, cuja minuta está em fase avançada de elaboração, já tendo havido rodada de negociação entre as Pastas. Em paralelo, o MCTI, com uma visão de futuro sobre o macroprojeto do INPOH, instituiu uma equipe de consultores de notório saber, contratados para cada área específica de atuação do INPOH, para, em última análise, elaborar proposta de uma agenda científica e de um plano de implementação, incluindo um minucioso levantamento do estado da arte de suas áreas, bem como a identificação de lacunas, potencialidades e parcerias estratégicas. O resultado completo destas análises está disponível no MCTI para consultas e será levado integralmente à apreciação do Conselho de Administração do INPOH.

Metas 2012-2015

- **Elaborar e aprovar, até 2012, a Política Nacional em Ciência, Tecnologia e Inovação para os Oceanos, harmonizada com os demais instrumentos jurídicos existentes**

  Análise Situacional da Meta

  O Comitê de Ciências do Mar (CCM), órgão de assessoramento ao MCTI, tem a incumbência de propor uma política nacional em ciência, tecnologia e inovação para os oceanos. Em 2013, foi constituída uma força tarefa no âmbito do CCM, dando início ao processo de elaboração de tal política. Ao final de 2013 os trabalhos estavam com um percentual de conclusão de 45%. No ano de 2014, não foi possível realizar reunião do CCM, necessária para definir os passos seguintes da elaboração da minuta. Assim, não houve avanço em termos de execução da meta, até o presente momento.

Espera-se que em 2015 possamos reunir o Comitê e deliberar acerca do documento.

Quantidade alcançada

45

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar e aprovar, até 2013, o Planejamento Estratégico para a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias (INPOH).**

Análise Situacional da Meta

O INPOH encontra-se em fase de qualificação como organização social perante o poder público. Seu estatuto, discutido entre seus membros e aprovado quando da criação da Associação Civil INPOH, aborda os elementos do planejamento estratégico de sua criação, como se dará sua estrutura, organização e áreas de atuação. Adicionalmente, com uma visão de futuro sobre o macroprojeto do INPOH, o MCTI, instituiu uma equipe de consultores de notório saber, contratados para cada área específica de atuação do INPOH, para, em última análise, elaborar proposta de uma agenda científica e de um plano de implementação, incluindo um minucioso levantamento do estado da arte de suas áreas, bem como a identificação de lacunas, potencialidades e parcerias estratégicas. O resultado completo destas análises está disponível no MCTI para consultas e será levado integralmente à apreciação do Conselho de Administração do INPOH, constituindo subsídios imprescindíveis ao seu planejamento estratégico. Entende-se que as discussões ocorridas para determinação do escopo de atuação, das fases de implantação, dos elementos iniciais da minuta de contrato de gestão, da composição e estrutura dos Conselhos do INPOH compõem o planejamento estratégico de criação do INPOH. Somados à proposta de plano de implementação elaborada pelos consultores, a ser analisada pelo Conselho de Administração do INPOH, temos todos os elementos deste planejamento.

Assim, considera-se a meta cumprida, ressaltando que a conclusão e aprovação do planejamento estratégico do INPOH cabe ao seu Conselho de Administração.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

31/12/2014

- **Instalar e implementar o Instituto Nacional de Pesquisas Oceânicas e Hidroviárias até 2014**

Análise Situacional da Meta

O INPOH nasceu da necessidade histórica de preencher a lacuna de conhecimento sobre os oceanos e hidrovias e seus efeitos sobre a sociedade, desenvolvendo tecnologias que atendam ao setor, fomentando a indústria nacional e permitindo a inovação, que gerará forte impacto sobre a economia e o bem estar.

Para a consecução de seus objetivos, discutiu-se adotar o modelo de organização social, com a supervisão do MCTI e apoio das Pastas de Defesa, Pesca e Aquicultura e Portos do Governo Federal. Além destes, integram o INPOH representantes da sociedade civil, do setor privado e da academia, envolvidos com a temática do Instituto. Assim, foram tramitadas as minutas de exposição de motivos interministerial e de decreto presidencial para análise das pastas envolvidas, tendo havido a assinatura dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Pesca e Aquicultura, da Defesa e da Secretaria de Portos da Presidência, estando o processo em discussão no MPOG e Casa Civil.

Findo o processo de qualificação, e posterior publicação de decreto presidencial, está prevista a assinatura de contrato de gestão entre INPOH e MCTI, como supervisor, e os Ministérios da Defesa, da Pesca e da Aquicultura e a Secretaria de Portos da Presidência, como intervenientes. Discussões acerca do conteúdo deste contrato já foram feitas e já há uma minuta de consenso prévio entre as pastas. Aguarda-se a decisão emanada do MPOG e Casa Civil para finalizar o processo de qualificação do INPOH, não tendo sido possível sua instalação e implementação em 2014. Espera-se que em 2015 obtenhamos a assinatura final e posterior qualificação do Instituto, o que acarretará em sua instalação e implementação.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	10/02/2012	100
Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	2,2	10/02/2012	2,2
Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	62,77	10/02/2012	62,77
Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	26,36	10/02/2012	26,36
Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	0	10/02/2012	0
Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo	%	31/12/2010	100	10/02/2012	100
Maior PIB per capta Estadual/Menor PIB per capta Estadual	%	31/12/2008	8,56	31/12/2012	7,945
Maior PIB per capta Mesorregional/Menor PIB per capta Mesorregional	%	31/12/2008	21,06	31/12/2010	17,84
Maior PIB per capta Microrregional/Menor PIB per capta Microrregional	%	31/12/2008	24,17	31/12/2010	22,84
Número de Colegiados Territoriais Consolidados	unidade	30/06/2011	76	31/12/2014	225
Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários	unidade	01/01/2008	1.687.035	31/12/2014	1.687.044
PIB Centro-Oeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	9,2	31/12/2012	9,8008
PIB Nordeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	13,11	31/12/2012	13,5557
PIB Norte/PIB Nacional	%	31/12/2008	5,1	31/12/2012	5,2681
PIB Sudeste/PIB Nacional	%	31/12/2008	56,03	31/12/2012	55,1901
PIB Sul/PIB Nacional	%	31/12/2008	16,56	31/12/2012	16,1849

Observações:

Cobertura do bioma Amazônico com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: PNIA – Painel Nacional de Indicadores Ambientais

http://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Terras_e_Solos_TSO/3_Planejamento_e_Gestao_Territorial/TSO_3_1/Texto_TSO_3_1.pdf
Última data de atualização: 10.02.2012

Cobertura do bioma Caatinga com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: PNIA – Painel Nacional de Indicadores Ambientais
http://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Terras_e_Solos_TSO/3_Planejamento_e_Gestao_Territorial/TSO_3_1/Texto_TSO_3_1.pdf
Última data de atualização: 10.02.2012

Cobertura do bioma Cerrado com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: PNIA – Painel Nacional de Indicadores Ambientais
http://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Terras_e_Solos_TSO/3_Planejamento_e_Gestao_Territorial/TSO_3_1/Texto_TSO_3_1.pdf
Última data de atualização: 10.02.2012

Cobertura do bioma Mata Atlântica com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: PNIA – Painel Nacional de Indicadores Ambientais
http://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Terras_e_Solos_TSO/3_Planejamento_e_Gestao_Territorial/TSO_3_1/Texto_TSO_3_1.pdf
Última data de atualização: 10.02.2012

Cobertura do bioma Pampa com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: PNIA – Painel Nacional de Indicadores Ambientais
http://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Terras_e_Solos_TSO/3_Planejamento_e_Gestao_Territorial/TSO_3_1/Texto_TSO_3_1.pdf
Última data de atualização: 10.02.2012

Cobertura do bioma Pantanal com projetos de zoneamento ecológico-econômico (ZEE) instituídos por ato normativo - Referência dos dados: PNIA – Painel Nacional de Indicadores Ambientais
http://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Terras_e_Solos_TSO/3_Planejamento_e_Gestao_Territorial/TSO_3_1/Texto_TSO_3_1.pdf
Última data de atualização: 10.02.2012

Maior PIB per capta Estadual/Menor PIB per capta Estadual - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro.
ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/comentarios.pdf
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; e Coordenação de População e Indicadores Sociais. População estimada para 1º de julho de 2012 segundo os municípios, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU em 31.10.2012.
Maior PIB per capta Mesorregional/Menor PIB per capta Mesorregional - Não há apuração mais recente.
Maior PIB per capta Microrregional/Menor PIB per capta Microrregional - Não há apuração mais recente.
Número de Colegiados Territoriais Consolidados - Considera-se colegiado consolidado àquele que, uma vez constituído, tenha realizado atividades a partir do apoio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA. Em 2014, 193 territórios recebem o apoio para o seu funcionamento por meio dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) e outros 32 recebem apoio mediante contratos com ONGs referentes a exercícios anteriores.
Participantes sócios em empreendimentos econômicos solidários - A periodicidade de mensuração do indicador é trienal e a próxima medição ocorrerá em dezembro de 2014. O valor apurado é uma medição parcial.
Fonte: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A416FABB6014173C4E66C7839/Acontece%20SENAES%202013%20-%20n34%20ed%20especial.pdf
PIB Centro-Oeste/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro
Dados de 2012. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/tab01.pdf
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
PIB Nordeste/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro
Dados de 2012. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/tab01.pdf
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
PIB Norte/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro
Dados de 2012. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/tab01.pdf

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
PIB Sudeste/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro
Dados de 2012. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/tab01.pdf
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
PIB Sul/PIB Nacional - Defasagem de 2 anos, com publicação anual em novembro
Dados de 2012. Em ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Regionais/2012/pdf/tab01.pdf
Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

OBJETIVO: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito desse Objetivo, contemplam-se ações e iniciativas voltadas à institucionalização da PNDR e da PNOT; realização de planos regionais; capacitação e cooperação em desenvolvimento regional e territorial; e estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional com vistas à superação das desigualdades regionais e ao ordenamento do território.

Quanto à institucionalização da PNDR, em 2012 foi iniciada a reformulação da PNDR e o MI deu os primeiros passos com a articulação e realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional-CNDR, com o objetivo de promover um debate de abrangência nacional. A CNDR se fundamentou em quatro eixos temáticos: governança, participação social e diálogo federativo; financiamento do desenvolvimento regional; desigualdades regionais e critérios de elegibilidade; e vetores de desenvolvimento regional sustentável. Contou, ainda, com representantes dos seguintes segmentos: poder público, sociedade civil, setor empresarial e instituições de ensino superior, pesquisa e extensão. Seguindo este padrão, foram realizadas 27 edições de etapas estaduais/distrital e 5 edições de etapas macrorregionais da CNDR. Em 2013, realizou-se a etapa nacional e os subsídios gerados serviram de base para formulação da proposta de Projeto de Lei. Em 2014, foi elaborada e encaminhada à Casa Civil proposta de Projeto de Lei da PNDR (Protocolo nº SIDOF NUP 59250.000053/2014-80).

A DIMENSÃO ESTRATÉGICA DA PNDR

No primeiro semestre de 2014, por intermédio da Portaria/MI nº 196, de 27 de maio de 2014, foi instituído GT para atualizar os critérios técnicos necessários à delimitação do semiárido brasileiro, região tratada como prioritária pela PNDR. Adicionalmente, há um conjunto de políticas públicas que adotam a região como recorte específico e ações de governo nos diversos níveis que convergem para ela, em uma proposta de intersetorialidade horizontal e esforço conjunto dos entes federativos que buscam superar o quadro de desigualdades que historicamente caracteriza essa porção do território brasileiro. Dessa forma, a iniciativa de atualização do recorte territorial do semiárido encontra-se associado à PNDR, da mesma forma que a delimitação se relaciona fortemente com a política de ordenamento do território. Também estão sendo contratados estudos visando à identificação das agendas convergentes entre os diversos órgãos federais e a instituição de mecanismos de cooperação intersetorial, denominados Pacto de Metas. Serão instrumentos que permitirão dar um salto de qualidade para uma ação mais coordenada, convergente e eficaz do Governo Federal nas regiões marcadas pelas desigualdades. Além disso, poderão avançar para uma nova forma de compromisso entre o poder público e a sociedade.

A ESTRUTURAÇÃO E O FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL – SNIDR

Em 2012, iniciou-se processo de implementação do SNIDR, que consiste em estratégia de monitoramento e avaliação integrada e articulada com programas e projetos do MI e demais órgãos do Governo Federal para fortalecer a ação da política regional no Brasil. Sua operacionalização se dará por meio do Observatório do Desenvolvimento Regional

(ODR), cujo propósito é reunir, em um repositório de informações georeferenciadas provenientes de instituições governamentais que englobam dimensões de importância central para o desenvolvimento regional e possibilitará o monitoramento, avaliação e garantia do controle social da PNDR e da dinâmica regional brasileira. O ODR foi lançado durante a I CNDR, e encontra-se disponível para a sociedade. Atualmente, o Sistema conta com mais de 500 indicadores obtidos junto a fontes oficiais do governo e do setor privado, englobando dimensões relevantes do desenvolvimento regional. Adicionalmente, encontra-se disponível como uma ferramenta on line, possibilitando a construção de relatórios informativos e a plotagem em mapas. Tais ferramentas contribuem para a qualificação da tomada de decisão no MI e de outros órgãos federais ou de outras esferas da federação, na medida em que viabiliza análises comparativas e visualizações das ações em mapas construídos com rapidez e rigor metodológico. Em 2014, por meio de acordo de cooperação firmado com o IPEA, foram contratados 12 bolsistas do para a realização de estudo e levantamento sobre indicadores dos fundos constitucionais e de desenvolvimento; e para avaliação e construção de novos indicadores sintéticos e intermediários para PNDR.

A ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM DIVERSAS ESCALAS

Em 2012, foram elaborados 4 planos Mesorregionais, 8 Planos Estaduais de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira – PDIF e 1 do Alto Paraopeba. No ano de 2013, foi entregue o PDIF do estado do Pará e foi iniciada a contratação para a elaboração do Plano de Ação da RIDE do Polo da Grande Teresina, com previsão de conclusão para o ano de 2014, sob responsabilidade da Codevasf. Em 2014, a Sudam concluiu os estudos Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal e o Identificação dos Microeixos de Transporte de Cargas dos Estados do Amapá, Amazonas e Pará. Encontra-se em andamento o Estudo do Mercado de Etanol Combustível na Amazônia Legal. No MI, foi concluído o PDIF do Estado do Paraná e está em andamento a elaboração dos Planos de Desenvolvimento do Estado de Rondônia e da Área de Abrangência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, ambos com previsão de término para 2015.

Ainda, de forma a promover o tema, o MI vem divulgando o desenvolvimento regional por meio:

• Prêmio Celso Furtado: tem por objetivo promover a reflexão acerca do desenvolvimento regional no Brasil, do ponto de vista teórico e prático. O público-alvo compreende segmentos representativos da sociedade brasileira, do poder público à sociedade civil organizada, na discussão e identificação de medidas concretas para a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento;

• Rede Latino-Americana de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional – REDE: A REDE representará um espaço de diálogo e convergência institucional, intercâmbio técnico e compartilhamento de informações em subsídio às políticas de desenvolvimento regional ou territorial dos países latino-americanos, nos marcos de um processo de aproximação Sul-Sul, com o apoio da cooperação técnica internacional. Na fase atual pretende-se aprofundar as articulações entre seus membros.

Metas 2012-2015

- **Aprovar o marco legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial**

  Análise Situacional da Meta

  No período 2012-2013, o Ministério da Integração Nacional concentrou esforços na construção de proposta para reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR. Em 2014, o MI inciou a preparação metodológica para a elaboração de uma Política de Ordenamento Territorial.

- **Criar 27 comitês estaduais de desenvolvimento regional que promovam o fortalecimento da governança da Política de Desenvolvimento Regional – PNDR**

  Análise Situacional da Meta

  Para viabilizar a realização das etapas estaduais, macrorregionais e nacional da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR), a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) articulou-se com os governos estaduais e do Distrito Federal, no âmbito da organização das respectivas etapas estaduais, para criar as 27 Comissões

Organizadores Estaduais (COE) que foram constituídas para a CNDR no ano de 2012. Sua criação serviu para identificar os atores-chave de cada segmento, de modo a formar um grupo-base que impulsione a criação e a consolidação de um sistema de governança e fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

A expectativa é que elas sirvam de apoio e impulso para a criação do sistema de governança pensado pela nova PNDR, a partir da estruturação de uma rede de desenvolvimento regional, que envolverá instâncias sub-regionais, estaduais, macrorregionais e nacional, conforme discutido em eixo específico da I CNDR.

Quantidade alcançada 2012: 27 comitês estaduais de desenvolvimento regional

Quantidade alcançada 2013: 0

Quantidade alcançada 2014: 0

Quantidade alcançada

27

Data de Referência

19/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	4	unidade	4	30/06/2014
Região Nordeste	9	unidade	9	30/06/2014
Região Norte	7	unidade	7	30/06/2014
Região Sudeste	4	unidade	4	30/06/2014
Região Sul	3	unidade	3	30/06/2014

- **Elaborar 19 planos de desenvolvimento regional nas escalas macrorregional, estadual e sub-regional**

Análise Situacional da Meta

Até dezembro de 2014, foram elaborados 17 planos de desenvolvimento em múltiplas escalas de abrangência territorial (regiões, estados), conforme detalhamento anexo. Os planos de desenvolvimento resultam de um processo participativo e colaborativo no qual são efetivamente envolvidos representantes dos segmentos sociais com atuação no território (empreendedores, entidades representativas de classes, instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais, administração pública). Tal abordagem coloca à disposição da sociedade um instrumento de atuação que, na visão dos atores do território, agrega um conjunto de medidas de promoção de desenvolvimento, responsáveis por sua execução e respectivo cronograma de implantação.

Quantidade alcançada 2012: 13 (4 Região Norte PDIF AM, AP, RO e RR; 4 Mesorregionais - PAIS Xingó, Seridó, Chapada das Mangabeiras e PDTS Meio Norte; 2 Região Centro-Oeste - PDIF MT e MS, 1 Região Sudeste - Plano Alto Paraopeba e 2 Região Sul - PDIF SC e PDIF RS)

Quantidade alcançada 2013: 2 (Região Sul - PDIF PR) e (Região Norte - PDIF PA)

Quantidade alcançada 2014: 2 (Região Norte - Estudos de Identificação dos Microeixos de Transporte de Cargas nos Estados do Amapá, Amazonas e Pará e Política de Desenvolvimento Industrial da Amazônia Legal – PDIAL

Sudene: Nordeste - PDRS Salgueiro

Quantidade alcançada

17

Data de Referência

19/02/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3	unidade	2	30/06/2014
Região Nordeste	8	unidade	4	30/06/2014
Região Norte	3	unidade	7	30/06/2014
Região Sudeste	3	unidade	1	30/06/2014
Região Sul	2	unidade	3	30/06/2014

- **Reformular e aprovar o marco legal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012, deu-se início ao processo de reformulação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Para reformular, discutir e aprovar o marco legal da PNDR, tomou-se a decisão de levar o tema para o centro da agenda política nacional mediante a realização da 1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR) cujo objetivo foi discutir de forma participativa os princípios e as diretrizes que orientariam a reformulação da nova Política.

O processo estruturou-se em torno de três etapas inter-relacionadas. Na primeira, foram realizadas conferências nas 27 Unidades da Federação entre os meses de agosto e outubro de 2012. Na sequência, aconteceu a segunda etapa, quando foram realizadas as conferências macrorregionais, entre outubro e novembro de 2012. Por último, em março de 2013, foi realizada a etapa nacional. Nas três etapas, participaram dos debates mais de 13.000 pessoas do setor público, empresarial, da sociedade civil organizada e das instituições de ensino e pesquisa. As estruturas de governança, projetos estruturantes, papel das instituições regionais, planos de desenvolvimento macrorregionais foram alguns dos temas discutidos.

Finalmente, como produto da Conferência, elegeram-se 32 princípios e 95 diretrizes que subsidiarão a reformulação da PNDR. Com base nos subsídios gerados pela CNDR, no ano de 2014, foi encaminhado à Casa Civil da Presidência da República Projeto de Lei para a nova PNDR (Protocolo nº SIDOF NUP 59250.000053/2014-80).

OBJETIVO: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

Relativamente aos Fundos Constitucionais de Financiamento, no exercício de 2012 foram tomadas, dentre outras, as seguintes medidas: a) Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, incluindo, dentre as atividades econômicas beneficiárias dos recursos dos Fundos Constitucionais, as atividades comerciais e de prestação de serviços. Nessa medida, foi revogado o § 3º do artigo 4º, extinguindo com isso o limite máximo de 20% das disponibilidades anuais de recursos de cada um dos Fundos Constitucionais para o financiamento das atividades comerciais e de serviços; aprovação da nova regulamentação do artigo 15-D desta Lei, que orientou a liquidação de dívidas do FNE e do FNO, pelo equivalente financeiro do valor atual dos bens passíveis de penhora, criando/aperfeiçoando mais um mecanismo para os bancos administradores atuarem na recuperação de operações inadimplidas contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais; b) Criação das linhas de crédito especiais para atender os produtores rurais e empreendedores prejudicados pela seca e estiagem, na região Nordeste, e das enchentes e enxurradas na região Norte. No caso do FNE houve prorrogação dessas linhas até dezembro de 2013 e, em relação ao FNO até maio do mesmo ano, destinando R$ 3,8 bilhões, dos quais R$ 3,45 bilhões para o Nordeste e R$ 350 milhões para o Norte.

Já em 2013, foram publicadas, dentre outras, as seguintes normas: a) Resolução do CMN nº 4.181, de 7 de janeiro, que definiu os encargos financeiros e o bônus de adimplência das operações realizadas com recursos dos Fundos Constitucionais. As operações contratadas no período de janeiro a junho de 2013 tiveram taxa efetiva de juros de 3,53% a.a. e, as contratadas no período de julho a dezembro de 2013 de 4,12% a.a. A resolução definiu, ainda, a concessão de bônus de adimplência de 15% sobre a parcela da dívida, desde que quitada até a data do vencimento; b) Resoluções CMN nº 4.211 e n. 4.212, ambas de 18 de abril, autorizaram as instituições financeiras a renegociar as parcelas vencidas e vincendas em 2012, 2013 e 2014, referentes às operações de crédito rural de custeio e investimento, inclusive as parcelas prorrogadas, por autorização do CMN, em situação de adimplência, em 31 de dezembro de 2011, contratadas por agricultor familiar, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e por produtor rural, cujo empreendimento estivesse localizado em município da área de atuação da Sudene, em que tenha havido decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem, com

reconhecimento pelo MI a partir de 1° de dezembro de 2011; c) Resoluções nº 4.214 e nº 4.215, de 30 de abril, prorrogaram até 30 de dezembro de 2013 o prazo para a contratação das linhas especiais de crédito de investimento e de custeio para os agricultores familiares enquadrados no Pronaf e demais produtores rurais afetados pela seca ou estiagem na área de atuação da SUDENE, além de estabelecer novos prazos para reembolso; d) Resoluções CMN nº 4.250 e nº 4.251, ambas de 16 de julho, que autorizam a renegociação das operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas entre 2007 e 2011, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por agricultores familiares que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); e) Lei nº 12.844, de 19 de julho, que autorizou a concessão de rebate para liquidação até 31 de dezembro de 2014, das operações de crédito rural de valor originalmente contratado até R$100.000,00 (cem mil reais), com recursos de fontes públicas, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da SUDENE, contratadas até 31 de dezembro de 2006; f) Resolução nº 4.260, de 22 de agosto, que instituiu linha de crédito rural com recursos do FNE e do FNO para liquidação até 31 de dezembro de 2014, e operações de crédito rural de custeio e investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, daqueles Fundos ou das instituições financeiras oficiais federais, independentemente da fonte de recursos, contratadas até 31 de dezembro de 2006, no valor original de até R$200.000,00 (duzentos mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário, que estivessem em situação de inadimplência em 30 de junho de 2012. Ademais, com objetivo de aperfeiçoar a gestão dos Fundos Regionais, o MI e o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) celebraram Acordo de Cooperação Técnica nº 19 (ACT n.19/2013), com vigência de cinco anos, cuja finalidade é estabelecer ações conjuntas que assegurem a realização de estudos, pesquisas e eventos em áreas de mútuo interesse, principalmente, no que se refere a temas concernentes ao padrão de desenvolvimento regional brasileiro, ao monitoramento e à avaliação dos instrumentos da política regional.

No que diz respeito ao exercício de 2014, foram publicadas, dentre outras, as seguintes resoluções: a) Resolução CMN nº 4.304, de 20 de janeiro, que definiu novos encargos financeiros e bônus de adimplência para as operações realizadas no período de 1° de janeiro a 31 de dezembro de 2014; b) Resoluções nº 4.314 (27/3/2014) e 4.315(27/3/2014), alteradas pela Resolução nº 4.387(18.12.2014), que autorizam, respectivamente, a renegociação de operações de crédito e operações de crédito rural contratadas ao amparo de recursos dos Fundos constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO).

Em relação aos Fundos de Desenvolvimento Regional, este teve em 2012 suas normas revistas, resultando na publicação dos normativos abaixo: a) Medida Provisória nº 564/2012, convertida na Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, que consolidou o processo de financeirização do FDA e do FDNE. O objetivo dessa reformulação era garantir que o aporte de recursos aos Fundos de Desenvolvimento não impactasse o superávit primário das Contas de Governo, transferindo, para tanto, a assunção de todo o risco das operações aos agentes operadores daqueles fundos; b) Lei nº 12.712, entre outras medidas, tratou sobre o aporte de recursos dos Fundos de Desenvolvimento, autorizou a União a conceder subvenção econômica às instituições financeiras nas operações de financiamento, a título de equalização da taxa de juros, além de estabelecer que os critérios e condições nos financiamentos com recursos dos Fundos de Desenvolvimento deverão ser definidos pelo Conselho Monetário Nacional, por meio de proposta do Ministério da Integração Nacional; c) Decretos nos 7.838 e 7.839, ambos de 9 de novembro de 2012, que aprovaram os novos regulamentos do FDNE e do FDA; d) Resolução CMN nº 4.171, de 20 de dezembro de 2012, que estabeleceu critérios, condições e prazos para a concessão de financiamentos ao amparo de recursos desses Fundos.

Por sua vez, em 2013 foram publicados os seguintes normativos: a) Lei nº 12.793, de 2 de abril de 2013, autorizou a União conceder subvenção econômica às instituições financeiras oficiais federais, sob a forma de equalização de taxa de juros, nas operações de crédito para investimentos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO e; b) Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013, que aprovou o regulamento do FDCO com sistemática idêntica aos demais Fundos de Desenvolvimento.

Por fim, no exercício de 2014, foi publicada a Resolução CMN nº 4.303, que estabeleceu novos encargos financeiros, que

variam de 6% a.a. até 7,5% a.a., para a concessão de financiamentos, a partir de 21 de janeiro de 2014, com recursos dos Fundos de Desenvolvimento.

No que se refere às liberações de recursos dos Fundos Fiscais de Investimento da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor), no período de 2012 a dezembro de 2014, foram realizadas 09 (nove) autorizações de liberações que atingiram o montante de R$ 202,0 milhões. Deste total, destaca-se a destinação de R$ 61,6 milhões, ou seja, 31% para o projeto da Transnordestina Logística. No decorrer do período, 49 (quarenta e nove) projetos foram contemplados com a emissão do Certificado de Empreendimento Implantado - CEI, sendo emitidos 41 (quarenta e um) certificados para beneficiárias incentivadas pelo Finam e 08 (oito) pelo Finor. Ainda para estes Fundos, em 26 de dezembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 634, prorrogando, até dezembro de 2017, o prazo para a opção pela aplicação do imposto de renda no Finam e no Finor, em favor dos projetos aprovados e que constava em processo de implantação até 2 de maio de 2001, em conformidade com o art. 9º e parágrafos da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991. Referentemente aos Incentivos Fiscais, em 2012, foi publicada a Lei nº 12.715, de 17 de setembro, prorrogando por mais cinco anos os benefícios e os incentivos fiscais que tinham previsão de término em 2013, benefícios esses concedidos às empresas instaladas nas áreas de atuação da Sudam e Sudene. No mesmo ano, os incentivos fiscais foram estendidos aos empreendimentos localizados na região do Vale do Mucuri, em Minas Gerais. Em 2013, foi aprovada a consolidação do regulamento comum às regiões da Amazônia e do Nordeste, por meio da Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 283, de 4 de julho de 2013, contemplando os incentivos concedidos às empresas instaladas nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene.

Metas 2012-2015

- **Aplicar 100% dos recursos programados no exercício.**

Análise Situacional da Meta

Em 2012, foram realizadas 640.172 contratações, somando R$22,1 bilhões de reais. Deste montante, R$5,8 bilhões foram aplicados pelo Banco do Brasil na região centro-oeste, R$11,9 bilhões pelo Banco do Nordeste do Brasil na região nordeste, e R$4,3 bilhões pelo Banco da Amazônia na região norte. Naquele mesmo ano, as unidades federativas que mais contrataram por Fundo foram Goiás e Mato Grosso, no FCO (31,9% e 31,1% do total do valor aplicado na região centro-oeste); Pernambuco, Bahia e Ceará, no FNE (23,7%, 20,4% e 13,2%, respectivamente, do total do valor aplicado na região nordeste); e Rondônia, Pará e Amazonas, no FNO (32,7%, 29,0% e 15,3%, respectivamente, do total do valor aplicado na região norte). Incluindo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), 54,3% dos recursos aplicados e 99,5% do número de contratos firmados foram realizados com empreendedores de menor porte, cuja renda bruta anual resultasse em até R$ 16 milhões. Ocorreu também, no referido exercício, a criação de linhas emergenciais de financiamento, voltadas para municípios em reconhecida situação de emergência ou calamidade pública, em razão de enchentes e secas.

Em relação ao exercício de 2013, foram realizadas 648.394 contratações (8.222 operações a mais do que em 2012), somando R$23,5 bilhões de reais, montante 6,3% superior ao do exercício anterior. Os Fundos Constitucionais, em 2013, não só alcançaram suas metas, mas tiveram um valor de contratação superior ao valor previsto. O setor rural e o de comércio e serviços, respectivamente, foram os setores que mais aplicaram recursos. No FCO, foram responsáveis por 52,9% e 25,9%. No FNE por 41,8% e 28,9%. Já no FNO, 38,1% e 31,7%. No balanço daquele mesmo ano, foram apontadas as unidades federativas que mais contrataram, sendo a Bahia e Pernambuco no FNE (23,9% e 14,3% respectivamente, do contratado no Nordeste); Goiás e Mato Grosso no FCO (33,5% e 29,0% do total contratado na região Centro-Oeste); Pará e Amazonas no FNO (33,4% e 22,5%, respectivamente, do contratado no Norte). Por ora, em 2013, o FNE Seca foi responsável por 279.595 operações contratadas, encerrando-se em 31 de dezembro. Já em relação ao FNO Emergencial, este número foi de 3.231, porém até 31 de maio, data em que esta linha emergencial finalizou-se.

Referentemente ao exercício de 2014, foi previsto para os três Fundos Constitucionais o montante de R$24 bilhões e contratado até outubro daquele ano R$17,6 bilhões. Categorizado por porte, até outubro, 74,5% dos recursos do FCO foram aplicados nos empreendimentos de menor porte, e 25,5% nos de médio e grande porte. No caso do FNE houve

um equilíbrio, sendo destinados 50% para os de menor porte e 50% para os de médio e grande porte. Já no FNO, os de menor porte foram responsáveis por 77,5% das aplicações e os de médio e grande porte por 22,5%. Os Fundos Constitucionais de Financiamento vêm, como se verifica ao longo do texto, alcançando suas metas. Para o exercício de 2014, a tendência é a mesma, tendo em vista que até outubro houve aplicação de 73% dos recursos.

Obs.:

Fundo Constitucional de Financiamento do Norte: FNO;

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: FDNE;

Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste: FCO.

Quantidade alcançada

73

Data de Referência

30/10/2014

- **Comprometer 100% das disponibilidades dos recursos programados no exercício em projetos de interesse do desenvolvimento regional.**

Análise Situacional da Meta

Os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, do Nordeste - FDNE e do Centro Oeste -FDCO são instrumentos de promoção do desenvolvimento regional criados com a finalidade de assegurar recursos para investimentos em infraestrutura e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de novos negócios e de novas atividades produtivas. De 2012 a 2014 foram disponibilizados àqueles Fundos recursos na ordem de R$12,8 bilhões, sendo R$ 4,2 bilhões para o FDA, R$ 6,05 bilhões para o FDNE e R$ 2,6 bilhões para o FDCO. Desses recursos foi empenhado o montante de R$ 11,4 bilhões. Do valor total de recursos empenhados pelo FDA, a maior parcela se concentrou no estado do Pará (R$ 1,9 bilhão). Quanto ao FDNE, Pernambuco foi o estado que absorveu a maior parcela, com R$ 4,9 bilhões. Em relação ao FDCO, quem se destacou foi o estado do Mato Grosso do Sul, com R$ 1,1 bilhão. Ainda no período supracitado, do montante empenhado nos três Fundos, o setor industrial destacou-se absorvendo 73% do FDCO, 89% do FDA e 55% do FDNE.

Quantidade alcançada

97,06

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0791 - Institucionalização e fortalecimento da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal vem buscando fortalecer a institucionalização das instâncias de governança da Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais, do Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais (GTP APL) e dos Núcleos estaduais e dos Comitês Gestores nos APLs. Os Núcleos Estaduais de Apoio a Arranjos Produtivos Locais (NEs) possuem o papel de organizar as demandas dos APLs locais, analisar suas propostas e promover as articulações institucionais com vistas ao apoio demandado.

Durante 2014, o GTP APL prosseguiu com o trabalho de acompanhamento, mobilização, articulação e cooperação com os Núcleos Estaduais. Foram realizadas atividades de capacitação para inserção de dados no Observatório de APLs, no estado de São Paulo, em maio de 2014. A Secretaria Executiva do GTP APL participou da reinstalação do Núcleo Estadual do Amazonas, em abril de 2014.

Quanto ao Programa de Gestores e Articuladores de Arranjos Produtivos Locais, o histórico desse projeto revelou que a

profissionalização da gestão de APLs é de extrema importância para o desempenho desses, o que reforça a necessidade de capacitação. Nesse sentido, iniciativa do MDIC e da ABDI convergiram para a elaboração de um plano que definisse diretrizes e estratégias de capacitação. A parceria foi formalizada em um convênio, em 2011, e o primeiro produto entregue foi o PNC – Plano Nacional de Capacitação, no 1º semestre de 2014. Em seguida, foi contratada a elaboração do material didático dos quatro cursos definidos pelo Plano: (i) Curso Avançado para Formuladores e Executores de Políticas para APLs; (ii) Curso Intermediário para Formuladores e Executores de Políticas para APLs; (iii) Curso para Gestores e Multiplicadores Locais; e (iv) Curso para Empreendedores e Agentes Produtivos Locais. Em fase preliminar, o material didático e a plataforma de ensino foram testados em duas turmas piloto.

O curso intermediário para formuladores de políticas e o curso para empreendedores foram ministrados entre 1º de julho e 10 de setembro de 2014. No que tange ao conteúdo, todo ele já foi revisado pela Secretaria Executiva do GTP APL e a consultoria está fazendo as correções solicitadas. As recomendações gerais de melhoria do Comitê Temático do PNC englobam: critérios de seleção mais adaptados ao público-alvo; cronograma mais longo; modalidade de ensino à distância ou presencial adequada para cada realidade; melhoramento de algumas ferramentas da plataforma, em especial os comunicadores instantâneos; e desenvolvimento de uma ferramenta de controle de frequência ou acesso.
Além disso, também está em processo de construção o Mapa da Produção em APLs no País, que contará com pesquisa de campo para geração de indicadores.
O Observatório de APLs encontra-se em plena operação e visa à gestão do conhecimento, ao monitoramento e à avaliação de Arranjos Produtivos Locais. Com o objetivo de formular políticas públicas em APLs, foram finalizados os estudos para os setores de agregados da construção civil, cerâmica vermelha, florestas plantadas da região amazônica e ovinocaprinocultura.

Metas 2012-2015

- **Instituir e implementar a Política Nacional para Arranjos Produtivos Locais**

  Análise Situacional da Meta

  No final de 2012 o MDIC elaborou e apresentou o Termo de Referência da 2ª Geração de Políticas para APLs, tendo sido proposta uma revisão metodológica em 2013.

  No entanto, devido às circunstâncias políticas que o GTP APL se encontrava, optou-se por não realizar tal revisão e, assim, utilizar as diretrizes estabelecidas no Termo de Referência da política para implementar os projetos e ações, aprovados em plenária no GTP APL. Entre os projetos e ações implementados pelo MDIC podemos destacar: o Plano Nacional de Capacitação para Gestores de APLs; o Projeto de APLs de Economia Criativa, em parceria com o Ministério da Cultura (Minc); o Projeto de Qualificação de Fornecedores em APLs dos setores de Automotivo, Petróleo, Gás e Naval; a 6ª Conferência Brasileira de APLs; o lançamento do Observatório Brasileiro de APLs e ações voltadas à inserção de dados, como diversas rodadas de capacitação de representantes indicados pelos Núcleos Estaduais e APLs, além do trabalho permanente da Secretaria-Executiva, e da mobilização para o uso da Rede Social de APLs.
  Na 2ª reunião plenária do GTP APL em 2014, realizada em 27 de novembro, foi aprovada a proposta de revisão metodológica da Política Nacional de apoio aos APLs a partir de 2015. O Grupo concluiu que há a necessidade de atualização dos documentos que estabelecem a metodologia do GTP APL, em especial para adequar ao que é praticado atualmente pelas instituições.
  Sendo assim, podemos considerar a Meta de instituição e implementação da PNAPL em execução.

OBJETIVO: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

O objetivo contempla ações e iniciativas voltadas ao desenvolvimento de sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias. Para tanto, foram firmados convênios de apoio à inovação de Arranjos Produtivos Locais (APL) e à ampliação e ao fortalecimento das estruturas produtivas, além de projetos na área de difusão de tecnologias, tendo quatro instituições envolvidas: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco).

No que se refere à meta de desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 APL, sob a responsabilidade do MDIC, foi alcançada com sucesso, por meio de convênios firmados com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) em três estados: IEL/BA, IEL/MG e IEL/PE no ano de 2012. Esses convênios visaram à qualificação de fornecedores no entorno de grandes empreendimentos e de empresas âncoras, do setor automotivo, de petróleo, gás e naval, com foco na inovação tecnológica e no incremento do fluxo de mercadorias inter-regional, a partir da metodologia de APL, inclusive pela atração de novos empreendedores que possam atuar de maneira integrada.

Por sua vez, a ampliação e o fortalecimento das estruturas produtivas concretizaram-se por meio de convênio com a Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado de Pernambuco – SARA para desenvolvimento do Projeto de Capacitação de Produtores Familiares e Fortalecimento das Estruturas Produtivas da Caprinocultura e Apicultura. As metas do projeto compreendem a realização de 40 cursos de ovinocaprinocultura para 600 criadores, 12 cursos em apicultura básica para 180 apicultores e aquisição de 540 colméias Langstroth e 12 conjuntos de extração de mel, abrangendo 21 municípios do Estado de Pernambuco.

Em 2014, para o Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação, a Sudeco iniciou o projeto de elaboração de diagnóstico de viabilidade técnica e econômica da implantação de um Parque Tecnológico Internacional (PTIN) em Ponta Porã - MS, na fronteira Brasil-Paraguai. A Sudene, por sua vez, colaborou diretamente em duas iniciativas: o Centro Vocacional Tecnológico – CVT de Tobias Barreto/SE (infraestrutura laboratorial para caracterização físico-química de oleaginosas com potencial produtivo) e o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste – Cetene (soluções alternativas para a geração de energia).

Metas 2012-2015

- **Desenvolvimento de projetos de apoio à inovação em 10 Arranjos Produtivos Locais**

  Análise Situacional da Meta

  Considera-se alcançada 100% dessa meta, com o desenvolvimento de projetos no entorno de grandes empreendimentos e de empresas âncoras dos setores automotivo, de petróleo, de gás e naval, com foco na inovação tecnológica e no incremento de fluxo de mercadorias inter-regional, a partir da metodologia de APLs, inclusive pela atração de novos players que possam atuar de maneira integrada.

  Quantidade alcançada

  10

  Data de Referência

  15/05/2013

- **Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação da Amazônia**

  Análise Situacional da Meta

  Conforme informações da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), não houve aporte de recursos face aos limites de empenho estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional.

  Quantidade alcançada 2012: 0

Quantidade alcançada 2013: 0
Quantidade alcançada 2014: 0

Quantidade alcançada
0
Data de Referência
30/06/2014

- **Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Centro-Oeste**

Análise Situacional da Meta

A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) informou que não houve execução nos anos de 2012 e 2013. Em 2014, está em andamento um projeto de elaboração de diagnóstico de viabilidade técnica e econômica da implantação de um Parque Tecnológico Internacional (PTIN) em Ponta Porã - MS, na fronteira Brasil-Paraguai.

Quantidade alcançada 2012: 0
Quantidade alcançada 2013: 0
Quantidade alcançada 2014: 0

Quantidade alcançada
0
Data de Referência
30/06/2014

- **Desenvolvimento de Rede Regional de Inovação do Nordeste**

Análise Situacional da Meta

A partir de uma estratégia de articulação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), foram realizadas reuniões com os Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, para a utilização dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) como Rede de Inovação, uma vez que os CVT são unidades de ensino e de profissionalização voltadas para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo.

Em 2012, foi firmado convênio com o estado de Sergipe para apoio ao CVT de Confecções de Tobias Barreto, com sua execução iniciada em 2013 e, atualmente, com 27,3% executados. Ainda foi celebrado termo de descentralização com o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - Cetene, para Desenvolvimento Integrado da Cadeia Produtiva de Biodiesel no Nordeste Brasileiro: Infraestrutura Laboratorial para Caracterização Físico-química de Oleaginosas com Potencial para Produção, cuja execução física iniciou-se em 2013.

Em 2013, foram apresentadas seis propostas, quatro das quais não se alinhavam com o objetivo da ação. As duas propostas passíveis de aprovação foram, o CVT de Desenvolvimento da Rede de Inovação em Plantas Medicinais e Fitoterápicas em Pernambuco e o CVT do Setor Têxtil do Seridó no Rio Grande do Norte. Sem prejuízo do exposto, uma vez que os processos não foram concluídos no ano em questão, sendo recomendada a inclusão destes projetos no Orçamento-Geral da União de 2014.

Em 2014, será realizado Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE visando ao Desenvolvimento da Rede de Inovação em Plantas Medicinais e Fitoterápicas no Estado de Pernambuco e também, o CVT do setor Têxtil do Seridó no Rio Grande do Norte, o qual será realizado pelo Instituto Federal Tecnológico do Rio Grande Norte (IFRN), em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte. A estruturação destas unidades possibilitará o atingimento da meta Realização de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste, definida também para o Objetivo 0792.

Quantidade alcançada 2012: 1

Quantidade alcançada 2013: 1

Quantidade alcançada 2014: 0

Quantidade alcançada: 2

Quantidade alcançada

2

Data de Referência

30/06/2014

- **Realização de projetos de incorporação e de difusão de tecnologias no setor produtivo do Nordeste**

Análise Situacional da Meta

Com vistas à aplicação dos recursos, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) realizou o Chamamento Público nº 3/2013, de 4 de junho de 2013 (http://www.sudene.gov.br/system/resources/W1siZiIsIjIwMTMvMDYvMDQvMTBfMzRfMDdfMzMxX0NoYW1hbWVudG9fUHVibGljb18wMDNfMjAxMy5wZGYiXV0/Chamamento%20Publico%20003-2013.pdf), e houve manifestação de interesse por parte de quatro proponentes dos estados de Alagoas, Paraíba e Piauí. Concluída a análise, a Sudene aprovou a proposta da Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas (Empasa) com previsão de repasse de recursos federais de R$ 212.000,00 (duzentos e doze mil reais), mas que, por impedimento jurídico, não avançou. Entretanto, a estruturação das unidades da meta Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação do Nordeste, definida também para o Objetivo 0792, possibilitará o atingimento desta meta.

Quantidade alcançada 2012: 0

Quantidade alcançada 2013: 0

Quantidade alcançada 2014: 0

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	8	unidade	8	30/06/2014

OBJETIVO: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Análise Situacional do Objetivo

Instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente regulamentado pelo decreto nº 4.297/2002, o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) tem como objetivo fomentar um novo padrão de ocupação territorial, compatível com a manutenção, recuperação e promoção dos serviços ecossistêmicos e com o uso racional dos recursos naturais.

Ao avaliar os componentes dos sistemas ambientais quanto às suas potencialidades e limitações atuais e diante das tendências de desenvolvimento socioeconômico, o ZEE indica, no tempo e no espaço, as atividades econômicas mais compatíveis com as fragilidades de cada área, ao mesmo tempo em que promove a articulação das instituições no sentido

de contribuir para a melhoria dos projetos que influenciam a dinâmica territorial e a destinação de uso do território.

Em conformidade com o pacto federativo e com o Sistema Nacional de Meio Ambiente, o ZEE é executado de forma descentralizada e compartilhada entre a União, os estados e os municípios. Nesse sentido, constitui ação administrativa da União a elaboração do ZEE de âmbito nacional e macrorregional, em especial quando tiver por objeto os biomas brasileiros ou os territórios abrangidos por planos e projetos prioritários estabelecidos pelo Governo Federal. Aos estados cabe elaborar o ZEE de âmbito estadual, em conformidade com os zoneamentos de âmbito nacional e macrorregional e segundo a metodologia unificada, estabelecida em norma federal (decreto nº 4.297/2002), observando também um prazo de cinco anos para a elaboração e aprovação de seus ZEEs, conforme estabelecido no art. 13 da lei nº 12.651/2012. Por fim, aos municípios compete a elaboração do plano diretor, observando os ZEEs existentes.

No âmbito federal, os desafios associados ao ZEE não poderiam ser enfrentados sem a existência e atuação do Consórcio ZEE Brasil, composto por 15 instituições públicas (como ANA, CPRM, Embrapa e IBGE) com capacidade instalada e experiência acumulada, que atua tanto na frente de cooperação com os estados quanto nas ações de ZEE a cargo do Governo Federal. Além disso, como instância política responsável por planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos de ZEE, foi instituída a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional (CCZEE), que se reúne periodicamente e da qual fazem parte treze ministérios e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Nesse sentido, cabe ressaltar que o Ministério do Meio Ambiente possui a competência legal de coordenar a execução dos trabalhos de ambos colegiados.

Atualmente, diversos estados do Brasil estão formulando e implementando seus respectivos zoneamentos, ao mesmo tempo em que o Governo Federal já elaborou o MacroZEE para a Amazônia Legal, instituído por meio do decreto nº 7.378/2010, e se dedica ao desenvolvimento, atualmente, do MacroZEE do Bioma Cerrado e do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, permitindo a formulação de estratégias de gestão territorial para essas regiões mediante uma abordagem estratégica da realidade. O desenvolvimento das atividades vinculadas a cada uma dessas agendas é coordenado pela CCZEE, contando com o apoio operacional técnico do Consórcio ZEE Brasil.

No que se refere ao período de abrangência do PPA 2012-2015 do Governo Federal, foram desenvolvidas uma série de atividades relacionadas ao ZEE.

Em 2012, cabe destacar (i) o lançamento do Atlas Interativo do MacroZEE da Amazônia Legal, que disponibilizou ao público interessado os dados geoespaciais utilizados e gerados pelo MacroZEE (www.mma.gov.br/atlaszeeamazonia), (ii) a elaboração de insumos técnicos (diagnóstico dos meios físico-biótico, socioeconômico e jurídico-institucional) para serem aportados no processo de zonificação do bioma Cerrado, (iii) a aditivação dos convênios com os estados de Goiás e Piauí e a celebração de novos convênios com o Distrito Federal e os Estados de Pernambuco e do Tocantins para o apoio à elaboração de seus ZEE, e (iv) o estabelecimento de Acordos de Cooperação Técnica com os estados do Amapá, Amazonas e Roraima, também em apoio à execução de seus zoneamentos.

Em 2013, é preciso mencionar a realização da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, que conferiu destaque ao papel do ZEE para orientar as ações do governo de fomento ao desenvolvimento regional em bases sustentáveis, ao mesmo tempo em que foi organizada uma oficina conjunta do Consórcio ZEE Brasil e da CCZEE para a definição de um plano de ação voltado ao fortalecimento do ZEE como instrumento efetivo de planejamento territorial. Além disso, (i) foi elaborada uma proposta de regulamentação dos aspectos relativos ao ZEE no “novo Código Florestal” (lei nº 12.651/2012), discutida e aprovada pela Comissão Coordenadora do ZEE (CCZEE), (ii) contratada uma pessoa jurídica para a elaboração de cenários prospectivos para o Cerrado, insumos para o processo de zonificação do bioma Cerrado, (iii) celebrado um Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Piauí para acompanhar a elaboração e

implementação de seu ZEE, e (iv) publicado roteiro metodológico para a elaboração do ZEE no nível municipal, integrado ao plano diretor, em parceria com a Cooperação Técnica Alemã (GIZ).

Em 2014, cabe destacar (i) publicação das portarias ministeriais com os novos representantes do Consórcio ZEE Brasil e da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional (CCZEE); (ii) contratação de cinco consultorias (pessoa física) para o desenvolvimento de uma proposta de integração de diversos instrumentos de planejamento territorial (como o ZEE, o plano de recursos hídricos, o plano diretor municipal e a Agenda 21); (iii) continuidade das tratativas entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério de Integração Nacional (MI) sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); (iv) elaboração do termo de referência e acompanhamento do processo licitatório para a contratação de pessoa jurídica para a conclusão do MacroZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com recursos do Programa Interáguas, com previsão de início de execução para o exercício de 2015; (v) execução e conclusão da elaboração dos cenários prospectivos, para os anos 2022 e 2030, considerando o recorte do Bioma Cerrado como insumos ao processo de MacroZEE do bioma; e (vi) o acompanhamento do Termo de Cooperação firmado entre o MMA e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), prevendo atividades até maio de 2015, cujo objetivo é a avaliação quali-quantitativa dos ZEEs costeiros já elaborados no território nacional.

Na linha de ação voltada ao apoio dos ZEE estaduais, está em curso a estruturação e disponibilização em ambiente web dos bancos de dados dos ZEE dos estados da Amazônia Legal, em parceria com a Embrapa Informática. Ao mesmo tempo, os estados do Acre, Amazonas e Pará receberam apoio no detalhamento de seus ZEE nos níveis regional e municipal por meio de Projeto de Cooperação Técnica com a GIZ, para além de novos Acordos de Cooperação Técnica (ACT) celebrados com o Distrito Federal e o Estado do Maranhão. Cabe mencionar também que encontra-se em negociação novo Acordo de Cooperação Técnica com o Estado do Amazonas visando apoio técnico no processo de zoneamento da sub-região do Madeira. Por sua vez, o convênio com o Estado do Tocantins, firmado em 2012, foi aditivado com vistas a garantir a completude de execução das metas e etapas previstas no plano de trabalho.

Metas 2012-2015

- **Elaborar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do bioma Cerrado**

  Análise Situacional da Meta

  Instrumento estratégico para inserir a dimensão ambiental no planejamento e na gestão do território, o Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) do Bioma Cerrado constitui ação estruturante do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado).

  Em 2012, o MMA viabilizou contratação e elaborou insumos técnicos nas dimensões ambiental, socioeconômica e jurídico-institucional com vistas a aportar conteúdo no processo de MacroZEE do bioma Cerrado que, de fato, é coordenado pela CCZEE conjuntamente com o apoio operacional e técnico do Consórcio ZEE Brasil.

  Durante o ano de 2014, o Ministério do Meio Ambiente, com apoio extra-orçamentário do Programa Iniciativa Cerrado Sustentável, elaborou os cenários prospectivos para o Bioma Cerrado, considerando os recortes temporais de 2022 e 2030. O objetivo foi compreender a dinâmica territorial instalada e projetada, em um exercício de articulação dos aspectos ecológico e econômico. Esses cenários foram objeto de sete oficinas participativas realizadas entre os meses de julho e agosto de 2014, com os seguintes públicos: (i) coordenações de ZEE dos estados do Bioma Cerrado, (ii) Fórum de Secretários de Meio Ambiente do Cerrado, (iii) Comissão Executiva do PPCerrado, (iv) setor industrial, (v) setor agropecuário, (vi) povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais do campo e (vii) ONGs socioambientais e academia.

  A partir dessas oficinas, os cenários foram ajustados e consolidados considerando as contribuições obtidas, o que

também permitiu a elaboração de uma proposta de macrozonas e de diretrizes de uso e ocupação da região em bases sustentáveis.

Contudo, durante a 31ª Reunião Ordinária da Comissão Coordenadora do ZEE do Território Nacional (CCZEE), realizada no dia 30 de outubro de 2014, deliberou-se que o atendimento ao marco legal previsto no decreto que institui o PPCerrado (decreto s/nº, de 15 de setembro de 2010), referente à elaboração do MacroZEE do Bioma Cerrado, não deveria partir do recorte do bioma tal como vigente atualmente. Nesse sentido, o encaminhamento acordado pela maioria dos membros da CCZEE foi que o processo de elaboração deste MacroZEE deverá ser coordenado pelo Consórcio ZEE Brasil a partir de iniciativas de zoneamento elaboradas tendo como recorte territorial as regiões político-administrativas que integram o bioma. Assim, os produtos produzidos pelo MMA até o momento serão considerados como insumos ao processo, no que couber. A expectativa é que ambos os colegiados (CCZEE e Consórcio ZEE Brasil), após planejamento interno, finalizem esta agenda em 2015.

Por outro lado, de modo a disseminar os trabalhos já produzidos, o Ministério do Meio Ambiente iniciou a elaboração de um atlas (analógico e digital) sobre o Bioma Cerrado, que reunirá uma série de informações sobre diferentes aspectos da região, além de uma publicação especifica sobre os cenários para o bioma. Tais iniciativas, além de contribuírem para um maior conhecimento da região, são uma oportunidade para melhor subsidiar as ações do setor público e privado sobre o Cerrado.

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

- **Elaborar o Zoneamento Ecológico-Econômico em pelo menos 10 municípios com maiores índices de desmatamento na Amazônia Legal**

Análise Situacional da Meta

Reavaliação de prioridades de governo e indisponibilidade de recursos orçamentários levaram à não realização da meta,

Quantidade alcançada

0

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Análise Situacional do Objetivo

No cumprimento do Objetivo, o MI vem atuando na estruturação dos APL por meio da mobilização e orientação dos produtores, que são estimulados a atuar associadamente. Após a identificação dos pontos frágeis da cadeia produtiva, busca-se atuar na promoção de seu fortalecimento, seja na produção, por meio da doação de equipamentos, insumos e animais, na melhoria da qualidade do produto, com a construção de unidades de produção e beneficiamento em capacitações, necessárias ao êxito das atividades, bem como na destinação de recursos para obras de infraestrutura. Desta forma, a partir de 2012, a SDR, em parceria com a Codevasf, passou a ser uma das principais executoras do eixo de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria - Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Nesse sentido, em 24/4/2014, foi publicada a Portaria/MI nº 165/2014, que estabelece o Sistema de Gestão das Rotas de Integração Nacional, enquanto estratégia de inclusão produtiva e desenvolvimento regional deste

Ministério e institui o Comitê Gestor das Rotas. Seu objetivo maior é promover a inclusão produtiva e a integração econômica das regiões menos desenvolvidas do país aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento.

Rota da Fruticultura

Desde 2012, foram investidos cerca de R$ 24 milhões na Bahia, Piauí, Alagoas, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, beneficiando cerca de 12 mil famílias. A Codevasf, no segmento de cajucultura de sequeiro, oferece apoio à produção, por meio do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Cajucultura.

Rota do Mel

A apicultura é uma das atividades produtivas priorizadas. Desde 2012, foram investidos cerca de R$ 48 milhões, beneficiando aproximadamente 9 mil famílias de apicultores. São fornecidos kits apícolas compostos por equipamentos como colmeias, fumigadores e equipamentos de proteção individual e centrífugas. Além disso, são construídas e adequadas as unidades de extração de mel, entrepostos, unidades de beneficiamento de pólen ou de cera de abelhas, com o objetivo de inserir as famílias beneficiadas na Rota do Mel.

Rota do Cordeiro

O objetivo é apoiar a atividade de produção de ovinos e caprinos no Nordeste e todas as atividades que estão ligadas a esta cadeia produtiva. As iniciativas objetivam inserir os criadores na Rota do Cordeiro. Desde 2012 foram investidos R$ 2,5 milhões nesta atividade, principalmente na Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí. O trabalho consiste em implantação de áreas de produção de forragem; construção de centros de manejo reprodutivo, centrais de terminação e unidades de transferência de tecnologia; fornecimento de equipamentos e picadeiras de forragem; e capacitação dos produtores. Até 2014 foram atendidas cerca de 9.000 famílias.

Rota do Peixe

No setor de aquicultura e pesca, cerca de R$ 37 milhões já estão sendo aplicados em ações vinculadas ao Plano Brasil Sem Miséria. São fornecidos diversos equipamentos e insumos, tais como tanques-rede, ração, alevinos, apetrechos de pesca, em benefício de aproximadamente 28 mil famílias de piscicultores. Destaca-se a atuação do DNOCS através do funcionamento das 8 Estações de Piscicultura e 1 Centro de Pesquisa que beneficiam cerca de 15 mil pescadores com pesquisas, capacitações e fornecimento de alevinos de excelente padrão. Os Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura da Codevasf também fazem parte desta estratégia de impulso à atividade produtiva. Os Centros são polos de capacitação de produtores, difusão de novas tecnologias e produção de alevinos para os projetos sociais.

Desenvolvimento Sustentável de Mandiocultura e da Palma Forrageira (Reniva e Repalma)

Desde 2013, a SDR vem coordenando a execução dos Projetos Reniva (Rede de multiplicação e transferência de materiais propagativos de mandioca com qualidade genética e fitossanitária) e Repalma (Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Palma Forrageira). Neste primeiro semestre de 2014, o maior volume de investimentos foram destinados para a continuidade dos Projetos Reniva e Repalma e foram desenvolvidos três projetos mediante parceria entre Codevasf, Embrapa e MI. O Reniva já absorveu um montante de R$ 25,4 milhões. Este arranjo produtivo deve atender a 5.560 mil beneficiários por meio da implantação de unidades de multiplicação de manivas, de unidades de produção de mandioca e do fornecimento de tratores e implementos agrícolas, bem como da implantação de unidades de processamento de farinha e derivados de mandioca. Em 2014, a Codevasf implantou no Estado da Bahia, por meio de Convênio e nos estados de Pernambuco, Piauí e Maranhão por aplicação direta. No Repalma, por sua vez, foram investidos R$ 28,8 milhões cujos resultados beneficiarão 2.788 famílias por meio da implantação de unidades de multiplicação de raquetes de palma, de unidades de produção de palma e do fornecimento de tratores, implementos agrícolas e picadores de forragem. O objetivo é garantir reserva e segurança alimentar animal, principalmente para o enfrentamento de períodos críticos de seca.

Atividades Diversas

Complementando a estruturação das Rotas, houve também apoio a APL diversos, isto é, projetos que estruturam cadeias produtivas da bovinocultura leiteira e da agricultura familiar - distintas das identificadas como prioritárias – e projetos que apoiam várias cadeias produtivas, com apoio à infraestrutura logística ou à comercialização (feiras). Para estas ações,

foram investidos R$ 90 milhões em 54 projetos, mostrando que infraestrutura ainda é uma necessidade nas diversas regiões atendidas.

Outras iniciativas

Implantação de Estruturas Produtivas em Localidades Atingidas pela Seca Em 2013, por meio de parceria com o BNDES, foram celebrados convênios no valor de R$ 75,988 milhões, com a Codevasf e de R$ 38.002.000,00 com o DNOCS, objetivando a implantação de estruturas produtivas em localidades atingidas pela seca. As ações de inclusão produtiva buscam promover o desenvolvimento local e possibilitar a que os beneficiários produzam alimentos para o consumo de sua família e comercialize o excedente, proporcionando o aumento de sua renda e gerando postos de trabalho, de modo a que as famílias deixem de fazer parte do público da extrema pobreza.

Para o cumprimento do objetivo, o Ministério da Integração Nacional (MI) vem atuando na estruturação dos arranjos produtivos (APL) por meio da mobilização e da orientação aos produtores, que são estimulados a atuar associadamente. Após a identificação dos pontos frágeis da cadeia produtiva, busca-se atuar na promoção de seu fortalecimento, seja na produção, por meio da doação de equipamentos, insumos e animais, melhoria da qualidade do produto, construção de unidades de produção e beneficiamento e capacitações, necessárias ao êxito das atividades, bem como mediante destinação de recursos para obras de infraestrutura.

Dessa forma, a partir de 2012, a Secretaria de Desenvolvimento Regional, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), passou a ser uma das principais executoras do eixo de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria - Programa Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Nesse sentido, em 24 de abril de 2014, foi publicada a Portaria/MI nº 165/2014, que estabelece o Sistema de Gestão das Rotas de Integração Nacional, enquanto estratégia de inclusão produtiva e desenvolvimento regional deste Ministério e institui o Comitê Gestor das Rotas. Seu objetivo maior é promover a inclusão produtiva e a integração econômica das regiões menos desenvolvidas do País aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento. As principais iniciativas apoiadas pela Rota de Integração Nacional são as Rotas da Fruticultura, do Mel, do Cordeiro, do Peixe, além de iniciativas para o Desenvolvimento Sustentável de Mandiocultura e da Palma Forrageira (Reniva e Repalma)

Em 2013, por meio de parceria com o BNDES, foram celebrados convênios que mobilizariam potencialmente até R$ 75,988 milhões com a Codevasf e de R$ 38,002 milhões com o DNOCS, objetivando a implantação de estruturas produtivas em localidades atingidas pela seca. As ações de inclusão produtiva buscam promover o desenvolvimento local e possibilitar a que os beneficiários produzam alimentos para o consumo de sua família e comercialize o excedente, proporcionando o aumento de sua renda e gerando postos de trabalho, de modo a que as famílias deixem de fazer parte do público da extrema pobreza.

Metas 2012-2015

- **Ampliar o acesso aos recursos para construção da infraestrutura logística voltada para a inclusão produtiva**

  Análise Situacional da Meta

  Várias unidades vinculadas ao Ministério da Integração apoiam a consecução dessa meta. No Exercício de 2013, o Departamento Nacional de Obras Contras as Secas (Dnocs) realizou obras mediante execução direta e por meio de convênios com prefeituras de diversos estados, que viabilizarão intervenções com a finalidade de promover o acesso aos recursos hídricos e as condições de inclusão sócio-produtiva necessária à melhoria das condições de vida da população residente em áreas atingidas pela seca.

  A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) contribuiu principalmente com o fornecimento de equipamentos e implementos agrícolas e destinou recursos para obras de infraestrutura.

  Por sua vez, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) firmou convênio com a Prefeitura de Saboeiro/CE para recuperação e melhoria do Mercado Público Municipal.

  Já a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), por meio de recursos provenientes de emenda parlamentar, apoiou projetos de infraestrutura para municípios do Estado do Mato Grosso, voltados para construção de

centros de múltiplo uso, barracão comunitário, cobertura de feira livre, casa de apoio aos agricultores familiares e pavimentação asfáltica e drenagem de vias.

No ano de 2014, a Sudam, em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), vem apoiando o Projeto Desenvolvimento Sustentável com Fomento e Fortalecimento das Cadeias Produtivas e Arranjo Produtivo Local nas Atividades de Fruticultura e Piscicultura no Município de Terra Alta – Estado do Pará. Também em parceria com a UFRA, vem apoiando o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável na Agricultura Familiar e Recuperação de Áreas Degradadas por intermédio de mecanização agrícola em municípios paraenses. Ainda, encontrase em andamento o projeto Desenvolvimento Sustentável com Fomento da Avicultura Familiar nos Municípios Polos de Barcarena e Terra Alta no estado do Pará.

O DNOCS, mediante Termos de Cooperação para Descentralização de Créditos do MI, vem adquirindo os equipamentos e insumos necessários à implantação e ao funcionamento de estações de piscicultura.

A Codevasf já forneceu um total de 615 equipamentos e implementos agrícolas e também vem destinando recursos para obras de infraestrutura Sua atuação vem beneficiando comunidades rurais e associações de agricultores familiares, dando condições de incrementar a produção e na geração de emprego e renda.

- **Gerar 106.770 postos de trabalho nos APLs apoiados**

  Análise Situacional da Meta

  Após o início da execução do Programa, temos entendido que a meta de gerar postos de trabalho não espelha de modo preciso o resultado das atividades que a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR/MI) desenvolve, pois não afere com precisão o tipo de benefício recebido pela sociedade. A maioria dos projetos não visa criar postos de trabalho, mas fornecer condições para promoção da inclusão produtiva de pequenos produtores ou garantia da competitividade de suas operações. A estruturação e a dinamização de Arranjos Produtivos Locais em espaços sub-regionais deprimidos, o provimento de infraestrutura produtiva e a promoção de iniciativas para aprimoramento da produção e inserção mercadológica muitas vezes contribuem não exatamente para a geração de postos de trabalho formais. Podemos citar, por exemplo, famílias que deixam de produzir para a subsistência e passam a ter um excedente comercializável, as famílias de pequenos agricultores que recebem apoio técnico e aumentam sua produção e as famílias que incrementam sua capacidade de comercialização ao se associarem em cooperativas e associações de produtores. Sugerimos, portanto, que a meta seja alterada de “postos de trabalho” para “famílias atendidas”, a exemplo do indicador já adotado nas ações do Plano Brasil sem Miséria.

  As ações veem sendo desenvolvidas de forma satisfatória, apoiando e ampliando a viabilidade e a sustentabilidade de atividades produtivas, fortalecendo o associativismo e (ou) o cooperativismo como opções de organização social e produtiva, proporcionando ao pequeno produtor rural, condições para melhorar as características produtivas de seu rebanho, além de capacitá-lo, possibilitando o aumento da rentabilidade da pequena propriedade rural, o aumento da qualidade e da atratividade dos produtos oferecidos.

  Com base nos números apresentados, a meta de 106.770 beneficiários foi atingida, todavia este é o número de beneficiários dos projetos e não de postos de trabalho criados. Além disto, quase a totalidade dos projetos ainda encontra-se em execução, assim para a uma parte dos beneficiários o desfrute do benefício ainda não chegou. Em média, os projetos de inclusão e estruturação produtiva demoram de dois a três anos para sua conclusão..

  Desta forma solicitamos o ajuste das metas acumuladas para: 2012 – 24.872; 2013 – 78.728; 2014 – 107.525

  Quando se acompanha a meta atingida anualmente, retificamos para:

  Quantidade alcançada 2012: 24.872

  Quantidade alcançada 2013: 53.856

  Quantidade alcançada 2014: 28.797

  O resultado acumulado da meta regionalizada é:

  Semiárido: 2012 – 13.090; 2013 – 27.977; 2014 – 46.024

  Mesorregião: 2012 – 4.720; 2013 – 18.325; 2014 – 23.164

Faixa de Fronteira: 2012 – 622; 2013 – 3.180; 2014 – 3.645

Região Hidrográfica: 2012 – 6.440; 2013 – 29.246; 2014 – 34.692

Quantidade alcançada

107.525

Data de Referência

30/06/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Faixa de Fronteira	20.000	unidade	3.645	30/06/2014
Mesorregiões Diferenciadas	22.520	unidade	23.164	30/06/2014
Região Hidrográfica do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim	57.550	unidade	34.692	30/06/2014
Semiárido	6.700	unidade	46.024	30/06/2014

OBJETIVO: 0977 - Promover a integração de políticas públicas em âmbito setorial e federativo, bem como em múltiplas escalas territoriais, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O Programa Territórios da Cidadania - PTC, criado em 2008, visa à promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na implementação de ações que contribuam para a redução das desigualdades regionais e sociais, incluindo as de renda, gênero, raça e etnia. Por meio de uma estratégia de integração das políticas públicas e mecanismos de participação social na gestão das mesmas, o PTC amplia o acesso a programas de cidadania, fortalece a inclusão produtiva e contribui para ampliação da infraestrutura em 120 territórios rurais.

Em âmbito setorial, a integração das políticas tem como principal instrumento a Matriz de Ações, documento que consolida e dá publicidade às ofertas previstas no planejamento do governo federal para territórios. A gestão deste instrumento é feita por meio de um processo de monitoramento, que envolve salas de situação e reuniões bilaterais periódicas entre os órgãos setoriais, coordenadores das políticas e representação do Comitê Gestor Nacional, com base em informações gerenciais sobre a execução e informações coletadas junto aos Colegiados Territoriais.

Em âmbito federativo, a principal estratégia é constituição e atuação de Comitês de Articulação Estaduais - CAE, com participação de representações de unidades descentralizadas de órgãos federais, de órgãos estaduais e prefeituras integrantes dos territórios. Estas instâncias têm como principais atribuições a promoção da integração entre matriz de ações federais com programas estaduais e municipais, a indicação de convergências e de agendas dos CAEs para o apoio a projetos com recursos federais, e, ainda, o acompanhamento da execução do Programa, contribuindo para a solução de entraves à efetivação das ações. Encontram-se em funcionamento 10 Comitês de Articulação Estaduais (CAE), implementados nos estados de Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, Tocantins e São Paulo. No âmbito territorial, a partir de 2014 iniciou-se a implementação da metodologia de gestão social das políticas públicas prioritárias, que visa ampliar a efetivação do PRONATEC Campo, Programa Luz para Todos e Minha Casa Minha Vida Rural nos territórios da cidadania.

Metas 2012-2015

- **Atender 120 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, compatível com as principais carências existentes no meio rural, por meio do Programa Territórios da Cidadania.**

Análise Situacional da Meta

Os 120 territórios da cidadania foram atendidos em 2014 por meio da Matriz de Ações do governo federal, que é composta de 68 ações ofertadas por 13 órgãos setoriais – MDA, MEC, MS, MI, MDS, MCid, MAPA, MC, MinC,

MPA, MTE, SPM e MME, organizadas em 3 eixos - Apoio às Atividades Produtivas, Acesso a Direitos e Cidadania e Infraestrutura, totalizando recursos da ordem de R$ 8,452 bilhões.

Com base nas priorizações realizadas em 2013 pelos Colegiados na Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural e na agenda dos movimentos sociais, foram selecionados o PRONATEC, Luz para Todos e Minha Casa Minha Vida Rural em assentamentos da reforma agrária para a efetivação de um monitoramento mais próximo por meio da metodologia de gestão social das ações prioritárias, envolvendo o Colegiado Territorial e instâncias definidas para o acompanhamento dessas políticas, a assessoria territorial e os gestores públicos federais. No âmbito das ações voltadas à inclusão produtiva atuou-se mediante a implementação da Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra - abrangendo as ações de microcrédito orientado, ATER, mercados institucionais, PROINF, Terra Forte e Renegociação de dívidas. Os avanços alcançados em 2014 apontam a realização de 92 plenárias para discussão da Matriz do PTCalcançando os seguintes resultados: no caso do Pronatec,79 Territórios efetivaram aproximadamente 44 mil matrículas, o que representa um investimento de R$ 70 milhões; a atuação dos Colegiados permitiu levantar 6 mil demandas de ligações elétricas, em 33 Territórios, a serem atendidas pelo Programa Luz para Todos; a efetivação do Minha Casa Minha Vida Rural tem se dado a partir do levantamento de informações sobre o estágio dos empreendimentos junto a mais de 500 entidades organizadoras, abrangendo 38 mil unidades, em 85 Territórios. A realização das 92 plenárias territoriais para debate a Matriz de Ações reuniu mais de
1.600 entidades e 3.000 pessoas presentes nos Colegiados Territoriais, em sua maioria representantes da sociedade civil, e com presença de mais de um terço de mulheres, o que indica um aumento na proporção anterior de participação e a importância de aprofundar iniciativas de fortalecimento dessa participação com vistas a conquistar a paridade.

Quantidade alcançada

120

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	12	unidade	12	31/12/2014
Região Nordeste	56	unidade	56	31/12/2014
Região Norte	27	unidade	27	31/12/2014
Região Sudeste	15	unidade	15	31/12/2014
Região Sul	10	unidade	10	31/12/2014

- **Desenvolver ferramentas de gestão que adequem as políticas para territórios rurais às especificidades das comunidades quilombolas e tradicionais.**

Análise Situacional da Meta

Ao longo do primeiro semestre de 2014, foi construído o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) que contém, entre seus objetivos, a adoção da abordagem territorial como estratégia para o desenvolvimento rural. Uma das iniciativas destacadas diz respeito a garantir nos normativos da política territorial o estímulo e apoio à participação efetiva de povos e comunidades tradicionais, bem como da diversidade do rural. A partir deste marco, teve início a elaboração de Planos Estaduais e Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário que, em consonância com o PNDRSS, deverá atender as especificidades de povos e comunidades tradicionais priorizadas nas Conferências Territoriais.

- **Inserir a perspectiva étnico-racial nos programas voltados aos territórios rurais.**

Análise Situacional da Meta

A Matriz 2014 do Programa Territórios da Cidadania conta com três ações com o recorte específico relacionado à perspectiva étnico-racial: Assistência Técnica e Extensão Rural para Comunidades Quilombolas, Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas e Regularização Fundiária - Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e

Titulação de Territórios Quilombolas. Quanto às duas primeiras ações, estão em andamento três chamadas públicas visando à sua efetivação. A ação de regularização fundiária, por sua vez obteve já em 2014 uma execução estimada de aproximadamente R$ 3 milhões de reais, em seis territórios, com 17 mil hectares reconhecidos. Outra iniciativa importante foi a inserção de meta exclusiva para grupos produtivos de povos e comunidades tradicionais por meio da seleção de propostas de Apoio à Infraestrutura em territórios rurais, descritas no Manual Operacional do PROINF 2014 e Chamamento Público PROINF 2014, que resultou no apoio a sete projetos com metas focadas em comunidades indígenas em um valor de R$ 2,7 milhões.

- **Propor marco legal para o desenvolvimento territorial.**

  Análise Situacional da Meta

  A partir da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - 2ª CNDRSS e considerando as estratégias e iniciativas presentes no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PNDRSS, resultante desta conferência e aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, a Rede Nacional de Colegiados Territoriais e a representação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável elaboraram as diretrizes para constituição de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - SNDRSS, como forma de fortalecer e integrar os mecanismos institucionais de gestão social e gestão executiva do desenvolvimento rural. As bases deste sistema preveem a promoção, o fortalecimento e a institucionalização da abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas institucionalidades. Este tema foi objeto de debate em 26 Encontros Estaduais, que reuniram cerca de mil pessoas, e no Encontro Nacional da Rede de Colegiados Territoriais (ENREDE), que contou com a participação de mais de 600 pessoas, incluindo a representação dos 239 territórios rurais reconhecidos pelo Programa e representação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CEDRSS). O produto desta discussão qualifica estas diretrizes e deverá ser objeto

OBJETIVO: 0978 - Consolidar um modelo de governança territorial baseado na gestão social, com o compartilhamento, entre poder público e sociedade civil organizada, da formulação, gestão e controle das políticas públicas, com especial atenção à superação das desigualdades de renda, gênero, raça, etnia e geração, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

A consolidação da abordagem territorial como uma estratégia viável para a promoção do desenvolvimento rural sustentável tem como pilares o estímulo à organização territorial por meio do reconhecimento de territórios rurais e sua incorporação ao programa, o apoio ao funcionamento de colegiados territoriais e suas redes, a articulação institucional com órgãos e entes federados visando à ampliação do acesso aos vários programas federais, e o apoio ao planejamento territorial participativo, de forma a construir insumos para o planejamento das políticas públicas. Esta estratégia, implementada desde 2004 pelo MDA, atingiu resultados significativos em 2013 com a edição da Resolução N° 94 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural - CONDRAF, que adicionou mais 74 territórios rurais ao programa. Assim, a partir de 2013, o programa atende a 239 territórios rurais, que abrangem 3.591 municípios em todas as unidades da federação. Nesses territórios, vivem mais de 76 milhões de brasileiros, dos quais 29,35% estão no meio rural. Cabe destacar ainda a instituição dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs), vinculados às Universidades e Institutos Federais e Estaduais, que são unidades administrativas para a produção de dados e informações; geração e difusão de conhecimentos, métodos e tecnologias sociais; monitoramento, avaliação e prestação de assessoria técnica aos colegiados territoriais, envolvendo diversos aspectos dos processos de gestão social e de efetivação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e econômico do território. Em 2014, foram contratados mais 137 NEDETs que, somados aos 56 contratados em 2013, totalizam 193 territórios com uma equipe de

profissionais vinculados ao Núcleo que darão subsídio ao funcionamento dos colegiados territoriais, e assim fortalecendo a consolidação do modelo de gestão social como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural. O fortalecimento e a institucionalização da abordagem territorial também foi objeto de debate em 26 Encontros Estaduais e no Encontro Nacional dos Colegiados Territoriais, com a participação de mais de 600 pessoas, incluindo a representação dos 239 territórios apoiados pelo Programa, representação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a capacitação e formação de 80.000 agentes de desenvolvimento.**

  Análise Situacional da Meta

  Esta meta visa aprimorar as capacidades dos atores locais, contribuindo para a participação qualificada de instituições nas diversas etapas do processo de gestão social do desenvolvimento territorial. Trata-se de ação transversal que apoia a realização de eventos formativos em temas relacionados ao desenvolvimento rural com enfoque territorial, a partir de referenciais conceituais, teóricos e metodológicos participativos. Participam das atividades de formação membros dos Colegiados Territoriais, representantes de instituições públicas, de organizações não governamentais, lideranças de movimentos populares, gestores públicos, representantes de segmentos sociais específicos, dentre outros. Até 2013, foram capacitados 18.190 agentes de desenvolvimento. Em 2014, foram realizadas atividades que contribuíram para formação de 2.554 agentes. Cabe ressaltar que estes resultam da execução de contratos firmados em exercícios anteriores que estão sendo contabilizados neste ano, bem como de atividades de capacitação de equipes dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial para atuação junto aos Colegiados Territoriais, realizadas diretamente pela SDT. Ressalta-se que, em função do contingenciamento de recursos de custeio previstos na LOA 2014, foi priorizada a utilização dos limites financeiros para a execução das ações de apoio aos colegiados territoriais por meio da parceria do CNPq para a constituição dos NEDETs, o que se constitui em elemento essencial para a implementação da estratégia de desenvolvimento Territorial. Importante ressaltar também que está em finalização a elaboração do Programa de Capacitação em Desenvolvimento Territorial, que constitui em um novo modelo com maior capilaridade à iniciativa de formação de agentes territoriais por meio da formação de multiplicadores para atuação, em 2015, nos 239 territórios.

  Quantidade alcançada

  20.744

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Apoiar a elaboração e qualificação de 280 Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável.**

  Análise Situacional da Meta

  Desde 2008, a elaboração e qualificação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRS é executada com a orientação de incorporar a multidimensionalidade do desenvolvimento no planejamento e o debate em torno da sustentabilidade. Até 2014, foram contratados recursos para apoiar a elaboração/qualificação de 158 PTDRS.

  Atualmente, são 155 territórios com PTDRS disponíveis. É importante ressaltar que nas etapas territoriais da II CNDRSS - Conferência de Desenvolvimento Rural, Sustentável e Solidário foram apresentados subsídios para a atualização dos planos territoriais existentes vis a vis os avanços no acesso às políticas públicas. Nesse sentido, em 2013 foi estabelecida ou ampliada parceria com os estados do Acre, Ceará, Mato Grosso e Pernambuco para apoiar a elaboração ou atualização dos planos estaduais e de 32 planos territoriais em consonância com o PNDRSS. Em 2014, a SDT iniciou a elaboração das orientações metodológicas para elaboração dos planos, realizou reuniões de orientação para a elaboração dos 32 planos contratados, e celebrou 2 novos convênios com os estados da Bahia e Goiás para a elaboração de mais 37 Planos territoriais.

  Quantidade alcançada

  158

Data de Referência

31/12/2014

- **Apoiar o funcionamento dos 165 colegiados dos territórios rurais já incorporados ao Programa até 2012.**

Análise Situacional da Meta

Em continuidade às ações iniciadas em 2012, os territórios rurais foram apoiados por meio da execução de parcerias com governos estaduais (Bahia, Ceará e Maranhão), com entidades privadas sem fins lucrativos que proporcionaram assessoramento e realização de atividades territoriais, bem como pelos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs) em parceria com CNPq e instituições públicas de ensino superior. Esta é uma proposta que visa garantir apoio técnico, assessoramento, acompanhamento e qualificação da atuação dos colegiados territoriais, por meio de uma estratégia que tem em seu cerne a aproximação da academia à implementação das políticas públicas por meio de ações de extensão e pesquisa universitária. Em 2013, a partir de cooperação técnica estabelecida com o CNPq destinada à constituição dos Núcleos, foram selecionados projetos para implementação de 56 NEDETs, sendo 14 em territórios rurais, 10 em novos territórios, e 32 em territórios da cidadania. A equipe destes Núcleos foi capacitada no primeiro semestre de 2014 e já está atuando nos territórios.

Em 2014 os Colegiados Territoriais recebiam apoio para seu funcionamento por meio de parcerias com: (1) governos estaduais; (2) entidades privadas sem fins lucrativos e (3) Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial. Devido a sobreposição do tipo de assessoramento em alguns territórios, o apoio ao funcionamento dos Colegiados Territoriais, em 2014, foi realizado por meio de parcerias com 19 Governos Estaduais; 93 Entidades Privadas sem fins lucrativos e 44 Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDETs). O contrato com uma entidade que apoiava 9 Territórios de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul venceu em janeiro de 2014 e não houve renovação.

Ainda em 2014, foi lançada outra chamada destinada a selecionar projetos para implementação dos NEDETs nos demais territórios, totalizando os 239 territórios existentes. Nesta chamada foram apresentadas 202 propostas das quais, mediante processo de seleção, foram aprovadas parcerias com 48 universidades a constituição de 137 NEDETs. Estes Núcleos iniciarão suas atividades em 2015.

Quantidade alcançada

156

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	17	unidade	12	31/12/2014
Região Nordeste	67	unidade	67	31/12/2014
Região Norte	33	unidade	32	31/12/2014
Região Sudeste	26	unidade	23	31/12/2014
Região Sul	22	unidade	22	31/12/2014

- **Articular 200 processos de Agenda 21 junto aos colegiados territoriais**

Análise Situacional da Meta

Nesta meta, tem-se buscado promover o diálogo e a articulação entre o MMA e os órgãos envolvidos nos processos de construção da Agenda 21, em articulação com os colegiados territoriais. Procurou-se a aproximação do setor público e da sociedade civil para tratar dos problemas de resíduos sólidos, tema que foi bastante discutido e trabalhado na IV Conferência de Meio Ambiente em 2013 pelo MMA, pelos estados e municípios brasileiros; a execução de projetos de recuperação de áreas verdes; plantio das matas ciliares e recuperação de áreas degradadas; planos locais de habitação de interesse social; sistema de alarme para minimização de acidentes em cachoeiras; educação ambiental; fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas; entre outras. O grupo técnico dos órgãos envolvidos, que dará andamento ao trabalho, deverá avaliar os planos locais já elaborados quanto à implementação e sua efetividade com

foco nos instrumentos de gestão ambiental sugeridos. Deverão ser consideradas a continuidade das ações e a forma de disciplinar e monitorar os rumos dos planos, levando em conta a revisão e ajustes que se fizerem necessários, identificando possíveis omissões e divergências e apresentando sugestões de melhoria. Além disso, deverão ser identificadas outras áreas distribuídas no território para expansão do modelo.

- **Criar mecanismos de garantia da participação de povos e comunidades tradicionais nos colegiados territoriais e outras instâncias colegiadas**

Análise Situacional da Meta

Os Colegiados Territoriais têm constituído Câmaras Temáticas para povos e comunidades tradicionais como instâncias de participação social deste segmento nas discussões e deliberações relacionadas ao desenvolvimento territorial. Existem 37 Colegiados Territoriais com Câmaras Técnicas de PCT (6 de Comunidades Indígenas, 23 de Comunidades Quilombolas e 8 de Comunidades de Pescadores).

- **Reconhecer e incorporar 115 novos territórios à política de desenvolvimento territorial, com apoio ao funcionamento dos seus respectivos colegiados.**

Análise Situacional da Meta

Foram identificados, em 2012, 109 territórios rurais, em estágios diversos de reconhecimento e homologação pelos respectivos Conselhos Estaduais. Após apreciação pelo Comitê de Desenvolvimento Territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF e deliberação do plenário do referido Conselho foi editada a Portaria Ministerial Nº 38, de 15 de maio de 2013, estabelecendo os critérios para reconhecimento e incorporação de territórios pela SDT. Com base na aplicação dos critérios, foi editada a Resolução Nº 94 do CONDRAF, de 23 de maio de 2013, que incorporou 74 novos territórios rurais ao Programa. Os demais territórios analisados não se enquadraram nos requisitos da Portaria. Do total de 74 novos territórios rurais incorporados ao programa, 69 territórios recebem apoio para funcionamento dos colegiados, quer seja através de convênios com entidades parceiras, ou por meio da implantação de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial - NEDETs (termo de cooperação com CNPq), ou de convênios com governos estaduais.

Quantidade alcançada

74

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	22	unidade	9	31/12/2014
Região Nordeste	47	unidade	36	31/12/2014
Região Norte	20	unidade	10	31/12/2014
Região Sudeste	9	unidade	1	31/12/2014
Região Sul	17	unidade	18	31/12/2014

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Para o ano de 2014, a estratégia da politica de desenvolvimento territorial mantém as linhas da ação iniciadas no ano de 2013, com o acompanhamento, a manutenção e ampliação da Estratégia de Gestão Territorial das Politicas Públicas propostas no Plano Safra nos territórios rurais, buscando sistematizar o ordenamento e a adequação das políticas de âmbito nacional – como o crédito, a assistência técnica e extensão rural, a comercialização por meio do acesso a programas de mercados institucionais e o desenvolvimento dos assentamentos rurais – às condições específicas do

território, bem como da articulação institucional necessária para sua maior efetivação. Neste ano, deu-se início às atividades dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial contratados em 2013 com a capacitação dos assessores de inclusão produtiva e de técnicos das Bases de Serviço para qualificar sua ação no suporte à gestão territorial do Plano Safra. Nestes territórios, iniciou-se a mobilização dos atores locais para a constituição de câmaras técnicas no âmbito dos Colegiados Territoriais para a discussão das ações que compõem a matriz do Plano Safra, bem como o levantamento de dados relativos às demandas e à implementação das políticas públicas que a compõem. Em 2014, alcançou-se a expansão desta estratégia para mais 137 territórios com a contratação dos seus respectivos NEDETs que atuarão em campo a partir de 2015.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a capacitação e a formação de 3.000 agentes facilitadores de inclusão produtiva.**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a capacitação de agentes facilitadores para a inclusão produtiva atendeu 745 técnicos das Bases de Serviços contratados por meio de Convênio/Contrato de repasse e outras 316 pessoas entre Assessores de Inclusão Produtiva e Coordenadores dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) contratados a partir da parceria com o CNPq, perfazendo um total de 1.061 agentes de inclusão produtiva capacitados. As capacitações trataram de temas relacionados à estratégia de desenvolvimento territorial, centrando-se na metodologia de acompanhamento da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra 2014-2015 e o conhecimento dos programas e ações que a compõem.

Quantidade alcançada

4.456

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	419	unidade	382	31/12/2014
Região Nordeste	1.221	unidade	602	31/12/2014
Região Norte	569	unidade	354	31/12/2014
Região Sudeste	373	unidade	1.184	31/12/2014
Região Sul	418	unidade	1.934	31/12/2014

- **Apoiar a elaboração 210 estudos estratégicos voltados à integração de políticas públicas e à inclusão produtiva.**

Análise Situacional da Meta

Em 2013, houve uma reorientação metodológica para a elaboração de estudos estratégicos, optando-se por apoiar a elaboração da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra nos territórios. Assim, em 2014, na parceria firmada com o CNPq, foi contratada a elaboração de novas 137 Matrizes, a serem elaboradas no período de 2015-2016 pelos NEDETs, que incluem diagnósticos de acompanhamento, levantamento de dados primários, planos de gestão dentre outros. Em 2014, também teve início o processo de discussão das matrizes contratadas no ano anterior no âmbito das Câmaras Técnicas de Inclusão Produtiva, com os seguintes resultados: divulgação de informações e discussão sobre a execução de políticas de inclusão produtiva; conhecimento pelos atores dos próprios programas, suas regras, condições para acesso, disponibilidade de recursos, com repercussão na qualificação de suas demandas; e identificação de problemas/entraves, resultante do trabalho de levantamento de informações realizados pelos Assessores Territoriais de Inclusão Produtiva -ATIP, identificando os principais obstáculos que afetam negativamente a obtenção de bons resultados pelas políticas públicas de desenvolvimento rural.

Quantidade alcançada

211

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	23	unidade	21	31/12/2014

Região Nordeste	89	unidade	82	31/12/2014
Região Norte	40	unidade	36	31/12/2014
Região Sudeste	32	unidade	31	31/12/2014
Região Sul	26	unidade	41	31/12/2014

- **Apoiar a organização e estruturação de 200 redes socioprodutivas territoriais, priorizando as redes de grupos de mulheres.**

Análise Situacional da Meta

A constituição dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET preveem a realização de atividades de apoio à constituição e fortalecimento das redes socioprodutivas através da execução das Matrizes de Gestão Territorial do Plano Safra, articulando estas redes por meio da aproximação entre as demandas dos empreendimentos regionais com as ofertas de políticas públicas para a agricultura familiar. Entre as ações que compõem a Matriz existem atividades específicas voltadas para atender aos grupos de mulheres, tais como o Proinf, o PAA e o microcrédito orientado às mulheres. Assim, foram contratados, em 2014, 137 NEDETs, que apoiarão os trabalhos em 137 novas redes socioprodutivas. Desde 2013, houve uma recondução na atuação das Bases de Serviço, que passaram a atuar em apoio à elaboração da Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra, em parceria com os NEDETs, em territórios onde os mesmos já haviam sido contratados. Assim, em 17 territórios, as Bases de Serviço atuam junto com os 56 NEDETs contratados em 2013 e em outros 45 territórios as Bases atuam como agente exclusivo na mobilização para discussão da matriz.

Quantidade alcançada

221

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	24	unidade	28	31/12/2014
Região Nordeste	82	unidade	89	31/12/2014
Região Norte	38	unidade	37	31/12/2014
Região Sudeste	29	unidade	24	31/12/2014
Região Sul	27	unidade	43	31/12/2014

- **Apoiar a organização produtiva de 5.000 empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos, sendo, no mínimo, 30% de mulheres ou grupos de mulheres.**

Análise Situacional da Meta

Com a implementação da estratégia de gestão territorial do Plano Safra deixou-se de apoiar diretamente empreendimentos econômicos e solidários. Estes passaram a ser atendidos indiretamente no âmbito das ações que compõem a Matriz de Gestão Territorial do Plano Safra. A partir das ações que comporão as matrizes territoriais de gestão do Plano Safra 2014/2015, os assessores territoriais de inclusão produtiva ligados aos NEDETs promoverão apoio indireto aos empreendimentos produtivos. Com resultados físicos em 2014, oriundos de contratos de anos anteriores, houve o apoio direto a sete empreendimentos econômicos por meio de atuação de uma Base de Serviço no Estado do Acre. Além disso, a chamada pública contratou 137 novos NEDETs, permitindo a ampliação das ações que apoiarão aos empreendimentos econômicos solidários e/ou associativos nos territórios.

Quantidade alcançada

728

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	557	unidade	57	31/12/2014
Região Nordeste	2.629	unidade	451	31/12/2014
Região Norte	757	unidade	93	31/12/2014

Região Sudeste	500	unidade	46	31/12/2014
Região Sul	557	unidade	81	31/12/2014

- **Apoiar e coordenar o funcionamento de 150 Bases de Serviços Técnicos.**

Análise Situacional da Meta

A partir de reorientação estratégica da SDT/MDA nos Territórios, as Bases de Serviço contratadas anteriormente estão sendo gradativamente substituídas por Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET) para atuar dentro da Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra. Em 2014, foram contratados 137 novos NEDETS que atuam dentro da estratégia, os quais somados às Bases de Serviço e NEDETs atuantes até 2013, perfazem um total de 321 entidades contratadas até 2014. As antigas bases de serviço, contratadas antes de 2013, estão sendo reorientadas a trabalharem também em sintonia com a estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra.

Quantidade alcançada

321

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	14	unidade	29	31/12/2014
Região Nordeste	67	unidade	130	31/12/2014
Região Norte	33	unidade	65	31/12/2014
Região Sudeste	19	unidade	44	31/12/2014
Região Sul	17	unidade	53	31/12/2014

- **Implantar 3.200 bibliotecas rurais em assentamentos da reforma agrária**

Análise Situacional da Meta

O público alvo do Programa Arca das Letras atende os beneficiários do Crédito Fundiário, assentados da Reforma Agrária, comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pescadores, extrativistas), Casas e Escolas Familiares Agrícolas. O processo de implantação do Programa se baseia na abordagem participativa respeitando a diversidade das populações, a cultura local e na ampla rede de parcerias entre Governos, Organizações Não Governamentais e Instituições Privadas para a confecção do móvel arca e a aquisição do acervo bibliográfico. No período de Janeiro de 2013 à 31/12/2013 foram implantadas 773 bibliotecas rurais em 70 municípios dos estados do Acre, Amapá, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, com 17.927 famílias beneficiadas, 38.736 livros distribuídos e 269 agentes de leitura capacitados. Nos assentamentos estaduais foram entregues 12 bibliotecas em 9 municípios, atendendo 605 famílias, com a distribuição de 2.820 livros e capacitação de 19 agentes de leitura. Sendo assim, foram implantadas 785 bibliotecas em 2013.

Quantidade alcançada

785

Data de Referência

31/12/2013

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

O apoio a projetos de infraestrutura e serviços em Territórios Rurais (PROINF) tem contribuído para a qualificação de processos produtivos e econômicos da agricultura familiar nos territórios rurais. Parcerias com estados, municípios e

entidades privadas têm apoiado a contratação de projetos de infraestrutura nos territórios rurais. Estes resultados posicionam o PROINF como importante instrumento indutor dos processos de inclusão produtiva, de geração de trabalho e renda e de autonomia econômica de famílias e empreendimentos da agricultura familiar nos Territórios Rurais, apoiando propostas em Territórios Rurais e da Cidadania no país, que incluem os 74 novos Territórios Rurais criados em 2013. Os Colegiados Territoriais têm papel fundamental na definição de suas prioridades de contratação de projetos para infraestrutura rural e as propostas apoiadas devem ser coerentes às definições expressas nos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Além disso, os Colegiados possuem a atribuição de realizar a gestão social dos contratos, contando para isso com o apoio dos Assessores Territoriais de Inclusão Produtiva que implementam a Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra.
Em 2014, o apoio a projetos de infraestrutura foi realizado por meio de dois instrumentos: Manual Operacional do Proinf 2014, que visa selecionar propostas de entes públicos; e o Chamamento Público para proposta de entidades privadas.

Esses instrumentos disponibilizam recursos para o financiamento de infraestrutura de estruturação e/ou qualificação de serviços públicos municipais ou estaduais para produção, armazenamento, transporte, comercialização e inspeção sanitária dos produtos da agricultura familiar nos Territórios. Neste contexto, foi previsto o apoio a um projeto para cada um dos 239 territórios rurais, tendo como parâmetro básico um recurso de R$225 mil para Territórios Rurais e R$275 mil para Territórios da Cidadania, com a possibilidade de, respectivamente, alcançarem os valores de R$375 mil e R$425 mil, se adotado o dispositivo de meta específica para empreendimentos produtivos de mulheres ou jovens ou povos e comunidades tradicionais.

Metas 2012-2015

- **Apoiar 3.135 projetos de infraestrutura e serviços nos territórios rurais**

  Análise Situacional da Meta

  A operacionalização do apoio a projetos de infraestrutura e serviços em Territórios Rurais e da Cidadania é implementada com os instrumentos: Manual Operacional do PROINF 2014 e Chamamento Público PROINF 2014, que regulam a seleção de propostas para a estruturação e/ou qualificação de serviços públicos municipais ou estaduais para produção, armazenamento, transporte, comercialização e inspeção sanitária da agricultura familiar nos 239 territórios apoiados pela SDT/MDA. Dentre as propostas do Manual Operacional do PROINF 2014 aprovadas, foram empenhados pela Caixa Econômica Federal 237 projetos de infraestrutura, sendo contemplados 15 projetos propostos por consórcios municipais, 39 por órgãos de Governos Estaduais, 171 projetos por Prefeituras Municipais e sete por outras entidades públicas. Por meio do Chamamento Público PROINF 2014, foram aprovados e empenhados pela Caixa Econômica Federal cinco projetos de infraestrutura a serem executados por entidades privadas sem fins lucrativos.

  Quantidade alcançada

  923

  Data de Referência

  31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	378	unidade	81	31/12/2014
Região Nordeste	1.236	unidade	298	31/12/2014
Região Norte	612	unidade	148	31/12/2014
Região Sudeste	453	unidade	78	31/12/2014
Região Sul	456	unidade	318	31/12/2014

- **Apoiar projetos de melhoria da infraestrutura territorial nas comunidades indígenas.**

  Análise Situacional da Meta

  A operacionalização do apoio a projetos de infraestrutura e serviços em Territórios Rurais e da Cidadania é implementada com os instrumentos: Manual Operacional do PROINF 2014 e Chamamento Público PROINF 2014; a

oferta de melhoria na infraestrutura territorial nas comunidades indígenas está contemplada nos instrumentos mencionados com a oferta de recurso adicional para investimentos específicos para grupos produtivos e comunidades tradicionais. Com base nas propostas apresentadas em 2014 foram aprovados e empenhados sete projetos para comunidades indígenas no valor de R$ 2,7 milhões.

- **Beneficiar 2.155 municípios com até 50.000 habitantes com máquinas e equipamentos para recuperação de estradas vicinais**

Análise Situacional da Meta

A ação do PAC 2 de apoio à recuperação de estradas vicinais por meio da doação de máquinas e equipamentos beneficiou 5.071 municípios, com a entrega de 5.060 motoniveladoras, 5.071 retroescavadeiras e 5.060 caminhões-caçamba. Por conta do longo período de estiagem que prejudicou intensamente os municípios do semiárido brasileiro, o Comitê Gestor do PAC - CGPAC decidiu ampliar o benefício aos municípios da região e da SUDENE que tiveram reconhecida a situação emergência, por meio decreto federal, inclusive os municípios acima de 50 mil habitantes. Além dos equipamentos mencionados anteriormente, foram entregues a esses municípios 1.440 pás carregadeiras e 1.440 caminhões-pipa.

Quantidade alcançada

5.071

Data de Referência

02/07/2014

- **Beneficiar 30.600 trabalhadoras rurais, através do apoio a projetos estratégicos de incremento à infraestrutura que atinjam, direta e positivamente, organizações de mulheres**

Análise Situacional da Meta

A operacionalização do apoio a projetos de infraestrutura e serviços em Territórios Rurais e da Cidadania é implementada com os instrumentos: Manual Operacional do PROINF 2014 e Chamamento Público PROINF 2014; a oferta a projetos estratégicos de incremento à infraestrutura que atinjam, direta e positivamente, organizações de mulheres está contemplado nos instrumentos mencionados com a oferta de recurso adicional para investimentos específicos para empreendimentos produtivos de mulheres. Com base nas propostas apresentadas em 2014 foram aprovados e empenhados 94 projetos para grupos produtivos de mulheres, no valor de R$ 35,6 milhões beneficiando um total de 18.629 mulheres.

Quantidade alcançada

95.054

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0981 - Ampliar os direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais nas políticas de desenvolvimento territorial, por meio de ações de emissão de documentação civil e jurídica, bem como de apoio à participação das organizações de mulheres rurais nas instâncias colegiadas e nos comitês gestores de políticas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Análise Situacional do Objetivo

Este objetivo tem como foco a ampliação dos direitos sociais e econômicos das trabalhadoras rurais, com base no acesso à documentação e à participação no desenvolvimento territorial. O acesso à documentação é promovido por meio do Programação Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), que, nos últimos 10 anos, desenvolve mutirões por todo o Brasil, focando nos Territórios da Cidadania e no público do Brasil Sem Miséria. Nos mutirões, é possibilitado o acesso à documentação civil, trabalhista e previdenciária, além de documentos de acesso à inclusão produtiva, como a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP). . Em 2014, o PNDTR implementou nos mutirões a Sala da Cidadania, portal vinculado ao INCRA. No que se refere à participação das mulheres rurais nas instâncias colegiadas

dos Territórios da Cidadania e nos comitês gestores, o MDA atuou por meio de parcerias com os governos estaduais, com a formalização de cinco contratos em 2012, e também de parcerias com organizações não governamentais, com a realização de três convênios em 2013 e um em 2014. Estas parcerias consistem, dentre outras ações, da articulação dos comitês de mulheres nos Territórios da Cidadania, qualificando e ampliando sua participação no Colegiados Territoriais. Em 2014, foi firmada parceria entre MDA, CNPq e a Secretaria de Políticas para as Mulheres para o desenvolvimento de ações em 65 Territórios da Cidadania, com a mesma estratégia de fortalecimento dos comitês territoriais de mulheres rurais. Destaca-se, ainda, a participação na construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, do Documento Orientador da Educação Infantil no Campo e do II Encontro de Comitês Territoriais de Mulheres, que garantiram maior espaço para as mulheres rurais nas políticas públicas, principalmente no que diz respeito à ampliação da sua participação e do seu acesso à documentação.

Metas 2012-2015

- **Articular a realização de pesquisa de Amostra Nacional para conhecer a demanda por documentação**

  Análise Situacional da Meta

  Foi contratada, em 2014, a pesquisa sobre indocumentação no Brasil, com o objetivo de "realizar estudo qualitativo e quantitativo sobre o acesso e ausência de documentação civil, trabalhista, previdenciária e fiscal nas áreas de abrangência dos Territórios da Cidadania, por parte das mulheres rurais no Brasil". Já em 2014 foram entregues dois produtos da pesquisa e realizado um seminário em setembro para socialização das informações encontradas pela pesquisa. Participaram deste evento o Comitê Gestor do PNDTR, equipes estaduais do Programa, entidades parceiras e a equipe da DPMR. Está prevista para abril de 2015 a realização de outro seminário sobre a pesquisa e, também, a entrega do resultado final da pesquisa.

- **Emitir gratuitamente 1.200.000 documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 foram emitidos 300.020 documentos pelo Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), em articulação com diversos órgãos parceiros. Os documentos emitidos nos mutirões do PNDTR foram: Registro e a Certidão de Nascimento (RN), Carteira de Identidade (CI), Carteira de Trabalho (CTPS), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Serviços Previdenciários (auxílio-doença, licença maternidade, entre outros), CadÚnico, Registro Geral da Pesca (RGP), Bloco de Notas de Produtora Rural e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O total de documentos emitidos em 2013 foi de 405.524. Em 2012, foram emitidos 247.502.

  Quantidade alcançada

  953.046

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Garantir a obrigatoriedade da participação de, no mínimo, 30% de mulheres em todas as instâncias colegiadas de 280 colegiados territoriais**

  Análise Situacional da Meta

  Os dados para quantificação da participação das mulheres nos colegiados territoriais ainda não estão disponíveis, porém, têm sido prioridade a construção e disponibilização destes dados. No ano de 2013, ocorreu a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), a qual contou com a participação de 50% de mulheres em todas as suas instâncias (Estadual e Nacional), demostrando a importância e o comprometimento das mulheres no desenvolvimento territorial. Desta Conferência, consolidou-se, em 2014, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) que reforçou o proposto no PPA, no que se refere à composição de 50% de mulheres e 30% de organizações de mulheres nos espaços de deliberação. Também em 2014, foi realizado o II Encontro Nacional de Comitês Territoriais de Mulheres Rurais, que contou com a participação de 64 territórios (rurais e da Cidadania) com foco na articulação das mulheres nos territórios, assim como na identificação de dificuldades e potencialidades para a sua participação nas instâncias colegiadas. Os projetos contratados em 2013 para o apoio às mulheres no desenvolvimento territorial com perspectiva de gênero nos Territórios da Cidadania iniciaram,

em 2014, suas atividades beneficiando 2.040 mulheres em 16 Territórios da Cidadania, favorecendo sua auto-organização e participação nos Colegiados Territoriais. Neste mesmo sentido de apoio e fortalecimento dos comitês territoriais de mulheres rurais, foi firmada parceria entre CNPq, MDA e SPM para o desenvolvimento de ações em 65 Territórios da Cidadania. Os projetos se encontram contratados e com início previsto para o 1° semestre de 2015. Além disso, as parcerias junto aos governos estaduais contribuem, por meio de contratos formalizados, em 2011 e 2012, com ações previstas em 36 Territórios da Cidadania e 23 Territórios Rurais, beneficiando cerca de 55 mil mulheres rurais. Em todas essas parcerias, tem-se procurado qualificara estratégia de monitoramento, de forma a desenvolver indicadores sobre a efetiva participação das mulheres rurais nos Colegiados Territoriais.

- **Realizar 4.000 mutirões de documentação, atendendo a 700 mil mulheres rurais**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 foram realizados 971 mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), em articulação com diversos órgãos emissores de documentos, nos quais foram atendidas 133.282 mulheres rurais. Estes mutirões aconteceram em 659 municípios e atenderam 80 Territórios da Cidadania. Em 2013 foram realizados 1.249 mutirões de emissão de documentos, que atenderam 199.425 mulheres e, em 2012, foram realizados 755 mutirões que atenderam 125.085 mulheres rurais. A DPMR está estruturando uma estratégia de monitoramento dos mutirões do PNDTR para identificar quem são as mulheres atendidas pelo Programa. Além disso, a DPMR tem sistematicamente consultado as coordenações estaduais do Programa para identificar dificuldades de execução do PNDTR e construir estratégias de resolução em temas como: adequação e manutenção das unidades móveis, internet, entre outros. Ressalta-se a importância de garantir a ampliação do PNDTR , meta prevista na iniciativa 3.9.7 do PNDRSS. Segue tabela anexa com os dados dos documentos consolidados 2012-2014.

  Quantidade alcançada

  2.975

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Realizar campanha nacional de mobilização sobre a importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária**

  Análise Situacional da Meta

  A importância da formalização de grupos produtivos de mulheres na agricultura familiar e reforma agrária tem sido articulada pelo Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural em parceria com os Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres. Hoje esta ação está sendo desenvolvida pelos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Acre, Paraíba, Alagoas, Goiás, Espírito Santo e Maranhão, com contratação nos anos de 2011 e 2012. Em 2013 e 2014, esta meta focou na gestão dos projetos vigentes, que beneficiam 54.294 mulheres. Todas as parcerias, além de mobilizar para a formalização dos grupos produtivos, também envolvem ações em mutirões do PNDTR, mapeamento dos grupos produtivos, fortalecimento da participação das mulheres nos territórios e produção de materiais informativos sobre as políticas desenvolvidas para as mulheres rurais.

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

Quanto ao marco regulatório do cooperativismo, em 2014, foram intensificadas as negociações de tramitação dos projetos de leis no Senado. O PLS 03/2007, de autoria do Senador Osmar Dias; e o PLS 153/2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, ambos com o objetivo de atualizar a legislação do cooperativismo no Brasil, oferecendo condições para que se

cumpra o art. 5º, XVIII, da Constituição Federal, de que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Com a aprovação do Requerimento nº 1.431, de 2011, da Senadora Ana Amélia de análise da matéria na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em 26 de março de 2014 o Senador Waldemir Moka, apresentou seu Relatório como substitutivo ao PLS 3/2007, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Diferentemente do Relatório aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o relatório apresentado e aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária não apresenta uma nova proposta de lei para as cooperativas, mas promove modificações pontuais que conservam a base atual da Lei nº 5.764, de 1971. Tal proposição não abarca a nova realidade do cooperativismo brasileiro que resultou do período de democratização com a emergência dos novos movimentos sociais. Houve reversão desta situação com a negociação realizada na Comissão de Assuntos Econômicos e retomou o teor do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça que aprovou em caráter terminativo o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann o qual representa avanços importantes na legislação cooperativista.

Quanto a Lei n° 12.690/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP, não ocorreram avanços quanto a sua regulamentação. A Minuta de Decreto após tramitação no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos ainda encontra-se na Casa Civil aguardando assinatura presidencial.

Já no que diz respeito Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social - Pronacoop Social, instituído pelo Decreto nº 8.163/2013, foram dados os encaminhamentos para a constituição do seu Comitê Gestor com a indicação dos representantes dos Ministérios e a realização da Assembleia de Escolha dos representantes da sociedade civil por meio do Edital SENAES/MTE 002/2014.

Um importante avanço na regulamentação das sociedades cooperativas ocorrido no primeiro semestre de 2014 foi a publicação da Instrução Normativa DREI nº 21, de 4 de abril de 2014. Altera o art. 2º da Instrução Normativa nº 10, de 5 de dezembro de 2013, que aprova no Manual de Registro das Cooperativa excluindo a exigência de filiação a entidade de direito privado como condição de registro.

Metas 2012-2015

- **Atualizar o marco regulatório do cooperativismo**

  Análise Situacional da Meta

  Quanto ao marco regulatório do cooperativismo, em 2014, foram intensificadas as negociações de tramitação dos projetos de leis no Senado. O PLS 03/2007, de autoria do Senador Osmar Dias; e o PLS 153/2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, ambos com o objetivo de atualizar a legislação do cooperativismo no Brasil, oferecendo condições para que se cumpra o art. 5º, XVIII, da Constituição Federal, de que “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Com a aprovação do Requerimento nº 1.431, de 2011, da Senadora Ana Amélia de análise da matéria na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em 26 de março de 2014 o Senador Waldemir Moka, apresentou seu Relatório como substitutivo ao PLS 3/2007, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Diferentemente do Relatório aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, o relatório apresentado e aprovado na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária não apresenta uma nova proposta de lei para as cooperativas, mas promove modificações pontuais que conservam a base atual da Lei nº 5.764, de 1971. Tal proposição não abarca a nova realidade do cooperativismo brasileiro que resultou do período de democratização com a emergência dos novos movimentos sociais. Houve reversão desta situação com a negociação realizada na Comissão de Assuntos Econômicos e retomou o teor do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça que aprovou em caráter terminativo o relatório da Senadora Gleisi Hoffmann o qual

representa avanços importantes na legislação cooperativista.

Quanto a Lei n° 12.690/2012, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho e institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP, não ocorreram avanços quanto a sua regulamentação. A Minuta de Decreto após tramitação no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos ainda encontra-se na Casa Civil aguardando assinatura presidencial.

Já no que diz respeito Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social - Pronacoop Social, instituído pelo Decreto nº 8.163/2013, foram dados os encaminhamentos para a constituição do seu Comitê Gestor com a indicação dos representantes dos Ministérios e a realização da Assembleia de Escolha dos representantes da sociedade civil por meio do Edital SENAES/MTE 002/2014.

Um importante avanço na regulamentação das sociedades cooperativas ocorrido no primeiro semestre de 2014 foi a publicação da Instrução Normativa DREI nº 21, de 4 de abril de 2014. Altera o art. 2º da Instrução Normativa nº 10, de 5 de dezembro de 2013, que aprova no Manual de Registro das Cooperativa excluindo a exigência de filiação a entidade de direito privado como condição de registro.

- **Disseminar e promover na sociedade brasileira os princípios da economia solidária, do comércio justo e do consumo consciente**

Análise Situacional da Meta

Houve continuidade ao processo de divulgação com distribuição do material da campanha nacional de promoção da economia solidária e encaminhamento de reprodução de novos materiais para distribuição. A realização da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária foi uma importante oportunidade para divulgação dos princípios da economia solidária e do comércio justo e solidário na mídia nacional. Foram veiculados programas, entrevistas e reportagens sobre a economia solidária no país. No entanto, a falta de recursos orçamentários e a desigualdade no acesso aos meios de comunicação tem dificultado a implementação de uma estratégia mais ampla de divulgação da economia solidária. O tema ainda permanece bastante desconhecido para a opinião pública.

- **Institucionalizar a política nacional de economia solidária com o Sistema Nacional de Economia Solidária, o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário e o Fundo Nacional**

Análise Situacional da Meta

Quanto ao processo de institucionalização da política nacional de economia solidária, constatamos avanços na tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei n° 4.685/2012, que dispõe sobre a Política Nacional de Economia Solidária e os empreendimentos econômicos solidários, cria o Sistema Nacional de Economia Solidária e dá outras providências.

Também ocorreram avanços nos mecanismos de participação e controle social com a realização da 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária Nacional. Em sua preparação foram realizadas 207 conferências territoriais e municipais e 26 conferências estaduais e 5 conferências temáticas, com a mobilização de 22 mil pessoas em 1,6 mil municípios. Na etapa nacional da 3ª Conferência participaram 1,6 mil pessoas, sendo 62% de mulheres.

Em 2014, foi ainda instituído o Comitê do Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e ao Cooperativismo Social (Pronacoop Social), de acordo com o Decreto nº 8.163/2013 com a finalidade de planejar, coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais. Também tivemos o acompanhamento da tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei n° 4.685/2012 (sobre a Política Nacional de Economia Solidária) que após aprovação de parecer na Comissão de Finanças e Tributação tramitou na Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário a qual devolveu à Mesa

Diretora da Câmara dos Deputados.

Quanto ao Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário o Conselho Nacional de Economia Solidária aprovou sua regulamentação que foi publicada por meio de Portaria Ministerialnº 2.060, de 30 de dezembro de 2014. Ao longo do ano de 2014 ocorreram avanços para o processo de institucionalização da política nacional, no entanto, a ausência de uma lei nacional a semelhança do que ocorre em outros países ainda constitui um entrave importante para a atuação do governo federal na promoção da economia solidária e do comércio justo e solidário no país.

- **Manter e atualizar informações de 30 mil organizações de economia solidária**

Análise Situacional da Meta

A estratégia central para esta meta é a manutenção e/ou ampliação do Sistema de Informações em Economia Solidária – SIES, com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e políticas públicas de economia solidária, de forma a possibilitar a sua visibilidade e fortalecer a economia solidária como estratégia de organização social para geração de trabalho e renda e a inclusão social; subsidiar a formulação de políticas públicas e a elaboração de marco jurídico adequado à economia solidária; facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em economia solidária; e integrar empreendimentos em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais a fim de facilitar processos de comercialização.

O SIES foi implantado no ano de 2004 e até o momento realizou três rodadas nacionais de identificação e caracterização dos empreendimentos econômico solidários (EES) no país. O primeiro levantamento ocorreu em 2005 quando foram mapeados 14.954. Este levantamento foi complementado em 2007 com o mapeamento de mais 6.905. Nesta primeira fase foram totalizadas informações de 21.859. A terceira rodada ocorreu nos anos de 2010-2012 quando foram mapeados mais 11.663. Portanto, desde 2004, o SIES já identificou 33.522 EES em todo o território nacional. Dos 11.663 novos empreendimentos mapeados nesta segunda fase, 5.811 (50%) declaram terem iniciado suas atividades após o ano de 2004, o que demonstra que a economia solidária é um fenômeno que apresenta dinamismo social e econômico independentemente do contexto de crise do desemprego e do fenômeno do desassalariamento que caracterizou o período de seu surgimento nas últimas décadas do século passado.

Em maio de 2014 foi realizado o Seminário Nacional do Sistema de Informações de Economia Solidária para apresentação dos resultados da primeira pesquisa nacional com sócios/as de empreendimentos econômicos solidários e as primeiras análises gerais dos dados m ais atualizados relativos aos empreendimentos econômicos solidários.

Para disseminação das bases de dados foram assinados 34 Termos de Compromisso para Uso da Base de Microdados do SIES com entidades e centros de pesquisa para realização de estudos e uso da base em metodologias de organização da cooperação entre os empreendimentos econômicos solidários.

Por sua vez, em continuidade ao processo de implantação de um Observatório do Cooperativismo e da Economia Solidária no Brasil por meio de Convênio com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), tendo como base os resultados da cooperação entre o Brasil e a Itália pelo Programa Brasil Próximo. Igualmente, no âmbito do Programa foram contratados dois consultores e realizar intercâmbios metodológicos com a Região da Emília-Romagna.

Quantidade alcançada

33.522

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	unidade	3.447	31/12/2014
Região Nordeste	12.000	unidade	13.656	31/12/2014
Região Norte	3.000	unidade	5.325	31/12/2014
Região Sudeste	6.000	unidade	5.497	31/12/2014
Região Sul	6.000	unidade	5.597	31/12/2014

- **Promover a integração das políticas de economia solidária em 100 processos territoriais de desenvolvimento**

Análise Situacional da Meta

Por meio de Chamadas Públicas, realizadas anteriormente, especificamente voltadas a essa meta, a SENAES/MTE celebrou parcerias com governos estaduais e municipais, envolvendo um conjunto selecionado de 22 estados e 42 municípios, cujas propostas apoiadas entre 2011 e 2013 compreendem um total de 133 (cento e trinta e três) territórios. As ações desenvolvidas nos territórios prevêem a implantação de espaços multifuncionais de economia solidária, com agentes comunitários de desenvolvimento que atuarão na formação e assessoramento técnico para fomento à produção e comercialização de produtos e serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários.

No ano de 2014 não foram celebrados novos convênios, mas foi implementada a metodologia de acompanhamento e orientações para os convenentes. Uma das dificuldades para avançarmos mais diz respeito à questão da execução orçamentária dos recursos alocados para esta finalidade. Constataram-se atrasos no repasse das parcelas subsequentes previstas nos convênios celebrados em função da baixa execução das ações por parte dos governos estaduais e municipais. As justificativas para esta dificuldade estão relacionadas ao processo eleitoral, transições de governo, composição de novas equipes de gestão e demora no processo de contratação de serviços.

A integração de ações de apoio e fomento à economia solidária busca organizar de forma articulada as demandas dos empreendimentos econômicos solidários e dos demais sujeitos da política de acesso a conhecimentos, a recursos materiais e financeiros e a mecanismos e instrumentos de organização da comercialização. A integração intenciona evitar a fragmentação das ações e o descolamento das estratégias de arranjos organizativos e produtivos territoriais e setoriais em redes de cooperação de produção, comercialização e consumo.

Desta forma, as políticas públicas de economia solidária são executadas considerando as diversas dinâmicas e iniciativas de territorialização do desenvolvimento, dialogando com as estratégias governamentais e da sociedade civil, sendo orientada pelas prioridades locais dos EES. Assim a economia solidária se constitui como estratégia de dinamização socioeconômica em processos de desenvolvimento local e territorial.

Para aprimorar a articulação territorial foram realizadas visitas de supervisão e de orientação com vistas à execução dos convênios celebrados e a implementação de uma metodologia que favoreça a integração das ações de economia solidária executadas pelos estados, Distrito Federal, municípios, universidades e organizações da sociedade civil.

Quantidade alcançada

133

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	10	unidade	15	31/12/2014
Região Nordeste	40	unidade	52	31/12/2014
Região Norte	10	unidade	15	31/12/2014
Região Sudeste	20	unidade	26	31/12/2014
Região Sul	20	unidade	25	31/12/2014

OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Análise Situacional do Objetivo

A economia solidária continua sendo cada vez mais reconhecida e fortalecida como uma estratégia de inclusão produtiva das pessoas em situação de extrema pobreza nos processos locais e territoriais de desenvolvimento, dinamizando cadeias produtivas e arranjos econômicos mais inclusivos. As iniciativas econômicas solidárias constituem-se em formas de organização da produção, da comercialização, das finanças e do consumo que privilegiam o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade, tendo o ser humano como sujeito e finalidade do desenvolvimento e afirmando o trabalho associado enquanto direito. Em 2014, deu-se continuidade ao apoio e fomento da economia solidária para contribuir com o esforço nacional de superação da pobreza extrema, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria.

Como o objetivo de certificar os produtos e serviços de 9 mil empreendimentos econômicos solidários, em 2014, teve continuidade a pactuação com as instituições selecionadas para a implantação das metodologias de certificação próprias do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (SCJS). Com essa finalidade foram transferidos recursos para que mais de 1,2 mil EES possam participar do SCJS. As dificuldades para atingir a meta decorrem do caráter inovador do Sistema, visto tratar-se de uma iniciativa pioneira em termos mundiais. Contudo, a meta pactuada poderá ainda ser atingida, considerando os termos da Portaria Ministerial nº 2.060, de 30 de dezembro de 2014, que orienta as entidades parceiras da execução dos planos de trabalho conveniados.

No fomento e fortalecimento das finanças solidárias, com a ampliação de recursos e execução das parcerias resultantes da chamada pública realizada em 2013, foi possível, em 2014, apoiar 111 bancos comunitários de desenvolvimento, 285 fundos solidários e 94 cooperativas de crédito solidário.

Uma das principais estratégias para a capacitação de trabalhadores para a economia solidária é a Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos em Economia Solidária, que está sendo implementada com a Rede Nacional de Centros de Formação em Economia Solidária (Rede CFES), visando qualificar sua atuação como multiplicadores de conhecimentos, inovações metodológicas e/ou tecnológicas junto aos EES, bem como para o fortalecimento das políticas públicas federais, estaduais e municipais. Para a continuidade e consolidação das atividades da Rede CFES, em 2014 foram repassados novos recursos que beneficiaram cerca de 3 mil pessoas.

Em 2014, teve continuidade o fortalecimento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (Proninc), que se constitui numa articulação interinstitucional para o desenvolvimento das incubadoras, levando a uma maior articulação entre as universidades brasileiras e as diferentes formas de cooperativas populares. No âmbito do Proninc também foram repassados recursos por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Externo estabelecido em parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Foram apoiadas 86 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e economia solidária para ampliar a atuação das mesmas com a incubação de mais 220 EES em todo o país.

No tocante à assessoria técnica aos EES e suas Redes de Cooperação, as ações foram garantidas também por meio de projetos em parceria com municípios, estados e organizações da sociedade civil. Estes projetos incorporaram a dimensão

cultural e territorial dos processos produtivos, fortalecendo práticas autogestionárias, justas e solidárias, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando na elaboração de planos de negócio, de planos de marketing e nos registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. Por meio destas parcerias foram apoiados 895 empreendimentos.

Na promoção e fomento às redes de cooperação solidária, constituídas por empreendimentos em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários foi dado continuidade ao apoio por meio de parcerias com organizações da sociedade civil para 134 redes que organizam e articulam 1,8 mil empreendimentos.

No fomento e fortalecimento das finanças solidárias, foram apoiados 111 bancos comunitários de desenvolvimento, 285 fundos solidários e 94 cooperativas de crédito solidário, enquanto instrumentos de promoção do desenvolvimento territorial sustentável com superação da pobreza extrema.

Metas 2012-2015

- **Certificar os produtos e serviços de 9 mil empreendimentos econômicos solidários no Sistema de Comércio Justo e Solidário**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, foi dado continuidade ao processo de pactuação com as instituições selecionadas para a implantação das metodologias de certificação próprias do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS. No Sistema Nacional o principal instrumento é a Declaração de Conformidade da Economia Solidária – DCSOL, que compreende os fundamentos e os conteúdos metodológicos acerca das seguintes etapas da certificação: identificação, reconhecimento (avaliação, inspeção), cadastro e registro de um Empreendimento Econômico Solidário – EES com prática em comércio justo e solidário no SCJS. O desenvolvimento e a aplicação das modalidades de avaliação de conformidade são três: a) declaração de conformidade de fornecedor ou atestação de primeira parte ou reconhecida por esse Edital de Declaração de Conformidade Coletiva (DCC); b) declaração de conformidade por avaliação de pares ou atestação de segunda parte ou conhecida por Sistema Participativo da Garantia (SPG); e c) declaração de conformidade por auditoria externa ou de atestação de terceira parte. Para a implementação da metodologia foram transferidos recursos para que mais de 1.220 empreendimentos econômicos solidários possam participar do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário – SCJS o que permitiu atingir a meta de 2.945 empreendimentos. Em 2015, com a implantação da Portaria Ministerial nº 2.060/2014 do SCJS, será ampliada a certificação dos empreendimentos com base em critérios de garantia de conformidade.

Quantidade alcançada

2.945

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	900	unidade	216	31/12/2014
Região Nordeste	3.600	unidade	1.054	31/12/2014
Região Norte	900	unidade	216	31/12/2014
Região Sudeste	1.800	unidade	645	31/12/2014
Região Sul	1.800	unidade	814	31/12/2014

- **Incluir 200 comunidades nas finanças solidárias**

Análise Situacional da Meta

No fomento e fortalecimento das finanças solidárias, com a ampliação de recursos e execução das parcerias resultantes da chamada pública realizada no ano de 2013, foi possível, durante o ano de 2014 apoiar 111 bancos comunitários de desenvolvimento, 285 fundos solidários e 94 cooperativas de crédito solidário, dando continuidade aos processos de

consolidação das metodologias de finanças solidárias, disseminação das metodologias em novas comunidades e articulação em rede das diversas organizações de finanças solidárias.. Assim sendo, até o final de 2014 foi possível atingir a meta de inclusão de 665 comunidades incluídas o que revela a expansão das finanças solidárias na política nacional de economia solidária.

O tema das finanças solidárias está consolidando-se no país enquanto uma das principais estratégias de mobilização comunitária para o enfrentamento da pobreza por meio da implantação e manutenção de bancos comunitários de desenvolvimento, fundos rotativos solidários e de cooperativas de crédito solidárias.

No âmbito das finanças solidárias e acesso a crédito para a economia solidária, ocorreram reuniões de trabalho entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária e o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) previsto no Acordo de Cooperação celebrado entre as partes.

Quantidade alcançada

665

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	20	unidade	98	31/12/2014
Região Nordeste	80	unidade	293	31/12/2014
Região Norte	20	unidade	55	31/12/2014
Região Sudeste	40	unidade	105	31/12/2014
Região Sul	40	unidade	114	31/12/2014

- **Promover a formação e capacitação social e profissional de 10.000 trabalhadores para a economia solidária, com prioridade para mulheres e população negra**

Análise Situacional da Meta

Uma das principais estratégias para o alcance desta meta é a Formação de Formadores, Educadores e Gestores Públicos em Economia Solidária, para qualificar sua atuação como multiplicadores de conhecimentos, inovações metodológicas e/ou tecnológicas junto aos empreendimentos econômicos solidários (EES), bem como, para o fortalecimento das políticas públicas federais, estaduais e municipais. Essa estratégia está sendo implementada com a Rede Nacional de Centros de Formação em Economia Solidária - Rede CFES. São atividades da Rede de CFES: 1) formação avançada e continuada de formadores e educadores que atuam na economia solidária; 2) sistematização e disseminação de metodologias de formação; 3) organização, publicação e disseminação de material pedagógico e subsídios para a formação; 4) articulação de formadores e educadores em rede nacional; 5) Formação sistemática de gestores públicos atuantes em políticas de economia solidária. Para a continuidade e consolidação das atividades da Rede CFES, em 2014 foram repassados novos recursos permitindo que fossem beneficiadas mais 2.856 pessoas o que permitiu atingir a meta, até o final de 2014 de 8.017 beneficiários nas atividades de formação e capacitação social e profissional.

Além disso, a SENAES/MTE participou da elaboração do Marco Referencial da Política Nacional de Educação Popular elaborado no âmbito do GT Interministerial (coordenado pela Secretaria Geral da presidência) lançado no II Seminário da Política Nacional de Educação Popular em 25 de maio de 2014, em Brasília (DF).

Também tiveram continuidade as articulações com o Ministério da Educação para dar a integração entre a política de apoio a economia solidária economia solidária e as políticas de EJA e de Educação Profissional e Tecnológica. No âmbito do Pronatec - Brasil Sem Miséria deu-se início a pactuação para o atendimento da demanda formação profissional e tecnológica de catadores de material reciclável organizados em associações e cooperativas. Também

foram realizadas tratativas para a articulação do Programa Mulheres Mil e a incubação de empreendimentos de economia solidária nos Institutos Federais.

Quantidade alcançada

8.017

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	1.000	unidade	1.204	31/12/2014
Região Nordeste	4.000	unidade	1.302	31/12/2014
Região Norte	1.000	unidade	1.217	31/12/2014
Região Sudeste	2.000	unidade	1.804	31/12/2014
Região Sul	2.000	unidade	2.490	31/12/2014

- **Promover a incubação, assessoria técnica e o fomento direto a 5 mil empreendimentos econômicos solidários e redes de produção e comercialização**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a SENAES deu seguimento ao fortalecimento do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Decreto 7657/2010), que se constitui numa articulação interinstitucional para o apoio de Incubadoras Universitárias de empreendimentos econômicos solidários, apoiando o desenvolvimento institucional das incubadoras e levando a uma maior articulação entre as universidades brasileiras e as diferentes formas de cooperativas populares. No âmbito do PRONINC também foram repassados recursos por meio de Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Externo estabelecido parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Foram apoiadas 86 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares e economia solidária para ampliar a atuação das mesmas com a incubação de mais 220 empreendimentos econômicos solidários em todo o país.

É estratégica também a participação da economia solidária no Programa de apoio a Extensão Universitária (PROEXT) por meio da Linha Temática 8 – “Geração de Trabalho e Renda por meio do Apoio ao fortalecimento de empreendimentos Econômicos Solidários”. No primeiro semestre de 2014, foram selecionadas as propostas de programas e projetos ampliando o apoio do PROEXT á economia solidária para o próximo ano. De maneira que tivemos uma ampliação importante de incubadoras universitárias de economia solidária, já ultrapassando a marca de 100 incubadoras nas IES e seus campi.

No tocante à assessoria técnica aos EES e suas Redes de Cooperação, as ações foram garantidas também por meio de projetos na parceria com municípios, estados e organizações da sociedade civil. Nestes projetos foram incorporadas na assessoria técnica, a dimensão cultural e territorial dos processos produtivos, fortalecendo práticas autogestionárias, justas e solidárias, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando na elaboração de planos de negócio, de planos de marketing e nos registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente. Por meio destas parcerias foram transferidos recursos para o apoio a 895 empreendimentos econômicos solidários o que permitiu atingir 67,8% da meta proposta, 3.388 empreendimentos até o final de 2014. No ano de 2015 teremos condições com o pagamento das parcelas subsequentes de atingir as metas pactuadas.

Quantidade alcançada

3.388

Data de Referência

31/12/2014

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	500	unidade	408	31/12/2014
Região Nordeste	2.000	unidade	1.425	31/12/2014
Região Norte	500	unidade	390	31/12/2014
Região Sudeste	1.000	unidade	495	31/12/2014
Região Sul	1.000	unidade	670	31/12/2014

OBJETIVO: 1004 - Promover mecanismos que estimulem o Desenvolvimento Econômico Regional Sustentável na Amazônia Ocidental mediante a geração, atração e consolidação de investimentos apoiados em educação, inovação, ciência, tecnologia, implantação de projetos de desenvolvimento econômico e a promoção das potencialidades e vocações regionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Análise Situacional do Objetivo

Dentre os mecanismos de atração, geração e irradiação do desenvolvimento regional, destacam-se aqueles voltados para o dinamismo do Polo Industrial de Manaus (PIM), principal vetor de desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Vale destacar que o PIM alcançou, no período de janeiro a dezembro de 2014: um faturamento de US$ 37,5 bilhões, contra US$ 38,54 bilhões registrado em 2013 (redução de 2,69%); um volume de investimentos da ordem de US$ 10,60 bilhões, contra US$ 10,66 bilhões registrado em 2013 (redução de 0,56%); manutenção de 122.350 postos de trabalho, contra 120.843 em 2013 (incremento de 1,24%); e exportações de US$ 732,0 milhões, contra US$ 862,44 milhões em 2013 (queda de 15,12%).

Com relação ao incremento das atividades de revisão e estabelecimento de novos Processos Produtivos Básicos (PPBs), indispensáveis às empresas do PIM, registra-se a publicação de 50 Portarias Interministeriais (PI), sendo 17 para novos produtos. A publicação da PI nº 109, de 29/06/2014, que estabelece o PPB para câmara de ar para pneumático de motocicleta, vem fortalecer ainda mais o segmento de componentes do PIM e contribuirá para o incremento da cadeia produtiva da borracha no interior do Amazonas, devido à exigência estabelecida pelo PPB de utilização de matéria-prima regional nos próximos anos, com impacto na interiorização do desenvolvimento na região. No mesmo exercício, o Conselho de Administração da SUFRAMA (CAS) aprovou 111 projetos industriais e de serviços beneficiados com incentivos fiscais, sendo 34 projetos de implantação e 77 projetos de ampliação, atualização e diversificação, os quais a partir do terceiro ano de implantação apresentam a possibilidade de geração de 1.605 novos postos de trabalho e investimentos totais de US$ 1,06 bilhão.

Cabe destacar a inauguração da primeira fábrica de medicamentos do Polo Industrial de Manaus, gerando o interesse de outras empresas desse segmento, que estudam a possibilidade de se instalarem no Polo.

Em relação à promoção do desenvolvimento regional, destaca-se a utilização de recursos de Pesquisa e Desenvolvimento, oriundos da lei de Informática, para a consolidação de investimentos apoiados em Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, voltados inclusive para a educação e dinamização de projetos das potencialidades regionais.

No que se refere à Promoção Comercial do Modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), a Suframa participou divulgando o modelo ZFM e as potencialidades regionais nos seguintes eventos: 1) Mostra Internacional do Artesanato, realizada em Florença – Itália, no período de 24 de abril a 1º de maio; 2) Transpo Amazônia, realizada em Manaus – AM, no período de 21 a 23 de maio; 3) Naturaltech, realizada em São Paulo – SP, no período de 04 a 07 de junho; 4) 11ª edição da Marintech South America Navalshore, realizada no Rio de janeiro – RJ, no período de 11 a 13 de agosto; e 5) 14ª edição da HSM ExpoManagement, em São Paulo – SP, no período de 03 a 05 de novembro.

No âmbito da inserção internacional, destacam-se as seguintes iniciativas: i) defesa da ZFM junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) dos questionamentos feitos pela União Europeia (EU) sobre os incentivos fiscais: ii) retomada das discussões a respeito de programas de cooperação entre a ZFM e a Zona Franca da Terra do Fogo; iii) estreitamento das relações com o Peru, fornecendo uma gama de produtos que o Amazonas terá condições de importar, bem como a lista de

produtos a serem exportados; iv) ações de inserção internacional dos produtos da ZFM em países da Pan-Amazônia; e v) interação com o Suriname por meio de troca de informações.

Com a promulgação da Emenda Constitucional¬ (EC) n º 83/2014, que incluiu o art. 92-A no ADCT da CF de 1988, os incentivos fiscais da ZFM foram prorrogados por mais 50 anos, até 2073. Essa decisão representa uma significativa conquista para o desenvolvimento da região, uma vez que os incentivos fiscais concedidos à ZFM são de primordial importância para a redução das desigualdades regionais. Concomitantemente, por meio do art. 3º da Lei n º 13.023/2014, os incentivos fiscais pertinentes às Áreas de Livre Comércio (ALC) também foram prorrogados até 2050, o que contribuirá para o processo de mitigação das desvantagens locacionais e de integração com restante do Brasil, através da atração de novos investimentos para o aproveitamento das potencialidades regionais e a geração de emprego e renda.
Em termos de organização institucional da Autarquia, ressaltamos que, através do concurso público realizado em 2014, ingressaram até o final do exercício 224 novos servidores. Este incremento no quadro de pessoal da SUFRAMA representa um reforço significativo para o desempenho das atividades institucionais do órgão, principalmente pelos novos desafios decorrentes da prorrogação dos incentivos fiscais da ZFM até 2073.

Metas 2012-2015

- **Apoiar a estruturação de até 5 (cinco) cadeias produtivas nos Estados que compõem a área de atuação da SUFRAMA**

  Análise Situacional da Meta

  Houve apenas um Projeto priorizado pela Emenda Parlamentar Nº11970010 (Fonte 100), no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) que foi apresentado pelo Governo do Acre, em abril de 2014. Foi aprovado e instruído no Portal de Convênios SICONV, para fins de formalização de transferência voluntária na modalidade Contrato de Repasse, cujo objetivo é apoiar as unidades familiares de produção de farinha de mandioca, mediante aquisição de Máquinas e Equipamentos agrícolas, de maneira a contribuir com o fortalecimento das Cadeias Produtivas Prioritárias e Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional do Vale do Juruá, no Estado do Acre.
  Contudo, os recursos previstos na referida emenda parlamentar foram bloqueados no SIAFI, não ocorrendo até dezembro de 2014 a disponibilização de cota orçamentária para empenho. Assim, não foi possível executar o projeto em 2014.

  Quantidade alcançada

  0

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Apoiar projetos de pesquisas e empresas na área de biotecnologia**

  Análise Situacional da Meta

  No período de janeiro a dezembro de 2014, a Suframa manteve o apoio ao desenvolvimento de produtos e processos voltados à área de biotecnologia, mediante a disponibilização da infraestrutura física e laboratorial do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) para desenvolvimento dos seguintes projetos:

  i) bioprospecção de novos antibióticos; ii) desenvolvimento de bebidas fermentadas; iii) otimização de fermentação de celulose para produção de etanol; iv) avaliação dos gargalos tecnológicos para incremento da inovação na cadeia produtiva da malva; v) extrusados com sabores da Amazônia; vi) bioprospecção farmacológica orientada para novos protótipos medicamentosos em insumos inovadores para cosmética e alimentação funcional; vii) fitodermo (desenvolvimento de fito medicamentos e dermocosméticos a partir da biodiversidade amazônica); viii) MODY: mapeamento de SNPs nos genes relacionados à forma monogênica do Diabetes Mellitus não-insulinos-dependentes; ix) toxinas animais e criação de uma rede de pesquisa regional (identificação de peptídeos com potencial farmacológico); e x) cultura de raízes de Psychotria ipecacuanha (Brot. Stokes – Rubiaceaee análise da produção de emetina e cefalina; xi) Inoculação e propagação clonal0000 in vitro de curauá (Ananas comosus var. erectifolius) em sistema dupla fase;

xii) cultivo in vitro de plantas ornamentais tropicais.

- **Contribuir para ampliar em 6% o número de empresas instaladas nas Áreas de Livre Comércio sob a administração da SUFRAMA**

Análise Situacional da Meta

No período de janeiro a dezembro de 2014, registrou-se um aumento no número de empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA. Foram implantadas 188 novas empresas, o que representa um avanço de 1,65 ponto percentual no alcance da meta. Durante a vigência do PPA foram instaladas 998 empresas sendo: 348 em 2012, 462 em 2013 e 188 em 2014, superando em 46% a meta estabelecida no PPA 2012-2015.

Quantidade alcançada

8,77

Data de Referência

31/12/2014

- **Incentivar a implantação de 60 novas empresas (industriais e de serviços) no Polo Industrial de Manaus, em especial empresas que utilizem produtos regionais como insumos de produção.**

Análise Situacional da Meta

Houve implantação de 64 novas empresas (industriais e de serviços) no Polo Industrial de Manaus (PIM), sendo 18 em 2012, 23 em 2013 e 23 em 2014 ultrapassando em 6,66 % a meta estimada para o período de vigência do PPA. Três dessas empresas utilizam produtos regionais como insumos de produção. Os diferenciais competitivos da Zona Franca de Manaus – ZFM baseados nos incentivos fiscais, e a prorrogação do Modelo ZFM por mais 50 anos, possibilitaram uma maior segurança jurídica às empresas que pretendem instalar-se no Polo Industrial de Manaus – PIM. Diante disso, espera-se que em 2015 os índices de realização da meta sejam mais significativos.

Quantidade alcançada

64

Data de Referência

31/12/2014

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Ações concluídas do PAC 2 previstas para o período 2011-2014	%	31/10/2012	38,5	05/02/2015	92
% de empreendimentos com indícios de irregularidade grave no PAC	%	31/10/2012	2,43	05/02/2015	0,01
% de servidores públicos com curso superior	%	31/10/2012	66	30/11/2013	68,33
% Despesa com Pessoal do Gov. Federal/PIB	%	01/10/2012	4,6	05/02/2015	4,6
Total de execução (liquidado) do orçamento (exceto estatais) sob o total autorizado (LOA+Créditos)	%	31/12/2012	77	05/02/2015	84

Observações:

Ações concluídas do PAC 2 previstas para o período 2011-2014 - Fonte: Balanço do PAC 2, incluindo somente eixos transporte e energia, luz para todos e recursos hídricos

% de empreendimentos com indícios de irregularidade grave no PAC - 58 empreendimentos apresentaram indícios de irregularidades. Total de empreendimentos do PAC 2 - 32.905. Fonte: http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/or2015/par_cmo/vol1/05_rel1_coi.pdf

Total de execução (liquidado) do orçamento (exceto estatais) sob o total autorizado (LOA+Créditos) - Valores disponíveis em 05/02/2015 em consulta ao BI SPI

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

A gestão dos imóveis da União se apresenta como recurso estratégico para o apoio às políticas públicas, em especial, àquelas voltadas ao funcionamento e fortalecimento do Estado, à inclusão social, à preservação ambiental e ao desenvolvimento econômico sustentável.

Neste sentido, foram disponibilizadas dezoito áreas para a regularização fundiária da moradia de 24.065 famílias urbanas, totalizando cerca de 19,7 milhões de m²; 3,5 mil hectares para a reforma agrária e 5,3 mil hectares ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para a titulação direta a 347 famílias de comunidades remanescentes de quilombos que vivem em áreas da União; e declaradas 19 áreas como de interesse público.

Ainda foram destinadas 21 áreas de aproximadamente 1,7 milhões de m², para construção de residências, no contexto do Programa Minha Casa, Minha Vida, beneficiando mais de 4,4 mil famílias. Também foram assinadas portarias de doação de mais de 477 milhões de m² de imóveis da União para os Estados do Paraná, Bahia, Piauí, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Acre, contemplando, no âmbito do Programa, ações de regularização fundiária, áreas sociais para educação, desenvolvimento econômico e urbano, Administração Pública e preservação social.

A execução dos eixos do PAC foi priorizada, com a destinação de 135 imóveis da União. Registra-se no âmbito do Programa a disponibilização de áreas da União em todas as sedes da Copa do Mundo Fifa 2014, para complementação das ações de infraestrutura urbana, reduzindo o custo dos investimentos. Os Jogos Olímpicos de 2016 também contarão

com a permissão de uso ou destinação de imóveis da União para sediar várias modalidades esportivas e equipamentos de apoio.

Destacou-se, ainda, a destinação, em todo o território nacional, de dez áreas para implantação de Terminais Portuários de Uso Privado (TUP); doze áreas para Unidades de Conservação, equivalentes a 3 milhões de hectares; 750 mil m2 para Universidades e Institutos Federais de Educação; e 224 imóveis para uso estatal. Somado a essas atividades está o apoio prestado a 81 municípios com ações do Projeto Orla, plano de ordenamento territorial integrado da orla brasileira.

No contexto do Programa Mulher: Viver sem Violência, e em apoio à Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres, foram destinados três imóveis nos municípios de Curitiba (PR), Salvador (BA) e São Paulo (SP), com área total de mais de 25 mil m², para a construção das Casas da Mulher Brasileira. Desde a criação do Programa, foram destinadas áreas em treze localidades, totalizando mais de 100 mil m2 de imóveis da União para atender o programa.

Como ação de apoio à preservação ambiental e ao desenvolvimento econômico sustentável, a regularização fundiária de glebas públicas federais, por meio do Programa Terra Legal, na Amazônia Legal, possibilitou a destinação de cerca de 1,5 milhão hectares, voltados ao interesse social e à proteção ambiental. Na região de fronteira em Roraima, foram identificadas 52 ilhas fluviais federais que subsidiaram políticas públicas locais e de interesse da defesa nacional.

Ainda como atividade que contribuiu para o fortalecimento da Administração Pública, foi lançado o Sistema de Requerimento Eletrônico de Imóveis (Sisrei), http://www.planejamento.gov.br/sisrei, ferramenta eletrônica feita para o cadastramento e controle de solicitação de imóveis da União por entes públicos e entidades sem fins lucrativos. Além de facilitar o requerimento de imóveis, o sistema trará outros resultados importantes para a gestão patrimonial, como o aumento da transparência, a melhoria da capacidade de planejamento, padronização do processo e a racionalização dos gastos com compra e locação de imóveis.

A retribuição pelo uso privado de imóveis da União representou a arrecadação de receitas patrimoniais em 2014 no valor de R$ 1.000.877.279,62, o que corresponde a um aumento de 2,19% em relação ao ano de 2013. Destaca-se o expressivo aumento na recuperação de créditos inadimplidos inscritos em Dívida Ativa da União, que registrou o montante de R$ 108.647.011,00, superando em 53,5% o arrecadado no ano anterior.

Ainda como forma de promover a melhor organização e funcionamento do Estado, a produção de informações estatísticas e geográficas públicas se mostrou essencial para a consolidação de uma sociedade democrática, subsidiando os centros decisórios de governo no desenho de políticas públicas e na aferição das ações da Administração Pública.

No campo das Pesquisas e Estudos Estatísticos, merece destaque a divulgação das estimativas das populações residentes nos 5.570 municípios brasileiros, fundamentais para o cálculo de indicadores econômicos e sociodemográficos nos períodos intercensitários, além de ser um dos parâmetros utilizados na distribuição do Fundo de Participação de Estados e Municípios. Com vistas à ampliação do conhecimento da realidade do País, foram implementadas ações no âmbito do projeto Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), destacando-se: i) divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), relativos ao mercado de trabalho nos níveis Brasil e Grandes Regiões; (ii) divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), que investigou diferentes aspectos relacionados à saúde da população brasileira, entre os quais, acesso a serviços de saúde, morbidade, tópicos específicos de crianças até dois anos de idade, idosos, exames de caráter preventivo, saúde reprodutiva, entre outros.

No rol das estatísticas sociais, cabe destacar a estruturação do Sistema Nacional de Políticas de Gênero (SNIG), que permitiu o lançamento da publicação “Estatísticas de Gênero – Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010”

e a divulgação da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2013, instrumentos que visam a contribuir para a produção de conhecimento sobre a realidade socioeconômica das mulheres no País.

Com relação aos Estudos e Levantamentos Geocientíficos, as informações geoespaciais de referência, reveladas por produtos gerados a partir de imagens e de mapas, aprimoram a utilização dos dados geoespaciais pelo usuário, possibilitando um entendimento da dinâmica de ocupação do território. No campo das geociências, o Brasil expandiu a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC) em 14% em relação a 2013. Atualmente, a rede opera com 112 estações, com apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), INCRA e instituições de ensino das esferas estadual e federal. Destaca-se, ainda, o aumento de 46% de estações transmitindo dados em tempo real, alcançando um total de 78% de estações operando em tempo real, além de 25% das estações contarem com sensores meteorológicos que registram temperatura, pressão e umidade relativa a cada minuto.

No que se refere às informações geoespaciais temáticas, destaca-se o lançamento do mapa “Logística dos Transportes no Brasil”, exibindo as principais estruturas de transporte do país (rodovias, ferrovias, hidrovias etc.), bem como outros equipamentos associados à logística do transporte de cargas e pessoas, como armazéns, estações aduaneiras de interior (chamadas de “portos secos”), pontos de fronteira, aeródromos públicos e terminais hidroviários. O mapa fornece um amplo conhecimento da realidade territorial do Brasil, ao conjugar a esses elementos centrais de promoção da acessibilidade, as principais cidades de comando da rede de ligação do território nacional.

Outra ação promovida para a organização e o funcionamento do Estado refere-se ao aprimoramento e fortalecimento do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal, que teve como principal objetivo avaliar a execução dos programas de governo, com o propósito de aperfeiçoar o desempenho das políticas públicas federais. Foram realizadas mais de 5.400 auditorias e fiscalizações em órgãos federais, estaduais, municipais e entidades sem fins lucrativos que receberam recursos públicos federais. Ainda foram acompanhadas 20 políticas públicas (por exemplo, os programas Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Gestão Sustentável dos Recursos Pesqueiros), das quais já se encontram publicados os relatórios referentes aos programas Restaurantes e Cozinhas Populares e Restabelecimento da normalidade no cenário de desastres. Nesse contexto, foram realizadas 950 verificações in loco sobre a aplicação dos recursos públicos federais.

No âmbito da avaliação da gestão dos administradores públicos, que envolve atividades relacionadas à comprovação da legalidade e avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, foram realizadas auditorias anuais de contas em 432 órgãos e entidades do Poder Executivo federal e outras 2.400 de acompanhamento com foco na avaliação dos controles internos administrativos, na análise preventiva de editais, no acompanhamento das determinações e recomendações dos controles externo e interno e na regularidade das transferências voluntárias e das licitações.

Também contribuiu para ampliar a capacidade institucional da APF o desenvolvimento de estudos e pesquisas para o planejamento e a gestão de políticas públicas em parceria com outros países por meio de cooperação internacional, merecendo destaque: (i) discussão de iniciativas de inclusão social e produtiva de beneficiários de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, no âmbito do II Encontro Programa EUROsociAL II (cooperação com a União Europeia); e (ii) realização de missão na Inglaterra e Portugal para intercambiar experiências em pesquisas longitudinais sobre pobreza e com o objetivo de apoiar uma pesquisa brasileira para o Plano Brasil sem Miséria.

Metas 2012-2015

- **Aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário da União**

Análise Situacional da Meta

Como inovação para aprimorar o registro e acesso aos imóveis por órgãos públicos e sociedade, foi criado o Requerimento Eletrônico, que permite a entes públicos e privados a consulta e requerimento de imóveis pela Internet, tendo sido divulgados dados de 300 mil imóveis à sociedade na web, incluindo os ocupados por servidores. Em 2015, serão disponibilizadas as informações de toda a base de imóveis da União.

Publicou-se o Plano Nacional de Caracterização, definindo prioridades na demarcação e elencando os municípios afetados, e a situação da ação de demarcação, além da extensão dos trechos. As ações executadas no âmbito do Plano serão disponibilizadas na internet.
O Programa de Modernização compartilhou dados geoespaciais nos padrões estabelecidos pela Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), em coerência com o Programa do Governo Eletrônico Brasileiro, e a disponibilização de dados abertos ao público em geral. Estes dados estarão acessíveis a partir do segundo semestre de 2015.

No tocante ao aumento da carteira imobiliária da União, em 2014 foram incorporados 1.602 imóveis, ampliando as possibilidades de apoio às políticas públicas governamentais. Foram ainda declarados 564 bens da União, oriundos da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), de valor histórico pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 2015, os imóveis serão destinados ao Instituto, para restauração de estações e projetos turísticos.

Com relação às ações de fiscalização, foram registradas 2.956 vistorias, com prioridade para a preservação dos imóveis públicos e a contenção de irregularidades no uso, especialmente em áreas constitucionalmente definidas como de bens de uso comum do povo.

Na Amazônia Legal, a regularização fundiária de glebas públicas federais, por meio do Programa Terra Legal, possibilitou identificar como áreas inalienáveis da União cerca de 1 milhão e quinhentos mil hectares, com vistas à destinação voltada ao interesse social e à preservação ambiental. Na região de fronteira em Roraima, foram identificadas 52 ilhas fluviais federais que subsidiaram políticas públicas locais e de interesse da defesa nacional. Em 2014, duas glebas da União, que somam 251,8 ha, foram leiloadas e os recursos provenientes utilizados para aquisição de terras para comunidades indígenas da etnia Atikum, no Município de Nioaque/MS.

Foi intensificada a atuação da rede de Grupos de Trabalho bipartites estaduais (governos e sociedade), que assessoram a destinação dos imóveis para habitação de interesse social e regularização fundiária, possibilitando o fortalecimento da participação e do controle social na destinação de imóveis da União no programa MCMV.
Na área normativa, foi editada IN de Regularização Fundiária, revisando fluxos e regulamentando os processos e a atuação do Grupo de Trabalho Nacional (GTN). Em parceria com o INCRA, foi estabelecido fluxo de identificação e destinação de áreas da União dentro de territórios quilombolas. Foram desenvolvidos instrumentos pacificadores de ordenamento territorial no Pará em áreas de conflito fundiário e em áreas sob intervenção de grandes obras de infraestrutura, como as Usinas Hidrelétricas (UHEs) Belo Monte, Santo Antônio e Jirau.

OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

O Governo Federal possui uma agenda transversal de projetos e atividades orientadas para melhoria da eficiência e modernização da gestão pública, com foco em prover meios, habilidades e tecnologia para que os diferentes setores possam entregar seus resultados com uso racional dos recursos. Objetiva-se ampliar e agilizar o acesso dos cidadãos a serviços públicos de qualidade, pela implementação da Política Nacional de Atendimento ao Cidadão, com a atualização do Portal de Serviços do Governo Brasileiro - Guia de Serviços, e a revisão das informações dos principais serviços públicos de 46 organizações federais. Foram contabilizados 56.580 cidadãos cadastrados, aderência de 15 órgãos e entidades e o oferecimento de mais de 600 serviços em seu catálogo, que contém informações sobre valores, taxas, documentos necessários, procedimentos, canais de prestação e contato da ouvidoria dos serviços, de forma a suportar mais de 60 mil acessos diários, sendo 35 mil visitantes únicos por dia, com crescimento superior a 400% com relação a 2013.

Em 2014, mais de 30 órgãos do Governo Federal foram envolvidos em iniciativas de melhoria da gestão estratégica e de processos. Este trabalho estruturante permite que cada órgão defina seus focos prioritários de atuação e envolva o conjunto de seus servidores na melhoria da prestação de serviços aos cidadãos, da competitividade do país e na entrega de políticas públicas.

Objetivando reduzir os custos na aquisição de equipamentos e serviços de TIC e melhorar o planejamento das necessidades dos entes federais, foi incentivado o uso de contratações conjuntas, tendo sido concluída a contratação conjunta de ativos de rede abrangendo 43 órgãos participantes, obtendo-se uma redução de 70% em relação aos preços de referência que totalizavam 67,8 milhões de reais. Foi finalizada a contratação conjunta de telefonia móvel, abrangendo 78 órgãos, gerando uma economia de R$ 30,4 milhões para a Administração Pública. Estão em andamento, com previsão para conclusão em 2015, as contratações conjuntas para aquisição de microcomputadores, incluindo 123 órgãos participantes, para um total de 148 mil equipamentos, bem como de equipamentos de videoconferência, com a participação de cerca de 80 órgãos.

No âmbito da logística pública, várias iniciativas foram conduzidas: alteração de regulamentação do Sistema de Registro de Preços (SRP) e do Regime Diferenciado de Contratações (RDC); alteração de regras para a contratação de serviços terceirizados; definição de regras e procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral; elaboração de quatro atos normativos de comunicações para apoiar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e o Protocolo Integrado; alteração de dados normativos de passagens aéreas para viabilizar a compra direta de passagens; alteração do Decreto 99.658, de 30/10/1990, que trata de desfazimento de bens, para torná-lo aderente à Lei de Resíduos Sólidos; alteração de regras para envio de documentação pelos licitantes sob a modalidade Pregão Eletrônico; e publicação da Instrução Normativa sobre Eficiência Energética na Administração Pública.

Foram publicados, ainda, oito Cadernos de Logística, sobre temas relacionados a licitações e contratos sustentáveis, quais sejam, Conta Vinculada; Limpeza; Pesquisa de Preços; Regime Diferenciado de Contratações; Reprografia; Sanções; Transporte; Vigilância; três Cadernos de Estudo e Pesquisa sobre Contratações Públicas Sustentáveis; e Planos de Gestão de Logística Sustentáveis; bem como a Cartilha “vai comprar” com relação de itens sustentáveis no Sistema de Catalogação de Material (CATMAT); e a cartilha “Conheça a CISAP (Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública)”.

Foram disponibilizadas duas ferramentas para auxiliar os gestores na formulação de preços e acompanhamento dos contratados de terceirização: a operacionalização da funcionalidade “Conta Vinculada” para facilitar a elaboração de Planilha de Formação de Preços; e a planilha eletrônica para formação de preços de serviços de vigilância, limpeza e conservação. Destaca-se também a elaboração de um fluxo padrão da fase interna e minutas de editais para determinados

objetos, a serem publicados no Portal Compras Governamentais, e, ação conjunta com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), para implementar o SEI – Comprar.

Houve ainda a elaboração de estudo técnico para avaliar Planos de Logística Sustentável (PLS) dos órgãos e instituições de pesquisa sobre sustentabilidade para aplicação nos órgãos e instituições membros da CISAP; a implantação de critérios de sustentabilidade nos itens do Catálogo de Materiais e a suspensão de 65.535 itens no catálogo de materiais; realização de pesquisa para diagnosticar o nível de efetividade da área de logística pública e a construção da lista de indicadores para a logística pública.

Na área do projeto Processo Eletrônico Nacional (PEN), foram realizadas customizações no SEI para implantação nos órgãos públicos. A implantação piloto foi iniciada em 2014 e está em uso ou implantação em mais de 10 órgãos federais. Desenvolvidos também os primeiros serviços centralizados de processo eletrônico, em fase de teste, para viabilizar o trâmite totalmente eletrônico de documentos e processos entre os órgãos da Administração Pública Federal (APF). Com relação ao projeto Protocolo Integrado, iniciou-se o desenvolvimento da plataforma tecnológica que receberá essas informações, durante o ano de 2014 e do respectivo sistema que está em fase final de implantação.

No contexto dos sistemas estruturantes, foram 17.750 questionamentos respondidos (Fonte sistema FORMSUS) e realizados 28.000 atendimentos telefônicos e 90 presenciais, bem como 3.995 habilitações de senhas. Na área normativa, foram respondidos 927 questionamentos das três esferas do Governo Federal. Na forma documental, ofícios, notas técnicas, e outros, foram produzidos 12.410 processos no tocante aos sistemas estruturantes e a área normativa e estratégica elaborou 833 processos.

Ainda como ação para atender empresas e organizações da sociedade civil, merece destaque o lançamento de novo portal de Compras Governamentais. Foi implantada, também, nova versão do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP). Nessa nova versão, o sistema foi adaptado com a inclusão de regras específicas para gestão de passagens e diárias relacionadas à Copa do Mundo Fifa 2014, para o Programa Mais Médicos e funcionalidades que permitem a compra direta de passagens.

No ambiente do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), destaca-se a melhoria na qualidade do atendimento à sociedade, com a publicação dos dados dos convênios em formato aberto e com o módulo de acesso livre, em que o cidadão pode acompanhar e fiscalizar a execução dos projetos em seu município. Foram implantadas no Siconv funcionalidades e integrações para atender às regras do Orçamento Impositivo, com a possibilidade de identificação dos beneficiários das emendas parlamentares. Visando ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão e demais organizações da sociedade, foram capacitados 6.043 usuários do Siconv no tema transferências da União e operacionalização do Siconv, dos quais 4.343 participaram de cursos presenciais e outros 1.700 a distância, por meio da escola virtual.

Foram também elaboradas melhorias no Siconv, as quais impactam diretamente os beneficiários das políticas públicas governamentais, especificamente nos processos de divulgação de programas, recebimento de propostas e celebração de convênios. Merece destaque a implantação das funcionalidades específicas para a operacionalização de convênios e contratos de repasse por meio da figura do executor e do subconvênio e a integração com a Imprensa Nacional, para o envio online de matérias para a publicação. Além disso, encontra-se em fase de homologação o novo portal de convênios, caracterizado por identidade visual padronizada e mais amigável, com navegação por perfis. Também, está sendo concluída a primeira versão da integração com os sistemas financeiros estaduais e municipais.

Foi dado prosseguimento ao processo de evolução do Portal do Software Público Brasileiro, com disponibilização da

versão de teste, com novas funcionalidades para validação dos usuários.

Diante da crescente demanda, por parte dos órgãos do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), por formas de aprimorar a governança de TI, está em andamento a elaboração do modelo de governança de TI do SISP, tendo como uma de suas finalidades o melhor direcionamento das ações de TI, para apoiar a implementação das políticas públicas e utilizar os recursos de TI de maneira mais efetiva.

Metas 2012-2015

- **Buscar a resolutividade das demandas encaminhadas pelos cidadãos às ouvidorias dos órgãos e entidades públicos**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de fortalecer o funcionamento integrado das cerca de 300 ouvidorias federais, o Governo Federal promoveu as seguintes ações em 2014: (i) disponibilização do portal Ouvidorias.gov (www.ouvidorias.gov.br) com sistema informatizado para registro e consulta de manifestações dirigidas a qualquer ouvidoria do Poder Executivo federal; e (ii) publicação da Instrução Normativa OGU/CRG nº 01, de 24 de junho de 2014, sobre proteção à identidade do denunciante, e da Instrução Normativa OGU nº 01, de 6 de novembro de 2014, sobre a padronização de procedimentos e prazos das ouvidorias públicas federais, com vistas à criação de condições adequadas para o funcionamento efetivo.

Para contribuir para o aprimoramento do trabalho realizado pelas ouvidorias, alcançando a resolutividade das demandas e satisfação do cidadão, o Governo Federal realizou, em 2014, as seguintes atividades de capacitação: (i) Política de Formação Continuada em Ouvidorias (Profoco): oferta de cursos gratuitos na modalidade presencial e educação a distância para servidores que atuam em ouvidorias públicas em todos os entes federados. Atualmente, participam do processo formativo 1.966 servidores e colaboradores de unidades de ouvidoria. Desse quantitativo, 220 concluíram cursos na modalidade presencial em 2014. A Profoco será fortalecida, em 2015, com a realização de 20 cursos presenciais, com previsão de capacitação de mais 600 agentes públicos nos cursos presenciais, um incremento de 300% em relação ao ano de 2014; (ii) cirandas Regionais de Ouvidorias: atividades que visam a estimular e difundir o debate voltado à formulação de políticas para as ouvidorias públicas. Foram realizadas quatro edições nos estados do Espírito Santo, Pará, Paraná e Sergipe.

Essa iniciativa será expandida em 2015, com a realização de oito cirandas regionais. Também será possível disponibilizar dados, por meio do recém-lançado sistema eletrônico de ouvidorias, sobre a satisfação do cidadão com a resposta recebida.

Quantidade alcançada

98,3

Data de Referência

21/01/2015

- **Implementar e disponibilizar a Agenda Brasil Digital de Governo Eletrônico à sociedade**

Análise Situacional da Meta

A Agenda Brasil Digital é implementada por meio de Políticas Públicas Centrais de Governo Eletrônico e Políticas Públicas Setoriais de Governo Eletrônico. Ressalta-se a continuidade na construção da Agenda Brasil Digital, assim como a reformulação da Agenda do Governo Eletrônico, cujo foco está na melhoria da prestação de serviços públicos por meios eletrônicos, alinhados aos objetivos da Agenda de Gestão Pública, ao Decreto Cidadão e à Lei de Acesso à Informação. Das iniciativas da agenda, destacou-se o Guia de Serviços Públicos Federais, que concentra as informações sobre serviços do Governo Federal.

Dentre as Políticas Centrais, que são utilizadas de forma transversal pela APF, organizam-se três linhas de ações: políticas de uso direto pela sociedade, como o Guia de Serviços e a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA); e políticas estruturantes de Governo Eletrônico, como Compras Públicas, Convênios, Software Público Brasileiro, Infovia e Processo Eletrônico Nacional; políticas de governança; Padrões de Acessibilidade, Identidade Digital e Interoperabilidade; e Política de Segurança da Informação.

As políticas públicas setoriais de Governo Eletrônico incluem os sistemas e portais eletrônicos com informações e conteúdos específicos de cada setor governamental. Como exemplo, há os sistemas de gestão de programas e funções de governo, dentre eles o Cadastro Único (MDS) e o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação; e os portais institucionais, como o portal da Receita Federal e da Previdência Social. Para apoiar a formulação e implementação de políticas públicas de Governo Eletrônico, o Governo direciona suas ações por meio de Comitês Gestores.

Ainda no âmbito da governança, há a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (EGTIC), instrumento de gestão do SISP, que traça a direção de TIC, definindo o plano estratégico que visa promover a melhoria contínua da gestão e governança de TIC, além de subsidiar os órgãos do Sistema na elaboração dos planos de TI. Foi elaborada revisão do documento da EGTIC em parceria com os órgãos do SISP.

- **Implementar Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-MAG) nos sítios governamentais**

Análise Situacional da Meta

Como resultado, destaca-se a incorporação dos itens padrões do e-MAG à Identidade Padrão de Comunicação Digital do Governo Federal, facilitando a navegação do cidadão pelos sítios dos diversos órgãos públicos. Já foram adequados ao padrão os sítios Portal Brasil, Portal de Dados Abertos, Portal do Servidor, Guia de Serviços e o portal da Secretaria de Direitos Humanos.

A identidade digital, que define a padronização visual para os sítios de governo, contempla os itens padrões do e-MAG (modelo de acessibilidade de governo eletrônico) e vem sendo adotada gradualmente pelos órgãos da APF. Destaca-se a implementação nos portais da Advocacia-Geral da União, Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Compras Governamentais, Acesso à Informação, Ministério da Justiça, Ministério da Pesca e Aquicultura, Transparência, Previdência, Ministério das Comunicações, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Esporte, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Comunicação Social, Secretaria de Aviação Civil, Planalto, Secretaria de Portos e Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério das Relações Exteriores, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e Controladoria Geral da União.

Foi realizado um conjunto de atividades e produtos que visam a aprimorar o e-MAG. Foram entregues os cursos de acessibilidade em Ensino a Distância (EAD), a versão 3.1 do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG), um Kit de Tecnologia Assistiva para demonstração. Foi ministrado curso presencial de acessibilidade para a comunidade SISP, assim como foram entregues mais cinco kits de Tecnologia Assistiva a serem distribuídos aos Telecentros selecionados. Ademais, entregas parciais referentes ao Acordo de Cooperação estão sendo realizadas, tais como o Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES) e o Sistema e-SELO, que apura o índice de acessibilidade das páginas.

Ressalte-se que os cursos EAD já foram enviados para disseminação e estão disponíveis no Portal de Governo Eletrônico sob licença Creative Commons (que permite o livre uso do conteúdo sob algumas condições).

Está em andamento a construção da Suíte VLIBRAS, composta pelas ferramentas VLibras-Desktop, VLibras-Plugin, VLibras-Video e WikiLibras. Trata-se de um Tradutor Automático de Conteúdos Digitais para a Linguagem Brasileira de Sinais – (LIBRAS) e ferramentas acessórias, em Código Aberto e Distribuição Livre que serão disponibilizadas no Portal do Software Público.

No Acordo com o W3C (Word Wide Web Consortium) foi realizada a tradução, em conjunto com especialistas de todo o Brasil, do documento base do WCAG 2.0 (Web Content Accessibility Guidelines), instrumento com diretrizes de acessibilidade para conteúdo web que pode ser consultado em http://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-PT/.

- **Massificar o uso de Certificados Digitais da ICP- Brasil**

Análise Situacional da Meta

A Massificação do uso da Certificação Digital ICP – Brasil continua registrando crescimento tanto em número de certificados emitidos como em aplicações que exigem o uso de certificado digital. Em 2014, foram emitidos 2.533.708 certificados digitais da ICP – Brasil. Os números demonstram que as principais áreas geradoras de riqueza e com infraestrutura de comunicação adequada já possuem pelo menos um ponto para aquisição de certificados digitais da ICP – Brasil.

Sem a Certificação Digital, sistemas críticos da economia nacional podem ser paralisados, como é o caso do Sistema de Pagamentos Brasileiro Nacional (SPB), do Sistema Nota Fiscal Eletrônica, entre outros. Dados disponíveis no Portal da Nota Fiscal Eletrônica indicam que foram autorizadas 10,846 bilhões de NF-e até 20/01/2015, emitidas por 1,089 milhões de contribuintes (base 12/01/2015).

Destaca-se, em 2014, o uso da certificação digital nas seguintes situações:

a) O novo passaporte eletrônico brasileiro será aderente ao diretório Public Key Directory – PKD da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO);

b) A Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM) implantou sistema que possibilita o parcelamento de débitos fiscais através da internet;

c) Apresentada a primeira versão do assinador de atributos que permitirá administrar, gerenciar e operar todo o sistema de validação de certificados de atributos de uma entidade;

d) O acesso ao Sistema do Programa Universidade para Todos (Sisprouni);

e) O Governo Distrito Federal tornou obrigatória a emissão de Notas Fiscais Eletrônicas para mais de 20 mil empresas de serviços e contribuintes do Imposto sobre Serviços – ISS;

f) A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP) tornou obrigatório o uso de certificado digital para acesso à consulta de dados no Cadastro de Contribuintes do ICMS (Cadesp);

g) Assinado Acordo de Cooperação entre o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que trata da criação da Autoridade Certificadora (AC) Justiça Eleitoral, dentre outros objetivos;

h) A transmissão da Declaração de Informações Econômico Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) 2014 exige o uso do certificado digital;

i) O Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT) implantou o Processo Judicial Eletrônico – PF-e, que possibilita a execução dos atos processuais por meio eletrônico;

j) A Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE) lançou o Portal da Empresa Simples;

k) O acesso ao Sistema Documento de Origem Florestal (DOF) passou a exigir o uso do certificado digital;

l) O Sindicato de Corretores de Seguros do Estado de São Paulo (SINCOR-SP) apresentou o Portal de Assinaturas do Mercado de Seguros, que possibilita a assinatura de qualquer tipo de documento;

m) O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) tornou obrigatório para os empregadores o uso do aplicativo “Empregador WEB”, para realização de preenchimento do requerimento de seguro-desemprego e de comunicação de dispensa ao Ministério do Trabalho e Emprego (TEM);
n) Tornou-se obrigatório o registro online do Número de Identificação Social (NI), por meio do Conectividade Social, da Caixa Econômica Federal, com o uso do certificado digital;
o) A Receita Federal disponibilizou nos portais do Simples Nacional e do Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) um novo aplicativo que permite o parcelamento do Simples Nacional, desde que seja utilizado o certificado digital;
p) O Processo Judicial Eletrônico (Pje) entrou em funcionamento na Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF) e no Tribunal Regional Federal da 1a. Região (TRF1) faz uso do certificado;
q) A Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB), que reúne as ordens de indisponibilidade de bens imóveis decretadas pelo judiciário e por autoridades administrativas, utiliza o uso de certificado digital;
r) A Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG) realizou, pela primeira vez no País, todo o procedimento de criação, assinatura e transmissão de um Contrato Social em ambiente totalmente digital;
s) A Comissão do Senado Federal autorizou o armazenamento digital de prontuários médicos, desde que a digitalização ou microfilmagem seja realizada com o certificado digital;
t) A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) disponibilizou um portal para assinatura digital de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARS);
u) O acesso ao Sistema Registrato – Extrato do Registro no Banco Central, pode ser feito com uso do certificado digital;
v) A Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL) disponibilizou o “Junta Digital”, sistema online que automatiza todo o fluxo do processo empresarial, faz uso do certificado digital.

- **Melhorar a qualidade do atendimento ao cidadão**

Análise Situacional da Meta

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) atuou junto a mais de 30 órgãos e entidades do Governo Federal para apoio à melhoria da gestão estratégica e de processos, e apresentou resultados concretos, por exemplo, no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que otimizou seu processo de concessão de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, agilizando a análise e equacionando o passivo de solicitações pendentes.

Como parte da política de melhoria da qualidade de atendimento, destaca-se o Guia de Serviços Públicos Federais, que facilita o acesso de cidadãos e empresas aos serviços federais. O portal teve cerca de 35 mil visitantes únicos diários, 612 serviços cadastrados por 15 órgãos e 56.580 cidadãos registrados como usuários. As principais melhorias foram: inclusão de busca inteligente com sugestão de serviços e relevância de palavras-chave; referência ao Guia de Serviços na Barra Brasil, presente em todos os sítios de governo do Governo Federal; e priorização do Guia de Serviços no ranqueamento dos principais motores de busca.

Destacaram-se ainda as ações para a regulamentação e consolidação da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), visando à disseminação e transparência de dados governamentais, permitindo o livre cruzamento, construção de aplicações e apresentação em formatos diversos para uso pelos cidadãos e pela Internet. O Portal de Dados Abertos registrou mais de 2 mil arquivos e 479 conjuntos de dados publicados, de 31 órgãos, com crescimento de 100% no ano. Entre os dados disponíveis estão: compras governamentais, convênios, execução orçamentária, plano plurianual, equipamentos públicos, Organizações da Sociedade Civil, censos escolares dos níveis básico e superior e do magistério, geologia, geodésia e vegetação do país, equipamentos públicos de atendimento ao cidadão. Também foi elaborado manual para desenvolvimento de Planos de Abertura de Dados. Foi realizada uma “maratona hacker” no Seminário Plano de Dados Abertos, estimulando o desenvolvimento de soluções.

A Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), ampliação da integração e visualização de dados georreferenciados existentes no governo, contou com 710 camadas disponíveis e 10.605 metadados liberados para acesso. Foi realizada a 2ª Jornada Acadêmica INDE, fomentando uma rede permanente de diálogo entre a comunidade acadêmica e gestores públicos. Cerca de 200 participantes debateram a proposta de uma Política Nacional de Geoinformação, impactos do marco legal e o papel da Academia e da INDE nesse cenário. Foram realizados cinco treinamentos nacionais, com média de 24 participantes por edição, e um treinamento regional em Cuiabá (MT). Prestou-se, ainda, apoio a órgãos na adesão à INDE e na elaboração do Plano Estratégico de Geoinformação do Setor Transportes (PEGEO). Em conjunto com a Central de Compras, estruturou-se licitação centralizada para aquisição de imagens de satélites, com a organização da demanda de um conjunto de órgãos.

No âmbito da identidade do Governo Federal, a Barra Brasil foi centralizada, com uma arquitetura integrada e dinâmica, configurada de modo a facilitar a inserção nos sítios dos diversos órgãos.

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Para fortalecer a capacidade institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública, especialmente daqueles considerados estratégicos para a viabilização dos resultados prioritários definidos pelo Governo, foram realizadas diversas ações, especialmente no campo do dimensionamento da força de trabalho e da reestruturação de órgãos e entidades, mediante autorizações de concursos públicos, de reposição de vacâncias, contratações temporárias, reestruturações e criações de órgãos e entidades.

A política de gestão e redimensionamento da força de trabalho busca adequar a quantidade e a qualificação dos servidores públicos às prioridades e áreas estratégicas de governo. Dentre os provimentos autorizados, destacaram-se os destinados à implementação das políticas prioritárias, nas áreas de desenvolvimento econômico, seguridade social e educação.

Com o objetivo de dotar a APF de ferramenta informatizada de gestão de pessoas apropriada às suas necessidades, encontra-se em desenvolvimento o "Projeto SIGEPE", Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal, que substituirá o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), solução atualmente utilizada por mais de 200 órgãos para produção de suas folhas de pagamento. O SIGEPE utilizará tecnologias que propiciarão a oferta de gama maior de serviços, de forma integrada, segura e 100% disponível na internet. Diferentemente do SIAPE, que foi desenvolvido com o objetivo de efetuar o processamento da geração da folha de pagamentos, o SIGEPE será um sistema completo de gestão de pessoas que abarcará todas as disciplinas da área, cobrindo o ciclo de vida funcional do servidor.

Para o desenvolvimento do SIGEPE, foi efetuado mapeamento dos processos de gestão de pessoas, a partir do desenho das funcionalidades do sistema, com tecnologia workflow, bases de dados integradas e plataforma web. Assim, mais do que um sistema que registrará a vida funcional do servidor, o SIGEPE será a ferramenta de trabalho das áreas de Recursos Humanos e o canal de relacionamento com os servidores para as ocorrências e serviços relacionados à sua vida funcional, onde os processos eletrônicos substituirão o meio "papel", o que proporcionará ganhos de produtividade, segurança e transparência aos processos de gestão de pessoas, em todos os órgãos do Executivo Federal.

O projeto SIGEPE foi estruturado em cinco etapas, de forma a proporcionar entregas modulares e constantes até sua conclusão, prevista para 2017. Em 2013 foi concluída a etapa 1 e parte da etapa 2, resultando nas seguintes entregas principais: desenvolvimento dos módulos de ações judiciais e cadastramento das consignatárias; início da migração das funcionalidades do SIAPEnet Servidor para a nova estrutura do SIGEPE; e a construção dos Portais do Servidor, de Informações Gerenciais e de Gestão de Pessoas. Foi executado, ainda, o piloto do projeto Assentamento Funcional Digital (AFD) em 20 Unidades Pagadoras (UPAG), que prevê a digitalização de pastas funcionais de servidores e permitirá a gestão automatizada desses documentos. Foi contratada a fase global, que abrangerá a digitalização das pastas funcionais das demais UPAG que não participaram da etapa piloto.

Foi desenvolvida a versão 2.0 do Módulo de Ações Judiciais, que possibilitará a integração com o Sistema SAPIENS da AGU, a fim de agilizar o provimento de informações para a defesa da União em juízo e o cumprimento de decisões judiciais. Está prevista para o 2015 a implantação do projeto piloto no Ministério da Cultura e em mais outros dois Ministérios e, a partir disso, a implantação gradativa do Módulo nos demais órgãos da APF.

Para melhorar a gestão das estruturas organizacionais do Governo Federal, inclusive propiciando maior nível de integração dos sistemas estruturantes, está em desenvolvimento o projeto do novo Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (SIORG). Foi concluída a primeira fase, que consiste na preparação do Sistema para abrigar um novo cadastro contendo as estruturas organizacionais e os cargos e funções comissionados alocados nos órgãos e entidades. O Sistema já está disponível para os órgãos e entidades elaborarem suas propostas de revisão de estrutura organizacional e para manterem seu regimento interno atualizado e oferece ferramentas que auxiliam nesse trabalho.

Com relação à gestão do desempenho e do desenvolvimento de pessoas, destacaram-se os levantamentos e discussões no âmbito do SIPEC, visando à coleta de subsídios para aperfeiçoamento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP); os estudos para avaliação do atual nível de maturidade da implementação da gestão por competências na APF; a elaboração de proposta de unificação dos ciclos de avaliação de desempenho no âmbito da APF; e a publicação do Guia de Referência Prático de Mapeamento e Avaliação de Competências e do Manual de Orientação para a Gestão do Desempenho.

Iniciou-se em 4 de fevereiro de 2013 a vigência do regime de previdência complementar dos servidores públicos federais. Para viabilizar a implementação do novo Regime de Previdência Complementar, foram realizadas as seguintes ações principais de 2012 a 2014: instituição e estruturação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (FUNPRESP-Exe); capacitação de servidores das áreas de gestão de pessoas do SIPEC; edição de orientações normativas para operacionalização do novo Regime; desenvolvimento de funcionalidades no SIAPE, Siapenet e programa gerador de arquivos de integração com o sistema da FUNPRESP, de forma a possibilitar aos servidores a adesão via internet ao novo regime; desenvolvimento de novas rotinas de cálculo automático para inclusão das contribuições na folha de pagamento; e desenvolvimento de funcionalidades no SIAPE para possibilitar a operacionalização do processo.

Relativamente à necessidade dos órgãos integrantes do SIPEC de orientação acerca da correta aplicação da legislação de pessoal, medida que garante a prevenção de litígios e minora as chances de entendimentos indevidos gerarem prejuízos ao erário, buscou-se fortalecer o arcabouço normativo em gestão de pessoas. Em 2012, foram editados 18 atos normativos, em 2013, 20 temas foram normatizados e em 2014, mais de 20 atos normativos publicados, todos considerados prioritários pelos órgãos do SIPEC. Também foi atualizada e republicada a Lei nº 8.112, de 1990, anotada.

Foram implementadas melhorias importantes na gestão da folha de pagamento de pessoal, com a obtenção de economia

substancial de recursos, merecendo destaque a automatização da elaboração e publicação do cronograma da folha de pagamento do SIAPE no SIAPENET, com controles automáticos de abertura e fechamento dos processos. Além disso, foram implementadas trilhas de auditoria nas rubricas que representam aproximadamente 80% do total das despesas com pessoal, no âmbito do SIAPE, com vistas a regularizar inconsistências em dados cadastrais e financeiros; o batimento mensal entre o SIAPE e a base de dados do Sistema de Óbitos da Previdência Social (SISOBI); e implantada uma nova sistemática de recadastramento dos aposentados, pensionistas e anistiados políticos civis da União, que facilita a vida do servidor.

Na perspectiva de consolidação e aprofundamento do processo de democratização das relações de trabalho, foram realizadas 70 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), como instrumento de tratamento de conflitos inerentes às relações de trabalho no serviço público.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar o planejamento e a gestão da força de trabalho do Poder Executivo Federal**

  Análise Situacional da Meta

  Em continuidade à política de gestão e recomposição da força de trabalho, que busca adequar a quantidade e a qualificação dos servidores públicos às prioridades e áreas estratégicas de governo, no período 2012 a 2014 foram autorizados concursos para o preenchimento de 72.297 cargos, sendo: 2012 (18.299), 2013 (41.735) e 2014 (12.263). Registra-se, ainda, nesse mesmo período, a autorização para provimento de 81.470 cargos efetivos, sendo: 2012 (17.456), 2013 (42.911) e 2014 (21.103).

  Dentre os provimentos autorizados em 2013, destacam-se os destinados à implementação de políticas prioritárias, como as de economia, seguridade social e educação. Ainda em 2013, foi realizado o provimento de 888 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais, de nível superior, com priorização dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e reforço de outros 9 órgãos, bem como foram convocados 64 novos analistas de infraestrutura distribuídos em órgãos prioritários para o PAC.

  No tocante à estruturação de carreiras, foram convocados 76 novos Analistas Técnicos de Políticas Sociais, de nível superior, com a seguinte distribuição: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (30), Ministério da Saúde (17), Ministério da Previdência Social (9), Ministério do Desenvolvimento Agrário (5), Ministério do Trabalho e Emprego (5), Ministério da Educação (4), Ministério da Justiça (4), Ministério das Cidades (1) e Secretaria de Política para as Mulheres (1), bem como foram convocados 72 novos Analistas de Infraestrutura distribuídos em órgãos prioritários para o PAC. Foram editadas três Leis e três Decretos, que beneficiaram aproximadamente 47 mil servidores ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo Federal.

  As Leis n° 12.998/14 e 13.034/14, concederam reajustes de 15,8%, parcelados em dois anos, especialmente para carreiras que não concluíram a negociação em 2012, com impacto orçamentário de R$ 578 milhões em 2014, e de R$ 959,3 milhões em 2015.

  Na linha de política inclusiva foi editada a Lei nº 12.990, de 9/6/2014, que disciplina a reserva de 20% de vagas para negros nos concursos para cargos e empregos públicos no âmbito da APF, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União, nos próximos 10 anos. A lei já está sendo aplicada nos concursos lançados mais recentemente e trará reflexos nos quadros de pessoal da Administração nos próximos anos. Com a maior aproximação entre o perfil racial de sua força de trabalho e a composição racial da sociedade, pretende-se conferir maior capacidade ao governo de produzir programas e serviços cada vez mais

alinhados ao perfil populacional, com o desenho de políticas públicas mais sintonizadas com a pluralidade racial da sociedade brasileira. Vislumbra-se, ainda, o potencial de disseminação de práticas semelhantes nos demais Poderes e esferas de governo.

Foi elaborada proposta de Decreto disciplinando a realização de concursos públicos do Poder Executivo federal, em substituição ao Decreto nº 6.944, de 21/8/2009, a qual se encontra em fase de apreciação pela Casa Civil.

No campo da atenção à saúde avançou-se na consolidação do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), com 119 Unidades implantadas no país até 2014, beneficiando cerca de 426.283 mil servidores federais (74,728% dos servidores), com a implementação do sistema Siape-Saúde.

Após a publicação do Decreto de 7/10/2013, que estabelece a forma de patrocínio da União, suas autarquias e fundações à GEAP Autogestão em Saúde para prestação de serviços de assistência à saúde para servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para os respectivos grupos familiares, o governo federal pôde proporcionar assistência à saúde a diversos beneficiários que antes não tinham acesso. Foram editados normativos de modo a orientar as áreas de gestão de pessoas e os próprios servidores, quanto às possibilidades de inscrição em um dos planos da citada operadora. Mais de 600 mil beneficiários hoje fazem uso dos planos da GEAP, dentre os quais a maioria encontra-se na faixa etária acima de 59 anos, notadamente aqueles que mais necessitam da cobertura de um plano de saúde.

- **Democratizar as relações de trabalho do âmbito da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, ocorreram 70 reuniões na Mesa Nacional de Negociação Permanente, sendo que, deste total, 35 foram realizadas com os grupos de trabalho criados por meio dos Termos de Acordo assinados entre 2012 e 2014. As negociações envolveram cerca de quinze mil servidores da Polícia Federal. Os reajustes acordados foram de 15,8%, parcelados para 2014 e 2015, para policiais federais (agentes, escrivães e papiloscopistas), que ainda não haviam sido contempladas nos anos anteriores.

Dentro da perspectiva de consolidação do processo de democratização das relações de trabalho, encontra-se em desenvolvimento o protótipo do Sistema de Relações de Trabalho no Serviço Público (SISRT) e da ferramenta de Business Intelligence (BI). As atividades estratégicas desenvolvidas e finalizadas contemplaram as seguintes áreas: Gestão do Projeto, Evolução dos módulos de Cadastramento de Entidades e Gestão do Relacionamento; Modelagem da informação e prototipação dos módulos de Cadastro de Carreiras, Tabela Remuneratória (SISRT) e BI com vistas ao desenvolvimento dos Indicadores de Relações de Trabalho.

No âmbito da Comissão Especial Interministerial (CEI), instituída pelo Decreto nº 5.115, de 24/6/2004, para revisão dos atos administrativos referentes a processos de anistia de que trata a Lei nº 8.878, de 11/05/1994, foram apresentados os seguintes resultados: 932 processos deliberados pelo pleno da Comissão; 205 processos com retorno deferido por portaria do MP; 605 notificações aos interessados cujos processos foram indeferidos; 675 respostas a pedidos de informações judiciais; 4.828 atendimentos aos interessados com processos na CEI ou a seus procuradores legalmente autorizados; 290 notificações aos interessados cujos requerimentos foram enviados intempestivamente a esta Comissão.

A Comissão Interministerial de Rondônia (CIR) deferiu o reconhecimento de vínculo de 48 servidores oriundos do ex-Território Federal de Rondônia e do Estado de Rondônia, para o quadro em extinção da Administração Federal. A CIR

foi extinta da Secretaria de Relações de Trabalho no Serviço Público pelo Decreto nº 8.365, de 24/11/2014. A partir desta data, o Departamento de Órgãos Extintos do MP supervisionará e prestará suporte técnico e operacional aos trabalhos da CIR.

Foram recepcionadas 8.612 mensagens no Portal da Ouvidoria do Servidor e, deste total, 78% obtiveram resolubilidade das demandas. A rede de ouvidores do servidor teve sua expansão voltada para os órgãos da administração federal que atuam de forma descentralizada e possuem maior capilaridade territorial. Atualmente, contam-se 169 operadores distribuídos em 90 unidades operacionais da ouvidoria do servidor no executivo federal.

- **Fomentar inovações de gestão no âmbito da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Com o objetivo de incentivar a implementação e disseminação de práticas inovadoras na gestão pública, por meio da premiação e da divulgação dessas iniciativas, foi realizado o 19º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Nesta edição, o Concurso contou com o apoio, para as premiações, das Embaixadas do Canadá, França e da Noruega. No contexto, foram divulgadas, em dezembro de 2014, as iniciativas vencedoras em ordem de inscrição. Entretanto, a classificação final só será anunciada no evento de premiação, em março de 2015.

Dentre as iniciativas apresentadas, foram vencedoras em ordem de inscrição: 1º) Aquisição de Equipamentos Médicos de Grande Porte; 2º) Inovação na Prospecção de Clientes; 3º) Veículo de Diagnóstico de Rodovias; 4º) Resolução extrajudicial de conflitos entre consumidores e operadoras de planos de saúde; 5º) Programa de Redução de Litígios e de Aperfeiçoamento da Defesa Judicial da União; 6º) InovAtiva Brasil; 7º) Serviço de Logística Reversa em Agência dos Correios; 8º) A Bolsa-Formação do Pronatec; 9º) SIACOR - Sistema de Acompanhamento de Contratos de Repasse 10º) Projeto de Integração de Dados do Programa Brasil Quilombola.

Com relação à premiação, aos três primeiros colocados, serão concedidas visitas técnicas ao Canadá, à França e à Noruega. Do quarto ao décimo lugar, serão destinadas, para cada equipe, três vagas em curso de Desenvolvimento Gerencial. Além disso, foram ofertados com cursos, assinatura da Revista do Serviço Público (RSP), publicação dos relatos em livro, certificado e Selo Inovação - a ser utilizado pelas iniciativas premiadas em seus materiais de divulgação.

- **Fortalecer a gestão por resultados e a capacidade institucional dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal**

Análise Situacional da Meta

Com vistas à melhoria da capacidade institucional de órgãos e entidades públicos, com priorização dos estratégicos, registra-se no período 2012 a 2014 a publicação de 87 decretos referentes à reestruturação de órgãos e entidades, sendo 2012 (34), 2013 (37) e 2014 (16).

No âmbito do Novo Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal (Siorg), novas funcionalidades foram desenvolvidas, como o cadastro das estruturas organizacionais e os cargos e funções comissionados, bem como a ferramenta que possibilita aos órgãos e entidades elaborarem suas propostas de revisão de estrutura organizacional e manterem atualizados seus regimentos internos. Foi dada continuidade ao desenvolvimento de funcionalidades e relatórios, bem como da geração de parcela dos Anexos que compõem o ato normativo de alteração de estruturas organizacionais. O principal produto da segunda fase do projeto, que será concluído em 2015, será a gestão do fluxo de elaboração, análise e aprovação das propostas de estruturas organizacionais e cargos e funções por meio do sistema informatizado.

No período de 2012-2014, o Projeto “Apoio aos Diálogos Setoriais Brasil” - cooperação entre a União Europeia (UE) e o Brasil, que visa ao intercâmbio de conhecimentos e experiências em áreas de interesse mútuo, apoiou 124 ações de inovação e melhoria de políticas públicas, em 23 diálogos ou áreas temáticas, como gestão de pessoas, meio ambiente, cultura, direitos humanos e agricultura, fruto da parceria entre 26 órgãos da APF brasileira e 23 instituições europeias.

- **Implementar a Política de Desenvolvimento de Pessoas**

Análise Situacional da Meta

A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) é o conjunto de orientações para organizar os processos de capacitação e desenvolvimento dos servidores da APF direta, autárquica e fundacional. A sua implementação é coordenada pelo Comitê Gestor-PNDP, com as competências de: (1) avaliar relatórios anuais dos órgãos, para verificar observação das diretrizes da PNDP; (2) orientar os órgãos da APF na definição sobre alocação de recursos para fins de capacitação de seus servidores; (3) promover a disseminação da PNDP entre os dirigentes dos órgãos, os titulares das unidades de RH, os responsáveis pela capacitação, os servidores públicos federais e suas entidades representativas. Uma das frentes para o aperfeiçoamento da política e dos instrumentos para o desenvolvimento de pessoal está relacionada à elaboração de uma proposta de revisão do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da APF direta, autárquica e fundacional.

Ressalta-se a realização de um conjunto de ações e o desenvolvimento de estudos para o aperfeiçoamento da política de desenvolvimento profissional, como o trabalho em curso de difusão de tecnologias de gestão por competências, merecendo destaque a elaboração e a publicação do “Guia de Referência Prático para Mapeamento e Avaliação de Competências”, que apresenta uma metodologia didática para a realização de diagnósticos de competências para auxiliar os órgãos na elaboração dos seus Planos Anuais de Capacitação (PACs); disseminação e discussões sobre o tema gestão por competências mediante a realização de seminários, oficinas, e encontros que abordam o tema.

O Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU) tem reuniões periódicas e agrega 16 escolas de governo de âmbito federal, do Executivo e do Legislativo. Foram capacitados cerca de 45 mil servidores públicos, sendo 35.268 em cursos a distância, assim como foram realizadas cinco reuniões do SEGU e o X Encontro das Escolas de Governo. Durante as reuniões do SEGU, discutiu-se a questão do credenciamento dos cursos de especialização das Escolas de Governo e a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), além da proposta de lei para a regulamentação das atividades das escolas de governo no Brasil. Por fim, receberam igual destaque nas reuniões do SEGU as informações e análise que compuseram a pesquisa sobre as escolas de governo, atividade fundamental tanto para o processo de credenciamento dos cursos de especialização quanto para um futuro projeto de lei para as escolas de governo.

O Encontro contou com 164 participantes ativos, representando 86 instituições e teve como objetivo incentivar trabalhos em parceria e o compartilhamento de experiências e conhecimento entre instituições de formação do servidor público, buscando melhorar a eficácia das mesmas. Abrigou 8 painéis temáticos, com 32 apresentações diferenciadas, sendo que mais de 20 escolas apresentaram suas reflexões e experiências. Os painéis se concentraram nos temas: “formação de carreiras públicas”, “educação mediada por tecnologias”, “o papel da pesquisa nas escolas de governo”, “cursos de pós-graduação nas escolas de governo”, “avaliação dos processos de capacitação”, “desenvolvimento gerencial de servidores púbicos”, “cooperação técnica internacional” e “o desafio da institucionalização das escolas de governo”.

OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Análise Situacional do Objetivo

Lançado no início de 2013, o Aplicativo PPA Mais Brasil (ppamaisbrasil.planejamento.gov.br) ganhou destaque no ano de 2014 e começou a ser utilizado para obtenção mais simplificada de informações sobre os Programas Temáticos e como uma ferramenta de gestão. O aplicativo inova ao oferecer uma interface mais amigável para a sociedade compreender e acompanhar a execução das políticas públicas refletidas no PPA.

Realizou-se uma revisão do PPA com base nas alterações promovidas pela Lei Orçamentária Anual, tendo como motivação a aderência do mesmo à dinamicidade da realidade político institucional do país. Ainda em relação ao monitoramento, foi disponibilizado na quinta edição do Fórum Interconselhos, o segundo relatório de monitoramento das agendas transversais, acessível pelo Aplicativo PPA Mais Brasil.

Destacou-se a premiação do Fórum Interconselhos pela United Nations Public Administration Network (UNSPA) com o prêmio máximo entre as melhores práticas inovadoras internacionais de participação social. A quinta edição do Fórum em 2014, caminhando para a consolidação da política de participação social como forma de governo.

O aperfeiçoamento da gestão orçamentária em 2014 transcorreu sob três vertentes: (i) a busca pela eficiência do gasto público; (ii) a comunicação dos principais instrumentos orçamentários e a inserção da variável de participação social no processo; e (iii) o apoio na articulação federativa.

Com relação à primeira vertente, importante ressaltar a realização do evento de lançamento do 3º ciclo do projeto Esplanada Sustentável, no qual haverá distinção entre as despesas que serão acompanhadas e aquelas que serão monitoradas. Doze órgãos tiveram a meta pactuada e, portanto, estão participando do monitoramento do 3º ciclo: AGU, MAPA, MinC, MD, MF, MSP, MC, MME, MDA, MP, SAE e SAC. No início de 2015, após o fechamento dos dados da execução orçamentária, será apurado o valor economizado por cada órgão. Ainda na busca pela eficiência, ocorreram duas captações de dados referentes ao acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias de 2014.

Já dentro da segunda vertente, considera-se que a reformulação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), com foco na sua finalidade de estabelecer diretrizes para o Processo Orçamentário, foi encerrada satisfatoriamente a partir dos resultados apresentados nos últimos anos, com participação popular na modernização do arcabouço jurídico de planejamento, orçamento e execução, valendo-se do portal “PARTICIPA.BR” e do SIOP.

Em termos da articulação federativa, o Governo manteve as tratativas com as áreas de planejamento e orçamento dos Estados e, por meio da instituição da Rede Nacional de Planejamento e Orçamento - ReNOP, ofertou assistência técnica para a melhoria da gestão e o aperfeiçoamento dos instrumentos tecnológicos, normativos e metodológicos estaduais. Foram realizados dois encontros da ReNOP, cujos temas foram “Sistema de Custos no Serviço Público” e “Reflexões para o novo Ciclo do PPA”.

A educação orçamentária, iniciativa que tem como finalidade principal o aprimoramento contínuo das instituições, processos e sistemas de alocação de recursos públicos, empreendeu inúmeras ações voltadas à produção, à captação e ao compartilhamento do conhecimento orçamentário. Com a missão de aprofundar a cidadania fiscal e de promover a transferência de conhecimento sobre o tema orçamentário, o Governo Federal disponibilizou 3311 vagas, distribuídas em 46 turmas entre cursos de Orçamento, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Ética e Serviço Público e Federalismo no Brasil, todos na modalidade à distância.

Com o objetivo de capacitar e qualificar servidores e gestores públicos envolvidos com as atividades próprias do ciclo de gestão de recursos públicos, no âmbito da 11ª Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas, foram ministradas cerca de 50 oficinas sobre o tema orçamentário, totalizando mais de 500 horas-aula. Como resultado dessas ações, 5.000 servidores/cursistas/acadêmicos tiveram a oportunidade de participar da geração e da difusão do conhecimento orçamentário.

Ainda como ação que contribuiu para o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos, está o aprimoramento dos mecanismos de governança corporativa das empresas estatais. A execução de melhorias processuais e institucionais possibilitou ao Governo Federal harmonizar entendimentos técnicos, facilitando e organizando os pleitos societários das estatais, assim como dar continuidade na governança corporativa das estatais, tais como, uniformização dos estatutos sociais das estatais; implementação do Programa de Remuneração Variável dos Diretores; e desenvolvimento de metodologia para criação de estatais.

Metas 2012-2015

- **Ampliar a quantidade de serviços atualmente utilizados pelos órgãos e entidades da administração pública, através da rede INFOVIA Brasília, acrescentando sessenta serviços contratados até 2015**

  Análise Situacional da Meta

  A INFOVIA Brasília é uma infraestrutura de rede ótica metropolitana de comunicações, construída para fornecer, aos órgãos do governo em Brasília, serviços de telefonia, internet, videoconferência e conexão de dados, em ambiente seguro, de alto desempenho e disponibilidade, com redução de custos.

  Foi recebida pelo Governo Federal a doação de 27 equipamentos do tipo gateway de voz do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), necessários para conectar a central telefônica do órgão participante da rede INFOVIA Brasília ao Serviço de Voz. Além da redução de gastos, esse serviço possui como principal diferencial o aumento da segurança no serviço de telecomunicações, dado que as ligações telefônicas entre os órgãos governamentais conectados trafegam exclusivamente dentro da rede INFOVIA Brasília, sem passar pela rede pública de telefonia – RPT.

  Com esses equipamentos, foi possível ampliar o atual número de centrais telefônicas conectadas ao serviço. O número de órgãos que utilizou, em 2014, o Serviço de Voz da INFOVIA Brasília permaneceu o mesmo de 2013: 30 órgãos conectados. Houve alteração no número de centrais telefônicas conectadas (ou pontos conectados), de 52 para 47 pontos, em virtude de mudanças de endereço, reestruturações nos órgãos e desconexão de alguns pontos, como nos casos do IPEA-RJ e SERPRO-Curitiba.

  Em relação ao Serviço de Videoconferência da INFOVIA Brasília, foi mantido o número de órgãos conectados: 21. Entretanto, houve redução no número de equipamentos conectados, de 112 para 110.

  A publicação da Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/2014 regulamentou o Decreto nº 8.135/2013, e definiu que os serviços de videoconferência e voz sobre IP (VoIP), deverão ser contratados das empresas públicas e sociedades de economia mista federais, pelos órgãos e entidades da União. Tem-se a expectativa que esses dispositivos normativos promoverão o aumento da demanda pelos dois serviços e crescimento do número de órgãos conectados à INFOVIA Brasília, contribuindo para o alcance da meta.

  Em relação à infraestrutura, 191 órgãos estavam conectados à rede INFOVIA Brasília, em 190 pontos, distribuídos em mais de 150 km de fibras óticas na cidade de Brasília. Nesse contexto, deve-se destacar o serviço de Internet corporativa, que é o principal serviço prestado pela INFOVIA Brasília e que hoje possui uma banda total de 4,64 Gbps. O cenário de contratação de links/circuitos de comunicação com empresas públicas ou sociedades de economia mista

do Governo Federal, concebido pelo Decreto nº 8.135/2013, e pela Portaria Interministerial MP/MC/MD nº 141/2014, traz a expectativa de crescimento do número de órgãos conectados, da expansão dos serviços de conexão ponto a ponto e de acesso à Internet, prestados no âmbito da INFOVIA Brasília.

Destaca-se a prorrogação do contrato de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Companhia Energética de Brasília (CEB), a fim de remunerar o aluguel de postes e dutos dessa empresa. Negociações com a CEB permitiram que os gastos para esse compromisso fossem reduzidos de R$ 40 mil por mês para R$ 10 mil.

Quantidade alcançada

3

Data de Referência

31/12/2013

- **Consolidar a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais**

Análise Situacional da Meta

A implantação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE) tem cumprido o seu principal objetivo de facilitar e ordenar a geração, o armazenamento, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso dos dados geoespaciais do governo. Entre inúmeras facilidades da INDE, destacam-se a integração e o compartilhamento de informações geoespaciais entre as organizações participantes.

A geoinformação é básica para a estruturação de sistemas corporativos públicos e privados, que sustentam a tomada de decisão frente a diversas temáticas (fiscal, econômica, ambiental, planejamento). Nesse contexto, destacaram-se as atividades relativas à disseminação da INDE por meio do Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação (FIGG), que congrega gestores de vários órgãos da APF, iniciando as discussões sobre a criação de uma Política Nacional de Geoinformação, que deverá definir as prioridades governamentais quanto à produção de dados geoespaciais, otimizando a aplicação de recursos e alinhando com os objetivos de governo. As diretrizes da Política foram debatidas nos eventos “4ª Reunião do Fórum Intergovernamental de Gestores de Geoinformação” e “XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia”, e estão em processo final de análise no âmbito do MP.

Atualmente, 20 entidades publicam dados espaciais e/ou metadados através das ferramentas da INDE. Cerca de 30 entidades estão em processo de adesão, apresentando estágios variados de conclusão do processo. No que se refere à agenda de treinamentos, até 2013 foram capacitados 231 servidores de 45 instituições públicas federais, seis estaduais e quatro municipais. Em 2014, foram realizados cinco treinamentos nacionais e dois treinamentos regionais, perfazendo 74 servidores públicos federais capacitados, além de 59 servidores de outros entes. Em relação à agenda de Treinamentos 2015, para os nacionais há uma primeira turma prevista para março, e o treinamento regional, para fevereiro.

Destaca-se, ainda, a capacitação de atores como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Petrobrás, Receita Federal e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com treinamento de cerca de 140 servidores. Durante o ano também foi realizado um minicurso de seis horas sobre a INDE, para os participantes do XIX Encontro da Associação Nacional das Instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística (ANIPES).

A INDE assume importante papel como fornecedora de dados e de informações geoespaciais, de forma centralizada. Ocorreu a divulgação de importantes indicadores de acompanhamento de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), uma série de macro-objetivos estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Atualmente, o projeto de implantação encontra-se no Ciclo II. Nesta fase, a meta é consolidar a adesão dos atores federais e

prosseguir com a adesão de atores dos demais níveis de governo. O MP como gestor da INDE, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), auxiliou os órgãos que aderiram a essa infraestrutura – aproximadamente 30 – na implantação das tecnologias necessárias à divulgação de seus dados e informações geoespaciais no Catálogo de Metadados, no Catálogo de Geoserviços e no Visualizador da INDE.

No aspecto da governança da rede, foi realizado 1º Encontro de Gestores dos Nós da INDE, grupo que integra a estrutura do Comitê para Implantação da INDE (CINDE), e visa debater as questões técnicas relacionadas à operacionalização dos processos internos da INDE no âmbito de cada ator e contribuir para fortalecimento de uma rede de gestores de nós.

Também merece destaque a revisão da Especificação Técnica para Estruturação de Dados Geoespaciais Vetoriais (ET-EDGV), que representa uma importante contribuição para a consolidação da INDE, pois esta norma estabelece uma modelagem básica que visa assegurar a interoperabilidade dos dados geoespaciais produzidos pela Administração Pública.

- **Construir cenários de desenvolvimento nacional para orientar a alocação estratégica no Plano Plurianual e nos Orçamentos da União**

Análise Situacional da Meta

Foram feitas análises dos Impactos do Mercado de Trabalho no Seguro Desemprego e Abono Salarial. Essas ações, vinculadas ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), são importantes rubricas orçamentárias, não só pelo significativo montante financeiro, mas também pelas influências e impactos que geram e recebem do Mercado de Trabalho.

Diante da importância das rubricas Seguro Desemprego e Abono Salarial, a identificação e avaliação da dinâmica dessas variáveis e das influências que recebem do mercado de trabalho mostra-se essencial para o acompanhamento dos gastos a elas relacionados.

O indicador aplicado para esta meta e sua fórmula de cálculo refletiu o resultado esperado. É um indicador processual e refletiu o bom andamento e conclusão do processo. Por se tratar de um processo, o seu acompanhamento poderia se dar por outras formas além da verificação do realizado acumulado, como, por exemplo, com a comparação do desempenho verificado com aquele esperado. Contudo, não haveria ganho significativo no acompanhamento do processo.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

10/12/2014

- **Desenvolver conhecimentos específicos, na área de gestão de despesas, voltados para a melhoria da qualidade do gasto**

Análise Situacional da Meta

Foi realizado o lançamento do 3º ciclo do Projeto Esplanada Sustentável – PES, onde haverá distinção entre as despesas que serão acompanhadas e as que serão monitoradas.

Quanto às “Despesas Monitoradas”: (i) os órgãos poderão escolher esses tipos de despesas, sendo Energia Elétrica e Água e Esgoto obrigatórias; (ii) suas metas serão pactuadas; (iii) a premiação é financeira e seu montante será em virtude da economia de gastos obtida.

Quanto às “Despesas Acompanhadas”: (i) serão as de Telefonia; Vigilância; Limpeza e Conservação; Material de Consumo; Locações de Imóveis e Veículos; Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; Serviços de Processamento de Dados; e Manutenção de Bens Imóveis; (ii) não haverá pactuação de metas e premiações financeiras.

Para ambas as despesas, poderá haver premiação não financeira aos órgãos/entidades que implementarem práticas de eficiência que possam ser adotadas por outros órgãos/entidades.

Também foram apresentados os resultados do 2º ciclo do Projeto, que contou com a participação de 33 órgãos do Poder Executivo e 2 do Poder Judiciário. Destes, 35 órgãos participantes, 8 apresentaram economia global de recursos em 2013 em relação ao ano de 2012. O critério estabelecido para a premiação apurou a economia global de recursos de cada órgão nas despesas pactuadas. Sendo assim, os órgãos que apresentaram economia global, sem o atingimento da meta, serão contemplados com 5% da economia obtida e aqueles que alcançaram a meta pactuada serão contemplados com 10% da referida economia totalizando uma premiação de R$15,9 milhões no 2º ciclo do PES.

Para o recebimento da premiação, que ocorre via ampliação de limite de movimentação e empenho, os órgãos contemplados devem encaminhar ao MP, justificativa circunstanciada acerca da destinação dos recursos abrangendo a totalidade dos recursos disponibilizados e contemplando ações de melhoria da gestão das despesas administrativas tratadas no PES, preferencialmente com foco em água, esgoto e energia elétrica, contendo no mínimo o objeto da aplicação, justificativa e valor. Dos 8 órgãos contemplados, três já apresentaram a referida justificativa com vistas a concretização da ampliação de limite.

Após o lançamento de 3º ciclo, 12 órgãos tiveram a meta pactuada e estão, portanto, participando do monitoramento do 3º ciclo: AGU, MAPA, MinC, MD, MF, MSP, MC, MME, MDA, MP, SAE e SAC. No início de 2015, após o fechamento dos dados da execução orçamentária, será apurado o valor economizado por cada órgão.

Com o objetivo de difundir entre, os órgãos participantes, iniciativas de sucesso na gestão de recursos públicos, foi realizado o 1º Diálogo do PES deste ano. Na ocasião foram apresentadas boas práticas de gestão relacionadas à eficiência energética. Devido à alteração na metodologia do projeto ocorrida no 3º ciclo as metas passaram a ser não quantificáveis.

- **Modernizar o arcabouço jurídico na área de planejamento, orçamento e execução**

Análise Situacional da Meta

As melhorias do PLDO fazem parte do processo natural das atribuições institucionais do Governo Federal. Ao longo dos últimos anos houve êxito na exclusão de dispositivos que não deveriam constar na PLDO, como os que tratavam de custos, redundantes com a Lei de Acesso à Informação ou que a matéria deveria ser disciplinada em outros normativos infralegais, como o Decreto nº 6.170/2007 (transferências voluntárias e setor privado).

Destaca-se em 2014 o processo participativo para a elaboração do PLDO e PLOA, que utilizou o portal “PARTICIPA.BR”. Especialmente no que diz respeito ao PLDO 2015, foi desenvolvida ferramenta no SIOP que permite o encaminhamento de sugestões de alterações e para as propostas que não foram acatadas, ficando registrado o motivo da rejeição.

Considera-se que este Projeto foi encerrado a partir dos resultados apresentados nos últimos anos, ampliando a participação popular na modernização do arcabouço jurídico de planejamento, orçamento e execução.

Quantidade alcançada

100

Data de Referência

30/04/2014

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas, em 2013, várias ações para o acompanhamento consistente das demandas dos entes federados em ministérios e entidades governamentais. São exemplos as nove reuniões do Sistema de Assessoramento Federativo (SASF), que trataram dos mais diversos assuntos, como a preparação do Governo Federal para a recepção dos novos prefeitos, o apoio a realização dos encontros estaduais, a XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, Programa Mais Médicos etc.

A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República é coordenadora do CAF, Comitê de Articulação Federativa, instância de diálogo entre União e os municípios brasileiros.

O CAF se constitui em um espaço democrático, participativo e de construção de consensos, contando com a participação de 18 representantes das três entidades nacionais de representação dos municípios brasileiros, a Associação Brasileira de Municípios – ABM-, a Frente Nacional de Prefeitos, - FNP- e a Confederação Nacional dos Municípios – CNM- além de representantes de dezoito órgãos federais afetos mais diretamente às questões que envolvem os municípios.

O Plano Brasil Sem Miséria é outro exemplo de ações estratégicas articuladas de maneira interfederativa, pois mobiliza a estrutura do Governo Federal, dos Estados e Municípios reconhecendo as características do federalismo brasileiro. Seus eixos e suas metas só podem ser plenamente alcançados por meio de um esforço conjunto e articulado de toda a Federação, com execução de ações intersetoriais que visem a superação da extrema pobreza no Brasil.

Partindo de uma estratégia de pactuação que se inicia pelas Regiões brasileiras, o Brasil Sem Miséria celebrou Pactos Regionais com objetivo de firmar o compromisso entre a União e os 27 Governadores da Federação, tendo a interveniência dos Presidentes das Associações Municipalistas em cada Estado. Os Pactos expressam compromissos públicos e republicanos que estabelecem as competências e responsabilidades de cada ente na execução das ações propostas pelo Plano, promovendo sua implementação de forma coordenada nos eixos de Garantia de Renda, Inclusão Produtiva e Acesso a Serviços. Já foram realizados compromissos em todas as unidades da Federação.

Após décadas sem investimentos em infraestrutura, o Brasil retomou o planejamento em setores estratégicos, está elevando a competitividade do país e melhorando a qualidade de vida do brasileiro. Articulado de forma republicana envolvendo os três níveis de governo o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) se consolida como uma das forças propulsoras do desenvolvimento do País. Ao investir em áreas estratégicas, como infraestrutura e logística, o Governo Federal gera emprego, mantém o mercado interno aquecido e eleva a competitividade do Brasil.

Desde o início do PAC, o investimento público cresceu quatro vezes mais do que o Produto Interno Bruto (PIB) – 111% em termos reais. Com isso, a participação do investimento público no PIB aumentou 56%. A geração de emprego é outro efeito do Programa. No setor de obras de infraestrutura, o emprego formal aumentou 7,9% ao ano em média, entre 2011 e abril de 2013.

Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. As ações do PAC 2 concluídas até abril de 2013 já chegam a 54,9% daquelas previstas para serem concluídas até 2014.

Em 2013, relativamente ao Programa Territórios da Cidadania, que visa à promoção do desenvolvimento rural

sustentável, foi consolidada a matriz de ações ofertadas pelo Governo Federal disponível no site: www.territoriosdacidadania.gov.br, e aos Comitês de Articulação Estaduais (CAE) caberá coordenar a consulta e consolidação da matriz estadual e o posterior monitoramento da sua execução. No esforço de potencialização do programa o governo federal está repactuando com os governos dos estados a rearticulação dos comitês estaduais. Além disso, o Governo Federal colocou em consulta pública no mês de julho dois importantes debates para garantir a Participação Social como ingrediente essencial da gestão pública, a Política Nacional de Participação Social e o Compromisso Nacional pela Participação Social. O Compromisso Nacional pela Participação Social é um documento que reflete os debates estabelecidos entre o Governo Federal, Estados, Municípios e o Distrito Federal sobre a necessidade de reconhecer a participação social como estratégia para a democratização das decisões sobre políticas públicas.

Metas 2012-2015

- **Aperfeiçoar os mecanismos de diálogo, articulação e de cooperação federativa**

  Análise Situacional da Meta

  Entre os dias 28 e 30 de janeiro, o Governo Federal realizou em Brasília (DF), o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas - O evento reuniu gestores municipais de todo o país – novos e reeleitos – para estabelecer parcerias com o objetivo de promover o crescimento econômico do país com inclusão social, equilíbrio ambiental e participação cidadã.

  Para apoiar os gestores municipais a atingir esse objetivo, foram apresentados os principais programas federais, compreendidos nos eixos Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Ambiental e Urbano e Participação Social e Cidadania. Cada temática destacou as políticas dos Ministérios e órgãos federais voltadas para o respectivo tema.

  Programas prioritários do Governo Federal, executados em parceria com os governos municipais, como o Brasil sem Miséria, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos e de Saneamento, entre outros, compuseram a programação principal do evento.

  Também foram apresentadas boas práticas de municípios e consórcios intermunicipais e oferecidas oficinas técnicas sobre o sistema de convênios e contratos de repasse, bem como de outros instrumentos de modernização administrativa. Os participantes receberam publicações exclusivas com orientações voltadas para o início dos mandatos e os programas federais que podem ser acessados pelas prefeituras.

  Como parte da estratégia de apoio aos municípios o Governo Federal, em parceria com governos estaduais e associações de municípios, vem promovendo um ciclo de Encontros Estaduais com Novos Prefeitos e Prefeitas. Em 2013, foram realizados os encontros estaduais em todos os estados, com o objetivo auxiliar os novos gestores no primeiro ano de mandato, apoiando a execução dos programas federais, bem como apresentando oportunidades de financiamento para os projetos municipais.

  A programação principal nos estados abrange os seguintes eixos: saúde e educação, instrumentos de planejamento e apoio à gestão local, programas sociais, infraestrutura e participação social. Para cada estado é organizada uma programação alinhada às necessidades regionais. Os participantes também contam com oficinas de capacitação técnica e salas de atendimento individualizado por município.

  Com o objetivo de ampliar os espaços de cooperação e coordenação dos órgãos federais nos estados, por ocasião da realização dos encontros estaduais de prefeitos, estão sendo organizados os fóruns estaduais de gestores federais, que reúnem os dirigentes dos órgãos federais nos estados os quais definem sua coordenação e seu calendário de atividades.

  Ainda no campo do aprimoramento das relações federativas foram executadas ações em duas frentes principais: a primeira envolve a definição de agenda comum de melhoria, fortalecimento e inovação da gestão pública, entre União e Estados da Federação, com o estabelecimento de diretrizes, estratégias e prioridades, de forma a promover a colaboração institucional intra e intergovenamental, concentrar esforços, evitar pulverização de investimentos e conceder maior visibilidade aos resultados obtidos. O objetivo é pactuar um compromisso político que atualize e

aprofunde a pauta da “Carta de Brasília”, com definição de diretrizes, estratégias e prioridades de ações comuns.

Trata-se de uma iniciativa que envolve o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD) e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (CONSEPLAN), com o apoio do BID. Neste sentido foi elaborada conjuntamente uma proposta de Agenda Comum de Gestão União-Estados.

A segunda frente consiste na preparação das linhas de ação para o Programa Pró-cidadão – Programa Nacional de Fortalecimento do Planejamento e Gestão Pública dos Estados Brasileiros, ora em processo de negociação direta entre o BID e os estados. O projeto financiará a realização de oficinas de debate entre representantes do Governo Federal e dos governos estaduais, sobre temas de interesse mútuo. O Pró-cidadão sucederá ao programa Pnage, que representa um importante marco de atuação conjunta dos estados com o BID.

- **Capacitar agentes públicos municipais, estaduais e federais**

Análise Situacional da Meta

Foram desenvolvidas atividades de capacitação dos agentes públicos, como exemplo, a oferta, no âmbito do Programa de Apoio à Elaboração e Implementação de PPAs Municipais, de dois módulos presenciais, para treinar multiplicadores estaduais e de associação de municípios para a elaboração de PPAs e confecção de projetos. Foram formados agentes multiplicadores oriundos de 15 estados da Federação e 309 municípios.

No que se refere à capacitação em temas orçamentários e controle social, foram treinados 3.400 alunos por meio da Escola Virtual da Secretaria de Orçamento Federal - SOF, além da interação com mais de 9.990 participantes em sua nova plataforma na Internet. Ademais, no intuito de dar continuidade à promoção da articulação federativa, foi ofertada assistência técnica para a melhoria da gestão e o aperfeiçoamento dos instrumentos tecnológicos, normativos e metodológicos estaduais, por meio da Rede Nacional de Planejamento e Orçamento (ReNOP).

Em apoio aos estados e municípios no planejamento de ações para ordenamento e utilização sustentável dos espaços de orla sob domínio da União, por meio da promoção de ampla articulação entre os três níveis de governo e a sociedade civil, foram realizadas oficinas de elaboração do Plano de Gestão Integrada da Orla (PGI) nos municípios de Itarema/CE, Aracati/CE, Paracuru/CE e Baía da Traição/PB, audiências públicas nos municípios de Fundão/ES, Corumbá/Ladário/MS e reuniões de sensibilização nos municípios de Porto Velho, Florianópolis/SC e Guajará-Mirim/RO, Marcação/PB, reunião para discutir a revisão dos PGIs de Itajaí e Porto Belo/SC, Lucena/PB, Conde/PB e Pitimbu/PB.

Ainda como atividade de capacitação dos agentes públicos municipais, estaduais e federais, destacou-se a realização, no âmbito da Rede Nacional de Escolas de Governo, que tem como objetivo aumentar a eficácia das instituições que trabalham com formação e aperfeiçoamento profissional dos servidores públicos dos três níveis de governo, de seis reuniões do Sistema de Escolas de Governo (SEGU) para discussão de temas de interesse comum. Adicionalmente, foram ofertados cursos presenciais e a distância, nacionais ou em parceria com instituições estrangeiras, fortalecendo esse grupo de instituições como Escolas de Governo, que visam à implementação das políticas públicas e à disseminação do conhecimento para o aperfeiçoamento da gestão pública, orientada à melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos.

- **Implementar e consolidar instâncias de diálogo federativo**

Análise Situacional da Meta

Um dos objetivos estabelecidos no âmbito das relações federativas do Governo Federal é promover uma repactuação do País que viabilize um desenvolvimento capaz de superar a extrema pobreza e de reduzir as desigualdades sociais e regionais. Na busca de dar objetividade a esses desafios, fortalecendo o diálogo, visando o aprimoramento dos mecanismos de articulação e cooperação federativa para a melhoria da gestão das políticas públicas no território a estratégia em curso privilegia:

- estruturação de uma rede de assistência técnica aos municípios com a articulação dos estados e a participação das associações de municípios;
- implementação da Agenda de Compromisso com os ODM, objetivos do milênio;
- apoio a formação dos consórcios,
- aprofundamento dos trabalhos do GT de desburocratização,
- elaboração e implementação do Pacto pela Mobilidade Urbana;
- instalação do grupo de trabalho para a estruturação do repositório nacional da nota fiscal eletrônica;
- avançar na pactuação da agenda federativa de gestão com os estados e o BID;
- implementação da agenda federativa de apoio a gestão pública;
- difusão da Política Nacional de Participação Social e do Compromisso Nacional pela Participação Social.

Durante o Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas foi lançada a Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) Governo Federal e Municípios 2013-2016, que visa oferecer aos novos prefeitos um instrumento de monitoramento do impacto das políticas públicas, objetivando o fortalecimento de uma gestão de resultados, baseada em metas e indicadores dos principais programas do Governo Federal.

Essa Agenda estimulará o prefeito que a adotar como ferramenta a qualificar sua gestão e a garantir transparência nas ações realizadas, além de permitir o processo de reconhecimento dos gestores empenhados na obtenção de bons resultados e contribuir para que a gestão pública de todo o País alcance níveis de excelência.

A desburocratização do processo de transferências voluntárias, uma das principais agendas do Comitê de Articulação Federativa - CAF desde 2012, ficou a cargo do Grupo de Trabalho Interfederativo, que passou a ter caráter permanente, para o acompanhamento das medidas de desburocratização dos convênios, dos contratos de repasse e dos termos de cooperação celebrados pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal com órgãos ou entidades públicas para a execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros federais.

Além deste, estão em andamento o Grupo de Trabalho Interfederativo para desenvolver proposta para estruturação do Repositório Nacional da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e o Grupo de Trabalho para recomendar conjunto de medidas referentes ao Pacto pela Mobilidade Urbana, visando ao barateamento da tarifa e à melhoria da qualidade e ao controle social dos serviços de transporte público coletivo.

Outro destaque em 2013 foi a participação do Governo Federal na XVI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, organizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). A marcha, realizada no mês de julho, reuniu prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e secretários municipais, com o objetivo de debater os desafios administrativos, financeiros e sociais das suas localidades.

A Presidente Dilma anunciou na marcha, dentre outras importantes iniciativas, que os municípios receberão apoio financeiro do Governo Federal no valor de R$ 3 bilhões. O recurso será transferido em duas partes iguais, uma cuja transferência foi realizada em setembro de 2013 e outra em abril de 2014, de acordo com os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

- **Modernizar a gestão municipal por intermédio da implantação de sistema de gestão integrada, oferecendo soluções tecnológicas disponiveis no portal do software público (4CMBr)**

Análise Situacional da Meta

A melhoria da gestão dos municípios brasileiros é um desafio de múltiplas facetas, dentre elas podemos destacar a necessidade da disponibilização de um sistema integrado de gestão. Um sistema composto pelos módulos administrativo, tributário, recursos humanos, patrimonial, financeiro e transparência.

O Portal do software público (www.softwarepublico.gov.br/) dispõe do e-Cidades e está em processo de recepcionar o software URBEN, desenvolvido pela Confederação Nacional dos Municípios. Estas duas soluções foram desenvolvidas para a realidade dos municípios. Um importante desafio é oferecer uma ferramenta de forma a garantir sua continuidade e evolução, adaptando-a a diversidade legal dos municípios

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Órgão Responsável: Presidência da República

Análise Situacional do Objetivo

O ano de 2014 registrou importantes avanços no cumprimento das metas do Objetivo 0609Iniciativas como o Fórum Interconselhos – experiência reconhecida internacionalmente como passo importante para a participação social na gestão pública -, a publicação do Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, o crescimento e fortalecimento de ferramentas digitais como o Participa.br e o Participatório, o lançamento da Biblioteca Digital da Participação Social, são alguns dos exemplos que contribuem para a institucionalização da participação social como método de governar.

Destaca-se, também, a aprovação e sanção da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece um novo regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público.

Finalmente, a sistematização e institucionalização do sistema de recebimento e resposta às demandas dos movimentos sociais, a realização do debate i na Arena NetMundial e a articulação para dar maior visibilidade às conferências foram marcos importantes, que traçam um caminho de avanços na institucionalização da política de participação social.

Avalia-se, dessa forma, que o objetivo 0609 está sendo adequadamente cumprido, tendo obtido importantes resultados em 2014 e com perspectivas de pleno cumprimento em 2015.

Metas 2012-2015

- **Assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos Atos Oficiais**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, houve crescimento significativo na meta física prevista de 23 % em relação à meta realizada. A meta alcançada em 2014 foi de 492.014 páginas editoradas, propiciando, assim assegurar que a sociedade tenha conhecimento dos Atos Oficias publicados nos Diário Oficiai da União.

  No ano de 2014, foram publicadas 871.694 matérias no Diário Oficial da União e 39.043 no e-DFJ1, totalizando 910.737 matérias publicadas.

- **Aumentar a efetividade da participação da sociedade civil em espaços institucionalizados de participação social**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014, foi implementado e aperfeiçoado um conjunto de mecanismos que contribuíram para o cumprimento desta meta, como o Portal Participa.br, o Fórum Interconselhos (em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o projeto Webcidadania Xingu, o Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas, a Mesa de Monitoramento das Demandas Sociais e várias mesas de diálogo, compromissos nacionais, consultas e audiências públicas. Neste sentido, destaca-se também a

publicação do Decreto 8.243/2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, consolidando um conjunto de esforços para aumentar a participação da sociedade junto ao governo federal.

Destaca-se, ainda, a agenda do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil que, em maio, gerou o Decreto 8.242/14 e o Decreto 8.244/14, que tratam respectivamente da regulamentação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e das parcerias com as Organizações da Sociedade Civil e o Governo Federal que têm repasse de recursos públicos, aperfeiçoando o ambiente jurídico e institucional relacionado ao tema no âmbito do Poder Executivo federal. No dia 2 de julho, foi aprovada no Congresso Nacional a Lei 13.019/2014, que estabelece um novo regime jurídico das parcerias voluntárias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público. Com o objetivo de proporcionar segurança jurídica, transparência na aplicação dos recursos e efetividade nas parcerias com as OSC, foi cumprido o objetivo principal do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 7.568, de 16 de setembro de 2011, sob coordenação da Secretaria-Geral, composto por representantes titulares e suplentes de sete órgãos do Governo Federal e de 14 organizações nacionais da sociedade civil, indicados pela Plataforma por um Novo Marco Regulatório das OSCs, que representa mais de 50 mil organizações. Apresentam-se, agora, os desafios de regulamentação e implementação da nova lei.

- **Aumentar a efetividade no atendimento às demandas de pautas nacionais**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, houve continuidade no recebimento das pautas dos Movimentos Sociais e das Mesas de Diálogos, sistematizadas eencaminhadas para resposta dos órgãos envolvidos. Assim, estruturou-se o trâmite das demandas interministérios, gerando os Cadernos de Respostas aos movimentos sociais. Em agosto de 2014, o sistema registrava 2.433 demandas dos movimentos populares urbanos e do campo e floresta, relativas a 30 entidades da sociedade civil, organizadas em 72 temas de políticas públicas. Foram identificados mais de 230 programas (que agregam várias ações) de governo atinentes às demandas apresentadas. Os cadernos apresentam a evolução dos recursos , o número de beneficiários, ampliação ou criação de novas políticas públicas e arranjos institucionais, eaumento na oferta de serviços, entre outros avanços

Foram realizados, ainda, os Seminários “Diálogos Governo-Sociedade Civil Copa 2014”, nos meses de abril e maio de 2014, nas doze cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, contando com a participação de 3.101 pessoas inscritas e 808 instituições representadas. Na ocasião, foram debatidas diversas políticas para o desenvolvimento do país, como saúde, educação, mobilidade urbana, além de demandas objetivas da sociedade nas áreas de moradia, segurança, direitos humanos e participação, entre outros.

Ademais, dando sequência aos trabalhos realizados desde 2011, foi realizada nova edição do evento “Diálogos Governo – Sociedade Civil: Brasil Sem Miséria”. Em sua 5ª edição, realizada no segundo semestre de 2014, estiveram em pauta os resultados do plano de superação da extrema pobreza e os desafios e perspectivas até o fim do ano.

Foi instituída a Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, composta por representantes da SG/PR, Ministério das Cidades, Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com objetivo de construir soluções pacíficas para conflitos urbanos que envolvam famílias de baixa renda e grupos sociais vulneráveis, que envolvam a garantir a gestão democrática da cidade e assegurar o direito à moradia digna e adequada, o acesso à terra urbanizada regularizada e a promoção dos direitos humanos.

O Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Indústria da Construção, resultado de diálogo tripartite entre Governo, empresas e trabalhadores, foi fortalecido pela adesão de mais empresas, totalizando, ao fim do ano, 25 empresas, que abrangiam 49 obras da construção civil e pesada e beneficiando aproximadamente 152.000 trabalhadores.

- **Capacitar servidores públicos sobre temas relacionados ao acesso a informações públicas**

Análise Situacional da Meta

As atividades voltadas à orientação e capacitação de gestores públicos sobre temas relacionados ao acesso a informações públicas têm tido uma atuação intensa por parte do Governo Federal.

Por meio do programa Brasil Transparente, são realizados eventos de capacitação de gestores públicos, presenciais e à distância, além da distribuição de materiais técnicos e de orientação sobre a implementação da LAI e de portais de transparência nos estados e municípios. Desde a criação do programa, em 2013, até abril de 2015, as ações do programa Brasil Transparente já alcançaram, por meio de capacitações presenciais, 930 municípios e aproximadamente 9.000 servidores estaduais e municipais. Na modalidade à distância, cerca de 15.000 pessoas, entre cidadãos e servidores públicos, obtiveram certificado de conclusão do curso sobre a Lei de Acesso à Informação.

Ademais, foram realizados dois encontros da RedeSIC em 2014, com o objetivo de capacitar os servidores envolvidos nos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) do Poder Executivo Federal. O "1º Encontro de RedeSIC do Executivo Federal" reuniu autoridades de monitoramento da Lei de Acesso à Informação e servidores dos SICs dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Cerca de 250 pessoas participaram do evento. Em novembro de 2014, aconteceu o "2º Encontro de RedeSIC do Executivo Federal", que reuniu cerca de 122 participantes.

- **Criar e aprimorar serviços de informação ao cidadão em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal**

Análise Situacional da Meta

Como estratégia de aprimoramento dos serviços de informação ao cidadão, foi desenvolvido o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), que centraliza todos os pedidos de informação e seus respectivos recursos no âmbito do Governo Federal, tendo se tornado peça fundamental para o exercício do direito de acesso à informação no país. O e-SIC conta com 304 Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) do Poder Executivo Federal cadastrados no sistema.

O e-SIC passa por uma contínua evolução, com intuito tanto de melhorar a sua usabilidade quanto de proporcionar maior grau de transparência às informações públicas. Dentre as melhorias no sistema, destaca-se o lançamento de novo layout; a disponibilização dos dados para download em formato aberto; links para os relatórios públicos dentro do sistema; disponibilização do relatório da pesquisa de satisfação dos usuários; melhorias no mecanismo de busca; e a possibilidade de cadastro no e-SIC de solicitantes que não possuem CPF, permitindo o acesso especialmente de usuários estrangeiros.

Com o objetivo de apoiar órgãos e entidades no cumprimento da LAI e do Decreto 7.724/2012, em maio de 2014, foi lançada a RedeSIC, espaço destinado ao diálogo, à cooperação e ao intercâmbio de conhecimentos e experiências entre os SICs do Poder Executivo Federal. Os dois encontros presenciais da Rede, realizados em maio e novembro de 2014, reuniram cerca de 400 participantes, entre autoridades de monitoramento da LAI e gestores dos SICs de mais de 140 órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Os órgãos e entidades contam também com o Fórum da RedeSIC, espaço virtual definido como canal oficial de comunicação, por meio do qual os usuários da Rede podem propor temas para debate, divulgar boas-práticas relacionadas à implementação da LAI e compartilhar documentos e informações de interesse geral (www.lai.gov.br/ forumredesic).

- **Criar e potencializar novas formas, linguagens e instrumentos de participação social**

Análise Situacional da Meta

O portal Participa.br teve grande atividade em 2014. A sanção da lei do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014) envolveu um intenso trabalho de mobilização e acompanhamento. De 22 a 24 de abril de 2014, foi realizada a Arena Net Mundial, no Centro Cultural São Paulo, na capital do estado de São Paulo, para debater os rumos da internet no Brasil e no mundo. O evento foi precedido da consulta pública "que internet você quer?", que coletou cerca de 300 propostas para a discussão da governança da rede mundial. Foi desenvolvida proposta para a consulta pública de regulamentação do Marco Civil da Internet, que será realizada em parceria com o Ministério da Justiça.

O Concurso Webcidadania Xingu foi concluído e várias iniciativas estão sendo elaboradas para que a experiência possa

ser disseminada como tecnologia social. O Seminário de Comunicação Comunitária foi realizado, de 5 a 7 de junho, em Altamira. O encontro reuniu especialistas (membros de rádios-comunitárias, blogueiros, integrantes de mídia livre ou pessoas que trabalham com comunicação comunitária) do governo e da sociedade civil para debater diversos temas ligados à participação social e o papel da comunicação para as populações locais. Os participantes tiveram oportunidade de trocar experiências sobre temas relacionados à comunicação comunitária e às mídias livres na Amazônia e tirar suas dúvidas sobre articulação em rede e formação nesta área, tanto em relação à infraestrutura quanto à inovação e tecnologia, o que fortaleceu as iniciativas inovadoras de comunicação na região.

Em 2014, foi desenvolvido também o projeto da Biblioteca Digital da Participação Social (biblioteca.participa.br), repositório digital de documentação produzida pelas instâncias e mecanismos de participação social, pelo Governo, por centros de pesquisa e pelos próprios movimentos sociais e entidades da sociedade civil. A iniciativa contribui para organizar, disponibilizar e preservar documentos e publicações produzidas pelas diversas instâncias, com promoção de maior transparência e acesso à informação.

- **Criar proposta de Sistema Nacional de Participação Social**

  Análise Situacional da Meta

  O Decreto instituindo a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social foi assinado no dia 23 de maio de 2014, no encerramento do evento Arena da Participação Social.

  O Compromisso Nacional pela Participação, que já conta com a adesão de 12 Estados e 37 Municípios, é uma importante ferramenta de fortalecimento e articulação das ações de participação social. Ao aderir ao compromisso, esses entes elaboram seus respectivos Planos de Ação.

- **Fortalecer os Conselhos de Políticas Públicas**

  Análise Situacional da Meta

  As relações com Secretários-Executivos e Coordenadores-Gerais de Conselhos e Comissões Nacionais foram reforçadas com a realização da Reunião de trabalho (Extraordinária) de Secretários-Executivos e Coordenadores-Gerais de Conselhos e Comissões Nacionais para a apresentação e implementação da Política Nacional de Participação Social, em 10 de junho de 2014. Além disso, foi iniciada uma sequência de visitas aos Conselhos e Comissões Nacionais, durante suas reuniões ordinárias, para tratar do tema junto às suas composições plenárias.

  A edição da Política Nacional de Participação Social, por meio do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, consolidou um conjunto de diretrizes voltadas ao fortalecimento dos Conselhos e Comissões Nacionais, que vinham sendo discutidas até então. Os órgãos colegiados receberam um conjunto de documentos, elaborados pela Secretaria-Geral da Presidência da República, com orientações sobre o conteúdo da Política e informações sobre as dúvidas mais frequentes, para que conselhos e comissões nacionais pudessem tratar o tema junto a conselheiros e conselheiras.

- **Incorporar mecanismos de participação social à metodologia de monitoramento do Plano Plurianual**

  Análise Situacional da Meta

  O monitoramento do Plano Plurianual foi feito de forma participativa por meio do Fórum Interconselhos e dos relatórios de monitoramento das Agendas Transversais. São nove agendas, que retratam os objetivos e metas do PPA para segmentos específicos da população. No Fórum, a execução do Plano em relação a cada uma das Agendas foi apresentada e submetida à crítica da sociedade, que traz, pelos conselhos, propostas e contribuições para o relatório seguinte, de forma cíclica.

  Também houve avanços na incorporação da participação social na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Pelo segundo ano consecutivo, a sociedade pode apresentar contribuições na forma de emendas ao texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que foram analisadas e respondidas individualmente. Também

foi realizada uma Audiência Pública, em 4 de junho, para conhecer as ferramentas de monitoramento do orçamento federal e apresentar propostas, que foram encaminhadas aos órgãos responsáveis como subsídios para a elaboração das suas propostas orçamentárias.

A iniciativa do Fórum Interconselhos conquistou, em 2014, o primeiro lugar no United Nations Public Service Awards, a maior e mais importante premiação do mundo na área de gestão pública. O Fórum foi agraciado com a distinção máxima na categoria Fostering Participation in Public Policy-Making Decisions. A entrega do prêmio ocorreu na cidade de Goyang, Coreia do Sul, do dia 23 a 26 de junho de 2014, durante o United Nations Public Service Forum, encontro de especialistas em gestão pública que teve como tema “Innovating governance for sustainable development and well-being of the people”.

- **Interagir com a sociedade civil e estimular o uso de dados públicos**

Análise Situacional da Meta

Destacam-se as ações para a regulamentação e disponibilização da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA), que visa à disseminação e transparência de dados governamentais, permitindo o livre cruzamento, construção de aplicações e apresentação em formatos diversos para uso pelos cidadãos e pela Internet. Merece destaque, também, o lançamento de Portal de Dados Públicos (dados.gov.br); a regulamentação da INDA; a publicação dos dados do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), do Comprasnet, do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); a realização de compromissos do Brasil no Acordo para Governo Aberto (Open Government Partnership); e a divulgação de aplicações desenvolvidas com uso de dados abertos e apoio aos órgãos na realização de concursos de aplicativos.

No âmbito do Gabinete Digital, plataforma fornecida pelo Estado para fortalecer a relação entre governo, servidores e sociedade, foram incluídos conjuntos de dados referentes às localizações de Agências da Previdência Social, de Postos de atendimento do MTE, de escolas e de Unidades Básicas de Saúde.

Ainda, destacam-se as atividades relativas à disseminação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), por meio da realização da I jornada INDE/Academia, que possibilitou a constituição de uma rede de discussão entre órgãos públicos e sociedade sobre a Geoinformação, que permitirá a participação desse segmento na formulação e acompanhamento das políticas públicas relacionadas ao tema e a utilização dos dados públicos disponibilizados na plataforma.

- **Reestruturar o Portal da Transparência do Governo Federal**

Análise Situacional da Meta

O processo de reestruturação do Portal da Transparência do Governo Federal está em desenvolvimento. Já está em produção o Data Warehouse (DW), que agregará as bases de dados e possibilitará cruzamentos, agregações e novas formas de se visualizar as informações do Portal da Transparência.

Os primeiros protótipos do Novo Portal devem ser concluídos até novembro de 2015. A partir de então, serão realizados diversos testes de acesso com representantes da sociedade civil (cidadãos, conselheiros, membros de ONGs, jornalistas e usuários de dados abertos) para ajustes e aperfeiçoamentos. A construção do DW deve ser concluída em abril de 2016. A partir de então, intensificam-se os processos de programação e desenvolvimento, para que o Portal da Transparência reestruturado seja publicado em agosto de 2016.

OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas,

por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Advocacia-Geral da União

Análise Situacional do Objetivo

A Consultoria-Geral da União - CGU tem desenvolvido diversos esforços, desde a sua instituição, para a formação de uma base de dados, contendo a produção jurídica, havendo desenvolvido o Sistema Notapar, que continha o acervo jurídico apenas do Órgão Central. Em seguida, o controle da produção passou a ser mais amplo, com a instituição, em conjunto com a Procuradoria-Geral Federal (PGF), para a consignação de todas as manifestações do Órgão Central e dos Órgãos de Execução no Sistema Consultoria (Siscon). No ano de 2014, houve a capacitação e o preparo dos sessenta e dois Órgãos Consultivos, vinculados à Consultoria-Geral da União, para a utilização do Sistema Sapiens, que implica a completa alteração do fluxo de trabalho consultivo, convertido na via digital.

Ademais, há outras iniciativas para a satisfação do Objetivo, tais como a realização de pesquisa de satisfação com os Órgãos Assessorados pelas Consultorias Jurídicas da União nos Estados, para conhecimento da avaliação sobre a receptividade dos trabalhos desenvolvidos nas diversas unidades da federação, bem assim como a instituição da pesquisa de satisfação aos Órgãos Assessorados pelas Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e Órgãos Consultivos assemelhados; Atuação do Departamento de Assuntos Extrajudiciais – DEAEX/CGU junto ao TCU, CNJ e CNMP; Instituição do projeto piloto com os indicadores de desempenho da atividade consultiva com três Consultorias Jurídicas nos Estados e três Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e Assessorias Jurídicas junto às Secretarias da Presidência da República; Criação do Grupo de Trabalho para a definição do índice de valor do trabalho consultivos; Edição da Orientação Normativa nº 55, que institui os pareceres referenciais; Deflagração para o procedimento de revisão das Orientações jurídicas quanto ao assessoramento jurídico em matéria disciplinar; Prosseguimento dos trabalhos de planejamento estratégico da Consultoria-Geral da União, com os Departamentos da Sede (CGU) e com as Consultorias Jurídicas da União nos Estados e Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e Assessorais Jurídicas junto à Presidência da República; Como atividade decorrente do planejamento estratégico, definição de duas metas: ampliação dos Órgãos Assessorados nos Estados, atendendo a sua integralidade e o aprimoramento na forma de atendimento aos Órgãos Assessorados nos Estados, mediante a plenitude do atendimento.

A Corregedoria-Geral da Advocacia da União – CGAU - fiscaliza as atividades funcionais dos membros das carreiras jurídicas da AGU e realiza correições nos órgãos da AGU e integrantes para verificação da regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados. O seu papel é exercer uma atividade de orientação e controle preventiva, corretiva e de apuração de eventuais irregularidades constatadas.

O incremento e qualificação da atuação da Corregedoria-Geral da Advocacia da União é função direta para aumento da segurança e da eficácia da condução das políticas públicas vez que fiscaliza e orienta quanto à melhoria de qualidade do assessoramento jurídico prestado a todos os formuladores e executores de políticas públicas (Presidência da República, Administração Direta, Fundações Públicas, Autarquias e Agências Reguladoras).

Até 2012, a Procuradoria-Geral Federal – PGF representava judicial e extrajudicialmente 154 (cento e cinquenta e quatro) autarquias e fundações públicas federais. No curso de 2013, houve ainda o acréscimo de mais 5 (cinco) entidades representadas, com a criação da Universidade Federal do Cariri – UFCA, da Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA e da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFESBA, além da representação da Autoridade Pública Olímpica no âmbito federal — o que totaliza 159 (cento e cinquenta e nove) autarquias e fundações públicas federais representadas.

Desde sua criação, em 2002, a PGF vem centralizando a representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, a fim de promover a racionalização de sua atuação, garantindo a viabilidade das políticas públicas dessas entidades.

Assim tem sido feito, recentemente, com a manutenção em juízo das políticas ligadas ao PAC, ao ENEM, à Copa do Mundo FIFA 2014, aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, aos leilões à infraestrutura do país, na proteção

ambiental, na defesa dos indígenas e quilombolas, na execução das políticas de reforma agrária, na defesa das regras da Previdência Social, na defesa judicial da regulação econômica e dos atos das agências reguladoras, na defesa das normas aplicáveis ao ensino e na defesa do patrimônio histórico e cultural.

Merece destaque, ainda, a centralização da cobrança e recuperação de créditos de todas as autarquias e fundações públicas federais e o desenvolvimento, pela PGF, do Sistema de Dívida Ativa – SISDAT, para a gestão informatizada desses créditos de inscritos em dívida ativa.

Foram também concluídas as atividades do Grupo de Trabalho para desenvolvimento do projeto de defesa da probidade, ressarcimento ao erário e combate à corrupção (Portaria PGF nº 474, de 30 de julho de 2013), com a realização de reuniões presenciais e à distância, e entrega dos relatórios finais.

Na esfera consultiva, a PGF implementou, no ano de 2014, três projetos relacionados à garantia da segurança jurídica das políticas públicas: implantação de grupos permanentes, elaboração de ementário das manifestações aprovadas pelo Procurador-Geral Federal, além da implantação do sistema de interlocução com as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais, conforme melhor explicitado na meta relativa à identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando a revisão das teses adotadas.

Ademais, no ano de 2014, foi também dado prosseguimento às atividades das Câmaras Permanentes criadas com o objetivo de uniformizar os entendimentos a respeito de Convênios e Instrumentos Congêneres, Licitações e Contratos Administrativos, harmonizando a posição de centenas de órgãos de consultoria espalhados no âmbito da Administração Federal Indireta. Estas Câmaras Permanentes nasceram dos Grupos de Trabalho constituídos pelo Departamento de Consultoria da PGF, por meio das Portarias PGF nº 359 e 467, de 2012. Diante do sucesso alcançado pelos Grupos de Trabalho, estes foram transformados em Câmaras Permanentes através da Portaria PGF nº 98, de 26 de fevereiro de 2013, visando à discussão de questões jurídicas relevantes afetas à atividade de consultoria e assessoramento jurídicos junto às autarquias e fundações públicas federais, relacionadas a convênios e demais ajustes congêneres, licitações e contratos administrativos.

Os últimos anos foram significativos para a Procuradoria-Geral da União, a avaliação, portanto, é de que a PGU deu um grande salto de melhoria nos seus diagnósticos e prognósticos, bem como na qualidade dos trabalhos realizados e nos serviços prestados para a sociedade.

O Programa Gestão por Resultados está sendo, sem dúvida, a propulsora da qualidade na gestão da PGU já que, com metodologia objetiva e sistêmica e foco na gestão de resultados, contribuiu significativamente para conferir maior celeridade ao aprimoramento da defesa judicial da União, o que inclui a uniformização de teses e da atuação judicial e a redução da litigiosidade.

Grandes avanços também foram obtidos na prevenção de litígios, com a participação crescente da PGU nas conciliações, com a continuação do programa de redução de litigiosidade e com o registro dos valores economizados por Procuradoria em virtude da atuação dos órgãos da PGU. Tais iniciativas e projetos demonstram que um novo modelo de gestão e atuação judicial instituído no âmbito da PGU.

Destaques expressivos foram obtidos, também, através da atuação proativa no Combate a Corrupção que obteve a maior recuperação de créditos do país, ajuizou mais de 6 mil ações de 2011 a 2014, cujo o montante atinge a marca de 650 milhões, levando o Brasil para um novo modelo não somente de probidade administrativa, mas de recuperação do patrimônio público.

Ademais, destacam-se as experiências exitosas das mobilizações obtidas com a realização da Copa do Mundo, leilões e da defesa do Programa Mais Médicos. Essa mobilização estratégica nacional e articulação propiciam o conhecimento jurídico, numa mesma linguagem, de argumentos que reforçam de defesa de eventos e das políticas públicas.

A gestão da informação foi um dos pilares estratégicos instituídos pela PGU para o alcance dos seus objetivos e metas. Destaca-se neste sentido a contribuição decorrente da maior integração e alinhamento não só entre os órgãos da PGU como com outras áreas da AGU. Esforços foram envidados para o aperfeiçoamento dos sistemas de informação possibilitando o compartilhamento de informações em maior escala, o aperfeiçoamento da integração entre os diversos órgãos e atores envolvidos com a defesa dos interesses da União, maior segurança na realização das atividades cotidianas

e inerentes a atividade de representação judicial da União, transparência, via de consequência, êxito da AGU no exercício de seu mister.

Em 2013, a PGU alcançou 51% de decisões favoráveis, primeira vez que o índice de decisões favoráveis supera desfavoráveis desde que esse indicador passou a ser medido. No ano de 2014, em decorrência das várias iniciativas e projetos listados acima, o percentual de decisões favoráveis subiu para 53%.

A Escola da AGU realizou quinhentos e sessenta e um eventos de capacitação com disponibilização de 28.246 vagas sobre diversos temas para contribuir com este objetivo.

Metas 2012-2015

- **Ampliar em 10%, anualmente, o número de órgãos correicionados**

  Análise Situacional da Meta

  Em 2014 a Corregedoria planejou a realização de 62 correições nos órgãos jurídicos da AGU e vinculados, para fim de verificar a regularidade e eficácia dos serviços jurídicos prestados. As correições possibilitaram a proposição de medidas e sugestões de melhorias nos serviços visando o aprimoramento da atuação jurídica. O cronograma proposto foi finalizado e em 2014 foram feitas 30 correições ordinárias presenciais, 1 correição extraordinária e 48 correições eletrônicas, somando um total de 79 correições, superando a meta estabelecida para o período.

  Meta Quantificável? (X) Sim ( ) Não
  Quantidade alcançada: 79 (127% da meta planejada)
  Data de Referência: 31/12/2014

  Quantidade alcançada

  1,27

  Data de Referência

  31/12/2014

- **Construir marco legal para o incremento do suporte jurídico em questões internacionais**

  Análise Situacional da Meta

  Para melhor atendimento à meta, a Escola da Advocacia-Geral da União promoveu o treinamento de membros da AGU por meio de ações de capacitação da Escola da AGU com a disponibilização de 63 vagas nos seguintes programas:

  Curso de Combate ao Crime Organizado, promovido pela Universidade de Roma e a International Experience, na cidade de Roma, Itália, no período compreendido de 03 a 18 de maio de 2014;

  Conferência Anual da Associação de Administração Legal, realizado no período de 17 e 23 de maio, em Toronto (Canadá);

  Curso Anti-Corruption Program for Brazilian Government Officials, realizado no período de 31 de maio a 15 de junho, em Washington-DC (EUA);

  IX Congresso Mundial de Direito Constitucional – “Desafios Constitucionais: globais e locais”, realizado no período de 14 a 22 de junho, em Oslo (Noruega);

  Curso “Le Corti Internazionale, i diritti umani ed il diritto in Europa - studi comparati tra instituzioni e sistemi”, realizado nas cidades de Roma (Itália), Bruxelas (Bélgica) e Haia (Holanda), promovido pela Universidade de Roma - Tor Vergata, com o apoio da "Internacional Experience", no período de 28 de junho a 13 de julho de 2014;

  Programa sobre OMC, Comércio Internacional de Desenvolvimento do Instituto de Altos Estudos Internacionais e do Desenvolvimento, em Genebra, e do curso da Academia do Instituto Mundial do Comércio sobre Política e Direito do Comércio Internacional e Investimentos, em Berna, ambos na Suíça, no período de 28 de junho a 17 de agosto de 2014;

  Curso “Senior Managers in Government”, realizado no período de 20 de julho a 08 de agosto de 2014, no campus da Universidade de Harvard, em Cambridge, Massachussetts, nos EUA.

  Para a atuação em ações relativas a assuntos internacionais, a PGU vem desenvolvendo trabalhos através do Grupo de

Atuação em Assuntos Internacionais (GATAI). O GATAI é coordenado pelo Departamento Internacional – DPI/PGU e composto por Pontos Focais para Assuntos Internacionais (PFAIs), designados por cada Procuradoria da União para concentrar as atividades de representação judicial da União nestas demandas.

As Procuradorias-Regionais da União designaram, informalmente, a pedido do DPI, Coordenadores Regionais de Assuntos Internacionais. A atuação destes Coordenadores ainda carece de regulamentação, mas já foi responsável pelo recadastramento de todas as ações sobre assuntos internacionais no Brasil, ao longo de 2014.

Projeto de aprimoramento do marco normativo que dispõe sobre as competências do DPI levou à edição do Ato Regimental AGU nº 01, de 23 de outubro de 2014, que alterou o artigo 8º do Ato Regimental nº 05, de 19 de junho de 2002.

As competências do DPI passaram a ser exercidas por dois núcleos distintos, nos termos da Ordem de Serviço DPI nº 02, de 19 de março de 2013, que instituiu o Núcleo de Controvérsias no Exterior (NEXT) e o Núcleo de Controvérsias em Foros Internos (NINT).

O DPI pretende obter, após o necessário debate com os membros do GATAI, ato normativo que disponha sobre a forma como se deve realizar as atividades do Grupo e sua orientação e coordenação pelo DPI. Outros projetos em curso também pretendem aprimorar o marco normativo da atuação internacional em temas específicos, a exemplo de sua atuação na defesa do Estado perante os órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e em ações no exterior, mediante contratação de advogados privados. Espera-se também que a possível alteração da Lei Complementar nº 73/93 represente melhoria das normas que atribuem as competências legais da unidade.

- **Criar mecanismo de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando a revisão das teses adotadas**

Análise Situacional da Meta

A Consultoria-Geral da União instituiu grupo de trabalho com a finalidade de edição de manual sobre licitações e contratos, que venha a contribuir com a atividade administrativa de contratação, mediante instrumentalização com os mais recentes entendimentos adotados pela doutrina e jurisprudência na matéria.

A Escola da AGU realizou a palestra “O Papel das Funções Essenciais à Justiça na Implementação e Adequação das Políticas Públicas”, com a disponibilização de 100 vagas.

Para identificar e acompanhar ações judiciais relevantes, que possam criar riscos jurídicos às políticas públicas das entidades representadas, a Procuradoria-Geral Federal – PGF criou e implantou, a partir de 2012, o Sistema de Acompanhamento de Ações Prioritárias da PGF – SAAR. Além disso, a PGF tem identificado ações e teses judiciais que apresentem elevados riscos fiscais, que consistem nas teses judiciais com impacto financeiro superior a R$ 500 milhões.

Os Grupos Permanentes, instituídos pela Portaria PGF nº 835, de 10 de dezembro de 2013, e cujo funcionamento está regulamentado pela Ordem de Serviço nº 4, de 24 de fevereiro de 2014, voltam-se à integração e articulação dos seus integrantes, buscando a uniformização de rotinas e entendimentos jurídicos, em quatro áreas temáticas (ambiental, indígena e agrária; infraestrutura e desenvolvimento econômico; saúde, previdência e assistência social; educação, cultura, ciência e tecnologia).

Em 2014, conforme previsto no inciso IV do artigo 8° da Portaria PGF n° 835, de 2013, e no artigo 9º da citada Ordem de Serviço nº 4, de 2014, foram constituídos quatro Subgrupos no âmbito do Departamento de Consultoria da PGF. O primeiro é o Subgrupo Provisório integrado pelas Procuradorias Federais junto à ANTT, ao DNIT e ao IBAMA, instituído pela Ordem de Serviço nº 7, de 17 de março de 2014, com o objetivo de discutir questões jurídicas relevantes concernentes ao Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis – PROFAS, e elaborar modelo padrão de termo de compromisso de licenciamento ambiental corretivo. O segundo é o Subgrupo Permanente dedicado ao estudo de assuntos jurídicos envolvendo outorgas de bens e serviços públicos precedidos ou não de obras públicas. O terceiro é o Subgrupo Permanente que tem por objeto a discussão de questões relevantes às Universidades Federais e

aos Institutos Federais de Ensino, com a finalidade de uniformizar entendimentos jurídicos ou procedimentos nos respectivos âmbitos de atuação. O quarto é o Sugbrupo Permanente dedicado ao estudo de assuntos jurídicos envolvendo desapropriações de bens móveis e imóveis.

O ementário das manifestações do Departamento de Consultoria da PGF, por sua vez, compila em documento único e de fácil acesso a todos os membros da PGF, todos os pareceres e notas aprovados pelo Procurador-Geral Federal, em matéria consultiva, de modo a conferir segurança jurídica à atuação dos Procuradores Federais que utilizarão os entendimentos do Departamento de Consultoria em suas atividades de consultoria e assessoramento jurídico à Administração Federal Indireta.

Implementado pela Ordem de Serviço DEPCONSU nº 10, de 4 de abril de 2014, o sistema de interlocução busca estreitar a comunicação do Departamento de Consultoria com as Procuradorias Federais com atribuição consultiva, permitindo o monitoramento de entendimentos jurídicos firmados, nesses órgãos de execução da PGF, no que se refere às suas respectivas matérias finalísticas, de modo a possibilitar o conhecimento de referidos entendimentos pela direção central da PGF.

Por fim, a Procuradoria-Geral da União mantém o projeto "Matriz de Indicadores" que consiste em um painel que define qual é o resultado de cada unidade. O critério utilizado é o de decisões judiciais favoráveis à União, partindo-se do pressuposto de que qualquer "cliente" que seja parte em um processo judicial espera que seu advogado atue de forma a obter uma decisão judicial favorável.

A Matriz de Indicadores de uma Procuradoria traz 3 tipos de informação. A primeira parte traz dados sobre a atuação da unidade nos temas servidor público, atos da administração, ações relevantes – principais temas das Procuradorias - e em relação ao total da unidade. Essas informações permitem ao gestor identificar qual é o tema que mais está influenciando o resultado da unidade, conjugando-se a quantidade de decisões favoráveis com o percentual de decisões negativas. A utilização e a atuação a partir dos dados da Matriz contribuiu para o aumento do resultado das decisões favoráveis e pela primeira vez a União ganha mais do que perde em decisões na Justiça. De acordo com um balanço da PGU, de todas as decisões tomadas na Justiça, em 2013, a União obteve vitória em 51% das causas. Esse percentual aumentou para 55%, em março de 2014, ultrapassando a meta estimada para o fim do ano, que é de 53,5% de vitórias da União na Justiça.

- **Obter a adesão de 100% dos órgãos da AGU aos seus sistemas de gestão da informação, até 2015**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, a Corregedoria iniciou a implantação e uso do sistema Sapiens para processos administrativos no âmbito de seu Órgão central e dos Escritórios Avançados na 2ª, 3ª e 4ª Regiões (localizados, respectivamente, nos Estado do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre). A unidade também continuou a proposição de melhorias no sistema através do grupo de trabalho constituído para acompanhar a implementação do sistema na CGAU. Para o segundo semestre do ano, a Corregedoria vislumbra seguir com as tratativas junto às unidades competentes para criação do módulo correicional do Sapiens e expansão do sistema visando a substituição dos sistemas próprios da CGAU, principalmente no que tange a correição eletrônica, o sistema de Processo Administrativo Disciplinar, Estágio Confirmatório, Acompanhamento Correicional (AC), Inspeção Eletrônica e PADS.

Em 2014, com a consolidação do sistema de correição eletrônica, a Corregedoria realizou 48 correições eletrônicas nos processos judiciais eletrônicos da 1ª e 4ª Regiões.

No âmbito da Consultoria-Geral da União, houve a ampliação do período de registro da produção consultiva no Sistema Consultoria (Siscon), de maneira a ampliar a base da informação sobre produção consultiva, colaborando para outras atividades em curso com a finalidade de mensurar para melhor gerenciar tal atividade jurídica. Edição do normativo com a definição de prazo para o seu cumprimento até o final do exercício 2013. A efetiva avaliação dos efeitos da atividade depende do alcance de tal marco temporal

Meta Institucional da CGU: cadastrar e arquivar eletronicamente 100% das manifestações jurídicas produzidas por 80% das CJUs no território nacional, referentes ao período de 1°/01/2010 a 31/03/2011.

Resultado (percentual): 23,15% cumprida

O alcance da meta foi prejudicado devido aos inúmeros problemas técnicos ocorridos no Siscon no ano de 2013, gerando sobrecarga para regularização no ano de 2014, aliado ao processo de implantação do Sapiens, em fase de plena expansão, tanto nas CJUs quanto nas Conjurs, onde 54 unidades (87%) já usam o sistema e 06 (10%) estão em treinamento e implantação.

Dentre as 27 CJUs, somente 5 (18,52%) conseguiram o cadastro no Siscon de 100% das manifestações registradas no CGUGestão referente à produção do período de 1°/01/2010 a 31/03/2011, enquanto 8 registraram entre 82% e 99% das manifestações, 3 atingiram o percentual entre 63% e 79%, já 6 atingiram entre 1% e 44% e outras 5 não realizaram registros.

Os principais sistemas de gestão da informação utilizados pela Procuradoria-Geral Federal – PGF são o Sistema Consultoria da AGU (SISCON), o Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU) e, a partir do primeiro semestre de 2014, o Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS).

O SISCON, além de ser um banco de dados de pesquisa de pareceres e demais atos consultivos produzidos pela PGF, é uma importante ferramenta gerencial, pois pode-se verificar, por meio dele, a produtividade e qualidade da atividade consultiva. Desenvolvido em 2010, teve sua implantação na PGF iniciada em 2011 e é de utilização obrigatória até a implantação do Sapiens na unidade, sistema que veio a superá-lo, mencionado abaixo.

O SAPIENS é um sistema de processo administrativo eletrônico que vem sendo desenvolvido na AGU desde 2013. É um sistema híbrido de gestão arquivística de documentos (isto é, permite a tramitação de processos físicos ou eletrônicos). À medida que for desenvolvido e implantado, substituirá o AGUDOC (sistema de tramitação de documentos), o SISCON e o SICAU.

A PGF vem conduzindo ainda o desenvolvimento do SISDAT - Sistema de Dívida Ativa. O fundamento do sistema é o gerenciamento dos créditos dessas entidades, possibilitando à PGF o gerenciamento e cobrança da dívida ativa de todas as entidades representadas com base nas informações contidas em um único banco de dados.

Por meio da sistemática atual todo o acompanhamento do crédito é feito de forma individualizada em cada um dos vários sistemas das entidades ou de forma manual por meio do contato direto com as autarquias e fundações públicas federais. Com o SISDAT, que está em fase de desenvolvimento, todos os créditos serão inscritos e acompanhados em um só sistema de dívida ativa.

A adesão ao SISCON, que desde o início de 2014 vem sendo paulatinamente substituído pelo SAPIENS, atingiu 74% (setenta e quatro) do total das unidades de consultoria da PGF.

A utilização do SICAU atinge 96% (noventa e seis por cento) das unidades de contencioso da PGF.

O SAPIENS, até 19 de dezembro de 2014, foi implantado por 51% (cinquenta e um por cento) do total de unidades da PGF.

Quantidade alcançada

0,08

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover manifestação jurídica em todos os processos administrativos relacionados à formulação de políticas públicas inclusas no PPA.**

Análise Situacional da Meta

O Departamento de Coordenação e Orientação dos Órgãos Jurídicos – DECOR, da Consultoria-Geral da União, tem realizado um trabalho em conjunto com a Procuradoria-Geral da União – PGU no mapeamento das matérias judicializadas com objetivo de adotar medidas administrativas que busquem a redução da litigiosidade. Esse trabalho envolve o levantamento das ações judiciais propostas em cada Região do País no ano de 2014, com a classificação da matéria discutida em juízo.

Busca-se a elaboração de pareceres para prevenir ou reduzir a litigiosidade sobre determinadas matérias comuns no

âmbito da Administração Pública.

Foram realizadas reuniões com as Consultorias Jurídicas da União nos Estados, por Região, com vista ao aprimoramento do assessoramento jurídico, tendo por base o citado levantamento das ações judiciais.

Foram criados Grupos de Trabalho para: uniformização do assessoramento jurídico em matéria de patrimônio da União, com a minuta de Orientações Normativas a serem submetidas ao Advogado-Geral da União; e ampliação e revisão dos pareceres parametrizados.

A Procuradoria-Geral Federal – PGF é responsável pela consultoria e assessoramento jurídico de todas as autarquias e fundações públicas federais, de modo a garantir a conformidade da política pública planejada com os ditames legais. Regulamentada pela Portaria PGF nº 425, de 2013, a atuação da PGF no âmbito consultivo, com intuito preventivo, foi regulamentada, como o objetivo de acompanhar os projetos estratégicos das autarquias e fundações.

Dada a necessidade de aperfeiçoamento e uniformização das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais, foi publicada a Portaria PGF nº 526, de 26 de agosto de 2013, que estabeleceu diretrizes gerais para o exercício de tais atividades. Até a presente data, em cumprimento à determinação consignada na citada Portaria, 61 (sessenta e uma) Procuradorias Federais junto a autarquias e fundações públicas federais já regulamentaram internamente o exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos.

Especificamente no que concerne à uniformização de temas em licitações, contratos e convênios, o Departamento de Consultoria da PGF constituiu Grupos de Trabalho pelas Portarias PGF nº 359 e 467, de 2012. Diante do sucesso alcançado pelos Grupos de Trabalho, estes foram transformados em Câmaras Permanentes através da Portaria PGF nº 98, de 26 de fevereiro de 2013, visando à discussão de questões jurídicas relevantes afetas à atividade de consultoria e assessoramento jurídicos junto às autarquias e fundações públicas federais, relacionadas a convênios e demais ajustes congêneres, licitações e contratos administrativos.

A constituição de tais Câmaras Permanentes deveu-se à necessidade de aperfeiçoamento contínuo das teses jurídicas relacionadas às atividades não finalísticas das autarquias e fundações públicas federais e à necessidade de disciplinar, no âmbito da Procuradoria-Geral Federal – PGF, a rotina de identificação de temas relevantes para uniformização, nos moldes do artigo 14, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010. É importante subsídio no exercício de suas atribuições funcionais, dando-lhes segurança jurídica em questões específicas nas áreas de licitações e contratos, e também de convênios e demais ajustes congêneres.

No ano de 2014, 6 (seis) Orientações Normativas da Advocacia-Geral da União sobre convênios tiveram por fundamento entendimentos firmados em Pareceres da Câmara Permanente de Convênios da PGF.

Cumpre destacar ainda que, no ano de 2014, a Procuradoria-Geral Federal registrou, no Sistema Consultoria da AGU (SISCON) ou no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS), 67.525 (sessenta e sete mil, quinhentos e vinte e cinco) pareceres, 40.622 (quarenta mil, seiscentos e vinte e duas) notas e 22.264 (vinte e duas mil, duzentas e sessenta e quatro) informações jurídicas que foram produzidas por suas unidades.

- **Reduzir o quantitativo de questionamentos judiciais acerca das políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

A Procuradoria-Geral Federal – PGF, por meio de seu Departamento de Consultoria e de seus órgãos de execução com atribuição consultiva, é responsável pela consultoria e assessoramento jurídico de todas as autarquias e fundações públicas federais, de modo a garantir a conformidade da política pública planejada com os ditames legais.

Com a edição da Portaria nº 425, de 16 de julho de 2013, o Departamento de Consultoria da PGF passou a acompanhar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais, no tocante a projetos estratégicos definidos pelo Procurador-Geral Federal.

Para consecução de tal projeto, são designados responsáveis para participar das discussões prévias a decisões administrativas a serem tomadas pelas autarquias e fundações públicas federais, e coordenar a troca de informações com outros órgãos de execução da PGF ou com outro órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo da União, quando necessário.

Desde 2013, vêm sendo acompanhados os seguintes projetos estratégicos:

– Concessão da ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim e do Aeroporto Internacional Tancredo Neves (Confins/MG), concessão da exploração de portos organizados e arrendamento das instalações portuárias e concessão da exploração das ferrovias (conforme Ordem de Serviço nº 9, de 4 de setembro de 2013);

– Concessão de rodovias e licitação dos serviços de Transporte Rodoviário Interestaduais de Passageiros - TRIP (conforme Ordem de Serviço nº 10, de 17 de outubro de 2013);

– Concessão de área da União para ampliação, modernização, manutenção e exploração não regular e eventual de serviços de transporte ferroviário de passageiros na Estrada de Ferro do Corcovado - Trem do Corcovado, no trecho Cosme Velho - Corcovado no Rio de Janeiro/RJ, com finalidade turística, histórica e cultural (conforme Ordem de Serviço nº 24, de 12 de junho de 2014).

No que tange aos processos em trâmite no Poder Judiciário, o acompanhamento proativo dos órgãos de contencioso da PGF vem permitindo a diminuição do impacto dos questionamentos judiciais das políticas públicas.

No âmbito da Consultoria-Geral da União foi promovido a realização de evento com a meta de aproximação com os órgãos assessorados apontados pela Órgão Correcional, como ainda não integrados no fluxo cotidiano de assessoramento jurídico, especialmente em Brasília: I Seminário sobre assessoramento jurídico aos órgãos militares. Oportunidade de estabelecimento de diálogo e aproximação. Evento realizado com êxito e a previsão de repetição em periodicidade bienal.

Deflagração de trabalho tendente à uniformização jurídica quanto ao assessoramento prestado à autoridade administrativa no âmbito disciplinar. Atividade encerrada e em fase de revisão.

Na Procuradoria-Geral da União, possui grupos de trabalhos de atuação em temas específicos que ultrapassam o trabalho da defesa técnica e processual realizada nas demandas judiciais que questionam a concepção e consecução das políticas públicas e empreendimento. Trata-se de uma atuação, de caráter multidisciplinar e de atuação preponderantemente proativa, tanto no âmbito judicial como no extrajudicial. O GPAC, grupo criado e coordenado pelo Departamento de Serviço Público - DSP faz um trabalho de acompanhamento, monitoramento e defesa da União nas ações judiciais relativas aos empreendimentos, destaca-se a construção e funcionamento das Usinas Hidroelétrica UHE Três Irmãos em São Paulo, Aimorés e Mascarenhas em Minas Gerais, Belo Monte no Pará. Ainda no âmbito do DSP, cabe destacar o trabalho realizado na área de Saúde, de forma a atuar estrategicamente na defesa de Programas como o Mais Médicos e no fornecimento de medicamentos. O Grupo G-Amazônia Legal, outro grupo instituído, visa atuar na Amazônia Legal e foi pautada, principalmente, em três frentes de trabalho: Projeto Nossa Várzea, Programa Terra Legal e a Regularização Patrimonial de Comunidades Tradicionais em Áreas Militares. Em relação aos Direitos Sociais, o DTB (Departamento Trabalhista) desenvolveu um trabalho específico em relação às ações trabalhistas, em que a União figura como responsável subsidiário. Para isso, as procuradorias de todo o país, em parceria com os órgãos de consultoria, estão fazendo visitas aos órgãos assessorados, bem como reuniões com os gestores de contrato, demonstrando como deve ser feita a fiscalização de serviços terceirizados, para evitar ações judiciais de empregados dessas empresas. Foram realizados mais de 30 mil acordos na área trabalhista, acompanhamento em 247 processos referentes ao Trabalho Escravo Contemporâneo, entre estes, está a inclusão da Empresa Zara Brasil Ltda. na lista de empregadores que mantiveram trabalhadores em condições análogas a de escravo.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Indicadores

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Dívida Pública (DLSP/ PIB)	%	31/12/2010	40	31/12/2014	34,1
Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco	%	31/12/2010	85	31/12/2014	94,8
Formação bruta de capital fixo (% PIB)	%	31/12/2010	19,5	31/12/2014	19,7
PIB (Crescimento)	%	31/12/2010	7,5	31/12/2014	0,1
Quantidade de Certificados de Garantia emitidos	%	31/12/2010	35	31/12/2014	13
Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)	%	31/12/2010	78,74	31/12/2014	53,33
Quota do Brasil no FMI	%	31/12/2010	53,06	31/12/2014	55,82
Resultado Primário anual do Governo Central	R$ bilhão	31/12/2010	79	31/12/2014	-20,5
Taxa de Emissões Primárias da Economia	%	31/12/2010	30,8	31/12/2014	14
Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB	%	31/12/2010	69,92	31/12/2014	43,69
Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2010	3,24	31/12/2014	3,88
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	%	31/12/2010	5,91	31/12/2014	6,41

Observações:

Dívida Pública (DLSP/ PIB) - Fonte: STN/MF.

Empresas dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização Alinhadas Com as Regras de Capital Baseado em Risco - Fonte: SUSEP/MF.

Formação bruta de capital fixo (% PIB) - Fonte: IBGE.

PIB (Crescimento) - Fonte: IBGE.

Quantidade de Certificados de Garantia emitidos - Fonte: SAIN/MF.

Quota do Brasil no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) - Fonte: SAIN/MF.

Quota do Brasil no FMI - Fonte: SAIN/MF.

Resultado Primário anual do Governo Central - Fonte: BCB - Indicadores econômicos consolidados (http://www.bcb.gov.br/?INDECO) / Capítulo IV – Finanças públicas / Resultado primário do governo central Taxa de Emissões Primárias da Economia - Fonte: CVM, IBGE e Bacen.

Taxa de participação das Companhias abertas listadas em bolsa e em balcão organizado no Produto Interno Bruto - PIB - Fonte: CVM, BM&F Bovespa, IBGE e Bacen. A capitalização de mercado, divulgada pela BM&F Bovespa, referente ao último dia de negociação de 2014, somou R$ 2,243 trilhões, enquanto o PIB a preços correntes acumulado no ano, calculado pelo BCB (o PIB de 2014 calculado pelo IBGE deverá ser divulgado em 27 de fevereiro de 2015), totalizou R$ 5,134 trilhões no ano. (BCB - SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais -

série 4381 - PIB acumulado no ano - Valores correntes)
Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização no Produto Interno Bruto (PIB) - Fonte: SUSEP/MF.
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Fonte: IBGE.

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

No âmbito internacional, as principais economias apresentaram ritmo de expansão heterogêneo ao longo de 2014. De um lado, Estados Unidos, Reino Unido e China mostraram taxas de crescimento mais robustas, contrastando com resultados mais modestos no Japão e na Área do Euro. Nesse cenário, em que as cotações das commodities seguiram deprimidas e a inflação ao consumidor nas principais economias maduras manteve-se em patamar reduzido, os bancos centrais da Área do Euro e do Japão ampliaram suas políticas de afrouxamento quantitativo, a fim de diluir riscos de deflação em suas respectivas jurisdições, enquanto nos Estados Unidos prevaleceu a lenta e progressiva normalização da política monetária.

No Brasil, a atividade econômica mostrou recuperação moderada no terceiro trimestre de 2014, quando o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu

0,1% em relação ao segundo, após dois recuos trimestrais consecutivos, segundo dados dessazonalizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado repercutiu, sob a ótica da oferta, desempenhos positivos dos setores industrial (1,7%) – após quatro recuos consecutivos – e de serviços (0,5%), e recuo de 1,9% na produção da agropecuária. No âmbito da demanda doméstica, destacaram-se a recuperação dos investimentos – após quatro recuos consecutivos – e a contração do consumo das famílias.

Nesse ambiente, as operações de crédito do sistema financeiro apresentaram expansão moderada no ano, com taxas de crescimento semelhantes nas carteiras de pessoas jurídicas – com destaque para os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e de pessoas físicas – com destaque para financiamentos habitacionais e operações de crédito consignado. Após anos de forte expansão – arrefecida com a introdução de medidas macroprudenciais em finais de 2010 -, em 2014, o crédito voltado ao consumo passou por moderação, de modo que se observou, de um lado, redução de exposição por parte de bancos e, de outro, diminuição da alavancagem creditícia por parte das famílias.

Em 2014, a inflação de 12 meses manteve-se em patamares próximos ao limite superior da meta, refletindo, em parte, a ocorrência de dois importantes processos de ajustes de preços na economia – realinhamento de preços domésticos em relação aos internacionais e realinhamento dos preços administrados em relação aos livres. Assim, a taxa de inflação medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 6,41%, posicionando-se, portanto, dentro do intervalo de tolerância de 2 pontos percentuais acima ou abaixo da meta central de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O controle da inflação se reveste de importância crucial para qualquer sociedade, permitindo que o horizonte de planejamento do setor produtivo e de investidores se amplie e que o poder de compra dos consumidores seja preservado. Contribui também para a boa evolução dos rendimentos reais das famílias. À vista disso, o compromisso do Banco Central é manter a política monetária especialmente vigilante, de modo a minimizar riscos de que níveis mais elevados de inflação persistam no horizonte relevante para a política monetária.

Em um ambiente econômico complexo, o sistema bancário brasileiro registrou baixo risco de liquidez e elevada solvência.

O risco de liquidez de curto prazo apresentou reversão da tendência de aumento observada na primeira metade do ano,

retornando a patamares ainda mais baixos. Por sua vez, o risco de liquidez estrutural também continua baixo, pois o estoque de recursos estáveis tem sido suficiente para acomodar o menor ritmo de crescimento do crédito.

Em relação ao risco de crédito, o ano de 2014 foi marcado pela desaceleração do crescimento, aumento das taxas de juros, fim do ciclo de redução da inadimplência e redução no índice de cobertura. Não obstante, as provisões constituídas se mostram adequadas para fazer frente ao risco de crédito nesse novo ambiente.

O retorno sobre o patrimônio líquido do sistema bancário apresentou estabilidade em 2014. Ganhos com atividades de tesouraria e com participações societárias foram os principais avanços do período. A margem líquida de crédito permanece em queda, mas em ritmo inferior ao verificado em períodos anteriores.

A solvência do sistema bancário apresentou estabilidade e se mantém em patamar elevado. Os índices de capitalização permanecem em níveis superiores aos requerimentos regulatórios e a quase totalidade das instituições se encontra apta a cumprir os requerimentos de capital previstos pelo arcabouço de Basileia III para 2019, o que confirma a confortável situação da solvência do sistema bancário.

O déficit primário apurado pelo Banco Central, pelo método abaixo-da-linha, até 31/12/2014, foi de R$ 20,5 bilhões para o Governo Central. Esse resultado está em linha com as diretrizes emanadas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2014, Lei nº 12.919, de 24/12/2013, alterada pela Lei nº 13.053, de 15/12/2014, considerando a possibilidade de abatimento, conforme estabelece o seu art. 3º.

Já o resultado do Governo Central pelo método acima-da-linha, apurado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), apresentou, até 31/12/2014, o déficit de R$ 17,2 bilhões. Cabe destacar que para fins de verificação do cumprimento da meta de superávit primário, a métrica a ser utilizada é a apurada pelo método abaixo-da-linha do Banco Central.

Em relação à Dívida Pública Federal (DPF) de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado passou de R$ 2.151,2 bilhões, em 2013, para R$ 2.322,0 bilhões, em 2014, correspondendo a um aumento, em termos nominais, de R$ 170,7 bilhões.

A DPF em mercado compreende as dívidas contratual e mobiliária, interna e externa, de responsabilidade do Tesouro Nacional em poder do público. Já o estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) é apurado pelo critério de competência, considerando a atualização monetária do principal da dívida e a apropriação mensal de juros, deságios e acréscimos em relação ao indexador dos títulos. O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe) é apurado, segundo padrão internacional, com base no estoque (principal + juros apropriados por competência) na moeda de origem, convertido para o dólar e, em seguida, para o real.

Quanto à Dívida Líquida do Tesouro Nacional (DLTN), esta alcançou o montante de R$ 1,2 trilhão em dezembro, o que corresponde a 22,7% do PIB.

A proposta orçamentária da STN/COAFI para o exercício de 2014 contemplou a estimativa de recebimentos de haveres financeiros da ordem de R$ 44,63 bilhões. O semestre foi encerrado com o recebimento de R$ 42,44 bilhões, ou seja, realização a menor de R$ 2.191 milhões (-4,91%) em relação ao volume orçado.

Metas 2012-2015

- **Assegurar o cumprimento da meta de superávit primário para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias**

  Análise Situacional da Meta

  O déficit primário apurado pelo Banco Central, pelo método “abaixo-da-linha”, para o ano de 2014, foi de R$ 20,5 bilhões para o Governo Central. Esse resultado está em linha com as diretrizes emanadas da LDO 2014, (Lei nº 12.919, de 24/12/2013, alterada pela Lei nº 13.053, de 15/12/2014) considerando a possibilidade de abatimento, conforme estabelece o seu art. 3º.

  Já o resultado do Governo Central pelo método “acima-da-linha”, apurado pela Secretaria do Tesouro Nacional, apresentou, para o ano de 2014, o déficit de R$ 17,2 bilhões. Cabe destacar que para fins de verificação do cumprimento da meta de superávit primário, a métrica a ser utilizada é a apurada pelo método abaixo-da-linha do Banco Central.

Quantidade alcançada

-20,5

Data de Referência

31/01/2015

- **Aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial, de forma a refletir sua participação relativa na economia global**

Análise Situacional da Meta

No 1º semestre de 2014, houve deterioração nos indicadores da meta de aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial de forma a refletir sua participação relativa na economia global, quando comparado com o resultado do 2º semestre de 2013. Para o cálculo dos indicadores, utiliza-se como base de comparação (i) a média dos últimos 5 anos da participação relativa do Brasil na economia mundial, calculada a partir de dados da base World Economic Outlook Database April 2014, do FMI, atualizada em julho de 2014 (http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2014/01/weodata/index.aspx), ou seja, 2,991694%; e (ii) a participação em quotas do Brasil no FMI, de 1,79% e a participação acionária do País no Banco Mundial, de 1,76%, em julho de 2014. Desde 2010, a Quota do Brasil no BIRD (indicador 843) vem piorando sucessivamente (caiu de 78,7400%, em dezembro de 2010, para 58,8295%, em julho de 2014). É importante ressaltar que o aumento da subrrepresentação do Brasil no Grupo Banco Mundial ocorreu, primeiramente, devido ao aumento da participação da economia brasileira na economia mundial, demonstrado por recente atualização da base de dados. Também, essa situação foi agravada pela não subscrição de ações referentes aos aumentos seletivo e geral de capital de 2010 por parte do Brasil e concomitante integralização por outros membros, que diluiu a participação acionária do País. Em julho de 2014, a participação acionária do Brasil era de 1,76%, um recuo considerável, quando comparado ao resultado de dezembro de 2013, de 1,79% (vide indicador 843). Tal situação poderá ser, no entanto, corrigida mediante integralização das ações às quais o Brasil tem direito.

No caso do FMI, quando se compara com o ano de 2010, é verificada uma melhora da Quota do Brasil no FMI (indicador 842) - o índice de referência de 2010 era 53,0600% e a medição em julho de 2014 foi de 59,8323%. O resultado do 1º semestre de 2014 é ligeiramente melhor que a medição do 2º semestre de 2013, que foi de 58,1544%. O melhor do resultado do indicador 842 do 2º semestre de 2013, em relação ao 1º semestre de 2014, ocorreu porque a participação do Brasil na economia mundial foi levemente reduzida no período, enquanto sua participação em quotas no FMI se manteve inalterada.

No 2º semestre de 2014, houve deterioração nos indicadores da meta de aumentar a quota do Brasil no FMI e no Grupo Banco Mundial de forma a refletir sua participação relativa na economia global, quando comparado com o resultado do 1º semestre de 2014. Para o cálculo dos indicadores, utiliza-se como base de comparação (i) a média dos últimos 5 anos da participação relativa do Brasil na economia mundial, calculada a partir de dados da base World Economic Outlook Database October 2014, do FMI, atualizada em outubro de 2014 , ou seja, 3,07%; e (ii) a participação em quotas do Brasil no FMI, de 1,79% e a participação acionária do País no Banco Mundial, de 1,65%, em dezembro de 2014.

Em relação à data de apuração do Índice de Referência do PPA 2012-2015, 31/12/2010, a Quota do Brasil no BIRD importante ressaltar que a redução da representação do Brasil no Grupo Banco Mundial ocorreu devido ao aumento da participação da economia brasileira na economia mundial no período 2010-2014 e à não subscrição de ações referentes aos aumentos seletivo e geral de capital de 2010 por parte do Brasil, com concomitante integralização por outros membros, que diluiu a participação acionária do País. Em dezembro de 2014, a participação acionária do Brasil era de 1,65%, um recuo considerável, quando comparado à situação de julho de 2014, de 1,76%. Tal situação poderá ser, no entanto, corrigida mediante integralização das ações às quais o Brasil tem direito, no prazo e condições determinadas pelas Resoluções do BIRD – para aproximadamente metade das quotas às quais o País tem direito, o prazo limite para integralização da parte integralizável é fim de março de 2015.

No caso do FMI, quando se compara com o ano de 2010, é verificada uma melhora da Quota do Brasil no FMI – o

índice de referência de 2010 era 53,06% e a medição em dezembro de 2014 foi de 58,33%. A redução no desalinhamento da participação relativa brasileira no FMI, de aproximadamente 10%, é fruto da consolidação de alguns esforços empreendidos no período 2008-2010, com a implementação da 6ª Emenda ao Convênio Constitutivo do FMI, aprovada em abril de 2008, que acompanhou pacote de reformas autorizando o aumento de quotas e poder de voto de países emergentes e em desenvolvimento. Em 2011, o Brasil integralizou o seu aumento de quotas no valor de SDR 1.214,4 milhões, elevando o seu total de quotas para SDR 4.250,5 milhões, ou 1,79%, e seu poder de voto para 1,72% do total de votos.

- **Implementar diretrizes de política econômica com vistas ao crescimento sustentado e à solidez das contas públicas, com estabilidade de preços e promoção da competitividade**

Análise Situacional da Meta

Foco nos investimentos como forma de aumentar a competitividade é parte essencial da estratégia de desenvolvimento do país. Todavia, é importante ressaltar que as condições adversas da conjuntura econômica internacional ainda reúnem elementos que afetam a dinâmica do PIB em diversos países avançados e, de modo particular, nas economias em desenvolvimento. No terceiro trimestre de 2014 com dados dessazonalizados, na comparação com o trimestre. imediatamente anterior, a formação bruta de capital fixo cresceu 1,3%, após quatro trimestres seguidos de queda. Na comparação do acumulado de quatro trimestre em relação aos quatro trimestre imediatamente anteriores, sob a ótica da oferta agregada, a agropecuária continua apresentando taxas de crescimento positivas com alta de 1,1% em setembro de 2014, refletindo mais uma safra recorde. Ainda sob o prisma setorial, na mesma base de comparação, constata-se que o setor de serviços cresceu 1,2% enquanto a indústria caiu 0,5%. Pela ótica da demanda agregada, também na comparação do acumulado em quatro trimestre findos no terceiro trimestre de 2014 em relação aos quatro trimestre imediatamente anteriores, o consumo das famílias aumentou 1,5%, e o consumo da administração pública cresceu 2,1%. As exportações apresentaram elevação de 3,5%, beneficiadas pelo câmbio mais depreciado e pela gradual recuperação do comércio global, enquanto as importações cresceram 1,1%. A formação bruta de capital fixo foi a única componente da demanda agregada que apresentou queda (4,6%) nessa base de comparação.

Continuidade do Plano Brasil Maior: em 2014, o Governo manteve a orientação estratégica do Plano Brasil Maior e adotou diversas medidas de política industrial, tecnológica e de comércio exterior relacionadas à política industrial de incentivos à produção e ao investimento. A propósito, merecem destaque: a desoneração da folha de pagamentos para 56 segmentos da indústria, de comércio e serviços, e outros; o reestabelecimento do Reintegra ; a manutenção em zero das alíquotas de IPI para material de construção e bens de capital; incentivos para abertura de capital de empresas de porte médio; e a prorrogação do PSI/BNDES.

Margens de Preferência nas Compras Governamentais: instituição de margem de preferência de até 25% para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras com o objetivo de fomentar o desenvolvimento. A partir de 2011, foram editados 23 decretos autorizando a concessão de margem de preferência para produção nacional dos setores têxtil, máquinas e equipamentos, produtos médicos, veículos vias férreas, aéreas e terrestres, equipamentos de tecnologia da informação e comunicação e produtos institucionais. Em junho de 2014, o Governo Federal anunciou a ampliação da política de compras governamentais, com margem de preferência de 25% para todos os setores, aplicadas nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais, com validade até 2020.

Fomento a investimentos públicos, mediante a continuidade de ações previstas no PAC: segundo dados de monitoramento do PAC 2, divulgados pelo MP, até dezembro de 2014, o PAC 2 concluiu R$ 802,9 bilhões em obras, o que corresponde a 99,7% das ações previstas para o período 2011-2014. O Eixo Minha Casa, Minha Vida concluiu empreendimentos no valor de R$ 449,7 bilhões, correspondente a 1,87 milhão de moradias. As ações do Eixo Energia propiciaram a inclusão de 15.908 MW no parque gerador brasileiro. No Eixo Transportes, o PAC 2 concluiu obras em 3.775 km de Rodovias, 1.413 km em concessões em todo o Brasil, perfazendo 5.188 km de intervenções. Na área de portos, registrou-se a conclusão de 30; e de aeroportos, de 37, que ampliaram a capacidade de atendimento e a melhoria das condições para o fluxo de bens e serviços e de passageiros em todo o país. Nos Eixos Água e Luz, foram

selecionados mais 1.073 empreendimentos no âmbito do PAC 2, para execução de obras de abastecimento em áreas urbanas, dos quais 95% estão contratados. Essas ações representam R$ 11,2 bilhões de novos investimentos. O total selecionado beneficiará 926 municípios em 26 estados e no DF.

Política de valorização do salário mínimo: em 2014, o valor do salário mínimo foi reajustado de R$ 678,00 para R$ 724,00 a partir do dia 1° de janeiro, perfazendo reajuste de 6,8%. De acordo com o DIEESE, o referido reajuste beneficiará 48,2 milhões de pessoas e injetará R$28,4 bilhões na economia neste ano, com o aumento da renda dos assalariados.

Fundamentos fiscais: os resultados das contas públicas têm sustentado a Dívida Líquida do Setor Público em 36,2%, posição de novembro de 2014, um patamar considerado baixo para os padrões do país. Associado a isso, a contínua melhoria do perfil da Dívida Pública Federal, em termos de prazo e composição, tem se refletido em exitosas emissões de títulos brasileiros no exterior, denominados tanto em dólar e como em euro.

- **Instituir novas diretrizes e/ou modificar a legislação financeira, tributária e creditícia, com ênfase nos aspectos que propiciem a otimização dos recursos alocados na implementação de políticas públicas**

Análise Situacional da Meta

Algumas medidas na área financeira tributária e creditícia foram adotadas em 2014:

1) Ampliação e prorrogação do Programa BNDES de Sustentação do Investimento (BNDES PSI Bens de Capital) até o final de 2015.

2) Manutenção da redução à zero do prazo de apropriação dos créditos de PIS/COFINS sobre aquisição de bens de capital; e da desoneração permanente do IPI sobre caminhões e bens de capital, e material de construção.

3) Instituição em 2014 do Programa Nacional de Plataformas do conhecimento, que estabelece diretrizes para pautar encomendas tecnológicas destinadas à solução de problema técnico específico ou à obtenção de produto ou processo inovador, de bens ou serviços, que envolvam risco tecnológico, além de consignar estímulos à parceria entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica.

3) A desoneração da folha de pagamentos foi ampliada novamente com um acréscimo de mais seis setores a partir de janeiro de 2014. Com isso a desoneração passa a abranger 56 setores da economia com predominância da indústria de transformação. Os setores beneficiados são responsáveis por cerca de 10 milhões de empregos formais (21,2% do estoque formal de emprego no país em 2012), 25,8% das exportações e 37,4% das importações totais brasileiras em 2013). Em junho de 2014, foi anunciado o caráter permanente da desoneração da folha de pagamento para os setores já beneficiados, que incluem indústria, comércio, serviços e exportações.

4) Reestabelecimento do Reintegra: a MP nº 651, de 09/07/2014, autoriza, entre outras medidas, a reinstituição do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - Reintegra, Trata-se de regime tributário que permite a devolução, parcial ou integral, de um percentual da receita com as venda interna aos exportadores de produtos manufaturados, como forma de compensação por eventual resíduo tributário remanescente na cadeia de produção de bens exportados. A alíquota aplicável à base de devolução é de 0,1% a 3%. O valor poderá ser ressarcido em espécie ou compensado com débitos próprios.

5) Novo Refis: instituição de novos parâmetros para o parcelamento de débitos de natureza tributária, vencidos até 31 de dezembro de 2013, perante a Receita Federal do Brasil (RFB) ou a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Nos termos da Medida Provisória nº 651, de 09 de julho de 2014, é definida escala para o parcelamento de débitos dos contribuintes, da seguinte forma: autoriza-se o parcelamento de 5% para dívidas de até R$ 1 milhão; de 10% para débitos de R$ 1 a R$ 10 milhões; 15%, para passivos entre R$ 10 e 20 milhões, e 20% para dívidas superiores a R$ 20 milhões;

6) Isenção de ganhos de capital: a MP nº 651 de 2014 regulamentou a isenção tributária sobre ganhos de capital com ações de emissão majoritariamente primária de pequenas e médias empresas até 2023 de. O objetivo é estimular a captação de recursos de investimento por meio do mercado de capitais de empresas com valor de mercado de até R$ 700 milhões e com receita bruta no exercício anterior à oferta inicial de até R$ 500 milhões. Os fundos de investimentos constituídos com no mínimo 67% dessas ações também ficam isentos;

7) Debêntures de infraestrutura: prorrogação da vigência do incentivo tributário – A alíquota zero sobre ganhos de capital - dado às debêntures de infraestrutura, ou incentivadas, foi prorrogada de 31 de dezembro do próximo ano - data prevista na Lei 12.431 de 2011-, para 31/12/2020, conforme a MP. Desde que as debêntures de infraestrutura passaram a ser emitidas no fim de 2012, foram captados R$ 11,4 bilhões, sendo R$ 4,4 bilhões nos setores de petróleo e gás, R$ 3,2 bilhões, em rodovias, R$ 2 bilhões, em energia, R$ 1,2 bilhão, em ferrovias, e R$ 600 milhões em aeroportos.

8) Fundos de Investimento renda fixa: os Fundos de Investimento de Renda Fixa com cotas negociadas em bolsas de valores e mercados de balcão organizado serão tributados a partir de alíquotas de IR decrescentes em função do prazo médio de repactuação das carteiras dos fundos. Para o prazo médio de até 180 dias, a alíquota será de 25%, de até 720 dias, de 20%, e acima de 710 dias, de 15%.

- **Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional - CMN**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a inflação de 12 meses manteve-se em patamares próximos ao limite superior da meta, refletindo, em parte, a ocorrência de dois importantes processos de ajustes de preços na economia – realinhamento de preços domésticos em relação aos internacionais e realinhamento dos preços administrados em relação aos livres. Assim, a taxa de inflação medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 6,41%, posicionando-se, portanto, dentro do intervalo de tolerância de 2 pontos percentuais acima ou abaixo da meta central de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O controle da inflação se reveste de importância crucial para qualquer sociedade, permitindo que o horizonte de planejamento de consumidores e investidores se amplie e que o poder de compra seja preservado, contribuindo, dessa forma, para o crescimento dos rendimentos reais da população. À vista disso, o compromisso do Banco Central é manter a política monetária especialmente vigilante, de modo a minimizar riscos de que níveis elevados de inflação persistam no horizonte relevante para a política monetária.

Quantidade alcançada

6,41

Data de Referência

31/12/2014

- **Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional às exigências de capitalização**

Análise Situacional da Meta

Analisando os valores aferidos no período de janeiro a novembro de 2014, veremos que o indicador de Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização apresentou resultado de 99,99% de enquadramento para a data-base novembro/2014*. Se analisarmos o comportamento desse indicador mais detalhadamente, veremos que ele teve desempenho superior à meta de 98,8% durante todos os meses do ano, oscilando entre 99,79 e 99,99%. O valor relativo ao desenquadramento é originado em algumas instituições de pequeno porte, sobretudo cooperativas de crédito e corretoras de títulos e valores imobiliários. No período, tivemos uma média mensal de 24 instituições desenquadradas, que somadas representavam um patrimônio inferior a R$ 437 milhões de um total médio de R$ 525 bilhões de Patrimônio Líquido Exigível consolidado para todo o Sistema Financeiro Nacional (SFN) no ano de 2014. Conclui-se, assim, ser bastante sólido o nível de capitalização das instituições do sistema financeiro brasileiro, contribuindo diretamente para a consecução do objetivo da iniciativa que é assegurar a solidez do SFN.

*O índice é calculado mensalmente conforme a data-base em que os elementos necessários para seu cálculo estão disponíveis. Assim, o valor informado para um determinado mês utiliza dados contábeis do segundo mês anterior, em função do prazo que as instituições têm para remeter o Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) e da garantia de representatividade dos dados na data do processamento. A partir da data base outubro/2013 esse indicador sofreu alteração em sua fórmula de cálculo para adequá-lo as novas Regras de Basileia III, que foram regulamentadas pela Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

Quantidade alcançada

99,99
Data de Referência
30/11/2014

OBJETIVO: 0889 - Propor e/ou aperfeiçoar medidas regulatórias voltadas às atividades econômicas e ao mercado de captação de poupança popular.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Visando a aumentar a eficiência econômica, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) se manifesta sobre a regulação das atividades de prestação de serviços públicos e de infraestrutura, de comércio, de serviços e do setor industrial. A Secretaria trabalha no sentido de identificar falhas em estruturas regulatórias vigentes ou propostas com o intuito de remover entraves desnecessários e nocivos à concorrência. Este Objetivo também abrange outras três grandes áreas de atuação: (1) autorização e fiscalização para a distribuição gratuita de prêmios e captação de poupança popular; (2) autorização e fiscalização de planos de sorteios relativos às extrações lotéricas vinculadas a corrida de cavalos (sweepstakes), bem como de outras modalidades de loteria turfística autorizadas; e (3) autorização, homologação, fiscalização e monitoramento das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal.
Em 2014, o MF continuou a se manifestar para aperfeiçoar as medidas de regulação apresentadas pelas agências reguladoras, com destaque para os setores de transportes, energia, telecomunicações, saúde, e também de prêmios e sorteios.

Metas 2012-2015

- **Realizar 2.400 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais**

Análise Situacional da Meta

Em 2014, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) realizou 731 eventos, o que representa 122 % da meta prevista para todo o ano 600 eventos. Foram analisados 720 processos de promoções comerciais, e 11 processos de homologação de loterias. Este bom resultado deveu-se ao aumento no número de promoções comerciais realizadas por shopping centers, associações comerciais e instituições financeiras e às promoções comerciais relacionadas à Copa do Mundo de 2014. Com relação ao produto “evento acompanhado”, nota-se, em comparação com o resultado declarado no mesmo período do ano anterior, uma diminuição quantitativa que se justifica por um ajuste interno na sistemática de contagem dos eventos acompanhados. Antes eram consideradas separadamente operações que, em segunda análise, constituem etapas integrantes de um mesmo evento. Pela contagem anterior, em Processos Administrativos de Prêmios e Sorteios a autorização e a homologação de uma promoção comercial eram entendidas como eventos próprios e distintos, o que se alterou neste ano de 2014, a partir do qual tais operações passaram a ser consideradas estágios de um único evento, qual seja, o acompanhamento da promoção comercial. Para 2015, a previsão é a realização de 600 eventos de homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais.

Quantidade alcançada: 731 (2014) + 2.373 (acumulado 2012/2013) = 3.104
Data de Referência: 31/12/2014
Quantidade alcançada
3.104
Data de Referência
31/12/2014

- **Realizar 300 manifestações sobre regulação de atividades econômicas**

Análise Situacional da Meta

No ano de 2014, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) realizou 434

manifestações, contra uma previsão de 75 para todo o ano. Este excelente resultado deveu-se à entrada em vigor da Lei nº 12.529/11 que aumentou consideravelmente as atribuições da Seae/MF nesta área. Destaque-se a dificuldade em realizar uma previsão apurada da meta, tendo em vista que as manifestações da Secretaria dependem do número de medidas publicadas pelas agências reguladoras.

Quantidade alcançada: 434 (2014) +675 (acumulado 2012/2013) = 1.109
Data de Referência: 31/12/2014

Quantidade alcançada

1.109

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0893 - Viabilizar a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros, por meio de produtos e serviços bancários dos bancos públicos federais para população de baixa renda.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Foram realizadas ações para capacitação de pessoas de baixa renda destacam-se a distribuição do prospecto de Informações Essenciais e Dicas de Crédito Consciente aos Clientes, uma iniciativa que educa financeiramente ao mesmo tempo em que atende à determinação da Resolução CMN BACEN nº 4.283/13, e a confecção de vídeos de educação financeira abordando “Fundamentos de Educação Financeira” e “Planejamento Orçamentário”.

Em relação à disponibilização de produtos complementares à população baixa renda, caso cumprida a meta planejada para o ano 2015, será superada a meta planejada para todo o período do PPA 2012-2015.

No ano de 2014, a CAIXA realizou contratações de seguro e previdência no valor de R$ 131.576.372,00, alcançando 86,44% da meta financeira prevista de R$ 152.223.177,00, contribuindo para a execução da política pública de inclusão financeira da população de baixa renda.

A seguir detalhamos a quantidade física e o financeiro realizado no ano 2014.

•Quantidade Física

Produto Seguro -- janeiro/dezembro = 1.026.468

Produto Previdência -- janeiro/dezembro = 3.123

•Realizado Financeiro

Produto Seguro -- janeiro/dezembro = R$131.264.072

Produto Previdência -- janeiro/dezembro = R$ 312.300

03OD - Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010. Responsável: CAIXA

Em 2014, foram abertas 928.742 com o investimento financeiro de R$ 18.574.840. A execução equivale a 62% da meta financeira de 2014.

04FF - Realização de negócios sociais junto aos beneficiários da estratégia negocial DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável - Responsável Banco do Brasil

Os números abaixo retratam a atuação do BB (posição novembro/2014):

- Quantidade de Planos de Negócios DRS ativos: 1.517
- Quantidade de beneficiários da Estratégia DRS em Planos de Negócios: 695.925;
- Quantidade de beneficiários da Estratégia DRS em Planos de Negócios, detentores de operações que compõem o portfólio de Negócios Sociais: 200.812;
- Percentual de Beneficiários DS c/ operações de Negócios Sociais: 28,86%.

Os Planos de Negócios DRS ativos são conduzidos por 1.358 agências BB e 34 Postos de Atendimento Avançados – PAA, totalizando 1.392 dependências distribuídas em todos os estados brasileiros.

Desempenho Financeiro alcançado: Não há metas físico-financeiras atreladas às Medidas Institucionais.

Ainda em 2014, foram abertas pela Caixa 928.742 contas correntes Caixa Fácil, o equivalente a 62% do previsto para o ano, volume inferior a 2013 (96%). Após o lançamento da operação Poupança CAIXA Fácil, percebeu-se a migração da preferência do cliente para a opção poupança Caixa Fácil, provavelmente em função dos rendimentos oferecidos e associados ao produto. A quantidade prevista em número de contas correntes a serem abertas anualmente, é de 1.500.000 (contas 023). Em contrapartida, em 2014, foram abertas 2.536.460 contas poupanças da modalidade.

Nesse sentido, está em análise pelo Ministério do Planejamento a solicitação de alteração do nome da iniciativa para "Viabilizar a abertura de conta de depósito simplificada corrente e poupança para pessoas de baixa renda", visto que a conta simplificada de poupança é instrumento igualmente importante para a bancarização e inclusão financeira.

Por sua vez, da parte do Banco do Brasil (BB), são realizados negócios sociais junto aos beneficiários da Estratégia Negocial DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável. Negócios Sociais são iniciativas economicamente rentáveis que buscam soluções para problemas sociais, utilizando mecanismos de mercado, com o objetivo de resolver desigualdades socioeconômicas, de forma sustentável, garantindo renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos.

A atuação do BB é realizada por meio de soluções aderentes e adaptadas a programas sociais do Governo nos quais o Banco é agente executor, tais como: FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), MCMV (Minha Casa Minha Vida), MPO (Microcrédito Produtivo Orientado), Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e BB Crédito Acessibilidade, integrando e otimizando os esforços da Rede de Agências em prol dos Negócios Sociais, em conjunto com a estratégia DRS, além de estratégias específicas de atuação territorial com foco nos centros urbanos, nas oportunidades dos grandes eventos esportivos, parcerias em desenvolvimento sustentável com governos, empresas e entidades.

Em 2014, havia 695.925 beneficiários da estratégia DRS, detentores de operações que compõem o portfólio de Negócios Sociais.

O Banco do Nordeste, por sua vez, contribui para a inclusão social da população desassistida de serviços financeiros através de seus dois programas de microcrédito: Crediamigo, atendendo às necessidades de microcrédito urbana e o Agroamigo voltado ao atendimento das necessidades de financiamento dos agricultores familiares, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Metas 2012-2015

- **Realizar a inclusão social da população de baixa renda, por intermédio do acesso a produtos e serviços financeiros e capacitar os novos clientes de baixa renda em educação financeira**

  Análise Situacional da Meta

  Iniciativa 03OA - Capacitar as pessoas de baixa renda que abrirem contas nos bancos federais em Educação Financeira para que façam bom uso da conta, do crédito e dos produtos decorrentes de forma que a bancarização tenha efeitos positivos na inclusão social dessas pessoas. Responsável: CAIXA

  Não há meta financeira cadastrada no SIOP. Entretanto, foram realizadas ações para capacitação de pessoas de baixa renda destacam-se a distribuição do prospecto de Informações Essenciais e Dicas de Crédito Consciente aos Clientes, uma iniciativa que educa financeiramente ao mesmo tempo em que atende à determinação da Resolução CMN BACEN nº 4.283/13, e a confecção de vídeos de educação financeira abordando "Fundamentos de Educação Financeira" e "Planejamento Orçamentário".

  Iniciativa 03OB - Concessão de Crédito para pessoas de baixa renda com finalidades de consumo ou empreendedoras, com taxas de juros diferenciadas para essa faixa da população. Responsável: CAIXA

  Em 2014, foi solicitada a exclusão da iniciativa 03OB devido o produto utilizar recursos da exigibilidade, vez que este já está contemplado na iniciativa 04FT, do programa 2071, que tem meta vinculada ao microcrédito produtivo orientado.

  Iniciativa 03OC - Disponibilizar um portifólio de produtos complementares (seguro e previdência privada) destinados à

população de baixa renda para complementar a bancarização desse segmento de clientes. Responsável: CAIXA

Em relação a iniciativa 03OC, que disponibiliza produtos complementares à população baixa renda, caso cumprida a meta planejada para o ano 2015, será superada a meta planejada para todo o período do PPA 2012-2015.

No ano de 2014, a CAIXA realizou contratações de seguro e previdência no valor de R$ 131.576.372,00, alcançando 86,44% da meta financeira prevista de R$ 152.223.177,00, contribuindo para a execução da política pública de inclusão financeira da população de baixa renda.

A seguir detalhamos a quantidade física e o financeiro realizado no ano 2014.

•Quantidade Física

oProduto Seguro -- janeiro/dezembro = 1.026.468

oProduto Previdência -- janeiro/dezembro = 3.123

•Realizado Financeiro

oProduto Seguro -- janeiro/dezembro = R$131.264.072

oProduto Previdência -- janeiro/dezembro = R$ 312.300

03OD - Viabilizar a abertura de conta corrente para as pessoas de baixa renda nos moldes estabelecidos pelas Resoluções BACEN 3.211/2004 e 3.881/2010. Responsável: CAIXA

Após o lançamento da operação Poupança CAIXA Fácil, percebeu-se a migração da preferência do cliente para a opção poupança Caixa Fácil, provavelmente em função dos rendimentos oferecidos e associados ao produto. A quantidade prevista em número de contas correntes a serem abertas anualmente, é de 1.500.000 (contas 023). Em contra partida, em 2014, foram abertas 2.536.460 contas poupanças da modalidade.

Nesse sentido, está em análise pelo Ministério do Planejamento a solicitação de alteração do nome da iniciativa para “Viabilizar a abertura de conta de depósito simplificada corrente e poupança para pessoas de baixa renda”, visto que a conta simplificada de poupança é instrumento igualmente importante para a bancarização e inclusão financeira.

04FF - Realização de negócios sociais junto aos beneficiários da estratégia negocial DRS - Desenvolvimento Regional Sustentável - Responsável Banco do Brasil

Os números abaixo retratam a atuação do BB (posição novembro/2014):

- Quantidade de Planos de Negócios DRS ativos: 1.517
- Quantidade de beneficiários da Estratégia DRS em Planos de Negócios: 695.925;
- Quantidade de beneficiários da Estratégia DRS em Planos de Negócios, detentores de operações que compõe o portfólio de Negócios Sociais: 200.812;
- Percentual de Beneficiários DS c/ operações de Negócios Sociais: 28,86%.

Os Planos de Negócios DRS ativos são conduzidos por 1.358 agências BB e 34 Postos de Atendimento Avançados – PAA, totalizando 1.392 dependências distribuídas em todos os estados brasileiros.

Desempenho Financeiro alcançado: Não há metas físico-financeiras atreladas às Medidas Institucionais.

Quantidade alcançada

150.151.212

Data de Referência

31/12/2014

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014 a CVM conferiu continuidade ao planejamento de suas atividades de supervisão segundo modelo baseado em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427, de 21 de dezembro de 2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Com base nesse modelo, a CVM destina maior atenção a mercados, produtos e entidades supervisionadas que demonstram maior probabilidade de apresentar falhas em sua atuação e representam potencialmente um dano maior para os investidores ou para a integridade do mercado de valores mobiliários.

As ações preventivas de supervisão realizadas ao longo do exercício foram direcionadas às empresas, fundos de investimento, auditores independentes, mercado e intermediários, nos termos estabelecidos no Plano Bienal 2013-2014, divulgado no sítio institucional da entidade (www.cvm.gov.br), onde também podem ser encontrados os Relatórios Semestrais de execução e o Plano para o biênio 2015-2016.

No âmbito das emissões de valores mobiliários, merece registro o crescimento das ofertas públicas de títulos do agronegócio, com destaque para o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), cujo volume financeiro subiu de R$ 185 milhões em 2012 para R$ 250 milhões em 2013 e alcançou montante superior a R$ 1 bilhão em 2014, o que demonstra a importância do mercado de capitais como alternativa ao setor bancário para o financiamento desse importante setor da economia brasileira.

A respeito das atividades de regulação do mercado, deve ser destacada a edição das Instruções CVM nº 547, 548, 549, 551 e 552, e dos normativos destinados à aprovação de pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que dispuseram, entre outros assuntos, sobre a evidenciação na divulgação dos relatórios contábil-financeiros.

As Instruções CVM nº 547 e nº 548, respectivamente, flexibilizaram o regime de divulgação de informação sobre ato ou fato relevante e dispensaram a publicação em jornal dos avisos obrigatórios em ofertas públicas, com o objetivo de facilitar e agilizar a disseminação de atos e fatos relevantes, bem como contribuir para a redução dos custos de acesso e manutenção das companhias abertas.

A Instrução CVM nº 549 criou os fundos de investimento em ações – mercado de acesso (FMA), que têm como política de investimento aplicar pelo menos 2/3 do seu patrimônio em ações de companhias listadas neste segmento, aprimorando o ambiente regulatório para que empresas de menor porte consigam acessar o mercado de capitais e se financiar por meio de emissões públicas de ações. Também com vistas ao segmento de empresas de menor porte, a Instrução CVM nº 551 inseriu as ações no rol de ativos que podem ser distribuídos publicamente com esforços restritos e estabeleceu novas regras relacionadas à distribuição e negociação de valores mobiliários por emissores em fase pré-operacional.

Ainda no âmbito das atividades de regulação do mercado de capitais, a Instrução CVM nº 552 atualizou vários dispositivos do formulário de referência previsto na Instrução CVM nº 480, de forma a racionalizar e aprimorar a prestação de informações pelas companhias. Além disso, disciplinou as informações que devem ser divulgadas ao mercado pela companhia sempre que for realizada uma transação entre partes relacionadas que se enquadre em determinados critérios, permitindo que os acionistas possam monitorar as transações mais relevantes de forma mais estreita e imediata.

Com relação às atividades de proteção e orientação aos investidores, em 2014 foi realizada a 1ª Semana Nacional de Educação Financeira (www.semanaenef.gov.br) e oferecidas gratuitamente ao público 170 iniciativas educacionais, como palestras, cursos, premiações e atividades por meio eletrônico.

Especificamente no âmbito da educação de investidores, a CVM lançou a terceira edição eletrônica do livro “Mercado de Valores Mobiliários”, além de um novo livro: “Relações com Investidores – Da pequena empresa ao mercado de capitais”, neste caso em parceria com o Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI). A CVM também lançou um novo curso de educação financeira, à distância, voltado para jovens.

A fim de buscar soluções para fomentar mudanças de comportamentos financeiros prejudiciais ao indivíduo e, bem assim, estimular o hábito de planejamento financeiro e de formação de poupança, como requisito para o investimento consciente, foram realizadas as seguintes ações: i) criação de Núcleo de Estudos Comportamentais; ii) organização de uma conferência internacional; e iii) lançamento de blog dedicado a essas reflexões (http://pensologoinvisto.cvm.gov.br/).

No que tange à atuação internacional, em 2014 a CVM conseguiu um assento no Monitoring Board da International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS). Por meio do Monitoring Board, as autoridades do mercado de capitais que endossam ou estabelecem a adoção dos standards do IFRS em suas respectivas jurisdições, como é o caso da CVM, se tornam aptas a cumprir seus mandatos de maneira mais efetiva no que diz respeito à proteção do investidor, integridade de mercado e formação de capital.

No segundo semestre do ano, a CVM sediou, no Rio de Janeiro/RJ, a 39ª Conferência Anual da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO). No âmbito dessa organização, a CVM foi eleita vice-presidente do Growth & Emerging Markets Committee e integrará o grupo de trabalho que definirá a direção estratégica da organização para o período 2015-2020.

Por fim, em termos de atividade sancionadora, a CVM instaurou, em 2014, 86 processos. No mesmo período, o Colegiado da entidade julgou 42 processos, que resultaram na aplicação de 128 multas, 16 advertências e cinco inabilitações. Outros 19 processos sancionadores / procedimentos investigativos foram encerrados por meio do cumprimento de obrigações constantes de Termos de Compromisso.

Ademais, cabe destacar que, no ano, foram aceitas 39 propostas de Termo de Compromisso.

Metas 2012-2015

- **Direcionar as ações de supervisão e regulação do mercado de valores mobiliários para a mitigação dos principais riscos relacionados ao desempenho das atribuições legais conferidas à CVM pela Lei nº 6.385/1976, objetivando uma abordagem mais preventiva do que reativa e a racionalização da aplicação dos recursos humanos e materiais. Entre 2012 e 2015, deverão ser elaborados e divulgados: - 2 Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco - 8 Relatórios Semestrais de Execução dos Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco**

  Análise Situacional da Meta

  No triênio 2012-2014 a CVM deu continuidade ao planejamento de suas atividades segundo um modelo de supervisão baseada em risco, conforme determinado pela Resolução nº 3.427/06 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

  Em 2012, foram divulgados à sociedade 2 Relatórios Semestrais (2º semestre de 2011 e 1º de 2012) e o Plano Bienal para o período 2013-2014; em 2013, 2 Relatórios Semestrais (2º semestre de 2012 e 1º de 2013); em 2014, 2 Relatórios Semestrais (2º semestre de 2013 e 1º de 2014) e o Plano Bienal para o período 2015-2016.

  Em 2015, serão divulgados os dois últimos Relatórios Semestrais previstos para o quadriênio 2012-2015 (2º semestre de 2014 e 1º de 2015). Com isso, a meta estabelecida para o Objetivo 0894 (elaboração e divulgação de 2 Planos Bienais de Supervisão Baseada em Risco e de 8 Relatórios Semestrais) será cumprida em sua integralidade.

Por fim, a manutenção do sistema de supervisão baseada em risco consiste em medida prevista no objetivo nº 11 do Planejamento Estratégico da CVM para 2023.

O Planejamento Estratégico da CVM, os Planos Bienais e os Relatórios Semestrais podem ser acessados em http://www.cvm.gov.br.

- **Realizar as atividades de regulamentação com base em metodologias de AIR - Análise do Impacto Regulatório / CBA - Cost-benefit Analysis**

Análise Situacional da Meta

As principais ações destinadas à implantação da metodologia de AIR - Análise do Impacto Regulatório / CBA - Cost-benefit Analysis foram definidas no exercício de 2012 e exercitadas em 2013: i) levantamento das diferentes visões existentes sobre AIR, quanto aos seus objetivos gerais e específicos; ii) levantamento das alternativas existentes quanto ao escopo das análises, bem como a extensão e aplicabilidade da análise e iii) elaboração de diferentes alternativas de inserção da AIR dentro do processo decisório na CVM. Em 2013 e 2014, foram realizados estudos de impacto regulatório que subsidiaram a tomada de decisões pelo órgão Colegiado da CVM, o que também está previsto para ocorrer em 2015.

Com isso, a meta estabelecida para o Objetivo 0894 (realizar as atividades de regulamentação com base em metodologias de AIR / CBA) será cumprida em sua integralidade.

Ademais, o aprimoramento contínuo do processo de análise de impacto regulatório consiste em medida prevista no objetivo nº 10 do Planejamento Estratégico da CVM para 2023.

O Planejamento Estratégico da CVM pode ser acessado em http://www.cvm.gov.br.

- **Realizar a supervisão das companhias de capital aberto, fundos de investimento, auditores independentes, intermediários e autorreguladores com base em um sistema de supervisão baseada em riscos**

Análise Situacional da Meta

Os Planos de Supervisão Baseada em Risco para os biênios 2011-2012 e 2013-2014 contemplaram a supervisão de companhias de capital aberto, auditores independentes, fundos de investimento, intermediários e autorreguladores. O Plano para o biênio 2015-2016 prevê ações também para as distribuições públicas de valores mobiliários, com concentração na fase pós-concessão de registro e nas ofertas com esforços restritos, relativas à Instrução CVM nº 476/09.

Com isso, a meta estabelecida para o Objetivo 0894 (realizar a supervisão das companhias de capital aberto, fundos de investimento, auditores independentes, intermediários e autorreguladores com base em um sistema de supervisão baseada em riscos) será cumprida em sua integralidade.

A manutenção do sistema de supervisão baseada em risco consiste em medida prevista no objetivo nº 11 do Planejamento Estratégico da CVM para 2023.

O Planejamento Estratégico da CVM, os Planos Bienais e os Relatórios Semestrais podem ser acessados em http://www.cvm.gov.br.

- **Reduzir o tempo de trâmite dos processos sancionadores por meio do mapeamento de seus fluxos e da definição de indicadores de desempenho**

Análise Situacional da Meta

Esta meta do PPA está alinhada aos direcionadores estratégicos da CVM para o período 2013-2023, especificamente ao objetivo nº 12, que estabelece que os processos investigativos e sancionadores devem ser céleres, eficientes e produzir o efeito pedagógico necessário à efetiva inibição de irregularidades.

Em 2013, o Comitê de Governança Estratégica da CVM aprovou a execução de um projeto que apresentava, como um de seus objetivos, o estabelecimento de metas de prazo em relação ao estoque e instrução dos processos administrativos sancionadores.

Como resultado do projeto, a PORTARIA/CVM/PTE/N.º 173, editada em dezembro de 2013 com a finalidade de instituir os indicadores de desempenho institucional para o exercício de 2014, contemplou três metas destinadas ao fortalecimento da atividade sancionadora por meio do estímulo da celeridade processual:

M1: não possuir processos em aberto nas diversas superintendências no dia 31.12.2014, e que pudessem resultar, em tese, em alguma ação de enforcement (ofício de alerta, stop order, termo de acusação ou proposta de instauração de inquérito administrativo), que tivessem sido iniciados antes de 01.01.2009.

M2: não possuir processos que aguardassem pela instauração de inquérito administrativo na Superintendência de Processos Sancionadores no dia 31.12.2014 cuja proposta de instauração tivesse sido formulada antes de 01.01.2010.

M3: não possuir inquéritos administrativos em instrução na Superintendência de Processos Sancionadores no dia 31.12.2014 cuja proposta de instauração tivesse sido formulada antes de 01.01.2009.

Ademais, de modo a garantir que uma maior celeridade na tramitação dos processos não comprometesse a qualidade de sua instrução, foi instituído um indicador destinado à aferição da efetividade das acusações formuladas pelas áreas técnicas e julgadas pelo Colegiado. Para 2014, a meta era ter, no mínio, 62% das acusações resultando em condenações ou absolvições sem unanimidade.

As quatro metas estabelecidas para o exercício de 2014 foram cumpridas em sua integralidade e, para 2015, foram acrescidos quatro indicadores relacionados ao tempo de estoque e instrução dos processos administrativos sancionadores.

Em resumo, as metas para 2015 são as seguintes:

M1: aferição da efetividade das acusações formuladas pelas áreas técnicas e julgadas pelo Colegiado mediante a verificação do percentual de absolvições por unanimidade decorrentes das acusações apreciadas pelo órgão Colegiado nos julgamentos dos processos administrativos. Meta para 2015: 70,5% das acusações devem resultar em condenações ou absolvições sem unanimidade.

(a meta de 2015 é superior à de 2014 em 8,5 pontos percentuais)

M2: não possuir processos em aberto nas diversas superintendências no dia 31.12.2015, e que possam resultar, em tese, em alguma ação de enforcement (ofício de alerta, stop order, termo de acusação ou proposta de instauração de inquérito administrativo), que tenham sido iniciados antes de 01.01.2012.

(a meta de 2015 é superior em 3 anos à de 2014)

M3: não possuir processos que aguardem pela instauração de inquérito administrativo na Superintendência de Processos Sancionadores no dia 31.12.2015 cuja proposta de instauração tenha sido formulada antes de 01.01.2014.

(a meta de 2015 é superior em 4 anos à de 2014)

M4: não possuir inquéritos administrativos em instrução na Superintendência de Processos Sancionadores no dia 31.12.2015 cuja proposta de instauração tenha sido formulada antes de 01.01.2012.

(a meta de 2015 é superior em 3 anos à de 2014)

M5: reduzir em 25% o estoque de Processos Administrativos Sancionadores pendentes de julgamento no Colegiado até 2019 – meta de julgamento para 2015: 65 processos, com base no estoque de 31.12.2014.

M6: não possuir processos administrativos sancionadores pendentes de julgamento pelo Colegiado no dia 31.12.2015 cuja distribuição (definição de Relator) tenha ocorrido antes de 01.01.2013.

M7: concluir 90% das negociações envolvendo Termos de Compromisso em até 90 dias corridos a partir da reunião do Comitê na qual a proposta foi apreciada.

M8: concluir 80% dos relatórios de negociação envolvendo Termos de Compromisso em até 60 dias corridos a partir da decisão final do Comitê.

Com isso, a meta estabelecida para o Objetivo 0894 (reduzir o tempo de trâmite dos processos sancionadores por meio do mapeamento de seus fluxos e da definição de indicadores de desempenho) será cumprida em sua integralidade.

O Planejamento Estratégico da CVM pode ser acessado em http://www.cvm.gov.br.

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

Em 2014, relevantes ações foram implementadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep visando aprimorar o processo de regulação e fiscalização do setor de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta. Nos últimos anos, o setor tem apresentado crescimento significativo e constante e com perspectivas de manter esse vigor por mais tempo, seja pelo espaço que ainda tem para se desenvolver no país, seja pela própria dinâmica da atividade.

A estimativa do mercado supervisionado aponta para uma receita total do setor, em 2014, próxima dos R$ 200 bilhões, o que significa pouco mais de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e ativos totais acima de R$ 600 bilhões. Estão em operação 124 sociedades seguradoras, 120 resseguradores, 20 sociedades de capitalização, 24 entidades abertas de previdência complementar e mais de 88 mil corretores de seguros. Focada na evolução deste segmento, a Susep vem trabalhando em várias frentes para colaborar com esse desenvolvimento e permitir a consolidação da atividade no âmbito da economia brasileira.

Entre as iniciativas, destaca-se o Laboratório de Produtos, tendo como objetivo estimular o mercado com a criação de

normas para produtos que ainda não estão sendo comercializados. Já se encontram em análise e em fase de desenvolvimento quatro propostas de normativos que deverão ser colocadas em consulta pública e posteriormente servirão para o lançamento dos produtos: Seguro Auto Popular, "Universal Life", VGBL Saúde e Risco de Longevidade para Fundos de Pensão.

Na área de supervisão, foram intensificadas a fiscalização "in loco" e o monitoramento da solvência visando o saneamento do mercado supervisionado. Foram decretadas as liquidações extrajudiciais das empresas Federal de Seguros S.A., Federal Vida e Previdência S.A e Blazei Participações S.A. e a inclusão das empresas Confiança Cia de Seguros e GBOEX – Grêmio Beneficente no regime de direção fiscal.

De janeiro a dezembro de 2014, a Susep realizou 238 ações de fiscalização. Os dados revelam um crescimento nas ações de fiscalização desde meados de 2011. Naquele ano, foram realizadas 192 ações; em 2012, 216; em 2013, 226. Ao longo do ano, além das ações planejadas inicialmente, recebeu-se demandas de trabalho internas e externas (Ministério Público, Poder Judiciário etc) para realização de diligências específicas.

Nas ações preventivas, destaca-se a criação do Comitê Permanente de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Coibição ao Financiamento do Terrorismo nos Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Privada Aberta (CPLD), que deu início às suas atividades no dia 14 de novembro. O Comitê tem por objetivo propor normas, procedimentos, estudos, novos padrões e o uso de novas tecnologias para atender à sua finalidade.

No âmbito das decisões normativas, a Susep aprovou a exigência às empresas supervisionadas da auditoria atuarial independente, que passa a ser feita por auditores contratados e de fora da empresa, o que deverá conferir mais transparência, confiabilidade e, consequentemente, mais solidez ao setor. A medida tem como objetivo avaliar de forma autônoma e imparcial os principais procedimentos e cálculos atuariais efetuados pelas sociedades supervisionadas que afetam a solvência dessas companhias.

O Seguro Viagem foi outro ato normativo lançado no período que teve como objetivo preencher uma lacuna percebida pela Susep em relação aos anseios dos consumidores por esse tipo de produto. As despesas médicas, hospitalares e odontológicas passaram a fazer parte das coberturas obrigatórias que devem ser oferecidas aos consumidores na contratação desse seguro nas viagens ao exterior. Nas viagens nacionais, a cobertura é opcional.

A partir de 2011, o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e a Susep editaram uma série de normativos para a regulamentação de produtos voltados exclusivamente para a população de baixa renda e para microempreendedores individuais, os chamados microsseguros, bem como criou a figura da sociedade seguradora que opera exclusivamente com microsseguro, conhecida como microsseguradora. Além desses pontos, destaca-se a regulamentação de novos canais de distribuição como: corretor de microsseguros, correspondentes de microsseguros, representantes de seguros e a contratação por meios remotos, os quais foram fundamentais para o avanço do produto. Decorrente de tais medidas, o mercado de seguros lançou, até o final de 2014, 36 produtos especialmente desenhados para o público de baixa renda e, atualmente, conta com 22 seguradoras autorizadas a operar com o produto. Para os próximos anos, há perspectiva de que novos planos de microsseguro e operadores sejam incluídos nesse segmento, visando atender o público que integra a classe C e D na pirâmide social, a nova classe média, atualmente estimada em 100 milhões de pessoas.

Ainda com foco nos produtos ofertados ao público que integra a nova classe média, observou-se uma rápida evolução do seguro de Garantia Estendida, impulsionada pela expansão do crédito, o que tornou as parcerias estabelecidas entre varejistas e seguradoras (além de outros tipos de instituições financeiras) um meio cada vez mais significativo e sofisticado para o aumento de receitas. A fim de estimular corretamente o crescimento de tal nicho, o CNSP e a Susep editaram normativos para regular essas operações, alcançando não apenas os produtos de seguro de Garantia Estendida, mas também outros ramos comercializados por esse canal de distribuição.

No que tange a Resseguros, destacam-se dois tópicos de bastante relevância para o mercado de resseguros sobre o qual a Susep debruçou-se durante o ano de 2014: i) a formalização dos contratos de resseguro e ii) a possibilidade de retrocessão para seguradoras. Ambos serão objeto de normatização em 2015.

A Gestão do Risco Rural é uma das ações que constitui a base da Política Agrícola brasileira e o Seguro Rural uma das frentes da gestão do risco rural. Ao Governo Federal compete a definição das regras, implementando e garantindo o

ambiente legal para o seu desenvolvimento e à Susep, a avaliação dos produtos de seguro rural ofertados pelo mercado, como instrumento de Política Agrícola.

Com o intuito de fomentar a entrada de mais seguradoras no Ramo Riscos de Petróleo, cuja taxa de cessão foi próxima a 90% nos últimos 3 anos, em setembro/2014, foi publicada a Circular Susep nº 495/2014, estabelecendo que apenas 40% dos prêmios emitidos e cedidos pelas companhias seguradoras no ramo riscos de petróleo deveriam ser considerados para fins de apuração do limite definido pelo art. 16 da Resolução CNSP nº 168/2007, qual seja, o limite de cessão global de 50% dos prêmios emitidos, para cada ano civil, nas operações de resseguro.

Em parceria com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), foi publicada a Instrução Normativa Conjunta SUSEP/PREVIC que trata de Portabilidade de planos fechados para abertos e vice versa. Com o Banco Central, foi desenvolvida a minuta de Decisão Conjunta BCB/SUSEP – que trata do instituto da transferência de Fundo de Aposentadoria Programada Individual - FAPI para aquisição de renda em plano de previdência, em fase final de aprovação.

A Susep atuou em inúmeros fóruns de discussão multilaterais e grupos de trabalho, como: na Câmara Temática dos Seguros do Agronegócio e no Comitê Gestor do Seguro Rural; e no Subcomitê de Inclusão Financeira do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec).

A Susep também participa do Subcomitê de Resseguros [1] e do Grupo de Trabalho de Inclusão Financeira, ambos da Associação Internacional de Supervisores de Seguros (IAIS – International Association of Insurance Supervisors).

A atuação no Subcomitê de Inclusão Financeira da IAIS foi reconhecida, motivo pelo qual a Autarquia foi convidada, no final de 2014, a presidir o Grupo de Trabalho da IAIS constituído para elaborar paper sobre Conduta de Mercado, Canais de Distribuição e Direitos do Consumidor em Mercados de Seguros Inclusivos (Drafting Group Issues paper on Market Conduct, Distribution and Consumer Protection in Inclusive Insurance).

No âmbito do Subcomitê de Inclusão Financeira do Coremec, a Susep e os demais órgãos integrantes do Grupo iniciaram, com o apoio do Sebrae, o desenvolvimento de uma estratégia conjunta de atuação junto ao Microempreendedor Individual e as Micro e Pequenas empresas.

As ações de educação financeira setoriais da Susep incluíram, no ano de 2014, palestras para o público em geral sobre temas de interesse da população, decorrente das dúvidas e consultas mais frequentes no setor de atendimento ao consumidor. As referidas palestras eram parte do evento “Sextas Financeiras”, organizado pela Escola de Educação Financeira do Rioprevidência, com a qual a Susep firmou acordo de cooperação técnica em dezembro.

No que se refere ao atendimento à sociedade, no exercício de 2014, a Susep recebeu um total de 26.471 reclamações. No mesmo período, houve a instauração de 889 processos administrativos, o que representa aproximadamente 4% do total de reclamações. Com relação ao mesmo período apurado em 2013, houve alteração na forma de cálculo, que passou a considerar apenas o total de reclamações. Anteriormente, considerava-se o total de atendimentos, o que incluía as consultas e pedidos de informações e de esclarecimentos. Mesmo com esta alteração, o indicador manteve-se resultado estável, variando o valor apurado de 97% para 96%, aproximadamente.

O procedimento de atendimento ao consumidor da Susep prevê que as reclamações sejam, inicialmente, submetidas a tratamento por parte das ouvidorias dos mercados supervisionados num prazo máximo de 15 dias. Apenas no caso de ser mantida sua insatisfação, o reclamante retorna à Susep para a instauração formal de processo administrativo, a partir do qual a Autarquia apura o cometimento de eventuais irregularidades.

Metas 2012-2015

- **Desenvolver os Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, buscando a formação de poupança popular e a proteção da sociedade contra prejuízos financeiros, aumentando em 30% as reservas desses mercados corrigidas pelo IPCA ou outro índice que, porventura, venha a substituí-lo no período 2012-2015**

  Análise Situacional da Meta

  O período de aferição da meta se iniciou em 01/01/2012 e termina em 31/12/2015, ou seja, compreenderá oito

semestres. De 2012 a 2014 (exclusive dezembro de 2014), verificou-se um crescimento nas provisões técnicas de R$ 351 bilhões para R$ 538 bilhões. Isso representa, em termos percentuais, uma expansão real de 35,29% quando considerado o IPCA acumulado de 18,35%. Isto significa que eventuais comprometimentos no crescimento econômico ou na rentabilidade dos fundos de investimentos não trarão problemas para o atendimento da meta de aumento de 30% no valor das provisões entre 2012 e 2015. Os valores referentes ao Resseguro não foram incluídos para evitar duplicidade, dado que a maior parte desses valores é decorrente de repasses das seguradoras nacionais.

A maior parcela do crescimento das reservas é representada pelas contribuições dos participantes dos planos de previdência. Estas contribuições são quase que integralmente adicionadas ao saldo das provisões técnicas, tendo em vista a baixa conversão em benefícios ou resgates no atual estágio de desenvolvimento dos mercados previdenciários. Outra parcela (menos representativa) do crescimento refere-se à capitalização atuarial das reservas, ou seja, reflete a taxa de juros contratual e a própria rentabilidade dos fundos em que os recursos são aplicados.

As provisões são mensuradas de forma cumulativa, enquanto o PIB é a riqueza produzida no ano. Para evitar mais distorções, multiplicou-se por 2 o PIB do primeiro semestre de 2014 para manter a base de comparação, com o índice anteriormente apurado. Desta maneira, uma vez que o total de provisões é R$ 501 bilhões e o PIB ajustado R$ 5.032 bilhões, obtém-se o índice 9,96% para o indicador. Em 2013, para o mesmo período, foi obtido o índice 9,54%, verificando-se o aumento do índice em referência. No entanto, entendeu-se que tal índice não é mais adequado para avaliar a performance do mercado.

A série histórica do IPCA foi obtida no site do Banco Central.

Provisões em dezembro/2011 - valores nominais: R$ 337.696.093.467 (2011) R$ 399.676.561.330 (2014)

Provisões atualizadas pelo IPCA em novembro/2014: R$ 456.862.692.780 (2011) R$ 540.714.901.897 (2014)

IPCA acumulado no período de 2011 a novembro de 2014: 18,35%

Crescimento Nominal das provisões: 60,12%

Crescimento Real da povisões: 35,29%

Quantidade alcançada

35,29

Data de Referência

30/11/2014

OBJETIVO: 0896 - Propiciar garantia de cobertura por parte da União para segmentos em que o setor privado não está presente ou atua com restrições, de forma a viabilizar a contratação de financiamentos e estabelecer um instrumento para a gestão desta garantia. Assegurar a sustentabilidade do Fundo de Garantia à Exportação - FGE, promover o desenvolvimento de novas coberturas e viabilizar a recuperação de créditos da União em razão de indenizações pagas pelo FGE ou relativas ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Análise Situacional do Objetivo

A concessão de garantia de cobertura pela União, por intermédio do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), para viabilizar operações de crédito à exportação de micro, pequenas e médias empresas sempre foi um objetivo a ser alcançado com o intuito de diversificar a pauta de exportação e aumentar o número de exportadores beneficiados por esse instrumento de apoio oficial.

Essa dificuldade foi superada por intermédio de alterações normativas efetuadas no exercício de 2008, que passaram a permitir que a União, por intermédio de SCE, concedesse garantia de cobertura para a produção exportável e, também, para operações de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos. Em 2013, foram aprovados US$ 9.060.987.992,00 em garantia.

Ainda em 2013, foi concluído e aprovado o modelo de Certificado de Garantia de Cobertura para Micro, Pequenas e Médias Empresas na modalidade pós-embarque. O modelo de certificado para a modalidade pré-embarque foi aprovado

em meados de 2014.

No primeiro semestre de 2014 foram aprovados cerca de US$ 421 milhões em garantia. Nesse período, não houve operações garantidas utilizando o modelo de Certificado de Garantia de Cobertura para Micro, Pequenas e Médias Empresas na modalidade pós-embarque, aprovado em 2013. O modelo de certificado para a modalidade pré-embarque ainda estava sob análise jurídica pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN.

Em julho de 2014, a SAIN promoveu a contratação da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF para a execução de todos os serviços relacionados ao Seguro de Crédito à Exportação - SCE, inclusive análise, acompanhamento, gestão das operações de prestação de garantia e de recuperação de créditos sinistrados. A ABGF substituiu a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE nesse papel.

No exercício de 2014 foram aprovados cerca de US$ 2,1 bilhões em garantias.

Metas 2012-2015

- **Disponibilizar ao mercado a garantia de cobertura pela União para operações financeiras que não são plenamente atendidas pelo setor privado**

Análise Situacional da Meta

Essa meta representa o principal objetivo de funcionamento do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), que atua nas lacunas de atuação do setor privado no seguro de crédito à exportação. Atualmente, essa meta é atendida pela introdução do produto de cobertura de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos a micro, pequenas e médias empresas. Sobre a confecção desse novo certificado, registra-se que houve novos entendimentos com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que sugeriu aprimoramentos ao produto. Algumas das sugestões da Febraban foram incorporadas à minuta do certificado e foram analisadas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). O certificado foi aprovado em junho de 2014.

No primeiro semestre de 2014 houve a publicação da Lei nº 12.995, de 18.06.2014, a qual altera dispositivo da Lei nº 9.818, de 23.08.1999, de forma a incluir o setor de defesa no âmbito de cobertura do Seguro de Crédito à Exportação. Tal alteração foi realizada com o intuito de harmonizar as regras as quais se submete o setor de defesa com as dos demais setores atendidos pelo Seguro de Crédito à Exportação.

Ainda nesse semestre iniciou-se a elaboração de Certificado de Garantia de Cobertura para os riscos político e extraordinário em operações de exportação com prazo inferior a dois anos para cobertura em conjunto com seguradoras privadas e disponibilizou-se o produto para cobertura exclusivamente desses riscos.

O modelo para a fase pré-embarque do produto de cobertura de crédito à exportação com prazo inferior a dois anos a micro, pequenas e médias empresas continua sob análise jurídica na PGFN.

No segundo semestre a garantia de cobertura para MPME nas modalidade pós-embarque, com ou sem financiamento bancário, e pré+pós-embarque, com financiamento bancário, passou a ser ofertada por meio do Sistema de Garantias Públicas (SGP).

Também no segundo semestre foi aprovada a cobertura de risco político e extraordinário para operações de exportação com financiamentos de prazo inferior a 2 anos. Essa cobertura já estava prevista em lei, mas ainda não havia sido implementada.

Com a publicação do Decreto nº 8.301, de 04.09.2014, foi facilitada a obtenção do Seguro de Crédito à Exportação pelas indústrias do setor de defesa com a redução das exigências de contragarantias, retirada da limitação do prazo máximo de financiamento, antes em 4 anos, e ampliação da possibilidade dessas exportações serem financiadas também por bancos privados.

- **Estabelecer um procedimento de recuperação de crédito em razão do pagamento de indenizações pelo Fundo de Garantia às Exportações - FGE**

Análise Situacional da Meta

No segundo semestre, iniciou-se o mapeamento do processo de recuperação de crédito em razão do pagamento de indenizações pelo Fundo de Garantia às Exportações – FGE, mas o processo será alterado em virtude da nova forma de recuperação de créditos privados, que passará a ser por intermédio da Advocacia-Geral da União. A primeira operação

com recuperação via AGU ainda está ocorrendo, de forma que após finalizado o processo, será feito novo mapeamento.
O procedimento de recuperação existe e está em contínuo processo de aprimoramento. Os créditos privados são renegociados por advogados contratados pela prestadora de serviços, com aval do Ministério da Fazenda. Os créditos públicos são renegociados no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior (Comace). Encontra-se em discussão jurídica a edição de uma portaria para agilizar a tomada de decisões nos casos de inadimplementos no setor aeronáutico. Houve, ainda, a interação com escritórios de advocacia para melhor mapeamento desse processo. Até o momento foram desenvolvidos diversos mecanismos, como recuperação via Seguradora (Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE), recuperação com a ajuda do próprio agente financeiro (por exemplo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), e mesmo recuperação via Advocacia Geral da União. Todos vem funcionando parcialmente, em vista de necessidade de implementação de medidas jurídicas.
No primeiro semestre de 2014 foi publicada a Portaria nº 272, de 01.07.2014, que institui a Sala de Situação. Composta por representantes da Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, a Sala de Situação foi criada com o objetivo de permitir a análise célere de processos de agravamento de riscos, caracterização de sinistros, sub-rogação de créditos, adoção de ações judiciais e extrajudiciais de recuperação de créditos e de retomada de ativos, de reforma e recomercialização de ativos, em operações do setor aeronáutico garantidas pelo Seguro de Crédito à Exportação – SCE, com recursos do Fundo de Garantia à Exportação – FGE.
Conforme estabelece a Portaria, esses órgãos procederão à análise da situação e, dentro das respectivas competências e em caráter de urgência, praticarão os atos e proferirão as decisões necessárias e cabíveis para a solução das questões de interesse da União relativas aos processos supracitados, nas hipóteses de sinistros ou ameaças de sinistros decorrentes de riscos comerciais previstos no art. 2º do Decreto nº 3.937, de 25.09.2001.
Até o momento foram desenvolvidos diversos mecanismos, como recuperação via instituição habilitada a operar o Seguro de Crédito à Exportação (Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE, posteriormente sucedida pela Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. – ABGF) e recuperação com a ajuda do próprio agente financeiro (por exemplo, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES). Nesse intuito, foi solicitada parceria com a Advocacia Geral da União – AGU.
Também nesse sentido foi publicada a Lei nº 12.995, de 18.06.2014, a qual altera dispositivo da Lei nº 11.281, de 20.02.2006, de forma a permitir contratação direta de serviços de assessoramento jurídico, no exterior, a fim de realizar a cobrança judicial e extrajudicial desses créditos, dispensada licitação, quando o prestador dos serviços já tiver sido engajado na recuperação do crédito por meio de contrato firmado com instituição controlada pela União.
Em 30.06.2014 o volume de créditos em atraso era de US$ 21,9 milhões e o valor estimado de recuperação é de cerca de US$ 11 milhões (50%).

- **Renegociar todos os créditos oficiais soberanos brasileiros em atraso, relativos ao extinto Fundo de Financiamento às Exportações (ex-FINEX), com vistas à melhor recuperação possível**

Análise Situacional da Meta

Os créditos oficiais brasileiros inadimplidos no exterior (devidos por terceiros países) são renegociados no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior – COMACE, cuja Secretaria-Executiva está a cargo do MF - SAIN. Quando alcançado o acordo bilateral entre o país devedor e o Brasil, a documentação pertinente à renegociação é encaminhada à PGFN, que completa o processo com o seu parecer jurídico, para posterior encaminhamento à Presidência da República, que, por sua vez, submete as condições da renegociação da dívida à apreciação e aprovação do Senado Federal. Em sendo aceitas as condições do acordo bilateral pelo Senado, a PGFN, como representante do governo brasileiro no âmbito do pacto, firma com as autoridades do país devedor o acordo de renegociação.
Em 2014, concluídas as negociações bilaterais, não foram encaminhados processos para o Senado Federal e 1 (um) contrato foi assinado pela PGFN.

Quantidade alcançada
9

Data de Referência
31/12/2014

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PPA 2012-2015

ANO-BASE 2014

VOLUME II - PROGRAMAS TEMÁTICOS

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

PROGRAMA: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**84.949.618**	**93.555.492**	**93.183.428**
Despesas Correntes	84.949.618	93.555.492	93.183.428
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**84.949.618**	**93.555.492**	**93.183.428**

PROGRAMA: 0550 - Controle Externo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.100.903**	**1.137.210**	**1.059.514**
Despesas Correntes	1.036.988	1.077.663	1.049.304
Despesas de Capital	63.914	59.547	10.210
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.100.903**	**1.137.210**	**1.059.514**

PROGRAMA: 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.311.107**	**2.305.547**	**2.041.593**
Despesas Correntes	2.241.276	2.216.712	2.024.301
Despesas de Capital	69.832	88.835	17.291
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.311.107**	**2.305.547**	**2.041.593**

PROGRAMA: 0553 - Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.538.831**	**3.603.794**	**3.224.305**
Despesas Correntes	3.297.893	3.386.324	3.196.356
Despesas de Capital	240.937	217.470	27.950
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.538.831**	**3.603.794**	**3.224.305**

PROGRAMA: 0565 - Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**435.139**	**459.663**	**374.116**
Despesas Correntes	395.782	420.946	365.833
Despesas de Capital	39.358	38.718	8.283
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**435.139**	**459.663**	**374.116**

PROGRAMA: 0566 - Prestação Jurisdicional Militar

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**256.860**	**267.017**	**239.036**
Despesas Correntes	237.362	251.375	236.087
Despesas de Capital	19.498	15.642	2.949
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**256.860**	**267.017**	**239.036**

PROGRAMA: 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.631.932**	**1.714.036**	**1.647.492**
Despesas Correntes	1.575.081	1.659.696	1.621.880
Despesas de Capital	56.851	54.339	25.612
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.631.932**	**1.714.036**	**1.647.492**

PROGRAMA: 0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**860.871**	**895.104**	**791.273**
Despesas Correntes	814.167	867.409	781.413
Despesas de Capital	46.704	27.695	9.860
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**860.871**	**895.104**	**791.273**

PROGRAMA: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**7.727.217**	**8.186.316**	**7.564.653**
Despesas Correntes	7.329.878	7.792.118	7.467.730
Despesas de Capital	397.339	394.198	96.922
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**7.727.217**	**8.186.316**	**7.564.653**

PROGRAMA: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.865.684**	**5.122.825**	**4.449.431**
Despesas Correntes	4.558.414	4.695.353	4.348.533
Despesas de Capital	307.270	427.472	100.897
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.865.684**	**5.122.825**	**4.449.431**

PROGRAMA: 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**11.986.984**	**12.548.366**	**11.558.700**
Despesas Correntes	11.342.964	11.909.746	11.476.380
Despesas de Capital	644.021	638.620	82.321
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**11.986.984**	**12.548.366**	**11.558.700**

PROGRAMA: 0581 - Defesa da Ordem Jurídica

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.214.695**	**4.503.711**	**4.061.252**
Despesas Correntes	3.866.320	4.169.554	4.013.012
Despesas de Capital	348.375	334.157	48.240
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.214.695**	**4.503.711**	**4.061.252**

PROGRAMA: 0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**0**	**0**	**0**
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**3.267.721**	**2.912.139**	**1.805.788**
Totais	**3.267.721**	**2.912.139**	**1.805.788**

PROGRAMA: 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**0**	**0**	**0**
Despesas Correntes	0	0	0
Despesas de Capital	0	0	0
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**6.575.353**	**6.295.444**	**4.633.044**
Totais	**6.575.353**	**6.295.444**	**4.633.044**

PROGRAMA: 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**209.820**	**220.199**	**94.455**
Despesas Correntes	140.222	152.996	90.743
Despesas de Capital	69.598	67.203	3.712
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**209.820**	**220.199**	**94.455**

PROGRAMA: 2100 - Controle da Atuação e Fortalecimento Institucional do Ministério Público

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**77.999**	**75.877**	**56.548**
Despesas Correntes	70.819	67.547	56.199
Despesas de Capital	7.180	8.330	349
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**77.999**	**75.877**	**56.548**

PROGRAMA: 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.751.847**	**4.904.294**	**4.523.974**
Despesas Correntes	4.680.597	4.833.010	4.506.286
Despesas de Capital	71.250	71.284	17.689
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.751.847**	**4.904.294**	**4.523.974**

PROGRAMA: 2102 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**60.669**	**67.820**	**57.885**
Despesas Correntes	59.169	65.689	57.645
Despesas de Capital	1.500	2.132	240
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**60.669**	**67.820**	**57.885**

PROGRAMA: 2103 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**28.475**	**30.066**	**17.456**
Despesas Correntes	23.882	25.472	17.145
Despesas de Capital	4.593	4.593	311
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**28.475**	**30.066**	**17.456**

PROGRAMA: 2104 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**22.804**	**22.445**	**19.545**
Despesas Correntes	22.754	22.395	19.531
Despesas de Capital	50	50	14
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**22.804**	**22.445**	**19.545**

PROGRAMA: 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.644.811**	**5.083.168**	**4.989.770**
Despesas Correntes	4.625.223	5.045.793	4.979.521
Despesas de Capital	19.589	37.375	10.250
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**4.644.811**	**5.083.168**	**4.989.770**

PROGRAMA: 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.191.225**	**2.253.261**	**2.119.497**
Despesas Correntes	2.145.432	2.209.656	2.100.263
Despesas de Capital	45.793	43.605	19.234
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**2.191.225**	**2.253.261**	**2.119.497**

PROGRAMA: 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**701.039**	**748.658**	**637.543**
Despesas Correntes	673.684	717.405	630.579
Despesas de Capital	27.356	31.253	6.964
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**701.039**	**748.658**	**637.543**

PROGRAMA: 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**23.574.284**	**26.560.653**	**25.511.799**
Despesas Correntes	23.183.245	26.194.303	25.353.306
Despesas de Capital	391.039	366.350	158.494
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**23.574.284**	**26.560.653**	**25.511.799**

PROGRAMA: 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**30.278.755**	**33.658.755**	**32.433.470**
Despesas Correntes	30.175.593	33.549.613	32.408.615
Despesas de Capital	103.162	109.142	24.855
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**30.278.755**	**33.658.755**	**32.433.470**

PROGRAMA: 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**13.939.491**	**14.514.278**	**12.610.085**
Despesas Correntes	13.001.507	13.465.074	12.517.583
Despesas de Capital	937.984	1.049.204	92.502
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**13.939.491**	**14.514.278**	**12.610.085**

PROGRAMA: 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**977.424**	**985.903**	**814.384**
Despesas Correntes	932.257	931.075	795.484
Despesas de Capital	45.168	54.828	18.899
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**977.424**	**985.903**	**814.384**

PROGRAMA: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.810.046**	**6.333.616**	**5.754.885**
Despesas Correntes	5.744.031	6.212.580	5.745.773
Despesas de Capital	66.016	121.036	9.111
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**5.810.046**	**6.333.616**	**5.754.885**

PROGRAMA: 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**101.968**	**117.349**	**107.436**
Despesas Correntes	99.020	114.401	105.835
Despesas de Capital	2.948	2.948	1.601
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**101.968**	**117.349**	**107.436**

PROGRAMA: 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.612.297**	**5.885.228**	**5.800.488**
Despesas Correntes	5.601.332	5.873.410	5.799.048
Despesas de Capital	10.965	11.818	1.439
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**5.612.297**	**5.885.228**	**5.800.488**

PROGRAMA: 2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**11.136.075**	**11.341.264**	**10.973.213**
Despesas Correntes	11.058.026	11.282.265	10.956.929
Despesas de Capital	78.049	58.999	16.285
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**11.136.075**	**11.341.264**	**10.973.213**

PROGRAMA: 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**914.697**	**990.617**	**881.273**
Despesas Correntes	878.518	963.393	876.322
Despesas de Capital	36.180	27.224	4.951
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**914.697**	**990.617**	**881.273**

PROGRAMA: 2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**546.243**	**590.492**	**503.709**
Despesas Correntes	525.932	561.500	499.839
Despesas de Capital	20.311	28.992	3.870
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**546.243**	**590.492**	**503.709**

PROGRAMA: 2118 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.352.652**	**1.422.920**	**1.485.928**
Despesas Correntes	1.334.597	1.402.065	1.467.953
Despesas de Capital	18.055	20.855	17.975
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.352.652**	**1.422.920**	**1.485.928**

PROGRAMA: 2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.275.989**	**1.421.809**	**1.280.505**
Despesas Correntes	1.207.149	1.342.328	1.262.005
Despesas de Capital	68.840	79.480	18.499
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**74.488**	**68.524**	**26.733**
Totais	**1.350.477**	**1.490.332**	**1.307.237**

PROGRAMA: 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**871.361**	**930.361**	**833.094**
Despesas Correntes	845.939	889.939	812.460
Despesas de Capital	25.422	40.422	20.634
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**871.361**	**930.361**	**833.094**

PROGRAMA: 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.020.090**	**1.033.251**	**857.747**
Despesas Correntes	965.430	971.930	853.791
Despesas de Capital	54.660	61.320	3.956
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.020.090**	**1.033.251**	**857.747**

PROGRAMA: 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**279.087**	**257.676**	**192.445**
Despesas Correntes	271.454	250.043	190.686
Despesas de Capital	7.633	7.633	1.759
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**279.087**	**257.676**	**192.445**

PROGRAMA: 2123 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**158.663**	**171.063**	**119.308**
Despesas Correntes	147.968	167.369	118.811
Despesas de Capital	10.694	3.694	497
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**158.663**	**171.063**	**119.308**

PROGRAMA: 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.379.194**	**1.468.169**	**1.374.522**
Despesas Correntes	1.364.013	1.448.590	1.365.456
Despesas de Capital	15.180	19.579	9.066
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.379.194**	**1.468.169**	**1.374.522**

PROGRAMA: 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**6.681.158**	**3.786.237**	**3.041.959**
Despesas Correntes	6.635.324	3.740.843	3.038.571
Despesas de Capital	45.834	45.395	3.387
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**6.681.158**	**3.786.237**	**3.041.959**

PROGRAMA: 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.025.275**	**2.963.900**	**2.079.359**
Despesas Correntes	2.006.811	2.194.848	1.745.990
Despesas de Capital	1.018.464	769.053	333.369
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**3.025.275**	**2.963.900**	**2.079.359**

PROGRAMA: 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.739.058**	**1.738.778**	**1.625.980**
Despesas Correntes	1.711.838	1.700.137	1.619.526
Despesas de Capital	27.220	38.641	6.455
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.739.058**	**1.738.778**	**1.625.980**

PROGRAMA: 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**134.127**	**137.173**	**106.361**
Despesas Correntes	111.882	114.927	98.815
Despesas de Capital	22.245	22.245	7.546
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**134.127**	**137.173**	**106.361**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

ANEXO I

EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS VINCULADAS ÀS INICIATIVAS

PROGRAMA: 2057 - Política Externa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.020.334**	**1.261.083**	**1.093.931**
Despesas Correntes	958.639	1.200.278	1.063.783
Despesas de Capital	61.695	60.805	30.148
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**1.020.334**	**1.261.083**	**1.093.931**

OBJETIVO: 0900 - Aprofundar a agenda de relacionamento do Brasil com os países com os quais mantém relações diplomáticas, mediante o incremento do diálogo político e a cooperação bilaterais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03PD - Adensamento das relações políticas bilaterais, do comércio, dos investimentos, da cooperação científica e tecnológica, e nas áreas de segurança pública, crime organizado e ilícitos internacionais e dos intercâmbios cultural e educacional, entre outros, entre o Brasil e os outros países, mediante a realização de reuniões de Comissões Mistas bilaterais, de Consultas Políticas e de visitas de autoridades brasileiras a esses países e estrangeiras ao Brasil, e da ação de outros atores públicos e privados, nacionais e estrangeiros**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WW	488.676.084	636.001.496	684.315.208	671.298.564	671.298.567
Total	**488.676.084**	**636.001.496**	**684.315.208**	**671.298.564**	**671.298.567**

- **03PE - Adensamento das relações políticas, econômicas e culturais, e de cooperação com países de língua oficial portuguesa e países membros de organismos regionais africanos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2532	1.408.000	988.000	987.073	987.073	987.073
Total	**1.408.000**	**988.000**	**987.073**	**987.073**	**987.073**

- **03Q3 - Intensificação dos trabalhos de demarcação de fronteira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2536	1.802.002	1.802.002	1.654.731	1.589.643	1.589.643
Total	**1.802.002**	**1.802.002**	**1.654.731**	**1.589.643**	**1.589.643**

- **03Q5 - Promoção de eventos internacionais de Política Externa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8495	12.079.000	10.749.000	10.558.996	10.558.996	10.558.996
Total	**12.079.000**	**10.749.000**	**10.558.996**	**10.558.996**	**10.558.996**

OBJETIVO: 0901 - Aprofundar a participação nos esforços de reforma da governança e a agenda de relacionamento com os organismos políticos multilaterais dos quais o país é membro e ampliar o diálogo com aqueles cujas atividades acompanha.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03QE - Atuação nas negociações intergovernamentais para lograr composição e gestão inclusiva das instituições e órgãos centrais dos sistemas de governança, com prioridade para a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança (CSNU)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WX	50.289.761	65.886.349	68.701.740	66.878.516	66.878.515
Total	**50.289.761**	**65.886.349**	**68.701.740**	**66.878.516**	**66.878.515**

OBJETIVO: 0902 - Promover e participar da discussão sobre os principais temas pertinentes à paz e à segurança internacionais, com prioridade ao desarmamento e à não-proliferação, nos diferentes foros de negociação bilateral, regional e multilateral.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03RH - Intensificação do apoio, na ONU, a esforços em favor da paz e da segurança internacionais, com a participação em Missões de Paz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X1	300.000.000	290.326.973	255.678.721	195.726.594	169.952.064
Total	**300.000.000**	**290.326.973**	**255.678.721**	**195.726.594**	**169.952.064**

OBJETIVO: 0905 - Intensificar a participação do Brasil nos organismos comerciais multilaterais e na gestão dos mecanismos de governança econômico-financeira internacionais com vistas a reforçar as ações de política externa.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03SI - Capacitação de funcionários diplomáticos brasileiros para atuar especificamente nos contenciosos de interesse do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) e familiarização de advogados com o funcionamento da OMC**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6105	1.599.440	4.099.440	1.866.172	1.169.088	1.169.088
Total	**1.599.440**	**4.099.440**	**1.866.172**	**1.169.088**	**1.169.088**

OBJETIVO: 0907 - Desenvolver a contribuição das atividades de promoção comercial da política externa brasileira, com ênfase em ações de inteligência comercial e prospecção de mercados, de divulgação de oportunidades de negócio ao investidor estrangeiro e de apoio à internacionalização de empresas brasileiras.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03TB - Organização e apoio a Missões Comerciais em países prioritários e por ocasião das visitas da Presidenta da República ao exterior e da visita de altas autoridades estrangeiras ao Brasil, divulgando as oportunidades de investimentos no Brasil, além de prestação de apoio na organização de missões de empresas ou grupo de empresas brasileiras ao exterior, auxiliando na confecção de Agenda de encontros e visitas a autoridades, entidades de classe e empresas estrangeiras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WZ	17.351.955	14.332.485	14.582.839	9.771.135	9.771.135
Total	**17.351.955**	**14.332.485**	**14.582.839**	**9.771.135**	**9.771.135**

OBJETIVO: 0909 - Promover e fortalecer a cooperação com os demais países em ciência, tecnologia e inovação, TV digital, governança da internet e temas relacionados.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03TN - Aperfeiçoamento da rede dos Setores de Ciência e Tecnologia (SETEC) das Embaixadas, em sua base tecnológica e de infraestrutura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2541	880.000	631.000	70.333	70.333	70.333
Total	**880.000**	**631.000**	**70.333**	**70.333**	**70.333**

OBJETIVO: 0911 - Aprimorar e expandir os serviços consulares, o tratamento dos temas migratórios e as atividades de apoio às comunidades brasileiras no exterior, nos termos da política governamental estabelecida pelo Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03UD - Elevação da qualidade do atendimento consular e da assistência aos brasileiros no exterior, com ênfase no aprimoramento das práticas de trabalho, no treinamento de agentes consulares, na realização de campanhas de informação e outras formas previstas em Plano Diretor de Reforma Consular**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I5	46.750.000	46.750.000	44.932.177	44.749.535	44.722.326
Total	**46.750.000**	**46.750.000**	**44.932.177**	**44.749.535**	**44.722.326**

OBJETIVO: 0913 - Ampliar a capacitação dos quadros da carreira de diplomata e aumentar a diversidade de seus integrantes, mediante concursos de seleção, cursos de formação e aperfeiçoamento e de altos estudos, programas de ação afirmativa e acordos de intercâmbio e cooperação com academias diplomáticas de outros países.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03UH - Aprimoramento do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD), do Curso de Formação, do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) e do Curso de Altos Estudos (CAE), assim como do programa de intercâmbio para diplomatas estrangeiros, tornando obrigatórias disciplinas eletivas, tais como o russo, o árabe e o chinês**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2534	2.464.000	1.726.000	1.634.045	1.626.001	1.625.620
Total	**2.464.000**	**1.726.000**	**1.634.045**	**1.626.001**	**1.625.620**

- **03UL - Concessão da Bolsa-Prêmio de Vocação para a Diplomacia para candidatos afro-descendentes e expansão da divulgação do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco para todas as capitais brasileiras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CC	1.540.000	1.078.000	1.074.725	151.742	151.742
Total	**1.540.000**	**1.078.000**	**1.074.725**	**151.742**	**151.742**

OBJETIVO: 0915 - Expandir o conhecimento internacional sobre a variedade brasileira da Língua Portuguesa e sobre a cultura brasileira, e promover o intercâmbio, a cooperação cultural e educacional e a diversidade cultural, nos âmbitos bilateral e multilateral, e a transformação da percepção sobre o Brasil e os brasileiros.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03UX - Aprimoramento e ampliação dos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00CB	2.000.000	1.400.000	738.314	738.314	738.314
Total	**2.000.000**	**1.400.000**	**738.314**	**738.314**	**738.314**

- **03V7 - Promoção da cultura brasileira e da variedade brasileira da língua portuguesa no exterior.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WY	29.100.000	21.891.070	23.817.946	23.472.617	23.472.617
Total	**29.100.000**	**21.891.070**	**23.817.946**	**23.472.617**	**23.472.617**

OBJETIVO: 0916 - Ampliar, aprofundar e promover debates e reflexões sobre temas das relações internacionais e da história diplomática brasileira, voltados para a formação de opinião pública, contribuindo com avaliações, estudos e subsídios para a política externa brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03VC - Promoção de debates, por meio da realização de colóquios, mesas redondas, encontros, seminários, cursos, conferências sobre os temas prioritários da política externa e da história diplomática brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2367	9.152.000	6.452.000	6.152.289	4.491.289	4.491.289
Total	**9.152.000**	**6.452.000**	**6.152.289**	**4.491.289**	**4.491.289**

OBJETIVO: 0917 - Diversificar e ampliar a cooperação técnica internacional do Brasil, com base em mecanismos bilaterais, multilaterais e regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03VF - Aperfeiçoamento e fortalecimento da formulação, da execução, do acompanhamento e da avaliação de instrumentos de Cooperação Técnica Internacional prestada, concebida e implementada em parceria com países em desenvolvimento e organismos internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2533	36.000.000	118.500.000	28.623.856	27.765.749	27.761.913
Total	**36.000.000**	**118.500.000**	**28.623.856**	**27.765.749**	**27.761.913**

OBJETIVO: 0918 - Expandir a participação do Brasil em negociações e ações internacionais de combate à fome e à pobreza e de cunho humanitário, a fim de prevenir calamidades, propiciar apoio emergencial em casos de desastres ou conflitos e auxiliar a recuperação de países atingidos por eventos danosos de grandes proporções.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03VP - Participação de especialistas e de meios brasileiros em ações internacionais de prevenção e resposta a desastres e reconstrução pós-calamidade, e execução de atividades de cunho humanitário, inclusive em operações de resgate, busca e salvamento, e de gestão de risco e de desastres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X0	19.242.000	38.469.400	39.921.381	32.885.844	32.885.844
Total	**19.242.000**	**38.469.400**	**39.921.381**	**32.885.844**	**32.885.844**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2058 - Política Nacional de Defesa

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**14.750.812**	**15.939.535**	**9.407.137**
Despesas Correntes	5.852.410	6.553.243	4.418.108
Despesas de Capital	8.898.402	9.386.293	4.989.029
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**8.000**	**64.475**	**58.483**
Totais	**14.758.812**	**16.004.011**	**9.465.620**

OBJETIVO: 0461 - Promover a circulação segura e eficiente do tráfego aéreo civil e militar no espaço aéreo sob a jurisdição do Brasil, por meio da adequação dos Sistemas de Defesa Aérea (SISDABRA) e Controle do Espaço Aéreo (SISCEAB), visando a ampliar a capacidade de defesa aérea, do controle do espaço aéreo, de segurança de voo e o cumprimento de seus compromissos internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01HF - Desenvolvimento e modernização do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XV	1.505.057.441	1.997.521.093	1.565.944.389	856.202.636	853.259.844
Total	**1.505.057.441**	**1.997.521.093**	**1.565.944.389**	**856.202.636**	**853.259.844**

- **01HG - Monitoramento e defesa do espaço aéreo brasileiro**

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais

Ação	Dotação		Executado
	LOA	LOA+Créditos	
2041	8.000.000	64.475.196	58.483.109
Total	**8.000.000**	**64.475.196**	**58.483.109**

- **01HH - Prevenção de acidentes aeronáuticos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2913	12.137.500	12.137.500	12.200.788	7.079.230	6.963.094
Total	**12.137.500**	**12.137.500**	**12.200.788**	**7.079.230**	**6.963.094**

- **04E8 - Implantação e Adequação de Artilharia Antiaérea de Autodefesa**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T2	4.000.000	3.000.000	2.995.395	1.802.808	1.794.229
Total	**4.000.000**	**3.000.000**	**2.995.395**	**1.802.808**	**1.794.229**

- **04H3 - Obtenção de Armamentos e Sistemas de Defesa Antiaérea**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
151D	50.000.000	50.000.000	9.835.113	927.352	911.117
Total	**50.000.000**	**50.000.000**	**9.835.113**	**927.352**	**911.117**

OBJETIVO: 0462 - Elevar a capacidade operativa da Força Aérea Brasileira para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio do seu preparo e emprego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01HM - Formação e capacitação de recursos humanos da Força Aérea Brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X9	20.700.000	20.700.000	20.546.888	13.945.518	13.942.721
20X8	6.300.000	6.300.000	5.862.190	1.483.429	1.464.436
Total	**27.000.000**	**27.000.000**	**26.409.078**	**15.428.947**	**15.407.157**

- **01HN - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão da Força Aérea Brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2916	40.249.978	44.608.533	42.155.700	33.619.617	33.616.549
Total	**40.249.978**	**44.608.533**	**42.155.700**	**33.619.617**	**33.616.549**

- **01HO - Logística operacional da Força Aérea Brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2868	500.000.000	446.844.668	361.733.433	345.570.444	316.381.356
20XA	52.478.317	53.379.980	46.779.155	18.640.458	18.302.402
212O	164.281.387	164.281.387	164.852.659	162.663.724	162.663.724
2865	91.434.775	91.434.775	91.436.682	83.671.691	83.105.693
2048	631.000.000	638.723.000	607.260.083	464.737.382	464.522.014
Total	**1.439.194.479**	**1.394.663.810**	**1.272.062.013**	**1.075.283.699**	**1.044.975.190**

OBJETIVO: 0463 - Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da indústria aeroespacial nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01HR - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123B	959.000.000	959.000.000	965.111.420	965.111.420	965.111.420
Total	**959.000.000**	**959.000.000**	**965.111.420**	**965.111.420**	**965.111.420**

- **01HZ - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XB	48.280.000	47.469.332	37.632.033	12.211.803	12.211.803
212H	14.700.000	14.700.000	0	0	0
20XC	2.700.000	2.000.000	1.948.652	1.009.815	995.746
Total	**65.680.000**	**64.169.332**	**39.580.685**	**13.221.618**	**13.207.548**

OBJETIVO: 0464 - Adequar os meios operacionais da Força Aérea Brasileira para assegurar a capacidade de defesa aeroespacial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01I0 - Adequação da frota de aeronaves militares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8969	242.433.871	222.470.824	163.880.829	163.854.173	163.854.173
20IH	224.890.747	272.294.018	295.131.545	245.785.028	245.785.028
Total	**467.324.618**	**494.764.842**	**459.012.374**	**409.639.201**	**409.639.201**

- **04HU - Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7U72	94.628.137	94.628.137	0	0	0
Total	**94.628.137**	**94.628.137**	**0**	**0**	**0**

- **01IB - Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X BR)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
123J	670.300.000	670.300.000	658.805.405	228.487.107	225.830.200
Total	**670.300.000**	**670.300.000**	**658.805.405**	**228.487.107**	**225.830.200**

- **01I1 - Adequação dos meios de apoio ao combate**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XU	9.090.300	10.908.360	8.770.792	3.943.525	3.943.525
Total	**9.090.300**	**10.908.360**	**8.770.792**	**3.943.525**	**3.943.525**

- **01IK - Implantação de novos sistemas bélicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14TH	30.000.000	30.000.000	32.212.397	22.274.915	22.274.915
Total	**30.000.000**	**30.000.000**	**32.212.397**	**22.274.915**	**22.274.915**

- **04E6 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T0	0	10.000.000	0	0	0
Total	**0**	**10.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **04GP - Aquisição de Cargueiros Táticos Militares de 10 a 20 toneladas (KC-390)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14XJ	20.000.000	20.000.000	20.510.115	20.510.115	20.510.115
Total	**20.000.000**	**20.000.000**	**20.510.115**	**20.510.115**	**20.510.115**

OBJETIVO: 0482 - Adequar e otimizar a infraestrutura de instalações do Exército para ampliação da capacidade de cumprir suas missões constitucionais pela maior efetividade da presença militar, facilitando a mobilidade das tropas e incrementando o monitoramento das fronteiras e de outras áreas sensíveis do território nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01LV - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14T5	298.000.000	298.000.000	256.059.115	75.769.386	63.577.561
Total	**298.000.000**	**298.000.000**	**256.059.115**	**75.769.386**	**63.577.561**

- **01LW - Implantação e adequação da infraestrutura de defesa terrestre e de apoio ao pessoal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
11UB	20.000.000	16.000.000	10.444.978	7.892.722	7.625.850
20PY	226.062.890	230.062.890	155.010.019	52.495.830	41.785.246
Total	**246.062.890**	**246.062.890**	**165.454.997**	**60.388.552**	**49.411.096**

- **01LX - Implantação e adequação do sistema de aviação do Exército**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
3138	120.000.000	120.000.000	101.120.330	34.764.665	30.366.780
Total	**120.000.000**	**120.000.000**	**101.120.330**	**34.764.665**	**30.366.780**

OBJETIVO: 0502 - Contribuir para a inclusão social de segmentos carentes ou isolados da população brasileira e apoiar o desenvolvimento da infraestrutura nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01QX - Apoio a comunidades carentes**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XD	1.500.000	443.000	442.313	396.892	396.892
Total	**1.500.000**	**443.000**	**442.313**	**396.892**	**396.892**

- **01QY - Capacitação profissional para o primeiro emprego de jovens egressos do serviço militar**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
6557	12.000.000	12.000.000	11.860.630	8.812.772	4.526.478
Total	**12.000.000**	**12.000.000**	**11.860.630**	**8.812.772**	**4.526.478**

- **01QZ - Cooperação com a construção e a recuperação da infraestrutura nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XH	89.677.012	147.245.012	15.134.133	10.556.012	10.556.002
Total	**89.677.012**	**147.245.012**	**15.134.133**	**10.556.012**	**10.556.002**

- **04GE - Desenvolvimento de Atletas Militares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20IG	2.000.000	2.000.000	1.796.087	1.200.479	1.162.202
Total	**2.000.000**	**2.000.000**	**1.796.087**	**1.200.479**	**1.162.202**

- **04GF - Fortalecimento da Consciência Cidadã do Universitário.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
8425	4.000.000	4.000.000	3.953.790	2.499.496	2.303.936
Total	**4.000.000**	**4.000.000**	**3.953.790**	**2.499.496**	**2.303.936**

OBJETIVO: 0519 - Adequar os meios operacionais da Marinha para assegurar a capacidade de defesa e segurança marítima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01YO - Adequação dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XP	398.748.996	318.999.879	317.532.051	191.014.368	189.175.762
Total	**398.748.996**	**318.999.879**	**317.532.051**	**191.014.368**	**189.175.762**

- **01YR - Construção de navios-patrulha oceânicos 1800 t (PROSUPER)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13DC	5.000.000	4.000.000	5.312	5.312	5.312
Total	**5.000.000**	**4.000.000**	**5.312**	**5.312**	**5.312**

- **01YS - Construção de navios-patrulha de 500 t**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1N47	36.028.619	28.822.896	16.078.839	4.001.369	3.997.514
Total	**36.028.619**	**28.822.896**	**16.078.839**	**4.001.369**	**3.997.514**

- **01YT - Construção de submarino de propulsão nuclear (PROSUB)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
123H	332.865.754	437.672.877	458.650.923	156.249.184	153.440.076
Total	**332.865.754**	**437.672.877**	**458.650.923**	**156.249.184**	**153.440.076**

- **01YU - Construção de submarinos convencionais (PROSUB)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
123I	337.200.760	361.930.760	343.499.913	267.433.426	216.496.884
Total	**337.200.760**	**361.930.760**	**343.499.913**	**267.433.426**	**216.496.884**

- **01YW - Implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares (PROSUB)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
123G	1.590.933.486	1.461.396.363	1.251.901.136	1.241.110.712	1.129.861.219
Total	**1.590.933.486**	**1.461.396.363**	**1.251.901.136**	**1.241.110.712**	**1.129.861.219**

- **01YX - Implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13DE	19.000.000	17.000.000	7.005.702	6.767.506	6.764.540
Total	**19.000.000**	**17.000.000**	**7.005.702**	**6.767.506**	**6.764.540**

- **04EF - Construção de Navios Escoltas (NEsc)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14TB	6.000.000	4.809.700	4.810.105	317.653	317.653
Total	**6.000.000**	**4.809.700**	**4.810.105**	**317.653**	**317.653**

OBJETIVO: 0520 - Fortalecer o Programa Calha Norte de modo a contribuir para o desenvolvimento e a manutenção da soberania e integridade territorial na região amazônica.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01Z4 - Adequação da infraestrutura de unidades militares e dos pelotões especiais de fronteira na região do Calha Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2452	12.765.480	12.765.480	12.764.830	4.017.830	2.894.520
Total	**12.765.480**	**12.765.480**	**12.764.830**	**4.017.830**	**2.894.520**

- **01ZA - Logística operacional para apoio às atividades do Calha Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20X6	59.234.520	59.234.520	42.232.167	15.121.821	12.403.806
Total	**59.234.520**	**59.234.520**	**42.232.167**	**15.121.821**	**12.403.806**

- **01ZC - Implantação e melhoria da infraestrutura básica nos municípios atendidos pelo Calha Norte**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
1211	374.740.755	484.937.666	209.990.931	15.649.911	15.649.911
Total	**374.740.755**	**484.937.666**	**209.990.931**	**15.649.911**	**15.649.911**

OBJETIVO: 0521 - Desenvolver tecnologias da informação e comunicações no Exército, visando assegurar a capacidade de defesa cibernética no campo militar e contribuir com a segurança cibernética nos campos civil e industrial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01ZH - Implantação do sistema de defesa cibernética**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
147F	70.000.000	70.000.000	61.751.715	26.396.990	23.596.824
Total	**70.000.000**	**70.000.000**	**61.751.715**	**26.396.990**	**23.596.824**

OBJETIVO: 0523 - Elevar a capacidade operativa da Marinha e adequar a infraestrutura das instalações terrestres, para o cumprimento de sua destinação constitucional e atribuições subsidiárias, por meio do seu preparo e emprego.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01ZM - Aprestamento dos meios operativos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XN	760.733.348	875.369.321	796.614.566	604.419.612	580.699.449
20XY	1.100.000	5.100.000	996.675	705.592	571.565
Total	**761.833.348**	**880.469.321**	**797.611.241**	**605.125.204**	**581.271.014**

- **01ZT - Adequação de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20SE	66.508.033	62.548.217	27.166.523	11.011.732	10.859.965
Total	**66.508.033**	**62.548.217**	**27.166.523**	**11.011.732**	**10.859.965**

- **01ZN - Formação e capacitação de recursos humanos da Marinha**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XR	46.519.000	46.519.000	45.217.963	40.393.451	40.325.388
Total	**46.519.000**	**46.519.000**	**45.217.963**	**40.393.451**	**40.325.388**

- **01ZQ - Logística operacional da Marinha**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2865	112.212.260	107.712.260	107.712.244	81.230.511	81.058.050
212O	261.610.763	266.110.763	271.834.022	269.668.774	269.661.274
Total	**373.823.023**	**373.823.023**	**379.546.266**	**350.899.285**	**350.719.324**

- **04C5 - Implantação da Segunda Esquadra**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14T8	5.000.000	4.000.000	0	0	0
Total	**5.000.000**	**4.000.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0527 - Prover a segurança da navegação aquaviária nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mediante o desenvolvimento das atividades de controle e fiscalização do tráfego aquaviário e de formação dos operadores e usuários do sistema.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **01ZX - Desenvolvimento das Atividades de Auxílio à Navegação e de Registro e Fiscalização de embarcações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XX	49.773.000	49.773.000	50.386.855	39.331.529	38.884.862
Total	**49.773.000**	**49.773.000**	**50.386.855**	**39.331.529**	**38.884.862**

- **01ZY - Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2510	140.709.650	140.709.650	140.232.821	88.352.790	86.317.033
Total	**140.709.650**	**140.709.650**	**140.232.821**	**88.352.790**	**86.317.033**

OBJETIVO: 0528 - Promover o desenvolvimento e a capacitação tecnológica da Marinha, visando à ampliação da capacidade de defesa e segurança marítima.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0200 - Desenvolvimento da Propulsão Nuclear de Submarino**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
14T7	336.360.000	336.360.000	347.635.676	155.929.119	140.991.708
Total	**336.360.000**	**336.360.000**	**347.635.676**	**155.929.119**	**140.991.708**

- **0202 - Desenvolvimento de sistemas e tecnologias operativas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XO	29.934.818	23.947.855	20.336.419	16.403.854	14.111.484
1N56	42.720.275	34.176.221	18.986.201	9.687.068	9.666.985
Total	**72.655.093**	**58.124.076**	**39.322.620**	**26.090.922**	**23.778.469**

- **047H - Pesquisa para o Desenvolvimento do Ciclo de Combustível Nuclear**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
211D	8.600.000	8.600.000	4.382.675	3.199.245	3.167.275
Total	**8.600.000**	**8.600.000**	**4.382.675**	**3.199.245**	**3.167.275**

OBJETIVO: 0532 - Adequar e ampliar os meios do Exército para assegurar a capacidade operacional terrestre visando contribuir com a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **020B - Obtenção de sistemas de artilharia antiaérea**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
13DB	87.000.000	87.000.000	91.737.605	55.438.627	54.812.861
Total	**87.000.000**	**87.000.000**	**91.737.605**	**55.438.627**	**54.812.861**

- **020C - Obtenção e modernização de equipamentos de engenharia**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2911	22.000.000	22.000.000	19.175.977	13.048.874	11.840.927
Total	**22.000.000**	**22.000.000**	**19.175.977**	**13.048.874**	**11.840.927**

- **020D - Obtenção e Modernização de Meios do Exército (EB).**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20XG	190.000.000	190.000.000	182.471.356	121.646.130	116.996.137
20XF	35.500.000	35.500.000	3.824.872	158.328	157.089
Total	**225.500.000**	**225.500.000**	**186.296.228**	**121.804.458**	**117.153.226**

- **04EA - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14LW	311.000.000	311.000.000	222.547.290	40.852.750	37.385.450
Total	**311.000.000**	**311.000.000**	**222.547.290**	**40.852.750**	**37.385.450**

- **04EB - Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T6	48.000.000	48.000.000	29.931.224	5.732.717	3.957.165
Total	**48.000.000**	**48.000.000**	**29.931.224**	**5.732.717**	**3.957.165**

- **04EC - Aquisição de Blindados Guarani**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14T4	133.000.000	133.000.000	95.764.570	64.301.692	56.966.387
Total	**133.000.000**	**133.000.000**	**95.764.570**	**64.301.692**	**56.966.387**

OBJETIVO: 0533 - Modernizar o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de integração e geração de informações, criando condições propícias ao apoio às políticas públicas na região, inclusive com ações subsidiárias para o apoio à defesa da Amazônia.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **020H - Proteção, segurança e desenvolvimento regional da Amazônia Legal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X4	72.019.958	71.186.484	52.114.562	32.552.799	31.816.938
13F9	4.600.000	4.600.000	331.704	41.844	41.844
Total	**76.619.958**	**75.786.484**	**52.446.265**	**32.594.644**	**31.858.782**

OBJETIVO: 0534 - Ampliar a capacidade das Forças Armadas operarem de forma conjunta e combinada, em ambientes diversos, no País ou no exterior, por meio do aperfeiçoamento das doutrinas, do adestramento conjunto e do desenvolvimento de instrumentos e tecnologias adequados de comunicações, comando e controle.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **020J - Implantação e operação do sistema de comunicações militares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X5	32.513.552	32.513.552	32.537.611	26.325.054	25.064.902
Total	**32.513.552**	**32.513.552**	**32.537.611**	**26.325.054**	**25.064.902**

- **020M - Obtenção e tratamento de imagens e dados por sensoriamento remoto**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
151S	113.000.000	113.000.000	97.889.356	95.546.526	95.523.179
Total	**113.000.000**	**113.000.000**	**97.889.356**	**95.546.526**	**95.523.179**

- **020R - Realização de exercícios militares conjuntos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20X7	87.640.449	87.640.449	37.859.970	27.552.910	24.628.001
14VW	0	476.600.000	366.704.661	242.481.934	200.405.836
Total	**87.640.449**	**564.240.449**	**404.564.631**	**270.034.843**	**225.033.837**

- **04E4 - Apoio à Realização de Grandes Eventos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14SY	358.400.004	358.400.004	375.910.513	213.834.631	196.893.898
Total	**358.400.004**	**358.400.004**	**375.910.513**	**213.834.631**	**196.893.898**

OBJETIVO: 0542 - Elevar a capacidade operacional do Exército, para o cumprimento de sua destinação constitucional, por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0215 - Formação e capacitação de recursos humanos do Exército**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8965	67.400.000	67.400.000	67.395.137	56.476.964	52.922.171
Total	**67.400.000**	**67.400.000**	**67.395.137**	**56.476.964**	**52.922.171**

- **0217 - Instrução militar e adestramento para a capacidade de prontidão do Exército**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4450	411.497.702	411.497.702	364.363.883	196.944.766	188.561.520
2900	12.272.000	12.272.000	10.330.659	9.212.082	7.578.433
20XK	354.869.357	354.869.357	335.760.085	225.951.497	212.143.258
Total	**778.639.059**	**778.639.059**	**710.454.627**	**432.108.344**	**408.283.211**

· **0218 - Logística operacional do Exército**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XL	1.643.000	1.643.000	1.099.207	861.183	851.873
2865	239.600.807	281.917.161	276.243.120	205.338.658	196.541.991
212O	529.383.031	489.383.031	492.897.383	491.132.234	489.907.482
2919	32.118.263	32.118.263	27.156.800	20.850.554	16.759.554
Total	**802.745.101**	**805.061.455**	**797.396.510**	**718.182.629**	**704.060.901**

OBJETIVO: 0547 - Elevar o nível de integração das Forças Armadas nos campos da Logística e da Mobilização, por intermédio do desenvolvimento de sistemas, realização de exercícios e aperfeiçoamento de doutrinas, visando à interoperabilidade de meios e ao aprimoramento da Mobilização Nacional.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

· **0237 - Aperfeiçoamento e integração dos sistemas de serviço militar das Forças Armadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2872	7.756.111	7.756.111	6.652.360	4.030.370	3.381.352
Total	**7.756.111**	**7.756.111**	**6.652.360**	**4.030.370**	**3.381.352**

· **023A - Implantação do SINAMOB, em rede nacional privada, de forma a permitir a realização de exercícios e a execução dos planos de mobilização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20X3	1.550.000	1.550.000	1.489.924	1.488.954	1.484.956
Total	**1.550.000**	**1.550.000**	**1.489.924**	**1.488.954**	**1.484.956**

OBJETIVO: 0552 - Promover o desenvolvimento e a capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército, visando à ampliação da capacidade operacional terrestre para a proteção e a segurança da sociedade e do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

· **023N - Implantação e modernização dos sistemas de comunicações, de guerra eletrônica e complementares de comando e controle**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XE	139.650.000	139.650.000	77.446.016	48.086.273	41.329.643
Total	**139.650.000**	**139.650.000**	**77.446.016**	**48.086.273**	**41.329.643**

· **023O - Pesquisa e desenvolvimento tecnológico de sistemas, equipamentos e materiais de uso de defesa e civil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20XJ	27.131.546	27.131.546	27.816.064	20.641.464	19.157.975
2A82	10.000.000	10.000.000	8.917.447	6.125.255	5.845.324
Total	**37.131.546**	**37.131.546**	**36.733.511**	**26.766.719**	**25.003.300**

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa, por meio dos instrumentos da diplomacia militar, para a intensificação do intercâmbio de doutrinas e tecnologias militares e estabelecimento de parcerias com Forças Armadas estrangeiras de países do espectro de interesse do Brasil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0249 - Desenvolvimento de ações de cooperação e intercâmbio militar não operacional com organismos internacionais e países inseridos no espectro do interesse militar e da Política Externa Brasileira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2D55	17.709.000	17.709.000	18.354.861	13.001.324	12.752.090
Total	**17.709.000**	**17.709.000**	**18.354.861**	**13.001.324**	**12.752.090**

OBJETIVO: 0971 - Adequar a infraestrutura de suporte aos meios operativos da Força Aérea Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **044X - Construção e modernização de instalações militares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20S9	50.100.000	43.867.267	38.198.917	11.415.843	11.239.788
14VX	76.255.043	128.181.618	86.379.000	55.481.297	55.481.297
Total	**126.355.043**	**172.048.885**	**124.577.917**	**66.897.140**	**66.721.084**

- **044Y - Desenvolvimento e implantação de sistemas institucionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20SA	6.000.000	7.200.000	6.065.918	4.243.884	3.927.964
Total	**6.000.000**	**7.200.000**	**6.065.918**	**4.243.884**	**3.927.964**

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**359.467**	**345.467**	**88.769**
Despesas Correntes	101.544	101.544	59.560
Despesas de Capital	257.923	243.923	29.210
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**359.467**	**345.467**	**88.769**

OBJETIVO: 0397 - Desenvolver veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial, garantindo a autonomia nacional para o acesso ao espaço.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **016E - Desenvolvimento e lançamento de veículos lançadores nacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20V0	28.253.078	28.253.078	28.561.132	13.362.553	13.362.553
Total	**28.253.078**	**28.253.078**	**28.561.132**	**13.362.553**	**13.362.553**

OBJETIVO: 0398 - Promover a inserção do país no mercado mundial de lançamentos comerciais de satélites, por meio da empresa binacional Alcântara Cyclone Space (ACS).

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **016L - Exploração dos serviços comerciais de lançamento pela Alcântara Cyclone Space (ACS) a partir de Alcântara**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0B18	80.000.000	66.000.000	0	0	0
Total	**80.000.000**	**66.000.000**	**0**	**0**	**0**

- **016O - Implantação do Complexo Espacial de Alcântara (CEA)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7F40	90.699.455	90.699.455	56.192.599	896.949	896.949
Total	**90.699.455**	**90.699.455**	**56.192.599**	**896.949**	**896.949**

OBJETIVO: 0555 - Ampliar o domínio das tecnologias críticas para garantir autonomia no desenvolvimento das atividades espaciais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **024Q - Desenvolver tecnologias críticas requeridas por sistemas espaciais, particularmente as voltadas para satélites, cargas úteis, veículos lançadores e sistemas de solo**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VB	35.472.000	35.472.000	31.127.742	13.611.209	13.496.073
Total	**35.472.000**	**35.472.000**	**31.127.742**	**13.611.209**	**13.496.073**

OBJETIVO: 0702 - Realizar missões espaciais para observação da Terra, meteorologia, telecomunicações e missões científicas que contribuam para a solução de problemas nacionais, o desenvolvimento de tecnologia, a capacitação industrial e o avanço do conhecimento científico.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02NB - Concepção e análise de viabilidade de novas missões espaciais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20VC	91.882.598	91.882.598	83.689.796	45.778.590	44.332.792
Total	**91.882.598**	**91.882.598**	**83.689.796**	**45.778.590**	**44.332.792**

- **02NA - Atualização e expansão da capacidade e das instalações para integração e testes de satélites, rastreio e controle de satélites, recepção, armazenamento e disseminação de dados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20UZ	33.160.192	33.160.192	31.687.528	15.119.747	14.225.841
Total	**33.160.192**	**33.160.192**	**31.687.528**	**15.119.747**	**14.225.841**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**659.510**	**672.573**	**403.837**
Despesas Correntes	488.312	529.652	362.620
Despesas de Capital	171.198	142.921	41.217
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**659.510**	**672.573**	**403.837**

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, para ampliar o acesso à medicina nuclear pela população brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZQ - Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
12P1	2.113.500	1.479.450	384.162	117.864	75.975
Total	**2.113.500**	**1.479.450**	**384.162**	**117.864**	**75.975**

- **00ZR - Produção de radioisótopos e radiofármacos para a saúde**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2478	71.150.912	85.150.912	84.923.646	72.381.754	70.806.185
Total	**71.150.912**	**85.150.912**	**84.923.646**	**72.381.754**	**70.806.185**

OBJETIVO: 0325 - Expandir e implantar, em escala capaz de suprir a demanda nacional, o ciclo completo para produção do combustível nuclear.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **00ZX - Ampliação do parque industrial de reconversão, pastilhas e montagem do elemento combustível nuclear de Resende/RJ**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CQ	3.000.000	3.000.000	3.000.000	2.989.218	2.989.218
Total	**3.000.000**	**3.000.000**	**3.000.000**	**2.989.218**	**2.989.218**

- **00ZY - Descomissionamento das unidades mínero-industriais do ciclo do combustível nuclear**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I3	17.007.302	12.508.302	539.912	415.663	415.663
Total	**17.007.302**	**12.508.302**	**539.912**	**415.663**	**415.663**

- **00ZZ - Expansão da unidade de Concentrado de urânio em Caetité/BA**

- **00ZZ - Expansão da unidade de Concentrado de urânio em Caetité/BA**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CP	52.575.805	36.803.065	3.996.386	1.632.160	1.632.160
Total	**52.575.805**	**36.803.065**	**3.996.386**	**1.632.160**	**1.632.160**

- **0100 - Implantação da Fábrica de Tubos de Ligas Especiais Extrudados**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CS	750.000	750.000	0	0	0
Total	**750.000**	**750.000**	**0**	**0**	**0**

- **0101 - Implantação da Usina de Conversão de UF6**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CR	3.500.000	4.549.000	434.997	0	0
Total	**3.500.000**	**4.549.000**	**434.997**	**0**	**0**

- **0102 - Implantação da Usina de Enriquecimento com a contribuição da Unidade Tecnológica de Separação Isotópica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
1393	45.079.429	45.079.429	45.577.836	15.736.880	13.360.765
Total	**45.079.429**	**45.079.429**	**45.577.836**	**15.736.880**	**13.360.765**

- **0104 - Produção de elementos combustíveis para a operação dos reatores das usinas termonucleares brasileiras**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2482	392.535.303	413.261.741	392.517.723	261.482.214	260.229.578
Total	**392.535.303**	**413.261.741**	**392.517.723**	**261.482.214**	**260.229.578**

- **0105 - Realização de prospecção e pesquisa geológica em áreas com indícios de depósitos uraníferos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20I2	11.212.000	8.712.000	366.618	329.361	329.361
Total	**11.212.000**	**8.712.000**	**366.618**	**329.361**	**329.361**

OBJETIVO: 0326 - Implantar programa de formação especializada do setor nuclear, envolvendo universidades e centros tecnológicos, voltados para os segmentos de pesquisa avançada, desenvolvimento tecnológico e indústria nuclear.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0106 - Ampliação do programa de formação especializada para o setor nuclear**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B32	4.178.000	3.770.000	3.658.976	3.491.316	3.477.760
Total	**4.178.000**	**3.770.000**	**3.658.976**	**3.491.316**	**3.477.760**

OBJETIVO: 0327 - Fortalecer o sistema de regulação nuclear para garantir o uso seguro e pacífico da energia nuclear e das radiações ionizantes no país.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0107 - Aperfeiçoamento das atividades de licenciamento e controle de instalações nucleares e radioativas e de salvaguardas nucleares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UW	8.950.969	8.950.969	8.854.142	5.527.486	5.527.486
Total	**8.950.969**	**8.950.969**	**8.854.142**	**5.527.486**	**5.527.486**

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a tecnologia nuclear e suas aplicações para atender aos diversos usos na área civil.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **010C - Pesquisa, desenvolvimento e inovação em tecnologia nuclear e suas aplicações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UX	32.760.237	34.093.637	33.954.675	30.116.952	28.858.538
13CN	330.500	231.350	0	0	0
20UY	7.683.000	7.683.000	7.136.924	5.077.643	3.861.338
2463	3.000.000	3.000.000	2.999.680	2.482.881	2.482.881
Total	**43.773.737**	**45.007.987**	**44.091.278**	**37.677.476**	**35.202.757**

OBJETIVO: 0329 - Identificar e definir soluções para a deposição definitiva dos rejeitos radioativos de média e baixa atividade, visando a proteção da população e do meio ambiente.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **010D - Aperfeiçoamento das atividades de recolhimento e armazenamento de rejeitos radioativos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2464	1.611.000	1.611.000	1.558.335	1.141.894	1.128.021
Total	**1.611.000**	**1.611.000**	**1.558.335**	**1.141.894**	**1.128.021**

- **010E - Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível (RBMN)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13CM	661.000	528.800	513.225	425	425
Total	**661.000**	**528.800**	**513.225**	**425**	**425**

OBJETIVO: 0573 - Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **027U - Atendimento a emergências radiológicas e nucleares**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2468	440.642	440.642	440.392	207.160	207.160
Total	**440.642**	**440.642**	**440.392**	**207.160**	**207.160**

- **027V - Modernização da infraestrutura, dos procedimentos, da capacitação e do sistema normativo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2B27	970.000	970.000	818.647	706.142	546.637
Total	**970.000**	**970.000**	**818.647**	**706.142**	**546.637**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2046 - Mar, Zona Costeira e Antártida

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**86.540**	**86.540**	**12.599**
Despesas Correntes	41.430	31.430	8.585
Despesas de Capital	45.110	55.110	4.014
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**86.540**	**86.540**	**12.599**

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047J - Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
7112	2.130.000	2.130.000	318.983	165.978	119.872
20LC	15.860.000	15.860.000	951.730	667.148	505.732
Total	**17.990.000**	**17.990.000**	**1.270.713**	**833.126**	**625.604**

- **047K - Exploração econômica de recursos minerais marinhos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13E5	100.000	100.000	0	0	0
Total	**100.000**	**100.000**	**0**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0563 - Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **047I - Gestão ambiental territorial da zona costeira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20W0	500.000	500.000	257.756	14.756	14.756
Total	**500.000**	**500.000**	**257.756**	**14.756**	**14.756**

OBJETIVO: 0560 - Desenvolver ações que promovam o conhecimento e o uso sustentável dos recursos do mar, em águas nacionais e internacionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **025F - Fomento e aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico da biodiversidade marinha**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20UV	700.000	700.000	500.000	106.556	106.556
Total	**700.000**	**700.000**	**500.000**	**106.556**	**106.556**

OBJETIVO: 0561 - Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, zona costeira e atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **025O - Operacionalização de Redes de Observação de coleta de dados oceanográficos e climatológicos e desenvolvimento de outros projetos de pesquisa que contribuam para o monitoramento dos oceanos e do clima**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2518	15.200.000	15.200.000	4.254.915	3.265.499	3.264.881
Total	**15.200.000**	**15.200.000**	**4.254.915**	**3.265.499**	**3.264.881**

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença na região antártica, desenvolvendo pesquisa científica diversificada de qualidade, com a preservação do meio ambiente, a fim de assegurar a permanência do Brasil como membro consultivo do Tratado da Antártida.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **025U - Implantação, operacionalização e manutenção da infraestrutura necessária à consecução do PROANTAR; realização de missões de apoio logístico às atividades científicas brasileiras na Antártica; e participação de delegações brasileiras nos fóruns do Sistema do Tratado da Antártica**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2345	7.200.000	7.200.000	6.717.655	6.328.048	6.328.048
Total	**7.200.000**	**7.200.000**	**6.717.655**	**6.328.048**	**6.328.048**

- **025W - Monitoramento dos impactos ambientais no ambiente antártico decorrentes das atividades brasileiras na região; estabelecimento de uma sistemática de monitoramento ambiental para o meio ambiente antártico e seus ecossistemas dependentes e associados; e desenvolvimento de instrumentos gerenciais para a melhoria do desempenho ambiental das Operações Antárticas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
6618	199.640	199.640	11.351	6.346	6.346
Total	**199.640**	**199.640**	**11.351**	**6.346**	**6.346**

- **04EL - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
14ML	44.650.000	44.650.000	2.422.561	2.044.742	1.755.014
Total	**44.650.000**	**44.650.000**	**2.422.561**	**2.044.742**	**1.755.014**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.861.508**	**5.985.607**	**557.842**
Despesas Correntes	264.485	260.384	50.780
Despesas de Capital	5.597.023	5.725.223	507.062
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**5.861.508**	**5.985.607**	**557.842**

OBJETIVO: 1004 - Promover mecanismos que estimulem o Desenvolvimento Econômico Regional Sustentável na Amazônia Ocidental mediante a geração, atração e consolidação de investimentos apoiados em educação, inovação, ciência, tecnologia, implantação de projetos de desenvolvimento econômico e a promoção das potencialidades e vocações regionais.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **04FN - Promoção Comercial do Modelo Zona Franca de Manaus e Divulgação das potencialidades regionais.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210L	9.554.156	11.344.156	8.621.473	8.513.833	7.760.798
Total	**9.554.156**	**11.344.156**	**8.621.473**	**8.513.833**	**7.760.798**

- **04FP - Apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico e a estruturação de cadeias produtivas de produtos desenvolvidos a partir da utilização da biodiversidade amazônica.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
13DM	6.000.000	5.850.000	0	0	0
210K	8.000.000	8.150.000	4.502.971	1.537.590	1.537.590
Total	**14.000.000**	**14.000.000**	**4.502.971**	**1.537.590**	**1.537.590**

OBJETIVO: 0982 - Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **046L - Fortalecimento da institucionalização da Política Nacional com a implantação de sistema de políticas públicas de economia solidária, sistema nacional de comércio justo e solidário, realização de conferência, apoio ao conselho nacional, manutenção do sistema de informações e apoio a espaços multifuncionais nos territórios com agentes de desenvolvimento solidário para a promoção de ações integradas de economia solidária**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZL	24.000.000	27.000.000	26.293.806	6.243.270	5.537.972
Total	**24.000.000**	**27.000.000**	**26.293.806**	**6.243.270**	**5.537.972**

OBJETIVO: 0983 - Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **046T - Fomento e fortalecimento de Empreendimentos Econômicos Solidários e suas Redes de Cooperação de produção, comercialização, finanças solidárias e consumo com formação, incubação, assessoramento técnico, desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e apoio à infraestrutura**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20YT	56.670.000	56.670.000	41.442.156	11.798.602	11.605.557
20GG	20.000.000	16.000.000	0	0	0
Total	**76.670.000**	**72.670.000**	**41.442.156**	**11.798.602**	**11.605.557**

OBJETIVO: 0793 - Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **036X - Elaboração e implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico do território nacional, em suas múltiplas escalas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20VT	550.000	550.000	46.899	46.633	46.633
8689	2.280.000	2.280.000	835.823	0	0
Total	**2.830.000**	**2.830.000**	**882.723**	**46.633**	**46.633**

OBJETIVO: 0979 - Fortalecer as políticas voltadas para a inclusão produtiva e a consolidação de redes socioeconômicas da agricultura familiar no âmbito dos territórios rurais, considerando as práticas da economia solidária, com especial atenção à população rural em condição de extrema pobreza.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **0469 - Ampliação e qualificação da oferta de bens e serviços para os territórios, buscando a promoção da inclusão socioprodutiva, com a consolidação de empreendimentos econômicos, a estruturação de redes socioprodutivas da agricultura familiar, o apoio à infraestrutura e serviços nos territórios rurais e a gestão social, garantindo a constituição e fortalecimento dos Colegiados Territoriais, o apoio a processos de formação e de capacitação de agentes de desenvolvimento.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
210X	315.397.932	332.862.932	180.197.863	16.153.164	5.006.514
Total	**315.397.932**	**332.862.932**	**180.197.863**	**16.153.164**	**5.006.514**

OBJETIVO: 0980 - Ampliar e qualificar a oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura territorial, consolidando a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **046C - Melhoria da infraestrutura viária municipal e territorial para escoamento da produção dos agricultores familiares por meio da aquisição de máquinas e equipamentos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
152M	116.916.729	156.891.729	31.394.520	3.866.202	3.866.202
Total	**116.916.729**	**156.891.729**	**31.394.520**	**3.866.202**	**3.866.202**

OBJETIVO: 0789 - Formular e implementar os marcos legais das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial , contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035P - Capacitação e cooperação em desenvolvimento regional e territorial**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4640	3.423.950	3.423.950	2.040.642	421.837	398.453
8917	1.850.000	1.850.000	410.204	0	0
4664	100.000	100.000	58.838	47.348	47.348
Total	**5.373.950**	**5.373.950**	**2.509.684**	**469.185**	**445.801**

- **035S - Estruturação e fortalecimento do Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20WQ	17.134.804	17.518.804	6.293.821	1.324.150	931.270
Total	**17.134.804**	**17.518.804**	**6.293.821**	**1.324.150**	**931.270**

OBJETIVO: 0790 - Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos e financeiros com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **035Y - Aplicações dos Fundos de Desenvolvimento Regional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
0355	2.022.481.635	2.022.481.635	1.889.550.146	465.304.480	465.304.480
0E83	1.102.853.841	1.102.853.841	1.102.853.840	0	0
0353	1.397.512.880	1.397.512.880	1.397.512.880	0	0
Total	**4.522.848.356**	**4.522.848.356**	**4.389.916.866**	**465.304.480**	**465.304.480**

OBJETIVO: 0792 - Desenvolver sistemas locais e regionais de inovação e projetos de incorporação e de difusão de tecnologias.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **036Q - Desenvolvimento de Redes Regionais de Inovações**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8340	3.000.108	3.000.108	1.999.959	59.300	59.300
Total	**3.000.108**	**3.000.108**	**1.999.959**	**59.300**	**59.300**

- **036R - Difusão de novos produtos e tecnologias de produção, beneficiamento, gestão e comercialização**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8918	1.000.000	1.300.000	500.000	0	0
Total	**1.000.000**	**1.300.000**	**500.000**	**0**	**0**

OBJETIVO: 0840 - Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03G3 - Apoio e institucionalização de associações e cooperativas, inclusive com a consolidação de redes de APLs**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N9	10.400.000	10.550.000	779.955	679.830	629.830
Total	**10.400.000**	**10.550.000**	**779.955**	**679.830**	**629.830**

- **03G7 - Promoção e desenvolvimento dos canais de comercialização, do encadeamento produtivo e do desenvolvimento de fornecedores fixados no território**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20N8	34.456.000	35.006.000	17.141.425	6.944.856	6.795.866
Total	**34.456.000**	**35.006.000**	**17.141.425**	**6.944.856**	**6.795.866**

- **03G8 - Provimento, operação e manutenção de infraestruturas para apoio às cadeias produtivas e aos arranjos produtivos locais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8902	135.365.810	131.834.356	31.559.746	0	0
20NK	25.693.000	25.693.000	9.851.878	500.000	500.000
20N7	105.602.084	105.833.538	98.158.495	8.142.852	3.275.762
12P6	500.000	500.000	500.000	0	0
7K66	440.765.054	508.550.054	126.860.808	26.257.971	2.001.733
Total	**707.925.948**	**772.410.948**	**266.930.927**	**34.900.823**	**5.777.495**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**954.730**	**969.047**	**464.041**
Despesas Correntes	796.195	800.873	458.402
Despesas de Capital	158.535	168.174	5.639
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**954.730**	**969.047**	**464.041**

OBJETIVO: 0608 - Fortalecer a relação federativa de forma a promover maior cooperação e ampliar a capacidade técnica, gerencial e financeira do Estado, visando otimizar os resultados produzidos para a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DF - Aprimoramento dos mecanismos de articulação e cooperação federativa para a melhoria da gestão das políticas públicas no território**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20D5	4.446.700	4.396.700	812.033	416.981	416.981
Total	**4.446.700**	**4.396.700**	**812.033**	**416.981**	**416.981**

OBJETIVO: 0579 - Fortalecer a governança e ampliar a capacidade institucional da Administração Pública, visando a melhor organização e funcionamento do Estado.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **029L - Aprimoramento da gestão do patrimônio da União**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8690	4.186.970	4.186.970	1.080.775	707.212	707.212
152W	19.600.000	19.600.000	0	0	0
20U4	67.713.030	67.713.030	45.353.746	28.954.806	28.327.963
Total	**91.500.000**	**91.500.000**	**46.434.521**	**29.662.018**	**29.035.176**

- **029O - Universalização do uso de informações estatísticas, geocientíficas, econômicas e sociais ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas que visem o conhecimento da realidade brasileira.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
00M6	16.442.000	11.509.400	7.301.428	6.782.789	6.782.789
20U8	4.782.633	6.212.633	4.808.518	4.271.303	4.271.303
20U6	23.974.207	31.074.207	30.278.293	27.579.357	27.573.530
2230	4.982.279	4.982.279	4.407.654	3.547.693	3.547.693
20U7	214.419.041	187.040.669	28.457.500	4.343.072	4.333.735
4727	37.888.000	46.720.532	46.209.960	35.435.886	34.254.383
Total	**302.488.160**	**287.539.720**	**121.463.353**	**81.960.101**	**80.763.434**

OBJETIVO: 0605 - Ampliar a oferta de serviços públicos de excelência ao cidadão, às empresas e às demais organizações da sociedade, mediante a melhoria dos marcos legais, dos processos de trabalho e da tecnologia da informação.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02D2 - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP - Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e de Carimbo do Tempo da ICP - Brasil**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4917	4.390.000	5.268.000	4.294.118	2.967.993	2.967.993
4912	300.000	300.000	288.173	67.216	67.216
4858	60.000	60.000	0	0	0
Total	**4.750.000**	**5.628.000**	**4.582.291**	**3.035.208**	**3.035.208**

OBJETIVO: 0606 - Aperfeiçoar a gestão de pessoas na administração pública federal, orientada por competências e pela democratização das relações de trabalho, visando aumentar a capacidade do governo na implementação de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02D4 - Aperfeiçoamento do planejamento, da organização, do dimensionamento e da gestão da força de trabalho, considerando perspectivas de médio e longo prazos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U1	76.566.645	61.323.316	19.024.883	4.337.195	4.324.695
10M8	29.037.275	29.037.275	18.779.268	9.608.174	9.608.174
Total	**105.603.920**	**90.360.591**	**37.804.151**	**13.945.369**	**13.932.869**

- **02D6 - Implementação de política de desenvolvimento de pessoas na Administração Pública Federal**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U9	12.900.000	10.320.000	4.506.570	3.548.353	3.548.353
Total	**12.900.000**	**10.320.000**	**4.506.570**	**3.548.353**	**3.548.353**

- **02D7 - Criação e fortalecimento dos instrumentos de democratização das relações de trabalho**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U3	1.555.000	1.555.000	1.025.182	47.020	47.020
Total	**1.555.000**	**1.555.000**	**1.025.182**	**47.020**	**47.020**

- **0483 - Promoção do desenvolvimento dos profissionais da área fazendária e promoção da cidadania fiscal.**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2250	21.390.000	21.390.000	14.247.145	10.944.006	10.935.307
20VE	3.399.920	3.399.920	359.762	109.093	109.093
20SH	500.016	500.016	477.025	272.282	272.282
Total	**25.289.936**	**25.289.936**	**15.083.932**	**11.325.381**	**11.316.682**

OBJETIVO: 0607 - Aperfeiçoar o processo de alocação e de gestão dos recursos públicos mediante o fortalecimento e a integração das funções de planejamento, orçamento, execução, monitoramento, avaliação e controle de políticas públicas.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02D9 - Aperfeiçoamento e disseminação de metodologias para o planejamento, o orçamento, o monitoramento e a avaliação das ações governamentais**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U0	1.500.000	1.500.000	1.008.165	747.391	747.391
8861	5.400.000	5.400.000	3.678.735	2.893.746	2.893.746
Total	**6.900.000**	**6.900.000**	**4.686.899**	**3.641.136**	**3.641.136**

- **02DA - Aperfeiçoamento de mecanismos para a gestão e compartilhamento de informações visando à produção de conhecimento e a melhoria do processo decisório**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20U2	38.755.200	37.446.056	8.848.769	2.894.273	2.836.473
Total	**38.755.200**	**37.446.056**	**8.848.769**	**2.894.273**	**2.836.473**

- **02DB - Aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento intensivo dos projetos estratégicos**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
8785	2.000.000	2.000.000	677.377	484.269	484.269
Total	**2.000.000**	**2.000.000**	**677.377**	**484.269**	**484.269**

OBJETIVO: 0609 - Ampliar o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, de forma a promover maior interação entre o Estado e a sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **02DI - Fortalecimento dos espaços de participação social e criação de novos mecanismos para ampliar a transparência e a participação da sociedade civil na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4901	1.000.000	1.200.000	1.173.820	1.110.842	1.110.842
2E24	14.878.000	14.848.000	10.634.779	8.899.794	8.899.794
Total	**15.878.000**	**16.048.000**	**11.808.599**	**10.010.636**	**10.010.636**

- **02DM - Aperfeiçoamento dos instrumentos de transparência na Administração pública Federal e de divulgação de informações oficiais para a Sociedade**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2804	37.021.000	44.421.000	43.837.786	34.408.437	34.405.730
Total	**37.021.000**	**44.421.000**	**43.837.786**	**34.408.437**	**34.405.730**

OBJETIVO: 0871 - Garantir base jurídica segura na formulação, implementação e defesa das políticas públicas, por meio da atuação jurídica consultiva e contenciosa, na representação do Estado Brasileiro em benefício da sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03KM - Fortalecimento da sustentabilidade jurídico constitucional de todas as políticas públicas nas etapas de formulação, implementação, monitoramento e avaliação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
2674	305.642.000	345.642.000	280.568.041	268.662.170	267.301.856
Total	**305.642.000**	**345.642.000**	**280.568.041**	**268.662.170**	**267.301.856**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional

Execução Orçamentária do Programa

Esfera	Dotação (mil R$)		Executado (mil R$)*
	LOA	LOA+Créditos	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**552.169**	**564.742**	**391.806**
Despesas Correntes	458.320	461.175	320.256
Despesas de Capital	93.849	103.567	71.550
Orçamento de Investimento das Empresas Estatais	**0**	**0**	**0**
Totais	**552.169**	**564.742**	**391.806**

OBJETIVO: 0887 - Assegurar a solidez dos fundamentos da economia brasileira, por meio da formulação, execução e supervisão de medidas de política econômica nas áreas fiscal, monetária, cambial e de crédito; de um Sistema Financeiro Nacional estável e eficiente, e da administração do endividamento público e dos haveres financeiros e mobiliários da União.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03MO - Promover a comunicação e o acesso a informações de interesse da sociedade em geral sobre os assuntos de política monetária, educação financeira e estabilidade do Sistema Financeiro Nacional**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
4641	2.778.801	2.778.801	1.181.966	1.181.966	1.181.966
Total	**2.778.801**	**2.778.801**	**1.181.966**	**1.181.966**	**1.181.966**

- **03MV - Definição, regulamentação, implementação e controle dos instrumentos de política monetária, cambial e de crédito, bem como desenvolvimento de programa de educação e inclusão financeira**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20ZA	42.000.000	54.600.000	50.241.689	50.241.689	50.241.689
2098	16.225.000	16.225.000	7.996.127	7.996.127	7.996.127
Total	**58.225.000**	**70.825.000**	**58.237.816**	**58.237.816**	**58.237.816**

- **03MX - Regulação, organização e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, com vistas a um sistema sólido e eficiente**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
20Y9	7.720.000	7.693.000	4.771.085	4.771.085	4.771.085
Total	**7.720.000**	**7.693.000**	**4.771.085**	**4.771.085**	**4.771.085**

- **03N0 - Desenvolvimento e gestão dos sistemas de informação necessários à execução das atividades de supervisão bancária e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional, do Sistema de Pagamentos Brasileiro, das Reservas Internacionais, do Sistema de Câmbio e Capitais Estrangeiros, do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e do Sistema CCR (Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos)**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Ação	Dotação		Execução		
	LOA	LOA+Créditos	Empenhado	Liquidado	Valor Pago
2089	86.880.580	86.880.580	64.766.238	64.766.238	64.766.238
Total	**86.880.580**	**86.880.580**	**64.766.238**	**64.766.238**	**64.766.238**

- **03N6 - Formulação de diretrizes e proposição de medidas de políticas macroeconômicas e microeconômicas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20Z6	29.570.257	29.570.257	16.319.279	13.086.641	13.028.132
Total	**29.570.257**	**29.570.257**	**16.319.279**	**13.086.641**	**13.028.132**

- **03N7 - Gestão da política fiscal, do endividamento público e haveres da União**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20Z7	291.035.929	291.035.929	269.314.670	202.539.726	202.539.726
20Z8	821.546	821.546	592.027	589.847	589.847
0556	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
Total	**326.857.475**	**326.857.475**	**304.906.698**	**238.129.572**	**238.129.572**

OBJETIVO: 0894 - Desenvolver o mercado de valores mobiliários por meio de uma regulação clara e eficaz e de ações de supervisão e disseminação de informações, de modo a estimular a formação de poupança e ampliar, de forma sustentável e equilibrada, a sua aplicação em setores mais dinâmicos e inclusivos da economia brasileira.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03OG - Disponibilizar canais de comunicação para orientação e atendimento aos investidores e demais participantes de mercado, desenvolver programa de educação financeira com foco no mercado de valores mobiliários e realizar estudos para o aperfeiçoamento dos instrumentos de atuação da CVM junto ao mercado**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20WU	32.937.600	32.937.600	13.664.126	8.555.446	8.483.111
Total	**32.937.600**	**32.937.600**	**13.664.126**	**8.555.446**	**8.483.111**

- **03OK - Regulamentar o mercado de valores mobiliários, assegurando o acesso do público às informações sobre os valores mobiliários e seus emissores; supervisionar permanentemente as atividades e os serviços prestados no âmbito do mercado (inclusive por meio de modelo baseado em risco), bem como a veiculação de informações às pessoas que dele participam e aos valores nele negociados; e impor penalidades aos infratores das Leis 6.404/76 e 6.385/76, das normas da CVM ou de leis especiais relacionadas**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
210J	4.840.400	4.840.400	2.565.803	2.180.496	2.176.297
Total	**4.840.400**	**4.840.400**	**2.565.803**	**2.180.496**	**2.176.297**

OBJETIVO: 0895 - Desenvolver os mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização, protegendo os direitos dos consumidores, por meio de regulamentação clara e eficaz, de ações de supervisão e de atendimento e orientação à sociedade.

Execução das Ações Orçamentárias Vinculadas às Iniciativas

- **03OM - Fomentar os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta, por meio de regulamentação**

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					
Ação	**Dotação**		**Execução**		
	LOA	**LOA+Créditos**	**Empenhado**	**Liquidado**	**Valor Pago**
20VH	2.359.325	2.359.325	982.911	896.553	896.553
Total	**2.359.325**	**2.359.325**	**982.911**	**896.553**	**896.553**

(*) Para as esferas 10 e 20, o valor executado equivale ao valor liquidado.

Secretaria de
Planejamento e Investimentos Estratégicos

Ministério do
Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA